



Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Economia



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2019

Prestação de Contas Anual do Governador
ANEXO IV



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia
Subsecretaria de Planejamento**

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Paco Britto

SECRETÁRIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

André Clemente Lara de Oliveira

SECRETÁRIA-ADJUNTA DE PLANEJAMENTO

Adriana Luiza de Carvalho Lorentino

SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO

Joseilda Mendes de Mello

- 2019 -



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Economia, na qualidade de Órgão Central de Planejamento do Governo do Distrito Federal, é responsável pela elaboração do Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal que integra a Prestação de Contas Anual do Governador.

O Relatório de Atividades tem por objetivo demonstrar as realizações efetivadas pelo Governo, no exercício de 2019, conforme estabelecem o inciso XVII, do art. 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o inciso V do art. 1º da Instrução Normativa nº 01/2016 – TCDF, editada em observância ao disposto nos arts. 186 e 222 da Resolução nº 286/2016-RI/TCDF e o artigo 90, do Decreto nº 32.598/2010, de 15/12/2010 - Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

Para apresentação dos resultados alcançados em cada área de atuação do Governo, o Relatório de Atividades foi elaborado em conjunto com os Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF e estruturado pela SEEC por meio da Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN/SPLAN. Nesse sentido buscando manter coerência, compatibilidade e uniformidade das informações do Relatório Consolidado do Governo, a SUPLAN/SPLAN/SEEC adotou os seguintes procedimentos:

I) Desenvolvimento do Sistema RAT - Prestação de Contas Anual do Governador que consiste na versão sistematizada do Relatório de Atividades via Web;

II) Realização de reunião técnica com as Unidades Orçamentárias, na qual foram apresentadas instruções para a elaboração do Relatório de Atividades de acordo com a metodologia adotada e utilizando o Sistema RAT-WEB;

III) Elaboração das Instruções para a Prestação de Contas Anual do Governador, contendo inclusive orientações para elaboração do Relatório em pauta, as quais foram disponibilizadas no site da SEPLAG: <http://www.economia.df.gov.br>. Nas instruções enfatizou-se que ao final de cada Programa a Unidade deveria apresentar texto descritivo das realizações finalísticas referentes à sua área de atuação, considerando o proposto nos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019, os resultados alcançados e, ainda, o público-alvo beneficiado.

Este Relatório visa demonstrar as realizações do Governo do Distrito Federal e os resultados alcançados em cada área de atuação neste exercício. A estrutura do Relatório no Sistema RAT compõe-se de: Síntese das Competências; Força de Trabalho; Realizações por Programa; Informações Complementares; Diagnóstico da Unidade (análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para 2020).

Conforme a metodologia adotada para a elaboração do Relatório as informações quanto aos resultados alcançados devem ser acompanhadas do diagnóstico da Unidade, visando contextualizar a análise de suas realizações à luz das dificuldades encontradas ou os fatores favoráveis ao seu desempenho e ainda as perspectivas para 2020.



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia
Subsecretaria de Planejamento**

No processo contínuo de aprimorar os instrumentos de planejamento, a SUPLAN buscou conscientizar os gestores quanto à importância do Relatório de Atividades para sua Pasta, visto que este se configura em uma oportunidade de demonstrar o seu desempenho frente à Unidade; de apresentar o compromisso com a oferta de bens e serviços à população e, ainda, promover a transparência da gestão dos recursos públicos.

Ressalta-se que este Relatório por apresentar de forma detalhada as realizações de todas as áreas do Governo constitui-se com os demais documentos que integram a Prestação de Contas Anual do Governador um importante instrumento de transparência da atuação governamental na gestão dos recursos públicos no âmbito do Distrito Federal.

- 2019 -



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia
Subsecretaria de Planejamento

SUMÁRIO

1101	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF	0009
1901	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF - FASCAL	0019
2101	TRIBUNAL DE CONTAS DISTRITO FEDERAL - TCDF	0022
9101	CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - CACI	0027
9102	ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - ARPDF	0062
9103	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO - RA I	0075
9104	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA - RA II	0092
9105	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA -- RA III	0101
9106	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA - RA IV	0111
9107	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO - RA V	0122
9108	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA - RA VI	0133
9109	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ - RA VII	0141
9110	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII	0149
9111	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - RA IX	0161
9112	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ - RA X	0172
9113	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO - RA XI	0202
9114	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA - RA XII	0211
9115	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII	0239
9116	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	0266
9117	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS - RA XV	0281
9118	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL - RA XVI	0303
9119	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO - RA XVII	0322
9120	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE - RA XVIII	0335
9121	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX	0352
9122	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS - RA XX	0366
9123	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II - RA XI	0386
9124	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL - RA XXII	0399
9125	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO - RA XXIII	0411
9126	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY - RA XXIV	0421
9127	ADMINISTRAÇÃO DO SET. COMPL.DE IND. E ABAST. - RA XXV	0434
9128	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II - RA XXVI	0456
9129	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTANICO - RA XXVII	0478
9130	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ - RA XXVIII	0488
9131	ADMINISTRAÇÃO DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO - RA XXIX	0500
9133	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES - RA XXX	0525
9135	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL - RA XXXI	0558
9201	AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DF - AGEFIS	0575
10101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR - GVG	0583
11101	SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO DISTRITO FEDERAL - SERINS	0589
12101	PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - PGDF	0591
12901	FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - FPGDF	0596
14101	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI	0601
14202	CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - CEASA	0629
14203	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER	0643
14901	FUNDO AVAL DO DISTRITO FEDERAL - FADF	0681
14902	FUNDO DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR	0685
14903	FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL - FDSA	0697
15101	SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SECOM	0701
16101	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL - SECEC	0707
16903	FUNDO DA ARTE E DA CULTURA - FAC	0767
17101	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - SEDES	0773
18101	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF - SEEDF	0787
18202	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB	0872
18903	FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E V. DOS P.DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	0886



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia
Subsecretaria de Planejamento

19101	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL - SEEC	0919
19202	BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB	0997
19204	BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - BRB CFI	1034
19205	BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1039
19206	CARTÃO BRB S.A	1043
19207	BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A	1052
19208	BRB SERVIÇOS S.A	1056
19209	BSB PARTICIPAÇÕES S/A (NÃO TEM ORÇAMENTO)	1068
19210	DF - GESTÃO DE ATIVOS S.A.	1071
19211	COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN	1074
19212	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES - INAS	1104
19213	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF - IPREV	1109
19214	SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S. A. - SAB	1129
19902	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARE. DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FUNDAF	1134
19905	FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA - PRÓ-GESTÃO	1138
19911	FUNDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO DF - PRÓ-RECEITA	1145
20101	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL - SDE	1149
20201	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP	1170
20202	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA	1184
20203	BIOTIC SA	1204
20204	JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DF - JUCIS	1216
20902	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEFE	1220
20903	FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - FGP-DF	1226
20905	FUNDO DE APOIO À PESQUISA	1227
21101	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA	1229
21106	JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - JBB	1249
21206	AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA	1272
21207	FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA - FJZB	1292
21208	INSTITUTO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - IBRAM	1339
21901	FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL - FUNAM	1381
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL - SODF	1388
22201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP	1486
22202	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB	1516
22204	COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB	1535
22209	CEB LAJEADO S/A	1544
22210	COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGÁS	1549
22211	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	1553
22212	CEB GERAÇÃO S/A	1567
22213	CEB PARTICIPAÇÕES S/A	1572
22214	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU	1575
23202	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB	1609
23203	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS	1637
23901	FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - FSDF	1657
24101	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSP	1723
24103	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF	1759
24104	CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CBMDF	1773
24105	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF	1803
24201	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN	1829
24901	FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR - FSPMDF	1847
24902	FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF - FSCBMDF	1852
24904	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA PMDF - FUNPM	1858
24905	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DO CMDF - FUNCBM	1862
24906	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA PCDF - FUNPCDF	1868
24908	FUNDO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - FUNPEN	1870
25101	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL - SETRAB	1874
25902	FUNDO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL - FUNGER	1899
25904	FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	1907
25906	FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	1925



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia
Subsecretaria de Planejamento

26101	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB	1933
26201	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB	1950
26204	TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS	1959
26205	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER	1970
26206	COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ DF	2013
27101	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL - SETUR	2041
27901	FUNDO DE FOMENTO À INDÚSTRIA DO TURISMO - FITUR	2066
28101	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEDUH	2069
28209	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB	2095
28901	FUNDO DESENVOLVIMENTO URBANO - FUNDURB	2112
28905	FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FUNDHIS	2129
32101	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG	2125
32201	COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN	2134
32203	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF - IPREV	2137
32204	SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S. A. - SAB	2142
32901	FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA - PRÓ-GESTÃO	2144
34101	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SEL	2145
34902	FUNDO DE APOIO AO ESPORTE - FAE	2181
40101	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SECTI	2185
44101	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA - SEJUS	2195
44201	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP	2265
44202	INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DF - IDC/ PROCON	2272
44902	FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR - FDDC	2281
44904	FUNDO DOS DIREITOS DO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL - FDI	2288
44906	FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL - FUNPAD	2290
44908	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FDCA	2293
45101	CONTROLADORIA GERAL DO DF - CGDF	2299
48101	DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF	2329
48901	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DF - PRODEF	2338
51901	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	2341
57101	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL - SMDF	2343
59104	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	2356
59105	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	2359
59106	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	2362
59107	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	2366
59108	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	2368
59109	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	2370
59110	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	2372
59111	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	2374
59112	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	2377
59113	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	2379
59114	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	2382
59115	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	2385
59117	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	2388
59118	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	2391
59122	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	2393
59123	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO	2395
59124	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL	2397
59125	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	2399
59127	ADMINISTRAÇÃO DO SET. COMPL.DE IND. E ABAST.	2401
59128	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	2403
59129	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTANICO	2405
59130	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	2407
59131	ADMINISTRAÇÃO DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	2409
59133	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	2411
59135	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	2413



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia
Subsecretaria de Planejamento

61101	SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEAC	2416
62101	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO DISTRITO FEDERAL - SEDRM	2425
63101	SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL	2437

01101 - CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, descrita no art. 32 da Constituição Federal de 1988, tem suas competências detalhadas no Capítulo II do Título III da Lei Orgânica do Distrito Federal, em especial artigos 58, 59 e 60.

Com base nos princípios de independência e harmonia entre os Poderes, a Câmara Legislativa do Distrito Federal exerce o Poder Legislativo e tem como competências precípua representar a população do DF, legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, prerrogativas conferidas a ela pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Distrito Federal.

A CLDF é composta por 24 Deputados Distritais, representantes do povo brasileiro, eleitos pelo sistema proporcional para mandato de 4 anos. Atualmente, a Câmara Legislativa do Distrito Federal encontra-se na sua oitava legislatura, que compreende o período entre 2019 e 2022.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	117	34	258	143	552
Comissionados sem vínculo efetivo	85	744	0	0	829
Requisitados de órgãos do GDF	0	79	7	0	86
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	10	0	0	10
Estagiários	111	0	0	0	111
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	313	867	265	143	1.588
(-) Cedidos para outros órgãos	4	0	0	0	4
Total Geral	309	867	265	143	1.584

No que se refere aos recursos humanos da Câmara Legislativa, o ano de 2019 foi marcado pela nomeação dos concursados aprovados no certame de 2018, que foi compensado por um movimento atípico pela aposentadoria de servidores de carreira, causado pelas reformas e outras alterações na legislação previdenciária. Por isso em termos líquidos, houve variação negativa no quadro de pessoal total.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4192 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF	40000,0	20000,0	260,30	131,21
0001 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF--DISTRITO FEDERAL	40000,0	20000,0	260,30	131,21
4193 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE	1076000,0	976000,0	435013,25	435013,25
0001 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE--DISTRITO FEDERAL	1076000,0	976000,0	435013,25	435013,25
4143 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF	612850,0	512850,0	225749,59	224972,59
0001 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF--DISTRITO FEDERAL	612850,0	512850,0	225749,59	224972,59
TOTAL - 6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1728850,00	1508850,00	661023,14	660117,05

A Câmara Legislativa deu continuidade, ao longo do exercício de 2019, às atividades voltadas à sua função precípua de representação, aprofundando e ampliando os canais de diálogo com a sociedade e a educação para a cidadania, por meio dos projetos **Conhecendo o Parlamento**, com estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior das redes pública e particular do DF e **Cidadania para Todos**, com cidadãos da terceira idade. Por meio, ainda, da modernização dos canais de comunicação da população com a Ouvidoria através do desenvolvimento de novo sistema de TI (**e-SIC**) e dos processos internos para a realização de audiências públicas (projeto **Dinamizando as Audiências Públicas**).

O canal **e-Democracia** foi consolidado no período, assim como a TV CLDF (**TV Web**), ampliando a participação cidadã através de meios digitais de comunicação, enquanto o projeto **Câmara Mais Perto de Você** descentralizou a atuação legislativa para os territórios do Distrito Federal, ampliando essa participação em termos geográficos. Em 2019 o projeto pôde contar com infraestrutura física e de apoio, o que permitiu que alcançasse um público maior nas Regiões em que os cidadãos estão mais distantes do processo legislativo e do Governo de um modo geral, o que explica o aumento de despesas significativo com relação a 2018.

A realização de palestras, seminários e sessões solenes, e a concessão de títulos de cidadão honorário e benemérito, bem como de certificados de menção honrosa, organizados pelo Cerimonial Legislativo, Frentes Parlamentares, e o EcoLEGIS, completam as ações de aproximação do cidadão ao Poder Legislativo. No âmbito de todo o Programa, foi executada 44% da despesa autorizada, com economias significativas na promoção de eventos.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1464 - CURSO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (SOCIEDADE)	%	150	30/11/2014	ANUAL	100	100	100	550	100	104	100	150	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1 / UO 1101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Consiste em um programa na TV Distrital de debate entre estudantes dos ensinos médio e superior com Deputados Distritais sobre temas relacionados a políticas sociais e públicas, democracia, representatividade, papel do Parlamentar, função da Câmara Legislativa e outros de interesse coletivo afetos ao Legislativo.</p> <p>2017 - Foram realizadas 11 edições do Projeto Polis, representando 550% do programado, contando com a participação de 595 cidadãos. Constatou-se um incremento do número de participantes devido à redefinição do conteúdo do projeto, que passou a incluir temas com conteúdo relacionados a Estado e Sociedade; Poderes de Estado; Sistemas de Governo; Sistema Político; Representação Política; História e Autonomia Política do DF; Teoria da Escolha Social e Orçamento.</p> <p>2018 - Para o exercício de 2018 foram previstos 50 participantes nos projetos de Educação Política, tendo sido efetivamente atendidos 52 pessoas em dois eventos ao longo do exercício.</p> <p>2019 - Para o programa "Educação Política", estavam previstos para 2019 dois eventos. Foram realizados três eventos com 84 participantes, um índice de 150%.</p>													
1462 - EVENTOS DO PROJETO CIDADANIA PARA TODOS (TERCEIRA IDADE)	%	50	30/11/2014	ANUAL	100	50	100	50	100	0	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1 / UO 1101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Foi realizada 01 edição do Projeto Cidadania para Todos, representando 50% do programado, com 16 participantes da Ação Social Comunitária AFMA, de Taguatinga Norte. Foi realizada palestra sobre as funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital e sobre a legislação do DF referente a idoso, por Consultora Técnico-Legislativa da ELEGIS.</p> <p>2017 - Foi realizada apenas uma edição do Projeto Cidadania para Todos, representando 50% do programado, contando com a participação de 80 cidadãos (todos situados na faixa da 3ª idade). As dificuldades de locomoção desse público-alvo contribuíram para que o resultado desejado não fosse alcançado.</p> <p>2018 - O projeto Cidadania para Todos visa promover eventos informativos ao público da Terceira Idade. Como em 2018 não houve demanda nesse projeto por parte da sociedade, também não houve execução.</p> <p>2019 - No ano de 2019 foram realizadas 2 edições com 89 participantes, perfazendo um índice de 100% do programado. O sucesso, neste ano, se deve mais uma vez à organização através de associações e grupos existentes, o que incentiva maior participação e permite superar dificuldades inerentes a este público, como, por exemplo, as de locomoção.</p>													
1460 - EVENTOS DO PROJETO CIDADÃO DO FUTURO(ENSINO FUNDAMENTAL)	%	97,14	30/11/2014	ANUAL	100	173	100	336,6	100	93,4	100	123	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1 / UO 1101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Foram realizadas 52 edições do Projeto Cidadão do Futuro, representando 173% do programado, com participação de 4702 estudantes do ensino fundamental e 310 professores. Foram realizadas palestras sobre os 3 Poderes, com ênfase nas funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital, por Consultores Técnico-Legislativos da ELEGIS; visita orientada ao Plenário; e distribuição de Kit Cidadão composto por mochila contendo, bloco de anotações, caneta e marcador de página.</p> <p>2017 - Foram realizadas 101 edições do Projeto Cidadão do Futuro, representando 336,6 % do programado, com participação de 6097 estudantes do ensino fundamental e 44 professores.</p> <p>2018 - Para o exercício de 2018 foi prevista a participação de 6900 estudantes nas atividades ligadas ao Projeto Cidadão do Futuro, destinado aos alunos da rede de ensino fundamental do DF. Foram efetivamente atendidos 6449 alunos, alcançando-se o índice de 93,4% no atingimento da meta estabelecida para o ano encerrado.</p> <p>2019 - Em 2019, foram realizadas 37 edições com 2.835 participantes, representando 123% do programado.</p>													
1461 - EVENTOS DO PROJETO JOVEM CIDADÃO (ENSINO MÉDIO)	%	13,33	30/11/2014	ANUAL	100	127	100	50	100	101,3	100	87	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1 / UO 1101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Foram realizadas 38 edições do Projeto Jovem Cidadão, representando 127% do programado, com participação de 2675 estudantes e 05 professores do ensino médio e 242 estudantes e 10 professores de três instituições de nível superior. Nesse projeto também foi realizada palestra sobre os 3 Poderes, com ênfase nas funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital, por Consultores Técnico-Legislativos da ELEGIS; visita orientada ao Plenário; e distribuição de Kit Cidadão.</p> <p>2017 - Foram realizadas 15 edições do Projeto Jovem Cidadão (ensino médio e superior), representando apenas 50% do programado, com participação de 898 alunos, sendo 85 de nível superior, além de 39 professores, sendo destes 2 de nível superior. Ressalte-se que, devido à extensão do currículo que compõe o ensino médio, é difícil sensibilizar alunos e professores daquele nível a participarem desse tipo de evento.</p> <p>2018 - Para o exercício de 2018 foi prevista a participação de 1900 estudantes no projeto Jovem Cidadão, tendo sido efetivamente atendidos 1925 alunos da rede de ensino, alcançando-se o índice de 101,3% no atingimento da meta estabelecida para o ano encerrado.</p> <p>2019 - Foram realizadas 26 edições com 2.141 participantes, alcançando o índice de 87% do programado. Destaca-se ser um programa que vem sendo repetido anualmente com sucesso; a realização de 4 edições a menos deve-se à redução da equipe da Escola do Legislativo, e a necessidade de realizar 57 eventos de treinamento interno anteriormente não previstos.</p>													
1467 - INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	%	0,0249	31/12/2014	ANUAL	1,5	0,04	0,0251	0,0359	0,0252	0,0322	0,0253	0,033	CLDF / UO 01101 / OE 1 / UO 1101 / OE 1

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - Com relação ao indicador Participação Popular, constatamos que este ficou muito abaixo do esperado, indicando que foi superestimado e que deve ser futuramente revisto. 2017 - Com relação a este indicador, constatou-se que o resultado se situou acima do esperado, considerando, inclusive, que houve o registro do crescimento da população em referência à última aferição. 2018 - O resultado alcançado para o indicador em 2018 equivale a 0,0322% da população atendida, um avanço de 27,7% em relação ao índice projetado para o exercício, o que reflete um aprimoramento nos serviços de atendimento às demandas apresentadas pela população pelas áreas competentes da Casa. 2019 - Em 2019, através do Programa e-Cidadania, o público pode participar à distância de Audiências Públicas, debates públicos ocorrendo concomitantemente nos ambientes virtual e presencial e da própria elaboração de textos de projetos de lei. A realização das quatro edições do projeto Câmara Mais Perto de Você atingiram um público maior, de 3.630 pessoas.</p>													
1466 - INDICADOR DE RESOLUBILIDADE	%	90	31/12/2014	ANUAL	100	86	100	96,53	100	96,52	100	77	CLDF / UO 01101 / OE 1 / UO 1101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Com relação ao número de demandas solucionadas, ao longo do exercício de 2016, constatamos que o resultado alcançado atingiu um percentual abaixo do esperado. Essa situação deve ser imputada à falta de recursos tecnológicos e humanos para captação e tratamento de informações. 2017 - Este indicador engloba todos os tipos de demandas recebidas pela Ouvidoria. Acrescenta-se que as demandas oriundas de órgãos externos são consideradas finalizadas assim que formalmente respondidas. As demais demandas são consideradas atendidas quando respondidas diretamente pela Ouvidoria ou pelas respectivas unidades organizacionais da CLDF. Em que pese não ter sido alcançado o resultado desejado, constata-se que houve um aumento em relação ao ano anterior. 2018 - O indicador se manteve praticamente inalterado em relação ao ano anterior, em marca superior a 96% de atendimentos das demandas recebidas. 2019 - Em 2019 houve queda, também, do indicador de resolubilidade, para um nível de 77%, devido à alteração significativa dos quadros da CLDF nos setores, devido à troca de legislatura, que impactou significativamente o tempo e índice de respostas.</p>													
1465 - INDICADOR DE TRANSPARÊNCIA	%	0	31/12/2016	ANUAL	70	31	100	98,4	100	98,3	100	80	CLDF / UO 01101 / OE 1 / UO 1101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - No ano de 2016, foram contabilizadas 1030 demandas. O número de demandas em relação a 2015 manteve-se no mesmo nível, porém, considerando os eventos "Câmara em Movimento" realizados conclui-se que a participação por iniciativa própria da população foi maior em 2016. 2017 - O indicador deve refletir o grau de transparência alcançado pela Ouvidoria no efetivo atendimento às demandas de acesso à informação, especificamente no que se refere aos procedimentos previstos na Lei nº 12.527/2011 e no Ato da Mesa Diretora da CLDF nº 57/2016. 2018 - O indicador se manteve praticamente inalterado em relação ao ano anterior, superando a marca de 98% de efetivo atendimento a pedidos de informação formulados pela população. 2019 - O indicador apresentou queda para um nível de 80% de efetivo atendimento a pedidos de informação formulados pela população. Isso se deve ao fato da troca de legislatura, que alterou os quadros da CLDF significativamente e à implantação do novo sistema de tecnologia da informação, o que representou a necessidade de estabelecer novos processos e treinamentos para o acesso à informação.</p>													
1463 - SEMINÁRIOS/CICLO DE PALESTRAS (SOCIEDADE)	%	100	30/11/2014	ANUAL	100	33	100	150	100	105,8	100	0	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1 / UO 1101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Consiste em realização de seminários e ciclo de palestras sobre temas de interesse geral que podem contribuir para a educação política e para as funções legiferante e fiscalizadora, e Cursos de Educação Política, com conteúdos relacionados a Estado e Sociedade, Poderes de Estado, Sistemas de Governo, Sistema Político, Representação Política, História e Autonomia Política do DF, Teorias da Escolha Social, Orçamento e outros afins. Esse foi o único projeto que ficou abaixo do desejado. 2017 - Foram realizados 4 seminários ao longo do ano, a saber: Fórum de Combate à Corrupção; Mais Mulheres na Política; Renovação Política e Transparência Pública - Você faz parte. 2018 - No exercício de 2018, a meta prevista era atender 500 participantes, tendo alcançado um total de 529 participantes distribuídos em 3 seminários promovidos pela Escola do Legislativo. 2019 - Em 2019, não foram realizados seminários e palestras para o público externo pela Escola do Legislativo - ELEGIS, devido à necessidade premente de realização de cursos e treinamentos internos. Em contrapartida, ressalta-se que o Cerimonial da CLDF realizou 500 seminários e eventos em resposta a demandas do Gabinetes Parlamentares.</p>													

As despesas liquidadas em 2019 com a execução de projetos de educação política pela CLDF, sob responsabilidade da Escola do Legislativo (ELEGIS) totalizaram R\$ 224.972,59, uma redução em termos nominais e reais relativo a 2018. Para o Programa **Educação Política**, a meta para os eventos atingiu 150%.

Em 2019, o Núcleo de Projetos Especiais da Escola do Legislativo, realizou as duas edições previstas para o **Projeto Cidadania para Todos**, direcionado a cidadãos da terceira idade - o que constituiu uma melhora considerável sobre os indicadores de 2018, refletindo uma maior capacidade de atração de um público que não tinha proximidade com o Legislativo local e que costuma ter problemas associados à locomoção até o Edifício Sede.

O Programa **Conhecendo o Parlamento**, voltado para estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior, apresentou um resultado inferior ao esperado, reflexo da necessidade de aplicação dos recursos humanos da ELEGIS na realização de 72 eventos não

previstos, mas demandados, de treinamento interno, tanto em termos de cursos in-house, quanto em termos do treinamento para implantação do SEI (56 turmas). Mesmo assim, o Projeto **Jovem Cidadão** (direcionado a alunos do ensino médio) realizou 26 edições com 2.141 participantes, enquanto o Projeto **Cidadão do Futuro**, que tem como público os alunos do ensino fundamental, contabilizou 37 edições com 2.835 participantes.

Foram realizados 500 **eventos e seminários** de iniciativa de Parlamentares, Comissões Parlamentares, Frentes Parlamentares e pelo Programa EcoLegis - um valor cinco vezes maior que o programado, e ampliando consideravelmente o índice de participação popular. O público alcançado pelo sistema **e-Legis**, que permite a participação à distância do cidadão no processo legislativo, também contribuiu para esse resultado.

Com relação ao canal de comunicação com o cidadão da Ouvidoria da CLDF, o projeto de desenvolvimento do sistema de TI de Ouvidoria integrado ao Serviço de Informação ao Cidadão - **eSIC** - foi inteiramente concluído, restando, ao final de 2019, apenas a necessidade de integração com o Sistema de Ouvidorias do GDF, parte do Convênio da **Rede Ouvir/DF**. Assim sendo, foi executado apenas 50% do montante residual deste contrato autorizado para o exercício.

O indicador de **Transparência** apresentou queda para um nível de 80% de efetivo atendimento a pedidos de informação formulados pela população no âmbito da Lei de Acesso à Informação. Isso se deve ao fato da troca de legislatura, que alterou os quadros da CLDF significativamente e à implantação do novo sistema de tecnologia da informação, o que representou a necessidade de estabelecer novos processos e treinamentos para o acesso à informação. Em 2019 houve queda, também, do indicador de **Resolubilidade**, para um nível de 77%, também devido à troca de legislatura e de sistema de TI da Ouvidoria.

O projeto **Câmara Mais Perto de Você**, que também impacta o indicador de **participação popular (1467)**, descentralizou a atuação legislativa para as regiões de Recanto das Emas - 430 Participantes; Sol Nascente e Pôr do Sol - 2.000 Participantes; Rodoviária do Plano Piloto - 400 Participantes; e Planaltina - 800 participantes, totalizando 3.630 participantes, sendo que as lideranças comunitárias receberam curso de formação política e participaram de workshops para definição das pautas prioritárias nos dois dias que antecederam cada evento.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4196 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF	374000,0	24000,0	0	0
0001 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF--DISTRITO FEDERAL	374000,0	24000,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	374000,00	24000,00	0,00	0,00

A dotação orçamentária inicialmente prevista na LOA para o apoio à realização de programas culturais pela CLDF, de R\$ 374 mil, destinava-se à realização do já tradicional Troféu Câmara Legislativa de Cinema, prêmio concedido no âmbito do Festival Brasília de Cinema Internacional. Entretanto, o Troféu Câmara Legislativa de Cinema, em sua edição de 2019, teve a sua realização suspensa por contenção de despesas e, por esta razão, não houve a liquidação de qualquer valor longo do exercício financeiro.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	15000000,0	10000000,0	8910088,13	8910088,13
0001 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-CLDF-DISTRITO FEDERAL	15000000,0	10000000,0	8910088,13	8910088,13
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1400000,0	1850000,0	132844,32	132844,32
6163 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	1400000,0	1850000,0	132844,32	132844,32
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16013000,0	10613000,0	8966150,95	8314749,14
0046 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	16013000,0	10613000,0	8966150,95	8314749,14
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	32413000,00	22463000,00	18009083,40	17357681,59

Em 2019, as despesas no **Programa para Operação Especial** sofreram aumento de 15% em relação a 2018, passando de R\$ 14,8 milhões para R\$ 17 milhões, devido principalmente às mudanças esperadas no regime de previdência social, com a promulgação da Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019 e a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional no. 133, de 2019.

As alterações da **conversão da licença prêmio** em licença servidor introduzidas pela Lei Complementar no. 952, de 2019, que possibilita o pagamento em pecúnia, uma vez por ano, referente a um mês de licença prêmio no caso de servidores com direito adquirido, levou a um aumento de 15% dessa despesa: de R\$ 7,75 milhões em 2018, para R\$8,9 milhões em 2019.

As dotações orçamentárias para **Execução de Sentenças Judiciais** – que se referem, no caso da CLDF, exclusivamente às despesas de pessoal – mantiveram-se praticamente estáveis, com leve queda.

O pagamento da **Verba Indenizatória** do exercício da atividade parlamentar novamente atingiu o nível mais baixo de sua história. Do pico de despesa de R\$ 3,45 milhões em 2016, e despesa de R\$ 1,75 milhões em 2018, o valor executado em 2019 foi ainda menor, de R\$ 1,27 milhões.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3900000,0	2750000,0	2222660,64	1728505,96
5349 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	3900000,0	2750000,0	2222660,64	1728505,96

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2414 - PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA EM INSTITUIÇÕES LIGADAS ÀS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	235000,0	185000,0	113891,04	95659,20
0001 - PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA EM INSTITUIÇÕES LIGADAS ÀS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	235000,0	185000,0	113891,04	95659,20
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	480100,0	330100,0	91802,18	89227,24
9711 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E BEM ESTAR-DISTRITO FEDERAL	480100,0	330100,0	91802,18	89227,24
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	383350000,0	385250000,0	371921746,14	367088225,72
0070 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	383350000,0	385250000,0	371921746,14	367088225,72
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	31550000,0	31550000,0	29439486,31	29420097,78
0062 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	31550000,0	31550000,0	29439486,31	29420097,78
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	38719850,0	21169850,0	17686394,30	15184009,32
0065 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CÂMARA LEGISLATIVA- PLANO PILOTO .	38719850,0	21169850,0	17686394,30	15184009,32
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	14742724,0	6542724,0	4475398,61	2041595,61
0006 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	14742724,0	6542724,0	4475398,61	2041595,61
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	8056550,0	2556550,0	1173121,65	1018838,28
2627 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	8056550,0	2556550,0	1173121,65	1018838,28
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1075600,0	625600,0	431725,66	400014,18
0040 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ESCOLA DO LEGISLATIVO-DISTRITO FEDERAL	1075600,0	625600,0	431725,66	400014,18
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	33610000,0	23310000,0	22742456,45	18708230,56

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0020 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL- CÂMARA LEGISLATIVA DO DF-DISTRITO FEDERAL	1878042,0	22278042,0	22142456,45	18188967,23
0021 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- FUNCIONAMENTO DA TV LEGISLATIVA DA CLDF-DISTRITO FEDERAL	31631958,0	1031958,0	600000,00	519263,33
8706 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- FUNCIONAMENTO DA RÁDIO LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
1006 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF	6090000,0	1460000,0	551602,28	297350,82
0001 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF-- PLANO PILOTO .	6090000,0	1460000,0	551602,28	297350,82
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	521809824,00	475729824,00	450850285,26	436071754,67

O objetivo deste programa é provisionar os recursos orçamentários necessários às despesas de conservação patrimonial, manutenção de serviços administrativos, publicidade institucional, administração de pessoal e concessão de benefícios, gestão e investimento em TI, entre outros. As dotações orçamentárias de 2019 neste programa totalizaram R\$ 436 milhões.

O aumento do gasto com pessoal está associado principalmente ao pagamento da contribuição patronal – IPREV - sobre a folha de pagamento dos servidores efetivos ativos da CLDF. Tal despesa, que anteriormente era contabilizada no âmbito do IPREV, passou a ser contabilizada na CLDF, causando um salto expressivo no volume de despesas liquidadas: de R\$ 245,2 mil em 2017 para R\$ 14,2 milhões em 2018 e R\$ 37,3 milhões em 2019.

A dotação para conservação das estruturas físicas destina-se, principalmente, à manutenção dos elevadores do Edifício Sede e dos serviços de automação predial. No decorrer do exercício, houve cancelamento parcial de R\$ 1,3 milhão das dotações inicialmente previstas para a conservação das estruturas físicas da Sede.

As despesas de investimento da CLDF na área de modernização e tecnologia da informação apresentaram crescimento em 2019 devido à modernização da infraestrutura do parque tecnológico da instituição. Ao longo de 2019, as principais despesas foram a aquisição de 300 novas unidades de microcomputadores (R\$ 1,7 milhão), despesas com licenciamento de direitos permanentes de uso de softwares (R\$ 1,0 milhão) e, por último, a aquisição do painel/sistema eletrônico de votação e acompanhamento das sessões plenárias (R\$ 1,1 milhão), que faz parte de um processo de automação de todo o processo legislativo. Já as despesas correntes realizadas com material e serviços de informática registraram uma redução da ordem de 14,8%.

Os dados comparativos dos últimos quatro anos (2016 a 2019) mostram que o total de despesas realizadas pela CLDF cresceu 21,6% neste período, sendo de 25% o aumento dos gastos com pessoal e encargos sociais, e de 1,0% com a manutenção da Casa. A inflação acumulada no período (IPCA /IBGE) foi de 18,4%. Excluindo o efeito da contribuição patronal (efeito contábil que não gerou aumento de despesas perante o Tesouro do DF), o crescimento nominal das despesas teria sido de 12%, ou seja, uma contração real.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O ano de 2019 viu a modernização na infraestrutura do parque tecnológico da instituição. Ao longo de 2019 as principais despesas foram com a aquisição de 300 novas unidades de microcomputadores (R\$ 1,7 milhão), a aquisição do painel/sistema eletrônico de votação e acompanhamento das sessões plenárias (R\$ 1,1 milhão), e, por último, despesas com licenciamento de direitos permanentes de uso de softwares (R\$ 1,0 milhão). Um novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação foi desenvolvido e aprovado, e um novo projeto, o da automação do processo legislativo de ponta a ponta, iniciado. Além disso, a CLDF implantou o SEI-CLDF, que incluiu, também, em caráter temporário, os processos legislativos.

A Câmara Legislativa continuou seus esforços para tornar o Edifício Sede mais ambientalmente sustentável. Além da redução de consumo de papel que significou a implantação da gestão eletrônica de documentos, a CLDF também iniciou a implantação de mini usina geradora de energia elétrica através de placas fotovoltaicas.

As nomeações de 36 novos servidores públicos também foi destaque em 2019. Infelizmente, restrições orçamentárias não permitiram a reposição do número total de aposentados neste ano.

O ano de 2019 registrou, em termos históricos, a menor despesa com Verba Indenizatória da Atividade Parlamentar.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Poder Legislativo cumpre três funções primordiais para a ordem democrática: representar os cidadãos, legislar e fiscalizar os atos dos poderes públicos. Adotar uma visão cada vez mais integrada dessas funções é desafio que se impõe aos legislativos na atualidade.

Além disso, a disseminação de tecnologias da informação e comunicação permite um maior engajamento da sociedade na esfera pública e quebra fronteiras das mais diversas áreas - inclusive aquelas entre Estado e cidadãos. Para o Poder Legislativo, isso se traduz em maiores oportunidades para participação popular no processo legislativo em todas as suas etapas - desde a proposição e o debate, até a coprodução. A CLDF aumentou a participação popular no processo legislativo em 2019, tendência que se estende desde a última legislatura e deve se aprofundar em 2020.

O principal destaque, em termos da execução orçamentária da CLDF no exercício de 2019, foi o esforço feito para a contenção das despesas. De uma dotação inicialmente prevista na Lei Orçamentária Anual de 2019, de R\$ 556,3 milhões, a dotação orçamentária atualizada em dezembro de 2019 passou a R\$500 milhões, o que significou uma devolução efetiva de R\$ 57,5 milhões ao Tesouro do GDF (Fundo de Saúde e Reserva de Contingência), por meio de 6 Projetos de Lei ao longo do ano (julho a dezembro). A esse montante, soma-se a sobra orçamentária de R\$30,2 milhões ao final do exercício, perfazendo uma economia orçamentária total de R\$ 86,8 milhões, ou 15,6%. A CLDF vem ao encontro, dessa forma, à demanda da sociedade por maior eficiência, eficácia e efetividade do Estado.

Os dados comparativos dos últimos quatro anos (2016 a 2019) mostram que o total de despesas realizadas pela CLDF cresceu 21,6% neste período, sendo de 25% o aumento dos gastos com pessoal e encargos sociais, e de 1,0% com a manutenção da Casa. A inflação acumulada no período (IPCA /IBGE) foi de 18,4%. Excluindo o efeito da contribuição patronal ao IPREV (efeito contábil que não gerou aumento de despesas perante o Tesouro

do DF) o crescimento nominal das despesas teria sido de 12% - ou seja, houve uma contração real de 6,4%.

Em termos de tendências futuras, vivenciamos um aprofundamento das atribuições constitucionais dos parlamentos em todo o mundo, pela ampliação dos canais de representação e participação dos cidadãos, pela demanda pelo aperfeiçoamento da produção legislativa e pelas inovações nas formas de elaboração e acompanhamento das políticas públicas. A Câmara Legislativa, em 2020, realizará seu Planejamento Estratégico Institucional para o decênio 2021-2030, buscando sua própria modernização com foco em resultados concretos e melhorias reais na qualidade das leis aprovadas, da fiscalização de políticas públicas, e na representatividade dos seus processos.

01901 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Resolução 296 de 2017.

A assistência à saúde suplementar compreende todas as ações necessárias à prevenção da doença e à recuperação, à manutenção e à reabilitação da saúde, na forma da Lei Federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e da legislação suplementar.

A assistência à saúde é proporcionada pelo Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – Fascal, fundo de natureza contábil criado pela Resolução nº 38, de 1991, e ratificado pela Resolução nº 105, de 1996.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	10	0	21	0	31
Comissionados sem vínculo efetivo	5	0	0	0	5
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	7	0	7
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	15	0	28	0	43
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	15	0	28	0	43

A força de trabalho vem diminuindo muito a cada dia, é necessário o investimento em contratação de recursos humanos.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000000,0	1000000,0	1000000,00	695413,39
0047 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1000000,0	1000000,00	695413,39

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1000000,00	1000000,00	1000000,00	695413,39

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2042 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF	33836600,0	43501601,0	43485772,74	29212349,25
0001 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF-DISTRITO FEDERAL	33836600,0	43501601,0	43485772,74	29212349,25
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	33836600,00	43501601,00	43485772,74	29212349,25

O total de restos a pagar inscritos demonstra uma grande quantidade de valores que deveriam ser liquidados e pagos em 2019 e não foram em face à falta de recursos humanos para tal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

1. Criação do Comitê de Governança e Gestão Estratégica do FASCAL - Comitê de Decisões:
 - Ampliação dos associados do FASCAL e inclusão de 1.410 novos associados;
 - Opção de impressão de boleto via sistema para associados optantes;
 - Criação de 11 reuniões deliberativas do Comitê.
2. Lançamento do Programa Recupera FASCAL - Recuperação de Créditos:
 - Recuperação dos valores financeiros dos associados do FASCAL;
 - Implantação do procedimento extrajudicial para recuperação de crédito;
 - Realização de 3 turmas de Curso de Educação Financeira.
3. Implantação do Modelo de Faturamento de Processos do FASCAL: Elaboração de Termo de Referência de Implantação do Modelo de Faturamento de Processos do FASCAL.
4. Novo edital de credenciamento de odontologia;
5. Campanhas de prevenção à saúde:
 - Combate ao câncer de mama - outubro rosa;
 - Combate ao câncer de próstata - novembro azul;
 - Realização de campanha de exames periódicos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Cumpridos os objetivos da unidade com quantidade de pessoal muito aquém do desejado. A falta de pessoal e de um sistema de processamento de dados elaborado para as especificidades foram as maiores dificuldades.

Expectativa de maior valorização das demandas do Fundo de Assistência à Saúde da CLDF apresentadas à Mesa Diretora.

02101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Conforme previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, o Tribunal de Contas do Distrito Federal tem a missão de exercer o Controle Externo da administração dos recursos públicos do Distrito Federal, em auxílio à Câmara Legislativa, zelando pela legalidade, legitimidade, efetividade, eficácia, eficiência e economicidade na gestão desses recursos.

De acordo com a Lei Orgânica do DF, a Lei Complementar do Distrito Federal nº 1 de 09/05/94 e, ainda, segundo o disposto no Regimento Interno do Tribunal, o TCDF tem por principais competências:

I. apreciar, mediante emissão de parecer prévio, as contas anuais do Governador e julgar aquelas relativas aos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos;

II. apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

III. avaliar a execução das metas estabelecidas no Plano Plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual;

IV. realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo;

V. fiscalizar as aplicações do Poder Público em empresas de cujo capital social o Distrito Federal participe de forma direta ou indireta;

VI. fiscalizar a aplicação de recursos repassados ou recebidos pelo Distrito Federal, a qualquer título;

VII. atender às solicitações da Câmara Legislativa relativas às atividades de Controle Externo;

VIII. aplicar, em caso de ilegalidade ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei e sustar, se o Tribunal não for atendido, a execução de ato impugnado.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	79	165	95	107	446
Comissionados sem vínculo efetivo	45	51	0	0	96
Requisitados de órgãos do GDF	26	20	0	0	46
Requisitados de órgãos fora do GDF	4	11	0	0	15
Estagiários	0	0	89	31	120
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	4	9	13

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Subtotal	154	247	188	147	736
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	1	5	6
Total Geral	154	247	187	142	730

*Outros: refere-se às secretárias (os) terceirizadas (os).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	100000,0	100000,0	0	0
6165 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	100000,0	100000,0	0	0
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	10500000,0	6850000,0	6841977,67	6841977,67
0045 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	10500000,0	6850000,0	6841977,67	6841977,67
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12051000,0	6462000,0	6398068,32	5959715,15
0013 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	12051000,0	6462000,0	6398068,32	5959715,15
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	22651000,00	13412000,00	13240045,99	12801692,82

Não informado pela unidade.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	200000,0	0,0	0	0
9817 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- PLANO PILOTO .	200000,0	0,0	0	0
2386 - MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	50000,0	0,0	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO-TRIBUNAL DE CONTAS- DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	16396000,0	7296000,0	7257343,64	1802628,17

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9702 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	16396000,0	7296000,0	7257343,64	1802628,17
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3600000,0	2621000,0	2619165,63	2206973,35
5363 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	3600000,0	2621000,0	2619165,63	2206973,35
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	1850000,0	1625000,0	1624408,96	1389027,44
9637 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	1850000,0	1625000,0	1624408,96	1389027,44
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	274289659,0	269415659,0	267877002,37	267877002,37
0021 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	274289659,0	269415659,0	267877002,37	267877002,37
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	50450000,0	42527800,0	42440376,28	42440376,28
0020 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	50450000,0	42527800,0	42440376,28	42440376,28
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	34908800,0	25079000,0	24308164,28	21749193,92
0019 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	34908800,0	25079000,0	24308164,28	21749193,92
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5739000,0	2664000,0	2658370,74	2051717,71
0005 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	5739000,0	2664000,0	2658370,74	2051717,71
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4627000,0	1600000,0	1580484,37	1156889,79
2568 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	4627000,0	1600000,0	1580484,37	1156889,79
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1323400,0	362400,0	360876,84	357510,84
0035 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	1323400,0	362400,0	360876,84	357510,84
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	315600,0	31600,0	30671,80	27990,20

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0008 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL - TRIBUNAL DE CONTAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	315600,0	31600,0	30671,80	27990,20
9065 - TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	130000,0	96000,0	95868,20	95868,20
0001 - TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS-TCDF- PLANO PILOTO	130000,0	96000,0	95868,20	95868,20
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	393879459,00	353318459,00	350852733,11	341155178,27

As atividades de controle externo compreendem basicamente a realização, pelas Secretarias de Controle Externo, de fiscalizações externas — auditorias, inspeções, monitoramentos e levantamentos — e de instrução de processos, incluindo-se os atos de concessão utilizando o Sistema de Registro de Atos de Concessão (SIRAC), que depois de finalizadas são submetidas à apreciação do Plenário do Tribunal. As principais realizações finalísticas estão a seguir discriminadas:

Fiscalizações Externas

Fiscalizações Realizadas

2017	2018	2019
116	108	60

Instrução de Processos

Processos Instruídos

2017	2018	2019
5.731	5.260	4.125

Instrução de Atos de Concessão - SIRAC

Instrução de Atos de Concessão

2017	2018	2019
5.575	4.857	1.802

Apreciação de Processos pelo Plenário

Decisões Plenárias

2017	2018	2019
6.350	6.278	4.708

Conforme se verifica a partir dos dados das fiscalizações realizadas no triênio 2017/2019, houve decréscimo em todas as atividades, sendo de 48% nas fiscalizações externas, de 28% nas instruções processuais, de 67% nas instruções de atos de concessão e de 26% nas decisões plenárias. A redução havida na instrução de atos de concessão justifica-se devido a mudança estrutural da unidade responsável (SEFIPE) e aumento da demanda de serviços extraordinários, tais como representações. Ademais, atribui-se essa perda de desempenho, especialmente, à redução do número de auditores lotados nas unidades encarregadas dessas atribuições, o que se espera seja revertido, ao menos em parte, com a reposição desses servidores mediante concurso público previsto para o exercício de 2020.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em complemento às ações de fiscalização acima descritas, o Tribunal tem atuado de forma proativa na orientação dos entes jurisdicionados, mediante a promoção de eventos de integração e compartilhamento de informações, consubstanciados em palestras, reuniões e visitas, entre outros, que visam, sobretudo, evitar e corrigir erros que possam causar prejuízos ao erário. Nesse contexto, além da realização de auditorias de regularidade, esta Corte tem privilegiado a realização de auditorias operacionais que visem ao aperfeiçoamento de atividades e de programas, de responsabilidade dos entes distritais.

Por fim, ressalta-se que o Tribunal de Contas do Distrito Federal tem desenvolvido atividades e projetos objetivando, sobretudo, o aprimoramento de sua forma de atuação, com vistas à oferta de melhor serviço público à população do Distrito Federal. A capacitação de seu quadro de pessoal e a modernização de equipamentos, instalações e processos de trabalho nas áreas meio e fim do Tribunal tem possibilitado a esta Corte de Contas exercer as suas competências com atendimento aos princípios de economia, eficiência e eficácia.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Tribunal tem envidado esforços no sentido de manter atualizado seu conjunto normativo em resposta às alterações nas normas federais e distritais que regulam a sua atividade finalística, bem como outras matérias das áreas de suporte, a exemplo das áreas de pessoal, orçamentária, financeira, patrimonial, contábil, dentre outras.

Além disso, apesar das limitações orçamentárias e financeiras por que passa o Distrito Federal, o Tribunal tem despendido esforços para manutenção do quantitativo de pessoal em seus quadros, de forma a dispor de força de trabalho compatível com as crescentes demandas que lhe são apresentadas.

Para 2020, na área administrativa, uma das prioridades desta Casa é realizar a modernização nos seus processos de trabalho, tendo como base amplo diagnóstico organizacional realizado no ano de 2018 em todas unidades do TCDF.

Na área de controle externo, o TCDF continuará estabelecendo acordos e termos de parceria com outros órgãos de fiscalização, de controle e de inteligência, para ampliar a eficiência e a eficácia das suas atividades finalísticas.

Neste contexto, o exercício de 2020 apresenta-se promissor, tendo em vista a expectativa de aperfeiçoamento e evolução da forma de atuação do Tribunal, em sintonia com as avançadas práticas utilizadas pelos mais modernos órgãos brasileiros de fiscalização e controle.

09101 - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Criada por meio do Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, teve sua estrutura alterada pelos Decretos nº 33.583, de 16 de março de 2012, e nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, e Decretos nº 36.839 e nº 36.840 - DODF nº 207 - suplemento-A, que alterou também sua denominação para Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

Em 2019, o Decreto nº 39.610 de 01 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal, altera a estrutura e a denominação da Pasta para Casa Civil do Distrito Federal, com status de Secretaria de Estado.

Em 18 de junho de 2019, o Decreto nº 39.898, cria a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, e as atividades relativas ao apoio operacional, administrativo, orçamentário e financeiro serão desempenhados pela Casa Civil.

A Lei nº 6.372, de 11 de setembro de 2019, dispõe sobre a criação da Secretaria Extraordinária da Pessoa Com Deficiência, sendo as atividades de apoio operacional, administrativo, jurídico, orçamentário e financeiro desempenhados pela Casa Civil, e;

E por fim, o Decreto nº 40.327, de 19 de dezembro de 2019, transfere para esta Pasta as atividades de apoio operacional e administrativos, bem com os recursos orçamentários-financeiros para o exercício de 2020 da Secretaria de Estado da Juventude do Distrito Federal.

Conforme o Decreto nº 39.610/2019 e alterações, a Casa Civil, é o órgão de apoio e assessoramento administrativo e político ao Governador, com atuação e competência para:

- I. verificar previamente os requisitos formais e pessoais dos atos administrativos de nomeações em cargos, bem como indicações e designações para órgãos de deliberação coletiva submetidos à apreciação do Governador,
- II. coordenar a articulação político-governamental da Administração Pública direta e indireta,
- III. coordenar o planejamento territorial, respeitadas as competências da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Secretaria de Estado de Economia,
- IV. realizar a gestão orçamentária e financeira do Gabinete do Governador do Distrito Federal,
- V. publicar os atos oficiais,
- VI. analisar as proposições de decreto ou de projeto de lei a serem submetidas ao Governador quanto à conveniência, à oportunidade e à compatibilização da matéria nela tratada com as políticas e diretrizes do Governo,
- VII. fomentar e promover a implantação de mecanismos de governança, compliance e inovação nos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta,
- VIII. articular, com os demais órgãos e entidades públicas e privadas projetos e ações de governança, compliance e inovação,
- IX. promover a organização da participação social e do exercício da democracia participativa na gestão pública, em nível local,
- X. auxiliar a atuação do Governo do Distrito Federal, como participante acionário, na interlocução com as empresas estatais,

- XI. promover a atuação integrada das empresas estatais com o Distrito Federal, de forma que contribua para a implementação das políticas públicas no Distrito Federal,
- XII. auxiliar o Distrito Federal na atualização e compêndio do rol de legislação aplicável às empresas estatais,
- XIII. propor boas práticas de governança corporativa a serem adotadas pelas empresas estatais distritais, e;
- XIV. auxiliar o GDF na atualização e compêndio do rol de legislação aplicável às empresas estatais.

A estrutura da Casa Civil do Distrito Federal, para o cumprimento de suas competências legais e execução de suas atividades, foi publicada no Decreto nº 39.725, de 19 de março de 2019.

Vinculam-se também Casa Civil do Distrito Federal, conforme Decretos de nº 39.610/2019:

- I - o Conselho de Governo
- II - o Arquivo Público.

Além das informações atinentes à Casa Civil, este relatório contempla as informações das atividades do Gabinete do Governador, Casa Militar, Cerimonial, Escritório de Assuntos Internacionais, Secretaria de Estado de Governo, Secretaria de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal, Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Estado de Juventude do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal, haja vista que, compete a Casa Civil as atividades de apoio operacional, administrativo, orçamentário e financeiro.

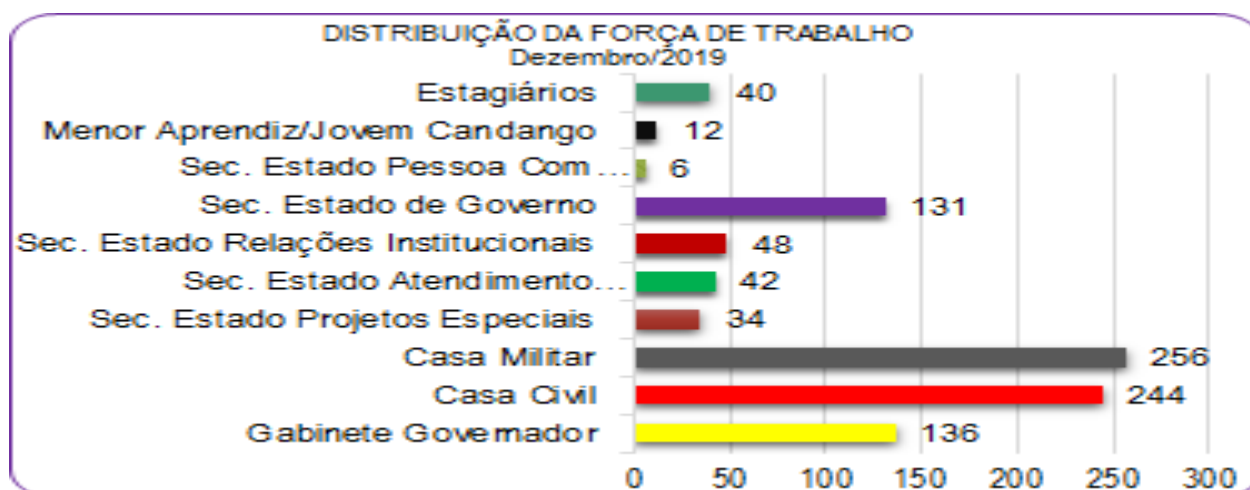
FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	38	11	34	20	103
Comissionados sem vínculo efetivo	124	389	0	0	513
Requisitados de órgãos do GDF	36	61	5	8	110
Requisitados de órgãos fora do GDF	5	7	0	0	12
Estagiários	0	0	40	0	40
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	12	0	12
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	40	119	0	0	159
Subtotal	243	597	91	28	949
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	17	3	20
Total Geral	243	597	74	25	929

A força de trabalho está distribuída entre Gabinete do Governador, Casa Militar, Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal, Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal,

Secretaria de Estado da Juventude do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal e Secretaria de Atendimento Comunitário do Distrito Federal, além dos estagiários e menores aprendizes distribuídos nesses órgãos.

No gráfico a seguir a composição e o detalhamento da força de trabalho:



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	200000,0	0,0	0	0
0021 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
3042 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA	500000,0	0,0	0	0
0002 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA-SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA AVALIAÇÃO DE ESTUDOS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	500000,0	14513,0	14512,50	14512,50
0018 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-TREINAMENTO E CERTIFICAÇÃO EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS-DISTRITO FEDERAL	500000,0	14513,0	14512,50	14512,50
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	250000,0	0,00	0	0
5761 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-ESCOLA DE FORMAÇÃO CIDADÃ-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,00	0	0
5771 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CAPACITAÇÃO DE PESSOAS DAS INCUBADORAS SOCIAIS-DISTRITO FEDERAL	150000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	1450000,00	14513,00	14512,50	14512,50

O Programa Gestão para resultados destina-se a promover a eficiência e a eficácia da máquina administrativa, visando ao equilíbrio fiscal e à gestão eficiente de recursos financeiros, orçamentários, humanos e tecnológicos, e a assegurar transparência no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e ações do Governo.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal CDES/DF, foi extinto pelo Decreto nº 39.656, de 06 de fevereiro de 2019, em função da organização da estrutura da administração pública do Distrito Federal.

A ação de consultorias técnicas em gestão pública, esta sendo redesenhada pela Secretaria de Estado de Projetos Especiais.

Em 2019, realizou-se investimento em treinamentos com vistas a fortalecer o corpo técnico responsável pelos estudos de parcerias público privadas no Distrito Federal, nos cursos "Planejamento e Gestão das PPP's e Estruturação de Projetos e Gestão de Contratos de PPP em Saúde".

As ações de fortalecimento da atuação de Organizações da Sociedade Civil do Distrito Federal por meio de orientação, capacitação e assessoria técnica a respeito do Marco Regulatório do Terceiro Setor, passam por reestruturações e realinhamento, fato que inviabilizou a execução das ações previstas no programa.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	500000,0	0,0	0	0
0001 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS-REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO EM MODELAGEM E COOPERAÇÃO TÉCNICA EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	0	3900,0	0	0
0025 - REFORMA DE FEIRAS-PROGRAMA A FEIRA É NOSSA-DISTRITO FEDERAL	0	3900,0	0	0
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	100000,0	0,0	0	0
0001 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA-REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA - CONCHA ACUSTICA- PLANO PILOTO .	100000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	600000,00	3900,00	0,00	0,00

Alavancar o eixo econômico da Capital Federal com investimentos na melhoria do ambiente de negócios é condição primordial para que se obtenha excelente nível de atratividade como os principais destinos de investimentos do país. Políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda e de inovação suprem a capital do país com condições singulares para atrair negócios e investimentos ao centro do País.

A Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal, na coordenação e gerenciamento dos programas e projetos especiais do governo no âmbito do Distrito Federal, realizou estudos e proposições de parcerias público privadas, sem a utilização de recursos orçamentários. Em destaque:

- **AVENIDA DAS CIDADES**

Objetivo: Trata-se de projeto de mobilidade e de desenvolvimento urbano, cujo objetivo central é contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, que será implementado a partir do aterramento/remanejamento do conjunto de linhas aéreas de alta tensão que atravessam a região sudoeste do Distrito Federal, desde a subestação Brasília Geral, localizada às margens da Via EPIA, passando pela subestação Brasília Sul, localizada no Subcentro Leste da Samambaia, até a subestação Samambaia.

Status: Estudos sob análise.

- **RESTAURANTES COMUNITÁRIOS**

Objetivo: Os Restaurantes Comunitários são equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, cujo objetivo é o fornecimento de refeições a um preço acessível. O público prioritário é aquele que vive em situação de insegurança alimentar ou em vulnerabilidade social. O projeto visa à construção, manutenção e operação de 6 (seis) novos Restaurantes Comunitários, bem assim a revitalização/modernização, manutenção e operação dos 14 (quatorze) já existentes.

Status: Requerimentos sob análise.

- **SHOPPING POPULAR**

Objetivo: Visando dar soluções que viabilizem a melhor exploração das atividades ali exercidas e que também proporcionem serviços de qualidade, conforto e segurança para seus usuários, comerciantes, clientes e fornecedores em geral, faz-se necessário um projeto que objetive a revitalização/modernização, manutenção e operação do Shopping Popular do Distrito Federal, a ser assumido pelo parceiro privado.

O projeto conta com uma área útil de 40.000 m², e está localizado ao lado da rodoferroviária, em uma área nobre e de fácil acesso, no fim do eixo monumental, via essa que corta a cidade no eixo oeste.

Status: Aguardando entrega dos requerimentos. Prazo para entrega até 06/01/2020.

- **POSTES MULTIUSO**

Objetivos: Visando dar soluções que viabilizem a melhor exploração das atividades ali exercidas e que também proporcionem serviços de qualidade, conforto e segurança para seus usuários, comerciantes, clientes e fornecedores em geral, faz-se necessário um projeto que objetive a instalação de postes multiuso em espaços públicos, para melhoria do sinal de telecomunicação e implantação de câmeras de monitoramento, a ser assumido pelo parceiro privado

Status: Elaboração do Edital de Chamamento Público.

- **PROJETO DO SISTEMA PRISIONAL**

Objetivo: A implantação do Sistema de Cogestão, na gestão de estabelecimentos prisionais, diante da realidade carcerária vivida por várias décadas em nosso país, enseja aspectos extremamente positivos, principalmente, na possibilidade real e concreta do cumprimento do que determina a Lei de Execução Penal, bem como a manutenção física, hidráulica e elétrica das instalações das unidades, de seus equipamentos, frota e capacitação permanente da mão de obra.

Dessa forma, pretende-se realizar procedimento licitatório viabilizando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços e no fornecimento de bens/equipamentos necessários ao funcionamento adequado e ao atendimento de todas as necessidades para a operação dos 4 (quatro) Centros de Detenção Provisória - CDPs, que estão sendo construídos no Complexo Penitenciário situado na Fazenda Papuda/DF.

Status: Processo iniciado na SEPE e está sendo desenvolvido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública.

- **PROGRAMA ADOTE UMA PRAÇA**

Objetivo: O "Programa Adote uma Praça", regulamentado pelo Decreto nº 39.690/2019, deve ser desenvolvido com a participação espontânea de pessoas físicas ou jurídicas, interessadas em manter e organizar os logradouros públicos locais, bem como urbanizar e embelezar espaços e bens públicos, por meio de projeto próprio ou de iniciativa do Estado.

O Adote uma Praça tem por escopo a celebração de termos de cooperação entre o Distrito Federal e particulares interessados em realizar benfeitorias e manutenção em mobiliários urbanos e logradouros públicos, promovendo melhorias urbanas, culturais, sociais, tecnológicas, esportivas, ambientais e paisagísticas.

Status: Atualmente o projeto se encontra com 34 propostas de adoção recebidas e 15 Termos de Cooperação assinados.

- **PROGRAMA FEIRA LEGAL**

Objetivo: Parceria com o Banco de Brasília – BRB - para requalificação e modernização das 42 (quarenta e duas) Feiras Livres do DF no que concerne às áreas comuns à população, e também para a criação de sistemas integrados e pontuais de gestão dos permissionários através de aplicativo (APP) desenvolvido pelo BRB.

Status: A primeira fase do programa foi a identificação das 10 (dez) feiras que seriam atendidas inicialmente. Atualmente, a SECID está fazendo o cadastramento dos feirantes para posterior inserção dos feirantes no aplicativo. O BRB irá lançar Edital de Chamamento Público para a contratação de parceiro que fará o diagnóstico das feiras, tanto no que se refere à situação estrutural quanto no que concerne aos impactos sociais.

- **CORREDOR CULTURAL DO BANCO DE BRASÍLIA - CCBRB**

Objetivo: Tem como objeto a transferência do Distrito Federal ao BRB da gestão do Complexo Urbanístico da Torre de TV, composto: (i) pela Torre de TV de Brasília; (ii) pela Fonte Luminosa da Torre de TV; (iii) pela Feira de Artesanato da Torre de TV de Brasília; e (iv) pelo Jardim Burle Marx; visando à reativação e à revitalização destes espaços e viabilização de demais projetos que comporão o Corredor Cultural do Banco de Brasília – CCBRB.

O acordo, com vigência de 240 meses, apresenta Cronograma de Desembolso Mensal para o primeiro ano do projeto no valor estimado de R\$ 44.120.000,00 (quarenta e quatro milhões e cento e vinte mil reais).

Status: Termo de Cooperação Técnica assinado em 29 de outubro de 2019. O BRB vem desenvolvendo o projeto para poder dar início à revitalização do espaço.

- **PROGRAMA CAPITALIZA DF**

Objetivo: Consiste em Projeto de Lei Complementar que tem como objetivo o aprimoramento e a modernização da gestão pública, possibilitando a monetização do Distrito Federal, por meio da prévia identificação para possível alienação ou permuta de ativos imobiliários, além da possibilidade de constituição de fundos de ativos imobiliários.

Status: Minuta de Projeto de Lei Complementar desenvolvida pela SEPE e encaminhada para a SEEC e para a AJL da Casa Civil para apreciação;

Realizada a identificação e caracterização dos ativos subutilizados das Secretarias de Saúde e Educação para compor o referido Programa;

Tramitação de 6 (seis) processos que aguardam manifestação dos entes envolvidos para encaminhamento do Projeto de Lei de desafetação à Câmara Legislativa.

- **PROGRAMA REURB DF**

Objetivo: Refere-se ao Decreto de nº 40.254/2019, de 12 de novembro de 2019, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis aos processos de Regularização Fundiária Urbana – REURB - no Distrito Federal. Será promovido mediante legitimação fundiária e somente poderá ser aplicado nos núcleos urbanos informais comprovadamente existentes, na forma da Lei, até 22 de dezembro de 2016, trazendo cidadania a milhares de famílias que terão área titulada de forma gratuita.

Status: Publicado o decreto.

- **PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

Objetivo: O projeto visa incorporar soluções de engenharia e de tecnologia da informação à manutenção e operação do parque de Iluminação Pública do Distrito Federal, por meio de parceria público-privada.

A parceria público-privada garantirá a continuidade, manutenção, agilidade e a flexibilidade da operação, e a inovação tecnológica alinhada ao conceito de cidades inteligentes (smart cities). A modernização obtida com a substituição das luminárias de vapor de sódio por luminárias inteligentes de LED impactará na redução do gasto de energia e da poluição luminosa, além de viabilizar soluções eficientes para a prestação de serviços públicos, tais como a distribuição de redes Wi-fi, e o monitoramento de identificação de crimes em tempo real em todo território do Distrito Federal.

Status: Em fase de conclusão da Nota Técnica referente aos estudos.

- **RESÍDUOS SÓLIDOS**

Objetivo: A implementação efetiva da Política Nacional e da Política Distrital de Resíduos Sólidos prevê a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade, o que indica a necessidade de coordenação das ações, um dos objetivos deste projeto.

Recuperar a área do Aterro Controlado do Jóquei sem onerar os cofres públicos através de projetos de Parceria Público-privada, que obterá sua receita a partir da venda de eletricidade e da cobrança de taxa de destinação final de resíduos.

Status: Técnicos da Subsecretaria de Estruturação e Gestão de Projetos (SEGP) estudaram a gestão da cadeia de resíduos sólidos do Distrito Federal em visitas locais e por meio de dados oriundos do Plano Distrital de Gestão de Resíduos Sólidos do Distrito Federal e dados fornecidos pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU). Após esta fase foi feita uma modelagem preliminar de um Programa de Gestão de Resíduos Sólidos para o DF e Entorno, no qual constam 7 atividades a serem desenvolvidas com foco em sua concessão para a iniciativa privada, descritos a seguir:

1. Atividade 1: Recuperação da área do Aterro Controlado do Jóquei + Aterro Sanitário localizado no Entorno - (Recuperação/Remediação da área do Aterro do Jóquei com implementação de Área de Tratamento de Resíduos da Construção Civil – ATRcc + Implantação de Usina Waste to Energy – WTE; Implantação de Aterro Sanitário Classes 1 e 2 + Central de Triagem);
 2. Atividade 2: Instalação de duas Áreas de Tratamento e Transbordo de RCC;
 3. Atividade 3: Biodigestão e Compostagem de Orgânicos, inclusive lodo da CAESB + Áreas de Transbordo de Sobradinho, Gama e Brazlândia;
 4. Atividade 4: Gestão do Aterro Sanitário de Brasília (ABS) (aproveitamento do gás (inclusive das ETEs da CAESB) + planta de tratamento de chorume);
 5. Atividade 5: Implantação de Central de Comercialização de recicláveis com gestão profissional;
 6. Atividade 6: Implantação de Central de Triagem e Tratamento de Resíduos no entorno;
 7. Atividade 7: Para estudos posteriores, a implantação de central de produção de CDR.
- COMPLEXO ESPORTIVO E DE LAZER DO GUARÁ - GRUPO II - ESTÁDIO ANTÔNIO OTONI FILHO, GINÁSIO DE ESPORTES E CLUBE VIZINHANÇA

Objetivo: O projeto tem como finalidade a concessão à iniciativa privada, da manutenção e operação de equipamentos públicos localizados no Complexo Esportivo e de Lazer do Guará – CAVE - Estádio Antônio Otoni Filho, Ginásio de esportes e Clube Vizinhança.

O Estádio Antônio Otoni Filho, Ginásio de esportes, e o Clube Vizinhança (Grupo 2), cujo projeto prevê a redistribuição e qualificação de todo o seu espaço, de modo a incentivar a prática de atividades esportivas e de recreação com produtos e serviços que atendam às necessidades dos usuários.

A integração dos equipamentos esportivos constituirá um novo Clube Vizinhança, que contará com estádio de futebol, arena multiuso, piscinas, churrasqueiras, quadras poliesportivas, quadras de tênis e playground que abrigarão eventos esportivos, lojas de esporte e vestuário, lanchonetes, academia e outros serviços recreativos.

Status: Processo encaminhado para análise do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.

• **CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DE MEDICAMENTOS**

Objetivo: O Distrito Federal possui hoje, um processo de distribuição de medicamentos que necessita de melhoramentos, desde a sua estrutura física do Centro de Distribuição, à logística de distribuição dos medicamentos.

Pensando nisso, o Governo do Distrito Federal publicou em outubro de 2019, o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), instrumento que a administração pública utiliza para conceder oportunidades ao setor privado a fim de obter estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica, na modelagem administrativa, para a construção de centro de distribuição, revitalização/modernização, operação e manutenção de rede logística de medicamentos, hormônios, vacinas, soros, insumos e itens de nutrição da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Status: O governo aguarda, a manifestação das empresas interessadas a fazerem os estudos deste projeto para posteriormente, publicar, em meio oficial, as empresas que estarão autorizadas a fazerem os estudos.

• **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA GESTÃO/MANUTENÇÃO DA TORRE DE TV**

Objetivo: Em 19 de junho de 2019, o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Projetos Especiais, da Secretaria de Estado de Turismo, juntamente com o Banco de Brasília S.A e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, celebraram Protocolo de Intenções com vistas a apurar formas de colaboração visando auxiliar o desenvolvimento de ações voltadas ao interesse público, sugerindo soluções para a valorização e fomento do turismo no Distrito Federal.

Tem como objeto a transferência pelo Distrito Federal ao BRB da gestão do Complexo Urbanístico da Torre de TV, composto: pela Torre de TV de Brasília, Fonte Luminosa da Torre de TV, Feira de Artesanato da Torre de TV de Brasília e pelo Jardim Burle Marx, visando à reativação e à revitalização destes espaços e viabilização de demais projetos que compõem o Corredor Cultural do Banco de Brasília – CCBRB1.

Levantamentos realizados previamente à celebração do acordo apontavam que a manutenção do Complexo Urbanístico da Torre de TV representa um custo anual aos cofres públicos na ordem de R\$ R\$ 1.588.800,00 (um milhão, quinhentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais). Todavia, em atenção às reais necessidades para o pleno funcionamento do mobiliário público, seria necessário o valor estimado de R\$ 3.474.000,00 (três milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil reais), por ano.

Status: Acordo já assinado em fase de execução.

A ação de reforma de feiras, transposta da extinta a Secretaria de Estado de Cidades do Distrito Federal e incluídas no orçamento desta Pasta por força Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, teve sua execução frustrada em função da reorganização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal.

A revitalização da orla está inserida no programa "Brasília Capital das Águas". O programa visa à execução de ações de revitalização nos sistemas públicos de abastecimento de água para irrigação na Bacia do Descoberto, com a proposição de melhoria da eficiência na condução e distribuição de água aos usuários, incluindo a adequação e/ou recuperação das estruturas hidráulicas existentes. A execução do programa e as ações foram transferidas para Subsecretaria de Assuntos Estratégicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SUEST/SEMA/DF, em atendimento ao Ofício SEI-GDF Nº 47/2019 - GAG/GAB, de 30 de janeiro de 2019, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	6377920,0	6377921,00	0	0
0173 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS E CICLOVIAS, DE DECK'S, DE PAISAGISMO E PLANTIO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL BRASÍLIA CAPITAL DAS ÁGUAS-DISTRITO FEDERAL	6377920,0	6377920,0	0	0
0256 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF-DISTRITO FEDERAL	0	1,00	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	388000,0	388000,0	0	0
0017 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS- LEVANTAMENTOS, ESTUDOS E PROJETOS PRELIMINARES E EXECUTIVOS DE ARQUITETURA, PAVIMENTAÇÃO, INFRAESTRUTURA URB, ILUMINAÇÃO BRASÍLIA CAPITAL DAS ÁGUAS- DISTRITO FEDERAL	388000,0	388000,0	0	0
3590 - IMPLANTAÇÃO DE ADUTORAS	290400,0	290400,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE ADUTORAS-USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA NA AGROPECUÁRIA BRASÍLIA CAPITAL DAS ÁGUAS-DISTRITO FEDERAL	290400,0	290400,0	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	0	1560,0	0	0
0004 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-PROGRAMA CRIANÇA COSCIENTE CIDADE SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	0	1560,0	0	0
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	4418680,0	4418680,0	0	0
0004 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-APOIAR, EXECUTAR PROJETOS DE ADEQUAÇÃO E MELHORIAS DE ESTRADAS RURAIS, SISTEMAS CAPTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA BRASÍLIA CAPITAL DAS ÁGUAS-DISTRITO FEDERAL	4418680,0	4418680,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	11475000,00	11476561,00	0,00	0,00

A meta é assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental, com a certeza da proteção do meio ambiente para as gerações futuras, destacando as ações que garantam fornecimento de energia elétrica, eficiência energética e diversificação da matriz, a fim de adaptar e mitigar as mudanças climáticas. As agendas relativas a mudanças climáticas, energia solar e eficiência energética constituem oportunidades ao desenvolvimento sustentável do DF.

O programa "Brasília Capital das Águas", visa à execução de ações de revitalização nos sistemas públicos de abastecimento de água para irrigação na Bacia do Descoberto, com a proposição de melhoria da eficiência na condução e distribuição de água aos usuários, incluindo a adequação e/ou recuperação das estruturas hidráulicas existentes, com recursos advindos de operação de crédito junto ao Banco FONPLATA. A execução do programa e as ações foram transferidas para Subsecretaria de Assuntos Estratégicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SUEST/SEMA/DF, em atendimento ao Ofício SEI-GDF Nº 47/2019 -GAG/GAB, de 30 de janeiro de 2019, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal.

Em função da reorganização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal, as ações de obras de urbanização SOS/DF e criança consciente cidade sustentável, da extinta a Secretaria de Estado de Cidades do Distrito Federal, incluídas no orçamento desta Pasta por força Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, ficou sem execução orçamentária.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	200000,0	233768,0	203236,32	165341,54
0056 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIDADES LIMPAS- PLANO PILOTO .	0	227768,0	197768,00	159873,22
8535 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA--DISTRITO FEDERAL	200000,0	6000,0	5468,32	5468,32
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	210000,0	200,0	0	0
0056 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-MOVIMENTOS SOCIAIS, FAMILIARES, MIGRANTES E DE INCLUSÃO SOCIAL BRASÍLIA CIDADÃ-DISTRITO FEDERAL	100000,0	200,0	0	0
0055 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-3º FORUM BRASÍLIA CIDADÃ-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
0087 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-"LEVANTA DF SOCIAL" --DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	150000,0	228,0	0	0
0061 - APOIO A PROJETOS-CESSÃO DE USO DE SALAS NA ESTAÇÃO DO METRÔ 114 SUL PARA ATENDIMENTO EM ATIVIDADES E SERVIÇOS GRATUITOS À POPULAÇÃO POR MEIO DE PARCERIA COM OSCIP'S-DISTRITO FEDERAL	150000,0	228,0	0	0
2512 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	10000,0	1537,0	0	0
0002 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA--DISTRITO FEDERAL	10000,0	1537,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2516 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES	10000,0	7800,0	0	0
0002 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES--DISTRITO FEDERAL	10000,0	7800,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	580000,00	243533,00	203236,32	165341,54

O programa destina-se a promover a defesa e a garantia dos direitos humanos, assegurando a cidadania plena, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade, e a implantar políticas públicas voltadas à inclusão social e econômica.

Em 2019, com vistas a assistir e ressocializar sentenciados, esta Casa atendeu aproximadamente 20 (vinte) internos, que prestaram serviços de garçons, copeiragem e serviços gerais, nas dependências da Casa Civil e demais Órgãos vinculados.

O Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, ao reorganizar a estrutura da Administração Pública do Distrito Federal, criou a Secretaria de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal-SERINS, com competências de articulação do Setor Público com a Sociedade Civil, Categorias Profissionais, Movimentos Sociais e do Terceiro Setor.

A Secretaria, primou pela execução racional e adequada ao quadro de crise que se instalou no país, de modo a alcançar o resultado esperado. Embora atuando em diversos setores do Governo do Distrito Federal, não utilizou os recursos orçamentários de suas ações, seja na realização de eventos sociais, apoio a OSCIP's, coleta seletiva ou de inclusão social. A seguir um briefing da atuação da Secretaria.

A Coordenação de Participação Popular e Movimentos Sociais – COPPMS, criada com a missão de promover o diálogo franco e permanente com segmentos organizados da cidade, integra dentre as atribuições: a interlocução e articulação com movimentos sociais, lideranças, prefeituras comunitárias, associações, comissão de moradores e dentre outros. Em 2019 somaram 127 reuniões, nas quais os assuntos trazidos à pauta foram desde temas fundiários, passando por questões ligadas à assistência social, até infraestrutura e mobilidade. A seguir, alguns pontos das agendas/reuniões:

- Associação dos Microempreendedores de Sobradinho
- Associação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro
- Conselho de Entidades e Promoção e Assistência Social - CEPAS
- Associação DF acolha Projeto Agricultura Familiar - ASDFAC
- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG
- Associação Grito de Terra Brasil
- Reunião com os Feirantes da Torre
- Lançamento da Frente Parlamentar da Agricultura
- SPU - Política de Regularização de Terras Públicas Rurais
- Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social - CEPAS;
- Reunião Mais Creches
- Reunião MIS - Terracap e Seduh
- Ato político cultural de abertura da Marcha das Margaridas

- Reunião sobre o evento "1º Fórum BRICS em Brasília"
- Reunião - Grupo Técnico BRICS

Outros temas que demandaram a atuação da COPPMS como ator estratégico do governo:

1.MARCHA DAS MARGARIDAS

Recebemos a diretoria da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG que solicitou o apoio do Governo de Brasília para a realização da Marcha das Margaridas, evento que reuniu cerca de 100 (cem) mil mulheres camponesas em agosto de 2019.

2.EXPANSÃO DOS COMERCIOS LOCAIS DA ASA SUL, "PUXADINHOS"

Problema que afligia os comerciantes locais da Asa Sul há pelo menos uma década, assim, criou-se um grupo de trabalho para tratar a questão, o qual é composto pela Administração do Plano Piloto, Seduh, CEB e DF Legal.

3.MEMORIAL 308 SUL

O projeto para criação do "Memorial da Unidade de Vizinhança" nos foi apresentado pelo prefeito comunitário da Superquadra 308 Sul.

Já a Coordenação das Relações do Terceiro Setor, Trabalho, Entidades Sindicais e Categorias Profissionais-CORTS, realizou um total de 130 reuniões formais com entidades sindicais e representantes de categorias profissionais do GDF. A estas se somam algumas centenas de reuniões informais e atendimentos diversos aos representantes dos servidores. As demandas apresentadas foram tratadas com atenção e mesmo com as restrições legais impostas ao Governo, houve várias conquistas por parte dos servidores.

Dentre outras destacamos:

- Sindicato dos Agentes de Execução Penal do Distrito Federal - SINDPEN-DF
- Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas do Distrito Federal – SAE
- Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal - SINDIRETA
- Associação Empresarial dos Lojistas de Brasília – AELB/DF
- Sindicato dos Servidores das Carreiras que compõem os órgãos e Entidades Executivos de Trânsito do Distrito Federal - SINDETRAN
- Sindicato dos Taxistas - SINTAXI
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes metroviários do Distrito Federal – SINDMETRÔ-DF
- Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal – STIU/DF
- Associação dos Vendedores Ambulantes dos Terminais Rodoviários do Distrito Federal – AVAMTR

Ainda a CORTS coordena as atividades do Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal - CIISC/DF e a Mesa Permanente de Negociação.

A Coleta Seletiva Solidária foi instituída pela Lei Distrital nº 4.792, de 24 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a separação e a destinação final dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, e embora não tenha ocorrido execução orçamentário-financeira, em 2019 foram realizadas ações para potencializar a Coleta Seletiva Solidária, a qual não se mostrava efetiva em todos os órgãos do GDF.

A Subsecretaria de Articulação Social e Trabalho possui como principais competências a articulação do Setor Público com a Sociedade Civil, Categorias Profissionais, Movimentos

Sociais e do Terceiro Setor. Em destaque a instalação da Mesa Permanente de Negociação Sindical, que permite maior agilidade no atendimento das demandas coletivas, de líderes comunitários, associações e de igrejas no sentido de acolher as demandas apresentadas, e buscar junto a cada Secretaria de Estado a resolução em definitivo ou negociada, tendo como eixo norteador os princípios basilares da atuação da Administração Pública, asseverados no Art. 37 da nossa Carta Magna que são a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A Casa Civil é responsável pelas relações políticas entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Nesse sentido, em 2019, todas as atividades promovidas no Congresso Nacional e na Câmara Legislativa do Distrito Federal contaram com acompanhamento efetivo da Secretaria Executiva de Assuntos Federais e da Subsecretaria de Assuntos Distritais, da Secretaria de Estado de Relações Institucionais, objetivando a plena execução dos planos de governo e das políticas públicas, em conformidade com o planejamento do Executivo, elaborando, propondo e alterando normas já existentes e propostas que busquem aprimorar e impactar positivamente a vida na capital do país.

A Secretaria Executiva de Assuntos Federais é o órgão que acompanha os temas decididos no Congresso Nacional, seja no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados, e que podem alterar as circunstâncias políticas, econômicas e financeiras de Brasília, de modo que se fazem necessárias tanto a observação atenta das consequências dessas medidas, quanto a ação direcionada a prevenir a deterioração das condições atuais e a assegurar sua melhoria. Em destaque, dentre outros, projetos prioritários para o Distrito Federal no decorrer de 2019:

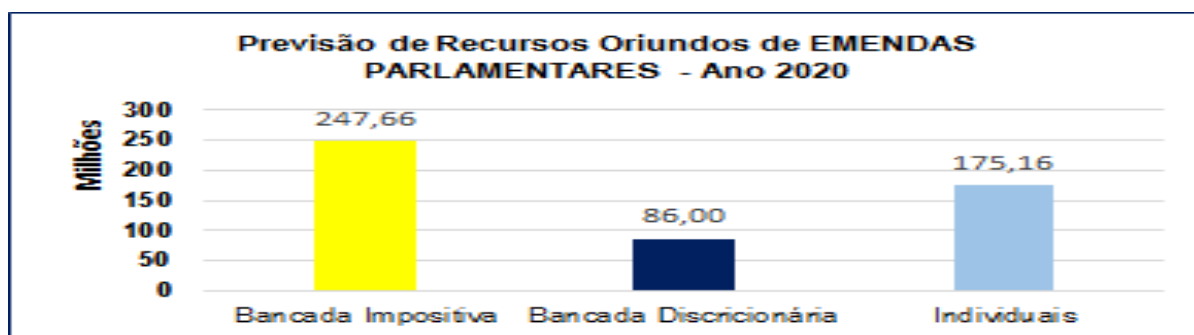
i. PEC 148/2019 – trata da divisão do Fundo Constitucional do Distrito Federal com o Estado do Rio de Janeiro, de autoria da Deputada Clarissa Garotinho (PROS-RJ). Esta PEC encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC), com Relator Deputado Fábio Trad (PSD-MS), aguardando parecer.

ii. PLP 3/2019 – autoriza o Poder Executivo a criar a Região de Desenvolvimento Econômico e Social do Entorno do Distrito Federal, para efeitos de articulação da ação administrativa da União e dos Estados de Goiás e de Minas. Atualmente, o PLP encontra-se na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), com relatoria do Dep. José Medeiros (PODE-MT), que já apresentou parecer pela aprovação.

iii. PEC 170/2007 – acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispendo sobre a destinação de parte do fundo de organização e manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal aos Municípios do Estado de Goiás, localizados no entorno de Brasília. No momento, a PEC encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC), com relator da Deputada Bia Kicis (PSL/DF) com parecer pela inadmissibilidade.

iv. PL 5478/2019 - estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010. O Projeto foi aprovado na Câmara e no Senado Federal e foi utilizado na divisão de Royalties do Leilão do Excedente da Cessão onerosa realizado no dia 6/11/19.

Ainda, para o ano de 2020, entre emendas individuais, de bancada impositiva e de bancada discricionária somam R\$ 508.81/Milhões, assim distribuídas:



A Subsecretaria de Assuntos Distritais é responsável para acompanhar as discursões técnicas e políticas no âmbito do Governo do Distrito Federal, da Administração Direta e Indireta e Câmara Legislativa do Distrito Federal, sobre matérias e assuntos debatidos no Poder Legislativo, acompanhar a interação e aproximação entre governo e sociedade com reivindicações e sugestões que aprimorem o trabalho do Governo com as demandas das comunidades. Em destaque:

a. Projeto de Lei nº 458/19, que "Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências." Alteração do Anexo IV, da Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018 (Lei nº 6.331/19 conforme DODF nº 133 do dia 17/07/2019).

b. Projeto de Lei da Pequena Agroindústria com objetivo de criar condições diferenciadas para essa categoria de empresa, estimulando assim o pujante mercado das agroindústrias de produtos de origem animal e vegetal do Distrito Federal (Lei nº 6.401/19. Conforme DODF 203 de 23/10/19).

c. Lei nº 5.105 de 3 de maio de 2013, de modo a garantir a todos os servidores da carreira de Magistério Público do Distrito Federal em atividade pedagógica nas unidades escolares percentuais mínimos de coordenação pedagógica (Lei nº 6.327/19 conforme DODF nº 129 do dia 11/07/2019).

d. Envelhecimento Ativo e Saudável em cinco unidades no Distrito Federal (Decreto de 22/08/2019, publicado no DODF nº 160 de 23/08/2019).

e. Projeto de Lei que propõe a criação da Região Administrativa de Arniqueira – RA XXXIII (Lei nº 6.391/19, DODF nº 187 do dia 01/10/2019).

f. Altera a redação da Lei nº 4.748, de 2 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a regularização, a organização e o funcionamento das feiras livres e permanentes no Distrito Federal, e dá outras providências", foi transformado na Lei nº 6.402/19 conforme DODF nº 206 do dia 29/10/2019.

Entre outras matérias encaminhadas à CLDF, foram os seguintes projetos de cunho financeiro, econômico e de ajuste na arrecadação: Créditos adicionais (suplementares e/ou especiais), Previsão do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA).

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1539 - COLETA SELETIVA IMPLANTADA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GDF	%	-	31/12/2016	ANUAL	10	10	30	30	30	30	30	0	SAD REL INST E SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 2 / UO 9101 / OE 2

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2016 - Implantação da Coleta Seletiva Solidária em 10 órgãos, sendo eles: Gabinete da Governadoria e respectivas Assessorias; Comunicação Institucional e Interação Social; Casa Civil; Casa Militar; Secretaria das Cidades; Secretaria de Mobilidade; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria Adjunta de Políticas para Igualdade Racial e a Secretaria Adjunta de Promoção dos Direitos Humanos da SEDE; Controladoria Geral do DF; Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF. 2017 - Dando prosseguimento às ações para potencializar a Coleta Seletiva Solidária, destaca-se o "Encontro de Multiplicadores de Coleta Seletiva Solidária no Distrito Federal" que reuniu servidores de 83 órgãos e entidades da administração pública distrital. Ainda, foi publicado o Decreto nº 38.246/2017, a fim de aperfeiçoar os procedimentos para implementação e ampliação das ações de coleta seletiva e a distribuição dos materiais coletados que passaram a ser regulamentados pelo SLU. 2018 - O acompanhamento sistemático e a implementação de novas ações, contribuíram para o alcance da meta, em destaque: Fechamento do lixão estrutural, galpões de triagem, capacitação de catadores e compensação financeira. 2019 - A mudança de governo promoveu uma reorganização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, com realinhamento das atividades de ações dos órgãos.													

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	0	420816,40	0	0
0002 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-BRASÍLIA- PLANO PILOTO .	0	420816,40	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	0,00	420816,40	0,00	0,00

O programa destina-se a promover a mobilidade das pessoas, com qualidade, segurança e sustentabilidade no Distrito Federal.

A ação foi incluída nesta Pasta em função da reestruturação administrativa promovida pelo Decreto nº 39.725, de 19 de março de 2019, que a transferiu da estrutura do Transporte Urbano do Distrito Federal-DFTRANS para a Secretaria Executiva das Cidades da Casa Civil do Distrito Federal a administração da Rodoviária do Plano Piloto.

As atividades de manutenção foram sobrestadas em 2019, e serão executadas por meio de convênio firmado entre a Casa Civil, a Secretaria de Estado de Governo e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP, por meio de ações conjuntas para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia de natureza continuada, relativos à manutenção corretiva, preventiva, eventual e assistência técnica, compreendendo o fornecimento de mão de obra, de todos os materiais de consumo e insumos, de todo o ferramental e equipamentos, bem como quaisquer outros necessários à perfeita operação dos equipamentos de elevação e transporte da Rodoviária do Plano Piloto, localizado no Eixo Rodoviário de Brasília - Brasília, DF, com repasse de recursos pela Casa Civil do Distrito Federal à NOVACAP.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	2109000,0	1720000,0	304402,81	304402,81
0047 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	2109000,0	1720000,0	304402,81	304402,81
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8429000,0	10341962,00	7484624,27	7087599,03
7101 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	8429000,0	10341962,00	7484624,27	7087599,03
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	10538000,00	12061962,00	7789027,08	7392001,84

Os Programas para Operação Especial compõem um conjunto de ações governamentais destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação do governo.

Em 2019 pagou-se a "Licença Prêmio" a 6 (seis) servidores que se aposentaram até 03/10/2016, e ainda as parcelas 2/36 de 8 (oito) servidores aposentados a partir de 01/02/2017, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 952, de 16 de julho de 2019.

Efetuiu-se o pagamento de indenizações e de restituições a servidores/ex-servidores (acertos de contas, auxílio maternidade e outros), bem como o ressarcimento da remuneração e encargos sociais de servidores cedidos à Casa Civil e Órgãos vinculados no corrente exercício.

Ainda, pagou Despesas de Exercícios Anteriores referentes ao ressarcimento de salários de 4 (quatro) servidores cedidos a esta Casa, exercício de 2018, na monta de R\$ 43,63/mil.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	1500,0	0	0
0041 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DAS CIDADES-DISTRITO FEDERAL	0	1500,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	12400,0	12396,87	12396,87
0084 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DAS CIDADES-DISTRITO FEDERAL	0	12400,0	12396,87	12396,87
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	133600,0	13529,83	13529,83
0111 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SUBSECRETARIA DAS CIDADES-DISTRITO FEDERAL	0	133600,0	13529,83	13529,83
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	393844,28	392682,65	273706,00
0068 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DAS CIDADES-DISTRITO FEDERAL	0	393844,28	392682,65	273706,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	541344,28	418609,35	299632,70

Os programas de gestão, manutenção e de serviços ao Estado agrupam um conjunto de ações orçamentárias destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental. Visam ao provimento dos diversos órgãos da estrutura direta do Governo de Brasília com os meios administrativos necessários à implantação e gestão das ações responsáveis pela geração de bens e serviços ofertados à sociedade.

Na reorganização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal, promovida pelo Decreto nº 39.610, de 1 de janeiro de 2019, as ações da extinta Secretaria de Estado de Cidades do Distrito Federal, foram transpostas para a Casa Civil, e coube à Pasta a execução orçamentária. Dentre as ações que não foram sobrestadas ou mesmo canceladas em função da reestrutura, destacam-se:

A ação de capacitação de servidores foi cancelada em função da extinção da pasta. Na administração de pessoal, efetuou-se o recolhimento de parcela do INSS sobre 13º Salário, competência 13/2018.

Ainda, adquiriu diversos materiais de manutenção e consumo utilizados em reformas de próprios nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

E com vistas à rede de usuários, foi mantido contrato de serviços de impressão, com disponibilização de impressoras multifuncionais monocromáticas e policromáticas, nas 31 administrações regionais do Distrito Federal e Coordenadoria das Cidades.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1767 - PROMOÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL	180000,0	131040,0	110863,50	106928,35
0001 - PROMOÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL--EXTERIOR	180000,0	131040,0	110863,50	106928,35
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100000,0	179175,00	79166,56	76066,56
5312 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	100000,0	179175,00	79166,56	76066,56
2578 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR	350000,0	290227,01	266159,69	95910,33
0006 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR--DISTRITO FEDERAL	350000,0	290227,01	266159,69	95910,33
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200000,0	106019,00	6017,84	6017,84
6046 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FEIRAS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS-DISTRITO FEDERAL	200000,0	106019,00	6017,84	6017,84
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	61517850,0	72189786,00	69375115,24	69327051,62
8804 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	61517850,0	72189786,00	69375115,24	69327051,62
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2353895,0	3021006,00	3020532,32	3017335,08
9623 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	2353895,0	3021006,00	3020532,32	3017335,08
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3681000,0	5000693,52	3253825,17	2980346,07
9699 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	1481000,0	2417731,60	1460321,31	1327908,91
9700 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-RESIDÊNCIA OFICIAL- ÁGUAS CLARAS	500000,0	275706,92	91033,06	89860,37
9701 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS DE SEGURANÇA-DISTRITO FEDERAL	1700000,0	2307255,00	1702470,80	1562576,79
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	50000,0	6450,0	6358,50	0
2540 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	50000,0	6450,0	6358,50	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	150000,0	388128,00	247124,21	128147,56
2562 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	150000,0	388128,00	247124,21	128147,56
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	350000,0	100000,0	24577,50	22377,50
2386 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	350000,0	100000,0	24577,50	22377,50
2901 - MODERNIZAÇÃO E EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL	4867788,0	1701661,00	1097161,30	704910,10
0003 - MODERNIZAÇÃO E EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL-CASA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	4867788,0	1701661,00	1097161,30	704910,10
9065 - TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	100000,0	15600,0	0	0
0002 - TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	100000,0	15600,0	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	73900533,00	83129785,53	77486901,83	76465091,01

Os programas de gestão, manutenção e de serviços ao Estado agrupam um conjunto de ações orçamentárias destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental. Visam ao provimento dos diversos órgãos da estrutura direta do Governo de Brasília com os meios administrativos necessários à implantação e gestão das ações responsáveis pela geração de bens e serviços ofertados à sociedade.

As atividades que envolvem embaixadas, órgãos e autoridades estrangeiras que visitam o Distrito Federal e/ou as missões internacionais do governador do Distrito Federal, são coordenadas pelo Escritório de Relações Internacionais. Para isso, mantém contratos específicos de prestação de serviços, cujas realizações em 2019 são demonstradas a seguir:

- Serviço de tradução consecutiva da versão portuguesa para inglesa: tradução realizada a fim de atender demanda da então Secretaria de Relações Internacionais do Distrito Federal, por ocasião da visita técnica de grupo de chineses da China Railway Construction – 14th Bureau Group Co;
- Serviço de tradução de documento da versão espanhola para portuguesa: tradução realizada a fim de atender demanda da Secretaria de Cultura, tendo em vista a participação do Secretário Adjunto na “XXXIV reunião do Comitê Setorial de Cultura da UCCI”, juntamente com o “Fórum Ibero-Americano de Diplomacia Cultural das Cidades e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, realizada entre os dias 17 e 31 de maio de 2019, realizada na cidade do Panamá/Panamá;
- Serviço de tradução de documentos em língua portuguesa para inglesa: tradução de vários projetos das Secretarias, bem como das Empresas Públicas do Governo do Distrito Federal com a finalidade da participação do GDF no Smart City Expo World Congress, prêmio oferecido a governos, empreendedores e líderes em geral que desenvolvem iniciativas inovadoras em diversas áreas da atuação pública e privada,

- Serviço de tradução de documentos em língua inglesa para portuguesa: tradução realizada para atender demanda da Subsecretaria de Inovação da Casa Civil, referente ao contrato de adesão do Governo do Distrito Federal ao World Council on City Data (WCCD), e;
- Anuidades de Redes de Cidades: Cota anual de filiação da Rede de Cidades União das Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI) e Rede Associação Mundial das Grandes Metrôpoles (Metropolis).

Demais ações promovidas pelo Escritório, sem ônus para o erário no exercício de 2019:

- a) Análise e encaminhamento das solicitações de agenda do Governador;
- b) Apoio às Embaixadas e organismos internacionais: Articulação junto aos órgãos competentes do Governo do Distrito Federal para resolução de problemas apresentados pelas Embaixadas do Paquistão, Tunísia, Irã, Cuba, Portugal, França, Myanmar, Palestina, Venezuela, Japão, Hungria, África do Sul, Bulgária, Croácia, Polônia, Bangladesh, Peru, Colômbia, Equador, Estados Unidos da América, México, Suécia, Bélgica, Israel, Alemanha, Finlândia, República Dominicana, Servia, Suécia, Países Baixos, Eslovênia, Jamaica, Israel e Unesco;
- c) Projeto de Simulação das Nações Unidas: (i) gestão contínua do projeto de simulação, assim como articulação com atores parceiros, visando viabilizar a realização do mesmo; (ii) articulação com demais áreas do GDF, organismos internacionais e organizações da sociedade civil a fim de viabilizar o projeto;
- d) Programa de Capacitação Internacional: (i) Formulação de Plano de Trabalho para projeto de capacitação internacional de servidores do GDF com apoio da Casa Civil, da Fundação de Apoio à Pesquisa e da Procuradoria-Geral do DF; (ii) Cumprimento dos trâmites para a publicação de edital de capacitação internacional de servidores do GDF pela Fundação de Apoio à Pesquisa do DF;
- e) Festival "Comida di Buteco": (i) Realização e organização do evento; (ii) viabilização e apoio da SRI à ABRASEL e ao "Festival Comida di Buteco", na forma da organização de caravanas; (iii) acompanhamento de representantes diplomáticos aos estabelecimentos participantes;
- f) Coordenação da participação do Governo do Distrito Federal na Hora do Planeta 2019, promovida pela organização internacional WWF: (i) articulação realizada com a WWF Brasil e a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, visando dar continuidade à participação de Brasília na "Hora do Planeta", iniciativa em prol do meio ambiente que é realizada anualmente pela organização internacional WWF; (ii) auxílio na avaliação do Termo de Adesão à Hora do Planeta 2019, assinado pelo Governador, no dia 25 de março de 2019;
- g) Realização da exposição "Israel na Lua", idealizada pela Embaixada de Israel, no Planetário de Brasília: (i) articulação feita com a Embaixada de Israel, o Planetário de Brasília e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, e a Agência Espacial Brasileira – AEB, para a realização da exposição fotográfica "Israel na Lua", ocorrida no dia 11 de abril, no próprio Planetário de Brasília;
- h) Diálogo de Cooperação em Infraestrutura China-Brasil: (i) evento realizado no dia 09 de maio de 2019, a fim de promover possibilidade de cooperação entre China e Brasil; (ii) levantamento de projetos entre as diferentes Secretarias e órgãos do Governo do Distrito Federal;

- i) Brazil Investment Fórum 2019: (i) Negociações para a participação do GDF no Brazil Investment Fórum 2019, evento organizado pela Apex-Brasil em São Paulo-SP;
- j) Smart City Expo World Congress: (i) Levantamento de informações junto aos órgãos da administração pública direta e indireta sobre projetos a serem apresentados por meio de edital ao Smart City Expo World Congress;
- k) Missão Oficial para Estocolmo/Suécia, Berlim/Alemanha, Lisboa/Portugal, e;
- l) Atuação na "Rede de Cidades Metrópolis" e gestão das relações multilaterais do Governo do Distrito Federal no âmbito da referida rede: levantamento de projetos da SRIDF para inserir na plataforma USE, plataforma de conexão e troca de boas práticas com gestores de distintas metrópoles ao redor do mundo.

Em 2019, descentralizaram-se créditos orçamentários para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, para elaboração de Projeto Técnico, orçamento, licitação e contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia, para fins de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças em 04 elevadores instalados no Palácio do Buriti.

A Assessoria de Cerimonial é responsável por coordenar, supervisionar e executar as atividades constantes da Agenda do Governador do Distrito Federal, bem como os procedimentos e formalidades em atos e solenidades públicas, observando as normas protocolares e primando pelo bom relacionamento e pela satisfação dos seus públicos.

Na execução de suas atividades, demandou serviços de "fornecimento, sob demanda, de ornamentação, confecções e montagens de arranjos florais tipo buquê e coroas, coffee break, serviços de intérpretes, serviços gráficos" e demais prestações de serviços a serem utilizados pelo cerimonial nos eventos da Governadoria e da Casa Civil.

Em meio à atuação da Assessoria de Cerimonial foram registradas:

- Reuniões do governador com secretários, órgãos vinculados, administrações regionais, deputados, senadores, tribunais, presidente da república, ministros, governadores, embaixadas, autoridades estrangeiras, prefeitos, instituições bancárias, entidades religiosas e outros,
- Assessorias de imprensa: entrevistas, coletivas, anúncios, bate papo, Face book, debates e sabatinas,
- Eventos (Internos): Entregas, campanhas, solenidades, visitas a creches e outros, e;
- Eventos (Externos): Congressos, seminários, inaugurações, e visitas a instituições, dentre outras.

Realizou o pagamento de despesas com serviços de buffet realizados no evento de solenidade "Inscrição dos Heróis da Pátria", consoante ao disposto no art. 85, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010.

A Coordenação de Gestão de Pessoas é responsável pela gestão da folha de pagamento dos servidores do Gabinete do Governador, Casa Militar, Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal, Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal, Secretaria de Estado da Juventude do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal, da extinta Vice-Governadoria e da Secretaria de Atendimento Comunitário do Distrito Federal, além dos estagiários e menores aprendizes. Demandou ainda recursos orçamentários na ordem de R\$ 76,72/milhões, destinados ao custeio de salários, encargos sociais e benefícios.

Em 2019, registrou 683 servidores capacitados. Sendo 411 cursos de formação continuada e 272 capacitações de desenvolvimento (seminários, palestras, encontros, congressos e fóruns), realizadas internamente (por iniciativa da própria casa civil) e por instituições externas (Escola de Governo e outras), para os servidores da Casa Civil e órgãos vinculados.

Dentre as capacitações realizadas durante o ano de 2019, destacamos o curso Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que foi exigido de todos os servidores da Casa Civil do Distrito Federal e órgãos vinculados, o curso “Capacitação em Compliance: Leis e Práticas” e o curso “Capacitação em Primeira Infância, realizado em Harvard (EUA)”.

Realizou ações voltadas para integração e promoção da qualidade de vida dos servidores, tais como eventos, apresentações, palestras e serviços diversos, os quais pautaram as atividades de desenvolvimento de pessoas. Em destaque:

- Dia Internacional da Mulher,
- Dia dos Pais, e;
- Dia das Crianças.

Para suprir as necessidades administrativas gerais da Casa Civil, do Gabinete do Governador, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal, Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal, Secretaria de Estado da Juventude do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal, da extinta Vice-Governadoria e da Secretaria de Atendimento Comunitário do Distrito Federal, são mantidos contratos de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, aquisição de materiais, serviços de telefonia, serviços de fornecimento de energia elétrica e água e de tratamento de esgoto.

Ao longo do exercício foi realizado pagamento de dívidas de exercícios anteriores.

À Casa Militar da Governadoria do Distrito Federal, cuja estrutura foi disposta pelo Decreto nº 39.628, de 15 de janeiro de 2019, compete planejar e coordenar a execução de serviços de segurança, manutenção, conservação, limpeza e mordomia da Residência Oficial do Governador. Para tanto, mantém contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais.

Sob a gestão desse Órgão está a execução de apoio logístico e de segurança institucional que atende às demandas da Governadoria, com atuação e competência para garantir a segurança pessoal do Governador e de seus familiares, de dignitários e autoridades em visita oficial ao Distrito Federal, de comunicação, de suprimentos e manutenção do Palácio do Buriti, das residências oficiais e de outros imóveis a serviço da Governadoria, da informação, mobilidade aérea e terrestre do governador e entes relacionados.

Nesse sentido, executa contratos de manutenção, fornecimento de combustível e seguro para aeronave de transporte do Governador, bem como outros contratos de manutenção das instalações e equipamentos do Palácio do Buriti.

Além disso, com base no inciso V do art. 4º do Decreto nº 13.771/92, realiza despesas com alimentação, transporte e hospedagem do Governador do Distrito Federal em viagens oficiais, por meio de suprimento de fundos de caráter secreto e reservado.

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação-SUTEC tem a missão de prover apoio tecnológico a Casa Civil do Distrito Federal e órgãos vinculados, bem como a Governadoria, Secretaria de Atendimento a Comunidade, Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria de Governo e Secretaria de Apoio à Pessoa com Deficiência e Secretaria de Projetos Especiais.

O apoio tecnológico prestado compreende a disponibilização e manutenção de infraestrutura e equipamentos de Tecnologia da Informação, o desenvolvimento e manutenção de sites e sistemas institucionais, bem como o suporte operacional aos usuários das diversas unidades administrativas da CACI, vinculados e Secretaria, por meio de assistência técnica especializada, respeitando as diretrizes, padrões e normas vigentes.

Destaca-se, ainda, que a SUTEC tem a responsabilidade de desenvolver e manter o Portal do Governo de Brasília e os sítios institucionais dos órgãos da Administração Direta do DF, orientar, capacitar e dar suporte aos administradores dos sítios institucionais no que diz respeito a tecnologia da informação, seguindo as diretrizes da Secretaria de Estado de Comunicação do DF, conforme dispõe o Decreto nº 37.085, de 27 de janeiro de 2016.

Com vista à disponibilização de serviços e informações digitais, desenvolveu e estimulou atividades como:

a) MANUTENÇÃO DO PORTAL DE COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS INTERNOS (INTRANET)

Disponibilização de serviços on-line, divulgação das notícias, convites e informações relevantes com maior interatividade e Integração entre as áreas internas da CACI.

b) MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL (E-COLETA)

Gerenciar o planejamento e implantação de Coleta Seletiva nos Órgãos/ Entidades. Cadastro das secretarias, órgãos descentralizados, associações, cooperativas; coletar informações da implementação através de formulários de cadastro e enquetes.

c) DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL (E-DODF)

Automatizar o processo de gestão do conteúdo do Diário Oficial do Distrito Federal, bem como diagramar e gerar um jornal diário para ser publicado de forma segura.

d) ADEQUAÇÃO EVOLUTIVA DOS PORTAIS DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS E ADEQUAÇÃO EVOLUTIVA DOS PORTAIS DA CASA CIVIL, SECRETARIAS, AGÊNCIA BRASÍLIA E OUTROS ÓRGÃO VINCULADOS,

e) PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA DE ATIVOS DE REDE, e;

f) ATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ANTI-VIRUS.

Ao longo do ano de 2019, foram realizados cerca de 13.348 atendimentos para suporte da rede, conforme gráfico a seguir:



Para apoiar a rede de usuários, foi mantido contrato de serviços outsourcing de impressão, com disponibilização de impressoras multifuncionais monocromáticas e policromáticas, num total de 246 impressoras, distribuídas entre a Casa Civil e órgãos vinculados, Secretarias, bem como nas Administrações Regionais do Distrito Federal.

A CTEC da Casa Civil realiza a manutenção e desenvolvimento de mais de 40 portais da administração direta e indireta do Distrito Federal. Dentre esses, destacam-se:

- AdGdf - Sistema responsável por gerenciar as propagandas do GDF e gerar estatísticas a respeito do usuário com base nas propagandas, sistema similar ao Adwords/Adsense do google. <http://www.adgdf.df.gov.br/>,
- Agendamento - Sistema de gestão de compromissos, contatos e outras informações multigabinete e multiusuários. sistema similar ao Outlook, porém totalmente online sendo possível acesso direto por celular. <http://agendamento.buriti.df.gov.br/>,
- GDA - Sistema de Gestão e Documentação de Arquivos. http://gda.buriti.df.gov.br,
- Consulta Pública - Sistema no qual o governo pergunta diretamente para o cidadão e recebe proposta de melhorias a respeito de um determinado assunto. http://www.consultapublicavirtual.df.gov.br,
- DODF - Sistema de listagem e busca de conteúdo do Diário Oficial do DF. http://www.dodf.df.gov.br,
- E-coleta - Sistema que auxilia a coleta seletiva do GDF. <http://www.e-coleta.df.gov.br/>,
- e-comunicador - Sistema de alertas e avisos de 30 dias antes de um determinado evento,
- Notificador - Sistema que é instalado em todas as máquinas da CACI que visa gerar alertas de eventos importantes em tempo real bem como trocar o papel de parede,
- SisDespesas - permite atualizar valores monetários a partir de vários indicadores. Possibilita, ainda, a atualização monetária e o cálculo de juros de mora incidentes sobre os débitos fixados e multas aplicadas pelo TCDF,
- SisPatrimonio - Sistema de gestão patrimonial que auxilia os membros que trabalham com patrimonio e não estão na rede GDFNET,
- Agefis Mobile: Sistema de denúncia para o órgão fiscalizador do GDF, e;
- Diário Oficial Mobile: Sistema que permite qualquer usuário através do celular poder consultar informações diretamente do Diário Oficial.

Em face dos exíguos recursos disponibilizados, e do contingenciamento de recursos destinados ao custeio de gastos com investimentos em infraestrutura de tecnologia da informação, optou-se por não investir em atualização do parque tecnológico no exercício de 2019.

O Diário Oficial do Distrito Federal é a ferramenta utilizada para dar publicidade aos atos e decisões do poder público distrital, atendendo diretamente ao art. 19 da Lei Orgânica, que versa sobre o princípio da publicidade, e ao art. 37 da Constituição Federal de 1988. A publicação é sistemática, eficiente e eficaz para atender à necessidade do Governo de Brasília e dos órgãos de gestão pública.

Os serviços de editoração, diagramação e disponibilização digital do Diário Oficial do Distrito Federal são realizados por meio do Convênio nº 01/2016-CACI x Imprensa Nacional. Em 2019 o contrato custou aos cofres públicos R\$ 1,25/milhões. Foram publicadas 405 edições, num total de 15.251 páginas, conforme quadro a seguir:

CONVÊNIO 01/2016-Cad	MÊS	ANO 2019 Quantidade de Edições do DODF	Quantidade de Páginas
Imprensa Nacional	Janeiro	40	1.719
	Fevereiro	30	950
	Março	30	1.066
	Abril	37	1.656
	Mai	38	1.452
	Junho	30	1.061
	Julho	40	1.289
	Agosto	34	1.205
	Setembro	33	1.092
	Outubro	32	1.199
	Novembro	31	1.056
	Dezembro *	30	1.506
TOTAL		405	15.251

* Em razão do adiantamento do prazo de elaboração do relatório, no momento em que os dados foram fornecidos, o mês de dezembro ainda não havia sido fechado, portanto foi realizada uma média aritmética em relação aos meses anteriores.

Em 2019, diante de outras prioridades do Governo do Distrito Federal, não foram realizadas transferências de recursos a entidades de políticas públicas nacionais ou internacionais.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Gabinete do Secretário é órgão de apoio e assessoramento administrativo e político ao Governador. Realiza a coordenação do Comitê de Gestão Integrada do Território, e executa as atividades de Assessoria de Comunicação desta Pasta. Os produtos apresentados refletem o auxílio prestado à gestão do Secretário da pasta nas suas atribuições institucionais.

O Gabinete desempenhou funções relacionadas à gestão documental, acompanhamento de agendas e ações do Governo do Distrito Federal, bem como articulação com órgãos e entidades e apoio técnico às demandas oriundas do Gabinete.

A Assessoria de Comunicação produziu ou republicou, matérias que incluem desde a apuração de informações, elaboração de textos, layout e artes para o portal da Casa Civil, e somam no exercício 95 matérias positivas, 149 atendimentos à imprensa (e-mail), 58 postagens no Face book (período mês 09 a 12/2019), 275 inserções na intranet e 13 cumprimentos da Lei de Acesso à Informação. Realizou também a divulgação de cursos gratuitos voltados aos servidores, campanhas internas, carona solidária, e eventos como o Dia da Mulher, dos Pais, das Crianças e confraternização dos servidores.

A Secretaria Executiva da Casa Civil tem como atribuição auxiliar o Secretário de Estado Chefe na coordenação e articulação político-governamental da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal e na supervisão e coordenação das atividades orgânicas da Secretaria e em suas relações institucionais com os demais órgãos do complexo administrativo distrital.

Dessa forma, a Secretaria tem suas principais atividades resumidas em articulação institucional, análise e ajustes necessários de atos normativos, a compatibilização dos mesmos às políticas e diretrizes do Governo e a coordenação do atendimento aos órgãos de controle, atuando em todas as fases dos ciclos estratégicos e de gestão.

Em 2019, a Unidade de Articulação Internacional, da Secretaria Executiva, realizou a análises 493 atos sendo: 2 Acordo de Cooperação, 319 Decretos, 1 Decreto Legislativo, 5 Emendas à LODF, 3 Medidas Provisória, 1 Portaria Conjunta, 152 Projetos de Lei, 8 Projetos de Lei Complementar, 1 Protocolo de Intenções e 1 Termo de Compromisso. Desses, 230 atos foram publicados. Destacam-se como principais processos de atos normativos submetidos à análise desta Unidade até o presente momento as demandas a seguir:

a) REFORMULA O PRÓ-DF II E INSTITUI O DESENVOLVE-DF

Demandante: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Terracap

Produto: Projeto de Lei nº 676/2019 (aprovado pela CLDF)

b) TRANSFORMA O INSTITUTO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL - IHBDF EM INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - IGESDF

Demandante : Secretaria de Estado de Saúde

Produto Final: Lei nº 6.270, de 30 de janeiro de 2019

c) REDUÇÃO DO PREÇO COBRADO PELA REFEIÇÃO SERVIDA NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS

Demandante: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Produto Final: Decreto nº 40.234/2019

d) TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA PARA O BRB

Demandante: Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade

Produto Final: Decreto nº 39.994/2019

Ainda, realizou o cumprimento de decisões emanadas por órgãos de controle, em destaque:

e) RESPOSTA À DECISÃO 2.805/2019, DO TCDF – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Demandante : Tribunal de Contas do Distrito Federal

Produto Final: Coordenação da resposta à decisão e envio de Nota Técnica para demonstrar o seu atendimento

Órgãos envolvidos: CACI, TERRACAP, SEDUH, CGDF, DF-LEGAL, CODHAB, SEGOV, SEEC, CJ

f) RESPOSTA À DECISÃO Nº 2.794/2019, DO TCDF – FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Demandante : Tribunal de Contas do Distrito Federal

Produto Final: Reunião para alinhamento de entendimento com o TCDF e envio de Nota Técnica para demonstrar o atendimento à decisão.

Órgãos envolvidos: CACI, TCDF, CBMDF, ADASA, TERRACAP, SLU, DF-LEGAL, IBRAM, SEMA, SEPE, SES, SEDEST, CASA MILITAR, PMDF, DER, SINESP, NOVACAP, SEGOV

A Assessoria de Assuntos Estratégicos está responsável pela elaboração de processos e projetos relacionados à gestão e ao assessoramento do Secretário da Casa Civil em assuntos técnicos relacionados às ações desenvolvidas em nível estratégico com os órgãos e entidades governamentais, dentre outras citamos:

- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico Institucional da Casa Civil (2020-2023) iniciado em 26/08/19, com o suporte metodológico da Secretaria de Economia, é uma ferramenta que servirá de auxílio nas tomadas de decisões para que evitem possíveis erros, estabelecendo a direção a ser seguida, buscando sempre a interação dos fatores externos não controláveis. Concluímos o diagnóstico organizacional com as definições estratégicas, que compreendem os componentes estratégicos relativos à missão e visão, os eixos e batalhas, de acordo com a metodologia utilizada na elaboração do Planejamento Estratégico do Distrito Federal (2019-2060), empregando os pilares metodológicos do Objectives and Key Results (OKR) e Must Win Battles (MWB).

- ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CASA CIVIL

- PROCESSOS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

Realização de assessoria técnica ao Comitê de Gestão Integrada do Território do Distrito Federal criado pelo Decreto n.º 40.179, de 15 de outubro de 2019. A Assessoria demandada por parte do Secretário-Chefe da Casa Civil, elabora relatórios acerca das condições socioeconômicas de população em situação irregular ocupacional no âmbito distrital.

- ZERO PROJECT (PROJETO ZERO)

Por iniciativa desta Assessoria, buscar a Fundação Essl, organização sem fins lucrativos, sediada em Viena (Áustria) que trata de inclusão social por meio de educação e acessibilidade relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência. A fundação promove anualmente um concurso com determinada área temática sendo que em 2019 a categoria é "Educação". Nesse sentido, foi iniciada em maio/2019 a linha de trabalho com a Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral – SUBIN/GDF, em conjunto com o Presidente da Comissão Nacional da Pessoa com Deficiência no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB.

- CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Tendo em vista as vertentes abordadas, a assessoria participa ativamente de cursos e capacitações ofertados pela Administração Pública para aprimoramento profissional. Seguem abaixo, alguns cursos/seminários realizados pelos servidores lotados na Assessoria de Assuntos Estratégicos:

1. Gestão Estratégica com foco na Administração Pública – ENAP
2. Planejamento Estratégico para Organizações Públicas – ENAP
3. XIII Jornada Maria da Penha, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça
4. Avanços e Desafios na Implementação da Agenda 2030: O papel dos diferentes atores – União Europeia no Brasil e Embaixada da França
5. Formação de Formadores - EGOV
6. Metodologia de Análise e Soluções de Problemas – MASP - EGOV
7. Mapeamento, Análise e Modelagem de Processos - EGOV
8. Sistema Eletrônico de Informação (SEI) - EGOV

A Assessoria, participou de Grupos de Trabalho e/ou Comitês, em destaque:

- COMITÊ DA FICHA LIMPA
- COMITÊ DISTRITAL DE DIVERSIDADE RELIGIOSA - CDDR
- GRUPO DE TRABALHO DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS

A Subsecretaria de Inovação–SUBINOVA é uma unidade de assessoramento subordinada ao Gabinete da Casa Civil do Distrito Federal e não fez uso de recursos orçamentários no desenvolvimento de suas atividades, dentre os quais destacamos:

- Concepção, Design, Construção e Distribuição de Painéis de Monitoramento da percepção popular em relação aos serviços públicos e problemas do Distrito Federal, para auxiliar na tomada de decisões pelas unidades finalísticas, tais como: Transporte, Mobilidade, Segurança, Educação, Obras e Saúde,
- Monitoramento de mídias e criação de clipping da imprensa nacional e internacional com uso de robôs e inteligência artificial com o objetivo de auxiliar na percepção para ações práticas. Os relatórios gerados são entregues diariamente, além de disponibilizar aos gestores da pasta os dashboards para acompanhamento online,
- Monitoramento, com o uso de robôs e inteligência artificial, das publicações - imprensa, portais, blogs e redes sociais, que envolvem a alta administração do Governo do Distrito Federal,
- Concepção do Programa de certificação na ISO 37120, "Brasília Inteligente",
- Concepção do Portal "Brasília em Dados", para transparência dos indicadores da ISO 37120,
- Coordenação do Comitê Intersecretarial de Análises da Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no Distrito Federal, instituída pela Lei Federal nº 13.853, de 08 de julho de 2019, que alterou a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto 2018. O objetivo do comitê é analisar a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), propor medidas para serem tomadas para implementação da LGPD no âmbito do Distrito Federal e criar a Política Distrital de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade do Distrito Federal,
- Participação do seminário Smart City Brasília: Conecta Mundi, promovido pelo governo da Suécia em parceria com o Governo do Distrito Federal, o Parque

Tecnológico de Brasília (Biotic) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF),

- Mapeamento de 566 serviços públicos, ofertados pelo governo do Distrito Federal, que farão parte do projeto de Autoatendimento do GDF - um único sistema informatizado que estará disponível em totens, aplicativo e portal, e;
- Apresentação do programa Brasília Inteligente no Innova Submit, maior conferência da América Latina que aconteceu em Brasília entre os dias 03 a 05 de outubro no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

A Subsecretaria de Compliance–SUBCP e Subsecretaria de Governança, unidades de assessoramento, subordinada ao Gabinete do Secretário da Casa Civil do Distrito Federal – CC/DF, recentemente transferida da Casa Civil e incorporada à estrutura da Controladoria Geral do DF (Decreto 40.921 de 28 de novembro de 2019), era responsável por assessorar o Secretário da Casa Civil em temas afetos à governança e compliance e nas decisões que pudessem impactar na estrutura organizacional e na atuação da Casa Civil. Em 2019, além de outras atividades executadas, apresentamos os destaques a seguir:

- Instituição do Programa de Integridade Pública da Casa Civil/DF,
- Força Tarefa com despacho em Processos da SEAGRI,
- Lançamento do Selo de Governança,
- Propositura de inclusão no PPA 2020/2023 da temática da Integridade Pública extensiva às relações contratuais do GDF,
- Articulação para parceria com o Ministério da Economia para prevenção e combate a corrupção,
- Iniciativa de promoção da cultura de integridade em grade extracurricular das instituições públicas e privadas de ensino fundamental do DF (Secretaria de Educação e CGDF),
- Participação na Campus Party – Brasília: apresentação do tema inovação e ética,
- Criação de manual de boas práticas de gestão pública,
- Capacitação de Assessores: no curso Compliance Leis e Práticas (Na Escola de Gestão) e nos Seminários de Compliance da OAB/DF, e;
- Participação na realização do 1º Fórum de Governança e Compliance com o objetivo de apresentar as principais diretrizes e práticas de Compliance, de modo a fomentar, junto aos agentes públicos e à sociedade civil, a implantação dos sobreditos princípios em prol da construção de uma melhor gestão pública.

A Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, órgão de assistência direta do Governador, tem atuação e competência para acompanhar as políticas de gestão governamental, visando à eficiência das demais Secretarias de Estado, Administrações Regionais e da Administração Indireta. Em 2019, em fase de estruturação e realinhamento das atividades demandadas executou, dentre outras:

- COMITÊ INTERSETORIAL DE PROJETO (EM ANDAMENTO)

Com a finalidade de contribuir no processo de idealização e elaboração de projetos básicos ou executivos de obras ou complexo de obras de interesse do Distrito Federal.

- GRUPO EXECUTIVO PARA REALIZAR ESTUDOS SOBRE O PROJETO "W3 COMÉRCIO E LAZER" (EM ANDAMENTO)

Com a finalidade de analisar, propor e elaborar estudos inerentes à revitalização da Avenida W3 Sul, principalmente, quanto às possíveis intervenções físicas, estruturais, funcionais ou qualquer outra que vise o incremento da vocação da região.

- PROJETO PILOTO (PARCIAL)

Objetivo de efetuar o fechamento das quadras 511 a 514 sul, no período de 11/01/2020 a 25/01/2020, somente aos sábados, das 14 horas às 18 horas.

- GRUPO DE TRABALHO

GT Saúde (em andamento): Reuniões propostas pela SEGOV para dar diretrizes e realizar articulações visando destravar possíveis recursos e obras relacionados à temática Saúde. Participantes: Secretaria de Estado de Governo, Secretaria de Saúde, IGES, NOVACAP e SERINS. Em destaque, a recuperação do recurso que ia ser perdido do Hospital Oncológico.

A Secretaria Executiva das Cidades, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, tem como funções: supervisionar as ações das Administrações Regionais, normatizar, orientar e acompanhar as ações relacionadas ao licenciamento de atividades econômicas e auxiliares, estabelecer normas, padrões e procedimentos para a racionalização e o aperfeiçoamento do funcionamento e prestação de serviços. No uso de suas atribuições realizou, dentre outras atividades, as seguintes demandas e atendimentos:

- 2.000 endereços atendidos

- 33 RA's atendidas

- Implantação do monitoramento gerencial e automação de processos através da instrumentalização das administrações com novas tecnologias

Para definir e atender a Regiões Administrativas, ficaram estipuladas a estrutura operacional e as competências de cada órgão, para atender ao GDF PRESENTE:

- ADMINISTRAÇÃO

Identificar e evidenciar as demandas

- SECRETARIA DAS CIDADES

Receber as demandas

Planejar o atendimento

Coordenar o Trabalho

- CONSELHO PERMANENTE

Apoiar a coordenação e o planejamento

Acompanhar e monitorar o atendimento das demandas

- NOVACAP

Gerir os contratos de máquinas

- SECRETARIA DE JUSTIÇA

Fornecer a mão-de-obra (FUNAP)

- REGIÕES ADMINISTRATIVAS (RA's)

Executar as demandas

Dentre outras, as ações executadas totalizaram 1.285 demandas, envolvendo: vistorias, aplicação de 2.435 t de asfalto, encascalhamento de 73 km em área rural, patrolamento de 480 km de estradas rurais, remoção de 13.112 t de entulhos, poda de 11.675 árvores e roçagem de 200.810.090 m2 em áreas diversas do Distrito Federal.

Definiu-se que PÓS O SOS DF, cuidar das cidades é uma obrigação permanente do governo, visto que não existem Cidades, Estados ou Países que não precisem realizar manutenções em suas estruturas. Apesar de todos os esforços, os problemas nos equipamentos públicos sempre existiram e isso ocorre devido à degradação natural que ocorre ao longo dos anos, além da falta de zelo, e que a MANUTENÇÃO DAS CIDADES É PRIORIDADE. Nessa visão, a

Secretaria das Cidades e com o apoio do CPPGG desenvolveram o PROGRAMA GDF PRESENTE, que possibilita a continuidade da manutenção das cidades, proporcionando cidades com equipamentos públicos conservados.

Com essa finalidade, o programa está baseado no seguinte tripé: descentralização das ações, agilidade de atendimento das demandas e empoderamento das Administrações Regionais (RA's), ou seja, descentralizar para aproximar o governador da população, agilizar para atender as demandas da sociedade brasileira.

A Unidade Parque da Cidade-UPAC, na realização de suas atividades de natureza administrativa e operacional, assim evidencia os atos de gestão praticados:

- Realiza levantamento da situação de todos os permissionários existentes no parque, em busca ao atendimento integral do Termo de Permissão Uso Não-Qualificado, e;
- Realiza, em atendimento à solicitação feita junto à NOVACAP, os serviços de poda das árvores, limpeza de toda folhagem e galhos secos.

A Subsecretaria de Mobiliário Urbano e Apoio às Cidades, na realização de suas atividades de natureza administrativa e operacional, assim evidencia suas atividades:

- PROJETO FEIRA LEGAL - Tem o objetivo de legalizar os permissionários que estão pendentes de regularização, bem como a melhoria das estruturas das feiras permanentes. Lançado no dia 9 de setembro de 2019, o projeto vai beneficiar em torno de 20 mil pessoas em 38 feiras permanentes e três shoppings populares,
- GERENCIAMENTO DO MOBILIÁRIO URBANO - Tratativas junto a Secretaria de Economia, com o objetivo de adequar e integrar os sistemas SISLANCA e SICP para melhorar o gerenciamento de cadastro para o Mobiliário Urbano do Distrito Federal,
- FEIRA DA TORRE DE TV - Criação de Grupo de Trabalho com a finalidade específica de tratamento das demandas, conflitos e intercorrências de permissionários sediados na Feira Permanente da Torre de TV, conforme Ordem de Serviço Conjunta nº 02, de 06/05/2019, publicada no DODF nº 86, de 09/05/2019,
- ENGENHOS PUBLICITÁRIOS - Estudo para alteração do Decreto nº 28.134/2007, que regulamenta a Lei nº 3.035 e Decreto nº 29.413/2008, que regulamenta a Lei nº 3.036. Ambos dispõem sobre o Plano Diretor de Publicidade das Regiões Administrativas do Distrito Federal,
- FEIRAS E SHOPPINGS POPULARES - Entrega de termos de autorização de uso não qualificado, pela Gerência de Feiras e Shoppings Populares – GEFES. Nos moldes da legislação vigente, Lei nº 4.748, de 2 de fevereiro de 2012 e regulamentado pelo Decreto nº 38.5574 de 16 de outubro de 2017:
 - Termos de permissão de uso emitidos: 154
 - Processos analisados: 676
 - Atendimentos presenciais: 800
 - 125 encontros entre reuniões e visitas com feirantes e suas associações até a criação do Projeto Feira Legal.
- REGULAMENTAÇÃO DE FEIRAS E SHOPPINGS POPULARES – Com a publicação do Decreto Nº 40077 DE 03/09/2019, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para propor atualização na legislação de feiras do Distrito Federal, já foram realizadas 8 reuniões com o envolvimento de 12 órgãos e entidades representativas da categoria para análises e propostas a fim de alterar o Decreto nº 38.555/2017 o qual regulamenta a Lei nº 4.748, de 2 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a regularização, a organização e o funcionamento das feiras livres e permanentes no Distrito Federal.

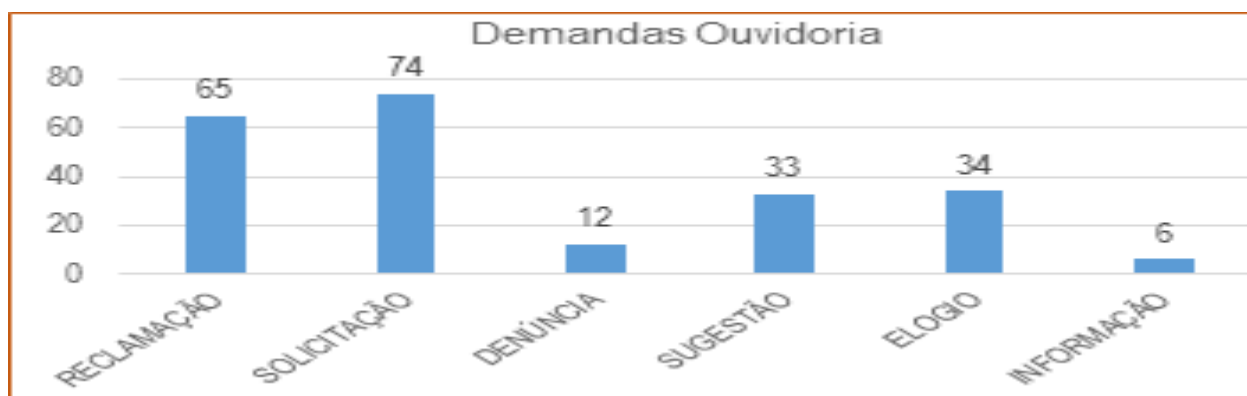
A Subsecretaria de Políticas Públicas–SPP tem ,entre outras atribuições, o assessoramento do Secretário de Governo na coordenação e articulação político-governamental de programas e projetos da Administração Direta e Indireta. No ano de 2019, tramitaram na SPP 337, que alcançou um índice de resposta de 81%, na resolução e encaminhamento das demandas que lhe foram apresentadas. Em destaque, as ações prioritárias:

- Plano de Ação de combate à Dengue,
- Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal (PPCIF),
- Centro Integrado de Atenção Psicossocial ao Paciente Judiciário – CIAP,
- Coordenação das ações para regularizar a licença ambiental/COMPENSAÇÃO FLORESTAL E AMBIENTAL PONTE JK,
- RELATÓRIO FINAL DE RECOLHIMENTO DE 79.371 BENS INSERVÍVEIS DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEEDF,
- POLIGONAL DO PARQUE DAS COPAÍBAS E PARQUE ECOLÓGICO E VIVENCIAL RECANTO DAS EMAS: Coordenação das ações para a definição da poligonal dos parques,
- REGULARIZAÇÃO DA ÁREA OCUPADA PELO POSTO SHELL DO BRASIL: Regularização da situação da área ocupada pela Shell do Brasil S.A., no Setor Hoteleiro de Taguatinga - Decisão nº 1016/2019 TCDF,
- MERCADO SUL TAGUATINGA: Análise da relevância cultural do MERCADO SUL – Taguatinga. Discussão e avaliação para reconhecimento do MERCADO SUL como patrimônio cultural,
- ELABORAÇÃO DE PLANO MUSEOLÓGICO E REGIMENTO INTERNO DO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PLANALTINA. Ação Civil Pública – ACP 0705243-28-2018-8.07.0018,
- SECRETARIA DAS CIDADES - PLANO DE OCUPAÇÃO DE QUIOSQUES E TRAILERS- Decisão Judicial - Justiça Federal determina a elaboração do Plano de Ocupação de Quiosques e Trailers nas áreas residenciais do Conjunto Urbanístico de Brasília,
- SECRETARIA DAS CIDADES REMOÇÃO DE CARROS ABANDONADOS: Medidas para a remoção e recolhimento dos veículos abandonados ou estacionados em local indevido,
- REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR- Alinhamento das ações para a elaboração do projeto de Lei de instituição do Fundo do Trabalho do Distrito Federal – FTDF,e;
- HOSPITAL REGIONAL DO PARANOÁ: Articulação para emissão urgente de Termo de Cessão de Uso do Hospital do Paranoá e sua assinatura, tendo em vista o prazo de expiração do Contrato de Repasse nº 863524/2017 e consequente possibilidade de perda dos recursos.

A Ouvidoria da Casa Civil presta serviços à população de Brasília para ouvir, orientar, criar vínculos, auxiliar no controle e monitoramento das ações de governo e facilitar a comunicação entre cidadão e governo. É um espaço constituído para garantir a participação popular, a transparência, além de auxiliar na eficiência da prestação dos serviços públicos. Sua atuação busca a excelência no atendimento ao cidadão, em atenção aos princípios administrativos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A Ouvidoria também é responsável pela gestão e monitoramento da Carta de Serviço Digital Casa Civil, e alcançou o índice de 100% das metas estabelecidas para construção da linguagem cidadão para melhor entendimento da sociedade.

Em 2019, as demandas de informações foram atendidas dentro dos prazos determinados pela Lei 4.990/2012 e pelas orientações técnicas da Controladoria-Geral do Distrito Federal, com 100% de transparência, em busca da eficácia e da eficiência dos serviços prestados.



Pelo quarto ano consecutivo, a Casa Civil do Distrito Federal, recebeu prêmio e foi reconhecida por atingir o índice de 100% de divulgação no Portal da Transparência Ativa, site que reúne informações governamentais de interesse da sociedade.

O órgão de assessoramento jurídico, Assessoria Jurídico-Legislativa- AJL, no uso de suas atribuições, efetuou o controle de prazos e acompanhamento de decisões do TCDF e de minutas de respostas ao TCDF, à PGDF e ao MPDFT.

A Assessoria atuou na consulta sobre minutas de atos normativos e consultivos (portarias, decretos, projetos de lei) e no cumprimento de decisões judiciais e seus efeitos. Realizou atividades, compreendendo as análises jurídicas referentes aos seguintes assuntos:

- minutas de editais de Pregão Eletrônico, contratos, termos aditivos, supressões e demais alterações contratuais,
- minutas de contratações e aditivos referentes ao DODF-e em que a Casa Civil figura como contratada dos órgãos da Administração indireta,
- minutas de rescisão contratual,
- minutas de convênios, acordos, e de cooperação técnica,
- aplicação de penalidade a fornecedores,
- dispensa e inexigibilidade de licitações,
- sistema de registro de preços,
- termos de cessão de uso,
- termo de reversão, escrituras de doação de imóveis, e;
- escrituras de compra-e-venda de imóveis.

Ademais, relevante destacar a participação no Grupo de Trabalho constituído por força do Decreto nº 40.033, de 20/08/2019, que prevê o auxílio da Subsecretaria de Regularização Fundiária da SEAGRI, por parte de todos os servidores lotados nas Assessorias Jurídico-Legislativas da Casa Civil e da Secretaria de Estado de Governo, bem como por parte dos servidores lotados na Secretaria Adjunta de Estado de Governo, com vistas a analisar o atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º, II, da Lei nº 5.803, 11 de janeiro de 2017, bem como os recursos interpostos pelos interessados.

A Assessoria da Subsecretaria de Administração Geral, compete o assessoramento técnico ao Subsecretário, acompanhamento e respostas dos órgãos de controle quando demandado, elaborar e controlar as comunicações oficiais, acompanhar os processos de viagens e de pagamento de diárias da pasta, dentre outras. Em 2019, foram objeto de análise nesta unidade, aproximadamente 2.846 processos, e gerados 5.240 documentos entre memorandos, despachos, ofícios e ordem de serviço.

A Coordenação de Logística é responsável pela política de material, patrimônio, protocolo, arquivo e transporte, no âmbito da Casa Civil. São suas atribuições propor estratégias de

ação, controle, redução de custos, acompanhar o sistema de registro de preços para o adequado planejamento das compras, levantamento da previsão de gastos com materiais de consumo, permanentes, e serviços necessários à execução de projetos e supervisionar as atividades de administração patrimonial dos bens móveis e imóveis.

Para tanto, ao longo do exercício, realizou a gestão das compras, coordenou as atividades de transporte, supervisionou as ações da Diretoria de Documentação e Arquivo, realizou inventários físicos anuais e extraordinários de almoxarifado; de bens patrimoniais móveis e imóveis.

Quanto à gestão de bens móveis, a carga patrimonial desta Secretaria totaliza 8.054 itens, distribuídos e com termo de guarda e responsabilidade para os usuários finais. Em 2019 foi registrada a seguinte movimentação:

- 926 bens incorporados ao patrimônio da Casa Civil,
- 550 bens recebidos de outras Unidades/Secretarias por meio de Termo de Movimentação de Bens Patrimoniais –TMBP,
- 1.097 bens movimentados internamente entre órgãos usuários da Casa Civil, por meio de Termo de Guarda e Responsabilidade por Localização – TGRL,
- 1.589 bens movimentados para outras unidades/Secretarias/ Administrações Regionais, por meio de Termo de Movimentação de Bens Patrimoniais, e;
- 1.0557 bens recebidos e inventariados da extinta Secretaria de Estado das Cidades.

A Diretoria de Documentação e Arquivo , enquanto unidade gestora do SEI dentro desta Secretaria, faz a gestão de documentos e computou 426 processos tramitados/incluídos no Sistema.

Ainda registrou a tramitação de 952 processos físicos via SICOP. Enquanto unidade gestora do SEI dentro desta Secretaria, a Diretoria de Documentação e Arquivo computou 3.014 processos incluídos no Sistema.

Através do contrato de serviços de correios, foram enviadas correspondências e encomendas, perfazendo um total de 1.144 remessas.

Com uma frota composta por 31 veículos, a Diretoria de Transportes realizou um total de 5,33 mil atendimentos.

Coordenar, planejar e gerir a execução orçamentária, financeira e de contabilidade da Casa Civil e Órgãos vinculados, é função da Coordenação de Orçamento e Finanças, a qual geriu um orçamento inicial (LOA) de R\$ 98,54/milhões.

Os dados são disponibilizados no Portal da Transparência, após atualização das etapas programadas no Sistema de Acompanhamento Governamental-SAG/Siggo, o qual detalha a execução orçamentária de 43 etapas referentes às ações sob a coordenação e execução da UO 09.101-Casa Civil do Distrito Federal.

A seguir o detalhamento da disponibilidade orçamentária por natureza de despesa:

DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA				
EXERCÍCIO 2019				
Natureza da Despesa	Lei (LOA_2019) (R\$)	Despesa Autorizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)
- Pessoal e Encargos Sociais	72.005.850,00	84.241.448,00	77.164.795,72	76.719.706,86
- Outras Despesas Correntes	16.953.363,00	13.223.824,21	8.574.908,73	7.692.716,60
- Investimentos	9.584.320,00	10.476.318,00	172.582,63	150.476,13
- Total	98.543.533,00	107.941.590,21	85.912.287,08	84.562.899,59

Fonte QDD Siggo – 31-12-2019

O registro da execução e a movimentação dos créditos orçamentários são efetuados no Sistema Integrado de Administração Contábil - Siac/Siggo, por meio de notas de empenho, de notas de lançamento e de previsões de pagamento. Em 2019, foram emitidas 1.221 notas de empenho (empenho, reforço e anulação de empenho); 2.703 notas de lançamento (liquidação de notas fiscais, ajustes de conciliações, estornos, acertos contábeis, transferências patrimoniais, inscrições em contas contábeis, inscrições e baixas contratuais); e 1.208 previsões de pagamento, destinadas à realização dos desembolsos financeiros da Pasta. Foi promovida alteração da programação orçamentária e da programação financeira, suplementando e alterando o Quadro de Detalhamento de Despesa-QDD, por meio de Notas de Crédito Adicional.

Foram envidados esforços para o pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores referentes ressarcimentos de salários de servidores cedidos por outros órgãos e diárias, durante os exercícios de 2015 e 2018, no valor total de R\$ 44,79/mil, de acordo com o disposto no Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010.

Soma-se a essas atividades o atendimento aos órgãos de fiscalização internos e externos, entre respostas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, para sanar deficiências operacionais, prestar informações adicionais ou para responder aos questionamentos apresentados em processos de tomadas de contas. De forma complementar, foram desenvolvidas atividades de gestão, acompanhamento, análise e orientação em apoio à execução de contratos.

Foram realizados ainda, o acompanhamento, o controle e a conciliação contábil das contas de natureza orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, a fim de atender ao disposto na Lei nº 4.320/64 e às Normas de Contabilidade Internacional.

Em apoio ao planejamento orçamentário, foram fornecidas informações para subsidiar a elaboração do PPA 2020-2023, LDO-2020; bem como a proposta orçamentária da Casa Civil, LOA-2020.

Ao longo do ano de 2019, a Coordenação de Administração e Controle de Contratos, gerenciou 116 instrumentos contratuais, com vistas à aquisição e prestação de serviços, que inclui ainda, formalizações de termos cessão, doação, reversão, convênios e anuidades.

Em 2019, possuía um total de 25 contratos vigentes, que totalizam R\$ 6,91/Milhões. Ademais, nove notas de empenho, oriundas de dispensa e inexigibilidade de licitação, permitiram a contratação à luz da Lei 8.666/93.

Encontram-se vigentes 2 (dois) convênios, cujos recursos são oriundos exclusivamente do Governo do Distrito Federal, a saber: Imprensa Nacional e Novacap. O primeiro foi celebrado com a Imprensa Nacional em 2016 e vislumbra a implantação da publicação do Diário Oficial do Distrito Federal em formato eletrônico, o que revela o ineditismo do GDF quanto ao formato de publicação do veículo oficial para divulgação das informações governamentais.

Ainda, foi celebrado Termos de Cooperação Técnica e Parceria, dentre os atos de cooperação técnica e parceria formalizados durante o ano de 2019, podem ser verificados:

- a) Acordo de Cooperação Técnica – SEBRAE,
- b) Termo de Cooperação – INOUT, e;
- c) Contrato de Parceria - Banco do Brasil.

Além dos contratos citados, foram registrados 38 instrumentos para contratação de serviços relacionados à publicação de matérias no Diário Oficial do Distrito Federal oriundas de órgãos da Administração Indireta.

Para otimizar a gestão, foram realizados encontros com os executores de contratos para divulgação das orientações do Controle Interno, novas legislações e decisões do TCDF.

Já a Unidade de Controle Interno-UCI, participou de reuniões com várias unidades orgânicas da Casa Civil, tais como SUAG, Gabinete, Assessoria Jurídico-Legislativa e Assessoria Especial, das quais citamos:

- i. Orientações preventivas aos gestores da Casa Civil, contribuindo para identificação antecipada de riscos e a adoção de medidas e estratégias da gestão, voltadas à correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e atendimento do interesse público,
- ii. Acompanhamento das recomendações da Controladoria-Geral do Distrito Federal e as Decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal concernentes às atividades desta Casa Civil, assessorando os gestores responsáveis e o Excelentíssimo Senhor Secretário Chefe desta Pasta, a fim de dar cumprimento nos prazos devidos,
- iii. Realização de inspeções que servirão de subsídios para elaboração do relatório de auditoria de contas anuais 2016 e 2017, da Casa Civil,
- iv. Realização de monitoramento das recomendações expedidas nos Relatórios de Inspeções e Relatórios de Auditoria de Contas Anuais nos processos das Administrações Regionais, relativos aos exercícios de 2015 a 2017, com respectivas anotações no Sistema de Auditoria – SAEWEB, que servirão de subsídio para o julgamento das contas, no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e;
- v. Elaboração de Notas Técnicas, derivadas dos resultados dos trabalhos realizados por esta UCI, nas inspeções, análises e verificações dos atos de gestão praticados nesta Casa Civil e nas Administrações Regionais, objetivando a correção de desvios identificados.

E realizou, no exercício de 2019, a análise de cerca de 258 (duzentos e cinquenta e oito) processos, cujos principais assuntos foram: Contas Anuais dos Gestores Públicos/Ação de controle relativos à Casa Civil e Administrações Regionais; orientações e diretrizes, cumprimento de Decisão, tomada de contas especial, medidas administrativas internas anteriores à instauração de tomada de contas especial, reconhecimento de dívidas, relatórios de auditoria e inspeção da Subcontroladoria de Controle Interno, da Controladoria-Geral do Distrito Federal

Ao longo do exercício 2019, foram analisados 23 (vinte e três) processos de apuração de responsabilidade de servidores pela Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidade de Fornecedores e de Servidores - CPAR, sendo 1 fornecedores, 14 sindicâncias, e 8 processos administrativos disciplinares (PAD). Desses, 11 encontram-se em andamento ou foram retornados.

Em atendimento aos objetivos estratégicos institucionais e a programação da Comissão Permanente de Procedimentos Preliminares e Tomada de Contas Especial, a seguir o resultado dos processos de tomada de contas especial, exercício 2019, da Casa Civil:

Descrição	Em andamento	Instaurados em 2019	Encerrados	Valores ressarcidos em 2019	Prejuízo apurado até 31/12/2019	Absorção de prejuízo*
Medidas Administrativas Anteriores		1	1			R\$227,80
Tomada de Contas Especial	4	3	7		R\$10.625.461,28**	

* Valores considerados apenas na Instrução Prévia e Rito Sumário

** Desconsiderado os valores referentes às TCE's do Arquivo Público (processos nº 151.000.093/2015, nº 151.000.094/2015 e nº 151.000.092/2015), por não compor a Tomada de Contas Anual do Ordenador de Despesa da Casa Civil.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Casa Civil atuou no planejamento e desenvolvimento de projetos, no acompanhamento das ações, na supervisão dos trabalhos e na coordenação de programas, sempre em conjunto com os demais órgãos, e os resultados alcançados por meio da articulação da Casa Civil e, fundamentalmente, pelo desempenho das diversas Secretarias, Órgãos vinculados e entidades do Governo do Distrito Federal, nortearam a execução das políticas públicas de governo no ano de 2019.

Para o exercício de 2020, não há temor diante do planejamento estratégico definido, tendo em vista a boa articulação com os demais atores do Governo, os quais, certamente contribuirão para a implantação de políticas públicas de governo e atendimento às demandas da sociedade.

09102 - ARQUIVO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A partir da publicação da Lei n.º 2.545/2000, o Arquivo Público do DF somou, às suas principais competências, a de atuar como Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF – SIARDF, sendo responsável pela capacitação e orientação dos órgãos integrantes desse Sistema, com vistas a assegurar a eficiência na gestão, preservação, divulgação e acesso aos documentos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

Dessa forma, os serviços especializados prestados pelo Arquivo Público do Distrito Federal abrangem tanto a orientação, a capacitação e o acompanhamento da gestão de documentos (conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente) no âmbito do GDF, quanto o recolhimento, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos históricos – que datam desde o período anterior à fase da construção da Nova Capital até a década de 90. Soma-se, também, a realização de pesquisas e do atendimento ao público interessado no acesso e utilização de peças documentais que narram a memória de Brasília.

Anteriormente, o ArPDF tinha vinculação administrativa com a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa. Em 2003, o Decreto n.º 3.760, de 6 de maio do mesmo ano, transferiu sua subordinação para a estrutura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, inclusive com todos os cargos. Posteriormente, em 1º de janeiro de 2011, o Decreto n.º 32.716 alterou novamente a vinculação do ArPDF, desta vez atribuindo à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais. Tal mudança visou aproximar este Órgão ao centro político de decisões, fortalecendo as atribuições deste ArPDF com os demais Órgão da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.

Considera-se uma fase importante a edição da Portaria n.º 01, de 20 de maio de 2005, do então Secretário de Cultura e Governo do Distrito Federal, que estabeleceu o primeiro Regimento Interno. Salutar registrar que, diante do tempo transcorrido desde a publicação da referida Portaria, bem como da necessidade de adequar suas competências, ações e atividades à realidade do Órgão e do Governo do Distrito Federal, o mesmo foi revogada e fora publicado o Decreto n.º 38.725, de 20 de dezembro de 2017, consequentemente, dando origem ao seu mais recente Regimento Interno.

O acervo sob a custódia do ArPDF é composto por, aproximadamente, 808 metros lineares de documentos textuais, 46.101 documentos cartográficos (plantas e mapas), 691 fotografias aéreas, 660.826 negativos, 20.770 ampliações fotográficas, 17.367 diapositivos, 22.501 cópias por contato, 2.314 documentos micrográficos, além de 153 películas cinematográficas e mais de 500 vídeos em diversos suportes.

Essa importante fonte de informação é integrada por documentos relativos à construção da cidade e à Administração Pública do DF, destacando-se entre eles o Fundo documental da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, reconhecido em 2007 pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa da Memória do Mundo da Unesco como Patrimônio Documental da Humanidade. Além disso, o ArPDF guarda os Fundos arquivísticos históricos da Secretaria de Comunicação Social, Procuradoria-Geral do DF, Secretaria de Cultura do DF, Secretaria de Viação e Obras, do Centro de Informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF – SSP, da Fundação Cultural DF, do Gabinete do Governador, da Administração Regional de Taguatinga, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado – IPREV, dentre outros.

Ressalta-se que o ArPDF, ainda, assumiu a responsabilidade pela guarda e preservação dos Fundos Privados de grandes nomes e vulto importantes para a história do Distrito Feral e do Brasil.

Apesar da importante missão institucional de harmonizar a gestão de documentos, garantir a conservação e a preservação física da documentação arquivística governamental, bem como de facilitar o acesso ao patrimônio documental público do DF, o ArPDF enfrenta situações que impactam diretamente no cumprimento eficiente de suas atividades, como o atual quadro funcional, por exemplo.

Além dos documentos de valor permanente acumulados pelos órgãos do Governo do Distrito Federal, o ArPDF pode recolher a documentação de caráter privado, quando o acervo for considerado relevante para a história do Distrito Federal e não houver outra solução viável para sua preservação ou acesso.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	2	1	1	4
Comissionados sem vínculo efetivo	18	19	0	0	37
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	2	0	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	9	0	0	9
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	20	30	3	1	54
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	0	0	7
Total Geral	19	30	3	1	47

Verifica-se que o número da força de trabalho encontra-se reduzida, ocorrendo déficit de pessoal, logo necessita-se de que seja realizado com brevidade concurso público a fim de abranger as carreiras específicas da área finalística do presente órgão, tais como: arquivologista, bibliotecário e historiador.

No que se refere a capacitação, houve participação de servidor nos Cursos "Administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil com foco no Sistema de Gestão Governamental (SIGGo) – Módulo I e III", bem como do curso "Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência"; da Gerente de Pessoas nos Cursos "Retenção tributária - ISS e IR; Aposentadoria e Pensões; Instrução de Processos de Aposentadoria de acordo com o novo Manual do IPREV DF"; conclusão por um servidor do curso de capacitação sobre

Iniciação à Educação a Distância, sendo todos os cursos oferecidos pela Escola de Governo – EGOV.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1329 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS	1000,0	780,00	0	0
0002 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	780,00	0	0
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	2500,0	264154,00	196753,80	196753,80
0008 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DF ENTORNO	2500,0	264154,00	196753,80	196753,80
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	3500,00	264934,00	196753,80	196753,80

No programa foi realizada impressão do Guia de Fundos do ArPDF e aquisição das mapotecas e pedestais.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1687 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO	UNIDADE	200	31/05/2015	MENSAL	330	487	340	546	350	438	360	368	ArPDF / UO 09102/ OE 7 / UO 9102 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - O trabalho de preservação e conservação dos acervos realizados pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, em 2016, houve uma maior procura ao acervo disponibilizado pelo ArPDF ao público em geral.</p> <p>2017 - O trabalho de preservação e conservação dos acervos realizados pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, em 2017, houve uma maior procura ao acervo disponibilizado pelo ArPDF pelo público em geral, o que se deve, também, à grande divulgação das atividades do órgão realizada no período.</p> <p>2018 - Em 2018 a meta de 350 atendimentos foi superada em razão da grande quantidade de fundos e peças do acervo que passaram por tratamento, incluindo aquelas que foram objeto de reformatação, o que possibilitou ampliação da difusão do acervo permanente do ArPDF ao público, resultando no aumento pela procura para acesso.</p> <p>2019 - No que tange ao atendimento ao público, foram realizados 368 atendimentos, nos quais foram fornecidas reproduções de itens do acervo arquivístico e do acervo da Biblioteca e de declarações de caráter probatório trabalhista. Não obstante, informa-se que ainda estiveram no ArPDF, em torno de 200 pesquisadores, visitantes e estudantes, para aprofundar seus conhecimentos na área, assim como, para utilizar o acervo existente como base de pesquisa e apoio nos trabalhos científicos.</p>													
1457 - ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PRESTADAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.	UNIDADE	0	31/12/2016	ANUAL	40	85	40	106	40	150	40	35	ArPDF / UO 09102/ OE 7 / UO 9102 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - Atividade que consiste em orientar os diversos órgãos do Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivísticas Federal e do DF no que se refere à elaboração e aplicação de instrumentos de Gestão de documentos arquivísticos. Desempenho alcançado devido maior atuação da Coordenação do Sistema de Arquivos.</p> <p>2017 - Atividade que consiste em orientar os diversos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivísticas Federal e do DF no que se refere à elaboração e à aplicação de instrumentos de Gestão de documentos arquivísticos. Desempenho alcançado devido ao aprimoramento e ao fortalecimento da atuação do ArPDF como Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF - SIARDF.</p> <p>2018 - O desempenho superou o esperado para 2018 devido às ações que vem sendo tomadas desde 2016 quanto à aproximação do ArPDF dos demais órgãos do SIARDF e do fortalecimento de sua atuação como seu Órgão Central.</p> <p>2019 - Solicitações de orientação demandadas pelos órgãos e entidades, de forma proativa, são agendadas orientações com as Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos publicadas no DODF. Foram realizadas orientações técnicas para os seguintes Órgãos: SAB, FJZB, SEMOB, SEEDF, SEEC, CEB, SEAGRI, DER, PROCON, Secretaria da Mulher, CODHAB, CODEPLAN, TCB, CEASA, IPREV e Administrações Regionais do Cruzeiro, Lago Sul e Plano Piloto.</p>													

No que tange ao atendimento ao público, foram realizados 368 atendimentos, nos quais foram fornecidas reproduções de itens do acervo arquivístico e do acervo da Biblioteca e de declarações de caráter probatório trabalhista. Não obstante, informa-se que ainda estiveram no ArPDF, em torno de 200 pesquisadores, visitantes e estudantes, (incluindo os que estão realizando doutorado e pós doutorado) para aprofundar seus conhecimentos na área, assim como, para utilizar o acervo existente como base de pesquisa e apoio nos trabalhos científicos.

Foram realizadas visitas técnicas guiadas na qual foram recepcionados Cadetes da Política Militar do Distrito Federal -PMDf e alunos do Curso de Tratamento de Acervos Arquivísticos,

ministrado na EGOV com preparação de conteúdo e documentos do acervo e realizado a palestra.

Como Órgão Central do Sistema de Arquivos, o ArPDF tem como competência, também, a orientação técnica aos órgãos e a capacitação dos servidores da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, quanto à gestão de documentos, à aplicação da legislação arquivística distrital e federal, no que se refere à elaboração e aplicação de instrumentos de gestão de documentos arquivísticos (planos de classificação e tabelas de temporalidade), além dos procedimentos a serem observados para a eliminação de documentos e recolhimento de acervos arquivísticos.

Assim, além de atender a solicitações de orientação demandadas pelos órgãos e entidades, de forma proativa, são agendadas orientações com as Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CSADs publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF. Assim, foram realizadas 35 orientações técnicas para os seguintes Órgãos: SAB, FJZB, SEMOB, SEEDF, SEEC, CEB, SEAGRI, DER, PROCON, Secretaria da Mulher, CODHAB, CODEPLAN, TCB, CEASA, IPREV e Administrações Regionais de(o/a): Cruzeiro, Lago Sul e Plano Piloto.

Inclui-se, ainda, a análise de 17 listagens de eliminação de documentos da SAB antes da formação do processo de eliminação, as quais foram devolvidas para correção após orientação técnica.

No referido período destaca-se a orientação técnica prestada ao Centro de Ensino Fundamental CASEB, em razão do incêndio ocorrido em seu arquivo.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	19000,0	8046,40	8023,20	8023,20
0078 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	19000,0	8046,40	8023,20	8023,20
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16000,0	97000,00	51488,81	46283,63
7142 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	16000,0	97000,00	51488,81	46283,63
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	35000,00	105046,40	59512,01	54306,83

No exercício de 2019, foram efetuados pagamentos referentes à conversão de Licença Prêmio em Pecúnia para dois servidores aposentados e no que tange a ressarcimentos, indenizações e restituições foi efetuado pagamento referente a exonerações e acertos de contas.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	2005000,0	1359369,00	1320293,98	546894,35
0003 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO- PLANO PILOTO .	2005000,0	1359369,00	1320293,98	546894,35
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1000,0	310114,00	43999,95	43999,95
0071 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	200000,0	0	0
2615 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	1000,0	110114,00	43999,95	43999,95
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3742066,0	3758566,00	3689865,59	3689166,93
8738 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	3742066,0	3758566,00	3689865,59	3689166,93
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	121200,0	213091,60	205883,42	205883,42
9665 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	121200,0	213091,60	205883,42	205883,42
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	43361,0	924876,58	422424,60	44392,98
9741 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	43361,0	924876,58	422424,60	44392,98
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1000,0	780,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2418 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	780,00	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	5913627,00	6566797,18	5682467,54	4530337,63

- Foi realizado reforma e manutenção Predial do ArPDF.
- Efetuado pagamento de pessoal, bem como para INSS e IPREV.
- Concessão de auxílio creche, transporte e auxílio alimentação.
- Realizada a manutenção de serviços administrativos gerais, com a contratação/manutenção de serviços e aquisição de materiais, tais como: manutenção dos aparelhos de ar condicionado; serviços de dedetização; aquisição de água mineral, token, ponto eletrônico, mobiliário, serviço de impressão e serviços de locação de Central Telefônica PABX digital IP e etc.
- Adquiridos equipamentos permanentes de informática, especificamente computadores.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF, após anos de trabalho, colocou à disposição de pesquisadores e interessados a nona edição impressa do Guia de Fundos.

Mudanças e acontecimentos ocorridos a partir da última edição de 2016 levaram esta instituição arquivística a produzir uma nova versão. Ressalta-se que, pelo fato de, em 2020, Brasília comemorará 60 anos, a edição impressa é, de certa forma, um presente de aniversário antecipado a Brasília.

Outro fator importante e extremamente necessário e relevante para a continuidade do serviço prestado era a manutenção e reforma predial deste ArPDF, vez que o imóvel não se mostrava adequado para guardar e preservar o acervo histórico existente, pois possui uma estrutura precária e não condizente com a finalidade do presente Órgão.

Assim, como previsto na LOA 2019, o ArPDF foi contemplado no orçamento público, onde obteve a capacidade de realizar a contratação para iniciar as mudanças estruturais tão necessárias, sendo iniciadas em 1º de novembro de 2019, e se encontra em fase de andamento.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Ao decorrer do ano de 2019, foram realizadas adequações no modelo de gestão e iniciada a aquisição de bens e materiais necessários para o bom funcionamento da Instituição, assim como a contratação de serviços indispensáveis ao alcance da eficiência e eficácia na prestação dos serviços ao público do Distrito Federal e aos servidores em exercício neste Órgão. A seguir mencionamos as mais relevantes contratações e aquisições de materiais:

- Aquisição de Mapotecas e Pedestais;
- Aquisição de computadores;
- Contratação de empresa especializada para manutenção dos aparelhos de ar-condicionado;
- Serviços de dedetização;
- Aquisição de água mineral;
- Contratação de empresa especializada para reprodução de Guia de Fundos do ArPDF;
- Contratação dos serviços de Token/SERPRO;
- Aquisição de aparelho para registro de Ponto Eletrônico;
- Contratação de empresa para Manutenção Predial e Obras;
- Aquisição do Mobiliário para instalação nas novas dependências dos Blocos "B" e "C" deste ArPDF, "em fase de entrega";
- Aquisição ar-condicionado, realizando as etapas de elaboração de pesquisa de preços, termo de referência e demais termos para continuidade dos procedimentos licitatório, "em fase de conclusão";
- Manutenção do Elevador, estando presente a elaboração de pesquisa de preços, termo de referência e demais termos para continuidade dos procedimentos licitatório.
- Itens permanentes de Tecnologia da Informação, sendo iniciado com pesquisa de preços, elaboração do Termo de Referência e seu envio à Subsecretaria de Compras Governamentais/Seplag para análise e continuidade dos procedimentos licitatórios;
- Homologação da Licitação para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão com fornecimento de impressoras multifuncionais, Processo SEI n.º 00151.00000828/2017-63 – Contrato nº 003/2019;
- Materiais destinados a preservação do acervo, presente as etapas de elaboração de pesquisa de preços, termo de referência e envio à Subsecretaria de Compras Governamentais/Seplag para análise e continuidade dos procedimentos licitatórios;
- Material de expediente, tais como: gêneros alimentícios (café e açúcar) e material de informática por adesão a Ata de Registro de Preços que o ArPDF é participante.

O Arquivo Público do DF, por intermédio da Lei n.º 2.545, de 2000, conforme já informado no histórico, passou a ser o Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal – SIARDF, logo, a gestão dos documentos de arquivo por estar diretamente relacionada com a preservação e divulgação da Memória do Distrito Federal, já que é esta que determina o estado de organização e conservação em que os documentos de fase intermediária chegarão na fase permanente, quando, então, serão recolhidos ao ArPDF.

Dessa forma, passou a adotar ações para fortalecimento do referido Sistema incentivando, por exemplo, a composição das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CSADs, que são responsáveis pela condução do processo de avaliação documental, na determinação do ciclo de vida dos documentos, fixação de prazos de guarda e sua destinação final, nos respectivos órgãos e entidades do DF.

Em atendimento a referida circular, em 2019, foram constituídas e publicadas 52 CSADs, dos seguinte órgãos e entidades do Distrito Federal: Procon, PGDF, CACI, SECOM, SMDF, SECEC, SEMOB, TCB, ArPDF, SEAGRI, FJZB, SEJUS, SAB, SODF, GAG, ADASA, SEEC, SEMA, SDE, DPDF, FHB, CM, SEDUH, EMATER, CEASA, IPREV, CAESB, e as seguintes Administrações Regionais: SCIA, Itapoã, Parkway, Taguatinga, Samambaia, Fercal, Recanto das Emas, SIA, Vicente Pires, Planaltina, Sudoeste e Octogonal, Núcleo

Bandeirante, Santa Maria, Paranoá, Lago Sul, Brazlândia, Varjão, Riacho Fundo, Lago Norte, Riacho Fundo II, Ceilândia, Candangolândia, Jardim Botânico, Plano Piloto, Sobradinho II e Cruzeiro.

Ressalta-se que foi solicitado aos órgãos do governo, o envio de lista de eliminação e lista de recolhimento ao Arquivo Público do Distrito Federal, em atendimento ao disposto na Portaria n.º 178, de 2018, da Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, que homologa o PCTT-FIM das Administrações Regionais.

Por conseguinte, em 2019, foram analisadas 07 listagens de eliminação, dos seguintes órgãos: CEB, PGDF, SEEC, DETRAN (02), Casa Civil, ArPDF, sendo posteriormente encaminhadas à Comissão Central de Arquivos – CCA.

O ArPDF está realizando uma reforma nas suas edificações com o intuito de viabilizar melhores condições aos usuários e, ainda, com o intuito cumprir com uma de suas atribuições/finalidades, conforme estipulado em seu Decreto de criação e por ser o órgão central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal – SIARDF, que somente poderá ser ampliado o acondicionado os documentos, após a retirada do óbice existente, qual seja, a desocupação integral dos órgãos do DETRAN/DF e da SSP/DF dos prédios do Complexo do ArPDF, para que seja realizada as modificações e adaptações necessárias.

No âmbito da capacitação, foi ministrado o curso de Tratamento de Acervos Arquivísticos, fornecido pelo Arquivo Público do Distrito Federal em parceria com a Escola de Governo - EGOV, no qual objetivou capacitar os membros das CSADs e os servidores que trabalham nos arquivos ou protocolos da Administração Pública do Distrito Federal para a gestão de documentos e a aplicação da legislação arquivística.

No ano de 2019, foram capacitadas 05 turmas: TURMA 01 - 24 a 28/06/2019 com 32 alunos, TURMA 02 - 08 a 12/07/2019 com 34 alunos, TURMA 03 - 12 a 16/08/2019 com 21 alunos, TURMA 04 - 09 a 13/09/2019 com 38 alunos, TURMA 05 - 04 a 08/11/2019 com 16 alunos, assim foram 5 turmas e 141 alunos.

Dentre as turmas, estiveram presentes 47 órgãos e entidades que tiveram seus servidores capacitados, quais sejam: Arquivo Público do Distrito Federal, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Casa Civil do Distrito Federal, Corpo De Bombeiros Militar Do Distrito Federal, Defensoria Pública do Distrito Federal, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental, Polícia Militar Do Distrito Federal, Procuradoria Geral do Distrito Federal, Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF, Agência de Fiscalização do Distrito Federal AGEFIS (DF LEGAL), Polícia Civil do Distrito Federal – SIAPE, Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA/DF, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - PROCON/DF, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal e as Administrações Regionais de Santa Maria, Gama, Lago Sul, Recanto das Emas e Vicente Pires, Lago Norte, Itapoã, Plano Piloto, Cruzeiro, Ceilândia, Planaltina, São Sebastião, Sobradinho, Taguatinga, Guará, Varjão, Sudoeste/Octogonal, Riacho Fundo II, Sobradinho II, Riacho Fundo I e Brazlândia.

Foi realizada também uma oficina de Tratamentos de Acervos Arquivísticos para capacitar os servidores da Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB/SA, que encontram-se em liquidação, para a classificação, avaliação, eliminação e recolhimento de seus documentos.

A Comissão Central de Arquivos do Distrito Federal – CCA, é um dos órgãos setoriais do Sistema de Arquivos do DF, presidida pelo ArPDF, que possui como atribuições a análise das propostas de eliminação de documentos e das propostas de alteração dos planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos das atividades-fim dos órgãos do GDF, sendo reconstituída por meio da Portaria Conjunta ArPDF/SEFP/SECULT n.º 01, de 26 de julho de 2019, publicada no DODF n.º 145, de 02/08/2019, registrada no Processo n.º 00151-00000424/2019-31.

Na presente Comissão ocorreram, neste exercício, 07 reuniões, sendo analisados 07 processos com propostas de listagem de eliminação. Destes, 04 foram aprovados em definitivo, 03 foram restituídos ao órgão para correções:

- Processos com propostas de Listagem de Eliminação de Documentos analisados e restituídos para ajustes - 3 processos, CEB e DETRAN (0310-001146/2016, 00055-00006217/2019-24 e 00055-00156135/2018-49)
- Processos com propostas de Listagem de Eliminação de Documentos analisados e aprovados em definitivo - 4 processos, CULTURA, ArPDF, SEEC e CASA CIVIL (0150-001825/2016, 00151-00000896/2018-11, 00040-00016542/2019-73 e 00002-00004885/2019-88)

O Projeto PCTT-Fim, no qual visa estimular a elaboração de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo das Atividades-Fim dos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal, iniciado em 2018, teve sua continuidade em 2019, conforme verificado no Processo n.º 00151-00000800/2018-15, presentes na primeira reunião os órgãos participantes do Projeto-Piloto: SEAGRI, SECEC e ZOO, momento em que foi apresentada a metodologia e o cronograma a serem seguidos e orientada a realização da primeira atividade para elaboração do PCTT-FIM.

Destaca-se que o Plano Distrital de Gestão de Documentos foi instituído pelo Grupo de Trabalho, criado por meio da Ordem de Serviço ArPDF n.º 1, de 28 de fevereiro de 2019, publicada no DODF n.º 44, 7 de março de 2019, registrada no Processo n.º 00151-00000073/2019-69.

O Grupo propôs a minuta de Decreto que institui o Plano Distrital de Gestão de Documentos – PDGD, registrada no Processo n.º 00151-00000396/2019-52, que encontra-se em análise pela Assessoria Jurídica do ArPDF.

Este Plano visa ativar a gestão de documentos nos órgãos e entidades da Administração Pública do DF, por meio de:

1. Elaboração do Plano de Classificação, da Tabela de Temporalidade e do Índice de Documentos de Arquivo das Atividades-fim, conforme a legislação em vigor;
2. Tratamento físico, por meio de acondicionamento, armazenamento, higienização e preservação, conforme as Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ;
3. Adequação das instalações físicas e segurança predial, conforme a Resolução CONARQ nº13, de 9 de fevereiro de 2001;
4. Tratamento intelectual, por meio de classificação e avaliação, e operacional, por meio de ordenação e inventário, conforme a legislação em vigor;
5. Eliminação anual de documentos sem valor que ultrapassaram o prazo de guarda, conforme a legislação em vigor;

6. Recolhimento anual ao Arquivo Público do Distrito Federal dos documentos em fase de guarda permanente, conforme a legislação em vigor;
7. Outras ações pertinentes ao órgão ou entidade.

Foi elaborado o Termo de Abertura do Plano Distrital de Gestão de Documentos e convidados os órgãos a participarem do Projeto-Piloto, os quais Secretaria de Estado Educação, a Secretaria de Saúde, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Salienta-se que está sendo aguardado a publicação das CSADs e das CACSADs (Comissões de Apoio às CSADs) pelos órgãos para a continuidade do Projeto.

Como atividades temporárias destacam-se:

- Revisão do PCTT-Meio: o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das Atividades-Meio do GDF (PCTT-Meio) foi instituído por meio da Portaria Conjunta CACI/SEPLAG n.º 10 de 2016. A proposta de atualização do PCTT-Meio, Processo n.º 0151-000080/2015. A nova proposta será baseada nas decisões registradas nas atas de reunião do Processo n.º 00151-0000291/2018-12. Foi solicitado também o atendimento das demais demandas descritas no Relatório, a saber, a elaboração de nova versão: do Índice Remissivo, da Tabela de Equivalência e do Quadro de Análises das sugestões recebidas pelo ArPDF. A atualização encontra-se em fase de execução;
- Projeto Arquivo em Vídeos: o Projeto Arquivo em Vídeos visa produzir vídeos de curta duração sobre gestão de documentos, conforme Processo n.º 00151-0000531/2019-60. Inclui vídeos sobre: legislação arquivística e conceitos gerais, conservação preventiva, classificação e avaliação, eliminação e recolhimento, tratamento de documentos e sobre o ArPDF. Foram produzidos os roteiros de 06 vídeos e gravados e editados 05 áudios, com a colaboração da Secretaria de Estado de Educação. Em seguida, o ArPDF iniciou a produção do vídeo sobre Eliminação de Documentos. Foi editada a vinheta, testados os efeitos visuais, editada parte das ilustrações, sincronizadas as palavras chaves com o áudio e inseridas parte das imagens. Este vídeo está em 80% da fase de produção e os outros 20% tratam-se das imagens para preencher o vídeo e das animações gráficas;
- Capacitação dos servidores da COSIS para a aplicação do PCTT-Fim das Administrações Regionais, previsto para 2020, no qual o ArPDF fornecerá Oficinas de Capacitação dos membros das CSADs das Administrações Regionais para a aplicação do PCTT-Fim e, para isso, os servidores do ArPDF foram capacitados durante ano corrente;
- Colaboração para o tratamento do Acervo Arquivístico do ArPDF: os documentos em suporte papel da COSIS foram transferidos para o arquivo intermediário do ArPDF. Sob a coordenação da Unidade de Gestão de Documentos, os servidores da COSIS trataram esse acervo e estão colaborando com o tratamento do acervo do Arquivo Intermediário, por meio de classificação, avaliação, ordenação, acondicionamento, armazenamento, identificação e higienização;
- Atom e Archivemática: o Atom e o Archivemática são softwares livres que são utilizados respectivamente para a difusão do acervo permanente e para a preservação digital e o acesso em longo prazo de coleções de objetos digitais. Foi elaborado e registrado no Processo n.º 00151-00000687/2019-41, o Projeto Básico para a contratação do serviço de configuração, integração, treinamento e consultoria para o Atom e o Archivemática.

O Arquivo Público do Distrito Federal possui outra atribuição de grande relevância para o Distrito Federal sendo a de responder pelo Arquivo Permanente em que realiza o tratamento e preservação do acervo arquivístico de valor permanente e a pesquisa, difusão e atendimento ao público, ou seja, a difusão da Memória Documental da Construção da Capital Federal.

Em 2019, em relação ao acesso à informação pública, o Arquivo Público elaborou e realizou a publicação do Guia de Fundos do ArPDF, atualizando as informações acerca de todos os fundos que integram o Acervo Permanente da Instituição. E, com relação a publicação anterior GOYAZ – Guia de Cartografia Histórica, foram entregues 64 exemplares da publicação, conforme verificado com a juntada do “Termo de Entrega”.

Iniciou-se a elaboração dos textos (memorando e termo de referência) para realização do Projeto “Diários da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil”, tendo em vista a celebração dos 100 anos do lançamento da Pedra Fundamental, sendo instalada no Morro do Centenário, em Planaltina –DF, em 7 de setembro de 1922.

Quanto ao recolhimento do acervo particular, destaca-se que já estão em tratativas o recebimento do acervo relativo a documentos sobre os primórdios da informatização do Governo do Distrito Federal.

Além disso, foram feitos empréstimos das exposições do ArPDF, História de JK e criação de Brasília, com 21 painéis, para os CORREIOS com apresentação na Câmara Legislativa e para a Administração da Candangolândia no próprio local.

Representando o ArPDF, o servidor historiador realizou pesquisa, preparação e apresentação das seguintes palestras:

- “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (1892) e Comissão de Estudos da Nova Capital da União (1894-1895) – antecedentes da Brasília”, ministrada para professores e pesquisadores do Instituto Histórico, Geográfico do Distrito Federal – IHGDF;
- “Projeto de História Oral – Memória de pioneiros” ministrado para uma banca de especialistas da Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF;
- “Missão Cruls e a Implantação do Distrito Federal” por solicitação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – Subsecretaria de Educação Básica, no Curso Educação Ambiental e Patrimonial - “Relações culturais e ambientais na prática pedagógica”, ofertado aos professores da rede pública de ensino que estarão atuando nos Projetos “Parque Educador” e “Territórios Culturais”, e na Escola da Natureza.
- “O ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL – Missão e Atividades” ministrada para professores e pesquisadores da Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais de Educação do DF – EAPE.

Durante o exercício de 2019, ocorreu o acompanhamento e a assessoria da Equipe de Pesquisadores da Universidade de Brasília – UnB, tendo como escopo da pesquisa o acervo fotográfico para listar todas as imagens que fazem referência a afro-brasileiros ou afins a essa temática que vieram no início da construção de Brasília, bem como ocorreu a preparação, participação, pesquisa, edição, produção de texto em atendimento à Agência Francesa de Desenvolvimento para produção da Exposição “Brasília da edificação ao cotidiano”.

As atividades de preservação e tratamento técnico e conservação preventiva (higienização, organização, classificação, descrição e digitalização) do acervo de guarda permanente que encontra-se sob a custódia do ArPDF, são tarefas cotidianas e basilares.

Dentre as atividades de preservação realizada encontra-se o processo de digitalização do acervo por demanda, em atendimento à solicitação externa. Por conseguinte, foram digitalizados 2.753 arquivos, entre eles os gêneros textual, cartográfico e iconográficos.

Foi realizada visita de inspeção e verificação de fragilidades em Depósitos de Preservação e Tratamento de Acervo Audiovisual, que ao serem verificados e identificados todos os equipamentos e as necessidades de manutenção, o qual as demandas necessárias para a manutenção e preservação dos acervos serão analisadas pontualmente no decorrer do ano.

Teve início ao trabalho de levantamento do acervo do Depósito Honestino Guimarães - DHG, com objetivo de conferir a localização, o quantitativo, as informações de descrição e as anotações dos espelhos dos Fundos Públicos e Privados. Logo, foram analisados os seguintes Fundos:

- Fundo: Procuradoria-Geral do DF - PROCAD, gênero: textual, sendo a atividade de tratamento realizada: localização, levantamento, limpeza e tratamento das caixas e documentos, conferência de ordenação, descrição e conteúdo das caixas, limpeza, entrefolhamento com papel, substituição de caixas e espelhos de identificação, proporcionando condições de uso e guarda dos documentos, sendo substituídos 32 espelhos, 10 caixas reforçadas sendo tratados 129 caixas com 18,06m
- Fundo: Fundação Educacional do Distrito Federal, gênero: textual, sendo concluído a atividade de preservação realizada: de um total de 144 caixas-arquivo, todas foram higienizadas, conferidas as datas limites, entrefolhamento, descrição. O espelho da caixa n.º 144 foi substituído
- Depósito Honestino Guimarães - foi concluído o trabalho de levantamento do acervo, com objetivo de conferir a localização, quantitativo, informações de descrição e notações dos espelhos do Fundos Públicos e Privados, sendo Fundos Privados, 458 caixas, perfazendo 64,12 m e os Fundos Públicos com 7.060 caixas e 988,4m, o que totaliza 7.518 caixas em 1052,52 metros.
- Fundo: Fundação Cultural do Distrito Federal, gênero: textual, estando em andamento a atividade de preservação realizada, no qual de um total de 428 caixas-arquivo, 65 caixas foram higienizadas, conferidas as datas limites, entrefolhamento, descrição. Os espelhos foram confeccionados e substituídos.
- Fundo: Secretaria de Comunicação Social - SCS (Fundo Público), com gênero: Iconográfico e Cartográfico. Após o processo de estudo, reconhecimento e organização da rotina dos depósitos audiovisuais e cartográficos, foi possível o atendimento de demandas geradas por Pesquisadores, tendo a necessidade de realizar digitações de negativos e plantas, sendo disponibilizadas no "Acervo digital" pela GEAUD, GEDIG e atualizadas as listagens descritivas, para acesso dos Usuários da Biblioteca.

O acervo audiovisual do ArPDF é formado por fotografias, películas cinematográficas, fitas VHS, betacam e Umatic e, ainda, vídeos e negativos, os quais ficam armazenados em depósitos climatizados em sua sede. Além dos acervos textual, digital e audiovisual, o ArPDF também possui significativo acervo cartográfico, formado por mapas e plantas datados desde os períodos anteriores ao da construção de Brasília, sendo o mesmo objeto de tratamento técnico, logo tem sido realizada a organização e conferência dos tubos com as plantas das edificações constantes do acervo do ArPDF, para uma melhor disposição do material disponível.

Ressalta-se que todo o trabalho de preservação e conservação dos acervos realizado pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Em suma, apresentamos de forma sucinta as

atividades exercidas com esmero pelos os profissionais em exercício nesta Instituição, que repercutiu para além dos órgãos do Governo do Distrito Federal.

No decorrer do exercício 2019 foram consideráveis os avanços, sobretudo com referência ao preparo do Complexo do Arquivo Público do Distrito Federal com início da reforma predial contemplando aos usuários e servidores com um ambiente mais humanizado e adequado a nossa clientela.

09103 - ADM. REG. DO PLANO PILOTO - RA I

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A **Administração Regional do Plano Piloto (RA I)**, órgão da estrutura administrativa do Distrito Federal, é uma instituição prestadora de atividades e de serviços públicos fundamentais para a população, incorpora diferentes atribuições de operação de atividades públicas, dentre elas, destacamos:

- a)** Representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa;
- b)** supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição;
- c)** exercer a articulação política, regulação e fiscalização de atividades econômicas e empresariais no âmbito do seu território;
- d)** executar serviços de instalação, conservação e zeladoria urbana;
- e)** apoiar às atividades de limpeza pública e de vazão/drenagem de águas pluviais, dentre outras funções de forma a aproximar à população residente na RA das ações executadas pelo poder público local.

Além desse papel regulador, a RA I articula, no âmbito de sua localidade, as políticas setoriais das Secretarias de Estado do Distrito Federal, em áreas como cultura, desenvolvimento social, meio ambiente, desporto e lazer, planejamento territorial e urbano, extensão rural, dentre outras.

É a responsável pela construção e/ou a manutenção de alguns mobiliários ou equipamentos urbanos como praças públicas, estruturas de feiras e/ou de centros populares de comercialização de produtos e serviços (fiscalização e regulação do comércio ambulante), manutenção de quadras de esportes, parques infantis, abrigos para usuários do transporte coletivo. Portanto, é um órgão de articulação e também de execução/operação da atuação setorial da Administração Pública no local.

A Região Administrativa do Plano Piloto é formada pela Asa Norte, Asa Sul, Setor Militar Urbano, Setor de Clubes, Área de Camping, Eixo Monumental, Esplanada dos Ministérios, Setor de Embaixadas Sul e Norte, Vila Planalto, Vila Telebrasília, Noroeste, Setor de áreas Isoladas Norte e sedia os três poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário.

A RA I foi criada pela Lei nº 408, de 13/01/1993, vinculada à Secretaria da Gestão do Território e Habitação, de acordo com art. 8º, §2º, do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015. Com a criação da Secretaria de Estado das Cidades, por meio da publicação do Decreto nº 37.625 em 15 de setembro de 2016, as Administrações Regionais do Distrito Federal passaram a ser vinculadas a essa nova Secretaria.

Com base nos dados da última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/2018) sobre a RA-I/Plano Piloto, temos uma população urbana de 225.002 pessoas, sendo 53,6% do sexo feminino; com idade média encontrada de 39,3 anos, com uma renda média domiciliar de R\$ 15.057, tendo 75,9% dos domiciliados alcançando grau de escolaridade de nível superior. No que diz respeito à raça/cor da pele, 64,1% dos moradores declaram-se brancos; sobre o estado civil, 44,3% da população com 14 anos ou mais de idade se declararam casados. Dos moradores da RA, 61,1% informaram ter nascido fora do DF e o Estado com o maior percentual citado foi Minas Gerais, com 18,6%.

Para dar conta de tamanha complexidade dessas ações, a RA-I, neste ano de 2019, investiu na construção de uma agenda dialógica, que atendesse aos interesses da sociedade, identificando um maior número possível de parceiros institucionais, lideranças comunitárias,

setor produtivo, organismos nacionais e internacionais e órgãos de controle na consolidação de propostas e intervenções que atuassem em benefício e resposta a essas demandas e necessidades.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	1	3	3	10
Comissionados sem vínculo efetivo	41	8	0	0	49
Requisitados de órgãos do GDF	3	6	1	0	10
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	9	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	3	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	6	19	25
Outros - especificar	0	0	6	0	0
Subtotal	47	15	28	22	112
(-) Cedidos para outros órgãos	3	0	0	0	0
Total Geral	44	15	28	22	115

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	295201,00	200000,00	135629,70
0185 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- PLANO PILOTO .	0	95201,00	0	0
0261 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO PLANO PILOTO- PLANO PILOTO .	0	200000,0	200000,00	135629,70
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	2390000,0	2318047,33	1453993,33
0027 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PLANO PILOTO- PLANO PILOTO .	0	2000000,0	1938047,33	1453993,33

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0035 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PLANO PILOTO- PLANO PILOTO .	0	390000,0	380000,0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	474274,87	474274,26	474274,26
0063 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- MELHORIA E AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA QUADRA 210 NORTE - ASA NORTE-DISTRITO FEDERAL	0	474274,87	474274,26	474274,26
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	3159475,87	2992321,59	2063897,29

Em relação ao subtítulo **0261 – Execução de Obras de Urbanização no Plano Piloto -**, foi realizada a descentralização de créditos orçamentários para a NOVACAP no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados a custear a reforma e construção das calçadas na SQN 416, conforme dados obtidos junto à NOVACAP, os recursos da Nota de Empenho 2019NE03152 (30825440) foram disponibilizados para a empresa CONSTRUTEQ – Construções Terraplenagens e Comércio de Equipamentos contratada sob o nº 088/2018, conforme NOVACAP - Ordem de Serviço Externo 22, no qual consta ainda o recurso da Nota de Empenho 2019NE03141. Todos os recursos foram totalmente utilizados na **execução de 6.298,67 m2 de calçadas na quadra SQN 416**, conforme as medições do processo de pagamento 00112-00036491/2019-13 e 00112-00037256/2019-51, as obras iniciaram-se em 01 de novembro e terminaram em 10 de dezembro de 2019.

Quanto às obras de iluminação pública, previstas nos **subtítulos 0027, 0035 e 0063 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública no Plano Piloto -**, foram destinadas através de emendas parlamentares a contratação de execução de **obras para ampliação de iluminação pública nos locais: SQN 210, SQN 407, 415 e 416**. Foram celebrados Contratos de Execução junto à CEB.

Em relação à SQN 210, foi celebrado Contrato de Execução de Obras n.º 003/2019, Serviço executado e concluído em outubro/2019. Foram instalados 132 pontos de luminárias de LED. Na SQN 415, o serviço foi executado e concluído em dezembro/2019. Foram instalados 163 novos pontos de luminárias de LED, enquanto na SQN 416, serviço executado e concluído em dezembro/2019. Foram instalados 146 novos pontos de luminárias de LED.

Em relação as obras na SQN 407, foi iniciada em dezembro, devendo ser concluída ainda no mês de janeiro de 2020.

Todas as obras previstas foram executadas neste exercício e os recursos advindos das referidas emendas parlamentares empenhadas. Assim, executamos 100% dos recursos empenhados, via dispositivo “emenda parlamentar” avocados a esta Administração Regional. É importante frisar que desde 2015, este é o primeiro ano em que a Administração Regional do Plano Piloto executa a totalidade das obras definidas por este tipo de dispositivo de financiamento.

Esta foi uma ação executada, articulada e acompanhada integralmente pela área técnica da Coordenação de Administração Geral – COAG, que realizou todas as diligências necessárias

junto às instancias internas ao Governo (NOVACAP, CEB), bem como junto ao gabinete dos parlamentares para a plena execução desses pleitos.





6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	600000,00	542849,24	542849,24
0025 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO .	0	600000,00	542849,24	542849,24
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	600000,00	542849,24	542849,24

No subtítulo **0025 – Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e Sua Família** – Administração Regional do Plano Piloto, executou inúmeras ações envolvendo atividades de recuperação e manutenção de bens e serviços para a cidade. Estas atividades foram realizadas com a colaboração dos apoiadores assistidos pela Fundação de Amparo ao Trabalho Preso – FUNAP.

Dentre as atividades realizadas destacam-se:

543 toneladas de entulhos recolhidas no período

525 toneladas de lixo verde recolhidas nas quadras residenciais e comerciais

2.406 metros de calçadas recuperadas, reconstruídas e/ou ripadas (atividade realizada em parceria com as prefeituras, oportunidade em que a RA entrou com a mão-de-obra e equipamentos e as prefeituras com os materiais e insumos necessários)

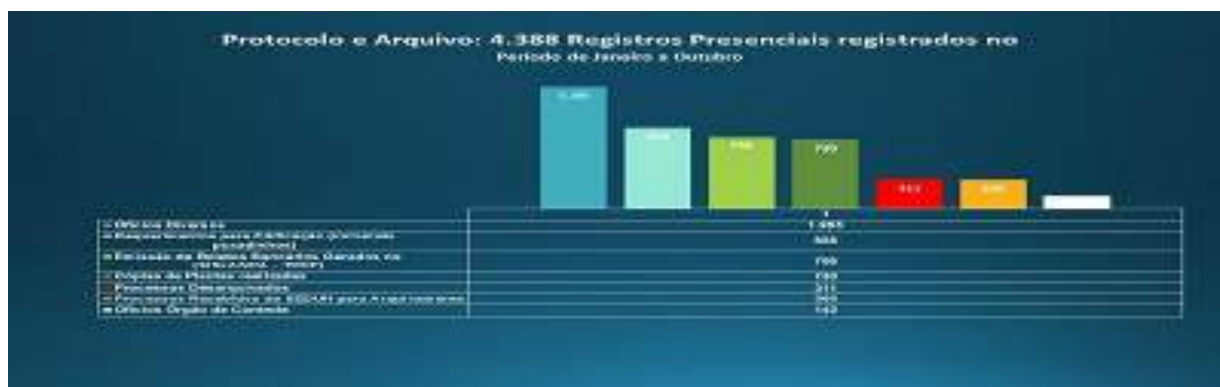
1.478 metros de meios-fios repostos, pintados e restaurados

2.304 bocas de lobo vistoriadas, desobstruídas e limpas

267 Ações realizadas junto aos Parques infantis (seja na recuperação com pinturas, capinas, limpeza, seja no afofamento de areia. Alguns parquinhos receberam mais de 2 ações ao longo deste ano)

9.371 Faixas recolhidas das vias públicas

Faz-se necessário, destacar a atuação dos referidos apoiadores nas atividades que desenvolvem junto às áreas administrativas nesta RA, sobretudo nos setores de atendimento ao público e de coleta e registro de dados, cuja área de protocolo contabilizou 4.388 registros presenciais no período de janeiro a outubro de 2019, conforme gráfico a seguir:



Abaixo ilustramos as atividades realizadas:



0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	20000,0	16139,88	16139,88
0087 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PLANO PILOTO .	0	20000,0	16139,88	16139,88
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	108248,00	78978,34	78978,34
0040 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PLANO PILOTO .	0	108248,00	78978,34	78978,34
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	128248,00	95118,22	95118,22

No subtítulo **0087 – Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia – Administração Regional do Plano Piloto**, foram efetuados o pagamento a 04 servidores aposentados no período. Quanto ao subtítulo **0040 Ressarcimentos, indenizações e Restituições**, os recursos destinados foram utilizados para restituição do benefício do vale-transporte.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	5453752,00	4814207,43	4570455,43
0040 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO .	0	5453752,00	4814207,43	4570455,43
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	340320,00	319491,35	319491,35
0031 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PLANO PILOTO .	0	340320,00	319491,35	319491,35
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	4542007,00	3990423,05	3864938,54
0059 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO .	0	4542007,00	3990423,05	3864938,54
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	7800,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0040 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PLANO PILOTO .	0	7800,00	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	10343879,00	9124121,83	8754885,32

No subtítulo **8502 – Administração de Pessoal - Administração Regional do Plano Piloto** -, os recursos destinados aos 115 servidores desta Administração foram utilizados de modo satisfatório para o pagamento da folha no período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2019.

O subtítulo **0031 – Concessão de Benefícios a Servidores - Administração Regional do Plano Piloto** que tem por função a implementação de benefícios assistenciais a servidores, proporcionando o recebimento de auxílios referentes a vale-transporte, alimentação, auxílio-creche, dentre os benefícios sociais estabelecidos em legislação específica, foram todos executados dentro da previsão legal e orçamentária.

O subtítulo **0059 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Administração Regional do Plano Piloto**, trata-se de uma das dotações orçamentárias que financia as maiores despesas para a manutenção e funcionamento de todas as estruturas físicas que envolvem a Região Administrativa; por meio dessa rubrica foram pagas despesas como: locação do imóvel sede da RA, prestação de serviços gerais, pagamento de consumo de água e esgoto, energia elétrica, serviços postais, materiais de consumo, expediente, etc... Este ano foram adquiridos todos os equipamentos de proteção individual – EPI (luvas, óculos, botinas, capas de chuva e outros), bem como uniformes para os profissionais que executam os serviços externos de zeladoria, foram repostos todos os materiais de copa e cozinha, reforma de sofá, compras de materiais de consumo como tintas, purificadores de água, dentre outros.

Em meados de setembro de 2019, por ocasião do processo de renovação da área locada para o funcionamento da Sede Administrativa da RA I, foi realizado um amplo estudo que culminou na Redução aproximada de 61% das despesas de aluguel (ocupávamos uma área de aproximadamente 6.150,30m² e passamos para 2.400m²), com a redução da área ocupada, o valor mensal do aluguel passou para R\$ 113.896,67 (cento e treze mil, oitocentos e noventa e seis reais, sessenta e sete centavos), totalizando o valor anual de R\$ 1.366.760,04 (um milhão, trezentos e sessenta e seis mil e setecentos e sessenta reais e quatro centavos). Até setembro de 2019, o valor da locação mensal correspondia a R\$ 291.874,44 (duzentos e noventa e um mil, oitocentos e setenta e quatro reais, quarenta e quatro centavos) e o valor anual de R\$ 3.502.493,28 (três milhões, quinhentos e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos). Estima-se uma economia anual de R\$ 2.135.733,24 (dois milhões, cento e trinta e cinco mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos) com a redução dos espaços.

De igual modo, estimasse uma redução aproximada de 61% das despesas de condomínio. O valor mensal atual do condomínio, correspondia a R\$ 53.569,11 (cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e nove reais e onze centavos), totalizando o valor anual de R\$ 642.829,32 (seiscentos e quarenta e dois mil e oitocentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos). Com a locação de 2.400m² - o valor mensal aproximado do condomínio passou a ser de R\$ 20.904,00 (vinte mil, novecentos e quatro reais), totalizando o valor anual de R\$ 250.848,00 (duzentos e cinquenta mil, oitocentos e quarenta e oito reais),

repercutindo numa economia anual com despesas de condomínio estimada de R\$ 391.981,32 (trezentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos); conseqüentemente também tivemos uma redução proporcional de custos com o IPTU (o qual será cobrado de forma proporcional com a metragem da área locada); economia com os contratos de Limpeza e de Vigilância, água e luz, uma vez que, o espaço a ser ocupado será reduzido significativamente.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	3
Trabalho com Grupos - Remoções	16
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	10

Foram realizadas várias iniciativas em parcerias, dentre as quais destacamos:

Quermesse do Templo Budista, foram 3.988,5 Kg de alimentos arrecadados e doados; Campanha do Agasalho Solidário; Festeja Brasília; Apoio ao Projeto Bike Geração de Renda e a campanha "Vem Brincar Comigo".



EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	400
Outros eventos	3	300

Exibição do filme "A Juíza": parceria entre a Secretaria da Mulher, Banco Mundial, ONU Mulheres, Secretaria de Cultura e esta RA, premiado documentário sobre a magistrada norte-americana Ruth Bader Ginsburg, ícone da luta pela igualdade de gênero. **Encontro de Grafite 2019**: reuniu artistas do grafite e comunidade para colorir parte do centro urbano de Brasília, e o **Seminário Brasília Cidade Criativa do Design**: apresentou a importância de Brasília pertencer à Rede Mundial de Cidades Criativas&

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Outros (Eventual)	834

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Eventos esportivos	2	300

Apoio ao time, representante da RA-I, na disputa pela Chave B na terceira rodada da Copa Brasília de Futsal 2019 promovida pelo Sesc-DF em parceria com a TV Globo Brasília, bem como no Torneio de futsal infantil da Asa Norte. Campeonato, promovido pelo Conselho Comunitário da Asa Norte (CCAN) contou com a colaboração das prefeituras.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Permanentes	4
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	3

Plano de Ocupação realizado com o cadastro de 2.255 profissionais.

Cadastramento de 332 ambulantes (sendo 271 MEI e 61 PF)

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	19
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	66

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.069
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	3.014
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.012
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	61
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	61
Atestado de desobrigação	68
Outros	142

Registra o atendimento de 2.115 cidadãos agendados para prestar juramento

21 cerimônias de juramento realizadas

511 Alistamentos fora do prazo, sendo 488 presenciais

Totalizando **6.434 Processos recebidos e atendidos no período de janeiro a novembro de 2019.**

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	2.304,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	0,00
Recuperação de calçadas/ M ²	8.704,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	100,00
Remoção de entulhos/ M ³	1.500,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	1.478,00
Faixas recolhidas das vias públicas	9.371

Em relação as calçadas foram 2.406 metros de calçadas recuperadas, reconstruídas e/ou ripadas (atividade realizada em parceria com as prefeituras, oportunidade em que a RA entrou com a mão- de-obra e equipamentos e as prefeituras com os materiais e insumos necessários) e mais 6.298 metros quadrados realizados com recursos transferidos para a NOVACAP, totalizando a recuperação de 8.704 metros quadrados de calçadas na região do Plano Piloto.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Dentre as agendas realizadas, destacamos:

- 1)** 1.719 compromissos cumpridos, envolvendo visitas técnicas junto às quadras residenciais e comerciais do Plano Piloto, com o objetivo de realizar o levantamento in loco das principais necessidades e demandas nas quadras, envolvendo a participação da comunidade, setor produtivo, empresários, empreendedores, organismos internacionais, corpo diplomático; alinhamento institucional com os setores do governo; articulação com a Câmara Legislativa –CLDF, dentre outros.
- 2)** Participação no programa SOS DF criado pelo GDF para revitalizar as cidades com ações emergenciais.
- 3)** Programa Adote uma Praça: 03 Termos de Cooperação já celebrados. Atualmente na RA, tramitam 10 propostas de cooperação, que estão em processo de análise de viabilidade.
- 4)** Unificação de atendimento pela Sala do Empreendedor.
- 5)** Publicação do mapa de remanejamento da segunda etapa da reforma da Galeria dos Estados.
- 6)** Celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre a Administração Regional do Plano Piloto e o Instituto Federal de Brasília na oferta de estágio aos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de uma formação integral, aprendizado, experiência e atividades complementares aos estudantes do IFB.
- 7)** Celebração de Termo de Cooperação para completa revitalização e manutenção do complexo da Torre de TV de Brasília: O termo foi assinado por cinco órgãos no total: Secretaria de Projetos Especiais (SEPE), Secretaria de Turismo (SETUR), Banco de Brasília (BRB), Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) e Administração Regional do Plano Piloto. A parceria objetiva devolver a área à população de Brasília e seus visitantes,

além de permitir a instalação do chamado “Corredor Cultural do BRB – CCBRB”, que será montado no trecho entre a Rodoviária do Plano Piloto e a Torre de TV. O projeto terá investimentos da ordem de R\$ 40 milhões a serem feitos pelo BRB. Sendo que, ao longo de 20 anos, a instituição financeira vai assumir a manutenção do local.

8) Projeto de Feiras Orgânicas no Plano Piloto: Iniciativa realizada em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), busca indicar os produtores rurais para fazer a comercialização de seus produtos de forma direta, bem como o cadastramento dos interessados em receber feiras orgânicas nas quadras do Plano Piloto. Podem manifestar interesse as prefeituras e lideranças comunitárias e moradores em geral.

9) Parcerias para a manutenção de Horta no Setor Comercial Sul: Apoio ao projeto Horta Linda do Coletivo Aroeira na manutenção de hortas urbanas comunitárias no Setor Comercial Sul.

10) População em Situação de Rua.

Foram realizadas reuniões com distintos segmentos para a definição de estratégias intersetoriais para produção de dados sobre a população em situação de rua do Plano Piloto, dentre elas destacamos:

- Articulação com as áreas da segurança pública, saúde e assistência social para a realização de ações multidisciplinares e intersetoriais com foco na população em situação de rua na região da RA-I.

- Parceria para a construção de ações conjuntas para a População em Situação de Rua: A Administração do Plano Piloto, Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial (SUBDHIR), e representantes da Rede de Redução de Danos e de Profissionais do Sexo, Tulipas do Cerrado, constituíram parceria para debater e propor ações conjuntas para a população em situação de rua no Plano Piloto.

- Iniciadas tratativas para Cooperação com a FIOCRUZ para melhoria da saúde da população em Situação de Rua: Cooperação enfoca a elaboração de pesquisas e projetos que auxiliem na construção de um território saudável e sustentável em Brasília, melhoria da saúde e promoção da cidadania da população em situação de rua. Destaca-se a ausência de dados sobre a população em situação de rua, como perfil e necessidades, e os poucos estudos publicados no Brasil sobre o tema, o que dificulta a criação de políticas públicas. A RA solicitou à Fiocruz dados das pesquisas já realizadas e um levantamento de censo da população em situação de rua para auxiliar na tomada de decisões.

11) Implantação da coleta seletiva na sede da Administração do Plano Piloto: Foi realizada capacitação para os servidores do órgão sobre coleta seletiva. No encontro, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU-DF) ensinou os servidores como fazer a separação dos resíduos nas categorias de recicláveis e orgânicos/rejeitos.

12) Gestão participativa e práticas sustentáveis com a comunidade da Região Administrativa I: Lideranças comunitárias, integrantes de prefeituras e moradores em geral puderam conversar e tirar suas dúvidas sobre o programa Adote uma Praça, coleta seletiva, Agenda 2030, agricultura e hortas urbanas.

13) Realização da Primeira Etapa das Conferências Livres das Cidades, que ocorreram no período de 06 a 28/04. As rodadas contaram com a participação de aproximadamente 300 lideranças do movimento comunitário.

14) Realização de Estudo Avaliativo em relação a utilização dos veículos oficiais. Avaliação apontou a subutilização de: 4 veículos oficiais e 12 linhas móveis de telefonia

A devolução desses veículos e o cancelamento das contas telefônicas resultou em uma economia anual de aproximadamente 50% dos gastos totais da Administração com esses dois elementos de despesa.

15) Busca, identificação e reorganização de todos os bens patrimoniais desta Administração Regional. Constatado que os termos de guarda e responsabilidade não eram assinados desde 2015. Levantamento apurou a localização de percentual significativo de bens que se encontravam em tomada de contas e na situação de "não localizados". Todas as medidas foram tomadas na regularização dessas transferências.

16) Redimensionamento dos espaços físicos da Administração que culminou na Redução aproximada de 61% do total de despesas com aluguel, condomínio, iptu, água e luz. Estima-se uma economia anual de R\$ 2.135,733,24 (dois milhões, cento e trinta e cinco mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos) somente com a redução dos espaços.

17) Execução financeira: **+ 3.735% de recursos executados em relação ao ano de 2018. Foram repassados R\$ 3.064.274,26, na forma de emendas parlamentares. Desde 2016, este será o primeiro ano que alcançamos 100% de execução das Emendas Parlamentares.**

18) Investir na formação, capacitação e desenvolvimento dos profissionais, incentivando a ampla participação de nossos quadros funcionais em atividades que ampliem a capacidade de execução de serviços e de gestão, imprimindo melhorias nos serviços ofertados, formando uma equipe comprometida com valores éticos, proativos e focados em resultados. Esta fala traduz o entendimento de nossa gestão na formação dos quadros técnicos/funcionais para a melhorar a resposta dos serviços hoje ofertados para a população. Dados do período de janeiro a novembro de 2019 apontam que um total de 43 servidores (65% da equipe) foram capacitados nas mais variadas modalidades e técnicas em gestão e administração pública. Foram investidas 113 vagas, em cursos ofertados pela EGOV, utilizadas exclusivamente por servidores da RA I.

19) Realizados 2.049 atendimentos personalizados, visando o acompanhamento e implementação de ações que subsidiam nossa política referente à gestão de território. Os referidos atendimentos envolveram tratativas em relação a:

a) ambulantes, b) quiosques, c) food trucks e Trailers, d) bancas de jornais e revistas, e) engenhos Publicitários, f) feira e Shoppings Populares.

20) No tocante ao licenciamento de atividades eventuais, encerramos o período com o **registro de 1.601 pedidos analisados.**

Desses, 859 (54%) foram autorizados, 433 (27%) indeferidos e para 309 (19%) foram solicitadas informações complementares (exigências).

21) Participação e acompanhamento ao projeto "Liderança para o Desenvolvimento Regional" - LIDER/DF, é uma iniciativa pioneira que objetiva articular representantes do governo, do empresariado e do terceiro setor para a construção de uma agenda de desenvolvimento para o Distrito Federal a partir do documento "O DF que a gente quer" produzido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal para 2018 – 2030. Atividade realizada em parceria com o SEBRAE.

22) Carnaval 2019 - realizadas reuniões com representantes de 117 blocos carnavalescos envolvendo número representativo de gestores públicos e agentes culturais e comunitários para a viabilização e organização dessa festa que é mais democrática e uma das maiores expressões de pluralidade e representação popular em nossa cidade. Foram registrados 93 pedidos de licenciamento de blocos em todas as RAs, sendo 60 nesta RA I (65%) . Um dos

principais legados desta campanha do Carnaval 2019 foi a capacidade demonstrada pelo Governo de atuar de forma integrada com os diversos órgãos.

23) Organização do evento Meio Ambiente no Eixo, organizado em parceria com a SEMA e que foi realizado no dia 02/06/2019.

24) Tendo como centralidade que Brasília dispõe da maior área tombada do mundo, com 112.000 km², a RA-I buscou cooperação com vários órgãos que tratam da temática "patrimônio histórico", como a Unesco e o IPHAN. As discussões serviram como importante balizador de temas relevantes como a preservação das escalas da cidade e a necessidade de nos articularmos com os diversos setores do Governo Federal e Local para a melhor conservação e manutenção dos pontos levantados. Foram realizadas articulações e estabelecidas parcerias importantes com a Superintendência do IPHAN no levantamento de dificuldades emblemáticas do nosso conjunto arquitetônico, a saber:

a) Plataforma Rodoviária do Plano Piloto, que tem uma circulação média de 700 mil pessoas por dia e funciona como terminal rodoviário e também como área comercial.

b) Torre de TV.

c) Torre de TV Digital.

d) Teatro Nacional.

e) Conjunto Cultural da República.

f) Touring, entre outros.

25) Caravana FCO Itinerante: Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, em especial no Distrito Federal, a Administração do Plano Piloto promoveu a Caravana FCO Itinerante que apresentou aos empresários o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) que executa programas de financiamento ao setor produtivo e rural. Trata-se de uma oportunidade oferecida aos empresários para possibilitar uma melhoria nas condições atuais dos seus negócios. A Caravana é essencial para levar conhecimento dos empresários e produtores rurais as linhas e condições de financiamento do FCO com o objetivo de aumentar a demanda por investimentos de longo prazo e incrementar o volume de recursos destinados às diversas atividades econômicas, com foco na geração de emprego e renda, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

A atividade foi realizada em parceria com as Secretarias do Trabalho e de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como contou com a participação das Administrações da Candangolândia, Varjão, Jardim Botânico, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro e Lago Sul que mobilizaram o empresariado de suas localidades para participar do evento.

26) Arraial do Trabalhador 2019: Atividade realizada em parceria com a Secretaria do Trabalho, com outras instituições governamentais e com o setor produtivo. Evento destinado à população do Distrito Federal com a oferta de oficinas, palestras, oportunidades de aprendizado e qualificação profissional para que o trabalhador possa se posicionar dentro das exigências do mercado de trabalho. Além disso, também foram ofertados atendimentos para a emissão de carteira de trabalho, orientação sobre o seguro desemprego, oferta de estágio, orientação profissional, credenciamento de microempreendedores individuais, juizado itinerante, dentre outros.

27) Reposição das lâmpadas em todas as 16 passagens subterrâneas: Com a conclusão das vistorias das 16 passagens subterrâneas distribuídas a cada duas quadras no Plano Piloto, sendo oito na Asa Norte e oito na Asa Sul, O resultado foi um relatório com a identificação de todas as luminárias queimadas ou danificadas, causadas por vandalismo, corrosão ou

furtos. Depois de concluir o levantamento, a Administração enviou solicitação de reposição de lâmpadas à CEB.

28) Publicação da área de exclusão para atuação de ambulantes e entrega da primeira licença para trabalho de ambulantes.

29) Revitalização e melhorias do Parque Ecológico Olhos D'Água (Asa Norte). Em conjunto com a Secretária-executiva do Conselho Permanente de Políticas Públicas e Gestão Governamental, Instituto Brasília Ambiental (Ibram), Secretaria das Cidades, do Meio Ambiente, de Segurança Pública, de Obras, NOVACAP, SLU, CAESB, CEB, FUNAP, DETRAN, DER, DF Legal, além de lideranças comunitárias. Foram concluídas diversas ações conjuntas com esta RA, a saber:

- a) Recuperação do calçamento (trilhas) intertravado.
- b) Pintura dos bancos, lixeiras e parque eco pedagógico.
- c) Serviços de reparos e roçagem.

30) Comunicação Social: Bons resultados também passam por estabelecer uma Comunicação Efetiva:

- 1.651 demandas de imprensa recebidas.
- 11.641 postagens nas redes sociais considerando: instagram, facebook e flick.
- 48.357 fotos produzidas.
- 274 postagens realizadas no Site da RA.
- 224 notícias publicadas no Site.

Os temas mais demandados dizem respeito a esclarecimentos acerca de prestação de serviços e licenciamento de eventos e estabelecimentos comerciais da região administrativa.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Ao assumir a gestão da Administração Regional do Plano Piloto – RA I, percebemos a necessidade de melhor acompanhar as demandas externas e internas fomentadas no âmbito desta Administração e buscar melhorias em seu registro e atendimento.

De igual modo, consolidar na equipe uma forma de trabalhar mais planejada e organizativa, buscando mecanismos para fortalecer a integração e a intersetorialidade entre as áreas, orientando a tomada de decisões dos coordenadores, gerentes e executores, auxiliando na identificação de ajustes necessários para a implantação dos projetos e ações, informando os avanços alcançados e maximizando, assim, seus efeitos e criando uma memória institucional.

Assim, a medida que os principais mapeamentos de área eram realizados, objetivos e prioridades iam sendo traçados, definidos e incorporados em nossa agenda institucional. Algumas premissas básicas também passaram a ser pautadas, como por exemplo, apoiar a disseminação e troca de informações entre as áreas na perspectiva de um trabalho mais integrado com os objetivos da gestão; propiciar uma reflexão sobre os processos e arranjos institucionais em curso.

Para tanto, foi realizado, ainda nos primeiros dias do mes de fevereiro, um encontro de avaliação e planejamento. Oportunidade em que foi possível discutir e eleger junto à equipe 18 prioridades que passaram a pautar nossa agenda institucional. Importante frisar que parte dessas prioridades foram reproduzidas em nosso atual Plano Plurianual – PPA 2020-2023.

O conteúdo das ações programadas em nossos instrumentos de planejamento tiveram por base as reuniões realizadas em conjunto com a Administradora, Chefia de Gabinete, as Coordenadoras da CODES, COLIC e COAG, bem como as chefias da ASPLAN, ASCOM, ASTEC, JSM e Ouvidoria.

Numa análise preliminar, ficou evidente a grande concentração de "prioridades" voltadas aos aspectos internos e de estruturação da Gestão. Dos 18 pontos elencados, 15 (84%) diziam respeito às questões de funcionalidade, a fluxos e ferramentas de trabalho que melhorassem a forma de organização da Administração Regional.

Em relação as ações externas, aos serviços que a Administração presta para a sociedade, foram pontuados 03 temas estruturantes nos quais há incidência e capacidade gestora da RA em buscar alternativas e parcerias para sua realização.

Percebe-se nitidamente que esta atual equipe não se preocupou em priorizar somente ações que digam respeito aos aspectos internos da gestão, mas se debruçou para fora das paredes de suas salas de trabalho. As três prioridades elencadas Acessibilidade, segurança e Iluminação pública traduzem os anseios e demandas de um percentual importante da população, conforme se verifica facilmente a partir dos registros que se tem das solicitações protocolizadas nas diversas áreas que fazem atendimento à população nesta RA – I.

A questão do financiamento das ações (internas e externas) também foi algo que repercutiu nas discussões entre a equipe, sabendo-se que os atuais recursos orçamentários disponíveis à gestão, não são suficientes para cobrir os custos hoje necessários para alcançar a população alvo.

Estes últimos 12 meses refletimos muito acerca das nossas formas de operar internamente e da urgente necessidade de estabelecermos uma melhor cooperação técnica entre as áreas, a partir da qual acredita-se que será útil para a institucionalização de processos de planejamento mais sistêmicos, como por exemplo, o comitê de Governança.

Consideramos que nossa atual equipe têm potencial para dar continuidade as ações, mas será necessário aprofundar outras técnicas de monitoramento e avaliação em nossas equipes de trabalho e, sobretudo rever as formas de contratação para suprir o deficit de profissionais, principalmente naquelas áreas que mais perderam com o término do projeto JOVENS CANDANGOS.

Os Desafios

Os desafios relacionam-se, de forma especial, a questões da própria gestão, da relação com outras esferas, dos processos de integração e articulação, de investimentos em infraestrutura e logística para que os profissionais detenham melhores ferramentas tecnológicas, otimizando tempo e oportunidade. São aspectos cuja superação se coloca para além de proposições contidas nos instrumentais de planejamento adotados na instituição. Ao examiná-los observa-se que o processo gerencial no âmbito da Administração Regional apresenta limitações importantes em especial quando se visualiza a necessidade de superar os nós impostos pela realidade que envolve a RA-I.

É preciso investir em iniciativas que possam contribuir para a construção de uma concepção estratégica da gestão no âmbito interno da RA-I de forma a repercutir, impactar e, especialmente, provocar transformações para se chegar nessas prioridades apontadas. Entendemos que as prioridades estão diretamente relacionadas aos seguintes desafios:

- 1)** Estabelecer uma gestão estratégica para a Região Administrativa do Plano Piloto, principalmente incrementando formas participativas de decisão junto aos profissionais e aos diferentes parceiros;
- 2)** Melhorar a integração entre o Gabinete e as 03 coordenações que sustentam a RA-I;

- 3) Melhorar a capacidade de respostas técnicas e operacionais;
- 4) Estabelecer relação de confiança, transparência, co-responsabilidade, cumplicidade dentro da RA-I e entre esta e as áreas afins;
- 5) Expandir a capacidade de se estabelecer parcerias (criteriosas e qualificadas);
- 6) Utilizar plenamente os sistemas de informação e as ferramentas existentes;

Os Gargalos

Os gargalos da gestão da RA-I correspondem àquelas questões nas quais se afunilam, estreitam-se as possibilidades de fazer fluir a gestão, de fazê-la evolutiva – “nem rotineira nem excessivamente formalista para manejar a evolução e o imprevisto” – flexível – “para permitir uma dose oportuna entre comunicação formal e informal” – uma gestão com direcionalidade, enxergando com clareza sua missão e funções (RIVERA, 1996). Nessa perspectiva, destacamos os seguintes tópicos:

- 1) Equipamentos tecnológicos defasados (computadores, impressoras) e em quantidades insuficientes para o número de profissionais.
- 2) Mobiliário danificado (mesas quebradas, cadeiras sem ergonomia adequada).
- 3) Ausência de uma política que se estabeleça uma memória institucional.
- 4) Pouca frequência de reuniões, encontros, debates.
- 5) Atuação estanque e departamentalizada entre as coordenações, levando a uma falta de comunicação entre as coordenações internamente.
- 6) Defasagem e não substituição dos quadros técnicos, levando a uma insuficiência de recursos humanos para responder a todas as demandas da RA.
- 7) Fragmentação do trabalho.
- 8) Insuficiência dos recursos financeiros.
- 9) Equipe traumatizada com as trocas sistemáticas de administradores na gestão passada, criando um clima de descontinuidade e extrema insegurança.

A área rural é formada pelo Núcleo Rural Monjolo, pela Colônia Agrícola Ponte Alta, Córrego Crispim, Núcleo Rural Ponte Alta de Baixo, Ponte Alta Norte e Alagado.

A Administração Regional do Gama, órgão da Administração Direta do Distrito Federal, anteriormente vinculada à Casa Civil de acordo com o (art. 19, § 2º, inciso II, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, revogado pelo art. 7º, inciso II, alínea d), do Decreto nº 40.335, de 20 de dezembro de 2019, e conforme art. 1º, caput, do Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, vinculada à Secretaria de Estado das Cidades, atual Secretaria Executiva das Cidades, integrante da estrutura da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, e tem por competência regimental:

- I - representar o Governo do Distrito Federal no âmbito das Regiões Administrativas;
- II - Supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades;
- III - supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

09104 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA - RA II

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Região Administrativa - RA II, foi criada através da Lei n.º 49/89 e do Decreto n.º 11.921/89, que fixa os novos limites das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Até 1989 a RA II englobava o Núcleo Urbano de Santa Maria, transformada em 1992 na RA XIII, por meio da Lei nº 348/92 e o Decreto nº 14.604/93, e as terras do então Recanto das Emas que se transformou na RA XV em 27 de julho de 1993 pela Lei nº 510/93 e o Decreto nº 15.046/93.

A Região Administrativa do Gama é formada por área urbana e rural. A área urbana está dividida em 6 setores: Norte, Sul, Leste, Oeste, Central e de Indústria. O projeto da cidade lembra o formato de uma colmeia. As quadras possuem formato hexagonal e, internamente um, formato triangular, com uma média de 96 a 100 lotes. Em cada triângulo, há um setor comercial.

A área rural é formada pelo Núcleo Rural Monjolo, pela Colônia Agrícola Ponte Alta, Córrego Crispim, Núcleo Rural Ponte Alta de Baixo, Ponte Alta Norte e Alagado.

A Administração Regional do Gama, órgão da Administração Direta do Distrito Federal, anteriormente vinculada à Casa Civil de acordo com o (art. 19, § 2º, inciso II, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, revogado pelo art. 7º, inciso II, alínea d), do Decreto nº 40.335, de 20 de dezembro de 2019, e conforme art. 1º, caput, do Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, vinculada à Secretaria de Estado das Cidades, atual Secretaria Executiva das Cidades, integrante da estrutura da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, e tem por competência regimental:

I - representar o Governo do Distrito Federal no âmbito das Regiões Administrativas;

II - supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades;

III - supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	2	12	38	56
Comissionados sem vínculo efetivo	2	42	0	0	44
Requisitados de órgãos do GDF	1	2	1	7	11
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	4	10	14
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	14	14

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	7	46	17	69	139
(-) Cedidos para outros órgãos	0	2	0	2	4
Total Geral	7	44	17	67	135

Fonte: Gerência de Pessoal - GEPES

Administração Regional do Gama - RA-II conta atualmente com 135 pessoas em sua força de trabalho, redução de 8,16% em relação ao exercício de 2018, quando findou o ano com 147 pessoas. A Administração conta com 67 servidores concursados, cerca de 48% de sua força de trabalho.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	0,82	0	0
0206 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- GAMA	0	0,82	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	2603,00	2600,45	2600,45
0013 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	0	2603,00	2600,45	2600,45
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	93624,0	93623,90	0
0058 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ILUMINAÇÃO NO CAMPO DE SINTÉTICO DA QUADRA 21/24 DO SETOR OESTE DO GAMA- GAMA	0	93624,0	93623,90	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	96227,82	96224,35	2600,45

No decorrer do exercício de 2019 foram realizadas manutenções de áreas urbanizadas e ajardinadas, nas quais foram adquiridos alguns materiais: 5 trinchas, 5 torneiras lavatório, 3 chuveiros elétrico, 50 m³ areia lavada e 10 sacos de argamassa.

Quanto a ampliação dos pontos de iluminação pública, com verba oriunda de Emenda Parlamentar, cuja destinação é a iluminação do campo sintético da Quadra 21/24 no Setor Oeste do Gama/DF. A instalação foi concluída em 27/12/2019 e o objeto será recebido no início de janeiro de 2020.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	161010,00	161009,02	134677,82
0033 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-GAMA	0	69241,00	69240,31	69240,31
0062 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- GAMA	0	91769,0	91768,71	65437,51
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	161010,00	161009,02	134677,82

Findamos o exercício de 2019 com contrato vigentes para utilização de 16 reeducandos, classificados em níveis I e II em conformidade com o Termo de Referência e com o Sistema Penitenciário do Distrito Federal, que estejam em cumprimento de regime semiaberto ou aberto, pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal, para a prestação de serviços relacionados às atividades de manutenção das áreas urbanizadas do Gama como: tapa-buracos, construção de quebra-molas, limpeza de área externa da sede, auxílio em construção de obras, serviços de jardinagem, colocação de meio-fio, limpeza de boca de lobo, etc. A utilização da citada mão de obra permitiu a esta RA-II atender demandas reprimidas da comunidade e realizar diversas ações para melhoria da qualidade de vida da população gamense.

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	0	106348,0	106347,94	106347,94
0150 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS- GAMA	0	106348,0	106347,94	106347,94
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	106348,00	106347,94	106347,94

Ao longo dos primeiros meses de 2019, foi realizado um diagnóstico da situação da cultura e esporte na cidade e foram realizadas visitas aos espaços destinados a estas atividades para futuras ações. Apoiados pela Administração Regional do Gama, o bloquinho de carnaval para crianças, "Gamadinho", e o evento de lazer "Bora Brincar" levaram a família gamense a se reunir nos espaços públicos para se divertir e realizar atividades saudáveis. O Gamadinho, por exemplo, foi um evento produzido por artistas do Gama e trouxe para a cidade um carnaval voltado para a família, em um ambiente seguro e acolhedor, o bloquinho teve o apoio da Secretaria de Cultura e empresários da região. O Bora Brincar trouxe uma programação de lazer para a comunidade, contou com atrações como pilates, slackline, freestyle de skate, capoeira, piquenique, apresentação da Orquestra Municipal do Valparaíso "Chiquinha Gonzaga, algodão doce, pipoca e muito mais. Outras ações também tiveram o apoio da gestão: "Mulher o Gama te ama", realizado pelo Conselho de Mulheres Cristãs do Brasil; Dia da Conscientização do Autismo, produzido pela Associação Tudo Azul; Feirinha Cultural, na área externa da Administração do Gama.

Quanto a execução orçamentária acima, os gastos decorrem das festividades em comemoração aos 59 anos de existência da cidade do Gama, celebrado no dia 12 de outubro, a Administração Regional do Gama preparou, em parceria com diversas entidades

e seguimentos da sociedade, uma vasta programação de festividades em todos os setores da cidade.

No mês de outubro, a população pode desfrutar de vários eventos, que foram desde exposições culturais à apresentações de shows gratuitos para toda a população. Destaques para o dia 12 de outubro, com oito eventos para criançada, e para o dia 27 com o tradicional desfile cívico, em frente à RA II - Administração Regional do Gama, o qual contou com a presença de aproximadamente 1.200 pessoas, além da participação popular o desfile contou com a participação das forças policiais, de diversas escolas públicas e particulares, banda da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e da Marinha do Brasil. Foi contratada empresa para a prestação de serviços de eventos abrangendo o fornecimento de alimentação (bolo e kits de lanches) e infraestrutura (palco, arquibancadas e grades de proteção) para o desfile. As comemorações seguiram no decorrer do dia 27 de outubro com corrida de motocross na entrada da cidade e a apresentação de carros turbinados.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	111982,00	106056,74	106056,74
0099 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	0	111982,00	106056,74	106056,74
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	240000,00	154883,33	154883,33
0059 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	0	240000,00	154883,33	154883,33
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	351982,00	260940,07	260940,07

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	8951957,38	8841991,16	8841991,16
0043 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	0	8951957,38	8841991,16	8841991,16
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	531817,11	436446,96	436446,96
0034 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	0	531817,11	436446,96	436446,96
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	496541,38	442762,29	423251,93
0075 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	0	496541,38	442762,29	423251,93
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	9980315,87	9721200,41	9701690,05

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	20
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	5
Encaminhamento - CDS/ Na hora	4
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	22
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	30
Trabalho com Grupos - Gestantes	5
Trabalho com Grupos - Idosos	50
Trabalho com Grupos - Mulheres	25
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	28
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	12
Trabalho com Grupos - Remoções	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	40
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	60
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	6
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	12

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	3	105
Teatro	12	1.155
Música	25	5.872
Dança	36	753
Artes Plásticas	1	75
Literatura	2	87
Outros eventos	35	12.053

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Comercial	5
Outros (Eventual)	90

Com advento da Lei 5547/2015 e a implantação do sistema RLE@DIGITAL, a participação das Administrações Regionais no processo de Licenciamento se restringe à análise da Viabilidade de Localização. Assim, quanto a análise de viabilidade na RA-II GAMA, foram protocoladas no exercício de 2019 um total de 4.097 pedidos, dos quais foram deferidos 3.178 e indeferidos 919. Constatam ainda dados de Autorização de Uso de Área Pública (EVENTUAL) num total de 221 autorizações.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	15	2.533
Eventos esportivos	13	5.140
Outros	2	655

Com a instituição do novo Código de Obras e Edificações do Distrito Federal, mediante Portaria Conjunto nº 05 de 29 de agosto de 2018, a Central de Aprovação de Projetos assumiu as competências para análise, visto/aprovação/licenciamento das obras, nos termos do art. 12 da Lei n.º 6.138/2018.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	5
Feiras Permanentes	3
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	14

O Gama possui três feiras permanentes e cinco feiras livres, nas quais estão cadastrados 1.342 feirantes.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	24

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	160.000,00
Vistorias realizadas	68
Produtores rurais cadastrados	40
Propriedades rurais	150
Associações	15
Cooperativas	6
Outros	2.500

JUNTA REGIONAL DO SERVIÇO MILITAR

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	200
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	2.026
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	500
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	25
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	15
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	12
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	232
Transferência de domicílio	13
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Na última sexta-feira de cada mês a Junta de Serviço Militar realiza no estacionamento ao lado da Administração Regional do Gama a solenidade de juramento à Bandeira do Brasil e a entrega dos certificados de dispensa e atende outras demandas dos jovens que procuram cumprir as obrigações a eles impostas.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	805,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	20,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	270,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	37,00
Recuperação de calçadas/ M ²	70,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	3,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	3.650,00
Remoção de entulhos/ M ³	6.900,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	530,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	130,00
Roçagem manual/ M ²	450,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	3.000,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	1.600,00
Passeios (construção) / M ²	180,00
Rede de águas pluviais/ M	50,00
Podas de árvores/Unidade	3.000
Faixas recolhidas das vias públicas	2.300

Além das Obras e Serviços listados acima, foram realizadas ainda a execução de outros serviços tais como: Recolhimento de galhas/m³ = 2.040 e Doação de 6.000 mudas do viveiro da DRO.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A atual gestão da Administração Regional do Gama está à frente da pasta desde o final do mês de maio de 2019. Nesse curto espaço de tempo, já desempenhou várias atividades em prol da comunidade do Gama. O preceito é levar os serviços da RA-II até a população, assim deixá-la mais próxima. Com isso, além dos projetos já citados anteriormente, podemos destacar ainda os seguintes:

Administração Itinerante

Esta ação tem por objetivo levar os serviços da Administração até algum setor da cidade. Além disso, alguns órgãos governamentais e empresários do Gama auxiliam no projeto. Vários stands são montados, de acordo com a funcionalidade, e são ofertados à comunidade. Desta maneira, foram feitas três ações da Administração Itinerante: Engenho das Lajes, Vila DVO e Setor Habitacional Ponte de Terra.

1ª Semana do Produtor Rural

A Administração Regional do Gama, em parceria com a EMATER/DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, realizou a 1ª Semana do Produtor Rural. O megaevento foi totalmente gratuito e aconteceu no Centro Comunitário do Núcleo Rural Casa Grande. Destinado a produtores e trabalhadores rurais e à comunidade local, o projeto teve o objetivo de oferecer qualificação por meio de cursos e palestras com professores e especialistas em áreas de interesse do produtor, visando a melhoria da qualidade de vida e a produtividade nos setores.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional do Gama, durante o ano de 2019, empreendeu esforços na manutenção de vias públicas com a operação tapa buracos, com a limpeza dos passeios e bocas de lobo e pinturas de meio fio, realizou-se ainda a poda de árvores juntamente com a roçagem de áreas verdes, bem como a remoção de galhadas e entulhos. Foram realizados também serviços de manutenção nos imóveis próprios pertencentes a esta RA-II. Salienta-se que a realização desses serviços foi reforçada com a contratação de reeducandos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, por intermédio da FUNAP, juntamente com outros órgãos do GDF como SLU e NOVACAP.

Acerca das adversidades vivenciadas no período, destaca-se a constante renovação, ocasionada pela rotatividade de servidores ocupantes de cargos comissionados nos diversos setores, inclusive com a troca de Administrador Regional por três vezes no decurso do ano de 2019. Tais adversidades, se por um lado conferem o compartilhamento de variadas formas de gestão, por outro, acabam por se mostrar como desafio na agilidade de execução de ações, como também, dificultam a continuidade dos serviços do Estado. Ademais, a escassez de maquinário e ferramentas de manutenção, como também a insuficiência de equipamentos e materiais, representam obstáculos ao pleno atendimento das demandas solicitadas pela comunidade.

Diante do cenário vivenciado, planeja-se para o ano de 2020 a elaboração e a execução de projetos de urbanização e infraestrutura, assim como, ações que promovam a cultura o

esporte e o lazer, no intuito de disponibilizar à comunidade um ambiente de bem estar social e desenvolvimento humano. Dentre os principais projetos almejados para o próximo exercício, destacam-se:

estacionamento e substituição da grama sintética do campo da quadra 50 – Setor Leste-
estacionamento público da quadra 23 – Setor Leste

- praça com estacionamento em frente ao CEMI – Setor Oeste
- estacionamento da SHIS Norte
- estacionamento no Canteiro Central da Avenida Centro Leste
- urbanização da Praça da Administração Regional do Gama
- calçada e Estacionamento na Escola Classe 19 - Setor Leste
- ampliação do Skate Park com acréscimo de quadra de futevôlei;
- revitalização do Parquinho do Castelinho da praça 01 do Setor Oeste;
- construção de parquinho infantil na PEC da EQ 13/17 Setor Oeste;
- campo de areia de futevôlei próximo à rodoviária e Life Gama;
- revitalização da Pista de Cooper Eusébio, na saída do Gama;
- quadra poliesportiva no Engenho das Lajes;
- iluminação com LED nas Avenidas Principais (Avenida dos Bombeiros, do Setor Industrial e Pistão Sul);
- iluminação pública no Núcleo Rural Casa Grande;
- construção de parque na Vila Roriz;- reforma e ampliação do Centro Comunitário do DVO;
- reforma do Teatro Galpãozinho
- contratação de empresas para elaboração de projetos de engenharia;
- aquisição de equipamentos de informática;
- revitalização do parquinho infantil da Praça 01 do Setor Leste;
- reforma da Administração Regional do Gama;
- aquisição de materiais para utilização na execução de serviços gerais (EPIs e materiais de conservação e manutenção);
- construção de praça pública – Praça 01 do Setor Sul;- urbanização dos conjuntos do Setor Sul

09105 - ADM. REG. DE TAGUATINGA - RA III

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Regimento Interno das Administrações Regionais foi instituído pelo Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017 e as vincula à Secretaria de Estado das Cidades. Essa legislação determina que cabe à Administração Regional supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição. Além disso, as Administrações Regionais devem supervisionar, fiscalizar e executar as ações de participação popular no território da Região Administrativa, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades.

A Administração Regional de Taguatinga - RA-III foi criada pelo Decreto nº 488 de 8 de fevereiro de 1966. A sua principal competência é representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da cidade satélite de Taguatinga, situada a 22 quilômetros do Plano Piloto. Essa importante cidade completou 61 anos em 2019 e as atividades e serviços de interesse dos seus habitantes, tais como obras de urbanização, tapa-buracos, reformas de praças públicas e parquinhos, recolhimento de entulhos, desativação de 13 lixões, entre outros, são prestados por esta Administração Regional.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	3	25	25	57
Comissionados sem vínculo efetivo	30	31	0	0	61
Requisitados de órgãos do GDF	4	0	13	0	17
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	7	0	7
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	42	42
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	38	34	45	67	184
(-) Cedidos para outros órgãos	4	0	12	0	16
Total Geral	34	34	33	67	168

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	121828,00	113983,20	113983,20

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0220 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- TAGUATINGA	0	121828,00	113983,20	113983,20
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	657871,20	651863,88	651863,88
0024 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	32136,20	26129,20	26129,20
0039 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- TAGUATINGA	0	625735,0	625734,68	625734,68
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	414,20	0	0
0060 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	414,20	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	780113,40	765847,08	765847,08

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	326487,18	279995,59	279995,59
0044 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	326487,18	279995,59	279995,59
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	326487,18	279995,59	279995,59

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	828,40	0	0
0122 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	828,40	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	0	414,20	0	0
0147 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	414,20	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	1242,60	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	267475,0	263991,50	263991,50
0104 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	267475,0	263991,50	263991,50
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	211641,48	123904,49	123904,49
0066 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	211641,48	123904,49	123904,49
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	479116,48	387895,99	387895,99

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	20000,00	19652,81	19652,81
0045 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	20000,00	19652,81	19652,81
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	11938471,21	11466936,87	11466936,87
0062 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	11938471,21	11466936,87	11466936,87
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	600326,73	573439,76	573439,76
0051 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	600326,73	573439,76	573439,76
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	736638,73	651713,60	565071,93
0090 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	736638,73	651713,60	565071,93
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	1242,60	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0048 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	0	1242,60	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	1656,80	0	0
0055 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	1656,80	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	31328,40	17935,74	17935,74
0038 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	0	31328,40	17935,74	17935,74
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	13329664,47	12729678,78	12643037,11

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	4
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	1
Encaminhamento - CDS/ Na hora	3
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	0
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	7
Trabalho com Grupos - Gestantes	3
Trabalho com Grupos - Idosos	11
Trabalho com Grupos - Mulheres	7
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	8
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	18
Trabalho com Grupos - Remoções	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	60
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	21
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	1

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	3

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	3	45
Teatro	36	4.151
Música	51	5.840
Dança	30	3.519
Artes Plásticas	4	500
Literatura	16	1.450
Outros eventos	226	20.196

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	1
Habitação Coletiva	0
Comercial	6
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	137

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	43	3.780
Eventos esportivos	389	21.239
Outros	24	3.315

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	2	522,36
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Institucional Privado	0	0,00

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	2	561,75
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	5,00	1.047,52
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	5,00	1.047,52
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	5,00	1.047,52
Elaboração de Croquis	12,00	11.593,48
Levantamento para Carta de Habite-se	4,00	937,59

Elaboração de Projetos

Estacionamento: 04

Calçada:04

PEC: 0

Praça: 0

Quebra-molas:01

Projetos em fase de pedido: 54

Projetos em fase de desenvolvimento/em andamento: 75

Projetos/demandas concluídas: 48

Licenças de engenho publicitários:

Análises de Requerimento/Projetos: 11

Licenças emitidas:

Raio de Anuência de vizinhança:

Deferidos (entregues ao requerente): 75

Indeferidas (falta de

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	5

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Permanentes	4
Recadastramento de Feiras	1.958
Fiscalização de Feiras	6.924

Cadastramento de ambulantes de maio à dezembro de 2019: 2438

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	50
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	30

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vitorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

JUNTA REGIONAL DO SERVIÇO MILITAR

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	749
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	2.362
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	961
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	25
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	5
Atestado de desobrigação	158
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Processos (notoriamente incapaz, adiantamento de incorporação, CSDA, 2ª via de reservista): 47

Protocolos (1ª e 2ª vias emitidas): 2471

Atendimentos presenciais: 8002

Atendimentos online: 2089

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	764,57
Confecção de quebra molas/ Unidade	11,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	233,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	85,00
Recuperação de calçadas/ M ²	756,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	57,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	5.000,00
Remoção de entulhos/ M ³	6.745,32
Reposição de meios-fios/ Unidade	693,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	18.850,00
Roçagem manual/ M ²	18.800,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	3.871,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	347
Faixas recolhidas das vias públicas	788

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

13 lixões desativados, incluindo da QSE 18, QNM 36, QNM 38, QSE 17, QNL 13/15, QNM 34, QNM 36/38 e outros

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Atividades realizadas em 2019

- Operação tapa-buracos: 6.589;
- Entulhos recolhidos: 9.979 toneladas;
- Quantidade de podas de árvores: 22

- Parquinhos revitalizados: 8 (nas quadras QNF, QNC, Praça do Coreto, QNM, QSE)
- Inauguração do Campo Sintético da QNM 36/38 e QNL 3/5;
- Inauguração do Espaço Mulher e do Pistão do Lazer;
- Administração Presente – revitalização de praças e ações sociais;
- Inauguração do Parquinho na Feira Permanente da QNL;
- Revitalização express de equipamentos públicos;
- Revitalização da emergência do HRT com espaço Kids;
- Troca da iluminação da cidade – LED - Samdu e M Norte;
- Em fase documental para implantação;
- Recuperação das pedras portuguesas do Pistão Norte e canteiro central da cidade; pintura das paradas de ônibus;
- Instalações de PECs;
- Inauguração da compensação do Parque do Cortado;
- Inauguração da CAP;
- Operação Taguatinga Sem Dengue;
- Limpeza de residências com acumuladores;
- Liberação do Estádio Serejão;
- SOS DF;
- GDF Presente;
- Aumento de linhas de ônibus na cidade;
- Avanço na Regularização do Setor Primavera;
- Revitalização das quadras poliesportivas QNL 02/04, QNM 36/38, QNA 26, QNA 28, QNL 10/12;
- Inauguração da Praça do Respeito, revitalização da quadra poliesportiva e reforma da cascata do Taguaparque;
- Ajuste na parte elétrica do Teatro da Praça;
- Revitalização da quadra na CSA 02 – Setor Hoteleiro de Taguatinga Sul;
- Limpeza e revitalização da Praça do Mercado Norte Taguacenter;
- Revitalização da obra em frente à Casa do Papai Noel – M. Norte;
- Revitalização da pintura da quadra QNL 01/03;
- Revitalização do estacionamento QNB 15/16;
- Plantio de mudas de ipês na M. Norte (antigo lixão);
- Comemoração do Dia das Crianças no Taguaparque;
- Revitalização Praça Vila Mathias CSD 03;
- Diversos outros serviços de manutenção e revitalização de espaços e equipamentos públicos;
- Entrega de 120 uniformes aos colaboradores da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap);
- Arte do grafite nas paradas de ônibus em Taguatinga;
- Iluminação especial de Natal na Praça do Relógio;
- Projeto Lixo Nosso de Cada Dia (M Norte);

- Projeto 1º Natal do Bem com doações de 1.000 cestas básicas;
- A ouvidoria da Administração Regional de Taguatinga – RAIII recebeu o prêmio de melhor ouvidoria no desempenho – Categoria 2, perante o atendimento ao cidadão, no 4º Prêmio de Melhores Práticas em Ouvidoria Pública, promovido pela Controladoria-Geral do Distrito Federal e pela Ouvidoria-geral do DF.
- Mutirão da Simplificação em parceria com a Administração;
- Melhorias na Biblioteca Pública Machado de Assis;;
- Torneio Arimatéia;
- Assinatura do Decreto da Inauguração das Obras do Túnel.

Projetos para 2020

- Entrega das obras do viaduto do Centro de Taguatinga;
- Ampliação da 3ª faixa no viaduto da Samdu;
- Revitalização da Avenida Hélio Prates;
- Revitalização do Pistão Sul;
- Criação do Plano de Uso e Ocupação do Taguaparque, titularidade e dominialidade do mesmo;
- Lançamento da pedra fundamental no Parque Sul;
- Melhoria da malha asfáltica da cidade;
- Troca de Iluminação LED:
Comercial Norte e Sul;
Taguatinga Centro C1 à C12;
Setor CSG;
- Revitalização da Praça do Relógio;
- Reforma da Sede (parte elétrica, banheiros e piso);
- Construção de 13 estacionamentos;
- Implantação da UPA;
- Campo sintético da QSD;
- Implantação de Restaurante Comunitário (setor gráfico, QNL);
- Implantação de Creches;
- Revitalização e ampliação de calçadas;
- Eventos:
Pentecostes;
Comemoração Aniversário de Taguatinga;
Comemoração Dia das Crianças;
Torneio Arimatéia;
2º Natal do Bem;

09106 - ADM. REG. DE BRAZLÂNDIA - RA IV

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Brazlândia foi criada em 5 de junho de 1933, é um órgão da administração direta regionalizada e de acordo com o regimento interno aprovado pelo Decreto nº 38.094 de 29 de março de 2017, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal, no âmbito da Região Administrativa IV, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, coordenação e execução direta das atividades delas decorrentes.

Em 2019, as Administrações Regionais passaram a ser subordinadas à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 39.898, 18 de junho de 2019, publicado no DODF suplementar nº 115 e retificado em 12 de julho de 2019, no DODF nº 130 de 12 de julho de 2019.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	4	17	0	26
Comissionados sem vínculo efetivo	14	30	0	0	44
Requisitados de órgãos do GDF	0	1	15	0	16
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	0	10	0	10
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	1	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	26	0	26
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	19	36	69	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	19	36	69	0	124

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	0	265000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0013 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS, BANHEIROS E COBERTURA DA ARQUIBANCADA DO CAMPO DO ATLÉTICO- BRAZLÂNDIA	0	170000,0	0	0
0014 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS E BANHEIROS DO CAMPO SINTÉTICO DA QUADRA 5 DO SETOR VEREDAS- BRAZLÂNDIA	0	95000,0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	0	182442,00	160016,0	160016,0
0051 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	182442,00	160016,0	160016,0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	447442,00	160016,00	160016,00

Foram adquiridos materiais para reformas nos seguintes locais: quadra de vôlei de areia; pista de skate; Praça Central do Incra 08; Praça da Quadra 34; Anfiteatro da Orla do Lago; Ponto de Encontro Comunitário da Orla do Lago e Estádio Chapadinha.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	28901,76	28824,91	25924,53
0027 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	28901,76	28824,91	25924,53
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	1083604,00	1049460,80	1016630,80
0231 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- BRAZLÂNDIA	0	16632,00	16630,80	16630,80
0232 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	34142,00	0	0
0293 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA- BRAZLÂNDIA	0	1032830,0	1032830,0	1000000,0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	1890000,0	0	0
0023 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CURRALINHO MARGENS DA BR 080- BRAZLÂNDIA	0	160000,0	0	0
0024 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA ENTRE CHAPADINHA E CASCALHEIRA- BRAZLÂNDIA	0	300000,0	0	0
0025 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA DF 435 TREVO COM BR 080- BRAZLÂNDIA	0	650000,0	0	0
0026 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA VICINAL 541 ENTRE BRAZLÂNDIA E ÁGUAS LINDAS- BRAZLÂNDIA	0	780000,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	3002505,76	1078285,71	1042555,33

No programa foi descentralizado valores para NOVACAP, para serviços de recuperação e recomposição de vias e logradouros públicos, substituição por frenagem, reciclagem ou reposição de concreto asfáltico, recuperação e construção de elementos de pavimento e drenagem pluvial em vias e logradouros públicos.

Foram adquiridos os seguintes equipamentos: 1 moto Poda, 1 moto Serra, 1 roçadeira costal, 1 betoneira, 1 grupo gerador.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	540972,71	530539,00	398629,94
0048 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	240972,71	230540,00	229872,08
0061 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- BRAZLÂNDIA	0	300000,0	299999,00	168757,86
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	540972,71	530539,00	398629,94

Com o contrato celebrado junto a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania - Sejus, a Administração Regional de Brazlândia, contratou até 20 sentenciados assistidos pelo programa Reintegra Cidadão, que atuaram em serviços diversos na Administração.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	462095,79	430525,98	410332,21
0127 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	363790,99	354008,41	337153,86
0128 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	98304,80	76517,57	73178,35
4090 - APOIO A EVENTOS	0	641202,00	617644,96	617644,38
0148 - APOIO A EVENTOS-FESTA DO MORANGO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	41202,00	17697,52	17697,52
0170 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DA FESTA DO MORANGO DE BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	0	600000,0	599947,44	599946,86

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	0	120000,0	0	0
0090 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-JORNADA LITERÁRIA DO DISTRITO FEDERAL 2019, EDIÇÃO BRAZLÂNDIA - BRAZLÂNDIA	0	120000,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	1223297,79	1048170,94	1027976,59

Em comemoração ao Aniversário da Cidade de Brazlândia foi realizados o Baile da Melhor Idade; shows artísticos e etc; serviços fotográficos com 33 revelações e molduras para formar a "Galeria dos Administradores".

Realizado a festa das crianças e o campeonato de futsal de Brazlandia.

Realizado e apoiado o evento Festa do Morango, nos dias 30 e 31 de agosto e 01, 06, 07 e 08 de setembro com público estimado em 200 mil pessoas (rotativo), nos em 6 dias de festa.

Aquisição de material esportivo e premiação, utilizados nos eventos Torneio do Trabalhador dia 1º de Maio com público aproximado de 200 pessoas; V Torneio evangélico em junho; Aniversário da Cidade com o público aproximado de 300 pessoas; Lifab em julho e Taça Brazlândia com público aproximado de 3.000 pessoas; Lifabraz em agosto, campeonato em 03 modalidades com público aproximado de 5.000 pessoas; Copa Brazlândia de Futsal em setembro e outubro, com público aproximado de 2.000 pessoas e Torneio de Fut volei em dezembro com público aproximado dem 800 pessoas.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	150000,00	40619,99	40619,99
0107 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	150000,00	40619,99	40619,99
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	55000,00	51301,35	51301,35
0068 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	55000,00	51301,35	51301,35
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	205000,00	91921,34	91921,34

Efetuoado ressarcimento de 01 servidor cedido para a Administração Regional de Brazlândia.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	40980,55	31442,70	31442,70
0048 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	40980,55	31442,70	31442,70
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	1219,00	0	0
0036 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	1219,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	6017272,11	5357973,88	5357973,88
0069 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	6017272,11	5357973,88	5357973,88
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	340967,69	312991,05	312991,05
0056 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	340967,69	312991,05	312991,05
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	435679,93	408003,92	336007,43
0097 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	415679,93	408003,92	336007,43
0098 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AQUISIÇÃO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E VEÍCULOS- BRAZLÂNDIA	0	20000,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	1790,80	0	0
0050 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	1790,80	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	3338,80	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0058 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	3338,80	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	152345,00	4779,0	4779,0
0041 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	12345,00	4779,0	4779,0
0042 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DO PISO DA FEIRA CENTRAL DE BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	0	140000,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	6993593,88	6115190,55	6043194,06

No exercício 2019, no programa foram adquiridos materiais para a conservação de estruturas físicas da Administração; realizados pagamentos relativos à folha de pagamento de pessoal normal e suplementar referente aos servidores efetivos e comissionados; serviços de manutenção da administração regional, tais como pagamento de água, luz e telefonia; manutenção de PABX; aquisição de materiais de consumo diversos.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	8
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	7
Encaminhamento - CDS/ Na hora	10
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	30
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	2
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	2
Trabalho com Grupos - Mulheres	0
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	15
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	30
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	8
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	70

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	8

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	3	150
Teatro	0	0
Música	4	300
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	150	400

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	9
Habitação Coletiva	0
Comercial	2
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	38

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	300
Eventos esportivos	10	2.500
Outros	0	0

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	9	1.228,08
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	2	245,77
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	9	1.228,08
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	2	245,77
Institucional	0	0,00

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,02	327,05
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	12
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	0

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	12.555,00
Vistorias realizadas	95
Produtores rurais cadastrados	5
Propriedades rurais	34
Associações	4
Cooperativas	1
Outros	0

JUNTA REGIONAL DO SERVIÇO MILITAR

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	807
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	559
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	229
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	22
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	2
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	34
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	16

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	110,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	10,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	60,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	45,00
Recuperação de calçadas/ M ²	40,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	9,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	30,00
Remoção de entulhos/ M ³	110,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	50,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	500,00
Roçagem manual/ M ²	50,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	300,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	17.250,00
Passeios (construção) / M ²	1.200,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	120
Faixas recolhidas das vias públicas	240

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional, no exercício 2019, contou com poucos recursos orçamentários, portanto, as atividades foram desenvolvidas em consonância com as expectativas iniciais.

Para o próximo exercício, há perspectiva de liberação financeira em maior volume a fim de executar todos os programas da administração regional.

09107 - ADM. REG. DE SOBRADINHO - RA V

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Sobradinho, Órgão da administração direta regionalizada, criada por meio da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com regimento interno aprovado pelo decreto Nº 38.094, de 28 de março de 2017 e alterações, é vinculada à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, de acordo com Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016. Tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa V; supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades; e supervisionar; fiscalizar e executar respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa V.



FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	7	5	16	4	32
Comissionados sem vínculo efetivo	12	19	0	0	31
Requisitados de órgãos do GDF	1	1	2	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	1	1	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	15	15
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	20	25	19	20	84

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	2	0	2
Total Geral	20	25	17	20	82

Temos em nosso corpo técnico ótimos profissionais, dedicados e empenhados para prestação de um bom serviço aos usuários.

A demanda da RA-V aumenta anualmente com o empoderamento dado às Administrações Regionais. Na contra-mão, há redução significativa de servidores nos últimos anos, pela falta de concursos públicos, aposentadoria de servidores e corte em número de cargos comissionados, que poderia suprir algumas necessidades.

Preocupante a situação, haja vista boa parcela dos servidores efetivos já estarem em vias de aposentadoria.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	1334563,29	680228,25	219250,39
0234 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- SOBRADINHO	0	34563,29	30228,25	30228,25
0262 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA RA V - EM 2019- SOBRADINHO	0	1300000,0	650000,00	189022,14
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	40000,0	39920,60	39920,60
0077 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ILUMINAÇÃO DA FEIRA FEICOTUR EM SOBRADINHO-SOBRADINHO	0	40000,0	39920,60	39920,60
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	1374563,29	720148,85	259170,99

0234 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF-SOBRADINHO - Foi realizado compra de diversos matérias de consumo, com tinta, cimento todos destinados à Diretoria de Obras-RA-V, que foi possível a revitalização de vários espaços públicos, entre eles quadras poliesportivas

0262 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA RA V - EM 2019- SOBRADINHO - Foi desbloqueado apenas em agosto de 2019 o valor de R\$350 mil e em outubro de 2019 o valor de R\$ 950 mil, sendo que foi realizado uma descentralização orçamentária para Novacap a fim de execução de calçadas na avenida contorno e DF440 totalizado R\$ 650 mil. O valor restante não foi possível executar por motivo do curto espaço de tempo entre o desbloqueio e o fim do exercício 2019.

0077 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ILUMINAÇÃO DA FEIRA FEICOTUR EM SOBRADINHO- SOBRADINHO – Verba destinada para contratação de empresa especializada para instalação de iluminação pública fomentando a realização da FEICOTUR 2019 EM SOBRADINHO.



6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	202246,87	181705,00	157700,73
0049 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	0	202246,87	181705,00	157700,73
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	202246,87	181705,00	157700,73

0049 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO: Verba destinada para pagamento junto a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF com objetivo de dar aos detentos a chance de retornar ao convívio social e oportunidade de atuação profissional.

O contrato firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) atende a dois apelos, quais sejam, a necessidade de pessoal no setor de manutenção, bem como também o auxílio na ressocialização dos apenados, reduzindo as respectivas penas e colocando-os na prática laboral em um ambiente profissional



0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	144223,00	134289,82	134289,82
0108 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SOBRADINHO	0	144223,00	134289,82	134289,82
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	241542,81	73227,30	73227,30
0070 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SOBRADINHO	0	241542,81	73227,30	73227,30
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	385765,81	207517,12	207517,12

0108 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SOBRADINHO: Quitação de todos débitos relativos a pecúnia por conversão de licença prêmio em 2019.

0070 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SOBRADINHO: Quitação de todos débitos relativos a ressarcimentos, indenizações e restituições em 2019

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	12284,00	0	0
0049 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SOBRADINHO	0	12284,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	6172953,70	6037273,58	6010975,06
0071 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	0	6172953,70	6037273,58	6010975,06
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	327529,62	288814,78	288814,78
0057 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	0	327529,62	288814,78	288814,78
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	931937,67	865264,58	795537,25
0099 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	0	931937,67	865264,58	795537,25
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	7444704,99	7191352,94	7095327,09

A Administração Regional de Sobradinho desenvolveu suas atividades buscando a eficiência e a efetividade do procedimentos administrativos, orçamentários e financeiros. Para tanto, primou-se pela gestão otimizada dos recursos no intuito de qualificar cada vez mais as atividades de natureza operacional bem como a prestação de seus serviços.

Neste programa houve realização de ações voltadas à área de pessoal, incluindo: salários, férias, comissões, horas extras e 13º salário.

Foram concedidos auxílios alimentação, educação, natalidade e creche, vale transporte,

Foram realizados gastos administrativos em geral, incluindo serviços, compras e contratações.

Destacam-se no período de 2019 os serviços com o que chamamos de serviços essenciais água, luz e telefone e pagamento de salários que consumiram boa parte do orçamento anual, para o funcionamento da máquina pública.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	7
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	40
Encaminhamento - CDS/ Na hora	80
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	5

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0
Trabalho com Grupos - Mulheres	10
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	1
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	1
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	7
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	10

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	4	600
Dança	2	300
Artes Plásticas	6	800
Literatura	2	400
Outros eventos	2	300

Com a implantação do sistema RLE (Registro de Licenciamento de Empresas) a Administração Regional de Sobradinho faz apenas análise de viabilidade por meio do sistema, não sendo possível gerar relatório que possibilite obter as informações acima. Tais informações poderão ser obtidas via Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	10	25.000
Eventos esportivos	7	7.500
Outros	0	0

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	21	5.458,90

Os alvarás e Cartas Habite-se passaram a ser emitidos pela Central de Aprovação de Projetos (CAP) desde o início do mês de abril/2019. As informações listadas referem-se ao período de janeiro a abril de 2019.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	22	7.111,76
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	1	797,89
Institucional	0	0,00

Os alvarás e Cartas Habite-se passaram a ser emitidos pela Central de Aprovação de Projetos (CAP) desde o início do mês de abril/2019. As informações listadas referem-se ao período de janeiro a abril de 2019.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Elaboração de Croquis	9,00	140,00
Levantamento para Carta de Habite-se	15,00	2.900,00

Os serviços de topografia passaram a ser realizados pela Central de Aprovação de Projetos (CAP) desde o início do mês de abril/2019. As informações listadas referem-se ao período de janeiro a abril de 2019.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	175

Os exames, aprovação e elaboração de projetos mencionados corresponde ao período de janeiro a abril de 2019, após esta data estes passaram a ser realizados pela CAP (Central de Aprovação de Projetos).

Deste total de 175, foram habilitados 10 projetos; 95 termos de exigência e 70 termos de análise.

Todos são residenciais unifamiliares, pois os outros tipos já eram analisados pela CAP.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	3
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	230

Hoje temos uma feira permanente com 264 permissionários.

O cadastramento dos feirantes neste ano de 2019 ficou a cargo de SECID (Projeto Feira Legal).

A cidade conta com 3 feiras livres, denominadas "Feira Cultural"; "Feira do Padre"; "Feira da Quadra 16".

A fiscalização das feiras vem sendo realizado rotineiramente, nos casos em que há necessidade o permissionário é advertido verbalmente ou formalmente. No ano de 2019 foram formalizados 70 advertências.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	9

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	420.000,00

JUNTA REGIONAL DO SERVIÇO MILITAR

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.691
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.143
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	576
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	9
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	5
Atestado de desobrigação	15
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	8
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	12
Transferência de domicílio	23
Averbações de certificado de alistamento	34
Outros	22

Os serviços foram prestados com todo apoio necessário em termos de equipamentos e pessoal.

Foi institucionalizado uma triagem dos usuários na recepção da administração que contribuiu muito para o bom andamento dos serviços.

Como dificuldade no horário de almoço a entrada de usuários fica vulnerável pela pouca quantidade de servidores nos setores, porém tem-se feito escala de serviços na recepção para atendimento ininterrupto neste horário.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	950,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	15,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	150,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	0,00
Recuperação de calçadas/ M ²	50,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	4,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	3.500,00
Remoção de entulhos/ M ³	2.420,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	350,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	2.000,00
Roçagem manual/ M ²	14.400,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	8.298,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	50
Faixas recolhidas das vias públicas	100

Esta administração regional desempenhou trabalhos relevantes no exercício de 2019, cabendo destacar:

- Revitalização de parques infantis em parceria com a comunidade;
- Revitalização de calçadas em várias quadras com construção de rampas de acessibilidade, conforme demanda da comunidade;
- Operação tapa buraco;
- Limpeza das paradas de ônibus;
- O contínuo trabalho de recolhimento galhadas pela RA – V;
- A limpeza de bocas de lobo, com intuito de desobstruir as linhas de águas.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Com o apoio da Administração Regional de Sobradinho foi realizado diversas exposições com artesãs de nossa cidade denominado EMPODERARTE.

A Administração sempre se dispôs em contribuir com a sociedade quer com cessão de espaços físicos, equipamentos ou apoio dos servidores.

Parceria entre a Administração Regional e Regional e Ensino de Sobradinho para promover a visitação de alunos da rede pública em exposições de artes plásticas na galeria Vangog.

O Arraiá do Gueto, realizado na quadra 16 em Sobradinho, em parceria com a Administração Regional.

Nas festividades natalinas da cidade , com o apoio da Administração Regional foi concretizado o NATAL DA CENTRAL, aonde, em parceria com empresários locais foi realizado eventos natalinos, exposições, música ao vivo apresentações espaço para crianças. O que movimentou o comércio local trazendo mais renda e investimentos no período.

Em parceria do DER-DF foi realizado a pavimentação asfáltica do estacionamento da Feira Modelo em Sobradinho e da Regional de Ensino de Sobradinho. Da mesma forma esta parceria proporcionou a instalação de guard rail na ponte de acesso à Sobradinho - BR020; Instalação de diversas placas de sinalização vertical de "Proibido Jogar Entulho".

Parceria com o DETRAN-DF que possibilitou a revitalização da sinalização vertical e horizontal em várias áreas da cidade.

As festividades do 59º aniversário da cidade contou com ajuda dos servidores, empresários e sociedade civil. Mesmo com as dificuldades financeiras foi comemorado durante toda a semana, com tradicional corte do bolo e distribuição aos cidadãos, passeio ciclístico, dia de laser no Parque dos Jequitibás, culto e missa, festas regionais com apresentação de artistas locais em uma noite de festa para toda a comunidade na Feira da Lua, tudo realizado sem custos ao erário.

Assessoria Técnica atuou em 190 processos, examinando e analisando processos de aprovação de projetos, atendimento ao cidadão, consultas de informações e orientações jurídicas a respeito de concessão/autorização/permissão de áreas públicas, bens próprios, quiosques, trailers, feiras, food trucks, ambulantes. Promoveu análises de projetos de aquisições de bens, prestação de serviços, realizou pesquisas legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais necessárias à instrução de processos, consultas que lhe forem submetidas. Sempre zelando pela observância dos princípios norteadores da Administração Pública e demais ordenamentos jurídicos.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Alguns projetos que tiveram despesas autorizadas, "zeradas", se referem a créditos contingenciados, o que impactou na execução de alguns programas de trabalho previstos para o ano de 2019.

Implantação de diretrizes básicas sobre o funcionamento, controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências do Edifício Sede da Administração Regional de Sobradinho, com o objetivo de viabilizar a segurança física e patrimonial da edificação e dos usuários.

Termos de permissão de uso de prédios próprios para o SOS RIBEIRÃO que visa a recuperação das margens do córrego ribeirão em Sobradinho, PRIS projeto para profissionalização de cidadãos em áreas de corte e costura, garçom, copeira auxiliar de

cozinha, FICADF projeto social de capoeira de angola para tirar crianças em situação de rua e melhorar o convívio social.

Um dos gargalos identificados na execução orçamentária e financeira da Administração Regional é a excessiva burocratização nos processos internos, em especial no que se refere a pedidos de aquisição de material e de execução de serviços, os quais tramitam em prazo alongado até a efetiva contratação.

Do total da despesa autorizada 82% foi liquidada em 2019.

09108 - ADM. REG. DE PLANALTINA - RA VI

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Planaltina, criada pela Lei nº 4.545, de 10/12/1964, é um órgão da Administração Direta, vinculada à Secretaria de Estado das Cidades, conforme Decreto nº 34.625, de 15/09/2016.

Tem por competência coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Os serviços primordiais prestados pela Administração Regional de Planaltina envolvem o atendimento direto à comunidade da região, conforme competência definida por normal legal, sendo esses serviços executados por diversos setores como exemplo a Gerência de Licenciamento de Obras e Atividades Econômicas, Gerência de Cultura, Esportes e Lazer, Gerência de Apoio a Atividades Rurais, Gerência de Obras, Diretoria de Articulação, Ouvidoria e Junta Regional de Serviço Militar.

A Administração Regional agrega trabalho humano e participa do programa Jovem Candango, atualmente contamos com 16 (dezesesseis) adolescentes, revezando em dois turnos diários no horário contrário ao escolar.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	0	6	13	22
Comissionados sem vínculo efetivo	16	42	0	0	58
Requisitados de órgãos do GDF	0	1	3	6	10
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	2	4	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	9	9
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	19	43	11	32	105
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	-10	-10
Total Geral	19	43	11	22	95

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	633963,91	100294,88	98483,17
0235 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-VI EM 2019.- PLANALTINA	0	330000,0	0	0
0236 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- PLANALTINA	0	103162,00	100294,88	98483,17
0278 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-AÇÃO DE INFRAESTRUTURA POR MEIO DA ADMINISTRAÇÃO DE PLANALTIVA- PLANALTINA	0	200000,0	0	0
0237 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	0	801,91	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	2911,40	0	0
0028 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	0	2911,40	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	636875,31	100294,88	98483,17

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	166050,57	166050,57	153211,16
0050 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	0	166050,57	166050,57	153211,16
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	166050,57	166050,57	153211,16

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	100000,0	62174,41	62174,41

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0129 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO FESTA DE PENTECOSTES DE PLANALTINA-PLANALTINA	0	100000,0	62174,41	62174,41
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	100000,00	62174,41	62174,41

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	178484,00	107448,63	107448,63
0109 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--PLANALTINA	0	178484,00	107448,63	107448,63
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	83586,68	37239,46	37239,46
0071 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	0	83586,68	37239,46	37239,46
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	262070,68	144688,09	144688,09

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	6007733,22	5673169,32	5673169,32
0072 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	0	6007733,22	5673169,32	5673169,32
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	442848,81	375030,79	375030,79
0059 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PLANALTINA	0	442848,81	375030,79	375030,79
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	1169595,91	1166477,61	1070238,29
0100 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	0	1169595,91	1166477,61	1070238,29

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	4970,40	2979,0	2979,0
0060 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PLANALTINA	0	4970,40	2979,0	2979,0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	7625148,34	7217656,72	7121417,40

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	2
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	10
Encaminhamento - CDS/ Na hora	14
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	14
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	5
Trabalho com Grupos - Gestantes	1
Trabalho com Grupos - Idosos	1
Trabalho com Grupos - Mulheres	1
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	1
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	1
Trabalho com Grupos - Remoções	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	75
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	25
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	45
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	2

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Teatro	3	1.000
Música	4	1.700
Dança	3	500
Artes Plásticas	2	350
Literatura	1	300
Outros eventos	3	500

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	1
Habitação Coletiva	8
Comercial	20
Área Rural	3
Outros (Eventual)	51

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	1.000
Eventos esportivos	2	2.000
Outros	2	1.200

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	37	6.157,84
Habitação Coletiva	1	2.181,05
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	38	8.338,89

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	16	2.516,06

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,52	26.802,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,06	4.001,00
Elaboração de Croquis	0,13	30.950,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,32	9.689,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	49

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	2
Feiras Permanentes	4
Fiscalização de Feiras	96

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	3

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	200,00
Vistorias realizadas	130
Produtores rurais cadastrados	3.249
Propriedades rurais	3.249
Associações	34
Cooperativas	3

JUNTA REGIONAL DO SERVIÇO MILITAR

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	763
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.898

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	952
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	6
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	23
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	4
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	345
Transferência de domicílio	48
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	0,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,30
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	0,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	0,00
Recuperação de calçadas/ M ²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00
Remoção de entulhos/ M ³	400,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	1.800,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	0,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	8.000,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	0

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Administração Regional de Planaltina, criada pela Lei nº 4545, de 10/12/1964, é um órgão da Administração Direta.

Tem por competência coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Os serviços primordiais prestados pela Administração Regional de Planaltina, envolvem o atendimento direto à comunidade da região, conforme competência definida por norma legal, sendo esses serviços executados por diversos setores como exemplo a Gerência de Licenciamento de Obras e Atividades Econômicas, Gerência de Cultura, Esportes e Lazer, Gerência de Apoio a Atividades Rurais, Gerência de Obras, Diretoria de Articulação, Ouvidoria, Junta Regional de Serviço Militar.

A Administração Regional agrega trabalho humano e participa do programa Jovem Candango. Atualmente contamos com 16 (dezesesseis) adolescentes, revezando em dois turnos diários no horário contrário ao escolar.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A perspectiva para o ano de 2020 é executar na sua totalidade os programas de trabalhos orçamentários destinados a melhoria da região administrativa.

Não dispomos de pessoal técnico para as áreas que exigem técnicos.

09109 - ADM. REG. DO PARANOÁ - RA VII

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Paranoá foi criada pela Lei nº 049 de 25/10/1989, é um órgão da administração direta regionalizada, conforme Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019 foi vinculada à Casa Civil do Distrito Federal, no entanto, em 2019, a partir da publicação do Decreto nº 39.898.625, de 18/06/2019 foi criada a Secretaria de Estado de Governo, para onde a Secretaria Executiva das Cidades foi remanejada e a qual as Administrações Regionais estão subordinadas, conforme Decreto nº 37.625 de 15/06/2019.

De acordo com o Regimento Interno, publicado pelo Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, as Administrações Regionais, sem prejuízo da orientação normativa e técnica dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e da auditoria realizada pelos órgãos competentes, tem por competência:

I - representar o Governo do Distrito Federal no âmbito das Regiões Administrativas;

II - supervisionar, fiscalizar e executar, programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria Executiva das Cidades e Secretaria de Estado de Governo;

III - supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria Executiva das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	0	1	2	6
Comissionados sem vínculo efetivo	22	11	0	0	33
Requisitados de órgãos do GDF	2	1	1	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	7	0	7
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	1	0	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	21	21
Outros - especificar	0	0	0	10	10
Subtotal	27	13	9	33	82
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	0	0	1
Total Geral	27	13	9	33	81

*Outros: Prestadores de horas encaminhados pela VEPEMA e voluntários.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	0	30000,0	0	0
0157 - APOIO A EVENTOS- APOIO A REALIZAÇÃO DA 1ª COPA DE FUTEBOL AMADOR- DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	30000,00	0,00	0,00

O evento não foi realizado devido à falta de tempo hábil para licitar contratação de serviços e aquisição de material necessários.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	66138,00	66016,74	66016,74
0239 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- PARANOÁ	0	66138,00	66016,74	66016,74
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	18284,00	13960,06	13960,06
0029 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	0	18284,00	13960,06	13960,06
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	84422,00	79976,80	79976,80

Foram adquiridos material de consumo, de construção, bem como, aquisição de máquinas e ferramentas, visando atender as demandas de manutenção das áreas urbanizadas e ajardinadas do Paranoá.

Realizada recuperação de diversos parquinhos e algumas praças esportivas, reparados meios fios e calçadas e tapa buracos.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	381026,78	381026,78	340965,74

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0051 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PARANOÁ	0	381026,78	381026,78	340965,74
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	381026,78	381026,78	340965,74

Foram atendidos 21 reeducando do Projeto Reintegra Cidadão, por meio do contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, com prestação de serviços, tais como reparos pontais e etc., na região administrativa do Paranoá.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	11198,80	7840,0	7840,0
0130 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	0	98,80	0	0
0149 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ-PARANOÁ	0	11100,0	7840,0	7840,0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	11198,80	7840,00	7840,00

Realizado no exercício de 2019, evento para comemoração dos 62 anos da Cidade do Paranoá com a distribuição de bolo e kit lanche para alunos das escolas públicas do Paranoá que participaram do desfile cívico comemorativo.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	100000,0	0	0
0110 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	0	100000,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	217475,09	183664,64	155664,64
0072 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	0	217475,09	183664,64	155664,64
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	317475,09	183664,64	155664,64

Foram realizados no exercício 2019, pagamento de ressarcimentos ao Fundo Constitucional, referente à cessão de servidor do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal - CBMDF para a Administração Regional do Paranoá.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	3972,97	2911,50	2360,20
0050 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	0	3972,97	2911,50	2360,20
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2584270,62	2348714,39	2348714,39
0073 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	0	2584270,62	2348714,39	2348714,39
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	212010,80	152353,56	152353,56
0067 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	0	212010,80	152353,56	152353,56
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	224650,37	221690,66	205906,03
0102 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	0	224650,37	221690,66	205906,03
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	84,00	0	0
0061 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	0	84,00	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	3024988,76	2725670,11	2709334,18

Foi realizada a aquisição de material de consumo e de construção para conservação de algumas estruturas físicas públicas, pagamento de energia elétrica, serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto, serviço de telefonia fixa, aquisição material permanente, cadeiras para o auditório e o pagamento de vencimentos e vantagens fixas aos servidores da Administração Regional do Paranoá.

ATIVIDADES**Promoção e Assistência Social**

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	8
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	18
Encaminhamento - CDS/ Na hora	32
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	62
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	12
Trabalho com Grupos - Gestantes	42

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos - Idosos	9
Trabalho com Grupos – Mulheres	13
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	30
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	7
Trabalho com Grupos - Remoções	30
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	25
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	9
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	220
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	9
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	351

Realizadas as seguintes atividades: Visitas à população em situação de vulnerabilidade; acompanhamento das atividades de hortas comunitárias do Paranoá; feira de adoção de animais; Dia Internacional da Limpeza; campanhas contra dengue; casamentos coletivos; palestra Sebrae.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	1.000
Teatro	5	2.500
Música	4	7.000
Dança	6	1.500
Artes Plásticas	0	0
Literatura	2	700
Outros eventos	17	4.000

Foram realizados diversos eventos culturais, esportivos e de lazer na quadra coberta e ginásio de esporte da Administração Regional do Paranoá em parcerias com projetos sociais e escolinhas esportivas da Cidade.

- Encontro de Carros Antigos
- Concurso de Miss Paranoá e Itapoã
- Reinauguração da Biblioteca
- Festa nosso Natal Rural
- Natal Solidário Record nas Cidades WI FI Social

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	1
Outros (Eventual)	31

Com a publicação da Lei nº 5.547 de 15/12/2015, as Administrações Regionais não emitem licenças de funcionamento para atividades econômicas, emitindo apenas consultas de viabilidade de localização. As licenças a partir de então passaram a ser emitidas pelo site: Registro de Licenças de Empresas - RLE.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	320
Eventos esportivos	4	2.200
Outros	1	350

Foram realizados os seguintes eventos:

- Gincana Estudantil das Escolas Rurais - PAD DF
- Sesc Rede Globo
- Futebol da Série B do Candangão (Profissional)

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	1	373,43

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Misto - Outros	343

CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS AVENIDA MARGINAL, AVENIDA TRANSVERSAL
 RECUPERAÇÃO DE PARQUINHOS QUADRA 11, 07, 32, 15, 19 E PARANOÁ PARQUE
 REVITALIZAÇÃO DE MEIOS FIOS
 REVITALIZAÇÃO DE PECs
 MANUTENÇÃO DE VIAS PAVIMENTADAS - OPERAÇÃO TAPA BURACOS (235)

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	2
Feiras Permanentes	1

Na Região Administrativa do Paranoá possui duas feiras livres não regularizadas.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	13.000,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	20
Propriedades rurais	0
Associações	0

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Cooperativas	4
Outros	0

JUNTA REGIONAL DO SERVIÇO MILITAR

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	2.133
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.377
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	497
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	67
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	1.045
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	242

Os certificados de incorporação e de dispensa do serviço alternativo são emitidos pelo quartel.

Outros: Ficha sócio econômica; processos pessoas especiais - PDC e refratário encaminhado ao Exército.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	235,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	55,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	32,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	0,00
Recuperação de calçadas/ M ²	8.000,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	7,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	2.000,00
Remoção de entulhos/ M ³	5.000,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	3.000,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	2.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	3.000,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Recapeamento asfáltico/ M ²	3.500,00
Passeios (construção) / M ²	4.000,00
Rede de águas pluviais/ M	2.000,00
Podas de árvores/Unidade	12
Faixas recolhidas das vias públicas	0

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

NÃO HOVERAM REALIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A ausência de recursos nas mais diversas áreas de atuação, desde manutenção estrutural até a realização de eventos esportivos, educacionais ou culturais, será certamente o maior complicador para a concretização do planejamento estratégico traçado para o exercício de 2020.

09110 - ADM. REG. DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Núcleo Bandeirante - RA VIII é um órgão da Administração Direta Regionalizada.

De acordo com Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.094 de 29/03/2017, tem por competência, representar o Governo do Distrito Federal, no âmbito da Região Administrativa VIII, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, coordenação e execução direta das atividades delas decorrentes.

Em 2019, o Decreto 39.898, 18 de junho de 019, publicado no DODF suplementar nº 115 e retificado em 12 de julho de 20199, no DODF nº 130 de 12 de julho de 2019, as Administrações Regionais passaram a ser subordinadas à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal.

À Administração Regional cabe representar o Governo do Distrito Federal na área de sua jurisdição, visando implementar as ações de Governo em benefício da coletividade, atendendo aos anseios e necessidades da comunidade local, na busca de melhor qualidade de vida.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	6	2	3	15
Comissionados sem vínculo efetivo	20	0	23	0	43
Requisitados de órgãos do GDF	1	2	1	2	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	5	0	6	11
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	20	20
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	25	13	26	31	95
(-) Cedidos para outros órgãos	0	2	1	0	3
Total Geral	25	11	25	31	92

No Exercício 2019 permaneceu a discrepância entre o número de servidores efetivos e comissionados lotados nesta administração regional, visto que os servidores efetivos representam 22,38% do total de servidores, 8,95% de requisitados de outros órgãos do

GDF, 4,47% cedidos para outros órgãos do GDF e 64,17% não possuem vínculo efetivo com o GDF. Contamos atualmente com 67 servidores ativos remunerados.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	0	74678,0	74676,93	71731,03
0156 - APOIO A EVENTOS-EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	74678,0	74676,93	71731,03
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	74678,00	74676,93	71731,03

Foi adquirido equipamentos e material permanente, tais como, mesa do som digital, caixas acústicas e microfones, para apoiar os eventos do calendário oficial de atividades realizadas pela Administração Regional do Núcleo Bandeirante.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	179624,00	179623,14	179623,14
0240 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	18426,00	18425,86	18425,86
0287 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	161198,0	161197,28	161197,28
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	18082,50	16563,0	16563,0
0030 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	1519,50	0	0
0044 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	16563,0	16563,0	16563,0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	518277,0	518276,86	0
0069 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-EFICIENTIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ADM DO NÚCLEO BANDEIRANTE- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	518277,0	518276,86	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	715983,50	714463,00	196186,14

Foram realizadas ações referentes a manutenção das luminárias na Vila Cauhy e Metropolitana, bem como a revitalização de dois becos.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	235000,00	235000,00	125771,61
0052 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	235000,00	235000,00	125771,61
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	235000,00	235000,00	125771,61

A manutenção da cidade dá-se por meio do apoio dos recursos humanos do contrato dos sentenciados do sistema penal do Distrito Federal, contrato este, supervisionado por esta Administração Regional. O contrato desta Administração Regional com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, em virtude da disponibilização das emendas parlamentares, teve seu número de reeducandos ampliado, chegando ao final exercício de 2019, com o total de 20 trabalhadores ativos.

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	0	39981,0	39981,0	25011,0
0162 - APOIO A EVENTOS- APOIO A EVENTOS CULTURAIS- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	16961,0	16961,0	16961,0
0163 - APOIO A EVENTOS- APOIO A EVENTOS CULTURAIS- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	8050,0	8050,0	8050,0
0164 - APOIO A EVENTOS- APOIO A EVENTOS CULTURAIS- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	14970,0	14970,0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	39981,00	39981,00	25011,00

Foram adquiridos por esta RA-VIII materiais para decoração em áreas públicas da cidade em comemoração aos festejos populares natalinos, prestação de serviços de confecção de presépio e outros enfeites e confecção de bolo para distribuição gratuita em comemoração ao aniversário da cidade.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	12621,00	0	0
0111 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	12621,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	1560,00	0	0
0074 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	1560,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	14181,00	0,00	0,00

Não houve execução financeira no programa.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	1307542,00	1307541,14	919816,53
0051 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	7542,00	7541,14	7541,14
0065 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	1300000,0	1300000,00	912275,39
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	5230743,58	4942806,94	4942806,94
0075 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	5230743,58	4942806,94	4942806,94
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	422325,71	296783,79	296783,79

0060 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-NÚCLEO BANDEIRANTE	0	422325,71	296783,79	296783,79
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	513713,98	513712,28	419901,40
0103 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	513713,98	513712,28	419901,40
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	7474325,27	7060844,15	6579308,66

Houve a aquisição de material de consumo para urbanização dos lagradouros públicos, sendo: recuperação de bocas de lobo, meios-fio, recuperação de calçadas, praças, alambrados e outros a serem usados na manutenção de próprios desta Administração Regional. Foram adquiridos também, materiais e realizados prestação de serviços para o devido funcionamento administrativo deste órgão, incluindo material permanente para uso no servidor de rede e computadores desta Administração Regional. A origem dos recursos se deu por meio de Emendas Parlamentares.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	11
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	1
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	40
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	2
Trabalho com Grupos - Mulheres	9
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	6
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	6
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	2

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	6
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	24
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0



Esta Administração Regional promoveu a Semana de Colônia de Férias Escolares Social para atender 80 crianças carentes, comemoração ao Dia Nacional do Idoso e no dia 12 de dezembro ocorreu uma Ação Fraternal de Natal e 100 crianças carentes.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	3	220
Teatro	3	400
Música	12	14.300
Dança	2	320
Artes Plásticas	0	0
Literatura	1	80



Durante o mês de dezembro, na Semana do Aniversário do Núcleo Bandeirante, foram realizados uma série de eventos alusivos em comemoração aos 63 anos da cidade. Houve um extensa programação, que incluiu shows com bandas locais, corte e distribuição de bolo, torneio de futebol, exposições, entre outros, com público alvo estimado em 4.000 mil pessoas.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	4
Habitação Coletiva	0
Comercial	419
Industrial	379
Área Rural	0
Outros (Eventual)	12

De acordo com a Lei 5.547/2015, para a emissão do alvará de funcionamento a Administração Regional analisa a viabilidade conforme a Lei Complementar nº 948/2019 (LUOS), finalizando a emissão da licença através de órgãos superiores.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	3	1.000
Eventos esportivos	5	2.200
Outros	1	1.200



A Administração Regional do Núcleo Bandeirante realizou durante o ano de 2019 diversos eventos esportivos, entre eles: o tradicional torneio de futebol Casados x Solteiros e uma apresentação de manobras radicais com veículos automotores (Drift) ao lado da Praça Central.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	2	510,53
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Esta unidade passou a encaminhar ao órgão responsável (Central de Aprovação de Projetos - CAP) todas as solicitações de aprovação, alvarás e carta de habite-se, desde de maio de 2019.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	2	2.479,79
Institucional	0	0,00

Desde maio de 2019, esta unidade passou a encaminhar ao órgão responsável, a Central de Aprovação de Projetos - CAP, todas as solicitações de aprovação, alvarás e carta de habite-se.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	2,00	510,26
Levantamento para Carta de Habite-se	1,00	343,13

Os procedimentos de licenciamento iniciados pelo sistema de Registro de Licenciamento de Empresa "RLE@digital", de acordo com a Lei 5547 de 06 de outubro de 2015 e pelo Decreto nº 36.948 de 04 de Dezembro de 2015, são meramente viabilizados por esta administração e quando adequadamente analisados pelo setor de Licenciamento. A licença de funcionamento segue por processo automático e é publicada pelo sistema quando o interessado conclui as demais etapas do processo.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade
Restrito - Residencial - Unifamiliar	2

Devido à recente reorganização estrutural do processo de licenciamento e aprovação de projetos a Central de Aprovação de Projetos, criada e gerida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, sob a Portaria nº 05, de 29 de agosto de 2018, concentrará os processos de aprovação de projetos unifamiliares, emissão de Alvarás de Construção e Habite-se. Competindo à esta RA a supervisão do preenchimento dos requerimentos, abertura de processo, digitalização e despacho.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	70

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	3
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	10

JUNTA REGIONAL DO SERVIÇO MILITAR

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	80
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	250
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	80
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	20
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	10
Atestado de desobrigação	10
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Foram realizados durante o período de 01/01 a 31/12/2019 um total de 1.100 atendimentos, voltados para o alistamento militar.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	144,41
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	86,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	93,00
Recuperação de calçadas/ M ²	320,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	38,28
Remoção de entulhos/ M ³	38.893,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	110,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	29.696,26
Roçagem manual/ M ²	25.097,57

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	45.692,28
Recapeamento asfáltico/ M ²	1.292,88
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	27
Faixas recolhidas das vias públicas	472



A Administração do Núcleo Bandeirante atuou em trabalhos relevantes na manutenção e preservação da cidade. No exercício de 2019 foram executados serviços de limpeza dos logradouros públicos, manutenção de bocas de lobo, manutenção das vias de trânsito e calçadas, roçagem, capina nas áreas verdes, podas, etc.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII, realizou e apoiou importantes atividades de natureza cultural, em nossa região, com ações que promoveram o fortalecimento de sua imagem instrucional, criando uma maior proximidade entre o cidadão e o poder público, bem como a integração da comunidade. Os eventos realizados foram:

- O Pré-Carnaval da Família, realizado na Feira Permanente para crianças e adultos com o apoio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal e músicos da cidade.
- Ressaca de Carnaval, com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura, parceiros e músicos da cidade.
- "O DIA DA VILA", realizado na Vila Cauhy, área carente de nossa região., envolvendo a

maioria dos órgãos públicos do GDF, juntamente com voluntários e músicos da cidade. Em seguida, demos início à temporada de FEIRAS DE CULTURA E ARTESANATOS DO NÚCLEO BANDEIRANTE, proporcionando renda e trabalho aos artesãos da região. Uma parceria que deu certo, entre a Administração Regional, o grupo de artesanato Bancandart e músicos da cidade.

Um dos grandes sucessos dos nossos eventos foi o "Arraiá do Bandeirante", festa muito animada, com muita música boa, quadrilhas, comidas típicas e sucesso de público. Festa realizada pela Administração Regional com a ajuda do comércio local e músicos da cidade. Também apoiamos o tradicional "Baile da Cidade", acontece sempre no mês do aniversário do Núcleo Bandeirante. É um momento em que os antigos e novos moradores se encontram para confraternizar. Os próprios convidados custearam as despesas do evento. No aniversário da Cidade, recebemos o Circuito dos Pioneiros, apoiado pela Secretaria de Cultura Criativa do Distrito Federal. Uma grande festa com várias atrações musicais. Realizamos o tradicional "Corte do Bolo" para cantarmos parabéns para a cidade.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Durante todo o exercício de 2019 a Administração Regional do Núcleo Bandeirante empenhou-se no sentido está mais junta à comunidade, criando uma ligação direta e participativa, envolvendo as lideranças comunitárias e as entidades sociais e culturais da região, na execução das políticas públicas ofertadas. Vale ainda ressaltar, que a articulação com outros órgãos do Governo, também foi preponderante para que as metas anteriormente estabelecidas, obtivessem êxito. Ressalvas importantes no que tange aos recursos, mesmo com a escassez orçamentária, o aporte das emendas parlamentares destinadas na RA - VIII complementaram as necessidades do Governo do Distrito Federal em seu programa de atividades inicialmente planejadas para o Núcleo Bandeirante. Assim, além de promover a proximidade da comunidade com as políticas do Estado, atendendo as demandas oriundas da cidade, valorizando sua diversidade cultural e fortalecendo o vínculo entre Estado e Cidadão, promoveu uma confiança mútua. Contudo, as menções supracitadas referentes às dificuldades no exercício corrente, devem ser superadas em 2020, e que essas atividades administrativas, de gestão e planejamento, tornem-se mais eficientes e eficazes, sendo de suma importância o apoio de órgãos parceiros e da comunidade.

09111 - ADM. REG. DE CEILÂNDIA - RA IX

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Ceilândia surgiu como um bairro da região administrativa de Taguatinga – RA-III em decorrência da Campanha de Erradicação de Invasões-CEI, a qual teve como objetivo remover famílias moradoras de favelas, como Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Saião, Morro do Querosene, dentre outras. Daí a origem do nome da cidade. As remoções foram iniciadas no dia 27 de março de 1971, data em que passou a ser comemorado seu aniversário, por força do Decreto nº 10.348, de 28 de abril de 1987. Em 25 de outubro de 1989, Ceilândia deixou de fazer parte de Taguatinga e passou a ser uma nova região administrativa do Distrito Federal, a RA-IX, por meio da Lei 11.921/1989.

Inicialmente foram criados os setores QNM e QNN, com a distribuição de terrenos às famílias removidas. Entretanto, a chegada constante de novos migrantes ao DF e a criação do Programa Habitacional da Sociedade de Habitação de Interesse Social – SHIS (implementado por meio da entrega de casas populares financiadas a famílias de baixa renda do DF), impulsionaram o governo a criar novos setores em Ceilândia: Setor O (QNO) em 1976; Setor P Norte (QNP, quadras ímpares) e Setor P Sul (QNP, quadras pares), ambos em 1979.

Posteriormente, o governo voltou a contemplar famílias inscritas em programas habitacionais com lotes em Ceilândia, surgindo assim a Expansão do Setor O (QNO, quadras pares de 16 a 20) em 1985; QNQ em 1992; QNR, com a implementação da primeira de suas quadras (QNR 01) em 1992 e as demais a partir de 2002 (QNR de 02 a 06). Concomitantemente, ocorreram processos de fracionamentos irregulares de chácaras na área rural de Ceilândia, ocupadas por meio de concessão de uso, surgindo assim o Setor Habitacional Sol Nascente e o Setor Habitacional Pôr do Sol, os quais, por determinação da Lei 6.359/2019 de 14 de agosto de 2019, foram desmembrados da RA de Ceilândia para formarem a Região Administrativa de Sol Nascente e Pôr do Sol – RA-XXXII.

As administrações regionais são órgãos da administração direta vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades, tendo como competências: representar o Governo do Distrito Federal no âmbito das Regiões Administrativas; supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição; supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa, conforme Decreto nº. 38.094/2017.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	3	16	17	39
Comissionados sem vínculo efetivo	16	72	0	0	88
Requisitados de órgãos do GDF	1	3	1	5	10
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	1	2	3

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	29	29
Outros - especificar	0	0	1	0	1
Subtotal	20	78	19	53	170
(-) Cedidos para outros órgãos	0	1	0	2	3
Total Geral	20	77	19	51	167

Os dados apresentados acima incluem a força de trabalho da Administração Regional do Sol Nascente/Pôr do Sol - RA-XXXII, a qual está incluída atualmente na mesma unidade gestora e na mesma unidade orçamentária da RA-IX. Dos quantitativos informados, 9 servidores comissionados sem vínculo; 1 servidor voluntário (Conforme Ordem de Serviço nº 3, de 23.08.2019, publicado no DODF nº 163, de 28.08.2019, pág. 17); e 5 Terceirizados (FUNAP) estão lotados na RA-XXXII.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	0	150000,0	0	0
0048 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES- CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS EM DIVERSAS ESCOLAS CLASSES DE CEILÂNDIA - REGIÃO IX - CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	0	150000,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	150000,00	0,00	0,00

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	21799,00	14450,0	14450,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0245 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF-CEILÂNDIA	0	14799,0	14450,0	14450,0
0246 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	0	7000,00	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	75200,00	26969,31	26969,31
0032 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	0	75200,00	26969,31	26969,31
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	96999,00	41419,31	41419,31

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	705297,29	615780,69	195709,86
0053 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	0	705297,29	615780,69	195709,86
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	705297,29	615780,69	195709,86

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	68964,00	1809,91	1809,91
0132 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	0	12501,00	0	0
0133 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	0	16463,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0135 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	0	40000,00	1809,91	1809,91
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	68964,00	1809,91	1809,91

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	300000,00	100152,35	100152,35
0112 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	0	300000,00	100152,35	100152,35
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	136795,00	101547,55	101547,55
0075 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	0	136795,00	101547,55	101547,55
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	436795,00	201699,90	201699,90

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	11276353,02	8775144,58	8775144,58
0076 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	0	11276353,02	8775144,58	8775144,58
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	1400563,59	614091,76	614091,76
0061 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	0	1400563,59	614091,76	614091,76
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	1042024,71	929667,57	736441,75

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0105 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	0	1042024,71	929667,57	736441,75
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	7000,00	0	0
0051 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	0	7000,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	10240,00	0	0
0063 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	0	10240,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	20000,00	11664,0	11664,0
0037 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	0	20000,00	11664,0	11664,0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	504660,00	23081,22	23081,22
0043 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	0	504660,00	23081,22	23081,22
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	11000,0	0	0
0052 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	0	11000,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	14271841,32	10353649,13	10160423,31

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	108
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	1

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	139
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	14
Trabalho com Grupos - Gestantes	2
Trabalho com Grupos - Idosos	3
Trabalho com Grupos - Mulheres	9
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	30
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	12
Trabalho com Grupos - Remoções	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	129
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	42
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	20
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	426

O item "Outras Atividades de Desenvolvimento Social" corresponde à doação para famílias de hortifruti, roupas usadas e passagens de ônibus.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Outros eventos	6	1.160

O item "Outros Eventos" corresponde a eventos multiculturais.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Outros (Eventual)	163

Foram realizados no período 7.586 análises de viabilidade de localização.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público	Total
Lazer	3	2.390	
Eventos esportivos	257	172.387	

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público	Total
Outros	51	5.490	

O item "Outros" corresponde a diversas atividades, como ensaios de equipe de quadrilha junina, corrida do fogo simbólico, organização de alojamentos para atletas competidores, etc.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

A partir de 31/01/2019, a competência de emissão de alvarás de construção passou a ser da Central de Aprovação de Projetos (CAP), conforme Código de Edificações (Lei 6.138/2018).

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

A partir de 31/01/2019, a competência de emissão de cartas de habite-se passou a ser da Central de Aprovação de Projetos (CAP), conforme Código de Edificações (Lei 6.138/2018).

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	80,00	12.000,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Dados referentes ao período de janeiro a abril de 2019. Conforme Decreto nº 39.804 de 06/05/2019, publicado no DODF nº 84 de 07/05/2019, os serviços de topografia deixaram de ser competência das administrações regionais.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

A partir de 31/01/2019 a competência para aprovação de projetos passou a ser da Central de Aprovação de Projetos (CAP), conforme Código de Edificações (Lei 6.138/2018).

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	7
Recadastramento de Feiras	57
Fiscalização de Feiras	84

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	28
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

No exercício de 2019 foram regularizados 30 quiosques e recadastrados 84. Foram realizadas 203 vistorias em quiosques e existem 319 processos de regularização em andamento.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	30
Produtores rurais cadastrados	1.651

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Propriedades rurais	1.210
Associações	11
Cooperativas	0
Outros	8

O item "Outros" corresponde a serviços de terraplanagem.

JUNTA REGIONAL DO SERVIÇO MILITAR

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	3.437
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	3.309
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.978
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	98
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	38
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	15
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	2.430
Transferência de domicílio	364
Averbações de certificado de alistamento	6.279
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	333,70
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	97,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	106,00
Recuperação de calçadas/ M ²	117,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	89,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	5.840,00
Remoção de entulhos/ M ³	13.605,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	46,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	17.980,00
Roçagem manual/ M ²	26.550,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	43.460,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Recapeamento asfáltico/ M ²	2.850,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	53,00
Podas de árvores/Unidade	208
Faixas recolhidas das vias públicas	252

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

- Reforma de quadra poliesportiva na QNM 06/08, Ceilândia Norte;
- Reforma de quadra poliesportiva na QNO 04, Setor O;
- Reforma da Praça Ferroch na QNP 13, Setor P Norte;
- Instalação na sede da Administração Regional de Ceilândia de posto de atendimento da Central de Aprovação de Projetos (CAP);
- Instalação na sede da Administração Regional de Ceilândia de posto de atendimento da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF Legal);
- Realização das VIII Olimpíadas de Ceilândia, evento esportivo ocorrido no período de 28/03/2019 a 28/05/2019, com 17 modalidades esportivas e participação de 6.200 atletas. Houve equipes de escolas públicas e privadas, de instituições esportivas, de projetos sociais, de federações esportivas e da comunidade de Ceilândia em geral.
- Realização da Festa de Aniversário de Ceilândia no período de 27/03/2019 a 31/03/2019 com sessão solene, apresentação de artistas locais, ato religioso, desfile cívico e atividades culturais.
- Realização do Evento Vila da Criança em 26/10/2019 com disponibilização de brinquedos, como por exemplo: pula pula, totó e piscina de bolinhas, além de contação de histórias, distribuição de livros infantis, apresentação de mágicas e outros.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Administração Regional de Ceilândia – RA-IX realizou devidamente as atividades que são de sua competência, conforme disciplinado no Regimento Interno das Administrações Regionais, Decreto 38.094/2017 publicado no DODF de 29/03/2017, sempre contando com o apoio de outros órgãos governamentais do Governo do Distrito Federal.

Em 2019, a RA-IX enfrentou dificuldades como a escassez de recursos financeiros e a substituição da maior parte do seu corpo técnico, o qual já estava habituado com as rotinas de trabalho. Tais fatos decorreram principalmente da transição de governo. Ademais, considerando que Ceilândia é a região administrativa mais populosa do Distrito Federal, verifica-se que a RA-IX possui estrutura bastante aquém do ideal para atender os anseios

dos moradores desta região, e necessita maior quantidade de recursos materiais e humanos que os disponíveis atualmente.

Para o próximo exercício a RA-IX pretende aprimorar a qualidade da prestação dos serviços já ofertados para a comunidade, bem como aumentar a quantidade de entregas para a população. Citam-se como exemplos a urbanização de diversas áreas públicas, por meio de recursos captados via emendas parlamentares, e a limpeza de toda cidade, através da Campanha Ceilândia Limpa, lançada em 06/12/2019.

09112 - ADM. REG. DO GUARÁ - RA X

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A região administrativa do Guar4 começou a ser implantada em 1967, com o objetivo inicial de abrigar funcionários p4blicos do Governo do Distrito Federal. Somente em 1989, por meio da Lei n4 49 e do Decreto 11.921, ambos de 25 de outubro de 1989, foi estabelecida a RA X. Com o passar dos anos e o crescimento populacional, o Guar4 alcançou grande desenvolvimento social e econ4mico, despontando como uma das regi4es administrativas com a maior renda per capita do DF, segundo apontou o relat4rio da Pesquisa Distrital por Amostra de Domic4lios (PDAD) de 2018, feito pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

Hoje, o Guar4 4 uma regi4o consolidada, composta por uma classe m4dia esclarecida, alto n4vel de escolaridade e poder aquisitivo elevado, o que garante aos moradores uma boa qualidade de vida.

Nos 4ltimos 40 anos a RA mudou muito, mas continua com o perfil buc4lico e tranquilo. A maioria das casas originais constr4idas pela SHIS (Sociedade Habitacional de Interesse Social), nas d4cadas de 60 e 70, deu lugar a casas com arquitetura diferenciada, sobrados e, nos 4ltimos 10 anos, v4rios condom4nios verticais, evidenciando o crescimento socioecon4mico de sua popula4o.

A Lei Complementar n4 733, de 13 de dezembro de 2006, estabeleceu diretrizes estrat4gicas para o desenvolvimento sustent4vel e integrado da RA X, por meio do Plano Diretor Local.

A PDAD 2018, Decreto n4 39.403, de 26 de outubro de 2018, apontou que a popula4o urbana da RA Guar4 era de 134.002 pessoas, sendo 53,8% do sexo feminino. A idade m4dia era de 35,6 anos. Sobre a escolaridade, 98,3% dos moradores com cinco anos ou mais de idade declararam saber ler e escrever e 50,2% possuem escolaridade com superior completo.

A Administra4o Regional do Guar4 4 um 4rg4o da Administra4o Direta Regionalizada. Anteriormente vinculada 4 Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, atualmente encontra-se vinculada 4 Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, conforme Decreto n4 39.898, de 18 de junho de 2019. Tem por compet4ncia representar o Governo do Distrito Federal no 4mbito da sua Regi4o Administrativa, assim como coordenar e executar atividades e servi4os de interesse p4blico em sua jurisdi4o, por meio do planejamento, da supervis4o, da coordena4o, da fiscaliza4o espec4fica e da execu4o direta das atividades delas decorrentes, consoante o Decreto n4 38.094, de 28.03.2017 (Regimento Interno).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comiss4o)	Atividade-Fim (Com cargo em comiss4o)	Atividade-Meio (Sem cargo em comiss4o)	Atividade-Fim (Sem cargo em comiss4o)	Total
Efetivos do GDF	5	1	15	12	33
Comissionados sem v4nculo efetivo	9	36	0	0	45
Requisitados de 4rg4os do GDF	0	4	0	2	6

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	3	2	5
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	30	0	0	30
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	14	71	18	16	119
(-) Cedidos para outros órgãos	3	1	0	0	4
Total Geral	11	70	18	16	115

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	35941,00	35894,18	35894,18
0249 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- GUARÁ	0	35941,00	35894,18	35894,18
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	15724,00	15458,50	15458,50
0033 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	0	15724,00	15458,50	15458,50
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	51665,00	51352,68	51352,68

2019ND00034 - CORREÇÃO DE CONTRAPARTIDA, PARA POSSIBILITAR TRANSPOSIÇÃO DECORRENTE DO DECRETO Nº 39.610, DE 01 DE JANEIRO DE 2019 – R\$ 500.000,00;

2019ND00037 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019;

2019ND00038 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019.

2019ND00051 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA CUSTEAR DESPESAS COM MATERIAL DE CONSUMO. 00137.00000995/2019-81 - R\$ 23.000,00;

2019ND00062 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA CUSTEAR COM MATERIAL DE CONSUMO (BLOCOS DE CONCRETO). 00137-00001880/2019-12 - R\$ 11.000,00;

2019ND00064 - CONFORME DECRETO Nº 39.919 DE 27/06/19, PUBLICADO NO DODF Nº 120 DE 28/06/19 - R\$ 15.000,00; R\$ 20.000,00; R\$ 5.000,00 E R\$ 40.000,00;

2019ND00070 - REMANEJAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (LUA DE RASPA) - R\$ 1.217,80 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00073 - REMANEJAMENTO TENDO EM VISTA SALDO INSUFICIENTE PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: ENXADA E PÁ - R\$ 1.940,22 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00084 - DECRETO Nº 40.049 DE 27/08/2019, DODF Nº 163 DE 28/08/2019 - R\$ 58.520,00;

2019ND00083 - CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ATENDER DESPESAS COM A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS-FIOS, DRENAGEM PLUVIAL E EXECUÇÃO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS EM VICENTE PIRES - DF. REMANEJAMENTO AUTORIZADO NO PROCESSO 00110-00001536/2019-87 - R\$ 58.520,00;

2019ND00082 - ANTECIPAÇÃO DE COTA PARA ATENDER DESPESAS COM A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS-FIOS, DRENAGEM PLUVIAL E EXECUÇÃO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS EM VICENTE PIRES - DF. REMANEJAMENTO AUTORIZADO NO PROCESSO 00110-00001536/2019-87 - R\$ 58.520,00;

2019ND00076 - DESCONTINGENCIAMENTO SOLICITADO PELA UNIDADE, COM INDICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO, CONFORME MENSAGEM SIGGO Nº 15731 - R\$ 4.500,00 E R\$ 9.000,00;

2019ND00088 - DESCONTINGENCIAMENTO REGRA 0010, DO DECRETO Nº 39.662 - EVENTO 205075;

2019ND00089 - EXECUÇÃO DIRETA DE ACORDO COM O DESPACHO SAORC 28363930 E A PORTARIA SEFP 151 DE 22/04/2019 - R\$ 61.539,00;

2019ND00090 - ATENDER EMENDA ADITIVA Nº 144, AO PL Nº 599/2019 - 449051(OBRAS) - R\$ 500.000,00 - EVENTO 205069;

2019ND00093 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PAR CUSTEAR DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - R\$ 4.600,00 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00091 - ATENDER EMENDAS ADITIVAS Nº 144 E 145, AO PL Nº 599/2019 - R\$ 500.000,00 - EVENTO 200065;

2019ND00092 - CONFORME PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 40.124, DE 24/09/2019 - DODF Nº 183, DE 25/09/2019 - R\$ 61.539,00;

2019ND00095 - LEI Nº 6.395 DE 15/10/2019, DODF Nº 198 DE 16/10/2019 - R\$ 500.000,00;

2019ND00098 - DESCONTINGENCIAMENTO REGRA 0001, DO DECRETO Nº 39.662V3 - EVENTO 205075;

2019ND00099 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA ATENDER DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - R\$ 4.182,20 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00107 - CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ATENDER DESPESAS REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO, ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO. CRÉDITO AUTORIZADO, CONFORME DOCUMENTO - R\$ 7.000,00; R\$ 5.500,00; R\$ 3.000,00; R\$ 8.500,00 E R\$ 3.500,00;

2019ND00106 - CONFORME PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 40.246, DE 08/11/2019 - DODF Nº 215, DE 11/11/2019 - R\$ 21.816,00, R\$ 11.816,00 E R\$ 10.000,00 (449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE);

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	581138,35	573532,10	501063,77
0054 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-RA X- GUARÁ	0	581138,35	573532,10	501063,77
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	581138,35	573532,10	501063,77

2019ND00037 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019;

2019ND00038 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019.

2019ND00027 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO (NATUREZA DE DESPESA DE: 339039 PARA: 339139) PARA CUSTEAR DESPESAS COM O CONTRATO DA FUNAP - R\$ 510.000,00;

2019ND00048 - CONFORME DECRETO Nº 39.746 DE 28/03/19, PUBLICADO NO DODF Nº 60 DE 29/03/19 - R\$ 4.120,35;

2019ND00047 - CONFORME DECRETO Nº 39.726 DE 21/03/19, PUBLICADO NO DODF Nº 55 DE 22/03/19 - R\$ 300.000,00;

2019ND00046 - ATENDIMENTO À TRANSPOSIÇÃO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 39.610 DE 01/01/2019 - R\$ 4.120,35;

2019ND00049 - CONFORME DECRETO Nº 39.746 DE 28/03/19, PUBLICADO NO DODF Nº 60 DE 29/03/19 - R\$ 4.120,35;

2019ND00064 - CONFORME DECRETO Nº 39.919 DE 27/06/19, PUBLICADO NO DODF Nº 120 DE 28/06/19 – R\$ 15.000,00; R\$ 20.000,00; R\$ 5.000,00 e R\$ 40.000,00;

2019ND00061 - CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ATENDER DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA CIDADE E DA PRÓPRIA UNIDADE. CRÉDITO AUTORIZADO – R\$ 40.000,00;

2019ND00068 - CANCELAMENTO PARA ATENDER CRÉDITO SUPLEMENTAR, QUE VISA A ATENDER DESPESA CONTRATUAL, SOLICITADO POR MEIO DO PROCESSO Nº 00135-00002441/2019-75 – R\$ 29.482,00;

2019ND00069 - DECRETO Nº 39.966 DE 18/07/2019, DODF Nº 135 DE 19/07/2019 – R\$ 29.482,00;

2019ND00079 - DESCONTINGENCIAMENTO PARA ATENDER AO PROCESSO SEI Nº 132-00002618/2019-18. EXECUÇÃO DIRETA, NOS TERMOS DO ART. 5º DA PORTARIA Nº 151, DE 22 DE ABRIL DE 2019 – R\$ 100.000,00;

2019ND00077 - DESCONTINGENCIAMENTO PARA ATENDER AO PROCESSO SEI Nº 132-00002618/2019-18. EXECUÇÃO DIRETA, NOS TERMOS DO ART. 5º DA PORTARIA Nº 151, DE 22 DE ABRIL DE 2019 – R\$ 100.000,00;

2019ND00081 - DECRETO Nº 40.034 DE 21/08/2019, DODF Nº 159 DE 22/08/2019 – R\$ 100.000,00;

2019ND00088 - DESCONTINGENCIAMENTO REGRA 0010 DO DECRETO Nº 39662 - EVENTO 205075;

2019ND00098 - DESCONTINGENCIAMENTO REGRA 0001 DO DECRETO Nº 39662V3 - EVENTO 205075;

2019ND00107 - CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ATENDER DESPESAS REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO, ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO. CRÉDITO AUTORIZADO, CONFORME DOCUMENTO – R\$ 7.000,00; R\$ 5.500,00; R\$ 3.000,00; R\$ 8.500,00 E R\$ 3.500,00;

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	50000,00	33616,85	33616,85
0113 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	0	50000,00	33616,85	33616,85
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	101885,20	49007,93	49007,93

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0078 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	0	101885,20	49007,93	49007,93
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	151885,20	82624,78	82624,78

2019ND00028 - DESBLOQUEIO PARA ATENDER À MENSAGEM Nº 2026 DE 31/01/2019 – R\$ 23.347,40;

2019ND00037 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019;

2019ND00038 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019;

2019ND00052 - DESCONTINGENCIAMENTO REGRA 0011 DECRETO 39.662 - EVENTO 205076 – R\$ 11.000,00; R\$ 220,00 E R\$ 39.684,00;

2019ND00088 - DESCONTINGENCIAMENTO REGRA 0010 DO DECRETO Nº 39662 - EVENTO 205075;

2019ND00098 - DESCONTINGENCIAMENTO REGRA 0001 DO DECRETO Nº 39662V3 - EVENTO 205075;

2019ND00102 - CONFORME PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 40.204, DE 29/10/2019 - DODF Nº 207, DE 30/10/2019 – R\$ 80.000,00 E R\$ 20.000,00;

2019ND00096 - CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ATENDER DESPESAS DE PESSOAL E DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2019 – R\$ 80.000,00;

2019ND00104 - EXECUÇÃO DIRETA DE ACORDO COM O DESPACHO SAORC 30691946 E A PORTARIA SEFP 151 DE 22/04/2019 – R\$ 11.816,00 E R\$ 10.000,00 (449052 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE);

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	6364728,83	6274181,38	6274181,38
0077 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	0	6364728,83	6274181,38	6274181,38
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	386260,64	357223,99	357223,99

0064 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-GUARÁ	0	386260,64	357223,99	357223,99
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	477340,02	451781,09	383847,37
0106 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	0	477340,02	451781,09	383847,37
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	4500,00	4235,05	4235,05
0064 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-GUARÁ	0	4500,00	4235,05	4235,05
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	1891,00	1647,0	1647,0
0044 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	0	1891,00	1647,0	1647,0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	7234720,49	7089068,51	7021134,79

2019ND00026 - EXECUÇÃO DE ACORDO COM O DESPACHO SEI Nº 17799391 - R\$ 150.000,00;

2019ND00024 - DESCONTINGENCIAMENTO REGRA 0011 DECRETO 39623 EVENTO 205075 - R\$ 5.220.000,00; R\$ 585.000,00; R\$ 27.000,00 E R\$ 450.000,00.

2019ND00030 - CONFORME DECRETO Nº 39.658 DE 07/02/19 PUBLICADO NO DODF Nº 28 DE 08/02/19 - R\$ 150.000,00;

2019ND00039 - CONFORME DECRETO Nº 39.678 DE 20/02/19, PUBLICADO NO DODF Nº 37 DE 21/02/19 - R\$ 10.000,00; 5.172.000,00; R\$ 493.312,30; R\$ 30.000,00; R\$ 589.147,00; R\$ 10.000,00; R\$ 324.595,20; R\$ 31.736,00.

2019ND00029 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO (NATUREZA DE DESPESA DE: 319011 PARA: 319094) PARA CUSTEAR DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO REF. JANEIRO/2019 (ACERTOS E DIFERENÇAS) - R\$ 162.069,00.

2019ND00037 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019;

2019ND00038 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019.

2019ND00053 - DESCONTINGENCIAMENTO SOLICITADO PELA UNIDADE, PARA ATENDER DESPESAS DE PESSOAL REFERENTES AO MÊS DE ABRIL/2019, CONFORME MENSAGEM SIGGO Nº 7937 - R\$ 10.000,00;

2019ND00055 - DESCONTINGENCIAMENTO SOLICITADO PELA UNIDADE, PARA ATENDER DESPESAS DE PESSOAL REFERENTES AO MÊS DE ABRIL/2019, CONFORME MENSAGEM SIGGO Nº 7947 - R\$ 5.000,00;

2019ND00054 - DESBLOQUEIO PARA ATENDER A MENSAGEM SIGGO Nº 7947 - R\$ 5.000,00;

2019ND00050 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA CUSTEAR DESPESAS COM MATERIAL DE CONSUMO. 00137.00000687/2019-56 - R\$ 6.000,00;

2019ND00057 - EXECUÇÃO DIRETA DE ACORDO COM O DESPACHO 21836899 - R\$ 3.000,00;

2019ND00059 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA CUSTEAR DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - R\$ 2.500,00;

2019ND00060 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA CUSTEAR DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS, CONFORME PROCESSO SEI 00137-00001261/2019-10 - R\$ 1.272,10;

2019ND00065 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTARIO PARA CUSTEAR DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS - R\$ 300,75;

2019ND00064 - CONFORME DECRETO Nº 39.919 DE 27/06/19, PUBLICADO NO DODF Nº 120 DE 28/06/19 - R\$ 15.000,00; R\$ 20.000,00; R\$ 5.000,00 E R\$ 40.000,00;

2019ND00063 - EXECUÇÃO DIRETA, NOS TERMOS DO ART. 5º DA PORTARIA Nº 151, DE 22 DE ABRIL DE 2019 - R\$ 120,00;

2019ND00071 - REMANEJAMENTO TENDO EM VISTA SALDO INSUFICIENTE PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE: FITA ADESIVA; RÉGUA E PASTA PROTETORA - R\$ 287,00 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00066 - REMANEJAMENTO TENDO EM VISTA SALDO INSUFICIENTE PARA AQUISIÇÃO DE PAPEL A4 - R\$ 3.855,00 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00074 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA CUSTEAR DESPESA COM AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (TONER) - R\$ 2.214,00 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00067 - CONFORME PORTARIA Nº 224 DE 05/07/19, PUBLICADA NO DODF Nº 127 DE 09/07/19 - R\$ 120,00;

2019ND00072 - LEI Nº 6.336 DE 30/07/2019, DODF Nº 143 DE 31/07/2019 - R\$ 3.000,00;

2019ND00078 - REMANEJAMENTO TEMDO EM VISTA SALDO INSUFICIENTE PARA AQUISIÇÃO DE GÁS - R\$ 1.181,55 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00080 - REMANEJAMENTO TENDO EM VISTA SALDO INSUFICIENTE PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: TORNEIRA, TUBO E VALVULA - R\$ 7.974,65 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00087 - ATENDER CRÉDITO PL DE DESPESAS DE AGUA E LUZ DE FEIRAS - R\$ 80.000,00;

2019ND00075 - REMANEJAMENTO TENDO EM VISTA SALDO INSUFICIENTE PARA AQUISIÇÃO DE HASTE FIXAÇÃO DE TELHA E ARAME - R\$ 1.172,00 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00076 - DESCONTINGENCIAMENTO SOLICITADO PELA UNIDADE, COM INDICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO, CONFORME MENSAGEM SIGGO Nº 15731 - R\$ 4.500,00 E R\$ 9.000,00;

2019ND00085 - ATENDIMENTO À MENSAGEM SIGGO Nº 16761 - R\$ 10.000,00 (339046) E R\$ 60.000,00 (319113);

2019ND00086 - ATENDER DESPESAS DE AGUA E LUZ DE FEIRAS - R\$ 80.000,00;

2019ND00088 - DESCONTINGENCIAMENTO REGRA 0010, DO DECRETO Nº 39.662 - EVENTO 205075;

2019ND00098 - DESCONTINGENCIAMENTO REGRA 0001, DO DECRETO Nº 39.662V3 - EVENTO 205075;

2019ND00100 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA CUSTEAR DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - R\$ 8.353,00 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00103 - CONFORME PORT. 338 DE 31/10/2019 PUBLICADA NO DODF 209 DE 01/11/2019 - R\$ 45.000,00;

2019ND00094 - CONFORME PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 40.164, DE 09/10/2019 - DODF Nº 194, DE 10/10/2019 - R\$ 5.000,00 E R\$ 15.000,00;

2019ND00101 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA CUSTEAR DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - R\$ 7.000,00 - DE 339039 PARA 339030;

2019ND00097 - ALTERAÇÃO DE QDD PARA ATENDER DESPESAS DE PESSOAL REFERENTES À COTA PATRONAL - IPREV. EXECUÇÃO DIRETA AUTORIZADA, CONFORME DOCUMENTO SEI-GDF Nº 30325533 - R\$ 45.000,00;

2019ND00107 - CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ATENDER DESPESAS REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO, ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO. CRÉDITO AUTORIZADO, CONFORME DOCUMENTO - R\$ 7.000,00; R\$ 5.500,00; R\$ 3.000,00; R\$ 8.500,00 E R\$ 3.500,00;

2019ND00106 - CONFORME PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 40.246, DE 08/11/2019 - DODF Nº 215, DE 11/11/2019 - R\$ 21.816,00, R\$ 11.816,00 E R\$ 10.000,00 (449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE);

2019ND00105 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA CUSTEAR DESPESA COM SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTORES - R\$ 1.500,00 - DE 339030 PARA 339039;

2019ND00111 - CONFORME PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 6.413, DE 28/11/2019 - DODF Nº 228, DE 02/12/2019 - R\$ 80.000,00;

2019ND00108 - ALTERAÇÃO DE QDD, PARA ATENDER DESPESAS REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO, ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO. CRÉDITO AUTORIZADO, CONFORME DOCUMENTO SEI-GDF Nº 31992467 – R\$ 5.000,00 (CRÉDITO BLOQUEADO);

2019ND00114 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA CUSTEAR DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO DE DEZEMBRO/2019, V. 61 - 13º SALÁRIO, COM VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – R\$ 20.000,00 – DE 319013 PARA 319011;

2019ND00113 - CONFORME PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 364, DE 02/12/2019 - DODF Nº 233, DE 09/12/2019 – R\$ 5.000,00;

2019ND00115 - REMANEJAMENTO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO PARA CUSTEAR DESPESAS COM A FOLHA SUPLEMENTAR DE PAGAMENTO V. 28 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – R\$ 4.000,00 – DE 319013 PARA 319011.

Outras informações completares:

No formulário RAT a ser entregue, as autorias das emendas parlamentares não são informadas.

Seguem abaixo, outros programas de trabalho que constaram no QDD com movimentações, no decorrer do exercício de 2019:

6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER:

2019ND00037 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019;

2019ND00038 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019.

2019ND00072 - LEI Nº 6.336 DE 30/07/2019, DODF Nº 143 DE 31/07/2019 – R\$ 3.000,00 CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO 27.812.6206.4090.0165 - APOIO A EVENTOS- APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS;

2019ND00107 - CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ATENDER DESPESAS REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO, ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO. CRÉDITO AUTORIZADO, CONFORME DOCUMENTO – R\$ 7.000,00; R\$ 5.500,00; R\$ 3.000,00; R\$ 8.500,00 E R\$ 3.500,00;

6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA:

2019ND00037 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019;

2019ND00038 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019.

6219 – CAPITAL CULTURAL:

2019ND00037 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019;

2019ND00038 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL:

2019ND00037 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019;

2019ND00038 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019.

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA:

2019ND00037 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019;

2019ND00038 - TRANSPOSIÇÃO POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, CONFORME DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019.

NOTAS DE CRÉDITOS – DESCENTRALIZAÇÕES:

NÃO HOUE DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	300
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	50
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	20
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	10
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	156
Trabalho com Grupos – Mulheres	60
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	35

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	35
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	30
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	50

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	30
Teatro	4	2.000
Música	30	10.000
Dança	18	7.000
Artes Plásticas	5	200
Literatura	9	600
Outros eventos	2	500

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	5.346
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	90

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	11	15.000
Eventos esportivos	10	8.000
Outros	5	7.000

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	11	2.272,20
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	5	1.286,78
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Topografia

Topografia	Quantidade	(m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	116
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	1

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	15

Apoyo Industrial e Rural

Apoyo Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	15
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	10
Cooperativas	0
Outros	0

JUNTA REGIONAL DO SERVIÇO MILITAR

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	625
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	895
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	280
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	43
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	165
Outros	6.252

Obs: Certificado de isenção de taxas: 28; juramento à bandeira 1ª via CDI Individual: 864; Solenidade entrega d CDI/Posse de Presidente da JSM: 2; Processo de notoriamente incapaz/CI: 25; Processo de adiamento de incorporação: 7; Processo de arrimo de família: 9; Processo 2ª Reservista/tempo de serviço: 8; Emissão de taxas e multas: 3.218; Entrega de documento a Delegaia Militar individual: 186; e outros lê-se: atendimento ao público.

O público-alvo beneficiado é o cidadão do sexo masculino (17/18 anos de idade).

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	531.462,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	198,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	0,00
Recuperação de calçadas/ M ²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	798.056,00
Remoção de entulhos/ M ³	2.318,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	0,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	1.253,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	37.585,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	47
Faixas recolhidas das vias públicas	4.653

Limpeza de parques infantis; 111.500 m²; recolhimento de galhos: 2.026 m³; recolhimento de móveis: 422 pedidos; Operação tapa buracos em toneladas;

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O ano de 2019 foi marcado por ações importantes no Guará. Foram realizadas melhorias significativas, algumas, aguardadas há anos pela população. Citam-se como exemplos a construção da rede de águas pluviais do conjunto H, da QE 38, durante a terceira edição do programa "GDF Presente na região" (outubro/2019), e a revitalização dos parques ecológicos Ezechias Heringer, na entrada do Guará II, e Denner, localizado na QE 40.

Com a força-tarefa SOS DF e GDF Presente, juntamente com os serviços diários das equipes de manutenção e conservação, foram retiradas mais de 140 toneladas de lixo das ruas entre entulhos a limpeza de bocas de lobo.

1. Guará sem lixo.



Lúcio Costa

A Administração Regional do Guará também intensificou serviços de recolhimento de materiais inservíveis na porta dos moradores com o projeto "Guará sem Lixo". A ação visa reduzir a quantidade de lixo descartado irregularmente, conscientizar a população e combater o mosquito Aedes Aegypti. Associado ao programa de limpeza, foi firmada parceria inédita e sem custos aos cofres públicos com empresários locais responsáveis pela coleta de vidros. Um ecolix foi disponibilizada aos moradores na entrada do prédio da Administração.

2. Operação buraco zero no Guará.



Guará II QE 38

Além reforçar a manutenção e conservação da cidade, o programa ainda utilizou 62 toneladas de massa asfáltica para a operação tapa-buraco em todo o Guará com o objetivo de zerar os buracos na região proporcionando maior mobilidade aos motoristas e segurança aos pedestres.

3. Serviços de podas, roçagem, capina e pintura de meio-fio também receberam atenção especial.

O **SOS DF** chegou ao Guará no mês de março, e contou com a participação de aproximadamente de 600 pessoas de diversos órgãos. Foram realizados serviços de substituição de lâmpadas, roçagem, podas de árvores, remoção de lixo, pintura de faixa, limpeza de boca de lobo e desobstrução da rede, além da operação tapa-buraco.

3.1. Construção de calçadas: 7.365,84 m².



A manutenção da cidade RA X ocorreu durante todo o ano de 2019.

3.2. Capina e rastelagem: 798.056 m².



Capina QI e QE 10

3.3. Quantidade de galhos recolhidos: 2.026 m³.



Guará II QE 38

3.4. Número de inservíveis recolhidos nas casas e das ruas: 422 materiais.



QE 40

Pensando em uma cidade mais limpa e organizada, a Administração Regional do Guará disponibiliza desde o início de 2018, o serviço de coleta de móveis usados, velhos ou quebrados, com o objetivo de evitar o descarte irregular em vias públicas como ruas, calçadas ou terrenos baldios.

A campanha de coleta de móveis que não servem mais e eletrônicos continua. As equipes de manuteno e conservao da administrao atuam diariamente para a melhoria de vida e bem estar da populao. Caso o morador possua algum desses objetos que não servem mais e não tenha como depositá-los em local específico, pode solicitar o serviço  Administrao Regional do Guará pelo 3383-7262 e agendar a coleta.

3.5. Operao tapa-buraco: 531.462 toneladas de massa asfática utilizadas.



QE 38

3.6. Podas realizadas: 81.



QE 40

3.7. Faixas irregulares retiradas das vias: 7.437 unidades.



3.8. Quantidade de entulho recolhido: 2.318 m³.



QE 19 - Guará II

3.9. Metragem de roçagem manual realizada: 43.900 m².



Entrequadra QE 28/30

3.10. Quantidade de bocas de lobo desobstruídas: 198 locais.



4. Sala do Empreendedor na Administração Regional do Guará:

Em março de 2019 foi inaugurada a Sala do Empreendedor do Guará, resultado da parceria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Adjunta das Cidades, Administração Regional e SEBRAE, a qual tem por finalidade articular ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais comunitárias, individuais ou coletivas.

5. Aniversário da cidade:

No mês de maio a população da RA X comemorou 50 anos da cidade em grande estilo, com um desfile cívico-militar, participação do Detran, brinquedos infláveis e várias atividades voltadas para a comunidade, bem como um bolo de 50 metros de comprimento doado por uma panificadora da Região.



Outro destaque foi a corrida de 21 Km do Guará, que ocorreu dentro do Parque Ecológico Ezechias Heringer.

Mesmo com pouco recurso, a Administração do Guará conseguiu realizar um dos maiores desfiles e corte de bolo da cidade, com a ajuda de voluntários e doações. O desfile contou a Banda Marcial do Corpo de Bombeiros do DF, com cerca de 1.200 crianças de escolas da rede pública do Guará e algumas da rede privada, além dos batalhões das forças armadas, a equipe Ginástica nas Quadras do Guará, Karatê Siri, Capoeiristas, a Escola de Futebol

Bom de Bola, Escola de Futebol Fut Art, Tai-chi-chuan, o projeto prevenindo com arte da PMDF, o Corpo de Bombeiros, o DETRAN-DF e a escola de samba Império do Guará.

No evento que aconteceu em frente à Administração Regional, os convidados puderam saborear o enorme bolo de aniversário doado pela padaria local. O que restou do bolo foi entregue para duas creches do Guará, a creche da QE 38 e a Santo Aníbal (Pólo de Modas). Estiveram presentes líderes comunitários e prefeitos de quadra da Cidade, Conselheiros Tutelares, Oficiais da PM-DF, CBMDF, empresários, Ex Administradores, o diretor do DETRAN-DF, parlamentares, além da comunidade.

O aniversário da RA tem como data oficial o dia 5 de maio, mas as comemorações duraram o mês todo com 32 eventos no Calendário Oficial das Comemorações.

6. Linha de ônibus no Lúcio Costa:



Atendendo às reivindicações da comunidade e da Associação dos Moradores do Projeto Lúcio Costa (Ampluc), bem como da Administração Regional do Guará, os técnicos do DFTrans fizeram alterações no transporte público do Setor Habitacional.

7. Asfalto chegou às ruas de Bernardo Sayão:

Em julho de 2019 foram retomadas as obras de infraestrutura no lote 03 do Setor Habitacional Bernardo Sayão, tão aguardado pelos moradores do local.



As obras de urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão, incluíram a execução de 19km de rede coletora de águas pluviais e 55km de pavimentação asfáltica, além de calçadas e meios-fios. O investimento foi de R\$ 56 milhões, com recursos da Caixa Econômica (95%), por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e contrapartida do GDF (5%). O valor final foi 35% menor do que o inicialmente previsto na licitação.

As obras de urbanização de todo o setor, que tem uma área territorial de 354,74 hectares, beneficiaram aproximadamente 40 mil pessoas e terão impacto na economia do Distrito Federal, gerando cerca de 130 empregos diretos e outros 350 indiretos.

8. Rua do Lazer:

Já virou tradição a Rua de Lazer do Guará. Esse evento ocorre no Guará no último domingo de cada mês, com a rua fechada para carros e aberta a todas as manifestações culturais e esportivas dos moradores. Os eventos acontecem próximo da 4ª Delegacia de Polícia. Dentre outros eventos realizados citam-se: corridas, meditação, ginástica nas quadras, yoga, taichichuan, funcional, capoeira, prevenindo com arte, kung fu, dança do ventre, dança cigana, rádio cerrado, batidão sonoro, ping pong, foodtrucks, krav maga, festival Guará com cerva, bandas locais e em dezembro até o Papai Noel abrilhantou a festa.



9. GDF Presente:



O GDF Presente recolheu 83 toneladas de lixo das ruas do Guará. Ações de limpeza e tapa-buracos foram destaques no atendimento às demandas da comunidade durante força-tarefa. Com o suporte de maquinários e mais de 100 servidores de diversos órgãos do governo envolvidos. Dentre as demandas, destacaram-se as ações de tapa-buraco e limpeza em diversas áreas críticas da cidade. O multirão de limpeza atendeu endereços mais demandados pela população, tais como: QE 40, Polo de Modas, Avenida Contorno, SOF Sul, praças e parquinhos em todo o Guará e as regiões de transbordo, locais conhecidos pelo contínuo acúmulo de lixo (QE 18, QE 38, Colônia Agrícola, área da Tasa, próximo à QE 46 e as quadras QE 48 a 58).

Outra obra deste projeto foi a construção de uma manilha para escoamento de água na QE 38 conjunto H, no Guar4 II. A 4rea trazia constante preocupa43o aos moradores da regi3o que, nos per4odos de chuva, tinham suas ruas e casas inundadas.



10. Biblioteca do Guar4:



Localizada na Casa da Cultura no Guar4, registrou recorde de frequentadores no primeiro semestre. Foram registrados a cada m4s 500 pessoas em m4dia. Isso se deve tamb4m pelo fato de projetos realizados pela pr4pria biblioteca, no intuito de incentivar o h4bito da leitura para a comunidade.

11. A43es educativas para combater a dengue e promover a coleta seletiva consciente:

Administra43o Regional do Guar4, tendo como objetivo o combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, em conjunto com os 3rg3os de sa4de da RA, o Servi4o de Limpeza Urbana (SLU), comunidade e diversos representantes de 3rg3os p4blicos, realizou reuni3o educativa e de conscientiza43o sobre o assunto. Durante a reuni3o, foi apresentado o projeto "Coleta Seletiva Consciente", do SLU, e como acontece a prolifera43o do mosquito, pela Vigil4ncia Ambiental.



Auditório da Administração Regional do Guará

12. Descarte de vidros na Administração Regional do Guará:

Uma ecolix para a coleta de vidros foi disponibilizada à comunidade, ao lado da entrada principal da Administração, para o descarte de vidros. A reciclagem do vidro é de extrema importância para o meio ambiente. O seu recolhimento correto impede que este material vá para os aterros sanitários ou para a natureza (rios, lagos, solo, matas). Podem ser descartadas garrafas de bebida em geral, potes de alimento, frascos de cosméticos e medicamentos vazios, copos e taças de vidros.



13. Projeto Biguá:

O projeto Biguá continuou sendo executado em 2019, e recolheu muitos litros de óleo de cozinha. A Administração Regional do Guará tem um ponto de recebimento na entrada de sua sede. Essa coleta é de grande importância, pois o óleo de fritura é um resíduo cujo descarte irregular potencializa danos ambientais. Um litro de óleo jogado na rede de esgoto é capaz de poluir, pelo menos, 200 litros de água. Com esse projeto, os proprietários e funcionários de bares, restaurantes, escolas, indústrias alimentares e similares, bem como a população geral, podem destinar o óleo coletado no Ponto de Entrega Voluntária (PEVs) da Administração do Guará.

14. Descarte de televisores de tubo e eletrônico:

A Administração Regional do Guará, diante do descarte inadequado de televisões tubo nas vias públicas da região administrativa, fechou parceria com uma ONG que atua na área de reciclagem em maio de 2018, com o intuito de disponibilizar um contêiner de coleta dos aparelhos eletrônicos no hall de entrada na sede da RA e também no centro da Feira do Guará, locais estratégicos e de grande circulação de pessoas. Essa parceria continuou em 2019 e além das tv's, são recebidos quaisquer outros itens eletrônicos que não sirvam mais.



Administração Regional do Guará

15. Nova ilumina no Guará:



Já foram instalados postes na Avenida Contorno do Guará II, no Park Sul, SOF Sul, QEs 26/28, QEs 28/30, QE 30, QEs 32/34, QEs 34/36, QEs 26/24, QE 13, QE 15, QE 17. As obras foram viabilizadas por meio de emenda parlamentar, e executadas pela CEB (Companhia Energética de Brasília) em parceria com a Administrao Regional do Guará e a Secretaria de Obras.

16. Combate às irregularidades:

Retiradas de invasões foram feitas na QE 38. Agentes do DF Legal atuaram na retirada de moradias irregulares próximas às novas quadras em trabalho conjunto com a Administrao do Guará que realiza o apontamento das ilegalidades. o DF Legal cumpre um cronograma de aes em diversos pontos da região administrativa.



QE 38

17. Wi-fi Social na Feira Permanente do Guará:

A Administrao Regional do Guará, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do DF, inaugurou o wi-fi social da Feira Permanente do Guará. A populao que frequenta esse espaço e os feirantes já podem contar com internet sem custos.



18. Entrega de termos aos ambulantes:

A Administração do Guará, em conjunto com a Secretaria das Cidades, entregou mais de 90 termos para ambulantes, a formalização das atividades traz segurança e liberdade para mais 90 ambulantes do Guará. Em julho, a regional já havia emitido outros 40 termos. A formalização atende ao Decreto nº 39.769, de 11/04/2019 que regulamenta a atividade de comércio ou prestação de serviço de ambulante.



Auditório da Administração Regional do Guará

19. Revitalização do Parque Ezechias Heringer:



A revitalização do parque Ezechias Heringer, administrado pelo Brasília Ambiental, foi fruto das ações do GDF Presente e de compensação ambiental. Entre as principais melhorias realizadas na primeira etapa das obras estão a revitalização do parquinho infantil, a recuperação do Ponto de Encontro Comunitário (PEC), conserto das duchas, pintura das vagas de estacionamento e meio fio, instalação de placas de sinalização, pinturas e reformas na sede administrativa e quadras poliesportivas, substituição das lâmpadas convencionais por lâmpadas LEDs, construção de calçada e acesso da faixa de pedestre, entre outros.

20. Fixação de horários e locais dos Food Trucks:

A Administração do Guará fixou horários e locais de funcionamento dos food trucks na região administrativa, visando organizar esse tipo de comércio no Guará.



Estacionamento do CAVE

21. Ações "setembro amarelo", "outubro rosa" e "novembro azul":

Administração Regional do Guará montou tendas na Rua do Lazer para orientação da população obre prevenção ao suicídio, em referência à campanha nacional "Setembro Amarelo". Também foi ralizada a "Caminhada Outubro Rosa" em combate ao câncer de mama e contra o feminicídio. Em parceria com a Secretaria de Saúde (Região Centro-Sul), foi promovido o atendimento de 400 homens em dois dias, por meio de estrutura montada na Feira Permanente do Guará, no Setor de Oficinas e na QE 40.



Feira do Guará

22. Horta Comunitária:



QE 38

A Administração Regional do Guará e Secretaria do Meio Ambiente atuaram por melhorias na horta comunitária do Guará.

23. Palestra do SEBRAE:

O auditório da Administração Regional do Guará foi ocupado por empresários e pessoas que desejam abrir o seu próprio negócio, durante palestra gratuita do Sebrae. Os quase 80 participantes puderam conferir as ferramentas ideais para quem deseja obter mais sucesso em suas vendas e na administração da sua empresa. O evento integrou a agenda de aoes de fortalecimento do empreendedorismo na cidade.



24. Alistamento Militar:

A Junta de Serviço Militar se localiza no interior da Administração Regional do Guará, e atendeu mais de 10.000 pessoas em 2019.

25. Participação Público Privada do CAVE:

Em agosto de 2019 a Secretaria de Projetos Especiais constituiu uma comissão formada por técnicos da própria Sepe, das Secretarias de Economia, de Esporte e Lazer, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e da Administração Regional do Guará. Objetivo foi avaliar os estudos atualizados e apresentados pelo Consórcio Novo CAVE.

A concessão do Cave, prevista para 2020, foi debatida em uma audiência pública no dia 13 de dezembro, no auditório da Administração Regional do Guará. Os quase 80 presentes puderam entender melhor qual o modelo proposto pelo governo para a concessão da área do Centro Administrativo Vivencial e Esportivo do Guará. Em suma, a área que compreende o Estádio Antônio Otoni Filho, o Ginásio Esportivo do Parque do Guará, o Clube Vizinhança, o Teatro de Arena, as quadras poliesportivas, a pista de skate e a pista de motocross devem receber investimento de R\$ 27 milhões, inteiramente do setor privado. Este valor compreende o término da obra do estádio, a demolição e reconstrução do ginásio poliesportivo e a revitalização de toda a área. A Casa de Cultura deve permanecer onde está e o Centro de Convivência do Idoso deve ser realocado para uma nova construção. A previsão é que o edital da concessão seja publicado em fevereiro de 2020 e as obras comecem no mesmo ano. O projeto para o estádio Antônio Otoni Filho, o ginásio de esportes, e o clube Vizinhança prevê a redistribuição e qualificação de todo o espaço, para incentivar a prática de atividades esportivas e de recreação dos usuários.

A integração dos equipamentos esportivos constituirá um novo clube, que contará com estádio de futebol, arena multiuso, piscinas, churrasqueiras, quadras poliesportivas, quadras de tênis e playground, que abrigarão eventos esportivos, lojas de esporte e vestuário, lanchonetes, academia e outros serviços recreativos. A concessão do espaço condicionará a concessionária que vencer a licitação à construção, reforma, modernização e manutenção dos referidos equipamentos públicos pelo prazo inicial de 30 anos, prorrogável uma vez, por mais 5 anos.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Durante o exercício de 2019, apesar das dificuldades financeiras, a Administração Regional do Guará buscou realizar parcerias com outros órgãos do GDF, principalmente para manutenção da região administrativa. A perspectiva para 2020 é que os servidores possam executar as atividades com excelência e buscar realizar benfeitorias na cidade, bem como prestar serviços com efetividade e com qualidade para o cidadão.

A RA X tem por objetivo estreitar os vínculos com a população da região, com vistas a conscientizar que todos tem o papel de preservar a cidade, e também receber informações acerca das principais necessidades dos moradores.

Citam-se como perspectivas importantes a concretização da Participação Público-Privada do CAVE, e a construção de um novo hospital para atender a região Centro-sul do DF, em que pelo menos 400 mil pessoas poderão ser beneficiadas.

Dentre as prioridades para 2020, a Administração Regional do Guará pretende melhorar parques, vias e as áreas públicas da Região.

09113 - ADM. REG. DO CRUZEIRO - RA XI

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Cruzeiro - RA-XI é um órgão da administração direta criada através da Lei nº 049, de 25 de outubro de 1989. Inicialmente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, a partir do Decreto nº 36.236, de 1 de janeiro de 2015, passou a ser vinculadas à Secretaria de Estado de Cidades do Distrito Federal.

A RA-XI tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua região administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 38.094, de 28/03/2017 (Regimento Interno),

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	2	0	5	7
Comissionados sem vínculo efetivo	0	41	0	0	41
Requisitados de órgãos do GDF	0	5	0	2	7
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	2	0	0	2
Estagiários	0	0	8	0	8
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	7	7
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	13	13
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	50	8	27	85
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	50	8	27	85

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	15000,0	12149,41	12149,41

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0250 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- CRUZEIRO	0	15000,0	12149,41	12149,41
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	9449,00	1313,10	1313,10
0034 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	0	9449,00	1313,10	1313,10
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	250000,0	0	0
0036 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- CRUZEIRO	0	250000,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	274449,00	13462,51	13462,51

Foi realizada a aquisição de insumos para a construção e reforma de calçadas e afins.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	172851,20	167851,20	145247,45
0055 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	0	172851,20	167851,20	145247,45
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	172851,20	167851,20	145247,45

Foi realizado o pagamento pela prestação de serviços por sentenciados do sistema penitenciário do Distrito Federal, em parceria com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, tendo como objetivo a reintegração social do preso.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	11000,00	3672,0	3672,0
0136 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	0	11000,00	3672,0	3672,0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	11000,00	3672,00	3672,00

A RA-XI realizou eventos como o encontro de blocos de carnaval no Cruzeiro e Aniversário do Cruzeiro, com a participação da população da cidade e também de outras regiões.

A realização das atividades teve como pressuposto que a participação da população nos eventos da região é um direito do cidadão e uma necessidade básica, que estimula a criatividade, o desenvolvimento pessoal, a valorização da diversidade e promove a inclusão social

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	30000,00	0	0
0114 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	0	30000,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	186281,10	157197,13	157197,13
0079 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	0	186281,10	157197,13	157197,13
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	216281,10	157197,13	157197,13

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	15250,00	7280,00	7280,00
0054 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	0	15250,00	7280,00	7280,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	3420925,29	3285675,97	3285675,97
0078 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	0	3420925,29	3285675,97	3285675,97
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	278657,50	233583,43	233583,43

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0065 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	0	278657,50	233583,43	233583,43
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	248651,01	240929,76	215905,75
0107 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	0	248651,01	240929,76	215905,75
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	766,00	0	0
0052 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	0	766,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	1913,00	0	0
0065 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- CRUZEIRO	0	1913,00	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	3966162,80	3767469,16	3742445,15

Da Ação 2396 - Por meio do subtítulo 0054 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas na sede da Administração Regional do Cruzeiro foram utilizados os recursos autorizados para conservação das estruturas da RA XI.

Da Ação 8502 - Por meio do subtítulo 0078 - referente à remuneração e contribuições dos servidores ativos da RA XI.

Da Ação 8504 - Por meio do subtítulo 0065 - referente à concessão de benefícios aos servidores da Administração Regional do Cruzeiro.

Da Ação 8517 - Por meio do subtítulo 0107 - referente à Aquisição de Material de Expediente: extensão em fio paralelo, fita veda rosca, rolo de pintura, enxadão, disco de

corde, eletrodo, pá quadrada, picareta rastelo, serrote carpinteiro, torneira jardim, alicate, alavanca, martelo de borra cha, alicate de bico, pé de cabra, talhadeira, fechadura para porta interna e externa, trincha dupla cerda. Serviços prestados por terceiros tais como: água, esgoto, energia, correios, telefonia, para a manutenção da Administração Regional do Cruzeiro

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	16
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	2
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	35
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	12
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	2
Trabalho com Grupos - Mulheres	2
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	1
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	2
Trabalho com Grupos - Remoções	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	12
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	12

Em 2019 foi realizado pela RA-XI as seguintes ações sociais: Feira de Saúde, Carnaval dos Idosos e Ação Global.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	0	0
Dança	1	1.700
Artes Plásticas	0	0
Literatura	1	100
Outros eventos	3	25.800

Dentre as atividades destacam-se o ensaio geral de grupo de teatro, música e dança e reuniões do Conselho de Cultura do Cruzeiro.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	0

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	1	600
Eventos esportivos	21	16.300
Outros	2	2.500

O Ginásio de Esporte do Cruzeiro foi utilizado para a realização de diversos eventos esportivos, além de ter sido disponibilizado para atividades físicas ao público em geral. Sediou em 2019 o Troféu Brasil de Judô, o Grand Pri Nacional de Judô e o amistoso de despedida do Falcão. A RA-XI também realizou eventos como a Rua do Lazer e o Passeio Ciclístico Noturno.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	2	447,63
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	5,00	1.525,00

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	5,00	3.310,00
Elaboração de Croquis	68,00	12.350,00
Levantamento para Carta de Habite-se	3,00	2.730,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	15
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	1
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	0

Foi realizado acompanhamento e auxílio aos feirantes no cumprimento das determinações dos órgãos de fiscalização e controle, bem como a análise dos processos dos feirantes junto à SEGETH.

Também foi realizada a análise de processos de regularidade e adimplência na ocupação das feiras.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	1
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	9

Emissão de taxas do preço público para as Bancas de Jornais e Revistas; Levantamento de Processos; Visitas regulares, emissão de notificação, atualização de tabela de juros e multa, do preço público.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	88,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	3,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	10,00
Recuperação de calçadas/ M ²	3,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	2,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00
Remoção de entulhos/ M ³	12,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	32,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	0,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	2,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	1,00
Passeios (construção) / M ²	2,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	25
Faixas recolhidas das vias públicas	0

A Administração do Cruzeiro tem realizado atividades de manutenção, limpeza e roçagem, em parceria com o SLU. Também houve recolhimento de entulho, troca de tampas de bueiro, bem como a limpeza e reparo de calçadas, trazendo assim mais qualidade de vida para a população da RA.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2019 a Administração do Cruzeiro realizou vários trabalhos na área de infraestrutura, urbanização, ajardinamento e limpeza, tais como operação tapa buracos, limpeza dos passeios das vias que cortam a cidade, conserto de tampa de esgoto, revitalização das praças e parquinhos, retirada de entulhos, limpeza dos bueiros, obras de calçamento com acessibilidade, poda das árvores, dentre outros.

Para contenção de despesas foi reduzido o gasto de telefonia móvel, houve a utilização racional e compartilhada de veículos, bem como o exame mais apurado pelos executores de contratos de prestação de serviços, resultando em economia dos recursos públicos.

Os eventos esportivos e culturais da RA tiveram por finalidade promover bem-estar, lazer e cidadania. Citam-se como exemplos o encontro de blocos de carnaval, e atividades para o público da terceira idade.

No exercício realizou-se a implantação de Internet na Feira Permanente do Cruzeiro e no Ginásio Poliesportivo do Cruzeiro. Destaca-se a parceria com a FUNAP, por meio da qual foram prestados serviços de conservação e manutenção com a mão-de-obra de sentenciados, trazendo grandes benefícios à comunidade do Cruzeiro.

Foi realizado reparo emergencial na sede atual da RA, que não é própria e está em precário estado de conservação. O imóvel apresenta sérios problemas de instalações elétricas e hidráulicas, além de rede de Internet limitada, o que prejudica o trabalho dos servidores e eleva muito os custos da Administração Regional. Para o exercício de 2020 é pleiteado um terreno para uma futura sede própria.

Já a Biblioteca do Cruzeiro encontra-se interditada pela Defesa Civil, em processo de avaliação quanto aos seus danos estruturais para definir se será revitalizada ou demolida. Provisoriamente, a Administração Regional providenciou um espaço que tem servido como biblioteca.

No exercício de 2020 espera-se que seja realizada a substituição da iluminação pública do Cruzeiro Novo por lâmpadas de LED, bem como a reforma da quadra poliesportiva e da Feira Permanente do Cruzeiro. Além disso, faz-se necessário um diagnóstico da rede de águas pluviais, uma vez que problemas com enchentes ainda ocorreram no ano de 2019, em que pese as ações de limpeza de bueiros realizadas.

Quantos aos problemas administrativos que interferiram na execução das atividades fins, citam-se: treinamento insuficiente, grande rotatividade de servidores, local de trabalho precário, e insuficiência de recursos financeiros.

09114 - ADM. REG. DE SAMAMBAIA - RA XII

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Samambaia, criada pela Lei nº 049 de 25/10/89, é um órgão da Administração Direta Regionalizada. Anteriormente vinculada à Casa Civil do Governo do Distrito Federal, passou a ser vinculada à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, de acordo com o Decreto nº 39.898, de 18 de junho de 2019. Tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa - XII, assim como supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades, nos termos do Decreto nº 38.094 de 28/03/2017 (Regimento Interno), além de supervisionar, fiscalizar e executar as ações de participação popular no território da RA.

Adotou como Missão e Visão, de acordo com Planejamento Estratégico Institucional – PEI 2018-2019 o seguinte:

Missão: Atuar como principal unidade descentralizada do Governo do Distrito Federal, promovendo o acesso da comunidade aos serviços públicos

Visão: Ser reconhecida por colaboradores, população e demais órgãos como referência de administração regional pela qualidade e eficiência dos serviços prestados.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	2	12	10	27
Comissionados sem vínculo efetivo	26	32	0	0	58
Requisitados de órgãos do GDF	2	4	10	3	19
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	6	6	12
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	3	3
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	18	18
Outros - especificar	0	0	61	-1	60
Subtotal	31	38	89	39	197
(-) Cedidos para outros órgãos	0	-5	0	-3	-8
Total Geral	31	33	89	36	189

Este quadro de composição da força de trabalho tem como referência o mês de dezembro de 2019. Cabe mencionar que os números indicados na categoria "outros - Especificar" referem-se a mão de obra de terceirizados, intermediados por meio de contratos corporativos firmados com a Subsecretaria de Gestão de Contratos Corporativos da Secretaria de Estado de Economia - SEEC/DF, sendo: 13 no serviço de Limpeza e Conservação e 48 no serviço de Segurança Patrimonial (Vigilância) no total de 61 colaboradores. Vale ainda infomar o quantitativo de -1 (menos um) refere-se a um servidor de Licença sem Vencimento.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	10000,0	7560,0	7560,0
0111 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	0	10000,0	7560,0	7560,0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	0	50000,0	0	0
0015 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-REFORMA DO CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA DA QUADRA 206 SAMAMBAIA NORTE- SAMAMBAIA	0	50000,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	60000,00	7560,00	7560,00

O 30º aniversário da Região Administrativa de Samambaia, realizado no dia 25 de outubro de 2019, contou com o tradicional corte do bolo e o apoio de diversos órgãos e parcerias. No evento foi realizado ainda o Desfile Cívico Militar, com a participação de escolas públicas e particulares e um público de aproximadamente 5.000 (cinco mil) pessoas.

Vale destacar que, mesmo com escassez de recursos orçamentários, foram realizados diversos outros eventos em comemoração ao Aniversário da RA-XII, por meios de parcerias, permitindo à comunidade em geral o acesso a apresentações culturais de qualidade, lazer e serviços públicos, com público estimado de mais de 20.000 (vinte mil) pessoas.

- 01/10 - Fórum da Inclusão Social
- 09/10 - Projeto Cidadão Que Vê
- 12/10 - Rua de Lazer
- 19/10 – 30 Costelões Assados
- 24/10 – Sessão Solene
- 25/10 – Desfile Cívico e Corte de Bolo
- 26/10 – Record TV Nas Cidades
- 27/10 – Samba na Comunidade
- 31/10 – Orquestra Sinfônica

Fórum Inclusão Social



Corte do Bolo



30 Costelões em Comemoração ao aniversário da Cidade (Parceria)



Desfile Cívico



Orquestra Sinfônica



Rua de Lazer e Ação Social



6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	912617,00	912416,35	237583,44
0193 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- SAMAMBAIA	0	32617,00	32416,35	32416,35
0277 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTURA E URBANISMO- SAMAMBAIA	0	880000,0	880000,00	205167,09
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	15150,0	6852,90	6852,90
0012 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	0	15150,0	6852,90	6852,90
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	927767,00	919269,25	244436,34

Foi realizada a aquisição de material para atender ao SOS/DF, como por exemplo Areia, Brita e outros, em reparos e execução de pequenas obras. No que tange à manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas, foi realizada a aquisição de EPI's (equipamentos de proteção Individual) a fim de garantir condições de trabalho adequadas dos socioeducandos que prestam serviço a esta Administração Regional.

Também foi descentralizado recurso à NOVACAP, conforme Portaria Conjunta Nº 02, de 10/09/2019, DODF nº 176, com vistas a execução de obra de calçadas e acessibilidades em diversas localidades em Samambaia, como próximo ao Centro Olímpico; QR 121 e QS 125; QN 319; QS 115; QN 429; QR 202; QS 504; QS 107; QS 409 e QS 619, entorno de escolas, órgãos e comércio de maior circulação, atendendo desta forma a uma demanda antiga da comunidade.

Ação Socieducandos Limpeza e manutenção Boca de Lobo



Execução de obra de calçadas



6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	353160,00	338359,29	304359,29
0030 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	0	353160,00	338359,29	304359,29
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	353160,00	338359,29	304359,29

O fortalecimento das ações de apoio ao interno e sua família se dá por meio da parceria entre a Administração Regional de Samambaia e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, permitindo a contratação de mão de obra de sentenciados do regime Semiaberto do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Atualmente a RA-XII conta com a colaboração de 18 (dezoito) socioeducandos alocados em atividades diversas, tais como a recuperação de logradouros públicos; Infraestrutura viária; Águas pluviais; Áreas ajardinadas; Manutenção de próprios; e etc. Esta parceria permite celeridade na execução de ações a cargo da RA e redução de custos.

Socioeducandos em atividade de poda de árvore



Limpeza de Boca de Lobo



0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	39000,00	32541,33	32541,33
0091 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SAMAMBAIA	0	39000,00	32541,33	32541,33
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	122692,10	52534,92	52534,92
0049 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SAMAMBAIA	0	122692,10	52534,92	52534,92
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	161692,10	85076,25	85076,25

Os recursos orçamentários destinados a esse programa referem-se a conversão de licença prêmio dos servidores da Administração Regional de Samambaia em pecúnia (total de 07 em 2019) , bem como a ressarcimentos, indenizações e restituições. Quanto a ação 9050, foram registrados 92 (noventa e dois) acerto de contas em decorrência das exonerações de servidores em funções de comissão.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	6037470,40	5996530,24	5996048,94
0049 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	0	6037470,40	5996530,24	5996048,94

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	392243,89	380815,38	380815,38
0041 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SAMAMBAIA	0	392243,89	380815,38	380815,38
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	299641,00	228775,88	172516,37
0074 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	0	299641,00	228775,88	172516,37
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	1,75	0	0
0046 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SAMAMBAIA	0	1,75	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	1,75	0	0
0046 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SAMAMBAIA	0	1,75	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	52042,04	24080,00	24080,00
0035 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SAMAMBAIA	0	52042,04	24080,00	24080,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	6781400,83	6630201,50	6573460,69

8502 – Administração de Pessoal - Refere-se aos Servidores ativos remunerados no âmbito da Administração Regional de Samambaia no ano de 2019.

8504 - Concessão de Benefícios a Servidores – Refere-se a Benefícios concedidos (vale transporte, auxílio alimentação, auxílio creche e outros) aos servidores ativos no âmbito da Administração Regional de Samambaia.

8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Refere-se a despesas no âmbito da Administração Regional de Samambaia, com Energia Elétrica, Abastecimento de Água e Esgoto, Telefonia e outros.

2396 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas – Refere-se à aquisição de material elétrico e para pequenos reparos em atividades de manutenção nas estruturas físicas da sede da Administração Regional de Samambaia.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	2.866
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	6
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	30
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	7
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	2
Trabalho com Grupos – Mulheres	3
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	3
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	3
Trabalho com Grupos - Remoções	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	60
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	21
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	25
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	16
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	110

As ações realizadas em 2019 contabilizaram aproximadamente 3.115 atendimentos de forma direta na área da promoção e assistência social. Cerca de 800 pessoas buscaram atendimento ou informações junto à RA-XII. Estima-se que, nas ações sociais, foi atingido um público acima de quarenta mil pessoas, por meio de parcerias e auxílio de outros órgãos e segmentos sociais, tendo em vista a limitação orçamentária e de estrutura da Administração Regional.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	300
Teatro	1	1.500
Música	13	7.000
Dança	8	14.000
Artes Plásticas	7	500
Literatura	3	300

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Outros eventos	2	11.000

A área cultural de Samambaia tem um papel relevante no bem-estar de toda a comunidade. Em 2019 foram contabilizados 34 eventos que proporcionaram acesso gratuito de mais de 35.000 (trinta e cinco mil) pessoas à cultura e educação.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	40

O Decreto nº 38.022/2017, que instituiu o Simplifica PJ, restringiu a competência das Administrações Regionais, que passaram a ter somente atribuição da análise dos endereços. Foram protocoladas, até dezembro de 2019, 5.311 consultas de viabilidade de localização, das quais 5.286 já foram analisadas e 25 ainda não tiveram a análise concluída. No exercício de 2019 foram emitidos 40 Alvarás Eventuais.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	4	1.500
Eventos esportivos	6	4.000
Outros	6	8.000

A Administração Regional buscou atender de maneira substantiva os segmentos do esporte e lazer, visando proporcionar uma diversidade ainda maior de atividades para a comunidade local. Em que pese as restrições orçamentárias, destaca-se o apoio às Ligas Esportivas e seus campeonatos (outros eventos).

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	8	1.417,61
Habitação Coletiva	1	4.282,36
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

A Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, retirou das RA's a competência para análise de projetos de arquitetura, licenciamento de obras e realização de laudos topográficos.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	8	1.138,88
Habitação coletiva	1	3.459,28
Industrial	0	0,00
Comercial	2	343,60
Institucional	0	0,00

A Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, retirou das RA's a competência para análise de projetos de arquitetura, licenciamento de obras e realização de laudos topográficos.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	1,00	78,70
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	3,00	454,20

O Decreto nº 39.804, de 6 de maio de 2019, extinguiu a Gerência de Topografia e Desenho Técnico da RA-XII.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	2
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

A Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, retirou das RA's a competência para análise de projetos de arquitetura, licenciamento de obras e realização de laudos topográficos. Cabe registrar que a RA-XII elaborou 30 projetos em 2019.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	3
Feiras Permanentes	2
Recadastramento de Feiras	4
Fiscalização de Feiras	4

Em 2019 a Administração Regional realizou ações de recadastramento nas feiras das quadras 202, 210, 313 e 510. Foram 1.430 (mil, quatrocentos e trinta) abordagens em fiscalizações, além de 156 (cento e cinquenta e seis) lançamentos de preço públicos.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	17

A RA-XII conta com 17 (dezessete) Bancas de Jornais e Revistas definitivas. Em 2019 realizaram-se 273 vistorias e cadastros para quisques e 195 para ambulantes, tendo por finalidade a elaboração de plano de ocupação.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	15.000,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	3
Cooperativas	0
Outros	0

Em 2019, com a criação do polo rural, todas os atendimentos referentes às demandas do sistema viário passaram a ser de competência do DER. Entretanto, foram realizadas melhorias no sistema viário. No tocante aos produtores rurais, propriedades rurais, associações e cooperativas, não foi realizada a atualização cadastral, que esta prevista para ser realizada em 2020.

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	354
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.765
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	410
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	15
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	354
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	2.938

Após a implantação do alistamento online, a procura pela Junta de Serviço Militar tem diminuindo. Em 2019 registra-se, dentre outros, o número de 2.938 (dois mil, novecentos e trinta e oito) atendimentos.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	334,61
Confecção de quebra molas/ Unidade	19,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	75,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	137,00
Recuperação de calçadas/ M ²	147,89
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	8,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	9.215,00
Remoção de entulhos/ M ³	8.584,92
Reposição de meios-fios/ Unidade	78,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	0,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	801,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	5.200,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Podas de árvores/Unidade	280
Faixas recolhidas das vias públicas	0

Alguns serviços são realizados por outros órgãos: (NOVACAP - Manutenção de área verde e roçagem e outros serviços por meio dos seus referidos contratos; DETRAN – Autorização para Quebra-molas; e DF Legal - Retirada de faixas). Por isso alguns itens zerados aparecem zerados na tabela acima. Registra-se que o dado de remoção de entulho apresenta como unidade de medida "toneladas".

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Apesar das dificuldades encontradas, como limitação orçamentária, falta de pessoal, falta de estrutura, entre outras, foram possíveis diversas realizações em 2019, dentre as quais citam-se:

Janeiro de 2019

- Entrega da Revitalização do Parquinho da Quadra 523
- Lançamento da campanha Combate à Dengue
- Primeira ação do SOS DF

Fevereiro de 2019

- Visita Técnica com vistas à reabertura do CRAS da Quadra 833
- Reabertura da 32ª Delegacia de Samambaia
- Eleição para decidir a lista Tríplice para Gerência de Cultura e Gerente do Complexo Cultural

Março de 2019

- Carnaval Social em Samambaia
- Evento em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em parceria com o Posto de Saúde nº 03 de Samambaia.
- Ação do Dia Mundial da Água

Abril de 2019

- Reforma o parquinho da QR 312
- Visita técnica às feiras da cidade
- Reunião com lideranças comunitárias da Expansão de Samambaia
- Dia da Terra
- Reforma do parquinho da QR 504
- Inauguração da Sala do Empreendedor
- Realização da Paixão do Cristo Negro

Mai de 2019

- Reunião conjunta com o Consórcio CONCEBRA – Erosão BR 060
- Reforma parquinho QR 211
- Reunião com ambulantes e quiosqueiros com a participação da Secretaria de Cidades, DF LEGAL e UNITRAILERS.

- Vistoria no estádio Rorizão em parceria com a Secretaria de Esporte.
- Lançamento do comitê é tempo de plantar (com apoio da RA XII).
- GDF PRESENTE - primeira ação na cidade.
- Homenagem às lideranças da cidade (Dia do Líder Comunitário)
- Início da troca dos abrigos de passageiros
- Reforma do parquinho da QR 305

Junho de 2019

- Inauguração da Central de Aprovação de Projeto – CAP.
- Carreta do Bebê (IV Semana do bebê)
- Chegada da carreta da Mulher e carreta odontológica
- Finalização da implantação dos abrigos de passageiros;
- Clean Day na Administração Regional
- Etapa do 19º Circuito de Quadrilha Juninas do DF e Entrono – Brasília Junina

Julho de 2019

- Erradicação de invasão na QR 212
- Inauguração do CEPI Azulão na QR 425
- 4º Festival Gonzagão de Quadrilha Juninas – Brasília Junina
- Início da revitalização das Ciclovias por meio de capina e roçagem

Agosto de 2019

- VI Brasileirão de Quadrilhas Juninas
- Inauguração CEPI Bambu Quadra 208
- Inauguração do parquinho e quadra poliesportiva da QR 427
- Curso para Microempreendedores individuais – MEI (SEBRAE – DF)

Setembro de 2019

- Reunião com lideranças comunitárias da cidade.
- Reunião com o movimento cultural.

Outubro de 2019

- 1º Fórum voltado à pessoa com deficiência em Samambaia.
- Reunião com lideranças comunitárias da cidade.
- Projeto cidadão que vê.
- Reunião com o movimento cultural.
- Rua de Lazer do Dia da Criança na QR 831 e ação social Conselho de Saude
- 30 Castelões em comemoração ao aniversário da cidade
- 30º Aniversario de Samambaia com Corte do Bolo e Desfile Cívico
- Orquestra Sinfônica – complexo Cultural
- Reforma parquinho QR 518
- 20º Samamba RCK
- Edição Especial do Samba na Comunidade
- Ação social

Novembro 2019

- Projeto cidade empreendedora
- Encontro com Empresários
- Ação social novembro azul da Administração Regional de Samambaia, na estação do metrô furnas
- Início das obras de calçadas e acessibilidades em diversos pontos da cidade

- Lançamento do Programa Habitacional para pessoas em situação de vulnerabilidade social – Módulo Embrião;

Dezembro 2019

- Erradicação da área que era utilizada como lixão na QI 416 e QR 608
- Transparência Ativa dos órgão e entidades do poder executivo distrital.
- Evento "Nosso Natal"

O Dia "D" contra Dengue



Entrega do Parque Infantil e Quadra Poliesportiva à Comunidade da QR 523 (sem recursos públicos)



Ação GDF Presente



Lançamento do GDF Presente em Samambaia



Carnaval Social



Ação junto às famílias atingidas pela chuvas - Destelhamento



Entrega da Obra Centro Urbano



DF Cidadão



Juramento da Bandeira - Junta Militar



Entrega de novas Creches



Entrega do Parque Infantil e Quadra poliesportiva à Comunidade da QR 427 (sem recursos públicos)



Inauguração da sala do Empreendedor



Ação junto aos acumuladores



Curso Mulheres Empreendedoras



Clean Day - Administração Regional



Encontro com Lideranças Comunitárias



Caminhada contra o Femicídio



Rua de Lazer e Ação Social



Audiência Pública



Erradicação Lixão e criação de área Lazer



Entrega de novos ônibus



Execução de 5.200m de Calçadas e Acessibilidade



Encontro com Empresários



Ação Social Novembro Azul



Nosso Natal



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2019 a Administração Regional de Samambaia teve por meta mapear e apontar as demandas e ações necessárias ao desenvolvimento da cidade, com vistas a maximizar seu potencial econômico e sustentável. Foi necessário no primeiro momento, com subsídio de outros órgãos, realizar ações de urgência para oferta de serviços públicos, a fim de corrigir problemas recorrentes apontados pela população, tais como: buracos em vias públicas, lixo acumulado e insuficiência de segurança pública.

Dentre as dificuldades apresentadas citam-se a força de trabalho deficitária ou não capacitada, bem como a estrutura administrativa e física limitada da Administração Regional, em especial quanto aos recursos tecnológicos e equipamentos necessários ao desempenho de diversas funções. Cabe ressaltar que a região de Samambaia possui aproximadamente trezentos mil habitantes.

Outra dificuldade encontrada é a estrutura deficitária da Diretoria de Obras, que para atender às recorrentes demandas por serviços de manutenção e construção depende de outros órgãos, como a Secretaria das Cidades e NOVACAP.

Em relação às questões administrativas, buscou-se a capacitação e formação dos servidores recém-chegados, restabelecendo rotinas e procedimentos conforme a nova estrutura. Também buscou-se suprir a necessidade de pessoal nos diversos setores, com atenção aos setores onde ocorre o atendimento ao público, e estabeleceram-se diversas comissões para acompanhar andamentos de processos, em especial os disciplinares. Foram indicados servidores para compor diversos Grupos de Trabalhos internos e externos, como por exemplo: combate à Dengue, Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo (SDE e SEBRAE), Plano de Contingência com vistas ao período de chuvas, monitoramento da desordens da margem da BR 060, plano de ocupação de trailers e quiosques, inventário patrimonial e outros. Ressalva-se, ainda, o trabalho desenvolvido na regularização dos próprios da administração quanto ao uso e cessão. A Administração Regional iniciou a reformulação do arquivo, e foi premiada pelo Ranking de Transparência Ativa dos órgão e entidades do poder executivo distrital.

Com a limitada força de trabalho e tímida estrutura existente, por meio de parcerias junto a outros órgãos distritais, foram realizadas pequenas obras e reparos em logradouros públicos, desobstrução de inúmeras bocas de lobo e manutenção mínima dos próprios da Administração, com serviços prestados por socioeducandos, por meio do contrato Administração Regional/FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal. Essa força de trabalho foi responsável, com a devida supervisão, por um número expressivo de serviços ofertados à comunidade, como a revitalização de praças e equipamentos públicos desportivos, de recreação e de lazer.

Foi realizado o levantamento das necessidades de importantes obras para cidade, nas áreas de acessibilidade, infraestrutura e mobilidade, iluminação pública, assim como o levantamento da situação dos equipamentos públicos de esporte e lazer entre outros. Tais demandas foram encaminhadas a órgãos como NOVACAP e Secretaria de Obras. Foi realizada a construção de calçadas com acessibilidade em diversos pontos da cidade, gerando ganhos significativos na qualidade de vida da população. Registra-se, ainda, o levantamento da necessidade de grandes obras com vistas ao desenvolvimento da cidade e soluções de alguns problemas de infraestrutura, como a correção dos alagamento e erosão às margens da BR 060.

Algumas Ações realizadas em 2019:

- Construção de mais de 5.000m de Calçadas com acessibilidade em diversos pontos de Samambaia, contemplando Escolas, Centro Olímpico e áreas de grande circulação.
- Inauguração da obra do Centro Urbano, contemplando as quadras 301, 101 e 102. As obras encontravam-se paralisadas, foram realizadas ações para drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e colocação de meio fio.
- Força tarefa para o atendimento das famílias que tiveram suas casas destelhadas pelo vendaval que atingiu a cidade no mês de fevereiro. Ação conjunta do GDF, Defesa Civil e a Administração Regional de Samambaia;
- Reunião conjunta com o Consórcio CONCEBRA com vistas a resolver o problema da Erosão às margens da BR 060;
- Realização de obras de drenagem pluvial em frente às escolas EC 512 e CEF 312, pondo fim aos alagamentos e transtorno causado à comunidade escolar e aos moradores daquela região;
- Reforma dos parquinhos e Quadras poliesportivas nas Quadras QR 312, QR 523, QR 204, QR 221, QR 305, QR 518 e QR 427, em parceria com empresários da cidade;
- Contenção da Erosão da QR 425;
- Troca de 33 novos abrigos para passageiros do transporte público (parada de ônibus);
- Erradicação de área de lixão na QI 416, SMSE e QR 608;
- Erradicação de invasão na QR 212;
- Atenção aos acumuladores, com limpeza e monitoramento dos lotes, iniciado nas quadras 501 e 609;
- No plano de atuação interna realizou o Clean Day (dia de limpeza). Na ocasião a Administração Regional de Samambaia recebeu cuidado e atenção por parte dos servidores e também da comunidade.

Na área do Desenvolvimento Econômico e Social, houve a busca por maior proximidade com os Conselhos da Cidade (Cultura, Saúde, Segurança, rede Social e outros), bem como a promoção do diálogo constante com diversas entidades e segmentos, como a associação comercial. Em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o SEBRAE, foi reaberta a Sala do Empreendedor e diversas ações junto aos microempreendedores foram realizadas. Registra-se o trabalho de mapeamento, orientação e acompanhamento realizado junto aos feirantes, ambulantes e permissionários de trailers e quiosques.

Na promoção social, mesmo que por meio de sua estrutura reduzida, porém buscando constantes parcerias, a Administração Regional buscou dar apoio nas mais diversificadas ações e eventos, com participação do poder público em ações sociais, esportivas e culturais, atingindo um número considerável de participantes.

Com a visão de estar mais próxima a população da Expansão de Samambaia, estabeleceu-se uma nova rotina e atuação na antiga Gerência Regional, localizada na Quadra 431. Com o posto avançado de atendimento ao cidadão, houve a realização de eventos sociais, oficinas e cursos em parcerias com outros órgãos e entidades, como Projeto de alfabetização de Adultos, Cuidador de idosos, Artesanato, Capoeira, Dança e outros. Além de disponibilizar o salão de eventos por agendamento e com o devido termo de responsabilidade para a comunidade local.

Buscou-se garantir o funcionamento dos equipamentos públicos com as manutenções viáveis. Também foram propostos usos alternativos, a exemplo do Estádio Rorizão, por meio da transferência de sua carga à Secretaria de Esporte e Lazer, a fim de garantir as obras de infraestrutura e a sua reabertura.

Destaca-se, o apoio às ações de caráter social, cultural e de lazer desenvolvidas na cidade, estimulando-se a mobilização comunitária, por meio do constante diálogo e ações junto aos líderes comunitários e uma política socioambiental com ações, programas e projetos realizados no decorrer do ano, conforme relação abaixo:

- Ação do Dia mundial da água, com vistas a conscientização e uso correto dos recursos hídricos;
- Ação do Dia mundial da Terra, com atividades de limpeza e conscientização de nossas riquezas naturais;
- Lançamento do comitê é tempo de plantar, totalizando mais de 1500 mudas em Samambaia no decorrer do ano de 2019;
- Programa lixo zero, com ações de conscientização e limpeza em pontos estratégicos de Samambaia;
- Eleição para decidir a lista tríplice para Gerente de Cultura e do Complexo Cultural, com ampla participação da comunidade cultural;
- Inauguração da Sala do Empreendedor;
- Reunião com ambulantes e quiosqueiros com a participação da Secretaria de Cidades, DF LEGAL e UNITRAILERS com vistas ao diálogo e processo de regularização;
- Vistoria no estádio Rorizão em parceria com a Secretaria de Esporte, a fim de revitalizar e promover a reabertura deste equipamento público de lazer;
- Atividades com as lideranças da cidade, entre elas o "Dia do Líder Comunitário", como processo de aproximação do Governo e Comunidade, em prol de discursões de ações e políticas públicas para a cidade de Samambaia;
- Carreta do Bebê, dentro da programação da IV Semana do bebê, promovida pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus-DF) em parceria com a Administração Regional, e teve como objetivo ampliar o debate na sociedade sobre a importância da primeira infância;
- Realização do DF Cidadão, com chegada da Carreta da Mulher e da Carreta Odontológica. Esta ação permitiu o acesso de mais de nove mil pessoas;
- Curso para Microempreendedores Individuais – MEI (SEBRAE – DF);
- 1º Fórum voltado para a pessoa com deficiência de Samambaia, que reuniu representantes de diversos órgãos e entidades;
- Projeto "Cidadão Que Vê". Uma parceria com a Secretaria de Transparência da Câmara dos Deputados, visando ampliar o diálogo entre o parlamento e a sociedade;
- Reunião com o movimento cultural em prol de um diálogo constante, por ser Samambaia referência por seu ativismo cultural;
- Rua de lazer em comemoração ao Dia da Criança, dentro da programação do aniversário da Cidade, realizada na QR 83, em parceria com o Conselho de Saúde de Samambaia. Foram ofertados inúmeros serviços na área de saúde, orientação jurídica e atendimentos diversos como corte de cabelo e distribuição de brinquedos;
- 30 costelões em comemoração ao 30º aniversário da Cidade de Samambaia, realizado sem recursos públicos, em parceria com o comércio local, no qual participaram mais de seis mil pessoas;
- O tradicional Corte do Bolo e Desfile Cívico, em comemoração ao Aniversário de 30 anos de Samambaia;
- Apresentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, dentro da programação de Aniversário da Cidade, em parceria com a Secretaria de Cultura e a gestão do Complexo Cultural de Samambaia;
- Projeto Cidade Empreendedora, ação em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e SEBRAE, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo local;
- Ação Social Novembro Azul da Administração Regional de Samambaia em parceria com a Superintendência Regional de Saúde - Sudoeste, realizado na Estação Furnas no Metrô, com público estimado de mais de cinco mil pessoas;
- Recebimento de novos ônibus, com o objetivo de melhoria do transporte público em Samambaia;
- Ação dos Agentes da Gerência da Proteção Comunitária em parceria com a Administração Regional, junto às famílias em condições de vulnerabilidade social em Samambaia;
- Evento Nosso Natal do Governo do Distrito Federal, realizado no Restaurante Comunitário, proporcionando à população de Samambaia

um almoço natalino, com oferta de diversos serviços e atendimento na área da saúde, serviços públicos, Lazer e atrações culturais.

Destacam-se também as seguintes ações: Entrega à comunidade de mais 02 (dois) Centros de Primeira Infância; Retomada da obra da unidade básica de Saúde na Expansão de Samambaia; Melhorias e reforma da UPA e do Hospital Regional de Samambaia; Recebimento do Módulo Embrião, com 108 Moradias, em parceria com a CODHAB, dentro do âmbito do programa habitacional para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Apesar das limitações, a perspectiva de realizações para 2020 contempla um projeto de desenvolvimento econômico sustentável da cidade, potencializando sua vocação empreendedora, com foco no fortalecimento do comércio local para geração de emprego e renda. Citam-se como projetos a serem desenvolvidos a reforma do estádio Rorizão, a construção de um novo ginásio de esportes, e a consolidação do Centro Urbano e do complexo esportivo e cultural, no intuito de melhorar a qualidade de vida de toda comunidade, principalmente a população mais vulnerável.

09115 - ADM. REG. DE SANTA MARIA - XIII

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A autorização para a criação da Região Administrativa de Santa Maria - RA-XIII se deu por meio da Lei nº 348/92, de 04/11/92. Sua criação foi vinculada ao Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda, em lotes semi-urbanizados. O Governo loteou uma área do Núcleo Rural Santa Maria e transferiu os moradores das invasões do Gama e das demais localidades do Distrito Federal.

Sua instituição se deu por meio da Lei nº 423 de 23 de março de 1993, e sua regulamentação pelo Decreto nº 14.604/93, de 10 de fevereiro de 1993. A RA-XIII é vinculada à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, conforme Decreto nº 39.898 de 18 de junho de 2019. De acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 38.094 de 28 de março de 2017, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua respectiva Região Administrativa; supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades; supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

Santa Maria é composta de área urbana, rural e militar.

Na área rural, estão os Núcleos Rurais Alagado e Santa Maria, onde predominam as atividades de agropecuária e a exploração de jazidas de cascalho. Na área militar, estão localizados o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo – Cindacta, do Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa, pertencente ao Ministério da Marinha.

O nome Santa Maria originou-se do nome do rio que existia no local com nome de Rio Santa Maria. A Região Administrativa tem como Padroeira a Santa Mãe de Deus, com data de culto público em 1º de janeiro, sendo ponto facultativo na Região Administrativa, conforme a Lei nº 2.908, de 05.02.2002.

É uma região administrativa do Distrito Federal que compreende as áreas da Marinha, Saia Velha, Polo JK, além da própria Santa Maria, e se localiza a 26 km do centro de Brasília.

A cidade é rodeada por dois ribeirões, Alagados e Santa Maria, este originando o nome da cidade. As primeiras quadras foram ocupadas a partir de fevereiro de 1991.

O Decreto nº 38.052, de 10 de março de 2017 regulariza o PRÓ/DF em Santa Maria - áreas destinadas a abrigar grandes indústrias - e tem a finalidade de beneficiar com a concessão do terreno onde estão localizadas as empresas, mediante assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra junto à TERRACAP. O Polo JK faz parte da área de desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Localizado no centro do País, facilita o transporte para escoamento de produtos com acesso a uma grande malha viária terrestre.

Um das principais avenidas de Santa Maria, é a avenida Alagados, onde se concentra boa parte da economia de Santa Maria e algumas agências bancárias.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	6	0	22	0	28
Comissionados sem vínculo efetivo	46	0	0	0	46

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos do GDF	3	0	9	0	12
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	10	0	10
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	25	25
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	55	0	41	25	121
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	-7	0	-7
Total Geral	55	0	34	25	114

DESTAQUE: MEDALHA MÉRITO BURITI

Um servidor da Administração Regional de Santa Maria recebeu das mãos do Governador a Medalha do Mérito Buriti. A medalha é conferida aos servidores que se destacaram ou contribuíram, de maneira relevante, para o aperfeiçoamento da Administração Pública do Distrito Federal.



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	862189,15	469255,18	221948,13

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0189 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- SANTA MARIA	0	3189,15	3189,15	3189,15
0190 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	0	469000,0	466066,03	218758,98
0258 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII- SANTA MARIA	0	390000,0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	152371,0	0	0
0083 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- SANTA MARIA	0	152371,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	1014560,15	469255,18	221948,13

Foi realizada a aquisição de material de construção como: areia, brita, cascalho e cimento para manutenção e revitalização dos próprios da Administração Regional. Houve a contratação de empresa de engenharia/arquitetura para elaboração de projetos de reformas de prédios e próprios, dentre eles a sede da RA-XIII, cujas edificações estão em situações precárias, apresentando riscos aos servidores e usuários dos serviços públicos.

Por meio da descentralização de recursos à NOVACAP houve a implantação de mais de 4,5 mil m² de calçadas com rampas de acessibilidade em diversos locais em Santa Maria. Também contratou-se empresa para execução de serviços contínuos de manutenção, recuperação e recomposição de vias e logradouros públicos, dentre os quais a recuperação de pavimento asfáltico (tapa buraco), e drenagem pluvial em Santa Maria.



6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	344835,32	344835,32	288904,61
0029 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	0	194835,32	194835,32	194835,32
0057 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII- SANTA MARIA	0	150000,0	150000,00	94069,29
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	344835,32	344835,32	288904,61

2426-0029 - Contratação de mão de obra de reeducandos da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP para execução de serviços, visando atender as demandas da Administração Regional de Santa Maria-RA-XIII.

2426-0057 - Renovação (Termo Aditivo) ao Contrato de mão de obra de reeducandos da FUNAP, visando atender as demandas da RA-XIII.

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	1881,00	1880,10	1880,10
0110 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SANTA MARIA	0	1881,00	1880,10	1880,10
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	1881,00	1880,10	1880,10

3678-0110 - Aquisição de troféus, medalhas, bolas de futebol, voleibol, futsal, coletes e redes para a realização de evento Torneio de Férias, realizado nos períodos de 15/06/2019 a 20/07/2019.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	290071,00	58345,37	58345,37
0090 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SANTA MARIA	0	290071,00	58345,37	58345,37
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	106604,00	77189,34	77189,34
0044 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SANTA MARIA	0	106604,00	77189,34	77189,34
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	396675,00	135534,71	135534,71

9041-0090 - Pagamento de conversão de licença prêmio em pecúnia a servidores que se aposentaram da Administração Regional de Santa Maria-RA-XIII.

9050-0044 - Pagamento de ressarcimentos, indenizações e restituições a servidores (acertos de nomeações e exonerações).

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	6016959,42	5705211,68	5700991,68
0048 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	0	6016959,42	5705211,68	5700991,68
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	389512,00	332519,31	331719,31
0040 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SANTA MARIA	0	389512,00	332519,31	331719,31

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	256558,15	253060,67	219462,54
0072 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	0	256558,15	253060,67	219462,54
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	160000,0	0	0
0058 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-NA RA DE SANTA MARIA - DF- SANTA MARIA	0	100000,0	0	0
0061 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- SANTA MARIA	0	60000,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	6823029,57	6290791,66	6252173,53

8502-0048 - Pagamento das remunerações dos servidores ativos da RA-XIII

8504-0040 - Concessão de benefícios - auxílio creche, auxílio transporte e auxílio alimentação para os servidores ativos da Administração Regional de Santa Maria.

8517-0072 - Pagamento das despesas com água, luz e telefone para manter os serviços administrativos da Administração Regional.

8517-0072 - Aquisição de material de consumo e compra de material necessários à manutenção dos serviços administrativos da Administração Regional.

3903-0058 - A reforma da sede da RA-XIII não foi executada em função dos projetos não terem sido aprovados pelos órgãos competentes em tempo hábil para realizar a licitação para contratação dos serviços.

3903-0061 - O orçamento era um complemento para a reforma dos prédios e próprios da Administração Regional, em função dos atrasos na aprovação dos projetos, não foi possível executar os serviços.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	3
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	2
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	120
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	5
Trabalho com Grupos - Gestantes	2
Trabalho com Grupos - Idosos	6
Trabalho com Grupos - Mulheres	10
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	4
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	4
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	85
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	75
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	4

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	2	120
Música	3	1.500
Dança	1	120
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	4	10

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Outros (Eventual)	30

Processos analisados via RLE (REDE SIMPLES) até novembro de 2019

SOLICITAÇÕES	DEFERIDAS	INDEFERIDAS	NÃO RESPONDIDAS
2.948	1.536	1.412	0

Observação: Na RLE Digital não há registro quanto ao uso urbanístico do lote, não existe esse campo de registro, para diferenciar os tipos de alvarás.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	1.000
Eventos esportivos	1	600
Outros	10	400

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	20	5.309,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	1	1.615,30
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	6	442,91
Habitação coletiva	1	21.553,42
Industrial	0	0,00
Comercial	2	6.465,80
Institucional	0	0,00

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	7,00	1.050,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	7,00	0,00
Elaboração de Croquis	1,00	1.203,55
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	246

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	10

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	2
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	12.000,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	4.028
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	3.701
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	2.538
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	748
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	5

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	32
Transferência de domicílio	840
Averbações de certificado de alistamento	9.401
Outros	0

* Nas averbações de certificados de alistamento estão incluídos outros tipos de atendimentos.

OUTROS PROCESSOS REALIZADOS NA JUNTA REGIONAL DE SERVIÇO MILITAR

Certificados de dispensa do serviço alternativo religioso (10); Notoriamente incapaz - portador de necessidades especiais (35); Arrimo - responsável pela família (28); Adiantamento de incorporação - Médico, Dentista, Veterinário e Farmacêutico (52) e; Mudança de gênero (03)

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	300,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	11,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	180,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	80,00
Recuperação de calçadas/ M ²	180,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	5,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00
Remoção de entulhos/ M ³	1.000,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	600,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	120,00
Roçagem manual/ M ²	180,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	450,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	1.000,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	500
Faixas recolhidas das vias públicas	0

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

EVENTOS - POLÍTICAS SOCIAIS, ESPORTE, CULTURA E LAZER

A Secretaria de Cultura abriu as celebrações do carnaval e junto com a Administração Regional promoveram o **26ª ANIVERSÁRIO SOCIAL DE SANTA MARIA**. Com 03 (três) dias de festa, a abertura do evento teve a participação da **Orquestra Sinfônica de Brasília** e muitas autoridades: secretários, deputados distritais e federais. Nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro, as diversas atrações foram realizadas na praça Central, em frente ao ginásio poliesportivo. Além de shows de artistas locais, o evento contou com cursos gratuitos, palestras, oficina de conserto de bicicletas, apresentações culturais de poesia, cordel, dentre muitas outras atividades.



A grande final do Festival de Gonzagão de Quadrilhas Juninas 2019 foi realizado em Santa Maria, e recepcionou os quadrilheiros, servindo lanches para os competidores que se apresentaram durante os três dias de festividades.



adastramento para Castração gratuita de cães e gatos - realizado pelo – IBRAM e a Administração Regional, visando o cadastramento de 1000 (mil) animais para serem castrados. Houve uma procura muito grande de moradores, inclusive de outras Regiões Administrativas. A ação teve um sucesso surpreendente.



REINAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA MONTEIRO LOBATO – Contou com a apresentações da "Cia UM ATO", da Turma de Fanfarra do "PROJETO VIVA ARTE VIVA" e FUZUÊ COMÉDIA e a participação de alunos das escolas EC 215 e do CAIC Santa Maria Norte.



Revitalização das Bibliotecas (Monteiro Lobato e Carlos Drummond de Andrade) e no Coreto/Palco - usando a arte do Grafite, artistas da cidade de Santa Maria.



Apresentação na Biblioteca Monteiro Lobato - Projeto "VOS e ELE" (evento realizado com recursos da Secretaria de Cultura)



Realização de Festival de Música no Auditório do Colégio Santa Maria em parceria com o Instituto HDun.

ESPORTE EM AÇÃO - O evento tem por objetivo promover uma tarde de lazer e bem estar para a comunidade de Santa Maria, com atividades voltadas para a Saúde, Esporte e Cultura, com horário previsto das 14hs às 17:00 hs na Praça Central com estimativa de público rotativo durante as três horas do evento de aproximadamente 500 pessoas.



DEMOSTRAÇÃO DE JOGOS - Realizado no dia 19 de outubro de 2019 das 16h às 19h na Praça Central da cidade - visando promover ações sociais, educativas e culturais que incentivam o bem estar e o desenvolvimento infantil, bem como a participação interativa das famílias em brincadeiras, jogos e sorteios. O evento contou com palhaços, pula pula, ping pong, totó, piscina de bolinhas, pipoca, algodão doce e muitas outras atividades.



Realização do **NATAL DAS BIBLIOTECAS MONTEIRO LOBATO E CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE**, que contou com várias atividades e apresentações para as crianças.



CESTAS BÁSICAS E AGASALHOS – As comunidades carentes da cidade de Santa Maria procuram a área de Políticas Sociais em busca de sanar a necessidade urgente por alimentos, gás e agasalhos. Através de parcerias com os comerciantes/empresariado a RA-XIII procura solucionar essa demanda vital. Essas atividades foram recorrente durante o ano de 2019 e a resolução imediatas.



Projeto **AGASALHO SOLIDÁRIO** e **VEM BRINCAR COMIGO**, com objetivo de arrecadar agasalhos, brinquedos e livros para serem doados. A Administração Regional participou de ambos os eventos contribuindo com o projeto Distrital.

Projeto de Reforma da Praça Central - Localizada no centro da cidade de Santa Maria, a Praça Central é um local utilizado por toda a população para a prática de exercícios, esporte e lazer, possui brinquedos (parquinhos para as crianças), PEC, ciclovia, coreto e área verde para brincadeiras e outras atividades culturais. Com o objetivo de trazer um maior aproveitamento e modernização do espaço, foi apresentado um projeto de Reforma e a população interessada foi consultado para apresentar sugestões para que o projeto fosse finalizado de acordo com as necessidades dos usuários.



DIA MUNDIAL DA LIMPEZA - Uma ação idealizada pela Administração regional em parceria com empresas, a qual mobilizou as escolas de ensino fundamental e a comunidade para participar do Dia Mundial da Limpeza, conscientizando para a necessidade da preservação ambiental e manutenção da limpeza na cidade.



PROGRAMA NOSSO NATAL – instituído pelo Decreto nº 40.305, de 05 de dezembro de 2019, visando a disponibilização de uma refeição com cardápio especial, na semana do Natal, nos restaurantes comunitários sob a responsabilidade da SEDEST. As Administrações Regionais ficaram com a organização e realização de ações sociais nos restaurantes, fomentando o voluntariado com a sociedade e o setor produtivo da cidade, oferecendo serviços e equipamentos públicos à comunidade, com o fim de promover a saúde, a educação, o bem estar, o desenvolvimento social, a cultura, o trabalho, o lazer e o esporte. As Administrações Regionais de Santa Maria e Vicente Pires trabalharam juntas e organizaram as seguintes atrações: café da manhã, apresentação da Guarda Mirim, Cantata de Natal, algodão doce, pula-pula, ping pong, totó, cama elástica, piscina de bolinhas, aferição de pressão arterial, glicemia, música ao vivo, música eletrônica, conscientização de higienização bucal e dentre outras atividades.



OBRAS E URBANIZAÇÃO

ILUMINAÇÃO DE LED NA AVENIDA ALAGADOS - Cinco vias importadas da cidade de Santa Maria tiveram iluminação em LED, através de Emenda Parlamentar encaminhada para a Secretaria de Obras e Infraestruturas. A cidade de Santa Maria recebeu a instalação de iluminação de LED, a troca de mais de 1,4mil lâmpadas que iluminam cerca de 6 vezes mais e são mais econômica, trazendo mais segurança e opções de lazer na Praça Central da Santa Maria, e a utilização da ciclovia para a pratica de atividades no período noturno na Avenida Alagados. Os endereços que receberam a substituição da lâmpadas foram na Avenida Alagados, DF-483, nas quadras 202/302, 203/303 e 216/316 217/317.



SOS, GDF PRESENTE - Com o objetivo limpar a cidade e deixá-la organizada nos primeiros 100 dias de governo, foi lançado o Programa SOS. Santa Maria recebeu o reforço emergencial para a realização dos trabalhos como reparos em bocas de lobo, desobstrução da rede elétrica, podas de árvores, roçagem do mato alto, limpeza, manutenção de vias com serviços de tapa buracos dentre outros. Posteriormente, com o incremento do Programa GDF Presente, visando fortalecer os serviços da RA-XIII, foram recebidos equipamentos para a recuperação de calçadas e meios-fios, operação tapa buraco, patrolamento de vias não pavimentadas, troca de lâmpadas, retirada de entulhos e muitos outros serviços executados de acordo com o cronograma do Polo.



PROJETO NOSSA QUADRA NOSSA GENTE- A Administração Regional em parceria com outros órgãos públicos, visando atender as necessidades dos moradores, quinzenalmente reuniam as equipes de multirão de limpeza, troca de lâmpadas, roçagem, poda, tapa buraco, dentre outros serviços em determinada Quadra/Setor da cidade para solucionar os problemas.



TAPA BURACO, PODA DE ÁRVORES, RECOLHIMENTO DE ENTULHOS e LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO - A Administração Regional trabalhou durante o exercício de 2019 para atender todas as demandas de tapa buraco, poda de árvores, recolhimento de entulhos e limpeza de bocas de lobo na cidade.



ABRIGOS DE PASSAGEIROS – Foram instalados 13 novos abrigos de passageiros – paradas de ônibus, advindo de emenda parlamentar a cidade pode contar com a substituição de 09 abrigos que estavam ruins e 04 novas paradas. As localidades que receberam os abrigos foram Santa Maria Norte, Sul, Total Ville, Polo JK, Residencial Santa Maria e Residencial Santos Dumont.



INSTALAÇÃO DE PEC NA 217 e MANUTENÇÃO DE OUTRAS – No endereço encontrava-se uma base pronta, porém sem os equipamentos. A Administração Regional solicitou à NOVACAP, que instalou a PEC, além de ter sido feita a manutenção de muitas outras em vários locais de Santa Maria.



CONSTRUÇÃO DO CAMPO SINTÉTICO - QUADRA 418/518



PAVIMENTAÇÃO DA VICINAL 371 (TOTAL VILLE) - é um sonho antigo dos moradores, a pavimentação da vicinal 371 finalmente está saindo do papel. Após a conclusão do projeto, que se encontra em fase final de estudos de drenagem pluviais, será dado início à

pavimentação. Enquanto isso não acontece, com frequência é feita a terraplanagem para melhorar o tráfego na avenida.



CICLOVIA NA DF-483 - Conhecida também como Via Skol, que liga Santa Maria ao Gama, e conta com 3,6 km de extensão, e 2,5m de largura e 9 pontos de captação de água pluvial. A comunidade poderá contar com mais um espaço para a prática de esportes e lazer, já que cerca de 10 mil ciclistas trafegam pelo local. Também espera-se que a avenida receba iluminação de LED em toda a sua extensão, aumentando assim a segurança pública no local.



TERMINAL RODOVIÁRIO - será instalado em uma área de 16 mil m², na Quadra 401, contará com 10 boxes para embarque/desembarque e plataforma de 2,5mil m². Está prevista também a construção de lojas e banheiros públicos, assim como espaço de estacionamento aberto para carros e motos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O ano de 2019 iniciou-se com muitos desafios e uma grande perspectiva para a Administração Regional de Santa Maria, por ser uma gestão nova, embora o orçamento e planejamento tenha sido traçado pela gestão anterior. Diante disso, muitas ações e adequações deveriam ser feitas no correr do exercício.

A parceria com parlamentares e dos órgãos componentes da estrutura do Governo do Distrito Federal foram essenciais para o sucesso da empreitada assumida pela Administração Regional. Citam-se alguns projetos em andamento:

1. LICITAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – A estrutura de recursos humanos é insuficiente para atender as demandas reprimidas da cidade, e a estrutura física da Administração Regional e seus prédios próprios são precárias, não oferecendo as condições necessárias para o desempenho das funções administrativas pelos servidores. Decidiu-se por fazer uma Licitação para elaboração dos projetos de engenharia/arquitetura de 07 (sete) próprios. Alguns imóveis estão interditados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, como no caso do Ginásio de Esportes. A sede da Administração Regional está incluída nas reformas.

2. LICITAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE DOIS ESTACIONAMENTOS – Na QR 100 E CL 103 na Região Administrativa de Santa Maria visando proporcionar desenvolvimento para o comércio local, os estacionamentos possibilitam comodidade para os clientes. A licitação encontra-se em fase de apresentação de propostas para execução da obra.

3. PLANO DE MANEJO DO PARQUE ECOLÓGICO DE SANTA MARIA – A Administração Regional de Santa Maria e o IBRAM, que recebeu emenda parlamentar para elaborar a Plano de Manejo do Parque Ecológico de Santa Maria, realizou Audiência e Consulta Pública acerca das atividades a serem desenvolvidas no parque. Foram catalogadas as espécies de plantas no local e também a poligonal. O Projeto do Parque encontra-se em fase de definição dos mobiliários urbanos e equipamento que serão colocados para atender à comunidade. A criação do Parque Ecológico irá trazer qualidade de vida para a população, pois proporcionará contato com a natureza, consciência sustentável, além de proporcionar a realização de atividade física e o lazer. Essas atividades trazem diferentes benefícios psicológicos, sociais e físicos, como por exemplo, a redução do sedentarismo.

4. ABRIGOS DE PASSAGEIROS – Objetivando proteger os usuários do transporte público do sol ou da chuva, trazendo benefícios diários aos moradores que necessitam desse meio de transporte para sua locomoção. Foram feitos a instalação/substituição de 09 abrigos que estavam ruins e 04 novas paradas. As localidades que receberam os abrigos foram Santa Maria Norte, Sul, Total Ville, Polo JK, Residencial Santa Maria e Residencial Santos Dumont.

Muitas obras estão sendo executadas na Região Administrativa de Santa Maria, através de outros órgãos/entidades do governo do Distrito Federal. Dentre elas destacam-se: Terminal Rodoviário; Pavimentação da Vicinal 371 (Total Ville); Ciclovia na DF-483 - Gama/Santa Maria; 02 (duas) PEVs Ponto de Entrega Voluntária, para descarte do lixo de maneira correta; Câmaras de monitoramento 24h; Reforma e Ampliação da Escola Classe 1 do Porto Rico; Contratação do Projeto da Feira Permanente, Implantação de grama sintética no campo da Quadra 418 e muitas outras obras.

As maiores dificuldades encontradas nesta Administração Regional são: a falta de equipamentos/maquinários (moto poda, moto serra, rolinho, máquina de cortar asfalto), que impacta diretamente no atendimento das solicitações da comunidade; a baixa disponibilidade de massa asfáltica; a falta de mão de obra para atender satisfatoriamente às demandas de tapa buraco, desobstrução de boca de lobo, dentre outras. Outro obstáculo encontrado é a falta de veículo para realizar o transporte dos reeducandos até o local onde será realizado o serviço, assim como o reduzido quadro de servidores, que acaba inviabilizando ou retardando muitas atividades.

Para o ano de 2020, muitas obras e serviços já foram iniciados e outras estão previstas no planejamento para serem executadas.

INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO

Construção dos mobiliários do Parque Ecológico de Santa Maria

Construção/Reforma e revitalização da Feira Permanente

Reforma da Praça Central

Instalação de Iluminação Pública (QR 101 E QR104)

Construção de Estacionamentos

Construção de Calçadas com acessibilidade (em vários locais da cidade)

Implantação de Pontos de Iluminação Pública

Drenagem de águas pluviais entre Santa Maria e Valparaíso – BR-040

Construção de baias(recuo) em paradas de ônibus

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Reforma de Prédios e Próprios:

Reforma da SEDE da Administração Regional

Reforma do Salão Comunitário da Quadra 207,

Reforma do Auditório Cultural – Múltiplas Funções

Reforma das Bibliotecas Norte e Sul e

MOBILIÁRIO URBANO

Implantação de mobiliários urbanos no Parque Ecológico de Santa Maria

Reformas dos Parques Infantis

Reforma das Quadras Poliesportivas

Reforma da Quadra Poliesportiva da Quadra 122

AÇÕES SOCIAIS

Aquisição de Cestas Básicas e gás (para atendimento emergencial)

AÇÕES CULTURAIS

27º Aniversário da Cidade de Santa Maria

Arraial da Nossa Gente

Miss Santa Maria

Natal Legal

EVENTOS ESPORTIVOS

Esporte em Ação (Diversas Modalidades de serviços e esportes em um dia de lazer).

MAQUINÁRIO

Aquisição de Moto Serra, moto poda

Aquisição de Betoneira

Aquisição de máquina de cortar asfalto

Aquisição de compactador.

09116 - ADM. REG. DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de São Sebastião, criada pela Lei nº 467 de 25 de junho de 1993 e estruturada por meio do Decreto nº 37.206 de 23 março de 2016, é um órgão de direção superior, responsável pela execução regionalizada de atividades da administração do Distrito Federal, na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV, vinculada, para fins de controle e supervisão global, à Secretaria Executiva das Cidades, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, por força do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019 e alterações posteriores.

Dentre suas competências, destaca-se a de representar o governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa de São Sebastião; supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado de Governo; supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado de Governo, as ações de participação popular no território da RA XIV, conforme previsto no Regimento Interno das Administrações Regionais, Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017.

A RA XIV, com sede na quadra 101, conjunto 11, Área Especial nº 3, bairro Residencial Oeste, São Sebastião/DF, exerce suas atividades administrativas no Edifício Sede e conta com apoio de outros estabelecimentos próprios como o Parque de Exposição e Feiras Agropecuárias - Bairro Bela Vista; o Ginásio São Bartolomeu - Bairro São Bartolomeu; o Ginásio São Francisco - Bairro São Francisco; Departamento de Obras - Bairro Bom Sucesso.

As terras que hoje constituem a Região Administrativa XIV pertenciam, antes da mudança da nova capital, às fazendas Taboquinha, Papuda e Cachoeirinha. Com o início das obras da construção de Brasília, em 1957, iniciou-se a ocupação da área onde atualmente está localizada a RA XIV, quando várias olarias ali se instalaram em terras posteriormente arrendadas através da Fundação Zoobotânica do DF, com objetivo de atender parte da demanda da construção civil por materiais.

Com o término dos contratos, as olarias foram sendo desativadas e a população permaneceu na área dando início a um vilarejo denominado "Agrovila São Sebastião" que se desenvolveu ao longo do córrego Mata Grande e Ribeirão Santo Antônio, como resultado do parcelamento irregular do solo.

A cidade atraiu trabalhadores da construção civil e de serviços domésticos provocando um crescimento muito rápido motivado pelo baixo preço da terra e por sua localização privilegiada. A Agrovila São Sebastião fazia parte da Região Administrativa do Paranoá RA VII, até o dia de sua transformação em Região Administrativa com a Lei nº 467 de 25 de junho de 1993, data que passou a ser comemorado o seu aniversário. Até o ano de 2004 parte do Jardim Botânico fazia parte da RA XIV, quando a Lei 3.435 de 31 de agosto de 2004 a transformou na Região Administrativa XXVII.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	7	1	8	0	16

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Comissionados sem vínculo efetivo	20	15	0	0	35
Requisitados de órgãos do GDF	2	2	1	0	5
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	5	0	5
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	3	11	14
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	29	18	17	11	75
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	29	18	17	11	75

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	15600,00	3304,90	3304,90
0108 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SÃO SEBASTIÃO	0	15600,00	3304,90	3304,90
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	200000,0	0	0
0023 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-NA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0	200000,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	215600,00	3304,90	3304,90

Aquisição de medalha para premiação de atividades esportivas nos Eventos Esportivos realizados ou apoiados pela Administração Regional de São Sebastião. As medalhas foram utilizadas em apoio ao evento SOS JUSTIÇA realizado nos dias 16 e 17 de agosto de 2019 tendo como público estimado 10.000 pessoas. Foram entregues 27 medalhas para os vencedores das modalidades corrida de saco e torneio de futebol.

Distribuição de medalhas para premiação no campeonato de Skate realizado no dia 22 de setembro de 2019 no Skate Parque de São Sebastião. Foram entregues 10 medalhas. Público estimado 350 pessoas.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	31869,00	31556,55	31556,55
0187 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- SÃO SEBASTIÃO	0	31869,00	31556,55	31556,55
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	490124,0	490123,16	0
0002 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- EFICIENTIZAÇÃO/MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0	490124,0	490123,16	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	521993,00	521679,71	31556,55

Eficientização do Sistema de Iluminação Pública com a substituição de lâmpadas convencionais por luminárias de LED nas principais vias dos bairros: Centro, Vila Nova, Residencial Bosque, Bom Sucesso, Vila do Boa, Morro Azul, João Cândido, São Gabriel, São Bartolomeu, Bora Manso, Bela Vista, totalizando 754 (setecentas e cinquenta e quatro) luminárias de LED.

Aquisição de materiais de construção aplicados em obras de urbanização referentes ao programa "SOS/DF".

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	265139,18	177894,84	155645,25
0027 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	265139,18	177894,84	155645,25
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	265139,18	177894,84	155645,25

Contratação de mão-de-obra terceirizada de reeducando em regime semi-aberto, aberto e livramento condicional do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, a fim de promover o fortalecimento das ações de ressocialização e apoio ao interno e sua família.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	15600,00	7248,82	7248,82
0107 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	15600,00	7248,82	7248,82
2880 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO	0	21425,00	0	0
0002 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	21425,00	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	37025,00	7248,82	7248,82

Instalação de ponto de energia elétrica trifásica e de fornecimento de energia elétrica em apoio ao evento cultural "Ação da Criança", evento da Administração Regional de São Sebastião realizado em parceria com o SESC na data de 19/10/2019. Público estimado de 2.500 pessoas.

Aquisição de Tatame esportivo para competição e prática de Judô, Jiu-Jitsu , Karatê, Taekwondo, entre outros atividades para crianças, jovens, adultos e idosos a serem utilizados em futuros eventos culturais.

O Aniversário da cidade de São Sebastião foi comemorado com o desfile cívico das escolas públicas, privadas e projetos sociais. Não houve dispêndio. Público estimado 2.000 pessoas.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	7800,00	0	0
0088 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	7800,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	257984,00	248895,69	219394,22

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0041 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	257984,00	248895,69	219394,22
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	265784,00	248895,69	219394,22

Ressarcimento ao Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF de dois servidores requisitados do quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	23400,00	0	0
0031 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	23400,00	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	15600,00	0	0
0033 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	15600,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	4604745,00	4593523,34	4593523,34
0041 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	4604745,00	4593523,34	4593523,34
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	274000,00	246673,45	246673,45
0032 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	274000,00	246673,45	246673,45
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	303375,00	276894,54	243331,41
0060 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	303375,00	276894,54	243331,41

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	19009,00	0	0
0045 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	19009,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	10000,0	0	0
0044 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	10000,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	5250129,00	5117091,33	5083528,20

Contratação de serviços de terceiros para manutenção dos próprios da RA XIV como o fornecimento de água e esgoto, energia elétrica, dedetização, fornecimento de materiais de consumo e outros.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	9
Encaminhamento - CDS/ Na hora	1
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	80
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	8
Trabalho com Grupos - Gestantes	2
Trabalho com Grupos - Idosos	43
Trabalho com Grupos - Mulheres	2
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	14
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	7
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	96
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	414

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	2	80
Música	9	5.300
Dança	2	200
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	3	5.800

Não foram desenvolvidas programações para as atividades preenchidas com 0 (zero);

Outros eventos referem-se a:

- Encontro de carros beneficente - 300 pessoas
- Parada Gay - 1.500 pessoas
- Natal Solidário - 4.000 pessoas.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	2.064
Industrial	3
Área Rural	2
Outros (Eventual)	0

Itens zerados: Ausência de demanda.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	4	3.230
Eventos esportivos	12	5.800
Outros	2	110

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	2	351,85
Habitação Coletiva	0	0,00

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Campos zerados: Processos de autorização para emissão de alvarás de construção de competência da Central de Aprovação de Projetos - CAP

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	11	4.037,05
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Campos zerados: Ausencia de demanda.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	11,00	4.037,05
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	11,00	4.037,05

Campos zerados: Ausência de demanda.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Misto - Outros	0

Campos zerados: Processos de autorização para emissão de alvarás de construção de competência da Central de Aprovação de Projetos - CAP

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	2

Não existem feiras livres em São Sebastião, somente Feira Permanente.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Não existem bancas de revistas na cidade de São Sebastião.

Informações Complementares sobre trailers e quiosques (atividade e quantitativo):

- Borracharia - 4;
- Bar e Lanchonete 20;
- Lanchonete 5; Restaurante 2;
- Chaveiros 7;
- Floricultura 1;
- Conserto de painéis e afins 1;
- Oficina mecânica 1;
- Moto taxi 1.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	170.000,00
Vistorias realizadas	18
Produtores rurais cadastrados	248
Propriedades rurais	3.000
Associações	32
Cooperativas	4

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Outros	2

JUNTA REGIONAL DO SERVIÇO MILITAR

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.389
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.164
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	309
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	19
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	4
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	467

Campos zerados:

1. 2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar - o cidadão retira diretamente pelo site;
2. 1ª e 2ª via CI - Certificado de Incorporação: Não realizado pela RA XIV;
3. Transferência de domicílio - serviço feito pelo Sistema SERMIL, não controlado pela RA XIV;
4. Averbações de certificado de alistamento: serviço extinto.

Campo "Outros": 111 carimbos de CR (Certificado de Reservista); 232 refratários; 119 menores infratores na UISS e 5 CI - PCD.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	312,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	6,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	35,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	32,00
Recuperação de calçadas/ M ²	12.000,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	3,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	12.750,00
Remoção de entulhos/ M ³	4.237,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	600,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Serviços de terraplanagem/ M ³	400.000,00
Roçagem manual/ M ²	17.580,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	23.480,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	6.000,00
Passeios (construção) / M ²	4.000,00
Rede de águas pluviais/ M	80,00
Podas de árvores/Unidade	30
Faixas recolhidas das vias públicas	4.320

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Atendimentos

1. Atendimento ao Microempreendedor Individual - MEI (serviços diversos); quantidade: -1.457; -público: 1.457 pessoas;
2. Emissão de autorizações para a atividade de ambulante; quantidade: 47; público: 47 pessoas;
3. Capacitação para Microempreendedores: quantidade: 11; público: 408 pessoas;
4. Capacitação para com permissionários da Feira Permanente de São Sebastião; quantidade: 3; público: 30 pessoas;
5. Palestra sobre Microcrédito para Empreendedores; quantidade: 7; público: 150 pessoas;
6. Cursos de capacitação ministrados pelo SENAC em acordo de cooperação com a Administração Regional. Agente de alimentação escolar, confeitiro, operador de computador, cabeleireiro, maquiador, auxiliar de cozinha, cake design, comidas natalinas, aperfeiçoamento de corte, colorimetria e técnico de cozinha; quantidade: 24; público: 460 pessoas.

Presença na mídia

1. Foram contabilizadas 250 matérias na mídia impressa e eletrônica.

Atendimento à imprensa

1. Foram atendidas 37 solicitações de informação e de entrevistas feitas por veículos de comunicação; dessas 9 são entrevistas.

Produção de conteúdo para veículos próprios

1. Foram produzidos 826 conteúdos para veículos próprios, que são o site, Facebook e Instagram.
2. Site: 101 matérias
3. Facebook: 385 publicações; sendo 69 vídeos.
4. Instagram: 340 publicações no Instagram; e 606 stories.
5. Flickr: 2191 fotos publicadas; 2 vídeos.

Produção de peças

1. Um balanço trimestral de 16 páginas de 15cmx20cm;
2. Um balanço anual de 16 páginas no tamanho A4.

Participação em reuniões e audiências com a comunidade

14 reuniões com a comunidade pelo Projeto Administração Mais Perto de Você em 13 bairros:

1. São Gabriel; data: 31/01; público: 100 pessoas;
2. Vila do Boa; data: 14/02; público: 500 pessoas;
3. Capão Comprido; data: 20/02; público: 500 pessoas;
4. Morro da Cruz; data: 14/03; público: 2.000 pessoas;
5. Residencial Vitoria; data: 27/03; público: 500 pessoas;
6. Itaipu; data: 11/04; público: 100 pessoas;
7. Bela Vista; data: 25/04; público: 100 pessoas;
8. Morro Azul; data: 20/05; público: 100 pessoas;
9. Residencial Bosque; data: 13/06; público: 50 pessoas;
10. São José; data: 17/07; público: 50 pessoas;
11. Vila Nova; data: 18/09; público: 150 pessoas;
12. São Bartolomeu; data: 03/10; público: 80 pessoas;
13. Centro; data: 31/10; público: 100 pessoas e
14. São Gabriel; data: 12/12; público: 100 pessoas.

Audiências públicas:

- Área Rural; data: 16/04; público: 1.000 pessoas;
- Trânsito; data: 24/04; público: 50 pessoas e
- Saúde; data: 29/05; público: 80 pessoas.

Apoio a ações eventos

1. Início do SOS DF em São Sebastião; data: 23/02; público: 100 pessoas;
2. Mutirão de combate à dengue; data: 27/03; público: 600 pessoas;
3. Entrega de certificados aos líderes comunitários da região; data: 21/05; público: 500 pessoas;
4. Desfile cívico em comemoração ao Aniversário de São Sebastião; data: 25/06; público: 3.500 pessoas;
5. Apresentação da Orquestra do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; data: 28/06; público: 200 pessoas;
6. SEJUS Mais Perto do Cidadão; data: 16 e 17/08; Público: 10.000 pessoas;
7. "Clean Up Day" - Dia Mundial da Limpeza; data: 21/09; público: 500 pessoas;
8. Ação Social SESC e Administração Regional; data: 19/10; público: 2.500 pessoas;
9. Nosso Natal; data: 21/12; público: 1.000 pessoas;
10. Acender das Luzes; data: 23/12; público: 50 pessoas; e
11. Doação de brinquedos no fim do ano; data: 24/12; público: 1.000 pessoas.

Outros Eventos Apoiados

Lazer:

- Festa dia das crianças em parceria com o SESC;
- Apoio a realização do 14º festival das crianças da Biblioteca do Bosque;
- Apoio ao aniversário do Projeto Social Campeão;
- Apoio a apresentação e aula de capoeira do Projeto Social Abadá Capoeira.
- Passeio a Fazenda Taboquinha (turismo rural);

- Passeio ao parque de diversões Nicolândia.

Eventos Esportivos:

- Campeonato de Skate;
- Apoio a realização do 4º aniversário do Projeto Social Vadeia Capoeira;
- Apoio a oficina de ciclismo;
- Apoio ao campeonato de Box e Kickbox;
- Apoio ao torneio da amizade – futebol;
- Apoio a realização de campeonato interno de Jiu-jitsu;
- Apoio ao torneio de futsal feminino;
- Apoio ao torneio de futebol feminino;
- Apoio a realização do arraiá do projeto social campeão; Apoio ao torneio da amizade vila do boa;
- Apoio a realização do campeonato interno do Projeto Social Campeão;
- Finais dos campeonatos de futebol amador de São Sebastião, categoria de base e veteranos. 1ª, 2ª e 3ª divisões.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Marcado pelo orçamento apertado e pelas dificuldades de um primeiro ano de mandato de governo, 2019 foi um ano de grandes desafios que exigiu da nova equipe de gestão da Administração Regional de São Sebastião uma boa dose de criatividade, proatividade e muito trabalho para implementar as entregas à comunidade local.

Um dos projetos que se destacou foi o “Administração Mais Perto de Você” em que o Gestor sai de seu gabinete e vai ao encontro da comunidade para informar sobre as ações presentes e futuras adotadas pelo governo, no que diz respeito a cidade de São Sebastião e, principalmente, ouvir as diversas reivindicações da coletividade a fim de saná-las/promover o encaminhamento junto aos órgãos competentes. Os participantes têm a oportunidade de protocolar requerimentos, registrar reclamações, com o apoio dos servidores, bem como fazer perguntas verbal e oralmente durante as sessões.

Além da Administração Regional, o evento conta com a participação ativa das lideranças comunitárias, autoridades Executivo e do Legislativo Distrital, representantes de órgãos responsáveis pelo desenvolvimento urbano, territorial, saúde, segurança, trabalho e diversos outros seguimentos, possibilitando respostas rápidas e até mesmo imediatas em determinados casos, motivo pela qual a população local tem manifestado amplo apoio e participação no projeto.

No tocante ao desenvolvimento econômico houve uma ampliação dos serviços ofertados aos Micro Empreendedores Individuais – MEI resultante da qualificação dos profissionais da RA XIV voltada para a primazia no atendimento, inclusive com a viabilização da abertura de MEI aos estrangeiros advindos principalmente da Venezuela, Haiti, Angola e Nigéria. Ressalta-se a participação do SEBRAE/DF com o “Programa Cidade Empreendedora”, que integra a gestão pública e pequenos negócios em um ambiente de oportunidades para estimular a economia local e desenvolver a região. Durante o evento os microempreendedores de São Sebastião receberam treinamentos por meio de cursos, oficinas, seminários e palestras para ampliarem a capacidade de gerar emprego, renda e oportunidades de negócios.

A Administração Regional de São Sebastião, iniciou a elaboração do Plano de Ocupação para Quiosques e Trailers, bem como as consultas junto às concessionárias e a Secretaria de

Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, previsto para ser implementado em 2020. Por outro lado, obteve avanços no que tange a regularização/legalização dos ambulantes locais com a entrega de 47 (quarenta e sete) autorizações para o exercício da atividade comercial, contribuindo para o fortalecimento do comércio local. A meta prevista é atingir o total de 120 (cento e vinte) autorizações ao longo de 2020.

No intuito de atualizar a base de dados necessárias à implantação do projeto “Feira Legal” a RA XIV realizou o cadastramento de 183 (cento e oitenta e três) boxes dos feirantes da Feira Permanente de São Sebastião. Ademais, elaborou o projeto de reforma da Feira Permanente, em conjunto com a NOVACAP, que beneficiará tanto os feirantes quanto os seus frequentadores, proporcionando maior segurança e comodidade. As obras estão previstas para início no primeiro semestre de 2020.

A Administração Regional realizou parcerias com o SENAC trazendo cursos como os de cabeleireiro, confeitiro, agente de alimentação escolar, técnicas de cozinha, maquiador, penteados avançados, colorimetria, comidas natalinas, cake design, entre outros, qualificando mais de 460 (quatrocentos e sessenta) profissionais para o mercado de trabalho. Um dos intuitos da parceria é incentivar o empreendedorismo e a abertura de pequenos negócios colaborando para a redução das taxas de desemprego. Em 2020 pretende-se ampliar a parceria com o SENAC a fim de oferecer novos cursos como o de operador de computadores e auxiliar de recursos humanos.

Salienta-se nessa gestão a instituição e regulamentação da prestação de serviços voluntários no âmbito da RA XIV, atraindo diversos profissionais dispostos a somarem forças com os técnicos do quadro de servidores visando o desenvolvimento de importantes projetos para a cidade.

Quanto ao desenvolvimento territorial nota-se o progresso nas tratativas voltadas para a regularização fundiária nas áreas passíveis de regularização, tendo em vista a liberação de mais de 26 (vinte e seis) milhões de reais, por parte do Executivo Distrital, a serem utilizados em projetos destinados a estudos ambientais, projetos urbanísticos e outros instrumentos que permitirão a chegada das escrituras nas mãos dos moradores, uma luta jurídica que se arrasta por mais de vinte anos.

Com relação às obras, embora a precariedade dos recursos, o balanço foi positivo em virtude do apoio do Governo que trouxe o “SOS DF” para a cidade de São Sebastião e, em conjunto com a NOVACAP, DER, CEB, CAESB, possibilitou a implementação de diversas melhorias locais.

Dentre as realizações alcançadas no ano de 2019, cita-se a construção do balão do Setor Habitacional Jardim Mangueiral, realizado com apoio da NOVACAP, DER, RA-XIV e particulares; instalação de 4 (quatro) novos Pontos de Encontro Comunitário - PEC; 14.000 (quatorze mil) m² de calçadas em diversos pontos da cidade; operação tapa buraco ampliada com a contratação de empresa para fazer atendimento exclusivo em São Sebastião/DF, via NOVACAP, e apoio da equipe de obras da RA XIV; patrolamento de mais de 300 (trezentos) Km de estradas rurais pertencentes à Região Administrativa de São Sebastião/DF; remanejamento de refletores no campo de futebol dos bairros São Francisco e Vila do Boa; recuperação da mina de água no Morro Azul com o desentupimento de manilhas, contenção de erosões e gradeamento em volta da mina, apoiado pela NOVACAP e DER.

Outras obras tiveram seus processos iniciados e alguns estão avançados, em fase de licitação para o exercício de 2020, como a pavimentação de trecho da área rural do Capão Comprido até a Escola Rural de São Bartolomeu, a ser realizada pelo DER; a pavimentação de outros trechos como as Ruas Nacional e São Lucas; reforma dos ginásios São Bartolomeu e São Francisco; construção de uma praça no bairro Vila Nova e reforma das praças dos bairros São José, Bela Vista e Capão Comprido, além da revitalização do “Parque

do Bosque” a qual a Administração Regional elaborou o projeto e apresentou a comunidade local após aprovação do IBRAM. Entre outras, não mais avançadas, está a obra de construção do Hospital Regional de São Sebastião que já possui área destinada para implantação e teve seu processo iniciado em outubro para realização dos estudos preliminares voltados à viabilidade técnica, jurídica, administrativa e operacional do pleito.

O Governo do Distrito Federal entregou as chaves dos apartamentos do Residencial Crixá a 528 famílias, com renda familiar na faixa de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) mensais. O empreendimento provém do programa "Minha Casa Minha Vida" e contempla a parte de infraestrutura como água, esgoto, drenagem de águas pluviais, energia e iluminação pública além da construção de um Centro de Ensino Infantil – CEI para melhor atender a população.

A RA XIV tem o projeto de efficientizar o Sistema de Iluminação Pública, com a substituição de lâmpadas convencionais por luminárias de LED, de toda a cidade. O projeto teve início com a contratação da CEB para promover os serviços de efficientização energética nas vias comerciais dos bairros: Centro, Vila Nova, Residencial Bosque, Bom Sucesso, Vila do Boa, Morro Azul, João Cândido, São Gabriel, São Bartolomeu, Bora Manso, Bela Vista, totalizando 754 (setecentas e cinquenta e quatro) luminárias de LED. Estima-se que cerca de 180 (cento e oitenta) mil pessoas que passam por esses locais serão beneficiadas diretamente dando maior segurança aos moradores, bem como a redução dos gastos da Administração com Iluminação Pública a médio e longo prazo. Em 2020 pretende-se ampliar o pleito, a depender dos recursos financeiro e orçamentários que serão disponibilizados à Administração Regional de São Sebastião.

A atual gestão se deparou com as mais diversas dificuldades, não apenas financeiras, como a falta de infraestrutura adequada para um atendimento de qualidade ao cidadão a exemplo do edifício sede, construído provisoriamente desde o ano de 1994 com paredes de madeirite que colocam em risco até mesmo os servidores que lá exercem suas atividades. Não obstante, o pátio de obras não conta com equipamentos modernos e apropriados para atender demandas pontuais na área de obras urbanas e rurais da cidade.

Na tentativa de mudar esse cenário, a Administração Regional iniciou um processo propondo a criação de um Complexo Cívico Cultural, na Cidade de São Sebastião, visando ofertar qualidade no atendimento ao cidadão-contribuinte de São Sebastião e entorno que não dispõe de atendimento humanizado tão pouco de serviços e de atendimento adequado, ofertados pelos Órgãos do Governo do Distrito Federal e da União, à exemplo os serviços do: DETRAN, TER-DF, Polícia Federal (passaporte), Receita Federal e outros de extrema importância no exercício da cidadania.

Nesse contexto, a proposta de edificação contempla a construção de: Edifício do Centro Cultural (teatro, salas de espetáculos, salas de artes: música, pintura, cerâmica, cênicas), com salas-sede dos diversos Conselhos Regionais e locais, Biblioteca Pública; Edifício de atendimento do Na Hora, Defensoria Pública e Conselho Tutelar; Edifício de atendimento e acolhimento à mulher em situação de risco ou vítima de violência doméstica; Edifício Sede da Administração Regional de São Sebastião; Galpões Multiusos (espaços destinados à realização de cursos profissionalizantes).

De uma forma geral, avalia-se positivamente as ações empreendidas no âmbito da Administração Regional de São Sebastião e o progresso alcançado em diversas áreas, conforme exposto. Para 2020, vislumbra-se a evolução não só na entrega das demandas supracitadas, mas também nas áreas de saúde, educação, transporte, segurança e na valorização da equipe de gestores aspirando o aprimoramento das técnicas de gestão de forma a atingir a excelência na prestação dos serviços públicos, a satisfação do interesse público e a dignidade das pessoas que dependem da atuação do Estado para satisfazer os seus anseios.

09117 - ADM. REG. DO RECANTO DAS EMAS - RA XV

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Região Administrativa do Recanto das Emas foi criada pela Lei nº 510, de 28 de julho de 1993, para atender o programa de assentamento do Governo do Distrito Federal e erradicar, principalmente, as invasões localizadas na RA I – Brasília. Foi regulamentada pelo Decreto nº 15.046/93, de 22 de setembro de 1993. Conforme Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua respectiva região administrativa, na coordenação e execução de atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação. A Região Administrativa é formada por 59 quadras residenciais e com base no PDAD 2019 conta com uma população urbana de 130.043 pessoas. Conforme o Decreto nº 36.236, de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal. A partir da publicação do Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016, esta competência foi transferida para Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	9	0	10
Comissionados sem vínculo efetivo	38	10	0	0	48
Requisitados de órgãos do GDF	6	0	8	0	14
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	7	0	7
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	1	13	14
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	45	10	25	0	93
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	2	0	2
Total Geral	45	10	23	13	91

Conforme demonstrado acima, existe um déficit de servidores efetivos e isso é um problema que vem sendo enfrentado, há anos, no âmbito da maioria das Administrações Regionais. Atualmente, há carência de servidores efetivos nas áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio, gestão de pessoas, arquitetura, engenharia civil, informática, entre outras. Assim, a realização de concursos públicos é uma necessidade urgente para suprir o quantitativo de vagas oriundas de aposentadorias de servidores ocorridas nos últimos anos.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	4586,00	4585,10	4585,10
0101 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RECANTO DAS EMAS	0	4586,00	4585,10	4585,10
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	4586,00	4585,10	4585,10

0101 -- Foi realizado o evento esportivo: Copa Recanto de Futebol Junior, em Outubro de 2019, onde cerca de 160 atletas correram disputaram o título. O Campeonato foi executado por pela Administração Regional, visando estimular o esporte na Cidade, com benefícios para a saúde dos participantes e incentivo à prática de exercícios físicos.



Copa Recanto de Futebol Junior

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	77560,00	0	0
0252 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- RECANTO DAS EMAS	0	77560,00	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	5000,00	0	0
0011 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RECANTO DAS EMAS	0	5000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	82560,00	0,00	0,00

0252 -Foi firmada uma Portaria Conjunta com a NOVACAP, mas por motivo de ordem técnica os serviços não foram executados.Após a revogação da referida Portaria não houve tempo hábil para a execução dos serviços. O restante dos recursos foram cancelados pela Secretaria de Estado de Economia do DF.

0011 -Os recursos foram insuficientes para o atendimento dessa despesa e quando foram liberados, no final do exercício, não houve tempo para a compra dos materiais e realização dos serviços.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	123773,98	123772,11	105642,58
0022 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	0	123773,98	123772,11	105642,58
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	123773,98	123772,11	105642,58

0022 - Foi realizada a prestação de serviços pelas pessoas que estão em fase de ressocialização na Administração Regional do Recanto das Emas. Foram contratados 14 reeducandos por meio de contrato firmado com a FUNAP. Dentre os serviços executados, destacam-se: construção e reparos em calçadas; construção de rampas de acessibilidade; operação tapa buracos; operação de limpeza de bueiros, etc., os quais contribuem para melhorar a urbanização e a infraestrutura da Cidade.



Recuperação de calçadas	Recuperação de calhas	Limpeza e recuperação de boca de lobo
		
Serviços de serralheria	Instalação de pec	Recuperação de calçadas
		
Remoção de lixo	Remoção de galhos	Serviços de pintura

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	94999,0	0	0
0139 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A PROJETOS SOCIAIS E ESPORTIVOS-RECANTO DAS EMAS	0	94999,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	94999,00	0,00	0,00

0139 - Houve atraso na liberação dos recursos financeiros e dificuldades técnicas na elaboração do Termo de Referência, especificação dos materiais, etc. O processo atualmente está em fase de licitação, e pretende-se que a obra tenha início em 2020.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	19834,00	0	0
0086 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	0	19834,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	168772,30	126509,30	126509,30
0039 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	0	168772,30	126509,30	126509,30
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	188606,30	126509,30	126509,30

0086 - No presente exercício não foi paga nenhuma licença prêmio em pecúnia pois não houve solicitação por parte dos servidores.

0039 - Houve nomeações e exonerações, objetivando ajustes nas equipes de trabalho. Assim, visando os cumprimentos legais de Direito Trabalhista, foram realizados pagamentos indenizatórios, de indenizações e restituições aos servidores exonerados em 2019.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	5000,00	0	0
0029 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	0	5000,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	3477913,96	3317743,31	3317743,31
0035 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	0	3477913,96	3317743,31	3317743,31
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	340999,50	257324,09	257324,09

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0030 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RECANTO DAS EMAS	0	340999,50	257324,09	257324,09
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	3462,00	0	0
0038 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RECANTO DAS EMAS	0	3462,00	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	420019,00	338835,46	309213,66
0055 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	0	420019,00	338835,46	309213,66
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	4247394,46	3913902,86	3884281,06

0029 - Os recursos foram insuficientes para o atendimento dessa despesa, e não houve tempo hábil para a realização dos serviços.

0035 - Os recursos foram destinados ao pagamento de 64 (sessenta e quatro) servidores, lotados nesta Administração, no período de janeiro a dezembro de 2019.

0030 - Essa Atividade tem como função a implementação de benefícios assistenciais aos servidores, proporcionando o recebimento de auxílios, tais como: auxílio transporte, auxílio-creche, auxílio alimentação.

0038 - Houve demora na liberação dos recursos, mas apesar disso, eram insuficientes para essa despesa. Além do mais, não houve tempo hábil para a realização dessa despesa.

0055 -A função dessa Atividade é manter a Administração Regional do Recanto das Emas. Para que isso ocorra, bem como para que sejam prestados serviços mais qualificados à população local, foram realizadas contratações de diversos serviços, tais como: consumo de água e esgoto, consumo de energia elétrica, instalação e retirada de pontos provisórios, serviços de manutenção de extintores e outros. Também foram comprados materiais de consumo e permantes destinados ao uso da Administração Regional.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	80

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	25
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	36
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	30
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	290
Trabalho com Grupos – Mulheres	180
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	500
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	150
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	18
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	134
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	60
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	5

Foram realizados diversos trabalhos sociais desenvolvidos com várias entidades da cidade, buscando uma melhor qualidade de vida para as pessoas atendidas.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	300
Teatro	3	1.000
Música	7	8.000
Dança	1	350
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	1	400

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Área Rural	0
Outros (Eventual)	61

As Licenças de Funcionamento deixaram de ser emitidas pelas Administrações Regionais desde que o sistema RLE (Registro de Licenciamento de Empresas) passou a funcionar, exceto quando a Licença for requerida por profissional de classe autônoma (Pessoa Física). Assim, foram emitidos 61 (sessenta e um) Alvarás - Eventual..

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	0	0
Eventos esportivos	11	10.000
Outros	0	0

Foram realizados diversos eventos esportivos não Orçamentários, com a colaboração dos servidores da Administração Regional, apoio da comunidade local e empresas privadas, sempre buscando valorizar o esporte e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Os procedimentos para emissão de Alvarás de Construção deixaram de ser da competência das Administrações Regionais desde fevereiro de 2019. Desse modo, todos os Alvarás de Construção do Distrito Federal são emitidos pela Central de Aprovação de Projeto - CAP, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	2	250,58
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Os procedimentos para emissão de Alvarás de Construção deixaram de ser da competência das Administrações Regionais desde fevereiro de 2019. Desse modo, todos os Alvarás de Construção do Distrito Federal são emitidos pela Central de Aprovação de Projeto - CAP, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	7,00	2.550,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	9,00	2.850,00
Elaboração de Croquis	9,00	2.575,20
Levantamento para Carta de Habite-se	2,00	300,00

A Gerencia de Topografia e Desenho Técnico-GETOD foi extinta no mês de maio/2019. Todas essas Gerências foram removidas das Administrações Regionais para a Secretaria das Cidades. Assim, os serviços de Topografia passaram a ser desempenhados pela DISEC - Secretaria Executiva das Cidades..

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	0
Recadastramento de Feiras	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	267
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	850
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	358
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	16
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	6
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	10

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Transferência de domicílio	175
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	738

Inclui-se em outros: Refratários, Exar (Exercício de apresentação da reserva), juramento da bandeira , certificado de isenção e informações prestadas.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	205,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	18,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	300,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	80,00
Recuperação de calçadas/ M ²	70,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	39,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00
Remoção de entulhos/ M ³	30.000,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	210,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	15,00
Roçagem manual/ M ²	0,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	0

Diversos serviços, reparos e pequenas obras foram realizadas, os quais só foram possíveis devido à colaboração dos servidores, reeducandos (Contrato FUNAP) e apoio de diversos Órgãos do Governo do Distrito Federal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

EXECUÇÃO DE OBRAS COM MÃO DE OBRA PRÓPRIA

A Administração Regional do Recanto das Emas executou diversas reformas de espaços esportivos, essenciais para os moradores, com mão de obra própria e com o auxílio de reeducandos contratados pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP. Peças para substituição foram cedidas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil -

NOVACAP. Dentre os serviços e reformas de Pontos de Encontros Comunitários - PEC's executadas, destacam-se os seguintes:

REFORMA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

- Restauração do estacionamento da feira permanente Q. 111;
- Implantação de 200 meios fios Q. 201, 405 e área hospitalar e colégio das 401;
- Reposição de tampa articulado de boca de lobo na Q. 510;
- Reposição de tampa de concreto armado de boca de lobo Q. 406;
- Pintura de quadra poliesportiva Q. 110;
- Pintura de quadra poliesportiva Q. 604;
- Pintura da praça da Q. 802;
- Pintura da praça da Q. 510/511;
- Fechamento do galpão da Administração para depósito de materiais;
- Erosões por infiltrações de águas pluviais de boca de lobo Q. 203;
- Erosões por infiltrações de águas pluviais de boca de lobo Q. 102;
- Reparos no piso e viga de sustentação da cesta de basquete da Quadra Poliesportiva da Q. 604;
- Reparo do piso na ciclovia na Avenida Recanto;
- Reparos de calçadas de acesso ao colégio da Q. 111;
- Reparos de calçadas de passeios na lateral do colégio da Q. 205;
- Reparos de calçadas de acessibilidade do colégio da Q. 113;
- Reparos de rampa de acessibilidade ao lado da igreja São Gabriel;
- Reposição de 27 tampas de boca de lobo;
- Restauração de galeria de águas pluviais da Q. 205;
- Fabricação de 15 tampas de boca de lobo 100x70cm de concreto armado;
- Pintura da fachada da Administração - Sede;
- Pintura do balão central do Recanto das Emas;
- Pintura do Monumento Central da Avenida Recanto;
- Pintura de galpão - DIROB;
- Pinturas de piso e parede do CCI;
- Reforma do portão da Administração - Sede;
- Reforma de portão do depósito da Administração;
- Reforma de portões no campo sintético da Q. 508;
- Reforma de portões na Biblioteca da Q. 805;
- Fixação de chumbadores para PEC's Q. 107, 508, 511 e 605;
- Reforma do Galpão da Q. 115;
- Reparos no Skatepark Q. 206/300;
- Fixação de chumbadores para PEC's de Água Quente;
- Fixação de manilhas e meio fios em Água Quente.

		
Implantação de 200 meios fios – Quadra 401	Reposição e manutenção de Boca de Lobo – Área Hospitalar	Manutenção e Reposição de Boca de Lobo – Vargem da Benção Quadra 102

		
Lombada Quadra 205	Lombada Quadra 300	Pintura e Restauração do CCI

		
Fechamento de alvenaria da Administração – Depósito de Materiais	Reparos de Calçadas de Acessibilidade – Quadra 113	Reparos de Calçadas – Quadra 206

		
Reparos de Calçadas – Quadra 111	Restauração e reposição de grelhas na Q. 205	Manutenção do portão da Biblioteca Q. 805

		
Reparos das traves da Q. 604	Fixação do portão e das traves do campo sintético da Q. 508	Fixação de chumbadores para PEC's – Q 107,508,511, 605 e Água Quente

		
Implantação de aparelhos novos da PEC da Q. 508	Instalação de aparelhos de PEC's	Tapa Buraco – Água Quente

		
<p>Tapa Buraco – Quadra 603</p>	<p>Reposição de tampa articulada de Boca de Lobo na Quadra 510</p>	<p>Reposição de tampa articulada de Boca de Lobo na Quadra 511</p>

		
<p>Poda de Árvores – Q. 400/600</p>	<p>Poda de Árvores – Avenida Buritis</p>	<p>Poda de Árvores – Q. 101 Avenida Principal</p>

		
<p>Terraplanagem em Estradas Rurais – Avenida Monjolo</p>	<p>Retirada de Entulho – Q. 400</p>	<p>Retirada de Entulho Q. 600</p>

		
Tapa buraco	Tapa buraco Quadra 509	Reparos de calçadas e rampas de acesso ao colégio da Quadra 113

PROJETOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ELABORADOS E PRONTOS PARA LICITAÇÃO

Esta Administração elaborou diversos Projetos para obras e em 2020 fará gestões junto a diversos Órgãos públicos e Deputados Distritais, objetivando conseguir recursos para a execução dessas obras, as quais já possuem Projetos elaborados:

- Construção de Estacionamento público do Fórum Quadra 206/300.
- Construção de Estacionamento público da Escola da Quadra 206.
- Cobertura da Arquibancada do campo sintético da Quadra 300/206.
- Reforma da Biblioteca da Quadra 302.
- Urbanização da Praça do ciclista - Quadra 112/306.
- Urbanização da Praça da Quadra 402.
- Urbanização da Praça da Quadra 310.
- Urbanização da Praça da Quadra 103.
- Urbanização da Praça da Quadra 601.
- Instalação de PEC nas Praças das Quadras 407, 111 e 109.
- Construção de Estacionamento externo da Administração Regional.
- Urbanização da Praça da Quadra 803.
- Assentamento do meio-fio em várias localidades do Recanto das Emas
- Cobertura da piscina do Centro de Convivência do Idoso – CCI
- Reforma Biblioteca Quadra 805
- Praça Quadra 303
- Praça Quadra 307
- Praça Quadra 306
- Praça Quadra 107
- Praça Quadra 405
- Reforma Ginásio Tatuzinho
- Reforma Ginásio Tatuzão

- Iluminação Quadra coberta da Quadra 802
- Implantação de 15 parquinhos em praças Recanto das Emas
- Reforma do campo de futebol Recantão

PROJETO ARQUITETÔNICO ELABORADO SEM PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

- Feira permanente – Centro Urbano

MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES E URBANIZADAS

- Foram realizados serviços de limpeza, operação tapa buracos em vários locais, conservação e manutenção da cidade; com essa finalidade, existe um contrato de veículos e máquinas e também o fornecimento de massa asfáltica pela NOVACAP.
- Implantação de placas para combater o descarte irregular do lixo e entulho no Recanto das Emas, em parceria com o DER.
- A Administração Regional do Recanto das Emas indicou diversos pontos para a manutenção nas redes de água e esgoto da cidade. Esse trabalho foi realizado pela CAESB, o qual contribuiu para aumentar a vazão e beneficiar a comunidade.

EVENTOS REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS - RA XV

- Esta Administração Regional desenvolveu trabalhos sociais com várias entidades da cidade visando melhor qualidade de vida para as pessoas atendidas. Dentre essas atividades destacam-se:
 - A capoterapia trabalhada com pessoas da terceira idade, onde se utiliza terapia alternativa com elementos da capoeira adaptada para pessoas sem hábito de prática de atividade física ou esportiva;
 - As rodas de conversas com a comunidade para apoio psicológico, principalmente com os grupos de mulheres e conselhos onde é trabalhada a situação de violência doméstica e contra a mulher;
 - Momentos festivos para crianças de baixa renda, com doação de brinquedos e roupas usados recebidos da comunidade realizados em parcerias com a Pastoral da Criança;
 - Atividades físicas: aulas de ginástica, de hidroginástica, de zumba e de forró ministradas por profissionais voluntários, à título gratuito, as quais proporcionam melhorias de saúde, bem como redução dos riscos de diversas comorbidades;
 - Visitas realizadas a residências de moradores de baixa renda para cadastro e mapeamento de alguns setores objetivando suprir as necessidades primárias mais urgentes.



EVENTOS APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS - RA XV

- Também ocorreram outras realizações extraordinárias, conforme relacionadas a seguir:
- O Recanto das Emas recebeu a Carreta da Mulher, de 26 de agosto até o dia 3 de outubro uma parceria da Administração Regional com o SESC/DF que realizou diversos exames e beneficiou 1391 pessoas.
- Cerca de 400 pessoas se concentraram no estacionamento em frente a Caixa Econômica Federal para clamarem pela Paz. O "RECANTO CAMINHA PELA PAZ – ESPECIAL OUTUBRO ROSA E CONTRA O FEMINICÍDIO" foi marcado pela mobilização em torno do mês dedicado à mulher;
- O Recanto das Emas recebeu as atividades do "DF Cidadão" e da "SEJUS mais perto do Cidadão", ações comunitárias realizadas pelo Sesc-DF e Secretaria de Justiça com o apoio da Administração Regional. A programação foi aberta à população e contou com muita recreação, apresentações artísticas, serviços de saúde, cultura e educação. Foram quase 10 mil atendimentos desde o concerto de bicicleta ao corte de cabelo, além das brincadeiras em grupos para as crianças.
- Foram realizados diversos trabalhos sociais desenvolvidos com várias entidades da cidade, buscando uma melhor qualidade de vida para as pessoas atendidas, dentre essas atividades destacam-se:
 - Serviços Voluntários: Por meio desses serviços, os profissionais ministram aulas: De ginástica, de hidroginástica, de zumba e de forró, as quais proporcionam benefícios à saúde das pessoas participantes, visto que a atividade física é uma questão de saúde pública. Sendo esses hábitos são amplamente reconhecidos por reduzir os riscos de diversas comorbidades.
 - Mapeamento de setores carentes, onde são foram visitas e cadastro para recebimentos de doações oriundas da participação da comunidade e iniciativa privada, visando suprir as necessidades primárias mais urgentes da comunidade de baixa renda.

		
CARRETA DA MULHER	DF CIDADÃO	RECANTO CAMINHADA CONTRA O FEMINICIDIO E OUTUBRO ROSA

		
SEJUS MAIS PERTO DO CIDADÃO	RECORD NAS CIDADES	RECANTO CIDADE EMPREENDEDORA

AÇÕES CULTURAIS REALIZADAS

A Administração Regional do Recanto das Emas, objetivando a preservação da tradição, a valorização e difusão das manifestações culturais e incentivar o lazer e entretenimento, apoiou diversos eventos culturais, com o apoio de outros órgãos, parcerias com a comunidade e comerciantes locais. Tratam-se de despesas não orçamentárias, conforme relacionados a seguir:

EVENTOS CULTURAIS APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS:

Cinema:

Festival Recanto do Cinema: de 22 a 29/11/2019- Realização IFB e Alunos.

Teatro:

Apresentações dos espetáculos: Santo Ciço e Hoje tem espetáculo (infantil) - Espaço Cultural H2O – Quadra 102, 20/07 e 01/08/2019 - Realização: Companhia de Teatro H2O Entrada Gratuita;

“Vou ver Novela na Casa da Vó”- Céu das Artes - 05/09/2019- Quadra 113 - Entrada Gratuita aos alunos das escolas públicas e comunidade.

Música:

1º Arraiá Esportivo- Céu das Artes - 21/07/2019 - Quadra 113 Realização: Osc Le Guerreiros 15;

Instrumental Batucar- Espaço H2O- Quadra 102 - 26/07/2019 Realização: Instituto Batucar;

Hip Hop Celebrations- Ginásio da Quadra 300 - 22/09/2019 - Realização: Secretaria de Cultura

Faremas Cultural – Comemoração ao aniversário do Recanto das Emas – 15/11 e 16/11/2019 - Realização Secretaria de Cultura.

Faremas Hip Hop- Quadra 300 – Skate Park- 300 - 07 e 08/12/2019 - Realização: Secretaria de Cultura.

Dança:

Hip Hop Celebrations- Batalha de danças- Ginásio da Quadra 300 - 22/09/2019- Realização: Secretaria de Cultura.

		
DESFILE CÍVICO	ANIVERSÁRIO DO RECANTO DAS EMAS	FAREMAS CULTURAL

AÇÕES DESPORTIVAS REALIZADAS

Além das atividades esportivas desenvolvidas com recursos financeiros próprios, esta Administração realizou vários eventos esportivos com o apoio da comunidade, de órgãos públicos e parcerias com a iniciativa privada. Tais ações foram desenvolvidas visando a valorização do esporte, bem como o incentivo à participação popular e melhoria da saúde e qualidade de vida dos moradores. Dentre os eventos realizados destacam-se:

EVENTOS ESPORTIVOS APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

Copa Feminina de Futsal - Ginásio da Quadra 300. Realização: Associação Desportiva Olímpia, período de 03/02/2019 à 17/02/2019;

Sul americano de artes marciais- Vila olímpica Quadra 600. Realização: Federação de Karatê - DF, dia 20/07/2019;

Pedala Recanto - Avenida Recanto das Emas, 28/07/2019. Realização: Grupo Pedal Recanto

	
PEDALA RECANTO	CAVALGADA

OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS

ATIVIDADES NÃO ORÇAMENTÁRIAS	QUANTIDADE
AÇÃO SOCIAL EM COMEMORAÇÃO MÊS DA MULHER	2

AULAS DE ZUMBA	150
CAMINHADA CONTRA O FEMINICÍDIO E OUTUBRO ROSA.	1
RECANTO CIDADE EMPREENDEDORA	1
INAUGURAÇÃO DO POLO DE EXTENSÃO DA UNB	1
INAUGURAÇÃO DO PROJETO ADOTE UMA PRAÇA	1
CADASTRAMENTO PARA CASTRAÇÃO DE ANIMAIS	1
APOIO AO PROJETO CARRETA DA MULHER	1
APOIO AO PROJETO "VEM BRINCAR COMIGO"	1
DF CIDADÃO E SEJUS MAIS PERTO DE VOCE	1
APOIO AS CAMPANHAS CONTRA A DENGUE	1
CORRIDA INFANTIL	1
APOIO AO PROJETO NATAL SOLIDÁRIO	1
DESFILE CÍVICO E DISTRIBUIÇÃO DE BOLO - ANIVERSÁRIO RECANTO DAS EMAS	1

OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS POR ESTA RA XV

Esta Administração lançou o Projeto Gabinete Itinerante para estar mais próxima da comunidade e tomar conhecimentos das necessidades e resolver os problemas apontados com eficiência.

A Administração Regional em parceria com o IBRAM inscreveu cães e gatos para castração. O órgão ambiental ofereceu mil vagas para que o cidadão pudesse cadastrar até três animais por endereço;

Em parceria com a Vigilância Ambiental, servidores da Administração Regional percorreram as escolas da rede pública para conscientizar os jovens a remover os focos da dengue das residências;

Objetivando conscientizar a população para preservar a natureza, manter o meio ambiente limpo e livre de poluição, a Administração organizou o movimento "Manhã Sustentável" para recolher resíduos do Córrego Estiva na Estrada da Fazendinha, e no local foram removidos pneus, garrafas e móveis descartados irregularmente;

Com o apoio da Administração do Recanto das Emas o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC voltou a oferecer cursos na cidade. Uma ótima alternativa para quem deseja conquistar um espaço no mercado de trabalho;

A Administração lançou em outubro/2019 o Projeto: "Recanto, Cidade Empreendedora" para melhorar o ambiente de negócios no Recanto das Emas e fortalecer as pequenas e microempresas, em parceria o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Esse Projeto visa: melhorar o ambiente de negócios; fortalecer as pequenas e as microempresas; estimular o empreendedorismo e a geração de emprego e renda; estimular a formalização de empresas; contribuir para melhoria e aumento dos serviços públicos às empresas; formar parcerias, públicas e privadas; estimular o desenvolvimento econômico equilibrado.

Dessa forma, a Administração Regional cumpriu a sua missão institucional, atendeu às principais demandas da comunidade local, com a colaboração de servidores de outros órgãos públicos e apoio de empresas privadas e comunidade local.

A seguir, Fotos de eventos realizados em 2019:

		
CASTRACÃO DE ANIMAIS - PARCERIA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E O IBRAHM	ADOTE UMA PRAÇA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS.	ENTREGA DE DOAÇÕES DE BRINQUEDOS AO INSTITUTO PRÓ-VIDA
		
COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER	LANÇAMENTO DO "PROGRAMA RECANTO CIDADE EMPREENDEDORA"	100% TRANSPARÊNCIA ATIVA

DEMANDAS SIGNIFICATIVAS DA COMUNIDADE ATENDIDAS

ATIVIDADES – OUVIDORIA	QUANTIDADE
INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - ao sistema E-SIC foram respondidos no período de 2019.	22
Demandas no E-SIC em atraso.	0
E-SIC referente ao ano de 2019 respondido	6
DEMANDAS OUV-DF RESPONDIDAS SEM AVALIAÇÃO	218
DEMANDAS OUV-DF RESOLVIDAS	39
DEMANDAS do Sistema OUV-DF NÃO RESOLVIDA	29
RESPOSTAS EM DEFINITIVO TOTAL NO SISTEMA OUV_DF	495
*RESOLUTIVIDADE DE 2019 NO SISTEMA OUV_DF	55%
DEMANDAS REGISTRADAS PRESENCIALMENTE	158
**CARTA DE SERVIÇOS	De 0% em 2018 para 100% em 2019.
MELHORA NOS ÍNDICES DE TRANSPARÊNCIA ATIVA	De 10% em 2018 para 100% em 2019.

*Resposta ao cidadão informando o atendimento da demanda.

**Disponibilização das informações dos serviços inerentes à atribuição administrativa do órgão.

***Fonte: Portal da transparência do Distrito Federal;
<http://www.transparencia.df.gov.br/#/>.

1ª TAPA BURACO.	180	61,01%
2ª COLETA DE ENTULHO DISPOSTO IRREGULARMENTE.	17	5,76%
3ª SERVIÇOS PRESTADOS POR ÓRGÃOS DO DF.	8	2,71%
4ª CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E MEIOS-FIOS.	7	2,37%
5ª OPERAÇÃO TAPA BURACOS	5	1,69%
6ª MANUTENÇÃO DE POSTES DE ILUMINAÇÃO	5	1,69%
DEMAIS DEMANDAS COM MENOR INCIDÊNCIA DE ASSUNTO	73	24,74%
TOTAL DE DEMANDAS RESPONDIDAS EM 2019	295	100%

TIPOS DE DEMANDA - OUVIDORIA	295
SOLICITAÇÃO	200
RECLAMAÇÃO	66
SUGESTÃO	15
ELOGIO	11
INFORMAÇÃO	2
DENUNCIA	1

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional do Recanto das Emas procurou desenvolver suas atribuições com eficiência, eficácia e efetividade, buscando atender às demandas da população por serviços de manutenção da Região, obras de urbanização e infraestrutura, ações sociais, atividades esportivas e culturais. Desta forma, objetivou-se valorizar a cultura e o esporte, bem como o desenvolvimento de ações sociais e outras, dentre outras, que contribuíram para fortalecer o vínculo entre o Estado e os cidadãos.

Foram enfrentadas diversas dificuldades na execução dos serviços, dentre as quais citam-se: o reduzido quadro de servidores efetivos e comissionados, o atraso na liberação de recursos financeiros, bem como o cancelamento de emendas parlamentares que destivam recursos orçamentários para a região, o que inviabilizou a execução de várias obras planejadas.

A Administração Regional executou várias reformas com mão de obra própria e também com o auxílio dos reeducandos do contrato firmado com Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP/DF, e também fez gestões junto a Parlamentares e Secretaria de Infraestrutura e Obras para que fosse realizada a iluminação na Avenida Vargem da Benção.

Espera-se para o próximo exercício maior disponibilidade financeira para obras de urbanização, e que não sejam reduzidos os créditos orçamentários constantes da Lei Orçamentária Anual-LOA/2020 para aquisição de materiais, contratação de serviços, reformas de espaços esportivos, obras, ações sociais, eventos esportivos e culturais e outros serviços. Por fim, a Administração Regional pretende executar as obras planejadas, que já estão com os projetos prontos para licitação.

09118 - ADM. REG. DO LAGO SUL - RA XVI

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Lago Sul, foi criada pela Lei nº 643/1994. Com a criação da Secretaria de Estado de Governo, por meio da publicação do Decreto 39.898, em 18 de junho de 2019, as Administrações Regionais do Distrito Federal passaram a ser vinculadas a essa nova Secretaria, tendo por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da região administrativa, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição. As competências e atribuições de suas Unidades estão fundamentadas no Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, que aprova o regimento interno das Administrações Regionais. A última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2018, realizada pela CODEPLAN, demonstrou que a Região Administrativa Lago Sul – RA XVI atualmente possui Perímetro: 80.547,359 m e Área: 7.604,873 ha. Conta com uma estrutura urbana consolidada, com ótimas opções de entretenimento e lazer, comércio diversificado, equipamentos de educação, saúde e segurança. Tem uma população urbana estimada em 29.754 habitantes, com 8.477 domicílios ocupados. A região está distribuída nos seguintes setores: Habitação Individual Sul, Mansões Urbanas Dom Bosco, Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, Base Aérea de Brasília e Campo Experimental Água Limpa da Universidade de Brasília. A pesquisa de amostra de domicílios realizada no Lago Sul indica que 98,80% dos domicílios são residências individuais, das quais 86,30% são próprias. Mesmo sendo predominantemente residencial, o Lago Sul abriga 1.632 pontos de comércio, que se refere a 12,30% da atividade remunerada, onde se encontram instaladas, além de atividades comerciais, outras como academias, bancos e diversos pontos de atração e interesse turístico. Estão inseridas na região do Lago Sul duas Áreas de Proteção Ambiental, a APA Gama Cabeça de Veado e a APA do Lago Paranoá. Também fazem parte de seu território 7 Unidades de Conservação, como Parques Ecológicos, Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIEs, Reserva Biológica do IBGE, Fazenda Água Limpa da UnB, além da Estação Ecológica do Jardim Botânico, área núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado (UNESCO). Apesar de ser predominantemente residencial, o Lago Sul abriga centros de pequenos comércios, diversas clínicas médicas, academias, bancos, escolas privadas e públicas, além de vários organismos internacionais, unidades de conservação ambiental e diversos pontos de atração turística. Dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) mostram ainda que todas as residências do Lago Sul têm energia elétrica e 99% são ligadas à rede de abastecimento d'água. O 1% restante usa poços artesianos. A região está localizada às margens do Lago Paranoá, de onde origina seu nome. O presente relatório apresenta os dados numéricos referentes ao período Janeiro a Dezembro/2019 e as principais ações desenvolvidas com o objetivo de contribuir para a percepção do cenário institucional em que está inserida a RA-XVI.



FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	3	2	2	9
Comissionados sem vínculo efetivo	13	18	0	0	31
Requisitados de órgãos do GDF	3	1	0	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	3	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	1	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	5	5
Outros - especificar	0	0	0	1	1
Subtotal	18	22	3	11	54
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	1	1
Total Geral	18	22	3	10	53

O total da força de trabalho da Administração Regional do Lago Sul é de 53 servidores, conforme quadro acima.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	36800,00	6267,99	6267,99
0010 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	0	36800,00	6267,99	6267,99
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	7000,00	0	0
0056 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	0	7000,00	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	43800,00	6267,99	6267,99



Apesar de não ter havido execução orçamentária, através de parcerias com diversos órgãos do Governo, a manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas foi realizada e, também, contando com ações contínuas de pinturas de meios-fios, reparos em calçadas, poda de árvores, recolhimento de galhadas, remoção de entulhos, capina, recolhimentos das faixas, entre outras, executadas pelos reeducandos do contrato firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP. Além daquelas realizadas com apoio dos reeducandos, foram incluídas no escopo das atividades as diversas obras e benfeitorias executadas no âmbito dos programas SOS DF e GDF Presente.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	135000,00	61000,00	53206,52
0018 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	0	135000,00	61000,00	53206,52
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	135000,00	61000,00	53206,52

A Administração Regional do Lago Sul mantém contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP viabilizando a participação de até 10(dez) sentenciados assistidos pelo programa, que autam em atividades externas e internas. São ações contínuas visando pinturas de meios-fios, reparos em calçadas, poda de árvores, recolhimento de galhos, remoção de entulhos, capina, recolhimentos das faixas, limpezas de terrenos baldios, e manutenção predial da Sede da Administração Regional.

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	25000,00	0	0
0099 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	0	25000,00	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	0	4257,00	0	0
0146 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	0	4257,00	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	29257,00	0,00	0,00



ANIVERSÁRIO DA CIDADE

Em comemoração ao 59º Aniversário do Lago Sul ocorreu foi realizado o apoio não orçamentário ao evento Antigos e Hot Rods do Cerrado, que ocorreu nos dias 16 a 18 de agosto no Pontão do Lago Sul, com exposição de diversos veículos. O público foi estimado em 50 mil pessoas, durante os 3 dias.

Outro evento apoiado pela Administração Regional é o PROGRAMA CURTINDO A VIDA COM +60. Nos encontros semanais, que acontecem todas as quintas-feiras, das 14:30 às 17 horas na sede da Administração Regional do Lago Sul, são oferecidas oficinas de artes plásticas, artesanato, música, dança, jogos, ioga, tai chi chuan, dentre outras atividades. Além disso, são promovidos eventos, realizados em datas festivas, que são uma rotina que promove a socialização e o entretenimento entre os participantes, também sem execução orçamentária.



Outro evento cultural apoiado por esta Administração é composto por grupo de moradores que se reúne para viver a paixão pela música. Os ensaios contam com a presença de Maestro, que, com muita alegria, rege os ensaios que são emocionantes, às quartas-feiras das 18:30 às 20:30 horas. Sem execução orçamentária.



0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	10000,00	4011,60	4011,60
0084 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	0	10000,00	4011,60	4011,60
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	115000,00	81500,53	81500,53
0029 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	0	115000,00	81500,53	81500,53
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	125000,00	85512,13	85512,13

Licenças Prêmio Pecúnia: Houve pagamento de licença prêmio pecúnia, referente a 02(duas) parcelas a servidora aposentada em setembro/2018, restando 01(uma) parcela a ser paga em janeiro/2020.

Ressarcimentos, Indenizações e Restituições ocorreram normalmente, tais como indenizações de transporte, acerto de contas de servidores exonerados, etc.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	3000,00	0	0
0026 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	0	3000,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	3943366,45	3673261,36	3670061,36
0031 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	0	3943366,45	3673261,36	3670061,36
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	245000,00	218575,21	217175,21

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0063 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-LAGO SUL	0	245000,00	218575,21	217175,21
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	199772,00	122107,93	112012,88
0047 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	0	199772,00	122107,93	112012,88
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	5000,00	0	0
0038 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-LAGO SUL	0	5000,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	10000,00	0	0
0036 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-LAGO SUL	0	10000,00	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	10000,00	0	0
0031 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	0	10000,00	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	4416138,45	4013944,50	3999249,45

Na Ação Administração de Pessoal, foram realizadas despesas referentes à folha de pagamento com servidores ativos da Administração Regional do Lago Sul. Sendo remunerados no total 44(quarenta e quatro) servidores, sendo 9(nove) efetivos e 31(trinta e um) comissionados sem vínculo e 4 requisitados de outros órgãos com vínculo ao GDF, ocupando em cargo em comissão.

A Ação Concessão de Benefícios a Servidores tem como função a implementação de benefícios assistenciais aos servidores, proporcionando o recebimento de auxílios referentes a vale transporte, auxílio-creche, auxílio alimentação, dentre outros benefícios sociais estabelecidos em legislação própria.

Por intermédio da Ação Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, houve pagamento de consumo de água e esgoto e energia elétrica, prestação de serviços gerais, bem como

aquisição de equipamentos e materiais de consumo e materiais permanentes destinados à melhoria dos serviços administrativos.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos - Idosos	1

Apoio ao PROGRAMA CURTINDO A VIDA COM + 60, idosos se reúnem semanalmente para atividades musicais, artísticas, físicas, cognitivas e de lazer, sob a coordenação de 10 voluntárias de diferentes áreas de formação. Não houve execução orçamentária.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Música	2	30
Dança	1	20
Artes Plásticas	1	20

Música: Apoio a Grupo de moradores que se reúnem com a presença de Maestro, quem, com muita alegria, rege os ensaios que são emocionantes. realizado às quartas-feiras das 18:30 às 20:30 horas, sem execução orçamentária.

Música, dança e artes plásticas: Apoio a grupo de idosos

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Comercial	4
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	114

Entre processos de Alvará de Funcionamento e de Construção foram encaminhados 213 processos para a CAP. Emissão de Declaração de Numeração Predial residencial: 89, Emissão de Taxa de expediente:87 e Emissão de Taxa de ocupação de área pública – Eventos: 25.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	14	9.982,57

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	13	9.782,89
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	33,00	33,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	19,00	0,00

Levantamento Topográfico para elaboração de projetos de Urbanismo / Praças / PEC's / Revitalização de Área Pública: 08, perfazendo um total de 69.784,71m². Georreferenciamento de Engenheiros Publicitários instalados: 87

Os dados acima informados são os constantes dos relatórios internos de atividades, elaborados de janeiro a abril de 2019. Em maio/2019 houve a extinção da Gerência de Topografia da Administração Regional.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	112
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Foram analisados 112 projetos, dentre os quais 19 referentes a residenciais unifamiliares, totalizando 7.500,92 m² e 01 relativo a Plano de ocupação, com total de 11.250,00 m², foram aprovados. Foram encaminhados 230 processos pra CAP.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	13
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Quiosques: 03; Trailers:02 ; Engenhos Publicitários:13; Comércio Local: 36

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	110,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	47,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	13,00
Recuperação de calçadas/ M ²	103,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	10,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	11.100,00
Remoção de entulhos/ M ³	149,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	235,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	510,00
Roçagem manual/ M ²	11.022,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	11.502,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	9.300,00
Passeios (construção) / M ²	225,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	65
Faixas recolhidas das vias públicas	238

As atividades realizadas pela Gerência de Execução de Obras da Administração Regional do Lago Sul utilizam mão-de-obra de reeducandos da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF - FUNAP/DF. Além daquelas realizadas com apoio dos reeducandos, foram incluídas no escopo das atividades as diversas obras e benfeitorias executadas no âmbito dos programas SOS DF e GDF Presente.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Programa ADOTE UMA PRAÇA - Decreto 39.690/2019

- 1) Primeira obra no Distrito Federal, nos moldes do programa, concluída e entregue à população: Estacionamento público do Hospital Brasília
- 2) Termo de Cooperação assinado e obra em andamento: Estacionamento público da Escola das Nações
- 3) Projeto aprovado, processo em fase de propositura de cooperação: Estacionamento público da Escola Francesa
- 4) Projeto em elaboração para propositura de cooperação: Espaço de convivência comunitária, prática de esportes e jardins de contemplação na QI 21





Inauguração do Pólo da Central de Aprovação de Projetos-SEDUH (Lago Sul / São Sebastião / Jardim Botânico) para atendimento a comunidade

Inauguração do Núcleo de Atendimento ao Cidadão do DF LEGAL



Campanhas de prevenção da dengue

Em parceria com a Polícia Militar e a Vigilância Sanitária, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, esta Administração tem executado ações de prevenção e orientação à comunidade, assim como o levantamento de imóveis e lotes fechados, para que haja a localização dos proprietários a fim de que os mesmos promovam a limpeza de seus imóveis, acabando os criadouros do mosquito da dengue na Região Administrativa.

Foram encaminhadas 70 demandas pela ouvidoria desta Administração à Vigilância Sanitária para o combate aos focos de dengue identificados pelos próprios moradores e frequentadores da área. Nos casos ligados à atuação da Vigilância Sanitária, a Administração tem articulado o contato com moradores para acesso às residências, e alertado sobre a necessidade de vigilância dos possíveis focos de proliferação.

Foi realizada gestão junto aos hospitais da RA XVI para que alimentem o sistema oficial de comunicação de casos de dengue.



Providências junto a Embaixadas e Residências Oficiais

Substituição da placa indicadora, reposicionamento da placa indicadora, providências de limpeza e desobstrução para evento do Dia de São Patrício, andamento de processos relativos a Cartas de Habite-se.

Instalação de Papa Entulho

Providências para instalação e realização de estudo das áreas indicadas e de minuta dos Termos de Cessão, a serem instalados no primeiro semestre de 2020.

Programas SOS-DF e GDF Presente

Coordenação das ações e acompanhamento da execução das obras enquadradas nos programas. Podas de árvores próximo aos postes de iluminação pública. Recapeamento asfáltico, construção de calçadas, tapa buracos, jardinagem, remoção de entulhos, roçagem, obras da CAESB, reposição de postes, desobstrução, limpeza e construção de bocas de lobo.





Campanha para arrecadação de livros para bibliotecas infantis



Inauguração da Sala do Empreendedor

A Coordenação de Desenvolvimento disponibilizou uma sala e servidor treinado para a reinauguração da Sala do Empreendedor, a fim de que os micro e pequenos empreendedores pudessem receber atendimento direto e facilitado por parte da Administração Pública.

Com a inauguração dessa sala, a Administração pode promover o credenciamento de autônomos de nove atividades para realizarem pequenos reparos nas escolas públicas do DF. Inicialmente, os profissionais serão registrados como Micro Empreendedor Individual (MEI), com o recebimento do CNPJ, e depois poderão ser chamados para realizar as obras de manutenção nas unidades educacionais. O programa vai credenciar pedreiros, chaveiros, bombeiros hidráulicos, pintores, eletricitas, técnicos em eletrônica, jardineiros, técnicos em informática e serralheiros. O banco de MEIs credenciados é divulgado na home page da Secretaria de Estado de Educação.

Semana do micro empreendedor individual (MEI), em parceria com o SEBRAE, realizado no auditório da Administração Regional, com plantão para orientações técnicas, aconselhamento, oficinas e palestras para empreendedores e comunidade



Arrecadação de brinquedos e participação da Festa da Criança – Vem brincar Comigo, promovido pela Primeira Dama do Distrito Federal



Retirada de faixas



Alteração da nomenclatura da placa da ponte Costa e Silva



Limpeza, remoção de entulhos e lixo, nivelamento de terreno em áreas públicas.



Arrecadação de brinquedos, apoio logístico e operacional na Ação Social Nosso Natal, realizada no Restaurante Comunitário, da Região Administrativa do Sol Nascente, promovida pelo Governo do Distrito Federal



Detran Móvel na Administração Regional do Lago Sul. Esse é o projeto #Detrannascidades, com apoio e em parceria desta Administração Regional, o DETRAN Móvel esteve oferecendo serviços de consulta de débitos, impressão de boletos e emissão do CRLV. O BRB móvel e empresas de parcelamento também participam do projeto



A Administração Regional do Lago Sul, ao longo do exercício de 2019, prezou pela máxima transparência em suas ações e realizações, tendo sido agraciada com prêmio, entre as únicas 09(nove) administrações regionais que obtiveram o índice de 100% Transparência Ativa, em cerimônia realizada no Palácio do Buriti



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional do Lago Sul, mesmo com quadro de servidores reduzido, efetuou suas funções perante a comunidade, aproximando os moradores das políticas de Estado, atendendo às demandas oriundas da sua população, valorizando a sua diversidade cultural e fortalecendo o vínculo de confiança entre Estado e cidadão. Fortaleceu a relação com a comunidade, lideranças e Prefeituras Comunitárias, entidades sociais e representativas. Isso se deve a uma visão de gestão participativa e aberta ao diálogo com a população. A articulação com os outros órgãos do governo também foi fundamental para otimizar os encaminhamentos na gestão da RA-XVI.

A Ouvidoria tem sido crescentemente demandada em busca das mais diversas aspirações e interesses da sociedade, encaminhando os assuntos para cada órgão correspondente, nas hipóteses em que as soluções fogem à alçada da Unidade. Pode-se afirmar que o serviço de Ouvidoria vem sendo reconhecido pela população do Lago Sul. Apesar de poucos recursos, com a participação de servidores e parcerias conseguiu-se concluir ações que se consideram importantes para a comunidade. Houve apoio de outros Órgãos do GDF nas execuções, como Secretaria Executiva das Cidades, NOVACAP, SLU, DER, CEB, DETRAN, PM/DF, CAESB,DF LEGAL, Secretaria de Saúde do DF, singularmente, nas ações voltadas para limpeza, manutenção e fiscalização de vias públicas realizadas durante o ano de 2019.

Entre as atividades realizadas pela Administração Regional cabe citar: a manutenção de vias públicas, a operação tapa buracos, a limpeza dos passeios, a retirada de entulhos e galhadas, podas de árvores, a roçagem, entre outros serviços de manutenção. Além disso, apesar das limitações orçamentárias e financeiras, a Regional tem despendido esforços para adequar quantitativa e qualitativamente o número de servidores efetivos em seu quadro. Ainda há carência de pessoal técnico capaz de melhor produzir e abastecer a área de orçamento de obras e serviços.

Citam-se como dificuldades a ineficiente utilização do orçamento por dificuldades de elaboração dos projetos básicos, e entraves de ordem administrativa, como a reduzida equipe com qualificação na área. Espera-se para o exercício/2020 a possibilidade da valorização do servidor de carreira e das assessorias que gerem estas atividades com vistas à eficiente execução dos programas e ações de governo destinados à melhoria da Região Administrativa como prioridade. Espera-se que as atividades administrativas, de gestão e de planejamento sejam ainda mais eficazes, contando sempre com o apoio da comunidade e dos órgãos parceiros. Para o exercício de 2020 está sendo planejada a elaboração de estudos e projeto de reforma/modificação do prédio da Administração Regional, tendo em vista a necessidade imperiosa de troca do telhado, reforma e construção de sanitários, reforma do auditório, reforma da copa e cozinha, revisão das instalações prediais e manutenção de pinturas, dentre outros serviços.

09119 - ADM. REG. DO RIACHO FUNDO - RA XVII

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Lei nº 620, de 15 de dezembro de 1993, criou a Região Administrativa do Riacho Fundo – RA XVII, desmembrada da Região Administrativa do Núcleo Bandeirante. Implantada em terras das antigas fazendas Riacho Fundo e Sucupira, que outrora pertenciam ao Município de Santa Luzia, hoje Luziânia-GO, e que foram desapropriadas pelo Governo do Distrito Federal para a implantação da capital federal. Foi quando se iniciou o povoamento da região, com ocupação rural por meio de concessão de terras a colonos de origem japonesa, às margens do Riacho Fundo.

Conforme estudos da CODEPLAN, em relatório do PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, de 2018, a população urbana da RA Riacho Fundo é de 41.410 pessoas, sendo 52,5% do sexo feminino, com idade média de 33 anos.

Anteriormente vinculada à Casa Civil de acordo com o (art. 19, § 2º, inciso II, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, revogado pelo art. 7º, inciso II, alínea d), do Decreto nº 40.335, de 20 de dezembro de 2019, e conforme art. 1º, caput, do Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, vinculada à Secretaria de Estado das Cidades, atual Secretaria Executiva das Cidades, integrante da estrutura da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, e tem por competência regimental:

I - representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa;

II - supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria Executiva das Cidades;

III - supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria Executiva das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	0	11	0	15
Comissionados sem vínculo efetivo	44	0	0	0	44
Requisitados de órgãos do GDF	3	0	5	0	8
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	5	0	5
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	2	0	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	12	0	12
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	51	0	35	0	86

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	51	0	35	0	86

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	0	218071,0	217998,09	217998,09
0052 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES- IMPLANTAÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DA QN 01- RIACHO FUNDO	0	218071,0	217998,09	217998,09
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	218071,00	217998,09	217998,09

Iniciada em novembro de 2018, a obra de construção da cobertura e reforma da quadra poliesportiva da QN 01 encontrava-se em janeiro de 2019 sem dotação orçamentária para cobertura contratual, foi necessária a paralisação/suspensão do contrato por seis meses. Assim, com gestão junto a Camara Legislativa do Distrito Federal e a Casa Civil do Distrito Federal, foi suplementado com o valor necessário para o retorno das obras, entretanto foi necessário um aditivo tendo em vista que o projeto inicial após análise da Novacap não contemplava todos os itens para o correto funcionamento da quadra.

Em 2019, foi realizada a reforma com implantação da cobertura e nas demais instalações, da quadra poliestportiva localizada na QN 01, praça central do Riacho Fundo I, totalizando uma área de 622.15 m².

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	5429,00	5396,0	5396,0
0179 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- RIACHO FUNDO	0	5429,00	5396,0	5396,0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	200,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0009 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RIACHO FUNDO	0	200,00	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	5629,00	5396,00	5396,00

Em 2019, foi executar obras de manutenção e reparo de 32 m² de calçadas localizadas no conj. 05 da QN 07, na QS 08 lateral do parque vivencial e no conj. 04 do setor de oficinas; reparo de 12m² de calçadas no conj. D da QS 14, na praça da QN 07 e no conj. 6B e 8 B da QS 10; cobertura de 48,31 m² de telhas no estacionamento do quartel da PMDF localizado na QN 05; cobertura de 18,78 m² de telhas do galpão comunitário localizado na da AC 03 lote 06 e cobertura de 16,10 m² de telhas no posto policial da QN 01.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	211475,92	211300,00	201961,43
0017 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	0	211475,92	211300,00	201961,43
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	211475,92	211300,00	201961,43

Com o contrato celebrado junto a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania - Sejus, a Administração Regional do Riacho Fundo I, contratou até 10 sentenciados assistidos pelo programa Reintegra Cidadão, que atuaram diretamente em atividades de manutenção e conservação da região administrativa e com isso, contribuindo com a ressocialização dos assistidos.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	1960,00	1931,13	1931,13
0096 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS- ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RIACHO FUNDO	0	1960,00	1931,13	1931,13
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	1960,00	1931,13	1931,13

O aniversário da Região Administrativa do Riacho Fundo I, que completou em 13 de março de 2019, 29 anos, foi celebrado durante todo o mês de março, começando com os parabéns que contou com um bolo de 29 metros e foi repartido com toda população. Além disso, tivemos a realização de desfile cívico, shows, missas, cultos, brinquedos para criançada, corrida de rua e muitas outras atividades, movimentando mais de dez mil pessoas.



Foi realizado também, eventos esportivos no ginásio de esportes da QN 07, nas quadras esportivas da QS 06 e 14, durante o mês de março, com a presença aproximada de 3000 pessoas.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	150000,00	9172,42	9172,42
0083 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	0	150000,00	9172,42	9172,42
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	3900,00	0	0
0028 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	0	3900,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	153900,00	9172,42	9172,42

Foi atendida despesas com folha suplementar versão 17, pagamento de licença prêmio em parcelas para 03 servidores aposentados da Administração Regional do Riacho Fundo I.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	4498475,00	4403283,08	4403283,08
0029 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	0	4498475,00	4403283,08	4403283,08
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	310150,00	297920,09	297920,09
0024 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RIACHO FUNDO	0	310150,00	297920,09	297920,09
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	269355,70	249114,09	220217,61
0108 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	0	269355,70	249114,09	220217,61
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	3000,00	2634,0	2634,0
0025 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RIACHO FUNDO	0	3000,00	2634,0	2634,0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	5080980,70	4952951,26	4924054,78

Foram atendidas despesas com água e esgoto, energia elétrica, água mineral, gás de cozinha, telefonia, material de expediente, serviço de chaveiro, aquisição de bebedouro industrial inox com duas torneiras, aparelho de ar condicionado cap. 12.000 BTU/H.

Foi executada a pintura no edifício sede da Administração Regional do Riacho Fundo I.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	6
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	3
Encaminhamento - CDS/ Na hora	2
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	20
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	5

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos - Gestantes	6
Trabalho com Grupos - Idosos	20
Trabalho com Grupos - Mulheres	10
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	15
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	6
Trabalho com Grupos - Remoções	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	6
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	8

A Administração Regional, realizou em conjunto com diversas parcerias públicas e privadas, várias atividades que foram planejadas para o ano de 2019, tais como:

- Baile de carnaval da terceira idade;

- Ação solidária com distribuição de cestas básicas, roupas, sopa, cobertores, brinquedos para crianças de famílias de baixa renda.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	3	900
Música	1	150
Dança	3	250
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0

A Educação e Cultura são prioridades nesta gestão, assim, durante todo o ano de 2019, a Administração Regional do Riacho Fundo I buscou através de parcerias com outros órgãos/entidades públicas, como com a Secretaria de Estado de Educação, e a Secretaria de Estado de Cultura, a concretização de projetos e ações, ainda sim, foi necessário também a participação com o empresariado local e artistas para que juntos pudessemos realizar eventos de grande relevância com boa presença de público.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	430
Habitação Coletiva	411
Comercial	85
Industrial	0
Área Rural	140
Outros (Eventual)	55

Sobre os alvarás de funcionamento, as principais dificuldades encontradas no momento da análise de protocolos de viabilidade são analisar pedidos destinados à região da Sucupira, Kanegai e QS 16, particularmente aos dois últimos, já que não possuem plano de ocupação e são regiões bem populosas e em desenvolvimento constante.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	7	7.000
Eventos esportivos	9	5.800
Outros	2	1.500

À Administração Regional, no ano de 2019, executou apenas parte dos eventos planejados em razão da falta de recursos orçamentários e financeiros. Entretanto, com criatividade e empenho dos servidores os eventos realizados contaram com a presença e participação de grande público.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	1	254,91
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

A competência para emissão de Alvará de Construção foi transferida para a Central de Aprovação de Projetos - CAP, em maio de 2019. Portanto, até o mês referido foi emitido apenas 01 Alvará de Construção em março/2019.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	2	449,23
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

A competência para emissão de Carta de habite-se foi transferida para a Central de Aprovação de Projetos - CAP, em maio de 2019. Portanto, até o mês referido foram emitidas apenas 02 Cartas de Habite-se, uma em abril/2019 e outra no início de maio/2019.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,02	289,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,03	439,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Não foram encontradas dificuldades em relação ao trabalho realizado e no cumprimento destas atribuições.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	10
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

A competência para Aprovação de Projetos de residências unifamiliares foi transferida para a Central de Aprovação de Projetos - CAP, em maio de 2019. Porém, alguns projetos foram aprovados após esta data, pois estavam em processo de cumprimento de exigências. Logo, foram aprovados 04 projetos no mês de maio, 04 projetos no mês de junho e 02 projetos no mês de julho de 2019.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	192

Em 2019, a Administração Regional, realizou reparos pontuais no âmbito da feira permanente.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	1

A cidade do Riacho Fundo I conta atualmente com apenas 01 banca de jornal e revista. Por ser uma atividade comercial de baixa procura, no momento consideramos ser suficiente para atender a demanda da cidade.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	8.000,00
Vistorias realizadas	144
Produtores rurais cadastrados	45
Propriedades rurais	62
Associações	5
Cooperativas	3
Outros	1

Durante o ano de 2019, a Administração Regional intensificou a fiscalização das áreas rurais, com o intuito de combater as invasões de áreas públicas.

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	324
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	860
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	473
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	37
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	2.431

No ano de 2019, houve 4.259 atendimentos ao cidadão nesta RA, todos eles relacionados ao Serviço Militar. Entretanto, alguns serviços foram reduzidos ou não tiveram demandas nesta junta, devido a disponibilidade de serem realizados via internet.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	246,73
Confecção de quebra molas/ Unidade	16,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	797,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	53,00
Recuperação de calçadas/ M ²	134,50
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	25,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	5,00
Remoção de entulhos/ M ³	3.705,40
Reposição de meios-fios/ Unidade	247,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	69,90
Roçagem manual/ M ²	13.060,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	2.467,30
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	18,00
Podas de árvores/Unidade	183
Faixas recolhidas das vias públicas	1.867

Apesar de toda dificuldade encontrada, como a falta de insumos, a ausência de mão de obra qualificada na Administração Regional do Riacho Fundo I, ao longo de 2019 podemos destacar várias ações:

- A inauguração da coberto da quadra poliesportiva da QN 01;
- Troca da iluminação das Avenidas Central, Sucupira, e QN 01, com a substituição de lâmpadas de mercúrio por LED;

- As Operações de tapa-buraco contou com a utilização de 246,73 toneladas de massa asfáltica;

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Com mais de 3 (três) mil participantes, em 10 de agosto de 2019, aconteceu o evento "Riacho + Solidário", que contou com a presença da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, ocorrendo mais de 1.500 atendimentos nas áreas jurídica, de saúde, conscientização da população em diversos temas e ainda com oficinas e brincadeiras para as crianças.



A Corrida de Reis, etapa Regional, aconteceu em 13 de outubro de 2019, foi realizada em parceria da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e proporcionou aos cidadãos da cidade e de outras localidades mais um momento de desconcentração, lazer e muito esporte, contando com mais de mil corredores, atendeu crianças (atletas mirins), PcD e os convencionais.



A segunda edição do "Riacho + Solidário 2" que ocorreu em 26 de outubro de 2019, com um público estimado superior a duas mil pessoas, contou com atendimentos na área jurídica, oftalmológica, médica, exposições artesanais, emissão do licenciamento de 2019 com a presença do DETRAN, além de muita diversão e lazer.

Em 14 de dezembro de 2019 foi realizado o evento "Natal + Solidário", com um público superior a duas mil pessoas, contou com a inauguração da Quadra Coberta da QN 01, além de mais de duzentos voluntários que participaram de diversas ações como os profissionais da área da saúde, segurança, serviços gerais e alimentação para todas as idades, contando ainda com vários brinquedos, participação do Papai Noel e dos Heróis da Liga da Justiça.

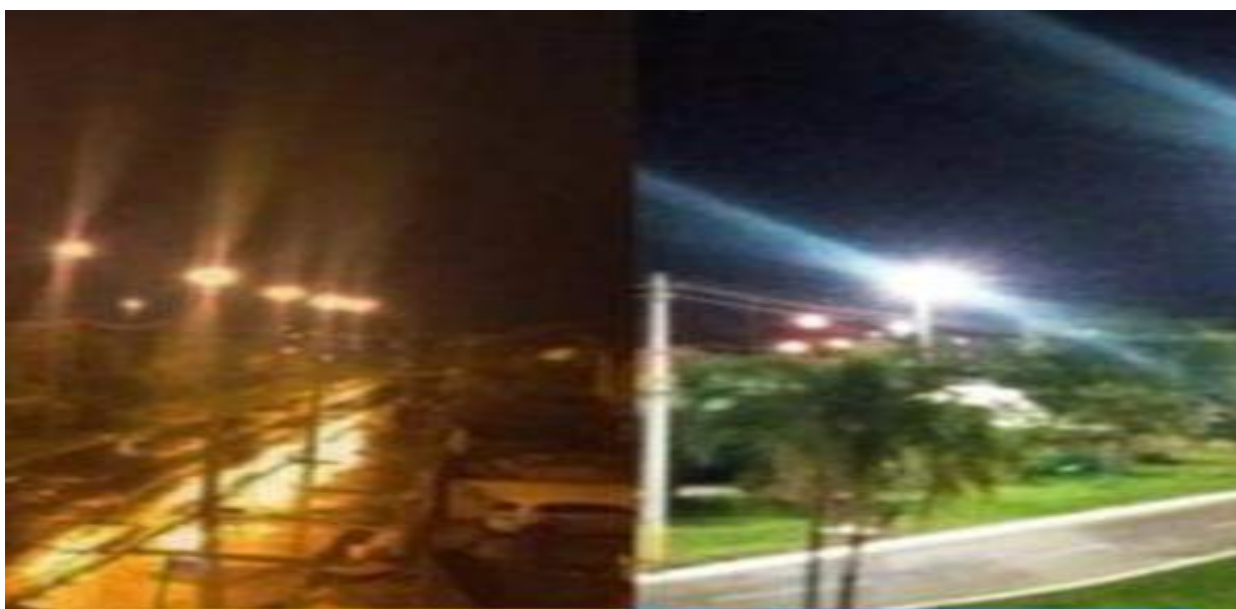


4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com um orçamento limitado, como principal dificuldade para a realização de diversas ações e obras na Região Administrativa do Riacho Fundo I, foi necessário celebrar inúmeras parcerias com a comunidade e os empresários locais para atender parcialmente aos anseios da comunidade.

Em 2019 foi iniciado com as substituições de lâmpadas de mercúrio por LED em toda cidade. Foram trocadas 142 lâmpadas, na Avenida Sucupira, trazendo maior sensação de segurança, conforto e economia para cidade. A Administração Regional atingir a troca total de todas as de lâmpadas de mercúrio por LED até o final do Governo.



No exercício 2019, o baixo efetivo de servidores proporcionou alguns atrasos pontuais no atendimento as demandas da comunidade e da própria administração.

Para o exercício 2020, as metas são o início do projeto da Construção do Viaduto na entrada da cidade, com o objetivo de desafogar o trânsito na Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB); início da Construção de mais um Centro de Ensino Infantil; início do projeto e contratação da empresa para construção da nova biblioteca; o recapeamento de toda Avenida Sucupira e Kanegae; entrega das escrituras aos moradores da QS 16, entre outras melhorias.

Deste modo, a Administração Regional pretende alcançar todas as metas estipuladas e o que mais for possível ser adicionado a isto, sempre prezando pela continuidade do serviço público, com excelência no atendimento aos cidadãos, transparência, moralidade, eficiência, proporcionando melhor qualidade de vida à comunidade da Região Administrativa do Riacho Fundo I.

Para o ano de 2020, em conjunto com outros Órgãos/Entidades do GDF, planejamos as seguintes ações:

- Reforma na estrutura do prédio, a fim de propiciar mais segurança e conforto aos usuários;
- Concluir o recadastramento dos feirantes para processo de regularização das ocupações.

Pretende-se ainda, ampliar as fiscalizações, implantar na cidade a Feira do Produtor e incentivar a criação de novas associações e cooperativas.

09120 - ADM. REG. DO LAGO NORTE - RA XVIII

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Lago Norte, criada pela Lei nº 641 de 10/01/1994, regulamentada pelo Decreto nº 15.516/94, é um órgão da Administração Direta, anteriormente subordinada à Casa Civil do Distrito Federal, de acordo com o Decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012, que tem por competências representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da respectiva Região Administrativa, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Em 2016, após a reestruturação interna do Governo do Distrito Federal, foi criada por meio do Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016, a Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal com a função de coordenar e supervisionar as ações das Administrações Regionais, conforme Art. 3º, Inc. I.

Em 2017 foi publicado o Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, que aprovou o Regimento Interno das Administrações Regionais, que foi alterado pelo Decreto nº 38.326, de 10 de julho de 2017, e Decreto nº 39.467, de 21 de novembro de 2018. De acordo com o Regimento Interno, são competências das Administrações Regionais:

I - representar o Governo do Distrito Federal no âmbito das Regiões Administrativas;

II - supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público, em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades;

III - supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

Segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio - PDAD 2016, a população urbana do Lago Norte é estimada em 37.455 habitantes. No ano de 2013, era de 34.182, que ao comparar com a PDAD/2016, temos uma Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual de 3,09%.

O Lago Norte é a Região Administrativa nº XVIII. A RA é dividida em quadras do lago (QL) com 2.237 lotes e quadras internas (QI) com 2048 lotes. A região compreende ainda um setor de mansões (ML) com 161 lotes e (MI) com 180 lotes, o Setor Habitacional Taquari com 1065 lotes, o Centro de Atividades - CA com 276 lotes e os núcleos rurais (Bananal, Torto, Urubu, Jerivá, Palha, Bálsamo, Taquari e Olhos D'água)

O Centro Administrativo - CA, que fica na entrada da RA é a principal área de comércio, além de concentrar dois Shoppings Centers, o Shopping Iguatemi e o Deck Norte.

Juntamente com o Taquari, os Núcleos Rurais foram delineados como áreas prioritárias por serem regiões de mananciais que abastecerão o Lago Paranoá. Mesmo estando no rol do grupo das cidades consideradas mais nobres e desenvolvidas no Distrito Federal, o Lago Norte engloba bolsões de pobreza existentes nos núcleos rurais nomeadamente do Jerivá, Olhos d'água, Palha e Capoeira do Bálsamo, cujo os problemas fundiários são de ordem grave, ausência significativa de serviços elementares de segurança, educação e saúde pública, além de um alto índice de desemprego.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	3	4	2	14
Comissionados sem vínculo efetivo	10	19	0	0	29
Requisitados de órgãos do GDF	0	1	1	3	5
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	1	1	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	2	2
Outros - especificar	0	0	16	0	16
Subtotal	15	23	22	8	68
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	1	1
Total Geral	15	23	22	7	67

Outros - especificar: Terceirizados em serviços de Limpeza (2 pessoas) e Seguranças (14 pessoas)

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	967,00	0	0
0177 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	0	967,00	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	5371,00	0	0
0020 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	0	5371,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	6338,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	30400,00	30400,00	25822,59
0016 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	0	30400,00	30400,00	25822,59
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	30400,00	30400,00	25822,59

Os 02 sentenciados colaboraram com as atividades de tapa buraco e retirada de faixas das vias públicas da Região Administrativa do Lago Norte.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	597,00	0	0
0091 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	0	597,00	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	597,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	66601,0	61600,95	61600,95

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0082 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	0	66601,0	61600,95	61600,95
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	20150,00	6393,43	6393,43
0027 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	0	20150,00	6393,43	6393,43
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	86751,00	67994,38	67994,38

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	597,00	0	0
0035 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	0	597,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	4351764,00	4162712,52	4162712,52
0028 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	0	4351764,00	4162712,52	4162712,52
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	283000,00	206633,95	206633,95
0023 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	0	283000,00	206633,95	206633,95
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	635226,68	615584,61	599415,64
0046 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	0	635226,68	615584,61	599415,64
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	5270587,68	4984931,08	4968762,11

Na Ação de Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, foram pagos os valores referentes ao aluguel das salas ocupadas por esta Administração Regional no valor de R\$ 391.508,12, bem como os valores dos condomínios de R\$ 86.012,52 e R\$ 34.735,80. Foram pagos dois condomínios tendo em vista que esta Administração Regional ocupa salas

em dois edifícios diferentes. Além disso, foram pagas as faturas mensais das empresas CEB no valor de R\$ 75.045,29 e CAESB no valor de R\$ 28.249,42.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	0
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0
Trabalho com Grupos - Mulheres	0
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	1

- Campanha do Agasalho

Nos meses de junho e julho de 2019, ocorreu a Campanha de coleta de agasalhos junto à comunidade com objetivo de ajudar os necessitados no combate ao frio.



- remoção de morador de rua de Parada de Ônibus

EDUCAÇÃO E CULTURA

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	1	300
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	0	0

- Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional



Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	2
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	42

As licenças eventuais totalizaram 42

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	0	0
Eventos esportivos	3	520
Outros	0	0

- Campeonato Natação Ecológica (13/05)

- Copa Brasília de Futsal (09/06)



- Campeonato de Futsal e Futevôlei (08/08)

Realização de campeonato de futsal e futevôlei na inauguração das praças do Taquari.



Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	4	1.939,71
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Em março de 2019, houve a transferência dos processo para a CAP.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	7	2.879,94
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Em março de 2019, houve a transferência dos processo para a CAP.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Foram realizadas 39 numerações prediais.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	2

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	83

As atividades de manutenção da Zona Rural totalizaram 83 ações.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	277,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	0,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	0,00
Recuperação de calçadas/ M ²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00
Remoção de entulhos/ M ³	0,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	0,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	0,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	690

A Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção desta Administração Regional disponibilizou as informações das atividades por ações/operações, 277 ações de tapa-buraco, 690 faixas retiradas, 176 ações de limpeza em geral, que inclui desobstrução de boca de lobo, retirada de entulho e limpeza em geral.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Apoio ao GDF Presente - Serviço realizado pela Novacap



Operação Tapa Buraco

A Administração Regional realizou 277 ações de tapa buraco na Região Administrativa do Lago Norte

Retirada de Faixas

A Administração Regional retirou 690 faixas das vias públicas da Região Administrativa do Lago Norte

Reuniões com síndicos, comerciantes, Prefeitura e comunidade do Lago Norte



Descarte de lixo Eletrônico

Os lixos eletrônicos geram o que os especialistas chamam de resíduos tóxicos, volumosos e de difícil reciclagem. Isso porque a maioria desses equipamentos é fabricada com materiais como PVC, mercúrio, chumbo e cádmio, que, além de contaminarem o meio ambiente, podem causar graves danos à saúde humana e dos animais. Entre as doenças mais comuns estão os distúrbios no sistema nervoso, problemas nos rins, pulmões, cérebro e envenenamento. A Administração Regional do Lago Norte conta com um ponto de recolhimento deste material eletrônico.



Projeto Bigua

O objetivo deste projeto é promover a responsabilidade socioambiental junto aos servidores e colaboradores do LAGO NORTE e estimular a preservação do meio ambiente de forma sustentável, por meio da coleta sistemática de óleo de fritura usado para fins de reaproveitamento.



Campanha de coleta de vidros

No mês de junho de 2019, foi realizada Campanha de coleta de vidros junto à comunidade com a finalidade de reaproveitamento para um novo uso.



COLETA DE LAMPADAS, PILHAS E BATERIAS

Campanha de coleta de Lâmpadas, pilha e baterias de celulares junto à comunidade com a finalidade de descartes em lugares apropriados.

Foram colocados vários totens nas principais vias do Lago Norte e Taquari.



Reunião de Abertura do GEF CITnova na Região Administrativa do Lago Norte

Reuniões prévias para o Acordo de Cooperação Técnica entre Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e Administração Regional do Lago Norte



Evento Encontro com as Águas

Evento realizado com o apoio da Administração Regional do Lago Norte para promover, dá conhecimento e divulgar as questões ambientais da Serrinha do Paranoá, Áreas Rurais do Lago Norte.



CONSEG Lago Norte

Participação em reuniões do Conselho de Segurança

Apoio à realização das eleições do CONSEG

Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Lago Norte

Reunião no Centro Comunitário Aspalha

Audiência Pública sobre regularização fundiária



Viveiro do Lago Norte

Visitas de alunos do ESPRO ao Viveiro do Lago Norte



Visita de alunos da Nova Acrópole ao Viveiro



Visita dos alunos especial do Centro de Ensino 01 do Paranoá



A Gerência de Apoio a Área Rural participou de diversas reuniões, tais como:

- Batalhão Rural,
- CONAM/ ADASA
- Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável-Lago Norte Escola do NR Palha
- Conselho da APA do Planalto Central

- Oficina Plano de Recursos Hídricos Bacias do Paranaíba Oca do Sol, NR Urubu
- Cidades em Transição GEF/SEMA
- Emenda Parlamentar Nascentes Serrinha do Paranoá SEAGRI
- Turismo Rural na Serrinha do Paranoá Oca do Sol NR URUBU
- Captação de Agua Rural ADASA
- Regularização Rural OAB/DF
- Plano de Recursos Hídricos do Paranaíba (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU/UnB)
- Lançamento Portal da Regularização, Salão Branco Palácio Buriti
- Reunião comunidade Núcleo Rural do Urubu, Largo do Araguaia Núcleo Rural Urubu
- Subsídio dos Planos de Bacia Hidrográficas – Planejamento Territorial do Distrito Federal (Espaço Darci Ribeiro UnB)

Participação em Força Tarefa entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Secretaria Executiva das Cidades

Para análise de viabilidade de localização do RLE@DIGITAL no simplifica PJ

Inauguração da Sala do Empreendedor

Em agosto de 2019 foi inaugurada a sala do empreendedor nesta Administração Regional do Lago Norte



Participação na segunda etapa do Projeto Cidade Empreendedora

Compreende ações para a formação de Cultura Empreendedora, proposta pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e o SEBRAE/DF

Mapeamento dos Engenhos Publicitários

Esse mapeamento teve por finalidade apurar e identificar o quantitativo de engenhos publicitários na poligonal Lago Norte, em área pública e privada, com mapeamento de posição geográfica, endereço, faixa de domínio, tipo de fixação, iluminação e relatório fotográfico, atendendo as solicitações demandadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana e pelo Ministério Público.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A principal dificuldade relacionada à atividade de planejamento refere-se à nomeação da Assessoria de Planejamento desta Administração Regional, pois este cargo ficou vago de janeiro a agosto e a nomeação ocorreu em 06 de agosto de 2019.

Para o próximo ano, esta Administração Regional, continuará implementando a operação tapa buracos e a retiradas de faixas, bem como apoiará a realização de eventos esportivos na cidade, revitalização dos parque Vivencial e parque das Garças, implantação de UBS no Bálsamos, iluminação pública no núcleo rural e recapeamento asfáltico.

09121 - ADM. REG. DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional da Candangolândia, criada pela Lei nº 658 de 27-01-1994, órgão da Administração Direta, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado das Cidades, de acordo com o Decreto nº 33.583 de 16-03-2012. Em 2016, conforme Decreto nº 37.625, de 15-09-2016, publicado no DODF nº 176, de 16-09-2016, as Administrações Regionais passaram a ser subordinadas à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal. Em 2017, conforme Decreto nº 38.094, de 28-03-2017, publicado no DODF nº 61, entrou em vigor o Regimento Interno das Administrações Regionais. Em 2019, o Decreto 39.898, 18-06-2019, publicado no DODF suplementar nº 115 e retificado em 12/07/2019, no DODF nº 130 DE 12.07.2019, as Administrações Regionais passaram a ser subordinadas à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal.

À Administração Regional cabe representar o Governo do Distrito Federal na área de sua jurisdição, visando implementar as ações de Governo em benefício da coletividade, atendendo aos anseios e necessidades da comunidade local, na busca de melhor qualidade de vida. Este relatório lista as atividades desta Administração no período de 01/01/2019 a 31/12/2019. Informamos ainda que, os dados constantes deste relatório foram fornecidos pelos setores técnicos das Coordenações.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	1	2	0	5
Comissionados sem vínculo efetivo	18	17	0	0	35
Requisitados de órgãos do GDF	3	1	1	1	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	5	1	6
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	2	1	3
Terceirizados (FUNAP)	0	0	1	19	20
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	23	19	11	22	75
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	23	19	11	22	75



Os serviços prestados à comunidade local, conforme competência definida por norma legal, são criteriosamente executados por duas coordenações: Coordenação de Administração Geral e Coordenação Executiva. À Coordenação de Administração Geral compete a execução orçamentária, financeira e a gestão administrativa de pessoas, à Coordenação Executiva é responsável pelo planejamento, supervisão e controle na execução das atividades no âmbito da Administração Regional da Candangolândia, tais como: aprovação de projetos, obras, manutenção e conservação, licenciamento, topografia, desenho técnico e desenvolvimento econômico, contamos ainda com o Sistema de Gestão de **Ouvidoria** do DF, que tem como finalidade assegurar a participação da população da cidade nas decisões que afetam, diretamente ou indiretamente, a comunidade como um todo, desenvolvendo, com isso a cultura de cidadania e, concomitantemente, aprimorando os serviços públicos prestados por esta RA.

Em parceria com SEBRAE-DF, a Secretária de Desenvolvimento do GDF, inaugurou, no corrente ano, a **Sala do Empreendedor**, espaço este que viabiliza a abertura de novas empresas e regulariza as atividades informais, oferecendo consultoria aos microempreendedores individuais. Os servidores são altamente capacitados na prestação de informações no que tange à abertura de empresas, orientando de forma objetiva.

Os valores correspondentes aos Gastos com Pessoal, Do programa de trabalho - Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais, é onde se concentram as maiores despesas. Esta força de trabalho é composta por: 75 (setenta e cinco) servidores, sendo 06 (seis) estagiários, 03 (três) menores do Projeto Jovem Candango e até 20 (vinte) reeducandos da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP). Os cargos em comissão da RA-XIX, são ocupados da seguinte forma: 16,7% por servidores efetivos e 83,3% por servidores sem vínculo empregatício com Governo do Distrito Federal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	0	24688,0	24680,00	23360,80
0154 - APOIO A EVENTOS- EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA- CANDANGOLÂNDIA	0	24688,0	24680,00	23360,80
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	24688,00	24680,00	23360,80

Para este Programa de trabalho Foram disponibilizadas emendas parlamentares destinadas à aquisição de itens tais como: bolas de tênis de mesa, tatames, bolas de vôlei, rede de tênis, colchonetes, tendas piramidal 6x6 estrutura em aço, Pebolim - produzido em madeira, mesa de tênis, cama elástica, entre outros que são utilizados em eventos esportivos e culturais como: **Rua de Lazer**, que contou com um público estimado de 500 pessoas; **Dia das Crianças** - com a participação de aproximadamente 350 crianças que receberam brinquedos no decorrer o evento; **Aniversário da Cidade**, teve a presença de 1.100 pessoas; **1ª Corrida da Cidade e a Vila Noel** que foi a decoração para a festividade natalina, teve um público de cerca de 13.500 pessoas visitaram a exposição.



6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	284907,01	284906,17	14092,01
0195 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- CANDANGOLÂNDIA	0	14092,01	14092,01	14092,01
0285 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- CANDANGOLÂNDIA	0	270815,0	270814,16	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	694885,0	694884,12	0
0067 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- EFICIENTIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO DA CONDANGOLÂNDIA- CANDANGOLÂNDIA	0	694885,0	694884,12	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	47302,0	44226,52	38095,80
0041 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-- CANDANGOLÂNDIA	0	44227,0	44226,52	38095,80
0045 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-- CANDANGOLÂNDIA	0	3075,0	0,00	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	1027094,01	1024016,81	52187,81

Neste programa houve aquisição de diversos materiais de consumo e equipamentos de proteção individual, para a manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas da Candangolândia. A manutenção foi feita com a limpeza em praças, canteiros centrais e jardins públicos, e os serviços executados foram de roçagem, capinagem, limpeza e remoção de detritos, pintura de meios-fios e muretas, entre outros. A manutenção de tais áreas visam manter esses espaços públicos limpos e organizados, no intuito de prevenir a proliferação de insetos, a epidemia de doenças e o acúmulo de lixo nas praças e demais áreas urbanas. Foram contratadas, através de orçamento das emendas parlamentares, a execução de obras, tais como: Reforma do Centro Desportivo da Candangolândia, obra iniciada no final de 2019 e com previsão de término em 2020; contratação de execução de obras para ampliação de iluminação pública (Implantação da Iluminação em LED) em toda a cidade, em parceria com a CEB, prevista para conclusão em 2020.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	282472,91	200401,18	170107,57
0034 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	0	282472,91	200401,18	170107,57
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	282472,91	200401,18	170107,57

Neste Programa de trabalho, foi realizada a contratação de mão-de-obra não especializada, para serviços gerais do Fundo de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, para o fornecimento de mão-de-obra de até (20) vinte reeducando do programa reintegra cidadão. Ressalta-se que, de janeiro até agosto de 2019 o contrato contemplava até 10 trabalhadores, e, em virtude da disponibilização das emendas parlamentares, o número de reeducandos foi ampliado.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	0	41869,0	41868,01	34080,93
0159 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS CULTURAIS-CANDANGOLÂNDIA	0	19711,0	19710,93	19710,93
0160 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS CULTURAIS-CANDANGOLÂNDIA	0	7788,0	7787,08	0
0161 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS CULTURAIS-CANDANGOLÂNDIA	0	14370,0	14370,0	14370,0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	41869,00	41868,01	34080,93

A Administração Regional neste Programa foi contemplada com recursos oriundos das emendas parlamentares, fato que tornou viável a aquisição de equipamentos permanentes, as quais, 30 cadeiras giratórias, para melhoria da biblioteca pública da cidade. Ressalta-se aqui o início ao projeto de atividades natalinas da cidade, com a instalação da Vila Noel na Praça dos Estados, com a inauguração no dia 10/12/2019 e encerramento das atividades no dia 06/01/2019, onde houve presença maciça da comunidade, cerca de 13.500 pessoas visitaram a decoração. A ação ofereceu um local de lazer para a comunidade com diversas atrações ao longo do mês de dezembro.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	51705,00	47880,0	47880,0
0092 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CANDANGOLÂNDIA	0	51705,00	47880,0	47880,0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	20000,00	19888,86	19888,86
0050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CANDANGOLÂNDIA	0	20000,00	19888,86	19888,86
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	71705,00	67768,86	67768,86

A Administração Regional da Candangolândia, visando cumprimento legal, realizou pagamento de conversão de licença prêmio para servidor efetivo, assim como acerto de contas de servidor sem vínculo (exoneração).

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	42089,47	42086,95	42086,95
0038 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CANDANGOLÂNDIA-CANDANGOLÂNDIA	0	42089,47	42086,95	42086,95
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2892052,42	2670331,13	2670331,13
0052 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	0	2892052,42	2670331,13	2670331,13
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	224762,25	205343,26	205343,26
0043 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CANDANGOLÂNDIA	0	224762,25	205343,26	205343,26

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	284456,08	247317,19	229172,38
0080 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	0	284456,08	247317,19	229172,38
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	3443360,22	3165078,53	3146933,72

A Administração Regional da Candangolândia, visando os cumprimentos legais de Direito Trabalhista, concedeu benefícios a servidores ativos, tais como: Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Auxílio Creche, Pagamento da Folha Norma, Acerto de Contas/Exoneração de Servidor Sem Vínculo, INSS Patronal, Substituições, 13º Salário e IPREV. Pagamentos de serviços contínuos, quais sejam: CEB, CAESB, Telefonia fixa OI e Certificado Digital, e aquisições diversas de material de consumo para obras.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	243
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	3
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	45
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	8
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	13
Trabalho com Grupos - Mulheres	0
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	6
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	1
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	183
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	12
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	11
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	105
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	1.100



Houve ainda inúmeras atividades conforme demandas apresentadas à esta Administração Regional, contudo, na maioria das vezes, ocorreu apenas encaminhamento aos órgãos competentes, além de parcerias com o público privado local, através de doações, contribuindo para a realização dos eventos como o aniversário da cidade, que culminou com um desfile cívico e corte de bolo que foi servido à comunidade

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	2	400
Teatro	6	400
Música	7	2.700
Dança	4	400
Artes Plásticas	3	330
Literatura	2	200
Outros eventos	4	1.280

Esta Administração Regional realizou eventos referentes a cinema, teatro, música, dança, artes plásticas, literatura, oficinas, mutirões entre outros e contou com a participação ativa de produtores artísticos da cidade, que foram desenvolvidos em caráter voluntário, os principais eventos foram: **Ação Candanga Social, Festa Agostina, Festa da Independência, a Batalha do Saber, a FEIRART- Feira de Artesanato, Horta Social e Circuito Cultural dos Pioneiros.**

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	0

Os procedimentos de licenciamento iniciados pelo sistema de Registro de Licenciamento de Empresa "**RLE@digital**", de acordo com **a Lei 5547 de 06 de outubro de 2015** e decreto **nº 36.948 de 04 de Dezembro de 2015**, são meramente viabilizados por esta administração quando adequadamente analisados pelo setor de Licenciamento. A licença de funcionamento segue por processo automático e é publicada pelo sistema quando o interessado conclui as demais etapas do processo.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	200
Eventos esportivos	6	1.150
Outros	0	0

Foram realizados eventos esportivos, **Ação Social Candanga** com modalidades (basquete, vôlei, futebol, skate) e **1ª Copa Society da Candangolândia** que reuniu um público de aproximadamente 200 pessoas e o **Passeio Ciclístico** com um público em torno de 50 pessoas.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Devido à recente reorganização estrutural do processo de licenciamento e aprovação de projetos a Central de Aprovação de Projetos, criada e gerida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, sob a Portaria nº 05, de 29 de agosto de 2018,

concentrará os processos de aprovação de projetos unifamiliares, emissão de Alvarás de Construção e Habite-se. Competindo à Administração Regional a supervisão do preenchimento dos requerimentos, abertura de processo, digitalização e despacho para a CAP.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Devido à recente reorganização estrutural do processo de licenciamento e aprovação de projetos a Central de Aprovação de Projetos, criada e gerida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, sob a Portaria nº 05, de 29 de agosto de 2018, concentrará os processos de aprovação de projetos unifamiliares, emissão de Alvarás de Construção e Habite-se. Competindo à Administração Regional a supervisão do preenchimento dos requerimentos, abertura de processo, digitalização e despacho para a CAP.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Os procedimentos de licenciamento iniciados pelo sistema de Registro de Licenciamento de Empresa "RLE@digital", de acordo com a Lei nº 5.547 de 06 de outubro de 2015 e decreto nº 36.948 de 04 de Dezembro de 2015, são meramente viabilizados por esta administração quando adequadamente analisados pelo setor de Licenciamento. A licença de funcionamento segue por processo automático e é publicada pelo sistema quando o interessado conclui as demais etapas do processo.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Devido à recente reorganização estrutural do processo de licenciamento e aprovação de projetos a Central de Aprovação de Projetos, criada e gerida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, sob a Portaria nº 05, de 29 de agosto de 2018, concentrará os processos de aprovação de projetos unifamiliares, emissão de Alvarás de Construção e Habite-se. Competindo à Administração Regional a supervisão do preenchimento dos requerimentos, abertura de processo, digitalização e despacho para a CAP.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	60

Esta Administração Regional não possui gestão diretamente sobre a feira permante, cabendo apenas a fiscalização, conforme o Art. 7º do Dec.38554/17 - a ocupação de boxes de feiras permanentes e instrumentalizada por meio de termo de permissão de uso qualificada. Art. 10º - compete à SECID outorgar o termo de permissão de uso qualificada aos vencedores da licitação, obedecendo a ordem de classificação. Parágrafo único - A SECID deve enviar cópia dos termos de permissão de uso qualificada concedida.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	3

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	90,37
Confecção de quebra molas/ Unidade	3,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	1.012,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	58,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Recuperação de calçadas/ M ²	64,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	1,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	1.546.939,92
Remoção de entulhos/ M ³	5.574,55
Reposição de meios-fios/ Unidade	25,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	1.546.939,92
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	1.546.939,92
Recapeamento asfáltico/ M ²	270,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	279
Faixas recolhidas das vias públicas	172



Esta Administração Regional executou trabalhos relevantes no exercício de 2019, tais como: limpeza de bocas de lobo, capina, coleta de objetos dos mais variados das ruas da cidade, entre as ações demandadas pelo **SOS/DF e GDF PRESENTE**, houve a parceria da **NOVACAP** em todos os eventos.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.



A Administração Regional da Candangolândia, no exercício de 2019, desenvolveu suas atividades culturais e esportivas através de iniciativas e parcerias com órgãos do Governo, parcerias com produtores culturais e esportivos desta localidade, dentre outras atividades das quais destacam-se:

Eventos de educação ambiental, plantio de 250 árvores típicas do cerrado, com a participação dos servidores e moradores da Candangolândia;

Campanha de doação de agasalhos, que contemplou 80 pessoas carentes;

Aniversário da cidade, foram realizados corte de bolo, desfile cívico e o circuito cultural dos pioneiros;

Festa Agostina, que faz menção tradicional à festas juninas, com música, esporte, lazer e cidadania;

Ação Candanga Social, onde foram realizados shows musicais, apresentações artísticas, peças teatrais e artes plásticas;

Rua do Lazer, em comemoração ao dia do trabalhador, com um público

Ação Candanga Social, contou também com a realização de torneios esportivos em várias modalidades, além de música, e várias apresentações artísticas;

a Feirart - feira de artesanato;

Festa da Independência e a Batalha do saber.

A Ouvidoria desta Administração é uma área bem atuante. Recebeu, no período de janeiro a dezembro de 2019, 164 manifestações, das quais: 108 solicitações, 36 reclamações, 06 sugestões, 11 elogios, 01 informação e 02 denúncias. Por isso foi agraciada, pelo GDF, com o prêmio de melhor ouvidoria do Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional da Candangolândia no exercício de 2019, trabalhou para que houvesse uma relação de fortalecimento com a comunidade, com lideranças comunitárias, e com entidades sociais e culturais. A articulação com outros órgãos do Governo, também foi de suma importância para que a missão desta RA, fosse cumprida com êxito. Ressalvas importantes no que tange aos recursos, mesmo com a escassez orçamentária, o aporte das emendas parlamentares destinadas na RA - XIX complementaram as necessidades do Governo do Distrito Federal em seu programa de atividades inicialmente planejadas para a região. Assim, além de promover a proximidade da comunidade com as políticas do Estado, atendendo as demandas oriundas da cidade, valorizando sua diversidade cultural e fortalecendo o vínculo entre Estado e Cidadão, promoveu uma confiança mútua. Contudo, as menções supracitadas referentes às dificuldades no exercício corrente, devem ser superadas em 2020, e que essas atividades administrativas, de gestão e planejamento, tornem-se mais eficientes e eficazes, sendo de suma importância o apoio de órgãos parceiros e da comunidade.

09122 - ADM. REG. DE ÁGUAS CLARAS - RA XX

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A cidade de Águas Claras teve sua implementação pela Lei nº 385, de 16 de dezembro de 1992, pertencendo a região administrativa de Taguatinga. Com o advento da Lei 3.153, de 06 de maio de 2003 Águas Claras emancipou-se tornando Região Administrativa de Águas Claras, compreendendo as cidades de Arniqueira, Areal, Área de Desenvolvimento Ecomônico - ADE e Águas Claras "vertical".

Conforme dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan*, a população urbana de Águas Claras é de aproximadamente 161.184 pessoas, sendo 48% homens e 52% mulheres. De acordo com o retrato demográfico e socioeconômico entre as regiões Águas Claras "vertical", Arniqueira e Areal fez necessário o desmembramento dessas regiões, conforme Projeto de Lei nº 594/2019, que cria a Região Administrativa (RA) de Arniqueira englobando as regiões de Arniqueira, Areal, ADE e QS 6,7,8,9 e 10.

A cidade de Águas Claras tem 27 anos e 16 anos de emancipação com aproximadamente 720 edifícios. Ela se divide em Norte e Sul, tendo como divisor a linha do metrô. Sendo as avenidas margeadas pelo metrô são chamadas de Avenidas Boulevardes Norte e Sul. Todas as praças recebem nomes da fauna brasileira como - Andorinha, Graúna e a Perdiz, enquanto as ruas e as avenidas, da flora - Araucárias, Castanheiras, Ipê-Amarelo, Pau-Brasil.

Apesar dos anos de criação, as poligonais fronteiriças da Administração Regional de Águas Claras só foi definida recentemente em 10 de dezembro de 2019 pelo Projeto de Lei Complementar 19, que consolida e define a limitação geográfica da região por critérios de limites naturais, como: córregos e morros e viários, estradas e vias, contexto histórico, realidade econômica e setores censitários.

As competências da Administração Regionais estão elencadas no inciso I, II, II, do Art. 1º, do Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017.

Art. 1º As Administrações Regionais, órgãos da Administração Direta, vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades, observado o disposto no Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016, sem prejuízo da orientação normativa e técnica dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e da auditoria realizada pelos órgãos competentes, tem por competência:

I - representar o Governo do Distrito Federal no âmbito das Regiões Administrativas;

II - supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades;

III - supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

Atualmente as administrações são vinculadas a Secretaria de Cidades, conforme publicação do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal, Edição Extra Especial Nº 1, de 01/01/2019.



*Dados de 2018 extraídos do site da Codeplan: <http://infodf.codeplan.df.gov.br/>

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	5	9	9	28
Comissionados sem vínculo efetivo	12	35	0	0	47
Requisitados de órgãos do GDF	0	1	0	1	2
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	1	8	9
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	8	8
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	17	41	10	26	94
(-) Cedidos para outros órgãos	0	1	0	1	2
Total Geral	17	40	10	25	92

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	816660,0	814097,53	814097,53
0199 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- ÁGUAS CLARAS	0	16660,0	16543,52	16543,52
0200 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS - REGIÃO XX - ÁGUAS CLARAS-ÁGUAS CLARAS	0	800000,0	797554,01	797554,01
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	816660,00	814097,53	814097,53

0199 - Aquisição de diversos materiais para manutenção de bens imóveis e instalações (areia lavada, brita, cimento, gesso, tinta, etc.) e aquisição de equipamentos de proteção individual - EPI's (botinas, luvas de raspas, uniformes, capa de chuva, etc) para atender ao Programa SOS/DF em Águas Claras.



0200 - Descentralização para NOVACAP, conforme Portaria Conjunta nº 01, de 03 de maio de 2019, publicada no DODF nº 87, de 10 de maio de 2019 para manutenção de calçadas (demolição, recuperação e execução) com acessibilidade em Águas Claras.



6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	133207,85	127333,10	103478,29
0035 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	0	133207,85	127333,10	103478,29
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	133207,85	127333,10	103478,29

- 0035 - Contratação de reeducandos com a Fundação de Amparo ao Trabalhador - FUNAP/DF para prestação de serviços na área de manutenção e conservação em Águas Claras.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	101499,00	13277,52	13277,52
0093 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-ÁGUAS CLARAS	0	101499,00	13277,52	13277,52
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	121438,54	34229,40	34229,40
0051 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-ÁGUAS CLARAS	0	121438,54	34229,40	34229,40
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	222937,54	47506,92	47506,92

- 0093 - Conversão de licença prêmio em pecúnia de 03 (três) servidores aposentados.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	4340,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0039 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	0	4340,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	6409329,54	6187339,16	6187339,16
0053 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	0	6409329,54	6187339,16	6187339,16
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	467398,77	356619,22	356619,22
0044 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	0	467398,77	356619,22	356619,22
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	1115821,24	1100841,10	1090213,00
0081 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	0	1115821,24	1100841,10	1090213,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	7996889,55	7644799,48	7634171,38

- 0053 - Servidores ativos remunerados: Jan. 104 ;Fev. 67 ;Mar. 67 ;Abr. 73 ;Mai. 76 ;Jun. 76 ;Jul. 83 ;Ago. 80 ;Set. 80 ;Out. 79 ;Nov. 82 ;Dez. 81.
- 0044 - Benefícios concedidos: vale transporte, auxílio alimentação, auxílio creche e outros. Jan. 57 ;Fev. 69 ;Mar. 81 ;Abr. 91 ;Mai. 96 ;Jun. 97 ;Jul. 103 ;Ago. 103 ;Set. 103 ;Out. 100 ;Nov. 103 ;Dez. 103.
- 0081 - Aluguel, energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa, materiais de consumo, aquisição de material permanente.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	11
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	3
Encaminhamento - CDS/ Na hora	2
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	1
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	6
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	1

- Levantamento e cadastramento de todas as entidades religiosas do Setor Habitacional Arniqueira;
- Campanha do Agasalho;
- Campanha Vem Brincar Comigo;



Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	0	0
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	4.783
Outros eventos	0	0

- No item **literatura**, inserimos a Biblioteca Pública de Águas Claras, que funciona das 8:00 às 21:00hs, de segunda a sexta-feira. Público: 4.783 (pessoas); frequência Telecentro 35 usuários; usuários cadastrados 1.451; empréstimos de livros 2.882 (exemplares) acervo geral 11.840 (exemplares); processamento técnico do acervo 1.039 (exemplares).

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habituação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	0

- Não existe hoje no âmbito da Administração Regional estatística acerca dos tipos de Alvará de Funcionamento deferidos, o procedimento realizado na RA é a análise de viabilidade no sistema de Registro e Licenciamento de Empresa - RLE. Total de entradas para consulta de viabilidade no ano foram 13.235 (treze mil duzentos e trinta e cinco).

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	500
Eventos esportivos	0	0
Outros	0	0

- No item **Lazer** ocorreram 02 (dois) eventos:

Rua do Lazer em comemoração ao Aniversário de 16 anos de Águas Claras, com diversão (pula-pula, cama-elástica e outros) e comida (pipoca e algodão doce) para as crianças.

Biblioteca Viva no Circo - O Projeto iniciou com evento no Circo Real Português tendo como objetivo arrecadar livros de literatura doados pela comunidade para distribuição nas bibliotecas públicas de Águas Claras.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

- Implantação de Posto Avançado - Central de Aprovação de Projeto - CAP pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH na Administração Regional de Águas Claras para aproximação da população com referência aos processos de licenciamento de obras, oferecendo mais eficiência e agilidade ao atendimento à comunidade.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	2
Feiras Permanentes	0
Recadastramento de Feiras	2
Fiscalização de Feiras	2

- Cadastramento dos ambulantes da cidade de Águas Claras.
- Cadastramento dos feirantes.



Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	1

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.489
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.070
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	552
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	3
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	18
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	93
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	39

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	459,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	32,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	307,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	34,00
Recuperação de calçadas/ M ²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	106,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	18.350,00
Remoção de entulhos/ M ³	3.750,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	475,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	70,30
Roçagem manual/ M ²	27.800,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	79.000,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	26.000,00
Passeios (construção) / M ²	8.585,02
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	248
Faixas recolhidas das vias públicas	13.500



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE ÁGUAS CLARAS

16 anos

PARABÉNS ÁGUAS CLARAS

Contra nossa programação de aniversário ÁGUAS CLARAS

16 anos

Administração Regional de Águas Claras
1 tempo no espaço

M 1998 - Criação do bairro Águas Claras	G 1998 - Início da produção de água potável para o bairro	T 1998 - Início da produção de água potável para o bairro	E 1998 - Início da produção de água potável para o bairro
T 2000 - Início da produção de água potável para o bairro	F 2000 - Início da produção de água potável para o bairro	S 2000 - Início da produção de água potável para o bairro	C 2000 - Início da produção de água potável para o bairro

Administração Regional de Águas Claras GDF

ICSP, 1000 Águas, TERNOS, Mangueira

OUVIDORIA

DEMANDAS	QUANTITATIVO
Tapa buraco	349
Serviços Administrativos	35
Construção de calçadas	69



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- PALESTRA MAGNA - ERA DIGITAL - Qualificar os participantes quanto a importância da nova era de tecnologia e conectividade.

- INAUGURAÇÃO SALA DO EMPREENDEDOR - Atender ao público empreendedor de Águas Claras que busca a formalização como: baixa do registro MEI, declaração anual, emissão e impressão de boletos DAS, impressão do Relatório de Receita Bruta, alteração de dados do cadastro, emissão de certidões negativas e orientações de linha de crédito.

- CURSOS DE CAPACITAÇÃO (Projeto Empreendedor+)- :

1. Como gerenciar seu negócio;
2. Como tornar sua empresa lucrativa;
3. Como a internet pode ajudar os pequenos negócios;
4. Marketing empresarial para o comércio;
5. Como gerenciar capital de giro.

- PALESTRA - Viabilidade para Emissão de Licença de Funcionamento

Sala do Empreendedor

A Administração Regional de Águas Claras convida toda a comunidade para a realização de 1ª edição da SALA DO EMPREENDEDOR – um espaço social para atender os empreendedores que desejam abrir ou ampliar um negócio na região, em especial aqueles que possuem empreendimentos.

25 DE JUNHO DE 2019

HORÁRIO: 20h
LOCAL: Administração Regional de Águas Claras
ENDEREÇO: Rua Maranhão, Lote 42, Bloco 02

CONTAMOS COM A SUA PRESENÇA



Sala do Empreendedor

A Administração Regional de Águas Claras convida para as palestras:

COMO GERENCIAR SEU NEGÓCIO
DATA: 03 DE AGOSTO DE 2019

COMO TORNAR SUA EMPRESA LUCRATIVA
DATA: 06 DE AGOSTO DE 2019

COMO A INTERNET PODE AJUDAR OS PEQUENOS NEGÓCIOS
DATA: 13 DE AGOSTO DE 2019

HORÁRIO: 19h às 21h
LOCAL: La Salle
ENDEREÇO: Quadra 301 AE s/n Mossô C, Sala 5 - Águas Claras
INSCRIÇÃO GRATUITA: SALA DO EMPREENDEDOR DE ÁGUAS CLARAS Rua Maranhão, Lote 42, Bloco 02
 Mais informações: (61) 3347.8933

CONTAMOS COM A SUA PRESENÇA




Administração de Águas Claras convida

RLE DIGITAL PARA CONTABILISTAS

PALESTRA
VIABILIDADE PARA EMISSÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Data: 21 de agosto | **Horário:** 19h às 22h
Local: Auditório do Colégio LA SALLE
 Quadra 301 AE s/n - Águas Claras, Brasília - DF

Informações:
 Sala do Empreendedor da Administração Regional de Águas Claras (3347-8933)

Inscrições:
www.aguasclaras.df.gov.br/sala-do-empendedor

Participe!



- SEMANA DO CRÉDITO PARA EMPREENDEDORES - Oferecer linhas de créditos subsidiado para empreendedores formais e informais.

FCC
CARAVANA ITINERANTE
2019
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE
ABERTURA DIA 18 DE MAIO DE 2019
NO SISTEMA FIBRA

PARTICIPE!
CHEGOU A HORA DE APROVEITAR AS OPORTUNIDADES:
• TAXAS DE JUROS ATRATIVOS
• PRAZOS ALCONGADOS PARA PAGAR
• CARÊNCIAS

Pela 17ª vez:
UM POSTO AVANÇADO DE ATENDIMENTO!
✓ Conforto
✓ Atendimento personalizado
✓ Ótimos negócios

NA PRÓPRIA SEDE DO SISTEMA FIBRA

Administração Regional de Águas Claras promove:
SEMANA DE CRÉDITO PARA EMPREENDEDORES

Orientação de Crédito para o Microempreendedor

Data: 26 a 30 de agosto | Horário: 8h às 12h e 14h às 18h
Local: Administração Regional de Águas Claras (Plas Moneda, Lote 02, Bloco 01 - Águas Claras, Brasília - DF)

Inscrições:
www.aguascaras.df.gov.br
ou na Sala do Empreendedor da Administração Regional de Águas Claras (3303-8119)

PROSPERA BRB Administração Regional de Águas Claras Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico OCF SERNAE

- ÔNIBUS INTINERANTE DO DETRAN - Águas Claras recebe o projeto Detran-DF nas cidades.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional de Águas Claras é limitada com relação aos recursos orçamentários, uma vez que, praticamente todo recurso é destinado para cumprimento com as despesas continuadas e obrigatórias para manutenção da Administração. Atualmente a Administração possui um terreno próprio destinado a construção da sede, aguardando recursos para construção da nova sede.

Com intuito de racionalizar as despesas com locação de imóvel, segunda maior despesa, a Administração buscou junto ao locador uma redução de 13% sobre o aluguel para a renovação do contrato, gerando economia aos cofres públicos, até que obtenha recursos orçamentários suficiente para construção da sede.



AÇÕES REALIZADAS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS EM PARCERIA COM VÁRIOS ÓRGÃOS DO GDF, TAIS COMO:

OBRA NA SAÍDA DE ÁGUAS CLARAS PELA EPTG

Obra de grande relevância para a cidade em parceria com a RA-XX, Companhia de Energia Elétrica - CEB, Departamento de Estrada e Rodagem - DER, Novacap e a Universidade Unieuro melhorando significativamente a fluidez no trânsito na localidade.



criação de rotatória entre a Avenida Flamboyant com a Avenida Parque Águas Claras (DETRAN e RA-XX) - Local de grande incidência de acidentes de trânsito.



REVITALIZAÇÃO DO BALÃO DA ENTRADA DE ÁGUAS CLARAS PELA EPTG



INSTALAÇÃO DE SEMÁFOROS PARA PEDESTRE EM ÁGUAS CLARAS (DETRAN E RA-XX) - Maior fluidez no trânsito naquela localidade.



PROJETO ADOTE UMA PRAÇA



PONTO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ELETROMOBILIDADE COMPARTILHADA NA RA-XX



A cidade de Águas Claras possui uma creche pública, batalhão da Polícia Militar, batalhão do Corpo de Bombeiros e um posto de vacinação, porém carece de uma Unidade Básica de Saúde - UBS, Escolas Públicas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, Delegacia, etc.

Atualmente Águas Claras possui somente um Posto de Vacinação (adaptado) e necessita de uma Unidade Básica de Saúde - UBS para atendimentos primários da população. Administração Regional de Águas Claras e a Secretaria de Estado e Saúde definiram neste ano o local a ser instalado o Equipamento Público - UBS e o projeto de construção encontra-se pronto na Novacap, aguardando recursos orçamentários para dar início a construção.

FUTURA INSTALAÇÃO DA UBS - Rua 25 lote 28 - Sul



Há o projeto Mobilidade Ativa - Águas Claras desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Urbano e Habitação - SEDUH em que consiste na integração da rede cicloviária da Avenida das Araucárias e da Avenida das Castanheiras com as Boulevares Sul e Norte (Etapa 1) e Duplicação da Rua Manacá; adequação de acessibilidade nas Avenidas Araucárias e Castanheiras; requalificação viária nas Avenidas: Parque Águas Claras , Sibipiruna, Jararandá (Etapa 2).

RESULTADOS



09123 - ADM. REG. DO RIACHO FUNDO II - RA XXI

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Riacho Fundo II – RA XXI foi criada por força da Lei nº 3.153 de 06/05/2003, publicada no DODF de 07/05/2003, republicada no DODF de 21/05/2003. A RA-XXI é um órgão da administração direta que integra a estrutura administrativa do Distrito Federal, e está prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal, publicada no DODF de 09/06/1993, Suplemento. Cada região do Distrito Federal terá um Conselho de Representantes Comunitários, com funções consultivas e fiscalizadoras, na forma da Lei, e sua criação ou extinção somente ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais. A Administração Regional do Riacho Fundo II esteve vinculada em 2018 à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal. Tem por competência representar o Governador do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa – RA XXI. Sua missão primordial é planejar, supervisionar, executar, coordenar e fiscalizar as atividades e serviços de interesse público relacionados a sua jurisdição, observado o disposto no Decreto nº 37.625, de 15/09/2016. As atribuições de suas unidades estão fundamentadas no Decreto nº 38.094, de 28/03/2017, que institui o Regimento Interno das Administrações Regionais. Atualmente as administrações são vinculadas a Secretaria de Cidades, conforme publicação do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal, Edição Extra Especial Nº 1, de 01/01/2019.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	13	0	0	0	13
Comissionados sem vínculo efetivo	37	0	0	0	37
Requisitados de órgãos do GDF	3	0	4	0	7
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	2	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	6	6
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	10	10
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	53	0	4	18	75
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	53	0	4	18	75

A Administração Regional do Riacho Fundo II conta com a colaboração de menor aprendiz e conta com 10 reeducandos da FUNAP.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	200711,82	200711,82	193569,30
0036 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	0	200711,82	200711,82	193569,30
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	200711,82	200711,82	193569,30

Atualmente, esta RA conta com 10 (dez) reeducandos da FUNAP que atuam em diversos setores desta administração como por exemplo na Coordenação de Obras e na copa.



0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	10000,00	0	0
0094 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	0	10000,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	40721,54	22252,51	22252,51

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0053 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	0	40721,54	22252,51	22252,51
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	50721,54	22252,51	22252,51

0011 - Conversão de licença prêmio em pecúnia - Administração Regional do Riacho Fundo II. Não houve no ano de 2019 nenhuma conversão de licença prêmio em pecúnia realizada pela GEPES de nossa RA em 2019.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2416269,20	2406803,62	2406803,62
0054 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	0	2416269,20	2406803,62	2406803,62
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	233399,36	196997,74	196997,74
0045 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	0	233399,36	196997,74	196997,74
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	110838,50	101887,38	77548,41
0082 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	0	110838,50	101887,38	77548,41
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	2760507,06	2705688,74	2681349,77

0001 - Remunerar servidores ativos da Administração Regional do Riacho Fundo II. 0002 - Conceder Benefícios a Servidores da Administração Regional do Riacho Fundo II. 0003 - Manter os serviços administrativos da Administração Regional do Riacho Fundo II.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	13

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	3
Trabalho com Grupos - Idosos	1
Trabalho com Grupos - Mulheres	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	13
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	36
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	2

Ação Social e entrega de cestas básicas



Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	0	0
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Literatura	0	0
Outros eventos	2	0

Aniversário da Cidade, rua de lazer e desfile cívico em comemoração ao aniversário da cidade.



Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	98
Habitação Coletiva	0

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Comercial	885
Industrial	0
Área Rural	7
Outros (Eventual)	12

A Diretoria de Obras é responsável por acompanhar, fiscalizar e vistoriar obras públicas e serviços de engenharia e arquitetura executados por contratos ou convênios firmados com a Administração Regional, de acordo com a legislação vigente, e executar manutenção e conservação em equipamentos públicos na cidade e em suas vias.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	1	130
Eventos esportivos	2	120
Outros	2	0

Corrida dos Namorados, pedal noturno e corrida das crianças.





Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	16	2.280,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Conforme insta no Decreto 37.516 de 26 de junho de 2016, alvará de construção expedidos para habitações coletivas, Industrial, Comercial, Institucional Público e Privado ficam a cargo da Central de Aprovação de Projetos - CAP

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Conforme insta no Decreto 37.516 de 26 de junho de 2016, "cartas de habite-se" de construção expedidos para habitações coletivas, individuais, Industrial, Comercio, Institucional Público e Privado ficam a cargo da Central de Aprovação de Projetos - CAP.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	25,00	2.812,50
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	25,00	2.812,50
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	25,00	2.812,50
Elaboração de Croquis	25,00	2.812,50
Levantamento para Carta de Habite-se	1,00	112,50

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	24
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

Esta RA dispõe de 1 (uma) feira permanente, contudo ainda não está em funcionamento tendo em vista que suas instalações ainda encontra-se em nome da NOVACAP devido a trâmites administrativos em contratuais com a empresa que realizou a construção da referida obra..

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	154.000,00
Vistorias realizadas	15
Produtores rurais cadastrados	80
Propriedades rurais	20
Associações	1
Cooperativas	0
Outros	0

Associação dos Feirantes do Riacho Fundo II - AFURF com 102 membros e Associação dos Feirantes e Produtores Rurais do RF II com 80 membros.

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

Desde a criação da RA XXI, o cargo de Chefe da Junta de serviço militar não existe dentro da estrutura administrativa desta Administração Regional.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	226,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	17,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	874,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	85,00
Recuperação de calçadas/ M ²	46,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00
Remoção de entulhos/ M ³	3.600,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	696,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	28.436,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	814
Faixas recolhidas das vias públicas	1.351

Instalação de Parada de Ônibus Melhoria estrada Escola Ruralzinho



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Programa Buraco Zero, Construção da Feira Permanente.



Construção



Programa S.O.S Cidada Limpa



Construção de calçadas, rampas de acesso e recuperação da estrada rural CAUB I e II



Limpeza de Boca de Lobos



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Mesmo com poucos recursos nossa RA fechou o ano com realizações significativas nas áreas administrativas, de infraestrutura e sociais, pois buscamos parcerias com vários seguimentos da sociedade como comerciantes locais e entidades de classe. Temos hj diversos projetos de obras aprovados na Novacap aguardando apenas recursos financeiros para execução como por exemplo a pavimentação e sinalização viária e instalação hidráulica e sanitária da 3ª etapa dP do RF II; Duplicação da via N-3 (via do "sem dimensão"); Construção do ponto de entrega voluntário de entúlio - PEV no parque de obras.

09124 - ADM. REG. DO SUDOESTE/OCTOGONAL - RA XXII

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Região Administrativa XXII – Sudoeste e Octogonal foi criada em 06 de maio de 2003 pela Lei no 3.153, por desmembramento da área da RA XI Cruzeiro. De formação essencialmente urbana, a RA XXII, contém além das áreas residenciais e setores comerciais, as quadras mistas, parque Sucupira, Parque Sudoeste e o Instituto Nacional de Meteorologia – INMET. As Áreas Octogonais foram criadas pelo Decreto nº 2.705 de 12 de setembro de 1974. Em 19 de dezembro de 1988 o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente – CAUMA, na 210ª Reunião Ordinária, aprovou o Projeto de Urbanismo – URB 147/88 com a denominação do Setor de Habitações Coletivas Sudoeste, homologado pelo Decreto 11.433 de 30 de janeiro de 1989, na 211ª Reunião Ordinária aprovou os parâmetros de referência, para as Superquadras do Setor de Habitações Coletivas Sudoeste, constantes do memorial descritivo – MDE 01/89, homologado pelo Dec. 11.442 de 03 de fevereiro de 1989.

Em atenção à publicação do Diário Oficial do Distrito Federal, dia 23 de dezembro de 2019, no suplemento C, a Lei Complementar nº 958/2019, que define os limites físicos das Regiões Administrativas do Distrito Federal, foi incorporada à Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal a área onde se localiza o Setor de Industrias Gráficas - SIG.

O Decreto n.º 38.094 de 28 de março de 2017 fixou as competências legais e a estrutura orgânica das Administrações Regionais do Distrito Federal. De acordo com esse Decreto, a Administração do Sudoeste/Octogonal-RA-XXII, órgão da Administração Direta, vinculada à Secretaria de Estado das Cidades, tem por competência:

I - representar o Governo do Distrito Federal no âmbito das Regiões Administrativas;

II - supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado das Cidades;

III - supervisionar, fiscalizar e executar, respeitadas as atribuições da Secretaria de Estado das Cidades, as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

Art. 2º Cada Administração Regional tem sua estrutura orgânica composta por unidades especializadas e suas atribuições são implementadas por meio de relações funcionais e sistêmicas, inclusive com outros órgãos do governo do Distrito Federal, sob a coordenação da Secretaria de Estado das Cidades.

Art. 3º Para o cumprimento de suas competências legais, as Administrações Regionais são compostas pela estrutura administrativa definida no Decreto nº 37.206, de 23 de março de 2016 e suas alterações.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	4	0	4
Comissionados sem vínculo efetivo	0	32	0	0	32
Requisitados de órgãos do GDF	0	6	0	0	6

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	9	9
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	38	4	9	51
(-) Cedidos para outros órgãos	0	2	0	0	2
Total Geral	0	36	4	9	49

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	938,00	0	0
0207 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- SUDOESTE/OCTOGONAL	0	938,00	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	20828,40	6388,50	6388,50
0016 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	0	20828,40	6388,50	6388,50
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	21766,40	6388,50	6388,50

1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO 0207 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- SUDOESTE/OCTOGONAL - Valor contingenciado, e o disponível não foi suficiente para execução do Programa de Trabalho.

8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS - 0016 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL - Não houve tempo hábil para contratação de empresa para executar o serviço de ampliação e manutenção de calçadas, visto que o projeto foi finalizado no final do ano. Como não teve a contratação da empresa, não pudemos comprar materiais para construção de calçadas (área, cimento, etc)

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	91000,00	91000,00	74112,98
0037 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL	0	91000,00	91000,00	74112,98
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	91000,00	91000,00	74112,98

Nos 10 primeiros meses, foram contratados mensalmente 5 (cinco) reeducandos da FUNAP, no mês de novembro 09 e no mês de dezembro 08.

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	1304,26	0	0
0114 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS- ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL	0	1304,26	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	1304,26	0,00	0,00

Orçamento insuficiente para realizar o evento, contamos apenas com os empresários de nossa Região Administrativa para que fosse efetiva a festa de aniversário da cidade.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	17094,00	0	0
0095 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL	0	17094,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	84511,39	44183,03	44183,03

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0054 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL	0	84511,39	44183,03	44183,03
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	101605,39	44183,03	44183,03

9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - 0095 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL - Não houve solicitação dos servidores efetivos no ano de 2019.

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - 0054 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL - Realizadas indenizações nos meses de janeiro/fevereiro/março/maio e agosto, de servidores que foram exonerados.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2569210,50	2472598,35	2472598,35
0056 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	0	2569210,50	2472598,35	2472598,35
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	176858,28	156286,75	156286,75
0046 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	0	176858,28	156286,75	156286,75
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	813589,29	804909,65	735886,33
0083 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL	0	813589,29	804909,65	735886,33
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	3559658,07	3433794,75	3364771,43

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - 0083 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL - Os contratos vigentes, foram pagos com os valores previsto, porém o contrato de locação de impressoras, não houve tempo hábil para conclusão da licitação, e o montante residual não foi suficiente para novas demandas.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	0
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	1
Trabalho com Grupos - Mulheres	0
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	1
Trabalho com Grupos - Remoções	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	1

- Criação do 1º CCI (Centro de Convivência do Idoso);
- Campanha Vem Brincar Comigo, campanha de arrecadação de brinquedos, os quais foram doados à instituição "Viver" na Cidade Estrutural;
- Endomarcha - Caminhada e informar a sociedade sobre a prevenção e tratamento da endometriose. O evento foi realizado totalmente com a ajuda da Sociedade Civil.
- 1ª Cãominhada - Evento realizado com apoio dos Petshops locais com intuito de ajudar a arrecadar doações de ração, produtos de limpeza a serem doados.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	0	0
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	1	3.000

- Feira de artesanato no Parque Urbano do Bosque, com apresentação de cantores locais, quadrilha julina, comidas típicas, entre outros.

*Devido nossa Região Administrativa estar com o Conselho Regional de Cultura desestruturado, foi focado durante o ano, formar o novo CRC-SO (Conselho Regional de Cultura - Sudoeste e Octogonal) e eleger o Gerente de Cultura.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	2.607
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	37

- 2.607 Viabilidades deferidas e indeferidas.
- Conforme Portaria Conjunta n.º 02 de 27 de março de 2019, as atribuições referente a Alvará de Funcionamento, passa a ser da CAP/SEDUH.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	0	0
Eventos esportivos	1	800
Outros	2	0

- Participação da equipe de futsal na Copa Brasília de Futebol;
- Cadastramento de volei de praia;
- Cadastramento de times de futevolei.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Institucional Privado	0	0,00

Conforme Portaria Conjunta n.º 02 de 27 de março de 2019, as atribuições passam a ser da CAP/SEDUH.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Conforme Portaria Conjunta n.º 02 de 27 de março de 2019, as atribuições passam a ser da CAP/SEDUH.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	2,00	13.000,00
Levantamento para Carta de Habite-se	1,00	552,61

- Foi realizada a topografia (Bosco Administração do Cruzeiro) - Maternidade Brasília, no estacionamento e no estacionamento da Igreja Sara Nossa Terra.
- O serviço de topografia foi transferido para os Pólos da CACI/SECID/SUDER/DISEC/POLO.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Misto - Outros	3

* Renovação de tapumes.

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	5

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

- * Não possuímos JUNTA REGIONAL DO SERVIÇO MILITAR.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	0,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	10,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	30,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	12,00
Recuperação de calçadas/ M ²	140,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	1,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00
Remoção de entulhos/ M ³	2.800,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Reposição de meios-fios/ Unidade	15,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	0,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	2.000

- Operação Tapa Buraco: foram utilizados 31,3 toneladas de massa asfáltica
- Podas de árvores/unidade: realizada pela NOVACAP

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Demandas Efetuadas em 2019

1. Operação "Tapa Buraco"

Média de 22 toneladas de massa asfáltica (Massa Quente), 2,5 toneladas de massa asfáltica (Massa Fria), totalizando 24,5 toneladas de massa asfáltica, fornecida pela NOVACAP para operação tapa buracos. Total de 84 buracos tapados, inseridos no aplicativo "Buraco Zero".



2. Podas de Árvores

Média de 33 árvores podadas.



3. Recolhimento de Entulhos e Inservíveis:

Média de 219 toneladas recolhido de lixo verde e inservíveis por toda região.

4. Sinalização Horizontal/Vertical:

Em parceria com o DETRAN foram atendidas as demandas.

5. Fracionamento de árvores derrubada pelas chuvas:

Com as chuvas fortes ocorrendo neste período, há o risco de queda de algumas árvores, tendo até o momento registrado a queda de 7 árvores na região, sendo assim a Administração faz o fracionamento destas árvores, para auxiliar no recolhimento e desobstruir os locais da queda.



6.Substituição de Parquinho Infantil:

Com o apoio da Administração Regional do Paranoá – RAVII, realizado a substituição de brinquedos do Parquinho Infantil.



Foram realizadas Aquisições (Investimento) no valor de R\$ 7.186,53, na compra dos seguintes itens:

- 01 Motosserra
- 01 Motopoda
- 01 Placa Vibratória (compactador de asfalto)
- 01 Escada
- 02 Roçadeiras

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No ano de 2019, com a Dotação Orçamentária baixa, deixamos de realizar diversas demandas dentro da nossa Região Administrativa, diversas foram as dificuldades encontradas, como a falta de mão-de-obra especializada, visto que contamos com os Reeducação da FUNAP, que nem sempre possuem especialização. Precisamos de pedreiros, pintores. Também não possuímos pátio de obras o que dificulta a guarda dos equipamentos que possuímos. A falta de ferramentas também é um grande dificultador. Realizamos compra de alguns itens, porém não foram suficientes.

Durante o ano de 2019, contamos com a parceria de vários Órgãos do GDF (CAESB, CEB, DF-LEGAL, NOVACAP, SEDHU, DER-DF, DETRAN-DF, IBRAM, etc) com os quais podemos cumprir com as demandas da sociedade. O Programa SOS-DF; Operação Tapa Buraco; Podas de árvores; Sinalização Horizontal/Vertical; Substituição de Parquinho Infantil; Fracionamento de árvores derrubadas pela chuva, foram algumas das atividades desenvolvidas com parceria dos órgãos acima citados.

Para o ano de 2020, sugerimos que esta Administração Regional, continue a trabalhar próximo a população local, ouvindo a necessidade e suprimindo cada demanda, a conclusão da ciclovia, a manutenção das calçadas, elaboração e planejamento de estacionamentos para a região, o apoio na construção da Quadra 500, localizada ao lado do INMET.

09125 - ADM. REG. DO VARJÃO - RA XXIII

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Varjão foi criada em maio de 2003 por meio da Lei nº 3.153, de 6 de maio de 2003. Órgão da Administração Direta, que está vinculada a estrutura administrativa da Secretaria Executiva das Cidades da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal (Decreto nº 37.625 de 15/09/2016). É uma unidade que tem como função básica representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa; supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público, em articulação com a Secretaria Executiva das Cidades; a coordenar e executar as ações de participação popular no território da Região Administrativa. A cidade possui infraestrutura com serviços de energia elétrica, água e esgoto, telefonia, limpeza urbana. A comunidade conta com um Centro de Saúde, um Centro de Ensino Fundamental, um posto policial, um Centro de Convivência do Idoso, quatro creches comunitárias, um galpão de eventos, uma Casa de Cultura, um centro esportivo (contendo um campo de grama sintética, uma quadra poliesportiva e um campo de areia), sete outras quadras esportivas espalhadas pela cidade, oito praças, oito parquinhos infantis, cinco pontos de encontro comunitário (PEC), um parque ecológico. Nestas estruturas, a equipe da Administração Regional presta os serviços de manutenção e conservação.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	25	7	0	0	32
Requisitados de órgãos do GDF	5	0	0	0	5
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	0	4	4
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	8	0	8
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	2	2
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	32	7	8	6	53
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	32	7	8	6	53



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	1642,00	0	0
0035 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	1642,00	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	1642,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	49089,45	36345,14	36345,14
0038 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	49089,45	36345,14	36345,14
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	49089,45	36345,14	36345,14

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	150,00	0	0
0115 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	150,00	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	150,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	150000,00	0	0
0096 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	150000,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	177655,00	111034,25	107645,39
0056 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	177655,00	111034,25	107645,39
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	327655,00	111034,25	107645,39

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	1492,00	0	0
0040 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	1492,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	1975661,54	1852228,70	1852228,70

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0057 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	1975661,54	1852228,70	1852228,70
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	263962,43	178734,64	178734,64
0047 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	263962,43	178734,64	178734,64
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	216139,54	149105,10	142718,40
0084 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	216139,54	149105,10	142718,40
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	1492,00	0	0
0047 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	1492,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	1641,00	0	0
0049 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	1641,00	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	140400,00	0	0
0022 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	0	140400,00	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	2600788,51	2180068,44	2173681,74

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	46

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - CDS/ Na hora	5
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	59
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	15
Trabalho com Grupos - Gestantes	1
Trabalho com Grupos - Idosos	1
Trabalho com Grupos - Mulheres	5
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	6
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	8
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	35
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	2

No ano de 2019, a promoção e assistência social foram o foco da Administração Regional, elevando em 500% o número de ações em relação ao ano de 2018.



Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	1	100
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	1	100

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Outros eventos	2	650

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	4

O quantitativo está zerado, na maioria dos itens, em razão de as Administrações Regionais não serem mais responsáveis pela emissão de Alvará de Funcionamento (apenas ficamos com o tipo Eventual). Todavia, foram analisadas no ano de 2019, 181 Viabilidades de Localização, que fomentam o licenciamento de atividades econômicas na Cidade do Varjão.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	1	500
Eventos esportivos	6	1.200
Outros	1	200

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Os quantitativos estão zerados em razão de tal atividade ter sido migrada para ações de responsabilidade da CAP/SEDUH em 01 de julho de 2019. Cabe salientar que, diariamente, prestamos auxílio à população informando os procedimentos que devem ser seguidos para tal solicitação.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	1	54,78
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

As Administrações Regionais só executam os procedimentos para o tipo Residencial Unifamiliar. Os demais tipos foram repassados para CAP/SEDUH em 01 de julho de 2019. Cabe salientar que, diariamente, prestamos auxílio à população informando os procedimentos que devem ser seguidos para as referidas solicitações.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

As Administrações Regionais não desenvolvem a atividade de Topografia desde o início de 2019, por isso os dados estão zerados. Cabe ressaltar, ainda, que não foram realizados quaisquer trabalhos de topografia, em 2019, enquanto a RA era responsável por essas ações.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Tal atividade foi migrada para ações de responsabilidade da CAP/SEDUH em 01 de julho de 2019, por isso os dados estão zerados. Cabe salientar que, diariamente, prestamos auxílio à população informando os procedimentos que devem ser seguidos para as referidas solicitações.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	3
Cooperativas	1
Outros	0

Não existem áreas rurais/produtores cadastrados. Imóveis são todos de zona urbana.

Não existem indústrias instaladas nesta RA.

Cooperativa de Reciclagem.

Associações Moradores, Costureiras e Comercial.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	80,44
Confecção de quebra molas/ Unidade	11,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	92,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	12,00
Recuperação de calçadas/ M ²	23,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	61,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	18.675,00
Remoção de entulhos/ M ³	1.068,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	260,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	54,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	546.830,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	23,00
Rede de águas pluviais/ M	250,00
Podas de árvores/Unidade	18
Faixas recolhidas das vias públicas	1.848



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O ano de 2019 foi de grande desenvolvimento para a cidade do Varjão, com a execução das seguintes ações: revitalização da fonte na entrada da cidade; urbanização e iluminação da Praça do Bosque; inauguração da Pista de Skate (com troca da iluminação); abertura, sinalização e iluminação da Rua de Saída; Reconstrução do muro do centro de convivência Tia Angelina; articulação junto a NOVACAP para execução dos projetos de cobertura das Quadras Poliesportivas (AE 01/02 e Quadra 01 Conjunto D lote 05) e do Terminal Rodoviário, estando os mesmos com os principais estudos de viabilidade prontos; articulação junto ao SLU para instalação de papa-entulhos e papa-lixos (aguardando instalação); implantação da Biblioteca na Casa de Cultura; eleição e posse dos Prefeitos de Quadras; inauguração da Sala do Empreendedor; fortalecimento das ações e produção publicitária, por meio da ASCOM, com mais de 50% de aumento em número de visualizações e curtidas pela comunidade do Varjão, onde são repassadas informações dos programas e projetos do GDF e das ações diárias da equipe da Administração Regional; índice de resolutividade de 100% das Ouvidorias registradas - as demandas da Administração foram atendidas no prazo médio de 7 dias, menos da metade do que prevê a lei (20 dias).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS:

* Escassez de recursos financeiros e humanos;

* Morosidade dos órgãos do GDF para responder as demandas da comunidade e atender às solicitações da Administração Regional;

* Falta de cooperação da população no cumprimento das normas e na conservação do espaço público.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

Dar continuidade às ações de construção, urbanização e melhoria dos espaços públicos da cidade; executar e implementar, projetos, programas e ações voltados para o desenvolvimento comunitário e social, com ações em datas comemorativas e atividades sociais para a comunidade; colaborar com os órgãos competentes no desenvolvimento e execução de programas sociais; atender ou encaminhar aos órgãos competentes as reivindicações da comunidade, acompanhando os respectivos resultados; promover a integração de programas desenvolvidos pelo poder público com iniciativas propostas por instituições sociais, que tenham como objetivo o desenvolvimento comunitário; garantir a melhoria do atendimento ao público e dos serviços prestados à população; readequar o organograma de forma a prover, de recursos humanos, os setores da ADM que são mais demandados nas suas atividades internas e externas; fortalecer e ampliar as ações culturais e desportivas.

09126 - ADM. REG. DO PARK WAY - RA XXIV

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

No final de 1956, a pedido do Departamento de Terras e Agricultura – DTA, Lúcio Costa esboçou um projeto de baixíssima densidade, contendo 300 lotes de 20.000 m² cada, e amplas áreas livres, com o objetivo de constituir o “cinturão verde” do Plano Piloto. A área se estendia da via de acesso ao aeroporto até o Catetinho, em ambos os lados da rodovia BR 040. Foi incluído no plano urbanístico de Brasília, em uma de suas últimas alterações, entre 1957 e 58 e registrado em cartório em 13 de março de 1961, com a denominação de Mansões Suburbanas Park Way. O Memorial de Registro Cartorial definiu o uso exclusivamente residencial, sendo os espaços livres destinados à complementação com comércio e equipamentos. Entretanto, essa complementação não aconteceu, principalmente devido a mobilização dos moradores favoráveis à manutenção do uso exclusivo residencial. Em 1987, com o estudo de setorização de Brasília, o nome do Park Way foi alterado para Setor de Mansões Park Way – SMPW.

No documento denominado “Brasília Revisitada”, Lúcio Costa indicou a possibilidade de ocupação condominial no SMPW. Na proposta, metade da área do lote seria preservada para a casa matriz, podendo a outra metade comportar até 5 unidades, todas com acesso comum, constituindo um único conjunto. A proposta foi consolidada pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, aprovado pela Lei nº 353, de 11 de novembro de 1992, que permitiu para os lotes do SMPW e, também, do Setor de Mansões Dom Bosco – SMDB do Lago Sul, a constituição de condomínios com até 8 unidades autônomas, de no mínimo 2.500 m², para habitações unifamiliares. A Lei nº 3.255, de 29 de dezembro de 2003, criou a Região Administrativa Park Way – RA XXIV. Anteriormente, o setor pertencia à Região Administrativa do Núcleo Bandeirante. Atualmente, a zona urbana da RA XXIV está dividida em quadras numeradas de 1 a 29, de baixa densidade, com lotes de grandes dimensões, ocupados em grande parte por condomínios fechados e alguns com espaços destinados a eventos de grande porte. Possui uma localização privilegiada, próximo aos principais centros comerciais de Brasília e ao Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek.

Também possui atrativos turísticos e culturais, que resgatam a história dos candangos e da construção de Brasília. Destacam-se o Catetinho, Casa Velha e a Casa Oscar Niemeyer.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	0	3	1	7
Comissionados sem vínculo efetivo	18	15	0	0	33
Requisitados de órgãos do GDF	1	2	0	1	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	12	12

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	22	17	2	14	56
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	1	0	1
Total Geral	22	17	3	14	55

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	63997,00	57595,39	0
0253 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- PARK WAY	0	63997,00	57595,39	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	1000,00	0	0
0017 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	0	1000,00	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	64997,00	57595,39	0,00

Foram construídos 400m de calçadas, sendo os recursos descentralizados para a NOVACAP, executante do contrato de reforma/construção de calçadas, conforme processo 00305-00000851/2019-09.



Operações realizadas em parceria com GDF Presente, conforme fotografias abaixo:



Manutenção de áreas urbanizadas:



6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	277262,00	202144,00	202144,00
0039 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	0	277262,00	202144,00	202144,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	277262,00	202144,00	202144,00

Os recursos foram utilizados no custeio do contrato com a FUNAP - Fundação ao Amparo do Trabalhador Preso, processo 00305-000016/2016.

Trata-se de importante mão-de-obra que muito contribui para a manutenção das áreas urbanizadas, na execução dos serviços, tais como, roçagem, limpeza, operação tapa buracos, dentre outros.

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	7488,00	7355,0	7355,0
0116 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	0	7488,00	7355,0	7355,0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	7488,00	7355,00	7355,00

Os recursos foram gastos com os eventos relacionados na programação de Aniversário, conforme demonstrativo abaixo:

MODALIDADE CONTRATAÇÃO	PROCESSO	ENTIDADE CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	EVENTO	DENOMINAÇÃO	LIQUIDADO POR ENTIDADE R\$	VALOR TOTAL LIQUIDADO R\$
Dispensa de Licitação	00305-00000320/2019-16	Xavier Lime Coml. Eireli	Serviço de Buffet	Coquetel Volante	Aniversário Park Way	5.840,00	7.355,00
Dispensa de Licitação	00305-00000170/2019-32	Alulog Loc. Eqs. Eletricos	Aluguel de Climatizador de Ar	Climatização	Aniversário Park Way	500,00	
Dispensa de Licitação	00305-00000170/2019-32	Gerusa Festas Ltda	Aluguel de Brinquedos Infláveis	Brinquedos	Aniversário Park Way	1.015,00	

Além dos eventos cobertos pelo recursos orçamentários, esta Administração promoveu as ações abaixo:

Dia 9, sábado às 16h – Ressaca dos Pets na SMPW Quadra 14

Dia 12, terça-feira às 10h – Lançamento da exposição de fotografia Park Way - Na Administração Regional do Park Way

Dia 13, quarta-feira às 19h – Missa em Ação de Graças, com corte do bolo - Quadra 5 Paróquia Imaculado Coração de Maria

Dia 15, sexta-feira às 20h - Seresta - SMPW Quadra 28

Dia 16, sábado às 19h – Culto em Ação de Graças – Assembleia de Deus em Vargem Bonita

Dia 17, domingo às 9h - Mutirão de Plantio (Movimento Global) – Quadra SMPW 24

Dia 23, sábado às 15h – Exposição de carros clássicos e bate-papo com o administrador – Associação Brasil - Quadra 5

Dia 24, domingo às 6h - Le Tour Park Way (passeio ciclístico) - Quadra 14

Dia 24, domingo às 9h - Domingo de lazer – Quadra 14

Dia 27, quarta-feira às 20 – Cine Park Way - Quadra 7 - Mansão dos Arcos

Dia 29, sexta-feira às 9h – Inauguração do Posto de Segurança Multiuso - Quadra 14

Dia 30, sábado às 9h – Ação Social - Em Vargem Bonita

Dia 30, sábado às 17h – Cinema da feirinha local – Em Vargem Bonita

AÇÃO COMEMORAÇÃO ANIVERSÁRIO PARK WAY:



0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	10000,00	0	0
0097 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	0	10000,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	10000,00	9728,65	9728,65
0057 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	0	10000,00	9728,65	9728,65
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	20000,00	9728,65	9728,65

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	10710,00	0	0
0041 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	0	10710,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2893962,57	2742759,89	2742759,89
0058 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	0	2893962,57	2742759,89	2742759,89
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	196841,46	174524,02	174524,02
0066 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	0	196841,46	174524,02	174524,02
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	134903,00	73092,19	67847,76

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0085 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	0	134903,00	73092,19	67847,76
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	7970,40	0	0
0050 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	0	7970,40	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	3244387,43	2990376,10	2985131,67

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS:

MODALIDADE CONTRATAÇÃO	PROCESSO	ENTIDADE CONTRATADA	OBJETO	EVENTO	VALOR POR ENTIDADE	VALOR TOTAL LIQUIDADO
					R\$	R\$
Dispensa de Licitação	00305-000016/2016	FUNAP	MÃO-DE-OBRA	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	202.144,00	202.144,00
Pregão	00305-00000243/2019-96	OI S/A	SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA	TELEFONIA FIXA	2.254,15	
Pregão	00419-00014097/2017-71	CLARO S/A	SERVIÇO DE TELEFONIA MOVEL	TELEFONIA MÓVEL	8.862,70	
Dispensa de Licitação	00305-0000079/2019-17	CEB	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	ENERGIA ELÉTRICA	39.328,14	
Dispensa de Licitação	00305-0000103/2019-18	CAESB	FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO	ÁGUA E ESGOTOS	17.582,77	67.847,76

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	1
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	1
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos - Idosos	2
Trabalho com Grupos - Mulheres	0
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	2
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	5
Trabalho com Grupos - Remoções	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	1

Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes:



Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	6	600
Teatro	0	0
Música	4	0
Dança	4	0

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	25	6.600

Cinema - foram realizados os eventos na Vargem Bonita com Música e Dança

Outros Eventoa - Foram realizados 25 eventos durante o ano de 2019, com grande enfoque na Educação Ambiental, Cultural e Educação/Saúde.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	38
Habitação Coletiva	0
Comercial	13
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	8

Os alvarás foram fornecidos por esta Administração Regional até a data de 31.07.19 e, após esta data pela Seduh, através de sua unidade CAP, porém já constam neste relatório.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	1.000
Eventos esportivos	2	1.000
Outros	0	0

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	77	38.827,55
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Os alvarás foram fornecidos por esta Administração Regional até a data de 31.07.19 e, após esta data pela Seduh, através de sua unidade CAP, porém já constam neste relatório.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	38	16.673,66
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

As Cartas de Habite-se foram fornecidos por esta Administração Regional até a data de 31.07.19 e, após esta data pela Seduh, através de sua unidade CAP.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	32,00	68.800,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	64,00	82.174,24
Levantamento para Carta de Habite-se	32,00	13.374,24

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	103
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	7

Os dados sobre Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos) foram fornecidos por esta Administração Regional até a data de 31.07.19 e, após esta data pela Seduh, através de sua unidade CAP, porém já constam neste demonstrativo.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	0

Administração de feiras	Quantidade
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

1) Outras atividades realizadas de acompanhamento com permissionários de quiosques, ambulantes e comércio estabelecido na Vargem Bonita:

Permissionários/acompanhamento atividades:

Feira Livre - 16

Quiosques - 15

Ambulantes- 04

Comércio Vargem Bonita - 05

2) Intervenções em áreas de ocupação irregular:

Foram realizadas vistorias em 10 áreas de ocupação irregular, com posterior repasse das informações levantadas ao DF Legal, IBRAM, por meio de processos SEI.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	0,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	66,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	7,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	0,00
Recuperação de calçadas/ M ²	45,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	2,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00
Remoção de entulhos/ M ³	21.600,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	230,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	7.948.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	23.844.000,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	28.695,00
Passeios (construção) / M ²	750,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	200
Faixas recolhidas das vias públicas	2.380

Observação:ROÇAGEM MECÂNICA/M2 E ROÇAGEM MANUAL/M2 - Serviços executados pela N OVACAP em nossa jurisdição.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Administração Regional do Park Way vem executando um importante trabalho junto à comunidade, com enfoque no meio ambiente, através do plantio de mudas de plantas do ecossistema do cerrado.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O ano de 2019, mais concentradamente no último trimestre, constituiu-se em um período de ajustes nos processos internos e na condução da política de relacionamento externo no âmbito da Administração Regional do Park Way.

No entanto, mesmo neste curto período foi possível implantar alterações importantes nos processos de "Elaboração e execução do orçamento", "Aquisição de bens e contratação de serviços", "Processamento de contas a pagar" e "Gerenciamento de recursos financeiros", que garantiram, dentre outros resultados a execução de 93% do valor orçamentário previsto para a unidade.

No que se refere aos dados sobre quiosques e trailers ambulantes, está em curso um trabalho de reorganização e adaptação dos respectivos dados.

No campo externo, a política implantada foi a de reforçar a presença da Administração Regional na comunidade de Park Way, mediante a promoção de 32 eventos de promoção e assistência social, de 15 eventos de cunhos cultural e educacional com a presença de 4,7 mil pessoas, além de ter liderado um importante movimento de recuperação do cerrado com o plantio de mudas nativas.

Quanto à manutenção e a recuperação de áreas públicas, a Administração procurou acelerar serviços como a remoção de entulhos (21,6 mil m³), roçagem (23.844 mil m²) e o recapeamento asfáltico (28,7 mil m²), que representou seu esforço de melhorar a habitabilidade da RA.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela Administração atual na implantação de programas mais audaciosos, podemos enumerar o curto período disponível, as restrições orçamentárias, a localização geográfica de sua sede fora dos limites da Região Administrativa, além de não oferecer um ambiente adequado ao atendimento dos moradores.

A expectativa da locação de um novo local para abrigar os próprios da Administração no ano de 2020 deverá contribuir com consideráveis melhorias, tanto na gestão dos processos internos (pela distribuição mais lógica do capital humano e funções), como no atendimento ao morador da RA. Ainda no horizonte de 2020 a Administração espera consolidar a governança de seus processos internos com atenção especial à governança da informação.

09127 - ADM. REG. DO SCIA - RA XXV

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em janeiro de 2004 a Lei nº 3.315 cria o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, que foi transformado em Região Administrativa XXV e tem a Vila Estrutural como sua sede urbana. A Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, RA XXV, é um órgão da Administração Direta, vinculada à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, por força do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019 e alterações posteriores.

A Administração Regional do SCIA, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito das Região Administrativa, bem como, supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos e ações governamentais de interesse público em sua jurisdição, em articulação com a Secretaria de Estado de Governo; as ações de participação popular no território da Região Administrativa.

Histórico da RA SCIA:

Na década de 1960, se inicia a ocupação da região ao norte da via Estrutural – EPCL 095, com o aterro sanitário denominado “Lixão da Estrutural”. Em suas imediações, poucos anos depois, surgiu um pequeno número de barracos ocupados por catadores de lixo. A rodovia DF-095, Estrada Parque Ceilândia – EPCL (Estrutural), foi construída em meados dos anos 70, para interligar a Estrada Indústria e Abastecimento – EPIA à Taguatinga e Ceilândia e à BR-070, o que veio a favorecer a ocupação da área. A partir de 1989, a área passou por várias tentativas de implantação da extensão do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), denominado Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA). Naquela altura, a invasão do lixão contava com cerca de cem barracos. Havia consenso técnico de que deveriam ser removidos, não somente pelos riscos de contaminação advindos do aterro, como pela proximidade com o gasoduto da Petrobrás que abastece o Setor de Inflamáveis e, também, pelos riscos ambientais ao Parque Nacional de Brasília, limítrofe à área.

Mesmo assim, até o final dos anos 1990, sucessivas ações do Poder Legislativo estimulavam a permanência dos ocupantes irregulares, o que criou um impasse no planejamento urbano do setor e acabou fomentando sua ocupação irregular. Finalmente, em 1997, com a previsão da transferência da Vila Estrutural, foi aprovada a 1ª etapa do projeto urbanístico do SCIA, elaborado pela TERRACAP em 1994/95. Entretanto, somente foi implantada parcialmente, devido à permanência e expansão da ocupação irregular. Novas etapas foram aprovadas em 1999 e no ano seguinte, também projetadas pela TERRACAP e parcialmente implantadas, ocupadas em grande parte por agências de revenda de automóveis transferidas de localizações inadequadas, principalmente das quadras 700 da Asa Norte, fato que motivou a denominação popular de Cidade do Automóvel.

Em janeiro de 2004, a Lei nº 3.315 desmembrou o SCIA da RA X – Guará, passando a constituir a Região Administrativa XXV. Somente em 2006, foi permitida a fixação da Vila Estrutural, por meio da Lei Complementar nº 715, que declarou a área como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, e estabeleceu parâmetros urbanísticos especiais, conforme admitido pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001. Também determinou que, no projeto urbanístico de regularização fundiária, elaborado pela Companhia do Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/SEDHAB, sejam obedecidas as exigências ou condicionantes relativos a questões ambientais e urbanísticas, constantes do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. O SCIA-Estrutural é uma das regiões administrativas menos consolidadas do Distrito Federal, em razão de ser uma das mais recentes e das dificuldades legais para viabilizar sua fixação,

decorrentes de suscetibilidades ambientais e urbanísticas, que necessariamente tiveram que ser equacionadas. Mesmo assim, a Cidade do Automóvel (SCIA) consolidou-se ao longo da última década como o centro de maior concentração de revenda de veículos do DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	2	1	2	9
Comissionados sem vínculo efetivo	4	2	11	19	36
Requisitados de órgãos do GDF	4	2	0	0	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	11	11
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	12	6	12	32	62



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	300000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0052 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA DE PARQUE ONFANTIL NO SCIA-SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	300000,0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	0	670000,0	0	0
0017 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA DO CAMPO DA GUARITA - SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	200000,0	0	0
0018 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO NO CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA DO PARQUE URBANO NO SCIA- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	470000,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	970000,00	0,00	0,00

As Ações - Reforma de Praças Públicas e Parques, por meio do subtítulo 0052 - Reforma de Parque Infantil no SCIA; Reforma de Espaços e Esportivos por meio do subtítulo 0017 - Construção de Arquibancada do Campo da Guarita - SCIA e por meio do subtítulo 0018 - Construção de Vestiário no Campo de Grama Sintética do Parque Urbano no SCIA: Consoante a Lei nº 6.442, de 23 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, que resultou na Suplementação Orçamentária para a Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento SCIA/RA-XXV, informamos que a supracitada suplementação foi publicada no Diário Oficial nº 244, terça-feira, 24 de dezembro de 2019, página 26, tornando-se inviável a sua execução no presente ano.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	450000,00	0	0
0326 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	450000,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	8284,00	0	0
0019 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	8284,00	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	8556,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0059 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	8556,00	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	466840,00	0,00	0,00

1. Ação - Execução de Obras de Urbanização

Por meio do subtítulo 0326 - Execução de Obras de Urbanização - Setor Compl. de Ind. e Abastecimento

Consoante a Lei nº 6.442, de 23 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, que resultou na Suplementação Orçamentária para a Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento SCIA/RA-XXV, no montante de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), informamos que a supracitada suplementação foi publicada no Diário Oficial nº 244, terça-feira, 24 de dezembro de 2019, página 26, tornando-se inviável a sua execução no presente ano.

2. Ação - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas

Por meio do subtítulo 0019 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas - Adm. Regional - Setor Compl. de Ind, e Abastecimento

Não foram executadas atividades na Gestão da Informação, pois foram objeto de proposta de cancelamento/suplementação para custeio com despesas junto a CEB e CAESB.

3. Ação - Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública

Por meio do subtítulo 0059 - Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública - Administração Regional - Setor Compl. de Ind. e Abastecimento

Não foram executadas atividades na Gestão da Informação, pois foram objeto de proposta de cancelamento/suplementação para custeio com despesas junto a CEB e CAESB.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	247692,00	243520,65	216123,18

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0040 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	247692,00	243520,65	216123,18
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	247692,00	243520,65	216123,18

1. Ação – Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Por meio do subtítulo 0040 – Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e Sua Família - Administração Regional - Setor Compl. de Ind. e Abastecimento

recurso utilizado com prestação de serviço por sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com parceria da Administração Regional de SCIA e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, no que concerne à reintegração social do preso, dando sua parcela de responsabilidade social no que couber.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	10493,01	2497,40	2497,40
0117 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	8284,00	1939,52	1939,52
0118 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	2209,01	557,88	557,88
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	10493,01	2497,40	2497,40

1. Ação – Realização de Eventos

Por meio do Subtítulo 0117 - Realização de Eventos - Culturais - Administração Regional - Setor Compl. de Ind. e Abastecimento

Recurso referente contratação de serviço de Instalação/Retirada de Ponto de Energia e fornecimento de energia elétrica, para o evento SEJUS PARA TODOS em parceria com a SEJUS.

Por meio do Subtítulo 0118 - Realização de Eventos - Aniversário da Cidade - Administração Regional - Setor Compl. de Ind. e Abastecimento

Recurso referente contratação de serviço de Instalação/Retirada de Ponto de Energia e fornecimento de energia elétrica, para o evento "Aniversário da Cidade Estrutural de 2019", no dia 25 de fevereiro de 2019, em comemoração ao 15º ano da Cidade Estrutural de 2019. O evento foi realizado no intuito de levar a população entretenimento de qualidade e gratuito por meio de projetos propostos por essa RA XXV. A participação nos eventos da região é um direito do cidadão, e uma necessidade básica, estimula a criatividade, o desenvolvimento de pessoal, a valorização da diversidade, promove a inclusão social e motiva o desenvolvimento de uma sociedade. A participação da comunidade foi fundamental para realização dos eventos.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	50000,00	0	0
0098 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	50000,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	147939,83	146944,05	126049,08
0058 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	147939,83	146944,05	126049,08
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	197939,83	146944,05	126049,08

1. Ação - Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia

Por meio do Subtítulo 0098 - Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia - Administração Regional - Setor Compl. de Ind. e Abastecimento

Não houve conversão de Licença Prêmio em Pecúnia no ano de 2019.

2. Ação - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições

Por meio do Subtítulo 0058 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições - Administração Regional - Setor Compl. de Ind. e Abastecimento

Indenizações/ressarcimento de ex-servidores exonerados e servidores cedidos de outros Órgãos na folha pagamento da Administração Regional do SCIA.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	24852,00	19763,38	19763,38

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0042 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	24852,00	19763,38	19763,38
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2509770,06	2367720,41	2367720,41
0059 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	2509770,06	2367720,41	2367720,41
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	233368,23	168074,35	168074,35
0048 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	233368,23	168074,35	168074,35
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	184025,80	178023,80	166733,93
0087 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	184025,80	178023,80	166733,93
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	4970,40	0	0
0051 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	4970,40	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	2956986,49	2733581,94	2722292,07

1. Ação - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas

Por meio do subtítulo **0042 -**

Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas

Administração Regional - Setor Compl. de Ind. e Abastecimento

Contratação de empresa para prestação de serviços de modernização da rede elétrica dos aparelhos de ar condicionado da Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA)-RA-XXV, com fornecimento de todo material e equipamentos necessários e instalação adequados (mão-de-obra qualificada) à execução dos serviços.

2. Ação - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

Por meio do subtítulo 0087 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Administração Regional - Setor Compl. de Ind. e Abastecimento

referente a compras de Materiais de Consumo tais como: 3 (três) purificadores de água, 4 (quatro) aparelhos de ar condicionados, Serviços Prestados por terceiro tais como: água, esgoto, energia, recarga de extintores, controle de pragas urbanas, certificado digital, para manutenção da Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento do Distrito Federal.

3. Ação - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Por meio do subtítulo 0051 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação - Administração Regional - Setor Compl. de Ind. e Abastecimento

Não foram executadas atividades na Gestão da Informação, pois foram objeto de proposta de cancelamento/suplementação para custeio com despesas junto a CEB e CAESB.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	4
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	100
Encaminhamento - CDS/ Na hora	300
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	12
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	10
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	1
Trabalho com Grupos - Mulheres	1
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	1
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	30
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	8
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Ação Social - SEJUS Mais Perto do Cidadão



Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	1	200
Música	1	100
Dança	2	150
Artes Plásticas	1	100
Literatura	1	40
Outros eventos	3	2.000

Comemoração do 15º Aniversário da Cidade Estrutural



Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	0

Tendo em vista que a Central de Aprovação de Projetos – CAP, é a unidade responsável pela aprovação de projetos de arquitetura e licenciamento de obras, atividades até então, exercidas pelas Gerência de Licenciamento de Obras e Atividades Econômicas e Gerência de Elaboração e Aprovação de Projetos, a Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento do Distrito Federal, não emitiu carta de alvará de licenciamento no presente ano.

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	5	40
Eventos esportivos	2	300
Outros	0	0

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Tendo em vista que a Central de Aprovação de Projetos – CAP, é a unidade responsável pela aprovação de projetos de arquitetura e licenciamento de obras, atividades até então, exercidas pelas Gerência de Licenciamento de Obras e Atividades Econômicas e Gerência de Elaboração e Aprovação de Projetos, a Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento do Distrito Federal, não emitiu carta de alvará de construção no presente ano.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Tendo em vista que a Central de Aprovação de Projetos – CAP, é a unidade responsável pela aprovação de projetos de arquitetura e licenciamento de obras, atividades até então, exercidas pelas Gerência de Licenciamento de Obras e Atividades Econômicas e Gerência de Elaboração e Aprovação de Projetos, a Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento do Distrito Federal, não emitiu carta de habite-se no presente ano.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Consoante a publicação do Decreto nº 39.804/2019, publicado no Diário Oficial nº 84, terça-feira, 7 de maio de 2019, as atividades de Topografia da Administração Regional do SCIA, foram transferidas para a Secretaria Executiva das Cidades.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Tendo em vista que a Central de Aprovação de Projetos – CAP, é a unidade responsável pela aprovação de projetos de arquitetura e licenciamento de obras, atividades até então, exercidas pelas Gerência de Licenciamento de Obras e Atividades Econômicas e Gerência de Elaboração e Aprovação de Projetos, a Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento do Distrito Federal, não atuou na área.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	3

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	1

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	400,00
Vitorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	10
Associações	2
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	20
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	50
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	20
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	15
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	3
Atestado de desobrigação	2
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	2
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	5
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	20
Outros	2

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	1.000,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	10,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	90,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	15,00
Recuperação de calçadas/ M ²	10,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	6,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00
Remoção de entulhos/ M ³	3.000.000,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	10,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	0,10
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	1.000,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	250

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

1. Obras e Infraestrutura

Consubstanciada a crise financeira que o Distrito Federal enfrentou no presente exercício, a Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento SCIA/RA-XXV, não conseguiu realizar grandes obras de infraestrutura para a Cidade no ano, todavia, isso não quer dizer que a Administração não prestou serviços a população. Foram realizadas parcerias com outros Órgãos do Governo do Distrito Federal, a fim de, juntas esforços para mitigar as carências e necessidades da Região, conforme ações detalhadas a seguir.

1.1. Adote uma Praça

A Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento SCIA/RA-XXV, através do programa "Adote um praça" realizou a revitalização das Praças - Central e Praça da Quadra 08 do Setor Oeste.

Revitalização das Praças Central e a Praça Quadra 08 do Setor Oeste, eram reivindicações antigas dos moradores da Região Administrativa.



1.2. Operações de Retirada de Entulho

A Administração Regional do SCIA, realizou diversas operações de retirada de entulho na Cidade. Mensalmente são recolhidos aproximadamente, 300 (trezentas) toneladas de entulho.



1.3. Limpeza de Boca de Lobo

A Administração Regional do SCIA, realizou operações de limpeza de Boca de Lobo, reposição de tampas de concreto e de grelhas de ferro fundido na Cidade.



1.4. Tapa Buraco

A Administração realizou diversas etapas de tapa buraco e operação buraco zero:



2. Desenvolvimento Social

2.1. Campanha de Vacinação

A Administração Regional do SCIA, participou da Campanha de Vacinação contra a gripe.



2.2. Aniversário da Cidade

Em comemoração ao 15º Aniversário da Cidade Estrutural, a Administração Regional do SCIA, em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, Secretaria Executiva das Cidades, realizou evento para os moradores da Região, com o tradicional corte do bolo. O Evento contou com a participação do Vice Governador do Distrito Federal :



2.3 Carnaval da Cidade Estrutural

3. A Administração Regional do SCIA, também participou nas comemorações do Carnaval da Cidade:



2.4. Sala do Empreendedor

No dia 14 de maio de 2019, foi inaugurada a Sala do Empreendedor, com o apoio do SEBRAE DF, é um local onde o empresariado encontra orientações e informações diversas para a sua pequena empresa podendo, inclusive, servir como central de informações e orientações empresariais. Tem respaldo na Lei Complementar Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei nº 123/2006), sendo uma das frentes do GDF para ressaltar a importância da força-tarefa para girar a economia e ofertar empregos. Voltado aos microempreendedores que buscam auxílio na legalização do negócio e outros tipos de serviços, o espaço é resultado da parceria das administrações regionais com Sebrae, BRB e líderes comunitários. Esse serviço tem apresentado excelentes resultados ao esclarecer dúvidas e orientar os cidadãos na formalização e no desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios.

4. A Administração Regional do SCIA, ainda no fomento as atividades culturais, trouxe para a Cidade Estrutural o Espetáculo - Quase nada do Mar, grupo de teatro brasileiro.



Nosso Natal

A Administração Regional do SCIA, participou da campanha "Nosso Natal" do Governo do Distrito Federal



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

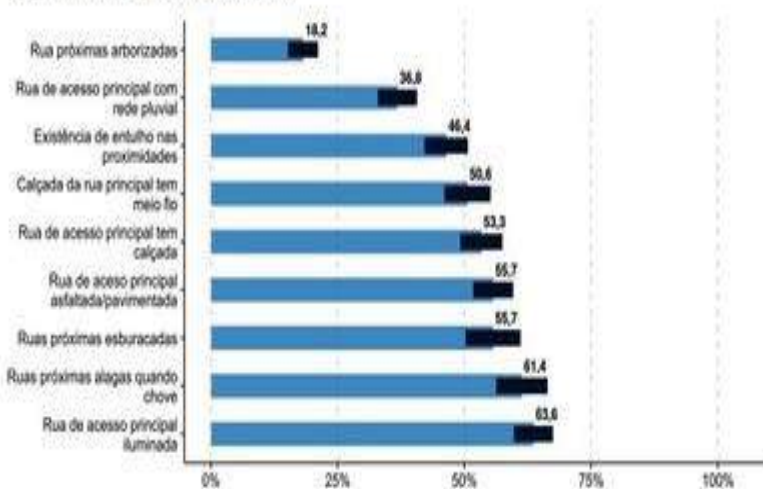
A Região Administrativa do SCIA, é uma região de grande apelo para atividades sociais, segundo última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018, a renda domiciliar estimada foi de R\$ 1.728,2, que resulta em um valor médio por pessoa de R\$ 570,3. Quanto à desigualdade, o índice de Gini da renda domiciliar foi de 0,43, enquanto para a renda por pessoa foi de 0,47.

A PDAD 2018 aponta que a população urbana da RA SCIA/Estrutural era de 35.520 pessoas, sendo 50,7% do sexo masculino (Figura 3). A idade média era de 26,3 anos. A pirâmide etária, traz a distribuição da população por faixas de idade e por sexo. Para entender como as pessoas estão organizadas dentro dos domicílios, foram criados os seguintes arranjos: unipessoal; monoparental feminino; casais sem filhos; casais com um filho; casais com dois filhos; casais com três ou mais filhos; e outros perfis. Para essas classificações, observou-se que o arranjo "monoparental (feminino)" foi o mais observado, em 19,3% dos domicílios.

Infraestrutura Urbana

Passando para as questões referentes à infraestrutura urbana existente nas proximidades dos domicílios, o PDAD 2018 constatou que a rua de acesso principal ao domicílio era asfaltada em 55,7% das unidades, 53,3% afirmaram ter calçada, das quais 50,6% tinham meio fio, sendo avaliadas como "boa", segundo 37,2% dos respondentes. Para 63,6% dos entrevistados havia iluminação na rua principal de acesso ao domicílio, enquanto 36,8% responderam que havia rede de água pluvial. Sobre as proximidades dos domicílios, 46,4% responderam que havia entulhos, 61,4% informaram que as ruas ficavam alagadas em ocasiões de chuva, 55,7% disseram que sua rua ou ruas próximas eram esburacadas e 18,2% informaram que tais ruas eram arborizadas (5 A)

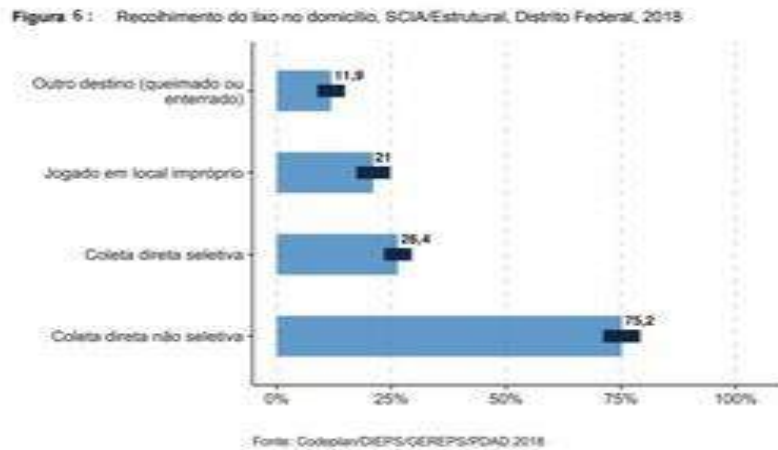
Figura 5 A : Infraestrutura urbana na rua de acesso e nas proximidades dos domicílios, SCIA/Estrutural, Distrito Federal, 2018



Fonte: Coleplan/DIEPS/GEREP/SPAD 2018

O PDAD 2018 evidencia, uma das maiores dificuldades da Administração Regional do SCIA, quanto ao recolhimento de lixo, 84,9% afirmaram ter coleta direta, sendo 26,4% seletiva e 75,2% não seletiva, **21% informaram jogar em local impróprio**, enquanto 11,9%

disseram queimar ou enterrar o lixo (Figura 6). Quanto, ao descarte impróprio do lixo, 46,5 % dos entrevistados, afirmaram ter entulho nas proximidades de sua residência (figura 5A).

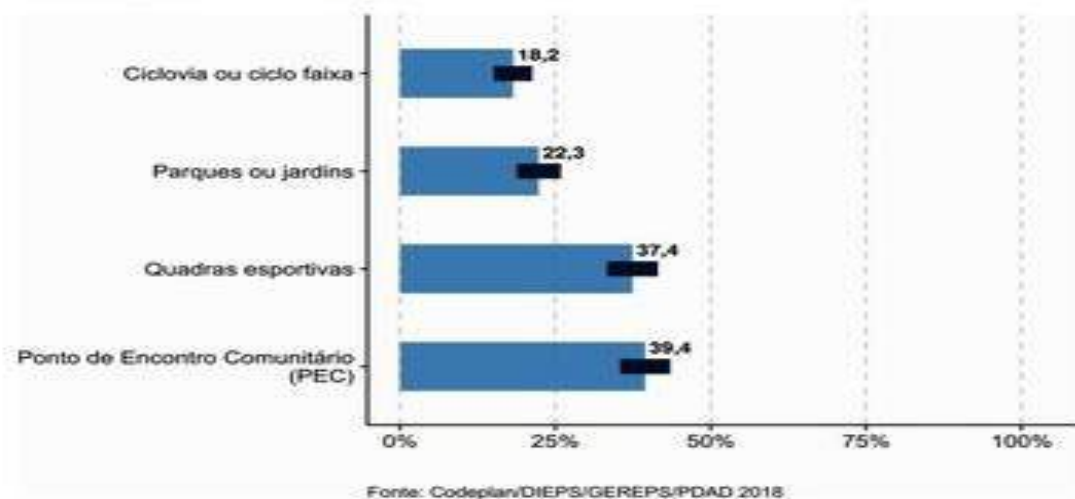


A Administração Regional do SCIA, tem em seu Planejamento Estratégico, a construção do Papa entulho na Cidade Estrutural. O Papa Entulho é um ponto de entrega voluntária (PEV) de entulho, podas, volumosos, materiais recicláveis e óleo de cozinha usado. O local possui rampa de acesso a veículos pequenos para o descarte de resíduos de construção diretamente em caçambas. O local será preparado para receber diariamente, por pessoa, até 1 metro cúbico (equivalente a uma caixa de água de mil litros) de resíduos da construção civil, volumosos (como móveis, vasos, sofás, etc) e restos de podas. Também podem ser entregues materiais recicláveis como papéis, plásticos, papelões e metais, desde que estejam separados e limpos. Esses resíduos serão encaminhados para as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, o empreendimento será realizado em parceria com o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU.



Ainda no que tange a infraestrutura urbana, os entrevistados pelo PDAD 2018, afirmaram que na rua de acesso e nas proximidades dos seus domicílios existem os seguinte equipamentos públicos:

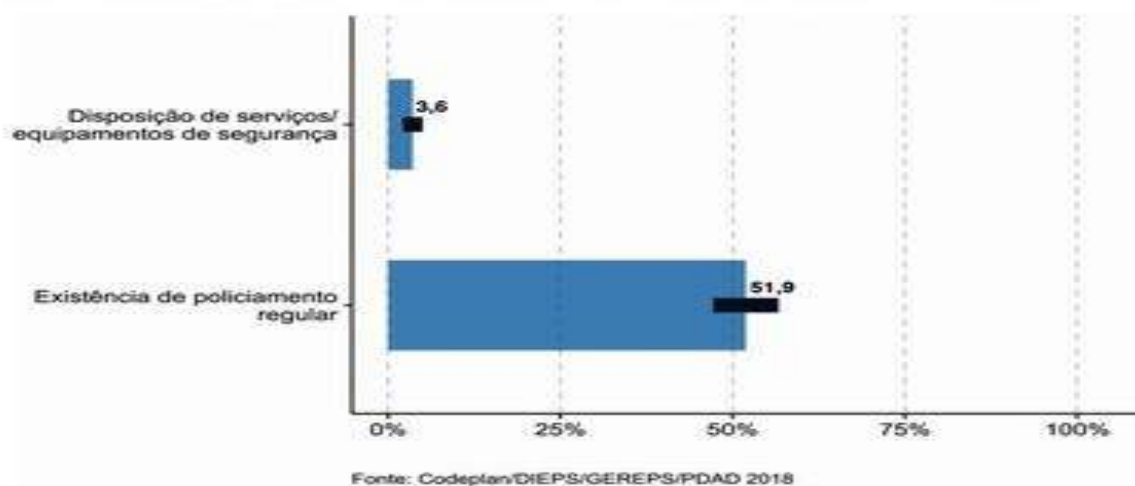
Figura 7 : Infraestrutura urbana na rua de acesso e nas proximidades dos domicílios SCIA/Estrutural, Distrito Federal, 2018:



A Administração Regional do SCIA, tem em seu Planejamento Estratégico a realização de parcerias com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP e Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal a revitalização de 07 (sete) praças da Cidade Estrutural, Reforma dos Pontos de Encontro Comunitário (PECs), eficientização dos pontos de energia da cidade, reforma do Campo sintético do Parque Urbano e Construção de quadra de areia no Campo Urbano. Parte desses recursos, já foram captados pela Administração, podendo ser executados no próximo exercício financeiro, pela Administração Regional e demais Órgãos competentes.

No que tange às questões de segurança, os entrevistados pelo PDAD 2018, 51,9% afirmaram haver policiamento regular, em 3,6% dos domicílios havia equipamento ou dispositivo de segurança individual e em 2,1% havia tais serviços compartilhados (8).

Figura 4.41: Segurança nas proximidades do domicílio, SCIA/Estrutural, Distrito Federal, 2018



Entretando, a Administração tem juntando esforços junto a Polícia Militar do Distrito Federal, para a Construção da nova sede do 15º Batalhão de Polícia Militar da Cidade

Estrutural, as tratativas já estão avançadas e os Projetos Executivos já foram aprovados na Central de Aprovação de Projetos - CAP, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal. Estima-se que o custo da obra seja de 6.000.000,00 (seis milhões) de reais, a Administração Regional do SCIA, tem buscado apoio da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na captação de emendas parlamentares, para que as obras sejam iniciadas em 2020.



09128 - ADM. REG. DE SOBRADINHO II - RA XXVI

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Núcleo Habitacional Sobradinho II foi criado no início da década de 1990, ainda integrante da Região Administrativa V - Sobradinho, no contexto do Programa de Assentamento da População de Baixa Renda.

* A Lei nº 3.314, de 27 de janeiro de 2004, permitiu o desmembramento da Região Administrativa V - Sobradinho, criando a Região Administrativa XXVI - Sobradinho II.

* O nome Sobradinho II surgiu da proximidade com a cidade de Sobradinho, de onde foram transferidos as famílias que residiam em um mesmo lote ou em áreas de sensibilidade ambiental do Ribeirão Sobradinho e Lixão.

* A primeira missa comemorativa pelo aniversário da cidade foi celebrada no dia 11/10/1991, pelo Padre Jonas Vecttoracci, que foi Administrador Regional de Sobradinho.

COMPLETO

Em 1990, o então Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, sensibilizado com os problemas de moradia da população, instituiu um programa habitacional para a população de baixa renda, sendo implantados assentamentos em diversas cidades do Distrito Federal.

O Decreto nº 13.362 de 07 de agosto de 1991, publicado no DODF de 12/08/1991, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, as glebas de terras de particulares e direitos de arrendamentos de chacareiros das fazendas "Sobradinho" e "Paranozinho", com a finalidade dar continuidade ao programa de assentamento da camada da população de baixa renda. Foram declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terras particulares situada na Fazenda "Paranozinho", pertencentes ao espólio de José Cândido de Souza Dias, ou sucessores, e todas as benfeitorias, acessões e direitos de arrendamentos dos chacareiros existente no local, com também na Fazenda "Sobradinho", lugar denominada como Largo do "Saco da Lagoa". A área desapropriada foi de aproximadamente 177 hectares e era parte desmembrada de outra maior, anteriormente pertencentes à Balbino Claro de Alarcão e de sua mulher, Franklima Dutra de Alarcão.

A área para implantação de Sobradinho II foi objeto de um projeto especial de urbanismo elaborado pelo extinto Instituto de Planejamento Urbano do Distrito Federal - IPDF, onde foram destinadas áreas para lotes de uso misto-comercial/residencial, residencial unifamiliar e comercial, serviços e institucional.

Também faz parte do Sobradinho II o Setor de Mansões, uma área com diversos condomínios.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	0	1	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	39	0	0	0	39

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos do GDF	5	0	4	0	9
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	4	0	4
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	19	0	19
Terceirizados (FUNAP)	0	0	10	0	10
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	47	0	38	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	85

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	10020,00	10000,0	10000,0
0119 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	0	10020,00	10000,0	10000,0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	10020,00	10000,00	10000,00

Serviços de Apoio a Comunidade:

- Caminhão do Sesi com serviços de odontologia e distribuição de kits de Escovação;
- Unidade Móvel de atendimento da mulher vítima de violência – Atendimento Psicossocial;
- Carreta da Defensoria Pública;
- Carreta da Justiça Itinerante;
- Carreta da Polícia Civil – Identidade Solidária.



Culto

- Com representantes das religiões: Católica, Evangélica, Espirita Kardecistas e de Religiões de descendências Africanas.

Ecumênico:



Sessão Solene da Câmara Legislativa:

- Homenagens aos moradores mais antigos e que ajudam no desenvolvimento social e econômico de Sobradinho II.

- Sessão Solene Cultural:

- Homenagens aos integrantes da comunidade cultural de Sobradinho II.

Palestra da Secretária do Trabalho:

- Palestra sobre empreendedorismo e Microcrédito (Programa Prospera - SETRAB)

- Inauguração da Feira da Lua em Sobradinho II;

- Desfile Cívico;

- Rua de Lazer para crianças e adolescente;

- Distribuição de brinquedos, lanches, pintura de rosto e brinquedos infláveis;

- Encontro de Som automotivo;

- Show de Acrobacias de Motos – Equipe Força e Ação.

DESFILE CÍVICO



SEÇÃO SOLENE



SEÇÃO CULTURAL



DIA DAS CRIANÇAS



ENCONTRO DE CARROS



SHOW DE MANOBRAS COM EQUIPE FORÇA E AÇÃO



Com um público estimado de 2.500 (duas mil e quinhentas pessoas).

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	300000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0260 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA RA XXVI - EM 2019- SOBRADINHO II	0	300000,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	300000,00	0,00	0,00

Parte do orçamento de investimento foi contingenciado.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	183475,00	183468,31	183468,31
0041 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	0	183475,00	183468,31	183468,31
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	183475,00	183468,31	183468,31

Como possuímos poucos servidores a colaboração dos sentenciados assistidos pela FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, foi de suma importância com a execução das tarefas de conservação, recuperação e manutenções das áreas urbanizadas e ajardinadas na cidade.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	10000,00	0	0
0100 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	0	10000,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	186770,87	100509,92	100509,92

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0060 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	0	186770,87	100509,92	100509,92
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	196770,87	100509,92	100509,92

Ressarcimento á servidores, por motivo de exoneração e substituição de alguns servidores o período anual.

Ressarcimento ao estado de Goiás de 1 (um) servidor cedido pela Agência Prisional do Estado de Goiás no decorrer do ano de 2019.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	0,82	0	0
0043 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	0	0,82	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2202493,84	2143520,22	2143520,22
0060 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	0	2202493,84	2143520,22	2143520,22
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	212935,35	172143,50	172143,50
0049 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	0	212935,35	172143,50	172143,50
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	188300,00	179783,11	179307,30
0088 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	0	188300,00	179783,11	179307,30
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	2603730,01	2495446,83	2494971,02

O orçamento para conservação foi utilizado como fonte de compensação para outros programas de trabalho.

Os recursos destinados à administração de pessoal aos 41 servidores da Administração Regional de Sobradinho II, foram utilizados de modo satisfatório para o pagamento da folha de janeiro a dezembro de 2019, o servidores empenharam-se em zelar pela ética e transparência das atribuições sob nossa competência, e aprimorar a qualidade do atendimento ao público, que é a atividade fim desta Administração Regional. Os benefícios assistenciais aos servidores da RA XXVI proporcionam o recebimento de auxílios referentes a vale transporte, auxílio creche e auxílio alimentação.

A aquisição com material de consumo foram adquiridos por Atas de Registro de Preço, tais como: Gás engarrafado e material de escritório.

Pagamento dos serviços continuados tais como: CEB DISTRIBUIÇÃO, CAESB, Telefonia fixa e Manutenção da Central Telefônica.

Contratação da empresa para fornecimento do Software do Certificado Digital.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	373
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	130
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0
Trabalho com Grupos - Mulheres	0
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

PALESTRAS E CURSOS DIVERSOS PARA COMUNIDADE E ESCOLAS

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	0	0
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	0	0

Biblioteca Pública de Sobradinho:

- Mais de 500 novos exemplares inseridos no acervo somando um total de 6255 livros;
- Construção de novas baias;
- Aumento de pontos de energia;
- Melhorias no sistema de iluminação;
- Implementação de um Sistema de gestão de Bibliotecas informatizando os serviços de processamento, pesquisas e empréstimos de livros;
- Interligação ao Sistema Interligado de Bibliotecas Públicas e Escolares do DF;
- Aumento de 380 para 964 a média mensal.

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	3
Industrial	0
Área Rural	2
Outros (Eventual)	34

Viabilidade via Sistema RLE - 1295 (um mil duzentos e noventa e cinco)

Atendimentos diversos - 353 (trezentos cinquenta e três)

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	1	500
Eventos esportivos	3	5.000
Outros	0	0

- Ginásio de Esportes – 48 autorizações de uso fixo
 - Campo Sintético – 32 autorizações de uso fixo
 - Apoio ao Campeonato Amador de Futebol de Sobradinho II
 - Apoio ao 47º Encontro de Grupos de Mountain Bike do DF e Entorno / Sobradinho II
- Ginásio de Esporte:
- Parceria com a Proeco para fomentar atividades e participação da população no cuidado externo do nosso Ginásio de Esporte;
 - Onde a Periferia Acontece – Com diversas atividades para o público em geral.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

7 (sete) Alvarás de Construção em áreas diversas.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	3
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	213
Fiscalização de Feiras	1

Não houve recadastramento de Feirante no ano de 2019.

Cadastramento de 56 ambulantes e mais 107 feirantes.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	644,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	160,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	50,00
Recuperação de calçadas/ M ²	0,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	370.000,00
Remoção de entulhos/ M ³	326.512,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	0,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	450.000,00
Roçagem manual/ M ²	580.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	1.160.000,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	260,00
Podas de árvores/Unidade	0
Faixas recolhidas das vias públicas	0

- Implantação de sistema de ar condicionado na Biblioteca Maria do Barro, realizado pela Administração Regional sem ônus para o GDF; - Atendimento de 594 solicitações de pedidos diversos junto a Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção;

- Reabertura de via de ligação da Vila Rabelo com a Rodovia DF – 150; - Construção de boca de lobo na QMS 15 – Setor de Mansões de Sobradinho; - Construção de boca de lobo - AR 14.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

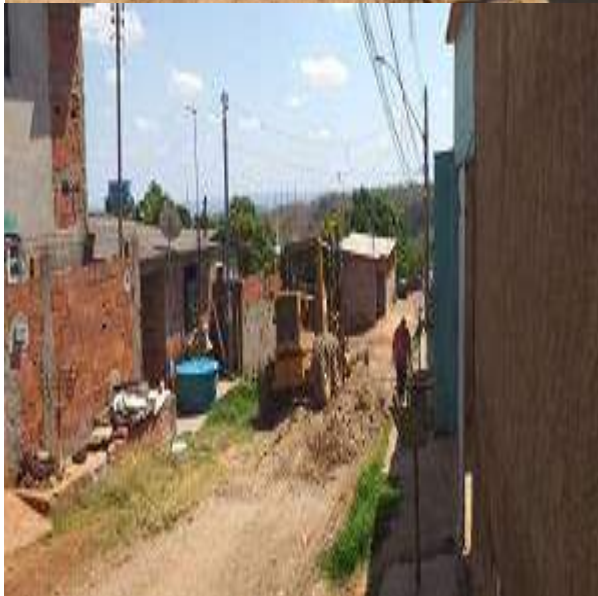
- Palestras e cursos para comunidade e escolas:
- Características de estudantes com TEA: Estratégias pedagógicas para atendimento.
- Terapia Ocupacional no contexto escolar: Refletindo acomodações sensoriais.
- A Impotência de limites na educação de crianças – Amar é educar
- Vivências Pedagógicas – Na prática
- Comunicação Aumentativa e Alternativas (CAA), para crianças dentro do Espectro Autistas
- Crianças com necessidades especiais e medicação.
- A sexualidade e a adolescência
- Palestra sobre Empreendedorismo
- Incentivo à leitura - Quem conta um conto, aumenta um ponto. Contação de histórias nas escolas com o objetivo de incentivar a leitura e a participação na biblioteca de Sobradinho II.
- Parceria com a oficina Vou te Contar, no projeto “Qual a sua história? ”, para formação multiplicadores na arte da contação de histórias para crianças, adolescentes e adultos.
- Apoio na formação de grupo de ajuda Mútua para familiares e para pessoas com dependência química, ou transtornos mentais leves.
- Parceria com os Vicentinos da Paróquia São Mateus para realização do Curso de Confeitaria e Salgados na Vila Rabelo (30 alunos de baixa renda).
- Fortalecimentos das redes solidárias dentro de Sobradinho II.
- Iniciamos atividades com o objetivo de identificar quais são e aonde atuam as associações que desenvolvem trabalhos sociais em nossa cidade.
- Assistência a familiares que procuram a Administração de Sobradinho II:
- Direcionamento as redes de apoio do GDF;
- Direcionamentos as associações existentes nas cidades.

Parcerias com associações para fomentar mais atividades culturais e esportivas:

- Doe Amor com Gentileza
- ONG Proeco (Projeto Expresso Centro Oeste)
- Pesquisa e cadastramento de carroceiros da Codeplan/ Setrab

RECUPERAÇÃO DE VIAS NÃO PAVIMENTADAS





RECUPERAÇÃO DE MEIOS-FIO E CONSTRUÇÃO DE CALÇADA E MANUTENÇÃO DE CALHA



OPERAÇÃO TAPA BURACO



RECOLHIMENTO DE ENTULHO E OPERAÇÃO CATA-CATA



CONTRUÇÃO DO BALÃO DO BALÃO DO SERRO AZUL



LIMPEZA E RECUPERAÇÃO DE BOCAS DE LOBO





CONSTRUÇÃO DE PARADA DE ÔNIBUS



PODAGEM ÁRVORES



NATAL SOLIDÁRIO - VILA RABELLO (Sem ônus para o GDF)





4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No ano de 2019 a Administração Regional de Sobradinho II, realizou diversas ações que tiveram impacto na vida dos moradores, tais como:

- * Manutenção das pista em vias urbanas com operações "tapa buracos";
- * Recolhimento de entulhos - Operação "cata-cata";
- * Roçagens;
- * Chamadas junto a CEB e CAESB;
- * Solicitação de Corte e Poda de árvores;

- * Limpeza de bueiros;
- * Realização de eventos no mês de aniversário da Cidade;
- * Reunião com moradores e líderes comunitários.
- * Natal Solidário - Vila Rabello.

DIFICULDADES:

1. INSTALAÇÕES - As instalações da Sede Administrativa de Sobradinho II, precisa passar por adequações tanto para atender de forma qualitativa à população, quanto dar mais condições de trabalho ao agente público.

PERSPECTIVAS:

1. MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO - a sede precisa passar por modernização, para garantir um melhor ambiente de trabalho e receber os contribuintes com mais conforto;

2. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - com a aquisição de novos equipamento será possível ser prestado um melhor trabalho.

09129 - ADM. REG. DO JARDIM BOTÂNICO - RA XXVII

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional do Jardim Botânico – RA XXVII, criada por meio da Lei Distrital Nº 3.435/2004, é um órgão de direção superior, responsável pela execução regionalizada de atividades da administração do Distrito Federal, na Região Jardim Botânico do DF, vinculada, para fins de controle e supervisão global, à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, por força do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019 e alterações posteriores.

Conforme Decreto nº 37.625 de 15 de setembro de 2016, compete à RA XXVII representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa, bem como supervisionar, fiscalizar e executar programas, projetos, ações governamentais e serviços de interesse público em sua área de jurisdição.

O Regimento Interno das Administrações Regionais, aprovado por meio do Decreto Nº 38.094, de 28 de março de 2017, representou avanço na gestão desta RA XXVII, especialmente porque, desde a sua criação as atribuições eram desenvolvidas por analogia.

Em 03 de julho de 2018 foi publicado no DODF nº. 124 o Decreto nº. 39.164, de 29.06.2018, que alterou a estrutura administrativa da Administração Regional do Jardim Botânico – RA XXVII, ampliando significativamente o quadro de servidores.

Em 20 de dezembro de 2019, a Lei Complementar nº. 958, publicada no DODF nº. 243, de 23/12/2019, redefiniu a poligonal da Região Administrativa do Jardim Botânico, que passou a englobar os Setores Habitacionais Altiplano Leste, São Bartolomeu, Estrada do Sol, Jardins Mangueiral e Tororó. Consta do Diário Oficial nº243, página 110, memorial descritivo da atual poligonal da RA XXVII.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	7	3	7	2	19
Comissionados sem vínculo efetivo	16	22	0	0	38
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	4	1	6
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	4	4
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	2	2
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	24	25	11	9	69

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	2	0	0	0	2
Total Geral	22	25	11	9	67

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	149400,00	143744,72	0
0213 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- JARDIM BOTÂNICO	0	149400,00	143744,72	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	149400,00	143744,72	0,00

Recursos Orçamentários descentralizados pela RA XXVII para NOVACAP, por meio da Portaria Conjunta nº. 01, de 27/08/2019, para construção de estacionamento no canteiro central do Comércio local - Jardim Botânico - Etapa I (700 metros lineares, com 04 metros de largura, a partir da Feira do Produtor até o Restaurante local - imagem anexa), localizado entre a DF-001 e a Av. Marginal.



6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	37725,0	31824,71	26513,18
0042 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	0	37725,0	31824,71	26513,18
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	37725,00	31824,71	26513,18

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	233,00	0	0
0120 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	0	233,00	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	233,00	0,00	0,00

Realização de evento no Parque Vivencial do Jardim Botânico - Etapa II, no dia 01/09/2019, com apresentação de banda musical, exposição de carros antigos, brinquedos para crianças, feira de artesanato, apresentações de coral, dança, bateria da escola de samba do Jardim Botânico, aula de fitness, aferição da pressão arterial, etc.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	11601,00	0	0
0101 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-JARDIM BOTÂNICO	0	11601,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	14868,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0061 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	0	14868,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	26469,00	0,00	0,00

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	1342,58	0	0
0044 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	0	1342,58	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	4809456,56	4780072,69	4780072,69
0061 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	0	4809456,56	4780072,69	4780072,69
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	317166,67	285709,20	285709,20
0050 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	0	317166,67	285709,20	285709,20
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	384190,84	362951,20	327348,04
0089 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	0	384190,84	362951,20	327348,04
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	3421,47	550,0	550,0
0053 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	0	3421,47	550,0	550,0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	100000,0	100000,0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0035 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DE PRÓPRIO NO JARDIM BOTÂNICO-JARDIM BOTÂNICO	0	100000,0	100000,0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	5615578,12	5529283,09	5393679,93

Em referência à ação de Construção de Prédios e Próprios, houve descentralização de Crédito Orçamentário para o Parque Jardim Botânico de Brasília - PJBB (UG. 106106), por meio da Portaria Conjunta nº. 02, de 29/11/2019, para construção de um quiosque (loja de souvenir) na Praça do Relógio do PJBB.. A obra ainda não havia iniciado no ano de 2019 e não possui programa de trabalho para acompanhamento da mesma em 2020.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	1
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	0
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	1
Trabalho com Grupos - Mulheres	0
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	2
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	3
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	50
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	2

Dentre as principais atividade de assistência social, destacam-se:

Campanha de combate à Dengue; campanha de agasalhos; campanha de doação de sangue pelos servidores da RA XXVII; evento "Mexa-se pela Diabetes"; doação de brinquedos no

Natal Solidário; Semana da Árvore com plantio 70 mudas de ipês no Parque Vivencial JB-III, etc.

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	2	400
Dança	2	500
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	1	500

Foram realizados o seguinte evento: Aniversário da RA XXVII - Jardim Botânico de Brasília

- Apresentação de Banda musical de um colégio da cidade de São Sebastião, durante a realização do aniversário do RA XXVII - Jardim Botânico, no dia 01/09/2019

- Apresentação da Bateria da Escola de Samba Unidos do Jardim botânico também durante a realização do aniversário da RA XXVII -Jardim Botânico, no dia 01/09/2019

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	26

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	1	500
Eventos esportivos	2	200
Outros	1	350

- Festival de Futsal Infantil, realizado durante as comemorações do aniversário do Jardim Botânico.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	71	24.284,75
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	44	16.731,32
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	1	4.685,06
Institucional	0	0,00

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	149,00	137.940,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	89,00	25.630,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	107
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Até o final de julho de 2010 foram aprovados 107 projetos dos 338 analisados. Após essa data, a atividade passou a ser de competência para CAP - Central de Análise de Projetos da SEDUH.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	1

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	128.700,00
Vitorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	600,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	10,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	20,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	30,00
Recuperação de calçadas/ M ²	10,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	2,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00
Remoção de entulhos/ M ³	5.280.000,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	200,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	6.230,00
Roçagem manual/ M ²	0,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	0,00
Recapamento asfáltico/ M ²	360,00
Passeios (construção) / M ²	1.100,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	30
Faixas recolhidas das vias públicas	1.600

Dentre as principais atividades relacionadas às obras e serviços de manutenção e recuperação desenvolvidas pela Dietoria de Obras - DIROB, destacam-se:

- Obra do balão no entrocamento da Av. do Sol com a Estrada do Sol;
- Alargamento em vários trechos da Av. do Sol, que possibilitará a instalação de calçadas;

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Atividades

Foram firmados, no âmbito do projeto "Adote uma Praça", 06 acordos de cooperação entre a RA XXVII e associações/movimentos comunitários, para adoção e manutenção dos seguintes logradouros/espços públicos do Jardim Botânico, conforme relação com localização e processo SEI:

- Balão da ESAF ;
- Balão da JK ;
- Balão do Jardim Botânico IV;
- Estacionamento do Comércio do Condomínio Solar de Brasília III;
- PEC do Jardim Botânico III;
- Área externa ao Condomínio Jardim Botânico V.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2019 a Administração Regional do Jardim Botânico – RA XXVII não obteve recursos para investimentos, em razão das restrições orçamentárias decorrentes da situação dos cofres públicos do Distrito Federal.

Entretanto, para além dos custeios obrigatórios correntes, a Administração fechou o ano com ações positivas em termos de manutenções e melhorias dos logradouros e equipamentos públicos do Jardim Botânico. Tais resultados decorrem de esforços conjuntos da equipe desta RA com associações representativas da comunidade local e outros parceiros privados e públicos, cujos propósitos de desenvolvimento da Região convergiram.

Para 2020, considerando que a Lei Orçamentária Anual LOA-2020, cuja proposta encaminhada por esta Administração Regional previu, por força de lei, valores idênticos ao primeiro ano do PPA 2020-2023, os valores aprovados não cobrirão as despesas previstas para o exercício de 2020, a saber:

Valor Deficitário Previsto para PLOA 2020 - Grupo 3 - Custeio

TETO ORÇAMENTÁRIO (fonte 100)	R\$ 459.540,00
OUTRAS FONTES (111 E 120)	R\$ 56.652,00
SUB-TOTAL	R\$ 519.192,00
TOTAL DESPESA ESTIMADA	R\$ 810.000,00
DÉFICT ORÇAMENTÁRIO	R\$ 290.880,00

Ressalta-se que, o valor estimado para as despesas correntes, de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais), teve por base os valores anuais dos contratos de Locação de Imóvel, sede da RA XXVII (R\$ 386.799,36), CAESB (R\$ 15.000,00), CEB (R\$18.000,00), FUNAP (R\$ 38.367,36) e despesas com Concessão de Benefícios a Servidores (Auxílio Creche: R\$ 3.420,00/Vale transporte: R\$ 56.628,00/Auxílio Alimentação: R\$ 274.572,00), bem como do valor estimado para despesa com Material de Consumo (R\$ 18.000,00).

Portanto, há um déficit previsto para custeio das despesas correntes, de manutenção e funcionamento do imóvel, sede desta RA XXVII, da ordem de R\$300.000,00 e não há previsão de valores para investimento.

Em 20 de dezembro de 2019, a Lei Complementar nº. 958, publicada no DODF nº. 243, de 23/12/2019, redefiniu a poligonal da Região Administrativa do Jardim Botânico, que passou a englobar os Setores Habitacionais Altiplano Leste, São Bartolomeu, Estrada do Sol, Jardins Mangueiral e Tororó. Consta do Diário Oficial nº. 243, página 110, memorial descritivo da atual poligonal da RA XXVII.

Em função da nova poligonal da RA XXVII, que expandiu o território da região em praticamente 3.000% - de cerca de 900 para 30.000 hectares e cresceu a população local em torno de 100.000 habitantes - de 25.000 para 125.000 habitantes, serão acréscimos de aportes de recursos financeiros e humanos, em especial para as atividades relacionadas às obras e instalações e manutenções de equipamentos e logradouros/espços públicos, para atender condizentemente à comunidade local.

09130 - ADM. REG. DO ITAPOÃ - RA XXVIII

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Região Administrativa de Itapoã está localizada numa área entre o Paranoá e Sobradinho que era detentora de grande parte das terras onde se localiza hoje a cidade. Em 2003, foi criada a subadministração, vinculada ao Paranoá, por meio da aprovação do Projeto de Lei nº 698/2003. Em 18/11/2004, a Câmara Legislativa aprovou, em 1º turno, a criação da RA XXVIII, sendo oficializada em 03 de Janeiro de 2005, Lei Distrital nº 3.527/2005. A Administração Regional do Itapoã – RA XXVIII, é órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, conforme Decreto nº 37.625, de 15/09/2016, publicado no DODF nº 176, de 16/09/2016. Tem por competência, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua circunscrição.

Atualmente as administrações são vinculadas a Secretaria de Cidades, conforme publicação do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal, Edição Extra Especial Nº 1, de 01/01/2019.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	0	1	2
Comissionados sem vínculo efetivo	13	22	0	0	35
Requisitados de órgãos do GDF	3	1	0	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	2	0	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	1	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	10	10
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	17	23	3	11	54
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	17	23	3	11	54

Informações fornecidas pela Coordenação de Administração Geral (COAG).

Para o cumprimento de suas competências legais, as Administrações Regionais são compostas pela estrutura administrativa definida no Decreto nº 37.206, de 23 de março de 2016 e suas alterações. Existem as unidades de assistência direta ao Administrador

Regional. Há também três coordenações na Administração Regional de Itapoã. A Coordenação de Administração Geral é responsável pela execução orçamentária, financeira, gestão administrativa e de pessoas. Os serviços prestados à comunidade, conforme competência definida por norma legal, são executados pelas coordenações: Coordenação de Desenvolvimento e Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção.

Um servidor recebeu das mãos do Governador a Medalha do Mérito Buriti. A medalha é conferida aos servidores que se destacaram ou contribuíram, de maneira relevante, para o aperfeiçoamento da Administração Pública do Distrito Federal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	118714,20	101586,17	101586,17
0215 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- ITAPOÃ	0	118714,20	101586,17	101586,17
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	100000,0	0	0
0094 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- IMPLEMENTAR ILUMINAÇÃO NO CAMPO SINTÉTICO A MARGEM DA DF 001- ITAPOÃ	0	100000,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	1348,46	461,28	461,28
0022 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	0	1348,46	461,28	461,28
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	220062,66	102047,45	102047,45

A fim de prover melhoria e manutenção às áreas urbanizadas e instalações sob responsabilidade desta Administração Regional do Itapoã, houve a aquisição de materiais. Os departamentos responsáveis pela manutenção das áreas públicas realizaram serviços de manutenção e limpeza em praças, canteiros centrais e áreas ajardinadas. Os principais serviços foram: roçagem, capinação do mato, limpeza e remoção de entulho, pintura de meios-fios, tapa-buraco entre outros. A finalidade dessas atividades é manter esses espaços públicos conservados, limpos e organizados para prevenir a reprodução de insetos, a epidemia de doenças e o acúmulo de lixo nas praças bem como nas demais áreas urbanas. A execução de obras de urbanização - SOS/DF refere-se ao serviço de instalação de iluminação pública na via marginal à DF-250.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	177692,00	177692,00	153657,52
0043 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	0	177692,00	177692,00	153657,52
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	177692,00	177692,00	153657,52

Administração Regional de Itapoã executou os recursos orçamentários deste Programa de Trabalho para contratar os serviços da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP. Os reeducandos são inseridos no mercado de trabalho readquirindo seus direitos de cidadania por meio da ressocialização e do trabalho. Entre os vários trabalhos realizados estão: pinturas de meios-fios, reparos em calçadas, remoção de entulhos, capina, recolhimento de faixas, escavação de valas, limpezas de boca de lobos, operação tapa-buraco, limpeza de terrenos baldios, entre outros. A quantidade de reeducandos disponíveis à Administração Regional de Itapoã, por meio do contrato firmado com a FUNAP, foi de 8 pessoas no término do exercício.

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	3055,0	3000,0	3000,0
0121 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	0	3055,0	3000,0	3000,0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	3055,00	3000,00	3000,00

A Região Administrativa de Itapoã fez contratação com a CEB para instalação de ponto de energia provisório a fim de realizar o 14º aniversário do Itapoã.

Foram realizadas as seguintes atividades na comemoração do aniversário da cidade:

No dia 13 de junho, celebraram a missa em Ação de Graças pelo aniversário da Cidade de Itapoã na Paróquia São Luis Orione e o Culto Evangélico na Quadra Coberta Poliesportiva.



Nos dias 14,15 e 16 de junho aconteceram o Desfile Cívico, o corte do bolo, apresentação de Projetos Sociais, apresentação Orquestra Sinfônica Som da Esperança, apresentações musicais, torneio de futsal na Quadra Coberta, dentre outras atividades.



0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	20000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0102 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-ITAPOÃ	0	20000,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	135379,84	22230,10	22230,10
0062 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-ITAPOÃ	0	135379,84	22230,10	22230,10
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	155379,84	22230,10	22230,10

Refere-se ao pagamento de ressarcimento de salário do servidor cedido pela Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2222445,42	2209268,53	2209268,53
0063 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	0	2222445,42	2209268,53	2209268,53
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	264604,31	184076,75	184076,75
0052 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-ITAPOÃ	0	264604,31	184076,75	184076,75
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	211617,00	116992,18	104422,79
0092 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	0	111617,00	87292,18	84161,03
0134 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-COMPLEMENTAÇÃO DA MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ- ITAPOÃ	0	100000,0	29700,00	20261,76

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	6627,20	541,0	541,0
0054 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-ITAPOÃ	0	6627,20	541,0	541,0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	2705293,93	2510878,46	2498309,07

Administração Regional de Itapoã efetivou o pagamento regular e integral da remuneração e dos benefícios a todos os servidores ativos da Administração. Pagamento das despesas necessárias para manutenção e conservação da Administração Regional. Realizaram-se pagamentos com aquisição de material de consumo e expediente, gastos com telefonia, CEB, CAESB, além de outras despesas administrativas.

Foram desenvolvidas atividades buscando a eficiência e a efetividade do procedimentos administrativos, orçamentários e financeiros. Para esse fim, notabilizou-se pela gestão otimizada dos recursos no intuito de qualificar cada vez mais as atividades de natureza operacional bem como a prestação de seus serviços.

Contratação da empresa para fornecimento do Software do Certificado Digital.

Neste âmbito, buscando melhorar a eficiência e a eficácia das ações desenvolvidas pelos profissionais do setor público que atuam na área de contratos, área financeira, e administrativa em geral, foram desenvolvidas capacitações contínuas na Escola de Governo junto aos servidores para trabalharem com o sistema SEI, SIGGO, SICOP e outros sistemas utilizados na Administração.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	25
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	489
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	388
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	1
Trabalho com Grupos - Idosos	1
Trabalho com Grupos - Mulheres	0
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	0

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	141
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	81
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	26
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	6

Informações fornecidas pela Coordenação de Desenvolvimento (CODES).

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	4	600
Música	5	250
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	1	100
Outros eventos	0	0

Informações fornecidas pela Coordenação de Desenvolvimento (CODES/GECEL).

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	851
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	14

Informações fornecidas pela Diretoria de Aprovação e Licenciamento (DIALIC).

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	10	3.000
Eventos esportivos	5	1.500

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Outros	2	2.000

Informações fornecidas pela Coordenação de Desenvolvimento (CODES/GECEL).

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Informações fornecidas pela Diretoria de Aprovação e Licenciamento (DIALIC). A Região Administrativa do Itapoã está em processo de regularização e por isso não houve emissão de alvará de construção.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Informações fornecidas pela Diretoria de Aprovação e Licenciamento (DIALIC).

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

O setor de Topografia foi deslocado para a Casa Civil e não realiza mais serviços na Diretoria de Aprovação e Licenciamento (DIALIC).

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	17
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Informações fornecidas pela Diretoria de Aprovação e Licenciamento (DIALIC).

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	0
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	135

Informações fornecidas pela Coordenação de Desenvolvimento (CODES/DIDOT).

A Região Administrativa do Itapoã não tem Junta Regional de Serviços Militares.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	384.000,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	11,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	26,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	18,00
Recuperação de calçadas/ M ²	6,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	7,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	480.000,00
Remoção de entulhos/ M ³	30.000.000,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	220,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	31.207,00

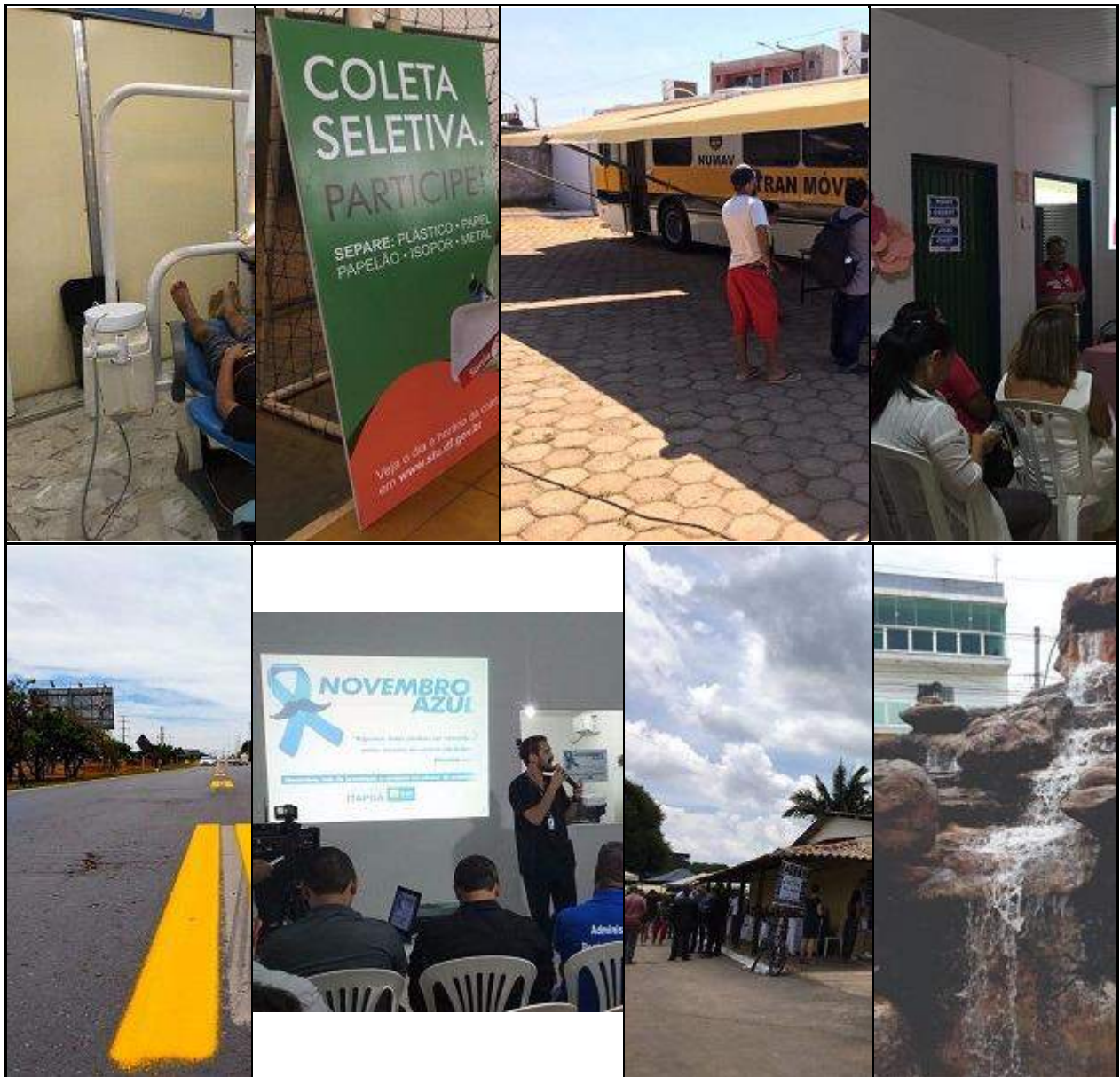
Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Roçagem manual/ M ²	480.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	460.000,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	22
Faixas recolhidas das vias públicas	0

Informações fornecidas pela Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção (COLOM).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Durante o exercício de 2019, a Administração Regional de Itapoã possibilitou diversos eventos, tais como: Inauguração do primeiro posto de atendimento odontológico nas dependências da Administração, através da instalação de contêiner; Realização da Semana do Bebê na Região Administrativa; Evento Ser Mulher - Dia Internacional da Mulher; Projeto: Coleta Seletiva na cidade de Itapoã; Retomada das linhas de ônibus que atendem a Fazenda Velha; Reinauguração do posto da CODHAB na sede da Administração Regional; Detran Móvel na Administração do Itapoã no mês de outubro; Campanha Outubro Rosa (Palestra contra o câncer de mama com café da manhã) na Administração Regional de Itapoã; Dias das Crianças - "Vem Brincar comigo" (campanha realizada pela primeira dama, junto com as regiões administrativa sendo doados mais de 500 brinquedos); Reversão da pista da DF 250 nos horários de pico; Campanha Novembro Azul (Palestra contra o câncer de próstata) na Administração Regional de Itapoã; Evento do Programa "SEJUS mais Perto do Cidadão" na cidade do Itapoã nos dias 08 e 09 de novembro; Wi-fi Social em quatro espaços públicos na Região Administrativa do Itapoã (Administração Regional; Restaurante comunitário, Biblioteca, Escola Classe 01); Projeto Chuteira de Ouro realizado no dia 01 de dezembro de 2019 - Quadra Coberta de Itapoã; Natal Sólidario (com lanche, brincadeiras e presentes) realizado no dia 20 de dezembro na Quadra Coberta de Itapoã e Reinauguração da Fonte Cascata no dia 27 de dezembro de 2019.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Análise das realizações:

A qualidade no atendimento aos cidadãos que procuram os serviços da Região Administrativa de Itapoã foi a prioridade da atual gestão. A Administração Regional, no ano de 2019, teve 3 Administradores. No segundo semestre, o Administrador Interino assumiu a gestão da Administração e mostrou grande empenho na execução dos anseios da comunidade.

Dificuldades encontradas:

A rotatividade de servidores comissionados pode se configurar com um fator prejudicial, uma vez que a capacitação desses servidores demanda tempo e quando o serviço é aprendido, muitas vezes o cargo é desocupado. A falta de materiais e equipamentos

adequados para execução de tarefas internas e externas. Dificuldade em desbloquear emendas parlamentares. Morosidade na execução de serviços que são de responsabilidade e/ou precisa de posicionamento de outros órgãos. Porém, dentro das atribuições, ressalta-se a importância da majoração da autonomia das Administrações Regionais, buscando dar maior celeridade aos trâmites burocráticos.

Perspectivas para o ano de 2020:

A Administração Regional de Itapoã vislumbra, para o ano de 2020, uma gestão administrativa mais técnica e qualificada ao encontro da nova gestão pública de forma econômica e eficaz, buscando um atendimento a sociedade com excelência. É parte do objetivo traçado, a reestruturação física de sua sede e a readequação do mobiliário e equipamentos tecnológicos, ainda a busca de um ambiente salubre para o desenvolvimento das atividades.

Para o ano de 2020, tem-se como objetivo a regularização do Itapoã que será primordial para a melhoria na qualidade de vida da população. Com normas e restrições, será assegurado um desenvolvimento habitacional e comercial mais ordenado.

Outros projetos serão a pavimentação das cinco quadras, construção de bocas de lobo na quadra 377, licitação para o terminal rodoviário, conclusão da Praça da Juventude, inauguração do Fórum, reinauguração da nova estrutura da UBS 3, início da construção da nova sede do Conselho Tutelar, construção do Centro Intergrado de Líguas - CIL, a pavimentação nas ruas das quadras 202, 203, 318, 378 e 379, duplicação da DF 250, início das obras do colégio da Copa, Projeto de inclusão digital das Campus Party (PROJETO INCLUDE), construção de um campo sintético, criação da Área de Desenvolvimento Econômico-ADE, desenvolvimento do Parque Ecológico.

09131 - ADM. REG. DO SIA - RA XXIX

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento-SIA/RA-XXIX foi criada pela Lei N.º 3.618, de 14 de julho de 2005, publicada no DODF N.º 134, de 18 de julho, de 2005. Com a criação da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal pelo Decreto N.º 39.898, de 18 de julho de 2019, publicado no Suplemento do DODF N.º 115, de 19 de junho de 2019, as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas a esta Secretaria, tendo por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua jurisdição, coordenar e executar as ações de planejamento local e serviços prestados à comunidade.

As atribuições das unidades pertencentes as Administrações Regionais estão estabelecidas no Decreto 38.094, de 28 de março de 2017 (Regimento Interno das Administrações) publicado no DODF N.º 61, de 29 de março de 2019.

A Região Administrativa do SIA compreende os Setores: de Indústria e Abastecimento (SIA), de Inflamáveis (SIN), de Transporte Rodoviário de Cargas (STRC), de Oficinas Norte(SOF-Norte) e de Armazenagem e Abastecimento Norte-(SAAN).

Segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílios-PDAD 2018 , realizada pela CODEPLAN, a Região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento possui uma população urbana de 1.549 pessoas , sendo 61,8% do sexo masculino média de idade de 31,8 anos e renda média domiciliar de R\$ 3.804,40.A Região do Setor de Indústria e Abastecimento compreende setores voltados as atividade econômicas altamente diversificadas , tais como, comércio varejista e atacadista , empresas prestadoras de serviços , concessionárias , empresas de construção civil e Órgãos Governamentais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	0	1	0	4
Comissionados sem vínculo efetivo	13	10	0	0	23
Requisitados de órgãos do GDF	4	0	0	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	5	0	0	0	5
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	5	0	5
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	25	10	6	0	41

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	230000,00	0	0
0217 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	0	230000,00	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	31000,00	0	0
0023 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	0	31000,00	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	261000,00	0,00	0,00

Apesar de não ter havido a execução do orçamento neste programa específico, algumas ações importantes foram realizadas pela Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento.

Com relação a Ação "**Execução de Obras de Uurbanização**" alguns projetos elaborados pela equipe técnica da Administração Regional foram encaminhados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal para aprovação , onde citamos:

- 1-Qualificação do Sistema Viário no SIA Trecho 07 ao lado da Feira dos Importados.
- 2-Estacionamento no SIA Trechos 1, 4 , 5 e 6.
- 3-Estacionamento no SIA quadras 3-C e 5-C.
- 4-Projetos de Acessibilidade no SIA. Trechos 6, 7 e 8.
- 5-Planos de Ocupações de Trailers, Quiosques e Engenhos Publicitários.
- 6-Modificação do Sistema Viário no SIA Trecho 06, conexão com a EPIA, em frente aos Lotes 245/285.
- 7-Projeto de Acessibilidade próximo aos Órgãos Públicos no SIA Trecho 2/3 (8º DP de Delegacia de Polícia e DF Legal).

Com recursos da Secretaria de Obras e Infraestura do Governo do Distrito Federal iniciou-se neste ano a execução da "Rota de Fuga " que prevê a continuidade das vias IN-1 e IN-2, seguindo paralelamente à via férrea até o Conjunto Lúcio Costa – onde se incorporará à

via marginal da Estrada Parque Taguatinga (EPTG). Trata-se de uma reivindicação antiga da comunidade do Setor de Indústria e Abastecimento que desafogará o trânsito na região limítrofe com integração e saída para a EPTG e a Estrutural, facilitará o tráfego de caminhões de petróleo e gás no Setor de Transporte Rodoviário de Cargas (STRC) e permitirá a evacuação segura de pessoas em caso de acidentes no Setor de Inflamáveis (SIN).

Em relação a ação "**Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas**", ainda que não houve execução orçamentária neste programa específico, tais ações, foram realizadas em parceria com a NOVACAP e programas do GDF, tais como: GDF Presente e SOS DF, assim como, pelo contrato firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso-FUNAP.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	144000,00	63203,28	53424,94
0045 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	0	144000,00	63203,28	53424,94
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	144000,00	63203,28	53424,94

A Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento renovou o contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso-FUNAP, viabilizando a participação de cinco sentenciados assistidos pelo programa, onde realizam atividades de manutenção do Prédio da Administração Regional, pintura de meios-fios, limpeza de terrenos baldios, remoção de entulhos, desobstruções de boca de lobos, entre outras.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	7142,00	0	0
0124 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	0	7142,00	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	7142,00	0,00	0,00

Não houve execução orçamentária desta ação, tendo em vista, a racionalização de recursos públicos visando a melhoria da prestação de serviços essenciais a comunidade.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	110000,00	0	0
0103 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	0	110000,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	188284,00	20404,20	20404,20
0064 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	0	188284,00	20404,20	20404,20
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	298284,00	20404,20	20404,20

No que se refere a Ação "**Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia**" não ocorreu execução orçamentária, haja vista, que não houve aposentadorias de servidores no ano de 2019. Quanto a Ação "**Ressarcimentos, Indenizações e Restituições**" os valores executados referiram-se a pagamentos de verbas indenizatórias decorrentes de acerto de contas de servidores.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2029590,02	1961253,51	1961253,51
0064 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	0	2029590,02	1961253,51	1961253,51
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	188099,03	130433,11	130433,11
0053 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	0	188099,03	130433,11	130433,11
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	424866,00	238457,72	238457,72

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0094 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	0	424866,00	238457,72	238457,72
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	10000,00	0	0
0049 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	0	10000,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	10000,00	0	0
0056 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	0	10000,00	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	2662555,05	2330144,34	2330144,34

A Ação "**Manutenção de Serviços Administrativos Gerais**" referiu-se as despesas com serviços gerais , pagamento de serviços de água e esgoto, telefone, energia elétrica , materiais de consumo , aquisição de equipamentos e materiais permanentes. As Ações "**Modernização de Sistemas de Informação**" e "**Modernização de Sistema de Informação**" não foram executadas, pois aguardam a aprovação do Plano Diretor De Tecnologia da Informação-PDTIC, da Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	0
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	2.002
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	320
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	0	0
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	0	0
Outros eventos	0	0

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	3.372
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	0

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	0	0
Eventos esportivos	0	0
Outros	0	0

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Ressaltamos que a partir de março de 2019 as ações descritas neste tópico passaram a ser executadas pela Central de Aprovação de Projetos-CAP, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal-SEDUH.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	2	1.726,53
Institucional	0	0,00

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	4
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	12

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	0

Bancas de Jornais e Revistas

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	4

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	14,24
Confecção de quebra molas/ Unidade	0,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	40,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	20,00
Recuperação de calçadas/ M ²	10,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Remoção de entulhos/ M ³	4.572,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	80,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	120.000,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	0,00
Rede de águas pluviais/ M	0,00
Podas de árvores/Unidade	150
Faixas recolhidas das vias públicas	100

As ações referentes a capina, varrição e rastelagem foram executadas em parceria com o SLU.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Dentre as principais ações que merecem destaque e que foram realizadas pela Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento no ano de 2019, citamos:

1- Manutenção e limpeza de espaços públicos.

As ações referentes a manutenção e limpeza de espaços públicos foram realizadas de forma contínua durante o ano de 2019. Tais ações foram executadas pela equipe da Administração Regional (servidores e reeducandos do contrato com a FUNAP), parcerias com Órgãos e Entidades do Governo Distrito Federal (SLU, NOVACAP, DER e etc) e apoio dos seguintes Programas do Governo do Distrito Federal:

"SOS DF": lançado em 04 de janeiro de 2019 com o objetivo de realizar ações emergenciais nas áreas de saúde, obras, segurança e educação, cuja etapa na Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento iniciou-se em 12 de abril de 2019.

"GDF Presente": lançado em 13 de maio de 2019 com o objetivo de dar agilidade as questões básicas de infraestrutura, como tapa-buraco, retirada de entulhos e limpeza de ruas, cuja etapa na Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento iniciou-se em 21 de agosto de 2019.

Destacamos abaixo algumas das ações de manutenção e limpeza executadas durante o ano de 2019:

1º Trimestre.

Serviços executados pela equipe da Administração Regional do SIA (Quadras 1C a 6C do Setor de Serviços Públicos).



Serviços executados pela equipe da Administração Regional do SIA (Trecho 17).



Serviços executados pela equipe da Administração Regional do SIA (Setor de Cargas e Inflamáveis).



Serviços executados pela equipe da Administração Regional do SIA(Trechos 1 a 4)



2º Trimestre.

Lançamento do Programa SOS DF.





Ações do Programa SOS DF (diversos locais).





Serviços executados pela equipe da Administração Regional do SIA(diversos locais).



3º Trimestre.

Serviços executados pela equipe da Administração Regional do SIA (diversos locais).



Lançamento do Programa GDF Presente (Etapa SIA).

Ações do Programa GDF Presente.



Serviços executados pela equipe da Administração Regional do SIA(diversos locais).





4º Trimestre.

Serviços executados pela equipe da Administração Regional do SIA (diversos locais).



Atividades de prevenção executadas pela equipe da Administração Regional do SIA (diversos locais).



Ações de recapeamento executadas pela equipe da Administração Regional do SIA (SIA Trecho 1-2).



Serviços de pintura de paradas de ônibus executados por equipes da Administração Regional do SIA.



2-Promoção de Assistência Social.

Dentre os eventos na área social realizados pela Administração Regional e através de parcerias no ano de 2019 , destacamos:

2.1-Campanha do Agasalho Solidário.

Em apoio a campanha do GDF que teve o objetivo de amparar a população em estado de vulnerabilidade , a Administração Regional do SIA nos meses de junho e julho arrecadou 320 agasalhos que foram distribuidos a população na área de sua jurisdição.



2.2-Campanha "Vem Brincar Comigo".

Em apoio a campanha do GDF que teve o objetivo arrecadar brinquedos e livros infantis no mês de setembro de 2019 visando a distribuição para creches ,orfanatos e a população carente do DF , a Administração Regional do SIA arrecadou 2002 brinquedos que foram entregues no mês de outubro de 2019.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Mesmo diante das limitações orçamentárias e ,principalmente, de servidores a Administração Regional do SIA realizou no ano de 2019 um trabalho de excelência , alcançando os objetivos traçados em grande parte de suas ações.

Ressaltamos que com a definição de novas poligonais em função da publicação da Lei Complementar N.º 958, de 20 de dezembro de 2019, áreas como o Setor de Oficinas Norte-SOF Norte e o Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte-SAAAN foram incorporadas a Região Administrativa do SIA, tornando-se necessária a reestruturação administrativa do Órgão visando , principalmente , o aumento do efetivo de servidores a fim de atender a demanda ocasionada pela incorporação destes novos setores.

Estabelecendo prioridades e otimizando processos , espera alcançar em 2020 a eficácia em seus resultados , buscando atender com excelência os anseios do empresariado e da população local.

09133 - ADM. REG. DE VICENTE PIRES - RA XXX

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Administração Regional de Vicente Pires -RA-XXX é um Órgão da Administração Direta criada pela Lei nº 4.327 de 26 de maio de 2009, O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o art. 3º, inciso III, da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, instituiu o Decreto nº 39.898 de 18 de junho de 2019, criou a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal e foi remanejada a Secretaria Executiva das Cidades, da Casa Civil do Distrito Federal, para a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal. Com isso as Administrações Regionais ficam vinculadas à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal. A Administração Regional tem por competência, de acordo com o Decreto nº 38.094 de 28 de março de 2017 (Regimento Interno das Administrações Regionais), representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar as atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	1	6	1	13
Comissionados sem vínculo efetivo	17	19	0	0	36
Requisitados de órgãos do GDF	1	3	0	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	3	2	5
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	1	12	13
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	23	23	10	15	71
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	0	0	1
Total Geral	22	23	10	15	70

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	11076,22	7964,90	7925,90
0224 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- VICENTE PIRES	0	11076,22	7964,90	7925,90
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	23400,00	11544,36	10244,36
0025 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	0	23400,00	11544,36	10244,36
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	34476,22	19509,26	18170,26

Da Ação 1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO

Por meio do Subtítulo 0224 – recurso referente compra de material tais como: capa de chuva, perneira, protetor auricular e óculos de proteção (material utilizado por servidores de trabalho nas obras da Região Administrativa de Vicente Pires).

Da Ação 8508 – MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS

Por meio Subtítulo 0025 - recurso referente compra de material tais como: arame, tinta de fundo, massa calafetar, abraçadeira, prego com cabeça, rebite cego, areia lavada fina, brita nº 01, cimento, cal hidratada, pedrisco, placas de inauguração, camiseta adulto, botina de segurança, calça operacional (material utilizado por servidores de trabalho nas obras da Região Administrativa de Vicente Pires). Para manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas da RA XXX.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	181835,60	162630,26	142630,26

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0046 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	0	181835,60	162630,26	142630,26
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	181835,60	162630,26	142630,26

Por meio da Ação 2426 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA.

Por meio do subtítulo 0046 – recurso utilizado com prestação de serviço de por sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com parceria da Administração Regional de Vicente Pires e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, no que concerne à reintegração social do preso, dando sua parcela de responsabilidade social no que couber.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	10999,00	7346,05	7346,05
0125 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	0	10999,00	7346,05	7346,05
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	10999,00	7346,05	7346,05

Por meio da Ação 3678 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS

Por meio do Subtítulo 0125- recurso referente compra de material tais como: bolo confeitado, refrigerantes, salgados, guardanapos e placa para homenagear as pessoas ilustres que ajudaram para o crescimento da Região Administrativa de Vicente Pires, onde foi realizado o evento "Aniversário de Vicente Pires 2019" , no dia 24 de maio de 2019, em comemoração ao 10º ano de aniversário de Vicente Pires. O evento foi realizado no intuito de levar a população entretenimento de qualidade e gratuito por meio de projetos propostos por essa RA XXX. A participação nos eventos da região é um direito do cidadão, e uma necessidade básica, estimula a criatividade, o desenvolvimento de pessoal, a valorização da diversidade, promove a inclusão social e motiva o desenvolvimento de uma sociedade. A participação da comunidade foi fundamental para realização dos eventos.

Além disso foram entregues as Comendas em Sessão Solene da CLDF para homenagear os "Parceiro de Vicente Pires". Coferidas às pessoas físicas ou jurídicas que se destacaram por ações em prol da comunidade de Vicente Pires que fez parte das festividades do 10º Aniversário de Vicente Pires, que ocorreu no dia 24 de maio de 2019.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	50000,00	0	0
0105 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	0	50000,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	58327,92	43122,52	43122,52
0065 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	0	58327,92	43122,52	43122,52
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	108327,92	43122,52	43122,52

Da Ação 9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA

Por meio do Subtítulo 0105 – Não houve conversão de Licença Prêmio em Pecúnia no ano de 2019.

Da Ação 9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Por meio do Subtítulo 0065 – Indenizações/ressarcimento de ex-servidores exonerados na folha pagamento da Administração Regional de Vicente Pires.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	7800,00	2507,32	2507,32
0046 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	0	7800,00	2507,32	2507,32
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	3909101,35	3783955,06	3780755,06
0065 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	0	3909101,35	3783955,06	3780755,06

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	319513,69	241535,95	241025,95
0054 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	0	319513,69	241535,95	241025,95
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	121966,57	114121,61	98936,57
0095 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	0	121966,57	114121,61	98936,57
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	4358381,61	4142119,94	4123224,90

Da Ação 2396 - por meio do Subtítulo 0046 - conservação das estruturas físicas de edificações públicas na sede da Administração de Vicente Pires com aquisição de material de consumo: revestimento cerâmico, chuveiro elétrico, adaptador, benjamim, lâmpada led, luminária de emergência, relê foto elétrico e registro de pressão.

Da Ação 8502 - por meio do Subtítulo 0065 - referente à remuneração e contribuições dos servidores ativos da RAXXX.

Da Ação 8504 - por meio do Subtítulo 0054 - recurso referente a concessão de benefícios: vale alimentação, auxílio transporte e auxílio creche aos servidores da Administração Regional de Vicente Pires.

Da Ação 8517 - por meio do Subtítulo 0095 - referente a compras de Materiais de Consumo tais como: material de copa e cozinha (café, açúcar, álcool em gel, coador de café, colher/faca/garfo descartáveis,desentupidor, pano de chão, gás liquefeito) , material de escritório (cordão para crachá, porta crachá, crachá, capacho, cartões de visita, cola, grapeador, grampo trilho, corretivo, lápis, papel A3, pasta suspensa,, barbante, bloco adesivo, borracha, caneta esferográfica, apagador, caneta marca texto), material elétrico (lâmpada Led, bateria alcalina, pilha, canaleta, reator, refletor, plug para tomada, fitas isolantes). Aquisição de Material permanente: 2 (duas) tendas medindo 6x6 metros, 9 (nove) ar-condicionados, 5 (cinco) mesas quadradas de plástico e 20 (vinte) cadeiras de bistrô de plástico) e 01 fogão industrial 04 bocas, 01 microondas e 02 frigobar . Serviços Prestados por terceiro tais como: água, esgoto, energia, recarga de extintores, controle de pragas urbanas, certificado digital, para manutenção da Administração Regional de Vicente Pires.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	5
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	24

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	10
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	1
Trabalho com Grupos - Mulheres	4
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	3
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	0	0
Dança	0	0
Artes Plásticas	0	0
Literatura	1	100
Outros eventos	3	500

AÇÕES CULTURAIS REALIZADAS:

Entre outros eventos culturais realização em 2019, podemos destacar:

- Feira do Troca, realizado no dia 10/11/2019;
- 1º Festa Julina da Vila São José realizados nos dias: 05,06 e 07/07/2019;
- Clube na nossa Esquina - Banda de Músicas Autorais, realizado no dia 13/7/2019;

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Habitação Coletiva	0
Comercial	0
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	12

Conforme LEI Nº 5.547, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015 em seu Art. 21 - Licença de Funcionamento é concedida pelos órgãos ou pelas entidades do Distrito Federal de forma específica para cada atividade econômica e auxiliar contida na respectiva solicitação.

Parágrafo único. Em função do potencial de lesividade, os órgãos ou as entidades do Distrito Federal definem os prazos de validade das respectivas Licenças de Funcionamento.

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

O Acórdão nº 614177, de lavra do TJDF, no mérito decretou a Inconstitucionalidade formal do Decreto nº 29.562/2006, que modifica o Decreto nº 19.915, (instrumento normativo regulamentador da Lei nº 2.105/1998 - Código de Edificações do Distrito Federal - COE/DF), consignando conseqüentemente a retirada do Ordenamento Jurídico do Decreto nº 29.562/2006, NÃO É POSSÍVEL CONCEDER A CONCESSÃO DE LICENÇA DE EXECUÇÃO DE OBRAS EM ÁREAS PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO.

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

A Região Administrativa de Vicente Pires está em processo de regularização e por isso no podemos emitir carta habite.

Topografia

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0,00	0,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0,00	0,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0,00	0,00
Elaboração de Croquis	0,00	0,00
Levantamento para Carta de Habite-se	0,00	0,00

Foi extinta a Gerência de Topografia e Desenho Técnico de todas as Administrações Regionais e concentrados todos os servidores dessa função na Secretária de Governo do DF.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

No Ano de 2019 não havendo permissão para emissão de alvará de construção e carta habite não houve nenhum pedido de análise de projeto.

A partir de junho de 2019 a SEDUH se tornou a responsável por protocolar os pedidos para exame, aprovação e elaboração de novos projetos.

Administração de feiras

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	2
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	3

A Região Administrativa de Vicente Pires está em processo de regularização e por isso não tem bancas de jornais e revistas.

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	0,00
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Administração Regional de Vicente Pires/RA-XXX não possui áreas industriais e rurais de sua jurisdição dentro sua poligonal.

Junta Regional do Serviço Militar

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

A Região Administrativa de Vicente Pires está em processo de regularização e por isso não possui serviço de Junta Militar, sendo que todas as solicitações feitas pela população são efetuadas na Administração Regional de Taguatinga.

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	1.047,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	30,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	15,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	15,00
Recuperação de calçadas/ M ²	17,00

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	18,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	0,00
Remoção de entulhos/ M ³	1.576,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	70,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	0,00
Roçagem manual/ M ²	7.432.439,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	55.579,78
Rede de águas pluviais/ M	22.460,00
Podas de árvores/Unidade	25
Faixas recolhidas das vias públicas	640

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÕES OBRAS REALIZADAS:

Região Administrativa vinha sofrendo ao longo dos anos com a falta de infraestrutura, condição necessária para melhorar a qualidade na prestação dos serviços. Segue fotos de como era precárias para a comunidade condições que a cidade apresentava.





Obras nos quatro cantos de Vicente Pires:

É o governo do Distrito Federal dando celeridade às obras de infraestrutura que há anos abala a vida dos comerciantes e moradores, com isso não tem como passar pelas ruas de Vicente Pires e não encontrar homens e máquinas trabalhando pelos quatro cantos da região.

Planejamento das obras para o período de seca foi cumprido com sucesso.

Mesmo com a chegada das chuvas, as obras de infraestrutura do Setor Habitacional Vicente Pires continuam sendo executadas. No cronograma, estabelecido pela Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, os serviços de pavimentação serão reduzidos, em função das chuvas, e a meta é focar nos trabalhos de drenagem, essencial para a colocação do asfalto. Este ano, já foram concluídos 202.810 metros quadrados de pavimentação asfáltica.

O ritmo das obras de drenagem e pavimentação continua intenso nas principais ruas de Vicente Pires, levando benefícios a milhares de cidadãos dessa região administrativa. No momento, várias frentes de trabalho estão em andamento.

O cronograma de obras estabelecido para a estiagem foi cumprido. Foram feitos esforços na conclusão de algumas importantes bacias de detenção para colocar as redes de drenagem em funcionamento. Também foram pavimentadas importantes trechos da cidade, como as ruas 5, 6, e 10.

Algumas dessas ruas já contam inclusive com quebra-molas e meios-fios. Ressaltamos que muitos transtornos enfrentados pela população em anos anteriores foram minimizados nesta temporada de chuva.

As redes de drenagem das ruas 3, 4, 8 e 10 entraram em funcionamento. Essa estrutura é responsável por captar boa parte das águas das chuvas. Transtornos haverá, mas, certamente, serão menores.

Confira o andamento das obras rua por rua:

Rua 3 – O trecho que vai da marginal da Estrutural até a Rua 10 está concluído. Obras de drenagem em andamento no trecho que vai da Rua 10 até a EPTG. A previsão é de que os serviços sejam finalizados no fim de outubro.

A administração da cidade vai atuar no local para garantir a trafegabilidade da via durante o período chuvoso. Os serviços de pavimentação asfáltica somente serão realizados em 2020.



Rua 3B – Serviços de drenagem e pavimentação concluídos. Os meios-fios e as calçadas serão finalizados em 2020.



Rua 3C – Serviços de drenagem e pavimentação estão em fase final de conclusão. Os meios-fios e as calçadas serão finalizados em 2020.



Rua 4 – Dos 3,1 km de extensão, 2,6 km estão concluídos com drenagem e asfalto. No momento, os serviços se concentram na terraplanagem e pavimentação entre as chácaras 300 e 297. Também estão sendo instalados meios-fios e calçadas na região. Os serviços de pavimentação asfáltica somente serão finalizados em 2020.



Rua 4A – Os serviços de drenagem, pavimentação asfáltica, meios-fios e calçadas somente serão realizados em 2020.



Rua 4B – Serviços de drenagem e pavimentação concluídos. Os meios-fios e as calçadas serão finalizados em 2020.



Rua 4C – Obras de drenagem concluídas. Os serviços de pavimentação asfáltica somente serão realizados em 2020.



Rua 5 – Obras de pavimentação em andamento no trecho que vai do Balão do Horácio à Panificadora Bonanza. Parte dos serviços foi executada pelo DER. No restante da via, as obras de drenagem, pavimentação, meios-fios e calçadas serão finalizadas em 2020.



Rua 6 – Serviços de drenagem e pavimentação concluídos. Os meios-fios e as calçadas serão finalizados em 2020.



Rua 7 – Obras de terraplanagem em andamento no trecho situado entre as Ruas 6 e 8. A previsão é de que esses serviços sejam concluídos em 45 dias. Obras de drenagem e pavimentação concluídas nos trechos situados entre as ruas 12 e 8 e das ruas 6 a 4. Os meios-fios e as calçadas serão finalizados em 2020.



Rua 8 – Obras de drenagem em andamento no trecho que vai da chácara 183B à rua 5. Os serviços de drenagem foram finalizados no final de dezembro. A Administração Regional está atuando no local para garantir a trafegabilidade da via durante o período chuvoso. Os serviços de pavimentação asfáltica somente serão realizados em 2020.





Rua 10 – Os 4,5 km da via com drenagem e asfalto foram concluídos. Também estão sendo instalados meios-fios, calçadas e aberturas de bocas de lobo. A previsão é de que a via seja

totalmente concluída no mês de novembro. Parte dos serviços foi executada pelo DER e pela Novacap.

Confira o antes e depois da Rua 10 de Vicente Pires





Rua 12 – Obras de drenagem e terraplanagem em andamento da Chácara 184/1 à 301. A previsão é de que os serviços nesta localidade sejam finalizados neste ano. A conclusão dos serviços de drenagem e pavimentação na via toda somente em 2020.





Colônia Agrícola Samambaia – O contrato do Lote 2, que contempla a área, será licitado novamente. O projeto está sendo readequado para a realidade do local, uma vez que o projeto original é de 2008. A previsão é de que a licitação seja realizada no primeiro semestre de 2020 e que as obras comecem no segundo semestre.



Lagoas de retenção – Apesar de grandiosas, as lagoas de retenção que fazem parte do sistema de drenagem de águas pluviais do Setor Habitacional Vicente Pires passam despercebidas pela população. Além de contribuir para o fim dos alagamentos, as lagoas de retenção têm a função de deter sedimentos e detritos, transportados pelas chuvas, antes de serem

lançados nos córregos e rios da região. O projeto prevê a construção de 22 lagoas (14 estão concluídas) e 85 dissipadores (40 estão finalizados).



POSTO DE APOIO

À Administração Regional de Vicente Pires inaugurou em 2019 o Posto de apoio da Administração Regional de Vicente Pires, localizado Rua 08 da Vila São José (antigo posto da PMDF), próximo ao Taguaparque, mais um espaço a mais para atender a comunidade.



OBRAS DE PONTO DE APOIO COMUNITÁRIOS - PECS

À Administração Regional de Vicente Pires em parceria com a NOVACAP construiu 2 (duas) Ponto de Apoio Comunitário - PECs situados na Rua 11 A Lotes 1 a 12 no Setor Habitacional de Vicente Pires e Rua 03 Chácara 95 no Setor Habitacional de Vicente Pires, que ocorreu no dia 29 de novembro de 2019

Data: 24/12/2019
Endereço da operação: RUA 11 A
Tipo de Serviço: INSTALAÇÃO DE PLACA DE INAUGURAÇÃO
Órgão/Empresa: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES

EXECUÇÃO



Data: 19/12/2019
Endereço da operação: RUA 11A
Tipo de Serviço: PLACA DE INAUGURAÇÃO DE PEC
Órgão/Empresa: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES

EXECUÇÃO



Data: 01/11/2019
Endereço da operação: RUA 3
Tipo de Serviço: CONCRETAGEM DO PISO DA PEC
Órgão/Empresa: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES

EXECUÇÃO



Data: 05/11/2019
Endereço da operação: RUA 3
Tipo de Serviço: CONSTRUÇÃO DE PISO
Órgão/Empresa: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES

EXECUÇÃO



Data: 12/11/2019
Endereço da operação: RUA 3
Tipo de Serviço: CONCRETAGEM DOS CHUMBADORES DE FIXAÇÃO
Órgão/Empresa: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES

EXECUÇÃO



Data: 22/10/2019
Endereço da operação: RUA 3
Tipo de Serviço: PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO (PEC)
Órgão/Empresa: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES

EXECUÇÃO



Data: 27/11/2019
Endereço da operação: RUA 3
Tipo de Serviço: PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO (PEC)
Órgão/Empresa: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES

EXECUÇÃO



Data: 12/07/2019
Endereço da operação: PRÓXIMO A ESCOLA CLASSE 11
Tipo de Serviço: PEC ANEXA
Órgão/Empresa: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/NOVACAP

EXECUÇÃO



Data: 04/06/2019
Endereço da operação: VILA SÃO JOSÉ
Tipo de Serviço: PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO (PEC)
Órgão/Empresa: NOVACAP

EXECUÇÃO



Data: 18/06/2019
Endereço da operação: VILA SÃO JOSÉ
Tipo de Serviço: INAUGURAÇÃO DO PEC
Órgão/Empresa: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES

EXECUÇÃO



COMITÊ DE GESTÃO DE CRISE

Após as chuvas que devastaram parte de Vicente Pires na quinta-feira (02/05/2019), o GDF criou um gabinete de crise para monitorar todas as ações emergenciais na região administrativa. Os trabalhos serão coordenados por Marcelo Galimbert, Subsecretário de Acompanhamento e Fiscalização de Obras (SUAF). Esse Gabinete de Gestão de Crise ficou instalado na sede da Administração Regional de Vicente Pires. A intenção foi monitorar, de perto, todas as ações emergenciais necessárias após a chuva atípica que castigou a região no mês de maio de 2019.

O Governo investiu R\$ 150 milhões só para Vicente Pires para obras emergenciais para que a cidade voltasse ter sua normalidade após as tempestades. Segundo o Instituto Nacional de Metrologia (Inmet), o volume de chuvas em 36 horas de maio ultrapassou os 43 milímetros de água, superando, em muito, a média histórica da capital, de 29,7 milímetros. São R\$ 150 milhões só para Vicente Pires, cidade que mais sofre por ter sido construída às avessas, sem infraestrutura de base. Os trabalhos foram constantes, inclusive aos fins de semana. Além dos representantes da Secretaria de Obras, o grupo foi composto pelas pastas de Cidades, Comunicação e Relações Institucionais, além da Companhia da Nova Capital (Novacap). No quesito trânsito, participam o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e o Departamento de Trânsito (Detran). Também fazem parte o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), a Polícia Militar (PMDF), o DF Legal, a Defesa Civil, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), o Banco de Brasília (BRB) e a Administração Regional.

OBRAS NA 26 DE SETEMBRO

À Administração Regional de Vicente Pires realizou nos meses de Janeiro e Setembro patrulamento nas Ruas e disponibilizou caminhão PIPA nos meses de Agosto e Setembro para amenizar os transtornos ocasionados pelas chuvas e poeira. Além disso foram instalados 6 (seis) paradas de ônibus cobertas para trazer mais conforto e segurança para os moradores da Região.

COORDENADORIA DE RUAS

Uma das ações mais importantes criada pela Administração Regional de Vicente Pires foi colocar um Coordenado/servidor responsável para fiscalizar as obras em cada Rua da Cidade e Grupos de WhatsApp devidamente organizados com a presença de pelo menos um Coordenador. Assim, a Administração Regional de Vicente Pires está conseguindo identificar e resolver problemas pontuais no dia a dia da população. A rede social de mensagens via celular está conseguindo reunir 3.584 moradores, em 14 comunidades bastante ativas, onde circulam diariamente centenas de opiniões, problemas e também muitos elogios.

AÇÕES SOCIAIS REALIZADAS:

Em 15 de março de 2019, foi inaugurada a Sala do Empreendedor, com o apoio do SEBRAE DF, é um local onde o empresariado encontra orientações e informações diversas para a sua pequena empresa podendo, inclusive, servir como central de informações e orientações empresariais. Tem respaldo na Lei Complementar Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei nº 123/2006), sendo uma das frentes do GDF para ressaltar a importância da força-tarefa para girar a economia e ofertar empregos. Voltado aos microempreendedores que buscam auxílio na legalização do negócio e outros tipos de serviços, o espaço é resultado da parceria das administrações regionais com Sebrae, BRB e líderes comunitários. Esse serviço tem apresentado excelentes resultados ao esclarecer dúvidas e orientar os cidadãos na formalização e no desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios.

Serviços ofertados são:

- Formalização e baixa gratuita e simplificada.

- Obtenção de CNPJ.
- Emissão de CCMEI (Certificado de Condição de MEI).
- Alteração gratuita de dados do MEI e Baixa.
- Emissão e impressão de boletos INSS (DAS).
- Impressão do Relatório de Receita Bruta.
- Declaração Anual do SIMEI.
- Emissão de certidões negativas de débitos (licitações).
- Orientação ao microcrédito.
- Palestras e cursos.
- Outros, necessários ao MEI.

Neste período foi realizado o TOTAL de 192 atendimentos formalizados por formulários, exceto os atendimentos informais que não foram cadastrados por faltar dados dos interessados, na Sala do Empreendedor, divididos em 47 Pessoas Físicas e 135 Pessoas Jurídicas. Esses atendimentos são detalhados no quadro abaixo conforme serviço/orientação prestadas pelo Agente de Desenvolvimento Territorial – ADT.

Entre outras ações sociais desenvolvidas em 2019, podemos destacar:

- Ação Social Vicente Pires de mãos dadas;
- Projeto Saúde Social;
- SOS DF Ação em Vicente Pires.



SOS DF em Vicente Pires (Cidade Limpa)

No dia 21/01/2019 foi realizado o SOS DF uma ação conjunta de todas as secretarias e empresas do GDF. De forma simultânea, a Novacap realiza roçagens e tapa-buracos; o SLU entra com a limpeza; o Detran reforça as sinalizações, entre outras ações de infraestrutura.. O objetivo da força-tarefa é de combate à dengue e envolve agentes da vigilância ambiental, bombeiros, Novacap, Secretarias de Segurança, de Comunicação e Educação, Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), Casa Civil, administrações regionais e Agefis.



REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS:

Foi realizado o evento "Aniversario de Vicente Pires 2019", no dia 24 de maio de 2019, em comemoração ao 10º ano de aniversario de Vicente Pires. O evento foi realizado no intuito de levar a população entretenimento de qualidade e gratuito por meio de projetos propostos por essa RA XXX. A participação nos eventos da região é um direito do cidadão, e uma necessidade básica, estimula a criatividade, o desenvolvimento de pessoal, a valorização da diversidade, promove a inclusão social e motiva o desenvolvimento de uma sociedade. A participação da comunidade foi fundamental para realização dos eventos.





Além disso foram entregues Comenda para homenagear os "Parceiro de Vicente Pires". Coferidas às pessoas físicas ou jurídicas que se destacaram por ações em prol da comunidade de Vicente Pires que fez parte das festividades do 10º Aniversário de Vicente Pires, que ocorrerá no dia 24 de maio de 2019.



Entre outros eventos culturais realização em 2019, podemos destacar:

- Feira do Troca, realizado no dia 10/11/2019;



- 1º Festa Julina da Vila São José realizados nos dias: 05,06 e 07/072019;



- Dia das Crianças solidário, realizado no dia 13/10/2019.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

É de notório conhecimento e de fácil constatação que em Vicente Pires as obras de infraestrutura estão em ritmo acelerado, em cumprimento de metas e compromisso do Governo do Distrito Federal.

A Administração vem atuando como nenhuma outra, sempre pronto a ouvir a população, atender, sendo de imediato retorno cada chamada de moradores, bem como fazendo presente em todas as ruas, lugares, e órgãos do DF, sempre procurando minimizar as ocorrências, o socorro dos intemperes da natureza, e as dificuldades dia- a dia.

Pórem, devido ao fato da não conclusão de todo o projeto de infraestrutura como a instalação de sistemas de drenagem de água e esgoto, bocas de lobo e a pavimentação de ruas e calçadas, a região de Vicente Pires, ainda parece de alagamentos e incidentes ambientais, causando prejuízos e transtornos à população.

Mas, diante de todos os problemas evidenciados pela mídia e moradores, é notório e visível o ressalto da nova gestão de governo GDF, o ano de 2019, foram asfaltados 202.810 metros quadrados de pavimentação asfáltica metros quadrados de ruas, avenidas, condomínios e chácaras. Já ganharam pavimentação as ruas 3, 3B, 3C, 4, 4B, 6, 7, 8, 10 – parcial ou integralmente. Na rua 10 há trechos onde até as calçadas foram entregues aos moradores. Das 22 bacias de contenção das águas, 10 já estão prontas e oito em andamento.

É a primeira vez que um plano organizado passa a ser executado para mudar a realidade de quem vive, trabalha e transita aqui. Vicente Pires passou por um período de muita tristeza, com muitas chuvas e muitos prejuízos, pois Vicente Pires foi planejada para ser uma colônia agrícola de chácaras, inclusive pelas suas características geográficas, a região acabou aos poucos ocupada por casas em condomínios, lojas e edifícios. Tudo, porém, sem um planejamento de rede de captação de águas de chuva e escoamento – o que resultou em diversos alagamentos e incidentes ambientais, causando prejuízos e transtornos à população.

A Administração recebe muitas solicitações da comunidade e algumas vezes não conseguimos atender, principalmente na Coordenadoria de Licenciamento, Obras e manutenção – COLOM e a Ouvidoria, em alguns casos por falta de máquinas/equipamentos, materiais (recurso orçamentário insuficiente) e o quantitativo de servidores/reeducandos para mão-de-obra direta. Os servidores carecem de aperfeiçoamento por meio de cursos de treinamento/reciclagem para melhor qualificar.

Nosso quadro de servidores é insuficiente toda região de Vicente Pires, Colônia Agrícola Samambaia e 26 e setembrotodas. Além disso no ano de 2019 6 (seis) cargos da RA-XXX foram extintos prejudicando ainda mais os serviços realizados.

Cabe salientar que o Orçamento disponibilizado para a RA-XXX é insuficiente para atender todas as demandas do ano.

Necessitamos de uma sede própria, o local onde está a RA-XXX é um local provisório, o local é feito de madeirite, com instalações inadequadas para um bom funcionamento e precárias para o exercício dos trabalhos.

Mesmo com as dificuldades, na medida do possível, estamos cumprindo na medida do possível as necessidades da comunidade e as metas orçamentária disponibilizada.

Estamos sempre buscando melhorar as condições de vida da população de Vicente Pires/DF.

Espera-se para o próximo ano, que possamos concluir as Obras de Infraestrutura e também a regularização fundiária de toda Região Administrativa. Caso aconteça esperamos arrecadar mais e com isso possamos obter um Orçamento maior, para aplicar os recursos na Cidade.

09135 - ADM. REG. DA FERCAL - RA XXXI

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fercal está situada às margens da APA Cafuringa e nasceu em meados de 1956, mas foi em 1961 a partir da autorização do então Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, para Manoel Demóstenes instalar uma mineradora, a Sociedade Fertilizantes Calcários Ltda. (Fercal), na então Fazenda Sobradinho, que a região teve maior crescimento. Com a instalação dessa mineradora na região, teve-se a oferta de emprego como atrativo para pessoas que vinham de todas as regiões do país, principalmente da região nordeste, povoando-a e dando-lhe o nome da mineradora. Região rica em recursos minerais, a exemplo do calcário que contribui significativamente para o crescimento socioeconômico da região, complementado pela beleza geográfica e outras riquezas naturais e culturais que servem de atrações turísticas por meio das pequenas cachoeiras, grutas, cavernas, riachos, trilhas e áreas de preservação ambiental. Atualmente, esta é uma das regiões que mais geram tributos de todo o Distrito Federal, oriundo das grandes empresas produtoras de cimento, usinas de asfalto e derivados, aqui instaladas, que também dão preferência à mão-de-obra dos moradores das comunidades da região, contribuindo para a diminuição do desemprego. Desta forma, a Fercal, é a primeira cidade operária do Distrito Federal, considerando a sua existência em função das grandes e pequenas empresas instaladas. A Fercal contribui, ainda, para o abastecimento de produtos agrícolas nas feiras da própria região, Sobradinho I, Sobradinho II, Grande Colorado e CEASA. É composta por 14 comunidades, das quais 06 são rurais e as demais são urbanas. A Administração Regional da Fercal – RA-XXXI é um órgão da Administração Direta criada através da Lei nº 4.745, de 29.01.2012, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme Decreto nº 33.583 no art. 2, § 3º. Tem por competência, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição. Atualmente as administrações são vinculadas a Secretaria de Cidades, conforme publicação do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal, Edição Extra Especial Nº 1, de 01/01/2019.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	0	0	0	4
Comissionados sem vínculo efetivo	22	12	0	0	34
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	1	0	0	0	1
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	10	0	0	0	10
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	39	12	0	0	51

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	39	12	0	0	51

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	22500,0	19945,0	19945,0
0126 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	0	7500,0	7140,0	7140,0
0145 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL-2019-DISTRITO FEDERAL	0	15000,0	12805,0	12805,0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	22500,00	19945,00	19945,00



A Administração Regional da Fercal realizou mediante a Ação 0126 o 63º Aniversário da Região da Fercal, o qual contou com diversas apresentações culturais, cavalgadas,

exposição de veículos antigos, atividades esportivas e apoio a realização de atividades religiosas, que também fazem parte da cultura local. Foram contratadas empresas para fornecimento de tendas, sonorização e banheiro químico que possibilitasse a realização dos eventos em várias regiões urbanas e rurais que foram realizados entre os dias 11 a 15 de setembro de 2019. Também houve a aquisição de materiais para premiação às atividades esportivas executadas na Ação 0145 que foram disponibilizados à população mediante as ligas esportivas e lideranças comunitárias que premiaram os competidores conforme cada demanda.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	659722,00	524168,50	524168,50
0226 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF- FERCAL	0	96182,00	83767,19	83767,19
0227 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XXXI EM 2019.- FERCAL	0	500000,0	377643,00	377643,00
0228 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	0	63540,0	62758,31	62758,31
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	78000,00	63982,48	48308,27
0061 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	0	78000,00	63982,48	48308,27
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	0	158800,00	157900,40	157900,40
0026 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	0	158800,00	157900,40	157900,40
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	230000,0	189922,92	0
0008 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- MORDENIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM 2019- FERCAL	0	230000,0	189922,92	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	0,00	1126522,00	935974,30	730377,17





A execução do Programa 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL foi a execução finalística da Administração Regional. Neste Programa, foi possível realizar diversas obras essenciais para melhoria almejada pelas comunidades da Fercal. Dentre elas, podemos destacar a execução e reforma de calçadas em diversas comunidades. Paralelamente, foram instalados meios fios e pavimentação em blocos de concreto intertravados em frente as escolas rurais com a finalidade de minimizar a poeira e, conseqüentemente, doenças respiratórias, muito comum naquelas regiões. Foi possível

ainda executar melhorias na iluminação pública em diversas localidades. Ocorreram a instalação de novos postes em áreas que necessitavam de uma iluminação adequada, bem como foi modernizado parte da iluminação da DF-150 e DF-205 com instalação de luminárias em LED, que são mais econômicas e com maior eficiência de iluminação, o que tem por objetivo diminuir acidentes e os índices de violência nesta região. Em continuidade a execução do programa, foi procedida a aquisição de ferramentas e materiais necessários para execução de obras diretamente pelos funcionários desta Administração Regional, tais como a pavimentação com blocos de concreto intertravados já descrito, meios fios e reparo no sistema de drenagem de águas pluviais e manutenção de praças, instalações de Ponto de Encontro Comunitário - PEC's, parques e quadras poliesportivas.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	95699,52	93076,05	93076,05
0047 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	0	95699,52	93076,05	93076,05
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	95699,52	93076,05	93076,05



Foram contratados mediante a Fundação de Amparo ao Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF a quantidade de 10 reeducandos que executaram serviços finalísticos da Administração Regional, tais como a limpeza de bocas de lobo, manutenção das quadras poliesportivas, manutenção de calçadas, instalação de blocos de concretos intertravados, pintura e manutenção de parques, dentre outros necessárias para o bom atendimento à população da Fercal. O custo x benefício na contratação de reeducandos foi bastante positivo para a Administração. Muitos desses reeducandos são profissionais de obra, tais como pedreiros, carpinteiros, serralheiro, etc... que são de elevada serventia para serviços que podem ser executados diretamente pela Administração Regional.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	10000,00	0	0
0106 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-FERCAL	0	10000,00	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	47660,19	27682,47	27682,47
0067 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-FERCAL	0	47660,19	27682,47	27682,47
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	57660,19	27682,47	27682,47

Ressarcimento a servidores desta Administração Regional da Fercal, motivada pela exoneração eventual e/ou substituição de servidores durante o exercício de 2019.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	13464,56	0	0
0047 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-FERCAL	0	13464,56	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2013490,58	1955073,05	1955073,05

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0066 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	0	2013490,58	1955073,05	1955073,05
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	211361,63	197323,43	197323,43
0055 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	0	211361,63	197323,43	197323,43
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	94331,90	71619,66	66681,19
0096 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	0	94331,90	71619,66	66681,19
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	7020,00	0	0
0057 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	0	7020,00	0	0
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	29600,0	0	0
0005 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	0	29600,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	2369268,67	2224016,14	2219077,67

Houve a manutenção do pagamento médio de 39 servidores comissionados, 04 servidores efetivos e 2 servidores requisitados durante o exercício de 2019, bem como dos benefícios e auxílios concedidos por força de lei a esses servidores. Ocorreu ainda a manutenção da Administração Regional mediante ao pagamento de serviços essenciais para seu funcionamento, dentre eles: o fornecimento de água, energia elétrica, telefonia, materiais de consumo, materiais permanentes e, ainda, de serviços diversos. No que concerne a manutenção da parte física da unidade, há projeto em andamento para a ampliação e melhoria da Sede da Administração Regional. Por sua vez, não foi possível executar no corrente exercício uma vez que o recurso disponível foi insuficiente para executar as melhorias necessárias.

ATIVIDADES

Promoção e Assistência Social

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	45

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	50
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0
Trabalho com Grupos - Mulheres	0
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	600
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	146
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	22
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Educação e Cultura

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	1	60
Música	9	9.000
Dança	3	760
Artes Plásticas	3	90
Literatura	0	0
Outros eventos	9	3.400

Alvará de Funcionamento

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	0
Habitação Coletiva	0
Comercial	229
Industrial	0
Área Rural	0

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Outros (Eventual)	12

Esporte e Lazer

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	8	200
Eventos esportivos	3	900
Outros	0	0

Alvará de Construção

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	0	0,00
Habitação Coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional Público	0	0,00
Institucional Privado	0	0,00

Carta de Habite-se

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	0	0,00
Habitação coletiva	0	0,00
Industrial	0	0,00
Comercial	0	0,00
Institucional	0	0,00

Apoio Industrial e Rural

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m2) - Estradas recuperadas	573.900,00
Vitorias realizadas	97
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	25
Associações	14
Cooperativas	3

Obras, serviços de manutenção e recuperação

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	360,00
Confecção de quebra molas/ Unidade	3,00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	31,00
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	130,00
Recuperação de calçadas/ M ²	10.786,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	12,00
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	67.000,00
Remoção de entulhos/ M ³	800,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	198,00
Serviços de terraplanagem/ M ³	69.550,00
Roçagem manual/ M ²	225.970,00
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	0,00
Recapeamento asfáltico/ M ²	0,00
Passeios (construção) / M ²	2.104,00
Rede de águas pluviais/ M	250,00
Podas de árvores/Unidade	183.000
Faixas recolhidas das vias públicas	0

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Houve diversas ações executadas diretamente pela Administração Regional e, também, em parceria com diversos órgãos pertencentes ou não do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal. Atividades sociais, tais como campanha de entrega de agasalhos, carreta da mulher, delegacia itinerante, dentre outras, foram realizadas com o objetivo de assistir à população da Fercal. Desta feita, elencaremos abaixo as principais ações exercidas por esta Administração Regional durante o exercício de 2019 que proporcionaram melhorias à população da Fercal:

1 - DF CIDADÃO REALIZADO EM PARCERIA COM O SESC



2 - REUNIÕES PARA ATENDER DEMANDA DAS COMUNIDADES



3 - AÇÕES SOCIAIS



Delegacia Móvel



4 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS



5 - IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS



6 - MELHORIA DE VIAS RURAIS



7 - RECOLHIMENTO DE PNEUS E ENTULHOS



8 - COMBATE A DENGUE



Reserve um momento da semana para verificar se onde você mora não há possíveis focos do mosquito *Aedes aegypti*.



VASINHOS DE PLANTAS



BARRIFAS



CASA DE ÁGUA, CISTERNAS E POÇOS

ÁGUA DE ARRELAÇÃO: AS BORDAS OS PRATINHOS DOS VASOS DE PLANTAS, TROQUE A ÁGUA DOS VASOS DE PLANTAS AQUÁTICAS.

AS BARRIFAS DEVEM SER ENXALGADAS E DESGARRADAS NA LHEIRA. SEGUROSAS DEVEM ESTAR EM LOCAL COBERTO OU DE BOCAL PARA BAIXO.

MANTENHAS FECHADOS E VERIFICADOS, TAMPE COM TELA OS QUE NÃO TÊM TAMPÃO PRÓPRIO.



TORÇÕES, BARRIS DE ÁGUA E SANITÁRIOS

DEVEM SER VERGADOS, SE NÃO TIVER TAMPA, LAVE-OS UMA VEZ POR SEMANA COM ÁGUA E SABÃO E CUBRA-OS COM TELA.



PNEUS

GUARDE OS PNEUS EM LUGAR COBERTO OU FAÇA O DESCARTE, DEPOIS DE PURA-LOS PARA NÃO ACUMULAR ÁGUA.



SACOS DE LIXO

FECHE BEM OS SACOS DE LIXO E SEQUE-O FORA DO ALCANCE DE ANIMAIS.



LIXOS

NÃO DEIXE ÁGUA ACUMULAR NOS LIXOS. MANTENHA-OS SEMPRE SECOS.



CAIXAS

LIXE E NIVEL. MANTENHAS SEMPRE SEM FOLHAS E MATERIAS QUE POSSAM IMPEDIR A PENETRAÇÃO DA ÁGUA.



LIXEIRAS E ORIFÍCIOS

MANTENHA AS LIXEIRAS TAMPADAS E PROTEGIDAS DA CHUVA, ENLIXO E LIXO DEVEM SER DESCARTADOS CORRETAMENTE, EM SACOS SEM FECHADURA E NO LOCAL APROPRIADO PARA RECOLHEIMENTO.

Disque Entulho

PARA RETIRADA, FAÇA O AGENDAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL PELOS TELEFONES: 16 113463-2612 / 3463-2600

PARA O CUSTO DAS REATIVAS DEVERÁ SER ESTIPULADO PARA DE QUALQUER MANEIRA PARTICIPAR.

Administração Regional da Fercal



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração Regional foi reconstituída durante o exercício de 2019, haja vista a nova gestão eleita em 2018. A mudança de gestão ocasionou na mudança da equipe técnica, o que, de certa forma, ocasionou uma morosidade no início das atividades a serem desenvolvidas. Entretanto, esse fator não foi impeditivo para a realização de grandes avanços, tanto na área administrativa quanto na execução de obras por esta Administração Regional. De forma geral, o orçamento empenhado em comparação à Dotação Inicial apresenta uma execução empenhada de 96,65% do orçamento inicialmente previsto para a unidade. É um indicador muito positivo se comparado a outras unidades Administrativas e, ainda, se comparado a execução das gestões anteriores nesta RA. Para o próximo exercício financeiro, considerando a elevação orçamentária pleiteada junto aos órgãos centrais de gestão orçamentária, bem como junto aos parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal, pretende-se alcançar objetivos maiores. Aumentar o quantitativo de reeducandos junto à Fundação de Amparo ao Preso tornou-se uma demanda essencial para dar continuidade as pequenas obras que demonstraram eficientes para solução de problemas. Com novo aporte de recursos, obras de maior complexidade poderão ser executadas pela Administração Regional, tais como: biblioteca pública; cobertura de quadras poliesportivas; calçadas; pavimentação em bloquetes; iluminação pública; pontes e outras obras necessárias para o melhor atendimento da comunidade.



09201 - AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - AGEFIS

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS, autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, foi criada pela Lei nº 4.150, de 05 de junho de 2008. Em 1º de janeiro de 2015, por meio do Decreto nº 36.236, Art. 13, §3º, alínea III, a AGEFIS foi vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

O Art. 3º, da Lei nº 4150/2008, estabelece que compete exclusivamente à AGEFIS: I - executar as Políticas de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal, em consonância com as Políticas Governamentais; II - supervisionar, planejar e coordenar as ações de fiscalização desenvolvidas pelos integrantes da carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal; III - coordenar a implantação e administrar a arrecadação de preços públicos e dos tributos cuja competência de lançamento seja dos integrantes da carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal; IV - conceder, controlar e cancelar o parcelamento dos créditos não ajuizados referentes aos preços públicos e as taxas administradas pela AGEFIS, na forma da lei; V - conceder, controlar e cancelar o parcelamento dos créditos não ajuizados referentes aos preços públicos e as taxas administradas pela AGEFIS, na forma da lei; VI - expedir normas e padrões a serem cumpridos no âmbito de suas atribuições; VII - deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação dentro da área de sua competência; VIII - administrar suas receitas e elaborar proposta orçamentária; IX - firmar convênios, contratos e parcerias, na forma da lei; X - privativamente: receber, instruir e julgar, em primeira instância, reclamações, representações, impugnações, recursos e processos oriundos do exercício da fiscalização de atividades urbanas e da fiscalização de limpeza pública, na forma do seu Regimento Interno; XI - fiscalizar as vias e os logradouros públicos, visando a higienização das áreas urbanas e rurais do Distrito Federal, bem como aplicar todas as sanções previstas em lei, especialmente as cominadas na Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989; e, XII - supervisionar, planejar e coordenar as ações de fiscalização de limpeza pública no Distrito Federal.

A AGEFIS é dotada do poder de polícia, exercido exclusivamente pelos servidores integrantes das carreiras de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal e de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas, no exercício regular de suas atribuições. A carreira de Auditoria de Atividades Urbanas congrega as especialidades vinculadas diretamente à AGEFIS: Fiscalização de Obras e Fiscalização de Atividades Econômicas. A AGEFIS congrega, ainda, a carreira de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas, que exerce suas atividades dentro das competências da autarquia, visando a promoção da limpeza urbana.

A Lei nº 4.479, de 01 de julho de 2010, alterou a denominação da carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal para Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal.

As atribuições dos Auditores e Auditores Fiscais estão definidas na Lei nº 2.706, de 27 de abril de 2001. As atribuições dos Inspectores Fiscais, da carreira de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas, são regidas pela Lei nº 4.464, de 15 de janeiro de 2010. A Lei nº 5.194, de 26 de setembro de 2013, alterou a denominação da carreira para Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas.

Em 8 de abril de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.239, de 7 de abril de 2016, que regulamentou a Política de Fiscalização de Atividades Urbanas do DF, prevista na Lei nº 4.150, que estabeleceu as diretrizes para definir e priorizar ações da AGEFIS. Tratou-se de política inédita em todo o Brasil, a qual foi construída com a ampla participação e colaboração dos servidores da instituição.

A Estrutura Administrativa da AGEFIS foi, primeiramente, alterada pelo Decreto nº 36.944, de 03/12/2015, publicado no DODF nº 232, de 04/12/2015, que deu origem ao Regimento Interno da AGEFIS, aprovado pela Instrução Normativa nº 98, de 30/07/2016, publicada no DODF nº 162, de 26/08/2016.

Devido à necessidade de alguns ajustes, a Estrutura Administrativa foi alterada novamente por meio do Decreto nº 38.214, de 23/05/2017, publicado no DODF nº 98, de 24/05/2017. O Regimento Interno também foi atualizado, tendo sido aprovado pela Instrução Normativa nº 124, de 04/12/2017.

Em junho de 2018, devido às modificações que alteraram a distribuição da Força de Trabalho na Autarquia, a Estrutura Administrativa foi alterada pela terceira vez, por meio do Decreto nº 39.107, de 07/06/2018, publicado no DODF nº 108, de 08/06/2018.

A Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019, extinguiu a Agência de Fiscalização do Distrito Federal e criou a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	124	15	474	617
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	15	0	15
Requisitados de órgãos do GDF	7	0	7	0	14
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	10	0	10
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	13	0	13
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	11	124	60	474	669
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	70	70
Total Geral	11	124	60	404	599

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 63101.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	30000,0	0,0	0	0
5894 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	30000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100000,0	14796,0	14796,0	14796,0
5198 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	14796,0	14796,0	14796,0
2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	20000,0	0,0	0	0
0001 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO--DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
3053 - EDUCAÇÃO URBANA	20000,0	0,0	0	0
0003 - EDUCAÇÃO URBANA-- DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
4214 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	20000,0	0,0	0	0
0002 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	509440,0	61110,05	61110,0	61110,0
0005 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
8743 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO- DISTRITO FEDERAL	489440,0	61110,05	61110,0	61110,0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	699440,00	75906,05	75906,00	75906,00

No Programa Território da Gente, dentre os investimentos realizados pela AGEFIS em 2019 para aumento de sua eficácia, destacam-se:

Ação 2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação: orçamento utilizado para aquisição de software (antivírus), em atendimento à UTEC - Unidade de Tecnologia da Informação.

Ação 8505 - Publicidade e Propaganda: despesa destinada ao pagamento das publicações de Atos Legais e Administrativos da AGEFIS no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	50000,0	88060,22	88060,22	88060,22
6193 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	50000,0	88060,22	88060,22	88060,22
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	2081978,0	1004289,0	956938,67	956938,67
9560 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2081978,0	1004289,0	956938,67	956938,67
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	10500442,0	2574068,24	2574068,24	2574068,24
0040 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	10500442,0	2574068,24	2574068,24	2574068,24
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7237218,0	3536176,95	3536176,95	3536176,95
7166 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	7237218,0	3536176,95	3536176,95	3536176,95
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	19869638,00	7202594,41	7155244,08	7155244,08

Em atendimento aos Artigos 1º e 3º, da Lei nº 3.624, de 18 de julho de 2005, foram efetuados 18 (dezoito) pagamentos com RPV - requisição de pequeno valor, por meio de diversos processos, no montante de R\$ 88.060,22 (oitenta e oito mil, sessenta reais e vinte e dois centavos), em atendimento a decisões judiciais impetradas em desfavor da AGEFIS.

No programa de operações especiais, foram realizados recolhimentos mensais ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, no valor de R\$ 956.938,67 (novecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e sete centavos), pagamentos de ressarcimentos, indenizações e restituições no valor de R\$ 3.536.176,95 (três milhões, quinhentos e trinta e seis mil, cento e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos) e pagamentos no montante de R\$ 2.574.068,24 (dois milhões,

quinhentos e setenta e quatro mil, sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos) em licenças-prêmio devidas aos servidores da AGEFIS.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	171970000,0	81694326,64	81694326,64	81694326,64
8883 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	171970000,0	81694326,64	81694326,64	81694326,64
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	4318089,0	1980545,50	1980545,50	1980545,50
9689 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	4318089,0	1980545,50	1980545,50	1980545,50
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	11320628,0	4373778,52	4345943,57	4345943,57
9806 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	11320628,0	4373778,52	4345943,57	4345943,57
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	20000,0	4551,0	4551,0	4551,0
5334 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	20000,0	4551,0	4551,0	4551,0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	187628717,00	88053201,66	88025366,71	88025366,71

Os recursos alocados foram utilizados, quase em sua totalidade, no custeio da AGEFIS, em despesas como: aquisição de material de consumo (diversos), material permanente (ar condicionado), serviços prestados por meio de contratos de manutenção: energia elétrica,

água e esgoto, telefonia fixa, serviços de correio, serviços continuados administrativos, técnico operacional, encarregado de transporte e motoristas, encarregado geral, supervisor de equipe, atendente, apoio operacional, operador de máquinas, técnico em telecomunicações, artífice em manutenção, fornecimento de refeições prontas, locação de equipamentos multifuncionais com funções de cópia, impressão digitalizada, transceptor digital portátil tetra com teclado numérico e seus respectivos acessórios, locação de imóvel (sede), dentre outros.

O orçamento disponibilizado na fonte 220 (recursos próprios da AGEFIS) equivale a R\$ 3.716.509,00 (três milhões, setecentos e dezesseis mil, quinhentos e nove reais), tendo sido destinado ao atendimento das necessidades da Agência no programa de trabalho de Manutenção de Serviços Administrativos Gerais o valor de R\$ 3.636.509,00 (três milhões, seiscentos e trinta e seis mil quinhentos e nove reais) e, no programa de trabalho de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Entre 01/01/2019 a 17/05/2019, período do ano de 2019 em que a AGEFIS permaneceu em atividade antes de ser extinta por força da Lei nº 6.302/2019, publicada em 17/05/2019, as superintendências finalísticas e a unidades estratégicas apresentaram os resultados a seguir:

ÁREA DE ATUAÇÃO - QUANTIDADE

Fiscalização de Atividades em Econômicas (ações fiscais):	420
Fiscalização de Obras e Edificações (ações fiscais):	5.184
ações realizadas:	58
Desconstituição de Área Pública (elementos construtivos):	1.978
Lotes descaracterizados:	553

ATENDIMENTOS A DEMANDAS DE OUVIDORIA QUANTIDADE/PORCENTAGEM

Total de Registros: 5.429 (100%)

Resolvidas: 3.984 (74%)

Em Análise: 829 (16%)

A Superintendência de Fiscalização de Atividades Econômicas, apresentou o quantitativo de 420 ações fiscais, que versaram majoritariamente sobre a fiscalização do comércio irregular e das atividades dos ambulantes, dando origem à lavratura de autos de notificação, infração, interdição, apreensão e multa.

A Superintendência de Fiscalização de Obras e Edificações, unidade responsável pelas ações de fiscalização referentes aos aspectos urbanísticos do Distrito Federal, realizou o quantitativo de 5.184 ações fiscais, que versaram majoritariamente sobre a fiscalização de obras irregulares, de edificações, do parcelamento do solo e da ocupação irregular de área

pública, dando origem à lavratura de autos de notificação, embargo, demolição, apreensão e multa.

A Superintendência de Operações realizou o quantitativo de 58 operações que devolveram áreas públicas de uso comum à comunidade do Distrito Federal. Descaracterizou no período, 553 lotes em parcelamentos irregulares e em áreas públicas.

Vale, ainda, salientar que a Agefis desenvolveu um trabalho de monitoramento territorial por meio de tecnologia remota e presencial, que teve como objetivo a produção de mapas e relatórios gerenciais que subsidiaram o planejamento e a execução de ações fiscais, tendo impacto direto nos números apresentados.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A AGEFIS teve um ano de resultados dentro do esperado. Conforme anunciado pelo Governador, operou-se a extinção da AGEFIS e a sua sucessão pela Secretária de Estado de Proteção da Ordem Urbanística, por força da Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019, publicada em 17/05/2019. Observou-se que a expectativa de extinção produziu impacto na marcha do trabalho da Agência, porém não houve paralisia das atividades finalísticas e de gestão técnica e administrativa da autarquia.

Foram mantidas as atividades que já se desenrolavam no período de transição de governo, a exemplo das ações educativas de sensibilização, desobstrução de território público ocupado, redução do tempo de emissão dos relatórios de vistoria de Habite-se, atendimento ao cidadão - presencialmente ou por ouvidoria - e atendimento das demandas das administrações regionais.

Para além dessas atividades, e tendo em vista a política de fiscalização sinalizada pelo Governador, alguns projetos foram implementados, com destaque para:

Aprimoramento da gestão com foco no fortalecimento institucional: diversas ações foram adotadas, visando estabelecer o meio termo entre normativos e a humanização do atendimento. A AGEFIS, como instrumento a serviço da qualidade fiscal e pública, priorizou a essência e a transparência do atendimento ao cidadão e o bem-estar a toda população do Distrito Federal. Cumpre, ainda, citar que o cumprimento das decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, o atendimento das solicitações da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF - e as orientações registradas nos processos internos analisados, foram os principais objetos de resolutividade dessa gestão. Outro ponto que merece destaque foi a busca sistemática da gestão da autarquia da qualidade de vida laboral dos seus servidores, tendo como um de seus objetivos estratégicos uma gestão de pessoas qualitativa e comprometida com a saúde e bem-estar dos servidores.

Gestão do monitoramento territorial, com indicação de áreas prioritárias: em razão, principalmente, da escassez de mão de obra, a criação de áreas prioritárias tem se mostrado uma boa estratégia para a execução dos serviços de monitoramento remoto do território. Os recursos tecnológicos disponíveis limitaram a atuação desse tipo de serviço, mas os resultados alcançados têm mostrado que o trabalho de fiscalização da autarquia restou mais efetivo.

Elaboração do Plano de Monitoramento para as áreas prioritárias: iniciaram-se as discussões sobre o plano de monitoramento, com previsão de início de sua execução no primeiro bimestre de 2020, com participação efetiva das unidades internas.

Projeto da mediação de conflitos de ordem urbanística: iniciaram-se as discussões sobre a adoção de audiências pautadas nos meios consensuais, com a finalidade de solucionar os conflitos do cidadão com o Estado, evitando assim a judicialização, que demanda tempo e custos elevados e, por conseguinte, promover a cultura da paz. Trata-se de inovação no que tange às atividades de um órgão fiscalizador, tornando a resolução de conflitos mais eficiente e humanizada, pauta da gestão.

Participação em conselhos comunitários – CONSEG: dada a grande representatividade dos moradores das respectivas cidades e de órgãos do GDF nas reuniões do CONSEG, a participação dedicada dos servidores da AGEFIS resultou na melhoria de sua imagem, em razão do fato de que grande parte das demandas locais tratarem de temas vinculados à defesa dos limites individuais em detrimento ao coletivo, tema alinhado com as atividades do órgão.

A atividade finalística e a atividade-meio foram permeadas por problemas internos e externos decorrentes do próprio processo de reestruturação e da implantação de processos técnicos e administrativos desconhecidos pelos servidores da AGEFIS, que geraram dificuldades de adaptação tecnológica e resistência à mudança.

Convém citar, também, o aumento das demandas decorrentes do momento econômico e do crescimento acelerado da população, com reflexos diretos sobre a contratação de pessoal e sobre a adequação orçamentária, tendo por fundamento as necessidades do órgão e a sempre crescente ocupação desordenada do solo.

O AGEFIS desempenhou a sua missão institucional. A sua atuação planejada e ágil teve papel fundamental no que toca à promoção do planejamento urbano, ao ordenamento e à regularização territorial de forma integrada e sustentável, cumprindo, assim, o seu mister de ser o agente fiscalizador das diretrizes e políticas urbanas eleitas pelo Governador, influenciando diretamente a qualidade de vida da população do Distrito Federal.

10101 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal que, inicialmente, foi criado como Vice-Governadoria, é um órgão de apoio e assessoramento ao Vice-Governador que, consoante o disposto no artigo 92 da Lei Orgânica do Distrito Federal, tem atribuição de substituir o Governador em sua ausência ou impedimento e suceder-lhe no caso de vaga, bem como outras competências determinadas pelo Governador do Distrito Federal.

A Vice-Governadoria do Distrito Federal foi criada pela Lei Distrital nº 236, de 20 de janeiro de 1992 e reestruturada pelo Decreto nº 21.170, de 5 de maio de 2000.

Em função do Decreto nº 38.994, de 18 de abril de 2018, a estrutura administrativa foi alterada e o quadro de pessoal, o almoxarifado e os acervos patrimonial, documental e processual, bem como os recursos orçamentários e financeiros da Vice-Governadoria, foram transferidos para a então Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal (CACI).

Com a publicação do Decreto nº 39.610, de 1º de Janeiro de 2019, houve a mudança do nome do Órgão para Gabinete do Vice-Governador e o Decreto nº 39.632, de 21 de janeiro de 2019, alterou, novamente, a sua estrutura administrativa, desvinculando este Gabinete da Casa Civil do Distrito Federal

Os recursos orçamentários e financeiros da Pasta foram obtidos a partir da publicação do Decreto nº 39.781, de 15 de abril de 2019.

Segundo o Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 25.511, de 19 de janeiro de 2005, as unidades do Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal possui as seguintes atribuições:

. Assessorar o Vice-Governador no que concerne aos assuntos políticos sociais, econômicos e de natureza parlamentar;

II. Auxiliar o Vice-Governador em suas representações política e social;

III. Assistir o Vice-Governador na adoção de decisões técnicas e/ou administrativas;

IV. Acompanhar os programas, projetos e atividades do Governo do Distrito Federal, mantendo o Vice-Governador, permanentemente, informado;

V. Assistir, diretamente, o Vice-Governador, em sua segurança pessoal, em assuntos de natureza militar e na segurança da Residência Oficial;

VI. Executar as atividades de secretaria do Vice-Governador;

VII. Exercer atividades de secretaria executiva do Vice-Governador;

VIII. Exercer outras competências que lhe forem determinadas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	7	0	3	0	10
Comissionados sem vínculo efetivo	49	0	0	0	49
Requisitados de órgãos do GDF	16	47	3	0	66
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	3	0	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	73	47	9	0	129
(-) Cedidos para outros órgãos	3	0	1	0	4
Total Geral	70	47	8	0	125

A força de trabalho do Gabinete do Vice-Governador, referente ao mês de dezembro de 2019, é composta por 127 servidores, 3 estagiários e 3 servidores da TCB (motoristas) à disposição do Gabinete, totalizando assim 133 colaboradores.



2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	27003,0	26807,06	26807,06
0115 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	0	27003,0	26807,06	26807,06
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	217300,00	154962,24	145406,42
0080 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	0	217300,00	154962,24	145406,42
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	244303,00	181769,30	172213,48

Os programas para Operações Especiais compõem um conjunto de ações governamentais destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação do governo.

Foi efetuado o ressarcimento de salário referente ao servidor da área Federal, com ônus para o Governo do Distrito Federal e o pagamento de licença prêmio em pecúnia (indenização) a servidor aposentado, no âmbito do Gabinete do Vice-Governador.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	1000,0	0	0
0055 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	0	1000,0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	1000,0	0	0
0137 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FEIRAS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS-DISTRITO FEDERAL	0	1000,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	5756613,00	5228654,21	5223437,67
0081 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	0	5756613,00	5228654,21	5223437,67

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	209326,00	188116,50	187148,18
0068 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	0	209326,00	188116,50	187148,18
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	328107,41	150798,37	132657,50
0109 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	0	328107,41	150798,37	132657,50
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	888,00	0	0
0066 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	0	888,00	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	0,00	6296934,41	5567569,08	5543243,35

Para suprir as necessidades administrativas gerais, tanto do Gabinete do Vice-Governador quanto da Residência Oficial do Lago Sul (ROLS), imóvel cedido para o Gabinete pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), foram formalizados contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais, firmados após a obtenção dos recursos orçamentários e financeiros do Órgão. Em alguns casos, foi feita a alteração de representação da titularidade financeira ativa da Casa Civil para este Gabinete, com o intuito de evitar a descontinuidade dos serviços públicos.

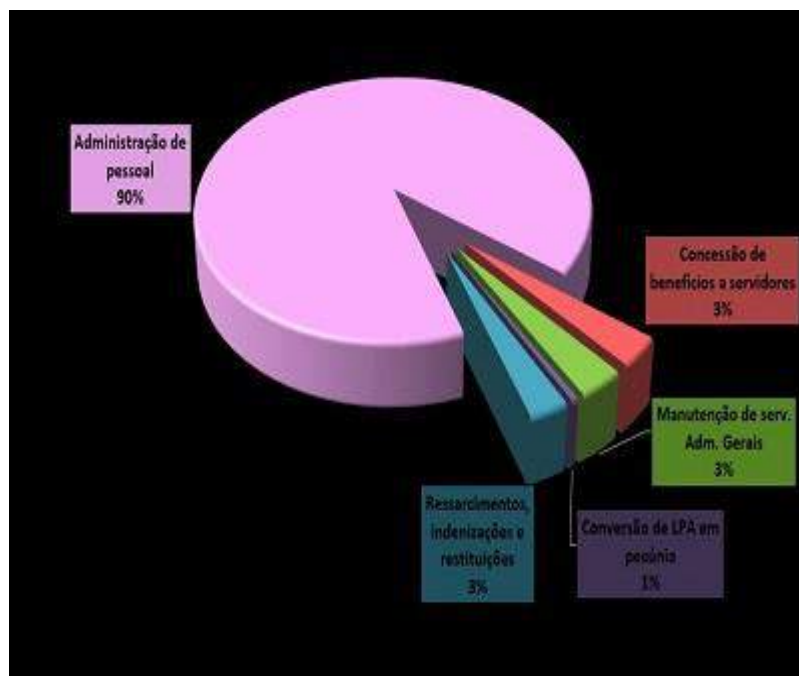
DESCRIÇÃO DA DESPESA 01/06/2019 A 31/12/2019	DESPESA AUTORIZADA (R\$)	DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	DESPESA PAGAS (R\$)	DEVOLVIDO À SEEC (R\$)
Conservação das estações físicas e edificações	1.000,00				
Cerimonial	35.000,00				35.000,00
Realizações de eventos	1.000,00				
Administração de pessoal	11.781.613,00	5.251.242,11	5.223.437,67	5.223.437,67	6.000.000,00
Concessão de benefícios a servidores	439.326,00	189.335,86	187.148,18	187.148,18	230.000,00
Manutenção de serviços administrativo gerais	528.107,41	185.795,37	167.645,50	167.645,50	200.000,00
Modernização de sistema de informação	10.000,00				10.000,00
Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia	71.888,00				71.000,00
Capacitação de servidores	10.000,00				10.000,00
Realização de eventos - Levanta DF Social	7.800,00				7.800,00
Conversão de LPA em pecúnia	439.000,00	26.807,06	26.807,06	26.807,06	421.997,00
Ressarcimentos, indenizações e restituições	327.300,00	154.962,24	145.406,42	145.406,42	110.000,00

TOTAL GERAL	13.652.034,41	5.808.142,64	5.750.453,83	5.750.453,83	7.095.797,00
-------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------

A tabela acima demonstra o uso real dos recursos orçamentários utilizados pelo Gabinete do Vice-Governador.

Os valores devolvidos à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC representam o percentual de 52% (cinquenta e dois por cento) dos recursos recepcionados, por meio do Decreto nº 39.781, de 15 de abril de 2019.

A restituição desse montante se deve ao fato de que os recursos orçamentários e financeiros da Pasta foram obtidos somente em abril de 2019, a partir da publicação do Decreto nº 39.781, de 15 de abril de 2019.



A partir de outubro de 2019, foi realizado um conjunto de ações objetivando a simplificação e o aperfeiçoamento dos quadros demonstrativos da conciliação, tanto mensais quanto acumulados, dentro do ano financeiro, facilitando a alimentação dos dados, a leitura e a interpretação das informações necessárias para a prestação de contas da Unidade Gestora.

Os quadros demonstrativos para apresentação da Lei de Acesso à Informação do GDF - LAI, em atenção ao Índice de Transparência Ativa, são criteriosamente atualizados conforme cada contratação efetivada e, logo em seguida, enviados à Assessoria de Comunicação, com a finalidade de atualizar os canais de comunicação com os cidadãos sobre, a gestão dos recursos públicos.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Diante da amplitude das atribuições do Vice-Governador do Distrito Federal, tendo em vista que a sua função imediata é substituir o Governador em seus afastamentos e suceder-lhe no caso de vaga, bem como exercer outras atividades que lhe forem determinadas, não houve realizações extraordinárias no exercício de 2019.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício do ano de 2019, o Gabinete do Vice-Governador executou as atividades de apoio ao Vice-Governador e cumpriu suas atribuições legais, conforme descrito no Regimento Interno.

No ano de 2020 busca-se o desenvolvimento de ações capazes de promover o bom desempenho institucional e a geração de bons resultados na prestação de serviços à comunidade, assim como ser instrumento de transparência na gestão dos recursos públicos, no âmbito do Distrito Federal.

Com esse intuito, foram traçadas algumas perspectivas de ações que agreguem valores às políticas públicas, com impacto positivo para a sociedade:

- programas de treinamento e capacitação de servidores, nas diversas áreas, via Escola de Governo;
- aprovação do Plano Diretor da Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC;
- aquisição de equipamentos de informática, visando a modernização do parque tecnológico do Órgão;
- celebração de contratos que supram as necessidades do Gabinete, para melhor atendimento das demandas;
- implementação de Programa de Qualidade de Vida para os servidores do Gabinete;
- desenvolvimento do aplicativo CONECTA CIDADÃO, para dispositivos do tipo smartphone, tablets e sensores inteligentes, com o objetivo de inovar os serviços, engajar os cidadãos e conectar os órgãos;
- desenvolvimento do projeto DF-ATENDE, serviço de transporte e atendimento especial, com o objetivo de atender pessoas pertencentes a grupos vulneráveis, por meio de serviços de locomoção e atendimento psicossocial;
- desenvolvimento de ações entre o Vice-Governador e a comunidade, como um todo, para levantamento das necessidades da comunidade.

11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Inscrita junto à Receita Federal do Brasil-RFB, em 29 de novembro de 1974, teve sua estrutura e denominação alteradas por meio do Decreto nº 36.840, de 20 de outubro de 2015, e passou a integrar a Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

Em 2019, o Decreto nº 39.610 de 01 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal, alterou a estrutura e a denominação da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal que passou a denominar-se Casa Civil do Distrito Federal, com status de Secretaria de Estado.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Não possui servidores registrados em seu quadro de pessoal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

Unidade inexistente. Conforme Decreto nº 36.840, de 20 de outubro de 2015, passou a integrar a Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Unidade inexistente. Conforme Decreto nº 36.840, de 20 de outubro de 2015, passou a integrar a Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Unidade inexistente. Conforme Decreto nº 36.840, de 20 de outubro de 2015, passou a integrar a Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

12101 - PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, órgão central do Sistema Jurídico do Distrito Federal, é instituição de natureza permanente, essencial à Justiça e à Administração, dotada de autonomia funcional.

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal tem por finalidade exercer a advocacia pública, cabendo-lhe, ainda, prestar a orientação normativa e a supervisão técnica do sistema jurídico do Distrito Federal e tem por objetivos:

- Orientar sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Direta do Distrito Federal;
- Zelar pelo cumprimento, na Administração Pública Direta e Indireta, das normas jurídicas, das decisões judiciais e dos pareceres jurídicos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- Publicar, manter e divulgar matéria doutrinária, legislativa e de jurisprudência visando o aperfeiçoamento de pessoal;

A PGDF tem por diretrizes:

- Representar o Distrito Federal em juízo;
- Cumprir suas competências legais e regimentais;
- Defender os interesses públicos e a manutenção do patrimônio do Distrito Federal;
- Exercer a Consultoria Jurídica do Distrito Federal;
- Uniformizar matérias de interesses comuns com Procuradorias Gerais de outros Estados e jurisprudências administrativas existentes;
- Efetuar a cobrança administrativa e judicial da dívida ativa do Distrito Federal;
- Ajuizar ações de improbidade administrativa e medidas cautelares e de sequestro de bens;
- Zelar pela obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais regras expressas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal, nas Leis e atos normativos aplicáveis aos atos da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	82	21	168	188	459
Comissionados sem vínculo efetivo	119	0	0	0	119
Requisitados de órgãos do GDF	6	0	9	0	15
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	0	246	0	246

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	5	0	5
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	209	21	428	189	847
(-) Cedidos para outros órgãos	5	12	2	0	19
Total Geral	204	9	426	189	828

A Procuradoria Geral do Distrito Federal tem trabalhado no constante aprimoramento da Gestão de Recursos Humanos, sendo que em 2019 foi implementado o Dossiê Virtual para todos os seus 620 servidores ativos, visando à migração para o novo sistema de Gestão de Pessoal do Distrito Federal - SIGEPE.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	2000000,0	3063879,0	3060393,31	3060393,31
0044 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	2000000,0	3063879,0	3060393,31	3060393,31
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3450000,0	5715000,00	5178870,67	5133857,79
7056 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	3450000,0	5715000,00	5178870,67	5133857,79
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	5450000,00	8778879,00	8239263,98	8194251,10

Em 2019 por meio de determinação do Governo Local iniciou-se o pagamento, de forma parcelada, do passivo existente referente à Licença Prêmio Pecúnia aos servidores

aposentados, sendo que a Procuradoria Geral do Distrito Federal realizou o pagamento de 02 parcelas para 52 servidores.

A PGDF mantém em seu quadro 02 servidores cedidos por outros órgãos fora da estrutura do Governo Local, sendo um engenheiro e um profissional da área de TI.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100000,0	0,0	0	0
5343 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	100000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	150187570,0	154957531,00	149677770,62	149672725,14
8766 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	150187570,0	154957531,00	149677770,62	149672725,14
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2751023,0	3126023,00	2887272,10	2886913,47
9583 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	2751023,0	3126023,00	2887272,10	2886913,47
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	584191,0	869191,00	799443,39	790236,21
9689 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	584191,0	869191,00	799443,39	790236,21
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	153622784,00	158952745,00	153364486,11	153349874,82

Dadas as suas características como órgão central do Sistema Jurídico Distrital, o orçamento da unidade é quase na sua totalidade aplicado em Recursos Humanos, ficando os

investimentos em infra-estrutura, capacitação de pessoal e demais despesas a cargo do Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Suspensão, no âmbito da Ação Civil Originária 3258, no Supremo Tribunal Federal, da liminar do Tribunal de Contas da União, no Processo de Tomadas de Contas nº 11.359/2006-1, que determinou que o Tribunal de Contas se abstenha de reter o produto de arrecadação do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos pagos a integrantes das forças de segurança do Distrito Federal, com recursos do Fundo Constitucional de Distrito Federal, e que o Tribunal de Contas se abstenha de determinar que o Distrito Federal devolva aproximadamente R\$ 10 bilhões;

Criação do Programa de Integridade da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF);

Emissão de 746 pareceres, 7 notas técnicas e 3 notas jurídicas pela Procuradoria-Geral do Consultivo e de Tribunais De Contas, em atendimento à demandas da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal;

Realização do Primeiro e Segundo Chamamento de Interessados para Celebração de Acordo Direto de Pagamento de Precatórios, gerando economia aos cofres públicos de aproximadamente R\$ 21.788.011,67 no primeiro e R\$67.038.004,54 no segundo;

Trabalho constante de redução da dívida de precatórios sem desembolso para o Distrito Federal, em razão do cancelamento de precatórios de expressivo importe financeiro.

O anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 foi alterado passando a constar 100 vagas para realização de concurso público para provimento de cargos efetivos de Analista Jurídico e Técnico Jurídico da carreira de Apoio às Atividades Jurídicas do Distrito Federal. Diante disto a Procuradoria emvidou esforços para instituir uma Comissão Especial para acompanhar e promover a realização do Concurso Público.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Direção do Órgão está plenamente ciente de que a melhoria da prestação dos serviços está diretamente ligada à constante evolução do seu parque tecnológico, bem como, à adoção de novas tecnologias e oferta de serviços por meio virtual. Neste sentido há contínuo investimento de recursos do Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal na área de TI, busca de parcerias e fontes de recursos alternativas (PROFISCO, IPEA, FAP-DF e Outros) para atendimento das necessidades de evolução.

Como previsão para o próximo exercício temos:

- Desenvolvimento de solução tecnológica para apoio às atividades de mediação e conciliação no âmbito do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Brasília (CEJUSC);
- Desenvolvimento de sistema informatizado WEB em formato de serviço, a ser disponibilizado no Portal PGDF e no aplicativo de celular oficial do Governo do Distrito Federal – e-GDF, para atendimento célere e eficiente ao cidadão na gestão de pendência fiscal no âmbito da PGDF;

- Inteligência artificial em litigância de massa: desenvolvimento de programas computacionais que apliquem métodos de aprendizado computacional de máquina, incluindo aprendizado estruturado profundo, para auxílio na condução e resolução dos processos de Litigância de Massa, com respectiva capacitação dos servidores públicos da PGDF e treinamento para gestão da ferramenta desenvolvida;
- Inteligência artificial em execução fiscal: desenvolvimento de programas computacionais que apliquem métodos de aprendizado computacional de máquina, incluindo aprendizado estruturado profundo, para auxílio na condução e resolução dos processos de execução fiscal, com respectiva capacitação dos servidores públicos da PGDF e treinamento para gestão da ferramenta desenvolvida;

Ainda como previsão para 2020 está o desenvolvimento de projeto de Educação Fiscal, em parceria com a Secretaria de Estado de Economia, o qual através de disponibilização e envio por meios eletrônicos de cartilhas, folders, vídeos e animações procurará conscientizar o contribuinte quanto à importância de cumprimento de suas obrigações fiscais junto ao Estado.

Atuar junto aos órgãos envolvidos para reestruturação da Câmara Permanente Distrital em Mediação em Saúde (CAMEDIS), diante de proposta já enviada à Secretaria de Estado de Saúde, com o escopo de modernizar esse importante instrumento de mediação e conciliação em litígios de Saúde Pública no âmbito da Administração Pública Distrital.

Há também solicitação em andamento para alteração da LDO para o exercício de 2020 objetivando aumentar o número de vagas para provimento da Carreira de Procurador do Distrito Federal, a qual tão logo seja atendida será objeto de instituição de comissão específica para encaminhamento dos trâmites legais quanto à abertura de concurso público.

12901 - FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O PRÓ-JURÍDICO, desenvolvido e coordenado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 2.605, de 18 de outubro de 2000, regulamentada pelo decreto nº 21.624, de 20 de outubro de 2000, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual e material, que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício da advocacia pública.

OBJETIVOS

- Aparelhamento das instalações da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- Aquisição de bens e serviços;
- Qualificação profissional dos seus integrantes;
- Apoio aos setores jurídicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta do DF;
- Realização de outras atividades relacionadas ao bom exercício da advocacia pública.

PRODUTOS DE ARRECADAÇÃO

Constituem recursos financeiros do Pró Jurídico:

1. Os honorários advocatícios arbitrados em favor do Distrito Federal, em face da aplicação do princípio da sucumbência;
2. Os honorários de sucumbências deferidos a autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economias públicas e sociedade de economia mista, quando essas entidades forem representadas por Procurador do Distrito Federal;
3. Os honorários decorrentes de acordos extrajudiciais celebrados pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
4. Os encargos de que trata o art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 4, de 30 de abril de 1994, em relação aos créditos cobrados em procedimento extrajudicial, observados os percentuais previstos no § 2º do mesmo artigo;
5. As contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;
6. As doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privadas, nacionais e internacionais, além de outros recursos;
7. Os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios outros ajustes;
8. Os valores advindos da aplicação dos recursos do Fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;
9. As contribuições, as subvenções de outros valores destinados a propiciar a melhoria das condições necessárias ao exercício da advocacia pública;
10. Outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

O Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal não possui quadro de pessoal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	30000,0	23400,00	0	0
5921 - APOIO A EVENTOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	30000,0	23400,00	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	30000,00	23400,00	0,00	0,00

- No exercício de 2019 o Fundo da Procuradoria não apoiou eventos de terceiros, tendo se dedicado à realização de eventos próprios, motivo pelo qual não houve realizações nesta ação.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	934901,0	879901,00	339729,04	330385,72
7197 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PRÓ-JURÍDICO-DISTRITO FEDERAL	934901,0	879901,00	339729,04	330385,72
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	934901,00	879901,00	339729,04	330385,72

- Por norma do programa de capacitação interno da Procuradoria Geral do DF, o pagamento de bolsas de estudos aos seus integrantes é realizado por meio de ressarcimento. Ao longo do exercício, além da continuidade dos ressarcimentos das bolsas concedidas em exercícios anteriores, foram concedidas novas bolsas de estudos para 10 integrantes do Órgão, como realização do programa de capacitação dos servidores da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2484 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	11921765,0	10319176,70	10294175,26	9470059,22
0001 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-PRÓ-JURÍDICO-DISTRITO FEDERAL	11921765,0	10319176,70	10294175,26	9470059,22
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	60000,0	46800,00	42927,55	42927,55
5929 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-PRÓ-JURÍDICO-DISTRITO FEDERAL	60000,0	46800,00	42927,55	42927,55
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	9819861,0	7971154,02	5665889,59	4584640,29
0007 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-PRÓ-JURÍDICO-DISTRITO FEDERAL	9819861,0	7971154,02	5665889,59	4584640,29
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3240000,0	5331726,00	3334422,90	3263587,55

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0034 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF- PLANO PILOTO .	3240000,0	5331726,00	3334422,90	3263587,55
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4450000,0	6958400,00	3857519,67	3099728,68
0019 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-PRÓ-JURÍDICO-DISTRITO FEDERAL	4450000,0	6958400,00	3857519,67	3099728,68
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	500970,0	434756,60	217038,48	217038,48
0022 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS-DISTRITO FEDERAL	70000,0	54600,00	0	0
0069 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	430970,0	380156,60	217038,48	217038,48
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2150000,0	5048291,00	454076,18	217079,68
9768 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF- PLANO PILOTO .	2150000,0	5048291,00	454076,18	217079,68
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	150000,0	117000,00	0	0
9712 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF- PLANO PILOTO .	150000,0	117000,00	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	32292596,00	36227304,32	23866049,63	20895061,45

Implantação do Processo Eletrônico Judicial no âmbito da Execução Fiscal, no Distrito Federal, proporcionando adequação tecnológica desta Casa Jurídica na gestão e no controle dos processos executivos fiscais.

Em função de nova paralisação da obra do novo Edifício Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal ocorrida em março/2019, a efetiva realização deste programa de trabalho ficou prejudicada, haja vista, o volume expressivo de recursos que o Órgão reservou tanto

para a conclusão da obra, quanto para a aquisição de equipamentos essenciais ao seu funcionamento.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Uma das importantes realizações pretendidas para o próximo exercício é a conclusão da obra do novo Edifício Sede da Procuradoria, a qual está em fase de licitação pela Novacap, com expectativa de contratação da empresa selecionada no 1o. semestre de 2020 e término da obra no 2o. semestre.

Além disso novas medidas de redução do estoque da dívida estão adotadas, como o envio para negativação de aproximadamente 219.000 mil devedores, formalização de parceira com o IPEA para realização de pesquisa com objetivo de levantar os custos de ajuizamento de ações; Segmentação de devedores conforme a capacidade de liquidação de débitos, dentre outras, visando assim melhor direcionamento e aproveitamento dos recursos e esforços a serem dispendidos;

14101 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – Seagri/DF, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, para execução de suas atividades, nos termos do Decreto nº 39.442, de 08 de novembro de 2018, tem atuação nas seguintes áreas:

- I - agricultura, pecuária, aquicultura e agroindustrialização;
- II - produção e fomento agropecuário;
- III - abastecimento alimentar;
- IV - defesa sanitária animal e vegetal;
- V - insumos utilizados nas atividades agropecuárias;
- VI - inspeção de produtos de origem animal e vegetal;
- VII - agrária e terras públicas rurais;
- VIII - solo e água, voltado ao processo produtivo agropecuário;
- IX - assistência técnica e extensão rural;
- X - tecnológica na agropecuária; e
- XI - agricultura familiar, desenvolvimento agrário e segurança alimentar.

Missão

Coordenar e promover o desenvolvimento rural, econômico e ambientalmente sustentável, administrar as terras públicas rurais e zelar pela segurança alimentar da população por meio de ações de fiscalização e inspeção animal e vegetal.

Visão

Ser reconhecida como agente inovador e de excelência no desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	32	44	62	240	378
Comissionados sem vínculo efetivo	7	9	0	0	16
Requisitados de órgãos do GDF	6	3	3	2	14
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	26	22	48

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	8	0	8
Outros - especificar	0	0	41	0	41
Subtotal	45	56	140	264	505
(-) Cedidos para outros órgãos	21	0	7	0	28
Total Geral	24	56	133	264	477

A estrutura do quadro de pessoal da SEAGRI/DF é composta por 408 servidores, sendo que deste quantitativo 16 são comissionados sem vínculo e 14 requisitados de órgãos distritais.

Observa-se no demonstrativo acima que a força de trabalho efetivamente disponível é de 477 profissionais incluindo estagiários e terceirizados. Dos 378 servidores efetivos, 28 encontram-se cedidos e/ou à disposição de outros órgãos.

Convém consignar, por oportuno, que a crescente diminuição da força de trabalho, principalmente em relação ao quadro efetivo (em torno de 9,36% a.a), revela a urgente necessidade de realização de novo concurso público para assegurar a manutenção, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos ofertados ao cidadão. Nesse sentido, em 2016 foi realizado estudo visando futuras contratações (processo nº 070.002.136/2016), o qual está sobrestado, a depender do desfecho do projeto de lei que visa reestruturar a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária.

Registra-se que atualmente 48 servidores percebem abono de permanência e podem pleitear aposentadoria a qualquer tempo.

Outro fator que merece ser destacado é que em dezembro/2019 o órgão dispõe de 101 cargos comissionados em sua estrutura e todos encontram-se ocupados, sendo que 84% são ocupados por servidor de carreira, isto é, muito superior ao percentual de 50% estabelecido no art. 19, inciso V, da Lei Orgânica do DF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	30000,0	0,0	0	0
6081 - APOIO A REALIZAÇÃO DA 1ª COPA DE FUTEBOL AMADOR	30000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	30000,00	0,00	0,00	0,00

A Emenda Parlamentar nº 8 ao PL 2127/2018 foi cancelada, conforme Lei nº 6.304/2019 publicada no DODF Suplementar nº 97 de 24/05/2019.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2639 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES	270000,0	455804,97	455804,97	455804,97
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES-DA GRANJA DO TORTO- PLANO PILOTO	270000,0	455804,97	455804,97	455804,97
2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	80000,0	872062,00	331499,48	331499,48
0001 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	80000,0	872062,00	331499,48	331499,48
4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	60000,0	154387,0	131395,94	131395,94
0001 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA-COMPRAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	60000,0	0,0	0	0
0002 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA-FOMENTO A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULN. SOC-DISTRITO FEDERAL	0	154387,0	131395,94	131395,94
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	10000,0	0,0	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	10000,0	0,0	0	0
3196 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	10000,0	1053240,00	257660,24	257660,24
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL--DISTRITO FEDERAL	10000,0	1053240,00	257660,24	257660,24
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	1210000,0	6229396,00	116236,51	0
9640 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO--DISTRITO FEDERAL	10000,0	6229396,00	116236,51	0
9649 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COMUNITÁRIO	300000,0	0,0	0	0
9650 - APOIO A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS DO CEASA - DISTRITO FEDERAL	800000,0	0,0	0	0
9651 - CONSTRUÇÃO CASA DE FARINHA ASTRAPF	100000,0	0,0	0	0
3724 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL	38650,0	4417687,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL--DISTRITO FEDERAL	10000,0	4417687,00	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL-DA GRANJA DO TORTO-DISTRITO FEDERAL	28650,0	0,00	0	0
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	20000,0	13573859,20	1634702,20	1634702,20
0003 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	12019686,00	1634702,20	1634702,20
5682 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-FOMENTO À PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	10000,0	1554173,20	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1470000,0	6962039,00	861754,12	861754,12
9557 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	6962039,00	861754,12	861754,12
9610 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS NAS REG. ADM. DO DF	100000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9611 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA DIVERSOS ASSENTAMENTOS DO DISTRITO FEDERAL	1360000,0	0,0	0	0
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	10000,0	870509,34	870492,90	870492,90
0006 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-APOIO À RECUPERAÇÃO DE CANAIS DE IRRIGAÇÃO DO NÚCLEO RURAL VARGEM BONITA-DISTRITO FEDERAL	0	609973,0	609972,12	609972,12
0007 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-RECUPERAÇÃO DE CANAL DE IRRIGAÇÃO DO NÚCLEO RURAL CÔRREGO DAS CORUJAS. - DISTRITO FEDERAL	0	260000,0	259984,44	259984,44
2900 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-RURAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	536,34	536,34	536,34
4120 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS	10000,0	0,0	0	0
0001 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	46230,0	78723,40	38629,93	38629,93
0001 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	46230,0	43723,40	32729,93	32729,93
0002 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-INSTALAÇÃO DE UNIDADE DEMONSTRATIVA DE PRODUÇÃO DE AQUICULTURA E PSICULTURA NA GRANJA MODELO DO IPÊ-DISTRITO FEDERAL	0	35000,0	5900,0	5900,0
2643 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA	10000,0	0,0	0	0
0001 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA--DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS	10000,0	0,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS- SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- PLANALTINA	10000,0	0,0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	300000,0	0,0	0	0
6082 - APOIO À REALIZAÇÃO DA X EXPOGAMA	150000,0	0,0	0	0
6083 - APOIO À REALIZAÇÃO DA II EXPOREMA	150000,0	0,0	0	0
2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	50000,0	2100,04	2100,04	2100,04
0001 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	50000,0	2100,04	2100,04	2100,04
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	3614880,00	34669807,95	4700276,33	4584039,82

Na área de Defesa Agropecuária, compete à Seagri planejar, propor políticas de fiscalização e normatizar a execução dos trabalhos de defesa agropecuária; dirigir a elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos referentes à inspeção e sanidade animal e vegetal; fazer cumprir as normas e regulamentos sanitários; planejar, promover e supervisionar ações de educação sanitária e de conscientização da população relativas à defesa agropecuária. Destaca-se ainda a execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória, demandados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA em cada Estado da Federação, por meio de mapeamento e monitoramento de ocorrências fitossanitárias e zoonosológicas, para estudo epidemiológico, controle do trânsito animal e vegetal e de ações educativas sanitárias.

São beneficiários das atividades os produtores rurais e criadores, os comerciantes de vacinas, vegetais, partes de vegetais e agrotóxicos, a cadeia produtiva de flores, suínos, leite, peixes, aves, hortaliças, grãos e oleaginosas, bem como os frigoríficos, as agroindústrias de produtos de origem animal, vegetal e artesanal, os supermercados, os entrepostos e, principalmente, o consumidor, por receber produtos de boa procedência e de boa qualidade.

Dentro do Programa Brasília Competitiva, o objetivo é garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras do Distrito Federal para evitar a entrada e proliferação de doenças que possam comprometer a produção agropecuária e a qualidade dos produtos destinados ao consumo da população.

Em 2019 a Seagri realizou 790 inspeções em estabelecimentos de produtos de origem vegetal e animal, com o objetivo de avaliar de forma técnica e contínua as condições de

processamento nas agroindústrias e os registros dos Programas de Autocontrole das empresas, garantindo que os processos de fabricação dos produtos estejam de acordo com a legislação sanitária vigente. Além das atividades de inspeção in loco, os servidores realizaram análise de plantas de agroindústrias, de rotulagem de alimentos e de Programas de Autocontrole. Alguns números ficaram abaixo do executado em 2018, em função da construção de normativas que embasam e promovem a evolução do Serviço de Inspeção Distrital. Nesse sentido foi publicada a Lei nº 6.401, de 22 de outubro de 2019, que prevê o tratamento diferenciado e simplificado para estabelecimentos de pequeno porte; foi publicada a Portaria nº 31/2019, que trouxe a simplificação e a desburocratização de documentos para registro de agroindústrias; foi publicada a Portaria nº 55/2019, que trouxe a simplificação e a desburocratização dos procedimentos de análise de rotulagem; e foi publicada a Portaria Conjunta nº 01, de 09 de abril de 2019, que reordenou a realização de análises laboratoriais, que agora estão sendo feitas no Lacen-DF, por meio do planejamento e execução de um Plano de Trabalho conjunto com a Secretaria de Saúde. Cabe ressaltar que dentre as ações relacionadas no quadro seguinte, há várias que são executadas sob demanda das agroindústrias, dificultando o estabelecimento de metas

Comparativo de Ações Desenvolvidas na Área de Inspeção de Agroindústria	Ano	
	2018	2019
Inspeções em Agroindústrias (produtos de origem vegetal e animal)	865	790
Novos Registros de Agroindústrias	8	5
Análise de Plantas	100	51
Avaliação de Programas de Auto Controle	76	71
Análise de Rótulos	1.112	800
Realização de Vistorias Prévias	52	45
Emissão de Notas Técnicas	857	1.050
TOTAL	3.070	2.812

A Seagri ainda organizou e promoveu o II Encontro das Agroindústrias, que contou com 246 inscritos e se destacou como um estratégico evento para valorização e aumento da visibilidade desse importante setor da economia, colaborando com o enfrentamento de desafios para implantação e manutenção de uma agroindústria no Distrito Federal.

No final do primeiro semestre de 2019 houve mudança na estrutura da Seagri e a atividade de fiscalização do trânsito de veículos se unificou para que pudesse ampliar a cobertura diária de fiscalização e continuar atendendo toda a população do Distrito Federal. E, apesar da carência de recursos, especialmente voltados para a renovação da frota de veículos e de esforços voltados para a manutenção da qualidade da execução da atividade, como a realização de treinamentos dos servidores para que pudessem desempenhar tanto a atividade de fiscalização do trânsito de produto quanto do trânsito de animais e a redistribuição das equipes móveis de fiscalização, foi possível alcançar a meta proposta. Em relação às fiscalizações em veículos, foram realizadas 2.705 fiscalizações de veículos com foco no trânsito de produtos de origem vegetal e animal e 9.630 fiscalizações de veículos com foco no trânsito de animais, totalizando 12.335 fiscalizações em veículos no ano de 2019.

Somando-se as ações de fiscalização de trânsito e de estabelecimentos, chegamos a um total de 15.118 ações, valor que superou a meta em mais de 100%. Esse aumento deve-se à reestruturação da equipe e da atividade de fiscalização de veículos, o que aumentou a cobertura diária de fiscalização nas rodovias do Distrito Federal.

No ano ainda foram apreendidos 238 animais soltos em vias públicas do Distrito Federal, um número 20% superior ao de 2018, e a Seagri participou de 22 ações conjuntas com outros órgãos do Distrito Federal a fim de albergar os animais apreendidos em ações de fiscalização.

Em termos de defesa e vigilância agropecuária, o Distrito Federal seguiu as diretrizes preconizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, priorizando a melhoria da qualidade do serviço, dando menor enfoque na quantidade. Nesse contexto, em auditoria realizada pelo MAPA em todo o Brasil para avaliação da qualidade do serviço veterinário oficial (SVO), o Distrito Federal se destacou em segundo lugar, sendo superado somente pelo estado do Paraná.

Após o lançamento do Plano Estratégico para retirada da vacinação contra febre aftosa no Brasil, no qual o Distrito Federal deverá suspender a vacinação em 2021, a Seagri precisou alterar em partes o foco do trabalho e aprimorar as atividades de vigilância, principalmente na forma ativa. A equipe de médicos veterinários foi treinada para atendimento de suspeita de doença vesicular e capacitações internas foram realizadas para padronização de procedimentos.

Em 2019 foi ampliada a disponibilização de acesso ao Sistema de Defesa Agropecuária - Sidagro Produtor para a emissão de Guia de Transito Animal (GTA) para outras espécies. Simultaneamente, a Seagri promoveu curso de habilitação de médicos veterinários como responsáveis técnicos de eventos agropecuários, o que permitiu a emissão de GTAs de retorno de aglomerações pela iniciativa privada. Essa medida desburocratiza a emissão da documentação de trânsito, principalmente de equídeos, e contribui para que os proprietários cumpram com a legislação para controle sanitário dos rebanhos. Foi possível verificar aumento significativo no número de GTAs emitidas por produtores, inclusive superando o quantitativo emitido pelo serviço veterinário oficial em alguns meses. Embora ainda observada a crise na avicultura industrial, o maior número de guias emitidas são para as aves de produção comercial, seguida das espécies equina, bovina e suína, respectivamente.

Comparativo de Ações Desenvolvidas na Área de Defesa Sanitária Animal e Vegetal	Ano	
	2018	2019
Nº de fiscalizações	3.344	2.839
Cargas Fiscalizadas	9.631	8.228
Atendimentos a Notificações	153	172
Auto de Apreensão (nº)	233	59
Auto de Infração (nº)	506	783
GTA's Emitidas (Unid)	46.766	47.067
Cadastro de Propriedade (Unid)	268	195
Fiscalização de Comércio de Vacina	1.156	932
Vacinação de bezerras entre 3 a 8 meses (brucelose)	6.891	6.404
Treinamento de Técnicos	20	28
Campanha de Vacinação de Febre Aftosa	2	2
Barreiras Efetuadas (nº)	364	344
Brucelose	3	2
Raiva	3	5
Anemia Infeciosa Equina	24	13
Tuberculose	0	0
Doenças Vesiculares*	0	0
Encefalopatia Espongiforme Transmissível	0	0
Morno	1	0
Newcastle	0	0
Influenza Aviária	0	0
Salmonelose	1	1
Micoplasmose Aviária	0	0
Peste Suína Clássica	0	0
Doença de Aujeszky	0	0
Animais Multados (nº)	123	105
AIE - Anemia Infeciosa Equina (nº)	4	2
Animais Apreendidos (nº)	281	294
Saldo para o Próximo Mês (nº)	544	741
Óbitos (nº)	95	72

Comparativo de Ações Desenvolvidas na Área de Defesa Sanitária Animal e Vegetal	Ano	
	2018	2019
TOTAL ANIMAL	70.414	68.288
TOTAL VEGETAL	16.998	13.530
TOTAL ANIMAL+VEGETAL	87.412	81.818

Em relação ao número de fiscalizações de comércio de vacinas, houve redução principalmente devido às orientações do MAPA por meio da publicação do novo Manual de Fiscalização do Comércio de Vacinas contra Febre Aftosa e para Controle e Avaliação das Etapas de Vacinação, o qual alterou a frequência de fiscalizações em revendas de vacinas entre as etapas de vacinação.

Um indicador importante, como o número de atendimento a notificações de suspeitas de doenças, mostrou aumento em relação ao ano anterior. Novamente houve diminuição nos cadastros novos realizados, dado que a atividade já é realizada constantemente há alguns anos e provavelmente a maioria das propriedades do Distrito Federal já esteja cadastrada junto à Seagri.

Em relação às atividades de controle de pragas dos vegetais, a meta ficou comprometida em função da redução em 66% do número de servidores voltados à execução, comprometendo as atividades de planejamento, execução e desenvolvimento dos levantamentos fitossanitários e dos programas de sanidade vegetal.

As fiscalizações relativas aos vazios sanitários em cerca de 72.000 hectares de soja e de 4.000 hectares de feijão irrigado foram desenvolvidas de forma mais eficiente, isto é, foi realizada uma cobertura de fiscalização da área de interesse, com menos saídas a campo e em tempo reduzido. No ano de 2019 foi iniciado o processo de revisão da legislação de sanidade vegetal, sendo criado um Grupo de Trabalho para a elaboração de um Projeto de Lei que se encontra em análise pela Seagri.

As ações de educação sanitária apresentaram bons resultados, com um público atendido de 2.027 pessoas. Em decorrência do estudo para diagnóstico sobre a percepção do produtor rural em relação ao Serviço de Defesa Agropecuária, foram planejadas para 2019 a 2022 as atividades voltadas a diferentes públicos, envolvendo desde o público infantil até o consumidor final. Dentre os eventos, destacamos às visitas guiadas à sede da Seagri, o Encontro Acadêmico de Defesa Agropecuária, o desenvolvimento e execução da peça teatral infantil "Onde o bicho tá?", Festival Tambaqui da Amazônia, a Agrobrasilândia e o Fórum de Febre Aftosa e Doenças Vesiculares. Ademais, ainda em fase de elaboração, será lançado o circuito interativo de defesa agropecuária na Agrobrasilândia em 2020.

Houve avanço nas aquisições de itens do convênio com o MAPA, o que permitiu melhoria da infraestrutura e benefícios diretos para a melhoria da execução dos trabalhos. Foram adquiridos veículos, câmara fria para os produtos apreendidos na atividade de inspeção, uniformes para os servidores, Smart TV, tablets e impressoras térmicas.

Apesar do deficiente número de servidores, a equipe da área de Defesa Agropecuária é extremamente capacitada e se dedica para prestar um bom serviço à sociedade do Distrito Federal, minimizando os riscos de que produtos de origem vegetal e animal, impróprios para o consumo cheguem à mesa do cidadão. E, embora nem todas as metas tenham sido cumpridas na íntegra, observa-se, em relação ao ano anterior, um foco maior em ações de planejamento e diagnóstico de extrema relevância ao serviço de defesa e ao desenvolvimento de estratégias que venham fomentar o setor agropecuário do Distrito Federal. O serviço vem sendo mais eficiente e as equipes, em função da redução constante do número de servidores, têm executado atividades múltiplas em uma mesma operação a campo, o que gera economia de tempo e um melhor aproveitamento de recursos.

No que concerne à área de abastecimento e desenvolvimento rural, a implantação do Polo do PAD-DF está na fase de Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS, que exigiu a apresentação de projeto de drenagem das vias internas. A elaboração do projeto foi encaminhada ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER e concluída em maio de 2019. Agora é necessário fazer o pagamento da taxa de licenciamento e apresentar requerimento de Autorização de Supressão de Vegetação.

Dado o alto valor da taxa, a SEAGRI solicitou a aplicação de desconto previsto no Decreto Distrital nº 37.330/2016, que institui incentivos econômicos para as atividades agroindustriais. O desconto foi negado pelo órgão de controle ambiental, com a alegação de não se tratar de atividade prevista no Decreto mencionado. Apesar disso, o órgão de controle recomendou a submissão do caso ao Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM, para decidir sobre a possibilidade de enquadramento do empreendimento nos incentivos mencionados. Esse encaminhamento implica num adiamento para o ano de 2020 das etapas subsequentes para a implantação do Polo do PAD-DF.

Já a implantação do Polo do Rio Preto está aguardando a finalização de sindicância para esclarecer questionamentos. Após manifestação da Comissão Permanente de Sindicância, será solicitada ao Governador do Distrito Federal alteração do Decreto nº 22.452/2001, que cria o Polo, para compatibilizar as atividades propostas no Decreto com a capacidade de suporte dos recursos naturais locais. Após a alteração, será solicitada o LAS do empreendimento e dado andamento com o processo de implantação do Polo.

Com relação ao Parque de Exposições Agropecuárias da Granja do Torto – PAGT, que estava funcionando sob a gestão da Associação dos Criadores do Planalto – ACP, até setembro de 2015, quando a Seagri retomou a administração do Parque. No período de gestão da ACP, 32 entidades se estabeleceram no espaço, sem um contrato de locação legal e sem contribuírem para as despesas de funcionamento e manutenção. Essa situação gerou questionamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, o qual exigiu que, num prazo de 60 dias, fosse regularizada a situação fundiária das entidades e cobrado o ressarcimento das despesas com energia elétrica.

Apesar da cobrança do ressarcimento das despesas com energia elétrica, junto às 31 entidades ocupantes do PAGT, para o período de setembro de 2015 a março de 2018, 18 delas entraram em contato e apenas 12 chegaram a pagar ou negociar o pagamento do débito. Em setembro de 2019, o débito foi atualizado e nova cobrança emitida, com um baixo índice de localização dos devedores, para entrega das Intimações Administrativa, que foi publicada em Diário Oficial do Distrito Federal.

Em 12 de julho de 2019, foi assinado o Contrato de Gestão, entre a Seagri e o Serviço Social Autônomo Parque da Granja do Torto - PGT, instituído pela Lei nº 6.170, de 5 de julho de 2018, transferindo ao mesmo a gestão do PAGT. As metas do PGT consistem em:

1. Instalação do espaço físico do PGT, compatível com a estrutura de funcionamento;
2. Criação de regimento interno e regulamento condominial, para acomodação das entidades usuárias;
3. Promoção do rateio das despesas de funcionamento entre os usufrutuários do espaço;
4. Regularização da ocupação das entidades ocupantes do PAGT;
5. Captação de recursos e melhoria das instalações; e
6. Elaboração e implementação de um Plano de Negócios, com vistas à sustentabilidade econômico-financeira do PAGT.

A fim de certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura através do estímulo à produção de alimentos seguros, a promoção de ações que visam melhorar a qualidade sanitária da produção agrícola e a proteção da saúde da população do Distrito Federal, a Seagri, em 2016, lançou o Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal - Brasília Qualidade no Campo.

Os resultados alcançados em 2019 foram: 08 propriedades certificadas receberam o selo Brasília Qualidade no Campo; adesão de 70 produtores rurais ao Programa; Elaboração do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da política de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal; Extensão da certificação do BPA para a cadeia de suinocultura e para a cadeia de piscicultura; Elaboração e implementação do Programa de BPA na pedra da Ceasa; Participação no Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Projeto de Lei Federal que dispõe sobre critérios mínimos de Boas Práticas Agropecuárias no Brasil.

A Seagri a fim de fomentar a cadeia da piscicultura do Distrito Federal realiza a reprodução e comercialização de alevinos de alta qualidade, destinados a pequenos produtores e agricultores familiares a preços subsidiados.

Em 2019 foram produzidos 302.400 alevinos, 301.800 foram comercializados e 163 produtores rurais beneficiados. Foram atendidos 771 produtores rurais presencialmente e por telefone. Com o objetivo de promover a capacitação em piscicultura foram ministrados 09 cursos, com um total de 446 pessoas capacitadas.

Em 2019 foram executados serviços de revitalização de canais, ação programada com a finalidade de impermeabilizar os leitos dos canais não revestidos, com a aplicação de tubos de PVC ou PEAD, bem como a limpeza e manutenção de canais de terra ainda não contemplados com as ações de revitalização, mas que para se manterem em funcionamento necessitavam de limpeza e regularização de alguns trechos. Na tabela a seguir apresentamos listagem dos canais trabalhados pela Seagri, e acompanhados por técnicos da Emater.

Revitalização de Canais				
Situação	Canal	Executado	Região	Escritório Emater
Concluído	Santos Dumont - Ramais (restante)	2.850	Planaltina	Planaltina
Concluído	Buriti Vermelho	1.100	Paranoá	Jardim II
Concluído	Rodeador (pontos críticos)	2.500	Brazlândia	Alexandre Gusmão
Concluído	Tabatinga	2.750	Planaltina	Tabatinga
Concluído	Lamarão	3.900	Paranoá	PAD-DF
Concluído	Capão Comprido (Ramal II)	7.770	Brazlândia	Alexandre Gusmão
Andamento	Capão Comprido (Ramal I)	1.180	Brazlândia	Alexandre Gusmão
Andamento	Granja do Ipê	1.920	Park Way	Vargem Bonita
TOTAL		24 Km		
Manutenção de Canais				
Canal	Executado	Região	Escritório Emater	
Santos Dumont - canal principal	7,8	Planaltina	Planaltina	
Curral Queimado	1,67	Planaltina	Planaltina	
Riacho Fundo	2,23	Riacho Fundo	Vargem Bonita	
Jatobazinho - canal principal	4,45	Brazlândia	Alexandre de Gusmão	
TOTAL		16,15 Km		

A Seagri no alinhamento das políticas do GDF para a redução das desigualdades sociais, a inclusão produtiva, a geração de renda e a segurança alimentar, implantou "Ações de Fomento à Agricultura Familiar" através da distribuição de Insumos para plantio, que constitui mais um instrumento para que os agricultores familiares possam produzir de forma

sustentável, inserindo novas tecnologias em sistema agroflorestal, fortalecendo assim a agricultura do Distrito Federal.

As ações foram direcionadas para a distribuição gratuita dos seguintes insumos: 248 kit's básicos de sementes de milho e feijão; 188 Kit's de Agrofloresta (Composto de 17 tipos de Sementes e 4 variedades de mudas frutíferas; Irrigação e Adubação e 560 Kit's de Irrigação (Composto por 1 Caixa d'água de 5000 litros e 1000 metros de mangueira de gotejamento) e mais Composto Orgânico de Lixo (C.O.L) para agricultores de base familiar do Distrito Federal, como fomento à produção rural e promoção da segurança alimentar. A intenção do programa foi prevista para beneficiar até 650 famílias para a produção de sua safra, conforme a disponibilidade e limitação orçamentária.

A ação do ano de 2019 levou em consideração o tamanho da propriedade e o tipo de empreendimento do produtor. 78 Famílias receberam um kit exclusivo com sistema agroflorestal. As famílias foram selecionadas de acordo com o perfil de produção em agroflorestal, os quais foram selecionados por Engenheiros Agrônomos responsáveis pelos convênios.

A quantidade de produtores atendidos em 2019 foi de 436 famílias, porém o desejado seria atender 650.

Nesse viés, considerando as entregas realizadas em 2019, foi constatada uma redução de 46,7 % em relação ao ano de 2018.

Vale ressaltar, que apesar da redução na quantidade de famílias atendidas, informamos que houve um aumento na qualidade dos insumos distribuídos, visto que o custo médio por produtor no ano anterior foi de R\$ 287,30, já em 2019 as famílias foram contempladas com kit's de até R\$6.142,45, ou seja, um aumento aproximado de 2.138% de investimento em insumos aos agricultores familiares.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1498 - AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	UNIDADE	0	31/12/2016	ANUAL	117.300	97.977	127.500	97.256	127.500	79.225	137.800	81.818	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7 / UO 14101 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - A Defesa Sanitária Animal aumentou a quantidade de fiscalizações realizadas e aumentou a eficiência. Foi feito um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em quase 300 propriedades. Passou-se ainda a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. A barreira móvel melhorou a eficiência, aumentou a quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos.</p> <p>2017 - O aumento na quantidade de cadastros de novas propriedades de criação de equídeos e passeriformes, de vacinações de bezerras e de atendimento a notificações de doenças de controle sanitário não foi suficiente para alcançarmos o índice desejado. Deve-se à redução nas fiscalizações de comércio de vacinas (o que se deve, basicamente, à descontinuidade na comercialização de vacinas contra febre aftosa por 7 revendas) e de carga em trânsito (extinção de uma barreira fixa).</p> <p>2018 - A redução de 37,9% no índice é devido: ao fechamento de uma empresa do ramo da avicultura e suinocultura, que impactou diretamente em vários parâmetros utilizados na contabilização das ações da Def. Sanit. Animal; e redução das fiscalizações de uso e comércio de agrotóxicos em razão da intensificação das ações de educação sanitária, entretanto, o DF manteve-se como área livre p/ a Sigatoka negra na cultura da banana e ã teve registro de ocorrência de pragas regulamentadas das culturas cítricas.</p> <p>2019 - O índice ficou 40,63% abaixo do desejado devido à redução de emissão de GTA e da fiscalização de cargas. Ademais, não foi realizado o inquérito soropidemiológico para Peste Suína Clássica previsto para o ano de 2019 (que foi cancelado pelo próprio Ministério da Agricultura). A redução contínua do quadro de servidores, comumente por afastamentos e licenças, tais situações tem comprometido o cumprimento das metas.</p>													
1480 - CANAL RECUPERADO	KM	11	31/12/2014	QUADRIMESTRAL	15	19,675	15	1,47	15	17,486	5,5	38,5	SDR/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4 / UO 14101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Houve uma demanda superior ao que havia sido planejado, mas ocorreram aquisições de novas máquinas e implementos, possibilitando o atendimento à nova demanda superior.</p> <p>2017 - Devido a pouca disponibilidade de pessoal com atribuição para coordenação de equipes de campo, não foi possível alcançar o índice desejado. O número alcançado é resultado do empenho normal da equipe.</p> <p>2018 - Devido disponibilidade de equipamentos e combustível, e concentração das ações em poucas frentes, houve uma superação do índice desejado de 16,6% no exercício de 2018.</p> <p>2019 - A Seagri recuperou 38,5 km de canais, a superação se deve à quantidade de frente de trabalho operando simultaneamente, que foram três equipes, trabalharam sob orientação geral e técnica da Emater-DF. Outro aspecto a ser considerado é o da disponibilidade de tubos para a execução dos serviços.</p>													
1497 - FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS	UNIDADE	0	31/12/2016	ANUAL	7.500	7.938	7.500	6.668	7.500	4.549	7.800	15.118	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7 / UO 14101 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - Mesmo com o número de servidores e veículos reduzidos, a equipe trabalhou intensamente para realizar as ações de inspeção em quantidade e qualidade necessária para a manutenção da segurança sanitária dos alimentos consumidos pela população do Distrito Federal, superando em 5,84% o índice do indicador.</p> <p>2017 - O intervalo entre as inspeções nos estabelecimentos tem como tendência a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de auto controle nos estabelecimentos registrados, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros. O número alcançado é consequência do comprometimento e capacidade dos servidores, apesar do déficit de veículos e servidores na área de fiscalização.</p> <p>2018 - O índice alcançado ficou 39,3% abaixo do desejado em razão da publicação do Decreto 38.981, de 10/04/18, pois a equipe da DIPOVA esteve empenhada em realizar ações de sensibilização e apresentação da nova legislação aos fiscalizados por meio de seminários e palestras, antes de retomar as inspeções rotineiras.</p> <p>2019 - Os números demonstram ação intensa da inspeção na cadeia agroindustrial do Distrito Federal, realizando a aplicação sistemática das novas normativas que regem o setor. Importante ressaltar a realização de diversos eventos que contribuíram para o fortalecimento da cadeia e o desenvolvimento de ações da inspeção. O resultado alcançado também retrata o esforço dispensado na execução da atividade de fiscalização de veículos trânsito, reestruturação da atividade e realocação de servidores.</p>													
1482 - PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS	PESSOA	1161	30/06/2015	ANUAL	1.550	1.451	1.700	1.321	1.850	1.793	2.000	2.091	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4 / UO 14101 / OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - No Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 980 Agricultores Familiares - AF foram cadastrados. No PAA na modalidade Institucional participaram 111 Agricultores Familiares - AF. No PAA modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares - AF. No Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE participaram 250 Agricultores Familiares - AF. No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF participaram 63 Agricultores Familiares - AF.</p> <p>2017 - Devido à diminuição de recursos disponibilizados pelo MDSA, o atraso ao iniciar as atividades do PAA no segundo semestre de 2017 e falta de recursos das secretarias do DF para contratação no PAPA, não foi possível alcançar o índice desejado. O valor obtido se deve ao empenho normal da equipe.</p> <p>2018 - O índice alcançado ficou abaixo 3% do desejado. A participação alcançada se deu pela adesão aos programas: PAA/TA, PAA/Conab, Pnae e PAPA-DF. O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal - PAPA-DF, não apresentou o resultado esperado no exercício de 2018, o que comprometeu o resultado. Isto foi motivado pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado no período.</p> <p>2019 - O PNAE teve uma grande contribuição para atingir a meta, pois teve um aumento de 30% do recurso financeiro, de 2018 para 2019. Com isso possibilitou a participação de mais agricultores familiares do DF e Ride.</p>													
1481 - PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS	PESSOA	1030	31/12/2014	BIMESTRAL	650	438	650	4.390	650	933	650	436	SAF/SEAGRI / UO 14101 / OE 4 / UO 14101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Foram distribuídos 211 trajetos/caminhões de apara de poda e 672 toneladas de composto orgânico/calciário.</p> <p>2017 - O alcance do índice desejado foi possível por ter sido trabalhado paulatinamente conforme os preceitos legais vigentes, com o avanço controlado de seu cumprimento, avaliando o desempenho das ações e assegurando a prestação de contas, primando sempre pela qualidade do atendimento e serviços prestados.</p> <p>2018 - O índice alcançado foi superior 43,5% do desejado para o exercício de 2018. Na ação foi levado em consideração o tamanho da propriedade e o tipo de empreendimento do produtor. No caso de: Adubo: 188 produtores foram atendidos; cada beneficiário recebeu em média 24m³, ou o equivalente à 2 caminhões; foram entregues 3.490 m³. Sementes: 745 produtores foram atendidos; Cada Agricultor Familiar recebeu em média 2 sacas de sementes (20 kg), mesclado entre semente de milho e feijão.</p> <p>2019 - A Política de fomento para a agricultura familiar não apresentou o resultado esperado no período em virtude de dificuldades na execução dos recursos dos convênios. Tal fator foi motivado também por morosidade nas compras de itens específicos nos processos licitatórios.</p>													

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	10000,0	517033,00	101942,35	101942,35
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS-- DISTRITO FEDERAL	10000,0	517033,00	101942,35	101942,35
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	10000,00	517033,00	101942,35	101942,35

A Seagri visando adequar os normativos e procedimentos para um melhor fruir da regularização foi:

- Prorrogado o prazo para os interessados requererem a regularização para o dia 15 de abril de 2020, com a edição da Lei nº 6.286, de abril de 2019);
- Criada a Central de Regularização (Decreto nº 39.720, de março de 2019), palco de discussão dos temas: alteração da poligonal do Parque Sucupira, em Planaltina; aprovação das minutas dos contratos específicos das áreas urbanas com características rurais, dentre outros; e duas Resoluções que trataram da interpretação do art. 7º da Lei nº 5.803/2017 e do teor da Portaria Conjunta SEAGRI/SEMA nº 09, que estabeleceu diretrizes específicas e condicionantes para elaboração e aprovação do Plano de Utilização da Unidade de Produção-PU, para fins de regularização de ocupações de natureza rural ou ambiental inseridas na Área de Proteção Ambiental das Bacias Gama e Cabeça de Veado - APA-BGCV;
- Criada a Unidade de Apoio à Central de Regularização, Portaria nº 81, de agosto de 2019, que permitiu a análise de 450 processos em três meses de atividade; e
- Editada a Portaria nº 62, de julho de 2019, que estabeleceu procedimentos administrativos simplificados para elaboração, apresentação e análise do Plano de Utilização da Unidade de Produção - PU e do Parecer Técnico; dentre outras ações.

Ações Proativas

Em 2019 foram realizadas 8 visitas às regiões do Distrito Federal, com o deslocamento da equipe desta Subsecretaria a campo, promovendo o atendimento direto ao produtor em sua comunidade, onde são colhidos documentos para abertura de novos processos, assim como para sanear pendências em processos existentes, além de explanação e esclarecimentos sobre o processo de regularização e outras informações pertinentes ao mesmo.

Nesse contexto, foram atendidos mais de 350 produtores, com a abertura de 50 novos processos diretos e 80 indiretos em relação à ação. As ações ocorreram no Núcleo Rural Samambaia, Fazenda Várzeas e Quebrada dos Neres, Núcleo Rural Taquara, em Brazlândia, no PAD-DF, no Gama, Núcleo Rural Tamanduá e em São Sebastião.



Ações fiscalizatórias e de controle social

Superando o número reduzido de servidores na área de regularização e fiscalização fundiária, a equipe de fiscalização da Seagri providenciou a elaboração de 891 relatórios/laudos registrados contra 673 em 2018, aumento de 32,39%.

Da mesma forma, foram analisados 189 planos de utilização pelo Grupo de Trabalho de Análise do Plano de Utilização da Área de Produção - GTPU e 120 processos deliberados no Conselho de Regularização das Áreas Públicas Rurais do Distrito Federal - COREG em 8 reuniões ordinárias.

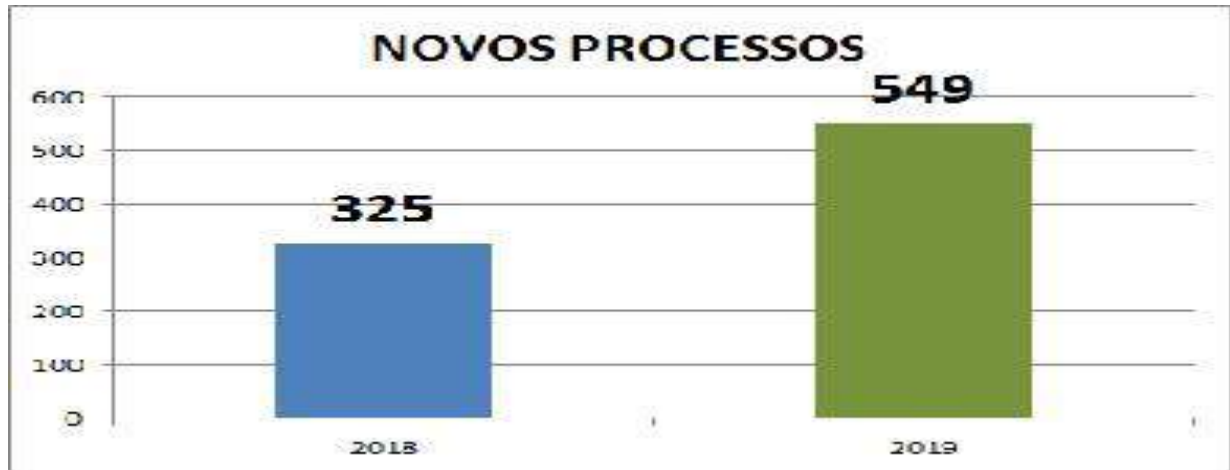
Facilitação do acesso ao crédito rural

Após a instituição da Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - Terracap pela Lei nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, que permitiu a regularização de terras rurais com maior estabilidade jurídica, por meio de contratos de concessão de uso - CDU assim como de concessão de direito real de uso - CDRU, instrumentos hábeis para a obtenção de crédito rural, o acesso aos diversos créditos foram viabilizados, dentre eles o Fundo de Financiamento do Centro-Oeste - FCO,

pelo que, pudemos anotar a emissão de 328 declarações de anuência para constituição de garantia de crédito rural em 2019.

Novos processos de regularização

Com toda a divulgação implementada, obteve-se a abertura de 126 novos processos de regularização de área urbana com características rurais e 423 de regularização de área rural, totalizando 549 novas áreas, um aumento de 68,92% em relação ao ano de 2018, que totalizou 325 novos processos, conforme gráfico a seguir.



Atendimento presencial na Sala do Produtor

Iniciado o controle dos atendimentos na Sala do Produtor no ano de 2018, tivemos a continuidade desse controle no decorrer de 2019, onde anotamos um aumento de 11,9% no quantitativo total de atendimentos, fruto de todo o esforço de divulgação e agilização no andamento dos processos de regularização, que poderá ser comprovado pelo aumento no tipo "Regularização de documentos", evoluindo de 3.179 atendimentos em 2018, para 4.192 em 2019, crescimento de 31,87%, conforme gráfico a seguir.



*Não foram computados os atendimentos realizados por telefone e e-mail.

Contratos firmados

Como resultado final, foram certificados como legítimo ocupante 80 beneficiários e firmados 66 contratos de CDU e 7 de CDRUs, regularizando um total de 8.603,74 hectares.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	10000,0	2350455,00	271178,91	271178,91
5607 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS- SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	10000,0	2350455,00	271178,91	271178,91
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	10000,00	2350455,00	271178,91	271178,91

A Seagri desenvolve parceria em diversas ações relacionadas à promoção do meio ambiente e a sustentabilidade. As ações estão relacionadas à recomposição da vegetação nativa por meio de plantio de mudas de espécies nativas do bioma Cerrado em áreas degradadas, de nascentes e em áreas de preservação permanente de rios e córregos. Dentre os principais Programas, destacam-se os Programas Reflorestar, o Produtor de Águas do Pipiripau e o Programa Produtor de Águas do Descoberto.

Todas as espécies são semeadas e cultivadas no viveiro florestal da Granja Modelo do Ipê, unidade da Seagri, que além de produzir as mudas, conta com equipe formada por engenheiros, biólogos, técnicos e auxiliares, que trabalha no apoio aos produtores rurais na adequação ambiental de seus lotes, orientando-os na recuperação e proteção dos recursos hídricos e conservação do solo.

No ano de 2019 foi disponibilizado um total de 40.141 mudas e uma área de 16 hectares plantada.

Com relação à Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária - DCAA, que é um documento expedido para atividades rurais dispensadas de licenciamento ambiental, regulamentada pela Resolução CONAM Nº 11, de 20 de dezembro de 2017, e da Portaria Conjunta Ibram/Seagri nº 01, de 1º de fevereiro de 2018, é um instrumento de comprovação da viabilidade ambiental da atividade. Este instrumento é utilizado ainda como requisito para obtenção de financiamento de atividades agrícolas, haja vista que uma exigência das instituições financeiras atualmente é que a atividade seja ambientalmente viável. Foram emitidas 125 DCAA's em 2019.

Quanto ao esgoto doméstico na área rural, a falta de tratamento adequado é a principal via de contaminação dos produtos in natura, pois a forma de tratamento de esgoto praticado nas propriedades rurais é o uso de fossas negras.

Destaca-se que esse tipo de fossa, que consiste apenas em um buraco escavado no solo, o efluente não sofre qualquer tipo de tratamento e infiltra no solo até atingir os lençóis freáticos, o que pode contaminar com coliformes fecais a água destinada à irrigação (por consequência os alimentos de origem vegetal) e ao consumo humano e animal (contaminando os alimentos de origem animal), ocasionando doenças como hepatite, cólera, salmonelose, podendo levar à morte.

Diante disso, a Seagri firmou convênio com a Fundação Nacional de Saúde - Funasa para aquisição de 79 conjuntos de fossas sépticas para tratamento do esgoto doméstico em propriedades rurais do Distrito Federal, a fim de beneficiar 79 famílias. Esse tipo de fossa tem como metodologia que trabalha através da ação de bactérias anaeróbias, as quais fazem a decomposição da matéria orgânica oriunda do esgoto doméstico e a filtragem. Esse

sistema possui eficiência de até 80% no tratamento do esgoto doméstico produzido, garantindo dessa forma que o efluente possa ser inserido no meio ambiente.

Além disso, em 2019 a Seagri se fez presente no Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – Consab (importante atividade para que sejam inseridas as metas da área rural no Plano Distrital de Saneamento); Elaborou estratégias prioritárias de saneamento rural do Consab; Coordenou grupo de trabalho de avaliação de eficiência de higienização de hortaliças folhosas; Submeteu projeto para captação de emenda parlamentar de R\$ 1.000.000,00 para esgotamento sanitário rural.

As 79 famílias contempladas pelo convênio entre Seagri e Funasa, localizadas em diversas comunidades rurais do Distrito Federal, foram selecionadas e aguardam a instalação dos conjuntos, prevista para o primeiro semestre do ano de 2020. Além disso, pretende-se captar recursos financeiros para aquisição de mais fossas sépticas.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	200000,0	131135,32	123142,63	123142,63
0019 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	200000,0	131135,32	123142,63	123142,63
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	200000,00	131135,32	123142,63	123142,63

O Programa de Fortalecimento de Ações de Apoio ao Interno e sua Família tem por finalidade assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Seagri, conforme contrato de prestação de serviços nº 004/2018 firmado com a Funap.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	1000000,0	1288460,00	1281842,66	1281842,66
0014 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1288460,00	1281842,66	1281842,66

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1228523,0	1118523,00	686155,42	686155,42
0031 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	1228523,0	1118523,00	686155,42	686155,42
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	2228523,00	2406983,00	1967998,08	1967998,08

Em 2019 a Seagri realizou pagamento de licença-prêmio em pecúnia para 14 servidores aposentados desde 2001 a 2016. A partir do mês de novembro iniciou-se o pagamento das parcelas referentes às licenças convertidas em pecúnia aos servidores aposentados, de acordo com o Artigo 17 do Decreto nº 40.208, de 30 de outubro de 2019.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	30000,0	14261,87	12287,07	12287,07
5301 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	30000,0	14261,87	12287,07	12287,07
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1010000,0	0,0	0	0
9816 - APOIO A REFORMA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS DA GRANJA DO TORTO - DISTRITO FEDERAL.	1000000,0	0,0	0	0
9659 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
4231 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL	10000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-PLANO PILOTO .	10000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	64219398,0	64039398,00	56698877,42	56695713,97
0004 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	64219398,0	64039398,00	56698877,42	56695713,97
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2160788,0	1975788,00	1936081,28	1935597,12
0005 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	2160788,0	1975788,00	1936081,28	1935597,12
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4011550,0	3508167,57	3476750,97	3230997,23
0004 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	4011550,0	3508167,57	3476750,97	3230997,23
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	196800,0	85824,54	85824,54	78509,70
2487 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	196800,0	85824,54	85824,54	78509,70
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	94909,0	63732,15	63732,15	56192,57

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2566 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	94909,0	63732,15	63732,15	56192,57
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	4350,0	4340,0	4340,0
0011 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	4350,0	4340,0	4340,0
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	10000,0	0,0	0	0
9709 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	71753445,00	69691522,13	62277893,43	62013637,66

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2019 a Seagri prestou contas dos Contratos de Repasses nº n ° 833391 e 794371 no valor global de R\$ 1.234.076,66 e R\$ 144.487,00, respectivamente, permanecendo 41 Convênios/Contratos de Repasse em vigência, somando um montante de R\$ 53.742.237,50, conforme quadro seguinte. A coluna de "Rendimento de Aplicação" só apresentará saldo quando da solicitação de uso, feita pelo executor conveniente ao gestor concedente e após a aprovação por este último, passando assim, o valor aprovado, compor o valor global do convênio.

Seq.	Nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
1	851912	Proporcionar as condições necessárias para dar agilidade ao processo de regularização de ocupação das terras públicas rurais e urbanas com características rurais do DF, por meio da aquisição de equipamentos tecnológicos, geotecnológicos e de infraestrutura.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	500.000,00	803,86	0,00	500.803,86

Seq.	Nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
2	771686	Aquisição de patrulha móvel para tratamento de resíduos sólidos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	481.570,19	129.129,81	0,00	610.700,00
3	832958	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários para fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social da Região Rural do Distrito Federal.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.211.089,42	11.950,00	0,00	1.223.039,42
4	795520	Estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE DF através da aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização, aquisição de maquinário e construção	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	4.000.000,00	400.000,00	0,00	4.400.000,00
5	808705	Aquisição de máquinas e equipamentos (patrulha motomecanizada).	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.462.500,00	47.500,00	66.416,00	1.576.416,00
6	835505	Apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o fortalecimento das ações de Defesa Agropecuária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	2.979.740,00	156.887,00	113.484,44	3.250.111,44
7	764040	Promover, no âmbito do Programa Produtor de Água, a recuperação hidroambiental da bacia hidrográfica do Ribeirão Pipiripau com vistas à ampliação da oferta de água e melhoria de sua qualidade.	Agência Nacional de Águas	2.000.000,00	284.580,00	231.251,03	2.515.831,03
8	857294	Promover o acesso à água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, por meio de implementação de tecnologias sociais, destinado às famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, nos termos da Lei nº 12.873/2013.	Ministério do Desenvolvimento Social	495.446,69	5.050,51	0,00	500.497,20

Seq.	Nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
9	862529	Fomentar a transição agroecológica e agroflorestal de propriedades rurais familiares no DF através da inclusão social, produtiva e econômica no meio rural com propostas técnicas que possibilitem o desenvolvimento de sistemas de produção com maior lucratividade e autonomia ao agricultor familiar. Com isso pretende-se harmonizar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção de base agroecológica e agroflorestal, acesso aos insumos, ampliar a oferta de alimentos saudáveis aos consumidores.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	599.999,44	2.128,95	0,00	602.128,39
10	795760	Construção e implantação de Centro de Capacitação de Assentados.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	3.000.000,00	1.022.100,00	0,00	4.022.100,00
11	853923	Aquisição de Kits de Irrigação à Baixa Pressão para Fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social de Agricultores Familiares oriundos da Reforma Agrária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.258.425,31	1.259,69	0,00	1.259.685,00
12	862554	Elaborar o diagnóstico ambiental de áreas degradadas localizadas na região da Serrinha do Paranoá, bem como promover ações de educação e de reflorestamento.	Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR	442.563,00	701,00	0,00	443.264,00
13	842619	Implantação de melhorias sanitárias domiciliares em comunidades rurais do Distrito Federal	Fundação Nacional de Saúde	500.000,00	500,50	0,00	500.500,50
14	846833	Aquisição de equipamentos e materiais diversos	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	967.281,68	968,25	0,00	968.249,93
15	847506	Aquisição de Tratores Agrícolas	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	292.500,00	61.500,00	0,00	354.000,00
16	844135	Aquisição de patrulhas agrícolas	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	146.250,00	146,40	0,00	146.396,40
17	846812	Aquisição de tubos para condução de água para irrigação	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	500.000,00	4.000,00	0,00	504.000,00

Seq.	Nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
18	862523	Realizar a recuperação ambiental de Áreas de Preservação Permanente, nascentes, na região da bacia hidrográfica do Alto Descoberto	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	100.000,00	100,10	0,00	100.100,10
19	851231	Materiais e Insumos para revitalização de Centro de Referência em Agroecologia	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	196.888,92	197,09	0,00	197.086,01
20	16276	Implantação do plano de revitalização da bacia hidrográfica do alto Rio Descoberto.	Fundação do Banco do Brasil	899.523,25	192.178,56	0,00	1.091.701,81
21	835680	Fomento à produção de base agroecológica e agroflorestal no DF e entorno.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	421.800,00	423,00	0,00	422.223,00
22	841544	Aquisição máquina e implementos agrícolas.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	292.500,00	4.517,89	0,00	297.017,89
23	839394	Construção de Centro de Comercialização e Capacitação.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.600.000,00	1.601,60	0,00	1.601.601,60
24	839454	Implantação de sistemas de abastecimento de água nos assentamentos rurais no Distrito Federal e RIDE.	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agraria - INCRA	4.409.990,34	4.414,41	0,00	4.414.404,75
25	839226	Aquisição de equipamentos e Kits de Irrigação localizada por gotejamento	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	2.000.000,00	2.002,00	0,00	2.002.002,00
26	835494	Implantar unidade demonstrativa multidisciplinar em agropecuária.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	100.000,00	1.500,00	0,00	101.500,00
27	837678	Implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Distrito Federal e RIDE.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	2.966.154,28	329.572,70	0,00	3.295.726,98
28	840951	Apoiar a estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF através da aquisição de patrulhas agrícolas.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.000.000,00	39.049,00	0,00	1.039.049,00
29	870936	Aquisição de Maquinas e Equipamentos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	577.299,41	12.700,59	0,00	590.000,00
30	871767	Propiciar instalações adequadas ao recebimento dos produtos comercializados e o bom atendimento à clientela da Feira do Lago Norte.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	258.590,59	258,85	0,00	258.849,44

Seq.	Nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
31	872166	Aquisição de Patrulha Agrícola.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.895.515,72	1.897,41	0,00	1.897.413,13
32	880883	Aquisição de bens e equipamentos para infraestrutura comunidades rurais.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.629.643,29	1.631,27	0,00	1.631.274,56
33	880885	Dotar a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF de condições mínimas para ampliar sua atuação no sistema produtivo da agricultura do Distrito Federal, por meio da aquisição de caminhões pipa e veículo automóvel de apoio, que serão utilizados na conservação e manutenção de estradas rurais de acesso aos produtores rurais do DF.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	905.493,60	906,40	0,00	906.400,00
34	880886	Dotar a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF de condições mínimas para ampliar sua atuação no sistema produtivo da agricultura familiar do Distrito Federal, por meio da aquisição de máquinas de terraplenagem, caminhão pipa, implementos de solo e veículo automóvel de apoio, que serão utilizados na conservação e manutenção de estradas rurais de acesso aos produtores rurais assentados.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.948.428,29	1.961,71	0,00	1.950.390,00
35	882080	Aquisição de equipamentos para fomento da infraestrutura e desenvolvimento econômico e social da região rural do Distrito Federal.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	2.930.746,56	3.487,00	0,00	2.934.233,56
36	880586	Aquisição e disponibilização de mudas e insumos para a agricultura familiar do Distrito Federal.	SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	200.000,00	207,94	0,00	200.207,94
37	885998	Aquisição de máquinas e equipamentos para promover o desenvolvimento da Agricultura Familiar e agricultura orgânica por meio de fomento à infraestrutura logística de produção.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	450.000,00	450,45	0,00	450.450,45

Seq.	Nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Rendimento de aplicação	Total dos Recursos
38	890840	Desenvolver e diversificar de forma sustentável a produção aquícola no Distrito Federal e Entorno por meio da reforma e implantação de novas instalações aquícolas na Granja Modelo do Ipê.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	2.269.527,86	4.386,95	0,00	2.273.914,81
39	890146	Estruturar o Viveiro Florestal da Granja do Ipê para proporcionar o aumento da oferta de mudas nativas do bioma Cerrado, bem como melhorar as condições de produção das mudas e vistorias técnicas para elaboração de diagnósticos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	810.308,30	1.509,63	0,00	811.817,93
40	894571	Kits de Fomento a Sistemas agroflorestais	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	200.000,00	200,20	0,00	200.200,20
41	890184	Desenvolver e diversificar de forma sustentável a produção aquícola no Distrito Federal e Entorno por meio da reforma e implantação de novas instalações aquícolas na Granja Modelo do Ipê.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.695.163,84	1.785,33	0,00	1.696.949,17
TOTAL				50.594.939,98	2.736.146,05	411.151,47	53.742.237,50

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O SISTEMA PÚBLICO DA AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL é constituído pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI, cuja estrutura contempla cinco Subsecretarias, e suas empresas vinculadas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, com o papel da transferência de conhecimento e de tecnologias, e as Centrais de Abastecimento de Brasília – CEASA, que contribui para a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal.



Sistema Público de Agricultura do Distrito Federal.

O foco de trabalho do Sistema Público da Agricultura do Distrito Federal é a geração de renda no campo, como estratégia de favorecer a permanência ativa e sustentável das

famílias no espaço rural. Assim, podemos destacar, de forma objetiva, os principais alcances no ano de 2019 e as perspectivas para 2020.

Na Área de Defesa Agropecuária

Alguns indicadores como fiscalização de trânsito, fiscalização em propriedades rurais, vigilâncias ativas, manutenção e evolução do sistema eletrônico de Defesa Agropecuária, podem ser ampliados, intensificados, reestruturados e melhorados mediante a melhora na disponibilização de recursos tecnológicos e de pessoal técnico capacitado. Embora a meta geral não tenha sido alcançada, consideramos que as ações da Defesa Sanitária Animal continuam a atender seus objetivos principais de garantir a sanidade dos rebanhos e orientar da melhor forma possível os produtores rurais do Distrito Federal.

Cabe ressaltar que a situação atual do quadro de servidores levou a gestão a reavaliar a distribuição de pessoal e optar pela fusão das cinco Bases Operacionais em dois Núcleos Operacionais. Fisicamente ainda não houve a junção das equipes, devido à busca de local que atenda às necessidades dos servidores e permita bom atendimento ao público, no entanto uma das unidades já se encontra com horário reduzido para atendimento.

Destaca-se ainda a permanência da dificuldade das bases operacionais para realizar atendimento de forma plena, rápida e eficiente ao público externo em virtude do deficiente sistema de fornecimento de internet nesses locais. Soma-se a isso o lento aprimoramento no que diz respeito ao aspecto tecnológico, cuja dificuldade no desenvolvimento de softwares, aquisição de licenças e renovação de equipamentos é fator de sobrecarga e desmotivação para o já reduzido quadro de pessoal.

O Sidagro, no tocante à emissão de Permissão para Trânsito de Vegetais (PTVs), vai ser reestruturado em 2020 para apresentar algumas novas funcionalidades que estão em fase de avaliação, como a emissão de PTVs pelo interessado com a chancela do estado, semelhante à GTA, visando-se desburocratizar o sistema e otimizar a equipe reduzida.

O fortalecimento de parcerias com outras instituições vem se tornando vital nas ações de Defesa Agropecuária devendo ser continuada e ampliada. A parceria com a EMBRAPA tem viabilizado tratativas e desenvolvimento de projetos, além de parcerias de capacitação e treinamento de servidores, bem como apresentação de palestras voltadas aos alunos das instituições de ensino superior participantes do Encontro Acadêmico de Defesa Agropecuária. Encontra-se em trâmite dois projetos a serem desenvolvidos em 2020: o projeto Drosophila voltado para a detecção *Drosophila suzukii*, praga de importância econômica para a cultura de morango no âmbito do Distrito Federal e o projeto Suporte Técnico-Científico à Defesa e Vigilância Fitossanitária no Distrito Federal e entorno: detecção e diagnose de pragas de expressão quarentenária e econômica. Um Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições está em fase de elaboração, com vistas ao fortalecimento e formalização das ações conjuntas já desenvolvidas e que resulta em uma maior qualificação de nossos servidores.

Por fim, objetivamos para 2020 a intensificação da fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e do trânsito de vegetais. Para tal, é necessária envidar esforços na aprovação do projeto de lei que atualiza a norma distrital vigente que carece de regulamentação e que traz embaraço para alguns aspectos peculiares ao Distrito Federal não previstos na legislação federal. O objetivo é que se termine e atualize a legislação que ainda está pendente de modernização, consolidar os eventos técnicos realizados, promover a desburocratização de serviços, e contratar novos servidores para fiscalização.

Na Área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural

O maior obstáculo encontrado na implantação dos Polos Agroindustriais do PAD-DF e do Rio Preto tem sido o Licenciamento Ambiental, principalmente devido à exigência de projetos e

levantamentos para os quais o quadro técnico da Seagri não está devidamente capacitado, como nos casos de projetos viários e de inventário florestal. Para suprir tais deficiências, a Secretaria precisou recorrer a entidades parceiras do Governo do Distrito Federal. Além da superação desses gargalos, a Seagri precisará lidar com a desocupação da área do Polo do PAD-DF, de assentamento irregular já consolidado, na Área 1, e por parcelamentos clandestinos, na Área 2.

Já a implantação do Serviço Social Autônomo Parque Granja do Torto tem ocorrido de acordo com o cronograma das etapas de trabalho. Relatórios mensais têm apontado para o cumprimento de todas as metas previstas.

O serviço de revitalização de canais trata-se de ação cuja participação da comunidade que receberá o atendimento é fundamental para o bom desempenho. De maneira geral essa dinamização é feita pela Emater, porém depende muito do grau de mobilização da comunidade. Um aspecto a ser considerado é o da quantidade de frentes de trabalho operando simultaneamente, que em 2019 chegou a três equipes, que trabalharam sob orientação geral e técnica da Emater.

Em relação ao Programa de Boas Práticas do Distrito Federal - Brasília Qualidade no Campo, a propriedade rural ao atingir o mínimo de 70% dos itens de adequação, de acordo com o Anexo IV da Portaria nº 35, de 12 de maio de 2016 (publicada no Diário Oficial do DF em 06 de julho de 2016), passa por Auditoria de avaliação de conformidade realizada pelo Grupo Gestor do Programa. Caso seja comprovado o cumprimento de no mínimo 70% dos itens previstos, observado o cumprimento dos itens obrigatórios (constantes no anexo supracitado), o estabelecimento rural recebe o Certificado no Programa, expedido pela Seagri. O principal entrave é que o programa é por adesão voluntária, dependendo diretamente da vontade do produtor rural. Além disso, destaca-se que a unidade responsável pela execução do Programa é composta por apenas uma pessoa, inviabilizando a celeridade das auditorias.

A reprodução de alevinos está diretamente relacionada às condições físicas e de recurso humano disponíveis na Granja Modelo do Ipê, posto que a atividade demanda de mão de obra e instalações com tecnologia para melhorar o sistema de reprodução dos alevinos. A estrutura atual é bastante antiquada, o que influencia na menor produtividade da reprodução dos alevinos.

Com relação às perspectivas para 2020 na área de desenvolvimento rural, pretende-se:

Realizar a licitação do Polo do PAD-DF no primeiro semestre e o Polo do Rio Preto no segundo semestre;

Que o Instituto assine contrato com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, ainda no primeiro semestre, a fim de que seja implantado um centro de capacitação;

Publicar a Lei que dispõe sobre a criação da política de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal, certificar os primeiros produtores da pedra da CEASA; publicar Lei Federal que dispõe sobre critérios mínimos de Boas Práticas Agropecuárias no Brasil;

Celebrar convênio com o Ministério da Agricultura, a fim de criação do Centro de Referência em aquicultura; aumentar em 20% a produção de alevinos; aumentar em 10 % os cursos de capacitação; captar recurso financeiro para execução de projetos; e

Celebrar convênio com o Ministério da Agricultura, a fim de estruturar o viveiro de mudas florestais da Granja do Ipê; aumentar em 20% a produção de mudas; aumentar em 10 % os produtores atendidos; captar recurso financeiro para execução de projetos.

Na Área de Política Sociais Rurais, Abastecimento e Comercialização

No tocante às distribuições de insumos foi possível identificar que a meta não foi atendida em virtude de dificuldades com a logística/transporte, além disso, não foi concluído o Edital de seleção do Assentamento 10 de junho, reduzindo assim o número de famílias sem área para produzir.

Para o ano de 2019, a Seagri estimou assentar 78 famílias e continuar a fomentar aproximadamente 300 unidades agrícolas, porém devidos aos entraves burocráticos de licenças ambientais a criação dos dois assentamentos previstos: Pinheiral e Fascinação não foram finalizados.

Na Área de Regularização e Fiscalização Fundiária

As principais dificuldades encontradas no exercício de 2019 nas ações de regularização e fiscalização foram:

Dificuldade decorrente da falta de procedimentos que envolvam todas as fases da regularização;

Baixo número de servidores lotados; e

Elevado número de processos.

Para o ano de 2020 as perspectivas são:

Elaboração dos procedimentos relacionados à regularização;

Apresentação de propostas de alteração de normas (legais e infralegais) buscando efetivar a regularização;

Aumentar o número de servidores; e

Alcançar a regularização de 40% das áreas públicas rurais.

14202 - CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - CEASA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa-DF) é uma sociedade de economia mista integrante do complexo administrativo do GDF que tem como objetivo incrementar a produtividade no setor de distribuição de produtos hortigranjeiros, empregando novas tecnologias nos processos de reunião, manipulação, comercialização e comunicação, beneficiando produtores, distribuidores e consumidores.

A CEASA-DF foi constituída nos termos da Lei nº 5.691, de 10 de agosto de 1971, criada em 11 de outubro de 1972 e modificada pela Lei nº 6.208, de 26 de maio de 1975. Entidade vinculada ao Governo do Distrito Federal foi implantada seguindo as normas do Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento - GEMAR.

A CEASA-DF tem por missão atuar como centro polarizador e coordenador do abastecimento alimentar, proporcionando transparência ao mercado e promovendo a segurança alimentar e nutricional no Distrito Federal e Entorno.

MISSÃO

Promover a política de abastecimento, visando garantir a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal e Entorno, de forma inclusiva, transparente e com excelência operacional.”

VISÃO

Ser reconhecida nacionalmente como instituição pública forte e sustentável, referência na execução da política de abastecimento.”

A visão da instituição é ser reconhecida como empresa de referência nacional de abastecimento, promotora de segurança alimentar e nutricional, garantindo a qualidade e abrangência na distribuição de alimentos no Distrito Federal e Entorno.

Após 46 anos de existência, a CEASA-DF consolida seu modelo de gestão com êxito e inicia um processo de abertura de novas formas de trabalho. Os pilares em que está apoiada demonstram solidez e com base nessa estrutura a empresa pretende avançar, de forma gradual, porém contínua, rumo ao que se pode denominar de modelo de organização autossustentável no cenário econômico nacional.

Muitos desafios foram enfrentados neste longo caminho em que a empresa vem melhorando, consideravelmente, a qualidade da sua gestão interna, a relação com os permissionários, produtores e varejistas, a relação com o mercado e com a sociedade em geral.

OBJETIVOS

A empresa canaliza seus esforços para atingir os seguintes objetivos:

- i) Reduzir os custos de comercialização em nível de atacado;

- ii) Melhorar as condições de abastecimento, propiciando melhor concorrência e a formação de preços mais justos;
- iii) Elevar o nível de renda dos produtores agrícolas;
- iv) Criar facilidades de comercialização para os produtores;
- v) Manter um programa confiável de informação de mercado agrícola;
- vi) Interagir com o Ministério da Agricultura na instituição de normas para classificação de padronização de produtos hortifrutigranjeiros;
- vii) Formar um banco de dados que permita aos produtores elaborar o planejamento da produção e comercialização de hortifrutigranjeiros;
- viii) Ofertar infraestrutura física ao produtor rural para o escoamento da produção agrícola do Distrito Federal e RIDE por meio da comercialização no Pavilhão B-8 (Pedra);
- ix) Ofertar infraestrutura física aos comerciantes atacadistas usuários do setor permanente, fomentando a aquisição de produtos produzidos na região e em outros estados da federação, bem como a importação de frutas e hortaliças de outros países;
- x) Promover, dentro do Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional-PDSAN, as políticas sociais de abastecimento, por meio do Banco de Alimentos, que atua nos programas de compras institucionais: Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal-PAPA-DF, além do Programa Desperdício Zero-PDZ, do Programa de Doação de Simultânea-PDS e do Programa de Alimentação Escolar-PAE.

INSTALAÇÕES:

Com uma infraestrutura adequada para a comercialização de gêneros alimentícios, produtos e insumos agropecuários, bem como outros produtos e serviços de apoio ao abastecimento, a Ceasa-DF conta com uma área de 285.119,05 m² e está localizada no Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA) Trecho 10, lote 5, Brasília-DF. A área está dividida em:

08 (oito) pavilhões permanentes com 278 boxes destinados a empresas estabelecidas, com permissão de uso, para comercialização atacadista de produtos hortigranjeiros;

01 (um) Mercado Livre do Produtor (Pedra) destinado a produtores agrícolas para a comercialização em atacado da produção local;

01 (um) pavilhão permanente destinado à comercialização de insumos agropecuários;

01 (um) pavilhão permanente destinado à sede administrativa e serviços de apoio (banco, farmácia, casa lotérica, etc);

01 (um) complexo frigorífico com capacidade de armazenamento para 7.000 toneladas de produtos (arrendado à Friozem);

01 (uma) balança rodoviária com capacidade para pesagem de 62.000 kg;

01 (um) Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar (CCC);

01 (um) mercado destinado à comercialização em varejo de produtos orgânicos (Mercado Orgânico);

01 (um) espaço destinado ao comércio de flores e orquídeas (Central Flores);

- 01 (um) pavilhão sob concessão (Espaço Multi Feira);

POLÍTICA DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS:

- Promover o abastecimento e a segurança alimentar e nutricional: Desenvolver projetos e ações com o objetivo de garantir a comercialização de alimentos em quantidade suficiente, de boa qualidade e preços adequados de forma a suprir a demanda existente pela sociedade do Distrito Federal.
- Assegurar que o Regulamento de Mercado seja cumprido: Regulamentar e fiscalizar as ações que visam a harmonizar a dinâmica de funcionamento da CEASA-DF.
- Promover e executar políticas sociais de abastecimento: Trabalhar com o objetivo de garantir a disponibilidade de produtos da agricultura em quantidade suficiente, boa qualidade e preços adequados de forma a suprir a demanda existente, assim como atuar no fomento da educação alimentar na sociedade.
- Promover a inclusão produtiva por meio da comercialização: Fomentar o empreendedorismo no comércio de produtos da agricultura, sempre com foco na oportunidade de inclusão social, igualdade de oportunidades e de condições.
- Ser referência em informações sobre o mercado atacadista de produtos da agricultura: Ser reconhecido pelo governo e pela sociedade como uma instituição que disponibiliza informações confiáveis e de qualidade sobre mercado de produtos da agricultura.
- Ampliar espaço e assegurar excelência e equidade nas condições de comercialização: Construir, adaptar e aprimorar os espaços de comercialização destinando aos interessados, de forma transparente, fazendo-se cumprir o Regulamento de Mercado, discutido e implantado.
- Propor e executar políticas públicas de abastecimento: Criar e auxiliar na criação e aprimoramento de políticas públicas para o abastecimento e assistir na comunicação e execução das mesmas.
- Promover as Boas Práticas de Comercialização: Elaborar Manual de Boas Práticas de Comercialização, considerando todos os aspectos relacionados à manipulação e movimentação dos produtos, por meio, inclusive, de parcerias com instituições públicas e privadas, de âmbito nacional, capacitando os permissionários, com vistas à segurança dos alimentos.
- Ter processos de gestão otimizados e orientados a resultados: Buscar a constante melhoria dos processos de trabalho da CEASA-DF, alinhando os mesmos ao alcance de seus objetivos estratégicos. Fazer o fluxograma dos procedimentos e manuais por área.
- Desenvolver as competências dos colaboradores: Implantar o processo de gestão por competências, estimulando e aprimorando o sistema de capacitação e formação do corpo funcional.
- Aprimorar a comunicação interna: Melhorar a qualidade da comunicação interna entre a instituição e seus funcionários, entre os líderes e seus subordinados e entre os próprios funcionários.
- Desenvolver lideranças e promover o comprometimento com os objetivos da instituição: Desenvolver as competências gerenciais dos servidores da instituição, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento de novas lideranças e incentivar os funcionários a adotar os objetivos organizacionais como seus próprios objetivos (motivação e comprometimento).
- Ampliar e fortalecer as parcerias interinstitucionais: Buscar a ampliação e melhoria das parcerias interinstitucionais, públicas e privadas, visando ao alcance da estratégia definida, com fortalecimento dos relacionamentos e garantia de benefício mútuo, otimização dos recursos públicos e maior abrangência na atuação.
- Aprimorar a estrutura organizacional: Alinhar a estrutura organizacional da CEASA-DF às novas necessidades criadas pela estratégia.
- Fortalecer a imagem institucional: Promover as ações e o nome da instituição junto à sociedade, por meio da divulgação de seu trabalho e dos impactos gerados.

- Proporcionar ambiente de trabalho motivador: Promover clima institucional motivador, assegurar a qualidade da infraestrutura e valorizar o empregado, por meio de sua carreira e de uma gestão de recursos humanos voltados a sua formação e especializa.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	18	7	5	1	31
Comissionados sem vínculo efetivo	0	2	24	0	26
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	1	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	16	4	20
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	4	1	5
Terceirizados (FUNAP)	0	0	14	14	28
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	18	9	64	20	111
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	1	1	2
Total Geral	18	9	64	19	109

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	3170000,0	0	3170000,0	3170000,0
7903 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	3170000,0	0	3170000,0	3170000,0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	2200000,0	0	2200000,0	2200000,0
0001 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	2200000,0	0	2200000,0	2200000,0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	400000,0	0	400000,0	142690,0

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9563 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	400000,0	0	400000,0	142690,0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	80000,0	0	80000,0	40150,0
0005 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-CEASA-DISTRITO FEDERAL	80000,0	0	80000,0	40150,0
4090 - APOIO A EVENTOS	300000,0	0	300000,0	95580,0
0036 - APOIO A EVENTOS-AGROPECUÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	300000,0	0	300000,0	95580,0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	6150000,00	0,00	6150000,00	5648420,00

1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PRÓPRIOS - Quanto a construção de prédios próprios da CEASA-DF, no caso os três novos pavilhões (B-10 A, B-13 e B-15) que contaram ao todo com vinte e três boxes com metragens diversas partindo de 233m² e 288 m², no exercício de 2019 as obras avançaram e o Pavilhão denominado B-10-A foi concluído em 05/12/2019. Os Pavilhões B-13 e B-15 chegaram ao final de 2019 com 95% e 65% das obras realizadas respectivamente. Vale lembrar que nesta obra, os novos pavilhões contam com a criação de nova infraestrutura de apoio como sanitários de uso coletivo, sistema de água e esgoto, subestação elétrica, e criação e asfaltamento de novas vias dentro da CEASA-DF.

3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS - No que tange à reforma das estruturas físicas da empresa, para além de ações de manutenção preventiva e corretiva, citamos como as principais reformas ocorridas a adaptação de local para instalação do serviço de Bombeiro Civil, conhecido como Brigada, reforma do espaço do Mercado do Peixe de Brasília, que permitiu a reabertura do local, e extensão de cobertura no pavilhão da agricultura familiar, melhorando o conforto do público frequentador.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1485 - AGRICULTORES COM ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CEASA-DF	UNIDADE	460	31/05/2015	ANUAL	506	392	552	564	607	586	667	685	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4 / UO 14202 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Conforme informações mais recentes do setor de estatística da CEASA/DF foram atendimentos 392 agricultores com espaço para comercialização na CEASA/DF, os espaços destinados ao agricultor foram ampliados e melhorados. 2017 - Foi atendida a expectativa de agricultores com espaço para comercialização graças à expansão da abertura das atividades na pedra para todos os dias da semana. 2018 - 2018 - Durante o ano de 2018 a CEASA realizou a verificação in loco de todos os agricultores, durante essa verificação foram realizados recadastramentos a fim de manter atualizados os dados e o atendimento dos pré requisitos de ocupação dos espaços, alguns agricultores não possuíam a documentação e foram retirados dos espaços até a apresentação dos documentos. 2019 - A CEASA promoveu o recadastramento dos agricultores e fez o mapeamento dos espaços ociosos dentro do Mercado Livre do Produtor resultando em mais espaços de comercialização dentro da Feira.</p>													
1487 - ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COM INCENTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO	UNIDADE	38	31/05/2015	ANUAL	48	35	50	38	53	38	55	36	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4 / UO 14202 / OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - A meta de 48 organizações não foi atingida oficialmente, porém já temos no espaço do Mercado de Agricultura Familiar 35 organizações cadastradas e mais 60 agricultores familiares desvinculados de organizações. Esses agricultores estão utilizando a área sem cadastro, por estarem no prazo regimental. O regulamento do Mercado prevê que esses produtores possam utilizar a área enquanto providenciam a regularização da organização, estabelecendo, para isso, o prazo de doze meses. Assim sendo, a expectativa 2017 - São 38 organizações, porém o espaço disponível da agricultura familiar está sendo preenchido em sua totalidade, pois algumas organizações possuem mais de um espaço. 2018 - 2018 - 38 associações estão cadastradas e possuem autorização de uso precária dos espaços, os espaços estão sendo ocupados em sua totalidade, porém algumas associações estão com mais de um espaço. 2019 - 2019 - Com a exigência de documentação que comprovasse a produção agrícola e a documentação de aptidão do produtor familiar algumas Associações não apresentaram a documentação exigida, e foram retiradas da CEASA, aumentou-se o número de espaços que hoje somam 62 unidades mas diminuíram o número de associações que comprovassem fazer parte da Agricultura Familiar.</p>													
1488 - PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR BENEFICIADAS ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELO BANCO DE ALIMENTOS	UNIDADE	41.300	31/01/2015	ANUAL	45.000	35754	32.000	32.528	32.500	32091	33.000	34198	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4 / UO 14202 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Conforme informações do Banco de Alimentos da CEASA/DF a adequação à resolução nº 72 do MDS suspendeu o atendimento a diversas entidades por não estarem adequadas as obrigações da resolução. 2017 - A CEASA/DF tem capacidade de atender ainda mais instituições do que está atendendo hoje. O número de instituições atendidas hoje está limitado devido ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal ter reduzido drasticamente o volume comprado, o que, mesmo com o aumento do volume recebido pelo Programa Desperdício Zero, não conseguiu ser superado. 2018 - 2018 - O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem relevante representatividade no quantitativo de alimentos distribuídos pelo Banco de Alimentos de Brasília, contudo, observa-se que do ano de 2015 até os dias de hoje, ocorreu uma redução significativa deste volume de alimentos movimentado. Tal redução se explica pelo montante do recurso repassado ao Governo do Distrito Federal pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, uma realidade que tende a perdurar nos próximos anos. 2019 - 2019 - O Banco de Alimentos de Brasília atingiu um valor histórico com relação ao volume de alimentos captados e devidamente distribuídos. Considerando os 4 Programas existentes, (Programa Desperdício Zero - PDZ, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Doação Solidária - PDS e o Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura PAPA), foram distribuídos 1.013.492,10 quilos de alimentos, beneficiando assim 140 entidades cadastradas, totalizando um público de 34.198 pessoas.</p>													
1489 - RESULTADO FINANCEIRO OPERACIONAL LÍQUIDO	%	0,34	31/05/2015	ANUAL	2	3	5	4,5	7,5	5,4	10	34,03	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4 / UO 14202 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Com a realização de programa de desligamento voluntário incentivado e a diminuição da inadimplência média mensal, a CEASA/DF conseguiu aumentar o percentual de seu resultado operacional líquido em 2016. 2017 - Houve perdas importantes de receita no ano de 2017, dentre eles a receita do Makro e o Posto de Gasolina que não permitiram que o índice fosse alcançado este ano. 2018 - 2018 - Durante o ano de 2018 não houve recomposição dos valores de receitas perdidas em 2017, culminando em um resultado menor do que o esperado. 2019 - 2019 - Com o incremento das Receitas da CEASA a margem líquida vem aumentando consideravelmente, o resultado reflete a preocupação da gestão em conseguir recursos para subsidiar suas operações.</p>													
1486 - ÁREA (BOX) DISPONÍVEIS PARA EMPRESAS ATACADISTAS COM PERMISSÃO DE USO	UNIDADE	233	31/01/2015	ANUAL	245	226	256	245	256	278	256	281	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4 / UO 14202 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Conforme informações recentes da Diretoria Operacional da CEASA/DF são disponibilizados 226 boxes para usuários na CEASA/DF. Em 2016, houve a retomada de alguns boxes por motivo de inadimplência através de processo judicial. 2017 - A CEASA/DF está em processo de licitação para ampliação dos novos pavilhões para atender ainda mais boxes para empresas atacadistas. 2018 - O número de espaços disponíveis foi atendido através do plano de negócios da CEASA, implantado em 2017, desde então a CEASA disponibilizou mais espaços para os permissionários. 2019 - Com a ampliação dos espaços de comercialização a CEASA vem aumentando as unidades para assim aumentar suas receitas operacionais, no ano de 2019 foram reformadas unidades para serem disponibilizados mais boxes de comercialização.</p>													

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	350000,0	0	350000,0	350000,0
8403 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	350000,0	0	350000,0	350000,0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	350000,00	0,00	350000,00	350000,00

A CEASA/DF mantém o Contrato de Prestação de Serviços junto à FUNAP/DF, no qual 30 (trinta) reeducandos possuem a oportunidade de aprender e desenvolver um ofício, nos mais diferentes setores da empresa, tais como: portaria, mercado, copa, banco de alimentos e até mesmo no gabinete da presidência. Desta forma, através do convívio social em conjunto com uma fonte de renda, os referidos trabalhadores têm a oportunidade de serem devidamente reintegrados à sociedade.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9040 - IMPOSTOS SOBRE O LUCRO REAL	2000000,0	0	2000000,0	2000000,0
0001 - IMPOSTOS SOBRE O LUCRO REAL-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	0	2000000,0	2000000,0
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	80000,0	0	80000,0	74719,23
6186 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DISTRITO FEDERAL	80000,0	0	80000,0	74719,23
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400000,0	0	400000,0	177217,90
6972 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO-DISTRITO FEDERAL	400000,0	0	400000,0	177217,90
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	2480000,00	0,00	2480000,00	2251937,13

9040 - IMPOSTOS SOBRE O LUCRO REAL - No Brasil, de acordo com o Decreto 9.580/18 - RIR/18 (Regulamento do Imposto de Renda), existem os seguintes regimes de tributação para apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica: Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Lucro Real. As entidades imunes e isentas não se sujeitam a qualquer um desses regimes. Por ser uma entidade da administração pública indireta, a CEASA/DF é obrigada a adotar o regime de tributação pelo Lucro Real. Dentre as opções de apuração do lucro real, tem-se a trimestral e a mensal. Considerando-se as perspectivas de receitas e despesas para o exercício de 2019, a CEASA/DF optou pela apuração com base na estimativa mensal.

9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS: as execuções de sentenças judiciais são cumpridas em suas integralidades, visto que o não cumprimento do que lhe foi imposto, poderia ocasionar danos de difíceis reparação à CEASA/DF.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3000000,0	0	3000000,0	40937,50
0014 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	0	3000000,0	40937,50
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	200000,0	0	200000,0	90086,18

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5212 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	200000,0	0	200000,0	90086,18
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	16500000,0	0	16500000,0	13493418,81
6978 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	16500000,0	0	16500000,0	13493418,81
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	230000,0	0	230000,0	230000,0
8755 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL - CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	230000,0	0	230000,0	230000,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	11000000,0	0	11000000,0	9583353,14
6985 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	11000000,0	0	11000000,0	9583353,14
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2000000,0	0	2000000,0	683618,14
6978 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	2000000,0	0	2000000,0	683618,14
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100000,0	0	100000,0	53127,60
0013 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	100000,0	0	100000,0	53127,60
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	33030000,00	0,00	33030000,00	24174541,37

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - Foi realizada a compra de novos computadores Desktop buscando atender a demanda por computadores modernos e com melhor capacidade de processamento dos diversos setores, tornando assim possível um melhor e mais ágil atendimento com eficiência na área fim com a finalidade de otimizar o atendimento tanto do produtor quanto dos demais frequentadores desta Ceasa. Foram obtidos ainda ativos de rede como switches e câmeras de monitoramento com a finalidade de fazer uma melhor e mais eficaz prevenção e segurança de ativos, bem como otimizar a vigilância de bens e pessoas dentro das instalações da Ceasa.

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - Foi adquirido um sistema de informação integrado (ERP) capaz de integrar as diversas áreas desta Ceasa, tendo como finalidade integrar e gerenciar adequadamente às cadeias relacionadas à aquisição de bens e serviços, bem como os serviços de faturamento, pagamento e contabilização de impostos, e o setor de recursos humanos e suas complexidades e demandas, essa aquisição tornou possível fazer um melhor rastreamento e melhoria de processos bem como uma melhor gestão de *compliance* e uma auditoria confiável dos dados constantes dos programas desenvolvidos.

8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - A CEASA/DF tem como objetivo incrementar a produtividade no setor de distribuição de produtos hortigranjeiros, empregando novas tecnologias nos processos de reunião, manipulação, comercialização e comunicação, beneficiando produtores, distribuidores e consumidores. A missão da CEASA/DF busca exprimir o seu propósito externalizando a razão de sua existência. A Visão tem por enunciado gerar convergência e fornecer um ideal para o direcionamento dos resultados e seus esforços organizacionais. Para tanto, e por se tratar de uma empresa de economia mista, procurando promover ações que busquem sua autonomia financeira, a CEASA/DF necessita de serviços de publicidade e propaganda para divulgar os serviços prestados e fortalecer a sua marca junto à sociedade. Dentre as campanhas realizadas em 2019 destacam-se: Promoção e divulgação da marca junto a eventos como: AgroBrasília, 21ª Semana do Pimentão, 23ª Festa do Morango de Brasília, 7º Fest Flor Brasil, Festa da Goiaba e Eixão Agro, entre outros eventos relevantes à empresa.

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - A CEASA/DF manteve o pagamento de pessoal em dia e realizou as seguintes ações durante o exercício de 2019:

Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020 - foi firmado o ACT 2018/2020 no início da nova Gestão, pois, embora houvessem novas reivindicações relacionadas as perdas salariais referente ao período de 2015 a 2019, com a mudança de Gestão Governamental, a Diretoria decidiu firmar um Termo que assegurassem os direitos e benefícios adquiridos, sem impactos financeiros referente a reajustes, em virtude dos funcionários estarem descobertos de quaisquer Acordo que pudessem assegurá-los. A atitude prudente foi baseada nas incertezas advindas da transição de Governo, que requer tempo para atualização e alinhamento das diretrizes.

Avaliação de Desempenho 2019 - foi elaborado e aprovado o Manual de Avaliação de Desempenho, com intuito de manter a comunicação transparente e alinhar os objetivos da CEASA/DF com os colaboradores. Dessa forma, é possível:

- ajustar o perfil do colaborador ao local de trabalho que ele mais se identifica;
- aperfeiçoar os talentos do colaborador;
- gerar os aumentos por meio das progressões funcionais;
- diagnosticar as necessidades de treinamento;
- demonstrar a evolução dos colaboradores;
- e gerar motivação e satisfação no trabalho.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES: Durante o exercício de 2019, a CEASA/DF manteve o pagamento dos benefícios auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio saúde e auxílio transporte. Houve uma recomposição de 3,94% referente ao índice acumulado do INPC de março/2018 a fevereiro/2019, nos auxílios Alimentação e Saúde, firmado em negociação do Termo Aditivo do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020. Além disso, foram realizadas as seguintes ações no sentido de ampliar a concessão de benefícios ao empregado da CEASA/DF:

- Vale-Cultura - com base em cláusulas já aprovadas em Acordo Coletivo de Trabalho, e também com intuito de promover a qualidade de vida dos trabalhadores, foi

elaborada e aprovada Instrução Normativa para concessão efetiva do benefício, assim como o edital para contratação de empresa especializada para atender a disposição do benefício. Vale ressaltar que, a Instrução Normativa foi elaborada para atender a todos os funcionários, sem distinção de faixa salarial e sem contrapartida, dentro dos parâmetros da legislação vigente.

- Licença Administrativa Remunerada (LAR) - foi elaborada e aprovada a Instrução Normativa de concessão do benefício acordado no Acordo Coletivo de Trabalho desde 2014. Essa ação atendeu a um pleito da categoria dos empregados da Tabela de Empregos Permanente, há muito tempo almejado.

4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES: Plano de Capacitação 2019 (PAC-CEASA/2019) - foi elaborado atendendo aos princípios da gestão por competências, com base em levantamento de necessidades de treinamento realizado em 2018. O PAC-CEASA/2019 possui dentre suas diretrizes objetivos específicos a capacitação por competências, divididas em fundamentais, gerenciais e específicas. Dessa forma, até o presente momento, já foram realizados os seguintes treinamentos:

- Gestão e Fiscalização de Contratos - curso in Company, capacitando 30 colaboradores;
- Sistema Eletrônico de Informação (SEI) - promoção de treinamentos EaD, utilizando-se da Plataforma da ENAP e da Polícia Civil;
- Lei nº 13.303/2016 e suas implicações - participação de dois colaboradores no 2º Encontro das Estatais;
- Atualização da Legislação Tributária - participação do responsável pela Seção de Contabilidade;
- Pós Colheita e Armazenagem - participação de dois colaboradores de curso de Pós colheita organizado pela Embrapa;
- Segurança da Informação - participação da Assessora de Controle Interno em curso de Auditoria de Licitações e Contratos.
- Competências Gerenciais - em fase de contratação de empresa especializada para aplicação de Jogos Empresariais e Capacitação Gerencial no intuito de atender as seguintes competências dentro do estabelecido no PAC-CEASA/2019: comunicação institucional, métodos de gestão e indicadores, processos gerenciais, técnicas de liderança.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A CEASA/DF através da Diretoria Financeira vem realizando ações visando à melhoria contínua dos seus recursos tendo como foco principal a melhoria na arrecadação, foram detalhadas cada uma das ações da empresa a fim de buscar os objetivos propostos pelo Governo do Distrito Federal. A empresa passa por um momento muito singular, tendo em vista a adoção de um modelo de gestão que busca a modernização administrativa, a geração de investimentos, a melhoria da infraestrutura e a profissionalização do mercado.

A empresa está pronta para o desenvolvimento futuro e para a modernização que o mercado requer. A CEASA-DF qualifica-se como uma das maiores e melhores Centrais de Abastecimento do Brasil, além de contar com um fortíssimo apelo logístico por sua localização privilegiada no planalto central.

Algumas das iniciativas e desafios que marcaram a gestão da CEASA-DF e seus respectivos resultados poderão ser percebidos não apenas nos números absolutos, mas, também, nos detalhamentos que serão a seguir apresentados, dentre elas destacam-se os seguintes itens:

- Recuperação de Débitos - CONTROLE FINANCEIRO

- Melhor rentabilização dos investimentos;
- Programa de Investimentos com a construção de novos pavilhões na Ceasa para abrigar com maior conforto os permissionários;
- Programa de Refinanciamento de Dívidas;
- Contenção de Gastos;

A CEASA aumentou sua arrecadação em 48,16% em relação a 2018. O expressivo aumento foi em decorrência das medidas de recuperação de débitos em atraso, com a retomada econômica, procuramos nossos devedores a fim de efetivar a recuperação destes débitos, evitando, assim, medidas judiciais que resultariam em custos para as partes. O resultado foi excelente: foram alcançados 63% dos débitos que incrementaram significativamente o caixa. Outro ponto importante foi o controle maior de inadimplência que teve redução de 32%, significando um maior equilíbrio das contas e maior efetividade na arrecadação.

Também a CEASA renegociou a taxa de remuneração das suas aplicações em CDB, um aumento de 5% na taxa efetiva de remuneração. Todos estes pontos foram bastante debatidos no período de transição de governo e fazem parte do Planejamento estratégico 2020-2023 de responsabilidade da Diretoria Financeira, que visa aumentar a arrecadação, realizar a contenção de gastos com o intuito de atingir o equilíbrio econômico-financeiro.

Na tentativa de aumentar a arrecadação, a administração adotou algumas medidas como a reorganização estrutural do Setor de Finanças, com destaque para a implantação do Programa de Recuperação de Débitos – REFIS, que passou a vigorar no mês de abril e contribuiu para o aumento da arrecadação.

O programa concedeu até 99% de descontos sobre juros e multas de débitos vencidos até o dia 31 de julho de 2019. Foram negociados e recebidos cerca de R\$ 350 mil entre pagamentos à vista e parcelados. A negociação foi válida tanto para pessoa física quanto jurídica da CEASA.

Ainda que a arrecadação tenha melhorado bastante, a CEASA continuará trabalhando em um regime de contenção de gastos, priorizando os serviços essenciais e buscando soluções para amenizar as dificuldades. Tem sido buscadas alternativas para continuar oferecendo serviços de qualidade nas áreas de atendimento, segurança, limpeza, parte social, de infraestrutura e tantas outras. Foram obtidos alguns avanços neste primeiro ano, 2019, e, com responsabilidade, conseguir-se-á colocar as contas em dia. A meta é fazer a CEASA/DF ser referência e continuar a crescer e se desenvolver.

A CEASA possui dois grandes eixos operacionais estruturantes ligados a Diretoria Operacional e a Diretoria de Segurança Alimentar.

Junto a Diretoria de Segurança Alimentar está o Banco de Alimentos que opera em conjunto com a Secretaria de Agricultura e a EMATER os programas PAA/TA, PAA/CONAB e PAPA/DF e opera só os programas PDZ e PDS. Segue breve explicação sobre eles.

PAA/TA – Programa de Aquisição de Alimentos/Termo de Adesão e PAA/CONAB

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio-assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério da Cidadania que disponibiliza o recurso financeiro e realiza o pagamento aos agricultores participantes, a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e a EMATER realizam as compras dos alimentos da agricultura familiar e os repassa ao Banco de Alimentos. Esse, por sua vez, faz a logística de recebimento e distribuição dos alimentos às entidades sócio-assistenciais previamente cadastradas e monitoradas.

Nesta modalidade a CONAB- DF também aloca recursos para a compra de alimentos da agricultura familiar e doa ao Banco de Alimentos.

PDZ – Programa Desperdício Zero

Alimentos fora do padrão de comercialização, muito maduros ou levemente danificados são geralmente descartados, o que representa grande desperdício. Mas com o Programa Desperdício Zero esses alimentos ganham uma destinação digna e alimentam milhares de pessoas. Eles são recolhidos pela equipe do Banco de Alimentos, selecionados e distribuídos para instituições cadastradas. O programa recebe doações de agricultores e empresários que comercializam na Ceasa bem como busca doações no campo.

PDS – Programa de Doação Solidária

É promovido pela parceria entre os órgãos públicos Federais e Distritais, empresas privadas e o Banco de Alimentos, onde os parceiros doadores realizam eventos e campanhas com arrecadação de alimentos não perecíveis e, esses são doados para o Banco, que fica responsável pela logística de recebimento, classificação e distribuição dos alimentos arrecadados para as instituições sócio-assistenciais cadastradas.

PAPA/DF – Programa de Aquisição da Produção Agrícola

O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF viabiliza a compra direta pelo GDF de alimentos e produtos artesanais de agricultores familiares e suas organizações sociais do setor agrícola, e fortalece ainda mais o campo, pois abre o mercado governamental local para a comercialização de seus produtos, contribuindo para a geração de empregos na propriedade e renda para a família.

Resultados de 2019

O ano de 2019 marcou o início de uma nova gestão no Banco de Alimentos e muitas metas foram traçadas no início do ano. Todas que estavam sob responsabilidade do setor administrativo foram cumpridas e já foram mencionadas, porém ainda resta discriminar os números finais dos programas.

PAA/TA: A execução do PAA 2018/19 aconteceu em 38 semanas com execução de 100% (R\$ 2.000.000,00) do recurso financeiro disponibilizado. Nesse período foram adquiridos/distribuídos 684,6 toneladas de alimentos. Esses alimentos foram destinados a 142 instituições sociais, cadastradas no Banco de Alimentos, com público de mais de 36 mil pessoas.

PAA/CONAB: As entregas foram de março a outubro e totalizaram 28 toneladas de alimentos. Esses alimentos foram destinados a mais de 80 instituições e um público de mais de 25 mil pessoas.

PDZ: Até o mês de dezembro foram distribuídos 278 toneladas de alimentos. Uma queda de aproximadamente 8% em relação ao mesmo período de 2018. No entanto houve pequena melhora no quesito aproveitamento,

Outras grandes realizações do Banco de Alimentos:

- 5.474.000 refeições complementadas;
- Entrega do estudo diagnóstico do Estado Nutricional do público beneficiado pelos programas do Banco de Alimentos;
- Projeto Piloto de Compostagem em parceria com a Empresa Acqua Ambiental, para subsidiar ações na área de resíduos sólidos no âmbito da CEASA;
- Aumento em 10% da arrecadação do Programa;
- Aumento da Arrecadação do Programa Desperdício Zero; e
- Capacitação em Educação Alimentar e Nutricional e Aproveitamento Integral de Alimentos de 180 funcionários de instituições atendidas pelo PCDA;

Quanto aos aspectos operacionais destacam-se as seguintes realizações:

- Operação de recapeamento das vias internas da CEASA-DF;
- Ação de manutenção preventiva com foco em problemas sistêmicos: telhado, iluminação, banheiros, rede de água e esgoto, e outros;
- Acompanhamento e fiscalização das obras como os Novos Pavilhões;
- Reinauguração do Mercado do Peixe de Brasília;
- Elaboração de novos projetos para edificações no interior da CEASA-DF como o Novo Pavilhão B-7/3-A,
- Pavilhão paralelo a divisa com a Via Estrutural e Nova Portaria para acesso à Via Estrutural;
- Instalação de ponto de recarga energética de veículos elétricos do Projeto Vem DF;
- Reforma de local onde foi criado o serviço de Bombeiro Cível dentro da CEASA-DF;
- Recadastramento dos Produtores Rurais que comercializam na CEASA-DF que apontou que 55% são inscritos no PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- Produtores Rurais do DF e RIDE atendidos na CEASA-DF na forma direta ou indireta estimada em cerca de 4 mil;
- Empresas instaladas na CEASA-DF 161 CNPJs e empregos diretos com carteira assinada em mais de 3 mil; e
- Volume Comercializado acumulado de janeiro até dezembro de 2019 de aproximadamente 315 mil toneladas, dando uma média mensal de 28,7 mil toneladas que apresenta um crescimento de 8,2% frente o mesmo período de 2018.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A boa execução do conjunto de iniciativas desses pilares estratégicos de sustentação impacta diretamente na atividade comercial da empresa e na sua relação com os permissionários, varejistas, produtores e sociedade em geral.

O enorme mercado de hortifrutigranjeiros do Distrito Federal exige uma posição de vanguarda e liderança da empresa, impondo a necessidade de modernização administrativa, de geração de novas receitas, de profissionalização do mercado, de responsabilidade socioambiental e de incremento da infraestrutura.

O presente relatório de gestão permite uma oportunidade para análise do passado, compreensão do presente e projeção de futuro para essa empresa.

As diversas iniciativas desenvolvidas pela CEASA-DF estão norteadas pela busca contínua do equilíbrio financeiro. Os avanços estruturais são mais do que evidentes e fica claro o desafio

para o médio prazo, para o qual, em nossa visão é necessário manter os investimentos em obras de infraestrutura que propiciem o aumento das receitas de serviços da empresa.

Cabe destacar ainda o enorme esforço da atual gestão para manter a CEASA-DF como uma empresa não dependente de recursos financeiros do Tesouro do Distrito Federal.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS PARA O ANO DE 2020:

- Finalização da obra do novo sistema de subestações elétricas da CEASA-DF;
- Lançamento de concurso cultural em conjunto com a UnB para melhoria do sistema de controle de acesso e estatística da empresa;
- Término da ação de assinatura de contratos entre a CEASA-DF e os feirantes varejistas que comercializam aos sábados;
- Seleção de cooperativa voltada para agricultura familiar para operar no Mercado do Peixe de Brasília;
- Finalização de estudo conjunto com o SEBRAE-DF sobre a produção e comercialização de Flores e Plantas Ornamentais no DF;
- Elaboração de novas pesquisas sobre mercado de produtos hortigranjeiros com apoio do SEBRAE-DF, Embrapa, UnB, SEAGRI-DF, EMATER-DF e outros entes;
- Construção do Mercado Central de Brasília;
- Estudo para exploração de energia fotovoltaica na CEASA; e
- Lançamento de edital para ocupação de 46 novos boxes, com receita estimada mensal de 350 mil reais e arrecadação imediata com os lances dos licitantes de 1.5 milhões de reais.

14203 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-DF) é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, criada pelo Decreto nº 4.140, de 07 de abril de 1978, de acordo com a autorização constante da Lei nº 6.500 de 07 de dezembro de 1977 e ratificada pelo Decreto nº 32.716 de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal. A Empresa teve o seu Estatuto vigente aprovado pelo Decreto nº 28.900 de 25 de março de 2008 e alterado pelo Decreto nº 31.729 de 26 de maio de 2010.

Conforme o artigo 6º do Estatuto, os objetivos da EMATER-DF são:

I - Colaborar com os órgãos competentes do Governo do Distrito Federal na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;

II - Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando ao aumento da produção, da produtividade, da renda líquida e a melhoria da qualidade e das condições no meio rural do Distrito Federal, por meio da difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, de acordo com as políticas de ação do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal.

O artigo 7º define as diretrizes básicas da EMATER-DF para consecução dos seus objetivos:

I - compatibilização dos programas de assistência técnica e extensão rural, com os Planos Nacional e Regional de Desenvolvimento;

II - estabelecimento e manutenção de processos de relacionamento operacional com os Sistemas de Planejamento Setorial de Produção, de Abastecimento e de Geração de Tecnologia, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal ou órgãos a esta vinculados e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

III - estímulo e apoio ao desenvolvimento, no meio rural, e a ações revestidas de caráter educativo e, bem assim, à ação conjunta entre os serviços públicos de assistência técnica, extensão rural, de educação, de nutrição e saúde, visando à execução de programas integrados de promoção do homem;

IV - estímulo e apoio ao inter-relacionamento entre os órgãos de pesquisa agropecuária e os produtores rurais do Distrito Federal, tanto para identificação das necessidades, como para transferência de tecnologia gerada e avaliação de seus efeitos;

V - estímulo à transferência de tecnologia agropecuária, através do crédito rural e apoio dos organismos creditícios na aplicação dos recursos financeiros e na avaliação dos resultados;

VI - apoio à formação e ao aperfeiçoamento do pessoal especializado em atividades fim e meio, para difusão de tecnologia e programação do homem do meio rural, com a participação das universidades e de outros órgãos de desenvolvimento de recursos humanos;

VII - adequação dos programas e projetos de assistência técnica e extensão rural às prioridades estabelecidas pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

do Distrito Federal e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o desenvolvimento do setor rural, de conformidade com as necessidades do Distrito Federal;

VIII - estímulo, em caráter prioritário, aos programas nos quais a assistência técnica e a extensão rural estejam associados ao crédito, à provisão de insumos, à comercialização agropecuária e à organização de produtores;

IX - introdução de tecnologia que possa aumentar as potencialidades do solo para o seu aproveitamento racional, através do uso de metodologia apropriada;

X - estabelecimento e manutenção de sistema de acompanhamento, avaliação de resultados e controle das atividades de assistência técnica e extensão rural.

Cabe ainda destacar o inciso IV, Art. 8º do Estatuto da EMATER-DF:

IV - constituir-se em principal instrumento de execução das atividades de assistência técnica e extensão rural no Distrito Federal.

A EMATER-DF tem como missão "promover o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural de excelência, em benefício da sociedade do Distrito Federal e do Entorno" e tem como visão "ser reconhecida pela sociedade na promoção do desenvolvimento rural sustentável e da segurança alimentar".

* Destacamos que foi aprovado o novo Estatuto da EMATER-DF, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) no dia 20 de janeiro de 2020.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	11	0	81	185	277
Comissionados sem vínculo efetivo	18	0	0	0	18
Requisitados de órgãos do GDF	7	0	6	12	25
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	4	21	25
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	2	7	9
Terceirizados (FUNAP)	0	0	2	0	2
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	36	0	95	225	356
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	15	0	15
Total Geral	36	0	80	225	341

A estrutura do quadro de pessoal da EMATER-DF, durante o ano de 2019, foi de 341 colaboradores, qualificados nas categorias de empregados públicos efetivos, estagiários,

comissionados, empregados e servidores requisitados de outros órgãos e terceirizados da FUNAP. Os colaboradores estão lotados em 16 Unidades Locais, 01 Centro de Capacitação, 01 Escritório de Comercialização, 02 Unidades Regionais e 01 Escritório Central.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	316734,0	69912,00	900,0	900,0
0020 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-EMATER-DISTRITO FEDERAL	316734,0	69912,00	900,0	900,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	150000,0	150395,00	149100,46	145514,52
2607 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-EMATER-DISTRITO FEDERAL	150000,0	150395,00	149100,46	145514,52
2239 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ	131664,0	101664,00	86871,81	83780,92
2922 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ-CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO MENOR APRENDIZ-DISTRITO FEDERAL	131664,0	101664,00	86871,81	83780,92
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	316734,0	58214,00	0	0
0046 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	316734,0	58214,00	0	0
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	126693,0	7496738,00	2284924,91	1537073,94
0002 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATER-DF ENTORNO	126693,0	5590635,00	1099948,68	927030,53
0006 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-APOIO À REALIZAÇÃO DE MÉTODOS COLETIVOS DE EXTENSÃO RURAL EM ESCOLAS DO DF-DF ENTORNO	0	12000,0	12000,0	12000,0
0007 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-APOIO À REALIZAÇÃO DE MÉTODOS COLETIVOS DE EXTENSÃO RURAL EM ESCOLAS-DF ENTORNO	0	238000,0	173347,50	0
0008 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-APOIO À AGRICULTURA URBANA NA PROMOÇÃO DO ENSINO NAS ESCOLAS DO DF - (2019)-DF ENTORNO	0	250000,0	173347,50	0
0009 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-INSTALAÇÃO DE FOSSAS RURAIS - (2019)-DF ENTORNO	0	180000,00	11602,08	11602,08

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0010 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- APOIO A REALIZAÇÃO DE MÉTODOS COLETIVOS DE EXTENSÃO RURAL NO DISTRITO FEDERAL-DF ENTORNO	0	80000,0	0	0
0011 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- REALIZAÇÃO DE METODOS COLETIVOS E EXTENSÃO RURAL PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE HÍDRICA NO DF E ENTORNO - EMATER-DF ENTORNO	0	300000,0	173347,50	0
0012 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- HORTA COMUNITÁRIA DO GUARÁ-DF ENTORNO	0	1844,0	1843,97	1843,97
0013 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- HORTA COMUNITÁRIA DO GUARÁ-DF ENTORNO	0	34259,0	34258,56	26259,36
0015 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- REALIZAÇÃO DO SALÃO DOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS NA FEIRA NACIONAL DA CADEIA PRODUTIVA DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS - FEST FLOR-DF ENTORNO	0	300000,0	300000,0	300000,0
0016 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATERRO - DF-DF ENTORNO	0	200000,00	84729,12	71438,00
0017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- PROJETO JUVENTUDE RURAL-DF ENTORNO	0	310000,0	220500,0	186900,0
4090 - APOIO A EVENTOS	200000,0	0,0	0	0
6084 - APOIO NA REALIZAÇÃO DE ESPAÇO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO EVENTO AGROBRASÍLIA - 2019 - DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
4107 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	122033,0	1067147,00	733072,75	0
5666 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA-DIFUSÃO E MOMENTO DE INOVAÇÕES CIENTÍFICAS-DISTRITO FEDERAL	122033,0	1067147,00	733072,75	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	1363858,00	8944070,00	3254869,93	1767269,38

1. Gestão, Comercialização e Mercado

A EMATER-DF contribui com a melhora da administração das unidades produtivas rurais e ajuda na diversificação dos canais de comercialização públicos e privados, munindo os produtores e suas famílias de informações para serem mais eficientes na gestão das atividades da propriedade e na comercialização da produção. No ano de 2019 foram realizados 11.137 atendimentos coletivos e individuais com 4.215 produtores beneficiados. As feiras continuam sendo um importante canal de comercialização para os agricultores. Neste sentido, no ano de 2019, a EMATER-DF fez ações em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI-DF), Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA-DF), Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) e Organizações de agricultores para a revitalização das Feiras nos Parques, inclusive com a criação da feira do Parque da Cidade, bem como o apoio à feiras já

existentes, como a reestruturação da feira da Presidência da República. As compras realizadas pelos órgãos públicos também são políticas públicas fundamentais para o crescimento da comercialização da agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura do Distrito Federal – PAPA-DF são ferramentas do Estado para fortalecer a Agricultura Familiar. Essas ferramentas além de garantir a segurança alimentar e nutricional dos equipamentos públicos e da rede sócio assistencial, promovem o aumento da renda dos produtores rurais do Distrito Federal. As hortaliças e as frutas são os produtos mais ofertados nas compras governamentais. A EMATER-DF apoia os agricultores familiares e articula com os órgãos públicos na participação das seguintes políticas de compras institucionais:

1.1. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Na modalidade PAA - Termo de Adesão, firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério da Cidadania, 1.033 produtores beneficiados foram inscritos em 2018. Em 2019, foi executado o recurso financeiro restante, o que possibilitou a comercialização de frutas, hortaliças, doces de frutas e panificados que foram distribuídos para 151 entidades socioassistenciais do Distrito Federal como creches, asilos, institutos de combate às drogas, entre outros. Aproximadamente 30 mil beneficiários dessas instituições foram beneficiados.

Na modalidade PAA - Compra Institucional, foi contratado pelo Ministério da Defesa e as Forças Armadas o valor de R\$ 2.273.734,42 (dois milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos), para suprir seus refeitórios de hortifrutigranjeiros e agroindustrializados. Nesta modalidade, participaram 08 organizações de agricultores familiares do Distrito Federal e RIDE. A EMATER-DF também apoiou as associações e as cooperativas na elaboração de projetos de PAA-CDS/CONAB. Até o momento foram selecionados 10 projetos no Distrito Federal, com recursos previstos para 2020. Dentre todas as modalidades do PAA, a EMATER-DF realizou 9.942 atendimentos com 1.042 produtores beneficiados.

1.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Em 2019, como resultado do trabalho da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEDF), SEAGRI-DF e EMATER-DF, a Chamada Pública do PNAE contratou o valor de R\$ 18.923.494,06 (dezoito milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e seis centavos) distribuídos em 16 contratos firmados com 08 associações e 08 cooperativas, com a participação de pelo menos 946 agricultores familiares do Distrito Federal e RIDE. A EMATER-DF realizou 1.063 atendimentos relacionados ao PNAE, com foco na avaliação e acompanhamento dos contratos e preparação para os próximos editais.

1.3. Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura do Distrito Federal – PAPA-DF

O PAPA-DF é uma política pública que tem contribuído para o desenvolvimento rural do Distrito Federal, criado pela Lei nº 4.752 de 2012 com a finalidade de garantir a compra de produtos agropecuários e de artesanato, produzidos por agricultores familiares do Distrito Federal por meio de chamamento público. No ano de 2019, 02 órgãos do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal fizeram chamamento público e contrataram o valor de R\$ 2.506.386,10 (dois milhões, quinhentos e seis mil, trezentos e oitenta e seis reais e dez centavos) da Agricultura Familiar do Distrito Federal em cestas de frutas e hortaliças para a promoção da segurança alimentar e nutricional de indivíduos em situação de vulnerabilidade social e atendimento às famílias assistidas pelos programas sociais da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES-DF) via SEAGRI-DF. A EMATER-DF realizou 304 atendimentos relacionados ao PAPA-DF, com vistas à preparação das organizações rurais e seus membros e assim prepará-las para futuras participações no PAPA-DF, beneficiando 90 agricultores familiares.

2. Desenvolvimento Agropecuário

2.1. Programa de Agricultura Urbana

O Programa de Agricultura Urbana tem por objetivos básicos incentivar a segurança alimentar e a geração de renda com a produção de hortaliças orgânicas em hortas comunitárias e escolares no Distrito Federal. No ano de 2019, além das atividades em hortas escolares e em hortas comunitárias, foram realizados 02 cursos especiais, o curso de Jardinagem e Cultivo de Alimentos em Meio Urbano, em parceria com a Fábrica Social da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal (SETRAB-DF), que formou e capacitou 02 turmas de 25 participantes do público urbano e o curso de Jardinagem em Meio Urbano para servidores do Jardim Botânico de Brasília, que teve início no mês de novembro e conta com 15 participantes. A EMATER-DF ofereceu assistência técnica a 113 hortas escolares e em alguns casos forneceu insumos na forma de adubos, sementes e ferramentas, que beneficiaram cerca de 56.500 alunos. Outras 20 instituições socioassistenciais do Distrito Federal, como Centros de Atendimento à População de Rua (Centro POP), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centros de Saúde também foram assistidos com visitas técnicas e fornecimento de insumos.

2.2. Agroecologia e Produção Orgânica

Há uma forte demanda da sociedade por alimentos saudáveis e por uma agricultura mais sustentável, que harmonize a produção de alimentos, conservação ambiental e boas condições de vida, cidadania, emprego e renda no campo. Assim, o programa de agroecologia e produção orgânica da EMATER-DF tem como objetivos promover a adoção dos princípios e práticas agroecológicas em propriedades rurais convencionais com vistas à sua transição para níveis mais elevados de sustentabilidade; promover estratégias e metodologias para o desenvolvimento tecnológico, econômico, social e ambiental que assegurem uma atividade rural sustentável e promover a conversão das propriedades rurais para a produção orgânica de acordo com a Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. A busca por atendimentos nos temas agroecologia e produção orgânica aumentam a cada ano. Em 2019 foram 2.010 produtores beneficiados em Agroecologia com 13.653 atendimentos e 1.625 produtores beneficiados em Agricultura Orgânica com 12.833 atendimentos. Em destaque está o incentivo e fomento à implementação de sistemas agroflorestais e o crescimento no atendimento a produtores convencionais interessados na transição agroecológica, ou seja, para processos produtivos mais sustentáveis. Nas regiões produtoras de grãos, médios produtores rurais estão em busca de melhores resultados e maior sustentabilidade da atividade rural por isso adotam princípios e práticas agroecológicas nos cultivos ou criações, tais como biofertilizantes elaborados na propriedade, equilíbrio nutricional, controle biológico de pragas, compostagem, homeopatia e adubação verde o que resultou em redução significativa no uso de agrotóxicos, na maior conservação do solo e água, na redução de custos de produção, no aumento da qualidade de vida das famílias rurais e em alimentos mais saudáveis para a população. As principais demandas tecnológicas foram na área de manejo ecológico de pragas e da fertilidade do solo, plantio e tratamentos culturais agroecológicos, sistemas agroflorestais, acreditação da produção orgânica nas diferentes modalidades: certificação por auditoria, certificação participativa, organização de controle social e comercialização da produção.

Tabela – Evolução no número de atendimentos em agroecologia e agricultura orgânica aos beneficiários/propriedades.

Indicador	Agroecologia 2018 (nº)	Agroecologia 2019 (nº)	Crescimento 2018 → 2019 (%)	Agricultura orgânica 2018 (nº)	Agricultura orgânica 2019 (nº)	Crescimento 2018 → 2019 (%)
Beneficiários atendidos	1.091	2.010	84	783	1.625	107
Propriedades rurais atendidas	793	1.538	93	617	1.251	102
Atendimentos	3.747	13.653	264	7.055	12.833	82
Visitas técnicas	306	769	151	417	879	110

Fonte: Painel de resultados da EMATER-DF - Ano 2019.

Em 2019 foram elaboradas propostas de Convênio para o incentivo à produção agroecológica e estão em vias de assinatura com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O número de produtores orgânicos cresce a taxas médias de 20% ao ano. O ano de 2019 finaliza com cerca de 300 produtores cadastrados e/ou certificados como orgânicos no Distrito Federal e regiões de divisa com o Estado de Goiás, resultado do trabalho conjunto entre a EMATER-DF, organizações dos agricultores e a iniciativa privada. O aumento do número de produtores orgânicos pode ser aferido nas compras governamentais. No Programa de Aquisição de Alimentos (PAA - Termo de Adesão), foram 75 produtores familiares com produção orgânica participantes, com a entrega de 46,4 toneladas de alimentos orgânicos e um resultado financeiro de R\$ 289.235,52 (duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), isso em um ano com menor disponibilidade de recursos para o PAA.

No Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 63 agricultores familiares comercializaram R\$ 1.249.476,36 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos) de alimentos orgânicos, servidos na alimentação de estudantes da rede pública no Distrito Federal. Com vistas à capacitação do corpo técnico da EMATER-DF, foi realizado um curso com participação de 25 extensionistas rurais com os seguintes temas: agroecologia, sustentabilidade e manejo da fertilidade dos solos; planejamento e produção de hortaliças orgânicas; produção de sementes de base agroecológica; manejo ecológico de pragas e doenças e aspectos filotécnicos na produção de hortaliças. Foram realizados também 02 intercâmbios técnicos no estado de São Paulo com a participação de 11 extensionistas rurais da EMATER-DF e 01 agricultor.

2.3. Avicultura

A avicultura colonial é uma atividade importante na geração de renda e contribui com a segurança alimentar dos produtores familiares. Nos últimos anos foi registrado um crescimento do mercado de aves em sistemas de criação agroecológicos e que atendam as premissas da Instrução Normativa nº 56 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que dispõe sobre "procedimentos gerais de Recomendações de Boas Práticas de Bem-Estar para Animais de Produção e de Interesse Econômico (REBEM), abrangendo os sistemas de produção e o transporte". Atenta a isto, a EMATER-DF orienta os produtores sobre manejo da produção e, principalmente, sobre práticas sanitárias do plantel existente. Em 2019 foram feitos estudos com objetivo de viabilizar projetos de instalação de abatedouros e entrepostos de ovos em concordância com a legislação vigente e em parceria com instituições distritais e federais, o que vai colaborar com a comercialização de aves coloniais no Distrito Federal. Neste ano, a EMATER-DF realizou 25.797 atendimentos com 3.816 produtores beneficiados em 2.871 propriedades. Foram promovidas 19 reuniões técnicas sobre temas relevantes como instalações, manejo sanitário, bem-estar animal, comercialização e boas práticas na produção de ovos. A EMATER-DF investe na capacitação do corpo técnico da área animal e em 2019 realizou várias reuniões técnicas como, por exemplo, a Prosa Técnica sobre Produção de Ovos, com 20 participantes. Devido ao aumento do consumo de ovos pela população e com o objetivo de incentivar a produção local, a EMATER-DF realizou 01 Dia de Campo sobre produção de ovos na região de Ceilândia e contou com a presença de 100 produtores e 20 técnicos. Outro evento importante foi o Dia Especial de Avicultura, realizado no escritório de Brazlândia com a presença de 93 produtores e 08 técnicos que discutiram sobre as dificuldades e oportunidades para a comercialização de frangos e ovos no Distrito Federal e Entorno. Na edição da AgroBrasília de 2019, no Espaço da Agricultura Familiar, o Circuito de Avicultura se destacou com os temas de manejo sanitário e alimentar das aves. Durante o evento, centenas de pessoas visitaram o circuito.

2.4. Bovinocultura

A EMATER-DF promove e apoia a cadeia produtiva de bovinocultura por meio de incentivo à organização rural do setor, à comercialização e ao desenvolvimento tecnológico das propriedades, visando à geração de emprego e renda. Em 2019 foram realizados 14.923 atendimentos com 1.234 produtores beneficiados. Foram oferecidas 10 reuniões técnicas, 07 cursos, 06 excursões, 01 Dia Especial e a continuação do acompanhamento de 02 unidades de experimentação em bovinocultura. No Espaço da Agricultura Familiar na AgroBrasília 2019, o Circuito de Bovinocultura recebeu 458 produtores familiares e realizou 2.291 atendimentos. Dentre os temas abordados, destaca-se a alimentação animal com a apresentação do campo agrostológico no espaço de Integração Lavoura Pecuária. O objetivo foi expor as características agrônômicas de várias alternativas de alimentação volumosa, como a cana de açúcar e foram dadas orientações sobre o cultivar capim elefante BRS Canará. Com a demonstração da ordenha higiênica num curral funcional desenvolvido pela EMATER-DF, foi possível comprovar a produção de leite de qualidade em atendimento as premissas básicas de Bem-Estar Animal, independente do tamanho da propriedade e da capacidade de investimento do produtor rural. Todo o manejo de ordenha demonstrado seguiu a Instrução Normativa nº 62 do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). O circuito de Bovinocultura contou com o apoio da Universidade de Brasília (UnB). Com foco na profissionalização da mão de obra no campo, a EMATER-DF realizou capacitações, a exemplo do curso do Vaqueiro Competente I e II, reuniões, excursões, campanhas, palestras, Dias Especiais em campo e oficinas, capacitando 358 produtores e trabalhadores rurais, sendo realizados 2.259 atendimentos nestes eventos. A Empresa capacitou 30 técnicos, entre veterinários, zootecnistas e técnicos agropecuários, por meio de palestras, excursões, reuniões técnicas e outros eventos, visando a atualização e o atendimento com qualidade para os produtores da área rural do Distrito Federal. No que diz respeito à defesa sanitária animal, atuamos em consonância com a SEAGRI-DF na divulgação das campanhas de vacinação contra a Febre Aftosa, Raiva e Brucelose Bovina, sendo 3.214 bezerras bovinas e bubalinas vacinadas, em sua grande maioria de pequenos produtores da região, o que contribui muito para obtenção de ampla cobertura vacinal no Distrito Federal. A empresa participa também da Câmara Setorial do Leite e Derivados do Distrito Federal, no comitê de Implantação e acompanhamento do Plano Estratégico 2017/2026 do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA).

2.5. Floricultura

A floricultura é uma atividade econômica crescente dentro do agronegócio brasileiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Floricultura (IBRAFLOR), desde 2006, o segmento de flores e plantas ornamentais exhibe taxas de crescimento da ordem de 8% a 15% em produção/unidade e de 15% a 17% em valores financeiros. A cidade de Brasília destaca-se nacionalmente em 1º lugar no consumo per capita de flores do país, com média de R\$ 44,23 comparados aos R\$ 26,27 da média nacional, de acordo com pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O mercado consumidor de flores do Distrito Federal está em expansão, principalmente no setor de eventos, cerimoniais, jardinagem e paisagismo, refletindo em maiores investimentos na atividade no Distrito Federal. A cadeia produtiva movimentada cerca de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ano no Distrito Federal. Os produtos do Distrito Federal apresentam como ponto forte uma qualidade superior comparada aos produtos importados, principalmente pela adaptabilidade às características climáticas da região do Cerrado, o que faz da floricultura uma grande oportunidade para a área rural do Distrito Federal. Em 2019 foram 140 produtores beneficiados, cultivando flores e folhagens de corte, flores em vasos, plantas verdes em vasos, plantas ornamentais, palmeiras e gramas em aproximadamente 593 hectares. Com relação a organizações sociais a EMATER-DF apoiou a associação Central Flores e a cooperativa Multiflor, que atualmente é

acompanhada pelo Programa Associar e Cooperar da EMATER-DF e pelo Programa Mais Gestão. Em 2019, a EMATER-DF promoveu a capacitação de técnicos, de trabalhadores e de produtores, bem como missões técnicas, excursões dentro do Distrito Federal e em outros Estados, em busca do fortalecimento do associativismo e do cooperativismo. A EMATER-DF além de assistência técnica apoia a organização rural e facilita o acesso dos produtores aos canais de comercialização, o que resulta no aumento da renda das famílias envolvidas na atividade. Foram realizados 10.962 atendimentos com 1.552 produtores beneficiários. Além das atividades individuais foram realizadas ações como cursos, excursões técnicas, Dia de Campo, palestras e reuniões técnicas com o intuito de fomentar a cadeia produtiva. Foi realizado no ano de 2019 mais uma edição da Fest Flor Brasil que atendeu 60 produtores por meio da promoção dos espaços de comercialização durante o evento. O evento teve público registrado de 25.879 pessoas. Ainda em outubro de 2019 foi iniciada a Expedição Safra Floricultura, que tem como objetivo fazer um diagnóstico dos produtores de flores e plantas ornamentais assistidos pela EMATER-DF e nortear as ações de fomento do governo para esta cadeia produtiva. A data prevista para finalização é março de 2020.

2.6. Fruticultura

A fruticultura é uma cadeia produtiva que está em expansão do Distrito Federal nos últimos 03 anos e tem como característica ser uma atividade apropriada às pequenas propriedades. No Distrito Federal 80% das propriedades que cultivam frutas tem até 20 hectares, sendo também uma boa alternativa na geração de renda e na diversificação com a olericultura. Em virtude das condições edafoclimáticas favoráveis à fruticultura e aos avanços tecnológicos nos sistemas de produção e desenvolvimento de cultivares adaptadas, o Distrito Federal tem condições e produz praticamente todos os tipos de frutas tropicais e subtropicais demandadas pelos consumidores locais. Existe produção de abacaxi, abacate, acerola, ameixa, amora, atemóia, banana, caqui, coco, figo, goiaba, graviola, jaca, jambo, jabuticaba, laranja, lichia, limão, mamão, manga, maracujá, marmelo, pitaya, romã, tamarindo, tangerina e uva. Fruteiras de clima temperado como maçã, pêra e pêssego são produzidas de forma experimental, sendo que os resultados das pesquisas realizadas pela EMBRAPA evidenciam a potencialidade de seu cultivo em regiões tropicais. A fruticultura é uma excelente oportunidade para produção em pequena e grande escala para comercialização direta nas feiras locais da região e para a comercialização por meio das Organizações de Controle Social (OCS), onde os produtores entregam diretamente sua produção ao consumidor de forma planejada ao longo de todo o ano. No ano de 2019, foram realizados 34.447 atendimentos para 3.947 produtores beneficiados em 2.849 propriedades atendidas. Foram realizados ainda 151 métodos coletivos, dentre eles reuniões e oficinas.

2.6.1. 4ª Festa da Goiaba – Brazlândia

É um método coletivo de ATER, de médio porte, que realiza eventos promocionais e técnicos, realizado na região de Brazlândia e Alexandre de Gusmão, de 08 a 10 de março para promoção da cultura da goiaba entre os produtores rurais e divulgação da qualidade dos produtos locais para o público urbano do Distrito Federal. Neste ano o evento contou com a participação de mais de 140 produtores beneficiados e com público visitante estimado 7.000 pessoas. Na ocasião foram realizados:

- Encontro técnico: Regulagem de equipamentos de pulverização; Tecnologias para o controle de ferrugem e psilídeo na cultura da goiaba;
- Excursão técnica sobre produção de goiaba e frutas temperadas – Fazenda Brava, Cristalina-GO;
- Exposição Agrícola e Feira de Artesanato;

- Feira de comercialização de goiaba e demais produtos agrícolas;
- Exposição e vendas de flores (Florabraz).

2.6.2. 9º Encontro regional dos produtores de maracujá e 1º Encontro regional de fruticultores – Planaltina

A realização do tradicional Encontro Regional de Produtores de Maracujá junto com o 1º Encontro de Fruticultores do Distrito Federal o qual reuniu mais de 300 produtores beneficiados no Núcleo Rural Pipiripau no mês de outubro de 2019. Aconteceram palestras técnicas sobre maracujá, pitaya, abacate e ainda o lançamento do livro Expedição Safra – Maracujá. O objetivo do encontro é promover a integração entre produtores rurais, técnicos da EMATER-DF e a pesquisas agropecuárias.

2.7. Olericultura

A produção de hortaliças é uma das atividades mais importantes do setor rural no Distrito Federal, considerando os aspectos econômicos e sociais, pois gera empregos direta e indiretamente em toda a cadeia produtiva. A maioria das propriedades se enquadra na classificação de agricultura familiar. Em 2019 foram cultivados 9.288 hectares de hortaliças, com produção de 256.360,88 toneladas de alimentos frescos e um Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 772.452.196,36 (setecentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, cento e noventa e seis reais e trinta e seis centavos). Foram realizados 54.903 atendimentos a 5.557 produtores beneficiados, sendo familiares e patronais, em ações relacionadas a Boas Práticas Agrícolas, Irrigação, Defesa Sanitária, Fertilidade do Solo e Transição Agroecológica e Produção Orgânica.

2.7.1. Boas Práticas Agrícolas e a Olericultura

A população do Distrito Federal está cada dia mais consciente e exigente quanto à qualidade dos alimentos, sem contaminantes químicos e biológicos. Atenta a esse movimento, a EMATER-DF trabalha com os olericultores pela manutenção e ampliação desse mercado. Temas como a rastreabilidade, o manejo adequado de agrotóxicos e as boas práticas de colheita e pós-colheita são discutidos, orientados e recomendados aos empreendedores rurais. Em 2019 foram realizados 3.942 atendimentos no Programa “Brasília Qualidade no Campo” realizado pelo Sistema Agricultura (Secretaria de Estado de agricultura, abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI-DF), Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF) e EMATER-DF que certifica os empreendimentos que se adequam aos critérios estipulados na Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA nº 02 de 2018 que trata da Rastreabilidade.

2.7.2. Irrigação

Devido ao trabalho contínuo de preservação e de consumo consciente da água no Distrito Federal na bacia do Alto Descoberto, a EMATER-DF investe na capacitação dos olericultores, com o objetivo de aumentar a eficiência dos sistemas de irrigação, promovendo a adoção de tecnologias como sistemas poupadores de água - Gotejamento, do manejo e redimensionamento de sistemas de irrigação, buscando maior eficiência e sustentabilidade. Em 2019 foram realizados 4.014 atendimentos para um público beneficiário de 2.188 pessoas no assunto irrigação. A EMATER-DF está em alerta também na utilização da bacia do Pipiripau, manancial que atende regiões produtoras importantes como Taquara, Pipiripau e Santos Dumont e que é responsável pelo abastecimento de cidades como Planaltina e Sobradinho.

2.7.3. Sanidade Vegetal

Na área de Sanidade Vegetal, a EMATER-DF faz um trabalho diferenciado com ações que divulgam o Manejo Integrado de Pragas, por meio da interferência no ambiente, da nutrição equilibrada das hortaliças, do uso de cultivares e híbridos mais tolerantes ou resistentes às pragas, do uso integrado do controle biológico e, quando necessário, a utilização racional e segura de agrotóxicos. Além de obter uma redução no custo de produção das hortaliças, fica garantido o fornecimento de alimentos de qualidade à população, pois as perdas são minimizadas, reduzimos o risco de contaminações à população rural, ao meio ambiente e a toda a população do Distrito Federal. Em 2019, a EMATER-DF realizou 4.624 atendimentos a 2.487 beneficiários por meio de 2.623 ações.

2.7.4. Cultivo Protegido

Com o objetivo de aumentar a oferta de alimentos com alta qualidade e frequência no Distrito Federal e ainda contribuir com o aumento da renda do produtor rural, a EMATER-DF promove técnicas de cultivo protegido e de hidroponia aos produtores rurais. Empreendimentos que usam as técnicas de cultivo protegido exigem assessoria técnica especializada e a EMATER-DF já disponibiliza extensionistas capacitados para o grau de dificuldade exigido nessa atuação. Em 2019, foi oferecido o 5º Curso de Cultivo Protegido de Hortaliças para capacitação de técnicos e agricultores realizado em parceria com a Embrapa Hortaliças, realizado entre 12 a 14 de novembro de 2019. Neste tema, a EMATER-DF atendeu 278 produtores, beneficiados por meio de 1.020 visitas.

2.8. Piscicultura

Em 2019, a piscicultura no Distrito Federal continuou sob os reflexos negativos da crise hídrica e do crescente aumento nos preços dos insumos. A comercialização da tilápia, a principal espécie de peixe produzida no Distrito Federal, sofreu impactos com a redução dos preços pagos pelo produto. Na piscicultura, as ações de assistência técnica e extensão rural da EMATER-DF priorizam a sustentabilidade ambiental e as boas práticas agropecuárias, o que promove melhoria nos índices de produtividade e colabora com a redução dos custos de produção. As unidades de referência e unidades demonstrativas de produção tiveram continuidade em 2019. Essa ação colabora com agricultores familiares e médios da região a ter acesso a inovações tecnológicas o que traz competitividade e eficiência no uso da água. Em 2019 foram realizados 12.261 atendimentos para 3.468 produtores beneficiados. Em métodos individuais foram realizados 7.400 atendimentos e em métodos coletivos como reuniões, excursões, cursos, dia especial, dia de campo foram realizados 4.861 atendimentos. Como destaque está o Circuito Tecnológico de Piscicultura que aconteceu no Espaço da Agricultura Familiar na AgroBrasília e o Encontro de Piscicultores realizado no Centro de Piscicultura da Granja do Ipê. Outra ação importante foi a implantação de 03 Unidades de Referência em Piscicultura nos Escritórios Locais de Ceilândia: "Boas Práticas na Piscicultura", do Paranoá: "Sistema Bifásico de Criação de Peixes" e do escritório do PAD-DF: "Criação de Peixes em Tanques de Ferrocimento".

2.9. Outros trabalhos relevantes

A EMATER-DF trabalha com outros setores produtivos, que embora não estejam entre os programas prioritários, por não existir políticas públicas direcionadas para estes setores, tem relevada importância. Essas cadeias produtivas possuem importância regionalizada ou são setores com um nível de organização maior no mercado. Esses setores não apresentam demandas específicas de ATER, por isso são atendidos de forma pontual, de acordo com a necessidade apresentada. Estão entre eles os setores de suinocultura industrial, equideocultura, ovino e caprinocultura e apicultura. Este acompanhamento é importante para que o Governo tenha conhecimento de uma maneira geral e completa das demandas do setor

agropecuário. A Suinocultura apresentou maior demanda em 2019, por meio do Programa de Boas Práticas Agropecuárias, que visa qualificar este setor da economia local e, também, no trabalho de educação Sanitária, com foco para a Peste Suína Clássica e Africana, após confirmação de casos da doença este ano no Nordeste e na China, respectivamente. As ações de educação e de vigilância sanitária são essenciais para que o Distrito Federal continue livre de doenças infectocontagiosas que podem causar grandes prejuízos à economia local em geral. A área de grandes culturas do Distrito Federal possui 02 cooperativas a Cooperativa Agrícola do Rio Preto (COARP) e a Cooperativa Agrícola da Região do Distrito Federal (COOPA-DF) que reúnem em torno de 150 produtores locais. A soja é a principal cultura, seguida do milho e do feijão. Das atividades não prioritárias, esta é a área onde a EMATER-DF é mais atuante, apoiando as organizações de produtores existentes, realizando eventos em parceria com as cooperativas, mostras tecnológicas, competição de cultivares e capacitando técnicos e produtores com a parceria da Embrapa e outros parceiros. Foram realizados 15.687 atendimentos a 2.069 propriedades do Distrito Federal com 2.208 produtores beneficiados nas cadeias produtivas não prioritárias.

3. Desenvolvimento Econômico Rural

3.1. Crédito Rural

O crédito rural é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, principalmente para os pequenos produtores, muitas vezes se tornando a principal ferramenta da extensão rural para proporcionar o desenvolvimento rural de uma região. Neste ano a EMATER-DF realizou atividades de orientação ao crédito e a emissão de 1.460 Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), para as Unidades Familiares de Produção Agrária do Distrito Federal, requisito para acesso a diversas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Em 2019 foram elaborados projetos de crédito para as linhas disponíveis nos agentes financeiros, em especial nas linhas exclusivas do Governo do Distrito Federal no Programa PROSPERA e no Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR). No PROSPERA foram aprovados 209 projetos resultando na aplicação de R\$ 4.519.739,30 (quatro milhões, quinhentos e dezenove mil, setecentos e trinta e nove reais e trinta centavos) nas atividades desenvolvidas por agricultores familiares. No FDR foram contratados 15 projetos, no valor de R\$ 1.412.521,95 (um milhão, quatrocentos e doze mil, quinhentos e vinte e um reais e noventa e cinco centavos) em atividades agropecuárias no Distrito Federal.

3.2. Programa Empreender e Inovar

O programa tem por objetivo principal capacitar os empreendedores rurais em gestão e estratégias de negócios para maximizar os fatores de produção, capital e trabalho. Em 2019 foram realizados 02 cursos de 24 horas de capacitação em "Introdução à Gestão do Agronegócio" para 21 empreendedores rurais; 04 cursos sobre "Ferramentas de Gestão Financeira" para 93 beneficiários; e 83 visitas de acompanhamento aos empreendimentos atendidos pelo Programa e 164 atendimentos em gestão da propriedade. Além disso, o programa acompanhou 17 novas propriedades, totalizando assim 55 empreendimentos acompanhados desde o início do programa em 2016, sob a perspectiva da gestão do negócio, diretamente por nossas equipes de extensionistas rurais. Após 06 meses de acompanhamento, o produtor beneficiado recebe o diagnóstico econômico do seu negócio e em seguida são elaborados os planos de gestão para cada empreendimento. Em 2019, já foram realizados 10 diagnósticos e elaborados 04 planos de gestão, destes novos empreendimentos.

3.3. Programa Jovem Empreendedor Rural (Filhos Deste Solo)

Este programa visa promover o desenvolvimento rural, integrando políticas públicas existentes para propor novas ações de forma a alterar o cenário de esvaziamento do campo pelos jovens e ofertar novas oportunidades para permanecerem e se desenvolverem “neste solo”. Para tanto, tem o objetivo principal de transformar em realidade os sonhos, anseios, ideias e projetos que os jovens rurais do DF têm para o seu futuro e que envolvam suas famílias e comunidades. Por meio da formação em empreendedorismo rural e gestão de negócios, permitindo que estes jovens transformem esses projetos em Planos de Negócio criando oportunidades de inserção socioeconômica nos setores primário, secundário e terciário da economia. Em 2019, foram realizadas 05 reuniões de mobilização para 219 jovens e 10 cursos de Empreendedorismo e Gestão do Negócio, formando 207 jovens de diversas regiões do Distrito Federal e 02 Seminários com a participação de 260 pessoas entre jovens e seus familiares.

4. Desenvolvimento Sócio Familiar

4.1. Artesanato

O Distrito Federal apresenta uma produção artesanal diversificada de caráter familiar o que fortalece a cultura e os saberes da comunidade rural e, além disso, evidencia o aproveitamento de matérias-primas típicas do Cerrado. Neste sentido, a EMATER-DF incentiva o aprimoramento na realização de trabalhos produzidos com recursos naturais existentes na região, como por exemplo, produtos com tecidos, linhas e bordados tradicionais da cultura brasileira. O artesanato tanto pode representar a renda principal de uma família, como também ser uma fonte de renda complementar, o que colabora com a inserção de membros da família numa atividade produtiva, ocupacional e de lazer. A EMATER-DF apoia e capacita artesãos da área rural do Distrito Federal com foco na produção e qualificação dos artesãos, de maneira a auxiliar a comercialização dos produtos. A EMATER-DF também busca por locais para a venda dos produtos e ajuda no acesso às políticas públicas. No ano de 2019 foram realizados 5.103 atendimentos a 788 produtores beneficiados por meio de visitas, oficinas de capacitação em técnicas do artesanato, cursos de qualificação, organização e noções de gestão e comercialização.

4.2. Turismo Rural

O Turismo Rural busca a integração das cadeias produtivas do meio rural com as atividades turísticas locais, o que resgata tradições, gera novos postos de trabalho no meio rural, inclusive para idosos, mulheres e jovens, agrega renda ao negócio e, portanto, contribui para a qualidade de vida da família rural. A EMATER-DF é uma ponte entre produtores rurais de pequeno porte e empreendedores na área de turismo rural, pois qualifica e incentiva os agricultores para que seus produtos sejam disponibilizados e conhecidos pelos consumidores em novos postos de comercialização. Atualmente, a EMATER-DF está focada em dar conhecimento e subsídios ao público atendido sobre as vantagens de adequar e inserir e seus produtos à cadeia agrícola e não agrícola (artesanato, agroindústria e unidades de produção artesanal) para se tornarem competitivos neste segmento, trazendo uma ampla diversificação de produtos, criando novas oportunidades de geração de renda para mais membros de uma mesma família ao inserir atividades produtivas para idosos, mulheres e jovens. Como é um trabalho de educação de base, os resultados são de médio e longo prazo, porém demonstra um crescente interesse tanto do lado dos pequenos produtores (potenciais fornecedores) como dos empreendedores e visitantes (potenciais compradores). Em 2019 foram realizados:

- 3.122 atendimentos a 628 produtores beneficiados na área de turismo rural. O maior número de atendimentos veio da região de Planaltina, devido ao do projeto Circuito Rajadinha, que existe desde 2014. Tivemos ainda atendimentos em grupos de interesse na

região do Paranoá e da Vargem Bonita. Em Brazlândia foi dada continuidade ao projeto Colha e Pague de Morangos, que acontece durante a Festa do Morango, desde 2016.

- Dentre as atividades realizadas, destaca-se ainda a 6ª Feira da Colônia em Rajadinha, evento anual de promoção do Circuito Turístico da Rajadinha, onde os produtores comercializam flores, itens de artesanato, comidas típicas, produtos da agroindústria, hortas para pequenos espaços, além das recepções nas propriedades. Nesta edição participaram 38 expositores das regiões administrativas de Planaltina, Paranoá, Sobradinho e Lago Oeste com faturamento estimado de R\$ 50.925,00 (cinquenta mil, novecentos e vinte e cinco reais), durante os 02 dias de feira.

4.3. Agroindústria

A Agroindústria é o ambiente físico equipado e preparado para transformar matérias-primas da agricultura e pecuária em produtos de valor agregado. Atualmente existem 61 agroindústrias, localizadas na área rural, registradas na Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal (DIPOVA), categorizados entre laticínios, abatedouros, entrepostos, fábricas de embutidos, produtos vegetais e os de processamento artesanal, havendo expectativa de que novos estabelecimentos sejam formalizados em 2020. Em 2019, a EMATER-DF prestou assistência técnica por meio de atendimentos e capacitações nas áreas de Tecnologia de Processamento e de Boas Práticas de Fabricação (BPF), bem como deu suporte para implantação, adequação e legalização de unidades de processamento. Todas as atividades desenvolvidas tiveram foco na produção de alimentos seguros, o que garante a renda e o emprego na área rural do Distrito Federal. Dentre as atividades realizadas, destacam-se:

- Curso de Gestão e Qualificação para Agroindústria – Curso de 40 horas que capacitou 24 produtores em implantação de agroindústria e qualificou os participantes como Responsável Técnico pela produção, perante as legislações específicas da DIPOVA/SEAGRI;
- Curso de Boas Práticas de Fabricação – Curso de 40h que capacitou 33 produtores em processamento de alimentos com qualidade sanitária e qualificou os participantes como responsável por sua produção, de acordo com legislações específicas da DIPOVA/SEAGRI.

Esses cursos diminuíram os custos com a contratação de Responsável Técnico em pequenas unidades de processamento e trouxe maior autonomia para os produtores. Foram realizados 13.185 atendimentos a 1.873 produtores beneficiados e 1.097 pessoas capacitadas. A EMATER-DF elaborou 159 rótulos de diversos produtos para 16 produtores, de acordo com a legislação vigente para produtos processados e concluiu 65 projetos de agroindústrias para produtores da área rural do Distrito Federal. Em 2019, também foi elaborado o Relatório Técnico de Estudo de Viabilidade de Implantação de Abatedouro de Aves e Entrepostos de Aves no Distrito Federal, onde participaram 44 produtores rurais. O objetivo deste trabalho foi construir um diagnóstico para identificar as características e os desafios enfrentados pelos produtores avícolas do Distrito Federal. Desta forma, é possível ajustar de forma efetiva as recomendações dadas quanto a estes empreendimentos junto às instituições públicas a fim de concretizar esta demanda social.

4.4. Desenvolvimento Humano e Social

A EMATER-DF trabalha com produtores rurais e suas famílias e acredita que para existir desenvolvimento local é necessário trabalhar o desenvolvimento humano, além do crescimento econômico. Por meio desta premissa, a EMATER-DF desenvolve projetos como a Segurança Alimentar Nutricional - Qualidade do Alimento e Alimentação Adequada, Saúde Preventiva, Cidadania e Benefícios Sociais, Educação, Cultura e Lazer, Sistemas de

Saneamento e Organização Social voltado para o público rural. As ações realizadas neste programa observam os pilares da coesão social, ou seja, buscam a menor divisão do trabalho na comunidade o que gera um maior vínculo dos indivíduos com o grupo social. Assim é possível inferir a eficácia dos mecanismos instituídos de inclusão social, como por exemplo, geração de emprego e renda, sistemas educacionais, políticas para promover igualdade, segurança alimentar e nutricional contribuindo para o bem estar do ser humano.

4.4.1. Segurança Alimentar e Nutricional - Qualidade dos Alimentos

A cada ano aumenta a demanda por alimentos com alta qualidade sanitária, sem contaminantes químicos e biológicos no Distrito Federal, mostrando o crescimento da exigência do consumidor local. Em 2019 foram realizados 3.899 atendimentos a 809 produtores assistidos. No Programa de Boas Práticas Agropecuárias "Brasília Qualidade no Campo" realizado pela EMATER-DF foram capacitados 451 produtores nos seguintes métodos coletivos: campanhas, dias especiais, excursões e cursos e teve também como resultado a elaboração de 106 planos de adequação com Certificação de 07 propriedades. Em 03 anos de Programa já foram 30 propriedades certificadas e outras 172 que estão em fase de implantação do Plano de Adequação.

4.4.2. Segurança Alimentar e Nutricional – Alimentação Adequada

A Segurança Alimentar Nutricional (SAN) tem como objetivo a educação e o incentivo do consumo de hortaliças, frutas e frutos do cerrado para uma alimentação saudável e adequada das famílias e trabalhadores rurais, criando alternativas de geração de renda pelo processamento de alimentos. Em 2019 foram realizados 3.545 atendimentos por meio de métodos coletivos, oficinas, cursos, palestras e concursos, dando destaque aos concursos de Hortas, além das orientações individuais, com 951 produtores beneficiados.

4.4.3. Saúde Preventiva e Saneamento Rural

As ações em Saúde Preventiva têm o objetivo de promover atividades educativas e preventivas para as famílias e trabalhadores rurais. Essas atividades são realizadas com a parceria da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, sendo a principal delas o "Dia Especial de Saúde" com o oferecimento de palestras e orientações de promoção da saúde e a realização de exames. As ações de Saneamento Rural orientam o público rural sobre os sistemas de fossa séptica e ecológica, a importância da análise de água, tanto para o consumo humano quanto para qualidade final dos alimentos, a limpeza dos arredores de casas e propriedades, as pragas domésticas, o destino do lixo, a limpeza de caixa d'água, a proteção de cisternas e o tratamento de água. No ano de 2019 foram realizados 10.372 atendimentos por meio de visitas, excursões, cursos, reuniões técnicas e oficinas com destaque nos 08 Dias Especiais de Saúde com atendimento de 416 produtores beneficiados. Foram feitas 134 análises de água para consumo humano e irrigação em parceria com o DIPOVA.

4.4.4. Cidadania e Benefícios Sociais

A EMATER-DF auxilia os agricultores e suas famílias a terem acesso a políticas públicas e atua junto na ajuda pela busca das documentações necessárias para o exercício da cidadania por essas famílias rurais. Em 2019 foram 7.001 atendimentos, com 634 pessoas capacitadas em Cidadania, Políticas Públicas e Benefícios Sociais. Com a orientação da EMATER-DF 45 pessoas obtiveram os seguintes benefícios: aposentadorias, Pensões e o Benefício de prestação continuada (BPC/LOA), 24 pessoas orientadas nos seguintes benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): salário maternidade e auxílio doença. Foram emitidas e/ou renovadas 2.142 carteiras de produtor rural e foram realizados 537 Cadastros (Cad - Único)

que é pré-requisito para que os cidadãos tenham acesso à benefícios do Governo Federal, Estadual e Municipal.

4.4.5. Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR

O PNHR faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida. É uma política pública do Governo Federal para cidadãos da área rural que pretendem construir ou reformar sua casa. As ações com relação a este programa estão na espera de liberação de recursos para que as famílias cadastradas possam dar prosseguimento ao processo.

4.4.6. Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais

O programa é realizado por meio de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Cidadania, a SEAGRI-DF e a EMATER-DF que teve início no ano de 2017 e término em 2019. A EMATER-DF foi responsável pela implantação e pelo acompanhamento de 300 famílias nas estratégias de inclusão produtiva, onde apoia os investimentos produtivos das famílias rurais que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa combina duas ações: a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) e a transferência direta às famílias, por meio do cartão do Programa Bolsa Família, de recursos financeiros não reembolsáveis. Ambas as ações têm o objetivo de auxiliar as famílias rurais no desenvolvimento de projetos produtivos que ampliem ou diversifiquem a produção de alimentos e suas atividades geradoras de renda e assim proporcionar à essas famílias maior acesso à alimentos, bem como proporcionar uma alimentação mais saudável. Esse acordo de cooperação técnica está em fase de finalização e as últimas transferências de renda estão sendo concluídas. A previsão do Ministério da Cidadania é a conclusão dos pagamentos aos últimos beneficiários até janeiro de 2020.

4.4.7. Educação, Cultura e Lazer

Na área rural do Distrito Federal existe uma diversidade de culturas que são manifestadas pela população através de atividades nas comunidades e nos núcleos rurais. Porém, a área rural é carente de opções de lazer, que é um fator indispensável para o aumento da qualidade de vida e do bem-estar humano. As ações realizadas pela EMATER-DF nas comunidades são eventos com temas educativos voltados para a área rural, ações culturais e de lazer, principalmente em comunidades mais carentes, como o Concurso de Pratos, Sabores, Cores e Saberes realizado em 2019, onde o objetivo foi resgatar e fortalecer as tradições regionais e familiares. Foram realizados 927 atendimentos como excursões, reuniões técnicas e dias especiais à 641 produtores beneficiados.

4.4.8. Gênero e Geração

A EMATER-DF realiza atividades direcionadas exclusivamente para as mulheres como forma de proposição e de discussão sobre políticas de integração, de desenvolvimento profissional e pessoal da mulher rural. A EMATER-DF busca alternativas para inserir a jovem, a adulta e a idosa em atividades de capacitações para melhoria na produção agrícola e no artesanato para a contribuição da renda familiar e com empoderamento da mulher rural enquanto indivíduo economicamente ativo. Em 2019 foram realizadas 03 reuniões com representantes das mulheres das 03 faixas etárias em todo o Distrito Federal, onde foram levantados os anseios e necessidades que poderão ser trabalhados nos próximos anos pela EMATER-DF.

4.4.9. Organização Rural “Na perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável”

O desenvolvimento local é uma consequência das decisões e ações definidas em conjunto com representantes dos diversos grupos sociais envolvidos com a atividade rural. A EMATER-DF incentiva e apoia às diversas formas de organizações sociais (associações, cooperativas, conselhos rurais, condomínios/canais de uso de águas, federações, sindicatos e movimentos sociais) o que gera impacto positivo nas comunidades. O exercício de cidadania da população rural a torna mais crítica e consciente de seus direitos e das políticas públicas, o que eleva o controle social das atividades institucionais e assegura à equidade de conquistas sociais entre o rural e o urbano. As associações e cooperativas são positivas na economia do meio rural, pois estas instituições possibilitam que os produtores rurais tenham acesso a máquinas e implementos agrícolas, caminhões para transporte de mercadorias, adquiridos por meio de chamamento público, e também inserem esses produtores no mercado das compras institucionais. O incentivo ao associativismo e ao cooperativismo viabiliza o fortalecimento das atividades econômicas dos trabalhadores e agricultores de base familiar, que agora participam efetivamente de outros mercados com melhores condições de concorrência e lucratividade, melhorando a renda e a qualidade de vida desta população. Número de organizações sociais existentes no Distrito Federal:

- 01 Conselho Distrital;
- 09 Conselhos regionais;
- 170 Associações;
- 13 Cooperativas;
- 62 Canais coletivos de uso de águas;
- 09 Movimentos sociais (CONTAG, STR, MATR, FNT, FETRAF, MLT, MBST, MTD e MST).

5. Métodos Coletivos de ATER

O processo contínuo de formação, capacitação e qualificação dos beneficiários de ATER ocorre por meio dos métodos coletivos próprios de extensão rural tais como: semanas tecnológicas, feiras, encontros, dias de campo, oficinas, cursos, reuniões, dentre outros. Esses processos educativos não formais proporcionam motivação, aprendizado, interações, trocas de experiências e ainda geram diversas demandas, as quais são respondidas pela prestação de serviços de assistência técnica, através de atendimentos pessoais e personalizados. A realização dos métodos coletivos de ATER corresponde a uma etapa do processo de aprendizado dos agricultores, pois estas ações abrangem as principais cadeias produtivas que são trabalhadas no dia a dia pelos extensionistas, tais como olericultura, fruticultura, bovinocultura, agroindústria e outras. Abaixo, os principais métodos coletivos realizados no ano de 2019:

5.1. 4ª Festa da Goiaba – Brazlândia

Método coletivo de médio porte, realizado na região de Brazlândia e Alexandre de Gusmão, no período de 08 a 10 de março de 2019, no intuito de promover a cultura da goiaba entre os produtores rurais e o público urbano do Distrito Federal. Teve a participação de 140 beneficiários atendidos pela EMATER-DF com público visitante estimado em 7.000 pessoas. Na ocasião foram realizados:

- Encontro técnico: Regulagem de equipamentos de pulverização; Tecnologias para o controle de ferrugem e psilídeo na cultura da goiaba;

- Excursão técnica sobre produção de goiaba e frutas temperadas – Fazenda Brava, Cristalina GO;
- Exposição Agrícola e Feira de Artesanato;
- Feira de comercialização de goiaba e demais produtos agrícolas;
- Exposição e vendas de flores - Florabraz.

5.2. 12ª AgroBrasília

Método coletivo de massa, apresentado no modelo de feira, realizado na região do PAD-DF no período de 14 a 18 de maio de 2019. A Agrobrasília é considerada uma das maiores feiras de agronegócio do Brasil e a EMATER-DF participa ativamente deste evento por meio do Espaço da Agricultura familiar, onde são apresentados circuitos tecnológicos com temas variados, com objetivo de apresentar ao público visitante uma gama de tecnológicas de ponta e de fácil acesso. Foram apresentados, por meio de modelo de circuitos, os temas: agroecologia, avicultura, bovinocultura, equideocultura, fruticultura, floricultura, gestão ambiental, olericultura, piscicultura, saneamento rural, suinocultura, organização social, agroturismo, artesanato e agroindústria. O público registrado, ou seja, que foi planejado e conduzido pela EMATER-DF, constituído por produtores e trabalhadores rurais da agricultura familiar e patronal, assentados e acampados da reforma agrária e estudantes no ensino fundamental, médio e superior de escolas técnicas e institutos federais foi de 3.123 participantes, sendo que 1.414 foram provenientes do Distrito Federal, 912 do Estado de Goiás e 797 do Estado de Minas Gerais. Além do público trabalhado, foram estimados aproximadamente 23.000 atendimentos durante as atividades dos circuitos tecnológicos durante o período da feira.

5.3. 30ª Semana do Produtor Rural do Distrito Federal – Tabatinga
Método coletivo de grande porte, realizado tradicionalmente na região de Tabatinga, no período de 10 a 16 de junho de 2019, no intuito de promover a produção rural da região. A semana do produtor contou com o público registrado de 600 produtores e público estimado de visitantes de 1.300 pessoas. Na ocasião foram realizadas as seguintes atividades:

- Palestras técnicas sobre manejo integrado do solo, compostagem e saúde do trabalhador;
- Dia especial com a temática de empreendedorismo rural;
- Atividades culturais, exposição agrícola e campanhas educativas.

5.4. Semana do Produtor Rural de Sobradinho

Método coletivo de médio porte, realizado tradicionalmente na região de Sobradinho, no período de 26 a 28 de junho de 2019, no intuito de promover a produção rural da região. A semana contou com público registrado de 90 produtores. Na ocasião foram realizadas as seguintes atividades:

- Reuniões técnicas com os temas: Boas Práticas Agrícolas, Cultivo Protegido, Prevenção da raiva em animais;
- Oficina: Utilização de Bokashi Líquido.

5.5. 24ª Festa do Morango

Método coletivo de massa, realizado na região de Brazlândia e Alexandre de Gusmão, no período de 30 de agosto a 08 de setembro de 2019, no intuito de promover a cultura do morango entre os produtores da região e o público urbano. Estima-se que um público aproximado de 200 mil pessoas prestigiou a Feira. As atividades técnicas contaram com um público registrado de 2.212 beneficiários. Durante a realização da Semana, ocorreram as seguintes atividades:

- Concurso e premiação de receitas de morango;
- Projeto Colha e Pague de visitação às propriedades produtoras de morango;
- 15º Encontro técnico do Morango no Distrito Federal - Controle biológico de pragas na cultura do morango e Rastreabilidade de produtos vegetais;
- Feira de floricultura e jardinagem de Brazlândia – Florabraz;
- 30ª Exposição Agrícola de Brazlândia.

5.6. 10ª Semana de Integração Rural de Vargem Bonita – IV Encontro Técnico de Produtores de Hortaliças Folhosas do DF

Método coletivo de médio porte, realizado na região de Vargem Bonita, no período de 16 a 21 de setembro de 2019, com o objetivo de promover a produção rural na região. A Semana contou com um público total de 139 beneficiários, atendidos diretamente pela EMATER-DF. Durante a realização da Semana, ocorreram as seguintes atividades:

- 01 Encontro Técnico;
- 02 Mutirões de limpeza;
- 01 Campanha de recolhimento de embalagens;
- 02 Reuniões Técnicas;
- 02 Excursões Técnicas;
- 01 Oficina sobre biofertilizantes.

5.7. 7ª Fest Flor Brasil

Método coletivo de grande porte, no formato de feira, a Fest Flor Brasil é o principal evento do setor de flores, decoração e paisagismo do Distrito Federal e tem como objetivo promover e fomentar a cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais, além da divulgação de produtos e produtores, por meio de oficinas, palestras e seminários. A Fest Flor ocorreu no período de 19 a 22 de setembro de 2019. Estima-se que aproximadamente 25.000 pessoas visitaram o evento, sendo que o público registrado e atendido pela EMATER-DF foi de 690 participantes dos métodos coletivos, com 114 produtores rurais capacitados. A EMATER-DF atuou diretamente nesta feira por meio das seguintes atividades coletivas:

- Exposição de Flores e plantas ornamentais;
- III Seminário de Paisagismo de Brasília;
- Workshop de Floricultura;
- 02 Mesas Redondas;
- 26 Oficinas Demonstrativas;

- 04 Reuniões Técnicas.

5.8. 6ª Feira da Colônia - Circuito Rajadinha

Método coletivo promovido pela EMATER/DF em parceria com produtores do Núcleo Rural Rajadinha em Planaltina-DF, no intuito de fortalecer o agroturismo local. A feira ocorreu nos dias 03 e 04 de agosto de 2019 e contou com um público de 735 visitantes. Foi registrado o atendimento de 38 produtores rurais durante a feira, os quais expuseram seus produtos e serviços. O evento foi composto pelas seguintes atividades:

- Exposição de flores, plantas ornamentais e produtos da área rural;
- 06 Oficinas e palestras técnicas;
- 04 Visitas técnicas guiadas.

5.9. 21ª Semana do Pimentão

Método coletivo promovido pela EMATER-DF em parceria com produtores do Núcleo Rural Taquara. A feira ocorreu nos dias 07 a 11 de agosto de 2019. Foi registrado o atendimento de 477 produtores rurais durante a feira, que contou com as seguintes atividades:

- Exposição de produtos agropecuários da região;
- Campanha de recolhimento de embalagens de agrotóxicos;
- 1º Encontro dos produtores em sistema de cultivo protegido
- 05 Palestras técnicas;
- Cavalgada do pimentão.

5.10. 1ª Semana do Produtor Rural do Gama

Método coletivo, realizado na região do Gama, no período de 16 a 18 de outubro de 2019, no intuito de promover a agropecuária na região e que contou com um público registrado de 91 beneficiários, nas atividades desenvolvidas pela EMATER-DF. Estima-se que um público aproximado de 2.000 pessoas prestigiaram a exposição. Durante a realização da Semana, ocorreram as seguintes atividades:

- Dia Especial em produção de abacate;
- Palestra: Produção de Morango;
- 03 Cursos: Tratorista, Piscicultura Básica e Brigadeiro Gourmet;
- Leilão de Bovinos da Embrapa;
- Mutirão de combate a Dengue.

5.11. 2ª Semana do Produtor de Ceilândia

Método coletivo, realizado na região de Ceilândia, no período de 07 a 11 de outubro de 2019, com o objetivo de promover a produção rural na região. A Semana contou com a participação total de 133 beneficiários atendidos diretamente pela EMATER-DF. Durante a realização da Semana, ocorreram as seguintes atividades:

- Campanha de recolhimento de embalagens de agrotóxicos;

- 05 Reuniões Técnicas: Crédito Rural, Plantas ornamentais, Avicultura, Piscicultura e Energia Fotovoltaica.

5.12. 15º Encontro de Piscicultores do DF e Entorno

Método coletivo, realizado na Granja do Ipê/Seagri, no dia 24 de outubro de 2019, com o objetivo de propiciar oportunidade aos piscicultores do Distrito Federal e Entorno para trocas de experiências práticas e técnicas bem como adquirir conhecimentos sobre a cadeia de insumos, o sistema de produção, o processamento e a comercialização de peixes. Neste encontro, os piscicultores puderam discutir e buscar soluções para organizar os produtores para a inserção do pescado no mercado de Brasília. O evento contou com a participação total de 79 pessoas, sendo a maioria de piscicultores atendidos pela EMATER-DF, alguns participantes eram piscicultores do Estado de Goiás e os demais eram técnicos de instituições públicas.

5.13. 9º Encontro Regional dos Produtores de Maracujá e 1º Encontro Regional de Fruticultores – Planaltina

A realização do tradicional Encontro Regional de Produtores de Maracujá junto com o 1º Encontro de Fruticultores do Distrito Federal reuniu mais de 300 beneficiários no Núcleo Rural Pipiripau no mês de outubro de 2019. Aconteceram palestras técnicas sobre maracujá, pitaya, abacate e ainda o lançamento do livro Expedição Safra – Maracujá. Esse encontro promove de maneira muito eficiente a integração entre produtores, ATER e a pesquisa agropecuária, e demonstra o fortalecimento desta atividade no interesse apresentado pelos participantes. Foram capacitados 321 beneficiários de ATER.

5.14. Dia Especial de Frutas de Clima Temperado

Método coletivo, realizado no Parque de Exposições Ivaldo Cenci na região do PAD-DF, no dia 04 de dezembro de 2019, com o objetivo de promover a produção de frutas de clima temperado como: uvas finas, maçã e pera. Foi utilizada a metodologia de palestras e acompanhamento técnico nos pomares em fase de produção. O evento contou com a participação de 45 beneficiários de ATER do Distrito Federal e do Entorno (RIDE) e que foram capacitados no evento.

6. Capacitação de Produtores Rurais

O Centro de Capacitação Tecnológica e Desenvolvimento Rural (CENTRER) desenvolveu durante o ano de 2019 cursos de capacitação e qualificação em agroindustrialização para agricultores, mulheres e jovens rurais, instituições sócio assistenciais e para o público urbano. Foram realizadas no ano 2019, 72 capacitações com 1.179 participantes nas tecnologias de fabricação de produtos lácteos, cárneos, panificados, frutas, hortaliças e alimentos diferenciados (sem glúten e sem leite, diet e light). Desse total destacamos a realização de 39 oficinas com 779 participantes, atividades estas demandadas por instituições como a CEASA, Presidência da República, Escolas e a Fábrica Social. O CENTRER apoiou a realização de 574 atividades com um total de 12.654 participantes. Essas atividades foram promovidas pela EMATER-DF, SEAGRI-DF e CEASA-DF, outras Instituições governamentais e não governamentais (cooperativas, associações, escolas, empresas privadas), sendo realizadas no Centro de Capacitação e Comercialização (CCC), Escritórios Locais e RIDE.

7. Projetos Especiais

7.1. Instrumento Específico ANATER – Mais Gestão

Trata-se de parceria firmada entre a EMATER-DF e a Agência Nacional de Extensão Rural (ANATER) com foco na gestão de empreendimentos coletivos da agricultura familiar no Distrito Federal. Esse trabalho iniciou-se em 2018 e está em andamento com a assessoria técnica de 13 empreendimentos coletivos entre cooperativas e associações. A EMATER-DF atende 14 organizações com 889 pessoas associadas. Foram executados 12 Cadastros nas organizações no Distrito Federal, com 96 horas trabalhadas e fora do Distrito Federal executados 02 cadastros com 16 horas trabalhadas, 12 diagnósticos nas organizações no Distrito Federal com 288 horas, e 02 diagnósticos fora do Distrito Federal, com 48 horas trabalhadas, 10 Planos de Gestão para as organizações no Distrito Federal, com 320 horas trabalhadas, 35 atendimentos totalizando 140 horas. Eventos Coletivos: 01 Oficina com potenciais compradores com 16 horas trabalhadas, totalizando 924 horas técnicas de trabalho em 2019.

7.2. Atuação da EMATER-DF na RIDE

De janeiro a maio do ano de 2019 atuaram na RIDE as equipes técnicas lotadas nos Escritório de Projetos Especiais - EP's, Norte (Formosa - Lote-06), Leste (Formosa e Vila Boa - Lote 07) e Noroeste (Padre Bernardo/Cocalzinho - Lote 08). Essas equipes eram compostas por 13 profissionais que desenvolveram, nesse período, diversas ações de ATER para a conclusão das Metas estabelecidas no 7º Aditamento (09/05/2018 a 08/05/2019), referentes aos Contratos Nº 100, Nº 200 e Nº 300 da Chamada Pública de ATER/2014 firmados com o INCRA-SR (28) – DFE. Nesses 04 Aditamentos foram alcançadas 1.300 famílias de produtores em 27 Projetos de Assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sendo 14 localizados nos municípios de Formosa-GO; 01 em Cabeceiras-GO; 02 em Vila Boa-GO; 07 em Padre Bernardo-GO; e 03 em Cocalzinho-GO. No período do Contrato foram elaborados projetos de inclusão social e produtivas, por meio dos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Fomentos I e II e Fomento Mulher. Visto que o INCRA, através de sua Superintendência Regional - SR (28) DFE e os assentados beneficiários desses contratos nos solicitaram prioridade nesse sentido, haja vista a intenção da Superintendência em agilizar as liberações desses recursos, bem como a proximidade do término da nossa atuação nesses contratos (08/05/2019). Como resultados positivos desses esforços destacaram-se a elaboração e apresentação ao INCRA e agências do Banco do Brasil de 750 projetos, totalizando R\$ 7.175.200,00 (sete milhões, cento e setenta e cinco mil e duzentos reais), que estão em processos de liberações pelas respectivas instituições. Foram elaborados 206 projetos de créditos – PRONAF: valores previstos R\$ 5.150.000,00 (cinco milhões, cento e cinquenta mil reais); 218 projetos de Fomento I e II: valores previstos R\$ 1.395.200,00; 126 projetos de Fomento Mulher: valores previstos R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais). Outras ações de Ater desenvolvidas nesse período foram 215 visitas individuais nas unidades de produção familiar dos beneficiários da reforma agrária, com realizações de 860 atendimentos, 37 eventos coletivos (reuniões técnicas e oficinas de avaliações dos resultados dos projetos), com 526 produtores beneficiados e 09 licenciamentos ambientais.

7.3. Convênio MAPA para ATER ao Médio Produtor

Esse convênio foi firmado entre o MAPA e a EMATER-DF pelo período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018, entretanto, foi prorrogado, passando o seu término para dezembro de 2019. Teve como objeto a realização de 04 assessoramentos individuais de ATER por produtor a 790 médios produtores rurais do Distrito Federal. Além disso a realização de: 30 métodos coletivos de ATER; 05 intercâmbios técnicos de formação para produtores e técnicos. No ano 2019, para complementação dessas Metas, os resultados alcançados neste convênio foram:

- 710 propriedades atendidas;

- 279 diagnósticos aplicados;
- 496 planos de ATER elaborados;
- 2.381 assessoramentos técnicos efetuados com 16 atividades coletivas (Dias de campo, Dias especial de saúde e Cursos), com um total de 625 participantes e,
- 03 viagens de intercâmbios de técnicos.

7.4. Instrumento Específico de Parceria ANATER – Mais Ater

Trata-se de um Instrumento Específico de Parceria – IEP, firmado entre a ANATER e a EMATER-DF, que tem por objeto a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a 500 famílias de agricultores familiares do Distrito Federal pelo um período de 30 meses (01/11/2017 a 30/4/2020). Em 2019 os resultados apresentados no desenvolvimento das ações previstas nesse Instrumento Específico de Parceria foram as seguintes realizações:

- 2.494 visitas individuais;
- 35 eventos coletivos com 875 produtores beneficiados;
- 304 diagnósticos intermediários.

O objetivo das ações foi a promoção do desenvolvimento sustentável das unidades de produção familiar - UFPA's, beneficiárias desse IEP, por meio de inovações tecnológicas nas cadeias produtivas de olericultura, bovinocultura, fruticultura, piscicultura, avicultura, floricultura, agroindústria, artesanato e no fortalecimento do desenvolvimento social em projetos de segurança alimentar.

8. Projeto Portal Rural

O uso de dispositivos móveis é uma realidade no meio rural e traz desafios e oportunidades para a atividade de assistência técnica e extensão rural. É necessário repensar a forma de atendimento ao empreendedor rural e à cadeia produtiva do agronegócio, oferecer oportunidades de autoatendimento, aumentar a interação com técnicos e extensionistas e potencializar a educação à distância. Assim, a EMATER-DF, em conjunto com a SEAGRI-DF e CEASA-DF, desenvolveu o aplicativo DFRural para atendimento ao produtor rural, oferecendo serviços e informações do Sistema Público de Agricultura por meio de dispositivos móveis. No ano de 2019, foram disponibilizados, em caráter experimental, os seguintes serviços ao público rural:

- Cartão do Produtor Rural Digital (e-CPR);
- Caderneta de Campo: permite que o produtor rural mantenha o histórico das atividades realizadas nos plantios, atendendo às normas da rastreabilidade de produtos vegetais frescos, estabelecidos pela Instrução Normativa nº 02/2018 do MAPA;
- Banco de Emprego: parceria com a SETRAB-DF para que o Produtor rural ofereça vagas de emprego;
- Preços da CEASA: histórico de preços praticados no atacado e coletados diariamente pela CEASA-DF.

O aplicativo encontra-se disponível na Google Play Store e possui as seguintes facilidades:

- Gratuito e sem publicidade;

- Foco no Produtor Rural e na simplicidade de utilização;
- Funcionamento sem internet;
- Manutenção de backup dos dados inseridos pelo produtor.

9. Programa de Fortalecimento do Emprego e Qualificação no Setor Agropecuário

As mudanças no cenário nacional quanto ao desenvolvimento de um meio rural produtivo e sustentável demandam cada vez mais por uma maior qualificação da mão de obra. A presença de novas tecnologias no campo diminuiu muito a penosidade do trabalho rural. No entanto, na outra ponta da cadeia, falta mão de obra qualificada que atenda o desenvolvimento do setor agropecuário. Nesse contexto, a construção de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, geração de renda e ampliação do acesso a programas e políticas públicas aos agricultores do Distrito Federal se fazem necessárias. A Extensão Rural, que se baseia no processo educativo continuado e transformador, tem se deparado com essa urgência imperativa da qualificação de recursos humanos nos diversos segmentos agropecuários. É nesse intuito que o Governo do Distrito Federal, por meio da EMATER-DF e da Secretaria de Trabalho (SETRAB-DF), prepara o lançamento do Banco de Empregos no início do ano de 2020, direcionado exclusivamente ao campo, que irá reunir todas as informações sobre a oferta de vagas e a mão de obra disponível do setor. Essa ferramenta facilitará o êxito na busca, que hoje é tão complicada. Além dessa inovação, diante da dificuldade que muitos produtores têm em encontrar pessoas qualificadas para atividades específicas no campo, o projeto vai focar nessa especialização por meio de cursos, que irão focar o desenvolvimento, a aprendizagem e o desempenho profissional com as características exigidas pelo setor. Dentre as atividades desenvolvidas no programa, destacamos:

- Elaboração do Plano de Trabalho e do Acordo de Cooperação Técnica com a SETRAB-DF;
- Implantação do Banco de Empregos no aplicativo DF Rural, em caráter experimental;
- Planejamento dos cursos a serem ofertados.

10. Manutenção da Infraestrutura do Setor Agropecuário

A EMATER-DF em apoio à SEAGRI e com os agricultores fez, ao longo do ano de 2019, um importante trabalho de recuperação dos canais de irrigação do Distrito Federal. Estes canais, em sua grande maioria, foram construídos pela antiga Fundação Zoobotânica nas décadas de 60 e 80 do século passado, com o objetivo de promover o desenvolvimento da atividade de produção de alimentos para a capital federal e foram de suma importância para o desenvolvimento das áreas rurais do Distrito Federal. Em sua maioria, os canais de irrigação são escavados em terra e estão sujeitos a diversos tipos de danos e contaminações, além de possuírem baixa eficiência no processo de condução da água onde em vários trechos as perdas chegam a 50% do volume captado. Diante de um universo de 63 sistemas de abastecimento de água para irrigação (canais), em 2019 foram realizadas obras de tubulação em 08 desses sistemas, no qual foram instalados 24 km de tubulações de PEAD/PVC, beneficiando 288 propriedades rurais. Foram realizados ainda serviços de limpeza e manutenção em outros 04 canais, somando 14,5 km e trazendo benefícios a outros 145 agricultores. Os canais que foram parcialmente ou totalmente tubulados em 2019 são: Santos Dumont (ramais), Rodeador (trechos críticos), Buriti Vermelho, Lamarão, Capão Comprido I e II, Granja do Ipê e Tabatinga. Os canais que receberam serviços de limpeza são: Curral Queimado, Jatobazinho, Riacho Fundo e Santos Dumont (principal). Os trabalhos foram realizados

utilizando maquinário da SEAGRI-DF, acompanhados por Extensionistas Rurais da EMATER-DF com mão de obra auxiliar fornecida pelas Organizações de Agricultores.

11. Programa de Incentivo à Energias Renováveis

A EMATER-DF desenvolveu um programa voltado para o incentivo do uso de energias renováveis no Distrito Federal, onde foi elaborado o plano de trabalho em energias renováveis e modelagem de implantação de sistema fotovoltaico nos Escritórios Locais da EMATER-DF. Foi realizada a demonstração de sistema fotovoltaico no Espaço da Agricultura Familiar na Agrobrasília de 2019, em Off Grid e On Grid, com o sistema de irrigação funcional, com o objetivo de aproximar essa tecnologia aos produtores que visitaram o circuito da floricultura, tendo público estimado de 3.000 pessoas. Foram realizados ainda 04 eventos de apresentação e divulgação de energia fotovoltaica nos seguintes locais: Associação de Produtores Rurais do Lago Oeste (ASPROESTE); no Escritório de Vargem Bonita na X Semana de Integração Rural; no dia de campo de piscicultura no Escritório de Ceilândia; e no dia de campo da floricultura na Agrobrasília de 2019. Atualmente, a EMATER-DF orienta 10 propriedades rurais no Lago Oeste para a implantação de energia fotovoltaica.

12. Modernização de Sistemas de Informação

Antes da implantação do Projeto de Conectividade Rural e Praças Digitais, os dispositivos públicos instalados na área rural do Distrito Federal apresentavam dificuldades de comunicação devido a obsolescência e, portanto, o acesso a internet era extremamente precário, resultando em lentidão e indisponibilidade de serviços relacionados ao atendimento ao público rural pela EMATER-DF. Com a execução do projeto e a consequente aquisição de equipamentos modernos de rede (rádios e seus acessórios) que possuem alta taxa de transmissão de dados (velocidades superiores a 350 mb/s) permitiram acesso à internet de alta velocidade à 07 núcleos rurais (Alexandre Gusmão, Pipiripau, PAD-DF, Jardim, Tabatinga, Rio Preto e Taquara), beneficiando diversos órgãos que estão instalados nestes locais como os Escritórios Locais da EMATER-DF, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a SEAGRI-DF, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Educação, levando maior agilidade no atendimento a população que vive nos locais informados acima e que é usuária dos serviços públicos oferecidos por estes Órgãos. Salientamos ainda que o projeto trouxe ganho no atendimento de Tecnologia da Informação (TI) e suporte ao usuário, uma vez que, antes do projeto era exigido o deslocamento dos técnicos de informática da EMATER-DF da sede até os Escritórios Locais, gerando custos elevados com combustível e tempo. Depois da implantação do projeto o acesso agora é remoto, por meio de conexão de rede, o que promoveu redução de gastos com deslocamento. Vale destacar ainda a disponibilização de WIFI gratuito a estas comunidades (Praças Digitais) nas imediações dos escritórios locais da EMATER-DF, o que permitiu o acesso à internet de alta velocidade, levando inclusão digital à população rural destes locais.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1483 - AGRICULTOR ASSISTIDO	UNIDADE	10.000	31/01/2015	ANUAL	10.900	11284	11.800	12.362	12.700	10.417	13.600	12487	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4 / UO 14203 / OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcance do 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcance do 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcance do 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcance do 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - 11.284 beneficiários de ATER (agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais) assistidos, com repetição, totalizando 79.095 atendimentos. As pessoas foram assistidas em desenvolvimento da produção agrícola e produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.</p> <p>2017 - Em 2017 foram atendidos 12.362 beneficiários de ATER, compreendendo as categorias de agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais, sem repetição. Os atendimentos com repetição somaram 118.374. As pessoas foram assistidas em desenvolvimento da produção agrícola e produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.</p> <p>2018 - Em 2018 foram assistidos 10.417 beneficiários de ATER sem repetição, compreendendo as categorias de agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais. Os atendimentos com repetição somaram 108.848 assistidos. Os beneficiários das políticas públicas foram assistidos em desenvolvimento da produção agrícola, produção animal, desenvolvimento de negócios, desenvolvimento humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.</p> <p>2019 - Em 2019 foram assistidos 12.487 beneficiários da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), compreendendo as categorias de agricultores, trabalhadores rurais, mulheres, jovens e organizações rurais, por meio de métodos individuais e coletivos de ATER. Os atendimentos com repetição, somaram 176.169 atendimentos. Os beneficiários foram assistidos em desenvolvimento da produção agrícola, produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.</p>													
1484 - PARTICIPAÇÃO NO PAA/PNAE/PAPA-DF	PESSOA	637	31/12/2014	ANUAL	870	1626	1110	1501	1360	1657	1600	2069	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4 / UO 14203 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Participação de 1.138 agricultores familiares no PAA, 250 no PNAE e 238 no PAPA. O índice foi superado, principalmente, devido a disponibilização de recursos da área federal. Também houve a inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, inclusive orgânicos; renovação e execução de contratos firmados em anos anteriores; e apoio a associação e cooperativa na execução de projetos.</p> <p>2017 - Em 2017 houve a participação de 1.016 agricultores familiares no PAA; no PNAE 307 e no PAPA-DF 178. O índice foi superado em razão da disponibilização de recursos da área federal, além da inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, inclusive orgânicos; renovação e execução de contratos firmados em anos anteriores; e apoio a associação e cooperativa na execução de projetos.</p> <p>2018 - Em 2018 ocorreu a participação de 1.033 agricultores familiares no PAA, 612 no PNAE e 12 no PAPA-DF. O índice foi superado em virtude da maior disponibilização de recursos para o PNAE, bem como a inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, incluindo os orgânicos, a renovação e a continuidade de contratos firmados em anos anteriores e o apoio de associações e cooperativas na execução de projetos.</p> <p>2019 - 2019 - No exercício de 2019 participaram dos programas públicos de aquisição de alimentos 2.069 agricultores familiares, distribuídos da seguinte forma: PAA com 1.033, PNAE com 946 e PAPA/DF com 90. O índice foi superado em virtude do maior volume financeiro contratado bem como da maior participação quantitativa de agricultores.</p>													

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	100000,0	0,0	0	0
0006 - INSTALAÇÃO DE POÇO ARTESIANO SETOR RURAL PINHEIRAL - SÃO SEBASTIÃO	100000,0	0,0	0	0
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	31673,0	2470308,00	1274249,35	315431,13
0001 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL-EMATER-DISTRITO FEDERAL	31673,0	2470308,00	1274249,35	315431,13
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	0	496800,0	0,0	0
0002 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS-INSTALAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE SANEAMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	0	496800,0	0,0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	131673,00	2967108,00	1274249,35	315431,13

1. Gestão Ambiental

A Gestão Ambiental é uma das diretrizes de ATER que a EMATER-DF desenvolve para adequar as propriedades rurais à legislação ambiental vigente. Tem como objetivo minimizar os impactos ambientais produzidos nos processos de produção das propriedades rurais no Distrito Federal. Nesse contexto, destacam-se as ações no Programa Produtor de Água, cujo

objetivo é estimular a preservação dos mananciais por meio da política de pagamento por serviços ambientais voltados a proteção hídrica no Brasil. No Distrito Federal, o programa foi implantado na bacia do Ribeirão do Pípiripau no ano de 2010 e em 2019 foi implantado na Bacia do Rio Descoberto. Em 2019 foram elaborados 04 Projetos Individuais de Propriedade (PIP). A EMATER-DF atuou na Restauração e Conservação de Área de Preservação Permanente e Vegetação Nativa, com o plantio de aproximadamente 17.292 mudas na Bacia do Pípiripau. Na Bacia do Rio Descoberto, foram realizadas três reuniões da Unidade de Gestão do Projeto do Projeto Produtor de Água no Rio Descoberto para discutir as ações que já foram realizadas e as ações que serão implementadas a partir de 2020. Nas ações do Projeto Descoberto Coberto, realizadas na bacia do Rio Descoberto, vale destacar a adequação de 34 Km de estradas rurais, construção de 94 bacias de retenção, recuperação de 19 nascentes e o plantio por semeadura direta em 5 hectares na Reserva Biológica (REBIO) do Lago Descoberto. A EMATER-DF auxiliou ainda na execução do Projeto REFLORESTAR da SEAGRI-DF, com 96 atendimentos e 80 produtores beneficiados.

Na ação prioritária de adequação ambiental dos imóveis rurais, foram realizadas as seguintes ações:

- Elaboração de 75 Declarações de Conformidade de Atividade Agropecuária (DCAA);
- 294 produtores beneficiados, referentes a outorga de água;
- 15 Campanhas de Recolhimentos de Embalagens Vazias que beneficiaram 312 produtores rurais;
- Elaborados 180 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e,
- Elaborados 35 Planos de Utilização (PU) e,
- Recomendação e auxílio na utilização do Composto Orgânico de Lixo (COL), sendo que em 2019 foram atendidos 529 produtores rurais em uma área de 997,16 ha e um total de 27.117,61 toneladas de composto.

Em 2019 foram 312 produtores beneficiados e 294 atendimentos referentes à outorga de água a produtores beneficiários.

2. Programa SANEATER – Saneamento Básico Rural

A EMATER-DF é uma empresa pública comprometida, entre outros aspectos, com a melhoria da qualidade de vida e saúde do morador do campo. Busca contribuir para a ampliação das práticas de sustentabilidade ambiental adequadas de saneamento básico. Em 2019, em parceria com a SEAGRI-DF, criou o programa de Saneamento Básico Rural (SANEATER) com o objetivo de aumentar a quantidade de moradias na área rural do Distrito Federal com acesso a sistemas salubres e sustentáveis de esgotamento sanitário. Para tanto, desenvolveu os estudos técnicos pertinentes e deu início ao processo licitatório para aquisição e instalação de 165 sistemas individuais de esgotamento sanitário, cujos beneficiários serão produtores rurais de 10 regiões distintas do Distrito Federal. O processo está em andamento e estima-se que seja finalizado no exercício de 2020. Destaca-se, ainda, a realização das seguintes atividades voltadas para este fim:

- Captação de recursos por meio de emendas parlamentares individuais;
- Articulação com órgãos do Governo do Distrito Federal;
- Visitas a diferentes regiões atendidas pela EMATER-DF;
- Reuniões com órgãos afins: Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), SEAGRI-DF e a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF);
- Sondagem de programas governamentais voltados ao atendimento sanitário do pequeno produtor rural;

- Participação nas reuniões do conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal (CONSAB) para a elaboração do Plano de Saneamento Básico Rural do Distrito Federal.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice e mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado do 1º Ano	Alcançado do 1º Ano	Desejado do 2º Ano	Alcançado do 2º Ano	Desejado do 3º Ano	Alcançado do 3º Ano	Desejado do 4º Ano	Alcançado do 4º Ano	Fonte
1645 - RECUPERAÇÃO DE APP E RESERVA LEGAL	HA	20	31/12/2014	ANUAL	105	99	120	59,43	150	22,71	185	11,12	EMATER-DF / UO 14203 / OE 5) / UO 14203 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Em 2016 foram alcançados 99 hectares de área de recuperação de APP e reserva legal correspondendo a 95% do índice desejado. Devido ao longo período de estiagem durante o ano, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 5% restantes para o alcance do índice.</p> <p>2017 - No exercício de 2017, a meta para recuperação de APP e reserva legal era de 120 hectares. No entanto, foram alcançados apenas 59,43 hectares, o que corresponde a 49,52% da meta. Devido ao longo período de estiagem durante o ano, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 50,48% restantes para o alcance da meta.</p> <p>2018 - A meta para recuperação de APP e reserva legal para o terceiro ano era de 150 hectares. Foi alcançado, porém, 22,71 hectares o que corresponde a 15,14% da Meta, em virtude da baixa produção de mudas do Viveiro Granja do Ipê, da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.</p> <p>2019 - A meta para recuperação de Área de Preservação Ambiental (APP) e reserva legal era de 185 hectares. Porém, foi alcançado 11,12 hectares, que corresponde a 6,01 % da meta estipulada para o exercício de 2019. O alcance da meta não foi possível devido a baixa produção de mudas do Viveiro da Granja do Ipê da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI).</p>													

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	111000,0	32937,0	32937,00	31397,07
0007 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-EMATER-DISTRITO FEDERAL	111000,0	32937,0	32937,00	31397,07
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	111000,00	32937,00	32937,00	31397,07

O contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) atende a necessidade de pessoal no setor de manutenção da EMATER-DF ao compor a equipe de trabalho que presta apoio no edifício sede da EMATER-DF e em seus escritórios locais, distribuídos pelo Distrito Federal. Durante o ano de 2019 a EMATER-DF teve a participação de 02 internos da FUNAP que tiveram a oportunidade realizar atividades laborais em um ambiente profissional.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	3300000,0	2282606,00	2264388,44	2264388,44
0080 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-EMATER- PLANO PILOTO .	3300000,0	2282606,00	2264388,44	2264388,44
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	711653,0	10990959,00	10675586,92	10675586,92
6150 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	711653,0	10990959,00	10675586,92	10675586,92

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8000000,0	7680547,00	7679313,31	7679313,31
0035 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	8000000,0	7680547,00	7679313,31	7679313,31
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	12011653,00	20954112,00	20619288,67	20619288,67

No exercício de 2019, houve a representação judicial da EMATER-DF, nos polos ativos e passivos, em aproximadamente 166 ações judiciais perante a Justiça do Trabalho, divididas da seguinte forma: 104 ações sobre gratificação de titulação (Lei nº 3.824 de 2006), 44 ações de insalubridade e 18 referentes a outros assuntos, tais como: dissídio coletivo, jornada de trabalho, cumprimento de acordo coletivo, progressão funcional, reenquadramento funcional, ressarcimento de pagamentos indevidos e ação civil pública, com atuação junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Supremo Tribunal Federal. No mesmo ano, a Assessoria Jurídica também exerceu a representação judicial esporádica da EMATER-DF, nos polos ativos e passivos, em algumas ações judiciais remanescentes perante a Justiça Comum Estadual e Federal, referentes a assuntos diversos (ações declaratórias, ações de cobrança, ações anulatórias, execuções, mandado de segurança, repetição de indébito, execuções fiscais etc.).

Em 2019, exerceu a representação extrajudicial da EMATER-DF junto a órgãos e entidades da Administração Pública e entidades privadas, mediante atuação em procedimentos junto ao Ministério Público do Trabalho, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), à Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), à Ouvidoria Geral do Distrito Federal, ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN-DF), além de elaborar notificações extrajudiciais a pessoas físicas e jurídicas. Em 2019, os Advogados da EMATER-DF auxiliaram as comissões de trabalho com o objetivo de atualizar os normativos internos da EMATER-DF em cumprimento à legislação vigente, como a Lei nº 13.467 de 2017, que alterou a CLT, e a Lei nº 13.303 de 2016, que instituiu o estatuto jurídico das estatais. Desde o ano de 2018, a EMATER-DF tem atuado para se adequar aos novos ditames estabelecidos pelo novo estatuto das estatais, instituído pela Lei nº 13.303 de 2016 e o seu regulamento (Decreto Distrital nº 37.967 de 2017). Além disso, exerce o constante acompanhamento da atualização da legislação aplicável, auxiliando os setores competentes na modernização, interpretação e no cumprimento das normas.

O programa de trabalho aloca igualmente a execução do pagamento das indenizações do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) que terá seu encerramento em maio de 2021.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	349319,0	204151,10	148680,15	28195,00
5338 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	349319,0	204151,10	148680,15	28195,00
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	39817,0	16307,60	15499,60	14150,72
9633 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-EMATER-DISTRITO FEDERAL	39817,0	16307,60	15499,60	14150,72
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	200683,0	143671,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9699 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	200683,0	143671,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	92831559,0	101442373,00	101378184,20	101377721,49
0006 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EMATER-DISTRITO FEDERAL	92831559,0	101442373,00	101378184,20	101377721,49
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3824698,0	3838353,00	3825828,77	3825828,77
6986 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	3824698,0	3838353,00	3825828,77	3825828,77
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2585921,0	2989794,00	2795994,82	2130843,52
0093 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	2585921,0	2989794,00	2795994,82	2130843,52
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	126693,0	88538,00	10305,0	9675,0
0016 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	126693,0	88538,00	10305,0	9675,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	70000,0	46017,00	35613,48	29248,24
0003 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-EMATER-DISTRITO FEDERAL	70000,0	46017,00	35613,48	29248,24
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	100028690,00	108769204,70	108210106,02	107415662,74

1. Concessão de Bolsa Estágio

Atendendo ao disposto na Lei n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008 e outros dispositivos legais, a EMATER-DF oferece oportunidade de realização de estágio curricular e extracurricular à estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino, com o objetivo de complementar os estudos por meio da prática profissional. O acesso ao Programa de Estágio Remunerado, a partir de 2019, foi possível por meio de adesão ao contrato da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, gestora do programa no âmbito do Governo do Distrito Federal. Foram contratados 04 estudantes, sendo 01 em Agronomia, 01 em Propaganda e marketing, 01 em Turismo e 01 em Direito. Esse pequeno número de contratações se deve ao reduzido valor orçamentário disponibilizado para a gestão desse programa de trabalho. Foram disponibilizadas ainda no decorrer do ano de 2019, 20 vagas de estágio obrigatório não remunerado, abrindo vagas para estudantes de Gestão do Agronegócio, Agronomia, Medicina Veterinária, Engenharia Ambiental, Técnico em Agroindústria, Técnico em Informática, Zootecnia, Tecnologia de Alimentos e Técnico em Agropecuária.

2. Bolsa Jovem Aprendiz

É um programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, com especificação do público-alvo, dos conteúdos programáticos a serem ministrados, período de duração, carga horária e prática, mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendizado, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nº 615, de 13 de dezembro de 2007. Aprendiz é o jovem com idade entre 14 e 24 anos, matriculado em curso de aprendizagem profissional e admitido por estabelecimentos de qualquer natureza que possuam empregados regidos pela CLT. Em 2019 realizamos uma seleção para 07 vagas a partir de demanda feita ao Instituto Fecomércio - instituição formadora e legalmente qualificada, onde os (as) aprendizes participam de um programa de formação continuada 01 vez por semana, durante a vigência do contrato, conciliando o desenvolvimento profissional e sua prática exercida na EMATER-DF. Os candidatos a empregado aprendiz passaram por seleção de supervisores e entrevista, onde foram selecionados (as) jovens das localidades próximas aos escritórios locais da EMATER-DF e também filhos de agricultores participantes de programas sociais, concretizando o papel social de atuação da EMATER-DF. Os (as) jovens selecionados (as) tiveram suas lotações efetivadas nas unidades de Ceilândia, Gama, Paranoá, Pípiripau, São Sebastião, Taquara e na Seda da EMATER-DF.

3. Capacitação de servidores

Diante da restrição orçamentária para a capacitação de servidores no exercício de 2019, listamos abaixo as ações realizadas:

- Capacitação de 29 empregados no curso "Gestão e fiscalização de contratos", em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV) e a Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF), visando a correta execução dos contratos da EMATER-DF;
- Capacitação de 04 empregados para a realização de pregão eletrônico, em consonância com a Lei nº 13.303 e o Regulamento de Licitações e Contratos da EMATER-DF;
- Realização da palestra "Autogestão para resultados extraordinários", durante o Seminário Institucional ocorrido no mês de dezembro, com a participação de 220 (duzentos e vinte) empregados da EMATER-DF.

Por meio de fonte de recursos provenientes de convênios, foram realizados ainda os seguintes cursos:

- "Curso em organização Social para Agentes de ATER" com 19 participantes e,
- "Curso Princípios e Práticas de Agroecologia e Produção Orgânica" com 20 participantes.

4. Gestão de Pessoas no Exercício de 2019

No exercício de 2019, a EMATER-DF deu continuidade à implantação do eSocial, Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, instituído pelo Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 que regulamenta o início do envio das informações mensais relativas à Folha de Pagamento, afastamento, contribuições previdenciárias e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Deu-se continuidade, outrossim, no envio das informações que já estavam sendo enviadas desde o exercício de 2018, como admissões, desligamentos e aviso prévio. Desta forma, com a instituição da Carteira de Trabalho Digital, por meio da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, os empregados da EMATER-DF, já estavam, desde o primeiro momento, com suas informações trabalhistas, como admissão e atualização contratual, disponibilizadas em tempo real através do aplicativo no celular ou por meio do portal na internet, não sendo mais necessário a utilização da Carteira de Trabalho Física. Assim, com os trabalhos realizados, a EMATER-DF encontra-se em dia com o cronograma de implantação do eSocial e encontra-se preparada

para a próxima e última fase que englobará o início dos cadastros e envio dos eventos relativos à saúde e segurança do trabalho, prevista para o início do exercício de 2020.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

1. Parcerias Internacionais

A EMATER-DF vem mantendo, nos últimos anos, dentro da atividade da assessoria internacional, 02 Termos de Cooperação, os quais têm sido as bases do trabalho de Parcerias Internacionais. Um deles é o Termo de Cooperação com o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), fruto do reconhecimento das políticas brasileiras de Segurança Alimentar e Valorização da Agricultura Familiar, junto aos organismos internacionais de desenvolvimento, notadamente com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). O outro é o Termo de Cooperação junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores. Em 2019, os dois termos foram renovados até o ano de 2022. Não obstante, também recebemos diversas demandas de outras entidades e órgãos administrativos, nacionais e estrangeiros, interessados em conhecer, à campo, não somente as políticas de compras institucionais, para valorização da agricultura familiar e combate a fome, mas também os diferentes processos de trabalho da extensão rural no Brasil. Dentro desta perspectiva, em 2019, recebemos 09 comitivas estrangeiras, abrangendo os seguintes países: Bolívia; Uganda; República Theca; Chile; Panamá, El Salvador, Equador, Guatemala e Paraguai, com um total de 49 técnicos e autoridades, envolvidos com os programas de compras institucionais dos seus respectivos países. No aspecto da cooperação técnica, foram realizadas 03 missões à Costa Rica, Ruanda e Honduras, para intercâmbio e avaliação da possibilidade de estabelecermos termos de cooperação. Estas missões envolveram 04 técnicos da EMATER-DF. Como fruto da missão técnica à Honduras, estamos em processo de análise de uma cooperação técnica na área de irrigação de olerícolas, que será financiada com recursos da ABC. Buscando a promoção de parcerias para atendimento da área internacional e a captação de recursos próprios, foi iniciada, uma negociação com a empresa CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola), estando em andamento a implantação de um Termo de Cooperação que inclua a possibilidade da EMATER-DF prestar serviços pagos no Brasil e no exterior, com vistas a capacitação e assessoramento, em projetos de desenvolvimento a serem implantados. Este trabalho contou com um ato comemorativo ocorrido no stand da empresa CAMPO, na Feira da Agrobrasília de 2019, onde compareceram a Direção da EMATER-DF, representantes da CAMPO e embaixadores de 11 países africanos (Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Mali, Marrocos, Moçambique, Senegal, Togo, Zâmbia e Zimbábwe), onde foi assinado um compromisso inicial entre as instituições.

Recebemos também as visitas do cônsul Honorário do Mali que esteve com a Direção da EMATER-DF, propondo a abertura de uma unidade da EMATER-DF no continente africano com o intuito de prestar serviços de consultoria. Recebemos igualmente a visitada da embaixadora de El Salvador, interessada em estabelecer cooperação técnica com a EMATER-DF. Participamos, a convite da Secretária de Relações Internacionais (SRI), da Rodada de Negociações com a China para apresentar as possibilidades de financiamento de projetos estruturantes na área rural do Distrito Federal. Por solicitação da equipe do Deputado Distrital Leandro Grass, integramos a comitiva que foi à embaixada da Dinamarca. Nesta reunião foi estabelecida uma possibilidade futura de cooperação técnica na área de produção orgânica de hortaliças.

Foi organizada pela EMATER-DF, uma reunião com representantes do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) para troca de informações e avaliação das perspectivas de parcerias possíveis para cooperação técnica. Entretanto, a partir do segundo semestre de 2019, os esforços da assessoria internacional da empresa foram voltados para a meta do governo, de tornar o Distrito Federal um polo de exportação de flores. Assim, organizamos uma visita à SRI onde a Presidente da EMATER-DF apresentou o trabalho e os objetivos da Empresa e como poderiam ser as interrelações entre estas duas entidades. Da reunião surgiu a proposta de termos uma apresentação da empresa traduzida para o inglês que será utilizada para as apresentações às delegações estrangeiras e cuja apresentação foi elaborada e encaminhada a SRI. Foi organizada uma visita a uma propriedade produtora e exportadora de bromélias. Nesta visita surgiu a iniciativa da criação do grupo de trabalho para incentivo à produção e comercialização de flores, inclusive para a exportação, que já se encontra implantado e em funcionamento. Embora este grupo esteja implantado no âmbito da SEAGRI-DF sendo que a presidente do grupo de trabalho é a Coordenadora de Floricultura da EMATER-DF. Em outro esforço conjunto com a SRI, realizamos uma reunião com a equipe da Embaixada do Zimbabué. Nesta ocasião foi discutida a possibilidade de se estabelecer uma cooperação técnica via ABC, com o objetivo de fazer intercâmbio entre os empresários do Zimbabué e os empresários brasileiros da área de produção e comercialização de flores. Posteriormente a SRI estabeleceu contato com a ABC e foi dado início a dois projetos de cooperação, com o Zimbabue e com o Chile, países reconhecidamente fortes na exportação de flores. Os projetos já estão em fase de construção, com recursos por meio da ABC e devem ser iniciados em 2020.

2. Atividades do Controle Interno

O Controle Interno é Unidade orgânica subordinada à Presidência da EMATER-DF e com subordinação técnica à Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF), por força do Decreto nº 32.840 de 2011. Atua na integração institucional entre a CGDF e a EMATER-DF. Realiza atividade de Compliance, informando a toda a Empresa acerca dos normativos regentes das atividades de cada área, zelando pelo seu fiel cumprimento, realizando, para tanto, atividades de monitoramento e reporte à Alta Direção da EMATER-DF. Acompanha, também, o cumprimento à Lei de Acesso à informação, verificando a conformidade. Destacamos as seguintes atividades em 2019:

- Elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna;
- Orientação preventiva aos gestores da Empresa, contribuindo para identificação antecipada de riscos e para a adoção de medidas pertinentes;
- Utilização do Sistema de Auditoria do Distrito Federal (SAEWEB-DF) para as respostas as auditorias realizadas pela CGDF.

Realizou, ainda, as seguintes atividades, relacionadas ao cumprimento de exigências da Lei Nacional nº13.303/2016 – Lei das Estatais:

- Coordenar a ampliação do Plano de Gestão de Riscos da EMATER-DF, sob a consultoria da CGDF;
- Coordenar a implantação do Programa de Integridade da EMATER-DF, sob a consultoria da CGDF;
- Fomentar e coordenar os treinamentos em Gestão de Riscos e Integridade, ministrados em parceria com a CGDF.

3. Atividades da Ouvidoria

Os trabalhos de atendimento ao Cidadão, na EMATER-DF, estão disponibilizados por meio da Ouvidoria Especializada e têm como principal objetivo contribuir para a construção de uma gestão, acima de tudo, eficiente, ágil e comprometida com o interesse social, garantindo o

princípio da ética, da eficiência e da transparência nas relações do Estado com a sociedade. Os dados das manifestações recebidas pela Ouvidoria possibilitam identificar necessidades sociais e proporcionam informações importantes para que o Governo possa promover o aperfeiçoamento dos serviços prestados e a racionalização dos gastos públicos. A manutenção da excelência do atendimento, para que o cidadão se sinta acolhido, ao obter a resposta sempre no prazo estabelecido pela legislação vigente, foi fundamental para atingir as metas estabelecidas para o exercício de 2019. Desta maneira, deram entrada no Sistema de Ouvidoria do Governo do Distrito Federal, 126 Manifestações, sendo assim distribuídas: 87 (oitenta e sete) elogios; 17 (dezesete) solicitações; 14 (quatorze) reclamações; 05 (cinco) denúncias; 02 (duas) informações e 01 (uma) sugestão. Segundo a avaliação dos cidadãos, a EMATER-DF obteve 86% de Resolutividade, 83% de Satisfação e 100% de Recomendação o que demonstra a satisfação do Público Atendido pela Empresa. Os elogios representaram 69,05% contra as demais tipologias que juntas obtiveram 30,95%. Já no sistema da Lei de Acesso à Informação foram registradas 24 Manifestações. As Cartas de Serviços da Empresa, no total de 24 (vinte e quatro), sob a responsabilidade da Ouvidoria, têm tido uma procura expressiva, seja por meio da internet, contando com diversos acessos, quanto na forma impressa, principalmente dirigida aos Produtores Rurais, que por diversos motivos não fazem uso do sistema informatizado. Foram distribuídas 3.120 (três mil, cento e vinte) exemplares. Foram realizados 02 eventos ao longo do ano, sendo o primeiro no mês de agosto para divulgar os serviços de Ouvidoria, a Lei de Acesso à Informação e a Carta de Serviços, com público presente de 127 pessoas e o segundo no mês de dezembro, intitulado "Café de Natal com a Ouvidoria", com público aproximado de 100 pessoas.

Cabe ressaltar que no ano de 2019 a EMATER-DF foi agraciada com o recebimento de 02 prêmios pelo reconhecimento dos serviços prestados ao Cidadão, sendo eles:

- "Prêmio de Melhor Desempenho em Ouvidoria" no ano de 2019, premiado no mês de novembro de 2019 para a categoria Empresa Pública;"
- "Prêmio de Transparência Ativa" em 2019, recebido no mês de dezembro de 2019.

4. Grupo de Trabalho de Implantação do Sistema de Nota Fiscal Eletrônica

Em outubro de 2019, foi criado o grupo de trabalho para identificação de estratégias necessárias para a implantação de sistema de Nota Fiscal Eletrônica com base em Certificado Digital para Pessoa Física. O grupo de trabalho conta com representantes da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI-DF), da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC-DF), da EMATER-DF e da CEASA-DF e tem por objetivo apresentar as estratégias e ações que resultem em orientações aos produtores rurais do Distrito Federal para o seu credenciamento junto a Secretaria de Economia, visando o cumprimento do estabelecido no ajuste SINIEF 7 de 03 de julho de 2009, considerando-se a realidade da agricultura local diante dos prazos e métodos estabelecidos. Desde 2009 o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) apresentou o ajuste SINIEF 07/2009 que visa à autorização dos Estados a emitirem a Nota Fiscal Avulsa (NFA) e Nota Fiscal de Produtor Rural (NFPR), sendo este prorrogado até 31 de dezembro de 2020.

5. Atividades da Assessoria de Comunicação

A Assessoria de Comunicação da EMATER-DF tem como função interna e externa divulgar as ações e atividades dos extensionistas rurais. Essa divulgação é feita por meio da produção de reportagens, distribuição de textos, fotos, áudios e vídeos para jornalistas e veículos de comunicação, por meio de agendamento de entrevistas com os empregados e postagens nas redes sociais e artes relevantes do ponto de vista jornalístico. No exercício de 2019, a EMATER-DF gerou os seguintes números:

- 371 Reportagens produzidas e publicadas no site da Empresa;

- 259 Reportagens produzidas e distribuídas para veículos de comunicação;
- 62 pedidos de agendamentos de veículos de comunicação para entrevistas com técnicos da EMATER-DF.

Em 2019, destacamos o desempenho da EMATER-DF nas redes sociais. No Twitter a EMATER-DF encerrou o ano de 2019 com 1.742 postagens e 1.058 seguidores. No Facebook a EMATER-DF teve 7.228 seguidores e 7.210 curtidas e no Instagram teve 1.007 publicações com 3.298 seguidores em 2019.

5. Convênios, Contratos de Repasse e Acordos de Cooperação Técnica

A captação de recursos, por meio de Convênios e Contratos de Repasse cumpre papel imprescindível no apoio às atividades-fim da EMATER-DF, sendo um dos principais meios de captação de recursos destinados às atividades de ATER, capacitação de técnicos, produtores e melhoria com investimentos em infraestrutura, veículos e equipamentos voltados para o desenvolvimento institucional e operacional. Por meio de recursos captados de Convênios e Contratos de Repasse e Instrumentos Específicos de Parceria foi possível a execução financeira de aproximadamente de R\$ 1.069.812,00 (um milhão sessenta e nove mil e oitocentos e doze reais) captados em exercício anteriores e executados no ano de 2019. Destacamos as seguintes realizações:

- Capacitação direta de aproximadamente 103 (cento e três) técnicos da EMATER-DF e produtores assistidos pela EMATER-DF nos mais diversos temas, tais como: Cooperativismo e organizações sociais, Agroecologia e produção Orgânica, leite integral;
- Contratação de serviços gráficos, para a produção de cartilhas, folders, livretos com material técnico destinados aos produtores;
- Realização de diversos eventos de métodos coletivos em benefício do produtor rural, tais como: Dias de Campo, Excursões técnicas, Dias da saúde do trabalhador rural, Dias de campo, entre outros;
- Aquisição de diversos insumos e material de consumo, destinados à promoção de cursos de capacitação pelo CENTRER;
- Ainda, no âmbito do Convênio 839814/2016, celebrado com a Agência Nacional de Águas-ANA, que tem por objeto reverter os processos de degradação dos recursos hídricos da Bacia do Pípiripau, foram realizadas as contratações de empresas destinadas à produção, transporte, plantio e semeadura de aproximadamente 80.000 mudas de espécies nativas do Cerrado, por um período de 02 anos. Além da execução dos recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela EMATER-DF, foi possível o investimento de aproximadamente R\$ 733.072,75 (setecentos e trinta e três mil setenta e dois reais e setenta e cinco centavos), o que possibilitou a aquisição de 12 (doze) veículos e 25 (vinte e cinco) aparelhos de GPS, possibilitando aos técnicos da EMATER-DF desenvolverem suas atividades com maior agilidade e precisão.

Em síntese, no exercício de 2019, foram executados R\$ 1.802.884,75 (um milhão oitocentos e dois mil oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), provenientes de Convênios.

Em 2019, a Empresa celebrou 06 (seis) novos Convênios junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, totalizando R\$ 3.196.364,48 (três milhões, cento e noventa e seis mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos). Do total de recursos pactuados, R\$ 200.200,20 (duzentos mil, duzentos reais e vinte centavos), destinam-se à realização de custeio, destinados à Promoção da cultura da cooperação e disseminação da doutrina, valores e princípios do cooperativismo, como ferramenta de desenvolvimento rural e inclusão social. Já o valor da ordem de R\$ 2.996.164,28 (dois milhões novecentos e noventa e seis mil cento e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos) são

destinados para investimento, contemplando a aquisição de veículos, equipamentos de informática, computadores, equipamentos de transmissão de rádio, tratores e implementos agrícolas, equipamentos para o beneficiamento da produção de café e equipamentos de uso veterinário.

Visando o fortalecimento das parcerias institucionais, foram celebrados diversos Acordos de Cooperação Técnica em 2019, dentre os quais destacamos as seguintes parcerias:

- EMATER-DF e CEASA - Conjugação de esforços para promover a política de desenvolvimento rural, através dos programas que articulem ações dos setores de produção, comercialização e consumo no intuito de fortalecer a organização rural, estimular a geração de renda e promover o abastecimento de produtos no Distrito Federal e Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE. O Plano de Trabalho atual trata-se de apoio a pesquisa de mercado para o estudo do perfil da cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais;
- EMATER-DF e BRB - Viabilizar a participação da EMATER-DF no processo de concessão de financiamento de crédito rural e a prestação de serviços de assistência técnica a produtores rurais e suas cooperativas no Distrito Federal no âmbito do BRB;
- EMATER-DF / ANA/ SEMA/ SEMAD-GO/ SEAGRI/ ADASA/ SANEAGO/ IBRAM/ DER - Integração de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e aplicação de instrumentos e metodologias visando a implementação do PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA NO DESCOBERTO, na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto;
- EMATER-DF, SEMA-DF e Administração Regional do Lago Norte - Implantação de sistemas agroflorestais mecanizados, recuperação de nascentes, Áreas de Preservação Permanentes (APP), Reservas Legais e boas práticas, inovações e pesquisas que visem o desenvolvimento de métodos produtivos inovadores e sustentáveis e a manutenção da capacidade de produção de água em propriedades rurais e periurbanas nas bacias do Descoberto e do Paranoá;
- EMATER-DF e PGR - Estabelecimento de parceria entre o Ministério Público Federal, por intermédio da Secretaria-Geral da Procuradoria Geral da República, e a EMATER-DF, visando cooperação mútua no fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar, por meio do consumo sustentável de produtos orgânicos, bem como a implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de práticas sustentáveis na Administração Pública e o desenvolvimento de ações de gestão socioambiental de interesse mútuo;
- EMATER-DF e SERPRO - Intercâmbio de conhecimento técnico entre as partes signatárias deste instrumento, mediante pesquisa técnico-científica relativa à Internet das Coisas (IoT), utilizando a plataforma SERPRO IoT; desenvolvimento cooperado do protótipo para a automação do processo de irrigação, compartilhamento do conhecimento no tema e treinamento dos envolvidos na tecnologia estudada;
- EMATER-DF e CONAB - Cooperação dos partícipes para a obtenção e a divulgação de informações sobre a agropecuária do Distrito Federal, e a parceria no processo de implementação de Políticas e Programas Públicos;
- EMATER-DF e CAMPO - Companhia de Promoção Agrícola CPA - Implementação de programas, projetos e atividades de cooperação técnica a partir da experiência acumulada pela EMATER-DF e pela CAMPO, na disseminação de conhecimentos e formação de produtores e trabalhadores rurais, nos aspectos tecnológicos e gerenciais do sistema produtivo agrícola, contribuindo para a geração de emprego, renda e do desenvolvimento rural sustentável. Algumas das iniciativas a serem desenvolvidas ao amparo do presente Protocolo de Intenções deverão contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, por meio de intercâmbio de experiências que permitam promover a criação

de mecanismos para aumentar a produção de alimentos e propiciar o desenvolvimento dos países envolvidos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No âmbito da política de desenvolvimento rural, a assistência técnica tem a missão de orientar e capacitar os produtores rurais quanto ao uso de tecnologias alternativas e a extensão rural tem um objetivo mais abrangente, qual seja: melhorar as condições de vida do homem do campo. Os extensionistas rurais complementam as atividades dos centros de pesquisa privado e público ao estabelecer a interlocução entre os produtores rurais, principalmente os agricultores familiares, que não possuem condições financeiras de acessar o conhecimento e os insumos necessários à uma gestão eficiente da agricultura. Para cumprir com a missão e com os objetivos acima mencionados, faz-se necessário o constante investimento, seja na aquisição de maquinário (veículos e computadores) seja na aquisição de insumos e na capacitação dos extensionistas rurais por meio de cursos para que a missão e o objetivo sejam alcançados. Dentro dessa premissa cabe ressaltar que a EMATER-DF tem cumprido o seu objetivo com êxito.

Ressaltamos que os valores disponibilizados por meio de emendas parlamentares distritais, emendas federais por meio de convênios e contratos de repasse e os recursos vindos da ANATER e do MAPA, tem fortalecido o trabalho dos extensionistas rurais da EMATER-DF, ao levar atendimento e capacitação aos agricultores do Distrito Federal e da RIDE.

Cabe ressaltar que a fonte de arrecadação própria por meio de contratos com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teve nos últimos anos papel fundamental na consecução dos resultados que a EMATER-DF proporcionou ao seu cliente que é o produtor rural do Distrito Federal. Entretanto, com o fim dos contratos de prestação de serviços de ATER por meio de chamadas públicas do INCRA e diante das dificuldades encontradas pelo Tesouro do Distrito Federal, novos desafios serão estabelecidos para a EMATER-DF que terá que buscar novas fontes de recursos para os próximos anos, pois ao longo dos últimos 06 anos a EMATER-DF teve como uma das fontes de receita os valores oriundos desses contratos, sendo esta receita essencial para manter o custeio e o investimento no orçamento da EMATER-DF.

Outro ponto de destaque no exercício de 2019 foi o elogio do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto à metodologia de acompanhamento de resultados utilizada pela EMATER-DF que classificou como exemplares os sistemas de lançamento e acompanhamento de dados de produção agropecuária desenvolvidos. A informação consta em relatório de auditoria do Tribunal para avaliar a eficácia de políticas públicas adotadas por órgãos públicos. O sistema de acompanhamento desenvolvido pela EMATER-DF adota como indicadores a renda bruta dos produtores, empregos gerados, número de propriedades com práticas sustentáveis e outros indicadores sociais para avaliar a eficácia das ações adotadas no campo. A metodologia inclui o planejamento anual das ações técnicas, um sistema online de lançamento de informações, o Ematerweb e o acompanhamento das ações por meio do Painel de Resultados. O objetivo dessa metodologia é mostrar para a sociedade o resultado do trabalho da Empresa, bem como o esforço dos empregados para alcançar os resultados. O relatório do TCU destaca que "experiências positivas como a da EMATER-DF podem ser compartilhadas" o que é motivo de satisfação para os empregados, pois demonstra o reconhecimento da EMATER-DF como agente do desenvolvimento rural no Distrito Federal e na RIDE.

Salientamos também que no ano de 2019, a EMATER-DF adotou uma política de gestão de resultados que colaborou com o aumento no número de atendimentos sem que a Empresa tenha ampliado o seu quadro de pessoal. Aumento esse que pode ser observado com um número maior de visitas dos técnicos da EMATER-DF nas propriedades rurais, ao otimizar os recursos humanos e materiais, pois em 2018 a EMATER-DF realizou 108.848 atendimentos e em 2019 foram realizados 176.179 atendimentos, um aumento percentual de 62% em relação a 2018.

Por fim, as perspectivas para o próximo exercício é intensificar as ações junto aos produtores rurais, levando atendimento, orientação e capacitação, com o objetivo de aumentar a produção, a produtividade, a renda e sobretudo a melhoria na qualidade e nas condições de vida da população rural, fazendo uso da extensão rural como instrumento impulsionador do desenvolvimento rural.

14901 - FUNDO DE AVAL DO DISTRITO FEDERAL - FADF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Aval do Distrito Federal - FADF é um instrumento financeiro, criado pela Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000, e regulamentado pelo Decreto nº 22.024, de 21 de março de 2001, gerido por um Conselho Administrativo e Gestor sob a presidência do Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri/DF), composto pelos titulares da Secretaria de Economia (SEEC/DF); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER/DF); Banco de Brasília S.A. (BRB); Federação dos trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal (FETADFE/DF) e Entorno e Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (Fape/DF).

MISSÃO

Promover o desenvolvimento rural no Distrito Federal com ações que permitam o aumento da produção e da produtividade, da renda, da segurança alimentar e a permanência do homem no meio rural.

OBJETIVOS

Conceder garantia necessária à contratação de financiamentos junto às instituições financeiras e aos fundos governamentais do Distrito Federal, para projetos agropecuários que não consigam apresentar outras formas de garantia.

BENEFICIÁRIOS

Produtores rurais, assentados da reforma agrária ou suas cooperativas no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

A força de trabalho do FADF encontra-se contida na força de trabalho da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri/DF).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS	37796,0	30376,28	23245,02	23245,02
0001 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS-FUNDO DE AVAL DO DISTRITO FEDERAL - FADF-DISTRITO FEDERAL	37796,0	30376,28	23245,02	23245,02
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	37796,00	30376,28	23245,02	23245,02

O quadro a seguir demonstra as operações do FADF, iniciadas em 2013. Foram disponibilizados R\$ 2.424.490,34, garantindo R\$ 8.555.321,10 para 102 projetos agropecuários.

RESUMO DOS AVAIS CONCEDIDOS									
Ano	Beneficiários das garantias						Geral		
	BRB			FDR/SEAGRI					
	C. Aval	R\$ Garantias	R\$ Financiamento	C. Aval	R\$ Garantias	R\$ Financiamento	C. Aval	R\$ Garantias	R\$ Financiamento
2013	17	501.887,46	1.137.901,05	23	503.338,96	2.002.778,27	40	1.005.226,42	3.140.679,32
2014	24	421.107,83	1.426.396,52	12	270.112,57	1.350.665,84	36	691.220,40	2.777.062,36
2015	9	194.384,45	646.962,13	14	315.847,87	1.527.163,29	23	510.232,32	2.174.125,42
2016	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
2017	0	0,00	0,00	3	217.811,20	463.454,00	3	217.811,20	463.454,00
2018	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
2019	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Total	50	1.117.379,74	3.211.259,70	52	1.307.110,60	5.344.061,40	102	2.424.490,34	8.555.321,10

Conforme demonstrado no quadro a seguir, o FADF encerrou o exercício de 2019 com 64 Cartas de Avais ativas compromissando o Fundo em R\$ 1.651.177,90. Salienta-se que dois avais foram prorrogados devido à renegociação do contrato principal.

REGISTRO DOS AVAIS ATIVOS ATÉ 2019							
Nº	Benefic.	Emissão	Situação	Valor R\$	Contrato	Venc	R\$ Financ.
2013/003	BRB	27/06/2013	Ativo	27.859,70	BRB-S/N	20/07/2023	129.422,00
2013/004	FDR	20/08/2013	Ativo	21.800,00	CRP-2013/002	28/05/2021	109.000,00
2013/005	FDR	20/08/2013	Ativo	12.291,00	CRP-2013/015	25/10/2020	40.970,00
2013/006	BRB	11/09/2013	Ativo	38.672,48	EAI-2013/1563	21/06/2023	128.908,27
2013/008	BRB	11/09/2013	Ativo	33.105,00	EAI-2013/1463	16/05/2022	110.350,00
2013/009	BRB	11/09/2013	Ativo	8.418,90	EAI-2013/1097	10/07/2022	28.063,00
2013/011	BRB	11/09/2013	Ativo	38.130,00	EAI-2013/1196	25/10/2020	127.100,00
2013/012	BRB	11/09/2013	Ativo	49.968,60	EAI-2013/1497	21/09/2023	122.408,44
2013/013	FDR	07/10/2013	Ativo	26.400,00	CRP-2013/014	16/10/2020	132.000,00
2013/014	FDR	07/10/2013	Ativo	25.800,00	CRP-2013-023	20/11/2021	129.000,00
2013/015	FDR	07/10/2013	Ativo	5.172,56	CRP-2013/021	18/11/2021	25.862,82
2013/016	FDR	07/10/2013	Ativo	7.445,92	CRP-2013/033	09/12/2021	37.229,59
2013/018	FDR	11/10/2013	Ativo	30.000,00	CRP-2013/025	25/11/2021	150.000,00
2013/019	FDR	11/10/2013	Ativo	12.000,00	CRP-2013/017	07/11/2021	150.000,00
2013/020	FDR	11/10/2013	Ativo	32.772,00	CRP-2013/024	25/11/2021	109.240,00
2013/021	FDR	11/10/2013	Ativo	35.700,00	NCR-2013/013	** 20/01/2021	51.000,00
2013/022	FDR	11/10/2013	Ativo	29.785,55	CRP-2013/016	01/11/2021	148.947,74
2013/023	FDR	21/10/2013	Ativo	25.800,00	CRP-2013/022	01/11/2021	129.000,00
2013/025	BRB	01/11/2013	Ativo	9.599,00	BRB-S/N	16/02/2022	31.996,65
2013/027	BRB	01/11/2013	Ativo	41.700,00	BRB-S/N	18/09/2023	123.400,00

2013/028	FDR	01/11/2013	Ativo	9.841,90	CRP-2013/036	12/12/2021	32.806,34
2013/029	BRB	01/11/2013	Ativo	27.822,07	BRB-S/N	20/01/2022	92.740,22
2013/030	BRB	01/11/2013	Ativo	8.308,73	BRB-S/N	20/03/2023	19.387,00
2013/031	BRB	01/11/2013	Ativo	34.879,57	BRB-S/N	21/07/2022	49.827,96
2013/032	BRB	01/11/2013	Ativo	12.668,90	BRB-S/N	21/06/2023	42.229,68
2013/033	FDR	01/11/2013	Ativo	28.760,00	CRP-2013/037	10/09/2021	143.800,00
2013/036	FDR	01/11/2013	Ativo	26.520,00	CRP-2013/038	26/06/2021	132.600,00
2013/037	FDR	01/11/2013	Ativo	45.000,00	CRP-2013/026	04/12/2021	150.000,00
2013/039	FDR	01/11/2013	Ativo	6.608,61	CRP-2013/029	**30/11/2021	33.043,04
2014/001	FDR	07/04/2014	Ativo	28.648,20	CRP-2014/002	14/11/2022	143.341,00
2014/002	FDR	07/04/2014	Ativo	29.960,00	CRP-2014/005	05/06/2021	149.800,00
2014/003	FDR	07/04/2014	Ativo	26.400,00	CRP-2014/001	07/02/2022	132.000,00
2014/004	BRB	28/04/2014	Ativo	6.897,58	BRB-S/N	17/08/2021	22.991,92
2014/005	FDR	28/04/2014	Ativo	4.200,00	CRP-2014/004	20/02/2020	21.000,00
2014/006	BRB	11/06/2014	Ativo	10.012,05	BRB-S/N	28/03/2021	33.373,47
2014/007	BRB	11/06/2014	Ativo	38.070,00	BRB-S/N	21/09/2023	126.900,00
2014/008	BRB	11/06/2014	Ativo	10.012,04	BRB-S/N	20/04/2020	33.373,47
2014/009	FDR	11/06/2014	Ativo	17.749,09	CRP-2014/009	28/04/2022	88.745,42
2014/010	FDR	11/06/2014	Ativo	30.000,00	CRP-2014/008	04/08/2022	150.000,00
2014/011	FDR	11/06/2014	Ativo	25.520,00	CRP-2014/006	08/04/2022	127.600,00
2014/012	FDR	11/06/2014	Ativo	21.774,34	CRP-2014/007	14/07/2022	108.871,71
2014/013	BRB	28/08/2014	Ativo	25.000,00	BRB-S/N	21/04/2022	99.422,00
2014/014	BRB	28/08/2014	Ativo	24.987,14	BRB-S/N	16/06/2024	138.890,48
2014/015	BRB	28/08/2014	Ativo	25.000,00	BRB-S/N	15/06/2022	109.047,62
2014/016	BRB	28/08/2014	Ativo	24.988,57	BRB-S/N	21/03/2024	126.128,58
2014/022	FDR	26/09/2014	Ativo	18.840,94	CRP-2014-011	20/10/2022	92.404,71
2014/025	BRB	18/11/2014	Ativo	24.272,05	BRB-S/N	20/09/2023	80.906,82
2014/032	FDR	18/11/2014	Ativo	25.000,00	CRP-2014/013	23/12/2022	125.000,00
2014/036	FDR	18/11/2014	Ativo	29.700,00	CRP-2015-002	05/05/2023	148.500,00
2015/002	FDR	21/07/2015	Ativo	25.249,60	CRP-2015/009	28/02/2023	126.248,00
2015/003	FDR	21/07/2015	Ativo	25.771,43	CRP-2015/005	02/09/2022	128.857,15
2015/004	FDR	21/07/2015	Ativo	30.000,00	CRP-2015/010	30/09/2023	150.000,00
2015/005	FDR	21/07/2015	Ativo	25.249,60	CRP-2015/011	30/03/2023	126.248,00
2015/006	FDR	21/07/2015	Ativo	29.000,00	CRP-2015/001	04/09/2023	145.000,00
2015/008	FDR	02/07/2015	Ativo	11.900,00	CRP-2015/003	02/09/2022	59.500,00
2015/017	FDR	03/11/2015	Ativo	27.240,00	CRP-2015/017	14/12/2023	136.200,00
2015/018	FDR	03/11/2015	Ativo	10.200,00	CRP-2015/013	25/11/2023	51.000,00
2015/019	FDR	20/12/2015	Ativo	27.010,30	CRP-2015/020	20/12/2023	135.086,49
2015/020	FDR	03/11/2015	Ativo	19.283,08	CRP-2015/014	09/12/2023	99.103,85
2015/021	FDR	03/11/2015	Ativo	12.600,00	CRP-2015/012	17/08/2023	63.000,00
2015/023	FDR	03/11/2015	Ativo	30.000,00	CRP-2015/002	02/02/2024	150.000,00
2017/001	FDR	18/11/2017	Ativo	35.536,20	CRP-2017/001	05/01/2022	199.900,00
2017/002	FDR	11/12/2017	Ativo	100.000,00	NCR-2017/023	05/01/2023	148.000,00
2017/003	FDR	11/12/2017	Ativo	82.275,20	NCR-2017/024	05/01/2022	200.000,00
Total				1.651.177,90			6.554.773,44

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Fundo de Aval - FADF foi instituído em 2002 com a finalidade de conceder garantia necessária à contratação de financiamentos junto às instituições financeiras e aos fundos governamentais do Distrito Federal para projetos agropecuários aos produtores rurais, assentados da reforma agrária ou suas cooperativas no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (RIDE) que não consigam

apresentar outras formas de garantia, visando o aumento da produção e da produtividade, da renda, da segurança alimentar e a permanência do homem no meio rural.

A alavancagem de garantia do FADF é limitada em até cinco vezes o seu patrimônio líquido financeiro, sendo suspensas as operações sempre que a inadimplência atingir 5% (cinco por cento), sendo honrada a garantia somente em caso de inadimplemento por parte dos beneficiários.

Com exceção do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR), note-se pouca aceitação das Garantias ofertadas pelo FADF. Por exemplo: o BRB, que já utilizou as garantias, relata as dificuldades impostas pela legislação do Fundo, pois, para fazer jus à honra do aval, o beneficiário deverá primeiramente ajuizar a ação contra o devedor o que torna o processo demorado e dispendioso. O PROSPERA, programa da Secretária de Trabalho do DF, não aderiu às garantias do FADF alegando as mesmas dificuldades encontradas pelo BRB.

Neste sentido foi proposto alteração na Lei do FADF, permitindo a honra do aval, com a inscrição do devedor no SERASA, ficando a cargo do FADF, a ação de execução judicial em desfavor do devedor da operação do aval honrado.

Atualmente as garantias disponibilizadas pelo FADF estão limitadas em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por operação, respectivamente, para produtores rurais individualmente e Cooperativas agropecuárias, sendo que para a liberação da Carta de Aval será cobrado do beneficiário 0,2% (zero vírgula dois por cento), pro rata, multiplicado pelo número de anos do contrato, sobre o valor da garantia complementar do FADF, durante a vigência da operação, a título de Taxa de Concessão de Aval (TCA).

Desde as primeiras operações do FADF, iniciadas em 2013, foram disponibilizados R\$ 2.424.490,34, garantindo R\$ 8.555.321,10 para 102 (cento e dois) projetos agropecuários, dos quais 64 (sessenta e quatro) continuam com suas garantias ativas, comprometendo o Fundo em R\$ 1.651.177,90.

No Exercício de 2019 não houve solicitação de Garantias do FADF, mas houve a honra de um aval do valor de R\$ 13.238,84.

Destaca-se a Lei complementar nº 925/2017, determina que o superávit financeiro dos Fundos seja revertido ao Tesouro do DF e devido a isto, o saldo do FADF ao final do exercício de 2019 foi zerado. Assim honras de avais, por venturas solicitadas deverão ser realizadas com recursos do GDF na Fonte 100.

14902 - FUNDO DE DESENVOLV. RURAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR é um instrumento financeiro, regido pela Lei nº 5.024, de 25 de fevereiro de 2013, alterada pela Lei nº 5.951, de 02 de agosto de 2017, e pela Lei Complementar nº 925, de 28 de junho de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 34.285, de 16 de abril de 2013, gerido por um Conselho Administrativo e Gestor sob a presidência do Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri/DF), composto pelos titulares da Secretaria de Estado de Economia (SEEC/DF); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER/DF); Banco de Brasília S.A. (BRB); Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. (CEASA/DF); Federação dos trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno (FETADFE); Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (Fape/DF) e, um representante indicado entre os titulares dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

MISSÃO

Promover o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal, com ações que permitam o aumento da produção e da produtividade agropecuária, da renda, da segurança alimentar e a permanência do homem no espaço rural.

OBJETIVOS

O FDR tem por objetivo financiar despesas de investimentos e custeio na área rural do Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF em duas diferentes modalidades.

A modalidade FDR-Social visa, em caráter não reembolsável, fomentar a produção agropecuária no Distrito Federal, com foco no desenvolvimento territorial, por intermédio do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CRDRS, no atendimento às demandas dos produtores rurais, apresentadas por suas organizações. Na modalidade FDR-Crédito visa financiar projetos de atividades rurais no Distrito Federal e RIDE/DF.

BENEFICIÁRIOS

Produtores que desenvolvam atividades rurais no Distrito Federal ou na RIDE/DF e suas organizações - Associações, Cooperativas e Empresas Rurais - no âmbito do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

A força de trabalho do FDR encontra-se contida na força de trabalho da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural/SEAGRI-DF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	9450,0	9450,00	0	0
0003 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	9450,0	9450,00	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	105000,0	477216,0	403284,20	403284,20
9574 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	105000,0	477216,0	403284,20	403284,20
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	50000,0	0,0	0	0
9639 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	170000,0	170000,00	0	0
6193 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	170000,0	170000,00	0	0
3724 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL	130000,0	130000,00	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL--DISTRITO FEDERAL	130000,0	130000,00	0	0
5523 - REFORMA DE GALPÃO	80000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - REFORMA DE GALPÃO-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	80000,0	0,0	0	0
9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	2959150,0	2716934,00	1538339,41	1538339,41
0001 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - FDR-DISTRITO FEDERAL	2959150,0	2716934,00	1538339,41	1538339,41
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	3503600,00	3503600,00	1941623,61	1941623,61

ARRECADAÇÕES

Quadro I - Arrecadações:

2019	TAXAS DE ARRENDAMENTOS		RETORNO DE FINANCIAMENTOS				OUTROS		TOTAL	
	PREVISTO	REALIZADO	PREVISTO PARCELAS	REALIZADO			PREVISTO	REALIZADO	PREVISTO	REALIZADO
				PARCELAS	JUROS E MORA	TOTAL				
JANEIRO	0	0	265.700	137.734	36.723	174.457	0	0	265.700	174.457
FEVEREIRO	0	0	108.234	122.434	22.506	144.940	0	0	108.234	144.940
MARÇO	0	0	170.636	111.010	26.018	137.028	0	0	170.636	137.028
ABRIL	0	0	117.756	112.063	12661	124.724	0	0	117.756	124.724
MAIO	0	0	330.426	182.124	39584	221708	0	0	330.426	221.708
JUNHO	0	0	267.969	228.247	42.538	270.785	0	0	267.969	270.785
JULHO	0	0	340.473	188.653	69.858	258.511	0	0	340.473	258.511
AGOSTO	0	0	138.299	112.167	16.457	128.624	0	0	138.299	128.624
SETEMBRO	0	0	257.955	151.187	23.555	174.742	0	0	257.955	174.742
OUTUBRO	0	0	191.487	161.459	30.511	192.010	0	0	191.487	192.010
NOVEMBRO	0	0	169.699	114.889	6.241	121.130	0	0	169.699	121.130
DEZEMBRO	9.450	40.248	1.135.514	365.017	38.249	403.266	0	16	1.144.964	443.529
TOTAL	9.450	40.248	3.494.148	1.986.984	364.941	2.351.925	0	16	3.503.598	2.292.188

Quadro II - Arrecadações Estimadas x Realizadas

Indicadores/Descrição	ARRECADAÇÕES (R\$) - QDD		
	Estimativa	Realizadas	
Taxas de arrendamentos	9.450,00	40.248,09	68,28%
Retorno de financiamentos	3.494.148,00	2.351.924,76	
Outros	0,00	15,55	
TOTAL	3.503.598,00	2.392.188,40	

Nos quadros I e II, observa-se a arrecadação financeira do FDR. No exercício de 2019 o Fundo arrecadou R\$ 2.392.188,40 (dois milhões e trezentos e noventa e dois mil e cento e oitenta e oito reais e quarenta centavos). Destaca-se, quase a totalidade deste montante são oriundos de retornos de financiamentos concedidos anteriormente. Outrora a principal fonte de arrecadação do FDR advinha das taxas de arrendamento, todavia, com a nova modalidade de contrato de arrendamento das terras públicas do Distrito Federal o Fundo foi desprovido de tais recursos. Em outras palavras, a minguada receita com arrendamentos se deu em função da nova modalidade de contratos de concessão de direito real de uso das terras públicas rurais do distrito federal, cujos valores arrecadados deixaram de ser destinados ao FDR. Porém há tratativas para alteração da legislação do Fundo, especialmente quanto as suas fontes de arrecadação.

Com os recursos arrecadados em 2019, foi possível financiar 15 projetos de atividades rurais num montante de R\$ 1.419.974,92 (um milhão quatrocentos e dezenove mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos) e R\$ 477.125,20 (quatrocentos e setenta

e sete mil e cento e vinte e cinco reais e vinte centavos) para aquisição de caminhões, tratores e implementos, para atender às demandas dos produtores rurais no âmbito do Distrito Federal, por intermédio de Acordos de Cooperação, conforme demonstrado nos quadros IV e V respectivamente.

Quadro III - Recuperação de Crédito

Contrato	Data	Vencido	Vencido	Entrada
1º TANCR-2014/010	04/01/2019	1.885,70	6.009,97	372,66
1º TANCR-2014/004	04/01/2019	6.009,97	6.100,10	656,62
1º TANCR-2013/002	01/02/2019	2.000,00	7.763,51	8.028,49
1º TANCR-2015/007	15/02/2019	3.894,93	0,00	949,78
1º TANCR-2016/009	07/03/2019	43.239,57	165.933,35	6.220,75
1º TACRP-2012/016	10/05/2019	4.539,42	0,00	2.262,19
1º TACRP-2013/029	10/05/2019	1.3810,25	0,00	5.664,17
2º TANCR-2013/007	10/05/2019	29.982,72	46.181,58	7.923,05
1º TACRP-2013/032	18/06/2019	42.732,55	70.654,38	19.565,92
1º TACRP-2013/028	03/07/2019	43.380,65	70.074,42	20.956,81
1º TANCR-2017/020	08/07/2019	11.159,45	58.368,68	1.928,83
1º TACRP-2018/008	10/07/2019	10.312,12	0,00	5.713,81
2º TANCR-2011/007	10/07/2019	16.675,53	0,00	4.000,00
1º TANCR-2015/019	29/07/2019	0,00	0,00	18.466,84
2º TACRP-2014/007	12/08/2019	18.031,23	0,00	3.000,00
2º TANCR-2013/013	06/09/2019	15.712,03	17.990,202	16.599,98
1º TANCR-2017/008	03/10/2019	6.439,87	40.715,62	769,68
1º TANCR-2018/010	30/10/2019	36.614,41	38.303,24	3.780,10
2º TANCR-2017/018	13/12/2019	34.111,47	126.627,82	10.235,68
1º TANCR-2016/008	13/12/2019	43.109,24	70.635,17	23.135,68
1º TACRP-2015/014	19/12/2019	16.055,88	83.047,58	6.144,03
2º TANCR-2012/033	19/12/2019	16.647,16	11.947,11	5.145,77
Total		416.344,15	820.348,78	171.52,84

O quadro III reproduz a renegociação dos contratos inadimplentes em 2019. Destaca-se a importância da renegociação como ferramenta de recuperação de valores vencidos e não pagos, por outro lado, proporciona ao produtor rural tomador do financiamento manter-se adimplente, podendo conduzir normalmente suas atividades rurais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Quadro IV - FDR-Crédito Financiamentos - Exercício 2019.

Projeto de Atividades Rurais X Geração de Mão de Obra										
SEQ.	REGIÃO	CONTRATO	Nº	DATA	VALOR (R\$)	OBJETIVO	MÃO DE OBRA			
							FAMILIA R	CONTRATADA	TEMPORARIA	TOTAL
1	Planaltina	NCR	2019/001	27/05/2019	200.400,00	Embaladora Automática	0	50	0	50
2	Planaltina	NCR	2019/002	24/06/2019	43.378,13	Sistema Fotovoltaico (7,80kWp)	3	1	1	5
3	Sobradinho	NCR	2019/003	20/08/2019	99.750,00	Sistema Fotovoltaico (30,00kWp)	5	5	2	12
4	Paranoá	NCR	2019/004	28/08/2019	60.604,20	Cultivo de Limão Taiti irrigado (4ha)	1	0	5	6
5	Paranoá	NCR	2019/005	18/09/2019	99.900,00	Sistema Fotovoltaico (26,98kWp)	1	1	2	4
6	Paranoá	NCR	2019/006	22/11/2019	100.000,00	Estufas Agrícolas	0	120	0	120
7	Park Way	NCR	2019/007	03/12/2019	84.300,00	Sistema Fotovoltaico (23,10kWp)	2	1	2	5

Projeto de Atividades Rurais X Geração de Mão de Obra										
SEQ.	REGIÃO	CONTRATO	Nº	DATA	VALOR (R\$)	OBJETIVO	MÃO DE OBRA			
							FAMILIAR	CONTRATADA	TEMPORARIA	TOTAL
8	Planaltina	NCR	2019/008	03/12/2019	45.800,00	Sistema Fotovoltaico (13,20kWp)	1	0	2	3
					15.900,00	Poço Artesiano				
9	Planaltina	NCR	2019/009	03/12/2019	220.519,51	Sistema Fotovoltaico (81,18kWp)	0	22	25	47
10	Sobradinho	NCR	2019/010	03/12/2019	55.449,00	Sistema Fotovoltaico (15,05kWp)	3	2	0	5
11	Planaltina	NCR	2019/011	03/12/2019	100.000,00	Sistema Fotovoltaico (26,27kWp)	0	3	0	3
12	Ceilândia	NCR	2019/012	03/12/2019	66.248,76	Cultivo da Pupunha	1	1	1	3
13	Ceilândia	CRP	2019/001	03/12/2019	91.960,32	Caminhão (130CV)	2	0	0	2
14	Brazlândia	NCR	2019/013	18/12/2019	75.000,00	Matrizes Leiteiras (15)	3	0	0	3
15	Ceilândia	NCR	2019/0014	18/12/2019	61.035,00	Implementos Agrícolas	0	0	1	1
TOTAL (1)					1.420.244,92		22	206	41	269

Ainda, é possível observar no quadro IV, que neste exercício houve maior procura por financiamentos de sistemas fotovoltaicos, com vista a suprir as demandas de energia elétrica nas propriedades rurais do DF, devendo permanecer esta tendência para os próximos anos.

Quadro V - FDR-Social - Fomento às Atividades Rurais

FDR-Social - Aquisições	Valor (R\$)
Um Veículo Utilitário de Carga - Caminhão Baú Isotérmico	207.675,00
Dois Tratores Agrícolas 55CV	129.528,00
Implementos Agrícolas	39.922,20
Total (2)	377.125,20

Quadro VI - Outros

Ações	Valor
Operacionalização do FDR (BRB)	100.975,46
Devolução de Recursos financeiros (recolhidos indevidamente)	17.119,03
Total (3)	118.094,49

Quadro VII - Execuções Estimadas x Realizadas

Indicadores/Descrição	EXECUÇÕES (R\$) - QDD			
	Estimativa	Autorizadas	Realizadas	
FDR-Crédito - Financiamentos	2.693.366,00	0,00	1.420.244,92	57,53%
FDR-Social - Fomento Atividade Rural	710.234,00		477.125,00	
Outros (operacionalização do FDR e devolução de recursos)	100.000,00		118.094,49	
Total	3.503.000,00		2.015.464,41	

No que diz respeito as movimentação financeira, este quadro reproduz o que foi estimado e realizado pelo FDR.

Quadro VIII - Projetos Financiados - Exercícios 2004 a 2019

EXERCÍCIO	FDR - CREDITO		FDR - SOCIAL			TOTAL
	Projetos Financiados		Aquisições	Acordos de Cooperação		
	Quantidade	R\$	R\$	Firmados	Vigentes	R\$
2004	9	65.044,09	0,00	0	0	65.044,09
2005	8	66.482,58	0,00	0	0	66.482,58
2006	34	1.039.658,91	0,00	0	0	1.039.658,91
2007	14	270.614,17	0,00	0	0	270.614,17

EXERCÍCIO	FDR - CREDITO		FDR - SOCIAL			TOTAL
	Projetos Financiados		Aquisições	Acordos de Cooperação		
	Quantidade	R\$	R\$	Firmados	Vigentes	R\$
2008	32	1.068.605,21	0,00	0	0	1.068.605,21
2009	21	850.986,89	0,00	0	0	850.986,89
2010	11	569.623,02	0,00	0	0	569.623,02
2011	18	1.295.040,73	0,00	0	0	1.295.040,73
2012	45	3.016.992,07	0,00	0	0	3.016.992,07
2013	58	5.108.208,08	0,00	0	0	5.108.208,08
2014	18	1.998.373,51	2.402.383,00	11	8	4.440.756,51
2015	38	3.609.374,95	0,00	5	2	3.609.374,95
2016	15	1.873.296,03	0,00	0	0	1.873.296,03
2017	21	2.717.504,32	0,00	1	1	2.717.504,32
2018	12	852.816,61	423.669,00	4	4	1.276.485,61
2019	15	1.420.244,92	477.125,20	11	9	1.897.369,92
Total	369	25.822.866,09	3.303.177,20	32	24	29.126.043,29

Desde o início das atividades do FDR, conforme consta no quadro VIII e nos gráficos I e II, foram disponibilizados recursos na ordem de R\$ 29.126.043,29 (vinte e nove milhões e cento e vinte e seis mil quarenta e três reais e vinte e nove centavos), sendo R\$ 25.822.866,09 (vinte e cinco milhões e oitocentos e vinte e dois mil e oitocentos e sessenta e seis reais e nove centavos) em financiamentos para 369 projetos de atividades rurais no DF e na RIDE. Também foram firmados 32 Acordos de Cooperação com as Entidades representantes dos produtores, dos quais 24 Acordos continuam vigentes.

Gráfico I - Projetos Financiados Por Região - Exercícios 2004 a 2019

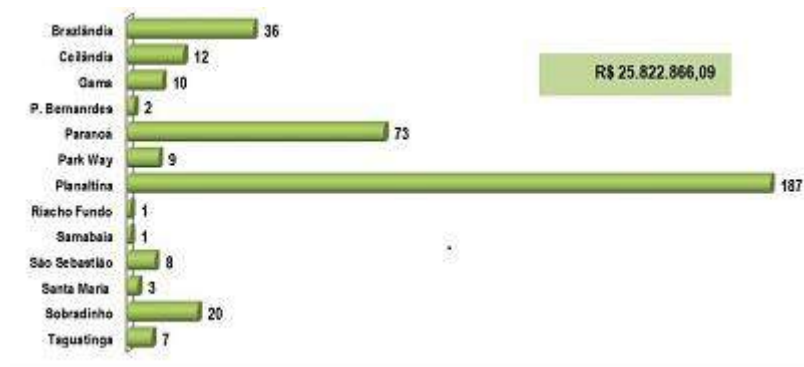


Gráfico II - FDR-Crédito - Projetos financiados - Exercícios 2004 a outubro 2019



Gráfico III - FDR-Crédito - Histórico da Adimplência - Exercício 2019



No gráfico III, nota-se que a baixa inadimplência dos tomadores de financiamentos com recursos do FDR, em outras palavras, a adimplência encontra-se plenamente aceitável, superior a 95%. Tais índices podem ser explicados devido às visitas periódicas pelo FDR, in loco visando o cumprimento das metas pelos proponentes. Também, sistematicamente é monitorado o ressarcimento dos financiamentos, buscando melhorar o relacionamento com os beneficiários do Fundo e manter a inadimplência em níveis aceitáveis.

FDR-Crédito - Exemplo de bem financiado (sistema fotovoltaico - energia solar)



FDR-Crédito - Exemplo de bem disponibilizado (acordo de cooperação)



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES EDITADAS NOS EXERCÍCIO DE 2019

RESOLUÇÃO Nº 01/2019-FDR, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Define sobre competências para liberação de financiamentos e aprovação de projetos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR.

O Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - Substituto, na qualidade de Presidente do Conselho Administrativo e Gestor do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - CAG/FDR - Indicado, com fundamento nas disposições estabelecidas no § 2º, do art. 4º c/c os incisos III e V, do art. 5º da Lei nº 5.024, de 25 de fevereiro de 2013, "Ad Referendum" do Plenário do Competente Colegiado RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Presidente do Conselho Administrativo e Gestor do FDR, a prerrogativa de deliberar sobre os projetos de que trata o item II (modalidade FDR-Crédito) do Art. 2º da Lei 5.024/2013.

§1º Os projetos que se enquadram na modalidade FDR-Social (item I, do Art. 2º da Lei 5.024/2013) deverão ter parecer favorável da Câmara Técnica do Conselho Administrativo e Gestor do FDR.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, Resolução nº 01, de 17 de abril de 2017 e a Resolução nº 01 de 18 de outubro de 2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado no DODF Nº 202 de 22 de outubro de 2019 - Página 5.

RESOLUÇÃO Nº 02/2019-FDR, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre os valores para financiamentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR.

O Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - Substituto, na qualidade de Presidente do Conselho Administrativo e Gestor do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - CAG/FDR - Indicado, com fundamento nas disposições estabelecidas no § 2º, do art. 4º c/c os incisos III e V, do art. 5º da Lei nº 5.024, de 25 de fevereiro de 2013, "Ad Referendum" do Plenário do Competente Colegiado RESOLVE:

Art. 1º Alterar os valores fixados no Art. 7º do Decreto nº 34.285, de 16 de abril de 2013, que trata da concessão de financiamentos para investimentos e custeio associado a projetos de investimento agropecuários, aos produtores rurais individuais, empresas, associações e cooperativas do Distrito Federal e da região Integrada de Desenvolvimento Econômico - RIDE:

I – Até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para produtor rural, individualmente e empresas rurais e;

II – Até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para associações e cooperativas.

Parágrafo único - Quando o custeio estiver associado a projeto de investimento, em percentual de até 30% será concedido o mesmo prazo do investimento.

Art. 2º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publicado no DODF Nº 202 de 22 de outubro de 2019 - Página 5.

RESOLUÇÃO Nº 03/2019-FDR, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispões sobre as garantias aceitas para financiamentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR.

O Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - Substituto, na qualidade de Presidente do Conselho Administrativo e Gestor do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - CAG/FDR - Indicado, com fundamento nas disposições estabelecidas no § 2º, do art. 4º c/c os incisos III e V, do art. 5º da Lei nº 5.024, de 25 de fevereiro de 2013, "Ad Referendum" do Plenário do Competente Colegiado RESOLVE:

Art. 1º Aceitar como garantias nas operações de financiamentos com recursos do FDR:

I - Um avalista com renda superior a três vezes o valor da prestação;

II - Carta de Aval do Fundo de Aval do Distrito Federal - FADF, como garantia complementar da operação;

III - Garantia Real, o bem financiado como parte da garantia da operação;

IV - Concessão de Direito de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, quando estiver previsto no contrato que o mesmo poderá ser dado em garantia creditícia.

Parágrafo único - as garantias poderão ser cumulativas.

Art. 2º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publicado no DODF Nº 202 de 22 de outubro de 2019 - Página 5.

RESOLUÇÃO Nº 04/2019-FDR, DE 18 OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre as atividades agropecuárias financiáveis com recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR.

O Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - Substituto, na qualidade de Presidente do Conselho Administrativo e Gestor do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - CAG/FDR - Indicado, com fundamento nas disposições estabelecidas no § 2º, do art. 4º c/c os incisos III e V, do art. 5º da Lei nº 5.024, de 25 de fevereiro de 2013, "Ad Referendum" do Plenário do Competente Colegiado RESOLVE:

Art. 1º Alterar as atividades agropecuárias financiáveis com recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR.

Art. 2º O Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - FDR concederá financiamentos para implantação de projetos de investimento e custeio associado a investimento às atividades e sistemas de produção, abaixo relacionados:

I - Plasticultura: implantação e ampliação de cultivo protegido para atividades orgânicas e convencionais de olericultura, floricultura, fruticultura, piscicultura e produção de mudas;

II - Sistemas Agroflorestais: implantação, ampliação e adequação de sistemas agroflorestais, inclusive, a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta - ILPF;

III - Agricultura Orgânica: implantação, ampliação e adequação de sistemas de produção agropecuários orgânicos;

IV - Boas Práticas Agropecuárias - BPA: implantação, ampliação e adequação de sistemas de produção baseados em boas práticas agropecuárias, inclusive atividades pecuárias e agrícolas convencionais;

V - Irrigação localizada: implantação e ampliação de sistemas de irrigação, incluindo os investimentos necessários para infraestrutura elétrica, captação e reservação de água;

VI - Agroindústria: implantação, adequação e ampliação de agroindústrias, incluindo obras, equipamentos e utensílios.

VII – Implantação, ampliação e adequação de sistemas de energia renováveis.

§ 1º Os projetos de agroindústria deverão estar acompanhados de planta baixa aprovada pela Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal - DIPOVA.

§ 2º O FDR fiscalizará a implantação do projeto de agroindústria nos prazos estabelecidos no cronograma de execução da obra.

§ 3º Para apresentação de projeto previsto no inciso III deste artigo, a unidade produtora deverá estar certificada no sistema orgânico, em fase de certificação ou inscrita em Organização de Controle Social - OCS.

Art. 3º Tratores, microtratores, máquinas de beneficiamento, equipamentos estacionários, implementos agrícolas e veículos utilitários, poderão ser financiados quando o projeto ou sistema de produção estiver enquadrado no art. 2º desta Resolução.

Art. 4º Somente serão liberados financiamentos para aquisição de veículos utilitários, zero km, tipo caminhão, com capacidade mínima de 1.500 kg de carga.

Paragrafo único: será permitida a liberação de financiamentos para à aquisição de veículos utilitários, com cabine simples e com capacidade de carga inferior a 1.500 kg desde que conste do parecer técnico, informações sobre a sua funcionalidade para o transporte de produtos agropecuários.

Art. 6º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução - FDR nº 03, de 25 de julho de 2016.

Publicado no DODF Nº 209 de 1º de novembro de 2019 - Página 18.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Com foco no desenvolvimento da área rural do Distrito Federal e da Ride o FDR, na Modalidade Crédito, destina recursos para financiar projetos de investimento e custeio. Na Modalidade Social, disponibiliza maquinários, tratores, caminhões e implementos agrícolas, no atendimento às demandas dos e suas Organizações.

Atualmente, está limitado em R\$ 100.000,00 o financiamento para produtores rurais e empresas rurais, já para associações e cooperativas o limite é de R\$ 250.000,00. Em ambos os casos a taxa de juros é de 3% (três por cento) ao ano.

No presente exercício foram financiados 15 projetos de atividades rurais perfazendo um montante de R\$ 1.419.974,92 (um milhão quatrocentos e dezenove mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos), contribuindo diretamente para a manutenção de 269 empregos diretos na área rural, com destaque para 8 projetos de energia fotovoltaica. Na Modalidade Social, em caráter não reembolsável, foi disponibilizado o valor de R\$ 477.125,20 (quatrocentos e setenta e sete mil e cento e vinte e cinco reais e vinte centavos) para aquisição de caminhões, tratores e implementos agrícolas. Estes bens foram incorporados ao patrimônio do GDF, juntando-se a frota SEAGRI, para atender às demandas dos produtores rural no âmbito do Distrito Federal por intermédio de Acordos de Cooperação firmados com suas Organizações Sociais locais - Associações e Cooperativas. Atualmente existem 24 Acordos de Cooperação vigentes.

Os financiamentos de projetos e as aquisições foram possíveis devido a arrecadação oriunda dos financiamentos concedidos em exercícios anteriores.

O FDR encerra o exercício de 2019 com um ativo de aproximadamente R\$ 13,5 (treze milhões e meio de reais), recebíveis ao logo dos próximos 10 anos, com destaque para a adimplência superior a 95% (noventa e cinco por cento).

Periodicamente o FDR realiza vistorias *in loco* e sistematicamente monitora os ressarcimentos dos financiamentos, buscando melhorar o relacionamento com os beneficiários do Fundo e a inadimplência em níveis aceitáveis.

PERSPECTIVAS PARA 2020

Na modalidade Crédito o foco principal é continuar a financiar projetos agropecuários com maior sustentabilidade, no sentido de diminuir os contaminantes e os resíduos físicos, químicos e biológicos na produção de alimentos agropecuários, buscando a melhoria nas condições de trabalho no espaço rural; o aumento da produção e da renda e o melhor aproveitamento do solo, tais como: projetos de investimentos e custeios cujas atividades e sistemas de produções sejam realizados em espaço protegido (pláticultura), especialmente o cultivo orgânico de olericultura, floricultura, fruticultura, piscicultura e produção de mudas, bem como, a implantação, ampliação e adequação de sistemas agroflorestais, inclusive a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF; as boas práticas agropecuárias - BPA;

agroindustrialização e sistemas de irrigação localizada e de energias renováveis. O atual contexto socioeconômico exige do administrador público normatizações técnicas de fácil aplicabilidade, no caso do FDR, promover aos produtores rurais acesso descomplicado às linhas de créditos destinados ao setor agropecuário do Distrito Federal. Nitidamente observa-se que o setor produtivo rural carece de uma melhor atenção e acesso descomplicados às políticas públicas, especialmente no que se refere às linhas de créditos destinadas ao setor agropecuário.

Neste sentido o FDR, propôs projeto de lei e, tem expectativa de sua aprovação no primeiro semestre de 2020. A propositura visa aglutinar e aprimorar as normas para operacionalização dos Fundos de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal-FDR e de Aval do Distrito Federal-FADF, adequando suas finalidades à atual realidade do Distrito Federal e Entorno, especialmente quanto às suas fontes de arrecadação e a destinação de seus recursos financeiros, bem como, alinhar as políticas públicas com a atual realidade do setor agropecuário visando promover o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal e da RIDE, com ações que permitam o aumento da produção e da produtividade agropecuária, da renda, da segurança alimentar e a permanência sustentável do homem no espaço rural. O referido projeto de lei traz em seu bojo quatro modalidades: FDR-Social;

FDR-Crédito; FDR-Aval e FDR- Habitação Rural.

O FDR-Social destina-se a apoiar financeiramente, em caráter não reembolsável, projetos de fomento ao desenvolvimento rural no Distrito Federal.

O FDR-Crédito destina-se a financiar projetos de investimento e custeio da produção agropecuária, infraestrutura, prestação de serviços, agroindustrialização, da comercialização de produtos agropecuários in natura ou processados dos produtores rurais ou suas organizações e do Turismo Rural no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

O FDR-Aval destina-se a conceder garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos junto às instituições financeiras e aos Fundos governamentais do Distrito Federal para os produtores rurais, ou suas cooperativas no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

O FDR–Habitação Rural destina–se a financiar despesas de construção, reforma ou ampliação de habitações em áreas rurais no Distrito Federal.

Como destaque, espera-se que a modalidade Habitação Rural esteja apta a ser operacionalizada a partir do ano de 2021.

Estima-se para o exercício de 2020 uma arrecadação superior a três milhões de reais, destinando se a totalidade da arrecadação para às modalidades Crédito e Social conforme demonstrado no quadro a seguir:

PRVEVISÃO - QDD 2020	ARRECADAÇÕES			DESTINAÇÃO		
	Retorno Financiamentos	Taxas de Arrendamentos	Total	FDR - CRÉDITO	FDR - SOCIAL	TOTAL
	Fonte 123	Fonte 171		Novos Financiaemntos	Fomento Rural	
Janeiro	327.314,92	26.137,25	353.452,17	234.979,38	118.472,79	353.452,17
Fevereiro	95.296,76	26.137,25	121.434,01	68.413,54	53.020,47	121.434,01
Março	150.016,69	26.137,25	176.153,94	107.696,98	68.456,96	176.153,94
Abril	327.645,57	26.137,25	194.276,07	120.706,86	73.569,21	194.276,07
Maio	327.645,57	26.137,25	353.782,82	235.216,75	118.566,07	353.782,82
Junho	212.822,69	26.137,25	346.126,69	229.720,42	116.406,27	346.126,69
Julho	319.989,44	26.137,25	155.693,83	93.008,67	62.685,16	155.693,83
Agosto	129.556,58	26.137,25	155.693,83	93.008,67	62.685,16	155.693,83
Setembro	225.377,62	26.137,25	251.514,87	161.798,59	89.716,28	251.514,87
Outubro	222.995,64	26.137,25	249.132,89	160.088,57	89.044,32	249.132,89
Novembro	167.307,32	26.137,25	193.444,57	120.109,93	73.334,64	193.444,57
Dezembro	560.315,95	26.137,25	586.453,20	402.338,20	184.115,00	586.453,20
TOTAL	2.906.778,00	313.647,00	3.220.425,00	2.086.863,30	1.133.561,70	3.220.425,00

14903 - FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL - FDS

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Distrital de Sanidade Animal - FDS é um instrumento indenizatório emergencial, instituído pela Lei Complementar nº 763, de 30 de maio de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 33.785, de 13 de julho de 2012, gerido por um Conselho de Administração sob a coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri/DF), presidido pelo titular da pasta da Subsecretaria de Defesa Agropecuária – SDA, composto por representantes titulares e suplentes indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

1. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – Seagri/DF;
2. Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF;
3. Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal – SFA/DF;
4. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater/DF;
5. Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAP/DF;
6. Associação dos Produtores e Processadores de Leite do Distrito Federal – Aproleite/DF;
7. Associação dos Avicultores do Planalto Central – Avi plac;
8. Associação dos Criadores de Ovinos do Distrito Federal – ACOB/DF; e
9. Associação dos Criadores do Planalto – ACP.

MISSÃO

Mitigar os prejuízos financeiros causados pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário no âmbito do Distrito Federal.

OBJETIVOS

O FDS possui dois objetivos distintos. O primeiro visa indenizar, as propriedades no âmbito do Distrito Federal, pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário do Distrito Federal. O segundo objetiva suplementar recurso para atender ao desenvolvimento de ações ou à execução de serviços relativos à vigilância e à fiscalização em saúde animal e educação sanitária.

BENEFICIÁRIOS

Proprietários que possuam animais atingidos ou que sejam considerados suspeitos de contaminação por doenças infectocontagiosas, podendo representar perigo de disseminação da enfermidade, de acordo com o Código Zoonosológico Internacional e que forem abatidos ou sacrificados sanitariamente por determinação do Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal do Distrito Federal, adquiridos de acordo com as normas de trânsito vigentes e com certificados sanitários exigidos pelo serviço de defesa sanitária animal, e que estejam sendo criados ou mantidos em locais apropriados e condições adequadas de manejo, nutrição, higiene e profilaxia de doenças e de proteção ao meio ambiente e, se estiverem adimplentes com as obrigações e compromissos relacionados aos serviços de cadastro da propriedade, comprovados pelo órgão executor da defesa sanitária animal, bem como a débitos de tributos distritais e federais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

A força de trabalho do FDS encontra-se contida na força de trabalho da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - Seagri-DF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2772 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL	22333,0	22333,00	0	0
0002 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL-FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL-DISTRITO FEDERAL	22333,0	22333,00	0	0
9110 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS	80993,0	80993,00	0	0
0001 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS-SACRIFÍCIO DE ANIMAIS SUSPEITOS OU DOENTES-DISTRITO FEDERAL	80993,0	80993,00	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	103326,00	103326,00	0,00	0,00

Em que pese não haver no exercício de 2019, solicitações ou pagamentos de indenizações, houve arrecadação destinada para o FDS. A principal fonte de receita do FDS advém de receitas provenientes de recolhimento de taxas e multas estipuladas para os serviços prestados no âmbito das atribuições de competência da Subsecretaria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal. As taxas e multas são recolhidas aos cofres públicos, por meio de Documento de Arrecadação - DAR, e depois são repassadas pela Subsecretaria do Tesouro - SUTES ao FDS

na fonte de recurso 171-Recursos Próprios dos Fundos. O quadro seguinte demonstra a arrecadação efetiva do Fundo:

TAXAS E MULTAS EFETIVAMENTE ARRECADADAS	
Mês	Valor
Janeiro	187,70
Fevereiro	1.252,37
Março	647,26
Abril	1.365,73
Maio	2.184,32
Junho	3.708,57
Julho	6.287,89
Agosto	5.107,69
Setembro	5.881,92
Outubro	3.269,36
Novembro	15.074,67
Dezembro	1.219,05
Total	46.186,53

REALIZAÇÕES								
Solicitações		Indenizações						
Data	Animais	Pagamentos por Ano	2015	2016	2017	2018	2019	Total
		Data	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
27/11/2014	2	02/12/2015	3.938,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.938,89
07/03/2016	9	11/09/2018	0,00	0,00	0,00	21.640,03	0,00	21.640,03
03/08/2015	5	19/01/2018	0,00	0,00	0,00	11.801,12	0,00	11.801,12
25/09/2015	2	11/09/2018	0,00	0,00	0,00	5.047,71	0,00	5.047,71
25/09/2015	1	17/10/2016	0,00	2.236,50	0,00	0,00	0,00	2.236,50
13/11/2015	1	19/01/2018	0,00	0,00	0,00	2.473,50	0,00	2.473,50
12/12/2017	10	11/09/2018	0,00	0,00	0,00	18.368,97	0,00	18.368,97
09/12/2015	40	09/08/2017	0,00	0,00	90.538,38	0,00	0,00	90.538,38
02/03/2016	3	17/10/2016	0,00	5.768,40	0,00	0,00	0,00	5.768,40
04/05/2016	1	06/10/2016	0,00	3.123,54	0,00	0,00	0,00	3.123,54
Total	74		3.938,89	11.128,44	90.538,38	59.331,33	0,00	164.937,04

O processo de indenizações envolve várias etapas complexas, requer cautela por partes dos Agentes da Defesa e dos Gestores do FDS, indo desde a fiscalização da propriedade, passando pelo saneamento do rebanho, abate dos animais acometidos por doenças infectocontagiosas e a indenização propriamente dita, que é realizada de forma individual, diretamente ao beneficiário, correspondente a cada animal, sendo calculada e deferida pelo valor unitário de mercado. As indenizações somente são pagas aos proprietários que se enquadraram nas normas operacionais do FDS, ou seja, quando os animais doentes ou suspeitos são criados ou mantidos em condições adequadas de nutrição, saúde, higiene, profilaxia de doenças e seus proprietários estejam adimplentes com as obrigações e compromissos relacionados aos serviços de defesa e vigilância agropecuária.

Os critérios para a avaliação e indenização dos animais são disciplinados por intermédios das Resoluções: 01/2015-FDS - bovinos e bubalinos; 01/2018/FDS - equídeos; 03/2018-FDS - aves; 04/2018-FDS - suínos e 05/2018-FDS, ovinos e caprinos.

Há que se destacar o fato positivo de não haver no Exercício de 2019 solicitações de indenizações, por isto, o saldo financeiro positivo do FDS apurado em balanço, ao final do exercício, é automaticamente transferido para o Tesouro do Distrito Federal, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 925/2017, assim, havendo a necessidade em honrar indenizações, os recursos financeiros deverão advir diretamente do Tesouro do GDF na Fonte 100.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	20000,0	20000,00	170,05	170,05
0019 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL-DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,00	170,05	170,05
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	20000,00	20000,00	170,05	170,05

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Espera-se que não haja no Distrito Federal nenhum novo caso de animal suspeito ou atingido por doenças infectocontagiosas e nem a necessidade de indenizações pelo abate/sacrifícios de animais acometidos por tais doenças.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal - SECOM, criada por meio do Decreto nº 38.116, de 06 de abril de 2017, com estrutura alterada pelos Decretos nº 38.394, de 07 de agosto de 2017, nº 38.791, de 29 de dezembro de 2017, teve seu regimento interno aprovado por meio do Decreto nº 39.295, de 20 de agosto de 2018, tem atuação e competência nas áreas de publicidade governamental, campanhas educativas e de interesse público, constituindo-se no órgão central do sistema de comunicação social do Governo do Distrito Federal, no que concerne a relações públicas, imprensa e atividades de comunicação social.

Nos termos da legislação vigente, compete à Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal:

- I – Planejar, coordenar e executar a política de comunicação do Governo;
- II – Executar a publicidade governamental e campanhas educativas e de interesse público da Administração Direta do Governo;
- III – Implementar o relacionamento do governo com os órgãos de comunicação;
- IV – Realizar atividades de relações públicas do Governo.

Cabe ainda à SECOM, produzir e divulgar o conteúdo informativo institucional do Governo do Distrito Federal, cumprindo a missão de fazer da comunicação um instrumento de cidadania.

Nesse sentido, tem-se como atribuições da Secretaria promover o acesso da população às informações de todas as ações de governo, prestando contas da gestão administrativa do Governo do Distrito Federal, além de conferir excelência e garantir transparência aos atos da Administração Pública, visando contribuir para democratizar a comunicação do Distrito Federal.

Como forma de aproximar o Estado do cidadão, trazendo mais transparência e credibilidade às ações governamentais, realiza a publicação dos atos, programas, obras, serviços e ações desenvolvidas por meio dos órgãos e entidades da Administração Pública do GDF, permitindo, assim, o cumprimento de políticas públicas em diversos segmentos de atuação do Estado, como levar ao conhecimento dos cidadãos ações sobre saúde, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia, inovação, esporte, cultura, turismo, lazer, segurança, desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural, desenvolvimento urbano, abastecimento, habitação, infraestrutura, transporte, trabalho, direitos humanos, cidadania, justiça, juventude e relações internacionais e institucionais.

Por fim, para atendimento das demandas dos Órgãos da Administração Direta e visando garantir a transparência de seus atos, a SECOM editou a Instrução Normativa nº 01, de 07 de fevereiro de 2019, publicada no DODF nº 28, de 08 de fevereiro de 2019, alterada pela Instrução Normativa nº 02, de 22 de maio de 2019 (DODF 95 de 22/05/2019) e Instrução Normativa nº 1, de 08 de janeiro de 2020 (DODF 07 de 10/01/2020), que estabeleceu o Plano Anual de Publicidade para o ano de 2019 e instituiu a Portaria nº 9, de 01 de abril de 2019, publicada no DODF nº 61, de 01 de abril de 2019, que aprova e disciplina os Procedimentos de Seleção Interna das Agências de Propaganda, contratadas para a execução das ações de publicidade governamental.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	9	3	4	1	17
Comissionados sem vínculo efetivo	22	75	0	0	97
Requisitados de órgãos do GDF	11	2	0	0	13
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	2	2	4
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	42	80	6	3	131
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	3	0	3
Total Geral	42	80	3	3	128

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	49100,0	0,00	0	0
0007 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	49100,0	0,00	0	0
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	13000000,0	1,00	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-SOLUÇÕES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL-DISTRITO FEDERAL	12000000,0	1,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	43868567,0	87677278,00	87636631,99	65593184,24
0002 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	24923729,0	68797278,00	68763066,33	49417315,68
0004 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	18944838,0	18880000,00	18873565,66	16175868,56

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	56917667,00	87677279,00	87636631,99	65593184,24

A Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal - SECOM-DF dentro de suas competências legais é responsável pela coordenação e realização de ações publicitárias institucionais e de utilidade pública da Administração Direta do Governo do Distrito Federal. Dentro do programa institucional tem-se as modalidades Institucional/Governamental e Institucional/Legal.

A publicidade Institucional/Governamental destina-se a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, de valorizar e fortalecer as instituições públicas, de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas. Nessa modalidade foram veiculadas 07 campanhas, quais sejam: SOS-DF, BALANÇO 100 DIAS, PRESTAÇÃO DE CONTAS I, PRESTAÇÃO DE CONTAS II, EDIÇÃO DE VÍDEO PROMOCIONAL DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO, REEDIÇÃO DO VÍDEO PROMOCIONAL DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO com inclusão de legendas em inglês e PRODUÇÃO DO LIVRO BRASÍLIA VISTA DO CÉU.

A publicidade Institucional/Legal, destina-se a publicações de matérias em jornais de grande circulação e no Diário Oficial da União e corresponde a divulgação de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações de interesses dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, com o objetivo de atender a prescrições legais.

A publicidade de Utilidade Pública destina-se a divulgar temas de interesse social e apresenta comando de ação objetivo, claro e de fácil entendimento, objetivando informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para a adoção de comportamentos que gerem benefícios individuais e/ou coletivos. A SECOM, no âmbito da publicidade de interesse público, veiculou 11 campanhas: IPVA-2019, SEGURANÇA NO CARNAVAL, IPTU-2019, DENGUE, NOTA DE UTILIDADE PÚBLICA, FEMINICÍDIO, PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS, CONSELHEIROS TUTELARES, NOTA LEGAL, MATRÍCULAS 2020 E COLETA DE LIXO.

Por fim, com o objetivo de normatizar e supervisionar o uso das marcas e assinaturas dos órgãos integrantes da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, a SECOM também é responsável pela aprovação e desenvolvimentos de layouts publicitários para prestação de informações importantes à população do Distrito Federal.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1455 - TAXA DE EFETIVIDADE DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, ATOS, FATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	%	100	31/12/2014	ANUAL	100	78,62	100	64,15	100	65,26	100	65,82	SECOM/ UO 15101 / OE 6 / UO 15101 / OE 6

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado do 1º Ano	Alcançado do 1º Ano	Desejado do 2º Ano	Alcançado do 2º Ano	Desejado do 3º Ano	Alcançado do 3º Ano	Desejado do 4º Ano	Alcançado do 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os meios propostos em um plano de mídia impossibilitou o alcance dos resultados pretendidos. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, possibilitando variações conforme o público selecionado. As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variações que podem alterar os resultados, como: período de exposição da mensagem, falhas técnicas, falhas na programação e situações adversas.</p> <p>2017 - A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os veículos em um plano de mídia impossibilitou o alcance dos resultados pretendidos. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, entre outros, possibilitando variações conforme o público selecionado. As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variações que podem alterar os resultados, como: período de exposição da mensagem, falhas técnicas, falhas na programação e situações adversas.</p> <p>2018 - A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os veículos que compõem meios propostos em um plano de mídia impossibilita a medição exata dos resultados pretendidos. Executar as ações planejadas e atingir 100% do público alvo de cada ação é a expectativa de uma meta a ser atingida, o cenário perfeito. Mas dentro do universo de avaliação de alcance da publicidade em meios aferidos pelas áreas técnicas, o índice de 70% já é considerado eficaz e ideal a ser alcançado.</p> <p>2019 - Executar as ações planejadas e atingir 100% do público alvo é a expectativa de uma meta a ser atingida, mas dentro do universo de avaliação de alcance da publicidade em meios aferidos pelas áreas técnicas, o índice de 70% é considerado eficaz e ideal a ser alcançado. Os planos de mídia contemplaram diversos meios de comunicação (internet, jornal, rádio, mídia exterior), no entanto o meio aferido no período, conforme disponibilidade de tecnologias foi a TV, ocasionando variações por público.</p>													

A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os veículos que compõem os meios propostos no plano de mídia impossibilita a mensuração exata dos resultados. Dessa forma, o meio de aferição utilizado no período, conforme disponibilidade de tecnologias, foi a televisão, possibilitando variações de acordo com o público selecionado. Ou seja, se fossem considerados os diversos meios de comunicação contemplados nos planos de mídia (internet, jornal, rádio, mídia exterior), o alcance e cobertura das campanhas realizadas atingiriam um percentual maior. No entanto para mensurar os resultados de alcance e de cobertura, levou-se em consideração apenas as veiculações realizadas por meio de televisão. As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para medir os resultados. Existem variações que podem alterá-los, tais como: período de exposição da mensagem, falhas técnicas, falhas na programação e situações adversas. Para atingir as metas previstas na realização de publicidade, seria necessário dispor de um orçamento considerável para investimento em testes e pesquisas para uma visão mais precisa de suas possibilidades de retorno, o que geraria mais custos para a realização das campanhas. A eficiência da publicidade é proporcional ao valor investido. Assim, quanto maior o investimento, maior é a exposição da propaganda e mais eficiente ela será, considerando sempre os critérios técnicos para a escolha dos meios. Ao elaborarmos o Plano Anual de Publicidade, tendo por base as demandas encaminhadas pelos órgãos que compõem a Administração Direta do Governo do Distrito Federal – GDF, buscamos difundir informações de interesse público, traduzidas nas ações das diversas áreas do governo, buscando estimular a participação da sociedade no debate que leve ao aprimoramento das políticas de investimento público. Executar, portanto, todas as ações planejadas e atingir 100% do público alvo de cada ação é a expectativa de uma meta a ser atingida, o cenário perfeito. Mas, dentro do universo de avaliação de alcance da publicidade em meios aferidos pelas áreas técnicas, o índice de 70% já é considerado eficaz e ideal a ser alcançado. Individualmente, em algumas campanhas, tais como: Prestação de Contas II, o índice apurado chegou a 92% de alcance de cobertura; em Balanço 100 dias, o índice apurado atingiu 88,46% de alcance de cobertura, apenas na TV. Em determinadas campanhas, os índices tendem a baixar pelo valor investido nos meios considerando a peculiaridade de cada um, chegando a 34% de cobertura, devido à especificidade da campanha e a estratégia da mesma, muitas vezes há a necessidade de utilização de veículos que não são auditados. Atualmente, a forma de se mensurar a publicidade é por meio do Relatório de Análise de Resultados (Pós-venda) encaminhado pelas agências de publicidade que prestam serviço ao GDF. O relatório é composto por informações de diversos meios, levando em consideração as métricas, como: nº de impactos, alcance, frequência, entre outras. Com esses dados os índices finais são apresentados pelas agências.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	631000,0	231707,00	32615,99	32615,99
0015 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	631000,0	231707,00	32615,99	32615,99
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	915000,0	1159000,00	969122,15	969122,15
0004 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DISTRITO FEDERAL	915000,0	1159000,00	969122,15	969122,15

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1546000,00	1390707,00	1001738,14	1001738,14

No exercício de 2019, foram cumpridas obrigações com ressarcimento salarial à 01servidora requisitada da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, acerto de contas de servidores exonerados e pagamentos de duas parcelas referentes à conversão de Licença Prêmio em pecúnia para três servidoras aposentadas da SECOM.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	13943047,0	13699047,00	11160122,71	11160122,71
0011 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	13943047,0	13699047,00	11160122,71	11160122,71
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	697190,0	697190,00	507553,40	507553,40
0008 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL	697190,0	697190,00	507553,40	507553,40
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1251000,0	50177,00	39367,55	38182,69
0018 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DISTRITO FEDERAL	1251000,0	50177,00	39367,55	38182,69
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	120000,0	93600,00	0	0
0013 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	120000,0	93600,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	700000,0	112723,00	106756,75	105298,77
0006 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	700000,0	112723,00	106756,75	105298,77
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	16711237,00	14652737,00	11813800,41	11811157,57

No âmbito de suas competências de gestão administrativa, a SECOM, mesmo diante da carência orçamentária no que tange a material permanente, conseguiu manter a contendo as metas da Secretaria e cumpriu com todas as obrigações de caráter obrigatório e discricionário.

No decorrer do exercício foram mantidos 13 contratos administrativos, adquiridos materiais de consumo, deflagradas licitações para contratação de serviços de publicidade e de comunicação digital. Também, foi dado prosseguimento à concorrência nº 01/2018, que tem por objeto a contratação de serviços de publicidade para a TERRACAP e suas subsidiárias,

conforme termo de Cooperação nº 02/2018, celebrado em 28 de fevereiro de 2018, publicado no DODF, nº 43 de 05 de março de 2018.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não ocorreram realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As ações desenvolvidas pela SECOM, em 2019, procuraram cumprir a programação orçamentária e financeira estabelecida para o exercício, bem como o Plano Anual de Publicidade de 2019 que contemplou as ações de publicidade executadas pelas agências de publicidade e propaganda que atendem o governo, reunindo as demandas das Secretarias de Estado que compõem a Administração Direta do Governo do Distrito Federal (GDF).

Como 2019 foi o primeiro ano de governo, houve a necessidade de adequação à realidade atual para o cumprimento das campanhas publicitárias.

As perspectivas para o ano 2020 são de que a SECOM-DF possa desempenhar suas atribuições com eficácia e eficiência, realizando suas atividades programadas para o exercício, tanto nas questões administrativas como orçamentárias, atendendo as demandas internas e na atividade fim, prestando contas das ações governamentais para a população do Distrito Federal.

16101 - SECRETARIA DE EST. DE CULTURA E ECON. CRIAT. DO DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Lei Complementar nº 934, de 07 de dezembro de 2017, institui a Lei Orgânica da Cultura dispondo sobre o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal. De acordo com a citada norma, compete à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa como integrante do SAC:

I - exercer a coordenação geral da normatização, da orientação e da fiscalização do SAC-DF, de modo a garantir que os órgãos e as instâncias integrantes observem os princípios e as diretrizes do SAC-DF e do Plano de Cultura do Distrito Federal;

II - conduzir a formulação, a execução e a avaliação de políticas culturais a partir das metas definidas no Plano de Cultura do Distrito Federal, em cooperação com as instâncias de articulação, deliberação e participação social;

III - estabelecer procedimentos para integração das administrações regionais ao SAC-DF e subsidiar órgãos regionais na implementação de políticas culturais e na elaboração de instrumentos para realização de ações culturais;

IV - implementar ações e propor normas para uso artístico e cultural das áreas públicas do Distrito Federal, considerando as diretrizes das políticas de direito à cidade;

V - desenvolver, reunir e disponibilizar, por meio do SIIC-DF, dados, informações, indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos necessários à fundamentação das políticas de fomento e incentivo das artes e ao desenvolvimento dos sistemas, arranjos e cadeias produtivas da cultura;

VI - convocar e coordenar, conjuntamente com o CCDF, as pré-conferências, a Conferência de Cultura do Distrito Federal e o Seminário sobre Informações e Indicadores em Cultura no Distrito Federal;

VII - implementar, no âmbito do Distrito Federal, as pactuações federativas acordadas na Comissão Intergestores Tripartite do Sistema Nacional de Cultura, representada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

VIII - instituir e implementar cadastro de entes e agentes culturais do Distrito Federal e da RIDE-DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	24	12	107	199	342
Comissionados sem vínculo efetivo	78	8	0	0	86
Requisitados de órgãos do GDF	4	1	3	3	11
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	0	0	2
Estagiários	0	0	60	0	60

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	50	0	50
Terceirizados (FUNAP)	0	0	9	0	9
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	108	21	229	202	560
(-) Cedidos para outros órgãos	0	10	0	0	10
Total Geral	108	11	229	202	550

No exercício 2019 a secretaria remunerou, em média, 550 servidores; acolheu 60 estagiários estudantes entre os níveis médio e superior, iniciando estágios com 1 estudante de nível médio e 42 de nível superior em diversas áreas e finalizando com 1 estudante de nível médio e 33 de nível superior pelo convênio com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE ; oportunizou 50 vagas para os jovens aprendizes do programa Brasília + Jovem Candango do DF, além de uma média de 9 (nove) terceirizados apenas para prestação de serviços gerais e reprografia pelo convênio com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, alcançando o objetivo proposto na LOA 2019. Foram encaminhados à Escola de Governo do Distrito Federal - EGOV/DF para capacitação/treinamentos um quantitativo de 259 servidores dentro das necessidades do órgão. Destes, 208 concluíram seus cursos; foram capacitados mais de 80% (oitenta por centos).

Apesar das limitações de pessoal, atualmente a secretaria vem atuando firmemente para manter bons padrões de atendimentos aos cidadãos, estabelecendo procedimentos operacionais padronizados para diminuição do tempo médio no exame das matérias colocadas à sua apreciação. O órgão desenvolve suas atividades em sistema de cooperação com os servidores atuando diretamente em determinadas fases processuais na composição de documentos indispensáveis à correta instrução, em especial aquelas exigidas pelas resoluções do TCDF nº 101/1998, 219/2011 e 299/2016, exigidos pelos órgãos de controle interno e externo. Foram executadas sempre dentro dos prazos as atividades previstas em Regimento, bem como as atividades administrativas demandadas ao bom funcionamento da Pasta; dentre estas: executar atividades de registro e atualização de lançamentos de dados no sistema informatizado; controle, classificação e declaração de informações funcionais dos servidores ativos; adotar as providências administrativas necessárias à lotação de cargos decorrentes de provimento e nomeação e outros; receber anualmente, conferir e zelar pela guarda das declarações de bens e rendas apresentadas pelos servidores ativos e comissionados; efetuar os registros relacionados à homologação do estágio probatório e estabilidade dos servidores; organizar, controlar e manter atualizadas as pastas de assentamentos funcionais dos servidores ativos e comissionados; instruir, registrar e controlar licenças e concessões de direitos e vantagens; adotar os procedimentos legais e administrativos para averbação de tempo de serviço e emissão de certidão de tempo de serviço junto ao Iprev/DF dentre outros.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	250000,0	0,0	0	0
6152 - PAIXÃO DO CRISTO NEGRO	250000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	250000,00	0,00	0,00	0,00

A ação referente ao evento Paixão do Cristo Negro, proveniente de emenda parlamentar, não foi executada, tendo em vista a inviabilidade por cancelamento do crédito orçamentário/financeiro pelo parlamentar ao SISCOPEP - Sistema de Controle de Emendas Parlamentares.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2856 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL	10000,0	0,00	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,00	0	0
3174 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA	20000,0	49722,00	34470,68	34469,96
0002 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	20000,0	49722,00	34470,68	34469,96
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	30000,00	49722,00	34470,68	34469,96

No exercício houve a devolução de saldo remanescente relativo ao convênio nº 774952/2012 - Projeto Criativa Birô, firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC e o Ministério da Cultura - MINC.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	151000,0	171000,0	159197,29	159197,29
8389 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	151000,0	171000,0	159197,29	159197,29
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	151000,00	171000,00	159197,29	159197,29

Em 2019 foi acolhida, em média, a quantidade de 9 (nove) trabalhadores sentenciados terceirizados para prestação de serviços de mão-de-obra através de convênio com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, atuando nos serviços administrativos de atividade-meio nesta secretaria, alcançando o objetivo proposto.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	184000,0	174614,00	171705,34	171705,34
0001 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	184000,0	174614,00	171705,34	171705,34
2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	860000,0	168548,00	125830,98	125830,98
0002 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	860000,0	168548,00	125830,98	125830,98
2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	510000,0	822415,00	822414,59	822414,59
0001 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	510000,0	822415,00	822414,59	822414,59
2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	520000,0	230338,0	230338,0	230338,0
0002 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	520000,0	230338,0	230338,0	230338,0
2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA	4000000,0	3732419,00	3732418,65	3732418,65
0001 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	4000000,0	3732419,00	3732418,65	3732418,65
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	22047425,0	21981743,00	3176575,11	2649811,51
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	16967425,0	20262863,00	1457695,60	930932,00
0050 - APOIO AS ATIVIDADES CULTURAIS EM TODO DISTRITO FEDERAL	150000,0	0,0	0	0
0051 - ARRAIAL LIVRE ACESSO	80000,0	0,0	0	0
0052 - EVENTO DENGOSO, O VILÃO DA ÁGUA PARADA	100000,0	0,0	0	0
0053 - DESFILE BELEZA NEGRA	100000,0	0,0	0	0
0054 - MAIS ESPORTE, CULTURA E LAZER	80000,0	0,0	0	0
0055 - PROJETO EDUCARTE	150000,0	0,0	0	0
0056 - FERROCK CALENDÁRIO CULTURAL 2019	400000,0	0,0	0	0
0057 - MÚSICAS QUE EMBELEZAM A ARTE	80000,0	0,0	0	0
0058 - EVENTOS CULTURAIS T-BONE 2019	200000,0	0,0	0	0
0059 - APOIO ÀS ATIVIDADES DO CLUBE DO VIOLEIRO CAPIRA	150000,0	0,0	0	0
0060 - EVENTO LAZER DAS QUEBRADAS	100000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0061 - FESTA DO MORANGO	200000,0	0,0	0	0
0062 - APOIO ÀS ATIVIDADES DA VILA DOS SONHOS	140000,0	0,0	0	0
0063 - JORNADA LITERÁRIA DO DF	100000,0	0,0	0	0
0064 - EVENTO 19º CIRCUITO DE QUADRILHAS LINQ-DFE	400000,0	0,0	0	0
0065 - APOIO ÀS ATIVIDADES DO INSTITUTO AMIGOS DO BEM	120000,0	0,0	0	0
0066 - APOIO AO PROJETO OUVIR E AMAR	300000,0	0,0	0	0
0067 - APOIO A EVENTO DA FEIRA DA GUARIROBA	100000,0	0,0	0	0
0068 - APOIO AO PROJETO BATUCADEIROS	100000,0	0,0	0	0
0069 - EVENTO CRUZADA EVANGELÍSTICA DE PLANALTINA	100000,0	0,0	0	0
0070 - EVENTO O MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO	100000,0	0,0	0	0
0071 - FESTIVAL UP CREW	200000,0	0,0	0	0
0072 - CALDEIRÃO CULTURAL ENCONTRO DE EQUIPES	150000,0	0,0	0	0
0073 - FESTIVAL DE MÚSICA POPULAR DO PARANOÁ	100000,0	0,0	0	0
0074 - FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO	80000,0	0,0	0	0
0075 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	80000,0	0,0	0	0
0076 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	120000,0	0,0	0	0
0077 - APOIO AO EVENTO 1 KG DE ROCK	100000,0	0,0	0	0
0078 - APOIO AS ATIVIDADES CULTURAIS EM TODO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1628880,0	1628879,51	1628879,51
0083 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO AO PROJETO ESTÚDIO SOCIAL"-DISTRITO FEDERAL	0	90000,0	90000,0	90000,0
2844 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA	550000,0	3616930,00	2344932,10	2344564,82
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	550000,0	3616930,00	2344932,10	2344564,82
2845 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES	1000000,0	0,0	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
3304 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MOVIMENTA CULTURA	148780,0	50000,00	42595,04	42595,04

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - APOIO À AÇÕES DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	148780,0	50000,00	42595,04	42595,04
3308 - APOIO À AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA	340000,0	2700,00	2700,0	2700,0
0001 - APOIO À AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	340000,0	2700,00	2700,0	2700,0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	3880000,0	1350000,0	1326829,56	1246829,56
6148 - FESTA MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO	100000,0	100000,0	100000,0	100000,0
6149 - APOIO A PROJETOS, ATIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS EM TODO O DF	1000000,0	1000000,0	997744,63	917744,63
6151 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS EM TODAS AS REGIÕES DO DISTRITO FEDERAL	250000,0	0,0	0	0
6153 - PARADA LGBT DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	200000,0	100000,0	88719,59	88719,59
6154 - APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO MARCHA PARA JESUS	1000000,0	0,0	0	0
6155 - APOIO AO EVENTO HIP HOP SOLIDARIO 2019 EM SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	100000,0	0,0	0	0
6156 - APOIO AO EVENTO PRIMEIRO CIRCUITO DE FORRÓ DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	150000,0	150000,0	140365,34	140365,34
6157 - APOIO AO EVENTO PROJETO SOCIAL NO PARQUE	100000,0	0,0	0	0
6158 - APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO CULTURAL CRIANÇA FELIZ	230000,0	0,0	0	0
6159 - APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO LIVRE PARA CRIAR	300000,0	0,0	0	0
6161 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS - EDUCAR CAPOEIRA	100000,0	0,0	0	0
6162 - REALIZAÇÃO DO EVENTO PAIXÃO DO CRISTO NEGRO	350000,0	0,0	0	0
3693 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURA VIVA DF	350000,0	0,0	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURA VIVA DF-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	350000,0	0,0	0	0
3696 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA CULTURAL	250000,0	18189,00	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA CULTURAL-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	250000,0	18189,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3706 - FORTALECIMENTO DA PROGRAMAÇÃO E GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS E PRÓPRIOS	300000,0	26561,30	26561,30	26561,30
0001 - FORTALECIMENTO DA PROGRAMAÇÃO E GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	300000,0	26561,30	26561,30	26561,30
3710 - IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE AUDIOVISUAL	300000,0	0,0	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE AUDIOVISUAL-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
3718 - IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL	4822813,0	3421209,28	1158395,88	1046155,85
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	4822813,0	3421209,28	1158395,88	1046155,85
4090 - APOIO A EVENTOS	12250000,0	5750000,0	5693658,83	5693658,83
6085 - APOIO AOS PROJETOS CULTURAIS T - BONE - DISTRITO FEDERAL.	200000,0	0,0	0	0
6086 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL 2019	1000000,0	0,0	0	0
6087 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM PROL DE TODO O DF	3000000,0	4000000,0	3998735,36	3998735,36
6089 - APOIO A DIVERSOS EVENTOS CULTURAIS EM TODO O DISTRITO FEDERAL	3500000,0	0,0	0	0
6090 - APOIO À REALIZAÇÃO DA FESTA DA FOLIA DO DIVINO E FORRÓ FOLIA	300000,0	0,0	0	0
6091 - APOIO À REALIZAÇÃO DO ENCONTRO DE FOLIA DE REIS DO DISTRITO FEDERAL	450000,0	300000,0	269304,38	269304,38
6092 - APOIO À REALIZAÇÃO DO XIX ENCONTRO DE VIOLEIROS DO DISTRITO FEDERAL	450000,0	450000,0	425619,09	425619,09
6093 - APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DESTINADAS AO DESENVOLVIMENTO DA ARTE E DA CULTURA REGIONAIS	500000,0	0,0	0	0
6094 - APOIO À REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DA ESCOLA DE VIOLA BETESDA	150000,0	0,0	0	0
6095 - PROJETO SAMBA DA GUARIBA	120000,0	0,0	0	0
6096 - APOIO AO EVENTO CIRCUITO BRASÍLIA JUNINA DO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
6097 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS NAS REGÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	800000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6098 - APOIO A REALIZAÇÃO DA VIRADA CULTURAL DA CEILÂNDIA	60000,0	0,0	0	0
6099 - APOIO AO PROJETO FEST POVOS - ENCONTRO INTERNACIONAL DE GRAFFITI	50000,0	0,0	0	0
6100 - APOIO A REALIZAÇÃO DO SEGUNDO ARRAIÁ QUADRILHA JUNINA PINGA EM MIM	150000,0	0,0	0	0
6101 - APOIO A REALIZAÇÃO DO FESTIVAL NACIONAL DA MÚSICA EM SOBRADINHO - FANAMUS	250000,0	0,0	0	0
6102 - APOIO A EVENTOS - PARADA LGBT DO GAMA	70000,0	0,0	0	0
6103 - APOIO AO FESTIVAL SÃO BATUQUE DE CULTURA POPULAR	200000,0	0,0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	6910000,0	3718947,0	3504262,54	3406602,54
5871 - APOIO AO PROJETO A RODA DE SAMBA VAI A ESCOLA - DF	150000,0	0,0	0	0
5872 - APOIO AO PROJETO CARAVANA ITINERANTE DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
5873 - APOIO AO PROJETO SEMANA DA ÁFRICA NO DISTRITO FEDERAL	1500000,0	0,0	0	0
5874 - APOIO AO PROJETO FESTIVAL DE TEATRO NAS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1000000,0	957656,26	957656,26
5875 - APOIO A PROJETO - CARAVANA CULTURAL - III EDIÇÃO	300000,0	0,0	0	0
5876 - APOIO A PROJETO - QUILOMBO NAS ESCOLAS	300000,0	300000,0	300000,0	300000,0
5877 - APOIO AO PROJETO CULTURAL VAMOS VALORIZAR A TERCEIRA IDADE	100000,0	100000,0	97660,0	0
5878 - APOIO AO PROJETO SAPEKAI	60000,0	0,0	0	0
5879 - APOIO AO PROJETO CULTURA POPULAR NO PARANOÁ E ITAPOÃ - MEMORIA E RESISTÊNCIA	300000,0	0,0	0	0
5880 - APOIO A O PROJETO JORNADA LITERÁRIA DO DISTRITO FEDERAL 2019	250000,0	250000,0	250000,0	250000,0
5881 - APOIO AO PROJETO ELEMENTO 5	200000,0	0,0	0	0
5882 - APOIO AO PROJETO ESCOLA ABERTA PARA A CULTURA URBANA	230000,0	0,0	0	0
5883 - APOIO AO PROJETO ?BRASÍLIA SEM LGBTFOBIA - 2019	300000,0	300000,0	300000,0	300000,0
5884 - APOIO AO PROJETO ARTE NA PRAÇA 2019	300000,0	299520,0	299520,0	299520,0
5885 - APOIO AO PROJETO SONS DA CIDADANIA	250000,0	0,0	0	0
5886 - APOIO AO PROJETO YLU ARA - TAMBOR DO CORPO	200000,0	199656,0	199656,0	199656,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5887 - APOIO AO PROJETO POESIA E BOSSA	100000,0	99771,0	99770,28	99770,28
5888 - APOIO AO PROJETO CARNAVALESCA	200000,0	170000,0	0	0
5889 - APOIO A EVENTOS - APOIO AO PROJETO CULTURAL IN MOVIMENTO-DISTRITO FEDERAL	170000,0	0,0	0	0
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	4100000,0	32824835,94	29059235,31	25389600,06
0004 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	4100000,0	3000778,80	3000000,0	2800000,0
0006 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO EVENTO JORNADA LITERÁRIA DO DISTRITO FEDERAL 2019 - EDIÇÃO- GAMA	0	120000,0	120000,0	120000,0
0008 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO TV COMUNITÁRIA CENTRADA NA PRODUÇÃO CULTURAL NAS 31 REGIÕES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	29960,0	0
0010 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-CENTRO DE AUDIOVISUAL NO DF -DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	150000,0	0
0011 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-CALDEIRÃO CULTURAL NO PSUL - CEILÂNDIA	0	50000,0	47665,0	0
0013 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-PROJETO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA- CEILÂNDIA	0	100000,0	0	0
0014 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO EVENTO JORNADA LITERÁRIA-DISTRITO FEDERAL	0	105000,0	105000,0	105000,0
0017 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-PROJETOS CULTURAIS PARA O FERROCK - CEILÂNDIA	0	120000,0	110912,33	110912,33
0019 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO PEDALA MOINHO-DISTRITO FEDERAL	0	60000,0	0	0
0022 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO CULTURAL SAMBA DA GUARIBA - CEILÂNDIA	0	120000,0	117735,67	117735,67
0023 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO FEIRA CULTURAL DE- CEILÂNDIA	0	181698,0	181697,22	181697,22
0025 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO TARDEZINHA DO SAMBA""- CEILÂNDIA	0	80000,0	71660,73	71660,73
0026 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO FEIRA CULTURAL DO- GAMA	0	79677,0	79676,68	79676,68

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0027 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-PROJETO BRASÍLIA AUTORAL -DISTRITO FEDERAL	0	120000,0	0	0
0028 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO A ESCOLA NO CINEMA-DISTRITO FEDERAL	0	260000,0	260000,0	260000,0
0030 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO REPENTE NA ESCOLA-DISTRITO FEDERAL	0	179575,0	179575,0	179575,0
0033 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-JORNADA LITERÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	100000,0	100000,0
0034 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO LAZER DA QUEBRADA-DISTRITO FEDERAL	0	80000,0	0	0
0035 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO ÀS ATIVIDADES DA GARAGEM CULTURAL DE SOBRADINHO - SOBRADINHO	0	50000,0	0	0
0036 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO ITINERÂNCIA FORROZEIRA-DISTRITO FEDERAL	0	283700,0	283699,15	283699,15
0037 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-FESTIVAL COMA - PLANO PILOTO .	0	120000,0	120000,0	120000,0
0038 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-PROJETO FEIRA DO SONHO MÓDULO III -DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	149985,0	149985,0
0039 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-EVENTOS CULTURAIS T-BONE 2019 - PLANO PILOTO .	0	130000,0	127890,73	127890,73
0040 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO CULTURAL DA REVISTA TRAÇOS - DISTRITO FEDERAL	0	120000,0	120000,0	120000,0
0041 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS -DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	0	0
0042 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO DE REINserÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MERCADO DE TRABALHO POR MEIO DE PROJ. SOCIAL E CULTURAL DA REVISTA TRAÇOS-DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	250000,0	250000,0
0043 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO EVENTO VIGÍLIA CULTURAL-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	49365,0	49365,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0044 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS EM TODO DF - (2019)-DISTRITO FEDERAL	0	1385000,0	1362208,46	1102280,64
0045 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO AFETO-DISTRITO FEDERAL	0	63000,0	0	0
0049 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS CULTURAIS NAS REG. ADM. DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	99617,0	99617,0
0050 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A REALIZAÇÃO DA 35ª EDIÇÃO DA FEIRA DO LIVRO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	500000,0
0051 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO A CULTURA NO DF-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	0	0
0052 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS CULTURAIS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	463178,0	463177,02	463177,02
0054 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO À CULTURA DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	640001,0	458341,28	439563,78
0055 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS POR TODA BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0	2200000,0	1988540,52	1398755,08
0060 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS EM TODO O DF - (2019)-DISTRITO FEDERAL	0	1812000,0	1773185,74	1167404,78
0061 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PROJETOS CULTURAIS-DISTRITO FEDERAL	0	610000,0	360928,79	360928,79
0062 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS CULTURAIS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	620000,0	597376,67	597376,67
0063 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-IMPLANTAÇÃO PROGRAMA EMPREENDEDOR CULTURAL - PESSOA COM DEFICIÊNCIA-DISTRITO FEDERAL	0	495361,0	495360,23	495360,23
0064 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO À REALIZAÇÃO DA JORNADA LITERÁRIA DO DISTRITO FEDERAL- GAMA	0	120000,0	120000,0	120000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0067 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS CULTURAIS EM PROL DA COMUNIDADE DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	1478330,0	1338329,72	1278329,72
0069 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO À PRIMEIRA FEIRA CULTURAL DE PLANALTINA- PLANALTINA	0	300000,0	295224,63	295224,63
0070 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO QUALIFI CULTURA-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	498041,51	498041,51
0072 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS CULTURAIS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL -DISTRITO FEDERAL	0	364725,0	364724,97	364724,97
0076 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO FELIB ITINERANTE-DISTRITO FEDERAL	0	178236,0	178235,21	178235,21
0082 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS CULTURAIS NAS DIVERSAS REGIÕES ADMINSTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	0	1500000,0	1343644,37	973644,37
0084 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO FESTIVAL PORÃO DO ROCK-DISTRITO FEDERAL	0	145634,0	145633,20	145633,20
0085 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETO CIRCUITO DE CULTURAS POPULARES NO-DISTRITO FEDERAL	0	1321345,0	1321344,37	1321344,37
0088 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-REALIZAÇÃO DO EVENTO MARCHA PARA JESUS-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0091 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A EVENTOS CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL 2019-DISTRITO FEDERAL	0	900000,0	567559,52	567559,52
0095 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS--DISTRITO FEDERAL	0	2845130,14	2845129,19	2845129,19
0096 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A EVENTOS CULTURAIS-DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	0	0
0097 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS--DISTRITO FEDERAL	0	1447263,0	1447262,93	1447262,93
0101 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS IO NAS RAS-DISTRITO FEDERAL	0	984625,0	984625,00	984625,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0103 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS, ATIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS NO-DISTRITO FEDERAL	0	900000,0	834750,72	745290,05
0104 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-A ESCOLA NO CINEMA-DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	0	0
0105 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-BRASÍLIA MOSTRA A SUA CARA-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	0
0107 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO CÍRCULOS EM ARTE E SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	0	0
0108 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO CULTURAL DA FEIRA DA GUARIROBA- CEILÂNDIA	0	49363,0	49362,77	49362,77
0114 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS--DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	500000,0
0115 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO À CANTATA DE NATAL DE- TAGUATINGA	0	400000,0	296888,13	296888,13
0116 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A EVENTOS CULTURAIS E SOCIAIS NO-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	500000,0
0118 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A X EXPOGAMA- GAMA	0	150000,0	150000,0	150000,0
0120 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO EVENTO CULTURAL CRIANÇA FELIZ-DISTRITO FEDERAL	0	230000,0	226642,99	226642,99
0121 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO II EXPOREMA- RECANTO DAS EMAS	0	150000,0	141493,75	0
0123 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO I'LL BE THERE-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	192352,15	0
0128 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO PARA A REALIZAÇÃO DO REVEILLON 2019/2020-DISTRITO FEDERAL	0	865000,0	864431,96	0
0129 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-PRÉ-PRODUÇÃO PARA OS DESFILES DAS ESCOLAS DE SAMBA DO-DISTRITO FEDERAL	0	350000,0	0	0
0130 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	0	450000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0132 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS CULTURAIS -DISTRITO FEDERAL	0	350000,0	0	0
0133 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO PROJETO BRASÍLIA DE TODOS OS BRASILEIROS-DISTRITO FEDERAL	0	86216,0	0	0
9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	3862000,0	3616000,0	3616000,00	3616000,00
0001 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO	3862000,0	3616000,0	3616000,00	3616000,00
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	67185018,00	81505449,52	55034453,23	50547787,07

Apresentam-se a seguir as ações desenvolvidas pela SECEC no exercício de 2019, de acordo com a ordem cronológica do quadro demonstrativo do orçamento:

Foi efetuado o pagamento ao ECAD mantendo o funcionamento normal da Rádio Cultura FM e todos os direitos autorais sobre execução pública quando da realização dos eventos culturais e a utilização de composições musicais, bem como pagamento da taxa de fiscalização de radiodifusão sonora no exercício. Contratou-se empresa especializada para a prestação de serviços de isolamento e acondicionamento acústico para a rádio compreendendo a sala de entrevistas, o estúdio ar e a rádio em geral.

A secretaria teve avanços significativos no que tange à manutenção da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro com entrega de produto cultural para a população do Distrito Federal, atingindo um recorde histórico de 106 concertos realizados, o que revela um aumento importante na produtividade de 32% em relação a 2018 e 76% em relação a 2017. Foram realizados diversos projetos tais como: a temporada oficial no Cine Brasília; concertos internacionais em parceria com embaixadas; concertos da saúde (todas as UPAS e os hospitais públicos do DF; HBase; Hospital da Criança e Rede Sarah Centro); concertos didáticos; Iate in Concert; Rock Sinfônico no CCBB; concertos em Samambaia; na Ceilândia; em Santa Maria; na Torre de TV; na Esplanada dos Ministérios; no Parque da Cidade; no MPDFT; STJ; Clube do Congresso; reunião dos BRICS; Mané Garrincha e outros.

Na temporada de 2019 foram celebrados os 40 anos de fundação da OSTNCS e o centenário de nascimento do compositor e maestro Cláudio Santoro, fundador da orquestra, além dos 60 anos da morte de Villa-Lobos e outras efemérides culturais. As parcerias firmadas com a sociedade, em especial os acordos de patrocínio privado foram fundamentais para a melhoria das condições da orquestra, seja na aquisição de novos instrumentos e equipamentos, na reforma de instrumentos ou na criação de uma nova logomarca para a orquestra, que deverá ser utilizada a partir de 2020. Nas redes sociais a orquestra possui mais de 6 mil seguidores no Facebook com milhares de comentários. No final de 2019 criou-se uma conta no Instagram ampliando, assim, a interação com o público. Nesse sentido, conclui-se que o ano de 2019 foi um marco histórico e serviu para consolidar ainda mais a posição deste equipamento como elemento de desenvolvimento cultural para o Distrito Federal. No total foram 106 concertos, sendo 64 extras e 42 regulares. E do total de um público 68.430 pessoas, a média por concerto geral foi de 745 pessoas; do total de um público de 43.160 pessoas nos concertos extras, a média por concerto foi de 674; e do total de um público de 25.270 nos concertos regulares, a média de público por concerto foi de 601 pessoas.

Como em todos os anos a secretaria realizou o aniversário de Brasília. O 59º aniversário da Capital Federal ocorreu nos dias 20 e 21/04 com apresentações musicais na Esplanada dos

Ministérios e no Museu Nacional da República, integrante do Complexo Cultural da República, com a contratação de artistas por meio de edital de chamamento público e contratos de inexigibilidade, com a locação de estruturas em geral para a realização do evento. As festividades propostas no evento dão continuidade às especificidades comemorativas realizadas desde a inauguração da capital e que ao longo dos anos tem recebido por parte da população local grande destaque. A participação efetiva da população de Brasília justifica os esforços da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa em realizar o evento proposto, que a cada ano amplia o quantitativo de espectadores residentes em Brasília e visitantes demonstrando que a cidade tem se consolidado cada vez mais como uma possibilidade de destino turístico que aposta na arte e no entretenimento como motivação para atrair turistas das mais diversas localidades, sem contar que um grande evento cultural também fomenta a economia local com a geração de emprego e renda. Em 2019 o evento teve um público rotativo de aproximadamente 6.500 pessoas.

Foram promovidas ainda ações integradas de cultura e educação através do programa Cultura Educa, visando contribuir para a formação, qualificação e profissionalização em arte e cultura dos alunos de escolas públicas do Distrito Federal. Realizou circuito de visitas educativas aos equipamentos culturais próprios da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Dos projetos realizados em 2019 dentro do programa, quais sejam: A Escola vai ao Cinema; Concertos Didáticos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro; Feira do Livro e visitação aos museus, o total de jovens beneficiados foi de 15.300 estudantes.

No quesito cinema, a Secretaria, através do Cine Brasília, sede do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, mantém em sua programação lançamentos de filmes nacionais; mostras estrangeiras; semanas temáticas; debates; lançamentos de livros; exposições de pinturas; fotografias; cartazes e outros; intercâmbio e cooperação com as embaixadas, escolas públicas e universidades, contribuindo com projetos de formação de plateia e enriquecimento da cultura. Em 2019, dentre projetos pedagógicos inseridos no programa Cultura Educa, mostras; sessões gratuitas; sessões comerciais; concertos da orquestra e eventos diversos, o público geral atendido foi de 100.141 pessoas, em 832 eventos, com média de público por evento de 120 pessoas.

Houve apoio institucional e logístico ao Carnaval 2019, no período entre fevereiro e março, com a contratação de empresas especializadas na prestação de serviço de locação de estruturas em geral e de grande porte, por meio de Pregão Eletrônico com Ata; escolas de samba com contratação direta, bem como a contratação por meio de Termo de Fomento de blocos carnavalescos. O público para o carnaval de rua foi de aproximadamente 700.000 pessoas.

Aconteceu também no exercício o Seminário Ouvir Carnaval 2020, no auditório do Museu Nacional da República, no dia 18/06 já visando ações para o evento no exercício seguinte.

A secretaria realizou atividades de base comunitária como o Encontro de Grafite do DF, via chamamento público, voltado aos artistas urbanos do DF, em novembro, na Galeria do Ouvidor (Beco do Rato), no Setor Comercial Sul. Com o objetivo de valorizar a cultura urbana e o movimento do grafite no Distrito Federal proporcionou o intercâmbio artístico-cultural; impulsionou o interesse de segmentos da cadeia produtiva da cultura para a importância da economia criativa; incentivou o empreendedorismo e a formação nas áreas artísticas; além de valorizar artistas locais; a cultura hip hop; potencializar a ocupação cultural de espaços urbanos do Distrito Federal e democratizar o acesso à arte e cultura; obteve 124 inscrições de proponentes, com 60 selecionados e um público aproximado de 400 pessoas.

Lançou-se o edital de chamamento público para escolha de profissional (pessoa física ou pessoa jurídica) visando à elaboração da Marca dos 60 anos de Brasília - Marca Brasília 60 Anos - e desenvolvimento de Manual de Identidade Visual. A intenção é que a marca vencedora seja utilizada na promoção e difusão das celebrações previstas em decorrência do

“BRASÍLIA 60 ANOS”, para uso em alusão ao aniversário da cidade por período indeterminado e com utilização irrestrita; teve um total de 116 propostas inscritas.

Ocorreu a Jornada do Patrimônio, no Espaço Cultural Renato Russo, nos dias 12 e 13/09, com público aproximado de 150 pessoas.

Políticas implementadas: despesas com aquisição de material de consumo e outros para o restauro do Centro de Dança; contratação de serviços de mão-de-obra especializada para manutenção predial da secretaria e de seus próprios culturais com fornecimento de peças e equipamentos.

Realizou-se a 52ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, por meio de parceria MROSC do Termo de Colaboração nº 01/2019, incluindo recurso de uma emenda parlamentar, realizada no período de 22/11 a 01/12, no Foyer do Cine Brasília. Foi constituída uma equipe curadora de especialistas e realizado um chamamento público para uma Organização da Sociedade Civil - OSC produzir o evento. Foram inscritos 701 filmes para mostra competitiva (189 longas-metragens e 512 curtas); gerados 1.000 empregos diretos e 6.500 indiretos; houve a participação de 216 empreendedores das 39 atividades de mercado; foram capacitadas 122 pessoas em cursos e oficinas formativas em 9 regiões administrativas do DF; aconteceram 218 reuniões de negócios. Foram 10 dias de evento com atividades espalhadas por 13 locais do Distrito Federal, somando um público de aproximadamente 100.000 pessoas durante todo o evento.

A secretaria proporcionou assistência ao Memorial JK, com repasse de recursos para manutenção e pagamento de pessoal durante o exercício 2019, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA, e além das realizações com recurso institucional a secretaria também apoiou eventos/atividades culturais provenientes de emendas parlamentares disponibilizadas a esta Unidade Orçamentária no decorrer do exercício e autorizadas pelo Sistema de Controle de Emendas Parlamentares - SISCOPEP. Dentre elas algumas foram canceladas; bloqueadas; anuladas, e outras executadas, destacando:

- Revèillon, na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Orixás – Prainha, nos dias 30 e 31/12/2019, e 1º/01/2020; apoiado com estruturas em geral de grande porte; cachês de artistas locais e convidados; show pirotécnico e outros, com um público de 30.000 pessoas no geral;
- 48º aniversário da Ceilândia, dias 27, 29 a 31/03, na praça da administração regional da Ceilândia, com público aproximado de 5.000 pessoas;
- Encontro Cultural, dias 02, 07 e 08/06, na Praça do Trabalhador, na Ceilândia e no Conic, respectivamente, com público aproximado de 10.000 pessoas durante todo o evento;
 - Rapensando nas Escolas, 1ª e 2ª edições, de 19/08 a 25/10, nas escolas públicas do DF, com público aproximado de 10.000 pessoas durante todo o evento;
- LGBT em Ação, 1ª e 2ª edições, de 22/08 a 04/10, na Ceilândia, com público aproximado de 20.000 pessoas durante todo o evento;
- Estúdio Social, de 20/09 a 06/12, em várias localidades do DF, apoiando com RH temporário; locação de estúdio; computadores e acessórios; serviços gráficos; sonorização; palco; gerador e outros, atingindo um público aproximado de 950 pessoas;
- O Maior São João do Cerrado, de 09 a 11/08, na Ceilândia, com público aproximado de 90.000 pessoas durante todo o evento;
- 12ª Edição da Cavalgada Portal Minas DF, em várias regiões de Minas e do DF, de 13 a 21/04, com público aproximado de 3.500 pessoas durante todo o evento;
- Via Sacra de Sobradinho II, nos dias 14, 19 e 21/04, com público aproximado de 350 pessoas;

- 46ª Via Sacra de Planaltina, no estacionamento do Ginásio de Funções Múltiplas e no Morro da Capelinha, dias 13, 14 e 18 a 21/04, com público aproximado de 15.000 pessoas;
- Filme C.O.T., de 03 a 31/12;
- Parada LGBT de São Sebastião, dia 15/12, no estacionamento do Parque de Exposições de São Sebastião, com público aproximado de 5.000 pessoas;
- 1º Circuito de Furró de São Sebastião, de 22/07 a 28/08, no Parque de Exposições de São Sebastião, com público aproximado de 3.000 pessoas;
- A Quebrada em Cena – 3ª edição, dias 26/07 a 19/12, em Santa Maria e Brazlândia, apoiando com recursos humanos temporários; alimentação; áudio; vídeo; serviços gráficos, com público aproximado de 400 internos do sistema presidencial;
- Aviva Hip Hop – 12ª edição, de 27/10 a 05/12, com público aproximado de 5.000 pessoas;
- Encontro de Folia de Reis do Distrito Federal, de 13 a 15/12, apoiando com recursos humanos temporários; filipetas; serviços gráficos; carro de som; gravação spot para carro de som; fotógrafo profissional para eventos; locação de lixeiras; banheiros químicos; tendas; ECAD; ambulância; brigadistas; cachês e outros, com público aproximado de 15.000 pessoas;
- XIX Encontro de Violeiros do Distrito Federal, de 19 a 21/07, no Complexo Cultural de Planaltina, apoiando com cachês de artistas; curadoria; serviços de comunicação e gráficos; cenografia; mobiliário; fotógrafo profissional, com público aproximado de 6.000 pessoas;
- Circuito Brasília Junina 2019, de 26/06 a 28/07, em diversas regiões administrativas do DF, apoiando com cachês artísticos para as quadrilhas juninas; recursos humanos temporários; banheiros químicos; tendas; aterramentos; passa cabo; fechamento cego e outros, com público aproximado de 30.000 pessoas;
- Caravana Itinerante de Cultura do DF, dentro da programação do 59º aniversário de Brasília, nos dias 20 e 21/04, na Esplanada dos Ministérios, apoiando com serviços gráficos; tendas; banheiros químicos; camarins; mobiliário; serviços de comunicação e outros, com público aproximado de 6.500 pessoas;
- Festival de Teatro nas Escolas do DF, em diversas regiões administrativas, de 04/11 a 16/12, apoiando com brinquedos infláveis; recursos humanos temporários; iluminação cênica e outros, atendendo 32.000 alunos da rede pública de ensino;
- Quilombo nas Escolas, em 18 instituições de ensino da rede pública do DF, de 08/07 a 30/09, apoiando com divulgação na mídia; serviços de comunicação; recursos humanos temporários, atingindo um público de 15.000 pessoas aproximadamente;
- Jornada Literária do DF, diversos locais do DF, de 19/08 a 22/11, atendendo 80 escolas públicas, apoiando com cachês de artistas, serviços gráficos; criação de audiovisual; recursos humanos temporários; mídia de internet; assessoria de imprensa; transporte e outros, com público aproximado de 33.000 pessoas;
- Brasília sem LGBTFOBIA, de 07/07 a 18/08, em sete regiões administrativas do DF, apoiando com banheiros químicos; recursos humanos temporários; tendas; alimentação; decoração; geradores; iluminação de médio porte e outros, com um público aproximado de 50.000 pessoas durante todo o evento;
- Arte na Praça, em Sobradinho I, nos dias 14, 21 e 28/12, apoiando com a contratação de recursos humanos temporários; serviços gerais; locação de equipamentos de sonorização; iluminação e tendas para apresentações de oficinas, palestras e eventos culturais, com público aproximado de 600 pessoas durante os três dias;
- Ylu Ará – Tambor do Corpo, entre 05 e 16/12, em várias regiões administrativas do DF, apoiando com a contratação de artistas; recursos humanos temporários; serviços gráficos e outros, com público aproximado de 2.200 pessoas durante todo o evento;

- Bossa e Poesia, entre 16/11 e 21/12, no Plano Piloto, em São Sebastião e na Ceilândia, apoiando com serviços de comunicação; cachês artísticos; som de pequeno porte; fotógrafo profissional para eventos; tablado e outros, com público aproximado de 1.200 pessoas;
- Ferrock Festival 34 Anos – Encontro entre o Rock e a Cultura Popular, dias 21/09 e 05 a 20/10, na Ceilândia, apoiando com recursos humanos temporários; cachês artísticos; cathering para camarins; palco; tablados; tendas e outros, com público aproximado de 10.000 pessoas durante todo o evento;
- Samba da Guariba, na Ceilândia, dias 30/11 e 14/12, apoiando com a contratação de recursos humanos temporários; cachês artísticos; sonorização; iluminação de médio porte; geradores; tendas; banheiros químicos e outros, com público aproximado de 2.000 pessoas durante todo o evento;
- Feira Cultural da Ceilândia, dias 30/11 e 01/12, apoiando com cachês artísticos; palcos; tendas; alambrados; banheiros químicos; iluminação e sonorização e outros, com público aproximado de 3.000 pessoas;
- Tardezinha do Samba, na Ceilândia, dia 28/12, apoiando com cachês artísticos; palcos; alambrados; tendas; serviços gráficos; banheiros químicos e outros, com público aproximado de 1.000 pessoas;
- Feira Cultural do Gama, de 08 a 10/11, apoiando com praticáveis; tendas; aterramentos; caixas de som amplificadas; microfones; mesa de som; gerador e outros, com público aproximado de 2.500 pessoas durante todo o evento;
- A Escola no Cinema – 2ª Edição, de 08/11 a 13/12, apoiando na pré-produção com a contratação de recursos humanos temporários; assessoria de redes sociais; serviços gráficos e de manutenção de site e outros, com público aproximado de 6.017 estudantes da rede pública de ensino;
- Repente na Escola, de 15/10 a 21/11, nas escolas públicas do DF, apoiando com serviços gráficos; gravação de jingle; palco sem cobertura; sonorização de pequeno porte e outros, com público aproximado de 8.000 alunos/professores/servidores das escolas da rede pública de ensino;
- Itinerância Forrozeira, na Ceilândia, de 17/08 a 15/09, apoiando com serviços gráficos; locação de carro de som; registro fotográfico; sonorização e iluminação de médio porte; banheiros químicos; tendas e outros, com público aproximado de 3.000 pessoas;
- Feira do Sonho Módulo III – Comer Bem para ter Saúde, em São Sebastião, de 16 a 31/12, apoiando com recursos humanos temporários; serviços gráficos; fotógrafo profissional; colorização; ilha de edição; prensagem de DVD; câmeras completas para gravação formato HDV; telão com projetor e outros, com público atendido de 30 famílias;
- 40ª Noite Cultural T-Bone, 31/10, na comercial 312/313 norte, apoiando com gerador; aterramento; criação de vídeo; montagem de estrutura e mobiliário de camarim; palco; banheiros químicos e outros, com público aproximado de 8.000 pessoas;
- Revista Traços, produção de 12/07 a 12/12, e lançamento das revistas 33, 34 e 35, de 10/08 a 15/10, apoiando com recursos humanos temporários; transporte; impressão de revistas; serviços de comunicação em geral e despesas administrativas; Vigília Cultural no Distrito Federal, no dia 28/12, apoiando com cachês; brigadistas; banheiros químicos; tendas; aterramentos; palcos; iluminação; sonorização e outros, com público aproximado de 1.000 pessoas;
- Arraiá dos 60 – 15º Concurso Nacional de Quadrilhas Juninas, de 27/06 a 08/07, no Cruzeiro Novo, apoiando com sonorização; iluminação; banheiros químicos; fechamento cego; arquibancadas e outros, com público aproximado de 10.000 pessoas;

- Brasília – da Utopia à Capital, de 30/07 a 30/08, na embaixada do Brasil em Londres, apoiando com tradutor, RH temporário especializado; monitores; curadoria assessoria de imprensa e outros, com público aproximado de 3.670 pessoas;
- 15º Festival Cara e Cultura Negra, no mês de setembro, no foyer do Teatro Nacional Cláudio Santoro e no Espaço Cultural Renato Russo;
- Marcha para Jesus, no dia 10/08, no Plano Piloto, apoiando com cachês; trio elétrico; banheiros químicos; aterramentos; tendas e outros, com público aproximado de 5.000 pessoas;
- 35ª Feira do Livro de Brasília, de 07 a 16/06, no Complexo Cultural da República, apoiando com cachês; hospedagem; banheiros químicos; sonorização; transporte e outros, com público aproximado de 9.000 visitantes;
- I Encontro de Angoleiros no Cerrado, de 24 a 27/10, no Riacho Fundo I, apoiando com cachês; banheiros químicos; transporte; tendas; gerador; aterramento; palco e outros, com público aproximado de 1.000 pessoas;
- 1ª Jornada de Capoterapia, nos dias 07 e 08/11, em vários locais, apoiando com serviços gráficos;
- Festival Up Crew, 18 e 19/11, em Taguatinga, apoiando com sonorização, iluminação; painel de LED; gerador; cachês e outros, com público aproximado de 1.815 pessoas;
- Faremas Cultural, 26 e 27/10, em comemoração ao aniversário do Recanto das Emas, apoiando com cachês; banheiros químicos; fechamento; alambrado; box truss; gerador e outros, com público aproximado de 2.000 pessoas;
- Caravana Cultural do Bem, 19 e 26/10, e 03/11, em vários locais, apoiando com sonorização; iluminação; tendas; palco; banheiro químico; alambrados; brinquedos infláveis e outros, com público aproximado de 3.000 pessoas;
- Paranoá Sociocultural, dia 23/11, apoiando com tendas; sonorização; iluminação; serviços gráficos; cachês e outros, com público aproximado de 1.000 pessoas;
- Desafio do Repente, 27/12, apoiando com cachês; palco; tendas; sonorização; iluminação e outros, com público aproximado de 3.000 pessoas;
- 1º Festival de Ballet do Pôr do Sol, 18/12, apoio com cachês e estruturas em geral, com público aproximado de 800 pessoas;
- Ocupa! Festival de Artes Contemporâneas, 07 a 28/09, na piscina de ondas do Parque da Cidade, com público aproximado de 1.000 pessoas;
- Desfile Cívico e Cultural de 7 de Setembro, 07/09, apoio com cachês, com público aproximado de 10.000 pessoas;
- 6ª Edição do Bocadim – Festivalzin LGBTQ+, 19/09 a 30/10; Brasília Orgulho e Parada do Orgulho LGBTs de Taguatinga, apoiando com cachês e estruturas em geral, com público aproximado de 8.000 pessoas;
- Inclusão Social e Estruturação do Espaço Renato Russo, 14/10 a 27/12 inicialmente;
- Concurso Cultural Festival Brasília 2019 – seletivas, em vários locais, 13/09 a 15/11, apoiando com palco; RH especializado; sonorização; iluminação e outros, com público de 2.000 pessoas;
- 46ª Festa do Círio de Nazaré, 06 a 08/09, na Paróquia Nossa Senhora do Nazaré, no Lago Sul, apoiando com sonorização, serviços gráficos; show pirotécnico; RH; mesas e cadeiras plásticas; banheiros químicos; trio elétrico e outros, com público de 800 pessoas;

- Circuito Cultural das Cidades, 06 a 22/12, apoiando com cachês; alambrados; tablados; palcos; tendas; banheiros químicos; sonorização; iluminação e outros, com público aproximado de 3.000 pessoas;
- Circuito Cultural dos Pioneiros, de 06 a 08, e 19 a 22/12, na Candangolândia e no Núcleo Bandeirante, apoiando com alambrados; tendas; banheiros químicos; sonorização; iluminação e outros, com público aproximado de 20.000 pessoas durante todo o evento;
- Viva Arte Viva, em Santa Maria, de 28/10 a 31/12, apoiando com serviços gráficos; material de consumo; recursos humanos temporários, com público aproximado de 135 estudantes;
- 4ª Feira de Amostra, Comércio e Indústria do Guará, de 26 a 28/10, apoiando com painel de LED; tendas; fechamento cego; palco; sonorização; iluminação e outros, com público aproximado de 10.000 pessoas;
- Feira de Implantação do Programa Empreendedor Cultural Pessoa com Deficiência, nos dias 2 e 03/12, no Museu Nacional, apoiando com recursos humanos temporários; serviços gráficos; palco; alambrados; gerador e outros, com público aproximado de 5.000 pessoas;
- Cultura da Paz, dia 04/11, no Jardim Botânico, apoiando com iluminação e sonorização; web designer; recursos humanos temporários; serviços gráficos e outros, com público aproximado de 800 pessoas;
- Feira Artesanal e Cultural de Planaltina, nos dias 30 e 31/08, no estacionamento da feira, apoiando com sonorização; iluminação; palco; painel de LED; fechamento cego; alambrados; banheiros químicos e outros, com público aproximado de 10.000 pessoas;
- Qualificultura, na asa sul, de 02 a 31/12, apoiando com pontos de internet; bebedouros; projetor; auxiliar de limpeza; coordenador geral de produção; computadores; sonorização; kit lanche; transporte escolar; palestrantes serviços gráficos, com público aproximado de 225 pessoas;
- Feicotur – 19ª edição, no estádio Augustinho Lima, em Sobradinho I, de 16 e 18/08, apoiando com tendas; palco; aterramentos; alambrados; banheiros químicos; box truss; iluminação; sonorização e outros, com público aproximado de 10.000 pessoas;
- Encontro Cultural Gospel, no dia 30/11, no Foyer da Câmara Legislativa do DF, apoiando com cachês artísticos; RH especializado temporário; brunch, com público aproximado de 1.000 pessoas;
- Festa do Milho, dias 20 e 21/12, na estrutural, apoiando com pontos de energia; refletores; banheiros químicos; ambulância; tendas cachês e outros, com público aproximado de 3.000 pessoas;
- Festival Cultural de Revelação Gospel, dividido em duas etapas, sendo a primeira com inscrições encaminhadas por e-mail e pré-seleção entre os dias 23 e 24 de dezembro, e a semifinal e final no período de 26, 27 e 28/12, no estacionamento do restaurante comunitário de Planaltina DF, onde os dois primeiros colocados foram premiados. O festival foi encerrado com shows de artistas de reconhecimento nacional onde a primeira colocada teve a oportunidade de dividir o palco com esses artistas; teve público aproximado de 2.000 pessoas;
- 1ª Edição da Felib Itinerante, inicialmente de 09 a 13/12, nas escolas públicas da Fercal e de Sobradinho I e II, apoiando com recursos humanos temporários; box truss; palco; sonorização de pequeno porte; transporte; livros; alimentação; serviços gráficos e outros, com público aproximado de 4.500 estudantes atendidos;
- Semana da Consciência Negra, no Foyer do Teatro Nacional Cláudio Santoro e na rodoviária do Plano Piloto, nos dias 29 e 30/11, apoiando com cessão de espaço; recursos humanos temporários e outros, com público aproximado de 50.000 pessoas durante todo o evento;

- 22ª edição do Festival Porão do Rock, no estádio Mané Garrincha, nos dias 25 e 26/10, apoiando com serviços de comunicação; contratações artísticas; gerador; passagens aéreas; hospedagem com alimentação; transporte; barricadas; extintores de incêndio; tendas; palcos e outros, com público aproximado de 20.000 pessoas;
 - Circuito de Culturas Populares, em diversos locais do DF, no período inicial de 01/11 a 31/12, apoiando com serviços gráficos; sonorização; iluminação; cachês; palco; banheiros químicos; box truss; camarins e outros, com público aproximado de 10.000 pessoas;
 - Solidário Brasília 2019, no estacionamento do estádio Mané Garrincha, dia 14/12, apoiando com fechamentos em placas; paredes/painéis em chapas; tendas; alambrados; iluminação e sonorização de grande porte; serviços gráficos; painéis de LED móveis e outros, com público aproximado de 8.000 pessoas;
 - Natal Monumental, no Parque da Cidade e na Torre de TV, de 13 a 24/12, apoiando com contratações artísticas e técnicas, e estruturas em geral; projeto cenográfico; puffs; estrutura infantil; árvores de LED; praticáveis; internet, com público aproximado de 20.000 pessoas;
 - Vila da Criança, na Ceilândia, no dia 26/10, apoiando com tendas; banheiros químicos; brinquedos infláveis; serviços gráficos; box truss; iluminação e sonorização; carro de som e outros, com público aproximado de 10.000 pessoas;
 - Circuito Teatro nas Cidades, em vários locais do DF, de 24/10 a 01/11, apoiando com brinquedos infláveis; barracas de doces e salgados; segurança; brigadista; banheiros químicos; RH especializado temporário; extintores de incêndio e outros, com público aproximado de 2.000 pessoas;
 - Faremas pela Consciência Negra, dias 07 e 08/12, apoiando com painel de LED; serviços gráficos; aterramentos; banheiros químicos; box truss; palcos; tendas e outros, com público aproximado de 2.000 pessoas;
- Caravana da Juventude Negra III, de 23 a 31/12 inicialmente, apoiando com serviços gráficos; sonorização; iluminação; tendas; banheiros químicos; palco, com público aproximado de 1.250 pessoas;
- 1ª Feira do Estudante, de 28/11 a 01/12, no estacionamento do estádio Mané Garrincha, apoiando com gerador; painel; box truss; fechamento; palco; tendas; sonorização; iluminação e outros, com público aproximado de 20.000 pessoas;
 - 6ª Edição da Convenção Internacional de Tatuagem e Body Piercing – Brasília Tatto Festival, no pavilhão de exposições do Parque da Cidade, de 13 a 15/09, proveniente de descentralização de crédito orçamentário/financeiro cedido à Secretaria de Estado de Turismo, através da Portaria Conjunta nº 8, de 12/09/2019;
 - XXI Semana do Pimentão, em Planaltina, de 07 a 11/08, no Núcleo Rural Taquara – Planaltina, apoiando com serviços gráficos; cachês; sonorização; recursos humanos temporários; tendas; iluminação de médio porte; banheiros químicos; palco; gerador; cachês; mesas/cadeiras plásticas; brinquedos infláveis diversos; touro mecânico e outros, com público aproximado de 3.000 pessoas;
 - 24ª Festa do Morango, em Brazlândia, de 30/08 a 08/09, apoiando com recursos humanos temporários; estandes; iluminação; sonorização; fechamento; tendas; barricadas; aterramentos; passa cabo; banheiros químicos; cachês e outros, com público aproximado de 30.000 pessoas;
 - Seminário de Implantação do Museu da Bíblia, no Plano Piloto, no dia 18/12, apoiando com serviços de recursos humanos especializados temporários; serviços gráficos; alimentação; decoração; equipamentos de áudio/vídeo; locação de espaço; cachês e outros, com público aproximado de 500 pessoas;

- Planaltina 160, de 22/10 a 26/11, em comemoração ao aniversário de Planaltina, apoiando com cachês artísticos; sonorização; painel de LED; palco; iluminação; fechamento; gerador; brinquedos infláveis; banheiros químicos, com público aproximado de 3.000 pessoas;
- 17ª Feira Comunitária da Feira da Guariroba, na Ceilândia, nos dias 06 e 08/09, apoiando com carros de som; serviços gráficos; fotógrafo profissional para eventos; gerador; seguranças e brigadistas; cachês e outros, com público aproximado de 5.000 pessoas;
- Cantata de Natal em Taguatinga, no período de 14 a 23/12, apoiando com serviços de comunicação; recursos humanos especializados temporários; serviços gráficos; ECAD; cachês; gerador; tendas; banheiros químicos; alambrados e outros, com público aproximado de 5.000 pessoas;
- X Expogama, 09 e 10/11, apoiando com banheiros químicos; refletores; geradores; sonorização e iluminação painel de LED; serviços gráficos; cachês; aterramentos e outros, com público aproximado de 12.000 pessoas;
- Criança Feliz, no Taguaparque, no dia 01/12, apoiando com equipe de produção e RH especializado; brigadistas; seguranças; UTI móvel; serviços de comunicação; brinquedos infláveis; tendas; octanorm; alambrados; palco; banheiros químicos; fechamento e outros, com público aproximado de 5.000 pessoas.

A Casa do Cantador abriu suas portas para todos que se propuseram a trabalhar em prol da arte, cultura e educação buscando beneficiar o maior quantitativo possível tanto de público quanto de artistas. Além dos projetos de ocupação a Casa do Cantador ministrou dois cursos de música ao longo do ano. O projeto musical Arte Jovem aconteceu de fevereiro a dezembro com aulas atendendo 215 alunos. O projeto musical Núcleo de ensinamento da viola aconteceu de março a dezembro, com aulas atendendo 20 alunos. Segue a lista com todas as atividades realizadas na Casa do Cantador no ano de 2019:

JANEIRO

Dia 05 – Projeto integração sem fronteiras e sem idade: Embolada, Repente e Forró, com público aproximado de 400 pessoas;

FEVEREIRO

Dia 06 – Palestra com o administrador Fernando Fernandes para a comunidade, com público aproximado de 400 pessoas;

MARÇO

Dia 01 – Caranaviola, com público em torno de 300 pessoas;

Dia 15 – Visita de alunos do colégio Pentágono, com público em torno de 200 pessoas entre alunos e professores;

Dia 22 – Visita de alunos do colégio Pentágono, com público em torno de 200 pessoas entre alunos e professores;

ABRIL

Dia 07 – Caldeirão Cultural, com público aproximado de 1.000 pessoas (público rotativo);

MAIO

Dia 17 e 18 – Encontro Nacional de dirigentes juninos, com público aproximado de 500 pessoas;

Dia 23 – Visita de alunos da turma UNISSER/UNB, com público em torno de 50 alunos;

JUNHO

Dia 01 – Projeto Universo das Cordas – FAC/DF, com público aproximado de 200 pessoas;

Dia 07 – Sessão Solene em comemoração ao aniversário da Ceilândia, com público aproximado de 500 pessoas;

Dia 09 - Caldeirão Cultural, com público aproximado de 1.000 pessoas (público rotativo);
Dia 11 – Cantoria de Pé-de-Parede com Valdir Teles (PE) e Gilberto Alves (AL), com público aproximado de 500 pessoas (público rotativo);
Dia 13 – Visita do Instituto Sociocultural de Brasília, com público aproximado de 50 pessoas entre coordenadores e usuários;
Dia 26 – Visitação de alunos do IFG de Formosa, com público aproximado de 50 pessoas entre alunos, professores e coordenadores;

JULHO

Dia 03 – Oficina de artesanato pelo Instituto Social – SEAS, com público em torno de 100 pessoas;
Dia 04 – Visitação de alunos da Escola Árvore, com público de 150 alunos;
Dia 06 – Festival Up Crew, com público aproximado de 400 pessoas.
Dia 07 – Caldeirão Cultural, com público em torno de 1500 pessoas (público rotativo);
Dia 14 – De Rolê na Cei Charme, com público em torno de 1000 pessoas (público rotativo);

AGOSTO

Dia 03 – Forró do Luizão – FAC/DF, com público aproximado de 1.000 pessoas;
Dia 04 – Torneio de Videogame, com público em torno de 600 pessoas (público rotativo);
Dia 08 – Visitação da Associação Andar a pé, com público de 300 pessoas;
Dia 16 – Apresentação de alunos do colégio Mega, com público aproximado de 400 pessoas;
Dia 17 – Encontro de Gerações do Forró, com público aproximado de 400 pessoas;
Dias 19 a 24 – Mostra cultural com filmes e apresentação de repentistas – FAC/DF, com público aproximado de 1.000 pessoas;
Dia 28 – Gravação do programa Weber amigo cantador, com público aproximado de 200 pessoas;
Dia 30 – Circularte Festival de Bandas musicais – FAC/DF, com público aproximado de 250 pessoas;
Dia 31 – Circularte Festival de Bandas musicais – FAC/DF, com público aproximado de 250 pessoas;
Dia 31 – Oficina de Produção Cultural – FAC/DF, com público aproximado de 200 pessoas;

SETEMBRO

Dia 01 – Festival OTAKOS, com público aproximado de 400 pessoas;
Dias 07 a 15 – Caseado para mamulengo – FAC/DF, com público aproximado de 2.500 pessoas entre alunos, coordenadores, professores e geral;
Dia 13 - Jantar beneficente em comemoração ao aniversário de Sivuquinha, com público em torno de 60 pessoas;
Dia 17 – Visita de alunos de colégio público, com público aproximado de 200 pessoas;
Dias 19 a 21 – Caseado para Mamulengo – FAC/DF, com público em torno de 850 pessoas entre alunos, professores e coordenadores além do público em geral;
Dia 26 – Visita de alunos de arquitetura de São Paulo, com público aproximado de 30 pessoas;
Dias 28 e 29 – Projeto Cei My Name, com público em torno de 700 pessoas (público rotativo);
Dia 30 – Feijoada Comunitária, com público em torno de 200 pessoas;

OUTUBRO

Dias 06 e 20 – Domingão Vespéral, com público em torno de 500 pessoas (público rotativo) em cada um dos dois dias;

NOVEMBRO

Dia 01: Cantoria de pé-de-parede, com público de 50 pessoas aproximadamente;

Dia 08: Aniversário da Casa do Cantador, com público de 100 pessoas aproximadamente;

Dia 10: Projeto Feijoada com Samba, com público de 150 pessoas aproximadamente;

Dia 15: Cantoria de pé-de-parede, com público de 50 pessoas aproximadamente;

Dia 20: Seminário de Educação em Direitos Humanos, com público de 250 pessoas aproximadamente;

Dia 22: Projeto Balaio Cultural – Emenda Parlamentar, com público de 1.000 pessoas aproximadamente (público rotativo);

Dia 23: Projeto Cantoria Pé-de-Parede, com público de 30 pessoas aproximadamente;

Dia 27: Caseado para mamulengo – FAC/DF, com público de 250 pessoas aproximadamente;

Dia 30: Projeto Art Cei, com público de 800 pessoas aproximadamente (público rotativo);

DEZEMBRO

Dia 01: Projeto Art Cei, com público de 700 pessoas aproximadamente (Público rotativo);

Dia 09: Feijoada com Samba, com público aproximado de 200 pessoas;

Dia 11: Inauguração da cordelteca da Casa do Cantador, com público aproximado de 50 pessoas;

O total de público recebido pela Casa do Cantador entre espectadores; visitantes; turistas e participantes de oficinas foi de 22.955 pessoas.

Realizações culturais no Complexo Cultural de Planaltina dentre outros:

- Termo de Colaboração nº 04/2018, projeto "Cultura e Programação no Complexo Cultural de Planaltina" firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal e a Organização da Sociedade Civil Instituto Cultural e Social Lumiart, com vigência até 2020.

- Projetos do Fundo de Apoio a Cultura – FAC:

I Mostra de Dança de Planaltina – Público: 495 expectadores

Poesia nas Quebradas – Público: 450 expectadores

Mamulengo de la mancha – Público: 82 expectadores

- Termo de Fomento (MROSC) – Espetáculo teatral Piquenique no Front

Público: 195 Expectadores

- Termo de Fomento (MROSC) – Encontro de Violeiros e Violeiras do DF

Público: 3.000 Expectadores

- Termo de Colaboração nº 01/2019 – Festival de Brasília do Cinema Brasileiro

Público: 1.747 Expectadores

- Termo de Fomento (MROSC) – Encontro de Folias de Reis do DF 2019

- realização de Termo de Fomento (MROSC) – Projeto I'll be there 2019, nos dias 28 e 29/12;

Realizações culturais no Complexo Cultural de Samambaia dentre outros:

JANEIRO

Tendo em vista que o equipamento cultural foi inaugurado em 15/12/2018, o mês de janeiro foi um período ainda de adaptação, e por isso não houve atividades artísticas, apenas administrativas.

FEVEREIRO

No segundo mês de 2019 ainda em adaptação, ocorreram apenas duas atividades:

- 03/02 - Como prevê a LOC - Lei Orgânica da Cultura, o Conselho Regional de Cultura de Samambaia promoveu a eleição do cargo de Gerente de Cultura. Este equipamento cultural foi solicitado e cedido para tal atividade. De 800 a 1.000 pessoas circulantes e 666 votos homologados.

- 16/02 - Tributo a Willian Brown - falecido, baixista atuante em Samambaia e no DF, ganhou uma grande homenagem de seus amigos e companheiros de música num evento que reuniu as bandas por onde passou. Teve um público de 70 pessoas.

MARÇO

Somente atividades administrativas, porém cabe ressaltar que os agentes culturais se opuseram à Portaria 381 (agora já revogada) que instituía o uso dos espaços culturais do DF. Nela estavam previstos certos procedimentos como: solicitação com antecedência mínima de 45 dias; pagamento de taxa de uso pelo espaço e entrega de cheque caução com valores reduzidos entre outros. Tais procedimentos inibiram a realização de atividades neste equipamento cultural.

12/03 - Cerimônia de posse dos novos membros da OAB, com público de 207 pessoas.

ABRIL

Esse foi o mês em que o Complexo Cultural de Samambaia ganhou mais visibilidade, dois grandes festivais lotaram o espaço; ocorreu ainda um show de comédia e o início de uma oficina de teatro. Foi também o mês em que o recurso do Termo de Colaboração Nº 03/2018 foi liberado para a OSC Imaginário Cultural iniciar seus trabalhos. Nos meses de abril e maio, o Imaginário teve um período de pré-produção: planejamento das ações (embora já estivesse previsto a liberação do recurso desde janeiro, ou seja, este item poderia ter sido otimizado para dar celeridade no início das atividades); contratação de equipe; entrevista com professores e demais profissionais a serem contratados; entre outras.

- dias 05, 06 e 07/04 - I Festival Magia Negra - festival de promoção e defesa das práticas das linguagens culturais de matriz africana, com público aproximado de 1.500 pessoas nos três dias;

- dia 12/04 - Festival Cultural e Gastronômico da Quadrilha Si Bobiá a Gente Pimba - evento com a participação de músicos, poetas, atores e dançarinos da quadrilha que ofereceu a atração. Várias comidas típicas do Nordeste foram ofertadas a um público aproximado de 330 pessoas;

- dias 27 e 28/04 - Stand UP "Pra você eu tiro o meu chapéu" - típico show de piadas onde o artista interage com a plateia, com público de 90 pessoas nos dois dias;

Em abril foi firmado o Termo de Ajuste de Ocupação sem Repasse de Recursos Nº 21/2019 para ministrar aulas de teatro gratuitas à comunidade:

- de 13/04 a 23/06: curso básico de teatro gratuito com vistas a promover aulas de teatro à comunidade, a oficina ofereceu 11 aulas para pessoas de variadas faixas etárias. O resultado do trabalho foi uma apresentação em que os alunos puderam vivenciar uma experiência de palco mostrando suas habilidades adquiridas no Festival de Enquetes que ocorreu no dia 23/06. Teve um público de 22 participantes;

- 15/04 - entrada do Imaginário Cultural - liberação do recurso do Termo de Colaboração Nº 03/2018 para a OSC Imaginário Cultural. Início do período de pré produção.

MAIO

Neste mês o Complexo Cultural de Samambaia continuou com poucas atividades realizando eventos pontuais e acolhendo poucas ações formativas.

- dia 17/05 - Conselho de Mulheres Cristãs do Brasil - evento de posse das novas conselheiras visando promover a valorização da mulher na sociedade. Teve um público de 285 pessoas;

- dia 29/05 - Projeto "Pai legal" - proposta do Ministério Público para desburocratizar o reconhecimento de paternidade. Teve um público de 150 pessoas;

Em maio foi firmado Termo de Ajuste de Ocupação sem Repasse de Recursos Nº 27/2019.

- de 29/05 a 11/12 - Cineclubes - início das sessões de cinema ocorridas quinzenalmente seguidas de debates. Reuniões de curadoria, com público de 104 pessoas (público anual);

Em abril teve início as inscrições das oficinas de flauta germânica e de banda marcial. Em maio as aulas começaram a ser executadas. Ambas as ações visaram acolher crianças no seu contraturno escolar e introduzi-las na música através de instrumentos de sopro e percussão. O resultado da oficina foi apreciado no dia da sessão solene em homenagem aos 30 anos de Samambaia e no Desfile Cívico da cidade, respectivamente dias 24 e 25/10 do corrente ano. Após as apresentações o grupo ainda ensaiou algumas vezes em novembro e dezembro.

- dia 13/05 a 12/12 - Projeto Banda Marcial e Flauta Germânica: iniciação à música através de instrumentos de sopro e percussão para crianças em vulnerabilidade social de 07 a 12 anos, com público de 50 inscritos e 30 efetivados;

JUNHO

Início das atividades da OSC Imaginário Cultural, parceira na gestão compartilhada da programação através do Termo de Colaboração Nº 03/2018.

- dias 01, 08, 15, 22 e 29 - Residência Teatro Musical Popular Brasileiro - Projeto de pesquisa e reunião de pessoas da comunidade com aptidões prévias em canto para a montagem de um espetáculo de teatro musical, com público de 12 participantes;

- dia 08/06 - Oficina de Sonorização do projeto LACRE, que trata da formação em iluminação, sonorização e fotografia de pessoas LGBT. Produção Markão Aborígine, com 25 pessoas;

- de 08 e 22/06 - Workshop técnica específica com DJs convidados; projeto de oficina de DJ para mulheres e Dj convidadas, com público de 10 participantes;

- dias 10 e 24/06 - SEMPRE VIVA - Encontro de Mulheres Empreendedoras; com o objetivo de promover a autoestima e estimular a busca por autonomia econômica das mulheres atuantes nas áreas da arte e da cultura, da região administrativa de Samambaia. O projeto SEMPRE VIVA convidou mulheres empreendedoras que tivessem interesse em trabalhar na cena cultural e artística da cidade para uma roda de conversa que é livre, aberta e coletiva para imaginarem em conjunto; uma economia criativa feminina em Samambaia baseada nessa troca de saberes e levando em conta os fazeres específicos das mulheres que se engajaram no projeto. Teve um público participante de 20 pessoas;

- dias 14, 15 e 16 - Curso Riso, promoveu a capacitação de recreadores (animadores sócio-culturais) para atuarem em eventos recreativos e educativos, com público de 16 participantes;

- dia 14 - Sarau da Dona Verônica, que manteve a tradição dos saraus na cidade de Samambaia e garantiu a transversalidade cultural, com público de 57 pessoas;

- dia 15 - Som de Garagem - ensaios abertos para bandas e músicos que desejavam ter um espaço para experimentação, com público de 20 pessoas;

- dia 22 - Ensaio da Cia de Dança Gustavo Rodrigues - ensaio da Cia de Dança Gustavo Rodrigues, com 3 participantes;

- dia 23 – Festival de Enquetes - Resultado da oficina de teatro, de acordo com o Termo de Ajuste de Ocupação sem Repasse de Recursos Nº 21/2019, com público de 106 pessoas;
- dia 27 - Oficina de vídeo: A cidade em Movimento - Oficina que proporcionou aos participantes uma introdução de vídeos, curtas e longas metragens e um panorama geral da linguagem do audiovisual, com público de 4 participantes;
- dia 28 - Conexão Criativa - a primeira edição do projeto contou com palestras, oficinas e casos de empreendedorismo, focando na criatividade sustentável, com público de 62 pessoas;
- dia 29 - O Studio D'Assis Balé e Cia trouxe para o público de Samambaia uma apresentação com músicas clássicas típicas dessa modalidade, com público de 350 pessoas;
- Apresentação Stúdio D´Assis Ballet e Cia. - iluminação especial e coreografias do balé clássico tinha a finalidade de "envolver a plateia com o mundo da dança".
- dia 29 - Batalha de Rima - apresentação de poetas que leram ou recitaram um trabalho original. Estas performances foram julgadas por membros selecionados da plateia ou uma comissão de jurados. As batalhas de rima e de poesia destinaram-se ao público em geral, sem restrição de sexo, orientação sexual, raça/etnia, idade, procedência e/ou local de residência. Todas as batalhas foram abertas ao público para prestigiar, ouvir, recitar fora da competição, e participar do júri. Por se relacionar com a cultura do Hip-Hop e com movimentos sociais e artísticos de juventude, o público que se inscreveu para participar e assistir às batalhas se encontrava geralmente na faixa-etária de 18 a 35 anos.
- dia 29 - Elas Agitam - palestra sobre empreendedorismo dentro do projeto, com público de 8 participantes;

Dentro das ações previstas no Plano de Trabalho do Imaginário Cultural estão as oficinas de Hip Hop, Balé e Vídeo. Abaixo estão demonstrados os quantitativos de inscrições em cada oficina.

- dia 11 - Oficina de Hip Hop; teve início no dia 11/06 com um total de 44 inscritos, foram oferecidas 20 vagas. Pela área da sala e dinâmica da oficina foi possível atender 24 alunos, superando o previsto;
- dia 11 - Pet Ballet - as oficinas de balé tiveram início no dia 11/06, cada turma com capacidade para atender até 20 alunos, com público de 19 alunos inscritos;
- dia 11 - Ballet Preparatório - as oficinas de Balé tiveram início no dia 11/06, cada turma com capacidade para atender até 20 alunos Balé Preparatório: 6 a 8 anos;
- dia 11 - Balé 1º Ano - as oficinas de Balé tiveram início no dia 11/06, cada turma com capacidade para atender até 20 alunos Balé Primeiro ano: 9 a 11 anos.
- dia 11 - as oficinas acima mencionadas tiveram início em junho e em dezembro e estiveram dentro da Mostra Imaginário, nos dias 14 e 15. Teve início em junho a exposição Noites Brasileiras, conforme segue:

-27/06 a 31/07 - Exposição Noite Brasileiras - contou com fotografias, xilogravuras e adereços cedidos pelas quadrilhas juninas de Samambaia, ligadas ao movimento junino do Distrito Federal, com curadoria. A abertura aconteceu no dia 27/06, com a participação da comunidade e apresentação da quadrilha junina Si Bobiá a Gente Pimba, que permaneceu aberta à visitação até o dia 31/07. O público visitante que assinou o livro de presença foi de 468 pessoas, dentre outros que não assinaram. Aberta à comunidade em geral, a exposição retrata por meio de fotos e objetos as manifestações juninas do Distrito Federal para comemorar o período dos festejos juninos.

A oficina de vídeo teve início no dia 27/06 e teve seu resultado disponível ao público na abertura da exposição Arte Sem Fronteiras - 04/10 e na Mostra Imaginário - 14 e 15/12 com a exibição do curta metragem "5 Passos para não ser uma Vaca".

- de 27/06 a 26/09 - Oficina de vídeo que produziu audiovisual, com 7 participantes.

JULHO

Foi um período de início de consolidação deste espaço como equipamento produtor de cultura. Atividades relacionadas:

- dias 06, 13, 20 e 27 - Residência Teatro Musical Popular Brasileiro - projeto de pesquisa e reunião de pessoas da comunidade com aptidões prévias em canto para a montagem de um espetáculo de teatro musical, com público de 10 participantes.

- dia 06 - Espetáculo "Vivendo de Brisa" - uma comédia musical que resgatou por meio de treze canções a trajetória de um compositor de origem modesta que busca se afirmar como artista e ascender socialmente. As músicas são canções autorais dos mais diversos estilos: samba-canção, samba sincopado, afoxé, frevo, baião e bossa. Público de 120 pessoas.

- dias 13 e 14 - Arraiá - evento em comemoração aos festejos juninos realizado em dois dias e contou com a apresentação de bandas de forró, grupos de cultura popular e quadrilhas juninas, atingindo um público de 700 pessoas.

- dia 14 - Encontro de DJ's Elas Agitam - evento de finalização do projeto. com a apresentação de alunas, Dj's convidadas, batalha de breaking e espetáculos de dança urbana, com público de 90 pessoas.

- dia 15 - Abertura do 1º Edital de Chamada Pública para Composição de Programação para que os agentes culturais propusessem pautas de linguagens artísticas para compor a programação até dezembro de 2019; o resultado foi divulgado no dia 20 de agosto.

- de 15 a 19 - Colônia de Férias Cultural - a ação foi realizada em cinco dias, em diversas salas do espaço, no galpão garagem e na área externa. De forma lúdica, através de brincadeiras, oficinas e jogos. A Colônia de Férias no CCS visou o desenvolvimento das potências criativas, do trabalho em equipe, concentração e disciplina de crianças e jovens de sete a doze anos, com a participação de 90 crianças.

- dia 26 - Sarau da Dona Verônica - atividade do Plano de Trabalho da OSC Imaginário Cultural, visando manter a tradição dos saraus na cidade de Samambaia e garantir a transversalidade cultural, com público de 300 pessoas.

- dia 28 - Som de Garagem - ensaios abertos para bandas e músicos que terem espaço para experimentação, com público de 15 pessoas.

- dia 30 - Vamos ao Teatro? - ação visando trazer a linguagem do teatro para mais próximo da comunidade que nunca teve acesso. Nesta edição o espetáculo apresentado foi "Quero ser igual a eles" e as instituições convidadas foram o CAPS Taguatinga, EAD de Samambaia e o Instituto Embalando sonhos, com público de 150 pessoas.

AGOSTO

O Complexo Cultural de Samambaia, como destaque, recebeu a primeira atração internacional em seu Cinetatro o grupo de música tradicional Iraniana Navaye Mehr Band. Essa e outras atividades e eventos estão relacionados:

- Dias 03, 10, 17, 24 e 31 - Residência Teatro Musical Popular Brasileiro - projeto de pesquisa e reunião de pessoas da comunidade com aptidões prévias em canto para a montagem de um espetáculo de teatro musical, com público de 10 participantes.

- dia 12 - Oficina de Capoeira para crianças, jovens e adultos, com público de 35 pessoas.

- dia 13 - Navaye Mehr Band, grupo de música tradicional Iraniana que estava em turnê pelo Brasil. Essa foi uma parceria da embaixada do Irã com a SECEC para levar à comunidade uma amostra da cultura daquele país, com público de 300 pessoas.

- dia 15 - Fechamento do Edital de Chamada Pública para Composição de Programação – a OSC Imaginário Cultural encerra o período de inscrições dia 15 de agosto para o Edital de Chamada Pública para Composição de Programação.
- dia 16 - Curadoria do Edital de Chamada Pública para Composição de Programação – visando avaliar os projetos com base nos requisitos previstos no Edital.
- dia 20 - divulgação do resultado do Edital de Chamada Pública para Composição de Programação - resultado da avaliação da comissão de curadoria (paritária entre Imaginário e SECEC); 43 projetos habilitados.
- dia 20 - Abertura da exposição Patrimônio Mamulengo - elementos da cultura popular expostos ao conhecimento do público. Foi uma ação de reconhecimento dessa linguagem como patrimônio cultural; grandes bonequeiros do DF expuseram seus adereços e cenários, com público de 210 pessoas.
- dia 20 - Girls Power - oficina para mulheres em dois turnos com 8 inscritos.
- dia 24 - Oficina de Teatro para Intérprete de Libras - ação que deu condições ao intérprete de Libras para repassar ao público deficiente auditivo a entonação dramática dos espetáculos teatrais, com 20 participantes.

SETEMBRO

Seguem alguns projetos executados:

- dia 02 - Pegada Nordestina - evento de valorização da cultura nordestina, com público de 160 pessoas.
- dia 11 - exposição Patrimônio Mamulengo; exposição de valorização da cultura popular. O mamulengo se tornou patrimônio. O público foi de 331 pessoas.
- dias 14, 21 e 28 - Residência Teatro Musical Popular Brasileiro - projeto de pesquisa e reunião de pessoas da comunidade com aptidões prévias em canto para a montagem de um espetáculo de teatro musical, com 8 participantes.
- dias 14 e 21 - Projeto Corpitos - o grupo Dois Corpos, das educadoras e artistas Letícia Medeiros e Fernanda Muniz foi contemplado no edital de Chamada Pública do Complexo Cultural de Samambaia com o projeto "Corpitos"; uma oficina lúdica, com 4 participantes.
- dias 11, 16 e 18 - Ballet Clássico – a bailarina Josy Pacello propôs aulas de balé com mensalidade para ofertar à comunidade, porém com a baixa adesão, as aulas se tornaram gratuitas, com 19 participantes.
- dia 16 - Oficina do edital Mais Cultura, que esclareceu aos agentes culturais acerca das formas de acesso, com 16 participantes.
- Dia 17 - Ioga integrativa – oficina com abordagem integrativa que aplicou metodologia de integração multidisciplinar com princípios da yoga e outras áreas de conhecimento: Educação Física, Fisioterapia e Nutrição. Média de 8 alunos por aula.
- dia 22 - Sufrágio Feminino - espetáculo teatral com abordagem em temas sobre a mulher, com 48 participantes.
- de 26 a 29 - Fim de Parda - peça escrita por Samuel Becket em 1956, com público de 33 expectadores.
- dia 28 - Canto Coral para idosos e adultos – oficina de canto coral que teve como princípio desenvolver as habilidades de musicalização, canto coletivo, saúde vocal e sensibilização a respeito das estruturas que envolvem o bom canto e a boa fala, com 5 participantes.

OUTUBRO

Mês do aniversário da cidade de Samambaia, o complexo teve uma programação muito especial com destaque para a exposição de abertura Arte Sem Fronteiras, no período de 04/10

a 10/11 que reuniu artistas de Samambaia e do DF, e a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro que coroou o mês encerrando, com público de 230 pessoas.

- dia 06 - Espetáculo Segura a mamãe - é um clássico da palhaçaria, em que todas as técnicas de circo são colocadas em cena de forma a transformar o espectador como parte do espetáculo, mesclando malabarismo, mágica e equilibrismo, com público de 26 pessoas.

- dia 09 - Cidadão que Vê - a Secretaria de Transparência da Câmara dos Deputados trouxe para o complexo oficinas p/ instruir o público sobre a Lei de Acesso à Informação visando dar conhecimento ao cidadão sobre seus direitos. Teve público de 100 pessoas.

- dia 12 - Encontro de Capoeira - reunião de grandes mestres da capoeira no cenário nacional e principalmente do DF. Curso e debate, com público participante de 85 pessoas.

- dia 12 - Não vai ter primavera - espetáculo teatral, com público de 57 pessoas.

- dia 13 - Encontro de Capoeira - reunião de grandes mestres da capoeira no cenário nacional e principalmente do DF. Campeonato de capoeira, com público de 101 pessoas.

- dia 16 - Aulão de Artesanato - aula sobre a produção e o manuseio de artefatos para a confecção de produtos, com 3 participantes.

- dia 20 - Sintonia da Dança - Festival de dança que mistura várias vertentes da linguagem num mesmo evento, com público de 120 pessoas.

- dia 27 - À Procura do Destino Ideal - é um diálogo entre a resistência e a celebração do fazer artístico permeado pela força do coletivo, com público de 30 pessoas.

- 1ª Feira do Servidor – a Coordenação da Regional de Ensino de Samambaia promoveu a 1ª Feira do Servidor, no intuito de valorizar o trabalho dos professores que possuem aptidões artísticas para o artesanato e a culinária. No evento houve também apresentações do Coral In'Canto e da banda EducaSom, com público de 170 pessoas.

- dia 31 - Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro - concerto em homenagem ao aniversário da cidade. No programa, a população pode ouvir um pouco dos clássicos do cinema, da música brasileira e internacional, com público de 350 pessoas.

NOVEMBRO

Reta final do ano, novembro foi bem intenso de programação.

- dia 1 - Workshop de Reflexoterapia - conhecimentos pertinentes ao aperfeiçoamento de podólogos, massoterapeutas, fisioterapeutas, reflexologistas, auriculoterapeutas ou qualquer outro profissional da área de terapias naturais, além de profissionais da estética e manicures e pedicures, que desejam se especializar. Público de 10 pessoas.

- dias 02, 09, 16, 23 e 30 - Residência Teatro Musical Popular Brasileiro - fase de ensaios. Projeto de pesquisa e reunião de pessoas da comunidade com aptidões prévias em canto para a montagem de um espetáculo de teatro musical, público de 10 pessoas, alcançando o objetivo com êxito.

- dia 03 - Ensaio Miss Continente Samambaia - ensaio de coreografia e postura para as modelos candidatas à Miss Samambaia, com público de 15 participantes, alcançando o objetivo com êxito.

- dia 03 - Híbrida Cultural – Junção de linguagens artísticas como dança do ventre e música celta com uma culinária artesanal; público 15 pessoas, alcançando o objetivo com êxito.

- dia 06 - Asas de Tango - vivenciar gestos, momentos, fragmentos de sensações, pessoas, emoções evanescentes, em resumo, as maiores histórias já contadas, com público de 57 pessoas.

- dia 09 - Frozen - Espetáculo de Balé - a escola Educ+ apresentou à comunidade o espetáculo de Ballet Frozen, com público de 201 pessoas.

- dias 09 e 10 - Despertar da Dança - Festival de dança que mistura várias vertentes da linguagem num mesmo evento, com público aproximado de 500 pessoas nos dois dias.
- dia 11 - Abertura do 2º Edital de Chamada Pública para Composição de Programação – a OSC Imaginário Cultural abriu o 2º Edital para que os agentes culturais propusessem pautas nas diversas linguagens artísticas para compor a programação até maio de 2019. Foram 10 inscritos.
- dia 13 - Apresentação de Dança e Música – a escola Ravelo proporcionou à comunidade apresentações de dança e música, com público de 280 pessoas.
- dia 14 - Fashion Kids - Desfile de moda infantil, público de 210 crianças.
- dia 16 - Miss Continente Samambaia - concurso de beleza para eleger a Miss Samambaia. O evento trouxe ainda elementos de dança e moda fortalecendo a economia criativa, com público de 163 pessoas.
- dias 16 e 17 - Oficina de Documentário que teve como objetivo orientar a formatação de uma obra audiovisual de documentário, por meio da organização de ideias, formatadas em modelos de editais para captação de recursos, com público de 4 pessoas.

DEZEMBRO

Último mês do ano foi o encerramento de todas as ações formativas tendo como resultado alguns espetáculos e exposições. A OSC Imaginário Cultural realizou a Mostra Imaginário concluindo as atividades. Algumas escolas e instituições também realizaram suas atividades de encerramento do ano no Complexo Cultural Samambaia.

Dia 01 - Teatro de Expressão - espetáculo Multilinguagem Pertencer, com público de 100 pessoas.

- de 04 a 07 - Assombrações Brasília (TMPB) - demonstração do processo de Residência em Teatro Musical (TMPB), resultado do trabalho realizado ao longo do ano: pesquisa, experimentação e mostra, com 35 pessoas nos quatro dias.

- dia 08 - Coisa de Viado - faz uma chamada sensível ao público sobre questões importantes do universo LGBTQ+ tirando o véu de temas como diversidade de gênero, transexualidade, homoafetividade, invisibilidade lésbica, com foco étnico/racial trazendo reflexão sobre a "BICHA PRETA DA FAVELA" apontando estigmas e opressões vividos por gays, lésbicas e trans negras. Público de 32 pessoas.

- dia 10 - Apresentação de Natal CEI 307 - uma apresentação com os alunos da escola como encerramento das atividades do ano, com público de 289 pessoas.

- dia 12 - Formatura da EC 511 – a Escola Classe 511 realizou um evento de formatura com os alunos para coroar este ciclo educacional, com público de 350 pessoas.

- dia 13 - No tempo de Noel Rosa, o Musical - em homenagem a Noel Rosa, grande compositor brasileiro, com público de 54 pessoas.

- dia 17 - Ballet da Creche (Confraternização) – a creche Jardim Mãe dos Homens realizou uma confraternização com apresentações artísticas das crianças, com público de 61 pessoas.

- dia 18 - Shalke 12 - encerramento das atividades do Shalke 12 com a exibição do documentário 2019 - Shalke 12, com público de 41 pessoas.

- dia 19 - Balaio Cultural do Bem – o Instituto Amigos do Bem realizou um evento de encerramento das atividades trazendo apresentações de balé, violão e capoeira, com público de 301 pessoas.

No Centro Cultural 3 Poderes, composto do Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves; do Espaço Cultural Lúcio Costa e do Museu Histórico de Brasília aconteceram as seguintes atividades:

- Livro de Aço: Término da manutenção, polimento e gravação em baixo relevo do livro de aço dos mártires da pátria, assim como do serviço de polimento da base de suporte do livro e reavivamento dos textos já impressos.
- 29 de janeiro. - Iluminação do Espaço Lucio Costa: Troca da iluminação antiga por lâmpadas de led;
- 25 de fevereiro. - Projeto Territórios Culturais: Início do atendimento do Projeto a alunos de escolas públicas do Distrito Federal.
- Convênio entre as Secretarias de Educação e de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. 3.462 alunos recebidos.
- 12 de março. - início das consultorias da Unesco para revitalização do Centro Cultural Três Poderes com os arquitetos Luís Sardá e Ana Zerbini fruto do Projeto 914BRZ4020.
- 31 de maio. - Imagens dos equipamentos: Realização de imagens aéreas do Panteão da Pátria e do Museu da Cidade por meio de drone, a fim de subsidiar e complementar os trabalhos de diagnóstico da revitalização dos equipamentos do CC3P.
- 25 de junho. - Limpeza e manutenção do acervo: Limpeza do acervo da exposição do Tancredo Neves no Panteão da Pátria.
- 22 de julho. - Museu da Cidade: Término da troca do forro de gesso do museu e término parcial da troca da fiação do museu, pendente de vistoria para aprovação.
- 29 de julho. - Pira da Pátria: Conserto da tampa da caixa de gordura próxima à Pira.
- 15 de setembro. - Restauro: Restauro dos bustos de Israel Pinheiro e Tiradentes situados na Praça dos Três Poderes.
- 01 de outubro. - Museu da Cidade: Aplicação de rejunte no espelho d'água do Museu; troca de registro de água utilizado no esvaziamento do espelho d'água do Museu.
- 02 de dezembro. Instalação de manta de impermeabilização no teto do Museu.
- 10 de dezembro. - Fotos artísticas: Realização de fotografias para divulgação dos prédios e das obras pertencentes ao Centro Cultural Três Poderes utilizando drone.
- 09 de dezembro. - Espaço Lúcio Costa: Troca de três maçanetas com defeito e ajustes em um portal de madeira do Espaço Lúcio Costa. 17 de dezembro.
- Limpeza e higienização: Higienização da parte externa do Museu da Cidade devido à realização de eventos não autorizados. 30 de dezembro.

Pelo aumento no número de visitantes no Complexo Cultural 3 Poderes, de 2019 em relação a 2018, passou de 187 mil para mais de 250 mil e pela avaliação dos usuários no site do Google Negócios o Centro Cultural Três Poderes recebeu uma nota de 4,4 estrelas, numa escala de 0 a 5.

No Centro de Danças aconteceram aulas de dança contemporânea, oficinas de dança contemporânea com aulas práticas e teóricas, de 22/01 a 20/12, com público de 26 pessoas; Ensaios dos espetáculos Vidro e Alumínio - ensaio coreográfico com bailarinos profissionais, de 07/02 a 28/03; de 16/02 a 23/03, e de 08/02 a 29/03, com público de 11 pessoas;

Aulas prática de House Dance Aula e conversação, no dia 09/02, com público de 13 pessoas; Oficinas de ballet clássico; oficina de ballet para iniciantes e iniciados, de 07/03 a 09/04, com público de 20 pessoas;

Aulas de tango - formação e produção coreográfica de tango; dança, de 22/04 a 24/06, e de 27/04 a 22/06, com público de 18 pessoas;

Dançando em Tempos de Violência - composta de duas ações: Mini-residência artística; e Lançamento de vídeodança, com público de 16 pessoas;

Oficina de Contato Improvisação - aulas práticas de contato e improvisação, de 19/06 a 20/12, com público de 22 pessoas;

Colônia de férias – iniciação às danças latinas - para crianças de 8 a 13 anos, com duração de 1 semana, no período vespertino. O curso proporcionou um primeiro contato com as danças e a cultura latina, no Centro de dança, com público de 15 pessoas;

Oficina Corpo Consciente – a oficina teve como referência a metodologia Angel Vianna de conscientização do movimento de forma integrada à Psicologia, com intuito de promover consciência corporal e autoconhecimento aos participantes, com público de 14 pessoas;

Realização do XXIX Seminário Internacional de Dança de Brasília - desenvolvimento e estudos de danças com apresentação de seminários, realização de cursos e premiações, no período de 1 a 21 de julho, com público de 260 pessoas;

Realização de ensaios da companhia Foco Cia de Dança Promoção de oficinas, encontros, residências artísticas e montagem de espetáculo, além de desenvolvimento de repertório original da companhia, com público de 10 pessoas;

Realização de oficina de criação em dança - instrumentalização de novos criadores em dança contemporânea, com estudos práticos, teóricos e críticos no campo da pesquisa de linguagem, dos processos criativos e da pesquisa artística em dança, com público de 6 pessoas;

Realização de ensaios para evento internacional e competitivo - Grupo Deusas da Lua. Ensaios profissionais de coreografias de dança, no Centro de Dança, iniciando em 29/03 a 19/07, com público de 7 pessoas;

Realização de Oficinas gratuitas de ballet, aulas e ensaios. As aulas e ensaios tiveram como objetivo principal a profissionalização real dos bailarinos da cidade e o desenvolvimento da linguagem do balé no contexto de Brasília, de 08/05 a 28/12, com público de 35 pessoas;

Criação de espetáculo em comemoração aos 15 anos do grupo Brasil Style Bgirls (BSBGIRLS); realização de ensaios regulares na ocupação artística e cultural do Centro de Dança do DF, com público de 11 pessoas;

Realização de ensaios do espetáculo AFETO/TABEFE Montagem de sequencias coreográficas e cenas de interação com música ao vivo, com público de 11 pessoas.

Realização de ensaios da ASQ OUTSIDE THE BLACK BOX - trabalho contínuo de experimentação, reflexão teórica, pesquisa de linguagem da dança, pesquisa e investigação de movimento e criação artística, com público de 10 pessoas;

Ensaio de Peça de Monólogo de Lúcio Piantino, ações para preparação física do ator que tem síndrome de Down, ações para leitura de textos e criação de cenas, com público aproximado de 2 pessoas;

Ensaios de dança do grupo AquaDream! Ensaios de coreografias para apresentações em eventos Japoneses e afins, com público de 16 pessoas;

Ensaios do projeto Dançando Athos: O Artista se confunde com Brasília - ensaios regulares para criação de espetáculo de dança, com público de 6 pessoas;

Ensaios da Companhia de Danza Melquiade Hernandez - ensaios da companhia para apresentações, de 07/03 a 07/12, com público de 16 pessoas;

Cursos de Dança Contemporânea - aulas de dança contemporânea, de nível básico, dividido em turmas de iniciantes e iniciados, de 03 a 16/05, com público de 16 pessoas;

Ensaio de preparação do corpo e coreografias para o Espetáculo – A Sambada de Boi de Chuva; preparação de corpo e ritmo, criação e ensaios de coreografia para o teatro de bonecos, dias 29 e 30/04, com público de 8 pessoas;

Ensaio para Reapresentação – Na Pegada Popular no Coração do Brasil; preparação corporal e artística dos componentes para abertura de mostra de dança, do dia 02/03 a 25/05, com público de 4 pessoas;

Aula aberta – Grupo Dançarte; aulas de jazz avançado abertas. Barras - centros, diagonais e pequenas coreografias, do dia 30/03 a 29/06, com público de 26 pessoas;

Ensaio – Chapeuzinho Escarlata - ensaio de jovens artistas independentes para montagem de espetáculo, nos dias 15, 20 e 22/10, com público de 7 participantes;

DBT no Centro de Dança - aulas de alongamento, condicionamento físico e ballet clássico para adultos e ensaios coreográficos para apresentações, no período entre 26/09 e 19/12, e de 28/09 a 21/12, com público de 25 pessoas;

Ensaio da obra “Espaço Entre” - aulas regulares de contato improvisação, mecanismo do tremor na dança (aulas de somática) e pesquisa em criação artística com base em improvisação, de 05/11 a 12/12, e de 13 a 15/12, com público de 6 pessoas;

Curso de dança afro “ITANS” - curso de formação de multiplicadores e criação em dança negra contemporânea, de 12/06 a 20/12, com público de 28 pessoas;

Aulas de frevo popular com treino das técnicas dos passos e história da dança e aulas complementares de dança populares brasileiras, como côco, ciranda, xaxado, forró pé-de-serra e cavalo marino; alongamento físico e consciência para o treino e realização dos passos, do dia 15/10 ao dia 03/12, de 05 a 19/12, com público de 8 pessoas;

Ensaio do grupo Fake Bpop Ensaio de coreografias para produção de vídeo-clips, de 07/08 a 18/12, com público de 13 pessoas;

Aula de dança afro - realização da capacitação cultural de crianças, jovens e adultos, através de aulas de dança das temáticas de matrizes africanas culturais, com aulas direcionadas pra cultura negra e contemporânea universal, de 04 a 23/12, com público de 23 pessoas;

Ensaio de valsa e dance 16 aulas, sendo cada uma de 50 minutos para ensaio de festa de 15 anos, de 28/09 a 13/10, e de 14 e 16/10, com público de 8 pessoas;

Curso de Cenografia e Figurino para a Dança - curso gratuito de dança sensual para mulheres em tratamento ou reabilitação de câncer, no período de 05/09 a 28/11, com público de 18 pessoas;

Ensaio do Ímpar Dança -Teatro Aprimoramento técnico, ensaios de repertório, pesquisas corporais e pesquisas cênicas, de 5 a 22/12, com público de 9 pessoas;

Ensaio para espetáculo “Andaluzia” - ensaio preparatório para apresentação de espetáculo, no dia 20 de outubro, com público de 8 pessoas;

Hip Hop Jam- Ocupação Centro de Dança - oficinas gratuitas de Hip Hop e Break Dance para a comunidade e ensaios da Street Jam cia de Dança, de 08/05 a 21/08, com público de 5 pessoas;

Improvisação e Rolamento em Dança Exercícios e técnicas para o treinamento corporal, de 24/09 a 17/12, com público de 17 pessoas, dentre outras atividades desse próprio cultural.

A secretaria trabalhou no sentido de melhorar o atendimento ao público no Museu dos Povos Indígenas – MPI; realizou a reforma dos banheiros; a pintura interna e externa; a troca dos troncos da arena; realizou busca por novas exposições e parcerias; abriu o espaço para realização de mesas de diálogos; fóruns; palestras; apresentações, entre outros.

A secretaria empenhou ainda nas ações/atividades executadas no Museu Vivo da Memória Candanga - MVMC, em 2019: exposição “Entre Cores e Utopias”, entre 06/04 a 25/05, com público aproximado de 75 pessoas; a exposição apresentou um recorte do livro de mesmo nome, lançado em 2017, fruto da parceria de uma historiadora com uma fotógrafa apaixonadas por arte e por Brasília; aniversário de 29 anos do Museu Vivo da Memória

Candanga, no dia 24/05, com público aproximado 50 pessoas. O museu recebeu autoridades e artistas locais para celebrar a história do local que mantém vivas as memórias da construção de Brasília; pacientes de comunidades terapêuticas do DF, no dia 26/06, com público aproximado de 50 pessoas; realizou agendas integradas com a Secretaria de Justiça (Sejus), dedicadas aos acolhidos do projeto de tratamento e reinserção social e combate às drogas. A iniciativa apoiada pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal teve como objetivo desenvolver passeios culturais para os acolhidos das casas de recuperação.

A programação foi parte das atividades alusivas ao Dia Mundial Contra as Drogas, em 26/06. Para celebrar a data, o museu recebeu a visita de 30 dependentes químicos em fase de recuperação, acolhidos na Comunidade Terapêutica Caverna de Adulão, situada em Planaltina. A agenda teve como objetivo contribuir com a fase de tratamento dos pacientes, cuidados e recuperação por meio da promoção de saúde mental e educação patrimonial e cultural. Aconteceu também o evento Concretamente Brasília, no dia 27/06, com público aproximado de 88 pessoas. Houve também incentivo à ação social de doação de agasalhos; aula Julino, no dia 27/06, com público aproximado de 100 pessoas; evento aberto à comunidade voltado à realização de atividade física, realizado no Salão Multiuso do espaço; encerramento do curso de papel; no dia 14/08, com público aproximado de 35 pessoas, evento voltado à formação dos alunos da oficina do papel; "Brasília - Patrimônio Vivo", realizado no dia 16/08, com público aproximado de 205 pessoas; evento realizado em parceria entre o MVMC, IPHAN e o IFB, aberto à comunidade voltado à valorização do patrimônio vivo; encerramento do curso de gravura, no dia 21/08, com público aproximado de 22 pessoas; encerramento e apresentação dos trabalhos da oficina da gravura; aniversário de 9 anos do curso de gravura, no dia 28/08, com público aproximado de 45 pessoas, em comemoração ao aniversário do curso de gravura - casa laranja; Workshop: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no dia 28/08, com público aproximado de 148 pessoas; Workshop: O trabalho em rede, um desafio no enfrentamento à violência contra as mulheres; Workshop: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, dia 29/08, com público aproximado de 102 pessoas; Workshop: Palestra e Lançamento do Filme "O Silêncio dos Homens"; FESTIC 2019: Festival de Tecnologia, Inovação e Ciência 2019; dia 30/08, com público aproximado de 4.030 pessoas; Festival de Tecnologia, Inovação e Ciência 2019 - Secretaria de Educação/Regional Núcleo Bandeirante e MVMC; Concretamente Brasília, dia 10/09, com público aproximado de 100 pessoas; o evento com palestras sobre várias temáticas; "Dança Senior", dia 14/09, com público aproximado de 90 pessoas, em comemoração aos 15 anos da dança sênior no DF; Acampamento Educacional, dias 14 e 15/09, com público aproximado de 44 pessoas; acampamento na área externa do museu pelo grupo escoteiro Bernardo Sayão; 14º DF Centro Educacional GISNO - SGAN 908; "Meu papel no Mundo", dia 21/09, com público aproximado de 291 pessoas, evento em comemoração ao dia do papel com a presença de vários artesãos do DF; Cultura Educa - CED, dia 24/09, com público aproximado de 18 pessoas; 13º Primavera de Museus - Ação educativa tema: "Por dentro dos museus. como funciona?"; I Rally Brasília Histórica, Etapa Centro Oeste - CBR 2019, dia 05/10, com público aproximado de 50 pessoas; recepção ao grupo do programa Uniser - Universidade do Envelhecer" - Uniser UNB, dia 09 e 10/10, com público aproximado de 120 pessoas; visita voltada a grupo da terceira idade do projeto Universidade do Fazer da Universidade de Brasília; "Amigos do Bem" - Instituto Amigos do Bem - ISABEM, dia 23/10, com público aproximado de 250 pessoas; visita voltada ao grupo do projeto social de Samambaia/DF e à comunidade local. Gincana Educacional, dia 23/10, com público aproximado de 180 pessoas; uso do espaço para fins educacionais pela Guarda Mirim do Núcleo Bandeirante; FENEA - DF e seu histórico de residência popular, dia 26/10, com público aproximado de 80 pessoas; palestra voltada à comunidade local; encontro com artesãos no MVMC, dia 1º/11, com público aproximado de 20 pessoas; palestra e debates sobre uso do

espaço pelos artesãos do Distrito Federal; Gincana Educacional, dia 02/11, com público aproximado de 150 pessoas; uso do espaço para fins educacionais e prestação de serviços à comunidade pelo grupo escoteiro Tropa Escoteira Cruzeiro do Sul do grupo Escoteiro José de Anchieta; 11ª Edição do LoboFest, dias 12 a 16/11, com público aproximado de 505 pessoas, evento de expressão e tradicional em Brasília voltado a toda a comunidade; Gincana Educacional, dias 15 e 16/11, com público aproximado de 560 pessoas; uso do espaço para fins educacionais e prestação de serviços à comunidade pelo grupo escoteiro União dos Escoteiros do Brasil Região do Distrito Federal Grupo Escoteiro JK – 02º DF; Novembro Azul, dia 23/11, com público aproximado de 150 pessoas; Visita Cultural, dia 25/11, com público aproximado de 50 pessoas; visita com fins pedagógicos e culturais realizada pela ONG Recorde - Organização Social do Rio de Janeiro; CAF (Banco Latino); 30 anos da Estrutural, dia 26/11, com público aproximado de 52 pessoas; ação social voltada ao público infantil da região administrativa da Estrutural; Encontro de Pioneiros, dia 28/11, com público aproximado de 3 pessoas; Encontro da Gravura, dia 07/12, com público aproximado de 30 pessoas; Roda de Conversa; varal de gravura; exposição; troca e venda de gravuras; Encontro dos Gestores do CRE – Cinema, dia 10/12, com público aproximado de 10 pessoas; cineastas e promotores de eventos discutem projetos para serem adotados no MVMC em 2020; Encontro do Docentes do Projeto Territórios Culturais, dia 11/12, com público aproximado de 8 pessoas; Professores e Pedagogos - SECEC e Secretária de Educação do DF debatem o retorno positivo do projeto; exposição permanente "Poeira, Lona e Concreto", principal exposição do museu, apresenta a fase pioneira de Brasília: fotos, objetos, móveis, utensílios originais, citações e ambientações reconstituem para o visitante o processo de interiorização da capital, a concepção e construção da cidade, os marcos referenciais candangos e o grande dia da inauguração da nova capital do país; exposição "Cerrado de Pedro" (Casa Verde): a exposição divulga e homenageia o acervo do artista popular radicado no DF, Sr. Pedro de Oliveira Barros, falecido em 2005. Sua identificação com a terra e a natureza fez com que ele procurasse nelas o seu novo sustento, pedaços de paus retorcidos, queimados e desprezados no cerrado viravam arte nas mãos do mestre Pedro que lhes dava cores e formas reinventando a natureza.

Durante o exercício 2019 a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa alcançou o objetivo proposto em todas as atividades e os eventos culturais realizados/apoiados, inclusive por emendas parlamentares, tendo êxito.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apuração	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1575 - IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CULTURA	UNIDADE	10	31/07/2015	ANUAL	20	0	31	28	0	-	0	0	SECLT; SAD REL INST SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 16101 / OE 5 / UO 16101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Implementação Conselhos de Cultura Regionais: objetivo não alcançado. Projeto em andamento. 2017 - Não foram instituídos ainda 3 (três) Conselhos Regionais de Cultura: em Taguatinga e na Candangolândia, por manifestação da área cultural quanto à participação de membros culturais não moradores das duas regiões administ, mas que exercem atividades nessas. Portanto, aguardando nova resolução da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEC para dar continuidade ao processo. A solicitação foi feita pelo Conselho de Cultura - CCDF; na RA do SIA não houve seminário nem eleição por falta de inscrições. 2019 - Não foram implementados novos Conselhos Regionais de Cultura.</p>													
1571 - AGENTES CULTURAIS CAPACITADOS.	PESSOA	70	31/12/2015	ANUAL	50	0	250	235	300	166	350	70	SCDC / UO 16101 / OE 4 / UO 16101 / OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - Agentes capacitados: objetivo não alcançado; não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira. 2017 - Índice parcialmente alcançado, porém com sucesso. 2018 - A Secretaria capacitou 166 agentes culturais, alcançando parcialmente o objetivo. 2019 - As servidoras da equipe do Programa Conexão Cultura DF ofertaram 5 oficinas para capacitar os agentes culturais do DF para participação no Programa (duas na sede da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, uma no Centro de Dança, uma no Complexo Cultural de Samambaia e uma na escola de moda Fashion Campus). O índice foi parcialmente atingido.</p>													
1750 - AGENTES CULTURAIS MAPEADOS NO SIIC	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	500	500	1000	1654	1000	0	SPDPC/SECULT/OU 16101/OE 5 / OU 16101 / OE 5
<p>Justificativa: 2017 - Objetivo alcançado com sucesso. 2018 - A Secretaria mapeou 1654 agentes no Projeto "Mapa nas Nuvens", alcançando o objetivo com êxito. 2019 - Não houve mapeamento de agentes culturais no SIIC, devido à mudança de governo e a não continuidade da atividade. Índice não alcançado com êxito.</p>													
1741 - AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE FEIRAS E MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	10	8	20	18	20	298	SPDPC/SUFIC/SECULT/OU 16101/OE 1 / OU 16101 / OE 1
<p>Justificativa: 2017 - Índice parcialmente alcançado, porém com sucesso. 2018 - O Ambiente de Mercado aproximou fluxos de negócios e criatividade reunindo, nas Rodadas de Negócios, agentes nacionais e internacionais como: Canal Brasil; Canal Curta; Cine Brasil TV; Downtonw Filmes; Discovery; Encripta; Fashion TV; Looke; Music Box Brasil; NBC Universal; Prime Box Brazil; Travel Box Brazil; Tv Escola; Viacom e Vitrine Filmes e de maneira inédita a Netflix, dentro da programação do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, alcançando o objetivo com êxito. 2019 - Foram realizadas ações por meio do Programa Conexão Cultura DF (Edital #Negócios e Edital Permanente). Índice alcançado com êxito.</p>													
1740 - AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE INTERCÂMBIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	20	10	20	20	20	104	SPDC/SUFIC/SECULT/OU 16101/OE 1 / OU 16101 / OE 1
<p>Justificativa: 2017 - Foram efetivadas ações de intercâmbio cultural através do termo de fomento Brasil de todos os choros e 7 estados brasileiros, difundindo a cultura e alcançando o objetivo proposto com êxito. 2018 - Foram efetivadas ações através de termo de fomento para atender à programação do Centro de Dança do DF com a realização de 3 (três) atividades de intercâmbio nacional e internacional, ligadas à pesquisa e criação artística, alcançando o objetivo com êxito. 2019 - Foram realizadas ações por meio da linha de apoio a intercâmbios, residências e cursos de capacitação de curta duração.</p>													
1570 - ATIVIDADES CULTURAIS DE BASE COMUNITÁRIA APOIADAS.	UNIDADE	27	31/12/2015	ANUAL	12	42	150	0	200	37	250	27	SCDC / OU 16101 / OE 4 / OU 16101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Atividades apoiadas: Caravana Cultura Viva; Seminário de Acessibilidade Cultural; Gisberta; Caravana Cultural Quilombos da Liberdade; Boi nas Escolas - Salvaguardando o Patrimônio Cultural de Brasília; Avivar Hip Hop; Ação Social Jovens com Atitude; Brasília Junina; Paradas LGBT; Rock Ecologia Trilha Parque; ampliação da rede Pontos de Cultura e outros; objetivo alcançado superando o esperado. 2017 - Não houve apoio por indisponibilidade orçamentária. 2018 - Foram apoiadas atividades de base comunitária inseridas nas políticas distritais: Cultura Viva; Valorização do Grafite; Política Cultural de Acessibilidade; Política Distrital de Equidade de Gênero na Cultura, alcançando o objetivo com êxito. 2019 - Foram apoiadas atividades culturais de base comunitária, apoiando o índice parcialmente.</p>													
1742 - ESPAÇOS INAUGURADOS	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	0	-	1	1	1	3	2	1	SUPAC/SECULT/OU 16101/OE 2 / OU 16101 / OE 2
<p>Justificativa: 2017 - Inaugurada a Praça da Cidadania, no dia 29 de julho de 2017, alcançando o objetivo com êxito. 2018 - Reinauguração do Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul e a inauguração dos Complexos Culturais de Planaltina e de Samambaia, alcançando o objetivo proposto com êxito. 2019 - Espaço Oscar Niemeyer foi reaberto em 2019. Não alcançando o objetivo proposto com êxito.</p>													
1743 - ESPAÇOS TOMBADOS E REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	1	2	1	1	3	0	SUPAC/SECULT/OU 16101/OE 2 / OU 16101 / OE 2

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2017 - Em 2017, a Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento, composta por cinco servidores da SEC, deu início ao processo de registro da Praça dos Orixás - Prainha, e do Cine Drive In como patrimônios imateriais do Distrito Federal, contribuindo para o alcance do objetivo proposto que superou o proposto inicialmente.</p> <p>2018 - Foi tombado como bem imaterial a Praça dos Orixás - Prainha, alcançando o objetivo com êxito.</p> <p>2019 - Não houve tombamento e registro como patrimônio cultural de espaços, devido ao descompasso da quantidade de equipe técnica e a quantidade de trabalho, não alcançando portanto o objetivo proposto.</p>													
1738 - EVENTOS APOIADOS PELA SECULT/DF	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	30	25	30	64	30	75	SPDPC/SCDC/SUPAC/SECULT/UE 16101/OE 1 / UE 16101 / OE 1
<p>Justificativa: 2017 - As subsecretarias integrantes da Secretaria de Estado de Cultura apoiaram institucional e logisticamente 25 eventos incluindo emendas parlamentares, alcançando o objetivo proposto com êxito.</p> <p>2018 - A Secretaria superou quantitativamente o proposto no apoio de eventos culturais institucionais, logísticos e emendas parlamentares, alcançando o objetivo com êxito.</p> <p>2019 - A Secretaria superou quantitativamente o proposto no apoio de eventos culturais institucionais, logísticos e emendas parlamentares, alcançando o objetivo com êxito.</p>													
1739 - EVENTOS REALIZADOS PELA SECULT/DF	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	20	65	20	42	20	21	SPDPC/SCDC/SUPAC/SECULT/UE 16101/OE 1 / UE 16101 / OE 1
<p>Justificativa: 2017 - A Secretaria de Estado de Cultura realizou, através de suas subsecretarias, um quantitativo de eventos culturais, incluindo emendas parlamentares, que superou o que fora inicialmente previsto, alcançando com êxito o objetivo proposto.</p> <p>2018 - A Secretaria superou quantitativamente o proposto na realização de eventos culturais institucionais e logísticos, alcançando o objetivo com êxito.</p> <p>2019 - A Secretaria superou quantitativamente o proposto na realização de eventos culturais institucionais e logísticos, alcançando o objetivo com êxito.</p>													
1574 - INSTRUMENTO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PUBLICADOS	UNIDADE	0	31/12/2015	ANUAL	10	0	15	15	15	42	15	0	GAB/AJL/SECULT/UE 16101/OE 5 / UE 16101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Plano de Cultura: objetivo não alcançado. Projeto em andamento.</p> <p>2017 - Índice alcançado com sucesso.</p> <p>2018 - A Secretaria publicou 42 instrumentos de modernização da gestão, entre decretos e portarias normativas, contendo normas gerais e abstratas, alcançando o objetivo com êxito.</p> <p>2019 - Não foram apresentados projetos de instrumento de modernização da gestão publicados. Índice não foi alcançado.</p>													
1744 - INVENTÁRIOS E PLANOS DE PRESERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS REALIZADOS	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	0	-	1	0	1	0	SUPAC/SECULT/UE 16101/OE 2 / UE 16101 / OE 2
<p>Justificativa: 2018 - Não houve realização de inventários e planos de preservação de bens tombados, não alcançando portanto o objetivo proposto.</p> <p>2019 - Não houve realização de inventários e planos de preservação de bens tombados, devido ao descompasso da quantidade de equipe técnica e a quantidade de trabalho, não alcançando portanto o objetivo proposto.</p>													
1745 - INVENTÁRIOS E PLANOS DE SALVAGUARDA DE BENS REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF REALIZADO	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	0	-	1	0	1	0	SUPAC/SECULT/UE 16101/OE 2 / UE 16101 / OE 2
<p>Justificativa: 2018 - Não houve realização de inventários e planos de salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do DF, não alcançando portanto o objetivo proposto.</p> <p>2019 - Não houve realização de inventários e planos de salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do DF, devido ao descompasso da quantidade de equipe técnica e a quantidade de trabalho, não alcançando portanto o objetivo proposto.</p>													
1747 - NÚMERO DE VISITANTES AOS MUSEUS PRÓPRIOS AUMENTADO	%	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	5	3,22	5	30	5	59	SUPAC/SECULT/UE 16101/OE 2 / UE 16101 / OE 2

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2017 - Em 2017, o total de visitantes aos museus próprios da SEC englobaram 6 (seis) museus, a saber: Complexo Cultural Três Poderes composto do Panteão da Pátria, fechado a partir de julho para manutenção; Espaço Lúcio Costa e o Museu da Cidade; Museu do Catetinho; Memorial dos Povos Indígenas, fechado no mês de maio e em junho não houve visita; Museu Vivo da Memória Candanga. Alcançou-se o objetivo proposto.</p> <p>2018 - O número de visitante aos museus superou o percentual estimado, alcançando o objetivo com êxito.</p> <p>2019 - O número de visitantes aos museus superou o percentual estimado, alcançando o objetivo com êxito.</p>													
1746 - PLANOS MUSEOLÓGICOS E REGIMENTOS INTERNOS EM MUSEUS IMPLANTADOS	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	0	-	1	0	1	0	SUPAC/SECULT/ UO 16101/OE 2 / UO 16101 / OE 2
<p>Justificativa: 2018 - Não houve realização de planos museológicos e regimentos internos em museus implantados, não alcançando portanto o objetivo proposto.</p> <p>2019 - Não houve realização de planos museológicos e regimentos internos em museus implantados. Está sendo elaborado um Termo de Referência para contratação de empresa especializada na elaboração de planos museológicos. Não alcançou portanto o objetivo proposto.</p>													
1749 - POLÍTICAS SETORIAIS INSTITUCIONALIZADAS	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	3	2	3	5	0	0	SPDPC/GAB/SECULT/ UO 16101/OE 3 / UO 16101 / OE 3
<p>Justificativa: 2017 - No âmbito do projeto de cooperação 914BRZ4020: "Fortalecimento e modernização das políticas públicas de cultura no DF", firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura e a UNESCO, foram contratadas 2 (duas) consultorias para elaboração de planos de desenvolvimento de setores econômicos da cultura, relacionados aos campos socioproductivos da música e audiovisual. As consultorias serão desenvolvidas entre janeiro e setembro de 2018.</p> <p>2018 - A Secretaria atuou no lançamento das seguintes políticas culturais institucionalizadas: audiovisual; leitura, escrita e oralidade; música; artes visuais e teatro, alcançando o objetivo com êxito.</p> <p>2019 - Não foram implementadas políticas setoriais institucionalizadas.</p>													
1569 - PREMIAÇÕES HONORÍFICAS COM RECURSOS DO FAC	UNIDADE	0	31/12/2016	ANUAL	10	0	70	70	80	13	90	0	SUFIC/SCDC / SECULT/ UO 16101 / OE 4 / UO 16101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Premiação para as artes: não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira. Objetivo não realizado.</p> <p>2017 - Índice alcançado com sucesso, conforme previsto.</p> <p>2018 - Premiação de quadrilhas juninas dentro do projeto "Premiação Brasília Junina 2018". No Projeto de Lei Orçamentária de 2018 foi previsto a quantidade de 80 quadrilhas juninas para participação do evento, porém foram inscritas 43 e premiadas 13, alcançando o objetivo com êxito, dentro desse patamar.</p> <p>2019 - Além de projetos culturais, foram pagos com recursos do FAC no ano de 2019, prêmios a personalidades artísticas, grupos ou organizações artísticas e culturais que prestaram relevante contribuição ao desenvolvimento artístico e cultural do Distrito Federal através de iniciativas exemplares já realizadas, referentes a restos a pagar de exercício anterior. Por não ter sido lançado Edital de premiação em 2019 a meta do indicador não foi alcançada.</p>													

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	250000,0	0,0	0	0
6160 - Apoio ao evento XIX Circuito de Quadrilhas Juninas no DF e Entorno	250000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	250000,00	0,00	0,00	0,00

A ação 6160, XIX Circuito de Quadrilhas Juninas no DF e Entorno, proveniente de emenda parlamentar, não foi executada, tendo em vista a inviabilidade por cancelamento do crédito orçamentário/financeiro pelo parlamentar ao SISCOFEP - Sistema de Controle de Emendas Parlamentares.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	4807000,0	3177000,00	1914273,28	1914273,28
0001 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	4807000,0	3177000,00	1914273,28	1914273,28
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3100000,0	2988971,00	2335706,30	2275706,30
0076 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	3100000,0	2988971,00	2335706,30	2275706,30
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	7907000,00	6165971,00	4249979,58	4189979,58

No exercício 2019, conforme programação desta secretaria, e obedecendo à ordem cronológica, foi concedida a conversão de licença prêmio em pecúnia a um quantitativo de 118 servidores aposentados que não usufruíram do benefício durante o tempo de serviço ativo, bem como a pensionistas, sendo que, destes, 43 receberam apenas diferenças referentes aos valores recebidos anteriormente, por ocasião de suas aposentadorias; 57 aposentados e pensionistas estão recebendo de forma parcelada, conforme Decreto nº 40.208/2019. Alcançou-se o objetivo dentro do exercício 2019 com êxito.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	50323322,0	64044139,00	61788731,81	61704170,68
8715 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	50323322,0	64044139,00	61788731,81	61704170,68
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3118182,0	2572182,00	1994699,01	1994699,01
9551 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	3118182,0	2572182,00	1994699,01	1994699,01
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	8945744,0	7966239,00	7770873,94	7334392,57
9634 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	8945744,0	7966239,00	7770873,94	7334392,57
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	11924,0	0,00	0	0
2539 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	11924,0	0,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1113540,0	245844,00	225843,20	209253,20

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2625 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1113540,0	245844,00	225843,20	209253,20
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3120000,0	4524554,01	4524554,01	4518756,47
5397 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SEDE DA CASA DA FAZENDA GAMA - MUSEU CASA VELHA	200000,0	0,0	0	0
5284 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO - SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	2920000,0	4524554,01	4524554,01	4518756,47
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	66632712,00	79352958,01	76304701,97	75761271,93

No decorrer do exercício a SECEC se manteve com despesas básicas de manutenção do órgão, como: energia elétrica; água e esgoto; telefonia móvel e fixa; correios; assinaturas de periódicos; aquisição de materiais de consumo; pagamento de encargos sociais; serviços de chaveiros e outros, bem como material permanente: swith para a área de TI; equipamentos eletrodomésticos e outros para os complexos Culturais de Samambaia e Planaltina. Alcançou-se o objetivo proposto com êxito.

Em 2019 a secretaria realizou atividades de Gestão da Informação e dos sistemas de tecnologia efetivando as ações:

- Celebração de um novo contrato de outsourcing (serviços de impressão) para a sede e os próprios culturais;
- Aquisição de switches para atender a mudança da sede da SECEC para a BNB;
- Confeção de um novo sistema de transparência - SISCULT;
- Implantação do Sistema de Gestão de Ativos e Inventário;
- Elaboração do novo plano diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC – 2020-2023 da SEC;
- Migração do servidor DHCP e impressão para a SUTIC;
- Implantação do sistema de monitoramento da rede de computadores interna;
- Apoio tecnológico à criação da Central de Comunicação do Carnaval 2019 no Espaço Território Criativo;
- Migração do sistema operacional dos computadores para Windows 10 em 80% do parque computacional da SECEC;
- Mudança do Gabinete, Assessoria, AJL e ASCOM, da sede para a BNB;
- Integração da rede da Ala Sul 1º andar da BNB a rede GDFNet;
- Integração da rede da Ala Sul 2º andar da BNB a rede GDFNet;
- Atendimento aos usuários da SECEC e próprios culturais na área de TI, tais como: suporte técnico; rede; manutenção dos equipamentos; apoio logístico nos eventos produzidos pela secretaria (aniversário de Brasília, Festival de Cinema, Réveillon entre outros);

No Espaço Território Criativo foi feita a interligação da rede à GDFNET por meio de fibra ótica e refeita a rede local;

Foi entregue ao Centro de Dança; ao Espaço Cultural Renato Russo – 508 Sul e ao Complexo Cultural de Samambaia um notebook, um projetor e tela para projeção visando auxiliar nas atividades multimídia dos locais;

Foi interligado: no Museu Vivo da Memória Candanga; no Espaço Cultural de Planaltina; no Espaço Cultural de Samambaia; no Cine Brasília e na Biblioteca Pública de Brasília a rede GDFNet e configuração da rede interna ao domínio "cultura.gdfnet.df";

No Espaço Oscar Niemeyer foi criada a rede do Centro Cultural Oscar Niemeyer – Montagem de 3 computadores e a rede física e lógica e instalação de internet 4G;

No exercício 2019 a secretaria adquiriu equipamentos de ar condicionado para atender a sede e os próprios culturais; adquiriu material compreendido de: divisórias em granito e gesso; barricadas; manta asfáltica; concreto usinado; argamassa; corrimão; vidro liso; placas pré-moldadas; peças de piso tátil; mictórios; torneiras; luminárias e outros visando atender os serviços de manutenção corretiva; preventiva; preditiva; predial, além de pequenas reformas na sede e nos próprios culturais.

Foram iniciados e se encontram em andamento os serviços na sede e nos próprios culturais, conforme contrato vigente de prestação de serviços - manutenção predial e pequenas reformas nº 10/2019:

- Complexo Cultural da República, composto pelo Museu Nacional da República e pela Biblioteca Nacional de Brasília: readequação do layout do 1º pavimento da BNB; readequação da rede lógica e elétrica e reforma e manutenção de pilotis nos 1º e 3º andares da Biblioteca Nacional de Brasília; acessibilidade; recuperação e ativação de geradores; ativação central de incêndio; manutenção e substituição dos refletores e postes externos; recuperação e ativação de Nobreak na Biblioteca Nacional de Brasília; demarcação de vagas para veículos no estacionamento; manutenção, readequação e demais serviços no 2º andar da Biblioteca Nacional de Brasília; fornecimento de materiais e serviços visando à interligação GDF-NET do servidor do 1º andar ao Espaço Criativo no térreo, e readequação dos espaços para atender a secretaria; fornecimento de materiais e serviços visando à pintura na área de exposição do Museu Nacional; do espaço do antigo restaurante; dos postes, bem como a impermeabilização da laje; substituição do forro nos 2º, 3º e 4º pavimentos da Biblioteca Nacional de Brasília; construção de banheiro privativo para o Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa; manutenção de fachada e instalação de películas;
- Cine Brasília: reforço no palco; colocação de piso tátil;
- Museu do Catetinho: manutenção de calçadas, portões e iluminação; fornecimento de projetos de combate a incêndio devidamente aprovados junto ao Corpo de Bombeiros Militar do DF – CBM-DF (esses ainda em andamento);
- Complexo Cultural de Samambaia: impermeabilização; substituição de piso de madeira; lavagem da lona do teatro e instalação de toldos;
- Museu Vivo da Memória Candanga; pequenas reformas; fornecimento de projetos de combate a incêndio devidamente aprovados junto ao Corpo de Bombeiros Militar do DF – CBM-DF (esses ainda em andamento);
- Complexo Cultural 3 Poderes, composto pelo Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves; Museu da Cidade e Espaço Lúcio Costa: execução de serviços elétricos; pintura; impermeabilização e demais serviços necessários visando à manutenção do Museu da Cidade;
- Museu dos Povos Indígenas: fornecimento de projetos de combate a incêndio devidamente aprovados junto ao Corpo de Bombeiros Militar do DF – CBM-DF (esses ainda em andamento); pintura;
- Rádio Cultura FM: fornecimento de materiais visando à manutenção elétrica e demais serviços;

- Casa do Cantador: manutenção da cozinha; readequações e demais serviços. Considerada o mais importante aparelho de cultura da região administrativa da Ceilândia, nos exercícios anteriores a Casa do Cantador passou por uma grande deterioração devido à falta de manutenção do espaço. Em maio passou por uma completa revitalização com pintura geral; reforma na cozinha; novo balcão para o espaço Multiuso; reposição de vidros quebrados; revitalização e inauguração da Cordelteca, além de outros.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2019 houve a mudança do nome da secretaria que passou a denominar-se Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. A proposta de reestruturação da secretaria visa principalmente valorizar a atuação nos três pilares da gestão: patrimônio, economia criativa e difusão cultural. A meta é, em quatro anos, valorizar os equipamentos tornando-os referências para a comunidade com ações sustentáveis, programações ricas e de acordo com a vocação de cada pessoa.

No exercício o órgão realizou atividades complementares que não integram os programas de trabalho previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA. Neste sentido seguem as informações: - Foram elaboradas minutas e formalizados Termos de Parcerias (Termos de Fomento, Termos de Colaboração e Acordos de Cooperação); acordos de patrocínios; contratos de prestação de serviços; Termos de Cessão de Uso; Termos de Autorização de Uso; - Foram elaborados extratos dos instrumentos contratuais formalizados e das notas de empenho emitidas; - Foram elaboradas minutas das Ordens de Serviços com designação de executores ou gestores para acompanharem as prestações de serviços; aquisição de materiais; projetos realizados ou apoiados pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa; - Houve a publicação de todos os atos de extratos; retificações; ratificações de inexigibilidade de licitação e de dispensa de licitação, dentre outros, no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF; Houve o acompanhamento da execução dos instrumentos contratuais formalizados pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa; Elaboraram-se pareceres técnicos inerentes às parcerias; As notas fiscais relativas às despesas compulsórias e outras, foram enviadas para pagamento, após conferência da prova de regularidade fiscal; Estabelecimento de diretrizes administrativas como adoção de Circulares Internas para comunicação; minuta de regras de montagem; determinação para redação das minutas de regimentos internos; criação ou reativação de redes sociais; determinação para elaboração de relatórios; obtenção de senhas e perfis de redes sociais; Coordenação da participação do Memorial dos Povos Indígenas na 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; realização de estudo para contratação de vending machines para os espaços culturais; Realização de estudo sobre modelos de contratação de lojas e cafeterias para os espaços culturais; Intermediação para assinatura de contratos de Patrocínio Privado Direto (Centro de Dança e Foyer do TNCS); Estudos sobre déficit e necessidade de pessoal nos espaços culturais; Negociação com agentes externos para cessão gratuita de registros fotográficos e audiovisuais dos espaços culturais; Contatos com embaixadas estrangeiras em prol dos espaços culturais; condução do projeto de reinauguração do Museu de Arte de Brasília; Elaboração de minuta de chamamento público para cadastro de agentes culturais indígenas; Elaboração de questionamentos à Assessoria Jurídico-Legislativa sobre assuntos de interesse dos espaços culturais; Solicitações a outros órgãos para realização de serviços como sinalização e paisagismo de espaços culturais; Elaboração de minuta de portaria de cessão dos espaços culturais; o programa Conexão Cultura DF é voltado à promoção e difusão da arte e cultura produzidas no Distrito Federal, incluindo a circulação, distribuição e o intercâmbio nacional e internacional de agentes, bens e serviços culturais e criativos, com vistas a fortalecer a cultura como vetor de desenvolvimento social integrado no território. Ele é regido pela Portaria 147, de 29 de abril de 2019. O programa operou em 2019 por duas frentes: o edital permanente e o edital

ordinário #negócios. O edital permanente recebeu inscrições mensalmente, de maio a dezembro, e financiou propostas em 4 linhas de apoio: I) circulação nacional, internacional ou mista; II) participação em eventos estratégicos nacionais e internacionais; III) promoção de plataformas; e IV) intercâmbios e residências artísticas, técnicas ou em gestão cultural e cursos de capacitação de curta duração de até 90 (noventa) dias. No total foram contemplados pelo Edital Conexão Permanente em 2019: - 117 projetos culturais apoiados; - 507 agentes culturais beneficiados; 31 países (África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Cabo Verde, Canadá, Chile, Colômbia, Cuba, Egito, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Holanda, Índia, Inglaterra, Irlanda do Norte, Itália, México, Moçambique, Noruega, Peru, Polônia, Portugal, Romênia, Senegal, Suécia, Taiwan, Uruguai); - 15 estados brasileiros (RS, PE, RJ, SP, GO, ES, BA, PA, RN, SC, CE, TO, PB, PR, PI). Edital Conexão Cultura DF #Negócios 2019 - Em 30 de setembro de 2019 foi publicado o edital de chamamento público nº 6/2019, Conexão Cultura DF #Negócios, no âmbito do programa, para selecionar agentes culturais aptos a receber bolsas de difusão para participação em eventos estratégicos, com os seguintes resultados: 56 projetos/empreendedores apoiados; 8 países (Alemanha, Argentina, Cabo Verde, Canadá, Chile, Estados Unidos, França, México).

O Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul realizou as seguintes atividades em 2019:

- JANEIRO

[GALERIA PARANGOLÉ] W3 Divergentes Brasília - Exposição de Zuleika de Souza, que trouxe um olhar instigante e detalhado da Asa Sul em fotografias.

[GALERIA RUBEM VALENTIM] Esculturas em Aço Naval - Exposição de esculturas do artista Pedro Miranda abordando temas diversos.

Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criativa (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo;

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] Lugar no Mundo - Show de autoral Rodrigo Bezerra, intimista, trazendo uma identidade amadurecida.

[TEATRO GALPÃO] Capital Philharmonia - Show de estreia da orquestra, sob a batuta do Maestro Emílio César.

[SALA MULTIUSO] Netos de Gunhunhana: Um Desvio - Baseado na obra As areias do Imperador, de Mia Couto.

[TEATRO GALPÃO] A Exposição - Monólogo resultado de investigação de cena e arte do coletivo Grande Circular.

[SALA MULTIUSO] Quando o Coração Transborda - Monólogo de Maíra Oliveira traz questões sobre o ocio do ator num grande encontro informal com a plateia.

[TEATRO GALPÃO] Splash - Espetáculo do Nostalgique Cabaret, dirigido por Giovane Aguiar.

[SALA MULTIUSO] A História do Balão Vermelho - Espetáculo de Zé Regino.

[TEATRO GALPÃO] Poeira Espetáculo do Grupo Ninho de teatro, resultante do experimento com o Grupo Lume/SP e do Grupo Yuyachkani/Peru.

Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado;

OFICINAS Até o chamamento público ocorrer, os grupos residentes da parceria firmada entre a SECEC e o IBC realizaram as seguintes oficinas: O Corpo como Lugar de Cena, O Ator em Caos Criativo, Performance para músicos no palco, O Espírito dos Objetos (Bonecos e Máscaras), Jogos teatrais, Dança Acrobática e Maquiagem Artística.

[BIBLIOTECA] Continuação do trabalho de desencaixotar livros e colocá-los nas estantes.

FEVEREIRO

[GALERIA PARANGOLÉ] W3 Divergentes Brasília - Exposição de Zuleika de Souza, que trouxe um olhar instigante e detalhado da Asa Sul em fotografias.

[GALERIA RUBEM VALENTIM] Esculturas em Aço Nava I - Exposição de esculturas do artista Pedro Miranda abordando temas diversos.

Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criativa (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo;

[SALA MULTIUSO] Stanisloves-me - Solo de Bruna Marni.

[SALA MULTIUSO] Lavanderia Bailarina - Show Cênico com Miriam Virna contendo ode ao pop rock com cores da poesia brasileira.

[SALA MULTIUSO] Três Mulheres Baixas - Espetáculo abordando a busca da natureza essencialmente transgressora e subversiva da mulher.

[SALA MULTIUSO] OperATA - Espetáculos dirigidos por Hugo Rodas, "Punaré & Baraúna" seguido de "Ensaio Geral". [TEATRO GALPÃO] O Cano e Ovo - Espetáculos do grupo Udi Grudi que esbanjam musicalidade e técnicas circenses em suas composições. Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães,); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado;

OFICINAS:

Dança para crianças, Ator em Caos criativo, Expressão Corporal, Elaboração de Projetos, Maquiagem para Carnaval, Figurinos e adereços para Carnaval, Iniciação às acrobacias.

[BIBLIOTECA] Início da elaboração do Regulamento da Biblioteca.

MARÇO

[GALERIA PARANGOLÉ] W3 Divergentes Brasília - Exposição de Zuleika de Souza, que trouxe um olhar instigante e detalhado da Asa Sul em fotografias.

Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criativa (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo;

[TEATRO GALPÃO] Varieté - Mulheres no Mundo - Varieté acrobático circense em celebração ao Dia Internacional da Mulher.

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] Célia Porto, Estrela da Terra - Repertório com clássicos da MPB, com participação de Rênio Quintas e Noélia Ribeiro.

[SALA MULTIUSO] En(cruz)ilhada - Solo de Leno Sacramento

[SALA MULTIUSO] Canto do Medo - Espetáculo dedicado ao público de zero a seis anos.

[SALA MULTIUSO] Cabaré da MACACA - Sarau do grupo ATA, com participação da classe artística interessada.

[TEATRO GALPÃO] Louis Aragon, Je ne Souviens - Produzido pelo Théâtre National Populaire du Villeurbanne/França, o espetáculo constitui uma coleção de poemas em primeira pessoa de Louis Aragon.

[TEATRO GALPÃO] Sonho de Uma Noite de Verão - Adaptação de Shakespeare que aborda desencontros de quatro histórias de amor. Adaptação do Grupo Celeiro das Antas.

[TEATRO DE BOLSO] Descartes, Espetáculo do Grupo Liquidificador livre adaptado nos clássicos de René Descartes.

[SALA MULTIUSO] Barca Nômade - Montagem baseada no livro "O Jardineiro" do poeta hindu Rabindranaz Tagore.

Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães,); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado;

OFICINAS: Aquarela para iniciantes, História da Arte Brasileira, Pintura, Acrobacias e malabares, Técnicas para direção de não-atores, Grafite.

ABRIL

[GALERIA RUBEM VALENTIM] Brasília em Athos - O fotógrafo Clausem Bonifácio traz duas séries de fotografias, homenageando os 59 anos da capital. Abertura das exposições 2º Prêmio Vera Brant (Gal. Parangolé e Gal. Rubem Valenm, 23/04) e De Ver Cidade (Praça Central, 28/04); Realização e envios da Ficha Técnica e do Regimento Interno do equipamento; Reuniões com a empresa Biccateca para elaboração de layouts e orçamentos dos móveis para a Biblioteca, a Gibiteca e a Musiteca;

Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criava (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo;

[PRAÇA CENTRAL] De Ver Cidade - Instalação sensível criada pelo coletivo ENTREVAZIOS.

[GALERA PARANGOLÉ] Exposição do 2º Prêmio Vera Brant de Arte Contemporânea - exposição com obras de 12 artistas residentes da Casa Niemeyer e da CAL/UnB.

[SALA MULTIUSO] Tributo a Mercedes Sosa - Quinteto feminino Merceditas interpreta músicas latino-americanas repletas de denúncia social e elementos do folclore.

[PRAÇA CENTRAL, TEATRO GALPÃO, SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES, SALA MULTIUSO, TEATRO DE BOLSO, MEZANINO, GALPÃO DAS ARTES] 2º Mercado Território Criativo - Evento que buscou a conexão entre empreendedores da economia criava com fins de gerar negócios e trocar experiências.

[TEATRO GALPÃO E SALA MULTIUSO] MID- Movimento Internacional de Dança - Festival multidisciplinar que propõe ao público uma vivência intensa através da apreciação de espetáculos, atividades formavas e intercâmbio entre os interessados. Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães,); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado; OFICINAS: fotografia, First Body- criação para a cena, Ciclo de Debates: Mulheres e as artes visuais, treinamento físico para atores.

[BIBLIOTECA] Início da elaboração da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca e da Lista de Desiderata (descrição do material bibliográfico necessário para atualização do acervo da Biblioteca). A Diretoria de Tecnologia da Informação fez a instalação do software Biblivre. Retomada do contato com os representantes da empresa Biccateca, iniciado para obter propostas de layout e orçamento para o mobiliário da biblioteca, gibiteca, musiteca e sala de processamento.

MAIO

[GALERIA PARANGOLÉ e GALERIA RUBEM VALENTIM] Exposição 2º Prêmio Vera Brant Elaboração da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca e início do processamento técnico das obras; Elaboração da desiderata para renovar e atualizar o acervo da Biblioteca de Arte e gibiteca com sugestões da equipe de funcionários lotados no Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul e de professores e usuários frequentadores do centro; Movimentação de parte da mobília e do acervo de livros da gibiteca para a sala do processamento técnico; Encerramento exposição De Ver Cidade (12/05); Início dos trabalhos para projeto do Memorial Renato Russo;

Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criativa (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo; [TEATRO GALPÃO] Adubo, ou a sul arte de escoar pelo ralo - Dirigido de Hugo Rodas, o espetáculo é sobre a morte e o morrer.

[SALA MULTIUSO] Fronteiras - Novo álbum da banda viajante Cao Laru

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] "Pra subir na Vida!" - Solo do palhaço Pepino, onde é utilizada mímica e magia para realizar números tradicionais de palhaçaria e de teatro de bonecos.

[TEATRO GALPÃO] 2 Mundos, inspirado na colonização da América e dos territórios do mundo todo, o espetáculo de teatro de sombras conta a história do encontro de duas culturas opostas.

[ÁREA CENTRAL E TEATRO GALPÃO] Obra à Frente

[SALA MULTIUSO] Misanthrofreak

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] João, Joãozinho, Joãozito

[TEATRO GALPÃO] Vin/co

[SALA MULTIUSO] Teus Olhos, Meus Versos

[TEATRO GALPÃO] Nostalgique Cabaret - Dreamland

[SALA MULTIUSO] Paula Zimbres,

[TEATRO GALPÃO] Cabaré da Macaca

[SALA MULTIUSO] Mare Serenitas, história de uma sereia que recorda suas heranças femininas lutando contra sua própria natureza. Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães,); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado; [BIBLIOTECA] Transferência do acervo da biblioteca de uma sala para outra no piso superior.

JUNHO

Abertura da exposição Sverige A-Ö ("Suécia de A-Z" trad. livre, Praça Central, 11/06); [ÁREA CENTRAL] Exposição Sverige, A-Ö, O Instituto Sueco e a Embaixada da Suécia trazem exposição fotográfica com aspectos culturais da Suécia por meio do alfabeto.

Encerramento exposição 2º Prêmio Vera Brant (09/06);

[GALERIA PARANGOLÉ E RUBEM VALENTIM] 2º Prêmio Vera Brant, exposição com obras de 12 artistas residentes da Casa Niemeyer e da CAL/UnB. Abertura da exposição Traço do Lui (Gal. Rubem Valentim, 18/06); [GALERIA RUBEM VALENTIM] Interferência, o artista Lui Rodrigues apresenta 80 de suas principais obras criadas nos últimos 20 anos. Aquarelas, óleos, acrílicas, esculturas e objetos executados em impressora 3D. Abertura da exposição Entre Silêncios (Gal. Parangolé, 18/06)

[GALERIA PARANGOLÉ] Entre Silêncios, exposição do artista Eduardo Morais apresenta uma série de pinturas sobre tela onde buscam diversas nuances do azul. Início da seleção, desbaste e descarte dos itens do acervo da biblioteca e gibiteca. Aguardamos o retorno da Rádio Cultura ao primeiro pavimento para a efetiva higienização e organização dos vinis, cds e dvds da musiteca; Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criativa (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo; [SALA MULTIUSO] Mare Serenitas, história de uma sereia que recorda suas heranças femininas lutando contra sua própria natureza.

[TEATRO GALPÃO] Os Saltimbancos, versão do clássico Saltimbancos para crianças e toda família.

[TEATRO GALPÃO] O Rei Leão, apresenta a história do pequeno leãozinho Simba, inspirada no musical da Broadway.

[TEATRO DE BOLSO] Noite de Stand Up, Noite tradicional de comédia stand-up com singulares nomes da comédia brasileira.

[SALA MULTIUSO] Deixe a Luz da Varanda Acesa, a peça se desenrola dentro de uma casa onde a plateia está em meio a memórias.

[TEATRO GALPÃO] Boca Seca, o espetáculo convida o público a vivenciar uma dramaturgia física e sensorial que transita entre as linguagens da dança e teatro.

[TEATRO GALPÃO] Tumba la catumba e o sumiço da pandeirola, teatro de sombras para uma viagem no universo das lendas e do folclore brasileiros com canções especialmente compostas para o espetáculo.

[SALA MULTIUSO] V de Viado, a peça é uma celebração à vida e a continuidade das ancestrais rotas de luto e luta para sermos quem somos.

[SALA MULTIUSO] Cabaré da Macaca, Sarau do grupo ATA, com participação da classe artística interessada.

[TEATRO GALPÃO] As Rivais, comédia que propõe uma reflexão sobre o destino.

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] Viagem com Villa Lobos, a peça transpõe para o teatro, em linguagem acessível a todas as idades o universo do compositor Villa Lobos.

[TEATRO GALPÃO] Varieté Mulher do Mundo, circo e diversidade.

[ÁREA CENTRAL] – Dente, feira de publicações. Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado;

OFICINAS

Oficina Gráfica com Fuiio Printshop; Curso de Estética; Produzindo Histórias em Quadrinhos; Introdução ao estudo da Fotografia; Curso de desenho; Projeto Cinema no Mundo Ango; Talkin' Blues – História & Som.

[BIBLIOTECA] Início da elaboração da Política de Desenvolvimento de Coleções da Gibiteca. Contato com a empresa Bibliotheca visando a elaboração de um orçamento destinado a instalação de um sistema de segurança para a biblioteca, gibiteca e musiteca.

JULHO Encerramento exposição Sverige A-Ö (07/07); Continuação do processo seletivo dos itens; [GALERIA PARANGOLÉ] Entre Silêncios, exposição do artista Eduardo Moraes apresenta uma série de pinturas sobre tela onde buscam diversas nuances do azul.

[GALERIA RUBEM VALENTIM] [GALERIA RUBEM VALENTIM] Interferência, o artista Lui Rodrigues apresenta 80 de suas principais obras criadas nos últimos 20 anos. Aquarelas, óleos, acrílicas, esculturas e objetos executados em impressora 3D.

Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criativa (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo;

[SALA MULTIUSO] Orquestra Caliandra, formada por estudantes da EMB, com regência do maestro Prof. Danilo Salomão

[SALA MULTIUSO] Crônico Cômico, monólogo criado e encenado por Claudio Falcão que evoca o tema doação de órgãos.

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] A Raposa e a Galinha, direção de Kelly Cosy, o espetáculo infantil trata de temas como perseverança, empatia e amizade.

[TEATRO GALPÃO] Afeto, espetáculo que trata das afetividades em torno da mulher negra.

[ÁREA CENTRAL] Exemplos de Bastião, do grupo Teatro Mamulengo Sem Fronteiras traz a história de BASTião, um palhaço da folia de reis que se mete em grandes confusões.

[SALA MULTIUSO] Protofonia, show da banda brasiliense que traz músicas instrumentais com influência do jazz, rock progressivo.

[TEATRO GALPÃO] AB, Reação, direção de Bruna Marni, o espetáculo com formato de show performático conta a história de uma banda de rock punk vegetariano.

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] Lia de Manaká e suas histórias, espetáculo da Cia. Os Buriti.

[TEATRO GALPÃO] Noite de Quimeras LOVE, cabaré circense da trupe de Argonautas.

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] Os Buriti contam histórias, da Cia. Os Buriti.

[SALA MULTIUSO] Saiba seu lugar, solo de Chico Sant'Anna.

[TEATRO GALPÃO] Soy loco por América, show do grupo as Merceditas.

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] Era uma vez... chapuzinho vermelho, espetáculo do grupo Celeiro das Antas. Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães,); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado;

OFICINAS

Férias na 508 – Ateliê para crianças; Fábrica de bonecos; Desenhar em Brasília; Quilling – artesanato com tiras de papel; Introdução ao estudo da Fotografia; Curso de desenho; Talkin' Blues – História & Som; Seminário de Teatro de Grupo, Formação e manutenção dos coletivos artísticos.

AGOSTO

Encerramento exposição Traço do Lui (11/08); Encerramento exposição Entre Silêncios (11/08); Abertura da exposição Meus Medos (Gal. Rubem Valentim, 20/08); Abertura da exposição O Fundo em Primeiro Plano (Gal. Parangolé, 20/08); [GALERIA RUBEM VALENTIM] - MEUS MEDOS Exposição na IIª edição de alunos de Museologia da UnB construindo uma narrativa oposta ao silenciamento dos medos no cotidiano com um acervo composto por obras de diversos formatos, instalações interativas e atividades educavas.

[GALERIA PARANGOLÉ] - O FUNDO EM PRIMEIRO PLANO Mostra de pinturas, impressões, colagens e objetos do artista Marcelino Cruz. Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criativa (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo; [SALA MULTIUSO] Saiba seu lugar,

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES E ÁREA CENTRAL] Slow Filme,

[TEATRO GALPÃO] Encerramento do Amor

[ÁREA CENTRAL] Feira Maternava

[MEZANINO CENTRAL] Coisazul em Invenções de Mundos

[ÁREA CENTRAL] Os Caminhos da Igualdade e o Trabalho Decente

[SALA MULTIUSO] Aquela Peça de Shakespeare

[TEATRO DE BOLSO] A Mala Amarela

[TEATRO GALPÃO] Unalome

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] Cidade sem palavras - Cena contemporânea no ECRR 508 Sul, 20/08 a 01/09 - Dramaturgias originais se somam a releituras de clássicos num grande e diverso panorama das artes cênicas contemporâneas. Programação completa:

www.cenacontemporanea.com.br Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães,); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado;

OFICINAS E CURSOS

Desenho e estamparia digital; Desenhar em Brasília; Ilustração Botânica; Aquarela iniciante; Aquarela intermediário; Estudos Fotográficos – Exercício do Olhar; Pintura Iniciante; Pintura Intermediário; Pintura; Produzindo histórias em quadrinhos; Oficinas Jovem de Expressão: audiovisual e fotografia Oficinas para montagem de espetáculos: Cenografia, Maquiagem artística e Teatral, Conceito e prática para elaboração de figurinos.

[BIBLIOTECA] Visita à Ludoteca na CLS 315 para o levantamento de preços de jogos de tabuleiro, pedido de doação de jogos para o acervo da Biblioteca e estabelecimento de contato para a realização de eventos de jogos na Biblioteca. Movimentação do acervo de gibis para a sala da Gibiteca no piso térreo que foi ocupada pela Rádio Cultura entre agosto de 2018 e julho de 2019. Foram pintados os mostruários de gibis com a mão de obra da SECEC e as tintas compradas pela servidora Margareth.

SETEMBRO

Encerramento exposição Meus Medos (29/09); Encerramento exposição O Fundo em Primeiro Plano (29/09); Planejamento e mapeamento de imagens e audiovisuais para uma possível reconstrução da memória institucional do Espaço Cultural em versão digital; Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criativa (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo; [TEATRO DE BOLSO] - O CONTADOR DE HISTÓRIAS PARA NADA - Peça inspirada nos textos de Samuel Beckett "Textos para Nada".

[TEATRO GALPÃO] - A RESISTÍVEL ASCENSÃO DE ARTURO UI - A montagem é uma releitura cênica do texto de Bertold Brecht realizada pelo Grupo Liquidificador, sendo a peça uma parábola teatral, escrita em 1941, que transporta a história da 2ª Guerra para o mundo dos gangsters de Chicago.

[SALA MULTIUSO] – BISTRÔ A ação da peça ocorre em um café em Brasília onde a personagem Frederico encontra-se com Salvador Dalí, Frida Kahlo, Clarice Lispector e Tom Jobim para discutir seus desejos e o rumo de sua vida.

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] - ZÉ PETIT E INDUIN - Pesquisa teatral baseada no livro "O pequeno príncipe" e desenvolvida pelo ator e produtor Ronaldo Carneiro.

[TEATRO DE BOLSO] - NEGRA LUZ, NEGRAS ARTISTAS DO DISTRITO FEDERAL - Narravas, trajetórias e linguagens de mulheres artistas negras do DF registradas no documentário "Negra Luz" em exibição nessa sessão.

[TEATRO GALPÃO] - ANTÍGONA - ENSAIO SOBRE A TIRANIA - Adaptação contemporânea do clássico grego "Antígona" de Sófocles.

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] - RUMOS 2019/20, ITAÚ CULTURAL - Apresentação das premissas do edital privado do Itaú Cultural de fomento à produção e à difusão de trabalhos de artistas, produtores e pesquisadores.

[PRAÇA CENTRAL] - "CORES DA PRIMAVERA" , 32ª EXPOSIÇÃO DE IKEBANA - Mostra de arranjos florais originais, além de oficinas práticas para o público interessado na arte do Ikebana. Exposição promovida pela Ikebana Sogetsu de Brasília em conjunto com a Embaixada do Japão no Brasil.

[PRAÇA CENTRAL] - VIAGEM BRASIL - Exposição de xilogravuras inspiradas na música "Viagem Brasil" do trio instrumental brasiliense Jazmine.

[SALA MULTIUSO] – ENLUARADA - Peça desenvolvida em uma pica cozinha mineira com um enredo de história de amor e morte, reconstruindo a cultura do interior de Minas Gerais.

Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães,); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado; [BIBLIOTECA] Reunião com a representante de vendas da empresa Premium para elaboração de um novo projeto de mobiliário e orçamento condizentes com a nova disposição da Biblioteca dividindo o espaço com a Gibiteca. O acervo da Biblioteca que se encontrava na sala de processamento no piso superior foi transferido para o térreo, na nova localização da Biblioteca.

OUTUBRO Abertura Bienal de Curitiba (Gal. Parangolé, Gal. Rubem Valentim e Praça Central, 16/10); [GALERIA RUBEM VALENTIM E PARANGOLÉ] - 14ª BIENAL DE CURITIBA "FRONTEIRAS EM ABERTO" A exposição visa estabelecer a reflexão sobre as novas relações de geopolítica e imaginário, de entremundos e a condição fronteiriça da arte e do ser humano contemporâneo. Processo em desenvolvimento de coleta do material mencionado acima e obtenção de licença para o uso das imagens; Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criativa (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo; [TEATRO GALPÃO] - Nostalgique Cabaret Festival - Espetáculos circenses, show de variedades, incluindo dança, canto teatro, pole dance.

[SALA MULTIUSO] - ENLUARADA - Espetáculo teatral com foco na cultura sertaneja mineira.

[ÁREA CENTRAL] - LIGA PONTOS - Realização da 23ª edição da feira que expõe produtos artísticos, design e moda, elaborados por artesãos, artistas gráficos e coletivos da cidade.

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] - CORAÇÃO LEAL - Espetáculo teatral apresentando uma fábula infantil onde os animais, bichos e insetos, têm voz e direito de se expressar.

[SALA MULTISO] - SIMBORA MENINO - SHOW TUMBA LA CATUMBA - Apresentação de uma banda tocando rock, ciranda, frevo e Folia de Rei para o público infantil.

[TEATRO GALPÃO] - 23 FRAGMENTOS DESSES ÚLTIMOS DIAS - Espetáculo circense do coletivo Instrumento de Ver com o resultado da residência no Espaço Cultural.

[SALA MULTIUSO] - TODO MUNDO PERDE ALGUMA COISA AOS OITO ANOS - Recorte de cenas da infância masculina, expostas para questionar a sistematização da masculinidade em torno do silêncio, da violência e do abuso.

[TEATRO GALPÃO] - OS SALTIMBANCOS - Espetáculo do grupo ATA - Agrupação Teatral Amacaca celebrando os 80 anos do diretor Hugo Rodas do clássico infantil sobre quatro animais que abandonam o campo para tentar a vida na cidade como músicos.

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] - O VIOLONISTA MOSCA MORTA - Apresentação da peça infantil da Cia Burlesca com uma brincadeira sobre a figura do músico concertista, figura tipicamente séria, virtuosa e concentrada.

[SALA MULTIUSO] - QUANDO OS ELEFANTES SAEM PARA PASSEAR - Comédia dramática que não utiliza palavras e usa recursos corporais, visuais e cênicos para representar duas elefantas e um ser humano.

[SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES] - ELIZABETH TUDO PODE - Montagem original unindo diversão, informação com texto assinado pela protagonista e pela diretora.

[TEATRO GALPÃO] - MUXIMA - Dança contemporânea que tem como base o balé clássico, as danças urbanas, e o AfroNgangu, homenageando Nossa Senhora da Conceição Muxima. Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães,); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado; Foram realizadas as seguintes oficinas de longa duração: - Audiovisual, Jovem de Expressão; - Fotografia, jovem de Expressão; - Ilustração Botânica; - Aquarela iniciante; - Pintura iniciante; - Pintura intermediário.

[BIBLIOTECA] As estantes da Biblioteca foram pintadas pelo IBC após um acordo feito com a gerência do ECRR.

NOVEMBRO

[SALA MULTIUSO]- SAPIENS, a Des evolução da Espécie- Solo do comediante Saulo Pinheiro;

[TEATRO GALPÃO]- De carne e Concreto, uma Instalação Coreográfica- de autoria da Anti Status Quo Cia. de Dança, com direção de Luciana Lara ;

[TEATRO GALPÃO]-Ótimo Máximo, resultado da oficina de montagem com o Coletivo Instrumento de Ver;

[TEATRO GALPÃO]- Nas Encruza- Espetáculo de Leno Sacramento com direção de Roquildes Júnior;

[TEATRO DE BOLSO]- Adaptação- solo de Gabriel F. com direção de Marco Michelângelo;

[SALA MULTIUSO]- Naufragé(s)- da Cia. Teatro de Açúcar, com direção geral de Gabriel F. e Marco Michelângelo;

[TEATRO GALPÃO]- Olho da Fechadura, resultado da oficina de montagem com Hugo Rodas;

[SALA MULTIUSO]- Pertencer, exposição e intervenções artísticas do coletivo Jovem de Expressão;

[SALA MULTIUSO]- Onde tem Vagabundo o Capeta não Encosta- Show musical de Adriano Rocha e A Catraca;

[SALA MULTIUSO]- Bistrô- com direção de Marcelo Nenevê e Marina Oliver;

[TEATRO GALPÃO]- Rinoceronte- com direção de Hugo Rodas. Prosseguimento da etapa de localização dos documentos visuais sobre o Espaço Cultural; Elaboração de chamamento público (edital) para instrutores, oficinas, ocupação e residências artísticas; Roda de conversa com os ilustradores e quadristas da cidade. Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criativa (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo; Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães,); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado. [BIBLIOTECA] A sala onde antes seria a Biblioteca no piso superior (aquário) foi liberada para uso pelo Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e o acervo da Biblioteca foi completamente transferido para a sala no piso térreo. Com a ajuda dos carregadores da SECEC colocamos as estantes da Biblioteca na disposição certa para uso.

DEZEMBRO

[TEATRO GALPÃO E PRAÇA CENTRAL]- Summer Collection- Desfile de moda de produtores locais;

[SALA MULTIUSO]- 1ª Mostra de Mulheres Brincantes do DF - Solares- com direção de Zé Regino e uma colcha de retalhos de imaginário das tradições populares;

[TEATRO GALPÃO]- No Fio da Navalha- Sarau circense da trupe Por um Fio;

[GALERIAS RUBEM VALENTIM E PARANGOLÉ]- Encerramento exposição Bienal de Curitiba (13/12);

[GALERIAS RUBEM VALENTIM E PARANGOLÉ]- 1ª Mostra de Artes Visuais das Oficinas do Espaço 18/12/2019 a 09/02/2020;

[SALA MULTIUSO, TEATRO GALPÃO, SALA MARCO ANTÔNIO GUIMARÃES, TEATRO DE BOLSO, MEZANINO] 2º Festival Despetacular - Festival em Libras. Abertura da pauta para demandas espontâneas da comunidade; acolhimento de projetos da SECEC-DF; elaboração de chamamento público (edital) para instrutores, oficinas, ocupação e residências artísticas;

Programação de eventos teatrais, musicais e de economia criativa (Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães, Teatro de Bolso, Praça Central); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de quarta a domingo; Oficinas e residências artísticas (Galpão das Artes, Teatro de Bolso, Teatro Galpão, Sala Multiuso, Cine Teatro Marco Antônio Guimarães); eventos com plano de periodicidade variável; geralmente de segunda a sábado. [BIBLIOTECA] Recebemos o novo projeto e orçamento dos móveis com os espaços da Biblioteca e Gibiteca juntos. Elaboramos o cronograma do planejamento da montagem da Gibiteca.

A secretaria, em parceria com o Instituto Bem Cultural, Osc contratada para gestão da programação do Espaço Cultural Renato Russo para o ano de 2019 cumpriu seu o objetivo quanto à disponibilização e curadoria das atividades realizadas proporcionando ótimas experiências para o público, principalmente na linguagem teatral. O Museu Nacional da República recebeu exposições de arte e cultura visual, com o objetivo de contribuir para a pesquisa e a experimentação de diversas linguagens, fomento, difusão e facilitação ao seu acesso, por meios informativos e formativos. Neste ano, de janeiro até dezembro, o museu ofereceu ao público: 5 exposições no expositivo principal: Armarinhos Teixeira, Yutaka Toyota, Farnese de Andrade, 33ª Bienal de São Paulo – afinidades afetivas e Mestre Didi e Rubem Valentim; 5 exposições no mezanino: Diô Viana - A paisagem da memória, Art and Peace - Embaixada da China, Thiago Martins de Melo – Necrobrasíliana, Eduardo Sued – A experiência do olhar e Doações 2019 - Museu; 5 exposições na galeria Acervo: Eiko Hanashiro – Antologia, Lia do Rio – tempo em suspensão, Ding Musa – Unidade de construção e Almandrade; 6 exposições na galeria Térreo (saguão de entrada dos auditórios): Sandra Mazzini – Paisagens Expandidas, Vozes da alma, O Sangue no Alguidá - Um olhar desde o realismo sujo latino-americano, 2º Brasília Cidade Design, Reintegração de posse - narrativas da presença negra na história do Distrito Federal e Arno Fischer; 3 exposições na Sala 2: Léo Coimbra – in vitro, O sangue no Alguidá - um olhar desde o realismo sujo latino-americano, 2º Brasília Cidade Design e Border – Manu Militão. Em 2019 o Museu Nacional atendeu, entre exposições e eventos um total de 306.567 visitantes, bem como um total de visitantes com visita guiada de 13.279 pessoas, alcançando o objetivo com êxito.

O Museu Nacional da República recebeu 24 exposições, tendo destaque a inédita Bienal de São Paulo, que atraiu mais de 75 mil pessoas, colaborando para manter o Museu como um dos equipamentos de cultura mais visitados do Brasil. Foi firmado o Acordo de Patrocínio Privado Direto nº 02/2019, que trata de fornecimento de link de internet via fibra óptica para o setor administrativo do Complexo Cultural de Planaltina com plano de 20 Mega para uso administrativo Complexo Cultural de Planaltina e produtores culturais, e 50 Mega para os frequentadores do equipamento, ambas as propostas pelo prazo de 12 meses. Nas demais ações esta secretaria buscou a parceria de setores da sociedade civil e de entidades privadas para a realização de eventos, doações de equipamentos e na parceria para pequenos serviços necessários ao CC3P. Buscou ainda, em outros órgãos do GDF, auxílio e parcerias para a realização de serviços necessários a este Centro Cultural 3 Poderes: - Cerimônia de Troca da bandeira nacional: evento de turismo cívico que ocorre todo primeiro domingo do mês na Praça dos Três Poderes, estando sempre o CC3P aberto à visita durante o evento. Cerca de 3.000 turistas na Praça no dia 06 de janeiro; - Relatório de diagnóstico e demandas: elaboração de relatório de demandas do Centro Cultural Três Poderes separado por prioridades, necessidades e desejos, incluindo relatório fotográfico do Panteão, Espaço Lúcio Costa, Museu da Cidade, Pira da Pátria e Alojamento no dia 21 de janeiro; - 03 de fevereiro - Cerimônia de Troca da bandeira nacional na Praça dos Três Poderes; 22 de fevereiro - Enviado Documento de Formalização da Demanda (DFD) – para a contratação de brigada para o CC3P, porém não foi atendido; 03 de março - Cerimônia de Troca da bandeira nacional no primeiro domingo do mês na Praça dos Três Poderes; 19 de março - Lançamento do Festival João Rock: realizado no Panteão da Pátria, evento com bandas de Brasília para o

lançamento do festival que homenageou o rock brasileiro em 2019, com público de 250 pessoas; 22 de março - Vigilância ambiental: solicitação de inspeção contra pragas na Praça dos Três Poderes e nos prédios do Centro Cultural Três Poderes direcionada a Vigilância Ambiental em Saúde; 26 de março - SLU: solicitação de limpeza e capina do mato na Praça dos Três Poderes direcionada a Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal; 28 de março - Gestão do estacionamento: pedido a Diretoria de Engenharia do DETRAN para realizar a gestão da área de estacionamento do Panteão da Pátria, visando atender a necessidade deste Centro Cultural; 01 de abril - VIIBRA: reunião do grupo Visitação Institucional Integrada de Brasília – VIIBRA, do qual faz parte o Centro Cultural Três Poderes, com o objetivo de planejar e executar ações conjuntas relacionadas à comunicação, acessibilidade, preservação de patrimônio e acervos, segurança e qualificação de profissionais envolvidos com a recepção e a condução de visitantes nacionais e estrangeiros 07 de abril - Cerimônia de Troca da bandeira nacional: evento de turismo cívico na Praça dos Três Poderes; 30 de abril - TV Record: Gravação de programa do DF Record, da TV Record, sobre o Centro Cultural Três Poderes. Entrevista com o gerente; 05 de maio - Cerimônia de Troca da bandeira nacional: evento de turismo cívico na Praça dos Três Poderes; 07 de maio - Projeto Dançando Athos: intervenção artística com performance musical e de dança no mural da Liberdade de Athos Bulcão no salão vermelho do Panteão da Pátria e da Liberdade. 60 alunos; 11 de maio - Clube de Astronomia de Brasília: exposição e disponibilização de equipamentos de astronomia para turistas poderem ver os astros na Praça dos Três Poderes. Cerca de 500 visitantes; 21 de maio - Dia Mundial da Diversidade Cultural Para o Diálogo e o Desenvolvimento: gravação do debate realizado pelos Comitês de Cultura e de Apoio aos Refugiados e Imigrantes do Grupo Mulheres do Brasil no Panteão da Pátria; 24 de maio Dedetização do Centro Cultural Três Poderes; 02 de junho - Cerimônia de Troca da bandeira nacional na Praça dos Três Poderes; 08/06 - Clube de Astronomia de Brasília: exposição e disponibilização de equipamentos de Astronomia para turistas poderem ver os astros na Praça dos Três Poderes. Cerca de 500 visitantes; 07 de julho - Cerimônia de Troca da bandeira nacional na Praça dos Três Poderes; 13 de julho - Clube de Astronomia de Brasília: exposição e disponibilização de equipamentos de astronomia para turistas poderem ver os astros na Praça dos Três Poderes. Cerca de 500 visitantes; 04 de agosto - Cerimônia de Troca da bandeira nacional na Praça dos Três Poderes; 10 de agosto - Projeto Anima Brasília: realização de espetáculos teatrais em miniatura pelo Instituto Arcana em frente ao Museu Histórico de Brasília, das 10h às 12h. Evento gratuito voltado para crianças acima de três anos e adultos. 50 espectadores ao total; 10 de agosto - Navaye Mehr Band: apresentação de banda iraniana de música tradicional persa em frente ao Museu Histórico de Brasília em parceria com a Embaixada do Irã, a partir das 17h. Evento gratuito para todos os públicos - 60 espectadores; 10 de agosto - Clube de Astronomia de Brasília: exposição e disponibilização de equipamentos de astronomia para turistas poderem ver os astros na Praça dos Três Poderes. Cerca de 500 visitantes; 13 de agosto - Prêmio Marco Maciel: Ética e Transparência entre o Público e o Privado: evento realizado pela Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais – ABRIG, que visa premiar personalidades que se destacaram na defesa da ética, da transparência e da legalidade na rampa de acesso ao Panteão da Pátria, a partir das 19h, com 300 participantes; 16 de agosto - Novacap e CEB: envio de sugestão de solicitação à Novacap de uma vistoria de engenharia das estruturas prediais do Espaço Lúcio Costa, do Panteão da Pátria (prédio, rampa de acesso, alojamento dos funcionários e Pira da Pátria) e do Museu da Cidade e à CEB uma solução para os problemas de iluminação; 26 de agosto Festival Honk Bsb: Festival de fanfarras com atividades pedagógicas para estudantes de escola pública nos gramados do Panteão da Pátria. 50 estudantes; 28 de agosto - Festival Honk Bsb: Festival de fanfarras com apresentações na Praça dos Três Poderes. Público geral 100 pessoas; 27 de agosto - Redes Sociais: incremento e divulgação das novas redes sociais do Centro Cultural Três Poderes; 01 de setembro - Cerimônia de Troca da bandeira nacional na Praça dos Três Poderes; 10 de setembro - Tv Maskate (Amazonas): Gravação de programa

sobre o Panteão da Pátria e da Liberdade com entrevista do gerente; 14 de setembro - Clube de Astronomia de Brasília: exposição e disponibilização de equipamentos de astronomia para turistas poderem ver os astros na Praça dos Três Poderes. Cerca de 500 visitantes; 20 de setembro - TV Brasil: Gravação de programa sobre os 60 anos do Lago Paranoá na maquete do Espaço Lúcio Costa; 03, 04 e 05 de outubro - Minha Brasília: Entre Asas e Eixos: Gravação do programa Minha Brasília: Entre Asas e Eixos sobre o Panteão da Pátria e da Liberdade; 04 de outubro - TV Senado: Gravação do programa Leituras, da TV Senado: entrevista com o escritor Alberto Bresciani; 05 de outubro - Clube de Astronomia de Brasília: exposição e disponibilização de equipamentos de astronomia para turistas poderem ver os astros na Praça dos Três Poderes. Cerca de 500 visitantes; 06 de outubro - Cerimônia de Troca da bandeira nacional na Praça dos Três Poderes; 07 de outubro - Veja Você, Brasília: Gravação, na Praça dos Três Poderes, de trechos do espetáculo musical dirigido por Oswaldo Montenegro e produzido pelo SESC. A produção fará parte das comemorações dos 60 anos de Brasília, em abril de 2020, e prevê apresentações durante 3 dias no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com a possibilidade de turnê pelos teatros do SESC em todo país; 21 a 27 de outubro - Semana Nacional de Ciência e Tecnologia: participação do Centro Cultural Três Poderes na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia viabilizada por meio de edital da FAP-DF. 10 mil visitantes; 03 de novembro - Cerimônia de Troca da bandeira nacional na Praça dos Três Poderes; 18/11 - Espaço Lúcio Costa: instaladas torneiras novas e molas nas portas dos banheiros. Instalado novo bebedouro no Espaço Lucio Costa; 22 de novembro - Museu da Cidade instalado novo bebedouro no Museu da Cidade; 23 de novembro - Projeção do filme "Deixe-me Viver": nas paredes externas do Panteão da Pátria, direção de Clóvis Vieira. 10 espectadores; 25 de novembro - Dedetização do Centro Cultural Três Poderes; 01 de dezembro - Cerimônia de Troca da bandeira nacional na Praça dos Três Poderes; 02 de dezembro - Debate com o título "Inovação que transforma - Como desenvolver um ecossistema de inovação avançada?": organizado pelo Grupo FarmaBrasil (GFB) em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e realizado no Salão Negro do Panteão da Pátria. 150 espectadores; 04 de dezembro - Ashrae Data Center Day: um dia com palestras organizadas pela ASHRAE (American Society of Heating, Refrigeration and Air-Conditioning Engineers) realizadas no Salão Negro com técnicos da área de refrigeração de data centers. 200 espectadores; 07 de dezembro - Ar condicionado: Manutenção do ar condicionado do Panteão da Pátria; as principais ações/atividades executadas no Memorial dos Povos Indígenas, de 1º/01 a 31/12 foram: - JANEIRO • Exposição; - FEVEREIRO • 18 A 28/02: esteve fechado para desmontagem da exposição; - MARÇO/ABRIL: O Memorial esteve fechado até 24/04, sem exposição; ABRIL/MAIO: • 25/04 a 11/5: Programa Educativo MPI – Tecendo Histórias: palestras; documentários indígenas e rodas de conversa. Organização: CTI. • 25/04 a 31/05: exposição – Respeito ou Repetição? A história que não se quer reviver (Curadoria: Ingrid Orlandi); • 27/05: Parceria com a SETUR para fornecimento de guias e mapas da cidade para distribuição aos turistas que visitam o memorial; • 31/05: encerramento da parceria MROSC entre CTI e MPI; JUNHO: • 06/06: reunião para discussão da minuta do Regimento Interno do MPI - participantes: 18 pessoas - servidores; comissão do Meio Ambiente da CLDF; comunidade indígena do DF; representantes indígenas da Funai; • 14/6: reunião; curador da exposição "Trabalho das Mulheres Kayapó"; programada com início em 05/09; participantes: 6 pessoas; • 17/6: mesa de diálogos com Sueli Menezes – Políticas Públicas aos Povos Indígenas. Participantes: 50 pessoas com convidados; Redes de Juventude Indígena e Latino Americana de Jovens Indígenas; • 24/06: entrega do projeto de revitalização do MPI ao Gabinete da Câmara Legislativa do DF; JULHO: • 25/07: entrevista com a TV Record, bem como demais parceiros envolvidos na revitalização do espaço; AGOSTO: • 01/08: início do planejamento do Plano Pedagógico MPI; • 02/08: término e entrega da contrapartida PicNik; revitalização dos banheiros do Memorial dos Povos Indígenas destinados ao público; • 09/08: ocupação do espaço interno (em frente à Arena) pela SEJUS; comemoração do Dia Internacional dos Povos Indígenas; participantes: 69

peças; • 05 a 08/08: montagem da exposição "Bosque das Línguas Indígenas no Brasil"; • 05/08: negociação da exposição "Trabalho das Mulheres Kayapó"; • 10 e 11/08: realização do evento PicNik: uso do espaço interno e parte da área expositiva para atendimento espiritual, área de relaxamento, artesanato indígena e pinturas corporais; participantes: 5.000 pessoas; • troca de piso e compra de equipamentos; • 12/08: realização da primeira etapa de revitalização da arena, com a troca dos troncos, apoio da NOVACAP; • 30 e 31/08, e 01/09: projeto Tempo de Plantar: oficina de planejamento que explica sobre o movimento da sociedade civil para mobilizar milhares de pessoas a plantar árvores no dia 08 de dezembro de 2019. Participantes: 255 pessoas; SETEMBRO: • 04/09: minicurso temática indígena nas escolas: "O universo da mulher Kayapó"; participantes: 19 pessoas; • 05/09: coquetel de lançamento da exposição MENIRE: A Mulher Kayapó e o seu trabalho; participantes: 200 pessoas; • 06/09: rodada de negócios com as mulheres Kayapó Mekragno; participantes: 4 pessoas; • 19/09: visita à embaixada da Alemanha após convite para conhecer a coleção de fotos do fotógrafo alemão Theodor Koch – Grünberg durante sua expedição pelo noroeste do Brasil; • 23/09: reunião para planejamento da exposição Electro Xamanismo; participantes; • 26/09: cessão do espaço para a realização de entrevista para o programa Fantástico; participantes: 15 pessoas; • 29/09: liberação do uso da parte frontal do memorial para a realização da corrida "Circuito Todo Mundo Vai"; OUTUBRO: • 04/10: palestra sobre urbanismo, com a participação de 45 pessoas; • 04/10: recepção de indígenas de várias regiões do Brasil e da América do Sul que participaram do II CIRLIN, na UNB; participantes 35 pessoas; • 04/10: entrevista para a TV Maskate; • 10/10: empréstimo de 12 quadros do acervo do Memorial dos Povos Indígenas ao Centro Cultural do TCU, para realização de uma exposição, com direito a contrapartida ao MPI; • 11 a 13/10: gravação no memorial para a criação de um filme para a página do Instagram, Minha Brasília, programa Entre Asas e Eixos; • 21 a 27/10: participação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Parque da Cidade; participantes: 120.000 pessoas; • 31/10: representação do Memorial dos Povos Indígenas como palestrante na Palestra Te Faço Nascer Livre realizada na Casa de Cultura da América Lana – UNB; NOVEMBRO: • 01/11: Sarau Abre Caminho e inauguração da exposição Electro Xamanismos. No Sarau Abre Caminho houve o lançamento de 6 livros, sendo 3 de autores indígenas e 3 de autores negros e outras atividades como a venda de artesanato indígena, comidas e performances. Na inauguração da exposição, ocorreu o ritual do cacau; participantes: 268 pessoas; • 16/11: Yoga Ancestral realizada pela exposição Electro – Xamanismos; participantes: 7 pessoas; • 23/11: palestra sobre educação indígena no Mini auditório do memorial com o Indígena Daniel Iberé, da etnia Guarani, para os alunos do curso de Biologia do Uniceub; participantes: 10 pessoas; • 25/11: revitalização da pintura interna e externa do Memorial; • 26/11: sessão solene de lançamento da Frente Parlamentar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); participantes: 120 pessoas; - DEZEMBRO: • 05/12: coffee-break do 5º Concurso de Redação realizado pela Defensoria Pública da União; participantes: 100 pessoas; • 10/12: inauguração da exposição "O Agro não é POP" do artista indígena Denilson Baniwa; participantes: 121 pessoas; • 10/12: programa Territórios Culturais: palestra com o artista indígena Denilson Baniwa sobre a arte contemporânea indígena; participantes: 25 pessoas. Total de visitantes do Memorial dos Povos indígenas: visitantes do Distrito Federal: 8.351; visitantes de outros Estados: 17.543; visitantes do exterior: 2.192; visitas agendadas (escolas): 3.565; total geral: 31.651; total de dias de visitação: 183. Alcançou-se o objetivo com êxito.

A secretaria forneceu ao Complexo Cultural de Samambaia equipamentos e materiais para melhorar o funcionamento do próprio cultural e bem receber os visitantes, e realizou ainda serviços de reparos e dedetização. Recebeu-se ainda em 2019 a doação ao Complexo Cultural de Samambaia de itens de consumo relacionados através de contrapartida espontânea: a) suporte de papel higiênico b) suporte de papel toalha c) mangueira de gás trançada d) registro com medidor de gás e) papéis celofane de cores variadas; f) fita de linóleo. No Museu Vivo

da Memória Candanga aconteceu a Oficina da Costura - Katy Ateliê: funcionamento de segunda a sexta-feira com turmas de 09h às 12h e 14h às 17h; formando turmas em todos os horários; público aproximado de 20 alunos/turma. O Grupo Katy Ateliê, em parceria com o Museu Vivo da Memória Candanga ofereceu curso básico em modelagem e corte e costura e costura criativa, os cursos são com cobrança de mensalidade e vagas sociais: básico em modelagem e corte e costura – ensinar e consolidar os conhecimentos básicos na formação de profissional na área de costura; metodologia própria da escola Katy Ateliê; costura criativa: desenvolver peças úteis e lucrativas para uso pessoal ou para obtenção de uma nova fonte de renda; conhecer materiais utilizados na costura criativa, aprimorar habilidades de costuras reta e curva, trabalhar técnicas de metalassê, criar possíveis combinações; Oficina de gravura: quartas e sextas-feiras das 09h às 12h e das 14h às 17h; público aproximado de 12 alunos/turma; o grupo Gravura em Foco em parceria com o Museu Vivo da Memória Candanga desde o ano de 2010 oferece cursos gratuitos de gravura e Ateliê Livre. Projeto Ateliê Livre: o grupo recebe artistas gravadores para a prática de gravuras em várias técnicas e troca de conhecimento e produção. É uma atividade que envolve artistas já conhecedores das técnicas e se estende durante o ano todo na Casa Laranja. São utilizadas as obras, as matrizes, as ferramentas para demonstrar o que é a prática das várias modalidades de gravuras, desde a elaboração de matrizes, passando pela escolha do tema e sua imagem, a projeção do mesmo na matriz, a gravação em si, a impressão no papel e como nomear sua edição. Curso Gratuito: promoção de cursos, oficinas ou palestras e conversas sobre arte em geral e gravura em particular, trazendo novas ideias, novas técnicas, novos métodos de gravar e fazer arte. Oficinas em acrílico, xilogravura, colagravura, confecção do Barén, roda de conversas e varal de gravuras; oficina de cerâmica: quintas-feiras das 09h às 12h e das 14h às 17h, com público aproximado de 20 alunos/turma. Uma das mais tradicionais oficinas do Museu Vivo da Memória Candanga é a da cerâmica. Iniciada há mais de vinte anos é hoje referência no Distrito Federal. Para os que ainda não tem conhecimento básico é oferecido o curso de modelagem e torno com o objetivo de apresentar aos alunos as sete etapas do processo, indo desde a identificação dos equipamentos e ferramentas, ao preparo da argila, modelagem, estruturação de peças, o acabamento, a secagem e queima; oficina do papel (Fundação Pedro Jorge): quartas-feiras das 14h às 17h, com público aproximado de 15 alunos/turma; faz parte do projeto Re-ciclo que capacitou o participante na fabricação de papel artesanal e reciclado, com interferência de fibras cruas de espécies existentes no espaço do museu; oficina de pinhole: segundas, terças e quartas-feiras das 14h às 17h. Oficinas gratuitas para alunos da rede pública; projeto Territórios Culturais, com público aproximado de 3.809 alunos. Como uma das ações de execução da política de Educação Patrimonial entre a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o projeto tem por objetivo proporcionar a integração do trabalho pedagógico das Unidades Escolares, oportunizando aos estudantes da rede pública de ensino atividades de educação patrimonial por meio da valorização do patrimônio artístico e cultural do Distrito Federal. Este projeto proporciona a ocupação cultural frequente dos alunos da rede pública do DF durante o ano letivo desde o início de suas atividades neste espaço. Durante o passeio os estudantes contam com uma ampla aula sobre a história dos candangos, surgimento e construção de Brasília desde os primeiros habitantes indígenas do Planalto até a inauguração da cidade, com foco na história dos trabalhadores candangos que contribuíram para a existência da capital. Além da exibição de documentários e visita guiada por todo o complexo de exposições do MVMC.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Durante todo o período de 2019 a secretaria se empenhou no desenvolvimento das atividades do órgão. Ocorreu a mudança parcial de alguns setores para a Biblioteca Nacional de Brasília; realizaram-se mais 5 interligações de espaços culturais (Complexo Cultural de Samambaia; Complexo Cultural de Planaltina; Biblioteca Pública de Brasília; Espaço Território Criativo e Museu Vivo da Memória Candanga) facilitando o gerenciamento da rede de intranet/internet e dos equipamentos; adquiriram-se equipamentos de TI para melhorar a infraestrutura de rede; os espaços culturais foram dotados de equipamentos para auxiliar em projeções multimídia; foram implementadas melhorias na segurança da informação dentre outros.

Na análise do desenvolvimento da secretaria no decorrer de 2019, os seguintes fatores causaram dificuldades e necessitam de reformulação:

- Falta de cadastro de alguns representantes das empresas ou das Organizações de Sociedade Civil no SEI; a intempestividade do envio de alguns processos para assinatura de instrumentos contratuais, principalmente dos processos sobre Termos de Fomento; a instrução de alguns processos com a falta de alguns documentos necessários para elaboração de minutas contratuais;
- O acervo de partituras e o parque instrumental da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro encontram-se desatualizados;
- O Centro de Dança, apesar de ter passado por reforma recentemente, e se apresentar em bom estado de conservação, necessita dos seguintes reparos: troca e manutenção de compensados de madeira de 3 salas; vedação das borrachas das janelas; troca de alguns vidros quebrados e colocação de películas; reparos da rede elétrica e telefônica; manutenção do jardim; implantação de sala de espetáculos;
- Os serviços de TI necessitam de criação de áreas específicas, tais como: segurança; sistemas; design e Web; infraestrutura de rede e governança de TI. Outro fator relevante é a falta de transporte/motorista para realizar atendimento de TI que muitas vezes tem que ser imediato e nem sempre há veículo disponível.
- No Museu Nacional ocorre a necessidade de substituição do piso e iluminação do expositivo principal; ocupação do espaço do restaurante, seja por meio de licitação direta, seja por meio de concessão.

No entanto, pode-se considerar que, dadas as circunstâncias adversas, o saldo foi positivo, já que as articulações propostas foram frutíferas, sobretudo com outros órgãos e agentes externos, em casos de patrocínio, assim como a regularização de aspectos da gestão nos espaços, como cumprimento de prazos e adoção de normas e tipos documentais – formalizaram-se os processos, aumentou a transparência e profissionalizou-se a gestão.

O planejamento da reinauguração do Museu de Arte de Brasília indica que essa instituição será reaberta não apenas com exposição e acervo de qualidade, como com planejamento, o que permitirá maior eficiência no funcionamento desse espaço cultural.

A secretaria verificou ser indispensável também a adoção de uma política cultural para que o Museu dos Povos Indígenas – MPI possa cumprir com as funções que são a ele incumbidas por lei e para as quais foi criado, a fim de que permaneçam vestígios do legado cultural indígena valorizando com isso essa cultura. No entanto, as condições do museu estão extremamente precárias do ponto de vista de conservação das instalações físicas desse próprio cultural. Vale notar que a estrutura precisa de vistoria regular e exige ação emergencial, inclusive quanto às instalações elétricas e hidráulicas. Outro item a ser considerado e reparado são os sanitários da área do salão de exposições, próximos ao auditório que se encontram desativados e sem ventilação. Identificaram-se trincas e fissuras diagonais, bem como manchas de infiltração na estrutura; afloramentos de ferrugem da estrutura; acúmulo de água, possivelmente em função do mau dimensionamento de drenos e pingaduras que requerem investigação mais profunda. Em 1967, houve um incêndio

destruindo todos os arquivos centrais do antigo SPI – documento manuscrito sobre indigenismo brasileiro. Esse é um dos exemplos que ocorreram por falta de gestão de outros espaços e, com isso, é essencial que se trabalhe para que não ocorra o mesmo com o Museu dos Povos Indígenas. O espaço foi criado para apresentação de cultura indígena; é a casa da cultura indígena; é uma instituição para divulgação do patrimônio cultural de um País; é um próprio cultural de estudo e de pesquisa; tem o papel fundamental na construção da memória sobre os índios e é um local de encontro dos índios para diálogo e realização de suas atividades de manifestação como: canto e dança. Representa ainda uma maneira de divulgar e estimular o intercâmbio cultural; mostrar suas realidades e oferecer à opinião pública uma verdade crítica e sensível para com a realidade indígena.

A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa não tem medido esforços para que se cumpra a sua missão de difundir a cultura brasiliense e suas influências regionais. Com uma programação diversificada e intensa, em pouco mais de 01 (um) ano de atividades o órgão recebeu milhares de visitantes em seus espaços e eventos culturais; tem sido motivo de inúmeros elogios do público e também dos produtores culturais, porém, também tem recebido críticas principalmente pela falta de climatização do Cineteatro do Complexo Cultural de Planaltina, próprio cultural dessa unidade. Notou-se que a falta de climatização do espaço tem causado transtornos principalmente à realização de atividades diurnas, bem como durante o período noturno nas épocas mais quentes. Frequentemente o calor excessivo no Cineteatro e nas dependências do Complexo tem gerado desconfortos ao público visitante e também aos artistas que se apresentam. Além de causar problemas de saúde e afastar o público dos espetáculos, esse fator também diminui a quantidade de atividades realizadas, visto que, algumas atividades acabaram sendo realizadas com as portas de saída de emergência do cineteatro abertas na tentativa de aliviar o calor e abafamento intensos, mas isso interferiu diretamente no espetáculo, pois o ambiente claro causa grande interferência na iluminação que dá vida aos espetáculos, além de gerar dispersão e ruídos excessivos, gerando insatisfação do público e também dos artistas e produtores. Houve também questionamentos referentes à acústica do Cineteatro, descrita pela maioria dos técnicos de som que frequentaram o espaço como fator de dificuldade na execução dos eventos, uma vez que a equalização torna-se quase impraticável pelo vazamento do som pelo forro. Esse problema acústico atrapalha a execução adequada das atividades desenvolvidas no espaço.

No geral, o exercício 2019 foi bastante positivo para a pauta do desenvolvimento e estímulo aos setores da cadeia produtiva que compõem a economia criativa no Distrito Federal. A secretaria executou ações em conjunto com diversos parceiros estratégicos conseguindo ao longo do ano a garantia de recursos para que todas as ações planejadas fossem contempladas no orçamento para 2020. Neste sentido, ganhou-se escala na medida em que se juntou com outros parceiros estratégicos.

- PERSPECTIVAS PARA 2020.

Com um planejamento mais preciso e estabelecimento de prioridades e metas definidas pelo órgão quanto aos projetos realizados ou contemplados, o próximo exercício irá proporcionar maior agilidade na execução das atividades. Para 2020 espera-se, portanto, melhorar a gestão da SECEC geral com as seguintes ações:

- nomear novos servidores com perfis diversos para melhor desenvolver as atividades do órgão;
- contratar serviço para desenvolvimento de um sistema para gestão dos contratos e das parcerias firmadas na SECEC ou produzir internamente;
- interligar os próprios culturais: Catetinho, Panteão da Pátria e Espaço Oscar Niemeyer à rede GDFNet; dar continuidade aos serviços de impressão; adquirir novos computadores em substituição aos obsoletos; melhorar a infraestrutura de rede da sede da SECEC e dos próprios culturais; contratar estagiários visando dar continuidade aos contratos; adquirir material de

apoio para suporte técnico e manutenção de equipamentos de TI; adquirir licença de plataforma integrada para desenvolvimento de aplicações web e mobile; contratar empresa especializada em desenvolvimento de software para atender as etapas de cadastramento (CEAC/ID-CULTURA); inscrição; seleção; acompanhamento e análise de prestação de contas de projetos culturais apoiados com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do DF ou produzir internamente; implantar um sistema de Gestão de Serviços (Helpdesk) e Gerenciamento de Ativos de TI;

- manter e ampliar a excelência nos concertos com artistas e maestros convidados da orquestra ampliando o alcance de público e o prestígio dela em nível regional, nacional e internacional; acervo de partituras - organização/modernização do acervo de partituras via CFDD (captar recurso): Termo de Cooperação Técnica com a UnB; apoio de estagiário, menor aprendiz e músicos da própria orquestra; PRODOCS; Plano de Negócio e Marketing para a OSTNCS; acervo Cláudio Santoro; gravação em vídeo de todos os concertos em 4K; aplicação da nova logomarca da orquestra em todos os veículos de comunicação; acordo de patrocínio direto para criação de site e impulsionamento das redes sociais; apoio de emendas parlamentares para aquisição de instrumentos e materiais essenciais para a orquestra; parceria com instituições para utilização da Lei Rouanet em prol da orquestra; reformas necessárias (Cine Brasília); palco, ar-condicionado, camarins; ajustes no Regimento Interno (Conselhos Gestor e Curatorial); realização de Óperas;

Além de dar continuidade a todos os programas e às atividades de 2019, com exceção do concurso da marca Brasília 60 Anos, o desafio do órgão é implementar o Programa Público de Capacitações em Economia Criativa – DF Criativo, em parceria com universidades e sistema S; implementar o escritório de apoio a produções audiovisuais – Brasília Film Commission e realizar, a partir da parceria com o Governo Federal, o maior mercado de negócios de Indústria Criativa do Brasil – MICBR.

Em 2020 terá início o programa educativo do Museu Nacional da República por meio da execução do edital FAC Ocupação. Com isso, espera-se uma melhor ocupação dos auditórios do museu, com atividades pedagógicas relativas às artes visuais. A Associação de Amigos do Museu, recém-criada, poderá colaborar com a apresentação de projetos de patrocínio incentivado para ações de interesse do Museu.

Oito exposições estão previstas para a temporada de 2020, a serem realizadas no expositivo principal e mezanino. Para a comemoração dos 60 anos de Brasília, será realizada a exposição "Tributo a Sérgio Fadel", ponto alto de 2020, que trará obras do fim do século XIX até a inauguração de Brasília. Na ocasião, espera-se inaugurar a alça lateral com a instalação do corrimão de segurança;

O objetivo é dar continuidade à manutenção do ritmo de eventos e atividades já existentes buscando acrescentar e consolidar as linguagens que transformaram este órgão referência no cenário cultural, nas áreas de música, pintura, desenho, jogos, e apresentações artísticas em geral.

16903 - FUNDO DE APOIO À CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - FAC

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Apoio à Cultura – FAC foi instituído pela Lei Complementar nº 267, de 15/12/1999 e mantido pela Lei Complementar nº 934/2017 (Lei Orgânica da Cultura – LOC). A partir de março de 2018 o FAC passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 38.933/2018 que dispõe sobre o regime jurídico de fomento à cultura no Distrito Federal, instituído pela LOC.

O FAC tem por finalidade prover recursos financeiros a pessoas físicas e jurídicas domiciliadas ou estabelecidas no Distrito Federal e inscritas no Cadastro de Entes e Agentes Culturais - CEAC, para a realização de ações que tenham por finalidade a produção, manutenção ou difusão de atividades artísticas e /ou culturais, por meio de fomento a projetos selecionados através de editais de chamamento público que são lançados no decorrer do ano.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	0	8	0	13
Comissionados sem vínculo efetivo	14	0	0	0	14
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	4	0	4
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	6	0	6
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	19	0	18	0	37
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	19	0	18	0	37

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2911 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - CONEXÃO CULTURA FAC	4000000,0	4000000,00	3737117,07	3079478,67

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - CONEXÃO CULTURA FAC--DISTRITO FEDERAL	4000000,0	4000000,00	3737117,07	3079478,67
3510 - DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES	2570000,0	2570000,00	210000,0	210000,0
0003 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES-FUNDO DE APOIO A CULTURA-DISTRITO FEDERAL	2570000,0	2570000,00	210000,0	210000,0
4091 - APOIO A PROJETOS	45799839,0	58439012,00	21647484,37	15296907,16
0012 - APOIO A PROJETOS-ARTÍSTICOS E CULTURAIS - FUNDO DE APOIO À CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	37799839,0	50439012,00	15408988,55	9058411,34
0062 - APOIO A PROJETOS-ARTÍSTICOS E CULTURAIS - FAC REGIONALIZADO-DISTRITO FEDERAL	8000000,0	8000000,0	6238495,82	6238495,82
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	3321412,0	3321412,00	737893,25	737893,25
0003 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-MANUTENÇÃO E SUPORTE PARA AÇÕES DO FAC-DISTRITO FEDERAL	3321412,0	3321412,00	737893,25	737893,25
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	13000000,0	19979685,00	9094275,72	5450514,22
0001 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS ARTISTICOS E CULTURAIS-FAC-DF-DISTRITO FEDERAL	10000000,0	16979685,00	7899672,33	4364012,33
0002 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A PROJETOS ARTISTICOS E CULTURAIS - FAC REGIONALIZADO-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	2000000,0	673402,07	673402,07
0003 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-REALIZAÇÃO DE AÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS - CONEXÃO CULTURA - FAC-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1000000,00	521201,32	413099,82
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	68691251,00	88310109,00	35426770,41	24774793,30

O Fundo de Apoio à Cultura – FAC, no exercício de 2019, cumpriu sua finalidade de financiar projetos artísticos e culturais através da contratação e pagamento de projetos contemplados em seleções realizadas por meio de editais lançados nos anos de 2017 e 2018. Os projetos apoiados pelo FAC em 2019 não se restringiram apenas às produções culturais, foram apoiados também projetos direcionados à formação e qualificação artística e cultural, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, manutenção de grupos e espaços culturais, promoção, circulação e difusão da produção cultural do Distrito Federal.

Além de projetos culturais, foram pagos com recursos do FAC no ano de 2019, prêmios a personalidades artísticas, grupos ou organizações artísticas e culturais que prestaram relevante contribuição ao desenvolvimento artístico e cultural do Distrito Federal através de iniciativas exemplares já realizadas.

Dos projetos contratados e pagos em 2019, 73 foram contemplados em Editais lançados em 2017, cuja seleção tinha validade até 2019. Segue abaixo quadro com o numero de projetos pagos por edital, considerando apenas os editais 2017.

Edital	Quantidade de Projetos	Valor Pago
Edital 12-2018 - FAC Gravação	25	R\$ 742.333,28
Edital 2-2017 - FAC Audiovisual	4	R\$ 367.329,20
Edital 3-2017 - FAC Áreas Culturais	44	R\$ 4.744.079,70
Edital 4-2017 - FAC Regionalizado	20	R\$ 1.599.284,21
Edital 5-2017 - FAC Ocupação	4	R\$ 200.000,00
Edital 6-2017 - FAC Manutenção de Grupos e Espaços	1	R\$ 240.000,00
TOTAL	98	R\$ 7.893.026,39

Em 2019 foram publicados resultados finais de três editais lançados em 2018 e que a seleção foi concluída no ano seguinte. O primeiro resultado final publicado em 2019 foi o referente ao Edital FAC Regionalizado 2018. O resultado foi publicado em abril de 2019 e contemplou 103 projetos culturais. O edital FAC Regionalizado é uma das linhas do FAC que tem como objetivo contribuir para a descentralização da execução dos projetos culturais e a democratização ao acesso aos recursos disponibilizados pelo Fundo, promovendo o intercâmbio e a difusão cultural nas regiões do Distrito Federal. Os projetos contemplados no edital são realizados em oito macrorregiões que contemplam as seguintes Regiões Administrativas: Gama; Santa Maria; Park Way (apenas projetos para a Vila Cauhy, Vargem Bonita, Coqueiros e Córrego da Onça); Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Cruzeiro, Vila Telebrasília; Vila Planalto; Taguatinga; Águas Claras; Vicente Pires; Guará; Recanto das Emas; Riacho Fundo I; Riacho Fundo II; Planaltina; Fercal; Sobradinho I; Sobradinho II; Itapoã; Varjão; Paranoá; São Sebastião; Jardim Botânico; Estrutural; Brazlândia; S.I.A; Samambaia e Ceilândia.

Dos 103 projetos contemplados no edital FAC Regionalizado, 81 foram pagos em 2019, 10 foram arquivados e 12 aguardam regularização de pendência por parte do proponente.

Em junho de 2019 foi publicado o resultado final do edital FAC Gravação, Registro e Distribuição em Música (2º bloco de inscrições). O Resultado final referente ao primeiro bloco havia sido publicado em dezembro de 2018. A contratação e pagamento dos projetos contemplados tanto no primeiro quanto no segundo bloco foi realizada em 2019. O edital foi voltado para a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro do Fundo de Apoio à Cultura para produção artística e cultural na área de música, especificamente em ações referentes à gravação, registro, divulgação ou distribuição de fonograma ou audiovisual musical em formatos físicos ou digitais. Ao todo foram selecionados 35 projetos, desses, 25 firmaram termo de ajuste e receberam os recursos referentes ao apoio financeiro em 2019. Segue abaixo quadro resumo.

Linha de Apoio	Valor repassado pelo FAC aos projetos apoiados	Quantidade de Projetos
Linha de Apoio I – projeto com valor total até R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	1
Linha de Apoio II – projetos com valor total acima de R\$ 5.000,00 e até R\$ 20.000,00	R\$ 198.641,00	10
Linha de Apoio III – projetos com valor total acima de R\$ 20.000,00 até R\$ 40.000,00	R\$ 538.692,28	14
TOTAL	R\$ 742.333,28	25

No dia 14 de outubro de 2016 foi publicado no DODF o resultado final do edital FAC Audiovisual 2016. Esse edital consolidou o Fundo como um dos maiores apoiadores a projetos cinematográficos no país. Foram 79 projetos contemplados em 18 linhas de apoio, apresentando um crescimento em relação ao edital anterior, de 2017, quando foram apoiados 74 projetos distribuídos entre 16 linhas de apoio. A contratação e pagamentos dos projetos contemplados neste edital teve início no ano de 2019, foram 51 projetos contratados e pagos durante o exercício. Segue quantitativo de projetos por linha de apoio e contemplados no edital 16/2018 – FAC Audiovisual que totalizou R\$ 5,9 milhões.

Linhas de Apoio	Valor repassado pelo FAC aos projetos apoiados	Quantidade de projetos
Ações de capacitação/formação	R\$ 117.187,50	2
Apoio ao desenvolvimento do cineclubismo	R\$ 30.000,00	1
Comercialização/ Distribuição de Longa-metragem	R\$ 464.500,00	2
Complementação ou Finalização Longa-metragem	R\$ 393.100,00	2
Desenvolvimento de Projeto Cinematográfico de Longa-metragem ou obra seriada	R\$ 225.000,00	6
Eventos	R\$ 120.000,00	1
Finalização de obra audiovisual, com ou sem lançamento	R\$ 265.999,00	1
Linha de Apoio II	R\$ 120.000,00	1
Mostras, Festivais e Eventos – Módulo I	R\$ 359.999,24	3
Mostras, Festivais e Eventos – Módulo II	R\$ 699.999,95	3
Mostras, Festivais e Eventos – Módulo III	R\$ 798.753,00	2
Pesquisa Cultural	R\$ 80.000,00	2
Produção de Jogos Eletrônicos – Módulo I	R\$ 356.847,03	7
Produção de Jogos Eletrônicos – Módulo II	R\$ 452.000,00	3
Produção de obra cinematográfica, com finalização	R\$ 118.478,18	1
Produção de obra cinematográfica, com finalização - Estreante	R\$ 810.793,15	7
Produção de Webséries/Webcanal	R\$ 84.361,14	1
Projeto Livre	R\$ 499.958,56	6
TOTAL	R\$ 5.996.976,75	51

Também em 2019, foram pagos 34 prêmios a artistas contemplados nos editais de premiação do FAC que tiverem seus resultados finais publicados no segundo semestre de 2018. Cada contemplado recebeu R\$ 15 mil como reconhecimento pela sua contribuição ao cenário artístico e cultural do DF. Os agentes culturais premiados foram contemplados nas categorias de: Acessibilidade Cultural, Arte inclusiva, Cultura HIP HOP, Cultura LGBTI, Culturas afro-brasileiras, Culturas indígenas, Culturas populares e tradicionais, Equidade de gêneros na cultura, Pontos de Cultura e Pontão de Cultura.

Além dos projetos selecionados e apoiados por meio dos editais, o FAC apoia ações de difusão e Intercâmbio através do programa permanente Conexão Cultura DF. O Programa instituído desde 2011, passou por uma reestruturação em 2019, após a publicação da Portaria 147/2019. Os recursos destinados ao Programa Conexão Cultura FAC são divididos entre quatro linhas de apoio: I- circulação nacional, internacional ou mista; II - participação em eventos estratégicos nacionais e internacionais, tais como feiras, mercados, showcases, festivais e rodadas de negócios; III - promoção de plataformas que contribuem para fortalecer e difundir a identidade cultural local, seus bens e serviços artísticos e culturais no âmbito nacional e internacional; IV- intercâmbios e residências artísticas, técnicas ou em gestão cultural e cursos de capacitação de curta duração de até 90 (noventa) dias. Atualmente o programa é coordenado pela Subsecretaria de Economia Criativa que é a responsável por todo processo de seleção e análise da prestação de contas dos projetos. Em 2019 foram apoiados 119 projetos contemplados por meio da linha permanente, mais 36 projetos selecionados por meio do Edital Conexão Cultura DF #Negócios. Também foram pagas parcelas referentes a manutenção de 16 bolsas de estudos concedidas nos anos de 2016, 2017 e 2018.

No ano de 2019, também foram pagas a terceira parcela do apoio financeiro a cinco projetos de grupos ou espaços contemplados no Edital de Manutenção de Grupos e Espaços nº12/2014.

Quadro Resumo – Investimento FAC 2019

Edital	Quantidade de Projeto	Valor Pago
Edital 12-2018 - FAC Gravação	25	R\$ 742.333,28
Edital 2-2017 - FAC Audiovisual	4	R\$ 367.329,20
Edital 3-2017 - FAC Áreas Culturais	44	R\$ 4.744.079,70
Edital 4-2017 - FAC Regionalizado	20	R\$ 1.599.284,21
Edital 5-2017 - FAC Ocupação	4	R\$ 200.000,00
Edital 6-2017 - FAC Manutenção de Grupos e Espaços	1	R\$ 240.000,00
Edital 7-2018 - FAC Regionalizado	81	R\$ 5.674.190,48
Edital 16-2018 - FAC Audiovisual	51	R\$ 5.996.976,75
Edital Conexão Negócios	36	R\$ 452.307,60
Edital FAC Manutenção de Grupos e Espaços 2014	5	R\$ 749.981,15

Edital	Quantidade de Projeto	Valor Pago
Prêmios FAC	34	R\$ 464.421,04
Programa Conexão FAC	119	R\$ 2.399.411,13
Programa Conexão FAC - Bolsas de Estudos	16	R\$ 406.585,51
TOTAL	440	R\$ 24.036.900,05

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1748 - PROJETOS APOIADOS PELO FAC	UNIDADE	0	31/07/2017	ANUAL	-	-	33	33	39	39	40	40	SUFIC/SECULT/OU 16903/OE 3 / OU 16903 / OE 3
<p>Justificativa: 2017 - No exercício de 2017, o Fundo de Apoio a Cultura atingiu a meta prevista/desejada de concessão de apoio financeiro a 33 projetos no programa projeto apoiado Cultura Educa que, a partir do exercício atual (2018), passou a ter a denominação de Programa Conexão FAC.</p> <p>2018 - Informamos que o indicador nº 1748 com a denominação Projetos Apoiado pelo FAC, esta errado pois na realidade o indicador refere-se a projeto apoiados dentro do Programa Conexão FAC. dessa forma solicitamos fazer a devida correção. Então sendo o Programa Conexão FAC, o mesmo atingiu o índice desejado.</p> <p>2019 - 2019 - Informamos que o indicador nº 1748 com a denominação "Projetos Apoiados pelo FAC", ESTÁ ERRADO, pois na realidade o indicador refere-se a Projetos Apoiados dentro do programa CONEXÃO FAC. Dessa forma solicitamos fazer a devida correção. Então sendo o Programa Conexão FAC, o mesmo atingiu o índice desejado.</p>													

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Conforme já mencionado, o FAC tem como finalidade fomentar projetos artísticos e culturais do Distrito Federal selecionados por meio de seleções públicas de projetos realizadas através de editais, sendo esta a melhor forma de resguardar os interesses públicos envolvidos na constituição desse fundo, bem como responder aos anseios da sociedade civil por maior transparência na gestão dos recursos.

No dia 13 de julho de 2019 foi publicado no DODF nº 111, páginas 63 a 66, o edital FAC Ocupação 2019. O edital promove a democratização e a formação de plateia por meio da oferta de produtos artísticos culturais acessíveis à população do Distrito Federal, tendo como objeto a seleção de projetos culturais para ocupação de espaços e equipamento públicos vinculados à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF. O resultado final do edital foi publicado no dia 27 de dezembro de 2019 e contemplou 97 projetos culturais que juntos receberão R\$ 7 milhões. O início da contratação e liberação de recursos aos contemplados ocorrerá entre janeiro e fevereiro de 2020.

O segundo edital do FAC lançado no ano de 2019 foi o edital FAC Mais Cultura, publicado no dia 2 de setembro de 2019 e com inscrição aberta entre os dias 30/09 e 30/10/2019, tem como objetivo principal promover ações artístico e culturais fora da região central do DF, por meio de pontuações extras de acordo com os locais de execução e região administrativa de residência do proponente do projeto. O edital surge como uma nova linha permanente que valoriza as produções de agentes culturais das Regiões Administrativas com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e também contribui para descentralização e democratização dos recursos disponibilizados pelo Fundo. A previsão é que sejam investidos R\$5,5 milhões em até 103 projetos distribuídos entre 48 linhas de apoio. Foram inscritos no edital 680 projetos culturais que atualmente encontram-se em fase de seleção. O resultado final está previsto para ser publicado no primeiro semestre de 2020.

O último edital do FAC publicado em 2019 foi o edital FAC Carnaval 2020 que disponibilizou R\$ 5 milhões divididos entre 7 (sete) linhas de apoio voltadas ao apoio a atividades e manifestações populares tradicionais no DF durante o período do Carnaval. Ao todo foram inscritos 118 projetos. No dia 30 de dezembro de 2019 foi publicado o resultado final da etapa

de mérito cultural, sendo classificados 66 projetos para etapa de admissibilidade. O resultado final do edital FAC Carnaval 2020 está previsto para ser publicado em janeiro de 2020.

Durante todo ano de 2019 a equipe da Subsecretaria de Fomento e Incentivo Cultural realizou audiências públicas e apresentações antes e depois da publicação dos editais. Segue quadro com o resumo das ações realizadas.

Data	Local	Assunto
18/09/2019	Auditório do Museu	Apresentação Edital FAC Mais Cultura 2019
17/09/2019	Auditório do Museu	Audiência pública - Edital FAC Carnaval 2020
16/09/2019	Complexo Cultural Samambaia	Apresentação Edital FAC Mais Cultura 2019
14/09/2019	Administração Regional do Pôr do Sol/Sal Nascente	Apresentação Edital FAC Mais Cultura 2019
12/09/2019	Museu Vivo da Memória Candanga	Apresentação Edital FAC Mais Cultura 2019
11/09/2019	Complexo Cultural Planaltina	Apresentação Edital FAC Mais Cultura 2019
03/07/2019	Casa do Cantador	Apresentação Edital FAC Ocupação 2019
26/06/2019	Auditório do Museu	Apresentação Edital FAC Ocupação 2019
29/05/2019	Auditório do Museu	Audiência pública para debater a linha de conservação - Edital FAC Restauro Teatro Nacional
22/05/2019	Auditório do Museu	Audiência pública para debater a linha de conservação - Edital FAC Restauro Teatro Nacional
29/04/2019	Auditório do Museu	Segunda reunião aberta para discussão dos editais FAC 2019
22/04/2019	Auditório da Biblioteca Nacional de Brasília	Reunião aberta para discussão sobre o edital FAC Ocupação 2019

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2019 o FAC continuou seguindo suas diretrizes realizando iniciativas voltadas à descentralização da execução de projetos, democratização no acesso aos recursos e garantia da diversidade de iniciativas apoiadas, promovendo o atendimento às necessidades e interesses da população do Distrito Federal e o seu desenvolvimento simbólico, econômico e cidadão, contribuindo assim para a formação da identidade cultural do Distrito Federal.

Apesar dos significativos avanços alcançados na Gestão do Fundo nos últimos anos, algumas dificuldades ainda são encontradas. Uma das principais é o número reduzido de servidores ligados aos processos relacionados ao Fundo (seleção, contratação e pagamento, acompanhamento e prestação de contas), sendo este insuficiente considerando a demanda de projetos apoiados por um dos maiores fundos de fomento à cultura do país, com dotação orçamentária que está por volta de R\$ 70 milhões por ano. Só nos processos seletivos com inscrições encerradas em 2019 foram mais de 1.800 projetos inscritos, estando prevista para 2020 a contratação e pagamento de mais de 700 projetos culturais.

Para o ano de 2020 a previsão é que sejam lançados pelo menos cinco editais de seleção de projetos culturais, além do programa Conexão Cultura DF, sendo disponibilizados no decorrer do ano mais de R\$ 65 milhões.

17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES, Órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, foi instituída por meio Decreto nº 36.832/2015 sendo renomeada por meio do Decreto nº 39.610/2019, publicado no DODF nº 01 - Edição Especial de 01.01.2019.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal tem atuação e competência nas áreas seguintes:

I - Assistência e ação sociais;

II - Transferência de renda;

III - Inclusão social;

IV - Programas de solidariedade;

V - Segurança alimentar e nutricional;

VI - Gestão dos restaurantes comunitários, abrigos e demais espaços públicos que lhe são afetos.

Sua estrutura organizacional é formada pelo Gabinete e pela Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social.

É responsável pela execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional, Gestão do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do DF, além da avaliação e gestão da informação, fomento de parcerias e articulações de rede.

Tem como objetivo primordial, garantir e efetivar o direito à proteção social para a população em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da oferta de serviços e benefícios que contribuam para o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, com o desenvolvimento de potencialidades, da autonomia, do empoderamento das famílias e da ampliação de sua capacidade protetiva.

A Secretaria é responsável pelos seguintes equipamentos:

27 CRAS – Centro de Referência da Assistência Social;

17 CCFV – Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

09 CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social

14 Restaurantes Comunitários

2 Centros POP – Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua

1 Centro da Diversidade

1 Central de Vagas e Acolhimento Emergencial

3 Unidades de Acolhimento para Adultos e Famílias, Mulheres e Idosos

3 Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	33	60	118	899	1.110
Comissionados sem vínculo efetivo	50	69	0	0	119
Requisitados de órgãos do GDF	4	4	0	9	17
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	0	0	0	27
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	57
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	57
Total Geral	87	134	118	908	1.390

Como demonstrado no quadro de pessoal acima, visando complementar sua força de trabalho a Secretaria conta com um pequeno quantitativo de estagiários e pessoal terceirizado, bem como com servidores sem vínculos, que ocupam cargos em comissão e de natureza especial na SEDES. Destaca-se que alguns cargos comissionados estão ocupados por servidores de carreira, o que promove a valorização dos trabalhadores da Secretaria com perfil adequado aos cargos e ampliação do nível de responsabilidade dos mesmos com o órgão e com as políticas públicas no DF, porém, gera também uma redução de pessoal para execução das atividades técnicas e administrativas.

O atual quantitativo do quadro de pessoal está aquém da demanda de atividades que são executadas pelo órgão, a partir de suas competências.

O último concurso público realizado não logrou recompor a defasagem do quadro de pessoal da Secretaria, advindo do desligamento de servidores por demissão, exoneração de cargo efetivo a pedido, falecimento, posse em outro cargo inacumulável, transferência IPREV – aposentadorias.

Tais circunstâncias continuam impactando, consideravelmente, no desempenho das atividades da Secretaria, gerando acúmulo para os atuais servidores, duplas funções, impossibilidade de expansão de unidades e serviços, etc.

Apesar disso, a SEDES considera que o desenvolvimento das ações tem ocorrido dentro de uma normalidade aceitável, superando, algumas vezes as expectativas, vez que os servidores se mantêm comprometidos em seus locais de trabalhos.

Diante desse cenário e considerando o número de servidores que estão na iminência de se aposentar nos próximos anos, pode ocorrer o agravamento da situação exposta, caso não haja recomposição de pessoal efetivo.

Nesse sentido cabe registrar, que foi realizado concurso público, para contratação de 314 (trezentos e quatorze) novos servidores de nível superior e médio, com nomeação prevista para iniciar no mês de março de 2020.

As ações da Secretaria foram efetivadas com recursos alocados em tres Unidades Orçamentárias, quais sejam:

- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - UO 25101;
- Secretaria da Mulheres - UO 25101;
- Secretaria do Trabalho - UO 25101;
- Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF – UO 25904; e
- Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no DF – UO 25.906.

Os quadros demonstrativos apresentados a seguir, referem-se à execução física e financeira das ações orçamentárias, que compõem o orçamento de 2019, da Unidade Gestora SEDES - UO: 25.101.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

O monitoramento e a avaliação de políticas públicas constituem mecanismos relevantes na gestão de políticas públicas com foco em resultados. No campo das políticas sociais, em especial das políticas de proteção social e/ou relacionadas ao desenvolvimento humano e social, a implementação de ações que permitam a formação de uma cultura de monitoramento e avaliação significa avanço na perspectiva da garantia de direitos ao permitir estabelecer ponte entre as demandas e necessidades da população e as respostas do Estado, mediante oferta adequada, qualificada e descentralizada de serviços e ações.

No Distrito Federal o monitoramento e a avaliação das ações e serviços que integram as políticas de assistência social, segurança alimentar e transferência de renda, configuram mecanismo essencial ao processo de gestão e requer a consolidação de um sistema que oportunize o mapeamento e redesenho de processos de trabalho, aperfeiçoamento de fluxos, redirecionamento de ações, produção e disseminação de informações, para tomada de decisões com maior embasamento técnico. Neste sentido, a consolidação de um sistema integrado de monitoramento e avaliação favorece, numa perspectiva intersetorial, a identificação de vulnerabilidades e potencialidades de pessoas e territórios, com focalização de ações que contribuam de forma articulada para a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Atividades realizadas:

1. Confecção de um sistema primário para a obtenção de dados para a Secretaria da Mulher, o Empodera; 2. Produção de um software para controle e cadastro dos usuários acolhidos, a Central de Vagas, que utiliza equipamentos da Assistência Social e das entidades conveniadas; 3. Implantação/Implementação do Sistema de agendamento eletrônico 156 feito via web; 4. Criação de módulo para a extração do registro mensal de atendimento (RMA) pelo Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (SIDS); 5. Todos os sistemas anteriores visam a coleta de dados com apoio da decisão; 6. Realização parceria com a Universidade de Brasília para melhoria dos serviços prestados pela nossa rede conveniada.

PROGRAMA 6228 - FAMÍLIAS FORTES

TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social é responsável por coordenar e acompanhar as atividades relacionadas à política de transferência de renda no Distrito Federal e à gestão

do Cadastro Único. A política de transferência de renda no DF se concretiza por meio dos programas Bolsa Família (PBF); Programa DF sem Miséria (DFSM); e, Bolsa Alfa. O PBF atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, cadastradas no Cadastro Único e com o seguinte perfil:

Famílias em situação de extrema pobreza - renda per capita igual ou inferior a R\$89,00 (oitenta mensais);

Famílias em situação de pobreza – renda per capita entre R\$89,01 (oitenta e nove reais e um centavo) e R\$178,00 (cento e setenta e oito reais) mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de com idade entre 0 e 17 anos.

Para que as famílias recebam o repasse de transferência de renda devem estar inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), além de cumprir com compromissos nas áreas de Educação e Saúde (Condicionalidades), com o objetivo de acessarem essas políticas básicas.

Em julho de 2011, foi implementado o Plano DF sem Miséria. Desde 2012 é realizado repasse de recursos financeiros do GDF a todas as famílias beneficiárias do PBF que apresentem renda per capita mensal inferior a R\$ 140,00, após o recebimento dos valores do programa federal. Os valores do suplemento variam de acordo com a situação de pobreza de cada família, proporcionando às mais pobres receberem mais recurso de suplementação do Plano DF sem Miséria.

Conforme o Censo de 2010, estima-se que o DF comporta 161.263 (cento e sessenta e um mil, duzentos e sessenta e três) famílias de baixa renda; destas, 95.674 (noventa e cinco mil, seiscentas e setenta e quatro) são consideradas famílias pobres ou extremamente pobres.

Em 2019, foram realizadas 160.161 (cento e sessenta mil, cento e sessenta e uma) inclusões e atualizações cadastrais, ao que em dezembro/2019, integram ao Cadastro Único 170.089 (cento e setenta mil e oitenta e nove) famílias; destas 131.349 (cento e trinta e uma mil, trezentas e quarenta e nove) encontravam-se atualizadas e 38.740 (trinta e oito mil, setecentas e quarenta) desatualizadas.

Tabela 01 - Cadastro Único - dezembro 2019

Status Cadastral	Quantidade	%
Famílias Atualizadas	131.349	77,22
famílias Desatualizadas	38.740	22,78
Total	170.089	100

Fonte: Relatório de Gestão - GEPROD/CTRAR

Ainda entre setembro/2018 e setembro/2019, houve aumento percentual de 3% sobre o quantitativo de famílias atualizadas no Cadastro Único.

Tabela 02 - Cadastro Único - Taxa de Atualização Cadastral (TAC) - 2018-2019

Período	TAC	Cadastro Famílias com perfil até 1/2 SM
set/2018	71%	133.653
set/2019	74%	137.777

Fonte: relatório SAGI/Ministério da Cidadania - dez/2019

No DF, em dezembro/2019, o PBF foi concedido à 66.683 (sessenta e seis mil, seiscentas e oitenta e três) famílias; ao que o DFSM foi concedido a 53.171 (cinquenta e três mil, cento e setenta e uma) famílias; e, o Bolsa Alfa à 367 (trezentas e sessenta e sete).

O Programa Bolsa Família exige que as famílias cumpram alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo intergeracional da pobreza, graças a melhores oportunidades de proteção e inclusão social.

As condicionalidades subdividem-se em:

Saúde

Crianças menores de 7 anos: manter atualizado o calendário de vacinação e de desenvolvimento (pesar e medir), conforme o calendário do Ministério da Saúde.

Gestantes: realização do pré-natal nas unidades de Saúde.

No âmbito das condicionalidades de saúde, identifica-se aumento do percentual de 3,69% em famílias acompanhadas, entre o 2º semestre de 2018 e o 1º semestre de 2019, sendo que o DF alcançou índice de 61,87% de famílias acompanhadas no 1º semestre de 2019. Tal índice é o segundo maior da média histórica do DF, desde a sua adesão ao Programa Bolsa Família

Educação

Frequência escolar mínima de 85% para alunos de 6 a 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos.

No âmbito das condicionalidades de saúde, identifica-se aumento do percentual de 3,69% em famílias acompanhadas, entre o 2º semestre de 2018 e o 1º semestre de 2019, sendo que o DF alcançou índice de 61,87% de famílias acompanhadas no 1º semestre de 2019. Tal índice é o segundo maior da média histórica do DF, desde a sua adesão ao Programa Bolsa Família.

Houve redução no número de beneficiários com perfis passíveis de acompanhamento de frequência escolar de 99.932 (noventa e nove mil, novecentas e trinta e duas) famílias em setembro/2018 para 91.605 (noventa e uma mil, seiscentas e cinco) famílias em setembro/2019. Entretanto, houve aumento percentual de 3,29% de alunos frequentes e acompanhados, entre setembro de 2018 e o setembro de 2019.

Considerações finais

Os desafios relacionados à Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e aos programas de Transferência de Renda, devem-se, especialmente, à escassez de servidores e à disponibilidade orçamentária prevista para a execução dos programas durante cada exercício. O Cadastro Único, ferramenta de identificação e caracterização das famílias de baixa renda brasileiras, é utilizado como base para a seleção de mais de vinte programas sociais em âmbito federal e do DF.

No ano de 2019, a parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal contribuiu sobremaneira para a entrada de famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada no Cadastro Único, de forma que não onerasse tanto os equipamentos da Assistência Social, já tão fragilizados.

Até o final de dezembro/2019, encontrava-se em fase de apresentação de propostas o Edital nº 02/2019, que visa a celebração de parceria com Organização da Sociedade Civil para a prestação de serviço de cadastramento para as famílias de baixa renda do DF. A expectativa é a de que a parceria seja firmada e os trabalhos se iniciem até março/2020.

Outro aspecto importante para a gestão dos programas de transferência de renda, em especial do PBF, diz respeito a continuidade das ações do Comitê Gestor Intersetorial do Programa Bolsa Família, conduzido pela Sedes, que discute as ações prioritárias para o ano de forma conjunta entre a Sedes, a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Saúde. Nos últimos anos o fortalecimento do Comitê gerou incrementos importantes nas Taxas de Acompanhamento da Frequência Escolar e de Acompanhamento da Saúde.

No que concerne às ações de fiscalização dos CadÚnico e dos programas de transferência de renda, enfrentou diversos desafios que se iniciam pela redução do quadro de servidores lotados para o desenvolvimento da atividade, de 5 (cinco) para apenas 3 (três).

As referências dos batimentos entre as folhas de pagamento e as atualizações cadastrais não possuem unicidade quando da utilização para fins conferência de dados, o que, aliado a ações de rotinas de averiguação e fiscalização ocasiona sobreposição de ações de fiscalização, onerando as gestões locais.

AÇÕES E PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Restaurantes Comunitários

Os Restaurantes Comunitários do Distrito Federal servem refeições de segunda a sábado, tendo o almoço o valor de R\$ 1,00 (um real); o café da manhã com o preço único de R\$ 0,50 (cinquenta centavos). Tais preços reduzidos têm o intuito de atender pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no Distrito Federal. Os valores pagos pelos usuários são complementados com subsídio do Governo do Distrito Federal para atingir o Preço Único por Refeição.



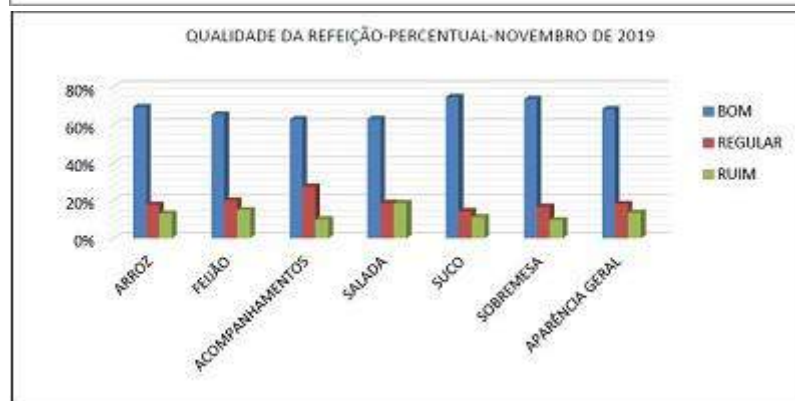
Atualmente existem 14 Restaurantes Comunitários no DF: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Sol Nascente. Sendo que apenas as unidades de Brazlândia, Paranoá e Sol Nascente servem café da manhã, além do almoço. Todos eles estão sob gestão desta Secretaria.

O controle quantitativo de refeições servidas aos usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal é efetuado através do registro por meio da leitura óptica dos cartões no Sistema Integrado de Desenvolvimento Social- SIDS. Os cartões são vendidos diretamente pela contratada, e a conferência/recontagem realizada pelos servidores do GDF lotados na unidade. A venda sempre é supervisionada por um servidor que ocupa a função de gerência. Mensalmente e anexadas ao processo financeiro as Planilhas geradas pelo SIDS contendo os quantitativos diários e mensais. As notas fiscais correspondem aos valores dessas planilhas.

Nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, foram coletadas pesquisas de opinião dos usuários dos restaurantes comunitários, no horário de funcionamento, na saída do estabelecimento. A metodologia usada foi abordar os usuários com um formulário simplificado, onde o usuário pudesse responder se ele considerava cada item abordado como "bom", "regular" ou "ruim". O objetivo da pesquisa é monitorar e diagnosticar a qualidade do serviço prestado pelas empresas, bem como aplicar melhorias no que for necessário.

As unidades que colaboraram com a pesquisa foram: Paranoá, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Sol Nascente e Ceilândia Sul.

A unidade de Sol Nascente abordou 300 usuários, entre os dias 07/10 a 26/10, 363 usuários, entre os dias 01/11 a 29/11 e 200 usuários, entre os dias 02/12 a 28/12.



Cestas Emergenciais

Esse programa consiste na entrega de cestas em caráter emergencial e provisório, de maneira que possa suprir as necessidades de uma família por um determinado período de tempo até seu reenquadramento social. O programa cesta emergencial é regulamentado pelo Portaria nº160, de 3/12/19, DODF Nº230, onde reza em seu artigo 6º, a composição das cestas de alimentos. Trata-se, portanto, de uma parte seca, composta por produtos não perecíveis, definidos de acordo com os hábitos e a cultura alimentar do Distrito Federal; e, uma parte verde, composta por frutas, verduras e legumes, que podem variar de acordo com as estações do ano, adquiridos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF.

A Secretaria está com contrato vigente de distribuição de cestas. Este assinado em 09 de agosto de 2019, tendo sua vigência por 12 (doze) meses, a contar desta, podendo ser prorrogado por igual período, ou até a entrega total dos produtos adquiridos. O valor total do contrato é de R\$ 2.352.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil reais), tendo como previsão de 8.000 (oito mil) cestas entregues mensalmente e 96.000 (noventa e seis mil) cestas entregues anualmente. Válido salientar que o valor unitário da cesta verde é R\$ 24,50 (vinte e quatro reais e cinquenta centavos).

Distribuição de Lanches

Esse programa tem como objeto a distribuição de lanches nas 67 (Sessenta e Sete) Unidades da Secretaria e tem como público alvo famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de violação de direitos, ambos em sua maioria com insuficiência ou ausência de renda, tendo como uma das consequências o comprometimento da segurança alimentar e nutricional dessas famílias e indivíduos. Em junho de 2019 foram assinados os Segundos Termos Aditivos, com vigência de 12 meses

- **Quantitativos e valores**

TIPO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR ANUAL
CRAS	116.133	R\$ 417.148,90
CREAS	32.485	R\$ 118.761,95
CECON	216.102	R\$ 853.802,11
CREAS DA DIVERSIDADE	2.240	R\$ 7.168,65
CASA DA MULHER BRASILEIRA	57	R\$ 194,83
CENTRO POP	283.530	R\$ 1.225.605,90
CENTRAL DE VAGAS - CRIANÇAS E ADOLESCENTES	9.125	R\$ 39.328,75
UNIDADES DE ACOLHIMENTO - CRIANÇAS E ADOLESCENTES	87.336	R\$ 355.101,85
UNIDADE DE ACOLHIMENTO - IDOSOS/MULHERES E FAMÍLIAS	31.014	R\$ 1.327.048,80
TOTAL	778.022	R\$ 4.344.161,74

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Educação Alimentar e Nutricional

Em 2019 foi desenvolvido o Programa de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), através da equipe de nutrição das empresas contratadas nos restaurantes comunitários, sob o acompanhamento, supervisão e monitoramento da equipe da Secretaria. Desta forma foram desenvolvidas atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos Restaurantes Comunitários, visando estimular a comunidade a fazer adoção de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para a prevenção de problemas relacionados à alimentação inadequada, como a desnutrição, obesidade, diabetes, hipertensão e dislipidemias. Além da prática consciente de redução do desperdício de alimentos e da promoção da sustentabilidade na alimentação saudável.

Cabe ressaltar que de acordo com o Termo de Referência, a contratada tem como obrigação executar estratégias de EAN, tendo como referencial teórico o 'Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas' e outras publicações direcionadas sobre o assunto. Já à Secretaria, cabe auxiliar no diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento das atividades de EAN desenvolvidas pela contratada.

Por meio de cartazes elaborados pela ASCOM, fixados nos Restaurantes Comunitários e diálogos dos gerente e executores locais com os usuários (as).



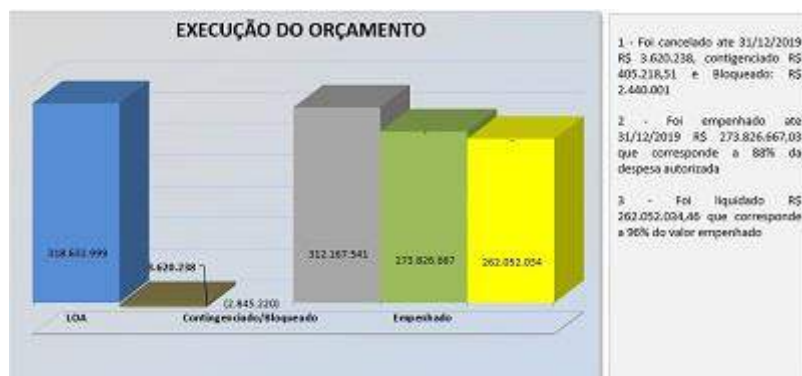
Todas as unidades utilizaram a exposição dialogada com mural temático sobre o DHAA e entrega de folder. E a prática ocorreu através da degustação de preparações com alimentos saudáveis e coleta de assinaturas na lista de presença.



RC Riacho Fundo II

Gestão Orçamentária e Financeira

Em 2019 a SEDESTMIDH foi desmembrada em Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES, Secretaria de Trabalho - SETRAB e Secretaria da Mulher - SMDF, a SEDES ficou responsável pela gestão orçamentária e financeira das três Secretarias, e o orçamento foi alocado e executado na UO 25.101, pois não foi criada a Subsecretaria de Administração Geral - SUAG nas outras Secretarias. Apesar das dificuldades vivenciadas ao longo de 2019, alcançamos boa execução, conforme se verifica nos gráficos a seguir:



Tecnologia da Informação

Apoio constante e ininterrupto aos clientes dessa Casa, com vistas a sanar bloqueios tecnológicos. Bem como a aquisição de um serviço de Assistência Técnica para percorrer as quase 89 unidades descentralizadas. Foram feitas licitações para aquisição de notebooks para esses clientes, bem como, a aquisição de um sistema de telefonia por IP, o qual se encontra em fase final de contratação. Tal sistema visa dirimir problemas de comunicação, pois temos uma central de comunicação sem garantia ou manutenção no mercado.

Parcerias e Redes

Convênios - SISCOV

Convênio	Proposta	Ministério	Valor	Vigência	Andamento
776483/2012	037798/2012	MDS	R\$ 348.325,00	31/12/2017	Prestação de Contas Aprovada
823523/2015	035474/2015	MTE	R\$ 255.500,00	22/11/2020	Em execução
827656/2016	008055/2016	Justiça	R\$ 315.000,00	22/12/2019	Aguardando Prestação de Contas
814349/2014	056325/2014	MDH	R\$ 1.148.882,00	12/12/2018	Prestação de Contas enviada para Análise
769447/2012	22532/2012	MTE	R\$ 342.077,00	31/10/2018	Aguardando Prestação de Contas
774265/2012	42448/2012	MTE	R\$ 5.635.450,95	23/05/2019	Prestação de Contas em Complementação
853536/2017	11604/2016	MTE	R\$ 1.301.500,00	29/12/2019	Aguardando Prestação de Contas
831266/2016	011604/2016	MTE	R\$ 1.201.500,00	28/04/2020	Em execução
830732/2016	012947/2016	MTE	R\$ 404.500,00	31/10/2018	Convênio Anulado
778851/2012	038088/2012	MTE	R\$ 13.959.361,05	17/05/2019	Prestação de Contas em Complementação
816307/2015	003195/2015	MDH	R\$ 13.753.721,86	13/05/2020	Em execução

Emendas Parlamentares

03141.01	11.333.6207.4102.0009	Apoio ao trabalhador no âmbito do sistema nacional de emprego-modernização das agências do trabalhador-distrito federal
02190.01	11.333.6228.9087.0005	Transferência às instituições de assistência aos jovens-apoio ao projeto de qualificação para jovens-distrito federal
00576.01	14.422.6211.4091.5896	Apoio ao projeto amor nas escolas e o combate ao machismo nas escolas públicas do distrito federal
01262.01	11.333.6207.9107.0019	Apoio financeiro a entidades-apoio a projetos de capacitação e empreendedorismo dos trabalhadores do df entorno
01266.01	11.333.6207.9107.0018	Apoio financeiro a entidades-apoio a projetos de capacitação e empreendedorismo das mulheres do df entorno

Transferência de Renda para Famílias do DF no CADÚNICO - Fiscalização

A fiscalização é uma forma de controle que visa garantir eficiência, eficácia, efetividade e transparência na gestão do programa Bolsa Família e da complementação financeira no Plano DF sem Miséria – DFSM. Dessa forma, é assegurado que os benefícios sejam disponibilizados

às famílias que atendem aos critérios de elegibilidade do Programa, em conformidade com as normas vigentes. Mediante a fiscalização é feita a apuração de fornecimento de informações falsas no momento do cadastramento ou da atualização cadastral, fortalecendo o monitoramento e o controle das ações voltadas à execução do Programa Bolsa Família e da complementação financeira no Plano DF sem Miséria – DFSM. Todo esse processo é realizado sem que cause qualquer interferência na autonomia e competência de cada uma das instituições envolvidas.

Atividades desenvolvidas em 2019

1. Visitas domiciliares

No período entre janeiro e dezembro, a SEDES recebeu um total de 153 (cento e cinquenta e três) denúncias. Estas denúncias têm por maioria a origem da Ouvidoria da SEDES, Ouvidoria do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, Unidades da SEDES como CRAS e CREAS, e órgãos como Controladoria-Geral do Distrito Federal e Ministério Público Federal.

No ano de 2019, foram realizadas 85 (oitenta e cinco) visitas domiciliares em apuração de denúncias de recebimento indevido de PBF e DFSM. Foram encerrados 110 (cento e dez) processos de apuração de denúncias, fiscalização e gestão do cadastro no portal SEI em 2019, porém ainda há 104 (cento e quatro) demandas que se encontram em andamento. Este quantitativo elevado se deve ao fato de haver séria dificuldade em conciliar a disponibilidade do veículo, com a disponibilidade do motorista mais a disponibilidade dos servidores que realizam as visitas.

2. Denúncia realizada pela Controladoria Geral do DF - 2018

Em maio de 2018, foi solicitada averiguação de 176 (cento e setenta e seis) casos de servidores do GDF inseridos no CadÚnico, por meio da SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO Nº 49/2018- DINFA/CONIP/COGEI/SUBCI/CGDF, para auditoria na Folha de Pagamento do Poder Executivo do Distrito Federal.

Após análise preliminar, foram abertos 62 (sessenta e dois) processos individuais, analisados em março de 2019. Do total destes 62 processos, em 9 (nove) não houve recebimento indevido. Os demais somam um total de R\$171.204,00 (cento e setenta e um mil, duzentos e quatro reais) de possível ressarcimento aos cofres públicos (valor ainda sem correção monetária)

3. Secretaria de Transparência e Controle 2012

Os processos da Secretaria de Transparência e Controle – STC, atual Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, foram desmembrados, (individualizados) por orientação da Unidade de Controle Interno – UCI – SEDES, com vistas a análise de cada beneficiário denunciado.

Esta ação possuía um público inicial de 367 (trezentos e sessenta e sete) servidores, após análise preliminar, foram abertos 83 processos. Ao final das análises, foi verificado que em 30 (trinta) casos não há indício de recebimento indevido. Para os casos em que este ocorreu, o total de ressarcimento é de R\$101.340,00 (cento e um mil, trezentos e quarenta reais), sem correções monetárias.

Um relatório técnico foi elaborado, elucidando todos os procedimentos adotados com quadro resumo das análises realizadas. Nele é solicitado o arquivamento do processo mãe, já que todos os processos individuais já foram finalizados e seguem seu curso para análise dos setores responsáveis da SEDES, de forma que seu Gabinete, de posse da totalidade das informações, tome as providências cabíveis.

4. Secretaria de Transparência e Controle – STC – 2013

Esta ação possuía um público inicial de 203 (duzentos e três) servidores a serem analisados. Após tratamento de dados verificou-se que havia duas duplicidades em relação ao processo STC 2012 e outros dois já haviam sido analisados no âmbito do processo CGDF, de forma

que, dos 90 servidores com indício de irregularidade, foram abertos apenas 86 (oitenta e seis) processos SEI para análise individual. Os procedimentos e formatação utilizados neste processo foram idênticos aos do STC 2012, mesmo porque um é a continuação do outro.

Ao final das análises, foi verificado que em 70 (setenta) casos houve algum tipo de irregularidade, sendo que, em 56 (cinquenta e seis) destes, houve o recebimento indevido do benefício DFSM. O valor a ser ressarcido, ainda sem correção monetária, ficou em R\$91.432,00 (noventa e um mil, quatrocentos e trinta e dois reais).

5. Ação de Conformidade

Em 2017 e 2018, foram feitas três ações de Análise de Conformidade com base na Instrução Operacional nº 90, em que era necessário entrar em sistema específico, o SIMAC, disponibilizado no ambiente do SIGPBF, para inserção de dados em questionário específico com a possibilidade de anexar o FPGB para solicitação de reversão de benefício nos casos em que a família estivesse dentro dos critérios PBF.

Em 2019, este ambiente não foi disponibilizado, de forma que a SEDES precisou entrar em contato com o Ministério da Cidadania, para questionar sobre os procedimentos que deveriam ser adotados.

A partir das informações obtidas diversos setores atuaram na localização das demandas de Análise de Conformidade que estivessem dentro destes critérios para realização do procedimento supracitado. Foram solicitadas 17 reversões de cancelamento, das quais 14 foram processadas.

6. Processo Massivo CGU – 2018

Em agosto de 2018, foi iniciada a ação de fiscalização Processo Massivo CGU, que orienta sobre a possibilidade de reversão de cancelamento dos benefícios do público identificado no relatório encaminhado pela Controladoria- Geral da União (CGU).

Foram disponibilizadas quatro listas contendo famílias que poderiam ter seus benefícios revertidos, sendo elas referentes aos grupos GT3 e GT4, com prazo até 13 de dezembro de 2018, e aos grupos GT2 e GT5C, com prazo até 31 de dezembro de 2019.

Dando continuidade a esta ação, em junho de 2019, foi aberto 19 (dezenove) processos solicitando busca ativa para atualização cadastral e possível solicitação de reversão de cancelamento dos grupos GT2 e GT5-C, que somam juntos 40 (quarenta) famílias. Este número inicialmente era de 72 (setenta e duas) famílias, porém verificou-se algumas duplicidades e algumas famílias que possuíam estado cadastral excluído, sendo retiradas da planilha de solicitação de busca ativa.

7. Controladoria Geral da União – CGU – lista das 33

Em 11 de junho, esta SEDES recebeu três servidores da Controladoria Geral da União – CGU para início de processo de fiscalização, na ocasião, foi solicitado a disponibilização de cópias digitalizadas das folhas resumo de 33 (trinta e três) famílias.

Foram criados onze processos. As unidades atenderam prontamente as solicitações. Entretanto, das 33 folhas solicitadas, 13 (treze) não foram entregues, sendo 3 (três) oriundas do Centro Pop Brasília e 10 (dez) do Centro Pop Taguatinga.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Governo do Distrito Federal enfrenta uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de déficit de recursos nos cofres públicos, que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDES

Nesse sentido, a Secretaria enfrentou, também no ano de 2019, inúmeras dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este problema tem se agravado, ante a dificuldade na recomposição de seu quadro de pessoal, pela alta rotatividade de servidores de cargos comissionados, pela insuficiência de qualificação de servidores comissionados ocupantes de cargos estratégicos, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

Assim, mesmo diante da grave crise política e econômica, que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDES, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários. Ao longo de 2019, o principal desafio enfrentado por esta SEDES foi a construção da transversalidade das políticas sob sua responsabilidade,

Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2019, destacam-se:

- Crescimento de demandas da população por serviços da política de Assistência Social;
- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;
- Centralização de compras na SULIC;
- Estrutura física e logística deficientes;
- Fragilidade do sistema de informações, monitoramento e avaliação das ações;
- Necessidade de redesenho de política adequada de gestão de pessoas;
- Carreira compartilhada;
- Quadro de pessoal defasado;
- Frequente adoecimento dos profissionais;
- Crescente onda de aposentadorias precoces;
- Necessidade de fortalecimento da política de manutenção e reforma de prédios e próprios;
- Falta de sistema de gestão arquivística;
- Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;
- Deficiência de monitoramento, avaliação e necessidade de registros informatizados (prontuários não são unificados);
- Pouca articulação com as demais políticas públicas;
- Alocação de recursos orçamentários com base em ações fragmentadas.

A SEDES é o órgão gestor da política de assistência social no Distrito Federal bem como das políticas de transferência de renda, de segurança alimentar e nutricional. Desse modo, a organização das ações no âmbito da Secretaria deve considerar a complexidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entre essas políticas e ver as questões da gestão primordialmente a partir da perspectiva do usuário-cidadão.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISAN e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental.

18101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, unidade orgânica de direção superior, subordinada ao Governo do Distrito Federal, desde 29 de fevereiro de 2016, por meio do Decreto nº 37.140, alterado pelo Decreto nº 38.073, de 21 de março de 2017, dispõe sobre sua atual estrutura administrativa, cujas competências das unidades orgânicas e as atribuições dos titulares dos cargos e funções comissionadas encontram-se no Regimento Interno desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 36.631, de 20 de novembro de 2017.

Consoante o estabelecido no art. 1º do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação, esta tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - educação básica: etapas e modalidades;

II - educação superior;

III – apoio ao estudante;

IV- formação e capacitação dos servidores

Conforme o preconizado no art. 2º desse mesmo Regimento Interno cabe à Secretaria de Estado de Educação a responsabilidade sobre as políticas públicas educacionais e pela administração superior da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e apresenta as seguintes competências:

I – propor e executar políticas públicas educacionais no âmbito do Distrito Federal;

II – cumprir e fazer cumprir as normas e as diretrizes da Educação nacional e distrital no âmbito do Distrito Federal;

III – regulamentar, quando for o caso, a aplicação de normas e diretrizes emanadas dos órgãos federais e locais em sua área de atuação;

IV – realizar pesquisas e estudos, avaliações e levantamentos de dados estatísticos, e Censo Escolar, voltados a subsidiar a formulação, a implantação, a implementação e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a Educação no âmbito do Distrito Federal;

V – propor alterações de normas referentes à estrutura e ao funcionamento dos órgãos de Educação no âmbito do Distrito Federal;

VI – manter, coordenar e supervisionar as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e fiscalizar as instituições educacionais da Rede Privada de Ensino do Distrito Federal;

VII – criar e manter as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

VIII – ofertar Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal;

IX – implantar e implementar programas e projetos para os níveis, as etapas e as modalidades da Educação;

X – prover, no limite de suas possibilidades e em cooperação com a União, assistência aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

XI – praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão relativos ao pessoal em exercício na Secretaria;

XII – planejar, desenvolver, coordenar e avaliar programas de formação continuada e aperfeiçoamento para os profissionais da Secretaria;

XIII – aplicar e gerir recursos públicos destinados à Educação;

XIV – planejar, acompanhar e executar as atividades orçamentárias e financeiras, e a adequada aplicação dos recursos administrados pela Secretaria;

XV – elaborar e zelar pelo cumprimento de normas sobre a aplicação de recursos públicos e acompanhar sua execução nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições educacionais subordinadas, vinculadas e parceiras à Secretaria;

XVI – prover-se de recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho de suas atribuições;

XVII – utilizar resultados de avaliações, pesquisas, dados estatísticos e informações como elementos necessários ao planejamento e ao desenvolvimento do ensino e à elaboração e ao acompanhamento do Plano Distrital de Educação;

XVIII – celebrar contratos, convênios, parcerias, portarias conjuntas, acordos e instrumentos congêneres para a execução das políticas públicas educacionais do Distrito Federal; e

XIX – exercer outras competências compatíveis com sua área de atuação e necessárias à efetiva consecução de suas finalidades e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

Para consolidação da política educacional do Distrito Federal e, sobretudo, da oferta de educação por meio da Rede Pública de Ensino, a SEEDF resumidamente dispõe da seguinte estrutura orgânica:

I. Gabinete

- Assessoria Especial
- Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos
- Assessoria de Relações Institucionais
- Assessoria Jurídico – Legislativa
- Assessoria de Comunicação
- Ouvidoria
- Unidade de Controle Interno
- Corregedoria

II. Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB

III. Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV

IV. Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional - SIAE

V. Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral - SUBIN

VI. Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação - EAPE

VII. Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUGEP

VIII. Subsecretaria de Administração Geral - SUAG

IX. Subsecretaria de Inovação e Tecnologias Pedagógicas e de Gestão – SINOVA

X. 14 Coordenações Regionais de Ensino

XI. 683 Unidades Escolares

São, ainda, vinculados à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal:

I. Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF;

II. Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Distrito Federal – CACS/FUNDEB;

III. Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal – CAE/DF; e

IV. Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1.554	1.865	9.369	21.766	34.554
Comissionados sem vínculo efetivo	84	0	23	0	107
Requisitados de órgãos do GDF	7	0	23	121	151
Requisitados de órgãos fora do GDF	3	0	4	23	30
Estagiários	0	0	99	0	99
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	77	0	77
Terceirizados (FUNAP)	0	0	96	0	96
Outros - especificar	0	0	0	10.448	10.448
Subtotal	1.648	1.865	9.691	32.358	45.562
(-) Cedidos para outros órgãos	123	124	103	30	380
Total Geral	1.525	1.741	9.588	32.328	45.182

* no campo "Outros" da tabela "Força de Trabalho", está contabilizado o total de professores em contrato temporários com esta SEEDF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1343320,0	1850489,00	1850488,02	1491364,40
8424 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SE-DISTRITO FEDERAL	1343320,0	1850489,00	1850488,02	1491364,40
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1343320,00	1850489,00	1850488,02	1491364,40

FUNAP

Programa desenvolvido desde 1986 pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF em parceria com a SEEDF, o qual promove condições dos apenados desenvolverem atividades administrativas nas unidades orgânicas da Secretaria e de marcenaria, como manutenção e recuperação de cadeiras escolares e pintura do mobiliário escolar da Rede Pública de Ensino, visando à reintegração e à ressocialização desse público. Como pode ser observado nos dados apresentados na Tabela acima, foram utilizados quase a totalidade dos recursos autorizados para cobrir as despesas com o Programa, o que

demonstra a efetividade na execução da política pública assinalada. Em dezembro de 2019 esta Secretaria contava com a prestação de serviços de 96 pessoas da FUNAP/DF.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	0	250000,0	100000,0	100000,0
0124 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO À IMPLANTAÇÃO DE COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM-DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	0	0
0126 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-AÇÕES SÓCIO CULTURAIS E EDUCACIONAIS - PROJETO ESCOLA-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	100000,0	100000,0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	250000,00	100000,00	100000,00

AÇÕES CULTURAIS E EDUCACIONAIS

No Programa Capital Cultural foram executadas ações sócio culturais e educacionais com os estudantes da Rede Pública de Ensino do DF com o Projeto Escola, por meio de saídas pedagógicas de estudantes para assistirem à espetáculo de teatralização musical.

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2387 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	54175822,0	12711800,0	12561800,0	10578800,0
3937 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF	10000000,0	4320000,0	4320000,0	3847000,0
3938 - APOIO A DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PROGRAMA PDAF	4011941,0	0,0	0	0
3939 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS NO DF - PDAF 2019	4700000,0	0,0	0	0
3940 - PDAF - UNIDADES ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL 2019	8000000,0	0,0	0	0
3941 - TRANSPORTE DE ALUNOS DO PROJETO PESES/UNB IDIOMAS	111940,0	0,0	0	0
3942 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM PROL DE TODAS AS ESCOLAS PÚBLICAS DO DF	2000000,0	0,0	0	0
3943 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	156000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3944 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADO DO GUARÁ	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3945 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O JARDIM DE INFÂNCIA LÚCIO COSTA NO GUARÁ	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3946 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE 01 DO GUARÁ I	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3947 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE 02 DO GUARÁ II	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3948 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE 03 DO GUARÁ I	48000,0	0,0	0	0
3949 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE 05 DO GUARÁ I	48000,0	0,0	0	0
3950 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE 06 DO GUARÁ II	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3951 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE 07 DO GUARÁ II	48000,0	0,0	0	0
3952 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE 08 DO GUARÁ II	48000,0	0,0	0	0
3953 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS DO GUARÁ	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3954 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 DO GUARÁ	48000,0	0,0	0	0
3955 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO DE ENSINO ENSINO FUNDAMENTAL 01 DO GUARÁ I	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3956 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO DE ENSINO ENSINO FUNDAMENTAL 02 DO GUARÁ I	48000,0	0,0	0	0
3957 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO DE ENSINO ENSINO FUNDAMENTAL 04 DO GUARÁ I	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3958 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO DE ENSINO ENSINO FUNDAMENTAL 05 DO GUARÁ II	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3959 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO DE ENSINO ENSINO FUNDAMENTAL 08 DO GUARÁ II	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3960 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO DE ENSINO ENSINO FUNDAMENTAL 10 DO GUARÁ II	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3961 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO EDUCACIONAL 01 DO GUARÁ II	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3962 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO EDUCACIONAL 02 DO GUARÁ I	48000,0	0,0	0	0
3963 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO EDUCACIONAL 03 DO GUARÁ II	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3964 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO EDUCACIONAL 04 DO GUARÁ I	48000,0	0,0	0	0
3965 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE 01 DA ESTRUTURAL	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3966 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE 02 DA ESTRUTURAL	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3967 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO EDUCACIONAL 01 DA ESTRUTURAL	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3968 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 02 DA ESTRUTURAL	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3969 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03 DA ESTRUTURAL	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0
3970 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA ESTRUTURAL	48000,0	0,0	0	0
3971 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE SRIA	48000,0	48000,0	48000,0	48000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3972 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DE PLANALTINA	100000,0	0,0	0	0
3973 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DE CEILÂNDIA - ESCOLA PARQUE	250000,0	52800,0	52800,0	52800,0
3974 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DE TAGUATINGA	100000,0	0,0	0	0
3975 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO NÚCLEO BANDEIRANTE	300000,0	0,0	0	0
3976 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO PARANOÁ	300000,0	0,0	0	0
3977 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO GAMA	250000,0	0,0	0	0
3978 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DE SOBRADINHO I, SOBRADINHO II E FERCAL	3500000,0	0,0	0	0
3979 - APOIO AO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL	4000000,0	0,0	0	0
3980 - PDAF EM DIVERSAS ESCOLAS	7901941,0	1367000,0	1367000,0	957000,0
3981 - PDAF - ESTUDIO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DA EAPE	150000,0	150000,0	0	0
3982 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL	3000000,0	1710000,0	1710000,0	1710000,0
3983 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS -DF-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
3984 - PDAF - UNIDADES ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL 2019	3000000,0	4200000,0	4200000,0	3100000,0
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	74953899,0	121410388,00	112549114,33	102317549,60
0002 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CIL- ITAPOÃ	0	100000,0	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	70166019,0	112218799,00	110759278,56	101703492,20

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4384 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-PROGRAMA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL-DISTRITO FEDERAL	4787880,0	9091589,00	1789835,77	614057,40
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1692329,0	1609831,60	253822,15	220882,15
2787 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	1622329,0	1609831,60	253822,15	220882,15
6163 - APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS - REALIZAÇÃO DE FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO - CENTRO OESTE - DF	70000,0	0,0	0	0
9068 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	147418448,0	155651307,00	152267558,35	140635289,73
0001 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SE-DISTRITO FEDERAL	118550426,0	116881919,00	116881918,35	107766049,73
0002 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA ESCOLAS DO DF	400000,0	60000,0	60000,0	60000,0
0003 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DF - EM 2019	4281940,0	880000,0	880000,0	880000,0
0004 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS NAS REG.ADM. DO DF	4021941,0	2741000,0	2641000,0	2641000,0
0005 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ESCOLA CLASSE BUCANHÃO	260000,0	0,0	0	0
0006 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CENTRO DE ENSINO INFANTIL 02 DE BRAZLÂNDIA	150000,0	0,0	0	0
0007 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03 DE BRAZLÂNDIA	200000,0	0,0	0	0
0008 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ESCOLA CLASSE 07 DE BRAZLÂNDIA	300000,0	0,0	0	0
0009 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL VENDINHA	220000,0	0,0	0	0
0010 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CENTRO DE ENSINO MÉDIO 01 DE BRAZLÂNDIA	300000,0	0,0	0	0
0011 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ESCOLA CLASSE 06 DE BRAZLÂNDIA	300000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0012 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ESCOLA CLASSE 01 DO INCRA 08	90000,0	0,0	0	0
0013 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CENTRO DE ENSINO MÉDIO 02 DE BRAZLÂNDIA	400000,0	0,0	0	0
0014 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CENTRO EDUCACIONAL 02 DE BRAZLÂNDIA	200000,0	0,0	0	0
0015 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM PROL DE TODAS AS REGIONAIS DE ENSINO DO DF-DISTRITO FEDERAL	225000,0	1350334,0	1272240,0	1272240,0
0016 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 28 DE CEILÂNDIA	225000,0	225000,0	0	0
0017 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 26 DE CEILÂNDIA	225000,0	0,0	0	0
0018 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 10 DE CEILÂNDIA	130000,0	0,0	0	0
0019 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ESCOLA CLASSE 50 DE CEILÂNDIA	200000,0	0,0	0	0
0020 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ESCOLA CLASSE 18 DE CEILÂNDIA	150000,0	0,0	0	0
0021 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ESCOLA CLASSE 16 DE TAGUATINGA	200000,0	0,0	0	0
0022 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08 DE TAGUATINGA	200000,0	0,0	0	0
0023 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CEF 01 DA CANDANGOLÂNDIA	95000,0	0,0	0	0
0024 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS JARDIM DE INFÂNCIA 02 DO GAMA	150000,0	0,0	0	0
0025 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS JARDIM DE INFÂNCIA VI COMAR	30000,0	30000,0	0	0
0026 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CEI 6 TAGUATINGA	183000,0	0,0	0	0
0027 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ESCOLA CLASSE 18 DE TAGUATINGA	159000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0028 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ESCOLA CLASSE 12 DE TAGUATINGA	120000,0	0,0	0	0
0029 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ESCOLA CLASSE 54 DE TAGUATINGA	80000,0	0,0	0	0
0030 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF	4056941,0	0,0	0	0
0031 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE DEFICIENTES VISUAIS	45000,0	0,0	0	0
0032 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	300000,0	0,0	0	0
0033 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DE CEILÂNDIA	680000,0	400000,0	0	0
0034 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DO PLANO PILOTO	330000,0	0,0	0	0
0035 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DE SOBRADINHO	45000,0	0,0	0	0
0036 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DE SOBRADINHO II	40000,0	0,0	0	0
0037 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DE TAGUATINGA	470000,0	0,0	0	0
0038 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DE SANTA MARIA	115000,0	0,0	0	0
0039 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DO GUARÁ/ESTRUTURAL	126000,0	0,0	0	0
0040 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DE SAMAMBAIA	625000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0041 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	250000,0	0,0	0	0
0042 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE/ RIACHO FUNDO 1 E 2	114200,0	0,0	0	0
0043 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	235000,0	0,0	0	0
0045 - CONSTRUÇÃO DE SEDE PARA O CIL DO RECANTO DAS EMAS	900000,0	0,0	0	0
0046 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA ESCOLAS DO DF	5000000,0	1950000,0	1950000,0	1950000,0
0047 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF	2000000,0	0,0	0	0
0048 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PÚBLICAS DO DF - PDAF - ESCOLAS DA REGIONAL- TAGUATINGA	0	50000,0	50000,0	50000,0
0049 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PÚBLICAS DO DF - PDAF - ESCOLAS DA REGIONAL- BRAZLÂNDIA	0	30000,0	30000,0	30000,0
0051 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CENTRO EDUCACIONAL CASA GRANDE DO GAMA-PDAF- GAMA	0	50000,0	50000,0	50000,0
0053 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PÚBLICAS DO DF - PDAF - ESCOLAS DA REGIONAL DO GAMA-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0054 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PÚBLICAS DO DF - PDAF - ESCOLAS DA REGIONAL- SAMAMBAIA	0	615000,0	615000,0	615000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0056 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLA CLASSE 07 DO GAMA - PDAF- GAMA	0	53000,0	52800,0	52800,0
0058 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PÚBLICAS DO DF - PDAF - ESCOLAS DE REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	0	600000,0	400000,0	200000,0
0060 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF PARA O CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 02 DE PLANALTINA-DISTRITO FEDERAL	0	72800,0	72800,0	72800,0
0062 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF PARA ESCOLA CLASSE 06 NO CRUZEIRO-DISTRITO FEDERAL	0	82000,0	82000,0	82000,0
0064 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PÚBLICAS DO DF - PDAF PARA A ESCOLA CLASSE 02 DO RIACHO FUNDO II-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0067 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF PARA O CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 206- RECANTO DAS EMAS	0	52800,0	52800,0	52800,0
0068 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-- PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	773000,0	773000,0	773000,0
0069 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-- PDAF (SOBRADINHO, SOBRADINHO II E FERCAL)-DISTRITO FEDERAL	0	2664600,0	2623600,0	2623600,0
0070 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-EM 2019 DO-DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	1000000,0	760000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0071 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF- DISTRITO FEDERAL	0	1435000,0	1435000,0	1435000,0
0073 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF - ESCOLAS DE- SANTA MARIA	0	650000,0	650000,0	650000,0
0074 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PARA A ESCOLA CLASSE 17 DO- GAMA	0	40000,0	40000,0	40000,0
0075 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF PARA O CENTRO EDUCACIONAL MYRIAM ERVILHA - ÁGUAS QUENTES- RECANTO DAS EMAS	0	82800,0	82800,0	82800,0
0076 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF PARA O JARDIM DE INFÂNCIA 116- SANTA MARIA	0	50000,0	50000,0	50000,0
0077 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF PARA A ESCOLA CLASSE 213- SANTA MARIA	0	60000,0	60000,0	60000,0
0079 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-OBRS DE REFORMA NA ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA -DISTRITO FEDERAL	0	90000,0	52800,0	52800,0
0080 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF NAS ESCOLAS DO DF -DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0
0082 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA PARQUE 303/304 NORTE- PLANO PILOTO .	0	52800,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0083 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS AO PDAF CUSTEIO - PARA O DF - (2019)-DISTRITO FEDERAL	0	2696000,0	2696000,0	2579000,0
0084 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS AO PDAF CAPITAL - PARA O DF - (2019)-DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	250000,0	250000,0
0085 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-ESCOLA CLASSE Nº 42 EM TAGUATINGA - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	10000,0	10000,0	10000,0
0086 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CED 308 RECANTO DAS EMAS - PDAF-RECANTO DAS EMAS	0	20000,0	20000,0	20000,0
0087 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CIL DO NÚCLEO BANDEIRANTE - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	15000,0	15000,0	15000,0
0088 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CENTRO DE ENSINO MÉDIO URSO BRANCO DO NÚCLEO BANDEIRANTE - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0089 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-REFORMA DO DEPÓSITO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA-DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	150000,0	150000,0
0090 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTO METROPOLITANA NO NÚCLEO BANDEIRANTE - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	30000,0	30000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0091 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTO Nº 01 DO NÚCLEO BANDEIRANTE - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0092 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-ESCOLA CLASSE Nº 05 DO NÚCLEO BANDEIRANTE - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0093 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CED 1 NA ESTRUTURAL - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	4800,0	4800,0	4800,0
0094 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF NAS ESCOLAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	560000,0	560000,0	300000,0
0096 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CED 03 EM SOBRADINHO - PDAF-SOBRADINHO	0	20000,0	20000,0	20000,0
0097 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLA PÚBLICAS NO DF - PDAF-2019-DISTRITO FEDERAL	0	800000,0	800000,0	800000,0
0098 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL Nº 05 DE TAGUATINGA - PDAF-TAGUATINGA	0	10000,0	10000,0	10000,0
0099 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CEF 02 DO RIACHO FUNDO II - PDAF-RIACHO FUNDO II	0	20000,0	20000,0	20000,0
0100 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CENTRO EDUCACIONAL Nº 07 EM TAGUATINGA - PDAF-TAGUATINGA	0	10000,0	10000,0	10000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0101 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CEF VARGEM BONITA NO PARK WAY - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	20000,0	20000,0	20000,0
0102 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-ESCOLA CLASSE Nº 46 EM TAGUATINGA - PDAF- TAGUATINGA	0	10000,0	10000,0	10000,0
0103 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CEI DO NÚCLEO BANDEIRANTE-DISTRITO FEDERAL	0	10000,0	10000,0	10000,0
0104 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CENTRO DE ENSINO MÉDIO JULIA KUBISTCHEK - CANDANGOLÂNDIA - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0105 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL Nº 01 DA CANDANGOLÂNDIA-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0107 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-ESCIKA CKASSE Nº 03 DO NÚCLEO BANDEIRANTE-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0108 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-CAIC JUSCELINO KUBITSCHK NO NÚCLEO BANDEIRANTE-DISTRITO FEDERAL	0	52800,0	52800,0	52800,0
0109 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	1320000,0	1320000,0	1320000,0
0110 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	500000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0111 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS AO PDAF PARA O DF-DISTRITO FEDERAL	0	2048000,0	1446000,0	1110000,0
0113 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DISTRITO FEDERAL	0	1772000,0	1097000,0	807000,0
0115 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF - UNIDADES ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL 2019- DISTRITO FEDERAL	0	800000,0	800000,0	800000,0
0131 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF PARA ESCOLAS DE BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	0	2055000,0	1730000,0	1530000,0
0132 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-SEE-DISTRITO FEDERAL	0	422000,0	422000,0	422000,0
0137 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE Nº 02 NA CANDANGOLÂNDIA - PROGRAMA PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0138 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA CONDOGOLÂNDIA- CEIC - PROGRAMA PDAF- DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	30000,0	30000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0141 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ESCOLA CLASSE Nº 01 NA CANDAGOLÂNDIA - PROGRAMA - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	50000,0	50000,0
0143 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DF - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	80000,0
0144 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE/RIACHO FUNDO 1-DISTRITO FEDERAL	0	230000,0	230000,0	230000,0
0146 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARS ESCOLA PÚBLICA DO DF - PDAF- ESCOLAS DA REGIONAL DO PLANO PILOTO.- PLANO PILOTO .	0	100000,0	100000,0	100000,0
0147 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DO DF - PDAF - ESCOLAS DA REGIONAL DE TAGUATINGA- TAGUATINGA	0	175000,0	175000,0	175000,0
0148 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DO DF - PDAF - ESCOLAS DA REGIONAL DE BRAZLÂNDIA- BRAZLÂNDIA	0	90000,0	90000,0	90000,0
0149 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DO DF - PDAF - ESCOLAS DA REGIONAL DO PLANO PILOTO- PLANO PILOTO .	0	850000,0	850000,0	850000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0153 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DF - PDAF ESCOLAS DA REGIONAL DE TAGUATINGA- TAGUATINGA	0	29854,0	0	0
0154 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A ESCOLA TÉCNICA DE- CEILÂNDIA	0	50000,0	50000,0	50000,0
0159 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-ESCOLA CLASSE 10 DO GAMA - PDAF-GAMA	0	50000,0	50000,0	50000,0
0160 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-ESCOLA JARDIM DE INFÂNCIA 02 DO GAMA- GAMA	0	50000,0	50000,0	50000,0
0161 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-Transf. por Meio de Descentralização de Rec. FinanC. para as Escolas Públicas do DF - PDAF para o Centro de Ensino Fundamental 308 de- SANTA MARIA	0	20000,0	20000,0	20000,0
0162 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-Transferência por Meio de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas Públicas do DF - PDAF para o Centro de Ensino Fundamental 308 de- SANTA MARIA	0	30000,0	30000,0	30000,0
0163 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-Transf. por Meio de DescenT. de Rec. Financ. para as Escolas Públicas do DF- PDAF para a Escola Classe COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM DO PARANOÁ - CAP- PARANOÁ	0	52000,0	52000,0	52000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0165 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-Transferência por Meio de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas Públicas do DF- PDAF - Escolas da Regional de Santa Maria. - SANTA MARIA	0	15000,0	15000,0	15000,0
0166 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PÚBLICAS DO DF- PDAF PARA A ESCOLA CLASSE 39 DE- CEILÂNDIA	0	40000,0	40000,0	40000,0
0168 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLA CLASSE 317 DE SAMAMBAIA- PDAF- SAMAMBAIA	0	53000,0	52800,0	52800,0
0172 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-Transferência por Meio de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas Públicas do DF-PDAF para a Escola Classe 115 Norte-PLANO PILOTO .	0	50000,0	50000,0	50000,0
0173 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-Transferência por Meio de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas Públicas do DF-PDAF para a Escola Classe Comunidade de Aprendizag- PARANOÁ	0	28000,0	0	0
0174 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-Transferência por Meio de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas Públicas do DF-PDAF para o Centro de Educação de Jovens e Adultos- PLANO PILOTO .	0	33000,0	33000,0	33000,0
0175 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-Transferência por Meio de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas Públicas do DF - PDAF para o Centro de Educação de Jovens e Adult- PLANO PILOTO .	0	30000,0	30000,0	30000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0176 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-Transferência por Meio de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas Públicas do DF - PDAF para o Centro de Ensino Fundamental 213 de- SANTA MARIA	0	30000,0	12800,0	12800,0
0177 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-Transferência por Meio de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas Públicas do DF - PDAF para o Centro de Ensino Fundamental 213 de- SANTA MARIA	0	20000,0	20000,0	20000,0
0179 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF-UNIDADES ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL - 2019-DISTRITO FEDERAL	0	3238000,0	2798000,0	2708000,0
0180 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO-DISTRITO FEDERAL	0	1067500,0	1067500,0	1067500,0
0181 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-TRANSPERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DIRETA DE RECURSOS FINANCEIROS ÀS ESCOLAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	20000,0	20000,0	0
0185 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF-2019 - H-DISTRITO FEDERAL	0	999900,0	947900,0	627900,0
0186 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA O CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL ARAPOANGA EM PLANALTINA-DF- PLANALTINA	0	53000,0	52800,0	52800,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0195 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS - PDAF- PARA A ESCOLA DA REGIONAL DO- RECANTO DAS EMAS	0	45000,0	45000,0	45000,0
0196 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS - PDAF -PARA ESCOLAS DA REGIONAL DO PLANO PILOTO-DISTRITO FEDERAL	0	20000,0	20000,0	20000,0
0197 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS - PDAF -PARA ESCOLAS DA REGIONAL DO PLANO PILOTO-DISTRITO FEDERAL	0	15000,0	15000,0	15000,0
0198 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO RECURSOS FINANCEIROS - PDAF - PARA ESCOLA CLASSE 12 DE- TAGUATINGA	0	30000,0	30000,0	30000,0
0199 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS - PDAF - PARA ESCOLA CLASSE 1 DO- ITAPOÃ	0	50000,0	50000,0	50000,0
0200 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS - PDAF - PARA ESCOLA JARDIM DE INFÂNCIA 05 DO- GAMA	0	30000,0	30000,0	30000,0
0201 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PDAF - PARA ESCOLA CLASSE ALTO INTERLAGOS - ALTIPLANO LESTE-DISTRITO FEDERAL	0	25000,0	25000,0	25000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0202 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS- DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS - PDAF - PARA ESCOLAS DA REGIONAL DE- SANTA MARIA	0	101000,0	101000,0	101000,0
0203 - TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF (SOBRADINHO, SOBRADINHO II E FERCAL)-DISTRITO FEDERAL	0	323400,0	323400,0	0
0044 - REFORMAS E AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO	40000,0	0,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4448882,0	8951687,06	6957197,0	6027097,0
2484 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SE-DISTRITO FEDERAL	4448882,0	8951687,06	6957197,0	6027097,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1839000,0	1169033,00	1169032,86	1168109,39
0020 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- UNIDADES DE ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	1839000,0	1169033,00	1169032,86	1168109,39
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1559168,0	2658465,00	2615874,35	656980,51
2512 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1063168,0	2349392,00	2306802,63	380884,61
2513 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	100000,0	254177,00	254176,58	222746,61
2514 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ENSINO PROFISSIONALIZANTE - SE-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
2516 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-SE-DISTRITO FEDERAL	100000,0	54896,0	54895,14	53349,29
2517 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0,0	0
2519 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	96000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	342844,0	73388,00	73387,56	73387,56
0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	342844,0	73388,00	73387,56	73387,56
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	312219934,0	408347126,00	403508366,01	346421099,11
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	312219934,0	408347126,00	403508366,01	346421099,11
2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	5186558,0	19006236,00	19006234,53	18928754,53
0001 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1308941,0	16733836,00	16733834,53	16701434,53
0002 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	443299,0	2272400,0	2272400,0	2227320,0
0004 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-PRE-ESCOLA-SE-DISTRITO FEDERAL	2692767,0	0,0	0	0
0006 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	42172,0	0,0	0	0
0003 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	376745,0	0,0	0	0
0005 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-EDUCAÇÃO ESPECIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	322634,0	0,0	0	0
2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	72603275,0	89362844,52	87170265,76	81910170,38
0001 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	40144152,0	54295280,00	52542905,58	48435796,22
0004 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	13043410,0	15422373,00	15393008,94	15393008,94
9316 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	7692610,0	9666880,00	9654138,66	9621742,81
9317 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	2641270,0	2596280,00	2570517,94	2504811,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9314 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	6633154,0	5209902,72	4876438,64	3821555,41
9318 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-DF ALFABETIZADO - SE-DISTRITO FEDERAL	1082960,0	822975,80	822975,80	822975,80
9319 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1365719,0	1349153,00	1310280,20	1310280,20
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	2005000,0	958887,00	560038,30	392282,46
0038 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1425000,0	599493,00	560038,30	392282,46
3874 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	110000,0	129394,00	0	0
0039 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVA NAS UNIDADES DE ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	250000,0	10000,00	0	0
3875 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES - ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	110000,0	110000,00	0	0
0069 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CONSTRUÇÃO E COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS NAS UNIDADES DE ENSINO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	110000,0	110000,00	0	0
3232 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	451690,0	0,0	0	0
3901 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	451690,0	0,0	0	0
3235 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	4040652,0	5855415,00	5369967,61	3489048,40

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2721 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE 59- CEILÂNDIA	340000,0	0,0	0	0
2723 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL MYRIAM ERVILHA- RECANTO DAS EMAS	340000,0	0,0	0	0
2724 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	3360652,0	5855415,00	5369967,61	3489048,40
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	5264398,0	1499995,00	0	0
0003 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	2374398,0	1499995,00	0	0
2718 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 01- PLANALTINA	340000,0	0,0	0	0
5499 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CAIC CASTELO BRANCO- GAMA	340000,0	0,0	0	0
5523 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE 52-TAGUATINGA	340000,0	0,0	0	0
5528 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CAIC JUSCELINO KUBITSCHKE-NÚCLEO BANDEIRANTE	340000,0	0,00	0	0
5533 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE 46-TAGUATINGA	340000,0	0,0	0	0
5546 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE VARJÃO-VARJÃO	340000,0	0,0	0	0
5553 - REFORMA DA REDE ELÉTRICA E HIDRÁULICA DO CEF 02 - PLANALTINA	150000,0	0,0	0	0
5554 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NA ESCOLA CLASSE 15	100000,0	0,0	0	0
5555 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NO CE2 DO GUARÁ	300000,0	0,0	0	0
5556 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA EM UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL - EC1 SHIS	300000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3632 - SAÚDE ESCOLAR	181400,0	0,48	0	0
0001 - SAÚDE ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	58463,0	0,00	0	0
0002 - SAÚDE ESCOLAR-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	42505,0	0,00	0	0
0004 - SAÚDE ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	55016,0	0,00	0	0
0005 - SAÚDE ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	25416,0	0,48	0	0
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	100715335,0	133476588,94	132742928,42	112563791,16
0002 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	64704840,0	94288862,00	93761942,61	75587632,39
9534 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	17850604,0	22467725,00	22467725,00	21803965,69
9535 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	9581007,0	8977673,00	8910471,87	8009028,99
9533 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	3859142,0	3022586,94	2965967,94	2526536,77
9537 - TRANSPORTE DE ALUNOS-UNIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	4719742,0	4719742,00	4636821,00	4636627,32
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	4696509,0	35933,0	0	0
1700 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE NO JARDIM MANGUEIRAL- SÃO SEBASTIÃO	340000,0	0,0	0	0
9316 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	3616509,0	35933,0	0	0
9322 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-CEF JARDINS MANGUEIRAL-SE- SÃO SEBASTIÃO	340000,0	0,0	0	0
9329 - CONSTRUÇÃO ESCOLA NO PARANOÁ PARQUE	400000,0	0,0	0	0
3231 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	134895,0	3000000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2710 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-SE-DISTRITO FEDERAL	134895,0	3000000,0	0	0
3237 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	1425865,0	2000000,00	0	0
0003 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	1425865,0	2000000,00	0	0
3241 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	495572,0	200001,00	0	0
0002 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-RECONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO DA QNP 30-CEILÂNDIA	0	200000,0	0	0
0003 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-SE-DISTRITO FEDERAL	495572,0	1,00	0	0
3272 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO	6134228,0	3702630,00	0	0
9328 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	5394228,0	3702630,00	0	0
9333 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO-CED JARDIM MANGUEIRAL-SE-SÃO SEBASTIÃO	340000,0	0,0	0	0
9338 - CONSTRUÇÃO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 401 - SAMAMBAIA	400000,0	0,0	0	0
5023 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	574090,0	0,0	0	0
2278 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-CIL JARDIM MANGUEIRAL- SÃO SEBASTIÃO	340000,0	0,0	0	0
9525 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-CENTROS INTERESCOLARES DE LÍNGUAS/CIL - SE-DISTRITO FEDERAL	234090,0	0,0	0	0
1755 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	16646706,0	32547454,00	10318887,03	8353726,77
0006 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC-SE-DISTRITO FEDERAL	16646706,0	32547454,00	10318887,03	8353726,77
2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	5152172,0	5974085,00	3564578,98	3503872,34

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	4152172,0	5974085,00	3564578,98	3503872,34
0004 - FOMENTO À EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO DF -- EM 2019	1000000,0	0,0	0	0
3234 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	2718300,0	17018271,43	11761918,64	10717820,24
2929 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE-ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONALIZANTES - SE-DISTRITO FEDERAL	2718300,0	17018271,43	11761918,64	10717820,24
3239 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL	294253,0	0,0	0	0
0002 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	294253,0	0,0	0	0
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	14050000,0	16911503,00	7004856,32	6599887,68
4379 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	3664463,0	6924964,00	197736,24	131990,75
4380 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	8335537,0	9986539,00	6807120,08	6467896,93
4389 - AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS	500000,0	0,0	0	0
4390 - EQUIPAMENTOS PARA PARQUES INFANTIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - DISTRITO FEDERAL	600000,0	0,0	0	0
4391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - ADEQUAÇÃO DE ESPAÇOS - CRECHES - SE - DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
4392 - APOIO À REALIZAÇÃO DO PROJETO VIVENCIANDO UMA HISTÓRIA	350000,0	0,0	0	0
4393 - APOIO AO PROJETO LAR EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA MONT SERRAT	300000,0	0,0	0	0
2442 - CARTÃO CRECHE	304000,0	0,0	0	0
0001 - BOLSA EDUCAÇÃO INFANTIL-SE-DISTRITO FEDERAL	304000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3238 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	55080,0	0,0	0	0
2733 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	22950,0	0,0	0	0
2734 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	32130,0	0,0	0	0
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	25535354,0	33803993,00	4741027,14	4658702,40
9354 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE -SE-DISTRITO FEDERAL	21806906,0	31382093,00	4741027,14	4658702,40
9355 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	3388448,0	2421900,00	0	0
9359 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-JARDINS MANGUEIRAL-SE- SÃO SEBASTIÃO	340000,0	0,0	0	0
9069 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL	148000000,0	188747199,0	188573404,00	188479187,88
0001 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL-CRECHE-DISTRITO FEDERAL	114443678,0	148140877,0	148118689,08	148034115,86
0002 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA-DISTRITO FEDERAL	33556322,0	40456322,0	40454714,92	40445072,02
0003 - TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES DE ENSINO INFANTIL-AUXILIO FINANCEIRO - CASA DE ISMAEL - PLANO PILOTO .	0	150000,0	0	0
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	7121048,0	4785252,21	3840703,49	3079622,39
0003 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	6991676,0	4785252,05	3840703,49	3079622,39
4386 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-DF ALFABETIZADO - SE-DISTRITO FEDERAL	129372,0	0,16	0	0
2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	3634023,0	3851379,00	3292617,00	3233534,84

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	3634023,0	3851379,00	3292617,00	3233534,84
5051 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	83060,0	0,0	0	0
0002 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	83060,0	0,0	0	0
5112 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	340000,0	0,0	0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	340000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	1026493789,00	1275320693,24	1169903579,83	1054009596,52

Apresentados os recursos orçamentários e financeiros utilizados no Programa temático 6221 – Educa Mais Brasília, dos profissionais da educação. Para tanto, esta Secretaria de Estado de Educação, no ano de 2019, realizou diversas atividades, conforme delineado a seguir:

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

1 - Ensino Infantil

A Secretaria de Estado de Educação orienta e monitora, pedagogicamente, o cumprimento do objeto das parcerias formalizadas por Termo de Colaboração entre a SEEDF e as Organizações da Sociedade Civil para a oferta de Educação Infantil às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, em tempo integral de 10 horas, em conformidade com o Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil e outros normativos pedagógicos e com o descrito na legislação vigente (Lei Nacional nº 13.019, de 2014; Decreto Distrital nº 37.843, de 2016; Ato Normativo Setorial da SEEDF).

No ano de 2019, o atendimento da Educação Infantil se deu em 54 Centros de Educação da Primeira Infância – CEPI e 63 em Prédio Próprio das Entidades, totalizando 117 Instituições Educacionais Parceiras. Foram atendidas 16.437 crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade na creche e 4.554 crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade na pré-escola, totalizando 20.991 crianças com acesso a primeira etapa da Educação Básica.

Também foi realizado acompanhamento e orientação do atendimento da Educação Infantil às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, nas Unidades Escolares Públicas em parcerias com as CRE/UNIEB, em conformidade com o Currículo em Movimento do DF e demais documentos normativos da SEEDF e do MEC.

No ano de 2019, a oferta da Educação Infantil se deu em 270 Unidades Escolares Públicas que atendeu 45.231 crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade. Sendo que entre essas UE, 17 atenderam bebês e crianças bem pequenas, computando 734 crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade. Entre creche e pré-escola totalizaram-se 45.965 crianças atendidas na primeira etapa da Educação Básica (fonte Censo Escolar). E, entre as Instituições Educacionais Parceiras e Unidades Escolares Públicas, foram atendidas, na Educação Infantil, 66.956 crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade.

-Plenarilha da Educação Infantil- ocorre durante todo o ano letivo em cada Unidade Escolar (Pública e Parceira), com três momentos para compartilhamento das experiências

vivenciadas, nível local, regional e distrital. A etapa distrital se constituiu em um evento realizado na Biblioteca Nacional de Brasília, atendendo um público aproximado de 1.600 crianças de 0 à 5 anos e 11 meses de idade, com atividades de contação de histórias, teatro, música, oficinas de mágica, palhaços, cirandas, perna de pau e encontro com escritores e ilustradores de literatura infantil. A SEEDF contou com o apoio das CRE e órgãos externos, como o SESC, TCB, Corpo de Bombeiros, Detran e a Biblioteca Nacional.

O lançamento da VII Plenarilha ocorreu no 1º Dia de Formação da Educação Infantil, data prevista em calendário escolar. Esse evento tem o objetivo de oportunizar momentos de estudo, formação, debate e reflexão sobre a temática da Plenarilha, com a presença de palestrantes que compartilham conhecimentos com cerca de 5 mil profissionais da educação que atuam na Educação Infantil.

2 - Ensino Fundamental

Já no Ensino Fundamental, a organização escolar em Ciclos para as Aprendizagens atende ao PDE 2015-2024, Meta 2, Estratégias 2.3, 2.7 e 2.14, Meta 5 e Meta 7, representam outra forma de organização dos tempos e espaços escolares, tendo em vista o atendimento aos diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes, considerando a lógica do processo de organização em Ciclos para as Aprendizagens, a utilização de uma pedagogia diferenciada sustentada no trabalho coletivo, na avaliação diagnóstica e formativa que garanta as aprendizagens e a progressão de todos os estudantes matriculados nas unidades escolares.

A Rede Pública de Ensino universalizou a implementação do Bloco Inicial de Alfabetização desde o ano 2008, em todas as unidades escolares que ofertavam os 1º, 2º e 3º anos. Em 2013, os Pareceres do Conselho de Educação nº 225/2013 e nº 251//2013 e a Portaria nº 26, de 24 de setembro de 2014, aprovaram a Política de Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens do 2º bloco do 2º Ciclo e do 3º Ciclo, contemplando todo o Ensino Fundamental, com implantação gradativa e por adesão das instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Em 2018, todas as unidades escolares (UEs) da Rede foram organizadas em Ciclos, como dispõe a Lei nº 5.499/2015 do PDE.

Em 2019, trabalhos foram feitos a partir da universalização do 3º Ciclo para as Aprendizagens nas unidades escolares do Distrito Federal. Cada Unidade Escolar, na sua singularidade, teve autonomia para elaborar a Proposta Pedagógica e executá-la conforme suas necessidades. Para a efetividade da implementação dos Ciclos para as Aprendizagens são necessários: monitoramento, acompanhamento, avaliação e política de formação dos profissionais e dos colegiados das instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A adesão aos Ciclos para as Aprendizagens se deu de forma gradativa totalizando 100% das UEs em 2018, sendo ainda recentes os estudos, aprofundamentos e desenvolvimentos de práticas nessa perspectiva.

Considerando a necessidade de formação, estudos, atividades de aprofundamento e reflexão dessa prática, destacam-se a seguir as ações realizadas:

-Encontro de Formação sobre Projeto Interventivo para o Terceiro Ciclo do Ensino Fundamental - O objetivo do encontro foi o compartilhamento de experiências sobre a Estratégia de Intervenção Pedagógica, prevista nas Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 3º Ciclo para as Aprendizagens desenvolvidas pelas Unidades de Ensino, a partilha de experiências exitosas por escolas, debate e apresentação de estudos de casos sobre a temática. Participam todos os coordenadores intermediários das 14 Unidades de Educação Básica-Uniebs das Coordenações Regionais de Ensino-CREs.

-Elaboração dos Cadernos de Revisão e da Avaliação de Acompanhamento para o Ensino Fundamental - A elaboração e revisão dos Cadernos de Revisão que foram distribuídos a todas as escolas da rede. Elaboração de provas dos Anos Finais da avaliação de acompanhamento

do 1º Bimestre, com participação, ainda, da revisão de conteúdo, diagramação e texto de todos os cadernos do 4º ao 9º ano.

-Visita técnico-pedagógica para estudo de caso em unidades escolares do Ensino Fundamental – no Centro de Ensino Fundamental 01 do Guará realizou-se uma visita com o intuito de conhecer os registros de avaliação desenvolvidos e os meios encontrados pela escola para a aplicação das estratégias pedagógicas que fazem parte da organização do trabalho pedagógico do 3º Ciclo. A visita aconteceu no dia 1º de abril de 2019. Nessa UE, foram apresentados registros em um programa criado pela própria gestão escolar e utilizado para registro pelo Conselho de Classe, gerando também registro individual dos estudantes. A partir dos dados lançados pelo Conselho, o programa produz relatório individual dos estudantes, contendo as aprendizagens destacadas pelos docentes.

No Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima de Planaltina a visita à escola foi com o objetivo de conhecer os projetos interventivos realizados pela UE no 3º Ciclo para as Aprendizagens. A escola oferece ao aluno que apresenta dificuldades no processo de aprendizagem atividades de reforço por meio de projeto interventivo no decorrer do bimestre, encaminhando os estudantes para aulas de reforço no turno contrário, em espaço físico apropriado para o atendimento. Utilizando essa estratégia como projeto Interventivo, a escola tem alcançado maior sucesso na aprendizagem dos estudantes.

- Seminário de formação de professores de matemática - Realizado no auditório da CEPAG Guará, nos turnos matutino e vespertino, seminário de formação de professores de matemática. O público-alvo foram os professores e coordenadores locais e intermediários da SEEDF. O evento contou com palestra sobre o tema "Matemática para professores - Uma nova abordagem da base matemática".

-Seminário Impactos da Reprovação Escolar - O encontro teve como meta refletir sobre os impactos da reprovação escolar e a ineficácia dessa metodologia para a garantia dos direitos de aprendizagens dos estudantes. Participaram 178 gestores, coordenadores locais e coordenadores intermediários. Foram compartilhadas pesquisas que apontam que a reprovação é um recurso pedagógico bastante utilizado, mas que se torna ineficaz na medida em traz prejuízo ao estudante. Baixa autoestima, frustração, abandono e evasão escolar são algumas consequências da reprovação, que causa enormes prejuízos tanto ao estudante quanto ao país, na medida em que onera o sistema de ensino público. O evento indicou a importância da avaliação formativa para que o estudante tenha sucesso. Pretende, ainda, refletir sobre estratégias pedagógicas para o enfrentamento da reprovação escolar, apontando caminhos capazes de garantir o direito de aprendizagem dos nossos estudantes, tais como: Política de Ciclos; Progressão Continuada; Projeto Interventivo e reagrupamento; Monitorias; Protagonismo Estudantil; Projetos Pedagógicos.

-Encontro Pedagógico "Aprendizagem e Avaliação no Ensino Fundamental - Resultados que Transformam"- Houve, nesse evento, a apresentação do material Aprova Brasil para o Programa Escolas que Queremos: Estratégias de Intervenção, contando com a análise dos materiais e esclarecimentos de dúvidas. O foco da ação é fortalecer o acompanhamento sistemático das aprendizagens dos estudantes por meio de avaliações diagnósticas e processuais. Esses dados serão utilizados para elaborar estratégias de intervenção para os estudantes que apresentarem dificuldades. A SEEDF tem o objetivo de utilizar o material como suporte complementar nas atividades de orientação acerca de avaliações de larga escala, como o SAEB.

O encontro contou com as palestras "Avaliações e Medidas Educacionais" e "O futuro do professor"; orientações gerais para as unidades escolares. Participaram do evento mais de 600 profissionais da educação: professores, gestores, coordenadores pedagógicos.

-Vivências de Acompanhamento Pedagógico no Ensino Fundamental – As ações foram norteadas tomando como referência: Avaliação Diagnóstica; Índices de Repetência, Evasão,

Abandono, Defasagem Idade-Ano; Dependência e Reprovação; Resultados 2019 (Notas por disciplina, anos finais – I-Educar); IDEB; Estudos de casos dentro e fora da escola. Elas são importantes porque geram o Indicador de Rendimento, utilizado no cálculo do IDEB. Cientes dessa situação, nos meses de maio, junho e julho, a SEEDF promoveu visitas às Uniebs com o objetivo de promover uma reflexão sobre a permanência escolar e questões que envolvam a infrequência e evasão dos estudantes da Secretaria de Educação do DF. A ação esteve presente nas 14 Regionais de Ensino com a formação de 301 professores - CIAs e CIs - debatendo e refletindo sobre as questões que envolvem a permanência e o abandono escolar.

A ação foi realizada em Pólos nas CREs e envolveu as 14 Regionais de Ensino com a formação de 267 professores, debatendo e refletindo sobre as questões que envolvem a aprendizagem dos estudantes e o impacto da reprovação. Nas vivências foram feitas reflexões sobre as aprendizagens e a proficiência dos estudantes por meio da análise do resultado do SAEB e das Provas Diagnósticas realizadas pelos estudantes da SEEDF. Num segundo momento, foi tratada a ineficácia da reprovação e seus prejuízos na trajetória escolar dos estudantes.

-Alfabetização na SEEDF - Até 2018 a SEEDF vinculou o Centro de Referência de Alfabetização/CRAI para atender ao PDE 2015-2024, Meta 2, estratégia 2.15, Meta 5, estratégias 5.6 - 5.8 e Meta 7, que tem como diretriz a produção e disseminação de conhecimentos, experiências e pesquisas vinculadas a temáticas relevantes à Organização Escolar em Ciclos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Sua atuação visa à proposição de ações direcionadas para a orientação, acompanhamento, intervenção e avaliação do trabalho pedagógico.

Com a promulgação da Lei nº 3.483, de 25 de novembro de 2004, o Distrito Federal estabeleceu a implantação do Ensino Fundamental de nove anos na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, antecipando-se, portanto, ao restante do país. Em 2005, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal iniciou a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos. Para dar suporte às escolas e professores, as seguintes ações foram realizadas:

* Formação Continuada para Gestores, Supervisores, Coordenadores Intermediário de Acompanhamento, Coordenadores Intermediários e Coordenadores Locais. Tema; "Descritores em Destaque"/SAEB e IDEB- 435 educadores atendidos.

- Elaboração e execução da formação do curso para professores e coordenadores pedagógicos dos Anos Iniciais - Alfabetização em Destaque: Práticas e reflexões sobre alfabetização – 119 educadores atendidos.
- Vivência de Acompanhamentos nas 14 CREs do DF: Projeto Interventivo e Reagrupamento nos anos iniciais – 299 coordenadores locais e intermediários;
- Participação na 1ª Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (CONABE), realizada pelo MEC.
- Criação de um Grupo de Trabalho (GT Alfabetização) com especialistas em alfabetização da SEEDF.

* Programa Mais Alfabetização - Objetivando atender à determinação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que se refere à conclusão da alfabetização até o término do 2º ano, bem como dar uma resposta à demanda originada com os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), o Ministério da Educação (MEC) constituiu, em 22/02/2018 (Portaria MEC nº 142), o Programa Mais Alfabetização (PMALFA) como a estratégia ministerial que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do Ensino Fundamental.

Ao potencializar as ações pedagógicas voltadas ao apoio e fortalecimento do processo de alfabetização nas escolas, o PMALFA contribui positivamente para a melhoria das aprendizagens dos estudantes e favorece a determinação da Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22/12/2017, ao estabelecer que nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades, para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos.

O diferencial do PMALFA é poder contar com Assistentes de Alfabetização, auxiliando os professores alfabetizadores semanalmente durante cinco horas nas unidades escolares não vulneráveis, e por dez horas semanais nas unidades escolares vulneráveis. Em 2019, o Distrito Federal pôde contar com 79 unidades escolares cadastradas no PMALFA.

Após conhecer in loco o trabalho realizado pelas unidades escolares participantes por meio das visitas de acompanhamento ocorridas durante dezembro/2019, ficou claro à Coordenação Estadual do PMALFA no DF, por meio dos relatos dos gestores, que o Programa trouxe ganhos significativos à autonomia e aprendizagem dos estudantes.

3 - Novo Ensino Médio

Em 2019, a SEEDF convidou as Unidades Escolares (UEs) da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal a participar da seleção para o projeto-piloto de implementação do Novo Ensino Médio a partir do ano 2020.

Em novembro de 2019, com a adesão à Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018, do Ministério da Educação, que institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNEM), o qual prevê apoio financeiro para a implantação do Novo Ensino Médio, mais 7 (sete) UEPs foram selecionadas. Ao final das etapas, 12 (doze) Unidades Escolares foram eleitas segundo critérios relacionados ao engajamento da comunidade escolar, à gestão de pessoas, às características da oferta educacional e à participação em determinados programas de fomento. Foi elaborada, em 2019, a primeira versão do Catálogo de Itinerários Formativos, com vistas à formação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto contempladas com a oportunidade de aplicar um novo modelo educacional na rede pública de ensino do Distrito Federal.

O Catálogo contou com colaborações diversas, gestadas, sobretudo, no âmbito das práticas pedagógicas diversificadas bem sucedidas dos professores da rede. As contribuições foram coletadas por meio de um template, no qual as escolas puderam compartilhar os projetos que já executam. A ideia foi de municiar as escolas-piloto do Novo Ensino Médio com opções de unidades curriculares integrantes dos Itinerários Formativos.

Houve a preocupação com a formação Continuada voltada aos servidores da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EAPE para atuarem como multiplicadores. Foi realizada com a abordagem das temáticas: Metodologias Ativas, Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil. A formação foi ministrada por um banco e por servidores da SEEDF e teve como objetivo capacitar os multiplicadores sobre as diversas temáticas do Novo Ensino Médio.

-Formação Continuada voltada aos professores das escolas-piloto - A formação continuada tem o objetivo de integrar os professores das Escolas-piloto à proposta do Novo Ensino Médio. A proposta objetiva a garantia das aprendizagens essenciais referenciadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, também, da oferta de itinerários formativos organizados e estruturados pedagogicamente.

-Plano de Formação Continuada - Novo Ensino Médio - A SEEDF realizou, no 2º semestre de 2019, a formação continuada de 252 Profissionais da Educação das Escolas-piloto que realizarão a implementação do Novo Modelo de Ensino Médio a partir de 2020.

O objetivo da formação foi promover a capacitação dos Profissionais da Educação no desenvolvimento de metodologias e estratégias pedagógicas diversificadas para o Novo

Ensino Médio, com abordagens relacionadas ao Novo Currículo do Ensino Médio, ao Projeto de Vida, às Metodologias Ativas, à Pedagogia de Projetos e à elaboração de Unidades Curriculares Eletivas Orientadas.

- Formação STEAM - Em novembro de 2019, foi realizado o curso de formação STEAM TechCamp DF, com o objetivo de fomentar a implantação de práticas inovadoras, com abordagem integrada e baseada em projetos. STEAM é um acrônimo em inglês para as disciplinas Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática.

A formação foi voltada aos professores das Escolas-Piloto que participaram de uma palestra sobre "STEAM" para a pedagogia do século XXI" e de oficinas sobre: arduíno, ferramenta scratch, projeto de vida, pedagogia de projetos e metodologias ativas. O evento foi organizado com o apoio da Embaixada dos Estados Unidos, Instituto Federal de Brasília, Casa Thomas Jefferson e Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.

Com essa ação houve um incremento ao conhecimento dos docentes em STEAM, impulsionando a aplicação de estratégias diversificadas de ensino no desenvolvimento da estrutura curricular da nova organização do Ensino Médio, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

-Itinerário Formativo de Educação Profissional Técnica (EPT) -A formulação de ações voltadas à implantação do Itinerário Formativo de Educação Profissional se caracteriza como um conjunto de iniciativas que visa oportunizar ao estudante a formação técnica e profissional. Os estudantes matriculados no Ensino Médio regular terão a possibilidade de cursar integralmente um itinerário técnico, fazer um curso técnico, junto com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou até mesmo um conjunto de FICs articuladas entre si.

No que diz respeito à formalização de parcerias para a oferta deste itinerário, há duas ações no âmbito da SEEDF: parcerias com entidades/instituições externas e parcerias com unidades escolares da rede.

Quanto às entidades/instituições externas, estão em processo de finalização os Planos de Trabalho com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

-Currículo em Movimento do Ensino Médio - Em 2019, com a homologação da BNCC para o Ensino Médio, fez-se necessária a construção de uma nova edição do Currículo em Movimento para a etapa. Essa revisitação curricular considerou o amplo conjunto de reformas propostas pela legislação vigente, sobretudo o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96), das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM/2018) e dos Referenciais Curriculares para Elaboração de Itinerários Formativos (Portaria MEC nº 1.432/18), sem perder de vista os princípios basilares da educação expressos na Constituição Federal de 1988.

-Programa Político do Futuro - O programa é uma iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e visa conscientizar crianças e adolescentes (de 7 a 17 anos) acerca da importância de sua participação social e política. Para tanto, desenvolve atividades pedagógicas diversificadas, tais como: palestras, simulações de eleições com urnas eletrônicas, peças teatrais, gincanas etc.

-Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) - O PJB é um programa da Câmara dos Deputados, que objetiva contribuir para o desenvolvimento da cidadania, por meio da formação de jovens acerca do funcionamento da democracia representativa e da importância tanto da participação social quanto do controle social.

Os estudantes de Ensino Médio selecionados vivenciam, nas dependências da Casa, o trabalho dos Deputados Federais, elaborando projetos de leis e debatendo sobre temas de grande importância para o país. A SEEDF assinou o Termo de Adesão PJB e realizou a indicação de

um coordenador distrital e de seu suplente. Para divulgar o programa, foi criado o guia do PJB 2019, manual de professores e um guia de perguntas frequentes.

- Programa Jovem Senador - O Programa Senado Jovem Brasileiro engloba o Projeto Jovem Senador e o Concurso de Redação do Senado Federal. O nome-síntese Jovem Senador é utilizado para referir-se ao conjunto das atividades do Programa. O Jovem Senador é realizado anualmente e proporciona aos estudantes - de até 19 anos - de Ensino Médio das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo no Brasil.

A cada ano é proposto um tema de redação como forma de ingresso, e um texto de cada unidade da federação é selecionado para representá-la em quatro dias de jornada parlamentar no Senado Federal, durante a qual os estudantes debatem e votam projetos.

A SEEDF assinou o Termo de Adesão Jovem Senador e realizou a indicação de um coordenador distrital e de seu suplente, realizando ações de incentivo e de divulgação do programa junto às Coordenações Regionais de Ensino. Além disso, constituiu-se uma banca examinadora para selecionar três redações, as quais foram enviadas ao Senado Federal, a fim de participarem da etapa final do concurso.

- Por dentro do PAS/UnB - O Programa de Avaliação Seriada (PAS) é um processo seletivo da Universidade de Brasília (UnB), realizado ao longo dos três anos do Ensino Médio regular. Atualmente, a Universidade destina a metade das vagas em todos os seus cursos aos aprovados no Programa, abrindo as portas da Instituição, de forma gradual e progressiva, para os estudantes do Ensino Médio.

A SEEDF promoveu ações para divulgação e orientação acerca do PAS 2019, incluindo o edital publicado pela Universidade de Brasília e um guia prático para auxiliar na divulgação do certame nas Unidades Escolares.

-Por dentro do ENEM - O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame estudantes que estão concluindo ou que já tenham concluído o Ensino Médio em anos anteriores.

O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.

A SEEDF promoveu ações para divulgação e orientação acerca do Enem 2019, bem como o edital publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e um guia rápido para auxiliar na divulgação do certame nas Unidades Escolares.

-Simulado DF - O Simulado DF é uma ação alinhada ao programa "Por Dentro do Enem". Seu objetivo central é preparar os estudantes do Ensino Médio para o Enem. Para tanto, sua prova apresenta as mesmas características do certame nacional (número de itens, cartão resposta, redação dissertativa-argumentativa), e sua aplicação também segue os mesmos ritos.

Os participantes têm acesso aos resultados individuais, permitindo-lhes verificar suas potencialidades e fragilidades nas áreas de conhecimento. As UEs recebem os resultados gerais de seus estudantes, o que contribui para o planejamento de ações pedagógicas interventivas. Do ponto de vista da gestão da SEEDF, a avaliação, associada a outros exames e a índices externos, contribui para o alinhamento de políticas públicas educacionais.

-Unidades Escolares que ofertam Ensino Médio Integrado à Educação Profissional -A SEEDF também realizou o acompanhamento pedagógico das Unidades Escolares (UE) que ofertam o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMI).

Com o objetivo de realizar o acompanhamento pedagógico das UEs que ofertam EMI e, assim, proceder a intervenções pedagógicas pertinentes, a SEEDF fez uma análise dos dados de abandono, reprovação e aprovação dessas escolas.

Além disso, são realizadas reuniões e visitas técnicas periódicas a fim de fazer o levantamento das demandas para o desenvolvimento da integração do Ensino Médio com a Educação Profissional.

-CEPAG - O Centro de Educação Profissional Articulado do Guará - Professora Teresa Ondina Maltese (CEPAG) foi criado a partir de uma nova concepção de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio. A unidade funciona como um centro de atendimento de práticas profissionais em regime de intercomplementaridade e tem como objetivo o desenvolvimento de ações compartilhadas entre as Unidades Escolares da rede pública de ensino do DF, para a implementação de políticas públicas, com vistas a oportunizar a melhoria da qualidade do Ensino Médio e a inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Em 2019, para o acompanhamento pedagógico do CEPAG, foi elaborado um plano de trabalho com o propósito de fomentar, apoiar e compartilhar demandas necessárias ao bom funcionamento da Unidade Escolar. O referido plano relaciona os desafios a serem transpostos, de modo a efetivar a proposta pedagógica que prevê a integração curricular, além de reduzir o número de desistências e avaliar o aproveitamento nos cursos.

4 - Educação de Jovens e Adultos - EJA

-Revisitação do Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos - O processo de revisitação do Currículo em Movimento foi realizado justamente no ano de 2019 para que a EJA fosse inserida no movimento nacional de alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular, porém, com o cuidado de considerar todas as especificidades dos sujeitos atendidos pela modalidade.

À frente do desafio de contemplar a diversidade representada pelos estudantes da EJA, é necessário atentar ainda às especificidades do atendimento, de forma a garantir a todos o direito à educação. Nesse sentido, reconhece-se a importância de se trabalhar o currículo, considerando a Educação Especial, a EJA nas Prisões, a EJA na Educação do Campo, a EJA a Distância e a EJA integrada à Educação Profissional.

- Semana da EJA e aplicação de Formulário Diagnóstico - A "Semana da EJA" é uma ação de grande importância para o fortalecimento da modalidade no DF e está prevista no Calendário Escolar da Rede Pública de Ensino. Em 2019 aconteceu entre os dias 16 e 20 de setembro e para aproveitar esse momento a SEEDF elaborou dois formulários diagnósticos, com o objetivo de conhecer e mapear o perfil dos estudantes e professores da modalidade, bem como fomentar, a implementação de políticas públicas que atendam às especificidades do público da EJA.

- Composição do Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal – CDI/DF, criado pela Lei nº 218, de 26 de dezembro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 13.970, de 28/05/1992

- A elaboração de Políticas Públicas que contemplem os sujeitos da EJA atendendo as necessidades dos idosos, encontra-se prevista na Meta 9 do PDE (2014-2024). Destaca-se que consta ainda da Constituição da República Federativa do Brasil o direito do idoso ao acesso à educação (artigo 23, inciso V).

Como órgão responsável pelo acompanhamento e fiscalização desta Política, foi instituído o Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal – CDI/DF, que também atua como órgão consultivo e deliberativo para as ações voltadas à sua área de atuação. Neste órgão, a SEEDF possui duas representações. Com a formação das comissões permanentes, iniciaram-se ações para capacitação dos novos conselheiros empossados e para o estabelecimento das agendas de atuação destas comissões. Neste sentido, realizou-se no dia em outubro evento em comemoração ao Dia do Idoso, cuja programação contou com a participação de

aproximadamente 300 (trezentos) idosos, ocorrendo apresentações artísticas e ações informativas executadas por órgãos do governo, dentre os quais a SEEDF, abordando as possibilidades de oferta da EJA e esclarecimentos sobre a modalidade.

- Programa ELA PODE - O Programa Ela Pode é uma iniciativa do Instituto Rede Mulher Empreendedora com o apoio do Google, cujo objetivo é capacitar 135 mil mulheres brasileiras, garantindo independência financeira e poder de decisão sobre seus negócios e vidas.

Para a SEEDF, o programa disponibilizou em 2019 um total de 20 (vinte) multiplicadoras com o intuito de atender às unidades escolares que ofertam a Educação de Jovens e Adultos nas 14 (quatorze) regionais de ensino, em três formatos: Formação Estendida, Formação Resumida e Workshop. O programa ofereceu, ainda, uma formação complementar online e gratuita, com foco na prática, 100% aplicável ao negócio da empreendedora, com mais de 60 (sessenta) videoaulas.

A SEEDF sugeriu, para realização do referido Programa, 20 (vinte) unidades escolares, considerando os indicadores sociais do Censo Escolar do DF 2018. As estudantes manifestaram satisfação com a formação, comprovando a necessidade e a importância da realização de mais eventos como esses nos quais tiveram contato com temáticas relacionadas ao empreendedorismo, empregabilidade, comunicação, liderança, negociação, finanças, negociação, finanças e ferramentas digitais.

- Projeto Cristolândia DF&GO - A proposta de formalização de parceria entre esta Secretaria de Estado de Educação - SEEDF e a Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira/Cristolândia DF&GO, visa à execução do Projeto Cristolândia DF&GO e as tratativas iniciaram-se em dezembro de 2018. O objeto da parceria é a oferta de educação para jovens, adultos e idosos em situação de rua, que são acolhidos pelo Projeto Cristolândia DF&GO para tratamento e recuperação do uso de álcool e outras drogas, por meio do corpo docente do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília - CEJAEP/EaDEducação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade de educação à distância.

Como resultado das discussões entre as partes implementou-se projeto-piloto e 20 estudantes foram matriculados no CEJAEP, dos quais, ao final de 2019, 4 concluíram o Ensino Médio e outros 4 foram encaminhados para a Escola Técnica de Ceilândia, após o período de internação, para conclusão da Educação Básica e qualificação profissional.

-Abertura de "turmas vinculadas" - Em atendimento às Metas 8 e 9, do Plano Distrital de Educação e Plano Nacional de Educação, respectivamente, que preconizam a universalização da alfabetização e consequente erradicação do analfabetismo de jovens, adultos e idosos, foi implementada, em 2019, a oferta de Turmas Vinculadas de alfabetização de adultos, em parceria com a 4ª edição do projeto "Vivendo e Aprendendo", do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, que visa alfabetizar colaboradores terceirizados daquele e de outros órgãos adjacentes.

- Ciclos de formação sobre EJA Integrada à Educação Profissional - A SEEDF realizou entre os dias 01 e 29 de agosto de 2019 ciclos de formações para os servidores das 14 Coordenações Regionais de Ensino - CREs - e do Centro Educacional 01 de Brasília. Essa ação faz parte do planejamento das ações da Secretaria de Estado de Educação do DF e estão embasadas na Lei nº 5.499/2015, que aprovou o Plano Distrital de Educação, documento referência para com período de vigência de 2015 a 2024, cujas Metas 9 e 10 e suas respectivas estratégias, determinam que, no mínimo, 75% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos sejam ofertadas na forma integrada à Educação Profissional; e 100% da educação ofertada nas prisões, respectivamente.

Como estratégia de ação, o objetivo desse ciclo de formação foi promover a discussão das possibilidades de atendimento que propiciem a inserção dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos no mundo do trabalho, tendo como público-alvo os coordenadores

intermediários, orientadores, coordenadores pedagógicos, professores em coordenação e gestores das unidades escolares ofertantes da modalidade EJA, além dos estudantes das Unidades Escolares.

-A oferta de educação no Sistema Prisional - O atendimento educacional ofertado nos estabelecimentos penais às pessoas em cumprimento de pena judicial de privação de liberdade do DF é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em seus respectivos segmentos e etapas.

Os projetos pedagógicos, de uma forma geral, pretendem estimular a consciência crítica do indivíduo, fortalecendo vivências, propiciando a aprendizagem por meio de uma educação de qualidade, favorecendo, assim, o exercício da cidadania, promovendo o desenvolvimento, a ressocialização e a reinserção dos estudantes na perspectiva de uma participação ativa na sociedade e no mundo do trabalho.

-Participação da SEEDF no I Curso de Otimização de Políticas Públicas no Sistema Prisional - curso de formação promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), de 10 a 14/06, com os seguintes temas: Políticas Públicas, Intersetorialidade, Política de Educação, Política de Trabalho e Renda, Assistência Social e Assistência Religiosa, Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica, Política de Saúde e Política para Mulheres e Grupos Específicos.

-Projeto de Remição de Pena pela Leitura – “Ler Liberta: uma perspectiva de ressocialização nos estabelecimentos penais do Distrito Federal” - O Projeto de Remição de Pena pela Leitura “Ler Liberta” iniciou-se em agosto de 2018 e realizou quatro ciclos de leitura no ano, contabilizando 2.389 obras literárias emprestadas e 1.457 participantes aptos à remição. Ressalta-se que tais números não são absolutos, uma vez que grande parte dos leitores participou de mais de um ciclo.

Em 2019, as atividades do projeto tiveram continuidade nas seis unidades prisionais do Distrito Federal. Em fevereiro, o projeto começou a ser desenvolvido, também, no Núcleo de Custódia da Polícia Militar (NCPM), localizado no 19º Batalhão da Polícia Militar.

5 - Educação Inclusiva e Integral

A Educação Inclusiva é o atendimento educacional aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA, altas habilidades e ao Programa da Educação Precoce, na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Nesse contexto a oferta da educação especial, na Rede Pública de Ensino do DF, é realizada em Classes Comuns (inclusivas), Classes Especiais (unidades escolares), Centros de Ensino Especial e atendimentos especializados em Instituições parceiras.

O resultado alcançado por esta Secretaria, quanto aos estudantes da Educação Inclusiva, no ano de 2019, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, totalizou 18.417 estudantes, sendo: da educação especial, 11.470 estudantes com deficiência; 3.328 com Transtorno do Espectro Autista - TEA, 742 com altas habilidades e, 2.877 crianças e bebês atendidas pelo Programa da Educação Precoce, nas unidades escolares inclusivas (100% da Rede Distrital) e 13 Centros de Ensino Especial.

Dados gerais da Educação Inclusiva, nos quadros a seguir:

Tabela 1- ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL p/ tipo de atendimento Rede Pública de Ensino do DF

Descrição	Tipo de Atendimento	2019
Estudantes	Diferentes deficiências	11.470
Estudantes	Transtorno do Espectro Autista - TEA	3.328
Estudantes	Altas Habilidades	742
Bebês e Crianças	Programa da Educação Precoce	2.877
	TOTAL de estudantes atendidos EDUCAÇÃO ESPECIAL	18.417

Tabela 2 - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL p/ tipo de unidade escolar Rede Pública de Ensino do DF

escrição	Unidades	2019
-----------------	-----------------	-------------

Estudantes	Inclusivas	11.470
Estudantes	Especializadas (13 Centros de Ensino Especial)	4.943
Bebês e crianças	Programa da EDUCAÇÃO PRECOCE (19 unidades)	2.877
	TOTAL de estudantes atendidos EDUCAÇÃO ESPECIAL	18.417

Os resultados da Educação Inclusiva foram alcançados devido às seguintes ações e atividades realizadas pela Secretaria de Educação:

-Análise de Planos de Trabalho para a viabilização de parcerias para a melhoria da Educação Inclusiva/Especial do Distrito Federal, como: ABRACE, Biblioteca Braille, APADA, Classes Hospitalares, ICS, IFB – Equoterapia, UNICEUB – Sala de Fisioterapia, Instituto Banda Sinfônica, Instituto Dom Orione;

-Aprovação de parcerias para a melhoria da Educação Inclusiva/Especial do Distrito Federal, como: AMPARE AC Nº 07/2018, ANDE Brasil AC 06/2018, APAE AC Nº 03/2019, APAED Nº 05/2019, CEAL AC Nº 08/2018, Pestalozzi Nº 09/2018, UCB – Espaço Convivências AC Nº 04/2019, RPMOM PC Nº 14 de 14/09/2017;

-Participação em eventos de cunho pedagógicos, administrativos e/ou jurídico/legislativo, como: Seminário Infância e Juventude da Escola da Defensoria Pública do DF, Seminário sobre Políticas Bilíngues para Surdos – MEC, Seminário sobre Políticas de Atendimento aos Estudantes com Altas Habilidades – MEC, Seminário no Ministério da mulher, da família e dos Direitos humanos sobre prematuridade;

-Realização de 1635 (um mil seiscentos e trinta e cinco) estudos de 'Casos Omissos', a partir da análise documental e discussão com Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares para enturmação e adequação dos atendimentos educacionais especializados em 2020;

-Realização de 1112 (um mil cento e doze) entrevistas aos professores efetivos da SEEDF para concessão de aptidão para o trabalho com alunos com deficiências, TEA e altas habilidades, visando a ampliação do atendimento; Resposta a noventa e oito (98) processos referentes aos Órgãos de Controles do DF;

-Mapeamento de 472 (quatrocentos e setenta e duas) Salas de Recursos generalista em atendimentos;

-Mapeamento de 40 (quarenta) Salas de Recursos específicas de atendimento de estudantes Deficientes Auditivos/Surdos em funcionamento;

-Mapeamento de 24 (vinte e quatro) Salas de Recursos específicas de atendimento de estudantes Deficientes Visuais em funcionamento; Mapeamento de 59 (cinquenta e nove) Salas de Recursos específicas de atendimento de estudantes com Altas Habilidades, em funcionamento; Mapeamento 551 (quinhentos e cinquenta e um) Classes Especiais da rede pública do DF;

-Mapeamento de 525 (quinhentos e vinte cinco) estudantes com deficiências visual inseridos no I-Educar em 2019;

-Mapeamento de 1140 (um mil cento e quarenta) estudantes com deficiência auditiva/surdez inseridos no I-Educar em 2019;

-Mapeamento de 1745 (um mil setecentos e quarenta e cinco) estudantes com deficiências e altas habilidades/superdotação inseridos no I-Educar em 2019; Mapeamento de 525 (quinhentos e vinte cinco) estudantes com deficiências visual inseridos no I-Educar em 2019;

-Mapeamento de 8204 (oito mil duzentos e quatro) estudantes com deficiência intelectual, com ou sem outras comorbidades, inseridos no I-Educar em 2019; Realização de reunião de formação com os professores da educação Precoce sobre o atendimento de bebês cegos

Foram realizados cursos de capacitação dos profissionais da Secretaria de Educação como: - Coordenadores Intermediários da Educação Especial: Desafios e possibilidades Atendimento

Educacional Especializado Para Altas Habilidades-Superdotação; Curso – LIBRAS 1B; Educação Bilíngue de Surdos; Libras, Codocência e Sinais - Termo no Ensino de Ciências Língua de Sinais Brasileira - Ciclo 1, Nível 1A, 1B e 1C Sistema Braille Integral; Sorobã Básico Pela Ordem Menos Elevada – Técnica Ocidental; Pré-Sorobã: a construção do conceito de número e do processo operatório e o encontro dialógico das quatro operações fundamentais no Sorobã com estudantes com deficiência visual; Atividades pedagógicas inclusivas nos Sistema Dos Vox; Educação bilíngue; Tradução de textos de especialidade na sala de aula.

A Educação em Tempo Integral na rede pública de ensino do Distrito Federal, ofertada nas escolas, ancora-se na perspectiva de ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, possibilitando às crianças adolescentes e jovens envolverem-se em atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, promovendo uma prática pedagógica que otimize a formação integral e integrada do estudante.

No ano de 2019, foram atendidos 30.736 estudantes, de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em 198 Unidades Escolares, sendo 186 da Educação Básica (Ed. Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio) e 12 do Programa do Ensino Médio em Tempo Integral, com jornadas variadas: 125 UE em 8 horas diárias, 18 UE em 9 horas diárias, sendo 12 de EMTI, e 55 UE em 10 horas diárias.

- Ensino Médio Tempo Integral - EMTI:

Foram implementadas ações educativas no que tange às inovações, a tecnologia, ao científico e a integração das áreas de conhecimento tanto na realização dos projetos pedagógicos da Matriz Curricular do EMTI, quanto na Formação Continuada dos docentes do Programa do EMTI, bem como a realização de encontros com os referidos parceiros nas Unidades Escolares do EMTI.

A SEEDF envidou todos os esforços para realizar as ações e atividades pertinentes à implementação das Políticas Públicas voltadas para a educação e atendimento das metas de universalização da educação inclusiva e integral, consubstanciando as bases para elevar a qualidade e o alcance de melhores resultados para a formação dos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e valorização dos profissionais da educação, com foco no Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal.

6 - Educação em Eixos Transversais

-Programa de formação continuada Escola da Terra - O Programa foi instituído pela Portaria MEC/SECADI nº 579, de 02 de julho de 2013. No Distrito Federal foi implementado por meio de parceria entre a SEEDF, a Universidade de Brasília/Faculdade UnB Planaltina (FUP) e o MEC - com o objetivo de promover a ampliação da oferta de formação continuada de professores, atendendo às necessidades específicas relativas à formação dos docentes que atuam nas escolas do campo.

Foi coordenado pela SEEDF/DCDHD/GCAM e implementado entre setembro de 2018 e junho de 2019, por meio da oferta de formação e certificação realizada pela UnB/FUP, com carga horária de 180 horas - em regime de Alternância Pedagógica de tempos de estudo (Tempo Universidade e Tempo Comunidade). Abrangência: 120 professores que atuam no âmbito da Educação do Campo do DF.

-Dia do Campo - A formação ampliada denominada Dia do Campo é um importante instrumento pedagógico que compõe as ações formativas em Educação do Campo na rede de ensino de forma descentralizada e territorializada com atuação e protagonismo das UNIEB e apoio da DCDHD/GCAM, envolvendo todas as UE do Campo das CRE. Foram realizadas atividades pedagógicas em cinco das nove Regionais de Ensino que possuem escolas do campo e mobilizou toda a comunidade escolar.

Constitui um importante espaço para diálogo, troca de experiências/vivências pedagógicas e saberes entre a comunidade escolar, tendo as novas normativas da Educação do Campo como

eixo articulador das discussões e ações, além de subsidiar a construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental de cada escola participante.

-Encontros Formativos em Educação do Campo - Nos 1º e 2º semestres de 2019 foram realizados Encontros Formativos nas 09 (nove) CRE com escolas do campo - para apresentação e discussão da Portaria SEEDF nº 419, de 21 de dezembro de 2018, que institui a política pública de Educação do Campo no DF e as Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública do DF, aprovadas pela Portaria nº 224, de 01 de julho de 2019. Participaram desses encontros professores, gestores e coordenadores pedagógicos das Unidades Escolares do Campo, bem como coordenadores intermediários das CRE/UNIEB e equipe da Gerência de Educação do Campo da Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade.

-Formação em Comunicação Não-Violenta nas unidades escolares da socioeducação "Aprenda a dialogar com empatia" - Ação em parceria com a Escola da Defensoria Pública do DF, cujo objetivo foi possibilitar aos profissionais da Educação tornarem-se um mediador, facilitador, promovendo a reflexão em sua prática docente, subsidiando ações pedagógicas inovadoras embasadas nos direitos humanos e no SINASE e conseqüentemente diminuindo os conflitos gerados no ambiente escolar.

- Implantação do Projeto Piloto "Educação Digital" (Parceria com a UNB, SEEDF e SEJUS) - Projeto cujo objetivo foi realizar formação inicial, em Educação Digital, para os estudantes da Unidade de Internação de Saída Sistemática/UNISS, visando o mundo do trabalho. As Oficinas tiveram como temáticas: a elaboração de Curriculum Vitae; uso de Mídias Sociais; Canvas e Edição de Fotos

-Acompanhamento do Projeto "Direito para a Liberdade" (Parceria com a Defensoria Pública do DF, SEEDF, SEJUS, MPDFT e TJDF) - O objetivo do projeto é promover a cidadania, a inclusão social, a justiça e o respeito por meio da educação em direitos, de forma que os adolescentes percebam-se sujeitos de direitos, aproximando-os das leis, de seus direitos, mas também de seus deveres.

-Avaliação da implementação das Diretrizes Pedagógicas Escolarização na Socioeducação - reuniões com os diversos setores da SEEDF com o objetivo de avaliar a implementação das Diretrizes Pedagógicas Escolarização na Socioeducação, visando uma possível atualização/adequação a realidade atual.

-Mês de Combate ao Racismo Nas Escolas - Entre os dias 19 de outubro e 20 de novembro de 2019, a SEEDF promoveu um mês de ações levadas às escolas. Foi criado um catálogo com 10 oficinas pedagógicas que poderiam ser escolhidas pelas escolas a partir das temáticas abordadas. Foi enviado ainda para as escolas um Cadernos de Sugestões Pedagógicas contendo indicações de materiais e práticas pedagógicas antirracistas para serem desenvolvidas pelos professores da Rede.

-Semana Maria da Penha Nas Escolas: Instituída pela Lei Nº 6.325, de 10 de julho de 2019, tendo ocorrido pela primeira vez em 2019. Período entre os dias 24 a 25 de novembro. Nessa semana foram oferecidas oficinas para serem levadas às escolas da Rede.

a) Abertura da Semana com a oficina "Direitos Humanos e a Lei Maria da Penha - Ode a uma Mulher Inspiradora";

b) Ações no Decorrer da Semana oficinas sobre Lei Maria da Penha;

c) Culminância da Semana com o "Festival de Curtas do CEM 12 de Ceilândia".

-Rodas de Conversa sobre Femicídio: Trata-se de uma ação com o objetivo de levar às/aos estudantes informações acerca do ciclo dos relacionamentos tóxicos que podem desencadear em um caso de feminicídio. Em 2019 esta ação contou com a parceria de artistas locais e diversas profissionais voluntárias, como delegadas, policiais civis, advogadas, defensoras

públicas, professoras, cantoras e poetas, para falar sobre o ciclo dos relacionamentos tóxicos, que podem desencadear em feminicídio. Este ano percorreu todas as 14 CREs.

-Seminário Março Mulher Educadora: Promovido como parte das comemorações do Mês das Mulheres na Educação, em alusão ao Dia Internacional da Mulher – 8 de março – e do compromisso com as ações afirmativas para os direitos de Meninas e Mulheres e com o combate a toda forma de violência. Apresentou palestra sobre a violência contra as mulheres, vídeo institucional, apresentação cultural.

-Seminário "Diálogos Indígenas - Desconstruindo Estereótipos e Afirmando Identidades": Objetivou promover a troca de experiências a partir da vivência de indígenas que atuam no campo educacional; buscar a desconstrução de estereótipos que marginalizam a cultura indígena e valorizar a identidade dos povos indígenas por meio da ampliação do conhecimento de suas especificidades. O evento foi um momento de formação que reuniu lideranças indígenas, professoras/es de diferentes regionais e diferentes níveis e também da Subsecretaria de Educação Básica, estudantes, indígenas e outras/os servidoras/es e funcionárias/os da SEEDF.

- I Encontro "Ensino Religioso na Rede Pública do DF - Normativas e Práticas Pedagógicas" - Discutiu as orientações pedagógicas e normativas acerca do Ensino Religioso na rede pública de ensino do Distrito Federal; construiu um diagnóstico sobre as práticas pedagógicas da oferta do componente curricular Ensino Religioso nas escolas do Distrito Federal; conheceu o quadro de professores que ministram a disciplina de Ensino Religioso no Distrito Federal e Apresentar o Conselho de Ensino Religioso do Distrito Federal – CONER

- Seminário "A Escolarização e o Acolhimento da População em Situação de Rua na SEEDF" - Teve como objetivo possibilitar um momento de formação do corpo docente e toda comunidade escolar acerca de uma educação que respeite a população em situação de rua, em suas especificidades, como um direito garantido; fomentar reflexões acerca das violências reiteradamente vivenciadas por estudantes pertencentes a grupos sociais minoritários; Apresentar as Diretrizes Operacionais e pedagógicas para a Escolarização da População em Situação de Rua - PEPOP (2018-2023) e, com isso; possibilitar aos nossos profissionais conhecer a diversidade e particularidades dos diferentes grupos estudantis que temos em nossa Rede; Conhecer a escola POP (EMMP) e sua dinâmica pedagógica.

- II Seminário Enfrentamento às Drogas na Escola - O evento contou com a realização palestras e de debates acerca das temáticas relacionadas à drogadição e os cuidados que a escola e a família devem ter especialmente com adolescentes nos comportamentos que merecem atenção: companhias, mentiras excessivas, isolamento social da família.

- Seminário "Escola e Justiça na Prevenção à Violência" - O objetivo de promover um momento de aprendizagem e capacitação para os profissionais da educação lidarem com as diferentes experiências e conflitos existentes nas relações sociais do ambiente escolar.

- II Congresso Maria da Penha vai à escola - Entrega das premiações do 1º Prêmio Maria da Penha vai à escola, cujo objetivo foi dar visibilidade às melhores práticas para a prevenção de violência contra a mulher. Foram oferecidas oficinas pedagógicas a todas/os profissionais da rede pública de ensino do DF, tratando de relações afetivas, comunicação não violenta e o papel da escola no atendimento e encaminhamento das situações de violência sexual.

- III Seminário de Enfrentamento às Drogas nas Escolas - Drogas: Prevenção e Ação - como parte das ações de enfrentamento à violência e construção da cultura de paz em nossas escolas, teve como público-alvo os Orientadores Educacionais, Pedagogos e Psicólogos da EEAA das Coordenações Regionais de Ensino de Santa Maria, Recanto das Emas e Gama, bem como os Conselhos Tutelares das respectivas Regiões Administrativas. Organizado em painéis que discutirão temas ligados à prevenção e ao enfrentamento ao uso nocivo de drogas.

- Empenhadas pela Educação - Participação de representantes da SEEDF na segunda edição do curso de capacitação EmPENHAdas pela Educação, que une o projeto "Mulheres Inspiradoras" (SEEDF) com o programa "Maria Faz a Diferença na Escola" (Tribunal de Justiça/MS). O curso foi realizado em Campo Grande (MS) e reuniu juízas, professoras/es e gestoras/es educacionais da rede de ensino de Campo Grande, Corumbá, Nova Andradina, Angélica e São Gabriel do Oeste.

- Realização de Concurso para Valorização de Projetos Exitosos das Escolas - As premiações buscam reconhecer boas práticas na Rede Pública de Ensino relacionadas à Educação em e para os Direitos Humanos.

a) "Prêmio Maria da Penha vai à Escola";

b) "Prêmio De Olho na Verdade: SEEDF, Instituto Auschwitz e Diálogos Nórdicos no Combate à fake news".

- Fórum de Educação para as Relações Étnico-Raciais do DF - Fórum ERER -Instituído pela Portaria nº 20 de 01/02/2018. Trata-se de um coletivo estratégico para a participação e controle social de políticas de combate ao racismo na educação atuando como protagonista no processo de avaliação e acompanhamento de ações. Em 2019, foi promovida a rearticulação e retomada das atividades para consolidação do Fórum ERER, que atende ao preceito constitucional de garantia de participação social na formulação e implementação de políticas públicas.

- Política de Acolhimento e Escolarização de Estudantes em Situação de Refúgio - A SEEDF realizou ações iniciais, em 2019, para a construção de um política de acolhimento na Rede Pública de Ensino. Para tanto foi realizado o levantamento do quantitativo de estudantes refugiadas/os nas escolas da SEEDF, informando a língua falada e materna; também foi realizado o levantamento do quantitativo de professoras/es com formação em Português Brasileiro como Segunda Língua (PBSL), assim como foi solicitado a inclusão dessa informação nos formulários do Censo Escolar a partir de 2020.

-Política de Escolarização de Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Institucional - Realizaram-se reuniões na Promotoria de Justiça da Infância e Adolescência para abordar o Acolhimento Institucional. Dentre seus objetivos, destacam-se a articulação com os setores da SEEDF, da Secretaria de Saúde, da SEDES e das Entidades que ofertam o Serviço de Acolhimento Institucional, com vistas ao fortalecimento da Política de Escolarização e criação de uma metodologia de atendimento para as Instituições de Acolhimento.

- Acompanhamento das Escolas de Natureza Especial EMMP e EPC/PROEM - Foi realizado junto à Escola de Meninos e Meninas do Parque da Cidade (EMMP) seminário para apresentação e estudo das Diretrizes Operacionais e pedagógicas para a Escolarização da População em Situação de Rua - PEPOP (2018-2023), também acompanhamos processos de aberturas de novas turmas. Junto à Escola do Parque da Cidade (EPC/PROEM) foi realizado o acompanhamento da escrita das Diretrizes Operacionais da Escola, assim como de eventos diversos para tratativas junto às Unidades de Acolhimento Institucional, assim como a gestão acerca de projetos específicos da escola. Composição de Bancas de Aptidão para seleção de profissionais de educação para atuarem nessas escolas.

-Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio): Elaboração de materiais informativos e orientadores direcionados às/aos profissionais da rede pública de ensino, Solicitação de Inclusão da Referida data no calendário escolar de 2020; Participação com estudantes de escolas públicas da Ação Social Federal Kids, de iniciativa da Polícia Federal contra o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil; e caminhada "Faça Bonito: Denunciar e Proteger!", com a CRE do Gama.

-Dia Nacional contra o Trabalho Infantil (12 de junho): Instituído pela Lei nº 11.542, de 12 de novembro de 2007. Encaminhamento às UE de Sugestões Pedagógicas para subsidiar o

planejamento de ações pedagógicas alusivas ao enfrentamento do trabalho infantil a serem desenvolvidas, preferencialmente, nos meses de junho a outubro, tendo como marco inicial o dia 12 de junho e término no dia 12 de outubro - Dia da Criança.

-Semana de Prevenção ao Uso de Drogas no DF": Instituída pela Lei Distrital nº 1.433 de 21/05/1997. Envio de material de apoio às UE, e promoção de ações pedagógicas durante toda a semana, incluindo até mesmo a família das/os estudantes. Finalização com seminário formativo.

-Criação do Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Brazlândia - CEP-ETBRAZ - As atividades se iniciaram com a participação nas audiências públicas realizadas na Região Administrativa de Brazlândia e entorno, para averiguar o interesse da comunidade por cursos técnicos a serem ofertados na nova Unidade Escolar. Foram realizadas audiências em diferentes espaços públicos da região, com a participação de estudantes, pais, autoridades e comunidade em geral.

-Oficina SETEC: Novos Caminhos e Apoio à Implementação do Itinerário da Formação Técnica Profissional - No período de 17 e 18 de dezembro, a equipe da Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação realizou um encontro com representantes de todas as Unidades Federativas para apresentar dados e discutir a implementação do Itinerário da Formação Técnica Profissional.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

O principal objetivo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por meio de ações de assistência técnica e financeira. Em 2019, o Pronatec realizou suas ações por meio de 03 subprogramas: o Mediotec, o Prisional e o Pronatec Geral. Em 2019, a SEEDF teve um total de 682 Formandos em Cursos Técnicos no Pronatec, sendo 244 em cursos de áreas diversas e 438 em cursos na área da saúde

- MEDIOTEC - é um programa criado pelo Ministério da Educação que visa proporcionar aos jovens a oportunidade de realização de um curso técnico em concomitância com o ensino Médio. Além de qualificar os estudantes para o mundo do trabalho, o programa oferece ao estudante um incentivo financeiro pago em pecúnia (Bolsa Formação Estudante) de acordo com a hora aula frequentada, acompanhamentos psicológicos individuais e em grupos.

O atendimento individual tem por objetivo a escuta da história de vida do educando, levantamento de necessidades e possíveis encaminhamentos ou acompanhamento caso necessário. Em cada unidade, o Coordenador responsável indica educandos que demonstram alguma necessidade do atendimento, bem como são atendidos aqueles que buscam o serviço espontaneamente.

Além dos atendimentos individuais, são realizadas atividades em grupo em cada turma do Mediotec, sob temática definida previamente focada nas demandas identificadas nos atendimentos individuais e em diálogos com as Coordenações. Em situações específicas, há a necessidade de atividades interventivas de acordo com as demandas pontuais das turmas.

- PRONATEC prisional - foi criado no ano de 2018 pelo MEC e Ministério da Justiça e a Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEEDF firmou novamente parceria para a oferta de cursos de formação inicial e continuada dentro das dependências do sistema prisional do DF para o público privado de liberdade. Conforme as turmas foram avançando em seu conteúdo pedagógico, percebeu-se que os estudantes internos também demandavam necessidades de cunho emocional e psicológico e necessitavam de um acompanhamento mais eficaz e técnico no tocante aos seus desejos, suas frustrações e seus projetos futuros, principalmente relacionados ao contexto em que vivenciam e ao contexto em que terão que se adaptar quando egressos do sistema penitenciário.

Foi utilizado com o objetivo de proporcionar um espaço de reflexão que possibilite a abertura para novas perspectivas de ressignificação e protagonismo de suas vidas; promovendo a interação, participação, integração, partilha, diversão, envolvimento, leveza e engajamento. São disponibilizadas ferramentas para o planejamento de ações futuras, apresentando as dimensões propostas, Relacionamento, Trabalho, Auto Cuidado, Espiritualidade e Crescimento Humano, para realização do processo de auto avaliação e reflexões.

-PRONATEC Geral - abrigam cursos técnicos na forma concomitante, subsequente, EAD, mulheres mil e de formação inicial e continuada. Voltado para estudantes da rede pública de ensino do DF, Jovens privados de liberdade, mulheres em situação de vulnerabilidade e desempregados em geral.

- Mulheres Mil- Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal - O Programa Mulheres Mil foi instituído nacionalmente em 2011 e, tem por objetivo promover a formação profissional de mulheres, preferencialmente, em situação de vulnerabilidade social. O intuito é que elas consigam, através do ensino e formação, aumento de sua renda familiar e possibilidades mediante o mundo do trabalho. No Distrito Federal, o programa inovou lançando os primeiros cursos técnicos do Brasil na modalidade ativa: Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal. As estudantes foram selecionadas por meio do CADÚNICO, conforme critérios estabelecidos na cartilha do programa.

A proposta de trabalhar com público específico e delimitado como do Programa Mulheres Mil exige uma metodologia de ensino aprendizagem mais inclusiva, que considere os saberes prévios das educandas e o contexto que estão inseridas. Todas as atividades do processo de ensino aprendizagem são construídas com intencionalidades pedagógicas ou objetivos educacionais, norteados pelas habilidades e competência de cada unidade educacional. Para ter clareza e otimizar o processo de trabalho do facilitador para todas as atividades pedagógicas são construídos Termos de Referências (TR) que descrevem minuciosamente toda a atividade pedagógica e inclusive os objetivos educacionais da atividade.

As atividades acontecem em grupos de 10 educandas e um facilitador onde a maioria das atividades é desenvolvida, em alguns casos são realizadas atividades em grupos maiores. Outro diferencial é o atendimento aos filhos das estudantes durante o período de aula teórica ou estágio realizados pelos monitores nas brinquedotecas montadas nas unidades de ensino pelo programa, é um grande incentivo a permanência e êxito das estudantes na conclusão do curso.

-Formatura Curso Técnico na modalidade Mulheres Mil - No corrente ano de 2019, o Pronatec realizou a primeira formatura de Curso Técnico na modalidade Mulheres Mil (Enfermagem). O evento ocorreu em 30/08/19 e foi realizado no Auditório da EAPE (Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação), contando com o auxílio na organização e logística da equipe de Psicólogas. Nesta solenidade as formandas tiveram a oportunidade de dividir este momento com familiares, amigos, professores numa cerimônia simbólica de certificação.

-Política de Livro, Leitura e Bibliotecas da SEEDF - A Gerência de Políticas de Leitura – GPLEI coordena, acompanha e desenvolve as políticas do livro, da leitura e das bibliotecas escolares e escolares-comunitárias no âmbito da rede pública de ensino do DF, em consonância com suas competências regimentais.

Em razão disto, a SEEDF entende que a escola pública, reconhecida como espaço privilegiado da vivência democrática e de desenvolvimento do potencial criador de seus estudantes, deve contribuir para a discussão e a vivência da pluralidade cultural, na medida em que, entre outras estratégias e metodologias, consegue democratizar o acesso ao livro didático, de literatura e paradidático de qualidade, formando professores e estudantes leitores críticos.

-Programa Nacional Do Livro E do Material Didático (PNLD) - O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, programa do Governo Federal, é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. A execução do PNLD é realizada de forma alternada e são atendidos em ciclos diferentes os quatro segmentos: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Os segmentos não atendidos em um determinado ciclo recebem livros, a título de complementação, correspondentes a novas matrículas registradas ou à reposição de livros avariados ou não devolvidos.

Em 2019, 100% das unidades escolares do DF que ofertam Anos Finais do Ensino Fundamental realizaram a escolha do livro didático na plataforma PDDE Interativo. Durante o ano, ocorreu o processo de Remanejamento Interno e Externo do livro didático, por meio de planilhas eletrônicas de carências e excedências preenchidas pelas UNIEB/CRE.

-Programa Escrevendo O Futuro – Olimpíadas De Língua Portuguesa (OLP) - A Olimpíada de Língua Portuguesa integra as ações do Programa Escrevendo o Futuro, uma iniciativa do Ministério da Educação e do Itaú Social, com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC. É um concurso de produção de textos para alunos de escolas públicas de todo o país, com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita nas escolas públicas, por meio de ações de mobilização para a formação de professores de língua portuguesa e da disponibilização de materiais com orientações pedagógicas para uso em sala de aula, além da promoção da reflexão sobre práticas educativas voltadas para o desenvolvimento das competências leitora e escritora. O tema das produções é "O lugar onde vivo", que propicia aos alunos estreitar vínculos com a comunidade e aprofundar o conhecimento sobre a realidade local, contribuindo para o desenvolvimento de sua cidadania.

Em 2019, ocorreu a 6ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, reforçando a valorização da interação de crianças e jovens com seu território. Para tanto, a SEEDF realizou, no Auditório D João VI do Museu da Imprensa, o "Encontro de Divulgação Qualificada da 6ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro".

-Feira Do Livro De Brasília (FELIB) - A Feira do Livro de Brasília é um evento que faz parte do calendário da cidade e busca envolver o leitor em diversas atividades culturais, por meio do livro e da leitura. Em 2019, ocorreu a 35ª Felib com o tema "Biblioteca - Espaço do Prazer e do Aprender", entre os dias 06 e 16 de junho, no Complexo Cultural da República. O evento contou com mesas de debate, lançamentos de livros, encontros com escritores, apresentações artísticas, homenagens e uma grande diversidade de estandes de editoras e livrarias, bem como encontros de formação para educadores, para a troca de experiências entre educadores e renomados especialistas, a fim de estimular a inovação e a produção colaborativa de conhecimento no DF.

Em 2019, a SEEDF buscou fortalecer o desenvolvimento dos projetos Caixa-Estante Sustentável e Painel Folclórico, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento da competência leitora dos estudantes em diferentes etapas da educação básica.

-Caixa-Estante Sustentável - O Projeto Caixa-Estante constitui-se em uma atividade de ampliação dos espaços de leitura na unidade escolar, sob a forma de uma estante ambulante, composta de bem móvel e cerca de 200 livros com temáticas variadas, cujo objetivo é apoiar as atividades de leitura em sala de aula ou em qualquer outro espaço da escola, de maneira que a leitura se torne mais acessível, permitindo ao estudante manusear, interagir, visualizar e desenvolver diferentes habilidades de leitura, por meio do contato diário com os livros que compõem a Caixa-Estante

-Rede De Bibliotecas: Sistema Integrado De Bibliotecas Do Distrito Federal (SIBDF) - A SEEDF, em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, formalizou, por meio de Portaria Conjunta, uma rede de bibliotecas escolares e públicas, no âmbito do Distrito Federal, a fim de promover um sistema integrado com a utilização de um software único, Koha.

A fim de definir as diretrizes do Sistema Integrado de Bibliotecas do DF, foram realizadas diversas reuniões junto à SECEC. Além disso, as referidas reuniões revelaram a necessidade de oferta de treinamento específico para o uso do software.

-Projeto Transição - Partindo da perspectiva do desenvolvimento humano e da proposta de Educação Integral estabelecida por esta SEEDF, e dando continuidade a um processo iniciado em 2014, retomou-se a elaboração do projeto "Transição Entre as Etapas da Educação Básica". O projeto, em fase de validação, visa à proposição de Orientações Pedagógicas capazes de subsidiar os processos educativos que acompanham as exigências de aprendizagem definidas de acordo com cada etapa da trajetória escolar, através de ações coordenadas e articuladas organicamente, voltadas para a transição educativa, especialmente as passagens de uma etapa para outra da Educação Básica.

É um projeto que trata da transição dos sujeitos no espaço escolar atentando para os possíveis movimentos como o ingresso, as mudanças entre fases, etapas e modalidades da Educação Básica, de espaço, de trocas culturais e possíveis desafios que estes momentos proporcionam.

-Promoção da Cultura de Paz - A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social - (SSPDF) retomaram em 2018, com continuidade em 2019, as atividades do Programa Viva Brasília nas Escolas como um trabalho conjunto para a promoção da cultura de paz e prevenção/ enfrentamento de violências no ambiente escolar e em suas comunidades.

Este programa possuía quatro eixos de atuação: integração de projetos desenvolvidos pelas secretarias, o diagnóstico da violência, a promoção da cultura de paz nas escolas e a valorização profissional dos servidores da segurança e da educação.

O objetivo da iniciativa é integrar órgãos governamentais, sociedade civil e movimentos de voluntariado no esforço para redução da criminalidade no ambiente escolar. Os dados norteadores das referidas ações foram consolidados com base em questionário respondido pelos diretores das escolas participantes.

Em 2019, o Programa ganhou nova roupagem, na qual coube à Secretaria de Educação redigir um caderno norteador com informações amplas a respeito do conteúdo de Cultura de Paz para que este material pudesse ser utilizado como guia para estudantes e profissionais no intuito de divulgar questões voltadas a direitos humanos e mediação de conflitos para fomentar reflexões pertinentes ao ambiente escolar.

-Participação Estudantil - Esse projeto visa trazer à luz a discussão sobre o conceito de protagonismo na educação, em especial, o estudante se perceber como protagonista de suas aprendizagens e o papel da escola nessa construção. Para isso, a SEEDF busca fortalecer os projetos e os programas sobre protagonismo que já acontecem na Secretaria de Educação (alguns em parceria com colaboradores externos), bem como, por meio da comemoração do dia letivo temático Dia do Estudante, promover as ações que potencializam o estudante como protagonista.

-Realização dos Jogos Escolares do Distrito Federal - é um evento de caráter desportivo que contemplam estudantes da rede pública e particular de ensino. O JEDF é composto por quatro etapas: 12 a 14 anos, 15 a 17 anos, Jogos Noturnos e Jogos Paralímpicos.

Ele serve para fomentar a prática do esporte escolar com fins educacionais e desenvolver o estudante como ser social, autônomo, democrático e participativo, além de garantir o

conhecimento de modo a oferecer mais oportunidades de acesso à prática do esporte escolar aos estudantes.

Ao longo dos anos, os Jogos Escolares se tornaram o maior e o mais tradicional evento esportivo do Distrito Federal, englobando 9.924 estudantes participantes em 2019, destacando-se pela sua grandiosidade em participação e organização e se constitui também como fase seletiva à etapa nacional, denominada Jogos Escolares da Juventude.

-Participação dos Jogos Nacionais da Juventude - Apresentação da ação: os Jogos Escolares da Juventude e Paralimpíadas Escolares contemplam alunos da rede pública e particular de ensino. Os Jogos Escolares da Juventude são divididos em duas etapas: 12 a 14 anos e 15 a 17 anos.

Os Jogos Escolares da Juventude e as Paralimpíadas atingem estudantes de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, reunindo cerca de 12 mil estudantes participantes no total. O Distrito Federal participa anualmente dos Jogos Escolares Nacionais, sendo sempre uma das maiores delegações na competição

-Ampliação do Projeto Educação com Movimento - o Projeto coordena a inserção do professor de educação física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, promovendo o trabalho interdisciplinar do professor de educação física com o professor pedagogo, integrado aos eixos e concepções do Currículo da Educação Básica.

Ressalta-se que sua ampliação visa proporcionar a universalização desse atendimento na rede pública de ensino, conforme critérios que buscam assegurar a qualidade do atendimento do professor de educação física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

-Realização dos Jogos Intercid's - Os Jogos Intercid têm por finalidade a promoção humana dos estudantes do projeto Centro de Iniciação Desportiva – CID, regularmente matriculados no Sistema de Ensino do Distrito Federal, mediante a utilização do esporte como instrumento da educação geral, do aprimoramento das qualidades motoras, do equilíbrio das condições emocionais e do aperfeiçoamento da convivência social.

No ano de 2019 foram realizadas as modalidades de futsal, basquete, voleibol e handebol nas suas quatro categorias e nos dois gêneros, além das modalidades coletivas, o ciclismo, ginástica rítmica, ginástica artística, badminton, atletismo, xadrez, judô, taekwondo, luta olímpica, tênis de mesa.

- Coordenação e acompanhamento pedagógico do Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras - promove práticas corporais para melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar, prioritariamente idosos, orientando e conscientizando sobre a importância da prática de atividades físicas para a saúde, a autoestima e a socialização.

O PGINQ se desenvolve no âmbito social, motor e afetivo através das aulas do Programa que podem ser em diversos formatos, tendo o professor autonomia de elaboração da sua aula dentro dos objetivos do Programa

- Formação: Educação Ambiental e Patrimonial - relações culturais e ambientais na prática pedagógica - A Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEEDF em parceria com a Secretaria de Cultura do Distrito Federal - SECULT e com a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA e Instituto Brasília Ambiental - IBRAM realizou a Formação: Educação Ambiental e Patrimonial - relações culturais e ambientais na prática pedagógica.

O objetivo do curso foi a formação dos professores que atuam na Escola da Natureza, no Projeto Parque Educador e no Projeto Territórios Culturais para atendimento aos estudantes da rede pública de ensino do DF nos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação - UCs, nos Territórios Culturais, e na Escola da Natureza por meio de atividades de educação ambiental e patrimonial. Os conteúdos da formação envolveram, entre outras atividades, conhecimentos sobre a Arqueologia do DF; Fazendas e estradas coloniais; A Missão Cruls e a implantação do

DF; O panorama do Patrimônio cultural no Brasil e DF e o Projeto Aquaripária e Água Matriz Ecopedagógica.

-Termo de Cooperação Técnica do Projeto Parque Educador - No dia 18 de julho, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica - TCT do Projeto Parque Educador, parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado de Educação - SEEDF, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA e Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - IBRAM, do Distrito Federal. O projeto desenvolve ações conjuntas e atividades pedagógicas de interesse comum, no contexto da Educação Ambiental, Integral e Patrimonial da SEEDF.

A nova formalização amplia novas 2 Unidades de Conservação: Parque Ecológico Dom Bosco/Centro de Práticas Sustentáveis - CPS (Lago Sul) e Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo (Riacho Fundo) do Projeto Parque Educador, que atualmente é realizado é 4 Unidades de Conservação/Parques Ecológicos do DF: Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Ecológico Três Meninas e Parque Ecológico Sucupira/Estação Ecológica Águas Emendadas - ESECAE.

- Seleção de Unidades Escolares para o Projeto Parque Educador - A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA - e com o Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, realizou inscrições das Unidades Escolares para participação no Projeto Parque Educador no segundo semestre de 2019. As atividades realizadas envolvem ações ecopedagógicas e lúdicas, tais como: trilhas guiadas, oficinas, práticas integrativas de saúde, palestras e vivências nos espaços naturais nos Parque Ecológicos. O Projeto Parque Educador conta com a infraestrutura das Unidades de Conservação/Parques Ecológicos, oferta de transporte aos estudantes e atividades coordenadas por professores/educadores ambientais, capacitados no trabalho da temática ambiental e patrimonial.

- II Caminhos da Educação - A SEEDF como parte das ações previstas na Portaria nº 287, de 26 de setembro de 2018, que regulamenta a Política de Valorização, Promoção de Bem-Estar e de Qualidade de Vida no ambiente de Trabalho de servidores e demais agentes públicos da Secretaria de Educação.

Trata-se de mais uma ação proposta pela SEEDF cuja intenção é proporcionar um momento de encontro e lazer, em que os servidores e seus familiares possam, juntos, reforçar o valor da educação.

-Lançamento do Projeto Turismo Cívico Pedagógico - No dia 02 de outubro, foi lançado o Projeto Turismo Cívico Pedagógico, parceria da Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal. O Projeto busca a consolidação do Turismo Cívico na Capital Federal, bem como, a promoção da Educação Patrimonial, conforme preconiza a Portaria nº 265/2016, considerando a importância da preservação do contexto histórico, cultural, ambiental e turístico de Brasília.

O Projeto consiste em oportunizar aos estudantes da Rede Pública de Ensino o conhecimento dos antecedentes históricos da construção de Brasília e da fundação da cidade, considerada como um dos fatos históricos mais relevantes do Brasil. Nesse contexto, os estudantes poderão vivenciar as preciosidades desta história, por meio de atividades de Educação Patrimonial, envolvendo cultura, meio ambiente e cidadania.

- Programa Jovens Embaixadores finaliza Etapa Regional - No mês de setembro e outubro foram realizadas visitas da Etapa Regional do Programa Jovens Embaixadores. A etapa consistiu na entrevista dos nove estudantes da rede pública de ensino selecionados pelo Programa Jovens embaixadores. As entrevistas ocorreram em diversos locais do DF e Entorno, como Ceilândia, Santa Maria, Brazlândia, Cristalina, Guará, Planaltina, Riacho Fundo I e Samambaia. Entre os entrevistados, foram selecionados oito estudantes para a Etapa Nacional do Programa, em que serão selecionados até dois estudantes que representarão o

Distrito Federal no intercâmbio de três semanas nos Estados Unidos, em 2020. Ao final do processo seletivo, foram selecionados três estudantes do Distrito Federal, quantitativo inédito na participação do DF no Programa.

Criado em 2002, o Programa Jovens embaixadores têm como alvo estudantes brasileiros que são exemplos em suas comunidades, em termos de liderança, atitude positiva, trabalho voluntário, excelência acadêmica e conhecimento de língua inglesa.

- Jornadas do Patrimônio Regionais - A SEEDF em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa - SECEC, e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN realizou nos dias 20, 22, 27 e 29/08 as Jornadas do Patrimônio Regionais. Os encontros formativos consolidaram um ambiente formativo e de troca de experiências a respeito da Educação Patrimonial e reuniu cerca de 200 Professores e Gestores da rede pública de ensino, em torno da metodologia dos Inventários Participativos, apresentada pelos colaboradores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Nas formações também foram levantadas as referências locais de patrimônio cultural.

- Jornadas do Patrimônio 2019 - Em sintonia com o Dia do Patrimônio Cultural, celebrado no dia 17 de agosto, e, após a realização das Jornadas do Patrimônio Regionais 2019, as Secretarias de Educação - SEEDF e de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal - SECEC realizaram nos dias 12 e 13/09 as Jornadas do Patrimônio 2019. O evento ocorreu no Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul e contou com a participação de mais de 100 pessoas, envolvendo professores, gestores e demais interessados pela temática.

O evento, nesta edição, abordou como eixo temático a história da Pré-Brasília, trazendo o resgate da memória do DF antes da construção da cidade. A programação do evento envolveu diversas temáticas como proteção do patrimônio cultural; educação e patrimônio; participação social nas reflexões e práticas do patrimônio cultural; e identidade, memória e pertencimento.

Na realização das Jornadas do Patrimônio 2019 estiveram reunidas as Secretarias de Educação - SEEDF e de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal - SECEC, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o Museu da Educação, a Universidade de Brasília - UnB e demais parceiros de organizações da sociedade civil que desenvolvem trabalhos sobre Patrimônio Cultural.

-Participação de estudantes do Projeto Parque Educador na Semana do Cerrado - Estudantes da rede pública de ensino participantes do Projeto Parque Educador tiveram seus painéis expostos no Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB. A exposição "Salve meu Cerrado" é composta por painéis de tecido que retratam espécies da fauna e flora. O Projeto Parque Educador é uma parceria entre a Secretaria de Educação, a Secretaria do Meio Ambiente e Instituto Brasília Ambiental.

Integram o Projeto Parque Educador, 6 (seis) Parques Ecológicos/Unidades de Conservação: Saburo Onoyama, Águas Claras, Três Meninas, Sucupira, Riacho Fundo e Dom Bosco, ateliês naturais que inspiraram a produção artística dos estudantes que marcou a Semana do Cerrado, que ocorreu entre os dias 8 a 14 no CCBB.

A presença de espécies da flora e fauna do Cerrado retratados pelas tintas coloridas e criatividade das crianças e adolescentes ajudaram a mudar a paisagem típica do período de seca. Durante toda a semana, os estudantes do projeto vão conferir o resultado do trabalho que executaram durante visitas ao espaço cultural.

O Programa Brasília nos Parques abriga o Projeto Parque Educador e proporciona aos estudantes da Rede Pública de Ensino do DF o contato com a natureza e por meio da educação integral, contribui para a formação de cidadãos ativos e conscientes quanto ao seu papel na preservação socioambiental.

-Gibis Turma do Chico Bento - De Olho na Natureza - A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no trabalho com a Política de Educação Ambiental Formal da SEEDF - Portaria nº 428, de 04 de outubro de 2017 realizou uma ação no Parque Três Meninas em Samambaia em que ocorreu o lançamento do Gibi Turma do Chico Bento - De olho na natureza para a complementação do trabalho pedagógico das Unidades Escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais) da Rede Pública de Ensino do DF. A parceria tem como objetivo a distribuição dos exemplares às Unidades Escolares de maneira a contribuir com as práticas lúdico-pedagógicas dos professores. O material traz a temática do desmatamento e recuperação de áreas degradadas e possibilita a abordagem de diversas atividades de Educação Ambiental com foco em questões socioambientais, como a preservação do meio ambiente, agricultura familiar sustentável, alimentação saudável, preservação da mata nativa, dentre outros.

O enfoque foi sobre Pré-Brasília, lançando o olhar sobre o patrimônio material e imaterial do Distrito Federal a partir da compreensão dos bens materiais de pedra, barro e madeira, símbolos da memória da cidade antes de sua construção, abordando, ainda, os saberes, celebrações, formas de expressão e lugares do Distrito Federal. Foi uma rica oportunidade para divulgar as práticas em Educação Patrimonial desenvolvidas pelos professores e estudantes das Unidades Escolares da SEEDF e por instituições e parceiros que trabalham a valorização da identidade, o pertencimento e a memória da cidade.

ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

A SEEDF desenvolveu e atuou em importantes projetos com repercussão positiva em alunos e comunidade.

A Lei nº 6.273/ 2019 instituiu o Programa Material Escolar objetivando garantir o previsto no inciso VII, do artigo 208, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, prevendo a concessão de auxílio financeiro aos alunos cujas famílias fossem beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no Distrito Federal, com recursos oriundos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e disponibilizado aos beneficiários por meio do Cartão Material Escolar.

No ano de 2019, foram concedidos benefício a 64.652 estudantes da rede pública de ensino do DF. Para a modalidade de Ensino Fundamental, o valor do benefício foi de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) e para o Ensino Médio, o valor foi de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), totalizando o montante de R\$ 19.987.040,00 (dezenove milhões, novecentos e oitenta e sete mil e quarenta reais) dos quais foram utilizados R\$ 18.565.544,35 (dezoito milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e quatro reais, e trinta e cinco centavos).

Foram realizadas um total de 2.407 consultas oftalmológicas em alunos da rede pública de ensino, sendo que 1.310 alunos foram atendidos pela equipe do GDF e 1.097 pela equipe do Rotary Club de Brasília através do Acordo de cooperação.

Foram, também, realizados atendimentos odontológicos aos alunos da rede de Ensino Pública do Distrito Federal, com o objetivo de fornecer atendimento preventivo/curativo odontológico. As ações de odontologia preventiva beneficiam alunos da Educação Básica, com: palestras educativas, ensino de técnicas de escovação, aplicação tópica de flúor, distribuição de escovas dentais e kits de higiene bucal. Em 2019, foram atendidos 973 alunos em Ensino de Técnicas de Escovação/ Escovação Supervisionada; 977 alunos em Aplicação Tópica de Flúor; 258 alunos em Palestras e filmes educativos; 194 kits distribuídos.

Foram realizadas ainda ações de odontologia curativa para beneficiar alunos da Educação Básica como restaurações, exodontias, emergências, profilaxias, entre outros procedimentos.

Durante o primeiro semestre de 2019, foi efetuada uma parceria com o Curso de Odontologia da UDF para o Atendimento de odontologia preventiva e curativa aos alunos nas Unidades Escolares do PROEM e Escola Especial de Deficientes Visuais. Atingindo 127 estudantes da rede.

No ano de 2019, foram realizadas as seguintes atividades em consonância com o Programa de Saúde Escolar:

-Projeto Roda de Conversa Temática- Realização de rodas de conversa com alunos e professores nas unidades escolares sobre temas como Gravidez na Adolescência e Saúde Mental atingiu 4.086 alunos de ensino fundamental; 851 alunos de ensino médio; 637 professores e 251 profissionais da educação.

-Projeto Ciranda - Planejar, estruturar e acompanhar oficinas que promovam a saúde mental e possam ser aplicadas pelos profissionais da unidade de ensino para atender as demandas da comunidade escolar, esta ação alcançou diretamente no seu 1º ciclo 40 professores, 4 orientadores, 45 pais de alunos e, com isso, alcançou, indiretamente, 1.754 alunos, além dos 254 atendimentos médicos. No 2º ciclo o projeto atendeu diretamente 220 alunos, 3 professores e 10 orientadores.

- I Seminário Entre Nós - Diálogos em Saúde Mental - promoveu o encontro de profissionais da educação do DF com especialistas na área de saúde e saúde mental, através de seminários para discutir temas como saúde mental, depressão, suicídio e automutilação no âmbito da Educação. Esta ação foi realizada em 4 polos, e contou com 98 inscritos no Polo Planaltina(04 de setembro), 113 no Polo Guará (11 de setembro), 94 no Polo Gama (09 de outubro)e 82 no Polo Ceilândia (23 de outubro).

-Projeto Diálogos- Promover palestras sobre Distúrbios Alimentares na Adolescência para os profissionais da educação. Esta ação alcançou 54 profissionais da educação.

-Projeto Endereços de Mim, atendimento efetivo a 25 alunos no primeiro semestre e, paralelamente, houve atendimento a 15 Servidores da SEEDF numa ação de acolhimento e ressignificação tendo como tema o Femicídio.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

As atribuições do Programa Nacional de Alimentação no âmbito da Educação estão definidas pela Lei 11. 947, de 16 de junho de 2009, sendo a alimentação escolar um programa suplementar à Educação e composto por ações que visam garantir a oferta de alimentos saudáveis e adequados com a inclusão de ações de educação alimentar e nutricional para todos os alunos da Educação Básica, com a participação da comunidade no controle social.

O Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE-DF, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, referendado pela Resoluções CD/FNDE nº 26, de 16 de junho de 2013, e nº 04, de 02 de abril de 2015, e pela Portaria nº 167, de 14 de setembro de 2010, tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo e de ações de educação alimentar e nutricional. Desta forma, a SEEDF tem atribuições planejar, coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as ações relacionadas à alimentação escolar na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Em 2019, o Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE-DF, da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEEDF, atendeu a uma média diária total de 398.419 (trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e dezenove) alunos de todas as modalidades da educação básica, servindo um total de 98.425.785 (noventa e oito milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco) refeições, nos 200 (duzentos) dias letivos contabilizados em 2019, nas 669 instituições de ensino da SEEDF.

A aquisição dos gêneros alimentícios distribuídos às instituições educacionais no âmbito do PAE-DF foi custeada por fontes orçamentárias vinculadas (fontes 140 e 340), sendo esta verba repassada pelo ente federal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, nos moldes da Resolução CD/FNDE nº 26/2013, bem como foi custeada também por fonte orçamentária do tesouro local (fonte 100) repassada pelo Governo do Distrito Federal.

A alimentação escolar dentro desta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal teve disponível em 2019 um orçamento total de R\$ 89.362.844,52 (oitenta e nove milhões, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), e deste valor foi empenhado o montante total de R\$ 86.815.168,16 (oitenta e seis milhões, oitocentos e quinze mil, cento e sessenta e oito reais e dezesseis centavos), somando 97% (noventa e sete por cento) do recurso disponível. Quanto aos valores pagos aos fornecedores, estes somam o montante de R\$ 84.282.484,239 (oitenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos por toda a execução do ano letivo de 2019.

A compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar continuou a ser estimulada e teve o seu ápice em 2019. Neste ano, foram contratados R\$ 18.923.494,06 (dezoito milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e seis centavos) da agricultura familiar, por meio de um total de 16 (dezesseis) contratos, com entregas semanais em 14 (quatorze) Coordenações Regionais de Ensino e fornecimento de 30 (trinta) tipos de frutas e hortaliças, com execução total destes mesmos contratos na casa de R\$ 12.804.832,17 (doze milhões, oitocentos e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e dezessete centavos).

Foi a primeira vez, como ressaltado anteriormente, que todas as escolas da rede pública distrital receberam gêneros desta natureza, bem como houve ineditismo na obtenção de gastos de ao menos 30% dos valores repassados pelo FNDE para compras direcionados à agricultura familiar, como prevê a Lei Federal nº 11.947/2009. Os contratos de fornecimento de gêneros da agricultura familiar em 2019 têm validade até 30 de março de 2020, o que garante fornecimento adequado destes itens pelos dois primeiros meses do ano letivo que vem.

Em 2019, foram distribuídos 3.682.017,37 kg (três milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, dezessete quilos e trinta e sete gramas) de gêneros alimentícios não perecíveis e 16.696.739,65 kg (dezesseis milhões, seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e trinta e nove quilos e sessenta e cinco gramas) de gêneros alimentícios perecíveis pela execução do ano letivo.

Como forma de melhoria do controle dos saldos dos estoques das unidades escolares, as planilhas de Controle Diário (preenchidas pelas unidades escolares com os quantitativos de gêneros alimentícios recebidos na escola ao longo de uma distribuição de gêneros) continuaram sendo realizadas por meio de planilhas do Google Drive, com uso da ferramenta em modo online, com acompanhamento em tempo real pela equipe técnica de nutricionistas das Coordenações Regionais de Ensino e pela equipe gestora de cada escola.

Dessa forma, com implementação em 2018, monitoramento e prestação de contas tornaram-se otimizadas e mais eficazes, o que possibilitou a SEEDF melhor percepção do planejamento e da execução do orçamento destinado. Esta observação permitiu o aumento do volume de aquisições de gêneros perecíveis dos tipos frutas, verduras e hortaliças, especialmente fomentando a agricultura familiar do Distrito Federal e do Entorno, e até mesmo aumentando a frequência de refeições salgadas para 04 (quatro) durante a semana, já que o gerenciamento dos estoques e a movimentação dos gêneros permitida pela conferência em tempo real subsidiou as estratégias de aquisição. Tal capacidade de substituição na frequência de refeições doces e salgadas levou a um decréscimo da distribuição de biscoitos em estimativa de cerca de 100 (cem) toneladas a cada distribuição de gêneros, por exemplo,

com soma próxima das 700 toneladas por ano letivo, sanando reclamação por parte dos alunos como clientela atendida e diversificando ainda mais os cardápios ofertados.

Tal conferência permitiu, além disso, que processos de apuração de responsabilidade de gestores públicos quanto ao extravio, perda e/ou desperdício de gêneros alimentícios pudessem ter maior celeridade e eficiência. Esta prática foi apoiada pela SEEDF no sentido de educar as equipes gestoras para que o erário fosse zelado de forma mais clara e concisa, sem que o dinheiro público tivesse destinação diversa daquela original do Programa: a oferta aos alunos beneficiários. De tal forma, por meio dos controles realizados, diversos processos de apuração de responsabilidade foram encaminhados à Corregedoria de Educação desta Casa, resultando na devolução de orçamento por parte dos gestores que tiveram práticas diversas daquelas orientadas por esta Casa, tendo em vista se evitar o desperdício de recursos, bem como a repetição de erros sistêmicos percebidos durante anos quanto à gestão da alimentação escolar.

O PAE-DF tem como diretriz o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive os que necessitam de atenção específica. Tais necessidades alimentares especiais encontram-se amparadas na Lei nº 12.982/2014 que determina a obrigatoriedade de elaboração de cardápios especiais para a alimentação escolar, ratificando e fortalecendo as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, determinadas pela Lei nº 11.947/2009. Assim, as adequações dos cardápios a essas especificidades é realizada pelo quadro da SEEDF.

Para 2019 a meta estabelecida pela SEEDF foi a realização de no mínimo 03 (três) atividades de Educação Alimentar e Nutricional por quadrimestre em cada Coordenação Regional de Ensino (CRE), desenvolvidas com base nas demandas pontuais das Unidades Escolares (UE) ou nos temas prioritários apontados pelos nutricionistas das CRE. Além dessas atividades, foram realizadas ações de EAN durante três momentos específicos durante o ano nas chamadas "semanas temáticas". Nesses períodos, realizadas atividades com os seguintes temas:

-1ª Semana temática (06 a 10/05/2019) – Educação para a Vida: Comportamento alimentar e Comida afetiva.

-2ª Semana temática (02 a 06/09/2019) – Influência da Mídia, Publicidade de alimentos e Patrimônio Alimentar e Cultural.

-3ª Semana temática (11 a 15/11/2019) – Alimentação Saudável: Como evitar o desperdício de alimentos?

Tais ações foram realizadas junto à comunidade escolar e tiveram como objetivos: promover a alimentação adequada e saudável; debater sobre a alimentação como um elemento complexo que sofre influências interpessoais, ambientais e sistêmicas; discutir sobre a publicidade de alimentos, com destaque para a importância da leitura atenta dos rótulos de alimentos; contribuir para a prevenção e o controle de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais; valorizar as diferentes expressões da cultura alimentar; fortalecer os hábitos alimentares regionais; reduzir o desperdício de alimentos; e promover o consumo sustentável.

Ao mesmo tempo, a SEEDF firmou parcerias com setores da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, instituições de ensino superior, dentre outros para o planejamento e desenvolvimento de ações que contemplam os temas relacionados à alimentação e nutrição em seu conteúdo e promovem práticas alimentares saudáveis como estratégia importante no contexto educativo, nutricional e pedagógico. Projetos e Programas realizados em 2019:

a) Projeto “Chef e Nutri na Escola”: Este projeto pretende despertar o interesse dos estudantes da SEEDF pelo consumo de uma alimentação nutricionalmente adequada, por meio da preparação de refeições saudáveis, associada à gastronomia. Os gêneros alimentícios utilizados fazem parte dos itens do PAE-DF das Unidades Escolares participantes e um dos principais desafios é a preparação de refeições mais atraentes e apetitosas com o uso dos mesmos gêneros, por meio de técnicas de gastronomia e de nutrição. Conta-se com uma equipe composta por gestores da Unidade Escolar (UE), nutricionista da respectiva Coordenação Regional de Ensino, nutricionista da equipe de EAN, Chef de Cozinha/gastrônomo voluntário e os cozinheiros da UE, valorizando os diversos saberes relacionados à EAN.

b) Projeto “Alimentação na Educação Infantil - Mais Que Cuidar: Educar, Brincar e Interagir”: Esse projeto tem como proposta estimular a autonomia alimentar dos estudantes e promover em toda a equipe da Unidade Escolar maior conscientização sobre os aspectos sociais e nutricionais que envolvem o momento da refeição. A iniciativa de substituir os utensílios utilizados para servir a alimentação escolar visa também valorizar o momento da refeição e aumentar a autoestima dos estudantes. O ato de servir a si mesmo contribui para esse processo, uma vez que o aluno tem a oportunidade de começar a se ver de forma mais ativa no ato de comer.

O Projeto Piloto foi realizado em 2017 e a sua implementação nas 70 (setenta) Unidades Escolares, exclusivamente da modalidade de Educação Infantil, iniciou-se em 2018. O Projeto Piloto abrangeu 10 (dez) Unidades Escolares da Educação Infantil, com cinco formações presenciais nas escolas contempladas, incluindo a aquisição dos utensílios de vidro e inox para testes e uso na alimentação escolar. Houve a elaboração do guia para direcionar as atividades dos gestores, professores e todos os envolvidos no projeto. Em 2018, o projeto abrangeu as 70 (setenta) Unidades de Educação Infantil e em 2019 passou a atender também as creches conveniadas.

Realizou-se em 2019 um encontro de formação voltado aos envolvidos com o projeto nas Unidades Escolares, entre eles gestores, merendeiros, nutricionistas, diretores e coordenadores/supervisores pedagógicos. O evento foi realizado nos dias 14 e 15 de agosto de 2019 e contou com a presença de cerca de 600 participantes.

c) Oficinas de EAN: Tendo em vista o cumprimento da Resolução FNDE/CD nº 26, de 17 de junho de 2013, que atribui à alimentação escolar a necessidade de “inclusão da Educação Alimentar e Nutricional no processo de ensino aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, e, ainda, pensando nas formações continuadas para a melhor capacitação do nosso quadro técnico de nutricionistas, realiza-se anualmente Oficinas de EAN.

d) Testes de Aceitabilidade: A aplicação dos testes de aceitabilidade dos cardápios do PAE-DF está prevista na Resolução CD/FNDE nº26 de 2013. Os testes de aceitabilidade representam o conjunto de procedimentos metodológicos, cientificamente reconhecidos, destinados a medir o índice de aceitabilidade da alimentação oferecido aos escolares. Neste sentido, para a avaliação da aceitabilidade dos estudantes, o Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE escolheu os métodos da escala hedônica e do resto ingestão (avaliação do resto). As preparações são consideradas aceitas quando os valores dos testes de aceitabilidade são iguais ou superiores a 85% para escala hedônica e 90% para resto-ingestão. Em 2019, foram realizados 13 (treze) testes de aceitabilidade.

Além dos testes, firmou-se parceria, com a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília - UnB, para a realização da Pesquisa “Alimentação Saudável e a cadeia produtiva da alimentação escolar: o que acontece nas escolas públicas do Distrito Federal”. Essa pesquisa tem como objetivo analisar a cadeia produtiva da alimentação escolar por meio de uma sondagem sobre a sua saudabilidade no contexto das escolas públicas do DF aderidas

ao Programa Saúde na Escola - PSE. Dentre os aspectos estudados, está sendo verificada a aceitação sensorial dos alimentos ofertados pelo PAE-DF. Os resultados preliminares divulgados pela equipe da pesquisa mostram que foram aplicados testes de aceitabilidade de 25 preparações em 05 diferentes Escolas Classe do DF, mas os resultados finais da pesquisa estarão disponíveis apenas no segundo semestre de 2020, de acordo com os pesquisadores.

e) Cozinha Experimental: Ambiente para o desenvolvimento de diversas atividades técnicas para a melhoria da execução do PAE-DF, tais como testes de aceitabilidade, desenvolvimento de novas preparações, análise de per capita, porcionamento, dentre outras. Em 2019, as atividades desenvolvidas pela cozinha experimental foram 3 (três) foram Testes de aceitabilidade.

f) Programa Saúde na Escola (PSE): O Programa Saúde na Escola - PSE é desenvolvido por meio da parceria entre as Secretarias de Estado de Educação e de Saúde do DF, contando com encontros para planejamento conjunto. O PSE acompanha os programas "Crescer Saudável", "NutriSUS", "Alimenta aí, galerinha", dentre outros. Algumas ações realizadas:

- NutriSUS – Estratégia de Fortificação da alimentação infantil com micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó - Lançado pelo Ministério da Saúde, tem como objetivo potencializar o pleno desenvolvimento infantil, a prevenção e o controle das deficiências de vitaminas e minerais na infância. O programa é voltado às crianças de 06 a 48 meses de idade.

O NutriSUS em 2019 aconteceu em 08 creches ao todo e contemplou 1910 (mil, novecentos e dez) estudantes durante o primeiro e o segundo semestre do ano.

- Projeto Alimenta aí, Galerinha - Relaciona-se com os objetivos do "Programa Crescer Saudável", do Ministério da Saúde, que abrange ações de vigilância nutricional, promoção da alimentação adequada e saudável, incentivo às práticas corporais e de atividade física e ações voltadas à oferta de cuidados às crianças que apresentam obesidade. O "Projeto Alimenta aí, Galerinha" aconteceu no segundo semestre de 2019 com a oferta de um curso de capacitação de 51 horas para profissionais das Secretarias de Educação e de Saúde do Distrito Federal, certificado pela EAPSUS - Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, envolvendo as quatorze Regionais de Ensino e as 07 Regiões de Saúde do DF. Ao longo do curso os participantes realizaram a antropometria das crianças e fizeram intervenções por meio de ações de educação alimentar e nutricional e de atividade física e práticas corporais. As atividades de intervenção envolveram contação de histórias, explicação sobre o teor de açúcar, gordura e sal dos alimentos, especialmente dos alimentos processados e ultraprocessados, gincanas, teatros, filmes sobre alimentação saudável, dança, oficina culinária, entre outros.

- Feira de ciência da EMBRAPA – participação na feira de ciências "Pesquisadores do Futuro" da EMBRAPA, realizada entre 25 a 29 de novembro de 2019. Ao todo, cerca de 300 crianças tiveram dados de peso e altura coletados. Além disso, durante todo o evento os nutricionistas e seus estagiários orientaram os estudantes e professores que visitaram a feira sobre temas de alimentação saudável.

g) Antropometria: A Resolução CD/FNDE nº 26/2013 estabelece que seja realizado o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos estudantes. Neste sentido, no ano de 2019, o quadro técnico de nutricionistas do PAE-DF realizou a antropometria de 22.677 (vinte e dois mil, seiscentos e setenta e sete) estudantes, distribuídos nas modalidades de ensino apresentadas.

Foram realizadas outras atividades no âmbito do Programa de Alimentação Escolar, a saber:

1. Grupo de Acompanhamento da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar

A Portaria Conjunta nº 03, de 21 de agosto de 2014, instituiu o Grupo de Acompanhamento da Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar. Este Grupo é

composto por gestores da SEEDF, SEAGRI-DF e da EMATER-DF, e foram realizadas reuniões periódicas com o intuito de otimizar a aquisição de produtos da agricultura familiar local, bem como a execução dos contratos firmados. Em 2019, houve continuidade das ações desse Grupo e dentre as ações realizadas, destaca-se: Realização de Chamada Pública nº 01/2019 para aquisição de frutas e hortaliças diretamente com a Agricultura Familiar, bem como capacitações com o quadro técnico de nutricionistas, servidores da SEEDF e, também, o setor produtivo. O Processo para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis frutas e hortaliças diretamente com a Agricultura Familiar para execução no ano de 2019 foi o de nº 00080-00175248/2018-72, sendo esta a Chamada Pública que deu origem aos dezesseis contratos para fornecimento de trinta itens, entre frutas e hortaliças, à totalidade de escolas da rede distrital de educação. Foi a primeira vez, como ressaltado anteriormente, que todas as escolas da rede pública do DF receberam gêneros desta natureza, bem como houve ineditismo na obtenção de gastos de ao menos 30% dos valores repassados pelo FNDE para compras direcionados à agricultura familiar, como prevê a Lei Federal nº 11.947/2009.

b) "I Seminário Distrital de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas escolas" e retomada do Fórum de Acompanhamento do Decreto nº 36.900/2015 – foi realizado em novembro de 2019, pela SEEDF e SESDF contando com cerca de 160 participantes. O objetivo foi sensibilizar toda a comunidade escolar quanto à importância da promoção da educação alimentar e nutricional e da oferta de uma alimentação adequada e saudável para os estudantes de escolas públicas e privadas, tendo como base a Lei Distrital nº 5.146 de 19/08/2013 e o Decreto nº 36.900 de 23/11/2015. No mesmo dia, no turno vespertino, aconteceu a retomada do Fórum de acompanhamento do Decreto nº 36.900/2015, que regulamenta a Lei Distrital nº 5.146, de 19 de agosto de 2013, que estabelece diretrizes para a promoção de alimentação adequada e saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal.

ESTRUTURA FÍSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

A SEEDF, nos últimos anos, vem investindo na expansão de sua rede física a fim de atender ao crescimento da demanda, sobretudo, decorrente das novas políticas públicas educacionais preconizadas no PNE e acolhidas pelo PDE.

As atividades relacionadas à construção, reforma, reconstrução, ampliação e manutenção das instalações físicas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal são desenvolvidas predominantemente por profissionais da área de engenharia e arquitetura, visto que atuam desde a elaboração dos projetos de arquitetura até a construção dos equipamentos públicos destinados à educação e, por conseguinte, na manutenção das edificações a fim de manter o patrimônio público.

A manutenção dos prédios desta Secretaria, que consiste basicamente na execução de serviços de reparos nas instalações elétricas, hidráulicas, águas pluviais, recuperação de esquadrias, recomposição de revestimentos de paredes e pisos, revisão de telhados, impermeabilizações, consertos de bomba de recalque, aprofundamento de poço, substituição de vidros, forros, louças e metais sanitários, dentre outros serviços de engenharia, é realizada por empresas terceirizadas.

Desse modo, a Secretaria de Educação do DF mantém atualmente contratos que executam a manutenção predial nas instituições de ensino e demais próprios urbanos e rurais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, bem como dos imóveis que estejam sob a sua responsabilidade. Ao longo do Exercício de 2019, foram executados diversos serviços que se revelaram de suma importância para a manutenção das edificações localizadas nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal, conforme se pode apurar abaixo:

1 – Foram realizadas 602 (seiscentos e duas) intervenções de manutenção preventiva e corretiva nas escolas da Rede Oficial de Ensino do DF;

2 – Os valores aplicados em serviços de manutenção, no exercício de 2019, foram de R\$ 43.407.493,04 (quarenta e três milhões, quatrocentos e sete mil, quatrocentos e noventa e três reais e quatro centavos);

3 – Dos serviços executados, os que mais se destacam são: a) Reparos em coberturas (cerca de 120 intervenções), b) Reparos em instalações elétricas (cerca de 200 intervenções), c) Reparos em instalações hidrossanitárias e/ou águas pluviais (cerca de 190 intervenções), d) Reparos em pinturas (cerca de 150 intervenções); e) Reparos em piso (cerca de 100 intervenções), f) Reparos em instalações de gás (cerca de 20 intervenções); g) Manutenções diversas (cerca de 100 intervenções).

Foram elaborados os seguintes projetos de arquitetura para desenvolvimento dos projetos complementares de engenharia e orçamentos:

- Construção do CED Manguelral - PA 02 It 06 - Jd Manguelral - SÃO SEBASTIÃO;
- Construção do CEF Manguelral - PA 05 It 02 - Jd Manguelral - SÃO SEBASTIÃO;
- Construção da EC Manguelral - PA 05 It 05 - Jd Manguelral - SÃO SEBASTIÃO;
- Construção do CEPI - Q 03 AE 02 SCIA – ESTRUTURAL;
- Construção do CEM Paranoá Parque - Q 01/02 AE 04 – PARANOÁ;
- Reforma Geral do CEM 10 - localizado na QNP 30 – AE 01, Ceilândia/RA IX – DF;
- Reconstrução do CAIC Carlos Castello Branco - EQ 20/23 AE Setor Oeste - Ponte Alta Norte – GAMA;
- Construção da Quadra de Badminton no CEMI 01 - SRES AE F It G – CRUZEIRO;

As Reconstruções de unidades de Ensino Fundamental em andamento são:

-EC 59 de Ceilândia - foram finalizados os projetos de arquitetura e engenharia e planilhas orçamentárias para contratação da obra.

-CEF MYRIAM ERVILHA- RECANTO DAS EMAS - O projeto de arquitetura foi encaminhado à CAP para análise, porém está sobrestado devido à ausência de normas para o lote. Assunto deverá ser abordado em Decreto em elaboração.

-CAIC Castello Branco - Projetos finalizados e processo de licitação em andamento. (esta escola está listada na Ação de Reforma, porém o objeto foi alterado para reconstrução).

-EC 52 de Taguatinga - Projetos finalizados e processo de licitação em andamento. (esta escola está listada na Ação de Reforma, porém o objeto foi alterado para reconstrução).

A reforma da Escola Classe 46 em Taguatinga está com projeto de acessibilidade sendo elaborado, conforme processo 00020-00004524/2019-13.

As seguintes construções de unidades do ensino estão em andamento:

-CEF Manguelral - PA 05 It 02 - Jd Manguelral - SÃO SEBASTIÃO - Projetos e orçamento finalizados, processo de licitação em instrução.

-EC Manguelral - PA 05 It 05 - Jd Manguelral - SÃO SEBASTIÃO - Projetos e orçamento finalizados, processo de licitação em instrução.

-CEF Paranoá Parque - EQ 02/03 AE 01 - PARANOÁ - Projeto em elaboração pela SEDUH.

-CEM Paranoá Parque - Q 01/02 AE 04 - PARANOÁ - Projetos e orçamento finalizados, processo de licitação em instrução.

-CED Manguelral - PA 02 It 06 - Jd Manguelral - SÃO SEBASTIÃO - Projetos e orçamento finalizados, processo de licitação em instrução.

-CED Casa Grande Gama - Projeto de arquitetura aprovado, projetos complementares e orçamento em finalização pela NOVACAP.

-Construção do CEP Guará (Escola Técnica) - obra concluída.

- Construção do CEP Brazlândia (Escola Técnica) - obra em finalização.
- Processos de licitação das escolas técnicas do Paranoá e Santa Maria em andamento.
- Projetos e orçamentos de 15 CEPI's sendo finalizados na NOVACAP:

Tabela 3 – CEPI's finalizados pela NOVACAP

15 - Rec das Emas	Quadra 112 Conjunto 05 A
15 - Rec das Emas	Q 805 - Lote 01
03 - Taguatinga	Setor J Norte - AE 18
03 - Taguatinga	Setor L Norte - EQNL 9/11 - Playground
12 - Samambaia	Subcentro Oeste - Q 217 - Lote 02
06 - Planaltina	Expansão do Setor residencial Leste Q. 23 AE 06
09 - Ceilândia	EQNP 08/12 - AE
09 - Ceilândia	QNP 11 AE
09 - Ceilândia	QNO 18 Conjunto B
10 - Guará	Quadra SRIA - EQ 17/19 - Lote A (CED 03)
13 - Sta Maria	EQ 215/315 - Lote B (CAIC Santa Maria)
13 - Sta Maria	CL 201 - Lote A-01 (CEF 201)
01 - Brasília	Rua 18 - Vila Telebrasilândia
02 - Gama	EQ 01/02 (CEF 01)
02 - Gama	Rua Primavera lote 46 Vila DVO

- CEPI - Q 03 AE 02 SCIA - ESTRUTURAL - Projetos e orçamento finalizados. Processo de licitação em instrução.

No que se refere à execução de obras em 2019 houve a conclusão de 04 Centros de Educação da Primeira Infância (CEPI), sendo 02 em Samambaia, 01 em Ceilândia e 01 no Lago Norte. Cada edificação possui 1.211,92 m² de área construída e poderá atender cerca de 150 crianças em turno integral. A edificação possui 08 salas de aula, divididas do Berçário à Pré Escola, além de toda estrutura de apoio administrativa, lazer e de alimentação; Conclusão de três coberturas de quadra poliesportivas, no Centro de Ensino Especial 01 do Gama, na Escola Classe 14 de Planaltina e na Escola Classe 05 de Sobradinho. Cada quadra possui área coberta de cerca de 625 m² e atende crianças e a comunidade em diversas modalidades esportivas (Basquete, Futebol, Vôlei, dentre outras); Execução da Escola Técnica de Brazlândia, com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2020. A edificação se encontra atualmente 90% executada, possui cerca de 5.537,90 m² de área construída e contará com 12 salas de aula, Biblioteca, Auditório, Área administrativa completa, Área de refeitório e cozinha completa, 8 laboratórios, Ginásio poliesportivo, Área de vivência e lazer, dentre outros; Execução do Centro de Ensino Fundamental da Vila Planalto, com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2020, A edificação se encontra atualmente 82% executada, possui cerca de 3.293,96 m² de área construída e contará com 12 salas de aula, Biblioteca, Auditório, Área administrativa completa, Área de refeitório e cozinha completa, 7 laboratórios, Quadra poliesportiva coberta, Área de vivência e lazer, dentre outros.

Outras ações que merecem destaque no ano de 2019.

1 – Assinatura do contrato com a empresa de elaboração de projetos complementares, que está suprindo as demandas de confecção de todos os projetos de instalações, estrutura, bombeiros, dentre outros necessários a complementação da documentação técnica imprescindível para a licitação e contratação das obras desta SEDF.

Foram elaborados projetos complementares para as obras abaixo relacionadas com um custo de R\$ 2.544.049,99 (dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quarenta e nove reais e noventa e nove centavos):

- Reforma do Centro de Ensino Médio 10 de Ceilândia;
- Reconstrução do CAIC Carlos Castello Branco;
- Reconstrução da Escola Classe 59 de Ceilândia;

- Reconstrução da Escola Classe 410 de Samambaia
- Reconstrução da Escola Classe 415 de Samambaia
- Construção da Quadra de Badminton no Centro de Ensino Médio Integrado 01 do Cruzeiro;
- Construção do CED Mangueiral - PA 02 It 06 - Jd Mangueiral - SÃO SEBASTIÃO
- Construção do CEF Mangueiral - PA 05 It 02 - Jd Mangueiral - SÃO SEBASTIÃO
- Construção da EC Mangueiral - PA 05 It 05 - Jd Mangueiral - SÃO SEBASTIÃO
- Construção do CEPI - Q 03 AE 02 SCIA - ESTRUTURAL
- Construção do CEM Paranoá Parque - Q 01/02 AE 04 - PARANOÁ

2 – Fiscalização de obra do Acordo celebrado entre o Distrito Federal e a empresa Paulo Octávio Empreendimento Imobiliário Ltda., devidamente homologado no bojo do processo judicial nº 2015.01.1.062384-3 (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios), por meio do qual a SEEDF ficou encarregada de fiscalizar e orientar a construção da escola, da quadra de esporte e do Teatro de Arena no Sol Nascente - DF. A edificação se encontra atualmente com mais de 80% executada e previsão de entrega para o primeiro semestre de 2020;

3 – Acompanhamento da execução do Centro de Educação Infantil Parque dos Ipês em São Sebastião. Obra finalizada em dezembro de 2019 e se encontra apta a ocupação. Empreendimento habitacional Bairro Parque dos Ipês promovido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), que tem por objeto a construção de 3.120 unidades habitacionais de interesse social, por meio do qual a empresa construtora do empreendimento, Direcional Engenharia, também possui em seu escopo a responsabilidade pela construção de um Centro de Ensino Infantil (CEI), localizado na Avenida Parque dos Ipês lote 03.

4 – Foram encaminhadas para o desencadeamento das licitações as obras abaixo relacionadas, com um custo de R\$ 71.071.232,77 (setenta e um milhões, setenta e um mil mil, duzentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos):

- Construção da Escola Técnica de Santa Maria. A edificação possui cerca de 5.577,39 m² de área construída e contará com 12 salas de aula, Biblioteca, Auditório, Área administrativa completa, Área de refeitório e cozinha completa, 8 laboratórios, Ginásio poliesportivo, Área de vivência e lazer, dentre outros. Aguardando liberação do TCDF para prosseguimento da licitação;

- Construção da Escola Técnica do Paranoá. A edificação possui cerca de 5.577,39 m² de área construída e contará com 12 salas de aula, Biblioteca, Auditório, Área administrativa completa, Área de refeitório e cozinha completa, 8 laboratórios, Ginásio poliesportivo, Área de vivência e lazer, dentre outros. Aguardando liberação do TCDF para prosseguimento da licitação;

- Reconstrução da Escola Classe 52 de Taguatinga (DEMANDA JUDICIAL). A edificação possui 3.698,37 m² de área construída e 19 salas de aula. Aguardando liberação do TCDF para prosseguimento da licitação;

- Reconstrução da Escola Classe 59 de Ceilândia (DEMANDA JUDICIAL). A edificação possui 2.550,26 m² de área construída e 14 salas de aula.

- Reconstrução do CAIC Carlos Castelo Branco (DEMANDA JUDICIAL). A edificação possui 5.601,64 m² de área construída e 22 salas de aula.

- Construção de Reservatório no Centro Educacional Taquara.

- Reforma do Centro de Ensino Médio 10 de Ceilândia (DEMANDA JUDICIAL). A edificação possui cerca de 3.872,05m² de área construída e 17 salas de aula.

- Reconstrução de muro - CAIC Júlia Kubitscheck de Sobradinho II.
- Reconstrução de muro - Centro Educacional 03 de Sobradinho.
- Construção de Centro de Educação da Primeira Infância (CEPI) no Setor Habitacional Por do Sol. A edificação possui 1.311,97 m² de área construída. Obra já licitada, está no aguardo de decisão sobre fonte de financiamento.
- Serviços de Levantamento Topográficos.

PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR

As atribuições do Programa de Nacional de Transporte Escolar (PNATE) no âmbito da Educação estão definidas pela Lei 10.880, de 09 de junho de 2004, sendo um programa complementar a Educação que visa o transporte de alunos da Educação Básica Pública que residem em áreas rurais através da assistência financeira, em caráter complementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Com o Programa Suplementar de Oferta do Transporte Escolar esta SEEDF atendeu, no exercício de 2019, aproximadamente 59.611 (cinquenta e nove mil seiscentos e onze) alunos transportados em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, incluindo o transporte de alunos das áreas rurais.

MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com o intuito de viabilizar uma maior eficiência e efetividade às ações desenvolvidas, a Secretaria de Estado de Educação desenvolveu, em 2019, atividades e projetos que conferiram mais agilidade, modernização e controle da utilização dos recursos disponibilizados, quais sejam:

A Secretaria de Educação realizou compra de equipamentos de tecnologia da informação do tipo desktop para suprir a necessidade de atualização do parque das unidades escolares e renovação do parque de computadores das unidades escolares da SEEDF. Em um total de 2.522 computadores distribuídos entre as unidades escolares;

A SEEDF prestou serviço de solução de TI remoto e presencial, através da empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A., nas Unidades Escolares e Administrativas.

A SEEDF recebeu computadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Foram ainda realizadas Parcerias Interinstitucionais (FTV, NET, Claro e Instituto Crescer). Parcerias com OSCIPs e Fundações para apoio a implementação de projetos com o objetivo de gerar mudança cultural e da prática pedagógica de forma gradual. FTV: Formações em práticas inovadoras, acompanhamento e assessoria de projetos nas unidades escolares. NET/Claro e Instituto Crescer: Internet e sinal de TV a Cabo para 125 unidades escolares; formação em práticas pedagógicas inovadoras.

O Projeto Educação Conectada serviu como articulação para implantação e gestão do Programa de Inovação Educação Conectada, concebido pelo Ministério da Educação – MEC. Apoiou às 676 unidades escolares elegíveis, para adesão ao programa, programação financeira, contratação de serviço de conectividade e aquisição de ativos para as Unidades Escolares.

A SEEDF realizou também Festival de Curtas das Escolas Públicas do Distrito Federal. O 5º Festival de Curtas das Escolas Públicas do Distrito Federal em parceria com a Secretaria de Cultura e exibição dos filmes em mostra específica no 52º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

Houve também a Coordenação no Grupo Executivo no âmbito da SEE, com a finalidade de fazer convergir à metodologia específica de gestão das estratégias em projetos da SEEDF,

para aprimorar o seu planejamento, controle, acompanhamento, monitoramento e avaliação, conforme estabelecido por meio da Portaria nº 371, de 22 de outubro de 2019 e da Portaria nº 452, de 09 de dezembro de 2019.

O Projeto Together foi um evento organizado pela sede administrativa da Igreja Adventista do Sétimo Dia para o Centro-Oeste, com selo da Organização das Nações Unidas (ONU) e apoio desta Pasta SEEDF por intermédio de 18 (dezoito) unidades escolares da Rede Pública de Ensino - pertencentes às Coordenações Regionais de Ensino de Ceilândia, Paranoá e Planaltina - contempladas com ações sociais e educativas que envolveram aproximadamente 1.000 voluntários para realização de pequenos reparos (pintura de salas de aula, quadras desportivas e muros; conclusão de contrapiso; plantio de hortas; dentre outras atividades); Rodas de Conversa sobre "drogas, suicídios e bullying"; atendimento à comunidade escolar. Evento realizado no período de 21 a 24 de novembro, que envolveu um total de 10 mil jovens em 76 horas de experiências diversas: palestras, seminários, workshops, feiras, hackathon, espaço maker, missões urbanas, ações sociais e educativas, instalações interativas e entre outras.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Realização de audiência pública no auditório da Sede I da SEEDF, em 28 de março de 2019, onde foi possível contemplar a necessidade do debate das temáticas FUNDEB, PNATE e PAR;

No decorrer do ano foram realizadas visitas e inspetorias em escolas rurais, afim de acompanhar a oferta do transporte escolar rural - PNATE e em Centros de Educação da Primeira Infância, para acompanhamento e o controle social da aplicação dos recursos repassados para a execução das ações do PAR;

Houve reuniões Ordinárias e Extraordinárias, pautadas no acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do FUNDEB, PAR e PNATE.

Houve também ações de orientação preventiva aos gestores da Secretaria, por meio de Notas Técnicas, Pareceres e Reuniões a cerca de assuntos relativos à gestão da pasta com a finalidade de antecipar riscos e evitar ilegalidades em atos administrativos relativos ao aspecto orçamentário, financeiro e atos de gestão em geral.

Foi realizado o planejamento, organização das ações para o evento de abertura do Ano Letivo. O evento teve o objetivo de apresentar a nova gestão da SEEDF, do Secretário, Subsecretários e Coordenadores das Coordenações Regionais de Ensino (novo plano de trabalho) e dar boas vindas aos servidores da Rede.

A SEEDF promoveu visitas técnicas em escolas na Semana pedagógica. 10 escolas de cada Coordenação Regional de Ensino foram visitadas. objetivando conhecer e registrar as principais necessidades das escolas no início de Ano Letivo de 2019. Após as visitas, as equipes entregaram relatório e as demandas foram encaminhadas para as áreas responsáveis.

Coordenação do Programa Educação para a Paz, por meio da articulação de ações pedagógicas, com a Secretaria de Segurança Pública (Monitoramento e policiamento nas escolas) e Secretaria de Saúde (Projeto Práticas Integrativas nas escolas); instalação de catracas de identificação de estudantes com o envio de mensagem aos pais; reformulação e publicização do Regimento Escolar – Portaria nº180 de 31/05/2019; Projeto Escolas em Paz, com a Secretaria de Justiça e Cidadania; ampliação do Projeto de Gestão compartilhada; publicação de caderno orientador para docentes sobre a cultura de paz ,fomento de projetos para o enfrentamento e prevenção à violência escolar e cultura de paz; Implantação do Projeto Escola Aberta.

Articulação e consolidação da parceria entre a SEEDF e a Universidade de Brasília, tendo os seguintes projetos: UnB + Escola (formação); Você na UnB (estudantes Ensino Médio visitam

a UnB); Polo de Integração SEEDF e UnB; Parceria com a Licenciatura de Psicologia (Famílias na Escola).

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal conta com o apoio da União para cumprir seu dever de assegurar o direito de todos à uma educação pública de qualidade. Uma dessas parcerias é por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR que está inserido no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC realizando o acompanhamento e monitoramento das ações, subações e iniciativas de forma a favorecer a continuidade de políticas educacionais, aprimorando o processo de investimento em educação de modo a viabilizar transferências diretas de assistência técnica e financeira da União.

No ano de 2019 foram pactuados 3 (três) Termos de Compromisso para aquisição de ônibus escolar e eventos formativos para o BNCC, cujo valor total empenhado pelo FNDE foi de R\$ 9.772.357,56 (nove milhões, setecentos e setenta e dois mil e trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos). Além disso, foi liberado por este mesmo órgão, o valor de R\$ 4.025.418,36 (quatro milhões, vinte e cinco mil e quatrocentos e dezoito reais e trinta e seis centavos) para construção de escola na Vila Planalto. Ademais, foram cadastradas 17 Emendas Parlamentares Federais, para diversas finalidades, tais como: reformas, ampliações e construção de escolas, aquisição de materiais esportivos, kits robóticas, equipamentos de cozinha, entre outros que estão em análise pelo FNDE e caso sejam aprovadas e empenhadas por aquele órgão, poderão chegar ao valor aproximado de R\$ 16.135.387,00 (dezesesseis milhões, cento e trinta e cinco mil e trezentos e oitenta e sete reais).

PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - PDAF

O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) da SEEDF, distribuído à todas as escolas da rede pública de ensino é um mecanismo de descentralização financeira de caráter complementar e suplementar destinado a prover recursos às unidades escolares e regionais de ensino da rede pública, com vistas a promover sua autonomia para o desenvolvimento de iniciativas a contribuir com melhoria da qualidade de ensino e o fortalecimento da gestão democrática na rede pública do Distrito Federal. Nesse viés, o programa contribuiu para a participação dos alunos da rede em eventos como: 35ª Feira do Livro de Brasília 2019, 07 de setembro 2019, Jogos Regionais de 2019, assim como incentivou à prática desportiva com a liberação de recursos para os Centros de Iniciação Desportivas- CID 2019, incentivou à cultura com descentralização para o Curso Internacional de Verão de Brasília -CIVEBRA 2020 e a realização do Festival de Tecnologia, Ciências e Inovação -FESTIC. Houve também as Portarias de PDAF extraordinário nas quais os recursos são descentralizados diretamente para as escolas e coordenações regionais de ensino para que junto com a comunidade escolar decidam as prioridades dos gastos para melhoria da qualidade de ensino. Além da publicação de 108 Portarias com recursos oriundos de emenda parlamentar.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Baseados no Objetivo Específico 5 do Plano Plurianual 2016-2019 desta Secretaria de Estado de Educação, de que trata do Sistema de Avaliação, esta SEEDF desenvolveu e acompanhou o Sistema Permanente de Avaliação Educacional (SIPAEDF), o Plataforma Avaliação em Destaque, a Prova Diagnóstica, entre outros.

- Ampliação da plataforma Avaliação em Destaque - implantação do 5º módulo denominado Avaliação de Acompanhamento, no qual é possível gerar relatórios a partir dos resultados de avaliações aplicadas nas unidades escolares, nos dois primeiros bimestres, oportunizando realizar o suporte pedagógico em nosso sistema e facilitando o acompanhamento desta ação. Implantação de duas abas denominadas "Escola que Queremos" e "Gestão Compartilhada"

para gerar relatórios de resultados apenas das unidades escolares que participam destas políticas públicas. O resultado dos relatórios são utilizados para acompanhamento, avaliação e implementação dos referidos programas.

- Prova diagnóstica realizada nos dias 10 e 11 de abril: provas dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, aplicada para todas as unidades escolares de Ensino Fundamental e Médio da rede pública do DF nas turmas de 2º, 4º anos (anos iniciais), 6º e 8º anos (anos finais) e 1ª e 2ª séries do Ensino Médio, abrangendo 158.697 estudantes. Oportunizando assim, o acompanhamento dos resultados das aprendizagens por unidade escolar e das Coordenações Regionais de Ensino por meio da plataforma Avaliação em Destaque onde é possível analisar os dados a partir de relatórios com gráficos e tabelas.

- Prova Diagnóstica on-line: foram aplicadas 1770 provas on-line e 1343 formulários contextuais de estudantes em 105 escolas da Rede Pública de Ensino do DF distribuídas.

- Aplicação e divulgação de resultados das seguintes avaliações, a saber: a) "Avaliação Institucional - Equipe Gestora - Rede Pública 2018"; b) "Avaliação Institucional - Profissionais da Educação - 2019"; Tivemos a participação de 10.054,00 docentes das unidades escolares da rede pública de ensino e c) "Pesquisa de Satisfação - Pais e responsáveis Educação infantil (de 0 a 5 anos)";

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1504 - COBERTURA DA POPULAÇÃO POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	47072	31/12/2014	ANUAL	51.780	-	54.134	59.820	56.134	63.122	58.842	66.956	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2 / UO 18101 / OE 2
<p>Justificativa: 2017 - Em 2017, a SEEDF aumentou o atendimento de crianças de 0 a 5 anos com a inauguração de novos CEPIS, por meio da ampliação das parcerias com Instituições Educacionais que ofertam Educação Infantil (Chamamento Público nº 2/2017), e a abertura de mais turmas de educação infantil em unidades escolares da rede.</p> <p>2018 - Em 2018 a SEEDF atendeu 15.569 crianças de 0 a 3 anos e 47.553 crianças de 4 e 5 anos de idade, entre as Unidades Escolares Públicas e as Unidades Educacionais Parceiras. Convém destacar que o resultado alcançado atingiu a Meta 1 do PDE, relativa à universalização da Educação Infantil para 4 e 5 anos. Uma das estratégias para a ampliação é o repasse de recursos para o atendimento educacional às crianças às instituições conveniadas que possuem prédio próprio, ou atuem em prédios públicos.</p> <p>2019 - A ampliação no atendimento à Ed Infantil foi possível em função do aumento no quantitativo de turmas e matrículas em UE públicas em 2019, em relação a 2018, tanto em áreas urbanas como rurais. Houve também aumento no quantitativo de Termos de Colaboração de 103 para 107 entre a SEEDF e OSC/Instituições Educacionais Parceiras para atendimento à Educação Infantil, consequentemente o quantitativo de crianças atendidas na creche e pré-escola foi ampliado de 18.470 para 20.991.</p>													
1519 - TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO COM DEFASAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA.	%	31,77	31/07/2015	ANUAL	30,09	30,05	28,41	31,09	26,73	31,27	25,5	31,27	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4 / UO 18101 / OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - O índice ficou abaixo por não ter havido implantação do programa de correção de fluxo no ensino médio no biênio 2015/16. Mesmo a Secretaria possuindo orientação pedagógica para a correção idade/série no ensino médio, a implantação é dificultada em razão do estudante em defasagem ser caracterizado por apresentar dois anos de atraso escolar em relação a idade pretendida para o ingresso nessa etapa que é cursada em três anos.</p> <p>2017 - Os estudantes provenientes do Ensino Fund. que já apresentam distorção são matriculados no Ensino Médio. Outro aspecto são índices elevados de reprovação, abandono e a evasão escolar devido à falta de estratégias de ensino e de práticas de avaliação formativa, que somada a fatores pessoais, familiares, econômicos e sociais fazem com que os estudantes não adquiram as aprendizagens necessárias para avançarem.</p> <p>2018 - Com a Lei nº13.415/2017, que altera substancialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e com a homologação da nova DCNEM e da BNCC em 2018, novas políticas serão implementadas no Distrito Federal para melhoria do acesso, progresso e aprendizagem dos estudantes. Assim, a SEEDF já está desenvolvendo uma nova proposta pedagógica-administrativa para o ensino médio do Distrito Federal, a fim de superar os desafios relacionados ao acesso, progresso e aprendizagens dos estudantes</p> <p>2019 - Observa-se um elevado índice de estudantes com defasagem idade série provenientes do EnsFund caracterizada por um atraso escolar de dois anos ou mais em relação à série correta, é um grande desafio para o Ensino Médio, já que a última etapa da Educação Básica é cursada em três anos, sendo um curto período de tempo para corrigir o fluxo daqueles estudantes que não concluíram na idade correta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.</p>													
1501 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES COM SALAS DE LEITURA OU BIBLIOTECAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS	%	50	31/12/2014	ANUAL	55	-	60	0	70	70	80	85	SUPLAV/ SEDF / UO 18101 / OE 1 / UO 18101 / OE 1
<p>Justificativa: 2017 - houve execução do índice por deficiência de recursos orçamentários disponíveis.</p> <p>2018 - 70% das unidades escolares desta SEEDF contam com espaço para biblioteca escolar. Nos anos de 2016 e 2017 as metas foram alcançadas. É preciso esclarecer, no entanto, que esses dados se referem apenas ao espaço existente e não ao efetivo funcionamento das bibliotecas.</p> <p>2019 - De acordo com dados do Censo 2019 da SEEDF, 582 unidades escolares possuem espaço para funcionamento das bibliotecas. Assim 85% das escolas possuem o espaço físico, não obstante 30 delas encontram-se fechadas por falta de servidores para atuarem como mediadores de leitura e de pesquisa. Cabe destacar que todas as bibliotecas da SEEDF contam com um quadro de servidores aquém do necessário para funcionarem como "espaço de aprendizagem", como prevêem os marcos regulatórios desta política pública.</p>													
1513 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	NOTA	3,6	31/12/2013	BIANUAL	-	-	4,4	-	4,4	3,4	-	-	IDEB/ INEP/ MEC / UO 18101 / OE 4 / UO 18101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Índice bianual. Será averiguado em 2017.</p> <p>2017 - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017, a divulgação dos resultados finais e microdados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018.</p> <p>2018 - O valor apurado, não corresponde à realidade do DF, pois apenas 11 u. escolares tiveram seus dados registrados. Isso relaciona-se às mudanças ocorridas na metodologia de coleta de dados, conforme Portaria nº 447, de 24/05/2017, e às mudanças políticas que o Brasil atravessava. Vale ressaltar que as Unidades Escolares que ofertam Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio não entraram nos cálculos para mensuração do Ideb.</p> <p>2019 - Os dados para o ano de 2019 do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conforme a PORTARIA Nº 366, DE 29 DE ABRIL DE 2019 serão divulgados até 31 de agosto de 2020, todas as escolas com aplicação censitária que cumprirem os critérios dispostos nesta Portaria terão acesso a seus resultados finais por meio do Boletim da Escola, disponível no Portal do INEP.</p>													
1515 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	NOTA	4,1	31/12/2013	BIANUAL	-	-	4,8	-	4,8	4,3	-	-	IDEB/INEP/ MEC / UO 18101 / OE 4 / UO 18101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Índice bianual. Será averiguado em 2017.</p> <p>2017 - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017 a divulgação dos resultados finais e microdados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018.</p> <p>2018 - Percebe-se que houve uma evolução do índice em questão, que considera proficiência e fluxo escolar, ao longo dos últimos anos. Todavia, a referida evolução ainda não atingiu o nível desejado. Diante do fato, a SEEDF vem implementando políticas como a Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens, que evidencia a concepção de avaliação para a aprendizagem e propõem uma (re)organização do trabalho pedagógico.</p> <p>2019 - Os dados para o ano de 2019 do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conforme a PORTARIA Nº 366, DE 29 DE ABRIL DE 2019 serão divulgados até 31 de agosto de 2020, todas as escolas com aplicação censitária que cumprirem os critérios dispostos nesta Portaria terão acesso a seus resultados finais por meio do Boletim da Escola, disponível no Portal do INEP.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1514 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	NOTA	5,5	31/12/2013	BIANUAL	-	-	6,0	-	6	6	-	-	IDEB/INEP/MEC / UO 18101 / OE 4 / UO 18101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Índice bianual. Será averiguado em 2017. 2017 - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017, a divulgação dos resultados finais e microdados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018. 2018 - Registra-se uma evolução do índice em questão, que considera proficiência e fluxo escolar, ao longo dos últimos anos. Considera-se que este é resultado da implementação de políticas como a Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens, que evidencia a concepção de avaliação para a aprendizagem e propõem uma (re)organização do trabalho pedagógico. Para otimizar os resultados é importante consolidar a proposta de acompanhamento pedagógico envolvendo os níveis central, intermediário e local. 2019 - Os dados para o ano de 2019 do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conforme a PORTARIA Nº 366, DE 29 DE ABRIL DE 2019 serão divulgados até 31 de agosto de 2020, resultados finais por meio do Portal do INEP.</p>													
1506 - CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E JARDINS DE INFÂNCIA COM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	%	17	31/05/2015	ANUAL	19,5	20	23,5	15,7	28,7	16,13	35	23,5	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE2 / UO 18101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Houve uma ampliação em 2016 de 20% de centros de educação infantil e jardins de infância com atendimento em Educação física em relação ao ano anterior. Isso se deu devido o desenvolvimento educação com Movimento que inseriu o professor dessa disciplina na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. 2017 - O déficit demanda esforços para a abertura do Projeto em outras unidades e inclusão de professores de educação física. Várias ações não foram realizadas em 2017, prejudicando a mobilização e organização didático-pedagógica do Projeto, tais como: as reuniões ordinárias com os professores e a realização do curso de formação continuada. Entendem-se como motivos dessas ações não terem sido realizadas a falta pessoal e o não atendimento das solicitações de formação. 2018 - O percentual de atendimento foi inferior ao desejável, pois esta Pasta priorizou o atendimento do Projeto nos anos iniciais. Informa-se além do acompanhamento, aprovação do Projeto junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Portaria nº 270 de 13/09/2018; lançamento oficial do Caderno do Projeto no dia 12/12/2018, que será impresso e distribuído nas escolas da rede; planejamento e definição das carências visando a ampliação para 2019, conforme meta estabelecida no PPA 2016/2019. 2019 - Em que pese os indicadores pautados nos planejamentos e metas para o ano de 2019 serem inferiores ao desejável, informa-se quanto ao pequeno crescimento em relação a 2018, por consideramos, além das unidades escolares já contempladas, as que possuem carências porém não tiveram o Projeto em funcionamento esse ano por falta de professores de educação física.</p>													
1524 - DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO.	UNIDADE	924	30/09/2014	ANUAL	15.000	-	20.000	16.891	25.000	-	30.000	10.054	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5 / UO 18101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Aplicação Bianual. Portanto será aplicado em 2017 2017 - Avaliação realizada bianualmente. O público-alvo da avaliação foi ampliado para todos os profissionais da educação da Rede Pública do DF. 37 mil links de acesso ao formulário online foram enviados aos e-mails dos servidores da SEEDF lotados nas escolas, Administração da CRE, das Sedes e Bibliotecas. 2018 - Avaliação realizada bianualmente. Assim, no ano de 2018 não houve aplicação. Foram disponibilizados, para os gestores centrais, acesso aos dados brutos da aplicação de 2017, que envolveu todos os profissionais da educação, por meio do link http://www.suplav.se.df.gov.br/sistemas/avi/index.php/admin 2019 - Avaliação realizada bianualmente. Foi enviado para todos os docentes definitivos da SEEDF o link de acesso para preenchimento do formulário.</p>													
1503 - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, E ENSINO MÉDIO ATENDIDOS EM TEMPO INTEGRAL	%	12	30/06/2015	ANUAL	13,5	8,74	15	13,11	16,5	13,11	18	9,97	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2 / UO 18101 / OE 2

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - Houve redução do número de vagas ofertadas em razão de dificuldades com infraestrutura, recursos humanos e alimentação.</p> <p>2017 - Foi ofertada a política de Educ. em Tempo Integral com orientações de 8 (oito) e 10 (dez) horas de jornada diária, ofertando educação integral nas 14 CRE, atendendo aproximadamente 57.272 estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio. Foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral - PROEITI e o Projeto Rede Integradora em Educação Integral na Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, com jornada 10 horas.</p> <p>2018 - A SEEDF apresenta uma política que subsidia com verba do PDAF, recursos humanos (Educador Social Voluntário e Coordenador Pedagógico Local), merenda e transporte escolar as Unidades Escolares para fomento a educação em tempo integral. Com a implantação do Projeto Rede Educadora, Educação Integral para o Ensino Médio e da construção de CEPI / Unidades Parceiras, em 2018, foram atendidos 57.352 estudantes na educação em tempo integral.</p> <p>2019 - A SEEDF oferta educação em tempo integral para 46,825 estudantes, dos quais 2.502 são do Programa Ensino Médio em Tempo Integral. O referido indicador foi calculado considerando o total de 469.526 estudantes (segundo dados do CENSO). A redução da oferta de educação deve-se também ao término de programas federais de fomento e a não construção de novas unidades escolares para atendimento da Educação Integral.</p>													
1505 - ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	4005	31/12/2014	ANUAL	4.155	5.224	4.305	10.668	4.455	8.667	4.606	9.924	CEFDESC/SEDF / UO 18101 / OE 2 / UO 18101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - A meta estabelecida foi superada significativamente. O resultado acima da expectativa pode ser explicado pela maior divulgação do projeto em 2016, especialmente nos meios de comunicação de massa. Outro fator importante para o sucesso da meta foi a manutenção do serviço de transporte gratuito para os estudantes da escola pública pois permitiu democratizar a participação dos alunos da rede pública nos jogos escolares.</p> <p>2017 - Foram, ao todo, 6.363 estudantes a mais do que a meta projetada. O resultado pode ser explicado pelo aumento da divulgação do projeto, em 2016, especialmente em meios de comunicação como televisão e rádio, cartazes em todas as CREs e também em redes sociais e no site da SEDF. A realização dos torneios em nível regional incrementou sobremaneira a participação dos estudantes da rede pública de ensino. Outro fator foi a manutenção do transporte gratuito para estudantes da escola pública.</p> <p>2018 - A realização ocorreu em virtude da continuidade dos torneios no nível regional, e na distribuição dos locais das competições nos jogos escolares a nível distrital, além de valorizar a prática da atividade física nas escolas. A divulgação, por meio de cartazes, meios de comunicação de massa e a ininterruptão do serviço de transporte gratuito para os estudantes da escola pública, a fim de democratizar ainda mais sua participação nos jogos escolares contribuíram.</p> <p>2019 - A manutenção da oferta de transporte para as UE da Rede Pública de Ensino, da Regionalização dos Jogos Escolares do DF, de um maior apoio às CREs, com maior motivação dos profs de Educação Física, além da ampla divulgação nas UEs. Em 2019, observa-se, em tais ações, a extrema importância na formação do estudante de forma integral, oportunizando ainda uma maior participação dos estudantes na prática do esporte escolar, comprovado pelo grande crescimento no quantitativo de estudantes participantes</p>													
1525 - ESTUDANTES MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO, CONFORME CENSO ESCOLAR ANUAL.	UNIDADE	17.285	30/09/2014	ANUAL	100.000	00	150.000	-	200.000	-	250.000	154.121	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5 / UO 18101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - A avaliação não foi realizada. Aguardando procedimentos do Grupo de Trabalho do Projeto ConectaDF - Portaria nº16/2017, para realizar a aplicação.</p> <p>2017 - Avaliação ainda não realizada por dificuldades na organização cadastral dos estudante, cadastro do e-mail.</p> <p>2018 - Avaliação ainda não realizada por dificuldades na organização cadastral dos e-mails dos estudantes, como também em razão das dificuldades tecnológicas de disponibilização de equipamentos para acesso dos estudantes aos formulários de aplicação, os quais são realizados eletronicamente por sistema próprio. Foi realizado um projeto piloto no dia 25/04/2018 com aplicação on-line, de forma amostral, de formulários contextuais para 117 estudantes da 2ª série e 204 estudantes da 3ª série do Ensino Médio</p> <p>2019 - A avaliação diagnóstica foi realizada por 154.121 estudantes da rede pública de ensino. A aplicação ocorreu nos seguintes anos e séries 2º anos, 4º anos, 8º anos do ensino fundamental e 1ª séries e 2ªséries do ensino médio. Destes, 1.343 responderam ao formulário contextual.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1523 - GESTORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PARTICULAR PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	%	0	31/12/2016	ANUAL	50	58,2	55	-	60	-	70	-	GAVAED/S EDF / UO 18101 / OE 5 / UO 18101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Desenvolvimento de sistema próprio de coleta dos dados. Formação com os gestores das escolas da rede privada e acompanhamento sistemático do preenchimento do formulário online. 2017 - Avaliação realizada bianualmente assim, no ano de 2017, não houve aplicação. No ano de 2017, foram analisados os resultados de 2016 e disponibilizados por meio de um sistema de consulta. 2018 - Avaliação reprogramada em razão de dificuldades na organização cadastral dos e-mails, por força do momento eleitoral, como também devido à reduzida equipe disponível. 2019 - Avaliação não foi realizada por não estar mais prevista na portaria nº 420 que normatiza o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal.</p>													
1522 - GESTORES DAS UNID. ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/TOTAL DE UNID. ESCOLARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	%	80	30/06/2014	ANUAL	85	97	90	-	95	99,99	100	-	GAVAED/S EDF / UO 18101 / OE 5 / UO 18101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Houve desenvolvimento de sistema próprio de coleta dos dados. Formação com os gestores das escolas da rede privada e acompanhamento sistemático do formulário online. 2017 - Avaliação realizada bianualmente assim, no ano de 2017, não houve aplicação. No ano de 2017, foram analisados os resultados de 2016 e disponibilizados por meio de um sistema de consulta. 2018 - Avaliação realizada no período de 17/09 a 13/10/2018. Apenas o Centro Educacional 01 de Brasília não respondeu ao formulário por apresentar especificidades intrínsecas à sua gestão (as salas de professores e salas de leitura localizam-se dentro das unidades prisionais do Distrito Federal (6 unidades). Relatório com resultados preliminares encontra-se disponível no endereço http://avaliacao.se.df.gov.br/ 2019 - Avaliação realizada bianualmente assim, no ano de 2019, não houve aplicação. No ano de 2019, foram analisados os resultados de 2018.</p>													
1521 - INDICADORES EDUCACIONAIS DE TODAS AS UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM TODAS AS ETAPAS E AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	%	-	31/12/2016	ANUAL	50	75	75	75	100	75	100	75	GAVARE/S EDF / UO 18101 / OE 5 / UO 18101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Alcançado, contemplando ensino fundamental anos iniciais e finais e ensino médio. Houve também aumento de pessoas na equipe permitindo a melhor construção dos instrumentos. 2017 - Os indicadores específicos referentes à Educação Especial e Educação Profissional ainda não foram produzidos. 2018 - Os indicadores específicos referentes à Educação Especial e Educação Profissional ainda não foram concluídos pois, no ano de 2018, a BNCC e currículo em movimento da SEEDF estavam passando por reformulações, o que impossibilitou a construção por serem documentos essenciais. 2019 - Os indicadores específicos referentes à Educação Especial e Educação Profissional ainda não foram concluídos pois, no ano de 2019, foram concluídos a BNCC e currículo em movimento da SEEDF, não havendo tempo hábil para construir os indicadores destas modalidades.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1512 - PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL CADASTRADAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.	%	60	30/06/2015	ANUAL	63	58,98	67	58,98	71	52	75	52	PDE Interativo / Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4 / UO 18101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Houve redução no número de Unidades Escolares cadastradas em razão do desligamento do programa por parte de algumas dessas Unidades.</p> <p>2017 - Conforme o PDE prevê o atendimento de no mínimo 7h diárias para ser oferta de Educação Integral, a SEDF fez adesão ao Programa Novo Mais Educação. Em outubro de 2016, foram indicadas 245 unidades escolares na plataforma do SIMEC/PAR para o Programa Novo Mais Educação. Dentre as indicadas, cadastraram-se no Programa Novo Mais Educação, através da plataforma do PDDE Interativo, 208 escolas da SEEDF.</p> <p>2018 - Não houve incremento, uma vez que o quantitativo de Unidades Escolares indicadas pelo MEC para adesão ao programa novo mais educação foi reduzido. A redução se deve à implantação do Programa Mais Alfabetização, visto que as turmas de 1º e 2º anos deixaram de ser atendidos no Programa Novo Mais Educação, reduzindo assim o quantitativo de estudantes contemplados com a educação integral.</p> <p>2019 - Não houve novas adesões e nem novo repasse de recurso do Programa Mais Educação. Houve apenas o atendimento de 79 unidades escolares cadastradas no Programa Mais Educação Alfabetização -PMALFA. Entraves: Sucessivas alterações no cronograma; Instabilidade da Plataforma CAED; Demora no repasse dos recursos; Suspensão da execução dos recursos recebidos; Internet rápida em área rural.</p>													
1509 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ATENDIDOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	UNIDADE	250	30/06/2015	ANUAL	250	-	250	235	250	645	250	2.413	EAPE/ SEDF / UO 18101 / OE 3 / UO 18101 / OE 3
<p>Justificativa: 2017 - O EAPE oferece diversos cursos que preparam o profissional da educação para atuar em escolas de educação integral. Entretanto, o índice alcançado reporta-se ao curso "Formação de professores das Escolas Parque", ofertado exclusivamente para professores da SEEDF em exercício nas Escolas Parque que atendem as Unidades de Ensino que oferecem o regime integral, vinculadas à CREPPC.</p> <p>2018 - Foram ofertados cursos e também oficinas de formação continuada cuja proposta pedagógica dispensa um olhar mais direcionado para a educação integral, entre eles: Oficinas: Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil; Organização do Trabalho Pedagógico nos Anos Iniciais; Organização do Trabalho Pedagógico nos Anos Finais; Cursos: Educação Física na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Alternativas Pedagógicas .</p> <p>2019 - Foram habilitados 2.413 profissionais em cursos de formação continuada para atuar na educação integral. Vale esclarecer que não são cursos específicos para a educação integral, a saber: O Brincar e a Infância; Proj Educação Com Movimento; Adm de Moodle ; Literatura e Educação; Aprender Sem Parar ; Aprendizagem Híbrida - Tecnologias e Metod. Ativas ; A arte de contar histórias ; Mala de jogos matemáticos; Rodas de Brincar ; (Re)pensando as relações étnico-raciais na escola ; Pedagogias urbana.</p>													
1517 - QUANTITATIVO DE ABANDONO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	6.873	31/05/2014	ANUAL	6.358	-	5.843	-	5.328	885	4.811	813	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4 / UO 18101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Índice disponível a partir do 5º mês do ano subsequente a coleta da matrícula inicial</p> <p>2017 - Disponíveis a partir de 5 meses do ano subsequente à coleta da matrícula inicial, conforme cronograma disposto na PORTARIA INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017.</p> <p>2018 - Consoante a Estratégia 3.3 do PDE, todas as unidades escolares de Ensino Médio devem ofertar a Semestralidade. Havendo um tempo maior de contato entre o professor e os estudantes, permitindo que sejam desenvolvidas estratégias pedagógicas diversificadas mais adequadas às necessidades educacionais de cada estudante, favorecendo, assim, as aprendizagens e tornando o ensino mais atrativo, o que faz que os estudantes permaneçam na escola reduzindo as taxas de abandono.</p> <p>2019 - A Implementação da organização pedagógica da Semestralidade, possibilitou um maior tempo de contato entre professores e estudantes, que em conjunto com as formações continuadas, permitiram o desenvolvimento de estratégias pedagógicas diversificadas, mais adequadas às necessidades educacionais, favorecendo, assim, as aprendizagens e tornando o ensino mais atrativo, o que estimulou a permanência dos estudantes na escola contribuindo para redução das taxas de abandono.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1510 - TAXA DE ATENDIMENTO A PROFESSOR EFETIVO E À CARREIRA ASSISTÊNCIA PELO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.	%	-	31/12/2016	ANUAL	50	60	80	80	100	80	100	80	SUGEPE/ SEDF / UO 18101 / OE 3 / UO 18101 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - O índice foi superado em razão da gestão ter priorizado os professores, dado a criticidade do sistema e a ampla dedicação da equipe envolvida.</p> <p>2017 - índice alcançado devido à inclusão do Remanejamento de Professores no Sistema.</p> <p>2018 - Foram desenvolvidas as funcionalidades para atender a Carreira Assistência (Quadro de Carência/Modulação). Porém, devido a priorização do desenvolvimento do módulo para gestão dos Contratos Temporários não tivemos tempo hábil para testar e homologar essas funcionalidades da CAE.</p> <p>2019 - Foram desenvolvidas as funcionalidades para atender módulo para gestão dos Contratos Temporários, definidos como prioridade pela área de negócio (SUGEP) para substituição de sistema legado (GESPRO). Não houve tempo hábil para testar e homologar funcionalidades da CAE.</p>													
1511 - TAXA DE ATENDIMENTO PLENO DE ESTUDANTES POR MEIO DA OFERTA DO SISTEMA DE GESTÃO I-EDUCAR.	%	70	31/07/2015	SEMESTRAL	80	90	85	91	95	92	100	94	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4 / UO 18101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - O índice foi alcançado de forma exitosa em razão da atuação intensa da equipe no atendimento dos estudantes do ensino fundamental, anos iniciais, finais e ensino médio.</p> <p>2017 - índice alcançado devido à inclusão da Gestão Democrática, do Módulo Creche, Parecer 171 e integração com DFTRANS.</p> <p>2018 - A implantação dos Ciclos e inclusão de ensino integral, alteraram as regras existentes no i-Educar, o que ocasionou em uma reestruturação de todo o sistema, não permitindo alcançar em 2018, o índice desejado.</p> <p>2019 - Inclusão da modalidade EJA-EAD; manutenções evolutivas (matricula secundária, possibilitando a inclusão de unidades que fazem atendimento complementar - CL, CEE, Escolas Parque e Centros Profissionalizantes) e corretivas (estabilização do sistema após ataque hacker). O índice pretendido não foi alcançado tendo em vista redução de pessoal e prioridades determinadas pela Administração Central (Novo Ensino Médio).</p>													
1518 - TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS EM TURMAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL.	%	5,05	31/12/2014	ANUAL	7,6	3,96	19,9	5,71	33,6	6,13	50,0	2,28	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4 / UO 18101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Até 2016 a abertura de turmas foi realizada por adesão pelos gestores das unidades escolares praticada como ato discricionário. Posteriormente foi regulamentada pela portaria nº 448/2016</p> <p>2017 - Baixa adesão das Unidades Escolares de Ensino Fundamental pelos seguintes motivos: resistência em trabalhar com estudantes em defasagem escolar, escassez de professores com dupla habilitação, não pagamento de horas residenciais, falta de espaço físico, não responsabilização dos gestores/professores ao descumprirem as normas/orientações vigentes.</p> <p>2018 - Por se tratar de um programa que é realizado mediante adesão da gestão da escola, observa-se alguns dificultadores para a mobilização e oferta das turmas do programa. Para alcançar os resultados desejados se faz necessário ajustar a modulação dos professores, reduzir a rotatividade de professores contratados em regime temporário, avaliar a quantidade de estudantes por sala de aula, instituir políticas de formação continuada para os docentes de modo sistemático.</p> <p>2019 - Foram identificados 81.243 estudantes em defasagem escolar. Assim matriculados: Anos Iniciais 12,53% e Anos finais 29,94%. O atendimento ocorreu em 42 turmas de 6º a 9º anos. O acompanhamento do programa de correção de fluxo em vigência no ano de 2019 - PAAE, e na elaboração de uma nova proposta, intitulada Programa Atitude, realizaram diversas ações para atingimento da meta alcançada.</p>													
1516 - TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (DIURNO E NOTURNO) DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	%	17,79	31/05/2014	ANUAL	17,3	-	16,9	-	16,4	14,82	16	12,53	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4 / UO 18101 / OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - Índice disponível a partir do 5º mês do ano subsequente a coleta da matrícula inicial</p> <p>2017 - Disponíveis a partir de 5 meses do ano subsequente à coleta da matrícula inicial, conforme cronograma disposto na PORTARIA INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017.</p> <p>2018 - A partir de 2018, consoante a Estratégia 3.3 do PDE, todas as unidades escolares que ofertam Ensino Médio devem estar funcionando com a Semestralidade. Havendo um tempo maior de contato entre o professor e os estudantes, permitindo que sejam desenvolvidas estratégias pedagógicas diversificadas mais adequadas às necessidades educacionais de cada estudante, favorecendo, assim, as aprendizagens e reduzindo as taxas de reprovação.</p> <p>2019 - As formações pedagógicas com foco na diversificação das estratégias de avaliação e aprendizagem junto como a implementação da Semestralidade possibilitaram a redução dos índices de reprovação das UE que ofertam o Ens.Méd. A redução da tx de reprovação se deu pelo conjunto de ações que possibilitaram diagnóstico mais detalhado sobre as potencialidades e necessidades dos estudantes e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas diversificadas mais adequadas às necessidades educacionais individuais</p>													
1502 - UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO COM OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	%	46	30/06/2015	ANUAL	47	41,45	48	46,53	49	46,53	50	41,46	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2 / UO 18101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Parte das Unidades Escolares suspenderam a oferta de Educação Integral por falta de respasse de verbas programas federais. Houve também dificuldades com a infraestrutura, recursos humanos, alimentação e transporte.</p> <p>2017 - Foi ofertada a política de Educ. em Tempo Integral com orientações de 8 (oito) e 10 (dez) horas de jornada diária, ofertando educação integral nas 14 CRE. Foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral - PROEITI e o Projeto Rede Integradora em Educação Integral na Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, com jornada 10 horas. Disponibilizados coordenadores pedagógicos para acompanhar a oferta de Educação Integral em cada Unidade Escolar e Educadores Sociais Voluntários.</p> <p>2018 - A SEEDF oferta educação em tempo integral nas 14 Coordenações Regionais de Ensino, atendendo estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio. Em 2018, contamos com 327 Unidades Escolares que ofertam Educação em Tempo Integral. A oferta da Educação Integral se dá por meio de projetos e atividades diversificadas desenvolvidas nas Unidades Escolares, em Escolas Parques, em equipamentos públicos, como Centros Olímpicos, Ginásios, Bibliotecas, etc</p> <p>2019 - É ofertado educ em Tempo Integral em 369 UEs, distribuídos em: 186 UE EnsFund, 12 UE EnsMéd e 171 EnsInf, onde o atendimento se dá na forma seguinte: 8h-125 UE; 9h-18 UE e 10h-226 UE. Nas UE EnsMéd o atendimento é de 9h diárias, 3 vezes por semana. Para cálculo do indicador foram consideradas 785 UEs, incluindo a oferta de educação infantil por meio de instituições parceiras. A redução das UE deve-se ao término de prog federais de fomento e a não construção de novas UEs para Ed. Integral.</p>													
1520 - UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DO ESTUDANTE.	%	-	31/12/2016	ANUAL	10	30	25	87	50	100	75	100	GERADE/SEDF / UO 18101 / OE 5 / UO 18101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - O índice foi superado em razão da aplicação do simulado a 43 mil estudantes da 3ª série do ensino médio da rede pública e privada e 3º segmento da educação de jovens e adultos. O simulado também foi aplicado para 15 mil estudantes do 1º, 3º, 6º e 7º anos do ensino fundamental</p> <p>2017 - No ano de 2017 foi elaborada, organizada e sistematizada a aplicação da Prova Diagnóstica do Ensino Fundamental para todas as unidades escolares de Ensino Fundamental (509 unidades escolares) e a Prova Diagnóstica do Ensino Médio Integral (13 unidades escolares).</p> <p>2018 - No ano de 2018 foi aplicado a Prova Diagnóstica para 100% das unidades escolares que atendiam os anos e séries de aplicação: 2º, 3º, 4º, 6º e 8ºanos do Ensino Fundamental, 1º, 2º e 3º série do Ensino Médio. Total de 516 unidades escolares de Ensino Fundamental e 91 unidades escolares de Ensino Médio.</p> <p>2019 - No ano de 2019 foi aplicado a Prova Diagnóstica para 100% das unidades escolares que atendiam os anos e séries de aplicação: 2º, 4º, 6º e 8ºanos do Ensino Fundamental, 1ª e 2ª série do Ensino Médio. Total de 516 unidades escolares de Ensino Fundamental e 91 unidades escolares de Ensino Médio.</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	47566179,0	102166179,00	101412159,05	101156156,87

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0006 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SE-DISTRITO FEDERAL	47566179,0	102166179,00	101412159,05	101156156,87
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	48760219,0	83976567,00	75741291,82	74861441,24
0085 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SE-DISTRITO FEDERAL	48760219,0	83976567,00	75741291,82	74861441,24
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	96326398,00	186142746,00	177153450,87	176017598,11

RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E LICENÇA PRÊMIO

O Programa para Operação Especial consiste na concessão de pagamento aos servidores da SEEDF relativo a Licenças Prêmio e indenizações. Até dezembro de 2019, foram concedidos 7.932 pagamentos para servidores que fizeram jus à Licença Prêmio convertida em pecúnia para servidores aposentados, pensionistas e exonerados desta Secretaria. 100 pagamentos de ressarcimentos e 1.759 pagamentos relativos a indenizações diversas para os servidores desta Secretaria.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	180000,0	0,00	0,0	0
2511 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADE ADMINISTRATIVA - SE-DISTRITO FEDERAL	180000,0	0,00	0,0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	233189,0	0,42	0	0
0018 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SE-DISTRITO FEDERAL	233189,0	0,42	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	23720395,0	44360554,10	44049438,57	38950048,45
0017 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EXECUÇÃO DO PROGRAMA POUPA DF-DISTRITO FEDERAL	65395,0	0,10	0	0
5293 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-SE-DISTRITO FEDERAL	855000,0	2318576,00	2315444,89	1875965,71
5294 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	15960000,0	28919692,00	28919143,19	26305482,63

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5295 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO MÉDIO-SE-DISTRITO FEDERAL	3990000,0	7670000,0	7370437,29	6152075,92
5296 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-SE-DISTRITO FEDERAL	199500,0	199500,0	199500,00	199500,00
5297 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-SE-DISTRITO FEDERAL	285000,0	285000,0	285000,00	285000,00
5298 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE-ESCOLA-SE-DISTRITO FEDERAL	1710000,0	3306452,0	3301393,63	2872580,66
5299 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	199500,0	155610,00	155610,0	103720,0
5300 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	456000,0	1505724,0	1502909,57	1155723,53
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	124040,0	65271,20	0	0
5882 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	124040,0	65271,20	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	709462,0	0,36	0	0
9747 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SE-DISTRITO FEDERAL	369462,0	0,36	0	0
9806 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EDIFÍCIO SEDE II-PLANO PILOTO .	340000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1826656326,0	1721476939,00	1715486645,25	1714757216,03
0036 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ADMINISTRAÇÃO GERAL - SE-DISTRITO FEDERAL	111808499,0	136693998,00	135876852,91	135376852,91
0037 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ATIVIDADES ALHEIAS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	27442199,0	43334344,00	43334344,00	43334344,00
6977 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1019432727,0	901578458,00	896593313,60	896548884,38

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0038 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ENSINO MÉDIO -SE-DISTRITO FEDERAL	522619227,0	514516465,00	514328460,74	514143460,74
0039 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	7952371,0	7952371,00	7952371,00	7952371,00
8842 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	9491541,0	9491541,00	9491541,00	9491541,00
8843 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	40433647,0	40433647,00	40433647,00	40433647,00
8844 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	30270326,0	20270326,00	20270326,00	20270326,00
8845 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	57205789,0	47205789,00	47205789,00	47205789,00
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	329945229,0	313646764,00	300959533,11	300934533,11
3385 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AUXÍLIO SAÚDE - SERVIDORES DA CARREIRA ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	22665600,0	0,0	0	0
5277 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AUXÍLIO SAÚDE (LEI 4862/2012) - SE-DISTRITO FEDERAL	179725930,0	40821454,00	40390063,20	40390063,20
6980 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SE-DISTRITO FEDERAL	127053699,0	272825310,00	260569469,91	260544469,91
9726 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-SAUDE PARA A CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO	500000,0	0,0	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	25008023,0	21322675,38	21279170,22	19645776,58
0036 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SE-DISTRITO FEDERAL	24629152,0	20935619,38	20916436,92	19283198,59
9691 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSELHO DE EDUCAÇÃO - SE-DISTRITO FEDERAL	378871,0	387056,00	362733,30	362577,99
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3008657,0	1272377,90	1110775,0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2532 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS - SE-DISTRITO FEDERAL	3008657,0	1272377,90	1110775,0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1241400,0	774643,00	766942,35	684184,57
2576 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	1241400,0	774643,00	766942,35	684184,57
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	2210826721,00	2102919225,36	2083652504,50	2074971758,74

Informa-se inicialmente que as atividades realizadas com recursos alocados nas ações 1471, 2557, 2396 e 3678 foram devidamente lançadas no item anterior referente ao Programa 6221 – Educa Mais Brasília, a fim de proporcionar maior clareza e entendimento acerca da execução.

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

No que tange à força de trabalho desta Secretaria de Estado de Educação, o pagamento de servidores ativos é feito por meio da Ação 8502, conforme quadro de força de trabalho constante no item 1 do presente relatório.

ASEEDF realizou uma série de ações que visam o bem estar e a qualidade de vida do servidor, conforme lista abaixo:

- Ampliação do Projeto Ser-Vir - criado no segundo semestre de 2017, com o objetivo de combater possíveis causas do adoecimento dos profissionais da educação, foi ampliado no segundo semestre de 2019. O projeto passou a ser desenvolvido também nas CREs de Planaltina e Guará com modalidades desportivas e atividades artísticas.
- Caminhos da Educação Parque Ecológico Sucupira – Planaltina - Entre as ações voltadas para a saúde e bem-estar dos servidores da educação no Distrito Federal, realizou-se o II Caminhos da Educação. A edição aconteceu no Parque Ecológico Sucupira em Planaltina, com atividades físicas, dicas de saúde, ações para o bem-estar, lazer e trilha ecológica.
- Programa de Ativação Corporal - O programa foi expandido em 2019 com uma formação para os professores atuantes no Programa Ginástica nas Quadras. Objetivando proporcionar exercícios de ativação corporal com foco no alongamento, mobilidade articular e correção postural.
- Sensibilização para Realização – Exames Periódicos - A realização de exames periódicos é essencial para garantir ao servidor o conhecimento das suas condições de saúde, possibilitando a prevenção de algumas doenças. Neste sentido, foi realizada uma palestra sobre Sensibilização para realização de exames periódicos para os servidores da Secretaria de Educação
- Rodas de Conversas - No ano de 2019, contemplando as ações de bem estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho, foram realizadas Rodas de Conversas com professores readaptados com o foco na escuta sensível. E também com servidores com a temática “saúde mental e trabalho”. Esta metodologia tem como ponto principal o diálogo e a troca de

vivências entre os pares como forma de acolher e oportunizar a revisão de conceitos e pensamentos.

- Bem-Estar Vocal - Cuidar do bem-estar e da qualidade vocal é uma das ações previstas na política de bem-estar e qualidade de vida no trabalho. Foram promovidas atividades que permitem aos servidores identificar os cuidados necessários para garantir sua qualidade vocal.

-2º Fórum de Gestores - O 2º Fórum de Gestão de Pessoas teve como objetivo a padronização dos procedimentos e rotinas administrativas no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, tendo como público-alvo os Supervisores das UEs ou responsável pela rotina administrativa da Unidade e todos os UNIGEPs. A formação é essencial para garantir a agilização dos procedimentos e melhor atender ao servidor da SEEDF.

- 6º Encontro das Práticas de Mediação - As práticas de mediação são ações voltadas para dirimir conflitos decorrentes das relações interpessoais estabelecidas no ambiente de trabalho no âmbito da SEEDF. No ambiente escolar, o Pedagogo-Orientador Educacional é o profissional que atua na mediação dos processos conflituosos que envolvem alunos, professores e família.

- Seminário Nacional de Bem-Estar e Qualidade De Vida Dos Profissionais De Educação – A realização do seminário contou com a participação de servidores e gestores da SEEDF bem como representantes das Secretarias de Educação de outros Estados da Federação. O Seminário foi organizado e realizado em três painéis com temas voltados para o bem-estar e qualidade de vida.

- A Educação Viva em Mim - Histórias são marcas registradas em nós. O reencontro com colegas de trabalho e a partilha de momentos marcantes demonstram o quanto uma pessoa se sente pertencente a profissão que escolheu. A realização do encontro “A Educação Viva em Mim” foi uma oportunidade única de valorização daqueles que um dia participaram ativamente da educação no Distrito Federal e hoje levam consigo as marcas que os identificam como profissionais da educação. A aposentadoria não lhes tirou o brilho no olhar e o encantamento pelo trabalho realizado.

- Seminário da Consciência Negra - A cor da pele não define caráter, responsabilidade profissional e tantos outros atributos do ser humano. Mesmo em tempos de modernidade ainda é necessário relembrar a sociedade a importância de se respeitar aqueles que ajudaram no desenvolvimento do nosso País: os negros. A CRE do Recanto das Emas, reconhecendo a necessidade de refletir sobre esta temática, promoveu o Seminário da Consciência Negra, com o objetivo de refletir sobre a temática.

-Para Além da Regência de Classe - A readaptação num primeiro momento parece o fim da carreira profissional. Mas tudo pode ser ressignificado quando o ambiente é favorável e a motivação ainda faz pulsar a alegria do fazer. Para valorizar o trabalho dos professores readaptados na SEEDF realizou-se o encontro “Para além da regência de classe”.

- Feira do Servidor - Conhecer e valorizar a arte, os projetos, as habilidades dos servidores da SEEDF não somente no seu campo de atuação. O evento aconteceu nas sedes das CREs com a apresentação dos resultados, troca de experiências e apresentação de produtos feitos pelos servidores participantes. Um evento que revelou artistas e profissionais.

- Programa de Orientação para Aposentadoria - ao longo do ano de 2019 foram realizadas oficinas de Educação Financeira, Aspectos Previdenciários, Qualidade de vida e bem-estar, voluntariado, elaboração e implementação de projetos de vida e o módulo complementar com os temas: Neuróbica: a importância de exercitar o cérebro e Encontrando oportunidades na carreira e no pós-carreira.

- 6º Encontro de Práticas de Mediação de Conflitos - O objetivo deste encontro que teve a participação cerca de 380 Pedagogos - Orientadores Educacionais foi difundir o tema da

Mediação de Conflitos e alternativas pacificadoras de resolução de conflitos, focando, nesta oportunidade, nas trocas de experiências junto aos profissionais de Orientação Educacional da Rede Pública de Ensino, em Mediação Social, bem como apresentar a Mediação de Conflitos de caráter institucional ocorrente na Gerência de Mediação de Conflitos, e como ambas podem contribuir para a atuação desses profissionais.

- IX Fórum da Orientação Educacional - Para este ano de 2019, IX Fórum de Orientação Educacional teve como temática: "Educação para Inteira: uma abordagem socioemocional", com a proposta de abordar os fundamentos para uma educação que olhe o sujeito como inteiro, em suas diversas dimensões: Cognitiva, afetiva, corporal, cultural, política, ecológica, propiciando a reflexão dos desafios, perspectivas e possibilidades do trabalho da Orientação Educacional como contribuição para a reconexão do estudante com o sentido da vida e seu processo de realização de um projeto de vida a partir de seu processo educativo.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÕES FORMATIVAS

Em 2019, a SEEDF realizou 162 cursos de formação continuada, 14 oficinas e 05 eventos científico-pedagógicos, totalizando 181 ações de formação continuada, representado a quantidade de matrículas x habilitados pela Tabela 4.

Tabela 4 - Quantitativo de matrículas por ação formativa.

Ações Formativas	Número de Inscritos	Número de Habilitados
Cursos	14.787	7.878
Oficinas	420	241
Eventos	2.241	1.826
Total	17.448	9.945

Fonte: Setor de Documentação da EAPE.

Tais cursos abordaram o processo de organização do trabalho pedagógico nas diferentes etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio) e modalidades da Educação Básica e foram ofertados em todas as CREs, incluindo o turno noturno. A principal ação de formação foi realizada por meio do Projeto Aprender Sem Parar (professores, gestores e orientadores educacionais). Os cursos desse projeto tiveram como característica central os percursos formativos, sendo um comum e vários individualizados.

FORMAÇÃO DE FORMADORES

Em 2019, a SEEDF envidou esforços na formação de formadores desenvolvendo as seguintes temáticas: A EAPE: sua história e organização; Teoria Histórico Cultural; Palestra Educação Transformadora; Produção de Áudio visual educativo; Os desafios da docência com as inovações tecnológicas; Vigotski e a educação; Formas de ensinar e aprender; Educação para a Cultura de Paz; A Base Nacional Comum Curricular e as mudanças no Currículo em Movimento; Metodologias Ativas; Interdisciplinaridade; Resolução de Problemas; Pedagogia Histórico- Crítica; Sequencias didáticas; Ludicidade; Avaliação em Larga Escala; Ferramentas do Moodle (ambiente virtual de aprendizagem); Formas de aprendizagens; Utilização da plataforma SEI; Mesa redonda de lançamento do livro "Conversas sobre Avaliação"; Coordenação externa na Estação Ecológica de Águas Emendadas para desenvolvimento da temática de educação ambiental; Coordenação externa na Universidade da Paz para desenvolvimento da temática de direitos humanos e cultura de paz na educação.

AFASTAMENTO REMUNERADO PARA ESTUDO

Para elevar do percentual de professores com especialização, mestrado e doutorado, conforme meta 16 do PDE, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Ampliação da divulgação do afastamento remunerado para estudo e de bolsas de pós-graduação em instituições públicas e privadas;
- Elaboração e publicação de edital para o processo de afastamento remunerado;
- Execução do processo de afastamento remunerado para estudo, o detalhamento dos dados dessa atividade é demonstrado nas tabelas 5, 6, 7, 8 e 9.

Tabela 5 - Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de mestrado – Carreira Magistério (2019).

Tabela 5 - Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de mestrado – Carreira Magistério (2019).

Ação	Quantitativo
Total de vagas para mestrado	180
Total de servidores afastados para mestrado	183*
Afastamentos para mestrado no Brasil	160
Afastamentos para mestrado no Exterior	23

*A Portaria nº 210, de 19 de junho de 2019 em seu Art. 44 § 1º permite o remanejamento de vagas entre níveis quando a destinação de vagas não é suprida.

Fonte: Setor de Afastamento Remunerado para Estudo.

Tabela 6. Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de doutorado e pós-doutorado – Carreira Magistério (2019).

Ação	Quantitativo
Total de vagas para doutorado e pós-doutorado	98
Total de servidores afastados para doutorado e pós-doutorado	71
Afastamentos para doutorado e pós-doutorado no Brasil	60 (doutorado) 2 (pós-doutorado)
Afastamentos para doutorado no exterior	9

Fonte: Setor de Afastamento Remunerado para Estudo.

Tabela 7. Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de mestrado – Carreira Assistência (2019).

Ação	Quantitativo
Total de vagas para mestrado	32
Total de servidores afastados para mestrado	6
Afastamentos para mestrado no Brasil	4
Afastamentos para mestrado no exterior	2

Fonte: Setor de Afastamento Remunerado para Estudo.

Tabela 8. Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de doutorado e pós-doutorado – Carreira Assistência (2019).

Ação	Quantitativo
Total de vagas para doutorado e pós-doutorado	10
Total de servidores afastados para doutorado e pós-doutorado	4
Afastamentos para doutorado e pós-doutorado no Brasil	4
Afastamentos para doutorado e pós-doutorado no exterior	-

Fonte: Setor de Afastamento Remunerado para Estudo.

Tabela 9. Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de especialização – Carreira Assistência (2019).

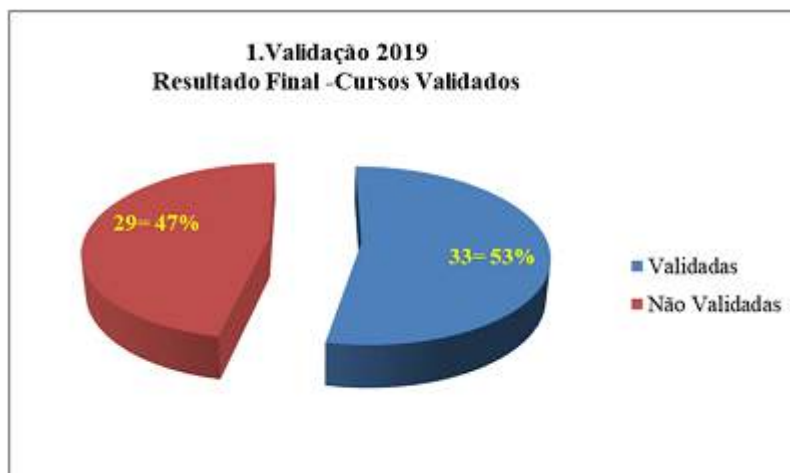
Ação	Quantitativo
Total de vagas para especialização	54
Total de servidores afastados para especialização	-
Afastamentos para especialização	-
Afastamentos para especialização	-

Fonte: Setor de Afastamento Remunerado para Estudo.

VALIDAÇÃO DE CURSOS EXTERNOS

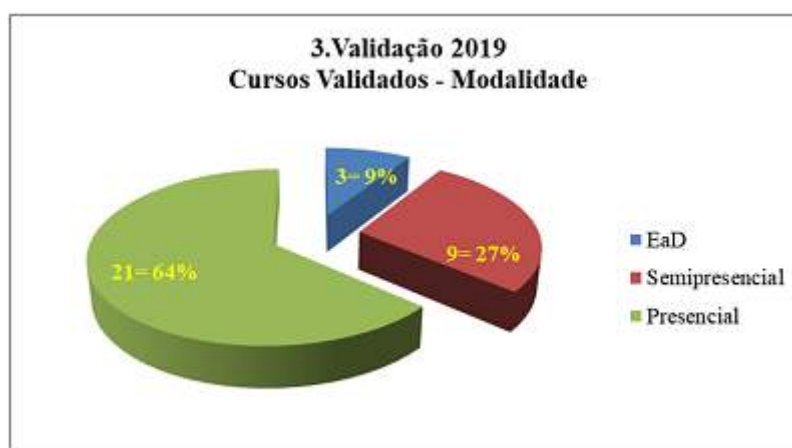
Em 2019, foram analisadas 62 propostas de cursos de 11 Instituições e aprovadas 33 (53,23%). O detalhamento desta ação encontra-se nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Situação de validação dos cursos de instituições externas – 2019.



Fonte: Setor de Validação de Cursos Externos.

Gráfico 2. Distribuição por modalidade dos cursos externos – 2019.



Fonte: Setor de Validação de Cursos Externos.

CONVÊNIOS

A SEEDF é responsável pela articulação das ações relacionadas aos convênios com as Instituições Ensino Superior (IES) para realização do estágio supervisionado. Em 2019, estavam vigentes convênios com 26 Instituições de Ensino Superior, onde a contrapartida dos convênios de estágio supervisionado as IES devem disponibilizar bolsas de graduação e pós-graduação (especialização) aos profissionais desta secretaria. Em 2019, foi determinado os quantitativos (226 bolsas) e procedimentos de obtenção de bolsas e foram utilizadas 103 bolsas de graduação e 05 bolsas de pós-graduação (especialização).

Em relação aos convênios com escolas de idiomas, são disponibilizadas por ano 60 bolsas para os profissionais de educação da SEEDF.

ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Essa ação foi estabelecida no Plano Estratégico da SEEDF e no Programa Escola Que Queremos e objetivava a produção material didático-pedagógico para o 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. A utilização do material didático-pedagógico produzido proporcionará um fortalecimento da organização do trabalho pedagógico e consequentemente uma melhoria das aprendizagens dos estudantes.

Para execução da ação foram realizadas as seguintes ações:

- Levantamento das fragilidades dos objetivos de aprendizagem da rede apresentada na prova diagnóstica da SEEDF;
- Elaboração de edital (EDITAL Nº 09, DE 08 DE MARÇO DE 2019) para seleção de professores para montagem de equipe para produzir o material;
- Divulgação do edital;
- Processo seletivo com prova escrita;
- Constituição de equipe de professores do componente curricular de Língua Portuguesa e das áreas de conhecimento Matemática e Ciências da Natureza, por meio do Edital Nº 9, de 08 de março de 2019: 4 professores de Língua Portuguesa, 3 professores de Matemática, 5 professores de Ciências da Natureza;
- Constituição de equipe de professores do componente curricular de Língua Portuguesa e das áreas de conhecimento Matemática e Ciências da Natureza, por movimentação a convite (antes da publicação do Edital Nº 9, de 08 de março de 2019): 2 professores de Matemática e 3 professores de Ciências da Natureza;
- Cadernos produzidos:
 - Cadernos das Aprendizagens 5º ano (Matemática e Ciências da Natureza)
 - Cadernos das Aprendizagens 9º ano (Português, Matemática e Ciências da Natureza)
 - Cadernos das Aprendizagens 1ª série ensino médio (Português, Matemática e Ciências da Natureza)
 - Cadernos das Aprendizagens 3ª série ensino médio (Português, Matemática e Ciências da Natureza)

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE

Além disso, a SEEDF é responsável pelo acompanhamento e monitoramento do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e suas ações agregadas, com o objetivo principal de auxiliar a comunidade escolar a produzir um diagnóstico de sua realidade e a definir ações para aprimorar sua gestão e seu processo de ensino e aprendizagem. No exercício de 2019, foram beneficiadas, com repasse federal, 400 escolas, com cerca de R\$ 4.572.470,00 (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil e quatrocentos e setenta reais) para o PDDE Básico; 33 escolas com aproximadamente R\$ 429.720,00 (quatrocentos e vinte e nove mil e setecentos e vinte reais) para as ações do PDDE Estrutura (Escola Acessível) e 76 escolas com o montante de R\$ 473.228,00 (quatrocentos e setenta e três mil e duzentos e vinte e oito reais) para o PDDE Qualidade (Educação Conectada e Mais Alfabetização).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Educação cumpriu adequadamente o conjunto das ações propostas no Programa 6221 – Educa Mais Brasília e demais Programas complementares, no exercício de 2019. Começando pela educação infantil, foram exitosas as parcerias formalizadas por meio de Termos de Colaboração com organizações da sociedade civil, pois permitiu ofertar essa modalidade em tempo integral em conformidade com o currículo em movimento do Distrito Federal.

Também houve importante avanço no ensino fundamental no ano de 2019. Com trabalhos feitos a partir da universalização do 3º ciclo de aprendizagens, as unidades escolares atuaram com autonomia na elaboração da proposta pedagógica, executando-a conforme suas necessidades no tocante a monitoramento, acompanhamento, avaliação e política de

formação dos profissionais e dos colegiados das instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Outro avanço ocorreu com a adesão da SEEDF à Portaria 649/2018 do Ministério da Educação que instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino. A Secretaria formatou a primeira versão do Catálogo de Itinerários Formativos, com vistas à formação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto contempladas com a oportunidade de aplicar um novo modelo educacional na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Houve avanço também na Educação Profissional Técnica com ações voltadas à implantação do Itinerário Formativo de Educação Profissional. Um conjunto de iniciativas que permitiu ao estudante matriculado no Ensino Médio cursar integralmente um curso técnico regular e profissional, junto com cursos de Formação Inicial e Continuado.

A Secretaria de Educação atuou no processo de Revisitação do Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos, inserindo a EJA no movimento nacional de alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular, porém com o cuidado de considerar todas as especificidades dos sujeitos atendidos pela modalidade, garantindo a todos o direito à educação, considerando a Educação Especial, a EJA nas Prisões, a EJA na Educação do Campo, a EJA a Distância e a EJA integrada à Educação Profissional.

Outra iniciativa relevante foi trabalho de acompanhamento e escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Semiliberdade, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade e ainda de adolescentes atendidos pelo Núcleo de Atendimento Integrado que é desenvolvido por um conjunto articulado de ações intersetoriais e em rede, tendo por base o princípio da incompletude institucional.

Houve igualmente importantes ações buscando integrar escola, aluno e comunidade, tendo a escola protagonizado discussões sobre temáticas inseridas na vida de todos, realizando eventos seminários, debates e palestras abordando: racismo, bullying, injúria racial, intolerância religiosa, Lei Maria da Penha, feminicídio, direitos humanos e diversidade, indígenas, escolarização e acolhimento da população em situação de rua, enfrentamento às drogas nas escolas, Política de acolhimento e escolarização de estudantes em situação de refúgio, promoção da cultura da paz.

Verificou-se também importante avanço na educação inclusiva e integral com atendimento educacional aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades e ao Programa da Educação Precoce. Nesse contexto a oferta da educação especial, na Rede Pública de Ensino do DF, é realizada em Classes Comuns, Classes Especiais, Centros de Ensino Especial e atendimentos especializados em Instituições parceiras.

O Projeto Escolas de Gestão Compartilhada – EGCs, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e com o Ministério da Educação (MEC), teve início em fevereiro de 2019. Doze escolas aderiram e, em nove delas, o modelo já foi implantado. Essas unidades são denominadas Colégios Cívico-Militares. Em outras três unidades, o processo de implantação está em andamento. Destinado a estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio, no total, cerca de 16 mil alunos são atendidos pelo projeto. O GDF pretende instituir a gestão compartilhada em 40 escolas até o final de 2022.

Nestas unidades, os profissionais da educação ficam responsáveis – exclusivamente – pelo trabalho pedagógico e profissionais da segurança ficam responsáveis pela disciplina. As duas pastas estão realizando ações conjuntas a fim de proporcionar uma educação de qualidade para os estudantes da rede pública de ensino do DF, além de construir estratégias voltadas ao policiamento comunitário e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar. O objetivo é promover uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

O Programa Escolas que Queremos foi instituído com os objetivos de apoiar as Unidades Escolares - UEs a alcançarem educação de excelência, melhorar os índices de aprendizagem

dos estudantes, reduzir as taxas de reprovação e abandono, e valorizar os profissionais da educação. O PEQ está estruturado em seis eixos, a saber: Pedagógico; Gestão de Pessoas; Tecnologias; Gestão Escolar; Infraestrutura e Apoio ao Estudante; e Cultura, Esporte e Segurança. Cada eixo implica um conjunto de ações a serem implementadas pelas diferentes Subsecretarias da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, conforme suas atribuições regimentais, bem como pelas Coordenações Regionais de Ensino - CREs e pelas UEs participantes do PEQ. Atualmente o Programa conta com 190 escolas da rede participantes.

O Projeto das Escolas Interculturais Bilingues visa propiciar bases sólidas para o desenvolvimento de uma educação integral em português e línguas estrangeiras voltada para estudantes matriculados em escolas da Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio) da rede pública de ensino do Distrito Federal e reafirma a vocação internacional da capital. A ideia básica é oportunizar acesso à educação intercultural holista aos estudantes em língua estrangeira com apoio de Salas de Vivência para Aprendizagem de Línguas. Atualmente, o Centro Educacional Lago Norte (CEDLAN) é a primeira escola da rede pública a ter francês como parte do currículo regular, o CEM 03 de Taguatinga e Caseb deram início ao projeto para o espanhol.

Tendo em vista a implantação de políticas públicas que abarquem em seu escopo uma Educação bilingue Surdos, que esteja dentro de perspectivas metodológicas e filosóficas contemporâneas, a SEEDF, propõe o fortalecimento da Escola Integral Bilíngue Libras e Português Escrito que já está em funcionamento em Taguatinga e a inauguração da Escolas Públicas Integral Bilíngue Libras e Português Escrito do Plano Piloto, que estão em fase de implantação. Uma Escola Pública Integral Bilíngue Libras e Português Escrito é uma Unidade de Ensino bilíngue para estudante com Deficiência Auditiva Surdos usuários da Libras, sendo especializada e específica, com oferta de educação infantil e educação básica, educação de jovens e adultos EJA, em tempo integral. Esta UE deve estar vinculadas às Coordenações Regionais de Ensino onde estão localizadas. A principal perspectiva metodológica encontra-se no fato de que toda e qualquer comunicação, abordagem dos conteúdos curriculares e demais atividades pedagógicas desenvolvidas deverão ser realizadas na Língua Brasileira de Sinais – Libras, como primeira língua, sendo o Português Escrito a segunda língua.

A SEEDF também firmou parcerias com setores da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, instituições de ensino superior, dentre outros, para o planejamento e desenvolvimento de ações que contemplam os temas relacionados à alimentação e nutrição em seu conteúdo e promoção de práticas alimentares saudáveis como estratégia importante no contexto educativo, nutricional e pedagógico.

No tocante as obras nas escolas, pode-se aferir que houve reconstrução de várias unidades escolares, construção de unidades do ensino fundamental e amplo serviço de reforma e manutenção das unidades abrangendo todo o distrito federal.

Houve realização de atividades de Educação Alimentar e Nutricional nas Coordenações Regional de Ensino, desenvolvidas com base nas demandas pontuais das Unidades Escolares ou nos temas prioritários apontados pelos nutricionistas das CREs.

Igualmente destaca-se Programa de Descentralização Administrativa e Financeira- PDAF da SEEDF. Nesse viés, o programa contribuiu para a participação dos alunos da rede em eventos como: 35ª Feira do Livro de Brasília, 07 de setembro 2019, Jogos Regionais entre outros eventos, assim como incentivou à prática desportiva com a liberação de recursos para os centros de iniciação desportiva. Houve também a publicação Portarias nas quais os recursos são descentralizados diretamente para as escolas e coordenações regionais de ensino para que junto com a comunidade escolar decidam as prioridades dos gastos para melhoria da qualidade de ensino.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal contou também com o apoio da União para cumprir seu dever de assegurar o direito de todos a uma educação pública de qualidade. Uma dessas parcerias deu-se por meio do Plano de Ações Articuladas - que está inserido no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação, realizando o acompanhamento e monitoramento das ações, subações e iniciativas de forma a favorecer a continuidade de políticas educacionais, aprimorando o processo de investimento em educação de modo a viabilizar transferências diretas de assistência técnica e financeira da União.

Assim, por todo o conjunto baseado nas ações desenvolvidas e ainda sob o impacto das limitações orçamentárias existentes infere-se que a execução das políticas públicas educacionais da Secretaria de Estado de Educação foram satisfatórias.

18202 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL -

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A origem da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (doravante FUNAB ou simplesmente Fundação), na qualidade de instituição responsável por manter e executar a política de educação superior do Distrito Federal - conforme definido em Estatuto e legislação correlata -, remonta ao ano de 1992, quando o Governo do Distrito Federal, encontrando fundamento de validade no Art. 24, inciso IX, da Constituição Federal, sancionou a Lei nº 403, de 29 de dezembro de 1992, que autorizava o Poder Executivo a implantar a Universidade Aberta do Distrito Federal - UnAB/DF. Desde então, e em face da inexistência de uma universidade pública pertencente à organização administrativa do Distrito Federal, a legislação distrital que versa sobre o ensino superior público vem passando por alterações graduais e incrementais no sentido de consolidação de uma instituição de ensino superior autônoma, capaz de proporcionar ensino, pesquisa e extensão em várias áreas do conhecimento.

A sinalização dos primeiros esforços para o início da oferta de educação superior pública no território distrital fez com que, logo em 1993, quando da promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, fossem apresentados os pressupostos e o alicerce institucional necessários para a consolidação e ampliação da oferta deste nível de educação no Distrito Federal. É nesse sentido que o Art. 240 da Lei Orgânica apregoa a necessidade de o poder público “[...] criar seu próprio sistema de educação superior, articulado com os demais níveis, na forma da lei” (redação do Art. atualizada de acordo com a Emenda à Lei Orgânica nº 79, de 2014), sinalizando ainda a importância de serem consideradas, prioritariamente, regiões densamente povoadas não atendidas por ensino público superior na instalação de unidades de educação superior (Art. 240, § 1º) e a necessidade de as instituições de ensino superior terem garantidas autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (§ 2º do mesmo Artigo).

É mister notar que, apesar da existência, desde 1993, de estrutura legal sólida que ampara a oferta de educação superior pública no Distrito Federal (e a efetiva consolidação de uma universidade pública que se coloque como parte fundamental da política distrital de educação superior), a materialização desta oferta se deu somente no ano de 2001, quando a Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS, mantida pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS, passou a ofertar cursos de graduação. O início da oferta *per se* de cursos de nível superior nesse período parece ter engendrado esforços para um novo movimento de expansão do arcabouço legislativo distrital em torno da matéria de educação superior. Nesse sentido, a promulgação, pelo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da Lei nº 2.919, de 16 de março de 2002, fez com que se estabelecesse novo mecanismo legal de autorização da criação da UnAB/DF sob forma de fundação pública.

Foi, portanto, com amparo em esforço de constituição e ampliação de uma política de educação superior pública em nível distrital e de correção de vício de iniciativa dos termos da Lei nº 2.919/2002 - esta oriunda de Projeto vetado pelo Governador do Distrito Federal e mantido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal - que o Governo do Distrito Federal sancionou a Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013, que autoriza a criação da FUNAB na qualidade de instituição mantenedora da educação superior do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Art. 1º da referida Lei), com finalidade de ministrar educação superior, desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão universitária (Art. 2º do mesmo dispositivo legal).

Desse modo, inicialmente prevista em 1992, a efetiva criação da FUNAB se deu com o Decreto nº 34.591, de 22 de agosto de 2013, normativa esta que prevê, em seu Art. 3º, como principais competências da Fundação:

- I - elaborar e executar política de educação superior pública;
- II - manter, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação superior pública do Distrito Federal;
- III - promover a implantação de unidades e cursos de educação superior pública;
- IV - expedir normas para o desempenho de suas competências;
- V - elaborar sua proposta orçamentária e administrar suas receitas e despesas;
- VI - firmar convênios, contratos e parcerias voltados à realização de seus objetivos, na forma da lei.

As premissas de uma política de educação superior pública distrital são também definidas na Lei nº 5.141/2013 e no Decreto que autoriza a criação da FUNAB, sendo arroladas, no texto da Lei (Art. 4º), como diretrizes de atuação da Fundação nos seguintes termos:

- I - manutenção e programação de cursos e outras atividades orientadas, prioritariamente, para as necessidades e os problemas do Distrito Federal e Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE;
- II - atendimento prioritário às regiões com menor acesso à educação superior pública;
- III - integração do ensino superior público com as políticas públicas, programas e ações institucionais desenvolvidos em âmbito loco-regionais;
- IV - fomento à utilização de metodologias de ensino problematizadoras, respeitadas as referências curriculares para cada área profissional;
- V - formação profissional baseada em práticas desenvolvidas em ambiente de trabalho;
- VI - organização administrativa descentralizada, flexível e horizontalizada, observados os referenciais da multiespacialidade.

Responsável pela manutenção, planejamento, coordenação e supervisionamento das atividades de educação superior pública no Distrito Federal, com papel ativo na promoção de unidades e cursos de educação nesse nível de ensino, a FUNAB é regida por Estatuto aprovado pelo Decreto nº 36.114, de 10 de dezembro de 2013. Integrante da administração indireta do Distrito Federal, a Fundação tem como missão "ofertar e manter o ensino superior público por meio da produção e difusão de conhecimentos científicos, técnicos e culturais, do desenvolvimento de pesquisas e da promoção de atividades de extensão universitária, utilizando tecnologia inovadora e contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva, solidária, democrática e sustentável" (redação dada pelo Art. 5º do Anexo Único do referido Decreto).

Ainda a respeito do arcabouço legal e normativo bem como do rol das ações de estímulo à educação superior pública no Distrito Federal efetivamente realizadas, há de se ressaltar que o interesse público quando da constituição da FUNAB não era outro senão a constituição de uma universidade pública do Distrito Federal, sendo a implantação institucional da universidade objeto do Plano Distrital de Educação - PDE, documento sancionado pela Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015, e que constitui a principal referência para o planejamento das políticas educacionais distritais entre 2015 e 2024. Destarte, o PDE estabeleceu a Meta 12 como eixo central de desenvolvimento das ações públicas para fomento à educação superior ao fixar o compromisso de "elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 65%, ampliando a participação da oferta federal e a participação na oferta pública distrital de forma

a aumentar 1% da taxa bruta ao ano até o último ano de vigência deste Plano”. Vale ressaltar que essa Meta tem estipuladas 20 estratégias distintas, das quais se destacam as seguintes

- 12.1 – Alterar a categoria administrativa da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS para Universidade Distrital no primeiro ano de vigência deste Plano.
- 12.2 – Consolidar, difundir e ampliar a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, no primeiro ano de vigência deste Plano.
- 12.3 – Constituir, até o quinto ano de vigência deste Plano, a Universidade Distrital, prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal.
- 12.4 – Estruturar a Universidade Distrital segundo os princípios da integração ensino-serviço comunidade, metodologias ativas e docência-assistência em pequenos grupos. (...)
- 12.7 – Assegurar ampliação de 50% das vagas ofertadas pelo sistema distrital de ensino superior para os estudantes das escolas públicas municipais e estaduais da RIDE até o primeiro ano de vigência deste Plano (Texto vetado pelo Governador, mas mantido pela Câmara Legislativa. Promulgação publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, de 24/12/2015).

Vê-se, portanto, que a constituição da universidade pública distrital se apresenta como condição *sine qua non* para elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 65%, razão pela qual, para além da mera missão funcional de mantenedora da educação superior do Distrito Federal, a Fundação também orienta boa parte de suas ações e de seus projetos (ver seções *Informações Complementares e Diagnóstico de Desenvolvimento da Unidade* para mais detalhes) no sentido de construir os alicerces para a constituição legal e implantação da Universidade do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	15	9	0	0	24
Comissionados sem vínculo efetivo	5	8	0	0	13
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	37

A Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB iniciou o ano de 2019 com apenas cinco cargos em comissão, sendo três deles enquadrados nas exceções do Decreto nº

39.611, de 1 de janeiro de 2019. Desse modo, e ao ter em vista a ampliação e qualificação das atividades desta Fundação, foram desenvolvidas tratativas junto ao Governo do Distrito Federal - GDF visando à garantia de novas nomeações e ao preenchimento gradual do quadro de cargos comissionados da FUNAB, respeitando-se os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Tal esforço resultou em considerável expansão da força de trabalho da Fundação que, em dezembro de 2019, restou consolidada em 37 (trinta e sete) servidores, sendo eles efetivos do GDF com cargo em comissão ou comissionados sem vínculo efetivo. Para mais informações, consultar Processo SEI nº 04002-00000069/2019-83.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	13838,00	13837,50	13837,50
0044 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL	0	13838,00	13837,50	13837,50
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	10000,0	60000,00	15900,0	13170,0
8752 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	60000,00	15900,0	13170,0
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	10000,00	73838,00	29737,50	27007,50

No âmbito das ações referentes ao Programa 3221 - Educa Mais Brasília, faz-se necessário destacar que a Ação 4099 - capacitação de servidores não teve destinação financeira-orçamentária inicial por Lei. Desse modo, as atividades sob essa ação só foram efetivamente executadas quando da suplementação orçamentária por emenda parlamentar, liberada pelo Deputado Distrital Rodrigo Delmasso, sendo desbloqueada no dia 25 de outubro de 2019 pela Casa Civil do Distrito Federal. Com a disponibilidade para execução de recursos, esta Fundação procedeu à inscrição de 06 (seis) servidores no 3º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos – Excelência nas Contratações Públicas, ocorrido entre os dias 6 e 8 de novembro de 2019, promovido pela empresa especializada em capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de profissionais, líderes e gestores Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos (Processo SEI nº 04002-00000348/2019-47). Expediente semelhante também foi utilizado no âmbito da Ação 8505 - publicidade e propaganda: com destinação financeira-orçamentária inicial de R\$ 10 mil (dez mil reais), as despesas autorizadas sob essa ação foram utilizadas exclusivamente para gastos relacionados à prestação de serviço de publicidade legal (Diário Oficial do Distrito Federal - DODF), definida nos termos do artigo 3º, inciso I, alínea d, do Decreto Distrital nº 36.451, de 15/04/2015 (Processo SEI nº 04002-00000038/2019-22). Após suplementação fundamentada nos termos da Portaria nº 151, de 22 de abril de 2019, outras atividades relativas a essa finalidade foram executadas (Processo SEI nº 04002-00000142/2019-17), resultando em liquidação final de R\$ 13.170,00 (treze mil e cento e setenta reais).

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado do 1º Ano	Alcançado do 1º Ano	Desejado do 2º Ano	Alcançado do 2º Ano	Desejado do 3º Ano	Alcançado do 3º Ano	Desejado do 4º Ano	Alcançado do 4º Ano	Fonte
1674 - MATRÍCULA NA EXTENSÃO	UNIDADE	-	31/12/2015	ANUAL	120	72	180	29	300	110	300	40	FUNAB / UO 1820 2 / OE 6 / UO 1820 2 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de extensão da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta foi parcialmente cumprida com a matrícula de 72 (setenta e dois) cursistas da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC), Instituto Federal de Brasília (IFB) e Escola Técnica de Saúde de Planaltina, em dois cursos de Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).</p> <p>2017 - A meta foi parcialmente atingida, tendo em vista a carência de Recursos Humanos e Materiais, que dificultou a implantação das Unidades Acadêmicas vinculadas aos parceiros da FUNAB.</p> <p>2018 - A meta foi parcialmente cumprida com a matrícula de 110 Cursistas no Curso de Extensão de Desenvolvimento Curricular da Escola Superior de Gestão - ESG.</p> <p>2019 - O alcance apenas parcial da meta tem estreita relação com o fato de se projetar, à época de sua definição, a constituição legal de uma universidade distrital. Em razão da agenda governamental de gestões anteriores não ter priorizado tal escolha político-estratégica, a margem de ação institucional desta FUNAB para alcance da meta projetada foi seriamente reduzida, resultando, em 2019, na matrícula de 40 (quarenta) cursistas no Curso de Formação em Metodologias Ativas com ênfase na ABP.</p>													
1672 - MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO	UNIDADE	-	31/12/2016	ANUAL	240	0	720	0	1.440	0	2.400	60	FUNAB / UO 1820 2 / OE 6 / UO 1820 2 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida em razão do não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), devido ao cancelamento do Processo Seletivo Interno Simplificado de profissionais, determinado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.</p> <p>2017 - As restrições impostas pela obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a carência de recursos humanos e materiais atuaram como impeditivo para a implantação das Unidades Acadêmicas vinculadas aos parceiros da FUNAB, como SEDF, CBMDF, JBB, EGOV e PCDF que, após credenciamento, também ofertarão cursos de graduação.</p> <p>2018 - Por meio da Portaria SEDF Nº 405 DE 19/09/2017, foi credenciada a Escola Superior de Gestão - ESG, e autorizado a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade presencial, a Comissão para Elaboração de Critérios de Ingresso de Servidores Públicos no Curso Superior de Gestão Pública, recomendou que a ESG aderisse a edição 2/2019 do SISU por motivos de prazo e questões administrativas, inviabilizando o início do curso em 2018.</p> <p>2019 - O desempenho no âmbito do indicador 1672 também reflete a variável político-estratégica que implicou a não implantação, até o momento, de uma universidade pública sob alçada do Distrito Federal. A não concretização desse esforço fez com que esta Fundação tenha buscado ampliar a oferta pública de educação superior por meio das Escolas Superiores. Assim, o cumprimento parcial desta meta é explicado pela inauguração da Escola Superior de Gestão - ESG, com matrícula de 60 estudantes nesta.</p>													
1675 - MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	UNIDADE	-	31/12/2016	ANUAL	-	-	1.500	0	-	-	1.000	0	FUNAB / UO 1820 2 / OE 6 / UO 1820 2 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados na graduação - educação à distância da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. Não existe meta estabelecida para o exercício de 2016.</p> <p>2017 - A meta não foi cumprida em razão dos protocolos exigidos pelo Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, para a oferta de Graduação à Distância, somado a isso a carência de recursos humanos e materiais. Os documentos exigidos encontram-se em fase de elaboração (PDI, PPI e PPC) dos cursos a serem ofertados pelas Unidades Acadêmicas vinculadas aos parceiros SEDF, CBMDF, JBB, EGOV e PCDF, para serem apreciados pelo CEDF.</p> <p>2018 - Não há índice desejado para o exercício.</p> <p>2019 - O fato de o DF não ter constituído, até o presente momento, sua universidade pública fez com que a oferta de educação à distância não fosse uma prioridade estratégica da atual gestão da FUNAB. Pelo fato de o direcionamento estratégico da Fundação ter implicado o desdobramento de ações que muito mais dizem respeito ao estabelecimento dos alicerces da futura Universidade do DF e à expansão gradual de oferta de educação superior, a ampliação das matrículas nessa modalidade não foi priorizada.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado do 1º Ano	Alcançado do 1º Ano	Desejado do 2º Ano	Alcançado do 2º Ano	Desejado do 3º Ano	Alcançado do 3º Ano	Desejado do 4º Ano	Alcançado do 4º Ano	Fonte
1673 - MATRÍCULA NA PÓS-GRADUAÇÃO	UNIDADE	-	31/12/2016	ANUAL	60	0	120	0	120	40	120	40	FUNAB / UO 1820 2 / OE 6 / UO 1820 2 / OE 6

Justificativa: 2016 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de pós-graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida pois, cursos de pós-graduação, pela legislação atual, só se dão em instituições de ensino superior. Nesse sentido, o não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), também impediu o desenvolvimento da pós-graduação.

2017 - Em função da Legislação Vigente, apenas Instituições de Ensino Superior em funcionamento poderão ofertar cursos de pós-graduação. Assim, como as Unidades Acadêmicas previstas ainda não entraram em funcionamento, a meta não pôde ser atingida.

2018 - Meta atingida parcialmente com a matrícula de 40 alunos na Pós-Graduação em Segurança Pública na Academia de Polícia Civil do Distrito Federal - APCDF.

2019 - A ampliação sistemática da educação superior em nível de pós-graduação depende fundamentalmente da existência de uma IES apta a proporcionar ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas do conhecimento. A pendência quanto à constituição da Universidade do DF limita sobremaneira a ampliação da matrícula em pós-graduação, motivo pelo qual a meta projetada foi apenas parcialmente atingida com a matrícula de 40 alunos na Pós-Graduação em Segurança Pública da Academia de Polícia Civil do DF.

A baixa performance nos indicadores apresentados no Plano Plurianual decorre, sobretudo, da expectativa não correspondida quanto à implantação da Universidade do Distrito Federal (ver seções *Informações complementares* e *Diagnóstico de desenvolvimento da unidade* para mais detalhes). Em razão disso, a capacidade institucional da FUNAB para ofertar educação superior, seja na modalidade a distância ou presencial, foi diminuta, fato que direcionou os esforços desta Fundação à expansão da oferta de educação superior em parceria com outros órgãos e entidades do Distrito Federal.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	5611,0	35611,0	14834,98	14834,98
9564 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	5611,0	35611,0	14834,98	14834,98
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4000,0	123120,00	0,0	0
7202 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	4000,0	123120,00	0,0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	9611,00	158731,00	14834,98	14834,98

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	972862,0	2166808,00	1403027,39	1403027,39
8918 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	972862,0	2166808,00	1403027,39	1403027,39

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	9468,0	59468,00	32593,06	32593,06
9722 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	9468,0	59468,00	32593,06	32593,06
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	150000,0	150000,0	0
0128 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	150000,0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	31330,0	24390,0	8400,0
0062 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO -DISTRITO FEDERAL	0	15340,0	8400,0	8400,0
0063 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	15990,0	15990,0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	17309,0	17308,46	0
0078 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	17309,0	17308,46	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	982330,00	2424915,00	1627318,91	1444020,45

A liquidação financeira no âmbito das ações do Programa 6002 - Gestão, manutenção e serviços ao Estado - social reflete a conjuntura de restrição orçamentária vertiginosa experienciada por esta Fundação durante os exercícios financeiros passados (conforme Plano Plurianual 2016-2019). Decorrente desse cenário, boa parte da disponibilidade orçamentária para empenho só foi possível em razão dos esforços empreendidos para suplementação de recursos via destinação de emenda parlamentar. Em que pese tal diligência, a liberação desta ocorreu de maneira tardia, no final do mês de outubro, em tempo absolutamente exíguo para a realização de procedimentos administrativos para aquisições diversas, pertinentes às demandas dos setores requisitantes. Ainda assim, destaca-se que foi possível liquidar R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) sob a ação 1471 - modernização de sistema de informação e empenhar R\$ 17.308,46 (dezessete mil, trezentos e oito reais e quarenta e seis centavos) sob a ação 2557 - gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, conforme detalhado:

- Para a ação 1471 - modernização de sistema de informação, foram abertos processos relativos à i) contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de plataforma de biblioteca virtual, englobando concessão de licença temporária para acesso e consulta à plataforma "Minha Biblioteca" (Processo SEI nº 04002-00000394/2019-46); ii) contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de plataforma de biblioteca virtual, englobando concessão de licença temporária para acesso e consulta ao consórcio denominado "Biblioteca Virtual" (Processo SEI nº 04002-00000396/2019-35); e iii) contratação de empresa especializada para cessão de uso (licenciamento perpétuo, definitivo) do software personalizado (Processo SEI nº 04002-00000391/2019-11). Tais esforços resultaram na

liquidação de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) utilizados para a aquisição desta plataforma;

- Para a ação 2557 - gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, foi aberto processo relativo à contratação de empresa especializada na realização de serviços gráficos diversos para atendimento das necessidades da FUNAB (Processo SEI nº 04002-00000399/2019-79) que resultou no empenho de R\$ 17.308,46 (dezessete mil, trezentos e oito reais e quarenta e seis centavos).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em 2019, o desafio da constituição de uma nova identidade para a educação superior no Distrito Federal foi encarado pela FUNAB como oportunidade para a edificação de ações institucionais que permitissem o avanço progressivo de uma política de educação superior pública distrital mesmo em um cenário de fortes restrições orçamentárias (ver seção *Diagnóstico do desenvolvimento da unidade* para detalhamento maior) e da existência de barreiras de ordem constitucional para implantar o ensino superior público no Distrito Federal. A respeito deste ponto, faz-se necessário destacar que, em decorrência do controle de constitucionalidade provocado pelas Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADI números 2013 00 2 026654-2 e 2014 00 2 002911-2, julgadas pelo Plenário do Tribunal de Justiça e Territórios, os Art. 8º, 9º e 13 da Lei de criação da FUNAB, abaixo transcritos, foram declarados inconstitucionais, resultando em senso de urgência, por parte da gestão atual desta Fundação, na proposição de dispositivo legal que ampare a constituição da Universidade do Distrito Federal.

- Art. 8º O magistério público na FUNAB é exercido por professores escolhidos em processo seletivo interno entre servidores públicos estáveis do Distrito Federal. (Artigo declarado inconstitucional: ADIs nºs 2013 00 2 026654-2 e 2014 00 2 002911-2 – TJDF, Diário de Justiça, de 16/6/2015 e de 1/2/2017.)
- § 1º O servidor selecionado, sem prejuízo da remuneração ou subsídio e dos demais direitos relativos ao cargo efetivo, fica à disposição da FUNAB por tempo integral ou parcial, na forma definida no edital de seleção.
- § 2º O tempo à disposição da FUNAB só pode ser integral, se a carga horária em sala de aula for igual ou superior à metade do regime semanal de trabalho a que está sujeito no órgão ou entidade de origem.
- § 3º Ao término do tempo à disposição da FUNAB, o servidor tem o direito de retornar à mesma lotação, com a mesma jornada de trabalho de antes do início do afastamento, desde que uma ou outra não tenha sofrido alteração normativa.
- Art. 9º A estrutura administrativa da FUNAB é definida por decreto. (Artigo declarado inconstitucional: ADIs nºs 2013 00 2 026654-2 e 2014 00 2 002911-2 – TJDF, Diário de Justiça, de 16/6/2015 e de 1/2/2017.)
- Parágrafo único. Para a criação da estrutura administrativa de que trata este artigo e de outros ajustes necessários na estrutura de órgãos e entidades, o Poder Executivo pode usar a autorização de que trata o art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 4.584, de 8 de julho de 2011, tomando-se por base a diferença da despesa entre o primeiro quadrimestre de 2011 e o primeiro de 2013.
- Art. 13. O desenvolvimento e o funcionamento da parte administrativa da FUNAB são exercidos por servidores estáveis da carreira Assistência à Educação do Distrito Federal. (Artigo declarado inconstitucional: ADIs nºs 2013 00 2 026654-2 e 2014 00 2 002911-2 – TJDF, Diário de Justiça, de 16/6/2015 e de 1/2/2017).

O diagnóstico dessas limitações de ordem sistêmica - isto é, o reconhecimento de óbices cuja superação não depende exclusivamente da diligência desta Fundação, mas também da existência de esforços coordenados entre várias instâncias dos poderes Executivo e Legislativo - levou a um direcionamento estratégico que implicou o desdobramento de ações em três eixos principais ao longo de 2019: i) estruturação jurídico-legislativa e político-institucional da Universidade do Distrito Federal a fim de estabelecer as bases para posterior processo legislativo de constituição de uma instituição de ensino superior autônoma; ii) compreensão abrangente acerca do ensino superior do futuro com vistas à modelagem institucional da Universidade do Distrito Federal; iii) expansão da oferta de educação superior pública, com efetiva implementação de modelo teórico-metodológico pautado nas metodologias ativas de ensino-aprendizagem, de modo a orientar os programas educacionais sob manutenção da FUNAB aos problemas e às necessidades da territorialidade distrital.

As principais entregas e realizações enquadradas no primeiro eixo se referem ao rol de atividades, produtos e processos administrativos que objetivam a estruturação de instituição de ensino superior apta a proporcionar ensino, pesquisa e extensão em várias áreas do conhecimento, tendo resguardada sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial conforme preconiza a Lei Orgânica do Distrito Federal. Dentro de todas essas ações propostas por esta Fundação, destacam-se, sobretudo, aquelas relacionadas à:

- Proposição de Projeto de Lei de autorização da criação da Universidade do Distrito Federal (Processo SEI nº 04002-00000052/2019-26);
- Proposição de Projeto de Lei de criação da carreira de magistério de ensino superior do Distrito Federal (Processo SEI nº 04002-00000126/2019-24);
- Solicitação à Secretaria de Estado de Economia, de previsão, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - exercício 2020, de criação da carreira de professor da educação superior (Processo SEI nº 04002-00000100/2019-86);
- Criação e estruturação da Ouvidoria da FUNAB (Processo SEI nº 04002-00000137/2019-12);
- Designação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da FUNAB de acordo com o Estatuto desta Fundação (Processo SEI nº 04002-00000119/2019-22).

No que tange ao segundo eixo, é fundamental destacar os trabalhos realizados em parceria com outros órgãos e entidades do Distrito Federal que, em diferentes frentes/níveis, têm por fim a perspectiva de consolidar ações que contribuam para o fortalecimento institucional da futura Universidade do Distrito Federal. Nesse portfólio, recebem distinção as seguintes ações:

- Desenvolvimento de tratativas junto à Casa Civil do Distrito Federal para criação da Comissão de Educação Superior Distrital Pública - COESDP, regulamentada pelo Decreto nº 40.232, de 5 de novembro de 2019. Estabelecimento de espaço institucional com competência para, dentre outras atribuições, i) examinar, analisar e propor políticas de educação superior pública no âmbito do Distrito Federal e alterações na legislação vigente acerca do tema; e ii) orientar e supervisionar a elaboração do planejamento estratégico e de desenvolvimento da educação superior pública do Distrito Federal apresentado pelas autoridades competentes. Processo SEI nº 04002-00000105/2019-17;
- Início de processo que visa à celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre esta Fundação e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal objetivando a implantação e implementação da Escola Superior de Magistério - ESM. Processo SEI nº 04002-00000292/2019-21;
- Cessão de uso de terreno localizado no CA 02, lote 21, Lago norte, Brasília-DF, pertencente à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, com o fito de viabilizar a oferta

de cursos públicos por Escolas mantidas por esta Fundação. Processo SEI nº 04002-00000378/2019-53;

- Providências quanto à cessão de uso de edificação localizado no CA 02, lote 21, Lago norte, Brasília-DF, pertencente à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, com o fito de viabilizar a oferta de cursos públicos por Escolas mantidas por esta Fundação. Processo SEI nº 04002-00000304/2019-17;
- Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre esta Fundação e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, firmado em junho de 2019 e vigente por 60 (sessenta) meses, cujo objeto é o desenvolvimento de ações e programas para implantação, estruturação e implementação da Universidade do Distrito Federal. Processo SEI nº 0193-00000329/2019-32;
- Participação na Comissão de Seleção e Habilitação, designada pela FAPDF, cuja destinação é elaborar edital de chamamento público, processar e julgar propostas para celebração de parcerias entre organizações da sociedade civil e a FAPDF no âmbito do Edital nº 4/2019 - FAPDF, que tem por objeto chamamento público de Organizações da Sociedade Civil para, em parceria com a FAPDF, executar projetos de educação inovadora, no período de até 24 (vinte e quatro) meses. Destaque para a seleção de proposta voltada ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa para estruturação de uma universidade distrital, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Processo SEI nº 0193-00000329/2019-32;
- Requerimento, junto à Secretaria de Estado de Comunicação, para desenvolvimento de identidade visual da FUNAB. Processo SEI nº 04002-00001066/2018-86;
- Inclusão das necessidades da FUNAB no processo revisório do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2019/2020 da Secretaria de Estado de Educação. Processo SEI nº 04002-00000161/2019-43.

Por fim, em relação ao terceiro eixo, cabe enfatizar os esforços empreendidos por esta Fundação que têm direta relação com o compromisso assumido pelo Distrito Federal em ampliar sua participação na oferta de educação superior pública, conforme definido na Lei nº 5.499/2015, que aprova o Plano Distrital de Educação - PDE (2015-2024). Sobre tais realizações, recebem destaque a inauguração de uma nova Escola Superior sob manutenção da FUNAB, a Escola Superior de Gestão - ESG; o desenvolvimento de ações para implantar novas instituições públicas de ensino superior; e o planejamento para novas vagas, em 2020, a serem ofertadas por Escolas Superiores já credenciadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal. Nesse âmbito, cumpre salientar que todas as ações foram desenvolvidas em parceria, sem destinação orçamentária por parte desta Fundação, resultando em expansão das vagas ofertadas em educação superior pública consubstanciada no aprofundamento de práticas de ensino voltadas aos problemas e às necessidades do Distrito Federal. Segue especificação das principais realizações:

- Certificação, em parceria com a Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal - ESPC e com o Instituto Federal de Brasília - IFB, da primeira turma do Curso Superior de Especialização, ofertado para 40 (quarenta) servidores da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal;
- Inauguração da ESG, com oferta de 60 (sessenta) vagas para o CSTGP por meio do lançamento dos Editais nº 1 e 2, de 2019. Processo SEI nº 00040-00013485/2019-71;
- Lançamento do Edital nº 4/2019 para expansão da oferta em educação superior da ESG, com a oferta de 15 vagas para nova turma do CSTGP. Processo SEI nº 00040-00013485/2019-71;

- Elaboração dos materiais didático-pedagógicos relativos ao 1º semestre do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - CSTGP da Escola Superior de Gestão - ESG, construídos sem custo para o Estado, em ação *pro-bono* de servidores desta Fundação e de vários órgãos e entidades do Distrito Federal;
- Pagamento de instrutores com recursos do Fundo de Melhoria da Gestão Pública para atuarem como tutores do 1º semestre do CSTGP. Processo SEI nº 04002-00000133/2019-26;
- Pagamento de instrutores com recursos do Fundo de Melhoria da Gestão Pública para atuarem como conteudistas dos materiais didático-pedagógicos do 2º semestre do CSTGP. Processo SEI nº 04002-00000136/2019-60;
- Pagamento de instrutores com recursos do Fundo de Melhoria da Gestão Pública para atuarem como conteudistas dos materiais didático-pedagógicos do Curso de Especialização em Educação da Escola Superior de Magistério - ESM. Processo SEI nº 4002-00000144/2019-14;
- Oficialização de parceria com a Secretaria de Estado de Economia e a Secretaria de Estado de Educação com vistas à realização de visitas técnicas dos estudantes do CSTGP a órgãos da administração pública. Processos SEI nº 04002-00000302/2019-28; 04002-00000225/2019-14; e 04002-00000225/2019-14;
- Apoio institucional ao Jardim Botânico de Brasília no âmbito do processo de credenciamento de sua Escola Superior do Cerrado - ESC. Processo SEI nº 04002-00001025/2018-90;
- Coordenação de equipe de elaboração dos materiais didático-pedagógicos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da ESC, com finalização de parte dos materiais didático-pedagógicos relativos ao 1º semestre da graduação.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O compromisso assumido pelo Distrito Federal desde a década de 1990 visando à estruturação de um sistema público de educação superior (conforme Art. 240 de sua Lei Orgânica) bem como a responsabilidade, recorrentemente reforçada, do ente em ampliar sua participação na oferta de educação superior pública - sintetizada na Lei nº 5.499/2015, que aprova o Plano Distrital de Educação - PDE (2015-2024) e no Plano Estratégico do Distrito Federal (2019-2060) - evidenciam o protagonismo assumido pela Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB como instituição distrital responsável por manter, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação superior pública do Distrito Federal. É, portanto, em observância às competências definidas na Lei 5.141/2013 e em normativas correlatas (vide Decreto nº 36.114/2013 e Decreto nº 34.591/2013) que esta Fundação vem desenvolvendo diversas ações com vistas à consolidação de uma política de educação superior capaz de atender às necessidades e aos problemas do Distrito Federal e Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.

Partindo de uma visão estratégica orientada em três principais eixos (retomar seção *Informações complementares* para detalhamento desses) constituídos sob um cenário de considerável restrição orçamentária, o principal expediente cumprido pela FUNAB para desempenho de suas competências foi o de instrumentalizar plataformas para expandir as possibilidades de atuação institucional da Fundação, ora fazendo uso da capacidade já instituída do Governo do Distrito Federal (via celebração de novas parcerias ou aprofundamento dessas com órgãos e entidades do Distrito Federal, por exemplo), ora buscando suplementação orçamentária por meio de emenda parlamentar. Desse modo,

conforme descrito anteriormente, ao prospectar acréscimo orçamentário, buscar meios de aproveitamento de recursos governamentais subutilizados e estabelecer sinergias com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal para executar ações, foi possível realizar um extenso rol de entregas e avançar importantes projetos sem que houvesse, necessariamente, destinação ou programação orçamentária inicial para tanto. Tal direcionamento, vale ressaltar, proporcionou à FUNAB o alcance de realizações confluentes com as ações prioritárias delineadas pelo Governo do Distrito Federal em seu Plano Estratégico (2019-2060), de acordo com a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Iniciativas previstas no Plano Estratégico do Distrito Federal (2019-2060) que têm a FUNAB como instituição corresponsável

Batalha	Resultado-chave	Iniciativa	Status
Batalha 1 do Eixo Educação: Ter uma Educação de Excelência	Aumentar as médias do IDEB da rede pública do Distrito Federal, conforme metas projetadas INEP	Implementação da Escola Superior de Magistério, com a oferta de curso de graduação em Pedagogia e de especialização em Alfabetização e Letramento Matemático	Iniciativa parcialmente alcançada , sendo a produção dos materiais didático-pedagógicos do curso de especialização já concluída e sua efetiva oferta prevista para o primeiro semestre de 2020
Batalha 2 do Eixo Gestão e Estratégia: Aumentar a produtividade e a qualificação da força de trabalho	Implementar a Escola Superior de Gestão	Inauguração da Escola Superior de Gestão	Iniciativa plenamente alcançada com a inauguração da Escola Superior de Gestão em agosto de 2019 e a expansão da oferta em educação superior na Escola definida para o primeiro semestre 2020
Batalha 1 do Eixo Desenvolvimento Econômico: Melhorar o posicionamento no ranking de competitividade dos estados	Alcançar o 2º lugar no ranking de competitividade dos estados	Implantação da Universidade Distrital	Iniciativa em andamento com o avanço descrito nos termos da seção <i>Informações complementares</i>

Dito isso, cumpre, ainda, apresentar as principais dificuldades encontradas por esta Fundação para a execução das atividades no exercício de 2019. Estas podem ser sintetizadas em dois grandes núcleos que, embora distintos, reforçam-se mutuamente: de um lado, há de se notar a redução sequencial na disponibilidade orçamentária prevista por Lei Orçamentária Anual para o exercício das atividades da instituição; de outro, os obstáculos jurídicos e político-institucionais que impedem a FUNAB de cumprir sua missão nos moldes definidos pelo Artigo 3º da sua Lei de criação (retomar seção *Histórico de criação e competências* para melhor compreensão).

A respeito do primeiro núcleo destacado, aponta-se que a FUNAB, tendo iniciado sua execução orçamentária em 2016 com a nomeação de servidores para realização de todos os estágios da despesa, teve sua dotação inicial (isto é, ainda sem qualquer suplementação) reduzida vertiginosamente durante os exercícios financeiros da então gestão governamental, despencando de um valor de R\$ 15.558.493,00 (quinze milhões quinhentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa e três reais) previstos para o exercício de 2016, para R\$ 5.848.518,00 (cinco milhões oitocentos e quarenta e oito mil quinhentos e dezoito reais) previstos para 2017, R\$ 1.793.923,00 (um milhão setecentos e noventa e três mil novecentos e vinte e três reais) para 2018 e, finalmente, R\$1.001.941,00 (um milhão e um mil e novecentos e quarenta e um reais) no exercício de 2019, dos quais apenas R\$ 29.079,00 (vinte e nove mil e setenta e nove reais) estavam disponíveis para despesas de custeio e capital.

No que tange às adversidades inerentes ao segundo núcleo, pondera-se que a perspectiva de garantir a manutenção das Escolas Superiores do Distrito Federal de fato tem se mostrado relevante para o exercício das ações desta Fundação, afinal o cumprimento dessa competência corrobora processos mais amplos de amadurecimento institucional. Ao

responsabilizar-se por apoiar instituições públicas de ensino superior na elaboração de seus Planos de Desenvolvimento Institucional - PDI e Projetos Pedagógicos Institucionais - PPI e de Curso - PPC referentes ao credenciamento e autorização de oferta de cursos no sistema de educação do Distrito Federal; organizar os trabalhos pedagógicos dessas instituições; desenvolver atividades técnico-administrativas; e efetivamente supervisionar a oferta de cursos, dentre outros, a FUNAB invariavelmente amalha conhecimentos que, em última instância, corroboram a consolidação de uma política ampla de ensino superior público distrital. Não obstante tais avanços, faz-se necessário reconhecer que, diante da existência de dispositivos legais que exigem do Distrito Federal a estruturação de um sistema próprio de educação superior pública (vide Lei Orgânica do Distrito Federal), com demanda objetiva pela ampliação da oferta nesse nível de ensino (conforme Lei nº 5.499/2015), a estratégia de dispersar recursos financeiros e orçamentários em várias instituições de ensino superior se mostra ineficaz no longo prazo. Ademais, conjuntamente, as atividades da rotina institucional da FUNAB, com seus poucos servidores de área finalística da educação superior e da área administrativa lotados na instituição, limitam sobremaneira o desenvolvimento e a estruturação de órgãos educacionais de ensino superior.

Desse modo, e considerando o desenvolvimento de ações em diversas frentes ao longo de 2019, as expectativas para o exercício de 2020 estão grandemente calcadas na perspectiva de criação da Universidade do Distrito Federal e de sua respectiva carreira de docente de ensino superior, ambos projetos autorizados por lei. Para além do trabalho necessário para alcance dessas entregas, de maior cunho estratégico, colocam-se como propostas prioritárias de gestão também um rol de ações que posicionem o Distrito Federal em rota de expansão e qualificação de seu sistema de educação superior pública, conforme especificado abaixo:

Tabela 2 - Ações prioritárias elencadas para o ano de 2020

Área temática	Instituição fim	Ação prioritária
Jurídico-legislativa e institucional	Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal com vistas à Universidade do Distrito Federal	Início efetivo do processo legislativo com vistas à aprovação de Lei de autorização de criação da Universidade do Distrito Federal
		Início efetivo do processo legislativo com vistas à aprovação de Lei de autorização de criação de carreira de magistério de ensino superior da Universidade do Distrito Federal
		Acompanhamento e gerenciamento dos produtos advindos de parceria institucional com a FAPDF, especialmente no âmbito do Edital nº 4/2019 - FAPDF
Administração de pessoal	Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal com vistas à Universidade do Distrito Federal	Realização de concurso público para docente efetivo de ensino superior
	Secretaria de Estado de Economia com vistas à Escola Superior de Gestão	Realização de concurso para docente temporário de ensino superior, conforme previsão normativa da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, em seu artigo 2º, inciso VI, alínea b, que prevê contratação temporária nos casos de " <i>técnicas especializadas necessárias à implantação de órgãos ou entidades ou de novas atribuições definidas para organizações existentes ou as decorrentes de aumento transitório no volume de trabalho que não possam ser atendidas mediante aplicação do art. 60 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011</i> ".
Regulação do ensino superior	Jardim Botânico de Brasília com vistas à Escola Superior do Cerrado	Conclusão do processo de credenciamento da Escola e autorização de oferta de cursos de graduação no âmbito do Conselho de Educação do Distrito Federal
	Academia de Polícia Civil com vistas à Escola Superior de Polícia Civil	Conclusão do processo de credenciamento da Escola e autorização de oferta de cursos de graduação no âmbito do Conselho de Educação do Distrito Federal
Expansão do sistema distrital de educação superior pública	Jardim Botânico de Brasília com vistas à Escola Superior do Cerrado	Oferta da primeira turma do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Escola Superior do Cerrado
	Academia de Polícia Civil com vistas à Escola Superior de Polícia Civil	Oferta de nova turma do Curso Superior de Especialização em Segurança Pública
	Academia de Polícia Civil com vistas à Escola Superior de Polícia Civil	Promoção da oferta de cursos de graduação e especialização no campo das ciências policiais para servidores da segurança pública

	Secretaria de Estado de Economia com vistas à Escola Superior de Gestão	Oferta da segunda e terceira turmas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
		Oferta da primeira turma do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação
	Secretaria de Estado de Educação com vistas à Escola Superior de Magistério	Oferta do curso de graduação em Pedagogia
		Oferta de dois cursos superiores de nível de especialização

18903 - FUNDO MANUT. E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, unidade orgânica de direção superior, subordinada ao Governo do Distrito Federal, desde 29 de fevereiro de 2016, por meio do Decreto nº 37.140, alterado pelo Decreto nº 38.073, de 21 de março de 2017, dispõe sobre sua atual estrutura administrativa, cujas competências das unidades orgânicas e as atribuições dos titulares dos cargos e funções comissionadas encontram-se no Regimento Interno desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 36.631, de 20 de novembro de 2017.

Consoante o estabelecido no art. 1º do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação, esta tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - educação básica: etapas e modalidades;

II - educação superior;

III – apoio ao estudante;

IV- formação e capacitação dos servidores

Conforme o preconizado no art. 2º desse mesmo Regimento Interno cabe à Secretaria de Estado de Educação a responsabilidade sobre as políticas públicas educacionais e pela administração superior da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e apresenta as seguintes competências:

I – propor e executar políticas públicas educacionais no âmbito do Distrito Federal;

II – cumprir e fazer cumprir as normas e as diretrizes da Educação nacional e distrital no âmbito do Distrito Federal;

III – regulamentar, quando for o caso, a aplicação de normas e diretrizes emanadas dos órgãos federais e locais em sua área de atuação;

IV – realizar pesquisas e estudos, avaliações e levantamentos de dados estatísticos, e Censo Escolar, voltados a subsidiar a formulação, a implantação, a implementação e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a Educação no âmbito do Distrito Federal;

V – propor alterações de normas referentes à estrutura e ao funcionamento dos órgãos de Educação no âmbito do Distrito Federal;

VI – manter, coordenar e supervisionar as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e fiscalizar as instituições educacionais da Rede Privada de Ensino do Distrito Federal;

VII – criar e manter as unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

VIII – ofertar Educação Básica a crianças, adolescentes, jovens e adultos do Distrito Federal;

IX – implantar e implementar programas e projetos para os níveis, as etapas e as modalidades da Educação;

X – prover, no limite de suas possibilidades e em cooperação com a União, assistência aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

XI – praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão relativos ao pessoal em exercício na Secretaria;

XII – planejar, desenvolver, coordenar e avaliar programas de formação continuada e aperfeiçoamento para os profissionais da Secretaria;

XIII – aplicar e gerir recursos públicos destinados à Educação;

XIV – planejar, acompanhar e executar as atividades orçamentárias e financeiras, e a adequada aplicação dos recursos administrados pela Secretaria;

XV – elaborar e zelar pelo cumprimento de normas sobre a aplicação de recursos públicos e acompanhar sua execução nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições educacionais subordinadas, vinculadas e parceiras à Secretaria;

XVI – prover-se de recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho de suas atribuições;

XVII – utilizar resultados de avaliações, pesquisas, dados estatísticos e informações como elementos necessários ao planejamento e ao desenvolvimento do ensino e à elaboração e ao acompanhamento do Plano Distrital de Educação;

XVIII – celebrar contratos, convênios, parcerias, portarias conjuntas, acordos e instrumentos congêneres para a execução das políticas públicas educacionais do Distrito Federal; e

XIX – exercer outras competências compatíveis com sua área de atuação e necessárias à efetiva consecução de suas finalidades e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

Para consolidação da política educacional do Distrito Federal e, sobretudo, da oferta de educação por meio da Rede Pública de Ensino, a SEEDF resumidamente dispõe da seguinte estrutura orgânica:

I. Gabinete

- Assessoria Especial
- Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos
- Assessoria de Relações Institucionais
- Assessoria Jurídico – Legislativa
- Assessoria de Comunicação
- Ouvidoria
- Unidade de Controle Interno
- Corregedoria

II. Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB

III. Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV

IV. Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional - SIAE

V. Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral - SUBIN

VI. Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação - EAPE

VII. Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUGEP

VIII. Subsecretaria de Administração Geral - SUAG

IX. Subsecretaria de Inovação e Tecnologias Pedagógicas e de Gestão – SINOVA

X. 14 Coordenações Regionais de Ensino

XI. 683 Unidades Escolares

São, ainda, vinculados à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal:

I. Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF;

II. Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Distrito Federal – CACS/FUNDEB;

III. Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal – CAE/DF; e

IV. Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1.554	1.865	9.369	21.766	34.554
Comissionados sem vínculo efetivo	84	0	23	0	107
Requisitados de órgãos do GDF	7	0	23	121	151
Requisitados de órgãos fora do GDF	3	0	4	23	30
Estagiários	0	0	99	0	99
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	77	0	77
Terceirizados (FUNAP)	0	0	96	0	96
Outros - especificar	0	0	0	10.448	10.448
Subtotal	1.648	1.865	9.691	32.358	45.562
(-) Cedidos para outros órgãos	123	124	103	30	380
Total Geral	1.525	1.741	9.588	32.328	45.182

* no campo "Outros" da tabela "Força de Trabalho", está contabilizado o total de professores em contrato temporários com esta SEEDF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	85105984,0	89176276,89	88842988,10	83803798,86
0002 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-SWAP - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	85105984,0	89176276,89	88842988,10	83803798,86
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	26871815,0	26685810,11	26685810,11	26229289,86
3115 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-SWAP - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	26871815,0	26685810,11	26685810,11	26229289,86
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	111977799,00	115862087,00	115528798,21	110033088,72

Apresentados os recursos orçamentários e financeiros utilizados no Programa temático 6221 – Educa Mais Brasília, dos profissionais da educação. Para tanto, esta Secretaria de Estado de Educação, no ano de 2019, realizou diversas atividades, conforme delineado a seguir:

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

1 - Ensino Infantil

A Secretaria de Estado de Educação orienta e monitora, pedagogicamente, o cumprimento do objeto das parcerias formalizadas por Termo de Colaboração entre a SEEDF e as Organizações da Sociedade Civil para a oferta de Educação Infantil às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, em tempo integral de 10 horas, em conformidade com o Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil e outros normativos pedagógicos e com o descrito na legislação vigente (Lei Nacional nº 13.019, de 2014; Decreto Distrital nº 37.843, de 2016; Ato Normativo Setorial da SEEDF).

No ano de 2019, o atendimento da Educação Infantil se deu em 54 Centros de Educação da Primeira Infância – CEPI e 63 em Prédio Próprio das Entidades, totalizando 117 Instituições Educacionais Parceiras. Foram atendidas 16.437 crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade na creche e 4.554 crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade na pré-escola, totalizando 20.991 crianças com acesso a primeira etapa da Educação Básica.

Também foi realizado acompanhamento e orientação do atendimento da Educação Infantil às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, nas Unidades Escolares Públicas em parcerias com as CRE/UNIEB, em conformidade com o Currículo em Movimento do DF e demais documentos normativos da SEEDF e do MEC.

No ano de 2019, a oferta da Educação Infantil se deu em 270 Unidades Escolares Públicas que atendeu 45.231 crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade. Sendo que entre essas UE, 17 atenderam bebês e crianças bem pequenas, computando 734 crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade. Entre creche e pré-escola totalizaram-se 45.965 crianças atendidas na primeira etapa da Educação Básica (fonte Censo Escolar). E, entre as Instituições Educacionais Parceiras e Unidades Escolares Públicas, foram atendidas, na Educação Infantil, 66.956 crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade.

-Plenarinha da Educação Infantil- ocorre durante todo o ano letivo em cada Unidade Escolar (Pública e Parceira), com três momentos para compartilhamento das experiências vivenciadas, nível local, regional e distrital. A etapa distrital se constituiu em um evento realizado na Biblioteca Nacional de Brasília, atendendo um público aproximado de 1.600 crianças de 0 à 5 anos e 11 meses de idade, com atividades de contação de histórias, teatro, música, oficinas de mágica, palhaços, cirandas, perna de pau e encontro com escritores e ilustradores de literatura infantil. A SEEDF contou com o apoio das CRE e órgãos externos, como o SESC, TCB, Corpo de Bombeiros, Detran e a Biblioteca Nacional.

O lançamento da VII Plenarinha ocorreu no 1º Dia de Formação da Educação Infantil, data prevista em calendário escolar. Esse evento tem o objetivo de oportunizar momentos de estudo, formação, debate e reflexão sobre a temática da Plenarinha, com a presença de palestrantes que compartilham conhecimentos com cerca de 5 mil profissionais da educação que atuam na Educação Infantil.

2 - Ensino Fundamental

Já no Ensino Fundamental, a organização escolar em Ciclos para as Aprendizagens atende ao PDE 2015-2024, Meta 2, Estratégias 2.3, 2.7 e 2.14, Meta 5 e Meta 7, representam outra forma de organização dos tempos e espaços escolares, tendo em vista o atendimento aos diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes, considerando a lógica do processo de organização em Ciclos para as Aprendizagens, a utilização de uma pedagogia diferenciada sustentada no trabalho coletivo, na avaliação diagnóstica e formativa que garanta as aprendizagens e a progressão de todos os estudantes matriculados nas unidades escolares.

A Rede Pública de Ensino universalizou a implementação do Bloco Inicial de Alfabetização desde o ano 2008, em todas as unidades escolares que ofertavam os 1º, 2º e 3º anos. Em 2013, os Pareceres do Conselho de Educação nº 225/2013 e nº 251//2013 e a Portaria nº 26, de 24 de setembro de 2014, aprovaram a Política de Organização Escolar em Ciclos para as

Aprendizagens do 2º bloco do 2º Ciclo e do 3º Ciclo, contemplando todo o Ensino Fundamental, com implantação gradativa e por adesão das instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Em 2018, todas as unidades escolares (UEs) da Rede foram organizadas em Ciclos, como dispõe a Lei nº 5.499/2015 do PDE.

Em 2019, trabalhos foram feitos a partir da universalização do 3º Ciclo para as Aprendizagens nas unidades escolares do Distrito Federal. Cada Unidade Escolar, na sua singularidade, teve autonomia para elaborar a Proposta Pedagógica e executá-la conforme suas necessidades. Para a efetividade da implementação dos Ciclos para as Aprendizagens são necessários: monitoramento, acompanhamento, avaliação e política de formação dos profissionais e dos colegiados das instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A adesão aos Ciclos para as Aprendizagens se deu de forma gradativa totalizando 100% das UEs em 2018, sendo ainda recentes os estudos, aprofundamentos e desenvolvimentos de práticas nessa perspectiva.

Considerando a necessidade de formação, estudos, atividades de aprofundamento e reflexão dessa prática, destacam-se a seguir as ações realizadas:

-Encontro de Formação sobre Projeto Interventivo para o Terceiro Ciclo do Ensino Fundamental - O objetivo do encontro foi o compartilhamento de experiências sobre a Estratégia de Intervenção Pedagógica, prevista nas Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 3º Ciclo para as Aprendizagens desenvolvidas pelas Unidades de Ensino, a partilha de experiências exitosas por escolas, debate e apresentação de estudos de casos sobre a temática. Participam todos os coordenadores intermediários das 14 Unidades de Educação Básica-Uniebs das Coordenações Regionais de Ensino-CREs.

-Elaboração dos Cadernos de Revisão e da Avaliação de Acompanhamento para o Ensino Fundamental - A elaboração e revisão dos Cadernos de Revisão que foram distribuídos a todas as escolas da rede. Elaboração de provas dos Anos Finais da avaliação de acompanhamento do 1º Bimestre, com participação, ainda, da revisão de conteúdo, diagramação e texto de todos os cadernos do 4º ao 9º ano.

-Visita técnico-pedagógica para estudo de caso em unidades escolares do Ensino Fundamental – no Centro de Ensino Fundamental 01 do Guará realizou-se uma visita com o intuito de conhecer os registros de avaliação desenvolvidos e os meios encontrados pela escola para a aplicação das estratégias pedagógicas que fazem parte da organização do trabalho pedagógico do 3º Ciclo. A visita aconteceu no dia 1º de abril de 2019. Nessa UE, foram apresentados registros em um programa criado pela própria gestão escolar e utilizado para registro pelo Conselho de Classe, gerando também registro individual dos estudantes. A partir dos dados lançados pelo Conselho, o programa produz relatório individual dos estudantes, contendo as aprendizagens destacadas pelos docentes.

No Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima de Planaltina a visita à escola foi com o objetivo de conhecer os projetos interventivos realizados pela UE no 3º Ciclo para as Aprendizagens. A escola oferece ao aluno que apresenta dificuldades no processo de aprendizagem atividades de reforço por meio de projeto interventivo no decorrer do bimestre, encaminhando os estudantes para aulas de reforço no turno contrário, em espaço físico apropriado para o atendimento. Utilizando essa estratégia como projeto Interventivo, a escola tem alcançado maior sucesso na aprendizagem dos estudantes.

- Seminário de formação de professores de matemática - Realizado no auditório da CEPAG Guará, nos turnos matutino e vespertino, seminário de formação de professores de matemática. O público-alvo foram os professores e coordenadores locais e intermediários da SEEDF. O evento contou com palestra sobre o tema "Matemática para professores - Uma nova abordagem da base matemática".

-Seminário Impactos da Reprovação Escolar - O encontro teve como meta refletir sobre os impactos da reprovação escolar e a ineficácia dessa metodologia para a garantia dos direitos de aprendizagens dos estudantes. Participaram 178 gestores, coordenadores locais e coordenadores intermediários. Foram compartilhadas pesquisas que apontam que a reprovação é um recurso pedagógico bastante utilizado, mas que se torna ineficaz na medida em traz prejuízo ao estudante. Baixa autoestima, frustração, abandono e evasão escolar são algumas consequências da reprovação, que causa enormes prejuízos tanto ao estudante quanto ao país, na medida em que onera o sistema de ensino público. O evento indicou a importância da avaliação formativa para que o estudante tenha sucesso. Pretende, ainda, refletir sobre estratégias pedagógicas para o enfrentamento da reprovação escolar, apontando caminhos capazes de garantir o direito de aprendizagem dos nossos estudantes, tais como: Política de Ciclos; Progressão Continuada; Projeto Interventivo e reagrupamento; Monitorias; Protagonismo Estudantil; Projetos Pedagógicos.

-Encontro Pedagógico "Aprendizagem e Avaliação no Ensino Fundamental - Resultados que Transformam"- Houve, nesse evento, a apresentação do material Aprova Brasil para o Programa Escolas que Queremos: Estratégias de Intervenção, contando com a análise dos materiais e esclarecimentos de dúvidas. O foco da ação é fortalecer o acompanhamento sistemático das aprendizagens dos estudantes por meio de avaliações diagnósticas e processuais. Esses dados serão utilizados para elaborar estratégias de intervenção para os estudantes que apresentarem dificuldades. A SEEDF tem o objetivo de utilizar o material como suporte complementar nas atividades de orientação acerca de avaliações de larga escala, como o SAEB.

O encontro contou com as palestras "Avaliações e Medidas Educacionais" e "O futuro do professor"; orientações gerais para as unidades escolares. Participaram do evento mais de 600 profissionais da educação: professores, gestores, coordenadores pedagógicos.

-Vivências de Acompanhamento Pedagógico no Ensino Fundamental - As ações foram norteadas tomando como referência: Avaliação Diagnóstica; Índices de Repetência, Evasão, Abandono, Defasagem Idade-Ano; Dependência e Reprovação; Resultados 2019 (Notas por disciplina, anos finais - I-Educar); IDEB; Estudos de casos dentro e fora da escola. Elas são importantes porque geram o Indicador de Rendimento, utilizado no cálculo do IDEB. Cientes dessa situação, nos meses de maio, junho e julho, a SEEDF promoveu visitas às Uniebs com o objetivo de promover uma reflexão sobre a permanência escolar e questões que envolvam a infrequência e evasão dos estudantes da Secretaria de Educação do DF. A ação esteve presente nas 14 Regionais de Ensino com a formação de 301 professores - CIAs e CIs - debatendo e refletindo sobre as questões que envolvem a permanência e o abandono escolar.

A ação foi realizada em Pólos nas CREs e envolveu as 14 Regionais de Ensino com a formação de 267 professores, debatendo e refletindo sobre as questões que envolvem a aprendizagem dos estudantes e o impacto da reprovação. Nas vivências foram feitas reflexões sobre as aprendizagens e a proficiência dos estudantes por meio da análise do resultado do SAEB e das Provas Diagnósticas realizadas pelos estudantes da SEEDF. Num segundo momento, foi tratada a ineficácia da reprovação e seus prejuízos na trajetória escolar dos estudantes.

-Alfabetização na SEEDF - Até 2018, a SEEDF vinculou o Centro de Referência de Alfabetização/CRAI para atender ao PDE 2015-2024, Meta 2, estratégia 2.15, Meta 5, estratégias 5.6 - 5.8 e Meta 7, que tem como diretriz a produção e disseminação de conhecimentos, experiências e pesquisas vinculadas a temáticas relevantes à Organização Escolar em Ciclos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Sua atuação visa à proposição de ações direcionadas para a orientação, acompanhamento, intervenção e avaliação do trabalho pedagógico.

Com a promulgação da Lei nº 3.483, de 25 de novembro de 2004, o Distrito Federal estabeleceu a implantação do Ensino Fundamental de nove anos na Rede Pública de Ensino

do Distrito Federal, antecipando-se, portanto, ao restante do país. Em 2005, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal iniciou a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos. Para dar suporte às escolas e professores, as seguintes ações foram realizadas:

- Formação Continuada para Gestores, Supervisores, Coordenadores Intermediário de Acompanhamento, Coordenadores Intermediários e Coordenadores Locais. Tema; "Descritores em Destaque"/SAEB e IDEB- 435 educadores atendidos.

Elaboração e execução da formação do curso para professores e coordenadores pedagógicos dos Anos Iniciais - Alfabetização em Destaque: Práticas e reflexões sobre alfabetização – 119 educadores atendidos.

Vivência de Acompanhamentos nas 14 CREs do DF: Projeto Interventivo e Reagrupamento nos anos iniciais – 299 coordenadores locais e intermediários;

Participação na 1ª Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (CONABE), realizada pelo MEC.

Criação de um Grupo de Trabalho (GT Alfabetização) com especialistas em alfabetização da SEEDF.

- Programa Mais Alfabetização - Objetivando atender à determinação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que se refere à conclusão da alfabetização até o término do 2º ano, bem como dar uma resposta à demanda originada com os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), o Ministério da Educação (MEC), constituiu em 22/02/2018 (Portaria MEC nº 142), o Programa Mais Alfabetização (PMALFA) como a estratégia ministerial que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do Ensino Fundamental.

Ao potencializar as ações pedagógicas voltadas ao apoio e fortalecimento do processo de alfabetização nas escolas, o PMALFA contribui positivamente para a melhoria das aprendizagens dos estudantes e favorece a determinação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22/12/2017, ao estabelecer que nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades, para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos.

O diferencial do PMALFA é poder contar com Assistentes de Alfabetização, auxiliando os professores alfabetizadores semanalmente durante cinco horas nas unidades escolares não vulneráveis, e por dez horas semanais nas unidades escolares vulneráveis. Em 2019, o Distrito Federal pôde contar com 79 unidades escolares cadastradas no PMALFA.

Após conhecer in loco o trabalho realizado pelas unidades escolares participantes por meio das visitas de acompanhamento ocorridas durante dezembro/2019, ficou claro à Coordenação Estadual do PMALFA no DF, por meio dos relatos dos gestores, que o Programa trouxe ganhos significativos à autonomia e aprendizagem dos estudantes.

3 - Novo Ensino Médio

Em 2019, a SEEDF convidou as Unidades Escolares (UEs) da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal a participar da seleção para o projeto-piloto de implementação do Novo Ensino Médio a partir do ano 2020.

Em novembro de 2019, com a adesão à Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018, do Ministério da Educação, que institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNEM), o qual prevê apoio financeiro para a implantação do Novo Ensino Médio, mais 7 (sete) UEPs foram selecionadas. Ao final das etapas, 12 (doze) Unidades Escolares foram eleitas segundo

critérios relacionados ao engajamento da comunidade escolar, à gestão de pessoas, às características da oferta educacional e à participação em determinados programas de fomento. Foi elaborada, em 2019, a primeira versão do Catálogo de Itinerários Formativos, com vistas à formação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto contempladas com a oportunidade de aplicar um novo modelo educacional na rede pública de ensino do Distrito Federal.

O Catálogo contou com colaborações diversas, gestadas, sobretudo, no âmbito das práticas pedagógicas diversificadas bem sucedidas dos professores da rede. As contribuições foram coletadas por meio de um template, no qual as escolas puderam compartilhar os projetos que já executam. A ideia foi de municiar as escolas-piloto do Novo Ensino Médio com opções de unidades curriculares integrantes dos Itinerários Formativos.

Houve a preocupação com a formação Continuada voltada aos servidores da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EAPE para atuarem como multiplicadores. Foi realizada com a abordagem das temáticas: Metodologias Ativas, Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil. A formação foi ministrada por um banco e por servidores da SEEDF e teve como objetivo capacitar os multiplicadores sobre as diversas temáticas do Novo Ensino Médio.

-Formação Continuada voltada aos professores das escolas-piloto - A formação continuada tem o objetivo de integrar os professores das Escolas-piloto à proposta do Novo Ensino Médio. A proposta objetiva a garantia das aprendizagens essenciais referenciadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, também, da oferta de itinerários formativos organizados e estruturados pedagogicamente.

-Plano de Formação Continuada - Novo Ensino Médio - A SEEDF realizou, no 2º semestre de 2019, a formação continuada de 252 Profissionais da Educação das Escolas-piloto que realizarão a implementação do Novo Modelo de Ensino Médio a partir de 2020.

O objetivo da formação foi promover a capacitação dos Profissionais da Educação no desenvolvimento de metodologias e estratégias pedagógicas diversificadas para o Novo Ensino Médio, com abordagens relacionadas ao Novo Currículo do Ensino Médio, ao Projeto de Vida, às Metodologias Ativas, à Pedagogia de Projetos e à elaboração de Unidades Curriculares Eletivas Orientadas.

- Formação STEAM - Em novembro de 2019, foi realizado o curso de formação STEAM TechCamp DF, com o objetivo de fomentar a implantação de práticas inovadoras, com abordagem integrada e baseada em projetos. STEAM é um acrônimo em inglês para as disciplinas Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática.

A formação foi voltada aos professores das Escolas-Piloto que participaram de uma palestra sobre "STEAM" para a pedagogia do século XXI" e de oficinas sobre: arduíno, ferramenta scratch, projeto de vida, pedagogia de projetos e metodologias ativas. O evento foi organizado com o apoio da Embaixada dos Estados Unidos, Instituto Federal de Brasília, Casa Thomas Jefferson e Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.

Com essa ação houve um incremento ao conhecimento dos docentes em STEAM, impulsionando a aplicação de estratégias diversificadas de ensino no desenvolvimento da estrutura curricular da nova organização do Ensino Médio, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

-Itinerário Formativo de Educação Profissional Técnica (EPT) -A formulação de ações voltadas à implantação do Itinerário Formativo de Educação Profissional se caracteriza como um conjunto de iniciativas que visa oportunizar ao estudante a formação técnica e profissional. Os estudantes matriculados no Ensino Médio regular terão a possibilidade de cursar integralmente um itinerário técnico, fazer um curso técnico, junto com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou até mesmo um conjunto de FICs articuladas entre si.

No que diz respeito à formalização de parcerias para a oferta deste itinerário, há duas ações no âmbito da SEEDF: parcerias com entidades/instituições externas e parcerias com unidades escolares da rede.

Quanto às entidades/instituições externas, estão em processo de finalização os Planos de Trabalho com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

-Currículo em Movimento do Ensino Médio - Em 2019, com a homologação da BNCC para o Ensino Médio, fez-se necessária a construção de uma nova edição do Currículo em Movimento para a etapa. Essa revisão curricular considerou o amplo conjunto de reformas propostas pela legislação vigente, sobretudo o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96), das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM/2018) e dos Referenciais Curriculares para Elaboração de Itinerários Formativos (Portaria MEC nº 1.432/18), sem perder de vista os princípios basilares da educação expressos na Constituição Federal de 1988.

-Programa Político do Futuro - O programa é uma iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e visa conscientizar crianças e adolescentes (de 7 a 17 anos) acerca da importância de sua participação social e política. Para tanto, desenvolve atividades pedagógicas diversificadas, tais como: palestras, simulações de eleições com urnas eletrônicas, peças teatrais, gincanas etc.

-Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) - O PJB é um programa da Câmara dos Deputados, que objetiva contribuir para o desenvolvimento da cidadania, por meio da formação de jovens acerca do funcionamento da democracia representativa e da importância tanto da participação social quanto do controle social.

Os estudantes de Ensino Médio selecionados vivenciam, nas dependências da Casa, o trabalho dos Deputados Federais, elaborando projetos de leis e debatendo sobre temas de grande importância para o país. A SEEDF assinou o Termo de Adesão PJB e realizou a indicação de um coordenador distrital e de seu suplente. Para divulgar o programa, foi criado o guia do PJB 2019, manual de professores e um guia de perguntas frequentes.

- Programa Jovem Senador - O Programa Senado Jovem Brasileiro engloba o Projeto Jovem Senador e o Concurso de Redação do Senado Federal. O nome-síntese Jovem Senador é utilizado para referir-se ao conjunto das atividades do Programa. O Jovem Senador é realizado anualmente e proporciona aos estudantes - de até 19 anos - de Ensino Médio das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo no Brasil.

A cada ano é proposto um tema de redação como forma de ingresso, e um texto de cada unidade da federação é selecionado para representá-la em quatro dias de jornada parlamentar no Senado Federal, durante a qual os estudantes debatem e votam projetos.

A SEEDF assinou o Termo de Adesão Jovem Senador e realizou a indicação de um coordenador distrital e de seu suplente, realizando ações de incentivo e de divulgação do programa junto às Coordenações Regionais de Ensino. Além disso, constituiu-se uma banca examinadora para selecionar três redações, as quais foram enviadas ao Senado Federal, a fim de participarem da etapa final do concurso.

- Por dentro do PAS/UnB - O Programa de Avaliação Seriada (PAS) é um processo seletivo da Universidade de Brasília (UnB), realizado ao longo dos três anos do Ensino Médio regular. Atualmente, a Universidade destina a metade das vagas em todos os seus cursos aos aprovados no Programa, abrindo as portas da Instituição, de forma gradual e progressiva, para os estudantes do Ensino Médio.

A SEEDF promoveu ações para divulgação e orientação acerca do PAS 2019, incluindo o edital publicado pela Universidade de Brasília e um guia prático para auxiliar na divulgação do certame nas Unidades Escolares.

-Por dentro do ENEM - O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame estudantes que estão concluindo ou que já tenham concluído o Ensino Médio em anos anteriores.

O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.

A SEEDF promoveu ações para divulgação e orientação acerca do Enem 2019, bem como o edital publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e um guia rápido para auxiliar na divulgação do certame nas Unidades Escolares.

-Simulado DF - O Simulado DF é uma ação alinhada ao programa "Por Dentro do Enem". Seu objetivo central é preparar os estudantes do Ensino Médio para o Enem. Para tanto, sua prova apresenta as mesmas características do certame nacional (número de itens, cartão resposta, redação dissertativa-argumentativa), e sua aplicação também segue os mesmos ritos.

Os participantes têm acesso aos resultados individuais, permitindo-lhes verificar suas potencialidades e fragilidades nas áreas de conhecimento. As UEs recebem os resultados gerais de seus estudantes, o que contribui para o planejamento de ações pedagógicas interventivas. Do ponto de vista da gestão da SEEDF, a avaliação, associada a outros exames e a índices externos, contribui para o alinhamento de políticas públicas educacionais.

-Unidades Escolares que ofertam Ensino Médio Integrado à Educação Profissional -A SEEDF também realizou o acompanhamento pedagógico das Unidades Escolares (UE) que ofertam o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMI).

Com o objetivo de realizar o acompanhamento pedagógico das UEs que ofertam EMI e, assim, proceder a intervenções pedagógicas pertinentes, a SEEDF fez uma análise dos dados de abandono, reprovação e aprovação dessas escolas.

Além disso, são realizadas reuniões e visitas técnicas periódicas a fim de fazer o levantamento das demandas para o desenvolvimento da integração do Ensino Médio com a Educação Profissional.

-CEPAG - O Centro de Educação Profissional Articulado do Guará - Professora Teresa Ondina Maltese (CEPAG) foi criado a partir de uma nova concepção de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio. A unidade funciona como um centro de atendimento de práticas profissionais em regime de intercomplementaridade e tem como objetivo o desenvolvimento de ações compartilhadas entre as Unidades Escolares da rede pública de ensino do DF, para a implementação de políticas públicas, com vistas a oportunizar a melhoria da qualidade do Ensino Médio e a inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Em 2019, para o acompanhamento pedagógico do CEPAG, foi elaborado um plano de trabalho com o propósito de fomentar, apoiar e compartilhar demandas necessárias ao bom funcionamento da Unidade Escolar. O referido plano relaciona os desafios a serem transpostos, de modo a efetivar a proposta pedagógica que prevê a integração curricular, além de reduzir o número de desistências e avaliar o aproveitamento nos cursos.

4 - Educação de Jovens e Adultos - EJA

-Revisitação do Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos - O processo de revisitação do Currículo em Movimento foi realizado justamente no ano de 2019 para que a EJA fosse inserida no movimento nacional de alinhamento com a Base Nacional Comum

Curricular, porém, com o cuidado de considerar todas as especificidades dos sujeitos atendidos pela modalidade.

À frente do desafio de contemplar a diversidade representada pelos estudantes da EJA, é necessário atentar ainda às especificidades do atendimento, de forma a garantir a todos o direito à educação. Nesse sentido, reconhece-se a importância de se trabalhar o currículo, considerando a Educação Especial, a EJA nas Prisões, a EJA na Educação do Campo, a EJA a Distância e a EJA integrada à Educação Profissional.

- Semana da EJA e aplicação de Formulário Diagnóstico - A "Semana da EJA" é uma ação de grande importância para o fortalecimento da modalidade no DF e está prevista no Calendário Escolar da Rede Pública de Ensino. Em 2019 aconteceu entre os dias 16 e 20 de setembro e para aproveitar esse momento a SEEDF elaborou dois formulários diagnósticos, com o objetivo de conhecer e mapear o perfil dos estudantes e professores da modalidade, bem como fomentar, a implementação de políticas públicas que atendam às especificidades do público da EJA.

- Composição do Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal – CDI/DF, criado pela Lei nº 218, de 26 de dezembro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 13.970, de 28/05/1992

- A elaboração de Políticas Públicas que contemplem os sujeitos da EJA atendendo as necessidades dos idosos, encontra-se prevista na Meta 9 do PDE (2014-2024). Destaca-se que consta ainda da Constituição da República Federativa do Brasil o direito do idoso ao acesso à educação (artigo 23, inciso V).

Como órgão responsável pelo acompanhamento e fiscalização desta Política, foi instituído o Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal – CDI/DF, que também atua como órgão consultivo e deliberativo para as ações voltadas à sua área de atuação. Neste órgão, a SEEDF possui duas representações. Com a formação das comissões permanentes, iniciaram-se ações para capacitação dos novos conselheiros empossados e para o estabelecimento das agendas de atuação destas comissões. Neste sentido, realizou-se no dia em outubro evento em comemoração ao Dia do Idoso, cuja programação contou com a participação de aproximadamente 300 (trezentos) idosos, ocorrendo apresentações artísticas e ações informativas executadas por órgãos do governo, dentre os quais a SEEDF, abordando as possibilidades de oferta da EJA e esclarecimentos sobre a modalidade.

- Programa ELA PODE - O Programa Ela Pode é uma iniciativa do Instituto Rede Mulher Empreendedora com o apoio do Google, cujo objetivo é capacitar 135 mil mulheres brasileiras, garantindo independência financeira e poder de decisão sobre seus negócios e vidas.

Para a SEEDF, o programa disponibilizou em 2019 um total de 20 (vinte) multiplicadoras com o intuito de atender às unidades escolares que ofertam a Educação de Jovens e Adultos nas 14 (quatorze) regionais de ensino, em três formatos: Formação Estendida, Formação Resumida e Workshop. O programa ofereceu, ainda, uma formação complementar online e gratuita, com foco na prática, 100% aplicável ao negócio da empreendedora, com mais de 60 (sessenta) videoaulas.

A SEEDF sugeriu, para realização do referido Programa, 20 (vinte) unidades escolares, considerando os indicadores sociais do Censo Escolar do DF 2018. As estudantes manifestaram satisfação com a formação, comprovando a necessidade e a importância da realização de mais eventos como esses nos quais tiveram contato com temáticas relacionadas ao empreendedorismo, empregabilidade, comunicação, liderança, negociação, finanças, negociação, finanças e ferramentas digitais.

- Projeto Cristolândia DF&GO - A proposta de formalização de parceria entre esta Secretaria de Estado de Educação - SEEDF e a Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira/Cristolândia DF&GO, visa à execução do Projeto Cristolândia DF&GO e as tratativas iniciaram-se em dezembro de 2018. O objeto da parceria é a oferta de educação para jovens,

adultos e idosos em situação de rua, que são acolhidos pelo Projeto Cristolândia DF&GO para tratamento e recuperação do uso de álcool e outras drogas, por meio do corpo docente do Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância de Brasília – CEJAEP/EaDEducação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade de educação à distância.

Como resultado das discussões entre as partes implementou-se projeto-piloto e 20 estudantes foram matriculados no CEJAEP, dos quais, ao final de 2019, 4 concluíram o Ensino Médio e outros 4 foram encaminhados para a Escola Técnica de Ceilândia, após o período de internação, para conclusão da Educação Básica e qualificação profissional.

-Abertura de "turmas vinculadas" - Em atendimento às Metas 8 e 9, do Plano Distrital de Educação e Plano Nacional de Educação, respectivamente, que preconizam a universalização da alfabetização e consequente erradicação do analfabetismo de jovens, adultos e idosos, foi implementada, em 2019, a oferta de Turmas Vinculadas de alfabetização de adultos, em parceria com a 4ª edição do projeto "Vivendo e Aprendendo", do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, que visa alfabetizar colaboradores terceirizados daquele e de outros órgãos adjacentes.

- Ciclos de formação sobre EJA Integrada à Educação Profissional - A SEEDF realizou entre os dias 01 e 29 de agosto de 2019 ciclos de formações para os servidores das 14 Coordenações Regionais de Ensino – CREs – e do Centro Educacional 01 de Brasília. Essa ação faz parte do planejamento das ações da Secretaria de Estado de Educação do DF e estão embasadas na Lei nº 5.499/2015, que aprovou o Plano Distrital de Educação, documento referência para com período de vigência de 2015 a 2024, cujas Metas 9 e 10 e suas respectivas estratégias, determinam que, no mínimo, 75% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos sejam ofertadas na forma integrada à Educação Profissional; e 100% da educação ofertada nas prisões, respectivamente.

Como estratégia de ação, o objetivo desse ciclo de formação foi promover a discussão das possibilidades de atendimento que propiciem a inserção dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos no mundo do trabalho, tendo como público-alvo os coordenadores intermediários, orientadores, coordenadores pedagógicos, professores em coordenação e gestores das unidades escolares ofertantes da modalidade EJA, além dos estudantes das Unidades Escolares.

-A oferta de educação no Sistema Prisional - O atendimento educacional ofertado nos estabelecimentos penais às pessoas em cumprimento de pena judicial de privação de liberdade do DF é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em seus respectivos segmentos e etapas.

Os projetos pedagógicos, de uma forma geral, pretendem estimular a consciência crítica do indivíduo, fortalecendo vivências, propiciando a aprendizagem por meio de uma educação de qualidade, favorecendo, assim, o exercício da cidadania, promovendo o desenvolvimento, a ressocialização e a reinserção dos estudantes na perspectiva de uma participação ativa na sociedade e no mundo do trabalho.

-Participação da SEEDF no I Curso de Otimização de Políticas Públicas no Sistema Prisional - curso de formação promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), de 10 a 14/06, com os seguintes temas: Políticas Públicas, Intersetorialidade, Política de Educação, Política de Trabalho e Renda, Assistência Social e Assistência Religiosa, Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica, Política de Saúde e Política para Mulheres e Grupos Específicos.

-Projeto de Remição de Pena pela Leitura – "Ler Liberta: uma perspectiva de ressocialização nos estabelecimentos penais do Distrito Federal" - O Projeto de Remição de Pena pela Leitura "Ler Liberta" iniciou-se em agosto de 2018 e realizou quatro ciclos de leitura no ano, contabilizando 2.389 obras literárias emprestadas e 1.457 participantes aptos à remição.

Ressalta-se que tais números não são absolutos, uma vez que grande parte dos leitores participou de mais de um ciclo.

Em 2019, as atividades do projeto tiveram continuidade nas seis unidades prisionais do Distrito Federal. Em fevereiro, o projeto começou a ser desenvolvido, também, no Núcleo de Custódia da Polícia Militar (NCPM), localizado no 19º Batalhão da Polícia Militar.

5 - Educação Inclusiva e Integral

A Educação Inclusiva é o atendimento educacional aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA, altas habilidades e ao Programa da Educação Precoce, na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Nesse contexto a oferta da educação especial, na Rede Pública de Ensino do DF, é realizada em Classes Comuns (inclusivas), Classes Especiais (unidades escolares), Centros de Ensino Especial e atendimentos especializados em Instituições parceiras.

O resultado alcançado por esta Secretaria, quanto aos estudantes da Educação Inclusiva, no ano de 2019, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, totalizou 18.417 estudantes, sendo: da educação especial, 11.470 estudantes com deficiência; 3.328 com Transtorno do Espectro Autista - TEA, 742 com altas habilidades e, 2.877 crianças e bebês atendidas pelo Programa da Educação Precoce, nas unidades escolares inclusivas (100% da Rede Distrital) e 13 Centros de Ensino Especial.

Dados gerais da Educação Inclusiva, nos quadros a seguir:

Tabela 1- ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL p/ tipo de atendimento Rede Pública de Ensino do DF

Descrição	Tipo de Atendimento	2019
Estudantes	Diferentes deficiências	11.470
Estudantes	Transtorno do Espectro Autista - TEA	3.328
Estudantes	Altas Habilidades	742
Bebês e Crianças	Programa da Educação Precoce	2.877
	TOTAL de estudantes atendidos EDUCAÇÃO ESPECIAL	18.417

Tabela 2 - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL p/ tipo de unidade escolar Rede Pública de Ensino do DF

Descrição	Unidades	2019
Estudantes	Inclusivas	11.470
Estudantes	Especializadas (13 Centros de Ensino Especial)	4.943
Bebês e crianças	Programa da EDUCAÇÃO PRECOCE (19 unidades)	2.877
	TOTAL de estudantes atendidos EDUCAÇÃO ESPECIAL	18.417

Os resultados da Educação Inclusiva foram alcançados devido às seguintes ações e atividades realizadas pela Secretaria de Educação:

-Análise de Planos de Trabalho para a viabilização de parcerias para a melhoria da Educação Inclusiva/Especial do Distrito Federal, como: ABRACE, Biblioteca Braille, APADA, Classes Hospitalares, ICS, IFB - Equoterapia, UNICEUB - Sala de Fisioterapia, Instituto Banda Sinfônica, Instituto Dom Orione;

-Aprovação de parcerias para a melhoria da Educação Inclusiva/Especial do Distrito Federal, como: AMPARE AC Nº 07/2018, ANDE Brasil AC 06/2018, APAE AC Nº 03/2019, APAED Nº 05/2019, CEAL AC Nº 08/2018, Pestalozzi Nº 09/2018, UCB - Espaço Convivências AC Nº 04/2019, RPMOM PC Nº 14 de 14/09/2017;

-Participação em eventos de cunho pedagógicos, administrativos e/ou jurídico/legislativo, como: Seminário Infância e Juventude da Escola da Defensoria Pública do DF, Seminário sobre Políticas Bilíngues para Surdos - MEC, Seminário sobre Políticas de Atendimento aos Estudantes com Altas Habilidades - MEC, Seminário no Ministério da mulher, da família e dos Direitos humanos sobre prematuridade;

-Realização de 1635 (um mil seiscentos e trinta e cinco) estudos de 'Casos Omissos', a partir da análise documental e discussão com Coordenações Regionais de Ensino e Unidades

Escolares para enturmação e adequação dos atendimentos educacionais especializados em 2020;

-Realização de 1112 (um mil cento e doze) entrevistas aos professores efetivos da SEEDF para concessão de aptidão para o trabalho com alunos com deficiências, TEA e altas habilidades, visando a ampliação do atendimento; Resposta a noventa e oito (98) processos referentes aos Órgãos de Controles do DF;

-Mapeamento de 472 (quatrocentos e setenta e duas) Salas de Recursos generalista em atendimentos;

-Mapeamento de 40 (quarenta) Salas de Recursos específicas de atendimento de estudantes Deficientes Auditivos/Surdos em funcionamento;

-Mapeamento de 24 (vinte e quatro) Salas de Recursos específicas de atendimento de estudantes Deficientes Visuais em funcionamento; Mapeamento de 59 (cinquenta e nove) Salas de Recursos específicas de atendimento de estudantes com Altas Habilidades, em funcionamento; Mapeamento 551 (quinhentos e cinquenta e um) Classes Especiais da rede pública do DF;

-Mapeamento de 525 (quinhentos e vinte cinco) estudantes com deficiências visual inseridos no I-Educar em 2019;

-Mapeamento de 1140 (um mil cento e quarenta) estudantes com deficiência auditiva/surdez inseridos no I-Educar em 2019;

-Mapeamento de 1745 (um mil setecentos e quarenta e cinco) estudantes com deficiências e altas habilidades/superdotação inseridos no I-Educar em 2019; Mapeamento de 525 (quinhentos e vinte cinco) estudantes com deficiências visual inseridos no I-Educar em 2019;

-Mapeamento de 8204 (oito mil duzentos e quatro) estudantes com deficiência intelectual, com ou sem outras comorbidades, inseridos no I-Educar em 2019; Realização de reunião de formação com os professores da educação Precoce sobre o atendimento de bebês cegos

Foram realizados cursos de capacitação dos profissionais da Secretaria de Educação como: - Coordenadores Intermediários da Educação Especial: Desafios e possibilidades Atendimento Educacional Especializado Para Altas Habilidades-Superdotação; Curso - LIBRAS 1B; Educação Bilíngue de Surdos; Libras, Codocência e Sinais - Termo no Ensino de Ciências Língua de Sinais Brasileira - Ciclo 1, Nível 1A, 1B e 1C Sistema Braille Integral; Sorobã Básico Pela Ordem Menos Elevada - Técnica Ocidental; Pré-Sorobã: a construção do conceito de número e do processo operatório e o encontro dialógico das quatro operações fundamentais no Sorobã com estudantes com deficiência visual; Atividades pedagógicas inclusivas nos Sistema Dos Vox; Educação bilíngue; Tradução de textos de especialidade na sala de aula.

A Educação em Tempo Integral na rede pública de ensino do Distrito Federal, ofertada nas escolas, ancora-se na perspectiva de ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, possibilitando às crianças adolescentes e jovens envolverem-se em atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, promovendo uma prática pedagógica que otimize a formação integral e integrada do estudante.

No ano de 2019, foram atendidos 30.736 estudantes, de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em 198 Unidades Escolares, sendo 186 da Educação Básica (Ed. Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio) e 12 do Programa do Ensino Médio em Tempo Integral, com jornadas variadas: 125 UE em 8 horas diárias, 18 UE em 9 horas diárias, sendo 12 de EMTI, e 55 UE em 10 horas diárias.

- Ensino Médio Tempo Integral - EMTI:

Foram implementadas ações educativas no que tange às inovações, a tecnologia, ao científico e a integração das áreas de conhecimento tanto na realização dos projetos pedagógicos da Matriz Curricular do EMTI, quanto na Formação Continuada dos docentes do Programa do

EMTI, bem como a realização de encontros com os referidos parceiros nas Unidades Escolares do EMTI.

A SEEDF envidou todos os esforços para realizar as ações e atividades pertinentes à implementação das Políticas Públicas voltadas para a educação e atendimento das metas de universalização da educação inclusiva e integral, consubstanciando as bases para elevar a qualidade e o alcance de melhores resultados para a formação dos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e valorização dos profissionais da educação, com foco no Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal.

6 - Educação em Eixos Transversais

-Programa de formação continuada Escola da Terra - O Programa foi instituído pela Portaria MEC/SECADI nº 579, de 02 de julho de 2013. No Distrito Federal foi implementado por meio de parceria entre a SEEDF, a Universidade de Brasília/Faculdade UnB Planaltina (FUP) e o MEC - com o objetivo de promover a ampliação da oferta de formação continuada de professores, atendendo às necessidades específicas relativas à formação dos docentes que atuam nas escolas do campo.

Foi coordenado pela SEEDF/DCDHD/GCAM e implementado entre setembro de 2018 e junho de 2019, por meio da oferta de formação e certificação realizada pela UnB/FUP, com carga horária de 180 horas - em regime de Alternância Pedagógica de tempos de estudo (Tempo Universidade e Tempo Comunidade). Abrangência: 120 professores que atuam no âmbito da Educação do Campo do DF.

-Dia do Campo - A formação ampliada denominada Dia do Campo é um importante instrumento pedagógico que compõe as ações formativas em Educação do Campo na rede de ensino de forma descentralizada e territorializada com atuação e protagonismo das UNIEB e apoio da DCDHD/GCAM, envolvendo todas as UE do Campo das CRE. Foram realizadas atividades pedagógicas em cinco das nove Regionais de Ensino que possuem escolas do campo e mobilizou toda a comunidade escolar.

Constitui um importante espaço para diálogo, troca de experiências/vivências pedagógicas e saberes entre a comunidade escolar, tendo as novas normativas da Educação do Campo como eixo articulador das discussões e ações, além de subsidiar a construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental de cada escola participante.

-Encontros Formativos em Educação do Campo - Nos 1º e 2º semestres de 2019 foram realizados Encontros Formativos nas 09 (nove) CRE com escolas do campo - para apresentação e discussão da Portaria SEEDF nº 419, de 21 de dezembro de 2018, que institui a política pública de Educação do Campo no DF e as Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública do DF, aprovadas pela Portaria nº 224, de 01 de julho de 2019. Participaram desses encontros professores, gestores e coordenadores pedagógicos das Unidades Escolares do Campo, bem como coordenadores intermediários das CRE/UNIEB e equipe da Gerência de Educação do Campo da Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade.

-Formação em Comunicação Não-Violenta nas unidades escolares da socioeducação "Aprenda a dialogar com empatia" - Ação em parceria com a Escola da Defensoria Pública do DF, cujo objetivo foi possibilitar aos profissionais da Educação tornarem-se um mediador, facilitador, promovendo a reflexão em sua prática docente, subsidiando ações pedagógicas inovadoras embasadas nos direitos humanos e no SINASE e conseqüentemente diminuindo os conflitos gerados no ambiente escolar.

- Implantação do Projeto Piloto "Educação Digital" (Parceria com a UNB, SEEDF e SEJUS) - Projeto cujo objetivo foi realizar formação inicial, em Educação Digital, para os estudantes da Unidade de Internação de Saída Sistemática/UNISS, visando o mundo do trabalho. As Oficinas

tiveram como temáticas: a elaboração de Curriculum Vitae; uso de Mídias Sociais; Canvas e Edição de Fotos

-Acompanhamento do Projeto "Direito para a Liberdade" (Parceria com a Defensoria Pública do DF, SEEDF, SEJUS, MPDFT e TJDFT) - O objetivo do projeto é promover a cidadania, a inclusão social, a justiça e o respeito por meio da educação em direitos, de forma que os adolescentes percebam-se sujeitos de direitos, aproximando-os das leis, de seus direitos, mas também de seus deveres.

-Avaliação da implementação das Diretrizes Pedagógicas Escolarização na Socioeducação - reuniões com os diversos setores da SEEDF com o objetivo de avaliar a implementação das Diretrizes Pedagógicas Escolarização na Socioeducação, visando uma possível atualização/adequação a realidade atual.

-Mês de Combate ao Racismo Nas Escolas - Entre os dias 19 de outubro e 20 de novembro de 2019, a SEEDF promoveu um mês de ações levadas às escolas. Foi criado um catálogo com 10 oficinas pedagógicas que poderiam ser escolhidas pelas escolas a partir das temáticas abordadas. Foi enviado ainda para as escolas um Cadernos de Sugestões Pedagógicas contendo indicações de materiais e práticas pedagógicas antirracistas para serem desenvolvidas pelos professores da Rede.

-Semana Maria da Penha Nas Escolas: Instituída pela Lei Nº 6.325, de 10 de julho de 2019, tendo ocorrido pela primeira vez em 2019. Período entre os dias 24 a 25 de novembro. Nessa semana foram oferecidas oficinas para serem levadas às escolas da Rede.

a) Abertura da Semana com a oficina "Direitos Humanos e a Lei Maria da Penha - Ode a uma Mulher Inspiradora";

b) Ações no Decorrer da Semana oficinas sobre Lei Maria da Penha;

c) Culminância da Semana com o "Festival de Curtas do CEM 12 de Ceilândia".

-Rodas de Conversa sobre Femicídio: Trata-se de uma ação com o objetivo de levar às/aos estudantes informações acerca do ciclo dos relacionamentos tóxicos que podem desencadear em um caso de feminicídio. Em 2019 esta ação contou com a parceria de artistas locais e diversas profissionais voluntárias, como delegadas, policiais civis, advogadas, defensoras públicas, professoras, cantoras e poetas, para falar sobre o ciclo dos relacionamentos tóxicos, que podem desencadear em feminicídio. Este ano percorreu todas as 14 CREs.

-Seminário Março Mulher Educadora: Promovido como parte das comemorações do Mês das Mulheres na Educação, em alusão ao Dia Internacional da Mulher – 8 de março – e do compromisso com as ações afirmativas para os direitos de Meninas e Mulheres e com o combate a toda forma de violência. Apresentou palestra sobre a violência contra as mulheres, vídeo institucional, apresentação cultural.

-Seminário "Diálogos Indígenas - Desconstruindo Estereótipos e Afirmando Identidades": Objetivou promover a troca de experiências a partir da vivência de indígenas que atuam no campo educacional; buscar a desconstrução de estereótipos que marginalizam a cultura indígena e valorizar a identidade dos povos indígenas por meio da ampliação do conhecimento de suas especificidades. O evento foi um momento de formação que reuniu lideranças indígenas, professoras/es de diferentes regionais e diferentes níveis e também da Subsecretaria de Educação Básica, estudantes, indígenas e outras/os servidoras/es e funcionárias/os da SEEDF.

- I Encontro "Ensino Religioso na Rede Pública do DF - Normativas e Práticas Pedagógicas" - Discutiu as orientações pedagógicas e normativas acerca do Ensino Religioso na rede pública de ensino do Distrito Federal; construiu um diagnóstico sobre as práticas pedagógicas da oferta do componente curricular Ensino Religioso nas escolas do Distrito Federal; conheceu o

quadro de professores que ministram a disciplina de Ensino Religioso no Distrito Federal e Apresentar o Conselho de Ensino Religioso do Distrito Federal – CONER

- Seminário "A Escolarização e o Acolhimento da População em Situação de Rua na SEEDF" - Teve como objetivo possibilitar um momento de formação do corpo docente e toda comunidade escolar acerca de uma educação que respeite a população em situação de rua, em suas especificidades, como um direito garantido; fomentar reflexões acerca das violências reiteradamente vivenciadas por estudantes pertencentes a grupos sociais minoritários; Apresentar as Diretrizes Operacionais e pedagógicas para a Escolarização da População em Situação de Rua - PEPOP (2018-2023) e, com isso; possibilitar aos nossos profissionais conhecer a diversidade e particularidades dos diferentes grupos estudantis que temos em nossa Rede; Conhecer a escola POP (EMMP) e sua dinâmica pedagógica.

- II Seminário Enfrentamento às Drogas na Escola - O evento contou com a realização palestras e de debates acerca das temáticas relacionadas à drogadição e os cuidados que a escola e a família devem ter especialmente com adolescentes nos comportamentos que merecem atenção: companhias, mentiras excessivas, isolamento social da família.

- Seminário "Escola e Justiça na Prevenção à Violência" - O objetivo de promover um momento de aprendizagem e capacitação para os profissionais da educação lidarem com as diferentes experiências e conflitos existentes nas relações sociais do ambiente escolar.

- II Congresso Maria da Penha vai à escola - Entrega das premiações do 1º Prêmio Maria da Penha vai à escola, cujo objetivo foi dar visibilidade às melhores práticas para a prevenção de violência contra a mulher. Foram oferecidas oficinas pedagógicas a todas/os profissionais da rede pública de ensino do DF, tratando de relações afetivas, comunicação não violenta e o papel da escola no atendimento e encaminhamento das situações de violência sexual.

- III Seminário de Enfrentamento às Drogas nas Escolas - Drogas: Prevenção e Ação - como parte das ações de enfrentamento à violência e construção da cultura de paz em nossas escolas, teve como público-alvo os Orientadores Educacionais, Pedagogos e Psicólogos da EEAA das Coordenações Regionais de Ensino de Santa Maria, Recanto das Emas e Gama, bem como os Conselhos Tutelares das respectivas Regiões Administrativas. Organizado em painéis que discutirão temas ligados à prevenção e ao enfrentamento ao uso nocivo de drogas.

- Empenhadas pela Educação - Participação de representantes da SEEDF na segunda edição do curso de capacitação EmpENHADAs pela Educação, que une o projeto "Mulheres Inspiradoras" (SEEDF) com o programa "Maria Faz a Diferença na Escola" (Tribunal de Justiça/MS). O curso foi realizado em Campo Grande (MS) e reuniu juízas, professoras/es e gestoras/es educacionais da rede de ensino de Campo Grande, Corumbá, Nova Andradina, Angélica e São Gabriel do Oeste.

- Realização de Concurso para Valorização de Projetos Exitosos das Escolas - As premiações buscam reconhecer boas práticas na Rede Pública de Ensino relacionadas à Educação em e para os Direitos Humanos.

a) "Prêmio Maria da Penha vai à Escola";

b) "Prêmio De Olho na Verdade: SEEDF, Instituto Auschwitz e Diálogos Nórdicos no Combate à fake news".

- Fórum de Educação para as Relações Étnico-Raciais do DF - Fórum ERER -Instituído pela Portaria nº 20 de 01/02/2018. Trata-se de um coletivo estratégico para a participação e controle social de políticas de combate ao racismo na educação atuando como protagonista no processo de avaliação e acompanhamento de ações. Em 2019, foi promovida a rearticulação e retomada das atividades para consolidação do Fórum ERER, que atende ao preceito constitucional de garantia de participação social na formulação e implementação de políticas públicas.

- Política de Acolhimento e Escolarização de Estudantes em Situação de Refúgio - A SEEDF realizou ações iniciais, em 2019, para a construção de uma política de acolhimento na Rede Pública de Ensino. Para tanto foi realizado o levantamento do quantitativo de estudantes refugiadas/os nas escolas da SEEDF, informando a língua falada e materna; também foi realizado o levantamento do quantitativo de professoras/es com formação em Português Brasileiro como Segunda Língua (PBSL), assim como foi solicitado a inclusão dessa informação nos formulários do Censo Escolar a partir de 2020.

-Política de Escolarização de Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Institucional - Realizaram-se reuniões na Promotoria de Justiça da Infância e Adolescência para abordar o Acolhimento Institucional. Dentre seus objetivos, destacam-se a articulação com os setores da SEEDF, da Secretaria de Saúde, da SEDES e das Entidades que ofertam o Serviço de Acolhimento Institucional, com vistas ao fortalecimento da Política de Escolarização e criação de uma metodologia de atendimento para as Instituições de Acolhimento.

- Acompanhamento das Escolas de Natureza Especial EMMP e EPC/PROEM - Foi realizado junto à Escola de Meninos e Meninas do Parque da Cidade (EMMP) seminário para apresentação e estudo das Diretrizes Operacionais e pedagógicas para a Escolarização da População em Situação de Rua - PEPOP (2018-2023), também acompanhamos processos de aberturas de novas turmas. Junto à Escola do Parque da Cidade (EPC/PROEM) foi realizado o acompanhamento da escrita das Diretrizes Operacionais da Escola, assim como de eventos diversos para tratativas junto às Unidades de Acolhimento Institucional, assim como a gestão acerca de projetos específicos da escola. Composição de Bancas de Aptidão para seleção de profissionais de educação para atuarem nessas escolas.

-Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio): Elaboração de materiais informativos e orientadores direcionados às/aos profissionais da rede pública de ensino, Solicitação de Inclusão da Referida data no calendário escolar de 2020; Participação com estudantes de escolas públicas da Ação Social Federal Kids, de iniciativa da Polícia Federal contra o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil; e caminhada "Faça Bonito: Denunciar e Proteger!", com a CRE do Gama.

-Dia Nacional contra o Trabalho Infantil (12 de junho): Instituído pela Lei nº 11.542, de 12 de novembro de 2007. Encaminhamento às UE de Sugestões Pedagógicas para subsidiar o planejamento de ações pedagógicas alusivas ao enfrentamento do trabalho infantil a serem desenvolvidas, preferencialmente, nos meses de junho a outubro, tendo como marco inicial o dia 12 de junho e término no dia 12 de outubro - Dia da Criança.

-Semana de Prevenção ao Uso de Drogas no DF": Instituída pela Lei Distrital nº 1.433 de 21/05/1997. Envio de material de apoio às UE, e promoção de ações pedagógicas durante toda a semana, incluindo até mesmo a família das/os estudantes. Finalização com seminário formativo.

-Criação do Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Brazlândia - CEP-ETBRAZ - As atividades se iniciaram com a participação nas audiências públicas realizadas na Região Administrativa de Brazlândia e entorno, para averiguar o interesse da comunidade por cursos técnicos a serem ofertados na nova Unidade Escolar. Foram realizadas audiências em diferentes espaços públicos da região, com a participação de estudantes, pais, autoridades e comunidade em geral.

-Oficina SETEC: Novos Caminhos e Apoio à Implementação do Itinerário da Formação Técnica Profissional - No período de 17 e 18 de dezembro, a equipe da Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação realizou um encontro com representantes de todas as Unidades Federativas para apresentar dados e discutir a implementação do Itinerário da Formação Técnica Profissional.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

O principal objetivo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por meio de ações de assistência técnica e financeira. Em 2019, o Pronatec realizou suas ações por meio de 03 subprogramas: o Mediotec, o Prisional e o Pronatec Geral. Em 2019, a SEEDF teve um total de 682 Formandos em Cursos Técnicos no Pronatec, sendo 244 em cursos de áreas diversas e 438 em cursos na área da saúde

- MEDIOTECH - é um programa criado pelo Ministério da Educação que visa proporcionar aos jovens a oportunidade de realização de um curso técnico em concomitância com o ensino Médio. Além de qualificar os estudantes para o mundo do trabalho, o programa oferece ao estudante um incentivo financeiro pago em pecúnia (Bolsa Formação Estudante) de acordo com a hora aula frequentada, acompanhamentos psicológicos individuais e em grupos.

O atendimento individual tem por objetivo a escuta da história de vida do educando, levantamento de necessidades e possíveis encaminhamentos ou acompanhamento caso necessário. Em cada unidade, o Coordenador responsável indica educandos que demonstram alguma necessidade do atendimento, bem como são atendidos aqueles que buscam o serviço espontaneamente.

Além dos atendimentos individuais, são realizadas atividades em grupo em cada turma do Mediotec, sob temática definida previamente focada nas demandas identificadas nos atendimentos individuais e em diálogos com as Coordenações. Em situações específicas, há a necessidade de atividades interventivas de acordo com as demandas pontuais das turmas.

- PRONATEC prisional - foi criado no ano de 2018 pelo MEC e Ministério da Justiça e a Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEEDF firmou novamente parceria para a oferta de cursos de formação inicial e continuada dentro das dependências do sistema prisional do DF para o público privado de liberdade. Conforme as turmas foram avançando em seu conteúdo pedagógico, percebeu-se que os estudantes internos também demandavam necessidades de cunho emocional e psicológico e necessitavam de um acompanhamento mais eficaz e técnico no tocante aos seus desejos, suas frustrações e seus projetos futuros, principalmente relacionados ao contexto em que vivenciam e ao contexto em que terão que se adaptar quando egressos do sistema penitenciário.

Foi utilizado com o objetivo de proporcionar um espaço de reflexão que possibilite a abertura para novas perspectivas de ressignificação e protagonismo de suas vidas; promovendo a interação, participação, integração, partilha, diversão, envolvimento, leveza e engajamento. São disponibilizadas ferramentas para o planejamento de ações futuras, apresentando as dimensões propostas, Relacionamento, Trabalho, Auto Cuidado, Espiritualidade e Crescimento Humano, para realização do processo de auto avaliação e reflexões.

-PRONATEC Geral - abrigam cursos técnicos na forma concomitante, subsequente, EAD, mulheres mil e de formação inicial e continuada. Voltado para estudantes da rede pública de ensino do DF, Jovens privados de liberdade, mulheres em situação de vulnerabilidade e desempregados em geral.

- Mulheres Mil- Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal - O Programa Mulheres Mil foi instituído nacionalmente em 2011 e, tem por objetivo promover a formação profissional de mulheres, preferencialmente, em situação de vulnerabilidade social. O intuito é que elas consigam, através do ensino e formação, aumento de sua renda familiar e possibilidades mediante o mundo do trabalho. No Distrito Federal, o programa inovou lançando os primeiros cursos técnicos do Brasil na modalidade ativa: Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal. As estudantes foram selecionadas por meio do CADÚNICO, conforme critérios estabelecidos na cartilha do programa.

A proposta de trabalhar com público específico e delimitado como do Programa Mulheres Mil exige uma metodologia de ensino aprendizagem mais inclusiva, que considere os saberes

prévios das educandas e o contexto que estão inseridas. Todas as atividades do processo de ensino aprendizagem são construídas com intencionalidades pedagógicas ou objetivos educacionais, norteados pelas habilidades e competência de cada unidade educacional. Para ter clareza e otimizar o processo de trabalho do facilitador para todas as atividades pedagógicas são construídos Termos de Referências (TR) que descrevem minuciosamente toda a atividade pedagógica e inclusive os objetivos educacionais da atividade.

As atividades acontecem em grupos de 10 educandas e um facilitador onde a maioria das atividades é desenvolvida, em alguns casos são realizadas atividades em grupos maiores. Outro diferencial é o atendimento aos filhos das estudantes durante o período de aula teórica ou estágio realizados pelos monitores nas brinquedotecas montadas nas unidades de ensino pelo programa, é um grande incentivo a permanência e êxito das estudantes na conclusão do curso.

-Formatura Curso Técnico na modalidade Mulheres Mil - No corrente ano de 2019, o Pronatec realizou a primeira formatura de Curso Técnico na modalidade Mulheres Mil (Enfermagem). O evento ocorreu em 30/08/19 e foi realizado no Auditório da EAPE (Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação), contando com o auxílio na organização e logística da equipe de Psicólogas. Nesta solenidade as formandas tiveram a oportunidade de dividir este momento com familiares, amigos, professores numa cerimônia simbólica de certificação.

-Política de Livro, Leitura e Bibliotecas da SEEDF - A Gerência de Políticas de Leitura – GPLEI coordena, acompanha e desenvolve as políticas do livro, da leitura e das bibliotecas escolares e escolares-comunitárias no âmbito da rede pública de ensino do DF, em consonância com suas competências regimentais.

Em razão disto, a SEEDF entende que a escola pública, reconhecida como espaço privilegiado da vivência democrática e de desenvolvimento do potencial criador de seus estudantes, deve contribuir para a discussão e a vivência da pluralidade cultural, na medida em que, entre outras estratégias e metodologias, consegue democratizar o acesso ao livro didático, de literatura e paradidático de qualidade, formando professores e estudantes leitores críticos.

-Programa Nacional Do Livro E do Material Didático (PNLD) - O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, programa do Governo Federal, é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. A execução do PNLD é realizada de forma alternada e são atendidos em ciclos diferentes os quatro segmentos: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Os segmentos não atendidos em um determinado ciclo recebem livros, a título de complementação, correspondentes a novas matrículas registradas ou à reposição de livros avariados ou não devolvidos.

Em 2019, 100% das unidades escolares do DF que ofertam Anos Finais do Ensino Fundamental realizaram a escolha do livro didático na plataforma PDDE Interativo. Durante o ano, ocorreu o processo de Remanejamento Interno e Externo do livro didático, por meio de planilhas eletrônicas de carências e excedências preenchidas pelas UNIEB/CRE.

-Programa Escrevendo O Futuro – Olimpíadas De Língua Portuguesa (OLP) - A Olimpíada de Língua Portuguesa integra as ações do Programa Escrevendo o Futuro, uma iniciativa do Ministério da Educação e do Itaú Social, com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC. É um concurso de produção de textos para alunos de escolas públicas de todo o país, com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita nas escolas públicas, por meio de ações de mobilização para a formação de professores de língua portuguesa e da

disponibilização de materiais com orientações pedagógicas para uso em sala de aula, além da promoção da reflexão sobre práticas educativas voltadas para o desenvolvimento das competências leitora e escritora. O tema das produções é "O lugar onde vivo", que propicia aos alunos estreitar vínculos com a comunidade e aprofundar o conhecimento sobre a realidade local, contribuindo para o desenvolvimento de sua cidadania.

Em 2019, ocorreu a 6ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, reforçando a valorização da interação de crianças e jovens com seu território. Para tanto, a SEEDF realizou, no Auditório D João VI do Museu da Imprensa, o "Encontro de Divulgação Qualificada da 6ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro".

-Feira Do Livro De Brasília (FELIB) - A Feira do Livro de Brasília é um evento que faz parte do calendário da cidade e busca envolver o leitor em diversas atividades culturais, por meio do livro e da leitura. Em 2019, ocorreu a 35ª Felib com o tema "Biblioteca - Espaço do Prazer e do Aprender", entre os dias 06 e 16 de junho, no Complexo Cultural da República. O evento contou com mesas de debate, lançamentos de livros, encontros com escritores, apresentações artísticas, homenagens e uma grande diversidade de estandes de editoras e livrarias, bem como encontros de formação para educadores, para a troca de experiências entre educadores e renomados especialistas, a fim de estimular a inovação e a produção colaborativa de conhecimento no DF.

Em 2019, a SEEDF buscou fortalecer o desenvolvimento dos projetos Caixa-Estante Sustentável e Painel Folclórico, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento da competência leitora dos estudantes em diferentes etapas da educação básica.

-Caixa-Estante Sustentável - O Projeto Caixa-Estante constitui-se em uma atividade de ampliação dos espaços de leitura na unidade escolar, sob a forma de uma estante ambulante, composta de bem móvel e cerca de 200 livros com temáticas variadas, cujo objetivo é apoiar as atividades de leitura em sala de aula ou em qualquer outro espaço da escola, de maneira que a leitura se torne mais acessível, permitindo ao estudante manusear, interagir, visualizar e desenvolver diferentes habilidades de leitura, por meio do contato diário com os livros que compõem a Caixa-Estante

-Rede De Bibliotecas: Sistema Integrado De Bibliotecas Do Distrito Federal (SIBDF) - A SEEDF, em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, formalizou, por meio de Portaria Conjunta, uma rede de bibliotecas escolares e públicas, no âmbito do Distrito Federal, a fim de promover um sistema integrado com a utilização de um software único, Koha.

A fim de definir as diretrizes do Sistema Integrado de Bibliotecas do DF, foram realizadas diversas reuniões junto à SECEC. Além disso, as referidas reuniões revelaram a necessidade de oferta de treinamento específico para o uso do software.

-Projeto Transição - Partindo da perspectiva do desenvolvimento humano e da proposta de Educação Integral estabelecida por esta SEEDF, e dando continuidade a um processo iniciado em 2014, retomou-se a elaboração do projeto "Transição Entre as Etapas da Educação Básica". O projeto, em fase de validação, visa à proposição de Orientações Pedagógicas capazes de subsidiar os processos educativos que acompanham as exigências de aprendizagem definidas de acordo com cada etapa da trajetória escolar, através de ações coordenadas e articuladas organicamente, voltadas para a transição educativa, especialmente as passagens de uma etapa para outra da Educação Básica.

É um projeto que trata da transição dos sujeitos no espaço escolar atentando para os possíveis movimentos como o ingresso, as mudanças entre fases, etapas e modalidades da Educação Básica, de espaço, de trocas culturais e possíveis desafios que estes momentos proporcionam.

-Promoção da Cultura de Paz - A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social - (SSPDF) retomaram

em 2018, com continuidade em 2019, as atividades do Programa Viva Brasília nas Escolas como um trabalho conjunto para a promoção da cultura de paz e prevenção/ enfrentamento de violências no ambiente escolar e em suas comunidades.

Este programa possuía quatro eixos de atuação: integração de projetos desenvolvidos pelas secretarias, o diagnóstico da violência, a promoção da cultura de paz nas escolas e a valorização profissional dos servidores da segurança e da educação.

O objetivo da iniciativa é integrar órgãos governamentais, sociedade civil e movimentos de voluntariado no esforço para redução da criminalidade no ambiente escolar. Os dados norteadores das referidas ações foram consolidados com base em questionário respondido pelos diretores das escolas participantes.

Em 2019, o Programa ganhou nova roupagem, na qual coube à Secretaria de Educação redigir um caderno norteador com informações amplas a respeito do conteúdo de Cultura de Paz para que este material pudesse ser utilizado como guia para estudantes e profissionais no intuito de divulgar questões voltadas a direitos humanos e mediação de conflitos para fomentar reflexões pertinentes ao ambiente escolar.

-Participação Estudantil - Esse projeto visa trazer à luz a discussão sobre o conceito de protagonismo na educação, em especial, o estudante se perceber como protagonista de suas aprendizagens e o papel da escola nessa construção. Para isso, a SEEDF busca fortalecer os projetos e os programas sobre protagonismo que já acontecem na Secretaria de Educação (alguns em parceria com colaboradores externos), bem como, por meio da comemoração do dia letivo temático Dia do Estudante, promover as ações que potencializam o estudante como protagonista.

-Realização dos Jogos Escolares do Distrito Federal

- é um evento de caráter desportivo que contemplam estudantes da rede pública e particular de ensino. O JEDF é composto por quatro etapas: 12 a 14 anos, 15 a 17 anos, Jogos Noturnos e Jogos Paralímpicos.

Ele serve para fomentar a prática do esporte escolar com fins educacionais e desenvolver o estudante como ser social, autônomo, democrático e participativo, além de garantir o conhecimento de modo a oferecer mais oportunidades de acesso à prática do esporte escolar aos estudantes.

Ao longo dos anos, os Jogos Escolares se tornaram o maior e o mais tradicional evento esportivo do Distrito Federal, englobando 9.924 estudantes participantes em 2019, destacando-se pela sua grandiosidade em participação e organização e se constitui também como fase seletiva à etapa nacional, denominada Jogos Escolares da Juventude.

-Participação dos Jogos Nacionais da Juventude - Apresentação da ação: os Jogos Escolares da Juventude e Paralimpíadas Escolares contemplam alunos da rede pública e particular de ensino. Os Jogos Escolares da Juventude são divididos em duas etapas: 12 a 14 anos e 15 a 17 anos.

Os Jogos Escolares da Juventude e as Paralimpíadas atingem estudantes de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, reunindo cerca de 12 mil estudantes participantes no total. O Distrito Federal participa anualmente dos Jogos Escolares Nacionais, sendo sempre uma das maiores delegações na competição

-Ampliação do Projeto Educação com Movimento - o Projeto coordena a inserção do professor de educação física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, promovendo o trabalho interdisciplinar do professor de educação física com o professor pedagogo, integrado aos eixos e concepções do Currículo da Educação Básica.

Ressalta-se que sua ampliação visa proporcionar a universalização desse atendimento na rede pública de ensino, conforme critérios que buscam assegurar a qualidade do atendimento do professor de educação física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

-Realização dos Jogos Intercid's - Os Jogos Intercid têm por finalidade a promoção humana dos estudantes do projeto Centro de Iniciação Desportiva – CID, regularmente matriculados no Sistema de Ensino do Distrito Federal, mediante a utilização do esporte como instrumento da educação geral, do aprimoramento das qualidades motoras, do equilíbrio das condições emocionais e do aperfeiçoamento da convivência social.

No ano de 2019 foram realizados as modalidades de futsal, basquete, voleibol e handebol nas suas quatro categorias e nos dois gêneros, além das modalidades coletivas, o ciclismo, ginástica rítmica, ginástica artística, badminton, atletismo, xadrez, judô, taekwondo, luta olímpica, tênis de mesa.

- Coordenação e acompanhamento pedagógico do Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras - promove práticas corporais para melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar, prioritariamente idosos, orientando e conscientizando sobre a importância da prática de atividades físicas para a saúde, a autoestima e a socialização.

O PGINQ se desenvolve no âmbito social, motor e afetivo através das aulas do Programa que podem ser em diversos formatos, tendo o professor autonomia de elaboração da sua aula dentro dos objetivos do Programa

- Formação: Educação Ambiental e Patrimonial - relações culturais e ambientais na prática pedagógica - A Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEEDF em parceria com a Secretaria de Cultura do Distrito Federal - SECULT e com a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA e Instituto Brasília Ambiental - IBRAM realizou a Formação: Educação Ambiental e Patrimonial - relações culturais e ambientais na prática pedagógica.

O objetivo do curso foi a formação dos professores que atuam na Escola da Natureza, no Projeto Parque Educador e no Projeto Territórios Culturais para atendimento aos estudantes da rede pública de ensino do DF nos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação - UCs, nos Territórios Culturais, e na Escola da Natureza por meio de atividades de educação ambiental e patrimonial. Os conteúdos da formação envolveram, entre outras atividades, conhecimentos sobre a Arqueologia do DF; Fazendas e estradas coloniais; A Missão Cruls e a implantação do DF; O panorama do Patrimônio cultural no Brasil e DF e o Projeto Aquaripária e Água Matriz Ecopedagógica.

-Termo de Cooperação Técnica do Projeto Parque Educador - No dia 18 de julho, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica - TCT do Projeto Parque Educador, parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado de Educação - SEEDF, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA e Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - IBRAM, do Distrito Federal. O projeto desenvolve ações conjuntas e atividades pedagógicas de interesse comum, no contexto da Educação Ambiental, Integral e Patrimonial da SEEDF.

A nova formalização amplia novas 2 Unidades de Conservação: Parque Ecológico Dom Bosco/Centro de Práticas Sustentáveis - CPS (Lago Sul) e Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo (Riacho Fundo) do Projeto Parque Educador, que atualmente é realizado é 4 Unidades de Conservação/Parques Ecológicos do DF: Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Ecológico Três Meninas e Parque Ecológico Sucupira/Estação Ecológica Águas Emendadas - ESECAE.

- Seleção de Unidades Escolares para o Projeto Parque Educador - A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA - e com o Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, realizou inscrições das Unidades Escolares para participação no Projeto Parque Educador no segundo semestre de 2019. As atividades realizadas envolvem ações ecopedagógicas e lúdicas, tais como: trilhas

guiadas, oficinas, práticas integrativas de saúde, palestras e vivências nos espaços naturais nos Parque Ecológicos. O Projeto Parque Educador conta com a infraestrutura das Unidades de Conservação/Parques Ecológicos, oferta de transporte aos estudantes e atividades coordenadas por professores/educadores ambientais, capacitados no trabalho da temática ambiental e patrimonial.

- II Caminhos da Educação - A SEEDF como parte das ações previstas na Portaria nº 287, de 26 de setembro de 2018, que regulamenta a Política de Valorização, Promoção de Bem-Estar e de Qualidade de Vida no ambiente de Trabalho de servidores e demais agentes públicos da Secretaria de Educação.

Trata-se de mais uma ação proposta pela SEEDF cuja intenção é proporcionar um momento de encontro e lazer, em que os servidores e seus familiares possam, juntos, reforçar o valor da educação.

-Lançamento do Projeto Turismo Cívico Pedagógico - No dia 02 de outubro, foi lançado o Projeto Turismo Cívico Pedagógico, parceria da Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal. O Projeto busca a consolidação do Turismo Cívico na Capital Federal, bem como, a promoção da Educação Patrimonial, conforme preconiza a Portaria nº 265/2016, considerando a importância da preservação do contexto histórico, cultural, ambiental e turístico de Brasília.

O Projeto consiste em oportunizar aos estudantes da Rede Pública de Ensino o conhecimento dos antecedentes históricos da construção de Brasília e da fundação da cidade, considerada como um dos fatos históricos mais relevantes do Brasil. Nesse contexto, os estudantes poderão vivenciar as preciosidades desta história, por meio de atividades de Educação Patrimonial, envolvendo cultura, meio ambiente e cidadania.

- Programa Jovens Embaixadores finaliza Etapa Regional - No mês de setembro e outubro foram realizadas visitas da Etapa Regional do Programa Jovens Embaixadores. A etapa consistiu na entrevista dos nove estudantes da rede pública de ensino selecionados pelo Programa Jovens embaixadores. As entrevistas ocorreram em diversos locais do DF e Entorno, como Ceilândia, Santa Maria, Brazlândia, Cristalina, Guará, Planaltina, Riacho Fundo I e Samambaia. Entre os entrevistados, foram selecionados oito estudantes para a Etapa Nacional do Programa, em que serão selecionados até dois estudantes que representarão o Distrito Federal no intercâmbio de três semanas nos Estados Unidos, em 2020. Ao final do processo seletivo, foram selecionados três estudantes do Distrito Federal, quantitativo inédito na participação do DF no Programa.

Criado em 2002, o Programa Jovens embaixadores têm como alvo estudantes brasileiros que são exemplos em suas comunidades, em termos de liderança, atitude positiva, trabalho voluntário, excelência acadêmica e conhecimento de língua inglesa.

- Jornadas do Patrimônio Regionais - A SEEDF em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa - SECEC, e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN realizou nos dias 20, 22, 27 e 29/08 as Jornadas do Patrimônio Regionais. Os encontros formativos consolidaram um ambiente formativo e de troca de experiências a respeito da Educação Patrimonial e reuniu cerca de 200 Professores e Gestores da rede pública de ensino, em torno da metodologia dos Inventários Participativos, apresentada pelos colaboradores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Nas formações também foram levantadas as referências locais de patrimônio cultural.

- Jornadas do Patrimônio 2019 - Em sintonia com o Dia do Patrimônio Cultural, celebrado no dia 17 de agosto, e, após a realização das Jornadas do Patrimônio Regionais 2019, as Secretarias de Educação - SEEDF e de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal - SECEC realizaram nos dias 12 e 13/09 as Jornadas do Patrimônio 2019. O evento ocorreu no Espaço

Cultural Renato Russo - 508 Sul e contou com a participação de mais de 100 pessoas, envolvendo professores, gestores e demais interessados pela temática.

O evento, nesta edição, abordou como eixo temático a história da Pré-Brasília, trazendo o resgate da memória do DF antes da construção da cidade. A programação do evento envolveu diversas temáticas como proteção do patrimônio cultural; educação e patrimônio; participação social nas reflexões e práticas do patrimônio cultural; e identidade, memória e pertencimento.

Na realização das Jornadas do Patrimônio 2019 estiveram reunidas as Secretarias de Educação - SEEDF e de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal - SECEC, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o Museu da Educação, a Universidade de Brasília - UnB e demais parceiros de organizações da sociedade civil que desenvolvem trabalhos sobre Patrimônio Cultural.

-Participação de estudantes do Projeto Parque Educador na Semana do Cerrado - Estudantes da rede pública de ensino participantes do Projeto Parque Educador tiveram seus painéis expostos no Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB. A exposição "Salve meu Cerrado" é composta por painéis de tecido que retratam espécies da fauna e flora. O Projeto Parque Educador é uma parceria entre a Secretaria de Educação, a Secretaria do Meio Ambiente e Instituto Brasília Ambiental.

Integram o Projeto Parque Educador, 6 (seis) Parques Ecológicos/Unidades de Conservação: Saburo Onoyama, Águas Claras, Três Meninas, Sucupira, Riacho Fundo e Dom Bosco, ateliês naturais que inspiraram a produção artística dos estudantes que marcou a Semana do Cerrado, que ocorreu entre os dias 8 a 14 no CCBB.

A presença de espécies da flora e fauna do Cerrado retratados pelas tintas coloridas e criatividade das crianças e adolescentes ajudaram a mudar a paisagem típica do período de seca. Durante toda a semana, os estudantes do projeto vão conferir o resultado do trabalho que executaram durante visitas ao espaço cultural.

O Programa Brasília nos Parques abriga o Projeto Parque Educador e proporciona aos estudantes da Rede Pública de Ensino do DF o contato com a natureza e por meio da educação integral, contribui para a formação de cidadãos ativos e conscientes quanto ao seu papel na preservação socioambiental.

-Gibis Turma do Chico Bento - De Olho na Natureza - A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no trabalho com a Política de Educação Ambiental Formal da SEEDF - Portaria nº 428, de 04 de outubro de 2017 realizou uma ação no Parque Três Meninas em Samambaia em que ocorreu o lançamento do Gibi Turma do Chico Bento - De olho na natureza para a complementação do trabalho pedagógico das Unidades Escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais) da Rede Pública de Ensino do DF. A parceria tem como objetivo a distribuição dos exemplares às Unidades Escolares de maneira a contribuir com as práticas lúdico-pedagógicas dos professores. O material traz a temática do desmatamento e recuperação de áreas degradadas e possibilita a abordagem de diversas atividades de Educação Ambiental com foco em questões socioambientais, como a preservação do meio ambiente, agricultura familiar sustentável, alimentação saudável, preservação da mata nativa, dentre outros.

O enfoque foi sobre Pré-Brasília, lançando o olhar sobre o patrimônio material e imaterial do Distrito Federal a partir da compreensão dos bens materiais de pedra, barro e madeira, símbolos da memória da cidade antes de sua construção, abordando, ainda, os saberes, celebrações, formas de expressão e lugares do Distrito Federal. Foi uma rica oportunidade para divulgar as práticas em Educação Patrimonial desenvolvidas pelos professores e

estudantes das Unidades Escolares da SEEDF e por instituições e parceiros que trabalham a valorização da identidade, o pertencimento e a memória da cidade.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2082069820,0	2111089820,00	2071661015,16	2071652295,31
0015 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	1293753317,0	1322773317,00	1306060471,38	1306060471,38
6978 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	366725708,0	366725708,00	366725708,00	366725708,00
6979 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	15013571,0	15013571,00	14428345,12	14428345,12
8848 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	17919422,0	17919422,00	17774518,46	17765798,61
8849 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	223508508,0	223508508,00	201553094,03	201553094,03
8856 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	57148435,0	57148435,00	57118892,86	57118892,86
8857 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	108000859,0	108000859,00	107999985,31	107999985,31
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	2082069820,00	2111089820,00	2071661015,16	2071652295,31

Informa-se inicialmente que as atividades realizadas com recursos alocados nas ações 1471, 2557, 2396 e 3678 foram devidamente lançadas no item anterior referente ao Programa 6221 – Educa Mais Brasília, a fim de proporcionar maior clareza e entendimento acerca da execução.

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

No que tange à força de trabalho desta Secretaria de Estado de Educação, o pagamento de servidores ativos é feito por meio da Ação 8502, conforme quadro de força de trabalho constante no item 1 do presente relatório.

ASEEDF realizou uma série de ações que visam o bem estar e a qualidade de vida do servidor, conforme lista abaixo:

- Ampliação do Projeto Ser-Vir - criado no segundo semestre de 2017, com o objetivo de combater possíveis causas do adoecimento dos profissionais da educação, foi ampliado no segundo semestre de 2019. O projeto passou a ser desenvolvido também nas CREs de Planaltina e Guará com modalidades desportivas e atividades artísticas.
- Caminhos da Educação Parque Ecológico Sucupira – Planaltina - Entre as ações voltadas para a saúde e bem-estar dos servidores da educação no Distrito Federal, realizou-se o II Caminhos da Educação. A edição aconteceu no Parque Ecológico Sucupira em Planaltina, com atividades físicas, dicas de saúde, ações para o bem-estar, lazer e trilha ecológica.
- Programa de Ativação Corporal - O programa foi expandido em 2019 com uma formação para os professores atuantes no Programa Ginástica nas Quadras. Objetivando proporcionar exercícios de ativação corporal com foco no alongamento, mobilidade articular e correção postural.
- Sensibilização para Realização – Exames Periódicos - A realização de exames periódicos é essencial para garantir ao servidor o conhecimento das suas condições de saúde, possibilitando a prevenção de algumas doenças. Neste sentido, foi realizada uma palestra sobre Sensibilização para realização de exames periódicos para os servidores da Secretaria de Educação
- Rodas de Conversas - No ano de 2019, contemplando as ações de bem estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho, foram realizadas Rodas de Conversas com professores readaptados com o foco na escuta sensível. E também com servidores com a temática “saúde mental e trabalho”. Esta metodologia tem como ponto principal o diálogo e a troca de vivências entre os pares como forma de acolher e oportunizar a revisão de conceitos e pensamentos.
- Bem-Estar Vocal - Cuidar do bem-estar e da qualidade vocal é uma das ações previstas na política de bem-estar e qualidade de vida no trabalho. Foram promovidas atividades que permitem aos servidores identificar os cuidados necessários para garantir sua qualidade vocal.
- 2º Fórum de Gestores - O 2º Fórum de Gestão de Pessoas teve como objetivo a padronização dos procedimentos e rotinas administrativas no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, tendo como público-alvo os Supervisores das UEs ou responsável pela rotina administrativa da Unidade e todos os UNIGEPs. A formação é essencial para garantir a agilização dos procedimentos e melhor atender ao servidor da SEEDF.
- 6º Encontro das Práticas de Mediação - As práticas de mediação são ações voltadas para dirimir conflitos decorrentes das relações interpessoais estabelecidas no ambiente de trabalho no âmbito da SEEDF. No ambiente escolar, o Pedagogo-Orientador Educacional é o profissional que atua na mediação dos processos conflituosos que envolvem alunos, professores e família.
- Seminário Nacional de Bem-Estar e Qualidade De Vida Dos Profissionais De Educação – A realização do seminário contou com a participação de servidores e gestores da SEEDF bem como representantes das Secretarias de Educação de outros Estados da Federação. O Seminário foi organizado e realizado em três painéis com temas voltados para o bem-estar e qualidade de vida.
- A Educação Viva em Mim - Histórias são marcas registradas em nós. O reencontro com colegas de trabalho e a partilha de momentos marcantes demonstram o quanto uma pessoa se sente pertencente a profissão que escolheu. A realização do encontro “A Educação Viva em Mim” foi uma oportunidade única de valorização daqueles que um dia participaram ativamente da educação no Distrito Federal e hoje levam consigo as marcas que os identificam como profissionais da educação. A aposentadoria não lhes tirou o brilho no olhar e o encantamento pelo trabalho realizado.

- Seminário da Consciência Negra - A cor da pele não define caráter, responsabilidade profissional e tantos outros atributos do ser humano. Mesmo em tempos de modernidade ainda é necessário lembrar a sociedade a importância de se respeitar aqueles que ajudaram no desenvolvimento do nosso País: os negros. A CRE do Recanto das Emas, reconhecendo a necessidade de refletir sobre esta temática, promoveu o Seminário da Consciência Negra, com o objetivo de refletir sobre a temática.

-Para Além da Regência de Classe - A readaptação num primeiro momento parece o fim da carreira profissional. Mas tudo pode ser ressignificado quando o ambiente é favorável e a motivação ainda faz pulsar a alegria do fazer. Para valorizar o trabalho dos professores readaptados na SEEDF realizou-se o encontro "Para além da regência de classe".

- Feira do Servidor - Conhecer e valorizar a arte, os projetos, as habilidades dos servidores da SEEDF não somente no seu campo de atuação. O evento aconteceu nas sedes das CREs com a apresentação dos resultados, troca de experiências e apresentação de produtos feitos pelos servidores participantes. Um evento que revelou artistas e profissionais.

- Programa de Orientação para Aposentadoria - ao longo do ano de 2019 foram realizadas oficinas de Educação Financeira, Aspectos Previdenciários, Qualidade de vida e bem-estar, voluntariado, elaboração e implementação de projetos de vida e o módulo complementar com os temas: Neuróbica: a importância de exercitar o cérebro e Encontrando oportunidades na carreira e no pós-carreira.

- 6º Encontro de Práticas de Mediação de Conflitos - O objetivo deste encontro que teve a participação cerca de 380 Pedagogos - Orientadores Educacionais foi difundir o tema da Mediação de Conflitos e alternativas pacificadoras de resolução de conflitos, focando, nesta oportunidade, nas trocas de experiências junto aos profissionais de Orientação Educacional da Rede Pública de Ensino, em Mediação Social, bem como apresentar a Mediação de Conflitos de caráter institucional ocorrente na Gerência de Mediação de Conflitos, e como ambas podem contribuir para a atuação desses profissionais.

- IX Fórum da Orientação Educacional - Para este ano de 2019, IX Fórum de Orientação Educacional teve como temática: "Educação para Inteira: uma abordagem socioemocional", com a proposta de abordar os fundamentos para uma educação que olhe o sujeito como inteiro, em suas diversas dimensões: Cognitiva, afetiva, corporal, cultural, política, ecológica, propiciando a reflexão dos desafios, perspectivas e possibilidades do trabalho da Orientação Educacional como contribuição para a reconexão do estudante com o sentido da vida e seu processo de realização de um projeto de vida a partir de seu processo educativo.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÕES FORMATIVAS

Em 2019, a SEEDF realizou 162 cursos de formação continuada, 14 oficinas e 05 eventos científico-pedagógicos, totalizando 181 ações de formação continuada, representado a quantidade de matrículas x habilitados pela Tabela 4.

Tabela 4 - Quantitativo de matrículas por ação formativa.

Ações Formativas	Número de Inscritos	Número de Habilitados
Cursos	14.787	7.878
Oficinas	420	241
Eventos	2.241	1.826
Total	17.448	9.945

Fonte: Setor de Documentação da EAPE.

Tais cursos abordaram o processo de organização do trabalho pedagógico nas diferentes etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais

e Ensino Médio) e modalidades da Educação Básica e foram ofertados em todas as CREs, incluindo o turno noturno. A principal ação de formação foi realizada por meio do Projeto Aprender Sem Parar (professores, gestores e orientadores educacionais). Os cursos desse projeto tiveram como característica central os percursos formativos, sendo um comum e vários individualizados.

FORMAÇÃO DE FORMADORES

Em 2019, a SEEDF envidou esforços na formação de formadores desenvolvendo as seguintes temáticas: A EAPE: sua história e organização; Teoria Histórico Cultural; Palestra Educação Transformadora; Produção de Áudio visual educativo; Os desafios da docência com as inovações tecnológicas; Vigotski e a educação; Formas de ensinar e aprender; Educação para a Cultura de Paz; A Base Nacional Comum Curricular e as mudanças no Currículo em Movimento; Metodologias Ativas; Interdisciplinaridade; Resolução de Problemas; Pedagogia Histórico- Crítica; Sequencias didáticas; Ludicidade; Avaliação em Larga Escala; Ferramentas do Moodle (ambiente virtual de aprendizagem); Formas de aprendizagens; Utilização da plataforma SEI; Mesa redonda de lançamento do livro "Conversas sobre Avaliação"; Coordenação externa na Estação Ecológica de Águas Emendadas para desenvolvimento da temática de educação ambiental; Coordenação externa na Universidade da Paz para desenvolvimento da temática de direitos humanos e cultura de paz na educação.

AFASTAMENTO REMUNERADO PARA ESTUDO

Para elevar do percentual de professores com especialização, mestrado e doutorado, conforme meta 16 do PDE, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Ampliação da divulgação do afastamento remunerado para estudo e de bolsas de pós-graduação em instituições públicas e privadas;
- Elaboração e publicação de edital para o processo de afastamento remunerado;
- Execução do processo de afastamento remunerado para estudo, o detalhamento dos dados dessa atividade é demonstrado nas tabelas 5, 6, 7, 8 e 9.

Tabela 5 - Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de mestrado – Carreira Magistério (2019).

Tabela 5 - Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de mestrado – Carreira Magistério (2019).

Ação	Quantitativo
Total de vagas para mestrado	180
Total de servidores afastados para mestrado	183*
Afastamentos para mestrado no Brasil	160
Afastamentos para mestrado no Exterior	23

*A Portaria nº 210, de 19 de junho de 2019 em seu Art. 44 § 1º permite o remanejamento de vagas entre níveis quando a destinação de vagas não é suprida.

Fonte: Setor de Afastamento Remunerado para Estudo.

Tabela 6. Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de doutorado e pós-doutorado – Carreira Magistério (2019).

Ação	Quantitativo
Total de vagas para doutorado e pós-doutorado	98
Total de servidores afastados para doutorado e pós-doutorado	71
Afastamentos para doutorado e pós-doutorado no Brasil	60 (doutorado) 2 (pós-doutorado)
Afastamentos para doutorado no exterior	9

Fonte: Setor de Afastamento Remunerado para Estudo.

Tabela 7. Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de mestrado – Carreira Assistência (2019).

Ação	Quantitativo
Total de vagas para mestrado	32
Total de servidores afastados para mestrado	6
Afastamentos para mestrado no Brasil	4

Tabela 7. Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de mestrado – Carreira Assistência (2019).

Ação	Quantitativo
Afastamentos para mestrado no exterior	2

Fonte: Setor de Afastamento Remunerado para Estudo.

Tabela 8. Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de doutorado e pós-doutorado – Carreira Assistência (2019).

Ação	Quantitativo
Total de vagas para doutorado e pós-doutorado	10
Total de servidores afastados para doutorado e pós-doutorado	4
Afastamentos para doutorado e pós-doutorado no Brasil	4
Afastamentos para doutorado e pós-doutorado no exterior	-

Fonte: Setor de Afastamento Remunerado para Estudo.

Tabela 9. Quantitativo de afastamentos remunerados para estudo em grau de especialização – Carreira Assistência (2019).

Ação	Quantitativo
Total de vagas para especialização	54
Total de servidores afastados para especialização	-
Afastamentos para especialização	-
Afastamentos para especialização	-

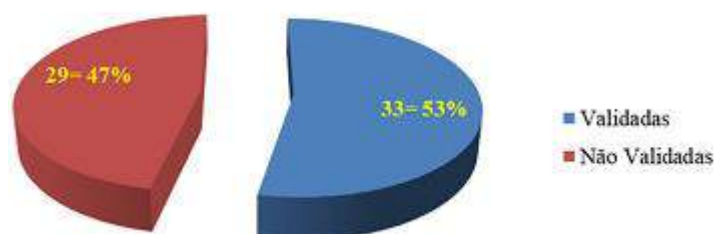
Fonte: Setor de Afastamento Remunerado para Estudo.

VALIDAÇÃO DE CURSOS EXTERNOS

Em 2019, foram analisadas 62 propostas de cursos de 11 Instituições e aprovadas 33 (53,23%). O detalhamento desta ação encontra-se nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Situação de validação dos cursos de instituições externas – 2019.

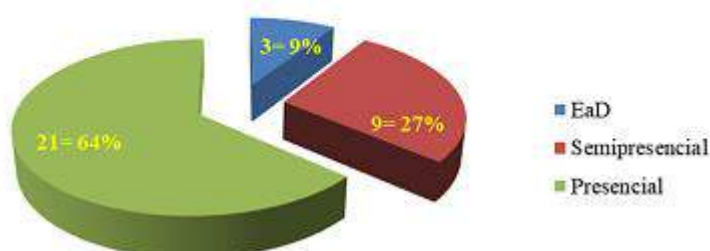
**1. Validação 2019
Resultado Final - Cursos Validados**



Fonte: Setor de Validação de Cursos Externos.

Gráfico 2. Distribuição por modalidade dos cursos externos – 2019.

**3. Validação 2019
Cursos Validados - Modalidade**



Fonte: Setor de Validação de Cursos Externos.

CONVÊNIOS

A SEEDF é responsável pela articulação das ações relacionadas aos convênios com as Instituições Ensino Superior (IES) para realização do estágio supervisionado. Em 2019, estavam vigentes convênios com 26 Instituições de Ensino Superior, onde a contrapartida dos convênios de estágio supervisionado as IES devem disponibilizar bolsas de graduação e pós-graduação (especialização) aos profissionais desta secretaria. Em 2019, foi determinado os quantitativos (226 bolsas) e procedimentos de obtenção de bolsas e foram utilizadas 103 bolsas de graduação e 05 bolsas de pós-graduação (especialização).

Em relação aos convênios com escolas de idiomas, são disponibilizadas por ano 60 bolsas para os profissionais de educação da SEEDF.

ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Essa ação foi estabelecida no Plano Estratégico da SEEDF e no Programa Escola Que Queremos e objetivava a produção material didático-pedagógico para o 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. A utilização do material didático-pedagógico produzido proporcionará um fortalecimento da organização do trabalho pedagógico e consequentemente uma melhoria das aprendizagens dos estudantes.

Para execução da ação foram realizadas as seguintes ações:

- Levantamento das fragilidades dos objetivos de aprendizagem da rede apresentada na prova diagnóstica da SEEDF;
- Elaboração de edital (EDITAL Nº 09, DE 08 DE MARÇO DE 2019) para seleção de professores para montagem de equipe para produzir o material;
- Divulgação do edital;
- Processo seletivo com prova escrita;
- Constituição de equipe de professores do componente curricular de Língua Portuguesa e das áreas de conhecimento Matemática e Ciências da Natureza, por meio do Edital Nº 9, de 08 de março de 2019: 4 professores de Língua Portuguesa, 3 professores de Matemática, 5 professores de Ciências da Natureza;
- Constituição de equipe de professores do componente curricular de Língua Portuguesa e das áreas de conhecimento Matemática e Ciências da Natureza, por movimentação a convite (antes da publicação do Edital Nº 9, de 08 de março de 2019): 2 professores de Matemática e 3 professores de Ciências da Natureza;
- Cadernos produzidos:
 - Cadernos das Aprendizagens 5º ano (Matemática e Ciências da Natureza)
 - Cadernos das Aprendizagens 9º ano (Português, Matemática e Ciências da Natureza)
 - Cadernos das Aprendizagens 1ª série ensino médio (Português, Matemática e Ciências da Natureza)
 - Cadernos das Aprendizagens 3ª série ensino médio (Português, Matemática e Ciências da Natureza)

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE

Além disso, a SEEDF é responsável pelo acompanhamento e monitoramento do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e suas ações agregadas, com o objetivo principal de auxiliar a comunidade escolar a produzir um diagnóstico de sua realidade e a definir ações para aprimorar sua gestão e seu processo de ensino e aprendizagem. No exercício de 2019, foram beneficiadas, com repasse federal, 400 escolas, com cerca de R\$ 4.572.470,00 (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil e quatrocentos e setenta reais) para o PDDE Básico; 33 escolas com aproximadamente R\$ 429.720,00 (quatrocentos e vinte e nove mil e setecentos e vinte reais) para as ações do PDDE Estrutura (Escola Acessível) e 76 escolas

com o montante de R\$ 473.228,00 (quatrocentos e setenta e três mil e duzentos e vinte e oito reais) para o PDDE Qualidade (Educação Conectada e Mais Alfabetização).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Educação cumpriu adequadamente o conjunto das ações propostas no Programa 6221 – Educa Mais Brasília e demais Programas complementares, no exercício de 2019. Começando pela educação infantil, foram exitosas as parcerias formalizadas por meio de Termos de Colaboração com organizações da sociedade civil, pois permitiu ofertar essa modalidade em tempo integral em conformidade com o currículo em movimento do Distrito Federal.

Também houve importante avanço no ensino fundamental no ano de 2019. Com trabalhos feitos a partir da universalização do 3º ciclo de aprendizagens, as unidades escolares atuaram com autonomia na elaboração da proposta pedagógica, executando-a conforme suas necessidades no tocante a monitoramento, acompanhamento, avaliação e política de formação dos profissionais e dos Colegiados das instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Outro avanço ocorreu com a adesão da SEEDF à Portaria 649/2018 do Ministério da Educação que instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino. A Secretaria formatou a primeira versão do Catálogo de Itinerários Formativos, com vistas à formação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto contempladas com a oportunidade de aplicar um novo modelo educacional na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Houve avanço também na Educação Profissional Técnica com ações voltadas à implantação do Itinerário Formativo de Educação Profissional. Um conjunto de iniciativas que permitiu ao estudante matriculado no Ensino Médio cursar integralmente um curso técnico regular e profissional, junto com cursos de Formação Inicial e Continuado.

A Secretaria de Educação atuou no processo de Revisitação do Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos, inserindo a EJA no movimento nacional de alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular, porém com o cuidado de considerar todas as especificidades dos sujeitos atendidos pela modalidade, garantindo a todos o direito à educação, considerando a Educação Especial, a EJA nas Prisões, a EJA na Educação do Campo, a EJA a Distância e a EJA integrada à Educação Profissional.

Outra iniciativa relevante foi trabalho de acompanhamento e escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Semiliberdade, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade e ainda de adolescentes atendidos pelo Núcleo de Atendimento Integrado que é desenvolvido por um conjunto articulado de ações intersetoriais e em rede, tendo por base o princípio da incompletude institucional.

Houve igualmente importantes ações buscando integrar escola, aluno e comunidade, tendo a escola protagonizado discussões sobre temáticas inseridas na vida de todos, realizando eventos seminários, debates e palestras abordando: racismo, bullying, injúria racial, intolerância religiosa, Lei Maria da Penha, feminicídio, direitos humanos e diversidade, indígenas, escolarização e acolhimento da população em situação de rua, enfrentamento às drogas nas escolas, Política de acolhimento e escolarização de estudantes em situação de refúgio, promoção da cultura da paz.

Verificou-se também importante avanço na educação inclusiva e integral com atendimento educacional aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades e ao Programa da Educação Precoce. Nesse contexto a oferta da educação especial, na Rede

Pública de Ensino do DF, é realizada em Classes Comuns, Classes Especiais, Centros de Ensino Especial e atendimentos especializados em Instituições parceiras.

O Projeto Escolas de Gestão Compartilhada – EGCs, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e com o Ministério da Educação (MEC), teve início em fevereiro de 2019. Doze escolas aderiram e, em nove delas, o modelo já foi implantado. Essas unidades são denominadas Colégios Cívico-Militares. Em outras três unidades, o processo de implantação está em andamento. Destinado a estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio, no total, cerca de 16 mil alunos são atendidos pelo projeto. O GDF pretende instituir a gestão compartilhada em 40 escolas até o final de 2022.

Nestas unidades, os profissionais da educação ficam responsáveis – exclusivamente – pelo trabalho pedagógico e profissionais da segurança ficam responsáveis pela disciplina. As duas pastas estão realizando ações conjuntas a fim de proporcionar uma educação de qualidade para os estudantes da rede pública de ensino do DF, além de construir estratégias voltadas ao policiamento comunitário e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar. O objetivo é promover uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

O Programa Escolas que Queremos foi instituído com os objetivos de apoiar as Unidades Escolares - UEs a alcançarem educação de excelência, melhorar os índices de aprendizagem dos estudantes, reduzir as taxas de reprovação e abandono, e valorizar os profissionais da educação. O PEQ está estruturado em seis eixos, a saber: Pedagógico; Gestão de Pessoas; Tecnologias; Gestão Escolar; Infraestrutura e Apoio ao Estudante; e Cultura, Esporte e Segurança. Cada eixo implica um conjunto de ações a serem implementadas pelas diferentes Subsecretarias da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, conforme suas atribuições regimentais, bem como pelas Coordenações Regionais de Ensino - CREs e pelas UEs participantes do PEQ. Atualmente o Programa conta com 190 escolas da rede participantes.

O Projeto das Escolas Interculturais Bilingues visa propiciar bases sólidas para o desenvolvimento de uma educação integral em português e línguas estrangeiras voltada para estudantes matriculados em escolas da Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio) da rede pública de ensino do Distrito Federal e reafirma a vocação internacional da capital. A ideia básica é oportunizar acesso à educação intercultural holista aos estudantes em língua estrangeira com apoio de Salas de Vivência para Aprendizagem de Línguas. Atualmente, o Centro Educacional Lago Norte (CEDLAN) é a primeira escola da rede pública a ter francês como parte do currículo regular, o CEM 03 de Taguatinga e Caseb deram início ao projeto para o espanhol.

Tendo em vista a implantação de políticas públicas que abarquem em seu escopo uma Educação bilíngue Surdos, que esteja dentro de perspectivas metodológicas e filosóficas contemporâneas, a SEEDF, propõe o fortalecimento da Escola Integral Bilíngue Libras e Português Escrito que já está em funcionamento em Taguatinga e a inauguração da Escolas Públicas Integral Bilíngue Libras e Português Escrito do Plano Piloto, que estão em fase de implantação. Uma Escola Pública Integral Bilíngue Libras e Português Escrito é uma Unidade de Ensino bilíngue para estudante com Deficiência Auditiva Surdos usuários da Libras, sendo especializada e específica, com oferta de educação infantil e educação básica, educação de jovens e adultos EJA, em tempo integral. Esta UE deve estar vinculadas às Coordenações Regionais de Ensino onde estão localizadas. A principal perspectiva metodológica encontra-se no fato de que toda e qualquer comunicação, abordagem dos conteúdos curriculares e demais atividades pedagógicas desenvolvidas deverão ser realizadas na Língua Brasileira de Sinais – Libras, como primeira língua, sendo o Português Escrito a segunda língua.

Assim, por todo o conjunto baseado nas ações desenvolvidas e ainda sob o impacto das limitações orçamentárias existentes infere-se que a execução das políticas públicas educacionais da Secretaria de Estado de Educação foram satisfatórias.

19101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em 1º de janeiro de 2019, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal passa a integrar a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, e tem sua denominação alterada para Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 39.610.

Em 20 de agosto de 2019, o Decreto nº 40.030, estabelece que a então Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão passa a ser chamada de Secretaria de Estado de Economia – SEEC.

Órgão central de gestão fiscal, de planejamento, de orçamento e de gestão administrativa do Governo do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Economia normatiza assuntos relacionados à arrecadação, gasto público, orçamento, contratos corporativos, tecnologia de informação, política de gestão de pessoas do Governo do DF, além do monitoramento de políticas públicas governamentais e da gestão estratégica e de projetos. A pasta incorpora, ainda, a qualificação das organizações sociais que possam atuar no DF e também preside o Conselho de Gestão das Organizações Sociais.

As competências da SEEC, de acordo com os Decretos nº 35.565/2014 e 36.825/2015, são promover a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital; supervisionar, coordenar e executar a política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização; administrar as dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal; executar as operações de crédito do Distrito Federal; elaborar estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura econômico-financeira e de natureza tributária do Distrito Federal; supervisionar as atividades do Banco de Brasília S/A - BRB; planejamento, gestão e modernização administrativa; elaboração orçamentária; gestão estratégica governamental e gestão por resultados; gestão e monitoramento de programas e projetos estratégicos de Governo; captação de recursos, bem como planejamento e estruturação das operações de crédito; gestão de pessoas; formação e capacitação do servidor público distrital; saúde do servidor público distrital; compras e logística no Distrito Federal; patrimônio do Distrito Federal; tecnologia da informação e comunicação do Distrito Federal; avaliação de políticas públicas; coordenação e acompanhamento da gestão das Empresas Estatais do Distrito Federal, devendo executar, ainda, outras atividades inerentes ao seu campo de atuação e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

A SEEC tem como vinculadas a Companhia de Planejamento do Planalto Central (Codeplan); o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev); o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS); o Conselho de Saúde e Segurança do Trabalho; o Conselho de Melhoria da Gestão Pública, o Fundo de Modernização e Reparelhamento da Administração Fazendária – Fundaf; o Fundo da Receita Tributária do DF – Pró-Receita, o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do DF e as empresas públicas dependentes do Tesouro do Distrito Federal em processo de liquidação ou extinção. Também cabe à SEEC a gestão do Fundo de Melhoria da Gestão Pública (Pró-Gestão).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	421	523	671	242	1.857
Comissionados sem vínculo efetivo	278	0	0	0	278
Requisitados de órgãos do GDF	74	24	145	11	254
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	5	0	5
Estagiários	0	14	173	0	187
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	1	0	0	0	1
Terceirizados (FUNAP)	20	0	0	0	20
Outros - especificar	0	0	136	0	136
Subtotal	794	561	1.130	253	2.738
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	136	0	136
Total Geral	794	561	994	253	2.602

Foi utilizado como critério para classificação em atividade-meio ou atividade-fim, e não o cargo efetivo do servidor. Entretanto, os servidores lotados na Secretaria Executiva de Fazenda foram classificados na atividade-fim.

"Outros" refere-se a servidores cedidos para outros órgãos.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	0	4713602,00	4713601,21	3545181,12
0001 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	4713602,00	4713601,21	3545181,12
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	402000,0	0,00	0,00	0
0004 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	402000,0	0,00	0,00	0
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	42003880,0	49246888,00	18840349,94	15718745,39

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAB-PROFISCO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	42003880,0	49246888,00	18840349,94	15718745,39
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	0	13993271,88	13993271,88	11536371,27
0002 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	0	13993271,88	13993271,88	11536371,27
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10000,0	14537325,57	12534419,39	9008959,59
0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,00	0	0
0040 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	0	14537325,57	12534419,39	9008959,59
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	14500000,0	16144758,69	14279629,31	10811886,23
0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	14500000,0	14934751,39	13089622,03	10094269,63
0039 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	0	1210007,30	1190007,28	717616,60
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	0	4254184,60	1170684,60	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET--DISTRITO FEDERAL	0	4254184,60	1170684,60	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	49600,50	49600,0	49600,0
0028 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	0	49600,50	49600,0	49600,0
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	12590999,0	37719444,00	37588568,19	35996802,74
0001 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-ARRECAÇÃO DE CIP-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	5650000,0	5650000,00	4671127,29
0004 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-PROGRAMA NOTA LEGAL - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	11590999,0	32069444,00	31938568,19	31325675,45
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	69506879,00	140659075,24	103170124,52	86667546,34

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1439 - ITBI (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-3,53	31/12/2014	ANUAL	65,3	5,5	7,2	14,2	6,6	11,6	6,2	0,6	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Embora a alíquota do ITBI tenha passado de 2% para 3%, o fraco movimento do mercado imobiliário impactou negativamente sobre a arrecadação do imposto. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - De acordo com dados da SUREC, embora o número de transações imobiliárias tributadas pelo ITBI em 2017 tenha sido inferior ao de 2016, o valor lançado em 2017 superou o do ano anterior, de tal forma que o valor médio lançado por transação aumentou 20% em relação a 2016. 2018 - A arrecadação do ITBI foi positivamente impactada pelo aumento do valor lançado do tributo, da ordem de 15,8% em 2018. 2019 - O fraco desempenho da arrecadação do ITBI refletiu a redução do número de transações tributadas pelo imposto, de 36.950 em 2018 para 36.249 em 2019.													
1440 - ITCD (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-41,83	31/12/2014	ANUAL	-17,5	-18,2	9,8	27,2	9,1	-18,6	8,4	12,2	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - De acordo com Subsecretaria da Receita - SEF/DF, houve queda do número de transações tributadas pelo ITCD em 2016, que foi de 19.722, contra 38.588 em 2015. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - O resultado alcançado acima do desejado se deu por influência da tributação do ITCD sobre doações. 2018 - A queda na arrecadação do ITCD resultou da diminuição de 5% do valor do lançamento para o tributo. 2019 - Apesar da redução do número de transações tributadas pelo ITCD em 2019, o resultado ocorreu sob contexto no qual a administração tributária tem direcionado esforços para a melhoria dos processos de lançamento e arrecadação dos tributos diretos.													
1671 - RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTÁRIO (EM MIL)	R\$	-514	31/01/2015	ANUAL	-1.422	- 686	-610	-975	-305	-528	-799	+174,9	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Segundo a LRF, a meta de Resultado Primário é estabelecida na LDO. A LDO 2016 sofreu uma alteração e a meta inicial de -1.422 ficou alterada para -1.927. A meta foi atingida, sendo o valor apurado melhor do que o desejado. 2017 - A Subsecretaria de Orçamento Público-SUOP informou que a meta estipulada foi superdimensionada, uma vez que o previsto na LDO/2017 foi de 2.067. 2018 - A aferição do indicador foi efetuada com os dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal - RGF e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, ambos divulgados pela Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. Cabe ressaltar que são dados da execução financeira consolidada do Distrito Federal, cuja performance depende da atuação da gestão e desempenho financeiro do governo. 2019 - A menor execução da despesa de pessoal suportada pelo Tesouro do DF, devido ao aumento da proporção da dotação do Fundo Constitucional para as despesas de Saúde e Educação, ocorridas em especial, nos últimos meses, bem como a alteração da metodologia de apuração determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, onde os valores empenhados foram substituídos para valores pagos, foram os principais fatores para a obtenção de um resultado positivo desse indicador.													
1452 - ATENDIMENTO AO CIDADÃO (OUV-DF)	PESSOA	6270	31/12/2016	ANUAL	700	1088	750	1.261	750	918	800	6270	OUVIDORIA/SEPLAG / UO 32101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Durante o exercício de 2016 as manifestações direcionadas a Ouvidoria da SEPLAG atingiu o total de 1.088 (mil e oitenta e oito) atendimentos: - Atendimentos aos servidores: 535;- Atendimentos aos cidadãos: 553. 2017 - Os atendimentos da Ouvidoria-SEPLAG contemplam, não apenas as demandas provenientes dos servidores do GDF, mas todos os atendimentos à população do DF. No período de janeiro a dezembro de 2017, foram recebidas 1.261 manifestações na Ouvidoria-SEPLAG, sendo 665 registradas no Sistema de Ouvidoria-DF e 596 registradas no Sistema e-SIC. Do total de atendimentos de 2017, 220 foram reencaminhadas para outros órgãos do Distrito Federal e 1.041 direcionadas para áreas técnicas da SEPLAG. 2018 - Em 2018, a Ouvidoria recebeu 498 protocolos pelo Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal-Ouv-DF e 420 protocolos pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). 2019 - No início de 2019, com a junção das Secretarias de Estado de Fazenda - SEF, e a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, formou-se então a atual Secretaria de Estado de Economia do DF, fato esse que por si só contribui para o aumento das demandas de atendimento ao cidadão, uma vez que incrementa as atribuições da SEEC para com a população do Distrito Federal.													
1756 - ECONOMIA DO PROCESSO LICITATÓRIO DO PREGÃO	%	14,86	02/01/2018	ANUAL	15	17	20	33					COPLAM/ SCG/ SEPLAG
Justificativa: 2018 - Os dados que compõem o indicador, extraídos dos Sistemas e-Compras e ComprasNet, evidenciam a eficiência da máquina pública para elevar a capacidade do Estado de entregar resultados à sociedade. 2019 - O valor estimado correspondente às licitações em 2019 totalizou R\$ 420.536.909,91, tendo como valor homologado R\$ 282.119.660,40, segundo informação da Coordenação de Licitações.													
1435 - ICMS (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	9,24	31/12/2014	ANUAL	3,7	13	4,9	2,5	7,8	5,7	7,8	-2,3	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Resultado alcançado superior ao desejado é reflexo da elevação de alíquotas, bem como da implementação das cobranças do ICMS sobre o comércio interestadual de bens destinados ao consumidor final (Emenda Constitucional 87/15) e de mercadorias adquiridas por contribuintes do regime Simples Nacional. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Apesar das ações de monitoramento e cobrança da administração tributária, a receita do ICMS sofreu o impacto do fraco desempenho do consumo em 2017, o que refletiu no resultado alcançado. 2018 - Apesar das ações de cobrança da administração tributária, o resultado para a arrecadação do ICMS decorre do fraco desempenho da atividade econômica em 2018 (crescimento real de 1,1% para o PIB Brasil e de 1,0% para o Idecon-DF/CODEPLAN). 2019 - A queda observada na arrecadação do ICMS em 2019 decorreu principalmente da prorrogação para 2020 do prazo para pagamento do imposto incidente sobre energia elétrica, cuja arrecadação registrou queda real de 55,4%.													
1453 - IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	%	17	31/12/2016	ANUAL	5	0	35	0	40	3	20	17	SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 5
Justificativa: 2016 - O trâmite de contratação para o desenvolvimento do referido projeto encontra-se no bojo do processo 414.000.869/2015. Em 2016, ocorreu a produção do termo de referência, mas a publicação do Pregão Eletrônico apenas ocorreu no dia 02 de janeiro de 2017, ficando para o novo exercício a aquisição do novo sistema. Por essa razão, o índice não foi alcançado, pois o alcance da meta dependia diretamente da contratação almejada. 2017 - Realizado o Pregão Eletrônico 103/2016 alusivo a contratação da Solução Integrada de Gestão de Pessoas, que atualmente encontra-se suspenso pela Decisão nº 36/2018, de 18 de janeiro de 2018. Desta forma, considerando que ainda não houve a indicação do vencedor do Pregão 103/2016 e respectivo início do processo de implantação do novo sistema, informamos que não houve avanço em relação a percentagem informada em 2017. 2018 - Em virtude dos diversos recursos impetrados pela Empresa Wipro*, o contrato com a Empresa Digidata somente foi assinado em agosto de 2018. A primeira Ordem de Serviço se deu somente em 21 de setembro de 2018, após definição do planejamento. Em novembro e dezembro de 2018 foi realizado o mapeamento do primeiro Macroprocesso. O projeto do novo Sistema de Gestão de Pessoas possui um total de 29 Macroprocessos. 2019 - As atividades foram iniciadas em março/2019, quando foram liberados recursos orçamentários e, durante o ano, foram homologados 5 macroprocessos.													
1437 - IPTU (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	4,78	31/12/2014	ANUAL	5,7	18,3	5,1	2,5	4,9	9,9	4,8	12,1	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Por força do Decreto nº 37.039/2015, a pauta dos valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal foi atualizada em 10,97%, para efeito de lançamento do IPTU, ocasionando, desta forma, acréscimo no resultado alcançado. Outro fator foi a edição da Lei 5.593/2015 que revogou a isenção do imposto para a TERRACAP obtendo-se com isso uma receita adicional de R\$ 70,7 milhões. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF) - e-mail da Assessoria de Estudos Econômicos-Fiscais). 2017 - Embora o lançamento do IPTU para o exercício de 2017 tenha sido efetuado com base nas áreas construídas e de terrenos identificadas por mapeamento aerofotogramétrico, o nível de inadimplência do tributo impediu um resultado alcançado maior. 2018 - O resultado reflete esforços da administração tributária no saneamento de inconsistências dos diversos cadastros de contribuintes e na melhoria dos processos de lançamento e arrecadação dos tributos diretos. Além disso, aponta-se o impacto do mapeamento aerofotogramétrico sobre o lançamento do IPTU. 2019 - O aumento da arrecadação do IPTU está associado a acréscimo no número de lançamentos para o imposto. A quantidade de imóveis tributados passou de 911 mil em 2018 para 922 mil em 2019.													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1438 - IPVA (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	16,31	31/12/2014	ANUAL	4,8	17,5	5,1	8,1	4,9	6,5	4,8	10,3	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - O bom desempenho da arrecadação do IPVA está atrelado ao aumento de 0,5 ponto percentual da alíquota do imposto sobre automóveis e motocicletas (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Na comparação com 2016, o valor do lançamento do IPVA para o exercício de 2017 sofreu acréscimo de 7,86%, tendo ainda as ações de cobrança pela administração tributária sido intensificadas no segundo semestre de 2017. 2018 - Além do crescimento de 4,42% do valor do lançamento do IPVA em 2018, a arrecadação do IPVA continuou sendo influenciada positivamente pelas ações de cobrança administrativa. 2019 - Houve aumento de 30,2% no valor do lançamento do IPVA de 2019 e cobrança administrativa de cerca de 40 mil débitos de exercícios anteriores.													
1436 - ISS (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	11,03	31/12/2014	ANUAL	9,5	3,0	7,6	8,00	7	1,7	6,6	6,3	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - O menor resultado alcançado decorre do cenário econômico desfavorável, no qual a atividade de serviços, base tributável do ISS, recuou 0,6% no terceiro trimestre de 2016 (último dado disponível), segundo o IBGE (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Com um resultado alcançado próximo do desejado, a receita do ISS apresentou crescimento cujo destaque foram as retenções do imposto pela administração pública federal, em razão de serviços prestados pelo setor privado a órgãos públicos. 2018 - O fraco desempenho da atividade econômica em 2018 também refletiu sobre a arrecadação do ISS, a qual foi ainda impactada pelos efeitos da Lei Complementar Federal nº 157/2016, que estabeleceu no caso da prestação de alguns serviços financeiros que o imposto é devido ao município onde houve a prestação do serviço. 2019 - O resultado próximo do esperado ocorreu em contexto de lenta recuperação da atividade econômica. A variação acumulada em 2019 (até novembro) da receita nominal de serviços no DF, base do ISS, cresceu 3,9% na comparação com o mesmo período de 2018.													
1666 - LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL/RCL	%	48,01	31/01/2015	ANUAL	<=49	46,82	<=48	46,07	<=47	<=43,46	<=46,55	43,54	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Justificativa: 2016 - A meta foi atingida, pois o índice apurado ficou abaixo do desejado. Apesar disso, está acima do limite prudencial de 46,55%, determinado pela LRF. 2017 - O índice ficou abaixo da meta estipulada, pois a despesa de pessoal não cresceu na mesma proporção da RCL. 2018 - A aferição do indicador foi efetuada com os dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal - RGF e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, ambos divulgados pela Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. Cabe ressaltar que são dados da execução financeira consolidada do Distrito Federal, cuja performance depende da atuação da gestão e desempenho financeiro do governo. 2019 - O limite da despesa de pessoal/RCL ficou abaixo da meta estipulada, pois o crescimento da despesa de pessoal do Executivo (3,0%) ficou próximo ao crescimento da RCL (2,9%), fazendo com que o DF fique abaixo do limite previsto.													
1757 - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS EM LICITAÇÕES HOMOLOGADAS (EM VALOR)	%	30	30/04/2018	ANUAL	30	25	35	30					COPLAM/ SCG/ SEPLAG
Justificativa: 2018 - Houve uma redução no percentual em razão da homologação do Pregão Eletrônico nº 113/2018-SCG/SEPLAG, cujo objeto é o Registro de Preços visando eventual contratação de empresa para prestação de serviço de intermediação, administração e gerenciamento informatizado e integrado de frota para atender às unidades do GDF. Todavia, empresas enquadradas no perfil de microempresas e empresas de pequeno porte não lograram êxito no referido processo. 2019 - Dos 3010 itens homologados pelo GDF no sistema Comprasnet, 895 foram para microempresas.													
1450 - SERVIDORES CAPACITADOS	PESSOA	14502	31/12/2016	ANUAL	6.000	14226	7.000	11.861	7.000	11044	7.000	14502	EGOV / SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 4
Justificativa: 2016 - O indicador reflete o número de servidores atendidos nos cursos e eventos presenciais realizados com instrutoria interna e cursos na modalidade de ensino a distância (EAD): Cursos presenciais: 12.407 servidores capacitados; Cursos a distância: 1.859 servidores capacitados. 2017 - Em 2017, a EGOV capacitou 11.861 servidores que concluíram as atividades e receberam certificados. Isso representa um resultado 68% maior do que a meta, de 7.000 capacitações. Desse, 9.766 foram capacitados em cursos presenciais e 1.456 em cursos de EAD. Também integram o número de capacitações os 639 servidores que participaram do X Consad com recursos do Fundo Pró-Gestão. 2018 - O indicador reflete o número de servidores atendidos nos cursos e eventos presenciais realizados com instrutoria interna e cursos na modalidade de ensino a distância (EAD). 2019 - A estrutura atual dos órgãos do governo e a assunção de novas atribuições tornam necessárias a promoção das ações de capacitação, a fim de instrumentalizar os agentes públicos para enfrentarem os desafios que lhe são apresentados, por meio da atualização em ferramentas e técnicas de planejamento e de gestão pública, para o alinhamento dos órgãos às propostas do governo e à efetividade das ações relacionadas ao gasto público.													
1703 - TAXA DE CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO NA SCG	%	74,39	31/12/2016	ANUAL	-	-	80	95,5	85	75,5	90	97	COPLAM/SCG/SEPLAG/UO 32101/OE3
Justificativa: 2017 - Os resultados superiores na conclusão de processos de aquisição, observados no período, se devem à implementação de práticas atualizadas de gestão do processo licitatório e da política gerencial em curso da busca permanente por melhorias contínuas. 2018 - A SCG/SEFP tem relativo controle sobre todas as variáveis que impactam na taxa de conclusão dos procedimentos licitatórios. São exemplos a paralisação de licitações pelo TCDF e TJDF, a morosidade na correção de Termos de Referências e/ou outros documentos da fase interna dos processos licitatórios pelos órgãos demandantes, bem como a desistência de processos licitatórios pelos órgãos demandantes da SCG/SEFP. 2019 - Baseado informações levantadas pela COLIC para o relatório de balanço do primeiro ano de Governo, o cálculo levou em consideração a quantidade de licitações realizadas durante o ano de 2019 em confronto com a quantidade de licitações desertas/fracassadas, onde foram homologados 75 procedimentos licitatórios.													
1441 - TLP (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	2,03	31/12/2014	ANUAL	38,5	14,7	5,4	4,7	5,2	6,7	5,1	7,0	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Os valores básicos de referência considerados no lançamento da TLP/2016 sofreram atualização de 10,97% na comparação com 2015, por força do Decreto 37.039/2015 (Mem.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Apesar do aumento de 7,4% dos valores básicos de referência utilizados na cobrança da TLP em 2017, o nível de inadimplência comprometeu o resultado 2018 - Apesar da baixa elevação dos valores básicos de referência utilizados na cobrança da TLP (+1,94%), o resultado superou a expectativa. 2019 - O resultado superou a expectativa uma vez que os valores básicos de referência utilizados na cobrança da TLP sofreram correção monetária de 3,56%.													
1667 - TOTAL DOS INVESTIMENTO/RCL	%	9,39	31/01/2015	ANUAL	10	3,44	10	4,15	10	4,55	10	3,91	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Justificativa: 2016 - O comprometimento dos recursos orçamentários com despesas de pessoal e custeio, bem como o impacto da crise econômica, não permitiram o atingimento do percentual proposto. 2017 - O índice não foi obtido devido a frustração no ingresso de operações de crédito, ocasionando o cancelamento de cerca de R\$ 200 milhões de investimento e, ainda, pelo equacionamento do déficit existente, não permitindo maior destinação de recursos de fonte do tesouro para investimentos. 2018 - A aferição do indicador foi efetuada com os dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal - RGF e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, ambos divulgados pela Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. Cabe ressaltar que são dados da execução financeira consolidada do Distrito Federal, cuja performance depende da atuação da gestão e desempenho financeiro do governo. 2019 - Não foi obtido devido a frustração no ingresso de operações de crédito e Transferências de Capital, ocasionando a frustração de ingresso dessas receitas em cerca de R\$ 468 milhões de investimento em relação ao previsto na LOA. E, ainda, pelo equacionamento do déficit existente, não permitindo maior destinação de recursos de fonte do tesouro para investimentos.													
1700 - ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE AGEPS	%	100	31/12/2016	ANUAL	-	-	100	100	100	100	100	0	SUPPE/SAGE/SEPLAG/UO 32101/ OE 3
Justificativa: 2017 - Todos os 58 Ageps responsáveis pelas informações de seus respectivos órgãos receberam ao menos uma capacitação em 2017, seja em gestão de projetos ou em alimentação de indicadores, tendo como base o sistema Gestão DF o que reflete 100% da meta cumprida. 2018 - O indicador estabelecido foi aferido mediante fórmula que contempla o atendimento de toda demanda encaminhada à Suppe e Ugei. Em 2018, todos os Ageps nomeados receberam capacitação técnica quanto ao modelo de gestão e ao sistema de monitoramento vigente. 2019 - No Modelo de Gestão atual, a oferta de capacitação para Assessores de Gestão da Estratégia e Resultados está prevista para ocorrer a partir de 2020, no formato de cursos periódicos a serem disponibilizados pela Escola de Governo (EGOV). A partir de 2021 a realização do curso preparatório será obrigatória para o exercício da função de AGEPE. Desta forma, pondera-se que no ano de 2019 não houve mensuração do índice de capacitação de AGEPS.													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1699 - ÍNDICE DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES DOS ACORDOS DE RESULTADOS	%	100	31/12/2016	ANUAL	-	-	100	100	100	100	100	0	SAGE/SEPLAG/UO 32101/OE3
Justificativa: 2017 - Todos os 240 indicadores pactuados nos Acordos de resultados foram monitorados pela Coordenação de Acompanhamento de Indicadores, com frequência mínima mensal. Alguns indicadores possuem periodicidade bianual, como o IDEB por exemplo, porém os mesmos foram monitorados via reporte no sistema Gestão DF. 2018 - O indicador estabelecido foi aferido mediante fórmula que contempla o atendimento de toda demanda encaminhada à Suppe e Ugei. Todos os indicadores do Acordo de Resultados foram monitorados pela CINDI. 2019 - Conforme previsto no PEDF, a mensuração destes resultados acontecerá anualmente, com a previsão de realização do primeiro Balanço de Resultados em 2020. Portanto, esclarece-se que no ano de 2019 não houve medição do índice de monitoramento dos indicadores dos Acordos de Resultados ou indicador correspondente.													
1701 - ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PREPARATÓRIAS - PRÉ-RARS	%	100	31/12/2016	ANUAL	-	-	100	100	100	100	100	0	SUPPE/SAGE/SEPLAG/UO 32101/OE3
Justificativa: 2017 - Um total de 30 reuniões preparatórias foram realizadas no ano de 2017, com vistas a subsidiar e preparar não apenas as reuniões de Acordo de Resultados, mas também Reuniões dos Projetos especiais e Reuniões de Alinhamento da Estratégia. 2018 - O indicador estabelecido foi aferido mediante fórmula que contempla o atendimento de toda demanda encaminhada à Suppe e Ugei. Foram realizadas reuniões preparatórias para cada Reunião de Acordo de Resultados agendada, o que corresponde a um resultado de 100%. 2019 - A SUPPE atua como instância de gestão em nível técnico. Quando identificados entraves no monitoramento, são acionados os níveis decisórios para tomada de providências. Estas, por sua vez, podem ocorrer em diferentes modos, não se restringindo ao formato de reuniões. Desta forma, justifica-se que não ocorreram, em 2019, Reuniões de Avaliações de Resultados - RAR, tampouco encontros preparatórios, pois estas não estão previstas no Modelo de Gestão atual.													

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	550000,0	675112,00	675110,86	479498,84
8390 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	550000,0	56589,00	56588,11	56588,11
0024 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA--DISTRITO FEDERAL	0	618523,00	618522,75	422910,73
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	550000,00	675112,00	675110,86	479498,84

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9035 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94	0	17164116,0	16947589,52	16947589,52
0001 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	17164116,0	16947589,52	16947589,52
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	1000000,0	10140000,0	10135099,97	9111976,53
0005 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	10140000,0	10135099,97	9111976,53
9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	37279263,0	58337950,00	34556674,47	34395095,26

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	37279263,0	58337950,00	34556674,47	34395095,26
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	537027659,0	516439366,00	494771901,63	494771901,63
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-REFINANCIADA - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	131198664,0	67264862,00	67004372,23	67004372,23
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-SERVIÇO DA DÍVIDA-DISTRITO FEDERAL	405828995,0	449174504,00	427767529,40	427767529,40
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	7106748,0	9072000,00	9056137,22	9056137,22
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	7106748,0	9072000,00	9056137,22	9056137,22
9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA	94670516,0	126161855,00	126161854,07	126161854,07
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	94670516,0	126161855,00	126161854,07	126161854,07
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	372734066,0	483327701,00	402612782,58	402583139,96
0009 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-PRECATÓRIOS - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	359684066,0	410006063,0	332431224,55	332431224,55
0010 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	12000000,0	39171638,00	36558391,40	36528748,78
0013 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-RECOMPOSIÇÃO DO FUNDO DEPÓSITO JUDICIAL-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	33500000,0	33498084,92	33498084,92
6174 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-OUTRAS DECISÕES - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	50000,0	650000,00	125081,71	125081,71

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	150533466,0	183953755,00	183909515,97	167883266,78
6963 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-DISTRITO FEDERAL-DF ENTORNO	150533466,0	183953755,00	183909515,97	167883266,78
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	300000,0	7749499,00	7577357,26	7577357,26
0077 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
0085 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	0	7749499,00	7577357,26	7577357,26
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	31100000,0	38317149,98	33670022,30	33149438,99
0010 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	12000000,0	0,0	0	0
0038 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	0	6483380,21	4001788,12	3864780,54
0063 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE FAZENDA - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	14100000,0	16996235,00	14949034,44	14856716,43
0077 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROMOÇÃO DE PDV DOS ÓRGÃOS DA ADM. DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL-DISTRITO FEDERAL	0	10937534,77	10866018,42	10866018,42
7002 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESTITUIÇÕES DE TRIBUTOS DA SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	3900000,00	3853181,32	3561923,60
9099 - REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES	0	600000,0	0	0
0004 - REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES-CONCESSÃO DE REAJUSTES A DIVERSAS CARREIRAS-DISTRITO FEDERAL	0	600000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	0	1585483,00	0	0
0020 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	0	1585483,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1231751718,00	1452848874,98	1319398934,99	1301637757,22

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3115000,0	3800091,00	3800091,00	3625678,07
5331 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	3115000,0	3800091,00	3800091,00	3625678,07
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	0	11272138,64	11272137,88	9802223,63
0006 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	11272138,64	11272137,88	9802223,63
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	0	218634,00	0	0
0003 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	18634,00	0	0
0005 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA--DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	0	0
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	0	32357081,38	31226693,42	28123013,66
0001 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	32357081,38	31226693,42	28123013,66
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	0	414951459,95	413445137,81	355166970,22
0004 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	4670661,74	4664509,83	3910717,48
0006 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-VIGILÂNCIA-DISTRITO FEDERAL	0	312477997,00	311327826,77	267653546,59

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0008 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-LIMPEZA-DISTRITO FEDERAL	0	97452801,21	97452801,21	83602706,15
0010 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-MANUTENÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS PARA APOIO E SUPORTE PARA TERCEIROS EM TODO O DISTRITO FEDERAL EM 2019-DISTRITO FEDERAL	0	350000,0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	50000,00	0	0
0032 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	0	50000,00	0	0
3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	0	645335,29	565334,92	424773,75
0001 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI-REVITALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO-PLANO PILOTO .	0	645335,29	565334,92	424773,75
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	0	1626269,32	0	0
0003 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	1626269,32	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	320900000,0	516499994,63	504414487,71	504414487,71
0044 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	181670073,63	169841331,82	169841331,82
0055 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	320900000,0	334829921,00	334573155,89	334573155,89
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	6563000,0	16180249,12	15915064,56	15450640,22
0035 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	9782193,12	9628631,12	9164206,78
6999 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	6563000,0	6398056,00	6286433,44	6286433,44
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	23359868,0	39637841,68	28578713,51	24592728,65
0051 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	23359868,0	32870695,85	22097146,52	19042071,32

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0061 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	6767145,83	6481566,99	5550657,33
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10001,0	0,00	0	0
0010 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	10001,0	0,00	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	353947869,00	1037239095,01	1009217660,81	941600515,91

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Para elaborar um Relatório de Atividades que traduza o funcionamento desta UO, as principais áreas de atuação foram distribuídas nos seguintes eixos de gestão:

- (i) Gestão Fazendária, englobando as informações advindas das Secretarias Executivas de Fazenda, Assuntos Econômicos e do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais;
- (ii) Gestão de Planejamento de Orçamento, resultado das informações das Secretarias Adjuntas de Planejamento e de Orçamento;
- (iii) Gestão Administrativa, cuja fonte de informações são a Secretaria Executiva de Administração e a Unidade de Corregedoria Fazendária;
- (iv) Unidades Técnicas e de Apoio, composta por assessorias e unidades vinculadas ao Gabinete do Secretário.

3.1 GESTÃO FAZENDÁRIA

A Gestão Fazendária engloba as atividades decorrentes da atuação da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria Executiva de Assuntos Econômicos e do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais.

As ações das unidades subordinadas e/ou vinculadas à SEF, no ano de 2019, orientadas por suas competências e objetivos regimentais, associadas ao cumprimento das metas relacionadas às atividades finalísticas, concorreram para o alcance dos resultados descritos a seguir:

RECEITA

Programação fiscal

Para execução de auditorias e outras ações fiscais com vistas à constituição do crédito tributário, foram planejadas e distribuídas ações fiscais conforme quadro abaixo:

GEPRO/COFIT - RESUMO DAS AÇÕES FISCAIS DISTRIBUÍDAS - 2019*

Tipo de Ação Fiscal Distribuída	AF Ajustes + Redistribuição Direta - 2019					
	Até o mês de agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acum. AF em 2019
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=soma {(a): (g)}
AEC/ Auditoria	326	36	47	4	28	441

Diligências	348	47	73	33	35	536
Projetos Diligências Especiais 2019 Até 09/2019	23.206	0	0	0	0	23.206
Monitoramento	294	15	38	12	2	337
Outros	25	4	59	3	3	94
Total	24.199	102	217	28	68	24.614

Fonte: (*) GEPRO - Quadro analítico das ações fiscais distribuídas (2019).

Abaixo, está informado o resumo de auditorias com vistas à constituição do crédito tributário:

GEAUT/COFIT - RESUMO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - 2019

Setor	Nº AFR (1)	Quantidade de ações fiscais distribuídas			Ações fiscais concluídas com débito			Ações fiscais concluídas sem débito			Ações fiscais em andamento		Crédito constituído	
		Até o mês 10	No Mês 2	Até o mês	Até o mês 10	No Mês 2	Até o mês	Até o mês 10	No Mês 2	Até o mês	Ao fim do mês	Até o mês 10/2019	No Mês 2	Até o mês
		(a)	(b)	(c) = (a)+(b)	(d)	(e)	(f) = (d)+(e)	(g)	(h)	(i) = (g)+(h)	(j)	(k)	(l)	(m)
NUAUD I	05	108	5	113	73	8	81	14	1	15	17	757.753.144,91	22.895.500,04	780.648.644,95
NUAUD II	09	47	15	62	31	3	34	7	0	7	21	558.648.613,16	121.268.314,88	679.916.928,04
NUAUD III	04	104	0	104	78	1	79	5	1	6	19	677.493.383,37	49.165.445,31	726.658.828,68
NUAUD IV	04	37	8	45	27	9	36	6	2	8	1	24.756.690,97	9.090.414,70	33.847.105,67
TOTAL	22	296	28	324	209	21	230	32	4	36	58	2.018.651.832,41	202.419.674,93	2.221.071.507,34

Fonte: Relatório da GEAUT/Núcleos

Notas:

(1) Inclui chefia.

(2) Soma dados dos meses 11 e 12 de 2019.

No projeto Malha Fiscal é verificada a consistência das informações econômico-fiscais, próprias ou obtidas de terceiros, relativas aos contribuintes inscritos no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – CF/DF. No decorrer de sua execução são identificadas divergências, possibilitando aos contribuintes, em determinadas situações, a correção espontânea da escrituração fiscal.

GGMAF - CONTRIBUINTES NOTIFICADOS (unidade) - Até 12/2019

Acumulado - Jan/17 a Dez/18 (a)	90.896
Acumulado em 2019 (b)	29.223
ACUMULADO GERAL (c) = (a) + (b)	120.119

Fonte: Relatório GGMAF/Tabela contribuintes já notificados

GGMAF - CONTRIBUINTES NO MALHA (unidade) - 2019

Até 10/2019	Até 11/2019	Até 12/2019
81.526	80.910	84.685

Fonte: Relatório GGMAF/ Tabela Contribuinte no Malha Atual.

GGMAF - Nº DE ATENDIMENTOS VIRTUAIS CONCLUÍDOS (unidade) - 2019

Saldo Anterior		No Exercício 2019	ACUMULADO GERAL
Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2018		
(a)	(b)	(c)	(d) = (a) + (b) + (c)
10.689	11.312	37.462	59.463

Fonte: Relatório GGMAF/ Tabela Nº Atendimentos Virtuais Concluídos

GGMAF/COFIT - RESULTADO DE ALTERAÇÃO DE DECLARAÇÕES - 2019

Tipo de Ocorrência	Apurado em 2019 - Até Nov/2019							Apurado em 2019 - Até Dez/2019						Resolvidas desde 01/2018 ⁽¹⁾
	Acum. 2019 - Até Out	Em Nov	Acum. até Nov	Saldo Anterior	Saldo Atual	Dif.	Resolvidas no mês	Em Dez	Acum. até Dez	Saldo Anterior	Saldo Atual	Dif.	Resolvidas no mês	
	(a)	(b)	(c) = (a)+ (b)	(d)	(e)	(f) = (e)-(d)	(g) = (b)-(f)	(h)	(i) = (c)+(h)	(j) = (e)	(k)	(l) = (k)-(j)	(m) = (h)- (l)	
Fat.declarado no LFE X Movimentação do Cartão Débito / Crédito	359.012	185	359.197	575.775	570.501	-5.274	5.459	265	359.462	570.501	568.837	-1.664	1.929	113.580
Saída de Merc. do LFE X Saída de Merc. de NF-e emitidas	37.143	126	37.269	35.695	35.448	-247	373	638	37.907	35.448	35.695	247	391	15.732
Transporte do Saldo Credor do Mês Anterior	2.647	90	2.737	5.400	5.387	-13	103	32	2.769	5.387	5.364	-23	55	395
Aproveitamento Indevido de Crédito	4.937	25	4.962	10.780	10.659	-121	146	90	5.052	10.659	10.658	-1	91	2.575
Cupom Fiscal Analítico x Mapa Resumo ICMS	269	4	273	7.664	7.631	-33	37	0	273	7.631	7.621	-10	10	5.584
Limite MEI x Compras NF-e	6.152	846	6.998	10.643	11.359	716	130	466	7.464	11.359	12.433	1.074	-608	-793
Limite MEI x Fat. do Cartão Débito/ Crédito	27.830	1.006	28.836	46.992	47.868	876	130	581	29.417	47.868	48.846	978	-397	-2.909
Valor do ICMS ST - NF-e X ICMS-ST LFE	3.480	2	3.482	3.935	3.889	-46	48	0	3.482	3.889	3.874	-15	15	1.331
Vlr ISS da NFe X Vlr ISS Declarado no LFE	44.734	35	44.769	43.459	43.184	-275	310	1.009	45.778	43.184	43.974	790	219	25.109
Cupom Fiscal Analítico ICMS X Vlr Contábil do Mapa Resumo no LFE	232	4	236	21.067	21.006	-61	65	1	237	21.006	20.991	-15	16	16.827
Vlr da Nota Fiscal de Serviços - Vlr Contábil Declarado no LFE	151	0	151	658	657	-1	1	0	151	657	657	0	0	128
Vlr da Nota Fiscal de Serviços (Simplificada) X Vlr Contábil no LFE	50	0	50	318	312	-6	6	0	50	312	312	0	0	-38

Cupom Fiscal Analítico ISS X Vlr Contábil do Mapa Resumo no LFE	21	0	21	365	347	-18	18	0	21	347	346	-1	1	209
Vlr da Nota Fiscal (Cód. 01 e 04) - Valor Contábil no LFE	226	13	239	2.927	2.919	-8	21	0	239	2.919	2.915	-4	4	1.038
Vlr da NF de Venda ao Consumidor - Valor Contábil no LFE	874	0	874	1.453	1.438	-15	15	0	874	1.438	1.437	-1	1	-186
LFE/CARTÃO/ NFE X PGDAS	333.301	629	333.930	455.448	450.602	-4.846	5.475	1.528	335.458	450.602	445.533	-5.069	6.597	80.139
Total	821.059	2.965	824.024	1.222.579	1.213.207	-9.372	12.337	4.610	828.634	1.213.207	1.209.493	-3.714	8.324	262.647

Fonte: Relatório GGMAF/Tabela Ocorrências de Tipos de Divergência - Medições a partir de Jan/2017

Nota: (1) Total desta coluna, não computados valores negativos.

GGMAF/COFIT - RESULTADO DE ALTERAÇÃO DE DECLARAÇÕES - 2019⁽¹⁾

Referência	ICMS	SALDO CREDOR	ICMS ST	ISS ⁽²⁾
Acumulado - Jan/2017 a Dez/2018	392.851.805,00	48.951.700,00	88.999.569,00	248.664.152,00
Acumulado - Jan/2019 a Dez/2019	241.586.292,79	201.392.463,73	-65.073.783,91	-177.231.414,73
ACUMULADO GERAL	634.438.097,79	250.344.163,73	23.925.785,09	71.432.737,27

Notas:

(1) Os dados acima são de alterações de declarações de contribuintes que foram objeto de ação pelo MALHA DF, exclusiva ou não.

(2) Malha não tem divergência ISS-ST. Painel com ISS RT declarado pelos prestadores X declarado tomadores, disponibilizado ao NUISS.

GGMAF/COFIT - ICMS - REDUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS DO LFE - 2019
Valores das Divergências (R\$/1.000)

Tipos Divergência	ICMS Saída			Saldo Credor			Crédito Indevido			ICMS ST		
	Ano LFe	Ativo-A (R\$)	Total-T (R\$)	% 1-A/T	Ativo-A (R\$)	Total-T (R\$)	% 1-A/T	Ativo-A (R\$)	Total-T (R\$)	% 1-A/T	Ativo-A (R\$)	Total-T (R\$)
2012	92.175	1.243.264	93%	10.179	204.837	95%	35.047	118.799	70%	64	84.712	100%
2013	57.251	2.166.648	97%	5.329	196.477	97%	23.599	91.301	74%	722	125.090	99%
2014	189.722	3.827.126	95%	16.274	105.377	85%	40.650	89.320	54%	2.900	269.824	99%
2015	67.931	5.070.623	99%	15.074	227.080	93%	32.997	83.470	60%	2.753	60.402	95%
2016	109.009	6.958.831	98%	33.469	168.677	80%	59.033	123.913	52%	6.822	69.243	90%
2017	123.628	6.788.824	98%	56.469	131.294	57%	62.974	110.144	43%	4.717	48.549	90%
2018	179.782	2.684.471	93%	99.536	164.847	40%	87.058	131.416	34%	5.307	42.532	88%
2019	227.836	679.279	66%	29.379	41.768	30%	32.009	41.652	23%	2.312	12.093	81%

QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES NOTIFICADOS POR ANO CALENDÁRIO

Divergência	ICMS Saída			Saldo Credor			Crédito Indevido			ICMS ST		
	Ano LFe	Ativo-A (Unid)	Total-T (Unid)	% 1-A/T	Ativo-A (Unid)	Total-T (Unid)	% 1-A/T	Ativo-A (Unid)	Total-T (Unid)	% 1-A/T	Ativo-A (Unid)	Total-T (Unid)
2012	304	2.088	85%	239	3.204	93%	405	5.994	93%	26	222	88%
2013	404	2.562	84%	310	3.096	90%	421	5.473	92%	87	395	78%
2014	1180	2.728	57%	466	1.962	76%	524	3.502	85%	170	445	62%
2015	1115	2.793	60%	551	1.649	67%	560	3.229	83%	184	491	63%
2016	1585	3.190	50%	787	1.315	40%	638	1.522	58%	252	522	52%
2017	2103	3.582	41%	767	1.183	35%	578	1.118	48%	275	520	47%
2018	2947	4.620	36%	828	1.273	35%	593	975	39%	334	593	44%
2019	2513	3.685	32%	536	726	26%	488	727	33%	253	398	36%

GGMAF/COFIT ISS - REDUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS DO LFE - 2019
Valores das Divergências (R\$/1.000)

Divergência	ISS			Cartão			PGDAS		
	Ano_LFe	Ativo-A (R\$)	Total-T (R\$)	% 1-A/T	Ativo-A (R\$)	Total-T (R\$)	% 1-A/T	Ativo-A (R\$)	Total-T (R\$)
2012	873	47.571	98%	400.858	6.006.904	93%	0	5.589.004	100%
2013	2.351	180.725	99%	513.283	10.006.514	95%	650.598	85.132.458	99%
2014	40.894	593.991	93%	2.599.787	9.703.480	73%	2.070.713	7.075.434	71%
2015	48.792	1.588.493	97%	2.863.814	7.033.704	59%	19.598.111	27.069.083	28%
2016	43.014	17.591.556	100%	3.307.985	7.708.071	57%	6.186.783	24.236.197	74%
2017	54.357	873.754	94%	2.044.429	3.978.780	49%	3.296.125	8.296.016	60%
2018	84.671	2.472.583	97%	2.044.429	3.978.780	49%	6.230.208	12.754.877	51%
2019	34.254	234.293	85%	2.044.429	3.978.780	49%	3.332.115	4.584.421	27%

QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES NOTIFICADOS POR ANO CALENDÁRIO^{1,2}

Divergência	ISS			Cartão			PGDAS		
	Ano_LFe	Ativo-A (Unid)	Total-T (Unid)	% 1-A/T	Ativo-A (Unid)	Total-T (Unid)	% 1-A/T	Ativo-A (Unid)	Total-T (Unid)
2012	103	721	86%	1354	21.574	94%	0	19.081	100%
2013	222	1.068	79%	1573	24.592	94%	1199	23.541	95%
2014	2215	5.147	57%	17017	26.826	37%	17158	26.253	35%
2015	2352	5.527	57%	17653	29.030	39%	17280	31.252	45%

2016	2458	6.184	60%	19147	32.527	41%	17810	30.345	41%
2017	2559	5.991	57%	20642	28.954	29%	20347	32.951	38%
2018	3005	6.749	55%	21687	30.729	29%	24755	34.958	29%
2019	2589	4.858	47%	18674	24.491	24%	25333	31.112	19%

Notas:

(1) Fonte: Relatório GGMAF/Tabela Redução dos Valores e Quantidades de Contribuintes das Divergências por Ano Calendário dos LFe's desde 2012/ ISS.

(2) Ativo - Contribuinte com divergências; Total - Contribuintes totais notificados no MALHA (inclui os que sanaram as divergências e os Ativos) e % 1-A/T - Percentual de saneamento das divergências.

GGMAF/COFIT_RESUMO ATIVIDADES NUARE em 2019

Atividade	Quantidade (unid.) 2019					Crédito Tributário AI/NOT 2019 (R\$)	Espontâneo Recolhimento/ Parcelamento 2019 (R\$)
	Até mês 09	No Mês 10	No Mês 11	No Mês 12	Acumula do até mês 10	Acumulado até o Mês	Acumulado até o Mês
Processo analisado de RESTITUIÇÃO (físicos /virtuais)	(a)	(d)	(b) = (a)+(b)	(d)	(e) = (c)+(d)	(f)	(g)
Retificadora analisada SIGAC	890	101	96	72	1159	0,00	0,00
Total 1	1239	92	108	115	1554	0,00	0,00
Atendimentos (SIGAC/Telefone/ Presencial)	2129	193	204	187	2713	0,00	0,00
Diligências Cadastrais	528	76	54	54	712	0,00	0,00
Diligências PMPF	374	44	44	44	506	0,00	0,00
Total 2	198	22	22	22	264	0,00	0,00
TOTAL GERAL (1) + (2)	1100	142	120	120	1482	0,00	0,00
	3229	335	324	307	4195	0,00	0,00

Fonte: Relatório do Núcleo (NUARE/GGMAF)

As atividades de monitoramento dos contribuintes, por meio do acompanhamento constante do comportamento tributário com vistas à correção espontânea de desvios identificados, consistem em orientar, notificar os contribuintes com vistas à correção de irregularidades relativas às obrigações tributárias, e caso persistam os erros, inclusão em auditoria.

GERÊNCIA DE MONITORAMENTO E AUDITORIAS ESPECIAIS – GEMAE

Atividade	Quantidade por Setor						Crédito Tributário Acum. Até o mês		
	NUCEL (Unid)	NUISS COFI T (Unid)	NUISS COISS (Unid)	NUCOM (Unid)	NICMS (Unid)	NUPRO R (Unid)	Auditoria: AI e Rec/Parc (R\$)	Notificação de Monitorament o Rec/Parc (R\$)	Setor de Orig em
Auditoria	7	0	4	6	8	27	5.192.318,02	0,00	NUCEL
							623.845,73	0,00	NUISS/COISS
							14.410.011,35	0,00	NUCOM
							125.514.925,50	0,00	NICMS
							35.109.905,38	0,00	NUPRO R
Auditoria Específica (AEC) - Canc. CDA / Restit/Reg. Especial (s/ débito)	3	0	0	105	4	0	0,00	0,00	
Baixa de Inscrição	5	41	5	32	23	29	0,00	0,00	
Diligência-GECON, GEJUC e TARF	2	1	0	4	0	0	0,00	0,00	
Monitoramento_Rec_ Parc	20	801	472	307	167	233	0,00	5.017.432,461	NUCEL
							0,00	5.608.004,26	NUISS (COFIT)

							0,00	359.167,24	NUISS (COISS)
							0,00	580.967,96	NUCO M
							0,00	4.310.998,86	NICM S
							0,00	57.285,35	NUPRO R
Notificação lavrada para o Setor Monitorado	35	352	51	10	46	134			
Análise de Processos	23	2	0	70	16	0			
Diligências Diversas: AI/Rec_Parc/ST/outras	968	858	374	20	948	233			
Diligências PMPF_ Apuração/Comb/ Outros	252	506	154	792	744	0			
Atendimento SIGAC/SEI	0	487	130	329	377	35			
Atend/Orientação a contribuintes (presencial/telefone/e-mail)	492	2940	895	240	1140	112			
Participação Reunião COTEPE/ABRAS/outras órgãos	11	20	6	9	7	1			
Comparecimento à Justiça/CORF (DOT) /Outros	0	0	0	0	0	0			
Estudos_Cursos_Painéis	33	9	5	8	0	0			
Assistente Técnico em Processos Judiciais	1	1	0	2	0	0			
Outros atendimentos: demandas da PGDF e outros órgãos	4	65	18	0	0	0			
Total							180.851.005,98	15.933.856,13	
Total Geral Crédito Tributário							196.784.862,11		

O modelo de fiscalização do DF prevê, conforme estabelecido no art. 80 do Decreto nº 35.565/2014, a fiscalização de mercadorias em trânsito no Distrito Federal, atuando em equipes itinerantes e fixas no controle de importação, bem como, no monitoramento eletrônico de mercadorias que, com a utilização do aplicativo Posto Fiscal Eletrônico tem direcionado a fiscalização com base nas informações das Notas Fiscais Eletrônicas – NFe.

GEMAE/COFIT - RELATÓRIO ANALÍTICO DE ATIVIDADES - ACUMULADO Em 2019

Setor	Auditoria						Monitoramento				Valor (R\$) Total Acumulado
	Até o mês anterior		No Mês		Acumulado até o mês		Valor (R\$) Até o mês anterior (g)	Valor (R\$) no Mês (h)	Valor (R\$) Acumulado até o mês (i) = (g) + (h)	Qtde Acum. até o mês (j)	Até o mês (k) = (f) + (i)
Qtde (a)	Valor (R\$) (b)	Qtde (c)	Valor (R\$) (d)	Qtde (e) = (a) + (c)	Valor (R\$) (f) = (b) + (d)						
NUCEL	7	5.192.318,02	0	0,00	7	5.192.318,02	5.014.081,11	3.351,35	5.017.432,46	20	10.209.750,48
NUISS/COFIT	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5.608.004,26	0,00	5.608.004,26	801	5.608.004,26
NUISS/COISS	0	0,00	4	623.845,73	4	623.845,73	276.350,60	82.816,64	359.167,24	472	983.012,97
NUCOM	6	14.410.011,35	0	0,00	6	14.410.011,35	580.967,96	0,00	580.967,96	307	14.990.979,31
NICMS	5	30.593.775,16	0	0,00	5	30.593.775,16	4.158.215,88	0,00	4.158.215,88	117	34.751.991,04
NICMS I	1	84.489.161,86	1	9.084.411,33	2	93.573.573,19	0,00	0,00	0,00	13	93.573.573,19
NICMS II	0	0,00	1	1.347.577,15	1	1.347.577,15	2.655,85	93.025,82	95.681,67	12	1.443.258,82
NICMS III	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	57.101,31	57.101,31	25	57.101,31
NUPROR	27	35.109.905,38	0	0,00	27	35.109.905,38	57.285,35	0,00	57.285,35	233	35.167.190,73
TOTAL	46	169.795.171,77	6	11.055.834,21	52	180.851.005,98	15.697.561,01	236.295,12	15.933.856,13	1980	196.784.862,11

Fonte: Relatório de Atividades da GEMAE/COFIT e GMISS/COISS.

Nota: Saldo NCIMS totaliza dados do NICMS, NICMS I, II e III (antigo NUPROR). NUISS até 09/2019 vinculado à GEMAE/COFIT e, a partir de 10/2019, vinculado à COISS/SUREC; mas, por determinação da SUREC, os dados de 2019 foram consolidados neste relatório.

RGEFMT/COFIT - Resumo das principais atividades - Acumulado de 2019

Nº	ITENS (*)	NUAER	CMENT	NUFIT I	NUFIT II	TOTAL
1	Quantidade de Notificações Emitidas	2	76	0	0	78
2	Valor Total das Notificações emitidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	Quantidade de DANFES analisados	0	0	0	0	0
4	Quantidade de Autuações realizadas	6	200	258	831	1295
5	Valor Total de Crédito Constituído AI/AIA (R\$)	R\$ 335.159,31	R\$13.171.647,16	R\$18.043.983,45	R\$13.666.461,05	R\$45.217.250,97
6	Quantidade de DAR / GNRE	263	0	0	0	263
7	Valor Total Arrecadado - DAR / GNRE	R\$ 783.574,52	R\$ 0,00	R\$ 283.000,35	R\$ 0,00	R\$ 1.066.574,87
8	Valor do Crédito Tributário Constituído/Arrecadado DAR/GNRE/DI/DSI/AI/AIA - até o mês (2) + (5) + (7)	R\$1.118.733,83	R\$13.171.647,16	R\$18.326.983,80	R\$13.666.461,05	R\$46.283.825,84
9	Nº de Operações - ICMS Importação sem Desoneração	1348	0	0	0	1348
10	Arrecadação ICMS Importação	R\$17.329.809,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.329.809,51

11	Nº de operações com Crédito ICMS Importação Exonerado - GLMEs	3242	0	0	0	3242
12	Vlr de Importação Exonerado - Isenções/Suspensão/Imunidade	R\$ 859.971.571,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 859.971.571,63
13	ICMS Diferido Importação	R\$14.009.297,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$14.009.297,94
14	Notificações analisadas	0	0	0	0	0
15	Vlr ICMS original das notificações analisadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	Quant. de Ordens de Serviço atendidas	0	60	122	0	182
17	Contagem Física/Pesagem de Mercadorias	5	1004	4613	0	5622
18	Quant. de Notificações/Avisos Entregues	1892	44	29	230	2195
19	Quant. Notificações/Termos de Retenção/DARs Emitidos/Comprovados	159	70	149	0	378
20	Atendimento ao contribuinte (telefone e balcão)	1430	81	146	0	1657
21	Pedidos de denegação de Nifes SIMEI	0	0	0	0	0
22	Término de Denegação SIMEI	0	0	0	0	0
23	Despacho Detran	0	0	0	0	0
24	Despacho em Processo Físico	1	2	0	0	3
25	Suspensão/Cancelamento Sugerido	0	205	0	0	205
26	Observação					

Fonte: Relatório Consolidado GEFMT. Não incluem atividades do NUDEP e NUATE.

Ainda referente à informação de constituição de créditos tributários, segue série histórica composta pelos três últimos exercícios (2017,2018 e 2019):

CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO - CONSOLIDADO EM 2019

Setor	Em 2017 (R\$)	Em 2018 (R\$)	Em 2019 (R\$)
GEPRO	410.231,48	212.743,97	5.459.073,32
GEAUT	1.161.585.251,07	760.423.691,75	2.221.071.507,34
GEMAE	557.037.080,70	344.278.669,24	196.784.862,11
GEFMT	112.472.800,90	129.857.937,27	46.283.825,84
TOTAL	1.831.505.364,15	1.234.773.042,23	2.469.599.268,61

Fonte: Relatórios de Atividades encaminhados pelos setores da COFIT e COSIT (10/2019). Demais setores da COFIT não constituem crédito tributário.

A seguir são apresentados dados do contencioso de primeira instância, relativos à propositura de edição de atos normativos:

PROPOSTAS DE EDIÇÃO DE ATOS NORMATIVOS NO ÂMBITO DA GELEG

ATO NORMATIVO	Janeiro a dezembro de 2019 – NUCON/NUFOR/GELEG												TOTAL
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Decreto	3	4	3	4	5	5		5	5	6	6	3	43
Portaria	2	2	2	1	8	3	4	2	1	4	2	1	30
Projeto de Lei	1			2		1		1	2	2	2		7
Ato Declaratório Interpretativo													
Decreto Legislativo													
Lei	1				1			1	1	1			5
Instrução Normativa	1	1	2	2	2	1	3	2		2	2	4	20
Não definido		1			1								2
Ato Declaratório						1	1					1	3
Anteprojeto de Lei			1		1	3		2	3	3	4	1	14
Nota Técnica	3	4	6	11	16	13	12	4	6	9	7	12	96
Ordem de Serviço									1				1
Convênio		2		1	1			3		6	3		13
Total	11	14	14	21	35	27	20	20	19	31	26	22	234

A gestão, controle, análise e acompanhamento dos processos relativos a benefícios fiscais de caráter não geral e de regimes especiais vem empreendendo esforços no sentido de automatizar e/ou simplificar os processos de reconhecimento de benefício fiscal de caráter não geral. Objetivando efetuar à análise do art. 14 do CTN, foi elaborado um painel Qlikview cruzando as informações das instituições de educação que possuem ato declaratório, reconhecendo a imunidade com o LFE e a NF-e, com vistas a tornar a concessão de benefícios justa, equânime e vantajosa para o Estado. E ainda, de forma a promover a economicidade processual e evitar a evasão fiscal. O NUBEF alinha entendimentos de análise com as constantes da Jurisprudência dos tribunais superiores. A ação desse setor propicia o recolhimento de ITBI complementar nas integralizações de imóveis em valores inferiores a pauta de valores do IPTU, que define a base de cálculo para o imposto referido.

Ainda, visando o aperfeiçoamento e automatização de processos internos, elaborou-se proposta de criação de sistema de concessão eletrônica de isenção do ICMS Portadores de Necessidades Especiais e Taxista onde, por meio de requerimento on-line, a ser desenvolvido a partir de 2020, a pessoa com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, autista ou taxista, poderá solicitar o benefício para aquisição de veículo.

O sistema deverá integrar as diversas bases de dados da SUREC (SITAF, SIGAC, SEI, SIGEST e DEC) e de dados de entidades externas de tal forma a reduzir/eliminar o trabalho manual e viabilizar a quantificação e qualificação de toda a renúncia fiscal do DF, servindo de

parâmetro para a LOA e LRF e permitindo a extração de relatórios gerenciais necessários à administração tributária.

Quanto aos benefícios resultantes das ações implementadas, atualmente, as análises dos pleitos efetuados mediante processos de Regime Especiais, desde que atendidas às notificações porventura existentes, são concluídas num prazo inferior ao prazo de 90 (noventa) dias previsto no Decreto nº 33.269/2011 – Processo Administrativo Fiscal, e as demandas efetuadas no GAC são analisadas dentro de um prazo inferior a 30 (trinta) dias.

Em relação à cobrança administrativa, que tem o propósito de recuperar créditos constituídos e não pagos, tem-se os seguintes projetos em andamento:

a) Diferencial de alíquotas do Comércio Eletrônico

No ano de 2019, deu-se continuidade ao monitoramento e cobrança do diferencial de alíquotas nas vendas efetuadas ao consumidor final, localizado no Distrito Federal, por remetentes estabelecidos em outras unidades da federação, em função da Emenda Constitucional 87/2015 e do Convênio nº 93/2015.

Nessas operações, ao invés do destaque da alíquota interna do estado remetente, passa a ser destacada na NFE a alíquota interestadual e a diferença de alíquotas entre esta e a interna do estado de destino, partilhada entre estado remetente e o estado destinatário.

Para o monitoramento dessas operações se utiliza painel na ferramenta Qlikview, que calcula o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando a cobrança efetiva dos valores devidos. Dentre outras ações levadas a cabo para a cobrança ativa do crédito, tem-se realizado cobrança telefônica e esclarecimento de dúvidas sobre o assunto.

Os resultados obtidos em 2019, estão dispostos no quadro abaixo:

	Quantidade Acumulada	Valor acumulado em R\$
Valor Calculado	148.323	521.189828,14
Valor Recolhido	76.657	441.908.627,19
Recuperação		84,79%

Fonte: CBRAT/GCORE/NGCEL

b) Rito Especial

A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores recolhidos nos respectivos períodos. Esta sistemática, tem-se revelado importante para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas.

Este trabalho consistiu na execução da rotina do Rito relativa aos meses de julho a dezembro de 2018 e janeiro a junho de 2019, além de repescagens para os anos de 2015, 2016 e 2017, com a identificação de diferenças tributáveis no montante de R\$ 395.404.188,95, em desfavor de 74.808 contribuintes, como demonstra o quadro abaixo:

Rito Especial	Quant. Acum.	Valor acumulado em R\$
Débitos Notificados	74.808	395.404.188,95
Débitos Corrigidos	5.166	83.340.025,93
Pagamentos à vista	18.364	39.285.692,53
Pagamentos parcelados	3.073	74.914.682,51
Total Recuperado	21.437	114.200.375,04
Débitos inscritos em Dívida Ativa	46.761	577.876.629,09
Débitos lançados no SISLANCA (R\$ 10,00 a R\$ 410,99)	72.259	10.059.337,45
Resultado (Notificado x recuperado)		28,88%
Resultado (Notificados X recuperado com corrigidos)		49,96%

Fonte: CBRAT/GCORE/NURIT

No ano de 2019, os “Débitos Notificados” apresentam significativa redução em relação a 2018, mostrando o reflexo decorrente da entrada em operação, em 2018, do novo formulário do Documento de Arrecadação – DAR, em que diversos campos não são mais de preenchimento

livre, mas vinculados ao cadastro do contribuinte, como CF/DF, tipo de atividade, tipo de tributo, ano/período em curso e outros, que eram uma grande fonte de erros no preenchimento dos DAR, causando a não identificação dos pagamentos e a consequente detecção pelo Rito, gerando todo o procedimento de cobrança.

Com a vinculação dos dados, a ocorrência de erros teve fortíssima redução, estimada em cerca de 70%, evitando assim, todo o trabalho da equipe com a análise de processos de correção, em grande parte já na esfera judicial.

Também é de se destacar o tratamento que passou a ser dispensado aos débitos com valores compreendidos entre R\$ 10,00 e 410,99 que, por força da Lei Complementar nº 904/2015, não são passíveis de inscrição na dívida ativa. A partir do mês de setembro de 2018 esses débitos passaram a ser lançados no SISLANCA e assim, a constar nas certidões de débitos emitidas pelos contribuintes, dando visibilidade aos mesmos e incentivando o seu recolhimento.

A partir de novembro de 2019, deu-se início à migração do sistema do Rito Especial para o Sistema de Gestão de Cobranças, a fim de recepcionar os Livros Fiscais Eletrônicos preenchidos no SPED, em vigor a partir de julho/2019.

No novo ambiente será possível a realização do rito "on line", ou seja, assim que o Livro Fiscal Eletrônico apresentado pelo contribuinte for processado pela SEEC, o débito apurado será lançado no SISLANCA e passará a constar na Certidão do contribuinte. O seu não-pagamento desencadeará os demais procedimentos do Rito Especial.

c) Diferencial de alíquotas do Simples Nacional

No ano de 2016, em decorrência de previsão constante da Lei Complementar nº 123/2006, que rege o regime do Simples Nacional e da Lei nº 5.558/2015, foram implementados o monitoramento e a cobrança do diferencial de alíquotas incidente sobre as mercadorias para comercialização, adquiridas por empresas optantes pelo Simples Nacional, localizadas no DF, de fornecedores estabelecidos em outras unidades da federação. A Lei nº 5.558/2015 limitou o valor do imposto apurado nesta diferença a 5% do valor da operação.

Em abril de 2019, o Governo do Distrito Federal, por meio da Lei nº 6.296/2019, de 30/04/2019, revogou o artigo nº 20-A, da Lei 1254/1996, extinguindo assim a cobrança do DIFAL do Simples Nacional.

Até 30/04/2019, foram enviados 69.161 comunicados aos contribuintes do DF, optantes pelo Simples Nacional, informando a existência de notas fiscais a eles endereçadas no valor total de R\$ 1.184.362.156,36, que poderiam estar sujeitas ao recolhimento do diferencial de alíquotas.

No quadro abaixo estão demonstrados os montantes correspondentes às NFEs recebidas, os valores declarados nos LFEs e aos pagamentos realizados.

DIFAL - SN	Valor Acumulado em R\$
Valor total das NFEs recebidas no DF	1.184.362.156,36
Valor total de DIFAL declarado nos LFEs	20.435.485,32
Valor total de DIFAL pago	23.678.832,40

Fonte: CBRAT/GBRAT/NUCSN

Observe-se que o total pago é maior do que o declarado, em função dos pagamentos efetuados pelos "MEI", que pagavam o DIFAL, mas não estão obrigados a declarar/escriturar os livros fiscais.

d) Protesto

Durante o exercício de 2019, foi desenvolvida ação de remessa de débitos inscritos em dívida ativa a Cartórios de Registro de Protesto. Essa ação, iniciada no exercício de 2014, traz resultados financeiros bastante significativos, elevando sobremaneira o patamar do DF na

recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, visto que traz um novo elemento de risco para o contribuinte.

No quadro abaixo, encontram-se os resultados obtidos com os protestos até 31/12/2019:

Protesto	Quant. Acumulado	Valor acumulado em R\$
CDA's enviadas	15.358	86.836.599,00
Valor recolhido a vista	2.178	11.546.743,70
Valor parcelado	5.940	39.377.874,60
Total recuperado	9.856	53.147.511,20
Recuperação		61,20

Fonte: CBRAT/GBRAT/NUCOD

e) Parcelamentos

No exercício de 2019, até o dia 31/12/2019, ainda como ação de recuperação de créditos, foram deferidos 65.431 parcelamentos administrativos, no montante de R\$ 1.075.164.139,79, conforme quadro abaixo:

Parcelamentos	Quant. Acumulado	Valor acumulado em R\$
Concedidos (parcelamentos novos)	65.431	1.075.164.139,79
Valores recolhidos (parcelamentos novos e antigos)	662.339	488.044.776,42

Fonte: CBRAT/GBRAT/NUPAR

f) Inscrição de Débitos em Dívida Ativa

Quanto à cobrança dos débitos inscritos no Cadastro da Dívida Ativa do Distrito Federal, os valores inscritos no exercício de 2019 e os resultados da cobrança, até o dia 31/12/2019, estão expressos no quadro abaixo:

Dívida Ativa (resultados até 31/10/2017)	Quant. Acumulado	Valor acumulado em R\$
Inscrições - Comunicados enviados	730.026	3.047.804.755,68
Valor recolhido à vista	171.859	142.688.846,51
Valor parcelado	38.374	44.602.505,36
Total recuperado	210.233	187.291.351,87
Resultado (Comunicado x recuperado)		6,15%

Fonte: CBRAT/GBRAT

g) Intimação a contribuintes com Autos de Infração julgados pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF)

Da ação decorrente do julgamento de segunda instância pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais e posterior envio de intimação aos contribuintes autuados, em 2019, foram intimados 144 contribuintes, perfazendo o valor de R\$ 376.161.993,14, conforme registrado no quadro abaixo:

	Quant. Acumulado	Valor acumulado em R\$
Notificações e intimações	144	376.161.993,14
Valor recolhido ou parcelado	20	246.251,68
Resultado (Notificado x recolhido)		1,37%

Fonte: CBRAT/GBRAT

Em 2019, foram cobrados débitos do IPVA 2018 e 2019 e parcelamentos em atraso.

IPVA	Quant. Acumulado	Valor acumulado em R\$
Cobrados	39.923	156.926.480,00
Ligações efetuadas / atendidas	104.642/26.814	
Total recuperado		4.971.783,26
Resultado (Cobrados x recolhidos)		3,17%

Fonte: CBRAT/GBRAT/AGREC

Parcelamentos em atraso	Quant. Acumulado	Valor acumulado em R\$
Cobrados	16.785	157.211.009,73
Ligações efetuadas/atendidas	10.305/3.535	
Total recuperado		336.991,95
Resultado (Cobrados x recolhidos)		0,21%

Fonte: CBRAT/GBRAT/AGREC

Compulsando os resultados dos diversos segmentos da cobrança, foi alcançado em 2019, um percentual de recuperação de créditos de 27,06%.

Também relevante é o fato de que, em 2019, não houve nenhum programa de recuperação de créditos REFIS.

Valor total cobrado em reais	4.685.037.686,25
Valor total recuperado	1.710.550.354,70
Percentual de Recuperação	36,51%

Fonte: CBRAT

Abaixo está descrito o Projeto Aperfeiçoamento da Cobrança Administrativa, que ora vem sendo custeado com recurso de financiamento internacional, originário de contrato de empréstimo firmado como o BID OC-BR 3040, de 201.

No âmbito do PROFISCO, a SEEC vem conduzindo o desenvolvimento de sistemas visando maior automatização dos processos de trabalho da área de cobrança e sua integração com os demais sistemas da SEEC, o que irá conferir maior agilidade e eficiência aos resultados, bem como um gerenciamento das ações de cobrança mais profissional, alinhado às melhores práticas usadas no mercado privado. Dos 6 sistemas a serem desenvolvidos, cinco já foram concluídos.

Além dos sistemas, o projeto prevê a contratação de consultoria especializada para a análise e reformulação dos processos de trabalho buscando maior eficiência nas atividades de cobrança, por meio da contratação de Serviço de Higienização da base cadastral, de um cadastro composto, aproximadamente, por 2 milhões de contribuintes (1.650 mil pessoas físicas e 350 mil pessoas jurídicas). Além de aquisição de Sistema de Cobrança para realizar tratamento e definição dos cenários, com controle de comunicação com o devedor via telefone, e-mail e correspondência; treinamento de pessoal, com acompanhamento por dez meses e manutenção por três anos. A higienização da base cadastral, contratada com a SERASA foi concluída em abril de 2019. O Sistema de Gestão de Cobrança foi adquirido em 2018 e está em fase de customização para a SEEC, com suporte da empresa contratada. Na atual fase da customização, já estão operacionais as funcionalidades de cobrança do IPVA/2019, do IPTU/2019, de parcelamentos em atraso, com o envio de mensagens via SMS e e-mail, antes de cada vencimento e após, caso não haja registros de pagamento, de acordo com ações programadas em réguas de cobrança e a geração de listas de trabalho com o rol de contribuintes.

As fontes do cadastro de pessoas são o SIGAC, a NL, RFB, SERASA e base de NFe das empresas de TELECOM. O servidor tem ainda a possibilidade de encaminhar o código de barras e também um número de protocolo do atendimento, ambas por mensagem SMS.

Está em fase de desenvolvimento um discador para facilitar o trabalho do operador do sistema.

Os relatórios também estão sendo finalizados, inclusive com o controle geral dos valores/quantitativos lançados/pendentes de pagamento, o que facilitará o trabalho de gestão da cobrança e o acompanhamento pela Administração.

Faz parte do projeto, ainda, a cobrança dos lançamentos de ICMS/ISS e outros tributos registrados no SISLANCA, a migração do sistema do Rito Especial, bem como a integração com os cartórios para o protesto de CDA's e com bancos para o débito automático de parcelamento, iniciando com o BB. Importante, ainda, registrar o desenvolvimento do APP da Secretaria de Estado de Economia no intuito de facilitar a interação com os contribuintes, proporcionando maior facilidade para acesso a diversos serviços e funcionalidades já disponíveis, como a visualização de NFE emitidas por CPF e o recebimento de mensagens

sobre o vencimento de tributos. No aplicativo, o contribuinte poderá validar as mensagens, consultar débitos e emitir o DAR para o pagamento dos tributos de sua responsabilidade.

O relato anterior, demonstra o esforço realizado para o saneamento de inconsistências nos diversos cadastros de contribuintes, bem como para a melhoria dos processos de lançamento e arrecadação dos tributos diretos (IPTU, TLP, IPVA, ITBI e ITCD). Os resultados decorrentes do lançamento dos tributos diretos estão demonstrados abaixo:

IPTU

Lançamento do exercício de 2019¹

Total de imóveis do cadastro	Quantidade de imóveis tributados	Total do IPTU lançado (excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
965.368	922.853	1.188.886.570,90	828.423.056,11

Fonte: Gerência de Tributos Diretos – GEDIR/CCALT/SUREC/SEF/SEEC.

Nota: (1) O lançamento total inclui os imóveis da TERRACAP

IPVA

Lançamento do exercício de 2019

Total de veículos do cadastro	Quantidade de veículos tributados	Total do IPVA lançado (excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
1.558.415	1.176.788	1.566.276.854,00	1.198.927.528,91

Fonte: Gerência de Tributos Diretos – GEDIR/CCALT/SUREC/SEF/SEEC.

IMPOSTOS SOBRE A TRANSMISSÃO (ITBI E ITCD)

Lançamento do exercício de 2019

Imposto	Quantidade de transações tributadas	Imposto lançado	Total da receita (com acréscimos)
ITBI	36.249	399.120.234,20	379.542.248,97
ITCD	13.494	114.729.034,52	103.169.668,90
TOTAL	49.743	513.849.268,72	502.289.903,10

Fonte: Gerência de Tributos Diretos – GEDIR/CCALT/SUREC/SEF/SEEC.

Destaca-se que, no ano de 2019, houve um avanço nos processos de implementação do Sistema RLE – Sistema de Registro de Licenciamento de Empresas. Tem-se que avançar ainda com outros dados, como alteração de atividade econômica, quadro societário, tipo de natureza jurídica.

Dentre as principais ações relacionadas ao Cadastro Fiscal do DF, destaca-se a Depuração Cadastral, que consiste em um conjunto de levantamentos sistêmicos para promover a alteração em massa da situação cadastral dos contribuintes

A gestão de Sistemas do Cadastro Fiscal alcança o lançamento do Imposto Sobre Serviços - ISS devido pelos profissionais autônomos, estando os dados referentes a esta atividade discriminados abaixo:

ISS AUTÔNOMOS 2019

	Quantidade de profissionais inscritos/lançados	Valor total Lançado	Valor total vencido até 24/11/2017	Valor pago até 24/12/2017	% inadimplência
Nível médio	3218	3.683.690,60	1.811.745,26	736.773,43	59,33
Nível superior	4201	9.609.438,35	4.708.082,15	3.620.773,91	23,09
TOTAL	7.419	13.293.138,95	6.519.827,41	4.357.547,34	33,12

Fonte: Gerência de Cadastro Fiscal – GECAF/CCALT/SUREC/SEF/SEEC.

O modelo atual de atendimento ao público, privilegia o atendimento remoto e dispõe das seguintes modalidades: Virtual; Central 156 e Autoatendimento.

A implementação do atendimento virtual e do autoatendimento na internet proporcionou significativa facilidade para o cidadão na solicitação de serviços, eliminando o custo de deslocamento e o tempo de espera em Agências de Atendimento da Receita. Contudo, verifica-se nos registros dos atendimentos presenciais da Tabela 02 que ainda existe uma quantidade expressiva de cidadãos e empresários que preferem o atendimento presencial.

Importante ressaltar que também é expressiva a quantidade de contribuintes que ainda solicitam a abertura dos serviços disponibilizados na internet por meio do atendimento presencial nas Agências de Atendimento. Neste caso, tem-se registros duplicados de atendimentos para um mesmo cidadão, nos dados do Atendimento Presencial e do Atendimento Remoto.

Autoatendimento

A Receita do DF disponibiliza na internet serviços que o cidadão pode realizar por meio do autoatendimento, através do portal "Agencianet" (área pública e restrita), e no Portal da Receita, na aba Serviços SEF (Cidadão ou Empresa), além de sistema para a emissão de Nota Fiscal Avulsa - SENFA.

O cidadão pode acessar os serviços disponíveis na internet para o autoatendimento com o certificado digital ou com senha eletrônica disponibilizada pela SEF, conforme o tipo de serviço, e não é necessária a participação de servidor desta Secretaria no procedimento.

Atendimento presencial nas Agências de Atendimento da Receita

As tabelas abaixo demonstram as quantidades de atendimentos presenciais nas unidades de atendimento. A tabela 02 demonstra as quantidades de atendimentos presenciais nas Agências de Atendimento no exercício de 2019 e a tabela 03 demonstra a variação anual negativa das quantidades de atendimentos presenciais nas Agências da Receita do DF desde o ano de 2011.

Tabela 02*		
AGÊNCIAS 2019		ATENDIMENTOS (%)
AGCEI	27.941	10,09%
AGEMP ³	1.437	0,52%
AGGAM	32.090	11,59%
AGBRA ¹	62.184	22,46%
AGPLA	36.529	13,19%
AGSIA	32.059	11,58%
AGSUL ²	36.949	13,35%
AGTAG	47.660	17,22%
TOTAL*	221.457	100,00%

Fonte: BD OS-COATE nº 36/2007.

Nota (*)

1- A AGNOR incorporou a AGSUL e passou a se chamar AGBRA a partir de outubro/2019;

2-A AGSUL e a AGEMP encerraram as atividades em setembro/2019.

Tabela 03	
Ano	Quantidade de atendimentos presenciais nas Agências da Receita do DF
2011	468.958
2012	459.802
2013	475.726
2014	400.774
2015	427.873
2016	391.762
2017	360.786
2018	289.561
2019*	276.849

Fonte: BD OS-COATE nº 36/2007.

Atendimento Presencial nas Unidades do Na Hora

Os postos de Atendimento da Receita nas unidades do Na Hora prestam os serviços imediatos ao cidadão, inclusive aos sábados, contribuindo significativamente com a diminuição dos atendimentos presenciais nas Agências da Receita.

A tabela 04 demonstra a quantidade de atendimentos em cada unidade do Na Hora no exercício de 2019, e o percentual individual relativo ao total de atendimentos.

Tabela 04		
Unidades do Na Hora	Quantidade	Atendimentos (%)
RODOVIÁRIA	59.052	17,63
TAGUATINGA	65.679	19,61
RIACHO FUNDO I	28.533	8,52
CEILÂNDIA	67.456	20,14
SOBRADINHO	52.366	15,64
GAMA	44.913	13,41
BRAZLÂNDIA	16.888	5,04
TOTAL*	334.887	100,00

Fonte: Sistema de emissão de senhas das unidades do Na Hora.

Importante ressaltar que o novo modelo de atendimento ao contribuinte implementado nesta Secretaria permite às unidades do Na Hora atuarem de forma semelhante às Agências de Atendimento, além de possibilitar às unidades o apoio de servidores de outras carreiras do GDF, devido a simplificação na forma de atendimento.

A tabela 05 abaixo demonstra a evolução da quantidade de atendimentos dos postos da SEF nas unidades do Na Hora a partir do ano de 2011. Verifica-se o aumento dos atendimentos devido a criação da nova unidade de Brazlândia, e a transformação da Agência da Receita de Sobradinho em unidade do Na Hora.

Quadro comparativo anual - Atendimento remoto x Atendimentos presenciais Agências de Atendimento e nas Unidades do Na Hora

Tabela 05									
Unidade Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Rodoviária	84.618	82.083	90.280	71.770	60.563	65.916	63.291	65.737	59.052
Taguatinga	64.070	57.778	51.912	49.897	46.975	55.940	58.807	66.424	65.679
Riacho Fundo I	3.431	21.495	27.781	20.974	19.490	20.487	34.202	29.556	28.533
Ceilândia	71.003	66.935	78.539	75.621	56.636	67.816	63.174	75.765	67.456
Sobradinho	31.998	30.746	37.162	30.461	26.527	27.524	30.298	50.186	52.366
Gama	29.527	37.761	46.332	44.051	38.807	43.558	45.627	49.005	44.913
Brazlândia	**	**	**	**	**	**	**	8.992	16.888
TOTAL*	284.647	296.798	332.006	292.774	248.998	281.241	295.399	345.665	334.887

Fonte: Sistema de emissão de senhas das unidades do Na Hora.

Quadro comparativo anual - Atendimento Remoto x Presencial Agências de Atendimento e nas Unidades do Na Hora.

Tabela 06							
ANO	Remoto	Agência	NA HORA	TOTAL	% Remoto	% Agência	% NA HORA
2011	306.857	468.958	284.647	1.060.462	28,9%	44,2%	26,8%
2012	335.145	459.802	296.798	1.091.745	30,7%	42,1%	27,2%
2013	354.184	475.726	332.006	1.161.916	30,5%	40,9%	28,6%
2014	390.881	400.774	292.774	1.084.429	36,0%	37,0%	27,0%
2015	364.274	427.873	248.998	1.041.145	35,0%	41,1%	23,9%
2016	411.972	391.762	281.241	1.084.975	38,0%	36,1%	25,9%
2017	473.222	360.786	295.399	1.129.407	41,9%	31,9%	26,2%
2018	396.511	289.561	345.665	1.031.737	38,4%	28,1%	33,5%
2019	366.913	276.849	334.887	978.649	37,5%	28,3	34,2%

Fonte: BD 05-COATE nº 36/2007 e AGREM

TESOURO

Para viabilizar o cumprimento das metas fiscais e efetivo controle das finanças públicas, foi editado o Decreto nº 39.662, de 07/02/2019, publicado no Suplemento ao DODF nº 08, de 08/02/2019, p. 01, aprovando os limites anuais e mensais da programação financeira de 2019, para o Poder Executivo do Distrito Federal, estabelecendo cronograma para pagamento de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida consolidada, conforme valores detalhados nos Anexos II a VII do citado decreto.

Os limites anuais e mensais da Câmara Legislativa do DF, do Tribunal de Contas do DF e da Defensoria Pública do DF foram programados no SIGGO na proporção de duodécimos das dotações orçamentárias autorizadas na LOA/2019 (Lei nº6.254, de 09/01/2019), em atendimento ao art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 55 da LDO/2019 (Lei nº 6.216, de 17/08/2018), que estabelecem o repasse financeiro até o dia 20 (vinte) de cada mês, de acordo com critérios estabelecidos entre os Poderes Executivo e Legislativo. As dotações autorizadas para as unidades que compõem a função legislativa na LOA/2019 (CLDF e TCDF), portanto, o Poder Legislativo, representa o valor total de R\$ 1.007.692.733 e para as unidades da Defensoria Pública do DF representa o valor total de R\$ 219.849.255.

Foi analisado o comportamento da receita, com base na arrecadação do quadriênio 2015 a 2018, independente de Poder, adotando-o para a distribuição dos valores da LOA/2019. Os comportamentos díspares, desarmônicos ou descontínuos foram ajustados e as fontes de recurso novas ou com histórico de arrecadação do quadriênio não representativo foram divididas linearmente por 12 (1/12) do valor previsto em LOA/2019. Para as Fontes de Convênio, Operação de Crédito e as demais fontes detalhadas utilizou-se a média do quadriênio dos anos de 2015 a 2018, sendo que a liberação financeira dessas fontes se procede após o ingresso efetivo da receita.

Visando diminuir o déficit líquido no caixa do Tesouro do GDF, obter gestão financeira efetiva sem atraso dos pagamentos e executar os programas e projetos do Governo sem paralisação de obras e serviços públicos, para o exercício 2019, o montante proposto de contingenciamento na Fonte 100, cujos valores aprovados na LOA/2019 foram de R\$ 600 milhões. Sendo R\$ 31.298.267,00 pela frustração da receita tributária e R\$ 568.701.733,00 referente a compensação dos restos a pagar de 2019, conforme Tabela 1 – Valores a Contingenciar na Fonte 100 em 2019 – em R\$ abaixo:

Ano	Frustração de Receita (R\$)	Restos a pagar (R\$)	Total (R\$)
2019	31.298.267,00	568.701.733,00	600.000.000,00

Para os órgãos do Poder Executivo foram programados o total de R\$ 23.842.126.393,00 (vinte e três bilhões oitocentos e quarenta e dois milhões cento e vinte e seis mil trezentos e noventa e três reais) nos grupos de despesas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de um total de R\$ 26.221.661.788,00 (vinte e seis bilhões duzentos e vinte e um milhões seiscentos e sessenta e um mil setecentos e oitenta e oito reais) das dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2019, incluindo a Reserva de Contingência (grupo 9) e o Poder Legislativo.

Fundo Constitucional do Distrito Federal

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), teve orçamento para 2019 no valor de R\$ 14.295.475.653,00, Lei nº 13.808, de 15/01/2019, publicada no DOU nº 11, 16/01/2019, seção 1. A partir de janeiro de 2017, em face da determinação do Acórdão nº 2334/2016-TCU-Plenário, que restabeleceu a sistemática de execução orçamentário-financeira vigente até o exercício de 2014, referidas áreas passaram a executar seus orçamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

**TABELA 2 – Fundo Constitucional - Valor inicial e valor atual
(Por área, grupo de natureza de despesa e outros benefícios)**

ÁREA	DESPESA	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL	Valores em reais
				% ATUAL
Segurança	Pessoal	6.435.088.202	6.012.166.195	-7%
	Outros Benefícios	922.776.552	864.393.675	-6%
	Custeio	568.187.586	687.885.434	21%
	Investimento	143.903.202	122.721.504	-15%
	SUBTOTAL	8.069.955.542	7.687.166.808	-5%
SEE e SES	Pessoal - Educação	3.248.092.143	2.708.092.143	-17%
	Pessoal - Saúde	2.977.427.968	3.836.619.827	29%
	Custeio - Educação	0	40.000.000	0%
	Custeio - Saúde	0	30.201.183	0%

	SUBTOTAL	6.225.520.111	6.614.913.153	6%
	TOTAL FCDF	14.295.475.653	14.302.079.961	

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2019

Os percentuais da coluna % ATUAL refletem os remanejamentos efetuados no decorrer do exercício entre a dotação inicial e a dotação atualizada até dezembro de 2019, observando-se que houve decréscimo para alguns grupos de despesas e acréscimo em outros.

Os dados da tabela demonstram que o maior impacto relativo às alterações efetuadas foi a suplementação para a Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (SES). Pode-se observar que sua dotação orçamentária de pessoal aumentou em 29%, e foram acrescidos R\$ 30.201.183,00 para atender despesas com custeio da folha.

Os cancelamentos referentes ao Pessoal e a Outros Benefícios da Segurança, que em termos relativos foram de 7% e 6 %, respectivamente, foram em decorrência de execução a menor do que a prevista. Isso ocorreu devido à efetivação de nomeações de novos servidores pela PCDF, que estavam previstas no Anexo V da LOA da União de 2019, e também por superestimação na projeção de gastos com pessoal para a PMDF.

Os créditos referentes ao Pessoal foram remanejados para a SES, conforme mencionado no parágrafo anterior. Os créditos referentes a Outros Benefícios foram remanejados para despesas de Custeio da Segurança, que teve sua dotação aumentada em 21%.

Os cancelamentos referentes ao Investimento da Segurança totalizaram 15% da dotação inicial. Os recursos foram remanejados para o Custeio da Segurança e para a SEE e SES, colaborando com os aumentos citados.

Na assistência financeira à execução de serviços públicos de saúde, houve o remanejamento de 17% da dotação de Pessoal da Educação para a de Pessoal da Saúde, colaborando com o aumento da dotação da SES mencionado no segundo parágrafo deste item.

No corrente exercício, os remanejamentos orçamentários solicitados e autorizados pelo Ministério da Economia, até o mês de dezembro/2019, somam o montante de R\$ 2.091.577.472,00 correspondendo a uma alteração do orçamento inicial em torno de 15%, sendo: R\$ 622.184.430,00 na área de segurança pública e R\$ 1.469.393.042,00 na assistência financeira à execução de serviços públicos de educação e saúde.

Análise de processos e documentos que demandam recursos

No período em análise (janeiro a dezembro/2019) foram emitidas, aproximadamente, 107 (cento e sete) manifestações em instrução processual, referentes a aspectos orçamentário e financeiro de pleitos oriundos das Unidades Gestoras que compõem o FCDF.

Proposta orçamentária para 2020

A partir de junho de 2019, foi dado início à elaboração da Proposta Orçamentária Anual do FCDF, tendo sido enviados Ofícios às Unidades Gestoras que compõem o FCDF para apresentarem suas demandas orçamentárias relativas ao exercício de 2020. Recebidas as demandas pela Coordenação de Gestão do FCDF, as mesmas foram analisadas, consolidadas e inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

Em agosto/2019, o Ministério da Economia (ME) comunicou o referencial monetário destinado à elaboração do PLOA/2020 do FCDF no montante de R\$ 15.110.028.760,00. Em face ao teor do Acórdão nº 2189/2016 TCU Plenário, foi acrescido valor estimado de R\$ 633.232.518,00, resultante da contribuição da PCDF, PMDF e do CBMDF, totalizando, assim, R\$ 15.743.261.278,00, com a seguinte configuração de valores (Tabela 3 - PLOA/2020 do FCDF, abaixo:

GRUPO	VALOR	Valor em reais
		Δ% GRUPO
PESSOAL	13.454.222.871	85,5%

CUSTEIO	2.063.260.578	13,1%
INVESTIMENTOS	225.777.829	1,43%
TOTAL	15.743.261.278	100%

Tabela 4 - Série histórica de aportes anuais do FCDF

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO FCDF - 2003-2020					
Valores em reais					
Ano	Orçamento Autorizado FCDF	Dotação		%	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança¹	SE²
2003	3.356.357.953	1.700.764.243	1.655.418.629	51	49
2004	3.975.924.185	1.907.137.692	2.068.786.493	48	52
2005	4.449.279.076	2.143.179.975	2.306.054.076	48	52
2006	5.257.655.452	2.543.486.940	2.714.168.512	48	52
2007	6.054.980.102	2.965.426.683	3.089.553.419	49	51
2008	6.595.079.327	3.534.122.560	3.057.687.434	54	46
2009	7.604.519.609	3.931.107.687	3.672.420.618	52	48
2010	7.685.571.324	4.099.145.234	3.586.426.090	3	47
2011	8.748.271.757	4.675.005.927	4.073.265.830	53	47
2012	9.967.887.188	4.887.447.932	5.080.439.256	49	51
2013	10.694.936.470	5.089.777.886	5.605.158.584	48	52
2014	11.664.776.507	5.429.547.818	6.235.228.689	47	53
2015	12.399.541.238	6.296.206.536	6.103.334.702	51	49
2016	12.017.318.201	6.739.110.380	5.278.207.821	56	44
2017	13.218.604.133	7.591.232.873	5.627.371.260	57	43
2018	13.691.017.785	7.727.113.704	5.963.904.081	56	44
2019	14.295.475.653	8.069.955.542	6.225.520.111	56	44
2020	15.743.261.278	8.186.947.340	7.556.313.938	52	48
Total	167.420.457.238	87.516.716.953	79.899.259.543	52	48

Notas:

- (1) Segurança = Segurança pública
(2) SE =Saúde e Educação

A série histórica do FCDF demonstra que as dotações autorizadas para as áreas de segurança pública e assistência financeira à educação e saúde vêm se comportando de forma equilibrada desde o ano de 2003. Destacando-se que as correções feitas, ao longo dos anos, têm proporcionado distribuição equânime dos recursos entre as áreas, com flutuação de valores ora para mais, ora para menos, porém, sem perda da essência e finalidade a que se propõe o FCDF.

Para o exercício de 2020, a evolução da despesa da segurança e o crescimento do FCDF, permitiram que a distribuição dos recursos entre as áreas de Segurança Pública e Saúde/Educação ficassem dentro da média histórica, de 52% e 48%, respectivamente.

Prestação de contas anual

O FCDF, Órgão (25915), Unidade Orçamentária (73901) e Unidade Gestora central (170392) do MF, é composto pelas seguintes Unidades Gestoras executoras (UGs): UG 170393 – PMDF; UG 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF; UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal da PMDF; UG 170394 – CBMDF; UG 170495 – Assistência Médica do CBMDF; UG 170395 – PCDF; UG 170397 – Secretaria de Estado de Saúde – SES e a UG 170399 – Secretaria de Estado de Educação – SEE.

Elaborado e encaminhado para o TCU, no mês de março/2019, o Relatório de Gestão (RG) 2018 do fundo, no qual foram prestadas informações consolidadas da UG central, UG 170392, compostas por aspectos técnicos e contábeis sobre a execução orçamentário-financeira e atendimento as recomendações dos órgãos de controle interno e externo. No referido relatório

temático foram apresentados dados consolidados referente às execuções das despesas das áreas da educação e saúde custeadas com recursos do FCDF.

Com relação ao assunto ressarcimento dos servidores cedidos das forças de segurança do Distrito Federal, a cobrança passou a ser realizada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, por força do Decreto Distrital nº 39.950/19. Com a edição da Lei federal nº 13.690/2018, os assuntos cessão e ressarcimento dos policiais civis e militares e do corpo de bombeiros militar passaram ter um novo disciplinamento a partir de 11.07.2018, que está sendo cumprido pelas forças de segurança.

Sobre o assunto abordado no parágrafo anterior, cabe ressaltar que foi editado o Acórdão 1774/2017 (TCU-P), cujos efeitos foram suspensos por força do Acórdão 881/2018 (TCU-P), processo TC nº 043.927/2012-2. No julgamento do mérito, aquela Corte de Contas firmou entendimentos, por meio do Acórdão 2749/2018 (TCU-P), no sentido de que os itens 9.1 a 9.4 do Acórdão 1774/2017 encontram-se limitados à data de publicação da Lei Federal nº 13.690/2018, alertando ao GDF para a necessidade de revisão da legitimidade das cessões de servidores de suas forças de segurança, haja vista as inovações introduzidas pela citada lei, ficando a questão da obrigatoriedade de os cessionários ressarcirem ou não os salários ao fundo, referente aos servidores/militares cedidos, em momento futuro quando da apreciação da matéria nos processos referidos nos itens 9.5 e 9.6 do Acórdão 1774/2017, os quais tratam da apuração de valores a serem ressarcidos. Importante destacar que, no momento, em face ao recurso de embargos de declaração oposto pela PGDF junto ao TCU, os efeitos do Acórdão 2749/2018 encontram-se suspensos, conforme noticiado na Circular SEI-GDF nº 154/2018 – PGDF/GAB/PRODEC, de 20.12.2018.

Importante destacar que foram adotados procedimentos junto às UGs do FCDF visando orientá-las quanto ao correto lançamento no SIAFI e contabilização dos atos e fatos, tendo em vista dar cumprimento à legislação aplicável aos respectivos temas.

Dívida Pública e Ajuste Fiscal

No exercício de 2019 atuou-se na produção de relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal, envolvendo a apuração dos limites de endividamento do Distrito Federal, segundo metodologias definidas pela legislação e aquelas adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN. Ressalta-se, o acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/DF.

De modo que, atuou na elaboração das projeções e cálculos dos juros e amortizações da dívida pública fundada, do Pasep, que subsidiaram a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta orçamentária e o demonstrativo da situação do endividamento, exigido pela Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 149, § 7º, inciso III.

Diante da necessidade de garantir o cumprimento dos ditames da Lei Complementar 101/2000, elaborou quadros mensais, bimestrais e quadrimestrais sobre evolução da dívida pública e serviço da dívida da Administração Direta. Além de consolidar os quadros da Indireta, para publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Evolução da Dívida Pública Fundada

As informações contidas neste item referem-se à Dívida Pública Fundada do GDF, com exceção dos Precatórios, que são administrados pela Procuradoria Geral do DF.

Projeção do Serviço da Dívida

O pagamento do Serviço da Dívida Fundada, em 2019, alcançou R\$ 630 milhões. A projeção para a liquidação total da dívida se estende até 2039. Observa-se uma trajetória de crescimento até o ano de 2021, em função de liberações dos empréstimos.

Dentre os empréstimos externos, três encontram-se em fase de liberação, quais sejam: Programa de Transporte Urbano do DF, Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Pró-cidades e Projeto de Desenvolvimento Fazendário - PROFISCO, contratados com o BID. Já os contratos de empréstimos internos em fase de liberação são:

Junto ao BNDES

Complementação de Fonte de Aquisição de Trens do Metrô e Construção de Terminais Rodoviários; e Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano – PROINVESTE.

Junto à CAIXA

- Implantação do Sistema de Abastecimento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Implantação de Sistema de Abastecimento de Esgotamento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Pró-Moradia para Infraestrutura e Saneamento do DF,
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'armas;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Arapoanga;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Sol Nascente/Ceilândia;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul - Complementação;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Arniqueira – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Buritizinho - Sobradinho – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Vicente Pires – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Ribeirão - Porto Rico;
- Ampliação da DF – 047 para o acesso ao aeroporto;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul - Pró-Transporte.

Assim, a partir de 2022, será retomada a trajetória de decréscimo, conforme as projeções demonstradas no quadro a seguir:

ANO	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL	ANO	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL* (R% milhões)
2019	344.475	285.820	630.295	2030	258.352	97.471	355.823
2020	496.577	303.278	799.855	2031	251.007	79.303	330.311
2021	529.992	313.342	843.334	2032	248.932	61.141	310.073
2022	505.674	302.000	807.673	2033	199.820	42.841	242.661
2023	498.588	276.546	775.134	2034	170.490	26.489	196.979
2024	496.069	246.504	742.573	2035	126.337	13.748	140.085
2025	405.730	217.825	623.555	2036	69.965	5.392	75.358
2026	385.864	192.321	578.185	2037	10.350	2.263	12.613
2027	398.725	167.145	565.870	2038	10.350	1.257	11.607
2028	389.019	142.161	531.180	2039	5.175	251	5.426
2029	537.348	118.063	655.411	2040	-	-	-

Nota: (*) Em valores correntes.

Estoque da Dívida Interna por Credor

A Dívida Fundada Interna é composta por 34 (trinta e quatro) contratos, sendo 1 (um) junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, referente ao refinanciamento da dívida, 22 (vinte e dois) com a Caixa Econômica Federal, 3 (três) contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e 3 (três) junto ao Banco do Brasil - BB.

Além da Dívida Interna, referente a operações de crédito, o GDF parcelou 5 (cinco) dívidas junto à Receita Federal do Brasil. Uma relativa a Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, em liquidação, no valor de R\$ 19.420.445,53, assumida pelo DF, através da Lei 5.565, de 09/12/2015, que transferiu para o GDF os direitos e obrigações. Ressalta-se, ainda, dívidas da extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no valor de R\$ 24.831.970,98 e a dívida do auto de infração para o PASEP, exercício de 2014, no valor de R\$ 9.961.657,20.

Frise-se, caso o DF não assumisse estas dívidas, ficaria impedido de renovar a Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Em relação ao estoque da Dívida do contrato da STN, o mesmo sofreu acréscimo, devido à elevação do IPCA no decorrer do ano. Ademais, a dívida com a CAIXA e BB sofreram acréscimos em função dos desembolsos das operações.

Desse modo, em relação ao estoque da dívida do Distrito Federal, a STN é credora de 30,52%, BNDES de 9,46%, BB de 28,19%, CAIXA de 30,97% e Receita Federal do Brasil de 0,85%. Assim, em milhões de reais, seguem os valores: R\$ milhões

CREDOR*	2014	2015	2016	2017	2018	2019
STN	1.211,0	1.280,3	1.052,4	1.117,1	1.152,1	1.154,1
BNDES	396,6	363,5	342,1	321,5	375,8	357,8
BB	0	553,7	487,4	814,9	1.025,4	1.066,0
CAIXA	907,3	952,2	945,0	1.008,2	1.123,6	1.171,2
RFB	47,3	26,8	43,7	35,7	39,7	32,2
TOTAL	2.562,2	3.176,5	2.870,6	3.297,4	3.716,7	3.781,3

Nota: (*) Em valores correntes.

Estoque da Dívida Externa por Credor

A Dívida Fundada Externa refere-se a seis contratos, sendo quatro contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dois junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Houve um acréscimo em virtude das liberações ocorridas no período, bem como a variação cambial.

R\$ milhões

CREDOR*	2014	2015	2016	2017	2018	2019
BID	598,4	845,1	672,3	654,3	784,6	805,7
BIRD	136,9	181,2	134,5	119,5	120,1	104,3
CAF	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	736,2	1.026,3	806,8	773,8	904,7	910

Nota: (*) Em valores correntes.

Evolução do Serviço da Dívida - Serviço da Dívida Interna

Em 2019, as despesas com serviço da Dívida Interna do Distrito Federal foram de R\$ 254,9 milhões com amortização e R\$ 249,1 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$504 milhões.

R\$ milhões

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA*												
CREDOR	2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	A	E	A	E	A	A	E	A	E	A	A	E
STN	49,8	74,8	56,2	76,8	26,9	49,8	74,8	56,2	76,8	26,9	19,81	47,19
BNDES	25,1	16,9	34,3	28,3	36,5	25,1	16,9	34,3	28,3	36,5	41,85	25,76
CAIXA	25,9	71,6	52,0	84,6	64,0	25,9	71,6	52,0	84,6	64,0	99,73	90,19
BB	0,0	0,0	0,00	14,5	2,3	0,0	0,0	0,00	14,5	2,3	86,27	83,93
Parcel. RFB	11,3	5,6	11,4	6,7	20,0	11,3	5,6	11,4	6,7	20,0	7,28	2,07
TOTAL	112,1	168,9	153,9	210,9	149,7	112,1	168,9	153,9	210,9	149,7	254,94	249,14

Nota: (*) Em valores correntes.

Serviço da Dívida Externa

As despesas com o serviço da Dívida Externa do Distrito Federal foram de: R\$ 89,5 milhões com amortização e R\$ 36,6 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 126,1 milhões.

R\$ milhões

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA			
ANO	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2014	65,2	12,5	77,7
2015	73,4	18,0	91,4
2016	58,6	18,3	76,9
2017	68,3	24,1	92,4
2018	80,1	29,3	109,4

Nota: (*) Em valores correntes.

Liberações de Operações de Crédito

Em 2019, foram liberados R\$ 347,7 milhões em operações de crédito, para os seguintes contratos:

Junto à CAIXA

- Implantação do Sistema de Abastecimento de água de Águas Lindas e Adjacências R\$ 3.534.805,11;
- Pró-moradia Infraestrutura, Urbanização, Assentamento Sol Nascente - Ceilândia/DF R\$ 27.606.265,03;
- Implantação de Sistema Produtor de Água do Corumbá do Sul R\$ 4.134.551,02;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Oeste R\$ 4.643.564,57;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Arniqueira R\$ 5.406.757,93;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Vicente Pires R\$ 75.295.035,48;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Porto Rico R\$ 1.610.574,73 e Ampliação da DF 047 R\$ 22.351.396,14.

Junto ao BNDES

- Programa de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - Proinveste R\$ 22.781.755,23.
- BB - Programa de Infraestrutura Urbana e Social R\$ 100.000.000,00 e Empreendimento residencial Parque do Riacho - 5ª Etapa - Riacho Fundo II R\$ 5.949.130,89.

Nos contratos da dívida externa as liberações ocorreram da seguinte forma:

Junto ao BID

- Programa de Desenvolvimento Econômico do DF - Pró-cidades R\$ 58.019.869,66; e Projeto de Desenvolvimento Fazendário - PROFISCO R\$ 16.392.954,10.

O quadro a seguir demonstra a evolução das liberações nos últimos 6 anos:

R\$ milhões

LIBERAÇÕES OCORRIDAS						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA INTERNA	461,1	557,9	80,9	493,3	483,4	273,3
DÍVIDA EXTERNA	26,8	22,8	19,2	23,9	78,2	74,4
TOTAL	487,9	580,7	100,1	517,2	561,6	247,7

Novas Operações de Crédito

O espaço fiscal do DF é de R\$ 1.407.933.189,03, para contratação de novas operações de crédito, conforme a 15ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal, assinado em outubro de 2019. No entanto, em 2019, não houve contratação de novas operações de crédito.

Capacidade de Endividamento

Com relação à aprovação de novas operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização submetem-se aos ditames da Resolução 40 e 43 do Senado Federal de 2001.

Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal

No ano de 1999, o Governo do Distrito Federal refinanciou sua dívida fundada interna com a União, ao amparo da Lei 9.496/97, assinando o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal – PAF/DF, parte integrante do contrato de renegociação da dívida com previsão para o período de 30 anos. O PAF/DF é revisado anualmente com ações corretivas de ajuste fiscal ao longo do referido contrato.

O Programa prevê em sua revisão anual a definição de metas que envolvem o controle efetivo da execução da despesa e realização da receita pública, o cumprimento de compromissos e ações previstas, a elaboração de relatório anual com prazo de entrega para até 31 de maio de cada exercício. A última revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF/DF, pelo Governo do Distrito Federal foi realizada em 31 de outubro de 2019, para o período de 2019-2021.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN avalia, anualmente, a execução do programa de ajuste fiscal referente ao exercício anterior. Para o ano de 2019, o Distrito Federal apresentou os seguintes resultados:

Meta n.º 1: manter relação ajustada Dívida Financeira/Receita Líquida Real a 31,58%; O DF cumpriu a meta com a relação de 26,84% da RLR;

Meta n.º 2: apresentar resultado primário deficitário em até R\$ 1.277 milhões; O DF apresentou resultado primário deficitário de R\$ 444 milhões, expurgadas receitas e despesas previdenciárias. Assim, dentro cômputo da meta estabelecida;

Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida; O DF cumpriu a meta com a relação de despesa com pessoal/RCL igual a 50,33%, excluídas as despesas previdenciárias;

Meta n.º 4: alcançar receita de arrecadação própria no valor de R\$ 13.782 milhões; O DF cumpriu a meta estabelecida, já que arrecadou receitas no montante de R\$ 14.700 milhões, excluídas as receitas previdenciárias;

Meta n.º 5: estabelecida na forma de compromissos, com destaque ao preenchimento do Anexo V do RGF pelo demais poderes (Câmara Legislativa e Tribunal de Contas do Distrito Federal);

Meta n.º 6: limitar os gastos de investimentos e demais despesas de capital a 8,89% da Receita Líquida Real anual – RLR; O DF apresentou um índice de 6,58%.

Seguem, abaixo, as metas estabelecidas para triênio 2019-2021, projetadas pelo Distrito Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com a nova metodologia de avaliação do Programa, em consonância ao 5º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 003/99-STN/COAFI, assinado em 29 de agosto de 2019.

ANO METAS	METAS		
	2019	2020	2021
META 1 Dívida Financeira/RCL	51,90%	46,33%	40,51%
META 2 Resultado Primário (R\$ milhões)	-833	-594	-582

META 3 Despesa Pessoal/RCL	≤ 60%	≤ 60%	≤ 60%
META 4 Receita Própria (R\$ milhões)	14.879	15.218	15.831
META 5* Compromissos	-	-	-
META 6** Disponibilidade de Caixa	-	-	-

Notas

*Composta por metas não mensuráveis.

**Consiste em alcançar em 2019 disponibilidade de caixa de recursos não incluídos do poder executivo maior ou igual às obrigações financeiras não-vinculadas.

Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP

O PASEP foi instituído pela Lei Complementar nº 8, de 03/12/70, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte.

Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro-desemprego.

A Lei nº 9.715, de, 25/11/98 estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno, passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas.

R\$ milhões*

ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valores pagos	134,45	107,24	107,30	127,02	140,22	233,05

Nota: (*) Em valores correntes.

CONTABILIDADE

a) No exercício de 2019 o Subsecretaria de Contabilidade deu continuidade ao processo de implementação de novos procedimentos visando a convergência da contabilidade internacional, além de ter executado suas atividades previstas no regimento interno, instituído por meio do Decreto nº 35.565, de 25 de junho de 2014, tais como:

b) Consolidação do balanço geral do GDF de 2018, bem como a elaboração da prestação de contas anual do governador encaminhados à Câmara Legislativa do DF;

c) Organização do conjunto de documentos elaborados por diversos órgãos do GDF referentes à composição do Balanço Geral de 2018, que foram encaminhados à Câmara Legislativa do DF em abril de 2019;

d) Elaboração dos relatórios bimestrais e quadrimestrais sobre a execução orçamentária, bem como dos relatórios de gestão fiscal do GDF, exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000);

e) Elaboração de relatório para compor as tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesas da administração direta e fundos especiais, totalizando a média de 150 unidades gestoras;

f) Elaboração de demonstrativos consolidados encaminhados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), como prerrogativa para possibilitar o Governo do DF a efetuar operações de crédito, dentre outras;

g) Apuração do limite de aplicação em MDE e FUNDEB, bem como elaboração de demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) exigidos na LRF;

- h) Organização e controle das tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, agentes recebedores e pagadores da administração direta, de órgãos de relativa autonomia e dos fundos especiais, referentes ao exercício de 2018, com apresentação pelo Sistema Eletrônico de Contas (SEC) do TCDF, entregues na sua totalidade até junho de 2019;
- i) Análise qualitativa de contas e acompanhamento quanto ao fechamento do exercício de 2018 para fins de consolidação dos demonstrativos contábeis em vários níveis: por unidade gestora, unidade orçamentária, tipos de administração e consolidação, tudo visando a consolidação do Balanço Geral do Governo do DF;
- j) Realização, acompanhamento dos registros patrimoniais, além de diversos procedimentos voltados ao controle dos bens móveis, imóveis e semoventes do GDF;
- k) Coordenação, acompanhamento, controle, realizações de inspeções e diligências acerca da legalidade de atos e o cumprimento das disposições legais, quanto à prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres, subvenções sociais e auxílios para investimentos;
- l) Elaboração de respostas e instrução de processos, objetivando atender demandas da Ouvidoria/SEEC, formuladas pelo cidadão, em observância à lei de acesso à informação;
- m) Elaboração de notas técnicas estabelecendo procedimentos contábeis visando dar orientação técnica aos ordenadores de despesas do GDF;
- n) Gerenciamento dos procedimentos de normatização, das operações de contabilidade dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do GDF;
- o) Elaboração de relatório para compor as tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesas da administração direta e fundos especiais, totalizando cerca de 150 unidades gestoras;
- p) Gerenciamento e a atualização do Plano de Contas e da Tabela de Eventos inserida no SIAC/ SIGGO, de uso obrigatório por todos os órgãos e entidades que executam seu orçamento no mencionado sistema;
- q) Gerenciamento e a operacionalização dos sistemas utilizados para a administração orçamentária, financeira e patrimonial do GDF;
- r) Desenvolvimento do Sistema de Rol de Responsáveis (Rolresp) - na plataforma Web, e seu constante gerenciamento, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do DF (TCDF);
- s) Elaboração das tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesas, agentes de materiais e demais agentes responsáveis por bens e valores públicos;
- t) Alteração das contas de controle e confecção de manual para orientar as unidades gestoras do GDF na contabilização dos recursos distritais concedidos ou recebidos por meio de "transferências voluntárias";
- u) Orientação aos gestores das empresas públicas dependentes do Tesouro distrital, autarquias e fundações sobre os demonstrativos e regras de custos governamentais, inseridos no SIAC/SIGGO, módulo custos;
- v) Concessão, habilitação, cadastro, monitoramento e desabilitação de usuários do SIAC/SIGGO.
- w) Monitoramento dos registros para subsidiar o fechamento das informações de custos para o encerramento do exercício de 2019;
- x) Migração para o ambiente Web do Comunica do SIGGO, além da atualização das classificações orçamentárias da receita para atender ao novo ementário da receita, obrigatório pela Portaria nº 388, de 14 de junho de 2018 - STN, que dispõe sobre o desdobramento da

classificação por natureza da receita orçamentária para aplicação no âmbito dos Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios;

y) Análise de prestação de contas e orientação para a adequada aplicação dos recursos públicos concedidos por meio de suprimento de fundos;

z) Acompanhamento da despesa, análise da documentação e registro de bens móveis de propriedade do GDF, adquiridos com recursos orçamentários (Tesouro/Fundo Constitucional do DF) e extra orçamentários (restos a pagar, doação, reposição, apreensão, produção, nascimento e captura), realizando as incorporações, transferências entre unidades administrativas e baixas decorrentes de alienações/baixados;

aa) Elaboração e encaminhamento às unidades supervisionadas de instruções sobre os procedimentos a serem adotados visando ao encerramento do exercício de 2019;

bb) Realização de reintegração de posse de imóveis de propriedade do GDF que se encontravam ocupados irregularmente.

RECURSOS FISCAIS

O Tribunal Administrativo de Recurso Fiscais - TARF é o órgão vinculado à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal responsável por julgar em segunda instância administrativa os processos tributários.

Tratam-se de processos relacionados a autos de infração, notificação de lançamento, de reconhecimento de benefícios fiscais de caráter não geral, de autorização de adoção de regime especial de interesse do contribuinte e de restituição de tributos.

Nos gráficos e tabelas abaixo, são apresentados os resultados relacionados aos processos registrados e recebidos pelo Tribunal ao longo do Exercício de 2019, segregados por natureza; tais resultados são exibidos, ainda, em tabelas que permitem observar a evolução de tais quantitativos em relação aos Exercícios de 2015 a 2018.

Posteriormente, é apresentado gráfico contendo a distribuição percentual por natureza de decisão proferida para 2019.

EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO RECURSOS REGISTRADOS POR NATUREZA

	2015	2016	2017	2018	2019	%
Recurso Voluntário	535	311	568	560	257	28%
Reexame Necessário	200	61	62	54	23	2%
Recurso Extraordinário	24	19	42	120	167	18%
Reexame Necessário ao Pleno	8	9	1	4	4	0%
Recurso Contra a Decisão do Presidente	1	4	2	1	0	0%
Embargos de Declaração	30	26	32	163	240	26%
Pedido de Avocação	2	-	-	-	0	0%
Recurso de Jurisdição Voluntária	137	167	147	201	231	25%
TOTAL	987	597	854	1103	922	100%

QUANTITATIVO RECURSOS REGISTRADOS POR NATUREZA - 2019



EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO RECURSOS RECEBIDOS POR NATUREZA

RECURSOS NEGADO SEGUIMENTO	129	84	41	37	9
----------------------------	-----	----	----	----	---

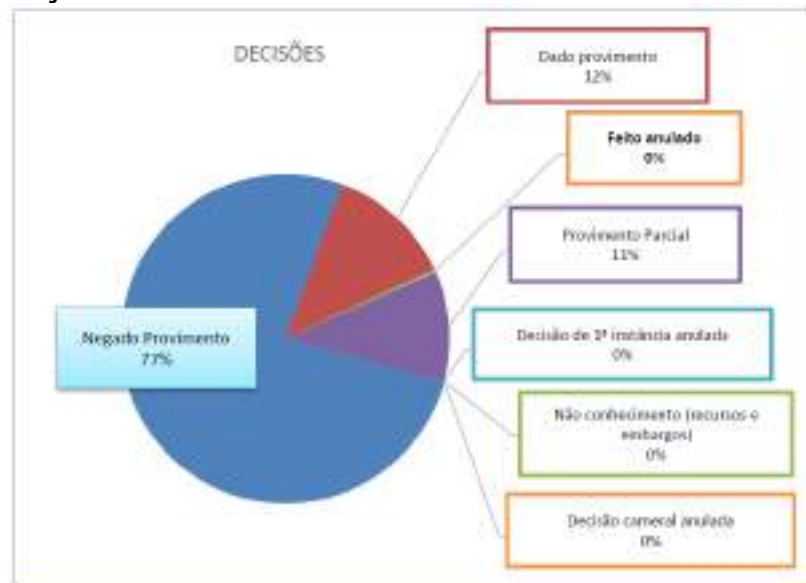
RECURSOS RECEBIDOS POR ESPÉCIE

	2015	2016	2017	2018	2019	%
Recurso Voluntário	462	297	543	528	230	24%
Reexame Necessário	198	63	63	69	14	1%
Recurso Extraordinário	7	22	35	94	150	15%
Reexame Necessário ao Pleno	20	0	1	4	3	0%
Recurso Contra a Decisão do Presidente	1	3	2	1		0%
Embargos de Declaração	24	28	33	151	232	24%
Recurso de Jurisdição Voluntária	89	166	131	167	346	35%
TOTAL	804	579	808	1012	975	100%

QUANTITATIVO RECURSOS REGISTRADOS POR NATUREZA – 2019



DISTRIBUIÇÕES PERCENTUAL POR NATUREZA DE DECISÃO PROFERIDA



A seguir, é apresentada a evolução do quantitativo de sessões realizadas e acórdãos publicados pelo Tribunal nos exercícios de 2015 a 2019, segregados por Câmara. Finalmente, é exibido graficamente o quantitativo e o percentual de acórdãos publicados por Câmara.

QUANTITATIVO DE SESSÕES REALIZADAS POR CÂMARA – 2015 A 2019

SESSÕES REALIZADAS	2015	2016	2017	2018	2019	%
1ª CÂMARA	61	63	60	60	56	35%
2ª CÂMARA	61	63	60	61	56	35%
PLENO (ORDINÁRIA)	46	45	48	57	37	23%
PLENO (ADMINISTRATIVA)	13	12	12	12	13	8%
TOTAL	181	183	180	190	162	100%

ACÓRDÃOS PUBLICADOS	2015	2016	2017	2018	2019	%
1ª CÂMARA	128	144	210	341	218	35%
2ª CÂMARA	133	161	230	275	234	37%
PLENO	154	115	205	235	176	28%
TOTAL	415	420	645	851	628	100%

QUANTITATIVO/DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ACÓRDÃOS PUBLICADOS POR CÂMARA



ESTUDOS ECONÔMICOS

A Secretaria Executiva de Assuntos Econômicos (SEAE) foi criada com base na convicção da cúpula da Secretaria de Estado de Economia (SEEC) de que as decisões fazendárias deveriam se basear na quantificação e em tratamento estatístico que buscasse incessantemente a excelência. A partir da organização e tratamento de banco de dados baseado nas notas fiscais eletrônicas, e da utilização de ferramentas econométricas, a SEAE elabora previsões de receita e estudos econômicos de subsídio à atuação da SEEC do DF. Além disso, a SEAE subsidia e/ou representa a SEEC em diversos fóruns externos de discussão de cunho econômico, como por exemplo, no Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (COMSEFAZ) e nas Assembleias da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF).

Realizações

A SEAE inaugurou o atendimento à Lei n.º 5.422/2014, que trata da elaboração de estudos que mensuram o impacto na economia distrital, decorrentes de projetos de lei que concedam

ou ampliem incentivos ou benefícios a setores econômicos, permitindo diversas ações governamentais ao longo de 2019.

Cabe destacar ainda que a SEAE ofereceu curso de Estatística Básica com utilização do R em parceria com a Escola de Governo (EGOV), em outubro/2019, inaugurando uma trilha de capacitação de multiplicação de conhecimentos para servidores da própria SEAE e de todo o Governo do Distrito Federal.

Análises Econômicas

A SEAE preencheu a lacuna existente na elaboração de análises e estudos de impacto econômico e orçamentário para implantação das novas políticas públicas distritais de incentivos tributários, bem como de projetos que transitam no Congresso Nacional, em subsídio à Secretaria de Estado de Relações Institucionais do DF - SERINS, e no Conselho Nacional de Política Tributária - CONFAZ.

Foram, ainda, elaborados estudos de quantificação de ganhos e perdas de arrecadação relacionados à Reforma Tributária e de distribuição de royalties do pré-sal.

Monitoramento e Controle

Em relação ao monitoramento da receita tributária, foi lançado um novo modelo de relatório do resultado da arrecadação tributária, disponibilizado mensalmente no sítio da SEEC. O relatório contém análise de desempenho da arrecadação total, proveniente dos diversos tributos de competência do DF, estabelecendo comparações com as previsões contidas na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Programação Financeira e na Previsão Mensal Atualizada, além de particularizar as receitas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) frente ao cenário econômico.

São elaboradas previsões mensais e diárias da receita tributária, por tributo, em subsídio ao cronograma de desembolso da Subsecretaria do Tesouro (SUTES).

Bimestralmente, o desempenho da receita é reavaliado e elaborada uma nova reestimativa de receita tributária para o ano em curso.

Ainda como parte do monitoramento e controle, no início do ano de 2019, foi elaborado relatório contendo os valores dos benefícios tributários concedidos pelo Distrito Federal no ano de 2018. Este trabalho é de extrema importância, uma vez que subsidia a Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF na análise do custo-benefício das renúncias tributárias efetuadas pelo DF.

Leis Orçamentárias, Programação Financeira e PPA

Em relação ao trabalho de projeção de receitas para a elaboração das leis orçamentárias e do Plano Plurianual (PPA), este foi produzido seguindo a nova padronização contábil do Sistema Integral de Gestão Governamental - SIGGO, abrangendo a previsão de receitas tributárias, como também a previsão de receitas não-tributárias.

Além disto, na elaboração dos quadros de benefícios tributários que compõem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2020, foram revistos 98% dos valores previstos para o ICMS, e 100% dos valores previstos para o ISS, com base nos dados das notas fiscais eletrônicas.

Em janeiro de 2019, foi elaborada uma reestimativa de receita tributária em subsídio ao Decreto da Programação Financeira para o ano.

Inovação

O trabalho de revisão e aperfeiçoamento da extração dos dados relativos aos benefícios tributários existentes nas notas fiscais eletrônicas tende a ser ainda mais aprimorado com a criação de novo campo naquele documento, cujo preenchimento foi viabilizado por legislação editada por esta SEEC, no mês de dezembro de 2019.

O preenchimento e a fiscalização dos dados existentes nestes campos, bem como as novas funcionalidades do Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal (SITAF), permitirão - em futuro próximo, MONITORAMENTO mais contundente dos benefícios tributários concedidos pelo Distrito Federal, o que permitirá previsões ainda mais seguras quanto aos valores desonerados, bem como melhor avaliação do custo-benefício dos incentivos fiscais outorgados. Isto por certo resultará numa melhor tomada de decisão por parte da governança local na concessão de novos benefícios.

Elaboração de Normas

Em trabalho conjunto com a Procuradoria-Geral do DF - PGDF, foi elaborado Decreto que regulamenta a Lei Distrital n.º 5.422/2014.

Foi também elaborado o Projeto de Lei n.º 786/2019, que promoveu modificações na Lei n.º 5.422/2014, com o condão de aperfeiçoar o texto legal, de maneira a conferir-lhe maior efetividade material e concreta da aplicação da norma jurídica, contando com a corroboração da PGDF e do Conselho Regional de Economia do DF (CORECON).

Representação Fazendária

Atuou no assessoramento ao Secretário de Economia do DF junto ao CONFAZ, que inclui análise das diversas Propostas de Convênios e recomendações de votos.

Durante o ano de 2019, a atuação do Distrito Federal ganhou respeitabilidade no CONFAZ, onde foram aprovados projetos de interesse distrital, tais como o piso mínimo de tributação do querosene de aviação (QAV), encerrando uma guerra fiscal que estava acontecendo entre os Estados e resultava em perdas significativas de arrecadação, e o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS-DF) 2020.

O Programa de Educação Fiscal do Distrito Federal – PEF/DF e o Grupo de Educação Fiscal do Distrito Federal – GEF/DF estão sob a coordenação da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, SEEC/DF, conforme o Decreto nº 39.240/2018. Com a nova estrutura da SEEC/DF, foi criada a Assessoria de Educação Fiscal, ASEF, conforme DODF nº 184 de 26/09/2019.

A ASEF apresentou como principais ações em 2019: participação na 69ª Reunião do GEF, no mês de abril, em Campo Grande/MS; participação na 1ª Reunião do GT 66/CONFAZ – Educação Fiscal e 70ª Reunião do GEF, no mês de agosto, em Brasília; participação na 2ª Reunião do GT 66/CONFAZ– Educação Fiscal e 71ª Reunião do GEF, no mês de novembro, em São Paulo; elaboração dos Termos de Referência para ampliação do PEF/DF, visando a contratação de pessoa jurídica para realizar serviços técnicos especializados de gamificação fiscal e confecção do enxoval do programa, como meio de alcançar os diversos públicos do PEF/DF; ajustes na normatização para a reestruturação do PEFDF e do GEF/DF ; a elaboração do Projeto Educação Fiscal EnCena, com disseminação dos conteúdos da temática de forma ramificada, associando as mídias digitais e o teatro; e a retomada da Educação Fiscal com a elaboração do Plano de Ação do PEFDF/2020.

A proposta prioritária para o presente exercício de 2020, será a execução do Projeto Educação Fiscal EnCena, que tem como resultado-chave o alcance de 80 (oitenta) unidades escolares da rede distrital de educação. Nesse processo educativo de cidadania fiscal, serão disseminados conteúdos acerca da função social do tributo e do controle social dos recursos

e das políticas públicas, para professores e estudantes do Ensino Fundamental 2 e do Ensino Médio.

Abaixo estão relacionados projetos que são resultado da atuação da equipe de modernização da administração fazendária:

Projetos Desenvolvidos em 2019

1 – Elaboração da Cadeia de Valor da SUREC com o apoio de consultoria.

A Cadeia de Valor tem o objetivo de orientar os processos de tomadas de decisão por parte da Administração definindo as prioridades e construindo as rotinas e orientando a execução das mesmas.

2 – Deu-se início ao Projeto de Modernização da Fiscalização de Mercadorias e Veículos nas estrada e rodovias do Distrito federal elaborando os seguintes documentos:

- Análise de Risco
- Matriz de Risco
- Mapeamento dos stakeholders
- Estudo Técnico dos Problemas
- Termo de Referência, que já foi encaminhado à SEGEA/SCG para as devidas providências relativas à Licitação.

Projetos Previstos para 2020

- Continuidade da implementação do Projeto para contratação de empresa para a modernização da Fiscalização que terá como retorno o incremento da arrecadação tributária combatendo a sonegação fiscal;
- Continuidade da implantação do escritório de Processos da SEF com apoio de consultoria, para um melhor desempenho de suas atividades;
- Redesenho dos processos de funcionamento da Receita para adequação às necessidades estratégicas da SEF.

3.2 GESTÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

3.2.1 PLANEJAMENTO

O planejamento implica fundamentalmente em traçar o futuro e alcançá-lo, sua essência consiste em identificar as oportunidades e problemas do futuro e explorá-los ou combatê-los, conforme o caso. O planejamento é um processo que começa com a determinação de objetivos; define estratégias, políticas e detalha planos para consegui-los; estabelece um sistema de decisões e inclui uma revisão dos objetivos para alimentar um novo ciclo de planificação (Chiavenato). Nesse sentido, é imprescindível aos gestores públicos a visão sistêmica quanto à importância da realização do efetivo planejamento no setor público, visando o alcance da excelência na gestão pública, no que tange à materialização dos serviços prestados pelo Estado para alcance dos objetivos governamentais, ou seja, o atendimento dos interesses da coletividade.

Programas e projetos estratégicos

De janeiro a abril de 2019, a equipe de planejamento estratégico da Secretaria Adjunta de Planejamento, com apoio de consultoria especializada elaboraram, o Plano Estratégico do Distrito Federal 2019 – 2060 (PEDF). Participaram, ainda, da construção do Plano representantes de todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, além de especialistas da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico do Distrito Federal (Codese/DF).

Para a confecção do PEDF, foram realizadas reuniões de apresentação da metodologia e do material de subsídio, elaborado com base no Plano de Governo e no Relatório de Transição. Foram realizadas, ainda, rodadas de discussão para complementação do material de base e, posteriormente, encontros para validação do conteúdo, com a participação dos dirigentes de todos os órgãos envolvidos no trabalho. Para consolidação do material, foram realizadas, ao todo, 57 reuniões. O Plano foi lançado oficialmente no dia 30 de maio, em evento no Memorial JK, comandado pelo Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal.

Após o lançamento do Plano, foram realizadas reuniões entre a Secretaria Adjunta de Planejamento e dirigentes de órgãos e entidades para alinhamento relativos aos ritos de monitoramento e para a construção da Rede de Gestão Estratégica, composta, atualmente, por cerca de 50 assessores de gestão da estratégia e projetos (AGEP's) e pontos focais.

Dando prosseguimento às ações da gestão estratégica integrada e utilizando as metodologias já implementadas na elaboração do PEDF 2019-2060, a equipe de planejamento estratégico da SPLAN deu início à coordenação da elaboração dos Planos Estratégicos Integrados (PEI), disponibilizando esse suporte metodológico a todas os órgãos e entidades que compõem o complexo administrativo do Distrito Federal. Os PEI refletem o desdobramento da estratégia de governo e deverão ser norteados pelas prioridades elencadas no PEDF. Além do alinhamento às diretrizes estratégicas governamentais, os Planejamentos Estratégicos Institucionais são instrumentos que permitem maior agilidade na tomada de decisões, na coordenação de forma integrada das ações, na utilização eficaz dos recursos disponíveis e, ainda, contribuem efetivamente para o alcance das estratégias dispostas no PEDF.

A Secretaria de Estado de Economia, como órgão central de planejamento, oferece por meio da Unidade de Gestão da Estratégia e Informação (UGEI) o apoio metodológico e suporte necessários para construção dos PEI, tendo sido entregues, por essa Unidade em 2019, os Planejamentos Estratégicos Institucionais da Secretaria de Economia, elaborado com a consultoria de empresa especializada. Entregou ainda os PEI's da Subsecretaria de Políticas para Criança e Adolescente - SUBPCA; da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e da Casa Civil.

A equipe de monitoramento da Secretaria de Economia, como parte de sua atividade principal, procedeu ao monitoramento das Iniciativas Estratégicas relacionadas aos seus eixos de atuação, ocorreu com apoio da Rede de Gestão Estratégica. Para subsidiar a rotina de monitoramento, a equipe disponibiliza aos órgãos e entidades aporte metodológico para o detalhamento das Iniciativas Estratégicas. Para 2019, foi priorizado o detalhamento de iniciativas com foco temporal de execução em 2019 e em 2020. Resultando em 489 iniciativas relacionadas no PEDF, que se desdobraram em 568 projetos e em 198 ações, até dezembro de 2019, divididos da seguinte maneira:

		Ações	Projetos	Iniciativas	Foco temporal 2019	Foco temporal 2020	Demais focos temporais
Coordenação	Eixos Temáticos	198	568	766	444	227	57
COMITH	Desenvolvimento Territorial	67	207	274	152	76	46
	Meio Ambiente	16	27	43	35	05	03
COMPS	Desenvolvimento Social	11	111	122	35	81	06
	Desenvolvimento Econômico	28	33	61	38	23	0
COSED	Saúde	22	70	92	74	18	0
	Educação	12	39	51	47	04	0
COSEG	Segurança	21	36	57	35	20	02
	Gestão e Estratégia	21	45	66	28	38 em outras situações	

O Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal – GestãoDF, configura-se como ferramenta institucional para o monitoramento do Plano Estratégico do Distrito Federal. A ferramenta foi disponibilizada para o acesso de órgãos e entidades do Distrito Federal a partir de setembro de 2019, após período de reformulação iniciado em maio. Para o qual foram propostas melhorias e adequação às metodologias adotadas no Planejamento Estratégico de Governo.

Até dezembro de 2019 haviam sido cadastradas 766 Iniciativas Estratégicas elencadas após desdobramento do Plano Estratégico. O acesso à ferramenta é realizado por meio de login e senha, disponibilizados após formalização do pedido de acesso via SEI. Essa iniciativa inovadora da Secretaria Adjunta de Planejamento trouxe muitos benefícios aos gestores dos Órgãos e Unidades do GDF, pois permite o acompanhamento e o monitoramento efetivo do que foi planejado no PEI. Esse instrumento possibilita aos usuários uma gestão mais eficiente, por meio da verificação contínua e sistemática do que foi proposto no plano.

Até dezembro, 41 órgãos haviam solicitado acesso ao Sistema, bem como também tinham sido registrados 257 usuários ativos da ferramenta, dos quais 38 pertencem à equipe de monitoramento da SEEC e outros 219 são usuários que integram a Rede de Gestão Estratégica do Distrito Federal.

A partir da liberação de acesso ao Sistema Gestão-DF, em setembro de 2019, foi iniciada a rotina de reportes das iniciativas estratégicas de setembro a dezembro, somando o total de 501 iniciativas, sendo que 71% desses reportes foram executados pela SUPPE.

Realizações da área de projetos

Atualmente a carteira de projetos da SEEC, incluindo aqueles no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos do Brasil – PROFISCO, é composta de 27 projetos, entre projetos desta SEEC, PGDF e CGDF. São atividades da Unidade de Coordenação de Programas – UCP, a coordenação e a execução do Programa, constando entre suas atividades aprovar os programas de trabalho para execução dos Componentes e Subcomponentes do Projeto, dos Planos Operacionais (POA's) e dos Planos de Aquisições (PA's); solicitar ao BID a não-objeção quanto às licitações a realizar, conforme o PA e autorizar a realização de processos licitatórios no âmbito do Projeto; encaminhar à Secretaria Adjunta de Orçamento as propostas orçamentárias anuais do Projeto; solicitar ao órgão de Administração Financeira do DF a programação financeira e a liberação de recursos do financiamento e da contrapartida local; solicitar ao órgão de Administração Financeira do DF a programação financeira e a liberação de recursos do financiamento e da contrapartida local; assinar, juntamente com o Coordenador Administrativo-Financeiro, e encaminhar as prestações de contas do Projeto e solicitar a liberação de recursos do financiamento junto ao BID; encaminhar ao BID os relatórios de progresso e outros, segundo as disposições do Regulamento Operacional (ROP) do PROFISCO; encaminhar ao BID propostas de revisões e ajustes do Projeto; promover a divulgação das ações do Projeto.

No âmbito do planejamento estratégico do GDF, o Escritório de Projetos da SEEC responde pelo monitoramento das 22 iniciativas que serão executadas pela SEEC em 2020.

No exercício de 2019, conforme o Plano de Execução do Projeto (PEP), foram utilizados cerca U\$3.963.042,06 (três milhões, novecentos e sessenta e três mil e quarenta e dois reais e sessenta centavos) do valor contratado.

Foi dada continuidade ao desenvolvimento do Painel de Monitoramento de Projetos e ao Sistema de Controle Financeiro, que são obrigações contratuais a atender, em relação ao contrato de empréstimo firmado com o BID, ora em execução.

Atividades de captação de recursos para projetos

Em relação à captação de recursos, também uma das atribuições desta UO, foram realizadas atividades de orientação aos segmentos público e privado do DF:

- Workshop para tratar da Captação de Recursos e Regularidade Fiscal, com as Secretarias de Estado do Distrito Federal - Resultado: Órgãos da Administração Direta e indireta do Distrito Federal orientados sobre as diversas formas de captação de recursos e da importância de se manter a Regularidade Fiscal do Estado, atualização do Manual Interno de Procedimento (MIP);
- Workshop do DF com SUDECO - Recursos para o Desenvolvimento Regional - Resultado: Melhoria da performance de acesso ao crédito e apresentação de projetos para o Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal;
- Realização de Caravanas Itinerantes em 2019 -Resultado: Caravanas FCO Itinerante nas Regiões Administrativas, nos meses de junho e julho, promovendo incremento de aproximadamente 90% de utilização dos recursos do FCO.

Ações relativas à busca de novos pleitos

- Retomada das tratativas com a Agência Francesa AFD para promover Cooperação Técnica Internacional - Resultado: Assinatura do Protocole d'Intention com Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD);
- Pleiteado no Ministério da Economia a prorrogação da Recomendação COFIEIX 09/0121 do PBCA - Resultado: 1ª Prorrogação da Recomendação COFIEIX - Programa Brasília Capital das Águas/FONPLATA;
- Retomada as tratativas com a Corporação Andina CAF para promover Cooperação Técnica Internacional - Resultado: Formalização de Manifestos de Interesse c/ Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF);
- Workshop de Elaboração de Carta-Consulta para empréstimo externo junto ao BID (1ª Oficina HRCS/SES);
- Grupo de Trabalho BRASÍLIA CAPITAL DAS ÁGUAS - Resultado: Reformulação da Carta Consulta de acordo com os interesses do Governo, com revisão das ações, para fins de alinhamento dos objetivos específicos do projeto;
- Visita Técnica do BNDES para realização da Missão de Análise de Risco de Crédito do Governo do Distrito Federal - Resultado: Participação das áreas envolvidas na construção das informações para a análise de Risco feita pelo BNDES;
- Assinatura do 2º Termo Aditivo do Contrato de Financiamento do Banco do Brasil, relativo à contrapartida das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV);
- Seminário "Brasília e suas Estratégias de Cooperação para o Novo Banco de Desenvolvimento - NDB do BRICS" em 05 de novembro de 2019 - Resultado: O Seminário teve por objetivo melhorar a prestação de serviços à sociedade, pelas regras e políticas do Governo Federal, assim como pelo conhecimento dos procedimentos, estratégias e políticas de novos agentes de financiamentos
- Reuniões Ponto de Controle Complexo Hospitalar da Região de Saúde Centro-Sul - Resultado: Preparação da Carta Consulta para contratação de financiamento no valor de até US\$ 120 milhões (cento e vinte milhões de dólares), para investimentos na construção do Complexo Hospitalar da Região Centro Sul do Distrito Federal
- Palestra como Captar Recursos Internacionais - União das Prefeituras do Estado da Bahia/UPB - ministrada pelo Coordenador da SEEC/SPLAN/SUCAP/COF em palestra proferida a Prefeitos, Secretários e Técnicos em Salvador/BA.
- Oficina de Elaboração de Carta Consulta Eixo Habitacional/CODHAB - Agência Francesa De Desenvolvimento/AFD - 2º Workshop de Elaboração de Carta-Consulta para Programa Conjunto Linear Santa Luzia.

Monitoramento da utilização de recursos

Procedeu-se, ainda, ao monitoramento das Secretárias de Estado (Saúde, Educação, Segurança Pública, Transporte e Mobilidade, Obras e Infraestrutura, Esporte, Cultura, Turismo, Agricultura, Mulher e Desenvolvimento Social; representantes das Forças de Segurança Pública (CBMDF, PCDF e PMDF); e Órgãos da Administração indireta do DF (DER e EMATER), com o objetivo de orientar estes órgãos do DF, para melhor utilização dos recursos provenientes de Emendas Parlamentares Individuais e/ou de Bancada, no montante aproximado de R\$ 293 milhões, recursos já conquistados pelo DF, para o exercício de 2019. E também houve orientação sobre a necessidade de atualização dos dados dos servidores e de capacitação dos mesmos, na operacionalização do sistema de convênios da União – SICONV, curso promovido pela Escola de Governo do DF – EGOV.

Foi enfatizada a importância dos representantes das Secretarias e órgãos cadastrados no SICONV com relação ao acompanhamento e alimentação das informações, a fim de não perderem prazos e recursos.

Em atendimento ao disposto no inciso II, do art. 4º, do Decreto nº 34.693, de 25 de setembro de 2013, perante aos diversos órgãos e entidades da estrutura administrativa do Distrito Federal, a Subsecretaria de Captação de Recursos (SUCAP) acompanhou o processo de captação de diversas propostas de parcerias com a União, derivadas das transferências voluntárias dos orçamentos fiscal e da seguridade social (art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000).

Conforme dados extraídos do sítio <http://transferenciasabertas.planejamento.gov.br>, e apresentado na Tabela 1, registrou-se a assinatura de 27 (vinte e sete) acordos de transferências voluntárias da União, por parte de diversos órgãos/entidades da Administração Pública Distrital, representando um valor de repasse de cerca de R\$ 100,672 milhões e de contrapartida GDF de cerca de R\$ 2,481 milhões, no que permitiu a execução de diversos objetos de políticas públicas de interesses recíprocos (resumo dos objetos contam na tabela 2), durante os próximos exercícios e conforme os cronogramas físico-financeiros propostos nos planos de trabalhos de cada acordo, no valor global de cerca de R\$ 103,154 milhões.

Tabela 1 – Acordos de Transferências da União ao DF - Exercício: 2019

Órgão/Entidade	Nº Convênio	Valor (R\$1,00)		
		Repasse	Contrapartida	Global
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	2	15.013.665,41	1.984.355,48	16.998.020,89
Fundação Hemocentro de Brasília	1	350.000,00	0,00	350.000,00
Fundo de Saúde do Distrito Federal	2	5.620.000,00	1.696,00	5.621.696,00
Polícia Civil do Distrito Federal	3	13.236.503,02	326.668,30	13.563.171,32
Polícia Militar do Distrito Federal	2	1.919.780,00	40.789,06	1.960.569,06
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	1	2.269.527,86	4.386,95	2.273.914,81
Secretaria de Estado da Juventude	1	288.795,86	6.122,45	294.918,31
Secretaria de Estado da Mulher	1	400.000,00	4.000,00	404.000,00
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa	2	33.814.466,79	34.347,81	33.848.814,60
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania	1	2.622.430,00	27.000,00	2.649.430,00
Secretaria de Estado de Obras E Infraestrutura	5	3.464.905,00	25.426,02	3.490.331,02
Secretaria de Estado de Segurança Pública	3	17.983.183,48	23.282,84	18.006.466,32
Secretaria de Estado de Turismo	2	977.000,00	1.000,00	978.000,00
Secretaria de Estado do Esporte e Lazer	1	2.712.200,00	2.840,00	2.715.040,00
Total Geral	27	100.672.457,42	2.481.914,91	103.154.372,33

Fonte: SICONV, em 13/01/2020.

Desse volume de acordos assinados, fazendo um corte em tipos de destinação de recursos, conforme representado no quadro 1, verificou-se que 82,02% do valor global disponível para execução foram derivados de destinações via propostas relacionadas a programas SICONV

do tipo voluntário/específico, ou seja, destinações alocadas pelos setoriais de planejamento e orçamento dos órgãos e entidades da União, com estratégia de execução de forma descentralizada, e disponibilizada de forma discricionária pelos titulares dessas pastas.

A outra parte, 17,98%, foram destinações via emendas parlamentares individuais, alocadas pelos representantes do Congresso Nacional para o Distrito Federal, para serem executadas pelos diversos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

Quadro 1 – Segregação dos acordos por tipos de destinação de recursos – Exercício 2019

Tipo de destinação de recursos	Quantidade*	Valor R\$	% Valor
Voluntário/Específico**	14	84.603.583,21	82,02%
Emendas Individuais***	16	18.550.789,12	17,98%
Emendas de Bancada	0	0	0%
Total	30	103.154.372,33	100%

Notas

* Três emendas parlamentares compuseram um acordo de transferências voluntária da União do DF, dessa forma, temos 13 acordos firmados, com a destinação de recursos via emendas individuais em 13 acordos.

** Destinações de recursos via alocação realiza por decisão das unidades orçamentárias da União, fase setorial da elaboração do projeto de lei orçamentária anual.

*** Destinações de recursos via alocação realizada por decisão dos representantes do Poder Legislativo Federal, fase de discussão do projeto de lei anual apresentado pelo Poder Executivo Federal.

Realizando uma análise comparativa, entre o exercício de 2019, frente ao no período de 2008 a 2018, quanto a captação de recursos da Administração Pública Distrital, de acordo com Quadro 2, observa-se que o volume global de recursos no exercício 2019 manteve-se dentro da média registrada no período 2008 a 2018.

Quadro 2 – Comparativo de valores captados pela Administração Distrital Período 2008 e 2009 frente ao exercício 2019

Ano	Valor R\$1,00		
	Repassé	Contrapartida	Global
2008	53.355.375,12	21.433.203,95	74.999.488,07
2009	31.758.608,51	9.851.942,47	42.574.152,38
2010	20.212.784,34	6.859.114,86	27.071.899,20
2011	92.362.289,80	16.034.787,61	108.512.735,99
2012	116.830.342,68	36.656.492,97	155.565.824,00
2013	160.941.727,18	63.327.921,10	224.549.307,08
2014	44.280.567,20	26.623.610,80	71.351.765,46
2015	54.408.572,61	4.101.557,73	58.766.149,20
2016	179.080.786,00	1.533.666,16	180.751.817,96
2017	93.981.606,17	491.986,36	94.473.592,53
2018	174.938.206,11	4.120.138,87	179.058.344,98
Total 2008 a 2018	1.022.150.865,72	191.034.422,88	1.217.675.076,85
Média 2008 a 2018	85.179.238,81	15.919.535,24	101.472.923,07
Desvio padrão 2008 a 2018	55.425.711,15	18.196.623,14	61.774.908,93
Exercício 2019	100.672.457,42	2.481.914,91	103.154.372,33

Fonte: SICONV, em 13/01/2019.

Dessa forma, apesar da grande variação nos valores globais de acordos efetuados pela administração Distrital (desvio padrão – período 2008 a 2018), a captação de recursos no exercício de 2019 manteve-se dentro da média do período de referência.

Tabela 2 – Acordos de transferências voluntárias da União em execução Diversas Unidades Orçamentárias do Distrito Federal (jan/2011 a dez/2018)*

Órgãos	Nº Acordos	Valor** R\$1,00		
		Valor repasse	Contrapartida	Global
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	3	3.570.882,63	3.930,21	3.574.812,84
Defensoria Pública do Distrito Federal	1	725.736,00	118.378,14	863.989,50
Departamento de Estradas de Rodagem	1	34.127.063,29	344.717,81	34.471.781,10

Secretaria de Estado de Saúde	1	2.824.000,00	176.639,46	3.000.639,46
Empresa de Assistência Técnica e Extensão	8	4.951.134,33	86.024,67	5.037.159,00
Fundação de Apoio à Pesquisa	4	13.350.000,00	25.820.000,00	39.170.000,00
Fundação Hemocentro de Brasília	6	7.475.448,29	803.534,07	8.278.982,36
Fundo de Saúde do Distrito Federal	22	189.301.802,97	0,00	189.301.802,97
Polícia Civil do Distrito Federal	7	79.223.063,94	3.329.288,98	82.552.352,92
Polícia Militar do Distrito Federal	4	5.038.257,84	41.143,67	5.079.401,51
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	30	38.107.917,39	2.478.402,38	40.931.055,24
Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal	1	13.739.721,86	14.000,00	13.753.721,86
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa	6	7.156.674,76	681.023,28	7.837.698,04
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social	3	2.363.218,00	8.000,00	2.371.218,00
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania	1	2.312.387,00	121.704,58	2.434.091,58
Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura	13	14.823.370,78	683.297,85	15.506.668,63
Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude	1	845.132,82	52.410,99	897.543,81
Secretaria de Estado de Segurança Pública	6	89.238.258,02	53.629.675,03	142.895.881,28
Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade	3	2.255.951,84	69.525,50	2.325.477,34
Secretaria de Estado do Esporte e Lazer	6	14.884.480,05	21.238,62	14.905.718,67
Total Geral	127	526.314.501,81	88.482.935,24	615.189.996,11

Fonte: SICONV, em 13/01/2019.

Notas

(*) Os acordos firmados no ano de 2019 não constam na tabela, pois os processos de captação de recursos das propostas inseridas no SICONV, exercício 2019, foram encerrados no final do exercício, não permitindo tempo hábil para o início do processo de execução físico-financeira.

(**) Valores originalmente pactuados, tabela não tem a intenção de demonstrar a evolução de desembolsos e saldo financeiro disponível.

Foi realizado o acompanhamento dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com a atualização mensal das informações no Caderno de status de operações gerado pela SEFP/SPLAN/SUCAP.

Quadro 3 - Acordos em acompanhamento de PACs

R\$1,00

Nº Contrato	Ano	Órgão	Objeto	Valor*
0350.868-85	2011	CAESB	Ampliação do SES Sobradinho - Implantação de Rede Coleta-RA, Estação Elevatória e linha de Recalque.	23.459.590,36
0350.879-13	2011	CAESB	Ampliação do SES de Brasília- Rede Coletora, interceptador com sifões invertidos e elevatória.	20.496.800,00
0408.663-52	2013	CAESB	Ampliação do SAA do SMPW e Aeroporto Internacional JK	12.011.517,30
0408.664-66	2013	CAESB	Ampliação do SAA do DF Sistema Produtor de Água Paranoá.	464.321.784,56
0408.667-99	2013	CAESB	Implantação de centro de reservação no SAA do Descoberto.	20.649.633,28
0424.468-19	2015	CAESB	Elaboração de projetos de engenharia do SES Sistema Melchior Planaltina Recanto das Emas e Paranoá.	4.484.341,61
0227.246-59	2007	CODHAB	Urbanização de Assentamentos Precários na Vila Estrutural	77.295.922,12
0409.748-80	2014	METRÔ	Expansão e modernização do Metro DF	692.987.864,40
0402.091-01	2014	SODF	Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Oeste Implantação do Corredor Oeste de Transporte Público Coletivo	149.070.948,08
1. Total Geral				2. 1.464.778.401,71

Fonte: Caixa Econômica Federal

Nota: (*) valor originalmente pactuado, tabela não tem a intenção de demonstrar a evolução de desembolsos e saldo financeiro disponível.

Considerando que o Distrito Federal - GDF faz parte da Rede SICONV do Governo Federal, a qual dentre seus eixos de atuação tem por responsabilidade a capacitação dos usuários da administração pública distrital e a Rede SICONV/DF, foi realizado um levantamento de demanda de cursos para os servidores do GDF nesse exercício, e foram feitas gestões junto a Escola de Governo do Distrito Federal - EGOV – órgão distrital responsável pela operacionalização de cursos – para capacitação de usuários no referido sistema.

Desta forma, a EGOV/DF, no período de 01/2019 a 11/2019, ministrou 4 (quatro) cursos de operacionalização do SICONV, perfazendo um total de 88 servidores internos capacitados, distribuídos conforme quadro abaixo.

Quadro 4 - Relação de capacitados nos cursos – SICONV
Período: janeiro a novembro/2019

CURSO	QUANT. CAPACITADOS
Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) – Módulo I	20
Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) – Módulo I	35
Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) – Módulo II	24
Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) – Módulo III	09
Total	88

Fonte: GEDOC/COATEC/EGOV.

Ações relativas ao desempenho da carteira de financiamentos contratados

A Coordenação de Desempenho da Carteira de Financiamentos - COCAF tem como objetivo principal a regularidade de desembolso dos recursos de financiamentos visando a melhoria na execução financeira dos contratos. Para tanto, o seu trabalho é focado diretamente nos problemas que interferem nos desembolsos. Em 2019 foi realizado acompanhamento sistematizado dos desembolsos das operações do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da Caixa Econômica Federal, essencialmente na forma como os órgãos conduzem suas obras e respectivas prestações de contas.

Com a finalização dos desembolsos dos contratos do Banco do Brasil, os recursos para contrapartidas das operações contratadas com outros bancos foram menores. Mesmo assim, a aplicação desse recurso dentro dos contratos da Caixa e do BNDES contribuiu para que houvesse uma evolução nos desembolsos, decorrentes do atendimento de pendências técnicas.

APORTE DE CONTRAPARTIDA COM RECURSOS DO CONTRATO 20/00010-3/BB EM 2019	
Sol Nascente	10.645.649,58
Bernardo Sayão /Arniqueiras	1.150.975,32
Buritizinho	188.724,09
Vicente Pires	15.461.241,33
Centro de Detenção Provisória – CDPs	15.968.832,95
Sistemas de abastecimento de água e de esgoto de Águas Lindas e implantação de sistema de produção de água do Corumbá Sul	16.760.948,60
Trevo de Triagem Norte e Ligação Torto Colorado (BNDES)	26.989.124,56
Construção de Unidade Básica de Saúde no Riacho Fundo II 5ª etapa.	353.147,38
Total	87.518.643,81

O saldo de superávit do contrato do Banco do Brasil e a liberação do último desembolso garantiu ainda a execução de outras obras além das mencionadas no quadro apresentado. Os recursos proporcionaram investimentos na melhoria da linha 1 do Metrô, onde foram aplicados R\$ 18.276.680,96 (dezoito milhões duzentos e setenta e seis mil seiscentos e

oitenta reais noventa e seis centavos) em modernização do sistema e na conclusão das estações 106 Sul, 110 Sul e EPQ (Estrada Parque).

No total foram R\$ 130.590.712,56 (centro e trinta milhões quinhentos e noventa mil setecentos e doze reais e cinquenta e seis centavos) de investimentos que mantiveram a execução de importantes obras, como a da Rodoviária do Plano Piloto, as Ciclovias da DF 087 e DF 085, a recuperação do MAB, além da elaboração de projetos de engenharia para novas obras.

Os desembolsos dos contratos de FGTS totalizaram em R\$ 142.972.375,28 (cento e quarenta e dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos) e apresentam a seguinte evolução em relação aos anos anteriores:

DESEMBOLSO DE FGTS – GDF				
	2016	2017	2018	2019
JANEIRO	2.934.447,00	6.213.369,70	19.806.133,62	0,00
FEVEREIRO	-	5.846.851,28	16.518.479,72	3.439.960,83
MARÇO	3.592.251,00	10.376.905,87	7.896.856,17	341.251,12
ABRIL	2.758.527,00	5.995.738,42	9.063.973,34	10.688.964,41
MAIO	112.397,00	4.233.329,94	10.344.184,95	22.096.809,37
JUNHO	5.120.147,00	8.710.697,05	-	3.419.134,33
JULHO	2.005.994,00	4.315.993,97	-	10.677.746,77
AGOSTO	9.562.209,00	5.979.754,47	74.838.964,14	15.564.228,96
SETEMBRO	6.995.890,00	15.975.218,98	8.805.466,17	15.265.234,35
OUTUBRO	15.838.384,00	10.706.822,72	28.520.585,09	27.924.515,45
NOVEMBRO	10.260.460,00	32.166.023,10	2.539.252,43	6.531.094,44
DEZEMBRO	11.620.793,00	-	13.408.946,85	27.023.435,25
TOTAL	70.801.499,00	110.520.705,50	191.742.842,48	142.972.375,28
		56,10%	73,49%	-25,44%

Os Contratos do BNDES custearam a revisão dos Projetos de Engenharia do Eixo Sudoeste e a execução das obras da Ligação Torto-Colorado e do Trevo de Triagem Norte/Ponte do Bragueto, empreendimento que recebeu R\$ 22.781.755,23 deste agente financeiro, além da contrapartida aportada de R\$ 26.989.124,56.

Ao todo foram R\$ 273.313.836, 13 (duzentos e setenta e três milhões, trezentos e treze mil, oitocentos e trinta e seis reais e treze centavos) de recursos de operações de crédito interno desembolsados para aplicação em obras no Distrito Federal e no desenvolvimento institucional do Governo.

As operações de crédito externo desembolsaram o equivalente a R\$ 74.412.823,76 (setenta e quatro milhões, quatrocentos e doze mil, oitocentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos), aplicados nas Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADE's e na melhoria da Gestão Fiscal do Distrito Federal.

A gestão mais rígida dos recursos de financiamentos tem se refletido também no Relatório Resumido de Execução Orçamentária que apresenta um melhor percentual de execução no quesito receita orçada x receita executada, como podemos ver no quadro comparativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Receita prevista x receita realizada

Ano das receitas	Previsão para o exercício	Receitas realizadas	% de execução
2005	286.613.104,00	42.135.875,05	14,70
2006	378.874.870,00	89.873.001,68	23,72

2007	244.907.735,00	31.310.700,32	12,78
2008	444.366.277,00	149.923.377,22	33,74
2009	743.301.987,00	274.519.319,46	36,93
2010	777.733.488,00	292.024.092,01	37,55
2011	1.110.170.614,00	153.228.645,92	13,80
2012	1.024.353.842,00	213.334.526,00	20,83
2013	1.394.518.481,00	190.456.327,94	13,66
2014	2.411.716.927,00	487.897.159,48	20,23
2015	2.321.932.967,00	580.745.228,44	25,01
2016	1.472.502.495,00	100.106.148,46	6,80
2017	1.752.518.414,00	517.215.200,75	29,51
2018	1.518.175.473,00	561.821.120,13	37,01
2019	838.408.451,00	347.543.309,42	41,45
Total	16.720.095.125,00	4.032.134.032,28	24,12

Fonte: RREO 2005 - 2019 - www.fazenda.df.gov.br. Atualizado em 14/01/2020.

Outras realizações do Planejamento

Acompanhamento Físico-Financeiro das Ações de Governo do exercício de 2019

O acompanhamento físico-financeiro das ações de governo visa subsidiar a elaboração do Relatório de Desempenho Físico-Financeiro, em cumprimento ao art. 153, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal. É realizado por meio do SAG – Sistema de Acompanhamento Governamental, que têm como principal objetivo permitir o conhecimento do conjunto de ações do Governo em seus aspectos quantitativos, qualitativos, espacial e temporal, além de detectar possíveis distorções ou desvios entre o planejado e executado.

Plano Plurianual

O Plano Plurianual PPA, elaborado no primeiro ano de cada mandato do governador, sob coordenação da SPLAN, constitui um dos instrumentos de planejamento governamental obrigatório (art. 165 da Constituição Federal; e art. 149, inciso I e §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal), definindo diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores do governo para o período de quatro anos, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas. O PPA orienta ainda a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Por essa razão, deve ser compatível com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e inclui obrigatoriamente os investimentos e despesas de caráter continuado que serão efetuadas no período de sua vigência. O Projeto de Lei do PPA 2020-2023 teve como um de seus norteadores o Plano Estratégico do Distrito Federal, que estabeleceu a base estratégica para estruturação do Plano. É importante mencionar que os atributos do PPA 2020-2023 também foram propostos em consonância, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, constantes da Agenda 2030 da Organização da Nações Unidas – ONU.

Destacam-se os trabalhos realizados pelas equipes técnicas da SUPLAN em conjunto com a SUTIC, visando o desenvolvimento do Sistema PPA/WEB, para o qual foram desenvolvidas funcionalidades que permitiram a elaboração do Plano informatizado. O Sistema foi disponibilizado às Unidades Orçamentárias em fevereiro de 2019.

Ressalta-se, ainda, a parceria estabelecida com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), para da realização do Workshop de Indicadores, no dia 15/08/2018, na Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV) com a participação de 203 servidores de diversas Unidades Orçamentárias do GDF. A elaboração do PLPPA 2020-2023 envolveu interlocução com agentes públicos, buscando conscientizar os dirigentes e as equipes técnicas da importância do planejamento e o adequado levantamento dos problemas estruturantes e oportunidades do Distrito Federal relativos à sua área de atuação, para em seguida organizar a ação governamental em programas, objetivos, metas e ações, e ainda buscar indicadores que possam aferir o desempenho do governo.

Revisão do Plano Plurianual – PPA 2016-2019

A Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015, dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019, alterada pelas Lei nº 5.787, de 22 de dezembro de 2016; Lei nº 6.061, de 29 de dezembro de 2017, e pela Lei nº 6.252, de 27 de dezembro de 2018, as quais constam alterações de indicadores e atributos dos Programas Temáticos, bem como pelos Decretos nº 37.517/2016 e nº 39.461/2018.

Neste exercício as Unidades Orçamentárias do Distrito Federal demandaram proposições de alterações relativas ao último ano de vigência do PPA 2016-2019, o qual foi objeto de revisão, por meio da Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019 e proposição na forma do PL de Revisão Anual nº 775/2019, em tramitação na CLDF, bem como pelo Decreto nº 40.030, de 20 de agosto de 2019, cujas alterações referem-se à indicadores e atributos dos Programas Temáticos.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2020

Participação na elaboração da Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 (LDO 2020), na formulação dos anexos relacionados a seguir bem como na elaboração do texto da referida Lei:

- Anexo de Metas e Prioridades, enviado à CLDF como Anexo IV do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023, por força da previsão no art. 7º, da Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019, que dispõe sobre a LDO/2020, em face de se tratar do primeiro ano do PPA;
- Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público; e Anexo dos Projetos em Andamento.

Lei Orçamentária Anual - LOA/2020

Participação na elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA/2020, na forma a seguir:

- Análise e disponibilização de ações orçamentárias;
- Elaboração do anexo das ações de conservação do patrimônio público e do anexo dos projetos em andamento;
- Análise quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) das proposições de projetos que foram objeto de Emendas Parlamentares Distrital e Federal – Caderno de Emendas (trabalho coordenado pela SUPPE em parceria com as equipes da Governança, SUPLAN, Subsecretaria de Orçamento Público (SUOP), Casa Civil e Governadoria.

Análise das proposições de alterações da Lei Orçamentária Anual - LOA/2019

Participação na análise das proposições de alterações da Lei Orçamentária Anual - LOA/2019, realizando análises quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA das proposições de emendas parlamentares à Lei Orçamentária vigente (trabalho realizado em parceria com a equipe da Subsecretaria de Orçamento Público).

Catálogo de Projetos do Distrito Federal

A SUPPE, em parceria com a Subsecretaria de Captação de Recursos, auxiliou a revisão das propostas apresentadas, na checagem de conformidade com o PEDF e na elaboração da versão final do encarte.

Caderno de Sugestões de Emendas Distrital PLOA 2020

Elaborado entre os meses de maio e setembro de 2019, em parceria com a Secretaria de Adjunta de Orçamento, a SUPPE elaborou material de subsídio a partir das necessidades de captação de recursos identificadas no Plano Estratégico, orientou a qualificação e a validação do material pelos órgãos e entidades e contribuiu com a observância de aspectos técnicos quanto à capacidade de emprego dos recursos. O resultado final foi apresentado aos parlamentares distritais em outubro de 2019.

Caderno de Sugestões de Emendas Federal PLOA 2020

Elaborado em setembro de 2019 a partir da compilação de propostas levantadas pelas áreas responsáveis pela articulação com o Congresso Nacional e pelas sugestões de emendas distritais identificadas.

Principais realizações de 2019

Em dezembro foram elencados os principais resultados alcançados pela gestão ao longo de 2019. O compilado foi utilizado como briefing executivo para subsídio ao Governador em evento "Brasília 60 anos: Desafios do Governo do Distrito Federal para 2020".

Sistema de Caderno de Emendas Parlamentares (CAEP)

A SUPPE também colaborou para formulação do Sistema de Caderno de Emendas Parlamentares (CAEP), participando de reuniões, realizando testes e sugerindo adaptações.

3.2.2 ORÇAMENTO

Realizações

Em março de 2019, foi realizada a palestra "Regras para Elaboração de Projetos de Lei no âmbito do Distrito Federal - Enfoque Orçamentário", destinada aos servidores dos órgãos, autarquias e fundações do Governo do Distrito Federal (GDF).

Inovações

O Módulo Orçamentário - SIOP/SIGGO do sistema SIGGO foi migrado para a plataforma WEB, de sorte a possibilitar maior flexibilidade e transparência das informações em face ao público em geral.

Especificamente em relação às emendas parlamentares apresentadas à LOA e aos créditos que a modificam, foram implementadas, em conjunto com a CLDF, críticas ao sistema de emendas da CLDF, de forma a diminuir a quantidade de erros e, conseqüentemente, de vetos. Essa interação proporcionou a apuração de apenas 04 divergências nas emendas apresentadas ao PLOA/2020.

Visando a transparência na divulgação do orçamento, e conforme disposição da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), duas novas funcionalidades no Sistema Siggo foram criadas:

- Geração de relatório em formato de dados abertos; e,
- Geração de relatórios específicos referentes às legendas constantes do QDD.

No que tange à modernização da Administração, foi incluído no Plano Estratégico do DF 2019/2060, na "Batalha 1: Garantir a Sustentabilidade fiscal de longo prazo no DF", Eixo Gestão e Estratégia, o projeto "Implantação do Programa de Aperfeiçoamento do Gasto Público Baseado em Inteligência Artificial", com o objetivo de aprimorar a atividade financeira da Administração Pública Distrital, por meio do emprego de redes neurais computacionais (Inteligência Artificial), potencializando-se a qualidade do gasto público.

Monitoramento e Controle

Em relação ao monitoramento do comportamento da receita e da despesa, novas ações foram desenvolvidas, proporcionando uma visão global do governo:

- As projeções de pessoal (Grupo 1) passaram a contar com mais metodologias e a sistemática de publicação passou a ser realizada em processo SEI; proporcionou-se, ainda, maior integração com as informações geradas pela SUGEP, de forma a possibilitar a comparação entre as projeções de pessoal e, assim, alinhar dados e impressões;

- O acompanhamento dos mínimos em Saúde e Educação foram aperfeiçoados, sendo possível obter prévias dos índices atualizados. Assim, as medidas corretivas são tomadas com maior antecedência;
- Elaboração da Situação Fiscal do DF, com análise mais focada na situação das receitas ordinárias e das despesas que as utilizam, com construção de cenário projetado para o exercício.

Elaboração de Normas

- Publicação da Portaria nº 151, de 22 de abril de 2019, destinada a disciplinar os procedimentos para a solicitação de alterações orçamentárias no âmbito das Unidades Orçamentárias integrantes do orçamento do Distrito Federal, cuja criação deu-se em decorrência da extinção da Governança-DF.
- Publicação da Portaria nº 220, de 03 de julho de 2019, que estabeleceu procedimentos para solicitação de revisão do teto orçamentário, a serem observados pelas unidades orçamentárias durante o processo de elaboração do PLOA/2020, incluindo a definição de formulário específico (Formulário de Solicitação de Revisão do Teto Orçamentário).

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Entre as inovações trazidas durante as atividades desenvolvidas na elaboração do PLDO/2020 - Projeto de Lei nº 430/2019, convertido na Lei nº 6.352/2019, convém destacar:

- A alteração do texto, com o intuito de diminuir a quantidade de anexos que acompanham o PLOA;
- A alteração do formato do "Anexo IV - Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos", com a inclusão da informação acerca do "Ato de Autorização e/ou Edital ou Processo de Solicitação" referente a cada autorização de acréscimo nos gastos com pessoal prevista na LDO, bem como a separação das autorizações destinadas ao provimento e à criação de cargos.

Lei Orçamentária Anual

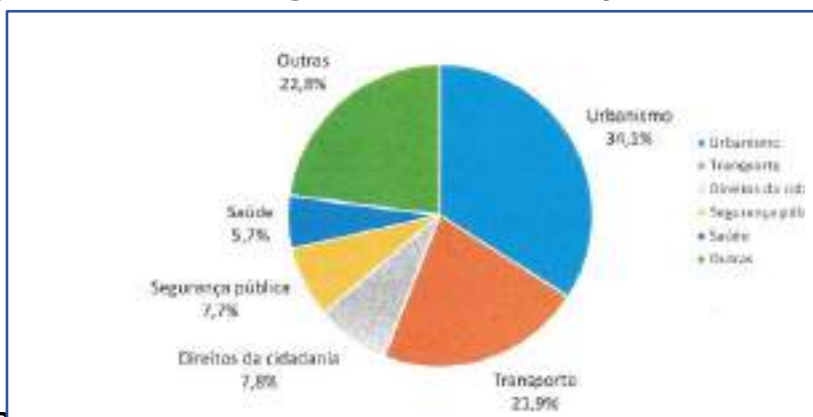
Nos trabalhos de elaboração do PLOA/2020, Projeto de Lei nº 645/2019, as principais inovações foram:

- Divulgação da audiência pública por meio da ouvidoria geral do GDF, bem como abertura desse canal para o recebimento de sugestões, reclamações e questionamentos relacionados ao PLOA/2020;
- Alteração do SIGGO, com a finalidade de deixar de se utilizar o dígito 9 para a identificação das naturezas de receitas dedutoras, em conformidade com o estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 8ª edição, que estabelece que "a natureza de receita deve ser utilizada em sua codificação original, sem a introdução do dígito 9 na categoria econômica. Dessa forma, as categorias econômicas continuam sendo 1, 2, 7 e 8".
- Automatização (via SIGGO) da elaboração dos demonstrativos da aplicação mínima em educação e saúde, Anexos XX e XXI, respectivamente;
- Criação da Ação "9093 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições", para diferenciá-la da "9050 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições", que passou a se destinar apenas aos gastos relacionados ao Grupo de Natureza de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, enquanto a 9093 ficou reservada para o Grupo de Natureza de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes;
- Criação da Ação "9117 - Contrapartida de Convênios e Operações de Crédito", de forma a deixar totalmente centralizada na Secretaria de Estado de Economia a dotação para tal destinação, com a descentralização à medida que ocorrer a necessidade;

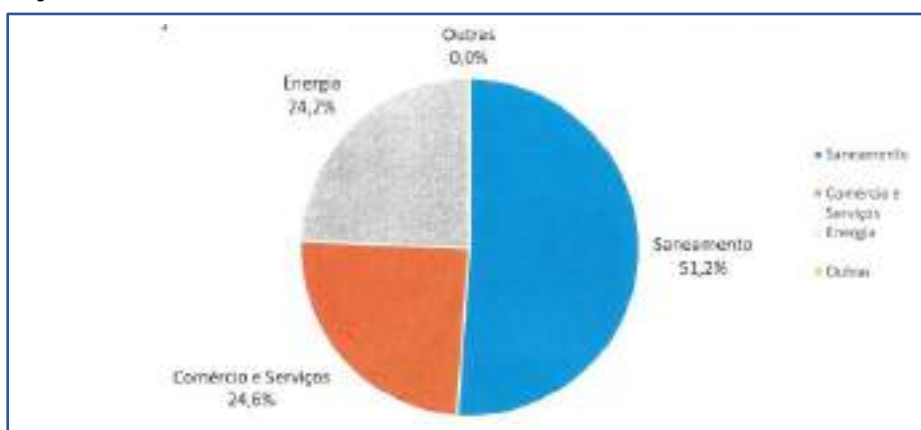
- Concentração maior de dotação na Ação "2316 - Conservação de Obras de Arte Especiais - Pontes, Passarelas e Viadutos" na Secretaria de Estado de Economia, para facilitar a descentralização dos recursos conforme a necessidade durante a execução do orçamento.

Execução Orçamentária

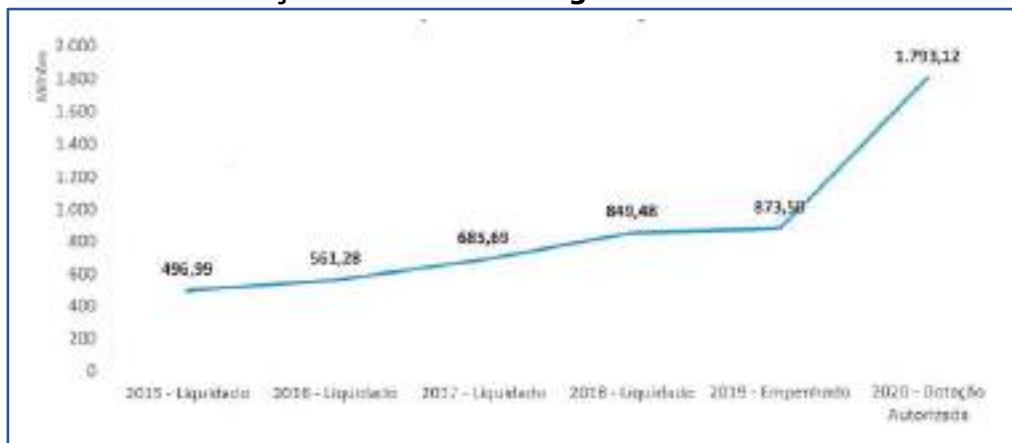
Orçamento Fiscal e Seguridade Social – Empenhado em 2019



Orçamento Fiscal e Seguridade Social – Empenhado em 2019



Investimento - Orçamento Fiscal e Seguridade Social – 2015 a 2019



Investimentos – Todas as fontes – 2015 a 2019

Orçamento Fiscal e Seguridade Social		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Liquidado	Empenhado	Dotação Autorizada
Função	Nome Função	2015	2016	2017	2018	2019	2020
15	Urbanismo	332.062.571,56	297.371.295,29	342.880.846,06	415.840.831,76	297.955.554,78	756.893.840,00
26	Transporte	57.823.003,17	70.370.811,62	123.010.385,53	178.640.445,41	191.194.415,82	315.825.183,00
14	Direitos da cidadania	3.339.336,63	51.007.628,11	11.445.974,36	39.311.875,41	63.148.442,35	37.522.434,00
4	Segurança pública	73.440.891,71	20.881.167,18	28.383.887,31	61.382.316,84	66.832.699,66	311.275.629,00
10	Saúde	17.147.778,19	24.366.824,73	51.290.251,38	29.613.295,81	49.924.113,29	48.723.820,00
999	Outras	62.572.420,57	97.281.647,20	128.790.339,12	136.039.195,60	199.448.724,99	523.062.999,00
	Total Geral	486.986.001,83	561.278.778,16	685.691.693,78	840.477.950,83	873.503.351,72	1.793.123.705,00

Orçamento de Investimento das Estatais		Executado	Executado	Executado	Executado	Executado	Despesa Autorizada
Função	Nome Função	2015	2016	2017	2018	2019	2020
17	Saneamento	146.111.162,00	189.407.668,00	309.717.294,00	272.494.805,00	237.491.821,00	467.086.000,00
23	Comércio e Serviços	96.753.309,00	125.034.751,00	146.530.923,00	216.536.414,00	113.928.060,00	767.601.441,00
25	Energia	92.732.603,00	117.861.597,00	189.929.533,00	85.463.451,00	112.390.817,00	282.623.808,00
999	Outras	2.311.866,00	2.486.212,00	7.112.370,00	546.599,10	136.468,00	66.102.000,00
	Total Geral	339.950.960,00	425.792.029,00	653.310.122,00	576.031.270,00	468.856.966,00	1.583.413.250,00

Nota: extração realizada em 02/03/2020.

3.3 GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Gestão de Administrativa engloba as atividades decorrentes da atuação da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa, da Escola de Governo (EGOV) e da Unidade de Corregedoria Fazendária.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

No âmbito de Gestão Documental realizou-se a 5ª REPROT- Rede Integrada de Protocolos, que resultou na Elaboração de Boas Práticas para instrução de processos físicos após implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI e na Elaboração de Boas Práticas para iniciar processos e para produzir documentos no Sistema SEI. Promoveu, ainda, a instalação do barramento eletrônico, em parceria com a Unidade Central de Gestão do Processo Eletrônico e Inovação (UGPEI), permitindo que a SEEC receba e envie processos a outros órgãos públicos, por meio eletrônico, resultando em economicidade e celeridade para o Estado e para o cidadão.

Para solucionar o problema da preservação dos microfimes de documentos relativos a servidores ativos e inativos de órgãos extintos do GDF, providenciou a reparação do sistema de ar condicionado. Após identificar os documentos e a validade da guarda, foram eliminados 31.070 kg, correspondente a aproximadamente 18 mil caixas-arquivo com documentação, que, após trituradas, foram doadas a uma cooperativa de reciclagem habilitada, em conformidade com legislação vigente. Com esta ação, 91% do acervo da extinta Secretaria de Estado de Fazenda foi submetido a tratamento. O objetivo é adotar a mesma conduta com os documentos da extinta Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em 2019 foi criado o Serviço de Protocolo Central, para atender a todos órgãos do GDF instalados no Ed. Anexo do Palácio do Buriti. Com a continuidade da manutenção do SICOP, foi possível a tramitação e a localização física de processos que não integram o SEI.

Também em 2019, foi retomada a atualização do Manual de Comunicação Oficial do GDF, cuja última versão é de 1999.

No âmbito de Gestão Financeira, foi assinado o acordo de pagamento de Precatórios no qual o Distrito Federal deveria repassar um montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sendo depositado mensalmente, no mínimo, o montante de 1,5% (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida – RCL. Assim sendo, foram empenhados e liquidados o montante de R\$ 332.431.224,55 (trezentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta e

um mil duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) que compõem os meses de janeiro a dezembro de 2019.

As requisições de pequeno valor estão sendo pagas por esta Secretaria após término do convênio 02/2012 TJDFT/GDF, desde 2018, e está sendo desenvolvido um sistema pela Subsecretaria de Tecnologia e Comunicação (SUTIC) para atendimento da Procuradoria Geral do Distrito Federal-PGDF e esta Secretaria de Estado de Economia (SEEC). O sistema permitirá à PGDF enviar à SEEC os processos aptos para pagamento, a preparação para pagamento e envio ao banco oficial e, também, o envio dos arquivos ao banco e o retorno com as informações dos pagamentos.

Em 2019 foi pago o valor de R\$ 32.540.472,17 (trinta e dois milhões, quinhentos e quarenta mil quatrocentos e setenta e dois reais e dezessete centavos), com pagamento para 8.248 interessados e 2.101 advogados.

A SEEC paga outras sentenças judiciais que não são Requisição de Pequeno Valor - RPV's, e foram empenhados, liquidados e pagos 20 processos num montante de R\$ 125.081,71 (cento e vinte e cinco mil oitenta e um reais e setenta e um centavos).

Foram realizados pagamentos aos beneficiários do Programa Nota Legal num montante de 237.879 indicações (beneficiários do programa), sendo empenhado o valor de R\$ 25.478.909,06 (vinte e cinco milhões quatrocentos e setenta e oito mil novecentos e nove reais e seis centavos), com retenção de imposto de renda de R\$ 2.230.671,44 (dois milhões e enviado para o banco a importância líquida de R\$ 23.248.237,62 (vinte e três milhões, duzentos e quarenta e oito mil duzentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos).

No tocante à execução de sentenças judiciais - recomposição do fundo de depósito judicial, que consiste numa ação para recompor os saldos dos depósitos judiciais junto aos Bancos do Brasil e Banco de Brasília, quando as contas estiverem abaixo do limite estabelecido nas Emendas Constitucionais nº 94/2016 e 99/2017 e Lei Complementar 151/2015, a Secretaria de Estado de Economia possui contrato entre esses bancos para utilização dos recursos de depósitos judiciais, conforme estabelecido na legislação, cuja finalidade é o repasse ao Tribunal de Justiça – TJDFT, para pagamento de precatórios. Tendo em vista que o Distrito Federal utilizou os recursos disponíveis, cabe, então, à SEEC depositar junto aos bancos a importância suficiente para cobrir o saldo estabelecido na referida legislação. Dessa forma, a SEEC repassou ao Banco do Brasil o valor de R\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais) e para o Banco de Brasília o montante de R\$ 26.598.084,92 (vinte e seis milhões, quinhentos e noventa e oito mil oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

No tocante a tarifas e encargos financeiros - taxa de administração de depósitos judiciais, pelo controle das movimentações das contas judiciais (EC 99/17, EC 94/16 e LC 151/2015), os bancos cobram tarifas pela execução desses serviços, logo, em 2019 foi pago ao BRB o valor de R\$ 3.053.102,23 (três milhões, cinquenta e três mil cento e dois reais e vinte e três centavos) pelos serviços prestados de janeiro a novembro, e R\$ 5.590.824,27 (cinco milhões quinhentos e noventa mil oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos) ao Banco do Brasil de janeiro a novembro, restando um saldo de R\$ 436.897,77 (quatrocentos e trinta e seis mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos) para o Banco de Brasília e de R\$ 576.225,67 (quinhentos e setenta e seis mil duzentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos) para o Banco do Brasil, que estarão inscritos em restos a pagar não processados.

Quanto aos ressarcimentos, indenizações e restituições de tributos, que consistem na ação para pagamento de restituições de tributos pagos indevidamente pelos contribuintes quando estes possuem direito ao crédito tributário, atualmente existem 245 processos físicos, num montante de R\$ 8.131.508,00 (oito milhões, cento e trinta e um mil quinhentos e oito reais),

pendentes de atualização monetária e 1.509 processos eletrônicos, num montante de R\$ 9.269.592,73 (nove milhões, duzentos e sessenta e nove mil quinhentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos), perfazendo um total de R\$ 17.401.100,73 (dezessete milhões, quatrocentos e um mil e cem reais e setenta e três centavos), na fila de restituição aguardando disponibilidade orçamentária para pagamento, conforme estabelece o disposto na Portaria SEF nº 235, DE 03/11/2016.

No exercício de 2019 foram pagas 564 restituições, sendo 138 por meio de processos físicos e 426 processos eletrônicos (corpo diplomático e idosos), totalizando o valor de R\$ 3.048.702,24 (três milhões, quarenta e oito mil setecentos e dois reais e vinte e quatro centavos) em para os processos físicos e R\$ 804.479,08 (oitocentos e quatro mil quatrocentos e setenta e nove reais e oito centavos) em processos eletrônicos, totalizando o valor de R\$ 3.853.181,32 (três milhões, oitocentos e cinquenta e três mil cento e oitenta e um reais e trinta e dois centavos).

Com referência à participação acionária em empresas do Distrito Federal, que consiste no pagamento visando ao aumento de capital das empresas cujo Governo do Distrito Federal é acionista, foi efetivado o aumento de capital para a empresa DF GESTÃO DE ATIVOS S/A., no valor de R\$ 1.033.364,00 (um milhão, trinta e três mil trezentos e sessenta e quatro reais) e para a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB no valor de R\$ 33.361.728,26 (trinta e três milhões trezentos e sessenta e um mil setecentos e vinte oito reais e vinte e seis centavos). O aumento de capital à CAESB acontece por meio de financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CEF e também por meio de financiamento efetivado pelo Banco do Brasil S/A - BB. Neste caso, o empréstimo foi utilizado como contrapartida dos convênios.

A SEEC está desenvolvendo um sistema que permitirá os pagamentos das Requisições de Pequeno Valor- RPV de forma mais rápida, tendo em vista tratar-se de cumprimento de decisões judiciais. O objetivo do sistema é tratar os pagamentos das RPV's como se fosse uma "folha de pagamento", no qual será enviada uma fita ao Banco para que as contas judiciais sejam abertas automaticamente. Então, será necessária a contratação de uma instituição financeira oficial, conforme prevê o art. 535, § 3º, inciso II do CPC.

Os pagamentos de RPV's são, hoje, a maior demanda, chegando a uma média de 500 processos por mês, e para cada processo, é necessário a abertura de uma ou várias contas judiciais junto à instituição financeira oficial. O sistema, após a sua conclusão, além de trazer rapidez aos procedimentos de pagamento de RPV, também proporcionará a redistribuição de servidores para áreas que necessitam de força de trabalho, já que hoje existem servidores e colaboradores que ficam exclusivamente nessas atribuições.

Com relação a demandas judiciais, em 2019 foram totalizados os seguintes pagamentos:

- RPV: R\$ 28.872.747,69 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e dois mil setecentos e quarenta e sete reais e sessenta e nove centavos),
- Precatórios: R\$ 304.263.870,55 (trezentos e quatro milhões, duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos).
- Recomposição de Fundos: R\$ 34.018.627,34 (quatro milhões, dezoito mil seiscentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos).
- Sentenças Judiciais - Outras Decisões: R\$ 124.384,20 (cento e vinte e quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos).
- Restituição de Tributos: R\$ 3.558.127,94 (três milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos).

No âmbito de Gestão Interna, no tocante ao Patrimônio Imobiliário, dentre as atividades realizadas em 2019, cabe destacar que os bens imóveis de titularidade da Secretaria de Economia do Distrito Federal colocados à disposição para ocupação estavam necessitando de atualização quanto à situação documental e, nesse sentido, foram realizadas pela Diretoria de Patrimônio Imobiliário ações para rastreamento e regularização dos imóveis.

Portanto, estão sendo realizadas gestões em 08 (oito) imóveis funcionais ocupados, 02 (dois) desocupados, 15 (quinze) imóveis institucionais ocupados e 03 (três) terrenos destinados a equipamentos públicos. Quanto à realização de vistorias nos imóveis próprios da Pasta, foram realizadas 96 (noventa e seis).

Quanto à carga patrimonial, foi realizada a organização da documentação de 182 (cento e oitenta e dois) imóveis. Também foi realizado o acompanhamento de 13 (treze) imóveis provenientes da extinta Sociedade de Abastecimento de Brasília-SAB, por meio de vistorias para averiguar as condições físicas, ocupação irregular, notificações, ações judiciais, débitos e procedimentos de desocupação, transferência de 21 (vinte e um) imóveis ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV, elencados à Lei nº 917/2016 e Registros de informações dos imóveis no Sistema de Patrimônio Público.

Ainda com referência ao Patrimônio Mobiliário, no ano de 2019 houve melhoria no fluxo de informações e otimização do serviço de recolhimento de bens inservíveis de toda a administração direta do Distrito Federal e a destinação dos bens, realizada por meio de leilão.

Foi concluído o processo de credenciamento de leiloeiros, em que foram credenciados 17 (dezesete) leiloeiros oficiais para atender à demanda de leilão da SEEC, bem como as solicitações feitas por outros órgãos do Distrito Federal. Assim sendo, já foram disponibilizados 04 (quatro) leiloeiros para realizar os leilões desta Secretaria de Estado de Economia, da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP).

Foi realizada a contratação do primeiro leiloeiro credenciado para leiloar os bens inservíveis que haviam sido suspensos, tendo em vista não haver processo de leiloeiros credenciados. O edital de leilão está concluso, tendo 92 (noventa e dois) lotes para alienação no total de 197.350 (cento e noventa e sete mil e trezentos e cinquenta) bens inservíveis e de recuperação antieconômica.

Foi realizado o recolhimento 47.462 (quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e dois) bens da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria de Estado de Educação, tendo em vista parceria com as mesmas, que disponibilizaram os espaços físicos e os bens foram recebidos in loco e os lotes foram devidamente separados.

Com a junção da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão foram feitas gestões junto à Coordenação Geral de Patrimônio no sentido de unificar a codificação no Sistema Geral de Patrimônio, com o objetivo de se realizar o Inventário Anual de Bens Móveis e Imóveis nos termos da legislação vigente. Com a publicação da portaria do inventário, as cargas patrimoniais estão sendo enviadas às Subcomissões para a efetiva conferência e retorno à Comissão Central para ajuste de acordo com a localização dos bens.

Foram incorporados e devidamente movimentados para os usuários finais um total de 3.125 (três mil e cento e vinte e cinco) bens no valor total de R\$ 6.402.942,60 (seis milhões, quatrocentos e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos). Foram movimentados para outros órgãos da Administração Direta 1.571 (mil quinhentos e setenta e um) bens, com o valor total na aquisição de R\$ 1.451.434,05 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinco centavos).

Com referência aos suprimentos internos, com a publicação da Portaria nº 65, de 1º de fevereiro de 2019, que tratava da suspensão temporária de licitações e contratações no âmbito desta Secretaria, utilizou-se Atas de Registro de Preços para o abastecimento do almoxarifado.

Foi realizado inventário extraordinário de material de almoxarifado da então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão que passou a integrar a Secretaria de Estado de Economia, e recadastramento dos usuários responsáveis pelo Pedido Interno de Material – PIM, bem como avaliação dos materiais recebidos e das necessidades geradas pela integração das Secretarias (excedentes e insuficientes)

Com a integração das Pastas, o almoxarifado existente no Edifício Corporate Parque Cidade foi desativado, passando a ser utilizado o almoxarifado existente no Centro de Logística (SGON), proporcionando economia sem a despesa de locação do espaço desativado.

No âmbito de Gestão de Próprios, realizaram-se, no ano de 2019, diversas obras e serviços de melhorias no Edifício Anexo do Palácio do Buriti, como a da garagem e, ainda, reforma de copas, reparos nos banheiros. Bem como, limpeza, manutenção e instalação de um novo disjuntor, para atender à demanda de um novo quadro de distribuição de energia com a instalação do eletroposto dos carros elétricos.

Foi feita a readequação dos espaços no Edifício Anexo do Palácio do Buriti e Edifício Vale do Rio Doce para acomodar a nova estrutura administrativa a partir de 01/01/2019; revitalização das placas de alumínio, platibandas e empena oeste do Ed. Anexo do Palácio do Buriti, readequação do layout do diário oficial do Edifício Anexo do Palácio do Buriti;

Ainda em 2019 foi realizada a mudança da Subsecretaria de Contabilidade - SUCON e Coordenação de Gestão de Pessoas – COGEP, que funcionavam no Edifício Parque Cidade Corporate, no Setor Comercial Sul, e passaram a funcionar no Edifício Luiz Carlos Botelho, também na mesma região. Devido a medidas adotadas no âmbito da Subsecretaria da Receita, foi desativada a Agência de Atendimento ao Contribuinte – Asa Sul.

No intuito de reforçar a conscientização dos servidores, após a reestruturação e criação da Secretaria de Economia, foi reiniciada a campanha para a implementação da coleta seletiva solidária, inicialmente no âmbito do Complexo Palácio do Buriti e seu edifício anexo. Na empreitada, foi também iniciada a implantação de boas práticas para o uso consciente da água.

Como ação de natureza preventiva, foram realizadas 5 (cinco) turmas com 16 (dezesesseis) horas do Curso de Formação da Brigada Voluntária de Incêndio, com a participação de 54 (cinquenta e quatro) brigadistas voluntários.

A Secretaria atua no desenvolvimento do Sistema de Gestão de Contratos (e-Contratos) como área de negócios e na administração do cadastro de usuários de todo o Complexo Administrativo do Executivo Distrital.

Com o objetivo de impulsionar a transparência ativa e atender o disposto nos arts. 7º e 8º do Decreto Distrital nº 34.276/2013, a Coordenação de Gestão de Contratos-COGECS/SUAG colaborou, também, com a Assessoria de Comunicação do Gabinete/SEEC na formação da ferramenta para facilitar a atualização dos instrumentos no portal da Secretaria de Estado de Economia, Endereço: <https://www.site.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/contratos/>.

No âmbito da Unidade Central de Gestão do SEI, entre as atividades desempenhadas no ano de 2019 destacam-se as ações de inovação, entre elas a participação no Grupo de Trabalho de planejamento da contratação e melhoria da gestão da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal (Central 156), e também da elaboração do Plano de Capacitação para Acessibilidade de Deficientes Visuais no SEI-GDF e Sistemas Corporativos do GDF e ainda, do

levantamento dos requisitos necessários ao desenvolvimento do Sistema de Peticionamento Eletrônico do GDF (SISPE), sistema que futuramente será parametrizado e gerido pela UGPPEL.

GESTÃO DE PESSOAS

No âmbito da Gestão de Pessoas, a Secretaria tem em sua estrutura a Subsecretaria de Gestão de Pessoas-SUGEP, órgão central do sistema de gestão de pessoas, que atua no sentido de disponibilizar aos gestores da área, informações e orientações, bem como proceder às avaliações das atividades dos diversos órgãos setoriais, fazendo recomendações e adotando outras providências com o objetivo de corrigir falhas, evitar desperdícios, melhorar a gestão e o desempenho dos servidores públicos.

Em 2019 a Subsecretaria de Gestão de Pessoas atuou em parceria com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SUTIC/SEEC no desenvolvimento de aplicações para suporte à implantação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEPE-DF, como o Sistema de Recadastramento, Complementação e Atualização de Dados (RECAD) e o Sistema de Gestão de Rubricas (SGR), ambos em produção.

A instalação do SIGEPE-DF no Datacenter do GDF se deu no ano de 2018, porém somente em março/2019 as atividades de implantação dos macroprocessos foram efetivamente iniciadas e até o momento foram homologados 5 (cinco) dos 20 (vinte) macroprocessos necessários à produção da folha de pagamento no SIGEPE-DF, sendo: segurança do sistema; manutenção das estruturas administrativas; manutenção do cadastro de pessoal; registro e controle de concurso público; e admissão.

Ainda em 2019, com a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2020 a 2023), houve a inclusão, pela primeira vez, do Objetivo Gestão Estratégica com Pessoas para incluir ações referentes a esta temática as quais foram definidas diversas ações para realização por meio do PPA, quais sejam: Capacitação de Lideranças, realização de Mestrado, Consultoria em Mapeamento de Competências, Consultoria em Qualidade de Vida no Trabalho, Consultoria para Plano Geral de Carreiras.

Foram realizadas pesquisas, reuniões e elaboração de Minuta de Decreto definindo critérios para mudança de lotação de servidores para o CENTRAD e, ainda, reunião com professores/pesquisadores da Universidade de Brasília - UnB e Escola de Governo - EGOV sobre Dimensionamento da Força de Trabalho para conhecer a metodologia para possível prática no GDF.

Dando continuidade às ações, foi também elaborada proposta de contratação de equipe da Universidade de Brasília-UNB, por meio de projeto apresentado à Fundação de Apoio a Pesquisa-FAP/DF, para pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho, ainda aguardando aprovação.

Foi incluído no Plano Estratégico de Governo, no eixo GESTÃO E ESTRATÉGIA, na 2ª Batalha: Aumentar a produtividade e a qualificação da força de trabalho: “Promover a implementação da política de capacitação por competências nas Administrações Regionais do GDF nos termos do Decreto nº 39.468/2018”.

Com relação às atividades da Gerência de Qualidade de Vida no Trabalho - GEQVT em 2019, destaca-se a formação da rede de Agentes promotores de Qualidade de Vida no Trabalho, com representantes de cada órgão do GDF, tendo como resultado um grupo atuante nos eventos relacionados a temática Qualidade de Vida no trabalho. Destaca-se ainda, a formação da rede de Agentes promotores de Qualidade de Vida no Trabalho, com representantes de cada órgão do GDF, tendo como resultado um grupo atuante nos eventos relacionados a temática Qualidade de Vida no trabalho

Ainda no âmbito de Gestão de Pessoas, a Secretaria por meio da Coordenação de Gestão de pessoas da Subsecretaria realizou, em 2019, a continuidade às ações referentes ao Programa de Incentivo à Pós-graduação (PIPG), com o acompanhamento dos Editais n.º 01/2017, 01/2018, 02/2018 e 03/2018, com prazo final de execução em dezembro de 2020.

Com referência aos cursos de mercado, que são solicitados pelas Unidades da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, e estão contemplados no Plano de Capacitação e Educação Continuada – PCEC, de acordo com a Portaria n. 213, 13/10/2017, do programa PROFISCO/PRODEFAZ.

Com relação aos cursos de extensão incluídos nas trilhas de capacitação, foi elaborado Termo de Referência para contratação de instituição especializada para capacitação, formação, treinamento e desenvolvimento dos servidores, conforme o Plano de Capacitação e Educação Continuada – PCEC/SEF-DF, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

A atual gestão, contribuindo para o fortalecimento da “gestão de pessoas” inaugurou uma prática que precisa transformar-se em tendência na seara do planejamento governamental. Trata-se de ter construído seu Plano de Governo de longo prazo e o PPA 2019-2023 com a participação ativa da SUGEP, por ser órgão central de gestão de pessoas. Isso permite que se tenha um documento calcado na realidade da força de trabalho disponível, além de dar firme demonstração de que percebe a área de Gestão de Pessoas como essencial, garantia de sucesso para o cumprimento dos documentos de planejamento, de curto, médio e longo prazo.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No âmbito da Gestão de Tecnologia da Informação, o novo ciclo de gestão governamental, iniciado no ano de 2019, implementou alterações na estrutura orgânica do Governo do Distrito Federal, promovendo, entre outras mudanças, a fusão entre a Secretaria de Estado da Fazenda - SEF e a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão –SEPLAG. Apesar de prestarem serviços com focos diferenciados (de forma geral, a Secretaria de Fazenda com atividades-fim e a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão com atividades-meio), ambas as Unidades Administrativas possuem várias soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) próprias, como infraestrutura de datacenter, desenvolvimento e manutenção de sistemas, suporte a usuários, entre outras.

Ainda, além da prestação de serviços de tecnologia para atender a Secretaria de Estado de Economia, há de ser enfatizada a competência corporativa de TIC da então SEPLAG, que era incumbida de gerir o Centro de Dados Corporativo do DF – CeTIC e a Rede Metropolitana de Dados – GDFNet, provendo serviços de hospedagem de equipamentos, armazenamento de dados e comunicação com a internet para os demais entes do Complexo Administrativo do DF.

Assim, para garantir a continuidade de serviços de TIC prestados aos diversos órgãos e unidades administrativas do Complexo Administrativo Distrital e à população por ambas as Pastas, foi necessário aplicar um plano de integração, focado em três pilares centrais, sendo a integração de contratos, a integração do planejamento e a integração de processos e pessoas.

As ações de integração estão sendo implementadas de forma transparente, definindo as competências de cada parte envolvida, atendendo aos regramentos normativos vigentes, no interesse da administração pública e da população do Distrito Federal.

Para atingir os objetivos de integração estabelecidos, foram definidas as seguintes metas: unificação da estrutura administrativa; unificação do plano diretor de TIC; unificação dos contratos de objeto similar; unificação da metodologia de desenvolvimento, com foco em

metodologia ágil; continuidade da execução de projetos do PROFISCO, que têm prazo de execução até 2020; elaboração de projetos de contratação de Service Desk (nível 1 e 2) e suporte nível 3 unificados; elaboração de projetos de modernização da infraestrutura do CeTIC, sendo exemplos as aquisições de Storage, big data e cofre de senhas; elaboração de projeto de expansão de fibra ótica, equipamentos de Wi-Fi, links terceirizados e atualização dos acordos de cooperação de compartilhamento de rede.

As estruturas de TIC das antigas SEF e SEPLAG tinham até então uma atuação técnica independente no âmbito do Governo do Distrito Federal. Em sua estrutura, a área técnica da SEF prestava o suporte necessário às suas áreas de negócio (suporte ao usuário e desenvolvimento e sistemas), dispondo de dois datacenters, um situado no Ed. Vale do Rio Doce (principal) e outro no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA (replicação). Este último ainda em fase aparelhamento e ativação de serviços. A mão de obra técnica de sustentação dos ambientes (24X7), atendimento aos usuários internos e desenvolvimento e sustentação de sistemas era executada por empresas contratadas, estando os servidores na gestão. A SEF era usuária dos serviços da Rede GDFNet, sendo, até então, a única interface que existia com a área técnica da SEPLAG. O financiamento dos projetos foi realizado em 2018 com recursos do Tesouro, PROFISCO e do FUNDAF.

Já a área técnica da SEPLAG, além de atender aos usuários internos da Secretaria (suporte ao usuário e desenvolvimento e sistemas), era responsável por atender demandas de armazenamento de dados e conexão com internet das demais unidades do Complexo Administrativo do DF. As funções técnicas eram exercidas principalmente por servidores efetivos e comissionados, existindo poucos serviços terceirizados contratados. A Secretaria dispunha apenas de um ambiente de dados localizado no Edifício da CODEPLAN, sendo que a replicação de alguns serviços críticos era realizada no centro de dados da Secretaria de Segurança Pública. A área tinha o planejamento de construir o ambiente de replicação no SIA. A GDFNet já contemplava 685 unidades administrativas conectadas, 550 km de fibra ótica própria e 300 km compartilhados, 138 TB de dados trafegados por mês e 50 mil desktops conectados.

Com a unificação da estrutura administrativa da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação em setembro de 2019, a SUTIC foi formalizada como a área de Tecnologia da Secretaria de Estado de Economia. Na nova organização interna, a área passou a contar com três unidades temáticas, sendo uma responsável pela GDFNet, outra pelo CeTIC e a última pelos Sistemas. O modelo implementado teve por premissa a definição de uma unidade de comando para cada macroprocesso da Subsecretaria.

Ainda no tocante à unificação das equipes, os projetos de contratação de Service Desk (nível 1 e 2) e suporte nível 3, em andamento na Subsecretaria de Compras Governamentais - SCG, têm uma importância estratégica para a Subsecretaria. Dadas as diferenças de atuação entre as antigas SEF (terceirizados) e SEPLAG (servidores na execução), é premente a necessidade de padronizar os serviços de acordo com as melhores práticas de mercado e o modelo de administração pública gerencial. Assim, espera-se ter como resultado das contratações a melhoria na disponibilidade dos serviços e também a melhoria da gestão interna, onde os servidores passarão a atuar em primazia em atividades de gestão tática/estratégica, melhorando os requisitos e a qualidade dos serviços prestados.

No que tange às contratações, duas delas merecem uma atenção maior: a aquisição de solução de Big Data e a contratação de links MPLS. O projeto de aquisição do Big Data tem por objetivo melhorar a capacidade de processamento de grandes bases de dados, possibilitando a aplicação de ferramentas de inteligência, como o projeto de fiscalização de mercadorias em trânsito para a melhoria da arrecadação do DF. Já o processo de contratação de MPLS busca a inclusão de todas as unidades administrativas de Governo na GDFNet. A

previsão do projeto é de integrar mais 1200 localidades na rede, conferindo segurança, integridade e acessibilidade aos dados trafegados. Ambas já se encontram em análise na área de Compras.

Ainda no assunto contratações, foram encaminhados para a área de Compras os projetos de aquisição de Storage, cofre de senhas e equipamentos de Wi-fi (já licitado) e o de contratação de expansão de fibra ótica.

Por fim, na área Governança, a SUTIC deu início ao processo de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC (2020-2021), ao mapeamento de alguns processos críticos da Subsecretaria e também às tratativas para a unificação da metodologia de desenvolvimento de sistemas. A previsão é que os documentos sejam concluídos nos primeiros meses de 2020.

Dada a fusão entre as Secretarias de Estado de Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão informada anteriormente, é salutar a apresentação e comparação dos dispêndios realizados em 2018 e 2019.

Custeio e Investimento por Fonte de Recurso (em R\$) – Exercício 2018

UNIDADE	TESOURO	FUNDAF	PROFISCO	BANCO DO BRASIL	PRÓ-GESTÃO	TOTAL	
SEF*	12.331.819,44	4.431.570,18	15.294.973,00	0	0	32.058.362,62	47,25
SEPLAG**	22.803.131,47	0	3.151.666,00	9.426.287,31	406.070,74	35.787.155,52	52,75
TOTAL	35.134.950,91	4.431.570,18	18.446.639,00	9.426.287,31	406.070,74	67.845.518,14	100

Notas

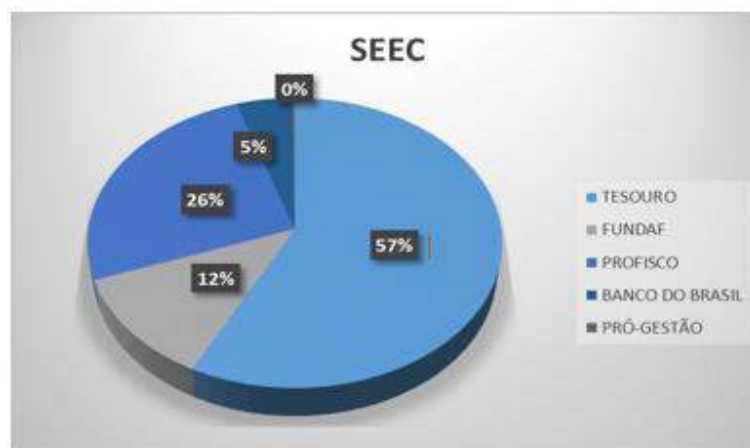
(*) Informações obtidas no relatório de atividades SUTIC/SEF;

(**) Informações extraídas do Quadro de Detalhamento de Despesa 2018 – UG 130.101 (SEPLAG) e histórico de contratos.

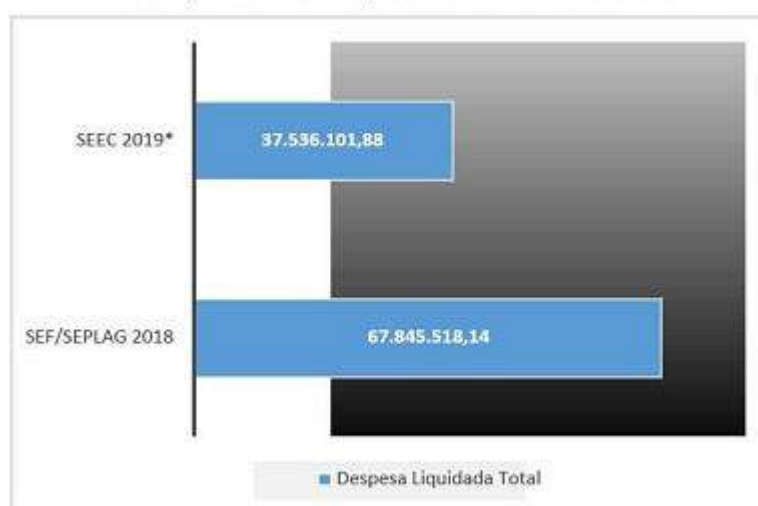


Custeio e Investimento por Fonte de Recurso (em R\$) – Exercício 2019 (Valores consolidados em 06/01)

UNIDADE	TESOURO	FUNDEF	PROFISCO	BANCO DO BRASIL	PRÓ-GESTÃO	TOTAL
SEEC	21.583.394,12	4.469.522,42	9.608.692,52	1.782.692,82	91.800,00	37.536.101,88



Comparativo de dispêndios de TIC – 2018 vs 2019



Há de se relativizar a redução dos valores totais liquidados em 2019, visto que o ano corrente foi utilizado pela Subsecretaria para diagnóstico da necessidade, considerando a nova realidade, e preparação de projetos, onde foram elaborados e encaminhados para licitação mais de 10 (dez) termos de referência, contemplando o atendimento das demandas da atual Secretaria de Estado de Economia e também das unidades usuárias dos serviços de TIC do CeTIC e da GDFNet.

Dessa forma, espera-se para o ano de 2020 a realização de investimentos maciços em Tecnologia da Informação e Comunicação para continuidade da melhoria dos serviços prestados pela Secretaria e incremento da entrega de valor ao cidadão.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

No âmbito da Gestão de Compras Governamentais, a Secretaria atende, por meio Subsecretaria de Compras Governamentais – SCG, diversas unidades integrantes da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Governo do Distrito Federal e tem a responsabilidade de garantir a instrução e conduzir os procedimentos licitatórios, bem como as dispensas de licitações, além de formular e propor diretrizes relativas aos processos de aquisição de bens e contratação de serviços, registro de preços e pesquisa de mercado.

A fusão da Secretaria gerou impacto nas atividades desenvolvidas pela Coordenação de Licitações-COLIC, especialmente levando em consideração que as minutas-padrões utilizadas passaram a ser as da antiga Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, bem como tendo em vista que o sistema utilizado para realização dos procedimentos licitatórios passou

a ser o sistema de compras da área federal (COMPRASNET). Tais alterações geraram a necessidade de atualização das minutas padrões e também dos servidores que atuam na área de licitações.

Ademais, cabe destacar que tendo em vista a edição do Decreto Distrital 40.205, de 30 de outubro de 2019, que tem por objeto recepcionar o Decreto Federal 40.205, de 20 de setembro de 2019, a Coordenação de Licitações tem providenciado as alterações das minutas padrões, totalizando 16 (dezesesseis), sendo 08 (oito) para aquisições e serviços que serão custeadas com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, em função Contrato de Empréstimo 3040/OC-BR, e 08 (oito) para as aquisições e serviços custeados com demais recursos. Enfatiza-se que, após as procedidas as atualizações, a nova minuta padrão é enviada à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal visando a emissão de parecer.

No exercício de 2019 foram homologados 79 (setenta e nove) procedimentos licitatórios. Quando realizada a comparação entre o valor total estimado para custear as aquisições ou contratações pretendidas pelos diversos Órgãos do Distrito Federal e o valor total homologado nos 79 (setenta e nove) procedimentos licitatórios, apresenta-se o seguinte resultado:

Economia alcançada		
Total estimado	R\$ 307.771.547,17	100,00%
Total homologado	R\$ 283.638.472,65	92,1588%
Economia alcançada	R\$ 24.133.074,52	7,8412%

Desenvolvimento e Implantação do Sistema e-Contratos DF - Módulo Administrativo

O sistema e-Contratos foi desenvolvido para modernizar e concentrar em uma única solução informatizada a gestão e as informações sobre os contratos do GDF, modernizando os procedimentos relacionados ao assunto. Resultado de estudos realizados na Coordenação de Planejamento e Modernização de Licitações-COPLAM. E para atender à diversas determinações de órgãos de controle, dentre eles o Tribunal de Contas do DF. O projeto de Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Contratos encontra-se sob a gestão da COPLAM, a qual foi responsável pelo gerenciamento do desenvolvimento, fornecimento de regra negocial adaptada ao GDF, atendimento ao público e implantação da plataforma, inclusive com elaboração de manuais e treinamentos ministrados na Escola de Governo.

O sistema em comento foi, inclusive, apresentado ao excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio do Secretário de Estado de Fazenda e do Secretário Executivo de Gestão Administrativa.

Antes do e-Contratos DF não havia sistema de gestão de contratos em uso, porquanto não se tinha a informação precisa referente a quantidades e valores dos instrumentos firmados pelo GDF, dificultando a gestão, planejamento do orçamento, prestação de contas e gestão financeira do GDF. Hoje, com a implantação do módulo administrativo, o e-Contratos possui 3465 (três mil quatrocentos e sessenta e cinco) contratos registrados com seus valores, datas e outros dados relevantes.

Público alvo beneficiado: o contribuinte, no que diz respeito a melhor governança de dados sobre as obrigações do GDF, permitindo melhor controle orçamentário e, por consequência, melhor economia e alocação de recursos para políticas públicas, além de facilitar a transparência ativa, por reunir todas as informações contratuais em um só local; a Secretaria de Economia, com o melhor controle de informações sobre contratos emergenciais, pagamentos indenizatórios ou sem contratos, evitando responsabilização frente a órgãos de controle, auditorias e ordenadores de despesa, pois fornece uma visão sistêmica sobre os contratos de cada órgão.

Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Compras, Licitações e Registro de Preços

O sistema e-ComprasDF foi desenvolvido mediante financiamento do PROFISCO, e contempla toda a fase de planejamento de compras (plano anual de compras e contratações - PACC-integrado ao Orçamento em tempo real), cadastro local de fornecedores (GDF), pesquisa de mercado, banco de preços integrado à nota fiscal eletrônica, integração com estoque em tempo real, pregão eletrônico, dispensa de licitação, concorrência, tomada de preços, registro de inexigibilidade, registro de adesão a atas externas, módulo de gestão de registro de preços, módulo de informações gerenciais (Business Intelligence), controle de saldo de atas em tempo real, entre outros.

O sistema encontra-se 95% desenvolvido, com previsão de lançamento no primeiro semestre de 2020. Seu desenvolvimento com sucesso cumpre diversas metas do GDF frente ao BID/PROFISCO, contribuindo para uma avaliação positiva do Governo do Distrito Federal para com aquele organismo financiador, tendo em vista que o desenvolvimento do projeto é avaliado periodicamente.

Público alvo beneficiado: o Governo do Distrito Federal em geral é beneficiado, pois a ferramenta irá constituir um cadastro local de fornecedores, mantendo o investimento público e o fortalecimento do comércio no âmbito Distrital; as micro e pequenas empresas, tendo em vista o já citado cadastro local de fornecedores, e os benefícios oferecidos pela Lei Complementar 123/06, implantada no sistema; os ordenadores de despesa e gestores de compras dos órgãos do GDF, pois poderão acompanhar todo o processo de compra em tempo real e aprovar ou rejeitar intenções de compra em fases preliminares, evitando o desperdício de esforços e recursos; os demais órgãos do GDF, em razão da automação e modernização de processos de compras, reduzindo a incidência de erros e a sobrecarga de trabalho nas áreas afetas a compras; a sociedade, em razão das disponibilizações de todos os processos de compras e licitações no portal público de compras, além do acompanhamento dos certames em tempo real.

Produção de Cadernos Técnicos de Compras e Contratações

Contratação da consultoria especializada para oferecer instrumentos (cadernos técnicos de compras e contratações) para o fortalecimento dos procedimentos de compras governamentais aos demais órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal. A iniciativa visa nortear as metodologias de compra para os objetos contemplados pelos cadernos, a fim de que o GDF realize suas compras de maneira eficiente e padronizada, contemplando legislação relacionada aos objetos, acórdãos, decisões, conhecimento técnico, entre outros. Além disso, com a alta rotatividade de servidores no âmbito do GDF, os cadernos terão também a função de servir de guia de aquisições e contratações para novos servidores que porventura forem nomeados/contratados. Esse tipo de iniciativa já se mostrou produtiva em outros Estados da Federação, a exemplo do estado de São Paulo, o qual publica seus cadernos técnicos no portal da Bolsa Eletrônica de Compras.

Como resultados obtidos, pode-se destacar a contratação de uma empresa especializada no final do ano de 2019, que já iniciou os estudos para o desenvolvimento dos cadernos técnicos de compras e contratações. Os cadernos irão padronizar a forma de aquisição no GDF, sempre apontando a maneira comprovadamente mais eficiente da realização da aquisição. O projeto tem previsão para finalização em 2 anos. Entretanto, o primeiro ano (2020) contempla a produção da maioria dos cadernos, reservando ao segundo ano a capacitação dos servidores para atualização dos artefatos.

Relatório Comparativo de Modal de Transporte de Passageiros na SEEC

O estudo em comento baseou o início da contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre (TÁXIGOV) dos servidores, empregados

e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades que integram o complexo administrativo do Distrito Federal.

Público alvo beneficiado: o Governo do Distrito Federal, em razão do melhor aproveitamento de servidores que se encontravam envolvidos com a frota de veículos e transporte de servidores, além da considerável economia comprovada com a substituição do modelo atual de transporte, considerado antiquado de acordo com as inovações encontradas em âmbito federal. Os servidores também serão beneficiados ao dispor de um meio de transporte com mais eficiência.

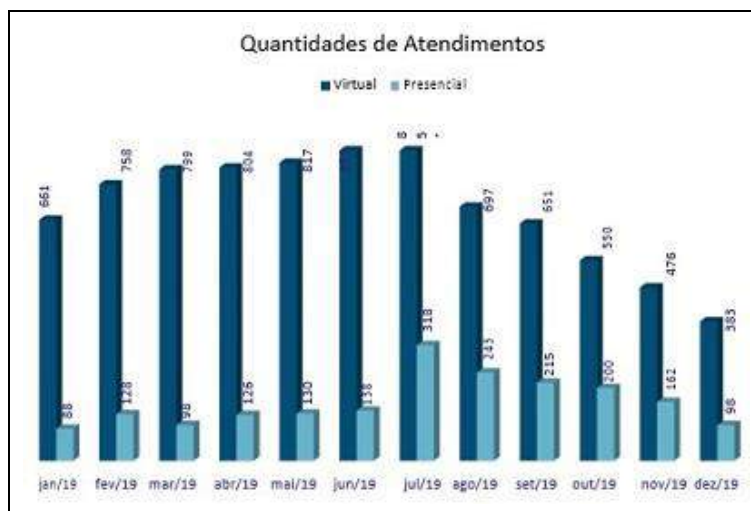
CONTRATOS CORPORATIVOS

No âmbito da Gestão de Contratos Corporativos, a Secretaria visa melhorar os serviços e reduzir custos relativos à prestação de serviços de vigilância, brigada contra incêndio e pânico, limpeza, asseio e conservação, telecomunicações e dados móveis, estágio e aprendizagem, central 156, bem como, manutenção, abastecimento e locação de veículos. Em 2019, a Secretaria teve sob sua gestão 47 (quarenta e sete) contratos corporativos.

Houve a implantação do Pregão Eletrônico 10/2019, destinado a contratação de empresa, especializada em serviços de limpeza, asseio e conservação, de forma contínua, para atender as necessidades dos órgãos e instituições pertencentes ao Governo do Distrito Federal, em mais de 750 (setecentos e cinquenta) unidades.

Atualmente, atendemos na esfera do Governo do Distrito Federal 1.818 (um mil oitocentos e dezoito) postos de vigilância, 2.588 (duzentos mil quinhentos e oitenta e oito) postos de limpeza, asseio e conservação e 37 (trinta e sete) postos de bombeiros civis (brigadistas).

No período de janeiro a dezembro de 2019, realizou-se 9.761 (nove mil setecentos e sessenta e um) atendimentos na área de estágio, sendo 8.298 (oito mil duzentos e noventa e oito) virtuais e 1.463 (um mil quatrocentos e sessenta e três) presenciais, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Em 2019, foram firmados contratos de 900 (novecentas) bolsas de estágio para nível superior, 418 (quatrocentas e dezoito) bolsas de estágio para nível médio e 7 (sete) estágios acadêmicos, totalizando 1.325 (um mil trezentos e vinte e cinco) estagiários.

Foram implementadas ações visando ao aperfeiçoamento e gestão do contrato de estágio, capacitando sua equipe, sempre que possível, e orientando os executores locais, supervisores e estagiários, por meio de integrações periódicas realizadas no auditório do CIEE, sendo que de janeiro de 2019 a dezembro de 2019 foram realizadas 19 (dezenove) integrações.

Destaca-se a finalização da implantação do Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos – SFCC, proporcionando aos executores locais a elaboração dos seus respectivos Relatórios Circunstanciados - RC de forma célere e transparente, além de modernizar a confecção do o Relatório Analítico – RA por parte da Comissão Executora que consolida todas as informações na referida plataforma digital.

Importante frisar que, no mês de abril de 2019, passou-se a operar via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com a disponibilização dos seguintes formulários como documentos de: Formalização da Demanda-DFD-Estágio; Rescisão de Contrato de Estágio; Alteração de Supervisor - DAS-Estágio; Recesso de Estagiário - DPR-Estágio; e Documento Indicação Executores Locais - DIE-Estágio.

Esta inovação possibilitou a economia de papel e de deslocamento de executores locais à diretoria para a entrega de documentos.

Ainda no mês de abril, a Secretaria de Estado de Economia foi reconhecida nacionalmente por seu Programa de Estágio, estando entre as melhores do país, conforme certificado abaixo:



De acordo com o gráfico abaixo, houve uma economia de 67,3% na média de gasto mensal por órgãos no ano de 2019 com as novas tarifas aplicadas.



Atualmente a Coordenação de Gestão de Frota, fiscaliza e controla cerca de 2004 (dois mil e quatro), veículos próprios e 572 veículos locados e distribuídos nos 64 órgãos do Governo do Distrito Federal- GDF, sendo realizados 2.014 (duas mil e quatorze) vistorias de veículos na DICOF até novembro de 2019 e 85 (oitenta e cinco) treinamentos para os responsáveis pelo

setorial de transporte das secretarias e coordenadores/gerente de administração das Administrações Regionais, no qual assinaram um termo de ciência e se comprometem a repassar todas informações sobre o uso de veículo oficial no GDF para seus condutores e motoristas.

A Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal – Central 156, instituída pelo Decreto nº 24.110/2003, alterado pelos decretos números nº 38.952/2018 e o Decreto nº 39.039/2018, recebeu em torno de 1.257.694 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil seiscentos e noventa e quatro) ligações e realizou aproximadamente 884.501 (oitocentos e oitenta e quatro mil quinhentos e uma) chamadas no período de janeiro a dezembro de 2019.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

No âmbito da Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, a Secretaria teve como principais ações em 2019: o avanço na melhoria do atendimento médico-pericial, através do aprimoramento do uso do prontuário eletrônico, instituído em 19/11/2018, e suas devidas atualizações em conjunto com a SUTIC; o redimensionamento da força de trabalho para melhor atender às demandas da Diretoria de Perícias Médicas, que hoje perfaz o maior número de atendimentos, assim como atender à legislação vigente; a ampliação da estrutura física de atendimento na SUBSAUDE por meio da renovação do contrato de locação e reforma no local, com aumento de 33 (trinta e três) para 41 (quarenta e um) consultórios.

Em 2019, foi possível realizar a confecção de relatórios epidemiológicos que puderam reproduzir os custos do absenteísmo e mapear as secretarias e locais mais adoecidos para implementação de ações preventivas e a ampliação do alcance das ações de segurança e saúde no trabalho, sendo que no início de 2019 havia 15 (quinze) órgãos alcançados e, ao final do ano, tivemos 33 (trinta e três) órgãos alcançados.

Também foram desenvolvidas ações de promoção à saúde, por meio do “Projeto Comunicação Não Violenta” em diversos órgãos do GDF, totalizando 673 seiscentos e setenta e três servidores da Subsecretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF LEGAL, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Brasília Ambiental (extinto IBRAM), Conselho Regional de Farmácia e Secretaria de Estado de Educação. Também participou do XXIX Seminário de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho no DF da Fundacentro e no Fórum da Subsecretaria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Educação para gestores (“SUBSAUDE mais perto de você”), com temáticas relevantes voltadas à saúde e segurança dos servidores.

Destaca-se como ganho importante em 2019, que os dados dos servidores readaptados passaram a ser lançados no SIGRH WEB, o que possibilitará a confecção de relatórios que embasarão ações específicas voltadas para estes servidores.

O atendimento por meio do prontuário eletrônico SIAPMED - Sistema de Atendimento de Perícia Médica foi aprimorado com possibilidade de retificações, fornecimento de atestados de comparecimento e sinalização das licenças mais frequentes, dentre outras atualizações, assim como a capacitação dos profissionais para uso desta ferramenta no atendimento e pelo Sistema de Gerenciamento de Atendimento - SGA foi ampliado para a utilização em 2019, possibilitando maior conforto ao servidor e geração de dados com maior celeridade.

Ressalta-se que, de forma inédita, foi produzido o Relatório de Dengue do 1º Quadrimestre de 2019, o que possibilitará ao Governo do Distrito Federal traçar ações de promoção à saúde, que impactarão a toda a população aqui residente.

A Secretaria tem envidado esforços em busca da diminuição do absenteísmo - doença dos servidores públicos civis do Distrito Federal - assim como da melhoria do bem-estar, da

segurança e da saúde daqueles que prestam serviços à sociedade. Além disso, persegue-se a melhoria do desempenho daqueles que compõem a Administração Pública, assim como vislumbrou-se o melhor emprego dos recursos públicos do Governo do Distrito Federal.

ESCOLA DE GOVERNO

Na busca por capacitação, melhor formação e desenvolvimento dos servidores do Governo do Distrito Federal (GDF), em conformidade com a Política de Formação, Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores Públicos do GDF, a SEEC procurou pautar suas ações com vistas a aumentar a capacidade do governo na condução das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da gestão e para a melhoria dos serviços públicos.

Visando a implementar políticas e ações voltadas à identificação de oportunidades de melhoria nos processos de gestão, nas relações de trabalho e na saúde dos servidores, foi realizado o Diagnóstico Organizacional, processo parcialmente concluído, sendo que algumas proposições de melhoria já serão aplicadas em 2020, ano em que o diagnóstico organizacional será finalizado. Bem como, publicação de diversos decretos normativos.

E ainda, a realização do concurso de seleção para o Programa de Concessão de Bolsa de Estudo do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), aos servidores e aos empregados da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal. O resultado definitivo foi divulgado no dia 5 de agosto de 2019, tendo sido contemplados 20 servidores do Governo do Distrito Federal.

Ampliação do funcionamento da Escola de Governo do Distrito Federal, considerando o Acordo de Cooperação Técnica SEI-GDF nº 01 celebrado entre a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB/DF) e a então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG/DF).

Projetos institucionais

As aulas do Curso de Mestrado em Gestão Econômica de Finanças Públicas da Universidade de Brasília (UnB) foram finalizadas em dezembro de 2019 e, em 2020, serão defendidas as teses referentes ao mestrado em questão.

Projetos em andamento

- “Formação de líderes”: tem o objetivo de alavancar o desempenho e preparar os líderes para desafios futuros, tanto no nível individual como organizacional, o projeto visa a capacitar o servidor a identificar seus pontos fortes e fracos, priorizando o que é relevante em sua vida pessoal e profissional;
- “EGOV na Educação a Distância”: realiza, periodicamente, cinco cursos na modalidade a distância, desde 2009 e, em 2019, foram lançados mais dois cursos.
- “EGOV nas trilhas de aprendizagem”: almeja capacitar e desenvolver habilidades do servidor, necessárias para lidar com o seu universo de trabalho.
- “Treinamento e boas práticas para os administradores regionais”: busca o alinhamento entre as administrações regionais e a cúpula do GDF;
- “Formação em ouvidoria”: visa à melhoria na prestação dos serviços, nas respectivas áreas de atuação destes;
- “Libras para todos”: visa à acessibilidade linguística e ao atendimento ao sujeito surdo e deficiente auditivo. Além de humanizar o atendimento à população do Distrito Federal, esse projeto visa a atender ao Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como a Portaria Conjunta nº 31, de 10 de maio de 2018 (26690956),

que estabelece termos e condições gerais de colaboração entre as partes (SEE/DF, por meio da EAPE, e SEPLAG/DF, atual SEEC, por meio da EGOV/DF);

- “Excelência no atendimento ao cidadão”: foi implementado para gerar sensibilização na busca da excelência no atendimento ao cidadão, visando a melhoria do atendimento ao público e dos serviços prestados;
- “Educação financeira para o servidor”: amplo, esse projeto foi criado com metodologia simples e direta, porém objetiva e recompensadora, possibilitando aos servidores ferramentas para controle de finanças pessoais, de forma a mudar o status de tomador para investidor de recursos e valorizá-los no curto, médio e longo prazo, a fim de obter mais qualidade de vida para si e seus familiares.
- Boas práticas nutricionais para o servidor;
- “Trabalhando o lado comportamental do servidor”: busca a ampliação de habilidades e de competências comportamentais dos servidores públicos do GDF, por meio da capacitação de multiplicadores, busca gerar transformação e desenvolvimento pessoal e profissional, desenvolvendo ações preventivas que possam minimizar o risco de suicídio;
- “Força tarefa para treinamento da NR 32”: utiliza a Norma Regulamentado- RA 32 (NR 32) e a Portaria nº 55/2012, visando a instituir nova cultura em saúde e segurança no trabalho;
- “GDF com mapeamento e modelagem de processos”: busca conhecer os conceitos e as práticas sobre identificação, mapeamento, modelagem, documentação, gestão e melhoria de processos, visando a atender os objetivos estratégicos da organização.

CORREGEDORIA FAZENDÁRIA

Atualmente, todos os procedimentos disciplinares (análise e investigação preliminar, Sindicância e PAD, publicações, diligências, solicitação e fornecimento de informações) são em ambiente SEI. Além da agilidade e segurança processual que o sistema proporciona, o sigilo legal das informações nas diversas fases do processo disciplinar: Instauração, Instrução, Defesa, Relatório e Julgamento, encontrou uma importante ferramenta no ambiente SEI.

Em 31/12/2018 (antes da incorporação da SEPLAG), a então Secretaria de Fazenda possuía um quadro de pessoal de 1.338 servidores ativos (efetivos, comissionados e requisitados). Em 31/12/2019, a quantitativo de servidores ativos da SEEC/DF é 2.312 servidores, o que representa um aumento de 73%.

Considerando que, nos termos do § 1º do art. 186 da LC 840/2011: a responsabilidade administrativa do servidor, observado o prazo prescricional, permanece em relação aos atos praticados no exercício do cargo após a: exoneração; aposentadoria; vacância em razão de posse em outro cargo inacumulável; e, durante as licenças, afastamentos e demais ausências legais, o nosso universo de atuação é bem maior que os 2.312 servidores que trabalham atualmente na SEEC/DF.

Procedimentos Disciplinares 2019

Processos	Instaurados/ Instruídos (*)	Concluídos	Em Apuração
Processo Adm. Disciplinar	07	05	02
Diligência Processo Disciplinar	54	49	05
Sindicância	08	06	02
Investigação preliminar	46	35	11
Total	115	95	20

Fonte: SEI

Nota: (*) Processos abertos e tramitados na UCF em 2019 (inclusive remanescentes de exercícios pretéritos).

Punições Administrativas Aplicadas na SEEC (últimos 5 anos)

Punições	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Demissão	-	-	-	-	-	-
Cassação de Aposentadoria	-	-	-	-	-	-

Suspensão	-	1	-	1	-	2
Advertência	-	-	1	1	-	2
Total	-	1	1	2	-	4

Dinâmica de Fluxo Documental/Processual da SEEC/GAB/UCF

Tipos de Documentos	GAB/UCF	GAB/UCF/ CPAD	Total
Despacho	366	25	391
Memorando	35	49	84
Ofício	39	3	42
Ordem de Serviço	19	3	22
Outros*	49	172	181
Total	508	252	760

Fonte: SEI/GDF.

Nota: (*) Atas, Decisões, Declarações, Relatórios, Pareceres, Requerimentos, etc.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O exercício de 2019, no âmbito da Secretaria de Estado de Economia - SEEC, foi marcado por realizações que impactaram positivamente o cenário econômico do Distrito Federal.

Gestão Fazendária

No que tange à gestão fazendária, observa-se grande inadimplência de empresas e cidadãos, levando ao aumento da dívida ativa. Para reverter esse quadro, em 2020 serão implementadas ações referentes ao lançamento do REFIS (Programa de Refinanciamento), resgate de projetos prontos para serem objeto de captação de recursos, manutenção das alíquotas do IPTU e IPVA, uma vez que correção pela inflação proposta corresponde apenas a reposição do valor, não contribuindo para o aumento de arrecadação.

Conjugados a essas ações, serão, ainda, implementados nesse segmento projetos de modernização da fiscalização, com expectativa de incremento anual de R\$ 250 milhões na receita tributária; de melhoria da cobrança com expectativa de recuperação anual de R\$ 55 milhões na receita tributária; além do aprimoramento das normas tributárias para o contexto atual do Distrito Federal.

Em 2020, a gestão fazendária atuará, também, com foco na implementação de novos procedimentos, visando a convergência à contabilidade internacional, assim como modernizar e fortalecer a gestão do Tesouro do Distrito Federal.

Planejamento e Orçamento

A área de planejamento, voltada ao aperfeiçoamento dos instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, em 2020 envidará esforços para modernizar e promover maior agilidade ao processo de prestação de contas anual do Governador por meio do Sistema Relatório de Atividades – RAT - que terá implementadas novas funcionalidades e receberá melhorias naquelas existentes.

O Sistema de Acompanhamento Governamental SAG/SIGGo, por sua vez, migrará para a plataforma Web.

Por sua vez, o Sistema GestãoDF receberá novas funcionalidades. Registra-se, também, o desenvolvimento de sistema corporativo para o gerenciamento de recursos captados.

Destacam-se, ainda, os esforços da área de planejamento voltados ao fortalecimento da metodologia de avaliação do PPA, continuamente aperfeiçoada para demonstrar os avanços das políticas públicas com crescente qualidade e fidedignidade.

A gestão orçamentária, por sua vez, dedicar-se-á à implementação de mecanismos de monitoramento da qualidade do gasto público por meio da realocação estratégica de recursos, de forma a viabilizar sua destinação para os investimentos.

A adoção dessas práticas contribuirá para elevar a produtividade e a efetividade dos recursos empregados, provendo economicidade aos processos, mediante a implementação de práticas mais modernas e eficientes de gestão.

Gestão de pessoas

Na área de Gestão de Pessoas, a SEEC vem buscando aprofundar sua atuação estratégica, visando preparar o servidor público para que seja agente de mudança, estimulando seu comprometimento com melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão e seu foco em resultados.

Entre as oportunidades de melhorias na área foi identificada a necessidade de revisão das estruturas administrativas (tamanho da equipe, qualificação do pessoal, perfil profissional e competências definidas) e a ampliação dos processos de capacitação das lideranças, de modo que seja efetivamente implantada uma gestão profissional moderna.

Outras necessidades verificadas são a melhoria dos processos de acompanhamento da atuação dos órgãos setoriais de gestão de pessoas dos órgãos do GDF e a identificação das competências necessárias aos servidores para que sejam melhor alocados e aproveitados para dar efetividade aos objetivos da administração pública e anseios do cidadão.

É, ainda, necessário implementar metodologias de gestão de pessoas alinhadas de forma sistêmica, com adoção de modelos que priorizem a responsabilização e o cumprimento de metas. Ademais, deve ser considerada a oferta de um ambiente de trabalho com saúde e segurança ao servidor, que enseje maior engajamento, comprometimento, inovação e resultados.

Com relação às perspectivas e projetos estratégicos para o ano de 2020, destacam-se a elaboração e realização, em parceria com a EGOV, de curso de capacitação para lideranças do GDF. Destaca-se, ainda, a continuidade do projeto de mapeamento de competências e definição de trilhas de aprendizagem em 7 (sete) áreas da Secretaria de Economia, utilizando recursos do PROFISCO. Tal projeto, a depender da aprovação de possível proposta, será executado também nas demais áreas da SEEC.

O Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGEPE-DF), por sua vez, deverá sofrer implementação e parametrização no sistema para avaliação de desempenho, estágio probatório, planos de capacitação por competências, avaliação por competências, pesquisas de qualidade de vida no trabalho, pesquisa de clima, dimensionamento da força de trabalho, teletrabalho, mapeamento de processos, e outros temas de gestão de pessoas, bem como a elaboração de indicadores, avaliação em assuntos de interesse da área de gestão de pessoas e a manualização das atividades de Gestão de Pessoas a ser inserido no site da Secretaria de Economia.

Tecnologia da Informação

Quanto às ações de Gestão de Tecnologia da Informação, destacam-se como principais entregas da área de Tecnologia, segregadas por área de atuação:

1. GDFNET: ativação de dois links de internet, melhoria da velocidade de 12 circuitos MPLS (Expansão da Rede) e redução dos custos contratuais; ativação da Rede GDFNet nas 86 (oitenta e seis) escolas da Ceilândia (Expansão da Rede); ativação do segmento de fibra ótica da rede GDFNet nas escolas públicas da Ceilândia; ativação de pontos de presença da Rede GDFNet, ativação de circuito GDFNet para o DF-PREVICOM (Expansão da Rede) e 19 novas conexões para a SSP; Youtube na Rede GDFNet: liberação de acesso à plataforma Youtube para todos os usuários da GDFNet, permitindo a utilização de conteúdos educacionais nas escolas atendidas pela rede, além de conteúdos institucionais e profissionais aos servidores do DF; ativação de novos equipamentos de rádio adquiridos pela EMATER (expansão da rede); ativação de circuito de 256 Mbps nas novas unidades da SEEC-DF no Setor Comercial Sul – SUCON e COGEP; dimensão da Rede GDFNet: atualmente, a GDFNet possui 685 unidades

administrativas conectadas, 550 km de fibra ótica própria e 300 km compartilhados, 138 TB de dados trafegados por mês e 50 mil desktops conectados à rede.

2. CETIC: implantação da Nuvem Corporativa do DF; integração dos e-mails da SEPLAG e SEF: integração, com padronização única, dos correios eletrônicos em utilização pelos servidores da SEPLAG e SEF, agora lotados na SEEC-DF; dimensão do CeTIC; principais números do CeTIC para o GDF: 240 mil contracheques processados por mês; 16 milhões de documentos processados em 3,6 milhões de processos no SEI; 4 milhões de Notas Fiscais processadas por dia; 3,2 milhões de acessos por mês em mais de 78 serviços ao cidadão hospedados no CeTIC.

3. SISTEMAS: Nota Fiscal Eletrônica; emissão e consulta de DAR pela Junta Comercial; ITCD: disponibilização de solução para declaração pela internet; SAGWEB: sistema gerencial de orçamento integrado ao SIGGO; Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEPE-DF: implantação dos macroprocessos Estruturas Administrativas e Segurança do Sistema; Aplicativo e-GDF (iOS e Android); aplicativo Economia-DF (iOS e Android); PPAWEB: sistema para elaboração de PPA - automatização completa do processo; Sistema Único de Agendamento do Governo (AGENDA): plataforma de agendamento geral online para o Na Hora e diversos outros serviços; recadastramento: sistema para recadastramento dos servidores ativos.

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) têm assumido um papel estratégico na melhoria e na inovação dos serviços prestados. Nenhuma grande empresa, instituição ou órgão público conseguiu avançar nos seus resultados, otimizar seus custos, melhorar a qualidade do serviço prestado e/ou modernizar-se como um todo, sem um investimento consistente em TIC.

Nesta nova fase, cujo foco é a modernização de serviços prestados pela administração pública, os principais projetos para 2020 serão a implantação do Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEPE); a implantação de solução de Big Data para modernizar o ambiente de engenharia de dados, melhorando o processamento de notas fiscais e o ambiente analítico; a implantação do projeto Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, para melhoria da arrecadação do Estado; a expansão do segmento de fibra ótica da GDFNet, com o intuito de entregar recursos tecnológicos aos órgãos usuários da rede para a implantação de novas políticas públicas com foco no cidadão; a ativação da replicação entre sites, assegurando a disponibilidade, acessibilidade e segurança dos dados de sistemas críticos do Estado e a consolidação e expansão do datacenter do SIA como ambiente de armazenamento de dados primário para todo o GDF.

Compras Governamentais

As perspectivas e projetos para 2020 na área de compras são: o do novo sistema e-Supri para gestão de almoxarifados, que está em fase de desenvolvimento; ajuste na redação da Portaria que disciplina os procedimentos relacionados ao SRP para os procedimentos atinentes aos Planos de Suprimentos e Solicitações de Compras; publicação da Portaria que disciplina os procedimentos relacionados aos almoxarifados, visando a extinção de impressão e arquivamento dos documentos de entrada nos setores de almoxarifado, em benefício da utilização de documentos digitalizados e inseridos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), oportunizando economia em torno de 60 mil documentos anuais, e a utilização do RIAMA - Relatório de Inventário Anual de Material de Almoxarifado, criado por meio do Decreto 40.195/2019, com objetivo de viabilizar maior controle e eficácia na gestão, quando da prestação de contas anual do agente de material (TCAM); conclusão da meta do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que suporta o Programa ComprasDF e os seguintes projetos: sistema e-ComprasDF (também presente no Plano Estratégico SEEC),

sistema e-ContratosDF (implantação do módulo de faturamento), sistema e-SupriDF; mapeamento de competências; capacitação/atualização de todo o corpo técnico; construção de Cadernos Logísticos com base no modelo dos cadernos da BEC/SP; implantação do Laboratório de Inteligência de Gastos Públicos, formalizado por meio da Portaria nº 80/2019, em conjunto com a Universidade de Brasília- UnB (00193-00000788/2019-16); e a implantação do Almoxarifado Virtual, para os órgãos cujos almoxarifados são geridos pela Coordenação de Suprimentos; e adequação da quantidade de pregoeiros para melhor atender às demandas internas e dos mais de 80 órgãos que se utilizam da central de compras.

Patrimônio Público

Para o ano de 2020, serão implementados Projetos Estratégicos como capacitação das unidades gestoras interessadas no Sistema do Patrimônio Público - SPP e nos novos procedimentos de manutenção instituídos pelo Decreto 39.537/2018; manutenção e modernização do Sistema de Patrimônio Público - SPP; elaboração de mecanismos de controle e acompanhamento das demandas orçamentárias relativas às despesas de manutenção do patrimônio público e da utilização dos recursos disponibilizados; capacitação para atualização dos agentes setoriais patrimoniais e substitutos sobre o Sistema de Identificação de Concessão e Permissão - SICP, conforme Decreto 39.331/2018, e integração do Sistema de Identificação de Concessão e Permissão - SICP e do Sistema de Patrimônio Público - SPP.

19202 - BANCO DE BRASILIA S/A - BRB

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Banco de Brasília S.A. – BRB é uma Sociedade de Economia Mista, de capital aberto, criada conforme autorização contida na Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

O Banco tem por objeto o exercício de quaisquer operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades autorizadas aos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive operações de câmbio, das quais resultem a promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, da Região Centro-Oeste e das demais áreas de sua influência.

Na qualidade de agente financeiro do Distrito Federal, compete ao BRB:

I. Receber, a crédito do Tesouro do Distrito Federal, as importâncias provenientes de arrecadação de tributos, subvenções, auxílios e quaisquer outras rendas.

II. Realizar os pagamentos necessários à execução orçamentária do Distrito Federal, consubstanciada no Orçamento aprovado e em créditos abertos, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Secretário de Estado da Fazenda.

III. Receber, na qualidade de executor de serviços bancários do Distrito Federal, as disponibilidades de quaisquer órgãos ou entidades vinculadas ao Distrito Federal.

O BRB poderá, na forma da lei, financiar obras públicas do Distrito Federal, de caráter produtivo ou de relevante interesse social, observadas, sempre, a viabilidade técnica do projeto e a segurança de retorno dos créditos concedidos e as normas legais e regulamentares.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	926	640	443	888	2.897
Comissionados sem vínculo efetivo	5	0	0	0	5
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	5	0	0	0	5
Estagiários	0	0	201	257	458
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	96	123	219
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	936	640	740	1.268	3.584

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	16	0	16	0	32
Total Geral	920	640	724	1.268	3.552

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	109995766,0	0	109995766,0	24460739,00
0019 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA BRB-DISTRITO FEDERAL	109995766,0	0	109995766,0	24460739,00
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	8163725,0	0	8163725,0	321538,0
0022 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	8163725,0	0	8163725,0	321538,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	28254343,0	0	28254343,0	19839800,0
6974 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	28254343,0	0	28254343,0	19839800,0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	146413834,00	0,00	146413834,00	44622077,00

A modernização do eixo de tecnologia da informação é um dos principais viabilizadores para a expansão e reposicionamento perante o mercado pois, com a utilização de novas tecnologias, será possível entregar uma melhor experiência aos clientes que, cada vez mais, estão acostumados com interações digitais e demandam por soluções, produtos e atendimentos personalizados.

Nesse contexto, o Planejamento Estratégico de TI (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) foram devidamente alinhados às estratégias institucionais com o objetivo de promover um ambiente favorável aos ecossistemas digitais, preparando o BRB para o novo cenário do setor financeiro, no qual se exige maior disponibilidade e velocidade na entrega de soluções e serviços, capacidade de adequação e estruturas multidisciplinares capazes de atender aos novos anseios do mercado.

No que se refere ao desenvolvimento de sistemas, foram implementadas melhorias nos processos visando agregar maior qualidade, agilidade, modernidade e segurança na entrega de soluções, tais como: (i) maior controle sobre a qualidade de programas desenvolvidos; (ii) novas funcionalidades para a automação de testes de sistemas; (iii) organização do *backlog* de demandas de TI, conforme alinhamento realizado com os gestores negociais e gestores técnicos, (iv) agrupamento de demandas correlatas – escopo e objetivos similares –, (v) bem como a criação de projetos com base na transversalidade das áreas relacionadas.

As ações de estabilização dos principais sistemas de negócios – recém migrados para alta plataforma IBM – foram realizadas de forma integrada entre as equipes de TI (Sistemas,

Produção, Arquitetura de TI e Gestores Negociais) que, por meio de *squads*, atuaram na resolução e melhoria dos principais pontos de dor, agregando maior qualidade e estabilidade, viabilizando, portanto, a geração de novos negócios e a retomada da satisfação dos clientes.

A revisão de toda a estrutura de TI foi conduzida por uma frente técnica especializada que realizou o diagnóstico das principais ações de modernização tecnológicas necessárias para viabilizar a realização das estratégias de transformação digital e o movimento de expansão nacional, dentre as quais se destacam as seguintes:

a) Prospecção e contratação de solução de Barramento de Serviços

Diagnóstico: Necessidade de estabelecimento de uma fronteira de comunicação bem definida e padronizada entre as plataformas alta e baixa, da adoção de novas tecnologias, da redução do tempo de desenvolvimento de soluções e serviços, da entrega de novas soluções, e do aprimoramento da confiabilidade, da estabilidade e da segurança dos sistemas.

Ação realizada: No primeiro semestre, a equipe de arquitetura realizou uma série de avaliações de soluções de mercado e elaborou os artefatos para a contratação da solução. Em novembro, a solução adquirida, instalada e configurada para início da obtenção dos benefícios no primeiro semestre de 2020.

b) Prospecção e contratação de solução para Infraestrutura Ágil

Diagnóstico: Necessidade de provisionamento de ambientes de forma ágil, visando aprimorar o tempo de entrega de soluções e serviços de TI, a otimização e integração de times de operação e desenvolvimento, bem como automação de processos de infraestrutura e testes.

Ação realizada: A solução de IAAS – Infraestrutura como Serviços foi implantada no primeiro semestre e a solução de PAAS – Plataforma como Serviços foi contratada em novembro, e será instalada e configurada para início da obtenção dos benefícios no primeiro semestre de 2020.

c) Estruturação de processos de Dados e *Analytics*

Diagnóstico: Necessidade de promover a convergência de dados em um ambiente integrado, capturando e processando grandes volumes de dados de fontes diversas análises tempestivas de dados para a tomada de decisão quanto a digitalização de processos por meio de modelos inteligentes de armazenamento e recuperação de dados.

Ação realizada: No primeiro semestre, a equipe de dados foi capacitada em diversos temas (qualidade de dados, dados mestres e de referência, governança de dados, *data science*, gestão de *big data*, administração *hadoop*, arquitetura *big data*) e realizada a contratação de consultoria de governança de dados para *assessment*, bem como foi contratada uma empresa de solução de *Self Service Analytics*.

d) Expansão de API's – *Open Banking*

Diagnóstico: Necessidade de integrar sistemas e aplicações, possibilitando benefícios como a segurança dos dados, facilidade no intercâmbio entre informações com diferentes linguagens de programação e a monetização de acessos.

Ação realizada: Atualização da arquitetura de referência com as definições e padrões de confecção de uso de API's, mapeamento de possibilidade de uso destes recursos em novos projetos de TI, implantação de novas API's para o projeto de correspondente digital e novos aplicativos *mobile*.

e) Otimização das cargas do *Mainframe*

Diagnóstico: Revisão das rotinas de processamento no ambiente alta plataforma.

Ação realizada: Aplicação de correções de melhorias em *querys* e programas, remanejamento das rotinas de *backup*. Tais ações possibilitaram a antecipação da habilitação dos canais e redução de incidentes e/ou intermitências.

f) Monitoração Centralizada

Diagnóstico: Necessidade de monitoração dos serviços com base na perspectiva do cliente e atuação preventiva e proativa, com objetivo de manter o ambiente de TI o mais estável possível.

Ação realizada: Institucionalização do NOC (*Network Operation Center*) onde uma equipe especializada monitora os ambientes de TI e as transações por canal até o nível de serviço/transação.

g) Revisão da estratégia de Autoatendimento

Diagnóstico: Revisão e análise de cenário do modelo atual de *full outsourcing* e dos demais cenários do mercado, a fim de estabelecer nova estratégia para o serviço de autoatendimento da instituição, garantindo melhor prestação de serviços aos clientes, com maior disponibilidade, melhores funcionalidades e capacidade de resposta às crescentes demandas do mercado.

Ação realizada: Elaboração de estudos técnicos acerca da vantajosidade de modificação do modelo de atendimento ATM, bem como planejamento e elaboração dos artefatos de contratação.

h) Prospecção e contratação de solução de Automação de Processos

Diagnóstico: Necessidade de promover adequações em fluxos de processos, atender e convergir necessidades negociais e administrativas através da implementação de automação de processos, com foco na eficiência operacional.

Ação realizada: Elaboração do processo de planejamento da contratação de solução de automação de processo, no qual o pregão eletrônico foi realizado em novembro e, neste momento, a solução vencedora está em processo de avaliação de requisitos para posterior implantação.

Com o objetivo de promover a cultura de entregas ágeis e desenvolver um ambiente favorável ao ecossistema digital focado em entrega de soluções relevantes para a organização, o conceito de salas ágeis está sendo expandido para novos projetos visando reduzir barreiras, promover a integração de equipes, solucionar problemas recorrentes, otimizar a comunicação com os gestores negociais, aumentar a eficiência das entregas e reduzir o tempo de implantação das demandas e projetos.

2.2.1. Investimentos em novos projetos

No decorrer de 2019 foram realizadas diversas aquisições, conforme descrito a seguir:

- Barramento de serviços com o objetivo de estabelecer uma fronteira de comunicação bem definida e padronizada entre as plataformas alta e baixa, bem como possibilitar a agregação de novas tecnologias, redução do tempo de desenvolvimento de soluções e serviços e entrega de novas soluções, aprimoramento da confiabilidade, estabilidade e segurança dos sistemas;
- Infraestrutura Ágil visando o provisionamento de ambientes de forma ágil, de forma a aprimorar o tempo de entrega de soluções e serviços de TI, a otimizar e integrar de times de operação e desenvolvimento, bem como automatizar processos de infraestrutura e testes;
- Solução de automação de processos com objetivo de promover adequações em fluxos de processos, atender e convergir necessidades negociais;
- Servidores para homologação/desenvolvimento para extensão da plataforma *midrange* de servidores de virtualização instalada no BRB;

- Notebooks para atendimento das necessidades negociais, objetivando fornecer mobilidade aos gerentes das agências e executivos da Direção Geral, de modo que suas atividades negociais possam ser desenvolvidas no atendimento de clientes externos, realização de eventos, viagens ou reuniões externas;
- Estações de Trabalho (microcomputadores modelo Mini-PC), incluindo os serviços de instalação, ativação, garantia e suporte técnico "on-site". Os principais benefícios envolvem:
 - a) Atualização tecnológica do parque de estações de trabalho da Direção Geral, o qual estima-se uma melhoria de até 50% de desempenho dos equipamentos;
 - b) A otimização e aumento de produtividade das atividades finalísticas do Banco, tendo em vista a redução de indisponibilidade dos equipamentos, ocasionadas por falhas de *hardware* e *software*;
 - c) Recursos de informática adequados às necessidades de gerências específicas na Direção Geral;
 - d) Redução do consumo de energia das estações de trabalho superior a 50% em relação aos equipamentos atuais;
 - e) Equipamento com tamanho reduzido, que permitirá ao usuário ter mais espaço na mesa.
- Ativos de Rede Conectividade para compor a nova estrutura de conectividade para a rede interna do Banco e zonas desmilitarizadas, incluindo suporte técnico;
- Ferramenta para testes automatizados de infraestrutura de banco de dados para validação de migração de ambiente, automação de testes e aplicação de patches em ambiente computacional controlado;
- *Endpoint (anti-malware e anti-spam)* visando garantir a segurança para uma comunicação eficaz e eficiente de rede entre todas os setores do BRB e parceiros, protegendo o BRB de ataques com uma alta taxa de detecção, oferecendo uma arquitetura de segurança completa;
- Solução de *desktop* virtual visando automatizar o provisionamento de ambiente; agilizar o processo de suporte e atendimento ao usuário; padronizar configuração e entrega de estações; conceder mobilidade ao usuário, com capacidade de utilizar o ambiente de trabalho de diversas plataformas; Gestão centralizada de configuração e segurança; melhoria da experiência do usuário; *hardware* integrado com capacidade de grande volume de operações de entrada e saída por segundo – IOPS; ampliação da capacidade de armazenamento de forma distribuída; possibilidade de escalabilidade horizontal, eliminando a necessidade de substituição do ambiente sempre que se extinguir o suporte do fabricante do equipamento, já que existe a possibilidade de inserção de novos *nodes* computacionais e de armazenamento.
- *Rack mobile* para execução de testes automatizados nos sistemas do BRB para dispositivos móveis.

2.2.2. Novas funcionalidades implementadas:

A Ditretoria de Tecnologia efetuou inúmeras entregas de novas funcionalidades aos clientes do Banco. Seguem abaixo algumas das principais entregas:

- Novo simulador de crédito para o Projeto Consultoria Financeira, com o objetivo de aprimoramento dos processos de concessão de crédito para captação de novos clientes, bem como reter os clientes em negociação com o Banco;
- Migração da entrega de folhas de cheques PF dos caixas para o autoatendimento, desonerando assim as rotinas de retaguarda das agências.
- Novo Portal de Metas: Criação de *dashboard* com informações de Resultados, Criação de tela de detalhe para os produtos listados no painel de gestão de negócio.

- Compartilhamento com a TECBAN: Implantação das funcionalidades de Saque, Saldo e Extrato para Contas Poupança, Poupança Integrada e Conta Salário.
- Aplicação/resgate de CDB nos canais *Internet Banking* e *Mobile Banking*.
- Perfil do Investidor: Implantação da validação e preenchimento do Perfil do Investidor nos canais *Internet Banking*, *Telebanco*, *Autoatendimento*, *Mobile Banking* e ABA-Vídeo.

Segurança:

- *Mobile Banking*: Melhorias nas funcionalidades de segurança no Login;
- *Internet Banking*: Implantação de mecanismos de segurança para emissão do Comprovante de Rendimentos.
- Renovação Automática dos Cartões de Débito: com o tombamento para *chip* dos cartões de débito a partir de setembro de 2012, eles passaram a ter prazo de validade de 5 anos. Criou-se uma rotina de renovação automática para viabilizar a solicitação automática de novos cartões aos clientes, para os cartões que estejam próximos ao vencimento;
- Implantação da segunda fase do sistema Portabilidade Salarial: Realizar automaticamente a validação básica de solicitações de portabilidade na qual propiciou celeridade no tratamento de pedidos de portabilidade salarial, dando maior possibilidade de retenção de clientes;
- Encaminhamento de boletos por *e-mail* através do sistema de boletos de empréstimos: Disponibilizar funcionalidade para envio de boletos das parcelas de renegociação (*carnê*) via e-mail visando maior agilidade e eficiência no envio dos boletos de renegociação para os clientes;
- Implantação de tecnologia de pagamento *Samsung Pay* capaz de fornecer nova forma de pagamentos com os cartões BRBCARD;
- Implantação da tecnologia de pagamento com tecnologia *contactless*, sem a necessidade de inserir *chip*, somente com a aproximação do cartão no POS;
- Implantação definitiva do Sistema de Gestão de microcrédito para a secretaria de trabalho;
- Criação de novo Sistema Gerenciador de Taxas e Tarifas para balizamento com a base única de produtos do novo sistema, eliminando processo manual de carga de informações de taxas de produtos;
- Melhorias de *Performance* em Sistemas Críticos: Para buscar maior estabilidade e performance em programas críticos, iniciamos a ação continuada de melhorar a *performance* de programas em ambiente de produção. No primeiro semestre, 20 programas foram otimizados;
- Redução do esforço nos testes regressivos, melhoria na qualidade do código, agilidade nas implantações com a automatização dos testes dos canais *Mobile Banking*, *Internet Banking* e *Telebanco*;
- Definição dos padrões e estrutura para automatização de testes em Alta Plataforma possibilitando a expansão dos testes automatizados para os sistemas críticos.
- Implantação do novo contrato único para contas de depósito;
- Implantação da funcionalidade de *push* (envio de mensagens para os clientes do *Mobile Banking*) para TEDs recebidas;
- Implantação da funcionalidade de Card de crédito no *mobile*;
- Migração das funcionalidades do canal PJ do sistema de gerenciamento de pagamentos *web* para o *Internet Banking*;
- Implantação do novo sistema de fluxo de caixa (SFC);

- Integração do sistema da carteira de desenvolvimento (SCD) com o sistema de prejuízo (OCA) e a base do BACEN (SICOR);
 - Implantação do cálculo *online* de *score* / limite de crédito e consequente disponibilização de limite de crédito *online* aos clientes;
 - Registro *online* de boletos: construção de solução *online* para recebimento de boletos enviados pelos clientes, validação e envio para registro na CIP por meio de mensagens, proporcionando aos clientes do produto Cobrança BRB a imediata disponibilização de seus boletos para pagamento em toda a rede bancária. Alcança-se, com isso, novos clientes que atuam em *e-Commerce* ou que necessitam de celeridade nesse serviço;
 - Parametrização de taxas de CDB para aplicações via *mobile/banknet* permitiu que os canais eletrônicos pudessem ter taxas diferenciadas dos meios convencionais;
 - Captura automática de índices no sistema de indicadores econômicos;
 - Sistema de desconto possibilita debitar e baixar parcelas utilizando qualquer conta do cliente com saldo disponível;
 - Alteração no sistema de conta-corrente que permite a criação de órgão pagador para possibilitar pessoa física a realizar abertura de contas para empregados e pagamentos de salário;
 - Atendimento ao Decreto nº 9.936/19 com a geração do arquivo de envio de dados cadastrais do cadastro Positivo;
 - Implementações no sistema de cadastro de clientes: Aumento da qualidade das informações de cadastro dos clientes com a obrigatoriedade de novos campos e com a criação dos campos de Renda Presumida e Renda Declarada; Melhoria de *performance* de rotinas; Correção de dados cadastrais; Agilidade no processo de inclusão de novos clientes; Inclusão de novos campos no Cadastro Simplificado.
 - Correção de recompras em CDB pré-fixado;
 - Eliminação de rotina manual para realização da contabilidade de TEDs de poupança;
 - Projeto Feira Legal: publicação de aplicativo *mobile* para cadastro e recadastramento de Feirantes participantes do programa FEIRA LEGAL – GDF;
 - Compra de moeda estrangeira nos terminais de autoatendimento: compra de dólar ou euro nas máquinas localizadas em quatro agências: Central, JK, Conjunto Nacional e ParkShopping.
- Contratação e internalização do *Software* de Bilhetagem e Gratuidade;
- Disponibilização dos limites de crédito pré-aprovados na tela inicial do *Mobile Banking*;
- Disponibilização de funcionalidade para antecipação de pecúnias do GDF nos canais *mobile banking* e telebanco;
- Score Online* – Geração de limite *online* assim que o cliente realiza o cadastro;
- Correspondente negocial – comercialização de produtos pelos correspondentes;
- Novo *layout* e melhorias na usabilidade do *Mobile Banking*;
 - Novo *layout* e melhorias na usabilidade do *Banknet*;
 - DDA (Débito Direto Autorizado) múltiplo: permitir o pagamento, no *Internet Banking* e no *Mobile Banking*, de vários boletos DDA de uma só vez, com um só fator de autenticação;
 - Débito automático de convênios - adequação das funcionalidades de Adesão e Cancelamento de Contrato de Débito Automático no Autoatendimento, *Internet Banking* e *Mobile Banking*

para permitir que o cliente PF ou PJ realize o aceite eletrônico para débitos de empresas conveniadas.

- BRB *racing* - Projeto de gamificação visando promover o engajamento do corpo funcional do BRB visando o atingimento das metas propostas.

2.2.3. Modernização do parque tecnológico

Na última edição do *E-FINANCE*, o Banco de Brasília ganhou 6 prêmios, em razão do aumento da maturidade dos controles, mais gestão efetiva do parque, bem como o aumento da governança.

- Gestão e balanceamento de capacidade do ambiente *Mainframe* IBM

Essa solução faz um controle de capacidade do *mainframe*, ou seja, faz um balanceamento automático e a distribuição da capacidade de processamento das partições dos ambientes produtivos, de desenvolvimento e de homologação. Com isso, além de se evitar um consumo excessivo, têm-se um controle efetivo, além de um ganho de *performance* e financeiro.

O investimento na ferramenta foi de R\$ 215 mil. Essa solução gerou ao Banco uma economia de aproximadamente R\$ 4 milhões, ou seja, esse seria o valor gasto pelo Banco, caso a capacidade da máquina fosse utilizada na sua totalidade, para atender toda a demanda da Instituição.

- *Cloud* Privada – IaaS – Gestão de Configuração e orquestração de infraestrutura

Esta solução está ligada à automatização de entrega de infraestrutura. Por meio dessa ferramenta foi possível alcançar um excelente indicador: processos que antes demoravam dias, hoje são feitos em minutos. Foi aplicada, inicialmente, a processos de automação bancária e a alguns canais eletrônicos. Facilita a monitoração e a entrega rápida de resultados.

A forma utilizada para montar a infraestrutura foi inovadora, pois juntou-se ferramentas que não eram comuns, mesclando soluções *free* e proprietárias. O investimento foi de R\$ 751 mil. O valor é equivalente ao gasto do Banco, durante 12 meses, para entregas pontuais de infraestrutura. Portanto, gerará economia significativa ao Banco a partir do 13o mês.

- Reduzindo a complexidade do *mainframe* com *Jenkins*

Este foi mais um movimento na linha de melhorar os processos, voltado à alta plataforma com vistas a automatizar processos, dar uma melhor condição de governança, tratar melhor as mudanças e facilitar as implementações de novas funcionalidades. Como resultado, as atividades que antes eram realizadas entre 10 e 40 minutos, agora são feitas em 13 segundos. Não foi necessário investimento para compra de ferramenta que viabilizasse essa ação. O Banco apenas adaptou a que já utilizava para a baixa plataforma.

- Gerenciamento de Configuração Integrado

Solução composta por um conjunto de disciplinas, ligadas à mudanças, incidentes e configurações. Por meio dela é possível mapear todos os ativos do Banco, enxergar onde estão as principais ocorrências e como a Instituição está tratando os incidentes. Melhora e permite um trabalho mais efetivo de gestão, além de uma condição de governança diferenciada. Neste caso, o Banco fez o inverso das demais Instituições, começou tratando os incidentes, passando para a gestão de mudança e, agora, à configuração de ativos. Esse foi o maior desafio. Em relação ao investimento, não houve gasto. O Banco utilizou uma ferramenta que já possuía e incluiu nela a funcionalidade da gestão de configuração.

- Aceleração do Banco de Dados

Verificou-se duas soluções disponíveis no mercado para este fim. Foi feita uma aquisição barata, bem aquém do que estava sendo ofertado ao Banco, mas com ampla capacidade de entrega. O Banco virou um *case* com a solução implantada. Ter esse tipo de estrutura dá uma

condição de resposta extremamente favorável para o atendimento das requisições, saindo de um tempo de segundos para milésimos de segundos. Permitiu celeridade no atendimento.

- Arquitetura distribuída com foco em alta disponibilidade e alta *performance* do ambiente Multicanal

O projeto permitiu modernizar as soluções até então utilizadas para os canais. Criou-se uma solução nova, com um ambiente de altíssima disponibilidade, com vários servidores e estruturas diferentes, sustentando a solução do Multicanal. Resiliência e alta disponibilidade resumem os benefícios desta solução.

2.2.4. Infraestrutura

- Elaboração do Plano de Recuperação de Desastres;
- Realização de treinamento com os times operacionais sobre o plano de Contingencia de TI;
- Projeto de otimização do ambiente de *File Server* 2012, com quota, FSRM e DEDUP;
- Implantação de *Cloud* Privada – IaaS;
- Implementação de uma nova infraestrutura para o ambiente Multicanal em meio virtualizado;
- Instalação dos equipamentos POS em 40 (quarenta) Correspondentes BRB para a Bilhetagem Eletrônica/DF Trans;
- Elaboração de documentação para contratação de *Notebooks* para Agências e Direção-Geral;
- Instalação de Certificado Digital em equipamentos de 20 (vinte) Agências como Piloto;
- Realização de licitação para a substituição de Estações de Trabalho na sede do Banco, com a finalidade tanto de atualização tecnológica quanto de redução aproximada de 50% de energia elétrica comparado ao consumo dos equipamentos atuais;
- Aquisição e entrega de novas estações de trabalho da Direção Geral;
- Aquisição de *notebooks* para os Superintendentes e Gerentes de Agências;
- Otimização das rotinas de alta plataforma o que reduziu a janela de processamento noturno e possibilitou a antecipação do horário de abertura dos canais;
- Execução de checagem de vulnerabilidade no ambiente DMZ (rede de computadores situada entre o ambiente interno e externo à instituição), aplicação de correção e *patches*, conforme os achados;
- Gestão de segurança e *patches* de correção de sistema operacional para servidores Windows e Linux e estações de trabalho;
- Atualização dos servidores de virtualização, que sustentam o sistema ERP-SAP;
- Atualizações das ferramentas OMEGAMON (monitoramento) e Z/OS (sistema operacional) da IBM do ambiente de alta plataforma para as últimas versões;
- Atualização do ambiente de mensageria MQ que atende ao SPB – Sistema de Pagamentos Brasileiro e ao NPC – Nova Plataforma de Cobrança;
- Criação de novas ofertas de *playbook* para provisionamento de infraestrutura com a instalação de plataforma e múltiplos servidores;
- Aplicação de rotinas de *housekeeping* para readequação, conforme a real necessidade, de recursos de TI;
- Migração da rede do Datacenter Secundário para nova infraestrutura de *switches* implementados;

- Sumarização das redes RSFN – Rede do Sistema Financeiro Nacional provendo contingenciamento automático do SPB – Sistema de Pagamentos Brasileiro e ao NPC – Nova Plataforma de Cobrança;
- Revisão das rotinas para evitar a criação sob demanda de *jobs* cíclicos diários, em momento de processamento, para minimizar os picos de processamento e melhorando a performance na produção no período diurno;
- Ajustes na configuração da ferramenta da alta plataforma definindo regras de concorrência para os três diferentes períodos de *workload* do BRB, melhorando a *performance*, principalmente, nos serviços de automação bancária;
- *Upgrade* de *link* de internet corporativo para propiciar maior capacidade de acesso aos serviços disponibilizados na rede mundial de computadores;
- Monitoramento da disponibilidade dos serviços de Câmbio, PLD e Ouvidoria para acompanhamento e controle do SLA;
- Monitoramento da disponibilidade e efetividade de transações nos Canais de atendimento, permitindo melhor acompanhamento do desempenho das transações ao longo do dia;
- Modelo de monitoramento das transações e *dashboard* do serviço de Bilhetagem para acompanhamento da operação nos pontos de recarga;
- Substituição das estações de trabalho da Direção Geral pelos novos equipamentos do modelo Mini-Pcs.

2.2.5. Governança

- Estruturação e aprovação do novo modelo de priorização de demandas visando aprimorar a realização de benefícios para os clientes internos e externos, otimização de recursos e redução de riscos e proporcionar maior aderência das entregas da TI às necessidades negociais mais relevantes;
- Estruturação e aprovação do Planejamento Estratégico de TI e Plano Diretor de Tecnologia da Informação referência 2019-2023, alinhado às estratégias institucionais com o objetivo de promover o devido alinhamento das ações estratégicas do negócio com a tecnologia, gerando mais entregas de valor e resultados para a Organização;
- Elaboração de novos acordos de níveis de serviço para Prevenção a Lavagem de Dinheiro - PLD, Câmbio e Serviço de Ouvidoria com o objetivo de aprimorar a qualidade dos serviços de negócio suportados pela TI, garantindo uma maior disponibilidade conforme acordos de nível de serviços assinados;
- Conclusão do projeto piloto de automação de conferência de patrimônio na solução ERP-SAP que visa otimizar o tempo, custo e qualidade no levantamento dos ativos físicos do Banco com o objetivo de aprimorar a confiabilidade e controle das informações coletadas;
- Implantação do Portal de Normativos na plataforma de Planejamento e Controle, módulos SNC – Sistema de Normas e Conformidade – que contempla a gestão de normas internas, externas e calendário de obrigações;
- Elaboração de arquitetura de referência para *Mobile* – Padronização e documentação dos aspectos da pilha arquitetural para soluções com foco no aprimoramento do processo decisório, acultramento de controle e adequação as melhores práticas de mercado na utilização de ferramentas para sustentação e criação de novos aplicativos móveis;
- Elaboração de arquitetura de referência ERP – Padronização e documentação dos aspectos da pilha arquitetural da solução ERP/SAP com foco no aprimoramento do processo decisório, acultramento de controle e adequação as melhores práticas de mercado na utilização de ferramentas para sustentação e criação de novos aplicativos para a plataforma ERP;

- Mapeamento dos seguintes processos: gerenciar níveis de serviços; identificar, medir e monitorar indicadores de governança; planejar a contratação de soluções de TI; gerir processos de TI; gerir dados corporativos visando melhorar os controles e gestão dos processos organizacionais;
- Implantação de transação no SAP para solicitação de numerário com a finalidade de prover melhoria dos controles advindos da substituição de procedimentos manuais para execuções automatizadas e integradas com áreas de controles e, conseqüentemente, o fortalecimento quanto a confiabilidade das informações geradas;
- Aprovação da nova metodologia de priorização de demandas, visando aprimorar as entregas da Diretoria de Tecnologia às necessidades estratégicas da organização de forma mais objetiva e organizada;
- Diagnóstico das principais ações de modernização da arquitetura tecnológica necessário para viabilizar novos negócios digitais;
- Aquisição de um novo barramento de serviços moderno, com o qual pretende-se reduzir o tempo de desenvolvimento e entrega de novos produtos, facilitando a comunicação com novos parceiros (governo e setor privado), bem como a melhoria dos mecanismos de segurança e padronização do ambiente tecnológico do BRB;
- Aquisição da plataforma de serviços, conhecida pelo nome "PaaS", com a finalidade de fornecer um ambiente de desenvolvimento e criação de novos produtos distribuídos em serviços em nuvem com recursos modernos e orientados a entregas ágeis;
- Desenvolvimento de API's (serviços web) para integração da plataforma de correspondente digital – *bx blue*, viabilizando a concessão de crédito consignado de forma digital e sem fronteiras;
- Contratação para consultoria de governança de dados visando fornecer os devidos insumos para implementação da estratégica de dados na organização;
- Acompanhamento analítico e gestão da carteira 360º dos clientes;
- Implantação do *data mart* de transações nos cartões débito e crédito, visando extrair as informações para análise e campanhas de crédito;
- Conclusão do planejamento da contratação da solução de mascaramento de dados e classificação de dados, visando atender fragilidade externa e proteger as informações dos clientes nos ambientes não produtivos;
- Capacitação das equipes de dados em governança de dados e qualidade de dados;
- Saneamento de demandas (suspensas e solicitadas) junto aos gestores negociais, visando retirar as demandas que não fazem mais sentido e focar nas demandas estratégicas e que agregam valor para a organização;
- Instalação/configuração da solução de GED Alfresco – *Software Livre* - para gestão das documentações dos comitês;
- Especificação e implantação do monitoramento dos serviços que devem ser monitorados para atendimento dos Acordos de Níveis de Serviços – Câmbio, Ouvidoria e Proteção a Lavagem de Dinheiro;
- Revisão do normativo de crise visando aprimorar as comunicações e tratativas durante a crise e adequação as recomendações da equipe de segurança da informação;
- Implantação de novos indicadores da disciplina de testes visando o acompanhamento e aprimoramento da efetividade dos testes;

- Especificação de requisitos para adequação do sistema de gestão de demandas de TI para qualificação de demandas com o objetivo de promover maior transparência e previsibilidade no atendimento de demandas e projetos de TI;
- Padronização de arquivos para automação do levantamento de custos de TI;
- Revisão da metodologia de custos para contratos *intercompany*, incluindo BRB Serviços com a absorção de solução de bilhetagem;
- Revisão e publicação do Manual de Orçamento de Soluções de TI;
- Revisão e publicação do Procedimento Operacional Padrão do orçamento de TI;
- Revisão do Orçamento Público e Gerencial 2020-2024;
- Integração dos módulos de orçamento e contratos da plataforma de planejamento e controle com o ERP/SAP;
- Realização do 2º ciclo do procedimento de monitoramento de contratos de TI com avaliação da execução de acordo com as cláusulas contratuais, análise de risco e aderência às novas leis/decretos, envolvendo 5 contratos da Diretoria de Tecnologia;
- Elaboração do procedimento operacional de controle interno da TI;
- Aprimoramento da integração do processo de planejamento de contratação de TI com a área de contratação corporativa adicionando controles de fila, com maior agilidade no processo;
- 21 análises de conformidade no 3º trimestre, 15 novas contratações e 5 termos aditivos firmados.

2.2.6. Projetos estruturantes em andamento

a) Aprimoramento do Canal - Autoatendimento;

Fornecer ao cliente canais modernos, seguros e sempre disponíveis é um grande desafio para qualquer instituição bancária e o BRB, atento a essa necessidade, investiu esforços ao longo de 2019 para superar a expectativa dos seus clientes.

Em relação ao canal de autoatendimento, fundamental para interação do cliente com a instituição, o Banco criou um projeto com objetivo de reduzir custos, modernizar os equipamentos e propiciar aos clientes experiências melhores.

Ao longo do ano de 2019, a equipe do projeto realizou estudos, inclusive comparando o modelo de autoatendimento em outros bancos públicos, analisou os equipamentos disponíveis no mercado, promoveu conversas com fornecedores, desenhou um novo modelo para o autoatendimento e está concluindo a preparação de processos licitatórios para 2020.

O objetivo é apresentar o consolidado dos estudos para que as contratações possam ser conduzidas ao longo de 2020 e implementadas. Dentre as principais mudanças previstas estão não só a mudança no modelo de contratação para aquisição, que hoje é um *full outsourcing*, como também a modernização dos equipamentos com a possibilidade de integração com sistema de bilhetagem, saque por aproximação entre outros requisitos de segurança que trarão ainda mais confiabilidade para o cliente.

b) Banco Digital

O objetivo do projeto é desenvolver uma plataforma bancária nova, denominada "BRB Digital", cuja principal característica será a disponibilização de solução completa de *banking* com base no conceito de "Banco Digital", foco na experiência do usuário e serviços bancários acrescidos de serviços de governo.

A estratégia é criar um banco sem a aparência de banco tradicional, de forma a facilitar a vida do cliente através de produtos e serviços disponibilizados de forma intuitiva e fácil. Até o momento, foram definidas a estratégia, o desenho do *onboarding*, definição das

funcionalidades, arquitetura da solução, protótipo, estrutura do MVP (*minimal viable product*) e cronograma de implantação. A previsão é que em 2020 ocorram os primeiros lançamentos da nova plataforma.

3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO

Em 2019 houve a abertura de uma nova Agência (JK Shopping) e três Postos de Atendimento – PAs (Plataforma Agronegócio, Plataforma Empresarial Fecomércio e PA Agência Digital), atrelado em oportunidades de negócio e crescimento do Banco, trazendo também atendimento especializado conforme nicho de clientes. A rede do BRB conta com 131 unidades de atendimento, sendo 123 agências e 8 PAs.

Além disso, ocorreu a transferência da Agência Anápolis para o Anashopping, disponibilizando um ambiente mais seguro e cômodo para nossos clientes, melhorando a plataforma de atendimento e a capacidade de atendimento. Do mesmo modo, ocorreu a transferência da Agência SEF, que sanou todas as dificuldades estruturais da área anteriormente ocupada pelo BRB e aumentou a visibilidade da agência.

O cliente BRB tem à sua disposição, ainda, 137 unidades de Correspondentes no País - Conveniência BRB ativas distribuídas em todas as regiões administrativas do Distrito Federal e também nas cidades do seu Entono, sendo 117 localizadas no DF (considerando 8 Correspondentes Móveis) e 20 no Estado de Goiás. Em comparação ao ano de 2018, houve uma redução de 1,43% em relação ao número de unidades Conveniência BRB ativas. Está em fase final o novo modelo de atuação e contratação dos Correspondentes, que permitirá maior agilidade e mais resultado ao Banco. Em 2019 foram registradas 23,9 milhões de transações realizadas a partir da rede de Conveniências BRB, o que evidencia a importância desse canal num contexto geral de atendimento presencial. No compromisso social com a população, 62 unidades de Correspondentes no País passaram a possibilitar transações de recarga nos cartões de transporte público do DF.

8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA

2.2 Ações de publicidade e propaganda

O BRB trabalhou com o intuito de reforçar sua marca com ações de *marketing* no ano de 2019, visando otimizar os recursos e manter a divulgação da marca e dos produtos e serviços junto ao seu público alvo. Nesse ano, as ações foram focadas no novo posicionamento negocial do BRB como uma instituição pública, competitiva, voltada para resultados que reflitam em benefícios para a sociedade, participação estratégica das ações no setor produtivo, de desenvolvimento e fomento da região. Foram realizadas veiculações nos principais meios de comunicação: televisão, mídias impressas, mídias eletrônicas, OHH e DOOH, além de sites e blogs. O valor do investimento foi de cerca de R\$ 22,5 milhões.

As campanhas estiveram alinhadas ao planejamento estratégico do Banco, contribuindo também para as ações negociais adotadas. Foram divulgados produtos como linhas de crédito e antecipação de recebíveis, imposto de renda, além da divulgação das novas taxas, principalmente, no Crédito Imobiliário e Recuperação de Prejuízo. O conceito da campanha “BRB. Inteiro pra você” trouxe o reforço estratégico em manter o BRB como um banco completo, capaz de atender as necessidades de seus clientes.

Tais ações, voltadas para divulgação da marca e de seus produtos e com a produção de campanhas, totalizaram um investimento de pouco mais R\$ 3 milhões.

Ao longo do ano, também foram realizadas ações em meios publicitários alternativos de menor impacto financeiro ou de custo zero, tais como: terminais de autoatendimento, redes sociais do Banco (Facebook e Instagram), além de publicidades no Banknet e outros canais próprios do BRB.

2.3 Ações promocionais e de relações públicas

Ao longo do ano de 2019, o BRB realizou diversas ações de relacionamento, com vários segmentos da população, sendo clientes e potenciais clientes. Foram exemplos de ativações de patrocínio, Natal Sempre Monumental e Campus Party, além de outros eventos negociais, como AgroBrasília e Congresso ABRAPP.

2.4 Ações de patrocínio

Execução do Programa BRB de Patrocínios Culturais 2019

- Contratação de 21 projetos.

Contratos de patrocínio firmados em 2019: 64 projetos

- 21 projetos selecionados via Programa BRB de Patrocínios Culturais 2019.
- 43 projetos contratação direta.

PROJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	% QUANTIDADE	% VALOR
PROGRAMA BRB DE PATROCÍNIOS	21	1.175.000,00	32,81	9,67
CONTRATAÇÃO DIRETA	43	10.983.000,00	67,19	90,33
TOTAL		12.158.000,00		

2.5 Principais projetos contratados em 2019:

- VELA PARA TODOS
- "EQUIPES PARTICIPANTES DO CAMPEONATO BRASILIENSE DE FUTEBOL DA 1ª DIVISÃO 2019 (06 EQUIPES PATROCINADAS)"
- BRASÍLIA VÔLEI
- 10º SALÃO DE ARTESANATO
- 27º EXPOTCHÊ
- AGROBRASÍLIA
- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA AS MINAS BRASÍLIA DE FUTEBOL FEMININO DO DISTRITO FEDERAL
- TIME PROFISSIONAL DE BASQUETE MASCULINO DO FLAMENGO
- BRASÍLIA FUTSAL
- CERRADO BASQUETE
- FERDERAÇÃO HÍPICA DE BRASÍLIA - CONCURSO DE SALTOS CORONEL RABELO
- CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL - CORRIDA TIRADENTES - PMDF
- FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA
- PRÊMIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL
- MESTRES DA MPB: PAULINHO DA VIOLA
- ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA
- CAMPUS PARTY BRASÍLIA
- FÓRUM NACIONAL DO COMÉRCIO - CNDL
- BRASÍLIA CAPITAL FITNESS
- NATAL SEMPRE MONUMENTAL

2.6 Projetos contratados em 2019 - GDF:

- ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA
- AGROBRASÍLIA

- CONCURSO DE SALTOS CORONEL RABELO
- FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA
- CORRIDA TIRADENTES – PMDF

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	236799859,0	0	236799859,0	104364206,0
2592 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	236799859,0	0	236799859,0	104364206,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	751531797,0	0	751531797,0	563690841,0
6997 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	751531797,0	0	751531797,0	563690841,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	107069322,0	0	107069322,0	70232025,0
6992 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	107069322,0	0	107069322,0	70232025,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	519619036,0	0	519619036,0	294976883,41
6996 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	519619036,0	0	519619036,0	294976883,41
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	1615020014,00	0,00	1615020014,00	1033263955,41

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

CONCURSO PÚBLICO

Em 2019, o BRB publicou três editais de Concursos (Concurso Público - CP nº 29, 30 e 31) para o provimento de vagas de nível médio e superior e formação de cadastro reserva para os cargos de: Escrivão (nível médio; CP 29) com 100 vagas; Analista de Tecnologia da Informação (nível superior; CP 30) com 10 vagas; Engenheiro de Segurança do Trabalho (nível superior; CP 30) com 1 vaga; Médico do Trabalho (nível superior; CP 30) com 1 vaga; e Advogado (nível superior; CP 31) com 1 vaga.

O resultado final do Concurso para o cargo de Escrivão foi publicado no DODF em 21/11/2019. O Concurso público nº 29 obteve um total de 84.354 inscritos, sendo 947 inscritos como Pessoas com Deficiência – PCD's. Do total de inscritos, 67.499 compareceram para a realização das provas. O quantitativo de aprovados na prova objetiva foi de 6.170 candidatos e na prova discursiva foram aprovados um total de 746 candidatos. O quantitativo final de aprovados no CP 29 foi 738 candidatos. Das 947 Pessoas com Deficiência – Pcd's inscritas, 833 fizeram a prova e 72 foram aprovadas na prova escrita. Após a conclusão da prova discursiva e da avaliação médica comprobatória da deficiência, 40 candidatos foram efetivamente aprovados no certame.

O Concurso público nº 30, para os cargos de Analista de TI, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Médico do Trabalho teve seu resultado final publicado no dia 28/11/2019. O CP 30 obteve um total de 5.003 inscritos, com a presença de 3.766 candidatos, onde 150 candidatos foram aprovados na prova objetiva e 109 na discursiva. Das 91 Pessoas com Deficiência – PcD's inscritas, 74 fizeram a prova e 05 foram aprovadas na prova escrita. Dos 5 candidatos aprovados, após passarem pela prova discursiva e avaliação médica comprobatória da deficiência, 02 candidatos foram aprovados no certame para as vagas de Analista de TI. Os outros cargos não tiveram PcD's aprovados. Já o Concurso público nº 31, realizado para o cargo de Advogado, teve o resultado final publicado em 19/12/2019. O CP 31 registrou um total 3.616 inscritos, sendo 60 inscritos como Pessoas com Deficiência – PCD's. Do total, 2.277 candidatos compareceram ao certame. O quantitativo de aprovados na prova objetiva foi de 333 candidatos e na prova discursiva foram aprovados 43 candidatos. Das 60 Pessoas com Deficiência – PcD's inscritas, 50 candidatos fizeram a prova e 4 foram aprovados na prova escrita. Dos 4 candidatos aprovados, após passarem pela prova discursiva e avaliação médica comprobatória da deficiência, 03 candidatos foram aprovados no certame. A validade do concurso é de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período. As convocações serão realizadas durante o ano de 2020.

PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO E INDENIZADO – PDVI

Os programas de desligamento são instrumentos de Gestão Empresarial, utilizados para propiciar a renovação da força de trabalho e a redução das despesas, de forma a otimizar o quadro de pessoal da empresa. O Programa de Desligamento Voluntário e Indenizado – PDVI do BRB teve vigência até 31/12/2019, com 01 (um) período para adesão, de 15/07/2019 a 31/07/2019. Durante o período de adesão, os empregados puderam se inscrever somente se, até o dia 31/12/2019, tivessem os requisitos mínimos exigidos, conforme critérios a seguir:

Grupo 1 – empregados que, até 31/12/2019, contassem com 20 anos ou mais de Banco;

Grupo 2 – empregados que, até o momento do desligamento, estivessem aposentados pelos INSS e com 53 anos ou mais de idade;

Grupo 3 – Incorporados administrativamente ou judicialmente, em licença interesse ou ocupantes de cargos em extinção, no momento da adesão.

O Programa teve como público-alvo 852 empregados, pois estes preenchiam, ao menos, um dos requisitos exigidos. A indenização definida destinou-se a compensar o empregado pela perda do salário mensal e pela perda do vínculo contratual trabalhista com o BRB. Os incentivos ao desligamento foram os seguintes:

a) Dez salários-base do empregado da remuneração paga em 20/06/19, excluindo-se as remunerações de caráter temporário e especial.

b) Pagamento de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por empregado para cada ano de serviço prestado ao Banco, limitado a 10 anos, a título de quitação de eventuais horas extraordinárias, a exceção de cargos cuja a jornada de trabalho seja superior a 6 horas diárias ou estejam recebendo hora extra habitual.

c) Dispensa de ressarcir eventuais custos pendentes de treinamentos (MBA, graduação, idiomas, etc.) e tíquetes recebidos no mês do desligamento.

O orçamento final definido para o PDVI do exercício de 2019 foi de R\$ 29.150.000,00 (vinte e nove milhões, cento e cinquenta mil reais), sendo que R\$ 3.289.706,80 (três milhões, duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) serão revertidos, totalizando R\$ 25.860.293,20 (vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta mil, duzentos e noventa e três reais e vinte centavos).

No total houve 183 (cento e oitenta e três) adesões, com 44 (quarenta e quatro) desistências, e 139 (cento e trinta e nove) desligamentos, sendo: 50 (cinquenta) em 31/07/2019, 46 (quarenta e seis) em 16/08/2019, 30 (trinta) em 23/08/2019, 01 (um) em 26/08/2019, 04 (quatro) em 29/08/2019, 01 (um) em 30/08/2019, 02 (dois) em 12/09/2019, 01 (um) em 26/09/2019, 02 (dois) em 17/10/2019, 02 (dois) em 16/12/2019.

BENEFÍCIOS

a) Auxílios Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação: este benefício, inserido no Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT (tíquete e cesta alimentação), permite a utilização dos cartões eletrônicos em restaurantes ou em supermercados e similares. Os valores foram atualizados de R\$ 1.608,86 para R\$ 1.678,38, por empregado, a partir de setembro/2019. Foram beneficiados no ano de 2019, em média, 2.952 empregados e o investimento anual foi da ordem de R\$ 55.478.444,92.

b) Auxílio-Creche: destinado aos empregados que tenham filhos, inclusive adotivo e enteado, até a idade de 7 (sete) anos completos e, também, para pais que tenham filhos com necessidades especiais para os quais, o auxílio é permanente. O Auxílio-Creche passou de R\$ 414,24 para R\$ 432,09 e o Auxílio-Creche Especial passou de R\$ 757,47 para R\$ 790,12. A média de empregados que receberam o auxílio, em 2019, foi de 806 sendo que 42 são para empregados com filhos portadores de necessidade especial. O dispêndio no período foi de R\$ 5.211.758,93, com a média mensal de R\$ 434.313,24.

c) Auxílio-Natalidade: concedido a todos os empregados, em pagamento único, por ocasião do nascimento de filho/a. Passou de R\$ 1.313,85 para R\$ 1.370,48. Foram pagos 138 auxílios no ano de 2019 e o dispêndio foi de R\$ 182.432,54.

d) Vale-Transporte: em papel ou créditos nos cartões é concedido aos empregados que utilizam o transporte público coletivo. Foram beneficiados 296 empregados e o custeio patronal foi de aproximadamente R\$ 235.285,16, com a média mensal de R\$ 19.607,09.

e) Benefícios Educacionais: concedidos aos empregados do quadro permanente, para formação acadêmico-profissional nos níveis de graduação, pós-graduação ou especialização (*lato sensu*) nas áreas definidas pelo Banco, tais como, Administração, Direito, Ciências Contábeis, Comunicação e *Marketing*, Economia e Finanças e os de pós-graduação são Auditoria e Controle, Contabilidade Pública, Gestão de Projetos de *Software*, Gestão Estratégica, Gestão Organizacional e Empresarial, Gestão Financeira, Econometria e Finanças Quantitativas, Educação Financeira – Metodologia DSOP, Gestão Pública, Gestão de Processos, Governança em TI, Gestão Bancária, *Design Thinking* e Criatividade nas Organizações, *Data Warehouse* e *Business Intelligence*, Tecnologia para Negócios: *Data Science* e *Big Data*, *Marketing* Digital e Mídias Sociais, Gestão Previdenciária e Regimes Próprios da Previdência. Estão cadastrados em Benefícios Educacionais em áreas de interesse do Banco, 272 empregados. Em cursos de pós-graduação constam matriculados, em média, 171 empregados. O investimento no período com esses benefícios foi de R\$ 2.329.062,77.v

Há também reembolso para realização de curso superior fora das áreas de interesse do Banco ou com formação em tecnólogo. Em média 24 empregados são beneficiados nessa modalidade, matriculados em cursos, tais como, Gestão Pública, Gestão Financeira, Educação Física, Serviço Social, Letras, Psicologia, Matemática, Arquitetura, Fisioterapia, Engenharia ou outros. O investimento foi da ordem de R\$ 130.501,50. Quatro empregados optaram pela concessão de pós-graduação, *stricto sensu*, que compreende programas de mestrado e doutorado, nas áreas de interesse do Banco. Os cursos são em Mestrado Profissional em Finanças e Economia, Governança, Tecnologia e Inovação, Direção Estratégica com Especialização em Tecnologia da Informação, Direito, Economia e Administração Pública. O investimento anual foi da ordem de R\$ 62.640,87.

f) Auxílio-Idioma: destina-se a pagamento de matrícula e mensalidades efetuado a instituições de ensino de línguas estrangeiras (inglês, francês ou espanhol). O Auxílio passou de R\$ 417,85 para R\$ 435,86 e beneficiou 01 empregado. O valor dispendido foi de R\$ 1.250,00. O benefício está sendo reformulado.

g) Seguro de Vida em Grupo: São integrantes da apólice de seguro de vida em grupo 2003 empregados, com garantia de indenização por morte e invalidez. O custo patronal no ano de 2019 foi de R\$ 465.108,06.

h) Auxílio-Funeral: O benefício é concedido por meio de reembolso de até R\$ 9.168,36. Houve 6 reembolsos no total de R\$ 30.901,67, mediante comprovação das despesas.

i) Vale-Cultura: Concedido aos empregados com remuneração de até cinco salários-mínimos, conforme definido no Programa de Cultura do Trabalhador, criado pela Lei 12.761/2012, regulamentado em âmbito Federal pelo Decreto 8084/2013. No ano de 2019 foram beneficiados em média 464 empregados. O valor dispendido no período foi da ordem de R\$ 63.543,00.

DESENVOLVIMENTO E TREINAMENTO DE PESSOAS

Em 2019 foram oferecidos aproximadamente 410 treinamentos distintos aos empregados do BRB – Banco de Brasília S.A., além de 11 tipos de Certificações Internas Obrigatórias, nas modalidades presenciais e a distância. Essas formações disponibilizadas resultaram em 3.005 empregados participantes, com 18.370 inscrições no ano e no desenvolvimento de 244.921 horas de treinamento. Abaixo seguem os dados consolidados até 31/12/2019, divididos mensalmente, sobre a quantidade de empregados treinados e a carga horária dos cursos ministrados:

MÊS	EMPREGADOS TREINADOS	CARGA HORÁRIA
Janeiro	1.178	14.064
Fevereiro	1.588	25.215
Março	1.976	20.580
Abril	1.560	12.615
Mai	2.020	28.784
Junho	1.601	20.339
Julho	1.282	14.630
Agosto	1.398	23.075
Setembro	1.481	16.894
Outubro	1.085	14.388
Novembro	1.639	26.318
Dezembro	1.562	28.289
Total de empregados treinados	3.005	244.921

Em 2019 foi lançado o Programa de Integridade com o objetivo de manter o BRB alinhado ao novo contexto das estatais, sendo fruto da busca pelo resgate da boa imagem, dos valores e do orgulho de ser uma instituição financeira pública, sólida e transparente, comprometida com a promoção do desenvolvimento econômico, social e humano, exercendo suas atividades a partir das melhores práticas de mercado. Tem por objetivo fortalecer os mecanismos de prevenção, investigação e punição, cristalizando uma cultura organizacional intolerante à corrupção, fraudes e desvios de conduta. Alinhado ao Programa, o BRB lançou em 24/10/2019 a certificação de Integridade, composta por 9 módulos que deverão ser realizados até 30/04/2020 por todos os empregados do conglomerado BRB:

CÓDIGO DE CONDUTA BRB (carga horária: 3 horas/aula)

CÓDIGO DE ÉTICA BRB (carga horária: 3 horas/aula)

CÓDIGO DE CONDUTA DE FORNECEDORES BRB (carga horária: 3 horas/aula)

CONTROLES INTERNOS (carga horária: 5 horas/aula)

GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL (carga horária: 5 horas/aula)

GOVERNANÇA CORPORATIVA (carga horária: 5 horas/aula)

PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO (carga horária: 5 horas/aula)

PLD/FT – PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO (carga horária: 15 horas/aula)

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (carga horária: 6 horas/aula)

Em um universo de pouco mais de 3.000 empregados, atualmente, 569 colaboradores já estão com a Certificação de Integridade concluída com todos seus módulos, o que representa aproximadamente 20% do corpo funcional, em apenas 60 dias após a disponibilização de todo o conteúdo. O Banco possui, ainda, as seguintes certificações obrigatórias:

- CDC – Código de Defesa do Consumidor e Acessibilidade (carga horária: 10 horas/aula); e
- Política de Relacionamento com Clientes e usuários de Produtos e Serviços do BRB (carga horária: 3 horas/aula)

Sobre a quantidade de empregados com certificações internas obrigatórias válidas, com dados consolidados até 31/12/2019, divididos mensalmente, informamos abaixo o quantitativo e carga horária:

MÊS	EMPREGADOS TREINADOS	CARGA HORÁRIA (H)
Janeiro	1.258	36
Fevereiro	984	36
Março	1.284	36
Abril	580	36
Mai	949	36
Junho	913	36
Julho	193	36
Agosto	208	36
Setembro	181	36
Outubro	259	63
Novembro	576	63
Dezembro	2.350	63
Total de Empregados treinados	3.005	513 horas

De forma a aprimorar os níveis de Governança do BRB, aderir ao Programa de Destaque em Governança das Estatais da B3 e atender preceitos da Lei nº 13.313/2016, foi disponibilizado aos Administradores, Conselheiros e Membros de Comitês, além da Certificação de Integridade, o curso de Gestão de Risco e contratada uma empresa especializada para criação dos treinamentos de Mercado de Capitais, Legislação Societária e Divulgação de Informação, sendo esses últimos três com módulos em videoaulas, com a seguinte carga horária:

- Divulgação de Informações (carga horária: 8 horas/aula);
- Gestão de Riscos para Administradores (carga horária: 5 horas/aula);
- Legislação Societária (carga horária: 8 horas/aula);
- Mercado de Capitais (carga horária: 8 horas/aula).

Ainda como parte do Programa de Integridade BRB, foi contemplada a construção de uma nova base normativa mais clara e condizente com o compromisso da atual Administração do Banco. Visando maior lisura, viu-se a necessidade de desmembrar o Código de Conduta e Ética em dois normativos: Código de Conduta do BRB e Código de Ética do BRB, que tratam sobre os valores e princípios éticos esperados dos colaboradores do BRB. A solução buscou atualizar os deveres de ética e conduta da classe, de acordo com as exigências mais atuais. O Código de Ética é responsável por expor os princípios, missão e os valores do Banco diante da sociedade. Com o objetivo de melhor orientar a atuação dos colaboradores do BRB, o novo

Código de Ética é responsável, acompanhado de outras ações, por construir um ambiente que permita o BRB se tornar mais forte, ágil, moderno, perene e confiável para todos. Espera-se que tal ação, integrada às demais, promova impactos na Instituição gerando uma nova cultura, resgatando assim a identidade do corpo funcional e fortalecendo o sentimento de pertencimento em busca da perenidade do Banco de Brasília.

As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, tendo como fim o bem comum.

Para fins de aplicabilidade do Código são considerados colaboradores: estagiários, aprendizes, empregados, dirigentes, membros estatutários, conselheiros, membros de comitês, empresas contratadas ou outros que atuem ou prestem serviços em nome ou para o BRB e empresas do Conglomerado.

Foi realizado treinamento para os empregados terceirizados sobre os Códigos de Ética e de Conduta da Instituição. A ação é parte integrante do Programa de Integridade do Banco, lançado em setembro, e teve como objetivo disseminar o conteúdo aos prestadores de serviços, e assim, alinhar as práticas que devem ser observadas por todos do Conglomerado. Os principais temas abordados no treinamento foram ética e valores do Código de Ética BRB: respeito, honestidade, compromisso e responsabilidade; padrão geral de conduta do Banco: uso, divulgação e sigilo de informações, redes sociais, uso de bens e patrimônio do BRB, corrupção, suborno e assédio.

Ao todo, 199 empregados terceirizados participaram do treinamento. Além disso, 100 empregados do Banco receberam treinamento específico, de forma a atuarem como disseminadores dos valores do BRB, para empregados terceirizados que trabalham na rede de atendimento da Instituição.

O BRB disponibiliza, desde 2011, cursos presenciais e gratuitos sobre planejamento financeiro consciente. O BRB realizou 76 eventos em todo DF em 2019, com participação de 2.509 alunos, grupo composto por servidores de diversos Órgãos Públicos do GDF e funcionários de empresas privadas do DF e do Centro-Oeste (especificamente em Cuiabá, Goiânia, Anápolis e Campo Grande).

Em 2019, o BRB disponibilizou 1.038 ingressos, para empregados do Banco, que puderam participar de eventos no ciclo de Palestras com reconhecidos profissionais do mercado de trabalho nacional e/ou internacional, agregando valor à formação de nossos colaboradores.

Foram contratadas 2 turmas do Programa Liderança Feminina pela empresa Elas, um Programa inovador voltado à liderança feminina com a participação de 100 empregadas. A ação teve como objetivo desenvolver a liderança entre as mulheres e, assim, minimizar as diferenças existentes entre homens e mulheres nas principais funções de gestão do Banco. Foram dois encontros mensais, durante três meses, onde foram trabalhadas a autoconfiança, o protagonismo e a quebra de paradigmas. Entre as datas dos encontros foram realizadas mentorias e atividades para aplicação dos conteúdos na prática. Das participantes, 6 foram aprovadas em Processo seletivo para Função Gratificada de Superintendente e 14 empregadas foram indicadas, em análise de perfil comportamental, com potencial para ascensão para a Função Gratificada de Gerente de Área.

Internamente, ocorreram 11 Processos Seletivos Internos, destinados aos mais diversos cargos e funções, com a participação de 1.087 candidatos e 37 selecionados, até o momento. Estão em andamento os processos seletivos para selecionar empregados para exercício das funções de Gerente Geral, Gerente de Área, Assessor e Analista Tecnológico Jr.

Paralelo aos Processos Seletivos Internos, foram realizados 32 Processos de Retenção de Talentos, dando oportunidade ao empregado de ser efetivado em função na mesma área de

atuação atual, desde que respeitadas as regras estabelecidas em normativos internos para esse tipo de processo.

Em 2019 foi também realizada a contratação de *Headhunter* para recrutar e selecionar 2 executivos de alto escalão. A vaga em questão demanda um profissional de perfil específico que desempenhará o cargo de Diretor da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – DTVM do Banco de Brasília S/A.

Nesse ano, foi dada continuidade no Projeto de Implantação do Modelo de Gestão por Competências, com a primeira fase do ciclo avaliativo dos empregados, por meio de avaliação 360°. A nova forma de mensuração de desempenho, com as óticas comportamental, de responsabilidade e técnica, trará conteúdo de melhor qualidade para o investimento da empresa em seu capital intelectual, de forma mais eficaz. Seguem as principais informações de aplicação do Primeiro Ciclo da Avaliação de Desempenho por Competências 360°:

As Avaliações de Atuação Profissional – AAPs, referentes ao 1º semestre/2019, dos empregados do Banco e Conglomerado foram realizadas dentro da normalidade e as do 2º Semestre estão em andamento.

Embora estejamos em processo de implantação da gestão por competências no BRB, com a aplicação de um teste piloto referente a Avaliação 360°, a AAP mantém-se como a nossa avaliação de desempenho oficial e vem sendo realizada semestralmente, conforme cronograma vigente. Seguem números referentes ao total de avaliações lançadas no 1.º e 2.º semestres de 2019:

AVALIAÇÕES REGULARES	
Competência	Quantidade
Total de Avaliações incluídas no 1º/2019	2.858
Total de Avaliações incluídas no 2º/2019	2.267

Visando valorizar o esforço individual, foram progredidos 485 empregados. O BRB realizou também a jornada negocial, que teve como objetivo capacitar, instrumentalizar e padronizar a atuação dos Gerentes Gerais e Gerentes de Negócios, com foco nos Produtos de Crédito, Investimentos, Seguros e Meios de Pagamento. A ação de desenvolvimento capacitou 518 participantes, com a metodologia de 8 palestras, sendo 4 palestrantes internos e 4 palestrantes externos e 3 laboratórios práticos. Pela primeira vez, foi contratada empresa especializada para produzir videoaulas com o conteúdo, podendo assim, ampliar o conteúdo apresentado para todos os empregados do Banco.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Serviços, contratos e pagamentos diversos para manutenção do Banco.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

REDE DE ATENDIMENTO

No ano de 2019 o BRB *Mobile* continuou sendo o canal mais utilizado pelos clientes BRB, dada sua praticidade e disponibilidade. Foram registradas em 2019 mais de 39 milhões de transações, chegando a mais de 35% do total de transações realizados nos canais de atendimento do BRB, exceto rede débito. Mostrando um incremento de 32,37% no volume de transações, quando comparado com o ano de 2018, sendo um salto importante de crescimento. No último trimestre os clientes Pessoa Jurídica passaram a contar com a possibilidade de movimentação das contas, também pelo BRB *Mobile*. Ao longo do ano foram implantadas diversas transações, dentre as quais destacam-se:

- Movimentação de Clientes PJ;

- *Card* com o Limite Disponível para Empréstimos.
- Antecipação de Benefícios GDF.
- Cancelamento de Folha de Cheques.
- Renegociação/Antecipação de Dívidas.
- Demandas de segurança.

O canal de *internet banking* do BRB é o principal canal utilizado pelos correntistas Pessoa Jurídica do banco, dadas as permissões para movimentação da conta de forma solidária ou não solidariamente. Neste ano foram registradas 10,7 milhões de transações. Em outubro, os clientes Pessoa Jurídica que utilizavam o BRB Negócios, foram migrados para o *internet banking* do BRB de forma mais intensa, de forma a prover um canal mais moderno e seguro. Os principais projetos de melhorias para o canal foram:

- Abertura de Conta Salário por Arquivo.
- Integração com o BRB Mobile permitindo consultar e autorizar transações entre canais.
- Cancelamento de Folha de Cheques.
- Provisionamento de Transação em Espécie.
- *Chat*.
- Demandas de segurança.

Em relação aos canais Físicos do Banco, o cliente conta com toda a rede de agências, postos de atendimento, correspondentes e autoatendimento. No que tange ao Autoatendimento, contamos com 589 terminais, sendo que 144 são terminais externos e 445 são terminais internos. Foram realizadas 23,7 milhões transações por clientes e os principais projetos de melhorias nas funcionalidades disponíveis nessa rede foram:

- Compra de Moeda Estrangeira (dólar e euro).
- Saque na função Crédito.
- Campanha de Atualização de Perfil de Investidor.

Além da rede própria, os correntistas BRB também contam com as redes compartilhadas à TECBAN (Banco24horas) – onde foram realizadas 2 milhões de transações em 2019 – e Banco do Brasil – contando com 11 mil transações realizadas este ano. Tais redes agregam maior capilaridade ao canal autoatendimento aos correntistas BRB, com seus terminais espalhados no Brasil, e permitem redução de custos com terminais próprios. No ano de 2019 foi disponibilizada a possibilidade de movimentação e consulta saldo e extrato para contas poupança e contas salário na rede TECBAN.

Terminais de Autoatendimento Compartilhados	1T2019	2T2019	3T2019	4T2019*
TECBAN total	42.959	39.669	39.789	39.789
Banco 24h	22.605	23.053	23.173	23.173
Banco 24h (DF)	522	534	536	536
Banco 24h (Outras Regiões)	22.083	22.519	22.637	22.637
Banco 24h Compartilhado	20.354	16.616	16.616	16.616
Banco do Brasil	1.657	1.539	1.448	1.448

* Dados data base setembro/2019

Quanto à modalidade Correspondente Móvel, destacamos a atuação dessas em apoio a Órgãos do Governo de Brasília, prestando serviços bancários frente às unidades do NA HORA de Sobradinho I, Riacho Fundo I e Taguatinga, além de prestar apoio permanente ao projeto Simplifica PJ e também, de forma esporádica, a várias Administrações Regionais e eventos do GDF. Em 2019 destaca-se o apoio aos programas "DETRAN nas cidades", "SEJUS mais perto do cidadão" e presença na Torre de TV. Essa modalidade atua ainda em apoio às

Agências do BRB, em épocas de grande movimento, ofertando assim uma opção de atendimento extensivo às Agências, onde o horário de atendimento do canal Correspondente é diferenciado em relação aos horários das Agências, abrindo mais cedo e encerrando mais tarde, o que traz comodidade aos clientes e usuários do Banco.

A Central de Relacionamento BRB - CRBRB foca no atendimento de excelência a todos os clientes do Banco de Brasília. Por oferecer atendimento telefônico e por *e-mail*, com a possibilidade de autenticação, a Central atende com qualidade os clientes que não podem comparecer às suas agências, principalmente aqueles que estão fora do domicílio bancário. Possibilitando o atendimento à distância para operações de crédito negociadas com o gerente (sem a necessidade de crédito pré-aprovado), a Central de Confirmação de Vendas, parte da CRBRB, tem demonstrado crescimento ao longo dos anos.

De janeiro a dezembro de 2019, a Central produziu R\$ 258.598.982,94, esse grande sucesso demonstra que o serviço já se consolidou junto aos clientes que têm experimentado eficiência e segurança na contratação de crédito na comodidade de suas residências. Em 2019, destacou-se também o Serviço de Atendimento ao Consumidor que trabalhou para atender aos clientes de forma mais célere. O Decreto 6523/2008 exige que as ocorrências abertas no SAC sejam atendidas em até cinco dias úteis a contar do registro e em 2019, 78% dos atendimentos passou a ser concluído em um dia útil, enquanto em 2017 esse número era de 61%. Abaixo estão presentes o volume de transações executados em cada canal:

CANAL	1T2019	2T2019	3T2019	4T2019
Mobile (Canal Digital)	8.096.158	8.793.889	10.581.364	12.002.641
Caixa Agência (Canal Físico)	1.964.012	1.909.371	2.124.916	2.176.870
Correspondente (Canal Físico)	5.259.851	5.347.434	6.697.105	6.632.285
Banknet (Canal Digital)	2.719.534	2.351.835	2.551.520	2.471.429
TeleBanco	1.470.059	1.201.815	1.198.438	1.066.809
Master/Visa (Canal Digital)	10.133.637	10.243.980	10.980.065	12.127.354
Autoatendimento (Canal Digital)	5.958.758	5.814.577	6.118.683	5.842.902
Interno	4.628.872	4.439.623	4.645.327	4.435.842
Externo	847.741	889.064	939.821	839.193
24 horas	478.802	483.623	530.595	565.542
BB Compartilhado	3.343	2.467	2.940	2.327
Total	35.602.009	35.663.101	40.252.091	42.320.292

CRÉDITO

Carteira de Crédito Comercial

A carteira de crédito comercial Pessoa Física apresentou aumento de 14,29% em relação a dezembro de 2018, totalizando R\$ 6,40 bilhões em setembro de 2019. O produto BRB Serv consignado teve um crescimento de 17,65% em relação a dezembro de 2018, totalizando R\$ 4,20 bilhões em setembro de 2019. Outros destaques na carteira PF foram os produtos Crédito Pessoal Público e Crédito Pessoal cujo aumento foi, respectivamente, de 6,80% e 79,35% em relação a 2018.

PRODUTO	DEZ/2018	SET/2019	VARIAÇÃO (%)
Crédito Consignado	R\$ 3,57MM	R\$ 4,20 MM	17,65%
Crédito Pessoal Público	R\$ 1,03MM	R\$ 1,10 MM	6,80%
Crédito Pessoal	R\$ 33,75MM	R\$ 60,53 MM	79,35%
TOTAL CARTEIRA PF	R\$ 5,60MM	R\$ 6,40 MM	14,29%

O BRB atuou com estratégias para aumento da contratação pelos clientes e na expansão da carteira de crédito, bem como em campanhas de Portabilidade de operações de crédito consignado dos correntistas do BRB que têm consignação originada em outras instituições financeiras. Foi realizada, ainda, a remodelagem dos produtos (ampliação de prazos) e redução das taxas de juros. Essa atuação estratégica refletiu no aumento do saldo do produto

BRB Serv, destinado aos servidores públicos, que impactou positivamente no resultado da carteira em 2019.

A carteira de crédito comercial Pessoa Jurídica apresentou uma evolução de 11,98% em relação a dezembro/2018. Saiu de R\$ 449,8 milhões para R\$ 503,7 milhões em setembro/2019. Destacou-se a linha BRB Investimento, que teve sua comercialização iniciada em 2019 e até setembro teve um saldo de R\$ 44,2 milhões de saldo. As linhas de capital de giro também tiveram destaque em 2019, com crescimento de 275,97% para o segmento de micro/pequenas empresas (MPE) e 24,68% para o segmento de médias e grandes empresas.

PRODUTO	DEZ/2018	SET/2019	VARIAÇÃO (%)
BRB Investimento	-	R\$ 44,2 MM	-
BRB Progiro - MPE	R\$ 15,4 MM	R\$ 57,9 MM	275,97%
BRB Progiro - MGE	R\$ 38,5 MM	R\$ 48,0 MM	24,68%
TOTAL DA CARTEIRA PJ	R\$ 449,8 MM	R\$ 503,MM	11,98%

O Banco efetuou a remodelagem dos produtos de crédito de Pessoa Jurídica, onde foram ajustados os prazos, as taxas e o público alvo. Isso gerou aumento de inserção dos produtos na base de clientes ativos e conquistou novos clientes. Nesse contexto, o Banco fortaleceu sua vocação de agente público voltado ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e das regiões de influência, injetando recursos para a retomada econômica da região.

São estratégias de trabalho para a manutenção do crescimento e diversificação desse crédito:

- conquista de novos clientes, com incremento de novas operações de crédito;
- remodelagem do Portfólio de produtos, com crédito ágil, taxas e prazos competitivos;
- Parcerias estratégicas com sindicatos, entidades de classes, associações, federações e empresas públicas, aumentando a base de clientes e aumentando a divulgação dos produtos do Banco;
- desenvolver novos produtos;
- portabilidade de operações de crédito PJ e
- aumentar o foco nas operações de Antecipação de Recebíveis (Cartões, Duplicatas, Cobrança, Antecipação de Contratos);
- oferta de seguro prestamista nas operações de crédito contratadas pelas empresas;
- revisão constante do portfólio de produtos e serviços oferecidos aos clientes pessoas jurídicas, visando oferecer crédito ágil com taxas e prazos competitivos, e
- disponibilização de crédito parcelado em canais digitais.

Carteira de Crédito Comercial Total

O saldo da carteira de crédito comercial do BRB – Banco de Brasília S.A. apresentou aumento de 14,21% em comparação com dezembro de 2018, totalizando uma carteira de R\$ 6,91 bilhões.

CARTEIRA	DEZ/2018	SET/2019	VARIAÇÃO (%)
Total Pessoa Física	R\$ 5,60 MM	R\$ 6,40 MM	14,29%
Total Pessoa Jurídica	R\$ 449,80 MM	R\$ 503,70 MM	11,98%
TOTAL CARTEIRA COMERCIAL	R\$ 6,05 MM	R\$ 6,91 MM	14,21 %

Carteira de Desenvolvimento

O Banco apoia o desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno, disponibilizando linhas de crédito às iniciativas empreendedoras que tenham responsabilidade socioambiental. Com o propósito de ser um organismo de fomento da região, o Banco promove a constante revisão de seus processos e sistemas, implementando medidas que agregam maior eficiência no trâmite de contratações e acompanhamento das operações da carteira de desenvolvimento. A carteira de desenvolvimento do Banco é composta pelas modalidades: crédito imobiliário, rural e empresarial.

Crédito Rural

As crédito rural, que atingiram o saldo de R\$ 274 milhões no 3º trimestre de 2019, tiveram crescimento de 35,5% se comparado com o mesmo período do ano anterior.

Carteira de Crédito Imobiliário

A carteira de crédito imobiliário pessoa física no ano de 2018 teve uma produção de R\$ 89,5 milhões, já em 2019 a produção foi de R\$ 247,4 milhões apresentando crescimento de 176,55%. Quanto a carteira de crédito imobiliário para pessoa jurídica verificou-se produto de R\$ 32,4 milhões em 2018 e R\$ 210,8 milhões em 2019 apresentando crescimento de 550,71% comparada ao ano anterior. Dentre os produtos ofertados pela Carteira o que mais se destacou foi o produto Credmoradia que financia imóveis enquadrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH para servidores e empregados públicos e possui uma participação 73,4% dentre os produtos existentes. O saldo da carteira de crédito imobiliário BRB – Banco de Brasília S.A. em dezembro de 2019 foi de R\$ 991 milhões, apresentou crescimento de 8,18% em comparação com dezembro de 2018, com inadimplência de 0,29%. O crescimento está alinhado com as projeções de mercado.

O crédito imobiliário financia a produção e a aquisição de unidades residenciais e comerciais a clientes pessoas físicas e jurídicas, representando cerca de 75% da carteira de desenvolvimento do Banco. A carteira tem acompanhado as tendências do mercado imobiliário, buscando crescimento no volume de operações. Acreditando no potencial e confiança do setor da construção civil, dos empresários e clientes de modo geral, o Banco ajustou suas condições de financiamento, realizou atualização tecnológica do sistema de crédito imobiliário, tornando-se parceiro em novos negócios, com vistas na melhoria da sua participação no Mercado de financiamento imobiliário nas regiões de atuação. Posto isso, o Crédito Imobiliário BRB busca por meio de suas linhas de crédito, atender diferentes propósitos e, sobretudo, suprir a demanda de moradia através da concessão de crédito de forma tempestiva e com condições favoráveis e diferenciadas. Dentre as principais ações para alavancagem no crescimento durante o exercício de 2019 podemos citar que a carteira criou o produto Aquisição de lote urbano que financia lotes regularizados ou em regularização, firmou convênio com entidades de classe como SINDUSCON-DF/ADEMI-DF/ASBRACO e SECOVI e órgãos do Governo como Terracap, entregamos a melhor taxa de juros do mercado, iniciamos a operacionalização da portabilidade de crédito imobiliário no BRB e remodelamos produtos da compra e venda para financiamento no prazo de até 420 meses.

A Carteira Imobiliária vem buscando novas parcerias e contratos com clientes pessoas físicas e jurídicas no intuito de aumentar o saldo contábil e a participação no Mercado Imobiliário, fidelizando clientes no médio e longo prazo, rentabilizando os produtos/serviços e buscando, assim, atingir o orçamento estabelecido para o exercício. O procedimento da Portabilidade – compra vem proporcionando aumento de demanda de crédito e incremento nas contratações. Aliado a isso, o trabalho de aproximação das entidades do Setor da Construção Civil, Sinduscon, Ademi, Asbraco e Secovi, tem proporcionado aumento na captação de operações de crédito, produto Plano Empresário, concorrendo para aumento no volume de contratações, auxílio no cumprimento da exigibilidade e contribuindo para o crescimento e diversificação do crédito. Cabe ressaltar que no ano de 2020 a Carteira pretende desenvolver as seguintes ações estratégicas para melhorar ainda mais os resultados:

- Correspondentes Imobiliário – contratação de financiamento imobiliário via correspondente;
- Processo Digital – contratação de financiamento imobiliário de forma eletrônica;
- Remodelagem de produto da Compra e Venda;

RELACIONAMENTO COM O GOVERNO

PROGRAMAS SOCIAIS

O BRB, como agente financeiro do Governo do Distrito Federal, e como parceiro na execução de políticas sociais, efetua o pagamento dos programas sociais vinculados às Secretarias do DF. Esses programas são ações governamentais voltadas à erradicação da pobreza e da marginalização, assim como à redução das desigualdades sociais e regionais.

Até dezembro de 2019, o BRB operacionalizou o pagamento dos seguintes programas sociais, que totalizaram o montante de R\$ 45.008.603,94:

PROGRAMAS SOCIAIS			
PROGRAMA	DESTINAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	VALOR (R\$)
Agentes da Cidadania Ambiental	Catadores de materiais recicláveis, que exercem esta atividade laboral como principal ocupação.	7.700	2.310.000,00
Auxílio Excepcional	Famílias em desabrigo temporário, ou inadequado, destinado ao pagamento de aluguel residencial.	5.858	3.164.332,00
Auxílio por morte (Funeral)	Famílias em necessidades urgentes para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de membro.	121	51.868,00
Auxílio Natalidade (Mãezinha Brasileira)	Gestante e recém-nascido por ocasião do nascimento.	7.066	1.435.400,00
Auxílio Vulnerabilidade	Auxiliar família ou pessoa, visando minimizar situações de riscos, perdas e contingências sociais.	16.571	6.749.640,16
Bolsa Atleta	Ajuda financeira a atleta do DF em atividade, registrado, que não possui patrocínio.	1.630	1.170.001,57
Caminhos da Cidadania	Proporcionar aos adolescentes de 15 a 17 anos a convivência social e formação geral.	5.310	956.190,00
Programa Fábrica Social	Oferecer cursos de qualificação para famílias em situação de pobreza.	9.509	4.107.090,11
Mestre do Saber	Pessoas escolhidas, com mais de 60 anos que ministram oficinas aos mais jovens.	862	358.730,00
Pronatec	Beneficiar jovens do DF, de baixa renda, com cursos profissionalizantes e ajuda de custo.	9.616	7.356.721,97
CME	destina-se aos alunos matriculados a partir do 1º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino, cujas unidades familiares sejam beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do Distrito Federal.	39.116	20.001.320,00
Compensação Financeira	Programa de caráter indenizatório destinados aos catadores de materiais recicláveis inscritos no cadastro único para programas sociais do Governo Federal.	227	81.899,25
Calamidade	Famílias e indivíduos vítimas de situações de desastre ou de calamidade pública.	70	28.560,00
TOTAL		97.367	45.008.603,94

FUNDOS PÚBLICOS

O BRB atua, também, como agente financeiro do Governo do Distrito Federal na operacionalização dos fundos públicos, destinados a concessão de empréstimos ou financiamentos para a atividade produtiva de micros e pequenos empreendedores ou para a agricultura familiar.

- Fundo para a Geração de Emprego e Renda – FUNGER. Foram 729 operações aprovadas, somando R\$ 10.367.153,83.

- Fundo Desenvolvimento Rural – FDR – Foram aprovados R\$ 1.217.691,17 em 13 operações em crédito rural.

Microcrédito Produtivo Orientado – MPO

O MPO é um crédito para a atividade produtiva destinado a microempreendedores com renda anual bruta de até R\$ 200 mil e compõe o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado instituído pela Lei 11.110/2005, alterado pela Lei 13.636 de março de 2018.

A remodelagem do MPO foi aprovada pela Diretoria Colegiada em 03/09/2019. Dentre as alterações, o MPO passa a ser captado, prioritariamente, por agentes de crédito contratados por meio da BRB Serviços.

O objetivo do Banco é ter um produto inovador que possa facilitar a vida dos clientes microempreendedores. O lançamento oficial do produto está previsto para o início de 2020.

Programa Material Escolar – CME

O Programa Cartão Material Escolar (CME) é destinado à concessão de material didático escolar para alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal cujas unidades familiares sejam beneficiárias do Programa Família do Distrito Federal, os quais atendam aos critérios estabelecidos na Lei nº 6.273, de 19/02/2009, que instituiu o programa.

O BRB é o agente financeiro do programa, cabendo-lhe a operacionalização dos pagamentos, a distribuição dos cartões às coordenações regionais de ensino, o cadastramento das maquinetas, que servirão para as compras do cartão, entre outras atividades. O Programa, este ano, beneficiou 39.081 famílias. Foram realizados 18.460.173,34 milhões de reais em compras de material escolar. O programa ficou disponível no período de 02/05 a 15/06/2019 e virou referência para outros estados. O Banco iniciou as tratativas com o GDF para operacionalizar a edição de 2020. Para 2020 a expectativa é que mais de 80.000 alunos sejam beneficiados com o programa CME. Nessa edição a novidade é que além de alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, os da Pré-escola e ensino especial também serão beneficiados.

Novo sistema de concessão de microcrédito

Foi implantado em abril de 2019, o sistema de gestão de fundos/concessão de microcrédito, chamado HCE. Esse sistema modernizou a gestão de operações de microcrédito, com recursos do Fungir (Fundo para a Geração de Emprego e Renda do DF), da Secretaria Adjunta de Trabalho. Com o novo sistema os microempreendedores podem realizar o pagamento por meio dos canais de caixa, correspondente bancário, *Banknet* e *mobile*. Antigamente o pagamento só era realizado no caixa e correspondente bancário. Além disso, a atualização das parcelas pode ser realizada via *web*, ou seja, o microempreendedor pode atualizar suas parcelas do computador pessoal, *tablet* ou celular. O sistema possui acesso via *web* e moderniza, gera segurança e mais informações para a Secretaria e usuários, facilitando procedimentos e automatizando diversos processos.

Novos sistemas

O BRB iniciou o desenvolvendo de dois sistemas para mitigar os riscos da operacionalização e agilizar os processos internos da área e do GDF. Os sistemas são:

- Sistema para automatização dos processos do FDR – Fundo de Desenvolvimento Rural.
- Sistema para validação de *layouts* dos arquivos enviados pelo GDF.

AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Gestão Ambiental

- Hora do Planeta – 2019

Em março, o Banco aderiu novamente ao movimento mundial “Hora do Planeta”, quando as luzes do Edifício-Sede foram desligadas por uma hora. Na ocasião também incentivou seus empregados, clientes, fornecedores e toda a população do Distrito Federal a participar desse movimento. Nessa ação mundial, os participantes apagam as luzes de seus imóveis (residências, empresas, instituições) e de monumentos importantes, como ato simbólico, visando demonstrar preocupação com as questões climáticas mundiais e disseminar a importância de se discutir sobre o assunto e buscar soluções.

- Eficiência no uso dos recursos

O Banco de Brasília, participa do Programa de Otimização do uso Prioritário da Água – Poupa DF que tem por objetivo promover a redução progressiva do consumo de água por meio de ações planejadas e consolidar uma cultura do uso eficiente da água no âmbito de suas Unidades.

Política de Responsabilidade Socioambiental

Considerando o dinamismo do mercado, a demandar constantes atualizações de procedimentos e padrões de atuação por parte do sistema bancário, a PRSA do Banco foi reformulada integralmente. O novo documento apresenta uma modelagem que define separadamente os princípios e as diretrizes seguindo as boas práticas do mercado.

Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil

Em atendimento à solicitação da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério da Cidadania, que é responsável pela gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e da FEBRABAN, o Banco divulgou nos terminais eletrônicos mensagens alusivas ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho).

Acordo de Cooperação Técnica entre BRB e GDF – Projeto Feira Legal

Em setembro/2019 foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre o Banco de Brasília e o Governo do Distrito Federal, visando o apoio do BRB na melhoria das Feiras Permanentes de Brasília. No total, 38 Feiras serão beneficiadas e atendidas por meio de manutenção nas áreas comuns e oferta de produtos e serviços bancários que visam fomentar o negócio do micro e pequeno empreendedor. Agentes de Crédito estão cumprindo um cronograma de visitação às feiras juntamente com o GDF, que por meio do Aplicativo Feira Legal, tem realizado o cadastramento e a regularização dos ocupantes do boxes.

Doação ao Instituto BRB

O Banco de Brasília repassa, semestralmente, recursos para o desenvolvimento das atividades do seu Instituto. Trata-se de iniciativa voltada para o apoio a projetos e programas que visam a melhoria na vida das pessoas, promovendo: inclusão social e produtiva, cooperação e o desenvolvimento sustentável das tecnologias sociais e dos aspectos culturais, educacionais, ambientais e esportivos. No exercício de 2019, o Conselho de Administração do BRB – Banco de Brasília S.A., em sua 711ª Reunião, realizada em 30 de dezembro de 2019, aprovou a manutenção do repasse em periodicidade semestral das doações e o repasse de R\$ 5.092.824,66 (cinco milhões, noventa e dois mil, oitocentos e vinte e quatro mil e seiscentos e seis reais).

Novos Programas de Governo

O Governo do Distrito Federal, em parceria com o BRB, lançou o Programa Pequenos Reparos, que permitirá a realização de serviços urgentes pelas escolas, por meio da utilização de cartões de débito e canais eletrônicos do Banco. As categorias contempladas são: chaveiro, jardineiro, pintor, serralheiro, bombeiro hidráulico, técnico em informática, técnico em eletrônica, eletricitista e pedreiro. Além de fazer a manutenção das escolas, o programa também vai gerar ocupação e renda entre os microempresários. O BRB será o Operador de Crédito deste e de outros programas a serem promovidos pelo GDF em parceria com as Secretarias de Estado.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO INSTITUTO BRB

O Instituto BRB acredita que pode transformar realidades, atuando prioritariamente no Centro-Oeste, mediante o desenvolvimento, implantação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e outras iniciativas no âmbito de seus campos de atuação, em parceria com outras instituições, governamentais e não governamentais, tendo como princípio básico o de proporcionar benefício à sociedade.

1 ACORDOS E PARCERIAS

UNB/CDT

O Instituto BRB celebrou convênio com a Universidade de Brasília, por meio do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT. No termo de cooperação técnica, o Instituto BRB fornecerá recursos para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos com perspectiva de geração de impacto positivo à sociedade.

Controladoria Geral do DF

O Instituto BRB firmou Acordo de Cooperação com a Controladoria Geral do DF, com vistas a implementação de ações conjuntas e de interesse mútuo. O objetivo da parceria foi para atuar na formação cidadã e no fomento do controle social. A primeira ação foi a participação no *Workshop* “De Olho na Educação”, onde educadores financeiros voluntários ofereceram palestras sobre a importância da educação financeira, modeladas especificamente para os participantes do evento, composto por estudantes do Sistema SESI/SENAC e participantes da Fábrica Social.

Centro Universitário IESB

Em setembro o Instituto BRB formalizou um Acordo de Cooperação Técnica com o Centro Universitário IESB. A iniciativa tem como objetivo apoiar o projeto “Letrar Cidadania”, que visa promover o ensino linguístico e matemático a jovens, adultos e idosos, com aulas de alfabetização e operações básicas de matemática. A proposta é voltada para pessoas que nunca foram alfabetizadas, ou adultos que tenham déficit na aprendizagem, com vistas à promoção do acesso à cidadania e ao mundo do trabalho.

ADASA

O Instituto BRB assinou com a ADASA um acordo de cooperação técnica com vistas a integrar esforços entre os parceiros para desenvolver, fortalecer e executar projetos e ações de educação ambiental e sustentabilidade ambiental, no âmbito do Distrito Federal.

2. SELOS E CERTIFICAÇÕES

Em 2019 o programa de voluntariado BRB Solidário, coordenado pelo Instituto BRB, recebeu a certificação “Selo Social”, concedida pelo Instituto Abaçai, que promove um programa para certificar instituições, empresas, entidades sociais e órgãos públicos que demonstram compromisso social e realizam projetos estruturados voltados para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento social. A conquista foi fruto do trabalho realizado pelo BRB Solidário, que demonstrou o seu compromisso com o desenvolvimento social local nas áreas de inclusão, de educação, de saúde e de economia, impactando a vida de cerca de 3.888 pessoas da comunidade.

3. AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA MULHER

Cursos de Capacitação para Mulheres Artesãs

Dentro das propostas de atuação do Instituto BRB está o desenvolvimento de ações que promovam a autonomia da mulher e o seu desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, a Mulher Artesã tem o seu espaço garantido, visando preservar a cultura regional mediante o seu trabalho com artesanato.

O Instituto BRB realizou parceria com o Sebrae para oferecer cursos gratuitos de capacitação para artesãs na 13ª Finnar - Feira Internacional de Artesanato, que aconteceu no Centro de Convenções entre 12 e 21/04/19. Os cursos oferecidos pelos consultores do Sebrae abordaram noções de gestão, de empreendedorismo, de vendas, de administração e de *marketing*, aplicados ao artesanato. O Instituto BRB também esteve representado no evento

por meio do seu estande, onde apresentou o trabalho de oito mulheres artesãs que expuseram e comercializaram seus produtos.

Publicação do 1º Prêmio de Economia Solidária – Rede Brasil Mulher

O Prêmio consiste em um processo seletivo de empreendimentos coletivos, que devem ser estabelecidos dentro dos preceitos da economia solidária. Além disso, devem ser constituídos majoritariamente por mulheres, ou serem relacionados com projetos voltados para o apoio às mulheres.

Para a seleção dos projetos, os participantes deverão passar por desafios relacionados ao desenvolvimento da gestão dos seus empreendimentos. A primeira fase selecionará 12 empreendimentos solidários, que divulgarão seus produtos no *site* do Instituto BRB, em um espaço denominado: “Espaço de Empreendimentos Solidários”. Na última fase, serão selecionados cinco projetos para receber premiação em dinheiro, no valor de R\$ 10 mil, que serão investidos no empreendimento selecionado.

4. GESTÃO AMBIENTAL

Educação Financeira para Agricultores

O Instituto BRB ofereceu curso de educação financeira para os produtores agroecológicos do Alto do São Bartolomeu, na área rural de Planaltina, que trabalham com a agricultura familiar. O curso conduzido por educador financeiro do BRB, abordou questões sobre endividamento, planejamento e investimento.

CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura

O Instituto BRB coordena o Programa “CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura” no BRB. O projeto consiste em um grupo fixo de consumidores que se comprometem, durante um período determinado, a contribuir mensalmente com o orçamento semestral de uma produção agrícola. Em contrapartida, o consumidor recebe semanalmente seus alimentos produzidos nesse local, em manejo biodinâmico, livre de agrotóxicos. Dessa forma, o agricultor deixa de vender seus produtos a intermediários e conta com a participação das pessoas, que se tornam coagricultores, e passam a financiar o escoamento da sua produção. No ano de 2019, o projeto atendeu 94 empregados do BRB, 4 pontos de convivência, bem como manteve o sustento de 8 produtores agrícolas e seus familiares.

5. VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

O BRB Solidário é o programa de voluntariado empresarial do BRB, que é coordenado pelo Instituto BRB, e tem por objetivo mobilizar empregados e colaboradores do Banco, para a condução de ações sociais em prol do bem-estar da comunidade. Várias instituições assistenciais foram beneficiadas nessas campanhas, além dos empregados das empresas prestadoras de serviços contratadas pelo Banco.

Campanha do Material Escolar

Os empregados do BRB arrecadaram cadernos, canetas, lápis, borrachas e apontadores, que são entregues, em forma de *kits*, para os empregados terceirizados que estudam e seus dependentes a partir de 5 anos, que estejam matriculados no ensino fundamental ou médio das escolas públicas. Os beneficiários desta campanha trabalham nos setores de conservação, de limpeza e de segurança do grupo BRB. Em 2019 foram entregues 785 *kits* escolares. Com o objetivo de cumprir a sua finalidade de desenvolver campanhas na área educacional junto à comunidade, o Instituto BRB também promoveu a entrega de cadernos para a ONG Change Generation, que atua promovendo o apoio extra-classe para estudantes infantojuvenis em situação de vulnerabilidade econômica.

Campanha do Agasalho “Aqueça Uma Vida” e “Bazar Solidário”

A ação foi realizada entre os meses de maio e de junho, com o propósito de arrecadar roupas, agasalhos, cobertores e sapatos para doação. Parte do material recebido foi encaminhado para a Campanha do Agasalho do GDF, que destinou o material para a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Hospital de Base. A outra parte foi encaminhada às instituições sociais atendidas pelo BRB Solidário: Casa do Idoso Amor a Vida, a Organização Social Escola Maria Teixeira e a Associação Jerônimo Candinho. A última parte foi direcionada para o Bazar Solidário, com a intenção de favorecer os colaboradores terceirizados do BRB que trabalham no apoio, na limpeza e na conservação do conglomerado BRB. O Bazar Solidário é uma ação direcionada especialmente para os empregados terceirizados, que têm a oportunidade de trocar materiais de higiene e limpeza por parte dos produtos arrecadados durante a campanha do agasalho. Os materiais recebidos (sabão em pó, sabonetes, desodorantes, creme e escovas de dente) tiveram como destino instituições sociais.

Campanha do Dia das Crianças

Em outubro, o BRB Solidário realizou a Campanha do Dia das Crianças. A campanha angariou alimentos não perecíveis, que foram doados à quatro instituições sociais: a Obra Social Escola Maria Teixeira, o Projeto Casa do Carinho, o Instituto Sol Nascente e a Instituição Jerônimo Candinho. Todas acolhem e desenvolvem projetos voltados para crianças e jovens do Distrito Federal e entorno. A Instituição Jerônimo Candinho também recebeu a entrega das doações com um evento festivo, onde empregados do BRB participaram como voluntários, interagindo com as crianças e jovens da Instituição.

Combate ao câncer infanto-juvenil

No dia 24.08, o BRB participou, com seus empregados voluntários, da campanha McDia Feliz 2019. Nesta campanha, que é coordenada pelo Instituto Ronald McDonald, em parceria com a Abrace, a rede de lanchonetes Mc Donald's estabelece uma mobilização em prol de instituições que oferecem cuidados para crianças e jovens que estão em tratamento de câncer, e em Brasília a ação é voltada para o Hospital da Criança de Brasília. O BRB participou da ação como voluntário anfitrião em um *shopping* de Brasília, incentivando a compra do sanduíche da campanha e vendendo os *souvenirs* da Abrace em *stand* montado no local. Para isso, contou com o apoio de empregados do Banco, que trabalharam de forma voluntária das 10h às 22h, organizados em turnos de duas horas. Todos estavam dispostos a levar solidariedade e a disponibilizar parte do tempo de lazer para apoiar a luta de combate ao câncer infanto-juvenil.

Campanha de Natal

A Campanha de Natal do BRB Solidário atendeu 263 crianças, jovens e adultos da Instituição Social Escola Maria Teixeira, que recebeu dos empregados do BRB, presentes contendo: roupa, calçado e brinquedo. A entrega dos presentes foi festiva e contou com a presença de empregados voluntários do BRB e seus familiares.

Sistema Banco de Voluntários

O Instituto BRB disponibilizou em seu site o "Sistema Banco de Voluntários". O objetivo é criar uma base de dados com informações dos empregados ativos e aposentados do conglomerado BRB, tais como áreas e público de interesses de atuação, e disponibilidade de tempo para atuação voluntária. O sistema contempla também a opção de cadastro de instituições, para que as organizações sociais informem dados básicos, a área de atuação e as modalidades de atendimento em que desejam receber apoio de trabalhos voluntários. As instituições que se cadastrarem também passarão a fazer parte do rol de entidades que podem ser atendidas pelas campanhas de arrecadação do BRB Solidário.

Educação Financeira nas Escolas Públicas

O projeto é amparado a partir do Termo de Cooperação firmado entre o BRB e a Secretaria de Educação do DF e tem o objetivo de capacitar estudantes do 6º ano do ensino fundamental sobre os principais conceitos ligados à educação financeira e o consumo consciente. As aulas são ministradas por empregados voluntários do BRB, que foram capacitados para essa atividade. O Instituto BRB, que iniciou o projeto em 2018, finalizou as aulas em 2019 contemplando 10 regionais, 19 escolas e mais de 2.700 estudantes. Os estudantes recebem livro didático sobre o assunto, cofrinho e certificado de participação. O projeto também utiliza e divulga o aplicativo "Educa BRB", a respeito o tema, que pode ser adquirido gratuitamente nas plataformas digitais.

PROGRAMA DE INCENTIVO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO

A gestão do PCMSO se baseia no planejamento, execução e monitoramento, buscando a proteção da saúde dos empregados e a sua integridade física, considerando os riscos ocupacionais, ligados as suas atividades e seu ambiente de trabalho e que determina o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPR. Seguem descritos abaixo as principais informações:

Exame Médico Periódico

O exame médico periódico visa à prevenção, o rastreamento e o diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Foram realizadas 2470 consultas de periódicos, liberadas 981 guias para exame Papanicolau, 420 guias para avaliação urológica e 303 guias para exames de mamografia.

Campanha de Vacinação *Influenza+ H1N1*

O objetivo da campanha é prevenir doenças do aparelho respiratório e proporcionar aos empregados do GRUPO BRB e seus dependentes uma melhor qualidade de vida. Na ocasião da campanha, os empregados beneficiários da SAÚDE BRB, bem como os seus dependentes, tomaram a vacina gratuitamente. Desde 2010, a vacina administrada durante a Campanha tem efeito conjugado: Influenza (gripe sazonal) + H1N1. Das 5.506 doses aplicadas, 1.861 doses foram destinadas aos empregados.

Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT

A Norma Regulamentadora NR 4 – Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT prevê que as empresas devem, obrigatoriamente, manter os SESMT com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. Assim sendo, seguem relacionadas as principais ações:

Segurança do Trabalho

Com o objetivo de atender à Norma Regulamentadora – NR 17 – Ergonomia, e possibilitar uma postura mais adequada para os empregados, foram realizadas 111 análises ergonômicas de postos de trabalho e distribuídos 428 materiais ergonômicos aos empregados, dentre eles: apoio para pés, apoio para punhos, *mousepads*, suporte para CPU, aparelhos telefônicos e fones do tipo *headset*, suporte para monitor, cadeiras ergonômicas, calços, teclado ergonômico, teclado para canhoto, mesa adaptada, mesa gerencial, apoio antebraço e inversão de gaveteiro de mesa, além de adaptações de guichês de caixa e postos de trabalho. Conforme a Norma Regulamentadora - NR 9 - o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRAs é parte integrante do conjunto mais amplo das iniciativas do BRB – Banco de Brasília no campo da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores. Para tanto, foram realizadas 126 avaliações nas unidades do Banco e respectiva emissão de relatórios de segurança do trabalho.

Absenteísmo

O Absenteísmo foi de 3,41%, ou seja, considerando o número de empregados e o número de dias trabalhados no ano, tivemos esse percentual de faltas. Lembramos que nessas faltas estão incluídas as faltas por licença maternidade, visto que são originadas de um atestado médico.

Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA em parceria com a Saúde BRB, realizou na semana de 14 a 18/10/2019 a 32ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT, intitulada “Viva Leve e Flexível”. O objetivo foi disseminar a importância da prevenção de acidentes e de doenças no ambiente de trabalho, além de estimular a busca por saúde e qualidade de vida. Durante todos os dias das ações foram oferecidas atividades, tais como: aferição de pressão ocular, Bioimpedância, aferição de pressão sanguínea, Auriculoterapia, Barras, Body, *Thetahealing*, jogos e convivência, Reike, entre outras atividades. A SIPAT aconteceu em dois locais, no Ed. Brasília e na Diretoria de Tecnologia – Ditec, local que pelo quantitativo de trabalhadores, tem a sua própria CIPA.

Programa Vida Ativa

O Programa Vida Ativa tem como objetivo integrar ações para a qualidade de vida e saúde (bem-estar físico, mental e social) dos empregados do BRB, proporcionando a estes maior resistência ao estresse, estabilidade emocional, eficiência no trabalho, entre outros benefícios que qualificam o bem-estar dentro e fora do ambiente laboral. Ocorre por meio de ações culturais, incentivo à prática esportiva, programas voltados para finanças pessoais, disponibilização da sala de ginástica, campanhas de vacinação e doação de sangue, incentivo de hábitos e comportamentos saudáveis, etc. Relacionam-se a seguir as principais atividades:

a) Projeto Árvore da Vida BRB – PAVBRB: Iniciado em 20 de novembro de 2018, esse projeto tem por objetivo auxiliar os empregados em seu processo de planejamento de vida, estabelecimento de conquistas pessoais e profissionais, e preparo para a aposentadoria. Visa auxiliar os empregados do BRB em seu processo de preparo de decisão, organização e planejamento pós-carreira, por meio de informações e ações biopsicossociais e educacionais necessárias à tomada de decisão consciente e espontânea para a aposentadoria. Participaram 305 empregados, em encontros mensais.

b) Grupo de Manejo de stress: O projeto é oferecido aos empregados do Banco desde 2013, com o objetivo de conscientizar nossos colaboradores sobre a importância da prevenção, diagnóstico, tratamento e desenvolvimento de técnicas eficazes para gerenciar essa patologia, por meio de informações e orientação. Foram atendidas 25 unidades, totalizando 230 participantes.

c) Ressarcimento de Medicamentos - DORT/Transtornos Psiquitricos e doenças crônicas: O Banco ressarce 80% (oitenta por cento) do valor das despesas com medicamentos em tratamento extrainternação, ao empregado acometido de AIDS e Doenças Crônicas especificadas no Regulamento do Plano “A-1” da SAÚDE BRB – Caixa de Assistência até o valor aprovado no acordo coletivo vigente. A Saúde BRB arca com 20% (vinte por cento) do valor das despesas especificadas, de forma que 100% (cem por cento) do valor dos medicamentos são ressarcidos. Além disso, o Banco ressarce os medicamentos para tratamento de Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho – DORT e doenças psiquiátricas. O valor gasto com o benefício nas duas categorias foi de R\$ 332.104,01

d) Saúde Financeira: Reformulado, em setembro de 2018, o Projeto Saúde Financeira surge como um espaço de conscientização para a mudança de comportamento do empregado do BRB que está endividado. O objetivo principal é dar suporte ao empregado para o planejamento do orçamento familiar e estimular a mudança de comportamento em relação à forma de lidar com o dinheiro, bem como propiciar a adoção de hábitos saudáveis na utilização

dos recursos financeiros, por meio de Educação financeira e Orientação comportamental. Participaram do projeto 5 (cinco) empregados.

e) Liderança com Saúde: Lançado em maio de 2015, o Projeto Liderança com Saúde refere-se a um conjunto de ações com o objetivo de instrumentalizar os gestores do BRB para o gerenciamento de conflitos, reconhecimento dos sinais e sintomas de adoecimento dos seus colaboradores, bem como oferecer ferramentas de autodesenvolvimento e alta *performance*, visando sempre à promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho. Utiliza-se a metodologia do *Coaching*, processo de execução de técnicas com vistas ao alcance das metas, de desenvolvimento e autoconhecimento profundo, de fortalecimento interno, evolução pessoal e profissional. Participaram do projeto 22 empregados.

f) Biblioteca Ativa: O projeto teve início em setembro de 2013 e tem como objetivo a formação de uma biblioteca do BRB, em que empregados, estagiários, jovens aprendizes e terceirizados podem fazer empréstimos dos volumes, para disseminação da importância do hábito pela leitura. O acervo é composto por 645 livros de romances, contos, poesias/poemas, ficção, religiosos, autoajuda, científicos, informativos, educativos, bem como periódicos, a exemplo de revistas científicas e histórias em quadrinhos, que foram doados por todos os colaboradores do BRB. Foram 68 livros emprestados

g) Projeto Vida Ativa Academia: O projeto foi iniciado em março de 2011, alusivo ao Dia nacional de combate ao sedentarismo. Tem como objetivo incentivar a prática de atividade física, visando promover a redução de estresse, a integração dos empregados, a melhora do sono, enfim, todos os benefícios comprovados que a atividade física pode proporcionar. O projeto consiste em financiar até 100% da mensalidade em academias de ginástica, e o teto, atualmente, está limitado ao valor de R\$ 117,03, reajustado na data-base de setembro/2019, concedido em contracheque, mediante a comprovação de frequência e pagamento. O montante investido no Projeto foi de R\$ 585.521,75 para atender 469 empregados, em média.

h) Grupo Corredores e Caminhantes de Rua do BRB: Criado em agosto de 2009, como uma das primeiras atividades do Programa Vida Ativa. A proposta é proporcionar qualidade e integração entre os empregados do BRB, e formar uma equipe preparada para participar das corridas de rua da cidade e, eventualmente, em outros estados. O treinamento é voltado para os empregados do Banco que correm, caminham ou que desejam iniciar a prática de corrida de rua. O BRB disponibiliza 200 vagas aos empregados. As inscrições estão abertas para todos os empregados do banco. O projeto conta com 97 participantes, com investimento total de R\$ 127.702,06.

i) Ginástica Laboral: A Ginástica Laboral, acompanhada por instrutores especializados, foi implantada no Banco em novembro de 2010 com a duração de 10 minutos e a visita do professor, duas vezes por semana, para condução das atividades. A Ginástica Laboral é realizada em todos os pontos de atendimentos do DF e Entorno, além das agências de fora: Anápolis, Alexânia, Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro, Cuiabá, Unai e Campo Grande. A ginástica laboral tem como objetivo desenvolver a atividade física e pequena pausa laboral no ambiente de trabalho, proporcionando a melhoria na qualidade de vida dos empregados, levando-os a administrar o estresse e a prevenir doenças ocupacionais. A ginástica laboral não sobrecarrega nem cansa o empregado, pois é uma atividade leve e de curta duração. O valor investido foi de R\$ 492.359,02.

j) Projeto Bem Gestar: O projeto integra ações de qualidade de vida no trabalho em parceria com a Clínica Saúde BRB. Tem como objetivo promover a saúde e qualidade de vida das gestantes e familiares por meio de medidas educativas para a manutenção de uma gestação saudável e para cuidados com o recém-nascido. A turma piloto aconteceu em outubro de 2016. Durante o ano de 2019 foram realizadas 3 (três) turmas: 8º, 9º e 10º com a participação de 49 casais do BRB e coligadas. O BRB disponibiliza uma sala de amamentação

para as empregadas lotadas na sede do BRB. Além disso, são oferecidas bolsas térmicas às mães que retornam de licença maternidade, e que estão lotadas em agência, contendo dois potes para incentivar a retirada, guarda e conservação do leite materno. A medida foi implementada a fim de incentivar a continuidade da amamentação, mesmo após o retorno ao trabalho das mães, além de doação do leite excedente ao Banco de Leite do Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB.

k) Projeto Nascer Saudável: Lançado em 29 de junho de 2018, o projeto é voltado para as empregadas que desejam ser mães, bem como as dependentes beneficiárias do Plano A-1, da Saúde BRB – caixa de assistência, com idade a partir de 14 anos. O objetivo do projeto é oferecer às mulheres e aos bebês os cuidados necessários ao longo da gestação, durante o trabalho de parto e no pós-parto, por equipe multiprofissional capacitada, com a estrutura adequada. Podem participar mulheres com idade gestacional de até 22 semanas. Não é cobrada coparticipação nas consultas realizadas na Clínica Saúde BRB, apenas nos exames e no parto, realizados na rede credenciada. Outros objetivos do projeto são: divulgar os benefícios do parto humanizado, seja ele normal ou cesárea, e reduzir o percentual de cesarianas sem indicação clínica; estimular o aleitamento materno e a doação de leite, informando os benefícios decorrentes da prática, tanto para os recém-nascidos quanto para a mãe. No ano de 2019, 58 gestantes foram acompanhadas pelo Projeto, entre empregadas do Banco, coligadas e dependentes do plano.

CAMPANHAS

Dia Intenacional da Mulher

No dia 8 de março, comemora-se, mundialmente, o Dia da Mulher – uma data para celebrar as conquistas das mulheres ao longo da história, para refletir sobre seu importante papel na sociedade e sobre o que ainda precisa se buscar. Por isso, em homenagem a todas as mulheres da empresa, o BRB realizou a distribuição de um brinde especial para celebrar o Dia Internacional da Mulher. Visando à promoção da saúde e da qualidade de vida de suas empregadas e colaboradoras, foram divulgadas na intranet algumas dicas e orientações especiais voltadas para a saúde da mulher.

Maio Amarelo

O Movimento Maio Amarelo nasce com uma só proposta: chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. O objetivo do movimento é uma ação coordenada entre o Poder Público e a sociedade civil. A intenção é colocar em pauta o tema segurança viária e mobilizar toda a sociedade, envolvendo os mais diversos segmentos: órgãos de governos, empresas, entidades de classe, associações, federações e sociedade civil organizada para, fugindo das falácias cotidianas e costumeiras, efetivamente discutir o tema, engajar-se em ações e propagar o conhecimento, abordando toda a amplitude que a questão do trânsito exige, nas mais diferentes esferas. Foi realizado um workshop no dia 29 de maio, organizado pela CIPA do Ed. Brasília em conjunto com o Detran. Participaram 32 pessoas, incluindo os motoristas do Banco.

Dia dos Pais

No dia 09 de agosto de 2019, o BRB organizou um evento para homenagear os pais. Pais e filhos tiveram um fim de tarde diferente no Edifício Brasília, com pula-pula, brinquedos infláveis, pipoca, cachorro-quente e muitas outras gostosuras. O encontro durou cerca de duas horas, contou com aproximadamente 150 pessoas e foi marcado por sorrisos, descontração e união. No dia 30 de agosto, empregados que manifestaram interesse em participar da ação, tiveram uma tarde especial ao lado dos seus pais. No auditório da Gedep, eles foram homenageados com um vídeo, gravado pelos próprios filhos. Aproximadamente

100 pessoas participaram do evento. O público assistiu, também, a uma peça do grupo teatral G7, que apresentou trechos das peças mais famosas, como "Eu Odeio Meu Chefe".

Agosto Dourado

Em apoio ao agosto Dourado, movimento que simboliza o incentivo à amamentação, o BRB recebeu doações de recipientes para o armazenamento de leite materno. O objetivo foi repor estoque do Banco de Leite de Brasília e da sala de aleitamento, localizada na sede do BRB, Setor Bancário Sul - Ed. Brasília.

Setembro Amarelo

O setembro Amarelo tem o objetivo de alertar a sociedade para as circunstâncias em que pessoas decidem tirar a própria vida. As luzes do Edifício Brasília ficaram durante todo o mês na cor amarela, em apoio ao movimento. Foram divulgadas matérias informativas no portal de negócios. Em 10 de setembro, celebrou-se o Dia internacional de prevenção ao suicídio, quando foi realizada uma palestra no auditório do Ed. Brasília em alusão ao tema. O encontro teve a participação dos dois profissionais da Saúde BRB: a médica psiquiatra Josiane de Oliveira e o psicólogo Thiago Guedes.

Projeto #BRBNOPEDAL

No dia 22 de setembro foi celebrado em várias cidades do país o Dia mundial sem carro. A data foi implementada para propor reflexão sobre o uso excessivo do automóvel no dia a dia. A proposta é repensar a dependência individual do veículo particular e refletir sobre meios alternativos de transporte que contribuam para a diminuição de poluentes no ar, como por exemplo a bicicleta. Buscando estender essa reflexão aos seus empregados, o Banco integrou esse movimento e realizou o "BRB no Pedal", na manhã do dia 21 de setembro (sexta-feira), quando os empregados inscritos realizaram um percurso de bicicleta, em grupos, até o local de trabalho. O objetivo foi estimular a mobilidade consciente, a importância da prática de atividade física, além de promover momentos de amizade e de integração. A ação foi coordenada pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA do Edifício Brasília, com o apoio da Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração – Dipes e da Associação de Empregados do Banco de Brasília – AEBRB.

Dia das Crianças

O Dia das Crianças foi especial no BRB. Na véspera da data mais importante para os pequenos, 12 de outubro, o Banco preparou uma comemoração com pais e filhos, na Gerência de Desenvolvimento de Pessoas – Gedep, localizada na EQS 410/411. As famílias tiveram um fim de tarde diferente, repleto de atividades que fizeram a alegria da criançada: pintura de rosto, brinquedos; oficinas de dança, robótica, finanças lúdicas e biscoito decorado. A ação contou, ainda, com *show* de mágica, cabine fotográfica, concurso de fantasias e várias gostosuras. O encontro recebeu, aproximadamente, 400 pessoas e foi marcado por muita diversão, alegria e confraternização. O BRB ainda encaminhou às unidades o "Crachá Kids e Almanaque do Dia das Crianças", para os empregados presentearem seus filhos de 0 a 12 anos. O Almanaque foi idealizado com o objetivo de mostrar às crianças, de maneira lúdica, como é o trabalho dos pais no BRB, e com atividades divertidas para fazer com toda a família.

Outubro Rosa

É uma mobilização mundial que ocorre todos os anos no mês de outubro, e que tem por objetivo conscientizar a população sobre a importância da detecção precoce do câncer de mama, visando à redução da mortalidade. Durante todo o mês de outubro foram divulgadas matérias informativas voltadas aos empregados e colaboradores. O Ed. Brasília ganhou iluminação rosa, alusiva ao movimento. O dia 25 de outubro foi escolhido como o dia do Rosa no BRB, quando todos os colaboradores foram convidados a se vestir com a cor da campanha.

Novembro Azul

O edifício sede do BRB ganhou iluminação especial em apoio ao novembro Azul, movimento de conscientização para prevenção e diagnóstico precoce de doenças masculinas, em especial o câncer de próstata. Além da iluminação, outras ações foram programadas ao longo de todo o mês. Uma série de divulgações foi feita sobre o tema. As telas de autoatendimento nas agências exibiram mensagens de apoio à causa. No dia 29 de novembro, todos os empregados e colaboradores do BRB foram convidados a trabalhar com camisa na cor azul, em apoio ao movimento. A proposta foi despertar a atenção dos clientes para a causa e também promover reflexão entre as próprias equipes, por meio de debates e discussões. Como sugestão da Gevit, os gestores podiam apresentar informações nesse dia e apresentá-las às suas equipes para debate. Podiam também tirar uma foto dos empregados vestidos de azul, para maior engajamento. As fotos foram enviadas para a Gerência de *Marketing* do Banco.

PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL

Por meio de processo licitatório, contratou-se empresa especializada na prestação de serviços de consultoria para realização de Pesquisa de Clima Organizacional – PCO para o Conglomerado BRB, com diagnóstico e proposição de Plano de ações de melhorias, para todos os colaboradores (empregados, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes), em formato eletrônico. Os principais objetivos da pesquisa são: apresentar indicadores quantitativos e qualitativos do Clima Organizacional, subsidiando planos de ações de desenvolvimento organizacional para cada uma das instituições do grupo, e servir como base e diagnóstico atualizado para a tomada de decisões relativas aos projetos voltados à qualidade de vida no trabalho. A aplicação da Pesquisa foi realizada em novembro de 2019. A apresentação de resultados e elaboração de Plano de ações de melhoria ocorrerá em janeiro de 2020.

EMPRESAS DO CONGLOMERADO

Fazem parte do Conglomerado Financeiro, as empresas: BRB DTVM S/A, Financeira BRB S/A, BRB Card S/A, Corretora de Seguros BRB S/A e Serviços BRB S/A. A BRB DTVM S/A, a Financeira BRB, a BRB Card S/A e a Corretora de Seguros enviarão o relatório de Prestação de Contas Anual ao Governador separadamente.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Considerando as novas diretrizes de negócios do banco definidas pela Administração para os próximos 5 anos, tem - se as seguintes perspectivas: na perspectiva Pessoas e Tecnologia tem - se a estratégia de investimento na qualificação do corpo funcional e na sua retenção, por meio da valorização. Em relação à tecnologia, por um lado deve-se garantir que a infraestrutura de TI assegure que as soluções tecnológicas sejam efetivas, garantindo a qualidade e estabilidade dos sistemas. Por outro, deve-se agilizar a incorporação de novas tecnologias para dar apoio à melhoria e modernização dos negócios, aumentando a competitividade do BRB. Com relação a perspectiva de processos internos, o Banco deverá manter o foco no estímulo à inovação, em conjunto com parceiros em um ambiente sistêmico organizado e colaborativo. Na perspectiva clientes, o BRB deve ampliar o relacionamento comercial com os clientes do Conglomerado, melhorando a oferta de seus produtos de crédito, seguridade, meios de pagamento e investimentos, e aprimorar os canais de atendimento (físicos e digitais), com sua diversificação e modernização visando a melhoria da experiência do cliente. Com isso, será possível expandir sua base de clientes e sua atuação geográfica, ampliando sua presença em outros estados. Além disso, o BRB deverá diversificar seu

portfólio de produtos e serviços para pessoa física e jurídica, de forma a oferecer soluções de um banco moderno e completo, que atenda às necessidades do cliente e se torne a sua opção preferencial. Assim, o BRB espera ser reconhecido como um banco ágil, eficiente e digital e na perspectiva financeira, o Banco deverá realizar a captação de recursos nacionais ou estrangeiros para suportar o crescimento proposto, diversificando as fontes de captação com prazos e custos compatíveis.

19204 - BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., doravante denominada Financeira BRB, é uma sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S.A., denominado BRB, sendo regida pelo seu Estatuto Social, pelas Leis n.º 6.404/1976, n.º 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais disposições aplicáveis. A Financeira BRB tem por objetivo a realização de todas as operações e serviços facultados às sociedades de crédito, financiamento e investimentos, obedecidos os preceitos e as limitações da legislação em vigor.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Para a execução de suas atividades, a Financeira BRB conta com quadro de pessoal composto por empregados do quadro permanente do BRB, ingressados por meio de concurso público, por estagiários, jovens aprendizes e terceirizados também contratados pelo BRB, e pelo seu quadro estatutário. Os números da força de trabalho da Financeira BRB estão contidos nas informações do Banco de Brasília S.A., unidade orçamentária nº 19.202.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	100000,0	0	100000,0	0
0011 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-- DISTRITO FEDERAL	100000,0	0	100000,0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	4889720,0	0	4889720,0	965451,0
6975 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	4889720,0	0	4889720,0	965451,0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	4989720,00	0,00	4989720,00	965451,00

Os gastos de R\$ 965.451,00 (novecentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais) referem-se a publicações obrigatórias, a saber: balanço patrimonial referente ao período anual bem como o semestral, balancetes patrimoniais encaminhados mensalmente, publicações de extratos de contratos, atas de assembleias ordinárias e extraordinárias, relatórios de gestão, Quadro Demonstrativo de Despesas de Propagandas, Publicações Legais e Patrocínios.

Obs.: Data-base de 30/11/2019. Os dados estão atualizados até o mês de novembro fechado, em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao Art. 3º, inciso VI da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e alinhado ao Pronunciamento de Orientação CODIM 07 iniciado em 02/01/2019 e que se estenderá até a data da apresentação dos resultados.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20958156,0	0	20958156,0	13846095,0
7023 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-BRB CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO S/A- DISTRITO FEDERAL	20958156,0	0	20958156,0	13846095,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	20958156,00	0,00	20958156,00	13846095,00

A Financeira BRB possui contrato com o BRB Banco de Brasília, Acionista Controlador da Instituição, para ressarcimento de despesas de pessoal e utilização de estruturas administrativas. O contrato visa minimizar custos para o conglomerado evitando a duplicação de estrutura e criando uma atuação com maior sinergia para ambas instituições.

A Financeira BRB possui sistema específico para operacionalização de operações de crédito além de expertise para realizar concessão de crédito nos diversos estados do Brasil por meio de correspondentes no país. Essa capacidade técnica e organizacional foi compartilhada com o BRB a partir da assinatura do Contrato mencionado acima, e contribuindo assim para o crescimento da sua carteira de crédito.

Obs.: Data-base de 30/11/2019. Os dados estão atualizados até o mês de novembro fechado, em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao Art. 3º, inciso VI da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e alinhado ao Pronunciamento de Orientação CODIM 07 iniciado em 02/01/2019 e que se estenderá até a data da apresentação dos resultados.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	29078780,0	0	29078780,0	0
0015 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	29078780,0	0	29078780,0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	23141052,0	0	23141052,0	8270464,0
2593 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	23141052,0	0	23141052,0	8270464,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2303693,0	0	2303693,0	1510899,0
0014 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	2303693,0	0	2303693,0	1510899,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	58834,0	0	58834,0	0
0015 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	58834,0	0	58834,0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	39800000,0	0	39800000,0	25996767,0
8679 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	39800000,0	0	39800000,0	25996767,0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	94382359,00	0,00	94382359,00	35778130,00

A Financeira BRB demonstrou um crescimento da carteira de crédito dentro da expectativa durante o exercício de 2019, tendo como destaque o crédito Consignado Público, principal produto comercializado por esta instituição financeira. Em conjunto com o aumento da carteira de crédito (operações antigas e novas), ocorreram custos com sistemas computacionais para a manutenção dos controles internos por sistemas informatizados visando a mitigação dos riscos operacionais e melhor desempenho no processamento e integração dos dados. Aproximadamente 14,76% (R\$ 1.221.105,52), até 30/11/2019, dos custos de Processamento de Dados no subtítulo "Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação" são relacionados à manutenção, correção e customização do sistema de gestão de crédito da Financeira BRB, assim como sistemas de operacionalização das consignações junto aos órgãos averbantes.

Além dos custos com o seu sistema de gestão, há ainda outros com os sistemas de averbação, mantidos por órgãos públicos para viabilizar o controle dos empréstimos consignados que também tiveram uma participação importante. Os órgãos públicos contratam empresas especializadas para a operacionalização do processamento da averbação das consignações e gestão da margem consignável dos servidores. Dos valores executados até 30/11/2019, aproximadamente 16,56% (R\$ 1.369.755,39) dos custos de Processamento de Dados são relacionados ao pagamento dessas empresas e órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, o que reflete a participação da Financeira BRB no segmento de crédito consignado público.

Aproximadamente 53,57% (R\$ 14.736.238,89) das despesas enquadradas nos Subtítulos "Administração de Pessoal" e "Manutenção de Serviços Administrativos Gerais" são relacionadas às despesas operacionais, principalmente, aos custos relacionados diretamente com a expectativa de crescimento da carteira, ou seja, RCO que relaciona-se às despesas pagas às outras Instituições Financeiras pelas portabilidades realizadas no período e Comissionamento de correspondentes pela captação de novas operações para a Financeira BRB. Aproximadamente 5,49% (R\$ 1.510.897,46) referem-se ao pagamento de custo de pessoal da diretoria, conselho fiscal e os respectivos encargos sociais. Cerca de 2,27% (R\$ 623.118,93) referem-se às Despesas do Sistema Financeiro, destacando os serviços da Cetip e CIP e tarifas bancárias, indispensáveis para o funcionamento das atividades da Financeira BRB. Os 1,95% restantes (R\$ 536.469,71) tratam-se de despesas de Serviços de Terceiros não prestados pelo próprio banco, mas necessários para a sua atividade-fim, como cobranças extrajudiciais, honorários advocatícios PF e PJ, certificados digitais, emolumentos judiciais e cartorários, contribuições à associações, consultoria/auditoria externa entre outras.

Obs.: Data-base de 30/11/2019. Os dados estão atualizados até o mês de novembro fechado, em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao Art. 3º, inciso VI da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e alinhado ao Pronunciamento de Orientação CODIM 07 iniciado em 02/01/2019 e que se estenderá até a data da apresentação dos resultados.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Consignado Digital

A Financeira BRB deu início a um processo de modernização e de inserção da marca no mundo digital, com a primeira empresa de Correspondente Bancário Digital, efetuando a liberação de crédito por meio eletrônico, sem a necessidade da presença em um canal físico de atendimento.

Campanha Black Week

Em novembro, a Financeira BRB promoveu a ação Black Week com o intuito de incentivar a produção no consignado digital. Trata-se de uma das principais datas festivas para o varejo no Brasil com envolvimento de diversas áreas, inclusive Instituições Financeiras. Para que a Financeira BRB se mantivesse competitiva no mercado, foram disponibilizadas taxas atrativas aos clientes no período de 25/11 a 03/12/2019. A Ação foi responsável por um incremento na produção de mais de 2 milhões em crédito consignado digital.

Campanha de Correspondentes

A concorrência na oferta de consignado é muito grande entre bancos, financeiras e correspondentes bancários, fazendo com que seja necessário buscar algumas estratégias para conseguir atingir metas e sobreviver no mercado. Desta forma, com a finalidade de estreitar o relacionamento e potencializar os resultados de nossos Correspondentes no País, foi lançada a campanha de Correspondentes Bonificação. A campanha contou com incremento na meta de produção das empresas no trimestre, oferta de condições especiais de comercialização e premiação àqueles que atingiram as metas em forma de bonificação. O resultado foi positivo, principalmente em relação às empresas de menor produção, que conseguiram um aumento expressivo na produção atingindo as metas contratadas.

Celebração de Convênios

Com intuito de aumentar a capilaridade dos negócios e aumentar a participação da Financeira BRB no mercado de crédito, foram firmados dois novos convênios públicos no trimestre. O estabelecimento de parcerias por meio de novos convênios é uma forma de otimizar a oferta dos produtos, seguindo as tendências mercadológicas e incorporando as melhores práticas

desse mercado. Os convênios foram celebrados com órgãos do judiciário, TRE SP e TRE TO, que possuem servidores de alta média salarial.

Patrocínio - Time de Basquete Universo Brasília

A Financeira BRB realizou o patrocínio à empresa LB Produções e Eventos LTDA - ME para o projeto "Time Profissional de Basquete Universo/Brasília".

Patrocínio - Sindilegis

A Financeira BRB realizou o patrocínio ao Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - SINDILEGIS para o projeto "Gente que Inspira", evento que ocorreu em comemoração ao dia do servidor público.

Patrocínio - 52º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro

A Financeira BRB realizou o patrocínio ao Instituto Alvorada Brasil para o projeto "52º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro",

Patrocínio - Natal sempre Monumental

A Financeira BRB realizou o patrocínio à SR Promoções Culturais LTDA para o projeto "Natal Sempre Monumental".

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2019, a Financeira BRB operou com foco no Consignado Público e no Financiamento de Veículos para servidores públicos, bem como na manutenção das carteiras com menor risco e histórico de perdas, alinhada à uma conjuntura mais conservadora na concessão do crédito, visando um crescimento sustentável do resultado.

Além disso, iniciou um processo de modernização e de inserção da marca no mundo digital, realizando a captação de operações de crédito consignado por meio da internet, sem a necessidade de comparecimento a um ponto de atendimento.

A Diretoria da Financeira BRB, tem como perspectiva para o próximo ano continuar a alavancar sua carteira de crédito e migrar mais produtos e serviços em plataforma digital, com apoio dos seus colaboradores e do seu Acionista Controlador.

19205 - BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A é uma Sociedade Anônima de capital fechado, subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S/A criada conforme autorização contida na Lei 6.385/76 e na Resolução CMN 1.120/86, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), por Estatuto e demais disposições legais aplicáveis. Possui como atividades principais a administração e gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas, serviços de liquidação e custódia de valores mobiliários, intermediação de títulos e papéis públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente Fundos de Pensão, Seguradoras e Regimes Próprios de Previdência Social.

A BRB DTVM é membro da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima e aderente ao Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento e ao Código de Melhores Práticas Serviços Qualificados. É detentora do Selo Anbima, que atesta o compromisso da Instituição em zelar pela transparência e pela confiabilidade no exercício de suas atividades. A empresa é aderente ao *Foreign Account Tax Compliance Act* - FATCA, acordo de cooperação intergovernamental assinado entre Brasil e Estados Unidos em 23 de setembro de 2014 que visa melhorar a observância de preceitos tributários internacionais. O acordo prevê assistência mútua em assuntos tributários com base em uma infraestrutura eficaz para troca automática de informações.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

A BRB DTVM não possui empregados próprios, todos os funcionários que desempenham atividades na instituição possuem vínculo empregatício com o BRB-Banco de Brasília, sendo o ingresso por meio de concurso público.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	514391,0	0	514391,0	434820,0
6976 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-- DISTRITO FEDERAL	514391,0	0	514391,0	434820,0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	514391,00	0,00	514391,00	434820,00

No que se refere às despesas com Publicidade e Propaganda, foi proposta uma previsão orçamentária inicial no valor de R\$ 514.391,00 (quinhentos e quatorze mil, trezentos e noventa e um reais), distribuídos entre despesas com patrocínios, produção, veiculação e publicações obrigatórias. Sendo que aproximadamente 88% dessas despesas foram orçadas para as Publicações Obrigatórias, em especial as publicações das Demonstrações Financeiras da Instituição.

Destaca-se que no ano de 2019 não foram realizadas campanhas com patrocínios, produção e veiculação. O valor executado de R\$ 434.820,00 foi consumido com custeio de publicações obrigatórias.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15615000,0	0	15615000,0	10361735,0
7024 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL	15615000,0	0	15615000,0	10361735,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	15615000,00	0,00	15615000,00	10361735,00

Os empregados lotados na BRB DTVM são funcionários do quadro de pessoal do BRB - Banco de Brasília S.A, sendo que esse custo é ressarcido pela BRB DTVM, mensalmente, após as evidências devidamente comprovadas das despesas.

A BRB DTVM e o BRB – Banco de Brasília possuem contrato cujo objeto é a prestação de serviços entre as partes com consequente ressarcimento, pelos custos e despesas decorrentes das atividades operacionais; da utilização da marca BRB, da infraestrutura física, tecnológica e de serviços do BRB; da mão de obra; da criação e gestão de produtos de investimentos para compor a carteira de produtos, desenvolvidas em regime de cooperação entre as empresas.

Tendo em vista que o quadro de empregados da BRB DTVM aprovado e estimado para o período não estava totalmente preenchido, o valor executado ficou em 2019 ficou 33% abaixo da dotação inicial.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	100000,0	0	100000,0	0
0012 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS--DISTRITO FEDERAL	100000,0	0	100000,0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	100000,0	0	100000,0	0
0016 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	100000,0	0	100000,0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4396644,0	0	4396644,0	1352066,0
0013 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	4396644,0	0	4396644,0	1352066,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	86740,0	0	86740,0	0
0017 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	86740,0	0	86740,0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2300000,0	0	2300000,0	969749,0
8682 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	2300000,0	0	2300000,0	969749,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2534084,0	0	2534084,0	909332,0
5166 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	2534084,0	0	2534084,0	909332,0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	9517468,00	0,00	9517468,00	3231147,00

O programa 8502 - Administração de Pessoal da BRB DTVM está relacionado aos honorários dos Diretores e ao Conselho Fiscal da instituição. Sua dotação inicial foi alinhada ao quadro estatutário aprovado e sua execução representou o custo do quadro efetivo durante o ano de 2019.

No ano de 2019, a dotação inicial da BRB DTVM do programa 2557 - Gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação contemplou além das despesas de tecnologia recorrentes a implantação da segunda fase do contrato de sistema de Gestão de Fundos, cujo objetivo é a melhoria nos processos da Instituição. Todavia, a segunda fase não foi implementada, motivo pelo qual o valor executado ficou abaixo da despesa autorizada.

Quanto ao programa 8517 - Manutenção de serviços administrativos Gerais, sua dotação inicial contemplou despesas de promoções e relações públicas; de serviço do Sistema Financeiro; de serviços de terceiros, como honorários advocatícios; de serviços técnicos especializados, voltados para auditoria independente e consultoria técnica; e demais despesas administrativas. Apesar de previstas, algumas delas não foram realizadas, como foi o caso da

emissão de relatório para atendimento da ICVM 542 e 543, contratação de empresa para a prestação do serviço de Teste de *Impairment* e honorários advocatícios.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A BRB DTVM iniciou o ano de 2019 com a sua imagem institucional abalada. Entretanto, foi um ano de reconstrução da empresa, com intenso trabalho de aprimoramento de processos e de gestão de riscos, de aperfeiçoamento da governança corporativa, de desenvolvimento e capacitação da equipe e de reposicionamento estratégico com novos produtos, serviços e canais de investimentos. Desde o primeiro semestre do ano ações corretivas foram necessárias para garantir segurança aos cotistas dos fundos e transparência a todos os stakeholders da BRB DTVM.

A orientação estratégica de fortalecimento da BRB DTVM permitiu grandes avanços nas frentes de produtos, processos e serviços da empresa.

Além disso, a BRB DTVM iniciou estudo para novos produtos e canais de investimentos que serão oferecidos aos clientes a partir de 2020. Destaca-se ainda o serviço de assessoria financeira às empresas do Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A BRB DTVM tem investido na capacitação de sua equipe. Aliado à qualificação, para a consecução do planejamento estratégico para o próximo quinquênio com a qualidade e a segurança necessárias, a empresa está se reorganizando.

Adicionalmente, destacam-se as melhorias na governança corporativa da empresa implementadas ainda em 2019, como alterações nas políticas e nos normativos internos.

Reestruturada, com alto nível de capacitação e orientação técnica para os negócios, produtos e serviços, a BRB DTVM vem cada vez mais buscando melhorias para a organização.

19206 - CARTÃO BRB S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Cartão BRB S.A. é uma sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, regida por Estatuto e pelas disposições legais e aplicáveis. Constituída em 23 de julho de 1997, é integrante do conglomerado BRB, cujo controlador é o Banco de Brasília S.A. e tem como objeto social exercer ou participar em sociedades que exerçam as seguintes atividades:

- administração e de processamento de transações de pagamento, aporte, transferência e saque de recursos de contas de pagamento, pré ou pós – pagas, em moeda nacional ou estrangeira, realizadas mediante a utilização de instrumentos de pagamento;
- gestão de contas de pagamento pré ou pós – pagas;
- emissão de instrumentos de pagamento;
- execução de remessa de fundos;
- conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice versa, credenciar a sua aceitação e gerir o uso de moeda eletrônica;
- credenciamento de recebedores para a aceitação dos instrumentos de pagamento;
- administração dos pagamentos e recebimentos da rede de credenciados por meio da captura, transmissão, processamento de dados, autorização e liquidação das transações oriundas do uso dos instrumentos de pagamento, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas eletrônicos;
- fornecimento, aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos ou outras soluções adequadas para a captura, transmissão e processamento de dados referentes às transações correntes do uso dos instrumentos de pagamento;
- modalidade de contact center, SAC, central de atendimento e ouvidoria, através de atendimento e teleatendimento ativo e receptivo, nas formas humana e eletrônica com integrações CTI, Computer Telephony Integration;
- distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência complementar aos usuários finais de serviços de pagamento; e
- gerenciamento e/ou disponibilização de programas de benefícios ou recompensas aos usuários finais de serviços de pagamento.
- a representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento.
- a administração e execução de serviço de infraestrutura tecnológica, de informática, processamento de dados, de assessoria e consultoria técnica, de gerência de projetos, de desenvolvimento e manutenção de sistemas, de tecnologia e segurança da informação, para viabilizar a execução das demais atividades da Companhia;
- a participação, majoritária ou minoritariamente, do capital de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada na forma da regulamentação em vigor, desde que necessária à realização dos objetivos descritos nos incisos anteriores ou para utilizar-se de incentivos fiscais; e
- a instituição e administração de arranjo de pagamento de qualquer natureza, especialmente relativos às atividades de refeição-convênio, alimentação-convênio, frota, vale transporte e outros.

Além disso, a Cartão BRB está presente também no segmento de Adquirência, por intermédio da Joint Venture formalizada com a Global Payments South America Serviços de Pagamentos Ltda.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	5	0	0	5
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	3	0	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	5	0	5
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	180	0	180
Subtotal	0	5	188	0	193
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	5	188	0	193

Atualmente, a Cartão BRB conta com 180 funcionários em seu quadro de colaboradores, sendo 5 cedidos pelo BRB e 175 contratados via CLT.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1024420,0	0	1024420,0	59748,69
5304 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	1024420,0	0	1024420,0	59748,69
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	36328252,0	0	36328252,0	24442871,0
8867 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- DISTRITO FEDERAL	36328252,0	0	36328252,0	24442871,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	13000060,0	0	13000060,0	9589148,0
9674 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	13000060,0	0	13000060,0	9589148,0

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	19463979,0	0	19463979,0	8213880,31
9748 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	19463979,0	0	19463979,0	8213880,31
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	29790288,0	0	29790288,0	8488956,0
5163 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	29790288,0	0	29790288,0	8488956,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	9960205,0	0	9960205,0	3665202,0
8725 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	9960205,0	0	9960205,0	3665202,0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	109567204,00	0,00	109567204,00	54459806,00

Obs.: A coluna Lei, refere-se aos valores orçados para cada programa de trabalho e na coluna Despesa Autorizada, refere-se aos valores disponíveis, após a realização anual.

Primeiramente, cabe salientar que após a publicação da Lei nº 12.865/2013 e das resoluções e circulares emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, que estabeleceram um "marco regulatório" para o mercado de Arranjos de Pagamentos, a Cartão BRB S/A protocolou junto ao Banco Central do Brasil um pedido de autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento e Instituição de Arranjos de Pagamentos, vislumbrando diversas oportunidades no mercado.

Entretanto, em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Cartão BRB S/A, em função de algumas observações do Banco Central do Brasil a respeito do seu pedido de autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento e Instituição de Arranjos de Pagamentos, decidiu solicitar o arquivamento do pleito até segunda ordem.

A partir dessa decisão, a Cartão BRB pretende manter suas atividades como prestadora de serviços e tem buscado novas possibilidades de atuações e parcerias que proporcionem uma alavancagem no desempenho da empresa.

No ano de 2019 os programas foram realizados de forma aderente aos valores lançados no cadastramento dos dispêndios para o exercício.

No "Programa Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas" a realização se deu bem abaixo do previsto, devido ao maior controle nos gastos administrativos e postergação de reformas inicialmente previstas ao longo do ano, para manter a estrutura da Cartão BRB.

No "Programa de Administração de Pessoal", de maior peso orçamentário da companhia, há de se destacar a realização a menor no período, devido à reestruturação implementada no quadro funcional, redução nas despesas inerentes ao quadro da Diretoria da empresa e ao índice de reajuste aplicado ter sido inferior ao contemplado na dotação do orçamento inicial anual (Acordo Coletivo Anual).

No "Programa concessão de benefícios" a realização vem ocorrendo dentro da proposta orçamentária para o período, devido aos mesmos fatores citados acima no programa de trabalho administração de pessoal.

Para o "Programa de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação", que tem o segundo maior orçamento dentre os programas, a execução foi de R\$ 8,2 milhões,

em função de alguns fatores, tais como: recebimento de descontos nos contratos que contemplam a despesa com o processamento dos cartões, não contratação de ferramentas e desenvolvimento de projetos inerentes ao negócio, devido a decisões estratégicas da administração, mas que estão previstos para serem executados ao longo do ano.

No "Programa Serviços Administrativos Gerais", há de se destacar a realização parcial de algumas despesas consideradas na dotação para o período, como por exemplo, as despesas com consultoria; a revisão de contratos, visando a redução de custos para a empresa; não realização de alguns projetos e lançamentos de produtos que estavam previstos para entrarem em produção durante o ano de 2019, mas que por questões estratégicas serão postergados; e maior utilização das verbas de incentivos das bandeiras na contratação de consultorias voltadas para o negócio e treinamentos específicos.

Em relação ao "Programa Publicidade e Propaganda" é possível observar que a realização vem ocorrendo abaixo da previsão orçamentária, respeitando as diretrizes estabelecidas na Lei Eleitoral, que limita a verba a ser investida em propaganda e publicidade. As campanhas e ações de marketing desenvolvidas pela BRBCARD em 2019 foram de cunho mercadológico, com foco na divulgação de seus produtos, visando alavancar as vendas e o faturamento da empresa. Com isso, buscou-se o reforço do relacionamento com os clientes da Companhia e a captação de novos, além de posicionar a BRBCARD como uma empresa competitiva frente às outras instituições financeiras, e alinhada com as mais modernas práticas do mercado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ao longo de 2019, a Cartão BRB atingiu um crescimento de faturamento 13% superior ao mesmo período do ano anterior. Cabe destacar que no 2º semestre tivemos um crescimento em média de 17% acima do mesmo período de 2018, decorrentes do aumento no consumo dos clientes.

Ainda no que se refere ao faturamento, destacam-se a receita de intercâmbio, que alcançou R\$ 45,3 milhões, resultado 14% acima do ano de 2018. A elevação da receita de intercâmbio é diretamente proporcional ao aumento do faturamento, ou seja, consumo dos clientes.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com uma Instituição Financeira como controladora e com mais de 20 anos no mercado, a Cartão BRB emprega em suas soluções diferenciais que asseguram sua perenidade e contínuo crescimento no segmento que atua.

A companhia tem como seu principal foco de serviços a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos e o credenciamento de estabelecimentos.

- Emissão de Cartões

O mercado, tanto para os produtos pré-pagos quanto para pós pagos, propicia uma grande oportunidade às empresas de cartões regionais, as quais apresentam a cada ano, taxas relevantes de crescimento.

As compras pagas com cartões no Brasil cresceram quase 17% no primeiro trimestre, refletindo sinais de retomada do consumo no país e a entrada de mais competidores no setor, movimento que leva à redução das taxas cobradas dos lojistas. De acordo com a entidade que representa a indústria de meios de pagamentos, a Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), os pagamentos com cartões de débito e de

crédito entre janeiro e março somaram R\$ 412,5 bilhões, um aumento de 16% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Por categorias, as compras com cartões de crédito cresceram 17% no primeiro trimestre, para R\$ 260 bilhões, enquanto as vendas via cartão de débito o avanço foi de 15,1%, para R\$ 152,5 bilhões. Um dos vetores do crescimento foi o maior uso dos meios eletrônicos, como cartões, em detrimento de cheque e dinheiro.

- Pré-Pago:

Os cartões pré-pagos, que surgiram como uma grande aposta de lucro nos anos anteriores, já se mostram como realidade, fortalecida principalmente, pela recente regulamentação do Banco Central. Após a aprovação da PL 4302/98, onde abriu a oportunidade para as empresas de cartões de benefícios, as mudanças na terceirização de trabalho permitiram que as empresas de cartões benefícios poderão desenvolver novos produtos e serviços para os trabalhadores fruto dessa nova relação de trabalho. Além disso, hoje vemos que há uma maior aceitação dos cartões nas principais redes de adquirência no Brasil.

- Pós-Pago:

O volume de transações com cartões atingiu R\$ 416 bilhões no primeiro trimestre, o que representa um crescimento de 17% em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados são da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). As compras realizadas com cartão de crédito somaram R\$ 260 bilhões e as operações no débito totalizaram R\$ 152,5 bilhões e o restante em operações com cartões pré-pagos. Os números foram divulgados pelo relatório balanço do setor 1º tri de 2019 publicado pela Abecs.

- Para Empresa

A Cartão BRB desenvolveu novos produtos em 2019, tais como:

Cartão Material Escolar: O produto consiste na parceria entre BRB e o Governo do Distrito Federal com a finalidade de concessão de crédito para a compra de material escolar didático à beneficiários elegíveis ao programa. Foi lançado em abril de 2019 período no qual foram emitidos mais de 39 mil cartões que contemplaram aproximadamente 65 mil alunos do ensino fundamental e médio, com o total de crédito disponibilizado de R\$ 19,9 milhões.

BRBCARD Mastercard Mulher: É uma parceria entre BRB e o Governo do Distrito Federal para apoiar as ações da Rede Sou Mais Mulher, que é um programa da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, onde uma parte da arrecadação da anuidade e do intercâmbio gerado pelo produto é destinada à Secretaria que faz a gestão do programa que visa apoiar bandeiras voltadas ao combate à violência contra as mulheres.

O lançamento do produto ocorreu em agosto 2019 e já foram emitidos 1.295 cartões.

BRBCARD VISA Infinite: Trata-se de um cartão múltiplo ou puro crédito destinado ao público da categoria premium que traz benefícios especiais para seus portadores, como pontuação diferenciada, benefícios de bandeira voltados principalmente para o público de alta renda apreciadores de serviços exclusivos. O lançamento do produto ocorreu em setembro 2019 e foram emitidos 625 cartões.

Samsung Pay Visa e Mastercard: Lançamento da carteira digital que permite a realização de pagamentos por meio de dispositivos compatíveis, como smartphones e relógios produzidos pela Samsung. A plataforma de pagamento utiliza um sistema de criptografia que permite completar uma transação com segurança e praticidade, por meio da aproximação do dispositivo móvel à um terminal de pagamento compatível com a tecnologia Contactless. Lançamento da carteira digital em junho de 2019.

Tecnologia Contactless nos Produtos BRBCARD Visa e Mastercard Crédito e Múltiplo: Implantação da tecnologia por aproximação (contactless) nos cartões múltiplos e puro crédito

BRBCARD, uma função que permite aos clientes realizarem pagamentos presenciais apenas aproximando o cartão de terminais identificados com esse tipo de tecnologia. Cartões contactless representam um grande passo no processo de expansão de Mobilidade Urbana e Transporte Público ora em remodelagem no âmbito do Distrito Federal.

- Credenciamento

O Banco de Brasília, por meio da Cartão BRB S.A., detêm uma parceria com a empresa Global Payments - Serviços de Pagamentos S.A. para atuar no credenciamento de recebedores de instrumentos de pagamento.

Essa parceria traz para a Cartão BRB S.A. a experiência e capilaridade para atingir uma quantidade significativa de estabelecimentos em menor prazo, permitindo assim uma maior penetração dos seus cartões e ganho significativo com o movimento de Crédito e Débito, além dos cartões de benefícios, alimentação e refeição como foco específico na região onde a Cartão BRB atua, o Distrito Federal e Entorno.

19207 - BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. é uma empresa do Conglomerado BRB que atua desde 1988 no mercado securitário do Distrito Federal e demais regiões atendidas pelo BRB, tendo como objetivo a administração e/ou corretagem de seguros dos ramos elementares, riscos pessoais, títulos de capitalização, planos previdenciários, planos de saúde, planos odontológicos, consórcios, previdência privada e títulos/planos de viagem.

A Corretora comercializa os produtos de seu portfólio através de parcerias com as melhores e mais sólidas empresas nos respectivos segmentos de atuação. Para atender seus clientes com excelência, seleciona seguradoras e empresas com maior expertise e solidez no mercado securitário brasileiro, analisando atributos de inovação, qualidade nos serviços, aspectos socioambientais, reputação e preços competitivos.

O presente Relatório tem como objetivo principal evidenciar o cumprimento das metas e ações previstas para o exercício de 2019, com vistas à atender aos princípios da transparência e da prestação de contas (*accountability*).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	3	0	0	3
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	15	2	0	17
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	5	5	0	10
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	98	155	0	253
Subtotal	0	121	162	0	283
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	121	162	0	283

As relações de trabalho entre a Corretora e seus empregados obedecem às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contando, em 31/12/2019, com uma equipe de 283 colaboradores, conforme detalhado no quadro a acima.

Além dos colaboradores citados acima, esta UO possui também 10 Conselheiros, os quais não tem vínculo empregatício com a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. No entanto, o pagamento da remuneração destes Conselheiros é de responsabilidade desta UO.

Observação:

a) Os 03 (três) "efetivos do GDF" são empregados do BRB Banco de Brasília S.A., cuja remuneração é de responsabilidade desta UO.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	26557274,0	0	26557274,0	18290959,85
8865 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	26557274,0	0	26557274,0	18290959,85
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	9303197,0	0	9303197,0	6900612,70
9671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	9303197,0	0	9303197,0	6900612,70
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	7847572,0	0	7847572,0	5071612,05
9749 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	7847572,0	0	7847572,0	5071612,05
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2636466,0	0	2636466,0	2132474,40
5164 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	2636466,0	0	2636466,0	2132474,40
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	10524995,0	0	10524995,0	3232735,02
8726 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	10524995,0	0	10524995,0	3232735,02
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	56869504,00	0,00	56869504,00	35628394,02

Neste programa houve realização de ações voltadas à área de pessoal, incluindo: salários, férias, comissões, horas extras e 13º salário. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2019 foi executado o total de R\$ 18.290.959,85 resultado de pagamentos para 283 colaboradores.

Foram concedidos auxílios alimentação, educação, natalidade e creche, assistência médica, vale transporte, previdência privada e seguro de vida em grupo. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2019 foram totalizados 9.205 benefícios o que resultou na execução de R\$ 6.900.612,70.

Ainda, foram realizados gastos administrativos em geral, incluindo serviços, compras e contratações. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2019 foi executado o total de R\$ 5.071.612,02. Destacam-se no período janeiro a dezembro de 2019 os serviços com telefonia que resultou na execução de R\$ 303.406,80; contratos de aluguéis com valor de execução, na ordem de R\$ 1.023.794,19; taxas condominiais, com execução total de R\$ 288.766,68; fornecimento de água e energia, com execução total de R\$ 211.378,33; realização de

manutenções de bens e instalações no montante de R\$ 167.133,28; prestação de serviços com site da Central de Relacionamento no valor de R\$ 1.545.371,64; serviços advocatícios no valor de R\$ 133.731,24; serviços de conservação e limpeza no valor de R\$ 410.846,52 e serviços de motoboy com execução total de R\$ 112.508,64.

Com relação à gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação foram realizados suporte e manutenção de sistemas, licença de softwares, serviços de transmissão de dados, relacionamento service desk, manutenção de equipamentos, locação de equipamentos de TI e contratação de consultoria de TI. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2019 foi executado o total de R\$ 2.132.474,40. Destacam-se, que no período de janeiro a dezembro de 2019, os serviços com transmissão de dados via Modem/ADSL que resultou na execução de R\$ 415.381,16; locação de impressoras com execução no valor de R\$ 245.209,30; serviço de consultoria de TI com execução no valor de R\$ 59.396,00; manutenção de sistemas RM-TOTVS com valor de execução na ordem de R\$ 130.659,83, aprimorar a estrutura de segurança de rede com o valor de R\$ 122.970,53; e serviços com service desk que executou o valor de R\$ 325.460,14.

Para o grupo de Publicidade e Propaganda foram realizadas ações de patrocínios, de publicidade, relacionamento com o cliente, promoção de vendas, impressos e materiais gráficos, endomarketing, publicidade legal, confecção de brindes institucionais e de responsabilidade socioambiental. Foi executado entre os meses de janeiro a dezembro de 2019 o total de R\$ 3.232.735,02. Destacam-se no exercício de 2019 os projetos de patrocínios ao "3º Edição da Campus Party Brasília", no valor de R\$ 150.000,00, "29º Corrida do Fogo", no valor de R\$ 120.000,00, "Patrocínio - Wine'n Music", no valor de R\$ 115.000,00, "JLL Escolinha de Futsal", no valor de R\$ 77.000,00, "Patrocínio - Ocupação Contém - Cine Piscina", no valor de R\$ 58.000,00 "Assistência Social Casa Azul", no valor de R\$ 42.000,00 e apoio aos projetos do "Instituto BRB" no valor de R\$ 1.078.622,00.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Diante de um cenário econômico que demanda cada vez mais esforço para obtenção de resultados positivos, a Corretora Seguros BRB tem desenvolvido ações e implementado estratégias para incremento na comercialização de produtos de seu portfólio e o aprimoramento da qualidade do atendimento aos seus clientes e prospect's.

Durante o período de janeiro a dezembro de 2019, a Corretora investiu em infraestrutura de tecnologia da informação com desenvolvimento de novas funcionalidades e sistemas com o objetivo de garantir a execução das estratégias de negócio do Conglomerado BRB, com a criação de novos canais digitais para comercialização dos produtos do portfólio.

Sob o aspecto de Gestão de Pessoas, a Corretora deu prosseguimento na implementação de programas voltados ao desenvolvimento de competências de seus colaboradores, com destaque para os cursos de Certificação Técnica dos consultores e demais colaboradores alocados em atividades nas áreas comerciais e técnicas, envolvidos direta ou indiretamente nos processos de vendas, para atender às disposições constantes da Resolução CNSP nº 115/2004 e da Circular Susep nº 149, de 18 de julho de 2006.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As realizações orçamentárias da BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. estão sendo efetivadas de acordo com as ações projetadas para o exercício de 2019.

Para o exercício de 2020, a Corretora Seguros BRB implementará ações estratégicas com o objetivo de criar e aprimorar processos, visando maior eficiência e eficácia, transparência, segurança e mitigação de riscos.

Além de se preocupar com os resultados financeiros e de modernização a Corretora projeta para 2020 dar continuidade, em consonância com as políticas adotadas pelo Conglomerado BRB, às ações de responsabilidade socioambiental, com o desenvolvimento de ações de relacionamento e patrocínios voltados à cultura, lazer, esportes, educação e melhoria da qualidade de vida da população em geral do Distrito Federal e região de influência.

19208 - BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

BRB SERVIÇOS S/A - UO - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 19.208.

A BRB Serviços S/A é uma sociedade de capital fechado, integrante do Conglomerado BRB, com sede em Brasília, constituída em 16/11/2010, e tem como objeto social a prestação de serviços a empresas e órgãos da Administração Pública e/ou a empresas privadas do País ou do exterior tais como: serviços de administração, cobrança e recuperação de títulos, operações de crédito e similares, multas e dívidas em geral, serviços de recuperação, retomada, avaliação e leilão de bens, prestação de telesserviços incluindo serviços de atendimento a clientes – SAC, teleatendimento, atendimento presencial, telecobrança, telemarketing, contact center e outros serviços relacionados, prestação de serviços de gestão, automação e execução das atividades referente às rotinas de negócios (“back office”) como: gestão administrativa e financeira; conciliação; contas a pagar; gestão de recursos humanos; folha de pagamento; gestão orçamentária; gestão contábil; gestão de cadastro de clientes e fornecedores e outras rotinas de negócios, enfim, terceirização de processos – BPO, serviços de manutenção, suporte, soluções e tecnologia da informação em geral, podendo ainda participar em outras sociedades, ou associações, desde que necessário ao atingimento de seu objeto social.

Conforme decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, as empresas ligadas ao BRB-Banco de Brasília deverão apresentar a prestação de contas anual de seus dirigentes para a Controladoria Geral do Distrito Federal.

Essas empresas, segundo solicitação da Secretaria de Estado de Transparência e Controle, deverão ser incluídas no Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO.

Dessa forma, em cumprimento à solicitação da Controladoria Geral do Distrito Federal, a partir de janeiro de 2014 a BRB Serviços passou a integrar o Sistema Integrado de Gestão Governamental do Distrito Federal – SIGGO.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	2	0	2
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	1	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	20	0	20
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	50	586	636

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Subtotal	0	0	73	586	659
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	73	586	659

a) Esta UO não possui empregados do GDF, portanto, destacamos que os colaboradores são contratados (CLT) sem vínculo com o Governo do Distrito Federal; e

b) 01 (um) "servidor" considerado em "Requisitados - Órgãos do GDF" é empregado do Banco de Brasília - BRB, no qual foi indicado para exercer a função de Diretor nesta UO. Ressalta-se que, esta UO é responsável pelo pagamento destes servidores.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PROGRAMA: 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira 2019

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	367.976	367.976	208.972
5164 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	367.976	367.976	208.972
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	16.113.561	16.113.561	16.002.540
8865 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	16.113.561	16.113.561	16.002.540
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	6.171.127	6.171.127	5.808.382
9671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL	6.171.127	6.171.127	5.808.382
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	27.400	27.400	27.400
8726 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	27.400	27.400	27.400
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5.336.194	5.336.194	4.388.338
9749 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	5.336.194	5.336.194	4.388.338
TOTAL DO PROGRAMA 6001 - Desenvolvimento Econômico	28.016.258	28.016.258	26.435.633

A BRB serviços realizou a execução orçamentária na ordem de R\$ 26.435.633, que representou 94,40% do Planejamento Orçamentário de R\$ 28.016.258, representando uma boa gestão orçamentária.

Neste programa, houve a realização de ações voltadas à área de pessoal, incluindo: salários, férias, comissões, horas-extras, 13º salário, encargos sociais e treinamentos realizados. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2019, foi executado o total de R\$ 16.002.540, resultado de pagamentos para 659 colaboradores.

Foram concedidos auxílios alimentação e creche, assistência médica e odontológica, vale-transporte, previdência privada e seguro de vida em grupo. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2019, a concessão de benefícios resultou na execução de R\$ 5.808.382.

Ainda foram realizados gastos administrativos em geral, incluindo serviços, compras, contratações e perdas judiciais. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2019, foi executado o total de R\$ 4.388.338. Entre esses gastos ocorridos no exercício de 2019, destacam-se as despesas de contratos de aluguéis no valor total executado de R\$ 1.193.253; o fornecimento de água e energia, com execução total de R\$ 528.665; prestação de serviços diversos, com execução total de R\$ 642.255; gastos com telefone, com execução total de R\$ 503.090;

serviços de locação de equipamentos, com execução total de R\$ 315.334; e perdas judiciais com execução total de R\$ 34.524.

Com relação à gestão do serviço de tecnologia da informação, foram realizados suporte, manutenção de sistemas e aquisição de materiais de consumo. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2019, foi executado o total de R\$ 208.972. Destaca-se, no exercício de 2019, a despesa com Link de Dados no valor executado de R\$ 173.376.

Para o grupo de Publicidade e Propaganda, foram realizadas publicações das demonstrações contábeis no exercício de 2019. Foi executado entre os meses de janeiro a dezembro de 2019 o total de R\$ 27.400.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A BRB Serviços S/A está comprometida com o aprimoramento do capital humano, estimulando seus colaboradores a participarem de diversas ações de desenvolvimento e conscientização em variados temas. Estas ações são focadas no bem-estar dos colaboradores, o que, conseqüentemente, melhora a produção e a capacidade intelectual das equipes.

A Gestão de Pessoas da BRB Serviços tem por finalidade propor soluções inovadoras e precisas relacionadas ao capital humano, que é o maior patrimônio da Companhia. As ações promovidas tiveram um papel crescente e fundamental no desenvolvimento e na renovação da cultura da Companhia, influenciando diretamente nas boas práticas de gestão com pessoas para o atingimento das metas.

A BRB Serviços trabalhou arduamente para a melhor integração entre os gestores, diretores e Conglomerado porque acredita que o sucesso no relacionamento é determinante para que se obtenha o melhor desempenho no atingimento das metas individuais.

As atividades rotineiras relacionadas a área, tais como: o recrutamento, a seleção, o treinamento, a remuneração e os benefícios são fundamentais para o bom andamento da Companhia. Entretanto, a qualidade de vida no trabalho, a satisfação do colaborador e o desenvolvimento individual são preocupações constantes no planejamento tático da nossa Organização. Por essa razão é que foram trabalhadas, desde que a nova gestão assumiu, políticas para garantir maior qualificação do quadro funcional, a fim de se buscar um maior comprometimento dos colaboradores no desempenho das suas atividades. Como resultado dessa preocupação, deu-se o início da implementação de um Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, com foco no mérito de cada colaborador, remuneração atrativa, retenção de talentos e avaliação de desempenho considerando as melhoras práticas de mercado.

A BRB Serviços está em constante desenvolvimento e o principal desafio para o Departamento de Pessoal foi fazer as rotinas administrativas dos colaboradores, dado o aumento do quadro de pessoal, de forma eficaz e acolhedora para garantir a excelência em todos os processos, em conformidade com as normas legais.

Não se pode falar de Gestão de Pessoas sem mencionar a excelência do trabalho que foi realizado pela área de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) da BRB Serviços, criada para propor soluções inovadoras, especializada em processos de aprendizagem e gestão de pessoas, com foco estratégico e qualidade em atendimento, visando otimizar o desempenho e o atingimento das metas individuais para que Companhia obtenha os melhores resultados.

A BRB Serviços está em constante crescimento e o principal desafio para T&D foi o de expandir os treinamentos para todos colaboradores em menor tempo hábil. Por isso foi implantada em 2019 a plataforma EAD, a fim de otimizar e dar vazão aos treinamentos propostos.

Por se tratar de uma Companhia com funcionamento de 24 horas por dia e 07 dias por semana, a implantação da plataforma EAD potencializou os treinamentos aos colaboradores

permitindo que se cumprisse o cronograma anual de treinamentos contratuais de 2019, além dos diversos treinamentos comportamentais.

Com isso, foram realizadas diversas atividades, totalizando 2.268 acessos aos cursos presenciais e EAD, 288 certificados emitidos para os cursos EAD, integração de 264 novos colaboradores.

Entre as principais atividades, destacam-se:

• **17 Campanhas Motivacionais:**

Janeiro Branco, Volta à Aulas – BRB SERVIÇOS, Carnaval, Semana da Mulher, Destaques do mês, Dicas de Português, Mensagem motivacional, Dia dos namorados, Dia das mães, Dia dos pais, Arraiá - BRB SERVIÇOS, Dia do operador, Campanha solidária, Não a Homofobia, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Halloween e Natal.

• **15 treinamentos EAD:**

Resolução Nº 4.539, Política de Relacionamento BRB, Prevenção à Corrupção, Cheque - Módulo I, Cheque - Módulo II, Língua Portuguesa Módulo I, Língua Portuguesa Módulo II, Certificação de Integridade - Gerenciamento de Risco e Capital, Certificação de Integridade - Controles Internos – GECIC, Certificação de Integridade - Código de Ética – Gedep, Certificação de Integridade - Código de Conduta BRB, Certificação de Integridade - PLD e Anticorrupção, Certificação de Integridade - Governança Corporativa, Certificação de Integridade - Código Conduta Fornecedores – GECON, Certificação de Integridade - Segurança Da Informação

• **39 treinamentos presenciais:**

Integração - Jovem Aprendiz, Cartão Material Escolar - CME – BRBCARD, Novo processo de Identificação Positiva - GETEL CRBRB, Integração Operador de Teletendimento especializado, Integração Operador de Teletendimento – CME, Integração Operador de Teletendimento especializado, BRB NEGÓCIOS – GEBAN, Central de Confirmação de Vendas – CCV, Integração - Operador de Teletendimento SAC Seguros, Simulação Prática - Técnicas de Vendas - Central de Vendas BRBCARD, Integração - Agente de Microcrédito, Novo Instrumento de Monitoria, SEGUROS SOMPO - CORRETORA SEGUROS BRB, CHAT - PNE CRBRB, Técnicas de Cobrança e Qualidade no Atendimento – EMGEA, Técnicas de Cobrança e Qualidade no Atendimento – OCA, Técnicas de Cobrança e Qualidade no Atendimento – BRBCARD, Técnicas de Cobrança e Qualidade no Atendimento - ATIVOS S/A, Técnicas de Vendas e Qualidade no Atendimento, Integração Administradora Contábil, Central de Apoio Negocial – GENEL, Central de Apoio Negocial - GENEL - Lado a Lado, Central De Operações Imobiliárias – GEMOB, Central de vendas - BRBCARD (Tropa de Elite), Plataforma SBA – TI, SUGOV – Microcrédito, Integração - Analista Financeiro, Integração - Suporte Técnico GERET, Central de Apoio Negocial - GEPEF e GEPOC – PILOTO, Central de Apoio Negocial - GEPEF e GEPOC, Integração e Qualidade no atendimento, Cédulas Legítimas - Operadores SBA, Integração e Qualidade no atendimento – UCBA.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

As realizações orçamentárias da BRB Serviços S/A, foram efetivadas de acordo com as ações projetadas para o exercício de 2019. Desta forma, informamos que as ações previstas foram concluídas e finalizadas.

O ano de 2019 foi da retomada do crescimento, uma nova era chegou para a BRB Serviços. Com a visão trazida pelo novo modelo de gestão, foi possível acreditar que toda a transformação seria alcançada e que o engajamento traria uma nova perspectiva. O novo modelo, onde a gestão aplicada traria mudança nos processos e nas atividades, trazendo nova percepção do mercado e de todo o conglomerado em relação à BRB Serviços.

Esse modelo de gestão, focado em metas, com definições claras e objetivas traduzidas no novo planejamento estratégico, novos eixos de negócio, voltado para o desenvolvimento sustentável, estrutura organizacional, gestão de pessoas, eficiência operacional e governança, inserindo a BRB Serviços no conglomerado como empresa "estratégica", transformou a empresa.

A estruturação realizada trouxe a musculatura necessária ao desenvolvimento sustentável da BRB Serviços. As inovações tecnológicas pelas quais a empresa vem passando irá transformá-la e reposicioná-la, colocando-a dentre as melhores empresas do mercado, gerando novos negócios, novas receitas e demonstrando um crescimento exponencial se comparado a anos anteriores.

Os resultados alcançados em 2019 pela BRB Serviços foram conquistados de forma sustentável, tendo como principais pilares: o trabalho em equipe, a meritocracia e o desenvolvimento profissional. O engajamento e motivação da equipe ficaram nítidos durante todo o exercício.

Para o corpo funcional da BRB Serviços, 2019 foi o ano de acreditar no crescimento profissional e no encarecimento dentro da Companhia. Foi tempo de suar a camisa, dedicar-se aos projetos e orgulhar-se de pertencer à família BRB, todos unidos em um só objetivo, o crescimento da BRB Serviços.

Até o ano de 2019 a BRB Serviços atuava apenas em: Recuperação de Crédito, Contact Center e Service Desk. A partir do segundo semestre de 2019, com a implantação do novo modelo de gestão, a Companhia expandiu suas atividades para tornar-se referência na Prestação de Serviços de Terceirização de Processos de Negócios (Business Process Outsourcing – BPO/BackOffice) e intensificar as atividades já exploradas, com foco, principalmente, no Governo do Distrito Federal e nas empresas do conglomerado BRB.

Nesse sentido foram traçados os novos eixos estratégicos de negócios da BRB Serviços, quais sejam:

- Telesserviços, Contact Center e Cobrança;
- Serviços de Tecnologia da Informação;
- Terceirização de Processos de Negócios (BPO/BackOffice);
- Gestão de Sistemas Logísticos.

Baseado na definição dos eixos estratégicos, foram projetadas as Linhas de Negócios da BRB Serviços para o segundo semestre de 2019 e para o ano de 2020, conforme demonstrado abaixo:

- Central de Relacionamentos e Contact Center - Prestação de serviços de centrais de relacionamento e Contact Center para o conglomerado BRB, órgãos e empresas que compõem o Governo do Distrito Federal – GDF e empresas privadas;
- Créditos e Investimentos - Potencializar o oferecimento de créditos consignados, financiamentos, títulos de capitalização, seguros e demais produtos comercializados nas empresas do conglomerado BRB, nas Centrais de Relacionamento;

- Network Operations Center-NOC - Desenvolvimento de central de monitoramento de ativos, processos de negócios, gerenciamento, controle e monitoramento de rede, para obtenção de funcionalidade e performance em tempo real;
- Cobrança de créditos - Potencializar os serviços junto às empresas com a marca BRB, figurar como principal empresa de cobrança do conglomerado, GDF e empresas privadas;
- Inteligência Artificial - Integração de IA em nossos serviços, com desempenho de funções via chatbot, automatização de processos, redução de custos, aumento de produtividade e análise comportamental.
- Backoffice - Crédito Habitacional - Gestão do processo de crédito habitacional do banco BRB, com suporte ao cliente em todas as etapas e posterior arquivamento de documentos;
- Backoffice – Cobrança BRB - Gestão do processo de cobrança do banco BRB e das demais empresas do conglomerado incluindo emissão de relatórios e análise de carteira;
- Backoffice - Folha de pagamento do GDF - Gestão e processamento da folha de pagamentos de todas as empresas e órgãos que compõem o Governo do Distrito Federal;
- Backoffice – Conciliação Contábil do BRB - Gestão do processo de conciliação contábil do banco BRB (contas a pagar e receber);
- Microcrédito - Atuar como Agente de Negócios do produto de Microcrédito do Banco BRB;
- Cadastro - Gerenciamento, tratamento, higienização e enriquecimento de dados de bases cadastrais do banco BRB, de órgãos públicos e do GDF.

Além das linhas de negócios mencionadas, em novembro a BRB Serviços, em conjunto com o BRB – Banco de Brasília, assumiu a operacionalização do Serviços de Bilhetagem Automática do transporte público do DF. Um grande desafio que envolveu toda a BRB Serviços e trouxe integração das equipes e consequente melhoria dos processos internos e aprimoramento, contribuindo para a perenidade da Marca e a construção de um novo BRB.

2019, o ano da transformação e retomada do crescimento da BRB Serviços! Um ano de construção, de reinvenção, de inovação sob o ponto de vista de investimento em novas tecnologias, expansão dos eixos de negócios, revitalização e criação de serviços.

Nesse cenário, é com satisfação que são apresentadas no presente relatório as principais ações estratégicas desenvolvidas em 2019, assim como os projetos previstos para os próximos exercícios, em alinhamento ao Planejamento Estratégico para 2020/2024.

NOSSOS CLIENTES

Em 2019, a BRB Serviços potencializou seu resultado nas ações de recuperação de crédito solidificando, cada vez mais, a parceria com seus contratantes trazendo resultados expressivos, fruto de um trabalho contínuo, desenvolvendo habilidades e sendo cada vez mais protagonista e importante com a sua atuação frente as atividades exercidas.

A BRB Serviços atua com 05 contratos com foco na recuperação de crédito extrajudicial, 03 centrais de relacionamento, 01 de vendas, além da Central de Bilhetagem Automática e dos pontos de venda e recarga do sistema de Mobilidade Urbana. Atualmente os contratos da Companhia são os seguintes:

- Ativos S/A (Cobrança Extrajudicial);
- BRBCARD (Cobrança Extrajudicial);
- BRBCARD (Central de Vendas);
- EMGEA (Cobrança Extrajudicial);
- Financeira BRB (Cobrança Extrajudicial);
- BRB (Cobrança Extrajudicial);

- BRB (Service Desk);
- BRB (Central de Relacionamento BRB);
- BRB (Agentes de Microcrédito);
- Mobilidade (Central de Relacionamentos);
- Mobilidade (Pontos de Vendas e Recargas);
- Seguros BRB (Central de Relacionamentos);
- Seguros BRB (SAC);
- Seguros BRB (Service Desk).

Abaixo seguem detalhamento e resultados de cada um dos prestados pela BRB Serviços no ano de 2019 e que contribuíram para o incremento do resultado da BRB Serviços e, conseqüentemente, para a construção de um Novo BRB:

BRBCARD – Central de Vendas

A central de vendas da BRBCARD atuou de forma significativa na entrega de resultados de venda e ativação de cartões, fruto de trabalho com foco, determinação e resultados.

Se considerarmos o resultado/evolução das vendas de cartões da CENTRAL DE VENDAS BRBCARD em 2019 crescemos 158,29% comparado ao ano de 2018 e com relação a ativação crescemos 124,02% comparado ao mesmo ano, exemplo de eficiência e qualidade alcançado com a nova gestão.

Cartão Material Escolar – CME

Demanda da BRBCARD de atendimento sazonal ao cidadão do DF, executado pela central de vendas, essencial para o fortalecimento da relação entre o conglomerado BRB e o GDF. Os atendimentos ocorreram entre os meses de abril e junho de 2019, foram atendidas 100.531 ligações na URA e 8.706 no atendimento humano. Nesse período apoiamos a BRBCARD no atendimento e desbloqueio dos mais de 39 mil cartões do CME que contemplaram aproximadamente 65 mil alunos do ensino fundamental e médio, com o total de crédito disponibilizado de R\$ 19,9 milhões.

BRBCARD - Cobrança

Com metas de recuperação desafiadoras, a equipe de cobrança da BRB Serviços buscou e alcançou a superação coletiva. No ano de 2019, as metas contratuais foram superadas, em média, em 30,63%, considerando o resultado até novembro. Com isso, o resultado de dezembro caminha para entregar uma evolução ainda mais acentuada. Outro fator relevante, a recuperação de crédito da BRB Serviços para a BRBCARD representa, o valor de R\$ 26.868.351,86 na carteira superior a 60 dias, valor significativo e contribui sobremaneira para os resultados da BRBCARD e do BRB.

Em 2018, tivemos um volume de R\$ 51.000.998,00 em valores negociados e R\$ 30.139.379,84 em valores efetivamente recuperados, com uma efetividade média de 59,70%.

Em 2019, foram negociados R\$ 36.450.215,80 com recuperação de R\$ 26.868.351,86, trazendo uma efetividade média de 74,59%, superando o ano de 2018 e contribuindo significativamente no resultado anual.

ATIVOS

Em 2019, com a apuração do resultado até 16/12, foi recuperado R\$ 7.344.602,07. Uma evolução de 59% na recuperação de crédito quando comparamos com o ano de 2018. Com isso, as metas contratuais foram atingidas e a participação no ingresso de carteira, em razão do resultado apresentado em 2019, enseja para 2020 uma maior participação na obtenção

de mailing para recuperação de créditos, fomentando cada vez mais o contrato e aumentando as possibilidades de ingresso de receita para a Companhia.

Observando as metas mensais da contratante e os valores recuperados em 2019, o contrato caminhou para a realização de mais de 100% de sua meta, solidificando a parceria com a contratante e deixando a marca do grupo cada vez mais evidente no mercado.

Quando observamos o volume negociado em 2018, que foi de R\$ 7.494.916,47, geramos um valor recuperado de R\$ 4.625.690,22, com uma efetividade média de 63,61%. Em 2019, houve uma significativa melhora na performance. Negociamos R\$ 8.326.232,67, ou seja, R\$ 831.316,20 a mais que 2018 e recuperamos R\$ 7.344.602,07, um aumento de R\$ 2.718.911,85 em relação a 2018.

EMGEA

O contrato iniciou em julho de 2018 e apresentou um valor recuperado de R\$ 688.577,51. Em 2019, foi recuperado R\$ 952.526,59, apresentando uma evolução de 38%. A BRB Serviços permanece credenciada para dar continuidade na prestação dos serviços para o 1º semestre de 2020.

De janeiro a abril não havia meta contratual. No ano foi recuperado R\$ 952.526,59, sendo que de janeiro a abril (período sem meta), o valor recuperado foi de R\$ 402.857,88.

Em 2018, negociamos R\$2.162.916,45 e recuperamos R\$ 688.577,51, com uma efetividade média de 32,15%.

Em 2019, negociamos R\$ 1.326.764,98 e recuperamos R\$ 952.526,59, gerando uma efetividade média de 75,11%.

FINANCEIRA BRB

Um contrato novo e promissor! Firmado em agosto de 2019, a prestação dos serviços de cobrança foi iniciada em setembro. Apesar de poucos meses de efetiva prestação, a carteira de recuperação já demonstra evolução mensal nos resultados, recuperando para a Financeira BRB cerca de R\$ 132.169,04 até o dia 16 de dezembro.

De setembro a dezembro, negociamos R\$ 275.342,71 e recuperamos R\$ 132.169,04, ou seja, uma efetividade média de 46,22%.

OCA BRB

A recuperação de crédito voltada para os produtos do Banco BRB, teve uma evolução significativa de 14% no ano de 2019, ou seja, chegamos a marca de R\$ 10.072.029,42, superando a recuperação de 2018 e contribuindo de forma relevante para o conglomerado e para a BRB Serviços.

Como dito, a recuperação de crédito em 2019 figura em R\$ 10.072.029,42 contra R\$ 8.870.858,47 no ano de 2018.

Em 2018, negociamos R\$ 22.941.582,40 e apresentamos uma efetividade de média de 39,81%.

Em 2019, a recuperação é de R\$ 19.240.184,59 com uma efetividade média de 58,63%. Um aumento na efetividade de 18,82%.

Central de Relacionamento do BRB/CRBRB

A Central de Relacionamentos BRB é um dos canais mais importantes do banco, contribuindo de forma significativa para os resultados e atendimentos aos clientes. No ano de 2019, a CRBRB recebeu um total de 5.506.439 de ligações na URA, quando comparado com 2018 o número de acessos reduziu em 28,60%, o que representa 2.205.970 acessos a menos, tal redução trata-se de avanço tecnológico do Banco de Brasília e em inovações na forma de se

comunicar com o cliente. A média mensal de acessos foi de 458.870. Foram transferidos para atendimento humano 12,37% do total de acessos realizados na URA, contabilizando 681.188 atendimentos personalizados.

Em 2019 o atendimento receptivo humano acompanhou a redução ocorrida nos acessos a URA, obtendo uma redução de 24,20% quando comparado ao ano de 2018. Esta redução representa o total de 217.523 ligações a menos que o ano anterior. Recebendo total de 681.188 ligações, com média mensal de ligações de 58.479 ligações.

As evoluções de tecnologia pelas quais o Banco passou em 2019, atreladas ao bom atendimento prestado pela central de relacionamento, são os principais fatores que justificam a redução no volume de chamadas.

SAC BRB

No atendimento SAC em 2019, foi recebido 41.221 ligações, onde foram atendidos 98,99% do total recebido, contabilizando 40.701 ligações.

No SAC foi percebida uma redução 23% no volume, devido a menor quantidade de reclamações realizadas na central, visto que mostramos uma constância na satisfação dos clientes, onde possuímos nota média de 96,28%, ou seja, um canal que demonstra excelência no atendimento.

Ativo CRBRB

A central CRBRB realizou 308.526 ligações ativas, com média mensal de 25.711 ligações/Mês.

Aplicações e Recompra CDB

Com o empenho realizado nos serviços de ativo e receptivo, a CRBRB no ano de 2019 realizou o valor de R\$ 51.358.256,52 em investimentos em aplicações CDB, e R\$ 36.525.475,09 em recompra.

CCV – Central de confirmação de vendas

Produto de confirmação de empréstimos realizado pelo ativo, onde no ano de 2019 foram realizadas 19.068 confirmações no valor de R\$ 233.384.053,40. Trabalho executado com excelência e dedicação da equipe de ativo.

As ações realizadas pelo ativo, contribuem de forma significativa com os resultados do Banco de Brasília, e demonstram a expertise da BRB Serviços no atendimento de investimento e empréstimo, sendo realizada por profissionais qualificados e com a certificação adequada ao tipo de serviço prestado, exemplo disso é a CPA-10.

SAC Seguros

A Central de SAC Seguros no ano de 2019 recebeu 13.223 ligações, onde atendeu 98,90%, contabilizando 13.078 ligações atendidas no ano. Mantendo média de Nível de serviço em 97,05%.

A Seguros BRB com uma central de alto desempenho, onde todos os indicadores vem sendo cumpridos com excelência. A Central SAC Seguros também realizou 56.153 ligações ativas, onde 65% das ligações foram completadas, totalizando 36.692 ligações ativas completadas.

A Central SAC Seguros obteve nível de satisfação no ano de 2019 de 93,10%, com nota média de 93,04% mensal, mantendo o padrão de qualidade dos serviços ofertados aos nossos clientes, demonstrando a qualidade dos profissionais da BRB Serviços.

SBA – Sistema de Bilhetagem

O Governo do Distrito Federal, por meio da Lei 6.334 de 19 de julho de 2019, incumbiu o BRB - Banco de Brasília, enquanto mecanismo de fomento do Distrito Federal (art. 144, § 1º, da LODF) da importante missão de gerir o Sistema de Bilhetagem Automática do transporte

público coletivo do DF, atribuição antes conferida à extinta autarquia DFTrans. O mesmo dispositivo legal possibilitou que a gestão delegada ao BRB fosse executada por meio de suas empresas coligadas.

A BRB Serviços passou a ser responsável pelas lojas do sistema bilhetagem automática, assumindo a contratação de 217 profissionais que são responsáveis pelo atendimento da gratuidade, comercialização e informações tratadas na UCBA (unidade central de bilhetagem automática).

Com a migração dos serviços houve a necessidade de criar a central BRB Mobilidade para dar atendimento às necessidades dos usuários, tirando dúvidas, dando informações e registrando reclamações.

A BRB Serviços implantou o serviço da Central BRB Mobilidade no dia 28 de outubro de 2019, desde então a central já recebeu 9.621 ligações.

Como resultado das implantações do SBA, a BRB Serviços vem demonstrando excelência em suas atividades alcançado notas de avaliação excelentes. Além disso vem trabalhando na melhoria contínua dos processos com a finalidade de contribuir com a redução de fraudes, melhorar a jornada e atendimento aos clientes do Distrito Federal.

ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA BRB SERVIÇOS

Em 2019, BRB Serviços realizou várias ações para auxiliar o potencial de crescimento dos serviços em todo o conglomerado BRB. No segundo semestre a diretoria da BRB Serviços foi renovada e demonstrou que a organização está na era de aprimorar os processos e alavancar os negócios.

A Gerência de Tecnologia GERET contribuiu para as mudanças da empresa com inovações tecnológicas para o desenvolvimento, monitoramento, sustentabilidade e otimização dos serviços oferecidos na BRB Serviços gerando resultados significativos se comparados a anos anteriores.

A Gerência de Tecnologia BRB Serviços, em 2019, internalizou a proposta da nova diretoria em fortalecer a visão da empresa em ser reconhecida como empresa de excelência no mercado com soluções inovadoras para o negócio e buscou recursos tecnológicos, dentre empresas conceituadas, para implementar os serviços de:

- Propensão a Pagamento - auxiliará o setor de cobrança a conhecer o perfil do cliente e elaborar estratégias para as ações de negociação e fortalecimento das políticas de recuperação de crédito.
- Ferramenta de Inteligência Artificial – Implementação estabelecendo estratégias para simular a capacidade do ser humano de raciocinar, perceber, tomar decisões e solucionar problemas através do aprendizado homem e máquina auxiliando na vantagem competitiva dos negócios de: atendimento ao cliente, cobrança, análise de mercado, vendas, segurança e outros
- Omni Channel - A implementação do serviço de Omni Channel que potencializará a eficiência nos processos do Service Desk, cobrança e relacionamento com o cliente com a intenção de alcançar um crescimento exponencial nos negócios.
- A estrutura de Hiperconvergência foi adquirida no que há de mais novo no mercado tecnológico em configuração de cluster para ambiente de virtualização composta de servidores físicos (nós), balanceamento de serviços com alta disponibilidade e com redundâncias das informações, garantindo o contingenciamento dos serviços.
- Sistemas de Gestão de Documentos trata-se da organização de todo acervo documental da empresa para reduzir os custos com impressões, cópias e versões de documentos, através de todos seus recursos 100% digitais, é um modelo de negócio completamente sustentável,

onde a empresa pode crescer seus negócios através de economia e sustentabilidade com foco em Gestão Arquivística, Digitalização, Mapeamento e automação de processos através de sistemas de Workflow e Guarda de Documentos.

Atuou ainda na infraestrutura de todo parque tecnológico para os postos e Central de Atendimento do projeto BRB Mobilidade com integração com a rede do banco BRB e sistema da SEMOB.

Central de Monitoramento NOC (Network Operations Center) foi implementada um central com funcionamento 24x7 com equipe altamente qualificada para o serviço de monitoramento do ambiente tecnológicos.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A BRB Serviços acredita que um mercado competitivo exige um posicionamento assertivo na gestão administrativa e financeira e que é fundamental que a Companhia consiga transmitir confiança para todos os clientes e colaboradores, através de um trabalho focado na metodologia e na excelência.

Para 2019, o propósito da Companhia foi o de ampliação dos contratos vigentes e a prospecção de novos negócios. Para poder atender aos novos projetos foi fundamental pensar e realizar o ajustamento administrativo e financeiro, considerando uma nova realidade projetada e a otimização da nova necessidade interna. E foi pensando em uma boa gestão administrativa-financeira, que causasse grandes impactos na rotina e com o objetivo de atender as estruturas dos novos negócios, que a BRB Serviços pautou suas estratégias de gestão.

As principais atividades financeiras do ano foram focadas em garantir a saúde das finanças, com o melhoramento do controle de gastos, renegociação de contratos administrativos, tais como: locação do imóvel da sede, locação dos computadores e negociação Plano de Saúde (possível após negociação e assinatura de ACT), redução de desperdícios e principalmente garantir o equilíbrio das finanças, diminuindo a quantidade de planilha e otimizando os trabalhos através de um sistema confiável, concentrando os esforços em atividades táticas e na diminuição do trabalho operacional, com o propósito de facilitar o gerenciamento do fluxo de caixa.

Na infraestrutura foi realizada a ampliação física da área de tecnologia, com o objetivo de aumentar a equipe técnica para dar suporte aos projetos prospectados. Para garantir o melhor ambiente de trabalho para os colaboradores, potencializar as entregas e atingir as metas individuais, foi dado início a modernização dos aparelhos de ar condicionado, com a troca de placas de comando e a inclusão de dispositivo de controle de temperatura, aquisição de cortina de ar para a entrada principal da Companhia, visando eliminar a troca de calor entre o ambiente externo e interno, o que ajudou a diminuir custos recorrentes relacionados a desperdícios.

Também merece destaque a criação de espaço físico para novos negócios (CR SBA e UCBA), a reestruturação da área externa e da infraestrutura de saneamento, a eliminação dos vazamentos internos recorrentes, a vedação do telhado, a negociação das trocas dos elevadores por aparelhos modernos, a reforma de salas de treinamento e o apoio logístico administrativo complementar para a implantação dos novos projetos contratados em 2019, como o Sistema de Bilhetagem Automático.

O ano de 2019, além ter sido o ano da retomada do crescimento da BRB Serviços, foi o ano da expansão tecnológica, da reestruturação dos eixos de negócios, da motivação e capacitação profissional dos colaboradores e, especialmente, da melhoria nos resultados que foram conquistados de forma sustentável, tendo como principais pilares: o trabalho em

equipe, a meritocracia e o desenvolvimento profissional. O engajamento e motivação da equipe ficaram nítidos durante todo o exercício.

Para o exercício de 2020, a BRB Serviços S/A implementará ações estratégicas com o objetivo de criar e aprimorar processos, visando a maior eficiência e eficácia, transparência, segurança e mitigação de riscos.

Ademais, a empresa busca resultados ainda mais expressivos para 2020, modernizando, dentro de suas limitações, a área de tecnologia para concorrer no mercado com as demais empresas do segmento, além de proceder com as políticas adotadas e demandadas pelo conglomerado BRB.

19209 - BSB PARTICIPAÇÕES S/A

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A BSB Participações S/A - BSB PAR é uma sociedade por ações, de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, controlada pela Cartão BRB S/A, cujo objeto é a participação em sociedades mercantis, em qualquer segmento de negócios, mediante subscrição de ações e/ou quotas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

Observação: Quadro não aplicável a BSB Participações S/A

A BSB PAR utiliza os recursos humanos e de infraestrutura da controladora – Cartão BRB S/A, conforme convênio firmado entre as partes.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A reorganização societária levada a termo pelo acionista controlador da Cartão BRB S/A, em maio de 2009, pressupunha diversos movimentos empresariais a serem adotados paulatinamente, nos termos da Lei nº 61, de 05 de dezembro de 1989, DODF de 06.12.1989, que autorizou o BRB - Banco de Brasília S/A a constituir subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social.

Conforme previsto em lei e adotado pelos grandes grupos financeiros concorrentes, os negócios poderão ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário ou qualquer outra forma prevista em lei.

A empresa BSB PAR foi criada com a missão de ampliar a participação da Cartão BRB S/A e do próprio BRB na intermediação de recursos e negócios financeiros, via participações acionárias em empresas sediadas no Brasil, com o objetivo de promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade.

A BSB PAR tem três objetivos principais:

- a) Ampliar e diversificar as participações acionárias da Cartão BRB S/A e do BRB, em segmentos estratégicos, especialmente o financeiro, para conferir maior sustentabilidade e rentabilidade aos seus negócios;
- b) Reforçar a capacidade de atuação da Cartão BRB S/A e do BRB, como instrumento de implementação das políticas governamentais distritais, especialmente a econômica e de desenvolvimento; e
- c) Instituir normas de governança, que permitam a realização de negócios, de acordo com os padrões de risco e transparência, recomendados ao BRB pela legislação em vigor e, aplicáveis igualmente à gestão e ao controle da carteira de participações.

No exercício de 2015, a partir da premissa de se promover a sinergia de custos, de receitas e financeira do conglomerado BRB, foi realizado estudo técnico para operacionalização da reorganização societária da BSB Participações S/A. Ainda, levou-se em consideração o apontamento feito pela Controladoria Geral da Secretaria de Estado e Transparência e Controle do Distrito Federal – CONT, a qual recomendou o início das atividades da referida Companhia.

Nesse contexto, acrescem-se, os seguintes aspectos motivadores do referido estudo:

- a) Percepção da necessidade de melhor dimensionamento das potencialidades da BSB Participações, conduzindo-a para a realização de negócios de acordo com o seu objeto social e, por consequência, ao exercício da atividade econômica de auferir lucro;
- b) Convicção de que o BRB conquistou maturidade suficiente para buscar melhor participação nos mercados que eleger para atuar, estruturando-se para formular diversas relações institucionais e comerciais e transmitir às demais Companhias as diretrizes e critérios que nortearão futuras parcerias;
- c) Perspectiva de maximização dos resultados econômico-financeiros das empresas do Conglomerado BRB, tornando-as mais robustas e competitivas, haja vista as perspectivas comerciais que ora são vislumbradas para um futuro próximo;
- d) Tendência de crescimento acelerado da indústria de meios de pagamentos, em todas as modalidades de serviços que a compõem, oportunizando estratégias corporativas com vistas à maior penetração junto a segmentos relativamente “cativos” da Cartão BRB; e
- e) Marco regulatório para os chamados Arranjos de Pagamento e Instituições de Pagamento.

Com a regulamentação do mercado de Arranjos de Pagamento e Instituições de Pagamento, realizada por meio da Lei nº 12.865/13, a sua própria investida, a Cartão BRB S/A, protocolou junto ao Banco Central do Brasil um pedido de autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento e Instituição de Arranjos de Pagamentos e vislumbrou diversas possibilidades de atuações para a companhia no setor, que, em parceria com a BSB Participações, poderiam alavancar o desempenho das duas empresas.

Desde então, a BSB PAR acreditava que investir no mercado de meios de pagamentos era uma grande oportunidade de negócios, uma vez que este setor crescia exponencialmente, abrindo possibilidades de participações em empresas atuantes nesse segmento.

Entretanto, em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Cartão BRB S/A, em função de algumas observações do Banco Central do Brasil a respeito do seu pedido de autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento e Instituição de Arranjos de Pagamentos, decidiu solicitar o arquivamento do pleito até segunda ordem.

Paralelo a esse processo, ainda no final de 2017, ocorreu uma decisão do Conselho de Administração do BRB pelo desenvolvimento de um novo estudo para a reorganização societária do Conglomerado envolvendo diretamente a BSB Participações. O estudo técnico está em andamento por um grupo de trabalho estabelecido pelo BRB.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A BSB PAR, para cumprimento dos seus objetivos estratégicos, aguarda a conclusão do novo estudo técnico que trata da sua reorganização societária.

19210 - DF - GESTÃO DE ATIVOS S.A.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A DF – Gestão de Ativos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, regendo-se pelo seu Estatuto Social, pelas Leis Federais nº 6.404, de 5 de dezembro de 1976 e 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017 e por instruções e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Governo do Distrito Federal, originários de créditos tributários e não tributários, decorrentes de parcelamentos administrativos ou judiciais, que serão objeto da realização de operações de emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de caráter público ou privado, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Complementar nº 897, de 18 de junho de 2015.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	6	6
Subtotal	0	0	0	6	6
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	6	6

A Companhia ainda não se encontra com sua estrutura administrativa implantada, não possuindo, até a presente data, quadro de pessoal, com tabela de cargos e salários. Atualmente é administrada pelo Conselho de Administração composto de 5 membros e Diretoria (Presidência, Administrativo Financeira e Contábil e de Governança Corporativa e de Relações com Investidores) composta de 3 membros. Conta ainda, em sua organização corporativa com um Conselho Fiscal composto de 3 membros. Os numeros lançados neste

quadro referem-se aos membros que efetivamente estavam de posse de seus cargos: Diretoria 3 membros, Conselho de Administração 2 membros e Conselho Fiscal 1 membro.

Os cargos de Direção e dos Conselhos possuem remuneração individual fixada pela Assembleia Geral Extraordinária de 18 de abril de 2016, em observância as disposições previstas nos Arts. 152 e 162, § 3º da Lei nº 6.404/66.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	800,0	0	800,0	0
0017 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DF GESTÃO DE ATIVOS S.A.- DISTRITO FEDERAL	800,0	0	800,0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	800,00	0,00	800,00	0,00

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1043000,0	0	1043000,0	255848,58
0021 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNCIONAMENTO DA DF GESTÃO DE ATIVOS-DISTRITO FEDERAL	1043000,0	0	1043000,0	255848,58
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	1043000,00	0,00	1043000,00	255848,58

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Administração da Companhia buscará para o exercício de 2020 concretizar a realização do processo de securitização dos créditos tributários e não tributário a serem cedidos pelo Governo do Distrito Federal. Mas, para tanto, aguardar-se-á a aprovação da proposta de norma legal que tramita no legislativo federal. Para a realização do processo de securitização será necessária a implantação de uma série de procedimentos pela Administração da Companhia, visando garantir o seu desenvolvimento de forma eficiente.

Ademais, tramita na Câmara Legislativa do DF projeto de lei complementar que trata de autorização para modificar o modelo de organização empresarial da DF Gestão de Alvos S.A, retirando-lhe o caráter de SPE e, conseqüentemente, proporcionando-lhe a ampliação de seu objeto social, fazendo com que a companhia possa exercer atividades complementares fundamentais ao desenvolvimento econômico do Distrito Federal, sem contudo, expurgar a sua atuação na área de estruturação e implementação de operações junto ao mercado de capitais. As atribuições que se busca conceder à companhia estarão voltadas à gestão dos recursos destinados aos novos empreendimentos em parceria com a iniciativa privada e o Governo do Distrito Federal, auxiliar o Distrito Federal nos projetos de parceria público-

privada e de concessões podendo dar garantias ou assumir obrigações, bem como atuar na gestão dos contratos de concessões e parcerias público-privadas

Em razão de todo o exposto, necessário será que no exercício de 2020, seja procedida à alteração da estrutura organizacional da Companhia, bem como a criação e estruturação de um quadro de cargos e salários, albergando todas as suas atividades, atuais e futuras.

Para a consecução dos processos acima, será necessária a realização de contratação de assessoria jurídica- securitização, contratação de empresa de classificação de risco e de auditoria independente especializada para avaliação da carteira de parcelamento do Distrito Federal – acionista controlador, renovação de contratos de assessoria contábil e de auditoria independente, bem como contratação de assessoria interna especializada (advogado, economista, contador – auditor e engenheiro).

19211 - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan - empresa pública de direito privado, instituída pela Lei nº 4.545, de 10/12/1964, constituída sob a forma de Sociedade por Ações, integra a Administração Indireta do GDF e é vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC, tendo por finalidade estatutária:

1. Realizar e promover pesquisas e estudos econômicos, sociais, demográficos, cartográficos, georreferenciados, urbanos e ambientais para subsidiar o Governo do Distrito Federal na formulação de políticas públicas, do planejamento governamental, de programas para o desenvolvimento do Distrito Federal, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e de outras áreas de influência do território distrital; disseminar o conhecimento e as informações resultantes das pesquisas e estudos realizados, atinentes a área de competência da Companhia;
2. Analisar as políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal a fim de subsidiar os processos decisórios governamentais
3. Fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas e para a preparação de planos e programas do governo;
4. Analisar, identificar e diagnosticar os problemas estruturais, econômicos, sociais, urbanos e ambientais do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do território distrital, fornecendo elementos técnicos, visando a elaboração de medidas saneadoras pelos órgãos competentes;
5. Articular e promover a cooperação técnica visando o intercâmbio de informações e conhecimentos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;
6. Produzir e organizar as informações sociais e econômicas, relativas ao território do Distrito Federal;
7. Participar do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - SISPLAN e oferecer subsídios de apoio ao Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do Distrito Federal - SITURB;
8. Prestar consultoria técnica a outros órgãos e entidades da administração do Distrito Federal e da iniciativa privada, contratar com órgãos e entidades públicas ou privadas, serviços e estudos, bem como, realizar concursos, respeitada a legislação pertinente.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	53	35	275	21	384
Comissionados sem vínculo efetivo	13	34	0	0	47
Requisitados de órgãos do GDF	1	3	0	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários	0	0	13	18	31
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	68	72	288	39	467
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	148	16	164
Total Geral	68	72	140	23	303

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	0	10140,00	0	0
0003 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS-- DISTRITO FEDERAL	0	10140,00	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	0	799442,60	487936,32	64000,40
0007 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS- SOCIOECONÔMICAS, URBANO E AMBIENTAIS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS-DF ENTORNO	0	699442,60	487936,32	64000,40
0008 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-- DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	0,00	809582,60	487936,32	64000,40

3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS

0003 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS - DISTRITO FEDERAL

1 – Anuário Estatístico

Catálogo de informações coletadas pela Codeplan de várias entidades da administração pública e entidades de interesse. Trata-se de longa série histórica com mais de 30 anos de informações (atividade contínua com atualização anual).

2 – SIEDF/InfoDF

Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal: ferramenta que permite organizar e visualizar informações geoestatísticas de entidades e órgãos do governo.

São ferramentas agregadas do SIEDF/InfoDF desenvolvidas em 2019 (atividade contínua, painéis de atualização mensal):

2.1 – GEOCODE: serviço de geolocalização de endereços (atividade contínua, atualização anual). Atividade em andamento: atualização de endereços com base nas informações cedidas por CEB, CAESB, SEDUH e CORREIOS.

2.2 – Cobertura da terra: série histórica com 30 anos de análise da cobertura da terra do DF. Possui 9 classes de identificação. Atividade em andamento: atualização com informações de 2018.

2.3 – Brasília Metropolitana (atividade contínua, atualização bianual): plataforma de visualização de dados da área metropolitana de Brasília – AMB. Atividades em andamento: desenvolvimento de nova interface e atualização de dados com informações das pesquisas PMAD e PDAD 2017/2018.

2.4 – PESQUISA SIEDF (atividade contínua, atualização bianual): ferramenta de BI com os dados da PMAD e PDAD. Exibe as informações de forma tabular, gráfica e mapas. Atividades em andamento: atualização com informações da PMAD e PDAD 2017/2018.

2.5 – Monitor do Mercado de Trabalho – MMT (atividade contínua, atualização mensal): indica as oscilações do mercado de trabalho, lista as top 10 profissões, tanto em queda quanto em melhoria. Utiliza dados do CAGED. Atividades em andamento: atualização da base com os últimos dados do CAGED.

2.6 – GEOSERVIÇO (atividade contínua, atualização anual): serviço de visualização de imagens de satélite e ortofotos fornecidos pela Terracap. Atividade em andamento: atualização com dados de 2016 a 2018.

2.7 – Catálogo de imagens – Codeplan (atividade contínua, atualização mensal): plataforma com todos os dados geográficos produzidos pela Codeplan. Atividades em andamento: atualização com os últimos dados da cobertura arbóreo-arbustiva.

2.8 – Painéis estatísticos (atividade contínua, atualização anual): dashboards dinâmicos montados a partir das informações disponibilizadas pelos órgãos e entidades da administração pública do DF. Atividades em andamento: atualização com os últimos dados fornecidos.

2.9 – Brasília - DF em Dados (atividade contínua, atualização anual): nova plataforma do InfoDF com os indicadores da ISO 37120. Atividades em andamento: atualização com os últimos dados fornecidos. Meta de completar todos os indicadores da norma conforme acordado com as Secretarias e Órgãos do DF.

3 – GEOINFORMAÇÃO (atividade contínua)

Estudos: • Eixos de expansão DF; • Evolução das manchas urbanas 2010 a 2019: Sol Nascente, Arniquireiras, Arapoangas; • Reconfiguração territorial SIA; • Processo densificação Condomínio Mansões Colorado; • Área de atendimento dos conselhos tutelares; • Representação de informações do transporte de alunos subsidiados pelo governo; • Métodos mensuração fluxo pessoas; • Extração vias OSM; • Série histórica de ocupação Alto da Boa Vista.

Participação em reuniões, eventos e treinamentos: • Projetos internos: • Lacen; • Expo Smart City; • Projeto DF Data; • Curso Tableau; • Curso Rais/Caged; • Sidra IBGE.

Mapeamentos e levantamento de dados: • População rural e núcleos rurais por RA; • Série histórica de ocupação das novas RA's; • Percurso blocos de Carnaval; • Identificação de bairros; • Histórico de ocupação municípios PMAD 2010-2019; • Residências do Setor Habitacional Primavera; • C.A. Lago Norte; • Altiplano Leste.

Elaboração de mapas: • Internos: Codeplan; • Externos: Administrações, Secretarias, Câmara, UnB.

Elaboração treinamento de QGIS: • Estagiários; • Técnicos; • UnB; • Seduh.

Validação de dados: • Esgoto a céu aberto; • Equipamentos públicos saúde, segurança, educação e lazer; • Endereços CNEFE; • Cobertura Arbórea Arbustiva; • RA correspondente endereço carroceiros.

Contribuição - textos: • NT Novas RA's; • NM Projeções Populacionais; • Projetos Pesquisa ACT FAP; • Relatório Cobertura Vegetal Natural e Reflorestada.

Treinamento QGIS: Estagiários; Técnicos; Alunos pós UnB; Seduh;

Atendimento a demandas da Ouvidoria;

Atualização e manutenção das informações do banco de dados GEO e Catálogo de Mapas;

Seleção, aquisição e tratamento de imagens de satélite de diversas plataformas.

4 – Produção de indicadores (atividade contínua):

Para InfoDF: indicadores da ISO 37120;

Para InfoDF: indicadores para painéis econômicos e urbanos;

Para Brasília Metropolitana: PDAD 2018 (para DF e todas RA's) e PMAD 2017 e 2018 com relação aos 17 distritos/municípios;

Indicadores socioeconômicos: Índice de Gini, Palma, taxa de analfabetismo, renda média domiciliar per capita, razão de renda (decil9/decil1 e decil8/decil2), proporção de pessoas com baixa renda (1/2 SM por pessoa), proporção de crianças em situação domiciliar de baixa renda (≤ 12 anos) e proporção de idosos residentes em domicílios na condição de outro parente.

5 – PDAD 2013, 2015 E 2018 (atividade contínua)

Cálculo dos domicílios do Censo 2010 para embasar novo fator de expansão para PDAD 2013 e 2015 (domicílios);

Calcular novos fatores de expansão, simulação por estimador do tipo razão e pela utilização da projeção populacional para PDAD 2013 (moradores), 2015 (moradores) e 2018 (domicílios e moradores).

6 – PMAD 2018 e 2019 (atividade contínua)

Definição dos Planos Amostrais da PMAD 2019;

Participação no processo de elaboração dos questionários;

Seleção das amostras para PMAD 2019;

Apoio/checagem às atividades de coleta;

Estruturação e crítica da base de dados para cada RA (PDAD) ou município (PMAD);

Expansão dos resultados da amostra;

Trabalho na geolocalização de endereços;

Produção das estatísticas para a divulgação dos resultados e atendimento de demandas diversas;

Geração de tabelas para relatório para Águas Lindas de Goiás;

Geração de tabelas para relatório para Cocalzinho de Goiás;

Geração de tabelas para relatório para Pe. Bernardo;

Geração de tabelas para relatório para Planaltina de Goiás;

Geração de tabelas para relatório para Valparaíso de Goiás;

Crítica e geração das tabelas da pesquisa no setor Santa Luzia na idade Estrutural;

Crítica e geração das tabelas da pesquisa no setor Paranoá Parque;

Crítica e geração das tabelas da pesquisa no setor Riacho Fundo II;
Cálculo do Índice de Gini para os municípios da PMAD 2017 e 2018.
7 – PED (atividade contínua)
Produção mensal das estatísticas e relatórios para divulgação dos resultados da pesquisa até o mês de setembro/2019, pois a PED está temporariamente paralisada e voltará no início de 2020;
Cálculo de dados amostrais da PED para subsidiar retorno da PED em 2020;
Participação nos encontros técnicos do Sistema PED;
Produção de dados para subsidiar IDECOM trimestral;
Demanda da Secretaria de Saúde com dados da PED DF;
Demanda sobre idosos com dados da PED DF;
Perfil dos jovens no mercado de trabalho com dados da PED DF;
Demanda sobre empreendedorismo, apresentação;
Demanda sobre ocupados da área da saúde e educação;
Estudo sobre a estimativa de jovens que nem estudam e nem trabalham;
Demanda massa de renda de 2019 para GECON;
Demanda estimativas trimestrais da PIA, PEA de 2018 e 2019 para GEREM;
Demanda série histórica taxa de desemprego PED de 1992 a 2019;
Produção das estatísticas para estudos temáticos;
Boletim das mulheres 2019;
Boletim das empregadas domésticas 2019;
Demanda sobre o boletim dos negros 2019, complementação com a geração dos valores – novembro/2019;
Atendimento a demandas diversas relacionadas ao processamento dos microdados da PED;
Demanda de estudo sobre ocupados, desempregados, PEA e PIA trimestral (2018 a 2019), demanda feita em mais de um período;
Demanda de estudo sobre ocupados, desempregados, PEA e PIA semestral (2018 a 2019);
Demanda de estudo sobre ocupados, desempregados, PEA e PIA semestral, por grupo de renda;
Demanda de estudo de perfil de desempregados (raça/cor, faixa etária, escolaridade) trimestral;
Demanda de estudo de perfil de desempregados (raça/cor, faixa etária, escolaridade) trimestral (2018 a 2019);
Demanda de estudo sobre jovens que nem estudam nem trabalham;
Demanda de estudo sobre ocupação de pessoas com 60 anos e mais;
Demanda de estudo sobre o número de autônomos por atividade;
Demanda de estudo sobre tempo médio que a pessoa está procurando emprego;
Demanda de estudo sobre o perfil dos inativos;
Demanda de estudo sobre ocupados por setor de atividade e posição na ocupação por grupo de renda;

Demanda de estudo sobre ocupados por setor de atividade e posição na ocupação por sexo e raça/cor;

Demanda de estudo taxa de desemprego por grupos de regiões administrativas;

Demais demandas dos estudos que apenas modificaram o período analisado.

8 – Pesquisas diversas /Produção de estudos (atividade contínua)

Sorteio de amostra de telefones pelo 156 para pesquisa de opinião sobre o Carnaval, abrangendo período anterior e posterior do evento;

Mineração da base do estudo de Carnaval;

Participação do plano de captação da pesquisa e no processo de elaboração do questionário do evento Brasília Capital Moto Week;

Amostragem/Plano amostral: estudo sobre cadastro de empresas do DF – base Receita Federal;

Cálculo de amostra para o estudo sobre servidores socioeducativos por tipo de medida;

Cálculo de amostra para o estudo sobre servidores socioeducativos por tipo de especialidade;

Trabalho para identificar melhor alocação dos Conselhos tutelares nas 31 RA's;

Estudo perfil do estudante por RA e transporte até a escola, Base Educação – SEEDF;

Estudo sobre o Setor Primavera – ARINE e ARIS;

Estudo sobre Arniqueiras sobre renda, habitantes (perfil) e domicílios;

Estudo sobre o Pôr-do-Sol sobre renda, habitantes (perfil) e domicílios;

Estudo INCRA-8 sobre renda, habitantes (perfil) e domicílios;

Estudo Brazlândia sobre renda, habitantes (perfil) e domicílios;

Estudo sobre déficit habitacional;

Estudo Estatística Scan DF – PNAD contínua em andamento;

Estudo sobre coleta seletiva e drenagem pluvial: participação no processo de elaboração do questionário, no plano de trabalho e plano amostral (em andamento);

Estudo sobre os carroceiros – plano amostral em andamento;

Trabalho na atualização nas bases de endereços do DF em andamento;

Participação na elaboração da pesquisa dos terminais rodoviários do DF em andamento;

Demanda externa sobre perfil de Vila Planalto, domicílios;

Participação na elaboração da nota técnica da projeção do DF;

Cálculo da amostra da próxima PDAD;

Tipo de escola (público/particular) nas RA's e DF

Demanda externa sobre o setor central do Gama - Diácono Alencar;

Estudo sobre Areal, Arniqueiras e Águas Claras Vertical, infraestrutura (água e energia), sexo, faixa etária e frequência escolar.

Pré-estudo para verificar a viabilidade de realizar uma pesquisa sobre o Liquida DF.

3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

0007 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SOCIOECONÔMICAS, URBANO E AMBIENTAIS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS-DF ENTORNO

POLÍTICAS SOCIAIS

1 - Apoio no Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060

A Codeplan apoiou a confecção do Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060 e foi a responsável por contribuir com a lista de indicadores nos eixos saúde, educação e desenvolvimento social e com o respectivo mapeamento de tendências e condicionantes de futuro, dentro do horizonte 2035 e 2060.

2 - Diagnóstico Social – PPA 2020-2023

A Codeplan contribuiu para a construção do Plano Plurianual 2020-2023 do Distrito Federal com o diagnóstico social distrital e com recortes por regiões administrativas. Os dados utilizados para subsidiar o diagnóstico foram divididos nas seguintes seções: (i) Perspectivas Demográficas 2020-2025; (ii) Perspectivas Educacionais para o DF; (iii) Perspectivas de Saúde para o DF; e (iv) Desigualdades no território do DF.

3 - A Natalidade no Distrito Federal entre 2000 e 2016: evolução e características: texto para Discussão e Sumário Executivo

O estudo elaborado pela Dipos teve como objetivo central a sistematização de dados e evidências passíveis de contribuir para políticas públicas voltadas para a melhoria da atenção à saúde materna e do recém-nascido no DF. Dentre os principais resultados do estudo, pode-se observar:

Queda no número anual de nascimentos entre as residentes no DF entre 2000 e 2016: redução de 48 mil para 44,5 mil nascimentos anuais;

Envelhecimento da estrutura etária das mulheres no momento do parto no DF: redução do número médio de nascimentos nos grupos etários de mães de 15 a 29 anos e aumento no grupo etário de mães entre 35 a 49 anos;

Diminuição do número de filhos por mulher no Distrito Federal: redução de 23%, passando de 2,19, em 2000, para 1,69 filho por mulher, em 2016;

Grandes disparidades em relação ao recorte de raça/cor da mãe: em 2016, em torno de 70% dos nascimentos no DF foram de mães negras e 30% de mães não negras. Além disso, a frequência de mães adolescentes é quase três vezes superior entre as mães negras em comparação às não negras (14% contra 5,5%);

Influência do nível de escolaridade da mãe: mães com maior escolaridade tendem a ter seus filhos com idades mais avançadas.

4 - Investimentos na Cultura: Quais são os retornos mensuráveis do Carnaval no Distrito Federal?

A Codeplan participou, em conjunto com a Diretoria de Estudos Socioeconômicos (DIEPS), da pesquisa que buscou compreender quais os retornos do Carnaval para o Distrito Federal. No Relatório elaborado pela Dipos foram apresentados os principais resultados das entrevistas realizadas com as pessoas responsáveis pelos blocos fomentados no Carnaval de 2019, contemplados no Edital de Chamamento Público nº 19/2018 – Carnaval 2019, cujo objeto era o apoio a atividades carnavalescas de rua do DF. As entrevistas tiveram quatro eixos: (a) identificação do bloco, (b) história e simbologia do grupo, (c) aspectos econômicos e (d) avaliação da política e do evento do Carnaval 2019.

Ainda que com algumas ressalvas, a avaliação geral da política para o carnaval praticada em 2019 por meio do Edital no 19/2018 foi boa ou muito boa (29,4% e 20,6%, respectivamente) e mais de 85% dos proponentes pretendem pedir recursos ao GDF novamente. Entre os pontos identificados que ainda demandam melhoria estão a coordenação e a articulação entre a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (Secec) e demais órgãos envolvidos; o diálogo da Secec com os blocos e os aspectos burocráticos, financeiros e de planejamento relacionados à realização do evento. Vários dos entrevistados também manifestam o interesse em canais mais abertos e acessíveis para o diálogo e a construção conjunta do próximo edital.

5 - Pesquisa de Satisfação da Estratégia de Saúde da Família: comparação dos resultados do período 2017-2018

O objetivo da pesquisa realizada pela Codeplan foi avaliar a implementação da Estratégia Saúde da Família (ESF) no Distrito Federal com a realização da Pesquisa de Satisfação da Estratégia de Saúde da Família em 2017 e 2018. O relatório de pesquisa apresentou a comparação entre os resultados obtidos com a realização de duas rodadas de entrevistas por telefone, em parceria com o call center da Central Única de Atendimento ao Cidadão.

Os resultados da pesquisa, em ambas as rodadas, demonstraram que as visitas domiciliares da equipe saúde da família mudam a perspectiva do beneficiário sobre o sistema de saúde pública do Distrito Federal: quem recebeu a visita avalia melhor o sistema, usa mais a Unidade Básica de Saúde e avalia positivamente todos os serviços de saúde recebidos. Entre cada 10 famílias visitadas, oito avaliaram de forma positiva o trabalho da equipe da Estratégia Saúde da Família, no ano de 2018.

Embora os resultados do estudo tenham sido divulgados parcialmente na gestão de 2018, em 2019 o estudo completo foi lançado no site da Codeplan após ampla revisão e a transformação dos principais resultados do estudo em um Sumário Executivo para ampliar o alcance de divulgação e de disseminação dos dados.

6 - Violência Escolar – Estudo de caso na Escola de Ensino Fundamental

O estudo buscou investigar a percepção de alunos e de professores sobre violência no espaço escolar no Centro de Ensino Fundamental Zilda Arns, localizado no Itapoã. A ocorrência de episódios de violência foi relacionada às ocorrências de uso de drogas lícitas e ilícitas. Observou-se que a violência no perímetro escolar é sentida pelos alunos, uma vez que o trajeto de casa até a escola é considerado perigoso.

Os espaços considerados mais seguros pelos estudantes foram: i) dentro de casa e ii) dentro da sala de aula. Houve diferenças na sensação de segurança entre meninos e meninas. Elas também se sentem mais seguras com a presença do Batalhão Escolar na porta da escola. Quanto aos tipos de violência, observou-se que os meninos tendem a sofrer mais violência física, enquanto as meninas sofrem mais violência sexual. No relacionamento com a direção, professores e outros profissionais da escola, a opinião dos alunos se mostrou homogênea e com boa avaliação. Sobre os professores, os resultados apontaram que eles tendem a perceber a escola como um ambiente violento e a associar essa condição ao território em que a escola está localizada. Para eles, a violência intraescolar é reflexo do ambiente que eles vivem.

7 - Relatórios de análise de conteúdo e de dados do InfoDF

Em 17 de setembro de 2019, a Codeplan apresentou nova versão para o Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal (SIEDF), com novas funcionalidades e nova denominação: InfoDF. Como integrante do Grupo Técnico Executivo do Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal – SIEDF, a Codeplan elaborou relatórios contendo análises do conteúdo, da forma de apresentação e de disponibilização dos dados presentes na plataforma. Foram apresentadas sugestões de alterações no portal referentes aos conteúdos relacionados às políticas sociais e às projeções populacionais.

8 - Glossário de Caracterização Regional e Territorial do Distrito Federal

O documento elaborado pela Codeplan compila diferentes classificações de territórios utilizados pelos diversos atores das políticas públicas do Governo do Distrito Federal, para facilitar a interlocução dos pesquisadores da Codeplan com os diversos órgãos parceiros do GDF.

O intuito é o de promover diálogo adequado às necessidades dos órgãos e o de produzir evidências aderentes ao contexto territorial de cada um deles. A clareza sobre as diferentes classificações do território mostra-se fundamental para um diálogo transparente entre as partes do governo e para promover uma convergência de entendimentos, objetivos e aplicação de ações.

Pesquisas e estudos em fase de revisão e diagramação.

9 - Indicadores Demográficos da RIDE – 2000/2010/2015

O estudo buscou lançar um olhar demográfico e econômico às distintas áreas da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – RIDE. Para alcançar tal objetivo, foi realizado um perfil demográfico através das mudanças na dinâmica da natalidade e mortalidade para o total de municípios do Estado de Goiás e de Minas Gerais e o Distrito Federal que compõem a RIDE, para os anos de 2000/2005/2010/2015. Além disso, o estudo também detalhou a situação econômica de forma desagregada por municípios da RIDE por meio do Produto Interno Bruto – PIB para o ano de 2016.

10 - Projeção da mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis entre 2015 e 2030: uma análise para o Distrito Federal, Brasil

O principal objetivo do estudo foi o de projetar a taxa de mortalidade prematura entre os anos de 2015 e 2030, apontando possíveis cenários para o cumprimento dos ODS e do Plano Nacional de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) no Distrito Federal.

Ao final do estudo foi possível concluir que, ainda que as projeções dos níveis de mortalidade do IBGE prevejam uma queda acentuada dos riscos de morte entre 30 e 69 anos até 2030 no Distrito Federal, sob a perspectiva dos ODS o cenário tendencial não possibilitará o alcance do objetivo de diminuição de um terço na mortalidade prematura por DCNT. Para atingir esse objetivo, é fundamental considerar o cenário do Plano de Ação e, sobretudo, pensar nas políticas de atenção e prevenção das DCNT, principalmente entre as mulheres.

11. Retratos Sociodemográficos PDAD 2018 - Perfil sociodemográfico da população jovem do Distrito Federal a partir de dados da PDAD 2018

Os Retratos Sociodemográficos PDAD 2018 são estudos temáticos e transversais elaborados pela Codeplan a partir de dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2018. A nota técnica sobre juventude buscou apresentar as principais características sociodemográficas da população jovem (15 e 29 anos) do Distrito Federal a fim de fornecer informações que permitam conhecer quem são os jovens que vivem no território distrital e subsidiar o planejamento de políticas governamentais voltadas para essa população.

Dentre os principais achados, constatou-se que o grupo de jovens do Distrito Federal, de modo geral, apresenta as seguintes características: 25 a 29 anos (34,3%), negro (61,8%), solteiro (85,4%), residente em um domicílio composto por casal com filhos (55,2%) e residente em território de renda média-baixa (47,1%). Ainda, destaca-se que 24% das jovens são mães e que as jovens trabalham em média 8,4 horas por semana a mais que os jovens do sexo masculino com atividades domésticas.

12. Retratos Sociodemográficos PDAD 2018 - Análise da população jovem do Distrito Federal na PDAD 2018 - Educação, trabalho e renda

O estudo objetivou trazer uma caracterização da população jovem do Distrito Federal nas temáticas de educação, trabalho e rendimento, a partir das informações da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2018, realizada pela Codeplan.

A pesquisa demonstrou que representa um importante desafio no Distrito Federal a formulação de políticas públicas que possam lançar um olhar específico sobre a permanência dos jovens na escola de maneira adequada à faixa etária, assim como sobre a participação dos jovens no mercado de trabalho. Essas políticas precisam ser integradas entre as áreas de educação, trabalho e planejamento, e deverão ser aliadas a estratégias eficientes de gestão pública.

Outro enfrentamento necessário deve ocorrer para o grupo de jovens que não estudam, nem trabalham (nem-nem), que retratam uma vulnerabilidade importante, principalmente para aqueles de renda baixa e do sexo feminino.

13 - Retratos Sociodemográficos PDAD 2018 – perfil socioeconômico e demográfico das mulheres do Distrito Federal: desigualdade, inserção no mercado de trabalho e cuidados com a casa e a família

O estudo teve como objetivo levantar as principais informações sobre o perfil socioeconômico e demográfico das mulheres do Distrito Federal, sua relação com o mercado de trabalho, assim como a conciliação com os afazeres domésticos e cuidados com a família, de forma comparativa aos homens.

Para compreender o perfil feminino do DF de forma mais ampla e interseccional, ou seja, levando em consideração os diversos perfis de mulheres, por níveis de renda, raça/cor e escolaridade, optou-se por desagregar os dados da PDAD não apenas pela média do DF, mas também por Região Administrativa e pelos quatro grupos da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DF (PED), que apresentam realidades bem distintas entre si.

14 - Retratos Sociodemográficos PDAD 2018 – o retrato e a situação de bem-estar das crianças no Distrito Federal

O estudo traça um panorama do perfil sociodemográfico das crianças (0 a 12 anos) no Distrito Federal, por meio das informações da PDAD 2018. O objetivo deste trabalho é apresentar, de forma sucinta, informações sobre as crianças do Distrito Federal a partir dos seguintes pontos: i) aspectos demográficos; ii) aspectos relacionados à educação; iii) aspectos relacionados à saúde; iv) condições de moradia; e v) o Índice de Bem-estar Urbano – IBEU - para as crianças do DF.

Como resultados preliminares principais, a pesquisa evidenciou que o Distrito Federal possui 500.882 crianças com idade entre 0 e 12 anos. A maior proporção de crianças em relação à população do DF está nas regiões administrativas de menor renda, que abrigam 8,4% das crianças do DF. As regiões administrativas com maior quantidade de crianças são Ceilândia e Samambaia, que são também as mais populosas do DF. Sobre o acesso à escola, 72% das crianças estão matriculadas na rede de ensino do DF.

15 - Retratos Sociodemográficos PDAD 2018 – A População Idosa do Distrito Federal

O objetivo deste estudo foi o de apresentar de forma sucinta informações sobre: i) o perfil da população idosa, com 60 anos ou mais; e ii) o Índice de Bem-estar Urbano – IBEU-DF para as pessoas idosas do Distrito Federal.

Para tanto, três eixos foram considerados para construir o retrato da população idosa: aspectos demográficos; aspectos de saúde e ocupação, aposentadoria e rendimento.

Como resultados preliminares principais, a pesquisa evidenciou que a população idosa do Distrito Federal é de 303.017 pessoas. A maioria delas é do sexo feminino, com idade entre 60 e 69 anos, residentes em Ceilândia, Plano Piloto e Taguatinga. Grande parte da população idosa que vive em RA's de renda média-baixa e renda baixa e são de raça-cor negra. No grupo de alta renda, 87,2% dos idosos possuem plano de saúde, enquanto no grupo de menor renda apenas 13,7% possuem esse serviço. 23,0% dos idosos não estão aposentados e

também não trabalham e se encontram, assim, em situação de maior vulnerabilidade. Os dados do IBEU-DF evidenciam que 65% da população idosa do Distrito Federal vive em condições de bem-estar urbano médias ou ruins.

16 - Retratos Sociodemográficos PDAD 2018 – O perfil socioeconômico e demográfico dos negros do Distrito Federal: desigualdade e inserção no mercado de trabalho

Com este estudo pretendeu-se ilustrar o panorama recente sobre a desigualdade racial no Distrito Federal, de forma comparativa aos não negros, a partir da análise transversal de temas essenciais aos estudos de estratificação social: perfil demográfico, escolaridade e trabalho.

Como resultados preliminares principais, observou-se que a população do Distrito Federal em 2018 era de 2.881.854 habitantes. Mais da metade dessa população (57,6%) é composta por negros – 10,1% autodeclarados negros, e 47,5% autodeclarados pardos. A maior parte da população negra reside nas regiões administrativas dos grupos de renda baixa (69,6%) e média baixa (66,6%), enquanto apenas 33,1% da população dos grupos de renda alta é composta por pretos ou pardos.

17 - Retratos Sociodemográficos PDAD 2018 – Pessoas com deficiência no Distrito Federal: perfil, emprego e mobilidade urbana

O objetivo deste estudo é o de informar gestores públicos e a sociedade sobre o perfil, emprego e mobilidade urbana das pessoas com deficiências – PcD's - que vivem no Distrito Federal, além de identificar demandas e oportunidades para ações do poder público, da iniciativa privada e/ou da sociedade civil.

Os resultados mostram que viviam no Distrito Federal 139.708 pessoas com alguma deficiência, o correspondente a 4,8% da população. A proporção de pessoas com deficiência era maior nas RA's de média-baixa e baixa renda, entre a população feminina e idosa. Os tipos de deficiências predominantes entre a população do Distrito Federal eram a visual e motora, respectivamente. Em termos de escolaridade e empregabilidade as pessoas com deficiência se encontravam em situação inferior à das pessoas sem deficiência.

18 - Nota Metodológica PDAD 2018 – Metodologia para o cálculo do Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu) do Distrito Federal

A nota apresenta a metodologia e os conceitos utilizados para o cálculo do Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu) para o Distrito Federal, utilizando dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD, 2018. O Ibeu é composto por cinco dimensões que abordam aspectos da mobilidade, das condições ambientais e habitacionais, da infraestrutura e dos serviços coletivos.

O Ibeu do Distrito Federal ou Ibeu-DF por RA permite identificar e evidenciar a heterogeneidade entre os territórios e, com isso, cria condições para orientar as políticas públicas para a melhoria do bem-estar da população em localidades onde as demandas são mais expressivas. A análise de um conjunto seletivo e agregado de indicadores viabiliza a observação das condições de infraestrutura implantadas e, ainda, possibilita um olhar mais avançado, no qual são colocados em relevo os efeitos no bem-estar percebidos pela população.

19 - Projeções Populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2010-2020

A elaboração de estimativas e projeções populacionais por região administrativa do Distrito Federal tem papel basilar para o planejamento governamental distrital, fornecendo subsídios para a ação estratégica do governo e para a implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Além disso, dispor de dados populacionais detalhados por sexo e idade

segundo RA é imprescindível para que as ações públicas no território possam ser mais efetivas.

Por esse motivo, a partir do estudo realizado pela Codeplan, foram apresentados indicadores demográficos que resumem e fornecem informações relevantes sobre a dinâmica demográfica do Distrito Federal. Em síntese, para além do baixo incremento populacional projetado para a próxima década, os números apresentados pelas projeções populacionais apontam para o decréscimo da proporção de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos em todas as regiões administrativas e para um crescimento significativo da população idosa (de 60 anos ou mais) no Distrito Federal.

20 - Um olhar sobre a violência contra o idoso no Distrito Federal – 2011 a 2017

Uma ação importante do poder público para enfrentar o problema da violência contra a pessoa idosa deve ser a de organizar uma rede de serviços e capacitar profissionais de diversas áreas para identificação, prevenção e intervenção em caso de violências sofridas pelos idosos. Nesse sentido, para melhor subsidiar gestores para esse fim, o estudo elaborado pela Codeplan procurou descrever as características dos idosos no DF, com 61 anos ou mais, que sofreram violações (sexo e grupo etário), e as violações sofridas (tipo e volume de cada tipo de violação, relação do suspeito com a vítima, local da violação e relação do denunciante com a vítima). Essa descrição, de caráter exploratório, se deu a partir dos dados sobre denúncias de violência contra o idoso coletados por meio do Disque 100, entre os anos de 2011 e 2017, no Distrito Federal.

O estudo mostrou que o número de denúncias de violência contra o idoso no Distrito Federal aumentou entre 2011 e 2017. Da análise do total de violações, depreende-se que: i) quem mais sofre com essas violações são as mulheres; ii) os tipos de violação mais comuns são a negligência e a violência psicológica; iii) a maior parte das violações acontece na casa da própria vítima e iv) na maioria dos atos de violação, o agente causador são os filhos ou outros familiares.

21 - Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – Paranoá Parque

O relatório e o sumário executivo elaborados pela Codeplan apresentaram os resultados da pesquisa domiciliar realizada para avaliar a satisfação dos moradores do Paranoá Parque em relação às suas novas condições de moradia. A pesquisa foi desenvolvida pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a partir de uma demanda da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), do extinto Ministério das Cidades.

No que diz respeito aos resultados encontrados, foram observados que os respondentes apontaram como pontos negativos acesso a serviços públicos e privados. Como pontos positivos, os respondentes apontaram melhoria nas condições de infraestrutura da sua residência e no acesso a equipamentos de lazer. No geral, a maior parte dos moradores respondentes revelou intenção de permanecer no local.

Embora um resumo com os principais resultados do relatório do estudo tenha sido lançado no site da Codeplan [1] na gestão de 2018, em 2019 foi feita uma ampla revisão do estudo e a transformação dos principais resultados do estudo em um Sumário Executivo para ampliar o alcance de divulgação e de disseminação dos dados.

22 - Educação Especial no Distrito Federal: um panorama da demanda e do atendimento

O estudo analisou o perfil da população com deficiência e do subgrupo de estudantes atendidos na rede de ensino do Distrito Federal. Para tanto, foi apresentado um panorama da demanda e do atendimento educacional destinado às pessoas com deficiência no Distrito

Federal e foram identificadas as características do processo de inclusão educacional empreendido até então, orientado a partir da base legal e curricular.

Os dados apresentados neste estudo demonstraram que a rede de ensino do Distrito Federal, em cumprimento às exigências legais, tem ampliado o atendimento da demanda educacional por educação especial. O atendimento ocorre, sobretudo, para os alunos matriculados no Ensino Fundamental, com faixa etária até 14 anos (57%) para todas as deficiências e em tempo parcial (95,2%). Além disso, o Distrito Federal tem expandido o atendimento dos alunos da educação especial em classes comuns, sendo o percentual igual a 84%. Verificou-se também que a rede de ensino conta com 25 escolas-pólo, distribuídas em 14 regionais de ensino destinadas ao atendimento de alunos com altas habilidades e superdotação.

Por fim, os alunos têm à disposição recursos e instrumentos para acessibilidade como tecnologia assistiva e comunicação (braile, libras, comunicação tátil, etc.), sendo 54,7% deles compostos por leitores, seguidos por transcrições (24,2%) e pelo tradutor de libras (13,7%), profissionais da leitura labial (3,4%), produção de provas ampliadas (2,8%), provas em braile (1,2%) e intérprete (0,1%).

ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

1 - Pesquisa Distrital por Amostra Domiciliar - PDAD

O último levantamento de campo da PDAD foi realizado em 2018. No ano de 2019 foram produzidos os relatórios analíticos de resultados da pesquisa, tanto para o DF como um todo, como também para cada uma das 31 Regiões Administrativas. Foram realizadas divulgações de resultados por Unidade de Planejamento Territorial – UTP e foram disponibilizados no site da Codeplan os microdados da pesquisa (atividade contínua, com periodicidade bianual; próximo levantamento de campo previsto para 2021). Adicionalmente, foram ministrados cursos para manuseio do banco de microdados da PDAD, em Excel e em “R” (atividade realizada sob demanda). A Codeplan procedeu ao recorte dos dados da PDAD relativos ao Incra 8 e Vila Planalto, com elaboração das respectivas notas técnicas (atividade realizada sob demanda, realizada no segundo semestre de 2019). Foram iniciados trabalhos voltados à reponderação das PDAD’s dos anos anteriores, compatibilizando-as com as projeções populacionais de 2018 (atividade pontual, realizada no segundo semestre de 2019).

2 - Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED - é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente e que foi implantada no Distrito Federal em novembro de 1991, tendo como objetivo oferecer indicadores com vistas à elaboração de políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho.

A PED/DF foi realizada em 2019, mantendo a parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho – SETRAB - e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

A pesquisa foi realizada nos meses de janeiro a agosto de 2019, mês em que foi finalizado o contrato de 5 anos que a SEDESTMIDH mantinha com a empresa responsável pela coleta de dados da pesquisa. A partir desse mês, iniciou-se um processo de revisão da abrangência da PED/DF, no sentido de ampliá-la também para os 12 municípios goianos periféricos ao Distrito Federal.

Desta feita, a Codeplan abriu processo licitatório para contratação dos serviços de coleta de dados da pesquisa e outro processo de contratação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, detentor da metodologia da PED. A retomada da coleta de dados da pesquisa está prevista para janeiro de 2020 (atividade

contínua, com periodicidade mensal; paralisada apenas durante o processo licitatório para contratação dos serviços de levantamento de campo).

3 - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD – 2019

Para a realização da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD 2019, foi contratada em agosto, após certame licitatório, empresa para realização da coleta de dados, a qual teve início em outubro de 2019. A amostra totaliza 12.710 domicílios residenciais urbanos, localizados nos 12 municípios goianos circunvizinhos ao Distrito Federal. O levantamento de campo foi iniciado em outubro de 2019 e, até meados do mês de dezembro, foram pesquisados cerca de 3,5 mil domicílios. O término da coleta de dados está previsto para março de 2020.

Constituem-se objeto de investigação da pesquisa as áreas urbanas de dos seguintes municípios: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Cocalzinho, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás (atividade contínua, com periodicidade bianual).

4- Produção de informes econômicos de acompanhamento mensal, trimestral ou anual de indicadores econômicos, quais sejam: IPCA, Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), IDECON-DF, Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF), Pesquisa por Amostra Nacional de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT), CAGED, etc. A produção desses informes vem ocorrendo periodicamente desde julho de 2017. Em 2019, foram produzidos cerca de 70 informes (atividade contínua).

5 - Produção de Boletim de Conjuntura do Distrito Federal, de periodicidade trimestral, que tem por objetivo acompanhar o desempenho econômico do DF, oferecendo uma visão abrangente e racionalizada dos indicadores econômicos disponíveis para o Distrito Federal. Em 2019, foram produzidos, divulgados e publicados 4 boletins (atividade contínua).

6 - Realização de "Painel de Análises Econômica – Conjuntura Econômica do DF": foram realizados 4 painéis que tiveram por objetivo apresentar as análises realizadas pela gerência sobre o comportamento da atividade econômica do DF. Os Painéis ocorreram em 12 de março, 18 de junho, 17 de setembro e 11 de dezembro (atividade contínua).

7 - Produção de Notas Técnicas (atividade pontual)

a. Decomposição dos ganhos de Produtividade do Trabalho no Distrito Federal de 2006 a 2016 – Janeiro/2019;

b. O perfil do comércio internacional de mercadorias do Distrito Federal entre 2008 e 2018 – Novembro/2019.

8 - Produção de Textos para Discussão (atividade pontual)

a. TD 65: algoritmo para automatizar previsões - 2019 (Outubro/2019) – Autor: João Renato Lerípio

9 - Palestras

a. Seminário "O Cenário Brasil Brasília e as Políticas do Novo Banco de Desenvolvimento NDB-BRICS". Título: Conjuntura Econômica Brasil e Distrito Federal - Nov/2019 (atividade pontual).

b. Apresentação da Codeplan para estudantes e professores do Pardee Center for International Futures, na Universidade de Denver, Colorado, Estados Unidos da América - Julho/2019 (atividade pontual).

10 - Produção de relatórios para a SEEC: as análises e o monitoramento realizado pela Codeplan ao longo dos meses permitiram o desenvolvimento de expertise para oferecer informações sobre a economia no DF. Nesse sentido, a Codeplan produziu, atendendo

solicitação da Secretaria de Estado de Economia (SEEC), o Relatório de conjuntura econômica do Distrito Federal – 2018 - e o Relatório de análise macroeconômica do Brasil - 2018 (atividade contínua).

11 - Manutenção do Blog de Economia do Distrito Federal: concentra, em um único endereço eletrônico, todas as publicações da Codeplan que se referem à conjuntura econômica.

No ano de 2019, foram desenvolvidos dois monitores (Serviços e Comércio) contendo informações mensais de pesquisas do IBGE para o DF, que foram incorporadas ao Blog (atividade contínua).

12 - Análise de preços: a Codeplan acompanha e sistematiza os dados disponibilizados pelo IBGE relativos ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, procurando avaliar os impactos da dinâmica do nível geral de preços sobre a economia do Distrito Federal. Ao longo do ano de 2019, foram produzidas as análises de resultados de dezembro de 2018 e de janeiro a novembro de 2019. Nesse sentido, quanto ao tema “índice de preços”, foram produzidos 12 boletins mensais sobre o IPCA de Brasília e 12 informes econômicos sobre o IPCA de Brasília. Além disso, foram realizados 12 Painéis de Análises Econômicas – Comportamento dos preços, com divulgação do Boletim do IPCA-INPC em conjunto com a divulgação do Índice CEASA do Distrito Federal (atividade contínua).

13 - Reunião “Conjunturas Econômicas”, de periodicidade semanal, que tem por objetivo apresentar ao Secretário de Estado de Economia e sua equipe o comportamento econômico do DF, oferecendo uma visão abrangente e racionalizada dos indicadores econômicos disponíveis para o Distrito Federal, e apresentar as análises realizadas pela Codeplan acerca da economia do Distrito Federal, em especial estudos sobre Finanças Públicas. Em 2019, foram realizadas por volta de 25 reuniões versando sobre diversos temas econômicos (atividade contínua).

14 - Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB/DF (atividade contínua)

A Codeplan é a responsável pelo cálculo e divulgação do PIB local, em parceria com o IBGE. O PIB mede, em níveis agregados, todos os bens e serviços finais produzidos no país, nos estados e nos municípios, em determinado período. Atualmente é o principal indicador de acompanhamento da atividade econômica. O PIB do DF e dos demais Estados da federação são divulgados segundo a aferição da Produção e da Renda, como um dos objetivos do projeto de Contas Regionais de construção de um sistema regional o mais completo possível. A Conta de Produção e a Conta da Renda são as duas primeiras de um conjunto de contas que estruturam um Sistema de Contas Nacional ou Regional. Pela ótica da produção, são apresentadas estimativas do valor adicionado bruto por atividade econômica, expressas em valor corrente e em volume (taxa real), além do PIB a preços de mercado e PIB per capita. Pelo lado da renda, são apresentados os rendimentos obtidos no processo de produção de bens e serviços. O conjunto desses resultados possibilita ao governo, às empresas e aos estudiosos efetuarem análises sobre a capacidade produtiva e competitiva da economia do Distrito Federal. As bases de dados das Contas Regionais estão completamente integradas à série das Contas Nacionais do Brasil.

No âmbito do projeto “Produto Interno Bruto do Distrito Federal”, executado anualmente, foram realizadas as seguintes atividades até 31 de dezembro de 2019:

Solicitação e análise dos balanços contábeis de 2017 das empresas geradora e distribuidoras de energia elétrica, água e gás no Distrito Federal, para construção dos valores correntes do valor bruto da produção e consumo intermediário para a atividade econômica Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana do PIB-DF, enviados ao IBGE.

Projeção do PIB-DF, a preço de mercado, para os exercícios de 2017 a 2022 para atender solicitação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Realizada em maio de 2019.

PIB-DF 2017 - Análise dos resultados preliminares das atividades econômicas.

Participação da equipe no Encontro Nacional de Contas Regionais e PIB dos Municípios no período de 09 a 13 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para analisar os resultados preliminares do PIB/DF de 2010 a 2017 e a série retropolada de 2002 a 2009 das Contas Regionais.

Elaboração da publicação anual do Produto Interno Bruto do Distrito Federal – 2010-2017 e Série retropolada 2002 -2017.

Elaboração de relatório referente ao desempenho econômico do DF em 2017 para composição da publicação anual das Contas Regionais do Brasil - IBGE.

Divulgação online do PIB/DF 2010-2017 e Série retropolada 2002-2017, em 14 de novembro de 2019.

Divulgação do PIB da RIDE/DF 2017, em evento conjunto com o IBGE, em 13 de dezembro de 2019.

15 - Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECON (atividade contínua)

O IDECON-DF consiste em um indicador de acompanhamento trimestral da atividade econômica local ao longo do ano, fornecendo informações sobre a expansão, estabilidade ou contração da economia do Distrito Federal, expressa pela variação da estimativa do volume produzido em cada trimestre em relação à estimativa de igual período do ano anterior. É elaborado pela Codeplan com o objetivo de preencher a falta de informações atualizadas do desempenho da economia local, dada a defasagem da divulgação dos resultados das Contas Regionais do Distrito Federal relativas ao PIB/DF. A metodologia tem por objetivo produzir um índice síntese da produção de curto prazo no Distrito Federal. Com a divulgação do IDECON-DF com periodicidade trimestral, a sociedade brasiliense conta com indicadores atualizados da produção, possibilitando subsidiar tomadas de decisão por parte do governo, do setor privado e dos demais atores, para a promoção do crescimento e desenvolvimento da economia local. Trata-se de relevante instrumento para subsidiar o planejamento governamental, assim como o planejamento empresarial.

Até 31 de dezembro de 2019 foram realizadas as seguintes atividades:

Cálculo do Idecon-DF referente ao 4º trimestre e ao acumulado no ano de 2018 em comparação com os mesmos períodos de 2017. Divulgado em março de 2019.

Cálculo do Idecon-DF referente ao 1º trimestre de 2019 em comparação com o mesmo trimestre de 2018. Divulgado em junho de 2019.

Cálculo do Idecon-DF referente ao 2º trimestre e 1º semestre de 2019 em comparação a iguais períodos de 2018. Divulgado em setembro de 2019.

Cálculo do Idecon referente ao 3º trimestre de 2019, na comparação com igual trimestre do ano anterior, divulgado em dezembro de 2019.

NT Sol Nascente/Pôr do Sol - Nota Técnica "Sol Nascente/Pôr do Sol- Um retrato demográfico e socioeconômico"

Apresentação de dados socioeconômicos e demográficos da proposta de nova RA.

NT Arniquireiras - Nota Técnica "Arniquireiras/Areal - Um retrato demográfico e socioeconômico"

Apresentação de dados socioeconômicos e demográficos da proposta de nova RA.

TD Avaliação - Texto para discussão nº 61 "Performance e Eficiência do Gasto Público no DF no Contexto Nacional"

Mensuração da performance e a eficiência do gasto público das UF's, com foco no DF, a partir de indicadores de performance do setor público.

16 - Boletim de Finanças Públicas: envolve o monitoramento contínuo dos dados de finanças públicas do DF, viabilizando a manutenção do blog de conjuntura (atividade contínua).

17 - Análise de texto/extração de opinião dos cidadãos - Nota Técnica "Ouvidoria Geral do DF: uma análise dos comentários da população": análise das manifestações dos cidadãos junto à Ouvidoria Geral do DF.

18 - Mosaico orçamentário (atividade em andamento): criação de uma plataforma para consulta e visualização dos gastos do GDF por função/subfunção.

19 - Análise do setor de vestuário - Nota Técnica "Setor de vestuário do Distrito Federal: uma análise do período recente".

20 - Análise do Carnaval – Arrecadação - Nota Técnica "Arrecadação Tributária no Carnaval do Distrito Federal": análise do retorno financeiro do carnaval aos cofres públicos do DF.

21 - Análise do Carnaval - Redes Sociais - Nota Técnica "Avaliação do Carnaval por meio da Mídia Sociais": análise da percepção do carnaval nas redes sociais sobre o carnaval do DF.

22 - Análise do Carnaval – 156 - Nota Técnica "Pesquisa de Percepção do Carnaval do DF: uma abordagem via Central telefônica (156)": análise da percepção dos serviços públicos durante o Carnaval com base em foliões e não-foliões.

23 - Atualização do repositório de Finanças Públicas (atividade contínua): seleção dos dados presentes nos relatórios da SEE e sistematização para seu uso como base de dados.

24 - Reunião de Economia e Finanças (atividade contínua): reunião semanal com o Secretário da SEE/DF para acompanhamento da conjuntura econômica do Distrito Federal, com o objetivo de prover assessoramento econômico.

25 - Template, Nota Técnica e Texto para Discussão em LaTeX (atividade contínua): adequação, conforme solicitações da Ascom, da formatação do template de Nota Técnica e Texto para Discussão em Overleaf (LaTeX) para otimização dos produtos internos da Codeplan.

26 - Avaliação do Ensino Integral: avaliação da educação integral sobre indicadores educacionais no Distrito Federal.

27 - Agenda de análises de eficiência (atividade em andamento): avaliação de serviços fundamentais à população do Distrito Federal - foco em saúde e educação - com o suporte metodológico da UnB, buscando metodologias replicáveis a outros serviços e localidades.

28 - Acesso aos registros administrativos das Notas Fiscais Eletrônicas (atividade em andamento): análises de efeitos encadeados de investimentos/ estudos setoriais/ avaliações de impacto de políticas/ monitoramento da atividade econômica.

29 - Grupo de estudos em Finanças Públicas (atividade em andamento): coordenação de rodadas de debates entre especialistas/estudiosos/interessados em finanças públicas. Os tópicos abrangem desde modelos teóricos de política fiscal até hot topics, como reformas da previdência e tributária e regras fiscais. O objetivo é orientar o debate subnacional e levantar pontos de atenção à política pública distrital.

30 - Elaboração de questionário "Geração de emprego e renda" (atividade em andamento): construção de questionário para avaliação de políticas de geração de emprego e renda promovidas pelas Secretarias de Estado. Formulação e encaminhamento de questionário

baseado no Guia de Avaliação Ex-Ante (IPEA), com intuito de reunir as informações disponíveis e respectivos indicadores de monitoramento.

31 - Liquida DF – Questionário (atividade em andamento): construção de questionário para avaliação do programa Liquida DF. Formulação e encaminhamento de questionário baseado no Guia de Avaliação Ex-Ante (IPEA), com intuito de reunir as informações disponíveis e respectivos indicadores de monitoramento.

32 - FGTS - Impacto do saque imediato no Distrito Federal (atividade em andamento): avaliação do impacto do saque imediato sobre o consumo do DF, por meio da simulação do impacto dos resgates utilizando elasticidade-renda e descritivas sobre inadimplência e dados correlatos.

33 - Nota Técnica - Informalidade no Distrito Federal (projeto em andamento): levantamento do perfil da economia informal no DF.

34 - Turismo no Distrito Federal (atividade em andamento): pretende apresentar um breve perfil do turismo no DF.

35 - Mensuração do fluxo de pessoas nos terminais de ônibus do DF (atividade em andamento): desenvolvimento de metodologia para o cálculo do número de pessoas que circulam nos terminais de ônibus do DF. A iniciativa piloto utilizará as câmeras de segurança da Rodoviária do Plano Piloto e aplicará um algoritmo para a contagem de pessoas.

36 - Pesquisa de Percepção ADASA (atividade em andamento): em resposta a uma demanda da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA), se estabeleceu uma parceria para o desenho de uma pesquisa de percepção relativa aos serviços de drenagem urbana e resíduos sólidos do demandante. O trabalho envolve o desenho da pesquisa desejada, estudando-se a melhor forma de realizá-la (possivelmente através de pesquisa mista, realizando entrevistas em domicílios de maior vulnerabilidade e entrevistas telefônicas para os demais), bem como o cálculo e realização de sua amostragem. A responsabilidade quanto à elaboração da análise dos resultados ainda está em análise.

37 - Participação no GT – PEF (atividade em andamento): participação no Grupo de Trabalho incumbido de apresentar Plano de Ação para recuperação da capacidade de pagamento do Distrito Federal, criado mediante portaria da Secretaria de Economia e com duração de 60 dias.

38 - Contribuição para o Cerrado Digital - Grupo Inteligência de Mercado (atividade em andamento): elaboração de relatório setorial sobre o setor de TIC no Distrito Federal e RIDE com o objetivo de dar subsídios em termos de dados à rede Cerrado Digital.

39 - Pesquisa de percepção sobre o uso exclusivo da W3 Sul para pedestres (atividade em andamento): duas sequências de correspondências informativas para as quadras residenciais e comerciais da região de abrangência do bloqueio da W3 Sul com QR code + URL + link na página da Codeplan que direciona para enquete sobre a percepção do morador/domicílio sobre a iniciativa, seguida de pesquisa por telefone, condicionada à disponibilidade da ferramenta, objetivando a implantação de feira aos sábados, na W3 Sul.

PESQUISAS URBANO-AMBIENTAIS

1- Observatório de Boas Práticas: identificação e visibilização de experiências exitosas, buscando construir um conhecimento que possibilite dar subsídio a políticas públicas que impactem positivamente na melhoria dos seguintes aspectos: planejamento territorial; regularização fundiária; déficit habitacional; mobilidade; infraestrutura; saneamento básico; conservação e qualidade ambiental; licenciamento ambiental; gestão da água e energia limpa.

- 2 - Atlas do DF 2020: elaboração de conteúdo com atualização de mapas e informações, tradução de textos para inglês e espanhol e contratação dos serviços de diagramação e impressão para versão impressa. Conclusão prevista para Abril de 2020.
- 3 - Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT: apoio à elaboração de diagnóstico para Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF, em colaboração com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUH. Conclusão prevista para 2021.
- 4 - Participação na Rede de Governança Metropolitana do IPEA: elaboração dos componentes A, B e C dos relatórios de 2019 da Rede de Governança Metropolitana e participação no Seminário de Rede de Governança Metropolitana na América Latina. Concluído em Dezembro de 2019.
- 5 - Game do circuito turístico do DF – 1ª Fase: desenvolvimento de aplicativo mobile que proporciona ao usuário uma forma gamificada e interativa de experienciar o passeio turístico no Distrito Federal. Após o 1º Ciclo de desenvolvimento, 3 protótipos foram apresentados pelos alunos do UNICEUB, tendo sido exitosa a primeira fase do plano de trabalho com a instituição parceira. Conclusão prevista para Julho de 2021.
- 6 - Estudos de Caracterização Urbana e Ambiental de 12 Municípios da Periferia Metropolitana do DF – PMAD 2017/18: concluídos em Outubro de 2019.
- 7 - Planejamento Estratégico Distrito Federal 2019-2060: provimento de subsídios para o Planejamento Estratégico do Distrito Federal 2019-2060. Concluído em Março de 2019.
- 8 - Seminário “Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Regional Integrado”: degravação completa de todas as mesas que ocorreram no seminário; concluído em Agosto de 2019.
- 9 - Elaboração de Texto Introdutório do PPA 2020-23: texto de contextualização do PPA 2020-2023; concluído em Julho de 2019.
- 10 - Artigo – Big Push para a Sustentabilidade – CEPAL/ONU: “O fechamento do Lixão da Estrutural e a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na cadeia formal de tratamento de resíduos sólidos no Distrito Federal”; Agosto de 2019. Resumo elegível para publicação da ONU; aguardando publicação.
- 11 - Ciclo de reuniões com secretarias para lançamento da Plataforma “Brasília DF em Dados”: acompanhamento e pactuação de envio de informações, participação em mais de 30 reuniões para composição da Plataforma “Brasília DF em Dados” e para a Certificação de Brasília no WCCD – World Council of City Data (ISO 37120).
- 12 - Sumário Executivo da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios 2017/18: conclusão do estudo de caracterização urbana e ambiental de 12 municípios da periferia metropolitana do DF - http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Sum%C3%A1rio_P MAD.pdf
- 13 – Síntese “Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Regional Integrado”
http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Sintese_Seminario_Desenvolvimento_Regional_WEB.pdf
- 14 - Texto para discussão “Aplicativo de Circulação de Cargas Perigosas”: proposta de desenvolvimento de aplicativo de acompanhamento do deslocamento de cargas perigosas no DF. Link: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/TD-66-Aplicativo-de-circula%C3%A7%C3%A3o-de-cargas-perigosas-nas-rodovias-do-DF-ACIRCARPE-DF-2019.pdf>
- 15 - Sumário Executivo “Consumo de Água do Distrito Federal por Região Administrativa”. Link: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Sum%C3%A1rio->

Executivo-Consumo-de-%C3%81gua-do-Distrito-Federal-por-Regi%C3%A3o-Administrativa.pdf)

16 - Texto para discussão "Transporte de Cargas no DF – questões e desafios". Link: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD-53-Transporte-de-Carga-no-Distrito-Federal.pdf>

17 - Nota Técnica "Região Metropolitana do Distrito Federal – Subsídios Técnicos para a sua criação". Link: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-Regi%C3%A3o-Metropolitana-do-Distrito-Federal-Subs%C3%ADdios-para-sua-cria%C3%A7%C3%A3o.pdf>

0008 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-DISTRITO FEDERAL

Não iniciada por morosidade no processo licitatório.

0009 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - DISTRITO FEDERAL

Anulada por Emenda Modificativa nº 01/2019.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1445 - ESTUDOS E PESQUISAS DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA	UNIDADE	14	31/01/2015	ANUAL	12	12	20	23	21	41	22	47	CODEPLAN / DIEPS / UO 32201 / OE 3 / UO 19211 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Foram realizadas 12 (doze) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das políticas de desenvolvimento econômico; pesquisas na área de economia, comércio, serviços, indústria, turismo, trabalho, cidades e setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do DF e da RIDE.</p> <p>2017 - A Empresa não somente alcançou como ultrapassou em 3 (três) o quantitativo de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas realizados no decorrer do exercício, resultado de esforço conjunto e dedicação da equipe que compõe a atual gestão. 2018 - Com a reformulação da PDAD e a terceirização do IEL para a realização dos serviços de coleta de campo, a Companhia realizou a pesquisa PDAD na 31 RAs do DF. Ampliando as pesquisas para a Região Metropolitana, a Companhia realizou a PMAD em 5 municípios (Águas Linda de Goiás, Planaltina de Goiás, Cocalzinho, Padre Bernardo e Valparaíso de Goiás). Acrescentando-se à PDAD e PMAD, o PIB/DF, IDECON e o Anuário Estatístico, totalizando 41 pesquisas realizadas.</p> <p>2019 - Em 2019, foram realizados 47 (quarenta e sete) estudos e pesquisas de natureza social, econômica, demográfica e cartográfica, destinados ao planejamento do Governo do Distrito Federal, implementação de políticas públicas e promoção do desenvolvimento do DF e RIDE. A Empresa não somente alcançou o número desejado de 22 (vinte e dois), como superou em mais 15 (quinze) no quantitativo previsto/desejado. A aproximação da Codeplan ao órgão do GDF, resultou no aumento de demanda e no resultado.</p>													
1447 - ESTUDOS E PESQUISAS URBANO E AMBIENTAIS	UNIDADE	5	31/01/2015	ANUAL	5	16	8	18	8	12	8	17	CODEPLAN / DEURA / UO 32201 / OE 3 / UO 19211 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Equipe reconstituída e Gestão determinada. Foram realizados 5 (cinco) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais.</p> <p>2017 - Os resultados alcançados em estudos e pesquisas urbano e ambientais, ao ultrapassar em mais que o dobro o quantitativo previsto inicialmente, demonstram que a Companhia, em seu processo de reestruturação, tem aumentado, significativamente, o número de informações disponibilizadas ao GDF, para implementação de políticas públicas.</p> <p>2018 - Estudos urbanos e ambientais, foram realizados em sete municípios da Área Metropolitana de Brasília: Cidade Ocidental, Alexânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Luziânia, Cristalina e Formosa, além das seguintes pesquisas: Caracterização Urbana e Ambiental da Unidade territorial UPT Norte, Caracterização Urbana e Ambiental de Planejamento Territorial da UPT Leste, Caracterização Urbana e Ambiental de Planejamento Territorial da UPT Central Adjacente 1 e Central Adjacente 2.</p> <p>2019 - Em 2019 a Codeplan realizou 17 (dezessete) estudos e pesquisas urbano e ambientais, O resultado alcançado, superando em 9 (nove) estudos o desejado, decorre da aproximação da Codeplan às Secretarias do GDF, resultando no aumento da demanda e na ampliação significativa dos trabalhos realizados.</p>													

Indicador	Unidade	Índice e mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado do 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado do 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado do 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado do 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1446 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE GOVERNO	UNIDADE	12	31/01/2015	ANUAL	13	9	11	14	12	16	12	27	CODEPLAN / DIPOS / UO 32201 / OE 3 / UO 19211 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Mudanças na gestão da unidade responsável, cargo do diretor vago e evasão de técnicos requisitados, levaram ao não alcance do índice desejado. Foram realizados 9 (nove) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais para avaliação das políticas sociais implementadas, nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, transferência de renda, inclusão produtiva, agricultura familiar, segurança alimentar, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida, pobreza, desigualdades, etc. 2017 - A Companhia ultrapassou a previsão de estudos e pesquisas realizadas em Políticas Sociais, tendo alcançado 14 (catorze) estudos e pesquisas realizadas. Tal resultado decorre de esforço e dedicação da equipe de técnicos e gestores. 2018 - Na área de Estudos de Políticas Sociais, a Companhia realizou 16 pesquisas e estudos, conforme a seguir: Violência de Gênero e Desconstrução de Crenças, Satisfação dos Beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida, II Plano Distrital de Políticas para Mulheres, Satisfação Estratégia de Saúde da Família no DF, Um Olhar Sobre a Violência Contra o Idoso no DF 2011 a 2017, Projeção da Capacidade de Leitos Hospitalares, Planos Setoriais, Educação em Perspectiva, Busca Ativa de Crianças na Educação 2019 - Em 2019 a Codeplan desenvolveu 27 (vinte e sete) estudos, análises e acompanhamento das políticas sociais de governo. A Companhia ultrapassou o índice desejado em face de uma política de aproximação da Empesas aos órgãos do GDF, resultando no aumento da demanda e, como consequência, no índice alcançado tão representativo.</p>													
1449 - MANTER E OPERACIONAR A CENTRAL ÚNICA DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO DO GOVERNO DE BRASÍLIA	LIGAÇÕES REC/ATEND	230.000	31/01/2015	MENSAL	150.000	186.068	230.000	394.898	230.000	302.549	230.000	-	CODEPLAN / GECAC / UO 32201 / OE 3 / UO 19211 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Sistema de atendimento ao cidadão melhorado. Foram atendidas 186.068 ligações telefônica/mês, através das Centrais 156, 160, 162 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo governo de Brasília, bem como, registros de reclamações, sugestões e denúncias. 2017 - O Serviço de Atendimento ao Cidadão, mantido sob a coordenação da Codeplan, tem sido objeto de crescente demanda por parte do cidadão residente no Distrito Federal e da Região adjacente. Em 2017, passou a ser usado, complementarmente, como instrumento nas pesquisas da Codeplan (Pesquisa por telefone - CATI), para diversos órgãos do GDF, como a Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Limpeza Urbana, Secretaria de Mobilidade, Secretaria de Fazenda e outros, elevando o número de ligações. 2018 - O Serviço de Atendimento ao Cidadão passou a ser responsabilidade da SEPLAG, em virtude do Decreto nº 38.952, de 26 de março de 2018, sendo que suas atividades se mantiveram na Codeplan até Julho/2018. O número de 302.549 ligações/mês, recebidas/atendidas, refere-se à média do período jan/jul. 2019 - As atividades da Central de Atendimento ao Cidadão do Governo do Distrito Federal, foram transferidas para a SEEF/DF desde 2018, em decorrência de decreto governamental.</p>													
1702 - PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	UNIDADE	2	30/06/2015	ANUAL	-	-	2	10	2	2	2	12	CODEPLAN / UO 32201 / OE 3 / UO 19211 / OE 3
<p>Justificativa: 2017 - 1. Portal "Brasília em Números (melhorias) A ferramenta ganhou novas aplicações e um novo modelo de gestão; 2. Portal "Brasília em Mapas" A ferramenta abrigará todas as plataformas de dados espaciais disponíveis na Codeplan; 3. Geocode; 4 Codeplan Web; 5. Morar Bem; 6. Questionários Codeplan; 7 Monitor do Mercado de trabalho; 8 Geoserviço (ortofoto); 9 API SIEDF; 10 Brasília Metropolitana; e, PROCULT. 2018 - Com a reestruturação e redefinição do Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF, a plataforma do sistema de informações do GDF passou a ser única, incorporando as outras duas "Portal Brasília em Números" e "Portal Brasília em Mapas". Deste modo, as demais ferramentas de dados espaciais, antes incorporadas pelo Portal Brasília em Mapas, em 2017, também fazem parte do SIEDF. Conseqüentemente, o número apresentado como alcançado, será igual ao desejado "2". 2019 - O InfoDF continua a aprimorar suas plataformas, além de receber novas. Em 2019 foram mantidas/aprimoradas e instaladas, conforme abaixo: 1. Brasília DF em dados; 2. Brasília Metropolitana; 3. Monitor de mercado de trabalho; 4. GEOCODE; 5. Cobertura da Terra; 6. GEOSERVIÇO; 7. CodeplanWeb8. Catálogo de mapas; 9. Questionários codeplan; 10. API InfoDF; 11. InfoDF (novo portal); 12. GEOCODE API</p>													

1445 - Estudos e Pesquisas de Natureza Social, Econômica, Demográfica e Cartográfica: durante o exercício de 2019, foram desenvolvidos 47 (quarenta e sete) estudos e pesquisas de natureza social, econômica, demográfica e cartográfica.

1447 - Estudos e Pesquisas Urbano e Ambientais: durante o exercício de 2019, foram desenvolvidos 17 (dezesete) estudos e pesquisas urbano e ambientais.

1446 - Estudos, Análises e Acompanhamento e as Políticas Sociais de Governo: durante o exercício de 2019, foram desenvolvidos 27 (vinte e sete) estudos, análises e acompanhamento de políticas sociais de governo.

1449 - Manter e Operacionalizar e Central Única de Atendimento Telefônico do Governo de Brasília: em virtude de decreto governamental, a coordenação das atividades da Central Única de Atendimento Telefônico do GDF, foram transferidas para a então SEEF/DF, em decorrência do Decreto 38.952, de 26 de março de 2018.

1702 - Plataformas e Sistemas de Informações Estatísticas e Geográficas - Plataformas disponíveis: 1. Brasília DF em Dados; 2. Brasília Metropolitana; 3. Monitor de Mercado de Trabalho; 4. GEOCODE; 5. Cobertura da Terra; 6. GEOSERVIÇO; 7. Codeplanweb; 8. Catálogo de Mapas; 10 API InfoDF; 11. InfoDF (novo portal); 12. GEOCODE API.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	15600,00	0	0
0031 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-CODEPLAN-DISTRITO FEDERAL	0	15600,00	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	15600,00	0,00	0,00

Ação não iniciada.

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	0	250000,0	141999,0	0
0010 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS- REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	141999,0	0
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	0,00	250000,00	141999,00	0,00

0010 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - DISTRITO FEDERAL

Ação empenhada. Contrato com a empresa prestadora do serviço de coleta de dados aditivado.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	3182000,00	810917,96	810917,96
0019 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	3182000,00	810917,96	810917,96
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	14536000,00	9286983,42	9286983,42

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0045 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	14536000,00	9286983,42	9286983,42
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	17718000,00	10097901,38	10097901,38

9001 - Execução de Sentenças Judiciais

0019 - Execução de Sentenças Judiciais-Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Plano Piloto: refere-se ao pagamento, pela Codeplan, de sentenças judiciais trabalhistas. Em 2019 foram executadas 36 ações trabalhistas contra a Codeplan.

9050 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições

0045 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições - Companhia de Planejamento do Distrito Federal- Plano Piloto: refere-se ao pagamento de indenizações trabalhistas aos empregados que aderiram ao PDV em 2017. Em janeiro de 2019 eram 79 empregados recebendo indenizações pelo PDV. Refere-se também à ressarcimentos a órgãos públicos, em razão da cessão à Codeplan, de servidores, cuja formação é adequada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	503900,00	394665,20	394665,20
0044 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	503900,00	394665,20	394665,20
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	11295,0	6829,89	6829,89
0033 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	11295,0	6829,89	6829,89
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	0	370100,00	268502,59	229836,62
0007 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	370100,00	268502,59	229836,62
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	288180,00	268884,0	268884,0
0043 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	288180,00	268884,0	268884,0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	57119,00	0	0
0035 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	57119,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	98855575,26	95723618,62	94271370,61
0042 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	98855575,26	95723618,62	94271370,61
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	12546407,56	10862198,88	10305080,10
0039 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	12546407,56	10862198,88	10305080,10
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	3913601,35	3563479,09	3321776,85
0104 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	3913601,35	3563479,09	3321776,85
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	46800,00	14608,20	14608,20
0033 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	46800,00	14608,20	14608,20
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	46800,00	19050,0	16050,0
0029 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	0	46800,00	19050,0	16050,0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	0,00	116639778,17	111121836,47	108829101,47

1471 - Modernização de Sistema de Informação

0044 - Modernização de Sistema de Informação - Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Plano Piloto: recursos oriundos do Banco do Brasil (R\$500.000,00), repassados à Codeplan pela SEPLAG DF, foram utilizados na aquisição de computadores (62) e equipamentos de áudio, vídeo, impressoras e notebooks (20) destinados à sala de monitoramento do InfoDF, bem como, aos técnicos responsáveis pela implantação e manutenção do sistema.

8502 - Administração de Pessoal

0042 - Administração de Pessoal - Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Plano Piloto: dadas as características das atividades da Companhia, voltadas às pesquisas e estudos, sociais, urbano e ambientais e de políticas públicas, seu corpo técnico possui alto grau de formação técnico/profissional. São, em sua maioria, técnicos com especialização, mestrado e doutorado, os quais se encontram envolvidos em atividades finalísticas. Tal fato justifica a concentração de recursos no Programa que absorve as despesas com a folha de pessoal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

1. Articulação para captação de projetos, recursos e parcerias

Como parte dos esforços da Codeplan para se consolidar como um locus de pesquisas de excelência, a Empresa ampliou a sua interlocução com diversos atores governamentais e não-governamentais que atuam no Distrito Federal ou em âmbito nacional. A nova gestão mapeou órgãos e instituições pertencentes ao Governo e ao ecossistema de pesquisa social com o objetivo de apresentar o portfólio de produtos da Companhia e prospectar novos projetos, pesquisas e possibilidades de parcerias.

Partindo da premissa de que os problemas e gargalos das políticas distritais somente podem ser compreendidos a partir de uma interlocução qualificada com os órgãos do GDF, em 2019 buscou-se ampliar as parcerias intragovernamentais. Para tanto, foi realizado um mapeamento das ações governamentais e foram feitas rodadas de conversas com as Secretarias do GDF, para identificação de problemas de políticas públicas junto aos gestores.

Além disso, Codeplan e FAP-DF assinaram Acordo de Cooperação Técnica – ACT, tendo em vista que a instituição, desde a sua fundação, tem entre suas competências apoiar a difusão e a transferência de resultados de pesquisas, assim como o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas. Por meio do referido Acordo, demandas de pesquisa são apresentadas à FAP-DF para que sejam financiadas pelo Fundo, possibilitando a contratação de pessoas físicas por meio dos instrumentos jurídicos da entidade.

Até o momento, os seguintes projetos serão realizados em parceria da FAP-DF: (i) Políticas baseadas em evidências; (ii) Síntese de evidências sobre fomento à pesquisa e à inovação; (iii) Índice de Governança e Gestão da FAP-DF e da Codeplan; e (iv) Diagnóstico do perfil dos jovens no Distrito Federal.

Ainda dentro do esforço de qualificar a capacidade de diálogo e de oferta de pesquisas, assessorias e avaliações da Codeplan, em 2019 a Companhia percorreu o gabinete de diversos deputados distritais visando estreitar os laços da Codeplan com a Câmara Legislativa do DF, com o objetivo de levantar recursos para as pesquisas a serem realizadas na nova gestão. Como resultado dessas iniciativas, a Codeplan obteve sua primeira emenda parlamentar para custeio de pesquisa, também a primeira da história da Empresa, e uma parceria com a E-Legis para a realização do curso sobre Políticas baseadas em evidências.

As seguintes pesquisas foram encomendadas por membros do legislativo local:

- O sistema socioeducativo: foram destinados 250 mil reais para a realização de pesquisa inédita no GDF sobre as diferentes trajetórias dos adolescentes no sistema socioeducativo. A pesquisa será supervisionada metodologicamente pela Codeplan e a quantia vai financiar a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta de dados, responsável por aplicar questionários e realizar entrevistas em unidades do sistema socioeducativo do Distrito Federal.
- Empregabilidade de Pessoas com Deficiência no Distrito Federal: foram disponibilizados 82 mil reais para a realização de pesquisa inédita no GDF que buscará investigar quais são as dificuldades inerentes ao mercado de trabalho que dificultam a inserção das pessoas com deficiência. A pesquisa será supervisionada metodologicamente pela Codeplan para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de análise de dados secundários e coleta de dados primários, por meio de entrevistas com pessoas com deficiência e representantes de empresas do Distrito Federal.

2. Acordos de Cooperação Técnica

2.1. ACT's vigentes

ACT nº 02/2019 - Secretaria de Justiça e Cidadania

Data de assinatura: 13/09/2019.

Data de vigência: 16/09/2023.

Objeto: realizar, de forma conjunta entre Codeplan e Sejus/DF, diagnóstico da percepção de servidoras e servidores do sistema socioeducativo quanto ao sistema socioeducativo, às próprias atribuições e às condições de trabalho que podem influenciar sua saúde, para aprimorar estratégias de capacitação e cuidados com a saúde do trabalhador.

1º Termo Aditivo do ACT nº 06/2017 - Secretaria da Cultura

Data de assinatura: 29/04/2019.

Data de vigência: 20/03/2020.

Objeto: estabelecer um regime de mútua cooperação técnica e operacional entre a Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan e a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal - SEC/DF, visando a implementação de ações conjuntas que assegurem o desenvolvimento e compartilhamento de estudos, pesquisas, tecnologias e produção técnica de conhecimento para subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas de cultura.

ACT nº 01/2019 – FAP-DF

Data de assinatura: 20/08/2019.

Data de vigência: 20/08/2021.

Objeto: estabelecimento de parceria entre a Codeplan e a FAP-DF, para elaboração e execução de projetos de pesquisa científica e de inovação nas áreas econômicas, sociais, demográficas, cartográficas, georreferenciadas, urbanas, ambientais, e de avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento de Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).

Projetos relacionados ao ACT nº 01/2019:

- a. Políticas baseadas em evidências: diagnóstico sobre o uso atual de evidências nos órgãos e secretarias do Governo do Distrito Federal, a ser realizado em conjunto com a Escola Nacional de Administração Pública – Enap, o Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas Aplicadas – Ipea, e o Institute of Development Studies – IDS da Universidade de Sussex, do Reino Unido.
- b. Síntese de evidências sobre fomento à pesquisa e à inovação: elaboração de uma síntese de evidências para a FAP-DF sobre estratégias para o fomento à pesquisa e à inovação.
- c. Índice de Governança e Gestão da FAP-DF e da Codeplan: desenvolvimento e aplicação de metodologia para o cálculo do Índice de Governança e Gestão na Codeplan e na FAP-DF.
- d. Diagnóstico do perfil dos jovens no Distrito Federal: a partir da cooperação técnica e operacional com a Secretaria de Juventude do Distrito Federal – Sejuv-DF, será realizado estudo sobre a saúde do jovem no DF e seu perfil.

ACT Fiocruz (ACT nº 01/2017)

Data de assinatura: 23/02/2017.

Data de vigência: 15/05/2022.

Objeto: implementar ações conjuntas que assegurem o desenvolvimento e compartilhamento de dados, estudos, ensino, pesquisas e projetos de interesse comum, voltados ao aprimoramento das políticas públicas associadas ao desenvolvimento saudável e sustentável do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

2.2. ACT's em tramitação

1. Secretaria de Estado da Mulher: diagnóstico do uso do tempo e das diferenças sociais relacionadas à alocação do tempo pelas mulheres no Distrito Federal.

2. Secretaria da Juventude: diagnóstico do perfil dos jovens no Distrito Federal, em especial, captando aspectos relacionados à gravidez entre crianças e adolescentes, ao aumento da incidência de infecções sexualmente transmissíveis (IST's) entre os jovens e aos casos de depressão e suicídio entre os jovens do DF.

3. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação: desenvolvimento de estudos de cenários demográficos e territoriais do Distrito Federal, tendenciais e exploratórios, para os horizontes temporais de 2020 a 2030, destinados a apoiar a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).

2.3. ACT's em fase de preparação

Os ACT's listados abaixo estão pendentes de alinhamento com os órgãos e/ou aprovação de planos de trabalho:

1. Secretaria da Educação;
2. Fiocruz;
3. Secretaria de Estado de Saúde.

3. Assessorias

Além de desenvolver pesquisas, faz parte das atribuições da Dipos participar de comitês, comissões, conselhos e grupos de trabalho. As assessorias se dividem em: assessorias externas, com participação da Dipos em instâncias de representação do GDF, e assessorias internas, com participação da equipe Dipos em comissões ou grupos técnicos internos à Codeplan.

3.1. Assessorias externas

- i. Conselho Superior da FAP-DF.
- ii. Comitê de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas.
- iii. Conselho de Economia Criativa do Distrito Federal (CONEC-DF).
- iv. Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal (CDM-DF).
- v. Grupo Técnico da Carta de Serviços ao Cidadão do Distrito Federal.
- vi. Grupo Técnico do Observa Mulher
- vii. Grupo Técnico Executivo do Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal – SIEDF.

3.2. Assessorias internas

- i. Comissão de Conduta e Integridade (CCI).
- ii. Comissão de Planejamento Estratégico 2019-2023.
- iii. Grupo Técnico de Diagnóstico do Clima Organizacional.
- iv. Elaboração do Manual de Aquisições e Contratações.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Plano de Governo do Governador Ibaneis Rocha traz, entre outras definições, o compromisso de inovar no processo de gestão pública no âmbito do Governo do Distrito Federal. A Codeplan, atenta a esse compromisso governamental e à sua missão de produzir e disseminar dados e informações, estudos e análises sociais, econômicas, demográficas, cartográficas, urbanas, regionais e ambientais, além de, análises e avaliações do impacto das políticas públicas para o GDF e a sociedade, também se propôs a ser a instituição think tank

governamental [1]. Assim, espera contribuir, ainda mais, para a inovação da gestão e o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Distrito Federal.

A Companhia conseguiu atingir bons resultados em 2019, lançando novos produtos e publicações. Esse trabalho foi possível graças à colaboração e ao empenho de sua equipe. Foram diferentes frentes de ação, entre as quais destaca-se o estreitamento das relações institucionais com as diferentes secretarias do Governo, deputados distritais, universidades e organizações da sociedade civil.

Entre os produtos desenvolvidos em 2019, o lançamento do #InfoDF, portal de Informações Estatísticas do Distrito Federal, foi um marco no que se refere organizar, de forma sistêmica, os dados estatísticos gerados nos órgãos do GDF por meio do Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal.

Outros trabalhos merecem destaque. São as pesquisas:

- Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2019, cujos microdados permitem aos gestores, acadêmicos e pesquisadores interessados no Distrito Federal expandir suas análises sobre o DF e Regiões Administrativas; além de ter gerado análises temáticas sobre pessoas com deficiência, negras e idosas no Distrito Federal;
- Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD 2019;
- Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (de janeiro a agosto/2019). A partir de suas informações, gerou estudos específicos sobre Emprego Doméstico, Mulher, Empreendedorismo e Negros no Mercado de Trabalho); e
- Pesquisa de Satisfação da Estratégia de Saúde da Família: Comparação dos Resultados do Período 2017-2018.

Há ainda, publicações técnicas de relevância, tais como:

- Produto Interno Bruto do Distrito Federal (PIB/DF) e da RIDE-DF;
- Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – Idecon;
- Estudo para desenvolvimento de Aplicativo de Circulação de Cargas Perigosas nas rodovias do Distrito Federal;
- Transporte de cargas no DF: questões e desafios
- A Natalidade no Distrito Federal entre 2000 e 2016: evolução e características;
- Violência Escolar – Estudo de caso na Escola de Ensino Fundamental Prof. Dra. Zilda Arns; e
- Consumo de Água no Distrito Federal por Região Administrativa.

Em 2019, os principais estudos elaborados pela Codeplan receberam também uma versão mais sucinta, divulgada em paralelo ao texto na íntegra, denominada de Sumário Executivo, que destaca os principais pontos dos trabalhos a que se referem.

Além da realização de estudos e publicações, foram celebrados acordos de parceria que propiciarão a elaboração de novos produtos. Entre eles, destacam-se: o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Relações Internacionais, cujo objeto é a nova edição do Atlas do Distrito Federal que, pela primeira vez, trará versões em inglês e espanhol; e o Acordo de Cooperação Técnica com o UniCeub, para elaboração de Game de Circuito Turístico.

Em busca de financiamento público para a produção de conhecimento, a Codeplan obteve apoio do Poder Legislativo, que proveu recursos por meio de emendas parlamentares para desenvolver pesquisas, a exemplo da pesquisa sobre a trajetória de adolescentes no sistema

socioeducativo, da pesquisa sobre a empregabilidade de pessoas com deficiência e da pesquisa sobre a avaliação do IPTU Verde.

A Nota Técnica elaborada pela Codeplan sobre o Sol Nascente e o Pôr do Sol apresentou dados demográficos e socioeconômicos da localidade, subsidiando o Projeto de Lei de criação da 32ª Região Administrativa do Distrito Federal.

Entretanto, 2019 trouxe outros desafios e metas para a Codeplan. A instituição ampliou seus canais de comunicação, marcando presença nas redes sociais, por meio do Facebook e Twitter já em janeiro, e no Instagram a partir de junho, fato que ensejou aumento considerável de acessos ao seu site institucional e, conseqüentemente, a todos os trabalhos ali publicados.

Além disso, a Companhia promoveu diversos eventos, dos quais destacam-se o seminário "Desafios e Oportunidades do Desenvolvimento Regional Integrado", com o objetivo de propor alternativas para o desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF; e o lançamento do portal #InfoDF, incluindo realização de oficinas de capacitação para uso das ferramentas do portal.

A Codeplan promoveu, diversas divulgações públicas dos estudos e dados socioeconômicos e sociais elaborados e disponibilizados, cujo público envolveu autoridades, gestores, jornalistas e sociedade em geral.

A Codeplan participou, também, de eventos fora do Distrito Federal, com destaque para o Workshop sobre previsões econômicas e sociais de longo prazo na Universidade de Denver e o Encontro Nacional de Contas Regionais e PIB dos Municípios, no Rio de Janeiro.

Os trabalhos do ano de 2019 foram publicamente encerrados com a solenidade de premiação dos trabalhos vencedores do V Concurso de Trabalhos Técnico-Científicos, que demonstraram a preocupação com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e sua região, desta vez contando com a participação de concorrentes de outros Estados da Federação, o que demonstra o interesse nacional pelas questões da Capital.

Para o ano de 2020, a Codeplan tem a expectativa de firmar mais parcerias, buscar apoio para desenvolvimento de novos estudos, realizar novos projetos, lançar produtos que se encontram em fase de construção e promover ações institucionais que melhorem o cotidiano de seus empregados.

O projeto Memória Institucional, pertencente ao rol de novos projetos, irá apresentar a história e trajetória da Companhia em seus 53 anos de existência.

Melhorias na infraestrutura tecnológica e na gestão documental da Empresa, além da substituição dos elevadores, também estão nos planos para 2020. A nova intranet, cujo início de operação está previsto para o início do ano, será a nova ferramenta de integração das equipes, contribuindo para melhorar ainda mais a comunicação interna da Empresa.

Entre as parcerias previstas para 2020, destacam-se Acordos de Cooperação Técnica com o SEBRAE, BRB, Secretaria da Mulher, Secretaria de Educação, Adasa e muitos outros. Entre os frutos dessas parcerias há a metodologia de elaboração do PIB DF trimestral, a construção do Observatório da Mulher, o levantamento do perfil socioeconômico dos estudantes das escolas de gestão compartilhada, a percepção da população sobre prestação dos serviços de limpeza urbana, entre outros.

Com relação aos estudos, destacam-se os Retratos Demográficos, uma série de estudos sobre perfis de grupos específicos da população com base na PDAD 2018, e a elaboração de relatório sobre previsões econômicas e sociais, possibilitando a construção de cenários de longo prazo, em parceria com o PNUD.

As muitas expectativas para 2020 apresentadas sinalizam os esforços a serem envidados para tornar a Codeplan a think tank do GDF, capaz de promover estudos, prospectar cenários e,

dessa forma, subsidiar o Governo do Distrito Federal a encontrar soluções para o desenvolvimento sustentável da região, bem como atingir a meta proposta de tornar Brasília uma cidade inteligente e sustentável.

Jean Lima

Presidente da Codeplan

[1]Think tanks são instituições ou organizações dedicadas a produzir e difundir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos, in <https://www.insper.edu.br/noticias/verbete-draft-o-que-e-think-tank/>

19212 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS - UO: 19.212, é uma autarquia em regime especial, criada pela Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, com sede e foro na Capital, dotado de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculado e sob o exercício de supervisão de suas atividades pela Secretaria de Estado de Economia - SEEC.

As seguintes legislações estão relacionadas à sua gestão:

1. Lei nº 3.831, de 14/03/2006: cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS e dá outras providências.
2. Decreto nº 26.805 de 16/05/2006: dispõe sobre a indicação dos representantes dos servidores para integrarem ao conselho de administração do GDF-Saúde-DF.
3. Decreto nº 27.036 de 31/07/2006: designa membros para a composição do conselho de administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS (alterado pelo Decreto nº 27.114 de 28/08/2006).
4. Decreto nº 27.037 de 31/07/2006: designa membros para a composição do conselho fiscal do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
5. Decreto nº 27.038 de 31/07/2006: dispõe sobre a estrutura organizacional do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
6. Decreto nº 27.114 de 24/08/2006: altera dispositivos do Decreto nº 27.036, de 31 de julho de 2006, que designa membros para a composição do conselho de administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
7. Decreto nº 27.115 de 24/08/2006: aprova o regimento interno do conselho fiscal do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
8. Decreto nº 27.116 de 24/08/2006: aprova o regimento interno do conselho administrativo do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
9. Resolução nº 1 de 06/09/2006: aprova o regulamento do plano de assistência suplementar à saúde, GDF-Saúde-DF, instituído pela Lei nº 3.381 de 14/03/2006.
10. Resolução nº 2 de 06/09/2006: aprova os valores de contribuição mensal, mínimos e máximos, dos beneficiários do plano de assistência suplementar à saúde, GDF-Saúde-DF.
11. Decreto nº 27.231 de 11/09/2006: aprova o regulamento do plano de assistência suplementar à saúde do Distrito Federal, GDF-Saúde-DF.
12. Decreto nº 27.232 de 11/09/2006: fixa os valores de contribuição mensal, mínimos e máximos do plano de assistência suplementar à saúde, GDF-Saúde-DF.
13. Resolução nº 3 de 11/10/2006: estabelece os critérios de contribuição dos beneficiários optantes pelo plano de assistência suplementar à saúde – GDF-Saúde-DF, instituído pela Lei nº 3.831, de 14/03/2006, com mais de um vínculo empregatício.
14. Decreto nº 27.360 de 30/10/2006: dispõe sobre a estrutura organizacional do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal e dá outras providências.
15. Portaria nº 262 de 09/11/2006: aprova o regimento interno do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal.

16. Resolução nº 4 de 15/12/2006: estabelece diretrizes básicas da rede credenciada do plano de assistência suplementar à saúde – GDF-Saúde-DF, instituído pela Lei nº 3.831, de 14/03/2006.
17. Decreto nº 27.624 de 11/01/2007: dispõe sobre a reestruturação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS e dá outras providências (alterado pelo Decreto nº 27.870 de 11/04/2007).
18. Decreto nº 27.870 de 11/04/2007: prorroga o prazo fixado no Decreto nº 27.624 de 11 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a reestruturação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
19. Plano de 03/10/2007: Plano Anual de Comunicação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.
20. Decreto nº 28.340 de 09/10/2007: delega competência ao Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, prorroga o prazo que especifica, e dá outras providências.
21. Lei nº 4.330 de 08/06/2009: autoriza o Distrito Federal a implementar o Plano Privado de Assistência à Saúde dos Servidores do Poder Executivo do Distrito Federal na forma de pré-pagamento administrado, e dá outras providências (alterado pelos Decretos nº 30.447/2009, nº 30.782/2009 e nº 30.806/2009).
22. Decreto nº 30.447 de 08/06/2009: designa membros da comissão paritária instituída pela Lei nº 4.330 de 08 de junho de 2009 e dá outras providências (alterado pelo Decreto nº 30.782/2009).
23. Decreto nº 30.782 de 04/09/2009: dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 4.330, de 08 de junho de 2009, que autoriza o Distrito Federal a implementar plano privado de assistência à saúde do poder executivo do Distrito Federal, na forma de pré-pagamento administrativo, e dá outras providências.
24. Decreto nº 30.806 de 15/09/2009: altera dispositivo que especifica no Decreto nº 30.782, de 04 de setembro de 2009, que dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 4.330, de 08 de junho de 2009, que autoriza o Distrito Federal a implementar plano privado de assistência à saúde do poder executivo do Distrito Federal, na forma de pré-pagamento administrativo, e dá outras providências.
25. Decreto nº 32.187 de 10/09/2010: altera a composição do Conselho Fiscal do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS/DF, criado pela Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006.
26. Decreto nº 32.188 de 10/09/2010: altera a composição do Conselho de Administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal- INAS/DF, criado pela Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006.
27. Decreto nº 32.795 de 10/05/2011: dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração Pública, do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS/DF, do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, e dá outras providências (alterado pelo Decreto nº 33.925 de 26/09/2012).
28. Decreto nº 33.925 de 26/09/2012: dispõe sobre a estrutura administrativa do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS/DF, criado pela Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006 e dá outras providências.
29. Decreto nº 36.394 de 10/03/2015: atribui ao Secretariado Adjunto da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, as atribuições e responsabilidades do cargo de Presidente do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS/DF.

30. Decreto nº 36.825 de 22/10/2015: dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. Art. 4º. São vinculados à SEPLAG: (...) IV – O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS.

31. Decreto nº 39.637, de 25/01/2019: altera a estrutura administrativa do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS, que especifica e dá outras providências.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	1	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	11	1	0	0	12
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	11	2	0	0	13
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	11	2	0	0	13

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	780,00	0	0
0020 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA--INAS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	780,00	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	780,00	0,00	0,00

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2075551,00	1053998,97	1053998,97
0034 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	2075551,00	1053998,97	1053998,97
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	122782,00	63205,30	63205,30
0029 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	122782,00	63205,30	63205,30
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	2340,00	0	0
0056 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF- PLANO PILOTO .- PLANO PILOTO .	0	2340,00	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	0,00	2200673,00	1117204,27	1117204,27

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No decorrer de sua existência, o INAS enfrentou desafios relacionados à formulação de um modelo viável para a implantação do plano ou auxílio saúde para os servidores do GDF, uma vez que a adoção de um plano privado seria muito onerosa aos cofres públicos e, por outro lado, a falta de capacidade financeira do Tesouro do Distrito Federal para efetuar os aportes necessários para as reservas atuariais impossibilitaria o uso do sistema de autogestão à época de sua instituição por lei.

Entretanto, no ano de 2009, foi publicada a Lei nº 4.330, que "Autoriza o Distrito Federal a implementar Plano Privado de Assistência à Saúde dos Servidores do Poder Executivo do Distrito Federal na forma de pré-pagamento administrado e dá outras providências".

Convém ressaltar que, quando da nomeação da nova gestão do INAS, a área técnica identificou o temor entre os servidores do GDF quanto à possível perda de acesso aos serviços de saúde, cada vez mais limitado em decorrência das altas mensalidades dos planos de saúde convencionais, fato que evidenciou a importância e a urgência da formulação e da implantação do referido modelo.

Por essa razão, no ano de 2019, priorizou-se a análise e a seleção do melhor formato de auxílio à saúde suplementar a ser oferecido aos servidores do GDF e a operacionalização do processo seletivo público destinado à contratação de empresa para prestar consultoria auxílio no processo de implantação e manutenção do GDF-SAÚDE-DF.

O Parecer nº 001/2019 - CHEFE/ASJUR/GABPRESI/INAS, de 18/02/2019, confirmou a possibilidade, em termos jurídicos, da celebração do convênio por adesão, razão pela qual o INAS iniciou estudos que, sustentados pelos pareceres da AJL do INAS e pelas informações obtidas pelas áreas técnicas do Instituto, concluíram que a melhor opção é a implementação de plano de assistência à saúde suplementar em regime de Programa de Assistência à Saúde administrado pelo INAS. Para levar a iniciativa a termo, elaborou-se o Plano de Negócios.

Em seguida, foi elaborado o Parecer nº 002/2019 - CHEFE/ASJUR/GABPRESI/INAS, 12/03/2019, confirmando a viabilidade jurídica da adoção do regime de Programa de

Assistência à Saúde administrado pelo INAS, bem como dispendo sobre outros assuntos pertinentes ao tema.

Após estudos e agendamento de reuniões para preparação de pareceres jurídicos sobre a contratação do sistema de software para gestão em saúde, consultoria atuarial e rede credenciada, foram elaborados os documentos destinados à realização do procedimento licitatório, como o Documento de Oficialização de Demanda, do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos para contratação de empresa especializada no auxílio à estruturação, operação e apoio à gestão do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores do Governo do Distrito Federal (GDF-SAÚDE-DF) - a ser administrado pelo Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS).

Identificou-se, ainda, a necessidade de proceder a alterações de ordem legal e geral no Termo de Referência, necessárias à organização e à implementação do GDF-SAÚDE-DF, as quais, após estudo minucioso, serão propostas às autoridades competentes.

Foram preparadas, ainda, alterações nos decretos para designação de novos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Concomitantemente, foram desenvolvidos pela Assessoria de Comunicação do INAS, a logomarca do INAS e do GDF-SAÚDE-DF, o material gráfico e o manual de identidade visual. O Plano de Comunicação se encontra em adiantado desenvolvimento.

Foi criado, também, o site institucional do INAS, sob o endereço eletrônico <http://www.inas.df.gov.br/>.

O edital de pregão eletrônico foi publicado em 07/11/2019 e em 31/12/2019 encontrava-se em fase de adequações.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício

Constata-se, portanto, que os estudos para organizar e implementar efetivamente o Plano de Assistência Suplementar à Saúde GDF-SAÚDE-DF, em regime de Programa de Assistência à Saúde administrado pelo INAS, estão avançando de forma célere e profícua; deste modo, há a expectativa de que, em breve, os servidores do GDF, seus familiares e dependentes, estarão usufruindo dos benefícios do referido Plano, que visará a prevenção de agravos, a recuperação da saúde, a melhoria da qualidade de vida pessoal, social e profissional, bem como, a promoção do bem-estar familiar.

Perspectivas para o próximo exercício

- Assinatura do contrato com empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, elaboração de cálculo atuarial, auditoria médica, regulação, central telefônica de atendimento, processamento de contas médicas, perícia, disponibilização e hospedagem de sistema informatizado de plano de saúde para operação e apoio à gestão do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores do Governo do Distrito Federal e à operacionalização do GDF-SAÚDE-DF;
- Implantação do Programa PAI - Plano Assistencial do INAS, cujo objetivo é proporcionar aos servidores ativos, comissionados, aposentados e pensionistas do Distrito Federal benefícios e vantagens na compra de produtos e serviços em estabelecimentos comerciais;
- Implantação do PAS-Programas de assistência à saúde dos servidores do GDF, nos termos do plano de negócios: programa responsável por cuidar da qualidade de vida do servidor no trabalho e fora dele.

19213 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Lei Complementar nº 769/2008, de 30 de junho de 2008, normatizou os preceitos das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005 no ordenamento jurídico do Distrito Federal e reorganizou e unificou o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF.

Sob a égide da supracitada Lei, foi instituído, conforme determina o artigo 40 da Constituição, o órgão gestor único do RPPS, sob a denominação de Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF, autarquia em regime especial composta por um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal, órgãos internos que determinam de maneira geral a administração e são sujeitos à fiscalização e à supervisão de órgãos reguladores.

Em 2017, foi publicada no Diário Oficial da União (DODF) nº 43, a Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017, que estabeleceu as diretrizes para a reorganização e a unificação do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF.

A referida Lei reorganizou a Previdência do Distrito Federal, transformando os dois Fundos (financeiro e capitalizado) em um único fundo financeiro. Ademais, criou um novo fundo capitalizado para novos servidores, que obedecerão a regras distintas daquelas aplicáveis aos servidores antigos.

Portanto, no cenário anterior, havia dois fundos cujo critério de diferenciação de tratamento dado aos servidores se restringia à data de entrada do servidor público no regime, mas ambos obedeciam às mesmas regras. Agora, no novo cenário, a distinção entre os fundos são as regras previdenciárias, que são diferentes de fato.

A LC também criou o novo Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal. Tal fundo, que em 31/12/2019 ainda não possuía servidores a ele vinculados, será destinado a custear a previdência básica – ou seja, limitada ao teto do RGPS - dos futuros servidores que ingressarem no GDF e que serão administrados pela DF-PREVICOM, entidade encarregada da gestão da previdência complementar desses servidores.

No formato anterior, a projeção do déficit atuarial para o ano de 2018 era de aproximadamente 4 bilhões de reais e, neste novo cenário, o déficit financeiro projetado é de 2,5 bilhões de reais.

Tal reforma reduziu o impacto orçamentário do GDF em consideráveis 1,5 bilhões de reais.

Destaca-se que o déficit atuarial é próprio de todo e qualquer sistema previdenciário cujos benefícios são do tipo definido, como é o caso do DF, o que significa dizer que o cálculo do benefício do servidor é feito independentemente da acumulação histórica de reservas, valores das alíquotas de contribuição ou condições econômicas. O sistema é estruturalmente instável.

Assim, é importante destacar que, sem as reformas introduzidas por intermédio da Lei Complementar nº 932/2017, não seria possível verificar essa forte redução do aporte extra – de cerca de 6 bilhões de reais para aproximadamente 3 bilhões de reais - que o GDF precisaria fazer para cobrir o déficit previdenciário projetado para 2019.

A redução do déficit só foi possível por duas razões: a alocação dos atuais servidores em um único fundo, o que aumentou a base contributiva e a destinação de diversos ativos para o Iprev.

Com entrada de novas receitas, já previstas em lei, a tendência desse déficit é diminuir de forma considerável, até chegar a patamares que não comprometam a capacidade orçamentária e fiscal do GDF.

Portanto, além das mudanças que impactaram o regime de financiamento do RPPS/DF, a LC 932/2017 criou o Fundo Solidário Garantidor formado por diversificado patrimônio, composto pelos os recursos financeiros anteriormente vinculados ao Fundo Previdenciário - DFPREV, imóveis, ações do Banco Regional de Brasília - BRB e outros direitos e bens que venham a ser direcionados para a formação de um verdadeiro fundo de solvência para a garantia do pagamento dos benefícios atuais e futuros dos servidores efetivos do Distrito Federal vinculados aos Fundos Financeiro e Capitalizado do RPPS/DF.

Base Legal

- Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98: modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
- Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03: modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.
- Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/0: altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 9.717, de 27/11/98: dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei complementar nº, 769, de 30/06/2008: reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 790, de 05/09/2008: altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 818, de 18/11/2009: altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 840, de 26/12/2011: dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais.
- Lei Complementar nº 899, de 30/09/2015: modifica, temporariamente, a contribuição patronal para o Fundo Previdenciário do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017: institui o regime de previdência complementar do Distrito Federal, reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, previsto no art. 40, §§ 14 a 16, da Constituição Federal, e altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF e dá outras providências.

Identidade Institucional

Em face à promulgação da Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro 2017, foi realizada reavaliação do Planejamento Estratégico no âmbito deste Instituto, cujo mapa estratégico é composto pelos seguintes atributos: indicadores, metas e plano de ação objeto de reavaliação e/ou definição. O Planejamento Estratégico em si destaca a missão, a visão e os 11 objetivos estratégicos do Iprev/DF, apresentados a seguir.

Missão

Trabalhar para a construção de um futuro previdenciário seguro a seus beneficiários, com o menor impacto possível aos contribuintes.

Visão:

Ser reconhecido, por beneficiários e contribuintes, pela excelência na gestão previdenciária no Distrito Federal.

Valores

Ética, integridade, comprometimento, sustentabilidade e transparência.

Objetivos Estratégicos

a. Perspectiva à sociedade e governo

- Assumir integralmente a concessão, manutenção e gestão de benefícios;
- Diminuir a dependência de aportes financeiros do Distrito Federal;
- Propor medidas que visem melhorar o equilíbrio atuarial e financeiro.

b. Perspectiva dos processos internos

- Zelar pela confiabilidade, consistência e transparência dos dados atuariais, contábeis, de investimento e previdenciários;
- Proporcionar atendimento de qualidade;
- Aprimorar a comunicação interna e externa;
- Elaborar o plano de gestão imobiliária e viabilizar a exploração do direito de superfície;
- Aperfeiçoar os mecanismos de arrecadação de contribuições previdenciárias.

c. Perspectiva de aprendizagem e crescimento

- Prover sistemas de tecnologia da informação compatíveis com a necessidade do Instituto;
- Buscar um quadro próprio para o Iprev;
- Promover o processo de capacitação/educação interna e externa.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	10	0	1	11
Comissionados sem vínculo efetivo	30	13	0	0	43
Requisitados de órgãos do GDF	17	12	0	0	29
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	4	13	17
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	2	2

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	48	35	4	16	103
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	48	35	4	16	103

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	146568,70	36434,62	36434,62
0023 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SERVIDORES DO DF - Iprev-DISTRITO FEDERAL	0	146568,70	36434,62	36434,62
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	146568,70	36434,62	36434,62

Contratação, por meio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, de mão de obra não especializada sentenciados dos regimes aberto, semiaberto e sujeitos a medidas de segurança, nos termos do 3º Aditivo ao Contrato nº 001/2015, Processo SEI nº 00413-0000000059/2015-00. Em 31/12/2019, havia 2 (dois) reeducandos em atividade no Iprev.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL	0	4858949719,92	4451127989,46	4451114383,87
0001 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL--FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	0	1939528164,00	1807868695,71	1807859164,94
0002 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA CÂMARA LEGISLATIVA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	0	94997597,62	91165617,85	91165617,85
0003 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	0	185243754,91	175759697,43	175759697,43

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	0	973955738,00	884985042,47	884984039,65
0005 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	1598208482,00	1432511870,14	1432508798,14
0006 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS CBMDF E PMDF-DISTRITO FEDERAL	0	36393381,73	34132278,02	34132278,02
0007 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	0	30622601,66	24704787,84	24704787,84
9097 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	0	256471459,00	0	0
0001 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS--DISTRITO FEDERAL	0	256471459,00	0	0
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	950000,00	471000,79	471000,79
0014 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDO FINANCEIRO - EXECUTIVO-DISTRITO FEDERAL	0	600000,00	391715,74	391715,74
0015 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DO FUNDO FINANCEIRO CLDF-DISTRITO FEDERAL	0	50000,00	0	0
0016 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DO FUNDO FINANCEIRO TCDF-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	0	0
0017 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DA SECRETARIA DE SAÚDE DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	0	100000,00	56575,75	56575,75
0018 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	0	100000,00	22709,30	22709,30
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	0	40100000,00	38071622,18	38071622,18
0005 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDO GARANTIDOR - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	10650000,00	8730700,57	8730700,57
0006 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	29450000,00	29340921,61	29340921,61
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	2201300,50	683434,47	683434,15

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0032 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DO FUNDO FINANCEIRO CLDF-DISTRITO FEDERAL	0	50000,00	0	0
0033 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DO FUNDO FINANCEIRO TCDF-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	0	0
0037 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	2051300,50	683434,47	683434,15
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	5158672479,42	4490354046,90	4490340440,99

Ação 9004 - Encargos Previdenciários do DF: compreende a execução de pagamento dos benefícios previdenciários da Folha de Pagamento de Inativos e Pensionistas do Poder Executivo, Secretarias de Saúde e Educação, PMDF, CBMDF, Defensoria Pública e o poder Legislativo do DF (TCDF e CLDF), incluídos benefícios concedidos por lei específica ou por sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores, em cumprimento ao art. 37 da Lei nº 4.320/64, totalizando montante empenhado de R\$ 4.451.127.989,46 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e um milhões, cento e vinte e sete mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos);

Ação 9001 - Execução de Sentenças Judiciais: compreende o cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado. Foram pagos 79 processos provenientes de revisão de aposentadoria e recálculo de diferença do índice de reajuste da pensão civil, RPV (Requisição de Pequeno Valor) e Outros, no montante de R\$ 471.000,79 (quatrocentos e setenta e um mil e setenta e nove centavos);

Ação 9033 - Formação do Patrimônio do Servidor Público: compreende o pagamento do PASEP correspondente a 1% sobre a arrecadação, em cumprimento a Lei nº 9.715/1998, equivalente ao montante de R\$ 38.071.622,18 (trinta e oito milhões, setenta e um mil, seiscentos e vinte e dois reais e dezoito centavos), tendo por base de cálculo todas as receitas recebidas no Fundo Financeiro e Fundo Garantidor;

Ação 9050 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições: compreende os gastos com pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, doações e indenizações, ressarcimentos, proventos de inativos, pagamento de sentenças judiciais, amortizações e encargos de dívidas, aquisição de títulos ou integralização de cotas de fundos de participação, participações acionárias, compensações financeiras, contribuição a organismos nacionais e internacionais, dentre outras. Foram pagos 27 processos, no montante total de R\$ 683.434,47(seiscentos e oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos).

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	2197729,00	989475,0	989475,0
0039 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	2197729,00	989475,0	989475,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	275000,00	0	0
0027 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	0	275000,00	0	0
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	0	1150000,00	273495,56	273495,54
0003 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF--FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	0	1150000,00	273495,56	273495,54
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	110000,00	0	0
0026 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	110000,00	0	0
7325 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA	0	50000,00	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA--EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF.-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	50000,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	8895931,50	5409579,83	5401662,31
0032 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	8895931,50	5409579,83	5401662,31
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	3786224,90	3462509,99	3462509,99
0026 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	563211,57	248871,61	248871,61
0027 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES-LC 840/2011-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	3223013,33	3213638,38	3213638,38
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	5451585,35	2762274,60	2592347,18
0053 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	5451585,35	2762274,60	2592347,18
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	150000,00	0	0
0037 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	150000,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	412470,00	236100,0	178290,0
0028 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-- INSTITUTO PREVIDÊNCIA SERVIDORES DF-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	412470,00	236100,0	178290,0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	0,00	22478940,75	13133434,98	12897780,02

Ação 1471 - Modernização de Sistema de Informação: compreende a compra de 167 microcomputadores, equivalente ao montante de R\$ 989.475,00 (novecentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e setenta e cinco reais);

Ação 2990 - Manutenção de Bens Imóveis do GDF: compreende a manutenção de imóveis do Fundo Solidário Garantidor, correspondente ao montante de R\$273.495,56 (duzentos e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos);

Ação 8502 - Administração de Pessoal: compreende gastos com remuneração do pessoal ativo e encargos sociais. A Folha de Pagamento dos servidores é elaborada, mensalmente, por meio do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, totalizando o montante de R\$ 5.409.579,83 (cinco milhões, quatrocentos e nove mil, quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos);

Ação 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores, sendo:

Subtítulo 0026: Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Creche, no montante de R\$248.871,61 (duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta e um centavos);

Subtítulo 0027: Auxílio Funeral, no montante de R\$ 3.213.638,38 (três milhões, duzentos e treze mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos), equivalente a 483 auxílios concedidos às famílias dos servidores aposentados, em valor equivalente a um mês de remuneração, ou o valor da Nota Fiscal em caso de terceiros, subsídio ou provento, conforme preceitua o art. 97 da Lei Complementar Nº 840/2011;

Ação 8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais: compreende despesas administrativas com contratos de aluguel de imóvel, condomínio, telefonia fixa e móvel, taxas e impostos, custeio de diárias de viagem a serviço, serviços prestados por terceiros (Pessoa Física e Jurídica), aquisição de material de consumo e permanente, para as quais foi despendido o montante de R\$ 2.762.274,60 (dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos);

Ação 8505 - Publicidade e Propaganda: compreende as despesas com contratação de serviço de publicação no Diário Oficial do DF, correspondentes ao montante de R\$ 236.100,00 (duzentos e trinta e seis mil e cem reais), a fim de atender as necessidades de publicidade oficial do Iprev-DF.

Outras realizações do Programa 6003

- Melhoria e ampliação das instalações do almoxarifado, que proporcionou a melhor estocagem dos materiais e doação de móveis para atender ao novo quantitativo de servidores, bem como a implantação do sistema SIGESPAT;
- Aperfeiçoamento do controle dos contratos e repasse de orientações aos executores. Realização de várias contratações/aquisições renovação de diversos processos;
- Acompanhamento dos processos de chamamento de servidores do GDF para trabalharem no Iprev; de elaboração do Plano Anual de Capacitação – PAC; Concurso da Carreira Própria do Iprev- DF;
- Ampliação do parque tecnológico, por meio da cessão de computadores e switches de outros órgãos para atender à nova estrutura organizacional. Melhoria da conexão do link GDFNet, mediante a instalação da fibra ótica, bem como prestação de serviços de suporte ao usuário;
- Adoção de procedimento de recebimento de documentação de prova de vida dos servidores inativos que não residem no DF via correspondência ou por visita de portador

responsável ao Iprev; Acompanhamento aos servidores da COCAT nas visitas de prova de vida.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Abaixo são apresentadas as realizações do Iprev organizadas por tema ou área de conhecimento.

1. Previdência

Entre as realizações ligadas à gestão previdenciária, destacam-se: a elaboração do Manual de Procedimentos Administrativos de Aposentadoria e Pensão Previdenciária do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, as ações de capacitação, o Recadastramento Anual de Aposentados e Pensionistas e a Compensação Previdenciária com o INSS.

1.1 Manual de Procedimentos Administrativos de Aposentadoria e Pensão Previdenciária do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

O uso Manual de Procedimentos Administrativos de Aposentadoria e Pensão Previdenciária do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, que padroniza a instrução de processos de aposentadoria e pensão, proporciona os seguintes benefícios:

- Melhoria do fluxo administrativo;
- Eficiência na qualidade processual, evitando que o processo retorne ao órgão de origem para corrigir falhas;
- Garantia do cumprimento dos prazos estabelecidos na Lei;
- Aumento da produtividade de quem analisa o processo para concessão;

1.2 Capacitação

As ações de capacitação na área de previdência promovidas pelo Iprev em conjunto com a EGov/DF decorreram da identificação da existência de lacunas de conhecimento em servidores responsáveis das áreas de gestão de pessoas de grande parte complexo administrativo do Distrito Federal, razão pela qual foram criados cursos sobre os seguintes temas:

- Certidão de Tempo de Serviço - CTC- Legislação
- Certidão de Tempo de Serviço, para homologação via SEI
- Curso de Instrução Processual de Aposentadorias
- Instrução Processual de Aposentadorias-SES

Cumprir ressaltar que o material didático dos referidos cursos foi elaborado pelos próprios servidores do Iprev, que também atuaram como instrutores.

1.3 Recadastramento Anual de Aposentados e Pensionistas

Estabelecido pelo Decreto nº 39.276, de 06/08/2018, o recadastramento/prova de vida anual tem como objetivo de evitar fraudes e pagamentos indevidos de benefícios previdenciários, bem como atualizar a base cadastral e de dependentes dos segurados aposentados e pensionistas.

Dos 60.562 aposentados e pensionistas que deveriam se recadastrar no ano de 2019, 5.188 não apresentaram a prova de vida, dos quais 174, aniversariantes dos meses de janeiro a julho, tiveram seus pagamentos suspensos durante o exercício de 2019, conforme previsto no art. 15 do Decreto nº 39.276, de 06 de agosto de 2018, reproduzido a seguir:

"Art. 15. Os servidores aposentados e pensionistas que não realizarem o recadastramento no prazo estabelecido neste Decreto serão notificados por meio de correspondência, com aviso

de recebimento, para que no prazo de 30 dias realizem o recadastramento, sob pena de suspensão do pagamento do seu benefício, salvo em caso de ausência justificada.”

1.4 Compensação Previdenciária com o INSS

No ano de 2019, o Iprev/DF concluiu a retenção autorizada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 2988, por meio da qual foi reconhecido o direito de reter no Instituto os valores devidos pelos diversos órgãos do Distrito Federal, à título de contribuição previdenciária devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

O valor inicialmente autorizado para fins de retenção foi de R\$ 791.616.742,92 (setecentos e noventa e um milhões, seiscentos e dezesseis mil, setecentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos), acrescidos das devidas atualizações dos meses de janeiro/2018 e janeiro/2019, respectivamente R\$ 14.112.722,40 (quatorze milhões, cento e doze mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos) e R\$ 8.272.664,39 (oito milhões, duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

Desta forma, no período de outubro de 2017 a outubro de 2019, o Iprev reteve o valor de R\$ 814.002.129,67 (oitocentos e quatorze milhões, dois mil, cento e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos).

Após a conclusão da retenção do valor autorizado pelo STF, o novo valor do Estoque da Compensação Previdenciária, em dezembro/2019, é de R\$ 96.423,59 (Noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos).

2. Controladoria

2.1. Análise das demandas dos órgãos de controle.

O Iprev, em cumprimento ao artigo 3º, V, do Decreto nº. 34.367/2013, acompanha as recomendações da Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF - e as decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF - concernentes às atividades afetas ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, assessorando seus gestores responsáveis a fim de que lhes seja dado cumprimento nos prazos devidos. Para isso, organiza respostas das áreas afetas quanto ao seu cumprimento, as quais são remetidas aos demandantes citados pelo Gabinete da Presidência.

Em 2019 foram recebidas pelo Iprev 26 (vinte e seis) demandas entre Recomendações, Decisões, Auditorias e Requerimentos, das quais 20 (vinte) foram efetivamente cumpridas e/ou atendidas, e 6 (seis) estão em fase de cumprimento e/ou análise por parte do órgão demandante.

2.2. Tomadas de Contas Especiais - TCE instauradas e analisadas.

Durante o ano de 2019, o Iprev acompanhou a instrução e analisou os relatórios das tomadas de contas especiais instauradas no exercício; no mesmo ano, foram também instauradas pelo Instituto, 4 (quatro) Tomadas de Contas Especiais.

2.3. Procedimentos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias instaurados e analisados.

Durante o ano de 2019, o Iprev acompanhou a instrução de 01 (um) Procedimento Administrativo para Apuração de Responsabilidade - Sindicância.

2.4. Manifestações de conformidade para contratações.

No exercício de 2019, foram analisados pelo Iprev:

i. 8 (oito) processos de contratação quanto a formalidade, conformidade e/ou execução contratual.

ii. 20 (vinte) processos visando atualizar as inscrições no “Lista Contratos” do Sistema SIGGO, bem como verificar o saldo dos contratos na conta de escrituração “Contratos com Terceiros”.

iii. 01 (um) um processo referente a Reconhecimento de Dívidas, nos termos do Art. 3º do Decreto nº 37.120/2016.

2.5. Implantação da Política de Gestão de Riscos

Em 2019, com o objetivo de aprimorar a gestão, o Iprev/DF instituiu a política de Gestão de Riscos, por meio da Portaria nº 42, de 08 de abril de 2019.

Instituiu-se o Comitê de Gestão de Riscos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF - e foram formalizados os trabalhos de implantação da gestão de riscos no Instituto, com objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao processo de gestão de riscos no âmbito de suas unidades.

O processo de implantação permitiu a identificação da necessidade de um corpo técnico exclusivo para tal finalidade – a Gestão de Riscos – providência capaz de trazer maior conforto e segurança às deliberações da Unidade responsável orientadas às áreas do Iprev/DF.

2.6. Atividades relacionadas ao Plano Anual de Atividades de Controle Interno

No cumprimento das tarefas constantes do Plano Anual de Atividades de Controle Interno – PAAAI/2019, o Iprev efetuou o acompanhamento dos dados do Sistema de Gestão Governamental - SIGGO e do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, procedendo a verificações em registros funcionais, análise de processos referentes às diversas áreas internas e às demais atividades que competem ao Instituto, visitas e inspeções em vários setores do órgão, reuniões com executores de contratos e convênios, instruções prévias para verificação de indícios de existência de prejuízo e outros, além do atendimento a demandas extras, oriundas, em sua maioria, da Corregedoria Geral do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

3. Ouvidoria

O Iprev/DF possui uma das ouvidorias especializadas do Governo do Distrito Federal, integrante do Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal (SIGO/DF), e que atua no âmbito das questões relacionadas à área de competência do Instituto, como concessão de aposentadorias, homologação de certidões de tempo de serviço, pagamentos de pensões, auxílios funerais, entre outros.

A seguir, são apresentadas as ações de capacitação realizadas e as atividades desempenhadas pela Ouvidoria do Iprev/DF em 2019.

I. Capacitação:

Cursos:

Programa de Formação em Ouvidoria / Módulo: Inteligência e Governança em Ouvidoria

Governança para Altos Executivos

Excelência no Atendimento ao Cidadão

Programação Neurolinguística

Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais

Seminário: "Qualidade de vida no trabalho dos servidores do GDF: problemas e desafios"

Fórum: "O controle no combate à corrupção"

Palestra CG/DF: "Diálogos com o controle: Transparência ativa"

II. Premiação obtida:

Índice de Transparência Ativa: Premiação dos órgãos e entidades que alcançaram 100% de Transparência Ativa

III. Atividades:

Elaboração de relatórios trimestrais das atividades da Ouvidoria.

Atualização e monitoramento da Carta de Serviços no âmbito do Iprev/DF.

Projeto: Bate Papo com a Ouvidoria do Iprev/DF: apresentação do trabalho da Ouvidoria.

Apresentação de trabalho da Ouvidoria na 2ª Reunião Anual de Integração e Alinhamento (RAIA) do Iprev/DF.

Monitoramento e atualização das informações relativas à Transparência Ativa no âmbito do Iprev/DF.

Publicação da Portaria nº 81, de 21 de outubro de 2019, no DODF nº 203, de 23/10/2019, que designa, no âmbito do Iprev, a autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI), institui a equipe de interlocução responsável pelo atendimento às demandas realizadas por intermédio do Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal e estabelece tratamento prioritário das demandas de ouvidoria.

Premiação dos servidores elogiados por meio de registro de manifestação de elogio no Sistema OUV-DF.

Elaboração do Plano de Ação 2020.

Elaboração de Relatório de Atividades da Ouvidoria – Exercício 2019.

IV. Atendimentos realizados:

Sistema OUV-DF: 76 manifestações, sendo 100% respondidas dentro dos prazos estabelecidos, nos termos do Decreto nº 36.462, de 23 de abril de 2015. Destaca-se que, em 2019, conforme dados da Pesquisa de Satisfação extraídos do Sistema OUV-DF, a "resolutividade" alcançou o índice de 88% de satisfação e a "satisfação com o serviço de ouvidoria", "recomendação", "atendimento", "sistema" e "resposta", alcançaram o índice de 100% de satisfação.

Sistema e-SIC: 52 demandas de informação, todas respondidas dentro dos prazos estabelecidos, nos termos do Decreto nº 34.276, de 11 de abril de 2013. Destaca-se que o Iprev concedeu acesso a todas as demandas de informação relativas à sua respectiva competência.

4. Administração investimentos

4.1 Fundos administrados pelo Iprev/DF

De acordo com a Lei Complementar nº 932/2017 e os direcionamentos legais dados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Iprev/DF, no ano de 2019, optou pela alocação dos recursos integralmente por meio de fundos de investimentos.

O Instituto faz a gestão própria dos recursos, conforme definição do Artigo 15, Parágrafo 1º, inciso I da Resolução do CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 (Resolução 3.922/2010), determinando as alocações nos diferentes segmentos de aplicação e referenciais de rentabilidade, por meio dos investimentos e desinvestimentos nos respectivos fundos, conforme estabelecido, ainda, em sua Política Anual de Investimentos.

O Instituto administra 3 (três) fundos diversos: o Fundo Financeiro, o Fundo Solidário Garantidor e o Novo Fundo Capitalizado.

Fundo Financeiro

O Fundo Financeiro do Iprev/DF apresentava o valor de R\$ R\$ 124.424.081,39 ao final de 2018, passando a R\$ 39.206.393,76 ao final de dezembro de 2019. Sua rentabilidade líquida acumulada no ano foi de R\$ 5.667.607,12. Devido à sua natureza financeira, típica do regime de repartição, e ao seu caráter deficitário, o Fundo apresenta flutuações importantes ao longo

do tempo, uma vez que os recursos arrecadados são integralmente desembolsados para o pagamento de benefícios dentro do mesmo mês ou no máximo no subsequente, permanecendo aplicados em fundos de curto prazo, com elevada liquidez e baixo risco, por um curto período.

Fundo Solidário Garantidor - FSG

O FSG apresentava saldo de R\$ 3.369.298.513,83 no final do ano de 2018, encerrando mês de dezembro de 2019 com saldo de R\$ 3.557.818.244,18. Sua rentabilidade líquida acumulada no ano foi de R\$ 313.496.380,83, incluindo a distribuição de rendimentos, além da valorização dos preços dos ativos da carteira.

O valor do patrimônio do FSG foi impactado negativamente pelas operações de resgate do FSG contidas no âmbito do Art. 46, inciso III da LC 932/2017, que autoriza, a partir do exercício de 2017, a utilização para pagamento de benefícios do montante relativo ao resultado total do investimento verificado no ano anterior, decorrente da rentabilização da carteira de ativos do Fundo. A rentabilidade do FSG em 2018 atingiu o valor de R\$ 141.963.000,00, os quais foram disponibilizados para resgate e pagamento de benefícios em 2019.

Com o IPCA atingindo um valor acumulado de 4,31% no ano de 2019 e a rentabilidade nominal da carteira do FSG tendo atingido aproximadamente 9,94% no mesmo período, a rentabilidade real ficou em torno de atinge 5,40%, equivalendo a aproximadamente R\$ 192,1 milhões a serem utilizados pelo Tesouro do GDF para pagamento de benefícios ao longo de 2020.

Destaca-se que as alocações do FSG estão concentradas em IMA-B 5, IDKA IPCA 2A, IRF-M 1 e CDI, totalizando 85,82% da carteira. O total de Renda Fixa representa 86%, sendo o total de Renda Fixa + Crédito Privado mais de 88% da carteira. Ressalte-se que, em dezembro/2019, houve maior exposição a fundos de crédito privado, passando de 1,91% para 2,03% da carteira. Quanto à renda variável, haja vista o cenário de juros baixos, aumentou de 4,67% (2018) para 9,39%.

Fundo Capitalizado

O novo Fundo Capitalizado do Iprev/DF foi moldado em 2019, logo não constava do exercício de 2018. Em 2019, a rentabilidade líquida foi de R\$ 229,9 mil reais, encerrando o ano com R\$ 9.926.084,91. Por ser um fundo com passivo de longo prazo e "jovem", concentrou-se mais em IMA-B5 (33%) e o restante dividido em DI e Ações.

Com a publicação do chamamento público para Fundos de Investimentos em Ações, conforme o Edital nº. 04/2019, procurar-se-á aumentar o percentual em renda variável deste Fundo, haja vista sua composição (fundo novo com passivo de longo prazo).

4.2. Ativos Não Financeiros do FSG

Ao longo de 2019, o Iprev realizou diversas ações junto a atores do GDF, como por exemplo, a Secretaria de Estado de Economia, a Terracap, SAMU, CAESB, DF-LEGAL, Secretaria de Fazenda, Secretaria das Cidades, Casa Civil, PGDF, dentre outros, tendo em vista a rentabilização/monetização dos bens, ativos e direitos não financeiros do Fundo Solidário Garantidor.

4.2.1. AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2019

i. Demarcação – A demarcação foi realizada pela Terracap em 06 de agosto de 2019, sem ônus para o Iprev/DF. Áreas demarcadas: SAI GLEBA JÓQUEI CLUBE; POLO JK GLEBA 4 - FAZENDA SAIA VELHA - SANTA MARIA; POLO JK GLEBA 11 - FAZENDA SAIA VELHA - SANTA MARIA; SMAS TRECHO 3, LOTE 9-B - ASA SUL; SHI/N QL 13, LOTE B, LAGO NORTE; SAMAMBAIA QS 401 AE 01; SAMAMBAIA QN 319 AE 01; SHRF II QUADRA CENTRAL 01 AE 1,

LT 1; CLNW 06/07 LOTE H, NOROESTE; CLNW 06/07 LOTE I, NOROESTE; CLNW 06/07 LOTE J, NOROESTE; CLNW 06/07 LOTE K, NOROESTE;

ii. Confecção e instalação de placas de identificação dos imóveis.

4.2.2. Monitoramento in loco realizado mensalmente nos imóveis que necessitam de monitoramento especializado. Após cada visita, é feito relatório de monitoramento e anexado em cada processo matriz do imóvel.

4.2.3. Limpeza de terrenos e glebas realizada em parceria com algumas das Administrações Regionais do Distrito Federal, mediante intermediação da Secretaria Executiva das Cidades, sem ônus para o Iprev/DF.

4.2.4. Manutenção Preventiva e Corretiva: troca de vidros quebrados em virtude de chuvas ocorridas em 2019 e pela ação do tempo, na casa situada na QL 10 do Lago Sul e em 03 apartamentos situados na SQS 203; para reforma da calçada na Rua Babaçu, Lote 10, Águas Claras.

Encontra-se na NOVACAP, para avaliação, a possibilidade de incluir a reforma do calçamento com acessibilidade dentro da programação das ações do Iprev.

4.2.5. Reconhecimento da imunidade (DECLARA IMUNE) tributária de IPTU e TLP dos imóveis do FSG

4.3. Rentabilidade dos Ativos Imobiliários

4.3.1. Vagas do Hotel Bonaparte: valor de R\$ 11.752,00 mensais;

4.3.2. Área da SHIN – QL 13 – Parte B: é realizado recolhimento mensal, no valor de R\$ 1.212,16 (um mil duzentos e doze reais e dezesseis centavos).

4.4. Administração das ações da carteira de imóveis do Iprev/DF

4.4.1. Ações voltadas à segurança (principalmente de glebas e terrenos, referentes a cercamento, demarcação, monitoramento in loco e remoto e limpeza de terrenos e glebas) e à gestão das unidades imobiliárias (manutenção corretiva e preventiva, limpeza interna, pagamento de contas diversas, obtenção e controle de documentação, etc.), as quais são exigidas para este tipo de ativo.

4.4.2. Avaliação e reavaliação periódica dos imóveis sob a ótica de investimento.

O Processo SEI nº. 00413-00003040/2019-24 encontra-se em andamento na Consultoria Jurídica da Terracap, para manifestação sobre a minuta de contrato e sobre o plano de trabalho para celebração de ajuste entre a Terracap e o Iprev/DF para avaliação/reavaliação periódica dos imóveis, terrenos e glebas da carteira de imóveis do FSG/ Iprev/DF.

4.4.3. Ocupações irregulares na Gleba 04 - Polo JK – Fazenda Saia Velha – Santa Maria

Realização consulta à consultoria/assessoria jurídica sobre as medidas legais a serem adotadas no caso das ocupações irregulares verificadas na referida demarcação.

4.4.4. Referenciais de rentabilidade dos ativos imobiliários

Como o FSG não é fundo previdenciário, não possui meta atuarial, mas referencial de rentabilidade (da PI 2020: IPCA + 1,3% a.a.) para os ativos financeiros;

5. Consultoria e assessoramento jurídicos

O Iprev dispõe de órgão próprio com a atribuição institucional de prestar consultoria e assessoramento jurídicos às Diretorias e aos Órgãos Colegiados que integram a estrutura organizacional da autarquia gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, conforme previsto em seu Regimento Interno, o Decreto nº 39.381, de 10 de outubro de 2018.

Tal atribuição envolve o provimento de suporte ao relacionamento institucional do Iprev com os demais Poderes e instituições do Distrito Federal, consubstanciado pela realização da interlocução, em nome a Autarquia, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, com a Secretaria de Previdência do Ministério da Economia e com os órgãos de controle interno e externo do Distrito Federal e da União, para o cumprimento das decisões judiciais e administrativas em matéria previdenciária, bem como a realização da comunicação institucional com a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para a qual tal órgão presta subsídios nos processos de interesse do Iprev.

Minutas de atos normativos e de outros instrumentos referentes às atividades do Iprev/DF são elaboradas, propostas, revisadas e submetidas à apreciação do Diretor-Presidente, bem como são avaliados os processos referentes às contratações pretendidas pela Autarquia e as ações em trâmite perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal, as quais podem ser objetos de elaboração de recursos. Após a coleta de subsídios junto às áreas técnicas do Iprev, poderão, ainda, ser apresentadas manifestações à Corte de Contas.

Além disso, o Iprev, por meio de seu órgão de consultoria e assessoramento jurídico, elabora e acompanha diversas ações constitucionais de interesse do Instituto perante o Supremo Tribunal Federal, participando ativamente das discussões relativas à gestão previdenciária do RPPS e da regular administração dos bens, ativos e direitos do Iprev/DF.

Merecem destaque, ainda, as proposições e acompanhamentos de propostas legislativas de alteração de competências, de estrutura e assunção de novos desafios pelo Iprev/DF, o que vem exigindo o enfrentamento de temas complexos e inéditos.

6. Avaliação atuarial

Avaliação Atuarial é o estudo técnico desenvolvido pelo atuário, que tem como principal objetivo estabelecer os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano, o que, além de ser uma exigência prevista na Lei nº. 9.717/98 e na Portaria MPS nº. 464/18, é essencial para a revisão dos planos de custeio e de benefícios do plano previdenciário, a fim de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial.

O Decreto nº 39.381/2018, relaciona o conjunto das atividades atuariais a serem executadas pelo Iprev, dentre as quais cabe destacar a avaliação atuarial, que envolve a confidencialidade da base de dados cadastrais, sua concisão e veracidade; o auxílio à definição dos parâmetros das hipóteses e premissas utilizadas nas avaliações atuariais; a apuração do compromisso atuarial, do plano de custeio anual e da elaboração de estratégias para a mitigação de riscos atuariais e o tratamento de resultados deficitários e superavitários, zelando pela boa prática atuarial.

Avaliação Atuarial 2019

No primeiro trimestre do exercício de 2019, ocorreu a elaboração da Avaliação Atuarial de 2019, posicionada em 31/12/2018.

Conforme prevê o artigo 73 da Lei Complementar nº 769/08, alterado pela Lei Complementar nº 932/17, o Iprev/DF administra dois planos previdenciários, a saber:

.Fundo Financeiro de Previdência Social: destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público até o dia anterior à data de aprovação pelo órgão federal fiscalizador do regime de previdência complementar fechado dos instrumentos jurídicos necessários ao funcionamento dos respectivos planos de benefícios, bem como aos que já recebiam benefícios nessa data e aos respectivos dependentes;

.Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal: destinado aos servidores que ingressarão no serviço público a partir da data de aprovação do Plano de Benefícios da

Previdência Complementar pela PREVIC e será responsável pelo pagamento dos benefícios até o limite do teto do INSS.

A Lei Complementar nº 932/17 criou, adicionalmente, o Fundo Solidário Garantidor, composto por recursos financeiros, imóveis e direitos destinados por lei para a constituição da reserva garantidora da solvência parcial ou total das obrigações previdenciárias dos fundos financeiro e capitalizado, auxiliando, por consequência, o RPPS no controle de insuficiências financeiras futuras.

É importante ressaltar que todos os servidores vinculados ao Iprev/DF estavam vinculados ao Fundo Financeiro na Avaliação Atuarial de 2019, posicionada em 31/12/2018, uma vez que não havia ocorrido a aprovação do regime de previdência complementar fechado pelo órgão federal fiscalizador, até tal data.

Estatísticas

Avaliação Atuarial é documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do Regime Próprio, cujo custeio tem referência direta com as várias premissas adotadas, as hipóteses que são utilizadas e a consistência de sua base de dados. Uma base de dados precária ou desatualizada pode trazer sérios riscos ao equilíbrio do Regime Próprio de Previdência Social e o aumento considerável do seu custeio.

Atualmente, a avaliação atuarial é desenvolvida com os dados cadastrais individuais dos servidores efetivos, aposentados, pensionistas e seus beneficiários, os quais são fornecidos pelos órgãos da Secretaria de Estado de Economia, da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Ao receber a base cadastral, são realizados, então, testes de consistência capazes de demonstrar a qualidade da referida base de dados; caso haja necessidade, a adequação será apresentar premissas e hipóteses que justifiquem a ausência dos dados ou as suas inconsistências. Quanto mais fidedigna for a base cadastral, mais próximo da realidade do custeio desta avaliação.”.

O Fundo Capitalizado criado pela LC nº 932/2017 não possuía participantes a ele vinculados até a data-base da avaliação atuarial de 2019 (31/12/2019). Já o Fundo Financeiro contempla 149.720 segurados, sendo 87.364 ativos, 50.503 inativos e 11.853 pensionistas.

Hipóteses atuariais

Na apuração dos resultados de 2019, foi identificada a necessidade de adequação de algumas hipóteses atuariais utilizadas no exercício anterior, a partir do Estudo de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas e Econômicas, elaborado pelo Instituto durante o exercício de 2018, que apontaram para parâmetros mais aderentes às características dos segurados do plano de benefícios, de acordo com o quadro a seguir:

Hipótese	Atual	Indicada	Conclusão
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	Manter
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 segregada por sexo	AT-83 (Básica) segregada por sexo	Substituir
Tábua de entrada em invalidez	WYATT 1985 – 10%	LIGHT MÉDIA	Substituir
Taxa de crescimento real de salários	1,21% a.a.	1,00% a.a.	Substituir
Taxa de crescimento real de benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.	Manter
Novos entrados	Para cada servidor ativo que se desligue do plano previdenciário será adotada a hipótese de reposição deste por outro com as mesmas características que o servidor que se desligou tinha no momento de sua admissão na administração pública	Para cada servidor ativo que se desligue do plano previdenciário será adotada a hipótese de reposição deste por outro com as mesmas características que o servidor que se desligou tinha no momento de sua admissão na administração pública.	Manter

Desta forma, as hipóteses atuariais utilizadas para a elaboração da Avaliação Atuarial de 2019, em decorrência do resultado do estudo de aderência, são:

Taxa anual de juros real: 0,00% a.a.

Tábua de sobrevivência de válidos: AT-2000 por sexo

Tábua de sobrevivência de inválidos: AT-83 (Básica) por sexo

Tábua de entrada em invalidez: Light Média

Família-padrão para provisão de pensão: foram utilizadas as informações dos dependentes de cada servidor e, para aqueles sem essa informação, considerou-se que cada servidor, ativo ou aposentado, possui um grupo familiar constituído de um cônjuge 3 anos e 6 meses mais novo (para servidores do sexo masculino) ou mais velho (para servidores do sexo feminino).

Taxa de crescimento real dos salários: 1,00% a.a.

Taxa de crescimento real dos benefícios: 0,00% a.a.

Fator de capacidade salarial: 0,980

Fator de capacidade de benefícios: 0,980

Índice de reajuste: INPC

Taxa de rotatividade: 0,00% a.a.

Reposição do contingente de servidores ativos

Reposição, no plano previdenciário, de todo servidor que se aposenta, falece ou se desvincula do ente público: idade de início de contribuição 25 anos

Custeio administrativo: 2,00% sobre a folha de salários, proventos e pensões.

Estimativa da data de entrada em aposentadoria

Não-professor: 62 (Masculino) ou 57 (Feminino) anos de idade na data de aposentadoria.

Professor: 57 (Masculino) ou 52 (Feminino) anos de idade na data de aposentadoria.

Resultados

Reserva Matemática é o valor presente dos compromissos do plano com seus segurados (ativos, aposentados e pensionistas) líquidos das contribuições normais futuras, considerando a taxa de juros e as projeções atuariais de expectativa de vida e demais riscos de longo prazo.

A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – RMBC representa o compromisso líquido dos servidores que já concederam a aposentadoria e encontram-se em fase de recebimento da renda; já a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder – RMBaC representa o compromisso líquido dos servidores em atividade laboral na data da avaliação atuarial.

O Fundo Financeiro é financiado pelo regime financeiro de repartição simples, em que as receitas e despesas devem se equilibrar dentro do exercício anual, não havendo necessidade de formação de reserva financeira para pagamentos posteriores a este período.

Em atendimento à Portaria nº 464/18, para o Fundo Financeiro foi utilizado o regime financeiro de capitalização para apurar o resultado atuarial hipotético, para fins de preenchimento do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA. Assim, foram calculados os valores de reservas matemáticas deste fundo, utilizando-se como taxa de juros o percentual de 0,00% ao ano.

Discriminação

Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) R\$ 129.238.457.773,52

Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBAC) R\$ 161.376.677.538,15

Reservas Matemáticas (RMBAC + RMBC) R\$ 290.615.135.311,67

O resultado apontou um Déficit Técnico Atuarial projetado de R\$ 119.695.804.323,95, apurado a partir do confronto entre os valores das Reservas Matemáticas de R\$ 290.615.135.311,67, dos ativos patrimoniais do plano de R\$ 124.424.081,41 e dos recursos oriundos do Fundo Solidário Garantidor de R\$ 41.101.963.031,72 e Fundo Constitucional de R\$ 129.692.943.874,59.

Discriminação

(-) Reservas Matemáticas: R\$ 290.615.135.311,67

(+) Ativo do Plano: R\$ 124.424.081,41

(+) Recursos do Fundo Solidário Garantidor: R\$ 41.101.963.031,72

(+) Recursos do Fundo Constitucional: R\$ 129.692.943.874,59

(=) Déficit Técnico Atuarial Valores: R\$ 119.695.804.323,95

O plano de custeio do Fundo Financeiro proposto para 2019 prevê contribuições mensais do Ente de 22% da remuneração do servidor ativo, aportes decorrentes do Fundo Solidário Garantidor e do Fundo Constitucional, contribuições dos servidores ativos de 11% da remuneração, contribuições dos aposentados e pensionistas de 11% sobre a parcela da remuneração que exceder ao teto do RGPS, conforme previsto na legislação federal aplicável aos RPPS.

Esse resultado deficitário está distribuído de forma crescente ao longo dos anos, sendo projetada a necessidade de cobertura de insuficiência financeira de R\$ 1,11 bilhões para o ano de 2019 e atingindo R\$ 4,31 bilhões em 2035, decorrente do aumento gradual das aposentadorias e pensões e redução do número de ativos.

Com a nova avaliação atuarial, foi possível constatar uma redução no déficit técnico atuarial entre as avaliações atuariais de 2018 e 2019, passando de R\$ 239 bilhões para R\$ 119 bilhões aproximadamente, o que representa um ganho para o plano da ordem de R\$ 120 bilhões, justificado principalmente pelos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal em 2019.

No que diz respeito aos déficits financeiros dos exercícios futuros, espelhados no fluxo orçamentário deste Fundo, que contém as receitas, despesas, resultado financeiro e saldo previdenciários, o resultado apresentado também se mostrou positivo, quando comparado com o mesmo número da avaliação atuarial de 2018, que teve uma projeção de déficit para o exercício seguinte de aproximadamente de R\$ 2,5 bilhões, enquanto que, na Avaliação Atuarial de 2019, foi de R\$ 1,1 bilhões, representando uma redução de R\$ 1,4 bilhões.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A estrutura de Governança do Iprev/DF é composta, conforme determinação legal e de seu Regimento Interno, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva – DIREX e pelo seu órgão superior, na figura do Diretor-Presidente.

No intuito de se adequar as melhores práticas de gestão, o Iprev/DF aderiu, no ano de 2019, ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017), o Pró Gestão RPPS.

O Pró Gestão RPPS é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos demais RPPS's. É a avaliação, por entidade certificadora externa, credenciada pela Secretaria de Previdência - SPREV, do sistema de gestão existente,

com a finalidade de identificar sua conformidade com as exigências contidas nas diretrizes de cada uma das ações, nos respectivos níveis de aderência.

Instrumento de melhoria de gestão, consubstanciada por meio da avaliação e do estudo dos processos da organização, a certificação pressupõe o diagnóstico detalhado, sob uma visão sistêmica, para o qual são realizados o mapeamento e a análise dos processos de negócio e sua posterior modelagem, buscando a melhoria dos processos existentes mediante a introdução de padrões de qualidade, e realização de sua devida documentação.

A implantação das boas práticas de gestão inseridas nas ações que compõem os três pilares do Programa (Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária), a qualificação de seus gestores e a introdução de padrões de qualidade nos processos de trabalho. Tais medidas permitirão maior estabilidade na gestão e na consolidação de avanços, evitando que as mudanças no comando político do ente federativo resultem em descontinuidade ou retrocessos na gestão previdenciária.

Nesse contexto, são apresentadas a seguir algumas das ações que contribuíram para disseminação e promoção de medidas e boas práticas de gestão.

a. Elaboração do Programa e do Plano de ações de Integridade do Iprev/DF

Com o objetivo de organizar e desenvolver atividades voltadas para o Programa de Integridade, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal –Iprev/DF, elaborou seu Plano de Ação de Integridade, que se divide em 3 segmentos: prevenção, detecção e saneamento. Tendo em vista os riscos levantados e seus respectivos níveis, foram indicadas ações de controle que, em sua maioria, afetam a todos os riscos. As ações de controle têm como objetivo estimular os servidores, colaboradores e fornecedores a aderirem aos princípios, valores e normas éticas da Organização, com a valorização das ações positivas e dos mecanismos de prevenção, detecção, de punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, buscando garantir a prestação de serviços públicos de qualidade.

b. Educação Previdenciária

A Educação Previdenciária está relacionada à instrução, transmissão de conhecimento, ensinamento e aprimoramento dos servidores que lidam com a matéria em cada uma das unidades setoriais e para os demais servidores com interesse na matéria. Também são contempladas pela educação previdenciária as ações de divulgação das informações relativas ao resultado da gestão do RPPS para os diferentes órgãos e entidades integrantes do governo do ente federativo, para instituições públicas e privadas e para o conjunto da sociedade. No exercício de 2019, foram capacitados 135 servidores lotados nos diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, abordando os seguintes temas: Aposentadorias e Pensões –Lei Complementar nº 769/2008 e Compensação Previdenciária; Noções Básica de Legislação Previdenciária e Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e Compensação Previdenciária; Aposentadoria Especial, (Art. 40, § 4 –CF e Compensação Previdenciária; Instrução processual de aposentadorias e pensões baseada no novo manual do Iprev/DF.

c. Publicação da Portaria nº 41, de 08 de abril de 2019.

Trata-se da Portaria que instituiu a Política de Gestão de Riscos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPrev/DF. Tal Portaria está em consonância com o Projeto de Modernização das Técnicas de Auditoria por meio da Implantação da Gestão de Riscos Corporativos, e tem como base as Boas Práticas de Governança Corporativa, projeto gerido pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF.

d. Índice de Transparência de 100%

O Iprev/DF atingiu 100% de Transparência pelo terceiro ano consecutivo, conforme avaliações e métricas da Controladoria Geral do Distrito Federal.

19214 - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB foi criada em 1962, pela Prefeitura do Distrito Federal, como empresa pública. Em 1966, foi transformada em Sociedade Anônima de Direito Privado, sendo, deste modo, regida pelas Leis nº 4.545/64 e 6.404/76.

De acordo com seu Estatuto Social, a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB tem a finalidade de participar da execução de políticas de abastecimento, apoiar o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial do Distrito Federal e sua região geoeconômica, prestar serviços e fornecer gêneros alimentícios e outros produtos de sua linha de comercialização a pessoas jurídicas de direito público interno.

Tem por objeto:

I - A comercialização de gêneros alimentícios e de outros produtos e materiais determinados por demanda de mercado e/ou finalidade social;

II - A prestação de serviços dentro da sua área de atuação, coordenando e/ou executando programas;

III - A industrialização de gêneros e produtos destinados à consecução de seus objetivos;

IV - Agir como instrumento regulador de mercado, no que tange à demanda e à oferta de produtos essenciais ou em carência, assim como servir supletivamente áreas desprovidas de abastecimento ou insuficientemente atendidas pela iniciativa privada;

V - Executar Programas, individualmente ou em parceria, estimulando, apoiando e/ou executando projetos que viabilizem a auto sustentação dos pequenos produtores, buscando a melhoria da qualidade de vida no meio rural;

VI - Prestar assessoramento técnico ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, com referência aos assuntos voltados ao abastecimento.

Em 1998, por determinação do Governo do Distrito Federal, a Empresa iniciou o processo de paralisação de suas atividades comerciais. Todavia, somente em 10 de outubro de 2000 a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas deliberou pela liquidação da Empresa, que passou a ser denominada Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A-SAB - Em Liquidação. Inicialmente, foram adotadas as medidas previstas nos Artigos 210 e 219 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em 2002, por intermédio da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, a Câmara Legislativa autorizou o Governo do Distrito Federal a proceder à liquidação da SAB, processo que se prolongou sem êxito por 10 anos.

A Lei previa a destinação dos imóveis da Empresa por processo de transferência para patrimônio do Distrito Federal (doação aos órgãos ocupantes) e por alienação/licitação, a ser realizada pela TERRACAP com taxa de administração de 10%, revertendo o apurado ao Tesouro do Distrito Federal após a liquidação do passivo da SAB.

De igual modo, previa a destinação dos empregados da Empresa, oferecendo duas alternativas, a saber:

- Serem aproveitados na forma da Lei nº 2.681/2001;
- Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, na forma da Lei nº 2.522/2000 e do Decreto nº 21.299/2000.

Diante das dificuldades encontradas, foi editada a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, que autorizava o Governo de Distrito Federal a incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB - Em Liquidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF), também em Liquidação.

Em 13 de setembro de 2010, a direção da SAB e a direção da CEASA assinaram protocolo de incorporação da primeira empresa pela segunda, fato que não se efetivou.

Assim, decorridos mais de 12 anos da paralisação das atividades comerciais, o processo de liquidação não avançou, o que comprometeu as finanças da Empresa, gerando um ciclo de endividamento cada vez maior e ameaçando consideravelmente seu patrimônio.

Em novembro de 2012, o Governo do GDF realizou, com o propósito de retomar o Plano de Liquidação, nova mudança na gestão da Empresa, nomeando um novo Liquidante e novos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Com a aprovação do novo marco legal para o processo de liquidação, Lei 5.137/13, foi estabelecida, de forma precisa, a destinação dos imóveis, os procedimentos para licitação e doação, e a situação funcional dos empregados da SAB, dentre outros preceitos.

De igual sorte, a SAB passou a integrar o Orçamento Fiscal Seguridade de GDF, com recursos destinados ao pagamento dos salários dos Empregados cedidos a diversos órgãos das Administrações Direta e Indireta, assim como para o pagamento das obrigações Fiscais, Previdenciárias e demais despesas para manutenção da Empresa, cessando o ciclo de endividamento constatado até então.

Em julho de 2015, foi nomeado novo liquidante para levar o processo de liquidação a termo. Desde então, foram tomadas diversas medidas, das quais decorreram resultados efetivos como a Lei nº 5.565, de 09 de dezembro de 2015, publicada no DODF nº 236, de 10 de dezembro de 2015, páginas nº 1 e 2. Tal Lei autoriza, principalmente:

- A incorporação da SAB por Empresa Estatal dependente e pertencente ao Distrito Federal;
- A criação da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF;
- A doação dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei ao Distrito Federal, que implica assunção das dívidas fiscais federais de responsabilidade desta Empresa pelo GDF;
- A alocação dos empregados em conformidade com o seu perfil profissional prévio, ou mediante treinamento;
- A extinção do passivo tributário com a Fazenda do DF com a dação em pagamento de qualquer dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei - até o limite do débito tributário, sendo qualquer saldo remanescente revertido em favor do Distrito Federal;
- Que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal proceda à substituição processual da SAB nas causas judiciais em que a empresa seja autora, ré, assistente, oponente ou terceira interessada:

"Artigo 4º. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal deve providenciar a substituição processual da SAB nas causas judiciais em que a empresa seja autora, ré, assistente, oponente ou terceira interessada.

Parágrafo único. O Distrito Federal sucede a SAB nos direitos e nas obrigações decorrentes das causas judiciais mencionadas no caput."

Em fevereiro de 2016, o passivo previdenciário desta SAB foi assumido pelo Distrito Federal.

Em 01 de novembro de 2016, foi publicado o Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado (PDVI), no suplemento do DODF nº 206 de, págs. n.ºs 1 e 2, destinado aos empregados ocupantes de cargo de provimento efetivo da tabela de emprego permanente que preenchiam os seguintes requisitos à época:

- Estar em efetivo exercício;
- Ter idade mínima de 50 anos;
- Ter tempo mínimo de efetivo na empresa de 15 anos e;
- Não se encontrar em qualquer das condições impeditivas estabelecidas no PDVI/SAB.

Ao empregado que aderiu e ratificou a adesão ao Programa foi assegurado, a título de incentivo financeiro e social, o recebimento do pagamento conforme estabelecido no PDVI/SAB no ato da homologação do contrato de trabalho.

Em 13.03.2018, ocorreu a publicação do Decreto nº 38.928, que dispõe sobre a incorporação da SAB ao Metrô/DF.

Vinculação:

De janeiro a outubro de 2015, a SAB ficou vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF, conforme Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, publicado no DODF nº 1, de 01/01/2015, págs. n.º 1, 5 e 6.

Em outubro do mesmo ano, vinculou-se a SAB à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, por meio do parágrafo único do Art. 4º do Decreto nº 36.825, de 22/10/2015, publicado no DODF nº 205, de 23/10/2015, pág. n.º 09:

Art. 4º São vinculados à SEPLAG:

Parágrafo único. São igualmente vinculadas à SEPLAG as empresas públicas dependentes do Tesouro do Distrito Federal em processo de liquidação ou extinção.

Desde de janeiro de 2019, conforme Decreto nº 39.610, de 01.01.2019, prevalece a vinculação da SAB à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, razão pela qual seu código de Unidade Orçamentária foi alterado de 32204 para 19214 e os respectivos recursos orçamentários foram transpostos para a nova UO.

Ressalte-se que, posteriormente a Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF teve sua denominação alterada para Secretaria de Estado de Economia do DF, consoante Decreto nº 40.030, de 20.08.2019.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	12	0	141	0	153
Comissionados sem vínculo efetivo	25	0	0	0	25
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	38	0	141	0	179
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	141	0	141
Total Geral	38	0	0	0	38

Dados de 31/12/2019

Observações:

- Os empregados restantes, por estarem lotados em outros órgãos do GDF pertencentes Orçamento Fiscal e de Seguridade do DF, foram cedidos sem ônus, ficando a cargo da SAB as despesas relativas às respectivas folhas de pagamento.
- A SAB possui somente um empregado cedido com ônus, o qual se encontra lotado na Terracap.
- Vale destacar que o montante destinado ao pagamento da remuneração recebido pela cessão do empregado cedido à Terracap é anualmente restituído pela SAB à Secretaria de Estado de Economia do DF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	180000,00	78309,85	78309,85
0020 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-- DISTRITO FEDERAL	0	180000,00	78309,85	78309,85
9037 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA	0	255088,09	255080,26	255080,26
0003 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA-- SIA	0	255088,09	255080,26	255080,26
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	831084,00	15928,08	15928,08
0048 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	0	831084,00	15928,08	15928,08
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	1266172,09	349318,19	349318,19

Nota Explicativa:

Considerando a necessidade de cumprir o contrato de parcelamento da SAB junto à PGFN, foram executados na UO 32204 recursos destinados à realização do pagamento de 2 (duas) parcelas do REFIS referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2019 - Ação: Amortização de Encargos da Dívida Pública.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	3152,00	3151,26	3151,26
0037 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	0	3152,00	3151,26	3151,26
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	29220554,00	25140854,16	24688369,40
0051 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	0	29220554,00	25140854,16	24688369,40
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	3527573,00	3511191,13	3511191,13
0042 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	0	3527573,00	3511191,13	3511191,13
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	14500,00	10630,0	10230,0
0030 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-SAB- SIA	0	14500,00	10630,0	10230,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	347047,00	340764,27	281419,15
0078 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- SIA	0	347047,00	340764,27	281419,15
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	0,00	33112826,00	29006590,82	28494360,94

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Por iniciativa da SAB, foi criada em 2019 a Comissão Setorial de Avaliação de Documentos – CSAD, composta por um grupo permanente e multidisciplinar de profissionais pertencentes a áreas distintas, a fim de realizar atividades técnicas inerentes à gestão de documentos, elaboração e aplicação dos planos de classificação e das tabelas de temporalidade dos documentos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com a finalidade de zelar pelo patrimônio público e também pela segurança dos empregados lotados na sede da SAB, foram realizadas melhorias no ambiente de trabalho, uma vez que estava em condições precárias.

As atividades da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos – CSAD - permanecem em andamento, com resultados satisfatórios. Para o exercício de 2020, a CSAD tem como meta finalizar a análise dos documentos do arquivo físico relativos ao período de 1962 a meados 2018, atualmente localizado na sede da SAB.

Os 141 empregados cedidos, em sua maioria, vêm desenvolvendo funções essenciais no âmbito do governo do DF.

19902 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINIS

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O FUNDAF instituído pela Lei nº. 3.311, de 21/01/2004, alterada pelas Leis nºs 3.809, de 08/02/2006; 3.982, de 25/04/2007; 5.099, de 29/04/2013; e regulamentado pelo Decreto nº 26.246, de 29/09/2005, alterado pelo Decreto nº 34.867, de 21/11/2013, tem por finalidade promover a modernização e o reaparelhamento da Administração Fazendária, além de propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício das atribuições fazendárias.

São objetivos do FUNDAF:

- I – modernização e reaparelhamento das instalações da Secretaria de Estado de Fazenda;
- II – implementação de programas de educação fiscal;
- III – qualificação profissional dos servidores da SEF;
- IV – execução das ações previstas no Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária – PINAT;
- V – desenvolvimento de ações integradas objetivando a eficiência na cobrança administrativa de débitos fiscais;
- VI – Aperfeiçoamento e manutenção das atividades de arrecadação, fiscalização, tributação, atendimento ao contribuinte, administração financeira, contabilidade, patrimônio, licitação e compras;
- VII – Realização de outras atividades que contribuam par o aumento da eficiência, efetividade, economicidade e eficácia da administração fazendária.

Constitui recursos do FUNDAF:

- 20% (vinte por cento) do produto total das multas tributárias aplicadas no âmbito da competência da Subsecretaria da Receita - SUREC;
- 60% (sessenta por cento) da contrapartida mensal instituída pelo art. 6º, parágrafo único, III, b, da Lei n.º 3.152, de 06/05/ 03;
- Resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;
- Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- Receita advinda da aplicação dos recursos do FUNDAF;
- Saldo apurado nos exercícios anteriores;
- Receita advinda de licitação de bens apreendidos pela fiscalização tributária, exceto a relativa a impostos;
- outras contribuições financeiras destinadas ao programa de que trata a Lei nº 2.594, de 21/09/2000, devidas por optantes por regimes tributários especiais ou sujeitas a benefícios ou incentivos fiscais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	1	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	1	0	0	1
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	1	0	0	1

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	1934824,0	469988,72	357142,0	357142,0
0003 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-FUNDAF-DISTRITO FEDERAL	1934824,0	469988,72	357142,0	357142,0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	26146,0	20393,88	0	0
0022 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	26146,0	20393,88	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3921938,0	0,64	0	0
5832 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEF-DISTRITO FEDERAL	3921938,0	0,64	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5226748,0	6653747,16	5647751,19	4469522,42
5216 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	5226748,0	6653747,16	5647751,19	4469522,42

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	653656,0	301306,68	0	0
2415 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- DISTRITO FEDERAL	653656,0	301306,68	0	0
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	1307313,0	1019704,14	0	0
0002 - EDUCAÇÃO FISCAL--DISTRITO FEDERAL	1307313,0	1019704,14	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	13070625,00	8465141,22	6004893,19	4826664,42

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – FUNDAF – DISTRITO FEDERAL

Esta ação foi inserida no orçamento do fundo para atender as possíveis aquisições de bens materiais para melhoria da estrutura da Secretaria de Estado de Economia e foi previsto para a mesma o valor de R\$ 1.934.824,00 (um milhão, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e vinte quatro reais), sendo que o valor total disponível foi empenhado R\$ 357.142,00 (trezentos e cinquenta e sete mil cento e quarenta e dois reais)

O valor empenhado foi utilizado no seguinte contrato:

Despesa com a compra de 2 empilhadeiras (Processo SEI nº 00040-0000060892/2018-96)

Despesa com a compra de 278 cadeiras giratórias (Processo SEI nº 00040-0000027822/2019-15)

AÇÃO 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

A ação Gestão de Recursos de Fundos foi prevista para fazer frente ao conjunto de despesas relacionadas ao apoio, à gestão e à manutenção do fundo. O orçamento destinado ao programa foi de R\$ 26.146,00 (vinte seis mil cento e quarenta e seis reais). R\$ 20.393,88 (vinte mil trezentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos foram autorizados. Não houve projetos para a utilização dos recursos.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Para possibilitar a modernização dos sistemas de informação da SEF foi aprovado na Lei orçamentária anual R\$ 3.921.938,00 (três milhões novecentos e vinte mil, novecentos e trinta e oito reais), sendo que houve uma alteração de R\$ 3.059.111,00 (três milhões e cinquenta e nove mil, cento e onze reais. Não houve projetos para a utilização dos recursos.

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O orçamento inicial desta ação era de R\$ 5.226.748,00 (cinco milhões duzentos e vinte seis mil setecentos e quarenta e oito reais), sendo que houve um acréscimo neste programa de R\$ 1.427.000,00 (um milhão quatrocentos e vinte se mil reais). Do valor total foi empenhado R\$ 6.653.747,16 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos e quarente e sete reais e dezesseis centavos) e liquidado R\$ 4.469.522,42 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos)

O valor empenhado foi utilizado nos seguintes contratos:

Despesa com a contratação de empresa para a prestação de serviço técnicos especializados; (Processos SEI nº 00040-0000058335/2017-24);

Despesa referente ao convênio de cooperação técnica - SEFAZ VIRTUAL; (Processos SEI nº 00040-0000001328/2016-00);

Despesa com a prestação de serviço - IDFAZ; (Processos SEI nº 00000-0400002499/2014-00);

Despesa para atender despesa como Convênio de Cooperação nº 01/2019. (Processos SEI nº 00040-0000066997/2018-59);

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Tínhamos aprovados nesta ação R\$ 653.656,00 (seiscentos e cinquenta e três mil seiscentos e cinquenta e seis reais). Não houve projetos para a utilização dos recursos.

AÇÃO 3667 – EDUCAÇÃO FISCAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 1.307.313,00 (um milhão trezentos e sete mil trezentos e treze reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As ações e projetos realizados com recursos do FUNDAF contribuíram com a melhoria de diversas unidades da Secretaria de Estado de Economia no decorrer do ano de 2019, principalmente no que diz respeito a área de informática, proporcionando uma maior agilidade dos sistemas e conseqüentemente na prestação de serviço ao cidadão.

A Secretaria de Estado de Economia tem feito bom uso dos recursos alocados nos programas de trabalhos do FUNDAF e com isso se modernizando e melhorando seus sistemas de informação, proporcionando a prestação de serviços mais rápido e eficiente.

Paro ano de 2020 serão intensificados os projetos voltados para a área de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Economia.

19905 - FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA - PRÓ-GESTÃO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO, criado pela Lei nº 2.958/2002, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento e de capacitação de recursos humanos, para o exercício da função pública, objetivando a melhoria do atendimento ao público, compreendendo os seguintes objetivos:

- Qualificação profissional dos servidores dos órgãos da Administração Direta, Entidades Autárquicas e Fundacionais por meio de treinamento, especialização e/ou formação específica de servidores de carreiras de Estado;
- Desenvolvimento de programas e/ou projetos firmados com entidades públicas ou particulares, de âmbito nacional ou internacional, com vistas à busca de novas tecnologias e metodologias voltadas para a modernização administrativa;
- Prestação de suporte didático-pedagógico de estudos, na elaboração e implantação dos programas e ações de desenvolvimento institucional e de pessoas, com vistas à permanente melhoria da prestação dos serviços e profissionalização da gestão pública;
- Implantação de programas voltados para a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e das condições de vida e de trabalho dos servidores;
- Modernização administrativa;
- Programas de desburocratização administrativa e aperfeiçoamento tecnológico;
- Aparelhamento das unidades voltadas para a gestão pública;
- Realização de outras atividades relacionadas à gestão pública.

De acordo com o Art. 6º do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, cabe à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, a gestão do Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO.

O Decreto nº 38.014/2017 aprova alteração do Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo de Melhoria da Gestão Pública (PRÓ-GESTÃO), o qual possui a seguinte composição: Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretário-Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretário-Adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretário-Adjunto de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Diretor-Executivo da Escola de Governo; Subsecretário de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; 01 representante dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. A presidência do Conselho compete ao titular da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, que passou a integrar a Secretaria de Estado de Economia em 2019. Por sua vez, o Conselho de Administração do Fundo PRÓ-GESTÃO compreende o Plenário e a Secretaria-Executiva.

São competências do Conselho de Administração do Fundo PRÓ-GESTÃO:

- Definir as normas operacionais do Fundo;
- Estabelecer critérios e prioridades de aplicação de recursos;
- Aprovar proposta anual de orçamento do Fundo;

- Aprovar a alocação dos recursos em projetos e programas, observando a viabilidade econômica financeira e os recursos disponíveis;
- Acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações do PRÓ-GESTÃO, sem prejuízo do controle interno e externo pelos órgãos competentes;
- Dirigir a administração do Fundo, visando à continuidade das ações e programas que, iniciados em um governo, tenham a garantia de seu prosseguimento no governo subsequente; elaborar o regimento interno.

Tendo em vista a edição do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, que fixou a nova organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal, foi apresentada proposta de alteração do Regimento Interno junto ao Conselho de Administração do Fundo de Melhoria da Gestão Pública – PRÓ-GESTÃO, que deliberou sobre a necessidade de adequação do arts. 1º, 3º, 9º e 10º do Anexo Único do Decreto nº 38.014, de 16 de fevereiro de 2017, à realidade administrativa e à necessidade de conferir maior celeridade ao trâmite processual, bem como de aperfeiçoar a gestão de documentos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	1	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	0	1	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	2	0	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	2	2	0	4
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	2	2	0	4

No exercício de 2019, o Fundo Pró-Gestão, com a intenção de garantir o cumprimento das legislações que norteiam seu funcionamento e a regularização formal dos atos praticados pelo Ordenador de Despesas, solicitou a recomposição da equipe técnica, pois a reduzida estrutura administrativa e a pouca quantidade de servidores existentes prejudicam a missão institucional.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	0	858589,00	5490,0	5490,0
0005 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS- MODERNIZAÇÃO UNIDADES ADMINISTRATIVAS - PRÓ GESTÃO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	858589,00	5490,0	5490,0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	5689694,00	1056086,06	1056086,06
0025 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAS-PRO GESTÃO- DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	5689694,00	1056086,06	1056086,06
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	0,00	6548283,00	1061576,06	1061576,06

No exercício 2019, foi dada a continuidade à política de capacitação do servidor, mediante o pagamento de instrutores da Escola de Governo do Distrito Federal, além de congressos, seminários, curso de mestrado e de graduação, visando ao aperfeiçoamento das carreiras do Distrito Federal. Essa política reflete, de forma significativa, a visão moderna, qualitativa, com foco na uniformização dos serviços prestados pelo Governo de Brasília e suas Instituições.

Importante frisar que a execução orçamentária no exercício de 2019 se deu sob duas Unidades Orçamentárias (UO): 32901 e 19905.

No esforço em desenvolver uma rigorosa profissionalização do serviço público, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/PRÓ-GESTÃO, obedecendo às diretrizes governamentais, no ano de 2019, executou na Unidade Orçamentária 32901, a qualificação de 917 (novecentos e dezessete) servidores, referente à instrutoria interna, dos meses de março e abril de 2019, com investimento da ordem de R\$115.370,92 (cento e quinze mil, trezentos e setenta reais e noventa e dois centavos). Incluindo a instrutoria externa, foi investido o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a qualificação de 39 (trinta e nove) servidores, totalizando o valor de R\$265.370,92 (duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta reais e noventa e dois centavos), com a fonte de recurso do Fundo (Fonte 171).

A Unidade Orçamentária 19905, por sua vez, proporcionou a qualificação de 5.868 (cinco mil oitocentos e sessenta e oito) servidores, com investimento da ordem de R\$ 686.703,06 (seiscentos e oitenta e seis mil, setecentos e três reais e seis centavos), referente à instrutoria interna. Já com instrutoria externa, foi investido o valor de R\$ 373.383,00 (trezentos e setenta e três mil, trezentos e oitenta e três reais), com a qualificação de 53 (cinquenta e três) servidores, totalizando o valor de R\$ 1.060.086,06 (um milhão, sessenta mil, oitenta e seis reais e seis centavos), com a fonte de recurso do Fundo (Fonte 171).

Portanto, o total de servidores em 2019 ficou assim distribuído:

- Instrutoria interna: 6.785 servidores, no valor de R\$802.073,98
- Instrutoria externa: 92 servidores, no valor de R\$523.383,00

Total: 6.877 servidores atendidos, com um aporte de recursos da Fonte 171 no valor de R\$1.325.456,98 (um milhão, trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos).



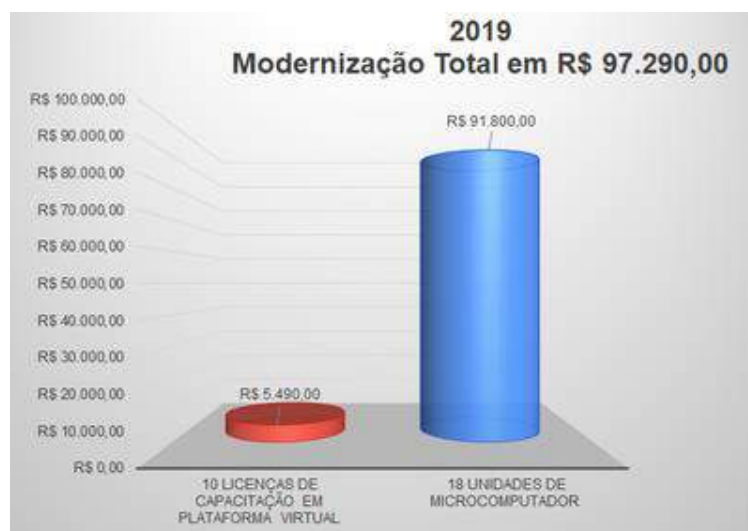
Baseando-se nos dados acima citados, observa-se por oportuno que o valor investido no exercício de 2019 circunda o montante de R\$ 192,74 (cento e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos) por servidor capacitado.

Essa estratégia visa desenvolver formuladores de políticas públicas, de forma a contribuir para a melhoria dos serviços prestados.

Com a política de Modernização, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública- Pró-Gestão, direciona seus esforços no sentido de promover investimentos para equipar e modernizar as unidades administrativas, com vistas à melhoria dos serviços prestados ao cidadão cliente, reconhecendo-o como foco da atenção do Estado.

No esforço de promover uniformização, reaparelhamento e modernização das instalações das Unidades Administrativas do Governo do Distrito Federal, no ano de 2019 foi investido um montante de R\$ 5.490,00 (cinco mil e quatrocentos e noventa reais), correspondente à aquisição de 10 licenças de software para a oferta de capacitação em Plataforma Virtual para a Controladoria-Geral do Distrito Federal, executados na Unidade Orçamentária 19905, e 18 Estações de Trabalho Avançadas (microcomputadores), destinados à Subsecretaria de

Tecnologia/SUTIC da Secretaria de Estado de Economia/SEEC, executados na Unidade Orçamentária 32901.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No exercício de 2019, foram arrecadados R\$ 4.012.135,18 (quatro milhões, doze mil cento e trinta e cinco reais e dezoito centavos), sendo R\$ 681.124,55 (seiscentos e oitenta e um mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) com serviços de inscrição em concursos públicos, R\$ 3.230.303,20 (três milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e três reais e vinte centavos) com taxa de administração de serviços e R\$ 100.707,43 (cem mil, setecentos e sete reais e quarenta e três centavos) com rendimentos de aplicação financeira.



Como realização extraordinária, pode-se citar a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – CSTGP, da Escola Superior de Gestão (ESG) - Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, viabilizado por meio de Termo de Compromisso firmado entre a Secretaria de Estado de Economia e Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Foram capacitados 39 servidores do GDF no 1º semestre de 2019, com recursos da ordem de R\$119.876,33 (cento e dezenove mil, oitocentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos) - Fonte 171.

Os recursos do Fundo viabilizaram, ainda, por meio da Escola de Governo do Distrito Federal (Egov), a oferta de 170 vagas para turmas de capacitação no curso de Língua Brasileira de Sinais (libras). Tal providência proporcional ao GDF o cumprimento da Lei nº 6.300/2019, sancionada em 2019, que exige a formação de servidores da área da saúde na Língua Brasileira de Sinais. O recurso da Fonte 171 disponibilizado para a referida capacitação foi na ordem de R\$27.503,64 (vinte e sete mil, quinhentos e três reais e sessenta e quatro centavos), resultando em 129 servidores certificados.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Conforme mencionado anteriormente, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública - Fundo Pró-Gestão foi criado por força da Lei nº 2.958, em 26 de abril de 2002, com o objetivo de garantir a melhoria da gestão pública, acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento, capacitação de agentes públicos e modernização da Administração Pública. O Decreto nº 39.386, de 17 de outubro de 2018, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 199, de 18/10/2018, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, determinou em seu Art. 4º que "a Unidade do Fundo Pró-Gestão - UFGP passa a subordinar-se à Escola de Governo do Distrito Federal."

Cumprido esclarecer, por oportuno, que o Distrito Federal conta com a Escola de Governo do DF (EGOV), conforme preceito previsto no parágrafo 2º do art. 39 da Carta Magna, encontrando-se na estrutura da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme o Anexo I, item 1.7 do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, integrada à antiga SEF pelo Decreto 39.610, de 1º de janeiro de 2019, atual SEEC, conforme Decreto nº 40.030, de 20 de agosto de 2019.

A EGOV é, hoje, a responsável pela capacitação de todos os agentes públicos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, independentemente de carreiras ou instrutores, bem como pela manutenção e pelas reformas do prédio e do respectivo mobiliário, as quais são realizadas com recursos do Pró-Gestão.

Com a finalidade de atualizar e adaptar os preceitos normativos às necessidades do Fundo Pró-Gestão, foi elaborada a minuta do Projeto de Lei que procurou atualizar conceitos, inserindo incisos e parágrafos que buscam conferir maior clareza quanto ao modo de aplicação dos recursos do Fundo Pró-Gestão, quanto à criação de novas fontes de arrecadação e quanto à aplicação de penalidades para os agentes públicos que não repassarem os valores devidos ao Fundo no prazo estipulado em Lei, a qual deverá ser apreciada pela Câmara Legislativa no exercício de 2020.

Ademais, merece destaque em 2019 a realização de 9 (nove) reuniões do Conselho de Administração do Fundo Pró-Gestão, a fim de deliberar e estabelecer critérios e prioridades de aplicação de recursos em aquisições e capacitações.

Quanto as dificuldades encontradas, podemos citar:

- a) no que tange à execução orçamentária de recursos, a Unidade do Fundo Pró-Gestão conta, hoje, com apenas 1 (um) servidor de carreira, 1 (um) servidor comissionado sem vínculo e 2 (dois) estagiários, os quais possuem a atribuição de gerir os recursos provenientes do repasse de valores previstos nas hipóteses definidas pelos incisos do Art. 3º da Lei nº 2.958/2002;
- b) a falta de previsão legal mais clara quanto ao rol de possibilidades de aplicação dos recursos;

c) a necessidade de criação de uma estrutura prática de planejamento, aquisição, execução, prestação de contas e cobrança, com o aporte de número suficiente de para conferir celeridade aos procedimentos internos.

19911 - FUNDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO DF - PRÓ-RECEITA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O PRÓ-RECEITA foi instituído pela Lei nº. 5.594, de 28/12/2015 tem por finalidade o aparelhamento, a modernização, o incentivo e o gerenciamento das atividades de fiscalização, lançamento e cobrança administrativa.

São objetivos do PRÓ-RECEITA

I - aperfeiçoamento, desenvolvimento e manutenção da infraestrutura física e tecnológica de uso da Subsecretaria da Receita - SUREC;

II - aquisição de bens e serviços;

III - qualificação profissional dos servidores da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal;

IV - aperfeiçoamento dos processos de trabalho e da gestão dos recursos físicos e humanos;

V - realização de outras atividades relacionadas aos objetivos do Fundo.

Constitui recursos do PRÓ-RECEITA:

I - os encargos de que trata o § 1º, em relação aos créditos cobrados de acordo com o inciso I, destinados para a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, na forma do § 2º, todos do art. 42 da Lei Complementar nº 4, de 30 de abril de 1994;

II - as contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

III - as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados nacionais ou internacionais, além de outros recursos;

IV - os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;

V - os valores advindos da aplicação dos recursos do fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;

VI - as contribuições, as subvenções e outros valores destinados a propiciar o aperfeiçoamento da administração tributária;

VII - outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	1	0	0	0	1
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	1	0	0	0	1

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	402438,0	313901,64	147000,0	147000,0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	402438,0	313901,64	147000,0	147000,0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	402437,0	313900,86	0	0
0001 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	402437,0	313900,86	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	402437,0	313900,86	0	0
0004 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	402437,0	313900,86	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	402437,0	313900,86	0	0
0003 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	402437,0	313900,86	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	89430,0	69755,40	0	0
0001 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	89430,0	69755,40	0	0
2895 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA	7154440,0	5580463,20	0	0
0001 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA--DISTRITO FEDERAL	7154440,0	5580463,20	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	8853619,00	6905822,82	147000,00	147000,00

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – FUNDAF – DISTRITO FEDERAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 402.438,00 (quatrocentos e dois mil quatrocentos e trinta e oito reais) e o valor empenhado foi utilizado no seguinte contrato:

Despesa com aquisição de mini carregadeira. Processo Sei nº 00040-0000060892/2018-96.

AÇÃO 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

A ação Gestão de Recursos de Fundos foi prevista para fazer frente ao conjunto de despesas relacionadas ao apoio, à gestão e à manutenção do fundo. O orçamento destinado ao programa foi de R\$ 402.437,00 (quatrocentos e dois mil quatrocentos e trinta e sete reais). Não houve necessidade de utilização dos recursos.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 402.437,00 (quatrocentos e dois mil quatrocentos e trinta e sete reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado.

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 402.437,00 (quatrocentos e dois mil quatrocentos e trinta e sete reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado.

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 89.430,00 (oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado.

AÇÃO 2895 – INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA – DISTRITO FEDERAL.

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 7.154.440,00 (sete milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais). Não houve implementação de programas de incentivo, portanto o recurso não foi utilizado.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	89430,0	69755,40	0	0
0003 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-- DISTRITO FEDERAL	89430,0	69755,40	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	89430,00	69755,40	0,00	0,00

AÇÃO 9055 – TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS – DISTRITO FEDERAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 89.430,00 (oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta reais). Não ocorreram encargos e comissões bancárias decorrentes das contratações autorizadas pela lei 5.708/2016 para pagamento.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No dia 26/12/2019 foi aprovada a Lei Complementar 959/2019 e esta trouxe alterações na Lei 5594/2015.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A maior parte dos recursos do fundo foi destinada a ação INCENTIVO ÀS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA e a execução desta ação dependia de alteração legislativa que ocorreu no final do exercício com a promulgação da Lei Complementar do DF 959/2019 que alterou a Lei 5.594/2015.

Com a alteração da Lei 5.594/2015 a execução do fundo será facilitada para o ano de 2020.

20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE) é órgão da Administração Pública Direita do Distrito Federal, reestruturada pelo Decreto nº 39.610, de 01º de janeiro de 2019, que organizou a estrutura do Governo do Distrito Federal e criou a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal (SECTI) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Distrito Federal (SEDRM). Como ambas secretarias ainda não possuem suas estruturas aprovadas, o apoio operacional, administrativo, orçamentário e financeiro é realizado pela SDE.

Por meio do Decreto nº 39.699, de 28 de fevereiro de 2019, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória 861/2018, a Junta Comercial foi incorporada em 1º de março de 2019 à estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Em 27 de junho de 2019, a lei nº 6.315, criou a entidade da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal (JUCIS-DF), como entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público.

As competências legais da SDE estão definidas de acordo com o Decreto nº 39.041, de 10 de maio de 2018:

- Formular políticas de desenvolvimento econômico com bases modernas e competitivas no âmbito do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno;
- Desenvolver programas de apoio às iniciativas empreendedoras;
- Formular as políticas governamentais de apoio e incentivo à indústria, comércio, comunicações, serviços e comércio exterior, promovendo sua implantação;
- Promover políticas e ações integradas objetivando a criação, consolidação e desenvolvimento sustentável das áreas econômicas;
- Promover parcerias com órgãos e entidades públicas e privadas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico, científico e de inovação tecnológica no Distrito Federal;
- Desenvolver e incentivar políticas de sustentabilidade ao desenvolvimento econômico no âmbito do Distrito Federal e Entorno;
- Apoiar a implementação de programas de incentivo às exportações, de iniciativa do Governo Federal;
- Formular a política governamental de promoção da capacitação técnica, tecnológica e gerencial das empresas beneficiadas por programas vinculados à SDE, em articulação com entidades públicas e privadas do setor;
- Promover e divulgar as oportunidades de negócios e investimentos produtivos;
- Articular ações junto aos estados que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, com vistas ao estabelecimento de programas e projetos que promovam a geração de empregos, elevação da renda, melhoria das condições de vida e fixação populacional na região de influência de Brasília.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	11	13	7	5	36
Comissionados sem vínculo efetivo	56	47	0	0	103
Requisitados de órgãos do GDF	16	6	1	0	23
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	5	9	14
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	2	0	2
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	83	66	15	14	178
(-) Cedidos para outros órgãos	3	0	4	0	7
Total Geral	80	66	11	14	171

Em 2019, foram remanejados cargos da SDE para as novas Secretarias criadas, SECTI e SEDRM, o que explica, em parte, a diminuição de 232 (duzentos e trinta e dois) cargos em 2018 para um total de 171 (cento e setenta e um) cargos. Outro motivo é o remanejamento de cargos dentro do Governo do Distrito Federal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	50000,0	542,00	0	0
5742 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	50000,0	542,00	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	50000,0	542,00	0	0
5924 - APOIO A EVENTOS-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DF ENTORNO	50000,0	542,00	0	0
3226 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	50000,0	2,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL-EXPANSÃO DA REDE METROPOLITANA SEM FIO-DISTRITO FEDERAL	50000,0	2,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4210 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	50000,0	50000,00	49130,24	0
0001 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL-DA REDE METROPOLITANA SEM FIO-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,00	49130,24	0
2998 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO	3500000,0	5066445,00	5066445,00	4707044,47
0001 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO--PLANO PILOTO .	3500000,0	5066445,00	5066445,00	4707044,47
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	950000,0	1010,00	0	0
0057 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS-DISTRITO FEDERAL	600000,0	1010,0	0	0
6164 - APOIO AO FOMENTO E AO EMPREENDEDORISMO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DIGITAL JUNTO A COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL - CAMPUS PARTY 2019 - A SER DESENVOLVIDO PELO INSTITUTO CAMPUS PARTY.	300000,0	0,0	0	0
0094 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-DF ENTORNO	50000,0	0,00	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	50000,0	39000,0	33000,0	33000,0
0019 - APOIO A PROJETOS-PROMOÇÃO DO INTERCÂMBIO E DIFUSÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	50000,0	39000,0	33000,0	33000,0
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	500000,0	1,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL-APOIO A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO BIOTIC - ACELERADORA DE EMPRESAS-DISTRITO FEDERAL	500000,0	1,00	0	0
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	0	250000,0	250000,0	250000,0
0109 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-INSTITUTO CAMPUS PARTY - INCLUDE-DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	250000,0	250000,0
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	0	1892000,0	1527134,35	1527134,35
0002 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO INCLUDE-DISTRITO FEDERAL	0	162000,0	107134,35	107134,35
0027 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO A IMPLMETAÇÃO DO PROJETO DO INCLUDE - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	300000,0	300000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0035 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES- APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS-DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	0	0
0038 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES- REALIZAÇÃO DO PROJETO O PLANETÁRIO MAIS PERTO DE VOCÊ-DISTRITO FEDERAL	0	160000,0	0	0
0041 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES- Apoio a Projeto - Apoio à implementação do projeto Include - laboratórios tecnológicos -DISTRITO FEDERAL	0	1120000,0	1120000,0	1120000,0
5021 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES	62675405,0	115555453,20	55726153,83	41611847,38
0001 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES--DF ENTORNO	62675405,0	115555453,20	55726153,83	41611847,38
2575 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	50000,0	542,00	0	0
0001 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS--DF ENTORNO	50000,0	542,00	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	67925405,00	122855537,20	62651863,42	48129026,20

O Programa **Brasília Competitiva** tem por objetivos estratégicos: ampliar a capacidade da economia local na produção de bens e serviços e na efetiva geração de emprego, renda, receita tributária, além de promover o desenvolvimento econômico social, sustentável e integrado do Distrito Federal.

Conforme o Decreto nº 39.610, de 01/01/2019, que instituiu a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECTI) dentro da estrutura Administrativa Pública, cumpre esclarecer que as informações referentes às ações orçamentárias: 3226 - Implantação da Iluminação Digital; 4210 - Gestão da Iluminação Digital; 2998 - Manutenção do Planetário; 3678 - Realização de Eventos, 4091 - Apoio a Projetos; 5832 - Implantação do Parque Tecnológico Capital Digital; 9075 - Transferência de Recursos para Projetos Culturais; 9107 - Apoio Financeiro a Entidades e seus respectivos subitens, serão apresentados no Relatório de Atividades da Unidade (UO:40101 - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia).

Neste sentido, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SDE), foram realizadas as seguintes ações:

PROCIDADES

5021 - Modernização e Melhoria da Infraestrutura das Áreas de Desenvolvimento Econômico do DF - Procidades

Em 10 de setembro de 2014 o Governo do Distrito Federal (GDF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram o contrato de empréstimo nº 2957/OC-BR para cooperação na execução do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito

Federal (PROCIDADES/DF) que entrou em fase de execução a partir de sua assinatura. O programa tem um custo total de US\$ 71.430.000,00 (setenta e um milhões quatrocentos e trinta mil dólares), dos quais, US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) estão sendo financiados com recursos do BID e US\$ 21.430.000,00 (vinte e um milhões quatrocentos e trinta mil dólares) representam a contrapartida constituída com recursos locais do GDF.

Ficou estabelecido que a execução do contrato consistiria em ações pelos vários agentes participantes, visando o cumprimento das atividades e das condições contratadas junto ao BID por um prazo de execução de cinco anos, contados a partir da sua assinatura, ou seja, até setembro de 2019.

O Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PROCIDADES/DF) tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico descentralizado do Distrito Federal por meio de melhorias no ambiente de negócios e da promoção de investimentos, do fomento ao desenvolvimento empresarial e da melhoria da infraestrutura urbana em Áreas de Desenvolvimento Econômico - ADEs. São contempladas pelo programa: setor de materiais de Construção, setor de indústrias e ADE centro norte em Ceilândia, a Área de Múltiplas Atividades do Gama e o Polo JK em Santa Maria.

O programa busca promover a consolidação bem como estimular a ocupação dessas áreas. A promoção das atividades econômicas previstas está diretamente relacionada com a dotação de uma infraestrutura urbana funcional, assim como uma adequação do desenho e dos serviços urbanos, de acordo com a sua vocação econômica, e que permita a sua plena operação e funcionalidade. Estas ações, por sua vez, deverão repercutir no arcabouço legal urbano atual requerendo, em muitos casos, a sua atualização.

O referido programa é constituído de quatro componentes observando-se a seguinte composição:

Componente I: Desenvolvimento institucional estratégico.

O componente busca fortalecer a Secretaria, ou outra que vier a sucedê-la, com as mesmas atribuições, estrutura e competências legais, com o propósito de melhorar o ambiente de negócios e fomentar a competitividade econômica no DF. Este componente tem por objetivo financiar os serviços de consultoria para a modernização dos programas da Secretaria, em aspectos referentes à otimização de processos e à simplificação de trâmites de autorizações para realizar os empreendimentos nas ADEs. Também será financiada a implantação de um sistema de monitoramento e gestão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PRÓ-DF II), de forma a gerenciar os programas de incentivo econômico.

Componente II: Programa de atração de investimentos.

Este componente tem como objetivo principal contribuir para a atração de investimentos e a diversificação de atividades econômicas em todo o DF por meio da estruturação de um programa de promoção de investimentos denominado PDAI - Plano Distrital de Atração de Investimento (substitui o Brasília Negócios). Este programa se constitui em diretrizes que nortearão ações, projetos e programas governamentais que tenham fundamento na geração de emprego, renda e sustentabilidade no desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Será elaborado pela SDE em consonância com o Plano Estratégico Governamental, com a legislação vigente, com estudos técnicos e as recomendações de órgãos e entidades públicas, privadas nacionais e internacionais voltados ao estudo do desenvolvimento econômico.

Componente III: Desenvolvimento empresarial nas ADEs.

Este componente busca contribuir para o desenvolvimento das empresas localizadas nas ADEs prioritizadas. Financiará a contratação de serviços de consultoria e assistência técnica, tais

como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Banco do Brasil (BB) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). As ações serão voltadas aos programas de capacitação empresarial e de trabalhadores.

Componente IV: Urbanismo e infraestrutura nas ADEs.

Este componente busca melhorar as condições urbanas e de infraestrutura nas ADEs prioritárias, com a finalidade de potencializar seu desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, financiará obras de esgotamento sanitário, drenagem urbana, pavimentação, urbanismo e ampliação do fornecimento de energia elétrica. Para melhoria do ambiente urbano, serão executadas as obras de praças, paisagismo urbano, iluminação pública, calçadas e ciclovias nas ADES, permitindo aos trabalhadores, empresários e sociedade, uma melhor qualidade de vida.

Além das obras de infraestrutura, no Componente IV estão incluídas as ações voltadas à supervisão civil e ambiental e a execução dos programas ambientais incluídos no Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS do PROCIDADES, composto pelas seguintes ações: compensação e recuperação ambiental; gestão de resíduos sólidos; controle de efluentes não domésticos; comunicação social e educação ambiental; e controle ambiental de obras.

Comprometimento do Programa (Contratos Assinados)

Objeto	Nome Empresa/ Consultor/ Consórcio	Pari Passu % BID	Pari Passu %GDF	Data da Assinatura do Contrato	Valor do BID (R\$)	Valor do GDF (R\$)	Componente
Apoio ao Gerenciamento do Programa	Consórcio Cobrape/Topocart	100%	0%	03/11/2014	20.381.717,99	-	Administração e Gestão
Elaboração de Diagnóstico e Capacitação das Empresas das Regiões Administrativas	SEBRAE	100	0%	08/08/2017	2.396.207,75	-	Componente 3
Reconhecimento de Despesas Contrapartida Prévias	Reconhecido na Solicitação de Desembolso nº 11 (10/11/2017)	0%	100%	04/10/2017	-	20.777.554,17	Componente 4
Elaboração do Projeto Executivo da linha de alimentação para a Subestação do Polo JK	Cristal Consultoria e Projetos	100%	0%	14/05/2018	302.808,13	-	Componente 4
Consultor Sênior para Apoio a Coordenação de Atração de Investimentos	Denise Cristina Corrêa da Rocha	100%	0%	13/09/2018	204.600,00	-	Componente 2
Consultor Pleno para Apoio a Coordenação de Atração de Investimentos	Marcelo Paiva de Sousa	100%	0%	13/09/2018	134.640,00	-	Componente 2
Aquisição de Transformadores	Weg Equipamentos Elétricos S/A	100%	0%	18/09/2018	3.952.632,00	-	Componente 4
Elaboração de Estudo Técnico para o Componente 2	Neantro Saavedra Rivano	100%	0%	02/10/2018	74.400,00	-	Componente 2
Aquisição de Scanners	Microtécnica Informática Ltda	100%	0%	04/10/2018	38.194,00	-	Componente 1

Complementação da rede elétrica da ADE AMA do Gama	RH Engenharia Ltda	0%	100%	04/10/2018	-	445.934,56	Componente 4	
Supervisão Civil e Ambiental das Obras	Consórcio Supervisor – DF	100%	0%	19/10/2018	2.810.304,91	-	Componente 4	
Elaboração de Estudo Técnico para o Componente 2	Neantro Saavedra Rivano	100%	0%	22/10/2018	111.600,00		Componente 2	
Implantação Da Subestação Polo JK	Energoato Eletricidade Ltda	32%	68%	23/11/2018	4.668.866,09	9.921.340,44	Componente 4	
Avaliação Intermediária do Programa	Ântonio Holtz	100%	0%	04/12/2018	96.512,87	-	Administração e Gestão	
Execução das Obras na Ceilândia	Consórcio ADE Ceilândia	100%	0%	13/12/2018	48.091.770,59	-	Componente 4	
Comunicação Social e Educação Ambiental	Consórcio Ambiente Brasil - Ieme Brasil	100%	0%	14/02/2019	703.270,72	-	Componente 4	
Aquisição de Central Telefônica	Lettel Distribuidora de Telefonia Ltda	100%	0%	16/05/2019	460.785,95	-	Componente 1	
Aquisição de Estações de Trabalho - Desktops	Dell Computadores do Brasil	100%	0%	03/07/2019	1.007.400,00	-	Componente 1	
Aquisição de Estação de Trabalho	Torino Informática	100%100%	0%	04/07/2019	301.500,00	-	Componente 1	
Programa de Resíduos Sólidos	Engeconsult - Consultores Técnicos LTDA	100%	0%	10/09/2019	1.077.472,23	-	Componente 4	
Complementação da drenagem da 1ª e 2ª etapas da ADE Polo JK	Consórcio NG Sigma	100%	0%	18/09/2019	12.811.502,47	-	Componente 4	
Reconhecimento de Contrapartida - Subestação Taguatinga Norte	-	0%	100%	23/09/2019	-	15.081.822,00	Componente 4	
Aquisição de Arquivo Deslizante	Arquipix Industria e Comercio de Moveis Corporativos Eireli	100%	0%	26/11/2019		473.370,00	Componente 1	
Drenagem e Pavimentação Asfáltica - Gama	Sigma Incorporações e Construções Ltda	100%	0%	19/12/2019	3.860.737,74	-	Componente 4	
Praças da Ceilândia	Sigma Incorporações e Construções Ltda	100%	0%	18/12/2019	3.558,291,48	-	Componente 4	
Recursos para Aditivos	-	91%	9%	-	17.629.356,70	1.667.645,50	-	
Passagem Subestação	-	100%	0%	-	90.000,00	-	-	
Ajuste	-	100%	0%	-	1.720.077,48	-	-	
TOTAL-						130.865.620	47.894.297	-

Em 2019, foram concluídos os processos de aquisição de 250 (duzentos e cinquenta) monitores, 20 (vinte) estações de trabalho, 230 (duzentos e trinta) *desktops*, 1 (uma) central telefônica, com interoperabilidade de ramais e 212 (duzentos e doze) aparelhos telefônicos e arquivo deslizante, que possibilitaram um efetivo atendimento dos serviços prestados e estão ontribuinto para uma adequada infraestrutura e suporte logístico por parte da pasta.

Foram concluídos estudos técnicos sobre ecossistemas de economia e Arranjos Produtivos Locais (APLs) que subsidiam a elaboração do Plano Distrital de Atração de Investimentos – PDAI e do Programa de Atração de Investidores e Makers.

As obras de pavimentação, urbanização e paisagismo, drenagem e mobilidade urbana referentes às ADEs Setor de Materiais de Construção e Setor de Industria da Ceilândia, situada na Região Administrativa Ceilândia, tiveram seus contratos assinados no final de 2018 no valor de U\$ 12.997.775,84 (doze milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) e prazo final de execução até setembro de 2019. No entanto, devido às chuvas, foi assinado Termo Aditivo com prorrogação do prazo de execução das obras para fevereiro de 2020. A execução físico-financeira está em 42% do valor total da obra, considerando 11 (onze) medições pagas.

Estão sendo executadas as seguintes obras neste momento:

Redes de drenagem tubulares: já foram executadas 100% das redes tubulares de drenagem. Restam apenas uma pequena quantidade de tubos de ligação das bocas de lobo com os poços de visita.

Pavimentação: todas as vias na ADE Ceilândia já iniciaram a terraplenagem para a pavimentação, sendo que as vias 3 e 4 já estão pavimentadas, enquanto as vias 5, 6 e 7 estão com as suas bases em brita executadas.

Ciclovias: as ciclovias encontram-se em fase inicial de execução com a limpeza da camada vegetal.

Paisagismo: não foi iniciada, será a última etapa das obras.

Fotos da execução das obras da ADE Centro Norte



Foto 1: Execução de redes de drenagem pluvial



Foto 2: Execução de poço de visita da rede de drenagem 7

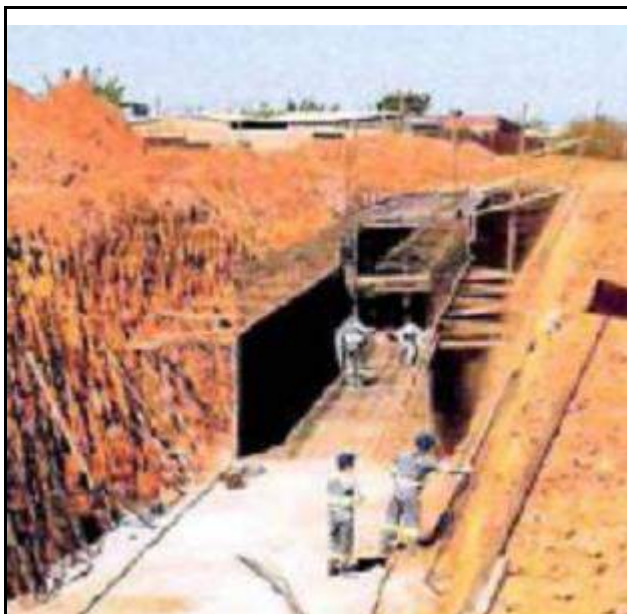


Foto 3: Tunnel liner de travessia sob a rede 14 e galeria celular de concreto



Foto 4: Execução de pavimento em CBUQ na via 3 e base na via 4 (ADE Centro Norte - Ceilândia)

No tocante às obras de duas Praças nas ADEs Setor de Materiais de Construção e Setor de Indústria da Ceilândia, o processo licitatório foi adjudicado em dezembro de 2019, no valor de R\$ 3.558.281,48 (três milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), e encontra-se em fase de assinatura do contrato para início das obras.

As obras de implantação da Subestação de Energia de 138kv no Polo JK tiveram o seu contrato aprovado em novembro de 2018, no valor de R\$ 14.509.206,53 (quatorze milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e seis reais e cinquenta e três centavos) e estão com a execução físico-financeira em torno de 50% do total do contrato.

Ocorreram diversas interrupções, em vista do elevado índice pluviométrico na região do Distrito Federal, o que motivou a necessidade de adequação do cronograma físico-financeiro por parte da contratada, com o necessário endosso da fiscalização da Companhia Energética de Brasília (CEB) e da empresa responsável pela supervisão física e ambiental da obra.

Os avanços em relação aos principais grupos de serviços são os seguintes:

Sala de Comando: encontra-se em fase de acabamento: pintura, piso, cerâmica de parede, esquadrias/vidros, portas, instalações elétricas e hidráulicas.

Muro Externo Limítrofe: concluído juntamente com a inclusão de portão.

Infraestrutura para os Trafos: encontram-se executados: fundação, blocos, paredes cortafogo incluindo pintura, trafos assentados nas respectivas bases, já comissionados.

Infraestrutura para LD (Linha de Distribuição): estruturas para suporte e descidas de cabo em fase de conclusão, com içamento das últimas peças.

Caixas de AT (Alta Tensão): concluído.

Implantação da Subestação de Energia da ADE Polo JK - Santa Maria



Foto 5: Alvenaria de fechamento do piso térreo da Sala de Comando



Foto 6: Suporte para descida de cabos da LD



Foto 7: Colocação do Trafo e assentamento de acessórios, radiador



Foto 8: Fundação para estrutura básica

No tocante a ação 2575 - Promoção do Desenvolvimento Econômico e Sustentável das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais, foram realizadas as seguintes iniciativas: a manutenção da unidade SIMPLIFICA PJ em Taguatinga, a utilização do Portal REDESIMPLES/DF (plataforma digital que permite a simplificação dos processos de abertura, regularização, licenciamento e baixa de empresas); os Programas Pequenos Reparos, nas escolas públicas, e Cartão Material Escolar; o fomento ao crédito por meio das Caravanas do Fundo Centro Oeste (FCO); a realização do Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas de Pequeno Porte; a realização do evento Cidade Empreendedora do DF e o Projeto Lider.

REDESIMPLES

A aprovação da Lei nº 5547, de 06 de outubro de 2015, que dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências, foi o primeiro passo para a simplificação do processo de abertura, baixa, licenciamento, regularização e legalização de empresas e negócios no DF, conferindo a segurança jurídica necessária.

O Portal REDESIMPLESDF, criado pela Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, do Governo Federal, que integra a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), é utilizado pela SDE desde dezembro de 2017. Este portal oferece os seguintes serviços:

- a. Processo 100% digital, para qualquer natureza jurídica (Junta Comercial, Cartórios e OAB), eliminando-se a necessidade de abertura de processo físico nas Administrações Regionais;
- b. Procedimentos mais simplificados e integrados, o que proporciona mais transparência, celeridade e redução de custos aos empreendedores. Na REDESIM, empresas de baixo risco, pequeno porte e os microempreendedores individuais (MEI) podem ser abertos e licenciados em até 24 horas;
- c. Aumento do número de abertura e legalização de pessoas jurídicas e, com isto, aumento da arrecadação do Estado;
- d. Integração completa com a Receita Federal;
- e. Retirada de documentos e certidões pela Internet.

Atendimentos do RLE@Digital

Evento	jan/2019	fev/2019	mar/2019	abr/2019	mai/2019	jun/2019	jul/2019	ago/2019	set/2019	out/2019	nov/2019	dez/2019	Total
Abertura	744	1.222	1.185	1.217	1.159	1.028	1.348	1.314	1.193	1.300	1.087	852	13.646
Baixa	702	845	583	592	597	617	758	733	687	951	733	728	8.526
Licenciamento	2.126	3.017	2.585	3.260	2.853	2.555	3.168	3.226	2.990	3.795	3.531	3.008	36.084
Regularização	3.663	4.382	3.408	3.932	4.072	3.561	3.726	4.874	3.615	4.363	2.596	2.670	44.862
Total	7.235	9.466	7.731	9.001	8.668	7.761	9.000	10.147	8.485	10.409	7.947	7.258	103.118

O Subcomitê Gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios do Distrito Federal (REDESIM-DF), do qual a SDE é partícipe, promove a criação de uma instância governamental, formalmente instituída e organizada, com vistas ao melhor planejamento, coordenação, execução e monitoramento das ações da REDESIM no DF, de forma integrada e harmônica entre GDF, União e organizações da sociedade civil.

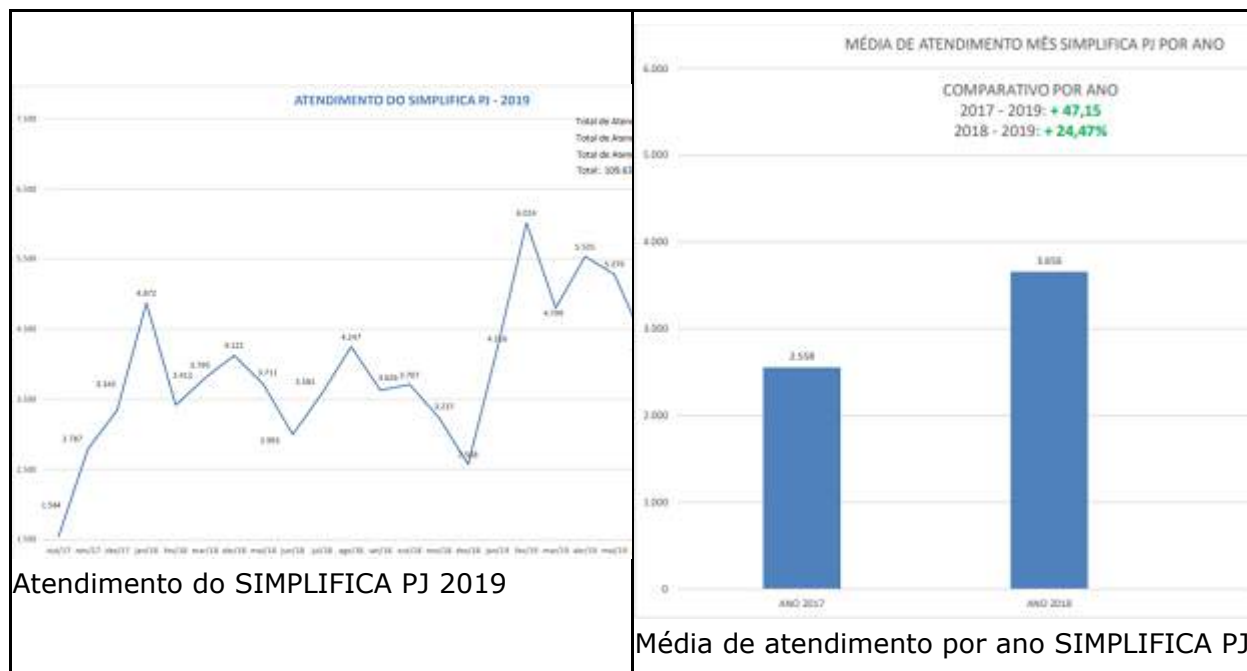
SIMPLIFICA PJ

O programa **Simplifica PJ**, instituído pelo Decreto nº 38.022/2017, constitui uma unidade de atendimento com o objetivo de simplificar, desburocratizar e fomentar o empreendedorismo e a melhoria do ambiente de negócios no Distrito Federal. Sob a coordenação da SDE, a unidade, sediada na QI 19, Lojas 28 a 32, no Setor Industrial de Taguatinga, possui um espaço integrado, com salas para cursos e amplo auditório, totalmente dedicado ao empreendedor.

O Simplifica PJ integra 15 (quinze) órgãos e entidades de apoio ao empreendedor sendo eles: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI), Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF LEGAL), Secretaria Executiva das Cidades/SECID, Administração de Taguatinga (RA III), Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social (SS), Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil (SUSDEC), Secretaria de Estado do Trabalho (SETRAB), Diretoria de Vigilância Sanitária(DIVISA/SVS), Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal (JUCIS), Banco de Brasília (BRB), Receita Federal do Distrito Federal (RFB-DF), Banco do Brasil (BB), Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRC/DF), e mais uma unidade móvel

de atendimento do BRB, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/DF) e o Sistema Fibra.

Os gráficos abaixo apresentam alguns resultados de atendimento da unidade:



SALAS DO EMPREENDEDOR

Além da coordenação do Simplifica PJ, em parceria com o SEBRAE-DF, foram inauguradas **Salas do Empreendedor**, com a disposição de espaços exclusivos de atendimento aos empreendedores nas Regiões Administrativas. Em cada Sala do Empreendedor, atua um Agente de Desenvolvimento Territorial (ADT), servidor da Administração Regional, designado para fazer a conexão entre as demandas do setor produtivo da região e órgãos do GDF, em atendimento à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Federal nº 123/2006).

Além das Administrações Regionais, também foi inaugurada no Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), a primeira Sala Ambiental do Empreendedor do país, espaço de atendimento dedicado ao cidadão que, além das orientações sobre formalização de empresas e negócios oferece atendimento específico para as questões relacionadas ao licenciamento ambiental e demais serviços de interesse do empreendedor no órgão.

Ao todo são 29 Salas do Empreendedor instaladas, sob a coordenação do Simplifica PJ, e assim estruturadas: Sala Ambiental do Empreendedor – IBRAM/ Asa Norte, Águas Claras, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Estrutural/SCIA, Gama, Guará, Itapoã, Lago Norte, Lago Sul, Paranoá (ADM Regional, Paranoá – Feira), Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Fercal e Riacho Fundo II, Jardim Botânico, Samambaia, Taguatinga, SIA, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Jardim Botânico.

Em 2019, em parceria com o SEBRAE/DF e órgãos do GDF, foi realizado na região administrativa de Taguatinga, o evento "Mutirão de Simplificação", com o objetivo de prestar atendimento aos empresários locais e ofertar serviços públicos refere-se à formalização e regularização dos seus empreendimentos, além de capacitações e consultorias.

A SDE desenvolveu dois programas para atendimento de compras públicas das micro e pequenas empresas, são elas: o Programa Pequenos Reparos e Cartão Material Escolar.

PROGRAMA PEQUENOS REPAROS

O Projeto Pequenos Reparos tem como objetivo facilitar o acesso aos Microempreendedores Individuais – MEI na prestação de serviços de pequenos reparos em escolas públicas com recursos do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF. Idealizado inicialmente no escopo do Decreto nº 36.820, de 21 de outubro de 2015, que instituiu o Programa INCLUIR MPE, destinado a garantir a participação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais nos processos de contratações no âmbito do Distrito Federal, o programa foi consolidado na Lei distrital nº 6.023/2017. Foi realizado projeto piloto na Região Administrativa de São Sebastião em 2018.

Em 2019, por meio do Chamamento Público 002, a SDE credenciou 520 (quinhentos e vinte) Microempreendedores Individuais para as categorias: bombeiro hidráulico, pintor, pedreiro, chaveiro, serralheiro, eletricista, jardineiro, técnico em informática e técnico em eletrodoméstico, para a execução de pequenos reparos em prédios públicos, utilizados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

CARTÃO MATERIAL ESCOLAR

É uma Política Pública do Governo do Distrito Federal que visa complementar o valor despendido na aquisição do material escolar; oportunizar ao beneficiário o poder de escolha do material escolar; descentralizar a aquisição como forma de fomentar o comércio de diferentes estabelecimentos especializados na comercialização do material escolar, além de proporcionar a geração de emprego e renda nas regiões administrativas. Público alvo – empresas enquadradas na comercialização varejista do ramo de papelaria, em sua atividade primária, conforme especificação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, sediadas e registradas no Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CF/DF), com mais de seis meses de Cadastro Fiscal de Pessoa Jurídica (CNPJ). É uma ação conjunta com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Compete a SDE/DF o credenciamento dos estabelecimentos comerciais, mediante critérios definidos na Chamada Pública, publicada em Diário Oficial e divulgada em jornais de grandes circulações e canais de publicidade governamentais. Em 2019, através de Chamamento Público, nos termos da Lei 6.273/2019, a SDE tornou público o credenciamento de papelarias sediadas no Distrito Federal, para fornecimento de material didático para alunos beneficiários do bolsa família. O credenciamento iniciou em 30/12/2019 e encerrou em 10/01/2020, com mais de 400 (quatrocentas) papelarias credenciadas. O Recurso disponibilizado para esse Programa é de cerca de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

FOMENTO AO CRÉDITO

Em movimentação integrada com os principais players públicos e cooperativos do sistema financeiro no Distrito Federal (Banco de Brasília, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e SICOOB/BANCOOB), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE) deixou a postura apenas reativa e passou a promover eventos de aproximação e encontro entre aqueles que administram créditos públicos e os que precisam acessá-lo. Nesse movimento, passaram a integrar o SIMPLIFICA PJ o Banco de Brasília e o Banco do Brasil, oferecendo aos usuários daquele espaço acesso a crédito nos mais diversos níveis, desde o Microcrédito Produtivo Orientado – 22 MPO até o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), entre outros. Promover apresentação e atendimento especializado para empresários interessados em acessar o FCO pelo seu maior operador no Distrito Federal: As Caravanas do FCO do Banco do Brasil. Nesses encontros, uma equipe de gerentes especializados em PJ apresentou as principais carteiras, valores disponíveis e taxas aplicadas, iniciando o atendimento e abrindo processos para atendimento dos empresários interessados.

FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENOS PORTE

Por meio do Decreto nº 40.101, de 12/09/2019, que altera o Decreto nº 30.875, de 06/10/2009, que institui e regulamenta o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Distrito Federal, retornou-se o Fórum. Foram realizadas 2 (duas) reuniões plenárias e 06 (seis) reuniões dos Comitês Temáticos:

- Comitê Temático Capacitação, Informação e Rede de Disseminação;
- Comitê Temático Comércio Exterior;
- Comitê Temático Compras Governamentais;
- Comitê Temático Desoneração e Desburocratização;
- Comitê Temático Inovação e Tecnologia;
- Comitê Temático Investimento e Financiamento.

PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA DO DISTRITO FEDERAL

O Governo do Distrito Federal e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/DF), por meio de Acordo de Cooperação Técnica, implantou o programa que tem como objetivo acelerar o processo de transformação econômica com o apoio da gestão pública e de lideranças locais, além de fortalecer o empreendedorismo e as micro e pequenas empresa. A SDE, juntamente com o Conselho de Políticas Públicas e Gestão Governamental, ficou encarregada da coordenação. Foram realizadas 33 (trinta e três) ações em cada região administrativa (visitas as empresas locais) e cursos de capacitação para os Agentes de Desenvolvimento Territorial –ADT. O projeto tem duração de 18 (dezoito) meses.

PROJETO LÍDER

O Projeto Líder é uma parceria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE) com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e tem por metodologia a mobilização, qualificação e integração de lideranças com o objetivo de promover os pequenos negócios para desenvolvimento regional sustentável, fomentando assim o empreendedorismo, estratégias e políticas da região. Regiões administrativas abrangentes: Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia, Guará, Samambaia, Águas Claras, SIA, Estrutural e Vicente Pires, o chamado eixo central/oeste. Foram realizados 08 (oito) encontros (fase operacional). O grupo estrutura, coopera e constrói estratégias de desenvolvimento.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1475 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB DO DISTRITO FEDERAL.	%	1,6	31/12/2012	ANUAL	25	-	25	1,4	-	1,1	1,75	0,9	SEDES/ CODEPLAN / UO 20101 / OE 2 / UO 20101 / OE 2

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado do 1º Ano	Alcançado do 1º Ano	Desejado do 2º Ano	Alcançado do 2º Ano	Desejado do 3º Ano	Alcançado do 3º Ano	Desejado do 4º Ano	Alcançado do 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2016 - O índice mais recente apurado pela CODEPLAN refere-se ao ano de 2014 (1,8%), divulgado em nov/2016. O dado tem periodicidade anual e é apurado com defasagem de dois anos. As informações relativas aos anos de 2015 e 2016 serão divulgadas em 2017 e 2017 e 2018, serão divulgados em 2019 e em 2019 e 2020 serão apurados em 2021, esclare-se que o índice desejado de 25% refere-se ao incremento no índice alcançado do ano anterior.													
2017 - O índice mais recente foi apurado pela CODEPLAN. Comunicamos que a última informação disponível relativa à solicitação da Participação da Indústria de Transformação no Valor Adicionado do PIB/DF refere-se ao ano de 2015 (1,4%), divulgado em novembro/2017. O dado tem periodicidade anual e é apurado com defasagem de dois anos. As informações relativas aos anos de 2016 e 2017 serão divulgadas em 2018 e 2019, respectivamente.													
2018 - O índice mais recente foi apurado pela CODEPLAN. Comunicamos que a última informação disponível relativa à solicitação da Participação da Indústria de Transformação no Valor Adicionado do PIB/DF refere-se ao ano de 2016 (1,1%), divulgado em novembro/2018. O dado tem periodicidade anual e é apurado com defasagem de dois anos. As informações relativas aos anos de 2017 e 2018 serão divulgadas em 2019 e 2020 respectivamente.													
2019 - O índice mais recente foi apurado pela CODEPLAN relativa à solicitação da Participação da Indústria de Transformação no Valor Adicionado do PIB/DF refere-se ao ano de 2017 (0,9%), divulgado em novembro de 2019. A conjuntura econômica no período foi de declínio do Setor Industrial influenciado, principalmente, pelo decréscimo na Construção. Em relação ao Brasil, o setor industrial contraiu 0,5% em 2017 sobre 2016.													

BRASIL

Segundo o Produto Interno Bruto do Distrito Federal (PIB) 2017, estudo realizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan, o ano de 2017 foi marcado pela retomada da economia brasileira, após dois anos de contração. Neste sentido, refletiu na produção resultados positivos na Agropecuária 14,2%, e dos Serviços, 0,8%. Já a indústria recuou 0,5%. A participação industrial na estrutura produtiva brasileira pouco mudou, ao passar de 21,2%, em 2016, para 21,1%, em 2017.

DISTRITO FEDERAL

Segundo o PIB divulgado pela Codeplan em novembro de 2019, o Distrito Federal assinalou variação positiva de 0,3%, para o volume (variação real) do ano anterior. Após o cenário de crise econômica em 2015, quando o PIB-DF registrou a primeira variação negativa (-1,0%) em toda sua série histórica, desde 1985. Em 2016, a economia brasiliense manteve-se estável, com variação nula (0,0%) para o volume do PIB. A trajetória crescente do PIB-DF evidencia a retomada do crescimento econômico, embora o ritmo de recuperação tenha se apresentado, em 2017, abaixo do registrado pelo Brasil (1,3%).

O cenário foi desfavorável para a Indústria em 2017, que continuou em trajetória descendente. Dos principais segmentos da atividade, a fabricação de bebidas e a fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, tiveram perdas de volume produzido e valor adicionado. A fabricação de produtos farmacêuticos e farmoquímicos; serviços de impressão e reprodução de gravações; e a fabricação de produtos alimentícios, este, o segmento mais representativo da atividade, também caíram em volume, mas o valor adicionado aumentou, em vista da alta dos preços médios.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	97000,0	23356,00	10539,69	9556,08
8482 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	97000,0	23356,00	10539,69	9556,08
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	97000,00	23356,00	10539,69	9556,08

A ação 2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA visa o amparo e assistência dos presos. Neste sentido, a SDE efetivou convênio com a FUNAP/DF para fornecimento de mão de obra de 3 reeducandos, sendo dois para apoio operacional da SDE e um na SECTI.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	50000,0	2,00	0	0
0006 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU-DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO- PLANO PILOTO .	50000,0	2,00	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	50000,00	2,00	0,00	0,00

A ação 1161- CONSTRUÇÃO DE MUSEU não foi realizada devido a não apresentação de projetos pela área responsável (SECTI) para a execução da referida despesa.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	500000,0	89132,0	62526,51	62526,51
0016 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	500000,0	89132,0	62526,51	62526,51
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1102000,0	1301560,00	1260462,12	1260462,12
0043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	1102000,0	1301560,00	1260462,12	1260462,12
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1602000,00	1390692,00	1322988,63	1322988,63

A ação 9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - refere-se a licença-servidor, antiga licença prêmio, alterada pela Lei Complementar nº952 de 16/07/2019 e regulamentada pelo Decreto nº40.208, de 30/10/2019. Neste contexto, a SDE realizou o pagamento a 9 (nove) servidores.

A ação 9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - são valores referentes ao ressarcimento de 3 (três) servidores requisitados da esfera federal no ano de 2019.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	15663798,0	19318740,00	16964882,03	16964882,03

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0067 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	15663798,0	19318740,00	16964882,03	16964882,03
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1203140,0	819009,00	786451,83	786451,83
0058 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	1203140,0	819009,00	786451,83	786451,83
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3833056,0	2460688,68	2400560,48	2391260,12
0030 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SIMPLIFICA PJ-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	48579,0	31034,32	26976,41
0062 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	2833056,0	2412109,68	2369526,16	2364283,71
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	400000,0	5670,0	4799,0	4799,0
0024 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	400000,0	5670,0	4799,0	4799,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	800000,0	340,0	0	0
2605 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	800000,0	340,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50000,0	542,00	0	0
0057 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	50000,0	542,00	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50000,0	542,00	0	0
5374 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	50000,0	542,00	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	21999994,00	22605531,68	20156693,34	20147392,98

A ação orçamentária 8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - refere-se a folha de pagamento dos servidores da Secretaria. Já a ação 8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - corresponde a valores destinados a auxílio creche, alimentação e transporte.

A Ação 8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - refere-se à manutenção das unidades da SDE e do SIMPLIFICA PJ quanto aos serviços administrativos como aluguel, custos de luz, água, almoxarifado, entre outros.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SDE) é responsável pela gestão e instrução dos processos administrativos referentes à concessão e ao acompanhamento dos benefícios do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II (econômico, fiscal, FIDE e crédito¹), EMPREGA/DF, IDEAS Industrial, bem como dos programas anteriores vigentes.

No ano de 2019, a SDE elaborou, em conjunto com a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, o texto do PL nº. 676/2019, que reformula o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - PRÓ-DF II e cria o Programa DESENVOLVE-DF, com vistas a regularizar situações consolidadas oriundas de programas de desenvolvimento anteriores. Este projeto de lei foi aprovado pelo legislativo e sancionado pelo Governador por meio da Lei nº 6.468, de 27 de dezembro de 2019 e aguarda regulamentação.

Importante anotar que a lei aprovada pelo governador define novas regras para o incentivo econômico. A reformulação feita no PRO-DF II – mais antigo programa de desenvolvimento local ainda em funcionamento – atende às exigências do Tribunal de Contas do DF - TCDF. Em 09 de novembro de 2017, o TCDF suspendeu novas concessões até que as regras fossem reformuladas de modo a regularizar pendências administrativas e judiciais.

Ressalta-se que, de janeiro a dezembro de 2019, 48 empresas receberam o Atestado de Implantação Definitivo - AID, etapa que antecede a concessão da escritura do terreno onde elas instalaram seus empreendimentos.

Juntas, essas empresas geraram 1.349 postos de trabalho no período e declararam o investimento total de R\$ 46.774.270,38. Isso representou uma área total incentivada de 66.564,75m².

Também foram emitidos 12 Declarações de Cumprimento de Metas referentes a empresas beneficiárias do incentivo econômico do PRÓ-DF II que comprovaram a manutenção da meta de geração de empregos após a emissão do AID nos termos da legislação vigente.

Segundo a Gerência de Atendimento ao Empresário – GEATE, desta Pasta, foram realizados 2.706 atendimentos a empresários durante o ano, que passaram a ser realizados em horário estendido (manhã e tarde). O número reforça que, embora suspenso para novas concessões desde 2017, o programa continua funcionando para quem já se implantou nas ADEs. Também foram realizadas um total de 3.123 vistorias nos imóveis disponibilizados ao PRÓ DF II.

A contratação da empresa técnica especializada para a implementação do Sistema de Gestão e Controle do PRO-DF e do IDEAS Industrial, incluso no Componente I do Programa PROCIDADES, encontra-se em análise e ajustes de seus instrumentos (Termos de Referência, Orçamento e Edital), conforme apontamentos realizados pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, à esta SDE.

Junto com a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), a SDE também participou da elaboração do Emprega DF (Decreto Distrital nº 39.803, de 02 de maio de 2019), outro programa do governo que concede desconto no pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas que gerarem vagas de trabalho no âmbito do Distrito Federal.

A fim de atrair investidores locais, nacionais e até internacionais, a SDE executa o Emprega DF, que prevê concessão de incentivos a investimentos privados. Neste contexto, foram analisados 06 (seis) Projetos de Viabilidade Técnico Econômico-Financeira Simplificado (PVTEFS) referentes ao programa.

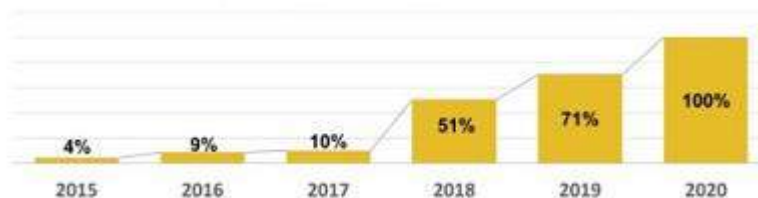
O primeiro contrato já com a concessão do benefício foi assinado pela SDE com empresa que tem estimativa de geração de 130 vagas de trabalho. A empresa conseguiu desconto total do imposto previsto no programa. Outros nove grupos empresariais requisitaram o benefício. Vale destacar que a SDE tem como objetivo estratégico mudar a matriz de negócios na capital, deslocando a geração de emprego e renda do setor estatal para a iniciativa privada.

Quanto ao Programa PROCIDADES, cumpre-nos informar que o início da execução do Programa ocorreu em ambiente político-institucional interno adverso o que produziu entraves para a sua execução, resultando em baixos índices de comprometimento das fontes BID e Local, com consequência negativa para o avanço da execução física.

A partir do segundo semestre de 2017, com a troca do quadro de comando da SDE/DF, começou a ocorrer a mudança de desempenho da sua execução, avançando na preparação dos processos licitatórios. A partir de 2018, há seguramente uma arrancada importante demonstrada pelo saldo do percentual de comprometimento, saindo de 10% em 2017 e atingindo 51% em 2018, conforme fonte do BID.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução do Comprometimento do Programa considerando as fontes BID e Local. Os resultados são claramente expressivos já em 2018, resultado das ações iniciadas na segunda metade de 2017.

Gráfico 1: Evolução do Comprometimento do Programa-Fonte BID



Destaca-se que a fonte local tem um menor comprometimento se comparado com a fonte BID. No entanto, está em processo de análise pelo banco o reconhecimento de contrapartida de uma obra de energia, especificamente a obra da Subestação de Energia Taguatinga Norte de 138/13,8kV, 64MVA e respectivo trecho de Linha de Distribuição Aérea de 138 kV para a ADE M Norte. Caso o BID reconheça esta obra como sendo de contrapartida, o percentual de participação da fonte local chegará a 49% de comprometimento. Se somar a participação da fonte local nas aquisições que estão em licitação, a contrapartida irá elevar a participação no pari passu previsto pelo contrato de empréstimo.

Gráfico 3: Fonte Local - US\$ 21.430.000,00



Gráfico 2: Fonte BID - US\$ 50.000.000,00



Em 23 de abril de 2019, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE/DF) participou da reunião de Revisão de Carteira do Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR, realizada na Sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em Brasília (DF), da qual, além de especialistas daquele Banco, também participaram o Secretário da SDE/DF e outros representantes dessa Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN/ME) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME).

Naquela oportunidade foi apresentada pela SDE/DF a atual situação da execução do Programa PROCIDADES, com abordagem detalhada sobre a sua execução, bem como as dificuldades e imprevistos encontrados no seu desenvolvimento, desde a data de sua assinatura, ocorrida em 10 de setembro de 2014, que impediram a sua boa e regular execução conforme inicialmente previsto, ficando demonstrada claramente a necessidade de prorrogação de sua data de vigência para dar cumprimento às ações previstas no âmbito do Contrato de Empréstimo.

Em razão do pactuado naquela oportunidade e em resposta ao pleito de uma proposta de prorrogação de prazo de vigência do Contrato de Empréstimo em referência por mais 15 meses, bem como solicitação de remanejamento de recursos entre componentes/categorias de inversão, apresentado por esta SDE/DF, aquele Organismo Internacional manifestou favoravelmente, concedendo a respectiva anuência por intermédio do CBR nº1559/2019, até 10/12/2020, e o termo aditivo contratual assinado em 22/10/2019.

¹ Sendo que o incentivo creditício referente ao PRÓ-DF II foi revogado pela Lei nº 5.236/2013, de 11/12/2013. Todavia, algumas empresas tiveram a fruição de seus incentivos mantida por decisão judicial.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Entre os projetos estratégicos da Secretaria destacam-se, para o ano de 2020, a implantação de um portal, que irá disponibilizar ao público externo informações acerca da situação dos imóveis/processos referentes aos benefícios econômicos.

Também será reformado o espaço físico da Gerência de Atendimento ao Empresário (GEATE) para melhor atendimento ao usuário, padronizado os uniformes dos servidores da GEATE, além da aquisição de vestuário adequados e aquisição de equipamentos para a Gerência de Vistorias.

Em 2019 foi implantado por lei do programa Cartão Material Escolar parte do conjunto de iniciativas para aquecer a economia. As compras de material escolar foram feitas em 333 papelarias credenciadas por meio de uma parceria com o Banco de Brasília - BRB, que emitiu os cartões e forneceu as máquinas para execução do benefício. Para o próximo ano, o GDF ampliou o programa Material Escolar para além dos ensinos médio e fundamental, agora contemplando estudantes da educação infantil e educação especial. O novo orçamento deve superar R\$ 27 milhões. Cada aluno do ensino médio vai receber R\$ 240,00 por ano. Os demais R\$ 320,00.

Sobre o sistema Simplifca PJ, podemos evidenciar a disposição dos empreendedores de todos os tamanhos em investir. De janeiro a outubro foram licenciados 29,5 mil novos negócios. Isso representa mais de 45% em comparação com o mesmo período de 2018.

Já o número de empresas encerradas caiu nos dez primeiros meses deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. Um mutirão do Simplifica PJ zerou o estoque de 4,5 mil pedidos de abertura, licenciamento e viabilidade locacional acumulados até janeiro.

Neste ano o Simplifica PJ registrou queda para pouco mais de 7 mil o número de empresas fechadas. O sistema também constatou crescimento no número de empresas abertas. O número de corporações licenciadas cresceu de 20,6 mil para 29,5 mil entre janeiro e outubro. O fenômeno foi registrado em todas as regiões administrativas. A SDE ampliou de 10 para 19 o número de salas do empreendedor nas cidades do DF, que são postos avançados do Simplifica PJ.

Outro ponto que merece destaque é a utilização dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO que foi otimizada neste primeiro ano do governo. De janeiro a dezembro, o Conselho de Atividade Produtiva do DF (COFAP) aprovou 95 (noventa e cinco) cartas-consulta que totalizaram R\$ 477.142.827,72 (quatrocentos e setenta e sete milhões, cento e quarenta e dois mil oitocentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos), dos quais R\$ 265.057.318,89 (duzentos e sessenta e cinco milhões, cinquenta e sete mil trezentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos) serão aplicados no Distrito Federal e R\$ 212.085.508,83 (duzentos e doze milhões, oitenta e cinco mil quinhentos e oito reais e oitenta e três centavos) na Região Integrada do Distrito Federal – RIDE, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento da região, além de geração de empregos que totalizam 9431 (nove mil quatrocentos e trinta e um), sendo destes 1754 (um mil setecentos e cinquenta e quatro) empregos diretos e 3621 (três mil seiscentos e vinte e um) empregos indiretos a serem gerados no Distrito Federal e 1219 (um mil duzentos e dezenove) empregos diretos e 2837 (dois mil oitocentos e trinta e sete) empregos indiretos a serem gerados na RIDE.

Por fim, destacamos que a única Junta Comercial de Bens e Serviços - JUCIS do país, sob o comando da União até 2018, passou para a administração do GDF em junho deste ano. Solicitada pelo governador, ao Presidente da República, a medida provisória que virou a Lei nº.6.315, de 27 de junho de 2019, transformou a JUCIS em autarquia local, com autonomia orçamentária, financeira e administrativa.

20201 - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, empresa pública de direito privado, foi criada pela Lei Federal n.º 5.861 de 12 de dezembro de 1972, tem como finalidade gerir o patrimônio imobiliário do Distrito Federal, mediante utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, assim como realizar, direta ou indiretamente obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal. É regida pela supracitada Lei, pela Lei Distrital n.º 4.586, de 13 de julho de 2011, pela Lei n.º 12.846, de 01 de agosto de 2013, pela Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei n.º 12.813, de 16 de maio de 2013, pela Lei n.º 6.404/76, lei das sociedades por ações, e seu capital social é dividido entre o Distrito Federal, detentor de 51%, e a União, com 49%.

Sem prejuízo das atribuições da Lei que a criou, a Lei Distrital n.º 4.586 de 13 de julho de 2011 definiu novas atribuições para a Empresa, que passou a ter, também, a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal.

Assim, além de ser uma das executoras da política de ordenamento territorial do Governo, a Terracap é também uma das executoras das políticas de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, atuando não apenas no financiamento de investimentos para parcelamento do solo, mas, também, na expansão urbana e habitacional, no desenvolvimento econômico, social, industrial e agrícola, no desenvolvimento do setor de serviços e da área de tecnologia e no estímulo à inovação. A Lei concede, também, o direito de promover estudos e pesquisas, bem como fazer o levantamento, a consolidação e a divulgação de dados relacionados, ao ordenamento urbano, ao provimento habitacional e ao mercado imobiliário do DF.

Em 2018, a lei Distrital n.º 6.140, de 03 de maio de 2018, determinou à Terracap a administração, a implantação, o desenvolvimento e a operação do Parque Tecnológico de Brasília. Desta forma, foi criada a BIOTIC S/A, subsidiária integral da Terracap, para exercer este importante papel, e tem o objetivo de realizar a gestão, controle e estruturação do empreendimento. A viabilização deste novo negócio envolve desde operações financeiras e imobiliárias de ocupação do espaço à realização de prospecção de novos negócios que sejam condizentes com a finalidade do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal.

Comprometida a trabalhar em coerência com os objetivos estratégicos e observância dos princípios do Governo do Distrito Federal, a Terracap consolidou a sua participação nas políticas de desenvolvimento econômico e social, fundiária, habitacional e de implantação de infraestrutura básica local.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	28	19	233	200	480
Comissionados sem vínculo efetivo	45	48	0	0	93
Requisitados de órgãos do GDF	16	14	0	0	30

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	4	4	0	0	8
Estagiários	0	0	98	73	171
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	15	6	21
Terceirizados (FUNAP)	0	0	282	24	306
Outros - especificar	0	0	20	0	20
Subtotal	93	85	648	303	1.129
(-) Cedidos para outros órgãos	0	1	6	0	7
Total Geral	93	84	642	303	1.122

*Outros - especificar: refere-se aos Conselheiros e Terceirizados (Brigadistas, vigilantes, recepcionista, copeira, agente de portaria, serviços gerais, manutenção predial e CETEFE).

Após realização de Programa de Desligamento Incentivado-PDI realizado em 2016-2017 que contou com ampla adesão do corpo funcional da empresa, ou seja, aproximadamente 200 empregados, em 2019 a Terracap concluiu o processo de recomposição de sua força de trabalho, contratando 19 empregados efetivos, sendo 15 de nível superior e 4 de nível médio.

Assim, o Concurso Público (Edital 01/2016) contratou um total de 73 empregados, sendo 51 de nível superior e 22 de nível médio. Por outro lado, a maioria dos empregados que aderiram ao PDI pertenciam a empregos de nível fundamental e médio. Assim, apesar da expressiva redução do corpo funcional da empresa em quantidade de empregados, houve ganho qualitativo, uma vez que as novas contratações contemplaram em sua maioria cargos de nível superior e pós-graduação.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	10000,0	1900000,0	1910000,0	0
9584 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-REFORMA DO AUTÓDROMO - TERRACAP- PLANO PILOTO .	10000,0	1900000,0	1910000,0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	201000,0	-20100,0	180900,0	0
9574 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	201000,0	-20100,0	180900,0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	979000,0	750300,0	1729300,0	493116,71
9494 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	979000,0	750300,0	1729300,0	493116,71

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	1000,0	0	1000,0	0
9642 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1000,0	0	1000,0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	200000,0	-200000,0	0,0	0
5826 - APOIO A PROJETOS-ESPORTIVOS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	200000,0	-200000,0	0,0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1391000,00	2430200,00	3821200,00	493116,71

Dentro do Programa Cidade e Esporte e Lazer foi realizado a execução de obras de urbanização e paisagismo das praças do Setor Habitacional Taquari localizadas na Quadra 01, denominadas respectivamente, praça central e praça entre as quadras AE-1 e AE-2.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	19490000,0	-15450287,0	4039713,0	0
6189 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	19490000,0	-15450287,0	4039713,0	0
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	2738455,0	-993845,0	1744610,0	0
1293 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA-TERRACAP- PLANO PILOTO .	2738455,0	-993845,0	1744610,0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	22228455,00	-16444132,00	5784323,00	0,00

Não houve recursos dispendidos para essas ações em 2019.

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	4010000,0	1623100,0	5633100,0	5396791,99
0003 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	4010000,0	1623100,0	5633100,0	5396791,99
5003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO	600000,0	-60000,0	540000,0	0
0003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	600000,0	-60000,0	540000,0	0
1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	1000000,0	-100000,0	900000,0	10228,41
0002 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA-TERRACAP- PLANO PILOTO .	1000000,0	-100000,0	900000,0	10228,41

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	17100000,0	-11526018,0	5573982,0	2495468,18
9883 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	17100000,0	-11526018,0	5573982,0	2495468,18
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1300000,0	1179219,0	2479219,0	395556,19
3194 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1300000,0	1179219,0	2479219,0	395556,19
3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	23683000,0	17969470,0	41652470,0	15173145,67
0003 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	23683000,0	17969470,0	41652470,0	15173145,67
1085 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	37100000,0	28590941,0	65690941,0	58606421,03
0005 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	37100000,0	28590941,0	65690941,0	58606421,03
3144 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	300000,0	-300000,0	0,0	0
0001 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	300000,0	-300000,0	0,0	0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	85093000,00	37376712,00	122469712,00	82077611,47

O Programa Território da Gente, constante no PPA 2016/2019, agrega 8 ações que são desenvolvidas, gerenciadas e financiadas pela Terracap, com os recursos provenientes, principalmente, das vendas de imóveis.

Essas ações são complementares entre si e realizadas para que a empresa cumpra a sua função institucional de executora da política de ocupação do solo, assim como, a sua função de desenvolvimento do Distrito Federal.

Esse programa aborda diversos temas, tais como a realização do mapeamento territorial e do geoprocessamento do Distrito Federal, implantação da reserva indígena Kariri-Xocó do Bananal, aquisição e recuperação de imóveis, elaboração de projetos ambientais, urbanos e de engenharia e a execução de obras de urbanização, regularização de parcelamentos urbanos e realização de parcelamento rural no DF.

Em 2019, a Terracap realizou um investimento de R\$ 82,1 milhões no Programa Território da Gente. Entre as ações realizadas, destacam-se a Aquisição e Recuperação de Imóveis, com investimentos de R\$ 58,6 milhões; a Realização do Mapeamento Remoto do Território do DF, com investimentos de R\$ 5,3 milhões; a Execução de Obras de Urbanização, com investimentos de R\$ 2,5 milhões e a Regularização de Parcelamentos Urbanos com investimentos de 15,1 milhões.

Existem situações em que a Terracap opta por adquirir ou recuperar um imóvel, quer seja por meio de pagamentos de indenizações de benfeitorias, quer seja pela esfera judicial, geralmente quando não são cumpridos requisitos na implantação do empreendimento. Em 2019, foram dispendidos R\$ 58,6 milhões com esta finalidade, sendo realizadas: 10 (dez) ações de desapropriação com o pagamento pelas benfeitorias instaladas e 26 (vinte e seis) ações de rescisão de contrato pagas decorrentes de Sentenças judiciais.

Em relação às obras de urbanização destaca-se o plantio de 88.567m² de grama no Setor Noroeste.

Por meio da ação Elaboração de Projetos foram realizados estudo de viabilidade, projeto executivo de pavimentação, projeto executivo de sinalização, projeto executivo de terraplanagem e geométrico e ensaio geotécnico/sondagem, relativos aos projetos executivos para drenagem e pavimentação do Setor Habitacional Taquari - SHTq - Trecho I. Também ocorreu a entrega do anteprojeto de urbanismo, arquitetura e complementares dos Parques de Águas Claras.

Em relação ao mapeamento das áreas urbanas do DF, foram entregues 9 produtos previstos para pagamento e/ou entregas em 2019. Todos foram pagos e entregues conforme cronograma e aditivos de prazo. Devido ao tempo necessário para análise e correção, dois produtos foram entregues em 2018 e pagos em 2019.

No Setor Habitacional Vicente Pires foi realizado a implantação de Infraestrutura: 72m de rede de drenagem pluvial, 2.289m² de pavimento asfáltico, 01 lagoa de contenção e respectivo lançamento em gabião, remanejamento de 18 postes de rede de distribuição de energia elétrica.

No Setor Habitacional Bernardo Sayão foi realizado projeto executivo de drenagem pluvial; remanejamento de 09 postes de rede de distribuição de energia elétrica.

Por fim, no âmbito da ação de Regularização de Parcelamentos Urbanos, foram regularizados 1057 lotes, bem como, realizado o pagamento de taxa de emissão de ASV (Autorização de Supressão de Vegetação) e elaborado Relatório de Análise de Impacto de Patrimônio Arqueológico do Setor Habitacional Vicente Pires.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	20756000,0	-9298975,0	11457025,0	3355294,61
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX-TERRACAP- PLANO PILOTO .	20756000,0	-9298975,0	11457025,0	3355294,61
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	161113000,0	-82139755,0	78973245,0	11747407,65
2917 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	161113000,0	-82139755,0	78973245,0	11747407,65
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	977000,0	-97700,0	879300,0	0
0006 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-TERRACAP- PLANO PILOTO .	977000,0	-97700,0	879300,0	0
3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	14140000,0	-2357850,0	11782150,0	2389798,05
0003 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	14140000,0	-2357850,0	11782150,0	2389798,05

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	196986000,00	-93894280,00	103091720,00	17492500,31

O Programa Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental, constante no PPA 2016/2019, agrega 4 ações desenvolvidas, gerenciadas e financiadas pela Terracap.

As realizações dizem respeito a diversos temas, tais como: implantação do Parque Burle Marx, infraestrutura nos parcelamentos da Terracap, construção de centro de triagem de materiais recicláveis e a política ambiental para parcelamento do solo.

Em 2019, a Terracap realizou R\$ 17,5 milhões no Programa Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental. Entre as ações realizadas, destaca-se a Execução de Infraestrutura de Parcelamentos, com investimento de R\$ 11,7 milhões, atendendo ao disposto na Lei nº 6.766/79, ou seja, cabe ao empreendedor a implantação da infraestrutura básica nos parcelamentos, dotando-os de condições para que essas áreas sejam devidamente ocupadas.

Dentre a infraestrutura implantada destaca-se a conclusão de duas estações elevatórias, que compõe o sistema de esgoto construído no Trecho 03 - Pólo 08 SCES (Setor de Clubes Esportivos Sul). Além disso, na Expansão do Guará foram implantadas 526 luminárias, assentados 1.959m de tubo MPVC e ferro fundido referente à subadutora e 18.557 m de tubo referente à rede de abastecimento, bem como executados 12.649m de rede. No Noroeste foram instalados 99 postes de iluminação e executados 188m de extensão de rede de distribuição de energia elétrica com a instalação de 2 transformadores para atendimentos aos imóveis.

No Parque Burle Marx (Setor Noroeste) também foram instalados portões de acesso de pedestres e veículos, bem como mourões de isolamento, além do cercamento completo do Parque implantado.

No âmbito da ação relativa à política ambiental para parcelamento do solo foi realizado monitoramento do plantio e replantio de mudas no Clube Primavera, Jardim Botânico de Brasília, ARIE Cruls, Curral Comunitário e Flona, além de realizado o plantio de 4.750 mudas, com monitoramento em termos biológicos de desenvolvimento.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	1000,0	0	1000,0	0
0008 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1000,0	0	1000,0	0
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	1000,0	0	1000,0	0
5328 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1000,0	0	1000,0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	7009000,0	-2800900,0	4208100,0	470642,94
7785 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	7009000,0	-2800900,0	4208100,0	470642,94

TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	7011000,00	-2800900,00	4210100,00	470642,94
--	-------------------	--------------------	-------------------	------------------

O Programa mobilidade integrada e sustentável, constante no PPA 2016/2019, agrega a ação de Construção de Viadutos desenvolvida, gerenciada e financiada pela Terracap.

Até o fim de 2019 foram construídos 3 (três) viadutos na EPIA (Estrada Parque Indústria e Abastecimento) com recursos do DER (Departamento de Estradas de Rodagem). Apesar da existência de convênio entre DER e Terracap para financiamento e construção dos mesmos, o DER vem assumindo a grande maioria dos custos das obras. Restando 1(um), em execução, que será pago pela TERRACAP, o qual terá a ação reprogramada para 2020.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	2000,0	0	2000,0	0
5773 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	2000,0	0	2000,0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	300000,0	-300000,0	0,0	0
5825 - APOIO A PROJETOS-CULTURAIS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	300000,0	-300000,0	0,0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	302000,00	-300000,00	2000,00	0,00

Não houve recursos dispendidos para essas ações em 2019.

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	19283545,0	-3919558,0	15363987,0	0
9330 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	19283545,0	-3919558,0	15363987,0	0
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	19283545,00	-3919558,00	15363987,00	0,00

Não houve recursos dispendidos para essa ação em 2019.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	8450000,0	25298198,98	33748198,98	33333336,45
6191 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	8450000,0	25298198,98	33748198,98	33333336,45
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	6615000,0	9000,0	6624000,0	6494245,74

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
0003 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	6615000,0	9000,0	6624000,0	6494245,74
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	55346000,0	-5666219,41	49679780,59	48686110,44
7163 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	55346000,0	-5666219,41	49679780,59	48686110,44
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	70411000,00	19640979,57	90051979,57	88513692,63

Inerente a qualquer atividade empresarial, seja pública ou privada, a Terracap está sujeita aos riscos provenientes de sentenças judiciais em caso de sucumbência. Assim, em 2019, totalizaram 70 (setenta) execuções quanto às sentenças cíveis e 48 (quarenta e oito) execuções trabalhistas em desfavor da TERRACAP.

No âmbito da Ação de Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, estão enquadradas despesas de servidores requisitados do Programa de Desligamento Incentivado (PDI); das rescisões contratuais e acertos de contas; e a conta de devoluções administrativas decorrentes de pagamentos em duplicidade ou indevidos. Assim, os valores executados nesta ação correspondem, em média, ao ressarcimento de 61 empregados requisitados que mantiveram vínculo ao longo de 2019, bem como ao pagamento de indenização a 191 empregados que aderiram ao PDI.

Por fim, foram realizados pagamento de R\$ 6,4 milhões relativos à ação amortização e encargos da dívida pública contratada internamente. Tal operação refere-se à operação de crédito realizada junto ao banco Daycoval em 2018 no valor total de R\$ 19,6 milhões.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	6000000,0	-103604,0	5896396,0	4858316,65
5897 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	6000000,0	-103604,0	5896396,0	4858316,65
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	200000,0	1386809,0	1586809,0	315827,31
9778 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	200000,0	1386809,0	1586809,0	315827,31
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1000000,0	-734094,0	265906,0	96823,63
9578 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	-734094,0	265906,0	96823,63
2825 - MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL	500000,0	-470000,0	30000,0	29999,96
0001 - MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	500000,0	-470000,0	30000,0	29999,96

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	12000000,0	8944155,53	20944155,53	18768530,06
3873 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	12000000,0	8944155,53	20944155,53	18768530,06
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	199000000,0	3339528,94	202339528,94	201229458,36
8881 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	199000000,0	3339528,94	202339528,94	201229458,36
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	31930000,0	1440000,0	33370000,0	33273074,81
9687 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	31930000,0	1440000,0	33370000,0	33273074,81
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	85779000,0	59270839,96	145049839,96	130604374,26
9763 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	85779000,0	59270839,96	145049839,96	130604374,26
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4300000,0	425635,0	4725635,0	4297668,10
5183 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	4300000,0	425635,0	4725635,0	4297668,10
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	12500000,0	770500,0	13270500,0	11942549,77
8740 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	11494000,0	1776500,0	13270500,0	11942549,77
8741 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1006000,0	-1006000,0	0,0	0
4146 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS	1580000,0	-38090,0	1541910,0	1117183,07
0002 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	1580000,0	-38090,0	1541910,0	1117183,07
4091 - APOIO A PROJETOS	100000,0	198500,0	298500,0	38500,0
0017 - APOIO A PROJETOS-DIVERSOS - TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	100000,0	198500,0	298500,0	38500,0
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	300000,0	-229000,0	71000,0	20105,41
0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL	300000,0	-229000,0	71000,0	20105,41
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	355189000,00	74201180,43	429390180,43	406592411,39

O Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, constante no PPA 2016/2019, é um programa comum a todas as unidades orçamentárias do governo do Distrito Federal. Esse programa agrega todas as ações realizadas de forma contínua e necessária à manutenção da unidade administrativa.

Em 2019, a Terracap executou 13 ações neste Programa, com um total de despesa orçamentária de R\$ 406,6 milhões. Dentre as despesas com atividades de custeio, destacam-se administração de pessoal com R\$ 201,2 milhões; manutenção administrativa com R\$ 130,6 milhões (67,8% do total dispendido com manutenção administrativa foram gastos com IPTU que corresponde R\$ 88,6 milhões de reais); concessão de benefícios com R\$ 33,3 milhões; e, publicidade e propaganda com R\$ 11,9 milhões.

Dentro da maioria das ações que compõe o programa de trabalho, manteve-se o dispêndio inferior ou dentro do esperado. Apenas a ação Manutenção de Bens Imóveis necessitou-se de suplementação. Economizou-se nas atividades de comunicação e marketing, bem como nas campanhas de utilidade pública. Em modernização organizacional também foi gasto menos do que o esperado. Previu-se uma mudança de sistema de avaliação, mas a licitação ficou para 2020. Foi gasto além do esperado com a ação "Reforma de Prédios e Próprios". Isso se deu em função da reforma rampa acessibilidade; da correção de erros construtivos do sistema de esgoto a vácuo; e da execução de serviços de recuperação e ativação das ligações elétricas e hidráulicas do poço artesiano da Torre de TV Digital.

No que tange ao acervo de sistemas de informação da Terracap, pode-se destacar que em 2019 não houveram aquisições de novos sistemas informatizados. A realização da despesa se concentrou na manutenção de sistemas, tais como de ponto eletrônico, ambiente de virtualização, datacenter, entre outros. Foram realizadas também manutenções corretiva e adaptativa de sistemas informatizados, sendo contabilizados 709 pontos de função de correção. Além disso, houve atendimento a ocorrências relativas a infraestrutura de redes de dados, banco de dados, segurança da informação e suporte ao usuário.

A Terracap prontamente realizou manutenção de seus 155 imóveis próprios, incluindo o Estádio Nacional de Brasília e a Torre de Televisão Digital, valendo-se de seu corpo funcional e do auxílio de 272 empregados terceirizados, sendo eles: 24 brigadistas, 124 vigilantes e 124 destinados a serviços de limpeza, recepção, copa, portaria e manutenção predial. E também realizou a manutenção de sua sede e anexos por meio da ação de Manutenção dos Serviços administrativos, valendo-se de seu corpo funcional e do auxílio de 15 vigilantes, 12 brigadistas e 107 destinados a serviços de limpeza, recepção, copa, portaria e manutenção predial.

A empresa também realizou despesas relativas a Administração de Pessoal, remunerando seus 573 empregados (média), além de conceder ao todo 10 (dez) benefícios aos mesmos por meio de ação específica de concessão de benefícios.

Atuando dentro de suas atribuições legais de fiscalização de patrimônio público, a Terracap realizou 3.691 fiscalizações em imóveis rurais e urbanos de sua propriedade, valendo-se para tanto, de seu corpo funcional, de ferramentas de tecnologia e do auxílio de 19 empregados terceirizados.

Por fim, em 2019 a Terracap ainda concedeu apoio aos eventos "I Fórum de Certificação de Cidade Inteligente", "Natal Sempre Monumental" e "Seminário Supremo em Ação", fortalecendo sua imagem junto à população.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

- Aeroporto Executivo de Brasília

Em 1982 a “Área Isolada Cava de Cima” nº 03, localizada próxima à Rodovia DF- 251, na zona rural de São Sebastião, foi arrendada a um particular para atividades rurais e agrícolas. Ocorre que em 2000 este particular se desviando do objeto da concessão, construiu uma pista de pouso para uso próprio e passou a utilizar a área como um aeródromo particular, recebendo irregularmente aeronaves, bem como realizando a construção de hangares sem alvará.

Desta forma, em razão dos desvios ocorridos, em 2014 a Terracap entrou com uma ação de reintegração de posse, tendo sucesso no processo judicial, cujos recursos se esgotaram em 2019. Assim, além de retomar a posse da área em agosto de 2019, a Terracap também se tornou proprietária de todas as benfeitorias realizadas no local, quais sejam: uma pista de pouso e decolagem com pelo menos 1.550 metros de comprimento e 23 metros de largura, 119 hangares com tamanho médio de 324 m² para a guarda de aproximadamente 250 aeronaves de pequeno porte. A área total retomada é de 977 hectares, sendo que o aeroporto ocupa 80 hectares.

Em razão da estrutura existente no local de propriedade da Terracap e o fato de se tratar do segundo maior aeroporto da capital, a Terracap decidiu dar continuidade às atividades aeroportuárias exploradas no local. Para tanto, contratou a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), para administrar e gerir temporariamente (prazo inicial de 12 meses ao custo de R\$ 1,8 milhão) o Aeroporto Executivo de Brasília. Tal decisão se pautou no papel de Agência de Desenvolvimento que exerce e buscou a manutenção dos empregos existentes no local, desenvolvimento da região, aproveitamento de estrutura existente, garantia da devida segurança para pousos e decolagens em razão da Expertise que a Infraero possui, sendo que todos os atos do novo Aeroporto Executivo de Brasília serão regulados pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e pela Secretaria de Aviação Civil.

Além disso, o principal objetivo da Terracap, aliado ao interesse público é manutenção da atividade aeroviária no local. Para tanto, ao mesmo tempo que a INFRAERO realiza uma gestão transitória do Aeroporto, a Terracap prepara novo edital para realização de parceria com iniciativa privada para exploração do aeroporto, bem como prevê sua publicação em 2020, e ainda estima que o início das operações do parceiro privado ocorrerão ainda em 2020.

Tratando-se de uma área de 977 hectares, onde o aeroporto ocupa menos de 10%, com localização privilegiada, existe grande potencial de exploração do empreendimento, onde parceria prevista pode assumir conceito de cidade aeroportuária, que poderá integrar diversos empreendimentos complementares, tais como Fly In, hotéis, Clube de Golfe, Outlet, Hospital, espaço para feiras e eventos e Centro de Convenções, Polo Logístico, Projetos Imobiliários Residenciais ou Comerciais, Usina de Energia Fotovoltaica (que poderia beneficiar a própria cidade aeroportuária).

Já no âmbito da aviação, diversos setores poderão se beneficiar do aeroporto executivo. O público alvo abrange empresas de táxi aéreo, aeronaves da administração pública e das forças de segurança.

- Índice de Transparência Ativa

Pelo quarto ano consecutivo, a Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), responsável por acompanhar e fiscalizar o nível de transparência dos órgãos e entidades do Executivo, premiou a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap) por cumprir a lei distrital de acesso à informação e alcançar 100% do Índice de Transparência Ativa. A cerimônia de premiação foi realizada no Salão Branco do Palácio do Buriti e contou com a presença do governador em exercício.

Em 2016, primeiro ano da premiação, a Terracap esteve presente entre os cinco órgãos públicos que atingiram 100% do índice. Em 2017, foram 27 e, em 2018, esse número aumentou para 40. Neste ano, 54 entidades receberam a condecoração.

- Terracap Cidadã

O Programa Terracap Cidadã, proporcionou que 295 crianças de escolas públicas conhecessem exposição de telas de um artista (que é policial militar ambiental do DF) sobre a fauna do Cerrado. As telas estavam expostas na Biblioteca da Universidade Católica de Brasília, campus Taguatinga Sul. No mesmo evento, os estudantes conheceram a sala Google, também disponível no mesmo espaço, visão futurista de como poderia ser uma sala de aula para o estudante da atualidade.

A produção de adubo orgânico a partir da Coleta Seletiva Solidária é um programa alinhado à política pública tanto nacional quanto distrital. Com esse adubo, a Terracap deixou de enviar resíduos indiferenciados ao aterro sanitário, contribuindo para sua longevidade; para a melhoria nos rendimentos auferidos pelos catadores afiliados às associações dessa categoria, que recebem mais resíduos recicláveis/reaproveitáveis; para o incentivo ao cultivo de ervas para uso gastronômico e/ou medicinal em casa, a partir da distribuição desse adubo orgânico aos clientes, empregados e terceirizados da Terracap. A título de ilustração, em 2018 mediu-se que só de borra de café, foram produzidos quase 3 toneladas/ano. Agora, a partir desta ação, essa borra de café, mais sobras de alimentos e folhas provenientes de varrição do estacionamento da Terracap são redirecionados, transformando-se em adubo orgânico.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

- Sentenças judiciais - civil, trabalhista, recompra de imóveis

Um dos grandes entraves à realização de investimentos, principal atividade desta Agência de Desenvolvimento, em 2019, foi o elevado montante pago a título de condenações judiciais em desfavor da Terracap, tanto na esfera civil, quanto na esfera trabalhista.

Os valores pagos decorrentes de sentenças judiciais totalizaram R\$ 94,9 milhões, o que representou 89,7% do total investido no ano, que foi de R\$ 105,8 milhões.

A composição dos valores pagos é a seguinte:

- R\$ 58,6 milhões pagos na esfera de Investimento referentes a Execuções Cíveis relativas a Aquisição e Recuperação de Imóveis (com contrapartida patrimonial à Terracap);
- R\$ 33,3 milhões pagos na esfera de Dispêndio relativos a Execuções Cíveis diversas (sem contrapartida patrimonial à Terracap);
- R\$ 3 milhões pagos na esfera de Dispêndio referentes a Condenações Trabalhistas.

- Registro de imóveis

- Previstos 13.569 lotes registrados
- Realizado 1.055 lotes registrados para venda

A aprovação da LUOS em 2018 fez com que houvesse a necessidade de revisão de todos os projetos ainda não aprovados, para o novo padrão.

Ressalta-se que a recente edição da Lei nº 6.364/19 pode causar ainda mais atrasos, pois cria a reserva legal em áreas urbanas. Esse impacto ainda será verificado no licenciamento de cada projeto.

Acrescenta-se que o registro de 1055 unidades imobiliárias referente ao Projeto Urbanístico de Regularização URB-RP 068/13 - Setor Habitacional Vicente Pires Trecho I, teve seu registro efetivado em 25 de janeiro de 2019 (primeiro trimestre de 2019).

Em função da não aprovação dos projetos do Setor Habitacional Arniqueira e do Setor Habitacional Bernardo Sayão, não foram registrados novos lotes para comercialização.

- Arenaplex

O Centro Esportivo de Brasília, então propriedade do Distrito Federal, engloba o Estádio Nacional de Brasília, Ginásio de Esportes Nilson Nelson, Ginásio e Complexo Aquático Claudio Coutinho e Quadras Polivalentes, foi inaugurado na década de 70.

Em 2010 foi dado início às obras de reforma e ampliação do Estádio Nacional de Brasília com financiamento da TERRACAP, entretanto, o Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) entendia que o estádio não fazia parte dos empreendimentos passíveis de financiamento pela empresa razão pela qual foi editada a Lei nº 4.558/2011 que reverteu o imóvel e todas as benfeitorias nele implantadas ao patrimônio da Terracap.

A reforma e ampliação do Estádio foi concluída em 2014, com ampliação de sua capacidade original de 45 mil para 71 mil pessoas, tornando-se um dos maiores Estádios da América Latina. Sob a propriedade da Terracap as demais estruturas do Centro não foram reformadas ou ampliadas.

Já em 2014 a Agência de Desenvolvimento - Terracap, proprietária do Centro Esportivo, entendeu que, para garantir e maximizar o retorno do grande investimento realizado no Centro Esportivo à população, à própria empresa e ao Distrito Federal, seria necessária a realização de parceria com o setor privado para expansão do centro, modernização, operação e manutenção, proporcionando assim a plena utilização do espaço, geração de empregos, diretos e indiretos, aumento da arrecadação de impostos, inclusão de Brasília no circuito nacional de grandes eventos esportivos e shows com artistas de renome nacional e internacional, fomento do turismo no Distrito Federal, entre outros inúmeros benefícios à sociedade e ao Distrito Federal.

Após longo processo de modelagem da concessão, adequação dos instrumentos legais e urbanísticos relativos à área, bem como construção de modelos de viabilidade técnica e econômica, no início de 2018 foi publicada a versão definitiva do Edital de Concessão de Uso do Centro Esportivo de Brasília – ARENAPLEX, que culminou na homologação da Licitação Pública em favor do Consórcio BSB - Boulevard Show e Bola, formado pelas empresas RNGD Consultoria de Negócios Ltda. -EPP e Arena Do Brasil Gestão e Estádios e Arenas Ltda, em junho de 2019.

O contrato de concessão firmado com o Consórcio BSB - Boulevard Show e Bola em julho de 2019, tem prazo de 35 anos, além da modernização dos equipamentos que compõe o Centro Esportivo, operação e manutenção, prevê a construção de um "Boulevard", que é um espaço integrado de convivência, entretenimento e lazer ao ar livre. O contrato também prevê um período de operação assistida de 180 dias com compartilhamento de responsabilidades com a Terracap, sendo que após este período, o Consórcio vencedor será exclusivamente responsável pelo Centro Esportivo até o fim da concessão.

A expectativa é de que, durante o período de uso do Arenaplex sejam realizados, pelo parceiro privado, investimentos que devem ultrapassar R\$ 700 milhões, contemplando reformas, revitalização, paisagismo, adequações nos equipamentos e do estacionamento, bem como a Construção do Boulevard Monumental. Além disso, serão repassados R\$ 150 milhões em outorga à Terracap.

O consórcio terá um prazo de carência de cinco anos para realização das obras, além do repasse de 5% do faturamento líquido. Conforme previsão do estudo de viabilidade econômica e financeira, o potencial de faturamento do parceiro durante a concessão supera R\$ 3 bilhões, o que inclui os tributos pagos e a geração de 4 mil empregos diretos.

Além disso, a Agência de Desenvolvimento - Terracap, ao conceder a Arenaplex, deixa de ser responsável pela sua operação e manutenção. Como dispndia aproximadamente R\$ 13 milhões por ano, ao longo da concessão, prevê a economia de R\$ 455 milhões que serão investidos no desenvolvimento do DF, papel primordial desta empresa pública.

No ano de 2019, celebrou-se o contrato de concessão do Complexo Esportivo de Brasília, incluindo o Estádio Nacional e o Complexo Aquático Cláudio Coutinho, o que representa uma considerável redução de despesas com a manutenção de bens imóveis. A Terracap continua arcando com alguns gastos durante o período de 180 dias de operação assistida, mas em 25/01/2020 a Concessionária assumirá a manutenção.

20202 - FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FAPDF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) foi instituída pela Lei nº 347, de 04 de novembro de 1992, e tem a missão de promover a ciência, tecnologia e a inovação para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, visando o bem-estar da população, a defesa do meio ambiente e o progresso em ciência, tecnologia e inovação.

A Lei Orgânica do Distrito Federal em seu Capítulo V – Da Ciência e da Tecnologia, estabelece:

Art. 193. O Distrito Federal, em colaboração com as instituições de ensino e pesquisa e com a União, os Estados e a sociedade, reafirmando sua vocação de pólo científico, tecnológico e cultural, promoverá o desenvolvimento técnico, científico e a capacitação tecnológica, em especial por meio de:

I - prioridade às pesquisas científicas e tecnológicas voltadas para o desenvolvimento do sistema produtivo do Distrito Federal, em consonância com a defesa do meio ambiente e dos direitos fundamentais do cidadão;

II - formação e aperfeiçoamento de recursos humanos para o sistema de ciência e tecnologia do Distrito Federal;

III - produção, absorção e difusão do conhecimento científico e tecnológico;

IV - orientação para o uso do sistema de propriedade industrial e processos de transferência tecnológica.

Art. 194. O plano de ciência e tecnologia do Distrito Federal estabelecerá prioridades e objetivos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal.

§ 1º As ações e programas empreendidos em conformidade com o plano deverão ser compatíveis com as metas globais de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

§ 2º A dotação orçamentária para instituições de pesquisa do Distrito Federal será determinada de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas no plano de ciência e tecnologia e constará da lei orçamentária anual.

§ 3º O Distrito Federal garantirá o acesso às informações geradas, coletadas e armazenadas em todos os órgãos públicos ou em entidades e empresas em que tenha participação majoritária, na forma da lei.

§ 4º A implantação e expansão de sistemas tecnológicos de impacto social, econômico ou ambiental devem ter prévia anuência do Conselho de Ciência e Tecnologia, na forma da lei.

Art. 195. O Poder Público instituirá e manterá Fundação de Apoio à Pesquisa – FAPDF, atribuindo-lhe dotação mínima de dois por cento da receita corrente líquida do Distrito Federal, que lhe será transferida mensalmente, em duodécimos, como renda de sua privativa administração, para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico.

A Lei nº 347, de 04 de novembro de 1992, disciplinou em seu artigo primeiro que fica instituída a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF, "*Art. 1º Fica instituída a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF, nos termos do art. 195. da Lei Orgânica do Distrito Federal, fundação pública vinculada à Secretaria de Estado para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, com sede e foro em Brasília – DF e que tem por finalidade estimular, apoiar e promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, visando ao bem-estar da população, defesa do meio ambiente e progresso da ciência e tecnologia*". Dentre suas competências estão:

- I – executar e incentivar a política de ciência e tecnologia do Distrito Federal;
- II – custear, total ou parcialmente, projetos de pesquisa, individuais e institucionais, oficiais e particulares;
- III – apoiar a realização de eventos e exposições de interesse para o ensino, a difusão e o desenvolvimento da ciência e tecnologia;
- IV – incentivar e promover o intercâmbio e a cooperação entre entidades públicas ou privadas voltadas para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica;
- V – propor, realizar e apoiar planos, programas e projetos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, inclusive a formação e capacitação de recursos humanos e a melhoria da qualidade do setor produtivo do Distrito Federal;
- VI – apoiar a difusão e a transferência de resultados de pesquisa, bem como intercâmbio de informações científicas e tecnológicas;
- VII – gerir o Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, instituído pela Lei Complementar nº 153, de 30 de dezembro de 1998;

O Estatuto Social da FAPDF foi aprovado pelo Decreto nº 27.958, de 16 de maio de 2007 e o Regimento Interno publicado no Diário Oficial do DF nº 111, de 12 de junho de 2007 e atualmente está em fase de elaboração de novo Regimento Interno.

Com o intuito de padronizar os procedimentos, foi publicado em 2019, a **Instrução Normativa nº 31**, de 1º de julho de 2019 – padronizando os procedimentos para a proposição e celebração de parcerias e contratação com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, relacionados a suas atividades finalísticas, e a **Resolução nº 5, de 27 de setembro de 2019**, que institui requisitos e procedimentos para apresentação de demandas de órgãos e entidades do Governo no Distrito Federal à FAPDF, para fins de celebração de contratos, convênios, acordos, ajustes, parcerias e instrumentos congêneres.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	6	7	0	16
Comissionados sem vínculo efetivo	17	14	0	0	31
Requisitados de órgãos do GDF	7	0	0	6	13
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	1	1	2
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	28	20	8	7	63
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	3	0	3

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Total Geral	28	20	5	7	60

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, possui 63 (sessenta e três) colaboradores em seu quadro de pessoal e sua força de trabalho conta com 60 colaboradores, distribuídos conforme tabela acima. Sendo que 03 servidores se encontram cedidos à outros órgãos do GDF, 13 são requisitados de outros órgãos, 31 sem vínculos com a Administração Pública e somente 13 servidores efetivos do quadro próprio da Fundação. A atividade meio conta com 33 colaboradores e a atividade fim com 27 colaboradores. Cinquenta e cinco por cento da força de trabalho está concentrada na atividade meio da FAP, que são as unidades vinculadas ao Gabinete (Vice-Presidência, Assessorias Especiais, Unidade de Controle Interno, Assessoria de Comunicação, Procuradoria Jurídica e Superintendência da Unidade de Administração Geral, Diretoria de Gestão da Administração e Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças). Já a atividade fim conta com quarenta e cinco por cento da força de trabalho da FAPDF, que são as unidades subordinadas à Superintendência Científica, Tecnológica e de Inovação (Coordenação Científica, Coordenação Tecnológica e de Inovação, Coordenação de Bolsas e Eventos, Coordenação de Acompanhamento e Avaliação).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3500000,0	500000,0	500000,0	138600,0
0018 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	3500000,0	500000,0	500000,0	138600,0
4067 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA	2620000,0	0,00	0	0
0002 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	2620000,0	0,00	0	0
2781 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	4422000,0	10000,00	0	0
0001 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO-FAP-DISTRITO FEDERAL	4422000,0	10000,00	0	0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10000000,0	0,0	0	0
0006 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-FAP-DISTRITO FEDERAL	10000000,0	0,0	0	0
6026 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	146426177,0	57993833,41	49138425,42	26946853,80
0008 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-PROJETOS DE DEMANDA INDUZIDA-FAP-DISTRITO FEDERAL	30900000,0	8820742,0	8820741,29	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0009 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-FAP-DISTRITO FEDERAL	27770436,0	28358556,21	19503149,28	13341399,28
0010 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-PROJETOS DE DEMANDA ESPONTÂNEA-FAP-DISTRITO FEDERAL	57755741,0	12830965,20	12830965,20	12162197,65
0011 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-PROJETOS INOVADORES EM EMPRESAS E ENTIDADES-FAP-DISTRITO FEDERAL	30000000,0	7983570,00	7983569,65	1443256,87
6037 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS	6500000,0	0,0	0	0
0001 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS-FAPDF-DISTRITO FEDERAL	6500000,0	0,0	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	36553858,0	13702600,00	13702600,0	13702600,0
0007 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	36553858,0	13702600,00	13702600,0	13702600,0
2786 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	57500000,0	13351051,99	11619177,99	10820110,99
0005 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA-PROMOÇÃO DE EVENTOS - FAP-DISTRITO FEDERAL	24000000,0	7438552,59	7438552,59	7339485,59
0007 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA-PESQUISA CIENTÍFICA-FAP-DISTRITO FEDERAL	17500000,0	0,0	0	0
0008 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA-PARTICIPAÇÃO DE EVENTOS-FAP-DISTRITO FEDERAL	16000000,0	5912499,40	4180625,40	3480625,40
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	267522035,00	85557485,40	74960203,41	51608164,79

Em 2019 foram lançados novos editais e também honrados os compromissos assumidos na gestão anterior com a continuidade de editais lançados em 2018 e exercícios anteriores.

No Programa Brasília Competitiva, foram empenhados o valor de R\$ 74.960.203,41 distribuídos entre os seguintes editais, acordos e convênios:

EDITAL Nº 01/2019: Seleção Pública de Propostas de Apoio à Participação em Eventos, Cursos de Curta Duração e Visitas Técnicas de Natureza Científica, Tecnológica e de Inovação: destinam-se à incentivar e apoiar a divulgação de conhecimento científico, tecnológico e de inovação, bem como a interação entre os diferentes atores de pesquisas aplicadas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Foram lançadas três chamadas de seleção que contemplaram 535 pesquisadores e totalizaram R\$ 4.180.625,40 em recursos aplicados.

EDITAL Nº 02/2019: Seleção Pública de Propostas de Apoio à Promoção, Realização e Organização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação: as bolsas de Apoio à promoção de eventos, destinam-se à pesquisadores e profissionais atuantes em ciência, tecnologia e inovação, com formação e experiência compatíveis com a modalidade e o tema

do evento proposto. No Edital 02/2019, foram lançadas duas chamadas que contemplaram 56 pesquisadores, atingindo a marca de R\$ 1.515.637,00 em valores fomentados.

EDITAL Nº 03/2018: Seleção Pública de Propostas de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação – Demanda Espontânea: tornou-se público no DODF nº 79, de 29 de abril de 2019, o resultado final da seleção pública de apoio financeiro aos pesquisadores doutores para projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação, em todas as áreas do conhecimento, bem como interação entre os diferentes atores do Sistema Nacional e Distrital de Ciência e Tecnologia – SNCT com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Distrito Federal. No total, foram aprovados 168 projetos das 508 propostas submetidas. Em 2019, foi empenhado o montante de R\$ 12.696.861,20, para o edital 03/2018.

EDITAL 03/2019, com vistas a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil (OSC), sem fins lucrativos, para o fomento de projetos voltados à animação do ecossistema de inovação do Distrito Federal. Os projetos devem ser desenvolvidos integralmente no território do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE). A seleção tem valor total previsto de R\$ 15 milhões e, ao todo, em suas quatro chamadas, foram recebidas 54 propostas, das quais cinco já foram selecionadas nas duas primeiras chamadas. As duas chamadas finais estão em andamento. Este edital está em fase de execução, e suas propostas serão contratadas em 2020.

EDITAL 04/2019, que consiste em um chamamento público para execução de projetos de educação inovadora a serem realizados em conjunto com a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) e com a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (Funab), com vistas a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil (OSC), sem fins lucrativos, para elaboração e desenvolvimento de projetos voltados para educação inovadora. O edital busca entregar à população do DF um processo educacional inovador voltado para aperfeiçoamento cultural e profissional da comunidade e servidores do Distrito Federal e da RIDE e também tem orçamento previsto de R\$ 15 milhões. Foram recebidas 22 propostas voltadas para a educação básica, das quais seis foram classificadas. Para a Universidade Distrital, a seleção recebeu duas propostas e as fases de habilitação e julgamento estão em andamento e serão contratadas em 2020.

EDITAL Nº 05/2018 – Seleção Pública de Propostas Institucionais para concessão de bolsas na modalidade Pós Doutorado no Exterior – PDE : as bolsas destinam-se aos pesquisadores doutores, com vínculo laboral celetista ou estatutário de caráter permanente com Instituições de Ensino Superior ou de Pesquisa, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, sediadas no DF, para projetos de pós-doutorado para capacitação e atualização de conhecimentos no exterior com vistas à ampliação das parcerias entre os pesquisadores do DF e os internacionais de reconhecido mérito científico e apoio a criação e fortalecimento das parcerias dos grupos e linhas de pesquisas voltadas para a vocação regional. Foram selecionados três 03 (três) instituições: Universidade de Brasília – UNB, Universidade Católica de Brasília – UCB e Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, que juntas receberam o montante de R\$ 11.976.000,00.

EDITAL Nº 06/2018 – Seleção Pública de Propostas Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação (PBIC/FAPDF): as bolsas de iniciação científica destinam-se às instituições de ensino ou pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação - CTI, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, institutos federais de educação, que tenham instalações próprias para a implementação de Programa de Iniciação Científica, com o objetivo de incentivo e apoio a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica, tecnológica e de inovação. Foram selecionadas 04 instituições: Universidade de Brasília – UNB, Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, IFB - Instituto Federal de Brasília e FPCIAA - Fundação de Peritos em Criminalística Ilaraine Acácio Arce, que juntas receberam o montante de R\$ 2.016.000,00.

EDITAL 06/2019, voltado para o credenciamento de fundações de apoio, instituições de ciência e tecnologia e OSCs sem fins lucrativos. Foram recebidas 14 propostas, sendo que 11 instituições foram habilitadas. O edital é uma atualização do Edital 03/2013 e o objetivo é dar suporte às referidas instituições credenciadas na execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação. Este edital prevê o credenciamento de instituições. Não há previsão de desembolso financeiro.

EDITAL Nº 07/2019 - conceder apoio financeiro a promoção de EVENTOS DE DIFUSÃO CIENTÍFICA NA SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SNTC/2019. O Edital foi destinado para pesquisadores, gestores e técnicos dos Ambientes da RedeCIÊNCIA, de instituições de ensino superior do DF e de entidades não governamentais sem fins lucrativos. O tema escolhido no ano de 2019 foi "Bioeconomia: Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável". Foram contempladas 27 propostas, totalizando um repasse de R\$ 2.080.000,00 (dois milhões e oitenta mil reais).

EDITAL nº 007/2016- Execução do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX. Foi realizado o Primeiro Termo Aditivo do Convênio firmado entre esta Fundação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ referente ao Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX para suplementação e ajustes do Plano de Trabalho para continuidade dos pagamentos da 2ª (segunda) parcela dos projetos contemplados no âmbito do Edital nº 007/2016. Foi realizado o empenho para pagamento da segunda parcela dos recursos destinados aos 13 projetos aprovados no Programa de Apoio à Núcleos de Excelência (Pronex), no valor de R\$ 4.919.006,10. O Programa Pronex visa nortear a formação de grupos organizados de pesquisadores e técnicos de alto nível.

EDITAL 08/2019 – RecicloTech. Trata-se de chamamento público de OSCs para, em parceria com a FAPDF, executar projeto inovador de logística reversa, acondicionamento e reciclagem de equipamentos eletrônicos, com Polos de Economia Circular (PEC) e formação de jovens e adultos em tecnologia da informação no período de 24 meses. O edital tem orçamento previsto de R\$ 3.270.000,00 e a seleção está em andamento. Previsão de execução em 2020.

EDITAL 09/2016 - Startup – Foi pago a 2ª parcela no valor de R\$ 74.780,87 ao Projeto aprovado no âmbito do Edital nº 09/2016 - intitulado "Contratey". O projeto baseia-se em uma ferramenta para facilitar e otimizar o processo de contratação e avaliação de Microempreendedores Individuais (MEI) no DF. O objetivo é gerar renda, crescimento empresarial e indicar a formalização de novos empresários, bem como facilitar a contratação de serviços e produtos pela comunidade local.

EDITAL nº 09/2019 - Seleção pública de propostas para apoio financeiro na modalidade subvenção econômica à startups / projetos inovadores. Elaborado em 2019, com previsão para execução em 2020, cujo objeto é estimular a criatividade e o empreendedorismo, por meio da concessão de recursos financeiros na forma de subvenção econômica, bolsas, capacitações e suporte operacional, para o desenvolvimento de produtos (bens e/ou serviços) ou de processos inovadores, transformando as ideias inovadoras em empreendimentos que incorporem novas tecnologias aos setores econômicos relevantes da economia do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno–RIDE. Previsão de repasse no valor de R\$ R\$ 3.790.000,00. O Edital 09/2019 foi aberto para consulta pública no dia 20 de novembro e inaugura não apenas o novo modelo de seleção para fomento a startups, como a nova metodologia de elaboração de editais da Fundação que, a partir de agora, deverão ser submetidos à consulta pública como parte de seu processo de construção. O Edital prevê seleções públicas de propostas para apoio financeiro na modalidade subvenção econômica a startups/projetos inovadores e está em fase de lançamento pela FAPDF.

EDITAL Nº 10/2019 - Seleção pública de propostas de apoio à participação em eventos de natureza científica, tecnológica e de inovação para docentes da rede pública de ensino do

Distrito Federal, lançado em 2019, prevê o repasse de 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), aos contemplados no edital. A execução do edital se dará no exercício de 2020.

Campus Party Brasília - a edição de 2019 foi evento de projeção nacional e importância significativa para o desenvolvimento inovador do DF e do Brasil apoiado pela Fundação. Por meio da Portaria Conjunta nº 01, de 7 de junho de 2019, a Fundação Campus Party Brasília descentralizou recursos no montante de R\$ 3.500.000,00 para apoiar a realização do evento na Capital Federal.

CHAMADA INCT-MCTIC/CNPQ/CAPES/FAPS Nº 016/2014 - O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, em parceria com Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES e esta Fundação buscaram apoiar atividades de pesquisa de alto impacto científico em áreas estratégicas e/ou na fronteira do conhecimento que visem a busca de solução de grandes problemas nacionais, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos que promovam a consolidação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) que ocupam posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e a formação de novas redes de cooperação científica interinstitucional de caráter nacional e internacional, dentro do Programa criado pela Portaria MCT Nº 429, de 17 de julho de 2008 e reeditado pela Portaria MCTI nº 577, de 4 de junho de 2014. Em 2019, foi empenhado a 2º (segunda) parcela totalizando o valor de R\$ 1.449.009,40.

Chamada CNPq/MCTIC Nº 09/2019 - Tendo em vista a parceria entre a FAPDF e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq por meio do Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e de Inovação, houve a participação da FAPDF na Chamada CNPq/MCTIC nº 09/2019 em que foi contemplado uma proposta no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

A FAPDF também fomenta a atuação de pesquisadores do DF em projetos de pesquisas internacionais, promovendo o intercâmbio de conhecimento com outras nações e ampliando as possibilidades de desenvolvimento e divulgação da comunidade científica brasileira, por meio de adesões às chamadas internacionais:

Por meio do Termo de Adesão ao Entendimento entre o British Council do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), foram realizados apoios financeiros aos workshops "Rethinking the 'green' city: contributions to environmental and sociocultural interpretations of urban development", no valor total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e workshop "Highereducation and societal transformation: Decolonization and racial equality", no valor total de R\$ 115.200,00 (cento e quinze mil e duzentos reais) referentes a Chamada Researcher Links 2018/2019. Em referência ao Termo de Adesão ao Entendimento visando a colaboração entre as Fundações Estaduais Brasileiras de Pesquisa, a Fundação Bill e Melinda Gates – FBMG e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa-CONFAP com o intuito de promover inovação para a saúde global nos países em desenvolvimento foi apoiado o projeto "Índice Município Amigo da Primeira Infância: avaliando o ambiente favorável para o desenvolvimento infantil na primeira infância em municípios brasileiros", no valor total de R\$ 201.500,00 (duzentos e um mil e quinhentos reais) referente à Chamada "Data Science Approaches to Improvements Maternal and Child Health in Brazil.

Chamada European Researcher Council (ERC-2019) - estão em fase de contratação três projetos, no total de R\$ 12.013,00. Aqui, o objetivo é convidar pesquisadores do DF a buscar colaborações de pesquisa com pesquisadores principais já apoiados por subsídios do Conselho Europeu de Pesquisa (ERC) financiados pela União Europeia.

Chamada Mobility Confap Italy (MCI) - oferece suporte para que pesquisadores brasileiros desenvolvam os pontos fortes e a capacidade de seu grupo de pesquisa por meio de treinamento, colaboração e visitas recíprocas com um pesquisador parceiro da Itália, subsidiado por bolsas de estudo. O objetivo do acordo é facilitar e apoiar a colaboração eficaz entre as partes para cooperação científica, tecnológica e de inovação, através da mobilidade entre os dois países (Brasil e Itália). As bolsas de estudo oferecem uma oportunidade para pesquisadores ligados às universidades e institutos de pesquisa brasileiros desenvolverem suas pesquisas com colaboração de um pesquisador da Itália. Na Chamada Mobility Confap Italy (MCI 2019), também foi aprovado o pagamento do fomento aprovado para o projeto selecionado na edição de 2018 da MCI, no valor de R\$ 37 mil. A chamada busca facilitar e manter efetiva a colaboração entre pesquisadores na área científica, tecnológica e de inovação por meio da mobilidade entre os dois países para alunos de doutorado e mestrado, bem como pós-doutores.

Chamada UK ACADEMIES- A FAPDF contratou um projeto e outros quatro estão em fase de contratação, no total de R\$ 87.550,00 em recursos aplicados. Esta chamada oferece apoio a pesquisadores sediados em universidades e instituições de pesquisa do Reino Unido que desejam trabalhar em instituições de pesquisa no Brasil.

Chamada Researcher Links Workshops - com o objetivo de contribuir para a construção das carreiras dos jovens pesquisadores do DF, houve duas propostas aceitas no valor total de R\$ 235.200,00 (duzentos e trinta e cinco mil e duzentos reais). O objetivo da chamada é contribuir para a construção das carreiras dos jovens pesquisadores do DF.

Além dos editais e chamadas, a FAPDF, em parceria com outros órgãos do GDF, busca firmar acordos, parcerias e convênios com instituições públicas e privadas de modo a aprimorar não apenas a sua gestão e atuação institucional, bem como para ampliar sua capacidade de execução orçamentárias. Até o presente momento, já foram firmados oito convênios.

Convênio S/N - CEAG/UNB - Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública: foi firmado convênio para o desenvolvimento do "Projeto de Modernização - FAPDF como ambiente promotor de inovação". Ao longo de 12 meses, uma equipe do Ceag/UnB realizará, entre outras ações, o mapeamento e a implantação de processos formais de trabalho, identificação e aperfeiçoamento de boas práticas, cristalização de procedimentos e comportamentos. O investimento total será de R\$ 2.497.800,00 para a execução de atividades em 05 eixos:

- a) Incremento da capacidade operacional da FAP/DF por meio de melhorias em processos produtivos, ferramentas e estrutura de governança;
- b) Aumento do desempenho da FAP/DF e da sustentabilidade de suas ações por meio da construção de ferramentas de gestão de talentos;
- c) Incremento da efetividade das ações de fomento da FAP/DF por meio da construção de estruturas e processos de monitoramento e avaliação;
- d) Incremento da efetividade das ações da FAP/DF por meio da revisão de normas legais e infra legais;
- e) Incremento e efetividade das ações da FAP/DF por meio da instituição de espaços de articulação e discussão da Política Distrital de Ciência e Tecnologia.

Convênio nº 03/2019 - Convênio firmado com o Senai para execução do projeto "DF Mais Produtivo" cujo objetivo é a expansão das ações de aumento da produtividade nas empresas do Distrito Federal por meio da metodologia do programa nacional "Brasil Mais Produtivo". O investimento no convênio será de R\$ 8.100.000,00, sendo que em 2019, foram empenhados R\$ 2.025.000,00.

Convênio nº 04/2019, firmado entre a FAPDF e o SENAI - A FAP desenvolveu o Programa InovaTech para qualificar profissionais em novas tecnologias, especialmente aquelas ligadas à indústria 4.0, e apoiar a inserção massiva destas tecnologias nos processos produtivos das empresas do DF. O convênio terá duração de três anos e o valor global de R\$ 90 milhões, sendo que em 2019, foram empenhados R\$ 2.036.650,00.

Convênio nº 05 /2019 – Softex - O objeto do convênio é a elaboração de um projeto detalhado para conexão de Internet para as unidades escolares do Distrito Federal, bem como a definição do Contraturno Digital no que tange a definição e disponibilização de solução tecnológica baseada em plataforma online, capacitação de profissionais da educação lotados nas unidades escolares que receberão internet em letramento digital e nas ferramentas digitais de aprendizagem, aquisição e distribuição de tablets, computadores, ou dispositivo similar aos alunos para proporcionar e incentivar diferentes formas de aprendizagem e avaliação dos resultados. O objeto do convênio é elaborar projeto de solução e implantação com objetivo de montar uma rede de equipamentos que propiciem aos estudantes e docentes do ensino público do DF acesso à internet, possibilitando a adoção de novos modelos de aprendizagem, ensino e criação de uma plataforma educacional, de Laboratórios de Inovação e do teste beta do uso de plataforma EAD com uso de equipamento móvel ou similares. O projeto envolve a Secretaria de Educação, SECTI e a FAPDF.

Convênio nº 006/2019 - CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL - FAPDF E O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – INDT - A proposta de desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologias da Cidade Inteligente (PDTCI) do Distrito Federal passa pelo planejamento racional para a contínua absorção de soluções da Indústria 4.0 nos serviços públicos distritais, que se divide em diversas etapas complementares e concomitantes. Modelagem Final de Projeto Estruturante do PDTCI (Rede Inteligente - PPP) - Competirá à equipe técnica desenvolver, a partir dos estudos recebidos de mercado e sondagens realizadas perante os stakeholders determinantes, a modelagem final, que deverá constar de relatório, contendo minutas editáveis e painel de controle para consolidações a serem realizadas pelo poder público. Ademais, apoiar o poder público no âmbito de consulta pública, em especial para produção de feedbacks e consolidação de minutas, para que se inicie, com o processo administrativo devidamente ajustado e instruído, o primeiro estágio de fiscalização do TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal, na forma da Resolução n.º 290, de 14 de abril de 2016, que trata sobre o acompanhamento de processos de licitação e contratação das Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Convênio nº 07/2019 - Finatec – KnEdle- Programa "KnEDLe- Extração de informações de publicações oficiais usando inteligência artificial", por meio de celebração de Convênio entre a Fundação de Apoio a Pesquisa - FAPDF, a Fundação Universidade de Brasília - FUB e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC, o projeto possui valor global de R\$ 3.296.616,17 (três milhões, duzentos e noventa e seis mil, seiscentos e dezesseis reais e dezessete centavos). Trata-se do projeto de pesquisa intitulado "KnEDLe - Extração de informações de publicações oficiais usando inteligência artificial". O projeto tem como objetivo pesquisa em métodos para extração de informações para facilitar o cruzamento de dados presentes em publicações oficiais. Uma das aplicações almejadas é a criação de um conjunto de ferramentas que facilite as tarefas de auditoria e detecção de problemas relacionados ao emprego de recursos públicos. Serão utilizados métodos avançados de mineração de dados, processamento de linguagem natural e visão computacional. Os detalhes técnicos do projeto estão adequadamente explicados nos documentos anexos. A equipe proposta possui experiência nas áreas de pesquisa. O projeto tem previsão de duração de 36 meses. Os recursos financeiros do projeto serão aplicados à compra de equipamentos de informática, ao pagamento de auxílio financeiro a pesquisadores e alunos, ao custeio de

viagens nacionais e internacionais, à aquisição de material de consumo e ao pagamento de inscrição em eventos. Sem dúvida, este projeto será altamente benéfico para a sociedade, fortalecendo atividades de pesquisa e de formação de recursos humanos, com ênfase em um problema de administração pública do Distrito Federal

Convênio nº 08 /2019 – ABDI - Cyber Arena: implantação de Centro de Segurança Cibernética, em modelo de Cyber Range, denominado Cyber Arena, e capacitação de especialistas e estudantes, por meio de software de simulação de atividades cibernéticas. Será um Centro de Segurança Cibernética (Cyber Arena) voltado para (i) capacitação de recursos humanos específicos e dedicados ao tema, com foco em empresas, instituições governamentais e operadoras de infraestruturas críticas; (ii) sensibilização e disseminação da cultura de segurança cibernética junto a alunos dos níveis superior e médio; (iii) desenvolvimento de propostas para a realização de pesquisa e desenvolvimento em segurança cibernética; (iv) modelagem de serviços de monitoramento de risco cibernético e de mitigação para empresas, com vistas a contribuir para a digitalização da economia brasileira.

Convênio nº 09 /2019 - DESAFIO DF- Finatec – o convênio tem como objeto estabelecer ações de mútua cooperação técnico científica para a execução do projeto intitulado "Desafio DF" . O objetivo é apoiar diversos órgãos do GDF a encontrar soluções para seus problemas. O convênio prevê a gestão de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), no âmbito do projeto "Desafio DF", para atendimento de demandas da sociedade, seguindo as seguintes diretrizes:

I. O Edital PD&I Desafio DF terá por objetivo selecionar projetos que apresentem soluções para demandas levantadas, conforme necessidades dos órgãos do GDF, e abrangerá os seguintes eixos temáticos: (a) biotecnologia, meio ambiente e sustentabilidade; (b) cidades inteligentes e internet das coisas; (c) ciência de dados e inteligência artificial; (d) saúde pública; (e) mobilidade e infraestrutura urbana; (f) patrimônio histórico, cultural e turístico; e (g) energias renováveis.

II. O processo seletivo será de fluxo contínuo e será destinado a pesquisadores vinculados à Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) com sede no Distrito Federal.

III. O portfólio de projetos contemplados no Edital PD&I Desafio DF será gerido pela FINATEC, sob supervisão da FAPDF.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice e mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançada 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançada 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançada 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançada 4º Ano	Fonte
1493 - ACORDOS FIRMADOS COM CAPTAÇÃO DE RECURSO	UNIDADE	6	30/06/2015	ANUAL	10	7	15	0	20	0	20	0	FAPDF / UO 2020 2 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Alteração do novo acordo de resultados assinado em outubro de 2016. 2017 - No exercício de 2017 não foram firmados convênios com captação de recursos. Os recursos captados em 2015 ainda estão em execução e não fomos demandados no corrente ano com projetos que necessitassem de captação externa. 2018 - Assim como no exercício de 2017 não foram firmados novos convênios com captação de recursos da união, tendo em vista que os convênios firmados em 2015 ainda estão em execução e novamente não houve demanda com projetos que necessitassem de captação externa. 2019 - Assim como nos Exercícios de 2017 e 2018, não foram firmados convênios com captação de recursos da União tendo em vista que os convênios firmados em 2015 ainda estão em execução.</p>													
1492 - BENEFICIÁRIOS DE RECURSOS DA FAPDF	UNIDADE	250	30/06/2015	ANUAL	1.000	1.485	1.500	1702	2.000	1.290	2.000	1335	FAPDF / UO 2020 2 / OE 5

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançada 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançada 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançada 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançada 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - Foram lançados 12 editais com recursos exclusivos, 03 chamadas públicas, 03 convênios internacionais e 02 convênios nacionais.</p> <p>2017 - Em 2017 o número total de beneficiários de recursos da FAP DF alcançou o número de 1702 beneficiários, o que demonstra que o índice desejado foi superado. Tal fator deve-se ao chamamento público para apoio financeiro à demandas espontâneas de pesquisas científicas.</p> <p>2018 - No final do primeiro semestre de 2018 ocorreu a mudança da FAPDF para a sede definitiva no Parque Tecnológico de Brasília o que demandou esforços de áreas estratégicas da Fundação. Representações do MP de Contas junto ao TCDF levaram o Conselho Diretor a suspender temporariamente o processo seletivo dos editais 11 e 12/2017 afetando a contratação que foi prorrogada para 2019. Houve ainda a necessidade de adequação orçamentária nas propostas do edital 03/2018, também prorrogado para 2019.</p> <p>2019 - Em 2019, novos editais foram lançados para eventos, cursos e visitas técnicas, para animação do ecossistema de inovação, fomento a startups, chamadas públicas nacionais e internacionais como também, formação de novas redes de cooperação científica através de acordos, parcerias e convênios. O alcançado se refere aos credores diretos e ficou inferior ao desejado, dentre outras causas, por falta de recursos humanos (capacidade operacional) e contingenciamento orçamentário.</p>													

No exercício de 2019 não foram firmados acordos com pactuação de recursos financeiros. A FAPDF, por meio dos editais 03/2018 e editais 01 e 02/2019, alcançou 759 beneficiários diretos.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	700000,0	700000,00	4703,30	4703,30
0012 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	700000,0	700000,00	4703,30	4703,30
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	150000,0	40506,00	40505,08	40505,08
0003 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	150000,0	40506,00	40505,08	40505,08
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	200000,0	4000,0	0	0
0027 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	200000,0	4000,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1100000,0	1080301,00	605962,79	525083,19
0018 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	1100000,0	1080301,00	605962,79	525083,19
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	2150000,00	1824807,00	651171,17	570291,57

No exercício de 2019, foi executado R\$ 40.505,08 referente a: contribuição para o PIS/PASEP sobre a folha de pagamento de pessoal; pagamento de 01 processo de RPV no valor de R\$ 4.703,30, referente ao PROC/TJDF nº 20130111084938; 02 processos de ressarcimento de salário e encargos sociais referente a servidores cedidos por Órgãos Federais e 10 processos de acerto de contas.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	15100000,0	30177258,0	177258,0	0
0021 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	15100000,0	30177258,0	177258,0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	20000000,0	0,0	0	0
0016 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EDIFÍCIO DE GOVERNANÇA DO BIOTIC-FAP- PLANO PILOTO .	20000000,0	0,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	8000000,0	0,0	0	0
0010 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA- PLANO PILOTO .	8000000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5148667,0	5169667,00	4970337,83	4969942,24
0016 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	5148667,0	5169667,00	4970337,83	4969942,24
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1350000,0	197506,00	197494,52	197494,52
0009 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	1350000,0	197506,00	197494,52	197494,52
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	40582636,0	2468242,68	2464185,47	1119292,33
0025 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	40582636,0	2468242,68	2464185,47	1119292,33
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5500000,0	16800,0	16800,00	2613,34
0011 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	5500000,0	16800,0	16800,00	2613,34
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1000000,0	159664,0	159663,68	159663,68
0023 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FAP-PLANO PILOTO .	1000000,0	159664,0	159663,68	159663,68
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	96681303,00	38189137,68	7985739,50	6449006,11

Estrutura Administrativa

Para a execução de todos os editais, chamadas, convênios e parcerias já citados, a FAPDF conta com 63 (sessenta e três) colaboradores, sendo que 03 servidores se encontram cedidos a outros órgãos do GDF, 14 são requisitados de outros órgãos, 31 sem vínculos com a Administração Pública e somente 13 servidores efetivos do quadro da Fundação.

Para tentar ampliar esse número e a capacidade de execução, a FAPDF promoveu um chamamento público, buscando em outros órgãos do GDF servidores que pudessem colaborar com o enfrentamento dos desafios diários da Fundação. O processo resultou em cinco novos servidores que ajudaram a ampliar os recursos humanos da instituição.

Todos contribuíram também para vencer outro desafio: o Termo de Ajuste de Gestão (TAG), celebrado entre a Controladoria-Geral do DF (CGDF) e a FAP. A nova gestão encontrou a FAPDF em um quadro de acúmulo de processos de Tomada de Contas Especial, um dos maiores gargalos para o cumprimento do TAG. Com a atuação de Grupo de Trabalho com servidores de todas as áreas, até 18/11/19 foram analisados 680 processos físicos e 877 processos via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), totalizando 1.557 processos concluídos.

Além da gestão desses processos, para cumprimento do TAG também foram tomadas outras medidas, entre as quais destaca-se a elaboração e atualização de normativos relacionados ao exercício das atividades finalísticas dos servidores.

· Programa de Integridade e Compliance- no âmbito do programa, algumas ações concretas já foram realizadas:

- Publicação de manual de integridade e compliance;
- Fortalecimento das unidades correcionais da fundação e andamento dos processos de sindicância, PADs e Tomada de Contas Especial;
- Criação de comitê de ética;
- Capacitação de servidores em cursos específicos sobre o tema;
- Instituição da obrigatoriedade da manifestação de consultores ad hoc para declaração de não existência de conflito de interesses na análise de projetos.

· Comitê Interno de Governança (CIG) – Foi instituído o CIG, cuja principal entrega já realizada foi a aprovação de Resolução (Resolução Nº 5, de 27 de setembro de 2019) que redefiniu a estratégia para a celebração de parcerias com a FAPDF, balizada pela conformidade e integridade dos processos seletivos, bem como procedimentos organizados, impessoais, transparentes e rastreáveis.

· Gestão de Riscos - Também este ano foi implementada a Metodologia de Gestão de Riscos, com auxílio da CGDF. A ação incluiu a identificação dos riscos da Fundação e proposição do respectivo plano de ações de mitigação. Atualmente, está em andamento o projeto piloto que visa incorporar aos processos de alta materialidade a análise de riscos prévia ao início da execução das despesas associadas.

Em relação às atividades administrativas, foram realizados:

ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	QTDE
Aquisição de Material de Consumo	- Material de expediente, água mineral, gêneros alimentícios, material de limpeza e higienização e carimbos e jornais.	15
Aquisição de Material Permanente	mesas, poltronas, ar condicionado, armários, gaveteiros e divisórias	11
Contratações	Clipping, recarga de extintores, passagens aéreas nacional e internacional, correios, serviços de coffee break, certificado digital, montagem e desmontagem do arquivo deslizante, apresentação e animação de público em eventos e passaportes full para a participação de servidores da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal na Conferência Innova Summit.	10
Adesão ao SISGEPAT	Inserção dos bens patrimoniais da FAPDF no SISGEPAT	1.189
Serviço de Protocolo	Recebimento e expedição de documentos	2.300

Melhoria de Equipamento de Informática	Substituição dos microcomputadores antigos, por microcomputadores mais modernos	57
--	---	----

Também em 2019, foram realizados 12 (doze) processos de reconhecimento de dívida de pessoal, totalizando o montante de R\$ 163.755,63, referente ao período de 2011 a 2016, todos empenhados e liquidados em 2019.

Como forma de valorizar o capital humano e desenvolver e aprimorar as habilidades e conhecimentos do corpo funcional para que todos possam atuar de maneira eficiente diante de todas as novas diretrizes da Fundação, os servidores puderam participar mais de 30 ações e cursos de capacitação, em mais de 600 horas/aula, destacando:

- Bloco One: Ferramentas e práticas de gestão de projetos, associando-as aos desafios do futuro do trabalho, da liderança e no repensar dos processos e formas de operar, encontrando caminhos para problemas cada vez mais sofisticados;

- Innova Summit: Objetivo de reunir líderes de marcas geradoras desses ecossistemas de inovação, para discutir novas ideias, modelos de negócios e conteúdos empreendedores que impactem diretamente a sociedade e o futuro das pessoas através de palestras de grandes nomes nacionais e internacionais: 18 talks, 9 painéis de debate e mais de 40 horas de informação, além de exposições de arte, startup challenge e uma série de experiências imersivas;

- Compras Eletrônicas Utilizando o Sistema Comprasnet: Legislação pertinente às contratações públicas, na esfera federal, traz uma inovação no que se refere às compras realizadas de forma direta e por limite de valor. São aquelas dispensas de licitação com base no artigo 24 incisos I e II da Lei nº 8.666/93, que é justamente o poder dever de a Administração, dar maior transparência e competitividade à essas contratações, criando assim a Cotação eletrônica ou Dispensa Eletrônica, que é uma excelente ferramenta de gestão trazendo economia e ampliando a participação de interessados na disputa. Esta forma de comprar é disciplinada por uma legislação específica e que traz regras a serem seguidas sob pena de má gestão dos recursos públicos e infringência do princípio da legalidade, sendo assim, este curso se faz necessário para que o responsável por essas contratações, as realize dentro da legalidade;

- 3º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos;

- Sustentabilidade na Administração Pública e Coleta Seletiva Solidária;

- Tratamento de Acervos Arquivísticos;

- Proteção de Dados: Uma visão ampla sobre proteção aos dados pessoais, com a contextualização do tema, o entendimento dos principais conceitos da legislação europeia e da nova legislação brasileira, bem como os impactos na segurança da informação e governança corporativa;

- 3º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos: Oportunidade de fazer network e trocar conhecimentos com gestores e líderes públicos, visando o aperfeiçoamento e a reciclagem de seus conhecimentos práticos nas Oficinas com especialistas. Nessa ocasião terão a oportunidade de trocar experiência e conhecimentos com ministros do TCU, juristas e gestores do mais alto escalão técnico e profissional, estimulando assim a aplicação das boas práticas no plano das contratações públicas, de modo a evitar erros e ilegalidades que podem levar à responsabilização civil, penal, administrativa e/ou por improbidade;

- Marco Regulatório: Foco no Decreto nº 9.283/2018, que regulamenta o novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei nº 10.973/2004 (alterada pela Lei nº 13.243/2016): simplifica a celebração de convênios para a promoção da pesquisa pública; facilita a internacionalização de instituições científicas e tecnológicas; aumenta a interação dessas

instituições com as empresas; e incentiva investimentos em pesquisa. Inclui informações jurídicas que serão utilizadas para formatação dos instrumentos previstos no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação;

- Compliance Anticorrupção e Certificação Profissional CPC-A: Implantar projetos estratégicos do governo, criar possibilidades de qualificação dos servidores para a promoção funcional nas carreiras públicas, bem como para o exercício de atividades de direção e assessoramento, e ainda permitir a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;

- Compliance e Governança no Setor Público.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

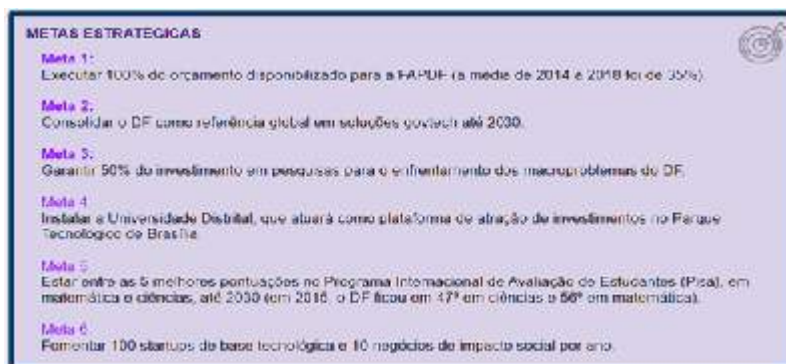
Realizações extraordinárias.

1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

No exercício de 2019, com a participação de todos os servidores, foi elaborado planejamento estratégico da FAPDF que foi amplamente divulgado em eventos públicos no âmbito interno e externo, bem como disponibilizado na internet, no endereço: <http://www.fap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/APRESENTA%C3%87%C3%83O-Comercial-FAP-Planejamento-fapdf.pdf>. A metodologia escolhida foi o Balanced Scorecard - BSC, com a definição de sete eixos estratégicos:



Foram definidas também seis metas estratégicas:



2. CARTEIRA DE PROJETOS DA FAPDF:

Em 2019, foram incluídas aproximadamente 120 iniciativas na carteira de projetos da FAPDF. Também foram implementadas algumas ferramentas para monitoramento dos projetos, como o Trello, além da inclusão de novo procedimento para análise de admissibilidade das demandas. Nesse mesmo ano, a AGEP - Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos - realizou 63 análises de Documentos de Oficialização de Demandas (DODs) / propostas de parcerias.

3. PLANO DE DADOS ABERTOS - PDA

Para cumprir a determinação do Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017, que instituiu a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional no Distrito Federal, e que dispôs sobre a obrigatoriedade das entidades do GDF publicarem seus planos de dados abertos e disponibilizarem suas bases de dados abertas no Portal de Dados Abertos do Distrito Federal (dados.df.gov.br), foi instituído grupo de trabalho, coordenado pela AGEF, numa oficina de mapeamento dos dados e organização de plano de ação para a disponibilização das bases em formato aberto. Na ocasião, os participantes realizaram o levantamento de dados possíveis à abertura, selecionaram e priorizaram os dados que seriam abertos, e propuseram um plano de ação para abertura dos dados.

4. TERMO DE AJUSTE DE GESTÃO (TAG)

O termo de Ajuste de Gestão foi celebrado entre a Controladoria-Geral do DF (CGDF) e a FAP. A nova gestão encontrou a FAPDF em um quadro de acúmulo de processos de Tomada de Contas Especial, um dos maiores gargalos para o cumprimento do TAG. Com a atuação de Grupo de Trabalho com servidores de todas as áreas, até 26/12/19 foram analisados 700 processos físicos e 897 processos via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), totalizando 1.597 processos concluídos.

Além da gestão desses processos, para cumprimento do TAG também foram tomadas outras medidas, entre as quais destaca-se a elaboração e atualização de normativos relacionados ao exercício das atividades finalísticas dos servidores.

4. GESTÃO DE RISCOS

Também este ano foi implementada a Metodologia de Gestão de Riscos, com auxílio da CGDF. A ação incluiu a identificação dos riscos da Fundação e proposição do respectivo plano de ações de mitigação. Atualmente, está em andamento o projeto-piloto que visa incorporar aos processos de alta materialidade a análise de riscos prévia ao início da execução das despesas associadas.

5. PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE

Houve a normatização de procedimentos de institucionalização da Fundação por meio da elaboração de resoluções e instruções normativas.

No âmbito do programa, algumas ações concretas já foram realizadas:

- Publicação de manual de Integridade e Compliance;
- Fortalecimento das unidades correcionais da fundação e andamento dos processos de sindicância, PADs e Tomada de Contas Especial;
- Criação de comitê de ética;
- Capacitação de servidores em cursos específicos sobre o tema;
- Instituição da obrigatoriedade da manifestação de consultores ad hoc para declaração de não existência de conflito de interesses na análise de projetos.

5. COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA (CIG)

Também foi instituído o Comitê Interno de Governança (CIG), cuja principal entrega já realizada foi a aprovação de Resolução (Resolução Nº 5, de 27 de setembro de 2019) que redefiniu a estratégia para a celebração de parcerias com a FAPDF, balizada pela conformidade e integridade dos processos seletivos, bem como procedimentos organizados, impessoais, transparentes e rastreáveis.

6. PLANO DE COMUNICAÇÃO

Buscou-se aumentar a transparência das ações, ampliar o diálogo com a sociedade e parceiros e reposicionar a marca da instituição. Para tanto, algumas ações foram realizadas, como a entrada em novas redes sociais, reorganização do site oficial e aprimoramento do SAC 2.0 (atendimento).

Intensificou-se a produção de conteúdo na página já existente no Facebook (@fapdf.fundacao) e novos perfis oficiais no Instagram (@fapdfoficial) e Flickr (@fapdfoficial) foram criados. O perfil da instituição no Youtube (FAPDF) foi reativado, onde pretende, a partir de 2020, aumentar a divulgação de conteúdos de divulgação científica, bem como de popularização da CT&I.

O site oficial da Fundação (<http://www.fap.df.gov.br/>) também passou por mudanças em 2019. Uma reorganização foi feita para atualizar as informações e facilitar a navegação e a identificação de conteúdos importantes, como editais, contatos, atas dos Conselhos Superior e Diretor. A reorganização dos conteúdos também visa elevar o atendimento ao Índice de Transparência Ativa e o trabalho ainda está em andamento e segue em 2020. A página também passou a ser alimentada com mais frequência e qualidade, com o objetivo de transformá-la em canal de referência para o público-alvo dos editais, chamadas e demais ações da FAPDF. Ao longo do ano, foram 215 publicações, entre matérias institucionais, divulgações relacionadas a editais e chamadas e compartilhamento de resultados de projetos, eventos e ações fomentados.

Em 2019, o relacionamento da FAPDF com a imprensa também refletiu a nova fase gerencial da instituição. Foram seis atendimentos a demandas de imprensa. Algumas ações foram divulgadas por veículos impressos, online, além de TV e rádio, como: lançamento do Plano de Modernização da Gestão; Lançamento do Programa de Integridade e Compliance; Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; Lançamento do Projeto Alfa Crux; Innova Summit; Campus Party; Assinatura do Convênio com CNJ – Escritório Social; 1º Hackathon em Saúde Pública. Além de eventos, diversos projetos e trabalhos apoiados pela FAPDF foram divulgados em veículos de mídia e imprensa.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Análise das realizações

Nos últimos anos, a capacidade de execução e implementação de ações, projetos e editais dedicados ao cumprimento de sua missão institucional não foi aproveitada da maneira mais adequada e proveitosa possível, o que manteve suas entregas em níveis abaixo do esperado.

Para reverter esse quadro e recolocar a FAPDF no patamar de referência em fomento em ciência, tecnologia e inovação e de impulsionadora de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal é que a nova gestão da Fundação vem trabalhando diariamente, desde o início de 2019.

Dentre as principais atividades desenvolvidas, informamos:

- 357 processos analisados referentes às solicitações de pesquisadores relacionados aos projetos de pesquisa como: alterações de itens financiáveis, inclusões de novos itens, inclusões de membros na equipe, alterações do plano de trabalho, dentre outras;
- 99 pedidos de prorrogação e elaboração de Termos Aditivos;
- 1.245 análises curriculares de bolsistas antes do pesquisador efetuar o pagamento que após verificação das exigências da modalidade é aprovada dentro do sistema SIGFAP;

- 1.597 processos com a prestação de contas técnica e financeira aptas à aprovação;
- 197 projetos de pesquisa enviados para análise de consultores ad hocs;
- 14 solicitações de encaminhamento para Instauração de Tomada de Contas Especial em virtude da não entrega da prestação de contas final e/ou procedimentos realizados em desacordo com o edital;
- 64 Seminários realizados;

Dificuldades encontradas

- quadro técnico pequeno;
- falta de padronização e automatização de processos;
- pouca interação com o setor produtivo;
- desconhecimento da sociedade sobre atuação da FAPDF;
- interferências externas;
- descontinuidade de gestão.

Perspectivas para o próximo exercício

O desenvolvimento de soluções para atender às principais demandas do Distrito Federal, sua população e instituições está entre os objetivos institucionais da FAPDF. Nesse contexto, a Fundação lançou o "Desafio DF", programa que convidou os órgãos do GDF a apresentarem suas principais necessidades e problemas. Foram recebidas mais de 50 demandas de diversos órgãos.

Já como desdobramento do Desafio DF, a Fundação irá realizar uma série de hackathons em busca das soluções para as demandas recebidas no âmbito do programa. O primeiro aconteceu no período de 9 a 13 de dezembro, que foi o 1º Hackathon em Saúde Pública do DF, promovido em parceria com UnB e FEPECS, onde buscou uma solução tecnológica para promover o controle e a prevenção da Dengue no DF por meio de conscientização, educação e monitoramento.

Outro projeto voltado para atender a demandas do DF é o Contraturno Digital. O projeto, uma das prioridades do GDF, pretende oferecer, já a partir de 2020, acesso a uma plataforma de ensino educacional onde os estudantes do ensino médio da rede pública de ensino do DF possam fazer cursos de língua estrangeira, exercícios e lições de cultura como um complemento ao conteúdo oferecido em sala de aula. A proposta está em discussão na Secretaria de Educação (SEE), na SECTI e na FAPDF e deve ser elaborado nos próximos meses. A intenção é que seja feito um programa de testes durante as férias escolares.

A FAPDF trabalha junto com seus parceiros, para o desenvolvimento e aprimoramento do sistema financeiro com base em tecnologia, não só no DF como em todo o Brasil. Para tanto, está em desenvolvimento o LIFT Learning, um programa realizado em parceria com o Banco Central do Brasil (Bacen) e Instituto FENASBAC para fomentar o desenvolvimento de ecossistemas de FINTECH em todo Brasil. No âmbito do programa, serão propostos temas de inovação a serem trabalhados e escolhidas propostas de empresas e equipes de estudantes/profissionais que serão pareados para desenvolvimento. Durante quatro meses as empresas farão mentorias aos estudantes para conclusão dos projetos e apresentação de soluções.

Outro objetivo da FAPDF é trabalhar com parceira da SECTI na missão de transformar Brasília na primeira cidade inteligente do Brasil e da América Latina. Por isso, as duas instituições estão desenvolvendo o Plano Diretor de Tecnologias de Cidades Inteligentes (PDTCI). Entre

as diversas frentes de atuação que o Plano vai abarcar, algumas iniciativas já estão em fase avançada de desenho:

- **Cyber Arena:** implantação de Centro de Segurança Cibernética, em modelo de Cyber Range, denominado Cyber Arena, e capacitação de especialistas e estudantes, por meio de software de simulação de atividades cibernéticas. Será um Centro de Segurança Cibernética (Cyber Arena) voltado para (i) capacitação de recursos humanos específicos e dedicados ao tema, com foco em empresas, instituições governamentais e operadoras de infraestruturas críticas; (ii) sensibilização e disseminação da cultura de segurança cibernética junto a alunos dos níveis superior e médio; (iii) desenvolvimento de propostas para a realização de pesquisa e desenvolvimento em segurança cibernética; (iv) modelagem de serviços de monitoramento de risco cibernético e de mitigação para empresas, com vistas a contribuir para a digitalização da economia brasileira.
- **Blockchain:** o objetivo é implementar aplicações de Blockchain no processo de arrecadação de impostos do Distrito Federal, a partir de um levantamento de como a tecnologia pode modernizar a eficiência tributária com consequente aumento de resiliência do Governo a ataques cibernéticos e redução de custos, com a participação de startups.
- **Living Lab:** Criação e instalação de um laboratório aberto para certificação, demonstração e aplicação do uso e avaliação de soluções tecnológicas para Cidades Inteligentes (Living Lab) em um ambiente real nas dependências do Parque Tecnológico de Brasília.
- **Projeto Include:** prevê a implantação de infraestrutura de laboratórios dotados de tecnologias para informação, comunicação e desenvolvimento de soluções digitais, com metodologia orientada para a capacitação na execução de projetos e suas aplicações práticas. Amparado no uso de ferramentas de transformação digital, visa criar um ambiente propício para o desenvolvimento da economia brasileira de base tecnológica, introduzindo os jovens na iniciação científica, pesquisa e projetos para a resolução de problemas evidenciados nas suas comunidades. Entre seus objetivos estão o desenvolvimento real de soluções, a promoção da confiança comunitária no mundo digital e a aquisição de competências educacionais e profissionais adequadas à economia moderna.
- **Balcão Digital:** Aproximação dos serviços públicos a população por meio de sua digitalização e disponibilização em dispositivos eletrônicos.
- **Cento de Referência de Inteligência Artificial e Ciência de Dados - Conjunto de ações** destinadas a ampliar a capacidade de inovação das empresas do Distrito Federal no setor de inteligência artificial.

Além dessas realizações, estão sendo executados um conjunto de ações destinadas a fomentar a digitalização da prestação de serviços de saúde à população.

Há, ainda, em processo de tramitação interna na FAPDF, outros convênios e parcerias que irão ampliar, ainda mais, a capacidade de execução da Fundação e proporcionar o desenvolvimento de projetos voltados para a solução das grandes demandas do Distrito Federal e o desenvolvimento econômico e social da região.

Todas essas ações, projetos, parcerias, convênios e iniciativas, além dos tradicionais e novos editais demonstram que a nova gestão da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal trabalha diuturnamente para atingir, com excelência, sua missão institucional de estimular, apoiar e promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Distrito Federal, visando o bem-estar da população, a defesa do meio ambiente e o progresso em ciência e tecnologia.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Com a era da digitalização, o avanço das tecnologias e o crescimento do uso delas, via conectividade em tempo real da população, tornou-se o giro de consumo da sociedade. Tais consumidores, portanto, se tornaram criadores de tecnologias, compondo um ecossistema de inovação formado por um único objetivo: tornar a economia compartilhada e sustentável a longo prazo, por meio do empreendedorismo e inovação.

De acordo com a pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor), realizada em 49 países em 2018, mostrou-se que 38% dos brasileiros estão envolvidos com empreendedorismo, ou seja, a cada cinco brasileiros adultos, dois são empreendedores ou estão envolvidos na criação e consolidação de um novo negócio. Este percentual é o segundo maior já registrado no Brasil, ficando abaixo apenas do ano de 2015 que foi de 39%.

O desafio para esses novos empreendedores é atingir o potencial de inovação de um novo negócio, seja no nível de conhecimento do projeto/serviço pelo mercado consumidor, no tamanho do mercado concorrente, na idade da tecnologia utilizada, na interseção internacional do negócio, bem como, no potencial de escalabilidade entre outros.

No Brasil, o ecossistema de inovação e empreendedorismo é analisado por estado e de acordo com o índice FIEC de inovação dos Estados, o Distrito Federal ocupa o terceiro lugar de cidade mais inovadora do Brasil, ficando atrás somente de São Paulo e Paraná. Para chegar neste resultado, foi analisado capital humano, infraestrutura de telecomunicações, investimento em ciência e tecnologia, inserção de mestres e doutores na indústria, propriedade intelectual, produção científica, competitividade global e intensidade tecnológica da estrutura positiva.

Assim, o DF chegou ao terceiro lugar destacando-se nos quesitos publicação científica e infraestrutura de telecomunicações, tendo, ainda, que fazer grandes melhorias nos outros pontos analisados, para se tornar uma capital totalmente ligada a inovação e tecnologia.

Hoje em dia é fundamental a busca pela inovação nas organizações, pois sem ela não há evolução e nem competição, aqueles que optam em ignorar tal quesito ficam para trás em relação aos seus concorrentes e também em relação ao funcionamento do mundo, pois as pessoas já se acostumaram com o fato de sempre surgir algo novo, que ultrapasse as suas expectativas e sem isso elas começam a perder o interesse.

No Distrito Federal, é necessária uma contínua mudança de cultura de comportamento, bem como, o fomento dos investimentos do poder público, visando um ambiente ainda mais propício e o consequente aumento deste ecossistema. E é isso que vem acontecendo, o governo do DF vem mostrando grande interesse nesse objetivo. Para tanto, vem desenvolvendo ações para o crescimento do ecossistema de inovação em Brasília, principalmente, por meio do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, que é uma das maiores apostas para transformar o Distrito Federal em um hub de inovação.

Localizado na interseção entre o Plano Piloto, Patrimônio Mundial da UNESCO, e o Parque Nacional de Brasília, o Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC visa criar uma área urbana dinâmica imersa na natureza, promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social.

A viabilização do Parque Tecnológico de Brasília envolve desde operações financeiras e imobiliárias de ocupação do espaço à realização de prospecção de novos negócios que sejam condizentes com a finalidade do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. Para tanto, foi projetado para estabelecer um bairro vibrante - com escritórios, universidades, comércios,

residências, praças e parques que se harmonizam com a riqueza da paisagem circundante e o meio ambiente.

A BIOTIC S.A é uma subsidiária integral da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, criada para cuidar da gestão, controle e estruturação do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC, que tem a finalidade de promover mudanças na estrutura econômica do Distrito Federal, com desenvolvimento de atividades econômicas de alta qualificação e fomento à política de inovação tecnológica nacional.

A criação e a atuação no desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, baseia-se na Lei Complementar Distrital nº 679, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Distrital nº 923, de 10 janeiro de 2017, que cria a área para instalação do Parque, em zona urbana de uso controlado. Com mais de 121 hectares e mais de 10.000 m² de construção já concluída, conta, atualmente, com mais de 20 empresas residentes em suas instalações.

O Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, foi criado para se tornar o principal polo de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Distrito Federal, com o potencial para alavancar a matriz socioeconômica regional, com geração de novos negócios e emprego de alta qualificação, e se tornar um hub nacional e internacional de negócios, tecnologia e inovação.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	6	2	1	0	9
Comissionados sem vínculo efetivo	2	1	0	0	3
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	0	1	3	4
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	6	0	6
Outros - especificar	2	1	3	0	6
Subtotal	11	5	11	3	30
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	11	5	11	3	30

A BIOTIC S.A. conta atualmente com uma força de trabalho de 30 colaboradores, dentre diretores, conselheiros, comissionados sem vínculo, requisitados de outros órgãos, empregados efetivos da Terracap, terceirizados e estagiários. A maior representação dessa força é composta por empregados do quadro de empregos da Terracap (30%). Na linha "Outros - especificar", constam 2 (dois) Diretores da área meio (Diretor-Presidente e Diretor de Administração e Finanças) e 1 (um) Diretor da área fim (Diretor de Negócios, Ciência,

Tecnologia e Inovação) além de 3 (três) conselheiros fiscais. Importante frisar que a BIOTIC conta ainda com o Conselho de Administração, composto por 5 (cinco) membros, no entanto tais cargos não incorrem em custos, por esse motivo não foram relacionados no quadro da força de trabalho.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	0	3976000,0	3976000,0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO - BIOTIC-DISTRITO FEDERAL	0	3976000,0	3976000,0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	0,00	3976000,00	3976000,00	0,00

O Programa de Trabalho "Implantação do Parque Tecnológico de Brasília" contempla todos os importantes investimentos da BIOTIC S.A. com sua atividade-fim que é a implantação do Parque Tecnológico. Na abertura do orçamento de 2019, a BIOTIC S.A. deparou-se com a ausência de Orçamento de Investimentos para a Unidade Orçamentária, uma vez que a previsão de Investimentos foi cadastrada de forma indevida no Orçamento de Dispêndio, no Programa de Trabalho "Elaboração de Projetos".

Sendo assim, a BIOTIC S.A. em 28/01/2019 emitiu a Decisão nº 01/2019 – BIOTICSA/DIRET no qual os Diretores autorizaram a 1ª alteração Orçamentária, em seu Dispêndio, solicitando à Controladora Terracap que alterasse o planejamento realizado em "Elaboração de Projetos", constante no Dispêndio, para o Investimento.

No entanto, a Terracap não possuía em seu Orçamento previsão de repasses para a BIOTIC S.A., e dessa forma, procedeu à solicitação de crédito adicional especial, criando o Programa de Trabalho "Participação Acionária", no qual destinou o valor de Orçamento previsto para a BIOTIC S.A. no ano de 2019, quer seja, R\$ 11.301.287,00 (onze milhões, trezentos e um mil, duzentos e oitenta e sete reais). Tal alteração foi atendida por meio do Decreto nº 40.050 de 27 de agosto de 2019, publicado no DODF nº 162 de 28 de agosto de 2019.

Em paralelo, enquanto a controladora criava o Programa de Trabalho "Participação Acionária" para destinação dos valores a sua subsidiária, a BIOTIC S.A., por meio da Decisão nº 11/2019 – BIOTICSA/DIRET, em 18/06/2019, promoveu à reformulação de seu Orçamento com o intuito de criar o Programa de Trabalho "Implantação do Parque Tecnológico de Brasília", de modo a prever os seus investimentos possibilitando a execução.

Ocorre que tal pedido foi autorizado por meio da Lei nº 6.451, de 26 de dezembro de 2019, publicada no DODF nº 246 de 27/12/2019, impossibilitando, portanto, a execução dos Investimentos almejados tendo em vista a proximidade com o encerramento do exercício. Por esse motivo a execução do orçamento previsto de R\$ 3.976.000 (três milhões novecentos e setenta e seis mil reais) não fora executada.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	458000,0	458000,0	0
0089 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	0	458000,0	458000,0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	458000,00	458000,00	0,00

Esse Programa contempla ressarcimentos previstos para restituição à controladora Terracap de seus gastos de pessoal com a BIOTIC S.A., assim como o ressarcimento das despesas administrativas (água, esgoto, energia...) realizadas pela FAP-DF para manutenção do Edifício de Governança do Parque Tecnológico de Brasília.

Por força do Termo Aditivo assinado entre Terracap x BIOTIC S.A. em dezembro de 2018, os valores devidos pela BIOTIC S.A. à Terracap serão destinados para Aumento de Capital Social da BIOTIC S.A., não retornando, em hipótese alguma, à Terracap.

Já o ressarcimento relativo a despesas de água e energia efetuadas pela FAP-DF, foram calculadas e remetidas pela BIOTIC S.A., no leito do Processo 00193-00000482/2018-89, em fevereiro de 2019. Até o encerramento do exercício a BIOTIC S.A. não recebeu uma resposta daquele órgão no que diz respeito à concordância ou não do cálculo realizado, e por esses motivos o Programa de Trabalho encerrou o exercício sem nenhum valor de execução.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	0	1929713,0	1929713,0	22000,0
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING--DISTRITO FEDERAL	0	1929713,0	1929713,0	22000,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5007911,0	500000,0	5507911,0	0
0025 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	5007911,0	500000,0	5507911,0	0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	316376,0	100000,0	416376,0	0
0019 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	316376,0	100000,0	416376,0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1441000,0	3287000,0	4728000,0	49831,12
0043 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	1441000,0	3287000,0	4728000,0	49831,12
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	4536000,0	-4536000,0	0,0	0
0029 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	4536000,0	-4536000,0	0,0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	11301287,00	1280713,00	12582000,00	71831,12

Por ser uma empresa subsidiária integral da Terracap, a BIOTIC S.A. conta com o apoio orçamentário e financeiro de sua controladora no que diz respeito a realização de algumas despesas da empresa.

No programa de gestão, manutenção e serviços, a Terracap possui importante participação auxiliando sua controlada em seus primeiros anos de vida. Gastos com a manutenção de BIOTIC na ordem de R\$ 40 mil mensais são despendidos pela Terracap, com os serviços de terceirizados, tecnologia da informação, estagiários, registro de atas, compras de material de expediente e consumo e publicações no DODF e em jornais de grande circulação.

Para além das despesas de manutenção, a Terracap dispense aproximadamente R\$ 700 mil mensais com remunerações, encargos e benefícios de Diretores, Conselheiros e Empregados da BIOTIC S.A.

Uma vez que a controladora Terracap registrou, durante 2019, as despesas mensais supracitadas em seu próprio orçamento, quer seja no Programa "manutenção dos serviços administrativos gerais" quer seja nos programas "administração de pessoal" e "concessão de benefícios", e não registrou tais despesas no Programa de Trabalho "Participação Acionária", a BIOTIC S.A., a fim de evitar a duplicidade de informações, não registrou tais despesas em seu Orçamento, restando somente aquelas que foram efetuadas diretamente, isto é, sem a participação da Terracap.

Do total autorizado para o ano, foram executados R\$ 71.831,12 (setenta e um mil oitocentos e trinta e um reais e doze centavos) sendo R\$ 49.831,12, com despesas de manutenção diversas: despesas urgentes e de pequeno valor, material de consumo, diárias, restituições de passagens, tarifas e taxas bancárias, serviços de contabilidade empresarial e auditoria externa.

O valor restante, de R\$ 22 mil, refere-se ao evento Cibersegurança, que contou com a participação de grandes nomes do jornalismo e da área de segurança cibernética, proporcionando um ambiente favorável para estabelecer um ecossistema de inovação e empreendedorismo, além de disseminar a ciência, tecnologia e inovação e promover a divulgação das ações e resultados das atividades ligadas ao BIOTIC, ampliar o alcance da marca Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC no ecossistema de inovação do Distrito Federal. O evento contou com mais de 150 participantes presenciais e obteve um alcance virtual de mais de 100.000 (cem mil) visualizações nos canais de comunicação online.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Ao longo dos últimos anos, acompanhou-se a evolução do nosso ecossistema de tecnologia e inovação, tanto em crescimento no número de empresas, colaboradores e empreendedores, quanto na quantidade e qualidade de encontros e eventos voltados à inovação.

Em 2019 foram realizadas diversas ações com o objetivo de promover o fortalecimento do ecossistema de inovação do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, que serviu como base para estabelecer um ecossistema favorável para aceleração do desenvolvimento tecnológico do DF, além de gerar novos empreendimentos de base tecnológica, proporcionando interação com as instituições de ensino de pesquisa e outros entes de apoio à pesquisa e inovação.

Fazer parte de um ambiente inovador promove o desenvolvimento de soluções inovadoras e estimula o aprendizado da comunidade local, preparando-as para serem referência em seu nicho de atuação. Para que isso ocorra, ações de integração são necessárias para proporcionar ao empreendedor espaços de compartilhamento de ideias, novos negócios, além de parcerias e possíveis negócios.

No ano de 2019, mais de 650 eventos de grande e médio porte foram realizados no ambiente do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, trazendo um importante papel de transformação digital para o ecossistema empreendedor do Distrito Federal, impactando centenas de pessoas e gerando mudanças tanto no mercado local, quanto na sociedade como um todo, gerando o crescimento sustentável e inovador na comunidade local.

Dos eventos realizados no Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, alguns se destacam pelos temas abordados, gerando impacto tanto na sociedade como na mídia, como é o caso do evento realizado entre a BIOTIC S/A, o portal Metrôpoles e a revista Época com o tema de Cibersegurança, usuários, corporações e governo sob ataque. Tal evento reuniu os maiores especialistas e autoridades do país para debater questões que atingem diretamente usuários, empresas e Estado, como privacidade na web, dados na nuvem, ciberespionagem, segurança nas organizações, Internet das Coisas, 5G, defesa cibernética, Lei Geral de Proteção de Dados, blockchain entre outros.

Além dos eventos realizados no Parque Tecnológico de Brasília, a BIOTIC S/A esteve presente em diversas palestras e workshops que propiciaram um ambiente de atração de investimentos para o Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, como foi o caso do 17º Fórum Anual Latino Americano de Liderança em Infraestrutura e o Fórum Nacional de Certificação de Cidades Inteligentes.

Outras participações em eventos tiveram o objetivo de disseminar o conhecimento científico, tecnológico e de inovação Distrito Federal, fortalecendo a marca do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, em eventos como o InovaSummit, o Hackathon de Cidades Inteligentes, o Startup Católica, além da Campus Party de Brasil onde foi realizado o painel sobre Cybersegurança na era da economia digital, com a participação da Huawei e ABDI, parceiros estratégicos da BIOTIC. Neste mesmo tema, a BIOTIC S/A, também, participou do Hackathon de inteligência artificial realizado pela SERPRO.

Cada um desses eventos teve papel fundamental na divulgação e na promoção do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, despertando o interesse da comunidade local em conhecer e aprender sobre empreendedorismo e inovação. Com sucesso, as notícias percorreram o Brasil e até o exterior, aumentando ainda mais a sua visibilidade e o interesse para novos eventos e futuras parcerias, fomentando sobremaneira o ecossistema de inovação do Distrito Federal.

Para o desenvolvimento de um Parque Tecnológico é essencial estabelecer parcerias com universidades, empresas e instituições de apoio ao desenvolvimento de negócios e inovação. Essas parcerias permitem que empresas e startups entrem em diferentes mercados, inclusive no internacional, aumentando, assim, a visibilidade e conseqüentemente o desenvolvimento daquela empresa ou pequeno negócio.

Por ser a residência de empresas de base tecnológica que realizam pesquisas e inovação, o Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC firmou diversas parcerias com agentes de inovação que, unindo forças, realizam trocas de benefícios mútuos, agregando um diferencial nos negócios desenvolvidos do BIOTIC, impactando positivamente na transformação de trabalhos ao se tornarem produtos viáveis para a comunidade.

É fundamental o incentivo da inovação nos Parque Tecnológicos do Brasil, por isso a interação e parcerias com empresas nacionais e internacionais tem se apresentado como uma excelente solução para a desenvolvimento de tecnologia e inovação no Brasil.

Um exemplo de parcerias internacionais estratégicas para o desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC, foi o Memorando de Entendimentos - (MoU) firmado entre a BIOTIC S/A, a Zhuhai Da Hengqin Innovation And Development, subsidiária do Grupo de Investimento Zhuhai Da Heng Qin, responsável por realizar o desenvolvimento revolucionário

em uma ampla gama de setores, como a operação de serviços urbanos e a inovação das Indústrias de Ciência e Tecnologia, bem como, o MoU com a Sino-Lac Holding Group, grupo que se dedica a promover intercâmbios e cooperação abrangentes entre a China e a América Latina.

Parcerias internacionais como estas, que promovem o intercâmbio de negócios entre países, neste caso China e Brasil, visam selecionar empresas, de ambos os países, para participar de atividades de promoção de investimentos, com o devido fornecimento de apoio ao acompanhamento à cooperação.

Outro parceiro estratégico para o desenvolvimento do BIOTIC, deriva do Memorando de Entendimentos realizado com a Huawei, uma empresa multinacional de equipamentos para redes e telecomunicações, fornecedora de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A oportunidade de se firmar um memorando de entendimento entre a BIOTIC S/A e a HUAWEI teve como objetivo a instalação de equipamentos visando a realização de testes de utilização da tecnologia 5G no Brasil, sendo o edifício de Governança do Parque Tecnológico de Brasília o piloto desta tecnologia no Brasil, proporcionando um ambiente adequado para as startups desenvolverem soluções com essa nova e revolucionária tecnologia.

Além das importantes parcerias internacionais, foram firmados, ainda, diversos acordos de cooperação com universidades e instituições de inovação nacional, com o objetivo de unir propósitos semelhantes e desenvolver uma relação que constituiu um sistema cooperativo de ajuda mútua.

Entre os parceiros nacionais da BIOTIC S/A, destacam-se: a Telefônica VIVO, que junto com a Huawei trará um ambiente de teste 5G para o Parque Tecnológico BIOTIC; a Universidade Católica de Brasília, que entre os primeiros atos de colaboração associará as ações do seu Programa de Biotecnologia ao ambiente do Parque, visando a potencialização do ambiente de pesquisa no mesmo; tendo, ainda, como parceiros promotores do desenvolvimento do Parque Tecnológico, o Banco Regional de Brasília – BRB, o Instituto Campus Party, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz etc.

A execução conjunta de programas e o intercâmbio em assuntos educacionais, científicos e tecnológicos no desenvolvimento de Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC, bem como a troca de experiências, traz um suporte indispensável para o desenvolvimento de projetos voltados a tecnologia e inovação.

Brasília está entre as 20 principais sedes de postos diplomáticos do mundo. Com mais de 128 embaixadas, representações diplomáticas de todo o mundo, sedes e representações de organismos internacionais.

Com o objetivo de aprimorar o ecossistema de inovação e startups do Distrito Federal, além de buscar sinergias para a construção de um hub demonstrador de soluções inovadoras, o Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, recebeu ao longo do ano de 2019 a visita de representantes de vários países, entre eles representantes do Fórum Latino Americano, o Embaixador de Israel, o Diretor-Executivo do Brasil-Canadá, além de delegações de diversos países como China, Suécia, Singapura, Portugal, Moçambique e Coreia do Sul.

Os maiores e mais relevantes parques tecnológicos estão localizados fora do Brasil, como por exemplo o TusPark na China. Por isso, obter uma ligação com atores de inovação de outros países é essencial para o desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC. Assim, o BIOTIC se torna capaz de trazer para o Brasil, com mais facilidade, novas tecnologias e soluções inovadoras, oferecendo grandes benefícios tanto no âmbito local, como no Nacional, bem como, propiciando um ambiente de oportunidades de internacionalização das startups nacionais.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Parques Tecnológicos são ambientes de inovação e, como tal, o BIOTIC realiza esforços para promover um ambiente propício para o desenvolvimento de novas tecnologias, realizando projetos que permitem gerar resultados criativos e inovadores e aumentar o índice de empreendedorismo e inovação no Distrito Federal.

O Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC foi formatado para se tornar um ambiente de promoção da ciência, tecnologia e inovação, assim, seus espaços devem oferecer oportunidades para as empresas transformarem pesquisa em produto, aproximando os centros de conhecimento (universidades, centros de pesquisas e laboratórios) do setor produtivo (empresas em geral). Esses ambientes propícios para o desenvolvimento de startups e para a difusão da ciência, tecnologia e inovação, transformam-se em locais que estimulam a sinergia de experiências entre as empresas, tornando-as mais competitivas. Para tal, a BIOTIC S/A, atualmente, conta com as seguintes iniciativas nesse sentido:

Primeiro Espaço de teste permanente 5G no Brasil:

Em parceria com a Huawei e a Telefônica VIVO, o BIOTIC terá o primeiro espaço de teste permanente 5G no Brasil. A iniciativa tem como objetivo criar um ambiente de demonstração dos diversos usos da rede 5G, apresentando o potencial da tecnologia e divulgando a grande mudança que o 5G representa em termos de inovação.

A implementação do 5G no Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC será um teste para a futura efetivação dessa tecnologia no Brasil, o que permite impulsionar as conectividades da internet das coisas (IoT), que se expande cada vez mais e necessitará de redes mais estáveis, sendo o 5G a ponte que conectará todas essas tecnologias de uma cidade do futuro.

Para tanto, a BIOTIC S/A assinou um Memorando de Entendimento com a Huawei em junho de 2019, e em setembro, do mesmo ano, firmou parceria com a Telefônica VIVO para ser a provedora desta rede.

Após a formalização das parcerias, foram realizadas diversas reuniões de trabalho entre BIOTIC S/A, Huawei e VIVO para a definição da solução que seria implementada no ambiente do Parque Tecnológico para disponibilizar a rede 5G, que incluem desde a definição de equipamentos, licenciamento, instalação e testes.

As obras para instalação das antenas e equipamentos com as soluções indoor e outdoor foram finalizadas em dezembro de 2019, iniciando em janeiro de 2020 as etapas de teste e disponibilização da frequência. A previsão de inauguração deste ambiente é em março de 2020.

Centro de Inovação do Banco Regional de Brasília – BRB:

O Banco Regional de Brasília – BRB, assinou um acordo de cooperação técnica com a BIOTIC S/A para a implementação do Centro de Inovação BRB. Entre os objetivos estão o desenvolvimento de um programa de inovação que inclui a incubação e a aceleração de Startups Fintechs (startups com soluções financeiras) que permitirá a modernização dos serviços do banco, além do incentivo ao empreendedorismo tecnológico no Distrito Federal.

O centro de inovação do BRB no BIOTIC será uma iniciativa para adensar o ecossistema do Distrito Federal, proporcionando um espaço criativo e inovador para acelerar startups, estimulando o desenvolvimento de produtos e serviços de tecnologia para o “Banco Digital”.

O objetivo dessa ação é incentivar o empreendedorismo relacionado às novas tecnologias para o desenvolvimento da economia do Distrito Federal e transformar Brasília em um centro de atração e fixação de startup.

A assinatura do acordo de cooperação aconteceu em setembro de 2019 e desde então o Banco de Brasília e a BIOTIC S/A estão trabalhando no edital de chamamento para as startups que serão residentes neste centro de inovação. O lançamento do edital e a inauguração do centro no BIOTIC estão previstos para o primeiro trimestre de 2020.

Serão selecionadas, inicialmente, dez startups a distância e outras cinco, dentro do parque tecnológico. As selecionadas terão acesso à infraestrutura física e tecnológica, assessoria e consultoria do BRB (jurídica, financeira, contábil e de marketing) para desenvolver seus produtos, além da possibilidade de ofertas de suas eventuais soluções para clientes do BRB e para a comunidade do Distrito Federal.

FII BIOTIC

O Parque Tecnológico de Brasília (BIOTIC) adotará a modalidade de estruturação financeira de Project Finance, associada ao uso de fundos de investimento como fontes de obtenção de recursos para o financiamento do desenvolvimento do parque, pois os parques tecnológicos podem ser considerados empreendimentos de base imobiliária pelo fato de se alicerçarem em uma infraestrutura notadamente de empreendimentos imobiliários e de infraestrutura em geral.

Com isso, a BIOTIC S/A realizou uma RFP (Request for Proposal) para gestores de Fundos de Investimentos Imobiliários com o objetivo de apresentarem propostas para estruturação e gestão do Fundo de Investimento Imobiliário do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC.

O Fundo de Investimento Imobiliário (FII) terá a finalidade de captar financiamento para a infraestrutura física do Parque, composto pelo conjunto das edificações, a infraestrutura urbana, de serviços, e tecnológica (laboratórios, equipamentos etc.).

A BIOTIC S/A conta com a parceria do Banco de Brasília – BRB para a estruturação de veículos de investimento com vistas à implantação da infraestrutura física e ao fomento do ambiente de inovação do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC.

A RFP foi realizada em outubro de 2019 e a previsão de assinatura do contrato com o estruturador líder do Fundo de Investimento Imobiliário do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC acontecerá, ainda, em janeiro de 2020.

Data center

A BIOTIC S/A lançará em janeiro de 2020, um edital de chamamento público para seleção de propostas de parceria para implantação de Data Center no Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC, que funcionará como impulsionador de inovação, pois atrai capital humano de alto valor, bem como cria condições de infraestrutura de dados para empresas e projetos com os mais elevados padrões de exigência e de segurança, tanto digital quanto física.

A proposta de negócio consiste na constituição de Sociedade de Propósito Específico com a participação da BIOTIC S/A, na proporção do terreno destinado à operação, criada com a finalidade de realizar a construção e gestão do edifício destinado à acomodação de um novo Data Center. Estima-se um ano até a captação total do empreendimento, com seis meses para início das obras, de forma que, em três anos a empresa esteja com o primeiro prédio já pronto e parcialmente ocupado.

Apple e IFB

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, em parceria com a Apple, irá implementar no Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC um laboratório de inovação do IFB, com o objetivo de viabilizar o atendimento na implantação de incubadoras de

empresas, empresas juniores e startups e na formação de desenvolvedores de softwares e aplicativos, focalizando na inovação tecnológica.

Nesse ambiente serão reunidos anualmente, aproximadamente 150 estudantes de linguagens de programação para smartphones, dispositivos de Internet das Coisas – IoT e capacitação empreendedora focado em desenvolvimento de novas tecnologias.

Para a operacionalização deste projeto, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, irá aportar o valor de R\$ 618.926,10 (seiscentos e dezoito mil e novecentos e vinte e seis reais e dez centavos), para suprir as despesas com aquisição de equipamentos e a previsão de inauguração acontecerá na última semana de janeiro de 2020.

Laboratório INCLUDE

Em parceria com o Instituto Campus Party e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, a BIOTIC S/A irá instalar um laboratório avançado do Programa Include no Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC.

O “Include” são laboratórios de robótica para crianças de 10 a 18 anos com o objetivo de estimular a iniciação tecnológica nos jovens, através de atividades extracurriculares, e incentivar o desenvolvimento de projetos que fomentem a inclusão sociodigital.

Assim, será implementado um laboratório avançado para o desenvolvimento dos alunos que se destacarem nas unidades do Distrito Federal, visando dar continuidade ao Programa, incrementando o ensino da robótica ativa, promovendo atividades pedagógicas, difusão da cultura maker, capacitações em desenhos 3D com softwares livres, manuseio de impressoras 3D, desenvolvimento de projetos em 3D, programação para smartphones, iniciação ao Linux, conceitos de web design, introdução à realidade virtual e desenvolvimento de técnicas e cultura empreendedora através da robótica.

Projetos como este no BIOTIC promovem o envolvimento da comunidade, bem como o desenvolvimento de novos empreendedores, adensando o ecossistema de inovação do Distrito Federal.

O projeto está em fase de formalização para a ocupação das dependências do Edifício de Governança do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, com previsão de conclusão até fevereiro de 2020 e, além de abrigar o Laboratório Avançado do Programa Include, o BIOTIC também receberá o escritório do Instituto Campus Party, para gerenciamento de todos os Laboratórios INCLUDES do Centro Oeste.

Centro de Ciência e Saúde Digital

Trata-se de parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e a BIOTIC S/A para a implementação e o desenvolvimento do Centro de Ciência e Saúde Digital – CCSD, integrado a cadeia de inovação em torno do processo de transformação digital do sistema de saúde de Brasília.

O objetivo deste Centro de Saúde Digital é criar uma plataforma de ciência em saúde digital para a precisão da saúde pública, promovendo a transformação digital do sistema local de saúde, desenvolvendo tecnologias digitais para o diagnóstico, tratamento, prevenção, promoção e gestão de saúde digital e estimular a criação de startups de translação do conhecimento à inovação para o desenvolvimento saudável e sustentável.

Os objetivos deste projeto se alinham com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, de estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional e também, de fomentar a agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, uma vez que visa integrar a cadeia de inovação em torno do processo de transformação digital do sistema

de saúde para um DF e proporcionar a cooperação da integração entre a academia, as empresas e o governo.

O projeto está em fase de formalização para ocupação de um espaço no Edifício de Governança do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC e a previsão de inauguração deste centro de saúde será no primeiro trimestre de 2020.

Rede GigaCandanga e RNP

A Rede GigaCandanga implementa no DF o projeto do MCTIC de Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa, REDECOMEP, oferecendo conexões de alta capacidade (1Gbps a 40Gbps) para as instituições de pesquisa e ensino superior, integradas pela RNP, Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

A RNP é uma rede avançada de alcance nacional para educação superior, pesquisa e inovação que em 1992, ajudou a trazer a internet para o Brasil e continua a promover o uso inovador de Tecnologias da Informação e Comunicação, impulsionando ciência e educação para todos.

O Projeto Piloto da RNP com o BIOTIC tem o objetivo de validar um conjunto possível de serviços do Sistema RNP a ser oferecido a todos os associados da ANPROTEC e o modelo de governança à ser operacionalizado para os demais ambientes promotores de inovação.

No catálogo de serviços estão previstos: Conferência Web, Videoconferência, eduroam, filesender, fone@RNP, NasNuvens, fibre (laboratório virtual), GidLab (laboratório de experimentação em gestão de identidade).

O Projeto encontra-se em fase de assinatura, com expectativa de entrar em operação no primeiro trimestre de 2019.

Cyber Arena

Em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, o BIOTIC será anfitrião do Centro de treinamento e capacitação em segurança cibernética – Cyber Arena.

Além de promover treinamento em situação simulada, a Cyber Arena realizará avaliação da resiliência cibernética, isto é, das capacidades iniciais de desempenho dos profissionais e estudantes e das habilidades adquiridas a partir das capacitações e da disseminação da cultura de segurança cibernética. Dessa forma, buscar-se-á avaliar o índice de melhora da resposta a riscos cibernéticos de cada equipe, profissional e estudante capacitado.

O projeto está em fase de formalização e adequação predial para criação de um ambiente propício para a implementação do Cyber Arena.

Entre os resultados esperados com o Cyber Arena estão: a atração e retenção de recursos humanos de qualidade na região; a atração e retenção de Empresas de Produtos e Serviços na área cibernética na região; o desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia na região; o estímulo ao desenvolvimento de novas competências em alunos do Ensino Médio e ao desenvolvimento de novas competências em alunos do Ensino Universitário; a melhora da Segurança Cibernética na Administração Pública e a resiliência cibernética em empresas e em infraestruturas críticas, bem como a promoção de competições e de jogos em diversos níveis de dificuldade.

Universidade Distrital

O Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC sediará a Universidade Distrital, que terá como foco o empreendedorismo e tecnologias para a formação de profissionais do futuro.

Tal projeto é fruto da parceria do BIOTIC S.A com a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, a universidade distrital será uma plataforma de atração de investimento para o BIOTIC.

Orçamento 2020

É de se esperar que um projeto do tipo "Greenfield" (embrionário) tenha um crescimento gradativo natural em suas despesas, conforme o decorrer dos anos, pela necessidade de ampliação em suas atividades e investimentos, de modo a implantar o Parque Tecnológico de Brasília, por meio de sua gestora, a BIOTIC.

Dessa forma, a previsão orçamentária de Aumento Futuro de Capital Social (AFAC) da Terracap com a BIOTIC para 2020 é de R\$ 12,9 milhões. No geral, em 2020 há uma fixação de despesas mais elevada em relação à 2019, que acompanha o crescimento da estimativa de suas receitas:

Tipo de Receita 2020	Valor (R\$)
Preço Público	127.000,00
Taxa Condominial	629.000,00
Garagens	36.000,00
Convênio Facilities	1.795.000,00
Convênio Eventos	930.000,00
Convênio CiberSegurança	1.993.000,00
AFAC - Terracap	12.952.000,00
TOTAL	18.462.000,00

A BIOTIC S.A., independente de sua controladora, tem a previsão de arrecadar com os preços públicos, taxas condominiais e cessões de garagem, a ordem de R\$ 792 mil. Os convênios de "Facilities", que prevê a gestão dos serviços e instalações prediais do Complexo de Governança do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, possui uma expectativa de entrada de R\$ 1,8 milhão. O Convênio de "Eventos" prevê conferências, plenárias, cursos, feiras, palestras e outros, com objetivo de fortalecer o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação, possui uma expectativa de entrada de R\$ 930 mil. Por fim, têm-se a perspectiva de celebração de Convênio "Cyber Arena", que prevê a implantação de um Centro de Segurança Cibernética, um ambiente virtualizado para treinamento, experimentação, avaliação de vulnerabilidades, trabalho em grupo, feedback em tempo real, experiências on the job, teste de novas ideias e solução de problemas cibernéticos, onde ataques cibernéticos são realizados em réplica de ambiente real de operação de uma organização, de maneira segura, controlada e confiável.

Do total da receita estimada, serão repartidos R\$ 13,9 milhões para despesas com Folha Salarial, Benefícios, Terceirizados, Serviços de Manutenção, Atividades de Comunicação e Marketing, Ressarcimentos e Indenizações e R\$ 4,5 milhões para os investimentos da BIOTIC em 2020, que estão aumentando em 14% em relação aos valores previstos em 2019, tanto por conta do Convênio "Cyber Arena", quanto da majoração na previsão de investimentos com aceleradoras, equipamentos e materiais permanentes, envelopamento do edifício de governança, formatação do fundo de investimentos e outros.

Conclusão

Parques Tecnológicos são empreendimentos que fomentam e suportam iniciativas relacionadas à incubação de empresas de base tecnológicas. A promoção dessas iniciativas se dá por meio de uma infraestrutura que conta com a presença de agências de desenvolvimento econômico, ligações formais e operacionais com universidade e institutos de pesquisa, um sistema que apoie a gestão das startups e a transferência de tecnologia, além de um ambiente favorável à integração de grandes empresas e negócios internacionais, com centros de excelência em ciência e tecnologia.

Portanto, o Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC, visa fomentar um ecossistema que contará com a cooperação de startups, universidades e centros de pesquisa focados em inovação nos setores de tecnologia da informação, biotecnologia, nanotecnologia, cosméticos, energia, agricultura, saúde, segurança, cidades inteligentes entre outros.

A promoção e integração do conhecimento científico proporcionará intercâmbio de profissionais de ponta, permitindo uma retenção de cérebros em nível local e nacional, tornando o Distrito Federal uma referência no mercado de startups.

A função do BIOTIC no ecossistema de inovação do Distrito Federal é promover a interação entre a base de Ciência & Tecnologia, e a base empresarial para gerar inovação. Devendo atuar como líder de hubs tecnológicos e servir de instrumento, para uma Política de Inovação, operacionalizando ações que promovam soluções tecnológicas, visando garantir a competitividade das empresas locais.

A era da digitalização da economia vem crescendo substancialmente no Brasil, e espaços tecnológicos e inovadores como o BIOTIC disseminam a cultura da inovação, proporcionando ambientes favoráveis ao empreendedorismo, ampliando o estímulo ao desenvolvimento de soluções tecnológicas.

20204 - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DF.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Junta Comercial do Distrito Federal era vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC, sendo a única do território nacional vinculada à União. Por força da Lei nº. 6.315, de 27 de junho de 2019, foi criada a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCIS/DF como Autarquia do Governo do Distrito Federal - GDF, com personalidade Jurídica de direito público, vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

A JUCIS/DF é administrativamente independente, financeiramente autônoma e tecnicamente subordinada ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração –DREI, com funções e estrutura organizacional regidas pela referida lei e pelo seu regimento interno.

A finalidade da JUCIS/DF é executar e administrar, no Distrito Federal, os serviços próprios de registro público de empresas mercantis e atividades afins, segundo o disposto na Lei Federal nº 8.934, de 1994, bem como fomentar, facilitar, simplificar e integrar o registro de empresas e negócios, em consonância com as políticas de desenvolvimento social e econômico, objetivando a geração de riqueza e trabalho no Distrito Federal.

Desde sua criação, as despesas desta autarquia vinham sendo supridas pela Secretaria de Economia, de acordo com o art. 18 da já referida Lei nº 6.315/2019.

Em 20 de novembro de 2019, foi publicado o orçamento da JUCIS/DF e desde então estão sendo realizados os pagamentos das despesas pela Autarquia.

Atividades desenvolvidas pela JUCIS-DF:

- Dirigir, supervisionar e controlar as atividades relativas ao registro público de empresas mercantis e atividades afins;
- Matricular os leiloeiros, tradutores públicos, interpretes comerciais, administradores de armazéns gerais e seus respectivos cancelamentos;
- Exercer a direção superior, coordenando as atividades de planejamento, orçamento, modernização e informação institucional;
- Gerir a administração financeira e recursos logísticos;
- Orientar e coordenar os serviços da JUCIS-DF por meio da Secretaria Geral;
- Representar a JUCIS-DF judicialmente e extrajudicialmente;
- Presidir as sessões plenárias;
- Supervisionar, coordenar e fiscalizar os serviços da JUCIS-DF;
- Controlar os prazos recursais e providenciar a inclusão em pautas das sessões de recursos para o plenário de vogais;
- Elaborar e planejar orçamento anual;
- Solicitar e acompanhar a criação de senhas de acessos ao GDF;
- Relacionar os responsáveis pela assinatura da JUCIS-DF junto aos órgãos competentes do GDF;
- Informar o saldo orçamentário para abertura de processos licitatórios.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	50	39	0	0	89
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	22	22
Subtotal	53	39	0	22	114
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	53	39	0	22	114

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	330000,0	0	0
0022 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-- DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	0	0
0023 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-- DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	0	251000,0	20000,0	6000,0
0009 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO--DISTRITO FEDERAL	0	251000,0	20000,0	6000,0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	1070000,0	15043,45	5043,45
0083 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	0	792000,0	15043,45	5043,45
0084 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	0	278000,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	1651000,00	35043,45	11043,45

Foram realizados pagamentos quanto ao PASEP e acerto de funcionários exonerados.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	30000,0	0	0
0055 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	100000,0	0	0
0057 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	5415432,0	1301427,74	1246427,74
0085 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	5415432,0	1301427,74	1246427,74
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	78000,00	78000,00	73917,02
0071 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	0	78000,00	78000,00	73917,02
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	8065000,0	277806,97	92243,77
0112 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	0	8065000,0	277806,97	92243,77
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	55000,0	0	0
0032 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	0	55000,0	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	0,00	13743432,00	1657234,71	1412588,53

Foram realizados pagamentos de folha de pessoal RGPS e RPPS, INSS parte patronal e do empregado, auxílio creche, auxílio transporte, auxílio alimentação, diárias, Jetons e INSS dos Jetons.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE***Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.***

Após se tornar uma autarquia, a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal-JUCIS-DF, vem cumprindo seus objetivos principais, dentre eles modernizando-se e tornando-se uma Junta Comercial totalmente digital, desobrigando os usuários a comparecerem presencialmente para a utilização dos serviços prestados. Tais ações vêm contribuindo para uma maior celeridade e qualidade dos serviços prestados. Atividades que antes demoravam dias ou até mesmo semanas para serem realizadas, agora levam horas para serem prestadas.

Entretanto, é necessário superar alguns obstáculos para se atingir o nível de excelência almejado, quais sejam: quadro reduzido de funcionários em alguns setores, máquinas e equipamentos defasados e a retirada do orçamento da JUCIS/DF de 2020 da Lei Orçamentária Anual. Caso essas dificuldades não sejam solucionadas, a qualidade e celeridade que foram conquistadas até o momento, poderão ser prejudicadas. Inclusive o aperfeiçoamento dos serviços e ferramentas, como o RLE, por exemplo, ficará prejudicado.

Dessa forma a JUCIS-DF continua trabalhando com o intuito de atingir as primeiras colocações no ranking de qualidade e no tempo de prestação de seus serviços, tornando-se referência em tecnologia e inovação para todas as juntas comerciais do Brasil.

20902 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUN

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (FUNDEFE) foi criado por meio do art. 209 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, ratificado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989 e regulamentado pelo Decreto nº 24.594, de maio de 2004, e tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, mediante apoio financeiro a empreendimentos produtivos, com projetos aprovados no âmbito dos programas de governo de desenvolvimento econômico e social, em vigência.

O Fundo foi concebido no contexto de recente inauguração da nova capital do Brasil, fundamentado na necessidade de incentivar o desenvolvimento regional, a partir de investimentos em infraestrutura regional, agropecuária e industrial. À época foram realizados investimentos na agricultura de pequena produção e abastecimento alimentar; investimentos e financiamentos para a execução de obras públicas e para empreendimentos industriais e agropecuários; participação em constituição e aumento de capital de empresas públicas e de sociedades de economia mista; investimento fixo em atividades de natureza econômica ou social; construção, aquisição ou reforma de moradias oficiais, funcionais e respectivos bens móveis e transporte público.

Atualmente, o FUNDEFE atende às linhas de crédito para atacadista e industrial, conforme as legislações Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, que criou o Financiamento Especial para o Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - FIDE e a Lei nº 5.017, de 18 de janeiro de 2013 que instituiu o Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável - IDEAS INDUSTRIAL.

As competências legais da Gerência de Execução do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - GEFUND estão definidas de acordo com o Decreto nº 39.041, de 10 de maio de 2018, conforme abaixo:

- Coordenar, controlar e promover a elaboração e revisão do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentária e da Lei Orçamentária Anual relativos ao FUNDEFE;
- Coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de planejamento, orçamento, finanças, programação orçamentária e financeira, encargos sociais e retenção de tributos relativos ao FUNDEFE;
- Planejar, controlar e promover a execução orçamentária, incluindo a solicitação de abertura de créditos adicionais e alteração do Quadro de Detalhamento de Despesas, relativos ao FUNDEFE;
- Acompanhar e avaliar o registro contábil dos rendimentos obtidos na participação acionária do FUNDEFE;
- Analisar, acompanhar e registrar as parcelas de amortização relativas aos financiamentos concedidos, incluindo o montante principal, os juros e os encargos acessórios;
- Avaliar, formular e efetuar os registros contábeis pertinentes ao FUNDEFE;
- Elaborar e proceder à emissão de declaração de disponibilidade orçamentária, autorizações de empenho e nota de empenho relativos ao FUNDEFE;
- Elaborar e proceder à emissão de nota de lançamento, de previsão pagamento e os documentos necessários à autorização de pagamento relativos ao FUNDEFE;

- Preparar e emitir relatório circunstanciado avaliativo apontando a execução do ajuste, de forma a subsidiar a autorização de pagamento relativos ao FUNDEFE;
- Elaborar os relatórios de atividade do FUNDEFE;
- Manter atualizado o rol de responsáveis da unidade gestora do FUNDEFE; e
- Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2	0	0	0	2
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	0	0	0	2

A força de trabalho considerada no quadro acima diz respeito à Gerência de Execução do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal. Vale ressaltar que a gestão do fundo é realizada de forma compartilhada com outros setores da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9061 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS	5428807,0	31979996,00	31951111,68	31951111,68
0018 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS- FINANCIAMENTO ESPECIAL PARA PROMOÇÃO INDUSTRIAL - IDEAS INDUSTRIAL-DISTRITO FEDERAL	5428807,0	31979996,00	31951111,68	31951111,68
9062 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	5457940,0	22299981,00	19881902,77	19228756,82

0002 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO-FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	5457940,0	22299981,00	19881902,77	19228756,82
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	10886747,00	54279977,00	51833014,45	51179868,50

O Financiamento Especial para o Desenvolvimento e Formação de Capital de Giro – FIDE foi operacionalizado em 2019 por meio da Portaria Conjunta nº 01 – SEDICT/SEF, de 22/05/2017 (DODF nº 98, de 24/05/2017), tendo sido beneficiadas, no ano de 2019, 03 (três) empresas cujos projetos foram aprovados pelo Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal- COPEP/DF. Neste mesmo período de 2019, outras duas empresas tiveram liberação pela fruição do incentivo referente a exercícios passados.

Tal benefício consiste na concessão de empréstimo bancário, em até 25% sobre o faturamento mensal, para atender às operações interestaduais realizadas pelas empresas incentivadas, especialmente o setor atacadista, na tentativa de se igualar as condições oferecidas por outras Unidades Federadas. O FIDE tem, como fonte de recursos, o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - FUNDEFE e ,como agente financeiro, o Banco de Brasília – BRB.

O Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS Industrial foi operacionalizado em 2019 por meio da Portaria Conjunta nº 03– SEDICT/SEF, de 14/09/2017 (DODF nº 180, de 19/09/2017), tendo sido beneficiadas, no ano de 2019, 07 (sete) empresas cujos projetos foram aprovados pelo Conselho de Gestão para o Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Sustentável - CG IDEAS.

O benefício consiste na concessão de financiamento para instalações, capital de giro e produção a indústrias no DF, em até 13% do faturamento bruto mensal. Assim como no FIDE, os recursos que amparam o IDEAS Industrial são provenientes do FUNDEFE, sendo o Banco de Brasília – BRB o agente financeiro.

Os financiamentos concedidos no período foram alocados conforme os quadros abaixo:

FINANCIAMENTOS VINCULADOS AO IDEAS E FIDE:

PRÓ-DF II INCENTIVO CREDITÍCIO -2019	CNPJ	VALOR
BRASAL REFRIGERANTES S.A	01.612.795/0001-51	4.289.834,71
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	00.033.241/0002-18	886.339,85
GRAVIA IND. DE PER. LTDA (MATRIZ)	26.487.744/0001-76	2.159.119,78
GRAVIA IND. DE PER. LTDA (FILIAL 0002-57)	26.487.744/0002-57	2.230.832,49
GRAVIA IND. DE PER. LTDA (FILIAL 0010-67)	26.487.744/0010-67	183.814,66
AVS IMPORTAÇÃO E EXP. LTDA	02.786.562/0001-38	310.056,07
INDUSTRIAS ROSSI ELETROM. LTDA	00.736.546/0001-05	3.268.826,44
AUTOTRAC COM. E TELEC. S/A	40.281.347/0001-74	1.355.519,35
PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSP. LTDA	00.740.696/0001-92	385.433,19
Total Geral		15.069.776,54

PRÓ-DF II - FIDE 2019	CNPJ	VALOR
BRASSOL - BRASILIA ALIMENTOS E SORVETES LTDA	37.056.132/0001-45	115.728,53
KRISTA TECNOLOGIA LTDA	38.058.475/0001-01	596,08
NOVA AMAZONAS IND. E COM. IMP.DE ALIMENTOS LTDA	37.259.223/0002-69	1.939,41
ROBERTO CERVellini LTDA - FIDE	44.865.657/0006-00	3.759.850,60
A.TELECOM TELEINFORMÁTICA LTDA - FIDE	37.166.592/0001-26	280.865,66
Total Geral		4.158.980,28

IDEAS INDUSTRIAL - 2019	CNPJ	VALOR
BRASAL REFRIGERANTES S.A	01.612.795/0001-51	17.604.720,00
BALL BEVERAGE	29.506.474/0025-69	4.788.348,33
ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA	37.977.691/0007-83	983.488,00
GRAVIA INDUSTRIA DE PERFILADOS DE ACO LTDA	26.487.744/0001-76	2.684.190,90
UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A	60.665.981/0007-03	3.491.323,45
E.M.S	57.507.378/0006-08	2.199.041,00
AUTROTAC COM. TELECOM. S/A	40.281.347/0001-74	200.000,00
Total Geral		31.951.111,68

FINANCIAMENTOS VINCULADOS AO FUNDEFE POR REGIÃO EM 2019:

FUNDEFE REGIONALIZAÇÃO 2019		
LOCALIDADE	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
PLANO PILOTO	4	5.596.832
GAMA	1	4.788.348
TAGUATINGA	1	21.894.554
SIA-DF	3	8.529.731
SANTA MARIA	4	6.002.360
AGUAS CLARAS	2	4.252.314
GUARA	1	115.729
TOTAL	16	51.179.868

FUNDEFE SETOR BENECIADO 2019	
SEGMENTO	VALOR
INDUSTRIAL	R\$ 47.020.888
ATACADISTA	R\$ 4.158.980
TOTAL	R\$ 51.179.868

Por fim, o total de recursos liquidados foram no valor de R\$ 51.179.868,50.

Em relação aos empregos gerados pelos beneficiários de financiamento com recursos do FUNDEFE, no âmbito dos programas Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PRO DF II) e Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável (IDEAS Industrial), considerando série histórica, pode se constatar o reflexo da crise de 2015, 2016 e 2017. Em 2018, observa-se um processo de recuperação de contratações pós crise, conforme quadro:



Geração de emprego por Programa

PROGRAMA	2014	2015	2016	2017	2018
IDEAS	4263	4448	4311	3603	3853

PRO DF II	1468	1393	1172	1029	1050
Total	5731	5841	5483	4632	4904

*Os dados de 2019 estão em análise.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A execução do FUNDEFE manteve-se em níveis regulares, se comparado aos anos anteriores, conforme gráfico abaixo. No ano de 2019, foram realizados pagamentos referentes a parcelas do incentivo creditício do PRO DF II relacionados ao exercício de 2013, parcelas do Financiamento para o Desenvolvimento Econômico do DF - FIDE e parcelas do Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável - IDEAS Industrial.

No momento, o recebimento de requerimentos solicitando a concessão do benefício fiscal, bem como o recebimento de novas Cartas-Consulta do PRÓ-DF II estão suspensos por força da Decisão nº5458/2017 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, de 09/11/2017, processo nº 5018/2015-e.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Atualmente o sistema operacional do fundo abrange a concessão de incentivo creditício a empresas beneficiadas nos programas de desenvolvimento econômico do Distrito Federal, por meio de financiamento calculado com base em percentual sobre o potencial de faturamento, geração de emprego, inovação tecnológica de cada empreendimento e investimentos, decorrente de instalação, realocação, expansão, modernização e reativação de empresas abrangidas pelo programa correspondente.

Para o ano de 2020, as expectativas estão voltadas para a manutenção do programa, tendo como diretrizes estratégicas:

- Aumento da capacidade de produção dos setores financiados;
- Aumento do estoque de empregos dos setores financiados;
- Aumento do faturamento das empresas financiadas nos setores;
- Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados;
- Aumento da proporção de empreendimentos que adotam as práticas de modernização tecnológica;

- Ampliação de mercado das empresas financiadas nos setores;
- Aumento do emprego por Região Administrativa;
- Aumento das exportações por região;
- Aumento do PIB por região e
- Minimização das desigualdades entre as regiões.

Assim sendo, a articulação do Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com o setor produtivo de bens, serviços e industrial, será fundamental para criar um ambiente favorável para as empresas e a melhoria da competitividade com outros Estados da Região Centro-Oeste, podendo gerar externalidades positivas na geração de empregos, produtividade, distribuição de renda e arrecadação tributária de forma sustentável para a manutenção do FUNDEF.

20903 - FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

A Unidade Orçamentária 20903 – Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas não possui orçamento e não apresentou nenhuma informação.

20905 - FUNDO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Lei Complementar nº 153, de 30 de dezembro de 1998, criou o Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FUNDAP com a finalidade de apoiar financeiramente e estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, visando ao bem-estar da população, a defesa do meio ambiente e o progresso da ciência e da tecnologia.

O Decreto nº 25.794, de 02 de maio de 2005, regulamentou o FUNDAP, e em seu artigo segundo, estabelece que será gerido pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/ DF, por meio de um conselho gestor, também denominado gestor do fundo.

As competências do FUNDAP são:

- Conceder apoio financeiro aos projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, com aprovação técnica do conselho gestor, com obediência à ordem de prioridades por ele definida e liberar os recursos de acordo com as disponibilidades orçamentárias;
- Analisar os projetos submetidos por entidades públicas das diversas esferas governamentais, organizações não governamentais – ONGs, e demais entidades privadas, cujos objetivos estejam em consonância com os do FUNDAP, desde que não possuam fins lucrativos e que tenham, no mínimo um ano de constituição comprovada e projetos propostos por pessoas físicas;
- Adotar convênio como instrumento de compromisso entre os partícipes com estrita observância à legislação;
- Fiscalizar os compromissos do conveniente decorrentes da assinatura do convênio como as exigências estabelecidas para execução do convênio e da liberação dos recursos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

O Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal não possui estrutura de quadro de pessoal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4091 - APOIO A PROJETOS	10000,0	10000,00	0	0
0025 - APOIO A PROJETOS-DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	10000,00	10000,00	0,00	0,00

No exercício de 2019, não houve execução orçamentária e financeira do Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Conforme artigo 2º do Decreto nº 25.794, de 02 de maio de 2005, o FUNDAP será gerido pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, por meio de um conselho gestor, que até a presente data, não foi constituído. Além disso, a falta de execução orçamentária em 2019 foi ocasionada pelo baixo valor disponível de recurso.

Para o próximo exercício, espera-se a constituição do Gestor do Fundo e em relação aos recursos, espera-se o incremento das dotações orçamentárias que lhe forem destinadas, o apoio por meio de repasse de instituições financeiras, de fomento e desenvolvimento, incentivos fiscais, bem como como auxílios, subvenções, contribuições, transferências e participação em convênios com entidades públicas e privadas de âmbito nacional e internacional conforme receitas previstas no artigo 4º do Decreto nº 25.794/2005.

21101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal foi criada por meio do decreto 39.610 de 1º de janeiro de 2019, artigos 8º e 33, que dispõe sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal.

O Artigo 33 do referido Decreto determina à Secretária de Estado do meio Ambiente do Distrito Federal, SEMA-DF, as seguintes competências:

- proteção, conservação e preservação do meio ambiente urbano e rural e promoção do desenvolvimento sustentável;
- conservação, recuperação e o uso sustentável do cerrado, da fauna e dos recursos hídricos;
- gestão e proteção dos parques e das unidades de conservação;
- enfrentamento das mudanças climáticas;
- mobilização e conscientização para o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente.

A SEMA-DF tem como missão precípua definir políticas públicas, planejar, organizar, fazer a gestão, o gerenciamento, a governança e o controle da execução de planos, programas e ações nas áreas de gestão integrada de resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos, educação ambiental transversal entre as subsecretarias e o GDF, gestão das áreas especialmente protegidas, objetivando desenvolvimento ecológico, econômico e social do Distrito Federal em bases sustentáveis. Sua atuação afirma o compromisso do Governo do Distrito Federal com o meio ambiente ecologicamente equilibrado para toda a sociedade da capital federal.

São vinculados à SEMA-DF os seguintes órgãos da administração indireta:

- Jardim Botânico de Brasília - JBB;
- Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA;
- Fundação Jardim Zoológico de Brasília - Zoo;
- Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

São vinculados à SEMA-DF os seguintes órgãos colegiados:

- Conselhos Gestores dos Parques;
- Conselho Gestor da APA do Paranoá;
- Conselhos Gestores das APAs das bacias do Gama e Cabeça de Veado;
- Conselhos das APAS, das ARIES e das Unidades de Conservação;
- Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM;
- Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal - CRH-DF.

Cabe à SEMA a gestão do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal - FUNAM-DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	3	11	4	23
Comissionados sem vínculo efetivo	30	30	0	0	60
Requisitados de órgãos do GDF	8	3	0	0	11
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	4	4	7	15
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	8	11	0	19
Terceirizados (FUNAP)	0	0	4	0	4
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	43	48	30	11	132
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	11	1	12
Total Geral	43	48	19	10	120

Observa-se que, foram contratados 7(sete) estagiários através do Centro de Gestão e estudos estratégicos, CGEE, que é a Agência de Implementação do Projeto Citinova com financiamento do Fundo Global de Meio Ambiente (GEF) no valor de R\$ 154.000,00.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10000,0	5600,0	5600,0	5600,0
5885 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AMBIENTAL TERRITORIAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	5600,0	5600,0	5600,0
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	10000,0	0,0	0	0
0003 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL-SEMA- DF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	10000,0	0,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	330000,0	30000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0004 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-ELABORAÇÃO DO EIA-RIMA DO ITAPOÃ DF- ITAPOÃ	0	30000,0	0	0
6079 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	330000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	360000,00	35600,00	5600,00	5600,00

Modernização de Sistema de Informação: Em novembro de 2019, destinou-se à atender com a aquisição de licenças corporativas de antivírus e de pacote de softwares de escritório Microsoft Office com instalação para esta Secretaria do Meio Ambiente-SEMA. Objeto dos Processos: 00391-000189/2017 e 00393-00001138/2019-03.

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal, instituído pela Lei 6.269, de 29 de janeiro de 2019, tem por objetivo geral a promoção da sustentabilidade nas dimensões social, econômica, ambiental e político-institucional, por meio da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico inclusivo com os riscos ecológicos e os serviços ecossistêmicos, em favor das presentes e futuras gerações.

A SEMA- DF realizou, em abril de 2019, em evento no Jardim Botânico, a abertura da base de dados do ZEE-DF. Com essa ferramenta, os dados espaciais utilizados na elaboração do Zoneamento podem ser consumidos por qualquer cidadão via WMS ou download no sítio eletrônico: www.zee.df.gov.br.

Conforme determina a Lei do ZEE-DF, em 15 de julho de 2019, foi assinado o Decreto 39.948, que institui a "Comissão Distrital do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal, CDZEE-DF". Compete à SEMA exercer a secretaria executiva da Comissão, que é o órgão consultivo e deliberativo instituído com a finalidade de acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF.

No dia 1º de outubro de 2019, foi realizada a primeira Reunião Extraordinária da CDZEE-DF, para apresentação do Quadro de Regulamentação dos Dispositivos da Lei Distrital nº 6.269 de 2019 em sua versão preliminar.

Para dar sustentação técnica e tecnológica ao ZEE-DF, a SEMA-DF implantou o Sistema Distrital de Informações Ambientais – SISDIA. Através do SISDIA, é possível reunir o conjunto de dados espaciais ambientais e constituir a base unificada territorial ambiental do Distrito Federal. O SISDIA irá contar com módulo especialista automatizado, que será uma das ferramentas para o Licenciamento Ambiental Integrado, que compõe o Pacto Pelo Licenciamento Integrado do Território. O Pacto tem como objetivo específico definir o regimento para o licenciamento (normas, procedimentos, requisitos, governança, corresponsabilidade e prazos), de forma a assegurar a transparência do processo, e a regulação do uso do solo, conforme as premissas socioambientais, urbanísticas, sanitárias e territoriais, com infraestrutura, logística, e equipe multidisciplinar especializada.

Neste contexto, foi realizada a contratação via GEF de consultoria técnica especializada (no valor de R\$ 211.403,50) e serviços que contemplam levantamento e análise de requisitos para desenvolvimento do sistema; diagnósticos e prognósticos da situação das informações geoespaciais e ambientais no Distrito Federal e entorno; proposição da arquitetura do sistema; construção do modelo lógico do banco de dados; implantação da arquitetura do sistema e integração dos dados geoespaciais e ambientais; especificação técnica contendo os requisitos para a segunda fase do projeto ("implantação da inteligência do sistema"). A previsão do término da consultoria é novembro de 2020.

Posteriormente à realização dessa fase inicial, a SEMA-DF deu início ao processo para a formalização de Acordos de Cooperação Técnica – ACT. Esses acordos têm a finalidade de estabelecer compromisso técnico entre as partes signatárias conforme as especificações constantes dos planos de trabalho, com vistas à gestão estratégica compartilhada de conhecimento, na forma de informações e metodologias no âmbito da infraestrutura de dados espaciais ambientais. Dentre os acordos previstos, a SEMA-DF realizou em 27 de novembro de 2018 o ACT com a Universidade de Brasília, UNB. Este acordo tem por objeto o compartilhamento de dados georreferenciados, informações e estudos capazes de fortalecer e qualificar as políticas públicas do território, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. O prazo de vigência é de quatro anos.

Observa-se que a interface direta com os diversos departamentos da UnB para a execução das metas do ACT demanda equipe técnica multidisciplinar com conhecimento em gestão de dados espaciais e na formulação e avaliação de políticas públicas. Na meta 01 do Acordo, relativa ao compartilhamento de dados espaciais ambientais, a SEMA-DF auxiliou a estruturação do ambiente de banco de dados da UnB.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	0	350000,0	0	0
0002 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-INDICADORES AMBIENTAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS -DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	350000,0	0	0
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	10000,0	0,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	10000,0	3500,0	0	0
0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.-E MANUTENÇÃO DE SEUS REMANECENTES-DISTRITO FEDERAL	10000,0	3500,0	0	0
2705 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS	10000,0	0,0	0	0
0001 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	10000,0	0,0	0	0
0001 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
2930 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	10000,0	0,0	0	0
0001 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	500000,0	13832309,00	6157778,74	5937831,35
0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	500000,0	13832309,00	6157778,74	5937831,35
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO	10000,0	0,0	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL - PARQUES-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	10000,0	5275800,00	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	5275800,00	0	0
3720 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	10000,0	0,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	15000,0	215,00	0	0
2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	15000,0	215,00	0	0
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	0	130000,0	0	0
0001 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO AO PROJETO CONSTRUINDO UM FUTURO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	0	130000,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	595000,00	19591824,00	6157778,74	5937831,35

Para dar consecução ao objetivo geral deste programa, a SEMA-DF vem desenvolvendo 6 ações integradas, visando a recuperação de áreas degradadas do bioma Cerrado, a convivência cultural, social e ambiental com o bioma, a proteção e conservação da fauna e defesa dos direitos dos animais, a recuperação, manutenção e convivência nas Unidades de Conservação distritais, além da gestão de riscos climáticos e o incentivo ao uso da energia solar.



I. INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO:

Implementação das estratégias, instrumentos e propostas para a recomposição do Cerrado (Plano Recupera Cerrado, Portaria nº 109 de 2017). Identificação das condições legais, financeiras, institucionais e sociais necessárias para promover a recomposição das áreas desmatadas e degradadas, de forma a transformá-las em ambientes resilientes e capazes de proporcionar segurança hídrica, econômica e alimentar, salvaguardar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos associados, prover produtos e subprodutos florestais e mitigar as mudanças climáticas.

· A SEMA-DF é a coordenadora geral do Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PPCIF, do qual exerce o secretariado e executa todas as articulações necessárias para o treinamento e capacitação do pessoal envolvido, conforme Decreto nº 37.549 de 2016, tendo realizado as seguintes ações em 2019:

1. Publicação do Decreto nº 39.817, de 10 de Maio de 2019, de Emergência Ambiental, no qual declara o estado de emergência ambiental no Distrito Federal, entre os meses de maio e novembro de 2019.
2. Realização de 6 blitz educativas de prevenção dos incêndios florestais, abordando 3.500 veículos.
3. Confecção de 400 kits de material educativo para distribuição nas campanhas educativas de prevenção aos incêndios florestais incluindo garrafas squeeze, camisetas e bonés.
4. Produção de 8.000 folders com material educativo para distribuição em eventos de educação ambiental, abrangendo a temática da prevenção dos incêndios florestais.
5. Capacitação de 160 produtores rurais para prevenção dos incêndios florestais.
6. Articulação e apoio na contratação de 136 brigadistas florestais para os parques e UCs do IBRAM.
7. Realização e Coordenação do II Workshop Técnico com a pauta " Implementação de Ações de Manejo Integrado do Fogo – MIF em UCs no DF".
8. Projeto Piloto de Manejo Integrado do Fogo - MIF implementado em UCs, totalizando 45 hectares de MIF na ESECAE.
9. Mapeamento da área queimada no Distrito Federal em 2019.
10. Apoio às instituições participantes do PPCIF para a manutenção de máquinas, aquisição de equipamentos de proteção individual e ferramentas para a prevenção e o combate aos incêndios florestais; e coordenação dos alertas de incêndios florestais do DF.
11. Disponibilização de 145 mil litros de água adicionais, exclusivamente para o combate aos incêndios florestais no DF, por meio da instalação de 3 caixas d'água em Unidades de Conservação distritais, para incrementar a capacidade de combate aos incêndios florestais na APA Gama e Cabeça de Veado.
12. 431,84 km de aceiros mecânicos realizados em Unidades de Conservação no DF.
13. 25 km de aceiro negro realizado na DF 001, visando prevenir os incêndios na região da APA Gama e Cabeça de Veado.
14. Veiculação da Campanha Publicitária de Prevenção dos Incêndios Florestais na tv e na internet, produção de peças para banner, outdoor, revista e rádio, no período de julho a setembro.
15. Realização de 2 cursos de formação de brigadistas, totalizando a certificação de 90 brigadistas para o Distrito Federal.

16. Capacitação de 216 servidores participantes do PPCIF em cursos, treinamentos e atividades de campo, voltados à prevenção e combate dos incêndios florestais.

II. SEMANA DO CERRADO:

· Semana do Cerrado 2019 realizada a partir de um conjunto de atividades de educação ambiental e fortalecimento da articulação interinstitucional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA. Instituída pela Lei 4.939, de 19 de setembro de 2012, a Semana do Cerrado faz parte do calendário oficial de eventos do Governo do Distrito Federal - GDF. No decorrer da Semana foram realizados 4 eventos de educação ambiental em Unidades de Conservação distritais, 17 palestras, 2 exposições de arte e 1 passeio noturno no Zoológico de Brasília, além de grande exposição midiática espontânea, atingindo diretamente cerca de 6.000 pessoas e indiretamente cerca de 100.000. Em parceria com a FUNARTE, durante a Semana do Cerrado, a SEMA promoveu a realização da Feira dos Povos do Cerrado, evento da Rede Cerrado, sendo responsável pela articulação para a disponibilização do local, além de ter dado apoio junto a outros órgãos do GDF quanto à infraestrutura, segurança e gestão fiscal dos produtos que foram comercializados.

III. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS:

· Elaborado projeto de monitoramento da população de capivaras na orla do Lago Paranoá, em parceria com pesquisadores da Embrapa Cenargen e Universidade Católica de Brasília. Esse projeto, em fase de captação de recursos, irá determinar o número de indivíduos, seu estado de saúde, se existe risco de transmissão de doenças para seres humanos e se há necessidade de manejo populacional.

· Coordenação das atividades do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais – CIPDA.

IV. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

1. Através da Lei Complementar 955, de 28 de Novembro de 2019 e da Lei 5.644, de 03 de dezembro de 2019, bem como pelo decreto 40.116, de 19 de setembro, que regulamenta as Leis Complementares 265, de 14 de dezembro de 1999, e a 827, de 22 de julho de 2010, foram recategorizadas 29 Unidades de Conservação, com o objetivo de adequá-las à categoria que mais atende às suas vocações de conservação e preservação quanto às suas características ambientais e de uso, conforme o Sistema Distrital de Unidades de Conservação. O objetivo é permitir maior integração dessas áreas ambientalmente protegidas.

2. Programa SOS Parques implementado em 5 parques distritais, para a melhoria da infraestrutura básica.

3. Projeto Parque Educador desenvolvido por meio do Termo de Cooperação Técnica Nº 02/2019, celebrado entre SEMA, IBRAM E SEE/DF, trata do receptivo de alunos da rede pública do DF para realização de ações, no âmbito da educação ambiental e patrimonial, em 06 parques distritais prioritários (Parque Ecológico de Águas Claras; Parque Ecológico Saburo Onoyama - Taguatinga; Parque Ecológico Três Meninas - Samambaia; Parque Ecológico Sucupira/ESECAE - Planaltina; Parque Ecológico e Vivencial Riacho Fundo; Parque Ecológico Dom Bosco - Lago Sul). O projeto, até o 2º semestre de 2019, atendeu 3.570 alunos, de 148 escolas públicas, de 15 diferentes regiões administrativas do DF.

4. Feiras de produtos orgânicos promovidas em 3 Unidades de Conservação, por meio do Projeto Feira nos Parques, com o objetivo de aprimorar o uso público sustentável dos espaços urbanos, movimentar a economia local sustentável e inserir produtos rurais e orgânicos no processo de comercialização e na dieta dos brasilienses. Viabilizado por meio de parceria entre

SEMA, IBRAM, SEAGRI e EMATER (Parque Ecológico de Águas Claras, Parque Ecológico Olhos D'água e Bosque do Sudoeste) e por associações e cooperativas devidamente certificadas.

5. Reformulação do Comitê Gestor do Programa Brasília nos Parques e realização de sua primeira reunião no novo formato.

V. GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS:

1. Contratação, via GEF/CITInova, de estudo sobre Modelagem Climática para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, RIDE-DF, tendo como base de dados os anos de 1961-2010, por municípios da RIDE, visando a elaboração de projeções e cenários das mudanças climática na região, com horizonte até 2100.

2. Realização de oficina de trabalho para discussão da estratégia de utilização e divulgação dos dados, contando com especialistas da UNB, MCTIC, Embrapa e Emater.

3. Contratação de especialista por meio do Projeto CITInova, para aprimoramento e validação do Inventário de Gases de Efeito Estufa e sumidouros de carbono do DF (2005-2012), de acordo com as principais fontes emissoras. Os resultados do produto subsidiarão a elaboração de diversas atividades, como a proposição de estratégias para a redução de emissões das três fontes principais emissoras de gases de efeito estufa do DF (transporte; cimenteiras; e resíduos) e descarbonização das atividades administrativas do próprio GDF.

VI. IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR

· Política Distrital de Incentivo à Geração e ao Aproveitamento de Energia Solar, Eólica e de Biomassa e à Cogeração promulgada por meio da Lei n.6274/2019, o que ampliou as diretrizes e orientações do Programa Brasília Solar. A Lei prevê o aumento da participação da energia solar, eólica, de biomassa e de cogeração na matriz energética do Distrito Federal, e a redução da demanda de energia por fontes tradicionais (hidroelétrica e térmica)

I. CAPITAL DAS ÁGUAS:

1. Assinatura do Contrato 001/2019 – CIRAT em 08/01/2019, no valor de R\$ 1.287.237,40, verba extraorçamentária, com prazo contratual de vigência de 42 meses e execução de 36 meses e primeiro Termo Aditivo assinado em 25/10/2019. O Contrato visa às boas práticas, inovação e pesquisas para a conservação de água e solo nas bacias do Descoberto e Paranoá, no âmbito do Projeto GEF/Citinova Cidades Sustentáveis. Foram realizadas visitas técnicas na Fazenda Água Limpa (UnB) e em propriedades na Bacia do Descoberto, onde foram definidos os locais para a instalação de experimentos, previstos para ter início a partir de janeiro de 2020. Pretende-se averiguar a eventual redução do volume de água utilizado para a irrigação, bem como os efeitos da água estruturada na produtividade das culturas que serão testadas.

2. Realização de 12 oficinas de mobilização e sensibilização, utilizando a metodologia Oficina do Futuro, atingindo 474 pessoas. As oficinas objetivaram mobilizar as comunidades locais de duas bacias prioritárias de abastecimento de água do Distrito Federal (Descoberto e Paranoá), além de dar ampla divulgação aos critérios de seleção dos futuros beneficiários da implantação de sistema agroflorestal mecanizado, bem como diagnóstico de boas práticas conservacionistas e curso de agrofloresta. Aquisição de dois implementos customizados – enxada rotativa e ceifadeira enleiradeira - utilizados na implantação e manejo de SAFs.

3. Realização de diagnósticos em 20 propriedades rurais para a implantação ou aprimoramento de boas práticas conservacionistas de solo, água e vegetação nativa, bem como a elaboração de planos de implementação individuais para cada propriedade, buscando levar ao produtor rural alternativas viáveis para recuperação, com foco na melhoria das condições hídricas das bacias do Descoberto e Paranoá.

4. Implementação de 4 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAFs) mecanizados em propriedades rurais das bacias hidrográficas do Descoberto e Paranoá, com início do plantio em março de 2019.
5. Realização da segunda etapa de SAFs mecanizados, em dezembro de 2019, para a implantação de mais 6 ha de agroflorestas nas duas bacias já mencionadas.
6. Capacitação de 80 agricultores e multiplicadores, sendo 45% mulheres, em SAFs mecanizados, por meio de três módulos de treinamento. Até fevereiro de 2020 serão implantados 16 hectares de sistemas, sendo um na Serrinha do Paranoá, cinco na Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Granja do Ipê e 25 na Bacia do Descoberto.
7. Levantamento de dados e metodologias para definição do índice de sustentabilidade de bacia hidrográfica, a ser aplicado nas bacias do Descoberto e Paranoá e na sub-bacia do Ribeirão Rodeador. Também foi definido o modelo computacional de avaliação de risco a ser aplicado nas bacias do Descoberto e Paranoá e na sub-bacia do Rodeador. Este índice, quando implantado, se constituirá em importante ferramenta de gestão ambiental e territorial, visando sobretudo a segurança hídrica.
8. Contratação dos serviços para restaurar 80 hectares em áreas de Nascentes, Áreas de Preservação permanentes – APP e Áreas de Recarga, nas bacias hidrográficas do Descoberto e Paranoá .
9. A SEMA exerce a Coordenação do Programa de Otimização do Uso Prioritário da Água (Poupa DF), instituído pelo Decreto nº 39.514/18, com o objetivo de promover a redução progressiva do consumo de água de todos os edifícios públicos do Distrito Federal, com a formação, por cada órgão/entidade, de comissão interna, denominada Poupadores, responsável pela implantação do Programa na respectiva edificação pública. A comissão de Poupadores da SEMA foi publicada pela Portaria nº 41, de 21 de agosto de 2019. Elaboração da identidade visual e cartaz educativo do Poupa DF; realização de campanha de sensibilização dos servidores da SEMA DF; acompanhamento da criação das comissões internas de Poupadores dos órgãos públicos, com a criação de 48 comissões. Realização do curso Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal - 3ª edição, abordando o tema do Poupa DF.
10. Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre 20 instituições (governo e sociedade civil) para a criação do Programa Produtor de Água no Descoberto, que tem por objetivo orientar e incentivar práticas de uso sustentável dos recursos naturais. O arranjo institucional busca obter sinergia, potencializando ações na bacia hidrográfica e evitando, ao mesmo tempo, a superposição de esforços, na gestão compartilhada da água.

II. SANEAMENTO AMBIENTAL E RESÍDUOS SÓLIDOS



A SEMA executa o Contrato de Concessão de Colaboração Financeira nº 13.2.0402.1, não reembolsável, no valor de R\$ 21.300.000,00, celebrado entre o GDF e o BNDES, para gestão integrada de resíduos sólidos e reaproveitamento dos materiais recicláveis no Distrito Federal, que irá promover a geração de 750 postos de trabalho, com a inclusão de catadores de materiais recicláveis. O GDF participa com recursos orçamentários de cotrapartida, no valor de R\$ 23.747.611,26. Foram executadas as seguintes ações deste contrato, no ano de 2019:

1. Execução do Convênio 02/2016, entre SEMA, NOVACAP e CENTCOOP, que trata da construção de 2 (duas) Centrais de Triagem e 1 (uma) Central de Comercialização no Pátio Ferroviário do Distrito Federal. A execução do convênio incluiu: avaliação das 12 (doze) prestações de contas mensais da NOVACAP, elaboração de 12 (doze) relatórios circunstanciados mensais relativos às 12 (doze) medições, visitas de acompanhamento e medições periódicas da obra, elaboração de pareceres e realização de visitas técnicas.

2. Conclusão da construção da Central de Comercialização de Materiais Recicláveis, localizada no Pátio Ferroviário do Distrito Federal, em julho de 2019. Conclusão da obra da Central de Triagem e Reciclagem - CTR 1, localizada no Pátio Ferroviário do Distrito Federal, em outubro de 2019. Execução de 65% da obra da Central de Triagem e Reciclagem - CTR 2, localizada no Pátio Ferroviário do Distrito Federal, com previsão de término em abril de 2020, no aniversário de Brasília.

3. Contratação de serviços para a qualificação dos catadores de materiais recicláveis.

4. Contratação de consultoria especializada via CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos) e FINATEC (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos) para elaboração do diagnóstico da contaminação e proposta de remediação do lixão da Estrutural e de sua área de influência no âmbito do Projeto CITInova.

5. A SEMA mobilizou, monitorou, avaliou as atividades e orientou a implementação da coleta seletiva nos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal, com as seguintes ações: coordenação e apoio à constituição de 80 (oitenta) Comissões Gestoras da Coleta Seletiva Solidária - CGCSS nos órgãos do GDF, representando 81% dos órgãos; capacitação de 463 (quatrocentos e sessenta e três) servidores da Administração Direta e Indireta, via Escola de Governo e palestras, nos próprios órgãos, sobre a gestão de resíduos nas entidades públicas; apoio à implementação do Sistema de Gestão da CSS do Distrito Federal, E-COLETA, em que gerencia a CSS na administração pública do DF, contando com 343 (trezentos e quarenta e três) servidores públicos (usuários) cadastrados; capacitação de 204 (duzentos e quatro) servidores, em 3 cursos, com a temática Sustentabilidade na Administração Pública (A3P) e CSS.

6. Publicação da PORTARIA CONJUNTA Nº 04/2019 - SEMA/SES/DF LEGAL/BRASÍLIA AMBIENTAL, que estabelece diretrizes para a fiscalização de resíduos sólidos e para a análise de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Distrito Federal, objetivando dinamizar a execução das ações e evitar sobreposição de competências.



Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado do 1º Ano	Alcançado do 1º Ano	Desejado do 2º Ano	Alcançado do 2º Ano	Desejado do 3º Ano	Alcançado do 3º Ano	Desejado do 4º Ano	Alcançado do 4º Ano	Fonte
1631 - AÇÕES IMPLEMENTADAS NO PROJETO "CULTIVANDO ÁGUA BOA"	UNIDADE	0	31/12/2016	ANUAL	1	2	2	0	3	0	3	6	SEMA/ UO 2110 1 / OE 2 / UO 2110 1 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Atividades: Aliança do Descoberto e Microbacia do Guariroba. 2017 - Em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do Conselho de Recursos Hídricos foram direcionados, no exercício de 2017, para a resolução do problema. 2018 - No ano de 2018, em decorrência de atraso na contratação de instituição para a realização dos "Serviços técnicos especializados para apoiar a implantação de boas práticas agrícolas, desenvolver pesquisas e inovações que colaborem para uma melhor gestão, entendimento e intervenção nas bacias do Descoberto e do Lago Paranoá" no âmbito do Projeto GEF, onde estão previstas oficinas de Cultivando Água Boa, nenhum resultado foi alcançado nesse ano, contudo a contratação ocorreu em 08/01/2019. 2019 - 12 oficinas para mobilização comunitária nas bacias do Descoberto e Paranoá; Diagnósticos para fins de conservação ambiental e aprimoramento de boas práticas conservacionistas em 20 propriedades nas bacias do Descoberto e Paranoá; Implantação de 4 hectares de Sistemas Agroflorestais mecanizados; Capacitação de 80 agricultores e multiplicadores em SAFs mecanizados; Aquisição de dois implementos customizados; definição de "Índice de Sustentabilidade de Bacia Hidrográfica" nas bacias alvo.</p>													
1630 - AÇÕES PARA ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS	UNIDADE	-	31/12/2016	ANUAL	2	3	3	0	4	2	5	2	SEMA/ UO 2110 1 / OE 2 / UO 2110 1 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Aprovação de três resoluções: 01, 02 e 03 pelo CRH em 2016 2017 - Em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do Conselho de Recursos Hídricos foram direcionados, no exercício de 2017, para a resolução do problema. 2018 - No ano de 2016 foram aprovadas as resoluções 01,02 e 03 CRH DF 2016 referentes ao tema. No ano de 2017 em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do CRH DF foram direcionados para a resolução desse problema. No ano de 2018 foi retomado o Grupo de Trabalho previsto na Resolução nº 02 de 2014 do CRH DF, responsável pelo acompanhamento das atividades de enquadramento, tendo sido publicada, no dia 7/12/2018, a Resolução nº 03/2018 do CRH DF, que alterou o prazo de algumas atividades prevista 2019 - Acompanhamento das atividades de enquadramento dos corpos d'água superficiais do DF, conforme Resoluções nº 02/2014 e nº 03/2018 do CRH, e aprovação da Resolução 03/2019 que altera o prazo de atividades previstas e dá outras providências; Aprovação da Resolução nº 02/2019, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho - GT tendo com o objetivo a consolidação do Monitoramento das Chuvas, da Qualidade e Quantidade de Águas do DF prevista nas Resoluções citadas.</p>													
1694 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DE 3 INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA CLIMÁTICA DO DF	UNIDADE	0	31/12/2017	ANUAL	-	-	1	0	2	0	-	3	SEMA/ UO 2110 1 / OE 03 / UO 2110 1 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Sem índice desejado para 2016. 2017 - O processo para elaboração dos Projetos Executivos foi encaminhado à NOVACAP em Agosto de 2017 para aproveitamento de instrumento contratual daquela Unidade, mas não foi possível a contratação em tempo hábil. 2018 - Em 2017 e 2018 não foram identificados registros de execução ou entregas concretas de instrumentos que permitam relatar o progresso. No entanto, frente à necessidade de atualização e refinamento da base de dados, foi possível identificados esforços para mobilização de recursos e identificação de parceiros e elaboração de termos de referência para contratação de serviços, visando à realização da meta prevista. 2019 - Houve modificação para Política Distrital de Incentivo à Geração e ao Aproveitamento de Energia Solar, Eólica e de Biomassa e à Cogeração (Lei n.6274/2019), o que ampliou as diretrizes e orientações do Programa Brasília Solar. Neste contexto foram realizadas as seguintes ações: Criação do Brasília Solar (2018); Atualização da política distrital de incentivo à geração de energias renováveis, Lei 6274/2019; Atualização e validação metodológica do inventário de clima do DF.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurador	Periodicidade	Desejado do 1º Ano	Alcançado do 1º Ano	Desejado do 2º Ano	Alcançado do 2º Ano	Desejado do 3º Ano	Alcançado do 3º Ano	Desejado do 4º Ano	Alcançado do 4º Ano	Fonte
1641 - TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1/BNDES	%	-	31/12/2026	ANUAL	-	-	10	-	40	56,2	100	55,5	SEMA/ UO 21101 / OE 4 / UO 21101 / OE 4

Justificativa: 2016 - Sem índice desejado para 2016.

2017 - Esse indicador foi substituído pelo 1751 e será objeto de revisão na Lei do PPA

2018 - O Projeto de Desativação do Lixão da Estrutural tornou-se um dos projetos prioritários de realização.

2019 - A SEMA está executando o Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável 13.2.0402.1 celebrado entre GDF e o BNDES. As obras iniciadas em abril de 2018 estão em andamento e com previsão de término em abril de 2020, com a previsão de inclusão de até 2160. O GDF por meio do SLU celebrou 29 (vinte e nove) contratos para prestação de serviços de coleta seletiva e triagem de resíduos sólidos promovendo a inclusão de 1.199 catadores de materiais recicláveis.

1693 - TAXA DE PARQUES COM PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES IMPLANTADOS	UNIDADE	-	31/12/2016	ANUAL	04	5	08	0	12	0	16	8	SEMA/ UO 21101 / OE 01 / UO 21101 / OE 1
--	---------	---	------------	-------	----	---	----	---	----	---	----	---	--

Justificativa: 2016 - Instalação e Comitê Gestor e Decreto de criação para escolha de cinco parques; Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Três Meninas, Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Parque Ecológico Ezequias Heringer.

2017 - A política de implantação do Programa Brasília nos Parques impõe várias atividades, as quais ao longo de 2017 foram continuadas principalmente nos cinco parques: Parque Ecológico Águas Claras, Três Meninas, Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Ezequias Heringer, objeto de cumprimento da Meta de 2016. Desta forma, foi verificado que o indicador ora apresentado pela SEMA não condiz com a melhor forma de mensuração da política. Será proposta alteração do indicador.

2018 - A política de implantação do Programa Brasília nos Parques impõe várias atividades, as quais ao longo de 2017 foram continuadas principalmente nos cinco parques: Parque Ecológico Águas Claras, Três Meninas, Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Ezequias Heringer, objeto de cumprimento da Meta de 2016. Desta forma, foi verificado que o indicador ora apresentado pela SEMA não condiz com a melhor forma de mensuração da política. Será proposta alteração do indicador.

2019 - O Programa Brasília nos Parques foi criado em 2016, pelo Decreto nº 37.115, de 15 de fevereiro de 2016 sob a coordenação da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema-DF). O objetivo é estimular o uso das Unidades de Conservação da Categoria Parques Distritais pela população. Atualmente 8 Parques Distritais em um universo de 72 são atendidos pelo Programa.

1626 - TAXA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO VIRADA DO CERRADO	%	-	31/12/2016	ANUAL	6	7	7	7	9	4,9	10	3,5	SEMA/ UO 21101 / OE 1 / UO 21101 / OE 1
--	---	---	------------	-------	---	---	---	---	---	-----	----	-----	---

Justificativa: 2016 - O projeto Virada no Cerrado foi um sucesso. Contou com a participação aproximada de 200 mil pessoas.

2017 - Foram envolvidas 30.000 (trinta mil) pessoas diretamente e 200.000 (duzentas mil) pessoas indiretamente.

2018 - A Virada do Cerrado é atualmente o principal Programa de Educação Ambiental da SEMA, voltado para a sensibilização e envolvimento da sociedade com os temas ambientais e de sustentabilidade. Em 2018 mais de 12 mil pessoas participaram das atividades durante a Virada do Cerrado. As 13 RAs participantes do Distrito Federal mostraram maior engajamento e reafirmaram seu importante papel na sensibilização da população nessa pauta referente ao tema Resíduo Sólidos, com enfoque na Coleta Seletiva.

2019 - Em 2019 a nomenclatura do Projeto passou a atender o nome oficial que determinado pela Lei 4.939 de 19 de setembro de 2012 como "Semana do Cerrado". Foram realizados 4 eventos de educação ambiental em Unidades de Conservação Distritais, 17 palestras, 2 exposições de arte e 1 passeio noturno no Zoológico de Brasília, além de grande exposição midiática espontânea, atingindo diretamente cerca de 6.000 pessoas e indiretamente cerca de 100.000.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
----------------	-----	--------------------	-----------	-----------

2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	93000,0	70158,00	49768,54	42970,66
8542 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	93000,0	70158,00	49768,54	42970,66
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	93000,00	70158,00	49768,54	42970,66

FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA: O Decreto nº 24.193/2003 cria o Programa Reintegra Cidadão, dirigido aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com o objetivo de lhes propiciar oportunidades no seu processo de ressocialização e inserção social, pelo aprendizado de novas técnicas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado.

O referido Decreto determina que o Programa seja executado por intermédio de contratos a serem firmados entre os diversos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, atualmente, vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal.

A referida Fundação tem a finalidade de desenvolver programas que oportunizem aos sentenciados no seu processo de ressocialização a inserção social pelo aprendizado de novas práticas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado. Assim, propõe-se o oferecimento de vagas dentro do programa de ressocialização de sentenciados, que se dará por intermédio daquela FUNAP.

A contratação da FUNAP, além do benefício social, gera economia significativa aos cofres públicos, considerando que a contratação de sentenciados é mais vantajosa, do ponto de vista orçamentário-financeiro, em detrimento à contratação de uma empresa prestadora deste tipo de serviços, conforme tabela abaixo, em alguns dos cargos propostos, e, além disso, busca a participação deste Órgão, no que concerne à reintegração social do sentenciado, dando a sua parcela de contribuição, enaltecendo a responsabilidade social.

A fim de atender as necessidades desta Secretaria de Estado do Meio Ambiente, na execução de serviços relacionados às atividades elencadas no artigo 2º, do Decreto nº 24.193, de 05/11/2003, a FUNAP deverá disponibilizar até 04 (quatro) reeducandos, sob demanda.

Todos os reeducandos receberão a bolsa ressocialização de nível I.

Portanto, o valor do contrato, considerando a estimativa de até 04 (quatro) reeducandos, incluindo a bolsa ressocialização, custos operacionais, auxílio transporte e auxílio alimentação serão de R\$ 6.658,56 (seis mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) mensais e R\$ 79.902,72 (setenta e nove mil, novecentos e dois reais e setenta e dois centavos) anuais.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	20908,0	49150,00	41617,48	41617,48
0017 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	20908,0	49150,00	41617,48	41617,48
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	356000,0	322480,00	267721,71	267721,71

7206 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	356000,0	322480,00	267721,71	267721,71
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	376908,00	371630,00	309339,19	309339,19

CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA:

Decreto nº 40.208, de 30 de outubro de 2019, que regulamenta a Lei Complementar nº 952, de 16 de julho de 2019, que tratou, por sua vez, de alterar a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, no que concerne à substituição da Licença-Prêmio por Assiduidade (LPA) pela licença-servidor.

Os lançamentos inseridos na folha de pagamento a partir do mês de novembro/2019, versão 17 (50 - ATIVO-RPPS FINANCEIRO), foram calculados de acordo com a Decisão nº 5590/2015 (31050307) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), itens VI, "d", e VII, "b".

Destacamos que os lançamentos estão de acordo com o art. 7º do Decreto nº 40.208, de 2019, e, ainda, que foram confirmados por meio da soma da incidência de base de cálculo 1 das rubricas ID 1 e ID 4, constantes na tela PAGMAN35 (04- OUTRAS PREVIDÊNCIAS) no SIGRH, na referência equivalente ao último mês de exercício do servidor, e também os aposentados que recebiam abono de permanência tiveram a alínea incluída na base de cálculo. Quantidade de Servidores: 8 e Valor Total: R\$ 20.868,53 (vinte mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos).

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	2340,00	0	0
5365 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	2340,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	13900000,0	13900000,00	12621725,89	12621725,89
8747 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	13900000,0	13900000,00	12621725,89	12621725,89
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	451000,0	485133,00	458122,11	458122,11
9572 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	451000,0	485133,00	458122,11	458122,11
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	547524,0	1323717,00	1221961,05	1116495,08
9661 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	547524,0	1323717,00	1221961,05	1116495,08
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	49000,0	71875,00	47185,73	43185,73

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5174 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	49000,0	71875,00	47185,73	43185,73
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5000,0	0,0	0	0
5824 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	14962524,00	15783065,00	14348994,78	14239528,81

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

A aquisição de equipamentos estabilizadores eletrônicos de tensão elétrica, tem objetivo de atender demanda de dispositivos estabilizadores de tensão elétrica para os computadores e equipamentos elétricos de TI da SEMA, e visa a prover energia com segurança a equipamentos sensíveis a interrupção de fornecimento de energia elétrica, ainda que momentânea, e a proteger equipamentos contra flutuações de tensão e surtos elétricos presentes na rede normal, impedindo danos aos equipamentos. Em outras palavras, os dispositivos a serem adquiridos têm função de evitar oscilações da corrente elétrica que alimentam os equipamentos neles conectados.

Os quantitativos estimados baseiam-se em levantamento de necessidades atuais desse tipo de equipamento para a SEMA. O ideal é que tenha 01 (um) estabilizador para cada computador ou periférico de TI que necessite alimentação elétrica. Porém, na realidade atual, a SEMA dispõe 01 (um) estabilizador para cada 02 (dois) computadores. Esse cenário sobrecarrega o estabilizador, o que o coloca em risco de eventual pane elétrica. Este processo de aquisição está previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2019-2022 desta Secretaria, sob o prisma do Objetivo Estratégico de TI nº 01 - Garantir atualização e adequação constante da infraestrutura de TI e Objetivo Estratégico nº 05 - Aprimorar a segurança e a disponibilidade de dados e informações, com previsão na Perspetiva Infraestrutura e Perspetiva Segurança da Informação, Metas (OETI01.M01) - e (OETI05.M02), estando este projeto, portanto, alinhado à estratégia de TI desta Secretaria; Ademais, a correta utilização dos recursos de tecnologia contribui para um ambiente institucional moderno e seguro integrando as ações de todos os setores, fazendo da informatização um fator crítico de sucesso institucional. A aquisição obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações posteriores, bem como demais normativos constante no Instrumento Convocatório. Natureza de Despesa: 44.90.52 (Equipamentos e Material Permanente). Subitem: 30 - Fonte de Recursos: 100.Valor: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

I. Atuação nos Concelhos:

1. O Conselho de Meio Ambiente (Conam) do Distrito Federal, em 2019, realizou 5 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, com destaque para os resultados: 9 decisões, em que aprovou a continuidade do processo de licenciamento ambiental do Condomínio Quinhão Quadra 16 e do processo de licenciamento ambiental do Condomínio Verde, constituiu a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos e a Câmara Técnica de Mudança do Clima; a Câmara Julgadora de Autos

de Infração do Conam (CJAI), terceiro e último recurso dos processos de auto de infração, julgou 62 processos este ano.

2. A SEMA é o órgão que responde pelos recursos dos autos de infrações ambientais em segunda instância. Durante o exercício de 2019, a SEMA movimentou 5.165, autos de infração ambiental, com a emissão de 930 pareceres, resultando em uma arrecadação aos cofres do Tesouro Distrital no valor aproximado de R\$ 2.000.000,00, a serem recolhidos em até 60 meses.

3. A SEMA-DF é a secretaria executiva do Conselho de Recursos Hídricos – CRH, onde acompanha, através da Câmara Técnica Permanente de Assessoramento (CTPA) as atividades de enquadramento dos corpos d'água superficiais do DF, conforme Resoluções 02/2014 e 03/2018 do CRH; realiza a atualização das metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão; analisa a destinação dos recursos provenientes desse programa; participa nas discussões, com o objetivo de consolidação do Sistema de Monitoramento das Chuvas, da Qualidade e Quantidade de Águas do DF.

Em 2019, a SEMA-DF passou a gerir o Programa Brasília Capital das Águas, que estava sob a responsabilidade da Casa Civil, reforçando, com isso, ações com foco ambiental. O Programa tem como objetivo geral promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioproductiva da população do Distrito Federal, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. O foco é na segurança hídrica e na reabilitação ambiental, por meio do incentivo ao uso sustentável da água na agricultura e da liberação da orla do Lago Paranoá. Em abril de 2019, foi criado o GT do Programa, composto por Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Economia, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Emater e Ibram, para revisão do projeto. Foi criado, também, um GT no âmbito da Sema, para revisão da parte ambiental.

II. Incremento orçamentário

Para incrementar o seu orçamento, a SEMA-DF vem trabalhando em articulações para o desenvolvimento de projetos através do estabelecimento de parcerias e captação de recursos, e realizou as seguintes ações:

1. Assinado Memorando de Entendimento para cooperação técnica entre a região da Boêmia do Sul, na República Tcheca, e Distrito Federal para intercâmbio de informações e tecnologia nas temáticas água-alimento-energia, no âmbito do Programa de Cooperação Urbana Internacional da União Europeia. Tal cooperação não prevê transferência de recursos financeiros. Realizada viagem de missão brasileira na República Tcheca, em abril de 2019, e visita de delegação Tcheca ao Brasil, em junho de 2019, resultando na identificação de temáticas de interesse comum entre as regiões. Detalhadas as atividades a serem realizadas, em um plano de ação conjunto.

2. A SEMA, em cooperação com o Global Environmental Facilities (GEF), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a ONU Meio Ambiente (PNUMA) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), desenvolve o Projeto GEF – CITInova "Promovendo Cidades Sustentáveis no Brasil através de planejamento urbano integrado e de investimentos em tecnologias inovadoras", financiado pelo GEF, desde meados de 2018, com previsão de término em 2022. Em 2019, foi realizada a revisão do Projeto.

III. Outras ações relevantes

· A SEMA-DF, durante o ano de 2019, realizou o diagnóstico da estrutura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento e tratamento do esgoto doméstico urbano, e da rede de drenagem pluvial. Este diagnóstico servirá de base para a criação do Programa Reúso DF, que tem como objetivo geral incentivar uso sustentável da água através de Sistemas de Reúso de Águas Cinzas, SRAC, e de Sistemas de Aproveitamento de Águas Pluviais, SAAP, na área

urbana do Distrito Federal, bem como fomentar a inovação tecnológica pra este seguimento econômico, na forma de financiamento através de linha de credito para infraestrutura e saneamento básico disponibilizada por instituição financeira oficial Distrital.

· No que concerne à Governança Pública, a SEMA instuiu o seu Comitê Interno de Governança, melhorando as ações de transparência pública, o que resultou no alcance de 100 por cento de suas metas de transparência ativa em 2019, junto à Controladoria-Geral do Distrito Federal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

1. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

I. A análise das realizações.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, durante o exercício das atividades do ano de 2019, pautou-se por três eixos fundamentais de ações a saber:

I. Fortalecimento das estruturas de Governança, Gestão e Compliance Públicas;

II. Desenvolvimento de Políticas Públicas estruturantes;

III. Fortalecimento das ações estratégicas no âmbito da política ambiental.

No que concerne à Governança Pública, a SEMA instituiu o seu Comitê Interno de Governança, melhorando as ações de transparência, integridade, ética e compliance pública, o que resultou no alcance de 100 por cento de suas metas de transparência ativa em 2019, junto à Controladoria-Geral do Distrito Federal.

Em 2019, relativamente ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, SIGREH-DF, e à Gestão Territorial, a SEMA focou em ações visando ao enfrentamento de seus principais desafios, quais sejam, a escassez hídrica, a expansão urbana e o desmatamento predatório da vegetação típica do cerrado, definindo, para tal, sete grandes estratégias: segurança hídrica, uso racional da água, planejamento, governança e gestão das águas, implantação do Zoneamento Ecológico Econômico, Licenciamento Ambiental Integrado e recategorização de Unidades de Conservação da Natureza.

Dentro da estratégia de segurança hídrica, podemos citar entre as ações mais relevantes realizadas para a produção de água: implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) mecanizados em 20 ha nas bacias do Descoberto e Paranoá; capacitação de 80 produtores rurais, extensionistas e multiplicadores em SAFs mecanizados; e o diagnóstico de 20 propriedades rurais, com montagem de planos de implementação de boas práticas agrícolas nessas duas bacias hidrográficas.

Com relação ao uso racional da água, podemos mencionar importantes ações em curso, inclusive tecnologias inovadoras, tais como: implementação do Programa Poupa DF, que visa à redução progressiva do consumo de água nas edificações públicas, por meio de ações planejadas, gerando e consolidando uma cultura do uso eficiente da água; e realização de 12 oficinas utilizando a metodologia Cultivando Água Boa, objetivando a sensibilização e mobilização comunitária em sub-bacias do Descoberto e Paranoá.

Para uma adequada gestão das águas do território é fundamental o estabelecimento de políticas públicas e diretrizes, bem como a integração de ações entre os diversos atores, visando à sinergia e ao fortalecimento das instituições que atuam nas Bacias Hidrográficas do DF.

Conjuntamente ao reforço dos instrumentos de gestão do SIGREH-DF, a SEMA vem desenvolvendo e implementando ferramentas de governança para subsidiar as tomadas de decisões, fortalecendo as iniciativas que dialogam com os esforços distritais para implementação da Agenda 2030/ONU e a participação social. Neste sentido, a SEMA estabeleceu o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) do sistema Produtor de Água da Bacia do Descoberto, entre 20 instituições (governo e sociedade civil), buscando a potencialização das ações na bacia hidrográfica e evitando, ao mesmo tempo, a superposição de esforços na gestão compartilhada da água. Fortaleceu, ainda, a participação no Programa Produtor de Água do Pipiripau, que congrega 17 instituições do governo e da sociedade civil, incluindo o Pagamento por Serviços Ambientais e tem sido de grande importância para a gestão do conflito de usos naquela bacia hidrográfica. A governança do SIGREH-DF também tem reforçado a participação ativa do Conselho de Recursos Hídricos e a participação do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF e a assinatura do ACT de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal, entre a SEMA-DF e a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério da Integração Regional.

No que tange a gestão territorial, a SEMA está em fase de implantação do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA). Esse sistema representa um dos maiores legados da atual gestão. Será acessível a analistas de meio ambiente, gestores, sociedade civil e pesquisadores, numa base aberta, com diferentes níveis de acesso da informação. Atualmente, a base conta com 250 arquivos vetoriais – devendo ser ampliada. O sistema trará agilidade ao ato do licenciamento ambiental.

Para dar consecução a suas atribuições de conservação e preservação do Cerrado, a SEMA-DF vem desenvolvendo 6 ações integradas, voltadas à recuperação de áreas degradadas do Bioma, bem como a convivência cultural, social e ambiental, a proteção e conservação da fauna e a defesa dos direitos dos animais, a recuperação, manutenção e convivência nas Unidades de Conservação distritais, além da gestão de riscos climáticos e o incentivo ao uso da energia solar. Além disso, a SEMA está desenvolvendo ações de recuperação do Cerrado por meio da implementação das estratégias, instrumentos e propostas para a sua recomposição, através do Plano Recupera Cerrado, instituído pela Portaria nº 109, de 2017. Para tanto, a SEMA está realizando a identificação das condições legais, financeiras, institucionais e sociais necessárias para promover a recomposição das áreas desmatadas e degradadas, de forma a transformá-las em ambientes resilientes e capazes de proporcionar segurança hídrica, econômica e alimentar, bem como salvaguardar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos associados, promovendo os produtos e subprodutos florestais do Cerrado, e mitigar as mudanças climáticas.

No que concerne a atuação da SEMA na gestão ambiental urbana, a Secretaria tem formulado regulamentações em harmonia com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, visando ao fomento, à identificação, articulação e formalização de parcerias junto a setores governamentais distritais e federais, instituições de pesquisa e da sociedade civil organizada, voltados à política de resíduos sólidos e saneamento ambiental, por meio de formulação de políticas e programas voltados à geração de oportunidades para a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal. Tem realizado, ainda, o acompanhamento, articulação e contribuições aos sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A SEMA coordena a implantação da Central de Triagem e de Comercialização de Materiais Recicláveis para a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis, bem como o planejamento, organização, implantação e monitoramento da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos públicos do Governo do Distrito Federal.

II. Dificuldades encontradas e problemas que interferiram na execução dos programas.

Para a execução das atividades no ano de 2019, as dificuldades enfrentadas estão relacionadas principalmente à falta de estrutura adequada de pessoal e equipamentos, e ao contingenciamento na execução orçamentária. Nota-se, em especial, que o quadro de pessoal, possui o número reduzido de técnicos e tem se mostrado inadequado para a vasta gama de atribuições e responsabilidades da SEMA. Houve atraso na liberação do repasse dos recursos financeiros advindos do BNDES para custeio do Convênio 02/2016, que trata da construção das centrais de triagem e central de comercialização de recicláveis, exemplo de gargalo que devemos superar. Além dessas dificuldades, tem-se também a escassez de recursos financeiros para gestão das 96 Unidades de Conservação da Natureza e a ausência de parcerias público-privadas que gerem receita para a manutenção e o desenvolvimento, especialmente, dos Parques Distritais. Importa ainda observar que a SEMA tem grande potencial de captação de recursos externos, junto a entidades de financiamento e cooperação internacional. Tal potencial, no entanto, vê-se frustrado diante da Capacidade de Pagamento (CAPAG) atual do GDF.

III. Perspectivas para o ano de 2020.

Para 2020, a SEMA objetiva ampliar seu quadro de pessoal técnico e de estagiários, e reduzir o contingenciamento em seu orçamento, visando à/ao:

- Implantação de sistema de compliance e integridade na governança pública, treinamento de seus servidores em programas de compliance, integridade corporativa públicos e elaboração de código de ética da SEMA;
- Elaboração de sistema informatizado para gestão e acompanhamento do Programa Poupa DF, para melhor aferir os resultados do consumo de água e do status quanto ao cumprimento das metas de redução de consumo a serem definidas entre os diversos órgãos públicos que compõem o GDF;
- Elaboração do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Implantação do Programa Reúso DF, como ferramenta de educação ambiental na redução do consumo de água potável para fins menos nobres nas edificações comerciais e residências, bem como para a redução do volume de água pluvial conduzida para a rede de macro e microdrenagem urbana;
- Desenvolvimento de ações de fiscalização da destinação dos resíduos sólidos em toda a cadeia produtiva, desde os resíduos domiciliares, os dos grandes geradores, os perigosos e os sujeitos à Logística Reversa;
- Campanha para difusão dos serviços de coleta seletiva e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, gerando maior participação da população no processo prévio de separação dos resíduos, visando à melhoria na qualidade e quantidade de materiais recicláveis destinados às instalações de recuperação de resíduos sólidos;
- Novas estruturas físicas, equipamentos, assistência técnica e capacitação para geração de emprego e renda para catadores de materiais recicláveis e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos no âmbito do Distrito Federal;
- Estruturação de modelo de gestão integrada de resíduos sólidos no DF, com definição clara e objetiva das responsabilidades, atribuições legais, condições de operação, sustentabilidade das ações e gerenciamento dos serviços para atuação coordenada dos entes públicos e privados;
- Redução da área de Cerrado queimada por incêndios florestais;
- Execução do projeto de recuperação ambiental na orla do Lago Paranoá;

- Fortalecimento da implementação de hortas comunitárias urbanas;
- Desenvolvimento de instrumentos para viabilizar a gestão compartilhada das UCs e cessão onerosa de uso de espaços dentro das UCs.
- Aumento da qualidade das estruturas necessárias para gestão das UCs e uso público sustentável;
- Maior envolvimento dos órgãos públicos parceiros do Brasília nos Parques, fortalecendo a adesão da comunidade nas atividades propostas;
- Fortalecimento da qualidade das infraestruturas necessárias para o uso público nas UCs, bem como implantação dessas infraestruturas nas Unidades que ainda não possuem qualquer condição de uso público;
- Conclusão do Sistema Integrado de Informações Ambientais, SISDIA.

21106 - JARDIM BOTANICO DE BRASILIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O nascimento do Jardim Botânico de Brasília pode ser compreendido como resultado do espírito empreendedor de seus criadores, comprometidos com o desenvolvimento das diversas áreas de atividades para a consolidação do Distrito Federal. A sua constituição resultou da aspiração natural de uma sociedade interessada na preservação do meio ambiente, assim como na conveniência de dominar os conhecimentos sobre o bioma Cerrado. Compreensivelmente, os primeiros passos para alcançar tal objetivo enfrentaram as dificuldades naturais de uma cidade em formação que se encontrava ainda nos respectivos alicerces. O projeto contou com a presença da bióloga Cilúlia Maury, que, na condição de integrante dos quadros da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, orientou os princípios para a criação do que hoje é o Jardim Botânico de Brasília - JBB. Releva notar igualmente a importância da assessoria oferecida pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro no esforço de instituir uma unidade de conservação em Brasília, no atendimento a uma das últimas obras projetadas no Plano Piloto, pelo arquiteto Lúcio Costa.

O projeto a ser implantado no Distrito Federal contou com a experiência do ecólogo Pedro Carlos de Orleans e Bragança, cuja origem remontava aos tempos da coroa imperial brasileira, responsável pela implantação do Jardim da Aclimação que posteriormente resultou renomeado como Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com os encantos que ainda perduram, em condições de servir de modelo para obras semelhantes.

Os membros da Comissão responsável pela elaboração do Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília avaliaram diversos locais para sediar o JBB, como a região da Metropolitana nas cercanias do Núcleo Bandeirante, Granjas Oficiais, uma área às margens do Ribeirão do Torto, a área da Estação Florestal Cabeça de Veado e outras menos representativas. Concluíram que, ao contrário do Projeto de Lúcio Costa, o melhor local para abrigar o Jardim Botânico de Brasília seria a Estação Florestal Cabeça de Veado - EFCV, administrada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, situada no Setor de Mansões Dom Bosco do Lago Sul, em terras pertencentes à TERRACAP e com área de 526 ha.

Segundo a Comissão, a área apresentava vegetação característica, com várias fitofisionomias do Cerrado, possuía infraestrutura capaz de funcionar como núcleo inicial, com luz, telefone, abundância de água, pela presença do Córrego Cabeça de Veado, topografia ideal e distância razoável do centro de Brasília. Como uma estação de experimentação, a área abrigava práticas florestais, acompanhadas por pesquisadores do IBDF e da EMBRAPA, e um viveiro de produção de mudas. A Comissão enfatizou a importância de se preservar ao máximo a vegetação típica da área, bem como a necessidade de plantio de espécies representativas do bioma Cerrado existentes em outros estados brasileiros.

Assim, em 08 de março de 1985 foi criado o Jardim Botânico de Brasília. Por ocasião do evento de inauguração foi lançado um selo comemorativo pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, representado por um ramo de pequi, árvore-símbolo do JBB.

Em 1987, a área do JBB foi ampliada para 4.518 hectares, por força do Decreto nº 10.994/1997. Com a edição do Decreto nº 14.422, em 1992 foi criada a Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília - EEJBB, com a finalidade de promover a conservação de espécies nativas do bioma Cerrado. A EEJBB teve seus limites ampliados com o Decreto nº 17.277/1996. Considerando tratar-se de área de preservação integral, a EEJB é uma área proibida à visitação.



Galpão de apoio administrativo da Estação Florestal Cabeça de Veado, à época da inauguração do Jardim Botânico de Brasília - Foto de Rui Faquini.

A Lei Nº 528/1993, transformou o Jardim Botânico de Brasília – JBB em órgão relativamente autônomo da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

O Decreto Nº 38.289 de 22 de junho de 2017, aprovou o Regimento Interno do Jardim Botânico de Brasília e definiu as seguintes competências:

I - desenvolver atividades, projetos e programas de conservação, preservação, pesquisa, educação e lazer orientados, relacionados ao meio ambiente;

II - proteger espécies silvestres, raras ou ameaçadas de extinção em âmbito local e regional, e resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III - assistir à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal na formulação de diretrizes para a implementação da política de meio ambiente do Distrito Federal, nas atividades que visam o aproveitamento sustentável, preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, e contribuindo para a implementação da Economia Verde com foco na erradicação da pobreza.

IV - manter bancos de germoplasmas para conservação de espécies ex situ e preservar reservas genéticas in situ;

V - promover a articulação e integrar diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração de ecossistemas em parceria com os gestores de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos;

VI - atuar como centro de referência para conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais e culturais do Cerrado;

VII - promover o intercâmbio científico, técnico e cultural com outros jardins botânicos, entidades afins e órgãos nacionais e internacionais;

VIII - promover a pesquisa, a conservação e a preservação ambiental na perspectiva de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

IX - promover ações no sentido de captar recursos financeiros junto a organismos governamentais e não governamentais, empresas da sociedade civil, entre outras fontes de recursos, com o intuito de desenvolver as políticas, planos, programas, projetos e atividades de sua responsabilidade e atribuição, bem como a programas de fomento às pesquisas técnico-científicas para o aproveitamento sustentável do bioma Cerrado;

X - incentivar, junto à sociedade civil, a ampla difusão – educação ambiental - das pesquisas e práticas relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, despertando o interesse coletivo para a causa ambiental e o valor dos conhecimentos tradicionais das populações do Cerrado;

XI – apoiar os demais órgãos do Governo do Distrito Federal no tocante a projetos governamentais de caráter socioambientais, educacionais, turísticos, econômicos e outros temas afins; e

XII - administrar a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília - EEJBB e fiscalizar a aplicação e implantação do seu Plano de Manejo, bem como do Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília.

Para a consecução de sua finalidade, o Jardim Botânico de Brasília, poderá:

I - estabelecer relações de parceria mediante assinatura de convênios, contratos, acordos e outros ajustes, com entidades públicas, privadas e do terceiro setor, nacionais e internacionais, em áreas de sua competência e de sua missão institucional;

II - promover e participar da articulação com os órgãos públicos, instituições financeiras, organizações não governamentais, instituições de ensino e com a iniciativa privada, para a concretização de suas atribuições, planos, programas, projetos e atividades estabelecidos;

III - propor formas de cooperação entre os órgãos públicos, privados e sociedade civil para a realização dos objetivos da gestão da Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília;

IV - promover a articulação com as Administrações Regionais circunvizinhas, cujas atividades possam interferir nos objetivos do Jardim Botânico de Brasília e Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília e nos recursos naturais nelas existentes, com o propósito de compatibilizar as diretrizes, planos e programas dessas Regiões Administrativas com as necessidades de conservação da EEJBB e JBB;

V - integrar grupos de trabalho interinstitucionais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	6	1	3	0	10
Comissionados sem vínculo efetivo	14	35	0	0	49
Requisitados de órgãos do GDF	2	1	0	0	3
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	10	10
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	1	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	22	37	3	11	73
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	1	0	1

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Total Geral	22	37	2	11	72

Das 72 pessoas lotadas em todas as áreas no JBB, 10 são estagiários nas áreas de arquitetura (1), engenharia florestal (1) e biologia (8).

Considerando o caráter efêmero da permanência desses colaboradores e o tempo necessário de adequação de novos estagiários às atividades típicas de um jardim botânico, vale ressaltar que, cerca de 15% da força de trabalho do JBB é transitória, comprometendo, sobremaneira, a continuidade dos projetos nos quais estão inseridos.

Em 2019, o JBB contou com 8 estudantes do Programa Jovem Candango. Com o término do contrato temporário de trabalho com o GDF, apenas 1 jovem continuava desenvolvendo atividades na área de Educação Ambiental. A expectativa para 2020 é de recompor, minimamente, o quantitativo anterior.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	5000,0	5000,00	0	0
0001 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO-- LAGO SUL	5000,0	5000,00	0	0
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	110000,0	565892,98	173914,25	169271,48
0001 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO JARIM CIÊNCIA- LAGO SUL	0	60000,0	58575,32	58575,32
0002 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- SISTEMA DE IRRIGAÇÃO NOS JARDINS DE COLEÇÕES VIVAS- LAGO SUL	0	260000,0	0	0
0003 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-- LAGO SUL	110000,0	245892,98	115338,93	110696,16
3000 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	201000,0	130907,02	126948,66	126948,66
0001 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO-- LAGO SUL	201000,0	130907,02	126948,66	126948,66
3008 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL	6000,0	6000,0	5783,98	5783,98
0001 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL-- LAGO SUL	6000,0	6000,0	5783,98	5783,98
4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	10000,0	10000,00	0	0
0001 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO-ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	10000,0	10000,00	0	0

3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	10000,0	10000,00	5257,54	5257,54
3445 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS- ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	10000,0	10000,00	5257,54	5257,54
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	342000,00	727800,00	311904,43	307261,66

Programa 6210 - Importante instrumento norteador do PPA 2016-2019, o Programa Temático INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, tem como objetivo geral, *assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras.*

GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO - Concebido para funcionar como centro de convergência, desenvolvimento e difusão de conhecimento sobre o bioma Cerrado, tem por missão subsidiar a construção de políticas públicas por meio da gestão e consolidação da informação e do fortalecimento institucional entre entidades governamentais e comunidade acadêmica, de pesquisa e entidades em gerais. Em 2019, o Centro de Excelência recepcionou importantes eventos técnicos e culturais, se consolidando assim como espaço de referência para as questões ambientais.



Dentro do projeto de implantação da Escola Superior do Cerrado - ESC nas instalações do CEEX, servidores do JBB foram capacitados pela Fundação Universidade Aberta de Brasília, instituição da Secretaria de Educação do Distrito Federal, parceira na condução da ESC. Os treinamentos discorreram sobre as metodologias ativas que serão adotadas no curso de graduação em Gestão Ambiental, que tem previsão de início em 2020.

PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA -

FISCALIZAÇÃO

O Complexo Ecológico compreendido pelo Jardim Botânico de Brasília e sua Estação Ecológica - EEJB está situado em meio à malha urbana em franca expansão, convivendo cada vez mais com as pressões decorrentes, entre as quais destacam-se a invasão da área por moradores, praticantes de ciclismo e caminhadas na área vedada ao público. É recorrente o uso indevido dos mananciais de água para recreação.

As estratégias de conservação da natureza passaram a requerer ações e instrumentos que considerassem todo o domínio ecológico do ecossistema protegido de forma a preservar não apenas a área legalmente delimitada, mas toda a rede de influências e interações ecológicas

que sustentam as condições ambientais da unidade de conservação. Em algumas situações, essas áreas de influência não foram respeitadas, sugerindo a sua vulnerabilidade, afetando significativamente a preservação dos atributos existentes na unidade.

Nesse contexto, o Jardim Botânico de Brasília tem adotado ações no sentido de inibir o acesso por pessoas desautorizadas visando a integridade dos ecossistemas da EEJBB, tais como:

- Instalação de placas informativas;



- Cercamento do perímetro da área da Samandi;



- Reparo semanal das placas de sinalização e cercamento; e
- Realização de rondas diárias para identificação de infratores e danos à EEJBB.

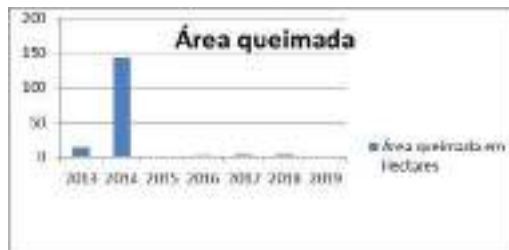
Em 2019, foram registradas 159 abordagens de pessoas não autorizadas utilizando a área da EEJBB, das quais 72 ciclistas, 64 banhistas e 23 pedestres.



As ações de fiscalização são desenvolvidas com o apoio do IBRAM e da Polícia Ambiental.

PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS

Devido às medidas protetivas de prevenção e o combate direto ao fogo, em 2019 não houve registro de incêndios florestais nas áreas da EEJBB e do Jardim Botânico de Brasília.



O JBB em parceria com a FAL/UnB a RECOR/IBGE, VI COMAR, e órgãos do GDF promovem, anualmente, antes do período de estiagem, ações preventivas, entre as quais se destacam o treinamento de brigadistas, a abertura de aceiro mecânico e negro, manutenção de equipamentos, treinamento de brigada voluntária, desenvolvimento de logística para atuação conjunta em caso de incêndio. Rotinamente, é realizada a checagem e reparo dos materiais destinados à prevenção em parceria com o CBMDF e o PREVFOGO, além de revitalização do prédio da Brigada do JBB.



Outra medida importante de combate aos incêndios florestais foi a instalação de uma caixa d'água de 45.000 litros, em parceria com a CAESB, no interior da EEJBB, com intuito de facilitar o abastecimento de viaturas, em caso de incêndio nas proximidades. Estima-se a redução em 2 horas do tempo de deslocamento das viaturas para reabastecimento.

Foram realizadas ações educativas nos pontos críticos nos arredores das Unidades de Conservação, a exemplo da blitz com a abordagem de 1.400 veículos e a simulação de situação de abandono do prédio da Escola Classe Jardim Botânico.

MONITORAMENTO DA FAUNA

O JBB possui uma fauna diversa, já registradas 93 espécies de répteis e anfíbios, 277 espécies de aves e 84 espécies de mamíferos, algumas delas presentes na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente e pela International Union Conservation of Nature, tais como a jaguatirica, jaguarundi, onça-parda, raposa-do-campo, lobo-guará, tamanduá-bandeira, veado-campeiro, jacupemba, rato-candango, entre outras.

Em 2019, dentro do Projeto de Monitoramento da Fauna Silvestre do JBB/EEJBB, foram listadas 54 espécies de mamíferos, aves e répteis, por meio de avistamentos diretos, observação em campo de pegadas e fezes, animais mortos e registros da câmera trap.



Ao longo do ano foram realizados 21 eventos de resgate, com 11 espécies distintas, as quais foram soltas em área de Cerrado na Estação Ecológica do JBB. As ocorrências de atropelamentos no JBB e áreas adjacentes totalizaram 23 registros, correspondentes a 15 espécies distintas.

O revigoramento populacional da fauna silvestre, em parceria com o Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS / IBAMA, tem por objetivo aumentar o número de indivíduos de determinadas espécies, favorecendo o fluxo gênico dentro da EEJBB. Em 2019 foram soltos 16 indivíduos, representantes de 6 espécies distintas de aves.

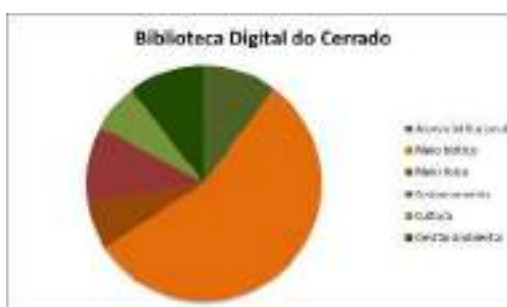
Como a disponibilidade de alimento é um dos principais fatores que atraem animais para as áreas de conservação, em 2019, teve início o Projeto de Manejo e Controle de Animais Domésticos dentro da EEJBB, com a produção e distribuição de cartilha informativa, sobre procedimentos de descarte dos resíduos e a importância da ação. Foram restaurados os contêineres, como forma de impedir o acesso dos animais.

O Acervo Científico da Classe Insecta do JBB é composto por 1.807 indivíduos que, além de proporcionar base para pesquisas voltadas aos invertebrados do Cerrado, tem por objetivo proporcionar aos visitantes um conhecimento das principais ordens dos insetos do bioma, em exposição no Espaço Ciências, local que abriga o conhecimento científico produzido no JBB. Em 2019, passou por revitalização, onde foram inseridas seis novas caixas entomológicas, representativas da diversidade de insetos do Bioma. O local recebeu ainda, exposição de Flora e Fauna do Cerrado, com coleção de animais silvestres taxidermizados, como lobo-guará, veado-catingueiro, siriema, onça pintada, cascavel, anta, ema, entre outros.



BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO

A Biblioteca Digital do Cerrado – BDC é um importante repositório estruturado em software livre e tem como finalidade dar suporte à pesquisa científica, artística e cultural sobre este bioma. Em 2019, a BDC atingiu os 1.001 títulos cadastrados, conforme previsto no Acordo de Cooperação Técnica - ACT firmado entre o JBB e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.



Com o objetivo de garantir a infraestrutura necessária à manutenção e ao gerenciamento dos dados da BDC, da Revista Heringeriana e do Aplicativo DF 100 Fogo, em 2019, foi realizada a aquisição de Servidor de Rede.

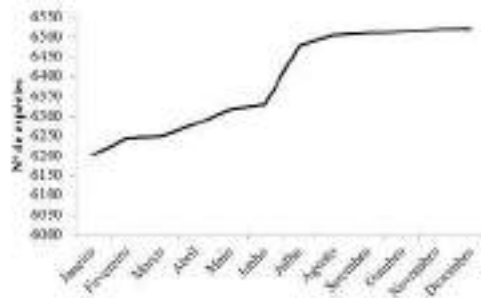
A disponibilidade de informações sobre diferentes áreas de conhecimento contribuirá para o reconhecimento, pelo público em geral, da importância do Bioma, tendo em vista ser caracterizado como hotspot de biodiversidade.

A Biblioteca Física do JBB conta hoje com 1.565 itens catalogados no software BibLivre

HERBÁRIO VIRTUAL

O Herbário Virtual Re flora é um projeto construído e gerenciado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sendo uma plataforma que abriga as imagens de plantas brasileiras que estão depositadas em herbários de outros países e imagens e dados de herbários nacionais. A partir deste projeto foi emprestada, ao Herbário Ezechias Paulo Heringer - HEPH, uma estação fotográfica para a digitalização do acervo, onde já estão cadastradas 18.261 *exsicatas*, de um total de 35.939 amostras físicas.

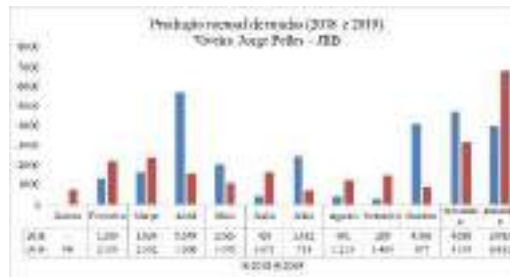
Em 2019, destaca-se o incremento de espécimes herborizados que compõem o acervo do HEPH, com o registro de mais 318 espécies da flora brasileira.



PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO

Em 2019 foram produzidas 30 mil mudas de espécies nativas do bioma Cerrado e de plantas ornamentais, totalizando 41 mil mudas no Viveiro Jorge Pelles - JBB. A diversidade das espécies produzidas foi superior a 150, distribuídas em 95 famílias botânicas. Parte das mudas foram destinadas à recuperação de áreas degradadas dentro da EEJBB e em outras propriedades públicas e privadas, à arborização urbana e ao paisagismo do Centro de Visitantes do JBB.

Com intuito de promover a conservação das espécies ameaçadas de extinção, o JBB manteve a produção de 20 espécies passíveis de serem desenvolvidas em viveiro.



RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Dando continuidade ao projeto de recuperação das cascalheiras da EEJBB, em 2019 foram plantadas 12 mil mudas nativas do Cerrado junto à incorporação de lodo de esgoto advindo da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1627 - TAXA DE CAPACITAÇÃO DE MENORES EM LIBERDADE ASSISTIDA	%	0	31/12/2017	SEMESTRAL	50	50	60	1	70	0	70	0	JBB / UO 21106 / OE 1 / UO 21106 / OE 1

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado do 1º Ano	Alcançada do 1º Ano	Desejado do 2º Ano	Alcançada do 2º Ano	Desejado do 3º Ano	Alcançada do 3º Ano	Desejado do 4º Ano	Alcançada do 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - O resultado estipulado para o primeiro ano foi alcançado em parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, através de ações educativas que compreendem a realização de oficinas de implantação de jardins, manutenção de hortas e paisagismo, a fim de propiciar Prestação de Serviços à comunidade, sendo capacitados 34 internos, que participaram de forma voluntária das atividades propostas.</p> <p>2017 - Foi renovada a parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Governo do Distrito Federal e o Jardim Botânico de Brasília - JBB. Esta parceria foi considerada muito eficaz por parte da UAMA. No entanto, em 2017, foi encaminhado apenas um adolescente para este Órgão.</p> <p>2018 - As taxas alcançadas ficaram aquém do planejado. O JBB recebe e realiza a capacitação dos menores encaminhados pelas UAMAS do Paranoá e de São Sebastião. Estas instituições, ligadas à SECRIANÇA, são as responsáveis pela triagem e encaminhamento dos menores para o JBB. Em 2018 as UAMAS não encaminharam os menores para capacitação. Apesar da previsão inicial, as ausências e a taxa de evasão prejudicaram a realização das atividades estabelecidas na parceria.</p> <p>2019 - Este Programa previu que o JBB receberia e realizaria a capacitação dos menores encaminhados pelas Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do Paranoá e de São Sebastião. A Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, órgão responsável pela triagem e encaminhamento dos menores, não procedeu ao estabelecido na Portaria Conjunta nº 12/2012, o que que impossibilitou a realização das atividades previstas e o alcance da meta por parte do JBB.</p>													
1643 - TAXA DE ÁREA DO JBB ATINGIDA POR INCÊNDIO	%	10	31/12/2014	ANUAL	8	2	6	1	4	0,5	2	0	JBB / UO 2110 6 / OE 5 / UO 2110 6 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - A meta foi superada (quanto mais próximo de um, melhor o desempenho do indicador) com o apoio de diferentes instituições e órgãos parceiros que disponibilizaram equipamentos e mão de obra para a realização de aceiros com máquinas e melhorias do acesso nas vias internas do JBB facilitando o tráfego de veículos para o combate e prevenção de incêndio florestal no Jardim Botânico de Brasília e ainda por meio de campanhas educativas junto a comunidade com o uso de aplicativo DF100FOGO</p> <p>2017 - A taxa de área atingida por incêndio no JBB tem sofrido um decréscimo significativo a cada ano. Destaca-se que, apesar da seca prolongada de 2017, apenas 1 hectare de área foi queimada no JBB. Como medida de prevenção, foram adquiridos, por meio de doação, equipamentos de combate a incêndios e realizados diversos tipos de aceiros, com o apoio dos órgãos: JBB, GAT, IBGE, FAL, 6º COMAR, PREVFOGO, CBMDF, DER, CIAB/Marinha.</p> <p>2018 - Desde o início da aferição do indicador, a área queimada tem ficado abaixo do previsto em virtude do trabalho preventivo de manutenção das estradas e de aceiros mecânicos no interior da área protegida, dos aceiros negros à margem da DF 001, e do treinamento da brigada do JBB e parcerias com brigadas das unidades de conservação. Em 2018 foi registrada a ocorrência de um único incêndio, com a queima de 2,5 ha, causado pela queda de um raio, fator não controlável pela equipe.</p> <p>2019 - Em virtude das medidas protetivas e ao combate direto dos focos identificados pela Brigada de Incêndio do JBB, os incêndios florestais registrados no Distrito Federal não atingiram as áreas do JBB e da EEJB, em nenhum dos seus 5.000 hectares de área protegida.</p>													
1642 - TAXA DE ÁREAS DEGRADADAS DO JBB EM RECUPERAÇÃO	%	0	31/12/2016	ANUAL	30	35	40	40	50	47,5	60	58	JBB / UO 2110 6 / OE 5 / UO 2110 6 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - A meta foi superada com o plantio de 40 mil mudas de árvores nativas do cerrado na antiga cascalheira da EEJBB e ainda o plantio de mais 90 mil mudas de árvores originárias de compensação florestal devida pela Secretaria de Estado de Mobilidade/DF.</p> <p>2017 - Foi realizado o plantio de aproximadamente 01 hectare com mudas de espécies nativas do bioma Cerrado devido pela NOVACAP, em Compensação Florestal pelas obras da Terceira Ponte (Ponte JK). O plantio consistiu de 10.000 mudas em área a ser recuperada na junção dos córregos Tapera e Taquara e ao longo de seu curso. Foi realizado ainda o plantio de 3.000 mudas na área da cascalheira e manutenção dos plantios, como: roçagem, coroamento e tratamento fitossanitário ao longo do ano.</p> <p>2018 - Foram efetivamente recuperados 57 ha, equivalente a 47,5% da área degradada. O valor aquém da meta se deve à aplicação de nova metodologia de plantio, que reduziu o espaçamento entre as mudas. Embora o Plano de Manejo recomende o espaçamento de 3x2m, utilizamos 1x1m. Esta estratégia, apesar de reduzir a área recuperada, permite maior sombreamento e sobrevivência das mudas, reduz o aparecimento de espécies invasoras e o custo de manutenção.</p> <p>2019 - Dando continuidade à metodologia de plantio aplicada - espaçamento 1X1m, em 2019 foram recuperadas 58% da área degradada na EEJB.</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	100000,0	28113,0	28110,64	28110,64

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0018 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	100000,0	28113,0	28110,64	28110,64
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10000,0	10000,00	8768,38	8768,38
7221 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-LAGO SUL	10000,0	10000,00	8768,38	8768,38
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	110000,00	38113,00	36879,02	36879,02

O Decreto nº 40.208 de 30/10/2019, em seu artigo 17, autorizou o pagamento da indenização de Licença Prêmio por assiduidade aos servidores aposentados até a data da sua publicação. Em 2019, teve início o pagamento das parcelas mensais e sucessivas a 6 servidores aposentados.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	449992,0	449991,84	124870,01
0034 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - CONSTRUÇÃO DE UM NOVO RESTAURANTE - LAGO SUL	0	449992,0	449991,84	124870,01
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	20000,0	20000,00	12410,64	11455,64
5305 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	20000,0	20000,00	12410,64	11455,64
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15000,0	15000,00	1137,00	1137,00
2579 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	15000,0	15000,00	1137,00	1137,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4323894,0	5155894,00	4282688,90	4282688,90
8743 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	4323894,0	5155894,00	4282688,90	4282688,90
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	268807,0	326807,00	311733,59	311733,59
9567 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-LAGO SUL	268807,0	326807,00	311733,59	311733,59
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	225000,0	225000,00	218474,75	185952,44

9658 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	225000,0	225000,00	218474,75	185952,44
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	25000,0	111900,00	2937,0	0
0018 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TI- LAGO SUL	25000,0	111900,00	2937,0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	10000,00	0	0
0015 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	10000,0	10000,00	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	180000,0	428141,00	380540,72	49705,91
0064 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - (2019)-LAGO SUL	0	286841,0	286840,68	0
9676 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	180000,0	141300,00	93700,04	49705,91
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	5067701,00	6742734,00	5659914,44	4967543,49

CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS

Por meio de exitosos processos licitatórios, o JBB iniciou a construção de importantes espaços, que enriquecerão a estrutura oferecida ao número crescente de visitantes:

- Restaurante Taipa;
- Praça de Alimentação;
- Loja de Souvenir;
- Espelho d'Água da Portaria Principal;



- Construção do Quiosque Ciência, para instalação de oficinas voltadas à Educação Ambiental;
- Construção de quiosques no Centro de Visitantes;

- Em continuidade ao processo de implantação da Alameda dos Estados e das Nações foi construída a Praça da Polônia, com elementos arquitetônicos e paisagísticos significativos daquele país.

CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

A execução permanente e sistemática de um controle, com foco na manutenção e conservação dos ambientes e das instalações físicas do JBB tem garantido a sua qualidade, especialmente em uma perspectiva de longa duração, ao tempo em que tem assegurado o amplo interesse da população que o elegeu como espaço de conhecimento, contemplação e lazer.

As ações previstas foram executadas conforme a expectativa, com destaque para:

- Revitalização da estufa de aclimação do Laboratório Multidisciplinar;



- Revitalização da Praça Gilberto Melo, com implantação de projeto de paisagismo;



- Revitalização do prédio da Brigada Contra Incêndios Florestais;

- Revitalização do aquário amazônico no Centro de Visitantes, com a ajuda de profissional especializado em montagem de layout de aquários, quando foi instalado um sistema de filtragem e inseridos novas plantas e novos peixes, advindos de trocas e aquisição em lojas especializadas de aquarismo.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Para a execução dos serviços de arrecadação do JBB, foi realizada a aquisição de material específico (papel térmico) para o equipamento utilizado .

MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Aquisição de serviço de licença e manutenção de software para equipamentos de arrecadação.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Em 2019, foram oferecidos diferentes cursos aos servidores de todas as áreas do JBB, ministrados pelo Corpo de Bombeiros Militar do DF - CMBDF e parceiros como SEAGRI / EMATER, IBICT, ICMBio.



Ao longo de 2019, 20 servidores participaram dos diversos cursos oferecidos pela Escola de Governo do GDF - EGOV.

REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS

Com o objetivo de otimizar o uso das estruturas já existentes no JBB, diversas ações foram executadas em 2019:

- Iniciada a reforma de Postos Comunitários de Segurança, que comporão a futura Praça de Alimentação do Jardim Botânico de Brasília, a ser implantada em área próxima à Alameda dos Estados e das Nações;
- Reforma de banheiros da área de piquenique e mirante do Jardim de Contemplação;
- Relocação do Ponto de Encontro Comunitário - PEC, no Espaço Oribá;
- Reforma de 6 quiosques do Centro de Visitantes;



- Reforma da casa da energia elétrica - chave seccionadora, para a minização de problemas de fornecimento de energia a todas as áreas do JBB.

ARRECADAÇÃO

O Decreto 36.866/2015 fixa o valor para cobrança do ingresso no Jardim Botânico de Brasília em R\$ 5,00 por pessoa, estando isentas as crianças até 12 anos, as pessoas com deficiência e as pessoas acima de 60 anos.

Em razão da promoção de novas alternativas de lazer, entretenimento e do acesso a informações sobre conteúdos de Educação Ambiental, assim como sobre as riquezas

oferecidas pelo bioma Cerrado, este Jardim Botânico tem registrado expressivo aumento do interesse da sociedade.

Desta forma, se observa significativo incremento do público pagante, conforme se expressa no quadro abaixo.

RECEITA ANUAL DIRETAMENTE ARRECADADA								
Atividades	2016		2017		2018		2019	
	Qtd.	Valor R\$	Qtd.	Valor R\$	Qtd.	Valor R\$	Qtd.	Valor R\$
Cobrança de ingressos	108.921	544.605,00	105.191	525.955,00	86.063	430.063,00	118.535	592.675,00
Locação de espaço público	-	77.692,00	-	17.955,10	-	96.419,00	-	133.791,71
Captação de imagens	858	42.900,00	867	43.350,00	525	26.250,00	417	20.850,00
T O T A L	-	665.197,00	-	587.260,10	-	552.732,00	-	747.316,71

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Considerado um museu vivo, o JBB abriga importantes coleções botânicas e uma extensa área conservada do bioma Cerrado. Cabe ressaltar que a manutenção dos jardins temáticos e da EEJBB, patrimônios públicos do Distrito Federal, representam grande e fundamental parte das atividades desenvolvidas por seu corpo técnico.

Releva notar a importância das parcerias firmadas com diversos órgãos e instituições, sem as quais as atividades e projetos idealizados poderiam ser eventualmente prejudicados, conforme exemplos abaixo:

- Administrações Regionais do Lago Sul e Jardim Botânico - Empréstimo de equipamento diversos como pá carregadeira, retroescavadeira e caminhão caçamba;
- Universidade de Brasília / UnB - Cooperação para o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias para a aquisição e produção de mudas ornamentais;
- NOVACAP- Pavimentação e duplicação da via de acesso ao Centro de Visitantes e doação de mudas ornamentais, para enriquecimento dos jardins temáticos do JBB;



- Escola de Paisagismo de Brasília / EPB: Trabalhos técnicos de paisagismo e identificação de espécies ornamentais;
- Geológica e Viveiro Flora do Cerrado: Permuta de mudas nativas do Cerrado, produzidas no JBB por insumos, equipamentos, materias de consumo e mudas diferenciadas.

A presença do Jardim Botânico de Brasília em importantes instâncias científicas reforça seu papel de difusor de conhecimento, polo gerador de pesquisa e de educação ambiental. Em 2019, o JBB conquistou as vagas de membro titular e suplente do Conselho Superior da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF, membro titular da Comissão da Rede Distrital de Educação e Divulgação Científica - RedeCiência e membro titular do Comitê Distrital da Reserva da Biosfera do Cerrado - CDRBC. Outras importantes participações aconteceram neste período, como a coordenação da 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, 70º Congresso Nacional de Botânica, 1º Workshop sobre a implementação de ações de manejo integrado do fogo - MIF em unidades de conservação do DF e o III Curso de Educação Ambiental da Floresta Nacional de Brasília.



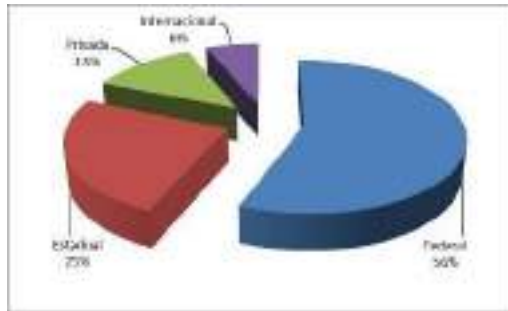
Ainda na missão de gerador e difusor de conhecimento científico, o JBB desenvolve a *Revista Heringeriana*, periódico científico que, neste ano, disponibilizou o 12º volume e o Boletim do HEPH, com mais de 18 volumes, os quais somam um total de 30 volumes facultados digitalmente, gratuitamente para acesso ao público científico e leigo. Anualmente, publica o *Index Seminum*, que divulga por meio digital o catálogo de sementes, com 26 espécies, de 24 gêneros e pertencentes a 12 famílias.



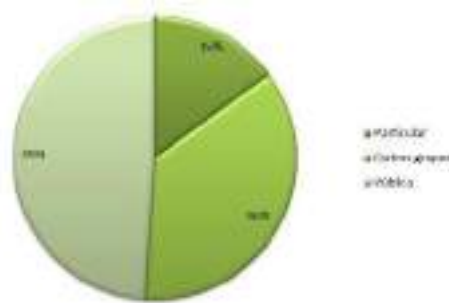
O Laboratório Multidisciplinar é o responsável pela reprodução *in vitro* de diferentes espécies botânicas, algumas ameaçadas de extinção. A estimativa atual é de 5.000 exemplares na câmara de crescimento e 2.500 plântulas na estufa de aclimatação, esta última reformada em 2019. Parcerias e doações têm possibilitado a introdução de exemplares nas áreas de visitação do JBB, especialmente na coleção do Orquidário Margaret Mee.



Além disso, o JBB apoia diversas pesquisas sobre diferentes áreas correlatas ao bioma Cerrado, realizadas dentro do JBB e da EEJBB, mediante o gerenciamento e o acesso e o escopo das atividades realizadas, totalizando 20 autorizações em 2019 e inúmeros atendimentos presenciais a estudantes e pesquisadores, conforme demonstrado no quadro a seguir:



A informação científica é traduzida por meio de atividades pedagógicas desenvolvidas em espaços especialmente preparados para este fim, muitos com a acessibilidade adequada ao atendimento às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Uma grande variedade de públicos, abrangendo escolas das redes pública e particular de ensino do Distrito Federal e Goiás, programa de Educação de Jovens e Adultos, universidades, projetos sociais e ONGs, é atendida em visitas guiadas, conforme o Programa de Educação Ambiental do JBB.



Em 2019, foram atendidas 21.089 pessoas, em 312 visitas, que tiveram a oportunidade de conhecer os diferentes elementos pedagógicos, a saber:

- Jardim de Cheiros - Seguindo princípios da agricultura orgânica e da agroecologia, este ano recebeu um aumento expressivo em sua diversidade de espécies, revitalização da estrutura, pintura e atualização do sistema de irrigação.



- Boneco de Lata - Instrumento pedagógico relacionado ao tema de resíduos sólidos, reciclagem, reutilização e ressignificação do lixo, foi reformado e atualizado, aumentando sua conservação e longevidade.

- Agrofloresta - Implantados os canteiros em 2019, tem se mostrado uma vitrine de tecnologia social que contempla várias metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS

- Banco de Bioconstrução - Construído em junho de 2019, com a técnica de construção vernacular COB, oferece elementos de aprendizagem voltados para a biomimética, a observação de padrões naturais e contribuições das comunidades tradicionais;



- Espaço Ciência - Local de preservação, gestão e fortalecimento do saber científico e histórico por meio de uma exposição permanente composta por coleções de insetos, plantas secas, frutos, sementes e animais taxidermizados.



Os eventos comemorativos à Semana do Meio Ambiente, ao Dia do Cerrado e ao aniversário do JBB são instrumentos de atração e sensibilização da comunidade usuária do JBB, para as questões que envolvem o bioma Cerrado, a reciclagem, a produção e ao consumo sustentável, dentre outros temas abordados, com grande e efetivo alcance a todos os públicos.



PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2019:

- **Recuperação das cascalheiras da Estação Ecológica do JBB** - No início de 2019 foram plantadas 12 mil mudas nativas do Cerrado junto à incorporação de lodo de esgoto advindo da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

- **Mosteiro Zen Horyu-Zan Eisho-Ji - Pirenópolis / GO** - Realização de pesquisa com o levantamento da flora e fauna locais, subsidiando a transformação da área em Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, com o amparo legal de Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições. Em 2019, foi realizada uma visita técnica, com o acompanhamento de renomados pesquisadores, para conhecer nova espécie de cacto, coletada pela primeira vez durante expedição do JBB à área.

- **Conhecer para Preservar o Cerrado** - O objetivo deste projeto é enriquecer os acervos do herbário e das coleções vivas, coletar sementes para o catálogo de sementes institucional do JBB (Index Seminum) e para produção de mudas no Viveiro Jorge Pelles, estudar possibilidades de reproduzir espécies raras e/ou endêmicas do Cerrado tanto em laboratório quanto em viveiro, bem como conhecer e entender como a fauna ocupa a área estudada e assim cumprir a missão de conservação e preservação do Bioma. Em 7 visitas mensais à Chapada dos Veadeiros, a equipe coletou 852 espécimes vegetais para o acervo do herbário HEPH, 20 sementes recalcitrantes (que precisam ser logo plantadas) de espécies diferentes para o Viveiro Jorge Pelles e 8 indivíduos vivos para aclimação, dentre eles Cactaceae, Bromeliaceae e Araceae. Com este resultado o HEPH tornou-se o 3º herbário nacional com maior acervo da Chapada dos Veadeiros, o que aumenta a relevância para coleções da região e a importância da instituição para especialistas sobre a área.



- **AquaRiparia** - Rede de pesquisa, coordenada pela Universidade de Brasília e a EMBRAPA, constituída por pesquisadores, professores e estudantes universitários, do ensino médio e fundamental, além de diversos colaboradores, tem por objetivo integrar e construir o conhecimento e experiências sobre diferentes bacias hidrográficas. Com o objetivo de ressaltar a importância da conservação dos riachos e evitar a escassez dos recursos hídricos, o AquaRiparia e a equipe de educação do JBB criaram um "Modelo Ecológico de um Riacho" do Cerrado, disponível na área de visitação do Jardim Botânico de Brasília.



- **Aliança Tropical de Pesquisa da Água – Brasil/Austrália** - Fruto da parceria já estabelecida entre o JBB e a UnB, por meio da rede AquaRiparia, o projeto tem como principais objetivos: a) desenvolver tecnologias ambientais e suporte metodológico para o desenvolvimento de manejos sustentáveis integrados de bacias hidrográficas tropicais, e b) a preservação das nascentes existentes na EEJBB, promovendo ações de combate e controle

de plantas invasoras e oportunistas. Numa perspectiva mais abrangente, a sensibilização da população do DF sobre as questões relativas ao manejo sustentável da água.

- **Aplicativo Missão Nascente** - Plataforma que propõe experiência interativa e gamificada, por meio da leitura de placas com QR Code, possibilitando ao usuário receber informações relevantes sobre a trilha visitada. Foi desenvolvido no âmbito do Projeto Aquariparia, financiado pela FAPDF e realizado em parceria com a UnB, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica.



Foto de

- **Abrindo as Janelas do Cerrado** - Projeto realizado pela Universidade Católica de Brasília, propõe avançar no conhecimento sobre a propagação e o uso de espécies herbáceo-arbustivas do Cerrado com potencial ecológico na recomposição florística de áreas degradadas e na utilização paisagística em áreas urbanas. Com financiamento da FAPDF, conta com diversos parceiros como o IFB Campus Samambaia, Rede de Sementes do Cerrado e JBB, este último responsável por grande parte da pesquisa, coleta e plantio das sementes e mudas, mas principalmente como espaço de educação e divulgação do projeto.

- **Coleta Seletiva Solidária** - A Comissão da Coleta Seletiva Solidária do JBB, criada em 2019, em cumprimento à Lei nº 4.792/2012, realizou o acompanhamento e o mapeamento dos resíduos no JBB, resultando na elaboração de Nota Técnica acerca dos parâmetros para o tratamento de resíduos orgânicos para compostagem, bem como na identificação dos resíduos para o planejamento da coleta seletiva na área administrativa. Paralelamente, foi realizada capacitação para todos os servidores e colaboradores do JBB.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

DIAGNÓSTICO DA UNIDADE

Em que pese as dificuldades materiais e as carências de ordem econômico-financeira para o funcionamento de um órgão com as características do JBB, vale registrar importantes e reconhecidas realizações, em condições de manter motivados os gestores e o corpo funcional para a ampliação do desenvolvimento do Jardim Botânico de Brasília.

A viabilização das melhorias da infraestrutura e demais aperfeiçoamentos para a consolidação de espaços e coleções pertencentes ao Jardim Botânico de Brasília decorreu, em grande parte da destinação de Emendas Parlamentares, além de recursos financeiros oriundos de projetos e parcerias.

Para o exercício que se inicia, contamos com a ampliação de receitas oriundas das compensações ambientais e florestais, esperadas na decorrência das atividades do IBRAM, e, de igual forma, com a sensibilidade e o comprometimento dos parlamentares do Distrito Federal, relativamente à destinação de Emendas Parlamentares, em condições de sustentarem os projetos de aperfeiçoamento das atividades deste Jardim Botânico de Brasília.

Concomitantemente, guardamos o convencimento da manutenção do elevado nível de comprometimento do corpo funcional, no sentido de assegurar a contínua especialização na preservação do bioma Cerrado sob a gestão do JBB, e no acolhimento aos estudantes e visitantes, mas principalmente quanto à prosperidade dos nossos projetos.

O esforço e a aplicação da equipe permitem o propósito da melhoria da infraestrutura e potencialização das ações para a realização e continuidade das atividades em 2020, a saber:

- Revisão e reencaminhamento da proposta de criação Fundação Jardim Botânico de Brasília, o que permitirá maior autonomia institucional;
- Aprovação da proposta de reestruturação organizacional e publicação do novo Regimento Interno do Jardim Botânico de Brasília;
- Adequação do Centro de Excelência do Cerrado para atendimento às exigências legais necessárias ao desenvolvimentos de importantes atividades;
- Cercamento de 16km na área vulnerável da EEJB;

- Implantação do novo Sistema de Irrigação;
- Ampliação e reforma do Complexo Anfiteatro;
- Pavimentação da via que liga o Centro de Visitantes ao Centro de Excelência do Cerrado;
- Construção do novo Herbário;
- Reforma do Laboratório Multidisciplinar;
- Implantação do cabeamento de fibra ótica no Centro de Excelência do Cerrado para o adequado funcionamento da Escola Superior do Cerrado e da Biblioteca Digital;
- Conclusão das obras do novo Restaurante Taipa;
- Conclusão das obras de reforma dos PCS e inauguração da Praça de Alimentação;
- Conclusão das obras da Loja de Souvenir;
- Complementação da implantação da nova sinalização;
- Contratação de empresa especializada para Revisão do Plano de Manejo;
- Implantação do sistema de monitoramento da fauna;
- Implantação do programa de estágio e voluntariado, visando ampliar a oferta de atendimento nas trilhas no JBB;
- Implantação do Projeto de Monitoramento Remoto para a Estação Ecológica Jardim Botânico;
- Instalação de Estações de Alongamento
- Lançamento do Festival de Inverno do JBB;
- Recapeamento da Trilha Matter;
- Continuidade do projeto de recuperação das áreas degradadas da EEJBB;
- Projeto *Protetores do Cerrado*, realizado com os estudantes da Escola Classe Jardim Botânico, comunidade lindeira e funcionários do JBB;
- Adequação do roteiro de atendimento da Educação Ambiental do JBB ao Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Com a aprovação de editais de financiamento científico em 2019, serão desenvolvidos em 2020, os seguintes projetos:

- Projeto Águas do DF - implantação de sistema de monitoramento e preservação das nascentes existentes na EEJBB, em parceria com a EMATER, CAESB, SEMA, IBRAM, ADASA, FJZB e FAPDF, e
- Projeto Prevenção de Fogo na EEJBB - análise e monitoramento dos impactos do fogo na vegetação e na fauna, em convênio com a FAPDF e UnB.

21206 - AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Em 16 de junho de 2004, pela Lei nº 3.365, foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal, autarquia em regime especial com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Brasília, sendo vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal. A Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou suas competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa). Nos termos da Lei nº 4.285, o regime especial conferido à Adasa é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores, independência decisória, diretoria organizada em forma de colegiado, instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados e ausência de subordinação hierárquica.

O Distrito Federal tem atribuições de Estado e de Município. Essa característica torna a Adasa a única agência reguladora do Brasil que atua na regulação simultânea do bem natural água (atribuição do Estado) e dos serviços de saneamento básico (atribuição do município). A Adasa acompanha, regula e fiscaliza o ciclo completo do uso da água, com especial atenção na sua retirada e na devolução ao corpo hídrico.

A finalidade básica da Agência é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal, que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, são áreas de competência da Agência:

- I. Recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;
- II. Saneamento básico, entendido como: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- III. Gás canalizado;
- IV. Mediante delegação de competência originária federal nas áreas de: energia elétrica; petróleo e derivados, biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes;
- V. E outras competências delegadas na forma da lei.

Dentre suas principais atribuições, citam-se as seguintes:

- I. Recursos Hídricos: disciplinar, em caráter normativo, a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da política de recursos hídricos; outorgar o direito de uso de recursos hídricos, observado o disposto na legislação e nos planos distritais de recursos hídricos; declarar previamente a reserva de disponibilidade hídrica nos processos de concessão e autorização federais de uso do potencial de energia hidráulica; acompanhar e prestar apoio à elaboração dos planos de recursos hídricos de suas bacias hidrográficas; instalar, operar e manter a rede hidrometeorológica do Distrito Federal, promover e coordenar

suas atividades, em harmonia e cooperação com os órgãos e entidades públicas e privadas que a compõem ou a utilizem, e integrá-la à rede hidrometeorológica nacional; definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios no Distrito Federal, visando garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, em articulação com os órgãos ou entidades competentes.

II. Saneamento Básico: disciplinar, em caráter normativo, a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da política de saneamento básico do Distrito Federal; acompanhar e contribuir para a elaboração dos planos de saneamento básico do Distrito Federal e do Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB); contribuir para a elaboração da política pública de saneamento básico do Distrito Federal; realizar ou promover a elaboração de estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Distrito Federal em obras e serviços de controle de poluição hídrica; adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água; disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços de saneamento básico.

A Adasa tem o compromisso de garantir a sustentabilidade por meio de uma gestão moderna e responsável na utilização dos recursos hídricos de Brasília. Zela continuamente pela qualidade dos serviços a ela atribuídos mediante instrumentos regulatórios e de fiscalização, por meio do seu corpo técnico. Por ser uma Agência de Estado, a Adasa possui papel fundamental no fomento e implementação das Políticas Públicas relacionadas ao controle dos recursos hídricos, essenciais à prestação dos serviços públicos de qualidade em resposta aos anseios e necessidades da população.

De acordo com a Lei nº 11.445/2007, a Diretriz Nacional do Saneamento Básico aponta para a universalização do acesso como um de seus pilares e princípios fundamentais. A Adasa não só reconhece tal premissa legal como estabelece, entre seus objetivos principais, mediante a regulação dos serviços de saneamento básico, contribuir continuamente para a garantia de melhorias e avanços na qualidade de vida dos cidadãos, propiciados por serviços abrangentes custeados a preços módicos.

Em todas suas atividades, a Adasa necessita do envolvimento e a participação da sociedade para garantir a qualidade e o atendimento dos serviços a todos os cidadãos, com tarifas moderadas e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos prestadores dos serviços regulados.

A missão da Agência é: regular e promover a gestão sustentável dos Recursos Hídricos, a qualidade e universalização dos serviços públicos de saneamento básico, em benefício da sociedade do Distrito Federal. Tem como visão estratégica consolidar-se como uma instituição essencial para a garantia da segurança hídrica no DF e da qualidade dos serviços públicos regulados. A Adasa, em todos os seus trabalhos, busca garantir a integridade, transparência, equidade, tolerância, imparcialidade, o diálogo e a cooperação.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	14	24	10	36	84
Comissionados sem vínculo efetivo	14	13	0	0	27
Requisitados de órgãos do GDF	3	1	0	1	5

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	3	0	0	0	3
Estagiários	0	0	10	29	39
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	6	0	6
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	34	38	26	66	164

A Adasa tem investido constantemente em sua força de trabalho, buscando atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de regulação e a fiscalização das áreas de sua competência. Desde sua criação, em 2004, a Adasa vem ampliando os conhecimentos e a qualificação de seu quadro técnico de profissionais.

A Adasa, por ser uma autarquia em regime especial, é dirigida por Diretoria Colegiada, composta de quatro Diretores com solidariedade de responsabilidades, sendo um deles o Diretor Presidente, nomeados pelo Governador do Distrito Federal, com mandatos não coincidentes de cinco anos, admitida uma única recondução. Os Diretores deverão ter formação de nível superior, notório conhecimento em regulação dos usos de recursos hídricos e de serviços públicos, reputação ilibada e comprovada experiência profissional. A Adasa tem um Ouvidor, que atua junto à Diretoria Colegiada sem subordinação hierárquica e exerce as suas atribuições sem acumulação com outras funções, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

No exercício de 2019, o Programa de Qualidade de Vida da Adasa deu seus primeiros passos rumo à implementação de projetos e ações prioritários de relevante impacto na percepção de bem-estar no trabalho. O fato de as ações em Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) não serem tarefas de uma área específica, uma vez que elas acontecem de forma ramificada e colaborativa entre os setores da agência, com projetos sendo tocados por diversas áreas de acordo com a afinidade do tema, cabendo ao Comitê Gestor da QVT da Adasa acompanhar, apoiar e disseminar tais projetos e seus desdobramentos, torna importante uma compilação e uma ampla divulgação dos avanços institucionais nesse sentido. Portanto, vale destacar: 1) Ressarcimento do Plano de Saúde; 2) Redução de uma hora na jornada de trabalho diária para a servidora que estiver amamentando; 3) Aprovação da proposta de readequação e dimensionamento dos cargos e funções comissionados, técnicos e gerenciais; 4) Aprovação da atualização dos valores do auxílio alimentação/refeição conforme variação do INPC, no período de 10/2015 a 12/2019; 5) Programa + Saúde Adasa (palestras; eventos de promoção da saúde e autocuidado; grupo de doação de sangue; informativos sobre campanhas de prevenção e cuidado de doenças); Campanha de vacinação contra a gripe; Aplicação dos Atendimento Médicos (periódicos do GDF); Atendimento Multidisciplinar da GEAP (clínica geral; atendimento psicológico; atendimento nutricionista); Grupo de meditação da Adasa; Formulário de Captação de Dados para Casos Emergenciais; 6) Criação e capacitação da Comissão de Segurança do Trabalho da Adasa; 7) IntrAdasa (ambiente virtual interno de

informações para servidores); 8) Adasa em Foco (projeto para compartilhamento de conhecimentos).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	3999351,0	1730351,00	1261348,52	1261348,52
0001 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-DRENAGEM URBANA - ADASA-DISTRITO FEDERAL	1331351,0	891351,0	806881,00	806881,00
0002 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-RESÍDUOS SÓLIDOS - ADASA-DISTRITO FEDERAL	600000,0	181000,0	0	0
0003 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - ADASA-DISTRITO FEDERAL	788000,0	258000,00	55519,99	55519,99
0004 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ECONÔMICO FINANCEIRO - ADASA-DISTRITO FEDERAL	880000,0	0,0	0	0
0005 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-GESTÃO PARA RESULTADOS-DISTRITO FEDERAL	400000,0	400000,0	398947,53	398947,53
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	3908140,0	5766810,0	5766810,00	2942904,51
6119 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA-ADASA/SLU-DISTRITO FEDERAL	3908140,0	5766810,0	5766810,00	2942904,51
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	60000,0	60000,00	1976,80	1976,80
0001 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ADASA-DISTRITO FEDERAL	60000,0	60000,00	1976,80	1976,80
1670 - GESTÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	450000,0	1435518,00	624427,29	624427,29
0002 - GESTÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	450000,0	1435518,00	624427,29	624427,29
2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	4234168,0	5280364,0	2563003,07	2493492,24
0001 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF-ADASA-DISTRITO FEDERAL	4234168,0	5280364,0	2563003,07	2493492,24
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	12651659,00	14273043,00	10217565,68	7324149,36

A maioria das atividades finalísticas da Adasa estão inseridas neste programa temático 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental, do PPA 2016-2019, o qual tem por objetivo geral "Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a

inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras.”

A Adasa, ao longo do ano de 2019, realizou 15 estudos técnicos nas suas áreas de competência, que são extremamente necessários para o melhor cumprimento das suas atribuições, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Número de Estudos e Resoluções

Área	Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Abastecimento de Água e Esgoto	Drenagem Urbana	Econômico-financeiro	Diretoria Colegiada
Número de Estudos	5	2	2	1	5	0
Número de Resoluções	4	2	6	0	4	1

Fonte: Adasa, 2019

Dentre os diversos estudos realizados pela Agência, destacam-se os seguintes:

- a)- Análise de Impacto Regulatório sobre as Regras de Uso de Água na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pipiripau;
- b)- Avaliação de aquíferos favoráveis para complementação do abastecimento de água no Distrito Federal e locação de poços tubulares profundos: regiões atendidas e não atendidas pelo sistema integrado Descoberto – Santa Maria/Torto;
- c)- Gestão de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos;
- d)- Proposta de Gestão das Reservas e Disponibilidades das Águas Subterrâneas no Distrito Federal;
- e)- Relatório de avaliação do cumprimento das metas do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS referente ao ano de 2018, componente resíduos sólidos urbanos;
- f)- Acordo de Cooperação Técnica com ARESC – com o objetivo de estabelecer a mútua cooperação técnica sobre aspectos especiais do processo regulatório de competência das Agências Partícipes, voltada ao intercâmbio de informações, realização de reuniões e desenvolvimento de projetos conjuntos para melhoria continuada, otimização e aperfeiçoamento da regulação dos serviços públicos regulados;
- g)- Estudo de Análise de Impacto Regulatório (AIR) para identificar a melhor alternativa de normatização das práticas de aproveitamento de águas não potáveis, em edificações não residenciais;
- h)- Estudo de Análise de Impacto Regulatório (AIR) da estrutura tarifária e tarifa social, aprimoramento da metodologia da 3ª Revisão Tarifária Periódica;
- i)- Estudo sobre normas de controle patrimonial, insights comportamentais para aplicação na coleta seletiva;
- j)- Estudos para cobrança dos serviços públicos de drenagem urbana; e
- k)- Apoio à regulamentação de boas práticas de manejo de sedimentos e outros contaminantes em canteiros de obras

A Adasa utiliza instrumentos regulatórios e legais para promover a regulação sustentável do uso dos recursos hídricos e a adequada prestação dos serviços públicos de saneamento básico no Distrito federal. Um desses instrumentos é a elaboração de Resoluções, atos normativos gerais e abstratos infralegais. Durante o exercício de 2019 foram publicadas 17 Resoluções, conforme apresentado abaixo:

- 1) Resolução nº 1, de 24 de janeiro de 2019 - Outorga prévia para perfuração de 08 (poços) poços tubulares para as finalidades de Abastecimento Humano, Criação de Animais e Irrigação;

- 2) Resolução nº 02, de 25 de janeiro de 2019 - Dispõe sobre delegação de competência para a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH para emissão de atos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e das outras providências;
- 3) Resolução nº 03, de 20 de março de 2019 - Estabelece diretrizes para implantação e operação de sistemas prediais de água não potável em edificações residenciais;
- 4) Resolução nº 04, de 25 de abril de 2019 - Tipifica as infrações e estabelece as penalidades a serem aplicadas ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU;
- 5) Resolução nº 05, de 26 de abril de 2019 - Altera o Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 16, de 17 de setembro de 2014 e suas alterações posteriores;
- 6) Resolução nº 06, de 26 de abril de 2019 - Homologa o Reajuste Tarifário Anual de junho de 2019, e dá outras providências;
- 7) Resolução nº 07, de 22 de maio de 2019 - Prorroga prazos de vigência das outorgas de direito de uso de recursos hídricos;
- 8) Resolução nº 08, de 05 de junho de 2019 - Estabelece curvas de referência para o acompanhamento do volume útil dos reservatórios do Descoberto e do Santa Maria no período de maio a dezembro de 2019 e dá outras providências;
- 9) Resolução nº 09, de 30 de setembro de 2019 - Determina que a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb apresente plano para implementar medidas de restrição do abastecimento de água em regiões atendidas por sistemas isolados e sob regime de alocação negociada de recursos hídricos no Distrito Federal;
- 10) Resolução nº 10, de 07 de novembro de 2019 - Dispõe sobre a instituição da metodologia de auditoria e certificação das informações provenientes da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal;
- 11) Resolução nº 11, de 19 de novembro de 2019 - Estabelece critérios a serem observados na instalação de sistema de monitoramento de volumes captados em corpos hídricos superficiais de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União e Estados, e altera dispositivos da Resolução Adasa nº 350, de 2006;
- 12) Resolução nº 12, de 29 de novembro de 2019 - Altera as Resoluções nº 14, de 27 de outubro de 2011, nº 15, de 10 de novembro de 2011 e nº 6, de 26 de abril de 2019 e revoga a Resolução nº 10, de 19 de maio de 2017;
- 13) Resolução nº 13, de 20 de dezembro de 2019 - Regulamenta as atividades de ouvidoria no âmbito da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – Adasa;
- 14) Resolução nº 14, de 20 de dezembro de 2019 - Estabelece os níveis altimétricos da água do lago Paranoá, a serem mantidos no ano de 2020, visando assegurar os usos múltiplos dos recursos hídricos;
- 15) Resolução nº 15, de 20 de dezembro de 2019 - Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e apresentação do Plano de Exploração dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Distrito Federal;
- 16) Resolução nº 16, de 23 de dezembro de 2019 - Altera a Resolução nº 12, de 29 de novembro de 2019; e
- 17) Resolução nº 17, de 23 de dezembro de 2019 - Altera a Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016, que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil e dá outras providências.

Com o objetivo de garantir os usos múltiplos do Lago Paranoá, foram definidos os níveis altimétricos da água que devem ser mantidos no reservatório durante o ano de 2020. Os valores de referência da cota do Lago Paranoá, estabelecidos na Resolução 14, de 20 de dezembro de 2019, preveem a cota mínima do reservatório em 999,80 metros e cota máxima em 1000,30 metros. Os volumes são os mesmos do ano anterior, porque não houve nenhuma ocorrência no período que justificasse alteração. O nível da água pode ser rebaixado, excepcionalmente, para 999,50 metros para realização de flushing, que consiste na abertura das comportas da Barragem do Paranoá para a renovação da camada superficial do espelho d'água. O ato normativo autoriza oscilações que não prejudiquem os usos do manancial, de até dois centímetros abaixo dos níveis altimétricos previstos para cada dia do ano. O monitoramento dos níveis e vazões remanescentes é de competência da Agência e das companhias de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) e Energética de Brasília (CEB).

O acompanhamento é realizado com base nas informações transmitidas pela estação telemétrica da Adasa, instalada na barragem do Paranoá, e pela leitura dos níveis da barragem. Os níveis do lago definem a quantidade e a qualidade da água e garantem a operação de maneira satisfatória pelos seus diversos usuários, garantindo sua preservação e atendendo a todos os usos. Além da Adasa, Caesb e CEB, o grupo é composto pelo Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF (CBH Paranaíba); Diretoria de Vigilância Ambiental em Saúde (DIVAL); Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF (Ibram); Marinha do Brasil; Secretaria Adjunta de Turismo do DF (SETUR), Secretaria do Meio Ambiente (SEMA); Federação Náutica de Brasília (FNB); Universidade de Brasília (UnB) e Defesa Civil.

Definiram-se as regras para a instalação do sistema de monitoramento do volume de água de captação superficial, no Distrito Federal. De acordo com a Resolução nº 11, de 19 de novembro de 2019, o usuário que tiver uma ou mais captações superficiais em determinada unidade hidrográfica, que totalizem a vazão máxima instantânea de captação igual ou superior a 5 litros por segundo (L/s), deverá instalar um sistema de monitoramento em cada uma das captações. O registro dos volumes captados deverá ser encaminhado à Adasa, em princípio, uma vez por mês. A obrigatoriedade atinge, inicialmente, cerca de 600 usuários, entre médios e grandes produtores. Entretanto, poderá ser exigida a instalação do sistema em qualquer outro ponto de captação que se julgar necessário. As despesas de instalação, manutenção, leitura, registro e transmissão de informações são de responsabilidade do usuário, que deverá garantir livre acesso dos fiscais do órgão regulador do sistema. O descumprimento da Resolução poderá implicar em penalidades. O monitoramento é mais um mecanismo para subsidiar a implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, como a concessão de outorga de direito de uso e a alocação negociada de água.

A Adasa realizou ao longo do ano 1.626 (mil, seiscentas e vinte e seis) ações de fiscalizações programadas e 527 (quinhentos e vinte e sete) ações de fiscalizações não-programadas, totalizando 2.153 (duas mil, cento e cinquenta e três) fiscalizações em 2019. As fiscalizações e seus resultados foram realizadas de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela 2: Número de Fiscalizações Programadas e Não Programadas

Área	Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Abastecimento de Água e Esgoto	Drenagem Urbana	Econômico e Financeiro	Total
Nº de Fiscalizações/Inspeções Programadas	1.240	55	24	97	210	1.626
Nº de Fiscalizações/Inspeções Não-Programadas	442	29	43	5	8	527

Fonte: Adasa, 2019

Tabela 3: Resultados das fiscalizações realizadas

Área	Constatação	Não conformidade	Determinação	Recomendação	Advertência	Termo de Notificação	Auto de Infração
Recursos Hídricos	1.682	908	908	908	0	651	170
Resíduos Sólidos	84	0	0	19	0	5	1
Abastecimento de Água e Esgoto	137	38	38	2	0	0	0
Drenagem Urbana	102	175	57	148	0	0	0
Econômico e Financeiro	84	11	11	0	0	0	0

Fonte: Adasa, 2019

A fiscalização é planejada tendo como diretriz um dos objetivos estratégicos da Adasa: zelar pela qualidade e melhoria da prestação dos serviços públicos regulados. Entretanto, existem as necessidades que surgem e que não foram planejadas, devendo, pois, receberem a mesma atenção e zelo daquelas que foram planejadas.

A Superintendência de Resíduos Sólidos, Gás e Energia – SRS, tem entre suas competências a Fiscalização dos serviços de manejo e limpeza urbana prestados pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU, visando garantir a qualidade e universalidade desses serviços no DF. Com a entrada em vigor da Resolução nº 04, de 25 de abril de 2019, as constatações ou não conformidades detectadas pela equipe de fiscalização da SRS foram comunicadas ao SLU por meio de termos de notificação – TN, bem como, em caso de continuidade da infração ou resistência para adequar os serviços prestados às Resoluções da Adasa, passou a existir possibilidade de emissão de autos de infração – AI e imputação de penalidade pecuniária.

A Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto executa as atividades de fiscalização técnico-operacional dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sendo realizada por meio do acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação das ações da concessionária, visando garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público, assim como a qualidade da prestação do serviço à população do Distrito Federal. O planejamento das ações de fiscalização de 2019 buscou uma atuação estratégica, notadamente para as obras que objetivaram reforçar o sistema de abastecimento de água. Dessa forma, o cronograma de fiscalização considerou, basicamente, as informações do monitoramento regular, plano de investimentos da Concessionária no referido ano, histórico de problemas e não conformidades encontradas em fiscalizações anteriores. As fiscalizações realizadas nos Sistemas de Abastecimento de Água tiveram como objetivos acompanhar a expansão dos sistemas, as melhorias operacionais, as obras realizadas com a Tarifa de Contingência e verificar o cumprimento de Termos de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TCACs). Foram vistoriadas unidades em todos os sistemas de abastecimento do Distrito Federal e algumas unidades de saneamento rural.

Além do monitoramento mediante fiscalizações presenciais e documentais feito pela Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto, também é realizado o acompanhamento regular das análises de qualidade de água feitas pela Caesb em relação aos padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde. Mensalmente a Caesb coloca as informações das análises realizadas por ela em toda a rede de distribuição do DF e nas saídas das unidades de tratamento, inclusas aí as áreas rural e urbana, num repositório de informações na internet de onde buscam-se os dados, que são armazenados atualmente em banco de dados da Agência. Um total de 716 pontos foram monitorados, com cerca de 4,6 mil análises por mês que alimentaram os painéis de qualidade de água mantidos no site da Adasa. Dessas análises de monitoramento da qualidade da água foram realizadas 51.332 análises das quais apenas 583 (1,14%) não estavam conformes.

No caso da Superintendência de Drenagem Urbana, seu objeto é a regulação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Os segmentos operacionais a serem

avaliados anualmente são selecionados a partir de determinados critérios, tais como: histórico de problemas operacionais apresentados, informações obtidas a partir do monitoramento regular e aspectos críticos de continuidade e qualidade. As estruturas podem também ser selecionados em decorrência de desconformidades encontradas em fiscalizações anteriores.

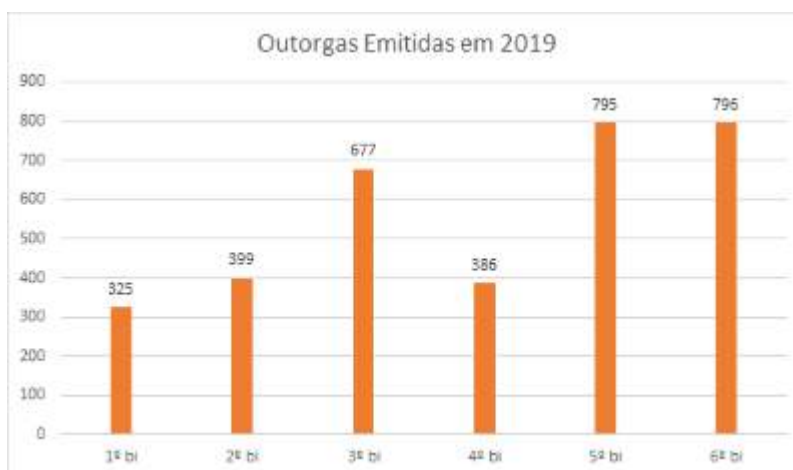
A Adasa mantém um contrato com a Conágua Ambiental para serviços laboratoriais, análises de qualidade de água em 43 áreas rurais, realizadas trimestralmente. Este contrato engloba também a previsão de análises extras de qualidade de água na rede de distribuição da área urbana em casos específicos, que possam vir a requerer tais serviços.

No tocante aos recursos hídricos, a Superintendência de Recursos Hídricos - SRH é responsável por sua regulação e fiscalização. O monitoramento da qualidade das águas superficiais ocorre trimestralmente, desde 2009, por meio de 59 estações de monitoramento em ambientes lóticos, 18 em ambientes lênticos, 11 a montante e 11 a jusante do lançamento das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) da Caesb. Os parâmetros analisados são: clorofila-a, temperatura, condutividade, densidade de cianobactérias, turbidez, DBO, DQO, nitrato, nitrito, nitrogênio amoniacal, nitrogênio total, oxigênio dissolvido, óleos e graxas, pH, fósforo total, fosfato, sólidos totais, sólidos totais dissolvidos, coliformes termotolerantes e E.coli. A rede de monitoramento de águas subterrâneas é composta por 84 poços de monitoramento (rasos e profundos) onde são realizadas análises quali-quantitativas.

Atualmente, a rede fluviométrica e pluviométrica da Adasa é constituída por 57 estações, sendo 15 estações automáticas com transmissão de dados (telemétricas), 27 estações automáticas sem transmissão de dados e 15 manuais. Para o ano de 2020, destacamos a continuidade na implementação de estações telemétricas para acompanhar, em tempo real, o comportamento dos recursos hídricos do Distrito Federal, visando promover a sua gestão sustentável. Assim, a rede de monitoramento da Adasa vem sendo estruturada e modernizada para garantir os usos múltiplos previstos na legislação que rege a Política Nacional de Recursos Hídricos, e contribuir sobremaneira para o cumprimento da função sócio-ambiental da água.

A outorga de direito de uso de recurso hídricos é um instrumento criado pela Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), e tem como objetivo assegurar os usos múltiplos, através do controle do uso quantitativo e qualitativo da água e do efetivo exercício dos direitos de acesso a este recurso, disciplinando a sua utilização e compatibilizando demanda e disponibilidade hídrica. A Adasa emitiu 3.378 outorgas de uso dos recursos hídricos no ano de 2019, totalizando 33.475 outorgas já emitidas desde a criação da Agência.

Gráfico 1 - Número de Outorgas emitidas em 2019



Fonte: Adasa, 2019

Gráfico 2 - Número de Outorgas emitidas anualmente



Fonte: Adasa, 2019

O Programa Adasa na Escola ministra palestras para alunos da educação infantil ao ensino fundamental em escolas públicas e privadas. Criado em 2010, tem por finalidade a formação de agentes multiplicadores de práticas sustentáveis em relação aos usos múltiplos da água e a destinação adequada dos resíduos sólidos. De 2010 a 2019 o Programa já alcançou 284.862 alunos e 537 escolas. Somente no ano de 2019 atendeu 42.561 alunos e 73 escolas.

O Projeto Adasa em Movimento tem por objetivo levar informação de qualidade à sociedade do Distrito Federal em relação aos serviços públicos regulados pela Agência, em cumprimento às políticas de recursos hídricos e de saneamento básico. As ações correm principalmente por meio da realização de palestras nas Administrações Regionais do Distrito Federal e da participação em eventos promovidos pela Adasa ou por meio de convites da sociedade. No ano de 2019 o projeto teve 3 visitas técnicas em administrações regionais (Ceilândia, Taguatinga e Riacho Fundo I) e participou de 3 eventos (Agrobrasil, Semana do Lago Limpo e Semana da Água).

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	250000,0	250000,0	128437,38	116477,78
8394 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNAP/ADASA-DISTRITO FEDERAL	250000,0	250000,0	128437,38	116477,78
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	250000,00	250000,00	128437,38	116477,78

As despesas decorrentes do contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap) estão vinculadas a este programa temático, que tem por objetivo geral: "Promover a defesa e garantia dos direitos humanos, assegurando a cidadania plena, com dignidade, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade".

Com o objetivo de prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal, o contrato celebrado por esta Agência com a Funap, visa a contratação de reeducandos do sistema prisional para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro e operador de máquina de reprografia e outras. A ação merece destaque por sua relevância social, pois tem como objetivo proporcionar a re-socialização dos

sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

O contrato nº 13/2019-Funap/Adasa, processo nº 00197-00001664/2019-45, prevê a contratação de até 10 (dez) reeducandos. Atualmente, a Agência conta com 6 (seis), os quais exercem atividades de auxiliar de copeiragem e auxiliar de serviços gerais.

Deve-se ressaltar que o desenvolvimento desse programa já possibilitou a contratação de ex-detentos por empresas de prestação de serviços terceirizados, o que demonstra a importância da manutenção do programa no âmbito do Distrito Federal.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	50000,0	50000,0	0	0
6197 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	420000,0	546000,0	511337,79	464885,39
9549 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PASEP - ADASA-DISTRITO FEDERAL	420000,0	546000,0	511337,79	464885,39
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2699599,0	2439599,0	1974566,89	1919566,89
7034 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADASA-DISTRITO FEDERAL	2699599,0	2439599,0	1974566,89	1919566,89
9106 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	70000,0	70000,0	0	0
0001 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	70000,0	70000,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	3239599,00	3105599,00	2485904,68	2384452,28

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), criado pela Lei Complementar Federal nº 8, de 03/12/70, tem o objetivo de propiciar aos funcionários e servidores públicos, civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual, municipal e das fundações, que possibilita aos funcionários/servidores usufruírem o direito ao recebimento de um abono anual.

O recolhimento da contribuição é mensal, resultado de 1% da receita corrente arrecadada ou repasses correntes recebidos, totalizando 12 (doze) contribuições anuais. A Adasa recebeu, até dezembro, R\$51.096.554,32 (cinquenta e um milhões, noventa e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e um centavos) de recursos financeiros e recolhe 1% deste montante ao fundo do Pasep.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	483000,0	483000,0	450952,72	445199,42
5360 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	483000,0	483000,0	450952,72	445199,42
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	475424,0	475424,0	431386,75	431386,75
9632 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-BOLSA FINANCEIRA A ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR - ADASA-DISTRITO FEDERAL	475424,0	475424,0	431386,75	431386,75
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1145000,0	1405000,00	1349365,86	1349365,86
9560 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADASA-DISTRITO FEDERAL	1145000,0	1405000,00	1349365,86	1349365,86
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	15134731,0	15134731,00	13517959,94	13492703,29
9649 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	15134731,0	15134731,00	13517959,94	13492703,29
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1158000,0	1058000,00	422448,00	421448,00
0017 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DESENVOLVIMENTO/MELHORIA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS-DISTRITO FEDERAL	1158000,0	1058000,00	422448,00	421448,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1911000,0	1374547,45	1015772,38	1001319,42
2606 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADASA-DISTRITO FEDERAL	1911000,0	1374547,45	1015772,38	1001319,42
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	300000,0	300000,0	197810,40	157575,40
0014 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SERVIDORES CAPACITADOS/ADASA-DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,0	197810,40	157575,40
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	675530,0	675530,0	476290,00	476290,00
6036 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ADASA-DISTRITO FEDERAL	675530,0	675530,0	476290,00	476290,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1970000,0	1970000,0	1887907,29	1292907,29
8691 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - ADASA DF-DF ENTORNO	1000000,0	1000000,0	997996,34	847996,34
8703 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - ADASA DF-DF ENTORNO	950000,0	950000,0	889910,95	444910,95

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8753 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PUBLICIDADE INST. EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DF ENTORNO	10000,0	10000,0	0	0
8754 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PUBLICIDADE DE UTIL. PUBL. EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DF ENTORNO	10000,0	10000,0	0	0
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	150000,0	100000,0	10305,0	10305,0
9710 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	150000,0	100000,0	10305,0	10305,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	24585000,0	25785000,00	25273670,31	25273670,31
8730 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ADASA-DISTRITO FEDERAL	24585000,0	25785000,00	25273670,31	25273670,31
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	47987685,00	48761232,45	45033868,65	44352170,74

O Programa de Estágio Curricular, regulamentado pela Resolução nº 07, de 21 de janeiro de 2011, disponibiliza 42 (quarenta e duas) bolsas de complementação educacional, sendo 35 (trinta e cinco) para estágio de nível superior e 07 (sete) de nível médio. No final do mês de dezembro de 2019, a agência contava com 39 (trinta e nove) vagas preenchidas, atuando nas diversas áreas da Adasa, sendo 29 (vinte e nove) nas áreas fins e 10 (dez) nas áreas meio. Além dos estágios remunerados a Adasa recebe ainda, alunos de curso superior para estágio obrigatório.

Até o final do mês de dezembro, 105 (cento e cinco) servidores da Adasa, entre efetivos e comissionados, participaram de eventos de capacitação, internos ou externos, contabilizando um total de 9.540h:20m (nove mil quinhentos e quarenta horas e vinte minutos) de treinamento. E, ao total, os servidores da Adasa participaram de 193 diferentes ações de capacitação, sejam elas presenciais ou à distância.

A Adasa prestou apoio à realização de vários eventos ocorridos ao longo do ano no Distrito federal, entre os quais se destacam a Feira Internacional dos Cerrados - AgroBrasília e eventos em comemoração ao Dia Mundial da Água.

Em relação à publicidade, foram realizados serviços de publicidade e propaganda para confecção e distribuição ao público de materiais diversos, para promoção e publicização nos principais meios de comunicação do DF, além de divulgação de editais de licitações e audiências públicas e divulgação dos eventos promovidos pela Adasa, como a Semana da Água e outros nos principais meios de comunicação do DF. A Assessoria de Comunicação e Imprensa da Adasa (ACI) publicou 212 matérias no site institucional, 34 notas na IntraAdasa, elaborou 13 newsletters (Adasa em Pauta) e realizou 14 entrevistas com servidores para o podcast "Adasa no Ar". Durante o ano de 2019, a área atendeu 307 demandas de imprensa, acompanhou 72 entrevistas, três coletivas, cobriu o Seminário sobre Segurança Hídrica, realizado pelo jornal Correio Braziliense, dois eventos promovidos pela Adasa - Corrida e Caminhada pela Água e Semana Lago Limpo- a atuação da Adasa na AgroBrasília e eventos relacionados a área de regulação e distribuiu 25 releases para veículos de comunicação. Com o objetivo de esclarecer dúvidas da imprensa sobre a alteração na tarifa de água e esgoto, foi realizado um workshop para jornalistas.

Foram realizadas quatro campanhas publicitárias, duas institucionais e duas de utilidade pública. No primeiro semestre, a campanha institucional "Use, Reuse, Economize", criada em alusão ao Dia Mundial da Água, mostrou a importância da água no processo produtivo. O mesmo slogan foi usado na campanha de utilidade pública veiculada no período da estiagem como forma de reforçar a importância de se manter a economia da água durante todo o ano. No segundo semestre, uma campanha utilizou o slogan "Regular é a nossa Natureza" para divulgar o trabalho realizado pela Adasa no DF, a outra campanha de utilidade pública "O retorno do Lixo Derramado" mostrou de maneira irreverente as consequências do descarte incorreto de resíduos sólidos.

Com relação à gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, a Agência adquiriu 50 (cinquenta) estações de trabalho do tipo desktop, compreendendo a garantia de no mínimo 48 (quarenta e oito) meses no local. Nos últimos anos a tecnologia tornou-se uma ferramenta fundamental para a execução dos serviços nas empresas públicas e privadas. No governo, boa parte dos processos de trabalho já opera em sistemas de informação. Além disso, os microcomputadores são amplamente utilizados para a operação das atividades administrativas das unidades organizacionais da Adasa. Adquiriu também 56 (cinquenta e seis) monitores para microcomputador. Entre os recursos que atuam como facilitadores temos a anexação de um segundo monitor ao conjunto original do desktop, de modo a prover ao usuário a possibilidade de analisar, simultaneamente, diversos tipos de dados (e.g., planilhas, textos e bases de dados). Foram realizadas as contratações de assinatura de licenças da ferramenta eletrônica *Adobe Creative Cloud*, que consiste em uma coleção de mais de 30 aplicativos e serviços da Adobe Systems que dá aos assinantes acesso a um conjunto de softwares usados para design gráfico, edição de vídeo, desenvolvimento da web, fotografia, além de um conjunto de aplicativos móveis e também alguns serviços em nuvem; de serviços de segurança da informação – 320 (trezentas e vinte) Licenças de Uso de Software Antivírus, para utilização em estações de trabalho e servidores; de solução integrada de serviços de impressão corporativa, (i.e., impressão, cópia e digitalização) na modalidade de franquia mensal de páginas mais excedentes; e de serviços técnicos especializados de atendimento remoto (primeiro nível) e presencial (segundo nível) de tecnologia de informação e comunicação.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Agência definiu a nova estrutura tarifária que passará a vigorar sobre os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cobrados pela Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb). O trabalho foi resultado de estudo minucioso realizado pela Adasa, que avaliou o impacto da nova estrutura para o consumidor, destacando o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e o incentivo ao uso racional da água. Além de ampliar significativamente o número de famílias de baixa renda beneficiadas pela tarifa social, a nova estrutura corrige em grande parte as distorções do sistema atual, que cobra o equivalente ao consumo mínimo de 10m³. Pela nova regra definida pela Adasa, cerca de 40% dos consumidores passarão a pagar menos pelos serviços. A Adasa estabeleceu cinco alternativas, submetidas à consulta e audiência pública. Das mais de 760 contribuições recebidas de instituições, usuários e sociedade civil foi estabelecida a cobrança de tarifas fixas para cada categoria (residencial padrão, residencial social, não residencial e paisagismo), acrescidas de tarifas variáveis e crescentes por faixa de consumo. Para a categoria residencial padrão, a tarifa fixa de água será de R\$ 8,00 (oito reais); para a residencial social, R\$ 4,00 (quatro reais); para o comércio, indústria e órgãos públicos, R\$ 21,00 (vinte e um reais) e para a categoria paisagismo, R\$ 31,50 (trinta e um reais e cinquenta centavos). A tarifa de esgoto corresponde a 100% da tarifa de água, para a maioria dos casos. Ressalte-se que a nova

regra beneficia o usuário consciente. Quem consumir menos, pagará menos pelos serviços. Pelo mesmo critério, quem consumir mais, pagará mais. A nova estrutura ampliará ainda o número de beneficiados pela tarifa social, de 3 mil para 70 mil famílias.

A definição de um novo sistema de cobrança não foi imposta ao usuário. A decisão do órgão regulador teve como referência a Análise do Impacto Regulatório, submetida à avaliação de todos os segmentos envolvidos (órgãos públicos, instituições e representantes da sociedade civil). Desse estudo foram sugeridas cinco alternativas, avaliadas em consulta e audiência pública. Um simulador colocado à disposição do usuário permitiu a avaliação da melhor proposta. E por meio da análise técnica de multicritérios foi definida a estrutura definitiva.

Outro ponto que mereceu destaque neste ano foi a pesquisa da Adasa pós período crítico da crise hídrica. O estudo identificou que só nos quatro primeiros meses deste ano o volume consumido de água foi 10,1% maior que o registrado no mesmo período de 2018, quando ainda vigoravam medidas de restrição hídrica. Enquanto nos primeiros quatro meses de 2018 foram consumidos 46,3 milhões de m³, em 2019 o volume aumentou para 51 milhões, muito próximo do que foi registrado em 2016 (52,7 milhões m³), antes da crise hídrica.

Uma das iniciativas tomadas pela Adasa, para minimizar o aumento do consumo de água pela população do DF, foi o lançamento da campanha de conscientização para o uso racional do recurso hídrico. Com o slogan "Use, reuse, economize e repita" a mensagem foi transmitida em redes sociais, emissoras de rádio de TV e outdoors sociais, enfatizando a necessidade de manutenção da prática no combate ao desperdício.

A ação foi reforçada pela regulamentação inédita no País das instalações do sistema de reaproveitamento das águas de chuva e de reúso nas residências. A Resolução da Adasa estabelece diretrizes para o aproveitamento de água pluvial e reúso de água cinza (proveniente de chuveiros, banheiras, lavatórios, tanques e máquinas de lavar roupa). Apesar da prática de aproveitamento de água não potável estar prevista na legislação federal, a Adasa foi o primeiro órgão regulador no Brasil a definir os critérios para a implantação do sistema de água não potável em edificações residenciais. Depois de tratadas, as fontes alternativas de água não potável podem ser utilizadas na irrigação de jardins, na descarga de vasos sanitários, na lavagem de pisos, fachadas e veículos automotivos e para uso ornamental, como espelhos d'água e chafarizes. Para a lavagem de roupa é permitido apenas o uso da água da chuva.

Além de campanhas de conscientização e ações para estimular a racionalização do consumo, a Adasa tem investido em novas tecnologias, com o apoio da Inteligência Artificial para monitorar cenários e se antecipar a possíveis crises hídricas no DF.

Para maior eficiência nesse monitoramento, a Agência utiliza sensores instalados em diferentes pontos para medir os níveis de água em rios e reservatórios, bem como os índices de chuvas, com medições programadas para cada 15 minutos. Essas informações são transmitidas via satélite ao Banco de Dados SQL Server da Adasa, instalado na nuvem e os dados são processados de forma automática e transferidos para ferramenta de análise.

Práticas conservacionistas para a preservação do solo e da água também são estimuladas pela Agência. São projetos especiais desenvolvidos em parceria com órgãos distritais, federais e instituições, como os Projetos Produtor de Água no Pipiripau e no Descoberto, além da semeadura de espécies nativas do cerrado às margens do Lago Descoberto.

Foi instalada a Unidade Gestora (UGP) do Programa Produtor de Água do Descoberto, como 20 instituições públicas das esferas federal, estadual e distrital; e da sociedade civil organizada. A Adasa foi escolhida como coordenadora-executiva dessa unidade. O objetivo do programa é estimular o uso racional da água na bacia do Alto Descoberto e incentivar a atividade rural sustentável nesta região, que é estratégica para o principal reservatório do DF

por estar a montante (acima) dele e por possuir cursos d'água que deságuam na barragem que atende cerca de 70% da população do DF, que vivem nas cidades-satélites de Águas Claras, Ceilândia, Samambaia e Taguatinga. Por se tratar de uma ação de pagamento por serviços ambientais (PSA), o Produtor de Água no Descoberto pagará para produtores rurais do Alto Descoberto que aderirem à iniciativa proporcionalmente às ações de conservação de água e solo implementadas em suas propriedades, como cercamento de nascentes, plantio de matas ciliares, adequação de estradas rurais, terraceamento, saneamento rural, entre outras ações que permitem o aumento da qualidade e da quantidade da água na região – o que acaba se refletindo no reservatório.

O trabalho incansável da Agência no sentido de orientar e procurar alternativas para garantir a segurança hídrica no DF lhe proporcionou o reconhecimento internacional. Hoje, a Adasa integra o Conselho Mundial da Água, como membro ativo na discussão de alto nível de temas relacionados a problemas com a água no mundo. O Conselho reúne as principais instituições públicas e privadas para discutir e elaborar políticas e estratégias para o desenvolvimento sustentável.

A Agência participa também de discussões internacionais e formaliza convênios na busca de atualização sobre o que há de mais moderno na gestão da água e na regulação. A busca pela eficiência e qualidade tem pautado o trabalho da Agência na transparência, conhecimento, articulação institucional e na participação popular no processo decisório.

De forma lúdica, a Adasa lançou uma campanha de utilidade pública, para conscientizar a população da importância de não se jogar lixo nas ruas. A campanha traz o “monstro do lixo”, que se alimenta dos resíduos sólidos descartados indevidamente e retorna contaminando rios, poluindo o solo e disseminando doenças. O filme em 3D poderá ser acessado nas redes sociais da Adasa. Apesar de leve e divertida, o objetivo da mensagem é provocar o cidadão sobre a importância da atitude de cada um na defesa do bem comum.

A Adasa recebeu, em 2019, o prêmio Índice de Transparência Ativa, instituído pela Controladoria-Geral do DF. Dos 88 órgãos e entidades públicas analisados, a Agência ficou entre os 54 que cumpriram a lei distrital de acesso à informação e alcançaram 100% do índice. A premiação veio em reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo órgão e do fortalecimento do compromisso da Agência na prestação de informações à população.

A Agência retomou o Programa de Educação Científica e Ambiental – Sala de Leitura. Dirigido a alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas e particulares, o programa tem como objetivo oferecer conhecimento para a mudança de comportamento em relação ao consumo racional da água. Foi lançado pela Adasa em fevereiro de 2017, tendo sido fruto de convênio com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em parceria com a Secretaria de Educação do DF e o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, tendo, à época, como foco a divulgação do 8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília um ano depois. No período de 24 de março de 2017 a 25 de maio de 2018, o programa atingiu 10.817 pessoas, entre alunos, professores e empresas particulares. Em nova fase, o Sala de Leitura passou a ser conduzido exclusivamente pela Adasa, com novo material pedagógico e atividades complementares. A principal ferramenta para a aplicação da metodologia são os textos jornalísticos. Os temas são discutidos em grupos e debatidos em sala de aula. É um trabalho de sensibilização que oferece o conhecimento científico para a mudança de comportamento. O estudo vai muito mais além da preocupação de fechar a torneira para economizar água. Além das inovações de metodologia, o Sala de Leitura implantou ações sustentáveis para a divulgação do trabalho. Os textos e infográficos são impressos e plastificados para proteção do material e diminuição do consumo de papel. Assim como o Adasa na Escola,

dirigido a alunos da educação infantil e do ensino fundamental 1, o programa Sala de Leitura objetiva formar multiplicadores do conhecimento.

Os programas Adasa na Escola e Sala de leitura, dirigidos a alunos do primeiro e segundo graus, de escolas públicas e particulares, têm como foco a formação de multiplicadores da informação sobre a importância do uso racional da água, do combate ao desperdício, da preservação do meio ambiente e da destinação correta dos resíduos sólidos. Com o mesmo propósito, promove eventos dirigidos à população como a Semana do Lago Limpo e a Corrida e Caminhada pela Água.

Buscando sempre dar transparências às atividades realizadas e acompanhando a tendência das mídias sociais, a Adasa criou o Instagram, restabeleceu o Facebook e o Twitter e o Youtube e lançou o podcast "Adasa no Ar". Os conteúdos em áudio divulgam ações, programas e notícias na área de regulação. O "Adasa no Ar" é disponibilizado na plataforma Soucloud e também pode ser acessado por meio do site da Agência. Até o final do segundo semestre, as 14 faixas publicadas foram reproduzidas 372 vezes. No decorrer do ano, foram publicados 229 posts no Facebook, 181 no Instagram, 138 no Twitter e 16 vídeos no Youtube. Ressalte-se que o número de seguidores no Facebook e no Instagram, criado em maio de 2019, cresceu expressivamente durante o ano.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O valor total das despesas autorizadas para o exercício de 2019 foi R\$ 66.389.875,00 (sessenta e seis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais), desse valor foram empenhados R\$ 57.865.776,00 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e seis reais). Durante o ano de 2019 a Adasa manteve o compromisso de zelar fielmente pelo cumprimento de suas competências, que incluem a gestão de recursos hídricos e a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

A estratégia de atuação envolve a concentração de esforços na ampliação dos conhecimentos (qualificação técnica de seu quadro) e na modernização de sua gestão, com a utilização cada vez mais constante de ferramentas e aparatos tecnológicos, o que exige ação proativa de sua força de trabalho, bem como a construção de parcerias e alianças que ampliem seus resultados. A Agência continua desempenhando seu papel com grande capacidade, executando as ações sob sua responsabilidade com eficiência e tecnicidade. Ressalta-se a pluralidade de suas áreas de atuação, bem como a riqueza de detalhes necessários à uma boa execução dos trabalhos e o cumprimento dos objetivos traçados.

Em dezembro de 2019 foi editada a Resolução nº 17, que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU) no manejo de resíduos sólidos da construção civil, provenientes de grandes geradores. A revisão extraordinária para o aprimoramento da metodologia de cálculo levou em consideração alterações ocorridas na contratação de empresa, pelo SLU, para a operação da Unidade de Recebimento de Entulho (URE) - localizada no antigo Lixão - o que permitiu uma redução de 18,7 a 30,9% em relação aos preços estabelecidos anteriormente, por tonelada de resíduos. Para os resíduos segregados, o preço por tonelada passa de R\$ 14,68 (quatorze reais e sessenta e oito centavos) para R\$ 11,93 (onze reais e noventa e três centavos); não segregados, de R\$ 26,91 (vinte e seis reais e noventa e um centavos) para R\$ 20,92 (vinte reais e noventa e dois centavos) e para os resíduos de podas e galhadas, de R\$ 26,91 (vinte e seis reais e noventa e um centavos) para R\$ 18,60 (dezoito reais e sessenta centavos).

A gestão integrada de resíduos sólidos da construção civil e de resíduos volumosos no Distrito Federal está em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010. A cobrança diferenciada por tipo de resíduos deveria entrar em vigor em 2018, mas uma representação junto ao Tribunal de Contas do DF adiou o processo, prevalecendo o valor contratual de R\$ 10,92 (dez reais e noventa e dois centavos) por tonelada, até a revisão da nova metodologia de cobrança. A Resolução nº 17 estabelece dois modelos de cobrança para o manejo desses resíduos: por peso ou valor fixo por unidade de caçamba, equivalente a 4 toneladas de resíduos. Na ocorrência de eventos que prejudiquem o fluxo normal da operação de pesagem, por problemas de avarias ou defeitos em balanças, a mensuração e cobrança deverão corresponder o equivalente a 50% da média aritmética dos pesos das cargas transportadas pelo veículo no mês anterior. O novo ato normativo estabelece que 48% da receita anual obtida pela cobrança do preço público referente aos serviços de disposição final de resíduos da construção civil não segregados, devem ser destinados a investimentos nas instalações operacionais e na realização de estudos técnicos e tecnológicos para a melhoria da prestação dos serviços.

Foi finalizado trabalho de consultoria iniciado em 2018, para realizar, juntamente com as áreas da Adasa, a priorização dos processos da Agência e o mapeamento daqueles identificados como mais sensíveis e de maior impacto para a sociedade e também para o desenvolvimento das suas atividades. Os processos inicialmente trabalhados e transformados foram: normatização; fiscalização e sanção; outorga; monitoramento e comunicação. Em um segundo momento, o esforço de transformação se deu nos processos de gestão de demandas de tecnologia da informação, gestão orçamentária e financeira, gestão de projetos e gestão de pessoas. Espera-se em 2020 que as áreas atuem conforme o desenhado e definido como padrão. Será necessário um trabalho contínuo de implementação e monitoramento. o Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI, por meio das demandas das áreas interessadas, deverá se dedicar ao desenvolvimento das ferramentas necessárias para o desenvolvimento factível dos processos que foram minuciosamente trabalhados e melhorados.

Em 2020 ocorrerá a revitalização do Canal Santos Dumont. A iniciativa é resultado de ação conjunta entre a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF), Empresa de Assistência e Extensão Rural (Emater), Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb), Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranaíba (CBH-Paranaíba) e produtores usuários do canal. A revitalização aumentará a oferta de água para os principais usuários na Bacia do Ribeirão Pípiripau (cidades de Planaltina e Sobradinho e produtores rurais). Com as melhorias, a expectativa da Adasa é que a demanda de água no canal seja reduzida em cerca de 50%.

Com a Resolução nº 15, de 20 de dezembro de 2019, a Adasa estabeleceu as diretrizes e os procedimentos à Companhia de Saneamento Básico (Caesb) para a elaboração do Plano de Exploração dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Distrito Federal. A primeira versão do Plano deverá ser apresentada à Adasa até o mês de Junho de 2020. De acordo com a Lei Distrital 4285/2008 - que reestrutura a Adasa - e o contrato de concessão, a elaboração de planejamento para os serviços de água e esgoto é obrigatória. O Plano deverá conter a previsão de expansão dos sistemas, os planos de operação e manutenção e ações preventivas e corretivas decorrentes de situações emergenciais, como secas, vazamentos em redes de esgotos, rupturas de adutoras e barragens, devendo ser projetado para os próximos 20 anos, com atualizações a cada quatro anos. Além disso, a Caesb deverá apresentar relatório anual de execução do plano, indicando os resultados obtidos. O Plano de Exploração é mais um instrumento regulatório para aumentar a eficiência

e transparência das ações do prestador dos serviços. A Adasa deverá aprovar o Plano, após o processo de Audiência Pública, para que só então ele entre em vigor. De acordo com a Resolução, os custos financeiros para elaboração ou revisão do plano serão reconhecidos para fins de reajuste ou revisão tarifária, desde que a Caesb cumpra os prazos de elaboração e revisão determinados na norma.

Há que se ressaltar a superação da crise hídrica, vivenciada fortemente entre os anos de 2016 e 2018. Essa superação foi possível, graças aos corpos técnico e diretivo extremamente qualificados e empenhados e à atuação isenta, responsável e corajosa da Adasa e de outros parceiros. Buscando sempre ser inovadora em sua atuação e melhorar seus resultados, a Agência passou a contar recentemente com o apoio da Inteligência Artificial, programas e aplicativos modernos, além de armazenamento na nuvem para monitorar cenários e se antecipar a possíveis crises hídricas no DF. Essas e outras ferramentas têm sido fundamentais para a implantação do Projeto ADASA 4.0, que busca a transformação digital da instituição, gerando maior eficiência nas ações da Agência e melhor prestação de serviço à sociedade. No caso do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos - SIRH, por exemplo, há um forte avanço na Gestão INTELIGENTE dos Recursos Hídricos (SMART Water Management). É fundamental que a transformação de dados em informação útil à gestão seja feita de forma rápida e segura, o que também permitirá melhor comunicação com a sociedade e maior transparência em relação aos serviços.

Além de apoiar o trabalho de gestão e monitoramento dos recursos hídricos, as informações geradas são disponibilizadas para o público por meio SIRH, disponível no site da Adasa. Desde que o SIRH foi implantado, em 2017, o número de acessos já ultrapassou 5 milhões, oriundos de todos os continentes, totalizando 99 países.

Está sendo desenvolvida a Pesquisa de satisfação dos usuários com os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, um trabalho conjunto realizados pelas Superintendências de Resíduos Sólidos e de Drenagem Urbana, por meio de Acordo de Cooperação Técnica com a CODEPLAN. Foram firmados também mais dois Acordos de Cooperação Técnica, com previsão de serem finalizados em 2020, sendo um entre a CODEPLAN, Adasa, SLU e SEMA com o objetivo de realizar pesquisas para subsidiar o desenho de intervenção baseada em insights comportamentais nos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, tendo como foco inicial a melhoria na qualidade da separação dos resíduos sólidos pelos cidadãos para a coleta seletiva domiciliar, e o outro entre a Adasa e o SLU, com o objetivo de estabelecer as condições para a realização de ações conjuntas destinadas a promover a melhoria de processos do SLU relacionados à prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos objetivando que esses processos sejam capazes de produzir informações com alto nível de confiabilidade, para uso regulatório por parte da Adasa e gerencial por parte do SLU, e elaboração de manual de auditoria e certificação das informações do SLU.

Foi definida a banca que ficará responsável pela organização do próximo concurso Adasa, a ser realizado no ano de 2020. A empresa vencedora do processo seletivo foi o Instituto Americano de Desenvolvimento (Iades). A homologação do resultado foi publicada no dia 21 de novembro de 2019, no Diário Oficial do Distrito Federal. O certame oferecerá 75 vagas, sendo 25 imediatas (18 para o cargo de regulador de serviços públicos e 7 para técnico de regulação). As 50 restantes são para cadastro de reserva.

Os desafios para o exercício de 2020 continuarão a ser grandes, entretanto, a Adasa tem se mostrado preparada para enfrentá-los. Vislumbra-se um ano extremamente positivo, ainda que intenso, exigindo muito esforço e dedicação. O corpo técnico está cada vez mais ciente da importância das suas ações, encontrando-se altamente preparado para desenvolver um

trabalho de excelência, primando sempre pela efetividade e agilidade na prestação do serviço público, que deverá sempre estar voltado para o interesse da sociedade do Distrito Federal.

21207 - FUNDACAO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASILIA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB, instituída nos termos da Lei n.º 1.813, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei n.º 1.996, de 02 de Julho de 1998, a qual cria a estrutura organizacional e de cargos na Fundação, alterada sua denominação por força do art. 6º, inciso VI, do decreto n.º 27.591, de 1º de janeiro de 2007, entidade da Administração Indireta, de que trata o art. 7º, inciso I, alínea "f", do Decreto n.º 36.236, de 1º de janeiro de 2015, alterada sua estrutura administrativa por meio do Decreto n.º 37.359, de 24 de maio de 2016, possui Regimento Interno, por meio da Instrução n.º 39, de 15 de abril de 2009, aprovado através da Resolução n.º 08/2009 do Conselho Deliberativo da entidade. Rege-se pelo Estatuto alterado pela Instrução n.º 57, de 13 de setembro de 2016, e pelas disposições legais pertinentes.

De acordo com o arts. 3º e 4º da Lei n.º 1.813/1997, a síntese das competências desta Unidade estão descritas na forma de metas e finalidades, como segue:

Tem por metas:

I - contribuir para a conservação do patrimônio de biodiversidade do Distrito Federal, por meio da manutenção de programas de conservação e pesquisa in situ e ex situ, em especial nas áreas de cerrado do Distrito Federal e entorno;

II - produzir, sistematizar e disseminar informações, pesquisas, análises, estudos e projetos de preservação do meio ambiente, em particular sobre a fauna e a flora, para a melhoria do complexo ecológico sob sua guarda;

III - promover a conscientização ecológica dos visitantes por meio da manutenção de programas interativos de educação ambiental que permitam o envolvimento e a participação do usuário nas atividades, programas e projetos do Pólo Ecológico de Brasília;

IV - investir na criação e na manutenção de calendário de atividades de lazer destinadas à valorização da cultura e à preservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a geração de emprego e renda no Distrito Federal.

Tem por finalidades:

I - contribuir, pela excelência de seus programas e projetos de conservação, pesquisa, educação e lazer, para o credenciamento de Brasília como um dos maiores e mais promissores centros de desenvolvimento sustentado do País;

II - alcançar a auto-suficiência econômica pela eficiente administração dos recursos materiais do seu patrimônio e pela captação e arrecadação de recursos financeiros a serem utilizados no cumprimento de suas finalidades e objetivos;

III - criar condições objetivas para a sustentabilidade do Pólo Ecológico de Brasília, mediante a implementação de política de gestão ambiental moderna, compartilhada e participativa, ancorada no respeito aos princípios éticos e morais que regem a convivência harmoniosa entre o ser humano e a natureza;

IV - contribuir e participar de programas de conservação e pesquisa nacionais e internacionais, estabelecendo convênios e parcerias com prestigiosas instituições científicas e ambientais do Brasil e do exterior;

V - manter intercâmbio com órgãos governamentais incumbidos institucionalmente das questões ambientais, promovendo, sempre que necessário, atos de mútua cooperação;

VI - assegurar o bem-estar dos animais mantidos em cativeiro, bem como da fauna visitante, proporcionando-lhes conforto e cuidado adequado;

VII - incentivar a visitação pública com a oferta de atrações e espaços de qualidade a preços acessíveis a todos os segmentos sociais;

VIII - pesquisar, desenvolver e difundir novas tecnologias e metodologias de manejo e reprodução de animais silvestres em cativeiro e de proteção de seus habitats.

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília/FJZB é uma instituição socioambiental. Inaugurada no dia 06 de dezembro de 1957, antes mesmo da capital federal, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) desenvolve ações com foco na educação ambiental, conservação e preservação da fauna brasileira. Tem o privilégio de ser a primeira instituição ambientalista criada no Distrito Federal. É um órgão da administração indireta vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF (SEMA).

Realiza ações relevantes para o meio ambiente, com foco no trabalho de conservação e pesquisa, o que contribui para preservação de animais ameaçados de extinção. Quanto ao desenvolvimento científico, o Zoo Brasília trabalha em parceria com entidades renomadas como a Universidade de Brasília (UnB), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Instituto Federal de Educação Teológica (IFTB), entre outras.

O Zoológico de Brasília também é palco de grandes atrações, o que o torna mais atrativo durante os finais de semana e feriados, sendo visitado por milhares de brasilienses, turistas brasileiros e estrangeiros de todas as idades. Nossa missão é manter a FJZB como um centro de excelência voltado para a conservação, pesquisa, educação e lazer.

Possui uma área de 139,7 hectares, onde 3 destes são destinados para produção de alimentos dos animais. Nas outras áreas estão distribuídos os recintos dos animais, o Museu de Ciências Naturais, Borboletário, área para camping e piquenique, playground, lagos artificiais, áreas arborizadas para passeio, amplo estacionamento, lanchonetes, entre outros.

Atualmente o Zoo Brasília realiza um trabalho diário que envolve um total de 927 animais, distribuídos em 654 animais que integram o plantel do Zoológico de Brasília, por meio do SISFAUNA- Sistema Nacional de Gestão de Fauna, e 273 animais sob os cuidados do Zoo Brasília, distribuídos entre 185 espécies de aves, répteis e mamíferos. Também pertence ao Zoo uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), conhecido como Santuário de Vida Silvestre, somando 440 hectares, limitando-se ao Aeroporto Internacional JK e a Vila Telebrasília. A FJZB é responsável pela gestão de todo o complexo ecológico formado pelas áreas citadas. Uma conquista para Brasília, um ganho para todo o povo brasileiro.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	16	3	8	5	32
Comissionados sem vínculo efetivo	13	18	0	0	31
Requisitados de órgãos do GDF	8	1	1	0	10
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	3	2	5

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	4	0	4
Outros - especificar	0	0	48	136	184
Subtotal	37	22	64	143	266
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	1	0	2
Total Geral	36	22	63	143	264

1- Outros - especificar: VIDE OBS:

1.1- **48** Colaboradores que compõe a força de trabalho oriunda de contratação de prestação de serviços especializados de manutenção, com fornecimento de material e mão de obra exclusiva, visando o atendimento das demandas da Fundação Jardim Zoológico de Brasília. sendo: 02 - Bombeiros; 02 - Eletricista; 02 - Marceneiro; 01 - Operador de Motosserra; 04 - Pedreiro; 02 - Pintor; 03 - Serralheiros; 06 - Servente de Obras; 01 - Supervisor de Manutenção e Reparos; 04 - Motorista de Veículo Pesado; 02 - Operador de Máquinas Pesada; 01 - Operador de Retroescavadeira; 11 - Apoio Administrativo - Técnico Operacional: (01 - Técnico Operacional de Almoxarife; 01 - Técnico Operacional de Copeiro; 01 - Administrador de Redes; 02 - Recepcionistas e 06 - Técnico em Secretariado); 05 - Bilheteiro; 01 - Monitorador; 01 - Desenhista Técnico: Cadista.

1.2 - **52** - Colaboradores Pessoas que compõe a Força de trabalho oriunda de contratação de empresa para a prestação de serviços de suporte de manejo de fauna e de educação ambiental, com o fornecimento de equipamentos, insumos e mão de obra exclusiva, visando o atendimento das demandas da Fundação Jardim Zoológico de Brasília. sendo: 07 Supervisores: (01 - de Condicionamento Animal; 02 - de Educação Ambiental; 01 de Enriquecimento Ambiental; 03 - de Manejo da Fauna) e 45 - Tratador de Animal.

1.3 - **76** - Colaboradores da área de Vigilância: Prestação de serviços especializados de vigilância ostensiva, armada e desarmada, diurna e noturno, fixa e motorizada, para atender os próprios desta Fundação. Contrato de Prestação de Serviços nº 29/2017-SEPLAG, distribuídos em: 28 - Postos de Vigilância Diurna: contendo 56 servidores e 10 - Postos de Vigilância Noturna: contendo 20 servidores.

1.4 - **08** - Colaboradores de empresa especializada em serviços de brigada contra incêndio e pânico, com alocação de bombeiros civis, além de líder e mestre, em postos diurnos e noturnos com fornecimento de materiais, equipamentos e acessórios para atender a demanda desta Fundação/SEPLAG: Contrato de Prestação de Serviços nº 014/2017-SEPLAG, distribuídos em 02 - Postos de Trabalho Diruno: contendo 08 servidores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	150000,0	0,0	0	0
9846 - CONSTRUÇÃO DE RECINTO PARA ANIMAIS ZOOLOGICO DF -- EM 2019	150000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	150000,00	0,00	0,00	0,00

Considerando a limitação do Orçamento do Governo do Distrito Federal, o qual encontra-se em situação de racionalização, controle e priorização de despesas públicas, sobretudo, nas Unidades Orçamentárias a fim de promover o equilíbrio entre receitas e despesas, conforme prevê a Lei Complementar nº 101/2000. Se fez necessário readequar os recursos alocados na LOA com seus gastos prioritários de modo a garantir os compromissos de despesas de caráter continuado, do presente exercício, conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 39.623, de 09 de janeiro de 2019, nesses termos:

"(...) Art. 2º Os Secretários de Estado e os ordenadores de despesas são responsáveis pela observância da priorização das despesas administrativas do órgão e as voltadas à continuidade da prestação de serviços públicos, bem como pelo cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis à matéria. (...)"

Dessa forma, os recursos dessas ações foram cancelados para atender outras prioridades da Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1766 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLOGICO	50000,0	0,0	0	0
6965 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLOGICO-- CANDANGOLÂNDIA	50000,0	0,0	0	0
1947 - ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIO	50000,0	0,0	0	0
0001 - ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIO- DA FJZB- CANDANGOLÂNDIA	50000,0	0,0	0	0
1998 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	41000,0	2520,0	2520,0	2520,0
0002 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL-- CANDANGOLÂNDIA	41000,0	2520,0	2520,0	2520,0
2485 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA	10000,0	0,0	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA-FJZB- CANDANGOLÂNDIA	10000,0	0,0	0	0
2580 - CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	10000,0	0,0	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS-FJZB- CANDANGOLÂNDIA	10000,0	0,0	0	0
2940 - CONSERVAÇÃO DA FAUNA	30000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - CONSERVAÇÃO DA FAUNA-DA FJZB-CANDANGOLÂNDIA	30000,0	0,0	0	0
3129 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	150000,0	1658469,0	1658418,02	0
0001 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS- CANDANGOLÂNDIA	0	765000,0	764984,56	0
2583 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-CANDANGOLÂNDIA	150000,0	893469,0	893433,46	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	80000,0	0,0	0	0
0001 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-FJZB- CANDANGOLÂNDIA	80000,0	0,0	0	0
4086 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	1493681,0	1724137,00	1453857,67	1312960,58
0002 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-CANDANGOLÂNDIA	1493681,0	1724137,00	1453857,67	1312960,58
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1914681,00	3385126,00	3114795,69	1315480,58

ASSISTÊNCIA ANIMAIS

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília utiliza-se da ação Assistência a Animais para promover o bem-estar animal, muitas vezes, não é um conceito tão simples de ser compreendido. Ele pode ter diferentes significados para diferentes pessoas. De modo geral, 'bem-estar' se refere à qualidade de vida de um animal – se ele tem boa saúde, se suas condições física e psicológica são adequadas, e se pode expressar seu comportamento natural.

Os animais do plantel da Fundação são mantidos nos recintos de exposição do parque, os quais passam diariamente por atividades de manejo profilático e contenções físicas ou químicas realizadas para diversos procedimentos. Esses animais são desmembrados em diversos seguimentos como: aves, répteis/anfíbios/artrópodes e mamíferos.

A ambientação de recintos, pareamento de indivíduos para acasalamento, controle e atualização dos documentos referentes aos animais do plantel, coordenação dos pedidos de manutenção dos recintos e observação dos animais com rondas diárias são algumas das atividades desenvolvidas na FJZB.

Plantel Atual

Plantel FJZB						
	Espécies	Espécies ameaçadas	Espécies nativas	Espécies exóticas	Espécies do Cerrado	Indivíduos
Aves	84	19	71	13	44	263
Mamíferos	59	27	44	15	26	176
Répteis	25	1	20	5	16	169
Total	168	48	135	33	86	608

Sob os cuidados da FJZB	
Aves ¹	44
Mamíferos ¹	26
Répteis e anfíbios ¹	106
Mantidos soltos no Zoo ²	110
Animais migratórios ³	59
Total	345

1 Animais recebidos de ações de resgate da BPMA, de vida livre do zoo ou encaminhados pelo CETAS/IBAMA em tratamento ou em observação.

2 Animais mantidos soltos no parque, incluindo pavões-azuis (*Pavo cristatus*), galinhas-d'angola (*Numida meleagris*), patos (*Anas platyrhynchos*) e gansos (*Anser anser*).

3 Animais que eventualmente se encontram no zoológico, quando oportuno à sua rota migratória. Atualmente, se observam irerês (*Dendrocygna viduata*).

Movimentação dos animais

	Saidas para outras instituições			Óbitos		
	Aves	Mamíferos	Répteis	Aves	Mamíferos	Répteis
Janeiro	18	0	0	5	2	0
Fevereiro	0	0	0	2	2	1
Março	0	0	0	4	3	0
Abril	0	0	0	6	1	2
Maió	0	0	0	4	5	1
Junho	0	0	0	1	0	2
Julho	0	0	0	3	0	4
Agosto	0	0	0	1	0	0
Setembro	0	0	0	4	3	1
Outubro	13	2	1	10	2	1
Novembro	2	0	1	3	1	2
Dezembro	0	0	0	0	0	0
Total	18	0	0	40	17	12

No acordo de cooperação técnica firmado entre a Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil (AZAB) e o Instituto Chico Mendes (ICMBio/MMA), uma lista de espécies ameaçadas de extinção foi criada para estabelecer um foco para esforços conservacionistas dos zoológicos filiados à AZAB. Destas, a FJZB abriga a jacutinga (*Aburria jacutinga*), o macaco-aranha-de-cara-branca (*Ateles marginatus*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a ararajuba (*Guaruba guarouba*), o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), a onça-pintada (*Panthera onca*), o sauim-de-coleira (*Saguinus bicolor*) e o cachorro-vinagre (*Speothos venaticus*). Além disso, também participa de programas de conservação do cervo-do-Pantanal (*Blastocerus dichotomus*) e da harpia.

O ICMBio também criou Planos de Ação Nacional (PAN) para a conservação de diversas espécies. A FJZB participa dos PAN para conservação de tatu-bola, tamanduá-bandeira e tatu-canastra. Além disso, a FJZB tem animais do seu plantel cadastrados em diversos studbooks internacionais, recebendo recomendações de pareamento para fins reprodutivos de diversas espécies. Estas são: mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), mico-leão-de-cara-dourada, bugio-preto (*Alouatta caraya*), bugio-de-mão-ruiva (*Alouatta belzebul*), bugio-ruivo (*Alouatta seniculus*), zogue-zogue (*Callicebus cupreus*), lobo-guará, jaguatirica (*Leopardus pardalis*), gato-do-mato-pequeno (*Leopardus guttulus*), gato-palheiro (*Leopardus colocolo*), jaguarundi (*Puma yagouaroundi*), rinoceronte-branco (*Ceratotherium simum simum*), tamanduá-bandeira, cachorro-do-mato-vinagre, ariranha (*Pteronura brasiliensis*), elefante-africano (*Loxodonta africana*) e jararaca (*Bothrops otavioi*). A FJZB também tem studbook keepers, sendo responsável pelas espécies elefante-africano, jararaca, cachorro-do-mato-vinagre e, os mais recentes, tamanduá-bandeira e ariranha.

Atualmente, tem se envidado esforços para estimular a reprodução de animais já pertencentes ao plantel, como jacutinga, bugio-ruivo, cotiarinha (*Bothrops itapetiningae*), onça-pintada, ararajuba, arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*) e mico-leão-da-cara-dourada. Os pareamentos foram feitos e os recintos foram preparados para propiciar um ambiente favorável à reprodução.

Um filhote de bugio-ruivo nasceu em 22 de maio de 2019. Uma onça-pintada melânica, de apelido Gabriela, foi enviada ao Instituto de Preservação e Defesa dos Felídeos da Fauna Silvestre do Brasil em Processo de Extinção - NEX para fins reprodutivos. A expectativa para

os filhotes nascidos, após o desmame, é de envio para instituições participantes do plano de manejo cooperativo da espécie e do acordo firmado entre a AZAB e o ICMBio/MMA.

Este ano, foi conferida à FJZB, a recomendação de recebimento de uma fêmea de cachorro-mato-vinagre vinda do Zoológico Rostislav Shilo Novosibirsk, da Federação Russa, para pareamento com o macho que estava sendo mantido sozinho na FJZB. Por inviabilidade do transporte, a recomendação foi direcionada ao Parque Le Pal na França. O trâmite para o processo de importação está se iniciando. Recebeu-se ainda a recomendação de acolhimento de mais um casal da mesma espécie, com negociações ainda em estágios iniciais. Atualmente, o studbook de tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) está sendo acompanhado quanto a população mantida em cativeiro e pela indicação de pareamentos para reprodução da espécie.

Por meio do Programa de Conservação da Ariranha, recebemos este ano um exemplar macho, de apelido Macau, vindo do Dortmund Zoo na Alemanha. A FJZB abrigava somente uma fêmea. Porém, o Zoo de Brasília já foi o recordista na quantidade de nascimentos de ariranhas em cativeiro. Dado o histórico bem-sucedido, visa-se retomar o projeto de reprodução visando a conservação do maior mustelídeo do Brasil.

São realizados cursos de formação do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PPCIF) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e no curso para policiais civis da Delegacia do Meio Ambiente, ministrando palestras sobre os seguintes assuntos:

- noções de taxonomia de aves, técnicas de manejo e contenção de aves silvestres e demonstração prática de manejo e contenção de aves;
- noções de taxonomia de mamíferos de médio e grande porte do Distrito Federal e entorno, técnicas de manejo de mamíferos silvestres e demonstração prática de captura e transporte de mamíferos;
- ofidismo, noções básicas de comportamento de répteis mediante a incêndios, técnicas de manejo e contenção de serpentes e crocodilianos, principais artrópodes peçonhentos do Cerrado, técnicas de manejo e contenção de artrópodes, demonstração prática de manejo e contenção de artrópodes.

Palestras ministradas:

- "Participação da FJZB em studbooks", curso de formação dos tratadores,
- "Planejamento da rotina de trabalho" manejo de fauna
- "Segurança no manejo diário" manejo de fauna
- "Biopirataria", na escola 104 do Recanto das Emas
- "Ofidismo"
- para cadetes e instrutores do Curso de Formação de Oficiais (CFO) do CBMDF,
- para os participantes do Curso de Tripulante Operacional do CBMDF,
- para cadetes do CFO da Polícia Militar do Distrito Federal;
- e para os participantes do IX Curso Operacional do Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas.

Técnicos Capacitados pela FJZB nos cursos:

- Treinamento imersivo no Global Elephants Sanctuary em Mato Grosso, com os especialistas Scott e Kat Blais e com a treinadora de elefantes Karissa Reinbold para aperfeiçoamento nas técnicas para lidar com elefantes;
- 43º Congresso de Zoológicos e aquários da AZAB;

- Curso Best Practice in Animal Keeping, realizado pela Associação de Zoológicos e Aquários ocorrido em Belo Horizonte entre os dias 18 e 22 de novembro;
- Expedição para o Programa de Conservação do tatu-bola, realizado pela Associação Caatinga e ICMBio entre 23 e 29 de agosto no estado do Piauí;
- Curso de Taxidermia ministrado pela UnB;
- I curso sobre Melhores Práticas de Cuidado Animal da Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil (AZAB). Este curso ocorreu por meio de uma parceria entre a AZAB e o (ZCOG), e contou com instrutores da Associação Norte-Americana de Zoos e Aquários (AZA), ocorrendo na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no período de 18/11 a 22/11/2019.

Visitas Recebidas:

- Dos cuidadores do Zoológico de Goiânia, que participaram da rotina do manejo dos cuidadores da FJZB, com o objetivo de aprimorar o trabalho desempenhado na instituição visitante;
- Visita técnica dos alunos de Ciências Biológicas da Universidade Católica de Brasília, com acompanhamento dos diretores da FJZB.

A bióloga e pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos, ao visitar a FJZB, viabilizou a visita da bióloga especialista em design de zoológicos e recintos, que ministrou palestra para a equipe sobre as possibilidades que o design de recintos pode trazer em relação ao bem-estar dos animais.

Apoios a outros órgãos externamente à FJZB são constantes, particularmente a resgates, como no caso de tamanduá-bandeira preso em cerca viva próxima ao Parque Nacional de Brasília ou de queixada (Tayassu pecari) com arame enroscado no pescoço no Parque Nacional

A estrutura dos fossos dos grandes felinos foi avaliada pela NOVACAP, deflagrando ações para manejo dos animais e posterior reforma dos recintos, visando garantir a segurança dos animais e dos funcionários.

O Serpentário passou por algumas melhorias, com manutenção dos recintos e pintura da parte interna e externa, cumprindo as orientações do POP, em dezembro recebemos a Inframérica (aeroporto de Brasília), para uma reunião, cuja pauta da reunião foi os urubus de vida livre.

Também no mês de dezembro iniciou-se a reforma do recinto da elefanta Belinha e algumas alterações no recinto dos hipopótamos. No recinto da Belinha, o ambiente está sendo readequado para aumentar a segurança e melhorar o espaço, para então receber o elefante Chocolate. A expectativa é que o fato traga grandes benefícios para os dois animais, além de proporcionar uma melhor experiência e visualização ao público visitante. E nos hipopótamos, as mudanças vão melhorar significativamente o manejo destes animais.



Na FJZB as dietas dos animais do plantel, são formulada, garantindo alimentação adequada e balanceada para manutenção da saúde de todas as espécies, além de realizar o planejamento anual do quantitativo de alimentos e insumos necessários para confecção das dietas, produz alimentos utilizados para os animais da instituição, organiza ciclo de palestras/curso de capacitação dos cuidadores da FJZB. Recebemos a visita dos funcionários do setor da Nutrição do Zoológico de Goiânia, que participaram da rotina do manejo dos cuidadores do Zoo, com o objetivo de aprimorar o trabalho desempenhado na instituição visitante.

Através da participação do 43º Congresso da AZAB, bem como do minicurso de Nutrição de Animais Selvagens, foi capacitado um servidor responsável pela área de Nutrição, nos quais teve a oportunidade de fazer contatos profissionais para troca de experiência, no qual as informações obtidas no Congresso foram repassadas aos cuidadores a fim de aumentar o impacto da participação no Congresso, contribuindo para o desenvolvimento técnico profissional da FJZB. Durante o congresso, foi apresentado o trabalho científico intitulado "Altos níveis de fibra influenciam o coeficiente de digestibilidade dos nutrientes em bugio-ruivo (*Alouatta guariba*)", que recebeu o prêmio de melhor trabalho apresentado no Congresso.

No mês de setembro, participaram no projeto de cooperação técnica com o Zoológico de Vesty Pakos, da Bolívia. O projeto é fruto de uma parceria internacional que visa contribuir para a melhoria nas técnicas de manejo para manutenção de animais selvagens em ambas as instituições e o servidor do setor foi responsável por compartilhar conhecimentos na área de nutrição. Durante uma semana, auxiliou a equipe técnica do Zoo Vesty Pakos na formulação de dietas e no manejo alimentar, além de ministrar palestras para alunos e cooperadores que auxiliam na rotina diária do Zoo, contribuindo para o avanço do campo da nutrição naquela região.

Além dessa cooperação específica, a FJZB é representada em eventos técnico científicos em território nacional por meio de palestras e minicursos ministrados, em sua maioria, a estudantes de graduação que veem nossa instituição como referencial para manejo nutricional e alimentar de animais selvagens, sendo visitada por professores e os participantes do Grupo de Estudos de Animais Silvestres da Universidade de Unaí para conhecer a estrutura do setor de nutrição.

A FJZB abriga uma variedade grande de espécies animais, incluindo mamíferos, aves, répteis, anfíbios e insetos. Para alimentar todos esses animais, consome-se aproximadamente 900 kg de produtos de origem animal, como carnes e ovos, 3.000 kg das mais diversas rações e suplementos, mais de 10.000 kg de forragens conservadas e aproximadamente 6.800 kg de frutas verduras e legumes. As quantidades exatas de cada item consumido no zoológico podem ser conferidas nas Tabelas 1,2 e 3.

Destaca-se, ainda, a aquisição de insetos para alimentação animal, como item alimentar que contribui de maneira única à dieta dos animais insetívoros. O principal componente do exoesqueleto dos insetos, a quitina, possui um papel singular na nutrição desses animais, contribuindo para a motilidade do trato gastrointestinal, além de ser uma boa fonte proteica e energética. Além disso, esses itens contribuem muito para uma melhoria no comportamento natural das espécies, uma vez que podem ser espalhados pelo recinto de modo a incentivar o comportamento de forrageio, algo muito importante para o bem-estar dos animais.

Consumo mensal de produtos de origem animal

Produto	Quantidade	Unidade
Dianteiro bovino	120	kg
Músculo	298	kg
Fígado	12	kg
Frango inteiro	193	kg
Moela frango	12	kg
Ovo	14	dúzia
Tilápia 3-6	236	kg
Tilápia 6-10	19	kg

Consumo mensal de rações

Rações	Quantidade	Unidade
Cães adultos	104	Kg
Cães filhotes	6	kg
Gatos filhotes	1,5	kg
Furões	20	kg
Flamingo	20	kg
Galiformes	20	kg
Arara	116	kg
Baratas	140	kg
Tenébrio comum	22	kg
Leite gatos	22	kg
Alpiste	22	kg
Feno alfafa	22	kg
Feno tifton	2	kg
Girassol	34	kg
Leite em pó	1,5	kg
Óleo milho	0,5	kg
Óleo coco	5	kg
Pão integral	1,5	kg
Papa filhotes papagaios	1	kg
Ração bovina	1014	kg
Ração tucanos	15	kg
Ração cavalos	860	kg
Ração aves aquáticas	456	kg
Ração peixes	60	kg
Ração avestruz	168	kg
Ração coelhos	67	kg
Ração felinos obesos	0,3	kg
Ração primatas herb	6	embalagem 12kg
Ração primatas oni	6	embalagem 12kg
Ração ratos	50	kg
Ração cobaias	84	kg
Sal bovino	10	kg

Através de uma formulação específica de dieta para os animais do plantel, é possível realizar o correto manejo nutricional dos animais, tendo total ciência dos nutrientes fornecidos, fator que possibilita aos animais terem uma vida mais saudável.

Os animais são acompanhados quanto ao peso, escore de condição corporal, qualidade de pena e pelos, comportamento, dentre outras características a fim de identificar algum parâmetro fora do normal. Caso algo seja identificado rapidamente, reavaliamos a dieta a fim de traçar algum paralelo com o problema encontrado para uma solução rápida e eficaz, seja com a reformulação da dieta ou readequação do manejo alimentar. Além disso, sabe-se que a nutrição de animais selvagens é um campo relativamente novo quando comparado ao

campo da nutrição de animais domésticos; por isso, sempre avaliamos as mais recentes descobertas sobre a nutrição das espécies mantidas em nossa instituição a fim de considerar todos os aspectos necessários para fornecer a dieta mais adequada possível a elas. Desse modo, mesmo não identificando nenhuma inconformidade com os animais, todas as dietas são revisadas a cada 6 meses. No primeiro semestre de 2019 foram revisadas 66 dietas de mamíferos, 44 de aves e 30 de répteis.

Neste ano foi iniciada a reformulação do registro das dietas ofertadas aos animais, com a elaboração de uma planilha em Excel e com registros mais precisos da condição dos animais, a fim de dar ainda mais precisão ao processo de formulação de dietas. A produção de espécies arbustivas e arbóreas, amora e hibiscus, estão sendo utilizados para a alimentação de alguns herbívoros, como por exemplo a girafa, os bugios e os macacos-barrigudos. Além desses dois itens, também continuamos a produção de capim elefante em área interna no zoológico. A produtividade estimada das 3 forrageiras podem ser visualizadas na Tabela a seguir:

Índices produtivos de forrageiras

	Capim elefante	Amora	Hibiscus
Produtividade	10 ton/ha/ano	3,5 kg/planta/ano	3,5 kg/planta/ano
Área	3 ha	100 plantas	100 plantas
Produção	30 ton/ano	350 kg/ano	350 kg/ano

Há também a produção de animais de biotério, como ratos, camundongos, coelhos e porquinhos-da-Índia. Ao longo desse ano focamos em melhorar o manejo das espécies e aumentar a quantidade produzida. Para isso, intensificamos o acompanhamento da rotina de limpeza dos ambientes dos animais e melhoramos a distribuição dos animais nas caixas. Além disso aumentamos o número de matrizes de ratos para uma maior produção desses animais, que são mais versáteis para alimentação, podendo ser usado para uma grande variedade de espécies de predadores.

Índices produtivos de animais de biotério.

	Rato	Camundongo	Coelho	Porquinho-da-índia
Produtividade (filhotes/matriz/mês)	8	10	4*	4
Matrizes	8	36	6	8
Produção (filhotes/mês)	64	360	24*	32

*quantitativo a cada dois meses.

Há acompanhamento nutricional constante dos animais internados no Hospital Veterinário, adaptando as dietas caso necessário, com a finalidade de dar uma melhor condição para que o animal responda ao tratamento. Nos casos eventuais de óbito, acompanhou-se as necrópsias, com a finalidade de compreender melhor a anatomia de algumas espécies com pouca informação em literatura, para melhor subsidiar a elaboração de dietas.

A missão do Hospital Veterinário da Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB é realizar o atendimento clínico, cirúrgico, laboratorial e de emergência aos animais a ele trazidos pela própria FJZB e por outras instituições federais, como o Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS-DF), o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA-DF), o IBAMA e a UnB. O Hospital Veterinário caracteriza-se como prestador de serviço fundamentado no atendimento veterinário aos animais silvestres do Zoológico de Brasília, nas áreas de clínica e cirurgia, com atendimento ambulatorial ou hospitalar.

O Hospital Veterinário também tem como objetivo proporcionar ensino prático aos residentes de Clínica e Cirúrgica de Animais Silvestres da Universidade de Brasília, por meio do acompanhamento de situações práticas a serem encontradas no exercício profissional e prestar apoio à execução de programas de Saúde Pública junto à DIVAL.

Capacitação técnica

- curso de formação do PPCIF do CBMDF, palestra sobre "Primeiros socorros em situações de incêndio" e "Abordagem ao paciente queimado".
- palestras no curso de formação dos cuidadores da FJZB, com os temas "Zoonoses de importância para a FJZB" e "Animais sinantrópicos".

Atendimentos realizados

Os atendimentos feitos pela equipe do hospital contemplam pacientes do plantel da FJZB, bem como os oriundos de vida livre que habitam o parque, os de resgate de fauna por parte do BPMA e os encaminhados CETAS/IBAMA.

A Tabela a seguir resume o quantitativo de atendimentos realizados até dezembro de 2019:

	Plantel			Externos		
	Aves	Répteis	Mamíferos	Aves	Répteis	Mamíferos
Preventivos	293	254	131	44	37	19
Atendimentos	103	68	217	43	16	67
Diagnóstico por imagem	42	23	51	3	3	15
Cirurgias	0	0	18	6	5	4
Odontologia	n/a	0	15	n/a	0	3
Contenção química	10	4	196	12	3	120

Por meio de parcerias, exames e procedimentos são realizados, tanto para fins diagnósticos quanto profiláticos. Atualmente, exames de imagem (radiografia, ultrassonografia, vídeo endoscopia), odontológicos, oftálmicos e cardiológicos são efetuados.

Foi realizado vazio sanitário dos recintos da quarentena do Hospital Veterinário, com retirada e troca de abrigos, troncos e substratos, limpeza com desinfetantes, máquina lava-jato e vassoura de fogo. O piso foi trocado e foi feita manutenção das grades e portas dos recintos.

A onça-pintada Help foi submetida a exame de tomografia após ter sido observado aumento de volume da cavidade abdominal, no qual se detectou presença de neoformação com sugestão de origem no trato reprodutivo. A paciente foi submetida a cirurgia para excisão dos nódulos, além de castração. Os nódulos foram enviados para exame histopatológico. Foi mantida no Hospital Veterinário enquanto se aguardava a cicatrização da ferida cirúrgica e, após, retornou ao seu recinto na exposição. Será feito acompanhamento periódico do quadro em busca de sinais de recorrência das lesões.

O elefante-africano Chocolate possui histórico de lesões e abscessos de pele recorrentes. Em busca de diagnóstico, o animal foi submetido a contenção química com auxílio de um veterinário do Zoológico de Belo Horizonte, professores de anestesia da UNICEP e da UnB e médicos veterinários anestesistas/especializados em animais silvestres para colheita de material para exames. Foram colhidos sangue, fezes, urina, material de biópsia e pus das lesões. Foram também realizados cuidados com os pés e as unhas, exame oftálmico e avaliação geral para prescrição de tratamento alopático e homeopático com auxílio de veterinários parceiros. Os resultados dos exames foram parcialmente liberados e estamos aguardando os demais para obter respostas acerca das possibilidades de tratamento ou controle das lesões.

Um exemplar de jacaretinga foi resgatado próximo à Ponte do Bragueto pela equipe do BPMA com um corpo estranho metálico emergindo de sua cavidade oral. O animal foi encaminhado ao Hospital Veterinário da FJZB e, após radiografia, constatou-se que a estrutura estava alojada no estômago, sendo compatível com arame com um gancho na ponta. O paciente foi submetido a cirurgia para retirada do corpo estranho, que foi bem-sucedida. Porém, durante o período de recuperação anestésica, o animal veio a óbito.

Na FJZB há projetos de pesquisa recebidos pela instituição, como também os do Comitê de Ética de Uso Animal (CEUA), e pelo projeto do banco de germoplasma, desenvolvido em parceria com a Embrapa. A instrução normativa que rege a submissão de projetos de pesquisa está em processo de revisão, almejando tornar o processo mais dinâmico. Atualmente, está em andamento a configuração de um formulário online que os proponentes preencherão com todos os dados pertinentes, a partir do qual será feito um controle interno automatizado do andamento dos projetos. Assim, diminuirá a necessidade de controle manual e diminuição da quantidade de documentos físicos entregues, facilitando o processo, aumentando a sustentabilidade e diminuindo a necessidade de espaço físico para armazenamento de documentos.

O Repositório Institucional da FJZB tem por objetivo armazenar, preservar, organizar e possibilitar acesso aberto às produções científica, técnica e administrativa realizadas na Fundação. Atualmente, está sendo desenvolvida página no site da FJZB para disponibilizar em formato pdf todos os trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações e artigos redigidos a partir de pesquisas desenvolvidas na FJZB.

A observação dos animais busca conhecer as características e comportamentos dos indivíduos do plantel, com o objetivo de avaliar o bem-estar e ajudar na tomada de decisões quanto às intervenções de enriquecimentos, ou quaisquer mudanças em relação à vida dos animais.

O enriquecimento animal é essencial para manutenção do bem-estar de animais mantidos em cativeiro, estimulando diferentes aspectos das vidas destes animais, seja proporcionando maior exploração do recinto, expressão de comportamentos naturais ou distrações da rotina.

O condicionamento animal viabiliza a realização de procedimentos com o mínimo de estresse para o animal e com segurança para todos envolvidos. É construída uma relação de confiança entre o treinador e o animal, com avanços paulatinos, de acordo com a resposta do animal sendo treinado. Diferentes espécies exigem diferentes estratégias e diferentes estruturas, então o trabalho na FJZB é feito dentro das possibilidades, mas almejando sempre melhorar o cuidado para com os animais mantidos.

As observações no Zoológico de Brasília são realizadas utilizando a técnica de amostragem de todas as ocorrências (ad libitum) ao longo do período mínimo de 10 horas, até que tenha se estabilizado o número de novos comportamentos apresentados pelos mesmos. Os recintos são divididos em quadrantes e elaborados os mapas de trabalho.

Depois do etograma pronto, é utilizada a metodologia de Scan Sampling, para a coleta dos dados, onde a cada intervalo de tempo, pré-estabelecido para cada indivíduo ou grupo, anota-se o comportamento realizado. Essa observação é feita por, no mínimo, 20 horas. Com animais menos ativos, em caráter de exceção, pode ser mantida a técnica de amostragem de todas as ocorrências. Após essa fase, os dados são trabalhados estatisticamente e discutidos sobre quais medidas poderão ser tomadas em relação aos animais observados, para sanar eventuais problemas como, por exemplo, se foram observados brigas, comportamentos estereotipados, apatias, ou outros comportamentos.

Então, enriquecimentos são pesquisados, confeccionados e colocados nos recintos. Após, nova observação com mesma duração da fase anterior é realizada. Os dados obtidos são trabalhados estatisticamente e comparados aos primeiros dados. Após essa fase, é realizada a observação no mesmo tempo das outras anteriores, sem enriquecimento. Ao final, as informações são apresentadas para os interessados.

No ano de 2019 estão em observação 43 indivíduos de mamíferos, 13 de aves e 5 de répteis. As atividades de enriquecimento são desenvolvidas com todos os animais mantidos no parque, tanto os que são mantidos nos recintos de exposição como com os que são mantidos nos recintos extras ou em tratamento no Hospital Veterinário. As estruturas necessárias para

desenvolvimento das atividades como quadros de canos, móveis, piñatas, por exemplo, são confeccionadas no setor. A escolha do tipo de enriquecimento e do material envolvido vão variar de acordo com a espécie.

Os enriquecimentos podem trabalhar com diferentes aspectos da vida do animal e a equipe da FJZB dispõe de diversas estratégias. A dieta, por exemplo, pode ser servida dentro de piñatas, garrafas, trouxas de papelão (Figura 2), canos ou caixas, de modo que o animal precise “trabalhar” para conseguir retirá-la. Outra opção é espalhá-la pelo recinto, para que o animal procure (Figuras 3 e 4). Também se pode oferecer itens alimentares não usuais que os animais apreciem, como uva passas para primatas, frutos da lobeira para lobos-guará, tenébrios para cracídeos ou cupins ainda no cupinzeiro para tamanduás, por exemplo. Picolés com alimentos que eles gostem podem ser ótimos para dias de calor, unindo conforto térmico ao prazer de se alimentarem.

Figura 2: Trougha de papelão com alimento oferecida para arara-canindé (*Ara ararauna*).



Figura 3: Elefante-africano (*Loxodonta africana*) procurando o alimento fornecido de maneira diferente da usual.



Figura 4: Enriquecimento espalhado pelo recinto para harpia (*Harpia harpyja*).



Brinquedos podem ser oferecidos, como móveis para psitacídeos, balanços e redes para primatas, piscina de bolinhas para furões e serpentes (Figura 5), boomer ball para cágados ou um coco no tanque do urso, atizando a curiosidade do animal, que ficará entretido ao interagir com um objeto que normalmente não se encontra no recinto. A interação com peles (Figura 6) ou chifres de herbívoros pode ser uma alternativa para predadores como canídeos e felídeos, estimulando comportamentos naturais. Para os predadores menores, como mangustos e furões, tenébrios são oferecidos em caixas de areia. Alterações simples no recinto, como a colocação de galhos secos e rolinhos de papel no recinto de serpentes ou uma cama de areia para o rinoceronte, podem melhorar as condições de bem-estar desses animais.

Figura 5: Cobra-do-milho (*Pantherophis guttatus*) interagindo com piscina de bolinhas.



Figura 6: Interação de tigre-de-bengala branco (*Panthera tigris tigris*) com pele de herbívoro



Cheiros não usuais podem deixar o animal curioso e estimulá-lo a explorar o recinto, seguindo aromas como canela, alecrim, orégano, maçã ou erva-doce. Estes podem ser usados para carnívoros ou herbívoros, em pilhas de feno, arranhadores ou em forma de trilha. Também se pode utilizar objetos que causem estresse, como caixas de transporte, como parte do enriquecimento, habituando o animal ao objeto e permitindo que a utilização deste seja menos estranha.

Foram realizados 706 enriquecimentos ambientais até dezembro, foram 580 para os mamíferos, 107 enriquecimentos para as aves e 19 enriquecimentos para os répteis.

As atividades de condicionamento são desenvolvidas diariamente com diversos dos animais do parque. Estas dependem da estrutura presente em cada recinto, visando a segurança das pessoas e dos animais envolvidos nos treinos.

Há uma escala para quais animais serão treinados pela equipe da FJZB durante a semana, mas os treinos são feitos diariamente com auxílio dos cuidadores da instituição. Foi instituído controle interno em cada setor a ser feito por parte dos cuidadores, que marcam se o treino foi bem-sucedido ou não, com assinatura dos responsáveis.

Figura 7: Treino com ariranha (*Pteronura brasiliensis*) para dessensibilização da região abdominal e realização de exame ultrassonográfico.



Foi realizada a seleção de voluntários e capacitação sobre as atividades desenvolvidas pelo setor para ajudar na observação do comportamento dos animais e na confecção dos enriquecimentos ambientais, onde o Programa de Voluntários da FJZB conta com 40 colaboradores. Uma turma anterior de voluntários está atuando no NBEA desde setembro de 2018. Os veterinários, tanto do corpo técnico como os residentes, têm acompanhado as atividades de condicionamento, visando ter noções das técnicas utilizadas, sugerir mudanças para melhorar os resultados e efetuar as coletas necessárias.

Tem sido feito treino com o rinoceronte-branco Thor para tentativas de colheita de sêmen, visando enviar o material para o Banco de Germoplasma da EMPRABA, e, posteriormente, possibilitar envio para instituições, viabilizando inseminação artificial de fêmeas mantidas em cativeiro. Ao mesmo tempo, tem-se trabalhado na elaboração do Procedimento Operacional Padrão (POP) do treino para a coleta. Algumas melhorias nos recintos, como o portão de treino para o urso, com aberturas especiais, possibilitam a evolução dos treinos (Figura 8).

Figura 8: Treino na porta de treino com manga para os membros torácicos e janela para abertura de boca com urso-de-óculos (*Tremarctos ornatus*).



Com os hipopótamos foi iniciado o treino nos espaços entre as barras de concreto, fazendo daqueles locais, dois bretes adaptados (Figura 9).

Figura 9: Treino no brete adaptado com hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*) realizando exposição de membro torácico, ao comando.



A FJZB enviou uma representante para participar de um treinamento imersivo no Global Elephants Sanctuary, em Mato Grosso, com a especialista em condicionamento de elefantes, Karissa Reinbold. Este treinamento foi essencial para rever as técnicas de condicionamento utilizadas nos treinos dos elefantes mantidos na FJZB, além de permitir aperfeiçoamento e capacitação da técnica que participou deste evento. E no segundo semestre de 2019 foram realizadas capacitações de reciclagem acerca das atividades para os cuidadores do Zoológico.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	180000,0	60647,20	60646,51	49850,00
8399 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	180000,0	60647,20	60646,51	49850,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	180000,00	60647,20	60646,51	49850,00

Com o objetivo de fomentar o programa "REINTEGRA CIDADÃO", implementado por meio do Decreto nº 24.193/2003, que tem como objetivo proporcionar oportunidades aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, no seu processo de ressocialização e inserção social, pelo aprendizado de novas práticas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado, de prestação de serviços junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, com o objetivo de disponibilizar a previsão contratual de mão de obra a ser realizada por 15 (quinze), sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, em regime semiaberto, aberto e livramento condicional, autorizados pela Vara de Execuções Penais do Distrito Federal – VEP e geridos pela FUNAP/DF, obedecida a qualificação e aptidão de cada sentenciado. O encaminhamento à esta Fundação, dos sentenciados, é realizado conforme o surgimento de demandas deste órgão, para execução de serviços distribuídos em diversas áreas de atuação os quais podem atuar na área meio desta Fundação, tais como:

I – Eletricista;

II - Manutenção de máquinas leves;

III – Pintor e

IV – Serviços Gerais (manutenção, conservação, preservação e recuperação de áreas públicas) conforme artigo 2º., inciso XII, do Decreto nº. 24.193, de 05 de novembro de 2003.

Este Contrato de Prestação de Serviços realizado com a FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso com o objetivo de assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, tendo sido alcançado um atendimento em média, de 04 (quatro) Sentenciados por mês, no período de janeiro a dezembro de 2019, conforme

fonte de pesquisa do SAG – Sistema de Acompanhamento das Ações Governamental. Assistidos: [Jan. 04; Fev. 04; Mar. 04; Abr. 04; Mai. 03; Jun. 03; Jul. 03; Ago. 04; Set. 04; Out, 04, Nov. 04 e Dez.04).

Atuam no fornecimento de Mão de Obra realizada por 4 (quatro), sentenciados do Sistema Penitenciário da Distrito Federal, em regime semiaberto, aberto e livramento condicional, conforme Contrato de Prestação de Serviços - CPS nº 04/2017-FJZB-FUNAP. Os quais exercem atividades na: Manutenção, conservação, preservação e recuperação de áreas do Parque Zoológico. Possuem Jornada de trabalho: Nos dias úteis das 8:00 às 17:00 hs, ao custo mensal per capto total de R\$ 1.132,95, (incluindo a bolsa e os auxílios de alimentação e transportes), perfazendo um somatório, no período de janeiro a novembro, deste exercício de R\$ 49.850,00 (Quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais).

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	0	50000,0	0	0
0011 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-OBAS DE INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE NO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	0	50000,0	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	0,00	50000,00	0,00	0,00

Trata-se de recursos proveniente de Emenda Parlamentar Individual (EPI), conforme Projeto de Lei nº 599/2019, o qual foi disponibilizada no Orçamento desta Unidade no mês de outubro/2019, devido ao limitado espaço de tempo, entre conhecer a EPI e o fechamento do exercício financeiro, a área técnica desta Fundação não possuía projeto e nem tão pouco tempo hábil para execução da referida EPI de obras de acessibilidade na Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	40000,0	35042,38	14327,37	14327,37
0001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	20000,0	13042,38	0	0
6177 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR-JARDIM ZOOLOGICO-DISTRITO FEDERAL	20000,0	22000,00	14327,37	14327,37
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	100000,0	72000,0	72000,00	55021,90
9554 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	100000,0	72000,0	72000,00	55021,90
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	1521003,0	151004,50	39842,36	39842,36

0019 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	1521003,0	151004,50	39842,36	39842,36
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	700000,0	433500,00	291318,23	281611,25
7042 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	700000,0	433500,00	291318,23	281611,25
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	2361003,00	691546,88	417487,96	390802,88

Neste exercício houve 03 beneficiados com o pagamento de Sentenças judiciais, pagas referentes a Requisição de Pequeno Valor -RPV nº 17/2019 e nº 18/2019 da 3º Vara do Trabalho de Brasília; Pagamento de Sentença Judicial, relativo a RPV de custas processuais e honorários advocatícios conforme instrução processual constante do GDF/SEI.

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, em obediência ao disposto no artigo 13, inciso VIII, da Medida Provisória nº 2.158-35, 24 de agosto de 2001, combinado com os artigos 69 e 72 do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002. Este programa tem por objetivo financiar o pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades, tanto para os trabalhadores de empresas públicas, como privadas. O PIS PASEP é também uma espécie de segurança do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

A edição da Lei Complementar nº 952, de 16/07/2019, publicada no Diário Oficial de número 76, Edição Extra de 30//10/2019, e regulamentada por meio do Decreto nº 40.208, de 30/10/2019, possibilitou o início do pagamento da conversão de licença prêmio em pecúnia a 09 (nove) servidores pertencentes ao quadro de pessoal desta Fundação, que conquistaram o direito à aposentadoria em 2017; 2018, e 2019, e foram contemplados com o pagamento da Licença Prêmio Pecúnia. Desta forma, o Governo do Distrito Federal-GDF realizou o pagamento parcelado relativo a conversão de Licença Prêmio em pecúnia, viabilizando o início de acerto de contas aos servidores publico do GDF.

A ação de ressarcimentos, indenizações e restituições possuem ligação direta com a folha de pagamento do servidor da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, e neste exercício foram contemplados com ressarcimentos efetuados: [Jan. 82 ;Fev. 17 ;Mar. 4 ;Abr. 2 ;Mai. 6 ;Jun. 6 ;Jul. 44 ;Ago. 6 ;Set. 6 ;Out. 6 ;Nov. 4 ;Dez. 1].

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	200000,0	0,0	0	0
5314 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	200000,0	0,0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	226285,0	70171,30	52307,43	52307,43
0001 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DA FJZB-CANDANGOLÂNDIA	226285,0	70171,30	52307,43	52307,43

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	615000,0	16000,0	0	0
9612 - IMPLANTAÇÃO DE PARQUE INFANTIL E SINALIZAÇÃO	315000,0	0,0	0	0
9613 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	300000,0	16000,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4485826,0	7026616,00	6863448,09	6863448,09
8750 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	4485826,0	7026616,00	6863448,09	6863448,09
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	588829,0	588829,00	306023,32	306023,32
9573 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	588829,0	588829,00	306023,32	306023,32
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	7603635,0	10452148,00	10288160,85	7676888,41
0138 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	0	499984,0	499983,11	0
0139 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA - FJZB- CANDANGOLÂNDIA	0	70000,0	69618,82	0
9662 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	7603635,0	9882164,00	9718558,92	7676888,41
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	50000,0	13350,0	13350,0	13350,0
5840 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	50000,0	13350,0	13350,0	13350,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	50000,0	35360,0	21112,0	21112,0
5171 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	50000,0	35360,0	21112,0	21112,0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	0,0	0,00	0
5813 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	10000,0	0,0	0,00	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	150000,0	91400,0	65388,0	44750,0
8728 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - FJZB- CANDANGOLÂNDIA	100000,0	78000,0	51990,0	34350,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8729 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA-FJZB- CANDANGOLÂNDIA	50000,0	13400,0	13398,0	10400,0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	50000,0	0,0	0	0
9790 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-CANDANGOLÂNDIA	50000,0	0,0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	50000,0	0,0	0	0
9677 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-CANDANGOLÂNDIA	50000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	14079575,00	18293874,30	17609789,69	14977879,25

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília, através do Contrato de Fornecimento de Mão de Obra de Manutenção Predial executou as seguintes obras de reformas/construções:

1.- Construção do recinto do cachorro Vinagre;



ANTES	DEPOIS

2 - Revitalização total do Teatro de Arena; Pintura das lixeiras e troca da torneira do banheiro do fraldário;



3 - Construção de dois decks nos lagos dos primatas e pirarucú, para acesso dos tratadores, instalação de bombas para reabastecimento e oxigenação dos lagos;

4 - Construção de 90 (noventa) bases para instalação dos conjuntos mesas, nos locais de visitas do público do Parque Zoológico;

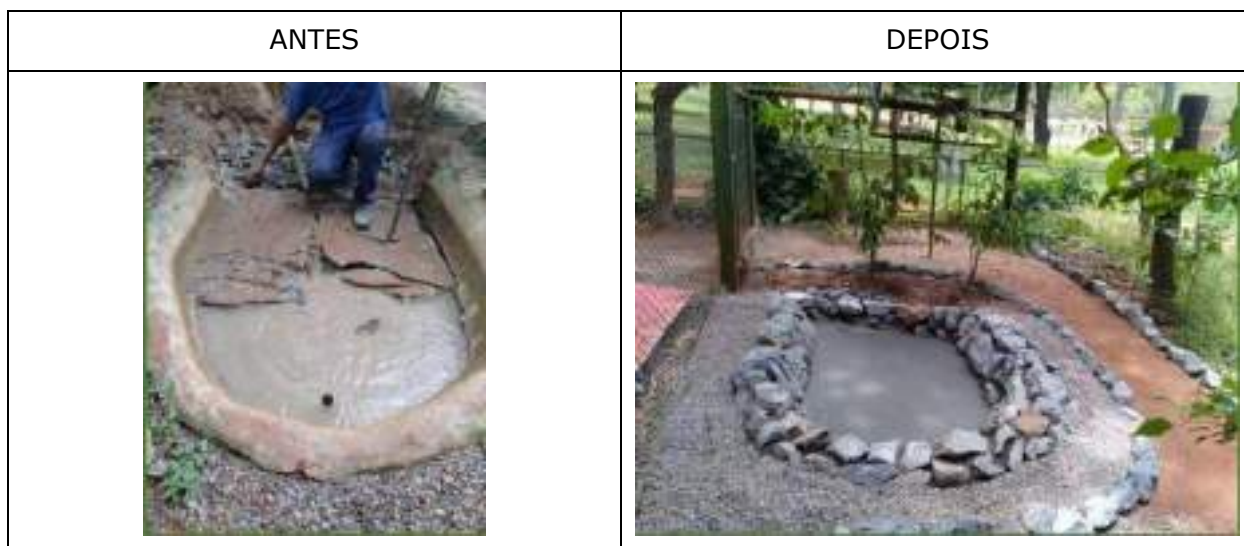


5 - Construção de quarentena no Hospital Veterinário; Construção do corredor de segurança dos recintos de quarentena no Hospital Veterinário; Implantação, construção e revitalização de toda a rede de esgoto dos recintos internos da veterinária; Troca do piso da área externa da veterinária; Manutenção corretiva da tela do Hospital Veterinário; Substituição e construção de cerca em madeira nas laterais do Hospital Veterinário; Instalação de lavatório no recinto da veterinária; Instalação de novo portão na veterinária; Fabricação de portas e guilhotinas para recintos no Hospital Veterinário; Pintura geral do alambrado e da cerca do Hospital Veterinário; Desentupimento de fossa desativada da veterinária; Instalação de

janela na veterinária; Instalação de bomba de 2 CV na caixa d'água inferior no HVT; Fechamento com tela no recinto Nº 2 no HVT; Quebra da parede e instalação de tela para melhoria da ventilação na sala da câmara fria no HVET e troca da caixa elétrica próximo ao HVET;

6 - Revitalização geral da malha viária interna e aceramento em torno do alambrado do Parque Santuário, para a efetiva prevenção de incêndios.

7 - Construção de novos tanques no serpentário, pintura geral do parapeito, reestruturação e revitalização da área interna e troca dos vidros e pintura das ferragens;



8 - Construção de brete para condicionamento da girafa, construção e instalação de novo portão para o recinto da girafa e transporte e condicionamento da girafa;

9 - Instalação de cortina em madeira de proteção para reprodução das aves;

10 - Construção de piscinas , cascatas e tocas para o recinto dos tamanduás; Fabricação de caixa para o tamanduá; Fechamento dos dois lados da gaiola que está o tamanduá bandeira e pintura geral do recinto do tamanduá mirim;

11 - Construção de piscinas e cascatas para o recinto dos arapápas;

12 - Construção do pergolado do borboletário, substituição da tubulação da rede elétrica, reforma geral da tela de sombrite e pintura;

13 - Instalação de chafariz para oxigenar a água do lago dos patos;

14 - Cercamento do lago dos hipopótamos evitando o acesso de animais de vida livre do parque; Restauração do portão e pintura geral da grade do recinto dos hipopótamos;

15 - Instalação de rede elétrica com extensão de 140 metros, para quatro recintos na área dos recintos das aves;

16 - Reforma da escada de acesso ao mezanino da portaria; Pintura geral das grades/alambrados nas proximidades da portaria; Construção de dois novos guichês para bilheteria; Instalação de bancadas para rádio e trofas na sala dos vigilantes; Instalação de rede elétrica e rede de informática nas duas bilheterias construídas; Substituição das bandeiras em frente a portaria; Manutenção e instalação dos refletores; Fabricação de portão para entrada de veículos; Pintura do quiosque; Instalação da tenda; Construção de nova entrada para bilheteria; Fabricação de móveis e reparo no suporte do ponto eletrônico da ADTEL;

17 - Confecções de diversas caixas para transporte de animais de pequeno porte;

18 - Revitalização da quadra de esportes para colônia de férias;

19 - Limpeza da área próximo ao espaço água para reflorestamento;

20 - Revitalização e construção de novas calçadas no Parque Zoológico;



21 - Manutenção e pinturas de gaiolas diversas;

22 - Manutenção e pintura das lixeiras das áreas de visitação pública do Parque Zoológico;

23 - Podas de árvores da área das churrasqueiras; Próximo ao borboletário com apoio do caminhão com Sky da Novacap e em toda a extensão da rede elétrica, com auxílio da CEB;

24 - Confecção de portas e guilhotinas no recinto extra;

25 - Manutenção corretiva das grades de proteção dos recintos dos felinos;

26 - Construção da rede de esgotamento de águas pluviais do recinto do rinoceronte Thor; Restauração do portão e instalação de mesa próximo ao recinto do rinoceronte;

27 - Pintura e iluminação das cabines do museu;

28 - Trocas das torneiras dos quatro (4) conjuntos de banheiros do Parque Zoológico;

29 - Manutenção na rede elétrica e troca do quadro de disjuntores; Limpeza geral nos telhados dos prédios localizados no Parque Zoológico; Instalação de tanque de lavar, no banheiro feminino ao lado da GEROP; Pintura geral da caixa d'água; Reforma dos palcos; Instalação de câmera no corredor da SUCOP;- Manutenção na rede elétrica nas áreas que abastece a área do Gabinete, SUAFI e SUCOP, incluindo a substituição do quadro de disjuntores; Limpeza geral e organização na área de armazenamento de material de manutenção predial; Troca da tubulação do restaurante próximo à administração; Instalação do ar condicionado; Limpeza das calhas e troca da telha da NUMAC; Limpeza das calhas e telha do prédio administrativo da SUAFI e Unidades Operacionais subordinadas; Pintura da caixa de hidrante próximo à administração; Reforma da mesa da sala de reunião da administração; Reforma geral da copa da administração; Fabricação de estante para sala de reunião; Instalação de uma bomba para abastecimento da caixa d'água; Manutenção do forro, reforma da mesa na sala da diretoria, reforma do ambiente de pesquisa, término da reforma da sala de educação ambiental e limpeza e pintura no interior da SUELP;

30- Impermeabilização do tanque do recinto da tigresa;

31 - Pintura das grades do afastamento das corujas;

- 32 - Retirada de aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) caminhões de lixos através de caminhões à serviço da NOVACAP (Lixão próximo à Compostagem);
- 33 - Instalação de cerca elétrica no recinto do tigre siberiano;
- 34 - Reforma do tanque do aviário central;
- 35 - Reforma geral do recinto da ariranha, construção da tampa para caixa que transporta o peixe para ariranha, instalação de bebedouro próximo ao recinto e instalação de uma bomba 2 CV;
- 36 - Limpeza, manutenção e pintura dos cones;
- 37 - Manutenção dos portões dos cervídeos;
- 38 - Manutenção nos banheiros do recintos do micário , teatrinho e Teatro de Arena;
- 39 - Aquisição de vigas em aço tipo "H" doadas pelo DER-DF, para fabricação de dois portões do elefante Chocolate e fabricação da grade para evitar entrada de visitante no recinto da elefante "Belinha";
- 40 - Execução da terraplanagem e revitalização da área das churrasqueiras; Transporte e instalação dos blocos intertravados e instalação dos pontos elétricos, água e esgoto;
- 41 - Localização/identificação dos hidrantes e respectiva sinalização por GPS;
- 42 - Reforma do tanque das aves;
- 43 - Cobertura e base para instalação do vidro de proteção do terminal de atendimento do BRB;
- 44 - Fabricação/instalação de suportes para todos os banheiros femininos do Zoológico (demanda da ouvidoria);
- 45 - Poda e retirada de árvores no recito do lobo-guará;
- 46 - Reforma do recinto das araras;
- 47 - Pintura do cavaleiro de parque infantil;
- 48 - Confecção de caixas para retirada de abelhas;
- 49 - Manutenção da reboque "carretinha" para transportes de lixo/entulhos;
- 50 - Troca do registro de pressão, vazamento no vestiário masculino da nutrição;
- 51 - Retirada de enxames de abelhas do aviário desativado;
- 52 - Fabricação de suporte para piscina das crianças;
- 53 - Retirado tronco de árvore na casa de criação;
- 54 - Pintura do portão no recinto dos cervídeos;
- 55- Fabricação das caixas de transporte para o micário;
- 56 - Reforma dos tanques do recinto das aves;
- 57 - Limpeza geral do tanque da sussuarana;
- 58 - Montagem de prateleiras no espaço África;
- 59 - Troca do telhado da casa de vidro;
- 60 - Adubação das covas para plantação de mudas de árvores e respectivo plantio de 180 mudas diversas;
- 61 - Construção da calçada próximo ao recinto dos jacarés;
- 62 - Instalação de vidros de proteção do terminal de atendimento do BRB;
- 63 - Pintura da estátua da sussuarana próximo ao espaço água;

- 64 - Início da construção da calçada e dreno de águas pluviais próximo ao recinto dos felinos;
- 65 - Serviços de jardinagem, limpeza e manutenção da área de circulação de funcionários e visitantes;
- 66 - Higienização do estacionamento e de máquinas da NUTRANS;
- 67 - Instalação de meio fio próximo ao recinto dos felinos;
- 68 - Instalação de 41 câmeras de segurança em todo o Zoológico;
- 68 - Troca de óleo e filtros dos dois grupos de geradores à diesel e outras inúmeras execuções nas áreas da Carpintaria, Marcenaria, Serralheria, Hidráulica, Elétrica, realizadas em caráter extraordinário, sem a emissão das respectivas ordens de serviços.

Por intermédio do Contrato de Fornecimento de Mão de Obra de Conservação, Limpeza e Jardinagem a FJZB executou:

- 1 - Retirada de aproximadamente de 1800 carretas de folhas e arbustos, galhos de árvores (carreta tipo reboque do trator de pneu), recolhidos diariamente de todo o Parque Zoológico;
- 2 - Retirado aproximadamente de 160 carretas/reboques de fezes de animais dos recintos;
- 3 - Corte e Recolhimento de aproximadamente 150 caminhões de capim para alimentação dos animais, tarefas executadas três vezes por semana dentro e fora do Parque Zoológico;
- 4 - Manutenção, Limpeza e conservação diária de todo o quadrilátero do Parque Zoológico de aproximadamente 200.000 m².



Através das Ações e Procedimentos Administrativos para implementação do Programa Poupa Água DF, instituído pelo Decreto nº 39.514/2019 a FJZB realizou:

- Ações - monitoramento diário do consumo de água do único hidrômetro de abastecimento de água potável para a Fundação Jardim Zoológico de Brasília, sob nº - D16B000374, Identificador nº 913138, iniciou em 16 de maio de 2019, através de monitoramento do consumo diário;
- Revisão e reparação geral de toda a rede hidráulica do Parque Zoológico e substituição de torneiras dos conjuntos de banheiros;

- Orientação geral aos usuários (colaboradores da zeladoria e conservação, permissionários e tratadores) quanto o uso racional da água, onde alcançamos uma redução significativa no ordem de 29,80% do consumo mensal de água, conforme demonstrativo a seguir:

Consumo geral do mês de Abril/2019 - 1047 metros cúbicos - conforme fatura Id. 24933945, consumo médio diário de 35 m³;

Consumo geral do mês de dezembro/2019 - 735 metros cúbicos - conforme fatura Id. 32354726, consumo médio diário de 24,50 m³.

Ou seja, redução de 312 metros cúbicos mensais o equivalente a 29,80%.

COMUNICAÇÃO

A Comunicação da FJZB evidenciou os impactos positivos por meio das redes sociais e de projetos educacionais, o Zoológico reverteu a opinião de uma grande parcela da população que vê negativamente as propostas realizadas pela Fundação. Também foi desenvolvido um projeto para que o público conhecesse a equipe por trás do funcionamento do Zoológico, chamado de Quem é Quem, publicado semanalmente pela rede social do Zoo. Foi promovida sinalização interna para que o visitante tenha uma boa experiência no parque. Foram feitos banners com datas comemorativas para impulsionar a educação ambiental, placas de identificação de espécies em todos os recintos e banners sobre carrapatos e pulgas. Foi atualizado constantemente as informações públicas no site oficial do Zoológico, em conformidade com Lei de Acesso à Informação estabelece que órgãos e entidades públicas devem divulgar, independentemente de solicitações, informações de interesse geral ou coletivo.

NÚMEROS

400 placas de identificação de espécies nos recintos;

39 banners para datas comemorativas, alertas de carrapatos e para não alimentar os animais;

122 publicações no Instagram e no Facebook;

134 demandas de imprensa com participação ativa dos grandes veículos de informação, sendo 101 positivas e 1 demanda internacional do canal National Geographic;

Mais de 8 mil novos seguidores em 2019 no Instagram: 122 publicações; 71.225 curtidas ao todo; Média de 583 curtidas por publicação; 2.871 comentários; e Média de 23 comentários por publicação. Total de 22.436 seguidores no Facebook: 22.142 curtidas em todas as publicações desde a criação da página; 75 publicações em 2019.

Demandas de imprensa:

Cuidados com os animais na seca 8

Laudo morte Babu 8

Animais resgatados de circo 4

Zoo Noturno e Zoo Experiência 7

Cirurgia Jacaré resgatado lago 5

Resgate bicho preguiça EPIA 5

Reprodução de animais ameaçados 8

Frio no Zoológico 3

Fuga cobra píton 8

Chá revelação bugio-ruivo 2

Reabilitação de animais 2

Reforma recinto elefante 4

Ariranha da Alemanha 7

Programação dia das crianças 2

Outros 28

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Zoológico de Brasília trabalha com o foco voltado para a conservação da biodiversidade e do bem-estar dos animais mantidos sob sua guarda, seguindo os melhores parâmetros dos zoológicos modernos ao redor do mundo, apresentando sucesso na reprodução de diversas espécies ameaçadas. Quando de sua criação, a motivação inicial foi a de se estabelecer uma opção de lazer e entretenimento para a população que migrou no processo de estabelecimento da nova capital. No entanto, essas prioridades vinculadas às missões do Zoológico, de forma alguma devem ter o lazer e entretenimento como seu foco maior. Assim sendo, além de espaço de lazer, o zoológico vem buscando ampliar suas ações nas áreas de pesquisa e educação.

Atualmente, o Jardim Zoológico de Brasília é uma das áreas mais visitadas do DF, sendo um dos espaços de lazer e turismo mais democráticos da cidade. Além da exposição dos diversos animais mantidos sob nossos cuidados, disponibilizamos ao público vários eventos de lazer e educação. Rotineiramente, muitos professores utilizam nosso Zoológico como um recurso acessório para práticas pedagógicas.

Muitos zoológicos vêm ampliando as suas missões, sendo que hoje, em praticamente todos os locais que recebem o título de zoológico no mundo inteiro, a principal função desses parques está voltada para a conservação da biodiversidade e a educação de seus frequentadores. A conservação de espécies ameaçadas de extinção, estabelecimento de planos de manejo com propostas de preservação da biota e banco de genoma, são algumas das novas visões dos zoológicos modernos. Outro pilar que hoje busca justificar a existência desses Parques é o das atividades voltadas para educação ambiental, sendo que o despertar de uma consciência ecológica deve estar associada à própria existência deles. Dentro dessa perspectiva educacional, além da educação de caráter ambiental, esse tipo de ambiente, enquanto espaço não formal de educação, pode oferecer momentos e vivências que permitem ao aluno agregar e inter-relacionar conceitos de diversas áreas ou componentes curriculares, principalmente dentro da Biologia, e ainda na prática educacional, podemos destacar o importante papel que esse tipo de espaço pode oferecer como recurso didático para o aprendizado de conceitos científicos.

• PROGRAMAS E PROJETOS EXECUTADOS EM 2019

Além da modalidade de visitação espontânea livre, onde o visitante acessa os domínios do parque sem necessidade de agendamento, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília desenvolve 07 (sete) Projetos Educacionais, promovendo o acesso da população ao conhecimento, sensibilizando, despertando e promovendo o interesse pela preservação da biodiversidade e do meio ambiente, de forma multidisciplinar, considerando o animal exposto e as motivações que levaram a sua manutenção ex situ, como um tema gerador de discussões. O visitante/usuário tem acesso a informações biológicas, curiosidades, aspectos vinculados a conservação da espécie, finalizando com a contextualização ecológica. O público é convidado a refletir acerca dos problemas enfrentados pela espécie; sua importância ecológica e as interações com o meio em que está inserido, além das implicações existentes na quebra deste equilíbrio para as demais populações, inclusive a humana. Para o processo de ensino aprendizagem é aplicado o lúdico, que possibilita a expressão do agir e interagir,

não apenas na aprendizagem infantil, mas beneficiando o adulto, tornando o processo de ensino/aprendizagem descontraído e prazeroso.

VISITAS ESCOLARES LIVRES

Modalidade de visitação realizada principalmente por Instituições públicas, privadas e filantrópicas, sem acompanhamento de monitoria exclusiva. Além dos animais em exposição, é disponibilizado ao visitante um conjunto de tendas temáticas.



ZOO EXPERIÊNCIA

Essa proposta é executada com mediação de um monitor ou técnico, que desenvolve atividades monitoradas junto às Instituições de ensino públicas ou privadas de todos os níveis de escolaridade, e comunidade em geral, com repasse de informações sobre as espécies da fauna, em especial as do Bioma Cerrado, explanando a respeito dos seus hábitos, comportamentos, características e problemas associados a conservação de cada espécie. São oferecidos ao público, 4 roteiros pré-estabelecidos, sendo que no agendamento é feita a opção por um deles. Durante as atividades, o visitante pode acompanhar a rotina dos profissionais do Zoológico, incluindo aí a interação com animais que fazem parte do roteiro escolhido. oferece cinco roteiros para as visitas guiadas –“Evolução dos vertebrados”, “Animais ameaçados de extinção”, “Desmistificando os répteis”, “Bem-estar dos animais” e “Noções básicas do reino animal”, que duram, em média, duas horas e meia e são indicados para crianças a partir de oito anos.



ZOO NOTURNO

Nessa atividade, são visitados apenas recintos ocupados por animais de hábitos noturno e/ou crepusculares, ou seja, os visitantes têm oportunidade de conhecer um pouco sobre a biologia dos animais que apresentam a maior parte de suas atividades nos horários sem luz natural. Realizada com mediação de um técnico e/ou monitor, são abordados diversos temas e conceitos, como nicho ecológico, sono e vigília, adaptações para vida noturna, aspectos vinculados a predação e a interferência da luz no comportamento dos animais.



ZOO EM AÇÃO

Todas as atividades desenvolvidas fora dos domínios físicos da FJZB, seja por ação espontânea ou atendendo a convites, serão enquadradas nesse projeto, que tem como principal proposição, divulgar e desenvolver o trabalho realizado na FJZB, promovendo o acesso de todos os públicos à informação, ao lazer-educativo, à cultura, à cidadania e ao reconhecimento de si, enquanto parte integrante do meio ambiente. Os principais solicitantes são escolas e Administrações Regionais.

COLÔNIA DE FERAS

Projeto disponibilizado nos períodos do recesso escolar, direcionado às crianças com idade entre 5 e 9 anos, e que oferece diversas atividades de lazer e cultura, tendo como referencial a reflexão de temas de educação ambiental por meio de lazer-educativo. Ocorre durante uma semana e tem duas edições, sendo uma em julho e outra em janeiro.

ZOO CAMPING

Nessa proposta o visitante participa de um acampamento coletivo e que tem como principal objetivo, a realização e reflexão acerca de práticas voltadas à conservação da biodiversidade. São discutidos temas como boas práticas de convivências em unidades de conservação, hábitos de animais (uma vez que o visitante presencia o mesmo ambiente em diferentes períodos), além de práticas interacionistas. O principal objetivo é contribuir no processo educativo em caráter não formal por meio da socialização, sensibilização e conscientização do indivíduo enquanto parte do meio ambiente, estimulando hábitos e práticas voltadas à preservação e desenvolvimento sustentável. Por questões associadas às limitações de pessoal, esse projeto não foi executado, sendo realizada apenas às discussões referentes as mudanças conceituais, pensando no planejamento para o ano de 2020, onde está previsto a realização de 4 edições.

ZOO CONVIVÊNCIA

Essa proposta é direcionada a grupos de pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos. O projeto tem como objetivo, oportunizar esse público especial de realizar um conjunto de atividades e experiências vinculadas à fauna e conservação da biodiversidade promovendo atividades que favoreçam o estímulo sensorial, além da inclusão, socialização e valorização para contribuir no desenvolvimento das áreas cognitivas e emocionais.. É estabelecido um roteiro adaptado as necessidades do grupo, com atividades diferenciadas a fim de atender às limitações e exigências específicas.



TENDAS TEMÁTICAS

Durante os dias de semana disponibiliza-se um conjunto de tendas temáticas, cada uma delas com um ou vários mediadores (técnico/monitor/voluntário/estagiário), que convidam o público a conhecer um pouco mais sobre cada um dos temas oferecidos. Em todas essas tendas, são expostos animais taxidermizados, peças anatômicas, peças osteotécnicas,

banners, vídeos, fotos, objetos e outros elementos vinculados aquele tema. Descrevemos a seguir a composição de cada uma das tendas disponibilizadas:

TENDA DOS CARNÍVOROS

Disponibiliza vários elementos sobre os mais diversos animais que executam atividades vinculadas a carnivoría, tendo como foco as adaptações anatômicas pra esse fim e os problemas de conservação enfrentados pelas espécies desse grupo.

TENDA DOS HERBÍVOROS

São disponibilizados diversos elementos sobre os animais que executam atividades vinculadas a herbivoría, tendo como foco as adaptações anatômicas pra esse fim e os problemas de conservação enfrentados pelas espécies desse grupo. Comumente se estabelece um paralelo comparativo com a tenda dos carnívoros.

TENDA DAS AVES

Esse espaço propicia ao visitante a interação com elementos anatômicos e fisiológicos desse grupo, como diversos tipos de penas, bicos e ovos, e elementos de adaptações para o voo. Além disso o visitante é convidado a criar reflexões acerca dos diversos fatores que contribuem para que as populações desse grupo reduzam tanto, como caça, tráfico e destruição dos ambientes.

TENDA DOS RÉPTEIS

Nessa tenda, além da exposição das peças (animais taxidermizados, esqueletos, ovos, peles, chocalho, cascos e dentes), o enfoque maior é vinculado a conservação e evolução do grupo. A exposição pode também desenvolver atividades relacionadas aos acidentes ofídicos.

TENDA ÁFRICA

Nessa tenda são disponibilizados aos visitantes, diversos materiais, como peças anatômicas (dente, pele, chifre, patas, crânios, mandíbulas), animais taxidermizados, banners, vídeos, instrumentos de contenção e manejo e fotos históricas. Busca-se fazer sempre um paralelo entre características do cerrado e das savanas africanas.

- ATIVIDADES E AÇÕES EM 2019

Além dos elementos anteriormente expostos, enfatizamos aqui a realização de uma série de eventos e atividades desenvolvidas durante o ano de 2019. Cabe ressaltar que muitas dessas atividades tiveram como eixo norteador, às práticas relacionadas à conservação da biodiversidade e práticas sustentáveis, dialogando com as missões do Zoológico de Brasília.

BLOCO DE CARNAVAL "NÃO TENHA PENA DE MIM" (05 de março de 2019)

O Carnaval é sem dúvida a festa popular mais celebrada no Brasil e que, ao longo do tempo, tornou-se elemento da cultura nacional. No entanto, muitas pessoas procuram refúgios para de certa forma fugir das festas a ele relacionadas.

No período de carnaval, o Zoológico de Brasília tradicionalmente fica aberto ao público visitante, que procura a nossa instituição pelas mais diversas motivações. Sabendo da existência desse público que frequenta o Zoos nesse período festivo foi realizado um evento reflexivo chamado Bloco Carnavalesco "não tenha pena de mim", que fez alusão ao uso de produtos animais, principalmente penas de aves, na elaboração e construção de diversas fantasias e adereços. Sabe-se ainda que muitos animais sofrem maus-tratos, chegando alguns a ir a óbito, como resultado dessas ações.

No evento, foi convidado um grupo carnavalesco fantasiado conhecido como "os bate bolas", que desfilou no Zoológico com placas contendo frases que faziam referências reflexivas acerca das ações que comumente são responsáveis pela vinda dos animais aos zoológicos, como tráfico de animais, caça ilegal, destruição de habitats, atropelamentos e queimadas. Por

limitações associadas ao bem-estar dos animais mantidos, o bloco não utilizou instrumentos sonoros e evitou passar próximo aos recintos dos animais.

QUE PEGADA É ESSA! (23 de março de 2019)

As pegadas de animais são basicamente as impressões que eles deixam ao se deslocarem numa determinada área. A qualidade e quantidade dessas impressões deixadas, vai variar de acordo com o tipo de terreno e também a época do ano. Em geral, terrenos mais argilosos e a época de chuvas permitem melhores condições para “marcar” a pegada de um animal. Mesmo as espécies de difícil observação, seja por seus hábitos noturnos ou por não serem muitos comuns, podem ser identificadas através do reconhecimento de suas pegadas. Nas práticas dos pesquisadores de campo, o encontro de pegadas pode ser indicativo de uma série de fatores. Examinando as marcas que as patas dos bichos deixam, é possível dizer muito a respeito do animal, que vida ele leva, se é herbívoro ou um caçador. As patas com dedos reunidos por membranas denunciam hábitos aquáticos. Como exemplo, as marcas de cascos, que são unhas transformadas, denunciam o corredor das planícies, tipo cavalo ou boi, ou então um escalador das montanhas, tipo cabra saltadora. As marcas mais leves dos cães e gatos denunciam o caçador sorrateiro.

A atividade “Que pegada é essa”, faz uso de diversos moldes que representam patas de alguns animais, como lobo guará, anta, jaguatirica, ariranha e capivara. Esses moldes de madeira são entregues às crianças para realizarem trabalhos de pintura. Nesse momento, os educadores envolvidos fazem mediações referentes a essas percepções associadas as diversas adaptações relacionadas a essas patas, além da importância desses trabalhos investigativos. Essa atividade também foi desenvolvida em outros eventos que ocorreram no Zoológico e em atendimentos externos.

ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA (21 de abril) – A HISTÓRIA DA CAPITAL PASSA POR AQUI

No aniversário de 59 anos da capital federal, muitas atrações foram oferecidas ao público residente no DF e entorno e distribuídas por vários pontos da cidade, sendo o principal evento centralizador no que tange a atrativos artísticos, a imensa festa realizada na Esplanada dos Ministérios. Mesmo com tantas atrações distribuídas por vários pontos, o Zoológico tradicionalmente é muito visitado nessa data. Entendemos que o público que visita o Zoológico do dia 21/04, tem como motivação maior a mera existência dos animais que estão sob os nossos cuidados. No entanto, é importante ressaltar que a inauguração da nossa instituição, data de 06 de dezembro de 1957, antes mesmo da inauguração da capital federal, tendo o status de ser considerada a primeira instituição ambientalista criada no Distrito Federal. Para dialogar com a data, o Zoológico de Brasília disponibilizou diversas tendas, que tinha elementos históricos vinculados à própria história da capital. Nessas tendas, foram colocadas diversas fotos, banners e objetos que remetem a história paralela entre o Zoológico e a capital.

SEMANA DA EDUCAÇÃO PARA A VIDA (6 a 10 de maio)

O direito à Educação foi consagrado pela primeira vez na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que toda a população brasileira tem direito ao ensino gratuito, sendo assegurado inclusive aos que não tiveram acesso na idade adequada ou estejam em privação de liberdade. Sabe-se que muitos dos detentos encontrados no sistema prisional brasileiro, não tiveram acesso a uma educação de qualidade. A Secretaria de educação do DF possui um programa inclusivo no sistema prisional, existindo escolas que atuam exclusivamente nos presídios. Na semana de 6 a 10 de maio, foi realizada a “Semana de Educação para a vida”, com o desenvolvimento de uma série de atividades, dentre as quais a participação do zoológico, com uma exposição de animais taxidermizados e palestras diversas.



SEMANA DO CERRADO (8 a 14 de setembro)

A Semana do Cerrado de 2019, evento coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente (Sema) para marcar o Dia Nacional do Cerrado (11 de setembro), teve início no dia 8/9 e teve como tema "Cidades Sustentáveis". Com objetivo de conscientizar a população para a adoção continuada de práticas sustentáveis, a semana contou com a participação de diversos agentes públicos e da sociedade civil vinculados as ações de proteção ambiental. Para tal, muitas atividades foram desenvolvidas em todas as unidades durante a semana, sendo que nesse ano, coube ao Zoológico a organização da abertura do evento em pauta. No dia 8, muitas atrações lúdicas, artísticas, culturais e educacionais foram disponibilizadas ao público visitante. Em essência, o objetivo maior do evento foi convidar o público a refletir e entender a necessidade de concentrar esforços em torno da preservação desse bioma que sofre com os níveis crescentes de degradação. As atividades dentro do Zoológico se estenderam ao longo de toda semana, ocorrendo ainda participação da FJZB em outras unidades.

DIA DAS CRIANÇAS (12 de outubro)

Partindo da premissa que no dia das Crianças, data comemorada no dia 12 de outubro, temos o maior público que visita nossa instituição, entendemos que devemos aproveitar essa data para, além de oferecer entretenimento e atividades recreativas ao público infantil visitante, oferecer atividades de caráter educativo com foco na conservação da biodiversidade. No dia em pauta, foram disponibilizados ao público, diversas brincadeiras e jogos infantis, palhaços e malabaristas, atividades lúdicas e interativas, exposição de fotos, e tendas temáticas dentre outros.



SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (21 a 27 de outubro)

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT, foi estabelecida pelo Decreto de 9 de Junho de 2004, e é realizada sempre no mês de outubro sob a coordenação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da Coordenação-Geral de Popularização da Ciência (CGPC) e conta com a colaboração de secretarias estaduais e municipais, agências de fomento, espaços científico-culturais, instituições de ensino e pesquisa, sociedades científicas, escolas, órgãos governamentais, empresas de base tecnológica e entidades da sociedade civil. A SNCT tem o objetivo de aproximar a Ciência e Tecnologia da população, promovendo eventos que congregam centenas de instituições a fim de realizarem atividades de divulgação científica em todo o País. A ideia é criar uma linguagem acessível à população, por meios inovadores que estimulem a curiosidade e motivem a população a discutir as implicações sociais da Ciência, além de aprofundarem seus conhecimentos sobre o tema. Para a edição de 2019, que ocorreu de 21 a 27 de outubro no Pavilhão de exposições do Parque da Cidade, o tema escolhido foi Bioeconomia: "Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável". A participação da Fundação Jardim Zoológico de Brasília em eventos como esse, além de estabelecer contatos e parcerias, endossam o importante papel da nossa instituição no que diz respeito à conservação da biodiversidade, pesquisa e sobretudo educação. O estande do zoológico teve diversos elementos associados ao tema, e como tema gerador, utilizou-se o metabolismo e as adaptações fisiológicas vinculadas ao processo digestório dos animais de diversos grupos (carnívoros, herbívoros, detritívoros). Dialogou-se elementos como a dispersão de sementes e as relações mutualísticas envolvidas, a energia relacionada ao processo digestório, bioeconomia e até mesmo a presença das fezes na poesia.

- DEMAIS AÇÕES RELEVANTES

PROGRAMA DO VOLUNTARIADO

Instituído pelo Decreto Distrital nº 37.010 de 23 de dezembro de 2015 e pelas Instruções Normativas nº 60, de 19 de setembro de 2016 e pela Instrução nº 31 de 04 de abril de 2019, o Programa de Voluntariado da Fundação Jardim Zoológico de Brasília existe desde 2016 e no ano de 2019 recebeu 1842 inscrições para 326 vagas, onde 554 candidatos foram pré selecionados para atuarem nas áreas de atendimento ao público, educação ambiental, observação de animais, bem estar animal e contabilidade e administração. O voluntariado é uma das portas de entrada para o desenvolvimento socioambiental, motivo de orgulho pessoal e de senso de pertencimento. É preciso, portanto, identificar as potencialidades de colaboração de cada um às necessidades da Fundação e da comunidade. Cientifica-se que a ação do voluntário não desonera o Estado de suas obrigações e sim que o trabalho executado espontaneamente agrega valor pessoal à Fundação e à população. Pretende-se valorizar e reconhecer as ações voluntárias por meio de certificações, cartas de agradecimento, participação em eventos especiais da Fundação, produzir materiais institucionais, como coletes, bottons, camisetas, garrafinhas para água; além de garantir a ampla divulgação das atividades, conquistas e resultados.

Além do altruísmo em dedicar-se ao trabalho voluntário, os participantes do programa trazem um olhar diferenciado para a questão pública, contribuindo substancialmente para os trabalhos desenvolvidos pela Instituição. Quando se pensa nas razões de a importância do trabalho voluntário ser tão significativa, é preciso entender que não se trata apenas dos impactos que podemos ter na vida das pessoas atendidas, mas também do papel que essa atividade pode desempenhar na nossa própria vida. Além disso, enfatizamos a relação mutualística envolvida, dado que muitos voluntários compartilham conhecimentos e experiências com agentes vinculados a academia e ao mercado de trabalho.



CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL (8/5)

Motivo: Atividade em prol da Semana de Educação para a Vida (atividade prevista no calendário escolar da SEE)

Atividades: Exposição de animais taxidermizados e Teatro de Fantoques (Tema: Cadê os bichos?)

Público estimado: 350 pessoas

PARQUE ECOLÓGICO DO RIACHO FUNDO I (19/06)

Motivo: Semana do Meio Ambiente da Administração do Riacho Fundo I

Atividades: Teatro de Fantoques e exposição de animais taxidermizados

Público estimado: 650 pessoas

ORLA DO LAGO JACOB - CIDADE OCIDENTAL (28/06)

Motivo: 3ª Mostra Ambiental e Cultural da Cidade Ocidental

Atividades: Exposição de animais taxidermizados

Público estimado: 250 pessoas

MINI COLÔNIA DE FÉRIAS DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA (20/07)

Motivo: Apoio ao Jardim Botânico de Brasília

Atividades: Exposição de animais taxidermizados e Teatro de Fantoques

Público estimado: 500 pessoas

MEIO AMBIENTE NO EIXÃO

Motivo: Evento em domingo no Eixão

Atividades: Exposição de animais taxidermizados e Teatro de Fantoques

Público estimado: 2500 pessoas



SOS JUSTIÇA EM SÃO SEBASTIÃO (16/08)

Atividades: Exposição de animais taxidermizados e Teatro de Fantoques

Público estimado: 500 pessoas

ANIVERSÁRIO DE 14 ANOS DO SAMU (24/08)

Atividades: Exposição de ofídios e aracnídeos

Público estimado: 150 pessoas

FESTIVAL DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E CIÊNCIA – FESTIC (30/09)

Atividades: Exposição de animais taxidermizados e Teatro de Fantoques

Público estimado: 600 pessoas

15º ANIVERSÁRIO DA RA JARDIM BOTÂNICO (01/09)

Atividades: Exposição de animais taxidermizados e Teatro de Fantoques

Público estimado: 600 pessoas

ANIVERSÁRIO DA RA FERCAL (14/09)

Atividades: Exposição de animais taxidermizados e Teatro de Fantoques

Público estimado: 200

Atividades: Exposição de animais taxidermizados e Teatro de Fantoques

Público estimado: 2500 pessoas

DESAFIO GLOBAL DO CONHECIMENTO - COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA (14/10)

Atividades: Exposição de animais taxidermizados e Teatro de Fantoques

Público estimado: 600

SOS JUSTIÇA EM CEILÂNDIA (07/11)

Atividades: Exposição de animais taxidermizados e Teatro de Fantoques

Público estimado: 2000

PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DO GDF "NATAL SOLIDÁRIO" - RESTAURANTE COMUNITÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO - (21/12)

Atividades: exposição de animais taxidermizados e teatro de fantoches

Público estimado: 200 pessoas



CONSERVANDO COM ARTE

O Zoológico de Brasília é um dos locais mais visitados da região e contribui efetivamente para a consecução dos direitos difusos de nossa população no concernente à conservação de espécies ameaçadas, dos recursos hídricos, das unidades de paisagem com sua missão conservacionista, ambiental e educacional.

Nesse sentido, procurou-se pontuar uma ação de visibilidade da Instituição e valoração do espaço público institucional, com a ressignificação da caixa d'água principal da Instituição com uma obra de arte executado por um artista local.

Utilizando o conceito da nova logo do Zoo, onde os pilares da Instituição são representados pelos artelhos da pata de um Lobo Guará (*Chrysocyon brachyurus*), optou - se por reunir conceitualmente a imagem do lobo, de suas pegadas e o maior representante da flora do cerrado do Distrito Federal – o Ipê (*Tabebuia* sp.), compondo uma imagem que integra a identidade candanga e o compromisso da FJZB com o Cerrado, formação tão ameaçada quanto a floresta amazônica. O artista plástico Douglas Kordyal, gentilmente doou a belíssima obra de arte à população do Distrito Federal.



MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS

O Museu de Ciências Naturais possui um acervo de aproximadamente 400 peças, entre elas animais taxidermizados (empalhados) confeccionados pela técnica de taxidermia artística e científica, partes de animais, crânios, osteotécnica (estruturas esqueléticas), materiais biológicos conservados em meio líquido e materiais curtidos.

O Museu é responsável por cerca de 25% da visitação do Zoológico de Brasília, e seu foco é apresentar de forma didática a importância da preservação e conservação de espécies da fauna nativa do Cerrado e exótica. Por meio de atividades itinerantes, o Museu de Ciências Naturais leva parte do seu acervo de peças às instituições de ensino público e privadas. Também desenvolve iniciativas de acessibilidade junto a públicos especiais, em atividades lúdicas que estimulam o desenvolvimento dos órgãos de sentidos, como a "Caixa Sensorial", a "Trilha Sensorial" e o Programa de Visita Guiada no Museu e na sua área adjacente (Reserva Técnica).

Uma estratégia adotada pelo Museu é oferecer sempre novidades expositivas para o público, visando motivá-lo a retornar ao museu (consequentemente ao Zoo), em ações que incluem renovar por etapas a exposição permanente do museu, desenvolver frequentemente exposições temporárias e renovação e mudança nos conceitos das peças.

Atualmente existe um grupo de trabalho composto por 07 (sete) pessoas, que estão realizando um curso de capacitação com o Taxidermista responsável pelo Laboratório de Anatomia Veterinária da Universidade de Brasília.



BIBLIOTECA DA FJZB

A Biblioteca da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) fica localizada ao lado do Centro Multifuncional de Acessibilidade (CEMFA), e possui cerca de 2.500 livros. É possível ter acesso a exemplares de projetos de pesquisa, exemplares que abordam fauna e flora, além de livros infantis e literatura.

São disponibilizados títulos sobre meio ambiente, literatura brasileira e infantil, para pesquisa e empréstimo, além de desenvolver atividades lúdicas com a temática ambiental junto ao público escolar e infantil. A Biblioteca tem como principal função proporcionar o desenvolvimento intelectual, proliferar o conhecimento e preservar a cultura local, sendo um espaço físico de fundamental importância para o desenvolvimento de uma sociedade crítica.

CEMFA

O Centro Multifuncional de Acessibilidade – CEMFA, é um espaço que foi concebido para oportunizar o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais. Para tal, possui uma série de adequações, como piso tátil, banheiro adaptado, materiais com informações sobre animais em braille e em português, animais taxidermizados), mapa tátil, sala de informática

com computadores touchscreen (tela sensível ao toque) e teclado adaptado, além de ambientes para oficinas.

Inaugurado no dia 06 de dezembro de 2015, é resultado de uma parceria com a FAP-DF e foi criado e desenvolvido especialmente para melhor atender as pessoas com algumas modalidades de deficiências.

- CURSOS, PALESTRAS E CAPACITAÇÕES REALIZADAS

PARTICIPAÇÃO COMO EXECUTOR

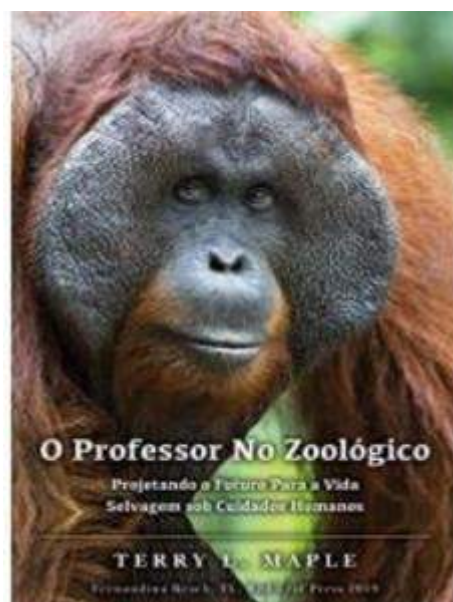
DATA	INSTITUIÇÃO	TEMA
19/05	Univ. Fed. Flum. RJ	Estudos sobre animais selvagens
20/05	UnB	Zoológicos e conservação da biodiversidade
28/06	UnB	Mesa redonda acerca da existência de zoológicos
14/08	UPIS	Papel dos Zoológicos na Conservação da fauna
19/08	UNICEPLAC	Papel dos Zoológicos na Conservação da fauna
03/09	Católica	Tendência dos Zoológicos Modernos
27/09	UnB	Evolução de Zoológicos
28/09	UnB	Evolução de Zoológicos
04/11	ANHANGUERA	Tendência dos Zoológicos Modernos
13/11	UnB	Zoológicos x Santuários
22/11	ZOO BH	Workshop sobre boas práticas em Zoológicos (participação como tradutor)

PARTICIPAÇÃO COMO OUVINTE

DATA	INSTITUIÇÃO	TEMA
10/09 a 03/10	UnB	Capacitação em taxidermia
21/05	Zoo BH	43 Congresso de Zoológicos da AZAB
06 a 11/09	USA	he 74th WAZA Annual Conference

TRADUÇÃO DO LIVRO "PROFESSOR IN THE ZOO: DESIGNING THE FUTURE FOR WILDLIFE IN HUMAN CARE"

No 42º Congresso da AZAB, ocorrido em Brasília no ano de 2018, o Dr. Terry Maple autorizou a publicação de uma versão em português do seu livro "O Professor no Zoológico: Projetando o futuro para a vida selvagem sob cuidados humanos". Esta tradução foi realizada por Biólogo da FJZB, e seu lançamento ocorreu durante o 43º Congresso em Belo Horizonte. Trata-se da primeira obra no nosso idioma sobre a filosofia, concepção e práticas do zoo moderno e o Dr. Maple já informou que o nome e visão inovadora do Zoológico de Brasília estão citados em seu novo livro, com publicação realizada em setembro de 2019.



DADOS SINTÉTICOS DO ATENDIMENTO 2019

SERVIÇOS E AÇÕES	ATENDIMENTOS	SUBTOTAL
Que pegada é essa	34	35.006
Museu de Ciências Naturais	22.889	
Biblioteca/CEMFA	12.033	
PROJETO	ATENDIMENTOS	
Vistas Livres	51.066	70.402
Zoo Experiência	362	
Zoo Noturno	1.227	
Zoo Com Vivências	400	
Zoo em Ação	17.300	
Colônia de Feras	47	
EVENTO	ATENDIMENTOS	
Evento de carnaval "Não traha pena de mim"	78	29.190
Aniversário de Brasília	3.004	
Abertura da Semana de Cerrado	4.700	
Dia das crianças	8.808	
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	12.600	
TOTAL		

DETALHAMENTO DOS DADOS DE ATENDIMENTOS

PROMETIDAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ZOO EXPERIÊNCIA	*	*	*	39	8	7	20	25	67	112	54	30	362
ZOO NOTURNO	*	*	*	64	382	169	214	64	155	139	40	*	1227
VISITAS LIVRES	133	74	985	3202	11515	9556	3447	4723	7792	6128	2987	524	51066
ZOO EM AÇÃO	*	*	*	*	800	2100	500	1250	800	*	*	500	17300
ZOO COM VIVÊNCIAS	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	400	*	400
COLÔNIA DE FERAS	*	*	*	*	*	*	47	*	*	*	47	*	47
CÊMFA E BIBLIOTECA	224	44	118	15	2434	1727	2640	3742	1000	31	26	32	12033
MUSEU	*	*	*	*	1941	2592	4612	2364	2485	2792	2727	1012	22889
QUE PEGADA É ESSA	*	84	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	84
NÃO TENHA PENA DE MIM - CARNAVAL	*	*	78	*	*	*	*	*	*	*	*	*	78
ABERTURA SEMANA DEO CERRADO	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	4700	4700
ANIVERSARIO DE BRASÍLIA	*	*	*	3004	*	*	*	*	*	*	*	*	3004
DIA DAS CRIANÇAS	*	*	*	*	*	*	*	*	*	8808	*	*	8808
SNCT	*	*	*	*	*	*	*	*	*	12600	*	*	12600
TOTAL DE ATENDIMENTOS	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	134598

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

01 – Das Realizações:

O Jardim Zoológico de Brasília conta com Segurança Monitorada por meio de instalação de câmeras no interior do parque, as câmeras possuem monitoramento eletrônico que reforçou a segurança do público e garantiu maior bem-estar aos animais. Este projeto teve início em agosto de 2017, ano em que foram adquiridas e instaladas 10 (dez) câmeras: localizadas na bilheteria e na entrada e saída dos veículos, antes disso não havia nenhum tipo de monitoramento realizado por câmeras.

No decorrer de 2019 foram instaladas mais 29 (vinte e nove) câmeras, contemplando as Unidades do: Hospital Veterinário, Nutrição, Recintos e Prédios da administração. A meta para o exercício de 2020, consiste na instalação de mais 21 (vinte e uma) câmeras na Fundação Jardim Zoológico de Brasília, totalizando 60 (sessenta) câmeras em funcionamento.

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília realizou o cancelamento de vários e sucessivos contratos emergenciais, após um período de mais de três anos na situação de contratação emergencial, tendo em vista a finalização da tramitação processual para realização de certame licitatório, considerado complexo, devido ao grande número de profissionais com necessidade de serem distribuídos por lotes para viabilizar a contratação, na forma que segue:

Em maio/2019 realizou-se a contratação de empresa para a prestação de serviços de suporte de manejo da fauna e de educação ambiental, com o fornecimento de equipamentos, insumos e mão de obra exclusiva sendo:

01 - Supervisor de Condicionamento Animal, destinado ao bem-estar animal;

02 - Supervisor de Educação Ambiental, destinados à educação ambiental;

01 - Supervisor de Enriquecimento Ambiental, destinado ao bem-estar animal;

03 - Supervisor de Manejo de Fauna. Como: Répteis, Mamíferos, Nutrição e Hospital Veterinário;

45 - Tratador de Animais, distribuídos em todos os setores desta Fundação (aves, répteis, artrópodes, mamíferos, nutrição, hospital veterinário, núcleo de bem-estar animal e educação ambiental).

Apesar da exigência estabelecida no § 2º, ao artigo 1º, do Decreto nº 39.624, de 09 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a racionalização de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, quanto a redução de até 25% do valor atualizado dos contratos administrativos, a referida contratação permaneceu inalterada por ser considerada de extrema importância para garantir a assistência adequada aos animais, mantidos sob os cuidados da Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

Atualmente estão sob os cuidados da equipe técnica desta Fundação, aproximadamente, 927 (novecentos e vinte e sete) animais. O Zoológico de Brasília possui em seu quadro funcional, uma equipe de 10 (dez) biólogos, 2 (dois) zootecnistas e 7 (sete) médicos-veterinários, distribuídos em diversas funções. Na distribuição das funções são contemplados os setores de mamíferos, aves, répteis e artrópodes, além de funções específicas como núcleo de bem-estar animal, setor de nutrição, hospital veterinário e educação ambiental.

As atividades de acompanhamento dos animais são diárias e, a equipe de tratadores e supervisores é distribuída por todos os setores da área fim desta Fundação, os quais participam ativamente de todas as atividades. São atribuições específicas dos tratadores, de acordo com a Convenção Brasileira de Ocupações:

Manejam, alimentam e monitoram a saúde e o comportamento de animais da pecuária. Condicionam e adestram animais. sob orientação de veterinários e técnicos, tratam sanidade de animais, manipulando e aplicando medicamentos e vacinas, higienizam animais e recintos; aplicam técnicas de inseminação e castração; realizam atividades de apoio, assessorando em intervenções cirúrgicas, exames clínicos e radiológicos, pesquisas, necropsias e sacrifícios de animais.

Considerando as exigências legais para a manutenção dos Zoológicos e que as atividades relativas à fauna é uma atividade de serviços continuados, fundamental para a garantia da qualidade de vida dos animais mantidos no Zoológico de Brasília, de maneira a garantir a continuidade e a qualidade do serviço proposto para a Fundação Jardim Zoológico de Brasília. E, é nesse sentido que não foi possível realizar a redução do contrato na forma proposta pelo Decreto citado.

Em julho/2019 realizou-se a Contratação de empresas para a prestação de serviços especializados de manutenção, apoio administrativo, limpeza e conservação, com fornecimento de material e mão de obra exclusiva, visando o atendimento das demandas da Fundação Jardim Zoológico de Brasília no sentido de manter serviços essenciais como a abertura, e a manutenção mínima necessária para o adequado funcionamento do parque.

A Fundação possui receita própria, diretamente arrecadada, proveniente de Ingressos para entrada no Parque, Permissionários, Projetos: Zoo Noturno, Zoo camping, Visita Monitorada, Colônia de Feras entre outros a qual chegou ao montante de R\$3.022.290,33 (três milhões, vinte e dois mil, duzentos e noventa reais e trinta e três centavos), conforme fonte de informação extraída do Sistema Integrado de Gestão Governamental/SIGGO.

02 - Dificuldades encontradas:

Dentre as dificuldades encontradas por esta Fundação, no exercício 2019, destacamos a execução orçamentária, considerando que por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual/PLOA de 2018 para 2019, o Teto Orçamentário liberado pelo Órgão Gestor de Orçamento Público foi considerando insuficiente para execução da manutenção essencial ao funcionamento desta Fundação. Em relação ao Grupo 01 - Pessoal e Encargos Sociais, de acordo com as informações da área técnica, os valores estimados para o exercício de 2019, para pagamento de pessoal (Natureza de Despesas: 319011 - Pessoal Civil), totalizam o valor de R\$ 7.704.394,00 (sete milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais). No entanto, só foi possível propor o valor de R\$ 2.611.291,00 (dois

milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e noventa e um reais), tendo em vista o teto disponibilizado pelo Órgão Gestor. Desta forma, resta a diferença de R\$ 5.093.103,00 (cinco milhões, noventa e três mil e cento e três reais).

Em relação ao Grupo 03 - Custeio, visando honrar compromissos com contratos de natureza continuada em fase final de licitação - e com previsão para contratação neste exercício financeiro - o processo FJZB, como serviços especializados de suporte de manejo de fauna e educação ambiental, cujo valor anual estimado é de R\$ 6.355.400,76 (seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais e setenta e seis centavos); a serem gastos com serviços especializados de manutenção, apoio administrativo e limpeza e conservação, cujo valor anual estimado é de R\$ 4.177.273,80 (quatro milhões, cento e setenta e sete mil, duzentos e setenta e três reais e oitenta centavos); totalizando R\$ 10.532.674,56 (dez milhões, quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) gastos anuais com apenas dois contratos considerados essenciais aos funcionamento da Unidade.

No entanto, o Teto Orçamentário, para este grupo, liberado pelo Órgão Gestor foi no valor de R\$ 8.499.749,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil setecentos e quarenta e nove reais) a serem distribuídos em todo o custeio da Unidade, possibilitando a programação de R\$ 7.203.635,00 (sete milhões, duzentos e três mil seiscentos e trinta e cinco reais) na Ação Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - FJZB.

Desta forma, restou a diferença de R\$ 4.725.955,46 (quatro milhões, setecentos e vinte e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

Neste contexto, considerando que as despesas com os Grupos 01 e 03 são fundamentais e indispensáveis para a operacionalização desta Fundação, se fez necessária a suplementação de recursos para viabilizar o complemento do Cadastramento das Aplicações emitidas no SIGGO no valor total de R\$ 9.819.059,00 (nove milhões, oitocentos e dezenove mil e cinquenta e nove reais), sendo:

a) No Grupo 01 - Pessoal e Encargos Sociais (Programa de Trabalho: 18.122.6001.8502.8750 - Administração de Pessoal - FJZB, Natureza de Despesa: 319011): R\$ 5.093.103,00 (cinco milhões, noventa e três mil e cento e três reais); e

b) No Grupo 03 - Custeio (Programa de Trabalho: 18.122.6001.8517.9662 - Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - FJZB, Natureza de Despesa: 339037): R\$ 4.725.956,00 (quatro milhões, setecentos e vinte e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais).

Assim, considerando a diferença entre o valor previsto e o liberado, foram priorizadas as despesas fundamentais para abertura e funcionamento desta Fundação, visando garantir a segurança dos colaboradores, animais e do patrimônio público sob responsabilidade da FJZB.

03 - Problemas que Interferiram na Execução dos Programas:

O orçamento desta unidade foi contemplado com 33 (trinta e três) ações orçamentárias, oriundas de diversos programas, sendo que destas 18 (dezoito) ações não obtiveram a execução orçamentária devido a várias interferências como por exemplo: Limitação Orçamentária, carência de Projetos e conseqüente morosidade em procedimento licitatório. Motivo pelo qual desenvolveu-se as atividades essenciais de acordo com as limitações orçamentárias geradas a partir da liberação dos tetos, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, combinado com os cancelamentos de créditos e a baixa dotação orçamentária que prejudicaram a execução de algumas ações. Entretanto, os serviços essenciais de manutenção desta Fundação foram mantidos, devido a suplementação do orçamento desta Unidade, combinado a uma gestão voltada para a redução no consumo de bens e serviços de modo a permitir a abertura do parque e a manutenção da Unidade.

04 - Perspectivas para o exercício de 2020:

Perspectivas/2020	Justificativas	Unidade Responsável Pela Informação
Realizar a manutenção do recinto dos elefantes com implantação de semi fosso, portão de manejo e área de pareamento.	Serviços de manutenção, contratado em processo licitatório de "manutenção predial" com recursos de custeio do Orçamento da Unidade e Emendas Parlamentares Individuais-EPI.	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB
Realizar a manutenção das instalações do Museu de Ciências Naturais com a construção de Reserva Técnica e novos biomas.	Serviços de manutenção, contratado em processo licitatório de "manutenção predial" com recursos de custeio do Orçamento da Unidade e Emendas Parlamentares Individuais-EPI.	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB
Realizar a manutenção do conjunto de recintos dos pequenos primatas.	Serviços de manutenção, contratado em processo licitatório de "manutenção predial" com recursos de custeio do Orçamento da Unidade e Emendas Parlamentares Individuais-EPI.	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB
Realizar a manutenção e melhoria da estrutura do acesso principal na portaria.	Serviços de manutenção, contratado em processo licitatório de "manutenção predial" com recursos de custeio do Orçamento da Unidade e Emendas Parlamentares Individuais-EPI.	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB
Revitalizar a área de lazer localizada próximo ao Teatro de Arena.	Serviços de manutenção, contratado em processo licitatório de "manutenção predial" com recursos de custeio do Orçamento da Unidade e Emendas Parlamentares Individuais-EPI.	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB
Realizar a manutenção e melhoria do recinto dos hipopótamos.	Serviços de manutenção, contratado em processo licitatório de "manutenção predial" com recursos de custeio do Orçamento da Unidade e Emendas Parlamentares Individuais-EPI.	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB
Instalação de alambrado para conclusão do cercamento perimetral da lateral sul do Zoológico.	Cercamento as margens do córrego entre o zoológico e a candangolândia, recursos provenientes de Emenda Parlamentar Individual (EPI).	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB
Revitalizar o Lago dos Primatas por meio do desassoreamento e reforço das paredes de contenção do Lago dos Primatas.	Início 1º Semestre/2020: Será executado com serviços contratados do próprio Zoo, a parte de reforço das paredes de contenção. A segunda parte depende da conclusão do projeto e recursos para seu início.	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB
Implantar Parques Infantis para padronização dos ambientes de playground da FJZB.	Implantação de parque infantil em 2020, recursos provenientes de Emenda Parlamentar Individual (EPI).	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB
Ampliar a alça de desaceleração de acesso à bilheteria com adição de via; pavimentação da via de acesso à entrada alternativa/saída de emergência; e pavimentação da pista de serviço que faz a ligação da entrada principal à Administração/área de manutenção pelo lado oeste do Zoológico.	Aguardando conclusão de projeto e início da intervenção pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF.	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB
Renovar a frota da Fundação Jardim Zoológico de Brasília.	Recursos provenientes de Emenda Parlamentar Individual (EPI).	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB
Adquirir veículo automotor pesado do tipo caminhão "toco" com carroceria e guindaste, novo e em primeiro uso (0km), para atender necessidade da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB).	Recursos provenientes de Emenda Parlamentar Individual (EPI).	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB

Realizar Ações de educação para proteção à fauna.	Desenvolver diversas atividades lúdicas com enfoque educacional e conservacionista, vinculadas a 6 Projetos, continuamente oferecidas ao público visitante, principalmente aos alunos da rede pública e particular de ensino.	Superintendência de Educação e Uso Público/SUEUP/GAB/FJZB
Realizar o Projeto Serpentário Móvel na Zona Rural.	Projeto em que a equipe do Zoológico de Brasília sai de seus domínios para levar informações às populações em diversos pontos do DF e entorno, de modo especial na zona rural, por meio de aquisição de veículo modificado para levar ações de educação ambiental e conservação para as zona rural do Distrito Federal. Recursos provenientes de Emenda Parlamentar Individual (EPI).	Superintendência de Educação e Uso Público/SUEUP/GAB/FJZB
Modernizar os equipamentos do Hospital Veterinário.	Recursos provenientes de Emenda Parlamentar Individual (EPI).	Superintendência de Conservação e Pesquisa/SUCOP/GAB/FJZB
Ampliar o atendimento dos diversos programas relativo a Educação Ambiental.	Programas: Zoo Experiência; Zoo Noturno; Zoo em Ação; Zoo Camping; Zoo Convivências e Colônia de Feras (o número de edições aumentará, ocorrendo inclusive no mês de julho/2020).	Superintendência de Educação e Uso Público/SUEUP/GAB/FJZB
Adquirir placas de sinalização com imagens em QR CODE.	As placas permitirão aos visitantes informações acerca dos diversos animais do Zoológico de Brasília.	Assessoria de Comunicação/ASCOM/GAB/FJZB
Realizar Permissão de Uso da Lanchonete nº 1.	Para viabilizar o fornecimento diário de lanches e refeições, com intuito de atender o público visitante, servidores e demais colaboradores.	Assessoria de Planejamento e Parcerias/ASPLAN/GAB/FJZB.
Viabilizar o Recebimento de Animais.	Animais tais como: Cachorro vinagre fêmea (via Plano de Manejo); Tatu-bola-da-caatinga fêmea (via Plano de Manejo); 07 Flamingos; Guarás (é uma ave pelecaniforme da família Threskiornithidae. Também é conhecida como íbis-escarlata, guará-vermelho, guará-rubro e guará-pitanga); Ararajuba (também chamada de ararajuba, é uma ave psitaciforme endêmica do norte do Brasil, ameaçada de extinção. As aves chegam a medir até 35 centímetros de comprimento, possuindo uma plumagem amarelo-ouro com rémiges verde) . E Mutuns do Sudeste (é uma ave ameaçado de extinção, chegam a medir até 84 cm de comprimento, sendo que os machos possuem plumagem escura, bico com base vermelha sem carúncula maxilar, abdome branco e pernas negras).	Superintendência de Educação e Uso Público/SUEUP/GAB/FJZB
Viabilizar o acompanhamento da aproximação de alguns espécimes e adaptação de suas rotinas.	o Elefantes o Ariranhas o Lontras	Superintendência de Educação e Uso Público/SUEUP/GAB/FJZB
Implementar o Sistema de Irrigação para a Capineira.	Será realizado por meio de Termo de Cooperação Técnica com a Empresa Emater ou por meio de execução de Emenda Parlamentar – EP .	Superintendência de Educação e Uso Público/SUEUP/GAB/FJZB
Realizar Movimentação de Animais.	Refere-se ao Plano de Manejo Cooperativo da espécie e acordo firmado entre a Associação dos Zoológicos e Aquários do Brasil - AZAB e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).	Superintendência de Conservação e Pesquisa/SUCOP/GAB/FJZB

Destinar novos locais para os Animais Excedentes.	Incluem-se os Animais Como: As Serpentes, Axolotes, entre outros, os quais serão destinados a programas de conservação.	Superintendência de Conservação e Pesquisa/SUCOP/GAB/FJZB
Inserção do Zoo Brasília no Plano de Ação Nacional do Instituto Chico Mendes de Conservação.	A SUCOP/ZOO irá implementar ações para viabilizar o Projeto de Inserção da Biodiversidade (ICMBio) da Serpente Corredor-Campo (<i>Philodryas livida</i>) .	Superintendência de Conservação e Pesquisa/SUCOP/GAB/FJZB
Aumento do número de Animais observados pelo Núcleo de Bem Estar Animal.	A realização deste Projeto contará com o auxílio de Voluntários e Estagiários.	Superintendência de Conservação e Pesquisa/SUCOP/GAB/FJZB.
Complementar a Segurança Monitorada da Fundação Jardim Zoológico de Brasília.	Este complemento se dará por meio de instalação de mais 21 (vinte e uma) câmeras de segurança na área externa do parque.	Superintendência de Administração Financeira/SUAFI/GAB/FJZB.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental/IBRAM, foi criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, publicada no DODF em 30 de maio de 2007; reestruturado pelo Decreto nº 36.715 de 31 de agosto de 2015 e alterações, e posteriormente pelo Decreto nº 39.158 de 28 de junho de 2018; e, regulamentado pelo Decreto nº 39.558 de 20 de dezembro de 2018, que instituiu o atual Regimento Interno. É uma entidade autárquica de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado Meio Ambiente e que tem por finalidades o disposto no artigo 2º de sua Lei de criação:

I – executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos do Distrito Federal;

II – controlar e fiscalizar, com poder de polícia, o manejo dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal, bem como toda e qualquer atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos.

Para alcançar suas finalidades, as principais competências, descritas no artigo 3º de sua Lei de criação, bem como no artigo 3º de seu Regimento Interno, são:

I - propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;

II - definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais e dos recursos hídricos;

III - propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

IV - propor a definição e executar o controle dos zoneamentos ambientais e do zoneamento ecológico econômico;

V - proceder à avaliação de impactos ambientais;

VI - promover o licenciamento, a autorização, a fiscalização e o monitoramento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;

VII - propor a criação e promover a gestão e a administração de todas as unidades de conservação e todos os parques sob domínio do Distrito Federal, bem como de outras áreas protegidas;

VIII - implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de informações sobre os recursos hídricos;

IX - fiscalizar e aplicar penalidades administrativas pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor;

X - planejar e desenvolver programas de educação ambiental;

XI - promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético e de representatividade ecológica do Distrito Federal;

XII - disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

XIII - regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e a disposição final de produtos perigosos, no que tange à proteção ambiental, em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;

XIV - desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XV - promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas, ao extrativismo e às populações tradicionais;

XVI - aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;

XVII - prevenir, monitorar e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;

XVIII - julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração e notificações oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;

XIX - fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambiental e de recursos hídricos e recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	20	34	64	206	324
Comissionados sem vínculo efetivo	36	36	0	0	72
Requisitados de órgãos do GDF	4	1	3	9	17
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	12	28	40
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	3	0	3
Terceirizados (FUNAP)	0	0	11	15	26
Outros - especificar	0	0	1	19	20
Subtotal	60	71	94	277	502
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	13	7	20
Total Geral	60	71	81	270	482

* A rubrica "Outros" é composta por 7 (sete) integrantes da Força Tarefa do Licenciamento Ambiental e 13 (treze) professores da Secretaria de Estado de Educação que, por meio de convênio, fazem parte do Projeto Parque Educador.

Em 2019, o total geral da força de trabalho ao final do período foi de 482, contra 528 em 2018. Além da flutuação usual de nomeações e exonerações, a diferença se justifica, sobretudo, pelo fim do programa Jovem Candango, ocorrido em novembro de 2019. A quantidade reportada na tabela de Menor Aprendiz corresponde a três jovens aprendizes gestantes. A expectativa é que o programa seja restabelecido em 2020, visto a importância desses estudantes nas atividades de apoio nos diversos órgãos, bem como sua relevância social.

Destaca-se que durante o exercício o Brasília Ambiental incorporou à sua força de trabalho 134 brigadistas de combate a incêndios florestais. O processo se deu por meio de contratação simplificada, com os combatentes exercendo suas atividades no período de junho a novembro.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10000,0	8500,00	0	0
5882 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	8500,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	10000,00	5514,56	5011,00
5209 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	5514,56	5011,00
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	30000,0	30000,00	0	0
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,00	0	0
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	30000,0	30000,00	0	0
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,00	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	30000,0	30000,00	4974,28	4974,28
0001 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,00	4974,28	4974,28
3744 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - IBRAM/DF	0	1500,0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - IBRAM/DF-DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - IBRAM/DF-DISTRITO FEDERAL	0	1500,0	0	0
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	10000,0	10000,00	387,0	387,0
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	387,0	387,0
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	20000,0	20000,0	2443,0	2443,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,0	2443,0	2443,0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	140000,00	140000,00	13318,84	12815,28

Quanto à Gestão da Informação e Sistemas de TI, houve a contratação de serviços para a manutenção e atualização do software SophiA Biblioteca, possibilitando acompanhar as atualizações e as mudanças evolutivas do software, além das necessidades habituais e da solução de problemas evitando, desta forma, a perda de informações e recursos, de tal forma que a ferramenta não entre em processo de desatualização. Por conseguinte, tal contratação assegura o aumento da qualidade e da segurança do software utilizado. A utilização da ferramenta teve como objetivo principal o atendimento das necessidades informacionais do corpo técnico deste Instituto no desenvolvimento de suas atividades, assim como, do público externo em geral, já que a disponibilização da informação é feita também no Portal do Brasília Ambiental. A utilização da ferramenta permite que seja feita a reunião, a organização e a disponibilização de normas legais/atos normativos do Brasília Ambiental IBRAM, assim como da legislação de interesse do Instituto, tanto no âmbito do Distrito Federal como nas esferas municipal, estadual, federal e internacional.

No que se refere à Modernização e Ampliação do Monitoramento Ambiental, foram adquiridas peças e consumíveis para os diversos equipamentos de monitoramento (ar, água, etc.), bem como contratados os serviços de calibração de sensores.

Nos programas de trabalho para gastos vinculados aos processos de Fiscalização e Licenciamento Ambiental foi possível realizar a contratação de empresa especializada para o fornecimento de Certificação Digital e a aquisição de corantes líquidos, para uso durante a realização de vistorias, proporcionando à equipe técnica a possibilidade de conferir o destino final dos efluentes gerados nos empreendimentos licenciados.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	36000,0	0	0
0324 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PARQUE INFANTIL NO PARQUE JEQUITIBÁS EM-SOBRADINHO	0	36000,0	0	0
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	10000,0	10000,00	1366,85	1366,85
0001 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	1366,85	1366,85
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	382796,0	763426,00	747784,52	671545,27
0001 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	382796,0	463426,00	447784,52	446882,13
0003 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO-MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	300000,00	224663,14

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS	30000,0	30000,00	0	0
0001 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,00	0	0
3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	10000,0	10000,00	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	60000,0	60000,0	59997,63	59997,63
0001 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	60000,0	60000,0	59997,63	59997,63
4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE	10000,0	10000,00	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	10000,0	10000,00	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	0	100000,0	89340,0	89340,0
0002 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL-PROJETO PARQUE EDUCADOR -DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	89340,0	89340,0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	20000,0	20000,0	0	0
0001 - GESTÃO DA FAUNA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,0	0	0
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	1200000,0	2824888,00	2366215,47	2366215,47
0001 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1200000,0	2474888,00	2123915,47	2123915,47
0004 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-Sanidade e controle reprodutivo da fauna-DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	142300,0	142300,0
0005 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-CONTROLE REPRODUTIVO DE ANIMAIS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII- SANTA MARIA	0	100000,0	100000,0	100000,0
9088 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	0	2446735,0	2317735,00	2317735,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVET-DISTRITO FEDERAL	0	920000,0	920000,0	920000,0
0002 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - HOSPITAL PÚBLICO VETERINÁRIO-TAGUATINGA	0	400000,0	400000,00	400000,00
0003 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-DISTRITO FEDERAL	0	346735,0	217735,00	217735,00
0004 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DA UNIDADE ITINERANTE DE CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS-CASTRAMÓVEL/PETMOVEL-DISTRITO FEDERAL	0	480000,0	480000,0	480000,0
0005 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	300000,0	300000,0
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS	10000,0	10000,00	8289,14	8289,14
0001 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	8289,14	8289,14
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1742796,00	6331049,00	5590728,61	5514489,36

Quanto à Prevenção de Riscos Ambientais, os gastos foram alocados para a contratação da prestação de serviços de empresa seguradora para emissão de apólice de seguro acidente para os brigadistas de incêndios florestais contratados pelo Brasília Ambiental, que exerceram suas atividades nos Parques e Unidades de Conservação no âmbito do Distrito Federal.

O montante empenhado a título de gastos com Manutenção de Unidades de Conservação corresponde, basicamente, às despesas realizadas com energia elétrica, telefonia, água e esgotamento das sedes administrativas descentralizadas dos Parques e Unidades de Conservação, além da aquisição de materiais elétricos e hidráulicos necessários a manutenção de suas instalações e a contratação de serviços de manutenção físico-química da piscina do Parque Saburo Onoyama. Com a destinação de recursos oriundos de emendas parlamentares foi possível realizar os gastos acima descritos e também a aquisição de dois bebedouros industriais, visando atender aos usuários do Parque Ecológico Três Meninas, localizado em Samambaia-DF.

Já em relação às ações de Educação Ambiental, investiu-se nos serviços de locação de ônibus para o Projeto Parque Educador, com foco nos alunos da rede pública de ensino e na produção de banners e serviços gráficos que foram utilizados em ações diversas de educação ambiental. Destaca-se também que a execução dos serviços em 2019 só foi possível por conta da destinação de recursos de emendas parlamentares.

Em relação aos gastos alocados em Sanidade e Controle Reprodutivo da Fauna, os recursos foram utilizados na execução de 156.836 procedimentos veterinários (exames de imagem, administração de medicamentos, cirurgias e serviços laboratoriais) que foram realizados no Hospital Veterinário Público do DF e também em campanhas de castração de animais domésticos em diversas regiões administrativas do Distrito Federal. Ressalte-se que o aporte

financeiro por meio de emendas parlamentares foi essencial para a realização destas ações em 2019.

Os valores gastos com Atualização e Modernização do Acervo e Documentos Ambientais viabilizaram a contratação de empresa fornecedora do serviço de acesso às Normas Técnicas Brasileiras (NBRs) e a contratação de serviço de digitalização do acervo bibliográfico impresso, o objetivo dessa digitalização é preservar os conteúdos informacionais, possibilitar uma maior facilidade e agilidade de acesso à informação, uma vez que, diversos e simultâneos acessos seriam permitidos em diferentes locais. A disponibilização destas informações, em formato digital, tem como intuito o atendimento das necessidades informacionais do corpo técnico deste Instituto no desenvolvimento das atividades dos seus setores. Assim como, atenderá as necessidades informacionais de outras instituições, dos profissionais das áreas de engenharia e meio ambiente e dos pesquisadores em geral, já que a disponibilização será feita nas páginas da intranet e da internet do Brasília Ambiental.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1647 - TAXA DE ATENDIMENTO S A ANIMAIS DOMÉSTICOS	%	0	31/12/2016	ANUAL	30	4,39	50	4,18	70	34,4	100	49,6	IBRAM / UO 21208 / OE 6) / UO 21208 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Os atendimentos realizados se restringiram as esterilizações feitas no castramóvel. A meta não foi cumprida em razão do Hospital Veterinário Público não ter iniciado as operações. O Ibram está evidando esforços para o recebimento do prédio, definição do modelo de gestão do hospital e início das operações.</p> <p>2017 - As metas estão diretamente relacionadas à operação do Hospital Veterinário Público do GDF. Por ainda não estar em funcionamento, não foi possível o cumprimento da meta. Os únicos atendimentos realizados pelos Ibram foram as esterilizações realizadas em clínicas veterinárias credenciadas e no Castramóvel. Foram atendidos 2570 animais, sendo 61 considerados como simples atendimento clínico, visto que foram animais negados para o procedimento cirúrgico. Os demais 2509 animais foram de fato operados.</p> <p>2018 - Com a inauguração do HVEP, em abril de 2018, a taxa de atendimento à animais domésticos obteve grande incremento, mas como no início do projeto, hospital fora dimensionado para atender cerca do triplo do que se atende hoje, as metas precisam ser revistas, pois a dimensão atual do HVEP não tem capacidade de realizar 60 mil atendimentos por ano, que era a previsão para 2019.</p> <p>2019 - Índice desejado de 100% de 60 mil atendimentos não foi atingido, pois no início do projeto HVEP em 2014, o hospital fora dimensionado para atender cerca do triplo do que atende hoje. Esta diferença poderia ser compensada com ampliação do número de castrações, entretanto, com o vencimento do Edital de credenciamento em 2017, não foi possível ampliar os números de castrações. Além de redimensionamento das metas para o próximo quadriênio, será publicado novo edital para ampliação das castrações</p>													
1648 - TAXA DE CONTROLE DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	%	0	31/12/2016	ANUAL	30	93,31	50	97,63	70	27,4	100	30,4	IBRAM / UO 21208 / OE 6 / UO 21208 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - A meta foi superada, graças a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre IBRAM, SEMA e FUB que viabilizou a operação do castramóvel no ano de 2016.</p> <p>2017 - A utilização do total de atendimentos como referência para a meta de cirurgias de esterilização gerou esse percentual alto de 97.63%. Entretanto, o número de cirurgias realizadas equivaleria a 16,73% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 15.000 castrações. Ressalta-se que ambos indicadores devem ser revistos.</p> <p>2018 - A utilização do total d/atendimentos como referência p/meta de cirurgias d/esterilização gerou 27,4%. Entretanto, o nº d/cirurgias realizadas equivaleria a 19,26% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 29.400 castrações. Apesar de existir aparente redução no atingimento da meta, de 97,63% para 27,4%, a redução ocorreu pois nos anos anteriores não existia atendimento no HVEP, mas em nº totais houve uma ampliação da quant. d/castrações de 2.509 p/5.663 (125,7%).</p> <p>2019 - A utilização do total de atendimentos como referência para meta de cirurgias de esterilização gerou 30,4%. Entretanto, o nº de cirurgias realizadas equivaleria a 15,1% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 60.000 castrações. Apesar de existir pequeno aumento no valor de 27,4% para 30,4%, em nº totais houve ampliação das castrações de 5.663 para 9.055, equivalendo a um aumento de 62,5%. Somente em 2019 o HVEP funcionou de forma plena e o atendimento foi superior a 2018</p>													
1644 - TAXA DE ÁREA PROTEGIDA QUEIMADA	%	16,93	31/12/2014	ANUAL	15,2	11,28	14,4	17,32	13,5	10,76	12,7	11,75	IBRAM / UO 21208 / OE 5 / UO 21208 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Apesar da meta ter sido superada, o total da área queimada em 2016 foi superior aos 9% apurados em 2015. Tal fato decorreu da impossibilidade da realização de acertos, em razão da inexistência de contrato de Prestação de serviços na Novacap e da não autorização da SEPLAG para a contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio da realização de concurso público temporário.</p> <p>2017 - Das 70 unidades de conservação vistoriadas, 17,32% das áreas foram atingidas pelo fogo. Foram mapeados 3249,52ha de área queimada de unidades conservação que perfazem 20817,96 ha. Dentre os motivos pela taxa alcançada ser superior à desejada, destaca-se a mudança no regime de chuvas observado no DF nos últimos anos, com a estação seca mais severa e a não autorização para contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio de concurso público temporário.</p> <p>2018 - Com os avanços metodológicos n/detecção das áreas queimadas c/uso das imagens PlanetScope, esperava-se elevação n/área detectada. Contudo, a ação de contratação d/brigada, além d/impactar d/forma significativa na identificação de focos d/incêndios florestais, resulta em ações rápidas d/primeiro combate, impedindo o avanço d/cabeça de fogo, bem como, sua simples presença e a vigilância (realização d/rodas) nas UCs inibe a ação d/vândalos e incendiários. Como destaque as condições climáticas.</p> <p>2019 - O percentual de áreas queimadas é em relação à quantidade de área vistoriada usando Imagens PlanetScope. Em 2019 a área vistoriada foi a maior desde o início do PROMAQ nos Parques/Ucs. Foram monitorados 82 Parques/Ucs, total de 27.137,69 ha e verificado a queima de 3.187,57 ha, registro de 686 ocorrências de Incêndios. Destaca para ação dos brigadistas na identificação de focos de incêndio agindo rapidamente impedindo avanço do fogo e realizando rondas inibindo a ação de vândalos/ incendiários</p>													

Em 2019 a quantidade de castrações foi ampliada de 5.663 para 9.055 em relação ao ano anterior, e com isso, foi possível incrementar substancialmente o atendimento aos animais domésticos, foram realizadas quatro campanhas de cadastro para castração. Todas as campanhas foram coordenadas pelo Brasília Ambiental e executadas em parceria com as Administrações Regionais de Taguatinga, Ceilândia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Estrutural.

O Hospital Veterinário Público do DF recebeu 13.502 tutores, atendeu 14.819 animais (cães e gatos) e realizou 156.836 procedimentos veterinários (exames de imagem, administração de medicamentos, cirurgias e serviços laboratoriais). No entanto, para os próximos períodos as metas deverão ser revistas, considerando o planejamento inicial do que seria o HVEP e o que de fato tem sido possível realizar com o orçamento que é destinado ao Brasília Ambiental.

Quanto à taxa de área queimada, com o uso das Imagens PlanetScope, no ano de 2019, o tamanho da área vistoriada foi a maior desde o início Programa de Monitoramento de área Queimadas nos Parques e Unidades de Conservação do Brasília Ambiental. No ano de 2019, foram monitorados 82 Parques e Unidades de Conservação, uma área total de 27.137,69 ha,

desse foram levantadas 3.187,57 ha de áreas queimadas e 686 registros de Incêndios Florestais. Verifica-se que a contratação da brigada, além de impactar de forma significativa na identificação de focos de incêndios florestais, resulta em ações rápidas no primeiro combate, impedindo o avanço da cabeça de fogo. A presença dos brigadistas e a vigilância que realizam (rondas) nos Parques e UCs inibem a ação de vândalos e incendiários.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	385000,0	545100,00	462861,97	447982,02
8398 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	385000,0	545100,00	462861,97	447982,02
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	385000,00	545100,00	462861,97	447982,02

Os reeducandos da Fundação de Apoio ao Trabalhador Preso – FUNAP que trabalham no Brasília Ambiental desempenham diversas atividades de apoio. Na tentativa de obter maior efetividade na organização das tarefas e seus respectivos resultados, optou-se por dividir os trabalhadores em duas equipes, uma exclusiva para as atividades que envolvam as unidades de conservação e outra para a sede do Instituto. No âmbito da segunda equipe, são realizados ofícios específicos de apoio, como serviços de eletricista, bombeiro hidráulico, recepção, copeiragem e outros, num total de 24 pessoas. O programa se mostra exitoso, dada a impossibilidade de contratação de serviços especializados, devido à insuficiência orçamentária, e considerando que os reeducandos recebem capacitação interna para o desempenho de suas funções.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	10000,0	20000,00	5412,46	5412,46
0008 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	20000,00	5412,46	5412,46
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	680000,0	838000,0	838000,00	739860,01
9556 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	680000,0	838000,0	838000,00	739860,01
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	245000,0	421513,00	414797,10	414797,10
0020 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	245000,0	421513,00	414797,10	414797,10
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1553000,0	1638425,00	1506663,26	1506663,26

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
7043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1553000,0	1638425,00	1506663,26	1506663,26
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	2488000,00	2917938,00	2764872,82	2666732,83

Durante o exercício de 2019 o Brasília Ambiental realizou o pagamento de três sentenças judiciais, sendo o valor total equivalente a R\$ 5.412,46 (cinco mil e quatrocentos e doze reais e quarenta e seis centavos).

Em relação à Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, a quantidade mensal de contribuições variou entre 403 e 562, finalizando no mês de dezembro com um total de 427.

Quanto às Licenças Prêmio que foram convertidas em pecúnia, o Brasília Ambiental efetuou o pagamento para nove servidores durante o exercício, totalizando um montante de R\$ 396.700,73 (trezentos e noventa e seis mil e setecentos reais e setenta e três centavos). Os desembolsos foram realizados em conformidade com as prioridades apontadas pela perícia médica do Governo, e ainda, de acordo com o calendário estabelecido pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP/SEEC.

Por fim, para a rubrica Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, que contempla basicamente os pagamentos a título de acerto de contas por exoneração de servidores de cargo comissionado e a indenização de atividade externa, foram contemplados desembolsos para um quantitativo de servidores que variou entre 69 e 75 servidores. Destaca-se que o valor mais representativo equivale ao pagamento da indenização de transporte dos Auditores Fiscais, que fazem jus quando da utilização de seus veículos particulares em ações de fiscalização ambiental.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	29607,0	29607,00	12270,60	12270,60
5351 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- IBRAM-DISTRITO FEDERAL	29607,0	29607,00	12270,60	12270,60
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	10000,0	10000,0	0	0
0015 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	3900,0	3900,0	3900,0
0020 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS- AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BEBEDOURO INDUSTRIAL NO PARQUE 3 MENINAS- SAMAMBAIA	0	3900,0	3900,0	3900,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	61070400,0	67092271,00	63489229,18	63489010,64

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8744 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	61070400,0	67092271,00	63489229,18	63489010,64
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1970000,0	2036850,00	1998926,27	1998926,27
9569 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1970000,0	2036850,00	1998926,27	1998926,27
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5150714,0	5363063,64	5139345,69	4618851,40
9659 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	5150714,0	5363063,64	5139345,69	4618851,40
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10000,0	10000,00	0	0
2505 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	10000,00	0	0
2583 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	10000,00	2000,0	2000,0
0068 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	2000,0	2000,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	123004,0	315004,0	263250,0	233250,0
8699 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	123004,0	315004,0	263250,0	233250,0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	68383725,00	74880695,64	70908921,74	70358208,91

Em relação aos gastos com Administração de Pessoal, foi remunerado durante o exercício, um montante de servidores que variou mensalmente de 419 a 563, encerrando o ano com 437 servidores remunerados. A parte mais representativa desta diferença corresponde ao contrato temporário de brigadistas de combate a incêndios florestais. Entre os meses de julho e novembro, um total de 134 combatentes compôs o quadro de servidores do Brasília Ambiental.

Quando ao número de benefícios concedidos a servidores, o ano foi encerrado com um total de 492. A diferença em relação ao número reportado a título de Administração de Pessoal se

justifica em razão de parte dos servidores receber mais de um benefício (auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, etc.).

Em que pese o orçamento insuficiente para a contratação de cursos, agravado pela baixa arrecadação do período, o Brasília Ambiental não se manteve estagnado. Foram contabilizadas 35 dispensas de ponto de servidores para participação em eventos de treinamento, bem como 189 capacitações presenciais na Escola de Governo do DF – EGOV e 35 capacitações realizadas mediante a utilização da plataforma de ensino a distância.

Na Manutenção de Serviços Administrativos Gerais foram registrados os gastos mais significativos do Instituto, sobretudo os valores correspondentes à locação do imóvel sede, aluguel de veículos e despesas com fornecimento de energia, água e esgotamento sanitário.

Os valores não executados decorrem da não arrecadação da fonte de receita 157.

Quanto à Conservação das estruturas físicas de edificações públicas, foram realizados pequenos reparos na sede do Instituto.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal foi elaborado a partir de oito eixos temáticos, com definição de batalhas, resultado-chave e iniciativas. O foco do Brasília Ambiental neste planejamento está no eixo temático Meio Ambiente que trata das políticas relacionadas à preservação e proteção ambiental.

São batalhas do Brasília Ambiental que constam no plano de governo (2019 até 2023):

1. Ser referência em conservação e qualidade ambiental
2. Ser modelo de eficiência no licenciamento ambiental

O Brasília Ambiental contribuiu de forma significativa para a construção desse planejamento estratégico, para a definição das batalhas e direcionou os resultados que foram executadas em 2019. Aprimorou os procedimentos de análise e concessão do licenciamento ambiental, e tem buscado de forma contínua a implementação de melhorias e a consolidação dos Parques e Unidades de Conservação sob sua gestão.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

O Brasília Ambiental buscou incluir em suas pautas as ações, metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através da publicação da Instrução Normativa nº 14, de 26 de setembro de 2019, que adota internamente a agenda 2030 e os ODS.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO TÉCNICA

O exercício de 2019 destacou-se por ser o ano de maior execução de Emendas Parlamentares na história do Brasília Ambiental. Parte desse sucesso tem relação com a melhoria nos fluxos do processo de captação e execução de emendas parlamentares dentro da instituição. Tais melhorias ainda estão em curso e a expectativa é de que, em 2020, o Brasília Ambiental consiga captar e executar mais recursos por meio deste instrumento.

Do montante de R\$ 3.189.900,00 recebidos de emendas no ano, R\$ 2.660.203,14 foram executados, equivalente a 83% do total. No entanto, há de se considerar que uma emenda, no valor de R\$ 300.000,00, não foi desbloqueada pela unidade responsável no Poder Executivo, ou seja, a sua execução não foi viável. Dessa forma, pode-se afirmar que, do montante de emendas aptas à realização, o índice de execução foi de 92%.

As destinações dadas pelos Parlamentares contemplaram o Hospital Veterinário Público, o Programa de Castração de Cães e Gatos, a Manutenção de Unidades de Conservação e o Programa Parque Educador.

Todas as emendas parlamentares foram de grande importância para uma exitosa prestação dos serviços públicos, sobretudo as que foram destinadas ao HVEP. Graças a esse recurso, foi possível manter o hospital funcionando num elevado índice de excelência, conforme demonstrado em todas as pesquisas realizadas.

Nas ações de parceria técnica, destacam-se os Acordos de Cooperação estabelecidos entre entes públicos e privados que visaram atingir objetivos comuns e auxiliaram no alcance dos resultados estratégicos. Destaque para a quantidade de Acordos - atualmente há vinte vigentes, com objetos que variam desde a realização de pesquisas até a composição de esforços conjuntos para a preservação de recursos hídricos.

Seguem, abaixo, as tabelas resumo dos instrumentos vigentes:

Acordos de Cooperação Técnica - ACTs		
Participe (s)	Vigência Proposta	Objeto
INMET	26/06/2022	Instalação e operação e manutenção de uma estação meteorológica automática na ESECAE
Escoteiros Candango - GECAN	15/02/2024	Recuperação e preservação do Parque Vivencial da Candangolândia, bem como o reflorestamento das áreas degradadas e programação de uma estrutura mínima para visitação e prática de atividades educativas que não causem impacto ao meio-ambiente
7º Distrito Naval – Área Alfa da Marinha	27/12/2021	Planejar, executar e acompanhar ações conjuntas relacionadas ao meio ambiente na Área Alfa, da Marinha e no Lago Paranoá, no âmbito da competência do IBRAM-DF e com base no Plano de Diretrizes para Destinação de Recursos de Compensação Florestal (PDAR-F)".
SEMA, FUB	31/12/2022	Castramóvel
ADASA/ANA/BB/CAESB/DER/EMATER/ EMBRAPA/FBB E OUTROS	18/04/2022	Integração de esforços entre as partes para o desenvolvimento e aplicação de instrumentos e metodologia visando à continuidade do "Projeto Produtor de Água no Pípiripau", na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pípiripau
TERRACAP	14/06/2022	A Terracap concede ao IBRAM o acesso ao sistema eletrônico corporativo visualizador de dados espaciais de geoprocessamento - TERRAGEO - cujos direitos patrimoniais e autorais são da TERRACAP
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO/MMA/IBRAM	03/10/2022	Conjugação de esforços entre os partícipes com vista a colaborar com a execução do Programa Piloto de Recuperação da Vegetação Nativa do Cerrado do DF – Recupera Cerrado
MJ/IBRAM	19/12/2022	Acesso ao INFOSEG - Compartilhamento de informações e Dados
SFB	20/11/2021	Estabelecer um compromisso de cooperação institucional e ação coordenada entre os partícipes, no espírito da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, visando à implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, e da política de integração e segurança da informação do SICAR
TST/ STJ/TSE/SEGETH	05/02/2023	Parceria entre os partícipes, visando a implementação de ações conjuntas que assegurem a gestão compartilhada do Parque Bosque dos Tribunais de interesse mútuo.
REDE SEMENTES DO CERRADO	14/05/2022	Parceria em regime de mútua cooperação para a realização de pesquisas, intercâmbio de informações técnico-científicas, desenvolvimento e prestações de serviços cooperativos integrados em áreas de interesse comum, em especial aqueles ligados à valorização do bioma Cerrado.
INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB	16/10/2023	Busca modernizar e aumentar os pontos de monitoramento da qualidade do ar do Distrito Federal, como essa parceria com o IFB para a instalação de uma estação de monitoramento da qualidade do ar no Campus Samambaia.
SFB e MMA	13//12/2022	Execução do Código Florestal Brasileiro no que tange as atividades previstas em imóveis rurais, visando gerir, manter, recepcionar, analisar e aprovar inscrições e retificações no Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como dos Programas de Regularização Ambiental (PRA), Cotas de Reserva Ambiental (CRA) mantendo integrados os dados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) bem como auxiliar tecnicamente a implementação em campo das atividades, em municípios selecionados, para as ações previstas no projeto.
MPDFT	18/12/2023	O estabelecimento de cooperação técnica entre os partícipes com vistas à concessão de acesso ao MPDFT aos processos administrativos inseridos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Instituto Brasília Ambiental.
FJZB	27/11/2023	O desenvolvimento de trabalhos, pesquisas e extensão, consultorias correlacionadas às questões ambientais e na gestão de fauna silvestre do Distrito Federal, conforme disponibilidade de ambos os partícipes conforme especificações constantes do plano de trabalho.

Acordos de Cooperação Técnica - ACTs		
Partícipe (s)	Vigência Proposta	Objeto
IBAMA	07/05/2029	A delegação da execução do licenciamento ambiental do projeto, instalação e operação da Pavimentação da DF 001 (Estrada Parque Contorno – EPCT) do trecho compreendido entre os entroncamentos com as rodovias DF-430 e DF-170.
SEEDF e SEMA	18/07/2024	A implementação do PROJETO PARQUE EDUCADOR, mediante o desenvolvimento de ações conjuntas e de atividades complementares de interesse comum, no contexto da concepção da Educação Ambiental, Integral e Patrimonial e do Programa Brasília nosParques.
ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO BANDEIRANTE	21/06/2024	A implementação de ações conjuntas que assegurem a gestão compartilhada do PARQUE RECREATIVO DO NÚCLEO BANDEIRANTE de interesse mútuo entre os partícipes. Ficando acordado entre as partes a participação da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, com a finalidade de Construção de uma VILA OLÍMPICA NO PARQUE RECREATIVO DO NÚCLEO BANDEIRANTE/DF
ANA/SEMA/ESTADO DE GOIÁS/SEMAD/ADASA E OUTROS	22/03/2024	A integração de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e a aplicação de instrumentos e metodologias visando a implementação do PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA DO DESCOBERTO, na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto.
ASSOCIAÇÃO PARACANOAGEM BRASÍLIA	26/12/2029	Viabilizar a implantação e o funcionamento do Projeto "PARACANOAGEM BRASÍLIA", no Parque Vivencial II do Lago Norte, com vistas a transformar esse parque no primeiro parque do Brasil a ser inteiramente acessível para todos os tipos de deficiência (física, mental, auditiva, visual e múltipla), bem como oferecer atividades esportivas, culturais, aulas e oficinas de cidadania.

Transparência E Comunicação

Em 2019, o Brasília Ambiental alcançou o índice de 100% de transparência ativa pela divulgação de informações de interesse coletivo em seu site institucional. O reconhecimento ocorreu durante premiação realizada pela Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF), no Salão Branco do Palácio do Buriti. Na ocasião, foram premiados órgãos e entidades da administração pública que atingiram o índice de 100% de transparência ativa, o que fez o GDF chegar aos 84% de cumprimento da lei distrital de acesso à informação, a Lei 4.990/2012.

Além das informações de interesse coletivo, como endereço e formas de contatos telefônico ou eletrônico, informações de caráter institucional relacionadas a despesas, contratos, convênios, licitações e servidores, também foram produzidas e publicadas 210 matérias no site do Brasília Ambiental.

Destaque também para a utilização de redes sociais como forma de divulgar as ações realizadas pelo Brasília Ambiental. Foram publicadas 173 postagens no Facebook, 120 postagens no Instagram e 24 álbuns de fotos dos eventos realizados pelo Brasília Ambiental no Flickr. A cada postagem realizada nas redes sociais, entre 2000 e 4000 perfis são alcançados e os temas de maior interesse da população foram: Castração, Abandono de animais e Parques.

Reformulação da Identidade Visual do Brasília Ambiental

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal está de cara nova desde julho. Decretos reestruturaram o órgão com mudanças em sua identidade visual, passando então a ser chamado de Brasília Ambiental. Tais medidas objetivam a modernização e o fortalecimento da identidade visual do órgão, além da criação de uma nova logomarca. Com a atualização do seu manual de aplicação, foi possível desenvolver uma nova caracterização para os veículos utilizados no órgão. Também estão em curso ações para proporcionar a padronização das placas de sinalização dos Parques e Unidades de Conservação e a padronização dos uniformes usados pelos servidores. Essa mudança é essencial para o estabelecimento de uma marca forte da atuação do Brasília Ambiental em suas ações finalísticas e para o reconhecimento dessa atuação pela população do Distrito Federal.



Figura: Logomarca Brasília Ambiental

Tais medidas fazem parte, também, de um conjunto de ações que já vêm sendo implementadas, com vistas à revitalização das Unidades de Conservação do Distrito Federal, agilidade dos processos de licenciamento e fiscalização, transparência, desburocratização, diálogo e melhor atendimento ao cidadão. Somam-se, ainda, instruções normativas que estabelecem fluxos na tramitação de documentos, assegurando transparência, agilidade e segurança jurídica. Com isso, o Brasília Ambiental busca garantir ainda mais eficiência com celeridade, sem abrir mão do cuidado e zelo com os aspectos ambientais. Essa construção tem sido marcada pela participação efetiva dos servidores nas decisões e pela articulação com outros entes do governo e da sociedade. A apresentação da nova marca e da estrutura do Instituto foi anunciada em seu aniversário de 12 anos.

GESTÃO POR PROCESSOS

Em 2019, o Brasília Ambiental deu continuidade aos trabalhos internos de implantação da cultura de gestão por processos iniciada em 2016. Essa mudança de mindset dos servidores tem sido feita por meio de ações de melhoria de processos que visam reduzir o tempo de um processo, torná-lo mais simples para servidores e cidadãos ou torná-lo mais eficiente. Durante esses projetos, os setores envolvidos começam a perceber que seu trabalho está conectado antes e depois, a outras atividades que permitem a entrega final ao cidadão, e a importância do trabalho grupal. Isso gera empatia com os demais colegas e visão de processo ponta a ponta.

O planejamento de 2019 foi cumprido com a atuação nas três frentes inicialmente previstas:

Atualização da cadeia de valor;

Melhorias nos processos de atendimento ao cidadão, licenciamento ambiental (consultas a unidades de conservação, supressão de vegetação e padronização das exigências no licenciamento de parcelamento de solo), compensação florestal, pagamento de multas, processo disciplinar, consultas jurídicas, controle de frequência e recebimento de medidas alternativas;

Disseminação de informações relevantes e inovadoras por meio de palestras, matérias na intranet e cursos.

De forma mais concreta, em 2019, o Brasília Ambiental atuou nos seguintes processos:

Entregas	Resultados em 2019
Instituição do atendimento remoto da Central de Atendimento ao Cidadão aos interessados (e-mail)	- Em média de 30 a 40 atendimentos diários de licenciamento por e-mail (cerca de 95% de todos os atendimentos para este tema). - A grande maioria dos interessados não precisa mais comparecer ao Brasília Ambiental.

Entregas	Resultados em 2019
Banners de instrução aos cidadãos publicados no site do Brasília Ambiental (Fiscalização e Licenciamento)	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo dos processos mais claro para os interessados. - Maior transparência do processo
Definição de procedimentos de consulta de interferências em UC's nos processos de licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de prazos determinados para manifestação da SUCON nos processos de licenciamentos em UC's. - Definição da consulta prévia da SULAM à SUCON (menos gastos desnecessários do interessado com estudos grandes, e menos retrabalho dos servidores da SULAM). - Eliminação de manifestações contraditórias por setores distinto do Brasília Ambiental para o cidadão
Definição de procedimentos para Autorização para Supressão de Vegetação e Compensação Florestal	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do procedimento de ASV conforme Decreto nº39.469/2018, que não existia antes. - Redução da sobreposição de tarefas.
Definição de novo procedimento para o "recolhimento de multas de autos de infração"	<ul style="list-style-type: none"> - Supressão de atividades que não agregavam valor ao processo. - Delegação de competências que trouxeram mais agilidade. - Maior agilidade na cobrança de multas e na inscrição em dívida ativa.
Definição de procedimento de análise utilizando SINAFLOR	<ul style="list-style-type: none"> - Compatibilização do uso do sistema SINAFLOR junto com o SEI
Mapeamento dos Processos Administrativos Disciplinares	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílio para os novos membros da comissão Permanente de Sindicância e processo Disciplinar na execução dos processos
Atualização da Cadeia de Valor	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílio nos trabalhos do novo regimento interno. - Maior entendimento dos processos executados pelo Brasília Ambiental
Formulários para a consulta jurídica à PROJU	<ul style="list-style-type: none"> - Expectativa de melhoria na qualidade das consultas jurídicas encaminhadas à PROJU
Auxílio no estabelecimento da entrega das folhas de ponto digitais	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhuma folha de ponto é perdida. - Trabalho de visualização e conferência das folhas na DIGEP é mais rápido. - Arquivamento das folhas nas pastas dos servidores não é mais necessário (histórico fica registrado no SEI). - Diminuição do consumo de papel e tinta.
Estabelecimento da rotina de entrega das folhas de ponto até o 5º dia útil	<ul style="list-style-type: none"> - Ganho de escala na conferência das folhas. - Ganho de tempo dos servidores para executarem outras tarefas. - Diminuição da necessidade de cobrança de folhas dos servidores atrasados.
Atualização da planilha utilizada no processo de "acerto de contas com os servidores"	<ul style="list-style-type: none"> - Eliminação do retrabalho de conferência da planilha - Maior rapidez na execução do processo de acerto de contas
Padronização do processo de recebimento de medidas alternativas pelo Brasília Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar o recebimento e incorporação de bens recebidos através de Medidas Alternativas. - Resguardar os servidores que utilizam esta ferramenta de responderem quaisquer cobranças futuras de órgãos fiscalizadores do governo. - Auxiliar os servidores que ainda não conhecem o processo a executá-lo.
Check-list de documentos para parcelamento do solo urbano (novos e regularizações)	<ul style="list-style-type: none"> - Lista de documentos necessários para os processos de parcelamento de solo urbano. - Exigências da equipe técnica padronizadas. - Processo de licenciamento mais previsível e transparente para o empreendedor
Palestra sobre Design Thinking	<ul style="list-style-type: none"> - Servidores terão mais ferramentas para resolver problemas de seus setores.
Matérias publicadas na intranet sobre temas inovadores (Ex. Lei de desburocratização)	<ul style="list-style-type: none"> - Servidores terão mais ferramentas para resolver problemas de seus setores. - Processos de análise foram destravados por não exigirem mais documentos públicos ou disponibilizados por outros órgãos
Minicurso sobre como fazer apresentações	<ul style="list-style-type: none"> - Servidores conseguirão fazer apresentações mais objetivas e mais agradáveis. - Brasília Ambiental será associado a apresentações mais profissionais.

Atendimento ao Cidadão

Em 2019 o Brasília Ambiental aperfeiçoou as rotinas de atendimento à população capacitando os servidores que atuam nessa atividade. Foram realizados treinamentos para a melhoria no recebimento das informações relativas às condicionantes dos processos de Licenciamento Ambiental. No ato do protocolo das informações, elas são inseridas no Sistema de Processos de Licenciamento Ambiental – Urutau para controle de condicionantes e alimentação do site PNLA e MMA.

A Sala Ambiental do Empreendedor também realiza o atendimento primário dos criadores amadores de passeriforme quanto ao cadastro no SISPASS. Orienta os consumidores ou transportadores de produtos de origem florestal quanto ao requerimento do DOF (documento de origem florestal), desbloqueio de pátio, homologação e liberação de unidades transportadoras, cálculo da taxa e emissão de boleto para pagamento dos serviços de análise processual, presta informações no que se refere às atividades elencadas na Resolução CONAM10/2017 - no que diz respeito à dispensa de licenciamento ambiental dessas atividades, orienta o MEI (Microempreendedor individual) e EPP (Empresa de Pequeno Porte) a realizar a consulta de viabilidade de localização, a fim de saber se a atividade desejada pode ser realizada no endereço pretendido de acordo com as normas urbanísticas, bem como as restrições para o exercício da atividade. Ainda, efetua no site do RLE@DIGITAL a simulação do grau de risco da atividade em pequeno, médio e alto risco quanto ao potencial poluidor.

Qualidade de Vida no Trabalho

No âmbito da Política de Qualidade de Vida no Trabalho (Instrução nº 130/2018), foi instituída a Comissão Especial de QVT (Instrução nº 164/2019) com a finalidade de coordenar e executar o projeto Ciclo de Palestras – Compartilhando Saberes. A ideia originou-se da necessidade de disseminação de conhecimentos técnicos, tendo como protagonistas os servidores detentores de títulos de pós-graduação stricto sensu, especialmente aqueles beneficiados com o usufruto do afastamento disciplinado no art. 161 da Lei Complementar nº 840/2011. As palestras visaram à apresentação dos estudos e pesquisas realizadas no âmbito dos respectivos cursos de mestrado e doutorado, com enfoque nas principais contribuições ao trabalho realizado no Brasília Ambiental.

O projeto se mostrou eficaz, na medida em que os diversos conhecimentos adquiridos por um grupo de servidores foram compartilhados com os demais, possibilitando a troca de experiências, o aprimoramento técnico dos envolvidos e a melhoria na prestação do serviço público.

Outro projeto a ser destacado no escopo do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho é a Semana da Saúde e Segurança do Trabalho. Além de compor o programa de QVT do Brasília Ambiental, o evento é totalmente aderente à Política de Gestão de Pessoas do Governo do Distrito Federal – Decreto nº 29.814, de 10 de dezembro de 2008, a qual estabelece, dentre outras diretrizes, a humanização da relação administração pública, servidor, para a melhoria dos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal.

Mesmo tendo sido institucionalizada no âmbito do Brasília Ambiental apenas em 2018 (Instrução Normativa nº 394/2018), o evento da semana da saúde já vinha sendo realizado em anos anteriores, e em 2019 teve a sua sétima edição. Seu principal objetivo é incentivar a busca contínua de hábitos saudáveis por parte dos servidores, levando a uma melhoria na qualidade de vida, com foco na saúde e bem-estar, e, conseqüentemente, prevenindo doenças (físicas e psíquicas). A conscientização dos servidores quanto à busca contínua de hábitos saudáveis tem reflexos diretos na qualidade da prestação dos serviços públicos.

No evento ocorrido em 2019, destacou-se a implantação do projeto “Picolé para Todos”, que surgiu por acreditar que uma mudança no rumo do país só ocorrerá quando houver uma mudança no espírito de cada brasileiro. O objetivo é disseminar a cultura da honestidade, através da reflexão quanto aos pequenos gestos de corrupção e ética. Todo o evento foi realizado por meio de parceria, sem nenhum ônus para o Instituto.

Tecnologia e Gestão de Informações Ambientais

Em relação às temáticas Tecnologia e Gestão de Informações Ambientais, no âmbito das políticas públicas distritais de acesso à informação e transparência, cabe ao Brasília Ambiental o atendimento à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, Decreto Federal Nº

6.666, de 27 de novembro de 2008; Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, Instrução Normativa Nº 04, de 12 de abril de 2012; Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal – IDE/DF, Decreto Distrital Nº 37.612, de 09 de setembro de 2016; Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional Distrito Federal, Decreto Distrital Nº 38.354, de 24 de julho de 2017; e a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Distrito Federal – EGTI, aprovada pelo Decreto n.º 37.574, de 26 de agosto de 2016.

Considerando esses referenciais, estão consolidados no Brasília Ambiental os produtos descritos a seguir:

Entregas	Resultados em 2019
Revisão da IN 185/2013 - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI)	Regulamentar o CGTI em função das mudanças administrativas ocorridas no Brasília Ambiental, com o advento do Decreto n.º 39.158/2018 e Decreto n.º 39.558/2018.
Secretaria Executiva do Comitê Gestor de TI (CGTI)	Cumprir o Decreto n.º 39.558/2018, que determina que a secretaria do CGTI deve ser realizada pela UGIN.
Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI (2020 a 2022)	Promover o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação aos atuais objetivos estratégicos institucionais do Brasília Ambiental, em consonância com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Distrito Federal – EGTI, aprovada pelo Decreto n.º 37.574, de 26 de agosto de 2016
Plano de Dados Abertos	Atender ao Decreto n.º 38.354, de 24 de julho de 2017, que instituiu a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
Definição da Estrutura e Modelo da Gerência de Acervo Técnico (GEATE)	Permitir a definição de estratégias, além do dimensionamento das necessidades e expectativas frente às atribuições estabelecidas ao setor pelo Decreto n.º 39.558/2018.
Regulamentações GEATE	Permitir a definição dos fluxos e procedimentos de responsabilidade do setor, em atendimento ao Decreto n.º 9.558/2018, com vistas ao atendimento dos públicos interno e externo.
Sistema PNLA e Condicionantes	Atender a Portaria n.º391/2018 - MMA, além do preconizado pela Resolução CONAMA n.º237/1997 e outras que tratem do acompanhamento de condicionantes ambientais.
Publicação da Base Geográfica dos Atos Vigentes	Aprimorar o cumprimento da Lei n.º 12.527/2011 (LAI) e Lei n.º12.527/11 (Transparência) no Brasília Ambiental, além de diminuir o número de demandas apresentadas pela comunidade e órgãos de controle sobre o assunto.
Atendimento PCDF e MPDFT	Aprimorar, a partir da disponibilização de ferramentas de acesso às informações, as relações institucionais entre o Brasília Ambiental e órgãos de controle, diminuindo demandas que são abertas rotineiramente no varejo.
TERRA MA ²	Implementar ferramenta de monitoramento de riscos e vulnerabilidade ambientais, fornecida pelo INPE, visando diminuir o tempo de resposta do Brasília Ambiental no que lhe compete.
Cadastro Distrital de UC's	Atender o Art. 42 da Lei Complementar n.º 827/2010, que determina ao Brasília Ambiental a criação e manutenção do Cadastro Distrital de Unidades de Conservação.
Manual de Boas Práticas do SEI	Orientar os usuários internos e externos, visando melhor instrução e fluidez dos processos que tramitam no Brasília Ambiental.
Regulamentação GEINFRA	Permitir a definição dos fluxos e procedimentos de responsabilidade do setor, em atendimento ao Decreto n.º 39.558/2018, com vistas ao atendimento dos públicos interno e externo.
Regulamentação GESIS	Permitir a definição dos fluxos e procedimentos de responsabilidade do setor, em atendimento ao Decreto n.º 39.558/2018, com vistas ao atendimento dos públicos interno e externo.
Percepção de Dados Espaciais	Estabelecer na cultura do órgão, uma política de trânsito, recepção, distribuição e forma de consumo dos dados espaciais.
Regulamentação de Fluxos da UGIN	Estabelecer procedimentos que norteiam o fluxo dos processos, em função da necessidade de recepção, tratamento e distribuição das informações ambientais geradas no Brasília Ambiental.

Sistema Urutau

O Brasília Ambiental, lançou em setembro de 2019, o novo sistema online de monitoramento de condicionantes. O Urutau foi desenvolvido pelo corpo técnico da autarquia e visa melhorar o fluxo dos processos e proporcionar maior transparência ao licenciamento ambiental gerando mais celeridade na busca de informações sobre empreendimentos.

Uma das funcionalidades do sistema proporciona o acesso pelo público externo, onde o interessado poderá ver tudo o que está acontecendo em seu processo. Além de ser um banco

de dados com todas as informações do licenciamento ambiental, também auxiliará no controle do cumprimento das condicionantes pela Fiscalização e Licenciamento do Brasília Ambiental. O sistema dispõe ainda do registro das licenças ambientais e proporciona o encaminhamento de dados ao PNLA (Portal Nacional de Licenciamento Ambiental).

Educação Ambiental

Em relação à temática Educação Ambiental, em 2019 foram desenvolvidos e executados diversos projetos, conforme relatado a seguir:

Projeto Ambiente-se

Esta iniciativa tem como foco o receptivo de alunos de escolas públicas, particulares, grupos organizados diversos e usuários das Unidades de Conservação (UC) para a realização de ações de educação ambiental. Por meio deste projeto, qualquer cidadão interessado pode receber atendimento qualificado, trocar experiências e compartilhar saberes a respeito da conservação ambiental no DF. Os atendimentos são realizados pelo Brasília Ambiental, sendo o receptivo composto por diversas atividades de Educação Ambiental que variam de acordo com a Unidade de Conservação e do grupo de participantes. Entre elas, destacam-se: trilhas guiadas, oficinas de reciclagem de papel, contação de histórias, palestras e visita ao museu ambiental.

Durante o ano de 2019 foram atendidas 2.614 pessoas nas UCs Estação Ecológica Águas Emendadas e Parque Ecológico Sucupira (Planaltina), Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Três Meninas (Samambaia), Parque Ecológico Saburo Onoyama (Taguatinga).

Projeto Parque Educador

Este projeto tem como foco principal o receptivo de alunos de escolas públicas do DF para a realização de ações de educação integral, ambiental e patrimonial. As atividades são desenvolvidas por professores especializados disponibilizados pela Secretaria de Educação. Seu diferencial é que cada turma inscrita participa de um ciclo de visitas, caracterizando-se como um projeto continuado para cada escola participante, o que possibilita um processo de sensibilização mais profunda dos alunos. Durante o ano foram atendidos 10.080 alunos de 100 escolas. Foram contempladas as Unidades de Conservação Estação Ecológica Águas Emendadas e Parque Ecológico Sucupira (Planaltina), Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Três Meninas (Samambaia) e Parque Ecológico Saburo Onoyama (Taguatinga).

Projeto Ambiente com Ciência

O desenvolvimento deste projeto visa instrumentalizar e auxiliar os professores no ensino da educação ambiental, de forma transversal e multidisciplinar, na educação formal e não formal tendo como objetivo a ocupação e qualificação dos espaços de educação ambiental e divulgação científica existentes nas Unidades de Conservação (UC) no DF, entre eles o Centro de Referência em Educação Ambiental, no Parque Ecológico de Águas Claras. Durante o ano foram realizados 80 atendimentos.

Projeto Eu Amo Cerrado

Esse projeto divulga informação sobre a biodiversidade do Cerrado, despertando a curiosidade para as riquezas naturais desse bioma tão ameaçado. O objetivo é sensibilizar as pessoas em relação às questões ambientais e promover oportunidades para que elas possam conhecer aquilo que se pretende preservar e, a partir daí, mudar a sua forma de pensar e agir.

O aplicativo virtual, disponível em www.euamocerrado.com.br, reúne diversas informações sobre as Unidades de Conservação do Distrito Federal como trilhas, localização e espécies de aves, mamíferos, árvores, frutos e peixes. Durante o ano foram realizados 2.044 atendimentos.

Projeto Vamos Passarinho nos Parques do DF

Este projeto visa ao incentivo à visita nos parques, tendo como apelo a observação de aves. É desenvolvido através de uma parceria entre o grupo Observadores de Aves do Planalto Central (Observaves) e o Brasília Ambiental. Durante o ano foram realizados 440 atendimentos.

Projeto Fogo-Apagou

Ações de sensibilização voltadas para a prevenção de incêndios florestais, tendo como atendimento prioritário, as comunidades rurais e urbanas, próximas às Unidades de Conservação. Durante o ano foram realizados 3.456 atendimentos.

Outras atividades desenvolvidas sob a temática Educação Ambiental: Projeto Comunidades de Conservação, Projeto Feira Orgânica, participação nos eventos Avistar Brasília – Encontro Nacional de Observação de aves (palestras, oficinas e saídas de campo), Semana do Cerrado – Divulgação do Projeto/site Eu amo Cerrado, diversas atividades de educação ambiental, SNCT – Participação da 16ª Semana de Ciência e Tecnologia, com três estandes do Brasília Ambiental, Greenmeeting (STJ) – Participação das palestras e divulgação do site Eu amo cerrado.

Centro De Práticas Sustentáveis – CPS

Em 2019 o Brasília Ambiental assinou o Termo de Recebimento Definitivo do conjunto edificado, com urbanização, do Centro de Práticas Sustentáveis no Setor Habitacional Mangueiral, uma unidade que se caracteriza principalmente pelo compromisso social, sendo um instrumento de contato direto das políticas públicas de preservação do meio ambiente com a sociedade civil para uma cultura sadia e esclarecida.

Sua estrutura física é utilizada para programações que permitam o desenvolvimento de atividades técnicas e profissionalizantes, funcionando como polo de convívio social e buscando formar cidadãos reflexivos e participativos através da Educação Ambiental, como: Projeto Feira Orgânica – Produtores da agricultura familiar da região de São Sebastião vendem os produtos orgânicos, às terças-feiras, de 18h as 21h, no Centro de Práticas Sustentáveis; Rodas de Conversa (Comunicação não violenta) – Momento para aprendizagem, discussão e interação, Visitas Guiadas – Visitas previamente agendadas com monitoria, pelo espaço do CPS; Plantio de mudas – Produção de mudas; e para divulgação de informação e conhecimento, o Projeto Conexão Verde - Plantas Medicinais- Saberes Tradicionais, que tem por objetivo buscar ações de preservação da biodiversidade a partir da identificação de plantas medicinais em Unidades de Conservação; plantio, coleta e distribuição de mudas e plantas secas prontas para o consumo à população; construção de canteiros em 3 Unidades de Conservação; revitalização dos canteiros e estufas do Centro de Práticas Sustentáveis, como central de produção de mudas; e compartilhamento e disseminação do conhecimento em plantas medicinais. Durante o ano foram realizados 803 atendimentos no Centro de Práticas Sustentáveis.

Agenda Ambiental na Administração Pública

Em relação à Agenda Ambiental na Administração Pública, o Brasília Ambiental designou novos membros para compor a Comissão Gestora da A3P com o objetivo de instituir novos projetos e dar seguimento as atividades já desenvolvidas como a manutenção da coleta seletiva e a coleta e destinação adequada de aproximadamente 100 kg de pilhas que são recolhidas anualmente no edifício Sede.

Por fim, observa-se que a temática Educação Ambiental apresentou um desenvolvimento considerável durante o ano de 2019, com ações inovadoras e a constante participação do Brasília Ambiental em eventos que proporcionaram a divulgação dos materiais produzidos e dos diversos projetos e programas em execução. Dessa forma, mantendo o foco na sensibilização das pessoas, a busca pela conservação e a defesa do meio ambiente passam a transcender a missão do Brasília Ambiental e se tornam um compromisso em busca de criar uma população consciente e sabedora da importância que a temática ambiental requer.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental é o processo realizado pelo Brasília Ambiental, órgão ambiental competente no DF, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação das atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. Ele é um dos instrumentos de gestão ambiental estabelecido pela Lei Federal nº 6.938 de 31/08/81, conhecida também como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

Nesse processo, são avaliados os impactos causados pelo empreendimento, como: o potencial ou a capacidade de gerar líquidos poluentes (despejos e efluentes), resíduos sólidos, emissões atmosféricas e o potencial de risco, como contaminações e incêndios, entre outros impactos

ambientais. Além disso, são calculadas as compensações ambientais e florestais, conforme os impactos causados pela instalação dos empreendimentos e atividades.

Assim, é muito importante lembrar que as licenças ambientais estabelecem as condições para que a atividade ou o empreendimento cause o menor impacto possível ao meio ambiente, sendo este um dos objetivos do licenciamento ambiental, que é o de alinhar o equilíbrio visando um desenvolvimento sustentável.

Quanto às demandas de licenciamento ambiental na área de obras de infraestrutura urbana, foi realizado um esforço em prol dos projetos estruturantes, em especial os ligados a mobilidade urbana e ao saneamento básico, bem como em setores produtivos importantes e naqueles empreendimentos e atividades que possuem impacto ambiental significativo ou que necessitavam de ampliação ou reforma para se adequarem as questões ambientais.

Quanto às obras de infraestrutura pública, o licenciamento ambiental atuou em processos importantes e de grande impacto, tais como a pavimentação da DF-001, que recebeu uma Licença de Instalação para a sua pavimentação a partir do cruzamento com a DF-430 até o Condomínio Morada dos Pássaros, em Brazlândia. Ainda, foram licenciadas a vicinal VC-441 (Lamarão), a complementação da via marginal Estrutural com a autorização ambiental para a construção da ponte que liga a gleba 2 à gleba 3 (Jóquei), a via de ligação do Setor de Inflamáveis (rota de fuga), dentre outras. Houve ainda a emissão da Licença Prévia para a expansão do Metrô em Samambaia, importante obra para o transporte urbano daquela região. Outro ponto de destaque foram os avanços nos processos que integram o projeto governamental de melhoria da mobilidade até as escolas do DF, para a pavimentação de trechos de acesso aos colégios.

Com relação ao saneamento ambiental, em 2019 foram emitidos atos autorizativos significativos, destacando-se a autorização para a implantação da segunda etapa do Aterro Sanitário de Brasília e a emissão de Licença de Operação para o uso de lodo de esgoto em diversas áreas agrícolas do DF. Ressalta-se a importância dessa licença por viabilizar o uso do lodo de esgoto produzido nas unidades de tratamento da Caesb, de modo a garantir o equilíbrio entre a celeridade nos processos relacionados à disposição final bioestável e a boa qualidade ambiental. Dos seis cemitérios no Distrito Federal que foram implantados nas décadas de 50 e 60 e até o ano passado, todos estavam desprovidos de licença ambiental. No ano de 2019 a maioria recebeu licença de operação e terão um controle pelo órgão ambiental mais restritivo. Outra licença importante foi a Licença de Instalação para a implantação do Crematório Campo da Esperança do DF.

A revogação do Decreto nº 33.400/2011 e a publicação do Decreto nº 39.868/2019, bem como da Instrução Normativa nº 12/2019 referentes aos Resíduos de Serviços de Saúde proporcionou que todos os estabelecimentos de saúde fossem ambientalmente regularizados, pois na antiga legislação todos deveriam ser licenciados, independente de realizarem o tratamento e a disposição final desses resíduos. Hoje, grandes geradores de resíduos de serviços de saúde não realizam o tratamento nem a disposição final. Para isso, precisam realizar um cadastro no Brasília Ambiental. Os pequenos geradores de resíduos devem possuir os seus Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, sendo dispensados de licenciamento pelo RLE. Os que realizam o tratamento e a disposição final deverão ser licenciados.

Quanto à regularização ambiental de Postos de Revenda de Combustíveis do DF, houve grande avanço para sanar o passivo processual acumulado, dando-se prioridade para as análises dos processos que possuíam Termo de Compromisso vinculado à Instrução nº 10, de 22 de janeiro de 2018. Essa medida foi importante e pioneira na construção positiva de corresponsabilidade entre o órgão ambiental e os empreendedores deste setor, tendo sido emitidas, em 2018, 120 licenças de operação para postos de combustíveis, incluído nesse total a emissão de 69 licenças vinculadas ao Termo de Compromisso da Instrução nº 10, de 22 de janeiro de 2018. Este processo de regularização continuou e em 2019 foram emitidas mais de 120 licenças de operação conclusivas para postos de combustíveis do DF.

Na área de exploração natural, também foram atendidos os interessados da área de exploração de água mineral com a emissão de renovações de licença de operação e licenças de instalação. O licenciamento de empreendimentos rurais teve, também, avanços durante o período de 2019. Foram analisados processos relativos às atividades de assentamentos e parcelamentos rurais, agroindústria, abatedouro e frigoríficos, laticínio, criação de animais

(avicultura, suinocultura e piscicultura), irrigação e barramento agrícola. Quanto aos assentamentos rurais, vários processos foram analisados, tendo sido emitida a Licença Prévia nº 17/2019 – Brasília Ambiental, do Assentamento Pinheiral, localizado na região administrativa de São Sebastião. Além disso, foram mantidas reuniões constantes com a SEAGRI e INCRA buscando a regularização ambiental destes e de outros assentamentos rurais.

Outra autorização importante que foi emitida refere-se à licença prévia para o projeto de urbanismo que tem por objetivo a criação de lotes de uso misto (comércio e habitação coletiva), áreas de esporte e lazer e equipamentos públicos comunitários e urbanos, a fim de urbanizar e revitalizar a Via NM 3 – Trecho 01, servindo de apoio e dinamização econômica da cidade, conforme previsto no Art. 104 do Plano Diretor Local - PDL de Ceilândia.

Além desses, houve progressos no licenciamento no empreendimento Urbitá, em Sobradinho, do setor do Lago Oeste, do Setor Taquari, dos parcelamentos de solo no Setor Habitacional Tororó, do aterro sanitário de Brasília, do polo agroindustrial do PAD-DF, obras de infraestrutura, indústrias e processos de mineradoras. Grandes empreendimentos também foram licenciados, exigindo um trabalho dedicado da equipe técnica, onde podemos citar o licenciamento da Quadra 500 no Sudoeste, do parcelamento de solo denominado Quinhão 16, na região administrativa do Jardim Botânico, e do Setor D do Complexo Penitenciário da Papuda.

Atuando de forma mais próxima junto ao empreendedor, foi possível aumentar a celeridade das análises técnicas, identificando adequações e complementações que foram construídas de forma interinstitucional e resultaram em empreendimentos projetados com todas as medidas preventivas e mitigatórias necessárias para sua viabilidade socioambiental.

Afora do trabalho técnico de análise processual, a área do licenciamento ambiental também atuou junto aos grupos de trabalho e conselhos, como por exemplo, junto ao CONPLAN e participação na Câmara Técnica deste Conselho tendo como pauta a LUOS, Comissão Permanente de Análise de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - CPA-EIV, grupo de trabalho conjunto com MPDFT, IBAMA e ICMBio para tratar do licenciamento do Setor Habitacional Noroeste, revisão do PDOT, REDESIM além de audiências públicas, principalmente aquelas promovidas pelo legislativo.

Quanto aos Atos Autorizativos emitidos pelo licenciamento ambiental, rito de licenciamento trifásico e demais atos, as tabelas abaixo especificam as quantidades:

Atos Autorizativos*	2019
Licença de Operação	208
Autorização Ambiental	53
Autorização de Supressão Vegetal	38
Licença de Instalação	35
Licença de Operação Corretiva	22
Licença Prévia	21
Licença de Operação à Termo	19
Licença Ambiental Simplificada	16
Licença de Instalação Reforma	9
Termo de Compromisso Ambiental	8
Licença de Instalação Corretiva	3
TOTAL	432

* Somente atos válidos

Fonte: Sistema Urutau (2020)

Atos Autorizativos de Licenciamento Ambiental (Trifásico)	2015	2016	2017	2018	2019
Licença Prévia	11	8	11	3	21
Licença de Instalação	30	27	45	55	35
Licença de Operação	49	55	88	195	208
Total	90	90	144	253	262

Os resultados alcançados são os maiores de toda a história do Instituto. Este aumento no número de licenças emitidas se deu, dentre outros motivos, pela implementação de melhorias dos procedimentos e no fluxo processual do Licenciamento Ambiental. Novas Instruções Normativas contribuíram para promover maior celeridade aos procedimentos internos,

garantido maior eficiência da atividade de licenciamento ambiental. Podemos destacar a usina de energia fotovoltaica que foi instalada na região da Ceilândia, onde o empreendimento, considerado de baixo impacto ambiental, foi dispensado do licenciamento ambiental com base as resoluções do CONAM que vigoram desde o final de 2017.

As mudanças na legislação e na elaboração de normas ambientais visou garantir maior agilidade e segurança jurídica e ambiental. Destacamos a seguir algumas alterações que contribuíram para proporcionar esses ajustes internos, para estabelecer melhorias nos fluxos processuais e para desburocratizar os processos de licenciamento ambiental:

- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 – 01/03/2019: Estabelece vinculação automática do licenciamento ambiental ao Sistema de Registro e Licenciamento de Empresas (RLE) – agilidade nos processos de Dispensa do Licenciamento Ambiental;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 – 13/03/2019: Estabelece procedimento simplificado de transferência de titularidade processual e de alteração de titularidade nos atos de licenciamento ambiental;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09 – 04/07/2019: Disciplina o rito e o fluxo para o licenciamento ambiental da atividade de avicultura;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12 – 08/08/2019: Normatiza os critérios e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRS;
- INSTRUÇÃO Nº 244 – 10/09/2019: Delega competências ao Superintendente de Licenciamento Ambiental para decidir sobre a concessão, cancelar, suspender, modificar, cassar, tornar sem efeito e firmar as Autorizações para Supressão Vegetal;
- DECRETO Nº 39.825 – 15/05/2019: Regulamenta o Programa Pró-Rural possibilitando o acesso a crédito mediante a apresentação do recibo de inscrição no CAR e não mais à Licença Ambiental;
- DECRETO Nº 39.826 – 15/05/2019: Amplia o prazo para homologação das informações ambientais registradas no CAR como requisito para a emissão da licença ambiental de empreendimentos rurais;
- DECRETO Nº 39.949 – 15/07/2019: Altera e amplia a Força-Tarefa constituída por vários órgãos do GDF para agilidade na análise de processos de licenciamento ambiental.

Outros avanços também contribuíram para a elevação dos resultados do licenciamento ambiental, como a implementação do teletrabalho, no segundo semestre de 2019, na área técnica do licenciamento ambiental. O teletrabalho se mostrou uma ferramenta de gestão muito eficiente e a expectativa é que no próximo exercício trará ainda melhores resultados. Da mesma forma, o avanço no número de estagiários cursando nível superior contribuiu muito para o desenvolvimento das tarefas de apoio as equipes técnicas.

No que se refere à comunicação e ao relacionamento com os empreendedores e consultores, o Brasília Ambiental fortaleceu a estratégia da realização de reuniões com esses parceiros para dirimir dúvidas, prestar esclarecimentos, alinhar entendimentos e discutir aspectos técnicos dos processos de licenciamento ambiental. Este procedimento vem trazendo melhorias contínuas e graduais na qualidade técnica da documentação apresentada pelos consultores. É um trabalho de médio e longo prazo e que requer ações conjuntas para que possa ter maior abrangência e produzir resultados mais duradouros.

Ações de padronização e reorganização de fluxos processuais e de distribuição de competências também contribuíram para o aperfeiçoamento da gestão administrativa do licenciamento ambiental. Com a continuidade e ampliação de investimentos e esforços em modernização administrativa, normativa e técnica, capacitação técnica, bem como com a ampliação da equipe e seu desempenho, espera-se que seja possível melhorar ainda mais os resultados alcançados já no próximo ano.

Outro ponto de destaque foi a implantação do sistema Urutau, o qual possibilitou maior transparência nos processos de licenciamento ambiental, mais celeridade na busca de informações sobre empreendimentos, maior agilidade nas respostas e na eficiência do monitoramento e fiscalização das condicionantes das licenças ambientais. O sistema dispõe

ainda do registro das licenças ambientais e proporciona o encaminhamento de dados ao PNLA (Portal Nacional de Licenciamento Ambiental).

Em 2019 também ocorreram alguns encontros promovidos pelo Brasília Ambiental, além da participação do Instituto em outros, que trataram da temática de licenciamento ambiental, dentre eles:

- Workshop sobre a utilização do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor, promovido especialmente para os consultores e profissionais da área;
- Workshop sobre aspectos técnicos relacionados ao licenciamento de postos de combustíveis, promovido especialmente para os consultores e profissionais da área;
- Encontro no SindCombustíveis para tratar de aspectos relacionados ao licenciamento e a fiscalização de postos de combustíveis, promovido especialmente para os consultores, gerentes de postos e empreendedores;
- 2º Workshop de Regularização do Jardim Botânico (parceria entre o Governo do Distrito Federal, a Administração Regional do Jardim Botânico e o Movimento Comunitário local);
- AgroBrasília 2019, com a exposição em estande e com palestras durante o evento;
- Seminário de Direito Imobiliário (parceria entre a ADEMI-DF, IBRADIM e RIEIXDF);
- Participação em audiências públicas (promovidos pela Câmara dos Deputados);
- Promoção de cursos internos (Autorização de Supressão Vegetal - ASV, Postos de Combustíveis, Parcelamento do Solo, Compensação Ambiental).

A participação do Instituto, bem como a promoção de eventos internos e externos, proporcionou uma melhoria da comunicação e dos entendimentos técnicos, além da disseminação de conhecimento técnico entre as equipes do Instituto e também entre os consultores ambientais.

Essa melhoria da gestão do processo de licenciamento ambiental também mostrou resultados positivos no decréscimo dos mandados de segurança impetrados contra o Brasília Ambiental na área de licenciamento ambiental. Em 2018 houve uma redução de mais de 68% do número de mandados em comparação com o ano de 2017. Já em 2019, a área de licenciamento não recebeu nenhum mandado de segurança, o que corrobora o entendimento de que os avanços na área do licenciamento ambiental têm sido adequados.

O trabalho de melhoria dos processos e procedimentos desenvolvido em 2019 foi uma continuidade de muitas ações realizadas no ano anterior. Algumas ações importantes estão em curso, das quais podemos destacar:

- Elaboração do banco de condicionantes;
- Revisão dos termos de referência;
- Instrução Normativa de Audiência Pública;
- Instrução Normativa de parcelamento de solo (novos e regularização);
- Instrução Normativa de fluxo processual entre unidades do Brasília Ambiental;
- Instrução Normativa que trata dos prazos de atendimento no licenciamento ambiental;
- Instrução Normativa que trata da compensação florestal;
- Instrução Normativa que trata sobre recuperação de áreas degradadas;
- Nova Instrução Normativa de Postos de Combustíveis, pontos e bases de abastecimento e TRCP;
- Revisão do Decreto de preço público de licenciamento ambiental;
- Revisão do porte e potencial poluidor das atividades e empreendimentos, incluindo a revisão das Resoluções do CONAM;
- Nova Instrução Normativa para a atividade florestal, autorização de supressão florestal, PRAD e estudo de fauna;
- Encaminhamento para revisão da legislação distrital que trata do licenciamento ambiental.

Outra demanda que esperamos que seja consolidada em 2020 é contratação de empresa para a customização dos módulos da Plataforma do Sistema de Informação do Cadastro Ambiental Rural do Distrito Federal – SICAR-DF.

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Apesar das dificuldades ainda existentes em converter a maior parte dos recursos das compensações ambientais e florestais em ações efetivas nos Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal, é possível destacar o grande protagonismo que esse instrumento vem assumindo quando o assunto é a implantação e a manutenção dos espaços protegidos.

No decorrer de 2019, foram realizadas grandes ações de melhoria nas mais diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal custeadas com recursos da compensação ambiental, como a revitalização do Parque Ezechias Heringer, no Guará, a implantação de iluminação e construção de guaritas no Parque Ecológico do Tororó, no Setor Habitacional Tororó, a finalização da implantação da primeira etapa do Parque do Varjão e o início das ações de revitalização do Parque Ecológico de São Sebastião.

As destinações de recursos compensatórios no referido período totalizaram R\$ 59.390.440,01 (cinquenta e nove milhões, trezentos e noventa mil, quatrocentos e quarenta reais e um centavo).

PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Em 2019 o Brasília Ambiental assumiu o desafio de consolidar os Parques e as Unidades de Conservação sob a gestão do órgão, buscando suprir as lacunas existentes e proporcionar as condições necessárias para uma gestão de qualidade. Com um total de 96 Unidades de Conservação e Parques, o Instituto dispõe de 18 sedes administrativas descentralizadas, onde estão lotados 44 agentes do quadro de servidores de recursos humanos do Instituto, atuando nestas e em outras unidades próximas geograficamente.

A gestão destas Unidades tem o objetivo de promover a conservação dos atributos naturais de cada uma delas, bem como de fazer melhorias para o uso público dos Parques e Unidades de Conservação. Trata-se de uma atividade complexa, interdisciplinar, que demanda uma grande capacidade de interação com os outros órgãos do poder público, que apresenta frentes de atuação diversas e que exige diferentes habilidades, recursos e competências para a sua plena condução.

Obras de revitalização viabilizadas pela força tarefa “GDF PRESENTE”

Com o objetivo de viabilizar o acesso da população do DF aos espaços qualificados para a visitação e o convívio social junto à natureza, o Brasília Ambiental realizou em 2019 obras de Revitalização das estruturas de uso público em oito de suas Unidades de Conservação, por meio de uma força tarefa intitulada “GDF Presente”, que envolveu diversos órgãos do poder público.

Cada órgão contribuiu de acordo com suas possibilidades, seja com o fornecimento de materiais, com a realização de serviços técnicos, com a disponibilização de equipamentos, com a cessão de seus funcionários, com o apoio logístico, com a disponibilização de transporte (frete), ou mesmo com a articulação política para viabilizar a realização as atividades.

A escassez de recursos orçamentários previstos para essa finalidade, no âmbito do GDF, tornou este arranjo institucional necessário, e demonstrou ser uma estratégia criativa e acertada, na qual o potencial de cada instituição foi colocado à disposição da iniciativa de forma articulada. Quem ganhou com isso foram os Parques, as Unidades de Conservação e toda a população do DF.

Todas as Administrações Regionais das RAs contempladas com a força tarefa tiveram um papel fundamental na facilitação das atividades, contribuindo diretamente para o apoio logístico.

Além delas, alguns parceiros da iniciativa privada e do comércio local também se envolveram e contribuíram diretamente para a realização dos trabalhos, seja pela doação de materiais, disponibilização de mão de obra, ou mesmo de recursos financeiros.

Foram envolvidos diretamente nessa iniciativa os seguintes órgãos:

- Brasília Ambiental;
- Secretaria de Governo;
- Secretaria de Cidades;
- NOVACAP;
- Secretaria de Obras;
- SESIPE/FUNAPE;
- CEB;
- CAESB;
- SLU;;
- DER/DETRAN;
- Secretaria de Segurança Pública;
- Secretaria de Ciência e Tecnologia;
- DF Legal.

A seguir serão apresentadas as melhorias realizadas em cada Parque/Unidade de Conservação por meio da força tarefa "GDF Presente".

Parque Ecológico Saburo Onoyama:

- Recuperação e Pintura dos Banheiros;
- Supressão e poda de árvores que estavam interferindo negativamente na entrada do parque e comprometendo a segurança dos usuários;
- Fechamento da churrasqueira coletiva com foco em sua conversão para um depósito de materiais de manutenção;
- Revitalização e Pintura do Muro na entrada do Parque;
- Pintura do alambrado no perímetro do Parque;
- Limpeza das nascentes e revitalização dos canais de drenagem próximos à piscina;
- Revitalização dos Parques infantis;
- Revitalização das Pistas de Caminhada;
- Revitalização das passarelas de madeira;
- Pintura da Lanchonete;
- Coleta de Entulho no Interior do Parque;
- Recuperação da massa asfáltica, pintura e sinalização do estacionamento;
- Limpeza e revitalização das quadras poliesportivas;
- Desobstrução dos canais de drenagem de águas pluviais que interferem diretamente na área do Parque;
- Realização de roçagem e capina no interior do Parque;

Parque Ecológico Aguas Claras

- Troca de lâmpadas e manutenção no sistema de iluminação da coopervia e quadras de areia;
- Roçagem, capina e podas de árvores que estavam comprometendo negativamente a segurança dos usuários;
- Limpeza do alambrado no perímetro do Parque (Coleta de lixo e capina);
- Pintura da sede administrativa;
- Revitalização dos Parques Infantis (Troca da caixa de areia, pintura dos alambrados, revitalização dos brinquedos, instalação de postes de iluminação, sistema de drenagem, Instalação de calçamento nos acessos e plantio de grama nos taludes);
- Revitalização do circuito inteligente de ginástica;
- Revitalização das pontes de madeira;

- Realização de serviços de terraplanagem;
- Pintura e capina de calçadas e meio fios;
- Revitalização do portão de acesso principal;
- Instalação de Placa de sinalização na entrada do Parque;
- Pintura dos Banheiros Públicos;
- Reparo do telhado da sede administrativa;
- Limpeza e capina ao longo da coopervia;
- Reparo nos sistemas elétrico e hidráulico na sede administrativa;
- Revitalização dos módulos de duchas;
- Pintura, cercamento e drenagem das quadras de areia;
- Pintura da guarita de entrada;
- Recuperação da massa asfáltica da coopervia;
- Revitalização das quadras poliesportivas.

Parque Ecológico Olhos D'água

- Revitalização no cercamento de todo o parque;
- Substituição da iluminação pública de lâmpadas comuns para as do tipo "LED";
- Revitalização da praça central,
- Construção de Pergolado de madeira;
- Instalação de Outdoor com grafite abordando a temática ambiental;
- Revitalização do parque ecopedagógico,
- Revitalização do circuito inteligente de ginástica;
- Revitalização dos banheiros públicos;
- Recuperação do calçamento intertravado das trilhas,
- Reparos nas estruturas de madeira na área da Lagoa,
- Construção de espaço para realização da feira orgânica;
- Adequação dos acessos ao Parque para cadeirantes e PNEs;
- Execução de projeto paisagístico na entrada e na área administrativa do Parque;
- Conserto dos bancos distribuídos ao longo do Parque;
- Revitalização da ponte de madeira;
- Realização de reparos hidráulicos e de acabamento nas dependências da sede administrativas;
- Pavimentação com pedras Pirenópolis em alguns pontos de acesso ao público;
- Serviços de poda, roçagem e limpeza.

Parque das Garças

- Implantação de via de acesso com pavimentação de brita para caminhada;
- Podas, roçagem e manutenção de mudas nativas do cerrado;
- Plantio de mudas nativas do cerrado;
- Limpeza e conservação da área do parque com retirada de entulhos;
- Reforma do cercamento do parque;
- Reforma do portão de entrada;

Parque Denner

- Substituição de luminárias comuns pelas do tipo "led";
- Realização de podas, roçagem e capinas;
- Renovação da areia do parquinho;
- Realização de obras de drenagem das quadras de areia;

- Reforma das duas quadras poliesportivas.

Aprovação de projeto técnico por parte da (NOVACAP) para:

- Construção do deck;
- Cercamento do perímetro do Parque;
- Iluminação da lagoa;
- Construção da nova coopervia;

Parque Ecológico Ezequias Heringer

- Renovação da areia dos parquinhos;
- Recuperação das entradas do parque;
- Revitalização do cercamento (acesso ao portão);
- Revitalização do PEC, com colocação de placa de identificação.
- Realização de poda e roçagem;
- Revitalização da iluminação do parque com substituição das de lâmpadas comuns pelas do tipo "LED";
- Reforma do pergolado;
- Pintura do meio fio ao longo de todo o parque.
- Sinalização do estacionamento, mudança de vaga para PNE, ficando mas próximo ao PEC;
- Instalação de novos bancos;
- Pavimentação com bloquetes na praça localizada na entrada do parque;
- Construção de calçamento ao lado da guarita para acesso ao bebedouro;
- Revitalização da área externa do posto de vigilância e sede;
- Revitalização das duchas;
- Pintura e sinalização da coopervia;

Obras de revitalização viabilizadas por meio de cumprimento de Condicionante Ambiental:

Parque Ecológico do Cortado

- Execução da pista de Coopervia;
- Execução da Quadra de Areia;
- Reforma da Quadra Poliesportiva;
- Instalação da Academia ao Ar Livre;
- Reforma do Parque Infantil;
- Instalação de um bicicletário;
- Instalação de Sistemas de Captação de Águas Pluviais;
- Oito unidades de Postes de Iluminação;
- Instalação de Sistema de Energia Solar por Placas Fotovoltaicas em uma Estrutura Metálica de Cobertura para vagas de estacionamento; instalação de Torre metálica para Vigilância;
- Reforma de Mirante de Madeira e 20 unidades de Banco de Concreto.

Obras de revitalização viabilizadas por meio de Compensação Ambiental

Parque Ecológico e Vivencial da Vila Varjão

- Fonte de Recursos: Compensação Ambiental Votorantim Cimentos.
- Valor da Obra: R\$ 820.033,00 (oitocentos e vinte mil e trinta e três reais).
- Intervenções: Implantação da 1ª Etapa;
- Reforma da Quadra Poliesportiva existente;

- Execução de coopervia;
- Implantação do Ponto de Encontro Comunitário;
- Implantação de Parque Infantil com equipamentos PCD;
- Pergolado de madeira;
- Pista de Skate;
- Calçadas internas;
- Fradinhos (balizadores) e Placas de fiscalização / informação.

Parque Ecológico Três Meninas

- Fonte de Recursos: Compensação Ambiental Condomínio Querência.
- Valor da Obra: R\$ 22.352,36 (vinte e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos).
- Intervenções: Reforma das estruturas da educação ambiental e da Sede Administrativa do Parque
- Execução de rampa de acessibilidade e passeios;
- Reforma do telhado e troca do forro interno das salas,
- Reformas na instalação hidráulica dos sanitários da sede administrativa;
- Implantação de fossa ecológica;
- Pintura das salas da Sede.

Parque Ecológico Toróro

- Fonte de Recursos: Compensação Ambiental Orimi.
- Valor da Obra: R\$ 401.033,84 (Quatrocentos e um mil trinta e três reais e oitenta e quatro centavos) referente à Implantação de 02 Guaritas de vigilância nas extremidades do Parque, Edificação composta de: 02 banheiros, 01 quiosque e 1 sala para o vigilância (cada uma).
- Valor da Obra: R\$ 1.315.542,14 (Um milhão, trezentos e quinze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos), referente à Implantação de Iluminação Pública em toda a Extensão do Parque.

Parque Ecológico Ezechias Heringer

- Fonte de Recursos: Compensação Ambiental Lunner Empreendimentos Imobiliários.
- Valor da Obra: 376.557,77 (trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e sete centavos).
- Intervenções: Reforma da quadra de areia com instalação de Drenagem;
- Reforma de duas Quadras Poliesportivas;
- Pintura interna e externa da sede Administrativa;
- Reformas Hidráulicas na Sede Administrativa;
- Pintura Interna e externa e reparos hidráulicos na guarita;
- Reforma do Orquidário;
- Reforma da Sala dos Vigilantes;
- Implantação de Playground PCD.

Obras viabilizadas por iniciativa do Brasília Ambiental em parceria com a comunidade:

Parque das Copaíbas

O Parque das Copaíbas é um Parque com significativos atributos naturais. Apresenta uma mata exuberante em toda sua extensão e uma enorme aptidão para a conservação. A prática de caminhadas e a promoção da iniciativa de acesso a ciclistas em seu interior motivou a abertura do Parque para estas atividades e o resultado foi a estruturação de trilhas temáticas

altamente atrativas que tem recebido, desde sua abertura, um grande número de visitantes que têm avaliado muito positivamente a iniciativa, como estratégia que concilia o uso público e a conservação do parque.

Destaca-se, ainda, a aprovação de projeto na Câmara de Compensação Ambiental e Florestal, para a Revitalização de 25 Unidades de Conservação sob Gestão Brasília Ambiental, com valor de R\$ 31.111.309,03 (trinta e um milhões, cento e onze mil, trezentos e nove reais e três centavos). Esta é uma proposta extremamente importante para o Brasília Ambiental e para toda a sociedade do DF.

Como meio complementar aos recursos orçamentários e de compensação ambiental que são aplicados nos Parques e Unidades de Conservação, o Brasília Ambiental recebe prestações de serviço e materiais em geral, destinados pelo Setor de Controle e Acompanhamento de Medidas Alternativas do MPDFT ou Central de Medidas Alternativas do TJDFT. Em 2019, foram arrecadados R\$ 156.941,51 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos) que foram utilizados na aquisição de material de consumo e permanente para conservação e manutenção dos parques, dentre eles: Ecológico Águas Claras, Ecológico Areal, Ecológico Jequitibás, Lago do Cortado, Olhos D'Água, Ecológico Saburo Onoyama, Ecológico Sucupira, Três Meninas, Uso Múltiplo Lago Norte e Ecológico Veredinha. Destacam-se as atividades desenvolvidas no Parque Sucupira, com a organização dos cursos de "Formação em Agente Socioambiental" para infratores encaminhados pelo MPDFT, ministrados por servidores do Brasília Ambiental nas dependências do Parque.

Criação, Recriação e Recategorização de Unidades de Conservação

A criação de novas áreas protegidas, conforme legislação em vigor, deve ser embasada em estudos técnicos que comprovem a necessidade de se estabelecer mecanismos legais de proteção, considerando principalmente a relevância ambiental e ecológica dos atributos naturais de cada local. Ressalta-se que, considerando as limitações orçamentárias e de pessoal para a implantação e gestão das UCs existentes, e considerando ainda a recomendação dos órgãos de controle, a equipe técnica do Brasília Ambiental tem se manifestado, de maneira geral, contrária à criação de novas UCs de domínio e responsabilidade do Governo do Distrito Federal.

Algumas Unidades de Conservação no território do Distrito Federal tiveram os seus dispositivos de criação declarados inconstitucionais, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN, onde houve o entendimento de vício de iniciativa na criação de algumas áreas. Considerando que a criação de UC provoca impacto na gestão do território, entende-se que a iniciativa de criação de novas áreas protegidas deve ser do Poder Executivo. Desta forma, surgiram demandas de recriação de Unidades anteriormente existentes, mas que tiveram revogados seus Decretos ou Leis de criação.

No ano de 2019, tivemos diversas atividades continuadas para a criação, recriação e recategorização das UCs, dentre as quais podemos destacar as seguintes entregas:

Criação e Recriação

- Parque Ecológico do Gama: Conclusão dos estudos de criação; Realização de Consultas Públicas; Publicação do Decreto nº 40326/2019, que revogou o Decreto nº 11190/1988.
- Parque do Descoberto: Elaboração dos estudos ambientais, com indicação para recriação como Monumento Natural – MONA do Descoberto e respectiva Zona de Amortecimento; Preparação para consulta pública.
- Parque Ecológico Cachoeirinha: Elaboração dos estudos ambientais, com indicação para recriação como Refúgio de Vida Silvestre - RVS Cachoeirinha; Realização de Consulta pública; Readequação de proposta; Preparação para nova Consulta pública.
- Parque Canela de Ema: Realização de reconhecimento em campo e estudos preliminares para concepção do de Termo de Referência para a elaboração de estudos ambientais visando a criação/recriação de áreas protegidas na Unidade Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, a ser contratado mediante aplicação de recursos de Compensação Ambiental.

- Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho: Realização de reconhecimento em campo e estudos preliminares para concepção do de Termo de Referência para a elaboração de estudos ambientais visando a criação/recriação de áreas protegidas na Unidade Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, a ser contratado mediante aplicação de recursos de Compensação Ambiental.
- Refúgio de Vida Silvestre Taboca/Taboquinha: Realização de reconhecimento em campo, estudos preliminares e análise de estudo ambiental apresentado por iniciativa comunitária/sociedade civil organizada.
- Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE Bananal: Estudos ambientais aprovados; Falta publicação e atualização pós obras do TTN.

Recategorização

Com relação à recategorização, considerando a evolução da legislação concernente às áreas protegidas de modo geral, criou-se a necessidade de redefinir algumas categorias de UCs do DF, a fim de adequar a sua categoria àquelas previstas na Lei Complementar 827/2010. Esse processo, denominado recategorização, culminou em 2019 na publicação de três dispositivos legais:

- DECRETO Nº 40.116, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019: Dispõe sobre a recategorização do Parque de São Sebastião; do Parque do Paranoá; do Parque Areal; do Parque Ecológico do Rasgado; do Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte; do Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul; do Parque de Uso Múltiplo das Sucupiras; do Parque de Uso Múltiplo Vale do Amanhecer; do Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Gatumé; do Parque de Uso Múltiplo do Cortado.
- LEI COMPLEMENTAR Nº 955, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019: Dispõe sobre a recategorização do Parque Ecológico e Vivencial Estância; do Parque de Uso Múltiplo do Morro do Careca; do Parque Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul e do Parque Ecológico Dom Bosco.
- LEI Nº 6.414, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019: Dispõe sobre a recategorização do Parque Recreativo Sucupira; do Parque Três Meninas; do Parque Recreativo de Santa Maria; do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo; do Parque Ecológico e Vivencial de Candangolândia; do Parque Ecológico e Vivencial da Vila Varjão; do Parque Ecológico Canjerana; do Parque Ecológico Garça Branca; do Parque Ecológico dos Pequizeiros; do Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho; do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas e do Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pipiripau.

Desta maneira, foram redefinidas as categorias de 26 Unidades de Conservação, que passam a ser denominadas de acordo com sua real aptidão à Conservação, considerando as categorias definidas na Lei Complementar 827/2010.

DENOMINAÇÃO ANTERIOR	NOVA DENOMINAÇÃO
Parque de São Sebastião	Parque Distrital de São Sebastião
Parque do Paranoá	Parque Ecológico do Paranoá
Parque Areal	Parque Ecológico Areal
Parque Ecológico do Rasgado	Parque Distrital Bernardo Sayão
Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte	Parque Ecológico do Lago Norte
Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul	Parque Ecológico Asa Sul
Parque de Uso Múltiplo das Sucupiras	Parque Ecológico das Sucupiras
Parque de Uso Múltiplo Vale do Amanhecer	Refúgio de Vida Silvestre Vale do Amanhecer
Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Gatumé	Refúgio de Vida Silvestre Gatumé
Parque de Uso Múltiplo do Cortado	Parque Ecológico do Cortado
Parque Ecológico e Vivencial Estância	Refúgio de Vida Silvestre Mestre D'Armas
Parque de Uso Múltiplo do Morro do Careca	Refúgio de Vida Silvestre Morro do Careca
Parque Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul	Parque Ecológico do Anfiteatro Natural do Lago Sul
Parque Ecológico Dom Bosco	Monumento Natural Dom Bosco
Parque Recreativo Sucupira	Parque Ecológico Sucupira
Parque Três Meninas	Parque Ecológico Três Meninas
Parque Recreativo de Santa Maria	Parque Ecológico de Santa Maria
Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo	Parque Ecológico do Riacho Fundo

DENOMINAÇÃO ANTERIOR	NOVA DENOMINAÇÃO
Parque Ecológico e Vivencial de Candangolândia	Parque Ecológico dos Pioneiros
Parque Ecológico e Vivencial da Vila Varjão	Parque Ecológico da Vila Varjão
Parque Ecológico Canjerana	Refúgio de Vida Silvestre Canjerana
Parque Ecológico Garça Branca	Refúgio de Vida Silvestre Garça Branca
Parque Ecológico dos Pequizeiros	Parque Distrital dos Pequizeiros
Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho	Parque Distrital do Retirinho
Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas	Parque Distrital Recanto das Emas
Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pípiripau	Área de Relevante Interesse Ecológico Cachoeira do Pípiripau

Também foi encaminhada, em dezembro de 2019, a minuta de Projeto de Lei para o Parque das Copaíbas, a ser recategorizado como Parque Distrital das Copaíbas.

Análise e elaboração de Planos de Manejo

Planos aprovados em 2019:

- Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Cruls: Plano de manejo aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 29 DE MARÇO DE 2019.
- Reserva Biológica do Guará: Plano de manejo aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 03 DE ABRIL DE 2019.
- Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE do Bosque: Plano de manejo aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Planos em análise:

- Monumento Natural - MONA do Conjunto Espeleológico do Morro da Pedreira: Análise do diagnóstico ambiental; Realização de Oficina de Planejamento Participativo; Análise do Zoneamento Ambiental;
- Parque Distrital Salto do Tororó: Aprovação do Plano de trabalho; Acompanhamento das atividades de campo e Diagnóstico ambiental.
- Refúgio de Vida Silvestre - RVS da Mata Seca: Análise do diagnóstico ambiental; Realização de Oficina de Planejamento Participativo; Análise do zoneamento e programas de manejo; Revisão do estudo de fauna.
- Parque Ecológico do Tororó: Aprovado o plano de trabalho; Acompanhamento da realização de estudos para Diagnóstico ambiental.
- Parque Distrital de São Sebastião: Aprovado o plano de trabalho; Acompanhamento da realização de estudos para Diagnóstico ambiental.
- Floresta Distrital dos Pinheiros: Análise das propostas apresentadas na licitação para a contratação dos estudos.
- Revisão do Plano de Manejo do Parque Ecológico Burle Marx: Análise e aprovação do Diagnóstico ambiental; Análise do zoneamento ambiental; Reuniões junto à Terracap e empresa de Consultoria responsável pelo estudo para alinhamento das diretrizes.
- Revisão do Plano de Manejo da ARIE JK. Que inclui o Parque Ecológico do Cortado, o Parque Saburo Onoyama, o Parque Boca da Mata, o Parque Três meninas e o Refúgio de Vida Silvestre Gatumé - Atividades realizadas: Análise do Diagnóstico ambiental/dados secundários; Realização de Oficina de Planejamento Participativo; Análise e aprovação do Zoneamento Ambiental e dos Programas de Manejo.

Planos em fase de elaboração pela equipe do Brasília Ambiental:

- Parque Ecológico de Santa Maria: Elaboração do diagnóstico ambiental, zoneamento e proposição de adequação da poligonal; participação em reuniões com Administração Regional, Comunidade Organizada e Gabinete da Deputada Jaqueline Silva; Realização de Oficina de Planejamento Participativo; Sistematização de informações.
- Parque Ecológico Sucupira: Cooperação entre Brasília Ambiental e FUP/UnB; Plano de trabalho em elaboração.

- Revisão do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Águas Emendadas – ESECAE: Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica junto à ADASA; Instituição de Grupo de trabalho para a elaboração do Plano; Elaboração do Plano de Trabalho.

Recentemente, em dezembro de 2019, foi constituído no âmbito deste Instituto um Grupo de Trabalho Intersectorial com o objetivo de promover a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação que ainda não foram contempladas nas iniciativas citadas acima.

Realização de eventos em Parques e Unidades de Conservação

Os Parques e Unidades de Conservação tem se tornado cada vez mais espaços de convívio social à disposição da sociedade, com vocação para diversas atividades.

Visando melhorar a qualidade desses espaços, geridos pelo Brasília Ambiental, para o uso da população do DF, foram autorizados e realizados, no ano de 2019, 238 eventos das mais diversas naturezas solicitados e propostos pela sociedade civil. Desses, 159 foram autorizados sem a cobrança de taxa de preço público, por serem eventos com atividades beneficentes, assistenciais, religiosas, sem fins lucrativos e governamentais.

Para os outros 79 eventos, foi emitido o Termo de Autorização de Uso Não Qualificado, sendo cobrada a taxa de preço público. O valor arrecadado em 2019, referente a essa taxa, foi de R\$ 16.432 (Dezesseis Mil, Quatrocentos e Trinta e Dois Reais), pela utilização das áreas dos Parques e Unidades de Conservação.

Realização de pesquisas em Unidades de Conservação

A realização e o controle das pesquisas científicas nas Unidades de Conservação do Distrito Federal são previstos no escopo do Sistema Distrital de Unidades de Conservação - SDUC (Lei complementar nº 827, de 22 de julho de 2010), e são regulamentados conforme Instrução IBRAM nº 172, de 02 de outubro de 2012. Assim, todas as pesquisas científicas e os estudos técnicos conduzidos nas UCs distritais, geridas pelo Brasília Ambiental, dependem de prévia autorização do setor responsável pela gestão das áreas protegidas. É por meio de tais estudos e pesquisas que os gestores podem obter informações sobre o estado de conservação da biodiversidade e dos recursos naturais locais, e agir com ações de manejo quando forem detectados eventuais impactos, degradação ambiental, ou declínio nas populações nativas.

As pesquisas científicas, usualmente conduzidas ou orientadas por profissionais altamente qualificados vinculados às Universidades e instituições de ensino superior, são fundamentais neste processo de fornecimento de informações e consequente proteção dos atributos ambientais das UCs. É por meio destes estudos que alunos de graduação e de pós-graduação são capacitados nos mais diversos temas de investigação, e ainda produzem dados de alta relevância para apoiar a gestão de tais áreas.

Importante salientar que, devido à publicação da IN 172/2012, que regulamenta as autorizações de pesquisa no âmbito das UCs geridas pelo Brasília Ambiental, foi criado um grupo de trabalho incumbido de atualizar as normas e os procedimentos. O GT, que foi instituído em 2019, está em fase de encerramento da proposta que deve ser apresentada à gestão no primeiro semestre de 2020.

No ano de 2019, 22 estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento foram autorizados e conduzidos nas Unidades de Conservação do Distrito Federal.

Realização de plantios de espécies nativas em Unidades de Conservação

Uma iniciativa que merece destaque entre as realizações do Brasília Ambiental em 2019 é a participação do órgão no Movimento "Tempo de Plantar", uma iniciativa da sociedade civil que tem como objetivo realizar mutirões de plantio de mudas de espécies nativas em diversos locais do DF.

Em dezembro de 2019, foram plantadas cerca de quatro mil mudas nativas do Cerrado em 12 parques administrados pelo Brasília Ambiental. Além do Instituto, a atividade contou com participação ativa de Grupos Escoteiros, moradores e ambientalistas.

A finalidade do Plantio nos Parques é fomentar a conscientização e a participação das pessoas, comunidades, entidades (seja governamental ou organizada) da importância da preservação do nosso Cerrado com foco, no cuidado com os nossos parques.

As unidades de conservação em que foram realizados os plantios são:

- Parque Urbano e Vivencial do Gama – (200 mudas)
- Parque Bosque dos Eucaliptos – (500 Mudadas)
- Parque Ecológico Ezequias Heringer - (250 mudas)
- Parque Urbano Bosque do Sudoeste - (300 mudas)
- Parque Asa Sul - (200 mudas)
- Parque Olhos D'Água - (200 mudas)
- Parque das Garças e Parque Vivencial I – (30 mudas)
- Parque Ecológico Águas Claras e Parque Areal - (2.000 mudas)
- Parque do Setor O - (100 mudas)
- Parque Veredinha – (230 mudas)

Fauna

Em relação à temática Fauna, destaca-se o programa de sanidade animal. Foram realizadas 9.055 castrações, das quais 1.387 em cachorros, 2.728 em cadelas, 1.953 em gatas e 1.185 em gatos. Sendo que parte do total executado (1.802 castrações) ocorreu na unidade móvel do Hospital Veterinário Público do DF.

Ao longo de 2019, foram realizadas quatro campanhas de cadastro para castração. Todas as campanhas foram coordenadas pelo Brasília Ambiental e executadas em parceria com algumas Administrações Regionais: Taguatinga, Ceilândia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Estrutural. A maior parte das pessoas atendidas no cadastro presencial foram os moradores da região administrativa atendida por cada campanha. Cabe destacar que parte das vagas foi destinada a protetores/ONGs, conforme programa específico para esse público (<http://www.ibram.df.gov.br/programa-de-castracao-para-protetores-e-ongs/>). Em 2019 foram atendidos 88 requerimentos para castração desse grupo e disponibilizadas a ele 2.839 vagas. Salienta-se que o processo de autorização inclui a conferência de documentos e a vistoria ao local indicado, quando verificada a necessidade pela equipe técnica.

A fim de auditar a qualidade dos serviços prestados para a castração dos animais, foi realizada uma pesquisa de satisfação com os contemplados na campanha de cadastro de castração de janeiro a setembro de 2019. O universo amostral da pesquisa correspondeu a 17,5% do total de tutores atendidos no período. Do total de participantes, 94,5% deram nota ótimo/boa para o atendimento prestado pela clínica, 6% deram nota regular e 1% deu nota ruim. Ademais, 94% recomendariam os serviços para um amigo ou parente e 6% não recomendaria (4% deram nota regular e 2% deram nota ruim). Com base nos resultados apresentados é possível observar que a clínica responsável pela castração vem realizando os serviços com qualidade e presteza aos tutores encaminhados pelo Brasília Ambiental. A alta satisfação denota que o modelo empregado está atendendo a contento ao público.

A unidade móvel também foi avaliada quanto à satisfação do público em relação aos serviços prestados. Foi realizada uma pesquisa de satisfação de outubro a dezembro de 2019, período de funcionamento da unidade móvel. O universo amostral da pesquisa correspondeu a 14% do total de tutores atendidos no período. Do total de participantes, 89% deram nota ótima ao atendimento prestado na unidade móvel e 11% deu nota boa. Ademais, 100% dos entrevistados recomendariam a unidade móvel do Hospital Veterinário Público do DF para um amigo ou parente (96% nota "ótimo" e 4% nota "bom"). A alta satisfação denota que o modelo empregado também está atendendo a contento ao público.

Durante o ano de 2019, o Hospital Veterinário Público do DF recebeu 13.502 tutores, atendeu 14.819 animais (cães e gatos) e realizou 156.836 procedimentos veterinários (exames de imagem, administração de medicamentos, cirurgias e serviços laboratoriais).

O Hospital Veterinário Público do DF também teve suas atividades auditadas em 2019. As notas atribuídas ao serviço prestado no HVEP estão acima da meta pactuada para o termo de colaboração (60% das notas deveriam ser "bom" ou "ótimo" por quesito avaliado). Com base nos resultados apresentados, as metas foram cumpridas ao longo do ano.

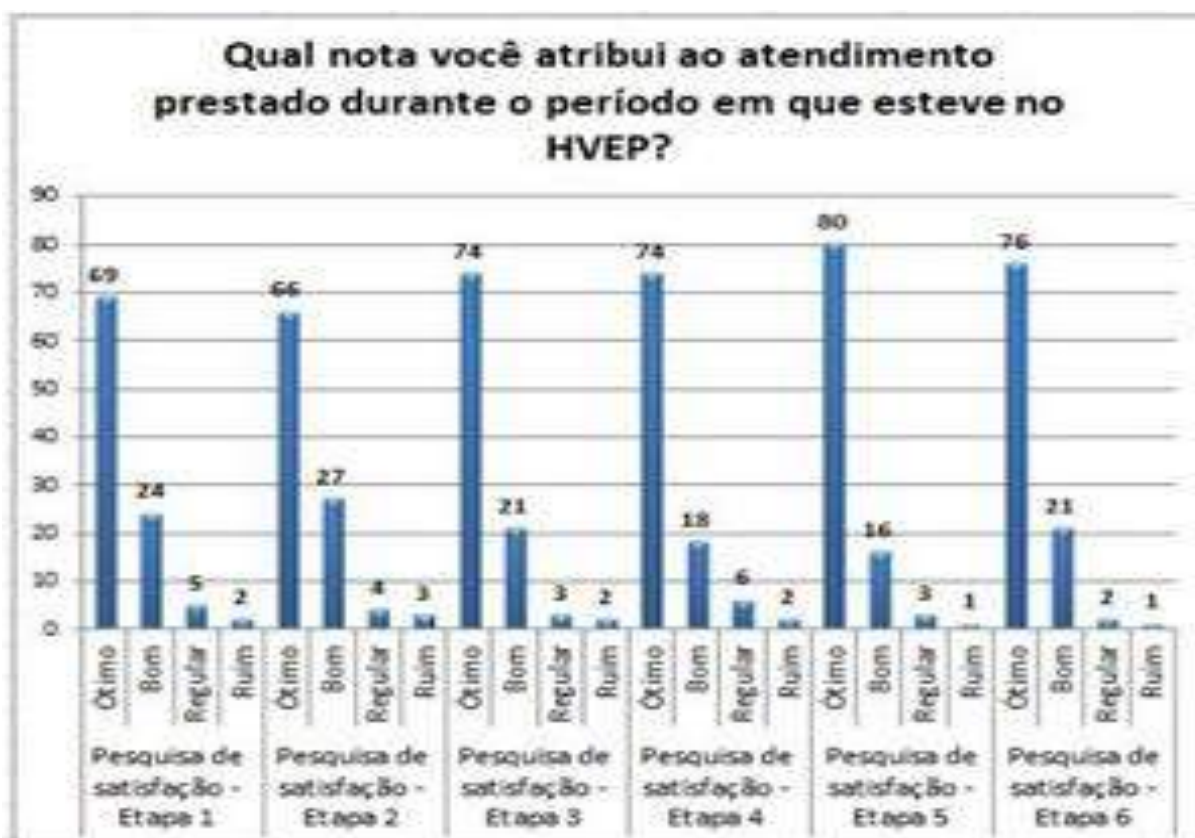


Figura 1. Evolução das notas atribuídas pelos entrevistados com relação ao atendimento veterinário prestado.



Figura 2. Evolução das notas atribuídas pelos entrevistados com relação a estrutura física do Hvep.

Com relação ao programa de monitoramento de médios e grandes mamíferos houve a ampliação do projeto com a aquisição de 40 armadilhas fotográficas, por intermédio de compensação ambiental. Os equipamentos foram recebidos em agosto de 2019 e a disposição das armadilhas ocorreu nos meses seguintes. Foram instaladas 22 câmeras traps, que estão em funcionamento nos seguintes locais: Estação Ecológica Águas Emendadas, Apa de Cafuringa, região do Altiplano Leste e no Parque Ecológico Descoberto.

Outro ponto a se destacar em relação à fauna é a criação amadora de passeriformes. Todo cidadão que deseja criar aves da fauna silvestre em cativeiro, sem interesses comerciais, deve se cadastrar no Sistema Nacional de Gestão dos Criadores Amadores de Passeriformes Silvestres - Sispass. Por obrigação legal, todos os criadores amadores de passeriformes devem renovar anualmente sua licença para criação. Quando a gestão dos criadores era realizada pelo IBAMA, a renovação se dava de forma automática, pois o criador tinha a capacidade de gerar o boleto de pagamento diretamente no site do Sispass. No Brasília Ambiental, todo o processo de renovação de licenças no Sispass vem sendo realizada de forma manual, visto que não existe um serviço de comunicação (WebService) entre o sistema de cobrança do Governo do Distrito Federal e o Sispass, que possa realizar a geração de boletos automaticamente.

Em 2019, todas as 161 solicitações de cadastro novo para o Sispass foram atendidas e os interessados homologados no sistema. Também foram recebidas 1.306 solicitações de renovação de licença no sistema. Desse total, todas foram analisadas, sendo que 1.277 foram atendidas, havendo a emissão de boleto, e 29 solicitações não foram atendidas devido à falta de documentação do interessado. Dos boletos emitidos, 1.130 foram pagos e regularizados no sistema Sispass e 176 não tiveram o pagamento confirmado, portanto tais processos se encontram com a licença pendente.

Além dos atendimentos via sistema, também foram realizados 262 atendimentos presenciais. Os criadores amadores que foram autuados por infrações ambientais e tiveram a licença suspensa pelos auditores fiscais no sistema Sispass, após a decisão da autoridade julgadora, foram encaminhados para análise para possível retirada de suspensão. Dos 207 processos encaminhados, referentes à licença suspensa ou imputação de infração ambiental, 37 foram analisados e respondidos, 22 aguardam análise e 148 aguardam providências dos interessados.

O Brasília Ambiental e o Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade de Brasília (UnB) realizaram uma pesquisa sobre a espécie exótica invasora *Achatina fulica* (caramujo-gigante-africano) no território do Distrito Federal. O objetivo foi mapear a situação desses animais e aferir a percepção do público acerca do tema. A pesquisa irá auxiliar na elaboração do Plano de Prevenção, Erradicação, Controle e Monitoramento desse animal, considerado como uma das cinco espécies prioritárias para combate.

Por fim, em relação à gestão do Sistema Nacional de Gestão da Fauna Silvestre - Sisfauna, foram analisados quatro processos: um referente a mantenedor de fauna, dois sobre criadores comerciais e um sobre revenda de animais vivos. Também foram respondidas diversas solicitações de esclarecimentos sobre a criação ou manejo de animais silvestres, protocolados no Brasília Ambiental.

MONITORAMENTO AMBIENTAL

Queimadas em Parques e Unidades de Conservação

Até o dia 15 de novembro de 2019, foram levantados pelo Programa de Monitoramento de Áreas Queimadas nos Parques e UCs do Instituto Brasília Ambiental – PROMAQ, um total de 686 (seiscentos e oitenta e seis) ocorrências de incêndio florestais numa área total de 27.137,69 ha, em 82 (setenta) Parques e UCs.

A Plataforma de imagens PlanetScope e o Sistema de Alerta de Ocorrência de Incêndios Florestais e Desmatamento foi interrompida no dia 15 de novembro de 2019, pois o contrato para fornecimento dos acessos a esses produtos foram encerrados em dezembro de 2019.

Programa de Monitoramento da Qualidade do AR

O Monitoramento da Qualidade do Ar foi, recentemente, regulamentado pela Resolução CONAMA nº. 491/2018 (que substituiu a Resolução CONAMA nº 03/1990), que dispõe sobre os padrões de qualidade do ar.

Com relação a este Programa, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Coleta dos dados das estações em funcionamento para os parâmetros Material Particulado - MP10, Partículas Totais em Suspensão - PTS e Fumaça;
- Processamento das Informações em laboratório;
- Elaboração e disponibilização dos Relatórios Mensais sobre a Qualidade do Ar (<http://www.ibram.df.gov.br/programa-de-monitoramento-da-qualidade-do-ar-do-df/>);
- Tratativas junto ao MMA para aprimoramento da rede de monitoramento;
- Levantamento das Demandas de Aquisição para o programa em 2020.

Gerenciamento de Áreas Contaminadas

Trata-se da condução do processo de investigação, análise de riscos, remediação e monitoramento de áreas contaminadas por substâncias químicas. Dentre as atividades realizadas no ano de 2019, destacamos as seguintes:

- Desenvolvimento do fluxo de processo entre as áreas envolvidas com o tema, incluindo a colaboração para inclusão de novas condicionantes.
- Análise Processual específica de empreendimentos com cenários de contaminação.
- Capacitação de Pessoal.
- Definição de Aquisições de Equipamentos/Insumos para aprimoramento das análises.

Comissão Distrital do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida às Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (CD-P2R2)

O Brasília Ambiental além da atuação como órgão executor, também é responsável pela secretaria executiva da CD-P2R2 e, com base em suas obrigações regimentais, desenvolveu as seguintes ações:

- Atendimento às ocorrências de emergências ambientais com produtos químicos perigosos
- Consolidação, aprovação e publicação do Regimento Interno da Comissão.
- Elaboração das Atas das Reuniões.
- Publicação da Instrução com a Oficialização dos representantes dos órgãos.
- Criação do ambiente SEI da Comissão.
- Consolidação dos dados sobre emergências ambientais ocorridas no território do Distrito Federal para criação de Banco de Dados.
- Levantamento das potencialidades e carências do Instituto para cumprimento de suas obrigações na Comissão e nas situações de Emergência.
- Capacitação de Pessoal.
- Melhoria dos termos de referência e do processo de análise dos Planos de Atendimento à Emergência e Plano de Contingência para aprimoramento dos processos de Licenciamento Ambiental.

AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Poluição Sonora

Detentores da maior quantidade de denúncias, os bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais da capital foram objeto de fiscalização em todas as regiões administrativas do DF. Provocado pela alta quantidade de registros na Ouvidoria do Governo do Distrito Federal, bem como nas administrações regionais, órgãos de polícia, recomendações do Ministério Público, PGDF e órgãos do poder judiciário, o Brasília Ambiental atuou de forma incisiva para combater possíveis desrespeitos à Lei. Além das ações fiscais ordinárias, destacam-se as operações Carnaval 2019 e Fiscalização do Evento "Na Praia" e ainda a realização de operações conjuntas com diversos órgãos: PMDF, Polícia Civil, Detran, CBMDF e DF-LEGAL.

As ações de combate à poluição sonora podem ser verificadas conforme quadro a seguir:

Auditoria e Fiscalização - Poluição Sonora	Resultados em 2019
Quantidade de Denúncias (Ouvidoria, MPDFT, TJDF, Adm. Regionais)	3.900
Quantidade de Ações Fiscais	1.831
Quantidade de Penalidades Aplicadas (Advertência, Multa, Interdição Parcial e Total)	480
Quantidade de Interdições (Parcial e Total)	33
Quantidade de Multas Aplicadas	99
Valores em Multas Aplicadas	R\$1.325.797,96

Unidades de Conservação

Considerando a importância da temática para a população do Distrito Federal, foram realizadas, pelo Brasília Ambiental, ações de fiscalização em diversas destas unidades conforme detalhamento a seguir:

- Parque Ecológico Burle Marx: alvo de cinco ações de desocupação em 2019. Realizaram-se ações de fiscalização para a retirada de resíduos sólidos e de invasores, de fiscalização das obras de drenagem e da bacia de contenção, linhas de transmissão e de outras construções na área. Em dezembro/2019 essa unidade encontra-se cercada e sem ocupações irregulares (salvo o pátio do Detran e a Apub, ambos a serem realocados quando da finalização do Plano de Manejo);
- Parque Ecológico Ezequias Heringer: Está em processo de desocupação e é alvo de operação conjunta com diversos órgãos públicos. Em setembro de 2019 foi realizada uma operação de fiscalização, culminando com a lavratura de autos de infração ambiental em todas as ocupações irregulares remanescentes da operação 2017/2018 e foram emitidas intimações demolitórias. A referida unidade de conservação está apta à operação de demolição pelo Comitê de Gestão Integrada do Território;

- Parque Ecológico Asa Sul: Está em processo de desocupação e está sendo alvo de operação conjunta com diversos órgãos públicos. Em dezembro de 2019 foi realizada uma operação culminando com a lavratura de 63 autos de infração ambiental em todas as ocupações irregulares e foram emitidas intimações demolitórias. A referida unidade de conservação está apta à operação de demolição pelo Comitê de Gestão Integrada do Território;
- Parque Ecológico Riacho fundo: Alvo de constante fiscalização a fim de preservar, em especial, as nascentes e córregos das ocupações irregulares, de lançamento inadequado de efluentes líquidos e de deposição irregular de resíduos. Foram realizadas cerca de cinco operações na área, todas relatadas no processo SEI 0391-00002421/2019-09, e foram desconstituídas mais de 50 ocupações irregulares.
- Parque Distrital das Copaíbas: Alvo de operação conjunta com diversos órgãos públicos iniciada em julho de 2018 e que se estendeu até a completa remoção das ocupações irregulares. Essa unidade foi recém-inaugurada (15/12/2019) para o lazer de pedestres e ciclistas, sendo proibida a entrada de veículos motorizados, salvo na área de estacionamento destinado.
- Parque de Uso Múltiplo Vila Planalto: Alvo de constante monitoramento, em agosto de 2019 teve autos de infrações lavrados em desfavor de 11 estabelecimentos, que insistem em permanecer na área.
- Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília: Alvo de operação em julho de 2019, com vistas a coibir passivos ambientais no interior da estação, bem como em suas zonas de amortecimento. Foi executado, além da repressão de casos de flagrante, o monitoramento dos processos de autos de infração lavrados em operação da Superintendência de Fiscalização, Auditoria e Monitoramento e julgados em primeira instância, já que não houve recurso tempestivo e pertinente à instância superior.

Em relação às ocupações irregulares, 49 Unidades de Conservação possuem alguma forma de ocupação irregular nos seus limites. Vale ressaltar que o Parque Irmãos Afonso Haus e o Parque Lagoinha estão totalmente ocupados pela Vila São José em Vicente Pires e pelo Setor Habitacional Sol Nascente respectivamente.

Dessa forma, criou-se a Operação *Usus Inadequali*, com o objetivo de reprimir e retirar todas as ocupações irregulares do interior da poligonal e das zonas de amortecimento dessas áreas ambientalmente sensíveis e protegidas, que será replicada em 2020.

Supressão de Vegetação

No decorrer do ano, foram lavrados 40 (quarenta) autos de infração ambiental com a descrição por supressão de vegetação nativa sem autorização ambiental.

Com o auxílio do Sistema de Alertas Semanais de Desmatamento, os Auditores Fiscais passaram a realizar o monitoramento remoto das áreas desmatadas do Distrito Federal. Após a comprovação da materialidade e autoria in loco, foram aplicados 12 (doze) autos de infração oriundos dos alertas de desmatamento, fato que denota a importância do referido sistema.

Setor Madeireiro

No ano de 2019, foram fiscalizados e monitorados in loco 103 estabelecimentos que comercializam produtos florestais nativos no Distrito Federal, sendo que, deste total, 21 empresas foram autuadas por infração ambiental cometida junto ao sistema DOF, sendo lavradas as penalidades de multa pecuniária, advertência e suspensão/bloqueio cautelar junto ao SINAFLOM módulo DOF, além de apreensão de produtos florestais nativos sem a comprovação de sua origem.

Incêndios Florestais

Nos meses de seca no Distrito Federal, e através da ferramenta de Sistema de Alertas Semanais de Desmatamento, os Auditores Fiscais passaram a realizar o monitoramento remoto das áreas queimadas do Distrito Federal, bem como reprimir eventuais condutas ilegais.

Uso e Ocupação do Solo – Parcelamentos e ocupações em Áreas de Preservação Permanente

Em 2019, tramitaram pelo Brasília Ambiental mais de 1.500 processos com solicitações de auditoria e ação fiscal, incluindo processos criados no Brasília Ambiental e os provenientes de outros órgãos externos (DEMA, Ministério Público, CIOB , DF- LEGAL.)

Pela importância da temática e sensibilidade ambiental das áreas ocupadas de forma irregular, as atuações de abordagem foram intensas e geraram os seguintes números:

Auditoria e Fiscalização - Uso e Ocupação do Solo	Resultados em 2019
Quantidade de Denúncias e apurações internas (Ouvidoria, MPDFT, TJDFT, Adm. Regionais)	1.500
Quantidade de Relatórios de Auditoria e Fiscalização	420
Quantidade de Penalidades Aplicadas (Advertência, Multa, Interdição Parcial e Total)	32
Valores em Multas Aplicadas	R\$2.778.757,00

Por fim, salientamos ainda que, em atendimento ao cronograma de operações do Comitê de Gestão Integrada do Território do DF, foram realizadas ações para desconstituição de edificações irregulares em locais de proteção ambiental. As ações ocorreram principalmente nas Regiões Administrativas do Sol Nascente, Taguatinga, São Sebastião, dentre outras localidades.

Fauna

No ano de 2019, o Brasília Ambiental pautou sua atuação em diversas operações fiscais de apuração de infrações relacionadas à caça, pesca, criação de animais silvestres, maus-tratos, bem-estar animal, SISPASS, aviculturas, suinoculturas, abatedouros, tráfico de animais, VTAs, atividades licenciáveis rurais, das quais cabe destacar:

Operação Ruas

Operação cujo objetivo é identificar criadores irregulares de aves, sem qualquer autorização para tanto, a fim de reprimir a criação e manutenção de aves silvestres em cativeiro doméstico ilegal. Seguem números obtidos com as ações:

Auditoria e Fiscalização - Operação Ruas	Resultados em 2019
Quantidade de Autos de Infração Ambiental	42
Quantidade de Animais Apreendidos	69
Quantidade de Produtos de fauna Apreendidos	3
Valores em Multas Aplicadas	R\$182.994,00

Operação SISPASS e Operação Permanente de Combate à Fraude em Selo Público (ANILHAS)

As ações envolvendo o SISPASS tem o objetivo de apurar a existência de irregularidades em criadores cadastrados nesse sistema ou cuja solicitação para se tornar criador foi indeferida recentemente pelo Brasília Ambiental, abrangendo as diversas Regiões Administrativas.

Uma das formas utilizadas para o "esquentamento" de animais é feita por meio da declaração falsa de nascimento, quando o criador declara no sistema que houve o nascimento de filhotes em cativeiro, insere dados de anilhas no sistema, no entanto tais anilhas são utilizadas para a marcação de animais capturados na natureza, pelo próprio criador ou não.

A Operação tem o objetivo de designar auditores fiscais do Brasília Ambiental para entregarem pessoalmente as anilhas solicitadas, visando coibir as irregularidades praticadas por criadores amadores de passeriformes no exercício da licença, sobretudo no que tange às declarações de nascimento, bem como analisar a conformidade das anilhas fornecidas pela fabricante quanto às especificações técnicas exigidas.

Maus Tratos

No ano de 2019 foram realizadas as seguintes operações para coibir situações de maus tratos às quais os animais domésticos e silvestres podem ser submetidos em seus diferentes ambientes:

- Feiras
- Veículos de tração animal
- Ambiente doméstico

No referente às operações acima, foi obtido o seguinte resultado:

Auditoria e Fiscalização - Maus Tratos	Resultados em 2019
Quantidade de Autos de Infração Ambiental	9
Quantidade de Animais Verificados	241
Quantidade de Animais Apreendidos	10
Quantidade de Produtos de fauna Apreendidos	3
Valores em Multas Aplicadas	R\$13.982,00

Auditoria e Fiscalização - Resumo das Ações Relativas à Fauna	Resultados em 2019
Quantidade de Ações Fiscais	899
Quantidade de Autos de Infração Ambiental	226
Quantidade de Atividades Embargadas	3
Quantidade de Animais Apreendidos	781
Valores em Multas Aplicadas	R\$1.730.099,23

Atividades Licenciáveis

No tocante à fiscalização de empreendimentos licenciáveis, o Brasília Ambiental realizou diversas operações para verificação de cumprimento de condicionantes emitidas pelo órgão nos anos de 2016 a 2019. Cabe destacar ainda operações no sentido de verificar possíveis barramentos de água existentes no Distrito Federal.

Essas ações resultaram nos seguintes números:

Auditoria e Fiscalização - Atividades Licenciáveis	Resultados em 2019
Quantidade de Ações Fiscais	741
Quantidade de Autos de Infração Ambiental	154
Valores em Multas Aplicadas	R\$1.157.420,71

Julgamento dos Autos de Infração Ambiental

Atualmente, o processo de julgamento de autos de infração é realizado pela Câmara de Instrução e Julgamento de Auto de Infração – CIJU, nos termos da Instrução Normativa 15/2019, sendo que a análise do processo é realizada por 2 (duas) comissões, uma composta por servidores responsáveis pela análise dos autos expedidos e outra composta pelo Secretário-Geral e os Superintendentes do Instituto.

Durante o exercício de 2019 foram julgados 1.078 Autos de Infração e exaradas 1.637 notificações.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

De um modo geral, as principais dificuldades vividas pelo Brasília Ambiental foram: a desproporcionalidade de recursos humanos em relação à quantidade de atividades; infraestrutura tecnológica inadequada; baixa disponibilidade e defasagem dos aparelhos utilizados em vistorias e operações fiscais; frota de veículos insuficiente para atender às atividades que requerem o seu uso; falta de investimento em cursos de aperfeiçoamento e qualificação da equipe técnica; má qualidade técnica dos estudos apresentados pelos empreendedores e seus consultores ambientais; morosidade apresentada pelos

empreendedores-devedores na assunção do compromisso e, posteriormente, na execução plena das ações relativas às compensações ambientais e florestais; dificuldade de manutenção das equipes técnicas, incluindo os estagiários; dificuldade na gestão da informação com controle de prazos, filas e grande volume de demandas externas diversas, que diminuem o fluxo e ritmo da análise ambiental específica dos processos de licenciamento.

Outro ponto importante é a dificuldade existente no acompanhamento de condicionantes e no tempo médio de análise técnica. No primeiro caso, espera-se que, com a reestruturação organizacional e a criação do novo regimento interno, essa atribuição seja definida de forma clara, bem como exista um alinhamento entre as áreas do Brasília Ambiental que atuam em todo o processo transversal de licenciamento. Além disso, é essencial a informatização e uma gestão ambiental que tenha uma base tecnológica à disposição do Instituto. Quanto ao tempo de análise, vários fatores são importantes para que se alcance melhores resultados: TI, recursos humanos suficientes e capacitados, padronização interna, melhor interface com os empreendedores, entre outras medidas.

Dentre as iniciativas necessárias para a continuidade dos trabalhos de melhoria, podemos destacar: capacitação técnica, ampliação da padronização e da organização interna, avanços no teletrabalho, revisão de normativos distritais e a realização de workshops técnicos para os consultores e consultorias ambientais.

Mesmo diante das dificuldades ao longo do ano, ocorreram entregas importantes e um crescimento da produtividade em diversas áreas, principalmente no licenciamento ambiental. Contudo, maiores investimentos e esforços são necessários para proporcionar uma prestação de serviço eficiente e eficaz, com entregas positivas para a sociedade, e visando a manutenção e o controle do meio ambiente equilibrado.

Em relação à LOA 2018, foi observada uma redução de 3%, conforme informações demonstradas a seguir, por fonte de recurso:

Fonte de Recursos	2018	2019	Varição
Fonte 100	R\$ 66.947.470	R\$ 61.188.804	- 8,6%
Fonte 157	R\$ 2.588.570	R\$ 2.672.611	+ 3,3%
Fonte 220	R\$ 5.809.094	R\$ 9.278.106	+ 59,7%
Total	R\$ 75.345.134	R\$ 73.139.521	- 2,9%

Fonte: SIGGO – Quadro Detalhamento Despesas (Posição 02/01/2020)



Conforme apresentado, observa-se que o orçamento inicial de 2019 caracterizou-se por uma redução nominal expressiva da fonte do tesouro (100), com correspondente aumento na fonte própria do Brasília Ambiental (220).

No decorrer do exercício, em razão da baixa arrecadação no período, o Instituto atrasou pagamentos de fornecedores e, de forma recorrente, demandou a Secretaria de Economia por remanejamentos e créditos adicionais. A concentração orçamentária de receita

própria (220), em alguns programas de trabalho, e a frustração na expectativa de arrecadação justificam a falta de execução orçamentária integral dos programas de trabalho apresentados na primeira parte deste relatório.

Quanto à disponibilização de recursos por categoria de gastos, as despesas com pessoal apresentaram uma variação a maior em relação ao exercício anterior de 15%.

No entanto, as despesas correntes (grupo 3), essenciais ao funcionamento do órgão, apresentaram uma redução de 18,1%, com acentuada necessidade de suplementação, sobretudo para atender às despesas com serviços continuados e com o Hospital Veterinário Público. Ressalta-se ainda que não foram disponibilizados os recursos para investimentos (grupo 4) na LOA 2019.

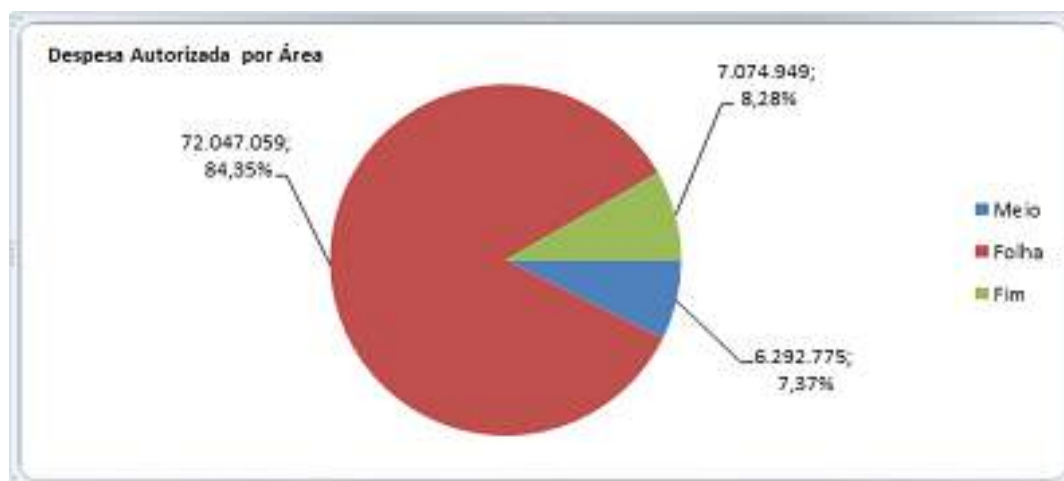
Categoria de Gastos	2018	2019	Variação
Grupo 1	R\$ 60.907.356	R\$ 61.823.400	+ 15,0%
Grupo 3	R\$ 13.827.778	R\$ 11.316.121	- 18,1%
Grupo 4	R\$ 610.000	-	- 100,0%
Total	R\$ 75.345.134	R\$ 73.139.521	- 2,9%

Fonte: SIGGO – Quadro Detalhamento Despesas (Posição 02/01/2020)

A frustração de receitas da Fonte 157, ocorrida no exercício de 2019, foi de R\$ 901.902, que corresponde à diferença entre a projeção de R\$ 2.672.611 e o valor arrecadado de R\$ 1.770.709.

A frustração de receitas da Fonte 220, ocorrida no exercício de 2019, foi de 1.588.379, que corresponde à diferença entre a projeção de R\$ 9.278.106 e o valor arrecadado de R\$ 7.689.727.

A seguir é demonstrada a alocação do montante apresentado, conforme o tipo de despesa:



Diante da despesa executada de R\$ 80.340.704, a execução orçamentária atingiu apenas 94,06% da despesa autorizada. No entanto, há de se analisar, de forma mais detida, que o crescimento apresentando na despesa autorizada, em forma de disponibilidade orçamentária, não se refletiu em disponibilidade financeira para o Instituto, pelas frustrações de receita nas fontes 157 e 220, na ordem de 33,75% e 17,12%, respectivamente. Tal cenário culminou nas limitações de empenho nos montantes de R\$ 901.902 e R\$ 1.588.379.

Desta maneira, se consideradas as referidas frustrações de receita, a despesa autorizada real resultaria no total de R\$ 82.924.502 milhões, que comparado às despesas empenhadas resultaria no índice apresentado na tabela, correspondendo a uma execução orçamentária de 96,9% .

Para o exercício de 2020, espera-se que o orçamento seja mais adequado à realidade do Brasília Ambiental e que a arrecadação própria se recupere em relação ao montante apurado em 2019. A expectativa é positiva, considerando a aprovação da Lei nº 6.435/2019, que instituiu o Cadastro Técnico Distrital de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, e criou a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA-DF, com potencial real de aumento significativo de receita para o Instituto.

21901 - FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE DO D. FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal – FUNAM foi criado pelo Art. 73 da Lei Distrital nº. 41 de 13/9/1989. É um órgão de natureza contábil e seus recursos serão destinados exclusivamente à execução da política ambiental do Distrito Federal.

Os recursos financeiros destinados ao FUNAM devem ser aplicados em atividades de desenvolvimento científico, tecnológico, de apoio editorial e de educação ambiental e em despesas de capital relativas à execução da política ambiental do Distrito Federal (art.76 da mencionada lei).

As normas legais que regem o funcionamento do FUNAM são:

- Lei nº. 3.984 de 28/05/2007 que cria, em seu artigo 13, o Conselho de Administração.
- Decreto nº. 28.292, de 19/09/2007, que aprova o Regimento Interno do Funam/DF e o Regimento Interno do Conselho de Administração do Funam (CAF).
- Decreto nº 36.441/2015, de 08/04/2015, que dá nova redação ao art. 4º, incisos I a V, do Decreto nº 28.292/2007, alterando a composição do CAF/Funam.
- Lei Complementar nº 925/2017 que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do Distrito Federal, inclusive de Fundos Especiais.
- Lei Complementar nº 957/2019 que excepcionaliza o Funam de reverter o saldo financeiro positivo ao Tesouro do Distrito Federal quando este for proveniente de processos judiciais.

O Funam tem por objetivo apoiar programas e projetos voltados a execução da política ambiental do Distrito Federal e promover a participação da sociedade civil na solução dos problemas ambientais do Distrito Federal.

Em termos das áreas de atuação do Fundo, devem atender programas, projetos ou atividades que visem a extensão florestal, manejo sustentado e conservação dos recursos naturais renováveis, e unidades de conservação; pesquisas e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental e divulgação; implantação de parques; controle ambiental e fortalecimento, estruturação e desenvolvimento institucional; e outros considerados condizentes com seus objetivos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	0	0	0	2

O FUNAM possui atualmente um quadro de pessoal reduzido, formado por dois servidores, sendo ambos comissionados: CNE 7 - Coordenação de Colegiados e Fundos e um CN6 - Diretoria do Fundo Único do Meio Ambiente, que herdou as atribuições do cargo de Secretário Executivo do Fundo, a saber: secretariar as atividades do Conselho de Administração do Fundo, em assuntos de natureza técnica e administrativa. No que diz respeito ao Ordenador de Despesa do Fundo, o Secretário de Estado do Meio Ambiente, através da Portaria nº. 54 de 30/9/2019 delegou a competência a Subsecretaria de Assuntos Estratégicos para praticar os atos de gestão do FUNAM relativos ao planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	2710000,0	4719000,00	2011064,0	1006564,0
0001 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	1210000,0	1840000,00	630000,0	315000,0
0003 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL-APOIO A PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DA ORLA DO LAGO PARANOÁ-DISTRITO FEDERAL	1500000,0	2879000,0	1381064,0	691564,0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2710000,00	4719000,00	2011064,00	1006564,00

Ação/Subtítulo	Nat. Despesa	Fonte	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago
9039.0001 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	339039	100	31.500,00	31.500,00	15.750,00	15.750,00
9039.0001 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	449051	100	598.500,00	598.500,00	299.250,00	299.250,00
9039.0003 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL - Apoio a Projetos de Recuperação da Orla do Lago Paranoá--DF	339039	171	2.064,00	2.064,00	2.064,00	2.064,00
9039.0003 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL - Apoio a Projetos de Recuperação da Orla do Lago Paranoá--DF	449051	100	1.379.000,00	1.379.000,00	689.500,00	689.500,00
TOTAL - TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL			R\$2.011.064	R\$2.011.064	R\$1.006.564,00	R\$1.006.564,00

Em 2019 o FUNAM empenhou, liquidou e pagou em três momentos distintos.

1º e 2º EVENTOS:

O primeiro foi à restituição (nº 2007.01.1.047297-6), que pagou em duplicidade a 24ª e última parcela do pagamento de multa judicial por dano ambiental à Orla do Lago Paranoá, referente ao processo Nº 2007 011047297-6. O valor total da multa foi de R\$ 49.539,21 (quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos), parcelados em 24 vezes de R\$ 2.064,00 (dois mil e sessenta e quatro reais). A surcitária pagou a última parcela em duplicidade, tendo pago a parcela 24 no dia 5/11/2018 e novamente pagou o mesmo valor no dia 19/11/2018.

O pedido de restituição pela surcitária chegou à Diretoria do Funam em 17/5/2019, via Carta protocolada na Sema. A época a Ordenação de Despesas do Fundo era competência da Subsecretaria de Administração Geral da Sema (SUAG), que procedeu as ações de empenho, liquidação e pagamento, mediante comprovações solicitadas à Diretoria do Funam e descritas no processo SEI referente ao assunto.

Em 24 de julho de 2019 a Diretoria do Funam recebeu a confirmação por parte da representante da surcitária, que o crédito foi efetuado na conta bancária informada pela demandante. A restituição do recurso se deu pela fonte 171, porém foi feito pela conta única do Tesouro.

Em função disso, no dia 5 de dezembro de 2019 foi realizada nova liquidação e pagamento do mesmo valor (R\$ 2.064,00) da conta do Funam – Orla do Lago Paranoá em favor do Tesouro do DF.

3º EVENTO:

Durante a 24ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Funam foi aprovado pelo Conselho, por unanimidade de votos, o projeto "Revegetação da Orla da APP do Lago Paranoá", apresentado pela Assessora Especial da Subsecretaria de Assuntos Estratégicos da Sema, a ser financiando com os recursos das multas pagas entre outubro de 2016 a dezembro de 2018, em função da Ação Judicial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios por danos ambientais causados na Orla do Lago somando o montante de R\$ 2.009.000,00.

O recurso das multas pagas até então foi revertido ao tesouro no final do exercício de 2018, por força da Lei Complementar 925/2017 e voltou ao Funam como Crédito Suplementar pela fonte 100, conforme o Decreto 39.742 de 28/03/2019 no valor de R\$ 2.009.000,00.

Após a aprovação do projeto pelo CAF em 9/8/2019, a área técnica responsável na Sema encaminhou a proposta de Edital e respectivos anexos à Procuradoria Geral do DF para análise e emissão de parecer técnico em relação aos instrumentos. Só após o atendimento das questões apontadas pela PGDF o Edital de Chamamento Público Nº001/2019 - Demanda Induzida foi divulgado no Diário Oficial do Distrito Federal no dia 2/10/2019 (extrato) e no site da Sema, para selecionar uma Organização da Sociedade Civil para implementar o projeto.

Duas instituições apresentaram propostas ao Edital nº 001/2019 e o Instituto Rede Terra foi selecionado pela Comissão Técnica Julgadora formada por Sema e Ibram (designada pela Portaria 64 de 6/11/2019). A divulgação da instituição vencedora no DODF ocorreu no dia 19/11/2019.

Não havendo recursos contestando o resultado do Edital de Chamamento Público, foi empenhado 100% do valor do Edital, tendo o Termo de Colaboração entre o Instituto Rede Terra e a Sema sido assinado no dia 6/12/2019. Após a assinatura do Termo de Colaboração foi dado o encaminhamento para liquidação e pagamento de 50% do valor do Edital, conforme cláusula estabelecida no Termo de Colaboração, tendo sido liquidado e pago ao Instituto Rede Terra o montante de R\$ 1.004.500,00 (um milhão e quatro mil reais e quinhentos) na data de 13/12/2019 (data do lançamento).

2.2 Recursos Financeiros

No exercício de 2019, constata-se que a arrecadação do FUNAM alcançou o montante de R\$ 1.885.764,41 - saldo no Siggo da Conta Contábil 100000000 da Unidade Gestora 150901 e Gestão 15901, oriundos de pagamento de compensação florestal, ambiental, pagamentos judiciais e outras fontes diversas, sendo R\$ 838.086,51 (oitocentos e trinta e oito mil, oitenta

e seis reais e cinquenta e um centavos) a contabilização das entradas nas 6 contas do Funam no BRB.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

3.1 Conselho de Administração do Funam (CAF/Funam)

O Conselho de Administração do Funam que é o órgão deliberativo máximo do Fundo – composto por 16 membros. A Presidência e supervisão direta cabe ao titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema. Da mesma forma, competem a SEMA as atividades da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Fundo.

Em 2019 foi publicada a Portaria nº 5 de 15/3/2019 nomeando os Conselheiros para o período de dois anos, a contar a data da posse.

Houve três reuniões do CAF em 2019, duas ordinária, realizada em 30/7/2019 e 10/12/2019, e outra extraordinária 09/08/2019.

CAF – REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS	
Data	Nº Da Reunião
30/07/2019	13ª Reunião Ordinária
10/12/2019	14ª Reunião Ordinária
09/08/2019	24ª Reunião Extraordinária

3.2 Resumo das principais deliberações do CAF em 2019

Na 13ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Funam (CAF/Funam), dia 30/7/2019, foi apresentado o “Projeto Revegetação da Orla do Lago Paranoá”, como alternativa para atender à demanda do Ministério Público do Distrito Federal para utilização dos recursos das multas judiciais da ação de desocupação da Orla do Lago Paranoá para recuperar aquelas áreas. O recurso destinado para a execução do projeto foi originado do pagamento das multas da desocupação da Orla do Lago Paranoá e da região conhecida como Fazenda Paranoazinho, somando a monta de R\$2.009.000,00 milhões de reais.

O projeto foi aprovado por unanimidade na 24ª Reunião Extraordinária do CAF (9/8/2019) e publicado o Edital de Chamamento Público nº001/2019 para selecionar uma proposta para estabelecer parceria com instituição sem fins lucrativos para o desenvolvimento de projeto e sua respectiva implantação com vistas à “Recuperação de áreas degradadas e danos ambientais em APPs da Orla do Lago”.

O resultado da seleção do Edital N°001/2019 foi publicado no site da Sema dia 18 de novembro de 2019 e no Diário Oficial dia 19 de novembro de 2019, sendo selecionado o Instituto Rede Terra.

Na 14ª Reunião Ordinária do CAF (10/12/2019) foi apresentado o Plano de Trabalho do Termo de Colaboração 001/2019 celebrado entre o FUNAM e o Instituto Rede Terra que tem como objeto promover ações de recuperação de áreas degradadas e/ou desmatadas por meio da recomposição da vegetação nativa e/ou outra forma de recuperação, visando evitar processos erosivos, assim como corrigir os processos erosivos e respectivos danos ambientais já existentes. Sinalizar áreas estratégicas conforme uso adequado da orla, além de promover o monitoramento das ações de recuperação e da integridade física de unidades de conservação e parques inseridos na orla (ainda que parcialmente), assinado no dia 06 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 2.009.000,00(dois milhões e nove mil reais).

Naquela oportunidade os Executores do Convênio N° 001/2016, cujo objeto foi a realização de Cadastro Ambiental Rural (CAR) no DF, apresentaram o Relatório de Prestação de Contas da Emater ao Conselho e foi designado um Conselheiro para ser relator e fechar a prestação de contas final do Convênio 001/2016, a ser reapresentada e votada na próxima reunião do CAF/Funam. Na mesma reunião foi designado um Conselheiro para ser relator do Projeto de Identificação e Monitoramento da População de Capivaras na Orla do Lago Paranoá, apresentado pela Secretaria Executiva da Sema.

3.3 Evolução Superávit Financeiro X Projetos Financiados

Ano	Superávit Financeiro/ Arrecadação	Projetos Financiados
2019	1.885.764,41	2.009.000,00*
2018	1.426.088,00	0,00
2017	2.230.430,00	700.000,00
2016	8.224.784,00	1.699.504,77
2015	8.242.258,00	244.797,11
2014	7.584.478,00	79.713,13
2013	7.107.628,00	46,44
2012	6.580.429,00	0,00
2011	6.089.570,00	229.810,94
2010	4.974.196,00	0,00
2009	4.347.080,22	0,00
2008	3.925.358,25	3.847,98
2007	3.185.593,00	2.264,52

*Projeto Recuperação da Orla do Lago Paranoá, financiado com os recursos das multas judiciais pagas por danos à app da Orla do Lago Paranoá (Ação do MPDFT) revertidos pelo Tesouro como Crédito Suplementar ao Funam pelo Decreto 39.742 de 28/03/2019

3.4 Portarias

Data	Portaria	Publicação no DODF	Assunto
15/03/2019	Portaria Nº 5	Nº 56 em 25/03/2019	Nova composição do CAF/Funam para o triênio (2019-2022)
30/09/2019	Portaria 54	Nº 187 em 01/10/2019	Delega ao Subsecretário de Assuntos Estratégicos a competência de Ordenador de Despesas do Funam.
2/12/2019	Portaria Nº 71	Nº 230 em 4/12/2019	Nova composição da SEMA no CAF/Funam.
6/11/2019	Portaria Nº 64	Nº 213 em 7/11/2019	Indicação da Comissão Técnica Julgadora (Sema/ Ibram) do Edital Nº 001/2019 – Demanda Induzida FUNAM – Projeto Recuperação da Orla do Lago Paranoá
6/11/2019	Portaria Nº73	Nº 232 em 6/12/2019	Instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria do Termo de Colaboração Nº 001/2019 - - Projeto Recuperação da Orla do Lago Paranoá
6/11/2019	Portaria Nº74	Nº 232 em 6/12/2019	Instituiu a Comissão de Gestão da Parceria do Termo de Colaboração Nº 001/2019 - - Projeto Recuperação da Orla do Lago Paranoá

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

4.1. REALIZAÇÕES DO FUNAM NO EXERCÍCIO

Os quadros abaixo, apresentam os projetos aprovados, por demanda espontânea, aos proponentes SEMA e IBRAM, no decorrer do exercício de 2019, pelo Conselho de Administração do FUNAM – CAF, na forma do Decreto nº 28.292/2007 e Manual de Aplicação de Recursos do FUNAM.

4.1.1 Recuperação da Orla do Lago Paranoá

Em 2019, durante a 24ª Reunião Extraordinária do CAF, foi aprovado o projeto “Revegetação da Orla do Lago Paranoá” apresentado pela SEMA, incorporando as áreas dos projetos apresentados pelo Ibram em 2018 e aprovados (SHIS QL 10), bem como a QL 12 do Lago Sul, ambos já com PRADs aprovados no Ibram. As ações nas áreas foram iniciadas juntamente com a fase de diagnóstico do projeto ainda em dezembro de 2019.

4.2. Banco de Projetos (aprovados nos anos 2015 e 2019)

A respeito das atividades de deliberação do Conselho de Administração do FUNAM – CAF, entre os anos de 2015 e 2019, registra-se neste RAT a listagem dos projetos que já foram submetidos ao Conselho e encontram-se aprovados aguardando serem retomados para execução.

Assim, o quadro abaixo apresenta o banco de projetos aprovados pelo CAF entre 2015 e 2018, que apesar do estágio de paralisado pode a qualquer momento ser retomado pelos proponentes SEMA e IBRAM, desde que, submetido ao Conselho de Administração do FUNAM.

Projeto	Objetivo	Aporte Financeiro R\$
Recuperação da Orla do Lago Paranoá	Promover ações de recuperação de áreas degradadas e/ou desmatadas por meio de recomposição da vegetação nativa e/ou outra forma de recuperação, visando evitar processos erosivos, assim como corrigir processos erosivos e respectivos danos ambientais já existentes. Sinalizar áreas estratégicas conforme uso adequado da Orla, além de promover o monitoramento das ações de recuperação e da integridade física de unidades de conservação e parques inseridos na Orla (ainda que parcialmente) – o projeto incorporou as áreas prevista no projeto do Ibram QL 10 Lago Sul, aprovado no CAF em 2018.	R\$ 2.009.000,00
Recuperação da Orla do Lago Paranoá	O projeto visa revegetar com plantio de mudas de espécies do cerrado a SHIS QL 10 do Lago Sul, em execução da Etapa 1 – Fase 2ª do Projeto Orla Livre, conforme Autorização Ambiental nº 034/2017 – IBRAM. A Ação Civil Pública MPDFT nº 2005.01.1.090580-7/2005 prevê indenizações por danos ambientais da Orla do Lago Paranoá, destinando os recursos para recuperação das margens do Lago Paranoá. As sentenças proferidas responsabilizam os antigos ocupantes das áreas objeto do processo judicial resultando em depósitos judiciais em conta vinculada do Fundo Único do Meio Ambiente-FUNAM.	R\$ 130.000,00
Revisar e aprimorar o licenciamento ambiental de Brasília	Revisão e aprimoramento do licenciamento ambiental de Brasília estabelecendo procedimento inovador de licenciamento ambiental, voltado a gestão de resultados e otimização de etapas e estudos, mediante o estabelecimento de indicadores de resultado, a partir de matrizes de impacto ambiental, por tipologia de empreendimento versus localização do empreendimento e as diretrizes e riscos estabelecidos no ZEE.	R\$ 640.000,00
Gestão de políticas públicas ambientais	O objetivo da consultoria é o levantamento das políticas públicas existentes no âmbito do Distrito Federal, identificação de status de execução, proposição de metas e indicadores de resultado por ação e criação de ferramenta de auto avaliação e acompanhamento do desenvolvimento das políticas públicas que possa ser aproveitada, acrescida e alterada nos próximos exercícios com vistas ao pleno acompanhamento e medição de desempenho.	R\$ 600.000,00
PCPV - Plano de Controle de Poluição	Aquisição de equipamentos e Contratação de serviços para subsidiar a implantação, execução e avaliação do programa de Inspeção e Manutenção de Veículos no Distrito Federal – Programa I/M, integrante do PCPV.	1.909.515,64
Mudanças Climáticas: Cenários e Alternativas	Projeções futuras de clima, com maior detalhamento, e passíveis de uso em avaliações dos impactos da mudança do clima em diversos setores socioeconômicos e ambientais.	65.500,00
Avaliação de Riscos Climáticos e Alternativas	Avaliação dos prováveis impactos de diferentes cenários climáticos para o DF sobre os recursos hídricos, usos associados, atual e futuro, considerando um horizonte de 30 anos (2010-2040).	90.000,00
Novo desenho Institucional do FUNAM	Consultoria para análise, revisão e desenvolvimento do redesenho organizacional do FUNAM. Novo desenho Institucional do FUNAM.	130.000,00
CAR – Cadastro Ambiental Rural com o (IBRAM)	2ª Etapa do Programa – IBRAM - Implantar o registro eletrônico (CAR) que permitirá ao GDF promover ações de planejamento da Política Ambiental DF como: 1. definição de áreas de reserva legal; 2. emissão de cota de reserva ambiental para mercado de ativos ambientais; 3. adesão ao programa de regularização ambiental que visa a recuperação de áreas degradadas em regime diferenciado ao produtor e regularização fundiária de imóveis rurais.	300.485,23
Concursos Prêmios Sustentáveis	Impulsionar no Distrito Federal iniciativas sustentáveis urbanas e rurais, empresariais e educativas sustentáveis, social e ambientalmente comprovadas, que inovem, promovam, incentivem e que sejam replicáveis em contextos semelhantes. (Edições 2018 e 2019)	1.400.000,00

Projeto	Objetivo	Aporte Financeiro R\$
Controle Reprodutivo De Animais Domésticos	Realização de procedimentos cirúrgicos de castração - ovário salpingo-histerectomia e orquiectomia em cães e gatos, para auxiliar o controle populacional de animais domésticos no Distrito Federal.	700.000,00

4.3 Lei Complementar nº 925/2017 (transferência dos recursos do FUNAM para o Tesouro do Distrito Federal) e Lei Complementar nº 957/2019

A respeito da Lei Complementar nº 925/2017, que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro, inclusive dos Fundos Especiais, e que tirou do FUNAM recursos financeiros destinados a financiar projetos em atividades decorrentes da execução da política ambiental do Distrito Federal, verifica-se que os efeitos da citada Lei, nas finanças do Fundo, podem ser observados na retirada, no início do ano de 2018, dos recursos financeiros de cerca de R\$ 6.5000.000,00 das disponibilidades financeiras apurados no Balanço Patrimonial do FUNAM do exercício do 2017. Em janeiro de 2019 o Funam reverteu R\$ 1.314.926,75 (um milhão, trezentos e cartose mil, novecentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos) ao caixa do Tesouro do Distrito Federal.

Em 2019, face ao fato de que a parte daquele recurso revertido ao Tesouro tem origem judícia, a saber: R\$ 1.379.000,00 (um milhão trezentos e setenta e nove mil reais) correspondentes das multas das ações penais propostas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios contra ocupantes da APP do Lago Paranoá para apurar crimes contra a flora (arts. 38 e 53 da Lei nº 9.605/1998) e R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais) correspondente à multa por danos causados na região conhecida como Fazenda Paranoazinho, objeto da Ação Civil Pública MPDFT nº 11.256/1992, a Sema, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Estratégicos, a qual o Funam está subordinado, conseguiu reverter esse valor por meio do Decreto 39.742 de 28/03/2019, através da Fonte 100.

Esse recurso financiou o Projeto Revegetação da Orla do Lago Paranoá – Edital de Chamamento Público nº 001/2019 que deu origem ao Termo de Colaboração nº 001/2019, entre o GDF por meio do Funam e o Instituto Rede Terra, instituição vencedora do Chamamento Público.

No final de 2019 foi aprovada a Lei Complementar 957 de 20 de dezembro de 2019 que excepcionalizou os recursos de processos judiciais depositados no Funam de serem revertidos ao Tesouro (LC 925/2017).

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS**Legislação Atualizada e Síntese das Competências**

Este Órgão integrante da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, foi criado pela Lei nº 4.545, de 10/12/1964, que dispôs sobre a reestruturação Administrativa do Distrito Federal, sendo instituída dentre outros Órgãos, a Secretaria de Viação e Obras. Ao longo dos anos recebeu várias denominações, atualmente foi renomeada, por meio do Decreto nº 39.610, de 01 de janeiro de 2019, Secretaria de Obras e Infraestrutura e, a respectiva estrutura administrativa deste Órgão, cuja definição foi determinada pelo Decreto nº 39.620, de 04 de janeiro de 2019 restou estabelecida pelo Decreto nº 39.766, de 09 de abril de 2019, que trouxe a última reestruturação da Pasta.

Nesta nova gestão priorizou-se estabelecer as competências legais das unidades integrantes desta Secretaria para a execução de suas atividades por meio da aprovação do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, objeto do Decreto nº 40.158, de 08 de outubro de 2019. Trata-se de grande conquista para o Órgão uma vez que o Regimento anterior foi editado em 07 de abril de 2003, por meio do Decreto nº 23.719, tendo permanecido defasado perante várias estruturas posteriores. Conforme Art. 1º, do Decreto nº 39.766, esta Secretaria, possui as seguintes competências legais:

- I - coordenar os projetos, a execução e a fiscalização das obras públicas;
- II- formular diretrizes e políticas governamentais na área de infraestrutura urbana;
- III- promover a política de recuperação de equipamentos públicos;e,
- IV- coordenar a prestação e manutenção dos serviços públicos no Distrito Federal.

Vinculam-se a esta Secretaria os seguintes Órgãos da Administração Indireta do DF: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap); Companhia Energética de Brasília (CEB); Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (Caesb); e, Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

Ressalta-se, também, a vinculação administrativa do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – Corsap-DF/GO à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, que ocorreu a partir da edição do Decreto nº 37.405, de 13/06/2016.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	12	8	19	8	47
Comissionados sem vínculo efetivo	65	50	0	0	115
Requisitados de órgãos do GDF	12	12	4	2	30
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	10	10	20
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	89	70	33	20	212
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	9	5	14
Total Geral	89	70	24	15	198

Observa-se acima que a quantidade de servidores efetivos permanece com déficit, resultando na dependência de cargos comissionados para o desempenho de suas atividades. Têm-se do quadro efetivo desta Secretaria, para atuar na Atividade Fim, um total de 16 (dezesesseis) servidores, dos quais 05 (cinco) estão cedidos para outros Órgãos, restando apenas 11 (onze) servidores efetivos.

Importante destacar que esta Secretaria, por várias vezes, oficializou à então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Seplag, atual Secretaria de Economia a necessidade de servidores da Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental, da Carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal e da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas, visando subsidiar a autorização de concursos públicos.

Assim, para compor e até mesmo amenizar o déficit da força de trabalho, pleiteou-se em 17/4/2018, por meio do Ofício SEI-GDF nº 74/2018-SINESP (Processo SEI nº 0110-00386/2016) a abertura de procedimento para fins de autorização de concursos públicos. Até a presente data, aguarda-se parecer daquela pasta. A medida visa também atender ao disposto no artigo 19 da Lei Orgânica do DF, que prevê a ocupação de pelo menos cinquenta por cento (50%) dos cargos em comissão por servidores efetivos.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	5505000,0	5500000,00	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"--DISTRITO FEDERAL	5505000,0	5500000,00	0	0
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	3505000,0	3500000,00	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"--DISTRITO FEDERAL	3505000,0	3500000,00	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	9010000,00	9000000,00	0,00	0,00

No Programa Temático 6203 estavam inseridas as Ações de criação da Unidade de Gerenciamento e o Projeto de Fortalecimento Institucional, relativas ao Programa Brasília Sustentável II, previstas para serem custeadas por recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento

– BID, dentre demais ações vinculadas ao programa temático 6210. A operação de crédito em questão não foi concretizada conforme adiante descrito:

O Distrito Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), vinha desde 2012 trabalhando intensamente na concepção, preparação, negociação e assinatura da operação de crédito externa que financiaria a implantação do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal – Programa Brasília Sustentável II. Neste interregno, foram realizadas inúmeras reuniões técnicas envolvendo múltiplos órgãos distritais, assim como missões oficiais de funcionários do BID para o acompanhamento da concepção e preparação do Programa.

Os objetivos do Programa eram o fortalecimento institucional de órgãos centrais de infraestrutura urbana, serviços públicos e ambientais, assim como, no apoio a Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos e a readequação urbana da Área de Regularização de Interesse Social-ARIS designada de “Pôr-do-Sol”.

A Resolução da COFIEX nº 11/0101, de 08 de março de 2013, alterou a Recomendação COFIEX nº 1330/0101, de 27 de junho de 2012, alterando o valor do empréstimo para até US\$ 100.000.000 (cem milhões de dólares) e contrapartida de US\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de dólares). A negociação das minutas contratuais, com a presença de diversos órgãos das esferas distritais e federais se deu no final de 2016. Em fevereiro de 2018, após um longo, complexo e detalhado processo na Secretaria do Tesouro Nacional, o Senado Federal em 22 de fevereiro de 2018 promulgou a Resolução nº 02/2018.

Cumprir ressaltar que a aprovação do Senado Federal, por meio da Resolução nº 02/2018, se apoiou nos termos da Constituição Federal (art. 163), na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 32), na Lei Autorizativa nº 5.484/2015-CLDF e nos Pareceres STN SEI nº 728/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF (12/12/2017) e PGFN/COF/nº2016/2017, de 14/12/2017, que se pronunciaram pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade documental.

Ocorre que, às vésperas da assinatura contratual, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN requalificou o DF por meio da nova metodologia da Capacidade de Pagamento do Mutuário e reconheceu a impossibilidade para a obtenção do empréstimo e da Garantia da União por estar enquadrada na nota “C”, situação que ainda perdura. Todavia, naquele momento já havia a aprovação junto à STN e ao Senado Federal.

Exauridas as medidas administrativas possíveis, o GDF solicitou a Procuradoria-Geral do Distrito Federal que adotasse as providências judiciais cabíveis, a fim de garantir a assinatura do Contrato em 31/08/2018. Assim, houve o ingresso de Ação Cível Originária 3.168/STF em face da União. Em 17/12/2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu tutela provisória, confirmada posteriormente, para determinar a validade do enquadramento do Distrito Federal na classificação de endividamento “B”, reconhecido no parecer STN nº 728/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DE, especificamente para o Programa Brasília Sustentável II.

Em fevereiro de 2019, mesmo com a decisão favorável da Suprema Corte determinando que a União desse o aval para a assinatura do contrato de empréstimo, o BID, após deliberação interna, resolveu unilateralmente cancelar o financiamento de seu escopo de operações de crédito em tratativas, conforme exposto no perfil do Programa no sitio do banco: Site BID - <https://www.iadb.org/en/project/BR-L1383>. Em face desse cenário, nos termos do Despacho SEI-GDF SEFP/SPLAN/SUCAP (SEI nº 26347012) a Operação de crédito foi descartada pelo órgão responsável pela captação do recurso, impossibilitando assim qualquer tipo de execução física e financeira.

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	2178618,0	1521660,00	0	0
1040 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	2178618,0	1521660,00	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	798032,0	827234,44	0	0
9472 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	798032,0	827234,44	0	0
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	448113,0	0,00	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES--GAMA	448113,0	0,00	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	323445,0	228095,00	0	0
6330 - REFORMA DE ESTÁDIO--DISTRITO FEDERAL	323445,0	228095,00	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	6541141,0	6865697,65	2100701,44	392860,40
0009 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	62174,0	0,55	0	0
4747 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CAMPOS DE FUTEBOL DE GRAMA SINTÉTICA-DISTRITO FEDERAL	6478967,0	6865697,10	2100701,44	392860,40
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	108806,0	0,68	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE INICIAÇÃO AO ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	108806,0	0,68	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	1413300,0	1411800,00	0	0
0012 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	1413300,0	1411800,00	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	6217,0	0,26	0	0
0011 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	6217,0	0,26	0	0
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	1852911,0	2365877,28	0	0
8514 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA--DISTRITO FEDERAL	1757911,0	1756035,28	0	0
8523 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-PRAÇA NO PÓLO DE MODAS- GUARÁ	45000,0	252028,00	0	0
8531 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-PISTA DE COOPER NA VILA PLANALTO-PLANO PILOTO .	50000,0	357814,00	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	13670583,00	13220365,31	2100701,44	392860,40

Descrição dos Principais Investimentos - Programa 6206	Cidade	Estágio
Construção de Pista de Cooper na Vila Planalto. (CT 005/2016)	PLANO PILOTO	Concluída
Construção de Campo de Futebol de Grama Sintética na Chácara nº 131, do Núcleo Rural Santos Dumont, no Vale do Amanhecer. (CT 009/2019)	PLANALTINA	Concluída
Implantação de Campo de Futebol de Grama Sintética na EQ 418/518 de Santa Maria. (CT 012/2019)	SANTA MARIA	Andamento Normal

As realizações do Programa Temático 6206 se referem a ações de fomento às práticas esportivas, atividades físicas e lazer. O aporte de recursos para as realizações deste programa temático vinculava-se à previsão de celebração de contratos de repasse referentes a emendas Federais que em sua maioria não tiveram as suas propostas selecionadas até o final do exercício.

No exercício de 2019 as novas ações que puderam ser empreendidas a conta dos referidos recursos foram contratadas no **Subtítulo 4747** e seus andamentos constam a seguir:

Implantação de Pista de Cooper, na Vila Planalto, em Brasília –

Assim como no exercício de 2018 e até o 5º bimestre de 2019 a obra permaneceu paralisada devido à necessidade de reprogramação do Contrato de Repasse nº SICONV nº 806.265/2014, junto ao Órgão Financiador, Caixa que, solicitou adequações de projetos e orçamentos referentes às alterações do traçado da pista. Como as obras pendentes, de sinalização, não serão executadas no âmbito do Contrato, deu-se por encerrada a intervenção no 6º bimestre, com o percentual de execução de 94% dos serviços contratados, embora ainda se constate pendências financeiras com o Contratado.

Construção de campo de futebol de grama sintética na Chácara nº 131 do Núcleo Rural Santos Dumont, no Vale do Amanhecer – Contrato 009/2019 –

Obra iniciada no 5º Bimestre e concluída no 6º Bimestre de 2019. Compreendeu a execução dos serviços de instalação e pintura do alambrado, assentamento de grama sintética e execução de calçada de concreto armado em todo o perímetro do campo.





Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética na EQ 418/518, Santa Maria, DF – Contrato 012/2019 –

Obra iniciada no 6º Bimestre com término previsto para o 1º Bimestre de 2020. Encerra o 6º Bimestre com 14% dos serviços executados.

Construção de campo de futebol de grama sintética na QNM 13, Lote A, Centro de Ensino Médio, em Ceilândia.

Não obstante esta intervenção ter sido concluída em 2018, a quitação das despesas decorrentes da contratação foi efetivada no final de 2019, mediante reconhecimento de dívida pela atual gestão.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	1075469,0	1870870,96	16639,95	3069,89
0005 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS-CONSTRUÇÃO DE FEIRAS - RECANTO DAS EMAS- RECANTO DAS EMAS	0	300000,0	0	0
0799 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	1025469,0	1023987,96	0	0
5748 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS-FEIRA PERMANENTE DA ESTRUTURAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	50000,0	546883,00	16639,95	3069,89
3247 - REFORMA DE FEIRAS	93261,0	0,58	0	0
6715 - REFORMA DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	93261,0	0,58	0	0
3728 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÃO	273314,0	270476,64	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÃO-ZITO BOIADEIRO- CEILÂNDIA	273314,0	270476,64	0	0
5011 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE	597095,0	89073,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DF ENTORNO	597095,0	89073,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3033 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL	7000,0	0,00	0	0
0001 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL-- LAGO NORTE	7000,0	0,00	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	2046139,00	2230421,18	16639,95	3069,89

Programa Brasília Competitiva

Igualmente ao Programa Cidade do Esporte e Lazer apresentava a maior parte dos recursos orçamentários consignados vinculados a contratos de repasse decorrentes de liberação de emendas Parlamentares Federais, que foram rescindidas por motivo de não cumprimento a cláusulas suspensivas pactuadas nos referidos Termos.

A realização financeira constatada no Programa 6207 se refere ao pagamento, mediante reconhecimento de dívida, de passivo relativo às obras de Construção de Feira da Estrutural, concluída no exercício de 2018.

E quanto a Ação Orçamentária 5011, não iniciada no exercício, esta ocorrência deveu-se a ausência de documentação considerada apta para que se efetivasse o repasse.

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	3242995,0	2215019,00	2100995,25	1972792,77
0018 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA-DISTRITO FEDERAL	3242995,0	2215019,00	2100995,25	1972792,77
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	13693000,0	12693000,98	0	0
0006 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"-PÔR DO SOL- CEILÂNDIA	13693000,0	12693000,98	0	0
3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA	8402423,0	0,00	0	0
0010 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA-RECUPERAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO DE ESPORTE E LAZER E DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	8402423,0	0,00	0	0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	25338418,00	14908019,98	2100995,25	1972792,77

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6208	Cidade	Etapa SAG	Estágio
Serviços técnicos de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado para acompanhamento da execução das obras de urbanização contratadas pela Sinesp e fiscalizadas pela Novacap, em Vicente Pires. (CT 063/2018 Novacap, a partir de recursos descentralizados pela SODF)	VICENTE PIRES	0039	Andamento Normal
Serviços técnicos de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado para acompanhamento da execução das obras de urbanização contratadas pela Sinesp e fiscalizadas pela Novacap, no Sol Nascente/Ceilândia. (CT 062/2018 Novacap, a partir de recursos descentralizados pela SODF)	CEILÂNDIA	0040	Andamento Normal
Serviço Geotécnico de Sondagem à percussão para obras do Corredor Eixo Oeste. (CT 004/2019)	DISTRITO FEDERAL	0115	Concluída

Programa Território da Gente –

Os recursos disponibilizados possibilitaram dar seguimento apenas à Ação Orçamentária 1968 por meio da qual foram custeadas as contratações efetivadas pela Novacap relativas aos serviços de topografia para acompanhamento das obras, no Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia – Contrato nº 062/2018 – ASJUR/PRES e no Setor Habitacional Vicente Pires – DF- Contrato nº 063/2018 – ASJUR/PRES, mediante descentralização de créditos a partir de portarias conjuntas celebradas ao longo do exercício de 2019. Em 2020, estas contratações estarão sob a gestão desta Secretaria, face aos efeitos das sub-rogações formalizadas por meio de Termos Aditivos (DODF nº 245 de 26/12/2019).

Outra despesa realizada na Ação Orçamentária em referência consistiu da execução dos serviços geotécnicos de sondagem à percussão e sondagem mista no local de implantação da bacia de detenção para o lançamento da drenagem pluvial no Ribeirão Riacho Fundo, nas proximidades do Zoológico, na área central de Brasília, para subsidiar as diretrizes do projeto executivo das obras do Corredor do Eixo Oeste de Transporte do DF – Contrato nº 004/2019.

Ação de Manutenção e Conservação Urbanística – Recuperação de Mobiliário Urbano de Esporte e Lazer e de Cultura – Distrito Federal –

A dotação orçamentária foi prevista em Lei para executar ações a serem envidadas por intermédio da Concorrência Pública nº 002/2016-Ascal/Pres, que, conforme relato da Consultoria Jurídica da Novacap, persiste contestada judicialmente diante de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, que ao final de 2019 encontrava-se concluso para decisão do Ministro Presidente do STJ. De outro modo, os recursos consignados inicialmente na referida dotação não se mantiveram disponíveis na denominada Despesa Autorizada, sendo remanejados para sanar déficits de outras importantes ações governamentais cujas contratações requereram a devida continuidade por parte desta Pasta, em especial, para a retomada das obras de Construção da Praça da Juventude do Itapoã (Contrato nº 006/2019), e, para as obras de urbanização, em execução, no Setor Habitacional Vicente Pires (Contratos nº 004/2015, 005/2015, 008/2015, 010/2015, 006/2016, 008/2016, 019/2016, 020/2016, 021/2016 e 003/2018).

Observa-se, ainda, que tal como ocorrido no Programa 6203, o Programa Temático 6208, apresentou ações vinculadas ao Programa Brasília Sustentável II, previstas para serem custeadas por recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que não tiveram a respectiva operação de crédito contratada, cujos detalhes constam de tópico específico acerca da matéria.



Sondagem mista - Proximidades do Zoológico

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	15243739,0	17037939,18	3442360,82	1915947,23
0147 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	8143739,0	10006485,18	3442360,82	1915947,23
1322 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	7000000,0	7031454,0	0	0
9633 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ARAPOANGA-PLANALTINA	100000,0	0,00	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2450000,0	697622,0	677865,55	0
0032 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	480243,77	0
9561 - AMPLIAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS	200000,0	0,0	0	0
9562 - AMPLIAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	200000,0	197622,0	197621,78	0
9563 - AMPLIAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO PILOTO	1600000,0	0,0	0	0
9564 - AMPLIAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE SOBRADINHO E SOBRADINHO II	300000,0	0,0	0	0
9565 - AMPLIAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA	150000,0	0,0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1288942,0	14229720,00	14179627,12	6930716,00
0023 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	37001,0	9648874,00	9637114,72	6930716,00
0070 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO GUARÁ- GUARÁ	0	1400000,0	1400000,0	0
0086 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA PRINCIPAL DO GUARÁ I- GUARÁ	0	685000,0	684678,11	0
0087 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO LÚCIO COSTA- GUARÁ	0	250000,0	244193,59	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0090 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII- SANTA MARIA	0	170000,0	164141,24	0
0091 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA -DISTRITO FEDERAL	0	600000,0	573654,26	0
6995 - AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS ARREDORES DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO	100000,0	99995,0	99994,48	0
0075 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PROL DE TODAS AS CIDADES DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	555982,0	555981,98	0
0081 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-MELHORIA E AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA SQN 311 - ASA NORTE- PLANO PILOTO .	0	819869,0	819868,74	0
6996 - MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO EM DIVERSAS ÁREAS DO DISTRITO FEDERAL	1151941,0	0,0	0	0
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	29915052,0	28935100,00	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF-REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES- PLANO PILOTO .	621740,0	0,00	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF-REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES- TAGUATINGA	29293312,0	28935100,00	0	0
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	216854490,0	246164004,02	130155457,46	117246401,89
0073 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC- PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL BERNARDO SAYÃO- DISTRITO FEDERAL	44238405,0	40430502,02	6340465,25	5626197,94
0075 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC- PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL PORTO RICO- SANTA MARIA	11887418,0	14930846,00	739317,71	665724,71

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0076 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL BURITIS-SOBRADINHO II	406696,0	400000,00	0	0
0077 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL- VICENTE PIRES	160321971,0	190402656,00	123075674,50	110954479,24
3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	84326404,0	90871133,19	13995890,41	11880708,99
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-ARAPOANGA- PLANALTINA	13398395,0	13376509,00	0	0
0002 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-MESTRE D'ARMAS- PLANALTINA	10000000,0	10000000,0	0	0
0003 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-CONDOMÍNIO SOL NASCENTE-CEILÂNDIA	60928009,0	67494624,19	13995890,41	11880708,99
5695 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO	31087,0	0,86	0	0
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO--DISTRITO FEDERAL	31087,0	0,86	0	0
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	189746395,0	244268972,00	231938284,34	202597431,34
0001 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-REGIÃO ADM DE SANTA MARIA - RA XIII- SANTA MARIA	0	678000,0	677495,36	677495,36
0003 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VÁRIAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	1500000,0	1156472,42	0
0006 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CRUZEIRO (2019)- CRUZEIRO	0	1478659,0	1478658,08	0
0009 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-SUBSTITUIÇÃO DO CONJUNTO DE LUMINÁRIAS NO VALE DO AMANHECER- PLANALTINA	0	480000,0	479841,11	0
0010 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-SUBSTITUIÇÃO DO CONJUNTO DE LUMINÁRIAS NA AV. ERASMO DE CASTRO E DF-130 ATÉ A 1ª ENTRADA DO VALE DO AMANHECER - PLANALTINA DF- PLANALTINA	0	194000,0	179491,56	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0011 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVENIDA PRINCIPAL DO GUARÁ I-GUARÁ	0	185000,0	0	0
0012 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO LÚCIO COSTA- GUARÁ	0	180000,0	0	0
0013 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO GUARÁ- GUARÁ	0	300000,0	299951,63	0
0014 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL - DF-DISTRITO FEDERAL	0	922000,0	902556,98	0
0017 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO-GUARÁ	0	1500000,0	1499821,29	0
6471 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-REGIÕES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	187596395,0	236497522,00	224910204,91	201919935,98
6476 - MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS REG. ADM. DO DF	750000,0	353791,0	353791,0	0
6477 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO GUARÁ	1400000,0	0,0	0	0
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II'	16293000,0	16202125,00	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II'--DISTRITO FEDERAL	16293000,0	16202125,00	0	0
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	100000,0	0,00	0	0
6035 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO--DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,00	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	556249109,00	658406616,25	394389485,70	340571205,45

Descrição dos Principais Investimentos	Cidade	Estágio
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Arniquireas/Bernardo Sayão, Lote 04. (CT 024/2016)	DISTRITO FEDERAL	Anulada
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Arniquireas/Bernardo Sayão, Lote 03. (CT 004/2017)	DISTRITO FEDERAL	Paralisada
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Arniquireas/Bernardo Sayão Lote 02. (CT 001/2018)	DISTRITO FEDERAL	Paralisada
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Porto Rico, Lote 01. (CT 013/2016)	SANTA MARIA	Concluída
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Porto Rico, Lote 02. (CT 014/2016)	SANTA MARIA	Concluída
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Porto Rico, Lote 04. (CT 016/2016)	SANTA MARIA	Concluída
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Porto Rico, Lote 05. (CT 017/2016)	SANTA MARIA	Concluída
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Porto Rico, Lote 06. (CT 018/2016)	SANTA MARIA	Concluída
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Buritis, Lote 05. (CT 12/2015)	SOBRADINHO II	Concluída
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Buritis, Lote 06. (CT 11/2016)	SOBRADINHO II	Concluída
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 06. (CT 004/2015)	VICENTE PIRES	Andamento Normal
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 07. (CT 005/2015)	VICENTE PIRES	Andamento Normal
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 01. (CT 008/2015)	VICENTE PIRES	Andamento Normal
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 02. (CT 009/2015)	VICENTE PIRES	Anulada
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 03. (CT 010/2015)	VICENTE PIRES	Concluída
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 11. (CT 006/2016)	VICENTE PIRES	Paralisada
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 04. (CT 008/2016)	VICENTE PIRES	Andamento Normal
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 05. (CT 019/2016)	VICENTE PIRES	Andamento Normal
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 09. (CT 020/2016)	VICENTE PIRES	Andamento Normal
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 10. (CT 021/2016)	VICENTE PIRES	Andamento Normal
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 08. (CT 003/2018)	VICENTE PIRES	Concluída
Obras de Urbanização no Setor Habitacional Sol Nascente - Trecho 1. (CT 015/2014)	CEILÂNDIA	Paralisada
Obras de Urbanização no Setor Habitacional Sol Nascente - Trecho 2. (CT 002/2015)	CEILÂNDIA	Concluída
Obras de Urbanização no Setor Habitacional Sol Nascente - Trecho 3. (CT 003/2015)	CEILÂNDIA	Concluída
Revitalização da W3 Sul, Quadras 511 a 512, Asa Sul. (CT 001/2019)	PLANO PILOTO	Concluída
Execução de obras de drenagem e pavimentação para o trecho denominado "Rota de Fuga", no Setor de Inflamáveis. (CT 011/2019)	SIA	Andamento Normal

Descrição dos Principais Investimentos - Iluminação Pública	Cidade	Estágio
Prestação dos serviços de Estudo Preliminar e Projeto Básico (Etapa 1) e Fiscalização e Projetos "as built" (Etapa 2). (CT 003/2017)	DISTRITO FEDERAL	Andamento Normal
Implantação Melhoria do Sistema de Iluminação Pública no DF. (CV 001/2017)	DISTRITO FEDERAL	Andamento Normal
Manutenção do sistema de iluminação pública (PIP) no Distrito Federal. (CT 004/2018)	DISTRITO FEDERAL	Concluída
Fornecimento de energia elétrica para o Sistema de iluminação do Distrito Federal. (004/2018)	DISTRITO FEDERAL	Concluída
Ampliação de iluminação pública e várias localidades de Taguatinga. (EPI)	TAGUATINGA	Andamento Normal

Descrição dos Principais Investimentos - Iluminação Pública	Cidade	Estágio
Ampliação de pontos de iluminação pública nos arredores do Campus Darcy Ribeiro. (EPI)	PLANO PILOTO	Andamento Normal
Manutenção de rede de iluminação pública nas regiões administrativas do Distrito Federal. (EPI)	DISTRITO FEDERAL	Concluída
Ampliação Pontos de Iluminação no Guará II – Ciclovia da Av. do Contorno, trechos da QE 30, 28, 26, 24, 13, 15, 17. (CT 003/2017 e Conv.: 001/2017)	GUARÁ	Concluída
Manutenção o Sistema de Iluminação Pública e fornecer energia para o sistema elétrico na Avenida dos Alagados, em Santa Maria. (CT 004/2018)	SANTA MARIA	Concluída
Ampliação de iluminação pública e várias localidades do Distrito Federal. (EPI)	DISTRITO FEDERAL	Andamento Normal
Manutenção do sistema de iluminação pública em diversas localidades do Distrito Federal. (EPI)	DISTRITO FEDERAL	Concluída
Manutenção do sistema de iluminação pública no Vale do Amanhecer. (EPI)	PLANALTINA	Concluída
Manutenção do sistema de iluminação pública na Avenida Erasmo de Castro e DF 130 até a 1ª entrada do Vale do Amanhecer. (EPI)	PLANALTINA	Concluída
Ampliação de iluminação pública e várias localidades na SQN 311 - Asa Norte. (EPI)	PLANO PILOTO	Andamento Normal
Manutenção do sistema de iluminação pública no Cruzeiro. (EPI)	VICENTE PIRES	Concluída
Ampliação de rede de iluminação em várias localidades de Sobradinho e Fercal. (EPI)	DISTRITO FEDERAL	Andamento Normal
Ampliação de pontos de iluminação pública em várias localidades do Gurá. (EPI)	GUARÁ	Andamento Normal
Ampliação de pontos de iluminação públicano Lúcio Costa. (EPI)	GUARÁ	Andamento Normal
Ampliação de pontos de iluminação pública em várias localidades de Santa Maria. (EPI)	SANTA MARIA	Concluída
Ampliação de pontos de iluminação pública em várias localidades do Recanto das Emas. (EPI)	VICENTE PIRES	Concluída
Manutenção do sistema de iluminação pública no Guará. (EPI)	GUARÁ	Concluída
Manutenção do sistema de iluminação pública em diversas localidades de Santa Maria. (EPI)	SANTA MARIA	Concluída
Manutenção do sistema de iluminação pública no Guará. (EPI)	GUARÁ	Concluída

As Ações previstas, a serem executadas no âmbito do Programa Temático 6210, igualmente aos Programas 6206 e 6208 eram em sua maior parte vinculadas a recursos provenientes de Operações de Crédito (Fontes: 135, 136 e 335) e Contratos de Repasse/Termos de Compromisso (Fonte 732) celebrados com a União e com a Terracap e ainda, as decorrentes da Contribuição de Iluminação Pública – CIP (Fonte 134).

Portanto concentra-se nesse Programa o maior percentual de recursos desta Unidade Orçamentária, equivalente a 82% da Despesa Autorizada, e como no exercício anterior o resultado orçamentário da Pasta foi impactado pelo desempenho verificado nas realizações das fontes de recursos externas, principalmente as vinculadas aos financiamentos vigentes com a Caixa, cujo efetivo ingresso está condicionado ao cumprimento das regras pactuadas, bem como da solução de questões de natureza variada, sobretudo fundiárias, ambientais e as decorrentes da implementação de projetos executivos desatualizados perante situações supervenientes constatadas, não contempladas nos projetos originais, utilizados nos certames, e ainda para atendimento às exigências de Órgãos como Ibram, Iphan, Semob, Seduh, Terracap e outros. Nesse sentido o andamento das diversas intervenções reflete a situação dos fatores elencados sendo esses detalhados no contexto do presente relatório e as Ações Orçamentárias, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (Vicente Pires, Bernardo Sayão, Porto Rico, Buritizinho) e Execução de Obras de Urbanização - Pró-Moradia (Sol Nascente, Arapoanga, Mestre D'armas), possuem maior evidência da constatação supracitada.

As realizações efetivadas no Programa 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental são as destacadas a seguir:

Execução de Obras de Urbanização no Distrito Federal – Execução de obras de drenagem e pavimentação para o trecho denominado "Rota de Fuga", no Setor de Inflamáveis, no Setor de Indústrias e Abastecimento - SIA/DF - Contrato 011/2019

Intervenção reivindicada pela Administração local desde 2009. O projeto prevê a continuidade das vias já existentes (IN-1 e IN-2), seguindo paralelamente à via férrea até ao Conjunto Lúcio Costa, onde se incorporam à via marginal da Estrada Parque Taguatinga (EPTG). Cada uma das duas novas vias terá duas faixas de rolamento (mão dupla), com 7 metros de largura, calçadas e ciclovia, numa extensão de 3,7 km. Obras iniciadas em outubro de 2019, sendo realizada a mobilização e canteiro de obras e execução de trechos da rede de drenagem, executados aproximadamente 8% dos serviços contratados.



Revitalização da W3 Sul Quadras 511 e 512, localizadas no Plano Piloto/DF - Contrato nº 001/2019 -

As obras iniciaram no 2º Bimestre de 2019 e foram 100% concluídas no 5º Bimestre de 2019, sendo executados os serviços de recuperação e troca de piso em calçadas existentes, alargamento de passeios e calçadas nos trajetos transversais W3/W2 e na via W2, qualificação de travessias com remodelação de calçadas adjacentes, recuperação de piso e rampas, implantação de mobiliário urbano padronizado, revitalização dos becos entre blocos com piso diferenciado, plantio de árvores e execução de estacionamentos na W2 em blocos intertravados e a readequação do sistema viário com a construção de estacionamentos, execução de calçadas, a acessibilidade, paisagismo, e obras complementares de drenagem e sinalização. As obras foram concluídas em setembro de 2019.



Pavimentação e drenagem/urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão -

Este empreendimento apresentou as seguintes situações para as intervenções contratadas:

Pavimentação e drenagem/urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão - Lote 02 - Contrato nº 001/2018 -

Concluída a rede de drenagem, pavimentação asfáltica, meios-fios e calçadas da Avenida principal e em 04 (quatro) condomínios. Devido às interferências de edificações nas áreas destinadas para execução das lagoas de retenção houve atraso no início das obras, O projeto de readequação destas lagoas foi apresentado pela Terracap em novembro/2019. Encerrou o ano de 2019 com 42,29% das obras executadas, não obstante o estágio paralisado, verificado no 6º Bimestre, devido ao período chuvoso ter inviabilizado o prosseguimento de etapa.



Pavimentação e drenagem/urbanização no Setor Habitacional Bernardo Sayão - Lote 03 - Contrato nº 004/2017-

Houve a retomada das obras do 3º ao 5º bimestres, período em que a intervenção apresentou andamento normal, tendo alcançado 36% de serviços executados. Destaca-se a execução das redes de drenagem 41, 42, 47 e 48; execução dos lançamentos diretos 14, 16 e 19; execução do dissipador e canal de entrada da lagoa de retenção nº 06; execução da pavimentação das vias BS- 54, BS- 46 e Vias Principais 37 e 38; e execução de calçadas ao longo das vias pavimentadas.

A partir do 6º Bimestre/2019, foi solicitada a suspensão contratual devido à impossibilidade de execução dos serviços de implantação de lagoas de retenção no período chuvoso.





Obras de pavimentação e drenagem/urbanização no Setor Habitacional Porto Rico

Os Executores de Contratos relativos a este empreendimento atribuíram o estágio de obras concluídas às contratações que em 2018 já se demonstravam com percentuais elevados de execução e em geral apresentavam pendências apenas quanto aos serviços de sinalização viária (Lote 1, 2, 4 e 5) e em relação ao Lote 06, pendência de instalação de alambrado que cerca a Lagoa e replantio de grama.

Lote	Contrato	Andamento
01	013/2016-Sinesp	Concluído - 99%
02	014/2016-Sinesp	Concluído - 100%
03	015/2016-Sinesp	Não Iniciada
04	016/2016-Sinesp	Concluído - 99%
05	017/2016-Sinesp	Concluído - 100%
06	018/2016-Sinesp	Concluído - 99,86%

Nota 1: Lote 03 - Contrato 015/2016, persistiu em fase de rescisão devido a necessidade de execução de intervenções prévias de responsabilidade da CEB e da Caesb e por questões fundiárias, a serem sanadas pela Terracap.

Obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, em Sobradinho II -

Como no Subtítulo anterior as contratações remanescentes relativas ao Setor Habitacional Buritizinho, alcançaram o estágio de obra concluída, com percentuais finais de 100%, consistindo dos Lotes 5 e 6 (Contratos 012/2015 e 011/2016).

Obras de execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e obras de artes especiais no Setor Habitacional Vicente Pires -

Intervenção dividida em onze lotes, dos quais o Lote 2 restou rescindido em 13/02/2019. Possui uma área aproximada de 2.200 hectares, dividida territorialmente, em Glebas, de número I a IV. Para a execução das benfeitorias em todo o setor, esses espaços foram divididos - durante a licitação - em Lotes. Na Gleba I, estão os lotes: 1, 2 e 3. Na Gleba II, encontram-se os lotes 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. Na Gleba III, estão os lotes 6 e 7 e na Gleba IV, ficam parte dos lotes 1 e 10. A intervenção consiste na execução de 185,2 km de drenagem pluvial e 1.888.276,55 m² de pavimentação asfáltica, além de calçadas e meios-fios. O sistema de drenagem contará com 23 lagoas de qualidade e retenção, além de 85 lançamentos, devidamente outorgados pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa).

PROBLEMAS ENFRENTADOS DURANTE A EXECUÇÃO DAS OBRAS NO SETOR HABITACIONAL VICENTE PIRES

Na execução de todas as intervenções contratadas para o Setor Habitacional Vicente Pires foram detectados problemas e interferências que se demonstraram recorrentes desde o início das obras e ao longo de 2019. Traçamos abaixo descrição sucinta:

1. As escavações realizadas pelas empresas contratadas para as obras de drenagem constatarem, em algumas vias da cidade, restos de material de construção, entulho, entre outros, devido ao fato de algumas localidades daquela região terem sido áreas de depósito de grande volume de lixo (lixão);
2. Interferências diversas com redes de água e esgoto operadas pela Caesb e redes elétricas da CEB, além de várias redes clandestinas, ocasionando atrasos no cronograma de obra;
3. Pendências fundiárias, sendo demandadas negociações por parte do Governo do Distrito Federal junto a chacareiros, proprietários de lotes objetivando a liberação das áreas necessárias à execução das obras, principalmente aquelas destinadas à implantação das lagoas de retenção das redes de drenagem.
4. Imprecisão dos projetos e orçamentos licitados, sendo necessários diversos ajustes contratuais para inclusão e correção de quantitativos de serviços não previstos entre outros. Destaca-se, por exemplo, em diversas áreas abrangidas pelas obras a presença de solo mole, não prevista em projeto. E como consequências, tais ajustes resultaram em custos adicionais e geraram diversas prorrogações de prazos.

Lote	Contrato	Dificuldades/Interferências	% Executado Acumulado
01	008/2015	Dificuldades de acesso aos condomínios, bem como interferências com as redes da CEB e Caesb, e conseqüentemente a falta de liberação de frentes de serviços, impactaram no andamento do contrato, sendo necessária a realização de várias negociações com os moradores, de modo a liberar os locais para execução dos estudos iniciais para execução do objeto do contrato como, por exemplo, realização de estudos topográficos e sondagens de laboratório. Outro fator importante que resultou em atrasos foi a necessidade da realização de supressões vegetais que interferiam principalmente nas lagoas, lançamentos diretos e em algumas ruas. Vale ressaltar que foram encontradas necessidades de readequação e elaboração dos projetos executivos da Obra de Arte Especial - OAE 01, bem como a alteração de traçado de algumas redes de drenagem, em razão das interferências encontradas. Somados aos fatores já citados, as condições climáticas também influenciaram no cumprimento do cronograma de obras.	Em execução 45,92%
03	010/2015	A execução das Redes de drenagem 42, 53, 58 a 61 e 69 e, conseqüentemente, a pavimentação asfáltica das vias correlatas ficaram prejudicadas devido às interferências fundiárias e técnicas cujas soluções extrapolam o escopo do contrato. O tema está instruído nos autos do Processo SEI 00110-00000367/2019-68.	Concluído 63,96%
04	008/2016	Readequação do projeto executivo; chuvas; remoção de hidrantes; remoção de postes; supressão vegetal; liberação de área para execução das lagoas; liberação para execução dos serviços dentro dos condomínios, dificuldade no acesso à Chácara 27 onde há previsão da OAE 2 (morador não permite acesso).	Em execução 54,62%
05	019/2016	O projeto executivo inicialmente proposto sofreu diversas adequações, ora em função das quantidades previstas em orçamento, ora em função de modificações de projetos face às liberações de áreas; interferências de redes baixas e fiações subterrâneas na execução do corte, onde precisam ser rebaixadas; reparos nas redes de esgoto e água que são danificadas durante a execução de alguns serviços, exemplo: Rua 4 e 4C; interferência do alto tráfego de veículos nas vias principais, causando atrasos na execução dos serviços: exemplo: Rua 4 e 6.	Em execução 42%
06	004/2015	A obra apresentou algumas intercorrências: necessidade de liberação de autorização de supressão vegetal; ausência de autorização por parte dos ocupantes das chácaras para acessar os locais de lançamento das redes; período de chuvas; interferências com postes da rede de energia elétrica; dificuldades técnicas executivas; dependência de execução de determinados serviços constantes de outros Contratos do empreendimento; dentre outros, que levaram a necessidade de prorrogação de prazo.	Em execução 43%

Lote	Contrato	Dificuldades/Interferências	% Executado Acumulado
07	005/2015	As dificuldades de acesso aos condomínios, bem como interferências com as redes da CEB e Caesb, e consequentemente a falta de liberação de frentes de serviços, impactaram no andamento do contrato, sendo necessária a realização de várias negociações com os moradores, de modo a liberar os locais para execução dos estudos iniciais para execução do objeto do contrato, como por exemplo, realização de estudos topográficos e sondagens de laboratório. Outro fator importante que resultou em atrasos foi a necessidade de supressões vegetais que interferiam principalmente nas lagoas, lançamentos diretos e em algumas ruas. Vale ressaltar que o contrato necessitou de adequações no projeto inicial e elaboração de projetos executivos, no caso do Viaduto Cota 1130 e Obra de Arte Especial - OAE 03, ambos em análise orçamentária. Somados aos fatores já citados, as condições climáticas também influenciaram no cumprimento do cronograma de obras.	Concluído 99,86%
08	003/2018	Com a evolução das obras ao longo do segundo semestre de 2018, foi detectada a necessidade de execução de serviços não previstos no orçamento original gerando a paralisação das mesmas e posteriormente a suspensão do contrato, pelo período de 03/04/2019 a 02/07/2019 (90 dias), fundamentada na necessidade de reprogramação, decorrente de possíveis falhas de projeto, tendo o contrato sofrido redução significativa do objeto. Encerra o 6º Bimestre/2019 com aproximadamente 100% da meta repactuada executada. Haverá saldo remanescente do valor contratual que deverá ser suprimido do escopo do contrato, tendo em vista o reaproveitamento de materiais e a conclusão antecipada das obras.	Concluída 100%
09	020/2016	Readequação do projeto executivo; chuvas; remoção de hidrantes; remoção de postes; supressão vegetal; liberação de área para execução das lagoas; liberação para execução dos serviços dentro dos condomínios.	Em execução 68,91%
10	021/2016	Readequação do projeto executivo; chuvas; remoção de hidrantes; remoção de poste; supressão vegetal; liberação para execução dos serviços dentro dos condomínios	Em execução 49,81%
11	006/2016	Readequação do projeto executivo; chuvas; liberação para execução dos serviços dentro dos condomínios.	Paralisada 25%



O Setor Habitacional Vicente Pires foi Dividido em 11(onze) Lotes.



Pavimentação Chácara 321 (Via 103) - Contrato 005/2015





Obras de pavimentação, calçadas e rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia/DF -

Obra dividida em três Trechos relativos aos Contratos nºs. 015/2014 (Trecho 1), 002/2015 (Trecho 2) e 003/2015 (Trecho 3).

A intervenção no setor consiste na execução de 82,0 km de drenagem pluvial e 721.215,90 m² de pavimentação asfáltica, além de execução de calçadas, implantação de meios-fios e intertravados. O sistema de drenagem contará com 09 lagoas de qualidade e retenção, além de 09 lançamentos, outorgados pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa). Para viabilizar a execução dos serviços de implantação de infraestrutura no setor, os espaços foram divididos territorialmente em três trechos. As obras relativas ao Trecho I iniciaram em agosto de 2014 e encontram-se suspensas até fevereiro de 2020. As obras relativas às contratações dos Trechos II e III iniciaram em novembro de 2015 e junho 2017 e mantiveram – se suspensas no segundo semestre para a avaliação quanto ao resultado de inspeção pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), de atos e fatos relacionados à execução contratual. A conclusão dessa análise levou este Órgão a decidir pela rescisão, no final do exercício, da contratação das intervenções dos Contratos nº 002/2015 - Trechos II e nº 003/2015 - Trecho III. O percentual das execuções realizadas por meio das contratações consta a seguir:

- 98,85% - Trecho 1 (Contrato nº 015/2014-Sinesp);
- 70% - Trecho 2 (Contrato nº 002/2015-Sinesp); e
- 30% - Trecho 3 (Contrato nº 003/2015-Sinesp).
- 30% - Trecho 3 (Contrato nº 003/2015-Sinesp).

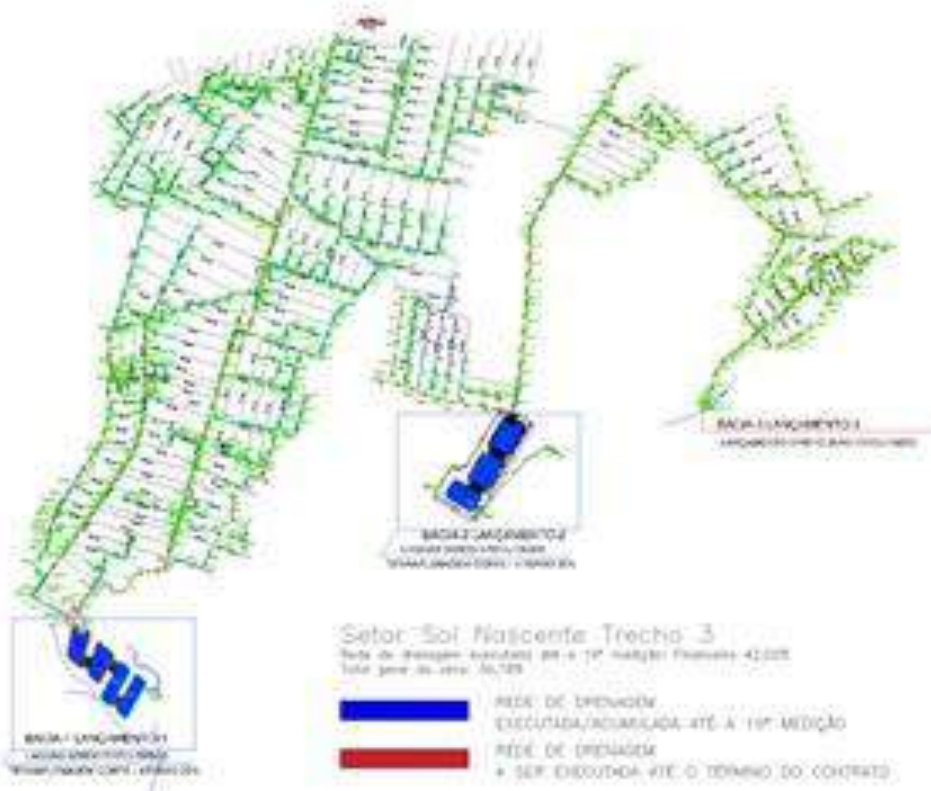
- Contrato nº 002/2015- Trecho 2





PROJETO SETOR HABITACIONAL SOL NASCENTE - TRECHO 2 -
 PAVIMENTAÇÃO EXECUTADAS 2019

- Contrato nº 003/2015 - Trecho 3



PROJETO SETOR HABITACIONAL SOL NASCENTE - TRECHO 3 - DRENAGEM EXECUTADAS 2019



Contrato 003/2015 - Galeria 2,40 x 2,40
Galeria 1) - Chácara 84



Manutenção do Sistema de Iluminação Pública, no Distrito Federal –

Nesta ação são custeados os serviços de fornecimento de energia elétrica e respectiva manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal. Em 2019 estes serviços tiveram sua prestação continuada com os resultados até 31/12/2019, a seguir especificados, possibilitados por meio das seguintes contratações:

- Prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes ao fornecimento de energia elétrica do sistema de iluminação pública do DF. Contrato nº 002/2017 – Sinesp: A sua execução correspondeu ao fornecimento de 439.776.579 KW;
- Manutenção do Parque de Iluminação Pública no Distrito Federal – PIP, compreendendo: gestão dos serviços, consultoria técnica-operacional, engenharia de manutenção, operação e manutenção preditiva, preventiva e corretiva, além da execução de substituição de luminárias convencionais por LED (Eficientização) - Contrato nº 004/2018 – Sinesp: Até 31/12/2019 registra-se a substituição de 18.244 luminárias convencionais por LED.

Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública –

Este subtítulo abrange os projetos e obras de implantação, expansão e melhorias no Sistema de Iluminação Pública no Distrito Federal:

- Prestação dos serviços de Estudo Preliminar e Projeto Básico (Etapa 1) e Fiscalização e Projetos as built (Etapa 2), visando proporcionar a execução de obras de Implantação, Expansão e Melhorias do Sistema de Iluminação Pública, no Distrito Federal – Contrato nº 003/2017: Encerrou o exercício de 2019 com 82 projetos executados referentes as Etapas 1 e 2
- Obras de expansão, implantação e melhorias no Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal – Convênio nº 001/2017 - Sinesp: Registra-se no exercício a implantação de 1.556 pontos de Iluminação executados, e 2.913 luminárias instaladas.

Não obstante o atendimento em 2019, de quantidade relevante de substituição de luminárias convencionais por LED, bem como novas instalações já no âmbito desta tecnologia, houve expressivo aumento das demandas por esse serviço, conforme pode se verificar nos dados estatísticos relativos às solicitações encaminhadas a pasta pelo sistema de Ouvidoria do Distrito Federal, pois em locais já implantados constata-se maior visibilidade e segurança aos pedestres e motoristas, com menor consumo de energia elétrica.

Ao todo foram trocadas cerca de 22.000 luminárias convencionais por luminárias de LED, mais eficientes e econômicas. Esta ação foi possibilitada especialmente pelo incremento orçamentário decorrente das liberações de recursos alocados por Emendas Parlamentares na Fonte 100.

Pelos instrumentos contratuais citados, no exercício de 2019, as obras e efficientizações apresentam os seguintes estágios:

CONTRATO nº 003/2017 e CONVÊNIO Nº 001/2017				
Obras	RA	Luminárias	Fonte Recurso	Situação
Via W3 Sul e Norte Trechos I e II, Feira da Torre de TV e Praça da Cidadania - Próxima ao Teatro Nacional	Plano Piloto	1.668	CIP	Concluída
Via de Acesso ao Hospital da Criança, Calçadas entre as Vias L2 e L4 Sul AENW 03 Lote A Noroeste (Hospital de Apoio de Brasília)	Plano Piloto	136	CIP	Em andamento
Estacionamento do Hospital Universitário de Brasília HUB - Asa Norte, Iluminação Pública na SQN 311 - Asa Norte e SQS - 116 Blocos B/G Asa Sul	Plano Piloto	411	Emenda Parlamentar	Em andamento
Avenida Buriti - Ponte Alta - Gama	Gama	72	Emenda Parlamentar	Concluída
Campo de futebol na QNM 36/38 e QNL 03/05 e Via M Norte entre a QNM 34 e a QNM 38	Taguatinga	174	Emenda Parlamentar	Concluída
Avenida M. Norte, da QNM 38 a QNM 42 e Setor D Sul Área Especial - 04 próximo a Igreja Nossa Sra. de Fátima e QI - 12 Fundos e QI - 25 Setor de Indústrias	Taguatinga	147	Emenda Parlamentar	Em andamento
Qd- 48 Lts - 67-68 Vila São José, QD - 02 SUL Biblioteca Érico Veríssimo e Incra -07 Res. Gleba - 03 Chácara - 74-A	Brazlândia	7	CIP	Em Andamento
Qd 700, Trecho I - Sol Nascente e QD 202, Trecho 2 - Sol Nascente	Ceilândia	84	CIP	Concluída
Embaixo do Viaduto Metrô Guariroba	Ceilândia	9	CIP	Em Andamento
Nova Canaã; Qd - 07 Conjunto - B Lote - 18/20; Estacionamento da Feira Modelo; VIA VC - 257; Estacionamento do Hospital Regional, AR - 06 Conjunto - 01 Lotes 16/16, e Condomínio Império dos Nobres	Sobradinho	91	Emenda Parlamentar	Em Andamento
Comunidade Catingueiro; Rua Santa Terezinha Comunidade Boa Vista; Comunidade Córrego do Ouro; PA Contagem Sonhem de Cima e Qd - 06 Bananal	Fercal	74	Emenda Parlamentar	Em Andamento
Da parada de ônibus na DF - 130 Km - 09 até o balão seguindo até o Km 14,5 da DF - 250	Planaltina	18	Emenda Parlamentar	Em Andamento
Entrada da comunidade, localizada na BR-251, KM 10 DF-125, núcleo rural Capão Seco	Paranoá	35	Emenda Parlamentar	Em Andamento
Ciclovía - QE 30-28-26-24-13-15-17, Guará II	Guará	510	Emenda Parlamentar	Concluída
Iluminação na Ciclovía nas EQS 15/17	Guará	81	CIP	Em Andamento
Setor Habitacional Lúcio Costa e passarela subterrânea de acesso e Av. Principal do Guará I	Guará	499	Emenda Parlamentar	Em Andamento

CONTRATO nº 003/2017 e CONVÊNIO Nº 001/2017				
Obras	RA	Luminárias	Fonte Recurso	Situação
Via W3 Sul e Norte Trechos I e II, Feira da Torre de TV e Praça da Cidadania - Próxima ao Teatro Nacional	Plano Piloto	1.668	CIP	Concluída
Qd. 100, Conjunto Z, área verde, frente aos lotes 23 ao 38; Qd. 101 - Bloco D; Qd. cl 303/304, estacionamento na entrada da quadra ao lado da loja Globo materiais de construção; Qd. Qc 1, Qj g, praça; Qd. 516 conjunto M, frente a casa 01, no estacionamento	Santa Maria	35	Emenda Parlamentar	Emenda Parlamentar
Avenida Vargem da Bênção	Recanto das Emas	167	CIP	Em Andamento
Quadras 103, 110, 204, 302, 306, 308, 309, 310, 311 e 602 (Praças e Quadras de Esportes)	Recanto das Emas	122	Emenda Parlamentar	Em andamento
Parque Vivencial Ecológico	Varjão	12	CIP	Em andamento
Vargem Bonita - Campo de Futebol	Park Way	22	CIP	Em andamento
Quadra - 01 CJ - 05 E 06 Setor Especial	SCIA	2	CIP	Em andamento
Quadra 03, Conjunto B2, Lote 08 - Fazendinha e DF 001, Quadra 01, Conjunto A	Itapoã	7	CIP	Concluída

EFICIENTIZAÇÕES - CONTRATO Nº 004/2018				
Obras	RA	Luminárias	Fonte Recurso	Situação
Praça dos Orixás, Via interna Vila Planalto, Viaduto da EPIA até Eixo Monumental, Setor de Autarquias Sul quadras 1, 2 e 3, Parque Olhos D'águas, Praça das Palmeiras - Congresso Nacional, Via de ligação da L4 até Palácio da Alvorada, Acesso para Escola de Música SGAS 602, W2 da 512 A 511 Sul, Praça dos Ipês e Vias de acessos para Estádio Nacional	Plano Piloto	1.325	CIP	Concluída
Toda área urbana da Vila Telebrasília, inclusive PEC e Campo de Futebol - Asa Sul, SQS 306 - Asa Sul e SQN 211 - Asa Norte	Plano Piloto	581	Emenda Parlamentar	Em andamento
Estacionamento do Estádio Valmir Campelo - Bezerrão	Gama	230	CIP	Concluída
HRT/Praça CNC e Rua das Farmácias, Boca da Mata, Praça e Comércio QSE, Viaduto do Pistão sul até início BR 060, Tesourinhas e viaduto da Samdu com Elmo, QSB 04 - Catedral Menino Jesus, Via de pedestre Pistão Norte da QNA à QND, Universidade Mauá até Viaduto da SAMDU - EPTG e QSF1/QSF3 - Adjacências Casa da Bênção e Sesc	Taguatinga	905	CIP	Concluída
Via do Hospital da Ceilândia e Estacionamento Externo da Fundação Bradesco	Ceilândia	407	CIP	Concluída
Vila Rabelo e Setor de Mansões e Vale das Acácias e Setor de Mansões	Sobradinho	1.294	Emenda Parlamentar	Em andamento
Vale do Amanhecer em sua totalidade e Av. Erasmo de Castro e DF-130 até a 1ª entrada do Vale do Amanhecer	Planaltina	928	Emenda Parlamentar	Em Andamento
Ponte da Barragem do Paranoá	Paranoá	19	CIP	Concluída
Quadra central do Núcleo Bandeirante	Núcleo Bandeirantes	147	CIP	Concluída
Viaduto da EPIA até Universidade Mauá - EPTG, Parque Ecológico Ezechias Henriger e Eficientização no Parque Denner - Guará II	Guará	1.155	CIP	Concluída
Polo de Modas e adjacências e Guará I - Etapa I e Parte do Lúcio Costa	Guará	2.331	Emenda Parlamentar	Em Andamento
Viaduto da EPIA até Eixo Monumental	Cruzeiro	426	CIP	Concluída
Eficientização do Cruzeiro Velho em sua totalidade	Cruzeiro	1.926	Emenda Parlamentar	Em Andamento
Balão do Corpo de Bombeiro até BR 060	Samambaia	262	CIP	Concluída
Praça da Santa - AV. Alagado e Frente a Praça da Santa na AV. Alagado	Santa Maria	26	CIP	Concluída
Avenida Alagado Total e Comércio local das quadras 202/302 e 2016/316	Santa Maria	663	Emenda Parlamentar	Concluída

EFICIENTIZAÇÕES – CONTRATO Nº 004/2018				
Obras	RA	Luminárias	Fonte Recurso	Situação
Residencial Santos Dumont, Condomínio Porto Rico, DF-290 desde a primeira entrada do Gama até a entrada do Polo JK e DF-483 que liga Gama a Santa Maria e Av. Santa Maria	Santa Maria	761	Emenda Parlamentar	Em Andamento
Via interna da Candangolândia	Candangolândia	249	CIP	Concluída
QI 23 até o Balão do Jardim Botânico e QI 05 - Acessos a residência oficial do governador	Lago Sul	650	CIP	Concluída
Viaduto do Pistão Sul até início BR 066, Vias próximo à Feira Permanente, Avenida Central do Riacho Fundo I AC 03 e 04, Vias próximo à Feira Permanente, Avenida Central do Riacho Fundo I AC 03 e 04 e Eficientização na Av. Cedro - Riacho Fundo I	Riacho Fundo	700	CIP	Concluída
Avenida Sucupira e Vias de acesso	Riacho Fundo	594	Emenda Parlamentar	Concluída
DF 009 / EPPN Via principal, Praça Central do Taquari, Via EPPR até Barragem do Paranoá, DF 009 / EPPN Via principal, Via EPPR até Barragem do Paranoá, SHIN QI 02 - Estacionamento do Pão de Açúcar e Deck Norte - Setor Comercial	Lago Norte	1.737	CIP	Concluída
Estação da Arniqueiras e Parque Aguas Claras	Águas Claras	469	CIP	Concluída
Feira Permanente de Vicente Pires e Ruas 06, 05 e 08 total	Vicente Pires	459	CIP	Concluída

1. CIP – Contribuição para Iluminação Pública (Fonte 134)
2. Emenda Parlamentar (Fonte 100)



Avenida Cedro - Riacho Fundo I:
Implantação do Programa Drenar DF –

As ações do programa não tiveram realizações em 2019 tendo em vistas as considerações a seguir:

O programa foi idealizado com o objetivo de melhoria dos Sistemas de Drenagem Urbana, solucionando os problemas recorrentes de inundações, proteção de nascentes e recuperação de erosões e reforço do arcabouço legal e institucional do DF para a gestão dos recursos hídricos no Plano Piloto e em Taguatinga.

A Concorrência Internacional nº 001/2012 – Ascal/Pres/Novacap relativa à licitação para as obras de drenagem pluvial, dividida em 3 lotes, na região do Plano Piloto deverá ser revogada em razão de se tratar de obras no Conjunto Urbano Tombado de Brasília que requer a obtenção de novo licenciamento do Iphan, tendo em vista que os anteriores perderam a validade (2 anos) e houve alteração do posicionamento anterior daquele órgão, que passou a não mais autorizar a implantação de bacias de retenção de águas pluviais a céu aberto constantes da atual concepção de projeto que, por este motivo, deverá ser modificado para a implantação de reservatórios enterrados, implicando com esta nova concepção em profundas alterações dos projetos, inviabilizando assim a possibilidade de aproveitamento do processo licitatório.

A Concorrência Internacional nº 002/2012 – Ascal/Pres/Novacap que trata da licitação das obras de drenagem pluvial, divididas em 3 lotes, na região de Taguatinga deverão ser observadas as seguintes ações:

- Em relação aos Lotes 2 e 3, a licitação deverá ser revogada devido ao fato dos consórcios vencedores não demonstrarem condições para comprovar que serão mantidas as exigências de habilitação, conforme Decisão de 16 de agosto de 2019 (ANEXO 1) Secretário de Obras e Infraestrutura:

“Interessados: Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura – SODF; Consórcios GW/CD/Conesa/Pollo e Águas de Taguatinga. Com o apoio legal consubstanciado no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, DECIDO pela NÃO ADJUDICAÇÃO dos objetos licitados referentes aos Lotes 02 e 03 aos Consórcios GW/CD/CONESA/POLLO e ÁGUAS DE TAGUATINGA, no âmbito da Concorrência Internacional nº 002/2012 – Ascal/Pres/Novacap, em razão da inabilitação das empresas consorciadas.”

- Em relação ao Lote 1 as empresas consorciadas informaram que mantém as condições de habilitação, porém a análise aprofundada dos projetos indica que não há mais condições técnicas para que haja a continuidade do certame em razão da quantidade de adequações que serão necessárias na revisão dos projetos.

1. Para as obras a serem realizadas no Plano Piloto estavam previstas:

- Faixas* 01 e 02 Norte: Reservatório Enterrado (Conj. Nacional); Reservatório Enterrado Via L2 N; Bacia da Qualidade – Setor Embaixadas Norte;

- Faixas* 10 e 11 Norte: Bacia da Qualidade – Canteiro Central L4 Norte;

- Faixa* 13 Sul: Bacia existente do Parque da Cidade e Bacia da Qualidade no Parque da Asa Sul.

**O termo faixa refere-se à localização das obras no sentido de montante (quadras 900) à jusante (Lago Paranoá) e ao longo das quadras com finais 1 e 2 norte, 10 e 11 norte e 13 sul. Ao longo das faixas estão previstas obras de macro e micro drenagem pluvial, com execução de galerias de reforço, redes de drenagem, sistemas de captação, além dos reservatórios enterrados e bacias de qualidade.*

O programa tinha como base os seguintes princípios:

- Uso de áreas de amortecimento para as duas funções: amortecimento da cheia e redução das cargas;
- Preferencialmente tratamento das cargas pluviais;
- Áreas de amortecimento de montante possuem finalidade de controle de pico e de jusante a qualidade da água;
- Os projetos foram desenvolvidos de acordo com os princípios da drenagem sustentável preconizados pelo Ministério das Cidades no PAC 2; e
- As bacias de retenção eram necessárias para obtenção das licenças ambientais.

Custos do Programa (valores referente a 2014):

- Faixa 1/2 Norte: R\$ 38.000.000,00
- Faixa 10 e 11 Norte: R\$ 18.000.000,00
- Faixa 13 Sul: R\$ 69.000.000,00
- Total: R\$ 125.000.000,00

Estes projetos foram elaborados em 2008, por meio do contrato nº 002/2008, no âmbito do então Programa Águas do DF que buscava financiamento para as obras com a Corporação Andina de Fomento – CAF, por meio de operação de crédito.

Em 08/10/2009 o Governo do Distrito Federal assinou junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF (antiga Corporação Andina de Fomento) contrato de empréstimo no intuito de financiar o programa "Águas do DF", que no valor de US\$ 100.158.000,00 dos quais US\$ 60.095.000,00 seriam financiados pelo Banco e, US\$ 40.063.000,00 seriam apresentados como contrapartida do objeto do contrato de financiamento. O Contrato foi encerrado, em 29/08/2013 após negativa do banco em prorrogar a execução do programa, por meio da correspondência CAF/BR/0236/2013.

De maneira geral, o cancelamento da execução do programa se deu em razão da mudança de entendimento e demora de respostas de órgãos responsáveis pelos licenciamentos urbanísticos e ambientais, que alteraram em muitos casos as posições previamente acordadas no que tange, principalmente, às bacias de qualidade a céu aberto.

Ao longo dos anos foram feitas diversas tratativas com órgãos responsáveis pelos licenciamentos em busca de uma solução, sem sucesso, e ainda durante os anos de 2017 e 2018, ocorreram algumas reuniões com o GTE/IPHAN para tentar sensibilizar a questão da aprovação anterior e a retomada das tratativas. Não foi obtido êxito nestas novas negociações e já durante esta gestão, ocorreram novas reuniões onde ficou acordado com o GTE/Iphan que:

- A bacia da faixa 1 e 2 Norte deverá ser executada conforme o projeto elaborado pela Seduh;
- A bacia da faixa 10 e 11 Norte deverá ser reprojeta para deixar de ser a céu aberto e;
- A bacia da faixa 13 Sul deverá ser previamente aprovada junto ao Ibram para posterior análise pelo GTE/Iphan.

Atualmente algumas ações estão em andamento para buscar as soluções necessárias à futura execução das obras do programa DRENAR-DF:

- Revisão de todos os projetos existentes face ao tempo transcorrido desde sua elaboração para verificar a necessidade de adequações à realidade atual;
- Incluir no projeto da faixa 1 e 2 norte a implantação das obras da Praça Internacional da Paz, elaborado pela SEDUH, que contempla a nova solução de bacia a céu aberto;
- Reestudar e elaborar novo projeto executivo com nova solução de bacia de qualidade para a faixa 10 e 11 norte, que não seja a céu aberto, e que previamente deverá ser autorizado pelo GTE/Iphan;
- Reestudar e elaborar novo projeto executivo da bacia da faixa 13 sul, o qual deverá ser previamente discutido e aprovado com o Ibram e simultaneamente junto ao GTE/Iphan.
- Elaborar novos orçamentos para execução das obras de acordo com os critérios e normas de orçamentação atuais.

2. Para as obras a serem realizadas em Taguatinga estavam previstas:

Obras de drenagem pluvial e reavaliação do sistema pluvial nas Quadras QNA, QNB, QNC, QNF, SC, QSA, QSB e QSC em Taguatinga/DF, que foram licitadas por meio da Concorrência 002/2012 - Ascal/Pres - Novacap - Programa DRENAR DF Taguatinga, cujos custos do resultado do certame equivaleram a aproximadamente R\$ 139.000.000,00.

O projeto em questão, apesar de realizado em 2008 quando ainda não existiam as normativas hoje utilizadas pela Adasa, guiou-se pelas melhores técnicas e padrões já de conhecimento

dos técnicos da consultora, inclusive dialogando e propondo novas soluções com a própria Adasa. Além das normativas da Adasa, também ocorreu em 2012, após a elaboração dos projetos, a adoção pela Novacap de um novo Termo de Referência para a execução de obras de drenagem pluvial.

Desta forma, se fazem necessárias as seguintes adequações:

- Em razão do novo Termo de Referência para a execução de obras de drenagem pluvial deve se adotar tubulações com diâmetro de 600 mm para os ramais de bocas de lobo por uma questão de manutenção. Como o projeto é anterior a essa alteração de diretrizes da Novacap há necessidade de se corrigir os ramais projetados com diâmetro de 400mm;
- As lagoas de retenção previstas no Parque do Cortado deverão ser deslocadas e terão sua forma geométrica alterada em razão da recente ocupação do espaço a elas reservado. Existe possibilidade dessa alteração, pois ainda há área disponível, mas isto implicará em redimensionamento de volumes de terraplenagem;
- A implantação do corredor de transporte coletivo (BRT) na Av. Hélio Prates foi decidida após a elaboração dos projetos relativos ao Programa DRENAR DF e trouxe mudanças de projeto de drenagem pluvial com acréscimo nos diâmetros das redes projetadas na Avenida Hélio Prates no trecho entre a QNH 4 e o Cemitério de Taguatinga e nos emissários para as lagoas de retenção entre as QIs 13/14/15/16 do Setor de Indústrias de Taguatinga. Além disto, o projeto de drenagem pluvial do BRT também trouxe a previsão de implantação de novas redes de drenagem na Avenida Hélio Prates no trecho compreendido entre o Cemitério de Taguatinga e a quadra CNM 1 de Ceilândia.

Nos demais trechos da avenida os dois projetos são coincidentes e;

- As normas de sondagens para classificação de solos, ao longo do período, também foram alteradas da seguinte maneira:
 - Redes de drenagem - de 1 furo a cada 500m para 1 furo a cada 200m;
 - Lagoas - antes não era exigido e atualmente é obrigatório e;
 - Pavimentação - de 1 furo a cada 200m para 1 furo a cada 100m.

Nesse sentido, considerando os fatores adiante há que se proceder a revisão dos projetos do Lote 1 da Concorrência 002/2012:

- Projetos elaborados em 2008;
- Editais de licitação publicados em 2012;
- A licitação transcorreu na modalidade de pré-qualificação;
- Os orçamentos para a fase de propostas foram elaborados em 2015;
- No decorrer do período foram criadas normativas da Adasa e alteração nas diretrizes para execução de obras de drenagem pluvial constantes do Termo de Referência da Novacap;
- As concessionárias de serviços públicos deverão se consultadas novamente para a reavaliação das interferências nos projetos e;
- Face ao tempo decorrido, houve um acréscimo substancial no trânsito da região, com o crescimento desordenado do Setor Sol Nascente, havendo a necessidade de se modificar as soluções técnicas previstas, a fim de mitigar os transtornos à mobilidade da população, com a execução de obras de drenagem através de método não destrutivo, principalmente, nas vias arteriais como a Avenida Hélio Prates, ao invés de execução de galerias moldadas "in-loco".

Os demais lotes das Concorrências 001/2012 e 002/2012, cujos processos licitatórios devem ser revogados também deverão ter refeitos os seus projetos executivos para realização de novas licitações. Estas providências já se encontram em andamento na SODF.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2100000,0	1958509,00	27702,18	27702,18
2819 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CALÇADAS NAS QUADRAS 02, 04, 06, 08, 10 E 12.- GAMA	2000000,0	1807788,00	0	0
4450 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-MELHORIA DE CALÇADAS NA ASA SUL- PLANO PILOTO .	100000,0	150721,00	27702,18	27702,18
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2250000,0	3538959,0	1415398,45	787284,94
0029 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO EM TODO O DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	259440,15	0
9560 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS REG. ADM. DO DF	2250000,0	3038959,0	1155958,30	787284,94
3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	9515543,0	9696653,00	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL-RODOVIÁRIO NA AVENIDA CENTRAL- TAGUATINGA	9515543,0	9696653,00	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	46630,0	0,40	0	0
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE--DISTRITO FEDERAL	46630,0	0,40	0	0
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	56173780,0	57296980,42	3949159,72	3680396,08
0004 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)-- REGIÃO OESTE	56173780,0	57296980,42	3949159,72	3680396,08
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	62174,0	0,00	0	0
4356 - CONSTRUÇÃO DE PONTES--DISTRITO FEDERAL	62174,0	0,00	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	457975,0	1,00	0	0
7778 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO--DISTRITO FEDERAL	457975,0	1,00	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	70606102,00	72491102,82	5392260,35	4495383,20

Descrição dos Principais Investimentos - Programa 6216	Cidade	Etapa SAG
Construção de calçadas na Asa Sul - Quadras 107, 108, 109, 307 e 308. (CT 007/2016)	PLANO PILOTO	Concluída
Construção de Túnel sob a Avenida Central de Taguatinga, com reforma viária e urbanização de superfície da Avenida e do viaduto da Samdu. (CT 004/2016)	TAGUATINGA	Paralisada
Construção de Via de Ligação da Av. Hélio Prates à Av. Principal do Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia Corredor do Eixo Oeste (Linha Verde). (CT 022/2016)	CEILÂNDIA	Concluída
Alargamento do viaduto da interseção da EPTG (DF-085) com a EPCT (DF-001), no trecho 10 do Corredor de Transporte - Eixo Oeste - Linha Verde, em Taguatinga. (CT 001/2017)	TAGUATINGA	Andamento Normal
Ampliação de Rede de iluminação Pública em Taguatinga, locais: campo de futebol da QNL 03/05, Via M Norte entre a QNM 34 e a QNM 38 e no campo de grama sintético da QNM 36/38 da M Norte. (CT 003/2017 e Conv.: 001/2017) (EPI)	TAGUATINGA	Concluída
Ampliação de rede de iluminação em várias localidades do Distrito Federal - Condomínio Império dos Nobres/Sobradinho; DF-130 Km-09 até o Balão seguindo até o KM 14,5 da DF-250/Planaltina; SQS 116 Blocos B/G - Asa Sul e DF-125 Núcleo Rural Capão Seco/Paranoá. (CT 003/2017 e Conv.: 001/2017) (EPI)	DISTRITO FEDERAL	Concluída
Ampliação de pontos de iluminação pública em Taguatinga - M Norte: entre a QNM 38 e a QNM 42 2ª Etapa. CT.: 003/2017 (EPI)	TAGUATINGA	Concluída

As ações principais previstas para serem implementadas por meio deste programa integram o escopo de Contratos de Repasse e Operações de Crédito celebrados com a Caixa em exercícios anteriores visando a Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste (Linha Verde), na Região Oeste e a Construção do Túnel - Rodoviário na Avenida Central, em Taguatinga, assim os valores consignados com base nesses instrumentos representaram 93% da Dotação Inicial e 95% da Despesa Autorizada.

A gestão atual deparou-se com situações específicas variadas das metas integrantes do Programa, tais como, certames interrompidos por questões de necessidade de adequação de projetos, por Decisão de Órgão de Controle Externo (ESPM – entre o Viaduto W3/Terminal da Asa Sul – TAS), contratações suspensas (Alargamento do Viaduto EPTG/EPCT e Túnel de Taguatinga), sendo definida atuação prioritária para: sanar pendências para lançamento ou prosseguimento de certames e para dar sequência às contratações suspensas. O detalhamento dos resultados e a situação das demais metas previstas serão detalhadas adiante.

Destaca-se a seguir as ações do Programa 6216 em 2019:

Execução de Calçadas na Asa Sul - Quadras SQS 107, 108, 109, 307 e 308 - Plano Piloto/DF –

A contratação relativa a essa Ação foi encerrada com estágio concluído, atribuído pelos Executores de Contrato após diretrizes quanto à situação de trecho não executado devido à concepção do projeto inicial não se adequar ao projeto paisagístico da Superquadra 308 Sul, elaborado por Burle Marx.

Ampliação da Rede de Iluminação Pública –

As intervenções programadas a partir desses subtítulos foram custeadas por Emendas Parlamentares Distritais, por intermédio das contratações mantidas com a CEB, destinando-se os recursos a diversas localidades em Brasília, Sobradinho, Taguatinga, Ceilândia, Paranoá e Planaltina, indicadas pelos respectivos autores das consignações.

Construção de Túnel: Elaboração do projeto executivo e a execução da obra de arte especial de implantação do Túnel Rodoviário de Taguatinga –

Túnel sob a Avenida Central de Taguatinga, em dois trechos, nos sentidos: Plano Piloto - Ceilândia (E-W) e Ceilândia - Plano Piloto (W-E), com as remodelações do Viaduto da Avenida Samdu e do sistema viário em superfície da Avenida Central de Taguatinga -- A contratação manteve-se impedida de ter prosseguimento ao longo de 2019, face aos efeitos da Decisão nº 2327/2016 do TCDF, sendo obtida autorização para a retomada ao final do exercício, conforme a Decisão nº 4354/2019, o que possibilitará dar seguimento à intervenção em 2020.

Taguatinga terá sua região central inteiramente remodelada, a partir da construção do túnel e do boulevard que vai cruzar a cidade, transferindo todo o trânsito de passagem para Ceilândia, Samambaia e Sol Nascente.

O túnel de Taguatinga faz parte do chamado Corredor Eixo Oeste, principal projeto viário para a região sul do Distrito Federal, e que incluiu o alargamento do viaduto da EPCT com a EPTG, que será inaugurado no final de janeiro de 2020, a revitalização completa da Avenida Hélio Prates e a construção do Viaduto da Estrada Parque Indústria Gráficas (EPIG), entre o Sudoeste e Parque da Cidade.

O túnel terá 1.010 metros de extensão (dos quais 180 metros no trecho de emboque e 830 metros cobertos) e vai contar com duas vias paralelas, cada uma com três pistas de rolagem em cada sentido. O investimento reajustado é estimado em R\$ 275 milhões e será custeado a partir de recursos provenientes de financiamento firmado pelo GDF com a Caixa Econômica Federal. Para melhor compreensão, o túnel fará uma ligação subterrânea para quem segue para Ceilândia, pela via Elmo Serejo, além de oferecer uma via alternativa, pela superfície para o Centro de Taguatinga. Isso evitará a retenção de veículos nos semáforos do centro de Taguatinga. Com a conclusão da obra, os carros que estiverem na Avenida Elmo Serejo, sentido Plano Piloto, vão mergulhar pelo túnel e sair na Estrada Parque Taguatinga (EPTG).

No sentido contrário, aqueles que chegarem a Taguatinga pela EPTG também passarão pelo túnel até o início da Via Estádio, saindo logo após o viaduto da Avenida Samdu. As vias marginais darão acesso às Avenidas Comerciais e Samdu Sul e Norte.

Na visão dos técnicos do GDF e do consórcio contratado, um dos principais desafios será harmonizar a execução de uma obra de engenharia complexa em uma região com grande circulação de veículos e pessoas. Durante a construção do túnel terá que ser interditado um trecho de aproximadamente 1,3 quilômetros – do viaduto da Elmo Serejo até o viaduto da EPTG com a EPCT, sentido Ceilândia-Plano Piloto, na Avenida Central de Taguatinga.



Implantação do Corredor de Transporte Coletivo Eixo Oeste (Linha Verde).

A situação das contratações que integram o empreendimento do Corredor Oeste consta a seguir:

- Execução de Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização da Via de Ligação da Av. Hélio Prates e Av. Principal do Sol Nascente, em Ceilândia: Obras iniciadas no 2º Semestre de 2016. Encerrou o ano de 2019, no estágio concluída e diante da supressão do pavimento rígido de concreto devido a alterações no projeto do Eixo Oeste, finalizou-se a intervenção com 73% dos serviços executados.



Construção do alargamento do viaduto da interseção da EPTG- EPCT (DF-001) que completa os serviços de obras de artes especiais (fundações e estruturas), consistindo do denominado trecho 10 do corredor Oeste – Taguatinga/DF - Contrato nº 001/2017:

Após a readequação do projeto executivo estrutural e considerando as recomendações contidas no Relatório de Inspeção emitido pela Controladoria Geral do Distrito Federal, foram realizados os devidos ajustes no contrato, o que permitiu a retomada da obra em junho de 2019. A intervenção encerrou 2019 com 97% dos serviços executados e com previsão de conclusão no início de 2020.

Localizados no trecho 10 do Corredor Eixo Oeste, em Taguatinga, os viadutos foram unificados e, contam com 41,8 metros de largura, 11 faixas para circulação de veículos, sendo 5 faixas, no sentido Plano Piloto e 4 faixas no sentido Taguatinga, além de duas faixas centrais para ônibus com largura de quatro metros cada. Esta intervenção é fundamental para a execução das obras do Túnel Rodoviário de Taguatinga, uma vez que esta interseção será conectada ao Túnel.



Implantação do Corredor de Transporte Coletivo Eixo Oeste (Linha Verde)

O Eixo Oeste é o principal eixo de transporte público coletivo do Distrito Federal, atendendo a 53% da demanda total do transporte coletivo do DF. As Regiões Administrativas de Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires, Guará e Brasília formam a bacia de alimentação do sistema tronco do Eixo Oeste, sendo atendido por um corredor rodoviário e pelo metrô.

A concepção desta proposta baseia-se na implantação de um sistema integrado com eixos estruturantes servidos por linhas troncais, circulares, de ligação e alimentadores/distribuidoras, visando à redução do tempo de espera e de viagens nas linhas alimentadoras e troncais, com o mínimo de superposição de itinerários. O Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - PTU/DF previu a realização de diversas intervenções viárias neste eixo, que é composto pela Av. Hélio Prates, Av. Comercial, Av. Samdu, Av. Central, EPTG, EPIG e ESPM.

O Eixo Oeste beneficiará diretamente a população do Plano Piloto e Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires e Guará. Também serão beneficiadas, indiretamente, as regiões de Brazlândia e de Águas Lindas/GO.

Abrangência: EPIG – ESPM – EPTG – Túnel de Taguatinga – Avenidas Comercial, Samdu e Hélio Prates – Acesso e Avenida Principal do Sol Nascente.

Demonstra-se no quadro abaixo a situação de obras/projetos das diferentes metas previstas, que integram o empreendimento do Corredor de Transporte Eixo Oeste, em função do estágio em que se encontram:

LOCAL DAS OBRAS	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2017 (até 31/12/2017)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2018 (até 31/12/2018)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2019 (até 31/12/2019)
ACESSO SOL NASCENTE / HÉLIO PRATES	Obra em Andamento.	Obra paralisada, com necessidade de revisão dos projetos executivos de drenagem; revisão do projeto executivo de pavimentação; calçadas e ciclovia.	Obra concluída, tendo havido a supressão do pavimento rígido de concreto devido a alterações no projeto do Eixo Oeste.
AV. HÉLIO PRATES	A obra não poderá ser realizada concomitantemente à obra do Túnel. Após a conclusão dos projetos, em 2014, a Semob apresentou novas diretrizes para a operação do sistema de transporte, sendo necessária a adequação do projeto existente.	Há necessidade de ajuste do projeto face às novas diretrizes da Semob; - Obra a ser executada depois de concluída a obra do Túnel; - O Trecho em concreto da Rótula, mencionada na intervenção anterior deverá ser executado quando da implantação do Corredor de Transportes na Hélio Prates como um todo.	Iniciada a revisão do projeto pela SUPOP/SODF, devido as atuais diretrizes da SEMOB, conforme ATA de reunião realizada em 21/11/2019 entre a SEMOB/SEDUH/SODF (Processo SEI nº 00110-00002071/2019-81), e solicitação de estudos do Comitê Intersetorial de Projetos. O projeto está sendo revisto por etapas, e a primeira equivale a parte do Trecho 3 do projeto anterior, que vai do Sol Nascente a QNM1 e QNM2, trecho ajustado até o divisor de águas para compatibilizar a execução da obra com o projeto de drenagem. Os demais trechos serão desenvolvidos em sequência.
AVENIDAS SAMDU E COMERCIAL NORTE E SUL	Após a conclusão dos projetos, em 2014, a Semob apresentou novas diretrizes para a operação do sistema de transporte, sendo necessária a adequação do projeto	- Norte: Projeto desenvolvido pela Segeth; projetos complementares em finalização pela Sinesp.	Norte: Novas ações serão tratadas em 2020. Sul: Em ajustes finais de projeto elaborados por empresa contratada para

LOCAL DAS OBRAS	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2017 (até 31/12/2017)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2018 (até 31/12/2018)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2019 (até 31/12/2019)
	existente. Os novos projetos executivos estão em fase final de orçamento para posterior envio para licitação.	<ul style="list-style-type: none"> - Sul: Projeto pronto aguardando aprovação do projeto de Sistema Viário - SIV pela Central de Aprovação de Projetos – CAP/SEGETH para concluir os projetos executivos complementares já contratados. 	cumprir as exigências da SUPAR/SEGETH.
TRANSVERSAIS SAMDU E COMERCIAL	Projeto incluído recentemente no empreendimento. Certames lançados, mas suspensos pelo TCDF (Decisão nº 4752/2017 do TCDF e Decisão nº 4754/2017 do TCDF).	<ul style="list-style-type: none"> - Por força de Decisões do TCDF (nº 4752/2017 e nº 4754/2017), ao longo do exercício de 2018, mantiveram-se suspensas as Concorrências nº 015/2017-ASCAL/PRES e nº 016/2017 - ASCAL/PRES, cujos objetos eram, respectivamente, a Execução de Passeios e Acessibilidade em áreas dos Setores QNE, QNB, CNB de Taguatinga; incluindo as Ruas do SESC e dos Bombeiros, consistindo de intervenção integrante do denominado Binário das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga e a Execução de Passeios e Acessibilidade em áreas dos Setores QSB e CSB de Taguatinga; incluindo Trecho à Igreja Nossa Senhora de Fátima, consistindo de intervenção integrante do denominado Binário das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga. - Em síntese, àquela Corte de Contas determinou à Novacap a adoção de medidas corretivas que visam ajustar Projetos. - Em 22/11/2018, foi publicado o Aviso de Revogação dos certames em questão. 	Novas ações serão tratadas em 2020.
DRENAR TAGUATINGA	Obra licitada, aguardando recursos para contrapartida.	<ul style="list-style-type: none"> - Certame homologado em 19/11/2015 (Concorrência de Pré-Qualificação Internacional nº 002/2012 - ASCAL/PRES). - Obra é imprescindível para a implantação dos projetos de revitalização das Avenidas Comercial e Samdu. - O TCDF determinou que a contratação está condicionada à ulterior 	Por meio de decisão datada de 16/08/2019, o Secretário de Estado de Obras decidiu pela não adjudicação dos objetos licitados referentes aos Lotes 02 e 03 aos Consórcios GW/CD/CONESA/POLLO e ÁGUAS DE TAGUATINGA, respectivamente, no âmbito da Concorrência Internacional nº 002/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP, em razão da inabilitação das empresas

LOCAL DAS OBRAS	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2017 (até 31/12/2017)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2018 (até 31/12/2018)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2019 (até 31/12/2019)
		<p>deliberação, conforme alínea a), do item IV, da Decisão nº 2821/2018 – TCDF, reiterada pela Decisão nº 4999/2018 – TCDF.</p>	<p>consorciadas.</p> <p>Quanto ao Lote 01, os setores de Acompanhamento e Fiscalização e de Projetos Orçamento e Planejamento de Obras estão encarregados da análise acerca da: atualidade, exequibilidade e vantajosidade do projeto em questão.</p> <p>Em 13/08/2019 foi publicada a Decisão nº 2669/2019 do TCDF, em que se reitera e solicita o efetivo cumprimento da Decisão nº 2821/2018; requer esclarecimentos conclusivos sobre considerações e recomendação da PGDF em pareceres que tratam da matéria; e que apresentassem as medidas a serem adotadas relativas a licitação da intervenção; dentre outras determinações.</p> <p>Em 16/08/2019, o Secretário desta Pasta decidiu pela não adjudicação dos objetos licitados referentes aos Lotes 02 e 03, em razão da inabilitação das empresas consorciadas. Em nova decisão de 16/09/2019, o Secretário manteve a decisão anteriormente proferida por seus próprios termos e encaminhou os autos à Casa Civil do Distrito Federal, para julgamento do mérito pela autoridade superior responsável para apreciar os recursos administrativos interpostos pelos consórcios participantes. Os recursos ainda aguardam julgamento pela Casa Civil. Embora a SODF já tenha oficiado o TCDF sobre a decisão de não adjudicação dos objetos licitados referentes aos Lotes 02 e 03 e a provável revogação também da licitação referente ao Lote 01, que ainda está em análise pela área técnica da SODF quanto a</p>

LOCAL DAS OBRAS	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2017 (até 31/12/2017)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2018 (até 31/12/2018)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2019 (até 31/12/2019)
			atualidade, exequibilidade e vantajosidade do projeto em questão. Há necessidade de revisão dos projetos relativos ao Lote 01 e de elaboração de novos projetos para os Lotes 02 e 03.
TÚNEL (ATÉ O VIADUTO DA EPTG)	Obra contratada, porém prosseguimento interrompido por Decisão do TCDF, em consequência de Ação Judicial que questiona o certame.	<p>- O Contrato nº 004/2016</p> <p>- SINESP continua com sua execução suspensa nos termos indicados nas Decisões nºs 2375/2016 e 6393/2016 que determinou sobrestamento dos autos até o deslinde dos Processos n.º 2016.01.1.058212-0 e n.º 0015660-96.2010.403.6100.</p> <p>- Há necessidade de se elaborar Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV.</p>	Considerando andamentos obtidos quanto as ações judiciais interpostas por licitantes que justificaram o sobrestamento da contratação, determinado pelo TCDF, em 18/10/2019 esta Secretaria propôs ao TCDF análise relativa à solicitação de revogação da suspensão determinada desde 2016, no intuito de que a contratação celebrada no ano em referência pudesse ser retomada. Em 12/12/2019 por meio do Ofício 8849/2019-GP/TCDF esta Secretaria foi informada pelo TCDF quanto a autorização concedida por aquela Corte, para o prosseguimento da execução do contrato. Desde então, esta Secretaria tem adotado providências para restabelecer a execução do contrato e atuado junto aos diversos órgãos do GDF, para que a retomada da intervenção ocorra no início de 2020, sendo constituídos demais processos para tratar assuntos relacionados ao empreendimento, tais como o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV e a contratação da prestação de serviços técnicos especializados de supervisão e acompanhamento das obras de implantação do Túnel.
VIADUTO EPTG/EPCT	Obra em Andamento.	Obra encontra-se paralisada, devido à impossibilidade da execução da obra com relação ao previsto no projeto.	Após a readequação do projeto executivo estrutural foram realizados os devidos ajustes no contrato que resultou na celebração do Quarto Termo Aditivo – Prazo e de Valor que permitiu a retomada da obra. Estas obras encontravam-

LOCAL DAS OBRAS	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2017 (até 31/12/2017)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2018 (até 31/12/2018)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2019 (até 31/12/2019)
			se com contrato suspenso, com apenas 5% de execução do objeto contratual, devido à deficiência de projetos, deu-se pleno andamento com estabelecimento de cronograma de entrega, tendo alcançado 97% de execução ao final de 2019.
EPIG – VIADUTO PARQUE DA CIDADE	Projeto concluído, porém até o encerramento do exercício de 2017, não houve liberação de recursos, por parte do Ministério das Cidades que possibilitasse a realização de certame. Há previsão que a liberação ocorra no início de 2018.	<p>- Diante da aprovação do Ministério das Cidades quanto aos recursos necessários, houve autorização por parte da CAIXA para a licitação;</p> <p>- Em 20/10/2018, o processo foi encaminhado à Novacap para licitação da obra.</p> <p>-Em 03/12/2018, a Diretoria de Urbanização daquela Companhia, informou a esta Pasta da necessidade de atualização das Estimativas de Custos previstas para esta obra, devido à alteração da data base das tabelas de preços utilizadas por aquele Setor.</p> <p>- Em sequência, o Setor técnico desta Secretaria responsável pela análise da repercussão desta alteração no custo a ser considerado para o certame, SUPOP/SINESP, identificou que além das atualizações da data base, houve alterações de composições e itens estimados.</p> <p>- Dadas as alterações constatadas, são necessárias instruções e justificativas para reavaliação por parte do Agente Financiador, CAIXA, e concessão de nova autorização para lançamento de certame.</p> <p>- Há necessidade de se contratar em outro processo:</p> <p>1) A recuperação/ampliação da lagoa de retenção de águas pluviais existente no Parque da Cidade,</p>	<p>Após a revisão dos projetos e da estimativa de custos, em 08/08/2019 a CAIXA informou esta Secretaria quanto à obtenção da denominada homologação da Síntese do Projeto Aprovado - SPA, o que permitia o início de procedimento licitatório, sendo o Edital da Concorrência publicado no DODF nº 171 de 09/09/2019, página 37 e no DOU nº 188, página 171, de 27/09/2019.</p> <p>Imediatamente à publicação do Aviso de Licitação, o TCDF iniciou diligências pertinentes a sua atuação, tendo proferido em 03/10/2019 a Decisão nº 3386/2019, (DODF de 15/10/2019), que determinou a suspensão da Concorrência nº 001/2019 - ASCAL/PRES, relativa à intervenção em questão. Por conseguinte, em 10/10/2019 foi publicada a suspensão do certame no DOU nº 197 de 10/10/2019, Seção 3, página 176.</p> <p>Em 08/09/2019 esta Secretaria apresentou ao TCDF o Parecer Técnico SEI-GDF nº 1/2019 - SODF/SUPOP de 08/11/2019, acompanhado de Carta Resposta, de 22/10/2019, emitida pela empresa responsável pela elaboração dos projetos, visando prestar os esclarecimentos relativos aos questionamentos exarados pelo TCDF.</p> <p>Em 28/11/2019 o TCDF proferiu a Decisão nº 4151/2019 (DODF de 06/12/2019), que autoriza a continuidade</p>

LOCAL DAS OBRAS	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2017 (até 31/12/2017)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2018 (até 31/12/2018)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2019 (até 31/12/2019)
		<p>próxima à Quadra 913 Sul 4; e</p> <p>2) A execução de calçadas sob o Viaduto (exigência do Iphan) que se encontra em fase de elaboração de estimativa de custo pela Novacap.</p>	<p>da Concorrência nº 001/2019-ASCAL/PRES.</p> <p>Não obstante a autorização concedida por parte do TCDF para retomada do certame, ainda em 2019, há necessidade de submeter novamente os dados técnicos da intervenção à Caixa, pois houve alteração no caderno de orçamento, em função da inclusão de serviços e de alterações no projeto de drenagem.</p> <p>Até o encerramento do exercício de 2019, a documentação encontrava-se em consolidação para envio formal à CAIXA, prevista para o início de 2020.</p>
EPIG – TRECHO SIG	<p>Único trecho autorizado pelo Iphan - projeto concluído em fase final de orçamento (houve necessidade de destacá-lo do restante das obras, face à negativa do Iphan com relação aos demais trechos).</p>	<p>Há necessidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contratação de ajuste do projeto face à alteração do eixo da via para desviar da adutora e inclusão de ciclovias/calçadas complementares; e de - Atualização do orçamento, incluindo os recursos necessários para a implantação de drenagem complementar (Parque da Cidade). 	<p>Priorizou-se a elaboração de elementos técnicos necessários para a licitação do Viaduto Parque da Cidade. Novas ações referentes à EPIG - trecho SIG serão tratadas em 2020.</p>
EPIG – TRECHOS RESTANTES	<p>Projeto concluído, mas com necessidade de ajustes face à nova orientação do IPHAN e Semob.</p>	<p>EPIG – TRECHO 3.1: Setor Sudoeste - trecho entre o Viaduto da Saída do Parque da Cidade e o SIG.</p> <p>Há necessidade de se contratar ajuste do projeto face à nova norma de cargas, inclusão de ciclovias e calçadas complementares; falta definição do Iphan quanto à travessia de pedestres.</p> <p>EPIG – TRECHO 1: Trecho entre o Viaduto da Saída do Parque da Cidade e a EPIA.</p> <p>Há necessidade de se contratar ajuste do projeto face à nova norma de cargas, inclusão de ciclovias e calçadas complementares;</p>	<p>Priorizou-se a elaboração de elementos técnicos necessários para a licitação do Viaduto Parque da Cidade. Novas ações referentes à EPIG - trechos restantes serão tratadas em 2020.</p>

LOCAL DAS OBRAS	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2017 (até 31/12/2017)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2018 (até 31/12/2018)	SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM 2019 (até 31/12/2019)
<p>ESPM – ENTRE A EPIG E O VIADUTO DA W3</p>	<p>Projeto refeito face às novas diretrizes da Segeth e Semob, eliminando as trincheiras; projeto concluído e em fase final de orçamento para posterior licitação.</p>	<p>definição do Iphan quanto à travessia de pedestres.</p> <p>- Projeto desenvolvido por meio do Contrato nº 17/2014 – Sinesp, aguardando aprovação do projeto final pela Central de Aprovação de Projetos – CAP/SEGETH, para posterior aprovação do orçamento pela SUPOP/SINESP.</p> <p>- Há necessidade de rever a solução adotada para a captação das águas pluviais de todo o Setor Policial culminando com a implantação de Bacia de Drenagem na Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE do Riacho Fundo.</p> <p>ESPM – ENCAIXE COM A EPIG:</p> <p>1) Os viadutos na intercessão da ESPM com a EPIG, deverão ser revisados face à nova norma de cargas.</p> <p>2) Estudar solução para a travessia de pedestres considerando que os ônibus irão circular no canteiro central (Passarela aérea existente não atende ao novo sistema).</p>	<p>Cumprimento de exigências para aprovação do projeto do Sistema Viário - SIV na SEDUH (aprovação do SIV em fase final). Projeto de sinalização aprovado pela SEDUH/CAP/ULIC/CIARQ aguardando a ratificação da aprovação pelo DETRAN/GEREN/NUPRO. Foi constatado que o projeto de drenagem estava em desacordo com as recomendações da Novacap, o que demanda o ajuste do projeto pela empresa contratada. Necessidade de revisão do orçamento após a finalização e aprovação dos projetos.</p> <p>Bacia de Denagem na ARIE do Riacho Fundo em revisão na Novacap.</p> <p>ESPM – ENCAIXE COM A EPIG:</p> <p>1) Continua a necessidade de revisão dos projetos dos viadutos.</p> <p>2) Continua a necessidade de solução para travessia de pedestre.</p>
<p>ESPM – ENTRE O VIADUTO W3 e o Terminal da Asa Sul – TAS - T15</p>	<p>Projeto pronto para licitação, aguardando o trecho entre a EPIG e o viaduto da W3.</p>	<p>- Em setembro/2018 foi lançado o Edital de Concorrência Pública 006/2018 – ASCAL/PRES, no valor de R\$ 8.132.559,49 (processo físico nº 110.000.084/2017).</p> <p>- Houve decisão do Tribunal determinando a suspensão cautelar do certame em questão, conforme Decisão nº 5035/2018. A instrução aos questionamentos do TCDF está sendo tratada por meio do processo SEI-GDF nº 00112-00030753/2018-47.</p>	<p>Em janeiro de 2019 a Novacap consolidou a instrução de esclarecimentos ao TCDF, sendo obtida em maio de 2019 a autorização para continuidade do certame, após a adoção das medidas corretivas informadas pela NOVACAP e pela SODF, conforme a Decisão nº 1802/2019.</p> <p>Em novembro de 2019 esta Secretaria apresentou à Novacap os orçamentos e projetos revisados, de forma a possibilitar a preparação dos elementos técnicos necessários à retomada do certame, prevista para o início de 2020.</p>
<p>ESPM - VIADUTO W3</p>	<p>Obra concluída em 2014.</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

Demais dados das intervenções previstas, que integram os empreendimentos do Corredor Eixo Oeste

Viaduto da EPIG

O Viaduto da Estrada Parque Indústrias Gráficas (EPIG) que vai ligar o Sudoeste, na altura da Avenida das Jaqueiras ao Parque da Cidade, vai incluir o alargamento de vias de modo que, no futuro, toda a extensão da EPIG tenha quatro faixas, com uma exclusiva para o BRT.

A implantação do viaduto consiste da Etapa 1 do Termo de Compromisso nº 0402.091-01/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/Caixa cujo objeto é a execução de implantação do Corredor Eixo Oeste de Transporte Público Coletivo em faixas exclusivas na EPIG/Plano Piloto e Hélio Prates/Taguatinga, no Distrito Federal, no âmbito do Programa Mobilidade Urbana e Trânsito. Os projetos do Viaduto tiveram início em 2013, por meio do Contrato nº 13/2013-SO.

Em 2015 foi realizado processo licitatório, no âmbito do Processo nº 0110-000238/2014, por meio do Edital de Concorrência nº 020/2014-ASCAL/PRES, sendo homologada pela Diretoria Colegiada da Novacap em 16 de julho de 2015.

Em setembro de 2015, a então Secretaria de Infraestrutura e de Serviços Públicos – Sinesp decidiu pela descontinuidade do processo licitatório e, por conseguinte, pela não adjudicação do objeto à empresa vencedora do certame, por conveniência administrativa. A revogação da Concorrência nº 020/2014-ASCAL/PRES foi publicada no DODF de 10 de setembro de 2015.

Em exame de auditoria, realizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, com o objetivo de verificar a contratação das obras de implantação do Corredor Oeste de Transporte Público, em que ficou constatado: projeto básico deficiente, orçamento incompleto, irregularidades no instrumento convocatório e fiscalização deficiente na execução de convênio.

A então Sinesp, por meio do Ofício nº 1314/2015 – GAB/Sinesp indicou ao TCU: a descontinuidade do certame prevenindo, dessa forma, gastos indevidos; a aceitação das sugestões propostas pelo corpo técnico do TCU, para que nas próximas licitações não ocorram equívocos na elaboração de projetos, orçamentos e editais licitatórios; e a criação de novos mecanismos internos de controle e de aperfeiçoamento. Ainda no ofício supracitado, a Sinesp encaminhou ao TCU os seguintes documentos, anexos ao ofício: respostas aos apontamentos do Relatório de Fiscalização; Planta do projeto de calçadas; caderno de drenagem pluvial; planta e imagens do projeto de ciclovia; imagens das passarelas na EPIG; publicação do Aviso de Revogação da licitação; e Termo de Compromisso nº 0402.091-01/2013 e Aditivo.

O TCU, por meio do Acórdão nº 2621-TCU-Plenário, determinou a descaracterização, nos sistemas Fiscais dos achados relatados no Relatório de Auditoria em função da revogação do certame licitatório e da intenção manifestada pela então Sinesp de correção das falhas apontadas pela equipe de auditoria quando da condução do novo certame para execução do Viaduto da EPIG.

No mesmo Acórdão, o TCU dá ciência à então Sinesp sobre improbidades/falhas para que se adotasse medidas internas, com vistas à prevenção de ocorrência em procedimentos futuros de falhas relacionadas a: ausência de projeto básico para itens relevantes das obras; insuficiência de sondagens geotécnicas para realização do projeto de fundações; ausência de projetos/estudos para uso de transporte não motorizado; ausência de justificativa para o não parcelamento de objetos divisíveis; ausência de BDI reduzido em itens orçamentários; uso de metodologias construtivas e formas de medição menos econômicas; uso de múltiplas datas- base no orçamento de referência; ausência do critério de aceitabilidade de preços unitários. Em sequência, o Setor técnico desta Secretaria responsável pela análise da repercussão desta alteração no custo a ser considerado para o certame, SUPOP/SINESP, identificou que além das atualizações da data base, houve alterações de composições e itens estimados.

Ainda na gestão anterior, em 2017, houve reapresentação de novos elementos técnicos relativos a projetos e estimativas de custos para obtenção de autorização de novo certame. Ademais, não houve liberação de recursos, por parte do Ministério das Cidades que

possibilitasse a realização de licitação naquele exercício, o que só ocorreu no exercício seguinte.

Em sequência, em 2018, identificou-se que além das atualizações da data base das planilhas estimativas, houve também alterações de composições e itens previstos, o que demandou instruções e justificativas para submeter à reavaliação por parte do Agente Financiador, Caixa, com vistas à concessão de nova autorização para lançamento de certame.

Após correções e atualizações orçamentárias e revisões de projetos, a Caixa Econômica Federal informou, por meio do E-mail CE nº 1846/2019, que o Ministério do Desenvolvimento Regional homologou a Síntese do Projeto Aprovado reprogramada referente à Etapa 1 – Construção de Viaduto de intersecção da EPIG com o Sudoeste e o Parque da Cidade, ficando assim atendido o requisito para início do processo licitatório da referida etapa.

O Edital de Concorrência nº 001/2019 – ASCAL/PRES, com valor estimado para contratação de R\$ 21.440.526,58, foi publicado no dia 09 de setembro de 2019.

Por meio do Ofício nº 103/2019 – DIFLI, de 09 de setembro de 2019, o Tribunal de Contas do Distrito Federal, com o objetivo de exercer a fiscalização a cargo do Controle Externo, solicitou acesso a todos os documentos do processo SEI referente à licitação do Viaduto EPIG.

Após análise, e por meio da Decisão nº 3386/2019, o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou a suspensão da Concorrência nº 001/2019 – ASCAL/PRES até o cumprimento das correções listadas na referida decisão.

Por meio do Ofício SEI-GDF nº 1756/2019 – SODF/GAB/ASSESP, de 08 de novembro de 2019, esta Secretaria encaminhou o Parecer Técnico SEI-GDF nº 1/2019 – SODF/SUPOP ao TCDF em cumprimento à Decisão nº 3386/2019.

Em resposta ao Ofício, e por meio da Decisão nº 4151/2019, o TCDF autorizou a continuidade da Concorrência nº 001/2019 – ASCAL/PRES.

Paralelamente às decisões do TCDF, o caderno de orçamento foi reajustado em função da inclusão de serviços e de alterações no projeto de drenagem, ficando com valor estimado de aproximadamente R\$ 26.000.000,00, a ser submetido à nova análise da Caixa.

VIADUTO DA EPIG COM O SUDOESTE/PARQUE DA CIDADE - TRECHO 2



Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	450000,0	2001023,00	1597458,40	167508,74
0002 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-PRAÇA DA JUVENTUDE NA QNN 13 LOTE B-CEILÂNDIA	50000,0	230439,00	212089,74	167508,74
0004 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-PRAÇA DA JUVENTUDE NA QUADRA 203-ITAPOÃ	400000,0	1770584,00	1385368,66	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	450000,00	2001023,00	1597458,40	167508,74

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS -

Construção da Praça da Juventude (mini Vila Olímpica), situada na Quadra 203, Região Administrativa do Itapoã -

Em 26/02/2018 o contrato foi rescindido unilateralmente pela Administração devido ao descumprimento do termo ajustado conforme publicado no DODF nº 38, de 26/02/18. A intervenção manteve-se paralisada ao longo de 2018 e retomada apenas nesta gestão com a celebração do Contrato nº 006/2019.

O projeto idealizado, ainda em 2007, tem por objetivo oferecer à população uma área de aproximadamente de 6.000 m² de convivência comunitária para realização de diversas atividades culturais, de inclusão e de lazer para todas as faixas etárias. Após a conclusão, os moradores terão acesso a uma Praça equipada com quadra de vôlei de praia, campo de futebol society, quadra poliesportiva coberta, pista de caminhada, salto triplo a distância, teatro de arena, vestiário entre outros. Encerrou o exercício de 2019 com 30% dos serviços executados.



6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	0	500000,0	0	0
0011 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL- Construção de creches no DF- PARANOÁ	0	500000,0	0	0
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	0,00	500000,00	0,00	0,00

Os recursos que restaram disponíveis na despesa autorizada eram vinculados a créditos oriundos de Emenda Parlamentar Distrital, sendo desbloqueados para utilização em 18/12/2019, portanto não houve tempo hábil para programar a utilização dos recursos em questão, quer seja mediante descentralização à Pasta pertinente, pois, após a liberação dos recursos haviam apenas 08 (oito) dias úteis do ano de 2019.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	871449,0	41195,00	41194,14	41194,14
0021 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-GUARÁ	871449,0	41195,00	41194,14	41194,14
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1591666,0	1563078,00	1163431,83	1162481,45
0073 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-GUARÁ	1591666,0	1563078,00	1163431,83	1162481,45
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	2463115,00	1604273,00	1204625,97	1203675,59

No Programa em questão, no ano de 2019, procedeu-se à liquidação de 05 (cinco) Licenças Prêmios, na Ação/Subtítulo 9041.0021. Para os anos de 2020 a 2022 tem-se a previsão de pagamento de 06 (seis) Licenças Prêmios, sendo: 01 (uma) em 2020, 02 (duas) em 2021 e 03 (três) em 2022, tendo em vista o número de servidores que poderão se aposentar.

Na Ação/Subtítulo 9050.0073, efetuou-se pagamentos referentes à Indenizações de Transporte pelas atividades externas, realizadas por servidores que desempenham funções na área fim, integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas (Decreto nº 24.217 de 13/11/2003). Também foi efetuado o ressarcimento de IPTU/TLP do imóvel de propriedade da Novacap, ocupada por esta Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura, conforme Termo de Cessão de Uso nº 003/2019 - Asjur/Pres.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	18632916,0	19142277,00	19142274,48	19140574,66
0092 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-GUARÁ	18632916,0	19142277,00	19142274,48	19140574,66
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	743568,0	695575,00	695574,39	695574,39
7003 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-GUARÁ	743568,0	695575,00	695574,39	695574,39
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	996466,0	790492,00	478912,09	414560,26

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0091 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS- GUARÁ	996466,0	790492,00	478912,09	414560,26
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	41812,0	32613,36	0	0
0033 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS- GUARÁ	41812,0	32613,36	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	444000,0	323171,00	64755,96	55951,49
2570 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS- GUARÁ	444000,0	323171,00	64755,96	55951,49
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1000,0	780,00	0	0
0066 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS- GUARÁ	1000,0	780,00	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	5000,0	0,00	0	0
0016 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,00	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10000,0	1411547,00	1411544,72	1411544,72
6962 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	5000,0	1411547,00	1411544,72	1411544,72
9839 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-BANHEIROS NO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	5000,0	0,00	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100000,0	78000,00	0	0
5292 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- GUARÁ	100000,0	78000,00	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	20974762,00	22474455,36	21793061,64	21718205,52

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

Ação/Subtítulo 8502.0092 - As principais despesas realizadas, referem-se à folha de pagamento de pessoal que abrange os vencimentos, as contribuições previdenciárias e as substituições. Já na Ação/Subtítulo 8504.7003 - Concessão de Benefícios a Servidores, efetuou-se pagamentos relativos a auxílios: creche, natalidade, alimentação e transporte.

MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Ação/Subtítulo 8517/0091 – Ao iniciar o exercício houve avaliação quanto aos contratos então vigentes, indispensáveis à manutenção das unidades da SODF, sendo mantidos os instrumentos cuja ausência afetaria os trabalhos desenvolvidos pela pasta e ao longo do exercício foram realizadas novas contratações para assegurar o desenvolvimento das atividades deste Órgão com destaque para:

1. Instituição do Programa de Otimização do Uso Prioritário da Água - Poupa DF, no âmbito da SODF, com a troca das torneiras convencionais por torneiras com fechamento automático, garantindo maior economia e racionalização do uso da água;
2. Paisagismo/Revitalização das áreas verdes que circundam o edifício sede da SODF. Os jardins e áreas verdes foram totalmente revitalizados e incluídos no cronograma de irrigação e manutenção da Novacap;
3. Aquisição de cadeiras para atender as demandas da SODF;
4. Aquisição de projetores de alta resolução para serem instalados na sala de Reunião e Auditório;
5. Aquisição de aparelhos telefônicos VOIP;
6. Aquisição de materiais para informática;
7. Aquisição de licença de software de orçamentação – VOLARE;
8. Contratação de assinatura anual de acesso ao Sistema/ferramenta BANCO DE PREÇOS;
9. Aquisição e instalação de novos aparelhos de ar condicionado;
10. Instalação do Ponto Eletrônico;
11. Serviços de reparo/manutenção no toldo instalado na entrada principal do Edifício Sede da SODF;
12. Contratação de empresa especializada no fornecimento de crachá funcional;
13. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado;

(7) Aquisição de licença de software de orçamentação – VOLARE

Procedeu-se a contratação/renovação de Software de orçamentação de obras, contemplando Infraestrutura e Edificações, com múltiplas bases de dados (utiliza tabelas de insumos, novo Sicro, Sinapi e TCPO).

(10) Instalação do Ponto Eletrônico

A nova gestão decidiu pela implantação do Ponto Eletrônico nesta Secretaria, sendo realizadas consultas e avaliados modelos em operação em outras repartições públicas, além de proceder à análise dos instrumentos disponíveis no mercado voltados ao controle e registro de jornadas de trabalho, nos termos da Portaria nº 373 de 25.02.2011 do então Ministério do Trabalho e Emprego. Para implementação do sistema foram adquiridos/contratados:

- 02 Registradores Eletrônicos de Ponto - REP;
- 01 Leitor Biométrico para cadastro de digitais;
- 01 Licença de uso de software de gerenciamento dos coletores de ponto eletrônico;

A normatização do ato de implantação do Ponto Eletrônico se deu com a publicação da Portaria Interna nº 01 de 20 de agosto de 2019, posteriormente alterada pela Portaria Interna nº 04 de 05 de novembro de 2019, disponíveis no Boletim Interno, Site e Intranet da SODF. Portanto, desde 1º de setembro de 2019, a jornada de trabalho dos servidores desta Secretaria tem sido controlada por meio de registros eletrônicos, com a utilização de software pertinente, sendo instituída a Comissão Permanente de Implementação e Monitoramento do Ponto Eletrônico, por meio da Portaria Interna nº 02 de 27 de agosto de 2019 para, dentre outras atividades, monitorar e avaliar o fiel cumprimento das regras previstas nas legislações específicas, relacionadas à carga horária e ao registro da frequência dos servidores.

Gestão Patrimonial da Frota

Esta Secretaria contou apenas com 05 (cinco) veículos oficiais de pequeno porte para atender demandas administrativas e demandas de fiscalização. Desses veículos 03 (três) são reservados para uso nas ações voltadas à fiscalização e vistoria de obras e 02 (dois) para atender os demais chamados. Considerando que a partir de março de 2019 este Órgão passou a fiscalizar as intervenções contratadas pela Pasta, há deficiência no quantitativo de veículos à disposição desta Secretaria, sobretudo em ações de fiscalização.

No sistema utilizado para registro das demandas por veículos (e-LOG), constam mais de 1.600 chamados atendidos. Esse número, apesar de ser expressivo, poderia ser bem superior caso houvesse maior disponibilidade de veículos para emprego nas fiscalizações.

A necessidade de incremento na frota de veículos tem sido formalizada à Secretaria de Economia sendo aguardada solução para sanar o problema de logística constatado.

MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Na Ação/Subtítulo 1471.0033, devido à restrição orçamentária, não foi possível realizar a aquisição de equipamentos e softwares necessários. Não houve execução no exercício de 2019.

a. Implantação e Desenvolvimento de Tecnologia da Informação - TI e Sistema InfObras

As ações efetuadas na área de Tecnologia da Informação foram divididas em gestão, desenvolvimento, suporte e infraestrutura. Buscou-se a orientação definida pela Governança de Tecnologia da Informação, tendo como motivação o guia de boas práticas COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology) e a Estratégia Geral de TI do GDF (EGTI) 2016-2019.

Conforme estabelecido pela iniciativa estratégica número 24 da EGTI ("24. Instituir comitê permanente e atuante de TI, baseado no Guia de Comitê de TIC do SISP"), o Comitê de TI, no dia 24 de maio de 2019 houve a publicação no site da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI com vigência de 2019 até 2021 e no dia 03 de julho de 2019 foram realizadas as atualizações da Portaria do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI.

b. Desenvolvimento e Sistema InfObras

O sistema InfObras está sendo continuamente melhorado, tendo sido realizadas diversas alterações nos módulos do sistema (manutenções corretiva, adaptativa e evolutiva). Além de melhorias, foram desenvolvidas novas funcionalidades:

- Novo módulo de Nota de Empenho com integração via web com sistema SIGGO;
- Remodelagem do módulo de Atestado de Execução com nova funcionalidade de emissão automática deste documento;
- Foram adicionados dois novos tipos de Ordens de Serviço - OS, na funcionalidade de emissão automática;
- Novo módulo de faturamento (Nota de Lançamento, Previsão de Pagamento e Ordem Bancária), integrado via web com o sistema SIGGO, por meio de rotina de atualização automática da base de dados do InfObras, além de relatórios financeiros dos contratos da SODF baseados nestes dados.

c. Suporte e Infraestrutura

Os chamados para atendimento a problemas e suporte técnico, são efetuados por meio do software livre OTRS, acessado pelo menu "Sistemas" na Intranet. Foram realizados o atendimento de 872 (oitocentos e setenta e dois) chamados.

Quanto à infraestrutura, além do monitoramento contínuo de rede, necessário para que as disponibilidades de serviços de Tecnologia da Informação sejam sempre garantidas, as seguintes grandes ações foram efetuadas:

- Criação do ambiente de aplicação e banco de dados georreferenciado;
- Instalação e configuração do sistema Volare para a realização de orçamentos;

- Atuação nos sistemas e serviços para atualização da nova nomenclatura e sigla do Órgão;
- Atualização das versões e migrações dos servidores de aplicação, balanceamento, banco de dados e banco de imagens, do Sistema InfObras para a infraestrutura da Nuvem de Serviços;
- Central telefônica baseada em Software Livre Asterisk para continuidade do serviço de telefonia VOIP da SODF.

d. Aquisições

Foi realizada no ano de 2019, aquisição do software Volare para atividades de Orçamentos realizadas na área finalística.

Está em andamento a aquisição conjunta, a ser realizada por meio da Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, relativa à plataforma Building Information Modeling (BIM), ou Estratégia BIM-BR, no sentido de atuar no objeto do Decreto nº 9.377, publicado em 17 de maio de 2018, que institui a Estratégia Nacional para a Disseminação do Building Information Modeling (BIM), ou Estratégia BIM-BR, cuja finalidade precípua é a de promover um ambiente adequado ao investimento na metodologia e sua difusão no Brasil. Foram estabelecidos metas e prazos para implementação do BIM e a partir de 2021 deverá ser exigido na elaboração de modelos para a arquitetura e algumas disciplinas da engenharia.

Devido às restrições orçamentárias sofridas no exercício de 2019, priorizou-se ações que não gerem despesas, utilizando por exemplo a estrutura fornecida pela Nuvem de Serviços da SUTIC para hospedagem de sistemas e realizada a utilização de Softwares Livres para a criação de soluções, como exemplo, Georreferenciamento e Geoprocessamento de imagens.

- CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Esta Secretaria buscou, cada vez mais, fomentar a seus servidores públicos, programas de desenvolvimento e capacitação que atendam o objetivo comum do órgão a fim de que a equipe consiga avançar e chegar ao resultado final esperado pela gestão que é eficiência e qualidade.

Em um trabalho de parceria junto à Escola de Governo do Distrito Federal - EGOV, ao longo de 2019, foram ofertados mais de 50 cursos, seminários e palestras (presenciais e a distância). Destaca-se cursos de grande necessidade, tais como: Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência; Transparência, Ética e Controle Social, Licitação e Contratos; Capacitação em ferramentas de cadastro, previdência e convênios, entre outros, mais específicos, voltados para área de fiscalização.

Salienta-se a participação de 02 servidores, conselheiros do CONSAB (Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal), no 30º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental da ABES, realizado de 16 a 19 de junho de 2019, em Natal, no Rio Grande do Norte, com recursos do Fundo Pró-Gestão.

Atenta-se ainda, para a participação voluntária de servidores em cursos de instituições de ensino diversas e de Órgãos, como: CGDF, DNIT e TJDFT.

Importante ressaltar o processo de divulgação realizado por outros meios como: intranet, e-mail, pop-up e whatsapp dos cursos disponíveis que tem contribuído para o aumento da participação de servidores nas capacitações oferecidas.

Nesse contexto, o Órgão considera imprescindível a difusão do conhecimento por meio de processos de capacitação das equipes, a fim de corrigir procedimentos, aumentando, assim, a eficiência dos serviços entregues a sociedade com o engajamento de todos para tomada de decisões mais eficazes.

Registrou-se 96 (noventa e seis) participações em cursos presenciais e 15 (quinze) capacitações em cursos virtuais, ministrados principalmente pela Escola de Governo – EGOV/DF e por outras instituições, cujos temas de interesse da Pasta, constam na tabela abaixo.

PRESENCIAIS		
Transparência, ética e controle social.	Gestão e convênios com foco no conveniente	Elaboração de projeto básico e termo de referência
Acordo Ortográfico	Administração orçamentária, financeira e patrimonial (SIGGO)	Gestão de riscos com base na NBR ISSO 31000:2018
Licitação e contratos – Lei 8.666/93	Técnicas de organização e condução de reunião	Gestão e fiscalização de contratos
Sistema de gestão de convênios e contratos de repasse (SICONV)	Sistema Eletrônico de Informações – SEI	Capacitação na ferramenta do SIGHWEB – GFIP/SEFIP 8.4
Sistema de Patrimônio Público (SSP)	Redação Oficial	Processo disciplinar
Capacitação e aperfeiçoamento no SIGH – manutenção de cadastro	Formação de Formadores	Seminário: Brasília e as estratégias de cooperação internacional com o novo Banco de Desenvolvimento do BRICS
Programa de formação em ouvidoria: Cartas de serviços	Instrução Processual de aposentadorias e pensões baseada no novo manual do IPREV/DF	Programa de formação em ouvidoria: Inicialização em ouvidoria
Workshop sobre a lei de acesso à informação e o SEI	Retenção do ISS e IRRF	Programa de formação em ouvidoria: Qualidade da resposta da ouvidoria
Programa de formação em ouvidoria: Lei de acesso a informações para ouvidores	Básico de Informática – Excel	Programa de formação em ouvidoria: Gestão de atendimento de ouvidores
Liderança Produtiva	Sistema de Controle de Emendas Parlamentares (SISCONEP)	Palestra: Alta performance profissional com qualidade de vida
Governança para altos executivos	Fórum de governança e compliance do GDF	Programa de formação em ouvidoria: Inteligência e governança em ouvidoria
A DISTÂNCIA - ministrados pela EGOV/DF e por outras instituições (DNIT, SENAC, TJDF, ENAP, dentre outras)		
Seminário do ciclo de compras públicas	Controle Social	Seminário de governança e gestão de contratações no Poder Judiciário
Ética e Serviço	AutoCad – Desenho de ambientes em 2d	Controle institucional e social dos gastos públicos
Revit Básico	Introdução à gestão de projetos	Semana de controle interno, transparência, ouvidoria e correição.
Fiscalização de projetos e obras de engenharia	Sistema Eletrônico de Informações – SEI USAR	Processo disciplinar

- CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS

Na Ação/Subtítulo 1984.6962, a utilização de recursos verificada nessa Ação correspondeu ao procedimento de regularização efetivado para saldo remanescente, em conta corrente vinculada a Contrato de Repasse.

- CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

A conservação das estruturas físicas das edificações ocupadas pela SODF compreendeu a realização de serviços nas áreas de elétrica, hidráulica, marcenaria, serralheria, entre outros. Os serviços não envolveram custos diretos, uma vez que foram executados pela equipe de Manutenção Predial desta Secretaria, em conjunto com equipes de profissionais disponibilizados pela Novacap.

OUVIDORIA

A ouvidoria é uma unidade de grande importância estratégica para a gestão do Órgão. Cumpre o papel de facilitadora do diálogo, entre a sociedade e as diferentes instâncias de gestão da Secretaria, trabalha na perspectiva da participação do cidadão, na avaliação, e na fiscalização da qualidade dos serviços oferecidos a população. Assim sendo, os dados submetidos à ouvidoria efetivam o controle social e auxiliam no aprimoramento da gestão pública, pois possuem papel relevante na identificação das necessidades e demandas sociais, tanto na dimensão coletiva, quanto na individual, transformando-as em suporte estratégico à tomada de decisões no campo da gestão.

A partir de manifestações dos cidadãos que buscaram os serviços da Ouvidoria do Governo do Distrito Federal, foram registrados pelos canais de atendimento, no período compreendido entre 01/01/2019 e 31/12/2019, 8.632 demandas, destinadas a esta Secretaria. Tais registros compreenderam: reclamação, solicitação, elogio, sugestão, informação e denúncia.

a. Total de demandas por mês

Destaca-se no gráfico adiante, a distribuição mensal dos referidos registros demandados pelos cidadãos a esta Secretaria:



b. Total de demandas por classificação

Destaca-se que dos 8.632 atendimentos, a maioria das demandas registradas foram reclamações, representando 65,6 % do total de manifestações, perfazendo um total de 5.660 demandas, seguida das solicitações que representam 33,1% do total de manifestações, correspondendo a 2.860 demandas.

Teve-se também o registro de 52 demandas de elogios, representando 0,6%, 31 demandas de sugestão, representando 0,4%, 26 demandas de informação representando 0,3%, e 3 demandas de denúncia, representando 0%.

c. Demandas por região administrativa (unidade)

Elenca-se, a seguir, as 10(dez) Regiões Administrativas mais demandadas.

- RA IX - Ceilândia - 2.122
- RAIII - Taguatinga - 1.261
- RA XII - Samambaia - 1.222
- RA I - Plano Piloto - 876
- RA XXX - Vicente Pires - 465
- RA XX - Águas Claras - 445
- RA X - Guarã - 314
- RA II - Gama - 303
- RA IV - Brazlândia - 271
- RA XIII - Santa Maria - 214

d. Assuntos Mais Demandados (unidade)

Considerando a apresentação dos dados de maneira detalhada, estabeleceu-se um ranking com os 10 (dez) assuntos mais frequentes, registrados no Sistema OUV-DF:

- Funcionamento de poste de iluminação - 6566
- Falta de iluminação pública - 825
- Instalação de poste de iluminação - 291
- Serviço fora do prazo - CEB - 133

- Serviço emergencial da CEB concluído e não atendido -116
- Remanejamento de poste iluminação pública - 71
- Execução das obras públicas na área de Infraestrutura urbana - 70
- Fiscalização das obras públicas na área de infraestrutura urbana - 55
- Tapa buraco- manutenção de vias públicas - 47
- Pavimentação urbana - asfalto - 41

e. Situação dos atendimentos (unidade)

Com relação à situação das 8.632 manifestações recebidas e tratadas pela Ouvidoria/SODF, em 2019, tem-se:

- Respondida - 6.209 = 72%
- Em análise - 132 = 1,5%
- Resolvida - 918= 10,6%
- Resolvida após resposta complementar - 31 = 0,3%
- Não resolvida - 1268 = 14,6%
- Não resolvida após resposta complementar - 74 = 1%

f. Carta de Serviços

Com a finalidade de atendimento ao disposto no Decreto 36.419/2015, reiterado pela Lei Federal nº 13.460/2017, e considerando as orientações estabelecidas na 2ª Edição do Guia Metodológico e Estratégia de Implantação da Carta de Serviços ao Cidadão - Setembro/2018, esta Secretaria publicou o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração e monitoramento da Carta de Serviços do órgão, por meio da Portaria nº 58, de 03 de abril de 2019. Após a consolidação pelo Grupo de Trabalho, e validação do Secretário de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, a última versão da Carta de Serviços ao Cidadão foi publicada no sítio desta Secretaria, em setembro/2019. O cidadão que respondeu o questionário da Pesquisa de satisfação que é apresentada ao mesmo após o recebimento da resposta de cada demanda, avaliou a Carta de Serviços desta Secretaria, com 97% de clareza das informações na carta, e 66% dos entrevistados demonstraram conhecimento da existência da carta.

g. Lei de acesso à informação - LAI

Com relação aos pedidos de acesso à informação que foram direcionados a esta Secretaria, em cumprimento à aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação, foram extraídos os dados do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), compreendendo o ano de 2019, onde foram recebidos o total de 39 (trinta e nove) solicitações.

Em 2016, a Controladoria - Geral estabeleceu o Índice de Transparência Ativa (iTA) para avaliar o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação, e ranquear os órgãos e entidades do governo que se destacarem na publicação das informações de transparência ativa, em atendimento à Lei nº 4.990/2012. Desde a primeira edição do Ranking de Transparência Ativa, a Secretaria de Obras tem sido premiada por apresentar 100% de pontuação no Índice de Transparência Ativa (iTA), sendo premiada pelo 4º ano consecutivo em 2019.

h. Atendimento à Imprensa

Registra-se em 2019 cerca de 500 atendimentos à imprensa local, efetuados pela Assessoria de Comunicação da Pasta.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

3.1 Projetos e Planejamento de Obras

A nova gestão pretende ampliar a capacidade de análise e elaboração de projetos, termos de referência e estimativas de custos. No exercício de 2019 foram executadas as atividades a seguir:

3.1.1 Projetos Urbanísticos em Geral – Contrato 017/2014 - Sinesp

Em gestão anterior houve a celebração do Contrato nº 017/2014-Sinesp, SEI 0110-000435/2014, cujo objeto refere-se à elaboração de levantamentos preliminares; levantamento planialtimétrico cadastral; estudos geológicos e geotécnicos; projetos geométricos e terraplenagem; adequação de projetos de urbanismo; projeto de paisagismo; projetos de ciclovias, projetos de pavimentação, projetos de drenagem, projetos de readequação de drenagem, projetos de sinalização, estudos de tráfego e microsimulação dinâmica, projetos executivos de obras de arte especiais e orçamentos no Distrito Federal. Essa contratação ainda apresenta pendências de aprovação/recebimento de projetos/estimativas de custos que requerem acompanhamento, de forma a se obter o recebimento desses produtos demandados para execução por meio da referida contratação.

O Valor estimado dos projetos entregues com pendências de aprovação, na gestão anterior, sob acompanhamento da atual equipe de projetos no âmbito do contrato é de R\$ 579.628,37, relativos a:

1. SAF Sul - R\$ 39.119,18;
2. Requalificação da Av. Paranoá - R\$ 99.127,65;
3. Infraestrutura da Av. Marginal à DF 001 próximo ao Cond. San Diego e Drenagem do Jardim Botânico - R\$ 31.738,97;
4. Quadras 06, 07, 09, 11, 12 e 13 do Setor de Mansões do Park Way-DF – Drenagem - R\$ 125.541,23;
5. Complexo Esportivo Serejão - Projeto executivo para implantação dos acessos viários e estacionamentos públicos - R\$ 59.570,35;
6. Comercial e Samdu Sul - R\$ 84.619,95;
7. ESPM - R\$ 27.025,26.

3.1.2 Panorama e situação de projetos/orçamentos/termos de referência

Panorama detalhado da situação de projetos/orçamentos/termos de referência elaborados em 2019. Perspectivas para 2020 Projetos elaborados/Compatibilizados em 2019:

- SIV 114/2019 - Requalificação das Quadras W3 513/514 do Setor Comercial Residencial Sul - SCRS

Este projeto, modelo SIV-MDE 114/2019, de Requalificação das Quadras 513 e 514 do Setor Comercial Residencial Sul - SCRS e seu entorno, vias W2 e W3, compreende a ampliação e remodelação de calçadas, incluindo acessibilidade e travessias, reordenação dos estacionamentos, paisagismo e arborização. O projeto se baseia no SIV-MDE 054/2018 Projeto Modelo de requalificação para o SCRS - Vias W2 e W3 Sul, SCRS Quadras 511 e 512, a ser aplicado em toda a Asa Sul, aprovado pelo Parecer Técnico-PT nº 52/2018-Iphan-DF e pela Decisão 22/2018-Conplan, na 154ª reunião ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF (Conplan), realizada em 26.07.2018, publicada no DODF 143, de 30.07.2018.

Este projeto objetiva a continuidade à requalificação dos espaços públicos do SCRS e de seu entorno, vias W2 e W3, de modo a conferir unidade visual, organizar o uso do espaço público e melhorar as condições de acessibilidade, caminhabilidade e conforto, especialmente para pedestres. A fim de dar celeridade ao processo de revitalização da W3 – RA I, esta Secretaria contribuiu com a elaboração do projeto urbanístico relativo à W3 - SHCS 513/514, que após

aprovação da Seduh, deverá ser encaminhado para licitação no primeiro semestre de 2020. O valor estimado do empreendimento: R\$ 3.500.000,00.

- Casa da Mulher

Foi solicitada pela Secretaria da Mulher a elaboração de Projeto de Edificações para abrigar o projeto do Governo Federal - A Casa da Mulher Brasileira instituída pelo Decreto nº 8.086 como uma das ações do programa do governo federal Mulher, Viver sem Violência. O projeto executivo conta com programa de necessidades advindo do referido Decreto e foram elaborados projeto arquitetônico, elétrico, hidráulico utilizando o software REVIT da plataforma BIM.

Em tratativas posteriores, ocorridas entre a SUPOP/SODF e a Secretaria da Mulher, foram estabelecidas as diretrizes iniciais para dar início ao desenvolvimento do projeto; de forma que a concepção arquitetônica conciliasse todas as condicionantes de sua implantação urbanística, tendo em vista a necessária correspondência entre a edificação e a funcionalidade dos espaços, visando o melhor desempenho das atividades da Casa. Dentre as premissas definidas pela Secretaria da Mulher, para nortear a implantação da edificação no terreno, estava a localização e o fácil acesso, servido por transporte público, porém com condições de preservar a exposição de suas frequentadoras, portanto este deveria ser reservado e ao mesmo tempo permitir o acolhimento necessário; considerando a fragilidade das mulheres que buscarão os serviços prestados pela instituição, e que o projeto deveria ser desenvolvido a partir do projeto modelo, adotado pelo programa Federal para ser implantado em todo o território nacional, viabilizado pela variação de plantas, tamanhos e funcionalidades. Assim a escolha foi pela Casa de porte médio, por ser a que melhor atenderia às necessidades da população beneficiada, tanto pelas adaptações da edificação em si, quanto pela sua implantação no lote.

Isto posto, verificou que a área próxima a UPA em Ceilândia, tratava-se de um lote de propriedade da Secretaria de Saúde, constituído pela URB 38/88, com área de 79.688,089m²; cuja classificação e parâmetros urbanísticos, permitem a implantação do uso proposto pelo projeto, conforme determina o Art. 11 da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS. E que grande parte deste encontra-se desocupado, o que proporciona o integral atendimento aos índices urbanísticos, estabelecidos para o lote.

Ato contínuo a unidade de projetos desta Secretaria, realizou visita técnica ao local para definir a localização exata a ser implantada a casa, tendo em vista as grandes dimensões e possibilidades de acesso ao lote. Para a definição do local levou-se em conta as condições básicas de relevo e topografia, evitando-se movimentos de terra desnecessários, bem como privilegiando o fácil escoamento de águas pluviais e esgotamento sanitário. Foi priorizado o acesso ao lote, pela via de menor hierarquia, conforme determina o Decreto nº 38.047/2017; estabelecendo afastamento suficiente em relação à edificação da UPA já implantada, e ao mesmo tempo garantindo proximidade para que o suporte médico necessário, fosse prestado pela Unidade, pois o modelo de Casa escolhido não conta com posto de atendimento médico; escolhas acertadas, que visam minimizar custos de execução e funcionamento. Valor estimado do empreendimento: R\$ 8.000.000,00.

- SIV 108/2019 – Requalificação das Quadras W3 509/510 do Setor Comercial Residencial Sul - SCRS

O SIV 108/2019 teve por objetivo dar continuidade à requalificação dos espaços públicos do SCRS e de seu entorno, vias W2 e W3, de modo a conferir unidade visual, organizar o uso do espaço público e melhorar as condições de acessibilidade, caminhabilidade e conforto, especialmente para pedestres. Projeto urbanístico elaborado pela SEDUH e os projetos executivos, pavimentação, drenagem e sinalização foram elaborados pela SODF. Foram realizados vistorias e levantamentos in loco para agregar serviços que não constaram quando da programação das obras nas quadras 511/512. Foi elaborado o Orçamento e Termo de referência e esta obra encontra-se em processo licitatório pela Ascal/ Novacap com o Edital TP nº 004/2019. Valor Estimado: R\$ 2.812.321,36.

- Implantação de Campo de Futebol de Grama Sintética no DF - Santa Maria

Elaboração de Projeto e Revisão de orçamento que resultou na TP 002/2019, a intervenção está sendo custeada por recursos oriundos de Emenda Federal. Valor estimado: R\$ 809.585,50.

- SRTVS – Setor de Rádio e Televisão Sul

O Setor de Rádio e Televisão Sul integra os Setores Centrais concentrando um grande percentual de postos de trabalho, estando acessível pela via W3, e possuindo nas proximidades grandes centros comerciais (Venâncio 2000 e Pátio Brasil), além de estar contíguo ao Parque da Cidade. Destaca-se a proximidade do Setor com o Hospital de Base e o Hospital Sarah, em especial pela presença do ponto de ônibus da Avenida W3, o que requer que o Setor apresente boa acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida, o que não ocorre atualmente. O Projeto de Requalificação do Setor de Rádio e Televisão Sul parte da necessidade premente de reurbanização do local para privilegiar o pedestre na região.

Após análise dos projetos elaborados pela Seduh foi necessário fazer compatibilizações para execução de obra. Foram feitas visitas técnicas para levantamento de serviços e adequações. Não foram revisados quantitativos do orçamento prévio. Elaborou-se caderno de pavimentação e drenagem, orçamento e termo de referência, em licitação por meio da Concorrência 02/2019. Valor Estimado: R\$ 4.269.058,23.

- SCS- Quadra 03 - Praça do Povo

O Setor Comercial Sul é um local de grande convergência e fluxo de pessoas devido à sua posição central na cidade, que é próximo ao Terminal Rodoviário do Plano Piloto, Hospital de Base, Setor Hoteleiro, Shopping Pátio Brasil, Setor de Diversão Sul, Setor Bancário Sul e também à grande concentração de serviços e comércio que comporta. Atualmente esse setor enfrenta diversos problemas referentes à acessibilidade, mobilidade e segurança, como:

- Travessias de pedestres sem tratamento de acessibilidade; e
- Poços de visita desnivelados com a calçada, entre outros.

O Projeto de Revitalização da Praça do Povo parte da necessidade premente de reurbanização do local para privilegiar o pedestre na região. Após vistorias foi identificada a necessidade de elaboração de projeção em 3D para melhor entendimento do projeto. Foi necessário solicitar a SEDUH adequações de projeto para execução. Com isso, houve desmembramento da Praça do Povo da Requalificação do SCS QD 03. Elaboradas as compatibilizações, foi feito orçamento e termo de referência, integrantes da TP nº 003/2019. Valor Estimado: R\$ 1.676.732,94.

3.1.3 Projeto Básicos/Termo de Referência para contratação de Estudos, Consultorias e Supervisão de Obras

Considerando a complexidade das obras relativas ao empreendimento do Corredor Eixo Oeste foi identificada a necessidade de planejar a contratação de empresa especializada para apoio à Supervisão das Obras. Foram elaborados os seguintes Projetos Básicos/Termos de Referência para contratação de Estudos, Consultorias e Supervisão de Obras:

- Termo de Referência para contratação de Supervisão das obras de implantação do Viaduto EPIG, valor estimado: R\$ 1.270.053,37.
- Termo de Referência para contratação do EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) do Túnel de Taguatinga, valor estimado: R\$ 185.771,64.
- Termo de Referência para contratação de Supervisão das obras de implantação do Túnel de Taguatinga, valor estimado: R\$ 10.662.401,96.

3.1.4 Trabalho integrado SODF/SEDUH

Trabalho integrado entre SODF e SEDUH para que os projetos sejam funcionais de forma a evitar imprevistos na fase de execução.

Os trabalhos realizados de adequação de projetos executivos das Requalificações para as Quadras do SRTVS, Praça do Povo, W3 - SHCS 509/510 em parceria com a Seduh foi essencial para o detalhamento de aplicação de materiais compatibilizados com os serviços e insumos existentes nas tabelas oficiais para elaboração de orçamento pela administração pública.

O processo de orçamentação de obras públicas é vinculado ao Sistema Nacional de Preços e Índice para a Construção Civil - SINAPI conforme Acórdão 1891/2008-Plenário – TCU e Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e, portanto, os materiais que estejam em dissonância com a tabela, devem ser cotados (três cotações de mercado, no mínimo) para sua inclusão nos orçamentos de obra, ou elaborar composição de preços utilizando tabelas oficiais e/ou particularizando composições similares.

Diversas reuniões foram realizadas com a finalidade de compatibilização de materiais indicados em projeto com os que constam do banco de preços comprado pela SODF, Sinapi/Caixa e Sicfro/Dnit, o que gerou celeridade na elaboração de estimativas de custos e no lançamento de editais de licitação ainda no exercício de 2019.

A parceria entre Seduh e SODF se mostrou profícua e eficiente conforme pode ser observado, com as melhorias de soluções técnicas propostas para as quadras SHCS 509/510 pela Seduh e para aprovação do projeto das Quadras SHCS 513/514 – SIV114/2019 de autoria da SODF. A fiscalização de obra da SODF, também identificou a falta de solução de drenagem para a obra de requalificação das Quadras SHCS 511/512 e uma gestão conjunta com a Seduh possibilitou a mitigação no projeto posterior das Quadras SHCS 509/510, solucionando também as quadras SHCS 513/514.

Com esta parceria, também foi possível dar celeridade na aprovação dos Projetos de requalificação das Avenidas Comercial/Samdu, em Taguatinga, Avenida Paranoá, no Paranoá, Setor de Autarquias Sul, Plano Piloto e Readequação dos projetos da Avenida Hélio Prates em Taguatinga que deverá ser revisado por equipe da SODF.

3.1.5 Revisão de Projetos

A Portaria nº 108 determinou a revisão de projetos e orçamentos com prazo superior a 2 anos, tal medida coaduna-se com a solicitação do TCDF por meio da Decisão nº 3386/2019 em relação ao Viaduto da EPIG T15. A SODF sob orientação da Controladoria Geral do DF, readequou a Matriz de Riscos de sua unidade e mapeou todos os processos referentes à elaboração de projetos e orçamentos. Com isso obteve-se um Plano de Ação cujas medidas visam mitigar e/ou extinguir os riscos de se elaborar um projeto falho e sem condições de continuidade. Dentre estas ações estão a tarefa de se implantar o conceito BIM (Building Modeling Information) na unidade de projetos.

O desafio atual dos gestores públicos não só no Distrito Federal, mas em todas as unidades da Federação é elaborar e desenvolver projetos coerentes de forma rápida e eficiente para contratação de obras de infraestrutura, urbanismo e edificações.

O Governo do Distrito Federal fez investimentos em obras nos últimos quatro anos de grande monta em infraestrutura urbana, com a implantação de grandes projetos de readequação urbana em áreas consolidadas que, devido aos entraves burocráticos para as aprovações de licenças e os prazos legais de licitação, se tornaram no momento da execução, incompatíveis.

Este modelo acaba incorrendo na necessidade de ajustes e aditivos para a execução, além de diminuir o ritmo da execução, dificultando a eficiente aplicação de recursos oriundos da fonte do Tesouro e/ou aplicação de recursos federais de programas e emendas parlamentares.

No âmbito regional e internacional são frequentemente debatidas formas de como tornar estes procedimentos mais céleres e rápidos para identificação da demanda do cidadão, a elaboração de projetos exequíveis em tempo e custo razoáveis, com transparência e controle, para o cidadão contribuinte, diante desse contexto, foi editada Portaria (nº 84, de 10 de maio de 2019), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 39.736, de 28 de março de 2019, que institui o Comitê Interno de Governança Pública – CIG com a finalidade de formular, executar e monitorar estratégias institucionais de governança pública a fim de garantir a contribuição do Órgão para a estratégia do Governo de Brasília e promoção de soluções para melhoria do desempenho institucional e, ainda, garantir o desenvolvimento e a apropriação das melhores práticas de governança de forma contínua e progressiva, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Governança Pública – Cgov. Ao CIG compete atuar no Planejamento Estratégico, na Gestão de Risco e na Integridade pública.

Em relação à Gestão de Risco, a área técnica da Secretaria, com o auxílio da Controladoria Geral do Distrito Federal, inicialmente desenvolveu a Matriz de Risco traçando, dentre outros, as atividades desenvolvidas no âmbito da Subsecretaria, os eventos de risco relacionados a cada atividade, as causas e consequências desses eventos, os níveis de risco (extremo, alto, médio e baixo) e os controles necessários para diminuir esses riscos.

A referida Matriz aponta como controle necessário, listado pela Subsecretaria de Projetos, Orçamento e Planejamento de Obras, a instituição do uso da plataforma BIM. Importante ainda ressaltar que o Building Information Modeling - BIM igualmente está presente no mapeamento realizado pelo último Plano Diretor de Tecnologia da Informação PDTI da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF.

Em âmbito nacional, a ação proposta se coaduna à tendência do Governo Federal, que editou o Decreto nº 9.377, publicado em 17 de maio de 2018, que institui a Estratégia Nacional para a Disseminação do Building Information Modeling (BIM), ou Estratégia BIM-BR, cuja finalidade precípua é a de promover um ambiente adequado ao investimento na metodologia e sua difusão no Brasil. Foram estabelecidos metas e prazos para implementação do BIM e a partir de 2021 deverá ser exigido na elaboração de modelos para a arquitetura e algumas disciplinas da engenharia. A expectativa é que, em 10 anos, a metodologia esteja disseminada nas obras públicas.

A proposta da Estratégia BIM-BR é que a exigência do BIM nas compras do Poder Público seja feita de forma escalonada, para conferir tempo de adaptação ao mercado e ao setor público. A partir de janeiro de 2021 a exigência de Building Information Modeling-BIM se dará na elaboração de modelos para a arquitetura e engenharia nas disciplinas de estrutura, hidráulica, AVAC e elétrica na detecção de interferências, na extração de quantitativos e na geração de documentação gráfica por meio desses modelos. A partir de janeiro de 2024 os modelos deverão contemplar algumas etapas que envolvem a obra, como o planejamento da execução da obra, na orçamentação e na atualização dos modelos e de suas informações como construído ("as built"). Além das exigências da primeira fase. A modelagem 3D será exigida para a elaboração de projetos de arquitetura e de engenharia, esta iniciativa pretende aumentar em dez vezes a implantação da plataforma Building Information Modeling-BIM e com isso, espera-se que 50% do PIB da construção civil utilize a metodologia.

A partir de janeiro de 2028 passará a abranger todo o ciclo de vida da obra ao considerar atividades do pós-obra. Será aplicado, no mínimo, nas construções novas, reformas, ampliações ou reabilitações, quando consideradas de média ou grande relevância, nos usos previstos na primeira e na segunda fase e, além disso, nos serviços de gerenciamento e de manutenção do empreendimento após sua conclusão.

Em recente estudo do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) identificou que somente 9,2% das empresas do setor da construção utilizam a modelagem em suas rotinas de trabalho. O TCU destacou no artigo "Potencial uso do BIM na fiscalização de obras públicas", publicado em revista própria, o potencial do uso da tecnologia BIM na área de fiscalização de obras públicas. Nesse cenário, a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF entendeu que deve ser protagonista, na implantação da Metodologia BIM para padronização de procedimentos na elaboração de projetos de infraestrutura urbana para o Distrito Federal, ação esta que certamente trará resultados positivos para os habitantes do Distrito Federal.

Para a implantação da metodologia BIM esta Secretaria, depreendeu em consulta com o corpo técnico de Tecnologia da Informação - TI do Órgão, sobre a necessidade de atualização da infraestrutura tecnológica do Órgão para atingir com maior assertividade os resultados esperados na implantação da Modelagem da Informação da Construção - BIM. A atualização tecnológica abrange, no que tange a infraestrutura de TI: Servidor do Datacenter, Switches de comunicação da rede dos dados, Unidades de Armazenamento (Storage), Desktops (estações de trabalho) e Workstations (estações de trabalho com capacidade de performance superior ao Desktop) para um melhor aproveitamento das ferramentas por parte dos usuários finais. A implantação do BIM irá mitigar diversas falhas de projetos e também facilitará a revisão e atualização destes quando passados o prazo estipulado pela Portaria nº 108.

Dentre os projetos e orçamentos que foram alvos de atualizações, adequações e revisões pode-se citar:

- Ginásio do Gama foi identificado a decadência do projeto de acessibilidade e proteção contra incêndio e aprovações vencidas, o que torna impeditivo o uso de recursos federais;
- Orçamento e projetos da obra de implantação da via de acesso ao Setor de Inflamáveis;
- Revisão do orçamento das calçadas L2/L4;
- Revisão dos projetos e orçamento da implantação do Viaduto da EPIG;
- Revisão dos projetos e orçamento da implantação dos viadutos de acesso ao TAS (ESPM);
- Análise do orçamento da Av. Paranoá;

- Readequação do projeto das Avenidas Comercial e Samdu

ESPM – Interseção Viaduto W3 Sul ao Terminal Asa Sul – TAS –

Em processo de licitação esse Trecho do Corredor Oeste corresponde à complementação do sistema viário da Estrada Setor Policial Militar – ESPM até o Terminal Asa Sul - TAS, contemplando serviços de construção das Obras de Artes Especiais (fundações e estruturas), pavimentação, drenagem e sinalização, elaborado no âmbito do Contrato 13/2013 –SO.

O processo licitatório teve início com a publicação do Edital de Concorrência nº 006/2018 – Ascal/Pres, com valor estimado para contratação de R\$ 8.121.981,19. Por meio da Decisão nº 5035/2018 o Tribunal de Contas do Distrito Federal suspendeu cautelarmente a Concorrência nº 006/2018-Ascal/Pres até a adoção das providências listadas na referida decisão. Após cumprimento da Decisão nº 5035/2018 o Tribunal de Contas do Distrito Federal, por meio da Decisão nº 1802/2019, autorizou a continuidade da concorrência nº 006/2018 – Ascal/Pres.

Em julho de 2019, a Novacap restituiu os autos à Secretaria de Obras e Infraestrutura para complementação do cumprimento da Decisão nº 1802/2019 – TCDF.

A Secretaria de Obras e Infraestrutura inseriu no processo os documentos pendentes e, devido ao tempo decorrido, revisou e atualizou o orçamento, que ficou constatado como o mais vantajoso para a Administração Pública o Orçamento Desonerado no valor de R\$ 8.843.137,23. A elaboração do Termo de Referência e a definição dos Elementos Técnicos para continuidade do certame estão sendo desenvolvidos pela Novacap.

LICENÇAS/ANUÊNCIAS: Iphan – Parecer Técnico nº 174/2017 – Iphan; Ibram - LP Nº 001/2011

Em resposta ao Ofício SEI-GDF nº 102/2018 – Sinesp/SUAPS (pag. 2.197), que solicita manifestação quanto a viabilidade locacional e ambiental do T15, o Ibram se manifesta por meio do Despacho SEI-GDF IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-III (pag. 2.200), de 31 de julho de 2018, e considera que com a LP nº 001/2011, que já aprovou a localização e concepção de implantação do trecho da ESPM, já foram atestadas a viabilidade ambiental e locacional para as intervenções propostas no Trecho denominado T15.

ESPM – Interseção EPIG ao viaduto W3 Sul

Em atenção à Portaria nº 108, de 09 de julho de 2019, está em desenvolvimento relatório referente aos projetos executivos da Estrada do Setor Policial Militar – ESPM com a finalidade de preparar processo licitatório. Segue situação dos projetos:

Os projetos referentes ao trecho da ESPM desde à EPIG ao Viaduto W3 foram contratados no âmbito do Contrato 017/2014 – SO, que tem como assunto: Projeto executivo para adequações da ESPM. O setor de projetos desta Secretaria tem mantido contato com a empresa que desenvolveu os projetos a fim de dirimir dúvidas e finalizar os projetos ainda em andamento. Ao final do exercício, o cumprimento de exigências, referente ao Projeto do Sistema Viário, foi enviado à SEDUH, estando apto a nova análise por aquela Secretaria.

Projetos para obras remanescentes Vicente Pires:

Foram elaborados Termos de Referência e Orçamento para contratação de serviços técnicos de topografia e sondagens para subsidiar a elaboração de projetos de infraestrutura urbana, obra de arte especial para a conclusão das obras no Setor Habitacional Vicente Pires, relacionadas ao Lote 02 de construção, serão necessárias readequações dos projetos existentes e para isso a contratação de sondagens é primordial. Valor Estimado: R\$ 2.152.301,73.

Contratação de serviços geotécnicos para subsidiar projetos de infraestrutura urbana obra de arte especial no Sol Nascente:

Para a continuidade das obras no Setor Habitacional Sol Nascente, relacionadas as áreas remanescentes que não foram atendidas pelas obras de infraestrutura atual, serão necessárias readequações dos projetos existentes e para isso a contratação de sondagens é primordial. Foram elaborados Termo de Referência e Orçamento para subsidiar este trabalho. Valor Estimado: R\$ 2.245.591,29.

3.1.6 Participação em Comissões e Grupos de Trabalho

- Grupo de Trabalho de Manutenção Obras de Arte Especiais - OAE' s;
- Comissão Setorial de Avaliação de Documentos – CSDA;
- PDOT – Centralidade e Desenvolvimento Econômico; Território Resiliente; Mobilidade; Estratégias de Regularização e Habitação; Gestão Social da Terra; Participação Social e Governança;
- CONDETUR – Conselho de Desenvolvimento de Turismo do DF;
- CTPC/DF – Conselho de Transporte Público Coletivo do DF;
- Comitê de Mobilidade Urbana DODF nº 183, de 25 de setembro de 2019;
- CPA / EIV – Comissão Permanente de Análise de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança;
- COPEP / DF – Câmara Setorial de Serviços, Turismo e Hospitalidade do COPER-DF. (Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do DF);
- CODDEDE – Conselho de Defesa da Pessoa com Deficiência do DF;
- Conselho do Transporte Público Coletivo do DF;
- Comitê de Mobilidade Urbana;
- GT - Elaboração e articulação do Plano Distrital de Acessibilidade;
- CLP RA III – Conselho Local de Planejamento Territorial Urbano de Taguatinga;
- Conselho Local de Planejamento Territorial Urbano do Park Way;
- Grupo de Transporte Público Coletivo do DF
- Grupo executivo para estudos e projetos W3 comércio e lazer;
- Grupo de Trabalho Setor Hospitalar Sul;
- Grupo de Trabalho Sol Nascente;
- Grupo de Trabalho do Túnel de Taguatinga;

3.2 Projetos submetidos ao Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB

O FUNDURB possui natureza contábil e é vinculado à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEDUH). Tem como objetivo captar e destinar recursos para viabilizar programas e projetos voltados para o desenvolvimento urbano, institucional e para preservação do patrimônio existente na área de tombamento de Brasília.

Esta Secretaria participa do FUNDURB, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, formular, acompanhar, avaliar e agilizar a execução de planos, programas e projetos pertinentes ao desenvolvimento das atividades do Fundo. No ano de 2019, a SODF participou de diversas reuniões deliberativas, cujas resoluções definiram por custear os projetos destacados adiante:

Requalificação do Setor Comercial Sul

Recuperação da Praça do Povo, na Quadra 3 - Conforme 19ª reunião extraordinária do FUNDURB, serão destinados R\$ 1.702.604,49 para a melhoria das calçadas, do paisagismo e da infraestrutura no local. Os serviços a serem executados são os seguintes:

- Nivelamento e substituição de pisos;
- Implementação de piso tátil, corrimãos e guarda-corpos;
- Colocação de sombreiros;
- Paisagismo;
- Adaptação das arquibancadas já existentes e;
- Implementação de infraestrutura de iluminação pública.

Melhorias viárias no entorno de hospitais

Os membros do FUNDURB aprovaram, também, a destinação de recursos para obras de rotas acessíveis em hospitais públicos em diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal. As

rotas acessíveis ligam as paradas de transporte coletivo aos hospitais públicos. Com isso, pedestres e usuários das unidades de saúde podem chegar aos locais em segurança e com conforto. A Resolução nº 1, de 18 de maio de 2016, destinou R\$ 3.775.351,66 em quatro lotes de unidades hospitalares, assim divididos:

- Lote 1: Hospitais Regionais do Gama, do Guará, de Samambaia e de Santa Maria;
- Lote 2: Hospitais Regionais da Asa Norte e do Paranoá;
- Lote 3: Hospitais Regionais de Brazlândia e de Ceilândia e;
- Lote 4: Hospitais Regionais de Planaltina e de Sobradinho.

Devido aos diversos recursos interpostos na Justiça por empresas descontentes com o resultado da disputa pública, os recursos não puderam ser executados. Somente a partir de fevereiro deste ano, quando a maioria dos questionamentos foi vencida, o processo teve andamento.

Os conselheiros do Fundurb optaram, então, por convalidar parcialmente a Resolução nº 1. Isso significa que, dos quatro lotes previstos pelos projetos, apenas o Lote 2 não vai ter os recursos imediatamente liberados pelo fundo, devido haver processos judiciais ainda em andamento. No entanto, a quantia correspondente à requalificação dos hospitais regionais desse Lote, da Asa Norte e do Paranoá, ficará reservada para este fim e não poderá ser aplicada em outro projeto. Os valores poderão sofrer atualização.

Revitalização do Setor de Rádio e TV Sul

Estão previstas a ampliação e inclusão de novas calçadas, arborização, criação de plataformas compartilhadas, introdução de elementos de moderação de tráfego (operação conhecida como "traffic calming"), reformulação do acesso do ponto de ônibus da via W3 e configuração de rotas de pedestres, disciplinando os estacionamentos ao longo do percurso para garantir o trânsito de veículos de emergência. O investimento está orçado em R\$ 4,5 milhões, e tem como objetivo fomentar o uso do transporte público, com uma atenção especial para os pedestres.

Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial nº 01, localizado na EQ 2/4 - Setor Norte de Brazlândia

Este projeto tem por objetivo configurar uma rota acessível que conecte o Centro de Ensino Especial 01 de Brazlândia com os pontos de parada de ônibus, por meio de trajetos contínuos, desobstruídos e sinalizados, de modo a garantir a circulação segura dos pedestres em geral, e principalmente de portadores de necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida. Valor estimado do investimento R\$ 368.002,78.

Aquisição de Workstation (estação de trabalho – hardware) e 3 licenças do Software Autodesk Architecture Engineering Construction Collection

Com vistas ao atendimento das necessidades desta Secretaria e tendo em vista a área de atuação da SODF no desenvolvimento de projetos de infraestrutura urbana e edificações públicas, faz-se necessário o início da migração para o desenvolvimento de projetos na plataforma BIM a fim de usufruir dos benefícios desta tecnologia e acompanhar as tendências tanto do governo federal como da sociedade empresarial que contratam com o serviço público. O valor estimado para a pretendida contratação perfaz o valor de R\$ 295.164,00.

3.3 Projetos Especiais

3.3.1 Inspeção de Pontes, Viadutos e Passarelas

“Prevenir é melhor que remediar. ”

Essa é uma das poucas regras que não admite exceção. Apesar de conhecida, a máxima é raramente levada à risca quando o assunto é conservação de viadutos, pontes, pontilhões e passarelas.

Em todas as esferas públicas, observa-se ausência de políticas voltadas ao estabelecimento de procedimentos sistemáticos de manutenção de obras de arte especiais – não há nem mesmo dados oficiais de quantas inspeções preventivas são realizadas e com que frequência.

Hoje tem-se identificadas no Distrito Federal 764 obras de arte especiais, a saber: 64 Passarelas; 17 Passarelas Subterrâneas; 364 Pontes; 06 Túneis; 313 Viadutos.

Como se pode constatar, existe uma quantidade elevada de Obras de Arte Especiais que deverão ser monitoradas e esse trabalho demandará grande quantitativo de pessoal, com conhecimento técnico para realizar as vistoriais iniciais.

Ressalta-se que esse quantitativo ainda não contempla outras estruturas, como Barragens, Aterros, Muros de Arrimo, etc., bem como as Obras de Arte Correntes, como bueiros celulares, e ainda outras OAEs que não foram identificadas, por ausência de registros, e demandarão minuciosa pesquisa de campo. Acredita-se, então, que este número inicial certamente irá aumentar.

Atualmente o Governo do Distrito Federal não conta com pessoal especializado suficiente para esse trabalho, sendo possível, apenas, poucas vistorias preliminares visuais, com grande esforço das equipes da Novacap, do DER e da Secretaria de Obras e Infraestrutura, que além de suas atividades rotineiras tiveram este incremento de trabalho, a partir do incidente ocorrido com o viaduto do Eixo Rodoviário Sul.

Neste cenário, em 2019, a Secretaria de Obras e Infraestrutura preocupada com essa questão passou a coordenar diversas ações, descritas a seguir, que visam o acompanhamento das condições de segurança e funcionalidade dessas estruturas.

Coordenação do Grupo de Trabalho composto por representantes do Governo do Distrito Federal e da Sociedade Civil, cuja finalidade é a avaliação preliminar do estágio de manutenção das Obras de Arte Especiais - OAE's, do Distrito Federal.

O Grupo de Trabalho GT-OAEs é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades da Sociedade Civil:

- I - Secretaria do Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF;
- II - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap;
- III - Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF;
- IV - Defesa Civil do Distrito Federal;
- V - Clube de Engenharia de Brasília – CEnB;
- VI - Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal – CODESE/DF; e
- VII - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF.

Além destes órgãos, foram também convidados a participar do GT-OAEs a Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal e o Metrô-DF.

Vistorias conjuntas coordenadas por engenheiros do GDF com a participação de estudantes de Faculdades de Engenharia Civil do Distrito Federal.

O GT-OAEs entendeu que havia a necessidade da participação de outros segmentos, sobretudo, das Instituições de Ensino Superior (IES) que possuam cursos de Engenharia Civil, sendo celebrados Termos de Cooperação Técnica. A inserção das IES no processo irá contribuir para que se crie uma cultura nos cursos de engenharia com foco na prevenção, propiciando a formação técnica para o mercado de trabalho de patologia das construções, além de dispor de profissionais e acadêmicos atentos ao tema, (plantel de professores e alunos) e também irá agilizar as ações planejadas.

As vistorias resultantes desta parceria entre estas IES e o GDF foram coordenadas pela SODF, com apoio do DER e da Novacap, e supervisionadas por professores e por engenheiros dos quadros do governo.

Como não haviam profissionais capacitados em número suficiente para acompanhar os estudantes foi necessário, primeiramente, oferecer treinamento básico à profissionais do GDF. Para tanto, foi realizado no período de 19/agosto a 30/agosto, em conjunto com o DER e a Novacap, treinamento para 60 (sessenta) profissionais de diversos órgãos do GDF, lotados nas Administrações Regionais, DF Legal, SODF, DER, Novacap, METRO e Defesa Civil, que foi ministrado por engenheiro do DER, com vasta experiência em vistorias.

Para a realização dessas ações, a SODF elaborou um manual de procedimentos prévios para estabelecer as condições para a realização de vistorias de Obras de Artes Especiais – OAEs que serão realizadas pelo Governo do Distrito Federal – GDF em conjunto com as Instituições de Ensino Superior – IES.

Oteve-se em 2019 os seguintes resultados deste Programa:

- 64 (sessenta e quatro) vistorias realizadas – Para o alcance desta quantidade foram realizadas 03 (três) vistorias de pontes ou viadutos por dia. Cabe salientar que para manter a mesma periodicidade de vistorias em 2020 torna-se necessário suprir questões de logística, sobretudo de transporte dos estudantes, pois as vistorias efetivadas contemplaram apenas as OAE's localizadas ao longo na linha do Metrô e nas Tesourinhas do Plano Piloto.
- 6 (seis) IES participantes – UNICEUB / UNIEURO / IESB / ICESP / UDF / UNIPLAN (para 2020 mais 3 IES manifestaram interesse em participar do projeto);
- 145 (cento e quarenta e cinco) estudantes de engenharia envolvidos;
- 10 (dez) professores participantes;
- 44 (quarenta e quatro) engenheiros civis de diversos órgãos do GDF ficaram responsáveis pelos relatórios de vistoria.

Vistorias em OAEs realizadas pela SODF, pelo DER e pela Novacap.

Além do Programa de vistorias descrito acima a Secretaria de Obras realizou diversas vistorias nas demais OAEs e solicitou ao DER e a Novacap que também fizessem vistorias, que resumidamente apresenta-se a seguir:

- SODF – 14 vistorias;
- DER – 30 vistorias;
- Novacap – 120 vistorias.

Como resultado destas vistorias, várias outras ações foram desencadeadas, quais sejam:

a) Pequenos reparos realizados por obra direta pela Novacap e pelo DER;

- Viaduto L2 Sul sobre a Via S3 (SAS);
- Viaduto ERSW sobre a ESPM (Final da Asa Sul);
- Viaduto L Norte sobre a Via L2 Norte (acesso DNIT);

b) Elaboração de projetos de recuperação estrutural:

- Ponte Costa e Silva;
- Passarela do CONIC;
- Juntas de dilatação da Ponte JK;
- Revitalização da Ponte JK;
- Ponte Sobradinho do Melos.

c) Licitações de obras de recuperação:

- Juntas de dilatação da Ponte JK;
- Viadutos ERNW e ERNL sobre a N2 (Conjunto Nacional e Teatro Nacional);
- Plataforma Superior da Rodoviária – Lado Oeste.

d) Interdição de uma ponte no Núcleo Rural Sobradinho dos Melos, que se encontra em fase final de elaboração do projeto para licitação de obra em 2020.

e) Certificação estrutural – Ensaio e dinâmico:

- Viaduto DF – 002, próximo à Galeria dos Estados;
- Ponte do Braghetto.

Reuniões com a Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP/DF)

A SODF buscou também alternativas com o emprego de novas tecnologias para aprimorar as vistorias e o monitoramento das OAEs do DF. Neste sentido foi procurada à FAP/DF e apresentadas propostas para a implantação de metodologia inovadora para facilitar as ações de inspeções nas OAEs.

As propostas apresentadas têm como intuito desenvolver projetos de pesquisa e inovação tecnológica para vistorias de obras de arte especiais (OAEs) e pavimentos, utilizando tecnologias inovadoras com objetivo de aumentar a eficiência na inspeção, detecção automática de manifestações patológicas e monitoramento do comportamento estrutural, bem como propiciar gerenciamento para tomada de decisões, em plano de manutenção, por meio do uso de ferramentas tais como drone, scanner laser, robô fotográfico, acelerômetro, LVDT, termografia, fotogrametria, inteligência artificial, visão computacional, etc.

3.3.2 Intervenções Pontuais de Drenagem

Devido aos problemas de alagamentos que tem ocorrido durante o período chuvoso - em especial na Asa Norte - em maio de 2019 esta Secretaria iniciou gestão conjunta com a Novacap e a Universidade de Brasília para planejar intervenções de drenagem, com o objetivo de mitigar as ocorrências de alagamentos na região.

Com a proposta de definir locais prioritários para intervenções, o setor ambiental desta Secretaria realizou vistorias ao longo de toda a Asa Norte, buscando por áreas verdes livres para rebaixamento de gramado, abertura de meios fios em canteiros das quadras com rede, mas com déficit de bocas de lobos.

Para subsidiar as propostas de mitigação dos efeitos das chuvas e proposição de soluções por parte dos projetistas da DU/Novacap e do setor de projetos desta Secretaria, realizou-se consulta à Caesb (rede de água e esgoto), CEB (rede de baixa e alta tensão e de IP), Seduh, Terracap (dominialidade de área), Iphan (tombamento), Ibram (dispensa de licenciamento), Corpo de Bombeiros (altura de lâmina visando segurança) e Empresas de Telefonia e Internet (rede de telefone e internet) para verificação de possíveis interferências em todo o Plano Piloto. Neste sentido, identificou-se as localidades das intervenções sendo realizadas as ações dispostas no quadro a seguir cujos estágios também se encontram elencado:

Local da Intervenção	Ações	Estágio
Ala Norte Estádio Nacional	Rebaixamento da área verde da Ala Norte do Estádio Nacional. Realizadas vistorias conjuntas entre SODF, CEB e Caesb para verificação das interferências e tamanho da área disponível para implantação de projeto. A solução foi concebida com volume de reserva de 7000 m ³ com lâmina de 50 cm (SEI 28638092). Em seguida esta SODF/SUAPS realizou gestão junto à DPJ/Novacap para implantação de gramado nos taludes do reservatório. Projeto foi executado por empresa contratada pela Novacap	Concluído
101/102 Norte	Troca de grelhas por bocas de lobo, com objetivo de aumentar captação das águas superficiais.	Concluído
Parque Burle Marx – 906/907 Norte	Curvas de nível nas áreas verdes livres para contenção de águas pluviais	Concluído
901 Norte	Rebaixamento de gramado em área verde, na quadra 901 Norte. Em execução rebaixamento com lâmina de 50 cm (cinquenta), que terá aproximadamente 6.300 m ³ (seis mil e trezentos) de reservação. A concepção da solução foi realizada pela - Novacap (SEI 30903308). Foram necessárias vistorias conjuntas entre SODF, CEB e Novacap para solução de problemas de interferências do projeto com redes de alta tensão da CEB.	Em fase final de execução (por empresa contratada pela Novacap)
201/202 Norte	Na tesourinha da 201/2012 Norte, em execução abertura de novas bocas de lobo que ligará a rede de diâmetro de 800mm, antes subutilizada. A ação visa maior captação das águas superficiais.	Em execução
702/902 Norte até 710/910 Norte	Implantação de meios fios vazados. Essa medida visa o aproveitamento das áreas verdes livres para retardo e infiltração das águas superficiais. Em execução pela Novacap, que conta com apoio da mão de obra da SESIPE.	Em execução
W3 505 a 513 Norte	Abertura de novas bocas de lobo ao longo de toda a Via W3 Norte. Essa medida visa maior captação das águas superficiais que escoam na via. Em execução pela Novacap, que conta com apoio da mão de obra da SESIPE	Em execução

Local da Intervenção	Ações	Estágio
Autódromo Nelson Piquet	Visando minimizar o impacto das chuvas na região, a SODF, em conjunto com a Novacap, foi autorizada, por meio do Despacho SEI 31899950, a atuar nas melhorias na drenagem do Autódromo para que seja reduzido o pico de vazão que é adicionado ao sistema público de drenagem, reduzindo, assim, os problemas causados à jusante. Desta forma, está sendo estudado entre a SODF e Novacap proposta para retenção das águas pluviais do Autódromo Nelson Piquet, de forma ao aumento do tempo de concentração do "run off" até seu retorno à rede de drenagem convencional.	Em planejamento
906/907 Norte	Estudadas por setores técnicos desta Secretaria propostas de projeto para derivação da rede SRPN Trecho 1 na rede da W6.	Em planejamento

Quanto às intervenções de drenagem no Distrito Federal, em maio de 2019, a SODF participou de Audiência Pública realizada no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, que tratou de problemas que o Distrito Federal tem enfrentado devido aos alagamentos decorrentes de águas pluviais. Diante das demandas apresentadas pela população, esta Secretaria propôs junto à Novacap, SEMA e CLDF, realizar Vistorias Técnicas nas regiões administrativas apontadas pela população, para avaliação dos problemas relatados. Desta forma, foram realizadas vistorias, conforme Relatórios Técnicos SODF. Os referidos Relatórios foram encaminhados aos órgãos responsáveis no sentido de avaliarem a oportunidade para solução dos problemas identificados.

No caso da situação descrita no Relatório Técnico SEI-GDF – SODF/SUAPS, na região denominada Nova Colina (Condomínios Vila Nova, Uberaba, Colonial e Novo Oriente) não foi possível a solução dos problemas relatados, pois demandará a elaboração de Projeto de Drenagem Pluvial, que está condicionado à aprovação do Projeto Urbanístico – URB, em desenvolvimento pela Codhab, conforme informado no Memorando SEI-GDF Nº 337/2019 - Codhab/PRESI/DIREG/GEREC.

Demais pontos vistoriados estão sendo avaliados pela Novacap e, esta Secretaria tem realizado o devido acompanhamento para atendimento das demandas.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Ampliação de BLs na W3 Norte



Execução de nova rede 201/202 Norte

3.4 Convênios

3.4.1 Cooperação Técnica entre a SODF e a Novacap

O Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2018 (Novacap/SODF), celebrado no ano de 2018, tem por finalidade estabelecer condições de Cooperação Técnica entre a Sinesp e a Novacap, para a elaboração de estudos, projetos, orçamentos, licitações, contratações, fiscalização e prestação de contas, além da execução direta ou indireta de obras e/ou serviços de edificações e de urbanização, no âmbito do Distrito Federal.

A nova gestão em comum acordo com a Novacap tem formalizado Termos de Suspensão Parcial do Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2019 (DODF nº 43, de 01/03/2019), no que se refere à fiscalização das intervenções contratadas pela Pasta, que até então eram realizadas por funcionários integrantes do Quadro de Pessoal da Novacap, passou a ser exercida diretamente pela equipe técnica lotada na Subsecretaria de Acompanhamento e Fiscalização. Ao longo do exercício de 2019 ocorreram demais suspensões publicadas no

DODF: nº 102, de 31/03/2019; nº 158, de 21/08/2019; nº 228, de 02/12/2019. A 5ª Suspensão parcial do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2018, mantém a suspensão da fiscalização das obras até 28/01/2020 e encontra-se em fase de publicação.

3.4.2. Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura e Terracap

Esta Secretaria manteve em 2019 sua atuação na gestão administrativa de diversos Convênios celebrados, em gestão anterior, com a Terracap, procedendo à prestação de contas pertinente, bem como apresentado novos pleitos para formalização de outros instrumentos.

Na Quadro a seguir, relaciona-se os Convênios encerrados e os respectivos desembolsos ocorridos ao longo de sua vigência:

Quadro 01 (valores em R\$)					
CONVÊNIOS TERRACAP - ENCERRADOS					
Objeto	Valor Total	Desembolso exercícios anteriores	Desembolso 2018	Desembolso 2019	Vigência
Convênio 76/2017 - Execução dos serviços de fornecimento, plantio e manutenção de grama tipo esmeralda no Setor de Habitações Coletivas Noroeste - Brasília-DF	2.980.843,36	0,00	1.840.967,70	1.066.573,98	12/04/2019
Convênio 61/2015 - Execução de calçadas com acessibilidade, paisagismo, equipamentos urbanos, baias de ônibus e iluminação no Eixo Monumental - Brasília - DF	26.291.008,09	9.293.675,84	0,00	0,00	16/12/2019
Convênio 32/2016 - Execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no centro urbano de Samambaia quadra 101, 102 e 301 e 302 - RA de Samambaia.	11.223.536,11	3.255.357,62	1.849.521,46	5.078.317,93	31/12/2019
Totais	40.495.388,56	12.549.033,46	3.690.521,46	6.144.831,91	

Os Convênios 11/2018 e 41/2015 foram encerrados em 2019, não tendo havido desembolsos no período de vigência desses termos, e por isso não constam da tabela acima.

Apresenta-se a seguir os Convênios que se encontram vigentes, portanto, com perspectiva de desembolsos nos exercícios subsequentes:

Quadro 02 (valores em R\$)					
CONVÊNIOS TERRACAP - EM EXECUÇÃO					
Objeto	Valor Total	Desembolso exercícios anteriores	Desembolso 2018	Desembolso 2019	Vigência
Convênio 42/2019 - Complementar a execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e execução de obras de artes especiais nos lotes 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 - Setor Habitacional Vicente Pires-RA XXX - DF.	150.143.172,62	0,00	0,00	11.198.054,52	07/02/2022
Convênio 59/2019 - Execução de obras de drenagem e pavimentação para o trecho denominado "ROTA DE FUGA" no Setor de Inflamáveis no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA - RA XXIX - DF.	10.132.497,91	0,00	0,00	357.979,50	03/10/2020
Convênio 90/2016 - Execução de Pavimentação Asfáltica, Meio-Fio, Drenagem Pluvial e Obras de Arte Especiais - Vicente Pires.	31.721.176,50	0,00	0,00	820.603,46	22/12/2020
Convênio 132/2011 - Implantação do Parque Burle Marx	32.824.914,55	0,00	0,00	0,00	31/12/2020
Totais	224.821.761,58	0,00	0,00	12.376.637,48	

3.5 Atividades e Resultados referentes às Execuções dos Contratos de Financiamentos e Repasse

3.5.1 Contratos de Financiamentos e Repasse

Em relação às atividades realizadas em 2019, que objetivaram a continuidade das obras de infraestrutura custeadas por Contratos de Financiamentos sob a gestão desta SODF, registra-se a ocorrência de reuniões semanais de ponto de controle, presididas pela Secretaria de Economia, com o agente financiador - Caixa, realizadas ordinariamente às segundas-feiras, ocasião em que foram tratadas questões relativas às intervenções previstas no escopo das operações de crédito, com a participação de diversos órgãos governamentais, tais como Terracap, Codhab, Ibram, Caesb, CEB, Novacap.

3.5.1.1 PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades

No Programa PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, estão previstas as intervenções que visam a implantação do Corredor de Transporte Eixo Oeste.

Os recursos para custear as ações do referido programa, da ordem de R\$ 693,7 milhões, deverão ser aplicados na ligação Ceilândia-Taguatinga-Plano Piloto. Este total contempla o Contrato de Financiamento nº 0394.629-04/2013, celebrado em 2013 junto à Caixa Econômica Federal (Caixa), no valor de R\$ 544,6 milhões (R\$ 517,4 milhões de financiamento e R\$ 27,2 milhões de contrapartida do GDF) e o Termo de Compromisso nº 0402.091-01/2014, firmado em 2014, também junto à Caixa, no valor total atualizado de R\$ 149 milhões (R\$ 116,5 milhões do OGU e R\$ 32,5 milhões de contrapartida do GDF).

Como já manifestado em relatos anteriores, os projetos das obras do Eixo Oeste requerem aprovação e envolvimento de outros órgãos do GDF, tais como, Semob, Seduh, Metrô, DER, Detran, e por isso sujeitam-se a mudanças, alterações de diretrizes, ocasionando atrasos na finalização dos projetos e orçamentos. Ademais, algumas metas do Programa sofreram paralisações, por longo período, por determinação judicial e/ou por decisão do controle externo (TCDF), como é o caso das obras do Túnel de Taguatinga e da ESPM (T15). Atualmente, as obras do Túnel de Taguatinga tiveram autorizada a continuidade da contratação e o processo licitatório das obras de complementação do sistema viário da Estrada Setor Policial Militar - ESPM, até o Terminal da Asa Sul (TAS), contemplando serviços de construção das obras de artes especiais (fundações e estruturas), pavimentação, drenagem e sinalização - T15, está na iminência de ser retomado, também após a liberação pelo TCDF.

Mesmo com toda a dificuldade de execução, no ano de 2019 obteve-se a finalização das obras da Via de Ligação entre a Avenida Hélio Prates e a Avenida Principal do Setor Habitacional Sol Nascente (T1) e relevante avanço financeiro acumulado de 82%, nas obras de Construção do Alargamento do Viaduto da Interseção da EPTG-EPCT - DF-001 (T10), que se encontravam paralisadas no exercício anterior. Os Quadros 3 e 4, demonstram as obras previstas no âmbito do Contrato de Financiamento e no Termo de Compromisso, o resumo das atividades realizadas no ano de 2019 e os respectivos resultados.

Quadro 03 (valores em R\$)							
CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0396.249-04/2013							
Obra	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2019	Situação até dezembro de 2019	Execução Financeira (%)		
	Caixa	GF			2017	2018	2019
a. Implantação de Túnel Rodoviário sob a Avenida Central de Taguatinga.	189.939.072,46	9.996.793,29	Tratativas junto ao Judiciário e perante o TCDF	Autorizada pelo TCDF a continuidade da contratação	0%	0%	0%
b. Revitalização da Avenida Samdu e da Avenida Comercial de Taguatinga.	174.003.168,74	9.200.158,44	Atualizações de projetos	Em fase de atualizações de projetos	0%	0%	0%
b.1 Calçadas de ligação entre a Avenida Samdu e a Avenida Comercial de Taguatinga	15.996.831,26	799.841,56	Elaboração de projeto executivo para lançamento de nova licitação	Certame lançado pela gestão anterior restou revogado, diante de decisão do TCDF	0%	0%	0%

Quadro 03 (valores em R\$)

CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0396.249-04/2013							
Obra	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2019	Situação até dezembro de 2019	Execução Financeira (%)		
	Caixa	GF			2017	2018	2019
c. Via de ligação entre a Avenida Hélio Prates e a Avenida Principal do Setor Habitacional Sol Nascente.	3.969.188,19	729.791,96	Execução de Obras	Obra Finalizada com redução de meta física	21%	58%	72%
d. Revitalização da Estrada Setor Policial Militar - ESPM - ligação da via EPIG ao Terminal da Asa Sul (TAS) - T10	70.873.410,51	3.730.179,50	Atualização de projetos	Em fase de atualizações de projetos e orçamento	0%	0%	0%
d.1 Complementação do sistema viário da Estrada Setor Policial Militar - ESPM, até o terminal da Asa Sul (TAS) - T15	8.400.980,37	442.156,86	Revisão do orçamento e obtenção de autorização de continuidade do certame	Documentação encaminhada para a Novacap para a retomada da licitação	0%	0%	0%
e. Ajustes viários com a complementação de obras na Estrada Parque de Taguatinga (EPTG) - Alargamento do viaduto da EPCT.	3.721.112,67	1.434.563,41	Execução de Obra	Obra com 82% de execução financeira	19%	27%	82%
f. Saldo a reprogramar	50.573.585,80	902.164,98	-	-			
Total do Financiamento	517.477.350,00	27.235.650,00	% Total da Execução Financeira		3,03%	3,37%	4,05%

Quadro 04 (valores em R\$)

TERMO DE COMPROMISSO - OGU, nº 0402.091-01/2013							
Obra	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2019	Situação até dezembro de 2019	Execução Financeira (%)		
	Caixa	GF			2017	2018	2019
a. Revitalização da Avenida Hélio Prates (Ceilândia/Taguatinga).	33.735.217,78	9.404.754,49	Atualização de projetos	Em fase de atualização de projetos	0%	0%	0%
b. Revitalização da Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG (Plano Piloto) - 1ª e 3ª Etapas.	62.382.993,87	17.393.256,56	Atualização de projetos	Em fase de atualização de projetos	0%	0%	0%
c. Revitalização da Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG (Plano Piloto)- 2ª Etapa - Viaduto sobre a EPIG.	20.452.511,06	5.701.595,15	Início do Licitatório	Revisão de orçamento para nova aprovação da Caixa, necessária para a retomada do licitatório, autorizado pelo TCDF	0%	0%	0%
Total do Financiamento	116.571.341,88	32.499.606,20	% Total da Execução Financeira		0%	0%	0%

3.5.1.2 PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas

A SODF atuou também com vistas a viabilizar as obras referentes às operações de crédito contratadas no ano de 2014, na esfera do Programa PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. Os contratos de financiamento abrangidos por este programa do PAC são identificados a seguir, para detalhamento individualizado de suas realizações.

Com isso, considerando as dificuldades operacionais que as regiões do Buritizinho, Porto Rico, Vicente Pires e Bernardo Sayão apresentam pela dinâmica urbana dos locais, pode-se dizer que os resultados, do ano de 2019, foram satisfatórios, em especial se comparado aos anos anteriores.

3.5.1.2.1 Setor Habitacional Vicente Pires -

Sobre este Contrato de Financiamento, assinado em 2014 com o valor total de R\$ 418.906.698,73 dos quais R\$ 397.961.363,79 referem-se ao Financiamento da Caixa e a diferença, no valor de R\$ 20.945.334,94 correspondia ao aporte de Contrapartida- GDF, mínima obrigatória contratual.

Contudo, ao longo da execução contratual, o setor técnico identificou inconsistências nos projetos e orçamentos perante as estimativas originais utilizadas na licitação, o que ocasionou diversas alterações nos contratos de obras e, por conseguinte, a repactuação da operação de crédito com o agente financiador que atualmente aponta para os montantes de: R\$ 397.961.363,79 Caixa e R\$ 87.030.223,17 - Contrapartida GDF.

Diante do aumento bastante expressivo na Contrapartida obrigatória, necessária para os desembolsos dos recursos oriundos do financiamento, esta Secretaria em 2019 envidou esforços para garantir o montante a cargo do Distrito Federal por meio de Convênios junto a Terracap, tendo em vista que aquela companhia é empreendedora da área de intervenção. Para tanto, pleiteou-se a celebração de dois instrumentos de Convênio sendo o primeiro no valor de R\$ 31.721.176,50, específico para o Lote 02 e o segundo no valor R\$ 150.000.000,00, objetivando os pagamentos dos investimentos de obras e a obrigação para com a Contrapartida do Contrato de Financiamento. Os Convênios foram formalizados, tendo ocorrido desembolsos conforme a necessidade de aporte de contrapartida, bem como para as demais despesas, não custeadas pela instituição financiadora, tais como reajustamentos, custos com a variação de preços de materiais betuminosos.

Quanto aos desembolsos realizados no Contrato de financiamento, esses figuram no Quadro 5, o qual demonstra os dados do contrato de financiamento das obras de Pavimentação Asfáltica, Meio Fio, Drenagem Pluvial e Obras de Arte Especiais da Região de Vicente Pires, bem como os valores atualmente vigentes nos contratos de obras.

Quadro 05 (valores me R\$)								
CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0399.836-22/2014 - Vicente Pires								
Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2019	Situação até dezembro de 2019	Execução Financeira (%)			
	Caixa	GF			2016	2017	2018	2019
01	42.508.477,92	14.715.709,51	Continuidade da obra	Obra em andamento - 33ª Medição	12%	14%	26%	47%
02	25.303.759,88	8.759.729,78	Obra paralisada Encerramento de Contrato	Contrato Rescindido - 2ª Medição	2%	2%	2%	2%
03	25.432.191,94	8.804.190,77	Continuidade da obra	Obra em andamento - 24ª Medição	10%	33%	53%	62%
04	42.318.951,74	14.650.098,78	Continuidade da obra	Obra em andamento - 29ª Medição	0%	6%	22%	54%
05	54.370.574,75	18.822.164,97	Continuidade da obra	Obra em andamento - 26ª Medição	0%	8%	29%	40%
06	28.216.072,93	9.767.922,85	Continuidade da obra	Obra em andamento -31ª Medição	7%	16%	16%	35%

Quadro 05 (valores em R\$)								
CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0399.836-22/2014 - Vicente Pires								
Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2019	Situação até dezembro de 2019	Execução Financeira (%)			
	Caixa	GF			2016	2017	2018	2019
07	33.284.187,08	11.522.417,47	Continuidade da obra	Obra em andamento - 36ª Medição	9%	13%	34%	48%
08	18.433.533,75	6.381.374,75	Início e término da obra	Concluída - 4ª medição	0%	0%	0%	74%
09	41.668.477,34	14.424.915,65	Continuidade da obra	Obra em andamento - 25ª Medição	0%	9%	51%	67%
10	56.726.780,88	19.637.843,32	Continuidade da obra	Obra em andamento - 25ª Medição	0%	6%	29%	50%
11	29.698.355,58	10.281.063,80	Continuidade da obra	Obra em ritmo - 13ª Medição	2%	3%	8%	25%
Total do Financiamento	397.961.363,79	137.767.431,65	% Total da Execução Financeira		4%	10%	27%	46%

Pode-se verificar, conforme o Quadro 05, que o Programa obteve um desembolso financeiro acumulado em 2019 de aproximadamente 46%, que em termos de valores representa em torno de R\$ 244.000.000,00.

Vale ressaltar ainda que, as constantes reprogramações dos cronogramas de obras têm demandado quantia significativa de recursos para custear os reajustamentos dos contratos vigentes, pois, estes foram celebrados nos anos de 2015, 2016 e 2018.

3.5.1.2.2 Setor Habitacional Buritis -

Sobre o Contrato de Financiamento utilizado para custear as obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial da Região Setor Habitacional Buritizinho – Sobradinho II – DF, em 2019, por meio do Ofício SEI nº 019/2019 – SODF/SUGRE de 20/09/2019, o setor que procede a gestão e o acompanhamento dos recursos externos, SUGRE/SODF, instruiu a prestação de contas final enviada ao agente financiador, Caixa, estando no aguardo do resultado da análise para o encerramento do Contrato de Financiamento em questão, que alcançou desembolso pelo financiador de R\$ 19.381.369,37 e aporte de contrapartida de R\$ 6.625.972,14.

3.5.1.2.3 Setor Habitacional Porto Rico -

No que se refere ao Contrato de Financiamento destinado a custear as obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial da Região Setor Habitacional Porto Rico – Santa Maria-DF, considerando a conclusão das intervenções contratadas, aguarda-se documentação técnica de encerramento, qual seja os Termos de Recebimento Definitivo, para apresentação ao Agente Financiador da prestação de contas da denominada META 01 do contrato, até o primeiro trimestre de 2020.

A intervenção referente à META 02 consiste da Elaboração do Projeto Executivo, e consequente execução das obras de Construção da Bacia de Detenção, do canal e bueiro N.A.T.M. (New Austrian Tunnelling Method), cerca viva e plantio de grama no km 4 da DF-290 em Santa Maria – DF, está com o processo licitatório em curso por meio da Concorrência nº 003/2019 - Ascal/Pres que transcorre de forma regular, podendo-se inferir que o início das obras irá ocorrer no primeiro trimestre de 2020.

Quadro 06 (valores em R\$)								
CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0399.819-14/2017 - Porto Rico								
Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2019	Situação até dezembro de 2019	Execução Financeira (%)			
	Caixa	GF			2016	2017	2018	2019
01	4.784.902,17	251.836,96	Contrato Encerrado	Obra Finalizada - 7º Medição	35%	76%	88%	88%
02	5.992.389,63	315.388,92	Contrato Encerrado	Obra Finalizada - 12º Medição	21%	74%	93%	94%

Quadro 06 (valores em R\$)

CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0399.819-14/2017 - Porto Rico								
Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2019	Situação até dezembro de 2019	Execução Financeira (%)			
	Caixa	GF			2016	2017	2018	2019
03	2.570.075,79	135.267,15	Em instrução jurídica quanto à rescisão contratual, Processo SEI 00110-00000548/2019-94	Obra não iniciada - Devido à necessidade de intervenções/iniciativas prévias pela CEB, Caesb e Terracap - problemas fundiários	0%	0%	0%	0%
04	4.915.296,93	258.699,83	Contrato Encerrado	Obra Finalizada - 7ª Medição	16%	29%	84%	84%
05	6.406.534,33	337.186,02	Contrato Encerrado	Obra Finalizada - 9ª Medição	15%	61%	93%	94%
06	3.137.542,72	165.133,83	Contrato Encerrado	Obra Finalizada - 8ª Medição	3%	59%	85%	92%
Total do Financiamento	27.806.741,57	1.463.512,71			*	*	*	*

* Os percentuais totais não foram fornecidos, devido à necessidade de inclusão do valor definitivo que será atribuído à META 2, cujo montante será definido em 2020 após a finalização do certame.

3.5.1.2.4 Setor Habitacional Bernardo Sayão -

Segue abaixo o Quadro 07, em que são demonstrados os dados do contrato de financiamento das obras de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial da Região Setor Habitacional Bernardo Sayão, bem como os valores que foram resultados do procedimento licitatório.

Quadro 07 - Bernardo Sayão

CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0399.840-83/2014 - Bernardo Sayão								
Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2019	Situação até dezembro de 2019	Execução Financeira (%)			
	Caixa	GF			2016	2017	2018	2019
01	7.176.158,60	3.244.378,37	Estudo de vantajosidade e atualização de projeto por parte da Terracap	Obra não contratada	0%	0%	0%	0%
02	5.368.472,70	2.427.114,24	Continuidade de obra	Contrato de obra Suspenso	0%	0%	24%	43%
03	9.288.090,45	4.199.193,69	Até o 5º Bimestre a obra apresentou andamento normal. Continuidade de obra	Obra Paralisada - 4ª Medição	0%	2%	6%	37%
04	8.121.280,10	3.671.672,68	Estudo de vantajosidade e atualização de projeto por parte da Terracap	Contrato Rescindido - 2ª Medição	1%	1%	1%	1%
05	8.834.356,15	3.994.058,05	Estudo de vantajosidade e atualização de projeto por parte da Terracap	Obra não contratada	0%	0%	0%	0%
Total do Financiamento	38.788.358,00	17.536.417,03	% Total da Execução Financeira Acumulada		0%	0%	7%	25%

Pode-se verificar, conforme o Quadro, que os Lotes 02 e 03 obtiveram melhor execução em relação a 2018. Quanto às contratações relativas aos Lotes 01, 04 e 05, devido ao tempo decorrido da realização do certame, essas encontram-se em fase de readequação de projetos e estudos de vantajosidade pela Terracap, SODF e Novacap. Tem-se a previsão de contratação das obras em 2020.

3.5.1.3 Pró-Moradia I

Sobre o Programa Pró-Moradia I, que objetiva a execução de obras de drenagem pluvial, esgotamento sanitário e pavimentação asfáltica, além da implantação de equipamentos públicos comunitários e da execução de Trabalho Técnico Social - TTS, em diversas localidades do DF, cujos recursos são oriundos do FGTS, sendo a Caixa Econômica Federal o Agente Financeiro, cabe registrar que este programa foi assinado em 2006, executado em anos anteriores a 2019 e, devido a dificuldades de finalização das metas das obras, ainda

restaram itens em aberto e sem comprovação de funcionalidade perante o Órgão financiador – Caixa.

No período de 2019, a Subsecretaria de Captação de Recursos-SUCAP/ SEEC assumiu a organização das tratativas juntos a Caixa e aos Órgãos do GDF, objetivando o controle das ações e a solução das metas ainda não efetivadas, desse modo foram realizadas diversas reuniões de ponto de controle e, por meio da Ata da última reunião ocorrida nas dependências da SEEC, definiu-se que a SUCAP/SEEC procederá junto à PGDF solicitação de diretrizes, por meio de reunião específica, acerca das questões fundiárias das áreas de intervenções pertinentes às metas programadas que restaram incompletas, detalhadas na Tabela 01, abaixo. Com isso, o cronograma de ações para o término das obras está sendo monitorado pelas equipes da Caixa, SEEC, SODF, Novacap e Codhab.

Detalhamento dos Itens	Região	Valor Contratado	Valor desembolsado até 2019	Saldo
Quadras de Esportes	Santa Maria - QR 122	55.246,00	40.821,00	14.425,00
Drenagem / Pavimentação	Arapoanga - Planaltina	17.463.556,00	16.476.472,00	987.084,00
	Mestre D'armas - Planaltina	22.214.430,00	18.932.576,00	3.281.854,00
	Vila Vicentina - Planaltina	6.826.426,00	5.306.532,00	1.516.894,00

Em relação às metas ainda em aberto, cujo cronograma de ações tem sido monitorado pelas equipes da Caixa, SEEC, SODF, Novacap e Codhab, constata-se ao final do exercício que o item relativo à Reforma da Quadra de Esportes na QR 122, em Santa Maria - teve programado o certame, com previsão de contratação e início das obras em 2020. As demais metas ainda dependem das tratativas e definições conduzidas pela SEEC junto à PGDF.

3.5.1.4 Pró-Moradia II

O Programa denominado PRÓ-MORADIA II é financiado a partir de recursos do FGTS, sendo a Caixa o Agente Financeiro e tem por objetivo a Implantação de Drenagem Pluvial, Pavimentação, Unidades Habitacionais e a Execução de Trabalho Técnico Social - TTS nos Setores Habitacionais Arapoanga e Mestre D'Armas, em Planaltina – DF, além do Sol Nascente, na Ceilândia – DF. Seguem as atividades e desembolsos ocorridos em 2019 por contrato.

3.8.1.4.1 Condomínio Sol Nascente, em Ceilândia -

As intervenções previstas no Programa Pró- Moradia no Setor Habitacional Sol Nascente, no âmbito do Contrato de Financiamento nº 0262.225-34/2009, envolvem recursos da ordem de R\$ 326 milhões, a serem aplicados nos Trechos 1, 2 e 3. O Contrato de financiamento foi celebrado em 2009 junto à Caixa Econômica Federal (Caixa) e apresenta o valor total atualizado até 2019 de R\$ 326.338.989,58 (valor do investimento – VI), sendo R\$ 208.960.870 de financiamento (FGTS) e R\$ 117.653.068 de contrapartida a cargo do GDF.

Em síntese, o contrato tem como objeto obras de Unidades Habitacionais (UH), execução de Trabalho Técnico Social (TTS), drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, blocos Intertravados e meios-fios no Setor Habitacional Sol Nascente em Ceilândia. Contudo, o Manual do Programa Pró- Moradia exige a aplicação de 30% do valor do investimento (VI) para a construção de Unidades Habitacionais (UH), o que representa, segundo os valores contratuais vigentes, o montante de R\$ 98.804.605,49, e aporte de 2,5% do valor do empréstimo em execução de TTS, que equivale a quantia de R\$ 5.224.021,75. Portanto, o investimento total previsto nas obras de urbanização (drenagem e pavimentação) é de aproximadamente R\$ 222.310.362,35.

Durante o ano de 2019, para a gestão do contrato de financiamento do Sol Nascente realizou-se reuniões quinzenais de ponto de controle junto à Caixa, que contaram com a participação de órgãos governamentais envolvidos na execução das obras. Somem-se a isto, reuniões internas de governo com a presença desses órgãos governamentais tais como – SODF, Terracap, SEEC/SUCAP, Codhab, Ibram, Caesb, CEB, Novacap, Defesa Civil, DF Legal - nas quais foram resolvidos pontos relevantes para o avanço na execução físico-financeira do

contrato, objetivando principalmente a diminuição de retenções e a celeridade nos desembolsos de recursos, pela Caixa, para aporte nas obras.

Dessa forma, os contratos de obras referentes à urbanização dos Trechos 2 e 3, cujas obras tiveram realização até o primeiro semestre obtiveram os respectivos aportes de FGTS (Caixa) e de Contrapartida (Contrato de Financiamento nº 20/000010-3 - Banco do Brasil e Fonte interna do GDF).

Contudo, no segundo semestre de 2019, após a avaliação quanto ao resultado de inspeção pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), de atos e fatos relacionados a todo o empreendimento este Órgão decidiu por suspensões contratuais reiteradas. Em 31 de dezembro de 2019 deliberou-se por rescindir os contratos dos Trechos 2 e 3. Quanto ao Trecho 1, este teve renovada a suspensão contratual até fevereiro de 2020.

Por outro lado, em relação ao andamento das obras e serviços sob a gestão da Codhab (UH e TTS), houve continuidade das contratações relativas à construção das unidades habitacionais, tal como programado. Já as metas referentes ao Trabalho Técnico Social (TTS), não ocorreram conforme o planejamento anual, devido também ter havido rescisão contratual.

Não obstante a interrupção na execução das obras de infraestrutura, a cargo desta Secretaria, destaca-se que não há impedimentos para que ocorram os desembolsos por parte do Órgão Financiador, destinados a custear as contratações relativas a obras e serviços de UH e TTS, gerenciados pela Codhab. Desta forma, esta Secretaria tem atuado periodicamente na devida instrução de transferência de recursos financeiros aportados na conta corrente vinculada, da operação de crédito em questão, originários de desembolsos efetivados pelo agente financiador – Caixa ou a título de contrapartida, de responsabilidade do GDF (Banco do Brasil ou Fonte 100), a fim de viabilizar os pagamentos das medições de UH e TTS, atestadas por aquela Codhab.

Por fim, no que se refere ao resultado obtido no exercício de 2019, houve acréscimo de investimento na ordem R\$ 37.000.000,00, equivalente à evolução de 11%, que representa a metade do avanço ocorrido ao final de 2018, quando se obteve avanço de 22% em relação ao exercício de 2017. O resultado inferior em 2019, deveu-se em especial pelas suspensões dos contratos de urbanização, conforme demonstrado no Quadro 9.

Quadro 09 (valores em R\$)							
CONTRATO FINANCEIRO nº 0262.225-34/2009 - Sol Nascente							
Item	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2019	Situação até dezembro de 2019	Execução Financeira (%)		
	Caixa	GF			2017	2018	2019
a. Trecho 01	32.893.612,21	25.964.619,50	Obra em fase de encerramento. Cadastro final	Contrato Suspenso. Aguarda cadastro final	57%	84%	84%
b. Trecho 02	65.828.540,25	32.500.000,00	Obra executada até Setembro de 2019. Após ocorreram as suspensões	Contrato rescindido	28%	53%	58%
c. Trecho 03	40.274.977,69	25.722.732,74	Obra executada até agosto de 2019	Contrato rescindido	0%	22%	32%
d. Construção de U.H.	65.000.919,28	32.929.566,16	Esta meta é executada pela Codhab	A Codhab está em fase de execução das obras de 161 UHs (CT 39/2017) e das 308 UHs (CT 31/2018)	10%	29%	50%
e. TTS	4.962.820,66	261.201,09	Esta meta é executada pela Codhab	Em execução pela Codhab	7%	9%	23%
Total do Financiamento	208.960.870,10	117.378.119,49	% Total da Execução Financeira		22%	44%	55%

3.5.1.4.2 Mestre D'Armas, em Planaltina -

Quanto à operação de crédito relativa ao Setor Habitacional Mestre D'Armas, as obras de drenagem e pavimentação foram concluídas em 2010, com exceção de alguns trechos que, por problemas fundiários e ambientais, ficaram comprometidas. Conforme já exposto ao se

abordar o programa Pró Moradia I, no período de 2019 a Subsecretaria de Captação de Recursos - SEEC/SUCAP assumiu a organização das tratativas juntos a Caixa e aos órgãos do GDF, objetivando o controle das ações e a solução das metas ainda em aberto, sendo realizadas diversas reuniões de ponto de controle e como registrado na Ata da última reunião, ocorrida nas dependências da SEEC, definiu-se que a SUCAP/SEEC procederá junto à PGDF solicitação de diretrizes, por meio de reunião específica, acerca das questões fundiárias das áreas de intervenções pertinentes às metas programadas que restaram incompletas. Com isso, o cronograma de ações para o término das obras esta sendo monitorado pelas equipes da Caixa, SEEC, SODF, Novacap e Codhab. Com relação à solicitação de supressão de metas pertinentes ao Trabalho Técnico Social - TTS e às Construções de Unidades Habitacionais, formalizada no exercício anterior, por meio do Ofício nº 077/2018 – SUGRE/Sinesp de 06/09/2018, não foi obtida manifestação pelo Agente Financiador.

3.5.1.4.3 Arapoanga, em Planaltina –

Referente ao Setor Habitacional Arapoanga, as metas da operação de crédito relativa às obras de drenagem e pavimentação foram concluídas em 2012, tendo sido atestados pela Caixa em 2013.

Igualmente às providências do Pró Moradia I e do Setor Habitacional Mestre D'Armas (Pro Moradia II), cabe reiterar que a SUCAP/SEEC está à frente das tratativas junto à Caixa e aos órgãos do GDF (SEEC, SODF, Novacap e Codhab), sendo realizadas diversas reuniões de ponto de controle para solucionar as metas incompletas, definido na Ata da última reunião, que a SUCAP/SEEC procederá junto à PGDF solicitação de diretrizes, por meio de reunião específica, acerca das questões fundiárias das áreas de intervenções pertinentes às metas programadas não realizadas. Como informado, o cronograma de ações para o término das obras é acompanhado pelo setor responsável pelo gerenciamento de recursos externos desta Secretaria.

Ressalta-se que nesta operação de crédito também foi requerida a exclusão das metas relativas ao Trabalho Técnico Social - TTS e às Construções de Unidades Habitacionais, formalizada à Caixa, por intermédio do Ofício nº 076/2018 – SUGRE/SINESP de 06/09/2018. Até o encerramento do exercício não foi obtida manifestação daquela Instituição Financeira.

3.5.1.5 Emendas Parlamentares Federais – Contratos de Repasse (Orçamento Geral da União OGU)

A SODF atuou na viabilização e na gestão de Contratos de Repasses e de Convênios celebrados a partir de recursos financeiros provenientes de Emendas Parlamentares Federais ao Orçamento Geral da União – OGU, cuja atribuição tenha sido definida para tratativas por esta Pasta.

Previamente à celebração desses instrumentos contratuais, esta Pasta procede à inserção de Planos de Trabalho pertinentes a objetos das respectivas Emendas previstas na "Plataforma +Brasil", denominação atual do Siconv, gerenciado pelo Ministério da Economia. Diante da aprovação de Planos de Trabalho e emissão das respectivas notas de empenho nos valores autorizados pelos Gestores dos Programas, são assinados contratos de repasse com a Caixa ou convênios diretamente com entes da União. No ano de 2018 foram celebrados 09 Contratos de Repasse totalizando R\$ 8.414.373,66 e nesse exercício de 2019 foram firmados 05 Contratos de Repasse no montante de R\$ 3.490.331,02.

Alguns Contratos de Repasse foram rescindidos por não atendimento de cláusula suspensiva e dois Contratos de Repasse 2013 foram cancelados por expiração do prazo de vigência.

No Quadro 10 abaixo se encontram relacionados os contratos de repasse vigentes e as respectivas informações dos instrumentos:

Quadro 10 – Contratos de Repasse - OGU

Contratos de Repasse - OGU - Firmados em 2019					
Objeto	Status e Andamento em 2019	Valor Contratado	Valor Pago	Saldo Contratual	Avanço Financeiro
Reforma da Praça Teodoro Freire no Distrito Federal/DF	Em elaboração de projetos pela SUPOP/SODF. Prazo para envio de documentação à Caixa: 30/10/2020.	241.250,00	0,00	241.250,00	0%
Reforma da Praça Salviano Guimarães no Distrito Federal -DF	Em elaboração de projetos pela SUPOP/SODF. Prazo para envio de documentação à Caixa: 30/10/2020.	240.978,57	0,00	240.978,57	0%
Implantação de campo de futebol em grama sintética no Distrito Federal	Em elaboração de projetos pela SUPOP/SODF. Prazo para envio de documentação à Caixa: 30/10/2020	964.550,00	0,00	964.550,00	0%
Pavimentação no Distrito Federal	Em elaboração de projetos pela SUPOP/SODF. Prazo para envio de documentação à Caixa: 30/10/2020.	1.022.795,69	0,00	1.022.795,69	0%
Reabilitação e Urbanização acessível de espaços urbanos no Recanto das Emas - DF	Em elaboração de projetos pela SUPOP/SODF. Prazo para envio de documentação à Caixa: 30/10/2020.	912.878,39	0,00	912.878,39	0%
Implantação de campo de futebol em grama sintética no DF	Em elaboração de projetos pela SUPOP/SODF. Prazo para envio de documentação à Caixa: em 15/03/2020	912.878,39	0,00	912.878,39	0%
Implantação de campos de futebol em grama sintética em Taguatinga	Em elaboração de projetos pela SUPOP/SODF. Prazo para envio de documentação à Caixa: 18/03/2020.	1.171.769,35	0,00	1.171.769,35	0%
Pavimentação no DF	Em elaboração de projetos pela SUPOP/SODF. Prazo para envio de documentação à Caixa em 15/03/2020	2.351.010,01	0,00	2.351.010,01	0%
Pavimentação no Gama	Projetos em fase de elaboração pelo setor de projetos da Pasta - SUPOP/SODF. Prazo para envio da documentação para demonstrar cumprimento da cláusula suspensiva: 17/01/2020.	912.790,18	0,00	912.790,18	0%
Reforma de espaços esportivos no DF	Documentação da cláusula suspensiva enviada a Caixa em 02/12/2019, por meio do ofício SEI-GDF nº 62/2019-SODF/SUGRE/COPREM	1.413.300,00	0,00	1.413.300,00	0%

Quadro 10 – Contratos de Repasse - OGU

Contratos de Repasse - OGU - Firmados em 2019					
Objeto	Status e Andamento em 2019	Valor Contratado	Valor Pago	Saldo Contratual	Avanço Financeiro
Implantação de campo de futebol de grama sintética no Distrito Federal	Contrato de Repasse vigente, aguardando liberação do Governo Federal para pagamento da 1ª Medição – Contrato de Obras nº 009/2019 – SODF (Intervenção no Vale do Amanhecer – Planaltina/DF)	1.214.718,61	0,00	1.214.718,61	0%
Construção da Feira Permanente na cidade Estrutural/DF	Obra finalizada em 2018. Em elaboração da prestação de contas final na "Plataforma +Brasil"	3.036.080,36	3.036.080,36	3.036.080,36	100%
Melhoria de calçadas na Asa Sul - Brasília/DF	A medição final da intervenção encontra-se em análise na Caixa para posterior encerramento do contrato.	1.439.459,85	894.992,40	1.439.459,85	62%
Implantação e modernização de infraestrutura esportiva na Vila Planalto	Contrato em fase de ajustes de projetos e reprogramação junto à Caixa. Contrato prorrogado até 30/03/2020.	705.208,74	6.913,91	705.208,74	0,98%
Implantação da praça da juventude em Ceilândia (CNPJ 00.394.601/0001-26)	Obra finalizada. Em fase de elaboração da prestação de contas final, na "Plataforma +Brasil", tendo em vista os repasses providenciados para quitação de despesas pendentes.	3.021.466,30	2.676.689,06	3.021.466,30	88%
Implantação da praça da juventude, Itapoã/DF	Obra Retomada por meio de nova contratação (Contrato nº 006/2019). Em 20/12/2019 foi enviado à Caixa o 1º Boletim de Medição - BM.	2.191.057,35	984.595,30	1.206.462,05	45%

Quadro 10 – Contratos de Repasse - OGU

Contratos de Repasse - OGU - Firmados em 2019					
Objeto	Status e Andamento em 2019	Valor Contratado	Valor Pago	Saldo Contratual	Avanço Financeiro
Execução de pavimentação asfáltica e meios-fios em Arapoanga, Planaltina-DF - 1ª etapa. (Obra Concluída)	<p>Prestação de contas final em análise na SUDECO. Em 2019 foram realizadas vistorias no local, e encaminhada a SODF o relatório de vistoria. A SODF solicitou uma prorrogação de 06 meses para análises.</p> <p>Aguarda manifestação da área técnica desta Secretaria sobre os apontamentos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), constantes do relatório prestação de contas parcial, que envolve itens de engenharia.</p> <p>Obs.: A Sudeco concedeu prazo até 13/05/2020 para apresentação dos esclarecimentos requeridos</p>	3.375.880,10	3.263.631,30	112.248,80	97%
Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial em Arapoanga, Planaltina-DF - 2ª etapa. (Obra Concluída)	<p>Prestação de contas final em análise na Sudeco. Em 2019 foram realizadas vistorias no local, e encaminhada a SODF o relatório de vistoria. A SODF solicitou uma prorrogação de 06 meses para análises.</p> <p>Aguarda manifestação da área técnica desta Secretaria sobre os apontamentos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), constantes do relatório prestação de contas parcial, que envolve itens de engenharia.</p> <p>Obs.: A Sudeco concedeu prazo até 13/05/2020 para apresentação dos esclarecimentos requeridos.</p>	6.911.674,18	3.673.384,35 (não inclusos pagamentos antecipados pelo GDF)	6.911.674,18	53%

Conforme exposto no Quadro 10, acima, a SODF é atualmente responsável pelo gerenciamento de 16 (dezesesseis) Contratos de Repasse, provenientes de Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União, que totalizam uma carteira financeira em torno de R\$ 21.632,070,67.

Ainda, em 2019, foram cadastradas na "Plataforma +Brasil" 14 (quatorze) Propostas, que perfazem o valor de R\$ 8.273.593,19 das quais, 5 (cinco) foram contratadas no valor total de R\$ 3.490.331,02.

Devido a este elevado número de emendas não efetivadas e em execução nos últimos anos, a SODF realizou procedimento para verificação de viabilidade de execução das Emendas Federais quando da fase de cadastro das emendas.

Apesar de todos os esforços envidados por esta Pasta, a ausência de projetos de engenharia relativos aos objetos das emendas parlamentares tem dificultado o avanço da execução dos contratos de repasse e dos convênios. Destacam-se também, em muitos casos, os problemas fundiários e/ou ambientais relacionados à localização desses objetos, tendo ocasionado a rescisão dos Termos. Em relação aos Contratos de Repasses em execução, ressalta-se o trabalho intenso da equipe técnica da Secretaria de Obras e Infraestrutura para vencer as etapas necessárias até o efetivo início das intervenções.

3.5.1.6 Contratos de Financiamentos Junto ao Banco do Brasil

Contrato de Financiamento nº 20/00010-3 – "BB 02", assinado em 29/12/2016 teve seus desembolsos programados em 03 (três) etapas, de 2017 a 2019. A administração destes recursos é exercida pela atual Secretaria de Economia do Distrito Federal no âmbito da Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP/SEEC.

Esta Secretaria tem utilizado os recursos oriundos deste financiamento para custear as despesas relativas aos empreendimentos de grande porte, não cobertas pelos recursos provenientes das operações de crédito celebradas junto à Caixa Econômica Federal – Caixa, principalmente para o aporte de contrapartidas e reajustamentos contratuais a cargo do Distrito Federal, tendo em vista a insuficiência quanto aos recursos próprios para arcar com estes compromissos.

Em 2019 os recursos oriundos desta operação de crédito, destinados à utilização nas ações desta Secretaria foram da ordem de R\$ 23.919.497,19. Portanto, a unidade de acompanhamento de recursos externos desta Secretaria deu continuidade à gestão dos recursos disponibilizados e procedeu às devidas prestações de contas junto à SUCAP/SEEC, encarregada da gestão central do financiamento em referência.

Nos Quadros 11 e 12 abaixo constam o desempenho da Carteira da SODF, conferida a esta Pasta, durante o terceiro ano de execução do contrato de empréstimo, já contemplando as alterações propostas e autorizadas, conforme a necessidade de aperfeiçoamento de utilização dos recursos no decorrer do exercício de 2019.

Quadro 11 – BB 02 – Carteira da SODF (Valores em R\$)

Item Financiado	Limite	Valor Utilizado	% de Execução
Urbanização do Setor Habitacional Sol Nascente - Pró-Moradia II	7.028.087,51	5.528.087,51	78,66
Urbanização do Setor Habitacional Vicente Pires - PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas	15.391.409,68	15.391.409,65	100,00
Urbanização do Setor Habitacional Bernardo Sayão - PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas	1.500.000,00	1.150.975,32	76,73
TOTAL (R\$)	23.919.497,19	22.070.472,48	92,27

Quadro 12 – BB 02 (Valores em R\$ - Posição em 31/12/2019) Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo

Valor Disponibilizado	Valor Desembolsado– 2019 (Empenhado)	% Desembolsado/ Disponibilizado
R\$ 23.919.497,19	R\$ 21.527.735,91	90,00%
	Componentes Financiados	
	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 5.334.156,18 - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Sol Nascente <ul style="list-style-type: none"> - Contrapartidas ao Financiamento Caixa: R\$ 4.336.337,09 - Reajustamentos: R\$ 997.819,09 • R\$ 15.391.409,65 - Obras de Urbanização no Setor Habitacional Vicente Pires, sendo R\$ 273.250,63 inscritos em Restos a Pagar Não Processados. <ul style="list-style-type: none"> - Contrapartidas ao Financiamento Caixa: R\$ 11.866.745,30 Obs.: R\$ 273.250,63 foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados. - Reajustamentos: R\$ 3.524.664,35, sendo R\$ 951.384,19 do exercício e R\$ 2.573.280,16 de quitação de passivos de exercícios anteriores. • R\$ 802.170,08 - Obras no Setor Habitacional Bernardo Sayão, sendo R\$ 14.722,74 inscritos em Restos a Pagar Não Processados. <ul style="list-style-type: none"> - Contrapartidas ao Financiamento Caixa: R\$ 661.618,25 - Reajustamentos: R\$ 140.551,83 Obs.: R\$ 14.722,74 foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados. 	

Notas:

1. A diferença de R\$ 193.931,33 entre o valor utilizado disposto no Quadro 11 (R\$ 5.528.087,51) e o valor empenhado (R\$ 5.334.156,18) constante do Quadro 12 refere-se ao montante equivalente ao reajustamento da 17ª medição, do Contrato nº 002/2015, (Trecho 2 do Sol Nascente), que apesar de provisionado em conta corrente, não foi pago devido a óbices jurídicos. O saldo remanescente será devolvido à conta corrente vinculada à operação de crédito originária do recurso (Banco do Brasil).
2. A diferença de R\$ 348.805,24, entre o valor utilizado disposto no Quadro 11 (R\$ 1.150.975,32) e o valor empenhado (R\$ 802.170,08), constante do Quadro 12 refere-se ao montante reservado para liquidação de reajustamentos cujos processos não alcançaram, até o final de exercício, todas as etapas necessárias aos procedimentos de reconhecimento de dívida de exercícios anteriores. O saldo remanescente será devolvido à conta corrente vinculada à operação de crédito originária do recurso (Banco do Brasil).

Importante ressaltar a efetiva utilização dos recursos disponibilizados, tendo alcançado 90,00% de execução, deduzidas as devoluções a serem efetivadas, mencionadas nas Notas 1 e 2 acima, o que evidencia alto desempenho, resultado das ações que objetivaram dar celeridade aos investimentos com recursos liberados pelo Banco do Brasil.

3.5.2 Considerações

Percebe-se uma melhora no percentual de desembolso em comparação ao ano de 2018. A evolução física mais relevante pode ser constatada no empreendimento relativo à urbanização de Vicente Pires. Não obstante as questões de projetos desatualizados e interferências nos locais das obras ainda requeiram atenção especial, para maior celeridade, o que demanda também que as empresas contratadas estejam mais organizadas para atuarem em suas frentes de obras, dando a devida conclusão dos trechos cujas obras foram iniciadas, minimizando assim, transtornos à população local.

A respeito das Emendas Federais (Contratos de Repasses), registra-se o aumento significativo das propostas de captações das Emendas Parlamentares Federais e buscou-se com apoio da

equipe de projetos desta Secretaria, a prioridade necessária e tempestiva às propostas de captação com vistas a melhores resultados no aproveitamento desses recursos e efetiva concretização das intervenções objeto dos contratos celebrados.

Ressalta-se que o processo de captação requer a inserção de propostas no sistema Portal + Brasil e quando liberadas pelo agente financeiro - Caixa, são firmados os Contratos de Repasses, que irão demandar a mesma complexidade operacional exigida para um contrato de financiamento.

Em relação aos convênios firmados com Órgãos integrantes da estrutura do Governo do Distrito Federal, destaca-se a celebração de Convênios junto à Terracap, no valor total de mais de R\$ 160.000.000,00, para custear a execução de nova via de acesso ao Setor de Inflamáveis (Rota de Fuga) e, em especial para arcar com as despesas referentes à contrapartida e reajustamentos decorrentes das contratações das obras em execução no Setor Vicente Pires, o que irá assegurar o cumprimento dos compromissos financeiros, evitando assim atrasos de obrigações que poderiam inclusive impedir o desembolso de recursos de operação de crédito.

3.6 Programa PROCIDADES – DF

A partir da promulgação do Decreto nº 39.630, de 16 de janeiro de 2019 a Secretaria de Obras e Infraestrutura foi indicada para participar do Grupo Executivo para acelerar as ações do Programa PROCIDADES na Operação Internacional de Crédito nº 2957-OC/BR firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

A SODF participou juntamente com os demais órgãos envolvidos nominados pelo Decreto nº 39.630 de todas as reuniões, coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, realizadas durante o ano de 2019 e cujos esforços alavancaram a retomada do contrato com o BID, que apresentava risco de cancelamento, sob pena do GDF ter que devolver os recursos já liberados por meio da referida operação de crédito.

As ações conjuntas resultaram na retomada das obras paralisadas e das licitações pendentes, levando o BID em recente reunião de avaliação a elogiar os esforços do GDF, culminando com a prorrogação do prazo do contrato até 31/12/2020.

Com a retomada do bom relacionamento com o BID, houve a possibilidade desta SODF apresentar proposta de inclusão de mais duas novas ações no escopo do programa de financiamento descrita a seguir:

1. Contratação e implantação da Metodologia BIM (Building Information Model)

A partir de tratativas com a SDE, a Subsecretaria de Gestão de Ativos Tecnológicos, desta SODF, finalizou o Termo de Referência e a Planilha Orçamentária, que foi submetida à SDE para contratação de empresa especializada na prestação de consultoria em mapeamento, modelagem e desenho de processos.

Esta implantação da metodologia BIM (Building Information Model) atenderá a área de projetos de obras com a implantação de ferramentas que irão proporcionar a melhoria da qualidade dos trabalhos.

Em reunião entre esta Secretaria e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no âmbito do Convênio nº 03/2015 - UGP/SEDST, foi definida a contratação, por parte do Programa PROCIDADES, de empresa de consultoria especializada em mapeamento e desenho de processos, com vistas ao mapeamento e desenho de todos os processos da SODF, para implantação do sistema BIM (Building Information Model).

Com base nos documentos recebidos, a SDE está preparando o Edital na modalidade SBQC - Seleção com Base na Qualidade e Custo, desta forma, atualmente a demanda está em aprovação por parte do Gabinete da SDE e, em seguida, será remetida à Comissão de Licitação para publicação da Manifestação de Interesse, com vistas à formação da Lista Curta das empresas que receberão a SDP - Solicitação de Proposta.

2. Obras de pavimentação e drenagem do Setor de Oficinas Sul – SOF/Sul

O Programa PROCIDADES tem como objetivo principal a melhoria da infraestrutura de diversas Áreas de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – ADEs, dessa forma, com o aumento do desempenho do programa será possível pleitear junto ao BID a inclusão de novas. ADEs que demandam melhorias em sua infraestrutura.

Com base nessa perspectiva, esta Secretaria está pleiteando a implantação de rede de drenagem pluvial e recuperação da pavimentação asfáltica na ADE SOF/Sul, que durante os períodos de chuva sempre tem problemas de alagamentos.

Para efetivação deste pleito a SODF tem mantido tratativas com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH que está coordenando a formalização de Termo de Compromisso, visando à implantação de obrigações na execução das medidas mitigadoras de impactos causados pelos empreendimentos imobiliários existentes no Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos SGCV e no Setor de Múltiplas Atividades Sul (SMAS) Trecho 01, do Guará - RA X.

Entre as medidas mitigadoras está o compromisso de ser entregue o projeto executivo de drenagem pelas empresas responsáveis pelos empreendimentos imobiliários. Quanto ao projeto executivo de recuperação da pavimentação, este ficou a cargo da Novacap, que também, deverá apresentar laudo de sondagens das vias para encaminhar à SDE para elaboração do projeto executivo (estas ações estão em andamento).

3.7 Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento Básico

Por meio do Setor de Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento, esta Pasta tem atuado na elaboração e implementação de políticas públicas que versam sobre saneamento básico no Distrito Federal e nos processos de licenciamento e monitoramento ambiental de obras públicas no âmbito da Secretaria. Atua ainda na coordenação do Comitê Gestor do Plano de Resíduos de Construção Civil – CORC/DF, do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB e do Conselho de Limpeza Urbana – CONLURB, que contribuem para o fortalecimento do saneamento básico no Distrito Federal.

No ano de 2019 a SUAPS/SODF realizou 04 reuniões e 02 vistorias do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB/DF, sendo este um instrumento de caráter consultivo e articulador de controle social focado nos serviços de saneamento básico. O CONSAB/DF permite por meio de suas diretrizes, a participação da sociedade organizada nos fundamentos previstos na Política Nacional de Saneamento Básico.

O Saneamento Básico apresenta-se definitivamente como aspecto fundamental da infraestrutura das cidades em razão de suas implicações diretas e indiretas sobre a saúde pública e a qualidade ambiental. A evolução deste segmento no Brasil proporcionará um diferencial de qualidade para seu crescimento, visto que atualmente as demandas se apresentam expressivas em termos de investimentos para atendimento de índices de cobertura dos serviços prestados e modernização do setor. Quanto à gestão tem-se focado nos usuários dos serviços e nos reflexos socioambientais e econômicos inerentes à atividade.

No ano de 2019, deu-se grande destaque as intervenções pontuais nos sistemas de drenagem pluvial com vistas a identificação de diversos pontos críticos, tais intervenções não possuem a pretensão de sanar os problemas ocasionados nas épocas de grandes precipitações, mas amenizar seus efeitos à população do Distrito Federal.

No que concerne à atuação da SODF tem-se priorizado a superação de pendências administrativas, tais como: licenciamentos ambientais e outorgas, para execução de obras de urbanização e instalação de infraestruturas em Setores Habitacionais, a saber: Bernardo Sayao, Vicente Pires e Sol Nascente, que também impactam as condições de saneamento das regiões afetadas no DF.

Outra área de atuação da SODF, no contexto ambiental, é no desenvolvimento de projetos que garantam a implementação de Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem – ATTRs e dos Pontos de Entrega Voluntária de resíduos (PEVs), visando garantir o cumprimento às metas e diretrizes inerentes as Políticas de Gestão de Resíduos Sólidos, vigentes.

3.7.1 Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB

O Governo de Brasília, por meio da Secretaria de Obras e Infraestrutura - SODF e da Secretaria de Meio Ambiente - Sema, firmou parceria com a Adasa, Caesb, SLU e Novacap, para a elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, ficando sob a responsabilidade da SODF presidir a Comissão Técnica de Elaboração.

A metodologia aplicada para elaboração do PDSB contempla os seguintes tópicos: Levantamento de dados (informações documentais e dados de campo); Caracterização dos

Serviços; Diagnóstico dos Serviços; Estudo populacional; Estudo Gravimétrico; Objetivos e metas imediatos e de curto, médio e longo prazo; Proposição de programas e ações para atender os objetivos e metas; Plano de emergência e contingência; Mecanismos e procedimentos para avaliação das ações programadas; Audiências Públicas; Adequação de resultados das Audiências Públicas e Consolidação do Plano Distrital de Saneamento Básico – Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Drenagem de Águas Pluviais e Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos.

No ano de 2019, após idas e vindas o Projeto de Lei nº 788/2019 que institui o PDSB e dá outras providências, foi aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, aguardando-se a sua sanção e publicação por parte do GDF, para que seja enviado o decreto regulamentador, em atendimento ao disposto no art. 5º do PL aprovado.

3.7.2 Plano Distrital de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PDGIRS

Instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, previsto na Lei nº 12.305/10, cujo objetivo principal é traçar diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos no Distrito Federal, pois definirá metas, projetos e ações de redução da geração e a disposição final, ambientalmente adequada, dos resíduos urbanos e rurais.

O PDGIRS foi elaborado para auxiliar na resolução de problemas relacionados aos resíduos sólidos, principalmente em relação à coleta e disposição irregular, como por exemplo: o Aterro do Jóquei, visando garantir que o Distrito Federal receba recursos da União para investimento em saneamento básico. Deve englobar as expectativas dos diferentes Órgãos gestores e setores para que sirva efetivamente de apoio e de orientação político-institucional.

No ano de 2019, foi realizada a primeira reunião de ponto de controle para se observar o cumprimento das metas contidas no Plano, tendo a Adasa convocado a reunião em conjunto com a SODF, participaram os órgãos responsáveis pela elaboração do PDGIRS, tendo sido realizada apresentação por parte da Adasa às constatações feitas quanto ao cumprimento das metas estabelecidas. Os órgãos que de alguma maneira possuem alguma responsabilidade ou demanda proveniente do Plano apresentaram as ações que vem sendo adotadas para o atendimento dos programas, objetivos e metas.

Destaca-se que tal reunião foi a primeira de controle, que deve-se repetir ao longo dos anos de execução do Plano, como forma de auferir o cumprimento e o desempenho das medidas propostas para o horizonte de 20 anos, servindo de baliza para os processos de revisão do PDGIRS.

3.7.3 Decretos Distritais, Conselhos e Comissões

3.7.3.1 Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal – CORC/DF

A Lei Distrital nº 4.704 de 2011, em seu art. 14, instituiu o Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos – CORC/DF. Entre as atribuições descritas estão a aprovação do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos - PGRCC, a coordenação de programas e ações, a regulamentação de procedimentos de licenciamento e do uso de agregados reciclados, a supervisão do sistema de informações sobre a gestão de RCC e as proposições ao Governador para regulamentação da política de RCC no Distrito Federal.

A regulamentação de procedimentos de licenciamento e cadastramento de transportadores de resíduos da construção civil pelo Decreto nº 37.782/2016, e a operação do sistema informatizado para cadastramento de transportadores e controle de quantitativo de resíduos transportados, vinculadas ao sistema e-RCC (<https://slu-brasilia.ercc.com.br/>) permitiram ao comitê gestor um melhor entendimento e acompanhamento da dinâmica de produção de RCC no Distrito Federal, possibilitando ao Comitê integrar ações de fiscalização e gestão, utilizando as informações do sistema e-RCC para identificar caçambas e áreas de descarte irregular.

No ano de 2019, o Conselho provocou o SLU a realizar a capacitação de fiscais do DF Legal e Ibram para melhoria das ações fiscalizatórias quanto aos prestadores de serviços de RCC, e quanto a identificação de pontos sujos e possíveis responsáveis pelo depósito irregular de resíduos.

Foi também, realizado ajustes no sistema e-RCC visando otimizar seu desempenho na operação da Unidade de Recebimento Entulho – URE, como início do bloqueio da entrada de veículos e equipamentos não cadastrados.

Outra ação desenvolvida no âmbito do Conselho foi quanto à aprovação de minuta de Decreto que Regulamenta os Artºs 10 e 12 da Lei nº 4.704/2011, e Artºs 10, 13, 83, 84 da Lei nº 6.138/2018, que tratam da apresentação e análise do PGRCC. Tal iniciativa procura regulamentar os procedimentos para a entrega dos Planos de Gestão de Resíduos de Construção Civil, de orientar o administrado e a administração nos processos de aprovação e fiscalização de tais instrumentos. Atualmente, o processo de edição do referido Decreto vem sendo instruído por esta SODF para posterior envio ao Governador.

3.7.3.2 Comissão Especial para Licitação das Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos Construção Civil

As Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem - ATTR são unidades que compõem, junto com Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), Aterro Sanitário e outras estruturas, as estratégias para o gerenciamento integrado de resíduos sólidos no Distrito Federal, as quais são objeto de acompanhamento prioritário do Escritório de Projetos Especiais da Governadoria, fazendo parte do conjunto de ações para o encerramento das atividades do Aterro do Jóquei.

A Lei Distrital nº 4.704/2011, que dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos trata dos incentivos que o Governo do Distrito Federal, no âmbito de suas competências, pode conceder para viabilizar a política distrital de gestão de RCC e Volumosos. A Lei também institui e define atribuições do Comitê Gestor do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil – CORC/DF, fórum de composição mista (poder público, transportadores, instituições técnicas) com atuação na definição de estratégias e normativas para gestão de RCC.

A Portaria Conjunta nº 05, de 07/03/2017 (Sinesp, Terracap, Sema/DF, SLU/DF e Novacap) instituiu Comissão Especial de apoio técnico ao processo licitatório para a implantação e operação de Áreas de Transbordo Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Volumosos (ATTR), visando seleção de operador para cessão de uso onerosa de terreno público e em 2017 foram lançados editais de cessão das unidades de Samambaia e Gama. Os editais encontram-se na fase final de recursos apresentados pelas empresas e quanto a habilitação contábil das proponentes. Será selecionada empresa que apresentar melhor proposta de preços, entretanto há diligência do TCDF para ajustes ao procedimento licitatório em questão.

A Comissão também tem atuado em consonância com as ações pertinentes ao CORC/DF, a fim de estabelecer estratégias de uso de agregado reciclado em base e sub-base de obras de pavimentação, calçamento e drenagem, objetivando fortalecer as estratégias para utilização do material gerado com a reciclagem do resíduo de construção civil no Distrito Federal.

No ano de 2019, a SODF juntamente com os demais membros da Comissão realizou reuniões junto aos conselheiros do TCDF, a fim de elucidar algumas questões levantadas no decorrer da análise da Corte de Contas, encontrando-se ainda pendente o julgamento da matéria para que seja dado andamento ao processo de cessão onerosa.

3.7.3.3 Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal - CONSAB

O Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB, de caráter articulador e consultivo, criado mediante Decreto nº 38.458, de 30 de agosto de 2017, com alteração pelo Decreto nº 40.082, de 04 de setembro de 2019, estabelece formalmente o instrumento de controle social focado nos serviços de saneamento básico, permitindo a participação da sociedade organizada na viabilização dos princípios fundamentais previstos na Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007.

A criação do Conselho é uma das metas do Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB elaborado pelo Governo do Distrito Federal – GDF em 2017 e 2018, tendo como uma das principais atribuições o acompanhamento da implementação do Plano, avaliando os relatórios sobre a prestação dos serviços e sua integração com os planos territorial, ambiental e de recursos hídricos, e propondo providências para o cumprimento de suas metas.

O Conselho é composto por 24 membros que representam quatro grupos: Administração Pública do Distrito Federal; prestadores de serviço de saneamento básico; usuários de serviços de saneamento básico; e de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e entidades de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento.

Cabe salientar que o Decreto nº 40.082, de 04 de setembro de 2019 altera a composição do Conselho, que antes eram de 22 membros, acrescentando a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI/DF e mais um representante de organização da sociedade civil com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade, objetivando a paridade do Conselho.

Em 2019, foram realizadas 4(quatro) Reuniões Ordinárias que trataram de assuntos relacionados ao saneamento rural no Distrito Federal; poluição de corpos hídricos mediante lançamentos irregulares de esgoto em sistemas de drenagem de águas pluviais, situação econômico-financeiro, programa de investimentos e fontes de financiamento da C; análise de impacto regulatório da alteração da estrutura tarifária dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal; além de duas visitas técnicas. Uma visita foi realizada em comunidades rurais do DF com o objetivo de conhecer a infraestrutura de saneamento básico dos núcleos rurais: Rodeador (Brazlândia), Sítio Agrovalle (Planaltina) e Córrego da Palha (Lago Norte), e a segunda visita técnica foi realizada no Aterro Sanitário do DF para conhecer a gestão do Aterro e o sistema de tratamento de chorume.

Em 2019 foi instituído Grupo de Trabalho por meio da Portaria nº 4, de 18 de janeiro de 2019 com o objetivo de analisar a legislação e as ações desenvolvidas no âmbito do controle de poluição de corpos hídricos no Distrito Federal, considerando a interface dos sistemas de drenagem urbana e esgotamento sanitário, visando propor medidas e normatizações integradas. Também foi instituída Câmara Temática com a finalidade de propor diretrizes gerais e estratégias prioritárias para o Saneamento Básico Rural no Distrito Federal, conforme Portaria nº 165, de 02 de outubro de 2019.

Considerando que o mandato dos membros representantes da sociedade civil é de 2018 a 2020, foi instituído Grupo de Trabalho por meio da Portaria nº 142, de 04 de setembro de 2019, com a finalidade de organizar e coordenar o processo de seleção de representantes da sociedade civil do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal - CONSAB/DF para o mandato de 2020 a 2022. Desta forma, o GT elaborou os procedimentos de credenciamento, indicação e escrutínio dos membros elegíveis para o Conselho conforme publicação da Portaria nº 171, de 09 de outubro de 2019 e Portaria nº 195, de 11 de novembro de 2019, estando prevista sua finalização para fevereiro de 2020.

Em 2019, o Conselho realizou gestão junto à Adasa para contratação de consultor visando o levantamento de informações e estudos relacionados ao saneamento básico em áreas rurais do Distrito Federal, considerando o abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão dos resíduos sólidos. Cabe salientar que a proposta de contratação de consultores está sendo avaliada pela Agência e possui perspectiva de ser lançado edital de contratação no início de 2020.

Para o próximo ano, o desafio configura-se em continuar fortalecendo o Conselho, de forma a desenvolver atividades de acompanhamento da execução do PDSB, discutindo temas relevantes sobre a questão do saneamento básico voltados à gestão e prestação dos serviços públicos.

3.7.4 Acompanhamento Ambiental de Obras Públicas

3.7.4.1 Licenças, Acompanhamento de Execução e Outorgas

No ano de 2019 a SODF realizou a gestão e o acompanhamento ambiental de diversos empreendimentos dentro do território do Distrito Federal. A equipe técnica da SUAPS/SODF trabalhou em diversos procedimentos para a obtenção de autorizações e licenças ambientais de interesse da Pasta e de outros Órgãos, de forma a auxiliar na clara execução das atividades em conformidade com a legislação ambiental.

Na tabela abaixo, estão relacionadas todas as Licenças e Autorizações recebidas durante o ano de 2019:

Tabela 2 - Licenças

TIPO	EMPREENDIMENTO	INTERESSADA	ATIVIDADE LICENCIADA
ASV 025/2019	Vicente Pires	Codhab	Supressão remanescente de vegetação
ASV 31/2019	Bernardo Sayão	Novacap	Supressão remanescente de vegetação
LAS 09/2019	Setor de Inflamáveis	SODF	Implantação e operação de sistema viário urbano
LI 27/2015 Renovação Tácita	Vicente Pires Gleba 1 Colônia Agrícola Samambaia	SODF	Parcelamento de Solo Urbano (Regularização do Setor Habitacional Vicente Pires, Gleba 01)

Além da obtenção de novas Licenças e Autorizações, a SUAPS também atuou para proceder com a manutenção das licenças ambientais vigentes, requerendo renovação ao órgão competente dentro dos prazos legais e apresentando as informações técnicas necessárias a instrução dos processos.

Em 2019, outro instrumento bastante relevante para as ações desta Secretaria foi a Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLA, que dispensa automaticamente os empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental no âmbito do Distrito Federal. As intervenções que tiveram aplicação da Dispensa de Licenciamento Ambiental em 2019 foram as seguintes:

- Recapeamento de vias na Região Administrativa do Gama – RA II - 28/02/2019
- Quadras poliesportivas - Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek - 12/03/2019
- Implantação de campo de futebol de grama sintética em Santa Maria - 25/04/2019
- Implantação de campo de futebol de grama sintética em Planaltina - 25/04/2019
- Requalificação do Setor de Rádio e Televisão Sul (SRTVS) - 25/04/2019
- Reforma da Avenida Erasmo Castro – Planaltina - 09/08/2019
- Reurbanização para o entorno das quadras SCRS 509 e 510 - W2 e W3 - 26/09/2019
- Projeto de Reforma de Quadra Poliesportiva EQS 110/111 - 08/11/2019

Para a aquisição de todos os instrumentos elencados acima, a SUAPS/SODF atuou direta e indiretamente junto aos interessados e órgãos reguladores de forma a instruir corretamente os processos de licenciamento ambiental. Destaca-se que é através deste instrumento e suas respectivas condicionantes, exigências e restrições que esta Pasta consegue monitorar o andamento das atividades.

Apresenta-se a seguir um breve descritivo dos projetos que foram acompanhados por esta SODF, quanto à temática ambiental:

Setor Habitacional Vicente Pires

A Terracap é a interessada na execução das obras de parcelamento de solo das Glebas 2 e 4, Gleba 1, e Gleba 3 do Setor Habitacional Vicente Pires para instalação de obras de infraestrutura (rede de água, esgoto, energia, drenagem e pavimentação).

Atualmente estão em vigência a Licença de Instalação (Corretiva) nº 021/2016 que tem validade de 4 anos e alcança as Glebas 2 e 4, a Licença de Instalação (Corretiva) nº 042/2014 referente à Gleba 3, a qual está tacitamente renovada até manifestação em definitivo do Ibram, conforme Ofício SEI-GDF nº 794/2018 - IBRAM/PRESI/SULAM e a Licença de Instalação nº 027/2015, que trata da Gleba 1 e também encontra-se renovada tacitamente.

Além de mediações junto a Terracap, houve tratativas com o órgão ambiental com intuito de alcançar a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) nº 025/2019 para as obras de infraestrutura do Setor. Assim como em 2017 e 2018, em 2019 foi necessária emissão de nova Autorização de Supressão Vegetal (ASV) nº 025/2019, para as obras ainda pendentes de execução de infraestrutura do Setor.

No que se refere aos pedidos de outorgas prévias para o SHVP, houve gestão junto à Adasa e Novacap para renovação da outorga do sistema de drenagem do Setor (Despacho nº 720, de 19 de agosto de 2015), cujo vencimento foi em agosto de 2018.

Em decorrência de reunião realizada dia 05/02/2019 com representantes desta SODF/SUAPS e da Superintendência de Recursos Hídricos - SRH/Adasa, verificou-se a necessidade de adequação de informações constantes no requerimento anterior, conforme Ofício SEI-GDF nº 810/2018 - Novacap/Pres/Secre, devido as recentes atualizações no Projeto de Drenagem do Setor Habitacional Vicente Pires, a saber:

- Criação das redes e lançamentos 69A, 69B, 69C desmembradas da rede 69; e
- Alteração das vazões de lançamento, após mudança da Lagoa de Detenção - 84/98, que passa a contar com lançamento direto parcial denominado 84/98A e outro lançamento parcial em galeria existente do DER, na EPTG.

Encontra-se em análise na Adasa a solicitação de outorga prévia para os lançamentos nº 56, 56-A e 56-B, além dos lançamentos diretos 84/98A e 84/98B, ambos abarcados no requerimento de renovação e atualização da referida outorga prévia (Geral).

Por oportuno, foi solicitado em complemento ao requerimento de renovação da outorga dos sistemas de drenagem, que a DU/Novacap levantasse todos os projetos de drenagem aprovados no âmbito Vicente Pires e Colônia Agrícola Samambaia e que os encaminhasse à Adasa para subsidiar o processo de análise do pleito.

Desta forma, foi elaborado o Ofício SEI-GDF nº 1066/2019 – Novacap/Pres/Secre (22916250), o qual encaminhou Mídia Digital (CD em meio físico) contendo os projetos e detalhes executivos do sistema de drenagem do SHVP, aprovados no âmbito da companhia. Informa-se que conforme Ofício SEI-GDF nº 589/2018 - Adsa/SRH/COUT o prazo está automaticamente prorrogado até que ocorra deferimento ou indeferimento do requerimento de renovação.

A SUAPS, junto com seu corpo técnico, tem auxiliado à Novacap na gestão dos pedidos de Outorgas junto à Adasa das obras no Setor Habitacional Vicente Pires.

Cabe ainda ressaltar que, as alterações nos lançamentos bem como as emissões de novas outorgas prévias, foram encaminhadas para ciência do empreendedor Terracap com intuito de também dar conhecimento ao Instituto Brasília Ambiental - Ibram das recentes mudanças do projeto.

Setor Habitacional Bernardo Sayão

No período de 2019, a SUAPS/SODF, realizou gestão em conjunto com a Terracap para a renovação da Outorga Prévia do empreendimento que consta como interessada aquela Companhia. A Outorga foi renovada e publicada conforme Ofício SEI-GDF nº 509/2019 - Terracap/PRESI/DITEC/ADTEC.

No início do ano de 2019, elaborou-se Relatório Técnico que versa sobre as condições ambientais atuais dos lotes nº 1, 4 e 5 do Setor Habitacional Bernardo Sayão e, subsidiou as tomadas de decisões pelos gestores em relação aos lotes supracitados.

Em relação aos lotes 2 e 3, únicos que estão com atividades em andamento, a SODF em conjunto com a Terracap, realizou gestão para a supressão de 2 (dois) indivíduos arbóreos que interferiam com o traçado da via a ser pavimentada no lote 3. Em outro trecho da via a ser pavimentada, por recomendação da SUAPS, o passeio foi desviado de forma a preservar 5 (cinco) indivíduos arbóreos da espécie Ipê Rosa.

Esta Secretaria tem mantido contato com o setor ambiental da Terracap para a emissão da nova Licença Ambiental de Parcelamento de Solo do Setor Habitacional Bernardo Sayão (SEI 00391-00020770/2017-32), o que deverá ocorrer no início de 2020. Assim que for emitida a nova licença, a licença de instalação nº 12/2016, que engloba somente pavimentação e drenagem, será descontinuada.

Em relação aos Lotes 1, 2, 4 e 5, seus projetos estão em fase de adequação e revisão, pois, devido ao lapso temporal entre a sua elaboração e o efetivo início de execução das intervenções, constata-se ocupação de moradias irregulares em áreas destinadas à execução das lagoas.

Buritizinho

No ano de 2019, realizou gestões conjuntas com a Novacap no que tange ao levantamento de informações necessárias para a elaboração de Relatório de Fiscalização com o objetivo de ser apresentado ao órgão ambiental, para fins de cumprimento das condicionantes da Licença de Instalação nº 29/2015. Salienta-se que a responsável pela referida Licença é a Codhab e que a mesma deverá encaminhar as informações ao Ibram em janeiro de 2020.

Setor Habitacional Sol Nascente – Trechos 1, 2 e 3

Houve atuação junto à Codhab para levantamento de informações que subsidiarão o cumprimento das Cláusulas do Termo de Compromisso Ambiental Nº 100.000.001/2017 celebrado em 13/02/2017 por esta Secretaria (Interveniente), Ibram (Compromitente) e Codhab (Compromissário), cujo objeto é estabelecer obrigações a serem seguidas pelo Compromissário para que a implantação de obras e a regularização do Setor Habitacional Sol Nascente sejam realizadas da melhor maneira a preservar o meio ambiente. Cabe salientar que a vigência do referido Termo é até fevereiro de 2020.

Realizou-se gestão junto à Adasa para a emissão de nova Outorga para lançamentos de águas pluviais do Setor Habitacional Sol Nascente Trechos 1, 2 e 3. A Agência Reguladora ainda está analisando os projetos para fins de emissão da Outorga.

Em conjunto com a Assessoria de Meio Ambiente da Novacap – ASMAM, realizou-se Inventário Florístico e Plano de Supressão para fins de solicitação de Autorização de Supressão de Vegetação no Lançamento da Lagoa 2 localizada no Trecho 3 do setor habitacional em questão. Esses estudos ainda estão em análise pelo órgão ambiental.

Também foi realizada gestão junto à Administração da Feira do Produtor de Ceilândia e ao DF Legal com o objetivo de melhorar a gestão de resíduos da Feira, que mal destinados, interferem no funcionamento de lagoas de detenção do Trecho 1.

Porto Rico

Realizou-se gestão, em conjunto com a Novacap no que tange ao levantamento de informações necessárias para a elaboração de Relatório de Fiscalização com o objetivo de ser apresentado ao órgão ambiental, para fins de cumprimento das condicionantes da Licença de Instalação nº 28/2015. A responsável pela referida Licença é a Novacap e a mesma deverá encaminhar as informações ao Ibram em janeiro de 2020.

Corredor Oeste – ESPM (Estrada Setor Policial Militar)

Em atenção ao projeto Corredor Oeste – ESPM, a SODF realizou tratativas junto ao Órgão Ambiental, para a liberação da Licença de Instalação da obra, sendo encaminhados os documentos necessários para atender os pressupostos necessários para a liberação ambiental. Mas durante o processo de análise ficou constatada a necessidade do detalhamento das informações de projeto. Assim, a Novacap e o Setor de Projetos desta SODF foram acionados no sentido de apresentar tais informações e subsidiar as análises feitas pelo Órgão Ambiental. Destaca-se que no ano de 2019 foi emitida a Outorga Prévia para o sistema de drenagem a ser instalado.

Corredor Oeste – Túnel de Taguatinga

No período de 2019, realizou-se acompanhamento das tratativas em relação ao passivo ambiental de contaminação por hidrocarbonetos dos postos de combustíveis que estão ao longo do traçado do projeto do Túnel de Taguatinga. Esta secretaria participou de reuniões entre o Ibram e os representantes dos empreendimentos para discutir tecnicamente a solução para a determinação da pluma de contaminação do subsolo.

Diante da necessidade de entender os marcos ambientais principais do projeto, elaborou-se o Relatório Técnico SEI-GDF - SODF/SUAPS (SEI 22607975) que consiste na análise da situação ambiental do empreendimento para a sua adequada execução no que tange ao meio ambiente. Concomitantemente elaborou-se o capítulo ambiental do Termo de Referência para contratação de Supervisão Ambiental da execução do Túnel de Taguatinga.

Em paralelo, esta Pasta movimentou-se para a que a renovação tácita da Licença Ambiental, que possui como interessada a Novacap, fosse concluída. Desta forma, foi solicitado que no momento de aceite da renovação, a titularidade do empreendimento seja transmitida para a SODF.

Praia Norte

No ano de 2019, realizou-se o monitoramento das obras do empreendimento denominado Praia Norte com intuito de verificar o cumprimento dos itens da Autorização Ambiental AA nº 031/2017, sendo realizada vistoria e respectivo Relatório Técnico para cumprimento das condicionantes da AA, além de solicitar algumas ações por parte da Novacap no sentido de corrigir inconformidades pontuais.

Desta forma, foi encaminhado o Ofício nº 161/2019 - SINESP/SUAPS endereçado a DE/Novacap, em atenção a Autorização Ambiental nº 031/2017, solicitando que antes da operação do empreendimento, nos seja encaminhado a seguinte documentação: Relatório de cumprimento das condicionantes da AA nº 031/2017; Relatório de cumprimento das condicionantes da ASV nº 19/2018; Relatório de conclusão de obra; e Termo de Entrega ao órgão responsável pela gestão e manutenção.

Além de gestão para o encerramento da obra e documentação junto ao órgão ambiental, realizou-se ações com vistas a providenciar solução para as erosões existentes na área e que já estavam descritas nos estudos de diagnóstico ambiental, promovendo reuniões e vistorias juntos ao Ibram e Novacap.

Cabendo destacar que até o encerramento do exercício não se obteve retorno do Órgão ambiental quanto a anuências dos serviços propostos de recuperação das margens do curso d'água.

Parque do Cortado

No ano de 2019, foi realizada uma série de vistorias e reuniões com vista a indicar possíveis soluções para o problema de erosão ocorrido no interior da Unidade de Conservação – Parque do Cortado, na RA de Taguatinga, para o apontamento de possíveis soluções reuniram-se SODF, SEMA, Novacap e Ibram, chegando-se a um projeto a ser custeado com recursos orçamentários a serem definidos (via compensação ambiental ou recursos próprios do GDF).

Viaduto M1

No período de 2018, houve análise pelo Ibram do Relatório Ambiental Simplificado RAS e do Memorial Descritivo do Projeto – MDE, do empreendimento denominado VIADUTO M1, que consiste no instrumento legal para a obtenção da Licença Ambiental Simplificada – LAS, para a instalação da obra do Viaduto entregue a esta Secretaria, pela Novacap em 2017. O resultado dessa análise foi apresentado na forma de um Manifesto de Pendências, conforme o SEI-GDF nº 1/2018 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-III. De posse do documento realizou-se o encaminhamento das exigências à Novacap, responsável pela elaboração do RAS e MDE, conforme solicitado no Ofício SEI-GDF nº 140/2018 - SINESP/SUAPS.

Em 2019 a Novacap concluiu a análise das exigências do órgão ambiental e as informações serão encaminhadas a esta Secretaria, para continuidade do processo de obtenção da LAS.

Viaduto EPIG

Elaborou-se o capítulo ambiental do Termo de Referência para contratação de empresa para apoio e supervisão das obras de construção do Viaduto EPIG, de forma que os programas ambientais sejam contemplados na execução das obras de construção do viaduto. Tais programas foram apresentados em consonância com as condicionantes da Licença Ambiental LI 22/2015.

Deu-se também andamento ao processo de compensação ambiental referente às obras realizadas na EPIG, sendo instituída comissão composta por servidores desta SODF e Ibram para avaliar as obras e serviços executados em decorrência do TCCA. Os trabalhos da referida Comissão ainda subsidiarão discussão quanto à possibilidade da instituição de créditos de compensação ambiental para esta SODF.

Em relação à drenagem, foi solicitada ao setor de projetos desta Secretaria, SUPOP/SODF, a versão do projeto de drenagem atualizado para que a SUAPS/SODF realize gestão junto ao Órgão ambiental, no ano de 2020.

Sobradinho dos Melos

Em 2019, realizou-se vistoria final de atendimento às condicionantes da L.I nº 23/2017 e elaborou-se o Relatório Técnico SEI-GDF- SODF/SUAPS (SEI 21415432). Concomitantemente o setor de fiscalização desta Secretaria encaminhou o Termo de Recebimento (SEI 25527869) da obra em questão para compor a comunicação final ao Ibram da finalização da obra.

Essa comunicação foi então apresentada informando que a operação da via pavimentada é de responsabilidade da Administração Regional do Paranoá e a quem cabe solicitar a Licença de Operação. Portanto esta Secretaria não possui mais atividade vinculada a este empreendimento.

Drenagem SOF SUL

Foi apresentado ao Ibram, conforme Ofício SEI 27143663, a proposta de locação das lagoas de detenção que atenderão ao SOF Sul. Após a análise da solicitação e tratativas entre órgão ambiental e esta Secretaria, foram sugeridas novas alternativas de locação das referidas lagoas em áreas externas à Unidade de Conservação. Assim, caso seja viável a execução do projeto nos locais propostos, os impactos de instalação e operação poderão ser menores no Parque Ecológico Ezechias Heringer.

Neste sentido, foi solicitada à Novacap a execução de serviços de sondagem para analisar a possibilidade de execução do sistema de drenagem do SOF Sul. Aguarda-se, portanto, providências daquela Companhia.

Via de Ligação Setor de Inflamáveis

Em 2019, a Secretaria obteve junto ao Ibram a Licença Ambiental Simplificada – LAS - nº 09/2019 que autorizava a execução da via de pavimentação do setor de inflamáveis. O Ibram abriu divergência sobre o dispositivo final de lançamento de drenagem de águas pluviais, porém após tratativas junto ao órgão ambiental emitiu-se a LAS Retificada nº 07/2019 com a aprovação do dispositivo final de lançamento de drenagem licitado e aprovado pela Novacap.

Ressalta-se que foi orientado a empresa contratada para execução das obras, que realizasse o cadastro do empreendimento no sistema E-RCC para a deposição correta do resíduo da construção civil de acordo com a Lei nº 4.704/2011.

Parque das Copaibas

Em atendimento à solicitação do Ibram, as equipes ambientais e de projetos desta Secretaria e da Novacap realizaram o acompanhamento, concepção e execução de serviços para implantação de nova via de acesso e reconformação da via interna de circulação do parque. Tal ação servirá para auxiliar os serviços de revitalização da referida Unidade de conservação-UC pelo órgão ambiental.

3.7.4.2 Gestão Ambiental

No ano de 2019, esta Secretaria realizou também ações no sentido de fortalecer a Gestão Ambiental e buscou-se novos instrumentos, sistemas e informações para subsidiar a atuação nas atividades desenvolvidas.

SINAFLOR: O Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (SINAFLOR) foi instituído pela Instrução Normativa Ibama nº 21, de 24 de dezembro de 2014, em observância dos arts. 35 e 36 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Houve o cadastramento do responsável técnico da equipe para utilização do sistema nas obras em que a SODF é a interessada na Licença Ambiental. O empreendimento do Setor de Inflamáveis teve toda a sua questão florestal cadastrada e analisada no SINAFLOR.

Sistema de Informações Geográficas (GIS): A SODF em conjunto com a Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE), realizou o acompanhamento, via georreferenciamento de fotos, a limpeza das bocas de lobo pela equipe do Fundo de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP-DF).

Cascalheira: Realizou-se gestão junto ao Instituto Brasília Ambiental - Ibram, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás – SEMAD, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Águas Lindas de Goiás – SEMMA e Agência Nacional de Mineração - ANM para fins de levantamento de mineradoras de cascalho licenciadas e aptas

à extração e fornecimento do material para as obras executadas sob a coordenação desta Secretaria.

3.7.4.3 Entraves

Durante o ano de 2019, o planejamento de execução das obras, bem como a aprovação de projetos junto ao Órgão Ambiental, sofreu alguns percalços que atrasaram o cronograma tanto de execução quanto de aprovação. A constante necessidade de adequação de projetos, associada à problemática fundiária do Distrito Federal, dão causa às reapresentações ao Órgão Ambiental, de projetos já analisados e aprovados, por força de comando da Licença Ambiental, consistindo do principal entrave na execução dos empreendimentos.

As inúmeras adequações e as sucessivas reconfigurações de cálculos, locais e relatórios requerem esforços de todos os interessados para o andamento das obras. Ainda nesse quesito, verificou-se que em alguns casos o descompasso entre a elaboração dos projetos e a apresentação aos Órgãos de análise e aprovação tornam o procedimento mais demorado e às vezes ocasionam a necessidade de retomada do assunto. Adicionalmente, observou-se a utilização de dados em escala incompatível com as normativas técnicas vigentes, que tem como consequência a revisão de projetos e a necessidade de aprovação de aditivos para as complementações identificadas ou o desenvolvimento de projetos complementares.

3.7.5 Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho

O Setor responsável pelo acompanhamento da temática ambiental no âmbito desta Secretaria – SUAPS/SODF, têm integrado diversos Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho, nos quais desempenha o papel de Coordenação ou Participação, a saber:

- Coordenação:

- Comitê Gestor do Plano Integrado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal – CORC/DF;
- Conselho de Limpeza Urbana – Conlurb;
- Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB;
- Comissão Técnica de Elaboração do PDGIRS/PDSB;
- Grupo de Trabalho do Corsap- DF/GO (GDF);
- Comissão Especial para Licitação das Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil.

- Participação

- Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - Conam;
- Conselho de Desenvolvimento e Política Rural;
- Conselho de Recursos Hídricos – CRH;
- Grupo de Trabalho do Corsap-DF/GO (Municípios);
- Zoneamento Ecológico – Econômico – ZEE;
- Comitê Criativo Virada do Cerrado;
- Grupo de Trabalho (2107 – Geral e Fiscalização).

3.8 Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás - Corsap-DF/GO

O Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – CORSAP – DF/GO, é pessoa jurídica de direito público com natureza de autarquia do tipo associação pública a que alude o Art. 41, IV do Código Civil Brasileiro, integrante da Administração Indireta dos Entes Federados que a constituem, com duração por prazo indeterminado e vinculado a esta Secretaria por meio do Decreto nº 37.405, de 13 de Junho de 2016. Tem como proposta a promoção da gestão associada e ambientalmente adequada dos resíduos sólidos das águas pluviais na região, além de viabilizar a coleta seletiva, a reciclagem e a destinação final dos resíduos não reciclados. O CORSAP-DF/GO é formado pelo Distrito Federal, Estado de Goiás e de 19 municípios goianos

que compõem a RIDE/DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. São objetivos do CORSAP-DF/GO:

- Contratar associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para prestar serviços de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, no âmbito de atuação do Consórcio;
- Prestar serviços de assistência técnica e de manutenção de instalações às cooperativas e associações;
- Promover, na sua área de atuação, atividades de mobilização social e educação ambiental para o manejo dos resíduos sólidos e das águas pluviais, uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente;
- Promover atividades de capacitação técnica de pessoal, encarregado da gestão dos serviços;
- Promover estudos e debates sobre assuntos de caráter econômico, técnico, científico, ambiental, cultural ou social relacionados aos seus objetivos e competências institucionais;
- Desenvolver atividades técnico-administrativas, visando ampliar os níveis de conscientização, politização, organização e participação dos consorciados nas instâncias e atividades do Consórcio; e,
- Promover a defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos delegados.

Seguem as participações realizadas pelo CORSAP- DF/GO, em eventos, reuniões e audiências públicas, no exercício de 2019:

- Em 20/03/2019 - Reunião Diretoria Corsap - Presentes os Municípios de Águas Lindas, Abadiânia, Representantes da Secretaria de Meio Ambiente - Goiás e da Secretaria de Obras e Infraestrutura do DF;
- Em 28/03/2019 - Audiência Pública, Medida Provisória 862 de 2018 - Congresso Nacional - Senado Federal;
- Em 29/03/2019 - Audiência Pública - Revisão do PLANSAB;
- Em 02/09/2019 - Ministério do Desenvolvimento Regional — Oficina de Planejamento - Polo RIDE DF.
- Em 17/10/2019 - Seminário: Ferramentas Econômicas da Política Nacional de Resíduos Sólidos - OAB Federal;
- Reuniões do Conselho de Limpeza Urbana do Distrito Federal - CONLURB;
- Reuniões do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal - CONSAB;
- Reuniões da Câmara da Região Metropolitana do Eixo Brasília x Goiânia e Ride do Conselho de Desenvolvimento Econômico - CODESE-DF;
- Em 08/11/2019 - Audiência Pública - Avaliação dos Impactos Ambientais do Aterro Sanitário – CENTRA/GO - Santo Antônio do Descoberto - GO.

Ressalta-se que o déficit na estrutura administrativa do CORSAP não tem possibilitado proceder diretamente à preparação de certames e acompanhamento necessário para execução dos objetos pactuados. A situação dos Convênios celebrados com a União, representada pela Caixa consta a seguir.

- **Convênio** - Objeto: Elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CORSAP, consolidando os seguintes Planos: Plano de Saneamento Básico da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE/DF UnB, contratado pelo Ministério das Cidades; Plano de Gestão de Resíduos do Estado de Goiás. Situação: Prazo Expirado em 30/05/2019 — Projeto Não Executado;

- **Convênio** - Objeto: Estudo de Concepção de drenagem urbana sustentável da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno DF/GO RIDE e esboço de anteprojeto das intervenções prioritárias para atender ao Distrito Federal e aos 19 municípios Goianos do Entorno de Brasília, 1ª fase. Situação: Em Execução

Para sanar as dificuldades e envidar as ações necessárias para realização do objeto, o CORSAP procedeu à elaboração de propostas de Convênio com a Secretaria de Obras e Infraestrutura, a Casa Civil do Distrito Federal e a Secretaria de Meio Ambiente de Goiás.

No que concerne ao cronograma de ações para 2020, salienta-se que está prevista Assembleia Geral Ordinária para janeiro de 2020 com pauta para tratar:

- Eleição da nova diretoria;
- Definição dos Governos sobre a continuidade e reestruturação do CORSAP.

3.9 Principais situações que requereram avaliação da Assessoria Jurídico-Legislativa

- Trabalhos desenvolvidos junto ao corpo técnico da Secretaria para não gerar causas de ressarcimentos a credores por despesas sem cobertura contratual, constatados na gestão anterior:

A nova gestão solicitou à Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL, da Pasta, que orientasse o corpo técnico para não dar causa a ressarcimento a credores, verificado na gestão anterior. A partir dessa diretriz, todas as empresas com contratos vigentes na SODF foram notificadas, pela Subsecretaria de Acompanhamento e Fiscalização, sobre a vedação à execução e medição de itens sem previsão contratual e/ou que extrapolem os quantitativos integrantes das planilhas orçamentárias, nas quais o certame foi instruído. Além disso, a AJL alertou para a necessidade de registro diário, sistemático, objetivo, sintético no Diário de Obras de todos os eventos ocorridos no âmbito da obra, bem como de observações, instruções e comentários pertinentes, objetivando aferir o cumprimento das disposições contratuais pela Contratada.

Ademais, a Assessoria-Jurídico Legislativa sugeriu a submissão do tema do ressarcimento por despesas sem cobertura contratual à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, sobretudo diante dos diversos pleitos de credores relativos a serviços executados na gestão anterior, sendo apresentado caso concreto para dar igual tratamento aos demais existentes.

A consulta foi realizada, sendo reiterados os pareceres já proferidos pela PGDF acerca da matéria, sendo destacado principalmente que para o prosseguimento de processos de reconhecimento de dívida dessa natureza, torna-se necessário instaurar procedimento correicional para apurar a responsabilidade de quem deu causa à despesa sem amparo contratual, razão pela qual o corpo técnico tem sido alertado para essa questão.

- Trabalhos desenvolvidos junto ao corpo técnico para as motivações permitidas para contratações e aditamentos, reforçando a necessidade de justificativa bem fundamentada:

Foram revisados procedimentos e elaborados em conjunto com unidade da Subsecretaria de Acompanhamento e Fiscalização/SODF, formulários para preenchimento pelas áreas técnicas desta Pasta, dos requisitos para contratação e repactuações que tratam de aditivos financeiros e prorrogações de prazos, sendo estabelecidas as etapas e as respectivas documentações imprescindíveis (checklist) para celebrar contratações e ajustes decorrentes.

No tocante a aditamentos financeiros, houve alerta especial aos Executores de Contrato para que façam constar de suas instruções, dentre demais requisitos, a "Planilha de Progressão de Custos" com a demonstração do impacto percentual relativamente ao valor inicial atualizado do contrato, incluindo eventuais acréscimos e/ou supressões anteriores, computadas isoladamente, sem qualquer tipo de compensação, de modo a atestar que a pretendida modificação encontra-se dentro dos limites mínimo e máximo, impostos pelo art. 65, §1º da Lei n.º 8.666/93.

Os trabalhos em questão visaram estabelecer procedimentos para contribuir no aprimoramento da instrução processual e motivação dos atos administrativos, notadamente dos contratos relativos a obras e serviços de engenharia.

- Ações efetivadas após diligências de órgãos de controle nos contratos do Sol Nascente:

A Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) realizou inspeção nesta Pasta, no período de 07/03/2019 a 10/05/2019, objetivando analisar atos e fatos relacionados à execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, cuja intervenção é composta pelos seguintes Contratos nº: 015/2014 (Trecho 1), 002/2015 (Trecho 2) e 003/2015 (Trecho 3), celebrados em gestões anteriores.

O Relatório de Inspeção emitido após diligência (8/2019), apontou diversas recomendações à SODF e à Novacap.

Ademais, os Consórcios que venceram as licitações sofreram alterações em suas composições, com a saída de uma das consorciadas que se encontrava impossibilitada de apresentar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista e, as empresas que remanesceram, em conjunto, não possuíam quantitativos suficiente para comprovar a capacidade operacional exigida dentre os requisitos previstos à época nos editais dos certames.

Após consulta à PGDF e a partir de orientações da Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL, esta Secretaria, proferiu decisão em 27/12/2019 (DODF nº 248, de 31/12/2019), determinando a rescisão dos contratos nº 002/2015 e 003/2015 e a prorrogação do contrato 015/2014 e determinou a Subsecretaria de Acompanhamento e Fiscalização – SUAF apuração das irregularidades apontadas. Os extratos dos Termos de Rescisão Contratual Unilateral aos Contratos nº 002/2015 e nº 003/2015 serão publicados no exercício de 2020.

Com relação ao Contrato nº 015/2014 (Trecho 1), a AJL/SODF entendeu, por estarem avançadas as obras (98,85% concluídas), cabível a prorrogação excepcional dos prazos contratuais, única e exclusivamente, para o recebimento da obra, sendo vedada qualquer execução de serviço.

- Ações junto ao TCDF, PGDF e CGDF para sanar pendências junto a esses Órgãos objetivando o prosseguimento de certames ou a continuidade de contratos (Rota de Fuga, Drenar DF, Túnel, etc)

1. Concorrência Ascal/Pres - Execução de obras de drenagem e pavimentação para o trecho denominado "Rota de Fuga", no Setor de Inflamáveis, no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA RA XXIX – DF.

Esse certame apresentava o resultado homologado questionado por licitantes, no TCDF e junto ao TJDFT.

Após diversas decisões judiciais que interferiram no curso dessa licitação, houve Decisão que concedeu integralmente a liminar nos autos de Mandado de Segurança que declarou a nulidade da participação da empresa que estava cumprindo sanção de inidoneidade à época. Dessa forma, foi possível firmar Contrato entre esta Secretaria e outra empresa.

2. Concorrências de Pré-Qualificação Internacionais - Ascal/Prese – Programa Drenar DF

Estes certames encontram-se sob efeitos da Decisão nº 2821/2018, do TCDF, de 12/06/2018, que impede a celebração dos contratos relativos aos certames realizados para a execução do Programa Drenar somente quando ocorrer ulterior deliberação daquela Corte de Contas. Assim, as contratações em questão estão suspensas diante de Decisão do TCDF, até que haja nova Decisão do Tribunal.

Esta gestão apresentou definições ao TCDF acerca dos certames, tendo decidido em relação à Concorrência 001/2012:

"deverá ser revogada por se tratar de obras em área do Conjunto Urbano Tombado de Brasília, se faz necessário à obtenção de nova licença do Iphan, tendo em vista que as anteriores perderam a validade (2 anos) e houve alteração do posicionamento anterior daquele órgão, o qual passou a não mais autorizar a implantação de bacias de detenção de águas pluviais a céu aberto que constam da atual concepção de projeto que, por esta razão, deverá ser modificada para a implantação de reservatórios enterrados, implicando com esta nova concepção em profundas alterações dos projetos, inviabilizando assim a continuidade do processo licitatório", conforme consta do Ofício nº 1623/2019 - SODF/GAB/ASSESP, de 22/10/2019, enviado ao TCDF.

Em relação à Concorrência 002/2012, o Titular da Pasta decidiu em 16/08/2019, pela não adjudicação dos objetos licitados referentes aos Lotes 02 e 03 aos respectivos Consórcios vencedores em razão da inabilitação das empresas consorciadas e em decisão de 16/09/2019, manteve a decisão anteriormente proferida por seus próprios termos e encaminhou os autos à Casa Civil do DF para julgamento do mérito pela autoridade superior, responsável para apreciar os recursos administrativos, interpostos pelos Consórcios interessados. Os recursos ainda aguardam julgamento pela Casa Civil.

Embora a SODF já tenha oficiado o TCDF sobre a não adjudicação dos objetos licitados referentes aos Lotes 02 e 03 e a provável revogação também da licitação referente ao Lote 01 (Ofício nº 1623/2019 - SODF/GAB/ASSESP, de 22/10/2019), em relação a esse último lote ainda está em análise pela área técnica da SODF a atualidade, exequibilidade e vantajosidade do projeto em questão.

3. Contrato - Túnel Rodoviário de Taguatinga:

Após o lançamento do Edital de Concorrência de Pré-qualificação n.º 003/2013 - Ascal/Pres/Novacap, foi consagrado vencedor o Consórcio Novo Túnel.

Assim, foi firmado o Contrato nº 004/2016-Sinesp, para elaboração do projeto executivo da obra de arte especial de implantação do Túnel Rodoviário que dará acesso ininterrupto da EPTG à Avenida Elmo Serejo sob a Avenida Central de Taguatinga, nos trechos especificados pelo Edital.

O processo licitatório (e, conseqüentemente, o Contrato) foi suspenso diante das Decisões nºs 2375/2016 e 6393/2016 do TCDF. Esta última decisão determinou que a análise da representação apresentada pelo Consórcio Túnel Taguatinga, perante o TCDF questionando a habilitação do Consórcio Novo Túnel ficaria suspensa até o julgamento dos processos que tramita na 3.ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal (ação ajuizada pelo Consórcio Novo Túnel), e, na 9.ª Vara Federal Cível de São Paulo, onde se discute a inidoneidade de uma construtora que compunha uma das empresas. Dessa forma, o TCDF manteve a suspensão do contrato que já havia sido determinada por meio da Decisão n.º 2375/2016.

Existiam, portanto, duas ações Judiciais que impediam a análise do TCDF e conseqüentemente o prosseguimento do contrato firmado em 2016.

Esta gestão acatou orientação da AJL/SODF, quanto a providenciar consulta à PGDF acerca da possibilidade de alteração da composição do Consórcio, a fim de retomar o contrato, sendo emitido o Parecer que concluiu ser viável a retirada dessa empresa. Porém, no referido Parecer a D. Procuradoria entendeu que: "enquanto vigente a Decisão TCDF 2375/2016, que determinou a suspensão do contrato 004/2016-Sinesp, não é possível a continuidade ao objeto contratado". Assim, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2016, foi realizada a alteração do Consórcio Novo Túnel (DODF nº 161 de 26/08/2019) e após demais providências, esta Secretaria enviou o Ofício nº 1601/2019 - SODF/GAB/ASSESP ao TCDF para conhecimento e análise relativa à solicitação de revogação da suspensão determinada desde 2016, a fim de viabilizar a retomada da execução do objeto. Em resposta, o TCDF enviou, em 17/12/2019, o Ofício nº 8849/2019-GP com cópia da Decisão nº 4354/2019, em que autoriza o prosseguimento da execução do Contrato nº 004/2016-Sinesp.

Solicitações de Reequilíbrio Econômico Financeiros de contratos devido à variação dos preços dos produtos betuminosos:

A Assessoria-Jurídica Legislativa deste Órgão sugeriu a submissão do tema do reequilíbrio econômico financeiro devido à variação dos preços dos produtos betuminosos à PGDF, sobretudo diante dos inúmeros pleitos de empresas contratadas e da relevância da matéria para diferentes órgãos da Administração Pública do DF, o que demanda um tratamento uníssono no âmbito do DF.

Após as orientações recebidas, em resposta à consulta efetivada à PGDF, esta Secretaria editou normativo, por meio da Portaria nº 85, de 17/05/2019, que aprovou os procedimentos e critérios para análise de reequilíbrio econômico-financeiro em razão da variação dos preços dos produtos betuminosos em contratos administrativos desta Pasta, esclarecendo-se ainda que conforme artigo 1º da referida portaria será adotada a Instrução de Serviço nº 06/2019 do DNIT, e suas alterações, no que couber, para análise dos procedimentos e critérios para o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.

Controle da Atualização dos Projetos das Obras

Em decorrência do acolhimento das recomendações da CGDF no âmbito do Informativo de Ação de Controle nº 01/2018, resultado da auditoria realizada na então Sinesp que analisou a execução de pavimentação asfáltica, calçadas, meios-fios e drenagem pluvial na Vila Buritizinho, a AJL/SODF, orientou a edição de instrumento voltado a aprimorar os processos e criar novos mecanismos de controle que permita a revisão de projetos de engenharia e respectivos orçamentos, sempre que houver lapso temporal entre a elaboração destes e a

licitação, principalmente em áreas de expansão urbana sem urbanização. Tal controle visa evitar impropriedades decorrentes da não atualização dos projetos, tais como necessidade de aditivos de prazo e financeiro, acréscimo de quantitativos de orçamento, inexecução de itens orçados e inclusão de novos itens necessários às obras, o que tem acarretado problemas na execução com a elevação do custo e a extensão do prazo das intervenções.

Assim foi emitida, pela atual gestão, a Portaria nº 108, de 09/07/ 2019, DODF nº 128 de 10/07/2019.

3.10 Controle Interno

A CGDF emitiu a Portaria nº 110/2019-CGDF, que estabelece critérios para análise prévia de aditivos contratuais e pagamentos pela Unidade de Controle Interno desta Secretaria, tendo em vista os efeitos do Decreto nº 39.620, de 07/01/2019, que determinou que todos os processos de pagamento e de aditivos contratuais relativos aos Contratos nº 15/2014, 2/2015 e 3/2015, objeto da execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trechos 1, 2 e 3 em Ceilândia/DF; e dos Contratos nº 4/2015, 5/2015, 8/2015, 9/2015, 10/2015, 6/2016, 8/2016, 19/2016, 20/2016, 21/2016 e 3/2018, objeto da execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e execução de obras de artes especiais em Vicente Pires, Lotes 1 a 11, devem ser analisados pela UCI/SODF. Essa nova atividade trouxe um aumento considerável do volume de trabalho para a Unidade de Controle Interno/SODF.

3.11 Correição

Em 2019 criou-se a Assessoria de Correição – ASCOR por meio do Decreto nº 39.766, de 09 de março de 2019, que dispõe sobre a estrutura administrativa desta Secretaria, setor diretamente vinculado ao Gabinete para a análise da admissibilidade das recomendações relativas a infrações disciplinares, bem como desenvolver procedimentos correicionais no âmbito de sua competência, cujas ações são embasadas, especificamente, pela Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, pela Instrução Normativa nº 04, de 13 de julho de 2012 e pela Instrução Normativa nº 02, de 02 de setembro de 2019, da Controladoria-Geral do Distrito Federal. Ademais, destaca-se que a Assessoria de Correição está sujeita à subordinação normativa da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF. Assim, no exercício, deu-se continuidade aos procedimentos de correição instaurados, sendo encerrado o ano com:

- 09 (três) procedimentos administrativos concluídos sendo: 05 (cinco) Sindicâncias, 03 (duas) Tomadas de Contas Especial e 01 (um) Procedimento de Investigação Preliminar.
- 15 Procedimentos administrativos instaurados, sendo: 09 (nove) Sindicâncias, 04 (quatro) Tomada de Contas Especial, 02 (dois) Procedimentos de Investigação Preliminar.

3.12 Gestão de Risco

No ano de 2019, deu-se continuidade à implantação e ampliação da Gestão de Riscos na SODF, com o apoio consultivo da equipe da CGDF. Considerando tratar-se do início de nova gestão governamental e renovação das equipes, houve revisão (recall) do mapeamento dos processos de Gestão de Riscos desenvolvidos em 2018 nas áreas fins desta Secretaria: Subsecretaria de Acompanhamento e Fiscalização de Obras – SUAF e Subsecretaria de Projetos e Orçamentos – SUPOP. Os documentos produzidos foram submetidos à aprovação do Comitê Interno de Governança - CIG, sendo aprovados em Agosto/2019.

Além da referida revisão (recall), sob a coordenação da Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos- AGEP/SODF, ampliou-se a implantação para novas áreas da SODF, a saber: Subsecretaria de Ativos Tecnológicos - SUGAT e Subsecretaria de Gerenciamento de Recursos Externos - SUGRE. Ambas estão finalizando seus Planos de Ações para que os controles sejam colocados em prática, como atualmente acontece com a SUAF e SUPOP, via SAEWEB (Sistema de Gerenciamento de Riscos da CGDF). Conforme o cronograma de implantação estabelecido pela CGDF, essas Unidades já atuaram nas etapas relativas ao Estabelecimento de Contexto, Identificação de Riscos, Análise de Riscos e Avaliação de Riscos.

Programa de Integridade

O Programa de Integridade instituído pelo Decreto nº 39.736 de 28/03/2019 e na Portaria nº 166 de 02/10/2019, estabelece as Políticas do Programa de Integridade que com o apoio consultivo da CGDF, iniciou a elaboração dos documentos para implantação do Programa. Em 06/11/2019, os Planos de Comunicação e de Ação do Programa de Integridade foram aprovados.

O Programa de Integridade da SODF tem como principal objetivo apresentar um conjunto de diretrizes, normativos internos de integridade e ações inter-relacionadas que são adotadas pela Secretaria com o firme propósito de prevenir, detectar e corrigir desvios, fraudes, irregularidades e atos lesivos, não condizentes com as normas vigentes e sua regulamentação ou as que venham a substituí-las, no que tange ao combate à corrupção.

A SODF encerrou o exercício de 2019 com o Programa de Integridade implantado com diversas ações de divulgação e publicidade que estão sendo elaboradas para que possam alcançar e mobilizar todos os servidores a fazer parte efetiva da cultura do órgão.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A nova gestão desta Secretaria manteve a composição da estrutura administrativa básica advinda da gestão anterior, tendo, entretanto, acrescentado unidades específicas para o tratamento de atribuição conferida a este Órgão relativa à administração de todo o Parque de Iluminação Pública, para executar e gerenciar os procedimentos apuratórios diversos e para atuar no planejamento estratégico e ações de governança e integridade na SODF, consistindo respectivamente das Assessorias de Gestão de Iluminação Pública, de Correição e de Gestão Estratégica e Projetos.

Embora ainda se constate insuficiência na composição técnica do quadro de recursos humanos, devido às restrições orçamentárias que impedem novas contratações, priorizou-se, sobretudo, o reforço de pessoal na unidade técnica encarregada da análise, revisão, desenvolvimento de projetos de engenharia e elaboração de estimativas de custos e termos de referência. Observa-se na "Força de Trabalho", que o quadro de pessoal efetivo alocado neste Órgão apresenta-se extremamente defasado, em especial quanto ao número de profissionais de engenharia e arquitetura que atualmente compõe o Quadro de Pessoal Permanente.

Outra questão que reitera a necessidade de reforço do quadro técnico consiste da decisão acordada com a Novacap para que a fiscalização das intervenções contratadas pela Pasta, seja exercida diretamente por este Órgão. Assim, a partir de março de 2019 a equipe técnica lotada na Subsecretaria de Acompanhamento e Fiscalização, é a responsável por essa atribuição.

Esta gestão procederá em 2020 à reapresentação do déficit de servidores aos órgãos competentes, visando a recomposição, principalmente de engenheiros e arquitetos.

Em relação a organização administrativa, foram estabelecidas novas ações, sendo priorizadas as definições das competências legais de todas as unidades integrantes desta Secretaria para plena execução de suas atividades, tendo alcançado a conclusão do processo de atualização do Regimento Interno, publicado o documento em outubro de 2019. O último normativo foi realizado em 2003.

Cabe destacar a ação de implantação do Ponto Eletrônico, a partir de 1º de setembro de 2019, com finalidade de automatizar o controle de frequência dos servidores, permitindo uma melhor administração e acompanhamento das apurações de frequência, auxiliando no gerenciamento dos recursos humanos, na redução de custos, na automatização de tarefas repetitivas e na confiabilidade dos dados.

No que se refere aos procedimentos de correição em 2019, diante do volume de situações que requeriam apurações face às recomendações de Órgãos de Controle, dentre outras motivações, a nova gestão procedeu à adequação da estrutura administrativa, por meio da criação de setor específico para tratamento destes procedimentos.

Quanto as ações de Controle Interno, houve determinação pela CGDF para a obrigatoriedade de análise prévia pela UCI desta Secretaria de todos os processos de aditivos contratuais e de pagamentos relativos às contratações das obras dos Setores Habitacionais Sol Nascente e Vicente Pires. Esta gestão considera importante a medida adotada pela CGDF por entender que a mesma proporciona maior segurança aos dirigentes da Pasta.

A continuidade das atividades, relativas à implementação da Gestão de Risco neste Órgão, em 2019, foi assumida com prioridade para que as áreas fins em especial os setores de Projeto Orçamento e Planejamento de Obras e de Acompanhamento e Fiscalização de Obras, deem efetivo tratamento aos riscos mapeados, que necessitem ser monitorados para o aprimoramento de suas ações contribuindo para melhor resultado do Órgão.

Pelo quarto ano consecutivo esta Secretaria é premiada por obter 100% de pontuação do Índice de Transparência Ativa. O prêmio é destinado aos Órgãos e entidades do governo que se destacaram na publicação das informações de transparência ativa, em efetivo atendimento ao disposto na Lei nº 4.990/2012.

No Sistema de Ouvidoria (OUV-DF) registrou-se em 2019, 8.632 manifestações direcionadas a esta Secretaria, sendo a maioria, cerca de 5.660 (65,6%) relativas às reclamações, seguida de 2.860 solicitações que representam 33,1%. Ressalta-se que dentre os assuntos mais demandados, 8.002, aproximadamente 93% foram relacionados à iluminação pública. Esse número expressivo é justificado pelo fato de que a partir de maio desse ano, a responsabilidade sobre as demandas de iluminação pública foi atribuída à Ouvidoria desta Secretaria. Anteriormente tais demandas eram submetidas diretamente à Gerência de Manutenção de Iluminação Pública - GMIP/CEB-H, da Superintendência de Iluminação Pública - CEB.

Esta Secretaria, na impossibilidade de dar andamento aos grandes projetos de drenagem no Plano Piloto e em Taguatinga, coordenou a execução de importantes intervenções na área, mais direcionadas aos problemas apresentados na Asa Norte, em Brasília, para minimizar os impactos das grandes chuvas na região, sanando pontos de alagamento identificados. Quanto as grandes intervenções necessárias, os certames realizados em gestão anterior não poderão ser aproveitados devido a questões jurídicas, técnicas, principalmente em razão da desatualização dos projetos de engenharia, perante novas normas pertinentes à matéria e, diante de novas soluções a serem consideradas para readequação do projeto de drenagem, a partir da diretriz do IPHAN, cujo posicionamento pela aprovação foi revisto. Assim, em 2020, há previsão de lançamento dos novos certames após a revisão dos projetos.

Quanto às ações de vistoria de Obras de Artes Especiais do Distrito Federal, pontes, viadutos e passarelas, esta Secretaria coordenou diversas ações que visam o acompanhamento de segurança e funcionalidade dessas estruturas, compondo Grupo de Trabalho integrado por representantes do GDF e da Sociedade Civil, com a finalidade de avaliação preliminar do estágio de manutenção dessas Obras de Artes Especiais - OAEs, identificadas em 764 unidades. Os trabalhos em 2019 consistiram em reuniões para planejamento das ações, que resultaram em 228 vistorias, sendo 164 realizadas por engenheiros do DER, SODF e Novacap; e, 64 com estudantes de 06 Instituições de Ensino Superior - IES, que contaram com a participação de mais de 150 estudantes e 44 engenheiros do GDF.

Ao iniciar a gestão houve à reavaliação da situação das contratações de execução de obras celebradas anteriormente por este Órgão. O resultado dos trabalhos realizados indicou que houve prática de pagamento de ressarcimentos a credores, de valores expressivos por itens realizados sem amparo contratual. Diante desta constatação foi determinado ao corpo técnico, atenção quanto às ocorrências verificadas, ressaltando a vedação à execução e medição de itens sem previsão contratual, e/ou, que extrapolem os quantitativos integrantes das planilhas orçamentárias, nas quais o certame foi instruído. Observa-se que não houve nenhum pagamento em 2019 a título de ressarcimento a credores.

Diante da insuficiência de recursos, esta Secretaria apresentou propostas para celebração de Convênios junto à Terracap, tendo formalizado importantes Convênios com àquela Companhia, com destaque para o Convênio firmado que prevê o repasse do montante de R\$ 150 milhões a serem destinados à conclusão das obras do Setor Habitacional Vicente Pires, assegurando portanto a contrapartida ao empreendimento em execução, o que irá evitar atrasos quanto ao desembolso dos recursos vinculados à operação de crédito com a Caixa. Outra destinação a partir de Convênio firmado em 2019 com a Terracap objetiva o repasse

de R\$ 10,1 milhões para as obras da Via de Ligação do Setor de Inflamáveis. Ao final de 2019 foram desembolsados aproximadamente R\$ 13 milhões a título de repasses oriundos de Convênios mantidos com a Terracap.

Assim, mesmo com restrição orçamentária, comum nos primeiros anos de uma nova gestão e dadas às peculiaridades das contratações, buscou-se dar continuidade às intervenções iniciadas na gestão anterior, e sanar pendências técnicas de certames e contratações também iniciados em gestões anteriores, que se apresentavam com entraves de toda a ordem, impactando fortemente para a retomada de obras paralisadas. Nesse contexto destacam-se as seguintes ações:

- **Vicente Pires** - Desde o início da gestão, dar seguimento às obras de infraestrutura do Setor Habitacional Vicente Pires foi uma das prioridades do governo. Muito se fez neste primeiro ano. As ruas 3B, 3C, 4, 4A, 4B, 4C, 6 e 10 estão totalmente asfaltadas. As ruas 4, 5 e 7 estão parcialmente concluídas. O sistema de drenagem das ruas 3 e 8, responsável pela captação de boa parte da água das chuvas, está pronto e em funcionamento. Das 23 lagoas de detenção previstas no projeto, 14 estão concluídas e seis estão em fase final de execução. Contatou-se a necessidade de execução de obras complementares para a urbanização de todo o setor. Para estas obras já estão sendo feitos os levantamentos necessários para a contratação dos serviços remanescentes.

- **Sol Nascente** - O mesmo ocorre com o Setor Habitacional Sol Nascente. No Trecho 1, o previsto em contrato está concluído. No Trecho 2, embora avançadas, assim como no Trecho 3, as respectivas contratações mantiveram-se suspensas no segundo semestre para a avaliação quanto ao resultado de inspeção pela Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF). A conclusão dessa análise levou este Órgão a decidir pela rescisão destas contratações no final de 2019. Esta Secretaria tem realizado o levantamento do remanescente de obra e nova licitação contemplando toda a região deverá ser realizada em 2020.

- **Bernardo Sayão** - Retomadas em julho deste ano, após meses de paralisação, as obras de infraestrutura nos lotes 2 e 3 do Setor Habitacional Bernardo Sayão estão com mais de 50% dos serviços de drenagem e pavimentação concluídos. Para a execução das intervenções remanescentes estão sendo desenvolvidos projetos executivos de infraestrutura, pela Terracap, sob o acompanhamento da SODF para dar continuidade às obras na região.

- **Viaduto EPTG/EPCT** - Importante obra retomada nesta gestão foi o alargamento do viaduto da Estrada Parque Taguatinga Guará (EPTG) e da Estrada Parque Contorno (EPCT). Os viadutos foram unificados e agora contam com 41,80 metros de largura com 11 faixas, entre 3,5 e 4,0 metros, para a circulação de veículos, sendo cinco faixas no sentido Plano Piloto e quatro faixas no sentido Taguatinga, além de duas faixas centrais para ônibus com largura de quatro metros.

- **Praça da Juventude do Itapoã** - Demanda antiga da população, as obras, paralisadas desde 2015, foram retomadas em junho deste ano, com a celebração de nova contratação. Em uma área de 6.000m², o espaço contará com pistas de caminhada, salto triplo e salto a distância, todas com sistema de iluminação específico; quadra de vôlei de praia; área de exercícios e alongamento; pista de skate; campo de futebol society; quadra poliesportiva coberta; vestiários; teatro de arena com palco; quiosque de alimentação; arquibancadas; bebedouros; grama natural e sintética; sanitários com acesso para pessoas com deficiência, além de centro de convivência com salas para ginástica e reuniões.

- **Iluminação Pública** - Deu-se continuidade a Convênio e Contratos firmados com a Companhia Energética de Brasília (CEB), o que possibilitou implementar ações de melhoria de iluminação pública em diversos locais a saber: Praça dos Orixás, Estação Arniqueiras, W3 Norte, W3 Sul, EPTG, EPIG, Parque Águas Claras, Parque Olhos D'Água, fachada do Supremo Tribunal Federal, Praça das Palmeiras, Avenida Alagados, Feira Permanente de Vicente Pires, dentre outros. Ao todo foram trocadas cerca de 22.000 luminárias convencionais por luminárias de LED, mais eficientes e econômicas, dando maior visibilidade e segurança aos pedestres e motoristas, com menor consumo de energia elétrica proporcionado por esta tecnologia.

- **W3 Sul** - A revitalização da W3 Sul já é uma realidade. Fruto de parceria entre o Governo do Distrito Federal e a Câmara de Dirigentes Lojistas do DF, as quadras 511 e 512 Sul foram as primeiras a receber as melhorias. A intervenção objetivou a reorganização dos

estacionamentos, arborização e paisagismo, revitalização dos becos entre os blocos, recuperação e troca de piso das calçadas existentes, entre outros serviços. A continuidade do projeto de revitalização dar-se-á pelas quadras 509/510 cujo certame encontra-se em finalização e pelas quadras 513/514 Sul que já apresentam projetos concluídos para início de certame. A previsão é que os serviços comecem no primeiro trimestre de 2020. A Seduh está concluindo os projetos das demais quadras da W3 Sul e da W3 Norte.

- **Campos de futebol** – Demandas importantes para a população de Planaltina e Santa Maria, as obras de construção de campos de futebol de grama sintética de Planaltina e Santa Maria foram licitadas e contratadas em 2019. A intervenção em Santa Maria foi entregue a comunidade no final do exercício, há previsão de que o campo de Planaltina seja concluído no início de 2020.

- **Via de Ligação do Setor de Inflamáveis** - As obras iniciadas em outubro deste ano seguem em ritmo acelerado. No momento a empresa contratada executa as obras de drenagem e construção de dissipadores. O projeto prevê a continuidade das vias já existentes (IN-1 e IN-2), seguindo paralelamente à via férrea até o Conjunto Lúcio Costa, onde se incorporam à via marginal da Estrada Parque Taguatinga (EPTG).

- **Túnel Rodoviário de Taguatinga** - Ao final do exercício obteve-se autorização do Tribunal de Contas para a continuidade da contratação, o que irá possibilitar dar seguimento à intervenção em 2020.

- **Bacia de detenção na DF 290** – As obras consistem na elaboração do projeto executivo e construção da bacia de detenção, do canal e bueiro N.A.T.M (New Austrian Tunnelling Method), cerca viva e plantio de grama, no km 4 da DF-290 em Santa Maria – DF. O certame encontra-se em finalização, com expectativa de desfecho e respectiva previsão de contratação no início de 2020.

Neste ano, foram também providenciados esclarecimentos e consequentemente andamento de processos licitatórios de empreendimentos importantes para o Distrito Federal, que terão prosseguimento em 2020, dos quais destacam-se:

- **Viaduto EPIG** - O viaduto será construído na intersecção da EPIG com o Sudoeste e o Parque da Cidade. Com a implantação dessa intervenção, quem sair do Parque da Cidade em direção ao Sudoeste não terá que passar por semáforos e retornos, seguirá direto para a Av. das Jaqueiras, passando sob a EPIG.

- **Requalificação do Setor de Rádio e Televisão Sul (SRTVS)** - As intervenções consistem na ampliação e inclusão de novas calçadas, melhoria das travessias de pedestres e da arborização, reformulação do acesso do ponto de ônibus da via W3 e configuração de rotas de pedestres no Setor, sendo previsto novo ordenamento dos quiosques existentes no local.

- **Revitalização da Praça do Povo, no Setor Comercial Sul, Quadra 03, na Área Central de Brasília (SCS)** - A proposta desenvolvida cria novas possibilidades de utilização dos espaços públicos, transformando becos em praças, permitindo a multifuncionalidade do local para prática do skate e apresentação de espetáculos e procura ordenar as áreas para quiosques.

- **ESPM** (Estrada Setor Policial Militar) até o **TAS** (Terminal da Asa Sul) – Consiste na execução de obras de complementação do sistema viário da Estrada Setor Policial Militar até o Terminal da Asa Sul.

E, pensando no futuro, os trabalhos de 2019 certamente contribuirão para implementar ações de vulto e importância para o Distrito Federal, há muito tempo planejadas por esta Secretaria e que estavam cerceadas por entraves de ações jurídicas, decisões de Órgão de Controle e de ordem técnica, que restavam indefinidas, a exemplo das obras de Alargamento do Viaduto da EPTG / EPTC, paralisadas desde 2017 e a Construção da Praça da Juventude do Itapoã, paralisada desde 2016 que foram enfim retomadas. Além disso, após intensos esforços envidados pela nova gestão, destaca-se que as obras de construção do Túnel Rodoviário de Taguatinga, cuja contratação foi impedida de ter prosseguimento desde 2016, que serão iniciadas em 2020.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, criada pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, revogada nesta parte pela Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, regida por esta, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Distrital nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017, e, nos termos destes, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, é uma Empresa Pública, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado e prazo indeterminado de duração, integrante da Administração Indireta do Distrital Federal.

A NOVACAP tem por objeto social a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, na satisfação do Interesse Público, diretamente ou por contrato com entidades públicas ou privadas, mediante ajuste específico e disponibilização dos respectivos recursos financeiros e orçamentários, para este fim.

A função social da NOVACAP compreende o atendimento à população do Distrito Federal com vistas ao alcance do bem-estar coletivo, à alocação econômico-social eficiente dos seus recursos, à prestação dos serviços que constituem seu objeto, com respeito à sustentabilidade ambiental, à responsabilidade social corporativa, contribuindo para ampliar o desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira.

A Empresa atua na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA, compreendendo as seguintes atividades: gerenciamento e execução de obras e serviços de urbanização e construção civil; fiscalização de obras públicas de infraestrutura; bem como desenvolvimento de estudos e projetos.

A consecução dos objetivos da Companhia se dá conforme demanda do Governo do Distrito Federal, de seus Órgãos, Autarquias, Fundações e demais Empresas e Entidades, mediante a correspondente designação e disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros necessários e suficientes para o seu atendimento.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	1	689	1.122	1.813
Comissionados sem vínculo efetivo	83	105	0	0	188
Requisitados de órgãos do GDF	6	2	0	0	8
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	23	64	87
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	4	104	108
Terceirizados (FUNAP)	0	0	164	0	164
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	90	108	880	1.290	2.368
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	87	0	87

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Total Geral	90	108	793	1.290	2.281

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	4700000,0	1800000,0	400000,0	0
9597 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA 2º COMANDO DE POLÍCIAMENTO REGIONAL METROPOLITANO - GUARA II	800000,0	0,0	0	0
9598 - CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA NO INCRA 8	600000,0	600000,0	0	0
9599 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE FUTEBOL SINTÉTICA NA VILA RABELO	450000,0	0,0	0	0
9600 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE FUTEBOL SINTÉTICA EM NOVA COLINA	450000,0	0,0	0	0
9601 - CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL DE QUADRA SINTÉTICA NAS REG.ADM.DF	1000000,0	0,0	0	0
9603 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NA REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
0045 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	0	800000,0	0	0
0041 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DE QUADRA E REFORMA DE PRAÇAS E PARQUES-DISTRITO FEDERAL	0	400000,0	400000,0	0
9602 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM COBERTURA NA ESCOLA LAJES DA JIBOIA, EM CEILÂNDIA	400000,0	0,0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	5211941,0	1000000,0	850000,00	782403,06
9666 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA E REVITALIZAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA CAMPUS UNB-PLANALTINA	500000,0	0,0	0	0
9665 - REFORMA DE QUADRA DE ESPORTES NAS REG. ADM.DO DF	600000,0	0,0	0	0
9674 - REFORMA DA QUADRA DE ESPORTE QNQ 01 AREA ESPECIAL FRENTE A ESCOLA CLASSE 62	100000,0	0,0	0	0
9675 - REFORMA DO CAMPO SINTETICO DA QNP 15 AREA ESPECIAL P NORTE - CEILÂNDIA	150000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0060 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA DE PLANALTINA-DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	850000,00	782403,06
9667 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA CLASSE 62 DE CEILÂNDIA	630000,0	0,0	0	0
9668 - REVITALIZAÇÃO DA PISCINA E CONSTRUÇÃO DE COBERTURA NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 02 DE CEILÂNDIA	500000,0	0,0	0	0
9669 - IMPLANTAÇÃO DE COBERTURA E REFORMA DA QUADRA DE ESPORTE DO CENTRO EDUCACIONAL 03 DO GUARÁ	700000,0	0,0	0	0
9670 - IMPLANTAÇÃO DE COBERTURA E REFORMA DA QUADRA DE ESPORTE DA ESCOLA CLASSE 05 DO GUARÁ	400000,0	0,0	0	0
9671 - IMPLANTAÇÃO DE COBERTURA E REFORMA DA QUADRA DE ESPORTE DA ESCOLA CLASSE 07 DO GUARÁ	400000,0	0,0	0	0
9672 - IMPLANTAÇÃO DE COBERTURA E REFORMA DA QUADRA DE ESPORTE DO 4º BPM DO GUARÁ	400000,0	0,0	0	0
9673 - REFORMA DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 1 DE CEILÂNDIA, COM A INSTALAÇÃO DE TELHA NA LATERAL DA QUADRA	81941,0	0,0	0	0
9676 - COBERTURA DA QUADRA DA UNB - PLANALTINA	150000,0	0,0	0	0
9677 - IMPLANTAÇÃO DE COBERTURA E REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTE NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	600000,0	0,0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	800000,0	845426,0	695425,22	217953,04
0020 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NA QUADRA 501 DO SOL NASCENTE- CEILÂNDIA	0	345426,0	345425,22	0
0024 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA E PARQUE INFANTIL NA CIDADE DE-SOBRADINHO	0	150000,0	0	0
9521 - CONSTRUÇÃO DE CICLOVIAS EM TORNO DA OCTOGONAL	300000,0	0,0	0	0
9522 - CONSTRUÇÃO DO PARQUE DA OCTOGONAL	500000,0	0,0	0	0
0021 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA QUADRA 501 NO SOL NASCENTE- CEILÂNDIA	0	350000,0	350000,00	217953,04
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	1500000,0	698426,0	698425,45	114350,77

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0007 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO POLIESPORTIVO NO COLÉGIO DOM PEDRO II-DISTRITO FEDERAL	0	543000,0	543000,0	0
9159 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	1000000,0	155426,0	155425,45	114350,77
9166 - CONSTRUÇÃO DO SKATE PARK NA PRAÇA DA BÍBLIA EM CEILÂNDIA	300000,0	0,0	0	0
9167 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS - CONSTRUÇÃO DO SKATE PARK NA PRAÇA DA BÍBLIA	200000,0	0,0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	1360000,0	369285,0	369283,42	369283,42
9587 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	1000000,0	369285,0	369283,42	369283,42
9598 - REVITALIZAÇÃO QUADRA ESPORTES QUADRA 203 SAMAMBAIA NORTE	110000,0	0,0	0	0
9599 - REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO	250000,0	0,0	0	0
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	645000,0	0,0	0	0
8541 - IMPLANTAÇÃO DE PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO NO CAMPUS UNB-GAMA	65000,0	0,0	0	0
8542 - IMPLANTAÇÃO DE PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO NO CAMPUS UNB-CEILÂNDIA	65000,0	0,0	0	0
8543 - IMPLANTAÇÃO DE PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO NO CAMPUS UNB-PLANALTINA	65000,0	0,0	0	0
8540 - CONSTRUÇÃO DE PISTA DE SKATE NA QR 431 EM SAMAMBAIA	450000,0	0,0	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	3170000,0	600000,0	0	0
9532 - REFORMA DA PRAÇA DE BAIXO DO INCRA 08	600000,0	600000,0	0	0
9533 - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA QNP 11, CONJUNTO F - SETOR P NORTE	100000,0	0,0	0	0
9534 - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA EQNN 22/24, EM CEILÂNDIA	460000,0	0,0	0	0
9535 - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA E CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY DE GRAMA SINTÉTICA NA QNP 24, EM CEILÂNDIA	1200000,0	0,0	0	0
9536 - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA QNN 20 (GUARIROBA), EM CEILÂNDIA	680000,0	0,0	0	0
9537 - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA EQNP 10/14, EM CEILÂNDIA	130000,0	0,0	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	500000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
6331 - REFORMA DO ESTÁDIO DO CRUZEIRO	500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	17886941,00	5313137,00	3013134,09	1483990,29

Cidade Do Esporte E Lazer -

No que diz respeito a **ESPORTE**, teve como realização, a reforma de 04 (quatro) Quadras Poliesportivas em Planaltina, nas Unidades da Rede Pública de Ensino, além dos seguintes Centros Olímpicos: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, São Sebastião, Sobradinho e Planaltina.

As obras de construção da Quadra Poliesportiva e do Galpão para depósito no Colégio Dom Pedro II, bem como construção de Quadra Poliesportiva para o Complexo Esportivo do Cruzeiro - parte integrante da Revitalização do Complexo Esportivo do Cruzeiro - encontram-se em vias de licitação.

As obras de reconstrução da Quadra da Escola Classe 62 em Ceilândia, reforma da Quadra de Esportes localizada ao lado da Escola Classe 100 em Santa Maria, construção de cobertura para Quadra Poliesportiva no 2º Comando de Policiamento da Regional Metropolitana do Guará, e construção da Cobertura e Revitalização da Quadra Poliesportiva - UnB Planaltina - estão em fase de elaboração de projeto/orçamento.

No que diz respeito à **LAZER**, pode-se destacar a construção de Praça da Quadra 501 do Sol Nascente em Ceilândia, bem como os projetos/orçamentos para construção da Praça da 112/113 Sul no Plano Piloto, reforma/revitalização do Parque da Cidade, construção do Parque Ezequias Hering e reforma da Praça QR 408 em Samambaia.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	250000,0	0,0	0	0
9856 - APOIO AO PROJETO EXECUTIVO BATALHÃO RURAL OESTE	250000,0	0,0	0	0
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	1080000,0	0,0	0	0
8128 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO NA FEIRA DO PRODUTOR DE CEILÂNDIA	800000,0	0,0	0	0
8129 - CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO DA FEIRA DO SETOR P NORTE DE CEILÂNDIA	280000,0	0,0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	2650000,0	0,0	0	0
9245 - REFORMA DE DIVERSAS FEIRAS EM CEILÂNDIA	1000000,0	0,0	0	0
9246 - REFORMA DE FEIRAS - REFORMA DA FEIRA PERMANENTE DE SOBRADINHO II	1000000,0	0,0	0	0
9244 - REALIZAÇÃO DE OBRA DE DESMEMBRAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DA FEIRA DO SETOR P NORTE DE CEILÂNDIA	650000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	3980000,00	0,00	0,00	0,00

BRASÍLIA COMPETITIVA –

No que diz respeito a feiras, podem-se destacar as obras para construção da Feira Permanente de Riacho Fundo II, inicialização de projetos de reforma/revitalização das feiras de Ceilândia, Cruzeiro, Jardim Botânico, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Riacho Fundo I, Santa Maria e São Sebastião, bem como a elaboração de projeto para construção da Feira Permanente do Paranoá. Vale ressaltar que estão em andamento os trâmites de licitação para construção da Feira Modelo de Sobradinho.

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1500000,0	0,0	0	0
3218 - ELABORAÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO DO HOSPITAL DA REGIÃO CENTRO SUL NO GUARÁ	1500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	1500000,00	0,00	0,00	0,00

TERRITÓRIO DA GENTE –

Encontram-se em elaboração o Termo de Referência e os Estudos Preliminares do Projeto Arquitetônico do Hospital da Região Centro Sul, no Guará.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	5500000,0	5876778,00	2309284,26	331380,90
0035 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-PARA REFORMA DA FEIRA PERMANENTE DE SANTA MARIA RA XIII- SANTA MARIA	0	300000,0	300000,0	0
3199 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-- DISTRITO FEDERAL	5500000,0	5576778,00	2009284,26	331380,90
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	115116542,0	70950229,91	61796657,39	43616237,26
0257 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS NO-DISTRITO FEDERAL	0	1926524,00	1366523,29	576290,41
0265 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EM 2019 EM TODO O-DISTRITO FEDERAL	0	4420000,0	4419579,46	2609900,88
0268 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-COMPLEMENTARES EM PROL DE TODAS AS CIDADES DO-DISTRITO FEDERAL	0	140000,0	140000,0	0
0280 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-Apoio a obras de Infraestrutura e Urbanização no DF-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0283 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NAS RA'S-DISTRITO FEDERAL	0	564999,0	564999,0	564999,0
0294 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	210000,0	208081,22	208081,22
0297 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS -DISTRITO FEDERAL	0	800000,0	800000,0	0
0302 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO EM CIDADES DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	550000,0	550000,0	0
0314 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS E URBANIZAÇÃO EM TODO O DF-DISTRITO FEDERAL	0	750000,0	750000,00	119237,77
0319 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA- GAMA	0	2300000,0	1000000,00	290381,39
0320 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	3000000,0	3000000,0	0
0322 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	1000000,0	0
0325 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE TAPA BURACOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA- RA XIII- SANTA MARIA	0	600000,0	0	0
1323 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA EM VIAS DO SETOR P NORTE P1 E P2	200000,0	0,0	0	0
1324 - EXECUÇÃO DE OBRAS GERAIS DE URBANIZAÇÃO EM PROL DE TODO O DF	4011941,0	0,0	0	0
1325 - CONSTRUÇÃO DO ESTACIONAMENTO E ACESSO AO CEF 15 DO GAMA	250000,0	0,0	0	0
1326 - CONSTRUÇÃO DE BASE PARA OPERAÇÃO DO SAMU NO DISTRITO FEDERAL	1800000,0	0,0	0	0
1327 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO NO CONJUNTO 7 EM SAMAMBAIA	300000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1328 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO - DF	2050000,0	0,0	0	0
1329 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO EM DIVERSAS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL	7800000,0	0,0	0	0
1330 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM TODA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO- RA V	2000000,0	0,0	0	0
1331 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM TODA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CEILÂNDIA-RA IX	2000000,0	0,0	0	0
1332 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO EM FRENTE AO ABRIGO DOS EXCEPCIONAIS DE CEILÂNDIA (QNN 29 MÓDULO ?C?, ÁREA ESPECIAL, CEILÂNDIA NORTE)	250000,0	0,0	0	0
1333 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA EQNM 2/4, EM CEILÂNDIA	350000,0	0,0	0	0
1334 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY DE GRAMA SINTÉTICA, COM INSTALAÇÃO DE PEC, PARQUINHO, CALÇADAS, ACADEMIA DE ADULTO E ESTACIONAMENTO, NO SETOR HABITACIONAL SOL NASCENTE, TRECHO 3, QUADRAS 300, A/E.	1600000,0	0,0	0	0
1335 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO E CALÇADAS, NA EQNO 4/6 DE CEILÂNDIA	300000,0	0,0	0	0
1336 - REVITALIZAÇÃO CICLOVIAS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES	200000,0	0,0	0	0
1337 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NO POLO VERDE	200000,0	0,0	0	0
1338 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO EM CEILÂNDIA	200000,0	0,0	0	0
1339 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EM CEILÂNDIA	1000000,0	500000,0	500000,0	500000,0
1340 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EM TAGUATINGA	1091941,0	1091941,0	1091941,00	1091941,00
1341 - EXECUÇÃO DE OBRAS INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO NORTE	150000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1342 - EXECUÇÃO DE OBRAS INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CRUZEIRO	150000,0	0,0	0	0
1343 - EXECUÇÃO DE OBRAS INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO SUDOESTE/OCTOGONAL	150000,0	0,0	0	0
1344 - COBERTURA DE QUADRA ANEXA AO DEPÓSITO DA REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA	150000,0	0,0	0	0
1345 - DUTO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA METROPOLITANA	130000,0	0,0	0	0
1346 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA RUA 420 QS 03 EPCT	200000,0	0,0	0	0
1347 - REALIZAÇÃO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	2000000,0	0,0	0	0
1348 - CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA DO CRUZEIRO	850000,0	0,0	0	0
1349 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM TODO O DISTRITO FEDERAL EM 2019	6111941,0	500941,0	102941,0	0
1350 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CALÇADAS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO PILOTO	1400000,0	0,0	0	0
1351 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	150000,0	0,0	0	0
8111 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	51379897,0	45895823,91	39602592,42	34450788,04
9993 - Execução de obras de urbanização nas RAs LR	19111940,0	4700000,0	4700000,00	3204617,55
9994 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM TODO O DISTRITO FEDERAL EM 2019	1366941,0	0,0	0	0
9995 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NAS REG. ADM. DO DF	500000,0	1500001,0	1500000,0	0
9996 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO NO DISTRITO FEDERAL	2111941,0	0,0	0	0
9997 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO NO SETOR QNC 15 DE TAGUATINGA	300000,0	0,0	0	0
9998 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO NO SETOR QNN 16 DE CEILÂNDIA SUL	300000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9999 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL 2019	3000000,0	0,0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3080000,0	0,0	0	0
6997 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1000000,0	0,0	0	0
6998 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2080000,0	0,0	0	0
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	100000,0	100000,0	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX-- PLANO PILOTO .	100000,0	100000,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	172390692,0	199588657,00	182158804,27	140108837,67
0001 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES-DISTRITO FEDERAL	101977793,0	95568833,00	78310779,38	63345426,72
0002 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	69412899,0	103968306,00	103848024,89	76763410,95
0053 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL -DISTRITO FEDERAL	0	51518,0	0	0
9209 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS EM TODO DISTRITO FEDERAL EM 2019	1000000,0	0,0	0	0
2903 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	9177785,0	7368890,30	7363933,26	6096414,73
0001 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS--DISTRITO FEDERAL	8177785,0	6378672,30	6373825,26	5111837,91
0004 - MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE DRENAGENS PLUVIAIS EM TODO O DISTRITO FEDERAL	1000000,0	990218,0	990108,00	984576,82
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	305365019,00	283884555,21	253628679,18	190152870,56

INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL -

No que diz respeito à **Manutenção de Vias**, foram realizados serviços contínuos de manutenção, recuperação e recomposição de fresagem, recapeamento asfáltico, tapa buraco, microrevestimento, reciclagem e sinalização horizontal em todo o Distrito Federal, podendo-se citar as seguintes Regiões Administrativas: Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Itapoã, Jardim Botânico, Gama, Guará I e II, Lago Norte, Núcleo Bandeirante, Octogonal, Paranoá, Plano Piloto, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Samambaia, São Sebastião, Sobradinho I e II, Sudoeste, SIA, SCIA Taguatinga e Varjão.

Vale pontuar, também, a execução das obras de construção de ponte sobre o Córrego Samambaia, no Setor Habitacional Água Quente (acesso à DF 280) - Recanto das Emas, e estacionamento do Hospital da Criança - Brasília/DF que contempla drenagem interna e externa de águas pluviais.

Além do supracitado, foram realizados serviços de manutenção de calçadas (demolição, recuperação e execução) com acessibilidade em diversos locais do DF, dentre os quais: Águas Claras, Candangolândia, Ceilândia, Estrutural, Guará, Park Way, Plano Piloto e SIA.

No que diz respeito à **Drenagem Pluvial**, foram realizados em todo o Distrito Federal serviços contínuos de limpeza, desobstrução e reconstrução de redes e bocas de lobo, podendo-se citar as seguintes Regiões Administrativas: Águas Claras, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Gama, Guará I e II, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Octogonal, Paranoá e Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Samambaia, São Sebastião, Santa Maria, Sobradinho I e II, SIA, SCIA, SMPW, Taguatinga, Varjão, Vicente Pires.

Quanto a **Áreas Verdes**, foram realizados serviços de manutenção de gramado, roçagem e acabamento em todo o Distrito Federal, totalizando uma área de 1,05 bilhão de m².

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	2153500,0	579730,00	579730,00	375052,10
0010 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	2153500,0	579730,00	579730,00	375052,10
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2153500,00	579730,00	579730,00	375052,10

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA –

No que diz respeito à responsabilidade social, a NOVACAP contribui com diversas ações sociais, dentre as quais, a alocação de colaboradores sentenciados do Regime Semiaberto para apoio às atividades de manutenção, conservação, preservação e recuperação dos prédios próprios da NOVACAP, assim como atuação junto aos Viveiros I e II da NOVACAP.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5071 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	600000,0	0,0	0	0
0012 - CONSTRUÇÃO DO ESTACIONAMENTO UNB-GAMA	600000,0	0,0	0	0
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	100000,0	0	0
0321 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM TODAS REGIONAIS DO DF - DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	0	0
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	12000000,0	7751696,00	7751606,28	6458467,01

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0005 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS--DISTRITO FEDERAL	12000000,0	7751696,00	7751606,28	6458467,01
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	2000000,0	14407841,0	10309111,00	10060931,35
0003 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-- PLANO PILOTO .	2000000,0	14407841,0	10309111,00	10060931,35
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	1000000,0	0,0	0	0
5327 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS-- DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	1050000,0	1050000,0	0	0
0004 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DE BRAZLÂNDIA	1050000,0	1050000,0	0	0
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	3000000,0	0,0	0	0
0019 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA QUADRA 48 CONJUNTO E-1 MARGENS DA BR-080	1000000,0	0,0	0	0
0020 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA VIA DE LIGAÇÃO ENTRE O SMU E SCIA (CIDADE DO AUTOMÓVEL) -- EM 2019	1000000,0	0,0	0	0
0021 - IMPLEMENTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA VIA DE ENTRE O SMU E SCIA - CIDADE DO AUTOMÓVEL	1000000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	19650000,00	23309537,00	18060717,28	16519398,36

MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL –

Foram concluídos serviços de reforma da Rodoviária do Plano Piloto que contemplaram instalações elétricas, hidráulicas e gás da Plataforma B, piso em granitina, instalações de ar condicionado e proteção contra incêndio no subsolo e mezanino, canaleta em concreto e impermeabilização para captação de águas pluviais na pista de acesso à Plataforma D.

Encontram-se em andamento, com 45% de realização, as obras de recuperação e revitalização dos Viadutos 1 e 3 das ERWS e ERLS sobre a Galeria dos Estados, incluindo estrutura, impermeabilização, instalações, revestimento de paredes e piso, bem como acessibilidade.

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3577 - (EP)REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
0002 - REFORMA DO TEATRO DA PRAÇA DE TAGUATINGA	300000,0	0,0	0	0
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	1000000,0	0,0	0	0
0005 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE CEILÂNDIA	1000000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	1300000,00	0,00	0,00	0,00

6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	2850000,0	0,0	0	0
5557 - REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E DO ESTACIONAMENTO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 10 DE CEILÂNDIA	380000,0	0,0	0	0
5558 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DO PÁTIO DA ESCOLA CLASSE 39 DE CEILÂNDIA	400000,0	0,0	0	0
5559 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DO PÁTIO DA ESCOLA CLASSE 22, NA EQNN 6/8 (GUARIROBA), DE CEILÂNDIA	520000,0	0,0	0	0
5560 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DO PÁTIO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 11, NA EQNN 24/26 (GUARIROBA), DE CEILÂNDIA	500000,0	0,0	0	0
5561 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DO PÁTIO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 26 DE CEILÂNDIA	450000,0	0,0	0	0
5562 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DO PÁTIO DA ESCOLA CLASSE 45 DE CEILÂNDIA	400000,0	0,0	0	0
5563 - CONSTRUÇÃO DE PALCO COM COBERTURA PARA ATIVIDADES DIVERSAS NA ESCOLA CLASSE 01 DE CEILÂNDIA	200000,0	0,0	0	0
3238 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	50000,0	0,0	0	0
3917 - REFORMA DE CRECHE - ESCOLA TIO PEDRO	50000,0	0,0	0	0
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	400000,0	0,0	0	0
9366 - CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO INCRA 08	400000,0	0,0	0	0
3239 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL	400000,0	0,0	0	0
1411 - REFORMA DO AUDITÓRIO DA ESCOLA TÉCNICA DE CEILÂNDIA	400000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	3700000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	100000,0	100000,0	0	0
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP--DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	0	0
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	11146001,0	31704716,00	29279324,67	29279324,67
0003 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	11146001,0	31704716,00	29279324,67	29279324,67
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1954168,0	2254168,00	1182429,65	1182429,65
0001 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	1954168,0	2254168,00	1182429,65	1182429,65
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	13200169,00	34058884,00	30461754,32	30461754,32

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	15497259,0	7890274,00	2234530,35	1903250,74
9847 - CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO MULTIUSO COM SALAS DE AULA-AUDITÓRIO E ADMINISTRATIVO NO COLÉGIO MILITAR PEDRO II	1200000,0	0,0	0	0
9857 - EDIFICAÇÃO DE SALAS DE MULTIUSO COM SALA DE AULA, AUDITÓRIO E ADMINISTRATIVO	150000,0	0,0	0	0
9818 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	7647259,0	4890273,00	2234530,35	1903250,74
9850 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - ANEXO DO HOSPITAL DE PLANALTINA-DF	4000000,0	1,0	0	0
0039 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EXECUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS - RECANTO DAS EMAS- RECANTO DAS EMAS	0	200000,0	0	0
0040 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EXECUÇÃO D EUNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS - SAMAMBAIA- SAMAMBAIA	0	500000,0	0	0
0042 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-Construção de Prédios e Próprios - Unidades Básicas de Saúde -DISTRITO FEDERAL	0	2000000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0043 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EXECUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS - CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	0	300000,0	0	0
9851 - EXECUÇÃO DE OBRAS PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO VALE DO AMANHECER	2000000,0	0,0	0	0
9858 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	5040000,0	4827200,00	1823798,10	1637501,60
5316 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	5040000,0	4827200,00	1823798,10	1637501,60
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	4000000,0	7813535,00	7138516,06	7126140,06
9750 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	4000000,0	7813535,00	7138516,06	7126140,06
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	330700000,0	332900000,00	328536513,64	322235506,32
0001 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	330700000,0	332900000,00	328536513,64	322235506,32
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	55083454,0	55047820,02	54087741,78	51120401,62
0001 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	55083454,0	55047820,02	54087741,78	51120401,62
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	12502028,0	13413674,13	12207324,82	11476605,18
0001 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	12502028,0	13113677,13	11973465,66	11301002,98
0120 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-USINA GRAVIMÉTRICA-DISTRITO FEDERAL	0	299997,0	233859,16	175602,20
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	800000,0	800000,00	121776,36	121776,36
2499 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	800000,0	800000,00	121776,36	121776,36
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1080000,0	981000,00	769755,65	769755,65
2578 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1080000,0	981000,00	769755,65	769755,65
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	518253,0	404238,00	210000,0	165540,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	518253,0	404238,00	210000,0	165540,0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1000000,0	0,0	0	0
3217 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - HOSPITAL DA CEILÂNDIA	1000000,0	0,0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	0,0	0	0
9847 - CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO MULTIUSO COM SALAS DE AULA- AUDITÓRIO E ADMINISTRATIVO NO COLÉGIO MILITAR PEDRO II	1200000,0	0,0	0	0
9857 - EDIFICAÇÃO DE SALAS DE MULTIUSO COM SALA DE AULA, AUDITÓRIO E ADMINISTRATIVO	150000,0	0,0	0	0
9818 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	7647259,0	4890273,00	2234530,35	1903250,74
9850 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - ANEXO DO HOSPITAL DE PLANALTINA-DF	4000000,0	1,0	0	0
0039 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EXECUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS - RECANTO DAS EMAS- RECANTO DAS EMAS	0	200000,0	0	0
0040 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EXECUÇÃO D EUNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS - SAMAMBAIA- SAMAMBAIA	0	500000,0	0	0
0042 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-Construção de Prédios e Próprios - Unidades Básicas de Saúde -DISTRITO FEDERAL	0	2000000,0	0	0
0043 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EXECUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS - CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	0	300000,0	0	0
9851 - EXECUÇÃO DE OBRAS PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO VALE DO AMANHECER	2000000,0	0,0	0	0
9858 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	426220994,00	424077741,15	407129956,76	396556477,53

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Desenvolvimento –

Pode-se destacar as seguintes ações:

- Conclusão da construção de 02 (dois) blocos, com 02 (dois) pavimentos cada, para as Superintendências Administrativa e Financeira da Agência Nacional de Águas;
- Conclusão das obras de acessibilidade do Espaço Renato Russo;

- Construção de 02 (dois) módulos de banheiros públicos e estação elevatória no Deck Sul (L4 Sul);
- Construção da Feira Permanente do Riacho Fundo II;
- Obras de recuperação estrutural (fundações e estrutura), piso, revestimento, impermeabilização e instalações (elétrica, hidrossanitária e ar condicionado) no Museu de Arte de Brasília (MAB), que se encontram em andamento, com 24% dos serviços concluídos;
- Obras de revitalização do Balneário Veredinha, tendo sido executados quadra vivencial, sanitários, churrasqueira, lanchonete e calçadas, que se encontram em andamento, com 78% dos serviços concluídos;
- Conclusão dos serviços de urbanização da área pública da Praia Norte, situada no SMLN (Lago Norte);
- Obras de revitalização/recuperação da Torre de TV do Plano Piloto, tendo sido recuperada a estrutura metálica, retirada da base e pintura antiga, bem como aplicada base de dióxido de ferro e nova pintura em Epox no Trecho 01, jateamento de argamassa projetada nos pilares da Torre, que se encontram em andamento com 82% dos serviços concluídos;
- Obras de modernização do Sistema de Sonorização da Linha 01 do Metrô, em fase de operação assistida com 82% dos serviços concluídos;
- Obras de término das Estações 106 e 110 Sul do Metrô, contemplando passagem de pedestre e estacionamento – Eixo L, que se encontram em andamento com 65% dos serviços concluídos; e
- Conclusão das obras de término da Estação Estrada Parque do Metrô.

Quanto aos serviços contínuos, foi realizada a manutenção preventiva, corretiva e de assistência técnica, com fornecimento de peças e mão de obra, em 20 (vinte) elevadores e 12 (doze) escadas rolantes do Estádio Nacional de Brasília, bem como no gramado e sistema de irrigação e drenagem do campo de futebol.

Quanto à conclusão de projetos, podem-se destacar os seguintes:

- “As built” de acessibilidade para o Centro de Convenções Ulisses Guimarães; e
- Reforma das áreas contíguas à Rodoviária Central de Brazlândia.

Encontram-se em fase de conclusão, entre outros, os projetos que se seguem:

- Construção do novo prédio do Instituto Médico Legal (Setor Policial Sul);
- Reforma da Escola de Música;
- Reforma e ampliação do Bloco de Emergência do Hospital Regional de Ceilândia;
- Adequação de diversos Centros Olímpicos às normas de acessibilidade do CBMDF;
- Reforma com ampliação do Escritório da Emater em Brazlândia, Gama e Park Way; e
- Ampliação do Centro de Ensino Especial – CEE 01, em Brasília.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2800000,0	1,0	0	0
9848 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
9849 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
9852 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO	500000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9853 - APOIO A CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.	1000000,0	1,0	0	0
9854 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO	500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	2800000,00	1,00	0,00	0,00

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

3.1 EDIFICAÇÕES

Quanto à Edificações, em 2019, podem-se destacar:

DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR (R\$)
Aprovação do Projeto do Hospital Oncológico	(*)
Projetos e Obras de 07 Unidades Básicas de Saúde	1.500.000
Projeto de Revitalização da Fonte do Buriti	(*)
Projetos de 05 Creches	(*)
Projetos de Escolas para o Distrito Federal	(*)
Início das Obras das Tesourinhas e Viadutos	(*)
Recuperação emergencial da estrutura da Rodoviária do Plano Piloto	1.200.000
Projeto e Orçamento da Ponte Costa e Silva	(*)
Manutenção de equipamentos de Ar Condicionado / Elevadores em Hospitais	4.800.000
Projeto de eficiência energética para 15 Hospitais do DF	(*)
Início das obras dos Viadutos sobre os Eixos Rodoviários Leste/Oeste - Via N2	4.840.000
Contratação de empresa para substituição das juntas de dilatação da Ponte JK	470.000
Credenciamento de 12 empresas visando a elaboração de projetos para o GDF	3.000.000
Elaboração de projetos para construção de 500 Salas de Aula para a Rede Pública	(*)
Projeto do Museu de Educação	(*)

(*) - Desenvolvido pela Novacap

3.2 URBANIZAÇÃO

3.2.1 Manutenção de Vias

A seguir, os serviços de **Manutenção de Vias**, realizados via obras diretas:

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
Rede de Águas Pluviais (Desobstrução, Reconstrução e Construção) /m	56.548
Bocas de Lobo (Limpeza, Reparo, Reconstrução e Construção) /un	13.614
Poços de Visita (Limpeza, Reparo, Reconstrução e Construção) /un	3.253
Tapa Buraco /m ³	4.696
Pavimentação, Recapeamento, Tapa buraco, Capa Asfáltica e Imprimação /m ² **	366.219
Terraplanagem e Recuperação de Erosão /m ² **	487.552

(**) - Obras em andamento

Quanto aos serviços terceirizados de **Manutenção de Vias**, destacam-se:

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
Calçadas (Demolição e Construção) /m ²	182.952
Bocas de Lobo (Limpeza, Reparo, Reconstrução e Construção) /un	73.773
Poços de Visita (Limpeza, Reparo, Reconstrução e Construção) /un	95
Drenagem (Rede Pluvial) /un	2.321

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
Meios Fios /m	13.951
Pavimentação Asfáltica /m ²	40.300
Tapa Buraco com Serra Corta Piso /m ³	26.528,580

3.2.2 Manutenção de Áreas Verdes

Foram mantidas, via terceirização, 1.027.490.526 m² de Áreas Verdes, contemplando serviços de roçagem, rastelamento de folhas secas e capinas em diversos locais do Distrito Federal.

Quanto aos serviços realizados por obras diretas, foram obtidos os seguintes resultados:

PRODUÇÃO DE MUDAS	QUANTITATIVO (un)
Arbóreas	124.930
Arbustivas	76.467
Palmáceas	7.445
Herbáceas	168.309
Umbrófitas	27.701
Flores Ornamentais	2.686.115
Total	3.091.007

PLANTIO DE MUDAS	QUANTITATIVO (un)
Árvores	7.957
Arbustos	764
Ervas	32.523
Palmeiras	151
Umbrófitas	0
Flores Ornamentais	1.571.621
Total	1.613.016

PLANTIO DE GRAMA	QUANTITATIVO (m ²)
Batatais	33.996
Esmeralda	128.445
Total	162.441

PODA E ERRADICAÇÃO DE ÁRVORES	QUANTITATIVO (un)
Poda Alta (un)	67.710
Poda Baixa (un)	33.006
Poda Drástica (un)	531
Supressão (m ²)	12.608
Remoção de Árvores Caídas (un)	1.225
Remoção de Galhos Caídos (un)	5
TOTAL	115.085

3.3 USINA DE ASFALTO

Em 2019, foram produzidas 52.889 toneladas de CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente, com uma média de 332,64 toneladas/dia, superando os últimos anos, conforme pode ser visto na tabela a seguir:

Ano	Quantidade (ton)
2016	37.402
2017	40.211
2018	38.464
2019	52.889

3.4 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A NOVACAP, no ano de 2019, executou diversas atividades para o melhoramento contínuo da qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação, dentre as quais podem-se destacar:

- Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Iniciação dos processos de aquisição dos projetos prioritários no PDTI (Documento Oficial de Demanda - DOD, Estudo Técnico, Análise de Risco e Termo de Referência);
- Início da implantação de Servidor *Proxy*;
- Atualização de Ferramentas do *Firewall*;
- Atualização de Políticas de Segurança;
- Atualização de Políticas de *Back Up*;
- Atualização de políticas de restrição ao espaço utilizado no *Storage*;
- Substituição e inclusão de Ativos de Rede;
- Substituição e inclusão de Desktops (doação);
- Substituição dos aparelhos de ar condicionado do CPD;
- Manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas da NOVACAP;
- Configuração da comunicação automática entre o Banco de Dados da NOVACAP e o dos sistemas SIGGO e SIGRH;
- Migração de 02 (dois) sistemas de ambiente *stand alone* para ambiente WEB; e
- Disponibilização do sistema de Planos de Saúde - SisSaúde - para ambiente de produção.

3.5 MEIO AMBIENTE

No que diz respeito à Gestão Ambiental, podem-se citar como principais atividades:

- Elaboração de documentos e gestão ambiental;
- Tramitação dos projetos da NOVACAP atinentes às responsabilidades técnicas ambientais junto aos órgãos ambientais distritais e federais (IBRAM, ADASA, ICMBio, SEMA e IBAMA);
- Garantia da viabilidade ambiental dos projetos da Companhia;
- Assessoria em projetos de urgência e emergência ambiental, mediante laudo expedido pela Defesa Civil;
- Subsídio técnico acerca de necessidade de licenciamento ambiental;
- Subsídios em processos judiciais na esfera ambiental;
- Enquadramento dos projetos e atividades na legislação ambiental;
- Elaboração de estudos ambientais; e
- Coordenação da Comissão de Estudos Ambientais - CPEA.

A Divisão de Meio Ambiente ministrou treinamento em licenciamento ambiental para os empregados da NOVACAP e disponibilizou, por meio da Intranet, informações acerca das Licenças e Autorizações Ambientais, bem como capacitou os Fiscais de Obras para a interpretação das referidas Licenças e manuseio da ferramenta proposta.

A seguir, tem-se uma visão global dos resultados da área de Meio Ambiente:

Descrição Do Item	Quantidade
Manifestações	13
Relatórios Diversos	68
Relatórios Técnicos	10
Autos de Infração	11
Ação Civil Pública	2
Outorgas Requeridas	8
Outorga Concedida	1

3.6 TREINAMENTO

Em 2019, a NOVACAP realizou a capacitação de 1.566 empregados, conforme a seguir:

Curso	Quantidade
Excel	101
Access	20
Lei 13.303	87
Workshops	1.131
Matriz de Risco	46
Outros	171
TOTAL	1.566

3.7 AUDITORIA INTERNA

Podem-se destacar as realizações abaixo:

- Emissão de 133 (cento e trinta e três) pareceres acerca dos procedimentos licitatórios internos, bem como dos processos de compras diretas;
- Elaboração de 28 (vinte e oito) relatórios como: pagamento de horas extras, suprimento de fundos, ressarcimento de plano de saúde, diárias e passagens, execução orçamentária, demonstrações financeiras, entre outros;
- Análise de 139 (cento e trinta e nove) processos de pagamentos de faturas, com emissão de parecer, conforme Portaria nº 39/2019 da CGDF; e
- Realização de 35 (trinta e cinco) palestras sobre Código de Ética e Conduta Profissional, com a participação de 2.022 (dois mil e vinte e dois) empregados.

3.8 LICITAÇÕES

No que diz respeito aos procedimentos licitatórios ocorridos em 2019, segue quadro demonstrativo:

Modalidade	Quantidade	Valor Orçado (R\$)	Valor Licitado (R\$)
Convite	0	0	0
Tomada de Preços	2	2.009.179,73	1.793.826,32
Concorrência	0	0	0
PL Eletrônico	7	3.499.948,52	2.634.150,31
PL Presencial	3	26.629.279,05	23.383.218,46
Pregão Presencial	0	0	0
Pregão Eletrônico	51	65.428.240,56	51.163.426,09
Total	63	97.566.647,86	78.974.621,18

(*) Observa-se que a diferença entre o valor orçado e o realizado é de R\$ 18.592.027,00 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e dois mil e vinte e sete reais), o que corresponde a uma **economia de 19,06% para os cofres públicos**.

3.9 OUVIDORIA

A seguir, o perfil das demandas recebidas pela Ouvidoria em 2019:

Demanda	Quantitativo
Poda de Árvore/Corte total e autorização para poda e corte de árvores	7.972
Galeria de águas pluviais/Limpeza de Boca de lobo e bueiro/Colocação de tampa na boca de lobo	2.456
Tapa buraco - manutenção de vias públicas	1.597
Controle de cupinzeiros e formigueiros	58
Roçagem de mato/capim	1.180
Recolhimento de galhos e troncos de árvores	646
Implantação e conservação de gramados, bosques, parques e jardins	127
Construção de calçadas e/ou meio fios/Recuperação de calçadas	336
Doação de mudas de árvores, arbustos, ervas, flores e gramas	255
Obras públicas em vias públicas/Fiscalização das obras pública na área de infraestrutura urbana	44

Revitalização de ciclovias	14
Outros	1.748
Total	16.433

Em uma visão global, conforme pode ser visto a seguir, cerca de 62% das demandas foram direcionadas a assuntos correlatos a áreas verdes.

Demanda Por Assunto	Quantitativo (un)
Áreas Verdes	10.238
Drenagem Pluvial	2.456
Manutenção de Vias	1.991
Outros	1.748
Total	16.433

3.10 PROGRAMA DE METAS E RESULTADOS

O Programa de Metas e Resultados (PMR) teve sua última edição em 2019. Após a celebração do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021 o referido Programa foi extinto, sendo que as principais metas serão contempladas no Planejamento Estratégico da NOVACAP.

O PMR 2019 foi executado entre 01 de março e 31 de outubro de 2019, conforme demonstra o quadro de metas a seguir:

GRUPO	META
01	Maximizar a Operação Poda de Árvores
02	Maximizar a Operação Tapa Buracos
03	Intensificar a limpeza do sistema público de Drenagem Pluvial
04	Maximizar o quantitativo de Resoluções das demandas encaminhadas à Ouvidoria
05	Gestão do processo de Acompanhamento e Controle da Meta CAPI (Capacitação Individual)
06	Manutenção Evolutiva do Sistema de Informações Jurídicas (SISJUR), com a criação do Módulo III
07	Elaboração de projeto de reforma da subestação e de interligação ao sistema de placas fotovoltaicas
09	Elaboração de proposta de alteração do Regulamento de Licitações
10	Criação da Campanha Você Sabia?
11	Conscientização da importância da probidade administrativa, mediante palestras para os empregados
12	Elaboração do Regulamento de Processo Administrativo Disciplinar
13	Conscientização da importância do Código de Ética e Conduta, mediante treinamento
14	Disponibilizar informações acerca das licenças ambientais na Intranet, e realizar treinamento para os fiscais
15	Aferir 100% dos Processos com carga para SECRE/PRES, no Sistema Integrado de Controle de Processos
16	Evolução de, no mínimo, 25% dos sistemas stand alone para ambiente WEB
17	Melhoramento das instalações da oficina de torno mecânico
18	Implantação de Controle de Entrada / Saída de materiais, equipamentos, máquinas e ferramentas da Empresa

Em 2019, todas as metas acima foram alcançadas, e por recomendação do Conselho de Administração, as metas quantitativas de tapa buraco, poda de árvores e drenagem pluvial foram mensuradas em capital humano, tendo sido alcançados os resultados que se seguem:

AÇÃO	META	RESULTADO
Maximizar o número de Poda de Árvores (un)	327 un/empregado	480 un/empregado
Maximizar o número de Operações Tapa Buracos (ton)	78,325 ton/ empregado	88,303 ton/ empregado
Intensificar limpeza preventiva do sistema público de drenagem pluvial (m)	245 m/empregado	327 m/empregado

Quanto à Meta Capacitação Individual (CAPI), dentro do escopo do PMR foram realizadas 35 palestras sobre Código de Ética e Conduta, com a participação de 2.022 empregados. Para o Curso de Livre Escolha, 1.550 empregados realizaram treinamento.

3.11 OUTRAS AÇÕES A SEREM DESTACADAS

Além do supracitado, ainda vale destacar as ações a seguir:

3.11.1 QUANTO A URBANIZAÇÃO

- Otimização das medições técnicas relativas aos serviços de infraestrutura urbana do Distrito Federal, por meio da utilização de um aplicativo que permite enviar informações em tempo real com localização, dados e fotos de serviços como remendos no pavimento, recuperação de calçadas e meio-fio, bem como os dispositivos de drenagem pluvial;
- Assinatura de termo de cooperação técnico-científico e acadêmico com o UniCEUB visando apoio dos alunos do Curso de Engenharia na inspeção de pontes e viadutos, os quais, acompanhados por professores e engenheiros da NOVACAP, terão a oportunidade de verificar na prática, o que aprenderam na teoria;
- Visita da delegação de técnicos de Moçambique, na sede da NOVACAP, para compartilhar conhecimento sobre gestão integrada de drenagem e infraestrutura. As experiências e lições compartilhadas na visita, em relação ao manejo da drenagem e infraestrutura, confirmaram similaridades legais, institucionais e ambientais entre as cidades brasileiras e a cidade de Beira, em Moçambique;
- Retirada de quase 24 mil toneladas de lixo de bueiros do DF, como resultado de mais de 99 mil ações de desobstrução de bocas de lobo executadas em 08 meses como parte do trabalho de prevenção de enchentes e alagamentos. Entre janeiro e agosto de 2019, cerca de 23,7 mil toneladas de dejetos foram retiradas de 95.720 bueiros, em todas as 33 Regiões Administrativas do DF. Para realizar os serviços, foram carregados cerca de 1,2 mil caminhões trucados, cada um com capacidade de transportar até 20 toneladas. Cerca de 39,9 mil canais foram desobstruídos com a técnica de hidrojateamento, que consiste na aplicação de um jato de água de alta pressão.

3.11.2 QUANTO A EDIFICAÇÕES

- Revitalização do lado par da Galeria dos Estados, fazendo que os 38 (trinta e oito) permissionários voltem a ocupar as lojas no local. O espaço ganhou, além de um projeto paisagístico, lojas de 18 (dezoito) m², pisos de granito e revestimentos nas paredes e tetos.
- Inauguração do galpão de preservação das máquinas do Departamento de Transportes da NOVACAP. Durante os 08 (oito meses), operadores, motoristas da Companhia, em conjunto com colaboradores da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - Funap reformaram o espaço utilizando materiais reciclados de derrubadas de obras oriundas de todo o DF. Anteriormente, as máquinas ficavam expostas ao sol e à chuva e, em função disso, apresentavam muitos defeitos devido ao ressecamento das mangueiras e borrachas. Com a inauguração do galpão, espera-se diminuir os custos com manutenção.

3.11.3 QUANTO A RESPONSABILIDADE SOCIAL

- Limpeza da estátua de Juscelino Kubitschek, localizada no Eixo Monumental, trabalho este, resultado de uma parceria entre a NOVACAP e a Fundação do Memorial JK. A Companhia cedeu 06 de seus colaboradores, sendo 05 deles apenas da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - Funap. A intenção da atual gestão foi minimizar barreiras e preconceitos, oferecendo a oportunidade de inclusão social aos reeducandos, o que favorece sua ressocialização. Objetivando a segurança, o Corpo de Bombeiros Militar ministrou um dia de curso para os apenas manusearem de forma correta os equipamentos utilizados. Ao final do processo, todos receberam um certificado de Capacitação de Trabalhos em Altura.

- Reativação da fábrica de concreto, a qual produz blocos de meios-fios, lajes de diferentes tipos, tijolos, bancos e tampas de boca de lobo. Mais de 80% (oitenta por cento) da matéria-prima vem de descarte de outras obras, e passam por um processo de reciclagem, sendo transformadas em peças de concreto, prontas para utilização em atividades de urbanização. A reativação da fábrica é o resultado de uma parceria entre a NOVACAP e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – Funap, ressaltando-se que cerca de 15 (quinze) apenados estão aprendendo a produzir peças de concreto sob a orientação e os cuidados de funcionários da NOVACAP.
- Alocação, no quadro de colaboradores da NOVACAP, de pessoas com necessidades especiais, muitas das quais desenvolvem atividades nos Viveiros, a exemplo dos deficientes visuais que trabalham na seleção de sementes.

3.11.4 QUANTO AO APOIO À MULHER

- A NOVACAP é a primeira empresa pública do Distrito Federal a participar da rede “Sou Mais Mulher”, da Secretaria da Mulher. A iniciativa visa implementar ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero e autonomia econômica das mulheres, com previsão de ações de conscientização do público masculino, empreendedorismo, autonomia feminina e outros tópicos que promovem uma convivência mais harmônica.
- Realização de palestra, pela titular da 6ª Delegacia de Polícia, sobre riscos de feminicídio e abusos relacionados à dependência química, visando a construção de um movimento que busca a justiça, o respeito e a vida plena para as mulheres, além de levar informações importantes às famílias de dependentes químicos. Em sua fala, a delegada pontuou o conceito de feminicídio, o qual se trata de homicídio ocorrido pelo simples fato de a vítima ser mulher, durante um relacionamento ou decorrente de um caso de violência doméstica, orientando, ao final, que independente das relações afetivas, os abusos antecedentes ao crime devem ser denunciados às autoridades policiais.

3.11.5 QUANTO À PARCERIA COM A CLDF

- Fortalecimento da parceria da NOVACAP com a Câmara Legislativa do DF, a qual rendeu, em 2019, inúmeras obras para a população brasiliense. O volume de emendas parlamentares destinadas à NOVACAP resultou em diversas ações de recuperação e ampliação de algumas vias da cidade, restauração de pavimentos, calçamentos, construção e reforma de praças e quadras esportivas, além de incremento para a saúde pública.
- Conclusão do projeto para edificação do Museu da Educação do Distrito Federal, cujo valor orçado é de R\$ 7,4 milhões, o qual, em 2019, recebeu apoio de 08 parlamentares distritais que se comprometeram com a destinação de emendas, somando, com isso, quase a metade do valor necessário à construção. O restante dos recursos está sendo trabalhados junto a Secretaria de Economia do DF.

3.11.6 QUANTO À SUSTENTABILIDADE

- Realização da Campanha "Plantando Sorrisos", que consiste na troca de mudas de flores por doações de agasalhos e cobertores, oportunidade em que os participantes ganham as mudas produzidas pela empresa. Para tanto, foram estabelecidos 04 pontos de coleta: Pátio Brasil (W3 Sul), Terraço Shopping (Área Octogonal), Gilberto Salomão (Lago Sul) e sede da Novacap (Setor de Áreas Públicas, EPIA Sul).
- Participação da NOVACAP no "FestFlor Brasil 2019", com um jardim sensorial de 320 m² para pessoas com deficiência visual, cuja proposta foi mostrar o trabalho de paisagismo feito na Capital Federal. A Empresa distribuiu mais de 2 mil mudas de flores, e levou técnicos para passarem orientações de plantio e manutenção à população.
- Início das tratativas junto ao Serviço de Limpeza Urbana para se estabelecer uma parceria para reaproveitamento do entulho, principalmente restos de material de construção, em padrões que possam ser utilizados pela NOVACAP. No caso de correta separação, as placas de concreto podem ser trituradas e peneiradas em determinadas medidas, e utilizadas como matéria-prima na fábrica de pré-moldados de concreto,

bem como no nivelamento e base das vias públicas e em obras de contenção de erosão.

- Execução de ações do Plano de Educação Ambiental, que faz parte do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, com objetivo de corrigir um processo erosivo nas proximidades do Condomínio Privê, em Ceilândia. No Centro de Ensino 30, de Ceilândia, foram ministradas palestras de conscientização e sensibilização sobre proteção da fauna e flora, recomposição e manutenção da arborização urbana, recuperação de áreas degradadas, entre outros. A atividade contou com técnicos da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA que, além de abordar temas relacionados ao trabalho da agência, distribuíram material educativo sobre o bom uso da água e separação de lixo nas residências.
- Realização de diversos cursos sobre meio ambiente, no Viveiro I, podendo-se destacar a presença de 43 crianças, com idades entre 4 e 5 anos. A variedade de flores e plantas atraiu a atenção e despertou a curiosidade dos pequenos, que aprenderam sobre as diferentes formas, texturas e tamanhos de sementes, bem como sobre o processo de plantação e cuidados que cada espécie necessita. Os Viveiros da NOVACAP recebem, permanentemente, alunos de diversas instituições de ensino para visitas e cursos a respeito de áreas verdes.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

4.1 Governança

Como empresa de capital fechado, a NOVACAP segue padrões internacionais de governança corporativa compatíveis com as normas dos mercados em que atua. A Companhia tem conduzido ações de melhoria em governança corporativa, visando alinhar-se ao seu Plano Estratégico, ao Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, à Lei n.º 13.303/16, ao Decreto nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017, bem como às demais legislações vigentes.

O modelo de governança da Companhia tem como objetivo precípuo aumentar a transparência das atividades desenvolvidas, adequar a filosofia de gestão à visão do planejamento estratégico, aperfeiçoar o mecanismo de responsabilização dos gestores, reforçar o compromisso com a conformidade e celeridade da prestação de serviços públicos e expandir a capacidade de atendimento da administração da NOVACAP, garantindo a presença governamental em toda a vasta extensão do território do Distrito Federal.

Visando a consecução dos objetivos acima, a Empresa incluiu uma área de governança, a qual conta com o apoio dos seguintes núcleos:

- Conformidade;
- Gestão de Riscos; e
- Transparência.

Como consequência dessa alteração, o Estatuto Social foi devidamente revisado, sendo realizadas as seguintes ações:

- Adequação do Regimento Interno;
- Criação do Comitê de Elegibilidade;
- Criação do Regimento do Comitê de Elegibilidade; e
- Criação da Política de Partes Relacionadas.

4.2 Gestão De Riscos

A Gestão de Riscos na Companhia tem como principal objetivo a redução da materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente seus objetivos estratégicos, em prol da geração e preservação de valor e do provimento de informações transparentes à sociedade brasiliense e seus acionistas.

O processo de gestão de riscos na NOVACAP é regido por uma política única e coordenado pela Presidência, o que avaliza a visão sistêmica dos resultados e sua uniformização entre todas as áreas da empresa.

A orientação geral é dada pela Diretoria-Executiva e os resultados obtidos no processo são enviados à apreciação dessa Diretoria, bem como do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração da NOVACAP delibera, mensalmente, sobre as questões estratégicas referentes ao processo de gestão de riscos, tais como o grau de incerteza na execução de contratos, obras e projetos. E ainda, observância rigorosa das normas regulamentadoras de risco segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), para fins de segurança e medicina do trabalho, com papel da Diretoria-Executiva no seu gerenciamento e na implantação das políticas que devem nortear todo o processo.

Especialmente quanto à execução de contratos ligados às suas atividades, a empresa monitora processos, procedimentos e sistemas com vistas a mitigar os diversos riscos ligados à própria execução, aos ambientes, de gestão, regulação, supervisão e fiscalização. Há ainda, o rigor nas ações necessárias à obtenção das licenças ambientais prévias ao início das obras de urbanização e infraestrutura.

De maneira a dar suporte ao processo de gestão de riscos, a Auditoria Interna apoia os gestores no desenho de controles e na elaboração e acompanhamento de planos de remediação para eventuais deficiências.

Adicionalmente, a empresa submete, trimestralmente, as suas Demonstrações Financeiras a Auditores Independentes, com registro na Comissão de Valores Mobiliários, de forma a garantir a Integridade de seus registros contábeis e financeiros e a disseminação da cultura de conformidade com as leis e regulamentos que regem as atividades da empresa.

Além dos riscos contratuais, os demais riscos identificados pela NOVACAP são organizados em três aspectos principais, a saber: operacional, financeiro e de conformidade. Todos os riscos identificados na Companhia são monitorados. No entanto, naqueles em que se evidencia maior exposição, com base nos resultados das análises de vulnerabilidade e impacto, é feita uma avaliação mais frequente, elaborando-se recomendações e planos de ação que visam mitigação.

Por meio da análise e do tratamento de questões relacionadas à conduta antiética, fraude e corrupção, a empresa auditora oferece o suporte necessário à mitigação dos riscos de conformidade, diante dos quais, a NOVACAP se mostre mais exposta.

Ainda no que diz respeito aos riscos de conformidade, para 2020, estão implantados, dentre outros, os procedimentos a seguir:

- Publicação da Instrução nº 740/2019 – PRES, que determina a criação de grupos para atualização, sistemática, do Sistema INFOBRAS, e
- Obrigatoriedade da inclusão de georreferenciamento em todas Notas de Empenho relativas a obras.

4.3 Controles Internos

A Auditoria Interna é uma assessoria vinculada ao Conselho de Administração, responsável pela avaliação da efetividade dos controles internos, em nível de entidade, operacionais e financeiros, reportando os resultados aos Conselhos Fiscal e de Administração, da conformidade com as políticas, normas e procedimentos para prevenir ou detectar a possibilidade de ocorrência de erros, fraudes ou perdas na execução de suas atividades.

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter um ambiente de controle interno adequado relativo à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, operacionais e financeiros, relativos ao processo de preparação das citadas demonstrações, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativo à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis, conforme às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A NOVACAP é submetida a diversos regulamentos obrigatórios para consecução de seu objetivo quanto à eficácia de seus controles internos, tanto a nível operacional como financeiro e contábil.

4.4 Planejamento Estratégico

A NOVACAP iniciou o processo de implantação de seu planejamento estratégico em fevereiro de 2011, quando constituiu o Comitê do Planejamento Estratégico, composto por representantes de todas as áreas da Empresa. Em junho do mesmo ano foi lançado, no auditório Israel Pinheiro, o Planejamento Estratégico da NOVACAP (PLANES 2011-2015), desenvolvido com base nos seguintes Eixos Estruturantes:

- Pessoal;
- Infraestrutura e Mercado;
- Processos;
- Financeiro; e
- Sociedade e Meio Ambiente.

A partir desses eixos, a Companhia vem atualizando e executando suas ações de planejamento e gestão, adotando como principais instrumentos norteadores:

- Planejamento Estratégico 2011-2015 (135 ações);
- Planejamento Estratégico Situacional 2016-2017 (32 ações); e
- Planejamento Estratégico Situacional 2018-2019 (40 ações).

Atualmente está sendo desenvolvido o Planejamento Estratégico 2020/2021 (PLANES 2020-2021), com previsão para inicializar sua implementação em março/2020.

O **PLANES 2020-2021** é composto por 3 Blocos, sendo que o Bloco I – Melhoria dos Processos de Gestão absorve o Programa de Metas e Resultados, haja vista que será dado continuidade às metas/ações de destaque do referido Programa.

Bloco I – Melhoria dos Processos de Gestão, com as seguintes ações:

- Atualização do PES 2018/2019, com inclusão de novas ações;
- Seleção das principais metas do PMR para aperfeiçoamento das ações;
- Atendimento às recomendações do CONSAD (Sessão Extraordinária nº 2.482a, realizada em 28 de fevereiro de 2019); e
- Implantação de Banco de Ideias.

Bloco II – Plano de Capacitação por Competências, com oferecimento dos cursos, entre outros:

- Estatuto Social;
- Regimento Interno;
- Regulamento de Pessoal;
- Código de Ética e Integridade; e
- Aperfeiçoamento contínuo.

Bloco III – Implementação de Governança Corporativa, com as seguintes áreas:

- Conformidade;
- Gestão de Riscos; e
- Transparência.

4.5 Perspectivas Para 2020

Principais atividades finalísticas, propostas para o ano de 2020.

4.5.1 Edificações

Descrição do Item	Valor
Licitação e início das obras do Hospital Oncológico	120.000.000
Projetos e licitação para início das obras do Hospital Centro Sul – Guará	7.000.000
Execução de obras de 13 Unidades Básicas de Saúde	53.200.000
Projetos de Revitalização de Feiras	2.000.000

Obras de recuperação da Ponte Costa e Silva	15.300.000
Obras de recuperação da Ponte JK	36.000.000
Obras de recuperação de Tesourinhas e Viadutos	7.400.000
Início das obras de 14 Creches	63.000.000
Construção de 200 Salas de Aula (Módulos)	32.000.000
Início do Projeto do Hospital Geral de Ceilândia	6.000.000
Licitação e obras de reforma dos Hospitais de Brazlândia, Planaltina e HRAN	3.000.000
Execução de obras de Pontos de Encontro Comunitário – PEC	48.000.000
Execução de obras de Parquinhos Infantis	50.000.000
Início das obras da Procuradoria Geral do DF	16.000.000
Construção do Museu da Educação	7.700.00
Início das obras das EC de Samambaia, Recanto das Emas, Itapoã, Sol Nascente e Estrutural	47.500.000
Projeto do Museu da Bíblia e início das Obras	6.000.000
Manutenção de Ar Condicionado / Elevadores em Hospitais da Rede Públicos (*)	4.800.000

(*) Valor anual

4.5.2 Urbanização

Descrição do Item	Valor (R\$)
Manutenção de Redes de Águas Pluviais (Bocas de Lobo e Poços de Visita)	114.000.000
Manutenção de Vias (Tapa Buraco, Pavimentação Asfáltica, Terraplanagem e Recuperação de Erosão)	175.200.000
Revitalização e Execução de Calçadas em todo Distrito Federal	46.000.000
Conclusão da implantação de Drenagem e Pavimentação do Trecho da Via W9, entre as Quadras CRNW 507/508 e CRNW 509 – Setor Noroeste	2.300.000
Elaboração de Projetos de Infraestrutura Urbana	8.000.000
Intensificação dos Serviços de Sondagem e Topografia	13.000.000
Manutenção e conservação de gramados e vegetação espontânea das áreas públicas urbanas do Distrito Federal	80.570.891
Execução do Programa de Arborização	1.608.931
Aquisição de trituradores de galhos e troncos para Obras Diretas	2.284.666

4.5.3 Meio Ambiente

No que diz respeito ao meio ambiente e sustentabilidade, para 2020, podem-se destacar as ações para inclusão da NOVACAP nas diretrizes do Plano de Saneamento Básico do Distrito Federal (PSBD).

Além disso, foram definidas ações estratégicas as quais visam promover o crescimento da conscientização dos empregados acerca da sustentabilidade, bem como reduzir o passivo ambiental abrangendo a área interna e as obras públicas realizadas no Distrito Federal, quais sejam:

- Sensibilização quanto aos prazos legais dos atos administrativos na esfera do licenciamento ambiental junto aos órgãos ambientais;
- Definição de diretrizes quanto aos procedimentos de outorga prévia e a outorga definitiva no processo de instalação da drenagem pluvial, destacando a diferença entre eles;
- Adoção de novos procedimentos que permitam o cumprimento das condicionantes ambientais, de modo a promover a proteção do meio ambiente e evitar penalidades à Companhia;
- Orientação quanto à importância da manutenção preventiva da drenagem pluvial em decorrência do princípio da prevenção de danos ambientais;
- Definição de procedimentos para promoção de um maior alinhamento técnico das demandas junto ao Ministério Público do DF;
- Adequação ambiental das instalações da Companhia, com tratamento adequado dos passivos ambientais; e

- Diminuição gradativa dos passivos ambientais provenientes de Compensações Ambiental e Florestal, inclusive os pecuniários, conforme decreto de compensação florestal, conforme a legislação ambiental vigente.

4.5.4 Força de Trabalho

Em 2020, o quadro de empregados da NOVACAP poderá sofrer alterações, em função do Plano de Demissão Voluntária, bem como da realização de Concurso Público.

4.5.4.1 Plano de Demissão Voluntária - PDV

A preocupação com o “novo” em uma empresa tradicional e *sui generis* como a NOVACAP, remete a sua vocação de vanguarda na busca de um futuro, e é nessa condição que se pretende reformular os conceitos e paradigmas tendo, em vista a revitalização da Companhia, a fim de dar respostas aos desafios dos tempos atuais.

O corpo laboral da NOVACAP é constituído por empregados contratados antes da realização de concurso público e mediante concurso público, os quais compõem o Quadro de Empregados Permanentes – QEP, bem como por empregados comissionados, de livre provimento e nomeação.

O QEP conta com 1.965 empregados, destes, 61 aposentados por invalidez e 1.904 ainda na ativa, e que, em sua maioria já possui idade avançada sem, portanto, ter condições de desenvolver suas atividades rotineiramente. Contudo, busca atender às expectativas dos empregados, como ação humanitária e reconhecimento da força de trabalho, aliado à racionalização da gestão de pessoas, permitindo a readequação do quadro de pessoal da empresa as suas reais necessidades, e alcançar os objetivos propostos no Planejamento Estratégico.

Baseado nesses princípios, a NOVACAP elaborou um Estudo de Viabilidade de Implantação de Programa de Desligamento Voluntário – PDV, que deverá ser deflagrado no primeiro trimestre de 2020.

4.5.4.2 Concurso Público

Após o encerramento do Plano de Demissão Voluntária, a NOVACAP realizará estudos para verificar a necessidade de realização de concurso público, a fim de suprir as lacunas deixadas pelos empregados que aderiram ao referido Plano.

4.5.4.3 Estagiários

Cumprindo o seu papel social a NOVACAP contrata estudantes frequentadores de cursos superiores como forma de ajudar a formar novas gerações de profissionais e incentivar o desenvolvimento da carreira deles.

O estágio é uma etapa importante no desenvolvimento e aprendizagem do estudante, pois é por meio dele que é possível colocar em prática todos os conceitos aprendidos na instituição de ensino, proporcionando a absorção de conhecimentos, experiência para atuar no mercado de trabalho, relacionada a profissão escolhida. Aliado a isso, o estagiário promove uma oxigenação no ambiente laboral, renovando-o permanentemente e trazendo à empresa inovações e avanços conceituais.

4.5.4.4 Jovens Aprendiz

A NOVACAP, sempre preocupada com as questões sociais, mantém em seu quadro de colaboradores, jovens aprendizes, cujo objetivo é inseri-los no mercado de trabalho, proporcionando-lhes formação técnico-profissional que contribua com seu crescimento e educação, e um caminho mais seguro para a inserção no mercado de trabalho.

O investimento destinado ao jovem aprendiz reverte-se de benefícios para si e à sociedade como um todo, diante da possibilidade e oportunidade de gerar transformação social para ele e sua família, por meio da geração de renda e sua evolução como futuro profissional.

4.5.4.5 Treinamento

Para 2020, a NOVACAP implantará o Plano de Capacitação por Competências para seus empregados, com o intuito de identificar as necessidades de capacitação destes frente às competências de cada indivíduo na Companhia.

O objetivo é adequar a pessoa à cultura da empresa, acarretando mudança de atitudes, desenvolvimento de pessoas, adaptação à modernização da estrutura, desfrute da competência humana, ou seja, gozar da capacidade de aprendizado, maximizando o desempenho profissional e contribuindo para o alcance das intenções organizacionais.

Pretende-se, com esse Plano, fazer com que os empregados realizem treinamentos, que é um processo cíclico, buscando continuamente repassar ou reciclar conhecimentos, atitudes e habilidades diretamente ligadas a tarefas ou otimização do trabalho. A finalidade é fazer com que desenvolvam qualidades nos recursos humanos, habilitando-os a serem mais produtivos para melhor alcance da missão, visão e valores da empresa.

Em atendimento à Lei nº 13.303/2016, os administradores da empresa realizarão treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às atividades da empresa.

4.6 Licitações

MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO (R\$)
REGISTRO DE PREÇO	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e plantio e grama esmeralda.	SIGILOSOS
	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção do sistema de hasteamento e descerramento do Mastro da Bandeira.	315.966,80
	Contratação de empresa especializada de engenharia para execução da obra de construção da Escola Classe da Quadra 203 do Itapoã.	9.471.203,44
	Contratação de empresa especializada de engenharia para construção da UBS da Vila Buritizinho, a ser localizada na Quadra 05, Área Especial A-01, Vila Buritizinho, em Sobradinho II.	3.255.353,05
CONVITE	Contratação de empresa de consultoria para prestação de serviços técnicos especializados na elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV para o Túnel Rodoviário e Boulevard na Avenida Central de Taguatinga.	185.771,64
TOMADA DE PREÇOS	Execução de Serviços de Supervisão da Execução das Obras da Interseção da rodovia DF-011 (EPIG) com a via de acesso ao Parque da Cidade e o Setor Sudoeste, incluindo alças de acesso, calçadas, dois viadutos e infraestrutura urbana.	SIGILOSOS
CONCORRÊNCIA	Execução do Viaduto localizado na Interseção entre a Rodovia DF 011 - Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIG) e o Parque da Cidade/Setor Sudoeste (Brasília)	21.440.526,58
	Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de complementação do sistema viário da Estrada Setor Policial Militar (ESPM) até o Terminal da Asa Sul (TAS), contemplando serviços de construção das Obras de Arte Especiais (fundações e estruturas), pavimentação, drenagem e sinalização	8.843.137,23
PREGÃO ELETRÔNICO	Contratação de empresa especializada na administração e gerenciamento de documentos de legitimação (cartões eletrônicos, magnéticos com sistema de segurança individual), para fornecimento de vale combustível, em substituição ao Vale-Transporte.	4.510.440,00
	Registro de Preços para contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de academia universal ao ar livre, pontos de encontro comunitário - PECs, multi-exercitadores e parquinhos infantis.	SIGILOSOS

Vale ressaltar que existem outras demandas a serem licitadas em 2020, as quais estão em fase de elaboração de projetos/orçamento, junto às diretorias.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília foi constituída pelo Decreto Lei nº 524, de 08 de abril de 1969 e, ao longo dos anos, teve suas competências e denominação alteradas pelas Leis Distritais nº 2.416/1999 e nº 3.559/2005. Atualmente, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb, uma sociedade de economia mista de capital fechado, é regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976, 11.445/2007 e 13.303/2016.

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são prestados pela Caesb com fundamento na Lei Distrital nº 2.954, de 22 de abril de 2002, que estabeleceu a Concessão. Para regulamentar as atividades da Companhia, em 2006 a Caesb e o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA, firmaram o Contrato de Concessão nº 001, que tem como objeto regular a exploração dos serviços.

Vale lembrar que, em conformidade com o disposto na Lei Distrital nº 4.285/2008, compete à ADASA a definição dos regime, estrutura e níveis tarifários praticados pela Caesb, bem como a edição de normas relativas às dimensões técnica, econômica e social da prestação dos serviços.

A Companhia mantém foco na expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do DF, na otimização e modernização da infraestrutura de forma contínua, no fortalecimento do sistema de governança, na gestão de riscos e desastres e na elaboração de políticas norteadoras das ações para o uso de energias renováveis. Esse direcionamento está compatível com a visão estabelecida em seu planejamento estratégico (2015-2019), de ser uma empresa economicamente equilibrada, comprometida com a valorização da produtividade, da meritocracia e do desenvolvimento de sua força de trabalho e ser reconhecida pela eficiência dos serviços prestados e pelo relacionamento ético e profissional com seus fornecedores.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	254	519	421	965	2.159
Comissionados sem vínculo efetivo	59	0	0	0	59
Requisitados de órgãos do GDF	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	208	0	208
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	50	0	50
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	315	519	679	965	2.478
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	9	6	15
Total Geral	315	519	670	959	2.463

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1848 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL	2340000,0	-172000,0	2168000,0	835002,72
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL-E MELHORIA-ENTORNO	2340000,0	-172000,0	2168000,0	835002,72
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	66239000,0	9571000,0	75810000,0	19698272,65
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	66239000,0	9571000,0	75810000,0	19698272,65
1831 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ	5580000,0	28950000,0	34530000,0	18393711,98
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ-CAESB-DF ENTORNO	5580000,0	28950000,0	34530000,0	18393711,98
1832 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	72150000,0	21220000,0	93370000,0	39258104,60
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-CAESB-DISTRITO FEDERAL	72150000,0	21220000,0	93370000,0	39258104,60
1859 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO	1500000,0	6200000,0	7700000,0	3048933,89
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO-CAESB-ENTORNO	1500000,0	6200000,0	7700000,0	3048933,89
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	167560840,0	48909000,0	216469840,0	116186816,06
6033 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	167560840,0	48909000,0	216469840,0	116186816,06
7012 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	74000000,0	34463000,0	108463000,0	40197956,96
6024 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-CAESB-DISTRITO FEDERAL	74000000,0	34463000,0	108463000,0	40197956,96
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	389369840,00	149141000,00	538510840,00	237618798,86

Saneamento Ambiental:

Garantir serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos, com regularidade e qualidade, assegurando a proteção ao meio ambiente e à saúde da população.

Após superar a crise hídrica de 2017/2018, a Caesb conseguiu obter resultados relevantes, culminando, em 2019, em um desempenho positivo, equilibrado e sustentável. Com a

normalização dos níveis dos mananciais e com os investimentos que conferiram maior robustez aos sistemas produtores, foi possível retomar a capacidade de produção de água da maior parte dos sistemas de abastecimento.

Em 2019, a receita operacional cresceu 12,48% em comparação à 2018, passando de R\$1,6 bilhões para R\$1,8 bilhões. Neste ano foram investidos cerca de R\$ 270 milhões na melhoria e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Esses investimentos visam ampliar a capacidade de produção de água tratada, para atender o consumo atual da população e estabelecer uma margem de segurança significativa. Em 2019 essa capacidade foi ampliada em 320 L/s com a conclusão do subsistema Gama. Ao todo, foram investidos cerca de R\$ 158 milhões em sistemas de abastecimento de água, como Corumbá que, quando concluído, contribuirá com uma produção de 1.400 L/s (litros de água por segundo).

Além disso, foram investidos R\$ 79 milhões no esgotamento sanitário e R\$ 36 milhões na aquisição de equipamentos, bens e instalações.

Corumbá

No plano de investimentos estruturantes da Caesb, o Sistema de Abastecimento de Água Corumbá é o principal empreendimento em andamento e tem por objeto a implantação, operação e manutenção do novo sistema produtor e está sendo executado em consórcio com a companhia Saneamento de Goiás – Saneago S.A. Corumbá encontra-se entre os municípios de Luziânia e Valparaíso de Goiás, ambos no Estado de Goiás e tem sua entrada em operação prevista para o primeiro semestre de 2020, totalizando investimentos da ordem de R\$ 210 milhões. Esse Sistema contribuirá com uma produção de 1.400 L/s, fortalecendo todo o Sistema Descoberto, garantindo o abastecimento da Região Oeste-Sul do DF (Santa Maria, Gama e Recanto das Emas) e de alguns municípios da Área Metropolitana de Brasília – AMB. Além disso, os excedentes gerados possibilitarão o aumento da oferta de água também para abastecimento das cidades de Taguatinga, Ceilândia, Águas Claras e Vicente Pires.

No âmbito do Consórcio, compete à Caesb a implantação da Estação de Tratamento de Água (ETA) Valparaíso, que por si só terá capacidade para captar e tratar até 5.600 L/s, o que possibilitará a regularização do fornecimento de água no Distrito Federal por um período de 15 anos; a Adutora de Água Bruta Corumbá/ETA Valparaíso; a Estação Elevatória de Água Tratada Valparaíso; a Adutora de Água Tratada Valparaíso/Santa Maria e Adutora de Água Tratada Santa Maria/Gama; o Reservatório Apoiado com duas câmaras de 10.000 m³ em Valparaíso; a Subestação Seccionadora e Rebaixadora de 138 kV, e a Linha de Transmissão de Alta Tensão 2x138 kVA. Cabe destacar que 99% dessas obras estão concluídas.

Estação Elevatória (casa das bombas) do Corumbá. Área Externa do Módulo de Tratamento da ETA Corumbá.



Prédio administrativo da ETA Corumbá. Módulo de Tratamento e Reservatório Elevado - ETA Corumbá.



Otimizar e expandir o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

A Caesb coloca uma grande estrutura a disposição da população para a prestação dos serviços e em 2019 essa estrutura foi ampliada de forma bastante significativa. Foram acrescidos 508 km de redes aos sistemas, Que dispõem de 9.269 km de rede de água e 7.285 km de rede de esgoto; 15 estações de tratamento de esgoto e 12 estações de tratamento de água.

Em dezembro de 2019, a Caesb possuía 688.562 ligações de água e 591.150 ligações de esgoto, alcançando 99% da população com serviços de abastecimento de água e 89% com a coleta de esgotos, além de tratar 100% do esgoto coletado. No entanto, o crescimento demográfico impõe à Companhia a expansão constante dos Sistemas e, por consequência, o aumento do número de ligações e unidades e consumo.



1. Investimentos concluídos no Sistema de Abastecimento de Água (SAA):

1.1. Execução de obras de implantação das adutoras Alagado e Olho D'Água e do interceptor de rejeito da Estação de Tratamento de Água Gama, no Gama -DF:

No contexto da crise hídrica vivenciada pelo Distrito Federal em 2016 e 2017, a Caesb passou a utilizar as pequenas captações no Gama/DF para conferir flexibilidade ao sistema de abastecimento e eliminar a transferência de água do Sistema Descoberto para essa região administrativa com a implantação das adutoras de água bruta do Alagado e do Olho D'Água. A finalização do interceptor de rejeito se deu em conjunto com a Estação de Tratamento de Água do Gama, ambas entregues no início do segundo trimestre de 2019.



Adutora Olho D'Água sobre a barragem Ponte de Terra.

2. Investimentos concluídos no Sistema de Esgotamento Sanitário (SES):

2.1. Serviços de complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário da 5ª Etapa do Lago Sul:

Com instalação de duas estações elevatórias de esgoto e implantação de 7.599,60 metros de rede condominial e 1.249,03 de rede pública, foram executadas 1.902 ligações de esgoto, beneficiando uma população de mais de 12.590 pessoas.



Fachada da Elevatória de Esgoto Bruto no Lago Sul, próximo à Ponte JK no Lago Sul/DF.

2.2. Obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da 2ª Etapa da Região do Grande Colorado:

Em uma área total de 211,30 hectares, distribuídos em 2.356 lotes para atendimento de aproximadamente 10.602 habitantes. Todo o esgoto gerado na localidade é encaminhado para o interceptor geral, e deste segue até à ETE Sobradinho. Foram implantados 47.191,99 metros de rede e realizadas 2.232 ligações domiciliares de esgoto.



Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Condomínio Vivendas Campestre e no Condomínio Meus Sonhos, em Sobradinho/DF.



Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Condomínio Vivendas Campestre e no no Condomínio Novo Horizonte, em Sobradinho/DF.

2.3. Execução das obras de remanejamento do interceptor Planaltina 03, no trecho do Setor Tradicional - Planaltina/DF:

Com o intuito de evitar o colapso pela deterioração dos interceptores devido à ação dos gases sulfídricos, fez-se necessário a implantação de 1.709,44 metros de rede para atendimento dos usuários da região e preenchimento dos trechos desativados localizados sob edificações.



Escavação por meio do método de Vala a Céu Aberto – VCA para implantação do Interceptor Planaltina. E implantação de tubo em PEAD Corrugado do Interceptor de Planaltina.

3. Ampliar a capacidade de atendimento e cobertura de serviços – condomínios horizontais, áreas de baixa renda e região do Grande Colorado e Vicente Pires;

3.1. Sol Nascente:

As obras e serviços de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Setor Habitacional Sol Nascente - Trecho 3 - Região D, abrangem redes coletoras públicas, ramais condominiais, ligações prediais e remanejamento dos interceptores 01 e 05 de Ceilândia. Em 2019 foram implantados 40.780,00 metros de redes e executadas 3.067 ligações de esgoto, beneficiando metade da população do daquele setor.



Planta Sol Nascente



Recomposição de calçada, após implantação da rede de esgotos. Vala para a implantação da rede de esgotamento sanitário na Chácara 16, Quadra 02.

No Sistema de Esgotamento Sanitário na Bacia G do Setor Sol Nascente, que contempla as Quadras 500 e 800, localizadas no Trecho 1 do Setor Habitacional Sol Nascente, entre as Etapas 1 e 2, foram implantados, em 2019, um total de 41.000 metros de rede e executadas 2.166 ligações de esgoto.



Escavação de vala para a implantação dos tubos coletores de esgotos.

Para evitar o colapso dos serviços de operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário que atende a região de Ceilândia e Sol Nascente /DF, foi realizado o remanejamento dos Interceptores Ceilândia 01 e Ceilândia 03. Inclusive, para mitigar o impacto das obras, a Companhia utilizou a técnica alemã não destrutiva de recuperação de tubulações, chamada de Cured-In-Place Pipe – CIPP, que se trata de um revestimento composto de resina de poliéster reforçada com fibra de vidro, inserida no trecho do interceptor a ser recuperado. Esse composto, após inflado com ar, é curado de forma instantânea com a aplicação de luzes UV, adaptando-se ao formato da tubulação existente, o que permite colocar o interceptor em carga de forma mais rápida.



Tubo existente sendo recuperado com instalação do tecido de poliéster resinado com a Técnica do CIPP.



Implantação de tubo PEAD corrugado.

3.2. Pôr do Sol:

A ocupação de grande parte da região do Pôr do Sol – Ceilândia/DF foi feita de forma desordenada, sendo constituída em sua totalidade por população de baixa renda. O projeto proposto para o atendimento destas localidades foi baseado em informações disponíveis na base cadastral da Caesb, em imagens de satélite, cadastro do sistema de abastecimento de água, informações mais atualizadas de cadastros urbanísticos da CODHAB ainda não oficializados, e levantamento aerofotogramétrico. Na implantação do Sistema Esgotamento

Sanitário daquele setor foram executados, em 2019, 34.000 metros de rede e 2.965 ligações de esgoto.



Planta Setor Habitacional Pôr do Sol.

Automatizar os sistemas operacionais:

O programa de automação e tecnologia de comunicação por telemetria dos sistemas operacionais é um programa corporativo de infraestrutura tecnológica que oferece serviços mais confiáveis e sem a necessidade de atuação humana na execução de atividades operacionais da Caesb ou que exijam exposição a agentes danosos à saúde.

Este programa possibilita a utilização de recursos de forma mais eficiente e eficaz, gerando economia e maior disponibilidade operacional. Entre os objetivos específicos do programa têm-se: utilização de tecnologias eficientes, incluindo a substituição de equipamentos obsoletos; sistematização dos procedimentos; monitoramento de resultados operacionais; otimização de recursos; maximização do uso da infraestrutura; melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores; padronização de soluções operacionais da Caesb e redução dos custos operacionais e de manutenção dos sistemas.

O sistema permite a leitura dos hidrômetros e transmissão dos dados de forma automatizada, em toda a península do Lago Norte (1.400 ligações com grande consumo de água) e em um condomínio do Mangueiral (com 424 ligações de água), viabilizando para a Caesb e usuários as informações de consumo em tempo real, de maneira remota, formando assim o maior parque de hidrômetros com telemetria do país.



Apresentação, em síntese, dos principais empreendimentos em andamento em 2019:

Sistema Produtor de Água:	Sistema de Esgotamento Sanitário:
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Produtor de Água do Corumbá, que beneficiará uma população de aproximadamente 3.000.000 de pessoas do Distrito Federal e Entorno; • Melhoria e Complementação do Sistema de Abastecimento de Água de Águas Lindas, que possibilitará uma melhoria operacional e uma maior confiabilidade no abastecimento de água da cidade; • Complementação do Sistema de Abastecimento de Água da Papuda, para atender à população carcerária; • Recuperação de Reservatórios e Captações do Gama, para aumentar a disponibilidade hídrica na Estação de Tratamento de Água do Gama; • Sistema de Abastecimento de Água do Paranoá - Captação, Estação de Tratamento de Água Sul, Estações Elevatórias de Água Bruta e Tratada, Adutoras e demais estruturas da parcela Sul. Possibilitará a melhoria do atendimento a vários condomínios e Lago Sul e permitirá a expansão futura para São Sebastião e Tororó. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Esgotamento Sanitário dos Condomínios Entre Lagos, Novo Horizonte, La Font, que atenderá a uma população de 30.000 pessoas; • Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Mansões Sobradinho, que atenderá a uma população de 30.000 pessoas; • Sistema de Esgotamento Sanitário do Park Way, IAPI e Bernardo Sayão, que atenderá a uma população de 50.000 pessoas; • Sistema de Esgotamento Sanitário do Sol Nascente, que atenderá a uma população de 70.000 pessoas; • Sistema de Esgotamento Sanitário do Pôr do Sol, que atenderá a uma população de 15.000 pessoas; • Complementação do Esgotamento Sanitário da Papuda, para atender à população carcerária.

Outras ações importantes:

- Implantação de três novos poços e início de operação de seis novas captações por Poços Profundos, na região de Brazlândia e Sobradinho, para ampliar a disponibilidade hídrica em Sistemas Isolados de Abastecimento;
- Ampliação do Sistema de Automação Industrial, abrangendo 12 unidades operacionais, o que propiciará aprimoramento no controle dos processos e otimização dos sistemas, além da redução dos custos de manutenção;
- Modernização da Subestação Elétrica de 138 KV da EAB (Elevatória de Água Bruta) Rio Descoberto;
- Aquisição de novos equipamentos para otimização do funcionamento das Estações de Esgoto e Elevatórias de Água Bruta;
- Início da operação do sistema de controle e supervisão das unidades de telemetria e das válvulas de controle de pressão instaladas nas adutoras de água do DF, reduzindo perdas e aumentando o controle das unidades;
- Recuperação e melhorias do Reservatório de Água do Lago Sul, bem como na barragem e captação de Ochos D'Água;
- Cooperação na implantação dos reservatórios de água do Corpo de Bombeiros Militar do DF em diversas regiões;
- Início da Operação da ETA Gama;
- Pré-operação do Booster do Alagado;
- Modernização da ETA Engenho das Lajes e do sistema elétrico dos poços do Água Quente;
- Implantação de novas unidades do Sistema de Abastecimento de Água nas localidades do Taquari e Sobradinho.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1638 - CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO	L/S	9.565	31/12/2014	ANUAL	9565	9606	10065	10.829	12865	10887	12865	11186	CAESB / UO 22202 / OE 4 / UO 22202 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Meta atingida. Reativação da capacidade do Crispim, acréscimo de 30 litros/segundo e operação de poço profundo em São Sebastião, acréscimo de 11 litros/segundo.</p> <p>2017 - Meta atingida. Implantação do Subsistema Bananal com capacidade de produção de 700L/s, implantação do Subsistema Lago Norte com capacidade de produção de 700L/s, reabilitação da captação do Alagado com acréscimo de 50L/s e implantação de poços profundos.</p> <p>2018 - Implantação de poços em Sobradinho I e II, São Sebastião e Brazlândia possibilitaram aumento de 58L/s. Além disso, as obras de implantação da primeira etapa do Sistema Corumbá, em fase de conclusão, e do subsistema Gama acrescentarão 1.400 L/s e 320 L/s à Capacidade Instalada de Produção até o final de 2019.</p> <p>2019 - Encontra-se em andamento as obras que preveem a implantação, operação e manutenção conjunta (entre Saneago e Caesb) do Sistema Produtor de Água Corumbá. A conclusão da Etapa 01 do Sistema está prevista para o primeiro semestre de 2020 e contribuirá com uma produção de 1.400 L/s. Até o momento, 99% das obras sob competência da Caesb encontram-se concluídas. Contudo, para entrada em operação é necessária a conclusão das obras sob responsabilidade da Saneago.</p>													
1640 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO	%	82,11	31/12/2014	ANUAL	82,89	85,23	83,68	85,10	84,55	89	85,42	89,48	CAESB / UO 22202 / OE 4 / UO 22202 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Meta atingida. Houve incremento de 15.077 nas ligações de esgotos em Sol Nascente, Vicente Pires e outras localidades.</p> <p>2017 - Meta atingida. Ativação de 19.814 novas ligações de esgoto em localidades como Setor de Mansões Dom Bosco, INCRA 08, os condomínios da Região do Grande Colorado, dentre outras.</p> <p>2018 - Meta alcançada. Ativação de 19.914 novas ligações de esgoto em todo o DF.</p> <p>2019 - Entre 2015 e 2019 a Caesb incrementou 72.812 economias residenciais de esgoto, número este que representa o aumento de aproximadamente 220 mil habitantes.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1639 - ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO	L/DIA/LIGAÇÃO	303	31/12/2014	ANUAL	303	376,69	300	317	280	318	250	348,91	CAESB / UO 22202 / OE 4 / UO 22202 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Em setembro de 2015, a Caesb realizou revisão da metodologia de apuração do indicador Índice de Perdas por Ligação, alinhando o método de cálculo aos padrões internacionais da International Water Association (IWA). Essa alteração conferiu maior robustez ao método de apuração e implicou em uma adequação de toda a série histórica do indicador, inclusive do valor apurado em 2015 que, após recalculado, resultou no valor de 381 litros/ligação/dia.</p> <p>2017 - Média dos últimos 12 meses. Devido a revisão da metodologia de apuração do indicador de Perdas para adequação aos padrões internacionais da International Water Association (IWA), os valores de toda a série histórica do indicador foram recalculados, o que implicou em uma revisão das metas projetadas para os anos de 2015 a 2019, sendo: 381; 373; 349; 308 e 250L/ligação/dia, respectivamente.</p> <p>2018 - Concluída a setorização de 16 regiões administrativas e a instalação de 94 equipamentos de telemetria em macromedidores de 11 Distritos de Medição. Implantação de projeto de 'haste de escuta eletrônica' que permitirá maior eficiência da pesquisa de vazamento. Substituição de 260 mil hidrômetros em todo o Distrito Federal.</p> <p>2019 - Em 2019 apesar dos altos investimentos, o índice previsto não foi alcançado. Entretanto, foram desenvolvidas ações de controle e pesquisa de vazamentos, troca de hidrômetros, manutenção de redes em todo Distrito Federal e implantação de monitoramento remoto de consumo - Telemetria. Atualmente, estão em andamento a setorização de Taguatinga, Ceilândia, São Sebastião. Foi assinado no final de novembro as obras que preveem a setorização de Sobradinho I e II, Paranoá e Itapoã.</p>													

Indicadores 2019

Indicadores	Meta para 2019	Índice apurado em 2019	Justificativa
1638 - Capacidade Instalada de Produção	12.865 L/S	11.186 L/S	Encontra-se em andamento as obras que preveem a implantação, operação e manutenção conjunta (entre Saneago e Caesb) do Sistema Produtor de Água Corumbá. A conclusão da Etapa 01 do Sistema está prevista para o primeiro semestre de 2020 e contribuirá com uma produção de 1.400 L/s. Até o momento, 99% das obras sob competência da Caesb encontram-se concluídas. Contudo, para entrada em operação é necessária a conclusão das obras sob responsabilidade da Saneago.
1639 - Índice de Perdas por Ligação	250 L/Ligação Dia	348,91 (Atualizado até novembro/2019)	Com meta arrojada estipulada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID em virtude dos investimentos que seriam feitos, a série histórica comprova uma tendência de redução das perdas/ligação, a partir de 2015, com valores significativos (de 380 para 348) e com uma certa estabilidade de 2017 para 2018. A Caesb mantém, desde 2015, o Programa de Controle e Redução de Perdas que prevê uma série de investimentos no sistema, tais como a substituição de hidrômetros, setorização de redes (instalações de Distritos de Medição e Controle - DMCs), projetos de telemetria, modernização da micro e macromedição, etc. Em 2019, iniciou-se a setorização de Taguatinga, Ceilândia, São Sebastião. Foi assinado no final de novembro as obras que preveem a setorização de Sobradinho I e II, Paranoá e Itapoã.
1640 - Índice de Atendimento Urbano de Esgoto	85,42%	89,48%	Entre 2015 e 2019 a Caesb incrementou 72.812 economias residenciais de esgoto, número este que representa o aumento de aproximadamente 220 mil habitantes.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2782 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	2000000,0	0	2000000,0	1852597,63
0001 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL-CAESB-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	0	2000000,0	1852597,63
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2000000,00	0,00	2000000,00	1852597,63

Projeto Golfinho

Em atividade há 18 anos, o Projeto Golfinho constitui a principal ação do Programa de Responsabilidade Social da Caesb e atende, atualmente, 405 crianças e adolescentes das regiões administrativas do Itapoã, Paranoá e Ceilândia, incluindo as comunidades do Sol Nascente e do Pôr do Sol, na faixa etária entre 6 e 16 anos em situação de vulnerabilidade social, devidamente matriculados nas escolas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Com o objetivo de promover o resgate social de crianças e adolescentes em situação de risco, o Projeto Golfinho proporciona o desenvolvimento de atividades esportivas, tendo a natação como principal eixo de trabalho, além de reflexões e abordagens cívicas, pedagógicas e comportamentais sobre virtudes e valores e educação sanitária e ambiental, visando a preservação do meio ambiente e dos diversos ecossistemas encontrados nos campos de trabalho da Companhia.

As crianças e adolescentes participam do Projeto no contraturno escolar, duas vezes por semana e recebem uniforme, alimentação, transporte escolar e materiais esportivos e pedagógicos e todas as atividades são desenvolvidas por equipe de profissionais especializados em pedagogia, educação física e suporte administrativo, sob a supervisão direta da Caesb.



Projeto Golfinho

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	119000000,0	88000000,0	207000000,0	206478206,05
0004 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	119000000,0	88000000,0	207000000,0	206478206,05
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	119000000,00	88000000,00	207000000,00	206478206,05

A prioridade da Caesb é buscar um sólido balanço com um portfólio de dívida de baixo custo e risco. No entanto é característica do setor de saneamento se alavancar para expandir e manter seus sistemas. Essa alavancagem é estruturada e sustentável, uma vez que o seu perfil é de juros baixos e a amortização de longo prazo. Cabe destacar, que a dívida da Companhia resulta de operações contratadas, podendo ser contraídas por meio de contratos de empréstimos (curto prazo) e de financiamentos (longo prazo). A gestão da dívida

financeira é feita de forma que o cronograma do serviço da dívida (amortizações + juros) se mantenha equilibrado com o Fluxo de Caixa da Companhia.

Em 2019, foram cumpridos todos os requisitos vigentes nos contratos de empréstimos e financiamentos firmados com as Instituições Credoras. A execução financeira do serviço da dívida atingiu o montante de R\$ 206.478.206,05.

Em face da redução da taxa de juros no Brasil (Taxa Selic 4,50% a.a.) em 2019, a Caesb promoveu a amortização antecipada de alguns contratos da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que possuíam taxas de juros incompatíveis com o praticado, atualmente, no mercado financeiro.

Nesse sentido, a execução financeira da dívida, em 2019, apresentou um desempenho positivo em relação à dotação inicialmente prevista, pois foram realizados 99,7% do valor autorizado na Lei Orçamentária Anual de 2019.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	5000000,0	0	5000000,0	0
6066 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	0	5000000,0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	8427000,0	0	8427000,0	136468,15
9791 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	8427000,0	0	8427000,0	136468,15
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	14000000,0	0	14000000,0	7562919,02
5874 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DE TI - CAESB-DISTRITO FEDERAL	14000000,0	0	14000000,0	7562919,02
3995 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS	30020000,0	7103070,0	37123070,0	25069208,26
0002 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	30020000,0	7103070,0	37123070,0	25069208,26
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	2800000,0	500000,0	3300000,0	3294960,61
5310 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	2800000,0	500000,0	3300000,0	3294960,61
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	690000000,0	-23000000,0	667000000,0	659121953,85
6984 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CAESB-DISTRITO FEDERAL	690000000,0	-23000000,0	667000000,0	659121953,85
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	95000000,0	24000000,0	119000000,0	117150376,35
6977 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CAESB-DISTRITO FEDERAL	95000000,0	24000000,0	119000000,0	117150376,35

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	691000000,0	14500000,0	705500000,0	700428027,98
6977 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	691000000,0	14500000,0	705500000,0	700428027,98
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15200000,0	0	15200000,0	12242279,00
2634 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL-DISTRITO FEDERAL	15200000,0	0	15200000,0	12242279,00
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	5000000,0	0	5000000,0	1559666,65
0011 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - CAESB-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	0	2000000,0	19375,07
6967 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CAESB-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	0	3000000,0	1540291,58
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	1556447000,00	23103070,00	1579550070,00	1526565859,87

Ações de Gestão

Em 2019 a Caesb continuou com o Programa de Desligamento Voluntária lançado em 2018 com a adesão de 33 empregados em dezembro. O programa possibilitou uma economia de R\$ 43,8 milhões de reais em 2019.

No âmbito da área tecnológica, a Companhia promoveu a continuidade ao ciclo do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2016/2019, desenvolvendo diversos trabalhos de mapeamento e redesenho de processos de negócio, como: orçamento de ligação de água e esgoto; da área de Governança, Risco e Compliance e Controladoria; desenvolvimento do sistema Hidro Ambiental; Micromedição, Macromedição, Automação, Laboratório Central e Centro de Operação; automação da área de transporte; transformação da Conta de Água para Nota Fiscal Eletrônica; implementação da "conta vinculada" para contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, dentre outros. No que tange ao Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas novas implementações foram efetivadas, na construção dos novos Sistemas de Gestão de Documentos (GDOC); de Ouvidoria (GOUVI); de Empreendimentos (GEMP); além da implantação do novo Plano de Contas Regulatório no Sistema de Gestão Financeira (SISFIN); do sistema de telemetria no Jardins Mangueiral; do ajuste do Sistema Comercial (GCOM) para atender aos requisitos da nova estrutura tarifária proposta pela ADASA; da disponibilização de novos serviços aos cidadãos no aplicativo móvel e no site da Companhia; das melhorias e implantação do e Contratos no GDF; de diversas evoluções nos demais Sistemas relevantes à Companhia (GCTO - Sistema de Gestão de Contratos, de GCPO - Custos Preços e Orçamento, GPLAN - Planejamento Orçamentário). Além disso renovou-se o suporte aos softwares de sustentação da infraestrutura de rede e de dados e foi concluída a licitação para aquisições de computadores para promoção da renovação do parque computacional, além de atuar como apoio técnico em diversas frentes de trabalho, como: elaboração e licitação do projeto de Omnichannel (sistema de atendimento ao cliente por múltiplos canais - telefone, email, site, whatsapp, facebook, twitter) sob gestão da Ouvidoria da Caesb, implementação de atendimento via whatsapp para área Comercial,

telemetria para área de micromedição e em reorganização de infraestrutura local em alteração de layout e reformas das diversas áreas da Companhia.

Estas e outras medidas adotadas para a melhoria da gestão produzem reflexos nos resultados. A análise econômico-financeira dos dados, com base na série histórica de índices e indicadores monitorados pela Caesb, considerando os reposicionamentos tarifários de 2,99% e 3,45%, ocorridos ao longo do ano, demonstram o equilíbrio econômico-financeiro atingido pela Companhia. A concretização das estimativas do comportamento do mercado (faturamento e arrecadação) juntamente com a análise evolutiva da DEX (Despesa de Exploração) e do serviço da dívida garantem, para os próximos anos, a capacidade de investimento da Caesb para manutenção e expansão do seu negócio.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Até novembro de 2019 os resultados econômicos da Companhia demonstraram alto índice de recuperação, frente aos resultados do exercício anterior. Aliado a esse bom desempenho, a Caesb atingiu, segundo Pesquisa de Satisfação de Clientes, nível de satisfação acima de 87% e 90% de favorabilidade, o que demonstra o restabelecimento da imagem da Companhia, afetada nos anos anteriores pela crise hídrica.

Em 2019, a Caesb modernizou diversas frentes, sempre com foco na eficiência, no melhor uso dos recursos e na satisfação dos usuários, com destaque para:

- Disponibilização de canais virtuais de atendimento ao usuário;
- Utilização do sistema de telemetria;
- Criação do canal verde, que dá acesso rápido do órgão à Companhia pelo órgão ambiental, possibilitando o pronto atendimento de demandas com vistas à preservação de áreas de proteção ambiental.



Aplicativo da Caesb

A Caesb realiza ainda diversas ações com o objetivo de promover atividades de educação ambiental na sociedade:

Ação / Projeto	Público diretamente atingido	Público indiretamente atingido
Produtor de Água Mirim***: plantio de 1.500 mudas de árvores na Bacia do Pípiripau	419	>2095
Produtor de Água***	300	>1500
Ação na escola Classe 07 Planaltina***: Projeto para conscientizar sobre a importância do ciclo do saneamento naquela comunidade	33	>165
Produtor Amigo da Água***: capacitação oferecida aos produtores do Capão da Onça e Barrocão, com o objetivo de promover conhecimentos práticos na gestão de água e esgoto estimulando a sensibilização ambiental.	47	>235
Reuniões com a comunidade de Brazlândia***	30	>150
Dia Mundial da Água***: evento com atividades lúdicas, competição de natação e show de músicos locais.	500	>2.500
Clean-Up Day***	1.000	>5.000
Projeto Professor do Lago*: projeto proposto em parceria com a SEE-DF, Adasa, SLU, SEMA-DF, IBRAM-DF, para capacitação de professores em gestão ambiental.	42	>21.000
Mensageiros da Água*: realização de palestra informativa de atualização para os professores da Regional de Ensino do Paranoá e Itapoã.	162	>81.000
Caesb Aberta**: visitas guiadas às estações de tratamento de água e esgoto, totalizando 3.602 e 3.652 respectivamente.	7.264	>21.762
Rede Educadores Ambientais***: palestras diversas	1 atendimento (50 pessoas)	>250
Expresso Ambiental***: Unidade Móvel de Educação Ambiental* busca complementar e apoiar as atividades hoje desenvolvidas pela Caesb de forma itinerante	23.996	>119.980
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia***: estande na feira com maquete das bacias hidrográficas e mapa hidrográfico gigante; aquários eutrófico e oligotrófico; exposição de membrana de ultrafiltração; um mini laboratório de microbiologia; demonstrativos de assoreamento; mini-mundos; Expresso Ambiental; jogo da trilha.	120.000	>600.000
II Semana de Ciências - Embrapa***: inclusão de crianças e jovens do DF e entorno, como continuidade às ações da Semana de Ciência e Tecnologia.	1.409	>7.045
Total	155.242	>862.682

* Para Trabalhos com professores, consideramos média de 500 alunos por instituição de ensino.

**Para as visitas às Estações de Tratamento, consideramos que cada pessoa consegue alcançar, pelo menos, mais 3 pessoas.

***Para ações de sensibilização, em geral, consideramos que cada pessoa consegue alcançar, pelo menos, mais 5 pessoas.

Ônibus Expresso Ambiental. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia: Jogo da Trilha. II Semana da Ciência – Pesquisadores do Futuro.



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Caesb fecha 2019 com bons resultados. Depois de dois anos enfrentando as dificuldades decorrentes da crise hídrica que afetou todo o Distrito Federal, os indicadores econômicos demonstram que a empresa recuperou a capacidade de investimento, equilibrou as finanças e reduziu as despesas com pessoal.

No ano do seu cinquentenário, a Caesb tem 688.562 ligações de água e 591.150 de esgotos, o que decorre de um incremento de 36 mil ligações somente neste exercício (14.245 ligações de água e 22.033 de esgoto). Atualmente, 99% da população do DF é atendida com água tratada e 89,28% tem coleta de esgoto, com índice de tratamento de 100%. Tais índices de cobertura colocam a Companhia em nível de atendimento excelente, segundo avaliação de Desempenho da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do DF, publicada anualmente pela Adasa.

Para os próximos anos, o maior desafio para a Companhia é alcançar as metas assumidas no Planejamento Estratégico, no Plano Distrital de Saneamento Básico do Distrito Federal e no Plano Plurianual. O atendimento com esgotamento sanitário, deverá atingir 92% de cobertura até 2023, ampliando o atendimento a mais de 340 mil habitantes. Outro importante desafio é manter e expandir o atendimento com abastecimento de água, dos atuais 99% para 99,5% de cobertura nos próximos quatro anos.

Com vistas à universalização dos serviços, a Caesb deverá investir significativamente em expansão e melhoria da infraestrutura. Está prevista a implantação de investimentos da ordem de R\$ 1,8 bilhão, em especial no sistema de esgotamento sanitário, que representa variável importante no contexto das políticas pública de saúde, preservação do meio ambiente e despoluição.

Neste cenário, a perspectiva da Companhia para o próximo quinquênio é de grandes conquistas, principalmente, no que se refere à continuidade de ações de gestão que se traduzam em resultados positivos, atendendo, com isso, o interesse público e as necessidades empresariais.

Para tanto, foram projetados diferentes cenários (otimista, regular e pessimista) que se configuram em alternativas possíveis, diante das variáveis e premissas apontadas pela Caesb e que se mostram relevantes para o estabelecimento de um planejamento de médio e longo prazo.

Espera-se, a partir das premissas estabelecidas, resultados bastante positivos para a Companhia nos diversos cenários, indicando a viabilidade na implantação e na execução dos empreendimentos para o alcance da universalização dos serviços.

Para isso, a Caesb mantém uma série de indicadores que monitoram a sustentabilidade da concessão e que são instrumentos de gestão primordiais na construção das trajetórias e metas dos próximos anos estando perfeitamente alinhados ao seu Planejamento Estratégico (PE-2020/2024).

Por fim, acredita-se que, a partir do acompanhamento da evolução dos cenários prospectados, será possível antever desvios ou eventuais problemas, de modo a se trabalhar antecipadamente em sua prevenção e na avaliação dos riscos envolvidos, conferindo um melhor direcionamento à tomada de decisões e a universalização dos serviços.

Enfim, "a Caesb tem feito um grande esforço para manter em excelentes condições sua estrutura e adequá-la ao crescimento da população. Nossa missão é ser referência em saneamento, respeitando o meio ambiente e proporcionando saúde à população do DF", como resume o presidente da Caesb.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Energética de Brasília - CEB é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais, as quais podem ser quantificadas na composição acionária seguinte:

Quantidade de Ações (Em unidades):

Ordinárias	Preferenciais - PNA	Preferenciais - PNB	Total
7.184.178	7.184.178	5.919.203	14.416.383

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos. Conforme o Estatuto Social, o capital social da CEB é de R\$ 566.025.355,62 (quinhentos e sessenta e seis milhões, vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos). As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

CEB Distribuição S/A: 100%; CEB Geração S/A: 100%; CEB Participações S/A: 100%; CEB Lajeado S/A: 59,93%; Energética Corumbá III S/A: 37,50%; Corumbá Concessões: 45,21%; BSB Energética: 9%; CEB GAS: 17%.

A CEB, suas controladas e coligadas, em conjunto, são detentoras das seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data do fim da concessão
CEB Distribuição S/A	Brasília-DF	09/12/2015	07/07/2045
CEB Participações S/A	Brasília-DF	26/01/2000	18/12/2032
CEB Geração S/A	Brasília-DF	14/09/2005	29/04/2020
Energética Corumbá III S/A	Brasília-DF	07/11/2001	07/11/2036
CEB Lajeado S/A	Brasília-DF	31/12/1999	15/12/2032
Companhia Brasiliense de Gás	Brasília-DF	23/03/2001	09/01/2030

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	14	0	0	14
Requisitados de órgãos do GDF	0	27	0	16	43

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	0	0	19	19
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	9	9
Outros - especificar	17	0	4	0	21
Subtotal	17	42	4	44	107
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	17	42	4	44	107

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3094 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA	419815621,0	0	419815621,0	173138016,58
0001 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA-- DISTRITO FEDERAL	419815621,0	0	419815621,0	173138016,58
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	54668630,0	22300000,0	76968630,0	52605864,70
6452 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	54668630,0	22300000,0	76968630,0	52605864,70
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	474484251,00	22300000,00	496784251,00	225743881,28

Ampliação na Participação em Empresas de Energia

Os investimentos alocados e executados na ação "Ampliação na Participação em Empresas de Energia" tiveram como objetivo garantir a execução das obrigações dispostas no aditivo ao contrato de concessão da CEB Distribuição S/A, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, firmado com o poder concedente e fiscalizado pelo Órgão Regulador do Setor Elétrico - ANEEL, e visando cumprir com as metas propostas de recuperação do seu equilíbrio econômico-financeiro. Integralização de capital na CEB Distribuição S/A, no valor de R\$ 81.173.228,32, em 31/10/2019, conforme Resolução de Diretoria nº 278 de 17/09/2019.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC na investida CEB Distribuição S/A, no valor de R\$ 68.250.000,00, em 30/12/2019, conforme Resolução de Diretoria nº 123 de

30/12/2019.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC na investida CEB Distribuição S/A, no valor de R\$ 23.663.788,26, em 30/12/2019, conforme Resolução de Diretoria nº 123 de 30/12/2019.

Valor referente ao Aporte de Capital na investida CEB Gás, no valor de R\$ 38.930,00, em 14/06/2019, conforme Resolução de Diretoria nº 011 de 27/11/2018.

Manutenção do Sistema de Iluminação Pública

Valores referentes aos custos com Folha de Pagamento, Material e Serviços de Manutenção e Obras de Iluminação Pública. Foram investidos, em 2019, R\$ 15.345.427,39 em obras de expansão do parque de iluminação pública do Distrito Federal, totalizando 3.621 pontos de iluminação acrescidos ao sistema.

Abaixo segue o detalhamento dos investimentos listados por localidade e Região Administrativa:

Local	RA	Valor [R\$]
FACHADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - LED	PLANO PILOTO	757.142,08
VIA W3 SUL TRECHO - I - PLANO PILOTO - LED	PLANO PILOTO	1.655.416,74
VIA W3 SUL TRECHO - II - PLANO PILOTO - LED	PLANO PILOTO	1.310.617,34
VIA W3 NORTE TRECHO - I - PLANO PILOTO - LED	PLANO PILOTO	2.015.609,49
VIA W3 NORTE TRECHO - II - PLANO PILOTO - LED	PLANO PILOTO	1.518.400,36
QD - 03 CJ- B2 LOTE - 08 FAZENDINHA - ITAPOÃ	ITAPOÃ	4.798,09
DF - 001 QD - 01 CJ - A - ITAPOÃ	ITAPOÃ	7.370,67
QD - 202 TRECHO - II SOL NASCENTE - CEILÂNDIA	CEILÂNDIA	75.462,24
PRAÇA DA CIDADANIA PROXIMO AO TEATRO NACIONAL - LED	PLANO PILOTO	476.408,27
FEIRA DA TORRE DE TV - PLANO PILOTO - LED	PLANO PILOTO	341.739,79
TTN - TREVO DE TRIAGEM NORTE ENTRE A PONTE DO BRAGUETO E O RIBEIRÃO DO TORTO - LED	PLANO PILOTO	503.081,86
TTN - TREVO DE TRIAGEM NORTE ENTRE O RIBEIRÃO DO TORTO E O BALÃO DO COLORADO - LED	PLANO PILOTO	869.678,56
QUADRA - 700 CJS - F, G, H - TRECHO - I SOL NASCENTE - LED	CEILÂNDIA	492.989,12
MARGINAL DA DF - 250 EM FRENTE A COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO	ITAPOÃ	101.018,33
COMUNIDADE BOA VISTA SETOR - 03 CJ - A - RUA SANTA THEREZINHA	FERCAL	62.758,31
SQN - 210 ASA NORTE - LED	PLANO PILOTO	474.274,26
QNM - 36/38 CAMPO DE FUTEBOL	TAGUATINGA	64.211,13
QNL - 03/05 CAMPO DE FUTEBOL	TAGUATINGA	56.220,86
VIA M. NORTE ENTRE A QNM - 34 E A QNM - 38 - LED	TAGUATINGA	468.797,45
CICLOFAIXA AV. CONTORNO QE - 30, 28, 26, 24, 13 E 15 - LED	GUARÁ	677.835,66
CICLOFAIXA AV. CONTORNO QE - 15 E 17 - LED	GUARÁ	291.171,48
SQN - 415 ASA NORTE - LED	PLANO PILOTO	742.791,08
SQN - 416 ASA NORTE - LED	PLANO PILOTO	687.327,84
RUA SANTA TEREZINHA DF - 205 LESTE - COM. LOCAL - COMUNIDADE BOA VISTA	FERCAL	48.307,97
QUADRA - 21/24 CAMPO DE FUTEBOL - SETOR OESTE - LED	GAMA	75.911,38
VIA M. NORTE ENTRE A QNM - 38 E A QNM - 42 - LED	TAGUATINGA	332.942,46
AVENIDA VARGEM DA BENÇÃO ENTRE A QD - 101 E A QD - 114 - LED	REC DAS EMAS	1.124.341,88
INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - IFB - BOCA DA MATA - LED	SAMAMBAIA	108.802,69
	TOTAL	15.345.427,39

Além da expansão do Parque de Iluminação Pública, no que tange aos serviços de manutenção do sistema, foram atendidas 100.490 ordens de serviço em 2019.

A tabela a seguir apresenta a quantidade de chamadas e os materiais aplicados no ano de 2019:

Itens	Total por tipo de atendimento
Ordens de serviço	100.490
Cabos [m]	65.243
Postes Abalroados	278

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1633 - DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPTÃO POR CONSUMIDOR	HORA	15,88	31/12/2014	ANUAL	15,14	9,69	13,09	8,43	10,58	8,57	8,49	8,52	CEB / UO 22204 / OE 3 / UO 22204 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e em 2016, o indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2016, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".</p> <p>2017 - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2017, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".</p> <p>2018 - É possível verificar uma piora sensível no DEC se compararmos novembro de 2018 com o resultado final de 2017. O indicador passou de 8,43 em dezembro de 2017, para 8,57 em novembro de 2018 (valor acumulado móvel). O indicador fechou o ano de 2017 dentro da meta estabelecida pela ANEEL, que era 9,46 para o DEC. No ano de 2018 o resultado para o DEC está 7,3% abaixo do limite regulatório de 9,24 horas.</p> <p>2019 - É possível verificar uma sensível variação no DEC se compararmos novembro de 2019 com o resultado final de 2018. O indicador passou de 8,57 em dezembro de 2018 para 8,52 em novembro de 2019 (valor acumulado móvel). O indicador fechou o ano de 2018 dentro da meta estabelecida pela ANEEL, que era 9,24. Para o ano de 2019 a tendência, com base na extrapolação dos dados verificados até novembro é de um resultado para o DEC no limiar do limite regulatório de 8,62 horas.</p>													
1634 - FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPTÃO POR CONSUMIDOR	UNIDADE	11,86	31/12/2014	ANUAL	11,33	8,08	9,83	7,10	7,99	6,03	6,43	6,97	CEB / UO 22211 / OE 3 / UO 22204 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2016, visto que a polaridade desse indicador é "menor melhor".</p> <p>2017 - Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2017, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".</p> <p>2018 - O FEC melhorou significativamente, passando de 7,10 em dezembro de 2017 para 6,03 em novembro de 2018 (valor acumulado móvel). No ano de 2018 o resultado para o FEC está demonstrando uma evolução considerável apresentando um desempenho 20,3% abaixo da meta regulatória de 7,57 interrupções.</p> <p>2019 - Em relação ao FEC houve um descolamento do indicador, passando de 6,03 em dezembro de 2018, para 6,97 em novembro de 2019 (valor acumulado móvel). O indicador fechou o ano de 2018 dentro da meta estabelecida pela ANEEL, 7,57. Para o ano de 2019 a tendência, com base na extrapolação dos dados verificados até novembro, é um descolamento do FEC em relação à meta regulatória 6,91 interrupções.</p>													
1635 - TAXA DE EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	%	100	31/12/2014	ANUAL	100	57	100	172	100	78	100	60	CEB / UO 22211 / OE 3 / UO 22204 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - As metas estabelecidas não foram cumpridas devido, principalmente, aos atrasos nas contratações, as quais adiaram o início dos projetos previstos para serem executados em 2016. Desse modo, a previsão é a aplicação de todo o recurso de 2017 acrescido do saldo remanescente de 2016, até o final de 2017.</p> <p>2017 - O montante investido em 2017 foi maior do que o previsto, visando ajustar o desvio a menor do ano anterior, mantendo-se a meta de investir anualmente 100% da obrigação da empresa em todos os anos do horizonte do PPA 2016-2019.</p> <p>2018 - Valor informado é parcial devido ao fechamento da Receita Operacional Líquida (ROL) e Aplicações do mês de Dezembro/18 ainda não terem sido contabilizados, foi feito cálculo da média da ROL com a contabilização dos valores controlados pela área responsável pelo indicador.</p> <p>2019 - Valor informado é parcial devido ao fechamento da Receita Operacional Líquida (ROL) e Aplicações do 3º trimestre de 2019, foi feito cálculo da média da ROL com a contabilização dos valores controlados pela área responsável pelo indicador.</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	0	12000000,0	12000000,0	11138362,84
0005 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA--DISTRITO FEDERAL	0	12000000,0	12000000,0	11138362,84
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	85000,0	0	85000,0	36408,82
0002 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-- PLANO PILOTO .	85000,0	0	85000,0	36408,82
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	149374064,0	-42550000,0	106824064,0	0
0002 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-- PLANO PILOTO .	149374064,0	-42550000,0	106824064,0	0
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	152321034,0	0	152321034,0	11612507,06
0002 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS-- PLANO PILOTO .	152321034,0	0	152321034,0	11612507,06
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	301780098,00	-30550000,00	271230098,00	22787278,72

A CEB realizou a execução orçamentária dos dispêndios nos programas de trabalhos e ações do orçamento para operação especial, definidas a partir das novas diretrizes e decisões adotadas pela empresa, assim como também dentro das novas perspectivas de mercado, e que possibilitaram atingir o cumprimento das ações empresariais e operacionais assim definidas.

Encargos Extra Operacionais

Valores referentes a Impostos, Despesas Bancárias, Contribuições Sociais e Atualizações Monetárias.

Amortização e Encargos da Dívida Pública Contratada

Valores referentes a empréstimos captados pela CEB para aporte na CEB Distribuição S/A. Não havia esta ação na Previsão Orçamentária de 2019, pois à época não existia planejamento de captação de empréstimo pela CEB. Após o conhecimento e definição da captação, em junho de 2019, solicitou-se à Secretaria de Planejamento, a criação da Ação Orçamentária 9030 e remanejamento de verba no valor de R\$ 12.000.000,00.

Tarifas e Encargos Financeiros

Valores referentes a tarifas bancárias, emolumentos sobre alienação de ações de telefonia, multa e juros de retenções de imposto fonte, IOF sobre empréstimos de férias e atualização monetária e juros na devolução de cauções.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	190500,0	0	190500,0	70399,20
9561 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB-DISTRITO FEDERAL	190500,0	0	190500,0	70399,20
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3100000,0	0	3100000,0	0
2531 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB-DISTRITO FEDERAL	3100000,0	0	3100000,0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	35000,0	0	35000,0	34999,60
5306 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB-DISTRITO FEDERAL	35000,0	0	35000,0	34999,60
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	12830722,0	6250000,0	19080722,0	13999298,01
7002 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- PLANO PILOTO .	12830722,0	6250000,0	19080722,0	13999298,01
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	70444,0	0	70444,0	0
0018 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	70444,0	0	70444,0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	8200000,0	2000000,0	10200000,0	1854271,68
7002 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- PLANO PILOTO .	8200000,0	2000000,0	10200000,0	1854271,68
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1340125,0	0	1340125,0	771421,18
2617 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB-DISTRITO FEDERAL	1340125,0	0	1340125,0	771421,18
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	175000,0	0	175000,0	129416,00

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
0012 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - CEB- PLANO PILOTO .	25000,0	0	25000,0	15893,20
8711 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEB- PLANO PILOTO .	150000,0	0	150000,0	113522,80
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	25941791,00	8250000,00	34191791,00	16859805,67

A CEB trabalhou de forma a realizar a execução orçamentária dos dispêndios, definidas nos programas de trabalhos e ações do orçamento de gestão, manutenção e serviços a partir das diretrizes adotadas desde o início de gestão da atual administração da empresa, assim como também dentro das novas perspectivas de mercado voltadas para o setor de energia e definidas pelos poderes concedentes, e que possibilitaram atingir o cumprimento das ações empresariais e operacionais assim definidas.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O planejamento dos objetivos empresariais de maior relevância para a CEB em 2019, foram pautados em garantir a consecução dos indicadores regulatórios propostos no Contrato de Concessão 066/99, firmado com a ANEEL, da CEB Distribuição S/A (principal subsidiária da CEB Holding), por meio de aporte de recursos da controladora, devido ao forte desequilíbrio econômico-financeiro por parte da controlada. Ademais, quanto à iluminação pública, objetivando contribuir com a melhoria da eficiência energética no parque de iluminação pública no Distrito Federal, a CEB efetuou em 2019 ações de efficientização por meio de substituição de luminárias de vapor de sódio por lâmpadas LED. Durante todo o período de 2019, foram substituídas 18.704 lâmpadas de vapor de sódio por luminárias LED com a vida útil estimada de 50.000 horas, e que possuem maior eficiência energética (lúmens por Watt), se comparadas com as de vapor de sódio, proporcionando menores gastos com o consumo de energia elétrica.

Na tabela abaixo estão especificados o local, a região administrativa, o valor total da obra e o número de luminárias substituídas:

Local	Região Administrativa	Valor total da obra [R\$]	Total de luminárias substituídas
Praça dos Orixás	Plano Piloto	40.161,10	57
HRT/Praça CNC e Rua das Farmácias	Taguatinga	72.764,60	60
Boca da Mata, Praça e Comércio QSE	Taguatinga	29.105,84	24
Estação da Arniqueiras	Águas Claras	97.019,47	80
Via do Hospital da Ceilândia	Ceilândia	482.671,87	398
Via interna da Vila Planalto	Brasília	174.635,04	144
Via interna da Candangôlandia	Candangôlandia	299.552,38	249
Viaduto do Pistão sul até início BR 060	Taguatinga	9.701,94	8
Tesourinhas e viaduto da Samdu com Elmo Serejo	Taguatinga	29.105,84	24
Balão do Corpo de Bombeiro até BR 060	Samambaia	317.738,77	262
Quadra central do Núcleo Bandeirante	Núcleo Bandeirante	129.067,82	147
Ponte da Barragem do Paranoá	Paranoá	15.844,29	19
Viaduto do Pistão sul até início BR 066	Riacho Fundo I	327.440,71	270
QSB 04 - Catedral Menino Jesus	Taguatinga	10.936,13	18
Viaduto da EPIA até Eixo Monumental	Brasília	19.403,89	16
Viaduto da EPIA até Eixo Monumental	Cruzeiro	368.883,66	426

Local	Região Administrativa	Valor total da obra [R\$]	Total de luminárias substituídas
Feira Permanente da Vicente Pires	Vicente Pires	74.818,40	62
Via de pedestre Pistão Norte da QNA à QND	Taguatinga	119.813,80	133
Parque Águas Claras	Águas Claras	266.248,40	389
Viaduto da EPIA até Universidade Mauá - EPTG	Guará	1.127.851,30	930
Universidade Mauá até Viaduto da SAMDU - EPTG	Taguatinga	664.762,07	590
Setor de Autarquias Sul quadras 1, 2 e 3	Plano Piloto	139.098,57	129
Parque Olhos D'água - SQN 413/414	Plano Piloto	50.418,19	88
Praça da Santa - AV. Alagado	Santa Maria	19.403,89	19
DF 009 / EPPN Via principal	Lago Norte	213.442,83	176
Praça Central do Taquari	Lago Norte	57.820,93	51
Vias próximas à Feira Permanente	Riacho Fundo I	73.979,73	62
Avenida Central do Riacho Fundo I AC 03 E 04	Riacho Fundo I	118.848,85	98
QI 23 até o Balão do Jardim Botânico	Lago Sul	14.552,92	12
Via EPPR até Barragem do Paranoá	Lago Norte	778.581,26	642
Avenida Alagado Total	Santa Maria	677.495,36	546
Praça das Palmeiras - Congresso Nacional	Plano Piloto	448.912,09	120
Via de ligação da L4 até Palácio da Alvorada	Brasília	329.870,97	282
Frente a Praça da Santa na AV. Alagados	Santa Maria	7.004,84	7
DF 009 / EPPN Via principal	Lago Norte	391.723,26	555
Vias próximas à Feira Permanente	Riacho Fundo I	50.134,66	84
Avenida Central do Riacho Fundo I AC 03 E 04	Riacho Fundo I	32.476,02	61
QI 23 até o Balão do Jardim Botânico	Lago Sul	164.399,40	230
Via EPPR até Barragem do Paranoá	Lago Norte	111.441,34	180
Via de ligação da L4 até Palácio da Alvorada	Brasília	72.217,79	121
Rua 06 Total	Vicente Pires	53.608,50	75
Rua 05 Total	Vicente Pires	85.773,60	120
Rua 08 Total	Vicente Pires	144.385,56	202
QI 05 - Acessos a residência Oficial do Governador	Lago Sul	274.057,37	408
Acesso para Escola de Música SGAS 602	Plano Piloto	41.964,73	63
SHIN QI 02 - Estacionamento do Pão de Açúcar	Lago Sul	30.716,48	29
W2 da 512 A 511 SUL	Plano Piloto	16.011,07	16
Parque Ecológico Ezechhis Henriger	Guará	137.883,44	134
Deck Norte - Setor Comercial	Lago Norte	115.039,07	104
Estacionamento do Estádio Valmir Campelo - Bezerrão	Gama	277.415,64	230
Praça dos Ipês	Plano Piloto	303.202,96	75
QSF1/QSF3 - adjacências Casa da Benção e SESC	Taguatinga	39.122,00	48
Áreas comerciais das quadras 202/203 E 216/316	Santa Maria	106.572,45	117
Estacionamento Externo da Fundação Bradesco	Ceilândia	5.371,57	9

Local	Região Administrativa	Valor total da obra [R\$]	Total de luminárias substituídas
Canteiro Central da Avenida Cedros	Riacho Fundo	150.858,64	125
Parque Denner	Guará	99.897,69	91
Vias de acesso para o Estádio Nacional	Plano Piloto	234.648,61	214
Várias ruas e bairros em São Sebastião	São Sebastião	490.123,61	764
Vila Cauhy total e Metropolitana	Núcleo Bandeirante	518.276,86	642
DF 150 até Balão de acesso a Fábrica	Fercal	189.922,92	165
Vila Rabelo e Setor de Mansões	Sobradinho II	157.501,88	314
Avenida Santa Maria total	Santa Maria	446.327,00	368
DF 483 - Via de ligação Santa Maria e Gama	Santa Maria	456.229,95	385
Escola Pompilho e acessos	Planaltina	98.018,86	204
Polo de modas	Guará	198.480,09	218
Vila Telebrasília e acessos	Plano Piloto	224.885,09	327
SQN 211 norte	Plano Piloto	54.192,02	90
CLS e SQS 306 SUL	Plano Piloto	95.463,31	162
DF 130 Avenida Erasmo de Castro até Vale do amanhecer	Planaltina	179.491,56	187
Avenida Sucupira e acessos	Riacho Fundo	396.694,50	440
Setor de Mansões AR1 e UPA	Sobradinho II	140.049,07	272
Vale do Amanhecer	Planaltina	277.415,64	321
Cruzeiro Velho Total	Cruzeiro	550.097,97	669
Complementação ruas internas e acessos	Candangolândia	500.704,61	723
Estações do Metrô	Samambaia	390.179,93	475
CSB e Quadras C1 a C2, Comercial Norte e Sul, CSG e Av. das Palmeiras	Taguatinga	828.908,21	1157
QS 1 à QS 03	Taguatinga	309.433,98	279
Lúcio Costa Total	Guará	246.959,35	338
Eixo Monumental Torre de TV até rodoviária	Plano Piloto	319.185,59	303
Guara I	Guará	51.468,48	72
	TOTAL	17.665.890,08	18.704

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Companhia Energética de Brasília é uma Companhia Holding, que além de deter participações nos negócios já mencionados, também presta serviços de iluminação pública para o Distrito Federal. Dentre as subsidiárias que compõem o grupo, a principal é a CEB Distribuição S/A, empresa concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica do Distrito Federal, que responde por cerca de 96% da Receita Bruta do Grupo CEB. Quando do fechamento do balanço de 2018, verificou-se que a CEB Distribuição S/A, no último trimestre de 2018, havia descumprido garantias contratuais regulatórias e societárias, colocando em risco a continuidade do negócio. Uma nova quebra de garantia econômico-financeira do Contrato de Concessão em 2019, ensejaria a abertura de processo de caducidade da concessão da CEB Distribuição S/A. Diante da situação de forte desequilíbrio econômico-financeiro da CEB Distribuição S/A, a Administração da empresa solicitou aporte de recursos ao controlador, em que foram aportados, R\$ 81.173 mil, em 28/06/2019. Adicionalmente, considerando a necessidade de mitigar o risco de quebra de garantias contratuais regulatórias pelo segundo ano consecutivo, em 2019, e evitar a abertura de processo de caducidade da concessão da CEB Distribuição S/A, a Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia Energética de Brasília – CEB, em 19 de junho de 2019,

deliberou por sobrestar as estratégias relativas à alienação das participações em sociedades geradoras de energia; e utilização dos recursos arrecadados para capitalizar a CEB Distribuição S/A, e determinou a realização de estudos para transferência do controle societário da CEB Distribuição S/A para a iniciativa privada, conforme fato relevante comunicado ao mercado, em 14 de maio de 2019. Para o ano de 2020, há a expectativa da finalização dos estudos e modelagens referentes à alienação da CEB Distribuição S/A e, posteriormente, sua consecução. Acerca das outras participações societárias, espera-se a continuidade dos bons resultados e, adicionalmente, a elaboração de estudos envolvendo projetos de geração de energia elétrica utilizando fontes alternativas como: biomassa de resíduo de madeira urbana, resíduos sólidos urbanos e usinas fotovoltaicas flutuantes. Com relação à iluminação pública, no início de 2019, o Governador do DF anunciou a continuidade do projeto de investimentos em iluminação pública que prevê a troca de todo o sistema do DF pela tecnologia LED. É prevista a incorporação de tecnologias de cidades inteligentes, com a distribuição de wi-fi e a possibilidade de instalação de câmeras de vigilância.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A CEB Lajeado S/A, ou simplesmente CEBLajeado, é uma Sociedade Anônima de capital fechado de direito privado, controlada pela Holding Companhia Energética de Brasília - CEB e coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS. A empresa desenvolve a atividade de geração de energia elétrica na condição de Produtor Independente e foi constituída em 22 de fevereiro de 2000. Sua criação foi autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006.

A CEB Lajeado S/A, em conjunto com a Lajeado Energia S/A e a Paulista Lajeado Energia S/A, são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco virgula trinta e um por cento) do capital social da Investco S/A, sociedade por ações constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede no município de Miracema, estado do Tocantins, na rodovia TO-Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93 ("Investco").

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são partes do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada entre a CEB Lajeado S/A, titular de 19,8%; Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%; Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93%; e a Investco titular de 1%, o que dá direito a cada uma das Concessionárias de comercializar um bloco de energia equivalente à sua participação na Concessão.

Por meio desse empreendimento de geração, a CEBLajeado tem contribuído para o suprir parte da energia demandada pela população do Distrito Federal, uma vez que aproximadamente 94% de toda a sua produção é vendida à CEB Distribuição S/A.

A CEB Lajeado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, tem sede e foro na cidade de Brasília-DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	8	0	0	0	8
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Outros - especificar	10	3	0	0	13
Subtotal	19	3	0	0	22
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	19	3	0	0	22

* O número de conselheiros administrativos cresceu de 3 para 7 em razão da Lei 13.303. O conselho fiscal permanece com 3 conselheiros. Os quatro novos membros que foram incorporados já fazem parte do Conselho de Administração da CEB, não acarretando, portanto, em custo adicional para a CEB Lajeado.

** A CEB Lajeado em sua Diretoria Executiva conta com três Diretores: Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Técnico e Diretor Geral.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
6063 - ENCARGOS DE ARRENDAMENTO DE USINA DA CEB LAJEADO	37000000,0	2030000,0	39030000,0	39006827,16
0001 - ENCARGOS DE ARRENDAMENTO DE USINA DA CEB LAJEADO--DISTRITO FEDERAL	37000000,0	2030000,0	39030000,0	39006827,16
6064 - ENCARGOS DE USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO	14100000,0	0	14100000,0	13746432,54
0001 - ENCARGOS DE USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO--DISTRITO FEDERAL	14100000,0	0	14100000,0	13746432,54
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	18500000,0	0	18500000,0	10639577,39
0008 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	18500000,0	0	18500000,0	10639577,39
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	69600000,00	2030000,00	71630000,00	63392837,09

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	54976000,0	-2530000,0	52446000,0	45994114,64
0008 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-- DISTRITO FEDERAL	54976000,0	-2530000,0	52446000,0	45994114,64
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	700000,0	-190000,0	510000,0	92565,00
0001 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-DA CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	700000,0	-190000,0	510000,0	92565,00
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	44000000,0	0	44000000,0	40325357,35
0001 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS-DA CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	44000000,0	0	44000000,0	40325357,35
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	99676000,00	-2720000,00	96956000,00	86412036,99

A Investco S/A é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Luís Eduardo Magalhães. Os sócios ordinários da Investco arrendam os ativos de geração com percentual correspondente à sua participação no Contrato de Concessão. O valor do arrendamento é variável, uma vez que tem como objetivo, além de remunerar os ativos da Usina e distribuir resultados aos seus acionistas, a cobertura das despesas operacionais, inclusa a depreciação, as amortizações e os encargos financeiros dos empréstimos obtidos pela Investco.

Os custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, representados pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, são controlados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50000,0	0	50000,0	0
5307 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB LAJEADO S.A- PLANO PILOTO .	50000,0	0	50000,0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2510000,0	690000,0	3200000,0	2896313,91
7018 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DA CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	2510000,0	690000,0	3200000,0	2896313,91
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	108900,0	70000,0	178900,0	149661,22
6996 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DA CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	108900,0	70000,0	178900,0	149661,22
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	700000,0	-80000,0	620000,0	354171,21
7251 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DA CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	700000,0	-80000,0	620000,0	354171,21

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	18000,0	10000,0	28000,0	17558,50
2599 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB LAJEADO- PLANO PILOTO .	18000,0	10000,0	28000,0	17558,50
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	100000,0	0	100000,0	41933,90
0014 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	5000,0	0	5000,0	0
8716 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEB LAJEADO-DISTRITO FEDERAL	95000,0	0	95000,0	41933,90
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	3486900,00	690000,00	4176900,00	3459638,74

Para atender as áreas Contábil, Fiscal, Trabalhista e Recursos Humanos, a CEBLajeado mantém contratos com empresas terceirizadas por possuir exclusivamente a licença de uso de sistemas para execução dessas tarefas.

Com a responsabilidade de cumprir os princípios da transparência, legalidade e economicidade, a Sociedade cumpre seu papel de dar publicidade aos seus atos, com a veiculação de suas matérias legais no Diário Oficial do Distrito Federal e em jornal diário de grande circulação, em conformidade com a Lei nº 3.184 de 29/08/2003 e do artigo 22, incisos I e II da Lei Orgânica do Distrito Federal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No final de novembro de 2018 o cenário hidroenergético do Sistema Integrado Nacional - SIN era desfavorável e indicava um déficit hidrológico significativo com ajuste do MRE (GSF) em torno de 87% para o ano de 2019, implicando em elevação de despacho de energia térmica e dos preços da energia, principalmente no segundo semestre do ano.

Neste sentido, a CEB Lajeado buscou uma proposta para mitigação dos efeitos do risco hidrológico no MCP-CCEE, ou seja, leilão de compra de energia para o ano de 2019, considerando uma janela de oportunidade para contratação de energia abaixo da tarifa que era de R\$192,67/MWh e bem abaixo do PLD médio de aproximadamente R\$288,00/MWh registrado em 2018, para composição de hedge hidrológico (seguro).

Foi promovido o Leilão Eletrônico de Compra de Energia n.º 03/2018 em 13/12/2018. No certame foram comprados 8,00 MW médios para o período de abril a dezembro de 2019 ao preço de R\$191,00/MWh.

Neste contexto, a aquisição deste montante de energia reduziu o impacto no Mercado de Curto Prazo - MCP para o período de abril a dezembro de 2019. Adicionalmente, a estratégia de sazonalização adotada para 2019 permitiu leilões de venda de energia em fevereiro e agosto de 2019. Em fevereiro foram vendidos 10,00 MW médios ao preço médio de R\$429,11/MWh. Em agosto foram vendidos 40,00 MW médios ao preço médio de R\$234,50/MWh.

Além da finalização do processo de adequação da Empresa a Lei 13.303 e alteração, aprovação do novo Estatuto Social, diversos documentos foram criados visando atender às determinações da referida Lei. Ela estabelece uma série de mecanismos de transparência e governança a serem observados pelas estatais, como códigos de conduta, práticas de gestão de risco, regras para divulgação de informações, constituição e funcionamento dos conselhos, formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade.

Outro ponto a ser destacado, novamente, foi a distribuição integral de lucros aos acionistas CEB Holding e ELETROBRAS, por meio de Dividendos, Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Partes Beneficiárias. A CEBlajeado é tributada pelo Lucro Real, com recolhimento do Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL por estimativa mensal, ajustando-se no Balanço Anual o imposto devido. Os impostos PIS e COFINS são calculados diretamente sobre o faturamento, conforme previsto na legislação tributária.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A execução orçamentária da empresa mostrou-se bem próxima da previsão na maioria de suas ações, atingindo a média de 88,7% de sua realização até 31/12/19. As poucas interferências que ocorreram visaram assegurar seu desempenho operacional e se adequar aos ajustes contábeis da Empresa em 2019 por meio de remanejamento de recursos entre as contas de custeio – fonte 510 – Geração Própria.

A empresa deve apresentar em 2020 um crescimento na sua rentabilidade, sujeito as condições climáticas, mantendo um ganho expressivo aos acionistas. As distribuições de resultado deverão se manter na totalidade do seu lucro após as reservas obrigatórias.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília/DF, é uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital no 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.

A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do Governo do Distrito Federal que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-chave na busca do desenvolvimento sustentado, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região. Esse modelo, cristalizado na CEBGAS, buscou conciliar o preceito Constitucional – que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado - com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e ao mesmo tempo, com uma solução que contemplasse as limitações dos recursos públicos para investimento.

Associando-se à iniciativa privada por meio da TERMOGÁS S.A., e contando também com a participação da PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO, o governo distrital, por intermédio da Companhia Energética de Brasília – CEB, deu o passo definitivo para a viabilização do suprimento desse energético diferenciado para o Distrito Federal.

A responsabilidade social e ambiental é premissa fundamental do nosso negócio. A distribuição do Gás Natural Veicular – GNV, principal produto comercializado, tem uma importância estratégica para a população do Distrito Federal, pois atende à população preocupada com a preservação ambiental e com a economia dos custos de transporte, especialmente a classe dos motoristas profissionais de veículos de aluguel e de aplicativos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	1	0	1
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	13	0	13
Subtotal	1	0	14	0	15
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	1	0	14	0	15

Na Força de Trabalho da CEBGAS, além de uma Comissionada sem vínculo efetivo, estão incluídos no item "Outros", os Administradores da Companhia: 5 (cinco) membros do Conselho de Administração e 3 (três) Diretores, os 3 (três) membros do Conselho Fiscal e 2 (duas) colaboradoras terceirizadas que prestam serviços nesta unidade, uma como Auxiliar

Administrativa e Financeira e outra como Auxiliar de Serviços Gerais e 1(um) estagiário de Nível Médio.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2397 - AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL	11794841,0	0	11794841,0	6006460,72
0001 - AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	11794841,0	0	11794841,0	6006460,72
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	11794841,00	0,00	11794841,00	6006460,72

O Distrito Federal não é abastecido por gasoduto de transporte que possa garantir o suprimento contínuo de gás, e até que o processo de implantação deste se materialize, a solução que vem sendo utilizada pela CEBGAS para atendimento ao segmento veicular no Distrito Federal é o suprimento de estoques de gás natural liquefeito.

O gás natural liquefeito - GNL é suprido para a CEBGAS pela empresa GNL GEMINI Logística e Comercialização de Gás Ltda - GásLocal, uma sociedade formada entre a WHITE MARTINS, PETROBRAS e GASPETRO, cuja sede e planta de liquefação de gás natural se situa na cidade de Paulínia/ SP.

O transporte do GNL é feito por carreta seguindo padrões internacionais de segurança pessoal e do meio ambiente, condições importantes para a garantia do suprimento e, desta forma, do atendimento perene da oferta, que, no ano de 2019, alcançou um volume de 2.289.490 m³.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1632 - VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO	M ³ /DIA	6.000	30/06/2015	MENSAL	6.000	5.109	7.000	3.966	7.500	5.115	8.000	6.046	CEBGAS / UO 22210 / OE 3 / UO 22210 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Redução progressiva do consumo de GNV no Distrito Federal pela inexistência de suprimento de gás natural por gasoduto de transporte, a não implantação de mais um posto de GNV que permitiria a expansão e diversificação geográfica da distribuição do produto, as dificuldades existentes para conversão de veículos e a pouca competitividade frente aos outros combustíveis.</p> <p>2017 - No exercício de 2017 ainda persistem as justificativas apontadas no ano de 2016, acrescidas pelas dificuldades econômicas e políticas ocorridas no cenário nacional.</p> <p>2018 - Embora tendo registrado um crescimento de 29% no volume comercializado, ainda não foi possível alcançar a meta, em virtude da redução progressiva do consumo de GNV e da baixa competitividade frente aos demais combustíveis;</p> <p>2019 - Houve uma retomada na comercialização do Gás Natural, representando um acréscimo de 18,2% do volume de venda em comparação 2018. Mesmo assim, não foi suficiente para o alcance da meta prevista em razão dos motivos apontados nos exercícios anteriores e do fechamento de um posto revendedor.</p>													

2019- Houve uma retomada na comercialização do Gás Natural, representando um acréscimo de 18,2% do volume de venda em comparação a 2018. Mesmo assim, não foi suficiente para o alcance da meta prevista em razão dos motivos apontados nos exercícios anteriores e do fechamento de um posto revendedor.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	48000,0	0	48000,0	0
7062 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	48000,0	0	48000,0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	48000,00	0,00	48000,00	0,00

Não foram feitos ressarcimentos, indenizações e restituições no ano de 2019.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	51648,0	0	51648,0	17663,33
0005 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO--DISTRITO FEDERAL	51648,0	0	51648,0	17663,33
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	345598,0	0	345598,0	134973,84
8771 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	345598,0	0	345598,0	134973,84
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	60000,0	0	60000,0	14313,20
9588 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	60000,0	0	60000,0	14313,20
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	839913,0	0	839913,0	450201,14
9695 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	839913,0	0	839913,0	450201,14
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	80000,0	0	80000,0	3305,58
0008 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	80000,0	0	80000,0	3305,58
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	60000,0	0	60000,0	26422,08
8714 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	60000,0	0	60000,0	26422,08
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	1437159,00	0,00	1437159,00	646879,17

Os demais Programas de Ação da unidade foram realizados em consonância com o previsto, segundo às necessidades da CEBGAS para o ano de 2019. O programa de Bolsa Estágio contemplou 2 estudantes. As despesas relativas à publicidade referem-se à publicação de atos administrativos e das Demonstrações Financeiras no DODF e no Valor Econômico, e os demais gastos foram realizados com Administração de Pessoal e manutenção dos Serviços Administrativos da Companhia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Foram iniciados estudos sobre a produção e distribuição do Gás Natural através de resíduos orgânicos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A CEBGAS vem acompanhando a evolução da regulação do biogás e do biometano, que está sendo debatida pelas entidades interessadas neste mercado emergente no Brasil, como uma das alternativas viáveis ao gás natural liquefeito, de forma a suprir o mercado de gás natural do Distrito Federal de forma contínua, segura e com preços competitivos aos demais combustíveis.

Algumas ações de resultado em longo prazo vêm sendo tomadas pela Companhia no sentido de tornar competitivo o gás natural não somente pelo foco no preço, mas em valor agregado, incluindo a melhoria ambiental. Essas ações abrangem a busca por fontes alternativas a divulgação do produto e ações de fomento governamentais.

A meta da gestão da Companhia para 2020 é continuar a prospecção para atendimento aos demais mercados e desenvolver esforços com vistas à melhoria e fomento do gás natural veicular para o Distrito Federal.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A CEB Distribuição S/A (CEB D) é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília (CEB) e tem por objeto a distribuição e comercialização de energia elétrica no Distrito Federal, nos termos do Contrato de Concessão nº 66/1999 – Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O prazo de concessão foi prorrogado até 7 de julho de 2045, de acordo com o 4º Termo Aditivo, de 9 de dezembro de 2015. Criada pela Lei Distrital nº 2.710, de 24/05/2001, e constituída por intermédio de escritura pública de 20/06/2005, a CEB D é uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, regulada conforme normatização do Ministério das Minas e Energia (MME) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão fiscalizador da sua concessão. Seus ativos são resultantes da versão de parte do patrimônio da CEB, em função da reestruturação societária realizada em 12/01/2006, nos termos das Resoluções nº 167/2001, nº 593/2002, nº 22/2003 e da Resolução Autorizativa nº 318/2005, da ANEEL. A área de concessão da CEB D abrange todo o Distrito Federal, dividido em 31 regiões administrativas, com uma extensão de 5.801 km², e atende 1.082.454 clientes (nov/2019).

A Distribuidora tem o seguinte objeto estabelecido em seu Estatuto:

- I. distribuir e comercializar energia elétrica no Distrito Federal - nos termos do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério de Minas e Energia - MME, com interveniência e anuência da Companhia Energia Elétrica de Brasília - CEB;
- II. desenvolver atividades nos diferentes campos da energia elétrica, para exploração econômica, construindo e operando sistemas de distribuição, em todo o Distrito Federal ou em outras áreas que lhe sejam concedidas;
- III. garantir o suprimento de energia ao mercado consumidor, contribuindo para a promoção e o incentivo do desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal ou de outras áreas, com qualidade e continuidade dos serviços de distribuição;
- IV. apoiar e incentivar estudos e pesquisas de desenvolvimento de energia elétrica e promover o fomento e a implantação de programas de eficiência de energia elétrica; e
- V. promover a absorção de novas tecnologias disponíveis, visando à redução dos custos operacionais, à melhoria da eficiência do abastecimento de energia e da qualidade de vida, prevalecendo àquelas compatíveis com a política ambiental e seu objeto social.

Centrada na melhoria da qualidade do serviço prestado aos seus clientes e no saneamento econômico e financeiro da Distribuidora, a CEB D foca seus esforços para melhor atender à sociedade do Distrito Federal e revisa, periodicamente, o seu planejamento estratégico, o qual apresenta a seguinte Missão: Prestar serviços de energia elétrica que atendam o padrão de qualidade e confiabilidade exigido pela população, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal e assegurando a justa remuneração do capital investido". Com um horizonte de 5 anos, o planejamento da CEB D tem como um dos objetivos estratégicos posicionar-se entre as melhores empresas distribuidoras de energia elétrica brasileiras, cuja Visão Estratégica explicita: "Ser uma das melhores concessionárias dos serviços de energia elétrica do Brasil, reconhecida pelos seus consumidores, órgão regulador e outros concessionários". Para alcançar sua Visão de Futuro, a CEB D se estrutura nos seguintes pilares organizacionais: Primazia do cliente – Orientar a empresa para as demandas dos seus consumidores atuais e potenciais; Sustentabilidade econômico-financeira – Obter lucro suficiente para asseverar, sempre, a justa remuneração do capital investido; Parcimônia na gestão – Assegurar a racionalidade nas operações da empresa; Qualidade de serviços – Garantir qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços; Ética e transparência – Evoluir continuamente nos níveis de governança; e, Sustentabilidade – Assegurar a responsabilidade socioambiental. Nesse contexto, privilegia, ainda, um relacionamento com a força de trabalho

alicerçado na competência e na produtividade. Com base no planejamento estratégico, foi possível definir projetos e ações que visam à correção de rumos e a busca permanente do equilíbrio operacional e econômico-financeiro da Empresa. As ações manifestam, de forma clara e objetiva, as transformações necessárias na CEB D para garantir a sua sustentabilidade e perpetuidade, sempre com o foco na prestação de um serviço de excelência à sociedade do Distrito Federal. O novo ciclo político e as adversidades econômicas pelas quais o País está passando colocam às empresas a necessidade de buscar novos ângulos de visão para captar oportunidades que, muitas vezes, não são observadas no dia-a-dia. Por isso, apontar o caminho e disseminar boas práticas faz parte da Visão da CEB D. Para tanto, a principal ferramenta será o conhecimento compartilhado como mecanismo que apoia as tomadas das melhores decisões. Nesse sentido, a administração da CEB D, com ênfase na visão de longo prazo – obtida por meio de estudos prospectivos materializados no Plano de Negócios do Período de 2019 a 2023, estabeleceu orientações articuladas para tornar a Distribuidora sustentável com relação aos aspectos econômico-financeiros e da qualidade dos serviços prestados.

No Plano, estão definidos os seguintes objetivos:

- Busca da racionalidade operacional, eliminando os prejuízos recorrentes;
- Eficiência com relação à qualidade do serviço;
- Modernização, segurança, automatização, inteligência e contingência da Rede de Energia Elétrica;
- Elevação do padrão de atendimento ao consumidor;
- Aumento da produtividade da mão de obra; e,
- Melhoria e sistematização dos controles internos da concessionária.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	66	21	148	651	886
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	3	0	0	1	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	3	0	0	0	3
Estagiários	0	0	45	0	45
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	42	0	42
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	72	21	235	652	980
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	55	0	55
Total Geral	72	21	180	652	925

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	138147000,0	-5000000,0	133147000,0	37010115,0
0315 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA--DISTRITO FEDERAL	138147000,0	-5000000,0	133147000,0	37010115,0
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	4317391936,0	-61395000,0	4255996936,0	3717877092,0
0003 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	4317391936,0	-61395000,0	4255996936,0	3717877092,0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4455538936,00	-66395000,00	4389143936,00	3754887207,00

O planejamento das obras realizadas pela CEB D no sistema elétrico, para o período, teve suas demandas compiladas do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), apresentado anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com um horizonte de 5 e 10 anos, esse plano é composto por previsão de investimentos nas redes de média e baixa tensão, além das ações do sistema de alta tensão. Os estudos que alicerçaram esse planejamento fizeram uso de análises mercadológicas acerca do consumo e, conseqüentemente, da carga a ser disponibilizada, bem como da condição dos sistemas elétricos que abastecem os clientes da CEB D. As análises adotaram como premissas básicas a garantia do fornecimento de energia elétrica à população do Distrito Federal e a qualidade do serviço de distribuição aos seus clientes, tendo como condição de contorno os recursos destinados ao investimento no sistema elétrico definidos no Plano de Negócio.

Implantação de Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica

Sobre os projetos referentes às melhorias da rede de distribuição aérea, as principais realizações foram:

- Executado 100% do 5º Termo Aditivo Contrato 0180/2013 – CEB D – Construção e Reforma de Redes Aéreas em serviços de expansão e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica;
- Executado 100% do 5º Termo Aditivo Contrato 0181/2013 – CEB D – Construção e Reforma de Redes Aéreas em serviços de expansão e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica;
- Executado 100% do Contrato 01/2019 – GRAR – Construção e Reforma de Redes Aéreas em serviços de expansão e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica;
Executado Contrato 002/2015 – CEB D em Construção e Reforma de Redes Aéreas;
- Foram aplicados materiais em obras de expansão e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica.

Quanto aos projetos referentes às melhorias da rede de distribuição subterrânea, as principais realizações foram:

- Executado 95,84% do Contrato Nº 047/2015-CEB D – Construção, Reforma e/ou Expansão de rede subterrânea de distribuição nas tensões de até 34,5 kv e de estações transformadoras nas tensões de até 15kv.
- Encaminhado para a licitação a contratação de Construção, Reforma e/ou Expansão de rede subterrânea de distribuição nas tensões de até 34,5 kv e de estações transformadoras nas tensões de até 15kv.

Sobre os projetos de sub transmissão, as principais atividades foram:

- Implantação da Linha de Distribuição Aérea 138 kV Brasília Leste x Itapoã:
 - Obra iniciada em janeiro de 2018 e energizada em maio de 2019.
 - Objetivo: Atender o plano de expansão de suprimento de energia da CEB D, bem como atender a cláusula 5ª do quarto termo aditivo do Contrato de Concessão;
 - Regiões Beneficiadas: Região do Itapoã e proximidades;
- Implantação da Linha de Distribuição Aérea 138kV Brasília Leste x Mangueiral-Brasília Centro-06:
 - Obra iniciada em janeiro de 2018; porém, por problemas financeiros da Contratada e da inexecução parcial do contrato, foi aberto processo de rescisão unilateral do contrato. Rescindido o contrato, será iniciado novo processo licitatório para contratação dos serviços pendentes para a conclusão da obra.
 - Objetivo: Atender o plano de expansão de suprimento de energia da CEB D, atendimento ao critério N-2, bem como atender a cláusula 5ª do quarto termo aditivo do Contrato de Concessão;
 - Regiões Beneficiadas: Área central de Brasília e regiões supridas pela SE Mangueiral, como Lago Sul, Jardim Botânico, São Sebastião, Paranoá;
- Implantação da Linha de Distribuição Aérea 138kV Itapoã x Sobradinho Transmissão:
 - Projeto Básico finalizado e o processo se encontra na fase interna de licitação.
 - Objetivo: Atender o plano de expansão de suprimento de energia da CEB D, atendimento ao critério N-2, bem como atender a cláusula 5ª do quarto termo aditivo do Contrato de Concessão;
 - Regiões Beneficiadas: Região Leste do Distrito Federal;
- Implantação da Linha de Distribuição Subterrânea/Sublacustre 138kV Brasília Leste x Brasília Cento-06:
 - Projeto Básico finalizado e o processo se encontra na fase interna de licitação.
 - Objetivo: Atender o plano de expansão de suprimento de energia da CEB D, atendimento ao critério N-2, bem como atender a cláusula 5ª do quarto termo aditivo do Contrato de Concessão;
 - Regiões Beneficiadas: Área central de Brasília;
- Implantação da Subestação Polo JK 138/13,8kV – 64MVA:
 - Obra iniciada em janeiro de 2019 e com previsão de conclusão para abril de 2020.
 - Objetivo: Execução de infraestrutura de energia elétrica no âmbito do Programa PROCIDADES do GDF, com execução do contrato pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE;
 - Regiões Beneficiadas: Polo JK e proximidades;
- Implantação da Linha de Distribuição Aérea 138kV Santa Maria x Polo JK x Mangueiral:
 - Projeto Básico finalizado e licitado. Ambas as empresas proponentes foram desabilitadas tecnicamente e será atualizado o orçamento para nova licitação.
 - Objetivo: Execução de infraestrutura de energia elétrica no âmbito do Programa PROCIDADES do GDF, com execução do contrato pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE;
 - Regiões Beneficiadas: Polo JK e proximidades;
- Ampliação da Subestação Ceilândia Norte 138/13,8kV – 64MVA:

- Obra iniciada em março de 2019 e com previsão de conclusão para maio de 2020.
- Objetivo: Instalação de dois bays de linha para melhor operação da subestação e robustez do sistema;
- Regiões Beneficiadas: Ceilândia, Taguatinga Norte e proximidades;
- Implantação da Nova Subestação 08 34,5/13,8kV – 50MVA:
 - Obra iniciada em dezembro de 2019 e com previsão de conclusão para outubro de 2020.
 - Objetivo: Remanejamento de todas as cargas da atual SE 08 para a sua completa desativação e liberação do lote da Usina Térmica da CEB Geração para entrega ao particular.
 - Regiões Beneficiadas: Setor de Indústrias e Abastecimento - SIA;
- Projeto Executivo da Linha de Distribuição Aérea 138kV Brasília Leste x Rajadinha:
 - Projeto Básico finalizado e processo se encontra na fase interna de licitação. Processo suspenso para maiores estudos sobre o prazo e a necessidade de construção do empreendimento.
 - Objetivo: Recurso operativo e atendimento das cargas de 69kV da região leste do Distrito Federal.
 - Regiões Beneficiadas: Região Leste do Distrito Federal;

Em relação às ações de manutenção, foram realizadas substituições de transformadores, chaves, postes e condutores em todo o Distrito Federal, em especial nas regiões leste e oeste. Foram realizadas podas de árvores próximas às redes de distribuição e a limpeza de faixas de servidão de linhas. A CEB D desenvolveu diversas atividades de manutenção preventiva, corretiva e melhorias em redes, linhas e subestações de distribuição. Foram realizadas, ainda, reformas civil e eletromecânica de estações transformadoras de redes subterrâneas, substituição de disjuntores de alta tensão, retrofit de relés eletromecânicos para digitais.

Aquisição de Energia Elétrica para o DF

A Tabela "Consumo acumulado por Classe de Clientes" explicita o resultado do mercado da CEB D, acumulado no ano de 2019 (até nov/2019). Neste período, houve retração de 0,52% no consumo cativo, comparando-se com o ano anterior (até nov/2018). Destaca-se para este resultado a classe industrial que, apesar de apresentar pequena participação no consumo total, indicou variação de -21,52%, explicada pela migração dos consumidores, que buscam no Ambiente de Contratação Livre (ACL) a redução dos seus custos. A classe residencial, com a maior participação no consumo da CEB D (40,50%), cresceu 0,58% e o número de consumidores elevou-se em 0,30%, conforme Tabela "Variação no número de clientes". Apenas as classes Poder Público, Serviço Público e Residencial apresentaram variação positiva no consumo (+2,40%, 6,73% e 0,58% respectivamente).

Consumo acumulado por Classe de Cliente

Classes	Consumo até nov/2018 (MWh)	Consumo até nov/2019 (MWh)	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	2.059.037	2.071.058	0,58	40,50
Industrial	97.534	76.546	-21,52	1,50
Comercial	1.616.573	1.592.564	-1,49	31,14
Rural	127.931	126.211	-1,34	2,47
Poder Público	529.317	542.014	2,40	10,60
Iluminação Pública	424.971	401.047	-5,63	7,84
Serviço Público	284.320	303.461	6,73	5,93
Próprio	1.188	1.155	-2,79	0,02
Total	5.140.871	5.114.055	0,52	100,00

Fonte: Superintendência de Mercado e Tarifa - SMT

Variação no número de clientes

Cliente	Número de Clientes nov/2018	Número de Clientes nov/2019	Variação nov/2019 nov/2018 (%)	Nº de Ligações nov/2018	Nº de Ligações nov/2019	Variação nov/2019 nov/2018 (%)
Residencial	946.417	949.022	0,28	19.670	2.606	-86,76
Industrial	1.449	1.401	-3,31	-102	-48	-52,94
Comercial	113.854	114.842	0,87	3.345	988	-70,46
Rural	10.680	10.693	0,12	173	13	-92,49
Poder Público	6.450	.080	-5,74	131	-370	-382,44
Iluminação Pública	20	23	15,00	1	3	200,00
Serviço Público	343	352	2,62	6	9	50,00
Próprio	46	41	-10,87	-1	-5	400,00
Total	1.079.259	1.082.454	0,30	23.223	3.195	-86,24

Fonte: Superintendência de Mercado e Tarifa - SMT

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	256803306,0	23895000,0	280698306,0	251197489,0
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-- PLANO PILOTO .	256803306,0	23895000,0	280698306,0	251197489,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	256803306,00	23895000,00	280698306,00	251197489,00

No decorrer de 2019, a Companhia arcou com seus compromissos financeiros de empréstimos bancários referentes às amortizações e encargos do período.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	8853000,0	0	8853000,0	1876471,0
2530 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB DISTRIBUIÇÃO-DISTRITO FEDERAL	8853000,0	0	8853000,0	1876471,0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	5000000,0	5000000,0	2619574,0
9548 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB DISTRIBUIÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	5000000,0	5000000,0	2619574,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	193156086,0	34000000,0	227156086,0	199865032,0
6994 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO .	193156086,0	34000000,0	227156086,0	199865032,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	15789575,0	3500000,0	19289575,0	16282431,0

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
6985 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO .	15789575,0	3500000,0	19289575,0	16282431,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	191871579,0	0	191871579,0	132909888,0
6987 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO .	191871579,0	0	191871579,0	132909888,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	23797694,0	0	23797694,0	17122272,0
2616 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO .	23797694,0	0	23797694,0	17122272,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3010000,0	0	3010000,0	152317,0
6971 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL - CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO .	3010000,0	0	3010000,0	152317,0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	436477934,00	42500000,00	478977934,00	370827985,00

Modernização de Sistemas de Informação

- Execução do Estudo Técnico para Modernização dos Sistema Comercial (GCO) – Billing para a CEB D, prevendo a substituição do sistema atual pelo levantamento de requisitos baseado em mapeamento de processos;
- ERP/SAP – Melhorias nos módulos de Controladoria, Obras e Financeiro com o objetivo principal de adequar as necessidades e mudanças regulatórias;
- Ampliação do Sistema de despacho de serviços comerciais em campo para outros serviços;
- Melhorias no sistema comercial para realização do programa RECUPERA;
- Modernização do Sistema de Gestão de Projetos Online para ampliação da captação de projetos de Geração Distribuída – GD;
- Modernização do Data Center – Realização de licitação para aquisição do novo Data Center Modular, a contratação irá possibilitar a alta disponibilidade do ambiente e a movimentação no caso de estratégia de mudança de endereço;
- Finalização da substituição dos microcomputadores por meio da aquisição de novos desktops, retirando de operação computadores implantados em 2009, 2010 e 2011 que estão obsoletos e sem garantia.;
- Implantação da solução de Backup e Storage para garantia da disponibilidade de dados e ampliação da capacidade de armazenamento;
- Processo de aquisição de notebooks para mobilidade da operação nas subestações e deslocamentos de equipes técnicas de Manutenção e Telecomunicação. Atualização da versão do Mobile com disponibilização de novos serviços. (Comunicado de Poda de árvore, Furto de Energia e Iluminação Pública).

Aquisição de Equipamentos

A CEB D adquiriu móveis/utensílios e veículos para a operação dos serviços prestados à Comunidade.

Administração de Pessoal

A CEB D tem, relativamente a recursos humanos, o objetivo de promover meios de excelência do seu potencial, tendo como princípio a valorização, a integridade e o comprometimento pessoal e das equipes, estimulando o ritmo e a natureza das mudanças organizacionais. Os principais projetos executados em 2019 foram voltados para capacitação, saúde e segurança no trabalho dos empregados e o fiel cumprimento dos dispositivos normativos.

Até dezembro, foram contratados 28 (vinte e oito) empregados para diversas áreas da empresa, oriundos do Concurso Público realizado em 2012, bem como foram demitidos 51 (cinquenta e um) empregados, nas seguintes modalidades:

Manutenção de projetos sociais: 45 (quarenta e cinco) estagiários e 41 (quarenta e um) jovens aprendizes.

Concessão de Benefícios a Servidores

Os empregados da empresa foram contemplados com os seguintes benefícios: auxílio creche, auxílio babá, auxílio transporte, auxílio escolar, plano assistencial de saúde e vale refeição/alimentação. Exames Médicos Ocupacionais previstos no PCMSO são realizados pelos empregados em um mesmo local, no mesmo dia, reduzindo o absenteísmo. Realização de Campanhas de Qualidade de Vida, tais como:

- Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs;
- Campanha Maio Amarelo - Na Rede Elétrica, Prudência e Confiança. No Trânsito, Paciência e Segurança;
- Vacinação contra a Gripe;
- Contra Assédio Sexual e Moral;
- Prevenção das Doenças Crônicas não Transmissíveis;
- Anti-tabagismo;
- Prevenção do Câncer e outras, direcionadas para mais de 1000 colaboradores, abrangendo empregados e prestadores de serviços.

Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

Ampliação do número de atendentes e tele atendentes, com o objetivo de redução do tempo de espera. Essa qualidade é percebida pela avaliação que o consumidor realiza quando do término do atendimento telefônico e presencial.

A política da qualidade da CEB D visa buscar a excelência no atendimento, utilizando práticas isonômicas, concisas, seguras, corteses e céleres. Assegura padrões de qualidade estabelecidos pela agência reguladora e contribui para a melhoria contínua dos processos, para a satisfação dos clientes e para a eficácia do sistema de gestão.

Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Gestão contratual: execução da Avaliação de Viabilidade sobre os contratos de serviços de natureza contínua, em atenção as boas práticas e a IN 01 de abril de 2019. Mantida a fiscalização pelo Relatório de Acompanhamento Mensal de Serviços – RAMS, voltado aos procedimentos de execução e controle, orientado pelas lições aprendidas nas contratações anteriores e fundamentado no Projeto básico.

Execução do PDTI 2019 - em atendimento ao Decreto do Distrito Federal nº 33.528, de 10 de fevereiro de 2012, a CEB estabeleceu um comitê denominado de CETIC, que é o órgão responsável por orientar, validar e monitorar os planejamentos de TI, garantindo um alinhamento com o planejamento estratégico da empresa. Durante 2019, o CETIC foi recomposto por novos membros titulares e suplentes para construção do PDTI 2020.

Obrigações Fiscais e Regulatórias: integração de sistemas corporativos, especialmente para compreensão de novas obrigações legais como o caso do SPEED Fiscal, SAMP, CND e BDGD Aneel.

Governança de TI: Aprimoramento da gestão de riscos baseadas na matriz de riscos de TI e gestão centralizada pelo Service Desk (ITIL).

Gestão Orçamentária de TI: Manutenção do modelo centralizado de planejamento e execução orçamentária (Programático em conformidade com o PDTI) com controle via Forecast trimestral.

Recomposição parcial do quadro de pessoal da STI com a nomeação de assistente administrativo para atendimentos das demandas.

Publicidade e Propaganda

Os temas de utilidade pública Riscos e Perigos da Rede Elétrica, Uso Racional de Energia Elétrica, Direitos e Deveres do Consumidor, Ressarcimento de Danos, Desligamentos Programados e Canais de Atendimento (campanha App CEB Distribuição) foram trabalhados o ano inteiro nas nossas redes sociais.

Neste ano, iniciamos uma nova série de publicações nas redes sociais, abordando o trabalho cotidiano da Distribuidora. Diversos posts mostrando serviços de manutenção, obras e atuação em situações de emergência (plantão), mostraram ao consumidor que a CEB D atua todos os dias na melhoria do fornecimento de energia para o Distrito Federal.

O tema "Desligamento Programado de Energia" mais uma vez esteve em destaque, com divulgação diária ampliada, além de post no Twitter, agora também nos Storys do Instagram e Facebook. Além das redes sociais, continuou a ser divulgado diariamente no site institucional e com divulgação espontânea em jornais. O carro de som continuou circulando pelas regiões do Distrito Federal em que estavam programados os desligamentos, reforçando o aviso.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Além da sua responsabilidade de distribuir energia elétrica ao Distrito Federal, a CEB D promove qualidade de vida e o desenvolvimento do Estado, tendo como forte aliança nesse processo o diálogo ético e transparente com suas partes relacionadas: clientes, acionistas, empregados, colaboradores, fornecedores, governo e sociedade.

Para isso, a empresa utiliza diversos meios e canais de relacionamento, que fortalecem a gestão corporativa e melhoria da qualidade da prestação do serviço, promovendo o acesso às informações e serviços para o ambiente interno e externo.

Como principais instrumentos merecem ser destacados, para o ambiente externo, as suas agências de atendimento, o atendimento telefônico por meio do Call Center, o seu site na internet (www.ceb.com.br) e a Ouvidoria. No ambiente interno, a intranet constitui importante meio de comunicação aos empregados e colaboradores com notícias atualizadas da empresa.

A CEB D implementa, constantemente, ações voltadas à otimização da excelência do atendimento aos seus consumidores, colocando à disposição da população postos de atendimento nas unidades dos Na Horas, localizados nas Regiões Administrativas de Ceilândia, Gama, Riacho Fundo, Rodoviária, Sobradinho e Taguatinga, além de Agências localizadas no Plano Piloto, Brazlândia, Guará, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Paranoá, Samambaia, São Sebastião e Santa Maria, os quais, em conjunto com o Call Center, constituem fundamental estrutura que garante o bom atendimento e a satisfação dos consumidores.

A sua estrutura de atendimento expande-se ao universo virtual com a construção de uma Agência On line em que o consumidor pode acessar serviços, até então só disponibilizados em seus postos presenciais, num ambiente responsivo, adaptado à utilização em tablets e smartphones. Seguindo essa evolução, ainda se pode mencionar o lançamento de seu aplicativo para smartphones e tablets que, em conjunto com a Agência On Line, constituem importantes ferramentas para o consumidor, que nem sempre dispõe de tempo para visitar nossos postos de atendimento, ou que busca um atendimento mais intuitivo e personalizado, sendo ampliado anualmente a quantidade de serviços, com o intuito de agilizar o atendimento, bem como oferecer conforto aos consumidores do Distrito Federal.

A busca da satisfação do cliente é marca da companhia, que é certificada pela ISO 9001:2008 em seu processo de coleta e tratamento das reclamações oriundas de seus consumidores, permitindo conhecer detalhadamente seus anseios e necessidades, ajustando processos e procedimentos, de modo a garantir uma experiência sempre positiva no relacionamento com a Distribuidora.

Os contratos de concessão firmados pelas empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com a União estabelecem obrigações e encargos perante o Poder Concedente. Parte dessas obrigações consiste em aplicar anualmente o montante de, no mínimo, 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL, em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica, o que consiste no Programa de Eficiência Energética das Empresas de Distribuição, e na promoção de inovação que estimula a pesquisa e desenvolvimento no Setor Elétrico Brasileiro, explicitado pelo Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D. As diretrizes para elaboração dos Programas são aquelas definidas na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, bem como aquelas contidas nas resoluções da ANEEL específicas para eficiência energética e P&D.

2.1.1 Programa de Eficiência Energética (PEE)

O Programa de Eficiência Energética - PEE da CEB D é executado anualmente em atendimento à cláusula do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica, à Lei nº 9.991/2000, à Lei nº 11.465/2007 e à Lei nº 12.212/2010. A legislação aplicável à matéria determina que as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica devem aplicar, anualmente, o valor equivalente a 0,4% (zero vírgula quatro por cento) de sua receita operacional líquida anual no desenvolvimento de programas para o incremento da eficiência energética no uso final de energia elétrica, por meio de projetos executados em instalações de consumidores. Os critérios para aplicação dos recursos e procedimentos necessários para apresentação do Programa à ANEEL estão estabelecidos no PROPEE, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL n.º 830/2018.

• Projeto FAB Ala 1

Em evidência nesta chamada tem-se o projeto de eficiência energética com a Força Aérea Brasileira o qual possui um investimento expressivo comparado com os demais projetos contratados e já executados pela CEB D.

A Força Aérea Brasileira, no contexto do Ministério da Defesa, e em sinergia com as demais Forças Armadas, desempenha, por intermédio do Programa de Eficiência Energética (PEE), um papel relevante na proteção do meio ambiente, estabelecendo normas e fiscalizando a sua devida execução, promovendo boas práticas por todas as Unidades Militares e oferecendo qualificação profissional adequada.

No total serão investidos R\$ 5.096.330,90 em ações de eficiência, sendo que R\$ 3.935.746,08 serão aplicados com recursos do Programa de Eficiência Energética da ANEEL, R\$ 1.057.755,30 será de recursos próprios da FAB e R\$ 102.829,52 de custos operacionais da CEB D contabilizados no Programa ANEEL.

As ações de eficiência energética previstas neste Projeto contemplam os sistemas de Iluminação, Condicionamento Ambiental e Aquecimento da Água, além da implantação de uma mini-central de geração fotovoltaica, com potência instalada de 621,09kWp.

Além das ações relacionadas diretamente à aquisição e substituição de equipamentos, também serão realizadas ações de treinamento e capacitação de funcionários sobre as ações de eficiência energética implantadas, sobre o programa de eficiência energética e operação de todos os novos equipamentos

Com isso, pretende-se atingir uma redução de aproximadamente 98,7% do consumo atual de energia elétrica na unidade consumidora, o equivalente a 1.741,54 MWh/ano. Adicionalmente, por meio dessas ações será possível dar exemplo de sustentabilidade e conservação de energia para os servidores, governo e comunidade.

• Chamada Pública de Projetos de EE 2019

A CEB D publicou em seu site o edital da Chamada Pública do EE 2019 no dia 27/12/2019. Conforme previsto no referido edital foi previsto um orçamento de R\$ 6.000.000,00 para o

desenvolvimento de projetos, serão distribuídos R\$5.000.000,00 para clientes de Iluminação Pública e R\$ 1.000.000,00 para Residencial e Comercial.

- **CEB nas ESCOLAS – Projeto Educacional**

Em 2019, a CEB deu início ao projeto Educacional CEB nas Escolas, que é uma iniciativa da CEB D. que utilizou o seu Programa de Eficiência Energética para colaborar com as ações de educação ambiental previstas no conteúdo da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) do Distrito Federal.

O objetivo do Projeto “CEB nas Escolas” é capacitar os profissionais da Educação Básica, diretores e professores de escolas do Ensino Básico como multiplicadores dos conceitos relativos ao uso seguro e eficiente de energia elétrica nas residências, visando à mudança de hábitos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e atuando no combate ao desperdício junto aos alunos e suas famílias, na área de concessão da CEB D.

Será utilizada uma Unidade Móvel de Educação para realizar aulas e eventos com experimentos interativos, em conformidade com as técnicas pedagógicas e o conteúdo curricular do Ensino Básico e a Metodologia do PROCEL nas Escolas - “A Natureza da Paisagem”, aprovados pela ANEEL;

A meta mínima de participação dos professores e alunos por escola será de 6 educadores (sendo três por período), tomando-se por base que a média de alunos por classe no DF é de 27 alunos, mas toda a escola poderá participar de todo o processo de formação de multiplicadores.

Considerando-se um mínimo de 6 educadores por escola e 27 alunos por sala, pretende-se capacitar 1.200 educadores e atender 32.400 alunos. Levando em conta o impacto nas famílias, o total da comunidade beneficiada com o Projeto será de 129.600 pessoas.

A execução está prevista para 2020 e 2021.

- **Agente CEB – Projeto Baixa Renda**

A CEB deu início as contratações do projeto “Agente CEB” que tem como estratégia principal estreitar o relacionamento com os moradores das comunidades de baixo poder aquisitivo, melhorando a prestação dos serviços, aumentando o comprometimento e a satisfação desses clientes, redução da inadimplência e recuperação de receita.

Por meio do projeto serão realizadas visitas domiciliares nas moradias das comunidades atendidas, cadastrando os moradores e orientando sobre:

- O uso racional da energia elétrica, obedecendo aos requisitos de segurança;
- Dicas para evitar o desperdício de energia elétrica;
- Conscientização do cliente quanto à adequação da utilização dos serviços e sua capacidade de pagamento;
- Propostas de negociação de débitos para aqueles clientes que estiverem inadimplentes;
- Obtenção da Tarifa Social;
- Possibilidade de adesão ao projeto para aqueles usuários que estiverem com ligações irregulares ou clandestinas caso sejam regularizados. O projeto atenderá às comunidades de baixa renda do Distrito Federal com a: Substituição de 4.000 refrigeradores antigos por refrigeradores novos com selo PROCEL;
- Substituição de 250.000 lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED com selo PROCEL;
- Realização de palestras sócio-educativas;
- Regularização de 500 consumidores clandestinos com fornecimento do poste de entrada;
- Reciclagem das lâmpadas e dos refrigeradores substituídos das residências dos clientes. A execução está prevista para 2020.
- Fundo do PROCEL - Após publicação da Lei 13.280/16, as distribuidoras de energia são obrigadas a transferirem 0,1% da ROL para o Programa Nacional de Conservação

de Energia Elétrica (Procel). Em 2019, foi reservado ao PROCEL o valor de R\$ 4.848.398,36.

- Empréstimo de Maquetes. Foram disponibilizadas para os centros de ensino e a comunidade em geral maquetes energizadas de simulação do consumo de energia elétrica, em residências típicas.

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Com vistas a incentivar a busca constante por inovações e fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico, a CEB D aplica, anualmente, um percentual mínimo (0,5%) de sua ROL no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista na Lei 9.991/00 e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa e avaliar seus resultados. O Órgão Regulador estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos de P&D por meio do manual Procedimentos de Pesquisa e Desenvolvimento – PROP&D.

Diferentemente da pesquisa acadêmica pura que se caracteriza pela liberdade de investigação, os programas de P&D no setor de energia elétrica deverão ter metas e resultados bem definidos. Assim, a CEB D acompanha os benefícios gerados por seus projetos periodicamente.

• Chamada Pública de P&D 01/2019

A Chamada Pública em referência foi fundamentada por meio da Nota Técnica nº 0073/2019-SPE/ANEEL, de 20/03/2019, na qual a ANEEL propôs a Chamada de Projeto de P&D Estratégico nº 22/2019 intitulado "Desenvolvimento de Soluções em Mobilidade Elétrica". O edital desta chamada foi publicado em 11.04.2019 no Diário Oficial da União.

Em 12.06.2019, por meio da Resolução de Diretoria nº 132 foi autorizada a publicação da Chamada Pública para Recebimento de Propostas de Projetos de P&D Aderentes à Chamada de Projeto de P&D Estratégico nº 022/2019-ANEEL. A Chamada Pública foi publicada no dia 14.06.19, ficando aberta até 28.06.19.

Após o encaminhamento das propostas selecionadas na Chamada Pública 01/2019 P&D CEB D a ANEEL divulgou o resultado das avaliações iniciais das propostas recebidas, resolveu dar prosseguimento com a execução do Projeto ICT Inova de código PD-05160-1906/2019, aprovado conforme ANEEL nº 2.506, de 11.09.2019, e abster-se de apresentar recurso junto à ANEEL questionando a avaliação do projeto elaborado pela FINATEC.

A CEB D patrocinará o projeto mediante o repasse de R\$ 10.000.000,00 às instituições executoras (ICT Inova Brasil, ICT Inova MS e UFMS) e contará com a contrapartida de R\$ 1.380.000,00. O prazo de execução do projeto é de 36 meses a partir da data de assinatura do contrato conforme cronograma físico e financeiro previsto. O contrato encontra-se em fase final de ajustes para assinatura.

• Projeto de Gestão de P&D 2019/2021

Conforme previsto no PROP&D, o valor do projeto bienal não deve ultrapassar 10% (dez por cento) do investimento anual obrigatório em P&D regulado pela ANEEL, calculado com base na receita operacional líquida – ROL apurada no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao da submissão do projeto, limitado a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). O Projeto de Gestão de P&D 2019/2021 totaliza R\$ 468.654,55.

- Além desse limite, algumas rubricas podem ser incluídas no plano de gestão conforme previsto no PROP&D, são elas:
- Apoio à realização do Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica – CITENEL;
- Contratação de auditoria contábil e financeira para o Projeto de Gestão concluído;
- Busca de anterioridade no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e outras bases de patentes; e
- Registro de software ou depósito de patente gerada em projeto de P&D, regulado pela ANEEL, desenvolvido pela empresa de energia, bem como sua manutenção.

• Projetos Estratégicos:

- Projeto Prioritário de Eficiência Energética e Estratégico de P&D: "Eficiência Energética e Minigeração em Instituições Públicas de Educação Superior" – PED 1710. A CEB D, após realização de uma Chamada Pública, selecionou a Universidade de Brasília (UnB), a qual apresentou a proposta "Geração Distribuída no Campus da Universidade de Brasília Integrada a Rede de Distribuição da CEB D" com valor da proposta de P&D equivalente a R\$ 2.023.832,00 (dois milhões, vinte e três mil e oitocentos e trinta e dois reais), e de PEE de R\$ 2.263.252,57 (dois milhões, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos). O projeto encontra-se em fase final de execução.
- SIASE - Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico - Etapa II A CEB D está participando do projeto cooperado liderado pelo iABRADEE com o objetivo de desenvolver o sistema centralizado que integra grandes bases de dados e informações sobre o setor, acessível em portal web para toda a sociedade, com funcionalidades que auxiliam agentes públicos e privados no planejamento e desenvolvimento setorial e do PEE, bem como na inteligibilidade dos processos tarifários. O projeto tem previsão de desembolso da CEB D de R\$ 186.984,29 (cento e oitenta e seis mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos).
- Projeto Cooperado - Modernização das Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica A CEB D está participando do projeto cooperado liderado pelo iABRADEE com o objetivo de desenvolver o projeto Modernização das Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica, com vigência de 28 meses e valor de desembolso de R\$ 485.041,00. O objetivo deste projeto é desenvolver os seguintes subprojetos:
 - ✓ Subprojeto 1: Visão Estratégica Setorial, com o objetivo de avaliar a visão de negócios do setor de distribuição frente aos desafios regulatórios, tecnológicos, econômicos e sociais que se colocam perante as distribuidoras no futuro próximo;
 - ✓ Subprojeto 2: Metodologias de desenho de tarifa para o serviço fio e desafios de implementação que deverá avaliar metodologias existentes de desenhos de tarifa sob a ética teórica e prática para a proposição de novas modalidades tarifárias para o SEB;
 - ✓ Subprojeto 3: Análise de impacto, que irá utilizar ferramentas de Análise de Impacto Regulatório.

- **Projetos de P&D CEB D**

Até novembro de 2019, foram investidos R\$ 10.594.597,81 (dez milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos) distribuídos em 16 (dezesesseis) projetos que contemplam as áreas de Planejamento Energético, Qualidade de Fornecimento, Eficiência Energética, Novos Negócios, entre outros.

- **Fundos do FNDCT e MME**

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, estabelece a obrigatoriedade da transferência de um percentual da ROL das empresas do setor elétrico para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e para o Ministério de Minas e Energia (MME) para custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. Os pagamentos de recursos feitos em 2019 para o FNDCT e MME foram de R\$ 4.848.398,36 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos) e R\$ 2.424.199,20 (dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, cento e noventa e nove reais e vinte centavos), respectivamente.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Inicialmente, vale registrar que a Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia Energética de Brasília – CEB, em 19 de junho de 2019, deliberou por sobrestar as estratégias definidas no Plano de Negócios 2019-2023 da CEB Holding, relativas à alienação das participações em sociedades geradoras de energia, cuja utilização dos recursos arrecadados destinar-se-ia para capitalizar a CEB D, e determinou a realização de estudos para transferência do controle societário da CEB D para a iniciativa privada, conforme fato relevante comunicado ao mercado, em 14 de maio de 2019.

Também, estão em fase de conclusão as propostas do Ministério de Minas e Energia que visam a implementação de medidas legais que viabilizem o futuro do setor elétrico com sustentabilidade a longo prazo, tratadas no âmbito da Consulta Pública nº. 033/2017 para o Aprimoramento do marco legal do setor elétrico

Após a etapa de análise das contribuições dos agentes setoriais e da sociedade, deverá ser submetida ao congresso. Dentre os diversos aprimoramentos sugeridos, o aumento da liberação dos clientes para o Mercado Livre e a indicação da possibilidade de separação dos negócios de distribuição em Fio e Comercialização da energia são os que representam maiores alterações no negócio das Concessionárias de Distribuição.

Por fim, as inovações tecnológicas, particularmente o acentuado avanço da Geração Distribuída, impactarão o modelo de negócios das distribuidoras e exigirão pronta resposta regulatória. Em função da inexorabilidade do incremento da Geração Distribuída, há relativo consenso de que é preciso remunerar o fio de distribuição de maneira adequada, separado da energia. Ciente desse desafio, a ANEEL abriu a discussão das mudanças regulatórias em 2019 para implantá-las em 2020, buscando o convívio sustentado dos negócios.

Tal discussão que trata da revisão do texto da Resolução Normativa nº 482/2012 esteve em Consulta Pública por meio da CP 025/2019 para receber contribuições até 30/12/2019. Diante desse cenário, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, por meio de suas associadas, propôs ao Ministério de Minas e Energia – MME e à ANEEL um conjunto de medidas para enfrentar os desafios do segmento de distribuição.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A CEB Geração S/A é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. Foi criada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26/12/2000 e explora o potencial de energia hidráulica da Pequena Central Hidrelétrica do Paranoá – PCH Paranoá, nos termos do Contrato de Concessão nº 01/2016 – ANEEL, com Termo Final em 29 de abril de 2020.

A Empresa possui capital social de R\$ 7.575.212,61 (sete milhões quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e doze reais e sessenta e um centavos) dividido em 7.575.212 (sete milhões quinhentas e setenta e cinco mil, duzentos e doze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A governança da Empresa, nos termos de seu Estatuto, é composta pela Assembleia Geral, duas Diretorias e Conselho Fiscal. O objeto social da empresa é a geração e comercialização da energia produzida pela PCH Paranoá e por outros empreendimentos de geração de que vier a participar, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, podendo constituir ou participar de outras sociedades na condição de acionista ou quotista, como meio de realizar o seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	2	1	0	0	3
Requisitados de órgãos do GDF	2	2	0	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	5	5
Subtotal	4	3	0	5	12
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	4	3	0	5	12

A CEB Geração S/A em 2019 foi composta por 1 (um) Diretor-Geral e 1 (um) Diretor, 03 (três) requisitados do setor elétrico, 3 (três) cargo comissionado, 3 (três) Conselheiros e 1 (um) cedido do TCDF. Totalizando 12 (doze) colaboradores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1812 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS	3070000,0	4600000,0	7670000,0	2672304,00
0001 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	3070000,0	4600000,0	7670000,0	2672304,00
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	431040,0	0	431040,0	347546,73
0016 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-CEB GERAÇÃO S/A-DISTRITO FEDERAL	431040,0	0	431040,0	347546,73
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	4058762,0	2300000,0	6358762,0	6310064,82
0005 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL-CEB GERAÇÃO-SIA	4058762,0	2300000,0	6358762,0	6310064,82
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	7559802,00	6900000,00	14459802,00	9329915,55

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	3978982,0	6023300,0	10002282,0	2368332,80
0007 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS A ACIONISTAS DA GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	3978982,0	6023300,0	10002282,0	2368332,80
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	1455919,0	1500000,0	2955919,0	2460168,11
0003 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS-ENCARGOS E TRIBUTOS SOBRE A RECEITA DA CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1455919,0	1500000,0	2955919,0	2460168,11
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	5434901,00	7523300,00	12958201,00	4828500,91

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	25000,0	100000,0	125000,0	20240,0
2527 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	25000,0	100000,0	125000,0	20240,0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	20000,0	0	20000,0	0
9558 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0	20000,0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	18000,0	0	18000,0	0
5309 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	18000,0	0	18000,0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2833017,0	-200000,0	2633017,0	2253761,18
6998 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEB GERAÇÃO- SIA	2833017,0	-200000,0	2633017,0	2253761,18
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	65000,0	135000,0	200000,0	80992,40
6993 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEB GERAÇÃO- SIA	65000,0	135000,0	200000,0	80992,40
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4671743,0	1078784,0	5750527,0	4307522,16
6992 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEB GERAÇÃO- SIA	4671743,0	1078784,0	5750527,0	4307522,16
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	40250,0	0	40250,0	29246,66
2614 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB GERAÇÃO- SIA	40250,0	0	40250,0	29246,66
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	62810,0	0	62810,0	35917,77
0016 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - CEB GERAÇÃO- SIA	2000,0	0	2000,0	0
6973 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEB GERAÇÃO- SIA	60810,0	0	60810,0	35917,77
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	7735820,00	1113784,00	8849604,00	6727680,17

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em setembro de 2018, foi homologada a licitação de alienação do terreno do Trecho 6 do SIA – Setor de Indústria e Abastecimento. As condições de pagamento definidas no leilão foram: 30% (trinta por cento) de entrada e 70% em 24 parcelas mensais acrescidas de IGPM mais 0,5% de correção. As parcelas recebidas pela CEB Geração iniciaram em novembro de 2018 e concluíram em julho de 2019, pois, em junho de 2019, foi assinado um contrato de cessão de crédito sub-rogando a Companhia Energética de Brasília – CEB, o direito creditório das 15 (quinze) parcelas restantes, que iniciaram em agosto de 2019 e concluirão em outubro de 2020, transferidos a título de pagamento e baixa da obrigação de dividendos referente ao exercício de 2018.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A CEB Geração S/A é uma concessionária na condição de Produtora Independente, de modo que suas receitas operacionais têm origem essencialmente na comercialização de energia gerada pela PCH Paranoá e suas despesas se direcionam fortemente para as atividades de operação da Usina.

No exercício de 2019, além das despesas rotineiras relacionadas com a comercialização de energia e manutenção e modernização da PCH, pode-se destacar a implementação do Plano de Segurança da Barragem do Paranoá, notadamente no que concerne à contratação de serviços técnicos especializados para estudos e aprimoramento no monitoramento dos instrumentos de auscultação da Barragem, bem assim de empresa para elaboração de projeto acústico, fornecimento de equipamentos e execução dos serviços para implantação de sistema de notificação em massa.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A CEB Participações S/A – CEBPar, sociedade anônima de capital fechado é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, iniciou sua atividade operacional em 13 de Janeiro de 2006, tendo por objeto social a participação no empreendimento de geração da Usina Hidrelétrica de Queimado-UHE Queimado, por meio de consórcio, com participação acionária atual de 17,5%, podendo ainda constituir ou participar de outras sociedades na condição de cotista de empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados.

A CEBPar possui participação acionária no empreendimento da Usina Hidrelétrica Corumbá IV, onde é detentora de 1,5172% do Capital Social da companhia Corumbá Concessões S/A. A empresa tem sede e foro na cidade de Brasília-DF, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira nos termos da legislação em vigor.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	5	0	0	0	5
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	3	3	0	0	6
Subtotal	9	3	0	0	12
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	9	3	0	0	12

A CEB Participações S/A é composta por 3 (três) Diretores, sendo um Geral, um Administrativo-Financeiro e um Técnico, 3 (três) Conselheiros, 5 (cinco) empregados celetistas, sendo um afastado por motivo médico e um empregado requisitado da CEB-Distribuição, totalizando 12 (doze) colaboradores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	2062825,0	4400000,0	6462825,0	5841197,0
0007 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL-CEBPAR-DISTRITO FEDERAL	2062825,0	4400000,0	6462825,0	5841197,0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2062825,00	4400000,00	6462825,00	5841197,00

Para suprir a demanda na execução do programa 25.752.6210.6065.0007, foi aberto um processo SEI de suplementação financeiro, sob nº 00312-00000023/2019-18, no montante de R\$: 4.400.00,00 (Quatro milhões e quatrocentos mil reais), para atender o desempenho operacional e adequar aos ajustes contábeis da execução orçamentária de 2019.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	12039405,0	0	12039405,0	11890038,0
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-CEB PAR- PLANO PILOTO .	12039405,0	0	12039405,0	11890038,0
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	1623297,0	800000,0	2423297,0	2268859,0
0004 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	1623297,0	800000,0	2423297,0	2268859,0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	13662702,00	800000,00	14462702,00	14158897,00

Para suprir a demanda na execução do programa 28.846.0001.9054.0004, foi aberto um processo SEI de suplementação financeiro, sob nº 00312-00000023/2019-18, no montante de R\$: 800.000,00 (Oitocentos mil reais), para atender o desempenho operacional e adequar aos ajustes contábeis da execução orçamentária de 2019.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	22000,0	0	22000,0	0
2502 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	22000,0	0	22000,0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	300000,0	0	300000,0	27500,0
9562 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	300000,0	0	300000,0	27500,0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	7000,0	0	7000,0	0

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alterações até o Mês	Despesa Autorizada	Executado no Mês
5308 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB PARTICIPAÇÕES-DISTRITO FEDERAL	7000,0	0	7000,0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1888568,0	0	1888568,0	1019343,0
8767 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEB PAR- PLANO PILOTO .	1888568,0	0	1888568,0	1019343,0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	123541,0	0	123541,0	66184,0
9587 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEB PARTICIPAÇÕES S/A-DISTRITO FEDERAL	123541,0	0	123541,0	66184,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3746783,0	0	3746783,0	3462947,0
9690 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEB PAR- PLANO PILOTO .	3746783,0	0	3746783,0	3462947,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	18012,0	0	18012,0	16952,0
2596 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB PAR- PLANO PILOTO .	18012,0	0	18012,0	16952,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	70245,0	0	70245,0	43932,0
0017 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - CEB - PARTICIPAÇÕES S/A- PLANO PILOTO .	2000,0	0	2000,0	0
8713 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEB - PARTICIPAÇÕES S/A-PLANO PILOTO .	68245,0	0	68245,0	43932,0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	7000,0	0	7000,0	0
9714 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CEB PAR- PLANO PILOTO .	7000,0	0	7000,0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	6183149,00	0,00	6183149,00	4636858,00

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A sazonalização dos contratos de energia é realizada apenas em dezembro de cada ano. Esta variável é de grande importância para a estratégia de comercialização de energia; a companhia acompanha as condições de mercado com objetivo de aproveitar as oportunidades de preços e liquidez, visando aumentar a receita das empresas de geração do Grupo dentro das regras de comercialização vigentes, realizando leilões públicos de venda de energia elétrica.

O cenário de inadimplência generalizada na liquidação na CCEE, ainda sem previsão para ser solucionado, definiu o percentual máximo de 3%, mensalmente, do total a ser liquidado às empresas geradoras do grupo. O que significou afirmar que os resultados positivos das operações processadas pela CCEE, ou, de outra forma, os créditos definidos na Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo para cada uma das empresas geradoras do grupo,

ficarão retidos na conta da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE e, portanto, indisponíveis para os agentes.

Neste sentido, a companhia, com base no monitoramento contínuo do mercado de energia de curto prazo, realizou operação de venda de energia (lastro), considerando oportunas variações de preços, para os meses de fevereiro e agosto, enquanto alternativa factível para se reduzir o saldo positivo na conta da CCEE.

Pautado o cenário de incerteza de liquidez de crédito nas operações do Mercado de Curto Prazo - MCP, apresentou discussão e motivação para a participação da CEB PARTICIPAÇÕES em leilão de venda de energia elétrica no mercado livre de energia, assim foi aprovado a venda de energia impactando consideravelmente o aumento de receita de venda de energia na proposta orçamentaria do exercício.

Diante do exposto a diretoria da CEB Participações, conforme Resolução de Diretoria nº 4 de 28 de fevereiro de 2019 e Resolução de Diretoria nº 16 de 26 de agosto de 2019, resolveu aprovar as vendas de 5MWm e 20MWm respectivamente, fato que até o momento não tinha por hábito ocorrer no âmbito da empresa, o que ocasionou uma receita adicional não planejada para o exercício orçamentário 2019 num montante de R\$5.200.000,00 (Cinco milhões de duzentos mil reais), o que custeou a suplementação dos programas de trabalho 28.846.0001.9054.0004 e 25.752.6210.6065.0007 e manteve ainda assim um resultado positivo para as receitas tendo um efeito líquido de R\$1.376.986 (Hum milhão trezentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta e seis reais) para o exercício 2019.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2019 a CEB Participações cumpriu os compromissos definidos em sua proposta orçamentária, apoiada na premissa de que suas receitas são originárias de recursos próprios, sendo estas provenientes em sua maior parte da venda de energia elétrica gerada pela UHE-Queimado, complementada por aplicações financeiras e prestação de serviços administrativos para o Consórcio CEMIG-CEB.

As despesas referentes a encargos com o Sistema de Energia Elétrica, no âmbito de dispêndio, incluíram custos usuais com os encargos setoriais tais como: compensação financeira por uso de recursos hídricos; compensação financeira por uso do bem público; taxas de fiscalização e contribuição de agentes da ANEEL, CCEE, O.N.S.; uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - CUSD à CEMIG Distribuição, bem como os gastos de liquidações no mercado de curto prazo de energia elétrica e o repasse de dividendos à Companhia Energética de Brasília, acionista único da CEBPar.

Quanto à geração da receita proveniente da comercialização de Energia Elétrica, o ano de 2019 foi marcado pela continuidade dos contratos de venda no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo no total de 31 (trinta e um) contratos de venda de energia, frutos da participação da empresa em leilão público de energia elétrica e conforme despacho SEI/GDF nº 29881718 a SGN - Superintendência de Geração, Comercialização e Negócios, houve a proposta às empresas geradores do grupo CEB a comercialização de energia no Ambiente de Comercialização Livre - ACL, uma vez que o cenário de inadimplência generalizada na liquidação na CCEE é crescente e ainda sem previsão para ser solucionado.

Para o exercício de 2020, a expectativa é de que os programas de trabalho, tanto no âmbito de investimento quanto em dispêndio, cumpram o Plano de Negócios 2020 - 2024 aprovado pela Administração.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Serviço de Limpeza Urbana - SLU, criado pelo Decreto nº 76, de 03 de agosto de 1961, transformado em entidade autárquica do Distrito Federal nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, é vinculado à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura - SO, por força do Decreto nº 36.236, de 1 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF, alterada pelo Decreto nº 39.661, de 07/02/2019, publicado no DODF de 08/02/2019.

O SLU tem por finalidade a gestão da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de que tratam as Leis Federais nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; e Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos suas alterações e seus regulamentos, no Distrito Federal e nos municípios com os quais o Governo do Distrito Federal mantenha, para o mesmo fim, contratos e termos correlatos à gestão de resíduos sólidos. No DF, a gestão da limpeza pública compreende as atividades relacionadas a:

1º - Coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares e dos provenientes de sistema de coleta seletiva;

2º - Varrição e limpeza de logradouros e de vias públicas, incluídas as atividades de remoção e transporte dos resíduos sólidos produzidos;

3º - Coleta e remoção de resíduos sólidos urbanos, de resíduos volumosos, de resíduos da construção civil e correlatos entregues nas áreas sob sua competência e os lançados de forma clandestina em vias e logradouros públicos;

4º - Operação e manutenção de usinas e instalações destinadas à triagem e compostagem, incluindo transporte, tratamento e destinação final dos rejeitos;

5º- Demais atividades relacionadas ao cumprimento das diretrizes de que tratam os dispositivos relacionados aos resíduos sólidos constantes da legislação vigente.

Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, respeitados os princípios constitucionais que regem a administração pública, o SLU deve observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Conforme a Lei Distrital nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos, e de acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.275, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências, compete ao SLU:

- I. Promover a gestão e a operação da limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- II. Exercer, em caráter privativo, a gestão do planejamento e da execução das atividades públicas de interesse comum relacionada aos resíduos sólidos no Distrito Federal;
- III. Organizar e prestar, direta ou indiretamente, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, podendo tais atividades serem executadas mediante contrato de gestão ou concessão de serviço público;
- IV. Implementar e executar as políticas e diretrizes nacionais e distritais dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- V. Supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal;
- VI. Supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado;
- VII. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos relacionadas com suas atribuições;

- VIII. Praticar atos relativos a licitações, contratos e convênios relativos ao desenvolvimento de suas atividades;
- IX. Estabelecer, em conjunto com os órgãos reguladores, fiscalizadores e ambientais do Distrito Federal, as respectivas diretrizes para a fiscalização ostensiva da disposição dos resíduos sólidos urbanos;
- X. Promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais;
- XI. Elaborar e executar atos relativos à sua proposta orçamentária e financeira para a execução de suas atividades;
- XII. Adquirir, alienar, arrendar, alugar e administrar seus bens e direitos;
- XIII. Desempenhar outras atividades relacionadas à política de resíduos sólidos do Distrito Federal.

Entre os serviços prestados, podemos destacar: coleta convencional de resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar e comercial, coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, coleta manual e mecanizada e posterior transporte e aterramento de entulhos, varrição manual e mecanizada de vias, lavagem de vias, lavagem de monumentos e equipamentos públicos, pintura manual e mecanizada de meio-fio, catação manual de papéis e plásticos em áreas verdes, transbordo e transferência de rejeitos, prestação de serviços diversos de limpeza (em eventos públicos), operação de usinas de tratamento mecânico biológico de resíduos, coleta de animais mortos em vias públicas e destinação final adequada em aterro sanitário. O SLU também coleta resíduos domiciliares acondicionados em Papa Lixo onde o caminhão coletor compactador tem acesso dificultado e outro veículo coletor é mais adequado ao serviço, assim como até um metro cúbico de entulhos da construção civil, galhadas e resíduos volumosos em Papa Entulhos instalados, até o momento, nas regiões administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Brazlândia, Gama, Planaltina, Plano Piloto e Guará. Além das atividades descritas, o SLU realiza a compostagem de resíduos orgânicos, comercializa ou faz a doação do composto gerado, e realiza a educação ambiental, conscientização e sensibilização da população do DF e entorno para o manejo de resíduos sólidos. Desde 29 de janeiro de 2018, recebe entulhos na Unidade de Recebimento de Entulhos – URE, onde era o antigo Aterro Controlado do Jóquei, mediante a emissão do Controle de Transporte de Resíduos – CTR de grandes geradores. No ano 2019, com a problemática da geração crescente de chorume no aterro sanitário de Brasília - ASB, o SLU adota medidas operacionais para a contenção, tratamento e destinação do chorume gerado no ASB.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	20	26	130	943	1.119
Comissionados sem vínculo efetivo	57	9	0	0	66
Requisitados de órgãos do GDF	7	0	0	0	7
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	36	4	40
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	1	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	7	0	7
Outros - especificar	0	0	44	8	52
Subtotal	84	35	217	956	1.292

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	420	420
Total Geral	84	35	217	536	872

O SLU realiza o pagamento de servidores ativos cedidos a outros órgãos. Considerando o quantitativo de servidores ativos em folha de pagamento do SLU existentes em janeiro/19 (1.358) e em dezembro/19 (1.183) informados no SAG, houve redução de 12,89% neste período. Quanto ao quantitativo de servidores da força de trabalho em dezembro de 2018 (900) e em dezembro de 2019 (872) houve redução de 3,1%.

Tem havido aposentadorias constantes de pessoal próprio do SLU como de cedidos a outros órgãos o que era de se esperar uma vez que o concurso público realizado em 1990, já conta com 29 anos, e vários servidores contratados naquela época aposentaram em 2019 ou estão próximos de suas aposentadorias.

A Portaria nº 287, de 21 de junho de 2018, delegou competência ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF para contratar entidade para realização de concurso público visando o provimento de 50 vagas para o cargo de Analista de Gestão de Resíduos Sólidos, em consonância com a autorização do Comitê de Políticas de Pessoal. A publicação do edital de convocação dos candidatos para inscrição no concurso foi publicada no DODF em janeiro de 2019. O concurso foi realizado no mês de junho de 2019 e, após todas as etapas, os aprovados foram chamados para tomar posse em outubro de 2019. Apenas 42 servidores tomaram posse em primeiro momento, ficando as vagas restantes (8 vagas) a serem ocupadas posteriormente no ano 2020, face publicação no DODF do dia 30/12/2019, com a desistência de candidatos anteriormente nomeados, e a nomeação dos outros candidatos aprovados em sequência.

O SLU contou com a colaboração de 7 (sete) reeducandos da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, que foram remunerados por meio de bolsas e auxílios transporte e refeição, bem como com servidores portadores de deficiência e estagiários.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's	1170000,0	847847,00	172846,56	0
0013 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's-NA AC 105 EM SANTA MARIA RA XIII- SANTA MARIA	0	270000,0	0	0
0004 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's-PAPA ENTULHO- ÁGUAS CLARAS	0	172847,0	172846,56	0
0005 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's-- DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,00	0	0
0011 - CONSTRUÇÃO DE PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV (PAPA ENTULHO)	270000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0012 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVs - DISTRITO FEDERAL	800000,0	0,0	0	0
0014 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's-PEV NA AC 219 DE SANTA MARIA RA XIII-SANTA MARIA	0	270000,0	0	0
0015 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV's- CONSTRUÇÃO DE PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV NO-RECANTO DAS EMAS	0	135000,0	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	363353559,0	397135297,15	388827906,47	350795432,33
6118 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA-- DISTRITO FEDERAL	363353559,0	397135297,15	388827906,47	350795432,33
2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR	5573000,0	943848,39	943848,31	858596,40
0001 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR--DISTRITO FEDERAL	5573000,0	943848,39	943848,31	858596,40
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	1000000,0	0,00	0,00	0,00
0002 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,00	0,00	0,00
3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1500000,0	850822,00	505000,00	505000,00
0001 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	1500000,0	850822,00	505000,00	505000,00
3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	2410000,0	1021860,50	1021859,12	1016936,62
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	2410000,0	1021860,50	1021859,12	1016936,62
3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	91940,0	0,20	0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE-- SAMAMBAIA	91940,0	0,20	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	100000,0	78000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2256 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS- SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA- DISTRITO FEDERAL	100000,0	78000,00	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	375198499,00	400877675,24	391471460,46	353175965,35

No início do ano, o SLU trabalhou em apoio ao programa SOS DF, na tarefa de limpeza prioritária das Regiões Administrativas, fazendo a retirada de entulho das ruas e fazendo o encaminhamento dos resíduos da construção civil para a Unidade de Recebimento de Entulhos (URE). Em parceria com a Vigilância Sanitária, o SLU fez a remoção de inservíveis detectados pela vigilância como de potencial à proliferação do aedes aegypti, mosquito vetor da dengue e outras doenças. Ademais, promoveu, no âmbito do programa SOS Parques, a remoção de entulhos e pintura de meio-fios, atividades executadas também no Parque da Cidade. O SLU esteve presente nas ações do gabinete de crise do GDF nos períodos de chuva na região de Vicente Pires. Na oportunidade, o SLU fez a desobstrução de vias, e levou 100 caminhões de material britado para insumo nas obras de recuperação de vias afetadas em Vicente Pires. Foram realizadas ações de retirada de lixo verde, galhadas e podas de descarte irregular, nas regiões administrativas em conjunto com a Novacap. Em junho desse ano, as Associações Recicla Brasília e ACAPAS que atuavam no DL Norte foram realocada nos Galpões localizados no SIA e no SAAN, respectivamente. Após a realocação foi efetuada a higienização da área do DL NORTE, operando a unidade apenas como local de pesagem

A contratação do Lote II dos serviços de coleta convencional e limpeza urbana, único contrato e lote de serviços com contratação regular no ano 2019, já que os lotes I e III foram desenvolvidos de forma emergencial, representou significativas alterações neste contrato comparado aos outros 2 (dois) lotes com serviços similares, no que diz respeito ao cumprimento da universalização da prestação dos serviços de saneamento básico. Para as regiões de difícil acesso, foram contratados veículos especiais de pequeno porte para acessar as vias estreitas das localidades. Para o adequado acondicionamento dos resíduos, foram instalados containeres subterrâneos, posteriormente denominados "papa-lixo", de tal forma que a população deposite os resíduos da coleta convencional em recipientes com maior capacidade de armazenamento, evitando sua disposição em passeios públicos, além de problemas ambientais, sanitários e de saúde pública.

Ainda neste mesmo contrato foi inovado o mecanismo de pintura de meio fio, utilizando-se de pintura mecanizada visando maior segurança aos trabalhadores em pistas de rolamento de alta velocidade, em canteiros centrais de pistas e avenidas, sendo gerado ganho na produtividade e na qualidade da aplicação do produto. Posteriormente, nos lotes I e III, a pintura mecanizada foi contratada, de forma emergencial, desde 15 de abril de 2019, substituindo em parte a pintura realizada de forma manual.

Em outubro deste ano ocorreu a concretização dos contratos regulares de limpeza urbana, demanda prioritária de compliance do órgão. Os Contratos 18/1019, 19/2019 e 24/2019 tem como objeto a prestação dos seguintes serviços: coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, inclusive em áreas de difícil acesso; coleta seletiva; coleta manual de entulhos, coleta mecanizada de entulhos, varrição manual de vias e logradouros públicos, varrição mecanizada de vias e logradouros públicos; operação das unidades de transbordo e serviços complementares (limpeza e lavagem de vias, equipamentos e bens públicos; catação de materiais soltos em vias públicas e áreas verdes; frisagem e pintura mecanizada de meios-fios; e limpeza de pós-eventos); além da caracterização dos resíduos sólidos por meio dos estudos gravimétricos; instalação de LEV (Local de Entrega Voluntária); instalação de contêineres semienterrados; instalação de lixeiras/papeleiras em diversos pontos do DF; implantação de equipamentos de rastreamento e monitoramento das rotas via satélite, nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, urbanas e rurais, distribuídas por Lotes 1, 2 e 3, conforme descritos no Edital. Os novos contratos priorizaram os serviços mecanizados em detrimento dos manuais e a instalação de novos equipamentos, tais quais, papeleiras/lixeiras, LEVs e Papa-lixos. Ademais os novos contratos preveem a expansão dos serviços de coleta

seletiva e de coleta de material de caixas de gorduras, que estão sendo implementadas gradativamente nas Regiões Administrativas do DF.

Em decorrência dos novos contratos houve alteração das áreas de atuação das empresas que efetuavam o serviço de limpeza no DF e a introdução de nova empresa entre as prestadoras de serviço para o SLU. Ademais a coleta convencional passou a ser efetuada em dias alternados em diversos locais nos quais tinha atendimento diário. Essas alterações fizeram com que fosse necessária a divulgação dos novos dias e horários de coleta para a população, a qual ainda esta se adequando ao novo sistema de coleta. De acordo com o termo de referência dos referidos contratos, a medição dos serviços de coleta de resíduos orgânicos, de coleta seletiva e de varrição manual e mecanizada deverá ser efetuada através do sistema Notorium com base no deslocamento dos equipamentos utilizados nesses serviços. No entanto, os planos de serviço ainda não tiveram a aprovação final do SLU, impossibilitando a adoção da medição via Notorium.

O SLU, desde dezembro de 2016, vem realizando a instalação de "papa-lixo". Estes containers semi-enterrados, com capacidades de armazenamento de 5m³, possibilitam o armazenamento dos resíduos de forma segura e limpa, minimizando os riscos de proliferação de vetores na região, além de otimizar a logística de coleta através da diminuição do número de viagens e do tempo médio de coleta. Esse sistema apresenta vantagens como:

- Coleta em áreas de difícil acesso;
- Os resíduos ficam armazenados de forma segura. Não há risco de ser arrastado pela chuva ou rasgado por animais;
- Redução do mau cheiro dos resíduos e da proliferação de vetores e outros bichos, como ratos e baratas;
- Os equipamentos para recolhimento utilizados no sistema de contêineres semi-enterrados são mais silenciosos e, por isso, a coleta pode ser efetuada também em horários noturnos, sem incômodo para a população e sem retenção do trânsito.

A instalação de papa-lixos, até dezembro de 2019 atingiu o quantitativo de 97 unidades, instalados em maior quantidade na região do Sol Nascente.

No ano 2019, a instalação de papa lixos foi interrompida face às indefinições sobre a conclusão do Pregão nº 2/2018, que prevê a instalação de 382 unidades em todas as Regiões Administrativas. Para a definição dos locais de instalação destes equipamentos, o Decreto nº 40.105, de 16/09/2019, DODF de 17/09/2019, instituiu grupo executivo, com vários órgãos do DF e todas as Administrações Regionais, para elaborar projeto sobre as localizações dos contêineres semienterrados, dos Locais de Entrega Voluntária (LEV) e das lixeiras/papeleiras que serão instalados no Distrito Federal pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, por meio dos novos contratos celebrados nos 3 lotes de serviços, cada lote com uma empresa contratada.

Foto 1: Container "Papa-lixo" instalado no bairro Sol Nascente – Ceilândia / DF



Foto 2: Pintura mecanizada de meios-fios



Em relação ao encerramento dos contratos dos lotes I e III ocorridos no exercício 2018 e no exercício 2019, houve necessidade de convocar empresas para a realização de contratos, de forma emergencial, por 180 dias, tendo em vista os questionamentos e a suspensão do certame pelo Tribunal de Contas do DF - TCDF quanto ao Pregão eletrônico nº 02/2017, posteriormente alterado para 02/2018, em virtude de problemas no sistema ComprasNet (Compras Governamentais) do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) do Governo Federal, ao qual o SLU possui termo de adesão para sua utilização. O Pregão nº 02/2018, estabeleceu a contratação definitiva, por mais 5 anos, de serviços públicos de limpeza para 3 lotes de serviços, com a operação dos 3 (três) contratos iniciada a partir do dia 10 de outubro de 2019.

A contratação de organizações de catadores para realizarem a coleta seletiva de materiais recicláveis é uma forma de inserção sócio produtiva da categoria de catadores e, é uma estratégia para o atendimento em outras Regiões Administrativas – RAs. A contratação de 4 (quatro) organizações (associações e cooperativas) de catadores para retomarem a execução dos serviços da coleta seletiva em 5 (cinco) Regiões Administrativas – RAs que tiveram estes serviços temporariamente suspensos na gestão passada também geraram um impacto social. Estes trabalhos tiveram início em julho de 2016. O tipo, a forma e as organizações contratadas, representaram uma tentativa de alteração do modelo vigente até então. O contrato exige a coleta nos roteiros definidos, que devem ser cumpridos obrigatoriamente nos dias e horários estipulados. Dando continuidade à reformulação destes serviços, o SLU baseado em estudo de consultoria contratado pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA analisou as localidades a serem inicialmente cobertas em todas as Regiões Administrativas – RAs. Esta reformulação visa priorizar em cada RA a coleta seletiva em regiões comerciais, com moradias de alta renda e as verticalizadas onde a geração de materiais recicláveis é maior e tem melhor qualidade. Com a chamada pública para todas as cooperativas e associações de catadores do DF que se interessaram na realização da coleta seletiva, culminou na contratação de outras 7 cooperativas para realizarem a coleta seletiva em outras 10 Regiões Administrativas. Com a conclusão do processo de contratação das empresas especializadas na prestação dos serviços de limpeza urbana, por meio do Pregão eletrônico nº 02/2018, todas as Regiões Administrativas do DF voltaram a ser atendidas pela coleta seletiva, por meio de associações de catadores ou por empresas contratadas.

O fornecimento de locais adequados, por meio de aluguel de galpões equipados com esteiras de catação e equipamentos de manejo de recicláveis, além da contratação das associações de catadores para a prestação de serviço público de triagem de resíduos de manejo foi uma das exigências do movimento das associações de catadores que culminou na assinatura de

um acordo entre governo, organizações de catadores oriunda do Aterro Controlado do Jóquei e o movimento nacional de catadores em outubro de 2017. Por este acordo, houve a prorrogação do encerramento das atividades do Aterro Controlado do Jóquei para o dia 20 de janeiro de 2018, e a transferência dos catadores que atuavam no Aterro do Jóquei para os galpões alugados pelo SLU.

As Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR) são estabelecimentos destinados ao recebimento de resíduos recicláveis ou reaproveitáveis que são separados manualmente pelos catadores de materiais recicláveis. Atualmente, o SLU conta com 05 galpões de triagem, localizados nos seguintes endereços:

- SCIA Alugado - SCIA, Quadra 10, Conj. 01, lote 1 e 2 CEP - 71250-610. Cooperativas em operação: Ambiente;
- SCIA, Quadra 09, Conj. 01, lote 02, CEP - 71250-810. Cooperativa em operação: Construir, Coorace e Cortrap;
- SAAN - SAAN Quadra 02, Lote 650, CEP - 70632-210. Cooperativas em operação: Acapas e Cooperlimpo;
- SIA - SIA Trecho 17, rua 08, lote 105, CEP - 71200-222. Cooperativas em operação: Coopernoes e Recicla Brasília;
- P. SUL - QNP 28 Área Especial – P Sul s/nº Área da Usina do SLU, CEP - 72235-816. Cooperativas em operação: Coopere e Plasferro.

Durante todo o ano de 2019 as equipes do SLU responsáveis por acompanhar os trabalhos nas instalações de recuperação de resíduos – IRR's realizaram ações periódicas positivas que impactaram em melhorias nas condições de trabalho das cooperativas e dos operadores de cada galpão, tais como:

- Fiscalização do uso correto dos equipamentos de EPIs (equipamentos de segurança);
- Reposição de extintores de incêndio nos galpões (SAAN, SCIA Alugado, SIA e P.SUL);
- Encaminhamento mensal da lista de presença das cooperativas para a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), com a finalidade de assessorar o pagamento de auxílios financeiros aos catadores;

Desde 2018, o Serviço de Limpeza Urbana possui um termo de parceria com Instituto Federal de Brasília, para a elevação da escolaridade dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Foram desenvolvidas, também as seguintes atividades:

- Visitas acadêmicas – Durante todo o ano de 2019 os galpões têm recebido visitas de alunos universitários, no intuito de auxiliar em seus trabalhos acadêmicos, pesquisas científicas, ou até mesmo, em parcerias em prol de melhorias nas atividades das cooperativas;
- Lavagens das IRRs – mensalmente os galpões passam por uma extensa lavagem com produtos específicos, a fim de diminuir os riscos à saúde de seus frequentadores, como também, a diminuição da proliferação de vetores;
- Capacitação dos catadores em operação de prensas – Todas as cooperativas receberam prensas e alguns cooperados foram capacitados para tal operação;
- Treinamento teórico-prático de noções de primeiros-socorros e uso de extintores de combate a incêndio nas IRR P.Sul e IRR SCIA Novo;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) – Em 2018 foi dada continuidade ao Termo de Cooperação Técnica firmado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) onde foi realizado curso de 160 horas para catadores que atuavam no antigo lixão, e que estavam trabalhando em galpões de triagem, contratados pelo SLU. Foram inscritos 707 alunos, distribuídos em 20 turmas, com média de 35 alunos em cada turma, com conteúdos voltados para gestão, operação e manutenção de equipamentos, em seis módulos. Em maio de 2019 foi concluído o curso com 119 catadores certificados;
- Treinamento em simulação de abandono de área de risco com as Cooperativas Construir e Cortrap;

- Visita técnica de japoneses e angolanos sob supervisão, pela JICA (Agência de cooperação internacional do Japão);
- Reunião com presidentes das cooperativas do SCIA Novo para novo acordo de convivência;
- Reparo nas fiações técnicas do galpão do SAAN e SCIA Alugado;
- Manutenção periódica dos equipamentos cedidos pelo SLU, tais como: Esteiras e Prensas;
- Parceria com Vigilância Sanitária para realizar a desratização e combate ao mosquito Aedes Aegypti nas IRRs;
- Capacitação com os catadores da Cooperlimpo, Ambiente e Construir para operação de empilhadeiras;
- Acompanhamento e execução dos contratos vigentes de triagem das cooperativas presentes nas IRRs;

No ano 2016 já se previa o pagamento por serviços prestados pelas organizações de catadores, face à triagem de resíduos e a destinação adequada dos materiais recicláveis diferentemente do aterramento. Com a inauguração do Aterro Sanitário de Brasília, e a proibição da presença do catador nesta unidade operacional, o fechamento do Aterro Controlado do Jóquei incutiu em diminuição da fonte de renda dos catadores que atuavam naquele local, sendo necessário prover o catador de meios para sua subsistência. Destarte, a contratação dos catadores para prestação de serviços públicos de triagem supriu esta necessidade. Foram firmados 18 contratos com cooperativas/associações de catadores com esta finalidade. Após a realização de estudos e acordo firmado com as organizações de catadores e o seu movimento nacional, o Governo do Distrito Federal aumentou a remuneração por tonelada triada e comercializada de R\$ 92,11 para uma média de R\$ 300,00 a depender da eficiência observada no processo de triagem. A maioria dos contratos firmados (18 contratos) estão remunerando a R\$ 304,14/t triada e comercializada pelas associações de catadores.

Portanto, no ano 2019, o quantitativo de resíduos triados pelas organizações de catadores, não sendo aterrada, foi compensada às organizações, como forma de incentivo e remuneração ao importante trabalho de triagem de resíduos. Com a chamada pública para cadastramento de cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis, constituídas por catadores que tenham como renda exclusiva o produto obtido com o processamento e a comercialização dos resíduos sólidos urbanos recicláveis, pretende-se o aumento progressivo da reinserção dos materiais recicláveis no mercado e a redução dos rejeitos enviados ao Aterro Sanitário de Brasília. Atualmente, 4 Associações de Catadores têm contratos de coleta seletiva, 7 Associações têm contratos de coleta seletiva e contratos de triagem e, 11 associações tem contratos de triagem com o SLU, totalizando 29 contratos de coleta seletiva e/ou triagem com 22 associações de catadores. Foram renovados entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, 10 dos 18 contratos de triagem com associações e cooperativas de catadores do DF com cerca de 1.025 catadores trabalhando dentro dos contratos. Também foram renovados 7 contratos dos 11 contratos de coleta seletiva inclusiva, com cerca de 67 trabalhadores em regime de CLT como motoristas e assistente administrativo e cooperados nestes contratos. Há previsão de ampliação na coleta seletiva inclusiva e redistribuição das áreas atendidas.

No ano 2019, foi iniciada a construção do Centro de Triagem de Resíduos do Paranoá, situada na QD 05, conj. D, lote 01 – RA VII, estando as obras finalizadas e restando executar as ligações definitivas de água e energia elétrica pelas concessionárias, e previsão de inauguração em janeiro de 2020. Pretende-se transferir associações com contratos de triagem que trabalham no transbordo de Sobradinho para esta unidade.

Foi informatizado o sistema de pesagem nas balanças da Usina de Tratamento Mecânico Biológico do P-Sul e da Asa Sul, da Unidade de Recebimento de Entulhos – URE, do Aterro Sanitário de Brasília e nas balanças das unidades de transbordo do Gama, Sobradinho e Brazlândia. Este sistema permite uma maior segurança no controle da prestação dos serviços para efeito de pagamento dos serviços.

Quanto à educação ambiental e mobilização social para a colaboração e a manutenção da limpeza urbana foram realizadas em 2019 atividades visando dar continuidade ao esforço

para desenvolver em cada cidadão do DF o sentimento de responsabilidade e compromisso com a manutenção da limpeza e a motivação para a prática de atitudes sustentáveis.

Foram realizadas pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU visitas às administrações regionais para discussão da importância da implantação dos Postos de Entrega Voluntária – PEV, também denominados como “Papa-entulho” e realizada atualização do número necessário destes equipamentos e suas localidades, sendo identificada a necessidade de instalação de 62 (sessenta e dois) Papa-entulhos. Foi elaborado o projeto padrão básico e os projetos específicos de acordo com a área a ser utilizada para 10 (dez) unidades, com o apoio da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS. Foram inaugurados 7 Papa-entulhos no exercício 2017, outros 2 papa-entulhos (em Brazlândia e na Asa Sul) foram inaugurados no final do ano 2018, e outro papa-entulho (Ceilândia) inaugurado no início do ano 2019. Outras 3 unidades estão em fase de construção em Santa Maria (2) e Águas Claras (1) e serão inauguradas em 2020.

O SLU tomou iniciativas importantes para disseminar a informação à população sobre a correta gestão dos resíduos, entre elas o lançamento da web série a “Saga de Recicléverton”, destinada ao público adolescente e jovem, que já está no episódio número 12, bem como a estratégia de adesivação dos caminhões de coleta dos novos contratos de limpeza urbana. A estruturação das equipes de mobilização por parte das três empresas contratadas, conforme previsto em contrato, abre perspectivas importantes para fortalecer o trabalho de orientação da população feito porta a porta. Embora pequenas, as equipes, compostas por sete profissionais cada uma, poderão esclarecer a população de maneira constante e direcionada para os pontos mais críticos. O trabalho de capacitação dessas equipes está a cargo do SLU, que também fez a programação visual dos uniformes e dos veículos das equipes.

O Programa “Coleta Seletiva Consciente”, também implementado pelo SLU no ano 2019, já está atuando em onze regionais, buscando articular as administrações regionais, instituições e lideranças para formar multiplicadores de informação sobre a importância da coleta seletiva. A intenção é ampliar o programa no ano que vem para mais dez regionais.

O SLU irá lançar um concurso de vídeo sobre coleta seletiva no início do ano 2020, com objetivo de estimular jovens a produzir vídeos sobre o tema e contribuir para disseminar a informação correta. O concurso irá distribuir R\$ 16 mil em prêmios e o termo de referência está pronto para ser publicado. Também está previsto para 2020 o lançamento do aplicativo da coleta seletiva, que dará ao cidadão a informação sobre os horários das coletas convencional e seletiva, bem como a possibilidade de receber um alerta no celular informando sobre a proximidade do caminhão de sua casa.

O SLU mantém um tratamento pró-ativo e intenso com os meios de comunicação, o que resulta na produção constante de reportagens sobre a gestão dos resíduos e a limpeza urbana, contribuindo para mobilizar e engajar o cidadão.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1637 - TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO	%	0	31/12/2016	ANUAL	80	1	100	31,57	100	95,56	100	100	SLU / UO 22214 / OE 4 / UO 22214 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - A previsão de início de operação do Aterro Sanitário de Brasília não ocorreu em agosto de 2016. Apenas 1% dos resíduos gerados no DF foram aterrados fora do DF. 2017 - Mesmo com a inauguração do aterro sanitário em janeiro de 2017, manteve-se o funcionamento do aterro controlado do Jóquei - ACJ, devido à falta de local adequado para os catadores de materiais realizarem o trabalho de triagem dos recicláveis. A baixa cobertura da coleta seletiva também contribuiu para o resultado. 2018 - O aterro controlado do Jóquei permaneceu em funcionamento até o dia 20 de janeiro de 2018, devido negociações com associações de catadores que atuam naquele local. 2019 - Desde o fechamento do aterro controlado do Jóquei, em janeiro de 2018, todos os rejeitos da coleta domiciliar e comercial são aterrados no aterro sanitário de Brasília.</p>													
1636 - TAXA DE RECUPERAÇÃO DOS RESÍDUOS COLETADOS	%	8,07	31/12/2014	ANUAL	9	8,92	11	10,72	13	11,37	15	11,44	SLU / UO 22214 / OE 4 / UO 22214 / OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2016 - O programa de coleta seletiva está em avaliação para verificação dos locais com maior possibilidade de eficácia. Interrupção da coleta seletiva em algumas R.A's prejudicou a obtenção de melhores índices. 2017 - A ausência de prestação de informações pelas associações de catadores contratadas, bem como o atraso na construção das instalações de recuperação de resíduos, prejudicaram a obtenção do índice previsto. 2018 - Grande parte da triagem ocorrida no próprio aterro controlado do Jóquei foi transferida para locais adequados (galpões de triagem alugados, reformados e contruídos), porém ocasionou adaptações das associações de catadores quanto à nova organização de trabalho. A coleta seletiva encaminhada às associações ainda precisa ser melhorada, junto à população, nos aspectos quanti-qualitativos. 2019 - O programa de coleta seletiva desenvolvido sofreu descontinuidades e atrasos quanto à infraestrutura de triagem e participação da população na separação de resíduos. A construção de outras Instalações de Recuperação de Resíduos - IRR's, o engajamento da população do Distrito Federal no programa de coleta seletiva e a instalação de locais de entrega voluntária de resíduos recicláveis previstos nos atuais contratos contribuirá para o aumento do índice.													

O indicador "Taxa de recuperação dos resíduos coletados" atingiu o índice de 11,44%, embora as dificuldades enfrentadas nos contratos de prestação de serviços de coleta seletiva e de triagem de resíduos, onde as informações sobre o que foi coletado e triado não foi devidamente disponibilizado pelas associações e cooperativas de catadores. Com a contratação de associações e cooperativas de catadores para a realização da coleta seletiva de materiais recicláveis, como também a contratação de cooperativas para a triagem dos materiais provenientes da coleta seletiva, os dados provenientes destas cooperativas passaram a ser de muita valia para a obtenção do índice do indicador proposto. Ao longo do ano 2019, a obtenção de informações sobre o quantitativo de coleta seletiva realizado por cooperativa contratada (Recicla Brasília) foi prejudicada. A construção de outras Instalações de Recuperação de Resíduos - IRR's, como está previsto e está em construção no Distrito Federal, contribuirá para o aumento do índice.

O indicador "Taxa de disposição final em aterro sanitário" atingiu o índice de 100,00%, devido ao fechamento do aterro controlado do Jóquei, em janeiro de 2018, e a disposição, em sua totalidade no ano 2019, dos resíduos domiciliares e comerciais do DF no aterro sanitário de Brasília.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	186635,0	1056635,0	972222,44	966959,25
6190 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO PEQUENO VALOR-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	186635,0	1056635,0	972222,44	966959,25
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	5380000,0	5380000,0	5380000,00	4818269,91
9559 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	5380000,0	5380000,0	5380000,00	4818269,91
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	20425420,0	5335556,00	5028076,04	5028076,04
0023 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	20425420,0	5335556,00	5028076,04	5028076,04
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2120400,0	2234700,00	1657788,74	1633488,74
7162 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	2120400,0	2234700,00	1657788,74	1633488,74
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	28112455,00	14006891,00	13038087,22	12446793,94

São liquidadas despesas com Requisições de Pequeno Valor - RPV ao TRT e ao TJDF, em cumprimento a decisões judiciais.

É realizada a contribuição mensal ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, em valor equivalente a 1% (um) por cento, das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, conforme inciso “III” dos artigos 2º e 8º da Lei nº 9.715, de 25/11/1998.

O Art. 139 da LC 840/2011 dispõe que após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, sem prejuízo da remuneração ou subsídio do cargo efetivo. As licenças não usufruídas serão pagas em pecúnia quando da aposentadoria do servidor. No exercício 2019 houve pagamentos deste benefício nos meses de março (24), abril (16), maio (15), junho (20), agosto (9), setembro (12), outubro (9), novembro (242) e dezembro (294), no total de 105 servidores contemplados até outubro, quando o pagamento foi realizado de forma integral. A partir de novembro de 2019 o pagamento da licença prêmio está sendo efetuado de forma parcelada, contemplando servidores beneficiados em meses seguidamente, até completar o valor a que cada servidor tem direito.

O SLU faz o pagamento de despesas com ressarcimento a outros órgãos quando o servidor pertencer a outras esferas de governo ou a empresas estatais não dependentes e optar pela remuneração do cargo efetivo, nos termos das normas vigentes. Em dezembro de 2019, 3 servidores estavam nesta situação.

São realizados pagamentos mensais de pensão indenizada em cumprimento a decisões judiciais. Em dezembro de 2018, 5 processos estavam em execução.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100000,0	74038,15	52344,51	52344,51
5337 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	100000,0	74038,15	52344,51	52344,51
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4155000,0	1427408,33	1412706,45	1070415,38
5182 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	4155000,0	1427408,33	1412706,45	1070415,38
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	107854539,0	114504539,00	114285475,24	114285475,24
8880 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	107854539,0	114504539,00	114285475,24	114285475,24
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	10099389,0	9209389,00	9157247,37	9157247,37
9686 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	10099389,0	9209389,00	9157247,37	9157247,37
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	444000,0	395410,00	281882,04	230492,04
8738 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	204000,0	258210,0	258210,0	206820,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8739 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	240000,0	137200,00	23672,04	23672,04
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	8442003,0	7258561,96	6906295,91	6188390,45
9762 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	8442003,0	7258561,96	6906295,91	6188390,45
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	367948,0	1621543,44	768589,44	741169,0
5851 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	367948,0	1621543,44	768589,44	741169,0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	131462879,00	134490889,88	132864540,96	131725533,99

Foram feitas aquisições de diversos materiais básicos de construção para execução de pequenas intervenções de melhorias nas unidades operacionais do SLU em 2019 como a reforma do muro do Núcleo de Limpeza do Cruzeiro; reparos em portas e ambientes de trabalho, como divisórias; reforma de unidades administrativas do Núcleo de Limpeza de Brasília, na Usina da Asa Sul com troca de piso, pintura, instalação hidráulica e elétrica; vários reparos executados na sede e unidades administrativas descentralizadas como ajustes em duas salas na sede para ampliação de espaço para receber os novos servidores concursados.

Considerando o avanço da implantação de novas atividades inovadoras, como controle informatizado, operação do aterro sanitário, das unidades de "Papa Entulho", dos galpões alugados para recepcionar os catadores de materiais recicláveis, para acompanhar e fiscalizar as obras de Instalação de Recuperação de Resíduos, dos "Papa Lixo", das execuções dos contratos de gestão dos resíduos e o reduzido quadro de pessoal técnico, o Serviço de Limpeza Urbana - SLU necessita realizar novas adequações em sua estrutura administrativa e realizar outro concurso público para o atendimento adequado de suas necessidades.

Quanto à modernização e gestão tecnológica um dos principais objetivos é o de garantir a integração entre a tecnologia da informação, os negócios, operações e atividades do Serviço de Limpeza Urbana - SLU, bem como apoiar no planejamento de expansão, implantação, manutenção e evolução dos sistemas, infraestrutura de TI e segurança da informação.

O Sistema de Gestão Integrada (SGI) foi desenvolvido inteiramente pela equipe do SLU. Trata-se de um sistema tecnológico para monitorar, computar e armazenar dados do setor, como a pesagem dos resíduos sólidos e o monitoramento de GPS dos caminhões de coleta. O SGI pode ser acessado via web, e facilita o acesso ao sistema de qualquer lugar.

O módulo de pesagem dos serviços de coleta, remoção e varrição se comunica diretamente com a balança, o que evita fraudes e permite que as informações sejam disponibilizadas em tempo real. O módulo de cadastro gere as requisições dos grandes geradores, transportadores de resíduos sólidos indiferenciados e promotores de eventos. Esse recurso permite que toda a comunicação do processo de cadastro seja gerenciada via sistema online e viabiliza a fiscalização das movimentações e solicitações.

O SGI conta ainda com a sala de situação, concebida por servidores do SLU com o objetivo de integrar os sistemas de monitoramento, pesagem e relatórios de BI (Business intelligence). A sala de situação contempla o sistema de monitoramento via GPS, para aferir a correta execução dos serviços contratados pelo SLU, tais como coleta, varrição, lavagem de vias e monumentos e pintura mecanizada. Com o sistema, o SLU obtém as rotas percorridas da frota e das equipes de varrição, o que permite verificar a duração, a eficácia e se foram executadas dentro do esperado. Com as informações fornecidas pelo sistema de

monitoramento, o SLU é capaz de integrar aos dados coletados do sistema de pesagem, trazendo segurança e confiabilidade para o pagamento dos serviços, pois auxilia na medição com relatórios dos serviços automatizados e em tempo real.

O sistema de medição realiza, de forma automática, a medição dos serviços de coleta, remoção e transferência de resíduos contratados pelo SLU. O sistema se comunica diretamente com outros módulos do SGI, viabilizando a geração de relatórios para auxiliar a área responsável pelo controle de pagamento a realizar a medição correta destes serviços. O módulo provê a segurança dos dados, sem envolvimento de análise externa em planilhas, que exige as conferências diárias dos tíquetes de pesagem pelos gestores das unidades de pesagem. Esses gestores contam com toda a estrutura em imagens de CFTV e acesso ao sistema via web para as suas conferências de medição.

A sala de situação possui controle do sistema por vídeo monitoramento, que captura o registro dos veículos. Ele identifica a placa, a empresa e o tipo de veículo, possibilitando conferir posteriormente se as informações descritas no registro de pesagem foram inseridas corretamente. E também registra as imagens de todo o perímetro, permitindo um maior controle de acesso no local.

Foto 3: Sala de situação



O monitoramento dos serviços contratados pelo SLU gera vários relatórios e gráficos em tempo real dos processos e informações coletadas pelo sistema, dando maior efetividade e controle das receitas e despesas, eliminando uma das maiores deficiências que havia no controle de serviços, que é o controle de pagamento.

Licitações

O nove Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o qual regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, foi recepcionado pelo Decreto Distrital nº 40.205, de 22 de outubro de 2019, que estabelece as competências do Pregoeiro e sua equipe de apoio. No ano 2019 o SLU trabalhou e desenvolveu 11 pregões eletrônicos, dos quais 3 estão suspensos, 7 foram concluídos e 1 em fase de tramitação.

Das 2 concorrências públicas desenvolvidas, uma foi concluída e a outra está suspensa.

Destaca-se que a nova visão administrativa é incentivar os órgãos públicos e seus agentes ao processo de planejamento das compras públicas, buscando inovar a gestão, criando, assim, um novo paradigma. Nesse diapasão, cabe elucidar que a Central de Compras, atualmente Subsecretaria de Compras Governamentais do Governo Distrital, criada pela Lei nº 2.340, de 12 de abril de 1999, tem a finalidade de centralizar as compras da Administração Direta, Administração Indireta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal. Posteriormente, alguns Órgãos aderiram à descentralização de suas contratações. Ressalte-se que esta Autarquia, por força do art. 47 da Lei Distrital nº 4.285/2008, não submete as licitações aos ditames da Subsecretaria de Compras Governamentais/SEEC, desde 26 de dezembro de 2008.

Assim, durante o ano de 2019 foram realizadas 11 (onze) contratações em caráter emergencial, todos relacionados à área operacional de manejo de resíduos e limpeza pública. Quanto às aquisições por Ata de Registro de Preços da SCG/SEEC e SLU/DF, no ano 2019 foram realizadas 45 aquisições.

Durante o exercício 2019, o SLU firmou e manteve 79 contratos administrativos e operacionais vigentes, dentre os quais 5 contratos em vias de assinatura.

Quanto aos convênios, acordos e permissões de uso de imóveis, o SLU mantém 8 instrumentos desta natureza.

Foi implantado sistema para controle de acesso na portaria da sede do SLU. Os servidores são cadastrados no sistema e é gerado um QR Code de identificação que é utilizado para registro de entrada e saída dos servidores e visitantes da sede.

Dentro da manutenção das atividades administrativas, o SLU adquiriu materiais permanentes entre os principais:

Tabela 2: Equipamentos e Materiais Permanentes adquiridos e incorporados ao patrimônio no exercício 2019

Item	Descrição	Quantidade
01	Switch (doado pela Adasa)	3
02	Transceiver (doado pela Adasa)	2
03	Micro computadores e monitores (doado pela Adasa)	40
04	Balanças rodoviárias para atendimento da Unidade de Recebimento de Entulhos - URE	2
05	Tablets com capa de proteção	200
06	Computadores tipo II	30
07	Teclados	170
08	Monitores de LED 23 tela 100% plana	60
09	Monitores de vídeo de LED, tela de 19,50 polegadas	160

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Serviço de Limpeza Urbana – SLU tem trabalhado no recolhimento e acúmulo de pneus e, ainda não obteve um acordo satisfatório sobre a logística reversa destes resíduos. Esse processo encontra-se na SEMA para análise e parecer daquela secretaria responsável pela implantação da Logística Reversa no GDF. É necessário que haja um esforço no sentido de viabilizar um acordo setorial, como prevê a legislação (Lei 12.305/2010). Estes serviços são de responsabilidade dos importadores, fabricantes, distribuidores e comerciantes e, conforme Ata de Audiência de Conciliação, ajustada nos autos do processo judicial nº 071.0019-37.2019.8.07.00-18, que tramita perante a Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal, na qual o SLU figura como parte autora em desfavor da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, Associação Brasileira dos Importadores e Distribuidores de Pneus, houve a obtenção da tutela judicial no sentido de compelir essas entidades a assumirem a responsabilidade em relação aos pneus atualmente coletados e armazenados por esta Autarquia, que na Audiência de Conciliação restou acordado que, provisoriamente uma Cooperativa e duas a empresas procederão a retirada imediata dos pneus a partir do dia 18 de dezembro.

Quanto à compostagem houve um significativo acréscimo de composto doado e uma queda significativa na venda, em parte, devido à Instrução Normativa nº 64, elaborada em conjunto com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER, ampliando a quantidade de composto doado para os pequenos agricultores de 30 (trinta) para 90 (noventa) toneladas/ano/produtor. No ano 2019, 18.329,80 toneladas de composto orgânico maturado foi liberado para comercialização e doação, conforme análises químicas

nas leiras de composto e foram retiradas pelos produtores rurais do DF e entorno, quantitativo 31,72% superior ao ano 2018.

O Serviço de Limpeza Urbana – SLU participou de diversos eventos de iniciativa própria, de outros órgãos do governo e da sociedade como um todo. Realizou parcerias para apoio à manutenção da limpeza das cidades que se ampliaram com relação às realizadas em 2018.

Para executar todas as atividades previstas, as receitas tanto por meio do orçamento ordinário não vinculado, Fonte 100, como da Taxa de Limpeza Pública - TLP, Fonte 114, do Serviço de Limpeza Urbana – SLU, continuam sendo insuficientes para cobrir as despesas com os serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos urbanos.

Assim, no final dos exercícios, em especial para os meses de outubro a dezembro, a Secretaria de Estado de Economia - SEEC tem buscado adequar o orçamento para o fechamento do exercício. Ainda assim, o SLU continua com débitos relativos ao reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores que, conforme levantamento, importam no montante de R\$ 32.584.285,46 (trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 perfaz o montante de R\$ 534.773.833,00 (quinhentos e trinta e quatro milhões, setecentos e setenta e três mil oitocentos e trinta e três reais), distribuídos em 3 fontes de recursos:

Fonte 100 – Ordinário não Vinculado. A fonte 100 concentra os recursos que podem ser empregados livremente pelo Executivo, pois não têm vinculação específica. Ela é proveniente da arrecadação de impostos.

Fonte 220 – Diretamente arrecadados. A fonte 220 concentra os recursos provenientes, em sua maioria, da arrecadação dos grandes geradores. O Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, regulamentou a Lei nº 5.610, de 18 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos não perigosos e não inertes. A Resolução nº 14/2016 - Adasa, estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos e da construção civil.

Fonte 114 – Taxa de Limpeza Pública - TLP. O Decreto nº 16.090/1994 estabelece em seu artigo 1º que a Taxa de Limpeza Pública tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de limpeza pública, prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição pelo Distrito Federal.

Para a manutenção das atividades de limpeza pública do DF, diante das dificuldades enfrentadas, foi liberado por meio da Lei Orçamentária Anual o valor de R\$ 363.353.559,00 (trezentos e sessenta e três milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais), no entanto a despesa anual em 2019 está em aproximadamente R\$ 428.850.000 (quatrocentos e vinte e oito milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), gerando um déficit orçamentário durante o exercício de 2019 de R\$ 65.496.441,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta e um reais).

A principal dificuldade durante o exercício orçamentário de 2019 é o custeio dos contratos vigentes referentes à prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, tendo em vista tratar-se de ações essenciais à saúde pública que não podem ser interrompidas, além do descumprimento das legislações vigentes, já que este Serviço de Limpeza Urbana pode ficar suscetível a ser penalizado, notificado/multado pelos órgãos e agências de controle.

O programa de capacitação dos servidores do Serviço de Limpeza Urbana – SLU e de entidades parceiras continua sem interrupção com atividades realizadas no mínimo 2 vezes ao mês, tendo neste ano de 2019 sido realizadas por meio do projeto “Vem Saber” 7 palestras, algumas feitas com parcerias de outras instituições do governo (TCDF) e, especialistas, como também ministradas por servidores do SLU. Outros cursos realizados no auditório do SLU, como também em outras instituições do GDF (EGOV, TCDF), além de cursos, congressos e seminários nacionais e internacionais, atingiram o total de 706 capacitações.

Com a missão de capacitar os servidores dos órgãos do GDF, a Escola de Governo – EGOV/DF oferece cursos, treinamentos, palestras e seminários.

O curso sobre a capacitação ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do qual vários servidores do SLU tiveram que se capacitar, além de ministrado pela internet e decidido sua realização conforme o interesse do servidor, foi também realizado presencialmente na EGOV/DF

No ano 2019, a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal de normas sobre o manejo de resíduos sólidos e outras questões relativas ao SLU deu novo ordenamento jurídico aos seguintes temas:

Tabela 3: Normas sobre manejo de resíduos sólidos e assuntos atinentes ao SLU publicadas no DODF de janeiro a dezembro do ano 2019

Tema	Lei/Decreto/Instrução/Portaria/DODF	Assunto / Ementa
Fiscalização	Portaria Conjunta nº 04/2019 - SEMA/SES/DF LEGAL/BRASÍLIA AMBIENTAL DODF de 30/09/2019	Estabelece diretrizes para a fiscalização de resíduos sólidos e para a análise de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Distrito Federal, objetivando dinamizar a execução das ações e evitar sobreposição de competência
	Resolução nº 04, DE 25/04/2019, DODF de 29/04/2019	Tipifica as infrações e estabelece as penalidades a serem aplicadas ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU.
Limpeza Pública	Decreto nº 39.615, de 04/01/2019, DODF de 07/01/2019 suplemento	Institui o plano SOS DF e dá outras providências
	Decreto nº 40.278, de 26/11/2019, DODF de 27/11/2019	Institui o plano "GDF presente".
Gestão de Riscos	Instrução nº 130 de 09/04/2019, DODF de 12/04/2019	Institui o Comitê de Gestão de Riscos do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências.
Resíduos de Serviços de Saúde - RSS	Decreto nº 39.868, de 31/05/2019, DODF de 03/06/2019	Regulamenta o artigo 4º, da Lei nº 4.352/2009, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.
	Instrução Normativa nº 12, de 08/08/2019, DODF de 13/08/19	Normatiza os critérios e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde - PGRSS no âmbito do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental
Conselho de Limpeza Urbana - Conlurb	Decreto nº 39.871, de 06/06/2019, DODF de 07/06/2019	Acrescenta os incisos X, XI e XII ao art. 2º do Decreto nº 36.486, de 7 de maio de 2015, que regulamenta o art. 2º, inciso IV e §§ 1º e 2º, da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, que institui o Conselho de Limpeza Urbana - CONLURB e dá outras providências.
Grandes Geradores e Preços Públicos	Instrução Normativa nº 04, de 07/02/2019, DODF de 12/02/2019	Altera a redação do §1º do art. 3º da Instrução Normativa nº 01, de 17 de janeiro de 2018, do Serviço de Limpeza Urbana e acrescenta o §4º ao art. 3º da referida Instrução Normativa.
	Instrução Normativa nº 9, de 10/05/2019, DODF de 14/05/2019	Altera os artigos 5º, 10, 11, 12, 25 e 26 e revoga os artigos 27 e 28 da Instrução Normativa nº 06, de 25 de maio de 2018, republicada no DODF nº 129, págs. 23 e 24 de 10 de julho de 2018.
	Decreto nº 39.927, de 01/07/2019, DODF de 01/07/2019 ed. extra	Altera o § 4º, do art. 26, do Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos.
	Decreto nº 39.968, de 19/07/2019, DODF de 22/07/2019	Dispõe sobre o prazo para início da cobrança de preço público para manejo de resíduos da construção civil gerados por órgãos da administração direta e indireta e empresas públicas no Distrito Federal

Tema	Lei/Decreto/Instrução/Portaria/DODF	Assunto / Ementa
	Decreto nº 39.981, de 29/07/2019, DODF de 30/07/2019	Altera a redação do Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos e dá outras providências
	Resolução nº 17 de 23/12/2019 – ADASA, DODF de 26/12/2019	Altera a Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016, que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil e dá outras providências.
Ouvidoria	Instrução Normativa nº 10, de 16/05/2019, DODF de 20/05/2019	Dispõe sobre a Política Interna da Ouvidoria do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU / D F.
Sacolas plásticas e utensílios plásticos	Lei nº 6.266 de 29/01/2019	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais utilizarem canudo e copo fabricados com produtos biodegradáveis na forma que menciona
	Lei nº 6.322, de 10/07/2019, DODF de 11/07/2019	Dispõe sobre a proibição da distribuição ou venda de sacolas plásticas e disciplina a distribuição e venda de sacolas biodegradáveis ou biocompostáveis a consumidores, em todos os estabelecimentos comerciais do Distrito Federal, e dá outras providências.
Containers e lixeiras	Decreto nº 40.105, de 16/09/2019, DODF de 17/09/2019	Institui Grupo Executivo para elaborar projeto sobre as localizações dos contêineres semienterrados, dos Locais de Entrega Voluntária (LEV) e das lixeiras/papeleiras que serão instalados no Distrito Federal pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal.
Bicicletas	Lei nº 6.403, de 24/10/2019, DODF de 29/10/2019	Dispõe acerca da criação no Distrito Federal de locais que estimulem o descarte consciente e solidário de bicicletas que se encontrem sem uso.
Contratos e pagamentos	Portaria nº 473, de 27/11/2019, DODF de 03/12/19	Estabelece critérios para análise prévia de contratos e de pagamentos pela Unidade de Auditoria Interna do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF.
Plano Distrital de Saneamento Básico	Lei nº 6.454, de 26/12/2019, DODF de 27/12/2019	Institui o Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e dá outras providências

O avanço importante foi a regulamentação da Lei, no ano 2018, que definiu os grandes geradores e os promotores de eventos em áreas públicas como responsáveis pelo gerenciamento dos seus resíduos. Trabalhos de orientação e preparação dos grandes geradores de resíduos para se adaptarem às exigências das novas regulamentações foram desenvolvidos e devem ter continuidade, visto os grandes geradores que ainda resistem ao atendimento das normas, estando passíveis de penalidades e do rigor da Lei.

O funcionamento do Conselho de Limpeza Urbana do DF – CONLURB instalado em outubro de 2015, permitiu importantes contribuições para a limpeza do DF. O Relatório de Atividades e a prestação de contas dos anos 2015, 2016, 2017 e 2018 foram submetidos e analisados pelo conselho, que forneceu importantes contribuições e recomendações. Contribuiu ainda com a elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico, instituído no final do ano 2019, e o Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, em especial com o Plano de Mobilização Social. Frequentemente, é submetido ao Conselho a Carta de Serviços do Serviço de Limpeza Urbana – SLU para recebimento de contribuições.

O Serviço de Limpeza Urbana (SLU) compõe a equipe de órgãos do Governo do Distrito Federal que desenvolveu os planos "SOS DF" criado em janeiro/2019 e "GDF PRESENTE" criado em novembro/2019.

A força-tarefa, que envolve diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, orienta a população sobre os cuidados a serem tomados na prevenção de ambientes que sejam criatórios do mosquito *Aedes aegypti*. Estes planos executam serviços como recolhimento de lixo, remoção de entulho, tapa-buraco, poda de árvores, roçagem, limpeza de bocas de lobo e de redes de drenagem, remoção de carcaças de veículos, manutenção da iluminação pública e de sinalização de trânsito, e serviços nas áreas de saúde, educação, segurança, obras e serviços de engenharia. As Administrações Regionais fazem o mapeamento prévio, indicando os principais pontos de reclamação da comunidade local. O SLU realiza a frisagem e pintura de meio-fio, capina, remoção de entulho e de volumosos, além da varrição.

Em abril de 2019 o SLU firmou acordo de cooperação técnica com GIZ – agência ambiental do governo alemão e conexas à Embaixada da República Federal da Alemanha em Brasília - para estabelecer cooperação técnica para a execução das atividades que visam à proteção do clima por meio da mitigação de gases de efeito estufa na gestão integrada de resíduos sólidos urbanos de Brasília/DF.

O SLU desenvolve processos de análise e monitoramento espacial dos serviços prestados de forma a garantir que os mesmos sejam realizados da forma mais eficiente possível, como a análise dos circuitos de coleta, com base em arquivo vetorial fornecido pelas empresas contratadas contendo os circuitos da coleta e as áreas atendidas pelo serviço.

O SLU busca o aprimoramento do seu sistema de monitoramento para aperfeiçoar a fiscalização e a qualidade dos serviços prestados pelas empresas. Além disso, conta com a colaboração das Administrações Regionais para mapear os locais com maior necessidade de instalação de Locais de Entrega Voluntária (LEV), Contêineres Semienterrados ("Papa-Lixo"), Papa-entulhos, lixeiras e papeleiras.

Educação Ambiental

Entre as atribuições do SLU, está a promoção e participação de projetos e programas de mobilização e educação ambiental, sempre com o objetivo de sensibilizar e conscientizar os cidadãos do DF acerca do descarte adequado dos resíduos sólidos e da importância da participação da sociedade na manutenção da limpeza urbana. Os projetos desenvolvidos têm como premissa a ordem de prioridade definida pela Política Nacional dos Resíduos Sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem e inclusão sócio produtiva dos catadores de materiais recicláveis.

O SLU tomou iniciativas importantes para disseminar a informação à população sobre a correta gestão dos resíduos, e a divulgação da coleta seletiva entre elas:

- o lançamento em setembro da web série "a Saga de Recicléverson", destinada ao público adolescente e jovem, que já está no episódio número 12, e uma série de clips musicais, todos divulgados nas redes sociais do SLU. A segunda temporada será lançada no início de 2020. Toda a produção foi feita internamente, sem custos e com o apoio de voluntários.

Foto 20: Recicléverson



Criou a arte para adesivação de todos os veículos das três empresas contratadas com mensagens educativas nas laterais, que são trocadas a cada três meses.

Foto 21: Adesivação coleta seletiva



- Criou o design dos uniformes e veículos das equipes de mobilização das empresas contratadas, que fazem trabalho de orientação à população. Cada equipe tem sete profissionais e um veículo para uso exclusivo.

Foto 22: Design dos uniformes e veículos



A estruturação das equipes de mobilização por parte das três empresas contratadas abre perspectivas importantes para fortalecer o trabalho de orientação da população feito porta a porta. Embora pequenas, as equipes, compostas por sete profissionais cada uma, poderão esclarecer a população de maneira constante e direcionada para os pontos mais críticos. O trabalho de capacitação dessas equipes está a cargo do SLU.

O SLU mantém o programa Coleta Seletiva Consciente, que tem o objetivo de formar multiplicadores nas regionais para disseminar atitudes corretas em relação aos resíduos que geramos. O programa articula parcerias com as administrações regionais, instituições e lideranças em cada cidade. O programa já atua nas regiões do Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Park Way, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Plano Piloto, Ceilândia, Taguatinga, Brazlândia, Santa Maria, Guará e Cruzeiro. O programa será ampliado de forma progressiva para todo o DF.

O SLU irá lançar um concurso de vídeo intitulado "Coleta Seletiva em Um Minuto" com objetivo de estimular jovens a produzir vídeos sobre o tema e contribuir para disseminar a informação correta. O concurso irá distribuir R\$ 16 mil em prêmios e o termo de referência está pronto para ser publicado. O concurso será lançado no início do ano letivo em 2020.

Foto 23: Cartaz Concurso



Também está previsto para 2020 o lançamento do aplicativo da coleta seletiva que dará ao cidadão a informação sobre os horários das coletas convencional e seletiva, bem como a possibilidade de emitir um alerta no celular informando sobre a proximidade/chegada do caminhão coletor de sua casa. Será lançado assim que a ampliação da coleta seletiva for consolidada em todo o DF.

Foto 24: Design aplicativo coleta seletiva



Finalmente, o SLU mantém um tratamento pró ativo e intenso com os meios de comunicação, o que resulta na produção constante de reportagens sobre a gestão dos resíduos e a limpeza urbana, contribuindo para mobilizar e engajar o cidadão.

O SLU atendeu a 622 demandas de veículos de imprensa em 2019. Foram 340 demandas de emissoras de TV, 103 de jornais, 92 de portais de notícias, 30 de emissoras e rádio, 2 de revistas e 55 diversos

Diretores e gestores do SLU concederam 44 entrevistas em 2019, quase 70% delas para emissoras de TV. Esse trabalho gerou 912 matérias na mídia impressa e eletrônica, sendo 48% neutras, 27% positivas e 25% negativas. Houve um crescimento de notícias negativas em relação ao ano passado devido principalmente ao vazamento de chorume no início do ano e às mudanças no sistema de coleta de resíduos com os novos contratos de limpeza urbana.

O SLU produziu 915 conteúdos para os veículos próprios, que são a intranet, site, Facebook e Instagram. Foram 441 matérias para a intranet 261 pra facebook e Instagram e 213 para o site.

Paralelamente, o trabalho de mobilização social atendeu a 3.173 pessoas, por meio de palestras (43), apresentações teatrais (4), visitas ao Museu da Limpeza urbana (8), visitas técnicas (24) e atendimentos pessoais (72).

O SLU também promove parcerias com organizações nacionais e internacionais para promover a conscientização da população. As principais são com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), de intercâmbio de técnicos, com o projeto Protegeer, de redução de gases efeito estufa, com a Alemanha, com a Agência Ambiental da Suécia (Swedish EPA), de gravimetria e intercâmbio, com a Federação do Comércio, para mobilização de entidades associadas, com a Secretaria de Educação e Fiocruz, para inclusão da coleta seletiva na grade do ensino médio a partir de 2020, com a Fiocruz, para certificação de professores sobre coleta seletiva e com a Emater, para formação sobre hortas comunitárias nas escolas.

O SLU também promoveu eventos para chamar a atenção do público, como o Bloco de carnaval Brasília Limpa (5ª edição) e a Corrida do Gari (4ª edição), em dezembro.

Em 2020, o SLU pretende contratar empresa de apoio para o programa Coleta Seletiva Consciente, construir o espaço Arte Seletiva de cultura e educação ambiental no Distrito de Limpeza de Taguatinga e regularizar a situação com agência de publicidade.

Ouvidoria

O papel da Ouvidoria do SLU é a de conferir a possibilidade de aperfeiçoamentos, reduzindo o prazo médio ideal de atendimento ao cidadão, relacionado à atividade de limpeza urbana, além de ser um interlocutor de conflitos entre a autarquia e os cidadãos. Em 2019 buscou colaborar com a resolubilidade e a melhoria no atendimento ao cidadão, definindo metas de prazo de atendimento, respondendo às demandas de forma eficiente, auxiliando na otimização de processos, produtos e serviços da autarquia.

O Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal obteve um aumento de 56% no número de manifestações registradas no sistema da ouvidoria em 2019 (5.501), em relação ao mesmo período de 2018 (3.529). Além disso, foi dado destaque para o cumprimento do prazo médio de atendimento, que ficou em 10 (dez) dias.

Na prestação de contas da ouvidoria do SLU em cumprimento ao Plano Anual de Gestão e Ação/2019, foi registrado:

- No dia 21 de março foi realizado o 103º Vem Saber em comemoração ao Dia do Ouvidor. Na ocasião, a equipe da Ouvidoria do SLU foi homenageada; a Gerência de Limpeza Sul (GESUL) foi reconhecida como unidade amiga da ouvidoria, por atender as demandas dos usuários com mais resolutividade (avaliação cidadã), menor prazo médio de atendimento e melhor índice de resolubilidade no prazo legal;
- A Ouvidoria do SLU conseguiu a aprovação da Política Interna da Ouvidoria do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, a Instrução Normativa nº 010/2019, que define os compromissos com o atendimento, prioridade no tratamento, procedimentos internos e o horário de atendimento da Ouvidoria do SLU/DF;
- O Ouvidor do SLU obteve a Certificação Nacional, emitida pela Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman – ABO/Nacional, e concluiu o módulo básico em Libras, visando o atendimento universal dos usuários da limpeza urbana;

- Transparência: Após a constatação do volume de pedidos de acesso sobre o concurso público do Serviço de Limpeza Urbana a Ouvidoria recomendou o desenvolvimento de página exclusiva sobre o assunto no sítio do SLU. Visando a manutenção da transparência ativa do órgão a ouvidoria propôs ainda a política interna de transparência ativa do SLU - Instrução Normativa SLU nº 20/18. O SLU recebeu o prêmio de transparência ativa pelo terceiro ano consecutivo. A premiação reconhece o trabalho dos órgãos da estrutura do GDF que cumprem 100% dos requisitos dos indicadores apontados pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF);
- Foram realizadas visitas técnicas e capacitação interna de Ouvidoria em três Gerências de Limpeza, conforme o Plano de Ação da unidade;
- Também foram produzidos dois banners (modelo flag) da ouvidoria e da Carta de Serviços, para futuras ações externas da ouvidoria (ouvidoria itinerante);
- O modelo de Gestão por Resultados da Ouvidoria do SLU foi publicado como artigo na 3ª edição da revista Nacional da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman – ABO/Nacional;
- Em conjunto com a Assessoria de Comunicação e Mobilização Social (ASCOM/SLU), a Ouvidoria realizou o projeto Carta Presencial nas Administrações Regionais do Plano Piloto e Ceilândia (unidades com maior volume de demandas de ouvidoria);
- Visando a regularização da Lei nº 13.460/2018, o Serviço de Limpeza Urbana propôs ao Governador a delegação da competência de conselho de usuário ao Conselho de Limpeza Urbana do Distrito Federal – CONLURB - Decreto nº 39.871/2019;
- O SLU efetuou a adesão a Rede Nacional de Ouvidorias da Controladoria Geral da União (CGU) como membro Pleno. Aderindo à Rede Nacional de Ouvidorias, o órgão ou entidade terá acesso a benefícios como o uso gratuito do e-Ouv e aos cursos oferecidos no âmbito do Programa de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco);
- Ações pendentes do exercício: revisão da carta 2020, ouvidores agindo, pesquisa de opinião pública.

Demais destaques:

- Crescimento de 56% no número de manifestações;
- Crescimento de 78% do número de solicitações;
- Crescimento de 43% no número de reclamação;
- Aumento de 71% no número de elogios;
- Aumento de 100% no número de pedido de acesso à informação – transparência passiva.

Segue a apresentação dos demais indicadores:



* Todos os dados foram extraídos do sistema OUV/DF.

Serviços Complementares

A execução de serviços complementares de limpeza pública, neste caso a lavagem de vias, lavagem de monumentos públicos, catação de papéis e pintura de meio-fio (manual e

mecanizada) e serviços diversos são pagas por "equipes", ou seja, pelo quantitativo de funcionários de cada equipe das empresas terceirizadas, conforme definido nos termos de referência e projetos básicos. Nestes serviços, a conversão da unidade de medida (equipe contratada) para outra unidade de medida referente ao serviço executado (km pintados, hectares conservados, lavagens efetuadas) ficou prejudicada no ano 2019, devido ao acompanhamento pormenorizado dos serviços contratados, impedindo a continuidade da série histórica anteriormente estabelecida nos relatórios de atividades. Assim, foi alterada a unidade de medida destes serviços para "equipes" fornecidas pelas empresas.

A lavagem de vias registrou decréscimo de 8,30% no quantitativo de equipes de trabalho fornecidas e a lavagem de abrigo de passageiros e passagem de pedestres registrou decréscimo de 3,41% no quantitativo de equipes de trabalho fornecidas, devido a interrupção desta modalidade de serviço em 9 de outubro e a agregação deste serviço com a limpeza de caixas de gordura a partir de 9 de outubro. O custo médio foi de R\$ 36.095,79/equipe para a lavagem de vias, e de R\$ 71.841,43/equipe para a lavagem de monumentos.

A coleta de animais mortos em vias públicas apresentou decréscimo de 27,57% no quantitativo de animais recolhidos, comparativamente ao ano 2018. O quantitativo de animais recolhidos depende das ocorrências fatais em vias públicas e comunicações à equipe de trabalho. O custo médio foi de R\$ 95.178,68/equipe, até o dia 10 de outubro. Este serviço sofreu interrupção, em 10 de outubro, em decorrência de encerramento de contrato antigo e morosidades para celebração de outro, o que ocorreu apenas por meio de contratação emergencial no início do mês de dezembro. Neste intervalo de interrupção, houve apoio das administrações regionais, com maquinário, no recolhimento de animais de grande porte. Consequentemente, houve perda de informações neste intervalo sobre o quantitativo de animais recolhidos. Este serviço foi contratado de forma regular, juntamente com a limpeza pós eventos, nos 3 lotes contratados.

A catação de papéis em áreas verdes registrou resultado 0,64% inferior ao verificado no ano 2018 em relação ao quantitativo de equipes fornecidas. O resultado observado teve relação com a contratação definitiva do lote II, onde a catação de papéis foi incrementada quanto ao fornecimento de equipes, em detrimento da execução de serviços diversos, que foi suprimida neste lote de serviços, e posteriormente, pelos novos contratos de limpeza formalizados, com a limitação da contratação de 9 equipes/lote. O custo médio verificado no ano 2019 da catação de papéis em áreas verdes foi de R\$ 72.215,86/equipe.

A pintura manual e mecanizada de meios-fios registrou acréscimo de 4,38% em relação ao mesmo período do ano 2018 quanto ao fornecimento de equipes. Estes serviços realçam a limpeza pública e são essenciais para melhorar a condição de dirigibilidade de veículos. Servem como um sinalizador dos limites das vias. Com a contratação regular do lote II dos serviços de limpeza e manejo de resíduos, foi introduzida a pintura mecanizada de meio fio neste lote, substituindo a pintura manual de meio fio neste contrato. Posteriormente (em 10 de outubro), nos lotes I e III, também foi eliminada a pintura manual e substituída pela pintura mecanizada. O custo médio destes serviços alcançou o valor de R\$ 99.494,27/equipe, considerando tanto a pintura manual, quanto a pintura mecanizada. Separadamente, a pintura mecanizada apresentou custo médio mensal de R\$ 94.628,43/equipe, enquanto a pintura manual apresentou custo médio mensal de R\$ 109.253,53/equipe.

O serviço denominado "serviços diversos" foi executado nos lotes I e III até o dia 9 de outubro de 2019.

Estes serviços complementares são medidos pelo fornecimento do número de equipes de trabalho. A partir de 18 de outubro de 2018, outros 2 serviços de limpeza pública foram contratados pelo fornecimento de equipes, ambos no lote 3 de serviços de limpeza: a retirada de rejeitos das Instalações de Recuperação de Resíduos – IRR's e, a retirada de entulhos dos pontos de entrega voluntária ou papa-entulhos. Em relação o ano 2018 o quantitativo de equipes contratadas apresentou o resultado proporcional, conforme tabela 10 abaixo.

Em dezembro de 2019, devido à falta de cobertura contratual para a remoção de animais mortos e recolhimento de entulhos nos pontos de entrega voluntária decorrente dos serviços contratados no Pregão 02/2018, foi contratada de forma emergencial os serviços de transporte para destinação final de resíduos da construção civil, podas e volumosos entregues nos Pontos de Entrega Voluntária de Pequenos Volumes (PEV) pela população, situados nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, juntamente com a remoção de animais mortos.

Tabela 4: Quantitativo de equipes contratadas, conforme serviço.

Serviço	Ano 2017	Ano 2018 - A	Ano 2019 - B	Comparativo B/A (%)
Lavagem de vias	72,00	72,19	66,20	+ 0,26
Lavagem de monumentos	35,13	36,03	34,72	+ 2,56
Catação de papéis	363,70	414,64	411,99	+ 14,01
Pintura de meios-fios	71,30	75,40	64,03	+ 5,75
Serviços diversos	401,02	316,46	242,26	- 21,09
Coleta de animais mortos	12,00	12,00	9,31	- 22,42
Retirada de rejeitos – IRR's	0	2,12	24,68	+ 1.064,15
Retirada de entulhos dos papa-entulhos	0	4,92	17,89	+ 263,62
Coleta de resíduos de caixas de gordura	0	0	4,86	

O aumento verificado nos serviços de retirada de rejeitos das instalações de recuperação de resíduos e retirada de entulhos dos papa-entulhos foi devido o início destes apenas no dia 18 de outubro do ano 2018.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Tabela 5, abaixo, relaciona os quantitativos das atividades operacionais executadas pelo SLU no ano 2019, com comparativos com o ano 2018.

Tabela 5: Série Histórica dos Quantitativos Alcançados na Execução dos Serviços

Atividade	Unidade	Ano 2017	Ano 2018 - A	Ano 2019 - B	Comparativo B/A (%)
Coleta, tratamento e destinação dos resíduos de serviços de saúde	T	2.165	2.417	2.513	+ 3,97
Coleta dos resíduos de remoção (coleta corretiva) (manual + mecanizada)	T	636.005	438.079	425.175	- 2,95
Varrimento manual de vias e logradouros públicos	Km	1.284.173	1.204.297	1.193.036	- 0,94
Varrimento mecânico de vias e logradouros públicos	Km	41.288	42.187	61.407	+ 45,56
Pintura manual e mecanizada de meios-fios	Equipe	71,30	75,40	78,70	+ 4,38
Lavagem de vias	Equipe	72,00	72,19	66,20	- 8,30
Lavagem de abrigos de passageiros e passagens de pedestres	Equipe	35,13	36,03	34,80	- 3,41
Catação de papel em áreas verdes	Equipe	363,70	414,64	411,99	- 0,64
Serviços diversos	Equipe	401,02	316,46	242,26	- 23,45
Resíduos processados em usinas de tratamento	T	230.916	238.851	225.357	- 5,65
Resíduos domiciliares aterrados	T	809.085	784.460	800.872	+ 2,09
Coleta de animais mortos	U	2.920	3.011	2.181	- 27,57
Coleta seletiva	T	29.968	28.549	28.644	+0,33
Transferência de resíduos	T x Km	17.004.130	18.072.534	21.468.117	+ 18,79
Resíduos de entulhos aterrados na URE	T	0	1.303.662	1.423.028	+ 9,16
Transporte de chorume	viagem	0	946	1.542	+ 63,00
Retirada de rejeitos das IRR's	Equipe	0	2,125	24,68	+ 1.064,15
Retirada de entulhos dos PEV's	Equipe	0	4,916	17,89	+ 263,62
Tratamento de chorume	m ³	0	0	18.588	-

Coleta Convencional de Resíduos Domiciliares e Comerciais

A coleta de resíduos domiciliares e comerciais apresentou decréscimo de 2,32% em relação ao ano de 2018, com média de 65.177,12 ton/mês, ou cerca de 803 gramas/habitante/dia, para uma população estimada em 3.111.155 habitantes (IBGE – 2019), considerando 313 dias úteis no período. O decréscimo é justificado, em parte, pela crise socioeconômica que assola o País, e por conseguinte, o Distrito Federal. Outros fatores relevantes foram a melhoria do sistema de controle de pesagem implantado em 2016 e aperfeiçoado em 2017 e 2018, com a informatização de todas as pesagens de resíduos coletados, como também a Lei sobre os grandes geradores, exigindo o cadastramento no SLU e eximindo o SLU de responsabilidades sobre a coleta de grandes volumes de resíduos (acima de 120 litros diários de resíduos indiferenciados) bem como a sua destinação final. Os materiais recicláveis separados pelos grandes geradores e disponibilizados para a coleta seletiva continuam sob a responsabilidade do SLU. O serviço de coleta convencional de resíduos está dividido em 3 lotes de atuação, conforme a região geográfica. No ano 2019, os Lotes I, II e III tiveram configuração populacional alterada a partir do dia 10 de outubro, com a nova contratação dos serviços de limpeza, com o lote 1,2 e 3 abrangendo 12, 4 e 16 regiões administrativas, respectivamente. Com o atual arranjo, buscou-se um equilíbrio populacional entre os lotes contratados e equilíbrio financeiro quanto ao pagamento dos serviços envolvidos nos lotes de serviços. O custo médio da coleta de resíduos domiciliares e comerciais foi de R\$ 106,56/tonelada.

Coleta de Resíduos de Saúde da Rede Pública

O contrato emergencial nº 33/2019 tem como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde potencialmente infectantes (grupo A), químicos (grupo B) e perfurocortantes (grupo E), conforme classificação da RCD nº 222/2018, da ANVISA, de forma regular, provenientes de todos os estabelecimentos da rede de saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP/DF, Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB. Cabe ressaltar que não é atribuição do SLU a coleta de resíduos do serviço de saúde. Nesse sentido foi celebrado o Convênio Nº 001/2018- SES/DF que tem por objeto estabelecer condições de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e o Serviço de Limpeza Urbana – SLU visando à promoção da coleta, do transporte, destinação adequada e tratamento adequado do lixo hospitalar (RSS) provenientes de todos os estabelecimentos da rede de saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, como também o 1º termo aditivo. Salienta-se que o SLU possui carência de recursos humanos, e que os servidores responsáveis pela execução e fiscalização do contrato em pauta poderiam estar atuando em contratos de competência efetiva desta autarquia. Na coleta de resíduos de serviços de saúde da rede pública apresentou resultado 3,97% superior ao observado no ano 2018, com média de 209,40 t/mês, refletindo uma demanda maior pelos serviços de saúde. Após coletados, os resíduos são encaminhados para a planta de incineração da empresa contratada, localizada no município de Santo Antônio do Descoberto – GO. As escórias do tratamento são direcionadas para disposição final em aterro industrial na cidade de Betim – MG. A Secretaria de Estado de Saúde – SES e a Secretaria de Segurança Pública – SSP por meio de descentralização orçamentária, repassam os custos de execução deste contrato ao SLU. Quanto aos resíduos de saúde da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, está em tramitação o processo para a mesma finalidade. O custo médio da coleta e tratamento de resíduos de serviços de saúde da rede pública em 2019 foi de R\$ 1,38/quilo.

Coleta de Resíduos de Remoção

A coleta dos resíduos de remoção, aqui considerada como os resíduos depositados de forma irregular em áreas públicas contendo entulhos diversos, móveis inservíveis e galhadas apresentou resultado 2,95% inferior em relação ao ano 2018. A situação econômica do País, bem como a Lei sobre os grandes geradores que eximiu o SLU de responsabilidades sobre a coleta de grandes volumes de resíduos (acima de 120 litros diários de resíduos indiferenciados) bem como a sua destinação final, contribuiu para esse resultado, principalmente quanto ao fraco desempenho da construção civil em 2018 e 2019, onde os entulhos desta atividade são o maior componente dos resíduos de remoção em áreas públicas. O quantitativo total de 425.174,61 toneladas coletadas pelo SLU foi obtido por meio da coleta mecanizada de entulhos (414.170,60 toneladas, com média de 34.514 t/mês), e da coleta manual de entulhos (11.004,01 toneladas, com média de 917 t/mês), neste último caso com a utilização de caminhões de menor capacidade de carga, para coleta de resíduos ensacados, eventuais galhadas e resíduos volumosos dispostos em áreas públicas. A coleta mecanizada de entulhos registrou custo médio de R\$ 31,06/t, enquanto a coleta manual de entulhos registrou custo médio de R\$ 231,96/t. Neste último caso a unidade de medida para pagamento foi alterada de toneladas coletadas para viagens realizadas, porém é informado o quantitativo coletado pelas equipes de trabalho.

Varrição Manual e Mecanizada de Vias

A varrição manual de vias e logradouros públicos apresentou resultado 0,94% inferior ao obtido no ano 2018, com média de 99.419,66 km/mês, com novos locais agregados aos trechos de varrição, e diminuição da frequência em outros locais. A varrição manual é o serviço de limpeza que envolve os maiores gastos, devido ao maior contingente de funcionários para sua execução. No ano 2018, cerca de 29,06% de todos os recursos utilizados para pagamento das empresas e cooperativas contratadas para o manejo de resíduos e limpeza pública foi utilizado para pagamento da varrição manual. O custo médio da varrição manual registrou R\$ 94,78/km varrido. A colocação de lixeiras públicas contribui para a melhoria da limpeza no local, e influencia a frequência da varrição. Para os novos contratos de prestação dos serviços de limpeza previstos por meio do Pregão eletrônico nº 02/2018 foi prevista a instalação e a manutenção de 21.086 papeleiras por parte das empresas contratadas. A varrição mecanizada de vias e logradouros públicos, por sua vez, apresentou acréscimo nos quantitativos em comparação ao ano 2018, de 45,56%. Este serviço teve incremento considerável a partir da renovação dos contratos, em 10 de outubro, quando o serviço de forma mecanizada foi priorizado. No ano 2019 registrou desempenho médio de 5.117,28 km/mês e custo médio de R\$ 82,41/km varrido.

Tratamento de Resíduos Sólidos nas Usinas de Tratamento Mecânico - Biológico

O Contrato Emergencial nº 28/2019 tem como objeto a prestação de serviços de operação e manutenção da Usina de Tratamento Mecânico Biológico da Asa Sul (UTMB – Asa Sul), a qual tem como função o tratamento dos resíduos sólidos domiciliares indiferenciados provenientes da coleta convencional para operação de compostagem. O Contrato Emergencial nº 26/2019 tem como objeto a prestação de serviços de: operação, controle e manutenção da Usina Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia (UTMB - Ceilândia), operação de compostagem na Usina Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia (UTMB - Ceilândia), transporte de composto cru da Usina de Tratamento Mecânico Biológico da Asa Sul (UTMB – Asa Sul) até a Usina Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia (UTMB - Ceilândia) e transporte de rejeito das Usinas Ceilândia (UTMB - Ceilândia) e Asa Sul (UTMB – Asa Sul) até o Aterro Sanitário de Brasília. Salienta-se que, a contratação regular de empresa especializada para esses serviços encontra-se suspenso por decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), qual seja Decisão nº 5.291/2018. No que concerne às dificuldades na operação da UTMB da Ceilândia, informamos que a CAESB vetou de forma unilateral a recepção nas suas unidades do chorume pré-tratado gerado na UTMB, gerando um risco de extravasamento do percolato no período de chuva. Nesse sentido, o SLU viu-se obrigado a destinar, excepcionalmente, o chorume pré-tratado ao Aterro Sanitário de Brasília nesse período. Para minimizar a produção de chorume gerado a partir do composto armazenado no pátio da Usina, é necessária a construção de uma estrutura de cobertura para o pátio de compostagem, obra para a qual é imprescindível a obtenção de recursos. Houve decréscimo do material processado nas usinas,

de 5,65%, em decorrência, em parte, da paralisação das duas unidades no mês de outubro de 2019.

Tabela 6: Resíduos processados, produção de composto orgânico sem maturação, rejeito do composto e distribuição de composto orgânico maturado na Usina do P-Sul para doação ou venda (em t)

Ano 2019	Resíduos processados nas Usinas	Produção de composto nas usinas	Doação (quant. Entregue)	Venda (quant. entregue)	Rejeito do composto
Total	225.356,56	62.163,22	18.150,34	179,46	19.890,46

O processamento de resíduos nas usinas de tratamento operadas pelas empresas contratadas pelo SLU diminuiu 5,65% em relação o ano 2018. A Usina de Tratamento da Asa Sul operou com acréscimo de 2,91% no ano 2018, já que registrou o processamento de 61.900,79 toneladas em 2018, e 63.701,80 toneladas em 2019, com média de 5.308,48 t/mês. A Usina de Tratamento da Ceilândia teve decréscimo de 8,64% nos quantitativos processados, de 176.950,63 toneladas em 2018, para 161.654,76 toneladas em 2019, com média de 13.471,23 t/mês. O custo médio do tratamento de resíduos nas usinas operadas pelo SLU registrou o valor de R\$ 66,66/t processada, sendo R\$ 70,16/t na usina da Asa Sul e R\$ 65,29/t na usina da Ceilândia. A capacidade instalada e o tratamento de resíduos verificado estão no limite do atendimento. Com a expansão do programa de coleta seletiva, pretende-se encaminhar para as usinas de tratamento da Asa Sul e do Setor P-Sul na Ceilândia os resíduos orgânicos gerados pela população em maior proporção, aumentando a eficiência do tratamento com relação à produção de compostos orgânicos, para comercialização e doação aos produtores rurais do DF e entorno. Os materiais recicláveis coletados por meio de contrato com organizações de catadores e empresas são destinados para as Instalações de Recuperação de Resíduos – IRR´s existentes, e serão destinados também para as que estão construídas ou reformadas. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente também está construindo, às margens da via estrutural, 1 centro de comercialização de recicláveis e outros 2 centros de triagem de materiais recicláveis, que virá a incrementar esta atividade. A produção de recicláveis contabilizados nos relatórios das usinas de tratamento de resíduos do SLU, e nas cooperativas contratadas somou 30.587,79 toneladas (plásticos, papel, papelão, sucata, alumínio e outros). Foram contabilizados nos quantitativos de triagem os materiais recicláveis coletados e comercializados pelas organizações de catadores que atuam em áreas operacionais do SLU, fornecidos pelas mesmas. A produção de composto orgânico cru oriunda das usinas de tratamento da Asa Sul e da Ceilândia atingiu o quantitativo de 62.163,22 toneladas no ano 2019, 4,94% inferior ao registrado no ano 2018, que foi de 65.393,71t, contribuindo para este resultado a paralisação das usinas supracitadas. O mercado de resíduos recicláveis no DF contribui para estimular o trabalho executado pelos catadores de materiais recicláveis, que vem ocorrendo em algumas unidades operacionais do SLU, ou seja, nas duas unidades de tratamento mecânico-biológico (Ceilândia e Asa Sul), nas instalações de recuperação de resíduos construídas (Ceilândia e do SCIA), no Núcleo Regional de Sobradinho, onde ocorre a operação de triagem, como também nos galpões alugados pelo SLU para o serviço de triagem executado pelas organizações de catadores por meio de contratos com o SLU.

Disposição Final de Resíduos

O Aterro Sanitário de Brasília, construído para atender a todo o Distrito Federal, inicialmente denominado Aterro Sanitário de Samambaia em alusão à sua localização na Administração Regional, e posteriormente de Aterro Sanitário Oeste – ASO devido à sua localização relativamente ao Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – CORSAP, é hoje o Aterro Sanitário de Brasília – ASB. Localizado entre as Regiões Administrativas – RAs de Samambaia e de Ceilândia, foi projetado por empresa de consultoria no ano de 2012. O projeto foi contratado pelo Programa Brasília Sustentável, vinculado à Agência Reguladora de Águas e Energia do Distrito Federal – ADASA com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A inauguração do ASB ocorreu em 17 de janeiro de 2017. A extensão total da área do aterro é de 760.000 m² (76 ha), sendo que a área de interferência para implantação do ASB é de aproximadamente 490.000 m² (49 ha). Esse espaço contempla as áreas de disposição de rejeitos, 320.000 m² (32 ha), e de apoio administrativo e operacional. Adjacente ao ASB, existe uma gleba prevista para a ampliação do aterro de aproximadamente 760.000 m² (76

ha). Em fevereiro de 2019 o SLU entrou com nova solicitação junto a TERRACAP com a finalidade de cessão da área correspondente à expansão do Aterro Sanitário de Brasília. Após a resolução de questões fundiárias, a TERRACAP efetuará a cessão ao SLU. Com essas duas glebas, a dimensão total do Aterro Sanitário de Brasília terá aproximadamente 15.200.000 m² (152 ha), com expansão de sua vida útil. Em 07 de novembro de 2018, foi publicado no DODF o extrato do Termo de cessão de uso do imóvel pertencente ao Distrito Federal e incorporado ao patrimônio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, localizado na Área de Desenvolvimento Econômico - ADE Oeste, Km 16, em Samambaia/DF ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, no total de 785.124 m², para funcionamento do Aterro Sanitário de Brasília/DF com vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado. O projeto inicial previu a segmentação da disposição de rejeitos no Aterro Sanitário de Brasília em quatro etapas. Para a estimativa da vida útil das etapas foi considerada a demanda mensal média da ordem de 51.000 (cinquenta e uma mil) toneladas de resíduos. Essa estimativa considera, ainda, recalques conservadores da ordem de 20% (vinte por cento) e peso específico médio dos resíduos de 1,00 tf/m³, resultando em uma vida útil inicial do empreendimento de aproximadamente 13,3 anos. Para implantar e operar a Etapa 1 do Aterro Sanitário de Brasília, o SLU lançou em 2014 uma licitação, vencida por consórcio constituído por 3 empresas. Em 2019, o Aterro Sanitário de Brasília recebeu 800.872,13 toneladas correspondendo a 100,00% de todo o rejeito aterrado e a uma média mensal de 66.739,34 toneladas. As despesas para este aterramento corresponderam a R\$ 21.215.102,80, ou seja, uma despesa média mensal de R\$ 1.767.925,23, para um valor atual de R\$ 26,49/t aterrada. O convênio 02/2012 firmado com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb para a construção da estação elevatória de chorume encontra-se vigente, mas não foi desenvolvido, devido ao impacto do chorume gerado no aterro nos processos de tratamento de esgoto da Caesb. Houve necessidade de celebração de contrato, já encerrado, com o consórcio que opera o aterro para prestação de serviço de transporte de chorume, por meio de caminhões pipa, para a estação de tratamento de esgoto do Melchior, operada pela CAESB. Devido ao elevado custo do tratamento do chorume apresentado pela CAESB, para fins de formalização de futuro contrato, o transporte de chorume para a estação de tratamento de esgoto Melchior também foi paralisado no mês de junho de 2019. No ano 2019, de janeiro a junho, foram realizadas 1.542 viagens para o transporte de chorume, devido ao início do período chuvoso e a necessidade de esgotar/diminuir o quantitativo armazenado nos tanques de recepção de chorume do ASB. O contrato 15/2014 tem como objeto a prestação de serviços de implantação, operação e manutenção do Aterro Sanitário de Brasília, localizado na região administrativa de Samambaia, compreendendo, dentre outras, as atividades de aterramento, espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos sólidos de quantidade média mensal estimada de 68.000 toneladas e confecção do projeto executivo da etapa 02. Em março de 2019 foram iniciados os preparativos para os serviços da segunda etapa, onde estudos apresentaram alterações significativas no projeto, tais como mudança na disposição dos drenos de chorume e execução de colchão drenante. Inicialmente a segunda etapa será dividida em duas células no total de 12.850,00 m³. Em julho iniciou a operação da 2ª etapa do aterro, e até o presente não ocorreu nenhum incidente relevante nessa etapa, mesmo com a chegada do período das chuvas. No primeiro semestre de 2019, em decorrência do elevado volume de chuvas que incidiu sobre o maciço, ocorreu extravasamento de chorume em alguns pontos, fato prontamente comunicado aos órgãos fiscalizadores. Após uma longa análise e estudos, o consórcio que opera o aterro identificou que as tubulações de drenagem de chorume estavam obstruídas, fato que contribuiu para o extravasamento. Ademais, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Samambaia da Caesb parou de receber o chorume produzido pelo ASB desde 06/06/2019. Para enfrentar a questão foram construídos novos drenos e seis lagoas com capacidade aproximada de 30 mil m³ para o armazenamento provisório de chorume gerado no aterro. Em setembro de 2019 iniciou-se a operação da Unidade de Tratamento de Chorume - UTC. De setembro a dezembro foram tratados 18.588 m³ de chorume. Em dezembro, o SLU obteve a Outorga SEI-GDF n.º 1204/2019 - ADASA/SRH/COUT - a qual outorga ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal o direito de uso de recursos hídricos para lançamento de efluentes tratados no Rio Melchior - e a Autorização Ambiental nº 57/2019 - IBRAM/PRESI, a qual autoriza a lançar no rio Melchior a vazão máxima de 0,005 m³/s de efluente tratado. O referido ato autorizativo não contemplou o volume de chorume tratado e armazenado nas lagoas provisórias no ASB. Desta forma, o efluente tratado é armazenado

em duas lagoas de equalização de vazão e posteriormente lançado no Rio Melchior. Para resolver o problema de forma definitiva está em trâmite o processo para contratação regular do tratamento de chorume gerado no ASB, com previsão de finalização em Janeiro/2020. Houve acréscimo de 2,09% das quantidades aterradas de resíduos, embora a situação econômica vivida pelo País e, ao maior controle do sistema de pesagem que passou a ser todo feito eletronicamente. Os quantitativos de resíduos recebidos e pagos à empresa prestadora de serviços envolvem outros tipos de resíduos como, gradeamento primário proveniente das estações de tratamento de esgoto da Caesb, resíduos de caixas de gorduras, resíduos com características domiciliares coletados por terceiros e animais mortos coletados em vias públicas.

Unidade de Recebimento de Entulhos – URE

Foram diversos os planos elaborados ao longo das duas últimas décadas, para o fechamento do Aterro Controlado do Jóquei - ACJ. Embora tenha havido grandes esforços para o fechamento do Aterro do Jóquei, o SLU permaneceu com a área em atividade a ser utilizada apenas para a recepção, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil, com a denominação da área para "Unidade de Recebimento de Entulhos – URE". Apesar de todo o esforço e das melhorias operacionais implantadas, pode-se dizer que a situação do antigo Aterro Controlado do Jóquei é ainda muito precária e incompatível com o padrão e a importância do Distrito Federal no contexto nacional. O contrato 54/2019 tem como objeto a prestação de serviço de monitoramento e manutenção da Unidade de Recebimento de Entulhos - URE, para execução de atividades de manutenção dos dispositivos e sistemas de drenagem de águas pluviais, líquidos percolados e gases; monitoramento topográfico geotécnico, ambiental e das águas pluviais; manutenção das lagoas de acumulação de líquidos percolados; monitoramento e manutenção e implantação de drenos e canaletas de captação de águas pluviais; recebimento e disposição de resíduos sólidos da construção civil e galhadas; instalação, operação e manutenção de equipamento de trituração de galhadas e a implantação e operação de uma Unidade de Britagem móvel para reciclagem de resíduos de construção civil, incluindo o fornecimento, instalação, operação e manutenção dos equipamentos da Unidade. A Unidade de Recebimento de Entulho (URE) é atualmente o principal local para destinação final dos resíduos da construção civil produzidos no Distrito Federal. No ano 2019 foram recebidos cerca de 800 veículos transportadores por dia, cujas cargas estão devidamente munidas de um número identificador denominado de Controle de Transporte de Resíduos (CTR). Esse documento passou a ser exigido para acessar a URE desde o dia 02 de abril de 2018. Do montante total que adentra a URE, que chega a ultrapassar 4.500 toneladas por dia, uma parcela é destinada a unidade de britagem, na qual é transformada em agregado reciclado. Em 2019, a unidade de britagem passou por melhorias substanciais e atualmente tem a capacidade de produzir cinco tipos de agregados com dimensões de grãos distintas, sendo a sua utilização em obras públicas uma provável forma de reaproveitá-los. O serviço de britagem de resíduos da construção civil teve início no mês de março, e registrou o quantitativo de 98.858,08 toneladas britadas em todo o ano 2019.

No que diz respeito à verificação da atual produção do biogás, bem como a exploração da URE como fonte energética de matrizes diversificadas, a Universidade de Brasília, em parceria com a CEB, vem desenvolvendo pesquisas desde o início de 2019. Esse ano foram instaladas 2 novas balanças, totalizando 6 balanças ativas na URE, o que melhorou o fluxo de veículos na Unidade. No que concerne às dificuldades da operação da URE, destaca-se a frequente falta de acesso ao SGI, seja em decorrência de falta de energia, seja em decorrência de falhas no sistema, o que impede que a pesagem seja registrada automaticamente no sistema. Cabe ressaltar que a URE, assim como as demais unidades do SLU, sofre devido à escassez de servidores disponíveis na autarquia, o que faz com que eventualmente falem balanceiros e fiscais. A cobrança pela prestação do serviço de disposição final de RCC segregado e não segregado dos transportadores particulares começou a ser efetuada pelo SLU a partir do dia 15 de junho do ano 2018. Esta ação foi realizada em atendimento à Resolução Adasa nº 14/2016 e foi regulamentada por meio da Instrução Normativa SLU nº 01/2018, alterada pela Instrução Normativa SLU nº 03/2018. No ano 2019 a URE recebeu 1.422.805,71 toneladas de resíduos da construção civil e indiferenciados, para um total de 269.846 controles de transporte de resíduos emitidos nesse período. Os serviços de coleta e transporte manual e mecanizado de entulhos dispostos irregularmente nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal realizados pelo SLU representaram cerca de 14,97 % do total de veículos que

acessaram a URE e 30,17% dos resíduos descartados na unidade, conforme planilha de pesagens disponibilizada a partir dos dados gerados no SGI. Quanto à trituração de galhadas, outro serviço previsto dentro do contrato de operação da URE, foram trituradas 525,04 toneladas ao custo de R\$ 8,03/tonelada, em todo o exercício 2019.

Coleta Seletiva

No ano 2019 a coleta seletiva apresentou acréscimo nos quantitativos recolhidos, de 0,33%, ou resultado quase similar ao ano 2018. A fiscalização sobre as cargas dos veículos coletores foi intensificada, verificando-se a mistura com resíduos orgânicos, conforme o peso da carga registrado. Quando assim constatado, as viagens da coleta seletiva foram pagas como coleta convencional, pelas toneladas correspondentes às viagens. O custo médio da coleta seletiva executado por empresa registrou um valor médio de R\$ 845,38/viagem realizada ou circuito percorrido. Complementarmente ao serviço de coleta seletiva, o SLU contratou a R\$ 248,10/t (5 cooperativas) e a R\$ 304,14/t (13 cooperativas), os serviços de triagem dos materiais recicláveis comercializados executados por cooperativas de catadores de materiais recicláveis como forma de remunerar os serviços, principalmente, por evitar o aterramento destes resíduos, além de custos com impostos e equipamentos de proteção individual. As 18 cooperativas/associações atualmente contratadas devem comprovar a comercialização dos resíduos recicláveis, por meio das notas fiscais, como forma de receber os recursos previstos em contrato.

Está prevista a instalação de 244 Locais de Entrega Voluntária pelas empresas contratadas nos novos contratos, que contribuirá para expandir a coleta seletiva de resíduos secos recicláveis.

Transferência (transbordo) de resíduos

A transferência ou transbordo de resíduos, serviço inicialmente inserido no lote 3 dos serviços de limpeza, foi também direcionado ao lote 1 até o dia 10 de outubro de 2019. Após esta data os 3 lotes passaram a executar este serviço.

A unidade de medida para pagamento dos serviços é "t x km", ou seja, a cada tonelada transportada e a cada km percorrido pagou-se o valor médio de R\$ 0,89/t x km, similar ao ano 2018. Os quantitativos pagos em 2019 foram superiores aos registrados em 2018, em 18,79%, devido ao aumento de quantitativo de resíduos transportados e ao aumento das distâncias dos pontos de geração/transbordo ao aterro sanitário de Brasília. Com o fechamento do Aterro Controlado do Jóquei em 20 de janeiro de 2018, houve aumento de custos com o transporte / transbordo de resíduos no exercício 2019.

Sistema de Gestão Integrada (SGI)

O sistema tecnológico para monitorar, computar e armazenar dados do setor, como a pesagem dos resíduos sólidos e o monitoramento de GPS dos caminhões de coletas como foi descrito anteriormente e tem os seguintes desafios e perspectivas para 2020

Desafios

- Atualização dos dados de controle, adaptação aos novos contratos e manutenção dos dados registrados nas unidades de pesagem;
- Continuidade no ciclo de melhorias após o início da reestruturação dos contratos;
- Reciclagem dos servidores em tempo hábil para a continuidade do controle das unidades de pesagem;
- Garantir a continuidade da solução em face da infraestrutura precária das unidades.

Perspectivas para 2020

- Evolução do sistema de medição, de modo a prover relatórios que mensurem não apenas os dados oriundos das conferências diárias dos tíquetes de pesagem, mas também os dados provenientes da integração com o sistema de monitoramento, via GPS, assim como os dados coletados em campo, com o objetivo de mensurar os 12 (doze) serviços previstos nos contratos de limpeza urbana.
- Concluir a automação do controle de pesagem após a contratação de equipamentos e manutenção preventiva para melhoria da infraestrutura das balanças.

O projeto SGI foi vencedor do Prêmio Inova Brasília na categoria "Uso eficiente dos recursos públicos", no ano 2019, prêmio que valorizou o esforço de modernização e de transparência da gestão do SLU.

Sistema Eletrônico de Resíduos da Construção Civil e Volumosos

O Sistema Eletrônico de Resíduos da Construção Civil e Volumosos (E-RCC) faz o controle do cadastro de transportadores e geradores. A ferramenta provê os recursos necessários para a geração do Controle de Transporte de Resíduos – CTR, documento emitido pelos transportadores que contém as seguintes informações: Número de Identificação; Nome do Transportador; Nome do Gerador; Endereço do Gerador; Placa do veículo vinculado a CTR; Identificação da caçamba (se tiver) e Informações do local de destinação.

A linha mestra de referência dos trabalhos realizados e projetos executados faz parte do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI do SLU, pautado em diretrizes do Governo Distrital, especialmente no Decreto nº 37.574, de 26 de agosto de 2016, e estabelece as grandes linhas de orientação a serem desenvolvidas pelo SLU, em sua área tecnológica.

Dificuldades

- Utilização do sistema em sua totalidade para fiscalização de caçambas e cadastramento dos transportadores, pois, mesmo com a implementação do sistema, alguns transportadores insistem em realizar o descarte dos resíduos de maneira irregular;
- Adequação do sistema para novas projeções feitas pelo Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Volumosos - CORC e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal - ADASA.

Aspectos positivos

Há 50 anos nunca houve, em Brasília, nenhum controle por parte do poder público das atividades voltadas para o transporte dos resíduos provenientes da construção civil. Desse modo, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) recebia esses materiais sem nenhuma cobrança pelo aterramento, fora o aumento dos custos desta autarquia com o descarte irregular dos resíduos da construção civil.

Com a criação do CORC e do Conselho de Limpeza Urbana – CONLURB, foram regulamentadas as atividades de transporte de resíduos da construção civil, bem como a implementação do Sistema Eletrônico da Construção Civil (e-RCC). Tais avanços provocaram grandes mudanças na limpeza urbana, como por exemplo, a criação do Controle de Transporte de Resíduos (CTR).

Através da inauguração da Unidade de Recebimento de Entulho (URE) e o desenvolvimento do Sistema de Pesagem do SLU, os resíduos dispostos foram devidamente pesados e computados. Desse modo, o SLU passou a gerenciar o cadastramento dos transportadores de resíduos da construção civil junto com os seus geradores.

De acordo com os nossos registros, foram geradas mais de 400.000 CTR's do marco de 2018 até o presente momento, cerca de 500 transportadores (autônomos e pessoas jurídicas), 13.000 caçambas e mais de 1.000 veículos foram cadastrados. No ano 2019 foram gerados 269.846 Controles de Transporte de Resíduos – CTR's pelos grandes geradores.

No que diz respeito à gestão das pessoas, o perfil do servidor concursado originalmente era para a execução de serviços operacionais. Com a inexistência da prestação de serviços operacionais pelo SLU, devido à terceirização, e a necessidade de desenvolvimento de planejamento, modernização e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle foi realizado concurso público para atender às demandas da autarquia. Servidores cedidos a outros órgãos podem retornar ao SLU, conforme necessidades, interesse do servidor e comunicações entre os órgãos públicos.

Perspectivas para 2020

- Alcançar a utilização, em sua totalidade, do sistema;
- Atender as projeções estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores.

O Sistema de Informação Geográfica (SIG) possui inteligência em GEO capaz de coletar informações de geolocalização dos equipamentos de GPS implantados nas frotas e lutocares

de coleta e varrição das prestadoras de serviço do SLU, permitindo o monitoramento em tempo real da execução dos serviços, gerando automaticamente o relatório detalhado em porcentagem, informando o executado dentro do planejado, fora do planejado e não executado. Tais informações serão a base de contribuição para validar o pagamento destas atividades, trazendo evidências e confiabilidade para os executores aplicarem glosas específicas pelo não cumprimento do plano diário de execução dos serviços.

Desafios

- Capacitar, em tempo hábil, as empresas dos atuais contratos para a padronização da entrega dos dados georreferenciados em conformidade com as especificações definidas pelo SLU;
- Reestruturar, analisar e atualizar os dados enviados pelas empresas, visando a continuidade do tratamento das informações para aferição do serviço planejado x executado;
- Realizar a reciclagem dos servidores para a continuidade das atividades do controle do sistema de monitoramento;
- Criação de novos indicadores que remetam as mudanças dos novos contratos nos relatórios de Business Intelligence (BI);
- Integração dos sistemas legados do SLU em conformidade com os novos contratos;
- Aplicar os controles de coleta de recursos e comprovação da fiscalização in loco executada pelos fiscais, através da criação de aplicativos que colem estas informações, com o objetivo de aprimorar a comprovação e a centralização dos dados em uma base segura de fácil acesso e rastreabilidade.

Perspectivas para 2020

- Consolidar as informações dos novos contratos e integrá-las em um único relatório, junto ao módulo de medição do SGI, para emissão de um relatório de medição consolidado que atenda os contratos vigentes;
- Implantar o aplicativo de coleta de dados, para que os fiscais de campo apontem os quantitativos, em um formulário digital, de cada serviço exigido contratualmente;
- Concluir a implantação do aplicativo de fiscalização, para que os fiscais e gerentes dos núcleos possam aferir a qualidade do serviço prestado pelas empresas contratadas, com a comprovação do percurso realizado e não realizado, utilizando sua localização em tempo real e registros fotográficos.

Dentre os itens mais críticos referentes ao planejamento da área de infraestrutura, os principais são:

Modernização e Gestão Tecnologia

- produzir/atualizar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- elaborar os termos de referências para aquisição de equipamentos de TI, com base na Instrução Normativa Nº 04/2014;
- fazer o planejamento de implantação/expansão/evolução dos sistemas computacionais.

A principal dificuldade encontrada neste ano de 2019 foi a falta de recursos financeiros para fazer face às contratações/aquisições. Foram desenvolvidos os seguintes processos:

- Contratação de sistema integrado de segurança eletrônica baseado na tecnologia IP
- Aquisição de uma solução de segurança para a rede de computadores do SLU
- Contratação de empresa especializada no fornecimento de microcomputadores completos
- Contratação de empresa especializada para aquisição de impressora de cartão PVC para confecção de crachás
- Aquisição de dispositivos móveis do tipo TABLET com acessórios a serem utilizados pelo SLU - Serviço de Limpeza Urbana – DF

- Aquisição de serviços de telefonia a serem utilizados pelo SLU - Serviço de Limpeza Urbana - DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação Hemocentro de Brasília - FHB, fundação pública com personalidade jurídica de direito público, de caráter científico-tecnológico, educacional e de prestação de serviços de saúde, no campo da Hemoterapia, entidade do Sistema Único de Saúde vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, instituída nos termos do Decreto nº 14.598, de 04 de fevereiro de 1993, com base na autorização concedida pela Lei nº 206, de 13 de dezembro de 1991, integra a Administração Indireta do Distrito Federal. A estrutura administrativa atual foi estabelecida no Decreto Nº 38.624, de 8 de dezembro de 2017.

A FHB possui como principal missão garantir sangue com qualidade e em quantidade adequada à população do DF em 100% dos leitos SUS. Para isso realiza sistematicamente todos os processos relacionados à produção e distribuição de hemocomponentes, garantindo a qualidade e rastreabilidade total dos mesmos e oferecendo segurança nos processos com apoio da tecnologia da informação.

As ações da FHB são vitais para a manutenção das atividades dos hospitais da Secretaria de Saúde e conveniados, como o Hospital Universitário de Brasília (HUB), Hospital das Forças Armadas (HFA), Rede SARAHe hospitais privados conveniados.

A Hemorrede do Distrito Federal é composta pelo Hemocentro coordenador, representado pela FHB, pelas agências transfusionais localizadas nos hospitais públicos e por dois núcleos de hemoterapia privados que abastecem a hemorrede privada. À FHB cabe a aquisição, o gerenciamento e o acompanhamento da entrega de todos os insumos utilizados nas atividades hemoterápicas das Agências Transfusionais (ATs) dos hospitais públicos, além da gestão do Módulo Transfusional no sistema informatizado da FHB (Sisthemo) e manutenções corretivas, preventivas e calibrações dos equipamentos utilizados nas atividades hemoterápicas.

Compete, ainda, à FHB realizar a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade por toda a instituição por meio da atualização e elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (POP), adequando as normas e rotinas às legislações vigentes e técnicas hemoterápicas, além de acompanhar os Registros de Não Conformidades (RNC) e Notificações de Produtos Devolvidos (NPD) enviados pelas Agências Transfusionais, e realização de auditorias internas de qualidade, dentre outros. As atividades hemoterápicas realizadas nas ATs são supervisionadas por supervisor técnico da FHB, que atua na agência transfusional.

O Centro de Referência de Tratamento de Coagulopatias Hereditárias no DF responsável pelo tratamento ambulatorial dos portadores de coagulopatias está localizado na Fundação Hemocentro de Brasília. Assim, o atendimento ambulatorial desses pacientes e a prescrição de fatores de coagulação para profilaxia recebidos do Ministério da Saúde é atribuição exclusiva dos profissionais médicos do Ambulatório de Coagulopatias Hereditárias – ACH/FHB desde julho de 2018 após publicação de Portaria nº 725, de 05 de julho de 2018 que atribuiu competência à Fundação Hemocentro de Brasília, no âmbito da SES/DF, para atuar como Centro de Referência de Tratamento de Coagulopatias Hereditárias, coordenando e regulando a atenção integral aos pacientes com coagulopatias hereditárias.

A Fundação Hemocentro de Brasília realiza ainda, conforme legislação vigente, a triagem laboratorial em amostras dos doadores de sangue, de doadores de órgãos e tecidos da Central Nacional de Captação, e em amostras de pacientes da rede pública de saúde e conveniada do DF, conforme demanda da hemodiálise, da oncohematologia, da coagulopatia e da hemoglobinopatia. São realizados anualmente mais de 1 milhão de exames pelo Núcleo de Sorologia da FHB, além do atendimento terciário para diagnóstico e seguimento laboratorial das pessoas com coagulopatias hereditárias (Hemofilias, Doença de Von Willebrand e Plaquetopatias) da população do Distrito Federal, bem como os exames imunohematológicos de pacientes da hemorrede.

A FHB é responsável pelo suporte aos transplantes de órgãos realizados no DF (hospitais públicos e privados) por meio do Laboratório de Imunologia de Transplantes credenciado pelo Serviço Nacional de Transplante do Ministério da Saúde como Laboratório Tipo II, que atende

aos programas de Transplante Renal Intervivo e Cadavérico, Transplante Cardíaco, Transplante de Medula Óssea, REDOME e REREME. Além disso, para a realização de transplantes autólogos e alogênicos em pacientes que necessitam de transplante de medula óssea e estão inscritos no programa de registro de receptores de medula óssea (REREME), na FHB são processadas e congeladas as células tronco hematopoiéticas obtidas de sangue periférico por meio de aférese.

Além das competências apresentadas, a FHB é um dos 14 serviços habilitados pelo Ministério da Saúde como Sítio Testador-NAT sendo responsável pela realização do teste NAT HIV/HCV/HBV para os serviços de hemoterapia públicos do DF e dos estados de Goiás, Tocantins e Acre.

O Estatuto da Fundação Hemocentro de Brasília – FHB, aprovado pelo Decreto 14.937, de 13 de agosto de 1993, alterado pelo Decreto n.º 38.689, de 07 de julho de 2017, atribui à FHB a coordenação do Sistema de Sangue Componentes e Hemoderivados, com o objetivo de incluir no sistema todos os bancos de sangue públicos e serviços de hemoterapia privados existentes no DF.

A centralização das atividades possibilitou a modernização do controle do sangue e hemocomponentes, com padronização de metodologias e reagentes, atualização de técnicas, maior economia e segurança transfusional.

Em acordo com o Estatuto vigente, à Fundação Hemocentro compete:

- XIV. promover a conscientização da comunidade no que concerne à doação voluntária de sangue, de medula óssea e de sangue de cordão umbilical e placentário;
- XV. promover a captação, a seleção de doador, as coletas de sangue, a realização dos exames de triagem, o armazenamento e a distribuição de hemocomponentes, garantindo o seu abastecimento nos hospitais públicos ou privados conveniados e contratados do Distrito Federal;
- XVI. manter estoques estratégicos de sangue e hemocomponentes para atender as emergências ou situações de calamidade pública;
- XVII. promover a captação, seleção de candidatos a doador para transplante de medula óssea e a coleta de sangue para a realização de exames para o Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea – REDOME;
- XXVIII. promover a captação e seleção de doadoras grávidas, realizar as coletas de sangue, os exames de triagem, o armazenamento e a distribuição do sangue de cordão umbilical e placentário no Distrito Federal;
- XIX. realizar exames especializados pré-transplantes de órgãos, pelo Laboratório de Imunologia de Transplante;
- XX. realizar exames especializados para diagnóstico e acompanhamento dos pacientes com coagulopatias hereditárias, por intermédio do Laboratório de Hemostasia;
- XXI. realizar exames especializados visando à segurança das transfusões em pacientes especiais, por intermédio do Laboratório de Imunohematologia de Pacientes;
- XXII. manter atualizado o cadastro único de doadores de sangue e de pacientes com Coagulopatias Hereditárias e Hemoglobinopatias Hereditárias;
- XXIII. manter atualizado os cadastros do Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea - REDOME, e do sangue de cordão umbilical e placentário;
- XXIV. armazenar os medicamentos destinados aos pacientes com coagulopatias hereditárias, recebidos do Ministério da Saúde ou da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, bem como regular a sua distribuição e transporte para os hospitais da rede;
- XXV. dispensar na FHB ou por meio de entrega domiciliar os medicamentos constantes do inciso anterior aos pacientes com coagulopatias hereditárias ou aos seus responsáveis legais em conformidade com os protocolos do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;
- XXVI. manter estoques estratégicos de medicamentos recebidos do Ministério da Saúde ou da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para tratamento das coagulopatias hereditárias;

- XXVII. elaborar, de acordo com os regulamentos nacionais vigentes, normas técnicas aplicáveis às atividades de Hemoterapia;
- XXVIII. coordenar, supervisionar e dar suporte técnico às atividades nos Serviços de Hemoterapia do Distrito Federal, visando ao cumprimento da legislação vigente;
- XXIX. normatizar, harmonizar e padronizar as demandas da Coordenação de Captação de Órgãos com os laboratórios de imunologia de transplantes e de sorologia;
- XXX. oferecer suporte hemoterápico para os transplantes de órgãos, tecidos e células no Distrito Federal;
- XXXI. promover integração entre as equipes atuantes na área de hemoterapia da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e da Fundação Hemocentro de Brasília;
- XXXII. elaborar protocolos para o tratamento dos pacientes com Coagulopatias e Hemoglobinopatias Hereditárias;
- XXXIII. coordenar, em articulação com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a política de Atenção à Saúde aos pacientes com Coagulopatias e Hemoglobinopatias Hereditárias;
- XXXIV. participar da atenção integral aos pacientes com doenças hematológicas hereditárias no componente da atenção ambulatorial por meio de abordagem multiprofissional;
- XXXV. realizar o acolhimento, orientação, tratamento ou encaminhamento dos doadores e dos candidatos à doação que apresentarem alterações clínicas ou laboratoriais;
- XXXVI. capacitar e treinar de forma continuada os profissionais que atuam na área de hemoterapia na rede do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal;
- XXXVII. realizar suprimento e gestão dos insumos utilizados nas atividades hemoterápicas e transfusionais na Hemorrede Pública do Distrito Federal;
- XXXVIII. realizar aquisição e gestão de equipamentos utilizados na Hemorrede Pública do Distrito Federal, incluindo equipamentos de informática relacionados a esta área de atuação;
- XXXIX. promover e coordenar ações de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados na área de Hemoterapia da Secretaria de Estado de Saú

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	22	22	54	233	331
Comissionados sem vínculo efetivo	10	1	0	0	11
Requisitados de órgãos do GDF	14	3	2	23	42
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	10	15	25
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	37	0	37
Subtotal	46	26	103	271	446

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	1	1	2	2	6
Total Geral	45	25	101	269	440

O cumprimento das competências do DF, executadas pela FHB, previstas pela Lei Nº 10.205, de 21 de março de 2001 ("Lei do Sangue") e regulamentadas pelo Decreto Nº 3.990, de 30 de outubro de 2001, além de outros inúmeros regulamentos técnicos infralegais, exigem da FHB um quadro de servidores e colaboradores em quantidade e qualidade adequados.

No intuito de diminuir o déficit e o consequente impacto negativo da carência de recursos humanos, a FHB solicitou em 22 de abril de 2019 a nomeação de mais 100 concursados aprovados no concurso público de 2017, prorrogado conforme DODF Nº 130, de 12 de julho de 2019. Ressalta-se que havia autorização na LDO, Lei Nº 6.216 de 17 de agosto de 2018 alterada pela Lei Nº 6.255 de 10 de janeiro de 2019, para o quantitativo solicitado, assim como dotação orçamentária para execução da despesa, no presente exercício financeiro, Lei Nº 6.254 de 09 de fevereiro de 2019, suficiente para cobertura do impacto financeiro.

A primeira parte das nomeações, publicada no DODF Nº 194, de 10 de outubro de 2019, contemplou 50 servidores, sendo 19 Analistas e 31 Técnicos de Atividade do Hemocentro. Todavia, destes apenas 32 tomaram posse e logo 18 nomeações tornaram-se sem efeito.

A nomeação destes servidores foi de extrema importância para a manutenção das atividades da FHB, no entanto é fundamental a nomeação dos demais aprovados no concurso público.

Após as nomeações o quadro de cargos atual da FHB ainda apresenta um déficit de 33% com 143 cargos vagos conforme apresentado a seguir:

CARGO	CRIADOS	OCUPADOS	VAGOS
Analista	170	138	32
Técnico	280	185	95
Agente	30	14	16
TOTAL	480	337	143

Em 2019 foram realizadas ações estruturantes para promover melhorias para a gestão de recursos humanos na FHB, como:

- Criação e início das atividades do Grupo de Trabalho (GT) de dimensionamento e parametrização para a atualização das matrizes de competência dos setores da FHB, com novos parâmetros para avaliação da real necessidade de recursos humanos necessários à execução dos serviços em cada setor. Trata-se de um GT envolvendo GEPES e áreas técnicas/finalísticas, no primeiro instante, sendo ampliado depois para os serviços de apoio;
- Revisão das rotinas tratamento de ponto eletrônico (FORPONTO) e inclusão das escalas (TRAKCARE) que tiveram seus fluxos otimizados e incluídos no SEI, promovendo maior segurança para FHB e para os servidores. Isto possibilitou, em um segundo instante, fazer a revisão da IN da FHB nº 118 de 2016 ,que versa sobre ponto eletrônico;
- Realização de uma pesquisa de intenção de mudança de lotação com os servidores da FHB.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	50000,0	50000,00	0	0
6164 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FHB- PLANO PILOTO .	50000,0	50000,00	0	0
2811 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE	6927000,0	7995295,00	6945816,97	6774088,44
0001 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE-FHB-DISTRITO FEDERAL	6927000,0	7995295,00	6945816,97	6774088,44
2812 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES	8449000,0	7809977,00	6035355,42	5649690,90
0001 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES-FHB-DISTRITO FEDERAL	8449000,0	7809977,00	6035355,42	5649690,90
4054 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES	9972000,0	9292000,00	6759650,82	6662429,45
0002 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES-FHB-DISTRITO FEDERAL	9972000,0	9292000,00	6759650,82	6662429,45
4060 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO	2177000,0	2177000,00	772737,26	770037,26
0001 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO-FHB-DISTRITO FEDERAL	2177000,0	2177000,00	772737,26	770037,26
4081 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE	4574000,0	5254000,00	2695185,40	2389265,48
0001 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE-FHB-DISTRITO FEDERAL	4574000,0	5254000,00	2695185,40	2389265,48
1141 - REFORMA DO HEMOCENTRO	250000,0	4263705,00	139604,09	48265,93
0003 - REFORMA DO HEMOCENTRO-FHB-PLANO PILOTO .	250000,0	4263705,00	139604,09	48265,93
TOTAL - 6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	32399000,00	36841977,00	23348349,96	22293777,46

Realização De Estudos E Pesquisas

A Fundação Hemocentro de Brasília pelo caráter científico tecnológico apoia e incentiva o desenvolvimento de estudos e pesquisas na sua área de atuação. Em 2019, o Comitê de Pesquisas e Desenvolvimento Institucional/CPDI da FHB foi reativado por meio da IN nº 85 de 30 de maio de 2019. As atividades desenvolvidas pelo CPDI mantêm um canal de comunicação aberto entre a instituição e os pesquisadores interessados em parcerias com o Hemocentro para a produção científica.

A este Comitê multiprofissional compete fomentar políticas e ações na área de pesquisa e desenvolvimento institucional, atendendo os princípios éticos e as normas legais vigentes,

bem como o interesse institucional. Em 2019, o CPDI/FHB aprovou a realização de 4 estudos científicos submetidos para análise pelos pesquisadores proponentes.

Em 2019, apesar da não execução dos recursos previstos no Programa de Trabalho destinados à este fim, devido ao tempo de instrução e trâmites processuais, foram desenvolvidos diversos estudos e pesquisas e participação de servidores em Congressos e eventos científicos, com apresentação em Congressos Nacionais e Internacionais:

- Adequação de área física, aquisição de equipamentos e insumos para início da implantação do laboratório de genotipagem para realização de pesquisas científicas com incentivo financeiro de projeto submetido para financiamento pela FAP/DF.
- Treinamento de 3 servidores do Núcleo de Imunohematologia para desenvolvimento de novas técnicas laboratoriais para incorporação de novas tecnologias na FHB.
- Publicação de 3 artigos científicos oriundos de pesquisas realizadas em parceria com a Universidade de Brasília cujo tema refere-se à "Investigação de vírus emergentes em doadores de sangue na FHB" em periódicos científicos a saber: Journal of Medical Microbiological, PLOS ONE (França) e Hematology, Transfusion and Cell Therapy.
- Participação de 8 servidores lotados no laboratório de histocompatibilidade da FHB no XXIII Congresso da Sociedade Brasileira de Transplante de Medula Óssea – SBTMO, ocorrido em Brasília com presença.
- Apresentação de 10 Trabalhos científicos (pôster e apresentação oral) no Congresso HEMO 2019 realizado no Rio de Janeiro;
- Realização do Seminário sobre o Programa de Atenção Integral aos Pacientes com Doença Falciforme no Distrito Federal;
- Participação dos servidores no Encontro Nacional de Hematologia e Hemoterapia – XV Simpósio Franco Brasileiro, viabilizando troca de experiências;
- Mudança do parque tecnológico e treinamento em Imunohematologia realizado pelo Ministério da Saúde realizados nas agências transfusionais nos hospitais do DF.
- Participação no Simpósio sobre Reposição Volêmica no XXXIII Congresso Brasileiro de Cirurgia;
- Participação no processo de tutoria desenvolvido e promovido pelo laboratório de imunogenética do Hospital Universitário Cajuru da PUC-PR. Projeto financiado com verba do Ministério da Saúde;
- Participação, na Comissão Permanente de Hemovigilância, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, dos trabalhos para atualização do Marco Conceitual e Operacional de Hemovigilância: Guia para Hemovigilância no Brasil;
- Participação de servidores em eventos nacionais e mundiais que versaram sobre Hematologia / Coagulopatias, entre eles o Congress of the International Society on Thrombosis and Haemostasis (ISTH), em Melbourne – Austrália; o Preceptorship Prof. Guy Young 2019 (MD), em Los Angeles; o 1º Juntos pela Hemofilia da Federação Brasileira de Hemofilia em São Paulo; o ASH Research Programs and Awards, em Orlando- Flórida- E.U.A; o Evidência em Saúde 2019: Descomplicando a evidência para uma prática mais racional, em Brasília; o LATAM Hemophilia Interactice Summit, em São Paulo e Hemophilia Expert Meeting, em São Paulo.

Captação De Doadores, Coleta e Processamento do Sangue

A Fundação Hemocentro de Brasília desenvolve diversas atividades com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância do ato voluntário de doação de sangue. Entre as atividades desenvolvidas em 2019 estão a realização de palestras em instituições parceiras, capacitação de multiplicadores, coordenação de campanhas e coordenação do projeto Doador do Futuro.

As palestras são realizadas em instituições públicas, privadas, ONG's, instituições educacionais, religiosas entre outros que tenham interesse em realizar uma campanha de doação de sangue e/ou cadastro para ser doador voluntário de medula óssea. O conteúdo das palestras visa esclarecer os critérios para doação e motivar o engajamento das pessoas e das instituições nesse ato voluntário. Desde 2018 a realização de palestras está vinculada ao agendamento de campanha para doação de sangue.

Palestras realizadas pelo Núcleo de Captação, Registro e orientação de doadores (série histórica 2016 a 2019)

ATIVIDADES	2016	2017	2018	2019
Quantidade de palestras	32	15	24	28
Público alcançado	1.491	559	1.097	1.000

O treinamento de multiplicadores tem por objetivo preparar voluntários para atuarem como representantes do Hemocentro, denominados multiplicadores. Além das condições básicas para a doação de sangue e cadastro para doação de medula, são repassadas orientações sobre o funcionamento do Ciclo do Doador e os principais elementos motivadores para captar doadores. Em 2019, optou-se por realizar os treinamentos mensalmente a fim de concentrar maior número de pessoas em um único treinamento e otimizar recursos, porém observou-se pouca adesão dos multiplicadores.

Treinamentos de multiplicadores realizados pelo Núcleo de Captação, Registro e orientação de doadores (série histórica 2016 a 2019)

ATIVIDADES	2016	2017	2018	2019
Quantidade de treinamentos de multilicadores	261	260	184	10
Público alcançado	368	431	253	108

É válido recordar que a diminuição significativa na quantidade de treinamentos a partir de 2018 ocorreu devido à mudança da forma de cálculo. Anteriormente o valor considerava a quantidade de instituições participantes e, a partir de 2018, o quantitativo foi considerado a partir do número de treinamentos realizados e o público alcançado, o número de participantes nos treinamentos.

As campanhas internas são grupos de pessoas previamente agendados pela equipe de captação para a doação de sangue. O alcance das campanhas em 2019 foi superior ao resultado de 2018 em 17,7%.

Campanhas de doação realizadas pelo Núcleo de Captação, Registro e orientação de doadores (série histórica 2016 a 2019)

ATIVIDADES	2016	2017	2018	2019
Quantidade de campanhas	588	544	560	660
Público alcançado	4.876	7.469	7.734	9.107

O projeto Doador do Futuro é uma diretriz do Ministério da Saúde para promover a conscientização sobre a importância da doação de sangue, motivando os estudantes a se tornarem doadores regulares. O projeto existe na FHB há mais de 20 anos e consiste no estabelecimento de parcerias com escolas públicas e privadas do Distrito Federal para formação de multiplicadores e realização de palestras acompanhadas do Hemotour, atividade de visita guiada dos estudantes no hemocentro. A diminuição no número de eventos relacionados a essa atividade ocorreu devido ao déficit de servidores para realização de todos os projetos de captação de doadores desenvolvidos pela FHB, conforme quadro a seguir:

Atividades do projeto Doador do Futuro realizadas pelo Núcleo de Captação, Registro e orientação de doadores (2018 e 2019)

ATIVIDADES	2.018	2019
Visita às escolas	59	10
Formação de multiplicadores	2	1
Participantes da Formação de Multiplicadores	88	14
Hemotour	29	21
Participantes do hemotour	603	416

Em acordo com o Sishemo o perfil de doadores da Fundação Hemocentro é de 87% de doações espontâneas, de doadores jovens em sua maioria entre 18 a 29 anos (52%) e 30 a 39 anos (37%).

TRIAGEM CLÍNICA

A triagem clínica é a etapa da doação que visa avaliar os candidatos quanto aos critérios estabelecidos na legislação para doação de sangue. Essa triagem visa reduzir o risco de coletar sangue de uma pessoa potencialmente infectada com doença transmissível pelo sangue, bem como zelar pela segurança do doador. Em 2019 foram atendidos mais de 69.000 candidatos à doação na triagem clínica. Os dados referentes à aptidão ou inaptidão são descritos a seguir:

Percentual de doadores aptos e inaptos na FHB em relação ao total de doadores triados (2016 a 2019)

Doadores	2016	2017	2018	2019
Aptos	76%	75%	79%	79%
Inaptos	24%	25%	21%	21%
Total de candidatos triados	76.385	70.754	66.819	69.173

Além do atendimento pré-doença, o Núcleo de Triagem Clínica é responsável pela convocação de doadores com alterações nos exames e atendimento pós-doença aos doadores que necessitem de orientação acerca dos resultados dos exames ou atendimento para reações tardias. O atendimento de doadores com alterações de exames é denominado "2ª amostra" e os demais atendimentos médicos são denominados "Extra".

Tipos de consultas realizadas pelo Núcleo de Triagem Clínica (2016 a 2019)

Tipo de consulta	2016	2017	2018	2019
2ª amostra	991	893	912	929
Extra	1.162	1.152	1.555	3.282
Total	2.153	2.045	2.467	4.208

Além das mudanças no atendimento aos doadores pré-diabéticos, também foi alterado o fluxo de doadores que possuem algum impedimento para doação identificado no momento do registro. Anteriormente, esses doadores eram avaliados na triagem clínica para serem orientados e/ou liberados para doação. A partir de 2019, o doador identificado com bloqueio para doação é atendido para avaliação como "Extra", gerando um novo atendimento, caso possa doar no mesmo dia antes de reiniciar o ciclo do doador.

COLETA DE SANGUE DE DOADORES

A Fundação Hemocentro de Brasília, localizada na Asa Norte é a única unidade pública que coleta sangue de doadores no Distrito Federal. Considerando as distâncias entre as agências transfusionais do DF e o Hemocentro que não ultrapassam 50 km e o tempo estimado para obtenção dos hemocomponentes, a capacidade instalada na FHB atende a demanda de hemocomponentes dos hospitais da rede da SES.

Total de bolsas coletadas na FHB por tipo de coleta (2016 a 2019)

Bolsas coletadas	2016	2018	2018	2019
Sangue total	56.811	52.089	51.804	52.955
Aférese	994	1.122	1.213	1.768
Total	57.805	53.211	53.017	54.723

Fonte: GECD/DIREX/FHB

Visando garantir a excelência nos serviços prestados e acompanhar a qualidade do atendimento oferecido a Fundação Hemocentro realiza uma pesquisa de satisfação após a doação. Em 2018, o índice de satisfação do doador no ano ficou em 92%. No ano de 2019, o resultado variou entre 88% a 92%, com uma média anual de 90%. O tempo de espera permanece como principal motivo de reclamações. Conhecendo esse cenário serão desenvolvidos em 2020 projetos para melhorar o fluxo de atendimento além de convocação de 50 servidores visando aumentar a satisfação e promover a fidelização dos doadores.

CONTROLE DE QUALIDADE DOS HEMOCOMPONENTES, INSUMOS CRÍTICOS E CONTROLE DE QUALIDADE INTERNO

Para garantir a qualidade dos produtos finais obtidos no processamento e fracionamento do sangue total coletado e em atendimento ao que preconiza as legislações vigentes: RDC nº 34, de 11 de junho de 2014 da ANVISA e a Portaria de Consolidação nº5/GM de 28 de setembro de 2017 (Anexo IV) a FHB realiza análises nos hemocomponentes produzidos e insumos críticos. Além disso, possui Controle de Qualidade Interno (CQI) visando minimizar erros inerentes ao processo de análise, permitindo a detecção de desvios de performance nas análises laboratoriais, variações nos diferentes lotes, na estabilidade dos reagentes e calibradores, além da imprecisão no processo de análise e seu desempenho ao longo do tempo.

A seguir estão apresentados os resultados obtidos na avaliação da conformidade por hemocomponentes tendo mantido resultados superiores aos parâmetros estabelecidos pela legislação em todos os Hemocomponentes produzidos ao longo dos anos.

Índice de conformidades dos hemocomponentes analisados pela Gerência de Controle Interno da FHB (2016 a 2019)

Hemocomponentes analisados	Média 2016	Média 2017	Média 2018	Média 2019	Parâmetro legal
Concentrado de Hemácias (CH)	95,2%	96,1%	96,7%	97,0%	75,0%
Concentrado de Hemácias Pobre em Leucócitos (CHPL)	98,8%	99,2%	98,8%	98,6%	75,0%
Concentrado de Hemácias Filtrado (CHF)	96,0%	98,4%	96,0%	98,0%	90,0%
Concentrado de Hemácias Lavadas (CHLV)	99,0%	100%	99,0%	100%	75,0%
Grau de hemólise	97,3%	98,5%	99,2%	98,6%	75,0%
Concentrado de Plaquetas BuffyCoat (CPBC)	98,4%	99,7%	99,2%	98,0%	90,0%
Concentrado de Pool de Plaquetas (CPP)	98,3%	99,4%	99,8%	100%	90,0%
Concentrado de Pool de Plaquetas Filtrado (CPPF)	98,4%	99,8%	99,1%	99,0%	75,0%
Concentrado de Plaquetas por Aférese (CP1A)	100%	99,6%	99,8%	98,0%	75,0%
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese (CP2A)	99,1%	99,9%	99,9%	99,0%	90%
Plasma Fresco Congelado (PFC) - Leuc, plaq, hem)	99,0%	98,3%	99,2%	93,0%	75,0%
IC de Plasma Fresco Congelado (PFC) Fator VIII	100%	100%	100%	100%	75,0%
CRIOPRECIPITADO (Dosagem de Fibrinogênio)	91,6%	100%	99,1%	99,6%	75,0%
Análise Microbiológica	99,7%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Média por ano	98,3%	98,4%	98,6%	97,92%	

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE HEMOCOMPONENTES

A Fundação Hemocentro é responsável pela produção e distribuição de hemocomponentes para atendimento da demanda de todos os hospitais públicos do Distrito Federal. Além das ATs localizadas nos hospitais da rede SES/DF, a FHB também supre 100% da demanda de hospitais públicos federais localizados no DF, como o Hospital Universitário de Brasília (HUB) e o Hospital das Forças Armadas (HFA), além de alguns hospitais privados como o Hospital Santa Marta ou de conveniados como a rede SARAH e o Instituto de Cardiologia do Distrito Federal (ICDF). A Hemoclínica, o Hospital São Lucas e o Gestor de Serviços Hemoterapia (Rede D´or) recebem hemocomponentes da FHB apenas em caráter suplementar, quando necessário. Os hospitais privados são supridos por meio de contratos, sem fins lucrativos, com ressarcimento somente dos custos operacionais para obtenção do sangue e hemocomponentes, com base na tabela própria do Ministério da Saúde (MS), em conformidade com a legislação vigente.

A demanda por hemocomponentes está relacionada às necessidades de assistência hemoterápica, podendo ser influenciada por fatores como a capacidade de atendimento da rede, determinantes sociais da saúde doença, dentre outros, portanto a demanda não pode ser estimada com precisão, mas prevista a partir de série histórica ou parâmetro populacional.

Em 2019, houve um aumento da oferta de leitos de UTI pela rede pública, bem como incremento no número de procedimentos de alta complexidade ofertadas pelo SUS à população do Distrito Federal, como é o caso do aumento de cirurgias de Transplantes de Células-Tronco Hematopoiéticas para adultos e crianças, com conseqüente redução do número de encaminhamentos para tratamentos fora-de-domicílio, porém sem grandes impactos na demanda por hemocomponentes pelas unidades de saúde do DF.

Como medida preventiva a FHB mantém estoque estratégico interno de hemocomponentes, com objetivo de assegurar de 3 a 7 dias atendimento da demanda e promover ações de captação de doadores, em situações de baixa de estoque por aumento de demanda.

Conforme observado nos quadros a seguir, a produção e distribuição de hemocomponentes no DF vem se mantendo estável ao longo dos anos.

Hemocomponentes produzidos pela FHB (série histórica 2016 a 2019)

Hemocomponentes	2016	2017	2018	2019
Concentrado de Hemácias	20.517	18.025	21.457	17.858
Concentrado de Hemácias Pobres em Leucócitos	15.235	14.993	7.831	4.736
Concentrado de Hemácias Filtrado	16.292	14.803	18.510	25.892
Concentrado de Hemácias por Aférese	4	0	0	0
Plasma Fresco Congelado	48.620	44.792	45.166	45.804
Plasma Comum	12	163	247	8
Plasma remanescente/Plasma Isento de Crio	3.116	3.103	3.194	3.814
Crioprecipitado	3.116	3.103	3.194	3.814
Concentrado de Plaquetas em Pool	2.821	2.596	3.026	3.790*
Concentrado de Plaquetas de Plasma Rico Plaquetas - CP	0	92	22	0
Concentrado de Plaquetas de BuffyCoat - CPBC	15.036	14.808	7.787	4.685
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese	1.130	1.139	1.177	1.454
Concentrado de Plaquetas por Aférese - simples	343	400	521	935
TOTAL de PRODUÇÃO	126.242	118.017*	112.132**	112.790**

Fonte: SistHemo-DF - 10.2

Nota: (*) Foram utilizadas 15.629 unidades randômicas de BC (buffycoat) na confecção dos pools de concentrados de plaquetas.

Nota: (**) Os valores mensais informados no SAG, podem está diferente do total apresentado acima devido ao tempo de atualização do sistema que excede o mês vigente provocando uma diferença cumulativa que, ao longo do ano reflete no valor do total da produção anual informada.

Procedimentos Especiais realizados pela FHB (Série Histórica 2016 a 2019)

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	2016	2017	2018	2019
Irradiação	23.259	25.022	20.585	20.111
Lavagem de Hemácias	89	70	69	64
Desleucocitação de Concentrado de Plaquetas	2.449	1.859	2.199	2.533
Aliquotagem de Hemácias	0	0	0	0
TOTAL	25.797	26.951	22.853	22.708

Total de hemocomponentes produzidos e liberados pela FHB em 2019

HEMOCOMPONENTES	PRODUZIDO	LIBERADO	%
Concentrado de Hemácias	17.858	16.877	94,5
Concentrado de Hemácias Pobres em Leucócitos	4.736	4.575	96,6%
Concentrado de Hemácias Filtrado	25.892	23.825	92%
Plasma Fresco Congelado	45.804	6.618**	14,4%
Plasma comum	8	0	0%
Plasma Isento de Crio	3.814	0	0%

HEMOCOMPONENTES	PRODUZIDO	LIBERADO	%
Crioprecipitado	3.814	3.189	83,6%
Concentrado de Plaquetas em Pool	3.790	2.382*	62,8%
Concentrado de Plaquetas de BuffyCoat - CPBC	4.685	2.967	63,3%
Concentrado de Plaquetas de Plasma Rico em Plaquetas - CP	0	0	-
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese	1.454	1.397	96,1%
Concentrado de Plaquetas por Aférese - simples	935	890	95,2%

Fonte: SistHemo/FHB - Versão 10.2

1. (*) Foram utilizadas 15.629 unidades randômicas de BC (buffycoat) na confecção dos pools de concentrados de plaquetas liberados.
2. (**) 28.755 unidades de Plasmas Frescos Congelados foram descartadas por interrupção de recolhimento desses pela HEMOBRÁS.

Hemocomponentes expedidos pela FHB (Série Histórica 2016 a 2019)

Expedição de Hemocomponentes	2016	2017	2018	2019
Liberadas por EMERGÊNCIA (fora de rotina)	29.214	38.190	25.368	24.266
Liberadas por ROTINA	44.737	29.043	37.592	38.424
Liberadas para pesquisa	18	18	34	30
TOTAL	73.969	67.251	62.994	62.720

Fonte: SistHemo/FHB - Versão 10.2

ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES E PACIENTES

A Fundação Hemocentro de Brasília realiza, conforme legislação vigente, exames laboratoriais em amostras de sangue de doadores de sangue, de doadores de órgãos e tecidos da Central Nacional de Captação, e em amostras de pacientes da rede pública de saúde e conveniada do DF, conforme demanda da hemodiálise, da oncohematologia, da coagulopatia e da hemoglobinopatia. São realizados anualmente mais de 1 milhão de exames na triagem de doenças transmissíveis por transfusão pelo Núcleo de Sorologia da FHB e NAT.

A seguir serão apresentados os dados de produção laboratorial da FHB no quadriênio 2016 a 2019.

LABORATÓRIOS DE SOROLOGIA/NAT

Exames realizados pelos Laboratórios de Sorologia e NAT (Série Histórica 2016 a 2019):

Tipo de exame	2016	2017	2018	2019
Chagas	60.972	61.737	63.001	61.972
Sífilis	61.149	62.045	61.327	63.759
HBsAg	60.612	62.564	61.310	63.758
HIV 1/2	61.196	62.076	60.700	62.517
HCV	61.394	63.159	60.674	63.802
HBc	61.820	62.984	60.942	65.362
HTLV 1/2	60.137	61.487	60.369	61.232
NAT* HIV	210.900	205.155	198.362	205.146
NAT* HCV	210.900	205.155	198.362	205.146
NAT* HBV	210.900	205.155	198.362	205.146
TOTAL	1.509.980	1.051.517	1.023.409	1.057.840

Fonte: SistHemo, planilhas GELAB/DIREX/FHB

*Incluídos os exames NAT realizados para os estados do AC,GO e TO em 2019.

Exames Complementares realizados pelo Laboratório de Sorologia (Série Histórica 2016 a 2019)

Tipo de exame	2016	2017	2018	2019
VDRL	1.537	5.418	3.373	3.510
Perfil Hepatico: Anti HBS	2.575	2.971	2.072	1.749
W.BLOT (Anti-HIV)	114	93	64	71
W.BLOT (anti-HTLV)	176	128	184	224
Citomegalovírus (IGG)	598	999	880	946
Citomegalovírus (IGM)	568	807	704	754
Toxoplasmose (IGG)	598	999	855	945
Toxoplasmose (IGM)	568	808	679	753
WBlot (Anti-HCV)*	-	-	-	151
Chagas Hemoaglutinação*	-	-	-	32
TOTAL	6.734	12.223	8.811	9.135

Fonte: SistHemo, planilhas GELAB/DIREX/FHB

*Os exames W.Blot (Anti-HCV) e Chagas Hemaglutinação foram implementados a partir de agosto de 2019.

A partir de agosto de 2019 foram implementados, na rotina de exames sorológicos complementares da FHB, os testes confirmatórios para Hepatite C (Western BlotAnti-HCV) e para Chagas (hemaglutinação).

Exames Imuno-hematológicos de doadores realizados na FHB (Série Histórica 2016-2019)

Exame	2016	2017	2018	2019
Tipagem direta e reversa – ABO	56.666	53.140	53.275	54.404
Tipagem RH	56.541	53.140	53.275	54.404
Pesquisa de Anticorpos irregulares	56.541	53.065	53.134	54.261
Pesquisa de Hemoglobinas variantes	58.842	53.880	53.524	55.125
Pesquisa de D-fraco	8.350	8.593	8.557	8.409
Perfil CDE	8.344	8.898	8.593	8.407
Fenotipagem Rh/Kell	27.762	18.439	20.048	24.423
Eletroforese de hemoglobina	1.333	1.276	1.644	1.626
TOTAL	273.379	250.431	252.050	261.059

Fonte: SistHemo, planilhas GELAB/DIREX/FHB

Desde 2018, o laboratório de imuno-hematologia de doador passou a trabalhar com a automação completa de seus exames, assim como já ocorria no laboratório de Sorologia e NAT, garantindo assim maior agilidade, qualidade e segurança nos exames.

A Fundação Hemocentro de Brasília realiza, também, o atendimento terciário para diagnóstico e seguimento laboratorial das pessoas com coagulopatias hereditárias (Hemofilias, Doença de vonWillebrand e Plaquetopatias) da população do Distrito Federal, bem como os exames imuno-hematológicos de pacientes da hemorrede, exames para cadastro de doadores de medula óssea (REDOME), exames para a Central de Captação de Órgãos e Tecidos da SES/DF, exames para o Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário e para o Transplante de Medula Óssea.

O Laboratório de Imuno-hematologia de Pacientes é referência para casos complexos realizando exames imuno-hematológicos que auxiliam a hemorrede a realizar transfusões mais seguras. Dentre os exames realizados por este laboratório destacam-se os de fenotipagem eritrocitária estendida e identificação de anticorpos irregulares, que beneficiam pacientes com Anemia Falciforme, pacientes politransfundidos, recém-nascidos nos casos de Doença Hemolítica Perinatal, dentre outros.

Exames imuno-hematológicos em pacientes da Hemorrede Pública do Distrito Federal (Série Histórica 2016 a 2019)

Exame	2016	2017	2018	2019
Tipagem ABO/RH	1.050	857	1.011	931
Pesquisa de Anticorpos irregulares (PAI) ¹	1.348	797	467	2.661
Fenotipagem estendida	2.315	15.093	9.461	6.261
Painel de hemácias	1.510	1.401	1.736	1.888
Pesquisa de D-fraco	150	1.042	1.133	931
Teste Direto de Antiglobulina Humana (TAD)	1.221	1.297	1.428	1.568
Teste Indireto de Antiglobulina Humana (TIA)	1.186	2.342	2.613	-
Fenotipagem Rh/Kell	645	1.583	876	613
PAI por eluição ²	-	-	-	139
Total	9.425	24.412	18.725	14.992

Fonte: SistHemo, planilhas GELAB/DIREX/FHB

1. Alteração no método de cálculo: o teste de TIA passou a ser contabilizado no bloco dos teste de PAI

2. Os testes de PAI por eluição passaram a ser contabilizados individualmente.

A redução no número de exames de fenotipagem estendida observada em 2019 ocorreu devido ao banco de doadores fenotipados da FHB já contar com número satisfatório de doadores, o que reduz a necessidade de repetições nos exames e a consequente diminuição. O Laboratório de Hemostasia da FHB tem como objetivo atender à demanda da rede hospitalar da Secretaria de Saúde - SES-DF no diagnóstico de distúrbios de hemostasia hereditários como hemofilias, doença de Von Willebrand, dentre outras, além de dar suporte no diagnóstico das coagulopatias raras, coagulopatias adquiridas e púrpura trombocitopênica trombótica. Tem também a finalidade de prestar assistência e apoio à rede de serviços de saúde, prestando serviços e assistência às áreas a que se propõe, de ensino e pesquisa, formação de recursos humanos, controle de qualidade e suporte técnico.

Exames de Hemostasia realizados na FHB (Série Histórica 2016 a 2019)

EXAMES	2016	2017	2018	2019
Contagem de Plaquetas	182	218	244	336
Determinação de Tempo de Trombina	287	399	328	412
Determinação de Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TTP Ativada)	897	1.692	3.722	4.604
Determinação de Tempo e Atividade da Protrombina (TAP)	398	620	1.315	1.252
Dosagem de Anticoagulante Circulante	110	277	147	200
Dosagem de Fator IX	134	224	313	491
Dosagem de Fator VIII (Antígeno)	437	621	681	778
Dosagem de Fator VIII (inibidor)	307	210	601	1.067
Dosagem de Fator Von Willebrand (Antígeno)	40	0	218	269
Dosagem Fibrinogênio	342	464	387	455
Testes de Agregação de Plaquetas	467	417	1.152	993
Cofator de ristocetina	58	113	194	287
Dosagem de Fator V	43	93	57	94
Dosagem de Fator VII	75	127	119	115
Dosagem de Fator XI	88	315	89	126
Dosagem de Fator XIII	47	66	124	111
Dosagem de Fator XII	0	0	10	33
Dosagem de Fator II	0	0	0	49
Dosagem de Fator X	0	0	0	75
TOTAL	3.952	5.856	9.701	11.747

Fonte: Estatística mensal do Laboratório de Hemostasia/GEPROCE/DIREX/FHB

Em 2019 foram acrescentados à rotina do Laboratório de Hemostasia os exames de Dosagem dos Fatores de Coagulação II e X, para auxílio ao diagnóstico dos pacientes com coagulopatias hereditárias.

LABORATÓRIO DE IMUNOLOGIA DE TRANSPLANTES

O Laboratório de Imunologia de Transplantes (LIT) da Fundação Hemocentro de Brasília, credenciado pelo Serviço Nacional de Transplante do Ministério da Saúde como Laboratório Tipo II, para os programas de Transplante Renal Intervivo e Cadavérico, Transplante Cardíaco, Transplante de Medula Óssea, REDOME e REREME, realiza exames de HLA por técnica de biologia molecular, pesquisa de anticorpos anti-HLA para avaliação de perfil sensibilizatório de pacientes em fila de transplante e provas cruzadas entre receptores e doadores vivos ou falecidos com intuito de promover transplantes mais seguros e garantir melhor sobrevida do paciente e do enxerto transplantado.

Em 2019 foi implementada nova rotina para a realização de exames de alta resolução para os Locus DR e DQ e Locus C em média resolução no Laboratório. Esses são os exames mais solicitados pelo REDOME na busca de doadores de 2ª fase. Como consequência do aumento da demanda, houve um aumento de 14 % nos exames realizados a doadores e pacientes para transplantes em relação a 2018, conforme quadro a seguir:

Exames Realizados pelo Laboratório de Imunologia do Transplante (Série Histórica 2016- 2019)

Tipo de exame	2016	2017	2018	2019
Reatividade contra painel	1.869	1.949	2.133	1.661
Prova Cruzada para Doador Vivo de Rim	84	52	78	78
Prova Cruzada para Doador Cadáver*	71	525	522	473
Tipagem HLA Classe I e II Locus	6.865	5.252	6.505	8.303
Total	8.889	7.778	9.283	10.515

Fonte: Neterm/Salus

* A partir de 2017 o número de provas cruzadas para doadores cadavéricos passou a ser referenciado por possíveis receptores a serem contemplados ao invés de doadores cadavéricos cadastrados.

CENTRO DE PROCESSAMENTO CELULAR

BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO

A Fundação Hemocentro de Brasília executa atividades com a finalidade de coletar, processar e congelar células troncohematopoéticas obtidas de sangue de cordão umbilical e placentário, para a utilização em pacientes que necessitam de transplante de medula óssea e que não encontram doador compatível. Por meio da Portaria nº 630, do Ministério da Saúde, o Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário BSCUP/FHB foi incluído e habilitado na Rede Nacional de Bancos Públicos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplante de Células Tronco Hematopoéticas - Rede BrasilCord.

A redução no quantitativo de bolsas processadas pelo BSCUP observada em 2019 e apresentada nos quadros a seguir, ocorreu devido aos seguintes motivos:

- Houve aumento de transplantes haploidênticos, modalidade de transplante que permite o transplante de medula óssea entre pessoas parcialmente compatíveis e amplia a possibilidade de tratamento em pacientes onco-hematológicos. Essa nova modalidade terapêutica tornou pouco atrativa o uso de células originárias de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário (SCUP's);
- aumento de celularidade mínima e células nucleadas totais viáveis (CD34+ viáveis) proposto pela RDC Nº 214, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018 , aumentando o critério para aceitação de bolsas para processamento de SCUP's;
- outra questão que se tornou tema central nos encontros da Rede Brasilcord, coordenadora nacional dos bancos públicos de cordão umbilical e placentário no Brasil, foi o custo para manutenção do parque tecnológico que compõe os Bancos de SCUP's. A estrutura empregada no processo possui custo elevado e os valores ressarcidos são baixos para custear as estruturas. Esse último está em análise pela rede Brasilcord junto ao Sistema Nacional de Transplantes – SNT/MS.

Produtividade do BSCUP (Série Histórica 2016-2019)

ANO	Quantitativo de Prontuários de Gestantes Avaliados	Abordagem de Gestantes	Triagem de Gestantes	Coleta de Sangue de cordão umbilical
2016	2.093	803	415	330
2017	1.581	729	315	251
2018	1.445	416	250	225
2019	843	283	186	168

Fonte: BSCUP/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB

Bolsas de SCUP Processadas X Bolsas Não Processadas (Série Histórica 2016-2019)

Período	Bolsas Processadas	Bolsas Não Processadas	Total de Bolsas Coletadas
2016	256	45	301
2017	196	88	284
2018	145	80	225
2019	91	77	168

Fonte: BSCUP/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB

Bolsas de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário Processadas (Série Histórica 2016-2019)

Período	Bolsas Processadas	Bolsas Criopreservadas	Bolsas Liberadas
2016	256	227	134
2017	196	181	82
2018	145	128	72
2019	91	89	74

Fonte: BSCUP/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB

Exames Realizados no Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário- BSCUP da FHB (Série Histórica 2016-2019)

Procedimento	2016	2017	2018	2019
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pré-processamento	322	196	191	142
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pós-processamento	149	181	143	93
Viabilidade Celular Tripan-Blue	142	181	130	91
Cultura Microbiológica	153	181	124	91
Contagem de eritroblastos	-	-	128	91
Total	766	739	716	508

Fonte: BSCUP/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB

TRANSPLANTE DE CELULAS TRONCO HEMATOPOIÉTICAS

A Fundação Hemocentro de Brasília executa atividades com a finalidade de processar e congelar células tronco hematopoiéticas obtidas de sangue periférico por procedimento de aférese, para realização de transplantes autólogos e alogênicos em pacientes que necessitam de transplante de medula óssea e que estão na fila de transplantes. A FHB realiza as tarefas de processamento e criopreservação das bolsas com células da medula óssea coletadas no próprio ICDF e mais recentemente do HCB. Em 2019, a FHB atendeu a 100% da demanda para criopreservação e exames para transplantes de Medula Óssea do DF.

Também em 2019, a FHB estabeleceu parceria com o Hospital da Criança de Brasília – HCB para troca de expertise e serviços realizados entre as instituições. Dentre eles, o HCB passou a encaminhar para o Transplante de Medula Óssea/Centro de Processamento Celular/Núcleo de Suporte aos Transplantes/Gerência de Procedimentos Especiais - (TMO/CPC/NUSUT/GEPROCE), bolsas coletadas de seus pacientes para processamento e criopreservação de Células Progenitoras Hematopoiéticas – CPHs.

Coletas de Aféreses, Bolsas criopreservadas e Número de pacientes transplantados (Série Histórica 2016-2019)

ANO	Coletas de aférese	Bolsas Criopreservadas	No de pacientes transplantados
2016	70	198	51
2017	70	167	70
2018	67	242	50
2019	44	136	39

Fonte: TMO/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB.

Exames para Transplante de Medula Óssea realizados na FHB (Série Histórica 2016-2019)

EXAME	2016	2017	2018	2019
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pré-processamento	122	70	134	88
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pós-processamento	85	70	117	83
Viabilidade Celular Tripan-Blue	85	70	117	83
Cultura Microbiológica	67	70	67	44
Total	359	280	435	298

Fonte: TMO/NUSUT/GEPROCE/DIREX/FHB.

ATENÇÃO HEMATOLÓGICA

O Centro de Referência de Tratamento de Coagulopatias Hereditárias no DF, responsável pelo tratamento ambulatorial dos portadores de coagulopatias, está localizado na Fundação Hemocentro de Brasília. Assim, o atendimento ambulatorial desses pacientes e a prescrição de fatores de coagulação para profilaxia é atribuição exclusiva dos profissionais médicos do Ambulatório de Coagulopatias Hereditárias – ACH/FHB desde julho de 2018 (PT SES/DF nº 725). A implantação da assistência ambulatorial aos pacientes portadores de coagulopatias hereditárias trouxe à Fundação Hemocentro de Brasília o reconhecimento da Federação Brasileira de Hemofilia (FBH) pela qualidade do atendimento prestado.

O Ambulatório de Coagulopatias da Fundação Hemocentro de Brasília vem aumentando gradativamente o número de pacientes cadastrados. Em 2019 foram cadastrados 74 novos pacientes com coagulopatias, que tiveram seu diagnóstico confirmado na FHB ou foram transferidos de outra unidade da federação, totalizando 588 pacientes em acompanhamento. Destes, 476 são do Distrito Federal, 80 do Entorno (RIDE) e 32 são de outras unidades da Federação.

A atenção hematológica da FHB conta atualmente com equipe multidisciplinar completa formada por: 01 hematologista, 01 hematologista pediátrico, 01 ortopedista, 03 enfermeiros, 01 assistente social, 01 psicóloga, 02 farmacêuticos, 01 odontóloga, 03 fisioterapeutas, 06 técnicas de enfermagem, 02 técnicos de laboratório, 01 Técnica em Higiene Dental e 02 técnicos administrativos, que garantem o atendimento em caráter ambulatorial aos pacientes acompanhados.

Além dessa equipe, o ambulatório conta com o apoio de profissionais do Laboratório de Hemostasia para os exames específicos: 02 farmacêutico-bioquímico, 01 biomédica e 02 técnicos de laboratório. Desde 2017, a FHB realiza o serviço da dispensação domiciliar dos fatores de coagulação. Além disso possui serviço para dispensação de hemoderivados para outras instituições da rede de saúde no período noturno, finais de semana e feriados.

Esta estrutura ofereceu, em 2019, mais de 3.880 atendimentos, tendo aumentado o número de consultas com hematologistas em 24% em relação a 2018. A seguir uma série histórica dos atendimentos aos pacientes portadores de coagulopatias ou hemoglobinopatias e aos pacientes do Laboratório de Imunologia de Transplantes:

Produção do Ambulatório de Coagulopatias Hereditárias da FHB	2016	2017	2018	2019
Consultas com Hematologista	1.203	1.140	1.362	1.688
Consulta com Ortopedista	56	63	161	174
Consulta de Odontologia	-	24	403	250

Produção do Ambulatório de Coagulopatias Hereditárias da FHB	2016	2017	2018	2019
Consultas em Psicologia	-	24	87	29
Atendimento de Fisioterapia	198	384	979	669
Atendimento de Enfermagem	58	38	53	347
Atendimento de Serviço Social	81	186	82	152
Coleta de sangue para exames	3.653	2.904	3.561	4.129
Infusões de fatores da coagulação na FHB	749	494	711	577
Número de pacientes com entrega domiciliar	36	34	46	63

Fonte: GEAMB/DIREX/FHB

Ao longo dos anos vem sendo mantida a parceria com o Hospital da Criança José Alencar, para atendimento infantil em diversas especialidades e com o Instituto Hospital de Base do Distrito Federal para atendimento às emergências hemorrágicas de maior gravidade em adultos e crianças.

Para facilitar o deslocamento dos pacientes com coagulopatias hereditárias, assim como dos doadores de sangue, a FHB continua a disponibilizar o transporte entre a Rodoviária do Plano Piloto e a FHB, de 30 em 30 minutos, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 18 horas.

Durante o ano de 2019 a FHB realizou visitas técnicas e reuniões para orientação sobre o atendimento aos pacientes com coagulopatias hereditárias em várias Unidades de Emergência e Hematologia e Hemoterapia da SES e no SAMU.

PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE

Os recursos executados na ação de Procedimentos Hemoterápicos na Hemorrede, permitiram que a FHB no cumprimento das suas atribuições enquanto órgão gestor da Hemorrede no âmbito da SES/DF e, conforme Portaria nº 54/2001, responsável pela gestão dos insumos utilizados na hemoterapia, realizasse as aquisições e o suprimento de todos os insumos médico-hospitalares e laboratoriais de uso nas atividades hemoterápicas nas Agências Transfusionais da SES/DF. Além disso, possibilitou manter o parque tecnológico moderno e atualizado, sob regime de locação de equipamentos, para realização dos exames imunohematológicos por meio da técnica em gel cartão, proporcionando segurança e qualidade na assistência hemoterápica.

Em 2019 foram desenvolvidas ações estruturantes para a gestão da hemorrede do DF como:

- Instituição de Câmara Técnica de Assessoramento do Sistema de Sangue, Hemocomponentes e Hemoderivados do Distrito Federal, com aprovação do Plano Diretor de Sangue do Distrito Federal 2020-2023;
- Aprovação, junto à Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde – CPPAS/SAIS/SES, e publicação do Protocolo de Transfusão de Hemocomponentes em Unidades da SES/DF sem Agência Transfusional;
- Reativação e atuação junto ao Comitê Técnico de Hemoglobinopatias Hereditárias do Distrito Federal;
- Atualização dos serviços e dos gestores para o cadastro de pacientes no Programa Hemovida Hemoglobinopatias Web, do Ministério da Saúde;
- Participação dos servidores no Encontro Nacional de Hematologia e Hemoterapia – XV Simpósio Franco Brasileiro, viabilizando troca de experiências e atualização dos supervisores;
- Conclusão da fase interna de Revisão do Protocolo Transfusional – Indicação de Hemocomponentes, para submissão à SES/DF;
- Mudança no contrato para realização dos exames na Metodologia Gel/Cartão, com renovação do parque tecnológico e treinamento em Imunohematologia para todas as Agências Transfusionais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (208 servidores treinados);
- Lotação e capacitação do segundo supervisor para a Agência Transfusional do Hospital Regional de Taguatinga;

- Treinamento para, aproximadamente, 30 profissionais de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem) lotados nos Hospitais Regionais da Asa Norte, de Santa Maria e Hospital de Base;
- Incremento do parque tecnológico da Agência Transfusional do Hospital Regional da Asa Norte (cessão de homogeneizador para sangrias, cadeiras de coleta, maca e cadeira de rodas) para adequação da capacidade instalada visando assistência ambulatorial aos pacientes portadores de hemoglobinopatias hereditárias;
- Finalização, em conjunto com a Referência Técnica Distrital de Hematologia e com a Diretoria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Trabalho – DIPMAT/CIGEC/SUGEP/SES da proposta de parametrização e dimensionamento de recursos humanos para os Núcleos de Hematologia e Hemoterapia da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF;
- Participação, na Comissão Permanente de Hemovigilância, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, dos trabalhos para atualização do Marco Conceitual e Operacional de Hemovigilância: Guia para Hemovigilância no Brasil;
- Migração do Sistema SITRAD para o Sistema SITRAD-PRO atualizando assim o software de gestão de temperatura e umidade utilizado nos equipamentos e setores da FHB e Agências Transfusionais.

Realizações por Agência transfusional:

- Hospital de Base: treinamentos das equipes de centro cirúrgico e enfermagem das unidades de internação do hospital; incorporação de equipe de enfermagem na AT e início de projeto de treinamento semanal; retorno das atividades do comitê transfusional.
- HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE: treinamento de mais de 100 profissionais de todo o hospital, envolvidos no ato transfusional; incorporação da equipe de enfermagem na AT; realização de hemovigilância (visita pós-transfusional e/ou busca ativa de informações sobre a transfusão no prontuário eletrônico) em 100% dos pacientes transfundidos.
- HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA: incorporação da equipe de enfermagem na AT; organização e realização da Jornada de Hemoterapia no hospital, com participação aberta a todos os serviços de hemoterapia e palestras temáticas com profissionais da FHB.
- HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA: treinamento para equipes de enfermagem das UPAS de Samambaia e Recanto das Emas; treinamento das equipes de enfermagem do pronto socorro, centro obstétrico e centro cirúrgico; realização de ciclo de palestras para equipe multidisciplinar; realização de hemovigilância em 100% dos pacientes transfundidos.
- HOSPITAL REGIONAL DE PLANALTINA: realização de hemovigilância em 100% dos pacientes transfundidos.
- HOSPITAL REGIONAL BRAZLÂNDIA: treinamento da equipe do centro cirúrgico; treinamento no PGRSS do hospital; realização de hemovigilância em 100% dos pacientes transfundidos.
- HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO: treinamento para equipes da UPA Sobradinho; treinamento das equipes de enfermagem do hospital;
- HOSPITAL REGIONAL LESTE: início das atividades do comitê transfusional; renovação de licença sanitária; elaboração de guia rápido de orientações em assistência hemoterápica para a equipe da AT.
- HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA: conclusão de reforma na área da AT; implantação de educação permanente para a equipe; implementação dos registros das transfusões no prontuário eletrônico; implantação de rotina de digitalização de todas as requisições transfusionais; elaboração de protocolo transfusional para a unidade de oncologia; realização da primeira reunião do comitê transfusional.
- HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA: renovação da equipe da AT; adesão ao uso das leitoras de resultados dos testes pré-transfusionais, implantação da liberação dos

resultados de exames imunohematológicos para fins não transfusionais pelo Trakcare; redução do descarte de hemocomponentes por vencimento.

REFORMA DO HEMOCENTRO

Na ação de Reforma da Fundação Hemocentro de Brasília por meio de convênios firmados com o Ministério da Saúde foram descentralizados recursos para a NOVACAP para custear os projetos executivos e complementares referentes às obras de ampliação e reforma. Sem os devidos projetos prontos a tempo não foi possível realizar a licitação para início das obras previstas.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1427 - PERCENTUAL DE DOAÇÕES PELA POPULAÇÃO	%	1,97	31/12/2014	ANUAL	2	1,94	2	2,35	2	2,37	2	2,36	FHB / UO 23202 / OE 8 / UO 23202 / OE 8
<p>Justificativa: 2016 - A taxa de crescimento de doadores acompanhou a taxa de crescimento da população do Distrito Federal do ano de 2015 para 2016. Apesar de abaixo da meta pactuada, este resultado permitiu que a Fundação Hemocentro de Brasília suprisse a demanda da rede hospitalar em 100%.</p> <p>2017 - O resultado alcançado em 2017 superou a meta proposta porque, em acordo com a portaria 1469/2006, passou a considerar no cálculo todas as doações de sangue ocorridas no DF (público e privados) em relação à população total do DF estimada para o período.</p> <p>2018 - Assim como no ano de 2017, o resultado alcançado em 2018 superou a meta proposta porque, em acordo com a portaria de consolidação número 05 de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde, passou a considerar no cálculo todas as doações de sangue ocorridas no DF (público e privados) em relação à população total do DF estimada para o período.</p> <p>2019 - O resultado do indicador em 2,36% contempla as doações de sangue realizadas na FHB e nos serviços privados, onde as doações ocorridas na FHB representam 78% do total das doações realizadas no DF. Ao longo do ano foram realizadas pela FHB, com o apoio de parceiros e multiplicadores, mais de 660 campanhas para doação de sangue, além das campanhas em meios digitais, redes sociais e rádio.</p>													
1428 - PERCENTUAL DE TRANSFUSÃO	%	91,8	31/12/2014	ANUAL	85	90,04	85	89,2	85	88,9	85	90,4	FHB / UO 23202 / OE 8 / UO 23202 / OE 8
<p>Justificativa: 2016 - O indicador tem polaridade quanto menor - melhor até o limite do índice desejado. Apesar de não ter alcançado a meta pactuada, o resultado indica que houve um melhor aproveitamento dos produtos enviados a rede hospitalar, pois houve aumento das transfusões sem aumento significativo da demanda, garantindo ainda assim uma margem de segurança nas agências transfusionais na ordem de 10%.</p> <p>2017 - O resultado alcançado em 2017 está dentro do resultado esperado (entre 85% e 95%) para garantir a segurança do estoque estratégico. A FHB atendeu 100% da demanda dos hospitais da SES-DF. *o resultado apurado no mês de dezembro ainda está sujeito a alteração.</p> <p>2018 - O indicador tem polaridade quanto menor - melhor até o limite do índice desejado. Apesar de não ter alcançado a meta pactuada, o resultado indica que houve um melhor aproveitamento dos produtos enviados a rede hospitalar, pois houve aumento das transfusões sem aumento significativo da demanda, garantindo ainda assim uma margem de segurança nas agências transfusionais na ordem de 11,1%.</p> <p>2019 - O resultado demonstra a relação entre o número de bolsas de CONCENTRADOS DE HEMÁCIAS transfundidos nos hospitais e o número de bolsas disponibilizadas pela FHB para distribuição. Para garantir a segurança dos estoques o resultado esperado deve ficar entre 85 e 90%, de forma a se garantir uma margem de segurança entre o utilizado e o disponibilizado.</p>													

As doações realizadas na FHB representam atualmente 78% das doações realizadas no DF. A previsão de aumento populacional é cerca de 1,3% ao ano até 2023, parâmetro que será utilizado para a estimativa de produção visando garantir o abastecimento de sangue frente à série histórica de distribuição da FHB. A demanda de sangue deve ser constantemente avaliada uma vez que o aumento da produção sem o compatível aumento da demanda pode ocasionar o descarte acima dos limites esperados. Para promover a doação voluntária e segura de sangue, a captação e fidelização dos doadores a FHB realiza ações como:

1. Parcerias com instituições públicas e privadas para campanhas de coletas internas, ou seja, realizadas nas dependências da FHB;
2. Serviço de Call Center para agendamento e convite via ligações telefônicas para retorno dos doadores;
3. Serviço de convite via email para doadores cadastrados no sistema informatizado de gerenciamento de dados da FHB – SistHemo;
4. Realização de eventos comemorativos em datas especiais do calendário nacional, com ampla divulgação nas mídias disponíveis (Carnaval, Páscoa, Dia Mundial do Doador, Halloween, Semana Nacional do Doador, Natal e Semana de Mobilização de Doação de Medula Óssea);
5. Inserções de chamados a doadores de sangue nas mídias eletrônicas, televisivas, rádios e impressos;
6. Inserções de peças publicitárias nas mídias eletrônicas e televisivas para sensibilização da população ao ato da doação de sangue;
7. Projeto Doador do Futuro, que consiste na realização de HEMOTOUR, palestras educativas nas redes de ensino do Distrito Federal, conscientizando gerações futuras

- de doadores de sangue e agendando campanhas de coleta de sangue para os casos em que as idades sejam compatíveis com a doação, segundo a legislação vigente;
8. Palestras de formação de multiplicadores, que consiste na formação de indivíduos que possam difundir a ideia da doação de sangue em seus meios de convívio social;
 9. Realização de encontro anual de doadores fenotipados, que trata-se de um evento agendado para ocorrer no final de cada ano para conscientizar os doadores com fenótipos raros e especiais sobre a importância de responderem aos chamados da FHB e de suas responsabilidades junto à sociedade;
 10. Realização de evento para homenagear doadores e multiplicadores que se destacaram no ano.

Os indicadores que interferem diretamente na doação voluntária de sangue, como a taxa de satisfação do doador, são sistematicamente monitorados no planejamento estratégico da FHB. Para aumentar a satisfação do doador, uma vez que o tempo de espera é o principal motivo de insatisfação. A FHB aguarda a nomeação de novos servidores concursados para reforço das equipes das áreas de triagem e coleta de sangue, uma vez que o déficit atual é de 33 % de servidores. Além disso pretende realizar ações para promover a melhoria do lanche pós-doação oferecido.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	30000,0	38378,00	5302,28	5302,28
6183 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR-FHB- PLANO PILOTO .	30000,0	38378,00	5302,28	5302,28
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	650000,0	841622,0	709497,80	639497,80
0015 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FHB- PLANO PILOTO .	650000,0	841622,0	709497,80	639497,80
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	301415,0	301415,00	120836,73	120836,73
0011 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FHB- PLANO PILOTO .	301415,0	301415,00	120836,73	120836,73
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	672000,0	672000,00	218199,72	218199,72
0069 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FHB- PLANO PILOTO .	672000,0	672000,00	218199,72	218199,72
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1653415,00	1853415,00	1053836,53	983836,53

Nos programas de operações especiais, a Fundação Hemocentro de Brasília, no exercício de 2019, realizou as seguintes ações: pagamento de 1 sentença judicial, recolhimento mensal do PASEP, conversão de 21 licenças prêmio em pecúnia e 92 pagamentos referentes a ressarcimentos, indenizações e restituições.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1363083,0	1363083,00	254390,29	254390,29
0077 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FHB- PLANO PILOTO .	1363083,0	1363083,00	254390,29	254390,29
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	200000,0	200000,00	22140,0	22140,0
0034 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FHB- PLANO PILOTO .	200000,0	200000,00	22140,0	22140,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	364000,0	364000,00	90922,80	80922,80
0026 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL - FHB-DISTRITO FEDERAL	214000,0	214000,00	90432,80	80432,80
8717 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- UTILIDADE PÚBLICA - FHB-DISTRITO FEDERAL	150000,0	150000,00	490,0	490,0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	1927083,00	1927083,00	367453,09	357453,09

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Para a manutenção dos Serviços Administrativos Gerais, realizou-se o pagamento de contratos de prestação de serviço de natureza continuada, que visam manter o bom andamento da área fim e dos serviços administrativos essenciais ao desenvolvimento das atividades da Fundação Hemocentro. Além disso, foram adquiridos 22 novos aparelhos de ar condicionado para substituição de máquinas antigas.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Com os recursos executados na ação destinada à capacitação de servidores, foi possível promover a capacitação de 14 servidores no ano de 2019:

Mês	Informações	Número de servidores
Março	Participação de 14º Congresso de pregoeiros	5
Julho	XXIII Congresso da Sociedade Brasileira de Transplante de Medula Óssea - SBTMO	8
Setembro	Oficina em Ensaio da Monocamada de Monócitos - MMA.	1
Total		14

Fonte: NUDESP/GEPEP/CODAG/FHB

Em 2019, além das capacitações acima descritas, a FHB promoveu e incentivou a participação dos servidores em cursos e eventos para qualificação profissional como os descritos a seguir:

- Participação de 8 servidores lotados no laboratório de histocompatibilidade da FHB no XXIII Congresso da Sociedade Brasileira de Transplante de Medula Óssea - SBTMO, ocorrido em Brasília. O evento é de suma importância para atualização e capacitação de servidores que atuam no campo da histocompatibilidade;
- Participação de 16 servidores da FHB com trabalhos aprovados para apresentação no Congresso Brasileiro de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular - HEMO 2019 no Rio de Janeiro;
- Realização do Seminário sobre o Programa de Atenção Integral aos Pacientes com Doença Falciforme no Distrito Federal;
- Realização do primeiro de Curso de Liderança para os diretores, assessores e gerentes da FHB realizado em parceria com a Gerência de Educação em Saúde/SES-DF, sem ônus, cujo cerne aborda assuntos como conflito, produtividade, dinâmica grupal,

liderança, entre outros na dinâmica das relações chefe-subordinado, líder-liderado e dos processos de trabalho nas organizações;

- Primeira Oficina de Levantamento de Demandas para Criação de Cursos e Treinamentos em parceria com a EAPSUS-FHB;
- Participação dos servidores no Encontro Nacional de Hematologia e Hemoterapia – XV Simpósio Franco Brasileiro/MS;
- Treinamento em Imunohematologia nas ATs cobrindo todos os hospitais da SES;
- Participação de servidores do Laboratório de Imunologia dos Transplantes no processo de tutoria desenvolvido e promovido pelo laboratório de imunogenética do Hospital Universitário Cajuru da PUC-PR. Projeto financiado com verba ministerial, iniciado no meio do ano de 2019 com duração de 18 meses. O projeto visa reciclar e aperfeiçoar procedimentos, técnicas e a gestão de laboratórios histocompatibilidade;
- Participação, na Comissão Permanente de Hemovigilância, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, dos trabalhos para atualização do Marco Conceitual e Operacional de Hemovigilância: Guia para Hemovigilância no Brasil;
- Participação de servidores em eventos nacionais e mundiais que versaram sobre Hematologia / Coagulopatias, entre eles o Congress of the International Society on Thrombosis and Haemostasis (ISTH), em Melbourne – Austrália, o Preceptor ship Prof. Guy Young 2019 (MD), em Los Angeles, o 1º JUNTOS PELA HEMOFILIA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HEMOFILIA, em São Paulo, o ASH Research Programs and Awards, em ORLANDO - FLORIDA - ESTADOS UNIDOS, o Evidência em Saúde 2019: Descomplicando a evidência para uma prática mais racional, em Brasília, o LATAM HEMOPHILIA INTERACTICE SUMMIT, em São Paulo, Hemophilia Expert Meeting, em São Paulo;
- Realização do Quality Day. Evento promovido pela FHB destinado à disseminação de cultura da Qualidade.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Os recursos executados para Publicidade e Propaganda na ação Institucional foram destinados ao pagamento de publicações no Diário Oficial do DF.

Em 2019, a FHB investiu em maior relacionamento com os doadores por meio das redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter) e reforçou a veiculação de campanhas por meios digitais com foco nos temas de promoção da doação voluntária de sangue e cadastro como doador voluntário de medula óssea, bem como conscientização sobre hemofilia e doença falciforme. Toda a

Em fevereiro, o Hemocentro veiculou campanha em suas redes sociais promovendo a doação voluntária de sangue antes do carnaval. Com o mote "Certas coisas não podem faltar no Carnaval. Sangue é a principal delas", a campanha visou a manter os estoques em níveis seguros durante a festividade. Proposta similar havia sido adotada em 2018 e demonstrou adesão da população do DF em doar sangue antes dos festejos.

Com a estabilidade dos estoques em março e abril, a campanha veiculada nas redes sociais durante a Páscoa focou em agradecer a dedicação dos doadores ao ato voluntário, ressaltando que, naquele bimestre, houve aumento de 35% nas doações de sangue, deixando Brasília "recheada de vida".

Em maio a FHB participou de blitzes educativas do DER-DF na EPTG e na EPNB, em alusão ao Maio Amarelo, com distribuição de material promocional e educativo para captação de doadores. Também houve divulgação em redes sociais de senha preferencial para grupos sanguíneos de Rh negativo, visando ao restabelecimento do estoque estratégico da FHB.

Em junho foi veiculada campanha em redes sociais alusiva ao Dia Mundial do Doador de Sangue. A Fundação Hemocentro de Brasília concedeu mais de 20 entrevistas para veículos de comunicação locais e nacionais a fim de incentivar informações sobre doação de sangue, tendo como gancho o Dia Mundial do Doador de Sangue e o Junho Vermelho.

Ainda em junho, foi veiculado post em redes sociais referente ao Dia Mundial de Conscientização sobre a Doença Falciforme. Também, foi realizado o Seminário sobre o Programa de Atenção Integral aos Pacientes com Doença Falciforme no Distrito Federal para

cerca de 100 pacientes e profissionais de saúde no auditório do Hemocentro, com o foco em apresentar os avanços na política de atenção integral do DF (Portaria SES-DF 1.310/2018) e temas relacionados.

Em setembro, houve geração de mídia positiva espontânea para a Fundação Hemocentro de Brasília, tendo em vista a doação de sangue do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, na qual ele anunciou a nomeação de 100 servidores para a FHB. Também houve divulgação em redes sociais referente à baixa nos níveis do estoque dos grupos sanguíneos O positivo e O negativo, visando ao restabelecimento do estoque estratégico da FHB.

Em outubro, foi veiculada campanha em redes sociais alusiva ao Halloween, com o tema "Assustador é ficar sem sangue", remetendo ao medo de monstros e do sobrenatural, fazendo um paralelo com o medo de os estoques ficarem baixos. Ao longo do mês, houve divulgação de alertas também nas redes sociais com foco na recuperação dos estoques dos grupos O positivo e A positivo e todos os grupos sanguíneos de Rh negativo.

Ainda em outubro foi veiculado nas redes sociais post referente ao Dia Nacional de Luta pelos Direitos da Pessoa com Doença Falciforme, com o tema "Enxergar a diferença faz parte do cuidado". A partir de relatos de portadores da doença e familiares, o material de divulgação foi desenvolvido com foco no ambiente escolar e na relação pedagógica entre professor e alunos. As peças traziam orientações aos profissionais da educação sobre como a doença falciforme pode influenciar no rendimento dos estudantes.

Em novembro, servidores do Hemocentro, doadores de destaque e instituições parceiras, foram homenageadas em sessão solene pelo 41º aniversário da fundação, na Câmara Legislativa do DF, no dia 19. Em seguida, entre os dias 25 e 29, celebrou-se a Semana Nacional do Doador de Sangue. Além das campanhas em redes sociais incentivando a doação de sangue, o Hemocentro recebeu apoio de uma rádio FM, que realizou nacionalmente a campanha "Atitude Bandnews FM", especificamente voltada para a promoção da doação voluntária de sangue. O jornalístico de fim de tarde desta rádio FM Brasília foi apresentado ao vivo, diretamente do Hemocentro, no Dia Nacional do Doador de Sangue (25/11). Participaram do programa ao vivo o diretor executivo da FHB e a gerente do Ciclo do Doador, que esclareceram dúvidas enviadas pelos ouvintes e explicaram a importância do gesto voluntário. Alguns doadores conversaram com a equipe do jornalístico, assim como um multiplicador que promove o projeto Doador do Futuro há mais de 10 anos na escola onde leciona. Nos demais dias da semana, a rádio produziu reportagens e notas de serviço ao longo da programação, todas com foco no incentivo à doação de sangue.

Em 2019, nas redes sociais, a Fundação Hemocentro de Brasília apresentou crescimento em todos os perfis oficiais, com destaque para o Instagram, com mais de 43% de aumento no número de seguidores em relação a 2018, e para o Twitter, com aumento de quase 52% de seguidores. O Facebook alcançou 3,1% de crescimento em relação ao ano anterior, acompanhando a tendência global de crescimento lento nesta rede.

Com relação ao Plano Anual de Publicidade e Propaganda da Fundação Hemocentro de Brasília, não houve a execução dos recursos previstos para contratação de agência de publicidade porque a Secretaria de Estado de Comunicação do DF não realizou licitação centralizada para a Administração Indireta, conforme proposto no processo SEI 04000-00000151/2019-64. Somente em outubro de 2019, em reunião presencial de alinhamento da SECOM com outros órgãos e entidades do DF no Palácio do Buriti, representantes da pasta esclareceram que a seria da competência da SECOM, realizar a licitação para entidades com orçamento próprio, assim cada Fundação ou autarquia deveria executar o próprio processo licitatório, com isso espera-se realizar a licitação em 2020.

Os recursos empenhados na ação de utilidade pública foram utilizados para pagamento de despesa de exercício anterior.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA FHB

O estabelecimento de sistema de gestão da qualidade em serviços de hemoterapia muito mais do que o cumprimento de requisitos normativos é uma estratégia voltada à garantia de alcance de objetivos e melhoria contínua de processos, produtos e serviços.

A finalidade da política da qualidade da Fundação Hemocentro de Brasília é declarar o comprometimento da instituição com premissas da qualidade, como a satisfação do cliente e a melhoria contínua, bem como com o cumprimento de requisitos regulamentares sempre levando em consideração a capacitação das equipes e tendo como alicerce a gestão eficaz e participativa.

Como um dos resultados disso, a Fundação Hemocentro de Brasília possui um amplo escopo de processos certificados em requisitos da norma ISO 9001:2015, que foi sendo expandido desde a primeira certificação que ocorreu em 2012, tornando-se a primeira e única instituição do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal dotado desse reconhecimento externo de qualidade.

Inicialmente os processos do Ciclo do Sangue da FHB foram certificados nos requisitos da ISO 9001:2008, demonstrando assim o compromisso da Instituição na busca da qualidade total, da melhoria contínua e da segurança dos produtos e serviços ofertados. Nos anos 2013 e 2014 a FHB manteve o certificado ISO 9001 no Ciclo do Sangue; no segundo ano, iniciou atividades mediante consultoria para conhecer e adaptar seus processos aos requisitos estabelecidos pela American Association of Blood Banks – AABB.

Em 2015, a instituição foi recertificada e começou a preparar os laboratórios de atendimento a paciente para realizar ampliação de escopo nos requisitos da norma ISO 9001:2008, que ocorreu em 2017. Já em 2018, a FHB realizou em abril a transição da norma para os requisitos estabelecidos na nova ISO 9001:2015, no escopo previamente certificado, e realizou nova ampliação de escopo em novembro do mesmo ano, quando a Ouvidoria e o Ambulatório de Coagulopatias Hereditárias foram certificados.

Em 2019, a FHB recebeu a recertificação de qualidade na norma ISO 9001:2015 e, tem por objetivo para o quadriênio 2020-2023, além de manter a atual, ampliar o seu escopo e buscar outras certificações, além de expandir a gestão por processos e aprimorar os controles, registros, sistemáticas de planejamento e acompanhamento de resultados.

Para manutenção da cultura de qualidade e à melhoria contínua do SGQ (Sistema de Gestão de Qualidade), serão realizados eventos periódicos de disseminação de instrumentos de gestão da qualidade, por meio de cursos, palestras e encontros.

Além da temática gestão e garantia da qualidade, a FHB trouxe para seu cotidiano, de forma mais evidente, a valorização do princípio da segurança do doador e do paciente. O propósito é incorporar na prática da hematologia, correlata à sua área de atuação, e à hemoterapia, diretrizes, ações, metas e orientações relacionadas à implementação da cultura de segurança e disseminar atitudes e costumes voltados para a redução de riscos e danos a pacientes e doadores.

OUVIDORIA

O compromisso da Ouvidoria do Hemocentro é estimular a participação social, oferecendo aos cidadãos espaço de expressão para suas manifestações. Sinergicamente, deve subsidiar a gestão na implantação de medidas que promovam o aprimoramento dos serviços e a satisfação dos cidadãos.

Em 2019 a Ouvidoria da FHB recebeu 1.453 manifestações relativas ao atendimento na Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), classificadas em sua maioria como reclamações (44,3%), elogios (33,3%) e sugestões (19,9%), com crescimento de 34,5% em comparação a 2018, quando foram recebidas 1.080 manifestações.

De acordo com a pesquisa de satisfação disponível no Sistema de Ouvidoria do DF (OUV-DF), o índice de resolatividade alcançado em 2019 pela Ouvidoria do Hemocentro foi de 78%. A

pesquisa retrata, entre outros pontos, a avaliação dos cidadãos às respostas definitivas fornecidas pela instituição às suas demandas. Esse índice ultrapassou a meta estabelecida no painel de indicadores estratégicos da FHB, que era de 70% para 2019.

A Ouvidoria do Hemocentro é também responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Nesse período foram recebidos e respondidos 30 pedidos de acesso à informação.

Ouvidoria Premiada

A Ouvidoria do Hemocentro recebeu o prêmio OGDF- Melhor Desempenho 2019 em sua categoria (definida pela média mensal de manifestações recebidas), juntamente com as ouvidorias do Riacho Fundo II e de Taguatinga. Na percepção do cidadão, essas ouvidorias tiveram melhor desempenho. Foram avaliados os índices de resolutividade, satisfação, recomendação e cumprimento de prazos.

Transparência Ativa

A Assessoria de Comunicação Social, a Assessoria de Planejamento e Gestão e a Ouvidoria são responsáveis pelo trabalho para o aprimoramento da transparência ativa na Fundação Hemocentro de Brasília. Com o envolvimento de diversas áreas da instituição, o Hemocentro alcançou - pelo terceiro ano consecutivo - 100% do Índice de Transparência Ativa no ranking estabelecido pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

Dessa forma, esta Fundação contribui para o aperfeiçoamento da transparência pública, garante o direito de acesso da população à informação de qualidade e proporciona o fortalecimento do controle social.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A FHB vem mantendo o atendimento a 100% da demanda hemoterápica pública e de serviços conveniados no DF e, se destacando, ao longo dos anos, com um nível de qualidade acima dos padrões legais para a hemoterapia, sendo a única instituição de saúde pública do DF com certificado internacional de qualidade ISO 9001:2015.

Frente ao perfil de morbimortalidade em 2018 no DF e a série histórica de produção de hemocomponentes, a previsão de coletas de sangue na FHB em pelo menos 18 coletas por 1.000 habitantes/ano é uma estimativa que visa manter com segurança a cobertura de 100% dos leitos SUS distritais para os próximos 4 anos. Essa taxa representa um aumento de 1,3% nas coletas de sangue por ano acompanhando o crescimento populacional esperado. Em 2020 serão desenvolvidos pela Gerência do Ciclo do Doador, em parceria com a Assessoria de Planejamento e Gestão e a Gerência de Pessoas, projetos para melhorar o atendimento ofertado ao doador de sangue visando a sua satisfação e fidelização.

A Fundação Hemocentro de Brasília é uma instituição comprometida com a qualidade de todos os processos e produtos que desenvolve. Com esse propósito e, considerando os princípios e diretrizes de governança estratégica, a atual gestão realizou ao longo de 2019 diversas reuniões e oficinas entre os gestores e servidores da FHB, a fim de avaliarem a situação atual e discutirem as necessidades e propostas para a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023 alinhado às expectativas e necessidades da instituição.

Para cumprimento do preconizado na Política Estadual do Sangue e de acordo com as diretrizes da Política Nacional do Sangue e Hemoderivados, elaborou-se, por meio da Câmara Técnica de Consultoria para o Sistema de Sangue, Componentes e Hemoderivados do DF, o Plano Diretor de Sangue do DF (2020-2023). Documento norteador para a construção do Planejamento Estratégico e dos objetivos e das metas pretendidas pela Gestão e Governança da FHB para os próximos quatro anos. Este plano foi submetido e aprovado pelo Conselho de Saúde do DF na 444ª Reunião Ordinária de 10 de dezembro de 2019 (Resolução nº 525 do CSDF) e será também encaminhado ao Ministério da Saúde para garantia de recebimento dos recursos para o Sistema de Sangue e Hemocomponentes do DF.

Para os próximos anos, esforços serão direcionados para desenvolver os mecanismos de Governança e Gestão, buscando promover maior eficiência para gerir Sistema de Sangue e Hemocomponentes do DF. Desse esforço coletivo, alguns produtos são esperados como: Elaboração da Cadeia de Valor; Reformulação do Planejamento Estratégico da FHB integrado ao Plano Plurianual (PPA 2020-2023), Atualização do Mapa Estratégico com a definição de Metas e Indicadores estratégicos alinhados aos Objetivos da Instituição e este Plano Diretor de Sangue, além do Mapeamento dos Processos considerando a metodologia de gestão de riscos ISO 31.000:2018.

Ademais, a FHB visa melhorar os seus processos de trabalho e dar maior agilidade às aquisições de insumos necessários à manutenção de suas atividades. Em 2019 foram finalizados 32 pregões eletrônicos, com publicação de 54 atas de registro de preços de insumos da FHB. O monitoramento dos objetivos da qualidade/estratégicos e seus respectivos indicadores, bem como a disseminação da Política de Gestão de Riscos por toda a instituição, trará inúmeros ganhos aproximando-se de técnicas e ferramentas mais modernas de gestão, em consonância com outros órgãos da Administração Pública. Para isso, a FHB investirá esforços para realizar o mapeamento e modelagem de seus processos tendo iniciado em 2019 estratégias para revisão, padronização e melhoria dos relatórios de execução de contratos e atestos da FHB.

Houve, em 2019, uma melhoria na qualidade dos hemocomponentes produzidos no DF com a implantação da filtração universal dos hemocomponentes, de forma pioneira, em relação aos outros Hemocentros do país, além da aquisição de loggers tipo I-Bottom para monitoramento de temperatura das caixas térmicas de transporte de hemocomponentes e outras aplicações. Visando garantir a qualidade dos hemocomponentes desde o processo de produção até a sua transfusão, a FHB pretende assumir até 2023 a realização do transporte dos hemocomponentes (rotina e emergência) em sua totalidade.

Quanto ao Ambulatório da FHB, houve fortalecimento da Fundação Hemocentro como Centro de Referência em Coagulopatias Hereditárias no DF com aumento de 24% no número de consultas hematológicas realizadas (1.688 consultas em 2019) e de 21% na realização de exames de hemostasia. Mas, há que se avançar no cuidado centrado no paciente, aumentando cada vez mais a adesão ao tratamento e, conseqüentemente, a qualidade de vida sem intercorrências graves. Ainda, para o fortalecimento do atendimento hematológico nos níveis de atenção à saúde no DF, faz-se necessário o estabelecimento de estratégias para o aprimoramento e fortalecimento das capacitações dos servidores da SES/DF, visando um maior alcance desses profissionais, trazendo um atendimento mais qualificado e humanizado. Para isso, a FHB trabalha na implantação de Plataforma EAD em hemoglobinopatias, coagulopatias e boas práticas Transfusionais a ser iniciada em 2020.

Apesar de possuir em sua estrutura laboratórios com tecnologia de ponta, além de oferecer todo o suporte para a realização dos transplantes no DF, atendendo toda a população do Distrito Federal, e realizar exames NAT HIV/HCB/HCV para outros estados (Tocantins, Acre e Goiás), a FHB deseja avançar com a implantação de técnicas e equipamentos mais modernos como a implantação de testes de tipagem de alta resolução para transplantes de medula óssea. O objetivo da instituição é ser referência em imuno-hematologia avançada para as Agências Transfusionais da SES/DF e alcançar autossuficiência e melhorar a qualidade no suporte laboratorial para transplantes. Tais ações visam oferecer atendimento mais qualificado aos pacientes à espera de transplante e para pacientes com Doença Falciforme, pacientes politransfundidos, recém-nascidos nos casos de Doença Hemolítica Perinatal, dentre outros.

Uma das principais dificuldades observada diz respeito à gestão de equipamentos, exemplificada pela falta de manutenção de alguns e obsolescência de outros que precisam ser substituídos. Para solucionar essa dificuldade, visando a manutenção da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela FHB, será desenvolvido um Plano de Gestão de Equipamentos. Essa ação é de extrema necessidade para a manutenção da qualidade dos hemocomponentes disponibilizados, bem como a manutenção da certificação de qualidade da instituição e ampliação do escopo atual abrangendo as áreas de suporte e agências Transfusionais, sendo imprescindível para se buscar a certificação internacional pela AABB (Associação Americana de Bancos de Sangue).

Outra dificuldade enfrentada pela FHB está relacionada à realização da necessária reforma na área de laboratórios e no ciclo do doador (recepção, triagem e coleta). Havia previsão de ter iniciado em 2018, o que não foi possível devido ao longo tempo de paralização dessa iniciativa e à necessidade de ajustes nos projetos executivos, a serem realizados pela NOVACAP. Como a vigência dos convênios firmados com o Ministério da Saúde para este fim já foi prorrogada por mais de uma vez e a data de finalização se aproxima, estando com os projetos prontos fica mais fácil pleitear novos convênios ou outras formas para financiamento da reforma. Os projetos foram entregues a Caixa Econômica Federal com prazo limite para prorrogação do convênio.

Em 2019, a FHB conseguiu adquirir 22 unidades de aparelhos condicionadores de ar para substituição de aparelhos antigos e realizar pequenos reparos e melhorias por meio do contrato de manutenção predial da Secretaria de Saúde do DF.

Em 2019 houve reforço na equipe de trabalho com a nomeação de 50 novos servidores. Todavia, o quadro funcional da fundação atualmente não é suficiente para o pleno atendimento da demanda pelos serviços, mesmo após a posse de 69 servidores desde 2017. O déficit de servidores fechado em 31 de dezembro de 2019 atingiu a ordem de 33% ocasionando comprometimento do horário de funcionamento para o atendimento aos doadores de sangue, morosidade dos processos de aquisição de insumos e serviços, escalas de trabalho exaustivas, contribuindo para o crescimento de doenças ligadas ao trabalho e consequente crescimento do número de atestados médicos, além da elevação do tempo de espera do atendimento ao doador de sangue, ultrapassando o previsto na Carta de Serviço da FHB que é de 90 minutos, desmotivando as pessoas a doar sangue.

Para melhoria contínua das ações, a FHB aguarda a nomeação dos outros 50 novos servidores conforme autorizado pelo Governo do Distrito Federal que determinou que as nomeações fossem divididas em três parcelas: 50 vagas para 2019, 25 vagas para 2020 e 25 vagas para 2021. A FHB deve concentrar esforços com foco na força de trabalho para melhorar o ambiente institucional e garantir melhores condições para a realização das ações priorizadas para o próximo ciclo de gestão. Para isso continuará a investir esforços para o desenvolvimento do Programa de Integridade, lançado em 2018 e aprimorado em 2019, com a divulgação do Código de Conduta da FHB, reestruturação da Comissão de Ética e o estabelecimento de fluxos de denúncias.

Para 2020, a FHB almeja para o seu Laboratório de Imunologia dos Transplantes, a aquisição de insumos para a realização de testes de alta resolução para os LÓCUS A, B e C, insumos que serão utilizados para aprimorar o atendimento dos pacientes que necessitam de transplante de medula óssea, bem como auxiliará no esclarecimento de ambigüidades que ocorrem com o uso dos kits atuais. Hoje, os casos de ambigüidade são encaminhados para outros laboratórios de histocompatibilidade para liberação dos resultados. Além disso iniciará processo para aquisição de insumos para realização de ensaio clonogênico de células criopreservadas pelo setor, atendendo exigência da RDC 214/2018.

A gestão da coleta, processamento e distribuição de hemocomponentes é realizado por meio do SistHemo-DF, um software de gerenciamento dos processos do ciclo do sangue em unidades hemoterápicas que há anos requer diversas correções e melhorias. Em 2019, a FHB conseguiu finalizar processo licitatório para contratação de uma empresa de informática que realizará as devidas melhorias identificadas pelas áreas técnicas, que, além de corrigir um problema que se estende há anos, proporcionará significativas melhorias no Sistema. A execução do contrato terá início em 2020.

No Plano Diretor de Sangue do DF e no Planejamento Estratégico da FHB (2020-2023), estão melhor detalhados os objetivos pretendidos, as ações a serem realizadas, bem como indicadores relacionados para monitoramento sistemático e avaliações periódicas.

Perspectivas 2020 Previstas no Plano Diretor de Sangue 2020-2023:

- Estabelecer e monitorar a execução da estratégia organizacional por meio do CIG e criação dos Subcomitês de Governança;
- Atualizar e disseminar a Política de Gestão de Riscos na FHB;
- Estabelecer plano periódico de auditorias de gestão de riscos até 2020;

- 100% dos equipamentos críticos com manutenção preventiva e corretiva em dia até 2020;
- Elaborar a Política de Pessoas da FHB até 2020;
- Desenvolver o Programa de Integridade da FHB;
- Admitir 50 novos servidores aprovados em concurso público;
- Contratar sistema para gerenciamento do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Manter certificação anual de qualidade nos requisitos da ISO 9001:2015 na FHB;
- Aumentar o número de doadores fidelizados em relação a 2019;
- Elaborar o protocolo de transfusão em pediatria até 2020;
- Elaborar o protocolo de exsanguineotransfusão até 2020;
- Implantar a filtração universal dos hemocomponentes fornecidos pela FHB até 2020;
- Avançar com o processo de contratação para realizar o transporte dos hemocomponentes (rotina e emergência) para as Agências Transfusionais dos Hospitais da SES/DF;
- Implantar capacitação na modalidade EAD até 2020;
- Estimular a adesão dos servidores da SES ao programa de capacitação em EAD em 100% das regiões de saúde;
- Desenvolver o plano de segurança do paciente e doador de sangue da FHB até 2020;
- Implantar na rotina laboratorial o teste de alta resolução para HLA (DR, DQ, CW) até 2020;
- Iniciar os trâmites para implantar prova cruzada e quantificação de CD34 por citometria de fluxo;
- Início do processo de preparação da Fundação Hemocentro de Brasília para receber avaliação para certificação internacional pela American Association of Blood Banks – AABB.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs) é uma entidade da administração indireta do Governo do Distrito Federal, com personalidade jurídica de direito público, de caráter científico-tecnológico e de educação profissional em saúde, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

Rege-se pelas seguintes normas:

- Lei de criação: Lei No 2.676, de 12/1/2001 (DODF Nº 10, de 15/1/2001) — dispõe sobre a criação da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde;
- Estatuto: Anexo III do Decreto Nº 26.128, de 19/8/2005 (DODF Nº 159, de 22/8/2005) — estatuto social da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde;
- Estrutura Organizacional: Decreto Nº 34.593, de 22/8/2013 (DODF Nº 175, de 23/8/2013) — altera a estrutura administrativa da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, que especifica e dá outras providências.

Tem por finalidade promover, apoiar e executar a educação profissional (nível básico, técnico, de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, treinamento e capacitação) e o desenvolvimento científico e tecnológico do Sistema Distrital e Regional de Saúde, com base nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Para sua atuação, a Fundação adota sistema de ensino de acordo com as peculiaridades distritais e regionais, promovendo, subsidiando e auxiliando programas de desenvolvimento acadêmico, pesquisa e extensão, bem como treinamento e capacitação na área de saúde.

A Fepecs norteia-se, ainda, pelos seguintes princípios:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência em seus cursos;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- Valorização do profissional dedicado à educação;
- Gestão democrática do ensino, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- Garantia do padrão de qualidade;
- Valorização da experiência extraescolar;
- Vinculação entre a educação profissional, o trabalho e as práticas sociais.

No cumprimento de sua finalidade, a Fepecs atua na qualidade de mantenedora de instituições de ensino, considerando as características das atividades desenvolvidas, subordinadas a legislações específicas que orientam cada modalidade de ensino. São elas:

- Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) — Instituição de Ensino Superior integrante do Sistema de Ensino do DF. É responsável em ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino-aprendizagem das Ciências da Saúde, mediante a oferta de cursos de graduação (medicina e enfermagem), pós-graduação lato sensu (especialização e residências) e stricto sensu (mestrado e doutorado), pesquisa, extensão e outros na área da saúde.
- Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB) — Instituição de Ensino Profissional integrante do Sistema de Ensino do DF e da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS). É responsável pela oferta de cursos na educação profissional técnica e pós-técnica e a formação inicial e continuada de trabalhadores na área da saúde.
- Escola de Aperfeiçoamento do SUS (EAPSUS) — atua no desenvolvimento de atividades educativas em saúde, abrangendo a educação permanente e continuada dos servidores da SES/DF, profissionais de saúde e atores envolvidos com o controle social. É também responsável pelo gerenciamento de cenários de aprendizagem na SES/DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	22	8	0	0	30
Requisitados de órgãos do GDF	16	52	18	236	322
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	1	0	1
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	38	60	19	236	353
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	38	60	19	236	353

Conforme art. 7º da Lei nº 2.676/2001 (DODF de 15/1/2001), que dispõe sobre a criação da Fepecs, os recursos humanos necessários ao funcionamento da Fundação serão cedidos pela Secretaria de Estado de Saúde/SES-DF, até a aprovação de seu Quadro de Pessoal.

Os docentes titulares de cargos em comissão que optaram por receber a Gratificação de Atividade de Ensino-GAE, em conformidade com o art. 6º da Lei nº 2.771/2001 (DODF nº 182, de 20/7/2001), que dispõe sobre a criação da GAE, foram inclusos no item "Atividade Fim (sem cargo em comissão)".

No item Atividade Fim – Sem Cargo Comissionado está incluso o quantitativo dos servidores que prestam parte de suas cargas horárias na atividade de docência na Escola Superior de Ciências da Saúde/ESCS (181) e na Escola Técnica de Saúde de Brasília/ETESB (08).

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2119 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	16986,0	13249,08	559,02	559,02
0001 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE BRASÍLIA - FEPECS- PLANO PILOTO .	16986,0	13249,08	559,02	559,02

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	19450,0	7228,58	7211,09	7211,09
0003 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO-ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	19450,0	7228,58	7211,09	7211,09
2175 - FOMENTO À PESQUISA	475000,0	465000,00	465000,0	5100,0
4368 - FOMENTO À PESQUISA-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	475000,0	465000,00	465000,0	5100,0
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	160000,0	166731,0	136000,0	136000,0
0001 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO-BIBLIOTECAS - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	160000,0	166731,0	136000,0	136000,0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	456000,0	77717,27	36488,21	36488,21
0001 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO-ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS- PLANO PILOTO .	456000,0	77717,27	36488,21	36488,21
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	350000,0	109495,22	54302,31	54302,31
5744 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	350000,0	109495,22	54302,31	54302,31
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	438350,0	437400,0	437400,0	437400,0
0001 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	438350,0	437400,0	437400,0	437400,0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	900000,0	854766,52	796617,99	796617,99
0001 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-BOLSA PERMANÊNCIA P/ ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA ESCS-DISTRITO FEDERAL	900000,0	854766,52	796617,99	796617,99
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	67200,0	67200,0	65760,0	65760,0
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA-BOLSA MONITORIA P/ ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA ESCS-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	67200,0	67200,0	65760,0	65760,0
TOTAL - 6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	2882986,00	2198787,67	1999338,62	1539438,62

Educação Superior – Graduação

O ensino de graduação em medicina e enfermagem da ESCS/Fepecs está fundamentado em uma formação científica e humanista, com práticas inovadoras, tendo como pressupostos a aprendizagem baseada em problemas (ABP), com currículo centrado no estudante e orientado à comunidade. Os princípios pedagógicos baseiam-se em metodologias problematizadoras de ensino-aprendizagem, integração ensino-serviço e a docência realizada por servidores da SES/DF.

Em ambos os cursos, a práxis pedagógica ocorre nos serviços de saúde da SES/DF, que servem como cenários para a aprendizagem em uma ação coletiva, pactuada e integrada, envolvendo estudantes e docentes com as equipes da rede de atenção à saúde. Desta forma, a inserção dos estudantes em atividades práticas nos serviços de saúde desde o 1º ano permite contato com pacientes e comunidade, visando à formação de vínculo e a responsabilização do discente com o serviço e a comunidade

Curso de Graduação	INGRESSO A ESCS			ESCS/FEPECS - DOWS AS SÉRIAS		Total de graduados
	Nº de vagas preenchidas via Sisu	Matrículas Sub judice	Transferências Ex officio	Matrículas Ativas	Desligamentos	
Medicina	80	6	1	523	1	1
Enfermagem	80			240	12	
TOTAL	160	6	1	763	13	1

Fonte: ESCS/Fepecs, Outubro/2019.

O total de vagas oferecido pela ESCS anualmente são preenchidas em 100%, com ingresso de estudantes na 1ª série dos cursos.

As matrículas sub judice foram motivadas pelo indeferimento de matrículas, uma vez que os critérios estabelecidos no edital de seleção da ESCS pelo Sisu não foram preenchidos, tanto no que diz respeito à bonificação quanto ao estabelecido na Lei Distrital Nº 3.361, de 15/6/2004 (DODF Nº 114, de 17/6/2004), que regulamenta o sistema de cotas.

Entende-se por "matrículas ativas" os estudantes em atividades acadêmicas, os reprovados e os que solicitaram trancamento. Este quantitativo pode variar durante o ano, em razão de desligamentos, decisão judicial, processo disciplinar escolar, jubramento ou óbito.

Quanto ao total de graduados, refere-se a estudante da turma XIII que atrasou sua conclusão por motivo de licença maternidade, sendo que a previsão de concluintes da turma XIV neste ano de 2019 é de 133 estudantes.

Educação Superior – Pós-Graduação (stricto sensu)

Consoante o art. 44, III, da Lei nº 9.394/1996[1], a educação superior, pós-graduação, compreende programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Os programas e/ou cursos de pós-graduação da ESCS/Fepecs têm por finalidade a ampliação da base do conhecimento científico e a qualificação de pessoal com aptidão ao exercício de atividades profissionais na área do ensino, da pesquisa e da extensão nos campos do conhecimento das Ciências da Saúde.

A modalidade lato sensu na Escola abrange os programas de especialização (carga mínima de 360 horas) e os programas de residência médica e em áreas profissionais de saúde. A modalidade stricto sensu compreende programas de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado.

[1] Lei Nº 9.394, de 20/12/1996 (DOU de 23/12/1996) – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Oferta de cursos vinculados aos Programas de Pós-Graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). A seguir, uma breve descrição de cada curso:

Doutorado Interinstitucional (DINTER) – Área de Avaliação Medicina II da CAPES, desenvolvido a partir de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências da Saúde/ Universidade de Brasília (UnB), como instituição promotora, e a ESCS/Fepecs, como instituição receptora. O curso teve início no primeiro semestre de 2016 e tem término previsto para 2020 e tem por objetivo a consolidação da pesquisa e dos programas de pós-graduação institucionais, bem como a viabilização de oferta futura de Curso de Doutorado próprio pela ESCS/FEPECS. Os 23 estudantes da turma do doutorado DINTER são professores e preceptores que exercem atividades acadêmicas nos cursos de graduação e residência da ESCS e da SES/DF e por isso, esse curso favorece o aprimoramento profissional desses docentes e preceptores, o que se converte também em desenvolvimento para a escola e para um sólido fortalecimento institucional.

Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde – teve início em 2017, com entradas anuais de 16 estudantes. Esse programa de pós-graduação stricto sensu tem proporcionado o desenvolvimento de pesquisas no sentido do fortalecimento do SUS tanto na atenção quanto no âmbito da qualidade da gestão. Além disso, esse programa tem dado oportunidade para que os professores da graduação da ESCS cursarem um programa de mestrado. O Programa

Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Escola Superior em Ciências da Saúde (PGCS/ESCS) possui como finalidade a formação de pessoal qualificado para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos campos do conhecimento das Ciências da Saúde. Apresenta estrutura multidisciplinar em consonância com o perfil predominante dos Programas e Cursos de Pós-Graduação da Área Medicina I da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A interdisciplinaridade é uma tendência que se consolidou nas últimas décadas nas Ciências da Saúde, visto que a geração do conhecimento com impacto relevante na saúde depende da interação e saberes variados, o que exige a atuação de profissionais com experiências e conhecimentos distintos. Desse modo, a formação acadêmica e profissional interdisciplinar conectada com as reais necessidades da população é uma característica indispensável das profissões de saúde, sendo comumente necessária a interação entre duas ou mais disciplinas, como método de pesquisa e de ensino, promovendo intercâmbio desde a simples comunicação das ideias até a integração mútua de conceitos, da epistemologia, da terminologia, dos procedimentos e das práticas, de modo a explorar a máxima potencialidade, a diversidade e a criatividade de cada ciência. Ademais, a conexão entre a interdisciplinaridade e a abordagem do processo da determinação da saúde tem sido recomendada pelos organismos internacionais e consta como um dos desafios para o país.

Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde – Área de Avaliação Enfermagem da CAPES, com entradas anuais de 18 estudantes, resultado de demanda da SES/DF para qualificação dos profissionais inseridos nos serviços de saúde do SUS resultado de demanda da SES-DF para qualificação dos profissionais inseridos nos serviços de saúde do SUS. No segundo semestre de 2017, a escola participou do Edital 27/2016 – parceria CAPES/COFEN, sendo contemplada com fomento para oito mestrandos da categoria profissional enfermeiro e por isso teve entrada desses alunos em turma extra de 08 estudantes. Os estudantes do programa de mestrado profissional desenvolvem pesquisas durante o período do curso que têm sido aplicados na prática produzindo mudança de rotinas, protocolos e condutas terapêuticas dos profissionais de saúde e nas políticas de saúde do idoso, do adulto e da mulher e da segurança do paciente.

Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde) – Área de Avaliação de Saúde Coletiva da CAPES. Foi proposto pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e integrada por Instituições de Ensino Superior (IES) associadas em Rede Nacional no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS[1]). Foi aprovado pela CAPES em 27/10/2015, tendo iniciado em 2017, com ingresso de 200 mestrandos, sendo 11 certificados pela ESCS. O Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE) é uma proposta de curso em rede nacional constituída por 18 instituições de ensino lideradas pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) e que conta com a retaguarda do Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), instituição que tem por finalidade atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do desenvolvimento da modalidade de educação a distância na área da saúde. A proposta foi apresentada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e é apoiada pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) e pela Associação Brasileira de Educação Médica. Considerando que a Constituição Federal de 1988 (art.200 inc.III) e a Lei Orgânica da Saúde nº. 8.080/1990 (art.6 inc.III) determinam que o Sistema Único de Saúde é o ordenador da formação dos profissionais da área, este Curso tem a finalidade de atender à necessidade de formação de profissionais de saúde que atuam na Estratégia de Saúde da Família (ESF)/Atenção Básica (AB) nos diversos municípios brasileiros, preparando-os para atuarem como docentes nas pós graduações e graduações da área de saúde e como preceptores na ESF e nas residências multiprofissionais e médicas, com ênfase naquelas da área de saúde coletiva, promovendo profunda integração ensino-serviço, fortalecendo a rede de serviços do SUS e afirmando o seu papel como campo de práticas formativas. O programa tomou como base experiências anteriores, como os Mestrados Profissionais de Saúde da Família da Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF), da ENSP/Fiocruz e da Fiocruz Mato Grosso do Sul/UFMS, e os cursos de especialização da Rede UNASUS, em especial os da Universidade Federal de Pelotas/UFPEL e da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre/UFCSPA. A proposta do curso está em sintonia com os objetivos do Programa Mais Médicos, lançado pelo Governo Federal como parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), e que prevê, entre outros,

aperfeiçoar médicos para atuação nas políticas públicas de saúde do País e na organização e funcionamento do SUS. Por esse motivo, a primeira turma do PROFSAÚDE foi destinada à formação de profissionais médicos. Esse destaque deve-se a necessidade de formação em grande escala de médicos aptos a atuar como preceptores na Residência Médica em Saúde da Família, como futuros docentes para graduação em medicina, bem como como supervisores e tutores em Saúde da Família. As próximas turmas contemplarão também, outras categorias profissionais, com o objetivo de concretizar uma formação multiprofissional e dar ao egresso a qualificação para o exercício da docência e da supervisão em Saúde da Família. O corpo docente é composto por 90% de doutores permanentes nas instituições. São 18 instituições de ensino associadas, a seguir: Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal Paulista, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Federal de Pelotas, Universidade de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Montes Claros, Universidade Estadual do Amazonas e Escola Superior de Ciências da Saúde. O ProfSaúde possibilitará a capacitação de médicos com a finalidade de atuarem nos Programas de Residência Médica em Saúde de Família em nível nacional.

[1] O Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) foi criado em 2010 para atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS). Coordenado pelo Ministério da Saúde, por meio da atuação conjunta da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Sistema UNA-SUS conta com uma rede colaborativa formada atualmente por 36 instituições de ensino superior que oferecem cursos à distância.

Educação Superior – Pós-Graduação Especialização (lato sensu) – Residências

Quanto ao número de profissionais médicos vinculados aos Programas de Residência Médica da SES/DF, segundo o hospital onde desenvolvem as atividades acadêmicas em 2019, a escola apoiou as atividades pedagógicas e administrativas de 116 Programas, dos quais participam 986 residentes, distribuídos em 09 hospitais da SES/DF, o IGESDF-HBDF, o Hospital da Criança de Brasília José Alencar - HCB e em outras unidades que compõem os cenários de prática da residência em rede da SES/DF;

A partir de 2019 iniciou-se o programa de residência integrada de (1) Cancerologia Clínica.

Houve a inclusão do Hospital da Criança de Brasília José de Alencar – HCB no rol dos hospitais detentores de programas de residência médica da SES/DF no exercício de 2019;

Para o exercício de 2019 tivemos um acréscimo de 10,47% no número de programas de Residência Médica ofertados, em relação ao exercício anterior.

Foram autorizados pela CNRM/MEC para o ano de 2020 os programas integrados de (1) Medicina Preventiva e Social e (2) Infectologia e o programa de (2) Psicogeriatrics - HSVP;

Aguardamos autorização da CNRM/MEC, para início em ano de 2020, dos programas de residência médica integrada de Oncologia Clínica e de Terapia Intensiva Adulto.

RESIDÊNCIA EM ÁREAS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Um total de 584 residentes, entre enfermeiros, nutricionistas, odontólogos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais e gestores em políticas públicas, distribuídos em 17 Programas, sendo 13 multiprofissionais e 04 uniprofissionais, estando 81,33% dos profissionais atuando na modalidade multiprofissional e 18,67% na modalidade uniprofissional.

Para o exercício de 2019 tivemos um acréscimo de 20,66% no número de vagas ofertadas e ocupadas nos programas da Residência em Áreas Profissionais de Saúde em relação ao exercício anterior, devido à reestruturação de programas e cenários de prática, bem como pela autorização da CNRM/MEC para os programas multiprofissionais em (1) Cuidados Paliativos e (2) Nefrologia.

Extensão Acadêmica

De acordo com a Resolução nº 10/2018 (2019?) – CEPE/ESCS, a extensão universitária é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a academia e outros setores da sociedade, além de proporcionar a troca de conhecimentos entre o corpo técnico, docente e discente da ESCS e a comunidade. É ofertada por meio de cursos, minicursos, eventos e projetos de curta e média duração.

Especialização

Teve início em Novembro de 2019 a Pós-Graduação em Gestão de Saúde Pública. Foram ofertadas 48 vagas a profissionais de nível superior que atuam na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Ministério da Saúde, Hospital da Criança de Brasília José Alencar, e pertencentes ao quadro de pessoal de instituições públicas da área da saúde.

Com carga horária total 392 horas-aula, o curso qualificou e formou profissionais gestores e equipes gestoras do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal, de modo a fortalecer as práticas de gestão no SUS na perspectiva de liderar processos de mudança nas estruturas organizacionais das instituições públicas da área da saúde.

Bolsas de Estudo

BOLSA PERMANÊNCIA

A Bolsa Permanência é regulamentada no âmbito da Escola Superior de Ciências da Saúde pela Instrução nº 04, de 1º de fevereiro de 2018, e tem por objetivo garantir a permanência e conclusão da graduação dos estudantes beneficiados pela Lei nº 3361, de 15 de junho de 2004, que institui vagas para estudantes oriundos de Escolas Públicas do Distrito Federal.

O estudante interessado na Bolsa Permanência participa de processo seletivo que tem como requisito a situação financeira do candidato. Havendo seleção para admissão e renovação de bolsa.

Bolsas Permanência concedidas mensalmente aos estudantes de graduação da ESCS/Fepecs, segundo o curso, janeiro a outubro/2019

Houve uma variação no quantitativo mensal das concessões ao longo do período em razão de estudantes que não atingiram a frequência mínima de 75% nas atividades educacionais, bem como por motivo de desligamentos ou reprovações.

BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O Programa de Iniciação Científica da ESCS (PIC/ESCS), que concede bolsas de estudo de Iniciação Científica no âmbito da ESCS e da ETESB/Fepecs, visa introduzir os estudantes de graduação (medicina e enfermagem) da ESCS e dos cursos técnicos da ETESB na metodologia científica aplicada a projetos de pesquisa, estimular o pesquisador-orientador a estruturar equipes de pesquisa, institucionalizar a integração do ensino e da pesquisa com os serviços de saúde, além de propiciar a formulação de políticas de pesquisa científica.

O PIC/ESCS, regulamentado por meio da Instrução Fepecs Nº 18/2005[1], constitui uma contrapartida ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq) e inclui estudantes bolsistas de Iniciação Científica - IC, de PIBIC, PIBIC-af (ações afirmativas) e voluntários, sendo os recursos das bolsas IC/ESCS providos pela Fepecs e os do PIBIC pelo CNPq.

Em relação à importância estratégica do programa, vale salientar que, para o desenvolvimento social e econômico de um país, é fundamental que o mesmo possua uma sólida base científica e tecnológica. A ciência não é episódica nem instantânea, mas um processo gradual e incremental, que demanda tempo e maturação intelectual, possuindo três vertentes muito relevantes e indissociáveis: (i) capacitação contínua de pessoas, (ii) infraestrutura adequada e (iii) investimento permanente. O PIC/ESCS insere-se neste processo, principalmente fomentando a interação intra e interinstitucional da SES-DF na pesquisa científica comprometida com as políticas públicas de saúde e na capacitação de pessoas para o desenvolvimento científico do Distrito Federal e do País.

[1] Instrução – Fepecs Nº 18, de 23/11/2005 (DODF Nº 224, de 28/11/2005) – dispõe sobre a concessão de Bolsas de Iniciação Científica a alunos matriculados na Escola Superior de Ciências da Saúde e na Escola Técnica de Saúde de Brasília, ambas mantidas pela Fepecs, em contrapartida ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq).

Bolsas de Iniciação Científica concedidas mensalmente aos estudantes de graduação da ESCS/Fepecs

*O total de bolsas a serem pagas mensalmente (de jan. a jul/2019) para a Iniciação Científica é de 81 (oitenta e uma bolsas), sendo sessenta e duas para estudantes de medicina e dezenove para estudantes da enfermagem. Duas bolsas foram suspensas no pagamento referente a fevereiro/2019, sendo pagas em março/2019, após regularização dos respectivos projetos de pesquisa. A variação do número de bolsas por curso é proveniente do remanejamento das bolsas por motivo de cancelamento/desistência de projetos participantes.

A tabela apresenta, mensalmente e por curso de graduação, o número de estudantes que receberam a bolsa de iniciação científica até outubro de 2019.

O Programa de Iniciação Científica – PIC/ESCS 2019-2020, regido pelo Edital nº 06/2019, teve suas atividades iniciadas em 01/08/2019, e, atualmente, apoia 72 projetos de pesquisa, com a participação de 128 estudantes (17,18% dos 745 estudantes matriculados na ESCS). Desse total, 104 são bolsistas, ou seja, 13,95% dos estudantes matriculados recebem bolsa de Iniciação Científica do PIC/ESCS.

Em resumo, a cada 8 (oito) estudantes matriculados temos um bolsista do PIC/ESCS (13,95%), o que representa uma capacidade acadêmica importante para o SUS-DF, superando a meta de manter 11,5% de estudantes no Programa de Iniciação Científica.

Houve o empenho de 81 (oitenta e uma) bolsas mensais, no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) cada bolsa, referentes aos meses de agosto a dezembro de 2019, totalizando R\$182.250,00 (cento e oitenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais).

BOLSA MONITORIA

A Bolsa Monitoria, no âmbito da ESCS/Fepecs, regulamentada pelas Instruções Nº 7/2007[1] e Nº 4/2012[2], caracteriza-se como um incentivo concedido aos estudantes de graduação (medicina e enfermagem) da Escola, previamente selecionados, com a finalidade de proporcionar-lhes oportunidade extracurricular de aprendizagem, estimular a formação de futuros docentes, bem como fornecer subsídios ao corpo docente visando ao melhor atendimento dos estudantes.

[1] Instrução Nº 7, de 10/12/2007 (DODF Nº 241, de 19/12/2007) – dispõe sobre a concessão de Bolsas de Monitoria a estudantes matriculados na Escola Superior de Ciências da Saúde, mantida pela Fepecs.

[2] Instrução Nº 4, de 17/1/2012 (DODF Nº 13, de 18/1/2012) – altera o artigo 3º da Instrução Nº 7/2007, de 10/12/2007 (DODF Nº 241, de 19/12/2007), que dispõe sobre a concessão de Bolsas Monitoria a estudantes matriculados na Escola Superior de Ciências da Saúde, mantida pela Fepecs.

Anualmente é disponibilizado um total de 40 bolsas monitoria, divididas igualmente entre os cursos de graduação/ESCS, sendo os estudantes selecionados por meio de processo seletivo

Pesquisa em Saúde

O Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS tem por finalidade fomentar pesquisas para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal/SUS-DF, da educação em saúde e da qualidade de vida e saúde da população, em consonância com seis eixos de pesquisa prioritários definidos pela SES/DF, em parceria com a comunidade científica e gestores da saúde e da ciência e tecnologia, quais sejam:

- I - Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento;
- II - Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde;
- III - Doenças e Agravos;
- IV - Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados;
- V - Promoção da Saúde; e
- VI - Meio Ambiente e Vigilância em Saúde.

A Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) é o ator que tem operacionalizado e executado o Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS, financiado pela Fepecs.

Rede EVIPNet Brasil

A Rede EVIPNet Brasil busca estabelecer mecanismos para facilitar a utilização de produção científica na formulação e implementação de políticas de saúde. No Distrito Federal, os únicos núcleos estão localizados na ESCS/Fepecs e na Universidade de Brasília. O Núcleo de Evidências da ESCS desenvolve parcerias para a formação de recursos humanos com outros atores: Iniciação Científica/ESCS, Mestrado Profissional/ESCS, Mestrado Profissional em Gestão Pública/UNB e com o Programa de Residência Multiprofissional/ESCS.

No período em análise, o Núcleo de Evidência, em parceria com o IHBDF, produziu a Síntese de Evidências referente ao projeto de pesquisa: "Evidências para Priorização de Cirurgias Eletivas em um Hospital Público Terciário de Grande Porte"; um diálogo deliberativo referente à pesquisa e o curso de extensão sobre a metodologia SUPPORT, oferecido aos profissionais de saúde da SES/DF em fevereiro de 2019.

Foram produzidas também uma Nota Técnica e uma nota informativa.

Revista CCS – Comunicação em Ciências da Saúde

A publicação do periódico "Comunicação em Ciências da Saúde – CCS" tem por objetivo divulgar trabalhos científicos relacionados a todas as áreas de saúde e ciências afins, que contribuam para a compreensão e resolução dos problemas de saúde. Sua periodicidade é de 04 fascículos (números) por ano, disponibilizados gratuitamente no site da revista (www.escs.edu.br/revistaccs). O periódico está aberto a contribuições nacionais e internacionais, na forma de artigo original, ensaio, revisão sistemática sem metanálise (revisão integrativa), revisão sistemática com metanálise (ensaios clínicos, estudos observacionais ou estudos de acurácia), overview de revisões sistemáticas, narrativas em saúde, artigo de opinião, relato de experiência e resenha.

Como estratégia de qualificação do periódico, foi desenvolvida em 2017 sua versão online, para submissão e avaliação de artigos. O site com essa versão está hospedado no Serviço de Editoração Eletrônica de Revistas – SEER, desenvolvido pela Open Journal Systems (OJS) e disponibilizado gratuitamente para a ESCS/Fepecs por meio de parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e a Universidade de Brasília. O projeto de qualificação da revista CCS foi mencionado no Mapa de Inovações da Campanha Nursing Now Brasil 2019.

No período em análise foram editados, para publicação em versão eletrônica, os quatro relativos ao ano de 2018, 2 (dois) números regulares e 1(um) suplemento especial referentes ao ano de 2019. Foi realizada a vinculação da Revista CCS à Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC; com a participação da revista no Encontro anual da referida Associação – ABEC.

Em 2019 houve ainda a parceria com o Centro Especializado em Diabetes, Obesidade e Hipertensão (Cedoh) da Secretaria de Estado de Saúde (SES-DF) para publicação dos melhores trabalhos científicos apresentados no Simpósio de Diabetes, Obesidade e Hipertensão (Sidoh) realizado em março deste ano.

<u>Termos de Outorga e Aceitação - FEPECS - ANOS 2016-2019</u>		
<u>Nº</u>	<u>Título de Pesquisa</u>	<u>Vigência</u>
01/2016	Implantação de Lean Healthcare na linha de cuidado de cirurgias gerais de baixa e médica complexidade.	Assinado em 07.12.2016; vigência de 24 meses da liberação de recursos. Termo Aditivo: 12 meses de prorrogação da vigência.
04/2016	Atendimento a vítimas de violência sexual na emergência do HMIB: analisando o modelo atual e prospectando mudanças com a cadeia de custódia no âmbito do SUS.	Assinado em 7/12/2016; vigência de 24 meses da liberação de recursos. Termo Aditivo: 12 meses de prorrogação da vigência.
01/2017	Desenvolvimento e validação do teste rápido para diagnóstico de carcinoma em líquor.	Assinado em 13/12/2017; vigência de 24 meses da liberação de recursos.

Termos de Outorga e Aceitação - FEPECS - ANOS 2016-2019		
Nº	Título de Pesquisa	Vigência
02/2017	Estudo prospectivo, randomizado, duplo cego, comparativo em cicatrização de úlceras de estase de membros inferiores entre curativos padrão e curativo padrão com extrato de <i>Syzygium cumini</i> .	Assinado em 13/12/2017; vigência de 24 meses da liberação de recursos
03/2017	Violência por queimaduras em mulheres internadas em centro de referência no Distrito Federal, Brasil, no período de 2010 a 2015.	Assinado em 13/12/2017; vigência de 24 meses da liberação de recursos.
04/2017	Educação em saúde para estomizados.	Assinado em 13/12/2017; vigência de 24 meses da liberação de recursos. Termo Aditivo: 12 meses de prorrogação da vigência.
05/2017	Investigação de metodologia HRM para detecção de mutação no gene GATA1 como marcador molecular diagnóstico da leucemia mieloide da Síndrome de Down.	Assinado em 13/12/2017; vigência de 24 meses da liberação de recursos.
06/2017	Controle Glicêmico e presença de neuropatia periférica em pacientes com diabetes do Distrito Federal.	Assinado em 13/12/2017; vigência de 24 meses da liberação de recursos. Termo Aditivo: 12 meses de prorrogação da vigência.
01/2018	Validade e confiabilidade dos indicadores de mortalidade do Distrito Federal.	Da assinatura até 24 meses após a liberação dos recursos, admitida a prorrogação. Assinado em 1/11/2018.
02/2018	Percepção do hospitalismo, sob a ótica de crianças, em fase escolar, internadas em unidade pediátrica do Distrito Federal.	Da assinatura até 12 meses da liberação dos recursos, admitida a prorrogação. Assinado em 1/11/2018. Termo Aditivo: 12 meses de prorrogação da vigência.
04/2018	Efetividade de um Programa de Treinamento Muscular Respiratório na Capacidade de Exercício, Percepção subjetiva de Dispneia, Força Muscular Respiratória e Periférica e Qualidade de Vida em Pacientes Participantes do Programa de Oxigenoterapia Domiciliar da Secretaria de Estado de Saúde do DF.	Da assinatura até 24 meses da liberação dos recursos, admitida a prorrogação. Assinado em 1/11/2018.
07/2018	Estudo comparativo entre meios de cultura produzidos e utilizados no LACEN-DF para o diagnóstico laboratorial de infecções bacterianas, transmitidas por via aérea, com importância em saúde pública.	Da assinatura até 12 meses da liberação dos recursos, admitida a prorrogação. Assinado em 1/11/2018. Termo Aditivo: 12 meses de prorrogação da vigência.
08/2018	Modelo preditivo baseado em machine learning a partir de uma coorte de idosos com milenoma múltiplo.	Da assinatura até 24 meses da liberação dos recursos, admitida a prorrogação. Assinado em 1/11/2018.
09/2018	Correlação entre sintomas urinários obstrutivos, disfunção erétil e níveis de hormônios androgênicos em hospital público em Brasília.	Da assinatura até 24 meses da liberação dos recursos, admitida a prorrogação. Assinado em 1/11/2018
10/2018	Mapeamento e produção de síntese de evidências científicas no tratamento não farmacológico de pacientes reumatológicos.	Da assinatura até 24 meses da liberação dos recursos, admitida a prorrogação. Assinado em 1/11/2018

Educação Profissional

A Educação Profissional caracteriza-se como modalidade de ensino integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências e às tecnologias. É voltada para o estudante matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior e para os trabalhadores em geral, jovens ou adultos.

A ETESB/Fepecs oferece três modalidades da educação profissional na área de saúde, com a finalidade de contribuir para a ampliação da eficiência dos processos realizados pelos servidores da SES-DF e melhoria do atendimento à população,

- Cursos técnicos – sujeitos à aprovação pela Secretaria de Estado de Educação do DF (SEDF); são oferecidos para aqueles que possuem o nível médio e idade mínima de 18 anos.
- Cursos pós-técnicos – sujeitos à aprovação pela SEDF; destinam-se àqueles que já possuem o curso técnico completo.
- Formação inicial e continuada de trabalhadores – inclui a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, podendo ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, nas áreas de educação profissional e tecnológica.

Houve um alcance de 430 pessoas até o momento de elaboração desse relatório.

Educação Permanente e Educação Continuada

A Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (EAPSUS), criada pelo Decreto nº 34.593, de 22 de agosto de 2013, mantida pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), pelo presente Regimento Interno, tem como finalidade promover a Integração Ensino-Serviço no âmbito da SES/DF, por meio da normatização das atividades práticas curriculares obrigatórias nos cenários da SES, promover Treinamento em Serviço aos servidores ou trabalhadores da saúde, executar o Plano de Educação Permanente do Distrito Federal, propondo e desenvolvendo atividades de educação permanente aos profissionais de saúde e demais atores envolvidos com educação em saúde, além do estímulo à participação e controle social, com vistas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal (SUS/DF).

A Educação Permanente em Saúde (EPS) tem sido amplamente defendida como uma estratégia de formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências dos trabalhadores, e a Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde - EAPSUS/FEPECS apresenta-se como principal parceira da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) para o desenvolvimento dessa estratégia educativa e conta com a parceria da Gerencia de Educação em Saúde (GES/DIDEP/SUGEP), dos Núcleos de Educação Permanente das Regionais de Saúde (NEPS) e das áreas técnicas da SES/DF.

A metodologia utilizada pela Escola alinha-se com a Pedagogia da Problematização, na educação interprofissional, e práticas colaborativas. Todo o processo de aprendizagem baseia-se a partir da realidade dos serviços nos quais os sujeitos estão inseridos e se organizam a partir de cinco eixos, a saber:

- Oficinas de alinhamento de Demanda – cujo objetivo é identificar e ordenar as necessidades da área demandante, bem como determinar o melhor projeto pedagógico para a ação educativa.
- Turmas reduzidas – tendo como princípio o protagonismo dos profissionais em seu processo de aprendizagem; são utilizadas estratégias pedagógicas que promovam a discussão em grupos com o compartilhamento de experiências e soluções e, para tanto, as turmas tem em média 30-35 participantes.
- Ações regionalizadas – cujo objetivo é agregar maior número de participantes de uma mesma região, unidade de saúde, ou serviços, com vistas à construção de estratégias mais adaptadas às realidades locais e a constituição de parcerias entre os profissionais.
- Atividades em concentração e dispersão – as sequências de atividades são elaboradas para serem vivenciadas tanto em ambientes planejados de aprendizagem (salas de aulas) como na realidade dos serviços e, posteriormente, partilhados no grupo.
- Elaboração de Projetos de Intervenção – com o objetivo de possibilitar ações concretas de mudanças nas práticas de trabalho, propõe-se, como produto final, a elaboração de Projeto de Intervenção (PI), cujo grau de complexidade está relacionado à natureza e à duração da ação educativa, e deve ser desenvolvido pelo participante, a partir de sua realidade. Esse projeto geralmente é realizado em grupo, agregando os profissionais de uma mesma unidade/serviço.

A fim de atualizar profissionais da escola, trocar saberes, reformular e modernizar os processos pedagógicos, buscar parceiros para realização de ações educativas, bem como inserir mecanismos de avaliação e monitoramento, estreitou-se relações com instituições

nacionais e internacionais, onde diversas reuniões foram realizadas com membros do Ministério da Saúde, Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS, Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Organização Mundial da Saúde – OMS, Universidade de Brasília – UNB e Conselho Nacional de Secretários de Saúde, entre outros.

Construção do Plano de Educação Permanente em Saúde da SES/DF – PEPS:

Em parceria com a Diretoria de Desenvolvimento Estratégico de Pessoas/ Subsecretaria de Gestão de Pessoas, a Escola, conforme Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmada entre a SES/DF e a Fepecs que, dentre outras ações, realizou a construção do Plano de Educação Permanente da SES/DF, em parceria com a Gerência de Educação em Saúde da Diretoria de Desenvolvimento Estratégico de Pessoas.

A elaboração deste documento está orientada pela Portaria nº 1.996/2007, que redefiniu a Política Nacional de Educação Permanente (PNEPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2007). A elaboração deste plano iniciou-se com o levantamento de necessidades apresentadas pelos trabalhadores, gestores e controle social, valorando a premissa do planejamento participativo e ascendente do SUS (BRASIL, 2009a). A publicação do Plano de Educação Permanente em Saúde da SES/DF, está prevista para dezembro de 2019.

Participação na Câmara Técnica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS:

Em 2019 a equipe da EAPSUS buscou consolidar a missão da Escola no âmbito das ações educativas propostas pela FEPECS, na parceria com as áreas técnicas da SES-DF e em outras instâncias do Sistema Único de Saúde – SUS. Nesta direção, participou de oficinas no CONASS, que é um espaço de diálogo permanente e valioso de trocas de saberes, articulação e fortalecimento das escolas, dos núcleos e dos centros formadores em saúde pública e em saúde coletiva, que congrega instituições de ensino de saúde no Brasil.

A Eapsus participou desde o primeiro semestre de reuniões da Câmara Técnica do CONASS, que discute a Educação Permanente em todas as Escolas de Saúde Pública do Brasil. No segundo semestre de 2019, a Escola se tornou oficial membro da Câmara Técnica, como suplente da SUGEP/DIDEP. Em 02 de outubro participamos da I Oficina Nacional das Escolas Estaduais de Saúde Pública, apresentando as atividades desenvolvidas pela Escola.

Retomada das Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES): Atualização dos membros da CIES -Processo SEI nº 00064-00003057/2019-52 As Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES) são instâncias intersetoriais e interinstitucionais permanentes que participam da formulação, condução e desenvolvimento da Política de Educação Permanente em Saúde previstas no Artigo 14 da lei 8080/90 e na NOB/RH – SUS. Diante da necessidade de retomada das reuniões da Comissão de Integração Ensino -Serviço do Distrito Federal – CIES-DF é prioritária a atualização e indicação de seus membros, com base na Deliberação nº 03, de 30 de setembro de 2009, do Colegiado de Gestão da SES/DF, publicada no DODF nº 203, de 20 de outubro de 2009, página 7, que criou a Comissão de Integração Ensino-Serviço do Distrito Federal – CIES-DF e na Deliberação nº 35, de 14 de novembro de 2012, que atualizou, à época, os membros titulares e suplentes da CIES-DF.

A Diretoria Executiva da FEPECS e a Diretoria da EAPSUS coordenou a reunião de retomada das atividades do CIES, realizada no dia 13/09/2019, no auditório da FEPECS e após indicação dos membros para composição atualizada da supracitada comissão, agendou reunião para o dia 04 de novembro, tendo como um dos pontos a aprovação do Regimento Interno da CIES.

Contratação de empresa especializada a fim de elaborar Diagnóstico Situacional dos serviços de educação em saúde no SUS.

Em virtude da necessidade da realização de um diagnóstico situacional sobre o processo de educação na saúde realizado nas unidades da SES (panorama geral), que estão sob a responsabilidade da EAPSUS, que é responsável pelas práticas de estágios curriculares, atividades práticas supervisionadas, treinamento em serviço e ações educativas, junto aos servidores da SES/DF; A fim de avaliar a oferta atual e os problemas, possibilitando, assim, a tomada de decisão correta e assertiva para solução daqueles, melhorando as ações desenvolvidas e/ou coordenadas pela Escola.

Selo de Qualidade "Chega Mais" para Serviços que Atendem Adolescentes na SES/DF sei

A partir de março de 2019, a Escola retomou a parceria com a área de saúde do adolescente da SES/DF para dar prosseguimento, juntamente com o Fundo de Populações – UNFPA/ONU, ao Projeto do Selo de Qualidade "Chega Mais" para serviços que atendem adolescentes. O Selo "Chega Mais" é uma certificação, concedida pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a serviços públicos que atendam critérios de qualidade na assistência aos adolescentes e jovens, entre esses critérios pode-se citar: acesso, adequação do atendimento à fase do ciclo de vida, equidade na atenção, intersetorialidade, educação permanente e participação social. A certificação de serviços tem o objetivo principal de incentivar o fortalecimento das capacidades institucionais em prover serviços de qualidade, orientados para atender as singularidades de adolescentes. A fim de promover a continuidade do Projeto, considerando, entre outras alterações, a nova estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, foi publicada a Portaria Conjunta nº 15 de 20 de agosto de 2019, instituindo o Selo Chega Mais.

Novo site da EAPSUS/FEPECS: Para divulgação, melhor comunicação e maior transparência de nossas ações, criou-se o, novo site da EAPSUS, na home Page da FEPECS. <http://www.fepecs.edu.br/index.php/home-page>

Gerência de Estágios

A Gerência de Estágios da EAPSUS tem como uma de suas funções receber, analisar, deferir ou indeferir as documentações das Instituições de Ensino Conveniadas e encaminhar, quando forem aprovados, os estudantes às Atividades Práticas Curriculares.

As Atividades Práticas Curriculares desenvolvidas nas estruturas orgânicas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) e entidades vinculadas, por estudantes regularmente matriculados nos cursos técnicos e de graduação de instituições de ensino públicas e privadas conveniadas são regulamentadas pela Portaria 293/2013. No primeiro semestre de 2019, foram analisadas 255 documentações de Intuições de Ensino conveniadas e encaminhadas aproximadamente 9.500 estudantes.

No segundo semestre, até a presente data, foram analisadas 257 documentações e encaminhados aproximadamente 8.500 estudantes. A expectativa é que ao fim do 2º semestre chegaremos a 550 documentações analisadas e 20.000 estudantes encaminhados aos cenários da SES-DF em 2019. Os convênios celebrados entre as instituições de ensino e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SES-DF e entidades vinculadas objetivam contribuir para a melhoria da qualidade da assistência e da formação dos profissionais para saúde.

- Atividades desenvolvidas pela Gerência de Estágios

São realizadas reuniões semanais com a diretoria da EAPSUS e reuniões mensais com a equipe da Gerência de Estágios e EAPSUS;

De janeiro até agora, realizamos 6 (seis) reuniões com os NEPS para tratar dos assuntos relacionados ao encaminhamento de estudantes às práticas curriculares e a implantação do sistema SIGECAP. Também realizamos visitas técnicas aos NEPS para fazer o levantamento das necessidades de equipamentos eletrônicos para implantação do sistema.

Elaboramos um cronograma de treinamento do sistema SIGECAP para outubro/2019 para apresentação e treinamento para os NEPS, chefes e supervisores dos cenários da SES-DF.

A partir de 2018 a Gerência de Estágios iniciou o trabalho com os representantes das instituições de ensino conveniadas. Cada instituição nomeou um interlocutor para tratar de todos os assuntos relacionados às práticas curriculares. Em 2019 foram realizadas 2 (duas) reuniões com os interlocutores para alinhar procedimentos para entrega e análise das documentações.

Desde 2018 a EAPSUS vem trabalhando com a empresa Midnal para a implantação de sistema informatizado para a Gerência de Estágios. Foram 10 (dez) reuniões internas para alinhamentos das funções do sistema. Em outubro iniciamos as apresentações do Sistema a todas as unidades da SES que irão utilizá-lo e também começamos a fazer os treinamentos com as Instituições de Ensino Conveniadas.

A implantação do sistema dará celeridade ao processo de autorização da entrada dos estudantes nos cenários de prática. O crescimento do número de cursos na área da saúde no

DF associado à extinção de cenários nos hospitais tem provocado superlotação de estudantes nos cenários. Com a implantação do Sistema de Gestão de Convênios e Atividades Práticas Curriculares – SIGECAP teremos um controle maior do uso dos cenários, evitando a lotação desses cenários e choques de Instituições de Ensino.

A previsão é de que em Janeiro de 2020 todas as Instituições de Ensino estejam encaminhando os estudantes somente por meio do sistema SEGECAP e será publicada uma nova Portaria de organização das Atividades Práticas Curriculares.

Atualmente a SES-DF, com a interveniência da FEPECS, mantém convênio com 25 instituições de ensino para o encaminhamento de estudantes de 96 (noventa e seis) cursos, sendo: 68 (sessenta e oito) de nível superior e 28 (vinte e oito) de nível técnico.

Em 2019 foram aditivados convênios com 5 (cinco) Instituições de Ensino acrescentando 7 (sete) cursos.

Encontra-se em tramitação na Unidade de Administração Geral/FEPECS e na EAPSUS/FEPECS 5 (cinco) processos de instituições de ensino para celebração de novos convênios e outros 2 (dois) processos que solicitam aditivos ao convênio já existente. Se as tramitações forem concluídas (convênios firmados), serão no mínimo mais 18 (dezoito) novos cursos.

A Gerência de Estágios conta com apenas 3 (três) servidoras para analisar todas as documentações de instituições de ensino conveniadas para o encaminhamento de estudantes às práticas curriculares.

Tendo em vista o número crescente de instituições conveniadas e o aumento no número de cursos, torna-se urgente a implantação do sistema informatizado para o encaminhamento dos estudantes.

- Treinamento em Serviço

Em 08 de julho de 2016 foi publicada a Portaria nº 126/2016 regulamentando a concessão de Treinamento em Serviço. No entanto essa modalidade educativa ficou suspensa em 2017. Em julho de 2019 foi realizada pela equipe da EAPSUS a conclusão do trabalho de revisão das Portarias nº 126 de 25 de julho de 2016, e a nº 215, de 22 de setembro de 2016, foi publicada uma nova Portaria de nº 625, em agosto de 2019, que restabeleceu a oferta do Treinamento em Serviço dentro das Unidades de saúde da SESDF, após sucessivas suspensões iniciadas em 2017. (Processo SEI nº 00064-00002448/2019-50).

A Revisão das portarias objetivou atualizar a definição e objetivos do Treinamento em Serviço em consonância com o referencial pedagógico adotado pela Escola nos processos de ensino-aprendizagem, voltados para o alinhamento entre o ensino e as necessidades de saúde da população.

Gerência de Desenvolvimento De Projetos – GDP/EAPSUS/FEPECS

A Gerência de Desenvolvimento de Projetos – GDP faz parte da Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde - EAPSUS/Fepecs, e possui em sua estrutura, dois núcleos: o Núcleo de Controle de Execução de Projetos e o Núcleo de Treinamento e Avaliação.

É de competência da Gerência de Desenvolvimento de Projetos - GDP participar do planejamento das ações educativas da EAPSUS, auxiliando na execução da Política de Educação Permanente na SES/DF. Dentro do escopo de suas atividades estão: analisar, aprovar, planejar, desenvolver, executar, avaliar e monitorar projetos educativos dentro da SES/DF. Além disso, é de responsabilidade dessa gerência desenvolver ações de qualificação de profissionais para exercer as funções de instrutor, supervisor, preceptor e funções afins, desenvolver estudos na área de educação na saúde, bem como assessorar as atividades educativas de educação permanente e as ações de integração ensino-serviço, nas unidades da SES/DF, com apoio dos Núcleos de Educação Permanente- NEPS das Regiões de saúde. As ações desenvolvidas no âmbito de suas responsabilidades também devem estar em consonância ao Plano de Educação Permanente da SES/DF.

As ações educativas promovidas pela GDP buscam usar metodologias pautadas nos referenciais teóricos da educação de adultos, da Aprendizagem Significativa e da Pedagogia da Problematização, sendo o processo de aprendizagem formado a partir da realidade dos serviços nos quais os sujeitos estão inseridos.

No ano de 2019 foram realizados 03 (três) seminários (com previsão de um quarto para dezembro), 09 (nove) oficinas de alinhamento de demanda (previsão de mais uma em novembro), 30 (trinta) cursos em educação em saúde distribuídas em 40 (quarenta) turmas, educação em ATOSS (Tai Chi Chuan), uma Jornada Científica, um Fórum de discussão em Doenças Crônicas, totalizando quase 60 (sessenta) ações educativas e com a participação de mais de 2600 (dois mil e seiscentos) servidores .

Mensalmente são realizadas reuniões da Gerencia para ajustes e organização de suas atividades.

Avaliação Das Ações Educativas

A EAPSUS busca avaliar todas as atividades educativas que realiza, por meio de instrumento próprio, aplicado ao final de cada evento, e por avaliações ao longo do processo. A Escola prioriza a aplicação do instrumento padrão de avaliação nas ações educativas desenvolvidas na modalidade de cursos, e naquelas que são diretamente coordenadas por sua equipe.

Na perspectiva de seu fortalecimento, a Escola trabalhou também na revisão de seus processos e normativas internas buscando o aperfeiçoamento de suas ações e manteve uma política interna de atualização e aperfeiçoamento de seus técnicos com a participação destes em seminários, fóruns e cursos livres e de pós-graduação nas diferentes áreas da saúde.

O amadurecimento teórico e pedagógico da equipe da EAPSUS se reflete nos resultados das avaliações de suas ações, especialmente dos cursos que se desdobraram na realização de duas ou mais turmas.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela Escola para consecução de suas ações cumpre destacar dois aspectos de maior relevância:

- 1) Infraestrutura - a Escola funciona em uma sala que abriga todos os seus técnicos, com duas gerências e diretoria, que trabalham muito próximos uns aos outros, isto exige alto grau de cooperação e concentração, tendo em vista a necessidade de receber as áreas técnicas demandantes, instituições de ensino conveniadas e realizar reuniões de pauta. A sala, em que pese a diretoria executiva da Fepecs ter se empenhado na sua manutenção, carece ainda de uma reforma geral, pois paredes e piso apresentam inúmeras rachaduras; a Escola possui apenas uma sala de aula a sua disposição com capacidade para 35 pessoas e para realizar suas ações precisa rotineiramente contar com apoio das outras escolas da Fepecs e de instituições de ensino como a Fiocruz, UnB, entre outras. Conseguir agendar estes espaços demanda uma força tarefa da equipe da Gerência de Desenvolvimento de Projetos, o que nem sempre é resolvido a contento. O redimensionamento do espaço físico e sua revitalização são necessidades imediatas da EAPSUS.
- 2) Recursos Humanos - a Gerência de Estágios (GE), responsável pela operacionalização da integração ensino serviço, enfrentou inúmeros problemas ocasionados pelo aumento do número de estudantes das instituições de ensino conveniadas (IEC) com a SES/DF, causados, principalmente, pelo reduzido número de técnicos que a compõem. A pressão para o cumprimento de prazos na análise de documentações, o atendimento as demandas das IEC, a revisão de normativas e a construção do sistema informatizado ocasionaram grande sobrecarga de trabalho para equipe. Na Gerência de Desenvolvimento de Projetos (GDP), a ausência de uma secretaria de cursos sobrecarrega os técnicos com a realização de inúmeras atividades burocráticas, além das pedagógicas. Ainda, a participação da EAPSUS em diferentes Grupos de Trabalho (GT) internos da Fepecs e outros demandados pela SES exigiu um esforço adicional dos técnicos. A carência de profissionais para compor os quadros da EAPSUS deverá ser enfrentada com urgência para que a Escola possa seguir crescendo e cumprindo com seu papel estratégico na área de educação.

Importante registrar o fundamental apoio da Diretoria Executiva da Fepecs e de sua equipe, e de todas demais unidades que compõem esta Fundação, que permitiu que a EAPSUS cumprisse com todos os compromissos assumidos estabelecidos no Plano Plurianual- PPA . Em 2019, o trabalho cooperativo e solidário no âmbito de toda a Fepecs foi marca de nossas realizações.

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1426 - PERCENTUAL DE CONCLUINTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	%	70	31/12/2014	ANUAL	87	90,6	93	78,7	90	89,3	90	78,1	ETESB/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - Houve superação da meta, indicando maior número de novos profissionais de saúde de nível superior (médicos e enfermeiros) formados pelo sistema educacional público do Governo do Distrito Federal-GDF.</p> <p>2017 - A Escola disponibiliza, a cada ano, 160 vagas para os dois cursos de graduação: 80 para medicina e 80 para enfermagem. Assim, para 2017, programou que 93% destes alunos concluiriam seus cursos. No entanto, apenas 78,7% o fizeram, sendo: 74 estudantes da medicina e 52 estudantes da enfermagem. Diversos fatores contribuíram para este resultado ao longo do período dos cursos (6 anos medicina e 4 anos enfermagem), tais como: desligamentos, reprovações, trancamentos e mobilidade acadêmica.</p> <p>2018 - O índice deixou de ser alcançado em virtude de alunos jubilados por não cumprimento do prazo estipulado por lei federal, reprovados ou que obtiveram formaturas posteriores.</p> <p>2019 - Quanto ao percentual de concluintes atingido no ano 2019, esclarecemos que a ESCS oferece anualmente um total de 160 vagas, divididas igualmente entre os cursos de graduação de medicina e enfermagem. As respectivas vagas são preenchidas em 100%, com ingresso de estudantes na 1ª série, ocorre que motivos como evasão escolar, desligamentos, trancamentos ao longo do Curso, contribuem para redução do percentual de concluintes.</p>													
1425 - PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	PONTO	5	31/12/2014	ANUAL	5	5	5	6,0	5	5,7	5	5	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7 / UO 23203 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - A progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em enfermagem baseia-se no resultado do Teste de Progresso/2016. O indicador utilizado é o aumento médio da mediana em cada série do curso com relação à série anterior. O resultado esperado é um incremento de 5 pontos em cada série. O resultado da enfermagem alcançou a meta estabelecida, indicando a aquisição adequada de conhecimentos dos estudantes.</p> <p>2017 - O indicador baseia-se na amostra da mediana da última série do curso de graduação em enfermagem (4ª série), obtida por meio do Teste Progresso/2017. O resultado demonstra a relação entre conteúdo e estrutura curricular da graduação em enfermagem e desenvolvimento dos estudantes, que, neste caso, superou as expectativas da meta estabelecida para o período.</p> <p>2018 - Os alunos foram além do mínimo estipulado, tendo alcançado nota máxima no MEC. Este índice deve-se ao bom desempenho de professores e alunos.</p> <p>2019 - O índice alcançado pelo curso superou a progressão de conhecimentos desejada, indicando que o processo de aprendizagem está adequado.</p>													
1424 - PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA	PONTO	5	31/12/2014	ANUAL	5	5,4	5	6,6	5	4,3	5	5,4	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7 / UO 23203 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - A progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em medicina baseia-se no resultado do Teste de Progresso/2016. O indicador utilizado é o aumento médio da mediana em cada série do curso com relação à série anterior. O resultado esperado é um incremento de 5 pontos em cada série. O resultado da medicina superou a meta estabelecida, indicando a aquisição adequada de conhecimentos dos estudantes.</p> <p>2017 - O indicador baseia-se na amostra da mediana da última série do curso de graduação em medicina (6ª série), obtida por meio do Teste Progresso/2017. O resultado demonstra a relação entre conteúdo e estrutura curricular da graduação em medicina e desenvolvimento dos estudantes, que, neste caso, superou as expectativas da meta estabelecida para o período.</p> <p>2018 - O índice não foi alcançado devido ao desempenho abaixo do esperado por parte dos alunos da 5ª série, que apresentaram desvio do foco da aprendizagem e dedicaram-se ao MED-CURSO da 6ª série. Este óbice já foi corrigido para a próxima turma.</p> <p>2019 - O índice alcançado pelo Curso tomou como base para obter esse resultado o cálculo da mediana do percentual total de acertos da mediana da 4ª série menos a mediana da 1ª série, atingindo o índice desejável.</p>													
1423 - TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	%		01/01/0001	ANUAL	15	16,8	14	20,2	14	36,5	14	10	ETESB/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - Considera-se o diferencial aquém do planejado pouco significativo. Infere-se como principais causas da evasão na educação profissional a (1) necessidade de inserção dos estudantes no mercado de trabalho em horário incompatível com o curso e (2) aprovação em curso de graduação.</p> <p>2017 - Com relação a 2016, verifica-se aumento da taxa de evasão escolar em 3,4%. Em relação ao programado para o ano, houve frustração em 6,2%. Infere-se o comportamento do indicador a alguns fatores, tais como: (1) inserção do aluno no mercado de trabalho, (2) aprovação em curso de nível superior e (3) oferta dos cursos em horário diurno, o que impossibilita o exercício profissional concomitante ao estudo. Esses fatores contribuíram para a evasão dos cursos.</p> <p>2018 - O cálculo foi realizado com base em 948 matriculados e 251 evadidos. As causas da evasão estão relacionadas a diversos fatores, isoladamente ou conjugados, tais como: Fatores motivados pelos próprios alunos - relacionados à habilidade de estudar, personalidade e formação anterior, falta de motivação, entre outros. Fatores externos à instituição - possibilidade de inserção no mercado de trabalho, falta de estímulo social, valorização do estudo por parte da família, entre outros.</p> <p>2019 - Houve em 2019 redução na taxa de evasão escolar, em relação ao ano de 2018. A partir de 2020, deve-se rever as taxas de evasão, já que as mesmas situam-se em torno de 20%</p>													
1422 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS	%	0	31/12/2016	ANUAL	>=70	96,6	>=70	100	>=70	97,6	>=70	93,6	EAPSUS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7 / UO 23203 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - O cálculo foi feito por amostragem. Acredita-se que os altos índices obtidos estão diretamente relacionados à proposta de trabalho da Escola/Fepecs, que busca elaborar os projetos educativos de maneira singularizada e pactuada com a unidade demandante, além de utilizar metodologias ativas na construção da sequência pedagógica, com vistas ao atendimento dos objetivos apontados, constantes no projeto educativo.</p> <p>2017 - A avaliação foi feita por amostragem em sete ações educativas (11 turmas). Todas as ações avaliadas obtiveram média superior a 70% de satisfação. O instrumento abordou a satisfação dos participantes. O resultado alcançado foi extremamente importante, pois reitera a opção pedagógica da Escola, que é construir cursos e ações educativas pautando-se no referencial teórico e metodológico da pedagogia da problematização e a decisão de construir as propostas junto com a área técnica responsável.</p> <p>2018 - Objetivo alcançado em virtude do bom trabalho realizado pela equipe de professores e o grande avanço demonstrado pelos alunos que se esmeraram em conseguir os objetivos colimados.</p> <p>2019 - Resultados do grau de satisfação das ações educativas foram feitas com todos os cursos ofertados e não apenas amostragem. A Escola prioriza aplicação do instrumento padrão de avaliação nas ações educativas desenvolvidas na modalidade de cursos, e naquelas que são diretamente coordenadas por sua equipe. Todos os objetivos foram alcançados e as metas superadas em relação aos aspectos qualitativos e quantitativos, bem como, grau de satisfação das Instituições de Ensino conveniadas co</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	15000,0	15000,00	0	0

6173 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR-FEPECS- PLANO PILOTO .	15000,0	15000,00	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	155792,0	155792,00	117836,32	117836,32
0007 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	155792,0	155792,00	117836,32	117836,32
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000,0	780,00	0	0
6990 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FEPECS- PLANO PILOTO .	1000,0	780,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	171792,00	171572,00	117836,32	117836,32

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50000,0	19761,00	0	0
0005 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	50000,0	19761,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	9581903,0	9201903,00	9085432,33	9085432,33
7007 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	3494000,0	3494000,00	3385176,40	3385176,40
7006 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DOCENTES - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	6087903,0	5707903,00	5700255,93	5700255,93
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	142300,0	172300,00	152962,87	152962,87
7009 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	142300,0	172300,00	152962,87	152962,87
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2242763,0	1851169,93	473964,18	473964,18
9739 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	962763,0	746411,79	473964,18	473964,18
9801 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	650000,0	494758,14	0	0
9802 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	630000,0	610000,00	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	84000,0	37148,00	36775,12	36775,12
5870 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	84000,0	37148,00	36775,12	36775,12

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	493434,0	354878,52	275850,28	275850,28
5196 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	493434,0	354878,52	275850,28	275850,28
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	80000,0	100000,0	65190,0	65190,0
6978 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	80000,0	100000,0	65190,0	65190,0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	300000,0	0	0
0026 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - LABORATÓRIO DE SIMULAÇÃO REALÍSTICO DA FEPECS-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	12674400,00	12037160,45	10090174,78	10090174,78

Informação em Saúde

O gerenciamento de informação em saúde demanda um conjunto de ações orientadas a assegurar infraestrutura de informação técnico-científica e documental aos programas de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e capacitação.

A Fepecs, por meio de sua Biblioteca Central-BCE e da Biblioteca do Curso de Enfermagem da ESCS/Fepecs (unidade Samambaia), possui acervo na área de ciências da saúde e afins com 8.137 títulos (24.216 exemplares). Oferece ainda outros serviços: empréstimo, renovação e reserva de documentos, pesquisa em base de dados científica, solicitação de textos completos de artigos de periódicos (COMUT), normalização de documentos institucionais (relatórios e outros documentos oficiais), treinamento em utilização de normas da ABNT, treinamento em técnicas de pesquisa em base de dados.

Os usuários efetivamente cadastrados na biblioteca podem ter acesso aos serviços oferecidos localmente ou pelo sítio da BCE na internet, onde são disponibilizados diversos serviços eletrônicos (elaboração de ficha catalográfica, acesso ao Repositório Institucional, agendamento de aulas e treinamentos para pesquisa em base de dados dentre outros).

Registra-se a realização de treinamentos e palestras para estudantes de graduação, residentes, professores e servidores da SES/DF, sendo atendidos em 2019 mais de 1.100 usuários.

Outra atividade realizada diz respeito à consultoria para a equipe da revista "Comunicação em Ciências da Saúde-CCS" para questões editoriais e deliberações sobre assuntos pertinentes à publicação do periódico.

A BCE integra o Comitê Consultivo e Executivo da BVS – Educação Profissional em Saúde, trabalhando em conjunto com outras bibliotecas das Escolas Técnicas de Saúde no Brasil, por meio de parceria com a Fiocruz, além de gerir o Sistema de Automação das 12 bibliotecas que compõem a Rede de Bibliotecas de Saúde da SES/DF.

O sistema Pergamum desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR possibilita que a BCE faça parte da Rede Pergamum, composta por mais de 200 bibliotecas que atuam na área de educação, possibilitando o compartilhamento de recursos de informação.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O setor saúde, notadamente, caracteriza-se pela necessidade de profissionais alinhados às novas tendências, conhecimentos e tecnologias disponíveis, bem como aptos a atuarem num ambiente complexo e com peculiaridades diversas. Para além, as transformações e o desenvolvimento pelos quais passam a humanidade e suas instituições impõem a esses profissionais, sejam técnicos ou especialistas, mais do que o domínio de temas e competências inerentes ao corpo de conhecimentos específicos de cada profissão, sinalizando para a lógica da transversalidade e interdisciplinaridade.

No cenário distrital, a melhoria da assistência à saúde é hoje uma das maiores demandas da população e a existência de número suficiente de profissionais qualificados é fator fundamental na consolidação e êxito de um sistema de saúde de excelência.

Cursos e ações educativas

A oferta de educação superior da ESCS/Fepecs, pautada em uma proposta pedagógica inovadora, busca integrar o ensino superior às políticas públicas, programas e ações institucionais desenvolvidas em âmbito loco regionais. Isso compreende retorno profissional qualificado às necessidades da população do DF, a partir do quadro de egressos anual da graduação em medicina e enfermagem promovida pela ESCS/Fepecs. Além disso, atividades de extensão, pós-graduação e pesquisa promovem retorno qualificado à população do investimento do Estado, assegurando às instituições de ensino superior papel importante na aceleração do desenvolvimento social.

A importância da Educação Profissional da ETESB/Fepecs está na oferta de cursos de qualidade, vinculados ao mundo do trabalho, às necessidades da SES/DF e às políticas de educação profissional em saúde, prioritariamente para os trabalhadores do SUS. No entanto, sua relevância é mais abrangente, especialmente, no que diz respeito à sua função social de ofertar qualificação profissional aos jovens da classe popular que precisam acessar, de forma mais imediata, o mercado de trabalho, atender trabalhadores que já estejam ativos e necessitam de uma melhor qualificação no exercício de suas atividades ou facilitar a reinserção do profissional desempregado.

A Educação Permanente e a Educação Continuada, ofertadas pela EAPSUS/Fepecs, compreendem processos educacionais voltados ao aprimoramento de competências dos profissionais, e referenciados por aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos. Entendida como aprendizagem no trabalho, no qual o processo de ensinar e aprender está intimamente relacionado ao cotidiano das organizações, a Educação Permanente se apresenta como uma proposta de mudança institucional, em que as ações educativas para os trabalhadores sejam pensadas a partir dos problemas encontrados na realidade dos serviços, correlacionando teoria e prática e considerando as experiências individuais na construção coletiva do conhecimento e de novas formas de ação. Assim, a proposta da Educação Permanente enfrenta um desafio central, coerente com os propósitos da integração ensino-serviço: a formação deve ocorrer de modo descentralizado, ascendente e transdisciplinar, em todos os locais e envolvendo vários saberes.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

DIFICULDADES

Área de Pessoal

A Fepecs não possui quadro de pessoal próprio. Desta forma, conta com servidores cedidos principalmente pela Secretaria de Estado de Saúde do DF para o desenvolvimento de suas atividades. Tal situação, por vezes, tem inviabilizado que alguns setores - áreas meio e fim - disponham de profissionais com perfil adequado e no quantitativo necessário às atividades.

Situação similar acontece com os corpos docentes da Escola Superior de Ciências da Saúde-ESCS e da Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB, instituições de ensino mantidas pela Fepecs, cujos docentes têm parte de sua carga horária contratual da SES/DF liberada para o exercício da docência nas Escolas, com deliberação formal do titular daquela Pasta.

Área Orçamentária

O cenário macroeconômico desfavorável do GDF impôs restrições orçamentárias à Fundação, inviabilizando algumas despesas importantes para a área fim, tais como a aquisição de livros acadêmicos, assinatura de bases de dados, periódicos eletrônicos e jornais de circulação nacional.

Alguns desses itens integram os critérios de avaliação da Secretaria de Educação (INEP/MEC) no quesito "recursos informacionais".

Na mesma esteira, há as ações acadêmicas que, embora de caráter finalístico, não se enquadram nos critérios que privilegiam a alocação de recursos, principalmente quando estes recursos são limitados, tais como despesas legais, constitucionais, contratuais, entre outras.

Outra situação digna de registro foi a impossibilidade de descentralização orçamentária de recursos do Fundo de Saúde do Distrito Federal-FSDF para o orçamento da Fepecs. Estes recursos são oriundos do Ministério da Saúde para a ETESB, via repasse Fundo a Fundo (Bloco de Gestão do SUS, fonte 138/338 - recursos do Sistema Único de Saúde). Assim, a Escola poderia custear cursos de média duração (entre os exercícios) sem descontinuidade dos pagamentos no início do ano, em razão da celeridade na apuração do superávit financeiro

23901 - FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES, órgão integrante da Administração Direta conforme previsão constante no art. 8º do Decreto nº 39.610/2019, é responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, prevenção e assistência à saúde, visando proporcionar condições para a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde.

Compete a esta SES, nos termos do Decreto nº. 39.546/2018, dentre outras atribuições:

- I. Definir e coordenar políticas e diretrizes relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Distrito Federal;
- II. Coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, alimentação, nutrição e saúde do trabalhador;
- III. Participar da formulação de políticas que visem ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, em interface com as políticas sociais, econômicas e ambientais;
- IV. Definir e coordenar políticas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;
- V. Prestar assistência farmacêutica e garantir o acesso da população aos medicamentos necessários à recuperação de sua saúde;
- VI. Administrar os recursos orçamentários e financeiros destinados à saúde, no âmbito do Distrito Federal.

Quanto à estrutura administrativa, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal é organizada da seguinte forma:

- I. Administração Central;
- II. Superintendências de Regiões de Saúde;
- III. Unidades de Referência Distrital;
- IV. Órgãos vinculados, sendo eles: o Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF, o Colegiado de Gestão – CIB, Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal - CAE/DF, Fundação Hemocentro de Brasília – FHB e Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde - FEPECS.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	364	960	3.935	23.771	29.030
Comissionados sem vínculo efetivo	147	172	61	38	418
Requisitados de órgãos do GDF	11	2	113	117	243
Requisitados de órgãos fora do GDF	5	4	358	344	711
Estagiários	0	0	124	0	124

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	3	0	3
Terceirizados (FUNAP)	0	0	109	0	109
Outros - especificar	0	0	378	1.493	1.871
Subtotal	527	1.138	5.081	25.763	32.509
(-) Cedidos para outros órgãos	0	176	0	3.825	4.001
Total Geral	527	962	5.081	21.938	28.508

Os valores constantes no quadro da Força de Trabalho classificados como "Outros" se referem aos Voluntários do Programa de Voluntariado da SES/DF, regulado pela Portaria nº 349, de 23 de abril de 2018, bem como dos participantes do Programa de Residência desta pasta. O referido quantitativo foi extraído do Sistema Integrado de Recursos Humanos - SIGRH com base nos dados de 31/12/2019.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	3000000,0	851125,00	447639,26	198634,72
0014 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA SES-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	851125,00	447639,26	198634,72
2581 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES	5136000,0	1361793,62	1341006,26	1133606,26
0001 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES-SES-DISTRITO FEDERAL	5136000,0	1361793,62	1341006,26	1133606,26
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	3400000,0	4202003,00	3749892,47	3232031,37
0001 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	3400000,0	4202003,00	3749892,47	3232031,37

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2655 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE	12600000,0	12895489,00	12881446,52	9780987,19
0001 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE-LAVANDERIA-SES-DISTRITO FEDERAL	12600000,0	12895489,00	12881446,52	9780987,19
3012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE	100000,0	1,00	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	100000,0	1,00	0	0
3050 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF	200000,0	2315387,00	1828200,0	1828200,0
0001 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF--DISTRITO FEDERAL	200000,0	2315387,00	1828200,0	1828200,0
4165 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	1645090,0	11325990,20	3259393,89	3259393,89
0001 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	1645090,0	11325990,20	3259393,89	3259393,89
4166 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	12600000,0	13500000,0	13499999,98	13299999,98
0001 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA - PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA - PDPAS-SES-DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
0002 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA - PDPAS-SES-DISTRITO FEDERAL	12600000,0	12100000,0	12099999,98	12099999,98
0004 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA PDPAS-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0
0005 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA DE AÇÕES DE SAÚDE-PDPAS-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	11217156,0	7420403,67	6937948,74	4539995,52
0023 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-APERF. E GESTÃO DA TECNOL.DA INFORMAÇÃO - SES-DISTRITO FEDERAL	11073156,0	7329753,67	6929525,60	4531572,38
2517 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	144000,0	90650,00	8423,14	8423,14
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	18330296,0	7681470,00	7231943,48	6262515,96
2603 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	1300000,0	654720,00	246575,73	232073,30
5211 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SES-DISTRITO FEDERAL	17030296,0	7026750,00	6985367,75	6030442,66
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	248500,0	9563943,00	0	0
0018 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SES - FEPECS- PLANO PILOTO .	101000,0	9520655,00	0	0
5752 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CONSELHO DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	47500,0	43288,00	0	0
5774 - APOIO AOS PROJETOS DA AMAMA	100000,0	0,0	0	0
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	0	2279320,0	1650000,0	0
0030 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-ESTRUTURAÇÃO DO INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL - ICDF-DISTRITO FEDERAL	0	400000,0	400000,0	0
0031 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA O HOSPITAL DA CRIANÇA-SES-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0032 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES A SEREM UTILIZADOS PELA FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA - INSTITUTO DE CARDIOLOGIA-DISTRITO FEDERAL	0	321320,0	0	0
0033 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA - H-DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	1000000,0	0
0039 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO A PROJETO DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0	258000,0	250000,0	0
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	25900600,0	7921250,00	4969364,34	4714626,21
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-REGIÕES ADMINISTRATIVAS SES-DISTRITO FEDERAL	23100600,0	6921250,00	4834645,37	4714626,21
0028 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BURITIZINHO	2300000,0	0,0	0	0
0029 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA BASEVI	500000,0	0,0	0	0
0031 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-REGIÕES ADMINISTRATIVAS SES-DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	134718,97	0
3136 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	1000000,0	61295,00	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	61295,00	0	0
3222 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	11252600,0	3096968,00	0	0
0001 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	8752600,0	2996968,00	0	0
0007 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE	1000000,0	0,0	0	0
0009 - REFORMA HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA - RA III - HRT	500000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0011 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-REFORMA E MELHORIA NO HOSPITAL REGIONAL DO PARANOÁ-PARANOÁ	0	50000,0	0	0
0012 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-REFORMA E MELHORIAS NO HOSPITAL REGIONAL- GAMA	0	50000,0	0	0
0008 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA	1000000,0	0,0	0	0
4208 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	88403829,0	29053471,00	26007535,35	21653839,95
5612 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	88403829,0	29053471,00	26007535,35	21653839,95
6049 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	6332762,0	5332762,00	5132534,38	4001684,57
0007 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL-AÇÕES DE ASSISTÊNCIA - SES-DISTRITO FEDERAL	6332762,0	5332762,00	5132534,38	4001684,57
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	6059600,0	0,0	0	0
0022 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	1900000,0	0,0	0	0
0023 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - VIGILÂNCIA EM SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	4159600,0	0,0	0	0
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	8761700,0	14268534,00	13059426,03	11625762,44
0003 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR-SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU/192 SES-DISTRITO FEDERAL	7961700,0	14268534,00	13059426,03	11625762,44
0004 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU/192 - SES - DISTRITO FEDERAL	800000,0	0,0	0	0
2145 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE	196500000,0	165174048,22	163601716,18	140696060,12
0008 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE-TERAPIA RENAL - SES-DISTRITO FEDERAL	37500000,0	33823196,0	32429230,62	24370989,69

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0009 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE-UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA-UTI - SES-DISTRITO FEDERAL	77000000,0	57759551,71	57581621,30	50882331,16
2549 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	80000000,0	73591300,51	73590864,26	65442739,27
2552 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE - APOIO AO PROJETO DE ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA E PSICOLÓGICA	1000000,0	0,0	0	0
2553 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE-APOIO A PROJETO DE ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA E PSICOLÓGICA	1000000,0	0,0	0	0
2585 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	2038946,0	2554091,00	2022329,32	1754666,0
0002 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS-SES-DISTRITO FEDERAL	2038946,0	2554091,00	2022329,32	1754666,0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	72640800,0	64676841,28	58438368,50	42805186,31
0002 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-SES-DF-DISTRITO FEDERAL	72640800,0	64676841,28	58438368,50	42805186,31
2899 - CONTRATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO	161645287,0	389285472,03	389285472,03	389285472,03
0001 - CONTRATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO-INSTITUTO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL - IHBDF-PLANO PILOTO .	161645287,0	389285472,03	389285472,03	389285472,03
3028 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	110000,0	15430548,00	489990,15	489990,15
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA-SES-DISTRITO FEDERAL	110000,0	15430548,00	489990,15	489990,15
3140 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	38449991,0	35281820,30	121536,92	121536,92

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS E CENTRO ONCOLÓGICO DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO .	37622856,0	35006559,00	0	0
0009 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	827135,0	275261,30	121536,92	121536,92
3141 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	10007565,0	19920201,00	286652,05	286652,05
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES SES-DISTRITO FEDERAL	6557565,0	16920201,00	286652,05	286652,05
2699 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE PARTO NORMAL INTRA-HOSPITALAR - HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA	450000,0	0,0	0	0
2700 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	3000000,0	3000000,0	0	0
3153 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	9999,0	0,23	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-SES-DISTRITO FEDERAL	9999,0	0,23	0	0
3166 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	50000,0	0,00	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-SES-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,00	0	0
3223 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	71163778,0	98694004,00	6142893,03	3822145,95
0001 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	71113778,0	73822813,00	4527525,17	3756967,02
0003 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-HOSPITAL DE BASE DE BRASÍLIA-SES- PLANO PILOTO .	50000,0	24871191,00	1615367,86	65178,93

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3224 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	1480000,0	0,0	0	0
0001 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-SES-DISTRITO FEDERAL	480000,0	0,0	0	0
0004 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE MENTAL - REFORMA DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1000000,0	0,0	0	0
3225 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	1000000,0	642390,00	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS - SES-DISTRITO FEDERAL	500000,0	458850,0	0	0
0006 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-CAPSI-SES-DISTRITO FEDERAL	500000,0	183540,00	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	24079944,0	51899985,35	27439119,81	8598912,57
0027 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA A REDE PÚBLICA DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	0	0
0048 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPAS-SÃO SEBASTIÃO	0	767000,0	0	0
6069 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-MATERIAIS PERMANENTES-SES-DISTRITO FEDERAL	22350003,0	50632985,35	27439119,81	8598912,57
9614 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	729941,0	0,0	0	0
9616 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O INSTITUTO HOSPITAL DE BASE - IHB	1000000,0	0,0	0	0
3736 - IMPLANTAÇÃO DE BASES DO SAMU	2000000,0	724528,00	407953,89	224582,32
0001 - IMPLANTAÇÃO DE BASES DO SAMU--DISTRITO FEDERAL	2000000,0	724528,00	407953,89	224582,32
4137 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO	10500000,0	3085148,00	2291761,64	1028000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO-MODERNIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS CREDENCIAMENTOS - SES-DISTRITO FEDERAL	10500000,0	3085148,00	2291761,64	1028000,0
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	335471,0	0,00	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS-USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - SES-DISTRITO FEDERAL	335471,0	0,00	0	0
4205 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	142732086,0	128443391,99	125182013,38	97419394,24
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR-SES-DISTRITO FEDERAL	33594675,0	24283566,98	22873853,64	15257435,01
0002 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES-SES-DISTRITO FEDERAL	109137411,0	104159825,01	102308159,74	82161959,23
4206 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	89999999,0	191090807,31	191090807,31	177559445,28
0001 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO-AMBUL. ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	89999999,0	191090807,31	191090807,31	177559445,28
4215 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	7738185,0	8797936,75	7307972,64	5136138,55
0001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-SES-DISTRITO FEDERAL	7738185,0	8797936,75	7307972,64	5136138,55
4216 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	211055238,0	218363775,96	216404521,21	198576495,40
0020 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	0	409000,0	409000,0	0
0001 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA - SES-DISTRITO FEDERAL	135000000,0	134712079,00	133116427,92	124360356,04

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-SES-DISTRITO FEDERAL	30666825,0	30757158,75	30514202,53	29193634,63
0003 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPECIALIZADO-ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA SES-DISTRITO FEDERAL	30653472,0	39747473,21	39629873,14	39024201,09
0004 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-DISPENSAÇÃO EM TRATAMENTO DE COAGULOPATIAS SES-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	5626129,0	5626128,40	5626128,40
0013 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA	5000000,0	4999995,0	4999505,51	260243,91
0014 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SES	1000000,0	0,0	0	0
0015 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIAS PÚBLICAS DO DF	3000000,0	0,0	0	0
0016 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE PESSOAS COM EPILEPSIA NA REDE DE ATENDIMENTO DE SAÚDE PÚBLICA DO DF	111941,0	111941,0	111931,33	111931,33
0017 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A REDE DE ATENDIMENTO DE SAÚDE PÚBLICA	623000,0	0,0	0	0
0021 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIAS DA REDE PÚBLICA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO-DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	997452,38	0
0022 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ASSISTÊNCIAPÚBLICA À SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	1000000,0	0
4225 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE	25928275,0	37705319,00	28458082,28	23759007,43
0001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA-SES-DISTRITO FEDERAL	34000,0	8473417,0	19200,0	19200,0
0002 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE MATERNA-INFANTIL-SES-DISTRITO FEDERAL	18000000,0	19530561,00	19461262,50	15902068,91

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIAS-DISTRITO FEDERAL	5302985,0	8103409,00	8070960,28	7184055,69
0004 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS SES-DISTRITO FEDERAL	10450,0	10277,0	5852,25	5852,25
0005 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-SES-DISTRITO FEDERAL	2580840,0	1587655,00	900807,25	647830,58
6016 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES	31101499,0	11577950,50	11384701,00	7840157,72
4216 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES-CIRÚRGICAS - SES-DISTRITO FEDERAL	25150232,0	7753243,00	7577333,73	5562369,51
4217 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES-AMBULATORIAIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - SES-DISTRITO FEDERAL	5951267,0	3824707,50	3807367,27	2277788,21
6052 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR	20599786,0	24760841,63	24731254,36	19561724,56
0003 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À ATENÇÃO DOMICILIAR-ASSISTÊNCIA CONTINUADA - SES-DISTRITO FEDERAL	20599786,0	24760841,63	24731254,36	19561724,56
2596 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	5929396,0	5406365,00	4999947,07	2477890,65
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA-SES-DISTRITO FEDERAL	5929396,0	5406365,00	4999947,07	2477890,65
2602 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1608477,0	1408855,00	658095,22	72637,99
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-SES-DISTRITO FEDERAL	1608477,0	1408855,00	658095,22	72637,99
3155 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	3000000,0	2500000,0	2499999,79	2499999,79
0003 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	2500000,0	2499999,79	2499999,79

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2598 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	672106,0	93417,0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR-SES-DISTRITO FEDERAL	672106,0	93417,0	0	0
2601 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	4241099,0	1617125,00	1617123,49	1617123,49
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL-SES-DISTRITO FEDERAL	4241099,0	1617125,00	1617123,49	1617123,49
2605 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS	952610,0	1868771,00	150844,46	45844,46
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS-SES-DISTRITO FEDERAL	952610,0	1868771,00	150844,46	45844,46
2610 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	3382250,0	2033421,00	2025773,06	1468447,39
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS-SES-DISTRITO FEDERAL	3382250,0	2033421,00	2025773,06	1468447,39
4068 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS	19008579,0	16932468,00	16922091,81	16416308,21
0002 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS-SES-DISTRITO FEDERAL	19008579,0	16932468,00	16922091,81	16416308,21
4227 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	88539115,0	140984186,75	140984186,75	118565455,23
0001 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR-REDE HOSPITALAR - SES-DISTRITO FEDERAL	88539115,0	140984186,75	140984186,75	118565455,23
4091 - APOIO A PROJETOS	101000,0	4290576,00	0	0
5829 - APOIO A PROJETOS-GESTÃO DE PROJETO DOCENTE-PESQUISADOR-AÇÃO EXECUTADA PELA FEPECS-DISTRITO FEDERAL	101000,0	4290576,00	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	71000000,0	79880000,00	78845426,23	78845426,23
0003 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-MÉDICOS RESIDENTES - SES-DISTRITO FEDERAL	58000000,0	67888000,00	67142966,63	67142966,63

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0008 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-MÉDICOS RESIDENTES - HOSPITAL DE BASE- PLANO PILOTO .	13000000,0	11992000,00	11702459,60	11702459,60
TOTAL - 6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	1535789614,00	1858255490,79	1605786964,28	1426505979,10

1 – OBJETIVO ESPECÍFICO: ATENÇÃO PRIMÁRIA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO.

A Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (SES-DF), dentro de sua política de qualificação da atenção à saúde, tem como decisão inalienável a Atenção Primária à Saúde (APS) como ordenadora do cuidado.

É importante contextualizar que semelhante aos países desenvolvidos, o Brasil e o Distrito Federal também apresentam elevação de suas taxas de morbimortalidade por condições crônicas decorrentes, sobretudo, do envelhecimento da população. Diante desse cenário, é imperativo a implementação de políticas públicas que, além de qualificarem as ações de recuperação da saúde (curativas), fortaleçam também as vertentes da promoção da saúde e prevenção de agravos, campos de atuação primordiais da APS.

A SES-DF em consonância com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) aponta a Estratégia Saúde da Família como modalidade preferencial para proporcionar ações de APS para sua população. Isso se justifica por ser um modelo que está consagrado como de maior potencial para oferecer a melhor atenção à saúde da população por meio da implementação dos princípios da APS: integralidade, longitudinalidade, resolutividade, primeiro contato, produção de vínculo, coordenação, competência cultural, orientação familiar e orientação comunitária.

Estrategicamente os avanços desejados estão condicionados por um conjunto de fatores que passam pela expansão ordenada e gradual das Equipes de Saúde da Família – ESF e das Equipes de Saúde Bucal - ESB, pela organização dos seus processos de trabalho, pela revitalização da Rede de Atenção, por meio de reformas em unidades existentes e a construção de novas Unidades Básicas de Saúde - UBS e, também, pela conversão do modelo de atenção praticado em Centros de Saúde, de forma que passem a alocar ESF e ESB. Acrescente-se que tal expansão evolui concomitantemente com a qualificação da APS, nos níveis central, regional e local do SUS/DF, com vistas à reestruturação e hierarquização das ações e serviços ofertados.

Em termos de organização das ações de saúde, trabalha-se com a definição de linhas de cuidado visando a melhoria da atenção prestada à saúde das crianças, mulheres, adolescentes, jovens, adultos e idosos, incorporando os conceitos de integralidade do sistema. Além disso, a implantação dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF - AB), na perspectiva de desenvolver apoio matricial às ESF, de forma a promover a integralidade da atenção e aumentar a resolubilidade das equipes, propicia melhoria da situação de saúde e qualidade de vida da população.

A atenção primária em saúde atua ainda na busca da equidade em saúde de acordo com a realidade atual do Distrito Federal, contemplando as especificidades da população que requer uma atuação mais complexa e específica, tendo em vista suas peculiaridades. Nelas se incluem, além da população interna dos presídios e sistema socioeducativo, os grupos populacionais que se encontram em situação de vulnerabilidade na perspectiva biopsicossocial, causada por motivos diversos, demandando ações que contemplem toda a complexidade que a situação requer, tais como: a população em situação de rua, as pessoas com deficiência, a população rural, a população negra e a população LGBTI +.

Com o objetivo de expandir e qualificar a oferta da atenção primária à saúde por meio da Estratégia de Saúde da Família e de políticas públicas transversais, bem como garantir a acessibilidade aos serviços de saúde, foi prevista a reforma de 17 Unidades Básicas de Saúde.

Desse quantitativo, foram realizadas as seguintes ações:

- 5 UBS estão em fase de licitação: UBS 3 do Guará II, UBS 03 do Riacho Fundo I, UBS 01 de Samambaia, UBS 02 de Sobradinho e UBS 02 Fercal, antigo PSR Catingueiro, em Sobradinho.
- 5 UBS em fase de realização de projetos básicos e complementares: UBS 01 da Ceilândia, UBS 01 do Paranoá, UBS 12 da Ceilândia, UBS 05 da Ceilândia e UBS 01 de Brazlândia.
- Fase de elaboração de projetos: Riacho Fundo II - QN 08D; São Sebastião - São Bartolomeu; Ceilândia - Sol Nascente; Samambaia Norte - QN 205; Planaltina - Setor Residencial Leste - Vila Buritis IV; Planaltina - Vila São José; Planaltina - Vila Nossa Senhora de Fátima; Sobradinho - Vila Rabelo I; Santa Maria - Total Ville;
- Em andamento - Projeto de Reforma da UBS 08 - Ceilândia - Grupo TELLUS/AMBEV/BNDES - Termo de Doação; previsão de entrega no 2º semestre de 2020;
- Reforma e Ampliação da UBS DO AREAL - projeto encaminhado à NOVACAP.
- A reforma da UBS 08 do Gama estava paralisada, com 20,79% da obra concluída (publicado no DODF de 17/08/2017). Entretanto, encontra-se em avaliação pela Assessoria Jurídica – AJL, sobre o procedimento licitatório.
- Foram realizadas adequações prediais em 20 UBS: Região Centro Sul: UBS 01 da Asa Sul, UBS 02 da Asa Sul, UBS 04 do Riacho Fundo II. Região Oeste: UBS 13 de Ceilândia, UBS 11 de Ceilândia, UBS 07 de Brazlândia. Região Norte: UBS 01 de Planaltina, UBS 10 de Planaltina (Taquara), UBS 14 de Planaltina (Tabatinga), UBS 01 de Sobradinho II e UBS 01 de Sobradinho I. Região Leste: UBS de São Sebastião (TER), UBS Paranoá Parque (Biblioteca). Região Sudoeste: Posto de Vacinação de Águas Claras. Região Sul, UBS 06 do Gama, UBS 09 do Gama, UBS 11 do Gama, UBS 01 de Santa Maria, UBS 08 de Santa Maria e UBS 06 de Santa Maria.

Atenção à Saúde de Populações em Situação Vulnerável

Um dos princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS) se refere à equidade, sendo assim a inclusão desse fundamento na formulação das políticas públicas de saúde representa um avanço em sua dimensão organizacional, considerando que assistência à saúde deve ser prestada em âmbito individual e coletivo.

Ações realizadas:

- O indicador de Cobertura de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família, monitorado e registrado junto ao Ministério da Saúde de forma semestral, que propunha a ampliação em 55% do acompanhamento, foi superado no 1.º semestre alcançando 61,87% dos beneficiários do programa. Para o 2.º semestre com dados ainda parciais, mas de acordo com as prospecções, também terá um acompanhamento superior a 55%. O acompanhamento das condicionalidades é importante para o DF garantir o recebimento do recurso repassado pelo Programa Bolsa Família, advindo do Ministério da Cidadania do Governo Federal;
- Rodas de Conversa com os servidores das UBS para acolhimento e acompanhamento das populações vulneráveis: LGBT, população em situação de rua, negros, indígenas, pessoas com deficiência, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Estas ações proporcionaram às equipes vivências de situações e contextos culturais diversos, permitindo-lhes um olhar diferenciado para as necessidades de saúde destes segmentos populacionais comumente invisibilizados e negligenciados pela sociedade. O preconceito institucional velado foi amplamente debatido nestas rodas de conversa.

Já os segmentos populacionais abrangidos foram beneficiados no sentido de que tiveram oportunidade e liberdade de expressar suas expectativas e anseios em relação ao atendimento de suas especificidades no campo da saúde;

- Fórum de sensibilização direcionado aos servidores das UBS para acolhimento e acompanhamento das populações vulneráveis. O Simpósio foi organizado conjuntamente com o Centro Universitário UDF e teve como tema: "um olhar humanizado à pessoa em situação de rua";

- Publicação do Grupo Gestor do Plano Operativo Distrital de Atenção Integral à saúde de Adolescentes de 12 a 20 anos completos em cumprimento de medidas socioeducativas do DF e realização de oficinas nas Regiões de Saúde para publicizar os documentos técnicos e capacitar os profissionais de saúde e do sistema socioeducativo sobre referido plano. Essas ações têm como objetivo: ampliar os serviços de saúde para adolescentes em conflito com a lei, em especial para os privados de liberdade; estimular atividades intersetoriais para a responsabilização conjunta das equipes de saúde e das equipes socioeducativas para o cuidado desses adolescentes; promover o acesso aos cuidados em saúde a essa população, sem quaisquer tipos de constrangimentos no acesso ao tratamento; garantir ações de atenção psicossocial; priorizar ações de promoção da saúde e redução de danos provocados pelo consumo de álcool e outras drogas; e promover a reinserção social dos jovens e, em especial, daqueles com transtornos mentais e problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Assistência à Saúde do Sistema Prisional

A Assistência à Saúde para o Sistema Prisional compreende ações individuais e coletivas visando promover, prevenir, reduzir e/ou eliminar riscos e agravos à saúde da população privada de liberdade do Distrito Federal, por meio de serviços de atenção primária que atendam em caráter complementar às necessidades das urgências e emergências em saúde.

Houve o acolhimento com avaliação de risco e plano de cuidados das pessoas que se encontram sob custódia do Estado inseridas no sistema prisional ou em cumprimento de medida de segurança (pessoas custodiadas nos regimes provisório, semiaberto e aberto), bem como dos trabalhadores em serviços penais, familiares e demais pessoas que se relacionam com aquelas privadas de liberdade, na proporção de 98,2% (15.314) das pessoas que ingressaram no sistema prisional (janeiro a novembro de 2019), superando a meta prevista de 80% para 2019.

- **Demais ações:**

- Escuta qualificada aos usuários em situação de confinamento, promovendo cuidado integral e humanizado desde o primeiro contato;
- Maior acesso e resolutividade para o diagnóstico, tratamento precoce, aconselhamento, bem como levantamento da situação epidemiológica de saúde das pessoas privadas de liberdade;
- Implantação de uma (01) equipe de saúde da DCCP - Divisão de Controle e Custódia de Presos da Polícia Civil do DF (Região de Saúde - Centro-sul) para acolhimento com classificação de risco na "porta de entrada" para o sistema prisional.

Práticas Integrativas em Saúde

Em 2019, foram realizadas capacitações e ofertas de Educação Permanente aos servidores da SES-DF como facilitadores das práticas previstas na Política Distrital de Práticas Integrativas em Saúde (PIS), alcançando 80% de cobertura de GSAPS (Gerências de Serviços de Atenção Primária à Saúde) que ofertam pelo menos uma PIS, superando a meta que era de 68% com destaque para as Regiões: Centro-Sul e Central com 100% de cobertura.

Capacitou-se ainda 164 instrutores em PIS e ofertou-se 41 encontros de Educação Permanente para servidores da SES-DF e comunidade, resultando na implementação de 81 serviços em PIS nas Unidades de Saúde da Rede, superando a meta de 60,5% para 63%.

Foi elaborada o Projeto de Capacitação de servidores da SES-DF das equipes do NASFs e Equipe de Saúde da Família como facilitadores das Práticas Integrativas previstas na Política Distrital de Práticas Integrativas em Saúde. Atualmente do total de 49 NASFS, 33 NASFS, ou seja, 67,35% incluem nos seus Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) as Práticas Integrativas em Saúde, assim distribuídos por Regiões de Saúde: Sudoeste: 10 NASF; Centro-Sul: 6 NASF; Oeste: 6 NASF; Região Central: 3 NASFs; Leste: 3 NASF; Sul: 3 NASF e Norte: 2 NASF.

Apoio à Saúde da Família

Com o intuito de atualizar e discutir temas relevantes na identificação, notificação e tratamento adequado do usuário com hanseníase, foi realizado o I Seminário de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Hanseníase. O evento despertou um movimento de sensibilização, promovendo reflexões sobre a importância dos profissionais da Atenção Primária em Saúde se aperfeiçoarem em relação às notificações e ao cuidado dos usuários com suspeita e diagnóstico de hanseníase. Formou-se também um Grupo Condutor para discutir, apoiar e fomentar ações junto às regiões de saúde.

O cenário dos casos de hanseníase no DF e as subnotificações mostram a importância de se fortalecer o cuidado aos usuários com hanseníase através da corresponsabilização de todos os níveis da Rede de Atenção à Saúde (RAS) nesse cuidado, proporcionando assim um diagnóstico precoce e melhor tratamento da doença.

A necessidade de nortear os profissionais de saúde do DF para o atendimento ao paciente com hanseníase provocou a construção do Protocolo de Atendimento, ele foi publicado recentemente no site da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e está sendo divulgado entre os profissionais de saúde como uma ferramenta para o manejo do atendimento ao paciente com a doença. Portanto ao longo de 2020 será possível mensurar o impacto da adesão.

Tem-se a perspectiva de qualificar e alinhar os fluxos e as ações da assistência entre os três níveis, garantindo acesso ao diagnóstico e ao manejo clínico adequado e imediato, de modo a prevenir a ocorrência de incapacidades físicas e reduzir o risco de transmissão da doença. Tal ação contribui também para o fortalecimento da linha de cuidado de tratamento da hanseníase com foco no cumprimento da meta de eliminação da hanseníase como um problema de saúde pública proposta pela Organização Mundial da Saúde.

• Foram realizados ainda:

- Curso sobre processo de trabalho dos NASF, com a adesão de 100% dos profissionais dos NASF das regiões Centro-sul, Norte e Sul, totalizando 90 profissionais qualificados. Já foram capacitados os profissionais dos NASF das regiões Leste, Oeste e Sudoeste em 2018. Até o momento foram capacitados 230 profissionais, do total de 264;
- Implantação do circuito multissensorial, promovendo a cultura da atividade física para os idosos sedentários que frequentam as UBS que tem mais probabilidade de sofrer quedas e, conseqüentemente, hospitalizações;
- Programa de Suplementação de Vitamina A para crianças de 6 meses até 5 anos. Foram administradas 6.699 doses em crianças entre 6 a 11 meses e 17.080 doses em crianças entre 12 e 59 meses (1ª dose) e 2.435 doses (2ª dose) na mesma faixa etária;
- Programa NutriSUS, que visa ofertar para as creches fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó para crianças de 6 meses a 2 anos de 7 creches do DF eleitas como prioritárias. Foram suplementadas 615 crianças no 1º semestre de 2019, o que corresponde a 83,4% da meta definida;
- Ações sobre Saúde de Adolescentes: Campanha de prevenção da gravidez não intencional na Adolescência, ações nas escolas de prevenção do suicídio e Instituição do Selo Chega Mais – Selo de Qualidade para serviços de Atenção à saúde de adolescentes. Foram realizadas ações nos meses de fevereiro e março na semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência: uma atividade no Cé das Artes, uma Cine Debate na ENAP, uma roda de conversa na UISM e em uma escola do Paranoá;
- Programa Saúde na Escola – PSE que visa realizar ações de promoção da saúde à comunidade escolar. As ações foram na temática do aedes aegypti, promoção e avaliação de saúde bucal, promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil, entre outros, envolvendo escolares de 298 escolas de todas as regionais de ensino e regiões de saúde. Houve uma expansão de 40 escolas aderidas ao programa de 2017/2018 para 2019/2020.

Política de Prevenção e Controle Do Câncer

Visando à qualificação dos profissionais de saúde na prevenção e controle do câncer foram realizados:

- Curso de capacitação em parceria com a EAPSUS, visando o matriciamento da APS com médico especialista para melhor utilização do protocolo de rastreamento do câncer de colo de útero e de mama com 279 profissionais treinados;
- Foram reguladas em 2019 as especialidades: Ginecologia Oncológica: Colposcopia e Ginecologia oncológica – consulta e quimioterapia (primeira sessão).

Sáude Bucal

Foram realizados cursos de capacitação profissional para atendimento de crianças e adolescentes na APS e no atendimento a pessoas com deficiência preparando e atualizando os profissionais de Sáude Bucal na condução do plano terapêutico.

Destacam-se ainda as seguintes realizações em 2019:

- Orientações de higiene bucal e distribuição de Kits odontológicos (escova, fio dental, pasta e estojo);
- Contratação de laboratório de próteses dentais;
- Ampliação de carga horária de servidores de Sáude Bucal, promovendo a Implantação de novas equipes de Sáude Bucal na APS e possibilitando o credenciamento de novos CEOs (Centros de Especialidades Odontológicas);
- Regulação dos serviços odontológicos especializados, resultando no controle real da demanda dos serviços especializados; acesso por classificação de risco e melhoria do acesso aos pacientes nas consultas especializadas;
- Protocolo de Atendimento aos Pacientes Fissurados promovendo a construção da linha de cuidados ao paciente com fissura lábio-palatal.

2 – OBJETIVO ESPECÍFICO: ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

A atenção especializada tem como proposta coordenar os processos da média e alta complexidade relacionados à formulação, promoção de políticas e planos de ação, linhas de cuidados, protocolos clínicos, fluxos assistenciais e de regulação, fomentando o processo de incorporação de tecnologias e inovação em saúde. As ações realizadas visam garantir o acesso do usuário ao SUS em todas as áreas de atendimento da atenção especializada, ou seja, consultas, exames, medicamentos, atendimentos de urgência e emergência, cirurgias, internações hospitalares, atenção domiciliar e terapia intensiva.

Política de Egressos

Em 2019, com o intuito de aperfeiçoar a Gestão de Leitos para execução sistemática em todos os hospitais da rede SES/DF foi feita uma parceria entre a Gerência de Serviços de Internação e o Complexo Regulador do Distrito Federal para a construção de um modelo de regulação dos leitos de enfermaria e UTI (fase final do modelo matemático) visando a diminuição no tempo de espera para internação do paciente no seu leito direcionado de forma objetiva e com controle de prioridades e prognóstico.

Em termos de Terapia Renal Substitutiva - TRS, para fins de melhoria da taxa de sobrevivência dos pacientes com injúria renal e direcionamento da patologia de acordo com o leito, foi iniciada em 15/11/2019 a regulação de vagas da Nefrologia, através do SISLEITOS, tendo como impacto a diminuição da fila de espera de UTI com necessidade de HD que antes era em torno de 40-50%, para 30 a 35%, em um período de análise de apenas 30 dias.

Houve o desbloqueio de leitos de UTI Adulto (HRG-04, HRS-2, HRC - 02) e UTI Neonatal (HRC-02, HRSM-02 e HMIB - 04) e o credenciamento de novos de UTI Adulto (44) e Neonatais (10) com suporte TRS diminuindo o tempo de espera para internação em leito especializado.

Foram assinaladas como entraves as situações abaixo discriminadas frente ao processo de desbloqueio e ampliação do número de leitos de UTI:

- Não conclusão dos processos de manutenção de equipamentos;

- Abastecimento irregular de materiais e insumos, principalmente cateter e equipes de bomba;
- Falta de um sistema de informação de dados/indicadores, principalmente, pela Neonatologia;
- TRS ineficiente para atender a demanda (UTIP - UTI Pediátrica e UTIN - UTI Neonatal) e carência de TRS para atender urgências dialíticas e absorver os egressos com IRC;
- Transporte sanitário deficiente;
- Perda de leitos contratados / Atrasos nos pagamentos da rede contratada;
- Déficit de bombas de infusão.

Qualificação de Servidores

Foram realizados os seguintes cursos de aperfeiçoamento profissional visando a capacitação dos profissionais de saúde:

- Cuidados Paliativos Pediátricos, Transporte do Recém-nascido e Reanimação Neonatal;
- 5 palestras educacionais para profissionais de saúde em projetos desenvolvidos por serviços de Cuidados Paliativos da SES-DF;
- "Panorama dos Serviços de Cuidados Paliativos da SES-DF" no programa "Cuidar sempre" do HAB e na Jornada Multidisciplinar do Hospital de Apoio de Brasília;
- "Cuidados Paliativos em paciente crítico em UTI" no programa de capacitação dos servidores lotados em UTI do HRC;
- "Assistência ao fim de vida" no treinamento para o Núcleo de Atenção Domiciliar (NRAD) do Hospital Regional de Taguatinga e no Hospital de Apoio de Brasília.

Atenção Domiciliar

A Atenção Domiciliar (AD) é uma modalidade de atenção à saúde caracterizada por um conjunto de ações de prevenção e tratamento de doenças, reabilitação, cuidados paliativos e promoção à saúde, prestadas em domicílio, garantindo a continuidade de cuidados.

Quanto ao atendimento da população do Distrito Federal concernente aos serviços de atenção domiciliar relativos aos programas de Oxigenoterapia Domiciliar, Programa de Internação Domiciliar – PID e Serviço de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade SAD-AC, obteve-se:

- O aumento de produtividade com pacientes de AD zerados em 98% das equipes. O desmame de pacientes de AD possibilitou a abertura de novas vagas para pacientes que realmente tem perfil da Atenção Domiciliar, otimizando as vagas e os recursos desta SES;
- Atendimento de cerca de 1000 pacientes dependentes de oxigenoterapia com o objetivo de desospitalizar pacientes que estão internados apenas devido a necessidade de uso contínuo de oxigênio suplementar;
- Operacionalização do Serviço de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade- SAD-AC contemplando 80 pacientes. Esse programa visa agir com rapidez na desospitalização de pacientes com indicação de Serviço de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade e manter paciente crônicos e dependentes de ventilação mecânica sem reospitalizar.

Serviços de Urgência e Emergência

Tendo em vista a necessidade de esclarecer e alertar a população leiga e profissionais da saúde sobre os principais sintomas das arritmias cardíacas e conscientização da existência, importância e prevenção do desenvolvimento das Arritmias Cardíacas e Morte Súbita, foi realizado o evento "Coração na Batida Certa", através de atendimento dos profissionais Cardiologistas e Neurologista à população.

Ainda com o objetivo de conscientizar a população quanto à importância dos fatores de riscos, diagnóstico e o tratamento precoce das doenças cardiovasculares, que têm sido uma das maiores causas de morte no mundo e no Brasil, a exemplo do Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) e Acidente Vascular Cerebral (AVC), foi realizada a campanha "Unidos pela Vida" – Dia

do Cérebro e Coração. O evento ocorreu no Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, com atendimento desde a Atenção Primária a Reabilitação com fisioterapeutas.

Atenção Secundária e Integração de Serviços

Em 2019, destacou-se a atuação da gestão da Saúde Mental no desenvolvimento da política nacional de saúde mental no âmbito da SES-DF e nas ações de implementação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). E, ainda, a atuação no planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação das ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde realizada pelas diferentes categorias que compõem as equipes de enfermagem da SES-DF.

Ademais, a organização da atenção secundária à saúde e serviços integrados no DF se dá por meio das áreas de atenção ambulatorial secundária, nutrição, serviço social, saúde bucal e saúde funcional, as quais devem se integrar entre si, bem como estar articulada com os demais níveis de assistência em saúde.

Nesse âmbito, foram realizadas as seguintes ações:

- 2ª Oficina de Formação de Gestores do DF- Atenção Ambulatorial Especializada, promovendo a Sensibilização de cerca de 120 profissionais no que tange ao espaço de governança da Atenção Secundária, abordando às seguintes temáticas: Rede de Atenção à Saúde; Planificação da Atenção à Saúde; Modelos de organização da atenção ambulatorial especializada Atenção Ambulatorial Secundária Especializada; Matriciamento; Regulação; Planejamento Estratégico Situacional e Gestão de Custos;
- Partindo do pressuposto que a atenção secundária desempenha papel imprescindível na resolubilidade e integralidade do cuidado, com ampliação do acesso a consultas e procedimentos especializados, articulando os pontos da RAS, o seminário permitiu localizar os atuais problemas do nível da atenção em relação à população/território, sistema operacional e modelo de atenção;
- Cadastro de usuários com dificuldades de desospitalização por situação social. Foi realizado o levantamento de 21 pacientes no leito em alta hospitalar em virtude de questões sociais, como falta de moradia ou de vínculo familiar. Os resultados foram apresentados na reunião do Conselho de Assistência Social do DF, em 12/11/2019, o que propiciou a articulação com a Secretaria de Desenvolvimento Social para verificar a possibilidade de ampliação de vagas em instituições de longa permanência para os pacientes da saúde. Os dados serão utilizados também para o planejamento e execução de ações compartilhadas com outros órgãos do DF;
- Elaboração carteira de serviços da Atenção Ambulatorial Secundária. As carteiras de serviços são os documentos que estabelecem a relação de ações e procedimentos a serem ofertados na atenção ambulatorial secundária, de maneira a organizar a oferta de serviços no âmbito do Distrito Federal. Assim, este instrumento serviu tanto para fins de regulação quanto para fins de controle interno das atividades a serem realizadas nas unidades. Foram sistematizadas 23 carteiras de serviços com atualizações periódicas das policlínicas das 7 regiões;
- Implementação do Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC). Com o início do processo de Planificação das demais regiões do Distrito Federal (além da região leste, que já estava em processo de Planificação pelo CONASS) foram iniciadas articulações para implementar unidades com modelo de MACC. A região com maior avanço na implementação do modelo é a região Centro-Sul, que está em fase avançada da implementação do serviço CEDHIC (Centro Especializado em Diabetes, Hipertensão e Insuficiência Cardíaca), apoiado pela Planificação bem estabelecida na região
- Publicação de 8 Notas Técnicas médicas (quais sejam: acupuntura, colposcopia, acupuntura, alergia, hepatologia, gastroenterologia geral, genética, homeopatia) e 6 não médicas (terapia ocupacional, fonoaudiologia, fisioterapia em neurologia adulto, fisioterapia em neurologia infantil, fisioterapia traumato-ortopédica e fisioterapia uroginecológica).

Nutrição e Alimentação

Em termos de Alimentação especial e Nutrição na integralidade do SUS, foram atendidos a média de 1.869 pacientes cadastrados no Programa de Terapia de Nutrição Enteral Domiciliar (PTNED) por mês (dentre os quais, inclui os pacientes internados em domicílio com acompanhamento pelos NRADS ou em internação domiciliar concedida por programa próprio da SES/DF), totalizando 20.554 pacientes que receberam as fórmulas especiais para uso em domicílio.

Visando um melhor alinhamento das prescrições de fórmulas para fins especiais disponibilizadas pelo PTNED aos pacientes foram realizados encontros trimestrais dos Nutricionistas prescritores da rede SES/DF.

Foi realizado Grupo de Trabalho para elaboração do Protocolo Clínico da SES/DF de Tratamento Nutricional da Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV) em crianças menores de 2 anos, obtendo-se o cadastro de 480 novos pacientes, até 13 de dezembro de 2019.

Com o intuito de qualificar os profissionais de saúde nessa área, foram ministrados:

- Curso de Auditoria em Serviço de Alimentação Hospitalar com a capacitação de 85 profissionais nutricionistas e técnicos em nutrição;
- Oficina Manual de Orientações da Alimentação Cardioprotetora –Ministério da Saúde/HCOR aperfeiçoando 79 nutricionistas da Rede SES DF;
- Curso de Linha de Cuidado do Sobrepeso e da Obesidade com a participação de 36 profissionais da Região Oeste e 31 profissionais da Região Sudoeste, totalizando 67 profissionais certificados.

Outras Ações

Foram realizados mutirões visando a redução do número de pacientes que aguardam pelos seguintes exames/procedimentos:

- Cirurgias de catarata em parceria com o HRT com o atendimento de 570 pacientes o que resultou na redução de 74% da fila de espera;
- Retinopatia, fundoscopia e laser terapia;
- Ressecção transuretral (RTU) de próstata;
- Ureterolitotomia;

Com o intuito de ampliar o acesso e a qualidade da atenção especializada, por meio da adequação de ações em saúde como maior cobertura hospitalar e física, foi realizada a Contratualização da Gestão do Hospital da Criança – CT 76/2019 – SES/DF e a Prorrogação do Contrato nº 001/2017 – SES/DF - Hospital Universitário de Brasília (HUB) visando a ampliação e continuidade do fornecimento de serviços de saúde de média e alta complexidade.

Tendo em vista a Instituição da Câmara Técnica de Segurança do Paciente, Ordem de Serviço nº 98, de 05 de junho de 2019, e Protocolos de Segurança do Paciente aprovados e implantados conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS, resultando em 100% dos hospitais da Rede SES com Núcleos de Segurança do Paciente instituído, foi possível avançar com o Programa Nacional de Segurança do paciente no âmbito da SES/DF. Tornou-se factível a realização de diagnósticos da situação atual, traçar objetivos específicos com metas e iniciar a monitorização dos indicadores assistenciais.

3 – OBJETIVO ESPECÍFICO: REDES DE ATENÇÃO

Redes de Atenção à Saúde

No ano de 2019 as Redes Temáticas de Atenção à Saúde (RAS) passaram a ser acompanhadas pela Assessoria de Redes de Atenção à Saúde – ARAS, assessoria orgânica ligada diretamente à Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS, com o objetivo de desenvolver a interlocução, cooperação, apoio e pactuação com o Ministério da Saúde e com as várias áreas da SESDF envolvidas, principalmente as Coordenações da própria SAIS, a Subsecretaria de Vigilância em Saúde - SVS e o Complexo Regulador do Distrito Federal – CRDF, para o planejamento, implantação, habilitação, execução, monitoramento e avaliação das RAS.

São cinco as redes temáticas prioritárias que são acompanhadas a partir de adesão do Distrito Federal às políticas nacionais de saúde desenvolvidas pelo Ministério da Saúde: Rede Cegonha, Rede de Cuidados à Pessoa Com Deficiência, Rede de Urgências e Emergências, Rede de Atenção Psicossocial e Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas.

Abaixo serão especificadas as Ações relacionadas a cada uma das Redes de Atenção à Saúde acompanhadas por esta Assessoria, já que cada uma delas encontra-se em diferentes etapas do processo de implantação previstos nos planos de ação elaborados na fase de contratualização entre DF e MS.

Rede de Urgências e Emergências (Rue)

No sentido de atender e organizar as diretrizes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal vem organizando seus serviços e seus processos de trabalho, tendo iniciado mudanças significativas no que diz respeito à Regionalização, Organização da Atenção Primária à Saúde, mudanças no Acolhimento e Classificação de Risco, Reorganização do Componente Hospitalar da Rede do Distrito Federal, reabilitação de bases do SAMU e Reorganização e manutenção da habilitação das UPAs.

A rede de atenção às urgências e emergências do Distrito Federal é constituída pelos seguintes componentes:

- Atenção primária, formada pelas unidades básicas de saúde, responsável pela prevenção e promoção à saúde e atendimento em demanda espontânea aos pacientes com perfil de risco compatível;
- Componente pré-hospitalar móvel, formado pelo SAMU 192;
- Componente pré-hospitalar fixo, formado pelas Unidades de Pronto Atendimento 24h (UPA 24h);
- Componente hospitalar, formado pelos serviços hospitalares de emergência; V – Unidades de cuidados prolongados;
- Unidades de Atenção ao Paciente Crítico – UTI adulto, materna, pediátricas e neonatais;
- Atenção Domiciliar;
- Serviços de Emergência em Saúde Mental;
- Vigilância à saúde, formada pelos órgãos da Subsecretaria de Vigilância à Saúde responsável pelo controle de endemias, violência e agravos à saúde.

Há ainda como componentes da RUE do DF os centros de referências, que são as unidades da rede SES que compõe o Componente Hospitalar da Rede e destinam-se a atender demandas especializadas relacionadas a linhas de cuidados específicas. São centros de referência:

- Centro de Tratamento de Queimados do HRAN;
- Centro de Neurocirurgia do IHB;
- Centro de Cardiologia do IHB;
- Hospital Universitário de Brasília – HUB;
- Instituto de Cardiologia do Distrito Federal – ICDF;
- Hospital da Criança de Brasília José de Alencar - HCB;

Além destes componentes citados acima, há também os Sistemas de Apoio e Sistemas Logísticos da Rede de Urgência e Emergência, que são essenciais para o efetivo funcionamento da mesma.

- Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico;
- Assistência Farmacêutica;
- Sistemas de Informação em Saúde;
- Sistema de Regulação;
- Prontuário eletrônico e identificação de pacientes;
- Transporte Sanitário.

Atualmente, o Distrito Federal tem enfrentado grandes desafios na condução das ações de urgência e emergência. O crescimento populacional acelerado, associado as restrições orçamentárias latentes ao momento econômico do país, colocam a necessidade de ampliar a capacidade dos serviços com eficácia e uso racional dos recursos. A transição demográfica em curso no Distrito Federal tem produzido uma dupla carga de doenças na região. Ao mesmo tempo que as doenças crônicas não transmissíveis avançam, principalmente pelo envelhecimento populacional, a região experimenta ainda desafios de doenças infecciosas e causas externas, decorrentes principalmente das iniquidades sociais em saúde.

Para enfrentar esses grandes desafios desta rede, foi realizado o planejamento das ações para o enfrentamento da fragmentação assistencial, unificando pontos da rede, buscando qualificar as ações e aumentar a resolutividade e eficácia dos serviços.

O Grupo Condutor Central da RUE foi republicado em agosto de 2018 e o principal trabalho desenvolvido por este grupo foi a aprovação, no dia 07 de novembro de 2018, do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Distrito Federal, pelo Colegiado de Gestão da SESDF. Este Plano de Ação tem validade para os próximos dois anos e foi encaminhado ao Ministério da Saúde como documento orientador da Rede do DF, e as ações ali aprovadas serão monitoradas por este Ministério. Este documento foi encaminhado também ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios - TCDFT, em resposta a solicitação deste, para acompanhamento e seguimento.

Este Grupo Condutor também atuou no ano de 2019, juntamente com a Assessoria da Política de Atenção Hospitalar, no acompanhamento das vistorias e pendências apontadas pelo Ministério da Saúde no que diz respeito a todos os Hospitais da rede SES com serviço hospitalar de emergência.

Outros dados mais detalhados poderão ser acessados no relatório da Coordenação de Atenção Especializada – Diretoria Serviços de Urgências, Apoio Diagnóstico e Cirurgias – DUAEC/CATES/SAIS, uma vez que esta Diretoria é a Coordenadora desta rede no âmbito da SESDF.

Rede de Cuidados à Pessoa Com Deficiência (Rcpd)

A rede de cuidados à pessoa com deficiência tem como objetivo promover a ampliação e qualificação do acesso à saúde das pessoas com deficiência temporária ou permanente, progressiva, regressiva ou estável; de forma intermitente ou contínua no SUS; ampliar a oferta de órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção (OPM), dentre outras. Para alcançar esses objetivos, o Ministério da Saúde, por meio do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limites (eixo Atenção à Saúde), normatiza, orienta e apoia a implementação de ações com vistas à garantia dos direitos da pessoa com deficiência, incluindo o direito à cidadania e da liberdade para fazer suas próprias escolhas.

Nessa perspectiva, destacou-se a seguir as principais ações realizadas no ano de 2019.

Houve a lotação de novos servidores e a ampliação de carga horária de profissionais nos nossos Centros de Referência da rede, o que possibilitou a adequação daqueles serviços ao instrutivo do Ministério da Saúde e o saneamento de algumas pendências inicialmente apontadas.

A rede também realizou diversas ações importantes visando a qualificação técnica dos serviços e a otimização dos processos de trabalhos, tais como:

- Treinamento IF-Br (Índice de Funcionalidade Brasileiro): oferecido pelo Ministério da Saúde aos servidores da Região de Saúde Sudoeste, que atuam na APS, atenção secundária e Saúde mental;
- Acompanhamento do processo de Matriciamento do CrisDown nos Ambulatórios de Saúde Funcional visando a ampliação do acesso aos pacientes com Síndrome de Down e descentralização dos serviços na rede SUS DF, e participação no Grupo de Trabalho para elaboração da Linha de Cuidado do paciente com Síndrome de Down do Distrito Federal;
- Participação na revisão do Fluxo de atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, buscando a redefinição dos pontos de atenção e critérios para encaminhamento aos serviços destinados à esta população;

- Realização do segundo Fórum de Atenção aos pacientes amputados da rede SESDF.

No ano de 2019, a RCPCD buscou a manutenção dos serviços habilitados – CER II Taguatinga (modalidades física e intelectual) e Oficina Ortopédica – bem como a manutenção do contrato com o CEAL (CER II modalidades auditiva e intelectual), tendo envidado esforços para a melhor definição dos critérios de encaminhamento e alta destes, no sentido de regular junto ao Complexo Regulador as vagas para a entrada dos pacientes nesses serviços.

Concentrou esforços na ampliação do acesso aos usuários com deficiência com redefinição e descentralização dos serviços na Rede e a manutenção da dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPME) aos usuários.

Para finalizar, em dezembro de 2019, foi publicada no Diário Oficial da União a habilitação e credenciamento do Hospital de Apoio de Brasília como CER II físico e intelectual.

Rede Cegonha

No ano de 2019, o Grupo Condutor Central da Rede Cegonha direcionou os esforços para dar celeridade no andamento dos processos de construção/ambiência de Centros de Parto Normal (CPN) para o Hospital Regional da Ceilândia (HRC) e Hospital Materno- infantil de Brasília (HMIB) com o objetivo de induzir a mudança para modelo obstétrico humanizado nos serviços da SES-DF. Nesse momento, o CPN do HMIB consta com todos os projetos básicos e complementares já aprovados, aguardando retorno da NOVACAP para licitação, e o CPN do HRC com os projetos de engenharia elétrica e hidráulica finalizados.

O Grupo Condutor Central da Rede Cegonha (GCCRC) pleiteou e obteve a aprovação do MS, com liberação de recursos, para uma reforma na Casa de Parto de São Sebastião já com projeto básico de arquitetura finalizados.

Em 2019, houve a revisão do Plano de Ação da Rede Cegonha do Distrito Federal para o período de 2020-2022, ainda em fase de finalização, com aprovação prevista para março de 2020.

O GCCRC atuou ainda na construção do Plano Distrital de Enfrentamento à Sífilis Congênita; na criação de fluxos de atendimento às emergências obstétricas por meio da Câmara Técnica de Ginecologia; na conclusão do Protocolo de Atenção à Saúde da Mulher no Pré-Natal, Parto, Puerpério e Cuidados ao Recém-nascido; e no treinamento dos profissionais da atenção primária de saúde que aderiram ao Projeto CONVERTE APS. Houve no segundo semestre um esforço conjunto do Grupo Condutor Central da Rede Cegonha com os Grupos Condutores Regionais com o intuito de investigar os casos de sífilis congênita e todas as regiões de saúde apresentaram seus casos em reuniões de discussões específicas.

Com relação ao projeto ÁPICE ON (Aprimoramento e Inovação no Cuidado e Ensino em Obstetrícia e Neonatologia), que se trata de uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com outras entidades como a EBSEH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Ministério da Educação e Instituto Fernandes Figueira da FIOCRUZ - Fundação Oswaldo, e propõe a qualificação nos campos de atenção/cuidado ao parto e nascimento, planejamento reprodutivo pós-parto e pós aborto, atenção às mulheres em situações de violência sexual e de abortamento e aborto legal, em hospitais de ensino e/ou que atuam como unidade auxiliar de ensino, no âmbito da Rede Cegonha, os quatro Hospitais que foram selecionados para participar do projeto realizaram reuniões quinzenais com o apoio do Ministério da Saúde e do Grupo Condutor Central da Rede Cegonha. Já foram realizadas algumas mudanças de processos de trabalho relacionados aos temas acima, e o relatório parcial do projeto foi entregue à gestão central no início de dezembro de 2018. O referido projeto finaliza somente no mês de junho de 2020, quando os resultados finais deverão ser apresentados à gestão.

No que tange à Rede de Banco de Leite Humano do Distrito Federal, as ações de estruturação e reforma dos serviços existentes tiveram bastante relevância e para o próximo ano foram programadas. Já estão em andamento os processos de reforma de estrutura dos Bancos de Leite do Hospital Regional do Gama - HRG e do Hospital Regional da Asa Norte – HRAN.

No que diz respeito ao Comitê de Investigação de Óbito materno, infantil e fetal, o bom funcionamento deste no nível central foi de importância crucial para a orientação de funcionamento e apoio aos Comitês Regionais. Aconteceram reuniões mensais com os Comitês de Investigação Regionais e as taxas de investigação de óbitos tiveram um aumento

significativo, conforme acompanhamento dos indicadores que ocorre mensalmente pela SVS e por esta SAIS, já que esta é uma ação conjunta das duas Subsecretarias.

O Programa de Triagem Neonatal do Distrito Federal (PTN-DF) é ação de saúde essencial, capaz de reduzir a mortalidade infantil, que ocorre de forma continuada. Em outubro, foi publicado no DODF a criação da Referência Técnica Distrital (RTD) em Triagem Neonatal, área técnica responsável pela gestão das triagens neonatais. A RTD faz parte do Grupo Conductor Central da Rede Cegonha.

Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

A Rede de Atenção Psicossocial destina-se a fomentar a implementação da Política Nacional de Saúde Mental que é pautada no processo da reforma psiquiátrica brasileira e tem como fundamento a transformação de um modelo de atenção centrado na internação psiquiátrica hospitalar para um modelo de atenção de base comunitária e territorial, constituído por uma rede diversificada de serviços, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Diretoria de Saúde Mental (DISAM) na SES/DF atua na implementação e consolidação desse modelo, coordenando e supervisionando o processo de implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Distrito Federal, com vistas à ampliação da cobertura assistencial em saúde mental de forma a propiciar qualidade na atenção e no cuidado dos usuários dos serviços de saúde mental, álcool e outras drogas, bem como de seus familiares.

Atualmente existem no Distrito Federal (DF) 18 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em funcionamento. Destes, 06 (seis) CAPS destinam-se à pessoas que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes; 07 (sete) CAPS Álcool e outras Drogas para pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente do uso de crack, álcool e outras drogas; 04 (quatro) CAPS para crianças e adolescentes que apresentam transtornos mentais graves e persistentes ou sofrimento psíquico decorrente do uso de crack, álcool e outras drogas; e 01 (um) CAPS tipo um para pessoas de todas as faixas etárias com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Informações mais detalhadas podem ser encontradas no relatório da área específico da Diretoria de Serviços de Saúde Mental – DISSAM/COASIS/SAIS.

Rede de Cuidados às Pessoas com Doenças Crônicas

A Rede de Cuidados às Pessoas com Doenças Crônicas é uma estratégia para realização de atenção às doenças de início gradual, com duração longa ou incerta, de forma integral nos diversos pontos de atenção da SES/DF a partir da realização de ações de promoção, proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento de reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde. O enfoque inicial dado pelo MS foi aos temas Obesidade e Oncologia e no ano de 2016 foi escolhida a linha de cuidado à hipertensão e diabetes como a principal ação no processo de planificação de atenção à saúde em curso na SES-DF, em parceria com a EAPSUS - Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde e o CONASS - Conselho Nacional da Secretaria de Saúde.

Foi também acompanhado, em conjunto com a Gerência de Doenças não-transmissíveis da DIVEP/SVS, a implementação do Plano de Enfrentamento às Doenças Crônicas Não Transmissíveis, tendo sido criado um Grupo Conductor Central com o objetivo de monitoramento das principais ações desta rede.

Obesidade

A proposta de adesão à Linha de Cuidado para Prevenção e Tratamento do Sobrepeso e da Obesidade na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas apresenta um formato inovador no âmbito da Rede de Atenção à Saúde, por meio da pactuação entre os diversos atores inseridos nos diferentes pontos de atenção à saúde, fortalecendo a comunicação institucional, bem como com outros atores governamentais e sociais presentes nas ações do DF.

A implantação desta linha assume papel relevante para a população com obesidade atendida pela SES-DF. Esta proposta reposiciona o sobrepeso e a obesidade como agravos de saúde a serem priorizados nas ações e nos serviços públicos prestados.

Dentro das ações realizadas em 2019, destacam-se as capacitações para implementação da Linha de Cuidado da Obesidade nas Regiões de Saúde Sudoeste e Oeste, que eram as duas últimas Regiões que faltavam.

Oncologia

Os resultados das ações realizadas voltadas para o tratamento e prevenção do câncer no DF será apresentado no Relatório da Gerência de Câncer/DISAH/CATES/SAIS.

Planificação da Atenção Secundária à Saúde na Linha de Hipertensão e Diabetes:

A Planificação da Atenção à Saúde, ocorrida na Região de Saúde Leste, em parceria com o CONASS, implementou um modelo e organização dos vários níveis de atenção primário e secundário no cuidado integral do paciente com Diabetes e Hipertensão, no qual o usuário com essas condições de saúde é acompanhado, de forma integrada, nos dois níveis, tendo atendidas suas necessidades de saúde em tempo oportuno e assegurado o acompanhamento longitudinal dessas condições crônicas, com melhora da prevenção de co-morbidades e sequelas graves, como amputações de membros, nefropatia crônica, AVC, IAM e cegueira por retinopatia, além da promoção do autocuidado, da alimentação saudável e melhora de sua autoestima. O Conselho de Saúde, determinou a extensão do modelo para as demais regiões do DF.

4 – OBJETIVO ESPECÍFICO: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A Assistência Farmacêutica tem como competência viabilizar o acesso aos medicamentos e serviços farmacêuticos à população, aliado a mecanismos que garantam a segurança do paciente e o menor custo por tratamento.

Como área técnica da assistência farmacêutica em 2019, foram obtidos importantes avanços nas diferentes áreas de atuação:

- Atualização da 5ª versão Caderno de Medicamentos da SES-DF, anteriormente denominado Catálogo de Medicamentos da SES-DF. O Caderno é composto pelos medicamentos da REME-DF sobre os quais a Diretoria de Assistência Farmacêutica detém competências técnicas nos processos de aquisição, ou seja, excluindo-se os medicamentos da REME-DF manipulados, os cadastrados para compra eventual, recém despadronezados que possuem saldo de estoque e medicamentos de compra centralizada no Ministério da Saúde. Trata-se de material destinado a apoiar a elaboração dos instrumentos de planejamento, conforme previsto no Regulamento de Contratações da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (Portaria Nº 210, de 13 de abril de 2017);
- Finalização da alimentação inicial do banco de dados de medicamentos, o qual será constantemente atualizado e revisado. Esse projeto faz parte do trabalho da Câmara de Monitoramento dos Medicamentos Padronizados na SES-DF – CMMP, com a função de consolidar e manter atualizadas fichas dos medicamentos padronizados na SES-DF para divulgação aos prescritores da SES-DF e pacientes;
- Participação constante em reuniões, câmaras técnicas, grupos de trabalho, Comissões, execução Cursos de capacitação, elaboração de Normas Técnicas da Assistência Farmacêutica, atendimento às demandas de ouvidoria DF/ouvidoria SUS, ofícios da Defensoria Pública do DF, TCDF, MPDFT e demais órgãos de controle, colaboração com a Assessoria de Comunicação para gerar informações e promover a transparência na SES- DF, dentre outras atividades;
- Houve uma capacitação de servidores nos seguintes cursos: Curso de Atualização em Políticas de Saúde e Assistência Farmacêutica no SUS; Curso de Redação de Boletins Técnicos (CEBRIM/CFF); Curso Introdutório de ATS para gestores do SUS; II Simpósio de Saúde Baseado em Evidências - SISBE 2019; Introdução ao orçamento público – SENADO; Liderança Produtiva - Turma 1 - Escola de Governo; Processo de incorporação de tecnologia em saúde no SUS – UNASUS; Seminário de Compras Públicas da CMED - Centro de Especialidades Médica e ANVISA - Agência Nacional de vigilância Sanitária; Tratamento do pé diabético e VII Fórum Brasileiro sobre Assistência Farmacêutica e Farmacoeconomia.

Referência Técnica Distrital em Assistência Farmacêutica

No período de janeiro a outubro, a RTD - Referência Técnica Distrital de Assistência Farmacêutica participou da Elaboração de Protocolo Clínico para uso de Anticoagulantes na SES-DF. O objetivo foi orientar tecnicamente as condutas clínicas relacionadas à anticoagulação e a revisão de padronização de medicamentos anticoagulantes. Foi um trabalho de alta complexidade, devido à amplitude e capilaridade do assunto e envolvimento de diversas especialidades médicas. Foi alcançada a padronização de dois novos anticoagulantes com usos restritos de grande importância.

No período de novembro de 2018 a fevereiro 2019, participou da Elaboração do Protocolo de uso de Clopidogrel. O objetivo foi orientar tecnicamente as condutas clínicas relacionadas à antiagregação plaquetária com clopidogrel e regulamentar sua dispensação. O protocolo foi aprovado pela Comissão Central de Farmácia e Terapêutica. Foi um trabalho de baixa complexidade devido à menor amplitude do assunto.

Em 2019, participou como apoiadora na elaboração do Protocolo de Delirium. O objetivo foi orientar tecnicamente as condutas clínicas relacionadas ao manejo de delirium. O protocolo encontra-se em construção. Trabalho de alta complexidade devido à ausência de resultados robustos na literatura e muitas vezes conflitantes.

Participou da Criação de banco de dados de medicamentos, com o objetivo de criar banco de dados de todos os medicamentos padronizados na SES-DF com informações acerca do acesso. O banco de dados foi finalizado e disponibilizado aos servidores da DIASF. Trabalho de grande extensão, mas com alta resolutividade.

No período de janeiro a março de 2019, participou da Elaboração de Protocolo de Uso de Dissulfiram no Alcoolismo Crônico. O objetivo foi orientar tecnicamente as condutas clínicas relacionadas ao uso de dissulfiram no alcoolismo crônico. O protocolo está em fase de avaliação. Trabalho de baixa complexidade devido à menor amplitude do assunto.

Comissão Central De Farmácia E Terapêutica (CCFT)

A Comissão Central de Farmácia e Terapêutica, consoante Portaria nº 10/2016, é instância colegiada de caráter permanente, de natureza consultiva e deliberativa. Tem por atribuição assessorar a Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde nos assuntos referentes à seleção de medicamentos; revisar, atualizar e divulgar a Relação de Medicamentos do DF; avaliar e emitir parecer técnico para inclusão, exclusão ou substituição de medicamentos; fomentar e elaborar o Formulário Terapêutico; implantar e implementar ações e estratégias de monitoramento e promoção do uso racional de medicamentos, em conjunto às Comissões de Farmácia e Terapêutica locais e núcleos de farmácia.

Em 2019, por meio das reuniões mensais, em deliberação plenária e sob supervisão da presidência da CCFT, foram deferidos os processos de padronização dos medicamentos: Secuquinumabe, Erlotinib, Gefitinib, Metaraminol, Testosterona injetável, Dicloridrato de Sapropterina, Dabigatрана, Fondaparinux, Ranibizumabe (em parte) e Aflibercept (em parte).

Cabe destacar que atualmente existem 20 processos aguardando parecer técnico da CCFT para deferimento ou indeferimento da padronização no elenco, 4 processos já com parecer técnico aguardando andamento processual de outros setores, 5 processos aguardando decisão do Ministério da Saúde.

Também cumpre ressaltar que as reuniões mensais da CCFT deliberam não apenas sobre inclusão ou exclusão de medicamentos, mas também sobre ampliação ou restrição de uso dos medicamentos já padronizados, alteração de forma farmacêutica, inclusão ou atualização de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, bem como formulário terapêutico para melhor ajuste da REME-DF à atenção integral da saúde do usuário.

Farmácia Ambulatorial Judicial

A Farmácia Ambulatorial Judicial (NUFAJ) é responsável pelo atendimento de pacientes que possuem decisões judiciais contra a Secretaria de Saúde do Distrito Federal para receber medicamentos e produtos para saúde.

Conforme Decreto nº 39.546, de 19 de dezembro de 2018, compete ao NUFAJ realizar a dispensação dos medicamentos e o fornecimento dos produtos para a saúde não padronizados ou demandados fora de protocolo institucional por determinações judiciais, além de realizar

o cadastro dos usuários de medicamentos e produtos para a saúde, atendidos judicialmente, em sistema informacional vigente para controle e monitoramento. Também é a unidade responsável por informar às unidades competentes a demanda de medicamentos e produtos para a saúde na Farmácia Ambulatorial Judicial, bem como executar atividades relacionadas à gestão de estoque dos medicamentos.

Cenário Atual

O NUFAJ realiza a gestão de aproximadamente 230 tipos medicamentos e produtos demandados por ação judicial. Para o cumprimento destas decisões, a SES tem desembolsado valores elevados e crescentes. Durante o ano de 2017, foram despendidos em torno de R\$ 25.000.000,00 na aquisição de medicamentos para atendimento das ordens judiciais. Em 2018, o custo girou em torno de R\$ 27.831.527,41 para atender aproximadamente 700 ordens judiciais. No ano de 2019, o custo dos produtos não padronizados recebidos na Farmácia Central para atendimento das decisões saltou para R\$ 38.405.183,59.

Atualmente, o serviço presta atendimento a cerca de 700 pacientes. O quadro abaixo demonstra o número de atendimentos prestados mensalmente no NUFAJ:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Sistema	299	294	253	341	348	302	393	349	317	380	288	256
Manual	25	12	14	18	7	7	8	13	6	9	9	3
Subtotal	324	306	267	359	355	309	401	362	323	389	297	259
Total Anual											4306	

Os atendimentos dos pacientes, exceto em determinadas circunstâncias, ocorrem via sistema informatizado, de forma nominal, de forma a garantir maior segurança e a possibilitar o rastreamento das informações.

Em 2019, o NUFAJ participou da elaboração da Portaria Nº 881, DE 23 outubro DE 2019, que tem como objetivo estabelecer normas técnicas e administrativas no âmbito do NUFAJ relacionadas ao fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde judicializados.

Fragilidades atuais do serviço:

- O sistema utilizado para dispensação de produtos no atendimento dos pacientes e gestão de estoque precisa ser modernizado, bem como o Banco de Dados utilizados no gerenciamento dos pacientes e armazenamento das informações referentes às ações judiciais e contatos de pacientes;
- Atualização de computadores, déficit de recursos humanos e melhorias em geral na estrutura física do ambiente de trabalho.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Durante o ano 2019, houve avanços na Assistência Farmacêutica da Atenção Primária à Saúde da SES/DF, com mudanças que ampliam o acesso da população aos medicamentos, bem como melhoram a qualidade dos serviços prestados. Durante o período compreendido entre novembro de 2018 a dezembro de 2019, ampliou-se o quantitativo de unidades que fornecem medicamentos sujeitos a controle especial de 26 para 47 farmácias com a oferta desse serviço.

Também em 2019, o Núcleo de Farmácia Viva do Riacho Fundo produziu e distribuiu 14.622 unidades de medicamentos fitoterápicos para as unidades de saúde. Ainda desenvolveu o protótipo de um novo fitoterápico oficial: Chá medicinal de colônia (Alpinia zerumbet). Além disso, elaborou material educativo sobre o Difusor de Citronela e promoveu 3 Oficinas de Capacitação para a produção e uso adequado deste produto.

No primeiro semestre, em parceria com a Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB/FEPECS), foram capacitados 62 servidores que exercem suas atividades nas farmácias das UBS. Quanto aos projetos da PAS, cumprimos a meta (36) quanto à implantação dos serviços clínicos farmacêuticos, encerrando o ano com 36 farmacêuticos capacitados para a realização do novo serviço, junto às Equipes de Saúde.

Novas propostas estão sendo tratadas pelas áreas de Planejamento, Tecnologia, Logística e Assistência Farmacêutica para que seja retomada a informatização, estruturação da cadeia de suprimentos da rede SES/DF, bem como a contratação de operador logístico.

Destacam-se ainda as seguintes atividades finalísticas realizadas em 2019:

- Emissão da Nota técnica que define o fluxo de distribuição e fornecimento dos medicamentos para tratamento de Hanseníase;
- Elaboração dos POPs (Procedimentos Operacionais Padrão) para as farmácias do sistema prisional e mapeamento do fluxo de distribuição destas unidades;
- Elaboração e aplicação de instrumento para diagnóstico situacional das farmácias na SES;
- Programação dos medicamentos de compra centralizada pelo Ministério da Saúde.

ASSISTENCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

No âmbito da atenção especializada, a assistência farmacêutica dedicou seus esforços na implantação da dose individualizada, implantação da farmácia clínica nos hospitais, organização da cadeia de suprimentos, organização e discussão da normatização das farmácias do nível secundário – nível criado em 2018 no qual foram instituídas as policlínicas, bem como elaboração e descrição dos procedimentos e atividades a nível hospitalar e secundário.

O Serviço de Farmácia Clínica da SES/DF, instituído pela Portaria 187 de 23 de julho/15, em consonância com a Resolução 585/13 do Conselho Federal de Farmácia, é um marco na expansão das atividades clínicas dos farmacêuticos. A partir deste regulamento, a atuação do farmacêutico se estendeu para além dos limites físicos das farmácias e dos almoxarifados, apresentando-se junto aos profissionais assistenciais na prestação de cuidados aos pacientes.

Em 2019, houve a publicação do 6º boletim da Farmácia Clínica: "Farmácia Clínica e Segurança do paciente: prescrição segura de medicamentos". O Boletim da Farmácia Clínica é uma produção periódica, idealizada pelos farmacêuticos da SES/DF, elaborada e veiculada pela Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF), com o objetivo apresentar e discutir temas farmacêuticos relevantes a todos os profissionais de saúde, nos três níveis de atenção.

Na SES/DF, as atribuições dos farmacêuticos clínicos compreendem ações de promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM), como resultado, se busca a otimização da farmacoterapia do paciente, a redução de custos dos tratamentos e a resolução dos problemas relacionados ao uso de medicamentos, por meio da avaliação da necessidade, efetividade e segurança de cada agente terapêutico.

Na Atenção Especializada, que engloba os hospitais, a atuação dos Núcleos de Farmácia Clínica (NFCs), criados em 2016, já apresenta avanços importantes. Em 2019, apesar dos Núcleos não terem enviado todos os dados das ações realizadas pelos farmacêuticos clínicos no ano, já se pode verificar crescente aumento das análises de prescrições e intervenções farmacêuticas, sendo realizadas mais de 65 mil análises de prescrições e 11.637 intervenções farmacêuticas, com alta taxa de aceitação das equipes assistenciais (>85%), e potencial redução de custos dos tratamentos em, pelo menos, ¼ das intervenções. Nesses três anos, houve a expansão dos leitos acompanhados pelos farmacêuticos clínicos e ainda solicitações para implementação do serviço em outras unidades, o que demonstra a importância da farmácia clínica no atendimento hospitalar.

Em 2019, foram incorporados mais de 150 orientações de uso de medicamentos no sistema de prescrição médica; efetuado a alteração nas nomenclaturas dos medicamentos conforme orientações da meta 3 de segurança do paciente (diferenciação entre caixa alta/baixa); iniciado e concluído o I Curso de Capacitação em Farmácia Hospitalar, no qual 20 farmacêuticos passaram por atualização; realizada a pesquisa sobre a força de trabalho dos Núcleos de Farmácia Hospitalar e pesquisa situacional dos Núcleos de Farmácia Hospitalar; auditoria das escalas dos Núcleos de Farmácia Hospitalar e Núcleo de Farmácia Clínica; definição do elenco dos medicamentos padronizados no atendimento pré-hospitalar; realização da I Mostra de Experiências em Cuidado Farmacêutico no SUS-DF; elaboração do Manual de Qualidade da Farmácia Hospitalar; e a revisão da portaria de regulamentação das farmácias da Média Complexidade.

Ao que se refere à implantação da dose individualizada, ação esta que vem acompanhando os indicadores da assistência farmacêutica há vários anos, o principal fator limitador atual se refere a recursos humanos. Diante do fato, a DIASF definiu uma farmácia hospitalar para aplicar todos os esforços e tentar implementar 100% a dose individualizada. A farmácia do HRAN foi eleita devido à parceria e ao interesse do projeto da Direção do Hospital à época, com isso foram lotados 6 AOSD (Auxiliar Operacional de Serviços Diversos) Farmácia em 2018 e, em 2019 os carrinhos de dose individualizada foram entregues. Em agosto de 2019 o HRAN, finalmente, conseguiu atingir 100% da dose individualizada, demonstrando que com o RH e os equipamentos necessários é possível atingir a meta de 100% da dose. O HRL (Hospital Regional Leste do Paranoá) também obteve grande expansão na cobertura da dose individualizada após a lotação de novos servidores e o recebimento dos carrinhos de dose individualizada, passando de 5% de cobertura dos leitos com dose individualizada para 75%. Contudo, após a transferência de técnicos da farmácia do HRC para outras unidades, perdendo mais de 100 horas de servidor, o HRC suspendeu a distribuição dos kits de dose individualizada em todos os leitos no hospital.

Apesar dos esforços terem se concentrado no HRAN, todos os hospitais que indicaram interesse e necessidade receberam os novos refrigeradores e os carrinhos para dose individualizada.

Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica é unidade orgânica da Diretoria de Assistência Farmacêutica, composta pela Gerência do Componente Especializado (GCEAF) e seu núcleos subordinados: Núcleo de Farmácia de Alto Custo na Asa Sul (NFCE AS), Núcleo de Farmácia de Alto Custo no Gama (NFCE GAMA) e Núcleo de Farmácia de Alto Custo na Ceilândia (NFCE CEI). Tem como competência gerenciar a execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no nível Distrital, conforme regulamentado pela Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Título IV, do Ministério da Saúde.

Trata-se de um serviço público de saúde de extrema relevância para a população do Distrito Federal, sendo caracterizado como estratégia de acesso a medicamentos no âmbito do SUS, em nível ambulatorial, caracterizado pela busca da garantia da integralidade do tratamento medicamentoso, seguindo linhas de cuidado definidas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde.

No Distrito Federal são atendidos por este serviço cerca de 33 mil pacientes, com uma média diária de 1.500 usuários. A maioria é portadora de condições clínicas crônicas, algumas das quais apresentam opções terapêuticas escassas, onerosas e muitas vezes não disponíveis na iniciativa privada. São exemplos de doenças tratadas: esquizofrenia, asma, artrite reumatoide, esclerose múltipla, imunossupressão pós- transplante, hepatites virais, Alzheimer, Parkinson dentre outras.

O elenco de cerca de 240 medicamentos ofertados nas unidades é dividido em dois grupos de financiamento com características, responsabilidades e formas de organização distintas: grupo 1, cujo financiamento está sob responsabilidade exclusiva da União e é constituído pelos produtos que representam um elevado impacto financeiro, e subdivide-se em: grupo 1A - medicamentos com aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde e grupo 1B - medicamentos adquiridos pelos estados com transferência de recursos financeiros pelo Ministério da Saúde; e grupo 2, cuja responsabilidade pelo financiamento é das Secretarias Estaduais de Saúde. Também são fornecidos medicamentos para protocolos próprios da SES-DF, cuja responsabilidade pelo financiamento, a aquisição e dispensação pertence ao DF.

Atualmente as três unidades de dispensação de medicamentos que estão em funcionamento para os usuários estão localizadas: na estação do metrô 102 sul no Plano Piloto, na EQNM 18/20 na Praça do Cidadão em Ceilândia e a mais nova, inaugurada em out/17, na Praça 1, Área Especial s/n, Setor Leste no Gama. O funcionamento das farmácias é de 8h às 17h, de segunda a sexta.

Principais Ações em 2019:

- Início da dispensação de Insulina Análoga de Ação Rápida

A SES-DF dispensava o medicamento insulina análoga ultrarrápida há 14 anos para pacientes com diabetes, com financiamento próprio, nas farmácias da média complexidade (Policlínica de Taguatinga, Policlínica de Planaltina, Farmácia Escola do HUB e Hospital da Criança de Brasília). Apenas em 2018 foi publicado protocolo federal para Diabetes Mellitus Tipo I pela Portaria nº 8/SAES e SCTIE/MS, de 15 de março de 2018, que contemplou a Insulina Análoga de Ação Rápida 100UI/mL, passando a ser adquirida de forma centralizada e fornecida dentro do CEAF.

Foi definido junto a RTD Endocrinologia e GCEAF que toda a demanda já atendida pelo protocolo estadual de Insulinoterapia, assim como os novos pacientes, seriam avaliados quanto aos critérios do protocolo federal e teriam suas dispensações nas farmácias da média complexidade (MC) onde já retiravam seu medicamento, uma vez que: a grande maioria dos pacientes já era atendida pelo protocolo estadual, com estimativa de 3 mil pacientes de Diabetes Mellitus tipo I em uso de análogos; que as farmácias do CEAF não contavam com infraestrutura mínima para absorção de toda essa demanda; com o intuito de atendimento ao princípio da integralidade do SUS, evitando ao máximo a fragmentação de seu tratamento medicamentoso em diversos níveis de atenção. Os trâmites burocráticos para acesso aos medicamentos no CEAF seriam executados GCEAF através de farmacêuticos trabalhando em regime de Trabalho por Período Definido – TPD, dado o déficit de recursos humanos nas unidades do CEAF e MC.

Hoje o número de pacientes atendidos para essa patologia que estão com cadastro ativo no CEAF é de 2.139 pacientes, com 34.572 unidades dispensadas em 2019. Com a centralização deste medicamento, a SES-DF passa a economizar anualmente cerca de R\$900.000,00.

- Cuidado Farmacêutico

Desde Outubro de 2018, duas unidades do CEAF, na Asa Sul e Gama, estão participando do “Projeto de Implantação da Rede de Apoio à Assistência Farmacêutica do SUS: Expansão do Cuidado Farmacêutico e do Uso Racional de Medicamentos” do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde (DAF/SCTIE/MS) em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e outros três estados. O projeto consiste no acompanhamento dos pacientes com artrite reumatoide. Na consulta inicial o paciente relata suas queixas, as comorbidades, e o farmacêutico explica sobre sua doença, os medicamentos que ele utilizará, identificando os problemas, dentre outros. Nas demais consultas é realizado o acompanhamento da resposta terapêutica, verificando se o paciente está alcançando os benefícios esperados e se necessário propor intervenções a fim de melhorar a adesão ao tratamento junto com o prescritor.

Foram atendidos cerca de 200 pacientes e quase 500 consultas realizadas até o fim de 2019. Todos os doze farmacêuticos participantes do projeto receberam treinamentos, realizaram oficinas com o Ministério da Saúde e foram acompanhados por apoiadores do Ministério da Saúde em todas as consultas realizadas. O projeto finalizará em 2019, mas está sendo organizado a continuidade a esta atividade e ampliação para outras doenças.

- Reforma Ceilândia

Em outubro/2019, a unidade localizada em Ceilândia teve iniciada suas obras de reforma predial, com adaptação dos ambientes permitindo otimização dos fluxos de trabalho, adequações na climatização dos ambientes e instalação de reservatório de água potável.

Para viabilização das obras no bloco A foi realizada a migração temporária dos atendimentos e armazenamento de medicamentos para o bloco C. Ação que resultou em impacto no atendimento dos pacientes da unidade, uma vez que o espaço físico destinado aos pacientes ficou reduzido pela metade.

Apesar de previsão de entrega para final de setembro/2019, as obras foram entregues em novembro/2019, porém a ocupação do prédio recém-reformado ficou adiada, pois não foram instalados os aparelhos de ar condicionado para climatização dos ambientes. O processo encontra-se em trâmite para solicitação de Ordem de Serviço pelos executores do contrato.

- Sistema Informatizado

Foi dado início ao processo para aquisição de sistema informatizado para gestão dos serviços executados no Componente Especializado, uma vez que o desempenho do sistema Hórus Especializado, sistema oficial disponibilizado pelo Ministério da Saúde para gestão do CEAf nos estados, vem se comportando de maneira insatisfatória desde jan/2018.

Em abril/2019, o processo foi iniciado depois de diversas reuniões entre representantes das áreas demandantes. No momento encontra-se em fase de aprovação do Projeto Básico para prosseguimento dos trâmites para contratação

Cenário Atual

Atualmente, o serviço presta o atendimento a cerca de 33 mil pacientes, conforme tabela abaixo.

Estabelecimento de Saúde	Total de Pacientes
CEAF - CEILÂNDIA	12.108
CEAF - ASA SUL	11.421
CEAF - GAMA	7.127
FARMÁCIA ESCOLA (HUB)	1.002
POLICLÍNICA DE TAGUATINGA	818
HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA (HCB)	237
POLICLÍNICA DE PLANALTINA	43
TOTAL	32.756

No serviço são atendidos 101 protocolos clínicos do Ministério da Saúde e outros protocolos estaduais, sendo os mais impactantes em razão do número de usuários atendidos (tabela abaixo): asma, insuficiência renal crônica, esquizofrenia, artrite reumatoide, dislipidemia, dentre outros.

PCDT	Total de Pacientes Ativos
ARTRITE REUMATOIDE	3.219
ASMA	2.344
ESQUIZOFRENIA	2.240
DOR CRÔNICA	2.170
DISLIPIDEMIA PARA A PREVENÇÃO DE EVENTOS CARDIOVASCULARES E PANCREATITE	2.168
DIABETE MELITO TIPO 1	2.104
DIABETES MELLITUS TIPO 1 - DF	2.012
ANEMIA NA INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA - ALFAEPOETINA E FERRO	1.520
DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA - DPOC - DF	1.368
DISTÚRBO MINERAL E ÓSSEO NA DOENÇA RENAL CRÔNICA	1.267
LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO	1.225
IMUNOSSUPRESSÃO NO TRANSPLANTE RENAL	1.147
GLAUCOMA	922
RETICULITE ULCERATIVA	926
ESPONDILITE ANCILOSANTE	882
EPILEPSIA	822
HEPATITE B	705
TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR TIPO 1	649
DOENÇA FALCIFORME	638
DOENÇA DE CROHN	614
TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE - TDAH - DF	555
ESCLEROSE MULTIPLA	572
HIPERPROLACTINEMIA	437
DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA	448
LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO AEPAC - DF	433

PCDT	Total de Pacientes Ativos
DOENÇA DE PARKINSON	425
IMUNOSSUPRESSÃO NO TRANSPLANTE HEPÁTICO	381
DISTONIAS FOCAIS E HESPASMO HEMIFACIAL	350
DEFICIÊNCIA DE HORMÔNIO DE CRESCIMENTO - HIPOTUITARISMO	349
EPILEPSIA - DF	291
OSTEOPOROSE	280
ARTRITE PSORÍACA	263
INSUFICIÊNCIA PANCREÁTICA EXÓCRINA	250
DOENÇA DE ALZHEIMER	236
ESPASTICIDADE	219
PUBERDADE PRECOCE CENTRAL	229
HIOPARATIREOIDISMO	227
HEPATITE AUTOIMUNE	219
HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR	192
GERAIS AEPAC - DF	181
ANTIDEPRESSIVOS EM IDOSOS - DF	172
DOR CRÔNICA MODERADA A INTENSA - DF	160
PSORÍASE	159
HEPATITE C	116
COMPORTAMENTO AGRESSIVO COMO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO	144
TRANSPLANTE CARDÍACO	149
IMUNOSSUPRESSÃO PARA OUTROS TRANSPLANTES AEPAC - DF	143
SOBRECARGA DE FERRO	135
REUMATOLOGIA AEPAC - DF	136
TRANSTORNO ESQUIZOAFETIVO	119
CRIANÇA PEQUENA PARA IDADE GESTACIONAL (PIG) - DF	119
PSORÍASE - DF	113
SÍNDROME NEFRÓTICA PRIMÁRIA EM ADULTOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES	114
RETICULITE ULCERATIVA AEPAC - DF	110
OUTROS TRANSTORNOS MENTAIS - DF	109
DIABETE INSÍPIDO	95
PÊNFIGO - DF	92
ACNE GRAVE	82
FIBROSE CÍSTICA - MANIFESTAÇÕES PULMONARES	83
ESCLEROSE SISTÊMICA	80
FIBROSE CÍSTICA - INSUFICIÊNCIA PANCREÁTICA	79
ACROMEGALIA	74
MIASTENIA GRAVIS	70
IMUNODEFICIÊNCIA PRIMÁRIA COM PREDOMINÂNCIA DE DEFEITOS DE ANTICORPOS	68
DOENÇA DE CROHN /ESPONDILITE/ARTRITE PSORIASICA - AEPAC - DF	63
NEUROMIELITE ÓPTICA (DOENÇA DE DEVIC) - DF	60
SÍNDROME DE TURNER	60
SÍNDROME NEFRÓTICA - DF	59
ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA	56
DERMAMIOSITE E POLIMIOSITE	53
FENILCETONÚRIA	45
PÚRPURA TROMBOCITOPÊNICA IDIOPÁTICA	43
PÚRPURA TROMBOCITOPÊNICA IMUNE - DF	26
TRANSPLANTE DE MEDULA OU PÂNCREAS	26

PCDT	Total de Pacientes Ativos
LEIOMIOMA DE ÚTERO	16
DOENÇA DE WILSON	19
MIELODISPLASIA - DF	19
DERMATITES AEPAC - DF	18
ENDOMETRIOSE	12
DOENÇA DE GAUCHER	16
ANEMIA APLÁSTICA, MIELODISPLASIA E NEUTROPENIAS CONSTITUCIONAIS	13
ICTIOSES HEREDITÁRIAS	13
ANEMIA APLASTICA ADQUIRIDA	11
OUTRAS MALFORMAÇÕES DE PELE	9
UVEÍTES POSTERIORES NÃO INFECCIOSA	11
UVEÍTES POSTERIORES NÃO INFECCIOSAS AEPAC - DF	11
ANEMIA APLASTICA CONSTITUCIONAL	9
POLINEUROPATIA AMILOIDOTICA FAMILIAR	7
RAQUITISMO E OSTEOMALÁCIA	7
HIPERPLASIA ADRENAL CONGÊNITA	5
APLASIA PURA ADQUIRIDA CRÔNICA DA SÉRIE VERMELHA	3
INSUFICIÊNCIA ADRENAL PRIMÁRIA - DOENÇA DE ADDISON	4
MUCOPOLISSACARIDOSE DO TIPO I	3
MUCOPOLISSACARIDOSE DO TIPO II	3
OSTEODISTROFIA RENAL	3
ANEMIA HEMOLÍTICA AUTOIMUNE	2
ARTRITE REATIVA (DOENÇA DE REITER)	2
ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL 5Q TIPO I	2
HIPERPARATIREOIDISMO SECUNDÁRIO À DOENÇA RENAL CRÔNICA - DF	1
TRANSPLANTE DE PULMÃO	1
UVEÍTES NÃO INFECCIOSAS	1
Total	38.912

Fonte: Business Intelligence (Hórus Especializado – Ministério da Saúde)

Comparando-se as duas tabelas, é possível concluir que aproximadamente 19% dos pacientes retiram medicamento para mais de uma condição clínica, algo não raro em pacientes portadores de doenças crônicas, principalmente aquelas autoimunes.

Desempenho da Gerência do Componente Especializado

O quadro a seguir demonstra o quantitativo total de pacientes que receberam medicamento no Componente Especializado no ano de 2019:

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Estabelecimentos de Saúde	Total de Pacientes com Medicamento Dispensado											
HOSP. CRIANÇA DE BRASÍLIA (HCB)	-	17	6	23	41	43	74	81	124	166	179	196
FARMÁCIA ESCOLA (HUB)	-	26	110	205	346	509	681	726	756	788	770	598
CEAF - GAMA	4539	4580	4497	4570	4946	4560	4978	4937	4896	4770	4890	4813
CEAF - CEILÂNDIA	7515	6921	7247	7588	7897	6916	8130	7961	8314	8488	7998	8214
CEAF - ASA SUL	6439	6567	6636	6692	7432	7237	7839	7679	7842	7756	7798	7742
POLICLÍNICA DE PLANALTINA	-	-	-	-	-	4	8	12	16	21	24	29
POLICLÍNICA DE TAGUATINGA	-	21	115	204	372	524	607	640	639	664	640	638
Total	18.493	18.132	18.611	19.282	21.034	19.793	22.317	22.036	22.587	22.653	22.299	22.230

Fonte: Business Intelligence (Hórus Especializado – Ministério da Saúde)

Ressalta-se que o quantitativo total de pacientes atendidos mensalmente difere da quantidade de pacientes com cadastro, uma vez que há situações em que o paciente retira o medicamento de forma antecipada (para dois meses), medicamento não é de uso mensal ou o medicamento encontra-se desabastecido.

Procedimentos:

Considerando o atendimento ininterrupto aos usuários durante o expediente semanal, não é possível a realização de reuniões com a equipe para aprimoramento dos fluxos e procedimentos, que refletem na menor qualidade e eficiência do serviço.

Educação planejada e continuada é essencial para enfrentar e corrigir as distorções do sistema com todos os atores envolvidos. Dentro do CEAF existem 10 setores distintos, sendo que cada setor de atendimento tem suas particularidades, portanto, para pensar em novas estratégias e melhorias do processo de trabalho é essencial contato direto com a equipe para que sejam traçadas ações efetivas.

Mais ainda, é imprescindível a capacitação da equipe como um todo quanto atualização de informações dos protocolos do Ministério da Saúde, sob risco de possíveis sanções pelos órgãos de controle em caso de condutas discordantes às preconizadas pelo MS ou mesmo erros na abordagem terapêutica do usuário.

Considera-se que o fechamento programado das unidades, uma vez ao mês, quando o novo sistema de agendamento de retirada de medicamentos estiver implementado, beneficiará o serviço como um todo, conferindo mais segurança aos procedimentos realizados para usuários, servidores das unidades e gestores.

Recursos Humanos

De maneira geral, há um número insuficiente de servidores para atendimento em todas as unidades, o que compromete a qualidade do serviço. A cada atualização dos protocolos ocorre a ampliação do número de medicamentos padronizados no CEAF, o que resulta em um número cada vez maior de usuários demandantes do serviço, agravando ainda mais o quadro deficitário de servidores. Soma-se a isso, um número crescente de afastamentos legais por longos períodos e aposentadorias de servidores – cinco técnicos administrativos aposentaram-se em 2019 sem a reposição adequada. Portanto, a nova demanda não se traduziu em aumento de recursos humanos e mesmo com a nomeação de duas farmacêuticas ao final de 2019, persiste ainda o déficit de servidores, principalmente técnicos administrativos.

Soma-se a isso, os problemas enfrentados em decorrência da imprevisibilidade de performance do sistema Hórus, que ao ficar lento ou inoperante diminui drasticamente a produtividade dos servidores, gerando dessa forma um aumento da demanda reprimida de atendimentos. Por vezes, um atendimento que poderia ocorrer em menos de 5 minutos, demora 40 min a 1 hora com a lentidão do sistema.

Frisa-se que o farmacêutico tem funções específicas e essenciais para desenvolver um atendimento qualificado para população. Ele é responsável pelo atendimento em salas privativas para pacientes de primeira vez, tanto por agendamento quanto por demanda espontânea em casos de protocolos que são avaliados na hora, atendimentos coletivos, contagem diária de medicamentos de controle especial, revisão de protocolos, elaboração de roteiros de atendimento e material de informações sobre os medicamentos do CEAF e outros mais que se relacionem com o tratamento dos pacientes. Para contornar esta situação, os serviços de avaliação/autorização, que antes eram feitos de forma presencial, passaram a ser executados com TPD aos finais de semana, desde out/2018, aproveitando-se também da performance mais satisfatória do sistema nos finais de semana. Com isso, aumenta-se a produtividade, evita-se que pacientes possam ficar sem acesso aos medicamentos em razão de trâmites burocráticos imposto na execução deste componente. Outro reflexo disto é ampliação do quadro de farmacêutico possibilitando que durante o expediente o farmacêutico possa desenvolver atividades mais direcionadas ao paciente, como uso do medicamento de forma racional e segura. Contudo, dado o déficit também de técnicos administrativos, uma boa parte da carga horária dos farmacêuticos é deslocada para execução de outros serviços para evitar interrupção e/ou morosidade do atendimento, o que prejudica suas funções privativas.

Infraestrutura física e mobiliários:

- Unidade Asa Sul

O espaço da unidade asa sul não comporta o volume de usuários e servidores. O fato de o espaço não ser passível de ampliação é um grande limitador, uma vez que a demanda é crescente e o espaço físico já se encontra saturado. Os projetos elaborados para adaptação do espaço serão bastantes onerosos à SES-DF e não eliminarão todas as dificuldades. Apesar da localização atual constituir um benefício ao usuário e acessibilidade seja um fator essencial a ser considerado, é necessário buscar novos espaços que comportem as atividades e os usuários, sendo esta uma estratégia de fortalecimento do serviço.

- Unidade Ceilândia

A infraestrutura física da unidade em Ceilândia não passava por manutenção do espaço desde sua inauguração em 2012. A demanda de usuários dobrou nestes últimos anos, e o espaço necessitava de reformulação e modernização para abrigar novos serviços, como: sala de atendimento coletivo, sala de aplicação de injetáveis, setor de separação de medicamentos, consultórios farmacêuticos e setor de renovação antecipada, além da ampliação de quichês de atendimento.

Em agosto 2019, iniciaram-se as obras do primeiro bloco, onde ocorre a concentração da maior demanda de atendimento, sendo concluída em nov/2019. Espera-se que até o final do primeiro semestre/2020 esteja concluído o bloco dois, onde será desenvolvido novos serviços à população.

- Sistemas de Informação:

Todas as três unidades do CEFAP utilizam o sistema Hórus Especializado, ferramenta eletrônica do Ministério da Saúde para execução adequada das etapas pertinentes ao serviço, conforme portarias vigentes.

As frequentes oscilações e quedas do sistema resultam em lentidão e ineficácia do sistema (que expõe o usuário à espera da ordem de horas). O processo de contratação de nova solução de informática está na fase de aprovação do projeto básico para continuação dos trâmites para contratação.

5 – OBJETIVO ESPECÍFICO: VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A Vigilância em Saúde trabalha na prevenção, promoção, redução e eliminação dos riscos e agravos à saúde da população. A área responsável pela sua organização é a Subsecretaria de Vigilância à Saúde a qual compete a observação contínua da distribuição e tendência de incidência de doenças mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como de outros dados relevantes.

Ampliação e Qualificação da Política Pública de Vigilância em Saúde

Tendo em vista a necessidade de ampliação e qualificação da Política Pública de promoção e vigilância em saúde para prevenção, redução, eliminação dos riscos e agravos à saúde da população descrita nos instrumentos de planejamento desta SES/DF (PDS 2016-2019), o Laboratório Central de Saúde Pública do DF - LACEN, vinculado à SVS, aprimorou as atividades de vigilância em saúde e assistência em saúde em função do aumento de escopo analítico do laboratório em 290 técnicas laboratoriais, o que possibilitou melhorias nas análises fiscais, orientativas, e nos diagnósticos laboratoriais, possibilitando melhor tomada de decisão.

- Quanto à qualificação da informação:

- Foram capacitados 140 profissionais de saúde que fazem parte dos comitês de mortalidade hospitalar e unidades de Pronto Atendimento (UPA) o que trouxe um impacto positivo imediato com a diminuição do percentual de 18% para 14% de óbitos com a causa sem definição em menos de quatro meses.
- Ocorreu ainda o treinamento de 850 profissionais de saúde tanto nas unidades de saúde público quanto privado do DF visando a melhoria da qualidade da informação inserida no SIM-SINAN (Sistema de Informação sobre Mortalidade - Sistema de Informação de Agravos de Notificação) e SINASC (Sistema de Informações de Nascidos

Vivos), aumentando o número de notificações e diminuindo as unidades notificadoras silenciosas.

Vigilância em Saúde do Trabalhador

A Saúde do Trabalhador se refere a um serviço de vigilância e articulação de ações no âmbito do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal, visando à efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (PNSTT – Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde).

- Dentre as principais realizações alcançadas nesta área, tem-se:

- A implementação de Ações Educativas (atividades relativas a saúde, doença, ambiente e trabalho) que foram ministradas aos empregadores/trabalhadores em geral subsidiaram indiretamente os coeficientes de incidência monitorados pelo Ministério da Saúde, por ser uma ação de promoção e prevenção de saúde com os atores do processo e ambiente de trabalho. No atual exercício, até o mês de novembro, foram realizadas 116 ações, atividades educativas realizadas com os trabalhadores da saúde para a qualificação do preenchimento do campo Ocupação nas notificações de agravos e doenças relacionadas ao trabalho;
- Ampliação da Análise de Situação de Saúde do Trabalhador – ASST, como referência para o monitoramento e vigilância da situação de saúde dos trabalhadores no território, tornando conhecido o perfil epidemiológico da população trabalhadora, além de produzir e publicizar as informações. Até o mês de novembro de 2019, foram realizadas 365 Análises de Situação de Saúde do Trabalhador, subsidiando e apoiando o processo de tomada de decisão para o desenvolvimento de ações de Saúde do Trabalhador no território;
- De janeiro a novembro de 2019, foram realizadas 18 inspeções sanitária, com o intuito de intervir para a redução dos riscos à saúde dos trabalhadores relacionados ao ambiente, à atividade ou ao processo de trabalho.

Vigilância Ambiental

A Vigilância Ambiental em Saúde atua no monitoramento e controle dos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente, de risco biológicos (controle de vetores e zoonoses) e não biológicos (vigilância da qualidade da água para consumo humano, do solo, do ar, em situações de catástrofes com produtos químicos perigosos e desastres naturais), que interferem na saúde humana, com finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos e das doenças ou agravos relacionados à variável ambiental.

Em relação às atividades de prevenção e controle da raiva, foram realizadas, em 2019, campanhas de vacinação com o objetivo de estabelecer uma barreira imunológica em animais domésticos e consequentemente manter o status de área livre da raiva humana. A campanha foi dividida em duas etapas: RURAL e URBANA, sendo vacinados 165.786 animais, com o atendimento de 100% das demandas espontâneas de diagnóstico de raiva animal. Além do combate à raiva animal, houve o atendimento de 100% das demandas espontâneas dos exames de Leishmaniose Visceral Canina, cujo controle é realizado por meio de inspeções nos imóveis das regiões endêmicas do Distrito Federal e inquéritos sorológicos caninos, com monitoramento dos casos humanos confirmados.

Atividades realizadas para a Vigilância de Zoonoses para leishmaniose visceral canina comparativo 2018 e 2019. Distrito Federal.

Ações	Resultados	
	2018	2019
Número de casos humanos de Leishmaniose visceral notificados investigados pela DIVAL	11	7
Número de inquéritos sorológicos caninos realizados em áreas com caso humano de Leishmaniose Visceral notificados	2	3
Número de amostras analisadas para diagnóstico de Leishmaniose Visceral canina	7.891	2.387
Número de animais reagentes para Leishmaniose Visceral	749	282
Número de animais recolhidos reagentes para Leishmaniose Visceral	89	165

Fonte: DIVAL, 2019. Dados atualizados até dezembro de 2019. Dados sujeitos à alteração.

Quanto à vigilância de epizootias de primatas não humanos (PNH) foram investigados 93 casos, com o atendimento de 100% das demandas espontâneas. Esse processo consiste na notificação e investigação de rumores de adoecimento e/ou morte de macacos, esse adoecimento é encarado como um indicativo de que o vírus da febre amarela possa estar presente no local, sendo necessária a investigação entomológica (pesquisa de mosquitos) com o objetivo de identificar, o mais precocemente possível, a circulação do vírus amarílico na população símia e nos vetores silvestres.

As ações de vigilância e controle da febre amarela são desenvolvidas por meio de capturas de culicídeos em áreas silvestres vulneráveis à transmissão do vírus amarílico. São realizadas ações de monitoramento e de investigação entomológica que consistem em verificar a presença dos vetores, o comportamento, bem como identificar a sua circulação viral.

Atividades realizadas para controle da febre amarela comparativo 2018 e 2019. Distrito Federal.

Ações	Resultados	
	2018	2019
Número de inspeções realizadas em áreas de risco para transmissão de febre amarela	135	113
Número de capturas de culicídeos realizadas	359	760

Fonte: DIVAL, 2019. Dados atualizados até dezembro de 2019. Dados sujeitos à alteração

Em 2019, o Programa “**Vigiágua**”, que trata do monitoramento da qualidade da água para consumo humano por meio da coleta e análise de amostras a fim de prevenir doenças de transmissão hídrica, apresentou um acréscimo de 15% das análises realizadas em comparação ao ano de 2018.

Ações realizadas para controle da água para consumo humano. Comparativo 2018 e 2019.

Indicador	Meta	Resultados	
		2018	2019
Número de amostras de água para consumo humano coletadas (PPA ampliar 10% ano em relação 2014: 1.739)	2018: 2.314 2019: 2.545	2.317	2.997

Fonte: DIVAL, 2019. Dados atualizados dezembro de 2019. Dados sujeitos à alteração.

Ainda em relação controle de água, o VISPEA, Programa de Vigilância de População expostas ao agrotóxico, colheu 24 amostras de água que apresentaram resultados satisfatórios e em conformidade com a Portaria Consolidada nº 05/2017 Ministério da Saúde. O Plano de monitoramento de agrotóxicos em águas no Distrito Federal tem como base o manual de orientações técnicas para monitoramento de água para consumo humano do Ministério da Saúde. Assim, foi definido que a necessidade de realização do monitoramento da água de quatro das sete Bacias Hidrográficas do DF, que circulam a região produtora de vegetais e hortaliças. As bacias hidrográficas monitoradas foram: Rio Preto, São Bartolomeu, Rio Descoberto e Lago Paranoá.

Em relação às atividades de prevenção à dengue e outras arboviroses, apesar das dificuldades e do baixo efetivo de servidores, no ano de 2019, a Vigilância Ambiental conseguiu significativo aumento dos trabalhos desenvolvidos com margem de 60% a mais de imóveis visitados, mesmo com o quadro de agentes aquém da realidade necessária para atuação. A capacitação de 192 agentes de campo trouxe também um impacto positivo imediato, que possibilitou ao efetivo conhecimentos de novas tecnologias e condições de desempenhar suas atividades com uma visão mais ampla e com possibilidades de iniciativas construtivas em novos horizontes.

Foram realizadas ações para redução da densidade na Infestação do Vetor *Aedes aegypti* transmissor das Arboviroses (DENGUE, ZIKA, CHIKUNGUNYA, MAYARO, FEBRE AMARELA URBANA) e intensificação dos Bloqueios de Casos Positivos das Arboviroses, principalmente a Dengue, a fim de mantermos um Índice aceitável e com o mínimo de Óbitos.

Quantidade e proporção de imóveis inspecionados*, por ciclo** em 2018 e 2019. Distrito Federal.

Período	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo	6º Ciclo
2018	232.924	320.039	356.013	206.114	213.029	152.012
	38% da meta	52% da meta	57% da meta	33% da meta	34% da meta	24% da meta
2019	154.129	250.943	226.510	277.666	189.947	-
	26,43% da meta	43,03% da meta	38,84% da meta	47,61% da meta	32,57% da meta	-

Fonte: DIVAL, 2019. Dados atualizados até novembro de 2019. Dados parciais, sujeitos à alteração.

* Proporção calculada de acordo com as Diretrizes do Programa Nacional de Controle da Dengue aplicadas ao Distrito Federal

** A produção por ciclo é calculada bimestralmente.

Ações Realizadas para controle da dengue e outras arboviroses, comparativo 2018 e 2019. Distrito Federal.

Ações	Resultados	
	2018	2019
Número de imóveis inspecionados para monitoramento e controle do Aedes aegypti e Aedes albopictus	1.480.131	1.099.195
Número de imóveis tratados com larvicida (tratamento focal)	51.772	435.271
Número de imóveis tratados no peridomicílio com UBV costal	21.813	52.548
Número de imóveis tratados com UBV pesado	109.106	1.044.951
Número de pontos estratégicos inspecionados	10.336	3.245
Número de armadilhas entomológicas instaladas	908	4.635

Fonte: DIVAL, 2019. Dados atualizados até novembro de 2019. Dados parciais, sujeitos à alteração.

O controle vetorial da doença de Chagas é responsável em executar a Vigilância e Controle dos Triatomíneos, por meio de Diretrizes elaboradas pelo Ministério da Saúde, onde atua na Vigilância Entomológica com: identificação das espécies, exame para o Trypanosoma cruzi, controle da infestação domiciliar e orientações e cuidados aos moradores. Segue comparativo das atividades realizadas:

Atividades realizadas para controle de chagas comparativo 2018 e 2019. Distrito Federal.

Ações	Resultados	
	2018	2019
Número de visitas aos Postos de Informações de Triatomíneos - PITs	804	810
Quantidade de triatomíneos identificados/examinados	332	92
Quantidade de domicílios com triatomíneos positivos para doença de Chagas	4	3
Número de borrifações domiciliares para o controle vetorial da doença de Chagas	12	12

Fonte: DIVAL, 2019. Dados atualizados até dezembro de 2019. Dados parciais, sujeitos à alteração.

Visando o controle dos animais peçonhentos, destaca-se a captura de escorpiões, principalmente da espécie Tityus serrulatus, essa ação é realizada mediante inspeções à domicílios ou para atendimento de demandas específicas da população.

Atividades realizadas para controle de animais peçonhentos comparativo 2018 e 2019. Distrito Federal.

Ações	Resultados	
	2018	2019
Número total de imóveis inspecionados para escorpião	798	845
Número total de espécies de escorpiões recebidos/coletados e identificados	276	307
Número total de espécimes de Tityus serrulatus recebidos/coletados e identificados	263	102
Número de imóveis inspecionados para aranhas	3	5

Fonte: DIVAL, 2019. Dados atualizados até novembro de 2019. Dados parciais, sujeitos à alteração.

As ações de vigilância e controle de doenças transmitidas por roedores são realizadas por meio do mapeamento e monitoramento de casos e população de reservatórios no âmbito do DF. O direcionamento é trabalhar com áreas homogêneas de risco com notificação da doença, em consonância com as áreas com maior número de denúncias de presença de ratos, a fim de diminuir as condições que facilitam a reprodução e permanência desses roedores em pontos críticos da cidade e, assim, reduzir a incidência dos casos de leptospirose e seus agravos, como mordeduras.

Quanto às ações de mobilização social frente às endemias, foram realizadas atividades educativas de forma sistemática e contínua sobre temas de saúde e meio ambiente, focadas em prevenção de arboviroses em especial a Dengue. A atuação se deu por meio de agendamento ativo e passivo, buscando atender localidades de maior risco (cenário epidemiológico/assistencial e LIRAA). As ações realizadas são do tipo exposições dialogadas/stand, palestras, paródias, teatro e o Multiplicador Mirim em escolas, UBS, hospitais, eventos regionais (aniversário da cidade, datas comemorativas e afins) e feiras locais.

O público total atingido pelas ações realizadas foi de 80.671 pessoas, 90% das regiões administrativas foram mobilizadas, parte delas mais de uma vez, resultando em presença regular em todas as Regiões de Saúde durante o ano.

Foram trabalhadas 162 escolas públicas e 40 Unidades Básicas de Saúde. As escolas estrategicamente recebem a maior parte das ações educativas, no entendimento de que a comunidade escolar é mais apta a mudança de comportamento e a multiplicação doméstica da conhecimento. O resultado final alcançado é qualitativo e contínuo.

Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica realiza ações de monitoramento e controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos (qualquer dano à integridade física ou mental do indivíduo, provocado por circunstâncias nocivas ou lesões decorrentes de violências interpessoais) que proporcionam o conhecimento, a detecção e prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle das doenças e promoção da saúde.

Quanto ao monitoramento e à prevenção de doenças infecciosas, em 2019, foram investigados 154 casos suspeitos de malária, sendo 27 desses confirmados e tratados, mantendo-se em relação à 2018 o mesmo quantitativo de casos confirmados; e 55 casos suspeitos de doenças infecciosas congênitas, tendo sido confirmados 34 casos, sendo 12 por Zika, 3 por Toxoplasmose, 7 por Citomegalovirus-CMV e 12 de etiologia desconhecida, permanecem 24 casos suspeitos em investigação.

Por meio das atividades do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – COE Sarampo, foi possível investigar 298 casos suspeitos de Sarampo, sendo 5 confirmados, havendo um aumento na investigação de 193 casos em relação a 2018. A instituição do COE Sarampo permitiu maior integração com a área técnica responsável pelo agravo, o que fomentou respostas mais oportunas de controle da doença.

Para aprimorar a resposta à Sífilis, foram capacitados em relação ao manejo da Sífilis adquirida, gestante e congênita, aproximadamente 200 servidores de todas as regiões de saúde do DF em 11 cursos ao longo de 2019.

As atividades de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis DST/AIDS promoveram a distribuição de preservativos a população do Distrito Federal durante todo o ano de 2019.

Em relação ao controle da transmissão vertical do HIV até o momento, mantém-se a meta pretendida de ≤ 1 o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos e 100% das gestantes com HIV detectadas recebendo tratamento; cerca de 70 crianças expostas ao HIV e HTLV recebendo tratamento e fórmula infantil (tipo 1 e tipo 2, adquiridas pela SES) e um aumento de pessoas com HIV/Aids em tratamento e com carga viral indetectável, contribuindo para redução da transmissão sexual e vertical do HIV.

Visando qualificar a prestação do serviço de vigilância epidemiológica, foram realizadas capacitações de:

- 61 servidores em 07 regiões de Saúde em Eventos Adversos Pós Vacinação e Erros de Imunização – EAPV, aumentando 78% das notificações de EAPV e 163% nas notificações de erros de imunização em relação a 2018;
- 198 servidores sobre o e-SUS em parceria com a Coordenação de Atenção Primária à Saúde-COAPS e Diretoria de Controle de Serviços de Saúde-DICS, com o objetivo de Implantar o e-SUS AB nas salas de vacina. O Distrito Federal cumpriu a determinação do Ministério da Saúde no prazo estabelecido, tendo 100% das suas unidades da Atenção Primária à Saúde, utilizando exclusivamente o e-SUS AB para registro do vacinado;
- 350 profissionais de saúde das salas de vacina pública e privada no Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização- SIPNI;
- 31 profissionais da SES-DF sobre a Campanha de Sarampo. Houve melhora da cobertura vacinal das crianças, subindo a cobertura do DF de 83% para 93,7%, imunizando 10.745 crianças de seis meses até menores de cinco anos de idade não vacinados. A população de menores de 1 ano apresentou aumento mais acentuado da cobertura vacinal, resultado importante, considerando ser esta a faixa etária mais vulnerável às complicações do sarampo e com maior coeficiente de incidência da doença;
- Foram realizados 02 treinamentos referentes ao registro das doses de vacinas contra influenza aplicadas durante a Campanha Nacional de Vacinação. Apesar do DF ter atingido a meta de 95,5% de cobertura para a população em geral (vacina da influenza), a cobertura não foi homogênea, sendo que as crianças, gestantes, puérperas e pessoas com comorbidades ficaram abaixo de 90% da cobertura vacinal. A perspectiva para 2020 é buscar parcerias com a Secretaria Estadual de Educação; Sindicato das Escolas Particulares; Sociedade Brasileira de Pediatria do Distrito Federal; Associação Médica de Brasília; Hospitais Militares; e Rotary para apoio e divulgação das campanhas.

Em 2019, foi criado um hiperlink (www.saude.df.gov.br/vacina) para a imunização na página da Secretaria de Saúde em parceria com a Assessoria de Comunicação-ASCOM, promovendo o acesso a informações importantes como calendário vacinal, link para dias/horários de aplicação de BCG, horários, endereços e telefones das salas de vacina, boletins de imunização, e outros.

Com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida à população através da prevenção de doenças, foram realizadas as seguintes ações referentes à cobertura vacinal:

- Foram vacinados com a tríplice viral mais de 2000 mil funcionários do Aeroporto de Brasília, além de terem sua situação vacinal atualizada com as demais vacinas preconizadas pelo MS, para a idade.
- Na Campanha Nacional de Vacinação contra Sarampo – Etapa Adulto foram imunizados 10.485 jovens na idade de 20 a 29 anos;
- Distribuição de 2.970.180 doses de vacinas humanas para abastecer os serviços de vacinação com imunobiológicos a fim de prevenir contra doenças imunopreveníveis.
- Alcance de 95,5% de cobertura vacinal contra Influenza de forma geral, porém ela não foi homogênea sendo que nos grupos de crianças, gestantes e puérperas a cobertura não foi alcançada, havendo a necessidade do envolvimento dos profissionais da Atenção Básica e da Vigilância Epidemiológica para buscarem estratégias de divulgação junto à comunidade de sua área de abrangência, além do apoio da Assessoria de Comunicação com divulgações em todas as mídias.

Em 2019, foi instituído o Grupo Condutor da Hanseníase o que facilitou a construção conjunta da programação da Carreta da Saúde de Hanseníase- RODA HANS permitindo a operacionalização do plano para diagnóstico e treinamento da doença com o objetivo de conscientizar a população sobre a doença, seus sinais e sintomas, além de ofertar atendimento qualificado, a fim de favorecer o diagnóstico precoce dos casos e iniciar o tratamento oportuno, prevenindo as incapacidades. Como resultado deste trabalho, tem-se a programação da Campanha do Dia Mundial de Combate à Hanseníase 2020 que será realizada no período de 20/01/2020 a 10/03/2020 contemplando as 7 regiões de saúde. Foi realizado

ainda em Agosto de 2019 o 1º Seminário Integral de Hanseníase do Distrito Federal alcançando um público estimado em 200 participantes.

Programa de Controle do Tabagismo - principais ações:

- Capacitação continuada de 600 profissionais que realizam tratamento de fumantes na SES, mantendo os profissionais instrumentalizados para a abordagem da população nos temas que são os fatores de risco para as Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT, o tabagismo e dos hábitos saudáveis de vida. Neste ano, foi ainda incluída nas temáticas oferecidas a prevenção dos acidentes e das violências ampliando de forma transversal a capacidade de prevenção;
- Capacitação de 212 profissionais para tratamento da cessação de tabagismo com a ampliação de 13 ambulatórios de tratamento na rede;
- Durante o exercício de 2019, foram atendidos 1.852 pacientes com 680 pessoas sem fumar.

Prevenção e Atenção à Violência

Quanto ao fortalecimento das ações para prevenção e atenção à violência, foram realizadas campanhas integradas em rede de prevenção das violências, articulando os diversos setores tais, como: Tribunais, Secretaria de Segurança, Secretaria da Mulher, Criança e delegacias especializadas e mídia, alcançados os seguintes resultados:

- 08 campanhas virtuais em datas temáticas das violências nos diversos ciclos de vida e tipologias;
- Entrevistas nas séries especiais jornalísticas “Elas por elas”, “Vidas em Risco” e “órfãos do feminicídio”;
- Entrevista no Programa da TV Câmara Participação Popular, com o tema “Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”;
- Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, em parceria com a Secretaria da Cultura e Procuradoria da Mulher da CLDF, com reprodução de 3000 materiais gráficos;
- Encontros com MPDFT (30 promotores de justiça) e com o TJDF (70 operadores do direito, entre eles juízes e defensores públicos);
- Participação no Curso de formação dos novos 300 conselheiros tutelares do DF;
- I Oficina de Qualificação do Atendimento e Registro nos Prontuários de Casos de Violência, com a Coordenação de Núcleos Judiciário da Mulher do TJDF e do IML/DF (100 profissionais de saúde);
- Participação nas Mobilizações de governo “Agosto Dourado” e Campanha “Vem Brincar Comigo”, realizadas no Parque da Cidade, com alcance de mais de 10.000 pessoas;
- Participação no evento “Capital Moto Week”, com a Secretaria da Mulher.
- A SES tem forte parceria com a Rede de Proteção e Enfrentamento à violência no DF. As campanhas virtuais e as participações em meios de comunicação do DF potencializam o alcance da informação e a prevenção. A estratégia neste ano foi de fortalecimento e divulgação da linha de cuidado e de toda a Rede SES como ponto de atenção para as situações de violência.

Prioritariamente, busca-se qualificar a identificação de casos graves e risco de feminicídio para orientar a denúncia e prevenir o aumento da morbidade. Os principais desafios são os determinantes sociais e culturais mantenedores da violência que demandam ações coordenadas e integradas em Rede. O setor saúde tem papel fundamental neste tema que é um problema de saúde pública. A perspectiva para 2020 é de fortalecimento da Rede de Atenção e da Linha de Cuidado para as pessoas em situação de violência.

Houve uma ampliação do número de unidades notificadoras de violência interpessoal e autoprovocada de 129 em 2018 para 150 unidades notificadoras públicas e privadas em 2019, aumentando-se assim o número de notificações de casos de violência de 5.048 para 6.810, respectivamente.

Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária tem como objetivo realizar atividades normativas de fiscalização e educação visando eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde da população do DF.

Diante disso, destacam-se nas ações realizadas em 2019:

- Realização de 23.805 Inspeções Sanitárias até novembro/2019 em estabelecimentos públicos e privados que forneçam produtos e/ou serviços que oferecem riscos à saúde, adequando produtos, comércios e serviços às legislações sanitárias vigentes, de forma a prevenir riscos à saúde da população do DF;
- Inspeção de 58 farmácias de manipulação de um total de 89 estabelecimentos (65,1% do total) e a emissão de 369 Termos de Orientação/Vistorias, visando assegurar que os produtos sejam consistentemente manipulados e controlados, com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido e requerido na prescrição, minimizando, eliminando ou prevenindo os riscos da atividade;
- Inspeção de 47 serviços de mamografia pelo Programa Distrital de Vigilância Sanitária de Qualidade em Mamografias do Distrito Federal;
- - Inspeção das 14 unidades dos Restaurantes Comunitários do DF.

Foram ainda realizadas análises de 34 medicamentos, 16 cosméticos, 13 saneantes e 2 álcool gel saneantes por meio do Programa de Vigilância Sanitária – PVS, uma parceria existente entre o Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (LACEN-DF) e a Diretoria de Vigilância Sanitária do Distrito Federal (DIVISA-DF), com o intuito de fazer o monitoramento pós-comercialização de medicamento, cosmético/produto de higiene pessoal, saneante e produto para a saúde.

6 – OBJETIVO ESPECÍFICO: GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Ouvidoria na SES/DF e o Controle Social

Com o propósito de aprimorar os processos de planejamento, qualificação e gestão dos serviços e dos profissionais de saúde, a Ouvidoria se coloca como facilitadora do diálogo entre a sociedade e as diferentes instâncias de gestão da SES, promovendo um efetivo controle social com o fortalecimento da participação popular na construção das políticas pública de saúde.

Sendo assim, no ano de 2019, foram elaborados projetos como "A Ouvidoria vai até você" e "Empodera o Ouvidor" que promoveram o crescimento do Percentual do Índice de Resolutividade (indicador disponibilizado pelo sistema Ouv-DF, em que o cidadão, após receber a resposta do seu registro de denúncia, reclamação ou solicitação de serviço, pode avaliar e classificar o protocolo como resolvido ou não resolvido), passando de 34 % em dezembro 2018 para 40% em dezembro 2019.

As visitas e atendimentos continuados realizados nas Ouvidorias das Unidades de Saúde alcançaram cerca de 1.300 cidadãos, com o registro de 200 manifestações, possibilitando ao cidadão uma maior facilidade no processo de Controle Social.

No que se refere à capacitação dos profissionais ligados direta e indiretamente à Ouvidoria/CONT/SES, foi realizado capacitação de aproximadamente 212 servidores, com a qualificação de 16 chefes das Seccionais de Ouvidoria, seus respectivos substitutos legais e todos os interlocutores de Ouvidoria distribuídos nas Subsecretarias, Superintendências, Coordenações, Diretorias, Gerências, Núcleos e Unidades da SES-DF.

Destacou-se ainda neste exercício o alcance de 100% de capacitação dos Conselheiros de Saúde através de treinamentos e do envolvimento da comunidade por meio do Ciclo de audiências públicas.

Regulação aa Atenção à Saúde

A regulação assistencial busca o fortalecimento e ampliação do acesso ao serviço de saúde referenciado, integral e equânime com base nas necessidades do usuário. A Regulação na SES apresentou avanços na gestão dos seus processos de trabalho como por exemplo:

- A regulação das cirurgias eletivas de especialidades cirúrgica: No início deste exercício havia apenas 2 especialidades reguladas (cirurgia cardíaca e cabeça e pescoço), agora

totalizam-se 8 especialidades efetivamente reguladas (cirurgia cardíaca, cabeça e pescoço, otorrinolaringologia, vascular, ginecologia oncológica, oftalmologia, urologia e torácica), ampliando o número de procedimentos regulados de 279 em janeiro de 2019 para 1101 em outubro de 2019, perfazendo 4.771 procedimentos cirúrgicos regulados entre janeiro e outubro;

- Ampliação das especialidades reguladas nos Panoramas 1 e 3, sendo que no Panorama 3 alcançou-se quase a totalidade de especialidades reguladas com protocolos clínicos ou notas técnicas. Também foi efetuado a ampliação da regulação para especialidades não médicas como a Odontologia que iniciou o processo regulatório em junho de 2019 (Panoramas 1 e 3) com protocolo clínico aprovado;
- Implantação do Processo de Trabalho da Regulação em Nefrologia da Central de Regulação Interestadual e de Alta Complexidade - CERAC (Central de Regulação de Alta Complexidade) via SISREGIII (Sistema Nacional de Regulação) desde 14/10/2019;
- Implantação de uma unidade de cuidados prolongados pediátricos (20 leitos no Hospital Regional de Santa Maria) e abertura de mais leitos de UTI pediátricos em unidade estratégica (total de 20 leitos ped/neo no Hospital de Base). Além disso, com a abertura dos 30 leitos de ped/neo no HCB houve agilidade na realização de procedimentos e encaminhamentos de pacientes com perfil terciário, esses também para os leitos gerais;
- Integração das unidades móveis de Atendimento pré-hospitalar do SAMU e do CBM-DF com a Central de Regulação de Urgências, ofertando recursos adicionais sob regulação médica. Neste ano houve o aumento de 30 viaturas básicas para 35 com a integração inicial com o CBMDF, 9 unidades de suporte avançado, incluindo o serviço aeromédico e a unidade de suporte avançado de intervenção em saúde mental, bem como diminuição do tempo resposta de 33 minutos para 26 minutos no atendimento pré-hospitalar.

Política de Captação e Transplantes de Órgãos no SUS-DF

Apresentado na Programação Anual de Saúde – PAS 2019 como um dos desafios do Modelo de Atenção, a Política de Captação e Transplantes de Órgãos no SUS-DF foi fortalecida por meio da realização de 35 palestras em diferentes instituições, entrevistas e coletivas de imprensa com as principais emissoras de rádio e tv, mostra fotográfica, reuniões com instituições públicas e privadas e Talk show em comemoração ao "Setembro Verde", mês da doação de órgãos. As referidas palestras alcançaram 1.658 pessoas, e estima-se que as outras atividades tenham alcançado aproximadamente 2.794.725 de pessoas (segundo assessoria de imprensa do Shopping Pátio Brasil), impactando no número de notificações, doações e transplantes.

Foram capacitados 60 integrantes das Comissões Intra-Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos (CIHDOTTs), responsáveis pela organização do processo de doação e captação de órgãos e tecidos junto à Central de Transplante, a fim de padronizar e aperfeiçoar os atendimentos. O treinamento teve duração de 232 horas divididas em atividades de planejamento, criação ou correção documental, prática de campo e avaliação de desempenho.

Houve ainda a qualificação de 56 profissionais ligados aos serviços de transplante do DF e profissionais ligados às unidades assistenciais críticas envolvidas com o diagnóstico de Morte Encefálica (ME) e com a manutenção clínica do potencial doador.

Conselho de Saúde do Distrito Federal

O Conselho de Saúde do Distrito Federal - CSDF é um órgão vinculado à Secretária de Estado da Saúde do DF, composto por representantes de entidades e movimentos representativos de usuários do SUS-DF, entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, governo e prestadores de serviços de saúde do DF. Em 2019, foi eleita pela primeira vez como presidente do Conselho uma representante do segmento trabalhador para a gestão do biênio 2020-2021.

Destaca-se também para este exercício:

- A ativação dos 16 Conselhos Regionais de Saúde até outubro de 2019, promovendo o fortalecimento do Controle Social nas diversas regiões de saúde do DF por meio da valorização e integração dos Conselhos Regionais de Saúde;
- A realização de 7 Conferências Regionais de Saúde, preparatórias para a 10ª Conferência Distrital de Saúde, ocorrida no mês de junho de 2019, além da participação na Conferência Nacional de Saúde, com o objetivo de criar e desenvolver junto aos conselheiros de saúde e usuários do SUS o senso crítico e a capacidade de análise e proposição de políticas públicas de saúde com a finalidade de incrementar e fomentar o desenvolvimento sustentável e responsável do SUS.

Modernização de Sistema de Informação

A Coordenação Especial de Tecnologia de Informação em Saúde – CTINF apontou como grande desafio se tornar referência em gestão, aperfeiçoamento e inovação em soluções e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC na saúde do Distrito Federal, para que os sistemas de informação sejam consolidados e permita sua atuação transversal por todas as áreas e contribua de maneira substancial para o alcance dos objetivos estratégicos da SES.

Destacam-se as principais realizações da CTINF – Coordenação de Tecnologia de Informação em Saúde:

- Integração das unidades de saúde aos sistemas da SES/DF: foram entregues mais 35 links de dados, com a ampliação de 17,33% na rede de atendimento mantida pela CTINF/SES, atendendo 202 novos locais, integrando UBS, CAPS e SVS. Tal marco proporcionou aumento significativo no atendimento da população, disponibilizando o acesso ao universo de sistemas utilizados nas Unidades Básicas de Saúde;
- Ampliação, adequação e modernização da tecnologia da informação em saúde para qualificação dos serviços com o desenvolvimento e entrega do interfaceamento dos equipamentos de realização de exames da bioquímica CMD800, Alinity e MicroScan WalkAway Plus, com impacto direto na ampliação da capacidade de atendimento de exames pela rede da SES/DF, com redução de danos.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1369 - COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	%	37,8	31/12/2014	ANUAL	50	33,90	45	37,07	50	40,54	55	51,66	SES / UO 23901 / OE 1 / UO 23901 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Dados jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado alcançado representou 67,80% do alcance da meta. Ficando 32,20% abaixo do desejado. Segundo a área técnica, há necessidade de integração com a SEDESTMIDH no planejamento de ações para melhorar a captura dos dados e a atualização do sistema, bem como atualização e recadastramento dos beneficiários por parte da SEDESTMIDH.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017 - Dados jul-dez/2017. Para cálculo deste indicador é considerado a 2ª vigência. A primeira compreende o período entre 1º de jan a 30 de junho e a segunda, de 1º de agosto a 31/12 de cada ano. O indicador permite monitorar as famílias beneficiárias do PBF (família em situação de pobreza e extrema pobreza com dificuldade de acesso e de frequência aos serviços de Saúde). Do total de 58.432 famílias beneficiárias, 37,07% foram atendidas, 82,37% da meta pactuada.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. Resultado parcial, tendo em vista que o sistema do MS fechará os dados em fev/2019. O indicador permite monitorar as famílias beneficiárias do PBF (famílias em situação de pobreza e extrema pobreza de acesso e de frequência aos serviços de saúde).</p> <p>2019 - Indicador alcançou 51,66% (dados parciais - banco de dados do Ministério da Saúde fecha em março/2020). Ressalta-se que o DF superou a meta pactuada com o Ministério da Saúde referente à 1ª vigência do ano de 2019 com resultado de 62%. Os esforços para o alcance desta meta está concentrado no cadastro da população vulnerável com acesso ao bolsa família.</p>													
1381 - COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1/ 1.000	0,52	31/12/2014	ANUAL	0,54	0,53	0,49	0,52	0,52	0,51	0,63	0,52	(CNS)/ População (IBGE)/SES / UO 23901 / OE 3 / UO 23901 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado mostra um alcance da meta de 98,15%. Para cálculo deste indicador são considerados apenas os CAPS que estão habilitados no Ministério da Saúde, 14. Que recebem recursos para atender todos os requisitos de funcionamento. Até dez/2016 a SES-DF estava com 17 CAPS em funcionamento, deste 3 sem habilitação junto ao Ministério da Saúde.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017 - A variação de 0,03 representa um aumento na cobertura dos CAPS. Segundo a área técnica há hoje no DF 17 CAPS, sendo 14 serviços habilitados pelo MS. Há três propostas de construção de CAPS cadastradas junto ao MS, com recurso de emenda parlamentar e funcionamento previsto para 2018 (CAPS i - Ceilândia Norte, CAPS ad III - Guará II e CAPS ad III - Taguatinga Norte).</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. A meta alcançada foi de 98,08%, ficando abaixo 1,92% da pactuada. Cabe esclarecer que a SES-DF possui 18 CAPS em funcionamento, o que corresponde a 0,64% de cobertura, sendo 14 habilitados pelo Ministério da Saúde (MS), que requer aumento de pessoal e investimento em novas unidades, conforme classificação pelo MS. O SUS-DF tem conseguido habilitar os CAPS junto ao Ministério da Saúde e manter as equipes consistidas.</p> <p>2019 - A cobertura de CAPS se manteve estável no ano 2019 comparado com 2018, pois não houve ampliação de serviços como planejado ficando 17% abaixo do esperado. A articulação entre as áreas da SES para habilitação de CAPS, e intersetoriais como a NOVACAP para elaboração de projetos de novos serviços, estão em andamento podendo resultar na ampliação da cobertura e alcance da meta.</p>													
1372 - COBERTURA POPULACIONAL PELAS EQUIPES DA ATENÇÃO DOMICILIAR	%	50	31/12/2014	ANUAL	66,6	65,17	70,8	55,49	75	55,04	75	57,20	GESAD/ DSINT / UO 23901 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Embora tenha atingido 97,85% da meta, ficou 2,15% abaixo da pactuada. A área técnica sugere o aprimoramento da coleta de dados, ampliar o número de equipes, melhorar a estrutura física e logística das EAD (motorista).</p> <p>2017 - Dados jan-dez/2017. A variação de 15,31 pontos percentuais em relação a meta estabelecida, representou 78,38% da população atendida pelas equipes da AD. O resultado de 2017 ficou abaixo do pactuado em 21,62%. Segundo a área técnica a falta de credenciamento de novas equipes de atenção domiciliar tem contribuído com o baixo desempenho. Pautua que é necessário a adoção da AD como estratégia para mudança do mod. de saúde vigente: hospitalocêntrico, voltado para as cond. agudas e de alto custo.</p> <p>2018 - Dados extraídos-jan-dez. Indicador quanto maior melhor. Resultado parcial em razão da produção do Recanto das Emas está ainda em fechamento.</p> <p>2019 - O indicador alcançou 76,27% da meta pactuada. O resultado reflete o número de equipes que atualmente está aquém do número ideal por região de saúde, porém em crescimento. Há 17 equipes para serem habilitadas.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1553 - MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE OBSERVAÇÃO DO PRONTO SOCORRO	DIA	5	31/12/2014	ANUAL	5	5,21	4	-	3	8	1	6	SES/DF / UO 23901 / OE 2 / UO 23901 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2017. Indicador quanto menor melhor. A variação em 0,21 dias entre o desejado e alcançado representa 4,20% de aumento do tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência). 2017 - Segundo a área técnica não foi possível coletar dados para cálculo do indicador no ano de 2017 em virtude da não implantação do SISLEITO, previsão para início de 2018. 2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. Resultado abaixo da meta pactuada 310%, devido a espera para realização de exames e cirurgias, falta de médicos para atendimento, gerando aumento no tempo de espera nas emergências. A elevada taxa de ocupação também influencia indiretamente. Leva-se em consideração também problemas no sistema de acompanhamento (SISLEITOS), o que tem gerado recebimento incompleto de dados. 2019 - Indicador importante que reflete o acesso do usuário à atenção especializada. Entretanto este indicador não atingiu a meta devido a desafios estruturantes da SES/DF: déficits de horizontalização do cuidado, déficit de profissionais, e extenso tempo/resposta de pareceres e regulação de leitos, principalmente em terapia intensiva.</p>													
1752 - NÚMERO DE NOVAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA DE ALTO CUSTO	UNIDADE	0	31/12/2017	ANUAL	-	-	-	-	1	0	-	-	SES / UO 23901 / OE 4
<p>Justificativa: 2017 - Este indicador não apresenta índice para ser medido/alcançado nesse período. 2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. Não há projeto para abertura de uma nova unidade de farmácia do Componente Especializado no curto prazo. Já foi reiterado, por diversos instrumentos quanto a inviabilidade de abertura de nova unidade em 2018, como por exemplo, o processo SEI 00010-0000419/2017-81, além de nomeação de farmacêuticos e técnicos administrativos. Precisa de elaboração do projeto de construção ou reforma para adequação aos fluxos da farmácia com a visita e aprovação 2019 - .</p>													
1385 - PERCENTUAL DE CÃES VACINADOS COM A VACINA ANTIRRÁBICA NO DF	%	37	31/01/2015	ANUAL	80	53,81	80	36,83	80	50,67	80	47	GEVAZ/ DIVAL/ SES / UO 23901 / OE 5 / UO 23901 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado representa 67,01% da meta. Para atingir a meta são necessários ampliação em 40% o número de postos de vacinação, dos vacinadores para 3.360 vacinadores o total de pessoas nos dias de campanha. Ainda continua baixo a quantidade de profissionais envolvidos na campanha. 2017 - Dados de jan-dez/2017 - A variação de 43,17 pontos percentuais, representa um alcance da meta de 46,04%, ficando abaixo 53,96% da pactuada. Segundo a área técnica foram realizadas divulgações da vacina de rotina durante todo o ano nos postos de vacinação da rede. Indica como necessidade fomentar parcerias com demais órgãos como SEMA, IBRAM, EMATER, CBM, PMDF e Forças Armadas para ampliar os postos de vacinação de rotina e campanha. 2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. O resultado alcançado significou 73,64% da meta pactuada, ficando abaixo em 26,36. Quando comparado ao ano anterior houve um aumento de vacinação de 59,95%. Ações como apoio na coleta de produtividade de vacinação antirrábica das clínicas veterinárias, fortalecimento da divulgação em diferentes meios de comunicação e divulgação do Projeto de Credenciamento de Clínicas Veterinárias para Vacinação. 2019 - A DIVAL/SES oferta postos fixos de vacinação durante todo o ano e realizou duas Campanhas de Vacinação em combate a Raiva, importante pilar do programa de vigilância preconizado pelo Ministério da Saúde. Esse esforço permitiu o alcance de 59% da meta pactuada, um total de 145.530 cães vacinados no DF. Há de se considerar uma grande maioria de cães vacinados em consultórios veterinários privados no DF que não são notificados a DIVAL/SES, interferindo no cálculo da cobertura vacinal.</p>													
1384 - PERCENTUAL DE IMÓVEIS POSITIVOS NOS 04 LEVANTAMENTOS RÁPIDOS DE ÍNDICE PARA AEDES AEGYPTI (LIRAA) REALIZADOS	%	0,76	31/01/2015	BIMESTRAL	<1	1,01	<1	0,71	<1	1,48	<1	0,81	SIST INF LIRAA/ GEVAPAC/ DIVAL/SES / UO 23901 / OE 5 / UO 23901 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. Foram realizados os 3 ciclos de LIRAA, o DF encontra-se em alerta em razão do índice está maior que 1, segundo a área técnica. Houve providências aos insumos como uniformes e outros materiais para o trabalho de campo, tendo ainda o desafio de falta de pessoal e veículos para a logística operacional. 2017 - Dados de jan-dez/2017 - O indicador é decrescente. Quanto menor melhor. A meta foi superada em 28,98%. O quarto LIRAA foi realizado entre os dias 20/11 e 24/11. O índice de infestação predial do DF foi de 0,95%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante foi o tipo B. A equipe técnica afirma que as ações que mais contribuíram para o alcance da meta foram: maior integração entre os núcleos regionais; identificação das áreas com maior incidência de infestação do Aedes aegypti. 2018 - Dados de jan-dez. O indicador quanto menor melhor. O resultado não foi alcançado. No quarto LIRAA realizado em novembro, foram localizados 388 imóveis positivos e 459 depósitos positivos nas 31 RA. Considerando as sete Regiões de Saúde, a Região Central apresentou o maior IIP, de 3,69%, com depósito predominante do tipo B; e a Região Sudoeste apresentou o menor IIP, de 0,49%. Houve aumento na presença do mosquito vetor 2019 - Foram realizados os quatro ciclos de LIRAA preconizados, dos quais 3 apresentaram índice satisfatório e um em alerta. Dos esforços realizados, destaca-se o trabalho com a atenção primária e regiões de saúde na execução do Plano de Enfrentamento das Arboviroses 2019-2020 e o trabalho intersetorial com vários órgãos do DF na Sala Distrital Permanente de Controle das Ações de Prevenção e Enfrentamento às Doenças Transmissíveis pelo Aedes.</p>													
1373 - PERCENTUAL DE INGRESSOS AVALIADOS PELA EQUIPE DE SAÚDE NA ENTRADA DO SISTEMA PRISIONAL	%	20	31/12/2014	ANUAL	30	-	40	89,02	60	96,06	80	74,51	GSAP/ DIRAP, SESIPE/ SSP / UO 23901 / OE 1
<p>Justificativa: 2017 - Dados jan-dez/2017. A variação de 49,02 pontos percentuais representa uma superação de 122,55% em relação a meta pactuada. No entanto, a área técnica esclarece que para este cálculo foram restritas a realização de teste rápido de HIV, sífilis, hepatite e vacinação. 2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. Resultado superado em 49,05%. No entanto, há ainda necessidade de qualificar melhor as ações no acolhimento nas unidades prisionais e ter espaços adequados para continuidade do acompanhamento dos ingressos. 2019 - O Indicador alcançou 93,14% da meta pactuada. Foi inaugurada a UBS na Divisão de Controle de Custódia de Presos, onde inicia-se o primeiro atendimento aos presos e é implantada a Nota técnica nr 05 na PFDF que normatiza ações no acolhimento. Novos desafios envolvem garantir a realização dos testes rápidos e o tratamento das condições diagnosticadas no acolhimento.</p>													
1692 - PERCENTUAL DE RECURSOS DE TIC MODERNIZADOS	%		01/01/0001	ANUAL	-	-	45	12,78	65	40	70	4,70	CTINF/ GAB/ SES/ UO 23901 / OE 6 / UO 23901 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Não há índice desejado para 2016. 2017 - Dados de jan-dez/2017. A variação de 32,22 pontos percentuais representa uma proporção de 28,44% de alcance da meta, ficando 71,60% abaixo da meta pactuada. Segundo a área técnica muitos processos estão em andamento para conclusão em 2018. No entanto, aponta a necessidade de mais servidores para atender a demanda da TI. 2018 - Dados de jan-dez. No ano de 2018 foi desenvolvido por meio de Convênio com a FioCruz a Sala de Situação da SES-DF. Os demais sistemas estão em fase de manutenção, não tendo sido realizados customizações. 2019 - O não atingimento da meta resulta das mudanças e priorizações da gestão e o processos de aquisição de ativos de TIC estarem ainda em andamento juntamente com o levantamento do parque atual para a devida modernização.</p>													
1755 - PERCENTUAL DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE COM PROGRAMA IMPLANTADO E CUSTO TOTAL APURADO	%		01/01/0001	ANUAL	-	-	-	-	30	43,98	70	43,98	APURASUS/ MS /UO 23901/OE 6 / UO 23901 / OE 6
<p>Justificativa: 2017 - Este indicador não apresenta índice para ser medido/alcançado nesse período. 2018 - Dados de jan-out. 2019 - O indicador não alcançou a meta pactuada. A implantação da Gestão de Custo não teve avanços em 2019 em função de revisão do método de custeio em conjunto com o Departamento da Atenção Básica - DAB/MS e o Departamento de Economia em Saúde - DESID/MS. Além disso, a mudança na política da APS no DF, em que houve mudança do modelo tradicional para a Estratégia de Saúde da Família - ESF, implicou na necessidade de revisão metodológica, o que exigiu suspensão de implantação em novas UBSS.</p>													
1768 - PERCENTUAL DE UNIDADES DE SAÚDE CONTRATUALIZADAS COM AS SUPERINTENDÊNCIAS	%	-	31/12/2017	ANUAL	50	0	100	0					DGR/ CGCSS/ SES / UO 23901 / OE 6
<p>Justificativa: 2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. A contratualização que estava prevista neste indicador, reporta-se ao Decreto nº 37.515, de 26/07/2016. No entanto, foi priorizada a finalização dos Acordos de Resultados das Superintendências com a SES-DF e capacitados os gestores das unidades de saúde das Regiões para se apropriar do processo de Regionalização (240 gestores, no primeiro período), razão porque o a meta não foi atingida e encontra-se em fase de apresentação à nova gestão-SES. 2019 - Por necessidade de alinhamentos com a nova gestão da SES DF, a contratualização não ocorreu no ano 2019. Contudo, o Acordo de Gestão Local, instrumento de contratualização está previsto para se efetuar em fevereiro de 2020.</p>													
1387 - PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DO E-SUS AB NAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE NA SES/ DF	%	8,72	30/06/2015	ANUAL	20	11	49,5	100	75,5	98,84	100	100	CTINF/ GAB/ SES / UO 23901 / OE 6 / UO 23901 / OE 6

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcance 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcance 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcance 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcance 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016 sujeitos a alterações. Considerando a diversidade das unidades da ESF da SES-DF, sendo algumas dentro do mesmo estabelecimento conforme consta do CNES e tendo em vista que houve falta de conectividade de internet fornecida pela operadora OI, estima-se o alcance da meta de 11% em 2016 na utilização do Sistema Integrado de Saúde.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017. Segundo a área técnica foi implantado nas 117 Unidades Básicas de Saúde, o sistema E-SUS AB, atingindo a meta antes de 2019. Esclarece que trata-se de um novo sistema, não tendo sido subestimada a meta. O próximo passo será a conclusão da capacitação de todos os servidores.</p> <p>2018 - Dados de jan-nov. Do total de 172 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 170 unidades conseguiram até nov/2018 utilizar o E-SUS AB, o que correspondeu a 98,84%, superando em 30,91%, a meta pactuada. Ações como treinamento e implantação nas unidades foi decisivo à superação da meta.</p> <p>2019 - Indicador com meta alcançada. Todas as unidades básicas de Saúde tem instalado o sistema E-SUS.</p>													
1383 - PORCENTAGEM DE LEITOS DOS HOSPITAIS DA SES-DF COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO POR DOSE INDIVIDUALIZADA	%	48,88	31/12/2014	QUADRIMESTRAL	60	54,08	80	68,06	90	44,72	100	49,51	DIASF/SAS/SES / UO 23901 / OE 4 / UO 23901 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado representa um alcance de 90,13% da meta.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017 - A variação de 14,92 pontos percentuais representa um alcance da meta de 85,07% de leitos hospitalares com dose individualizada. No entanto, a área técnica aponta a necessidade de nomeação de servidores AOS-Farmácia e aquisição de mobiliários para as farmácias hospitalares.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. O resultado alcançado ficou abaixo da meta pactuada em 50,31%. A finalização dos processos de aquisição e a chegada de equipamentos específicos para dose individualizada permitirá a ampliação da cobertura dos leitos com dose. Outro fator importante é o capital humano. Com as nomeações de AOSD Farmácia, minimizará o déficit desse servidor nas unidades hospitalares, possibilitando a expansão da dose individualizada.</p> <p>2019 - Indicador não atingiu a meta apesar da expansão dos leitos com dose individualizada no HRAN (cobertura de 100% dos leitos passíveis de dose) e expansões que ocorreram no HRG e no HRL. Contudo, a diminuição da cobertura nos hospitais HRC e HRPL devido à perda de servidores na unidade impactou no indicador.</p>													
1377 - PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	%	61,3	30/04/2015	ANUAL	63	62,85	-	46,02	70	47,46	72	46,99	SIH/SINASC/SES / UO 23901 / OE 3 / UO 23901 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Este considera os partos normais realizados na rede própria. Ao considerar todo o DF (público e privado) este resultado passa para 46,30%. Observa-se que os hospitais privados realizam mais partos cesários. Para o ano de 2018 a área técnica sugere a inclusão da rede suplementar, tendo em vista que a nível nacional este indicador passou a partir de 2017, ser obrigatório a informação. Assim sendo, como saúde pública será obrigatório.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017. O indicador é crescente, quanto maior melhor. Com a pactuação interfederativa, o indicador sofreu uma alteração em 2017. Antes era considerado apenas os partos normais da rede SES e agora passou a ser considerado o privado tb. Assim sendo, o resultado dos partos na SES foi: 60,84% de partos normais, enquanto que o privado foi de 14,55%. O parâmetro nacional é de 45,90% de partos normais no SUS. Historicamente o DF ocupa o ranking dos entes federados com partos normais.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. O indicador quanto maior melhor. Dados do SUS e Saúde Suplementar. É importante considerar que no acumulativo de janeiro a dezembro na Rede SES DF, a porcentagem de parto normal foi de 59,80%, acima sempre do parâmetro nacional (45,90%). No entanto, é importante considerar, os esforços da saúde pública nacional em dificultar no Privado os partos cesáreos desnecessários e na Rede Pública campanhas educativas e esclarecimentos no pré-natal sobre os benefícios do parto normal.</p> <p>2019 - Observa-se um percentual de partos cesários alto no DF, serviços públicos e privados, seguindo tendência nacional. Importante considerar que na Rede SES DF a porcentagem de parto normal foi de 60,3%, contudo nos hospitais privados o resultado foi 17,1%, o que corrobora com o não alcance da meta. Houveram iniciativas e esforços para orientar a rede privada no registro dos partos no SINASC, possibilitando uma melhora nas informações dos nascimentos e adequação nas notificações. Dados parciais.</p>													
1753 - PROPORÇÃO DE SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA INSPECIONADA	%	35	30/11/2016	ANUAL	-	-	50	56	75	75	100	98	SES/UO 23901/OE 5 / UO 23901 / OE 5
<p>Justificativa: 2017 - Dados de jan-dez/2017 - A variação de 6 pontos percentuais representa um aumento de 12% em relação a meta pactuada. São 96 serviços cadastrados no DF.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. O resultado ficou dentro do esperado. Quanto ao controle de qualidade as irregularidades relacionadas com a análise periódica do phantom e periodicidade da avaliação da qualidade dos processos. Cerca de 10% dos serviços foram interditados por falta de controle de qualidade e outros pelo processamento inadequado de imagens.</p> <p>2019 - O indicador alcançou 98% da meta, estando dentro do resultado esperado. As vistorias ocorrem para atendimento ao Programa Nacional de Qualidade em Mamografia - PNQM. Ressalta-se que no ano de 2019 não houve ato de infração.</p>													
1689 - PROPORÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DA REDE SES-DF QUE OFERTAM PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE	%	58	31/12/2015	ANUAL	58,50	46,40	59	55,75	60	54,91	60,5	62,34	GERPIS/DAEAP/COAPS/SAIS / UO 23901 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O indicador de expansão da PIS (Práticas Integrativas de Saúde) para outras unidades de saúde não ocorreu, porém segundo a área técnica estas práticas foram implementadas nas unidades que já possuíam alguma, passando de 48 para 277 serviços, em especial, a shantala como apoio a humanização da Rede Cegonha.</p> <p>2017 - Dados jan-dez/2017. A variação de 3,25 pontos percentuais representa um alcance da meta de 94,49%. Segundo a área técnica há necessidade de sensibilizar gestores e servidores quanto os benefícios dessas práticas. Ações que foram empreendidas: capacitação de 81 servidores da SES e voluntários nos 8 cursos oferecidos de automassagem e Reiki, além de encontros. Atualmente 97 unidades básicas de saúde da SES ofertam estas práticas.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. O indicador alcançou 91,52% da meta preconizada, ficando abaixo 8,48%. As Práticas Integrativas em Saúde (PIS) nas unidades da Rede SES-DF em 2018 tiveram um aumento, decorrente de capacitações, educação permanente e apoio aos facilitadores e gestores na implantação das mesmas. Das sete com as práticas, a Região Central apresenta o melhor desempenho (77,27%).</p> <p>2019 - Indicador superou a meta em 3%, com oferta de PIS em todas as regiões de saúde. Dados parciais sujeito a alteração. Entre as ações desenvolvidas destaca-se a qualificação do serviço com facilitadores e o 1 Seminário de Gestão de Práticas Integrativas em Saúde, pela equipe da GERPIS, em parceria com o Ministério da Saúde e a Fiocruz.</p>													
1386 - PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS DE IDADE - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª DOSE), POLIOMELITE (3ª DOSE) E TRÍPLICE VIRAL (1ª DOSE)- COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA.	%	100	31/01/2015	ANUAL	100	44,44	-	-	100	0	100	0	GEVEI/DIVEP/SES / UO 23901 / OE 5 / UO 23901 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Os dados são parciais por problemas em algumas regionais para fechamento do sistema. Segundo a área técnica providências estão sendo adotadas para correções no sistema (SIPIN - Sistema do Programa Nacional de Imunização com previsão para mar/2017).</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017. O indicador considera as quatro vacinas selecionadas na pactuação interfederativa pelo MS que considera o parâmetro de 95% para cada dose. Assim sendo, o DF só alcançou 87%, ficando 8,42% abaixo da meta preconizada nacionalmente, o que acaba zerando a informação.</p> <p>2018 - Dados de jan-nov.</p> <p>2019 - O DF não atingiu as coberturas preconizadas (95%) para as quatro vacinas. Dados parciais até setembro, em decorrência de migração dos dados para sistema E-SUS. Houve queda da cobertura vacinal para a pentavalente devido ao desabastecimento nacional da vacina o que também pode ter influenciado a queda da cobertura da pólio pela evasão. Destaca-se a regiões Oeste no alcance e manutenção da cobertura para as quatro vacinas durante o período analisado.</p>													
1378 - RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,31	31/12/2014	ANUAL	0,3	0,18	0,32	0,19	0,5	0	0,38	0,19	SAI/SISCAN/SES / UO 23901 / OE 3 / UO 23901 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Embora tenha alcançado 60% da meta, segundo a área técnica é necessário qualificar as equipes para o rastreamento citológico de qualidade (captação, coleta e laudo), com ênfase na população de risco de 25 a 64 anos.</p> <p>2017 - Dados jan-dez/2017. A variação de 0,13 pontos percentuais em relação a meta pactuada, representa um alcance da meta de 59,37%, ficando abaixo 40,63% da meta estabelecida. Segundo a área técnica o resultado abaixo se deve a quantidade de coleta inferior às nec. da cobertura na APS, o acolhimento e o modelo de atendimento influenciam. Há tb as limitações operacionais de citopatologia que ressam laudos. Apontam como solução a ampl. do acesso a coleta na APS, recomposição do quadro, impl.SISCAN.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. O indicador apresenta resultado em razão. O indicador encontra-se sem possibilidades de ser calculado, devido ao sistema do MS, Siscan não está extraindo por faixa etária. Só foi possível saber que existem 3.425 citopatológicos de colo de útero laudados e liberados entre 01/12/2018 e 31/12/2018 para mulheres residentes no DF, totalizando 49.767 citopatológicos de colo de útero liberados no SISCAN entre 01/01/2018 e 31/12/2018. Notificado pelo SEI MS e INCA sobre o problema.</p> <p>2019 - Indicador quanto maior melhor, resultado atingiu 50% da meta pactuada. A informação possível de ser levantada pelo SISCAN é que existem 70.146 citopatológicos de colo de útero liberados no período de 01/01/2019 a 31/12/2019 para mulheres residentes no DF (Fonte: SISCAN, pesquisa em 17/01/2020). Observa-se deficits de respostas da atenção primária no tocante a cobertura e realização de exames.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1379 - RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,22	31/12/2014	ANUAL	0,22	0,03	0,10	0,05	0,25	0	0,70	0,06	SAI/ SISCAN/ SES / UO 23901 / OE 3 / UO 23901 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. A falta de manutenção dos mamógrafos tem sido apontado pela área técnica como fator crítico de sucesso, além da falta de profissionais para operar os existentes (médicos radiologistas e técnicos). Poucas agendas são abertas para exames de mamografias, o que dificulta ainda mais a oferta.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/17 . O resultado ficou abaixo 50% do pactuado. A área técnica informa que apesar dos dados do SISREG demonstrarem normalização das filas de espera por exame, a meta não foi alcançada devido a baixa demanda e subutilização do SISMAMA pelos serviços de Radiologia. Aponta como solução a criação de serviços de diagnóstico de mama pelo menos em cada superintendência de saúde e contratação de radiologistas e técnicos de radiologia dedicados para mamografia e implantação do SISCAN.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Não existe a possibilidade de gerar relatórios gerenciais ou extrair base de dados pelo SISCAN para o acompanhamento da produção dos exames, impossibilitando o levantamento de dados para o cálculo dos indicadores. Não há a possibilidade de estratificação dos dados por faixa etária, bairro, Região de Saúde ou Unidade de Saúde solicitante. SES notificou MS e INCA sobre o problema do DF. Aguardando providências até o momento.</p> <p>2019 - Indicador quanto maior melhor. Dados até novembro 2019. A falta de manutenção dos mamógrafos tem sido apontado pela área técnica como fator crítico de sucesso, além da falta de equipes consistidas e dificuldades com SISCAN no faturamento dos exames.</p>													
1389 - REGIÕES DE SAÚDE E UNIDADES DE REFERÊNCIA DISTRITAL CONTRATUALIZADAS COM A SES/DF	UNIDADE		01/01/0001	ANUAL	12	0	7	7	10	7	11	11	SUPRAC/ SAS/SAPS/ SES / UO 23901 / OE 6 / UO 23901 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Não houve contratualização com as Regiões de Saúde e Unidades de Referência Distrital em 2016. Foi priorizada a capacitação para os gestores com o curso de Gestão Regionalizada e o indicador repactuado para o ano de 2017.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017. Todas as sete Regiões de Saúde contratualizaram com a ADMC (SES-DF) em dez/2017, o Acordo de Resultados.</p> <p>2018 - Dados de jan-nov. Indicador quanto maior melhor. O resultado alcançado representou 70% da meta pactuada, abaixo 30%. Foram contratualizadas as 7 Regiões de Saúde existentes, ficando as Unidades de Referência Distrital - URD (HAB, HSNV e HMIB) em processo de elaboração dos Acordo de Resultados. As URD (IHBD e HCB) possuem contrato de gestão, diferenciada das demais URD.</p> <p>2019 - A meta de contratualização das 07 Regiões de Saúde e as 04 Unidades de Referência Distrital (URD) com a SES/DF foi alcançada em 2019. A contratualização ocorreu por meio dos Acordos de Gestão Regional após revisão de metas e análise do desempenho das Regiões e URD.</p>													
1376 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	1/ 1.000	11,5	30/04/2015	ANUAL	11,2	10,92	10,9	11,44	10,6	11,89/1000	10,3	9,06	SIM/ SES / UO 23901 / OE 3 / UO 23901 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Dados jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. Dado parcial sujeito a alteração tendo em vista que o banco de dados do Ministério da Saúde fecha o sistema SIM e SINASC em jun/2017. O resultado parcial demonstra queda na mortalidade infantil no DF e tende a se manter.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017 - Dados parciais. Segundo área técnica o banco de dados de óbitos infantis só fecha em jun/2018. Assim sendo, não é possível fazer uma avaliação da mortalidade infantil neste momento, embora o resultado atual aponte para o resultado esperado.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. Dados parciais. Banco de Dados do MS fecha em out/2019. Resultado um pouco maior que em 2017 (11,20), e menor que a taxa observada no Brasil em 2016 (último dado disponível), que foi de 14,0. Entretanto, este indicador difere muito entre as regiões, estando em alerta as Regiões Sul, Leste e Centro Sul. Ações de capacitações da ESF, organização da Atenção Secundária e lotação de pediatras (R.Sul), estão sendo realizadas.</p> <p>2019 - O indicador no DF sofreu uma sensível redução, o que permitiu, sendo um indicador quanto menor melhor, o alcance da meta. Entretanto, o dado é parcial sujeito a alteração. As ações realizadas visaram o fortalecimento dos comitês de óbitos nas regiões de saúde, a ampliação do acesso ao pré-natal, ao puerpério e ao atendimento da criança de forma oportuna, e que resultaram na redução do indicador.</p>													
1551 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI CARDIO	DIA	10	30/04/2015	MENSAL	8	10,35	6	13,14	4	10,30	3	10,51	SES/DF / UO 23901 / OE 2 / UO 23901 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 2,35 dias representa 29,38% de aumento no tempo de permanência na UTI que segundo a área técnica demanda leitos com capacidade de hemodiálise.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017 - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 7,14, representa um aumento de 119% no tempo de permanência. Segundo a área técnica há necessidade de reativar a cirurgia cardíaca como forma de melhorar os resultados.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. O TMP sofre influência direta da indisponibilidade de suporte hemodinâmico e cardiocirúrgico. Parte da recuperação pode ser reflexo da transformação em Instituto, com auto-gestão. Resultado abaixo da meta pactuada em 57,50%. Nova pactuação será realizada em razão deste indicador ser na rede da HBDF, transformado em Instituto.</p> <p>2019 - Indicador não alcançou a meta planejada. Os maiores desafios baseiam-se no estabelecimento dos fluxos de saída dos pacientes para um nível de cuidado menos crítico. Planos de ação para estabelecimentos de fluxo estão sendo discutidos com as chefias.</p>													
1548 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI GERAL	DIA	20	30/04/2015	MENSAL	14	18,59	12	22	8	22,07	8	19,19	SES/DF / UO 23901 / OE 2 / UO 23901 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. O tempo de permanência em leitos de UTI Geral carece de uma análise detalhada por parte da área técnica para apontar os motivos, visto que a variação de 4,59 dias significa um aumento de 32,77% de permanência no leito.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 10 pontos percentuais, representa um aumento no tempo de permanência do paciente. Segundo a área técnica, embora não se tenha alcançado a meta, as ações dos médicos rotineiros tem melhorado este tempo, pois o indicador reflete a gravidade que o paciente chega na unidade. Esta relacionado ao tempo de espera na fila da CRIH e a demora do paciente sair da unidade após a alta, leitos de retaguarda</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. O indicador muito crítico. Presente perfil de pacientes com maior perfil de gravidade, o que eleva o prolongamento no tempo de alta, além de dificuldades relacionadas a transporte e vaga para egressos. Houve um resultado negativo de 175,88% a mais do esperado. A gestão de leitos está com programação de planos de ação para cada unidade hospitalar com pacientes com maior perfil de gravidade.</p> <p>2019 - Indicador não atingiu a meta pactuada. A falta de leitos regulados para admissão de pacientes oriundos da UTI resultou na grande dificuldade da saída/alta dos pacientes dessas unidades. Os esforços serão concentrados no transporte sanitário, na regulação de leitos de retaguarda e no TMP.</p>													
1552 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI MATERNA	DIA	10	30/04/2015	MENSAL	8	6,17	6	4,71	4	4,41	4	3,53	SES/DF / UO 23901 / OE 2 / UO 23901 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação em 1,83 dias entre o desejado e alcançado representa 22,88 de redução de tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência).</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017 - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 1,29 pontos percentuais, indica um resultado positivo. Houve redução 21,50% no tempo de permanência.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. Indicador abaixo da meta pactuado em 10,25%. Este sofre influência da falta na Rede de insumos essenciais ao atendimento de pacientes críticos, carência de leitos de retaguarda e de transporte sanitário resolutivo, que viabiliza a alta hospitalar em tempo hábil. UTI recebendo pacientes de hemodiálise, o que aumenta o TMP (para este perfil estima-se TMP de 5 dias, portanto a UTI aproxima-se da meta).</p> <p>2019 - Indicador atingiu a meta com resultado adequado para o tempo médio de permanência na UTI materna. A redução envolveu um monitoramento constante da área técnica e gestora e a manutenção das visitas multidisciplinares visando melhorar a resolutividade dos casos.</p>													
1550 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEUROTRAUMA	DIA	15	30/04/2015	MENSAL	12	14,44	10	14,87	8	12	6	13,92	SES/DF / UO 23901 / OE 2 / UO 23901 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 2,44 dias. Cabe esclarecer que o único hospital especializado existente no DF, é o HBDF, que atende toda a população de forma geral, independente de depender do SUS ou ter plano privado. Todos são atendidos no HBDF.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017 - Indicador decrescente, quanto menor melhor. A variação de 4,87 pontos percentuais indica um aumento no tempo de permanência. Segundo a área técnica o tempo poderia ser menor se o tempo por internação domiciliar e de leitos especializados de reabilitação fossem mais rápidos. Há necessidade de suporte multidisciplinar e leitos de retaguarda para receber egressos sequelados.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. O resultado abaixo da meta de 50% até abril/2018. Trata-se de perfil de pacientes com maior gravidade que exige maior tempo de internação. Indicador pactuado somente com o HBDF, transformado em Instituto. Em elaboração plano de ação para adequar as mudanças do Instituto. Problemas que afetam a Rede: falta de insumos, carência de leitos de retaguarda e transporte inter-hospitalar deficitário no pós-alta.</p> <p>2019 - Indicador não atingiu a meta pactuada. Muito se deve ao elevado score de gravidade dos pacientes na admissão na unidade. Observa-se esforço no alinhamento das condutas com a realização de houndes interdisciplinares, entretanto há desafios na regulação dos leitos e na carência de leitos de semi-intensiva e terapia dialítica substitutiva.</p>													
1375 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA	DIA	11,9	30/04/2015	ANUAL	11,9	29,70	11,9	16,00	11,9	10,57	11,9	8,5	SIS/SES / UO 23901 / OE 2 / UO 23901 / OE 2

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Segundo a área o resultado reflete que a longa permanência está diretamente ligada a ausência de leitos de cuidados prolongados e de internação domiciliar de alta de complexidade.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 4,10 pontos percentuais representa um aumento do tempo de permanência em leitos de UTI de 34,46%. Segundo a área técnica há necessidade de mais ações preventivas promovidas pela Rede Cegonha, bem como o melhor funcionamento dos Comitês de Investigação e Prevenção de Óbitos e gestores envolvidos nas ações preventivas.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. O indicador superou a meta em 11,18%. O IHBDF e HMIB mantiveram sua média de permanência. O HRSM teve sua UTI pediátrica assumida pela SES-DF em nov/2018. A UTI é de perfil de pacientes de longa permanência.</p> <p>2019 - Indicador atingiu a meta com resultado adequado reduzindo aproximadamente 3 dias no tempo de permanência devido a implantação do fluxo de pacientes de acordo com o perfil da unidade. Contudo, os esforços permanecem para o melhor controle nos registros do tempo de permanência assim como na qualificação da sistematização das informações.</p>													
1549 - TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PÓS - CIRÚRGICA	DIA	7	30/04/2015	MENSAL	6	7,97	5	6,05	4	4,30	3	10,46	SES/DF / UO 23901 / OE 2 / UO 23901 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 1,97 dias representa 32,83% de aumento no tempo de permanência que pode está associada a diversos motivos, devendo a área técnica detalhá-los.</p> <p>2017 - Dados de jan-dez/2017. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 1,05 pontos percentuais indica um aumento no tempo de permanência. Ao comparar com o ano anterior houve redução de 24,09%. Embora não se tenha alcançado a meta pretendida, a área técnica afirma que as ações do trabalho dos médicos rotineiros têm melhorado o desempenho deste indicador.</p> <p>2018 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. Está em alerta, apesar de ter tido melhora do indicador atribuída a transformação do HBDF em Instituto, o que permitiu a regularização dos processos que impactam no tempo de permanência em leitos próprios da SES-DF (falta de insumos, leitos de retaguarda e transporte). Houve um aumento indesejável de 7,50% de permanência. Ação programada de treinamento na Rede.</p> <p>2019 - Indicador não atingiu a meta pactuada permanecendo com índice muito crítico. Mesmo com todas os encaminhamentos realizados de planejamentos de ações e discussão de fluxos observou-se desafios frente a regulação de leitos e encaminhamentos dos pacientes para um menor nível de cuidado.</p>													

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	2700000,0	1690392,00	1690392,00	1296146,56
8527 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SES-DISTRITO FEDERAL	2700000,0	1690392,00	1690392,00	1296146,56
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2700000,00	1690392,00	1690392,00	1296146,56

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	30000000,0	47000000,00	40487304,74	40481304,74
0031 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SES-DISTRITO FEDERAL	30000000,0	47000000,00	40487304,74	40481304,74
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6300000,0	14700000,00	8812196,93	8535507,42
0030 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SES-DISTRITO FEDERAL	6300000,0	14700000,00	8812196,93	8535507,42
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	36300000,00	61700000,00	49299501,67	49016812,16

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	31887826,0	46933619,70	43332470,20	33790054,61
0022 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-POUPA DF-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
0059 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	500000,0	0
5303 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SES-DISTRITO FEDERAL	15000000,0	11045717,00	9674628,33	6854789,81
5339 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	488000,0	341524,70	141522,98	136697,98
5398 - MANUTENÇÃO PREDIAL DO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	700000,0	0,0	0	0
5399 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DF	900000,0	0,0	0	0
0019 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	14279826,0	7387438,0	7123496,39	4857991,17
0020 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	26360916,0	24594799,30	20898397,78
0021 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-VIGILÂNCIA EM SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	1298024,00	1298023,20	1042177,87
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1327696128,0	1657870990,00	1530389303,83	1516093646,00
0012 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL - IHBDF- PLANO PILOTO .	347784314,0	273422563,00	270893574,48	270893574,48

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0050 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SES-DISTRITO FEDERAL	889757281,0	1259592558,00	1164142389,63	1149867423,00
0068 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	51700000,0	42400000,00	41451597,22	41430906,02
8859 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS EM ATIVIDADES ALHEIAS A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SES-DISTRITO FEDERAL	37000000,0	54900000,00	53901742,50	53901742,50
0024 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	1434533,0	22199877,00	0	0
0022 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAUDE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
0023 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-VIGILÂNCIA EM SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	5345992,0	0	0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	127579448,0	135679448,00	132569515,46	132563320,55
0013 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO HOSPITAL DE BASE-PLANO PILOTO .	7496062,0	7496062,00	7330071,48	7330071,48
0014 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-PROFISSIONAIS EM ATIVIDADES ALHEIAS A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	1223827,0	1373827,00	1321552,35	1321552,35
6988 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SES-DISTRITO FEDERAL	117221559,0	125171559,00	122546015,33	122540836,45
6990 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	1638000,0	1638000,00	1371876,30	1370860,27
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	278075440,0	447453532,45	437956008,24	381409065,26
0052 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SES-DISTRITO FEDERAL	5725000,0	2523288,55	2474385,69	2230134,30
0063 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	2555000,0	2274216,00	1944893,78	1640772,58

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3722 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA-SES-DISTRITO FEDERAL	118000000,0	145288192,00	143224730,06	118908453,75
6991 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA - SES-DISTRITO FEDERAL	96000000,0	110570000,00	108236402,99	99643204,61
7261 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SES-DISTRITO FEDERAL	50000000,0	14649715,90	14649715,20	13736321,23
9677 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FROTA DE VEÍCULOS - SES-DISTRITO FEDERAL	4736640,0	5837464,00	4887045,16	4193864,00
9680 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS COMPLEMENTARES SES-DISTRITO FEDERAL	110000,0	0,00	0	0
9825 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE SAÚDE MENTAL DO DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
0033 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	53248852,00	53248852,00	52237018,89
0035 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA - ATENÇÃO PRIMARIA À SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	25427672,00	21810042,67	21810042,67
0038 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10634992,0	10634992,00	4713252,59
0040 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	65317561,00	65317560,36	51645152,25

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0034 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA - VIGILANCIA EM SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	5497957,00	5497906,57	5497906,57
0037 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA - VIGILANCIA EM SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	4275940,00	4121799,76	3948816,74
0039 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	388800,0	1907682,0	1907682,00	1204125,08
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	929081,0	595203,19	595202,29	595202,29
0021 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SES-DISTRITO FEDERAL	929081,0	595203,19	595202,29	595202,29
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	4000000,0	0,0	0	0
9615 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA A REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO DF	1000000,0	0,0	0	0
9617 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	2000000,0	0,0	0	0
9618 - AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	1000000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	1770167923,00	2288532793,34	2144842500,02	2064451288,71

Gestão de Pessoas

Com características diferenciadas das demais Secretarias de Estado, esta Pasta possui um rol de aproximadamente 53 mil servidores, ativos e inativos. Neste universo, conta-se com profissionais de 7 carreiras, com especialidades distintas, somando a esse efetivo os residentes, requisitados, voluntários, prestadores de serviço (FUNAP) e estagiários, que possuem um grande valor, sendo referenciados como nossos recursos humanos e formam o tripé desta Secretaria.

Neste cenário entra a Gestão de Pessoas, representada nesta SES/DF pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas, cujas competências estão dispostas no art. 210, do Decreto nº 39.546, de 19 de dezembro de 2018, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Os objetivos e conquistas traçados para a SES/DF vão ao encontro das metas estipuladas pelo Governo do Distrito Federal para à Saúde do DF, tais como:

- Valorização dos servidores da rede de saúde do DF;
- Construção de uma Gestão Integrada e Moderna na Saúde.

- A Modernização da Gestão da Saúde, dentre outros.

Desde o início desta Gestão, 01 de janeiro de 2019, esta Pasta vem envidando todos os esforços para que o serviço público prestado pela Secretária de Estado de Saúde do DF seja feito de forma qualificada, visando um atendimento de excelência a toda comunidade e o desenvolvimento de ações para a recuperação da saúde no DF. Um dos principais focos é a qualificação da Gestão de Pessoas, dos processos de trabalho, aliadas às melhorias do ambiente, das condições e das relações de trabalho, e como resultado, espera-se o crescimento do sentimento de valor e satisfação do servidor, com pertencimento e sua adesão ao trabalho de equipe e, com isso, a crescente melhoria da qualidade da assistência prestada à população.

Durante o exercício de 2019, destacam-se as seguintes realizações:

- Implementação da Central de atendimento ao servidor aposentado, de forma a unificar a prestação de serviço a esse público que possui suas especificidades, bem como o Programa Aposente Bem. Instituído para o servidor de carreira da SES/DF, principalmente, para quem já está até 5 anos de se aposentar. O servidor pode participar por meio de cursos de educação para a aposentadoria, oferecidos em parceria com a Escola de Governo do DF – EGOV. Ele foi pensado de maneira ampla, tentando englobar todas as dúvidas que passam afligir o servidor antes de se aposentar;
- Recepção e distribuição de 904 servidores egressos que estavam laborando no Hospital de Santa Maria e UPAS pertencentes ao IGESDF e que optaram por não permanecerem em Cessão Especial ao IGESDF, conforme disposto na Portaria nº 213, de 08 de abril de 2019, publicada no DODF nº 67, de 09 de abril de 2019;
- Instituição do teletrabalho na ADMC como ferramenta de gestão e com o objetivo de promover economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na execução das ações do órgão. O Projeto piloto do teletrabalho no âmbito da SES foi instituído por meio da Portaria 801, de 27 de setembro de 2019, publicado no DODF nº 188 de 02/10/2019;
- Formação/Capacitação de servidores SES-DF objetivando a promoção do desenvolvimento e capacitação junto as áreas técnicas buscando concretizar ações educativas da Gerência de Educação em Saúde-GES/DIDEP/SUGEP em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal/EGOV e outros parceiros, promovendo capacitação para área administrativa envolvida no atendimento ao usuário do serviço SES/SUS. As ações educativas realizadas focaram na formação dos gestores SES/DF e suas equipes buscando fomentar a melhoria das rotinas, dos fluxos, dos processos, a gestão qualificada das equipes, o uso de tecnologias e a inovação;
- Capacitação de 161 gestores da SES/DF. Tendo em vista que a SES possui atualmente 1.786 cargos comissionados ocupados (dos 1.838 existentes), a capacitação atingiu 9,01% da SES.

No comparativo entre 2018 e 2019, houve um crescimento do interesse e participação nas ações educativas promovidas e divulgadas aos servidores SES/DF. Em 2018, o total de horas de capacitação foi de 177.528, número de capacitações programadas 3.790 e realizadas 1.895.

Em 2019, o total de horas de capacitação foi de 629.147,95, número de capacitações programadas 6.362 e realizadas 3.181.

- Foram criadas 5 turmas de Libras no Instituto Federal (IFB): 4 para o ensino da língua no seu nível mais básico e 1 turma para os alunos intermediários capacitando no total 140 servidores. Além disso, foram criadas 4 turmas na Escola de Governo (EGOV), sendo 1 turma exclusiva. As 4 turmas criadas da EGOV capacitaram 31 servidores. Por fim, o Núcleo de Educação Permanente (NEPS) do Gama abriu 2 turmas capacitando no total 46 servidores. Em 2019, 217 servidores da assistência participaram de cursos de LIBRAS a fim de melhor atender a população surda que utiliza o Sistema Único de Saúde do Distrito Federal (SUS).
- Projeto WIKI Saúde Legal, implementado com o auxílio da CTINF/SES, que tem como objetivo permitir que as Gerências de Pessoas e unidades correlatas possam gerir o conhecimento acerca da matéria para que os fluxos e as rotinas sejam otimizados e

as informações corretamente difundidas, disponibilizado no endereço <http://wiki.saude.df.gov.br>.

- Primeira biblioteca colaborativa da SES inaugurada em 21/08/2019, na ADMC;
- Parametrização da força de trabalho existente com 89% de cargos parametrizados e 85% de serviços parametrizados.

Visando trabalhar o cuidado com a saúde do trabalhador com ênfase na redução do absenteísmo, houve a ampliação e o efetivo monitoramento dos exames periódicos:

- 393 Avaliações de restrição para gestantes, para evitar que as mesmas permaneçam expostas a processos de trabalho insalubres ou perigosos;
- 1.026 Avaliações de restrições laborais;
- 284 Avaliações de remoção por motivo de saúde;
- 216 Avaliações de acidente em serviço;
- 83 Exames admissionais;
- 12.174 Convocações para exames periódicos.

Ainda com o objetivo de instituir a política de prevenção e cuidados no ambiente laboral dos servidores, foi publicado o Manual de Equipamentos de Proteção Individual na SES, no DODF, Portaria 601/2019, de 29/07/2019. Houve a realização de:

- 254 Inspeções nos ambientes de trabalho para detecção de riscos potencialmente nocivos a saúde dos servidores;
- 10 Capacitações destinadas aos servidores lotados nos Núcleos de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho com o objetivo de alinhar estratégias, detectar oportunidades de melhorias nos fluxos de trabalho, aumento da bagagem teórica e compartilhamento de experiências;
- Consolidação de demanda do EPI de compra não regular da SES-DF.

Recomposição da Força de Trabalho

Com o objetivo de recompor a força e trabalho desta SES foi ampliada a carga horária de 576 servidores, diminuindo o déficit de carga horária de vários cargos, conforme gráfico abaixo demonstrado:

Ainda com o intuito de diminuir o déficit de carga horária de diversas especialidades em unidades da Rede e promover a abertura de Leitos de UTI, foram nomeados 376 candidatos, dentre esses 200 profissionais médicos:

Ações De Voluntariado Social E Profissional

As ações de voluntariado foram fortalecidas com a criação das coordenações locais nas regiões de saúde com o apoio da gerência em nível central, promovendo a cooperação intra e interinstitucional, a cidadania participativa e o pertencimento comunitário no desenvolvimento do voluntariado.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

O FSDF, Fundo Especial constitucionalmente definido, atua nos termos do Decreto Nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, na aplicação do produto de receitas especificadas, repassadas de forma automática pelo Fundo Nacional de Saúde, bem como oriundas do Tesouro do Distrito Federal, que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços previstos nos instrumentos de planejamento instituídos e fiscalizados pelo Conselho de Saúde e demais órgãos de controle interno e externo.

Dessa forma, tem como finalidade ser o instrumento de administração e suporte financeiro para gerir, executar, promover, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas com a execução financeira e orçamentária das ações do sistema de Saúde do Distrito Federal,

Portaria nº 276, de 02 de dezembro de 2015, sob a orientação e supervisão direta do Secretário de Saúde do Distrito Federal.

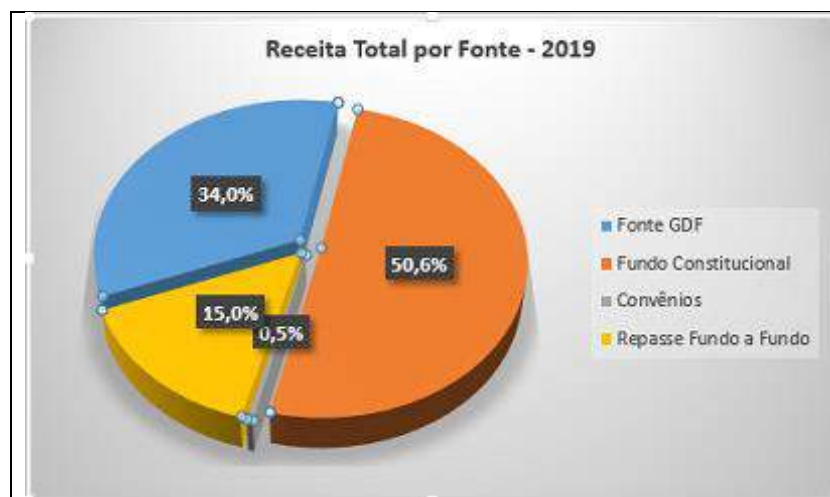
No decorrer do exercício de 2019, o FSDF desenvolveu as seguintes atividades:

- Descentralização de créditos orçamentários para a Secretaria de Saúde do DF (UG 170101), Fundação Hemocentro de Brasília – FHB (UG 170202) e Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS (UG 170203), NOVACAP (UG 190201), SEPLAG (320101) e SLU (UG 150205), num total de 782 Notas de Crédito emitidas;
- 394 solicitações de Notas de Crédito Adicional relativas a alterações orçamentárias da Secretaria de Saúde do DF (UG 170101), da Fundação Hemocentro de Brasília – FHB (UG 170202) e da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS (UG 170203), totalizando R\$ R\$ 825.564.725,00 milhões de reais suplementares;
- A Portaria Nº 279 de 2 de dezembro de 2015 foi anulada, considerando-se o Parecer nº 881/2019 – PRCON/PGDF e Parecer nº 448/2019-PGCONS/PGDF, por meio da Portaria nº 791 de 23 de setembro de 2019 retornando a competência de ordenador de despesas ao Subsecretário de Administração Geral, cabendo a responsabilidade de ordenar emissão de nota de empenho, liquidação, pagamento e suprimento de fundos;
- Elaboração mensal de conciliações bancárias de conta corrente e aplicação financeira de aproximadamente 13 contas do Banco Regional de Brasília, 173 contas do Banco do Brasil, das quais, 16 contas são de convênios, e 10 contas da Caixa Econômica Federal, para atender contratos de repasses;
- Conciliação contábil da unidade gestora 170901 – FSDF;
- Devolução de recursos ao Ministérios da Saúde, emissão de comprovantes de pagamento de ordens bancárias das contas do Banco do Brasil;
- Prestação de informações sobre previsões e pagamentos realizados;
- Geração de relatórios gerenciais aos gestores da SES/DF;
- Apuração de superávit financeiro de convênios e repasses fundo a fundo superiores a R\$ 284 milhões e conciliação da “Conta Única da SES” no BRB;
- Ingresso mensal no SIGGO dos rendimentos das aplicações de todas as contas correntes ativas;
- Controle e acompanhamento dos bloqueios judiciais efetuados nas contas bancárias da SES/DF;
- Análise das prestações de contas bimestrais de 21 (vinte e uma) Unidades Regionais de Saúde relativas ao Programa de Descentralização em Ações de Saúde - PDPAS.

Receita Do Fundo De Saúde Do Distrito Federal

No exercício de 2019 ingressaram no FSDF as receitas constantes do quadro abaixo:

No gráfico abaixo consta a composição das receitas por fontes de recursos, acrescida dos rendimentos e superávit:



Composição dos Repasses financeiros por Bloco de Financiamento, sem os rendimentos financeiros e superávit:

BLOCO DE FINANCIAMENTO	VALOR TOTAL	%
CUSTEIO	853.008.469,60	98,14%
INVESTIMENTO	16.181.920,00	1,86%
TOTAL GERAL	869.190.389,60	100,00%

[1] O DF repassou recursos nas fontes 100 (Ordinário não Vinculado), 101 (Cota parte do FPE e do DF) e 102 (Cota Parte do FPM).

[2] Fonte 130 (Fundo Constitucional do Governo Federal).

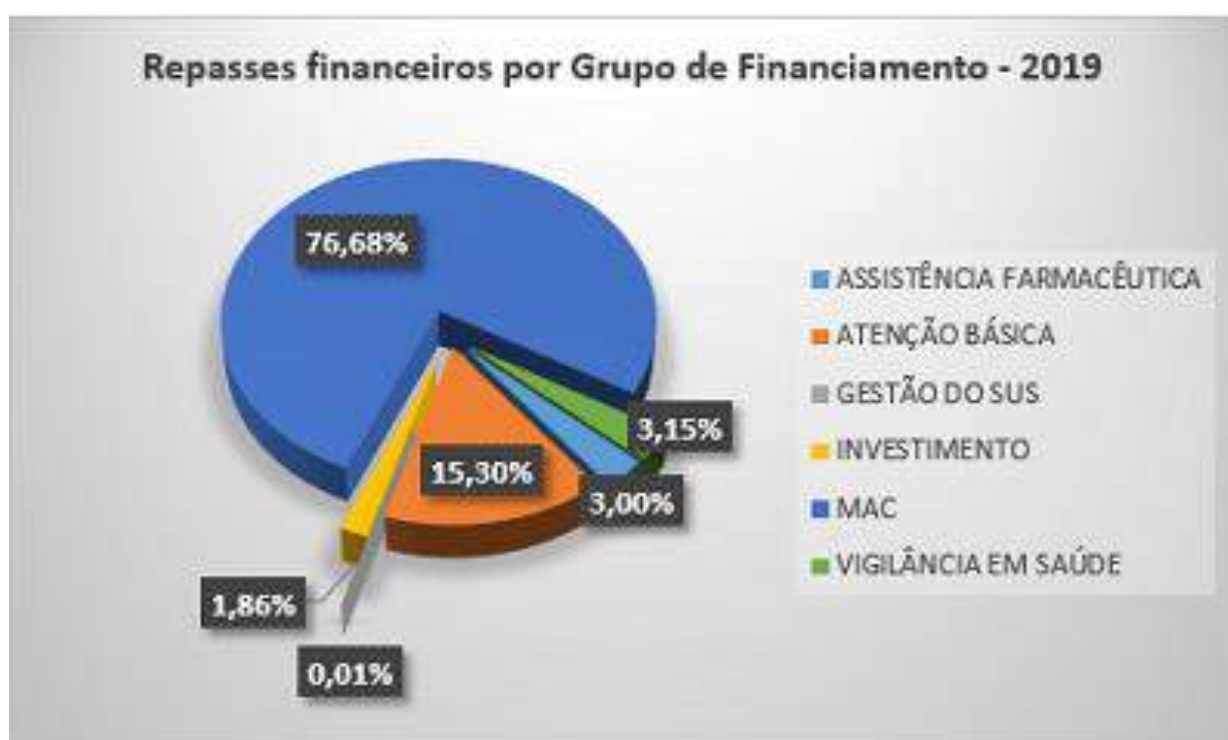
[3] As fontes 121 e 132 indicam recursos provenientes de Convênios com a União e a Fonte 721/732 indicam recursos de convênios provenientes de Emenda Parlamentar Individual (Federal). Foram considerados os valores de rendimentos e superávit financeiro.

[4] A Fonte 138 indica recursos provenientes do MS (Repasses Fundo a Fundo) e a Fonte 738 indica repasses Fundo a Fundo, provenientes de Emenda Parlamentar Individual (Federal). Foram considerados os valores de rendimentos e superávit financeiro.

Composição dos Repasses financeiros por Bloco de Financiamento dos recursos transferidos fundo a fundo no exercício corrente (Fonte 138/738), sem os rendimentos financeiros, e dos recursos apurados por superávit financeiro (Fonte 338/838):

GRUPO DE FINANCIAMENTO	VALOR TOTAL DO EXERCÍCIO	%	VALOR TOTAL - SUPERÁVIT	%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	26.066.871,69	3,00%	4.405.003,13	1,84%
ATENÇÃO BÁSICA	132.962.294,84	15,30%	22.189.875,82	9,29%
GESTÃO DO SUS	110.000,00	0,01%	19.191.813,49	8,03%
INVESTIMENTO	16.181.920,00	1,86%	70.374.038,40	29,45%
MAC	666.531.932,69	76,68%	117.429.818,89	49,15%
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	27.337.370,38	3,15%	5.335.888,39	2,23%
TOTAL GERAL	869.190.389,60	100,00%	238.926.536,12	100,00%

No gráfico abaixo consta a composição da receita relativa aos recursos fundo a fundo por grupo de financiamento:



Comparativo da Receita do Fundo de Saúde Do Distrito Federal, de 2013 A 2019, Sem Os Valores Do FCDF

Em relação ao exercício de 2013, em que a receita realizada representou um montante de R\$ 3.151.621.816,58 evidencia-se que a receita do FSDF obteve um acréscimo nominal de 9%, tendo em vista que no exercício de 2014 a receita foi de R\$ 3.443.571.603,95, ou seja, um crescimento de R\$ 291.949.787,37.

Ainda, em relação ao exercício de 2013, observa-se que a receita do FSDF obteve um acréscimo nominal de 25%, tendo em vista que no exercício de 2015 a receita foi de R\$ 3.929.869.305,74, ou seja, um crescimento de R\$ 778.247.489,16.

Comparando o exercício de 2013 com 2016, e sabendo que a receita arrecada em 2016 foi de R\$ 3.588.132.797,55, identifica-se acréscimo nominal de 14%, ou seja, um crescimento de R\$ 436.510.980,97.

A receita realizada em 2017, R\$ 3.807.953.270,55, em paralelo também com a de 2013, R\$ 3.151.621.816,58, demonstra acréscimo nominal de 21%, crescimento de R\$ 656.331.453,97.

Ainda, ao se comparar a receita realizada no exercício 2013, R\$ 3.151.621.816,58, com a receita de 2018, R\$ 4.152.880.310,00, evidencia-se um acréscimo nominal de 32%, que representa crescimento de R\$ 1.001.258.493,42.

Finalmente, o exercício financeiro de 2019, com receita realizada no montante de 3.706.327.645,35, obteve um crescimento nominal de 18% em relação ao exercício de 2013, que representa acréscimo de R\$ 554.705.828,77. Entretanto, cabe ressaltar que o comparativo da receita de 2019 com a de 2018, demonstra uma redução de 11%, ou seja, receita reduzida num total de R\$ 446.552.664,65.

Objetivando melhor identificação da evolução da receita real do FSDF, sem contabilizar os recursos transferidos pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal, apresenta-se a tabela explicativa abaixo:

EXERCÍCIO	RECEITA	COMPARATIVO	%
2013	3.151.621.816,58	-	-
2014	3.443.571.603,95	291.949.787,37	9%
2015	3.929.869.305,74	778.247.489,16	25%
2016	3.588.132.797,55	436.510.980,97	14%
2017	3.807.953.270,55	656.331.453,97	21%
2018	4.152.880.310,00	1.001.258.493,42	32%
2019	3.706.327.645,35	554.705.828,77	18%

O gráfico abaixo demonstra a evolução da receita real do FSDF no período de 2014 a 2019, sem incluir os recursos transferidos pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal.



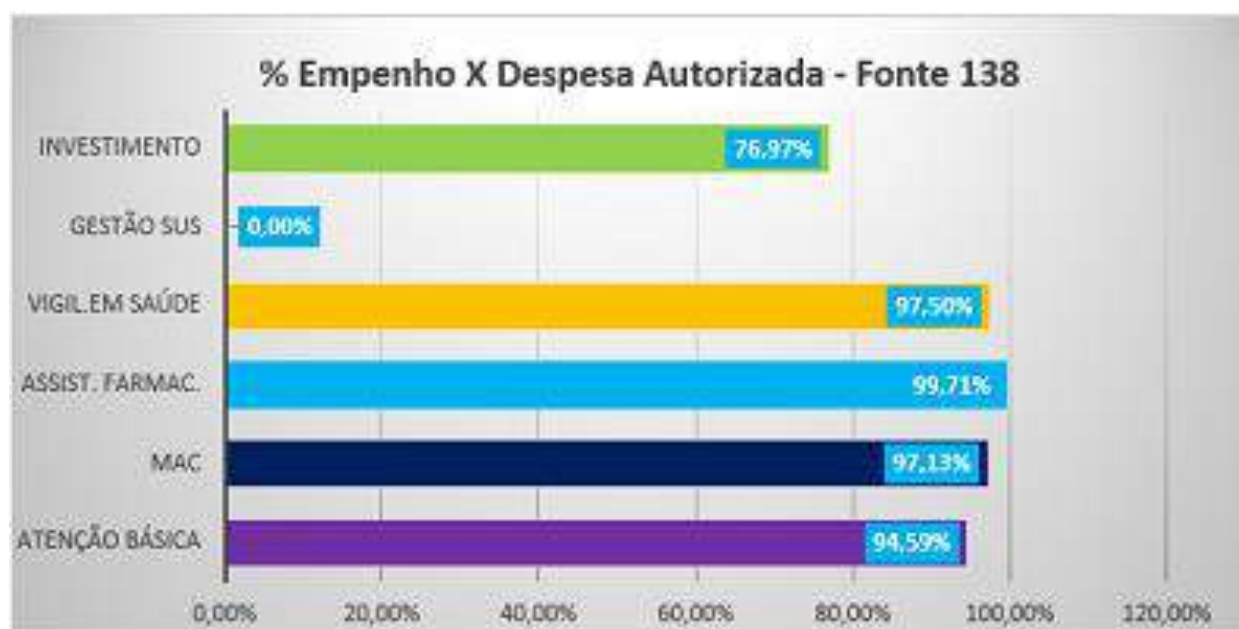
Execução Por Blocos De Financiamento Do SUS

Segue a execução orçamentária por Blocos de Financiamento do SUS, decorrente das transferências fundo a fundo, do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo de Saúde do Distrito Federal, com execução limitada à prevenção, promoção e à recuperação de ações e serviços de saúde dentro dos seus respectivos blocos.

O quadro abaixo mostra os valores autorizados, empenhados, liquidados e pagos com a Fonte 138, por Blocos de Financiamento, além dos respectivos percentuais de execução (empenho) e liquidação, em relação à despesa autorizada. A Dotação Autorizada em 2019 foi de R\$ 658.326.704,00. Desse montante, foram empenhados R\$ 631.081.334,86, perfazendo 95,86% da dotação autorizada, e liquidados R\$ 544.996.571,31, correspondendo a 86,35% do total empenhado, conforme demonstrado na tabela abaixo:

BLOCOS	AUTORIZADA	EMPENHADO	% EMP/AUT	LIQUIDADO	% LIQ/EMP	PAGOS
ATENÇÃO BÁSICA	130.491.231,00	123.439.367,79	94,59%	108.951.775,88	88,26%	104.597.208,53
MAC	400.848.081,00	389.355.416,77	97,13%	332.359.743,30	85,36%	328.825.695,14
ASSIST. FARMAC.	67.766.297,00	67.566.402,89	99,70%	66.841.480,29	98,92%	65.750.612,20
VIGIL.EM SAÚDE	25.014.395,00	24.388.694,62	97,49%	19.591.470,03	80,33%	19.559.444,72
GESTÃO SUS	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTO	34.209.706,00	26.331.452,79	76,97%	17.252.101,81	65,51%	14.857.101,81
TOTAL	658.326.704,00	631.081.334,86	95,86%	544.996.571,31	86,35%	533.590.062,40

SEGEV/MAC/DF/01/2021



Programa de Descentralização Progressiva das Ações de Saúde

O Programa de Descentralização Progressiva das Ações de Saúde – PDPAS, instituído pelo Decreto nº 31.625, de 29 de abril de 2010, e regulamentado pelas Portarias nº 82, de 28 de maio de 2010; nº 83, de 06 de agosto de 2010; e nº 84, de 28 de maio de 2010, visa dar autonomia gerencial progressiva para as Diretorias Gerais de Saúde e Unidades de Referência Distrital da Rede Pública de Saúde, viabilizada por meio de transferência de recursos financeiros do Governo do Distrito Federal.

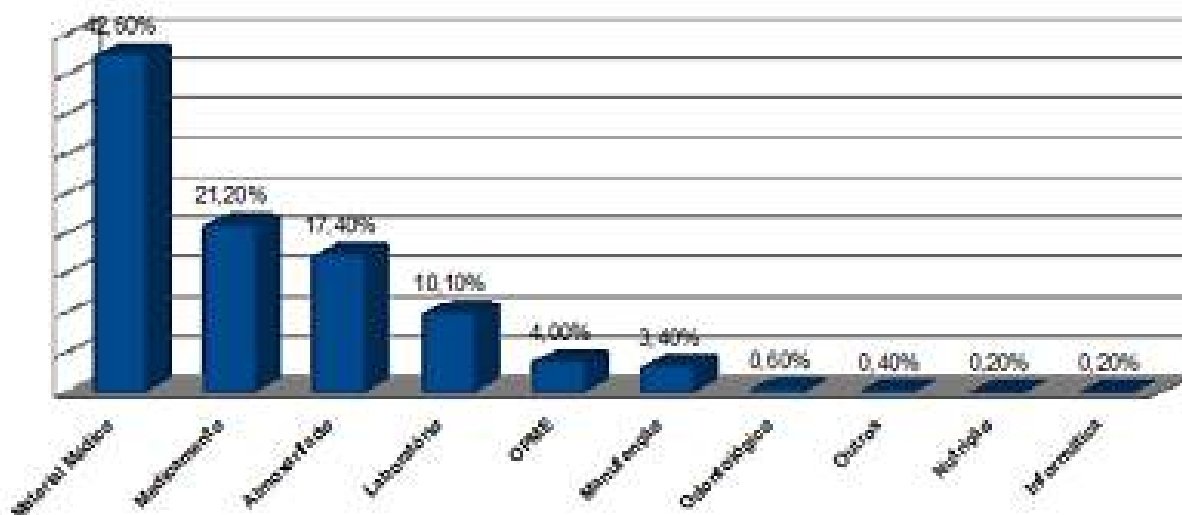
Os recursos do PDPAS se destinam à manutenção e ao regular funcionamento dos serviços e das Regionais de Saúde, mantidas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

A operacionalização do PDPAS dar-se-á mediante a alocação e a transferência de recursos financeiros para, supletivamente, apoiar a execução de atividades desenvolvidas pelas Coordenações Gerais de Saúde e Unidades de Referência Distrital – URD, que são liberados mediante transferência autorizada pelo FSDF.

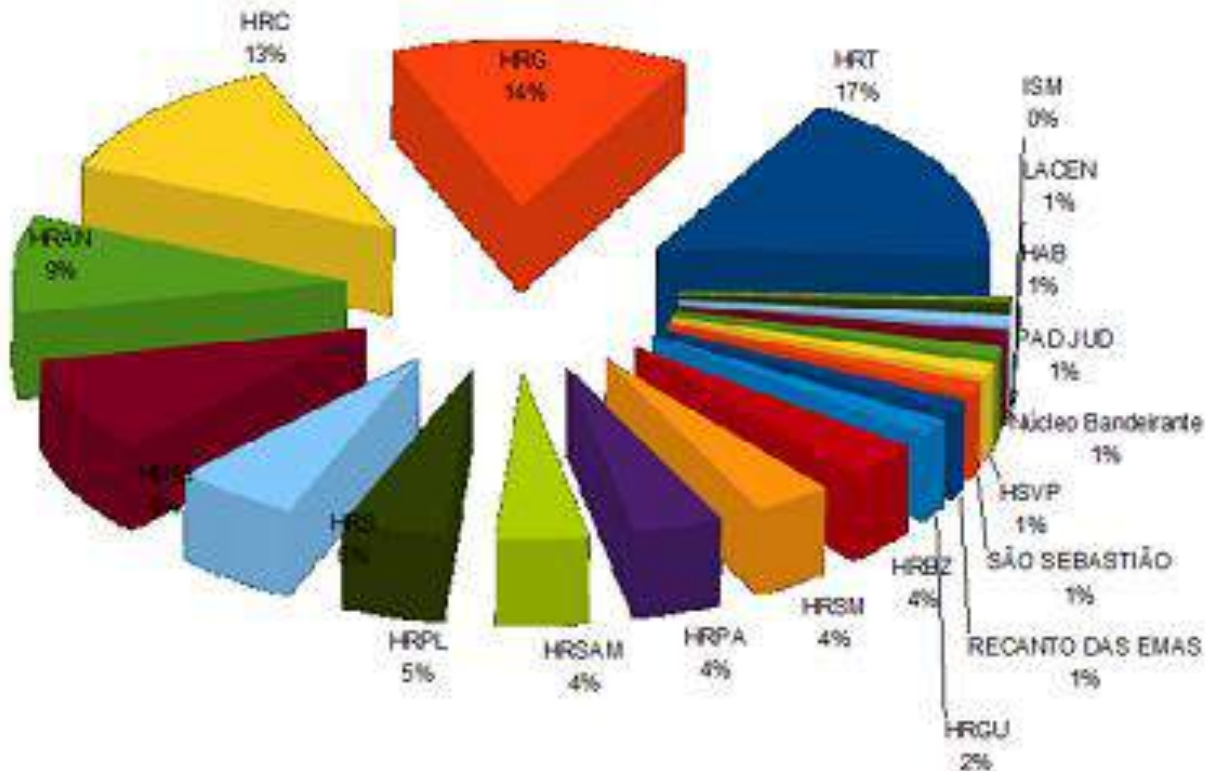
Os gastos com o PDPAS no exercício de 2019 se distribuem da seguinte forma:

EXECUÇÃO	
DESPESA AUTORIZADA em 2019	R\$ 12.600.000,00
PROGRAMA: 10.122.6202.4166.0001 - Emenda Parlamentar Dep. Jorge Vianna. - HRT: R\$300.000,00 - HRC: R\$300.000,00 - HRSAM: R\$300.000,00 - HRAN: R\$100.000,00	R\$ 1.000.000,00
PROGRAMA: 10.122.6202.4166.0004 – Emenda Parlamentar Dep. Júlia Lucy. (HMIB).	R\$ 200.000,00
RECURSO TOTAL DISPONÍVEL em 2019	R\$ 13.800.000,00
TOTAL REPASSADO em 2019	R\$ 13.800.000,00
TOTAL DEVOLVIDO em 2019	R\$ 607.728,99
EXECUTADO até 31.12.2019 (93,81%)	R\$ 13.192.271,01
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (saldo bancário em 31.12.2019)	R\$ 991.396,94

GASTOS POR GRUPO DE DESPESA - PDPAS/2019



GASTOS POR UNIDADE EXECUTORA - PDPAS/2019



Planejamento Em Saúde

No âmbito do planejamento, monitoramento, controle e avaliação de saúde, na SESDF, os principais processos de trabalho são o planejamento em saúde e o orçamentário, as programações anuais, monitoramento e avaliação das ações estratégicas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Em termos de planejamento das políticas públicas, houve inúmeras realizações, dentre elas:

- Planejamento Ascendente - Oficinas de Construção do Plano Distrital de Saúde (PDS) e Plano Plurianual (PPA);
- Coparticipação em audiências públicas, em parceria com SEEC e Controladoria, para construção do planejamento da SES e seus principais instrumentos: PPA e PDS;
- Elaboração do PDS - Plano Distrital de saúde 2020 – 2023;
- Elaboração do PPA - Plano Plurianual 2020 – 2023;

Relativo ao monitoramento e avaliação do planejamento em saúde, houve:

- Fortalecimento do SESPlan – Sistema Estratégico de Planejamento da SES-DF com o treinamento de 171 profissionais;
- Aperfeiçoamento do SESPlan visando melhorar usabilidade do sistema pelo usuário, além de avanços no sistema com especificação do módulo de relatórios gerenciais, em fase de homologação;
- Avaliação dos Indicadores de Desempenho do Programa Brasília Saudável;
- Revisão das metas da Pactuação Interfederativa ano 2020;
- Desenvolvimento do método e a ferramenta de Análises de Séries Temporais e Controle Estatístico de Indicadores;
- - Elaboração conjunta com a AGEP da Portaria de Institucionalização da Rede Gestão para Resultados e Governança;

- Elaboração e apresentação do Terceiro Relatório de Atividades Quadrimestral - RAQ 3º/2018 nos Órgãos de fiscalização (Colegiado de Gestão da SES-DF, Conselho de saúde e Câmara Legislativa);
- Elaboração e apresentação dos Primeiro Relatório de Atividades Quadrimestral aos Órgãos de fiscalização (Colegiado de Gestão da SES-DF, Conselho de saúde e Câmara Legislativa).

Gestão Regionalizada

Para fins de atendimento da proposta de desconcentração das ações em gestão de saúde com autonomia e corresponsabilidade para as Regiões de Saúde, visando o aumento da efetividade e resolubilidade no sistema de saúde do DF, foram realizadas as seguintes ações em 2019:

Foram repactuados os Acordos de Gestão Regional entre a Administração Central e as 07 Superintendências das Regiões de Saúde, Unidades de Referência Distrital (CRDF; HMIB; HAB; HSVP), com indicadores e metas para melhoria dos serviços assistenciais e de gestão das Superintendências Regionais;

Foram realizadas oficinas de Plano de Ação para alcance de metas dos Acordos de Gestão, com a capacitação de gestores na ferramenta 5W2H para elaboração do plano de ações para atingimento das metas pactuadas nos Acordos de Gestão Regional. Cada Superintendência da Região de Saúde e URDs elaborou um plano de ações;

Elaborados os Acordos de Gestão Regional para vigência de 2020 a 2023, utilizando as diretrizes do PDS 2020 a 2023 e as Redes de Atenção à Saúde. Foram realizadas 7 oficinas, com presença de 533 gestores da ADMC (Administração Central); Superintendências; URDs e unidades Contratadas;

- Elaborados os Acordos de Gestão Local das unidades da Atenção Primária à Saúde. Foram realizadas 03 oficinas, com participação de 256 gestores. A construção dos Acordos de Gestão local foi elaborada de forma ascendente, com participação de todas as Regiões de Saúde, os atributos essenciais da atenção primária e os indicadores do Programa Previne Brasil serviram como diretriz para a construção dos acordos.

Gestão de Custos

Com o intuito de atingir a meta pactuada nos instrumentos de planejamento das políticas públicas, PPA e PDS 2016-2019, referente à implantação da Gestão de Custos em 100% das unidades de saúde da SES/DF, foi realizada capacitação metodológica com 29 servidores dos Núcleos de Gestão de Custos - NGCs e Gerentes de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – GPMAs em Implantação de Desempenho de Custos, visando o aumento da agilidade e a qualidade da apuração de custos.

Em 2019, houve a revisão toda estrutura de centros de custos, critérios de rateio, itens de produção, fluxo de coleta de dados e validação da informação com o intuito de sistematizar o modelo de qualificação da informação da gestão de custos para as unidades de saúde da SES-DF.

Foi realizada ainda uma consultoria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, com o auxílio do levantamento de dados das três forças (CBMDF, PMDF e PCDF), que possibilitou conhecer o custo total das unidades de saúde de cada uma das forças, utilizando o mesmo método adotado pela SES/DF, subsidiando o processo decisório da construção de um hospital para a SSP/DF, por meio de cooperação técnica com a SES/DF.

Desenvolvimento Organizacional

Ao longo de 2019, a área de Desenvolvimento Organizacional realizou as seguintes atividades:

- Cadeia de Suprimentos SES/DF: reuniões semanais acerca dos processos de Armazenamento e Distribuição do projeto da Cadeia de Suprimentos;
- Mapeamento dos processos de Recebimento, Distribuição e Dispensação (desenhos e descrições de atividades e pontos de automação): Atenção Primária; Atenção Secundária; Atenção Hospitalar e Componente especializado;
- Adequação da arquitetura do SIS Materiais de acordo com a estrutura orgânica da SES/DF;

- Desenho do fluxo de controle de acesso ao SIS Materiais e participação no planejamento de sua implantação;
- Realização de 25 oficinas de orientação para elaboração de propostas de alteração da estrutura organizacional da ADMC;
- Elaboração da nova proposta de estrutura organizacional da ADMC, com a incorporação dos cargos em comissão da estrutura do Hospital Regional de Santa Maria e das seis Unidades de Pronto atendimento, unidades sob gestão assistencial do IGES/DF (recebidas novas propostas – reanálise);
- Introdução de metodologias de inovação na gestão de projetos para melhoria de processos iniciado por equipe multidisciplinar para qualificação das informações estratégicas para apoio à tomada de decisão;
- Treinamento em Business Process Management (BPM) para servidores, mapeamento de processos e da ferramenta Bizagi.

Gestão da Informação Estratégica

AMPLIAÇÃO DO PORTAL SALAS DE SITUAÇÃO

A Sala de Situação da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SESDF), acessível pelo endereço <http://salasit.saude.df.gov.br/>, lançada em 2018, objetivou disponibilizar dados e informações aos gestores, conselheiros de saúde, órgãos de controle, pesquisadores, estudantes e população em geral, qualificando tanto a oferta de ações e serviços quanto a demanda em saúde, proporcionando o aumento da transparência ativa na SESDF em mais de 70%.

O Portal está organizado em forma de Painéis e Mapas que permitem visualizar os dados e informações em diversos formatos como tabelas, gráficos, georeferenciamento, documentos técnicos ou relatórios estratégicos. As abas "Saiba mais", "Sobre o Painel" e os links para a base de dados Scielo possibilitam aprofundar os conhecimentos sobre os dados e informações disponibilizados.

Do ponto de vista tecnológico, o site foi desenvolvido com ferramentas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) livres de forma a promover a troca de conhecimento entre instituições públicas, em alinhamento com as diretrizes da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e da estratégia internacional para o Governo Aberto (OGP).

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTRATÉGICO DE PLANEJAMENTO (SESPLAN)

Lançado em 2018, o SESPlan consolidou o processo de construção do ciclo do planejamento integrado da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) iniciado em 2016, com o objetivo de integrar o gerenciamento dos instrumentos e das principais pactuações da SES-DF.

A estruturação de um sistema de informação integrado oferece subsídios para a organização dos serviços de saúde, o apoio à tomada de decisão e configura-se como elemento central para monitoramento e avaliação, compartilhando as responsabilidades e os resultados com todas as áreas de interesse internas e externas à SES-DF.

Atualmente o SESPlan está estruturado em cinco módulos:

- Metas e Indicadores: apresenta as pactuações, monitoramento e resultados com análise detalhada;
- Programação Anual de Saúde (PAS): acompanha a execução das ações;
- Execução Orçamentária (LOA): apresenta a programação e detalhamento das despesas, considerando a disponibilidade financeira;
- Sistema de Acompanhamento Governamental - Etapa SAG: acompanha a produção e o recurso orçamentário;
- Relatórios (em desenvolvimento): contextualiza as informações e resultados das pactuações e subsidia as prestações de contas.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO (SIGECH)

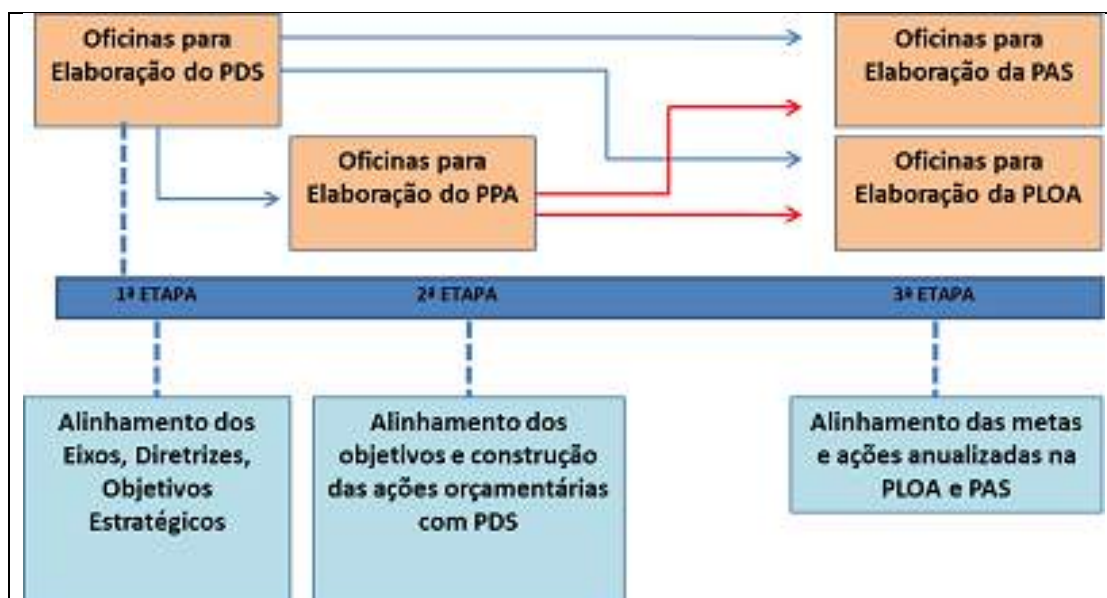
O SIGECH visa contribuir para o processo de trabalho da Diretoria de Controle de Serviços de Saúde (DICS), nas funções de Credenciamento e Habilitação de Serviços de Saúde de Média e Alta Complexidade, conforme as normativas do Ministério da Saúde.

O SIGECH garante à DICS melhor monitoramento do processo de credenciamento e habilitação permitindo o cadastramento e a alimentação dos dados referentes aos serviços de saúde e possibilitando em tempo real o acompanhamento das resoluções das não conformidades dos Planos de Credenciamento e Habilitação (PCH). As unidades de saúde passam a ter maior protagonismo na identificação das demandas de habilitação de serviços, colaborando de forma ativa na construção do PCH, no monitoramento dos prazos e na resolução das não conformidades sob sua governabilidade, de forma igual para as Subsecretarias que tenham interfaces e governabilidade na resolução de não conformidades. Em relação à Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVISA), o Sistema agiliza a Emissão do Relatório de Vistoria Técnica, a avaliação, o acompanhamento e a validação do PCH.

Dessa forma, com integração e compartilhamento de informações relevantes e em tempo oportuno e com o reconhecimento das responsabilidades de cada área da SES-DF, o processo de credenciamento e habilitação correta de serviços imprescindíveis para a atenção dos usuários da saúde torna-se mais seguro e adequado às boas práticas da gestão pública.

OFICINAS DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS 2020-2023

Realização de quinze oficinas, agregando técnicos do ADMC, das Superintendências e das URDs com o objetivo de alinhar de conceitos e aprofundar os conhecimentos sobre os instrumentos de planejamento das políticas públicas de saúde e do orçamento, bem como elaborar as pactuações da SES (PDS 2020-2023, PPA 2020-2023, PAS 2020, e a proposta da LOA 2020).



Estes processos de elaboração dos instrumentos ocorreram de forma ascendente, sob a perspectiva do usuário, para a construção de diretrizes, objetivos, metas e indicadores da saúde do DF.



Controle de Serviços de Saúde

Foram realizadas no período de janeiro a dezembro de 2019 vistorias técnicas de controle, credenciamento e habilitação de serviços de saúde de média e alta complexidade em estabelecimentos de saúde públicos e privados.

No ano de 2019, foram realizadas 57 vistorias para manutenção de credenciamento, sendo 25 em estabelecimentos de saúde privados e 32 em estabelecimentos de saúde públicos. Também foram realizadas 40 vistorias para novos credenciamentos, sendo 19 em estabelecimentos de saúde privados e 21 em estabelecimentos de saúde públicos, totalizando 97 vistorias técnicas para manutenção e novos credenciamentos. Houve um aumento de 42,5% nas vistorias para manutenção de serviços de credenciamento públicos e privados ao comparar com o mesmo período de 2018.

Em relação ao credenciamento de novos serviços nos estabelecimentos privados houve aumento de 90% de serviços credenciados para complementar a Rede/SES. Considerando andamento no Plano de Ação evidenciado em vários hospitais públicos, houve um aumento considerável de serviços habilitados em relação ao ano de 2018.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – 2019-2023, no Governo de Ibaneis Rocha, iniciou com a nomeação do secretário, Dr. Osnei Okumoto. Com a alteração da pasta em janeiro de 2019, todas as lideranças foram substituídas e houve um período para reorganização dos processos de trabalho e implantação da nova gestão.

A Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (SES-DF), dentro de sua política de qualificação da atenção à saúde, manteve como decisão inalienável a reestruturação e expansão da Atenção Primária à Saúde (APS). E, em consonância com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), definiu a busca por uma atenção primária fortalecida e ordenadora de toda a Rede de Atenção à Saúde.

Com a ampliação da APS, tornou-se necessário a definição e o fortalecimento de uma Política de Atenção Secundária para o SUS/DF, ordenada pela APS, com a implantação de serviços especializados ambulatoriais em todas as regiões de saúde. Para tanto, foram implantadas 18 policlínicas e unidades especializadas de média complexidade ambulatoriais, com dimensionamento de equipes profissionais e protocolos clínicos.

Em janeiro de 2019, o IHB – Instituto Hospital de Base, constituído para uma gestão e autonomia para o desempenho de metas pactuadas com a SES/DF, foi reconfigurado em IGES – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF, agregando ao complexo, o hospital de Santa Maria (Região Sul) e as seis Unidades de Pronto Atendimento – UPA. Apresentou, ao longo do ano, alterações favoráveis nos processos de aquisição, contratação de profissionais e desempenho de resultados.

O primeiro ano de governo do Estado caracteriza o período de planejamento para o próximo quadriênio (2020-2023), no qual foram elaborados os seguintes instrumentos PDS – Plano Distrital de Saúde (2020-2023), Plano Plurianual – PPA (2020-2023) além da programação anualizada da Programação Anual de Saúde - PAS 2020, e da Proposta da LOA – 2020, onde ficam registrados todas as iniciativas e metas para o período de 2020-2023.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal é órgão central do Sistema de Segurança Pública, subordinado diretamente ao Governador do Distrito Federal. Incluem-se entre suas finalidades promover a segurança pública no Distrito Federal e preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Dentro de uma visão atual e moderna de segurança pública, este órgão promoveu uma série de atividades visando proporcionar à população do Distrito Federal paz, tranquilidade, qualidade de vida e segurança.

O Regimento Interno da Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 40.079, de 04/09/2019, publicado no DODF nº 169, de 07/09/2019, define:

Art. 1º À Secretaria de Estado de Segurança Pública, órgão da Administração Direta do Distrito Federal, diretamente subordinado ao Governador, compete:

- I. formular diretrizes e políticas governamentais na área de segurança pública;
- II. promover, coordenar e executar programas, projetos e ações na área da segurança pública;
- III. propor e implementar a política de segurança pública fixada pelo Governador do Distrito Federal;
- IV. planejar, coordenar e supervisionar o emprego operacional dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal;
- V. integrar as ações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, objetivando a racionalização dos meios e a maior eficácia operacional.

§ 1º O Departamento de Trânsito do Distrito Federal, autarquia integrante do Sistema Nacional de Trânsito, é vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal para os fins do disposto neste artigo e na forma do art. 1º do Decreto nº 28.222, de 23 de agosto de 2007, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 31.387, de 8 de março de 2010.

§ 2º A competência fixada pelo inciso IV deste artigo não exclui a dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Art. 2º Vinculam-se à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal os seguintes órgãos e entidades:

- I. Órgãos e entidades:
 - a) Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF);
 - b) Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF);
 - c) Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF);
 - d) Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN-DF);
 - e) Casa Militar do Distrito Federal.
- II. órgãos de deliberação coletiva: a) Conselho Penitenciário do Distrito Federal (COPEN); b) Conselho Superior de Informações e Operações de Segurança Pública (CONSIOP); c) Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE); d) Conselho de Corregedorias.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	184	0	1.735	1.919
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	232	0	232
Requisitados de órgãos do GDF	348	0	0	0	348
Requisitados de órgãos fora do GDF	4	0	0	0	4
Estagiários	0	0	36	0	36
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	24	0	24
Subtotal	370	184	417	1.735	2.563
(-) Cedidos para outros órgãos	24	7	0	0	31
Total Geral	394	191	417	1.735	2.594

Fonte: SUAG/SSPDF, atualizado em 31/12/2019.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	400000,0	470000,0	374923,71	374923,71
8431 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SSP-DISTRITO FEDERAL	400000,0	470000,0	374923,71	374923,71
2540 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDÁRIOS	61396473,0	88796472,94	88796472,94	83073798,77
0006 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDÁRIOS-SSP-DISTRITO FEDERAL	61396473,0	88796472,94	88796472,94	83073798,77
2890 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES ALTERNATIVAS PENAS	200000,0	500000,0	450000,00	270433,57
0001 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES ALTERNATIVAS PENAS-SSP-DISTRITO FEDERAL	200000,0	500000,0	450000,00	270433,57

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1720 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	400000,0	0,0	0	0
0001 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO-SSP-DISTRITO FEDERAL	400000,0	0,0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	150000,0	260000,0	212945,52	212945,52
0029 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-COPEN - SSP-DISTRITO FEDERAL	150000,0	260000,0	212945,52	212945,52
2727 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	41000000,0	52554771,00	52257386,46	48561030,96
0001 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF-SSP-DISTRITO FEDERAL	41000000,0	52554771,00	52257386,46	48561030,96
3077 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP	13269332,0	65092405,00	57064861,85	38340674,63
0002 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP-SSP- SÃO SEBASTIÃO	13269332,0	65092405,00	57064861,85	38340674,63
3072 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO	1400000,0	1,00	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO-SSP- GAMA	1400000,0	1,00	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	118215805,00	207673649,94	199156590,48	170833807,16

O programa visa à promoção da defesa e da garantia dos direitos humanos, assegurando a cidadania plena, com dignidade, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade.

As ações alocadas neste programa, no exercício de 2019, objetivaram a promoção da cidadania e a humanização da execução penal, conforme prevê o art. 10 da Lei nº 7.210, de 1984, que estabelece "a assistência ao preso e ao interno é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade".

Neste sentido a SSPDF realizou a execução de importantes projetos, resultando em entrega de serviços, materiais e equipamentos, contribuindo para a melhoria das condições da população carcerária no DF. Associado a essas entregas, neste exercício a Secretaria retomou a construção de 4 (quatro) Centros de Detenção Provisória – CDP para criação de 3.200 novas vagas no Sistema Penitenciário do DF, diminuindo o déficit de vagas existente nas Unidades Prisionais do DF. Também foram empregados recursos para a manutenção da infraestrutura do Complexo Carcerário, conforme estabelecido no planejamento estratégico da SSPDF:

Obras e Reformas

Quadro 1 – Principais Obras e Reformas

Descrição	Região Administrativa	Valor total (R\$)	Estágio (% de execução)
CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA: CDP1, CDP2, CDP3 E CDP4 no Setor C, Fazenda PAPUDA, composta das seguintes itens: • 2 Módulos de Recepção e Revista; • 2 Módulos de Administração; • 2 Módulos de Saúde; • 16 Módulos de Vigência; • 5 Guardas; • 4 Reservatórios de ÁGUA, e, • Urbanização e Infraestrutura.	São Sebastião	38.340.674,73	45,6% de execução. A Obra encontra-se na 7ª medição
REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA SSP DF: Impermeabilização do Telhado e Recuperação da Fachada Externa do Edifício Sede SSPDF	Plano Piloto	173.799,00	Concluída

Fonte: SUAG/SSP/DF

Principais Serviços Contratados

Quadro 2 – Fornecimento de Alimentação aos Internos do Sistema Penitenciário

Descrição	Valor Total (R\$)
Serviço de preparação e fornecimento de alimentação para os internos do Centro de Detenção Provisória e Penitenciária do Distrito Federal - PDF II	43.086.367,10
Serviço de preparação e fornecimento de alimentação para os internos do Centro de Internação e Reeducação - CIR e Penitenciária do Distrito Federal - PDF I	34.318.592,34
Serviço de preparação e fornecimento de alimentação para os internos do Centro de Progressão Penitenciária - CPP e Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PPDF	11.391.513,50

Fonte: SUAG/SSP/DF

Quadro 3 – Manutenção do Sistema Penitenciário do DF

Descrição	Valor Total (R\$)
Prestação de serviço de biometria, impressão de campo de identificação e plastificação da carteira funcional de servidores ativos da carreira de Agentes de Execução Penal.	3.735,90
Manutenção de 2º e 3º níveis em extintores de incêndio	67.550,70
Serviço de autoescola visando mudança de categoria da CNH, categorias AB, B e C para a categoria D	99.825,00
Locação de imóvel situado no S.I.A. Trecho 03, lotes 1370/1380 - destinado à instalação da Subsecretaria do Sistema Penitenciário - SESIPE.	865.000,00
Fornecimento de energia elétrica na tarifa de baixa tensão, para atender a subsecretaria do sistema penitenciário - SESIPE e a Diretoria de Operações Especiais - DPOE.	289.000,00
Fornecimento de energia elétrica na tarifa de baixa tensão, para atender o Centro de Internação e Reeducação - CIR.	718.000,00
Fornecimento de energia elétrica na tarifa de baixa tensão, para atender a Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PPDF.	290.000,00
Fornecimento de energia elétrica na tarifa de baixa tensão, para atender o Centro de Detenção Provisória - CDP.	782.454,89
Fornecimento de energia elétrica na tarifa de baixa tensão, para atender o Centro de Progressão Penitenciária - CPP.	250.000,00
Fornecimento de energia elétrica na tarifa de baixa tensão, para atender as Penitenciárias do Distrito Federal - PDF I e II.	990.000,00
Serviços - Execução de serviços técnicos manutenção predial preventiva e corretiva das instalações elétricas e equipamentos elétricos.	414.000,00
Serviços - Execução de serviços de manutenção e assistência técnica para 08 (oito) equipamentos de raio-x do tipo scanner de corpo (Body Scan).	200.000,00
Serviços - Fornecimento de água, coleta de esgoto, manutenção de hidrômetro e saneamento básico para atender as instalações da Subsecretaria do Sistema Penitenciário.	34.997.717,21
Serviço de limpeza, asseio e conservação, com postos para encarregados e serventes.	3.219.795,68
Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação de forma contínua, com fornecimento de materiais, para atender o Grupo 3 - CPP, CDP, PPDF, PDF II, CIR, DPOE e os novos CDP's .	985.000,00
Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação de forma contínua, com fornecimento de materiais, para atender a SESIPE E CIME.	250.000,00
Serviço de monitoração e rastreamento eletrônico de pessoas vinculadas a procedimentos judiciais do TJDF, por meio de tornozeleira eletrônica para o exercício 2019.	1.760.007,70

Fonte: SUAG/SSP/DF

Quadro 4 – Contrato de Monitoração e Rastreamento Eletrônico

Descrição	Valor Total (R\$)
Serviço de monitoração e rastreamento eletrônico de pessoas vinculadas a procedimentos judiciais do TJDF, por meio de dispositivo eletrônico portátil do tipo tornozeleiras .	450.000,00

Fonte: SUAG/SSP/DF

Monitoramento Eletrônico por meio de Tornozeleiras

A utilização de mecanismo tecnológico como as tornozeleiras eletrônicas, além de proporcionar maior eficiência do Estado pela redução do gasto *per capita* com custodiados do Sistema Penitenciário, contribui para a redução do déficit de vagas nas unidades prisionais, já que reduz o número de custodiados no Sistema Penitenciário; dá efetividade à fiscalização da medida cautelar e ao controle estatal sobre os custodiados, bem como promove a humanização da medida cautelar diversa da prisão, pois permite atender a necessidades especiais relacionadas à idade, limitações físicas e psicológicas.

O Centro Integrado de Monitoração Eletrônica – CIME, unidade integrante da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, finalizou o ano de 2019 monitorando 668 detentos. Esse serviço é prestado por servidores da SESIPE/SSP, que foram capacitados especificamente para essa finalidade. Segue quadro com a quantidade de monitorados ativos:

Quadro 5 – Quantidade de Monitorados Ativos em 31/12/2019

Origem Judicial	Dispositivos Ativos
NAC	362
VEP	111
VEPERA	37
Varas Criminais	152
STF	01
TRF	05
Total	668

Fonte: SESIPE/SSP/DF

Racionalização do Sistema Penitenciário

Com o objetivo de melhorar a proporção de servidores do sistema penitenciário em relação ao número de internos, de modo a proporcionar um melhor serviço, foram nomeados 570 Agentes de Execução Penal. Além disso, até dezembro de 2019, existiam 1.085 sentenciados estudando, 1.761 trabalhando internamente e 1.095 em trabalho externo. Ainda em dezembro de 2019 existiam 706 presos participando do Projeto de Remição de Pena pela Leitura e 227 em Cursos de Educação à Distância.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1762 - PRESOS CAPACITADOS POR MEIO DE OFICINAS	PESSOA	219	31/07/2017	ANUAL	229	09	240	1851					SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4
<p>Justificativa: 2018 - Meta superestimada e entraves na implementação de oficinas pela Fundação de Amparo ao Trabalho Preso - FUNAP. 2019 - O índice alcançado refere-se ao quantitativo de capacitações feitas em 2019, pois é possível que um ou mais sentenciados tenham participado de mais de um cursos ou atividades profissionalizantes durante o ano</p>													
1760 - PRESOS EM ATIVIDADE LABORAL - TRABALHO EXTERNO	PESSOA	2.251	31/07/2017	ANUAL	2.363	858	2.481	1.095					SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4
<p>Justificativa: 2018 - A FUNAP empregou 470 (quatrocentos e setenta) sentenciados, por enquanto que empresas privadas contrataram 388 (trezentos e oitenta e oito) presos, totalizando 858 (oitocentos e cinquenta e oito) custodiados com trabalho externo autorizado e efetivado. Um fator determinante para o não alcance do índice foi o número limitado de servidores. 2019 - O cumprimento da meta depende da existência de autorização judicial que concede o benefício do trabalho externo (1), interesse da iniciativa privada pela contratação de mão-de-obra de pessoas em situação de cárcere (2) e existência de vagas gerenciadas pela FUNAP em órgãos públicos.</p>													
1759 - PRESOS EM ATIVIDADE LABORAL - TRABALHO INTERNO	PESSOA	2.025	31/07/2017	ANUAL	2.126	1.818	2.232	1.761					SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2018 - O indicador em comento foi prejudicado pelo baixo número de custodiados que laboraram nas oficinas. 2019 - O não atingimento da meta possui estreita relação com a superlotação prisional, visto que, caso existissem outras unidades penais, a população prisional excedente seria direcionada para esses estabelecimentos prisionais, os quais, consequentemente, teriam vagas para o trabalho interno. Dessa maneira, a construção e inauguração das novas unidades prisionais possibilitarão o surgimento de postos de trabalho, cujo índice, como resultado, será aperfeiçoado.													
1761 - PRESOS EM ESCOLARIZAÇÃO	PESSOA	1.268	31/07/2017	ANUAL	1.331	2.339	1.397	1.085					SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4
Justificativa: 2018 - O índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento do trabalho desenvolvido pela FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP. 2019 - A CGDF recomendou à SESIPE a realização da apuração do indicador "presos em escolarização" contando, exclusivamente, com o quantavo de presos que cursam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos oferecida pelo CED 01 de Brasília. O não atingimento da meta está relacionada com o quadro reduzido de agentes de execução penal e ainda com o número de salas de aulas disponíveis, que não aumentaram conforme o contínuo crescimento da população carcerária no DF.													

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	100000,0	0,00	0	0
5743 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SSP-(PPV)-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,00	0	0
1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	20300000,0	25535576,00	2019660,21	1879949,53
0001 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA-SSP-DISTRITO FEDERAL	20300000,0	25535576,00	2019660,21	1879949,53
2773 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICC	120000,0	0,0	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICC-SSP-DISTRITO FEDERAL	120000,0	0,0	0	0
2775 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ	2288000,0	566,00	564,16	564,16
0001 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ-SSP-(PPV)-DISTRITO FEDERAL	700000,0	566,00	564,16	564,16
0007 - APOIO AO PROJETO ESPORTE À MEIA NOITE EM TODO O DF	588000,0	0,0	0	0
0008 - APOIO EM TODO O DF AO PROJETO PICASSO NÃO PICHAVA	412000,0	0,0	0	0
0009 - APOIO AO PROJETO ESPORTE A MEIA NOITE	588000,0	0,0	0	0
2776 - PREVENÇÃO E REPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES	100000,0	68376,78	68376,78	68376,78
0001 - PREVENÇÃO E REPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES-SSP-DISTRITO FEDERAL	100000,0	68376,78	68376,78	68376,78
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	1100000,0	3442280,00	3373041,17	1360261,17

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA-SSP-DISTRITO FEDERAL	1100000,0	3442280,00	3373041,17	1360261,17
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	100000,0	35568,00	31818,0	31818,0
0045 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SSP-(PPV)-DISTRITO FEDERAL	100000,0	35568,00	31818,0	31818,0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	700000,0	433863,00	433622,43	244211,22
6163 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SSP-(PPV)-DISTRITO FEDERAL	700000,0	433863,00	433622,43	244211,22
4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO	1900000,0	3848154,00	3837429,93	993087,17
0001 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO-SSP-DISTRITO FEDERAL	1200000,0	1024957,00	1024192,80	824101,85
0005 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO EM SANTA MARIA	700000,0	0,0	0	0
0007 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO-- PLANALTINA	0	730000,0	727006,34	8209,29
0008 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO-MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII- SANTA MARIA	0	620000,00	618289,87	70742,92
0009 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO-PROGRAMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VIDEO-DISTRITO FEDERAL	0	298703,00	298702,14	54116,42
0010 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO-MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARK WAY- PARK WAY	0	199817,00	199816,32	2472,96
0011 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO-MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	233691,00	233690,99	4896,87
0012 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO-MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA- CANDANGOLÂNDIA	0	185000,00	184131,77	6817,46
0013 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO-MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA ESTRUTURAL - RAXXV- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	256000,0	251613,80	16044,60
0016 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO-MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA- GAMA	0	299986,00	299985,90	5684,80
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	26708000,00	33364383,78	9764512,68	4578268,03

É o programa no âmbito da SSP/DF com a finalidade de implementar e aperfeiçoar ações de combate e prevenção da criminalidade no Distrito Federal. Citam-se os seguintes projetos

executados: serviço de monitoramento por câmera nas diversas regiões administrativas do DF; manutenção do Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB; prevenção e resposta a desastres no Distrito Federal; e reequipamento e reaparelhamento das unidades de Segurança Pública. Todas essas ações contribuem para o aumento da produtividade e da qualidade dos serviços prestados. Destacam-se ainda as ações de apoio a projetos sociais e de inclusão, que também contribuem para o aumento da sensação de segurança da população.

Balanco Criminal

O esforço conjunto das forças de segurança para reduzir a criminalidade no Distrito Federal superou as metas estabelecidas para 2019. Levantamento realizado pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) mostra que, no ano passado, foram registrados 13 homicídios por 100 mil habitantes, índice mais baixo no DF desde 1985, quando o resultado foi 13,9/100 mil.

Gráfico 1 – Número de Vítimas Fatais de Homicídios no DF



Fonte: SGI/SSP/DF

O uso dessa taxa é uma metodologia internacional para aferir o nível de violência de determinado lugar, relacionando o número da criminalidade com a população. Quando analisado o número absoluto de vítimas de homicídios, em 2019, o DF atingiu o menor número de mortes por esse tipo de crime em 25 anos.

Em 1995 foram 479 vítimas; no ano passado, mesmo com o aumento da população, foram registrados 415 casos. Tal redução foi resultado do trabalho de inteligência, cruzamento de dados, integração entre as forças e planejamento tático.

Patamar histórico

O feito histórico de baixar os índices de vítimas de homicídios para o menor patamar dos últimos 25 anos” foi iniciado em 2019, com a meta de reduzir este crime em 4%, e fechou-se com uma redução em números absolutos de 11,4%.

Gráfico 2 – Índice de Homicídio no DF nos Últimos Quarenta Anos



Fonte: SGI/SSP/DF

Em 2019, o governo do DF reabriu delegacias, nomeou novos policiais militares e civis e agentes penitenciários, regulamentou o serviço voluntário das forças de segurança e aumentou a frota de viaturas operacionais, entre outras ações.

Metas e resultado

Uma das medidas estratégicas implementadas pela SSP para conter a criminalidade foi, desde o início do ano passado, a estipulação de metas e a cobrança de resultados até o ano de 2022. Em 2019, o objetivo era fechar o ano com a taxa de 13,4 mortes para cada 100 mil habitantes. Porém, a taxa foi ainda menor: 13/100 mil, valor que já está muito próximo da meta para 2020, que é de 12,9/100 mil.

Vidas preservadas

O número de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) obteve redução de 11,4% no ano passado em relação a 2018, de 500 para 443 casos. Com isso, 57 vidas foram preservadas no período, em todo o DF. Os CVLIs reúnem homicídio, feminicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Houve também queda no crime de latrocínio – quando o motivo do homicídio é o roubo –, de 33 para 24 no comparativo anual.

Em 2019 a Polícia Civil do Distrito Federal realizou diversas operações contra grupos criminosos, contribuindo para desarticular facções criminosas que tentam se instalar no Distrito Federal.

O trabalho do Corpo de Bombeiros e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran) tem sido muito importante na preservação de vidas no DF. De janeiro a dezembro do ano passado, os bombeiros atuaram em 37,5 mil ocorrências de emergência médica e 30,8 mil de acidentes de trânsito. Já o Detran tem se empenhado para reduzir as vítimas de acidentes fatais no DF, sobretudo nas fiscalizações da lei seca.

Redução de estupros, roubos e furtos

Ainda em 2019, os estupros no DF caíram 8,1%. Em 2018, foram 725 casos, sendo 440 contra vulnerável (60,7%). Este ano foram 666 casos, 390 contra vulnerável (59,5%). Cabe destacar que cerca de 80% dos casos de estupro de vulnerável acontecem no interior das residências das próprias vítimas.

Quanto aos Crimes Contra o Patrimônio (CCPs), monitorados de forma prioritária pela SSP/DF, também houve queda de 12,1% no comparativo 2018/2019. Essa redução representa 6.252 roubos e furtos a menos no DF. Dos crimes analisados, o roubo a comércio foi o que mais caiu, 23,2%, de 1.778 para 1.365, com 413 ocorrências a menos.

O roubo em residência obteve redução de 17,3% na comparação do ano passado com 2018: de 597 para 494 ocorrências em todo o DF, 103 casos a menos. No roubo em transporte coletivo, houve 3,1% de redução no mesmo período. O furto em veículo e os roubos de veículo e a pedestre caíram 12,2%, 14,2% e 11,6%, respectivamente.

Pesquisas Realizadas

As Pesquisas de Segurança Pública são aplicadas em amostras da população, objetivando o levantamento de informações não presentes nas estatísticas oficiais dos órgãos de segurança pública, tais como a mensuração dos crimes não registrados à polícia (subnotificação), sensação de insegurança, avaliação do trabalho realizado pela polícia e as causas da vitimização. Estas pesquisas fornecem um conjunto detalhado de informações essenciais para o desenho de políticas de segurança pública.

- Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização)

Objetivos: levantamento de informações criminais não presentes nas estatísticas oficiais dos órgãos de segurança pública. Objetivos específicos.

- i). Informações sobre crimes não registrados,
- ii). Mapeamento da sensação de segurança;
- iii). Avaliação do trabalho das forças de segurança; iv). Avaliação da política de segurança pública; entre outros.

Resultados alcançados: pesquisa em andamento. Já foram realizadas aproximadamente 10 mil entrevistas, dentro das 19.537 previstas em edital.

Público alvo: população do distrito federal.

- Pesquisa de Avaliação da Qualidade do Atendimento Emergencial

Objetivos: avaliação da percepção da população sobre o atendimento prestado pelas forças de segurança em situações de emergência. Objetivos específicos:

- i). Identificação a percepção da população sobre a qualidade do trabalho da polícia militar no atendimento por telefone e presencial;
- ii). Identificação a percepção da população sobre a qualidade do trabalho do corpo de bombeiros militar por telefone e presencial.

Resultados alcançados: diagnóstico de melhoria do atendimento presencial da PMDF, alcançando nota 4,62, ou 92% na avaliação. E diagnóstico de melhoria do atendimento por telefônico do CBMDF, alcançando nota 4,88 ou 98% na avaliação, seguida de uma leve queda de 1% na qualidade do atendimento emergencial para 96%, nota 4,78.

Público alvo: população geral (com o aprimoramento do trabalho das forças de segurança).

Pesquisa de Violência nas Escolas Públicas

Objetivos: levantamento de informações não presentes nas estatísticas oficiais dos órgãos de segurança sobre situações de violência que acometem as instituições de ensino do DF. Objetivos específicos:

- i). Identificação dos tipos de violências mais recorrentes de acordo com cada segmento e região administrativa,
- ii). Mapeamento das soluções adotadas para resolução dos conflitos de acordo com cada situação;
- iii). Caracterização das localidades onde as escolas estão localizadas; dentre outras.

Resultados alcançados: pesquisa em andamento. 80% das instituições públicas de ensino participaram respondendo ao estudo. O estudo tem previsão de encerramento no primeiro bimestre de 2019.

Público alvo: comunidade escolar (e secretaria de educação).

Diagnóstico do Programa de Gestão Compartilhada

Objetivos: mensurar os impactos da gestão compartilhada sobre a dinâmica da escola e no comportamento dos estudantes. Objetivos específicos:

- i). Dar espaço aos diferentes grupos da comunidade escolar para apresentarem suas visões, críticas, comentários e sugestões sobre a gestão compartilhada.
- ii). Realizar acompanhamento contínuo da situação escolar por meio da consulta direta aos membros da comunidade escolar: estudantes, responsáveis (mães e pais), professores, servidores e monitores militares.

Resultados alcançados: avaliação positiva do projeto. 50,3% dos estudantes e 59,8% dos professores consideram que a gestão compartilhada transformou a escola em um lugar melhor para estudar. 53% dos estudantes e 75,4% dos professores querem que a gestão compartilhada continue.

Público: alunos, professores, servidores e militares diretamente envolvidos no projeto de gestão compartilhada.

Pesquisa de Avaliação do Programa - Viva Flor

Objetivos: realização de acompanhamento mensal para avaliação do atendimento prestado pelas instituições de segurança e órgão ligados à rede da assistência social responsável por acompanhamentos do viva flor. Objetivos específicos:

- i). Avaliação da sensação de segurança na vizinhança;
- ii). Levantamento de hábitos e práticas cotidianos;
- iii). Avaliação da qualidade dos serviços recebidos.

Resultados alcançados: aumento das ligações realizadas mensalmente.

Público alvo: mulheres com medidas protetivas de urgência atendidas pelo programa viva flor.

Relatórios Periódicos

A SSP/DF por meio da Subsecretaria de Gestão da Informação – SGI produz um conjunto amplo de relatórios na sua rotina de trabalho visando subsidiar a gestão da SSP e demais órgãos de segurança pública do DF. Estes dados são utilizados inclusive para a realização de uma coletiva mensal, onde a SSP apresenta a situação da segurança pública do DF para a população. Listamos abaixo os relatórios produzidos em caráter contínuo:

- Planilha de acompanhamento diário de homicídios / Feminicídios / latrocínios;
- Balanço semanal das naturezas homicídio, latrocínios, roubo com restrição e armas apreendidas;
- Relatório de acompanhamento semanal de ocorrências registradas para as 31 AISPS;
- Relatório sintético de análise criminal mensal para as 31 AISPS;
- Relatório de análise criminal de roubo com restrição de liberdade da vítima;
- Relatório de análise criminal de roubo a postos de combustível;
- Comparativo mensal e acumulado das dezesseis naturezas criminais monitoradas para as 31 AISPS;
- Manchas criminais das naturezas CVLI e CCP para as 31 AISPS; e
- DHL mensal e acumulado das naturezas CVLI e CCP para as 31 AISPS.

Câmara Técnica de Monitoramento Homicídios e Feminicídios

A Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios é uma instância de apoio técnico e estratégico à governança da política de segurança pública. Nesse sentido, a Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF (interna), foi criada no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, por meio da Portaria nº 176, de 13 de setembro de 2018, com natureza propositiva e deliberativa nas questões afetas aos casos de homicídios e feminicídios. Entretanto, não é substitutiva da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios, a qual tem a participação de membros do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. Como principais ações realizadas, destacam-se:

- a. Retomada das reuniões da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios, com a participação de representantes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF e do Ministério Pública do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, além dos representantes das Forças de Segurança que também participam da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios;
- b. Realização de reuniões da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios (interna);
- c. Realização de várias palestras (Dr. Alessandro Moretti) sobre os dados criminais e criminológicos de feminicídios no DF: Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Academia do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Associação dos Delegados de Polícia Federal, Departamento de Polícia Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Seminário Brasil-África etc.;
- d. Encaminhamento do Relatório Mensal sobre Feminicídio no Distrito Federal a autoridades do Poder Legislativa local e Federal e do Poder Judiciário;
- e. Conclusão do Questionário Eletrônico de Homicídio e Feminicídio;
- f. Lançamento dos dados de feminicídio (consumados 2015 a 2019 e boa parte dos tentados 2019) no Questionário Eletrônico;
- g. Utilização de ferramenta de Business Intelligence - BI para a análise dos dados estruturados do Questionário Eletrônico de Homicídio e Feminicídio;
- h. Proposição para a realização da campanha “Meta a Colher”;

- i. Criação de pessoal fixo e sala equipada para o funcionamento perene da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios, na Secretaria de Segurança Pública;
- j. Estudo de todos os casos de feminicídio consumado, desde 2015 a 2019, com base nos boletins de ocorrência registrados pela PCDF; nos laudos periciais produzidos sobre autores, vítimas e local de crime; nos processos judiciais que tramitam no TJDF; e nos dados coletados por ocasião das visitas às Varas do Tribunal do Júri e aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher;
- k. Estudo dos casos de feminicídios tentados, ocorridos em 2019 (bem adiantado: 91 casos de 135 já foram lançados no Questionário Eletrônico);
- l. Disponibilização de tokens para o acesso eletrônico aos processos judiciais;
- m. Estudo (início) para a proposição de matriz de risco representativa do grau de vulnerabilidade da vítima de violência doméstica;
- n. Estudo situacional dos órfãos de vítimas de feminicídio;
- o. Utilização (em andamento) de ferramenta preditiva: cálculo da distância necessária para o atendimento efetivo da denúncia de violência doméstica;
- p. Disponibilização de dispositivo de monitoramento eletrônico de proteção às mulheres sob medidas protetivas de urgência (falta validação do fluxo de atendimento pelo TJDF, que está em análise na Corregedoria do Órgão);
- q. Expansão do número de mulheres atendidas pelo Viva Flor;
- r. Está em andamento o aperfeiçoamento dos processos do Centro Integrado de Monitoração Eletrônica - CIME, por meio de:
 - Estabelecimento de protocolo para alertar eficazmente as vítimas que estão sob medida protetiva de urgência;
 - Criação de Unidade do CIME específica para o atendimento das mulheres sob medida protetiva de urgência;
 - Capacitação dos policiais para os casos protocolares de acionamento pelo CIME.
- s. Fomento à melhoria dos mecanismos e protocolos integrados de atendimento (PCDF, SES e CBMDF) das vítimas de violência doméstica e da atuação em crimes de feminicídio;
- t. Estruturação do projeto (conceito) para o desenvolvimento de políticas públicas para a proteção à mulher vítima de violência;
- u. Fomento à criação da estrutura da PCDF acerca da equipe de plantão, Delegado e Perito, no Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, para o atendimento eficiente dos casos de crimes violentos letais intencionais - CVLI;
- v. Criação de grupos de trabalho para a atualização de protocolos operacionais integrados: Iguana, Dragão e Petardo;
- w. Criação de grupo de trabalho específico para a elaboração de protocolo integrado destinado à preservação de local de crime;
- x. Pautada (sugerida pela CTMH) pela Secretaria da Mulher na reunião da CTMH, a possibilidade de tratamento dos agressores de violência doméstica por equipe multidisciplinar existe nos NAFVD'S, seja por decisão judicial ou por aceitação;
- y. Análise do fluxo de atenção à mulher vítima de violência utilizado pela Secretaria de Saúde;
- z. Planejamento mensal do trabalho da CTMHF (entregas).

Escola de Gestão Compartilhada

Ao final do segundo semestre de 2019, o projeto dos Colégios Cívico-Militares do DF (CCMDF) encontra-se com nove escolas já implantadas, sendo seis geridas pela PMDF e três geridas pelo CBMDF. Três outras escolas aprovaram em votação a adesão ao projeto, sendo que delas, duas serão alcançadas em 2020 pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e serão geridas pelo Ministério da Educação (MEC). Abaixo, destacam-se as ações executadas em relação ao projeto:

- Implantação do modelo em nove escolas;
- Votação e aprovação para implantação do modelo no Centro de Ensino Fundamental 1 do Riacho Fundo II;
- Votação e aprovação para implantação do modelo com fomento federal no Centro Educacional 416 de Santa Maria e Centro de Ensino Fundamental 5 do Gama;
- Publicação da Portaria Conjunta nº 01, de 31 de janeiro de 2019, normativo do projeto-piloto das Escolas de Gestão Compartilhada, sendo a base legal para a implementação do modelo nas quatro primeiras escolas escolhidas;
- Publicação da Portaria nº 09 de 12 de setembro de 2019, no Diário Oficial do DF de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre a implementação do projeto;
- Publicação da Portaria Conjunta nº 11, de 23 de outubro de 2019, no Diário Oficial do DF de 30 de outubro de 2019, aprovando os seguintes documentos:
 - Manual do Aluno
 - Regimento Escolar dos CCMDF
 - Regulamento Disciplinar
 - Regulamento Básico de Uniformes
 - Plano Operacional
 - Criação da Subsecretaria de Escolas de Gestão Compartilhada (SEGECOM), por meio do Decreto nº 40.257, de 12 de novembro de 2019, publicado no suplemento do DODF de 13 de novembro de 2019;
 - Nomeação do subsecretário da SEGECOM, no dia 13 de novembro de 2019;
 - Nomeação do Comitê Gestor das Escolas de Gestão Compartilhada.

Ensino e Valorização Profissional

A SSP/DF por meio da Subsecretaria de Valorização Profissional – SEVAP atuou para desenvolver as competências conceituais, operativas e atitudinais dos servidores da Segurança Pública do Distrito Federal. Destacam-se as ações de enfrentamento à violência contra a mulher neste cenário. Outro importante foco das ações de capacitação da SEVAP foi direcionado para os profissionais das escolas de gestão compartilhada.

Com o surgimento de novas tecnologias e desenvolvimentos de sistemas e programas de gerenciamento de ocorrências, a SEVAP também capacitou os servidores-gestores do CIOB que realizam atendimento e fazem a monitoração das câmeras de segurança, para que possam prestar um atendimento eficiente e cortês à sociedade brasileira.

A SSPDF, por meio da SEVAP, celebrou ainda acordos com Escolas de Línguas Estrangeiras (Instituto Cervantes, Aliança Francesa, Casa Thomas Jefferson e Cultura Inglesa) com o intuito de propiciar aos servidores da SSPDF e seus familiares o acesso à aprendizagem dos idiomas espanhol, francês e inglês com melhores condições. Frisa-se o ciclo de palestras para os adidos policiais/militares, com o objetivo de celebrar acordos e convênios na área de ensino.

Ação que mereceu grande destaque foi o Seminário Internacional "Um novo Olhar sobre a segurança Pública", que teve como objetivo disseminar experiências e contribuir para o debate sobre boas práticas voltadas para a redução da violência e da insegurança da sociedade, por meio de exemplos exitosos em outros países, avaliando sua aplicabilidade à realidade brasileira e, especialmente, do Distrito Federal.

Imagem 1: Folder do Seminário Internacional Um Novo Olhar Sobre a Segurança Pública



Uma das importantes ações desenvolvidas foi a proposição de temáticas relacionadas à qualidade de vida e à valorização profissional como eixos de atuação no Projeto BRA n.º 18/012, firmado em agosto de 2018, entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF). Para o delineamento das estratégias de valorização profissional para o contexto da política de segurança pública do Distrito Federal, é necessário compreender o cenário em que os operadores de segurança estão inseridos. A valorização profissional, enquanto política pública, prevê a identificação das vulnerabilidades e dos riscos à saúde física e mental do profissional. Dessa forma, foram implementados eixos primordiais para o avanço na consecução de ações da área de competência da COVAP, o "Curso de formação de multiplicadores de prevenção ao suicídio dos operados de segurança pública", que resultará em uma cartilha de orientações para profissionais de segurança pública; o "Seminário de Prevenção ao Suicídio"; e as "Oficinas de Qualidade de Vida e de Escuta do Trabalho para os Profissionais do Sistema Penitenciário"; e, por último, a contratação para "Confecção de 2 desenhos animados em 2D sobre o tema prevenção de violência contra a mulher", sendo um voltado para o público infantil e o outro voltado para o público infanto-juvenil.

Ao longo do ano foram capacitados 9.042 servidores, por meio de cursos, seminários, workshops, presencial (7.326 servidores) e à distância (1.716 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais destacamos:

- Palestra "O Atendimento Policial e a Lei Maria DA Penha" (CAE);
- Programa de Treinamento e Capacitação dos Militares da Central de Operações e Comunicações BM (COCB);
- Treinamento de Primeiros Socorros e Emergências;
- Reunião com Adidos Policiais/Militares das embaixadas estrangeiras com representação em Brasília – Palestra;
- Lei Maria da Penha e o Sistema Penitenciário;
- Lei Maria da Penha no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- Apresentação do Programa Lei Maria da Penha no Fórum de Segurança Pública;
- A Lei Maria da Penha e o Atendimento no CBMDF - Curso de Formação de Oficiais;
- Lei Maria da Penha E o Atendimento do Sistema Penitenciário Feminino;
- Intervenção Policial em Ocorrências de Violência Doméstica;
- Curso de Sistema de Comando de Incidentes (CSCI) - Nível Básico 1;
- Treinamento de Atendimento Pré Hospitalar – APH;
- Curso de formação de multiplicadores em prevenção ao suicídio;
- Seminário Nacional de Prevenção ao Suicídio dos Profissionais de Segurança Pública;
- Capacitação Técnico-Pedagógica integrada para os profissionais das Escolas de Gestão Compartilhada do Distrito Federal -
- Módulo 1 – Escola de Gestão Compartilhada

- Módulo 2 – Relações Interpessoais no Ambiente Escolar
- Módulo 3 - Estratégias de Mediação de Conflitos e Gestão de Pessoas
- Módulo 4 – Proteção da Integridade da Criança e do Adolescente
- Módulo 5 – Fenômenos do Ambiente Escolar
- Curso Internacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher;
- Seminário Internacional “Um Novo Olhar Sobre a Segurança Pública”;
- Participação no Encontro Técnico Anual do Programa Nacional de Qualidade de Vida para profissionais de Segurança Pública (PRÓ-VIDA); e
- I Feira de Boas Práticas em melhoria da Qualidade de Vida

Ações de Prevenção à Criminalidade

A SSP/DF por meio da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade – SUPREC/SSP, atuou em programas, projetos e ações de proteção social à juventude, à mulher e processos de mediação de conflito, contribuindo diretamente para o fortalecimento das redes de enfrentamento à violência, uma vez que tem atuado, de forma intersetorial, com demais Secretarias de Estado do Governo do Distrito Federal e movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos humanos de diversos grupos em situação de vulnerabilidade social.

Ademais, a participação em diferentes Conselhos, Comitês, Comissões e Grupo de Trabalho, cujas pautas possuem objetivos de proteção social e enfrentamento às violências e criminalidades, são imprescindíveis para a construção das políticas sociais no Distrito Federal, bem como para fortalecimento das redes de enfrentamento à violência.

Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas em Medida Protetiva de Urgência - Aplicativo VIVA FLOR

O aplicativo para smartphone VIVA FLOR assegura às ofendidas nos crimes de violência doméstica e familiar, sob medida protetiva de urgência, encaminhadas pelo poder judiciário, o acionamento emergencial dos órgãos de segurança pública, diante da presença e/ou grave ameaça do autor de violência.

Quantidade de beneficiárias atendidas e localidades:

Atualmente, um quantitativo de 51 (cinquenta e uma) mulheres estão sendo atendidas pelo Programa, tendo a seguinte distribuição por circunscrições judiciárias do DF: 30 (trinta) em Taguatinga; 06 (seis) no Guará; 05 (cinco) no Núcleo Bandeirantes; 08 (oito) em Brasília e 02 (duas) em Planaltina.

Programa Picasso Não Pichava – Projeto Oficinas Formativas e Culturais

As Oficinas do Programa Picasso Não Pichava possuem conteúdo artístico e sociocultural, de cunho educativo e/ou formativo – técnicas artísticas e profissionais, sendo voltado às crianças, adolescentes, jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade social e criminal. O programa integra as políticas de segurança e as de proteção social existentes em outros órgãos públicos, estabelecendo redes de atuação intersetoriais. O foco do programa é a prevenção primária e terciária, a partir de valores de cultura de paz.

Quantidade de beneficiários do Programa:

No ano de 2019 o Programa atendeu um público de 865 pessoas em 10 Regiões Administrativas, desenvolvendo as seguintes oficinas: Audiovisual (Cinema), Fotografia, Ilustração, Pintura em Tela e Serigrafia, com a carga horária média de 40h/a cada turma, a depender das especificidades das ementas dos cursos e características do público, levando-se em consideração também as tratativas estabelecidas com os parceiros da rede de proteção social.

**Quadro 6 – Público Atendido pelo Programa Picasso Não Pichava
Projeto Oficinas Formativas e Culturais – 2019**

Atividade	Atividade	RA	Perfil do Público	Nº Turmas	Alunos Atendidos
Oficinas: (Cinema, Fotografia, Ilustração, Pintura em Tela e Serigrafia)	1º Semestre	Ceilândia, Estrutural, Gama, Paranoá, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas e São Sebastião	Crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social	12	212
	2º Semestre	Ceilândia, Estrutural, Planaltina, Recanto das Emas e Samambaia	Crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social	11	150
Workshops - Serigrafia	1º Semestre	Plano Piloto, Estrutural, Planaltina	Crianças em situação de vulnerabilidade social	08	215
	2º Semestre	Plano Piloto, Planaltina	Crianças em situação de vulnerabilidade social, mulheres idosas	08	211
Eventos externos (Gravação de Carta Profissional e Palestra)	1º e 2º Semestres	Estrutural e Paranoá	Adolescentes em situação de vulnerabilidade social	00	77
Total				39	865

Fonte: SUPREC/SEF/DF

Programa Esporte à Meia Noite

O Programa oferece atividades esportivas para crianças, adolescentes e jovens em locais de vulnerabilidade social com o objetivo de inclusão e proteção a fim de gerar impacto direto na prevenção da criminalidade nas regiões de atuação.

Desde janeiro do corrente ano, a gestão do projeto adotou medidas para dar cumprimento à Lei nº 6.111, de 02/02/2018, a qual atribui a coordenação geral do Projeto à Secretaria de Esportes e Lazer. Durante esse período, as atividades foram mantidas, no período noturno. A Secretaria de Segurança manteve-se na gestão dos professores atuantes até dia 31 de maio de 2019.

Quantidade de beneficiários do Programa

O projeto atendeu uma média de 385 jovens no período de fevereiro a maio de 2019, nas Regiões Administrativas de Ceilândia, Estrutural, Gama, Paranoá, Planaltina (Jardim Roriz e Vila Buritis), Samambaia, Santa Maria e São Sebastião.

Mapeamento dos Programas e Ações de Prevenção à Violência e Criminalidade Empreendidas pelas Forças de Segurança Pública do DF

Projeto desempenhado em parceria com a Subsecretaria de Gestão da Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública do DF (SGI/SSP) para relacionar os Programas e Ações de Prevenção à Violência e Criminalidade junto aos órgãos de Segurança Pública (CBMDF, DETRAN-DF, PCDF, PMDF, SUDEC e SESIPE) com objetivo de identificar as referidas ações, seus impactos e executores.

O Mapeamento gera relatórios a partir do preenchimento de uma plataforma online alimentada pelos órgãos de segurança que desenvolvem as atividades, de modo que a

acuidade e a atualização das informações depende de ampla e constante divulgação do mesmo para as Forças.

Entre as finalidades, o mapeamento permite o acompanhamento centralizado dos projetos de prevenção social e possibilita subsidiar melhorias na implementação dos mesmos.

Companhia Artística de Prevenção à Criminalidade

A implementação da Companhia Artística da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade corresponde à atualização da nomenclatura e reestruturação da funcionalidade da Companhia de Teatro Pátria Amada – CTPA, instituída pelo Decreto nº 28.903, de 26 de março de 2008, e reestruturada pela Portaria nº 32, de 10 de abril de 2012. Atualmente, para além da atividade artística, a Companhia tem desenvolvido o papel de Mediadora de Conflitos nos territórios em que atua, valendo-se de servidores públicos que transitam entre o policiamento preventivo – Polícia Comunitária e ferramentas artísticas – vídeo e teatro. As propostas para reestruturação da Companhia Artística encontram-se no Processo SEI nº 00050.00158622/2017- 040.

A Companhia vincula-se a partir da convivência em territórios onde a juventude é frequentemente aliciada por agentes do tráfico de drogas. Portanto, o vínculo afetivo, a escuta ativa e o redirecionamento de medos e conflitos para os jogos e a cena teatral, facilita o processo de resiliência e empoderamento pessoal e social da juventude.

Os objetivos da Companhia consistem em:

- Aproximar a polícia da comunidade, conforme os princípios de Segurança e Política Comunitária para aumento da confiabilidade nos serviços prestados pelas Forças de Segurança Pública;
- Criação de produtos artísticos (cênico, audiovisual e intermediático) de cunho pedagógico e preventivo social às situações violentas e/ou criminosas a públicos em situação de vulnerabilidade social e/ou criminal;
- Redução de violações e crimes sofridos e praticados, especialmente entre jovens compreendidos na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, moradores e moradoras de regiões periféricas;

Quantidade de beneficiários do Programa e localidades:

- Público das apresentações da peça “Baby - Cena Fórum”: 1100 pessoas;
- Oficina de Iniciação Teatral – CEU das ARTES: 16 estudantes;
- Oficina de Iniciação Teatral – PROEM: 20 estudantes;
- Oficina de Iniciação Teatral – CCM CED 308: 40 estudantes;
- Público das apresentações do Espetáculo “A Coisa Impetuosa”: 460
- Público das apresentações do I Festival de Teatro Segurança EnCENA:
- 1.125 estudantes.

Quadro 7 – Público Atendido pela Companhia Artística de Prevenção e Políticas Sociais



Atividade	R.A.	Perfil do Público	Nº Turmas	Alunos Atendidos
Oficinas de Iniciação Teatral e de Encenação de Teatro	Recanto das Emas e Plano Piloto	Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social	03	76
Apresentação Espetáculo "A Coisa Impetuosa"	Plano Piloto	Crianças e adolescentes em situação de Vulnerabilidade social	02	460
Apresentação Espetáculo "Baby	Plano Piloto	Estudantes e servidores das Forças de Segurança e do TJDF	05	1.100
I Festival de Teatro Segurança EnCENA - Apresentações	Plano Piloto, Recanto das Emas, Sobradinho	Adolescentes em situação de vulnerabilidade social	11	720
TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS pela Companhia Artística – Ano 2019				2.356

Fonte: SUPREC/SSP/DF

Imagem 2 – Ensaio do espetáculo A COISA IMPETUOSA - CEU DAS ARTES – Recanto das Emas: relaxamento e concentração



Imagem 3 – Cerimônia de Encerramento do 1º festival Segurança EnCENA – coffee break. Ano de 2019



Ações de Combate ao Racismo

As atividades desempenhadas pela Companhia Artística da SUPREC, por meio das oficinas e encenações teatrais, permitem trabalhar junto aos jovens os problemas vivenciados em seus lares e no âmbito escolar.

No ano de 2019 o espetáculo SÓHNÓS, resultante de oficina teatral na Escola do Parque – PROEM (Asa Sul) trouxe para a cena o racismo institucional e social, entre outros temas, a partir de uma situação trazida por um dos estudantes. Após a apresentação, foi realizada conversa entre público e elenco sobre o racismo e seus efeitos propulsores de episódios criminosos e/ou violentos, especificamente no âmbito escolar, por meio de ferramentas de mediação de conflitos.

Quantidade de beneficiários do Programa e localidades:

- Oficina de Iniciação Teatral - PROEM: 20 estudantes;
- Espetáculo SÓHNÓS: 85 pessoas no público.

Imagem 4 – Público do Espetáculo SÓHNÓS – Ano de 2019



Implantação do Projeto Segurança Comunitária e Mediação de Conflitos nas Escolas

No ano de 2019 iniciou-se o Projeto-Piloto de Segurança Comunitária e Resolução Pacífica de Conflitos com o objetivo de desenvolver atendimento interdisciplinar e intersetorial à comunidade escolar dos Colégios Cívico-Militares, mediante a oferta de capacitação nos temas Mediação de Conflito e Segurança Comunitária, atividades formativas no contra turno escolar e atendimento psicossocial aos estudantes.

Quantidade de público atendido: 100 estudantes do CPM CEF 308 do Recanto das Emas nas Oficinas de Teatro, Rodas de Conversas e Grupo Terapêutico.

Convênio com Instituições de Ensino Superior

O Convênio de Concessão de Estágio celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública e o Centro de Educação Superior de Brasília - CESB/IESB (Processo nº 0050-001400/2017 – SEI/GDF). Consiste no desenvolvimento de atividades de estágios supervisionados obrigatórios não remunerados, ações de pesquisa e extensão universitária, bem como a troca de experiências para melhoria da capacidade técnica de discentes e docentes do IESB e servidores da Secretaria de Segurança Pública.

Participação Social

CONSEG

Por meio do DECRETO Nº 39.910, DE 26 DE JUNHO DE 2019 foi instituído, no âmbito do Distrito Federal, os Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG, entidades comunitárias, de caráter consultivo e deliberativo, sem fins lucrativos e de cooperação voluntária com a política de segurança pública do Distrito Federal, com o fim de promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos de segurança, e outros que concorram para

este, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF.

Em 14 de setembro de 2019, ocorreu o processo eleitoral para seleção da diretoria dos CONSEG para o período entre 2019 e 2023, regulamentado pela Portaria 74 de 01 de julho de 2019 e durante a semana compreendida entre os dias 09 e 13 de dezembro, as diretorias eleitas foram capacitadas para melhor exercerem as atividades dos Conselhos de Segurança. Na capacitação, foram abordados assuntos tocantes à legislação pertinente, condução de reunião e outros temas.

Ao longo do ano de 2019, foram realizadas 165 reuniões de CONSEG, com a participação de aproximadamente seis mil e duzentas pessoas que expuseram mais de três mil e duzentas demandas para diversos órgãos do GDF.

CONDISP

Em 20 de dezembro de 2019 foi publicada no DODF Nº 242 - Suplemento a LEI Nº 6.430 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019. (Autoria do Projeto: Poder Executivo) que criou o Conselho Distrital de Segurança Pública - Condisp, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública do Distrito Federal - Susp, o Conselho Distrital de Segurança Pública - Condisp, nos termos da Lei federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

O Condisp como instância colegiada do Sistema Único de Segurança Pública, é órgão permanente, com competência consultiva, propositiva e de acompanhamento social das atividades de segurança pública, respeitadas as instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública.

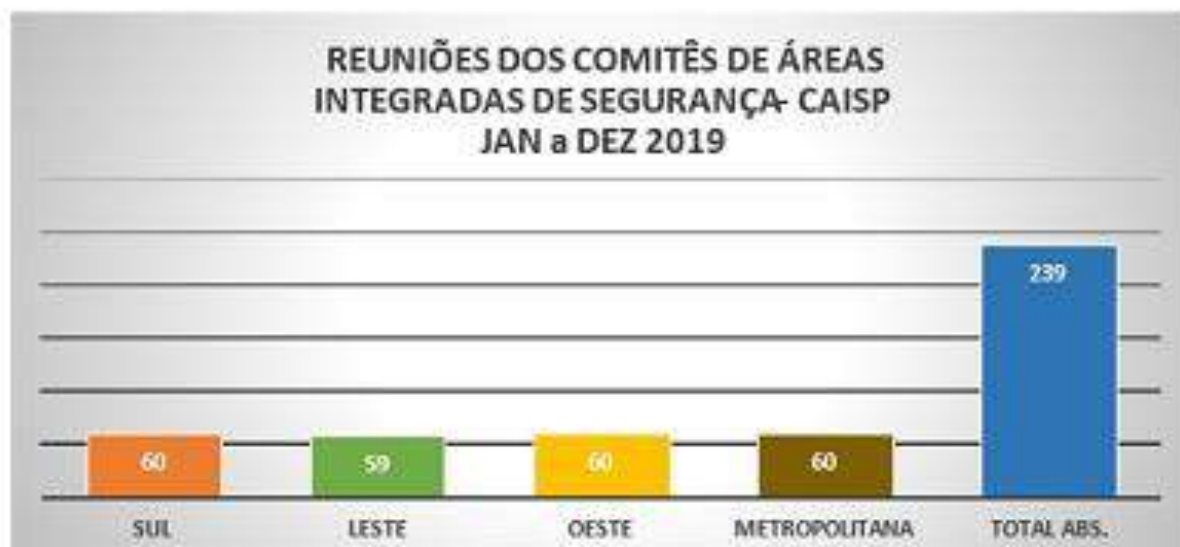
Comitê de Áreas Integradas de Segurança Pública – CAISP

Trata-se do nível operacional de governança da política de segurança pública. Este Comitê se dedica ao planejamento pelas forças de segurança pública das ações integradas de acordo com os tipos criminais indicados com base em estatística criminal, com as desordens públicas mapeadas e mediante o diálogo com seguimentos representativos da sociedade e do governo.

As reuniões são realizadas mensalmente, na segunda semana do mês para a avaliação dos resultados do mês anterior, para o planejamento operacional das ações integradas, e a apresentação das desordens sociais e ambientais. Na reunião, além das forças de segurança participam, também, outros órgãos do governo (Administrador Regional, representante do DF Legal, DER etc.) e o presidente do Conselho de Segurança Comunitário - CONSEG, a fim de que as operações integradas sejam planejadas e as desordens encaminhadas para resolução. Entretanto, na ocasião da pactuação das ações as IOA's convidadas não participam, vez que se trata do segundo momento da reunião. Cada mês é denominado de ciclo e é coordenado pelas forças de forma alternada. Para tanto, o ciclo é iniciado no dia 15 do mês de referência e vai até o dia 14 do mês seguinte. Havendo necessidade de qualquer esclarecimento das questões afetas a esta metodologia, o respectivo Assessor responsável pela RISP procura o coordenador para esclarecer as rotinas e práticas da reunião do Comitê. Na reunião propriamente dita, o coordenador com base nos dois tipos criminais apontados na ficha-problema (fundamentada pelo princípio de Pareto), apresenta as questões aos representantes das forças: Delegado-Chefe da delegacia da área, Comandante do Batalhão da PM, Comandante do Grupamento do CBMDF e o Coordenador Regional do DETRAN, para anuência e indicação de suas ações, conforme competência de cada instituição, nos dias, horas e locais com maior incidência criminal (áreas quentes), além de ações sobre as desordens (administração e DF Legal). Ao final, lavra-se o Protocolo de Ações Integradas de Segurança – PAIS, que deve ser registrado no Sistema SEI (restrito) e encaminhado para as forças de segurança participantes. A cada quinze dias, as forças devem remeter, via Sistema SEI, as ações realizadas, devidamente registradas no Formulário de Ação-Resposta que foi reformulado e simplificado junto com o Protocolo. Quando há um fenômeno criminal que envolva mais de uma Região, a Unidade convoca a reunião do Comitê de Regiões Integradas de Segurança Pública – CRISP (nível tático), para tratar de temas não resolvidas nas reuniões do Comitê de Áreas Integradas de Segurança Pública – CAISP.

No ano de 2019, para alcançar os objetivos estabelecidos pela política de segurança pública foram realizadas 239 reuniões das 240 previstas sob a coordenação das forças de segurança do Distrito Federal, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Total de Reuniões por RISP



Fonte: UPP/SSP/DF

Tomando-se por base os dados criminais extraídos do Sistema de Georreferenciamento – SIGEO e dos Relatórios de análise dos fenômenos criminais, disponibilizados pela Subsecretaria de Gestão da Informação - SGI, destacaram-se as seguintes modalidades criminais monitoradas nos doze ciclos ocorridos nas quatro Regiões Integrada de Segurança Pública:

Quadro 8 – Naturezas Criminais Mais Discutidas No CAISP/2019

Natureza criminal	RISP OESTE	RISP SUL	RISP LESTE	RISP METRO	TOTAL
Roubo a transeunte	49	53	57	57	216
Furto em veículo	48	33	41	45	167
Roubo em coletivo	10	11	1	11	33
Roubo de veículo	4	10	11	3	28
Roubo em comércio	3	8	6	0	17

Fonte: UPP/SSP/DF

Quanto às desordens físicas e sociais, os Assessores Técnicos da Unidade de Políticas Públicas realizaram mapeamentos e checagens, com ênfase nos locais de manchas criminais, conforme abaixo discriminado, visto que a intervenção do Estado pode influenciar o comportamento da sociedade (teoria das janelas quebradas):

Quadro 9 – Monitoramento das Desordens por RISP

RISP	MAPEAMENTO	CHECAGENS	RESOLVIDAS	PENDENTES
SUL	822	3.135	468	354
LESTE	1.003	4.190	501	502
OESTE	1.107	5.133	706	5.698
METROPOLITANA	1.614	3.141	730	400
TOTAL DF	4.546	15.599	2.405	6.954

Fonte: UPP/SSP/DF

Vale ressaltar que as desordens mapeadas são encaminhadas para os órgãos responsáveis pela resolução do problema. Com isso, os Assessores Técnicos retornam aos locais já mapeados para fazer a checagem das desordens anteriormente identificadas. Diante da informação prestada pela UPP/SSP/DF (Quadro 10), percebe-se que 8.110 das desordens são físicas e 1.577 são desordens sociais.

Quadro 10 – Situação das Desordens Urbanas Gerais

Quadro 10 – Situação das Desordens Urbanas Gerais

TIPO DESORDEM	SITUAÇÃO						TOTAL
	Com problemas		Em resolução		Resolvido		
Desordens físicas	4.788	82%	98	80%	3.224	87%	8.110
Desordens sociais	1.064	18%	25	20%	488	13%	1.577
TOTAL	5.852	-	123	-	3.712	-	9.687

Fonte: UPP/SSP/DF

Gestão do Risco e Respostas a Desastres

Buscando identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública, a SSPDF, por meio da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, realizou diversas atividades, das quais destacamos:

1. Áreas de Risco 100% vistoriadas/mapeadas;
2. Levantamento de Risco em edificações:
 - Vitorias de licença de funcionamento - vitorias (comércios, escritórios, lojas e outros): 187;
 - Termos de notificação de edificações: 440;
 - Termo de comparecimento em edificações: 283;
 - Termo de interdição de edificações: 71;
 - Termo de desinterdição de edificações: 16;
 - Vitorias na Operação Afrodite: 32;
 - Vitorias na Operação Vicente Pires: 215; e
 - Vitorias na Operação casas de festas, bares e boates: 37
3. Ajuda Humanitária a 31 famílias afetadas por eventos adversos;
4. Participação no 8º Seminário Capixaba de Gestão de Riscos de Desastres;
5. Planos de Emergência:
 - Barragem do Lago Paranoá;
 - Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - CD-P2R2; e
 - Período Chuvoso;
6. Planos de Vitorias:
 - Vicente Pires;
 - Dengue, Zika e Chikungunya;
 - Carnaval;
 - Afrodite (vistoria em motéis);
 - Nicolau (vistoria nos locais com decoração Natalina);
 - Bares, Boates e Casas de Festa;
 - Fiscalização Integrada de Produtos Perigosos;
 - Barragem;
 - Creches;
 - Obras de Arte Especiais;
 - 7 de setembro;
 - Detonação de Explosivos no Vicente Pires;
 - Detonação de Explosivos na BR-020;

- Quadras Poliesportivas, Parques, PEC's e campos de futebol; e
 - Rodoviária do Plano Piloto;
7. Outras Informações Relevantes:
- Participação no Comitê de Gestão Integrada do Território, quanto as famílias que se encontram na faixa de servidão das Linhas de Transmissão de FURNAS (Samambaia) e da CEB (SMU Fercal);
 - Combate ao comércio irregular de GLP;
 - Implantação do Serviço 199; e
 - Implementação do Serviço Voluntário.

Ações Integradas

Compete a SSP/DF por meio Subsecretaria de Operações Integradas (SOPI) implementar a política de segurança pública com ações integradas entre as Instituições, Organizações e Agências (IOAs), nos eixos de segurança pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos; elaborar normas e diretrizes específicas que orientem a atuação integrada dos órgãos de segurança pública com as IOAs; avaliar a viabilidade legal e técnica de atendimento das solicitações de cadastramento de eventos; cadastrar, fiscalizar e controlar órgãos, entidades, estabelecimentos comerciais, pessoas físicas e jurídicas de direito privado, cujas atividades estejam sujeitas ao controle ou fiscalização desta Secretaria; atender a comunidade nos assuntos relativos à segurança pública, promovendo a gestão integrada das operações de segurança pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal (DF), por intermédio do Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB), entre outras.

Principais operações realizadas pela Subsecretaria de Operações Integradas:

- Carnaval 2019;
- Aniversário de Brasília;
- Desfile Cívico-Militar de 7 de setembro;
- Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2019;
- Copa do Mundo FIFA SUB 17;
- XI Cúpula de líderes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul);
- Via Sacra/Morro da Capelinha;
- Debriefing Operação Posse Presidencial 2019;
- Operação Perímetro Seguro;
- Campus Party – 2019;
- Operação Denário;
- Operações nos estádios: Mané Garrincha, Abadião, Bezerrão;
- 57º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes – UNE;
- Operações em apoio a Procuradoria Geral da República, Ministério da Defesa, Ministério Público Federal, Secretaria de Governo do Distrito Federal;
- Operação para redução de homicídios com foco principal em distribuidoras de bebidas e bares;
- Manifestações contra a reforma da previdência;
- Desocupação de área pública na quadra 913 Sul;
- Desocupação de área pública no Parque Ecológico Saburo Onoyama;
- Desocupação de área pública no Sudoeste;
- Operação Integrada SOS Área Central (Brasília);
- Operação para retirada da feira de venda de veículos usados “Feirão da Orca”;
- Operações Integradas para diversas manifesta.1.o Plano Piloto – ERB;
- Fiscalização de Trânsito e Comércio Irregular no Aeroporto;

- Prevenção de Crimes Contra a Vida e Contra a Dignidade Sexual no DF;
- Atualização e normatização das operações integradas em estabelecimentos prisionais (operação dragão) e em unidades de internação (operação iguana);
- Otimizar a informação do processo de cadastro de eventos e manifestações na SSP-DF, via canal on-line;
- Atualização e normatização das operações integradas envolvendo explosivos ou artefatos explosivos (operação petardo);
- Atualização de normas do Centro Integrado de Brasília - CIOB (Decreto de criação da Concepção Operacional do Sistema - CONOPS e Conceito de Uso - CONUSO);
- Reuniões do Comitê de Governança do Território do Distrito Federal;
- Calourada UNB/2019; 1.1.30 Eleições dos membros do Conselhos Tutelares;
- 6ª Câmara de Coordenação e revisão – Procuradoria Geral da República – Ministério Público Federal – Terras Indígenas;
- Simulado de acidente no aeroporto de Brasília; e
- Operação de desconstituição de áreas públicas ocupadas irregularmente na localidade de Santa Luzia, Mestre D'armas, Samambaia, Morro Bela Vista, Guará II.

Quadro 11 – Atividades Desenvolvidas pela Gerência de Eventos

Atividades	Quantidade
Cadastro de Eventos	9.520
Informação	7.234
Reuniões Táticas	82
Protocolo de Ações Integradas	95
Atendimento ao Público	29.351

Fonte: SOPI/SSP/DF

Quadro 12 – Atividades Desenvolvidas pelo Núcleo de Acompanhamento e Avaliação Operacional

Acompanhamentos	Quantidade
Assentia e manifestações públicas	88
Coordenação de Segurança de Área - CSA	117
Eventos carnavalescos (fiscizados)	55
Eventos esportivos	140
Eventos religiosos	18
Exposições, Conferências e Congressos	20
Operações Integradas	182
Show diversos	155
Levantamento operacionais	33
Dados eventos	52

Fonte: SOPI/SSP/DF

Quadro 13 – Atividades Desenvolvidas pelo Núcleo de Controle de Atividades

Acompanhamentos	Quantidade
Certificados de comunicação, referentes a eventos realizados em todo o Distrito Federal	1.572
Vistorias para emissão de autorizações de empresas que comercializam peças de uniformes, distintivos ou insígnias da PCDF, PMDF, CBMDF e DETRAN/DF, com validade de 02 (dois) anos	50
Certificados de autorizações para o cadastro de empresas que comercializam peças de uniformes, distintivos ou insígnias da PCDF, PMDF, CBMDF E DETRAN/DF, com validade de 02 (dois) anos	17
Certificados de regularidade para empresas de segurança privada	79
Vistorias para emissão de Autorizações para transferência de veículo blindado	106
Autorizações para transferência de veículo blindado	75
Certidões de registro de colete pessoa física	46
Certificados para empresas que prestam serviço de segurança eletrônica	69

Fonte: SOPI/SSP/DF

Quadro 14 – Atividades Desenvolvidas pela Gerencia de Integração e Prevenção

Acompanhamentos	Quantidade
Reuniões de planejamento operacional	88
Protocolos de ações integradas	41
Monitoramento, Assessoria e reuniões (CAISP)	27
Operações Agendadas	24

Fonte: SOPI/SSP/DF

Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB

O Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB tem a finalidade de promover a gestão integrada das operações de segurança pública, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal.

Uma das competências do CIOB é coordenar as ações relativas às operações que exijam a atuação integrada dos órgãos e entidades da Administração Pública que o compõem.

Nesse sentido, o Centro Integrado de Operações de Brasília - CIOB coordenou 650 (seiscentos e cinquenta) operações integradas no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

Quadro 15 – Principais Atividades Desenvolvidas pela Centro Integrado de Operações de Brasília

Acompanhamentos	Quantidade
Ronôdeas de Alinhamento Operacional	90
Reuniões dos grupos de trabalho	29
Protocolos de Operações Integradas	27
Normativos/Portarias	01
Lançamento de eventos no Sistema de Gestão Operacional - SGO	11.613

Fonte: SGP/SSP/DF

Principais Equipamentos Adquiridos**Quadro 16 – Reequipamento e Reparelhamento das Unidades da Segurança Pública**

Descrição	Qtd	Valor	Fonte
Aquisições de Divisórias cegas e vidro e portas.	1.036 m ²	697.240,15	100
Grupo Gerador Diesel 500KVA/400KW	1	252.195,00	100
Grupo Gerador Diesel	1	252.195,00	332
Arquivo em aço deslizante	720	219.996,00	332
Ar condicionado 12,18 e 24.000BTU's	39	88.722,00	100
Estante metálica	85	83.999,55	100
Empilhadeira elétrica tracionária	2	66.000,00	100
Exaustor Industrial	62	49.600,00	100
Máquina de costura industrial	21	42.000,00	332
Motocicleta Honda CG 160 Cargo	2	22.980,00	100

Fonte: SUAG/SSP/DF

Além dos equipamentos acima informados foram adquiridos equipamentos para áudio, vídeo e fotos; material odontológico; utensílios de oficina; utensílios de escritório, mobiliário, máquinas e equipamentos diversos.

Principais Serviços Contratados**Quadro 17 – Realização de Eventos**

Descrição	Valor Total (R\$)
Fornecimento de serviço de tradução simultânea para a Palestra " A Justiça Restaurativa e a Experiência Americana na Mediação de Vítima-Ofensor".	4.735,00

Fonte: SUAG/SSP/DF

Quadro 18 – Realização de Estudos e Pesquisas

Descrição	Valor Total (R\$)
Aplicação de pesquisa telefônica sobre a qualidade do atendimento emergencial realizado pelos órgãos de segurança pública do DF, totalizando 4.000 entrevistas.	54.800,00
Aplicação presencial de questionários no território do DF, com tempo de entrevista de aproximadamente 40 minutos, no domicílio das pessoas entrevistadas.	378.822,43

Fonte: SUAG/SSP/DF

Quadro 19 – Monitoramento por Câmera de Vídeo

DESCRIÇÃO	VALOR Total (R\$)
Serviço de Monitoramento Por Câmeras de Vídeo - Remanejamento de posto de captura modelo, adonamento extra ordinário.	905.430,00
Projeto de Monitoramento Por Câmeras de Vídeo - Projeto Executivo, As Buit externo, Abertura e fechamento de valetas, Perfuratriz horizontal, Lançamento de eletrodutos , lançamento de subduto quadruplo, Lançamento de cabo óptico, Instalação de caixa para emenda, Fiação de fibra, certificação de instalação, Identificação de cabo óptico, abertura de cortina de concreto, instalação de ponto de captura, Abertura e fechamento de valetas - Método destrutivo solo bruto e Método destrutivo solo estibido e Lançamento de eletrodutos, eletrocabos ou similares .	1.910.490,88

Fonte: SUAG/SSP/DF

Videomonitoramento e Aprimoramento Tecnológico

Em 2019 a SSP/DF expandiu o Projeto de Videomonitoramento Urbano, sendo que atualmente, existem 644 câmeras de videomonitoramento fixas e móveis da SSP/DF instaladas em regiões administrativas do DF. Destas, 581 transmitem imagens para o Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB). Em janeiro de 2018, 70 câmeras de videomonitoramento estavam instaladas no DF. Já no mesmo mês do 2019, o número de equipamentos instalados subiu para 450. Em janeiro 2020, são 581 câmeras instaladas.

O projeto de videomonitoramento - incluindo aquisição de câmeras, instalação de equipamentos e manutenção do parque tecnológico já existente - está orçado em aproximadamente R\$ 8 milhões. Os recursos relativos à aquisição de equipamentos são oriundos de convênio firmado com o Ministério Justiça. Já os serviços de instalação e de manutenção são provenientes de contratos firmados com empresas licitadas.

Oito regiões administrativas contam com o videomonitoramento Urbano implantado: Plano Piloto (área central), Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo I e II, Recanto das Emas e Águas Claras.

A SSP/DF também desenvolveu o Protocolo de atendimento 193 parametrizado por critérios para melhor triagem, coleta de dados e despacho de ocorrências; desenvolveu Solução Webservices (API Gateway) que permitirá a integração de dados do SGO (ocorrências) com o sistema Gênesis da PMDF e outras agências; desenvolveu Solução para gestão de eventos multi-agências operadas pelo SOPI; entre outros. Todos os projetos são frutos da estratégia de atuação da Subsecretaria de Modernização Tecnológica – SMT com foco nos resultados para o cidadão e investimentos que equilibrem os custos dos benefícios, de modo a fornecer às áreas de segurança os serviços de TIC esperados.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1612 - ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	%	0	30/06/2015	TRIMESTRAL	50	100	75	100	80	100	90	100	AGEPRO/ SSP / UO 24101 / OE 6 / UO 24101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2016 forma gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e consequentemente pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.</p> <p>2017 - 2017 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2017 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e, consequentemente, pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.</p> <p>2018 - 2018 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2017/2018 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e, consequentemente, pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.</p> <p>2019 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF no ano de 2019 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/Secretaria de Economia e pela Diretoria de Projetos desta pasta.</p>													
1582 - CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE	%	78	31/07/2014	ANUAL	80	77,67	85	92,24	90	90,95	95	83,82	SOPS/SSP / UO 24101 / OE 1 / UO 24101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido a reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.</p> <p>2017 - 2017 - Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido a reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.</p> <p>2018 - 2018 - O índice foi alcançado devido a reestruturação (física e equipamentos) da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.</p> <p>2019 - Com a extinção da Central Integrada de Atendimento e Despacho - CIADE a gestão dos números telefônicos regionais destinados às emergências 190 (Polícia Militar), 193 (Corpo de Bombeiros) e 199 (Defesa Civil), passaram a ser de competência das respectivas corporações.</p>													
1697 - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	UNIDADE	1933	31/12/2015	MENSAL	1812	2129	1694	1.966	1581	1640	1472	1.418,3	SSP/ UO 24101/ OE 2 / UO 24101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais não apresentaram queda quando comparados aos anos anteriores. Mas razões para tais índices precisam ser buscadas no cenário nacional de crise econômica, na pressão sofrida por Brasília ser a capital política do país e em variações específicas de cada AISP.</p> <p>2017 - 2017 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais apresentaram queda quando comparados ao ano de 2016. O Índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.</p> <p>2018 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais apresentaram queda quando comparados ao ano de 2017. O Índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.</p> <p>2019 - O índice demonstra o número de crimes por 100 mil habitantes e foi alcançado graças ao trabalho harmonioso das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal, com a presença ostensiva, utilização de análise criminais e planejamento como forma de otimizar o trabalho e reduzir a incidência criminal.</p>													
1696 - CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI	UNIDADE	694	31/12/2015	MENSAL	649	635	605	539	561	474	517	435	SSP/ UO 24101/ OE 2 / UO 24101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016 mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.</p> <p>2017 - 2017 - Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2017 mostra que foram registrados 16,3 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal nos últimos 29 anos.</p> <p>2018 - O balanço da criminalidade referente ao ano de 2018 mostra que foram registrados 15,2 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal nos últimos 29 anos.</p> <p>2019 - O índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal, com utilização de análises criminais e planejamento como forma de otimizar o trabalho e reduzir a incidência criminal. Em 2019 foram registrados 13,9 homicídios por 100.000 habitantes, índice mais baixo registrado no DF nos últimos 35 anos.</p>													
1615 - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	255	31/07/2015	MENSAL	255	-	255	-	255	-	255	599	SGI/SSP / UO 24101 / OE 6 / UO 24101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.</p> <p>2017 - 2017 - Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/ SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados, os quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2 016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social .</p> <p>2018 - A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado.</p> <p>2019 - No ano de 2019 a SSP/DF realizou importantes diagnósticos que permitiram compreender a situação da segurança pública no Distrito Federal, contribuindo assim para a redução da criminalidade e a superação de metas estabelecidas para 2019.</p>													
1595 - QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES	UNIDADE	2.279	31/12/2014	ANUAL	3.279	4.954	4.279	3.125	5.279	710	6.279	0	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3 / UO 24101 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado superou o desejado em virtude dos treinamentos realizados e a preparação para os agentes e comunidade envolvidos com o Sistema de Proteção e Defesa Civil terem sido intensificados.</p> <p>2017 - 2017 - Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado ficou abaixo do desejado pois nos meses de junho e julho as capacitações foram interrompidas devido ao emprego dos agentes na Operação de Levantamento de dados dos Reservatórios de Água nas Escolas Públicas do DF, e nos meses de novembro e dezembro houve novamente interrupção pois os agentes foram empregados nas Operações relacionadas ao período chuvoso.</p> <p>2018 - O índice alcançado ficou abaixo do desejado pois houve interrupção no programa de capacitação, sendo que os agentes foram empregados nas Operações relacionadas ao período chuvoso.</p> <p>2019 - Em decorrência do quantitativo reduzido de servidores e de uma alta quantidade de ventos relacionados a Defesa Civil, tais como: vistorias, planos de emergências, detonações de explosivos, entre outros, não foi possível capacitar nenhum cidadão.</p>													
1594 - TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	%	90	31/12/2014	ANUAL	15	44	50	75	75	100	100	100	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3 / UO 24101 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.</p> <p>2017 - 2017 - Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.</p> <p>2018 - O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco Distrito Federal.</p> <p>2019 - O índice alcançou o desejado ainda em 2018 em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco no Distrito Federal.</p>													
1763 - TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PREVISTA NA LEI MARIA DA PENHA	UNIDADE	879,1	31/12/2016	ANUAL	861,5	-	844,3	1.252,2					SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO/ SSP / UO 24101 / OE 5
<p>Justificativa: 2018 - Índice não informado pela Unidade.</p> <p>2019 - A meta ajustada para o ano de 2019 era de 983, 1 por grupo de 100 mil mulheres. A violência contra a mulher é um problema social e de saúde pública que atinge todas as etnias, religiões, escolaridade e classes sociais. É necessário conscientizar as pessoas de que a denúncia ajudará, e muito, a evitar futuras ocorrências; sem ela, a violência doméstica acaba se tornando feminicídio, que é um crime de difícil prevenção e fácil elucidação.</p>													
1613 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	%	99,82	30/06/2015	ANUAL	85	99,48	90	99,62	90	92,63	90	95,05	SUAG/SSP / UO 24101 / OE 6 / UO 24101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.</p> <p>2017 - 2017 - Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.</p> <p>2018 - O índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.</p> <p>2019 - O índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, respaldado por projetos priorizados com base em critérios técnicos e considerando apenas os recursos da fonte 100.</p>													
1591 - ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA	%	72,70	31/07/2015	SEMESTRAL	80	74,27	80	-	85	-	85	451	SI/ SSP / UO 24101 / OE 2 / UO 24101 / OE 2

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2016 - Índice de Produção de Conhecimento de Inteligência: O índice não atingiu o desejado em virtude do efetivo limitado para fazer frente a alta demanda, uma vez que a SI passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública. 2017 - 2017 - Justificativa: 2016 - A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno a exclusão do Indicador. 2018 - A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. 2019 - Ainda que a metodologia de cálculo não tenha se mostrado consistente, no período considerado foram produzidos 451 (quatrocentos e cinquenta e um) relatórios de inteligência sobre temas diversos.													
1765 - ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL FEMININO	UNIDADE	7,09	30/10/2017	ANUAL	6,57	-	6,33	-					SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO/ SSP / UO 24101 / OE 5
Justificativa: 2018 - Índice não informado pela Unidade. 2019 - O indicador foi reavaliado e optou-se por sua descontinuação, devido a envolver fatores que extrapolaram a alçada da SSP/DF e pela existência de indicadores outros que atendem melhor a demanda de trabalho das forças de segurança.													
1764 - ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL GERAL	UNIDADE	5,61	30/10/2017	ANUAL	6,20	-	5,93	-					SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO/ SSP / UO 24101 / OE 5
Justificativa: 2018 - Índice não informado pela Unidade. 2019 - O indicador foi reavaliado e optou-se por sua descontinuação, devido a envolver fatores que extrapolaram a alçada da SSP/DF e pela existência de indicadores outros que atendem melhor a demanda de trabalho das forças de segurança.													
1766 - ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL	UNIDADE	6,24	30/10/2017	ANUAL	6,41	-	6,18	-					SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO/ SSP / UO 24101 / OE 5
Justificativa: 2018 - Índice não informado pela Unidade. 2019 - O indicador foi reavaliado e optou-se por sua descontinuação, devido a envolver fatores que extrapolaram a alçada da SSP/DF e pela existência de indicadores outros que atendem melhor a demanda de trabalho das forças de segurança.													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	900000,0	4736692,00	696119,90	696119,90
0013 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SSP-DISTRITO FEDERAL	900000,0	4736692,00	696119,90	696119,90
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2481819,0	4529017,00	1795953,36	1795953,36
0007 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SSP-DISTRITO FEDERAL	2481819,0	4529017,00	1795953,36	1795953,36
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	3381819,00	9265709,00	2492073,26	2492073,26

Programa destinado a executar ações referentes ao Pagamento de Conversão em Pecúnia de Licença Prêmio adquirida por servidores do Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal, nos termos do art. 142 da Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011 e restituir órgãos e servidor por prestação de serviços a esta Unidade, bem como destinado a executar e cumprir determinações legais

A SSPDF, por meio deste programa cumpriu os ajustes pactuados referente ao ressarcimento de indenização, restituições de servidores requisitados com ônus para o Distrito Federal, bem como de tributos e encargos.

Quadro 20 - Ressarcimentos

Descrição	Credor	Valor Total (R\$)
Ressarcimentos em geral	Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais relativos	1.699.146,18
	Ressarcimento de taxas, encargos impostos	46.000,53

Fonte: SUAG/SSP/DF

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4052 - PLANO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTE PESSOAL	1260000,0	1143370,0	1101788,36	1101788,36
0001 - PLANO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTE PESSOAL-(PPV) PMDF-PCDF-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	1260000,0	1143370,0	1101788,36	1101788,36
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	208000000,0	266000000,00	252283932,71	250933932,70
1156 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SSP-DISTRITO FEDERAL	208000000,0	266000000,00	252283932,71	250933932,70
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	10000000,0	10600000,00	10309558,34	10114558,34
6974 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SSP-DISTRITO FEDERAL	10000000,0	10600000,00	10309558,34	10114558,34
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	20250000,0	15246856,00	14589303,48	13545955,23
0006 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SSP-DISTRITO FEDERAL	20250000,0	15246856,00	14589303,48	13545955,23
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1000000,0	396824,00	393641,33	388641,33
0001 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SSP-DISTRITO FEDERAL	700000,0	160824,00	157641,61	152641,61
0025 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SSP - (PPV)-DISTRITO FEDERAL	300000,0	236000,00	235999,72	235999,72
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2300000,0	2260000,0	2210000,00	1971650,85
2635 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SSP-DISTRITO FEDERAL	2300000,0	2260000,00	2210000,00	1971650,85
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	80000,0	42400,00	38559,50	38559,50
5783 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SSP-DISTRITO FEDERAL	80000,0	42400,00	38559,50	38559,50
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	250000,0	207000,00	206558,80	129836,05
5347 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SSP-DISTRITO FEDERAL	250000,0	207000,00	206558,80	129836,05
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	243140000,00	295896450,00	281133342,52	278224922,36

As ações constantes deste Programa possibilitaram a manutenção, funcionamento e a melhoria da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSPDF, viabilizando as ferramentas necessárias ao cumprimento da sua missão institucional.

Este programa, no exercício de 2019, foi responsável pelo suporte e apoio administrativo à gestão e à manutenção da atuação estatal desta SSPDF, agregando recursos que possibilitaram a execução das atividades administrativas, gerando uma prestação de serviços de segurança Pública mais eficiente à população do Distrito Federal. Cumpre ressaltar que o programa é responsável por manter toda a área administrativa, relacionada à pessoal,

contratos e serviços, necessários a execução das atividades regimentais para o alcance da melhoria da segurança pública.

Por intermédio das ações alocadas neste Programa, foi possível manter e aprimorar o Quadro de Pessoal das unidades integrantes da estrutura da SSPDF; nomear novos servidores para a Carreira de Execução Penal; otimizar a atuação de servidores por meio da implantação do serviço voluntário e assim, ampliar a aquisição de bens e serviços, visando atingir as metas traçadas pela SSP.

Neste programa também são executadas ações que resultam em aperfeiçoamento dos recursos humanos da SSPDF, a disponibilização de Seguro de Vida aos integrantes das Polícias Cíveis e Militares e ao Corpo de Bombeiros Militar do DF, investimento em capacitação de servidores e também na conservação da estrutura física desta pasta.

Quadro 21 – Manutenção de Serviços Gerais

MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS	
Descrição	Valor Total (R\$)
Fornecimento de água, coleta de esgoto, manutenção de hidrômetro e saneamento básico para a SSP e órgãos subordinados.	32.226.132,27
Fornecimento de energia elétrica na tarifa de alta tensão A4 para o edifício sede da SSPDF e SUDEC	467.311,98
Fornecimento de energia elétrica na tarifa de alta tensão para o anexo 1 da SSPDF.	316.000,00
Fornecimento de energia elétrica na tarifa de baixa tensão para a GETRAM e para o Hangar 31, utilizado pelo CIOPA.	98.500,00
Fornecimento de energia elétrica na tarifa de baixa tensão para a sistema de vídeo monitoramento.	183.448,20
Fornecimento de energia elétrica na tarifa de alta tensão A4 para o funcionamento das instalações do edifício da Subsecretaria de Operações Integradas - SOPI.	954.500,00
Prestação de serviço telefônico comutado - STFC, modalidade local para atendimento das necessidades da SSP, inclusive aos serviços emergenciais de utilidade pública (190,193,199).	104.000,00
Prestação de serviço telefônico comutado - STFC, modalidade local para atendimento das necessidades da SSP.	186.500,00
Prestação de serviço telefônico comutado - STFC, modalidade Longa Distância e Internacional para atendimento das necessidades da SSP.	10.000,00
Manutenção preventiva e corretiva para o ambiente "Sala Coífre"	895.701,44
Prestação de serviços continuados de operação, manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, equipamentos elétricos, hidráulicos e mecânicos das instalações da SSP e SOPI.	757.000,00
Locação de imóvel situado no S.I.A. Trecho 06, Lote 25/35, destinado à sede administrativa e operacional da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal - SUSDEC.	627.834,02
Locação de espaço aeroportuário destinado a Hangaragem de aeronaves, estrutura administrativa e operacional do Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPA.	685.874,04
Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 04 (quatro) elevadores para a Subsecretaria de Operações Integradas - SOPI e a Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil - SUDEC.	23.500,00
Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 03 (três) elevadores elétricos VVVF instalados no edifício sede da SSP e na Subsecretaria do Sistema Penitenciário - SESIPE.	23.600,00
Prestação de serviços de vigilância humana armada, nas dependências das unidades administrativas e operacionais da SSP, com disponibilização de equipamentos, mão de obra e materiais.	3.120.579,20
Serviços de comunicação de dados por meio de um circuito IP dedicado de acesso à internet com velocidade de 120 MBPS pelo período de 12 meses.	38.868,96
Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação de forma contínua, com fornecimento de materiais, para atender o Ed. Sede SSP, Almoxarifado e SOPI	508.858,50
Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação de forma contínua, com fornecimento de materiais, para atender o CIOPA E GETRAM.	286.875,70
Serviços de controle de praças urbanas, com combate e controle de vetores, compreendendo dedetização, desinsetização, desratização, descupinização.	15.022,00
Contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisa de preços praticados pela administração pública, com sistema de pesquisa baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas.	8.700,00

Fonte: SUAG/SSP/DF

Quadro 22 – Principais Equipamentos Adquiridos

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO			
Descrição	Quantidade	Valor	Fonte
Patch panel 48 portas	21	4.823,91	100

Fonte: SUAG/SSP/DF

Quadro 23 – Principais Serviços Contratados

Descrição	Valor Total (R\$)
PLANO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTE PESSOAL Seguro coletivo de acidentes pessoais no exercício da função ou em razão desta, com cobertura de morte acidental, independente da faixa etária, para servidores ativos integrantes da PCDF, PMDF e CBMDF.	1.101.788,36
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO Suporte técnico 24x7, por 36 meses on site para equipamentos e firewall Fortinet.	50.000,00
Aquisição de atualização de assinatura de licenças de antivírus corporativo com ePolicy Orchestrator (ePO) incluindo manutenção On Site, nas instalações da SSPDF.	235.999,72
CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS Prestação de serviço de substituição das telhas e recuperação da impermeabilização dos elementos da cobertura e das fachadas cegas do edifício Sede SSPDF.	173.799,00
GESTÃO DA INFORMAÇÃO Serviço de manutenção do ambiente tecnológico da SSPDF.	1.504.291,86
Prestação de serviços técnicos continuados na área de tecnologia da informação, de suporte técnico a usuários e de sustentação da infraestrutura da SSP, com central de serviço envolvendo: Atendimento aos usuários, supervisor de suporte técnico, 1º e 2º níveis de atendimento.	87.000,00
Prestação de serviços técnicos continuados na área de tecnologia da informação, de suporte técnico a usuários e de sustentação da infraestrutura da SSP, com central de serviço envolvendo: Atendimento aos usuários, supervisor de suporte técnico, 3º nível de atendimento.	618.708,14
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES Inscrição de servidores da SSP, para participarem do 14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, no período de 18 a 21 de março de 2019 em Foz do Iguaçu/PR.	11.839,50
Participação de 02 servidores da COENG no congresso INTERSOLAR SOUTH AMERICA, nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2019, no Expo Center Norte, São Paulo/SP.	2.720,00
Participação de servidores no "Curso de capacitação e atualização de pregoeiros com enfoque no decreto do Pregão Eletrônico nº 10.024/2019 (publicado em 23/09/19), que será realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2019, com carga horária de 16 horas no Naqum Hotel, SHS nº. 03, bloco J, Brasília - DF.	24.000,00

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Convênios Celebrados pela SSP/DF

Quadro XX – Desenvolvimento dos Programas Nacionais de Segurança Pública

Quadro 24 – Desenvolvimento dos Programas Nacionais de Segurança Pública

Seq.	Nº Convênio	Objeto	Data Fim de Vigência	Valor Global	Situação
1	774.198	Implantação da oficina de corte e costura na PPDF e na PDF 1 (PROCAP I).	28/01/2020	448.169,17	Convênio finalizado no dia 23/12/2019, com execução física de 88,40%. Foi contratada a empresa ABC Training Qualificação Profissional LTDA, que ministrou o Curso de Corte e Costura, nas dependências da PDF I, com carga horária de 160h para duas turmas de 20 (vinte) internos cada, totalizando 40 (quarenta) internos capacitados e No exercício de 2019, foram adquiridos materiais de consumo e permanente, totalizando R\$ 212.807,82.
2	787.683	Construção dos Centros de Detenção Provisória CDP1, CDP2, CDP3 e CDP4 no Setor C, Complexo Penitenciário da Papuda, totalizando 3.200 vagas.	31/03/2020	133.376.620,69	Convênio em vigência, com execução física de 43,38% em 2019. A execução da obra está a cargo da empresa EMPA S.A. Serviços de Engenharia e No exercício de 2019, foi pago para empresa o valor de R\$ 27.102.445,39.
3	812.110	Monitoração Eletrônica de Presos (Tornezeleiras).	27/08/2019	991.935,00	Convênio em vigência, com execução física de 36,01% em 2019. A execução do serviço está a cargo da empresa UE Brasil Tecnologia LTDA e No exercício de 2019, foi pago para empresa o valor de R\$ 357.206,83.
4	813.708	Implantação de oficina de serralheria (PROCAP II).	21/07/2020	535.180,88	*Convênio em vigência, com execução física de 89,62%. *Nas dependências da PDFII, a FUNAP ministrou o curso de Serralheria, capacitando 50 internos e *No exercício de 2019, foram adquiridos materiais de consumo e permanente, totalizando R\$ 424.030,27.
5	813.546	Modernização da perícia (IC, IML, II e IPDNA) da PCDF.	26/12/2019	796.760,52	*Convênio finalizado no dia 26/12/2019, com execução física de 99,57 % e *No exercício de 2019, foram adquiridos materiais de consumo e permanente, totalizando R\$ 222.809,70.
6	823.776	Implantação de Central Integrada de Alternativas Penais do Distrito Federal.	16/12/2020	2.620.303,08	*Convênio em vigência, com execução física de 4,96%.
7	880.807	Aquisição de Equipamentos para o Projeto de vídeo-monitoramento.	31/12/2020	1.234.985,33	*Convênio em vigência e *Já foi licitado alguns itens de material permanente e solicitado a SENASP a liberação do recurso para aquisição desses itens.
8	882.008	Aquisição de Equipamentos para o Projeto de Vídeo-monitoramento e CIOB.	31/12/2020	4.136.856,30	*Convênio em vigência e *Já foi licitado alguns itens de material permanente e solicitado a SENASP a liberação do recurso para aquisição desses itens.
TOTAL GERAL				144.140.810,97	

Fonte: SUAG/SSP/DF

Política Distrital de Segurança Pública

Atendendo orientação da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que definiu o Sistema Único de Segurança Pública - Susp, foi publicada a Lei nº 6.456, de 26 de dezembro 2019, que institui a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal, com a finalidade de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio da atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social do Distrito Federal, em articulação com a sociedade.

Escritório Extraordinário de Gestão de Convênios

Criação do Escritório Extraordinário de Gestão de Convênios – EGC por meio da PORTARIA Nº 75, DE 02 DE JULHO DE 2019 (DODF 126, de 8 de julho de 2019), com o objetivo de coordenar e acompanhar a execução de projetos e a aplicação de recursos oriundos de Convênios firmados pela Secretaria de Segurança Pública e pelos órgãos a ela vinculados, visando garantir a consecução da finalidade dos respectivos recursos.

Estruturação do Comitê Interno de Governança Pública e Gestão Estratégica – Cigesp

Foi criado por meio da PORTARIA Nº 56, DE 07 DE JUNHO DE 2019 (DODF Nº 112, sexta-feira, 14 de junho de 2019), o Comitê Interno de Governança Pública e Gestão Estratégica - Cigesp, com o objetivo de garantir o desenvolvimento e a apropriação das melhores práticas de governança e estratégia, de forma contínua e progressiva, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Governança Pública - CGov, instituído pelo Decreto nº 39.736, de 28 de março de 2019.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Durante o exercício de 2019, a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal – SSPDF – foi contemplada, por meio da Lei Orçamentária Anual de nº 6.254 de 09 de janeiro de 2019, com a Dotação Inicial no valor de R\$ 418.056.339,00 destinados aos Grupos de Despesas de 1 - Pessoal, 3- Custeio e de 4 – Investimento. Contudo, no decorrer do exercício de 2019, a Despesa Autorizada teve um acréscimo (suplementação) em relação à Dotação aprovada na supracitada Lei, alterando o valor original para a quantia de R\$ de R\$ 506.831.353,88.

Foram executadas e mantidas as despesas de suma importância para a SSPDF, do Grupo de Custeio no valor de R\$ 175.870.589,63, com o fornecimento contínuo e ininterrupto de insumos fundamentais à realização das ações de segurança pública, como os relativos à aquisição de materiais e à manutenção de serviços essenciais à população e da administração e manutenção do Complexo Penitenciário do DF com as despesas de monitoramento eletrônico de pessoas (tornozeleira eletrônica), fornecimento de alimentação aos presidiários, de abastecimento de água e de esgoto, de energia elétrica, de telefonia, de informática e de redes, de manutenção dos diversos equipamentos, scanners de corpo, entre outros.

Ainda no exercício de 2019 também foram assegurados importantes investimentos na SSPDF, todos com vista a assegurar melhores condições de trabalho aos seus servidores e maior eficiência no desempenho da missão institucional, sendo investido o valor de R\$ 42.358.874,61; e para custear as despesas de pessoal, o montante de R\$ 254.735.723,27.

Principais Resultados

A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal alcançou as metas traçadas para o exercício de 2019, vez que no conjunto dos crimes violentos letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte) houve uma diminuição de 10,5%. Com isso o DF atingiu a taxa de 13 homicídios por 100 mil habitantes. Quando analisado o número absoluto de vítimas de homicídios, em 2019, o DF atingiu o menor número de mortes por esse tipo de crime em 25 anos. Em relação aos roubos e furtos que integram a categoria dos crimes contra o patrimônio, a diminuição foi de 12,1%. Destacamos que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

O aumento dos registros dos crimes de violência doméstica, observado em todo o país, é resultado de uma política nacional de combate a subnotificação. No Distrito Federal é possível observar, ainda, a implementação de uma política corajosa de proteção às mulheres, composta por ações sistemáticas e coordenadas, como a criação da plataforma interativa de dados relativos ao feminicídio, o serviço de monitoramento eletrônico pessoal portátil, com botão de acionamento emergencial, o aplicativo de celular para mulheres em situação de violência (Viva-Flor), o Programa de Prevenção Orientada à Violência (PROVID), as iniciativas da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) que visam fomentar o empoderamento das mulheres, a política de atendimento especializado à mulher nas delegacias circunscricionais, o protocolo de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas delegacias de polícia e o protocolo de investigação e realização de perícias nos crimes de feminicídio no âmbito do Distrito Federal.

Considerações e Perspectivas

O combate ao feminicídio será uma das principais pautas da SSP para o ano de 2020. As características desse crime têm sido estudadas detalhadamente pela Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídio e Feminicídio (CTMHF) da SSP/DF, que analisa caso a caso, na sua integridade, buscando elementos que contribuam com a prevenção ao delito. Ano passado, o número de vítimas desse crime aumentou 17,9% em comparação a 2018, de 28 para 33 casos. É necessário conscientizar as pessoas de que a denúncia nos ajudará, e muito, a evitar futuras ocorrências; sem ela, a violência doméstica acaba se tornando feminicídio, que é um crime de difícil prevenção e fácil elucidação.

Como parte da estratégia de enfrentamento, a SSP/DF lançou em março do ano passado a campanha #MetaaColher. O projeto busca expor o papel de responsabilidade de cada cidadão como engrenagem importante na cruzada contra o feminicídio. Com o slogan "A melhor arma contra o feminicídio é a colher", o movimento se pauta em estatísticas. Uma delas constatou à época que cerca de 80% dos feminicídios do DF aconteceram dentro de casa, em contexto de violência no ambiente familiar.

Como perspectiva para 2020 vale ressaltar:

- I) a manutenção da queda dos Indicadores Criminais;
- II) a Instalação das Câmeras do Projeto de Videomonitoramento em mais 12 regiões administrativas, totalizando 20 RA's;
- III) a conclusão das obras de construção dos 04 CDP's;
- IV) a Continuidade dos trabalhos relevantes da Câmara Técnica de Monitoramento e Homicídios e Feminicídios;
- V) a ampliação constante da capacidade de atendimento e integração do CIOB; VI) a realização contínua de cursos e capacitações de modo a promover a valorização profissional e aprimoramento dos serviços;
- VII) o contínuo fortalecimento das ações de prevenção à violência e criminalidade, bem como de proteção social;
- VIII) a continuidade do trabalho de prevenção de riscos e desastres;
- IX) o aprimoramento e fortalecimento das ações de racionalização do sistema penitenciário;
- X) Ampliação do projeto dos Colégios Cívico-Militares do DF;
- XI) Elaboração e publicação do Plano Estratégico e do Plano Decenal de Segurança Pública.

24103 - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Polícia Militar do Distrito Federal está constitucionalmente inserida no contexto da estrutura estatal de Segurança Pública. O artigo 144 da Constituição Federal trata da Segurança Pública e assim dispõe acerca das polícias militares:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I- polícia federal;
- II- polícia rodoviária federal;
- III- polícia ferroviária federal;
- IV- polícias civis;
- V- polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; [...]

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.”

Atualmente a Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que trata da organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), é regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.165, de 29 de abril de 2010, e pelo Decreto Distrital nº 37.321, de 06 de maio de 2016. O Alto Comando da Corporação, nos termos do artigo 4º do Decreto Federal nº 7.165/2010, é um colegiado de assessoramento superior constituído pelos Subcomandante-Geral, Chefe do Estado-Maior e Chefes dos Órgãos de Direção-Geral, e terá finalidade consultiva acerca de assuntos de alta complexidade e relevância para a Corporação, objetivando dar suporte ao Comandante-Geral no processo decisório.

Esse arcabouço normativo define toda a estrutura da PMDF, a qual, nos termos do artigo 5º da lei nº 6.450/77, será estruturada em Comando Geral, Órgãos de Apoio e Órgãos de Execução. O Comando-Geral compreende o Comandante-Geral, o Subcomandante-Geral, o Estado-Maior, os Departamentos, as Diretorias, as Comissões e as Assessorias.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	183	106	3.095	6.956	10.340
Comissionados sem vínculo efetivo	350	0	0	0	350
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	533	106	3.095	6.956	10.690
(-) Cedidos para outros órgãos	359	0	0	0	359
Total Geral	174	106	3.095	6.956	10.331

Da força de trabalho especificada acima, 120 (cento e vinte) policiais militares compõem o Quadro de Saúde da Corporação, sendo dividido em 115 (cento e quinze) oficiais e 05 praças. No Quadro de Músicos existem 28 (vinte e oito) policiais militares, sendo 05 (cinco) oficiais e 23 (vinte e três) praças.

A Polícia Militar do Distrito Federal sofreu uma redução em seus quadros de 924 (novecentos e vinte e quatro) policiais militares. Tal diminuição se deu em razão da transferência para a reserva remunerada de 840 (oitocentos e quarenta) policiais militares, reforma de 35 (trinta e cinco), bem como 89 (oitenta e nove) desligamentos de policiais militares.

No entanto, visando mitigar as perdas sofridas e buscando recompor seu efetivo, encontram-se em curso uma série de concursos públicos de admissão e outros processos seletivos, conforme descrito abaixo:

1. CFO- Concurso Público para o Curso de Formação de Oficiais.

- Edital nº 35/DGP, DODF Nº 223, de 28/11/2016; Edital nº 01/GCG, DODF - Edição Extra Nº 22 de 13/04/2018;
- Processo: 054.001.306/2015
- Vagas:
 - a) sexo masculino: 90 (noventa) candidatos para admissão 180 (cento e oitenta) candidatos para formação de cadastro de reserva;
 - b) Sexo feminino: 10 (dez) candidatas para admissão e 20 (vinte) candidatas para cadastro reserva
- Convocados: 217 (Duzentos e dezessete) candidatos regulares,
- Situação: Concurso em andamento aguardando a convocação para a 3ª turma do CFO.

2. CHOAE- Seleção Interna para o Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos.

- Vagas: 72 (63 para o QOPMA; 07 para o QOPME e 02 para o QOPMM), no exame intelectual e 76 (64 para o QOPMA; 10 para o QOPME e 02 para o QOPMM) por antiguidade.
- Situação: Concurso e curso encerrados, com os oficiais recém-formados apresentados nas unidades.

3.CFP- Concurso para o Curso de Formação de Praças.

- Vagas: 500 (quinhentas) para Soldado Combatente, 06 (seis) para Soldado Especialista Músico e 18 (dezoito) para Soldado Especialista Corneteiro.
- Cadastro de reserva: 1.500 (mil e quinhentas) vagas para Soldado Combatente.
- Editais números 21/DGP, e 22/DGP, DODF Nº 19 de 24/01/2018.

- Até o momento foram convocados 740 candidatos, 633 (seiscentos e trinta e três) masculinos e 107 (cento e sete) femininas.
- Situação: Curso de Formação de Praças VI em andamento com previsão de término em janeiro de 2020.
- Previsão de convocação para o próximo curso de formação: Junho de 2020.

4. Designação de Policias Militares da Reserva Remunerada:

- - Vagas: Foram disponibilizadas 1.000 (mil) vagas, para os Policiais Militares da Reserva Remunerada sendo que atualmente 112(cento e doze) Policiais Militares encontram-se desempenhando as funções até dezembro de 2019.
- - Para reduzir custos e evitar a indenização de férias não gozadas, os designados tiveram sua permanência prorrogada por mais 30 dias, período no qual gozarão suas férias, sendo desligados no final de janeiro de 2020.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	500000,0	0,0	0	0
6165 - APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO CORRIDA TIRADENTES	500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	500000,00	0,00	0,00	0,00

No programa de trabalho em questão, na ação orçamentária 3678, não houve autorização de despesa para a realização do evento, porém devido a sua tradição e importância em aproximar a Polícia Militar do Distrito Federal da comunidade, os custos foram pagos com recursos do Fundo Constitucional do DF. Desta forma a tradicional corrida Tiradentes ocorreu no dia 08 de junho de 2019, com largada e chegada no Eixo Monumental Norte, na altura da Praça do Buriti.

A prova, com percursos de 5 e 10 km, fez parte das comemorações dos 210 anos da Polícia Militar do DF e do calendário oficial de provas do Distrito Federal.

As inscrições foram gratuitas, mediante entrega obrigatória de 4kg de alimentos não perecíveis, tendo sido disponibilizado o quantitativo de 3.300 inscrições, as quais foram destinadas a policiais militares e à comunidade em geral.

Com a promoção da corrida, foram arrecadadas 6 toneladas de alimentos, os quais foram distribuídos para as seguintes instituições: Projeto Integral de Vida Pró-Vida, Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Brasília, Ceche ADJ-Abriu Deus a Janelinha, Creche Vovó Luzimar, Creche do Paranoá, Projeto CAPI-Centro de Atletismo Paranoá Itapoã, Casa do Idoso Amor a Vida- Ciave, Catedral Militar Rainha da Paz, Paróquia São Francisco de Assis, Seminário Missionário Arquidiocesano, Creche Tia Tatá, Creche Renascer e Escola Tio Pedro, Centro Sócio Educativo Santo Anibal Maria, Associação Cristã Santa Clara, Associação Semeando Esperança, Viver Associação dos Voluntários Pró Vida Estruturada, Escola Militar Estrutural-CED 01 e Centro Ensino Reabilitação e Lar da Terceira Idade Samaritanos.

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	500000,0	509269,00	0,0	0
0012 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-PMDF-DISTRITO FEDERAL	500000,0	50000,0	0	0
0038 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-PMDF-DISTRITO FEDERAL	0	459269,00	0,0	0
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	17842103,0	37799277,00	13870352,86	13224923,97
0008 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-POLICIAMENTO OSTENSIVO-PMDF-DISTRITO FEDERAL	0	1269658,00	0,00	0
0009 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS-PMDF-DISTRITO FEDERAL	0	1871654,0	0	0
0012 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES POR EMENDA PARLAMENTA FEDERAL.-DISTRITO FEDERAL	0	1945196,0	0	0
9511 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-POLICIAMENTO OSTENSIVO - PMDF-DISTRITO FEDERAL	16342103,0	32712769,00	13870352,86	13224923,97
9515 - AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS	500000,0	0,0	0	0
9516 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - TASER - PMDF	500000,0	0,0	0	0
9517 - AQUISIÇÃO DE KITS PARA TESTE DE DROGAS	500000,0	0,0	0	0
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	400000,0	0,0	0	0
3927 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SEGURANÇA PÚBLICA DF	400000,0	0,0	0	0
4189 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE - PM	500000,0	0,0	0	0
0001 - APOIO À REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS JUNTO À COMUNIDADE	500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	19242103,00	38308546,00	13870352,86	13224923,97

No programa de trabalho 6217, foram executadas ações de aprimoramento da segurança pública, em especial, aquisição de Equipamentos para Proteção Individual – EPI, adquiridos com recursos provenientes de convênio firmado entre a Polícia Militar do Distrito Federal e o Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no montante de R\$ 1.717.970,51. Foram adquiridas botas, jaquetas e luvas para motociclistas, as quais possibilitaram uma melhor execução das atividades de policiamento ostensivo e de trânsito, conforme prevê o convênio firmado com a citada autarquia.

Com recursos provenientes do convênio, foi possível custear despesas de aluguel da sede do 1º Batalhão de Policiamento de Trânsito, bem como foram liquidadas despesas de energia elétrica da Unidade Policial em comento.

Vale esclarecer que em virtude do término da vigência dos antigos convênios firmados entre a Polícia Militar do Distrito Federal, o Departamento de Trânsito do Distrito Federal, o Departamento de Estradas e Rodagem e o Banco Central, houve a necessidade de devolução do resíduo existente dos recursos disponíveis, visto que por questões operacionais e de execução não houve tempo hábil para executar a totalidade dos recursos repassados, sendo tal devolução implementada por meio de empenho e liquidação da despesa no montante de R\$ 6.509.425,89 (PMDFXDETRAN), R\$ 400.789,81 (PMDF X BACEN) e 5.785.483,41 (PMDF X DER).

Também contribuiu para uma melhor qualidade na prestação dos serviços atinentes à Polícia Militar a aquisição de viaturas para renovação e modernização da frota operacional e de apoio operacional, além da informatização para gestão e gerenciamento do abastecimento da frota.

Essa renovação se deu através da aquisição de mais de 400 veículos novos, dentre eles as Dodges Journeys, distribuídas para os grupamentos táticos especializados. Também foram adquiridas novas motocicletas, já que as antigas, adquiridas em 2011, encontravam-se em estado sucateado.

O transporte da tropa também foi aprimorado mediante a aquisição de 27 ônibus Volkswagen e mais 80 Renaults Kwids.

Outra considerável iniciativa para melhorar a execução dos serviços prestados se deu através da informatização para gestão e gerenciamento do abastecimento dos veículos da Corporação, que não só modernizou o sistema de abastecimento como também aumentou a quantidade de postos credenciados, diminuindo os deslocamentos e restrições de horários que existiam no passado.

Nesse mesmo sentido, a Corporação veio complementar o investimento feito na construção do novo Colégio Militar Tiradentes, considerada uma das melhores escolas do Distrito Federal, aparelhando as instalações e adquirindo mobiliário.

Houve também uma valorização do profissional policial militar, por meio da capacitação e reconhecimento dos méritos pelos bons serviços prestados com a entrega da medalha Tiradentes.

Ainda nesse sentido, ações executadas trouxeram melhores condições de trabalho ao efetivo. Podemos destacar as manutenções prediais realizadas nas instalações e renovação dos antigos aparelhos de ar condicionado.

A Polícia Militar do Distrito Federal fez todo esse trabalho com auxílio do Fundo Constitucional, essencial para manutenção do aparato da Corporação, que mesmo sofrendo cortes no orçamento não mediu esforços para fazer uma excelente gestão.

No mesmo programa, foram abertos créditos adicionais especiais, referentes aos convênios oriundos de emendas parlamentares federais (Transferências Voluntárias). Esses recursos não foram utilizados e, pelo princípio da anualidade, o orçamento perdeu a vigência sem ter sido empenhado. Desta forma, a Corporação terá que solicitar novamente a abertura de crédito adicional especial, a fim de fazer constar na Lei Orçamentária Anual do GDF para o exercício financeiro de 2020 o referido crédito, com o escopo de tornar exequível cada convênio com recursos provenientes de emendas federais.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1584 - APREENSÃO DE DROGAS POR QUILOGRAMA	KG	60,67	30/06/2015	MENSAL	600	2.190	630	2.348	660	5.506	690	876	PMDF / UO 24103 / OE 2 / UO 24103 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendida no ano de 2016. A meta foi superada, face as várias ações pró-ativas, desencadeadas pelas Unidades Policiais Militares, com o enxugamento da atividade administrativa com a nova implantação da nova estrutura administrativa proposta, o que gerou aumento de efetivo nas ruas, aumentando a sensação de segurança da população e inibindo as ações de tráfico e uso de drogas, com aumento da capacidade de abordagem a pessoas suspeitas.</p> <p>2017 - O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendidas no ano de 2017. A meta foi superada em decorrência da ação reiterada, consistente e proativa da PMDF no combate as drogas ao longo do ano. A atuação das Unidades policiais militares nas ações de uso e porte bem como tráfico e drogas logrou êxito em retirar mais de 2 toneladas de entorpecentes das ruas do Distrito Federal, mantendo a sensação de segurança da população e inibindo ações criminosas de tráfico.</p> <p>2018 - No ano de 2018 houve grandes apreensões, fazendo com o que o indicador tivesse um resultado maior do que o dobro do ano anterior. A atuação da Polícia Militar no combate ao tráfico de drogas vem sendo realizada de forma constante e ininterrupta, com o apoio da Inteligência de Segurança Pública. O resultado foram mais de 5,5 toneladas de drogas retiradas de circulação em 2018, além de diversas pessoas relacionadas com o tráfico presas à disposição da justiça.</p> <p>2019 - No ano de 2019 foram utilizados os dados apurados no Sistema Gênesis DAC/CI/PMDF. A meta foi superada, tendo em vista o empenho dos policiais militares nas diversas ações que foram implementadas no combate ao tráfico de drogas no ano de 2019. Como resultado houve um aumento da sensação de segurança da população e maior valorização institucional. Índice Desejado: 690, Índice Alcançado 876.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1577 - EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO NO POLÍCIAMENTO OSTENSIVO	UNIDADE	2.924	31/12/2014	ANUAL	2.818	2.906	2.800	1.033	2.795	2.090	2.834	1.475	DOP/PMDF / UO 24103 / OE 1 / UO 24103 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar, tendo superado a meta prevista para o período, mesmo em detrimento da redução do efetivo da corporação.</p> <p>2017 - Redução decorrente do número crescente de aposentadorias. Não obstante, existem processos seletivos para contratação de pessoal em andamento para recompor o quadro da corporação.</p> <p>2018 - O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar do Distrito Federal, incluindo os policiais escalados por meio do Sistema Voluntário Gratificado.</p> <p>2019 - O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar do Distrito Federal, incluindo os policiais escalados por meio do Sistema Voluntário Gratificado. Redução decorrente do número de aposentadorias nos últimos anos e a não reposição do efetivo na mesma proporção. Índice Desejado: 2.834, Índice Alcançado 1.475.</p>													
1576 - OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS POR RA	UNIDADE	4.155,53	31/07/2015	TRIMESTRAL	17.600	20.913	18.800	24.786	20.000	27.384	21.200	180.770	PMDF / UO 24103 / OE 1 / UO 24103 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - O número apresentado se origina da divisão do número total de ocorrências atendidas pela Polícia Militar do Distrito Federal pela quantidade de meses do ano. Foi possível superar a meta tendo em vista várias ações desenvolvidas pelo Comando da Corporação de intensificação da ação de presença, com o enxugamento do efetivo administrativo, utilização das Cotas de Serviço voluntário gratificado, o que propiciou a otimização do processo finalístico gerando maior efetividade no serviço operacional.</p> <p>2017 - O indicador apresentado consiste na divisão total do número de ocorrências atendidas pela PMDF pela quantidade de meses do ano. Verifica-se que a meta foi superada e continua em tendência de crescimento em relação ao ano imediatamente anterior. A intensificação da ação de presença, confiança da população na PMDF para solução de conflitos e o retorno do atendimento e despacho (COPOM) pela corporação são fatores que influenciaram diretamente no aumento do atendimento de ocorrências.</p> <p>2018 - A exemplo do ano 2017, verifica-se que a meta foi superada e continua em tendência de crescimento em relação aos anos anteriores. A intensificação da ação de presença, confiança da população na PMDF para solução de conflitos e o retorno do atendimento e despacho (COPOM) pela corporação são fatores que influenciaram diretamente no aumento do atendimento de ocorrências.</p> <p>2019 - Houve uma mudança na metodologia de apuração do índice de ocorrências policiais atendidas por RA. Nesta nova metodologia, inseriu-se os dados apresentados neste Relatório de Atividades, no qual constam o quantitativo de todas as ocorrências registradas por cidade. A tabela detalhada por cidade consta em sua íntegra no item 3 - Informações Complementares. Índice Desejado: 21.200, Índice Alcançado 180.770.</p>													
1583 - OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADE	262,57	31/07/2015	TRIMESTRAL	1.050	4.732	1.100	15.764	1.150	17.235	1.200	11.875	PMDF / UO 24103 / OE 2 / UO 24103 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - O resultado obtido foi superior à meta, em função da formalização das atividades operacionais policiais.</p> <p>2017 - Em relação as operações policiais realizadas por R.A. em 2017, o valor apurado de 15.764 refere-se ao total de operações das 31 R.A.'s englobadas pelos 8 Comandos de Policiamento Regionais da PMDF, em virtude de um único Comando Regional atender várias R.A.'s.</p> <p>2018 - Em relação as operações policiais realizadas por R.A. em 2018, o valor apurado de 17.235 refere-se ao total de operações das 31 R.A.'s atendidas pela PMDF, em virtude de um único Comando atender várias R.A.'s.</p> <p>2019 - Em relação as operações policiais realizadas por R.A. em 2019, o valor apurado de 11.875 refere-se ao total de operações realizadas em todas as Regiões Administrativas atendidas pela PMDF, em virtude de um único Comando atender várias Regiões Administrativas. Índice Desejado: 1.200, Índice Alcançado 11.875.</p>													
1578 - QUANTIDADE DE PALESTRAS PROVID (POLICIAMENTO DE PREVENÇÃO ORIENTADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)	UNIDADE	1.353	31/12/2014	ANUAL	1.500	2.339	1.500	3.420	1.500	3.420	1.500	5.437	UPM&S/ PMDF / UO 24103 / OE 1 / UO 24103 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Informamos que o resultado apresentado representa o público que assistiu as palestras ministradas. A meta foi superada devido a intensificação das palestras voltadas ao problema com a especialização e aumento do efetivo a fim aumentar o alcance da atividade de prevenção primária do crime e da violência.</p> <p>2017 - Este número não se refere a quantidade de palestras, mas ao número de pessoas que assistiram às palestras ministradas por policiais militares que atuam no PROVID.</p> <p>2018 - O resultado apresentado refere-se ao número total de pessoas que participaram das palestras ministradas. A superação da meta se deve ao fato da realização do III curso de policiamento de prevenção orientado à violência doméstica, no qual foram capacitados 29 (vinte e nove) policiais militares da PMDF, 01 (um) bombeiro militar do CBMDF e 03 (três) policiais militares de outros estados (PMESP, PMPPI e PMAP).</p> <p>2019 - O resultado apresentado refere-se ao número total de pessoas que participaram das palestras ministradas. A superação da meta se deve ao fato da expansão do projeto para todo o Distrito Federal, alcançando todas as regiões administrativas, sendo que atualmente existem equipes de atendimento do PROVID em 18 unidades policiais, sendo 16 (dezesseis) Batalhões e 02 (dois) Comandos de Policiamentos Regionais. Índice Desejado: 1.500, Índice Alcançado 5.437.</p>													
1616 - ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS COM INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO PROPOSTO	%	26,90	31/01/2015	ANUAL	100	59,43	100	41,58	100	79,01	100	42,12	PMDF / UO 24103 / OE 6 / UO 24103 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Devido a crise econômica enfrentada pelo país, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF, para investimento, não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual.</p> <p>2017 - Devido a crise econômica enfrentada pelo país, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF para investimentos não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual.</p> <p>2018 - Devido a crise econômica, os recursos solicitados pela Corporação para investimento, na proposta orçamentária, não foram totalmente viabilizados, ficando muito aquém do solicitado. Pesa ainda em desfavor da Corporação o fato de que parte dos recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual foram contingenciados na setorial de orçamento. Ao final do exercício financeiro, foram cancelados recursos da ordem de R\$ 12.199.220,00, e suplementado em outro órgão alheio a Polícia Militar.</p> <p>2019 - O não atendimento dos valores propostos impactam diretamente o planejamento da Corporação, planejamento esse que é feito conforme determinado pelo acórdão nº 2622/2015, a várias mãos e com antecedência mínima de um ano. O não atendimento joga por terra tudo aquilo que foi planejado em termos de expansão da ação governamental dos processos finalísticos de segurança pública. Índice Desejado: 100, Índice Alcançado 42,12.</p>													

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	300000,0	0,0	0	0
6104 - APOIO A PROJETOS SOCIAIS DA PMDF JUNTO A COMUNIDADE	300000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	300000,00	0,00	0,00	0,00

Conforme se observa no quadro acima, apesar de haver dotação inicial prevista na lei, a despesa não foi autorizada.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	250000,0	0,0	0	0
9817 - REFORMA DO 8º BATALHÃO DA PMDF - CEILÂNDIA	250000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	250000,00	0,00	0,00	0,00

Conforme se observa no quadro acima, apesar de haver dotação inicial prevista na lei, a despesa não foi autorizada.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	19366649,0	17658117,00	15843592,79	15843592,79
8765 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PMDF-DISTRITO FEDERAL	19366649,0	17658117,00	15843592,79	15843592,79
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1852291,0	2512291,00	2466051,55	2466051,55
9584 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-PMDF-DISTRITO FEDERAL	1852291,0	2512291,00	2466051,55	2466051,55
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	500000,0	296811,00	178392,77	173411,85
9685 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PMDF-DISTRITO FEDERAL	500000,0	296811,00	178392,77	173411,85
4057 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	1500000,0	0,0	0	0
0012 - APOIO À ASSISTÊNCIA MÉDICA DA POLÍCIA MILITAR DO DF	1000000,0	0,0	0	0
0013 - DESPESAS COM ASSISTÊNCIA MÉDICA PMDF	500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	23218940,00	20467219,00	18488037,11	18483056,19

No programa de gestão do estado foram realizadas despesas para pagamento dos servidores civis, dos cargos em comissão existentes na Corporação e para pagamento de benefícios como auxílio alimentação, auxílio transporte e pré-escolar aos servidores civis. Foram quitadas ainda as obrigações patronais e dos servidores com os impostos. Quanto aos recursos destinados ao custeio de ações de Manutenção dos serviços administrativos gerais da Polícia Militar do Distrito Federal, foram utilizados para aquisição de material de consumo, serviços continuados de manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal e indenização e ressarcimentos de despesas, conforme demonstrado abaixo:

No programa de trabalho 8517- Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Polícia Militar do Distrito Federal, foram adquiridos materiais de expediente e outros serviços necessários à Corporação.

Na ação orçamentária 8502- Administração de Pessoal foram pagas despesas com pessoal ativo, civis, comissionados, militares, diferença de férias, INSS patronal e Iprev patronal.

Na ação orçamentária 8504- Concessão de Benefícios a Servidores foram pagas despesas com auxílios (creche, alimentação e transporte) para o pessoal ativo (civis e comissionados).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Síntese de outros índices alcançados pela Polícia Militar do Distrito Federal:

a) Tempo Médio de Atendimento

INDICADOR	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	MÉDIA
ACIONAMENTO/CHEGADA NO LOCAL	00:07:37	00:08:08	00:07:52
ACIONAMENTO/TÉRMINO NO LOCAL	00:28:48	00:29:45	00:29:17

b) Veículos e Celulares Recuperados

INDICADOR	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	ACUMULADO
VEÍCULOS RECUPERADOS	1602	1619	3221
CELULARES RECUPERADOS	1685	1780	3465

c) Produtividade

Procedimento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ocorrências Atendidas	15.494	13.915	16.560	15.149	15.168	14.199	13.469	14.054	14.318	15.126	15.801	15.142	178.395
Flagrantes	752	650	699	728	774	728	706	703	679	666	783	806	8.674
P.A.A.I	195	168	257	215	229	196	209	210	175	190	204	193	2.441
Termos Circunstanciados - Outros Órgãos	315	274	299	250	249	236	248	236	221	208	222	160	2.918
Termos Circunstanciados - Pmdf	312	420	477	437	543	460	406	353	353	291	246	238	4.536
Armas Apreendidas	129	149	129	116	115	118	123	82	79	92	136	126	1.394
Pessoas Maiores De Idade Detidas	2.440	1.938	2.218	2.222	2.268	2.076	2.043	2.033	1.956	2.016	2.187	1.996	25.393
Pessoas Maiores De Idade - Flagrante	863	731	761	813	863	817	759	751	716	736	843	904	9.557
Menores De Idade Apreendidos	200	207	329	275	311	293	278	299	278	301	352	303	3.426
Mediação Policial	1.279	1.019	1.261	1.138	1.096	1.033	975	1.060	1.107	1.321	1.504	1.432	14.225
Visita Provid Realizada	858	934	817	914	842	937	1.016	1.002	968	856	1.236	1.215	11.595

d) Produtividade Apreensão de Drogas

Procedimento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Maconha - Kg	40,74	34,79	21,91	14,89	112,43	200,69	94,63	49,25	88,52	21,15	75,40	16,07	770,47
Cocaína - Kg	7,37	1,10	3,57	3,11	2,30	1,96	8,50	1,97	1,34	8,03	5,58	4,05	48,88
Crack - Kg	1,76	0,93	2,65	1,37	2,05	2,54	12,96	1,38	2,09	1,68	3,76	2,02	35,19

Procedimento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Lsd (Selo)	9	19	33	8	37	25	919	2	0	0	22	22	1.096
ECSTASY (COMP.)	320	81	112	305	618	19	30	151	10	276	58	16	1.996
ROHYPNOL (COMP.)	150	1.056	234	631	1.448	70	527	80	292	16	256	640	5.400

e) Registro Policial Por Cidade

Cidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
AGUAS CLARAS	501	443	507	406	474	420	396	398	435	478	439	487	5.384
BRASILIA	1.838	1.795	2.160	1.881	1.780	1.648	1.711	1.700	1.706	1.671	1.870	1.602	21.362
BRAZLANDIA	380	384	503	384	411	386	341	385	403	389	386	379	4.731
CANDANGOLANDIA	96	78	120	122	79	113	115	107	115	148	136	154	1.383
CEILANDIA	1.478	1.288	1.645	1.378	1.658	1.477	1.390	1.430	1.407	1.609	1.615	1.411	17.786
CRUZEIRO	112	110	138	93	110	114	102	113	93	130	116	131	1.362
FERCAL	64	44	38	50	38	24	26	50	38	26	32	32	462
GAMA	1.266	1.115	1.304	1.330	1.461	1.223	1.234	1.224	1.171	1.258	1.205	1.213	15.004
GUARA	655	575	741	647	664	619	594	666	589	642	636	613	7.641
ITAPOA	339	248	343	278	363	349	246	307	328	423	352	348	3.924
JARDIM BOTANICO A	27	30	40	35	40	28	26	38	33	41	64	46	448
JARDIM BOTANICO B	9	11	20	23	27	19	23	21	22	26	18	6	225
LAGO NORTE	76	77	85	94	129	99	93	98	122	141	138	149	1.301
LAGO SUL	350	296	301	307	273	272	291	253	263	264	266	297	3.433
NUCLEO BANDEIRANTE	152	145	136	164	164	129	168	173	184	175	166	148	1.904
PARANOIA	492	494	558	559	500	565	503	502	577	602	550	532	6.434
PARK WAY A	18	26	23	23	20	23	28	17	24	25	33	20	280
PARK WAY B	34	47	64	69	74	58	56	53	68	75	62	69	729
PLANALTINA	1.129	1.044	1.117	1.076	1.205	1.117	1.122	1.161	1.280	1.276	1.260	1.235	14.022
RECANTO DAS EMAS	725	516	757	664	669	665	665	609	650	694	706	676	7.996
RIACHO FUNDO	201	191	204	217	195	208	161	190	179	181	204	232	2.363
RIACHO FUNDO II	258	223	262	300	240	275	216	241	278	243	270	261	3.067
SAMAMBAIA	944	793	985	887	827	883	770	819	804	826	860	892	10.290
SANTA MARIA	1.185	964	1.147	1.140	1.024	926	672	743	793	938	903	904	11.339
SAO SEBASTIAO	503	458	568	512	478	504	558	604	651	724	729	734	7.023
SCIA	337	339	360	306	343	321	313	342	361	414	399	358	4.193
SIA	102	115	98	80	104	99	100	86	77	89	111	108	1.169
SOBRADINHO	369	356	419	395	376	333	320	318	348	415	445	398	4.492
SOBRADINHO II	369	324	349	354	366	276	286	338	340	353	416	417	4.188
SUDOESTE/OCTOGONAL	199	144	137	137	116	120	124	105	130	158	125	127	1.622
TAGUATINGA	1.058	1.004	1.134	1.071	945	993	896	933	1.033	997	1.004	898	11.966
VARJAO	52	55	66	70	54	44	53	31	65	90	71	52	703
VICENTE PIRES	220	209	254	149	175	226	201	239	219	234	211	207	2.544
TOTAL	15.538	13.941	16.583	15.201	15.382	14.556	13.800	14.294	14.786	15.755	15.798	15.136	180.770

Produtividade do Centro de Políticas Públicas da Polícia Militar do Distrito Federal

A) DIVISÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES SOCIAIS – DPAS

A Divisão de Programas e Ações Sociais do Centro de Políticas Públicas – DPAS/ CPP tem como missão planejar, coordenar, orientar e controlar as atividades relativas aos Programas Sociais Preventivos de Segurança Pública, coletando dados de atendimento de todos os 58 (cinquenta e oito) projetos desenvolvidos em 17 (dezessete) Unidades Policiais Militares no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, com a responsabilidade de encaminhar os dados coletados para os órgãos de controle e estatísticas e assessoramento do Comandante-Geral.

Além disso, planeja e gerencia diversos eventos como a Formatura Geral do Proerd e Curso Nacional de Formação de Instrutores Proerd (CNFIP). Também foram desenvolvidas artes gráficas para aquisição de medalhas para premiar os campeonatos internos realizados pelos programas sociais da Polícia Militar do Distrito Federal. A Divisão contribuiu com o Curso de

Formação de Oficiais - CFO, Curso de Altos Estudos de Praças - CAEP, Curso de Aperfeiçoamento de Praças - CAP e Curso de Formação de Praças - CFP, cedendo instrutores que trabalharam na monitoria EAD e aplicando conteúdos por meio de palestras.

Os programas sociais preventivos de segurança pública desenvolvidos no âmbito da Polícia Militar apresentam-se nos eixos Educacional, Saúde, Arte, Esportes, atendendo à comunidade do Distrito Federal, contribuindo assim para a prevenção e redução dos índices criminais.

UNIDADE	EIXO / OBJETIVO	PROGRAMA SOCIAL	TOTAL ATENDIMENTOS
CPTran, CPESC e CPAM	Educacional – Atuando nas escolas públicas e particulares no atendimento de alunos, familiares e comunidade em geral em ciclos de aulas, palestras e apresentações teatrais na prevenção e proteção ao meio-ambiente, utilização segura do trânsito e conscientização sobre as drogas e a violência.	Teatro Rodovia, Lobo Guará, Prealg, PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas.	110.777
3º BPESC, CPMon, CCF, CME, CPRO, 2ºBPM, 11º BPM, II CPRM, 4º BPM, 5º BPM, 8ºBPM, 10º BPM, 16º BPM, 14ºBPM, 20º BPM, 21º BPM, 24ºBPM, 26º BPM e 28ºBPM	Esportes - Regular as atividades a serem desenvolvidas durante a realização de ações desportivas e sociais, como forma de valorização e conagração do público interno e externo, com o intuito de melhorar o ambiente de trabalho, sem prejuízo das atividades regulares do batalhão; - Inserir um conhecimento desportivo de artes marciais, promovendo uma reflexão e uma mudança no comportamento e hábitos, alinhando a prática desportiva ao bem-estar dos participantes.	Escola de Campeões, Escolinha de Equitação da PMDF, Cross Police, Projeto ROTAM na Comunidade, Academia de JiuJitsu Dois de Ouro, Formando Cidadãos - Escolinha de Futebol, Prevenindo com Arte (Futebol, muaythai, jiujitsu, capoeira, treinamento funcional, corrida, karatê, taekwondo, passeio ciclístico, treinamento de goleiros, ginástica da melhor idade, fit dance, defesa pessoal e técnicas de segurança pessoal, música (flauta e violão e kickboxing infantil), Projeto Rio Branco nas Escolas, Projeto Bom de Bola na Escola, Projeto Bom de Bola e Bom na Escola, Academia de JiuJitsu, Programa 14º. com (jiujitsu, karatê, ginástica comunitária, boxe chinês, boxe feminino, judô, escolinha de futebol, língua francesa), Conhecer para Aproximar (Futsal, capoeira, judô, jiujitsu, luta Livre, Caminhada, Pedal Seguro), Escolinha de Futebol Bom de Bola – Craque na Escola, Academia de Jiu-jitsu Lago forte, Escolinha de Futebol Kandangos, Projeto CRESCER	6.684

UNIDADE	EIXO / OBJETIVO	PROGRAMA SOCIAL	TOTAL ATENDIMENTOS
CPMon, DSAP e DAO	Saúde - Desenvolver a melhoria da qualidade de vida do efetivo e dependentes da PMDF, por meio de atividades educativas, visando estimular os cuidados com a saúde e prevenção de doenças bucais.	Equoterapia, Sexta feira sem cária, UNAMPRO	3.035
DEC/ISCPe DPPHC	Arte - Promover a inclusão social das crianças através da música a fim de promover a comunicação, aprendizado, mobilização, expressão, organização e outros objetivos terapêuticos.	Projeto Cidadania com Música, Projeto Musicalização Inclusiva	168
TOTAL			120.664
17 Unidades policiais	4 – Eixos		58 Projetos

B) DIVISÃO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA – DPCOM / PROVID

I – Conceito:

O Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica - PROVID é uma estratégia de policiamento baseada na filosofia de polícia comunitária, com a abordagem orientada para a solução do problema de violência doméstica, atuando na prevenção e enfrentamento desse problema, por meio de ações de prevenção primária e secundária, dividido nos seguintes eixos orientadores:

Prevenção Primária: utilização de campanhas educativas de prevenção à violência doméstica e familiar.

Prevenção Secundária: intervenção, acompanhamento e monitoramento das famílias em contexto de violência doméstica e familiar, por meio de policiamento ostensivo e visitas solidárias.

Articulação em rede: aproximação e cooperação com setores da sociedade civil e órgãos governamentais que atuam no enfrentamento da violência doméstica e familiar.

II – Contextualização:

O policiamento de Prevenção Orientada a Violência Doméstica – PROVID regulamentado na corporação desde 2006, atualmente encontra respaldo legal na Portaria PMDF nº 985, de 17 de novembro de 2015.

Nos termos da iniciativa estratégica do item 11.3.3 do Planejamento Estratégico 2011-2022 da Corporação, desde o início do ano de 2014 vem sendo implementado gradativamente o policiamento em algumas unidades policiais militares.

No decorrer do ano de 2019 o Policiamento PROVID foi expandido para todo o Distrito Federal, alcançando todas as regiões administrativas, sendo que atualmente existem equipes de atendimento do PROVID em 18 unidades policiais, sendo 16 (dezesesseis) Batalhões e 02 (dois) Comandos de Policiamentos Regionais.

III – Produtividade:

1) Prevenção primária:

DESCRIÇÃO DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	RESULTADO
Palestras	Quantidade	65
Público nas Palestras	Quantidade de pessoas	5.437

2) Prevenção secundária:

Visitas Domiciliares de acompanhamento às famílias em contexto de violência doméstica.	11.238
Atendimentos não vinculados aos acompanhamentos do PROVID	3.208
Total de Registro de Atividade Policial (RAP)	14.898
Quantidade de processos (casos)	1.141
Quantidade Pessoas Acompanhadas	2.635

3) Articulação em rede:

DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MEDIDA	RESULTADO
Reuniões Comunitárias	Quantidade	147
Outros (Ações sociais, seminários...)	Quantidade de eventos	85
TOTAL		232

C) ESCOLAS DE GESTÃO COMPARTILHADA

O projeto de gestão compartilhada consiste em uma parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. As duas pastas estão realizando ações conjuntas a fim de proporcionar uma educação de qualidade para os estudantes da rede pública de ensino do DF, além de construir estratégias voltadas ao policiamento comunitário e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar. O objetivo é promover uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

É destinado a estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio, o projeto começou a ser implementado no início do ano letivo de 2019. A princípio, seis escolas já receberam o projeto:

- . Centro Educacional 01 da Estrutural
- . Centro Educacional 308 do Recanto das Emas
- . Centro Educacional 03 de Sobradinho
- . Centro Educacional 01 de Itapoã
- . Centro Educacional 07 de Ceilândia
- . Centro Educacional Estância III - Planaltina

A portaria nº 9, publicada no DODF de 30 de outubro de 2019, dispõe sobre a implementação do projeto e a criação de um Comitê Gestor, o qual realizará a gestão estratégica dos Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal (CCMDF).

A finalidade é proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

A Secretaria de Educação é responsável pela gestão administrativa e pedagógica das UEs e pelo cumprimento do Projeto Político-Pedagógico, conforme Leis de Diretrizes Educacionais.

A Secretaria de Segurança é responsável pela gestão disciplinar, cabendo empregar o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF na coordenação de atividades extracurriculares e nas ações disciplinares voltadas à formação cívica, moral e ética do corpo discente, objetivando o bem-estar social.

Os objetivos das Escolas de Gestão Compartilhada são:

I- aumentar as taxas de aprovação dos estudantes na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal assim como no acesso a Instituições de Ensino Superior - IEs, bem como proporcionar maior inserção desses estudantes no mundo do trabalho;

II- reduzir as taxas de reprovação, abandono e evasão escolar dos estudantes na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

III- alcançar e superar as metas estabelecidas, nas Unidades Escolares, para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb;

IV- facilitar a construção de valores cívicos e patrióticos aos estudantes das unidades de ensino;

V- aumentar a disciplina e o respeito hierárquico;

VI- formar os discentes com o escopo de prepará-los para o exercício da plena cidadania, conscientes de seus deveres e direitos, em respeito às garantias previstas no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente e nos arts. 32 e 35 da Lei nº 9.394/96, que estabelece diretrizes e bases da educação em âmbito nacional;

VII- obter avanços nos parâmetros de segurança pública cidadã na comunidade escolar, por meio da participação integrada da sociedade e dos órgãos públicos, como ferramenta transformadora da gestão do ensino;

VIII- reduzir o índice de criminalidade no âmbito escolar, bem como na região onde a escola esteja situada.

RESULTADOS DA GESTÃO COMPARTILHADA EM 2019

Quesito	CED 03-Sobradinho	CED 308-Recanto Das Emas	CED 01-Itapoã	CED 01-EstruturaL	CED 07-Ceilândia	CED ESTÂNCIA III - Planaltina	Total
Total de alunos atendidos	1.631	907	1.383	1.112	1.889	920	7.842
Palestras p/comunidade escolar	77	90	65	5	92	2	331
Atendimento para pais e responsáveis	2.807	394	114	555	408	39	4.317
Ocorrências Policiais diversas	13	38	9	5	6	2	73
Chamados do Samu e CBMDF	15	0	0	0	11	5	31
Operações Varredura	21	0	0	0	28	0	49
Suspensões	249	0	0	0	403	15	667
Advertências Disciplinares	9.130	5.497	707	3.807	6.685	321	26.147
Termos de Adequação de conduta	6	0	0	58	0	0	64
Visitas Extracurriculares	0	0	0	14	0	0	14

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No que se refere aos recursos da fonte ordinária do GDF (FONTE 100), a Polícia Militar do Distrito Federal executou os recursos que são geridos dentro do Sistema de Gestão Governamental – SIGGO/GDF para pagamento de pessoal, benefícios, e outras despesas correntes/custeio da manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal.

Os recursos dos convênios com o DER, o DETRAN e o BACEN foram utilizados para o cumprimento específico do objeto de cada um dos convênios, sendo realizado custeio de despesas da corporação, pagamento de serviços, combustíveis, compra de peças automotivas dentre outras despesas necessárias à continuidade dos processos da Polícia Militar do Distrito Federal.

No que se refere ao orçamento oriundo de Emenda Parlamentar Distrital, foram disponibilizadas várias emendas dentro do orçamento da presente Unidade Orçamentária, porém, não foram executadas pois não ficaram disponíveis para execução durante o exercício financeiro, permanecendo sempre bloqueadas. Em relação a este recurso, cumpre-nos informar que os processos burocráticos que foram criados para liberação dificultaram ainda mais sua execução. Vale dizer que atualmente há um sistema no GDF que controla a liberação destas emendas, SISCOPEP – Sistemas de Controle de Emendas parlamentares Distritais, o que criou enormes entraves para sua execução.

Os recursos oriundos de convênios firmados com a União também não executados. No exercício financeiro de 2020 serão abertos novos créditos adicionais especiais para estes convênios, que ainda se encontram vigentes.

As dificuldades encontradas no exercício foram decorrentes do contingenciamento orçamentário dos créditos aprovados na LOA, bem como a morosidade na conciliação dos valores disponíveis nas contas correntes dos convênios e a alimentação da disponibilidade

real por fonte de recursos no sistema SIGGO. Esse fato gerou insegurança no que tange ao empenho das despesas com recursos de convênios cujas vigências findaram e iniciaram.

A perspectiva para o exercício futuro é de que as dificuldades encontradas no sistema SIGGO no que tange as conciliações bancárias de recursos de convênios sejam resolvidas, e que as execuções das despesas previstas nos termos do convênio sejam executadas de forma que não haja a devolução de valores remanescentes, bem como que os valores aprovados na LOA não sejam contingenciados, ou em sendo, sejam autorizados em tempo hábil para a realização das despesas.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tem por fundamento as seguintes normas:

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde, em seu art. 144, está preconizado que o CBMDF é uma instituição organizada com base na hierarquia e disciplina, exercendo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio e, ainda, incumbindo-se da execução de atividades de defesa civil.

2. Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, que estabelece os critérios e as condições que asseguram aos Bombeiros Militares da ativa do CBMDF o acesso à hierarquia da Corporação, mediante promoções, de forma seletiva, gradual e sucessiva, com base no efetivo fixado de 9.703 (nove mil e setecentos e três) bombeiros militares de carreira, distribuídos nos diferentes quadros, qualificações, postos e graduações.

3. Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986, que aprova o Estatuto dos Bombeiros Militares do CBMDF e regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos BM. Segundo seu regramento, o CBMDF é uma instituição permanente essencial à segurança pública e às atividades de defesa civil, fundamentado nos princípios da hierarquia e disciplina, e, ainda, força auxiliar e reserva do Exército nos casos de convocação ou mobilização, organizada e mantida pela União. Subordinado ao Governador do Distrito Federal, destina-se à execução de perícia, prevenção e combate a incêndios, de busca e salvamento, e de atendimento pré-hospitalar e de prestação de socorros nos casos de sinistros, inundações, desabamentos, catástrofes, calamidades públicas e outros em que seja necessária a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

4. Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991, estabelece que o CBMDF é organizado com base na hierarquia e na disciplina, em conformidade com as disposições contidas no Estatuto dos Bombeiros Militares da Corporação, destinando-se à realização de serviços específicos de bombeiros na área do Distrito Federal. Explícita, ainda, as seguintes competências do CBMDF:

- a) realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- b) realizar serviços de buscas e salvamento;
- c) realizar perícias de incêndio relacionados com sua competência;
- d) prestar socorros nos casos de sinistros, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;
- e) realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;
- f) realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vistas à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados;
- g) executar atividades de prevenção aos incêndios florestais, com vistas à proteção ambiental;
- h) executar atividades de defesa civil;
- i) executar serviços de atendimento pré-hospitalar.

Em complemento, fixa que o CBMDF está estruturado em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução, conceituando-os:

a) órgãos de direção são aqueles encarregados do comando e da administração geral, incumbido do planejamento, visando à organização da corporação em todos os níveis, às necessidades de pessoal e de material e ao emprego do CBMDF para o cumprimento de suas missões, com atribuições, ainda, de acionar, coordenar, controlar e fiscalizar a atuação dos órgãos de apoio e de execução;

b) órgãos de apoio são aqueles que atendem às necessidades de pessoal, de material e de serviços de toda a corporação, realizando tão-somente as suas atividades-meio;

c) órgãos de execução são aqueles que realizam as atividades fins, cumprindo as missões e as destinações do CBMDF, mediante a execução de diretrizes e ordens emanadas dos órgãos de direção e a utilização dos recursos de pessoal, de material e de serviços dados pelos órgãos de apoio.

5. Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 que trata da remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências.

6. Decreto nº 7.163, de 29 de abril de 2010, regulamenta o inciso I do art. 10-B da Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991.

7. Decreto nº 31.817, de 21 de junho de 2010, regulamenta o inciso II, do art. 10-B, da Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991.

Fonte: Seção de Legislação do Estado-Maior-Geral do CBMDF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	65	0	2.171	3.523	5.759
Comissionados sem vínculo efetivo	52	0	0	0	52
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	61	0	61
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	117	0	2.232	3.523	5.872
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	167	0	167
Total Geral	117	0	2.232	3.523	5.872

Ao final de 2019, a força de trabalho do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) teve um acréscimo de 38 (trinta e oito) servidores. Contudo, ainda há um déficit considerável de servidores frente à força de trabalho da Corporação.

A recomposição do efetivo, por força do estabelecido no Anexo III da Lei 12.086/2009, encontra-se limitado ao ingresso anual de 377 militares, em consequência, no ano de 2019 foram incorporados 348 novos militares.

Visando a manutenção dos padrões de excelência nos serviços prestados pela corporação, mesmo com o estado atual em que se encontra seu efetivo, o CBMDF faz uso do Serviço Gratificado voluntário, regulamentado pelo Decreto nº 24.619, de 26 de maio de 2004 e a força de trabalho de militares inativos em cargo em comissão, regulamentado pelo Decreto nº 36.299, de 22 de janeiro de 2015.

Ressalta-se que os cargos comissionados foram criados com finalidade estratégica, com o intuito de melhorar o tempo de resposta e o atendimento ao público nos serviços do "193". Essas nomeações asseguraram a continuidade do serviço público, promovendo a utilização efetiva dos recursos que foram disponibilizados. A Prestação de Tarefa Por Tempo Certo (PTTC) tratada na Lei 12.086, de 6 de novembro de 2009 e regulamentada por meio do Decreto Distrital nº 31.856, de 30 de junho de 2010, também é um serviço utilizado pela Corporação para somar a força de trabalho, sendo o seu efetivo controlado pela Diretoria de Inativos e Pensionistas.

Foi publicada no DODF Nº 237, de 13 de dezembro de 2019, a prorrogação do prazo de validade do concurso público para matrícula no Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares (CFOB M), do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Combatentes, tendo em vista a data de homologação contida no Edital nº 025, de 18 de dezembro de 2017, publicado no DODF nº 241, de 19 de dezembro de 2017. Tal prorrogação permitirá a convocação de novos Oficiais para recompor o efetivo, o que demonstra o compromisso do CBMDF com a manutenção da prestação dos serviços a comunidade.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoal do CBMDF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	0	361463,0	0	0
0005 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS- APOIO À CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DO CENTRO ESPORTIVO DO 18º GRUPAMENTO DE BOMBEIRO MILITAR - SANTA MARIA- SANTA MARIA	0	361463,0	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	800000,0	0,0	0	0
9604 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA PARA O CBM-DF	800000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	800000,00	361463,00	0,00	0,00

O Programa de Trabalho Temático 6206 – Cidade do Esporte e Lazer possui duas ações em sua composição: 3047 – Implantação de Espaço Esportivos e 1745 – Construção de Quadras de Esporte. Destas, só foi autorizada a despesa no primeiro, contudo não houve execução do referido valor.

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2322 - BOMBEIRO AMIGO	10000,0	7800,00	0	0
0001 - BOMBEIRO AMIGO-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	7800,00	0	0
2334 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO	35000,0	35000,00	0	0
0001 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	35000,0	35000,00	0	0
2340 - BOMBEIRO MIRIM	60000,0	60000,0	26339,16	18450,36

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - BOMBEIRO MIRIM-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	60000,0	60000,0	26339,16	18450,36
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	6907380,0	8017670,00	1315121,56	1315121,56
9510 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	6707380,0	8017670,00	1315121,56	1315121,56
9518 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS - CBMDF	200000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7012380,00	8120470,00	1341460,72	1333571,92

As ações: Bombeiro Amigo; Coleta de Leite Materno, apesar de terem autorizadas despesas nos valores de R\$ 7.800,00, e R\$ 35.000,00, respectivamente, não possuíram execução no exercício de 2019. No exercício de 2018, também não houve execução de tais ações.

Pode-se citar como um potencial fator de influência para a inexecução dos créditos e recursos acima descritos a ausência de projetos básicos e termos de referências, ou ainda a não conclusão de procedimentos licitatórios em tempo hábil, para execução dos objetos relativos às ações sobrescritas no exercício de 2019.

A ação Bombeiro Mirim, teve a despesa autorizada no valor de R\$ 60.000,00, sendo empenhado o montante de R\$ 26.339,16, equivalente a 43,90 % do crédito disponível. No ano de 2018 não houve execução de despesas na referida ação, o que demonstra uma evolução na gestão dos créditos e recursos dos subtítulos vinculados à referida ação.

Do total empenhado da ação 2340, foi liquidado o valor de R\$ 18.450,36, correspondente a 70% do total empenhado.

O subtítulo de Modernização e Reequipamento das Unidades de Seg. Pública - Aquisição de EPI, teve despesa autorizada no montante de R\$ 8.017.670,00, dos quais fora empenhado e liquidado o valor R\$ 1.315.121,56, o que representa 16,40 % do crédito disponível. No ano de 2018 esse subtítulo possuiu execução superior, proporcionalmente (78,40%). Tanto no ano de 2019, quanto no exercício que o antecedeu, a quase totalidade dos créditos realizados no subtítulo 9510 corresponderam a despesas de Convênios e Contratos de Repasse celebrados.

A ação de Aquisição de Equipamentos para o Corpo de Bombeiros possuía dotação inicial de R\$ 200.000, correspondente a Emenda Parlamentar Individual. Foi cancelada a disponibilização do recurso, não sendo executada a ação.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1619 - ACIDENTES DE SERVIÇO	%		01/01/0001	ANUAL	4,4	8,7	3,52	15,98	2,63	32,48	1,75	40,2	Diret.Saúde/ CBMDF / UO 24104 / OE 6 / UO 24104 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Verificou-se que no ano de 2016 houve melhora no resultado do indicador em relação aos 3 anos anteriores. Apesar do resultado aquém da meta, este setor vai envidar esforços no sentido de verificar se há correlação entre parte dos acidentes relatados com os meses de seca (Operação Verde Vivo) e/ou a realização de cursos operacionais, a fim de melhorar o alcance ou reanalisar as metas estipuladas com parâmetros internacionais.</p> <p>2017 - O número de acidentes em serviço vem se mantendo constante. Só havendo aumento considerável em meses de seca e cursos. A redução do número de acidentes em serviço depende do treinamento que é um meio de desenvolver competências nos bombeiros para que se tornem mais produtivos, criativos, inovadores e conscientes de suas responsabilidades, sendo outro recurso a oferta de cursos objetivando o aprimoramento técnico-profissional, administrativo e cultural, para o desempenho de suas funções.</p> <p>2018 - Houve aumento do efetivo do CBMDF, com inserção e treinamentos dos candidatos aprovados em concurso público. A redução do número de acidentes em serviço depende do treinamento, que é um meio de desenvolver competências nos bombeiros para que se tornem mais produtivos, criativos, inovadores e conscientes de suas responsabilidades. Também é necessário haver cursos objetivando o aprimoramento técnico-profissional, administrativo e cultural.</p> <p>2019 - Aumento percentual de casos notificados de acidente em serviço nos meses de fevereiro, setembro e novembro/2019, com baixo volume nos meses de junho e dezembro/2019. Todos os dados foram obtidos conforme quantitativo de casos notificados por militar, considerando o efetivo total divulgado mensalmente pela Diretoria de Pessoal do CBMDF.</p>													
1593 - AÇÕES PREVENTIVAS	UNIDADE	4376	31/01/2015	ANUAL	3.977	12.879	4.558	1.975	5.140	3.604	5.721	5.058	COMOP/CBMDF / UO 24104 / OE 3 / UO 24104 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Foram realizadas ações de descentralização dos serviços dos sistemas de prevenção contra incêndio e pânico através da implantação de postos de atendimento no Na Hora da Rodoviária do Plano Piloto. Aliadas a estas ações foram realizadas prevenções in loco em eventos de grande concentração de público, bem como campanhas com o intuito de difundir a cultura de prevenção, via simulados de abandono de escolas, palestras e demonstrações. Esse resultado já reflete toda esta atuação.</p> <p>2017 - O total de ações corresponde ao público de 3.099.578 pessoas. O número de prevenções atendidas em 2017 foi um pouco menor do que em 2016, tendo em vista o Distrito Federal não sediou nenhum grande evento nacional como as Olimpíadas. Cabe ressaltar que muitas prevenções do tipo "aquática" deixaram de ser atendidas devido ao corte da cota de serviço voluntário, anteriormente destinada para esta função.</p> <p>2018 - Houve decréscimo no resultado do indicador em relação a 2017. Embora os numeradores dos componentes do índice tenha crescido, notou-se crescimento muito maior do número de projetos e vitórias protocolados - o quantitativo de militares mostrou-se insuficiente para atender a alta demanda decorrente da adoção do protocolo eletrônico de solicitações de serviços. A saída de militares para frequentar cursos de progressões de carreira também limitou a capacidade de resposta à demanda.</p> <p>2019 - A consolidação do protocolo eletrônico de serviços impactou a demanda, principalmente por análise de projetos que teve demanda reprimida de 55% (3.359), em parte pela recomposição insuficiente do efetivo de analistas. Ainda assim, obteve-se considerável melhora da aferição do indicador, com crescimento em relação a 2018, atribuindo-se a melhora ao reforço do efetivo de militares nos postos do Na Hora com ingressos no curso interno do CBMDF/CEPI/2019 e início do serviço voluntário gratificado.</p>													
1618 - DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL	%	85,13	31/01/2015	ANUAL	87,6	84,49	89,6	90,88	91,6	63,0	93,6	54,1	CEMEV/ CBMDF / UO 24104 / OE 6 / UO 24104 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Verificou-se que durante o ano de 2016 houve interrupção de contrato de fornecimento de peças. Contudo, a regularização dos contratos de fornecimento de peças no decorrer do 1º trimestre contribuiu para que o resultado ficasse bem próximo da meta, tendo crescido em relação ao ano de 2015, um fator positivo.</p> <p>2017 - Verificou-se que, durante o ano de 2017, foi possível atender de forma eficiente a demanda de manutenção, alcançando o índice acima do desejado e confirmando a crescente evolução aos anos anteriores. A obtenção do resultado positivo se deu em decorrência da eficaz gestão de recursos humanos e materiais para otimizar o tempo gasto nas manutenções e, consequentemente, diminuir o tempo em que as viaturas ficaram efetivamente baixadas para manutenção.</p> <p>2018 - Optou-se pela manutenção das Instruções Normativas 019/2016/COMOP/CBMDF (Compartilhamento de Guarnição) e 024/2016/COMOP/CBMDF (Remanejamento Prévios) e equalização diárias feita por remanejamento de pessoal entre os GBMs, tanto de militares combatentes como de condutores; manutenção de contratos para fornecimento de peças e serviços para viaturas e implantação do SMA (Sistema de Marcação de Afastamentos) para o estabelecimento das férias pelos critérios da Portaria 27/2010-CBMDF.</p> <p>2019 - 1) A Demanda Reprimida permaneceu estável/instável durante todo o ano, porém abaixo da meta.2) Houve o Aperfeiçoamento do Sistema Fênix, que permite a irradiação da ocorrência concomitante para a SECOM da unidade operacional e a mesa de atendimento do CIADE, auxiliando na redução da Demanda Reprimida, uma vez que diminui o Tempo Resposta e, consequentemente, dá maior fluidez na liberação das viaturas para atendimento à próxima ocorrência.3) Teve-se registrados de trotes em 2019.</p>													
1592 - INCÊNDIOS PERICIAZADOS	UNIDADE	277	31/01/2015	ANUAL	278	670	308	495	338	349	368	515	DINVI/CBMDF / UO 24104 / OE 3 / UO 24104 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - A forma de tratamento das perícias passou por um processo de reformulação, permitindo o aumento do valor numérico do indicador, que parece ter atingido um patamar de estabilidade entre 600 e 700 perícias por ano, intrínseco à quantidade de ocorrências de incêndio, bem como as condições de trabalho da Diretoria de Investigação de Incêndio.</p> <p>2017 - Com a aplicação dos novos critérios para a contagem do indicador da DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO DE INCÊNDIO - DINVI, houve uma mudança significativa na forma de tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A DINVI abandonou o critério quantitativo e adotou o critério qualitativo para o tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio e otimizou o emprego dos recursos e materiais disponíveis na DINVI sem perda de eficiência do serviço de perícia de incêndio do CBMDF.</p> <p>2018 - Foi implementado novo regime de serviço operacional de perícia; implantação contínua do sistema SCPIWEB; capacitação dos peritos na nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; e desenvolvimento de protocolo juntamente com a PCDF para atendimentos aos incêndios classificados como Causa de Ação Pessoal Internacional.</p> <p>2019 - 1) Implantação contínua do sistema SCPIWEB; 2) Capacitação dos peritos quanto à nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; 3) Unificação de todos os procedimentos de investigação de incêndio no SCIP SISPIN.</p>													
1579 - TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES DE APH, BUSCA E SALVAMENTO, INCÊNDIOS URBANOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO	MINUTO	8,18	31/08/2014	ANUAL	9,26	9,47	8,57	4,62	8,29	10,9	8	9,48	SeGeo/ CBMDF / UO 24104 / OE 1 / UO 24104 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Conforme análise do indicador institucional equivalente, o resultado vem mantendo-se no mesmo patamar nos últimos 4 anos. Este indicador passou a constar como objetivo estratégico para o ciclo 2017-2020. Fatores como quantidade de viaturas e militares, rotina de atendimento do CIADE e deslocamento até o local influenciam no resultado. Essas variáveis vêm sendo trabalhadas, a fim de potencializar o alcance das próximas metas, que são ainda mais ousadas e desafiadoras.</p> <p>2017 - O tempo foi obtido de forma indireta, devido à mudança no sistema de registro de ocorrências (Fênix) e à nova classificação. A implantação do sistema Fênix e a transferência do despacho para os Grupamentos de Bombeiro Militar do CBMDF tiveram impacto positivo na redução do tempo para atendimento.</p> <p>2018 - O aperfeiçoamento do Sistema Fênix permitiu a irradiação da ocorrência concomitante para a SECOM do GBM e mesa de atendimento do CIADE, dando maior agilidade no acionamento do socorro envolvido. Mesmo havendo despacho automático à OBM envolvida, há de se considerar que falta um maior controle nos tempos de saída do socorro da OBM e de chegada ao local da ocorrência, uma vez que esses dependem de informações do SECOM e do Comandante de socorro.</p> <p>2019 - A retenção de macas das URs nos hospitais impediram que elas estivessem disponíveis ao socorro. Viaturas têm de resguardar o local da ocorrência até a chegada de órgão competente. As baixas de viaturas por motivos diversos reduzem o poder de atendimento na área. Os grandes deslocamentos para atender a ocorrências fazem com que haja demora na liberação da viatura para a próxima ocorrência. O crescimento populacional, a redução do efetivo do CBMDF e trotes diminuem a eficiência do socorro.</p>													

Acidentes de Serviço

- Decisões anuais: aumento percentual de casos notificados de acidente em serviço nos meses de fevereiro, setembro e novembro/2019, com baixo volume nos meses de junho e dezembro/2019. Todos os dados foram obtidos conforme quantitativo de casos notificados por militar, considerando o efetivo total divulgado mensalmente pela Diretoria de Pessoal do CBMDF.
- Expectativas para o próximo ano: manutenção do baixo índice de ocorrência de acidentes com militares em serviço, efetivamente, os militares que estão cursando, devido a pouca experiência e prática de atividades inerentes às novas habilidades necessárias ao desempenho das atividades profissionais de bombeiro militar. Reforçamento por meio de palestras acerca de temas correlatos à segurança laboral.

Fonte: Diretoria de Saúde do CBMDF

Ações Preventivas

- Decisões anuais: realização de outro CEPI em janeiro de 2020 para capacitar mais pessoal. Reforçar o efetivo de analistas de projetos com egressos do CEPI e serviço voluntário gratificado.
- Finalizar implantação do SCIPWEB no módulo de vistorias. Ampliar serviços voluntário gratificado em vistorias.
- Expectativas para o próximo ano: para 2020 persistirá o desafio da elevação da demanda pelos serviços com a consolidação do Sistema SCIPWeb, exigindo maior capacidade de resposta pelos segmentos envolvidos. Seguirá o processo de renovação e ampliação do efetivo, capacitando novos analistas de projetos e agentes fiscalizadores. Buscar-se-á a alteração da Portaria de Indicadores Institucionais do CBMDF, a fim de adequar o componente de análise de projetos, adotando o número de projetos analisados, em vez de projetos aprovados.

Fonte: Departamento de Segurança Contra Incêndio do CBMDF

Disponibilidade da Frota Operacional

- Decisões anuais: a Demanda Reprimida permaneceu estável/instável durante todo o ano, porém abaixo da meta.
- Houve o Aperfeiçoamento do Sistema Fênix, que permite a irradiação da ocorrência concomitante para a SECOM da unidade operacional e a mesa de atendimento do CIADE, auxiliando na redução da Demanda Reprimida, uma vez que diminui o Tempo Resposta e, conseqüentemente, dá maior fluidez na liberação das viaturas para atendimento à próxima ocorrência.
- As Unidades de Resgate (URs), por vezes, ficaram baixadas nos hospitais públicos do DF devido à retenção das macas. No entanto, a disponibilização de macas reservas para as URs tem reduzido esse transtorno.
- É comum as viaturas permanecerem resguardando o local da ocorrência, sendo impedida de deixar o local até a chegada da PMDF ou DETRAN.
- Expectativas para o próximo ano: criação de aplicativos para que os comandantes de socorro possam acompanhar/complementar a ocorrência por meio de smartphones e/ou dispositivos embarcados, como tablets.
- Estudos para elaboração de projetos que promovam melhoramentos nas entregas do SMD.
- Intensificar, por meio do CECOM, as campanhas para redução dos trotes.

Fonte: Comando Operacional do CBMDF

Incêndios Periciados

- Decisões anuais: implantação contínua do sistema SCIPWEB
- Capacitação dos peritos quanto à nova metodologia aplicada à investigação de incêndios
- Unificação de todos os procedimentos de investigação de incêndio no SCIP SISPIN.
- Expectativas para o próximo ano: divulgação para a comunidade do DF a respeito do trabalho e importância da investigação pericial
- Realização de eventos técnico-científicos
- Consolidação do SCIPWEB para efetivação da retroalimentação e implementação do modelo de gestão de conhecimento para a Administração Pública no CBMDF
- Capacitação dos militares do COMOP a respeito do trabalho da DINVI.

Fonte: Diretoria de Investigação de Incêndio do CBMDF

Tempo-Resposta do CBMDF para Operações de APH, Busca e Salvamento, Incêndios Urbanos E Acidentes De Trânsito

- Decisões anuais: houve a distribuição de 24 URs, 19 ARFs, 04 ARs, 07 ASEs e 04 ABSL, aumentando a capacidade de atendimento de ocorrências do CBMDF. Ainda está para chegar mais 44 URs.

- São distribuídas, sempre que necessário, macas reservas para as URs, evitando que fiquem baixadas nos hospitais.
- Há a divulgação junto à imprensa sobre os problemas causados pelos trotes.
- Está sendo revista a área de atendimento dos GBMs para que o atendimento fique mais próximo do limite de 8 min.
- Expectativas para o próximo ano: estudos para melhor emprego das 44 UR que serão entregues ao CBMDF, que proporcionarão um aumento na capacidade de atendimento de ocorrências do CBMDF.
- Intensificar, por meio do Centro de Comunicação (CECOM), as campanhas para redução dos trotes, evitando que uma ocorrência verdadeira deixe de ser atendida por falta de viatura.
- Publicação do Plano de Emprego Operacional (revisado), com as novas áreas de atendimento, para que fique mais próximo dos 8 min.

Fonte: Comando Operacional do CBMDF

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	400000,0	0,0	0	0
9859 - CONSTRUÇÃO DO REFEITÓRIO - CBM-DF	400000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	400000,00	0,00	0,00	0,00

O subtítulo nº 9859 (Construção do Refeitório) da ação 1984 possuía dotação inicial de R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais), correspondente à Emenda Parlamentar Individual. Foi cancelada a disponibilização do recurso, não sendo executada a ação.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5466174,0	5510459,00	5427975,73	5374868,49
0088 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	5466174,0	5510459,00	5427975,73	5374868,49
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	311842,0	311842,00	285681,47	285681,47
8671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	311842,0	311842,00	285681,47	285681,47
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	83028,0	60830,84	0	0
0086 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	83028,0	60830,84	0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	5861044,00	5883131,84	5713657,20	5660549,96

A quase integralidade dos créditos relativos ao Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Social, diz respeito a despesas de folha de pessoal e pagamento de benefício dos servidores civis da Corporação, bem como das gratificações dos cargos direção, comando e chefia.

Das três ações que compõem o Programa de Trabalho referenciado, somente uma delas não teve saldos empenhados da ação de Manutenção de Serviços Administrativos. As outras duas: Administração de Pessoal e Concessão de Benefícios a Servidores, tiveram créditos empenhados no percentual de 98,45% e 91,61%, respectivamente.

Comparando-se os índices com o exercício de 2018, verifica-se uma sensível involução nas ações supracitadas, tendo em vista terem sido integralmente empenhadas naquele ano.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Execução Orçamentária e Financeira

Na sequência, será apresentado quadro demonstrativo da execução orçamentária-financeira do exercício de 2019, assim como dos anos de 2016 a 2018, a fim de possibilitar a análise comparativa da série histórica, proporcionando maiores confiabilidade, transparência, comparabilidade e utilidade das informações prestadas.

QUADRO SINTÉTICO - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUADRIÊNIO 2016-2019

ITEM	2019	2018	2017	2016
Dotação Inicial	14.073.424,00	7.131.442,00	9.742.267,00	10.283.117,00
Despesa Autorizada	14.365.064,84	10.555.030,39	14.447.943,00	16.389.868,65
Total Empenhado	7.055.117,92	9.528.374,50	8.077.523,48	14.253.393,74
Empenhos Liquidados	6.994.121,88	9.528.374,50	7.594.513,48	7.229.660,76
Empenhos Pagos	6.481.027,59	9.075.848,79	5.925.026,93	6.227.353,34

Fonte: SIGGO (Consulta Execução Orçamentária e Demonstrativo da Execução da Despesa por Programa de Trabalho). Extraído em: 06/01/2020

A partir do quadro acima, o qual demonstra a execução orçamentária-financeira de maneira resumida da Unidade Gestora do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, é possível realizar análises horizontais e verticais de suas rubricas componentes.

Os créditos autorizados em 2019 foram ligeiramente superiores à dotação inicial consignada na LOA, com incremento de 2,37%. Do total autorizado, foram empenhados 48,97% dos créditos. Um fator que pode ter contribuído para tal redução na execução é o fato de o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal receber e executar créditos orçamentários da União, através do Fundo Constitucional do Distrito Federal, por força do disposto no art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que essa força da Segurança Pública seja mantida pelo Governo Federal.

Quase a integralidade (98,14%) dos créditos empenhados foram liquidados dentro do exercício de 2019, mantendo o nível elevado da realização da despesa observado em 2018 (94,25%) e reforçando o fato de que a execução do CBMDF alcançou índices satisfatórios de liquidação da despesa.

Do montante liquidado, somente 8,34% não foi pago (até o momento da confecção do presente expediente). Os valores já processados, porém, não pagos correspondem a despesas de folha de pessoal, que ainda restam pendentes de realização financeira, fato comum na transição de exercício financeiro para outro; assim como alguns processos de aquisições que foram devidamente liquidados, porém não tiveram a liberação de financeiro para efetivação do pagamento, fato esse que culminou sua inscrição em Restos a Pagar Processados.

Cumprir destacar que, quando se compara os indicadores de execução (empenho, liquidação e pagamento) do ano de 2019 com os exercícios imediatamente anteriores, verifica-se que houve uma manutenção no padrão da gestão administrativa dos créditos e recursos consignados e autorizados, demonstrando que houve aprimoramento nas rotinas e procedimentos internos, que por sua vez resultaram no incremento da efetividade da execução orçamentária e financeira.

Foram inscritas em Restos a Pagar Processados Notas de Empenho cuja soma alcança o total de R\$ 509.982,63 (quinhentos e nove mil novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos), do qual quase integralidade refere-se a despesas de folha de pagamento do mês de dezembro de 2019 (97%). Não houve inscrição de Notas de Empenho em Restos a

Pagar Não Processados na Unidade Gestora 220104, fato esse que aponta a cuidadosa observação das normas distritais que regem a matéria, em especial os Decretos nº 32.598/2010 e nº 40.195/2019.

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças do CBMDF.

ATIVIDADES DO COMANDO OPERACIONAL DO CBMDF - ANO 2019

Ocorrências Operacionais

Consiste no atendimento a serviços específicos emergenciais e não-emergenciais de competência do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal no âmbito do Distrito Federal, bem como nos entornos (GO e MG), com vistas a cumprir a missão-fim constitucionalmente instituída (144 da CF/88) e atribuições definidas em lei (Lei n.º 8.255/91 - Organização Básica do CBMDF).

UF	Grupo	Subgrupo	Quantidade.
DF	ACIDENTE COM VEÍCULO	GERAL	34.384
	ATIVIDADE PREVENTIVA	CONTRA INCÊNDIO*	557
		EM EVENTO**	11.270
		SÓCIO-EDUCACIONAL	1.104
	EMERGÊNCIA MÉDICA	POR CAUSA CLÍNICA	23.603
		POR CAUSA EXTERNA	19.322
	INCÊNDIO	EM EDIFICAÇÃO	3.528
		EM MEIO DE TRANSPORTE	1.300
		EM VEGETAÇÃO	11.932
		OUTRO TIPO	3.092
	OPERAÇÃO	COM PRODUTO PERIGOSO	2.725
		DE BUSCA E SALVAMENTO	20.525
		DELITO	150
TOTAL			133.492
GO	ACIDENTE COM VEÍCULO	GERAL	18
	EMERGÊNCIA MÉDICA	POR CAUSA CLÍNICA	20
		POR CAUSA EXTERNA	5
	INCÊNDIO	EM EDIFICAÇÃO	8
		EM MEIO DE TRANSPORTE	8
		EM VEGETAÇÃO	4
		OUTRO TIPO	3
	OPERAÇÃO	COM PRODUTO PERIGOSO	4
DE BUSCA E SALVAMENTO		7	
TOTAL			77
MG	EMERGÊNCIA MÉDICA	POR CAUSA CLÍNICA	1
	TOTAL		
Todas	Total Geral		133.570

Fonte: FÊNIX/CBMDF.

*Atividade desempenhada pelo DESEG.

**Público da atividade preventiva em evento: 28.874.182 pessoas.

Bombeiros Nas Quadras:

Tem por objetivo realizar por meio dos Grupamentos de Bombeiro Militar exposição de viaturas e equipamentos, demonstração de técnicas operacionais, dinâmicas com os cidadãos presentes ao evento, além de palestras e/ou simulados nas diversas localidades do Distrito Federal. O evento visa aproximar o CBMDF da comunidade local onde o evento for realizado e o planejamento é anual (Plano de Operações "Bombeiros nas Quadras") com calendário de atividades para todas as unidades operacionais.

OBM	Quantidade	Público
1º GBM	01	1.000
2º GBM	02	600
3º GBM	02	1.700
7º GBM	01	60
8º GBM	03	3.250
9º GBM	01	500
10º GBM	02	1.200
11º GBM	01	50
13º GBM	01	700
15º GBM	01	500
17º GBM	01	500
18º GBM	01	200
21º GBM	01	50
25º GBM	01	800
34º GBM	02	550
36º GBM	02	1.100
37º GBM	01	600
41º GBM	02	1.200
45º GBM	01	250
GBS	06	4.400
TOTAL	33	19.210

Plano de Abandono nas Escolas

Tem por objetivo disciplinar os professores, os alunos e os colaboradores a respeito da forma organizada de evacuação das instalações em caso de emergência por meio de atividades didáticas, prevenindo dessa forma o pânico. Como não há um planejamento anual sobre o tema, os exercícios ficam condicionados à demanda oriunda das escolas diretamente para o Grupamento mais próximo.

OBM	Quantidade	Público
1º GBM	01	45
2º GBM	05	750
6º GBM	03	1.400
7º GBM	01	507
8º GBM	05	1.883
10º GBM	02	870
11º GBM	01	80
13º GBM	01	390
15º GBM	11	4.330
17º GBM	01	500
18º GBM	01	30
21º GBM	02	70
22º GBM	01	150
25º GBM	15	2.100
36º GBM	02	850
45º GBM	03	570
GPCIV	16	8.139
GPRAM	01	400
TOTAL	72	23.064

Simulados

Consistem no treinamento das atividades de socorro considerando o cenário mais próximo possível da realidade. Destina-se ao aprimoramento técnico e profissional dos bombeiros militares, de modo a facilitar a execução e o gerenciamento das adversidades nas diversas ocorrências operacionais atendidas pelo CBMDF, bem como à manutenção da tropa em estado permanente de pronto emprego. Além dos bombeiros, os simulados visam disciplinar as pessoas a respeito da forma organizada de evacuação das instalações em caso de emergência por meio de atividades didáticas, prevenindo dessa forma o pânico. O planejamento segue o interesse de cada Grupamento, seja de Multiemprego ou Especializado.

OBM	Quantidade	Público
1º GBM	24	30.093
2º GBM	02	750
3º GBM	08	243
7º GBM	02	510
8º GBM	11	1.540
10º GBM	01	100
11º GBM	04	390
13º GBM	01	120
15º GBM	04	15.500
16º GBM	03	400
18º GBM	02	280
21º GBM	01	50
22º GBM	02	170
25º GBM	11	2.420
34º GBM	05	1.000
36º GBM	01	300
41º GBM	04	200
45º GBM	13	7.090
GAVOP	03	380
GPCIU	16	1.513
GBS	49	1.240
GPRAM	04	600
GPCIV	05	458
TOTAL	178	65.347

Reuniões Comunitárias

Consiste em estreitar a relação entre os órgãos de segurança pública e a comunidade local, por meio de reuniões com grupos de lideranças comunitárias para discutir, planejar, analisar e acompanhar as soluções de seus problemas num processo de cooperação mútua instigando a participação social nas temáticas atinentes à segurança pública. O público alvo são as pessoas de determinada comunidade local e o planejamento ocorre por demanda da própria comunidade.

OBM	Quantidade
1º GBM	11
2º GBM	26
3º GBM	13
6º GBM	20
7º GBM	45
8º GBM	18
9º GBM	16
10º GBM	34
11º GBM	18
13º GBM	18

OBM	Quantidade
15º GBM	19
16º GBM	17
17º GBM	22
18º GBM	21
19º GBM	22
21º GBM	25
22º GBM	21
25º GBM	24
34º GBM	17
36º GBM	28
37º GBM	16
41º GBM	16
45º GBM	18
GBS	03
GPRAM	39
GPCIV	02
GAVOP	02
TOTAL	521

Palestras

Sejam de primeiros socorros, de prevenção e combate a incêndio, de prevenção a acidentes domésticos ou outros temas, as palestras têm por objetivo desenvolver nas pessoas a *expertise* necessária por meio de conhecimentos teóricos e práticos para lidar com as adversidades diárias no intuito de minimizar ou anular riscos ou mesmo diminuir os efeitos decorrentes de uma situação adversa. O público alvo é qualquer ciclo de convivência da sociedade civil, e o planejamento está vinculado, em sua maioria, à demanda oriunda das instituições interessadas.

R.A.	QTDE	PÚBLICO
ÁGUAS CLARAS	26	1.390
BRASÍLIA	181	9.503
BRAZLÂNDIA	11	823
CANDANGOLÂNDIA	05	900
CEILÂNDIA	49	13.668
CRUZEIRO/SUDOESTE	19	1.415
FERCAL	01	30
GAMA	10	688
GUARÁ	17	583
LAGO SUL	14	2.170
LAGO NORTE	09	380
NÚCLEO BANDEIRANTE	02	65
PARK WAY	04	99
SAMAMBAIA	01	75
SOBRADINHO I	36	2.335
SOBRADINHO II	04	230
TAGUATINGA	54	3.230
SÃO SEBASTIÃO	13	527
SANTA MARIA	12	1.072
RIACHO FUNDO I	06	270
RECANTO DAS EMAS	06	200
PARANOÁ	05	280
PLANALTINA	12	670
SIA	17	1.285
VARJÃO	02	100
TOTAL	516	41.988

Bombeiros Avançar

Tem por objetivo a diminuição do tempo-resposta no atendimento às ocorrências com vistas à redução do número de mortos e feridos por acidentes de trânsito no Distrito Federal, conforme preconiza o "Programa Brasília Vida Segura". A premissa é estabelecer as viaturas em pontos estratégicos e em horários de maior incidência, com base em dados estatísticos, uma vez que o grande fluxo de veículos em horários de rush acarreta dificuldades de deslocamento das viaturas de socorro. A operação envolve a participação de 28 unidades operacionais, cada uma com 2 pontos estratégicos estabelecidos dentro dos limites de suas respectivas áreas de atuação e aproximadamente 56 viaturas e 252 Bombeiros Militares, diariamente. Dessa forma, há uma maior cobertura das respectivas áreas com a descentralização do socorro, que sai do regime de aquartelamento durante a execução da Operação.

Bombeiros de Portas Abertas

Consiste em regular as ações para que os grupamentos de multiemprego planejem e executem, na própria unidade, uma série de atividades (palestras, exposições, simulados, etc) aos bombeiros militares e seus familiares, além da comunidade circunvizinha. O planejamento é anual (Plano de Operações "Bombeiros de Portas Abertas") com calendário equitativo de atividades para todas as unidades operacionais.

OBM	Quantidade	PÚBLICO
1º GBM	01	1.000
2º GBM	02	530
6º GBM	02	850
7º GBM	01	70
8º GBM	01	60
9º GBM	01	1.000
10º GBM	01	1.800
11º GBM	01	300
15º GBM	01	300
16º GBM	01	450
18º GBM	01	500
19º GBM	01	500
21º GBM	01	300
22º GBM	01	500
25º GBM	01	600
34º GBM	01	600
36º GBM	01	100
37º GBM	01	120
41º GBM	01	500
GBS	03	500
GAVOP	02	324
TOTAL	26	10.904

Ação Operacional Integrada

Tem por objetivo a execução planejada, com base em normas e diretrizes, de determinadas ações com a promoção do emprego operacional integrado entre os órgãos de segurança pública e demais órgãos do governo. Quantidade de ações realizadas: 624

Operações COMOP

Tem por objetivo o planejamento e execução de atividades de prevenção e combate a incêndio, salvamento e atendimento pré-hospitalar em grandes eventos no Distrito Federal, com emprego de pessoal especializado e viaturas.

Operações realizadas:

- Carnaval
- Via Sacra
- Aniversário de Brasília
- Pentecostes
- Corrida do Fogo
- Travessia do Fogo
- 7 de Setembro
- Copa do Mundo FIFA Brasil Sub-17
- BRICS
- Reveillon
- Verde-Vivo
- Período Chuvoso
- Fonte: Comando Operacional do CBMDF.

ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO ANO 2019

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

Da Atividade de Análise de Projetos - Diretoria de Estudos e Análise de Projetos (DIEAP)

- Melhorias das Instalações da DIEAP:
- Foram feitas melhorias substanciais das instalações da Diretoria de Estudos e Análise de Projetos (DIEAP), visando uma melhor recepção para o público externo e melhores condições de trabalho para os analistas e projeto. Foram instalados condicionadores de ar em todas as salas, melhorando a temperatura do ambiente interno da Unidade. Além dos condicionadores de ar, foram realizadas manutenções prediais com a instalação de lâmpadas LED, melhorando a luminosidade das salas e do corredor, com a construção de uma sala de espera para o público externo, com a renovação da pintura das paredes, da fachada e do estacionamento, com a construção de banheiros masculino e feminino com um lavabo e com a instalação de películas de controle solar.
- Em relação à estrutura de trabalho, foram adquiridos 12 (doze) novos computadores para a DIEAP, onde, atualmente, existem computadores suficientes para todos os militares que compõem a Diretoria. Devido à utilização do sistema SCIPWeb, a velocidade da internet foi aumentada e está mais estável. Ainda, foram adquiridos 03 (três) scanners de grande formato, que estão auxiliando na transição de pranchas para pranchas digitais, com a digitalização de antigos e novos projetos aprovados.

Consolidação da Implementação do SCIPWeb:

- O sistema SCIPWeb, utilizado para tramitação de processos e análise de projetos, ainda apresentava algumas instabilidades e dificuldades de utilização, mas com a melhoria de alguns aspectos técnicos do sistema, melhoria no ambiente interno das páginas do sistema e com difusão de informações de como utilizar o sistema, neste ano o SCIPWeb é aceito com satisfação pelo público externo e pelos militares que utilizam o sistema.

Modernização das Estatísticas da DIEAP:

- O passo após a implementação do SCIPWeb seria a modernização das estatísticas da DIEAP, que era confeccionada por meio de preenchimento manual de planilhas do Excel. A grande limitação do preenchimento manual era o grande volume de projetos que são analisados mensalmente.

- Atualmente, as estatísticas da DIEAP estão sendo elaboradas utilizando a versão gratuita do software Power BI, no qual as planilhas são geradas automaticamente pelo sistema do SCIPWeb.

Participação das reuniões da ABNT sobre Segurança Contra Incêndio:

- No ano de 2019, os Oficiais do Departamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico (DESEG) e Diretorias Subordinadas (DIEAP e DIVIS) participaram de Comitês de Estudos relacionados à Segurança Contra Incêndio e Pânico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As reuniões ocorreram mensalmente na cidade de São Paulo - SP, oportunidades em os oficiais puderam contribuir com as suas experiências e com os seus conhecimentos técnicos, para a revisão ou elaboração de Normas da ABNT de temas relacionados à Segurança Contra Incêndio e Pânico.

Propostas de Criação e Revisão de Normas Técnicas:

- Apesar de ainda estarem em fase final de estudos, a DIEAP apresentou diversas propostas de criação e revisão de Normas Técnicas. Ao longo do ano, a DIEAP apresentou a proposta de criação das seguintes Normas Técnicas (NT's): Sistema de Sinalização de Segurança Contra Incêndio e Pânico (NT 08), Sistema de Iluminação de Emergência (NT 09), Sistemas de Chuveiros Automáticos (NT 13), Procedimentos Administrativos para Prestação de Serviços da DIEAP (NT 01) e Área de Armazenamento e Comercialização de GLP - Parte I (Procedimentos de Segurança Contra Incêndio nas instalações prediais para consumo de GLP canalizado) e Parte II (áreas de armazenamento de recipientes transportáveis destinados ou não à comercialização) - (NT 15). Além disso, a Diretoria apresentou propostas de atualização das seguintes NT's: Central de GLP (NT 05) e Requisitos Técnicos para Acesso de Viaturas de Socorro (NT 06). Além das Normas Técnicas, foi realizado um estudo a respeito de possíveis alterações a serem realizadas no Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico, Decreto Distrital 21.361, de 20 de julho de 2000.

Da Atividade de Vistorias - Diretoria de Vistorias (DIVIS)

- Foi introduzido no SCIP-WEB o módulo de Vistoria, que permite o gerenciamento de vistorias tais como "a pedido" e para fins de "Habite-se".
- Foi feita uma Portaria Conjunta com a Secretaria de Justiça do Distrito Federal, permitindo o funcionamento do protocolo do DESEG nos Na Horas da Rodoviária e Riacho Mall, onde também se inserem os serviços de vistoria

NÚMEROS DE ATENDIMENTOS:

Da Atividade de Análise de Projetos - Diretoria de Estudos e Análise de Projetos (DIEAP)

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL						
Tabela 3.1.5 DESEG						
Atividades Executadas		Projetos (DIEAP)				
		Período de Referência: de 21 de dezembro de 2018 a 20 de dezembro de 2019				
		Npp*	Npa**	Npe***	(Npa +Npe)	Ipa****
	Brasília	1580	695	1220	1915	36,29%
	Guará	425	187	336	523	35,76%
	Cruzeiro	134	72	97	169	42,60%
	Sudoeste	22	6	21	27	22,22%
	Lago Sul	120	62	76	138	44,93%
	Estrutural	12	7	8	15	46,67%
	Jardim Botânico	33	16	20	36	44,44%
S.I.A	16	8	13	21	38,10%	
Região Metropolitana						
Sobradinho	171	91	115	206	44,17%	

	Sobradinho II	6	5	2	7	71,43%
	Fercal	1	1	1	2	50,00%
	Planaltina	125	67	89	156	42,95%
	Paranoá	61	37	39	76	48,68%
	Itapoã	20	12	10	22	54,55%
	São Sebastião	99	52	70	122	42,62%
	Lago Norte	72	34	50	84	40,48%
	Varjão	0	0	0	0	0,00%
	Região Leste					
	Taguatinga	944	476	652	1128	42,20%
	Brazlândia	48	26	38	64	40,63%
	Ceilândia	385	213	249	462	46,10%
	Samambaia	253	130	171	301	43,19%
	Águas Claras	30	13	17	30	43,33%
	Vicente Pires	28	15	18	33	45,45%
	Região Oeste					
	Gama	254	116	183	299	38,80%
	Núcleo Bandeirante	62	30	44	74	40,54%
	Candangolândia	25	15	12	27	55,56%
	Santa Maria	167	91	120	211	43,13%
	Park Way	0	0	0	0	0,00%
	Recanto Das Emas	113	64	79	143	44,76%
	Riacho Fundo I	72	38	50	88	43,18%
	Riacho Fundo II	3	3	0	3	100,00%
	Região Sul					
Projetos Contra Incêndio	Distrito Federal	2965	1215	2395	3610	33,66%
Projetos Consulta Prévia - Central de Aprovação	Distrito Federal	1488	436	1092	1528	28,53%
Projetos Consulta Prévia Presencial - NA HORA	Distrito Federal	1893	1261	984	2245	56,17%
TOTAL DE PROJETOS	Distrito Federal	6346	2912	4471	7383	39,44%

*Npp - Número de projetos protocolados

**Npa - Número de projetos aprovados

***Npe - Número de projetos em exigência

****Ipa - Índice de projetos aprovados

Da Atividade de Vistorias - Diretoria de Vistorias (DIVIS)

2019 - RESULTADO ANUAL		Contra Incêndio			
RISP	AISP	Atividade de Credenciamento	Hidrante	Vistoria	Atividade de Aplicação de Penalidades
Região Leste	Lago Norte/Varjão	6	235	92	47
	Paranoá/Itapoã	0	251	162	120
	Planaltina	3	115	338	139
	São Sebastião	2	175	174	159
	Sobradinho/Sobradinho II/Fercal	5	99	326	234
	Total Leste	16	875	1092	699
Região Metropolitana	Brasília	1068	389	1493	2299
	Cruzeiro/Sudoeste	1	55	245	326
	Estrutural/Sia	88	45	193	189
	Guará	31	21	238	351
	LAGO SUL	2	68	188	96
	Total Metropolitana	1190	578	2357	3261
Região Oeste	Águas Claras/Vicente Pires	687	289	1201	577
	Brazlândia	1	188	116	120
	Ceilândia	606	419	794	591
	Samambaia	9	973	318	191
	Taguatinga	840	104	1192	746

2019 - RESULTADO ANUAL		Contra Incêndio			
RISP	AISP	Atividade de Credenciamento	Hidrante	Vistoria	Atividade de Aplicação de Penalidades
	Total Oeste	2143	1973	3621	2225
Região Sul	Gama	401	14	418	283
	Núcleo Bandeirante/Candangolândia	21	78	196	126
	Recanto Das Emas	90	5	196	118
	Riacho Fundo/Riacho Fundo II	155	570	144	107
	Santa Maria	158	94	255	174
	Jardim Botânico	0	188	40	10
	Park Way	5	19	24	19
	Total Sul	830	968	1273	837
Distrito Federal		4179	4394	8343	7022

Da Atividade de Perícia - Diretoria de Investigação de Incêndio (DINVI)

INCÊNDIOS NO DISTRITO FEDERAL					
N.º de ocorrências de incêndio no sistema Fênix		6.533			
Incêndios elegíveis		4.146	Incêndios não elegíveis		2.387
Incêndios elegíveis investigados		702	Incêndios elegíveis não investigados		3.444
INCÊNDIOS INVESTIGADOS					
Quantidade de fotos em Investigação			35.373 (trinta e cinco mil trezentos e setenta e três)		
Investigação em incêndio edificação	Investigação em incêndio veicular	Investigação em incêndio florestal	Investigação em incêndio em embarcação	Investigação em explosão	Investigação em incêndio em avião
501	169	34	1	0	1
Exames - Lab. Elétrica	Exames - Lab. Análise Química	Atendimentos por e-mail	Atendimentos por telefone	Laudos disponibilizados	Atendimentos por Whatsapp
Não contabilizado	Não contabilizado	155	171	151	1.257

Da Atividade de Perícia - Diretoria de Investigação de Incêndio (DINVI)

OPERAÇÕES INTEGRADAS, PALESTRAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS:

Da Atividade de Análise de Projetos - Diretoria de Estudos e Análise de Projetos (DIEAP)

Operações Integradas:

- Como já ocorreu em anos anteriores, houve a continuidade da parceria entre a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), para a realização de atendimento presencial às solicitações de serviços de Segurança Contra Incêndio e Pânico nos Postos do CBMDF do Na Hora da Rodoviária e do Riacho Mall, além da análise presencial em consulta prévia de projetos de arquitetura de edificações com até 3.000 m² de área. Portaria Conjunta entre o CBMDF e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania encontra-se em fase final de aprovação.
- Também contando com a participação da DIEAP, permanece a parceria entre o CBMDF e a Central de Aprovação de Projetos (CAP), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Nesse acordo, os projetos de arquitetura de edificações com área acima de 3.000 m² são analisados e aprovados em Consulta Prévia por Oficiais do CBMDF na CAP.

Palestras:

- Foram realizadas diversas palestras no decorrer do ano com o intuito de capacitar os analistas em relação às Normas da ABNT e às Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. As palestras foram ministradas por engenheiros civis ou outros profissionais especialistas em segurança contra incêndio e pânico, sobre os seguintes temas: "Proteção Passiva Contra Incêndio: princípios e benefícios", "Conceitos Básicos da Legislação de prevenção e combate a incêndio do Estado de São Paulo" e "Proteção Passiva Contra Fogo: pintura intumescente".

Da Atividade de Vistorias - Diretoria de Vistorias (DIVIS)

- Foram realizadas aproximadamente 20 operações integradas via Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, voltadas à fiscalização principalmente de bares, boates e estabelecimentos congêneres.

RESULTADOS OBTIDOS:

Da Atividade de Análise de Projetos - Diretoria de Estudos e Análise de Projetos (DIEAP)

- Mesmo com o aumento gradual das solicitações de análise de projetos, a DIEAP conseguiu diminuir a média de dias em que os projetos foram analisados, em relação a outros anos. Além disso, houve uma diminuição considerável dos projetos analisados com atraso, ou seja, projetos analisados com tempo de espera acima de 30 dias, uma das principais queixas dos solicitantes. Atualmente, a média de projetos que são analisados com atraso está em cerca de 30 (trinta) projetos.
- Outro resultado que vale a pena citar é a melhoria no atendimento presencial aos solicitantes dos serviços da DIEAP. Foram realizadas melhorias das instalações da DIEAP, com salas climatizadas e manutenção predial da Diretoria, com a construção de uma sala de espera e banheiros com melhores instalações.
- Em relação ao controle dos projetos, a Chefia tem acesso diariamente à informação de quantos projetos estão na DIEAP para serem analisados e de quantos projetos estão com cada analista. Além destas informações, a Chefia tem acesso a informação da produtividade mensal da Diretoria e de cada analista de projetos e consegue visualizar diariamente quais projetos estão atrasados. A partir destas informações, a Chefia da DIEAP consegue visualizar e gerenciar da melhor forma a situação da análise de projetos da DIEAP.

Da Atividade de Vistorias - Diretoria de Vistorias (DIVIS)

- Com a introdução da Gratificação de Serviço Voluntário (GSV) foi reduzido o tempo para a realização da vistoria à pedido e de licença de funcionamento.

CAPACITAÇÕES REALIZADAS:

- Neste ano, do dia 19/08/2019 ao dia 19/11/2019, ocorreu a formação de mais uma turma no Curso de Especialização em Prevenção de Incêndio (CEPI/2019). A turma que formou especialistas em segurança contra incêndio contou com 18 (dezoito) militares, dentre esses, 02 (dois) militares do Exército Brasileiro (EB), habilitando os egressos às atividades de vistorias e análise de projetos.
- Foram administrados ainda mais dois cursos: o Curso de Técnica de Investigação de Incêndio - CTINVI, pela Diretoria de Investigação de Incêndio, e o Curso de Habilitação ao Serviço de Hidrante - CHSH, pela Diretoria de Vistorias. Esses dois cursos foram fruto de acerto com o Comando da Corporação a fim de ofertar especialização aos cabos e soldados.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS:

- Todas as ações realizadas pelas diretorias do DESEG utilizaram para norteamento os Objetivos Estratégicos do Plano estratégico 2017 - 2024 do CBMDF. Em que, os objetivos estratégicos alcançados estão conforme abaixo:
- Objetivo 2 -Ampliar a segurança pública com ações preventivas contra incêndio e incidentes:
- Foram realizadas ações no intuito de melhorar as condições de trabalho e de atendimento à sociedade em relação à Segurança Contra Incêndio e Pânico.
- Objetivo 6 - Garantir a infraestrutura apropriada às atividades operacionais e administrativas:
- Foram realizadas ações no intuito de prover recursos materiais apropriados para a realização das atividades nas diretorias, melhorando a iluminação e as condições de trabalho dos analistas de projeto, agentes fiscalizadores, peritos e técnicos de investigação de incêndio.
- Objetivo 8 - Capacitar e gerir por competência:
- Foram realizadas ações com o intuito de capacitar Bombeiros Militares em temas estratégicos.

Atividades do Centro de Orientação e Supervisão ao Ensino Assistencial do CMPD-II Ano 2019

EVENTO	PREMIAÇÃO
Olimpíada Brasileira De Robotica (Obr) Prática Equipe: Wall-E	Prêmio De Melhor Equipe Escola Pública Nível I
Olimpíada Brasileira De Robotica (Obr) Prática Equipe: C3po	Prêmio De Melhor Escola Pública Nível Ii Em
Olimpíada Brasileira De Robotica (Obr) Prática Equipe: Urbanus	Prêmio De Melhor Programação Nível I Efii
Olimpíada Brasileira De Robotica (Obr) Teórica 2019	4 Medalhas De Bronze 2 Medalhas De Honra Ao Mérito
Concurso Do Projeto Jovem Senador	1º Lugar No Distrito Federal
Concurso De Redação Da Defensoria Pública Da União 2019	1º, 2º E 3º Lugares Ef Ii 1º, 2º E 3º Lugares Em
Olimpíada Brasileira De Educação Financeira Obef 2019 (Estatual E Nacional)	2 Medalhas De Prata Nacional 5 Medalhas De Prata Distrital 2 Medalhas De Bronze Distrital 1 Medalha De Menção Honrosa
Jornada De Foguetes 2019 Mobfog-Equipe Jath	Ouro
Jornada De Foguetes 2019 Mobfog-Equipe Pmp	Ouro
Olimpíada Brasileira Do Saber (Obs) 2019	5 Medalhas De Bronze 6 Medalhas De Honra Ao Mérito
Olimpíada Nacional De Ciências 2019	Prata Nacional
Olimpíada De Língua Portuguesa	Melhores Equipes Do Distrito Federal Na Categoria Documentário Entre Os Dez
Olimpíada De Língua Portuguesa	Bronze Nacional
Concurso Operação Cisne Branco - Marinha Do Brasil	1º, 2º E 3º Lugares Ef Ii Etapa Escolar
Concurso Operação Cisne Branco - Marinha Do Brasil	3º Lugar Ef Ii Etapa Distrital
Olimpíada De Matemática Do Distrito Federal Omdf 2019	2 Medalhas De Bronze 1 Medalha De Honra Ao Mérito
Olimpíada Brasileira De Matemática Das Escolas Públicas Obmep 2019	6 Medalhas De Prata 13 Medalhas De Bronze 39 Medalhas De Honra Ao Mérito
Oimfsf 2019 Premiação Nacional	55 Medalhas De Prata
World Mathematics Team Championship China 2019	2 Medalhas De Bronze 6 Medalhas De Honra Ao Mérito

Fonte: Departamento de Segurança Contra Incêndio do CBMDF.

ATIVIDADES DA ASSESSORIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA ANO 2019

Comissão A3P 2019

1 - Ações ordinárias

Reuniões mensais no primeiro semestre de 2019 foram realizadas. Um dos objetivos foi o de organizar o primeiro evento dedicado exclusivamente à sustentabilidade no CBMDF. O tema desse evento foi a Gestão Adequada dos Resíduos e a Coleta Seletiva.

2 - Eventos

No ano de 2019, foi organizada a Primeira Semana do Meio Ambiente no CBMDF, que ocorreu no dia 06 de junho de 2019, no Auditório da ABMIL, das 13h30 às 17h.

Em eventos houve a participação da Comissão A3P na Semana Pedagógica da APROS, que aconteceu no antigo Auditório da ABMIL.

Outro evento no qual houve a participação dos BM's da Comissão A3P foi o do II Seminário de Direito Ambiental da DPIMA, no EB, com vistas à estreitar laços na área de sustentabilidade, em agosto. No mesmo mês, houve o evento do MAPBiomias, onde a participação tinha o objetivo de verificar novas ferramentas para análise dos incêndios florestais, entre outros temas ambientais. Houve ainda a participação no evento no Seminário Internacional de Energias Renováveis, no Tribunal de Contas da União, no dia 26 de novembro.

2.1 - Primeira Semana do Meio Ambiente no CBMDF

Nesse evento, foram convidados servidores do Jardim Botânico de Brasília e do Serviço de Limpeza Urbana do DF e convidados de instituições parceiras. O servidor do Jardim Botânico de Brasília ofereceu uma oficina prática de construção e montagem de um minhocário em baldes, cujo objetivo é reduzir o resíduo orgânico gerado e produzir matéria orgânica de alta qualidade e biofertilizante para emprego nos jardins e hortas das unidades bombeiro-militar. A equipe do Serviço de Limpeza Urbana do DF ofereceu uma palestra educativa durante o evento e, ao final, o grupo de teatro fechou a programação. Foram convidados palestrantes do CBMDF de diversas áreas: arquitetura e urbanismo; médico.

A inscrição foi gratuita, tendo sido disponibilizado a plataforma virtual, à qual os alunos dos cursos CFO e CAEP tiveram especial acesso e pela qual receberam seus certificados, após o término do evento.

2.2 - Semana Pedagógica da APROS

Dentre os convidados internos e externos à Corporação, a Comissão A3P foi convidada a participar, com vistas à sensibilização dos militares dos diversos programas da APROS para questões de sustentabilidade e de simples ações que podem ser adotadas em quaisquer situações na realidade diuturna dos diversos públicos atendidos. Uma publicação em Boletim Geral em seguida, lançou o projeto "Ler é crescer" para os brigadinos do Bombeiro Mirim, ao que suscitou a doação de livros nas unidades onde funciona o programa, com vistas a formar o acervo. A Comissão A3P, no QCG, disponibilizou um ponto de recolhimento das doações dos militares que trabalham no Comando Geral, como forma de participar de programa tão fundamental na construção de uma nova sociedade. Foram recolhidos e entregues 150 livros doados pelos militares do QCG para APROS. O projeto se encerrou no dia 21 de novembro de 2019 com campeonato de xadrez e entrega das premiações para os textos produzidos durante esse primeiro ano do projeto "Ler é crescer".

2.3 - II Seminário de Direito Ambiental - DPIMA - EB

Esse Seminário teve seu funcionamento no Complexo do Exército Brasileiro, bloco A - Auditório, entre os dias 05 e 07 de agosto. O evento foi aberto pelo Chefe do Departamento de Engenharia e Construções - DEC, General de Exército Cláudio Coscia MOURA. Muitos especialistas em diversas áreas estiveram presentes e apresentaram palestras. Foram construídos e estreitados laços quanto aos desafios da sustentabilidade nas Organizações Militares entre o EB e o CBMDF.

2.4 - 4º Seminário Anual do MAPBiomass

Esse seminário trata da metodologia do MAPBiomass e suas evoluções, especialmente no trato das informações técnico-científicas de fontes renomadas com especialistas de diversas áreas. O seminário aconteceu no Centro de Convenções Israel Pinheiro, no dia 29 de agosto. Nesse evento, foi apresentado um panorama do Brasil em termos de desmatamento, incêndios florestais, entre outras pautas ambientais, atualizados até 2018. Todos os dados e análises são públicos e disponibilizados na plataforma virtual da instituição.

2.5 - Seminário Internacional de Energias Renováveis

O evento ocorreu no complexo do Tribunal de Contas da União, em Brasília. O evento teve o apoio da Cooperação Alemã e da GIZ. A programação contou com a presença de representantes do Governo Federal (Ministério das Minas e Energias, Ministério da Economia) e ainda de representantes dos governos da Alemanha e Chile, assim como expoentes da ANEEL, da ENEL do Brasil, PSR e estrangeiros da UNEP/ONU e do MIT/EUA. A abertura do evento foi feita pelo Presidente do TCU, Ministro José Múcio Monteiro, as moderações foram de Mara Luquet, Anne Warth e do ministro Benjamin Zymler. As abordagens englobaram os objetivos de desenvolvimento sustentável, o acordo de Paris e a Expansão das Energias Renováveis, as Políticas Públicas para Energias Renováveis, o Setor Produtivo e o Controle Externo e ainda os Desafios e Oportunidades para a Modernização do Setor Elétrico. Esse seminário veio ao encontro do anseio de ser efetivada a instalação da primeira usina fotovoltaica no Complexo do QCG, conforme estudos prévios que sugerem essa ação sustentável, após estudos de viabilidade técnica e econômica, em parceria com a UNCD.

3 - Projetos em andamento

Dos projetos continuados em 2019, especialmente os relacionados ao tema do ano, a Gestão Adequada dos Resíduos e a Coleta Seletiva, o pioneiro projeto Papa-cartão continua itinerante em todo o CBMDF, em parceria com a RS de Paula. Nesse ano foram recolhidos pelo projeto 3.017 cartões, sendo 807 recolhidos em 48 unidades do CBMDF e 2.210 cartões de abastecimento vencidos, recolhidos da DIMAT. Através dessa parceria, conseguimos produzir 25 medalhas de cartões reciclados, que foram utilizadas na 29ª Corrida do Fogo, entregues ao primeiro colocado de cada categoria, ao que ofertou um novo significado a 200 cartões descartados no CBMDF.

O projeto piloto de recolhimento de material eletrônico, em parceria com a OSC Programando o Futuro, visa estimular o descarte correto desses itens, dado seu potencial danoso ao meio ambiente e seu potencial virtuoso em aprendizado nas áreas de elétrica, eletrônica e robótica. Através desse projeto conseguimos dar a destinação correta a 170,2 quilos de resíduos eletroeletrônico. A caixa coletora está disponível na entrada do Quartel Central para todo tipo de material eletrônico, inclusive pilhas e baterias, exceto lâmpadas.

BMVerde tem planos de expansão à novas unidades e o cumprimento das etapas subsequentes nas unidades com grande área verde desocupada. O inventário acerca da sobrevivência e crescimento das mudas está sendo executado durante o verão 2019-2020. Mudas estão sendo plantadas nessa época chuvosa a fim de otimizar o processo de pagamento das espécies escolhidas, antes da próxima estiagem.

A doação de frascos de vidro transparente, denominado Projeto Tia Anna Illeana, entregou diversas caixas com os recipientes para Bancos de Leite Humanos no Hospital Regional de Sobradinho, ao que reduziu a geração de resíduos considerados rejeitos para transformar-se em re-utilização para conter o líquido mais precioso do planeta, o Leite Materno. 38 novos frascos de vidro foram entregues para reutilização.

A destinação de embalagens de isopor recolhidas no QCG à cooperativa do DF que recebeu o equipamento de logística reversa desse resíduo, a Recycle a Vida, contabilizou a destinação adequada de 46,2 quilos de rejeitos à reciclagem específica desse item. Na mesma unidade, 101,5 kg de vidros de diversos formatos, inclusive copos quebrados, foram entregues para a devida reciclagem, ao que oferece alto valor agregado aos cooperativados além da redução na destinação adequada de rejeitos com potencial de dano aos funcionários das empresas que lidam com essa logística.

Parcerias para projetos de cunho social foram estimulados, como o Tampamania - recolhimento de tampas plásticas para serem trocadas por cadeiras de rodas, coordenado por

um dos Rotary Club do DF. Através dessa parceria, conseguimos coletar 110 litros de tapinhas plásticas. Outra parceria nessa seara é o recolhimento dos lacres metálicos para troca por óculos de grau para crianças carentes, estudantes de escolas públicas do DF.

Das proposituras do Governo do DF, o CBMDF acolheu o teste do carro elétrico, com a indicação de militares da própria Comissão A3P para participar do projeto. A proposta de uso de canecas reutilizáveis para água, ao invés de copos descartáveis, também foi acolhida, estando o CBMDF na futura ata de registro de preços para a aquisição desses itens sustentáveis para todos os militares do CBMDF.

Baseado em um trabalho monográfico do CAEO, com vistas a reduzir a emissão de gases do efeito estufa pelo CBMDF, a Comissão A3P encaminhou para DIMAT a proposta de abastecimento preferencial das viaturas administrativas bi-combustível com etanol. Nesse interim das análises técnicas pertinentes, a viatura da Comissão A3P (APS 208) adotou essa prática, como projeto piloto, tendo consumido 194,1 litros de etanol, com rendimento médio de 11,73 km/l, ao totalizar 2.278 km rodados em 2019.

Pesquisas Técnico-científicas em 2019 coordenadas pela ASTAD

1 - Participação em eventos

1.1 - II SISAF - Simpósio Internacional de Saúde e Aptidão Física dos Agentes de Segurança Pública

O Simpósio, ocorrido entre os dias 19 e 22 de março, no Auditório Cel. José Nilton Matos, no Complexo da ABMIL, foi um importante espaço de compartilhamento de conhecimento específicos na área da saúde BM. O evento contou com a participação do Cel. QOBM/Comp. George, como palestrante "A influência da técnica do combate a incêndio e a sobrecarga física no bombeiro combatente", entre outros palestrantes. Esse é um dos frutos dos projetos de pesquisa desenvolvidos no CBMDF.

1.2 - NFPA 2019 Conference & Expo

A conferência aconteceu do dia 16 a 20 de junho, em San Antonio, no Texas/EUA. Além de permitir a troca de conhecimento e participação em apresentações e mini-cursos, foi assinado um memorando de entendimento com a NFPA, que permite a realização de diversos projetos em cooperação. Algumas reuniões aconteceram no segundo semestre desse ano para avaliação de potencialidades e espera-se que no primeiro semestre seja possível efetivar alguns desses projetos.

3 - Congresso Nacional De Criminalística 2019

O Congresso, ocorrido entre os dias 1 e 4 de outubro, em Goiânia/GO, foi o mais importante evento na área de perícia do Brasil no ano de 2019. O evento contou com a participação do Cel. QOBM/Compl. George, como palestrante "Simulação Computacional Aplicada à Investigação", entre outros palestrantes. Essa participação apresentou resultados das pesquisas desenvolvidas no CBMDF e foi importante para o CBMDF, pois foi o Cel. QOBM/Compl. George foi o único bombeiro do país como palestrante convidado, mostrando a força que a Corporação ainda possui nessa área, mesmo no meio dos peritos criminais.

2 - Desenvolvimento de pesquisas em prevenção, combate e investigação de incêndio

2.1 - Testes com esguichos de combate a incêndio de 1 polegada e 1 polegada e meia.

Os testes realizados nos esguichos permitiram avaliar aberturas e pressões que podem ser utilizadas nos esguichos antigos e nos recém adquiridos pela corporação. Esses testes são importantes tanto para a normatização, quanto para a definição das pressões de trabalho necessárias nos hidrantes de parede, bem como para o combate a incêndio, permitindo avaliar as situações limites de abertura e pressões necessárias para as técnicas hoje empregadas pela Corporação.

2.2 - Preparação da casa de fumaça com sensores de temperatura para realização de testes de combate a incêndio com água e espuma

Permitirá medições precisas da eficiência e eficácia das técnicas de combate a incêndio hoje empregadas e que estão em fase de avaliação.

2.3 - Teste real de avaliação do comportamento do fogo em prédios com fachadas de vidro e compartimentação vertical de acordo com as normas vigentes

Estes testes foram realizados em novembro de 2019, no CETOP, com apoio do GPCIU, e permitiu avaliar a eficiência da compartimentação vertical prevista em norma. Além disso, foram avaliadas as estruturas metálicas e compartimentação vertical do tipo aba. Nesse experimento foram utilizados 50 sensores de temperatura, 2 de fluxo de calor, 5 câmeras normais e 2 térmicas, permitindo a coleta de dados que irão impactar tanto a normatização, quanto a investigação de incêndio.

Fonte: Assessoria Técnico-Administrativa do CBMDF.

ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE PROGRAMAS SOCIAIS ANO 2019

Programas Realizados no Período

PROGRAMA	OBJETIVO GERAL
Bombeiro Mirim	Oferecer para crianças e adolescentes atividades esportivas, educativas, culturais, psicossociais e recreativas que contribuam para o desenvolvimento biopsicossocial dos participantes.
Bombeiro Amigo	Oferecer atividades físicas, educativas, preventivas e culturais que visem à qualidade de vida e o bem-estar físico, psicológico e social da pessoa idosa.
Aleitamento Materno	Realizar coleta domiciliar, transporte de leite humano e orientar as doadoras sobre os procedimentos de higienização, extração manual e congelamento do leite humano.
Cão Guia	Propiciar a inclusão social e a qualidade de vida da pessoa com deficiência visual, por meio do treinamento e adestramento de cães guias, facilitação do acesso da pessoa com deficiência ao cão e a formação de treinadores.
Caminhando com a Saúde	Apoiar a população, durante a prática de atividades físicas, com a prestação de serviços de acompanhamento, orientação de educadores físicos e avaliações simples, como aferição de pressão arterial.

PROGRAMA BOMBEIRO MIRIM - PBM

Órgão Responsável: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Público Alvo: Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.

Atividades realizadas em 2019:

- Atividades de bombeiro: Instruções de Combate a Incêndio, Primeiros Socorros, Ordem Unida e Salvamento.
- Atividades Educativas: Música, Artesanato, Artes, Aulas temáticas de Cidadania, Educação no trânsito, acidentes domésticos e Vídeos educativos. Atividades esportivas: Futebol, Futsal, Handebol, Voleibol, Basquete, Karatê, Natação e Atletismo.
- Atividades Culturais e Recreativas: Visitas em espaços públicos e/ou culturais; Passeios recreativos em espaços de lazer; brincadeiras; gincanas; torneios e comemorações de datas festivas.
- Outras Atividades: Atividades de Psicologia por meio de parceria da APROS com o IESB/Oeste: atendimento das crianças e adolescentes em grupo e atendimentos de orientação familiar.

Funcionamento: O Programa Bombeiro Mirim funcionou em 12 regiões administrativas do Distrito Federal. As atividades foram realizadas nos períodos matutinos e vespertinos de segunda a sexta, sendo as terças dias de coordenação e as sextas dias de manutenção, confraternização, visitas ou passeios. As atividades foram realizadas por militares do CBMDF,

estagiários(as), voluntários(as) da comunidade com habilidades específicas para as atividades realizadas no programa.

QUANTITATIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS EM 2019 POR LOCALIDADE

CIDADE	Faixa etária por sexo						TOTAL
	7 a 9		10 a 12		13 a 14		
	F	M	F	M	F	M	
Paranoá	12	43	26	49	34	75	239
Ceilândia	92	209	71	152	62	143	729
Gama	14	34	8	21	3	11	91
Planaltina	11	61	10	67	17	56	222
Brazlândia	17	36	13	42	11	39	158
São Sebastião	6	10	11	38	4	6	75
Samambaia	11	34	6	27	6	29	113
Sobradinho	7	24	26	27	7	11	102
Núcleo Bandeirante	6	27	6	25	7	20	91
Santa Maria	9	14	11	39	11	34	118
Recanto das Emas	10	30	8	21	4	8	81
Cidade Estrutural	8	16	10	23	7	13	77
TOTAL	203	538	206	531	173	446	2.096

As crianças e adolescentes atendidas no PBM permanecem durante todo o ano letivo, porém o gráfico seguinte apresenta uma variação mensal, relacionada às desistências e entradas de brigadinos durante os períodos de matrícula.

PROGRAMA TAEKWONDO – GUARÁ

Foram atendidos um total de 82 crianças e adolescentes, sendo 20 do sexo feminino e 62 do sexo masculino.

PROGRAMA BOMBEIRO AMIGO - PBA

Órgão Responsável: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Público Alvo: Pessoas idosas de ambos os sexos, a partir de 60 anos.

Atividades Realizadas Em 2019:

- Atividades Educativas: Aulas de Informática, Dança, Artesanato, Canto Coral, Cultivo de hortaliças (horta terapêutica), aulas de violão.
- Atividades Esportivas: Ginástica, Hidroginástica e Natação.
- Atividades Culturais e Recreativas: Visitas em espaços públicos e/ou culturais; Passeios recreativos em espaços de lazer; dinâmicas de grupo e comemorações de datas festivas.
- Atividades de Psicologia: palestras, dinâmicas e atividades de socialização.

Funcionamento: As atividades do Programa Bombeiro Amigo funcionam todos os dias da semana no interior das unidades militares ou em espaços públicos e comunitários adequados (quadras de esportes, administração das cidades). Elas são realizadas por bombeiros militares com formação específica, voluntários ou estagiários, sendo opcional para o idoso o tipo e o tempo de atividade que deseja realizar.

QUANTITATIVO DE PESSOAS IDOSAS ATENDIDAS EM 2019 POR LOCALIDADE

Idosos atendidos	Feminino	Masculino	Total
Ceilândia – Administração	72	6	78
Brazlândia	29	4	33
São Sebastião	53	3	56
Ceilândia - 8º GBM	246	30	276
Ceilândia - P Norte	125	17	142

Idosos atendidos	Feminino	Masculino	Total
Samambaia	75	8	83
Gama	81	12	93
Guará	94	4	98
Santa Maria	139	9	148
TOTAL	914	93	1.007

PROGRAMA ALEITAMENTO MATERNO - PAM

Órgãos Responsáveis: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF)

Público Alvo: Mulheres em período de amamentação.

Atividades Realizadas Em 2019: São atribuições dos militares do CBMDF: Coletar leite humano nos domicílios conforme agendamento prévio; Atender emergências solicitadas pelo chefe do BLH; Orientar as doadoras sobre os procedimentos de higienização, ordenha manual e congelamento do leite humano; Proceder as instruções de prevenção de doenças mamárias; Conscientizar as mães sobre a importância do aleitamento materno; Orientar sobre a nutrição dos seus filhos; Buscar vidros doados quando solicitado pela chefia do BLH; Realizar visitas domiciliares solicitadas pela chefia BLH; Participar de campanhas educativas e publicitárias ligadas à amamentação; Participar de eventos.

Funcionamento: A coleta de leite humano é realizada em todo o Distrito Federal e entorno, para os Bancos de Leite Humano (BLH) e Posto de Coleta de Leite Humano (PCLH) da Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES-DF), conforme parceria entre o CBMDF e a SES-DF. A coleta é realizada para 12 bancos de leite e contam com 24 militares e 10 viaturas tipo ABL. O convênio trata da seguinte situação: o GDF fornece as viaturas (veículos locados pelo Governo) e o CBMDF fornece os condutores e coletoras de leite. Os veículos foram caracterizados por adesivos ABL (Auto Busca de Leite humano). Os militares do CBMDF atendem no programa de coleta de leite materno os 12 (doze) seguintes bancos de leite: Hospital Regional da Asa Sul (HMIB); Hospital Regional da Asa Norte (HRAN); Hospital Regional de Ceilândia (HRC); Hospital Regional de Taguatinga (HRT); Hospital Regional de Samambaia (HRSAM); Hospital Regional do Gama (HRG); Hospital Regional de Santa Maria (HRSM); Hospital Regional de Planaltina (HRPI); Hospital Regional de Sobradinho (HRS); Hospital Regional do Paranoá (HRPa); Hospital Regional de Brazlândia (HRBz); Hospital Regional de São Sebastião (HRSS).

QUANTITATIVO DE PRODUÇÃO GERAL DO SISTEMA BLH EM 2019

Conforme relatório de produção geral, gerado pelo sistema de Produção BLH (Banco de Leite Humano), no período de janeiro a dezembro de 2019, foram realizadas as seguintes atividades. (Fonte: Rede Brasileira de Bancos de Leite, 2019):

Mês	Visita Domiciliar	Doadoras	Receptores	Leite Coletado
Jan	2.375	534	1.122	1.586
Fev	2.408	443	1.174	1.359
Mar	2.106	482	1.230	1.365
Abr	2.550	579	1.270	1.532
Mai	2.397	515	1.351	1.318
Jun	2.337	623	1.203	1.405
Jul	2.921	630	1.222	1.658
Ago	2.714	572	1.332	1.456
Set	2.431	488	1.106	1.395
Out	2.733	506	1.155	1.502
Nov	2.131	456	1.008	1.312
Dez	2.165	446	1.070	1.126
Total	29.268	6.274	14.243	17.014

Fonte: Secretária de Saúde do Distrito Federal, 2019.

Os números do Programa Aleitamento Materno (PAM) são atualizados no quinto dia útil de cada mês. Antes desse período, a APROS apresenta, nos relatórios bimestrais, um número provisório, oriundo do cálculo da média aritmética. No mês subsequente esses números são atualizados, o que gera mudanças esperadas para os resultados provisórios anteriores, podendo ocorrer diferenças de valores.

PROGRAMA CÃO GUIA - PCG

Órgãos Responsáveis: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a ONG Associação Brasileira de Ações Humanitárias (ABA).

Atividades Realizadas: Em 2019: Treinamento de cães para guiar pessoas com deficiência visual ou com baixa visão; Formação de treinadores e instrutores de Cães Guias; Preparação da sociedade para receber esta nova realidade através de Palestras e Workshops em Congressos, Empresas e Instituições de ensino Fundamental, Médio e Superior, Públicas ou Privadas; Participação em eventos.

Funcionamento: A parceria da ONG ABA e o CBMDF funciona da seguinte forma: o Corpo de Bombeiros Militar do DF cede os bombeiros treinadores e local para o treinamento dos cães e cegos. A Premier Pet fabricante de ração fornece a ração para os cães em treinamento. A Bayer fornece alguns medicamentos e produtos veterinários e o Hospital Veterinário da UNB cuida da saúde dos cães. O cão guia também recebe verba da ABA, Associação Brasileira de Ações Humanitárias.

QUANTITATIVO DE ATIVIDADES REALIZADAS ATÉ 2019

Cães	Total
Em treinamento	2
Cães treinados e adaptados	2
Cães em Socialização	2
Matrizes Reprodutoras	4

Fonte: ABA, 2019.

PROGRAMA CAMINHANDO COM A SAÚDE - PCS

Órgãos Responsáveis: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Público Alvo: Pessoas da Comunidade que praticam atividades físicas externas.

Atividades Realizadas Em 2019: Aferição de pressão arterial, Acompanhamento e Orientação sobre atividades físicas

Funcionamento: O programa visa apoiar a população, durante a prática de atividades físicas, com a prestação de serviços de acompanhamento, aconselhamento e avaliações fisiológicas periódicas, promovendo uma melhor qualidade de vida. O Programa funciona em Taguatinga (Pistão Norte - Taguaparque) e em Ceilândia (Administração de Ceilândia). É realizado por militares do CBMDF com formação específica.

QUANTITATIVO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS EM 2019

Aferições e Orientações	Feminino	Masculino	TOTAL
Administração de Ceilândia	1.250	2.491	3.741
Taguatinga - Pistão Norte	2.481	3.401	5.882
TOTAL	3.731	5.892	9.623

PRINCIPAIS EVENTOS DA APROS DO ANO DE 2019

Projeto de Xadrez do Programa Bombeiro Mirim

- O projeto de Xadrez teve como objetivo o incentivo ao esporte entre as crianças e adolescentes do Programa Bombeiro Mirim. O projeto promoveu mini campeonatos nas brigadas até o campeonato final, realizado no dia 21 de novembro, no Hall de entrada do Quartel do Comando Geral - QCG. Foram premiadas as crianças e adolescentes que ficaram entre as três melhores colocações de Xadrez.

Projeto Ler é Crescer

- O projeto Ler é Crescer buscou incentivar a leitura por meio da arrecadação e doação de livros literários infanto-juvenis que, em seguida, eram distribuídos para as crianças e adolescentes das brigadas, para que fossem lidos e resumidos em histórias ou desenhos. Os livros arrecadados passaram a compor espaços de leituras em algumas brigadas, sendo esses reservados para a prática constante da leitura pelos participantes do Programa Bombeiro Mirim. O encerramento do Projeto no ano de 2019 se deu no QCG, no dia 21 de novembro de 2019, com a participação do Comandante Geral e representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social. Na ocasião as crianças leram suas redações e apresentaram painéis com os desenhos inspirados nos livros. O projeto pretende continuar em 2020.

VI Semana Pedagógica dos Programas Sociais

- Pela sexta vez a Seção de Planejamento e Desenvolvimentos de Pessoas da APROS realiza o evento de treinamento Pedagógico dos Programas Sociais. A VI Semana pedagógica da Assessoria de Programas Sociais (APROS) foi planejada para o desenvolvimento das pessoas que trabalham com a educação das crianças e Adolescentes e para o bem-estar psicossocial da pessoa idosa. O evento buscou a troca de experiências entre profissionais internos e externos com intuito de melhorar as metodologias, processos e atividades dos Programas Sociais do CBMDF e dos seus parceiros e apoiadores. O evento foi realizado no período de 9 a 11 de julho de 2019, no auditório da Academia do CBMDF (ABMIL), e contou com a participação de 13 (treze) palestrantes e cerca de 100 militares que participaram do treinamento. As palestras versavam sobre comunicação, saúde mental, relações humanas, envelhecimento humano, sustentabilidade, metodologias de trabalhos com crianças e adolescentes, infância e processo educativo, empoderamento e gestão de pessoas.

I Festival Cultural dos Programas Sociais

- O I Festival Cultural dos Programas Sociais teve como objetivo promover o incentivo à cultura e o entretenimento por meio da apresentação de experiências artísticas realizadas pelos integrantes dos programas. O Festival que ocorreu, no primeiro ano, como experimento piloto contou com a participação do Programa Bombeiro Mirim da Ceilândia e da cidade de Santa Maria. As brigadas participantes realizaram apresentações de leitura, música, dança e canto coral. O evento foi destinado aos pais, responsáveis e familiares dos bombeiros mirins, para convidados da Assessoria de Programas Sociais, do Corpo de Bombeiros Militar do DF e demais órgãos e instituições relacionados à pauta da criança e do adolescente no Distrito Federal. O evento, que contou com a participação do Comandante Geral e representantes de entidades governamentais, ocorreu no dia 5 de dezembro de 2019, no auditório Cel. José Nilton Matos, no complexo da ABMIL.

Olimpíadas Internas do Programa Bombeiro Mirim

- As olimpíadas internas do Programa Bombeiro Mirim buscaram incentivar e motivar a prática de atividades esportivas variadas, com o intuito de criar mini competições entre as unidades do PBM. As olimpíadas que visam o desenvolvimento físico, emocional e a socialização dos participantes ocorreram nos finais de semana, incluindo crianças e adolescentes nas modalidades esportivas de futsal, queimada, handebol, voleibol, atletismo, entre outros. Os eventos premiaram os vencedores individuais e de equipe e pretendem continuar nos próximos anos, tendo grande aceitação por parte do público e dos pais e responsáveis pelos brigadinos.

Baile de Encerramento Anual do Programa Bombeiro Amigo

- O Baile de encerramento do Programa Bombeiro Amigo teve como objetivo a celebração e socialização dos participantes do PBA de todas as cidades do DF em que o programa existe. O baile foi realizado no dia 11 de novembro de 2019 e contou com a participação de cerca de 300 pessoas e participação do Comandante Geral do CBMDF.

Fonte: Assessoria de Programas Sociais do CBMDF.

ATIVIDADES DO MUSEU HISTÓRICO DO CBMDF ANO 2019

ESTATÍSTICA DE VISITAÇÃO

- Em 2019 houve 1035 registros de visitas no livro de visitação, o que significa um aumento em variação percentual de 237% em relação ao ano de 2018.

MÊS	VISITAS
JANEIRO	8
FEVEREIRO	9
MARÇO	16
ABRIL	17
MAIO	25
JUNHO	350
JULHO	31
AGOSTO	29
SETEMBRO	46
OUTUBRO	36
NOVEMBRO	160
DEZEMBRO	256

Houve aumento no índice de visitação ao Museu em virtude de ações realizadas pela atual gestão e pela organização da exposição do Foyer do Auditório Cel José Nilton Matos objetivando a divulgação do Museu Histórico na Intranet do CBMDF, na Rádio Bombeiros WEB e "Google Maps".

Atualmente, o Museu Histórico do CBMDF conta com mais de 10.000 visitantes, considerando a quantidade de eventos que foram realizadas no Auditório Cel José Nilton Matos.

Foi devidamente cadastrado, atualizado e publicado no Google Maps o link do Museu Histórico do CBMDF <https://bit.ly/2QI2KW2>. Esta ação trouxe grande retorno, uma vez que houve mais de **40.000 visualizações** conforme relatório do Google com nível de satisfação 4.7 de 5 estrelas, feedback este dado pelos visitantes.

Principais Realizações do Museu Histórico 2019

- Aquisição dos Expositores e Painéis com o relato da história da Corporação;
- Participação na Sessão Solene exposição na Câmara Legislativa do DF;
- Lançamento do Portal da História da Corporação: museuweb.cbm.df.gov.br
- Elaboração da primeira fase do Planejamento Museológico;
- Reorganização da nova reserva técnica do Museu;
- Pedido do Arquivos deslizantes para a reserva Técnica;
- Aplicação do Profissional Museólogo para compor a equipe do Museu;
- Resgate de duas viaturas históricas para compor o acervo do Museu;
- Aquisição de Mobiliário para exposição;
- Atualização do perfil do Museu na plataforma Museus.br;
- Participação no 2º Simpósio e Patrimônio Histórico e Cultural Militar;
- Implantação da Plataforma WEB de gerenciamento de Acervo Tainakan; Participação do Oficial Museólogo como Instrutor de História da Corporação dentro dos cursos de Formação da ABMIL: CHO E CFO;
- Contratação de 2 Estagiárias de Museologia;
- Aprovação de trabalho da História do CBMDF no SENABOM;
- Início da Digitalização do Acervo e alimentação da plataforma Tainakan;
- Proposta de Organograma do Museu enviada para o DEPCT.

Principais Projetos/Programas em Andamento:

- Elaboração do Plano Museológico e diagnóstico institucional;
- Início da Digitalização do Acervo e alimentação da plataforma Tainakan.
- Projeto "Museu Web";
- 1º Seminário de Museologia do Museu Histórico do CBMDF;
- Resgate da História Oral no âmbito do CBMDF;
- Restauração de Viaturas antigas;
- Retratos de personalidades históricas do CBMDF;
- Planejamento da nova exposição permanente para o Museu;
- Aquisição de Mobiliário para exposições externas (PAM);
- Implantação do projeto Museu Web em parceria com a DITIC e DIREN (<https://museuweb.cbm.df.gov.br>);
- PAM de aquisição de novos expositores (Octanorm).

Utilização Recursos Financeiros

Todo o Recurso disponível no PARF 2019 para o Museu Histórico foi devidamente utilizado para aquisição e Expositores e Painéis Expositivos conforme quadro abaixo:

PARF 2019	Recurso Disponível FCDF Investimento	Recurso Utilizado	Recurso disponível 31/12/2019	Responsável
Museu I-22	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	Militares do Museu

Resultados Obtidos

- Número de visitação aproximado de 10.000 pessoas considerando a quantidade de eventos/público que houve no Auditório Cel. José Nilton Matos, o que é relevante para visibilidade da História da Corporação;
- Aumento da visibilidade e divulgação do Museu, com mais de 40.000 visualizações das fotos do museu no Google Maps;
- Enriquecimento do acervo com produção de 10 pinturas sobre personalidades históricas;
- Melhoria nos processos de gestão do Museu e de seu acervo.

Objetivos Estratégicos Alcançados

Tema	Indicador	2019 META	MEDIÇÃO 4º TRIMESTRE	Responsável
Infraestrutura	Reinauguração do Museu em novas instalações	100%	100%	FLAVIO DA COSTA PORTELA, Ten-Cel. QOBM/Comb, matr. 1400056, Chefe do Museu Histórico
Desenvolver pesquisas e a Gestão do Conhecimento.	Diagnóstico Institucional	100%	100%	FLAVIO DA COSTA PORTELA, Ten-Cel. QOBM/Comb, matr. 1400056, Chefe do Museu Histórico

Fonte: Museu Histórico do CBMDF.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício de 2019, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal conseguiu avançar com relação a um de seus gargalos, que impactava diretamente na execução orçamentária e financeira da entidade. Esses entraves eram oriundos da excessiva burocratização nos processos internos, em especial no que se refere àqueles que dizem respeito aos trâmites dos projetos básicos e termos de referência.

Os referidos documentos, imprescindíveis para a realização de adequado procedimento licitatório ou de contratação direta, possuíam um alto índice de retorno às unidades demandantes, por erros, vícios ou inconformidades em sua confecção, o que retardava em demasia os processos de aquisição de bens e contratação de serviços no CBMDF.

Contudo, com a devida ênfase direcionada a esse aspecto de fragilidade, no decorrer de 2019 foram realizadas capacitações internas dos mais diversos setores demandantes da Corporação, em especial de militares da área operacional, a fim de minimizar o custo administrativo de retorno de processos, nos quais os documentos referenciais de contratação se apresentavam com inconsistências.

Além do exposto, foi mantida a política de capacitação interna dos Executores e Fiscais de Contratos e de Notas de Empenho, de maneira a disseminar as melhores práticas e conhecimentos relativos à matéria, proporcionando o adequado nivelamento dos militares responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual, com impacto positivo na própria gestão dos créditos e recursos consignados nos orçamentos do Corpo de Bombeiros.

Outro fator de relevância a ser apontado é a prática de convocação periódica de Executores e Fiscais de Contrato, realizada pela Diretoria de Orçamento e Finanças. Por meio de chamamentos sucessivos e periódicos (quatro, ao longo do exercício), e consubstanciado em normativa própria que prevê tal ato pelo Ordenador de Despesas, foi possível manter os saldos das Notas de Empenho o mais próximo das suas realidades da execução contratual, evitando o uso indevido ou até mesmo o “desperdício” e “perda” de créditos e recursos, refletindo assim numa gestão adequada e consciente do orçamento, em estrita observância aos princípios da eficiência, eficácia e economicidade.

O CBMDF tem realizado, ainda, o mapeamento dos processos de todas as unidades de sua estrutura, fato esse que tem contribuído para a redução de etapas e entraves burocráticos desnecessários nas rotinas da Caserna. É relevante reconhecer que o mapeamento por si só não constitui solução para as fragilidades indicadas, fazendo-se imprescindível ser acompanhado dos procedimentos de análise e melhoria dos processos, bem como de outras ferramentas administrativas e gerenciais que proporcionem aumento da eficiência, eficácia e efetividade dos processos desenvolvidos na Corporação.

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças do CBMDF.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Histórico de Criação

As polícias civis são instituições históricas que exercem funções de polícia judiciária, com prerrogativa precípua de investigar crimes de natureza penal após o cometimento, não perquirindo sobre crimes de natureza militar. São órgãos de Administração Direta nas unidades federativas do Brasil, e regidas pelo o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, sendo subordinadas aos governadores dos Estados ou do Distrito Federal e dirigidas por delegados de Polícia de carreira.

A Lei nº 4.483/64 reorganizou o Departamento Federal de Segurança pública – DFSP, sediando a Polícia Civil em Brasília, ocasião em que passou a integrar a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Posteriormente, foi regulamentada pelo Decreto Distrital nº 30.490, de 22 de junho de 2009 (DODF de 24.06.2009), estabelecendo seu Regimento Interno.

Como outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Polícia Civil temos:

1. Decreto Distrital nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal - GDF;
2. Decreto Distrital nº 33.483, de 10 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF;
3. Decreto Distrital nº 33.669, de 21/05/2012, que extingue e cria unidades administrativas e cargos na estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal;
4. Decreto Distrital nº 34.938, de 09 de dezembro de 2013, que extingue e cria unidades administrativas e cargos na estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal;
5. Decreto Distrital nº 35.080 de 16 de janeiro de 2014, que extingue e cria cargos na estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal;
6. Decreto Distrital nº 35.372, de 28 de abril de 2014, que altera a estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal e cria a Divisão de Custódia de Bens - DCB, Departamento de Gestão da Informação - DGI, Comissão Permanente de Alienação - CPA e o cargo de Assessor de Gestão Estratégica - AGE, dentre outros cargos de natureza especial e em comissão, além de divisões e seções;
7. Decreto Distrital nº 35.856, de 30 de setembro de 2014, que altera a estrutura administrativa do Instituto de Identificação - II, do Departamento de Polícia Técnica - DPT, da Polícia Civil do Distrito Federal;
8. Decreto Distrital nº 36.080, de 27 de novembro de 2014, que altera a estrutura administrativa do Instituto de Criminalística - IC, do Departamento de Polícia Técnica, da Polícia Civil do Distrito Federal;
9. Decreto Distrital nº 37.069, de 21 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a criação da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência - DECRIM;
10. Decreto Distrital nº 37.219, de 30 de março de 2016, que altera o Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal;
11. Decreto Distrital nº 37.465, de 07 de julho de 2016, que altera a estrutura administrativa da Corregedoria-Geral da Polícia Civil - CGP;
12. Decreto Distrital nº 38.098, de 30 de março de 2017, que altera a estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal;
13. Portaria nº 49, de 27 de maio de 2019, que institui o Comitê Interno de Governança da Polícia Civil – CIG;

14. Decreto nº 40.082, de 05 de setembro de 2019, que altera a estrutura administrativa da Polícia Civil do Distrito Federal;
15. Decreto nº 40.323, de 17 de dezembro de 2019, que altera a estrutura administrativa da Direção Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - DGPC.

Portanto, para melhor compreensão da estrutura organizacional da Polícia Civil deve ser considerado o conjunto sistêmico de normas que esteiam seu arcabouço institucional.

Competências

A Polícia Civil possui, em maior parte, gestores que integram a carreira de Delegado de Polícia, investidos no cargo mediante concurso público de provas e títulos.

Em breve síntese, a Instituição Policial tem em sua estrutura administrativa a Direção-Geral da Polícia Civil - DGPC, a qual tem como unidades de apoio sua Assessoria, Assessoria Institucional - ASS/INST, Assessoria de Comunicação - ASCOM, Departamento de Controle Interno e Gestão Estratégica - DCIG, Divisão de Gestão de Documentos e Apoio Administrativo - DGDOP, Comissão Permanente de Disciplina - CPD e a Coordenação Especial de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado - CECOR.

O Departamento de Controle Interno e Gestão Estratégica - DCIG é responsável pela gestão do controle interno, do planejamento estratégico e dos projetos institucionais.

É soberana a Corregedoria-Geral de Polícia Civil - CGP para a condução de procedimentos administrativos disciplinares de todos os policiais civis mediante aplicação da Lei nº 4.878/65, assim como a padronização dos procedimentos cartorários atinentes à atividade finalística de Polícia Judiciária.

Como unidade orgânica responsável pela gestão do Conhecimento, encontra-se na estrutura da instituição a Escola Superior de Polícia Civil - ESPC.

No que tange à Gestão de Pessoas, há delegação de competência para que o Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas - DGP a realize, normatizada pela portaria nº 03/2012 - PCDF.

Ao Departamento de Administração Geral - DAG cabe dirigir, planejar e controlar a execução de atividades de orçamento, finanças, recursos materiais, patrimônio, transporte, projetos de obras e edificações e demais ações para implementar ações de organização e modernização administrativa, além de promover licitações e celebração de convênios.

A investigação policial e demais atividades inerentes à polícia judiciária são desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Circunscricional - DPC e Departamento de Polícia Especializada - DPE, apoiados pelo corpo de Polícia Técnica, mantido no Departamento de Polícia Técnica - DPT.

As atividades de operações especiais em alto grau de especialidade na atividade finalística são de atribuição do Departamento de Atividades Especiais - DEPAE, que apoia sistematicamente os demais departamentos em situações de crise decorrentes da atividade policial.

Criou-se na estrutura organizacional da Polícia Civil o Departamento de Inteligência e Gestão da Informação - DGI, este responsável pelos atos de gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e coordenação técnica e operacional em TIC, além de atividades de telecomunicações e radiocomunicações da instituição. Sua atribuição principal é atender à crescente demanda institucional por soluções em tecnologia da informação e comunicação, além de exercer atividades de Inteligência Policial.

Serviços Prestados pela PCDF

Registro de ocorrência policial

1. Certidão de antecedentes criminais
2. Atendimento por meio de Delegacia Eletrônica
3. Canal de Atendimento ao Cidadão - 197
4. Emissão de carteira de identidade
5. Exame de vistoria veicular preventiva

6. Emissão de certidão negativa de registro de roubo e furto de veículos
7. Custódia de pessoas em conflito com a lei na Divisão de Controle e Custódia de Presos-DCCP
8. Concessão de licença para a comercialização e queima de fogos de artifícios e artifícios pirotécnicos
9. Concessão de licença para o emprego armas, munições e explosivos
10. Concessão de licença para a detonação de explosivos
11. Concessão de licença para o exercício da profissão de encarregado de fogo (blaster)
12. Perícias criminais
13. Necropsia e análises de antropologia forense
14. Análises de psicopatologia forense
15. Elaboração de laudos e informações periciais
16. Realização de exames de código genético – DNA
17. Desenvolvimento de práticas de Polícia Comunitária
18. Execução de projetos sociais institucionais

FORÇA DE TRABALHO

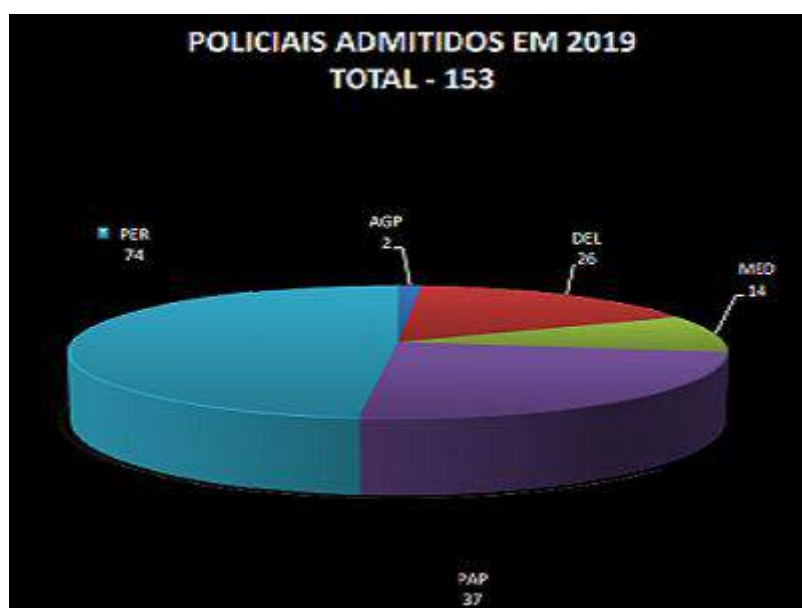
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	11	1.139	212	2.905	4.267
Comissionados sem vínculo efetivo	13	0	0	0	13
Requisitados de órgãos do GDF	9	0	52	0	61
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	1	1
Estagiários	0	0	21	0	21
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	2	0	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	322	0	0	0	322
Subtotal	355	1.139	287	2.906	4.687
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	161	161
Total Geral	355	1.139	287	2.745	4.526

(*Outros: 322 terceirizados)

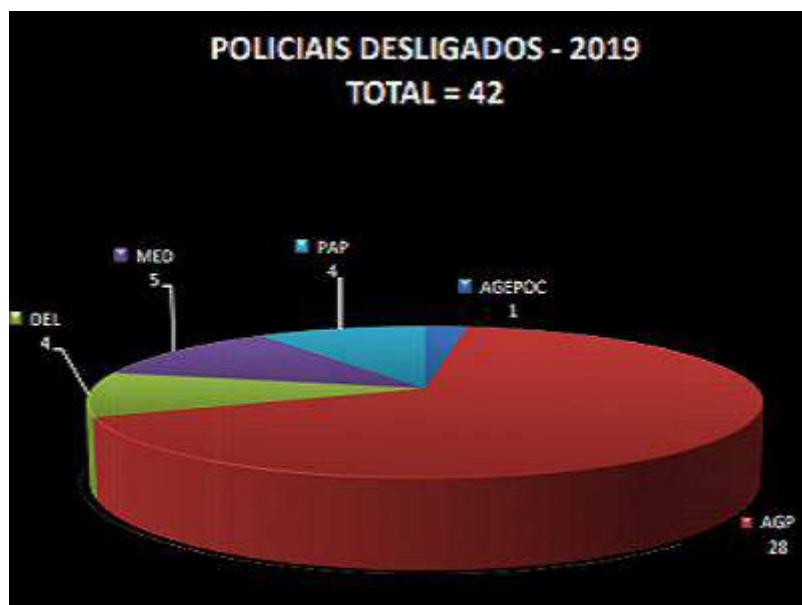
A Polícia Civil realiza o monitoramento permanente das vacâncias e da expectativa de aposentadorias nas carreiras policiais, cujo quadro foi aprovado pela Lei nº 12.803 de 24 de abril de 2013, publicada no DOU nº 79 de 25 de abril de 2013.

CARGO	AUTORIZADOS	OCUPADOS	VAGOS
AGENTE DE POLÍCIA	5649	2400	3249
DELEGADO DE POLÍCIA	600	446	154
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	1000	362	638
PERITO MÉDICO-LEGISTA	160	88	72
PAPILOSCOPISTA POLICIAL	360	269	91
AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	800	402	398
PERITO CRIMINAL	400	238	162
TOTAL	8969	4205	4764

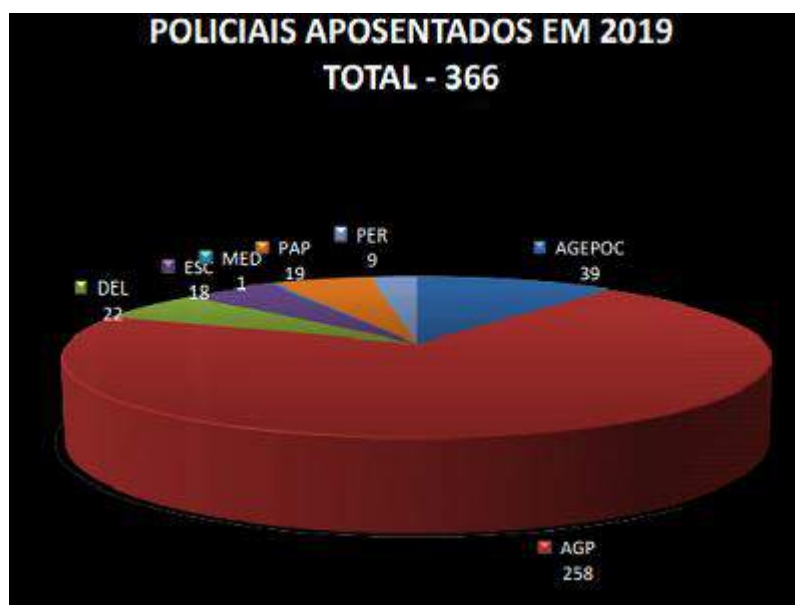
Fonte: DGP/PCDF, 2020.



Fonte: DGP/PCDF, 2020.



Fonte: DGP/PCDF, 2020.



Fonte: DGP/PCDF, 2020.

Do quantitativo de vagas aprovadas, em dezembro/2019, encontravam-se providos 4.205 (quatro mil duzentos e cinco) cargos, o que corresponde a 46,88% do total de cargos autorizados.

A PCDF vem buscando implantar uma política de provimento desde a publicação da Lei 2.803/2013. Estas ações foram contingenciadas na legislatura anterior no âmbito do GDF, tendo sido ainda postergadas nomeações de candidatos aprovados nos concursos realizados em 2013 e 2014, com reflexos negativos também nas solicitações de abertura dos novos concursos, os quais só puderam ser iniciadas em 2016. Dos pedidos de abertura de concursos realizados ainda em 2016, o concurso para o cargo de Escrivão de Polícia foi autorizado somente em agosto de 2018, conforme publicado no D.O.D.F. nº 145 de 01/08/2018; e o concurso para o cargo de Agente de Polícia foi autorizado somente em setembro de 2019, por ato administrativo publicado D.O.D.F. nº 170 de 06/09/2019. O concurso de Escrivão de Polícia teve seu edital publicado no D.O.D.F. nº 231 de 05/12/2019, para provimento de 300 cargos. O concurso para o cargo de Agente de Polícia ainda aguarda finalização do projeto para contratação da instituição que executará o certame. A atividade de planejamento para recomposição da força de trabalho tem sido uma prioridade do Departamento de Gestão de Pessoas – DGP/PCDF a fim de promover ações mais céleres que atendam à instituição.

O percentual total de cargos vagos corresponde atualmente a 53,12% do total de cargos autorizados, mesmo sem considerar a previsão de aposentadorias nos anos seguintes, muito acima do limite prudencial estabelecido. Considerando ainda as previsões de aposentadorias para os próximos 3 anos, o indicador de vacâncias mostra uma linha de tendência próxima dos 60% até 2021 para alguns cargos, levando em conta que as nomeações para o cargo de Escrivão e de Agente de Polícia provavelmente serão realizadas a partir de 2021. A partir de 2016, previu-se o provimento anual de aproximadamente 1.000 cargos vagos, de forma alternada, com concursos a cada 2 anos, tendo-se em conta as limitações de prazo - cerca de 18 meses - para execução dos certames e ainda levando-se em conta a capacidade operacional da Escola Superior de Polícia Civil para promover o Curso de Formação Profissional.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	46000000,0	82126103,81	24467701,66	4315115,47
0002 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA-PCDF-DISTRITO FEDERAL	46000000,0	82126103,81	24467701,66	4315115,47
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	1450000,0	0,0	0	0
9519 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DA PCDF	300000,0	0,0	0	0
9520 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-PCDF	1150000,0	0,0	0	0
3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	1500000,0	0,0	0	0
5824 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS-DF	1500000,0	0,0	0	0
3098 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	2841000,0	0,0	0	0
0001 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	500000,0	0,0	0	0
0002 - REFORMA DA 4ª DELEGACIA DE POLÍCIA DO GUARÁ	300000,0	0,0	0	0
0003 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS-DF	1500000,0	0,0	0	0
0004 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	541000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	51791000,00	82126103,81	24467701,66	4315115,47

Durante o exercício de 2019, a Polícia Civil do Distrito Federal foi contemplada por meio da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal (Lei Distrital 6.254/2019) com recursos no valor de R\$ 106.136.167,00 (cento e seis milhões, cento e trinta e seis mil, cento e sessenta e sete reais).

Não obstante, após remanejamentos ocorridos até 31/12/2019, somaram autorizados e efetivamente desbloqueados R\$ 154.015.405,81 (cento e cinquenta e quatro milhões, quinze mil, quatrocentos e cinco reais e oitenta e um centavos), dotação esta da qual foram empenhados, até 31/12/2019, R\$ 96.253.192,32 (noventa e seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e dois reais e trinta e dois centavos), dos quais foram liquidados R\$ 71.537.402,08 (setenta e um milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dois reais e oito centavos).

A diferença a maior entre o valor autorizado inicialmente na lei orçamentária e o valor apurado em 31/12/2018 se deve ao remanejamento, por créditos adicionais, de aproximadamente R\$ 47.879.238,81 (quarenta e sete milhões, oitocentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos), parte financiada com recursos decorrentes de superávits de convênios em execução equivalentes a R\$ 36.126.103,81 (trinta e seis milhões, cento e

vinte e seis mil, cento e três reais e oitenta e um centavos); e parte decorrente de remanejamento entre órgãos do Governo do Distrito Federal – GDF, o que corresponde a R\$ 18.782.782,00(dezoito milhões, setecentos e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e dois reais) para despesas de pessoal relativas ao serviço voluntário gratificado, constando ainda cancelamentos de recursos oriundos de emendas parlamentares de deputados distritais, redundando na dotação autorizada acima indicada.

Importante esclarecer que, excluindo os recursos de pessoal destinados a manter a carreira de apoio administrativo da PCDF e eventuais contrapartidas de convênios, os demais recursos que Polícia Civil do Distrito Federal executa no orçamento do Tesouro local se referem exclusivamente àqueles destinados por emendas parlamentares e captados através de convênios com a União. Quanto a estes últimos, em se tratando dos recursos alocados na ação “desenvolvimento dos Programas Nacionais de Segurança Pública”, no exercício de 2019, alcançou-se a cifra de R\$ 82.126.103,81 (oitenta e dois milhões, cento e vinte e seis mil, cento e três reais e oitenta e um centavos).

Cabe destacar, também, que os superávits de recursos de convênios que não foram executados no exercício de 2019, em razão de não conclusão dos processos licitatórios, da ordem de R\$ 57.658.402,15 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dois reais e quinze centavos) impactaram no índice de assertividade orçamentária da unidade orçamentária 24.105 – Polícia Civil do Distrito Federal, e serão utilizados no exercício de 2020 para abertura de créditos adicionais para execução dos convênios à que se referem, contexto em que não há prejuízos à programação orçamentária e financeira da instituição.

Desenvolvimento Dos Programas Nacionais De Segurança Pública

Descrição: adesão a convênios do Ministério da Justiça – MJ. Convênios firmados com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Com o fornecimento de equipamentos, garante-se o bom funcionamento das unidades policiais, o que certamente colabora para atingir o objetivo específico 07 para a redução da criminalidade, previsto no Plano Plurianual 2016 - 2019.

Público-alvo: policiais civis do Distrito Federal e usuários de Segurança Pública.

Finalidade: aquisição de bens que contribuam para o bom desempenho da Instituição Policial, promovendo direta e indiretamente o enfrentamento e a redução da criminalidade.

Modo de Implementação da Ação: ação realizada com recursos do Tesouro do Distrito Federal e de Convênio (Fontes 100 e 132).

Produtos:

- Aquisição de 131 aparelhos de ar condicionado e 67 cortinas de ar no valor de R\$ 904.781,13, liquidados em 13 e 20/03/19;
- Aquisição de 830 coletes balísticos no valor de R\$ 722.100,00, liquidados em 11/03/2019;
- Aquisição de 13 viaturas descaracterizadas (através acréscimo ao Convênio 842.600/16) no valor R\$ 801.290,49, liquidadas em 05/05/2019;
- Aquisição de 04 furgões (rabecões) no valor de R\$ 922.700,00, liquidados em 26/12/2019;
- Aquisição de 04 caminhões tipo guincho no valor de 956.000,00, liquidados em 05/06/2019;
- Aquisição de 11 nobreaks no valor de R\$ 504.250,00, liquidados em 07/10/2019;
- Aquisição de 07 grupos geradores no valor de R\$ 561.192,00, com recursos empenhados/contratados;
- Aquisição de 46 veículos tipo SUV caracterizados no valor de R\$ 8.176.500,00, com recursos empenhados/contratados;
- Aquisição de Sistema ABIS com aquisição de 10 estações de trabalho no valor de R\$ 12.805.805,46, com recursos empenhados/contratados.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1587 - APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF	KG	5.214	30/06/2015	MENSAL	3.000	4.204	3.150	5.144,021	3.308	4.050	3.473	2.672	PCDF / UO 24105 / OE 2 / UO 24105 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Forte atuação de PCDF na apreensão ao tráfico de drogas no Distrito Federal.</p> <p>2017 - A PCDF superou o número de apreensões de drogas desejado para o período (3.150 Kg). Foram apreendidos 5.144,021 kg de drogas. O número de apreensões superou 63% do total desejado para o exercício de 2017. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) Justificativa: 2017: Comprometimento dos policiais civis, aliado ao bom desempenho do Instituto de Criminalística quanto ao tempo de resposta para entregas de laudos de constatação de substância entorpecente.</p> <p>2018 - O índice de apreensão de drogas superou o cômputo esperado para 2018 em 22% (vinte e dois por cento). Considera-se que tal resultado positivo resulta de recentes investimentos tecnológicos em Inteligência Policial, além de capacitação dos policiais civis para ações contra o Crime Organizado por meio de iniciativas institucionais como o II Seminário de Inteligência Policial Judiciária e o Curso de capacitação e treinamento para Combate à corrupção e à Lavagem de dinheiro.</p> <p>2019 - A partir de 2019, os dados quantitativos sobre apreensão de drogas serão apurados por meio dos laudos definitivos emitidos pelo Instituto de Criminalística da PCDF, em substituição aos dados obtidos no laudo preliminar. Eventual defasagem decorrente desse ajuste será corrigida no exercício seguinte. Ademais, o aumento expressivo das apreensões de drogas sintéticas - contabilizadas em unidades - não se reflete neste indicador, que apresenta apenas drogas quantificadas em quilogramas.</p>													
1586 - INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA	UNIDADE	16.708	31/08/2015	MENSAL	16.700	13.765	16.867	13.693	17.036	16.583	17.206	20.832	PCDF / UO 24105 / OE 2 / UO 24105 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - O índice não foi alcançado tendo em vista do reduzido efetivo de policiais civis nas Delegacias de Polícia</p> <p>2017 - A PCDF produziu 13.693 inquéritos concluídos com autoria definida em 2017. O índice desejado era de 16.867 casos concluídos com autoria definida. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) Justificativa: 2017: Reduzido número de policiais civis atuantes nas delegacias de Polícia.</p> <p>2018 - O índice de inquéritos concluídos com autoria definida não foi alcançado. Justifica-se em razão do reduzido efetivo de policiais civis nas delegacias de Polícia.</p> <p>2019 - Aumento no número de operações policiais, e fortalecimento das atividades periciais. Monitoramento de criminalidade nas Regiões Administrativas e prisões de foragidos da Justiça.</p>													
1623 - TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)	%	77,04	31/12/2014	ANUAL	78,58	52,79	80,15	50	81,75	63	83,39	64,8	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7 / UO 24105 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia</p> <p>2017 - Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia prejudica as investigações, impedindo que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente o número de inquéritos relatados.</p> <p>2018 - O índice da Taxa de Inquéritos Relatados restou aquém do esperado para o exercício de 2018. Reduzido efetivo de policiais civis nas delegacias de Polícia refletiu negativamente no número de inquéritos relatados.</p> <p>2019 - A PCDF vem progressivamente buscando alcançar a meta estabelecida, com aumento de 18,8% do decorrer dos anos anteriores, mesmo perante o reduzido efetivo de policiais nas delegacias.</p>													
1624 - ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA	%		01/01/0001	ANUAL	> 95	99,76	> 95	98	> 95	96	> 95	81	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7 / UO 24105 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - A PCDF tem estabelecido um excelente índice de assertividade orçamentária e financeira.</p> <p>2017 - Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu o índice desejado no Plano Plurianual (>95%), alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017. (Fonte: DOF/DAG/PCDF) Justificativa 2017: Novas medidas administrativas para as aquisições de materiais, bens e serviços. Adoção de boas práticas em Administração. Adoção de eficientes ferramentas de gestão orçamentária e de materiais.</p> <p>2018 - O índice de assertividade orçamentária superou o índice desejado. Adoção de boas práticas administrativas e eficientes ferramentas de gestão orçamentária.</p> <p>2019 - O índice de assertividade orçamentária é calculado com base na execução de recursos advindos do Fundo constitucional do Distrito Federal e Tesouro do Governo do Distrito Federal. Este inclui receitas de convênios. Se os convênios não são consumados, isto influi no quantitativo do índice. Contudo, não há prejuízo pois os superávits de recursos de convênios não executados em 2019 serão utilizados no exercício seguinte, não acarretando perda à programação orçamentária e financeira da Polícia Civil.</p>													
1622 - ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH)	%	40,17	31/12/2014	ANUAL	44,18	44,24	42,20	41,6	43,25	52,00	44,34	54,7	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7 / UO 24105 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - A PCDF tem priorizado a elucidação de crime de homicídio em todo Distrito Federal.</p> <p>2017 - O índice de resolução de crimes de homicídio (IRCH) alcançou 41,6%, em 2017. Não alcançou a meta de 42,2% prevista para o período. Frise-se que a premissa contida na meta é o aumento de 10% do índice de resolução até 2019, ou seja, atingir um aumento percentual de 2,5% ao ano até final do quadriênio. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) Justificativa 2017: Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia.</p> <p>2018 - O índice de Resolução de Crimes de Homicídio superou o índice desejado em 8,75%. Justifica-se o bom resultado pela adoção de iniciativas que favoreceram as apurações criminais para crimes de feminicídio e melhorias no serviço de proteção à pessoa nos anos anteriores. Ainda o alto índice de atuações em flagrante delito para crimes de homicídio em 2018 ensejou o imediato conhecimento da autoria do delito contra a vida.</p> <p>2019 - Aumento no número de operações policiais, e fortalecimento das atividades periciais. Monitoramento de criminalidade nas Regiões Administrativas e prisões de foragidos da Justiça.</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9106 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	100000,0	0,0	0	0
0005 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES	100000,0	0,0	0	0
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	150000,0	50000,00	21790,47	21790,47
0012 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	150000,0	50000,00	21790,47	21790,47

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100010,0	50000,00	44625,51	44625,51
7137 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	100010,0	50000,00	44625,51	44625,51
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	350010,00	100000,00	66415,98	66415,98

Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia

Descrição: consiste em licenças-prêmio, antes licenças remuneradas, as quais o servidor adquirente tem direito na proporção de três meses para cada cinco anos servidos. Esta ação corresponde a pagamento de valores referentes a licenças-prêmio. Foram pagas a 08 (oito) servidores da carreira de apoio administrativo.

Público-alvo: servidores da carreira de Apoio Administrativo.

Modo de Implementação da Ação: ação realizada com recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Produto: Servidor remunerado. Atendimento à legislação.

Ressarcimentos, Indenizações e Restituições

Descrição: ressarcimentos e indenizações pagos a pessoal da carreira de apoio administrativo.

Público-alvo: servidores da carreira de apoio administrativo.

Modo de Implementação da Ação: ação realizada com recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Produto: Servidor remunerado. Atendimento à legislação.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	51917191,0	70699973,00	70649500,43	66086296,38
8666 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	51917191,0	70699973,00	70649500,43	66086296,38
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1952966,0	1080100,00	1061574,25	1061574,25
9727 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-SAUDE PARA A POLÍCIA CIVIL	1000000,0	0,0	0	0
8668 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-POLÍCIA CIVIL- PLANO PILOTO .	952966,0	1080100,00	1061574,25	1061574,25
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	125000,0	9229,0	8000,0	8000,0
0101 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	125000,0	9229,0	8000,0	8000,0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	53995157,00	71789302,00	71719074,68	67155870,63

Administração De Pessoal

Descrição: pagamento de pessoal da carreira de apoio, cargos comissionados, serviço de voluntariado gratificado e comissionados sem vínculo efetivo.

Finalidade: manter o bom funcionamento da Polícia Civil.

Público-alvo: servidores da carreira de apoio administrativo e policiais civis.

Modo de Implementação da Ação: ação realizada com recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Produto: fornecimento de suporte à instituição para exercer a atividade-fim de investigação policial, por meio de execução de atividades finalísticas e não finalísticas, contribuindo para a redução da criminalidade.

Concessão de Benefícios a Servidores

- Concessão de Auxílio Saúde ára a Polícia Civil

Descrição: consiste em pagamento de auxílio-saúde.

Público-alvo: servidores policiais civis.

Finalidade: o auxílio-saúde em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, é destinado ao custeio parcial das despesas realizadas pelos servidores civis da administração direta do Distrito Federal.

Modo de Implementação da Ação: EP – Emenda Parlamentar. Valor bloqueado. Ação frustrada.

Produto: não houve.

Concessão de Benefícios a Servidores

- Concessão de Benefícios a Servidores da Polícia Civil

Descrição: consiste em pagamento de auxílio- alimentação, auxílio-transporte e auxílio- pré-escolar.

Finalidade: cumprimento de legislação.

Público-alvo: servidores da carreira de apoio administrativo e pessoal comissionado sem vínculo efetivo.

Modo de Implementação da Ação: ação realizada com recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Produto: servidor remunerado. Atendimento à legislação.

Manutenção De Serviços Administrativos Gerais

Descrição: gastos realizados com suprimento de fundos para manutenção de viaturas da PCDF.

Público-alvo: usuários de segurança pública a serem beneficiados com melhoria na prestação dos serviços.

Finalidade: manutenção dos serviços em segurança pública prestados pela PCDF.

Modo de Implementação da Ação: ação realizada com recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Produto: manutenção de viaturas realizada.

Para o alcance do objetivo específico 07 do Programa 6217 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA, Plano Plurianual 2016 – 2019 - redução da criminalidade com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária - a gestão de processos finalísticos da PCDF se mostrou mais arrojada neste último exercício.

Contornando problemas anteriores sofridos pela instituição, atualmente, trinta delegacias circunscricionais do Distrito Federal funcionam em regime de plantão ininterrupto de 24 horas. Também funcionam 24 horas a Delegacia de Atendimento a Mulher - DEAM e as duas delegacias da Criança e do Adolescente - DCA I e II.

Funcionam hoje como Centrais de Flagrante as unidades policiais 1ª DP, 5ª DP, 6ª DP, 12ª DP, 13ª DP, 15ª DP, 16ª DP, 20ª DP, 21ª DP, 24ª DP, 26ª DP e 27ª DP.

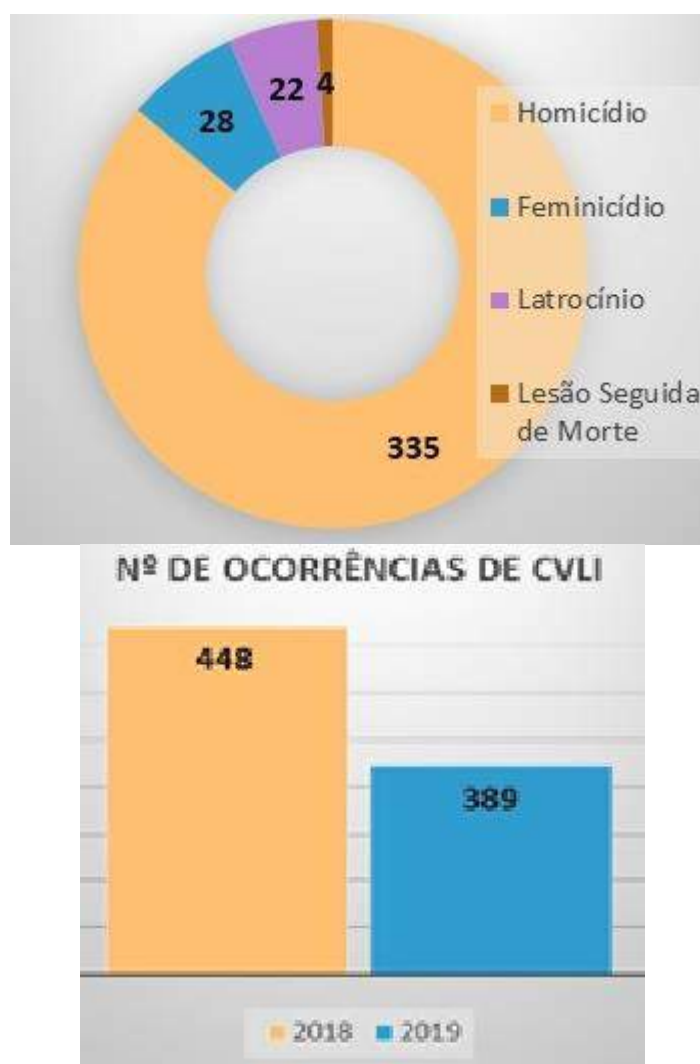
A Criação do Serviço Voluntário Gratificado - SVG no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal ensejou um atendimento mais rápido e de melhor qualidade nos plantões policiais. As delegacias atuantes em regime de plantão contínuo por período de 24 horas, desde o início de 2019, tiveram suas equipes de investigações reforçadas em todo o Distrito Federal. Com a adesão de policiais ao SVG, as delegacias circunscricionais aproveitaram ao máximo suas forças de trabalho nas seções de investigação, priorizando processos internos que efetivamente levam a reunião de evidências e provas materiais, culminando na consequente elucidação dos delitos.

Deu-se, portanto, o cumprimento de uma das premissas constantes no planejamento governamental, vez que o retorno do funcionamento dos plantões policiais de modo ininterrupto foi ação prevista no Plano SOS SEGURANÇA do Governo do Distrito Federal – GDF para o exercício de 2019.

CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS – CVLI

Resultados obtidos em 2019

Com relação aos Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI – homicídio, latrocínio, feminicídio e lesão corporal seguida de morte -, consoante dados apurados até novembro de 2019, houve redução de 12,84% em comparação ao mesmo período de 2018. Especificamente quanto ao crime de homicídio, deu-se menor incidência de sua prática, decrescendo o índice em 12,99%.



Fonte:Polaris/SE/DATE/DGI/PCDF, nov./2019.



Fonte: Polaris/SE/DATE/DGI/PCDF, 2019.

Nos casos de feminicídio, houve aumento de incidência de 18% em 2019. De 33 ocorrências policiais registradas no Distrito Federal, todas culminaram na instauração de inquérito policial, sendo 27 solucionadas com identificação do autor. Em 70% das ocorrências policiais de feminicídio, o indiciamento do autor se deu em até uma semana após o respectivo registro.

- Atos de gestão correlatos

Dentre os fatores que colaboraram para o bom andamento das investigações estão a expansão do Serviço de Inteligência Policial – SIP para as delegacias circunscricionais e a instituição do Plantão Extraordinário de Preservação de Local de Crimes Violentos Letais Intencionais – PEL.

O PEL foi implementado em abril de 2019 para crimes de homicídio, latrocínio, e lesão corporal seguida de morte. Ele consiste em comparecimento de equipes de policiais civis a locais de crimes desta natureza, interagindo com o Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB. Especialmente forjado para a preservação da prova, o PEL também causa impacto positivo na investigação policial por proporcionar celeridade nas providências logo nas primeiras horas após o cometimento do delito.

A ocorrência do CVLI é inegavelmente vinculada a delitos de outras naturezas criminais, como o tráfico de drogas. Portanto, o decréscimo do índice de cometimento de CVLI pode também ser atribuído a esforços contínuos em Inteligência Policial para o monitoramento de *gangs* e demais grupos criminosos. Operações policiais como a Rosário, deflagrada em maio de 2019 pela Coordenação de Homicídios e Crimes contra a Pessoa -CHPP, foram decisivas para a diminuição da incidência destes crimes contra a vida.

Na luta contra a Violência de Gênero, a PCDF age nas esferas de prevenção e repressão. O estímulo para mudanças culturais no seio da sociedade civil é iniciado por meio de palestras e oficinas.

O projeto Lidera – Empoderar para multiplicar atendeu 302 pessoas em 2019, 28,5% a mais do que no ano de 2018. Trata-se de uma iniciativa pioneira da Delegacia de Atendimento a Mulher – DEAM para incentivar lideranças comunitárias divulgadoras de conhecimento e de instrumentos legais de enfrentamento à violência contra a mulher. Neste mesmo diapasão, a DEAM lançou o projeto Transforma, o qual coordena grupos de empoderamento feminino e de conscientização para autores de violência doméstica, com atendimento multidisciplinar jurídico e psicológico. O projeto Transforma atendeu 149 pessoas neste mesmo exercício.

Em fase de inquérito policial, providências administrativas favorecem as apurações de delitos relacionados a violência doméstica como as estabelecidas por força da recomendação nº 11/2019 – CGP/PCDF, que determina o monitoramento do número de anteriores ocorrências

policiais registradas pelos envolvidos em tal situação, e a conclusão das apurações no prazo máximo de 60 dias, devido ao caráter urgente e prioritário.

No campo da Polícia Técnica, houve muitas contribuições para a elucidação de crimes violentos letais intencionais.

O Instituto de Medicina Legal – IML aprimorou a comunicação com os órgãos demandantes de perícias médico legais com a implementação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU.

O Instituto de Pesquisa de DNA Forense - IPDNA coletou 1.136 amostras biológicas de pessoas em conflito com a lei no ano de 2019, totalizando 1.977 coletas até o momento, em cumprimento à Lei 12.654/2019 e ao Artigo 9ª da Lei de Execução Penal, superando a meta estabelecida no âmbito da Rede Integrada de Perfis Genéticos – RIBPG.

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO – CCP

Resultados obtidos em 2019

Houve redução do índice de Crimes contra o Patrimônio - CPP para 5,76% até novembro de 2019 no Distrito Federal. Os registros de ocorrências policiais para os casos de CCP também diminuíram.

No que se refere à Polícia Civil, a redução de furtos e roubos é fruto de um trabalho investigativo sistemático, desenvolvido ao longo de anos por meio do qual se deu a identificação de grupos criminosos e o emprego de medidas adequadas para o alcance das condenações criminais.



Fonte: Polaris/SE/DATE/DGI/PCDF, nov./ 2019.



Fonte: Polaris/SE/DATE/DGI/PCDF, 2019.

- Atos de gestão correlatos

- Estas são medidas que contribuirão para a redução da criminalidade violenta contra o patrimônio;
- Concentração de esforços para a desarticulação de organizações criminosas;
- Redução do tempo de atendimento da polícia técnica em local de crimes contra o patrimônio;
- Emprego de Inteligência Policial;
- Manutenção da boa qualidade das investigações e aperfeiçoamento das instruções de inquéritos policiais, favorecendo condenações criminais;
- Integração entre as Forças Policiais.

- Demais Resultados PCDF - Jan./Dez. 2019

A Coordenação Especial de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e aos Crimes contra a Administração Pública – CECOR, com sua estrutura criada pelo Decreto nº 38.815, de 18 de janeiro de 2018, constitui um marco divisor em atuação para a PCDF pois modernizou o modo de atuação no combate ao Crime Organizado. A CECOR conta com unidades orgânicas cruciais para o combate ao crime organizado: Divisão de Repressão aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Divisão de Repressão ao Crime Organizado, Divisão de Repressão às Facções Criminosas e Divisão de Repressão à Corrupção e aos Crimes Contra a Administração Pública.

No ano de 2019, foram realizadas 22 operações policiais pela CECOR:

- **Operação Monopólio**, realizada em fevereiro, relacionada a fraudes em licitações na área de construção civil, que resultou em 03 prisões e no cumprimento de 08 mandados de busca e apreensão.
- **Operação Triângulos**, realizada no mês de março, relacionada à facção criminosa, que resultou em 08 prisões e no cumprimento de 02 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Continuum**, realizada no mês de março, relacionada à facção criminosa, que resultou em 09 prisões e no cumprimento de 07 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Container**, realizada no mês de abril, relacionada à corrupção em instâncias da saúde pública, que resultou em 08 prisões e no cumprimento de 22 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Mr. Hyde V**, realizada no mês de maio, relacionada à máfia das próteses, que resultou em 05 prisões e no cumprimento de 15 mandados de busca e apreensão;

- **Operação Blitzkrieg**, realizada no mês de maio, relacionada a licitações no Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN- DF, que resultou no cumprimento de 07 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Epyskiros**, realizada no mês de maio, relacionada à sonegação fiscal em partidas de futebol e organização criminosa, que resultou em 08 prisões e no cumprimento de 19 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Tridente**, realizada no mês de maio, relacionada ao tráfico de drogas sintéticas com apreensão de 8.400 comprimidos de ecstasy, que resultou em 19 prisões e no cumprimento de 26 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Horus**, realizada no mês de maio, relacionada à grilagem de terras e organização criminosa, que resultou em 09 prisões e no cumprimento de 15 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Dolus Malus**, realizada no mês de junho, relacionada ao tráfico de drogas e organização criminosa, que resultou em 12 prisões e no cumprimento de 36 mandados de busca e apreensão;
- **Operação In Corruptionem**, realizada no mês de julho, relacionada a corrupção na área da saúde, que resultou no cumprimento de 04 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Bilocação**, realizada no mês de julho, relacionada peculato cometido no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, que resultou no cumprimento de 04 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Pecúlio**, realizada no mês de agosto, relacionada a peculato no âmbito da Fundação de Amparo ao Preso Trabalhador - FUNAP, que resultou em 01 prisão e no cumprimento de 08 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Balcão de Negócios**, realizada no mês de agosto, relacionada a corrupção na Administração de Brasília, que resultou em 01 prisão e no cumprimento de 02 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Horus II**, realizada no mês de setembro, relacionada grilagem de terras e organização criminosa, que resultou em 08 prisões e no cumprimento de 11 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Escalada**, realizada no mês de setembro, relacionada à peculato cometido na Câmara Legislativa do Distrito Federal, que resultou em 02 prisões e no cumprimento de 02 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Crassus**, realizada no mês de setembro, relacionada à sonegação fiscal, organização criminosa e lavagem de dinheiro, que resultou no cumprimento de 17 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Alquimia**, realizada no mês de outubro, relacionada ao tráfico de drogas e medicamentos, que resultou em 06 prisões e no cumprimento de 07 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Apate**, realizada no mês de outubro, relacionada corrupção e organização criminosa na Companhia Elétrica de Brasília - CEB, que resultou em 19 prisões e no cumprimento de 25 Mandados de busca e apreensão;
- **Operação Dark Stage**, realizada no mês de outubro, relacionada desvios de verbas públicas do Fudo de Apoio à Cultura - FAC da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, que resultou em no cumprimento de 04 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Manchester**, realizada no mês de novembro, relacionada fraude a licitação na Secretaria de Saúde, que resultou no cumprimento de 05 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Decepticons**, realizada no mês de dezembro, relacionada fraude em licitações, que resultou no cumprimento de 27 mandados de busca e apreensão;
- **Operação Escalada II**, realizada no mês de dezembro, relacionada peculato na Câmara Legislativa do Distrito Federal, que resultou no cumprimento de 05 mandados de busca e apreensão;

Destaque-se ainda o fato de representantes da CECOR/PCDF integrarem a composição do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Distrito Federal - CIRA e do Fundo Distrital de Combate à Corrupção – FDCC.

Em âmbito nacional, como exemplo de boa integração entre as Polícias Cíveis, destaca-se a **Operação CRONOS II**, que ocorreu com o apoio da Secretaria de Operações Integradas – SEOPI, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, em 28 de maio de 2019. A PCDF participou de sua força-tarefa formada por Polícias Cíveis de 22 (vinte e dois) estados da Federação. Houve êxito em realizar prisões de autores de homicídio e feminicídio condenados em processos criminais. Ao todo, 937 pessoas foram presas no país em cumprimento a mandados de prisão, sendo 881 pela prática de homicídio e 56 por cometimento de feminicídio. 31 adolescentes foram apreendidos em cumprimento a mandado de busca e apreensão pela prática de ato infracional análogo ao crime de homicídio. Somente no Distrito Federal, 27 pessoas foram presas em razão da prática de homicídio.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Capacitação Profissional

Os policiais cíveis participam de diversos cursos, eventos e oficinas promovidos pela Escola Superior de Polícia Civil – ESPC/PCDF e em parceria ou acordo com outras entidades de ensino, buscando capacitação profissional.

nº	Data	Eventos: Curso de Progressão Funcional, capacitação continuada e treinamentos	Público atendido
01	04 e 05/02/2019	Realização das oficinas de TIP, para professores e instrutores do 15º Curso de Progressão Funcional	18 professores
02	18/02 a 31/05/2019	Acompanhamento dos trabalhos realizados pelos docentes de TIP nas aulas das 05 turmas do 15º Curso de Progressão Funcional	15 professores de TIP
03	18 a 20/02/2019	Discentes no Curso de Formação de Instrutores / Multiplicadores em Operações com Tecnologias Não Letais e SPARK	02 servidores / professores do SCF, dentre outros discentes.
04	11/03 a 28/06/2019	Docentes no Curso: Prática Desportiva de Judô da ESPC	30 alunos inscritos
05	08 a 12/04/2019 e 13 a 17/05/2019	Docentes no Curso de Algemamento e Técnicas de Imobilizações, para os servidores do SUBSIS	40 alunos inscritos
06	08 e 10/05/2019; 29 e 31/05/2019	Docentes no Treino Básico de Técnicas Policiais aos Agentes Policiais de Custódia	29 alunos inscritos (Agentes Policiais de Custódia / PCDF)
07	28 e 31/05/2019; 04, 07, 11 e 14/05/2019; 29, 30, 31/07/2019; 01, 02 e 03/08/2019	Docentes na disciplina: Uso Legal e Diferenciado da Força (ULDF) - TIP, no Curso de Formação Profissional para Perito Criminal da PCDF-2019	06 alunos (candidatos ao cargo de Perito Criminal da PCDF/2019)
08	08, 09, 12, 13, 14, 15/08/2019	Discentes no Curso de Capacitação de Docentes de Bastão PR-24-TONFA e BASTÃO RETRÁTIL promovido pela SSP / SESIPE / DPOE e SSP / SESIPE / EPENDF	14 professores de TIP da PCDF

09	05 a 09/03/2019	Realização da oficina de TIF, para professores e instrutores do 10º Curso de Progressão Funcional	19 professores de TIF
10	10 a 23/03/2019 09 a 13/09/2019 23 a 27/09/2019 14 a 18/10/2019 04 a 08/11/2019	Acompanhamento dos trabalhos avaliados pelos docentes de TIF nos meses das 05 turmas do 10º Curso de Progressão Funcional	15 professores de TIF
11	26/03 a 27/11/2019	Curso Prática Desportiva de Jiu-Jitsu	19 alunos inscritos - servidores das carreiras da PCDF
12	09/10/2019 a 29/10/2019; 25/10 a 31/11/2019	Subcoordenador, consultora, professor em atividades de planejamento e professor no módulo 5 (a e b) - Planejamentos Operacionais na Função Policial, do 2º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Segurança Pública, com ênfase na Formação de Tutores, Preceptores e em Pesquisa, para o DF e Exterior – 2019	12 cursistas inscritos
13	21/10/2019	Elaboração e participação do 1º Encontro de Professores de Técnicas de Imobilização Policial e Defesa Pessoal Policial com objetivo de fomentar e atualizar todo o conteúdo da disciplina TIF/IPP para os futuros cursos de formação profissional das carreiras de escrivão de Polícia Civil e agente de Polícia Civil da PCDF	14 professores de TIF da PCDF
14	12/09 a 28/11/2019	Docentes no Curso Prática Desportiva de Judô da ESPC	10 alunos inscritos

Fonte: ESPC/PCDF, 2019 (rol não exaustivo).

No sentido de fornecer capacitação continuada, a Escola Superior de Polícia Civil atuou de modo inovador, com a participação de vários segmentos da instituição policial:

- Curso básico de aprendizagem baseada em problemas;
- 2ª turma do curso de pós-graduação *lato sensu* em segurança pública;
- Organização de bancas e defesas de trabalhos de conclusão de curso - TCCs da 1ª Turma de pós-graduação *lato sensu* em segurança pública;
- Seminário de Colaboração Premiada;
- Organização e participação no CEINEPE/ Instituto Federal de Brasília - IFB 2019;
- Grupo de trabalho para implantação da pós-graduação em gestão de Polícia Judiciária;
- Oficina ministrada no II Simpósio Pedagógico da Força Aérea Brasileira - FAB (II SIMPEDIRENS);
- Cadastramento na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;
- Processo de seleção para formação de corpo docente;
- Planejamento de curso de Tecnólogo em Segurança Pública;
- Planejamento para oferta de mestrado profissional.

Na seara da capacitação profissional para investigações de homicídios e feminicídio:

- Curso de tipificação do feminicídio;
- Workshop com o tema "A relevância da prova material para a investigação dos crimes contra a vida";
- Elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão – POPs visando à correta coleta de provas materiais e seu adequado acondicionamento e guarda, conforme o caso concreto, orientando o policial civil a proceder sob protocolos de hospitais públicos e de perícia criminal, preservando a higidez da cadeia de custódia.

Também se deu a participação de policiais civis no 1º Curso de Inteligência e Investigação Financeira, para aprimorar investigações de combate aos crimes financeiros, à lavagem de dinheiro visando a recuperação de ativos.

Em atendimento aos preceitos da Lei nº 13.431/2017, foi ministrado o Curso de Depoimento Especial para oitiva de crianças e adolescentes vítima ou testemunhas de violência.

Programa PCDF CIDADÃ

A luta pela redução da criminalidade também é travada através da execução de projetos de cunho social.

A PCDF já mantém relacionamento harmonioso com a sociedade civil e seus diversos segmentos ante as inúmeras investigações policiais que chegaram a bom termo. Contudo, nos últimos anos, as iniciativas corporativas voltadas para aproximação com o cidadão foram incentivadas como forma de melhorar ainda mais a relação com o cliente – cidadão.

As ações de responsabilidade social integram o rol de iniciativas estratégicas que pretendem a redução da criminalidade, aproximação com a comunidade e fortalecimento da imagem institucional. Para gerir estas iniciativas, foi criado o Programa PCDF CIDADÃ, o qual engloba todos os projetos sociais PCDF.

Projetos do Programa PCDF CIDADÃ



- NUIAM – Núcleo Integrado de Atendimento a Mulher
- Projeto LIDERA – Empoderar para Multiplicar
- Projeto TRANSFORMA
- Projeto COLABORANDO COM A CONSTRUÇÃO DE PESSOAS FORTES
- Projeto COMUNIDADE EM AÇÃO
- Projeto CONHECER PARA PREVENIR
- Projeto “Programa Investigador Mirim – PIM”
- Projeto CONSTRUINDO O AMANHÃ
- Programa IDENTIDADE SOLIDÁRIA
- Centro de Educação e Prevenção ao uso de Drogas – CEPUD

Estão elencados no Plano Plurianual 2016 - 2019 os Projetos CONSTRUINDO O AMANHÃ, o Projeto LIDERA, CAMINHO DAS FLORES e o INVESTIGADOR MIRIM – PIM. O projeto CAMINHO DAS FLORES foi descontinuado para 2020, mas foi desenvolvido no exercício de 2019.



Atividades do Projeto LIDERA, integrante do Programa PCDF CIDADÃ - PCDF, 2019.

A Ouvidoria da Polícia Civil do Distrito Federal

Como um dos mecanismos de *Compliance*, buscando a satisfação do cliente, a PCDF dispõe de ferramentas para a avaliação da atuação policial.

Os processos de trabalho da Ouvidoria da Polícia Civil se encontram alicerçados na Lei nº 4.896/2012, Decreto Distrital nº 36.462/2015 e Instrução Normativa nº 01/2015 - CGDF. Suas atribuições legais são receber, analisar, encaminhar e responder as manifestações registradas pelo cidadão, classificadas como "Elogios, Denúncias, Reclamações, Sugestões e Informações".

Como ferramentas de comunicação com o público do Distrito Federal foram desenvolvidos o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e o link "FALE CONOSCO".

Instituído por força de Lei Distrital nº 4.990/2012 e de Decreto Distrital nº 34.726/2013, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC - pode ser acessado através do endereço eletrônico <https://www.pcdf.df.gov.br/transparencia>. É o canal de comunicação por meio do qual qualquer pessoa física ou jurídica pode requerer informações sobre a PCDF.

Através do e-mail ouvidoria@pcdf.df.gov.br link "FALE CONOSCO" - o cidadão envia dúvidas, elogios, reclamações ou sugestões.

Por intermédio de um terceiro canal- o número telefônico 197 -, a Ouvidoria PCDF também presta serviços relevantes para a transparência institucional.

Como resultado do empenho da Polícia Civil na implementação de uma política voltada para a Transparência, em 2018, foram registrados 1.947 (um mil novecentos e quarenta e sete) atendimentos ao público. Em 2019, alcançou-se o cômputo de 2.302 (dois mil trezentos e dois) atendimentos.

Em 2019, durante o evento "Balanço do Sistema de Gestão de Ouvidorias do Distrito Federal", a Ouvidoria - Geral do Distrito Federal - OGDF destacou o ranking das Ouvidorias que apresentaram melhor desempenho ressaltando a atuação da Ouvidoria da Polícia Civil do Distrito Federal, a qual alcançou a quarta posição em um rol composto por 88 (oitenta e oito) ouvidorias avaliadas. No mesmo período do ano de 2018, foi alcançado o trigésimo segundo lugar.

Somando-se ao reconhecimento da Ouvidoria - Geral do Distrito Federal, em evento promovido pela Controladoria - Geral do Distrito Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal foi agraciada com o Prêmio "Índice de Transparência Ativa - IV Edição" pela terceira vez consecutiva, mantendo-se entre os órgãos públicos com melhor performance em disponibilização de informações públicas em ambiente web.

Observando as recomendações dadas à Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP quanto a transferências voluntárias, no sentido de priorizar organizações cujas ações contribuam para a intensificação e aprimoramento de ações de Governança corporativa (Ac. TCU 1.042/2014 - Plenário), a Ouvidoria da PCDF realizou a revisão da Carta de Serviços.

Atividades desenvolvidas pela Polícia Técnica

Em relação aos exames realizados pelo Instituto de Criminalística – IC/DPT/PCDF em veículos envolvidos em acidentes de trânsito, é importante mencionar que houve ampliação do agendamento dos exames em veículos em dias não úteis e solicitação da implementação do agendamento no período matutino em dias úteis. Tendo havido remanejamento de recursos humanos, foi possível o aumento de 200% na capacidade de agendamento de veículos para a realização de perícias.

Dessa forma, deu-se a melhoria da qualidade dos exames periciais, do serviço prestado à sociedade e, conseqüentemente, da imagem organizacional da Polícia Civil.

A implantação do NEO, sistema estruturante para gestão de perícias, cadeia de custódia e documentos melhorou a produção de laudos e aprimorou a gestão do trabalho no Instituto de Criminalística.

Recursos do Fundo Consttucional do Distrito Federal

Em 2019, a dotação autorizada para a Polícia Civil do Distrito Federal através do Fundo Constitucional do Distrito Federal foi de R\$ 2.316.817.874,00 (dois bilhões, trezentos e dezesseis milhões, oitocentos e dezessete mil, oitocentos e setenta e quatro reais), não obstante, após remanejamentos ocorridos até a data de 31/12/2019, restaram autorizados R\$ 2.132.935.109,00 (dois bilhões, cento e trinta e dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil, cento e nove reais), valor este que foi integralmente empenhado dentro do exercício.

UG – 73.901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF (União) – UO 73.905 – Polícia Civil do Distrito Federal						
Ação/Plano Orçamentário	G N D	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidadado	Índice	
					Empenhado	Liquidado
Manutenção da PCDF (pagamento de ativos)	01	774.025.501,00	774.025.501,00	773.835.996,97	100%	99,9%
Inativos e Pensionistas	01	1.019.962.752,00	1.019.962.752,00	1.013.189.930,58	100%	99,3%
Contribuição Patronal da União (GND 01)	01	161.365.063,00	161.365.063,00	161.365.063,00	100%	100%
Auxílio-Creche	03	3.264.204,00	3.264.204,00	3.262.156,05	100%	99,9%
Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral	03	526.236,00	526.236,00	501.253,63	100%	95,2%
Auxílio-Alimentação	03	23.209.914,00	23.209.914,00	23.188.334,41	100%	99,9%
Assistência Saúde	05	11.366.594,00	11.366.594,00	11.359.711,56	100%	99,9%
Manutenção da PCDF – custeio geral	03	98.306.992,00	98.306.992,00	89.054.048,32	100%	90,4%
Manutenção da PCDF – investimento	04	40.707.853,00	40.707.853,00	29.176.019,49	100%	71,6%
Total Geral		2.132.935.109,00	2.132.935.109,00	2.104.932.114,01	100%	98,6%

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

Convênios firmados pela PCDF em 2019

Convênio	Origem	Objeto	Contrapart.	Rep. União	Valor Total	Vigência
838.229/16	MJ x PCDF	Aquisição de aparelhos de ar condicionado, cortinas de ar e 100 coletes balísticos	39.319,00	1.929.921,00	1.969.440,00	24/03/19
838.591/16	MJ x PCDF	Aquisição de 830 coletes balísticos	44.175,00	673.919,00	718.094,00	01/03/19
842.600/16	MJ x PCDF	Aquisição de analisador toxicológico e 53 veículos (aquisição de 13 veículos)	121.753,00	5.250.000,00	5.371.753,00	07/05/19
853.937/17	MJ x PCDF	Aquisição de 04 furgões e 02 caminhões tipo guincho.	19.832,00	1.500.000,00	1.519.832,00	06/02/20
853.956/17	MJ x PCDF	Aquisição de 02 caminhões tipo guincho, 11 notebooks (30 e 50KVA) e 07 grupos geradores.	1.957,86	1.932.599,14	1.934.557,00	14/02/20
880.048/18	MJ x PCDF	Aquisição de 17 veículos tipo sedan.	40.912,00	1.250.000,00	1.290.912,00	31/12/19
880.031/18	MJ x PCDF	Aquisição de 19 veículos tipo sedan.	92.784,00	1.350.000,00	1.442.784,00	31/12/19
880.250/18	MJ x PCDF	Construção do Instituto de Medicina Legal.	3.141.718,92	41.988.841,29	45.130.560,21	30/07/21
881.487/18	MJ x PCDF	Aquisição de 04 veículos sedans para DFIAM.	347,50	347.152,50	347.500,00	31/12/19
882.009/18	MJ x PCDF	Aquisição de 48 veículos tipo SUV e do Sistema ARIS.	31.736,70	31.704.954,30	31.736.691,00	31/12/19
891.860/19	MJ x PCDF	Aquisição de 492 computadores.	62.320,00	3.053.678,36	3.115.998,36	16/06/21
891.866/19	MJ x PCDF	Aquisição de 02 veículos sedans.	3.732,00	182.824,68	186.556,68	16/08/21
891.220/19	MJ x PCDF	Aquisição de 110 veículos sedans.	260.616,30	10.000.000,00	10.260.616,30	16/01/22

Fonte: DOF/DAG/PCDF, 2020.

Licitações: Pregões 2019

Em 2019, foram contabilizados 40 pregões eletrônicos para aquisições de bens e serviços.

2019
Pregão Eletrônico nº 40/2019 - Serviço de conserto de Viatura, com mão de obra e fornecimento de peças (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 39/2019 - Aquisição de equipamentos de ar condicionado (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 38/2019 (internacional) - Aquisição de Armas de Fogo (A Licitar)
Pregão Eletrônico nº 37/2019 - Aquisição de empilhadeira para DIFRAM (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 36/2019 - Aquisição de geradores para as unidades da PCDF (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 35/2019 - Aquisição de veículos para o Depate (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 34/2019 - Aquisição de 15 caminhonetes pick-up para DIFRAM (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 33/2019 - Contratação de Concessionária Autorizada pela Montadora RENAULT, localizada no Distrito Federal, para prestação de serviços durante o período de garantia, para 100 (cem) viaturas modelo SANDERO EXPRESSION (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 32/2019 - Contratação de serviço de manutenção com substituição de peças em cronômetro (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 31/2019 - Aquisição de servidores de rede (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 30/2019 - Aquisição de uniformes para a DOE e DOA (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 29/2019 - Aquisição de 50 veículos automotores tipo SUV para a PCDF (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 28/2019 - Contratação de serviços de solução de impressão, cópia e digitalização para a PCDF (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 27/2019 - Contratação de empresa para prestação de serviços de software ADOBE CREATIVE CLOUD para o IC (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 26/2019 - Aquisição de filtros destinados ao laboratório de Pesquisa de DNA Forense da PCDF (Encerrado)

Pregão Eletrônico nº 25/2019 - Aquisição de material de consumo destinado ao laboratório de Pesquisa de DNA Forense da PCDF (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 24/2019 - Aquisição de material médico-hospitalar (balança antropométrica, esfigmômetro de pulso, mesa ginecológica, etc.) para a PCDF (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 23/2019 - Contratação de empresa para fornecimento de serviços de manutenção para viaturas NISSAN / VERISA (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 22/2019 - Contratação de empresas para fornecimento de serviços de manutenção para viaturas GM COBALT (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 21/2019 - Aquisição de baterias automotivas para a PCDF (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 20/2019 - Aquisição de veículos tipo Furgão - Rabeção (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 19/2019 - Aquisição de Insumos para os Extratores de DNA (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 18/2019 - Contratação de serviço de telefonia fixo comutado e STFC DDR digital (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 17/2019 - Aquisição de Comparador Espectral (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 16/2019 - Aquisição de Cromatógrafo LS MS MS para o IML (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 15/2019 - Aquisição de Óleos Diversos para a DITRAN e DAME da PCDF (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 14/2019 - Contratação de serviços de seleção de impressão, copia e digitalização para a PCDF (Revogado)
Pregão Eletrônico nº 13/2019 - Aquisição de Arquivo Desfazente para atendimento das demandas da Central de Guarda e Custódia de Vestígios – CCGCDPT da Polícia Civil Da Distrito Federal - PCDF (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 12/2019 - Aquisição de disco rígido para o IC (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 11/2019 - Contratação de serviço de revisão e tradução de textos (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 10/2019 - Contratação de sustentação de Tecnologia da Informação (Em andamento)
Pregão Eletrônico nº 09/2019 - Contratação de empresas para fornecimento de peças e acessórios originais para veículos (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 08/2019 - Aquisição de eletrodomésticos (Revogado)
Pregão Eletrônico nº 07/2019 - Aquisição de microtubos e estante (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 06/2019 - Contratação de Renovação de Garantia e Suporte Téc. das licenças VMware vCloud Suite 6.0 Standard e vCenter Standard, aq. de licenças VMware vCenter StandStandard e Site Recovery Manager, e Consultoria (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 05/2019 - Aquisição de lentes fotográficas e cartões de memória (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 04/2019 - Aquisição de equipamento rebocador de aeronaves para PCDF (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 03/2019 - Aquisição de pneus automotivos para a frota da PCDF (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 02/2019 - Aquisição de Etiquetas Lacre, Destinado à Identificação de Contraprova de Drogas pela Central de Guarda e Custódia de Vestígios do Departamento de Polícia Técnica da Polícia Civil do DF (Encerrado)
Pregão Eletrônico nº 01/2019 - Contratação de empresa para serviço de suporte técnico e garantia na solução CISCO (Encerrado)

Fonte:

www.pcdf.df.gov.br, 2020

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Políticas, Planos e Diretrizes adotados pela Polícia Civil do Distrito Federal

Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS – dispostos na Lei 13.675/2018, os princípios da política nacional de segurança pública orientam a atuação da PCDF. São consideradas fundamentais as ações integradas entre União, Estados e Distrito Federal na seara da segurança pública; políticas transversais para a preservação da vida, meio ambiente e dignidade da pessoa humana; a formação e capacitação dos operadores de segurança pública; o atendimento a pessoas em condição de vulnerabilidade social; a integração com a comunidade através dos Conselhos de Segurança – CONSEGs; e a promoção da Cultura da Paz por meio de execução de um portfólio de projetos sociais.

- **Diretrizes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA** - a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro promove a articulação contra o crime organizado e a lavagem de dinheiro. Exerce expressiva influência sobre a PCDF como referência estratégica externa para a atividade policial.
- **Agenda 2030, Organização das Nações Unidas – ONU** - seus 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aos quais o Governo do Distrito Federal formalmente aderiu em 2016, é uma das balizas para os objetivos e ações institucionais.
- **Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil – CONCPC** – o conselho composto pelos chefes das Polícias Cíveis de todos os Estados do Brasil e do Distrito Federal é responsável pela expedição de resoluções que norteiam as condutas das Polícias Cíveis. A Resolução nº 05/2018 - CNCPC instituiu diretrizes a serem observadas pelas Polícias Cíveis de todas as unidades da Federação, relacionadas à repressão qualificada à corrupção. O normativo vem a atender a necessidade de uma orientação uníssona a todas as Polícias Cíveis do país, vez que o combate à corrupção representa um dos maiores anseios contemporâneos da sociedade brasileira. A ação do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil também considera a premência de alterações na cultura organizacional da polícia judiciária a fim de priorizar o combate a estruturas criminosas arrojadas. Entre as diretrizes definidas na resolução estão a priorização do combate à corrupção e ao crime organizado como política institucional permanente e o fomento à investigação de esquemas de corrupção no âmbito da administração pública.
- **Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal – PPA/GDF** - o planejamento governamental de médio prazo estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública do Distrito Federal, elegendo também políticas públicas para a segurança como o enfrentamento aos Crimes contra o Patrimônio – CCP, Crimes Violentos Letais e Intencionais – CVLI e combate à violência contra a mulher.
- **Planejamento Estratégico do Distrito Federal 2019 - 2060** – em razão de sua perenidade, representa um plano de Estado no qual estão definidas políticas públicas com foco na reorganização do Distrito Federal.
- **Plano Estratégico da Polícia Civil do Distrito Federal** - As declarações de Missão, Visão e Valores traduzem a identidade estratégica da instituição.



Caderno de Governança e Gestão por resultados. Fonte: DIPLANE/DCIG/PCDF, 2019.

Eixo de Atuação da PCDF - no âmbito interno, foram criados pela Alta Administração eixos temáticos que orientam a atuação na atividade finalística, levados a efeito por ações policiais responsáveis e coordenadas.



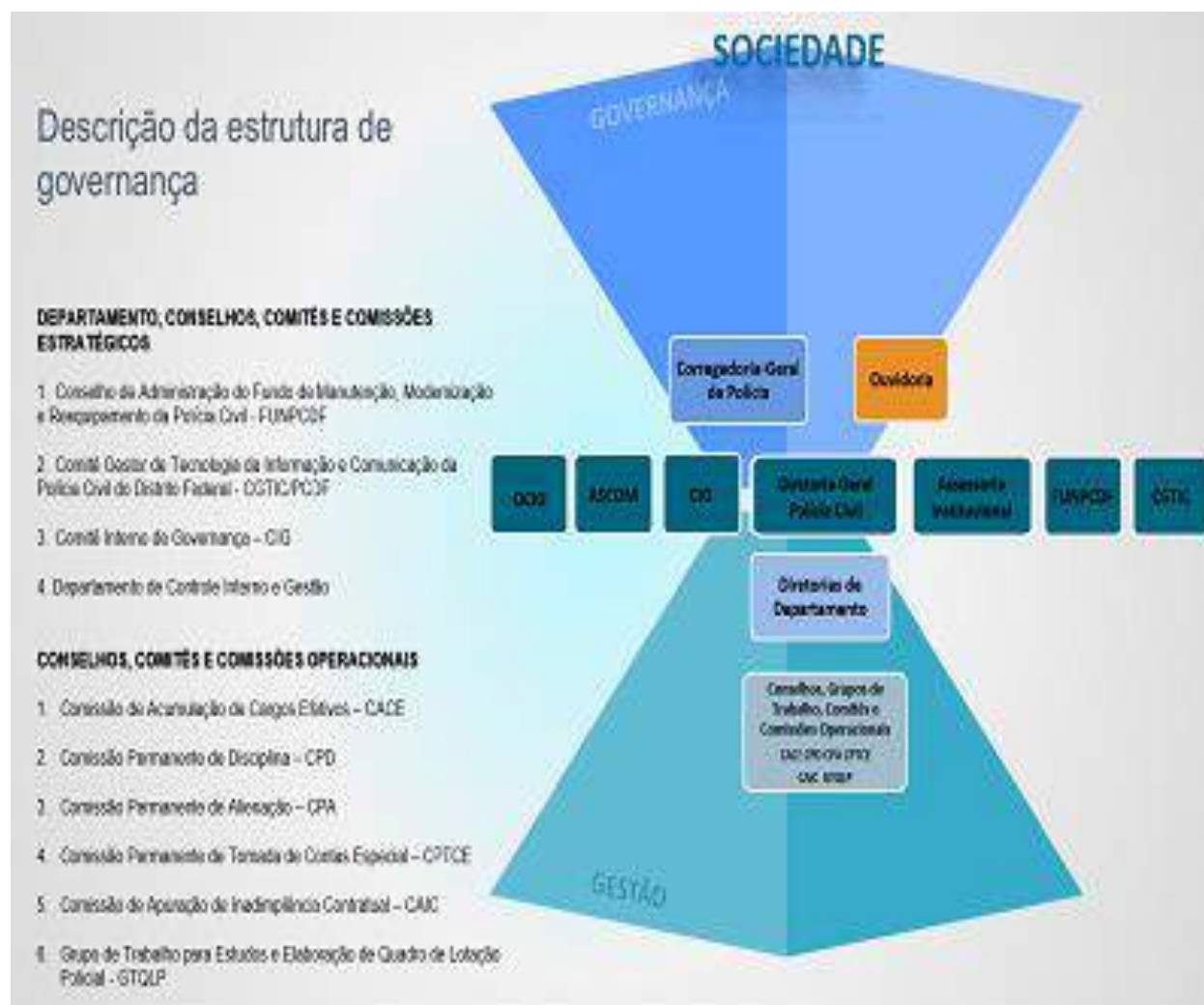
Fonte: PCDF, 2018.

Novo Modelo de Governança

No ano de 2019, o modelo de governança da Polícia Civil foi sensivelmente alterado ante o reflexo de modificações ocorridas em sua estrutura organizacional. O Decreto nº 40.323, de 17 de dezembro de 2019 ampliou a estrutura administrativa da Direção Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, o que foi fundamental para alcançar um modelo de governança mais efetivo e transparente, de modo a permitir que a Polícia Civil seja exitosa em consolidar a credibilidade e se firmar como organização policial de referência, premissa de sua visão institucional. Desse modo, para o atingimento de resultados positivos, foram tomadas as providências essenciais:

- **Aprovação do novo Plano Estratégico 2019 – 2023** – homologado novo plano estratégico da Polícia Civil 2019 – 2023.
- **Criação do Comitê Interno de Governança Pública da Polícia Civil do Distrito Federal - CIG** - instituído no âmbito da instituição policial para a tomada de decisões sobre projetos e programas institucionais, dentre outras atribuições.
- **Atuação de Grupo de Trabalho para estudos e elaboração de Quadro de Lotação Policial – GTQLP** – estabelecerá o GTQLP classificação das unidades da PCDF e definição das Unidades de Lotação Prioritária – ULP como meio de regulamentação de concurso de remoção dos servidores de carreiras de Polícia Civil do Distrito Federal.

O compromisso com a missão e a visão institucional deu impulso ao incremento na arquitetura de governança em 2019. No quadro a seguir é possível observar a evolução ocorrida em governança e as novas unidades administrativas que apoiam a Alta Gestão.



Fonte: DIPROJ/DCIG/PCDF, 2020.

No ano de 2018, as expectativas sobre os próximos exercícios já estavam delineadas. Explícita o quadro a seguir as mudanças então aguardadas: o incremento da governança corporativa, uma nova reestruturação organizacional, a adoção de práticas mais robustas de *accountability*, a aplicação de melhores práticas em sustentabilidade ambiental e foco na capacitação profissional com enfoque estratégico.

Conforme previsto, a Polícia Civil teve sucesso na maioria de suas expectativas:



Fonte: DIPROJ/DCIG/PCDF, 2020.

As atuações das instâncias externas de governança consistem em intervenções pontuais do Tribunal de Contas da União – TCU, Controladoria - Geral da União – CGU, Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.

Como perspectiva para 2020, a Polícia Civil do Distrito Federal pretende dar continuidade ao combate à criminalidade, sem olvidar do aprimoramento de seus processos internos para satisfazer os anseios da população do Distrito Federal.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS**Legislação Atualizada e Síntese das Competências**

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF, criado pelo Decreto-Lei nº 315, de 13 de março de 1967, alterado pela Lei nº 6.296, de 15 de dezembro de 1975 e pelos artigos 117, IV, e 124, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e reestruturado pelo Decreto nº 33.235, de 30 de setembro de 2011, é entidade autárquica de administração superior integrante do Sistema Nacional de Trânsito, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e regida pela legislação federal sobre trânsito, por seu regimento próprio e pelas demais normas baixadas pelo Governo do Distrito Federal. Tem sede e foro em Brasília-DF e circunscrição sobre todas as vias públicas em áreas urbanas do Distrito Federal.

Finalidades:

- Planejamento, administração geral, normatização, pesquisa e tratamento de dados relacionados com o trânsito urbano do Distrito Federal;
- Registro e licenciamento de veículos;
- Formação, habilitação e reciclagem de condutores;
- Educação para o trânsito;
- Engenharia de trânsito e operação do sistema viário urbano;
- Policiamento e fiscalização de trânsito;
- Julgamento de infrações de trânsito e de recursos;
- Aplicação de penalidades;
- Medicina e psicologia de trânsito;
- Apoio técnico em parceria com órgãos e entidades cujas atividades se relacionem direta ou indiretamente com o trânsito, com vistas à melhoria no atendimento, tecnologia de ponta e segurança de trânsito.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	83	56	382	619	1.140
Comissionados sem vínculo efetivo	10	7	0	0	17
Requisitados de órgãos do GDF	8	1	141	27	177
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	5	0	5
Estagiários	0	0	226	0	226
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	4	0	4
Terceirizados (FUNAP)	0	0	24	0	24
Outros - especificar	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Subtotal	101	64	782	646	1.593
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	30	0	30
Total Geral	101	64	752	646	1.563

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	800000,0	800000,00	800000,00	427942,10
8435 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	800000,0	800000,00	800000,00	427942,10
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	800000,00	800000,00	800000,00	427942,10

Reintegra Cidadão

O Detran/DF tem colaborado, por meio do Programa Reintegra Cidadão, para a reintegração e a socialização de 24 detentos do sistema carcerário, os quais têm desenvolvido atividades voltadas para a pintura e sinalização de vias, confecção de placas e outras atividades correlatas à área de engenharia de trânsito. Os apenados têm aprendido ofícios novos e demonstrado boa capacidade para o desenvolvimento de atividades que requerem muita habilidade e capacidade técnica. Desta forma é possível perceber grandes expectativas tanto na ressocialização, quanto na contribuição que a Autarquia exerce nas vidas desses apenados.

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2784 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	8950000,0	10537591,00	3778054,70	3690506,85
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	8950000,0	10537591,00	3778054,70	3690506,85
1564 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	100000,0	100000,0	0	0
0006 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO-DETRAN/DF- PLANO PILOTO .	100000,0	100000,0	0	0
1571 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	100000,0	100000,00	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO-DETRAN/DF- PARANOÁ	50000,0	50000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO-DETRAN/DF-TAGUATINGA	50000,0	50000,00	0	0
2469 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO	49491979,0	53524255,22	47089503,94	41969665,60
9520 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	49491979,0	53524255,22	47089503,94	41969665,60
2629 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF	29600000,0	29600000,00	24481265,84	20007668,68
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	29600000,0	29600000,00	24481265,84	20007668,68
2698 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA	10450000,0	31005405,00	16077835,64	12551147,39
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	10450000,0	31005405,00	16077835,64	12551147,39
2801 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLÍCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	8250000,0	18550000,00	17860809,40	15197634,00
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLÍCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	8250000,0	18550000,00	17860809,40	15197634,00
4101 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	10994000,0	12277787,00	12276335,52	8524083,05
0033 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- PLANO PILOTO .	2052000,0	2052000,00	2052000,00	1993272,46
0034 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- GAMA	580000,0	580000,00	580000,00	508298,76
0035 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- TAGUATINGA	550000,0	705804,00	705804,00	251830,47
0036 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- BRAZLÂNDIA	220000,0	359445,0	359445,00	193902,62
0037 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- SOBRADINHO	380000,0	457626,00	457625,19	211537,40
0038 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- PLANALTINA	480000,0	480000,00	480000,00	250110,74
0039 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- PARANOÁ	360000,0	495568,00	495568,00	283514,05

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0040 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- NÚCLEO BANDEIRANTE	220000,0	220000,00	220000,00	197237,89
0041 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- CEILÂNDIA	550000,0	550000,00	550000,00	539169,33
0042 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- GUARÁ	383000,0	529976,00	529975,33	223744,56
0043 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- CRUZEIRO	284000,0	475606,0	475606,00	238604,55
0044 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- SAMAMBAIA	430000,0	573768,00	573768,00	493026,54
0045 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- SANTA MARIA	320000,0	320000,0	319800,00	305050,03
0046 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- SÃO SEBASTIÃO	350000,0	350000,00	350000,00	113451,19
0047 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- RECANTO DAS EMAS	350000,0	350000,00	349750,00	331241,24
0048 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- LAGO SUL	284000,0	284000,00	284000,00	203677,90
0049 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- RIACHO FUNDO	270000,0	270000,00	270000,00	193488,43
0050 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- LAGO NORTE	260000,0	260000,00	260000,00	69702,82
0051 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- CANDANGOLÂNDIA	186000,0	186000,00	186000,00	96205,11
0052 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- ÁGUAS CLARAS	280000,0	410308,0	410308,00	287762,47
0053 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- RIACHO FUNDO II	240000,0	240000,0	239000,00	228920,00
0054 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- SUDOESTE/OCTOGONAL	280000,0	280000,00	280000,00	267037,34

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0055 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- VARJÃO	190000,0	190000,00	190000,00	26989,34
0056 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- PARK WAY	210000,0	210000,00	210000,00	183435,25
0057 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	245000,0	245000,00	245000,00	176802,37
0058 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- SOBRADINHO II	240000,0	240000,00	240000,00	121391,14
0059 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- JARDIM BOTÂNICO	130000,0	130000,00	130000,00	42152,90
0060 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- ITAPOÃ	130000,0	130000,00	130000,00	65910,49
0061 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- SIA	270000,0	270000,00	270000,00	174066,97
0062 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- VICENTE PIRES	220000,0	382686,0	382686,00	250679,60
0063 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN/DF- FERCAL	50000,0	50000,00	50000,00	1869,09
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	117935979,00	155695038,22	121563805,04	101940705,57

Leilão

No ano de 2019, foram realizados 5 grandes leilões de veículos apreendidos, alcançando assim o melhor resultado, comparativamente com 2018, um incremento da ordem de 85,77%

Atividades realizadas

SERVIÇO	QUANTIDADE
Veiculos Leiloados	7.100
Transferência de propriedade	1.312
Liberações de Veículos Apreendidos	974
Apreensões	1.101
Atendimentos efetuados	7.946

Educação de Trânsito

1- Cursos de trânsito:

Foram realizados os cursos previstos na legislação de trânsito vigente direcionados aos condutores de veículos, capacitando ao longo de 2019 um total de 7.905 condutores.

- Reciclagem de Conductor Infrator: 3.456 alunos. Trata-se de curso ministrado para condutores penalizados nos termos do Artigo 261, § 2º e Artigo 268 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB e ainda no Artigo 42A da Resolução 168/2004 – Contran. Ou seja, condutores que tiveram o direito de dirigir suspenso ou cassado, envolveram-se em acidente grave para o qual hajam contribuído independentemente de processo judicial ou que tenham sido condenados judicialmente por delito de trânsito.
- Mecânica para Mulheres: 85 alunas. Curso destinado a condutoras interessadas em atualizar os conhecimentos básicos sobre o funcionamento dos veículos de 2 e 4 rodas.
- Noções de Mecânica - 116 alunos. Curso destinado a condutores, em geral, interessados em atualizar os conhecimentos básicos sobre o funcionamento dos veículos de 2 e 4 rodas.
- Atualização para Renovação de CNH: 796 alunos. O curso é ministrado àqueles condutores que não tenham o Curso de Direção Defensiva e de Primeiros Socorros em situação anterior (item 4 do anexo II da Resolução nº 168/2004 – Contran).
- Iniciação à Superação do Medo de Dirigir: 341 alunos. Curso destinado a condutores com medo de dirigir para que possam iniciar o processo de superação desse entrave emocional.
- Atualização para Instrutor de Trânsito: 266 alunos. Curso destinado aos Instrutores Teóricos e Práticos que atuam no processo de formação de condutores, para o exercício de sua profissão e que tenham feito o curso e/ou última atualização há mais de 05 (cinco) anos.
- Atualização para Diretor-Geral e Diretor de Ensino dos CFCs: 9 alunos. Curso destinado aos diretores geral e de ensino de CFC que atuam no processo de formação de condutores, para o exercício de sua profissão e que tenham feito o curso e/ou última atualização há mais de 05 (cinco) anos.
- Formação Motofrete: 15 alunos. Formação obrigatória conforme Resolução nº 410 e 414/2012 do CONTRAN para os profissionais que desejam atuar na entrega de mercadorias como atividade remunerada utilizando motoneta ou motocicleta.
- Atualização Motofretista: 101 alunos. Formação obrigatória conforme Resolução nº 410 e 414/2012 do CONTRAN, com atualização a cada 5 anos, para os profissionais que desejam atuar na entrega de mercadorias como atividade remunerada utilizando motoneta ou motocicleta.
- Formação de Examinador de Trânsito: 29 alunos. Capacitar servidores para exercer a função de examinador de trânsito, na Banca Examinadora de Trânsito – BET do Detran–DF, com a finalidade de realizar o processo de formação de condutor de veículo automotor e elétrico, por meio de exames teórico–técnicos, de prática de direção veicular e de atividades de instrução teórico–técnica em cursos.
- Atualização para Examinador de Trânsito: 74 alunos. Realiza a atualização, a cada 5 anos, para os servidores que atuam como examinadores de trânsito, na Banca Examinadora de Trânsito – BET do Detran–DF.

2- Projeto de Reformulação Pedagógica:

Trata-se de projeto pedagógico em educação de trânsito, com o objetivo de estabelecer novas diretrizes educacionais para os condutores do Distrito Federal com foco na melhoria da fluidez, segurança e harmonia no trânsito, adaptando-se às demandas dos tempos atuais. O Projeto abrange três alças principais:

- A formação dos docentes, a criação de um novo Manual de Obtenção da CNH e a formação de novos condutores.

- A formação docente: a extensão e formação de docentes iniciou-se em 2019 com 11 professores que são examinadores de trânsito para desenvolver know-how, competências e habilidades com vistas a uma melhor ação pedagógica, em uma perspectiva inovadora, que integre teoria e prática, favorecendo a transformação da realidade de maneira significativa, como propõe a metodologia ativa adotada no projeto. Esses 11 professores comprometeram-se a ser multiplicadores na implantação da nova metodologia. Em dezembro de 2019, os professores já capacitados começaram a realizar a formação dos demais professores da Escola Pública de Trânsito;
- Novo Manual de Obtenção da CNH: como parte da reformulação pedagógica foi produzido o Manual de Obtenção da CNH, o qual atende à perspectiva didático-pedagógica capaz de formar um condutor de veículo com os seguintes perfis: cumpridor de normas e procedimentos, investido de cidadania, postura ética, solidária e empática no trânsito, responsável e comprometido com aspectos socioambientais, atitudes resilientes, detentor de conhecimento técnico sob ponto de vista crítico e cooperativo, comportamento voltado à diversidade e à proteção dos vulneráveis, atrelados às competências do tipo: aplicar normas de trânsito para a mobilidade segura, utilizar a capacidade relacional para cooperar com os diversos atores do trânsito, aplicar conhecimentos teóricos e técnicos nas situações vivenciadas no trânsito, compreender as características de comportamentos apropriados à prática, avaliar impactos socioambientais, analisar consequências das distrações de trânsito para a mobilidade segura e executar procedimentos e técnicas necessários às ações de trânsito em diversos contextos. Para consolidar o material produzido, foi realizada consulta pública, cujas contribuições foram consideradas para a construção da versão final do documento, entregue para a sociedade em outubro de 2019;
- Formação de novos condutores: o Projeto Primeira Habilitação teve o intuito de validar a metodologia e o novo Manual de Obtenção de CNH. Realizou-se, por meio de aula teórica experimental, uma turma em 2018 e duas turmas em 2019 do curso teórico de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação com 72 estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, selecionados por meio de edital. O foco da nova metodologia nessa alça do projeto visa formar condutores que se interessam por dominar normas, condutas e técnicas de dirigibilidade em função de ser um condutor com enorme responsabilidade social e sentimento cooperativo. O êxito alcançado passou – e passa – por um projeto pedagógico em que o aluno, a cada novo aprendizado, perceba o sentido e o significado para sua vida, seu cotidiano, suas experiências. E que tenha o espírito de cooperação como princípio.

Engenharia de Trânsito

- Manifestações do Sistema de Ouvidoria Geral - GDF: 165;
- Sistema Eletrônico de Informação - SEI : Elementos de Engenharia de Trânsito; equipamentos e sinalizações de vias; eventos e sinalizações temporárias; fiscalizações referentes à Engenharia de Trânsito e recursos; impacto de trânsito; sinalizações de vias; fiscalização, segurança e fluidez viária; gestão de autos de infração; recursos/aplicações de penalidade e emissão de parecer técnico: 161
- Processos de defesa prévia de multas de usuários: SEJARI, JARI e NUDEP/Detran-DF: 100;
- Denúncias via Whatsapp e e-mails: 15;
- Emissões de Autos de Notificações de Engenharia - ANFE: 62;
- Pareceres técnicos de defesa prévia: 100;
- Despachos técnicos de defesa prévia: 100;
- Relatórios específicos de manifestações de Ouvidoria/SIGO/GDF: 165;
- Memorandos/Pareceres técnicos de fiscalização de engenharia elaborados: 138;
- Autorização para Construção de Ondulações Transversais: 226;
- Autorização para Realização de Eventos em Via Pública: 568;

- Autorização para Realização de Obras em Via Pública: 97;
- Placas recuperadas no local "Amassadas e Caídas": 1.818;
- Limpeza de Placas Pichadas no local "Com Thinner": 325;
- Placas Implantadas "NOVAS": 3.452;
- Placas Substituídas "NOVAS": 564;
- Placas Recicladas: 1.098;
- Postes Implantados: 3.501;
- Postes Reciclados: 462;
- Pintura de Quebra Molas, tinta viária 97 Q. Molas:1.615,00m²;
- Pintura de Faixas de Pedestre, tinta viária, 49 Faixas:935,00m²;
- Pintura de estacionamentos, PNE, Idoso, e Normais 1.048 vagas: 601,00m²;
- Pintura de estac. Motos, Zebrados, Setas Eixo de vias e bordos: 172,30m²;
- Instalação de balizadores no Distrito Federal:18;
- Pintura de setas, zebrados no Dep.Detran e SSP: 197,00m².

Policimento e Fiscalização de Trânsito

- Informe de Inteligência: 74;
- Relatório de Reconhecimento: 28;
- Relatório de Inteligência: 07;
- Demandas Operacionais (apreensões etc): 90;
- Levantamentos diversos (solicitações outras Agências etc): 44;
- Atividades Extras (reuniões externas, participações em células etc): 22;
- Participações em Células Integradas: 03;
- Realização do 1º CBI (Curso Básico de Inteligência) promovido pela Unint/Detran, envolvendo: Processo Seletivo (18 Alunos, sendo 13 do Detran e 05 de outras Agências - PMDF; Bombeiros; TJDFT; MPDFT; PCDF). Curso realizado na EGOV, com aulas teóricas e práticas. Duração do Curso: 15 dias Ininterruptos. Formatura com participação de representantes de todos os Órgãos Envolvidos.

1. Operações realizadas:

- Operação Cerco: nas cidades de Sobradinho, Sobradinho II e São Sebastião, que consistiu em fechar todos os acessos à cidade com pontos de bloqueio de fiscalização (blitz), a fim de reduzir o número do cometimento de infrações e de acidentes de trânsito. Nessas três operações foram retirados de circulação 47 motoristas que haviam ingerido bebida alcoólica, 63 inabilitados, 04 presos em flagrante por crime de embriaguez ao volante e 93 veículos foram removidos ao depósito do DETRAN pelas mais diversas infrações, sendo a mais frequente a falta de licenciamento devido a débitos de IPVA e de multas;
- Programa "Viva Brasília: Nosso pacto pela vida" que previu ações integradas entre as forças de segurança, reuniões mensais de governança entre as quatro forças da Secretaria de Segurança Pública e órgãos convidados, tais como DER, DF Legal, Administrações Regionais, CONSEG, NOVACAP, etc, com vistas à obtenção de resultados e ações de prevenção de criminalidade e resolução de desordens sociais, tais como lixo em via pública, falta de iluminação pública. Foram realizadas operações tipo blitz entre a Polícia Militar e o DETRAN e operações de fiscalização do DF Legal a bares, quiosques, trailers, distribuidoras de bebidas, etc;
- Motocapital: Evento 16º Brasília Capital Moto Week realizado anualmente na Granja do Torto-DF. Recebe enorme fluxo de motocicletas, automóveis e pedestres. O evento é coordenado pelo Detran que participou das reuniões preparatórias para o evento com os demais representantes da Segurança Pública, bem como realizou as sinalizações de toda a área do evento e estrategicamente após análise de pontos

críticos, montou os pontos de controle de trânsito para melhor atender a fluidez do trânsito no local. Com a nossa presença ostensiva e ação garantimos a segurança e deslocamento de todos os frequentadores do evento, que alcançou a impressionante marca de 700 mil pessoas e mais de 40 mil motos em 10 dias de evento, sem nenhum incidente grave ou acidente de trânsito;

- Ações Educativas: nas escolas públicas de Sobradinho e Planaltina voltadas para a educação no trânsito com foco na Faixa de Pedestre. Em Planaltina apoiou o projeto social "Bola no Chão e Livro na Mão", que atende crianças carentes de 6 a 17 anos, que incentiva o esporte e a educação, no local não havia faixa de pedestre o que colocava em risco a vida das crianças e demais pedestres. Foi solicitada a pintura de uma faixa no local para atender a necessidade do projeto, bem como realizou-se ações educativas com as crianças na faixa e elas também puderam conhecer o interior das viaturas utilizadas pelos Agentes.

Atendimento aos Usuários

Foi atendido, presencialmente, em 2019, um público de 1.650.671 usuários nas unidades de atendimento próprias e também nos postos do Na Hora. Os usuários procuraram, principalmente, serviços como:

- Emissão de CRV e CRLV;
- Transferência de propriedade de veículo, comunicação de venda de veículo, renovação da CNH;
- 2ª via da CNH;
- Troca da Permissão para Dirigir pela CNH;
- Atendimento para a realização do exame teórico para a habilitação.

Foram realizadas 271.892 vistorias de veículos.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
1599 - ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS - ACE	%		01/01/0001	TRIMESTRAL	10	10	15	24	20	34,48	25	27,16	DIREUC/ DETRAN / UO 24201 / OE 4 / UO 24201 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - O índice foi alcançado em virtude da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação.</p> <p>2017 - O índice de 2017 foi superado em virtude da intensificação e da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação de massa e ações nas escolas e em diversos pontos do DF.</p> <p>2018 - O índice foi superado em virtude da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação, sendo realizadas campanhas para um público alvo de 1.025.604, considerada a população do DF de 2.974.703 (Fonte: IBGE)</p> <p>2019 - O índice foi superado em virtude da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação, sendo realizadas campanhas para um público alvo de 819.007, considerada a população do DF de 3.015.268 (Fonte: IBGE)</p>													
1736 - PRAZO DE AGENDAMENTO DE VISTORIA VEICULAR	DIA	7	31/12/2016	ANUAL	-	-	4	9,4	4	9,6	3	9	DIRPOI/GERINSP/DETRAN/UO 24201/OE 4 / UO 24201 / OE 4
<p>Justificativa: 2017 - O sistema do Detran/DF, por motivos técnicos, ficou sem agendamento da vistoria por 13 dias consecutivos no início de julho, o que ocasionou uma demanda reprimida associada ao aumento sazonal da procura por esse serviço própria dos meses de novembro e dezembro refletindo, desta forma, no indicador.</p> <p>2018 - A meta não foi alcançada, visto que houve mudança no sistema informatizado o que dificultou o agendamento da vistoria por parte do usuário, bem como, redução do quadro de vistoriadores por motivos diversos, entre eles o de aposentadoria.</p> <p>2019 - A meta não foi alcançada, pois não houve aumento no número de vistoriados nem foram criados novos postos de vistorias. Há de ressaltar que houve aumento na frota de veículos.</p>													
1598 - PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS NAS VIAS URBANAS DO DF	PROPORÇÃO	0,90	31/12/2014	MENSAL	0,85	0,88	0,80	0,52	0,75	0,50	0,70	0,54	GEREST/ DETRAN / UO 24201 / OE 4 / UO 24201 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - O índice foi alcançado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e da ações de policiamento e fiscalização de trânsito.</p> <p>2017 - O índice foi alcançado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito com ampla divulgação nas maiores mídias, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e da ações de policiamento e fiscalização de trânsito.</p> <p>2018 - O índice foi superado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e da ações de policiamento e fiscalização de trânsito.</p> <p>2019 - O índice foi superado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e da ações de policiamento e fiscalização de trânsito</p>													
1600 - SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)	NOTA		01/01/0001	ANUAL	4,5	4,4	4,5	3,9	4,5	3,5	4,5	4,4	DIRCONV/ DETRAN / UO 24201 / OE 4, 6 / UO 24201 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - O índice alcançado é justificado mediante a reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra implementados no call center, tornando o atendimento mais rápido e Dinâmico e consequentemente agradando os usuários</p> <p>2017 - A metodologia deste indicador foi modificada em virtude da realização de pesquisa de satisfação que aconteceu em 2016 e, em 2017, quando foi calculada a nota média de satisfação do usuário do Detran/DF. Em 2016, a nota média foi de 3,81. O ano de 2017 apresentou uma melhora de 0,9 pontos.</p> <p>2018 - A nota apurada, menor que a dos anos anteriores, se deve em parte em virtude de o aumento expressivo da demanda (220 mil atendimentos) mais que em 2017), o que gerou aumento no tempo de espera, cuja avaliação da nota caiu de 3,1 para 2,7.</p> <p>2019 - A nota apurada, maior que a dos anos anteriores bem próximo da meta desejada, se deve em face à disponibilização de mais serviços online, redução de espera na unidade de atendimento presencial o que gerou redução em torno de 8min no tempo de espera, cuja avaliação da nota aumentou de 3,5 para 4,4.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
1620 - SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)	NOTA		01/01/0001	ANUAL	4,5	4,4	4,5	3,9	4,5	3,5	4,5	4,4	DIRCONV/ DETRAN / UO 24201 /OE 4, 6 / UO 24201 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - O índice alcançado é justificado mediante a reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra implementados no call center, tornando o atendimento mais rápido e Dinâmico e consequentemente agradando os usuários.</p> <p>2017 - A metodologia deste indicador foi modificada em virtude da realização de pesquisa de satisfação que aconteceu em 2016 e, em 2017, quando foi calculada a nota média de satisfação do usuário do Detran/DF. Em 2016, a nota média foi de 3,81. O ano de 2017 apresentou uma melhora de 0,9 pontos.</p> <p>2018 - A nota apurada, menor que a dos anos anteriores, se deve em parte em virtude de o aumento expressivo da demanda (220 mil atendimentos) mais que em 2017), o que gerou aumento no tempo de espera, cuja avaliação da nota caiu de 3,1 para 2,7.</p> <p>2019 - A nota apurada, maior que a dos anos anteriores bem próximo da meta desejada, se deve em face à disponibilização de mais serviços online, redução de espera na unidade de atendimento presencial o que gerou redução em torno de 8min no tempo de espera, cuja avaliação da nota aumentou de 3,5 para 4,4.</p>													
1737 - TEMPO MÉDIO DE ESPERA NO ATENDIMENTO DO DETRAN/DF	MINUTO	30	31/05/2017	MENSAL	-	-	25	31	23	69	20	43	DIRCONV/CGATE/DETRAN/UO 24201/OE 4 / UO 24201 / OE 4
<p>Justificativa: 2017 - A devolução, em 2017, de 27 servidores do SLU que prestavam serviço nas unidades de atendimento presenciais do Detran/DF foi determinante para o aumento no tempo de espera dos usuários refletindo, desta forma, no indicador.</p> <p>2018 - A nota apurada, menor que a dos anos anteriores, se deve em parte em virtude de o aumento expressivo do tempo de espera se deve especialmente a três fatores:1) Aumento da demanda (220 mil atendimentos) mais que em 2017), 2) Redução de servidores, que eram requisitados e que foram devolvidos e 3) Da dificuldade encontrada em utilizar o site do Detran, pelos os usuários.</p> <p>2019 - Embora tenha havido redução de 8 minutos, como consequência da disponibilização de mais serviços online, o índice não foi alcançado em razão de não haver aumento no número de atendentes, nem foi possível a abertura de novas unidades de atendimento.</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1100000,0	1500000,00	647333,34	563484,64
6166 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	1100000,0	1500000,00	647333,34	563484,64
9009 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE MULTAS DE TRÂNSITO	300000,0	600000,00	551551,73	551349,81
0001 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE MULTAS DE TRÂNSITO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	300000,0	600000,00	551551,73	551349,81
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	5031000,0	5766607,00	5766606,50	4968609,61
9557 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	5031000,0	5766607,00	5766606,50	4968609,61
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	5000000,0	5000000,00	3108303,16	3094687,61
0010 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	5000000,00	3108303,16	3094687,61
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	650000,0	650000,00	224276,84	224276,84
0015 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	650000,0	650000,00	224276,84	224276,84
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	12081000,00	13516607,00	10298071,57	9402408,51

Sentenças Judiciais

O Detran/DF celebrou o convênio de cooperação mútua com o TJDF para o repasse de recursos financeiros por esse órgão, com vistas à quitação de requisições de pequenos valores – RPs emitidas pela justiça.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	2500000,0	2505932,00	2505580,26	1926707,60
5288 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	2500000,0	2505932,00	2505580,26	1926707,60
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	190076608,0	191276608,00	188427653,63	187522323,21
8768 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	190076608,0	191276608,00	188427653,63	187522323,21
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	41200000,0	47200000,00	42204359,02	42204359,02
0022 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	41200000,0	47200000,00	42204359,02	42204359,02
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	49063235,0	68397997,00	57386554,78	49510654,46
0022 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	49063235,0	68397997,00	57386554,78	49510654,46
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1500000,0	11970000,00	9679540,90	7503520,90
2485 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	1500000,0	11970000,00	9679540,90	7503520,90
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15115000,0	18319170,00	15258310,76	10907777,96
2564 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	15115000,0	18319170,00	15258310,76	10907777,96
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	400000,0	400000,00	136060,0	132950,0
0045 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	400000,0	400000,00	136060,0	132950,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	10770000,0	18770000,00	18440055,00	14492381,76

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0009 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL DETRAN/DF- DISTRITO FEDERAL	700000,0	700000,00	550000,00	426930,73
0958 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- UTILIDADE PÚBLICA - DETRAN/DF- DISTRITO FEDERAL	9000000,0	16300000,00	16300000,00	12830151,19
8748 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PUBLICIDADE INSTITUCIONAL EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	70000,0	70000,00	3000,0	0
8749 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1700000,00	1587055,00	1235299,84
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	310624843,00	358839707,00	334038114,35	314200674,91

Administração Geral

1. Administração de serviços gerais

Digitalização de processos

- Processo de Habilitação: 1.168.658;
- Processo de Veículo: 12.579.381;
- Atas de Exames: 44.436;
- Notificação de Infrações: 228.672;
- Processos Administrativos: 2.855.769.

Gestão de documentos

- Geração de Processos (SEI) 79.416
- 100% dos processos no SEI
- Redução de 25% dos gastos com envio de correspondências via correios

Serviços de manutenção nas unidades Administrativas do Detran e das viaturas

- Adequações nas unidades;
- Instalações de pontos de rede e de tomadas elétricas;
- Limpeza das fossas;
- Troca de fechaduras;
- Substituições dos quadros elétricos;
- Troca de vidros das janelas;
- Instalação de placas de identificação;
- Adequação no sistema de águas pluviais;
- Manutenção corretiva e preventiva de 1.350 viaturas
- Reforma do ônibus de transporte de servidores do Detran/DF;
- Aquisição de mobiliário para a Autarquia.

2. Administração de Pessoal

- Capacitação continuada para 214 servidores por meio de cursos presenciais e a distância, tendo como destaque os seguintes temas: Sistema Eletrônico de Informações (SEI); Operadores do Equipamento de Incapacitação Temporária – Neuromuscular (Taser); Processo Disciplinar; Tomadas de Conta; Elaboração de Projeto Básico; Educação Financeira; Gestão e fiscalização de Contratos; Administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil com foco no Sistema de Gestão Governamental; Lei Complementar 840; Atendimento ao Público; Redação Oficial; Língua Portuguesa; Media Training; Transparência, ética e controle social; Programa de Formação em Ouvidoria; Técnicas de Condução e Organização de Reunião, dentre outros;
- Autuação, confecção e envio de 27 processos de concessão de aposentadorias ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (IPREV) para publicação;
- Promoção do III Programa de Orientação Para Aposentadoria, ocorrido nos meses de abril e maio, junto aos servidores que estão no abono de permanência e os que poderão de aposentar nos próximos cinco anos;
- Foram realizadas 21 novas contagens de tempo de contribuição/abono de permanência e várias conferências;
- Autuação, confecção de 74 processos de averbação de tempo de serviço/contribuição no segundo semestre;
- Autuação de 03 processos para emissão de Certidão de Tempo de Contribuição no segundo semestre;
- Autuação de 03 processos para emissão de Declaração de Tempo de Serviço no segundo semestre.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Comunicação Social

Foram divulgados à imprensa 401 releases, o que representa uma média de 33,41 textos produzidos por mês. Os novos projetos “Detran nas Cidades” e “Portal de Serviços” tiveram grande repercussão. Nesse período, foram veiculadas pela mídia 2.937 matérias relacionadas ao Departamento. Na categoria Notícias, foram realizadas 268 publicações no ano passado, período em que o portal do Detran na internet recebeu 798.175 mil visitas, o que representa 586.187 mil visitantes. Nesse espaço, a página mais visitada foi a do serviço “Consulta Veículo” com 251.587 mil acessos, mais até que a página inicial do site, que por sua vez registra 213.506 mil acessos.

Publicados 686 posts na página do Departamento no Facebook (<https://www.facebook.com/detrاندf/>), gerando um alcance de 1.793.488 visualizações, rendendo 63.944 interações. A produção intensa e constante de conteúdo proporcionou uma evolução de 6,97% no número de seguidores da página, que saltou de 19.860 curtidas para 21.246 likes. Considerando que a rede Facebook registrou uma tendência de queda, segundo última pesquisa Datafolha de abril de 2019, o fato de a página do Detran-DF possuir aumento é um dado positivo. Em todo ano de 2019, o post que obteve maior alcance orgânico foi sobre projeto da Escola Pública de Trânsito sobre CNH gratuita, em setembro, e alcançou 31.800 seguidores. Em novembro, o tema de credencial de autista foi o mais visualizado.

No Instagram, no ano passado, foram 49 postagens com alcance de 107.852 usuários. O perfil @detrاندfoficial iniciou 2019 com 4.123 seguidores e fechou o ano com 6.867, o que significa um aumento de 66% no número de internautas que seguem o Detran-DF na rede. Esse crescimento pode ser atribuído à ampliação do uso da ferramenta Stories – que são vídeos curtos de 15 segundos que ficam disponíveis pelo período de 24h – para a cobertura de eventos, transmissões ao vivo e divulgação de ações e serviços.

No Twitter, em 2019, a novidade foi a implementação do boletim diário de monitoramento do trânsito, em parceria com a Gercop. A Ascom também intensificou o acompanhamento em

tempo real do trânsito. Com destaque para a cobertura da Manifestação da Marcha das Margaridas e do alagamento das tesourinhas no período de chuvas. A maior atuação da Ascom na rede gerou um aumento de 96% no número de seguidores. Em janeiro de 2019, a conta do Detran possuía 2.707 seguidores e, no final do ano, totalizou 5.311.

Controle de Veículos e Condutores

O Detran-DF tem trabalhado para modernizar e otimizar os serviços prestados aos seus usuários. Nesse sentido, muitas demandas foram abertas com vistas à melhoria dos serviços prestados, visando ofertar segurança e praticidade à população.

- Criação, junto com a equipe da assessoria da Direção-Geral, do atendimento itinerante;
- Abertura de oficialização de demanda para aquisição de totens;
- Implantação e evolução do Portal de atendimento;
- Ampliação do horário de funcionamento dos postos
- Revisão do Manual de Atendimento e Cartas de Serviços
- Evolução da solução de Protocolo de Circulação(CRLV) com inclusão no portal de atendimento.
- Melhora na rotina de emissão do CRLV Digital.
- Melhora na rotina de emissão do CNH Digital;
- Implantação de 2ª e 3ª etapa da biometria;
- Solicitação de desenvolvimento de função de banca digital, processo digital de habilitação;
- Diminuição no índice de fraudes no processo de habilitação com a abertura de processos por servidores.
- Auditoria nas 340 placas de experiência registradas no sistema Getran;
- Aumento de Vistoria e Fiscalização de Credenciadas;
- Monitoramento e análise de Aulas teóricas e de prática veicular.
- Aumento quantitativo de 50% a 100% na análise de processos;
- Inclusão no Portal de Serviços, da identificação de condutor infrator e de concessão de advertência;
- Agendamento no atendimento ao usuário do serviço médico;
- Conversão de 22.329 notificações de penalidades em advertência com renúncia de R\$ 2.889.097,50 em favor do cidadão que comete poucas infrações.
- Implantação do sistema de validação facial para emissão de CNH;
- Desenvolvimento de ações de procedimentos e sistêmicas objetivando reduzir as fraudes de CNH.
- Disponibilização de informações acerca do histórico de veículos cadastrados no SNE;
- Melhoria do sistema RENAINF, atualizações e novas transações do manual RENAINF;
- Adequação do sistema de multas para recebimento/cadastramento de multas com a nova placa MERCOSUL.
- Encaminhamento dos processos de veículos ao Denatran por meio digital;
- Melhoria do sistema Renavam, atualizações e novas transações do manual Renavam;
- Atualização dos dados cadastrais dos veículos na base ampliada BIN, permitindo a emissão de CRLV.

Fiscalização Administrativa

- Em 2019, priorizou-se no primeiro semestre a vistoria de renovação do credenciamento dessas entidades anual juntamente com a fiscalização de mais de 400 entidades: Centros de Formação de Condutores, Clínicas para obtenção e renovação de CNH, áreas de treinamento prático de direção veicular, concessionárias de veículos

e oficinas mecânicas quanto à utilização de placas de experiência e fabricantes de placas automotivas.

- No segundo semestre, visando verificar o pleno funcionamento da entidade nos moldes das legislações, focou-se nas atividades de fiscalização, realizando, com isso, pelo menos mais um deslocamento a essas entidades credenciadas.
- Foram realizadas auditorias nas 340 placas de experiência registradas no sistema da Autarquia para verificação, identificação e correção de possíveis irregularidades.
- Monitoramento e análise de todas as aulas teóricas e práticas em contingência, tendo como resultado a homologação ou o indeferimento destas etapas do processo de ensino e aprendizagem.

Unidade de Controle Interno

No exercício de 2019, com apoio da UCI, foi realizada auditoria baseada em riscos, nos termos da determinação do Subcontrolador de Controle Interno do Distrito Federal. As conclusões constantes do Informativo de Ação de Controle nº 06/2019 - DARIS/CORIS/SUBCI/CGDF nortearão a gestão de riscos da Autarquia no ano de 2020.

Foi realizada parceria com a Escola de Governo para ministrar um curso específico de gestão de contratos para os servidores do Detran-DF que exercem a função de executor. A iniciativa deverá se repetir em 2020, com outros cursos de aperfeiçoamento profissional.

Ouvidoria

- Bate-papo com a Ouvidoria - realizado dia 1º/04/2019, Objetivando atender e orientar os servidores a atuar no Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal – OUV-DF. O evento contou também com a valiosa participação de membros da equipe da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal. Houve a necessidade de realizar em razão de problemas quanto ao cumprimento de prazos de resposta das demandas por alguns setores e, principalmente pelo fato de alteração de lotação de servidores em vários setores.
- I Seminário de Ouvidoria - Realizado em 17/09/2019 – Teve como objetivo principal divulgar os serviços de competência do órgão, realizados por servidores de diversas áreas do órgão, para os Ouvidores dos órgãos e entidades do Distrito Federal, suas equipes e os Administradores das Administrações Regionais, em sua maioria, novos integrantes nas ouvidorias. O Seminário foi composto por 06 (seis) palestras, contemplando temas das diversas áreas de atuação da Autarquia.
- Atualização da Carta de Serviços ao Cidadão
- Lei de Acesso à Informação - LAI
- A Autarquia premiada pela 2ª vez (2018 e 2019) com o prêmio ITA - Índice de Transparência Ativa, por cumprir 100.
- 4º Concurso "Melhores práticas em Ouvidoria - Apresentação de dois projetos no 4º Concurso "Melhores Práticas em Ouvidoria", promovido pela Ouvidoria-Geral do Distrito Federal: I Seminário de Ouvidoria: Conhecendo o DETRAN-DF e a Divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão – QR CODE.
- Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal - OUV-DF - Foi registrado um total de 12.144 manifestações sendo: Reclamação 8.382; solicitação 2.847; Sugestão 310; Informação 272; Elogio 246; Denúncia 87. As formas de entrada foram: Telefone 5.542; Internet 5.025; Presencial 1.493; Protocolo 50; Ouvidoria Itinerante 26; Mídia 8. Os assuntos mais solicitados, por ordem de classificação foram: 1º Emissão de CNH; 2º Veículo estacionado em local irregular; 3º Emissão de CRLV; 4º Quebra-molas; 5º Veículo abandonado; 6º Sinalização de trânsito em vias públicas; 7º Funcionamento de órgão público; 8º Fiscalização de som automotivo; 9º Fiscalização – Poluição sonora; 10º Multa de trânsito. O índice de Resolutividade alcançado em 2019 foi de 29% - a meta proposta pela Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, de 40%.
- Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC - Foi registrado um total de 439 pedidos de informação, sendo: Concedidos 216; Negados 207; Em trâmite 16.

Corregedoria

As competências e atribuições são voltadas para as atividades correicionais e disciplinares por meio de comissões instauradas para análise de Processo Administrativo Disciplinar, Sindicâncias e Tomada de Contas Especiais.

Em 2019 foram levantados inicialmente:

- 28 processos finalizados;
- 42 processos prontos para serem instaurados;
- 75 processos em análise com as comissões ou em fase de elaboração de Informação Técnica a serem submetidos a decisão;
- 40 processos em fase de investigação preliminar;
- 22 denúncias recebidas a serem convertidas em processos de apuração;
- Diante dos desafios, quantidades e complexidade dos processos de cada caso, a Autarquia buscou aproximação com demais Unidades de Corregedoria do Governo do Distrito Federal: PCDF, PM, SLU, Codeplan, MPDFT e PRF, entre outros;
- 09 recomendações enviadas às áreas afins;
- 03 visitas visando relatório de correição;

Resumo das atividades em 2019	
Situação	Quantidade
Investigação/apuração	23
Sugestão de TCA	01
Aguardando instauração	29
Em curso	50
Instrução Prévia	06
Para julgamento	42
Arquivamento	25
Penalidade aplicada	01
Para julgamento/providências	06

Estatística de Trânsito

- Critica das Ocorrências Policiais: Foram analisados 59.946 boletins de ocorrências policiais. Para formar o banco de acidentes de trânsito são realizadas as criticas desses boletins de ocorrências sendo a primeira etapa verificar as inconsistências dos dados como a inclusão dos dados pessoais, dados de habilitação e exames toxicológicos dos envolvidos nos acidentes de trânsito (condutores e vítimas). Além dessas informações também são inseridos dados do endereço e georreferenciamento dos acidentes. Se ocorreram em faixa de pedestre, semáforo, passarela e outros. E também, tipologia dos veículos envolvidos.
- Pesquisa de campo: numa segunda etapa faz-se necessário ir a campo para elucidar dúvidas sobre os acidentes fatais. Até a data de referência foram investigadas 84 ocorrências fatais, com média de 1,2 visitas por ocorrência. Essa investigação ocorre para os seguintes questionamentos: se a ocorrência foi de trânsito, se ocorreram no Distrito Federal, qual o endereço do acidente e outros. Além dessa investigação a equipe ainda realiza pesquisas de perfil dos atores do trânsito e das vias. Nesse período foi realizada e concluída a pesquisa de Pedestres.
- Produtos Estatísticos: No ano de 2019, foi concluído o anuário estatístico de acidentes de trânsito de 2018. Foram 564 informativos fixos, como exemplos temos: o acompanhamento semanal de acidentes de trânsito com vítimas fatais encaminhadas os gestores das pastas interessadas. Série histórica dos acidentes de trânsito ocorridos no DF de 2000 ao ano atual e acidentes por via que estão publicados no sítio eletrônico do Detran. Outros produtos são solicitados diariamente e que não são contabilizados nesses documentos. Para atender a imprensa, a comunidade e aos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito. Sendo uma média mensal de 10 solicitações, ou seja, 120 demandas por ano.

- **Considerações finais:** As estatísticas são para o Distrito Federal todo, incluindo Vias Urbanas, Rodovias Distritais e Rodovias Federais. Em 2019 o número de vítimas fatais reduziu 0,4% nas vias do DF comparado com o ano de 2018. Até 22 de dezembro foram 273 vítimas fatais em 2019 e 274 vítimas fatais em 2018. E para as vítimas feridas uma redução de 0,9%. Até 31 de maio foram 3.767 vítimas feridas em 2019 e 3.803 vítimas feridas em 2018. Em relação ao tipo de envolvimento das vítimas fatais. Em 2019 a principal vítima foi o pedestre, em 2019 foram 87 pedestres mortos e 2018, 103 (redução de 15%), seguido dos motociclistas, em 2019 foram 83 e 2018, 60 (aumento de 38%). Os demais envolvidos: foram 21 ciclistas mortos em 2019 e 2018, 19 (aumento de 10%). Demais condutores mortos em 2019 foram 41 e 2018, 59 (redução de 30%). E passageiros mortos em 2019 foram 40 e 2018, 33 (aumento de 21%). Em 2019 tivemos uma vítima fatal que não se encaixa em nenhuma classificação. Outro ponto a ser observado é o índice de mortos por 100 mil habitantes. Em dezembro de 2018, o DF apresentou um índice de 9,3 mortos para cada 100 mil habitantes. E para 2019, preliminarmente, o mesmo índice está em 9,05. Esses resultados, ainda que não sejam o ideal, foram alcançadas pelas parcerias realizadas pelo Detran ao longo do ano. Informamos que esses dados são preliminares, pois conforme a ABNT 10.697, são considerados acidentes de trânsito com vítima fatal aqueles acidentes em que a vítima falece em razão das lesões e/ou decorrentes do acidente no momento ou até 30 dias após a ocorrência do mesmo.

Licitações: Realizadas e/ou em Andamento

Numero	Ano inicial	Objeto da licitação	Valor estimado	Andamento	Valor Homologado	Observações
18	2018	Serviços de Manutenção do Sistema de Controle Semafórico do Distrito Federal	18.365.007,42	Em andamento		Em andamento - Aguardando Decisão do TCDF para homologar
1	2019	Aquisição de Uniformes	1.054.063,53	Em andamento		Em andamento
2	2019	serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	8.559.643,20	Revogado		Revogado
3	2019	manutenção preventiva e corretiva em central telefônica Hipath 3800 marca SIEMENS	96.628,50		31.185,00	Concluído
4	2019	Serviços de Dedetização	118.860,17		30.488,00	Concluído - Homologada
5	2019	Aquisição de material - NUEST	572.422,40		502.647,67	Concluído - Homologado
6	2019	Serviços de Emplacamento	762.629,76	Suspensão		Suspensão
7	2019	Serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica nas vias urbanas do distrito federal com uso do registrador eletrônico de infrações de trânsito REIT III "Avanço de Sinal".	25.714.413,90	Suspensão		Suspensão

Programas e Ações Comunitárias

O Detran recebe demandas públicas diversas com predominância nas áreas de engenharia, fiscalização e educação de trânsito de órgãos públicos, dos cidadãos, das reuniões dos Conselhos de Segurança Comunitária – Consegs e de entidades públicas e privadas. Dentre esses órgãos, destacam-se as demandas oriundas, sobretudo, das Administrações Regionais

– Ra's e Secretárias de Estado do Distrito Federal. Todavia, é importante mencionar que existem várias demandas que são oriundas também de condomínios, de prefeituras de quadra, da comunidade, de empresas privadas e de órgãos públicos que compõem a estrutura do DF e da União.

Foram realizadas 235 reuniões formais, nas Regiões Administrativas, compostas por representantes do Detran/DF e demais Órgãos de Segurança Pública, com o intuito de atender as demandas da população do Distrito Federal.

Autarquia realiza a interlocução das principais áreas envolvidas com a comunidade ou órgãos e entidades públicas e privadas. Ressalta-se que são realizadas reuniões nas Administrações Regionais e demais órgãos interessados. Nesse contexto, é fundamental detalhar que, hodiernamente, existem 33 Regiões Administrativas, as quais são atendidos 2.534 processos, em 2019, relacionados:

- A Engenharia de Trânsito: 1.986 (mil novecentos e oitenta e seis);
- Policiamento e Fiscalização: 373 (trezentos e setenta e três);
- Educação de Trânsito: 97 (noventa e sete)
- Demais áreas do Detran: 38 (trinta e oito) relacionados à Cooperação Técnica e 40 (quarenta).

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Detran/DF considera que as realizações de 2019 foram positivas na busca por segurança e fluidez no trânsito, contribuindo para melhor qualidade de vida.

- Em 2019 o número de vítimas fatais foi reduzido em 0,4% se comparado aos números de 2018. Até dezembro foram 273 vítimas fatais, contra 274 vítimas em 2018. Com relação a vítimas de ferimentos, a redução foi de 0,9%.
- Neste ano, as principais vítimas de acidentes fatais foram pedestres - 87 vítimas fatais (redução de 15% em relação ao ano anterior), seguidos dos motociclistas - 83 vítimas fatais (aumento de 38% em relação ao ano anterior). Os demais envolvidos foram: ciclistas - 21 mortos (aumento de 10%); demais condutores - 41 mortos (redução de 30%); e passageiros - 40 mortos (aumento de 21%).
- Outro ponto a ser observado é o índice de mortos por 100 mil habitantes. Em dezembro de 2018, o DF apresentou um índice de 9,3 mortos para cada 100 mil habitantes. O índice de 2019 (preliminar) é de 9,05 mortos por 100 mil habitantes.

Observação: Os dados são preliminares - conforme a ABNT 10.697, são considerados acidentes de trânsito com vítima fatal aqueles acidentes em que a vítima falece em razão das lesões e/ou decorrentes do acidente no momento ou até 30 dias após a ocorrência do mesmo.

24901 - FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal foi definido no Art.3º do Decreto Distrital nº 31.646, de 06 de maio de 2010, que regulamenta o artigo 32 da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, a qual trata da assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao policial militar do Distrito Federal, seus dependentes legais e aos pensionistas.

O policial militar do Distrito Federal, seus dependentes legais e os pensionistas têm direito à assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social, sob a forma ambulatorial, hospitalar ou domiciliar, conforme as condições estabelecidas em lei, no Decreto 31.646/2010, e nas regulamentações específicas da Corporação.

A assistência médico-hospitalar, odontológica, psicológica e social a ser prestada ao policial militar, seus dependentes legais e aos pensionistas será proporcionada, nos termos do artigo 2º do Decreto supracitado, através das seguintes organizações de saúde:

- I. da Polícia Militar do Distrito Federal;
- II. da assistência social da Corporação, quando existente;
- III. do meio civil ou militar, especializadas ou não, públicas ou privadas, mediante contrato, convênio ou credenciamento;
- IV. do exterior, especializadas ou não.

A Polícia Militar do Distrito Federal contará, nos termos do artigo 17 do referido Decreto, para a assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social aos policiais militares, aos seus dependentes legais e aos pensionistas, com recursos financeiros oriundos de:

I - Dotações orçamentárias consignadas no orçamento da União por intermédio de propostas anuais da Corporação, constituídas de:

- a) recursos financeiros previstos com base no produto do fator de custos de atendimento médico-hospitalar e médico-domiciliar pelo número de militares, da ativa e da inatividade, dos seus dependentes legais e dos pensionistas;
- b) recursos financeiros específicos para o custeio de contratos, convênios ou credenciamentos;
- c) outros recursos que visem à assistência médico-hospitalar;

II - Receitas extraorçamentárias provenientes de:

- a) contribuições mensais para os fundos de saúde;
- b) indenizações de atos médicos, paramédicos e serviços afins;
- c) receitas provenientes da prestação de serviços médico-hospitalares mediante convênios, contratos e/ou credenciamentos;
- d) receitas provenientes de outras fontes.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	120	120
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	120	120

Da força de trabalho especificada acima, 120 policiais militares compõem o Quadro de Saúde da Corporação, sendo dividido em:

- a) 115 oficiais
- b) 05 praças.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4057 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	0	1517966,0	193940,83	113305,18
0005 - ASSISTÊNCIA MÉDICA-APOIO À ASSISTÊNCIA MÉDICA À POLÍCIA MILITAR - PMDF-DISTRITO FEDERAL	0	1517966,0	193940,83	113305,18
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	0,00	1517966,00	193940,83	113305,18

Dentro do Fundo de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal a dotação orçamentária destina-se a complementar a assistência médica e odontológica da Corporação.

Neste exercício foi autorizado para investimentos na assistência médica o valor de R\$ 1.517.966,00 (hum milhão, quinhentos e dezessete mil, novecentos e sessenta e seis reais), da fonte 732 dos recursos de emendas parlamentares do Tesouro Federal.

O orçamento/recurso destinado à ação orçamentária nº 4057 é proveniente do convênio nº 825869/2015, firmado entre o Ministério da Saúde e a Polícia Militar do Distrito Federal, tendo como objeto a compra de material permanente e equipamentos para o Centro Odontológico da PMDF. São recursos oriundos de emenda federal que chegaram na PMDF através de transferência voluntária.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Departamento Médico da Polícia Militar do Distrito Federal atende cerca de 70 mil usuários entre policiais militares da ativa, inativos, dependentes e pensionistas e engloba as áreas médicas, odontológicas, assistência social entre outras.

Oferece convênios e credenciamentos com empresas de saúde da rede particular do Distrito Federal e gerencia projetos e contratos para o ideal funcionamento do novo Centro Médico.

Com o intuito de melhor atender toda a família Policial Militar, a Corporação, por meio do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal (DSAP), deu maior transparência e comodidade ao usuário do sistema, passando a utilizar um novo sistema de marcação de consultas, através do qual os usuários podem marcar suas consultas via web.

Desta forma, deixou-se de utilizar o sistema de marcação por ligação telefônica, o qual era alvo de constantes reclamações dos usuários.

O Centro Odontológico encontra-se em processo de reforma e ampliação e será um complexo de captação de tratamentos especializados e de procedimentos não realizados nas Unidades Descentralizadas de Odontologia distribuídas no Distrito Federal.

As Unidades Descentralizadas de Odontologia pertencem ao Programa de Descentralização do Atendimento Odontológico da Polícia Militar do Distrito Federal e tem o objetivo de levar o atendimento Odontológico para mais perto da família policial militar nas cidades satélites, transformando o Centro Odontológico num Centro de Especialidades Odontológicas.

Atualmente as Unidades Descentralizadas de Odontologia são compostas por 22 (vinte e dois) consultórios odontológicos distribuídos em Organizações Policiais Militares localizadas no 2º BPM (Taguatinga), 13º BPM (Sobradinho), 17º BPM (Águas Claras), 9º BPM (Gama), 10º BPEsc (Águas Claras), Colégio Militar Tiradentes (CTPMDF), CMed (Centro Médico - Setor Policial Sul), anexo ao Cmed (antigo Laboratório) e as UNAMPROS, além da Radiologia Odontológica no Centro de Diagnóstico da Polícia Militar do Distrito Federal.

Para as crianças, o Centro Odontológico desenvolve o projeto Sexta-Feira Sem Cárie, destinado ao atendimento de crianças de 0 a 12 anos, nas instalações do Colégio Militar Tiradentes. O programa tornou-se referência dentro da corporação, muito elogiado pelos seus usuários.

O Centro de Assistência Social - CASo tem como objetivo resgatar e promover o bem-estar biopsicossocial dos integrantes da corporação, bem como a de seus dependentes. Para isto, conta com uma equipe multidisciplinar capacitada para melhor atender nossos policiais, construindo assim uma instituição mais saudável e alicerçada em valores éticos.

Atualmente são oferecidos programas que auxiliam no resgate da autoestima, na promoção da saúde, e na recuperação e desenvolvimento do potencial humano.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A) Orçamento da Assistência Médica e Odontológica da Corporação:

A Polícia Militar do Distrito Federal vem recorrentemente enfrentando problemas de insuficiência de recursos em sua assistência médica e odontológica. Isto se deve a um erro no cálculo do valor per capita da vida por parte da Subsecretaria do Tesouro do GDF, quando da elaboração da proposta orçamentária da Corporação. Muito embora a Polícia Militar do Distrito Federal por meio do seu Estado Maior informe o valor correto de quantidade de vidas, esses números não são levados em consideração, sendo imposto à Corporação valores que estão muito aquém do valor proposto, e essa imposição reflete na real necessidade da corporação. Assim, recorrentemente a Polícia Militar do Distrito Federal enfrenta dificuldades nesta área, inclusive com suspensão dos serviços prestados, o que traz prejuízos a assistência à saúde dos servidores e de seus dependentes.

Convém salientar que, para a manutenção da assistência médica - odontológica aos policiais militares, pensionistas e seus dependentes legais do exercício de 2019, foram utilizados os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) / Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

B) Obstáculos na gestão do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal (DSAP)

Em razão da falta de pessoal nas áreas de planejamento, controle e fiscalização de contratos: Um dos grandes problemas na área de pessoal que compõe a área administrativa do Departamento é o absenteísmo, que tem prejudicado a administração da PMDF assim como o próprio DSAP. Se compararmos o efetivo existente no Departamento com a quantidade de policiais militares apartados por conta de afastamentos médicos, o quadro se apresenta crítico, mostrando de forma clara que as condições de funcionamento são baixas:

Situação Do Pessoal Empregado No Departamento De Saúde E Assistência Ao Pessoal - 2019

Unidade	Total	Aptos	Restrição Médica	Efetivo Em Condições	LTSP	Percentual
DSAP	33	16	09	25	08	24,24%
DPGC	42	19	12	31	11	26,19%
DEOF	22	07	05	10	10	45,45%

Além disso, numa comparação de efetivos entre ordenadores de despesas na Polícia Militar do Distrito Federal, o Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal é o que possui menor efetivo com atribuições administrativas - desconsiderando os órgãos de apoio de cada setor e as Diretorias de Assistência Médica (DAM/DSAP) e de Assistência Odontológica (DAO/DSAP). Por exemplo, atualmente o efetivo do Departamento de Logística e Finanças, segundo dados estabelecidos no Sistema de Gestão de Pessoal da PMDF (Gepes), supera em mais de 100 (cem) policiais militares o efetivo do DSAP/PMDF (excluindo-se os órgãos de apoio, pois não planejam e nem realizam execução contratual).

Essa temática está sendo avaliada no processo SEI/GDF n.º 00054-00083569/2019-21 e processo SEI/GDF n.º 00054-00064127/2019-86. Neste processo o Diretor de Planejamento e Gestão de Contratos (DPGC/DSAP) pede a apresentação de 24 (vinte e quatro) policiais militares para fins de recomposição da Seção de Planejamento, Seção de Gestão de Contratos, Seção Administrativa, Seção de Contas Médicas, Seção de Acompanhamento de Contratos, Seção de Credenciamento, Subseção de Pregão, Subseção de Aquisição de Bens e Serviços e Seção de Ressarcimento e Indenização. No mesmo processo, o Diretor de Execução Orçamentária e Financeira (DEOF) pede a apresentação de 14 (quatorze) policiais militares para fins de recomposição da Seção de Execução Orçamentária e Financeira, Seção de Contabilidade, Subseção de Conformidade. E no próprio Departamento, a recomposição do efetivo para suprir a Seção Administrativa, o Gabinete e a Assessoria Técnico-Jurídica. Essa descrição está pormenorizada no documento SEI/GDF nº 28899249.

Nesse panorama, fica enfatizado que o Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal necessita urgentemente de aporte de oficiais e praças em quantidade e com qualificação necessária para fazer frente às massivas demandas administrativas inerentes a área e para contrapor adequadamente os desacertos encontrados.

C) Pessoal empregado na área de assistência à saúde na Polícia Militar do Distrito Federal:

Atualmente só há 75 (setenta e cinco) profissionais ocupando as 228 (duzentas e vinte e oito) vagas disponíveis nos quadros da área médica, de especialistas e auxiliares de saúde da Polícia Militar do Distrito Federal, apesar da previsão de colocação de 228 (duzentas e vinte e oito) profissionais. Fica evidente que a quantidade de profissionais prevista nos quadros da Polícia Militar do Distrito Federal é insuficiente para atender aos 70.000 (setenta mil) beneficiários do sistema de assistência da Corporação. Isso é agravado sobremaneira porque os quadros não estão preenchidos. Nessa seara, de forma provisional e considerando o princípio da continuidade do serviço público, a Polícia Militar do Distrito Federal tem utilizado servidores nomeados em cargos em comissão e policiais militares de outros quadros para suprir minimamente determinadas lacunas.

Nota-se que, apesar da carência de pessoal, a produtividade dos militares alocados nos quadros da área de saúde da Polícia Militar do Distrito Federal é significativamente positiva. Estes profissionais trabalham principalmente no ambulatório do Centro Médico (CMed), no Centro de Perícias e Saúde Ocupacional (CPSO) e no Centro de Promoção de Qualidade de Vida (CPQV) da PMDF. Ao lado dos profissionais da área médica, há quadro de dentistas, que apesar de possuírem quadro próprio (subdivisão do quadro de saúde), deveriam usufruir do mesmo pessoal de apoio da área médica, mas acabam por compartilhar apenas problemas similares. Os oficiais dentistas atuam em unidades descentralizadas de atendimento, visto que o Centro Odontológico (CO) está desativado.

Atendimentos Realizados aos Usuários dos Sistemas de Saúde da Corporação e Pela Rede Credenciada - 2019						
Meses	CMED	CPSO	CPQV	Centro Odontológico	Rede Credenciada	Total
JANEIRO	4.358	2.054	722	2.226	20.508	29.868
FEVEREIRO	4.398	1.997	652	2.376	21.554	30.977
MARÇO	3.914	1.929	660	2.569	17.936	27.008
ABRIL	4.364	2.174	1.619	2.224	30.897	41.278
MAIO	4.249	1.816	1.355	2.249	28.602	38.271
JUNHO	4.017	2.174	1.140	1.851	29.389	38.571
JULHO	4.451	2.036	455	2.203	24.897	34.042
AGOSTO	4.833	1.961	411	2.575	25.843	35.623
SETEMBRO	4.009	1.922	317	2.451	26.043	34.742
OUTUBRO	4.063	2.180	1.773	2.527	24.798	35.341
NOVEMBRO	2.150	1.727	162	1.715	21.044	26.798
DEZEMBRO	2.881	1.162	116	1.689	*	5.848
Total Anual	47.687	23.132	9.382	26.655	271.511	378.367

* De acordo com o Ofício BENNER N° 004/2020, datado de 06/01/2020, os dados referentes ao mês de dezembro de 2019, não foram inseridos, pois somente estarão disponíveis em fevereiro de 2020.

Cabe destacar aqui a dificuldade para fazermos a execução do recurso de emenda federal, sobretudo porque este recurso especificamente só pode ser utilizado para aquisição de equipamento e material permanente catalogado pelo Ministério da Saúde e em sua maioria não atende às necessidades do Centro Odontológico. Nota-se, portanto, que o processo para aprovação e alocação deste recurso no orçamento do GDF é burocrático e moroso, devendo ser remodelado.

24902 - FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Saúde do CBMDF, na forma da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 e da Lei nº 11.134, de 15/07/2005, bem como o estabelecido no Decreto nº 4.628, de 19 de abril de 1979, tem como finalidade custear as despesas referentes a atendimentos médicos e odontológicos dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes, de forma a complementar os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que também possuem tal destinação.

O Fundo de Saúde tem como estratégia exclusiva a previsão legal de complementar os recursos destinados pelo Fundo Constitucional do DF à assistência médica dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes. Com os recursos conjuntos busca-se o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial por meio de credenciamento e contratações de clínicas, hospitais, aquisições de materiais médicos diversos, bem como a contratação e aquisição dos demais bens e serviços que se fizerem necessários.

O Estatuto Bombeiro-Militar, Lei 7.479/1986, veio definir o direito à Assistência médico-hospitalar aos militares e seus dependentes, conforme abaixo:

Art 51. São direitos dos bombeiros-militares:

...

IV - nas condições ou limitações impostas na legislação e regulamentação específica ou peculiar:

...

e) a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem assim o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários.

Fonte: Diretoria de Saúde do CBMDF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	65	0	2.171	3.523	5.759
Comissionados sem vínculo efetivo	52	0	0	0	52
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	61	0	61
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	117	0	2.232	3.523	5.872
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	167	0	167
Total Geral	117	0	2.232	3.523	5.872

Ao final de 2019, a força de trabalho do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) teve um acréscimo de 38 (trinta e oito) servidores, contudo, ainda há um déficit considerável de servidores frente à força de trabalho da Corporação.

A recomposição do efetivo, por força do estabelecido no Anexo III da Lei 12.086/2009, encontra-se limitado ao ingresso anual de 377 militares, em consequência, no ano de 2019 foram incorporados 348 novos militares.

Visando a manutenção dos padrões de excelência nos serviços prestados pela corporação, mesmo com o estado atual em que se encontra seu efetivo, o CBMDF faz uso do Serviço Gratificado voluntário, regulamentado pelo Decreto nº 24.619, de 26 de maio de 2004 e a força de trabalho de militares inativos em cargo em comissão, regulamentado pelo Decreto nº 36.299, de 22 de janeiro de 2015.

Ressalta-se que os cargos comissionados foram criados com finalidade estratégica, com o intuito de melhorar o tempo resposta e o atendimento ao público nos serviços do "193". Essas nomeações asseguraram a continuidade do serviço público, promovendo a utilização efetiva dos recursos que foram disponibilizados. A Prestação de Tarefa Por Tempo Certo (PTTC) tratada na Lei 12.086, de 6 de novembro de 2009 e regulamentada por meio do Decreto Distrital nº 31.856, de 30 de junho de 2010, também é um serviço utilizado pela Corporação para somar a força de trabalho, sendo o seu efetivo controlado pela Diretoria de Inativos e Pensionistas.

Foi publicada no DODF Nº 237, de 13 de dezembro de 2019, a prorrogação do prazo de validade do concurso público para matrícula no Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares (CFOB), do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Combatentes, tendo em vista a data de homologação contida no Edital nº 025, de 18 de dezembro de 2017, publicado no DODF nº 241, de 19 de dezembro de 2017. Tal prorrogação permitirá a convocação de novos Oficiais para recompor o efetivo, o que demonstra o compromisso do CBMDF com a manutenção da prestação dos serviços a comunidade.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoal do CBMDF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4057 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	0	3420634,0	3420634,00	3103711,17
0004 - ASSISTÊNCIA MÉDICA-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS POR HOSPITAIS E CLÍNICAS CREDENCIADAS AOS MILITARES, DEPENDENTES E PENSIONISTAS DO CBMDF-DISTRITO FEDERAL	0	3420634,0	3420634,00	3103711,17
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	0,00	3420634,00	3420634,00	3103711,17

Desde o Acórdão TCU 2.631/2010-Plenário, o Fundo de Saúde do CBMDF (UG 220902 - FS-CBMDF) não recebe dotação inicial na lei orçamentária do GDF. Todo o orçamento destinado é oriundo de Superávit Financeiro apurado em balanços patrimoniais anteriores a 2011 e que vem sendo administrado como reserva desde então.

No exercício de 2019, foi autorizada a realização de despesas para o Fundo de Saúde do CBMDF no valor de R\$ 3.420.634,00 (três milhões, quatrocentos e vinte mil, seiscentos e trinta e quatro reais). Esta verba foi autorizada pela Secretaria Adjunta de Orçamento/SEFP/DF (processo SEI 00053 00002337/2019-17) e conforme Lei nº 6.336, de 30 de julho de 2019, a favor do Fundo de Saúde do CBMDF, objetivando incorporar ao orçamento do Distrito Federal o superávit financeiro apurado, conforme estatui o art. 24 do Decreto nº 32.598, de 15/12/2010.

a.- Nas policlínicas e unidades da DISAU do CBMDF

As ações executadas nas dependências dos órgãos subordinados à Diretoria de Saúde são realizadas para atender o disposto na alínea e, do Inciso IV do artigo 51 da lei 7479/1986 - Estatuto Bombeiro-Militar, conforme abaixo:

Art 51. São direitos dos bombeiros-militares:

...

IV - nas condições ou limitações impostas na legislação e regulamentação específica ou peculiar:

...

e) a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem assim o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários;

Assim, para atender ao previsto no Estatuto Bombeiro-Militar, a Diretoria de Saúde da Corporação gerencia 5 (cinco) órgãos que prestam serviços de assistência à saúde dos militares, dependentes e pensionistas, função que foi estabelecida por meio do Decreto Federal nº 7.163/2010 que reorganizou a estrutura do CBMDF.

O referido decreto reafirmou que a DISAU é um órgão de direção que tem como incumbência as atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas.

Assim, estão subordinados à DISAU os seguintes órgãos com as respectivas funções institucionais previstas na Portaria - CBMDF nº 93, de 21 de dezembro de 2011:

- POLICLÍNICA MÉDICA - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência médico-hospitalar e, em caráter excepcional, a médico-domiciliar, aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.
- POLICLÍNICA ODONTOLÓGICA - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência odontológica aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.
- CENTRO DE ASSISTÊNCIA BOMBEIRO MILITAR - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade o assessoramento aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação no atendimento às contingências sociais e às necessidades básicas, com vistas à garantia dos mínimos sociais.
- CENTRO DE CAPACITAÇÃO FÍSICA - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização de atividades ligadas ao treinamento físico militar, avaliação física, treinamento desportivo e áreas correlatas à capacitação ao exercício da profissão bombeiro militar.
- CENTRO DE PERÍCIAS MÉDICAS - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização das inspeções e perícias médicas, sendo responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e controle de todas as atividades médico-periciais desenvolvidas no CBMDF.

Foram executadas consultas diversas ambulatoriais, exames de laboratório, consultas e procedimentos odontológicos, fisioterápicos e pequenas cirurgias, realizados no âmbito da Policlínica do CBMDF.

b. Na rede credenciada

Dadas as limitações da POMED em termos de profissionais, equipamentos ou complexidade e a necessidade de assistência integral à saúde, os serviços na rede credenciada têm por finalidade prestar os serviços hospitalares eletivos, urgência e emergência, cirurgias diversas, internações, exames de imagem, clínicos, ressonâncias, oncologia, tratamentos psiquiátricos e de dependência química, entre outros.

Atualmente, o Sistema de Saúde do CBMDF, além de hospitais e clínicas credenciadas, conta também com fornecedores de materiais médicos, odontológicos, hospitalares e farmacêuticos. As clínicas credenciadas são regidas pelo edital de credenciamento nº 001/2011-CBMDF e também pelo Edital nº001/2018, uma seleção de 63 clínicas e hospitais credenciados.

Embora complementar, a prestação de serviços por meio de empresas credenciadas é a principal atividade da Diretoria de Saúde, em razão do grande volume de recursos dispensado, consumindo parte expressiva de todo o orçamento da diretoria, somando FCDF e FS-CBMDF, conforme tabela abaixo:

Valores empenhados para credenciamento: em 2019

- Valor Autorizado Custeio e Investimento = 96.131.254,00
- Valor Empenhado para Credenciamento (Incluindo DEA) = 88.477.217,69
- Percentual do Orçamento Destinado para Credenciamento = 92%

*SIAFI Operacional.

Fonte: Diretoria de Saúde do CBMDF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Execução do Fundo Constitucional do Distrito Federal

Execução Orçamentária e Financeira no SIAFI fonte 106.

Ação/Subtítulo Q	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
0903 - Assistência Médica	0,00	7.006.809,00	7.006.809,00	6.579.572,70	
00FI - Assistência Médica/Odontológica aos militares e dependentes	0,00	7.006.809,00	7.006.809,00	6.579.572,70	
TOTAL	0,00	7.006.809,00	7.006.809,00	6.579.572,70	

Após a publicação do ACÓRDÃO Nº 2631/2010 - TCU - Plenário, aquela corte de Contas entendeu que o orçamento do Fundo de Saúde, por ser oriundo do Fundo Constitucional do Distrito Federal deveria ser executado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), conforme o Item 1.5.1 do acórdão:

1.5.1. "o registro da execução orçamentária e financeira dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI inicie-se a partir de 1º de janeiro de 2011";

Com isso, os valores arrecadados anualmente não integram mais as ações executadas no Sistema de Gestão Governamental do GDF (SIGGO), somente o superávit apurado em exercícios anteriores, conforme o item 1.5.2 do acórdão:

1.5.2. "os superávits dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar do Distrito Federal, apurados em exercícios anteriores ou que vierem a ser apurados no

exercício de 2010, sejam executados no âmbito do orçamento do Governo do Distrito Federal – GDF.”

A fonte de recursos nº 106 corresponde aos valores arrecadados pelo CBMDF referentes à contribuição dos militares ao Fundo de Saúde.

Não houve o registro e o acompanhamento das etapas do SAG por serem incompatíveis com os recursos do FCDF.

A utilização dos recursos da Fonte 100 (FCDF), ocorreu de acordo com a tabela abaixo:

Execução Orçamentária e Financeira no SIAFI fontes 100

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
00FM - Assistência Médica e Odontológica aos Bombeiros e Dependentes do CBMDF	0,00	89.124.445,00	89.124.445,00	80.114.099,08
0053 – Assistência Médica e Odontológica aos bombeiros e dependentes do CBMDF	0,00	89.124.445,00	89.124.445,00	80.114.099,08
TOTAL	0,00	89.124.445,00	89.124.445,00	80.114.099,08

Fonte: Diretoria de Saúde do CBMDF.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A progressão dos gastos com assistência médica aos usuários do sistema, evidenciada por meio de planilhas próprias elaboradas pela Seção de Acompanhamento da Execução de Contratos, evidencia a necessidade de incremento do orçamento.

Diante da crescente demanda por recursos, desde o exercício de 2012 a DISAU estabeleceu métodos de controle, tais como:

- Qualquer autorização de procedimento a ser realizado na rede credenciada deve ter a anuência de profissional de saúde da Corporação em atendimento nas unidades do CBMDF;
- Ação mais criteriosa nos trabalhos da Seção de Auditoria em Saúde, em autorizações de procedimentos;
- Adoção de modalidade de pagamento por meio de ressarcimento, com o objetivo de coibir uso desnecessário de serviços médicos eletivos;
- Realização de palestras para executores de contratos de credenciamento, visando a uma melhor execução orçamentária e financeira;
- Realização de curso de Gestão de Contratos na Escola de Governo. Esta é uma ação que vem sendo realizada desde 2015 com a finalidade de capacitar militares da DISAU na execução dos diversos contratos. São verificadas, ano após ano, quais ações são necessárias para otimizar os recursos disponíveis. São realizadas periodicamente reuniões dos setores envolvidos ou por meio de criação de comissões/grupo de trabalhos.

O objetivo é utilizar ferramentas para que os gastos se mantenham dentro da meta prevista no Planejamento de Aplicação Recurso Financeiro - PARF. Cabe salientar que o expressivo ingresso de militares e seus dependentes entre os exercícios de 2011 a 2019 - aliado ao envelhecimento da tropa e reconhecimento de novos dependentes - majorou consideravelmente os gastos da DISAU com a saúde dos militares ativos, inativos, pensionistas e dependentes. Há ainda que se considerar a entrada em vigor do Novo Edital de Credenciamento, que aumentou substancialmente os valores que estavam vinculados ao Edital de Credenciamento de 2011, o qual estava com valores defasados inviabilizando renovações e novos credenciamentos.

Dessa forma, em relação aos Recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, o montante final disponibilizado para gastos na Assistência Médica ficou em R\$ 96.131.254,00 (SIAFI), e mais R\$ 3.420.634,00 (SIGGO).

Considerados a inflação médica, as novas inclusões de beneficiários e a análise do comportamento de demanda nos atendimentos médicos, vislumbra-se a necessidade de reavaliação do orçamento destinado à Assistência Médica do CBMDF, uma vez que este se encontra cada vez mais aquém da capacidade de cobertura dos gastos.

Fonte: Diretoria de Saúde do CBMDF.

24904 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Militar do Distrito Federal (FUNPM) foi criado por meio da Lei nº 4.077, de 28 de dezembro de 2007, com a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros para a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, a aquisição de bens de consumo e a execução de serviços.

De acordo com o artigo 3º da mesma lei, compete à Polícia Militar do Distrito Federal gerir os recursos do FUNPM, bem como prestar contas anualmente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, dentre outras incumbências descritas na norma.

Compõem o Conselho de Administração do FUNPM o Comandante-Geral da PMDF, o Chefe do Estado Maior, o Corregedor, os Comandantes Regionais de Policiamento, e um representante da sociedade, nos termos do artigo 4º da lei nº 4.077/2007.

Compete ao Comandante-Geral exercer a presidência do Conselho.

A Comissão Permanente de Alienação de Bens, composta por três militares da Polícia Militar do Distrito Federal, ficará incumbida de promover, mediante processo específico, a alienação de bens materiais de utilização específica nas atividades de segurança pública do Distrito Federal, nos termos do artigo 7º da referida norma.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	183	106	3.095	6.956	10.340
Comissionados sem vínculo efetivo	350	0	0	0	350
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	533	106	3.095	6.956	10.690
(-) Cedidos para outros órgãos	359	0	0	0	359
Total Geral	174	106	3.095	6.956	10.331

Da força de trabalho especificada acima, 120 (cento e vinte) policiais militares compõem o Quadro de Saúde da Corporação, sendo dividido em 115 (cento e quinze) oficiais e 05 praças.

No Quadro de Músicos existem 28 (vinte e oito) policiais militares, sendo 05 (cinco) oficiais e 23 (vinte e três) praças.

A Polícia Militar do Distrito Federal sofreu uma redução em seus quadros de 924 (novecentos e vinte e quatro) policiais militares. Tal diminuição se deu em razão da transferência para a reserva remunerada de 840 (oitocentos e quarenta) policiais militares, reforma de 35 (trinta e cinco), bem como 89 (oitenta e nove) desligamentos de policiais militares.

No entanto, visando mitigar as perdas sofridas e buscando recompor seu efetivo, encontram-se em curso uma série de concursos públicos de admissão e outros processos seletivos, conforme descrito abaixo:

1.CFO- Concurso Público para o Curso de Formação de Oficiais.

- Edital nº 35/DGP, DODF Nº 223, de 28/11/2016; Edital nº 01/GCG, DODF - Edição Extra Nº 22 de 13/04/2018;
- Vagas:
 - a. sexo masculino: 90 (noventa) candidatos para admissão 180 (cento e oitenta) candidatos para formação de cadastro de reserva;
 - b. Sexo feminino: 10 (dez) candidatas para admissão e 20 (vinte) candidatas para cadastro reserva
- Convocados: 217 (Duzentos e dezessete) candidatos regulares,
- Situação: Concurso em andamento aguardando a convocação para a 3ª turma do CFO.

2.CHOAEM- Seleção Interna para o Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos.

- Vagas: 72 (63 para o QOPMA; 07 para o QOPME e 02 para o QOPMM), no exame intelectual e 76 (64 para o QOPMA; 10 para o QOPME e 02 para o QOPMM) por antiguidade.
- Situação: Concurso e curso encerrados, com os oficiais recém-formados apresentados nas unidades.

3.CFP- Concurso para o Curso de Formação de Praças.

- Vagas: 500 (quinhentas) para Soldado Combatente, 06 (seis) para Soldado Especialista Músico e 18 (dezoito) para Soldado Especialista Corneteiro.
- Cadastro de reserva: 1.500 (mil e quinhentas) vagas para Soldado Combatente.
- Editais números 21/DGP, e 22/DGP, DODF Nº 19 de 24/01/2018.
- Até o momento foram convocados 740 candidatos, 633 (seiscentos e trinta e três) masculinos e 107 (cento e sete) femininas.
- Situação: Curso de Formação de Praças VI em andamento com previsão de término em janeiro de 2020.
- Previsão de convocação para o próximo curso de formação: Junho de 2020.

4.Designação de Policias Militares da Reserva Remunerada:

- Vagas: Foram disponibilizadas 1.000 (mil) vagas, para os Policiais Militares da Reserva Remunerada sendo que atualmente 112(cento e doze) Policiais Militares encontram-se desempenhando as funções até dezembro de 2019.

Para reduzir custos e evitar a indenização de férias não gozadas, os designados tiveram sua permanência prorrogada por mais 30 dias, período no qual gozarão suas férias, sendo desligados no final de janeiro de 2020.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	2400000,0	8633860,00	8190000,0	6760000,0
0008 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNPMDF-DISTRITO FEDERAL	2400000,0	8633860,00	8190000,0	6760000,0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2400000,00	8633860,00	8190000,00	6760000,00

O Fundo de Modernização e reequipamento da Polícia Militar do Distrito Federal teve inicialmente uma dotação autorizada na Lei Orçamentária Anual de 2019 no valor de R\$ 2.400.000,00 conforme estimativa realizada pela própria Corporação. Durante o exercício financeiro tivemos a apuração de superávit e a consequente abertura de crédito adicional suplementar no valor do superávit financeiro. Tivemos ainda o incremento dos recursos provenientes de aplicação financeira e recursos próprios dos fundos especiais. Assim a dotação total autorizada para o exercício financeiro ficou em R\$ 8.633.860,00. Deste valor foram empenhados o montante de R\$ 8.190.000,00, com a aquisição de novas viaturas a fim de renovar a frota, sendo adquiridas com esses recursos um total de 63 viaturas DODGGE JORNAY, no valor de R\$ 130.000,00 cada. Com essas novas aquisições o processo finalístico foi impactado, trazendo mais conforto e segurança para as ações Policiais Militares, além de dar maior efetividade ao serviço prestado pela Corporação, aumentando a sensação de segurança e a presença do policiamento ostensivo.

Esses veículos são aquisições que podem ser consideradas uma grande conquista da Corporação. Além de ser um carro potente, fato que gera um desempenho superior na busca pela excelência no atendimento a sociedade e consequentemente no combate mais eficaz ao crime ele conta com tecnologia de ponta para auxiliar o condutor do veículo e dar muito mais segurança a equipe que realiza o patrulhamento ostensivo.

Trata-se de uma viatura de missões críticas - VMC, que por ser de uso das equipes de patrulhamento tático especializados necessita de uma atenção maior, em relação a sua superioridade, para que gere o resultado esperados pela Corporação e pela sociedade.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Destaca-se que em dezembro de 2019 foi realizada alienação de ativos inservíveis (coletes balísticos inservíveis/vencidos e viaturas sem condição de uso para a atividade policial militar). Neste leilão arrecadou-se aproximadamente R\$ 4.282.000,00, que serão fonte de financiamento a serem apurados como superávit financeiro para o exercício de 2020, a fim de se abrir o referido crédito adicional suplementar.

Do valor total empenhado com a aquisição das viaturas, somente foram liquidados R\$ 6.760.000,00, devendo ser inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$ 1.430.000,00

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Devido a diversidade de fontes e os recursos a elas vinculados não comportarem isoladamente o empenho de uma unidade ou mais de viaturas, não foi possível empenhar o restante do montante orçamentário autorizado. Cabendo esclarecer que o Conselho do Fundo de Modernização Manutenção e Reequipamento da Polícia Militar do Distrito Federal autorizou para o exercício 2019 a aquisição de viaturas para emprego operacional.

Registre-se ainda que os recursos não utilizados no exercício 2019, após apuração do superávit financeiro no exercício 2020, serão empregados de acordo com a futura deliberação do Conselho do Fundo de Modernização Manutenção e Reequipamento da Polícia Militar do Distrito Federal.

24905 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - FUNCBM foi instituído pela Lei nº 4.076, de 28 de dezembro de 2007, cuja finalidade é prover, em caráter complementar, recursos financeiros para o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, a aquisição de bens de consumo e a execução de serviços.

O FUNCBM possui mecanismo próprio e específico de funcionamento, com fontes próprias da arrecadação, previstas na Lei nº 4.076/2007:

Art. 2º. Constituem fontes de recursos do FUNCBM:

I – doações em espécie, auxílios e subvenções procedentes de pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, e de direito privado;

II – dotações consignadas no orçamento do Distrito Federal;

III – produto resultante da alienação de bens materiais de utilização específica nas atividades de segurança pública no Distrito Federal;

IV – recursos provenientes de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres relacionados com as atividades do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

V – recursos transferidos por entidades públicas ou particulares;

VI – rendimentos de seus depósitos bancários ou aplicações financeiras;

VII – recursos provenientes da cobrança da Taxa de Segurança para Eventos e de outras taxas previstas em lei de cuja cobrança os recursos oriundos sejam destinados ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças do CBMDF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	65	0	2.171	3.523	5.759
Comissionados sem vínculo efetivo	52	0	0	0	52
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	61	0	61
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	117	0	2.232	3.523	5.872

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	167	0	167
Total Geral	117	0	2.232	3.523	5.872

Ao final de 2019, a força de trabalho do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) teve um acréscimo de 38 (trinta e oito) servidores, contudo, ainda há um déficit considerável de servidores frente à força de trabalho da Corporação.

A recomposição do efetivo, por força do estabelecido no Anexo III da Lei 12.086/2009, encontra-se limitado ao ingresso anual de 377 militares, em consequência, no ano de 2019 foram incorporados 348 novos militares.

Visando a manutenção dos padrões de excelência nos serviços prestados pela corporação, mesmo com o estado atual em que se encontra seu efetivo, o CBMDF faz uso do Serviço Gratificado voluntário, regulamentado pelo Decreto nº 24.619, de 26 de maio de 2004 e a força de trabalho de militares inativos em cargo em comissão, regulamentado pelo Decreto nº 36.299, de 22 de janeiro de 2015.

Ressalta-se que os cargos comissionados foram criados com finalidade estratégica, com o intuito de melhorar o tempo resposta e o atendimento ao público nos serviços do "193". Essas nomeações asseguraram a continuidade do serviço público, promovendo a utilização efetiva dos recursos que foram disponibilizados. A Prestação de Tarefa Por Tempo Certo (PTTC) tratada na Lei 12.086, de 6 de novembro de 2009 e regulamentada por meio do Decreto Distrital nº 31.856, de 30 de junho de 2010, também é um serviço utilizado pela Corporação para somar a força de trabalho, sendo o seu efetivo controlado pela Diretoria de Inativos e Pensionistas.

Foi publicada no DODF Nº 237, de 13 de dezembro de 2019, a prorrogação do prazo de validade do concurso público para matrícula no Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares (CFOB), do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares Combatentes, tendo em vista a data de homologação contida no Edital nº 025, de 18 de dezembro de 2017, publicado no DODF nº 241, de 19 de dezembro de 2017. Tal prorrogação permitirá a convocação de novos Oficiais para recompor o efetivo, o que demonstra o compromisso do CBMDF com a manutenção da prestação dos serviços a comunidade.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoal do CBMDF.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	1610113,0	13315971,00	10493808,52	10306984,77
9512 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-FUNCBM-DISTRITO FEDERAL	1610113,0	13315971,00	10493808,52	10306984,77
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1610113,00	13315971,00	10493808,52	10306984,77

Foi apurado superávit no Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – FUNCBM em 2019, alcançando a monta de R\$

13.315.971,00, registrado no subtítulo 9512. Deste montante, foram empenhados R\$ 10.493.808,52, equivalente a 78,80% dos créditos disponíveis. Em valores absolutos, tal execução caracterizou-se como a mais voluptuosa de toda a série histórica do Fundo, indicando uma gestão eficiente no exercício de 2019.

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças do CBMDF.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10000,0	10000,00	396,01	396,01
7146 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNCBM-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	396,01	396,01
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	10000,00	10000,00	396,01	396,01

No Programa para Operação Especial, houve o empenho de somente 0,4% do valor autorizado, não por ineficiência administrativa, mas devido à especificidade da ação e respectivo subtítulo, referentes à ressarcimentos, indenizações e restituições.

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças do CBMDF.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Na sequência, será apresentado quadro demonstrativo da execução orçamentária-financeira do exercício de 2019, assim como dos anos de 2016 a 2018, a fim de possibilitar a análise comparativa da série histórica, proporcionando maior confiabilidade, transparência, comparabilidade e utilidade das informações prestadas do FUNCBM.

Quadro Sintético - Execução Orçamentária Quadriênio 2016-2019

ITEM	2019	2018	2017	2016
DOTAÇÃO INICIAL	1.620.113,00	1.736.616,00	2.032.616,00	1.847.832,00
DESPESA AUTORIZADA	13.325.971,00	250.953,17	5.784.012,00	5.437.412,35
TOTAL EMPENHADO	10.494.204,53	250.953,17	1.848.018,48	828.782,60
EMPENHOS LIQUIDADOS	10.307.380,78	86.894,49	1.683.626,63	426.202,60
EMPENHOS PAGOS	88.285,93	86.894,49	878.311,43	418.742,17

Fonte: SIGGO (Consulta Execução Orçamentária e Demonstrativo da Execução da Despesa por Programa de Trabalho). Extraído em: 06/01/2020

A partir do quadro supracitado, o qual demonstra a execução orçamentária-financeira de maneira resumida da Unidade Gestora 220905 - Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - FUNCBM, é possível realizar análises horizontais e verticais das rubricas componentes.

Em 2019, a Lei Orçamentária Anual consignou o valor inicial de R\$ 1.620.113,00 para o FUNCBM, valor esse inferior ao previsto no orçamento de 2018. Contudo, foi apurado superávit no exercício findo, culminando na despesa autorizada na monta R\$ 13.325.971.

Do total autorizado, foram empenhados 77,75% dos créditos. Apesar desse percentual ter sido inferior ao de 2018 (99%), em termos absolutos houve um crescimento expressivo na execução do FUNCBM comparando-se com os três exercícios imediatamente anteriores, fato esse que reflete uma melhor gestão orçamentária e financeira por parte da Corporação. Tal fato é corroborado quando se analisa o grau de empenhos que foram liquidados em 2019 (97,22%).

Contudo, quase a totalidade das despesas liquidadas não foram pagas até o encerramento do ano, mais uma vez devido à não liberação do financeiro para realização do pagamento, por políticas da Secretaria de Estado de Economia, culminando na inscrição em Restos a Pagar.

Em relação às inscrições em Restos a Pagar, 1,8 % refere-se às despesas Não Processadas, e 98,2% correspondem a despesas Processadas, devidamente liquidadas e pendentes somente da realização do pagamento.

Em atendimento à Decisão TCDF nº 5.002/2005, a qual determina que as contas anuais devem ser acompanhadas dos valores recebidos e executados pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal, apresenta-se a seguir o relatório resumido de toda a execução do FCDF da Unidade Gestora nº 170394 – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (FCDF). Considerando que o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI ainda se encontra em período de rotinas de encerramento do exercício de 2019, os valores abaixo indicados podem sofrer alterações quando do efetivo encerramento do ano anterior.

a) Execução por modalidade de licitação

Modalidade de Contratação	DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
	Saldo em R\$	Saldo em R\$	Saldo em R\$	Saldo em R\$	Saldo em R\$	Saldo em R\$
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	46.800.901,62	26.315.702,63	13.920.337,86	46.761.708,61	26.315.702,63	13.920.337,86
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	238.966,70	628.193,43		238.966,70	628.193,43	
d) Pregão	46.561.934,92	25.687.509,20	13.920.337,86	46.522.741,91	25.687.509,20	13.920.337,86
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	6.860.300,19	5.329.762,08	9.547.827,11	6.858.960,01	5.329.762,08	9.388.209,87
h) Dispensa	157.727,01	21.862,87	4.849.817,72	156.386,83	21.862,87	4.849.817,72
i) Inexigibilidade	6.702.573,18	5.307.899,21	4.698.009,39	6.702.573,18	5.307.899,21	4.538.392,15
3. Regime de Execução Especial (j)	72.933,39	28.426,48	13.100,52	72.933,39	28.426,48	13.100,52
j) Suprimento de Fundos	72.933,39	28.426,48	13.100,52	72.933,39	28.426,48	13.100,52
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.280.500.163,10	1.274.554.616,08	1.209.942.540,34	1.273.815.667,30	1.274.547.663,65	1.169.726.956,82
k) Pessoal	1.279.863.933,71	1.274.379.672,30	1.209.875.217,37	1.273.179.437,91	1.274.372.719,87	1.169.659.633,85
l) Diárias	636.229,39	174.943,78	67.322,97	636.229,39	174.943,78	67.322,97
5. Outros	277.384.836,73	270.196.540,04	298.727.264,09	277.331.206,51	270.188.915,13	278.100.951,41
6. Total (1+2+3+4+5)	1.611.619.135,03	1.576.425.047,31	1.532.151.069,92	1.604.840.475,82	1.576.410.469,97	1.471.149.556,48

Fonte: Tesouro Gerencial. Extraído em 08/01/2020

b) Execução de Restos a Pagar

Programa Governo	Ação Governo		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCES. LIQUIDADOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A PAGAR	
			Saldo em R\$	Saldo em R\$	Saldo em R\$	Saldo em R\$	Saldo em R\$	Saldo em R\$	Saldo em R\$	
0903	OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC	00NR	MANUTENCAO DAS POLICIAS CIVIL E MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS	34.745.597,40	6.089.937,64	40.108.535,22	726.999,82	0,00	726.999,82	40.108.535,22
2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA ECONOMIA	00NR	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	495,78		495,78				495,78
TOTAL:				34.746.093,18	6.089.937,64	40.109.031,00				40.109.031,00

Fonte: Tesouro Gerencial. Extraído em 08/01/2020

Inicialmente cumpre destacar acerca dos níveis da execução orçamentária e financeira dos créditos consignados à Unidade Gestora 170394 em 2019. Historicamente, foi o exercício em que houve melhor aproveitamento/realização do orçamento do Fundo Constitucional, tanto em termos absolutos quanto em percentuais. Esse fato aponta a conduta de gestão otimizada do orçamento por parte do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

A despeito de não constar no quadro acima, no final do exercício de 2019 (ainda em rotina de encerramento), foi inscrito em Restos a Pagar Processados o montante de R\$ 6.778.659,21, valor esse que expresso quase que em sua totalidade a despesas da folha de pagamento do mês de dezembro, em observância ao regime de competência. Além do exposto, pequena parcela dos empenhos inscritos em Restos a Pagar processados representa despesas com fornecedores que já haviam sido devidamente liquidadas no sistema, porém não foram pagas até o encerramento do exercício.

Foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados R\$ 34.746.093, valor esse inferior aquele inscrito no encerramento de 2018, que foi na ordem de 40.936.051,36

Além disso, foi reinscrita em Restos a Pagar Não Processados, a monta de R\$ 6.089.937,64, composto por despesas relativas à importação de equipamentos operacionais (prazo de fabricação e entrega prolongados, por despesas que encontram-se em fase de apuração administrativa por suposta inexecução contratual de fornecedor e despesa de capacitação com contrato vigente até o exercício de 2020, cuja liquidação de última parcela depende da apresentação de certificado pelos participantes.

Ressalta-se o fato de que a indicação de Notas de Empenho para inscrição em Restos a Pagar seguiu criteriosamente os ditames da Macrofunção SIAFI nº 020318 - Encerramento do Exercício, da Macrofunção SIAFI nº 020317 - Restos a Pagar, assim como das regras prescritas na legislação que rege as finanças públicas no Brasil, em especial aquelas emanadas da União.

Não obstante, a indicação das Notas de Empenho para inscrição em Restos a Pagar foi consubstanciada nas informações prestadas pelos Executores e Fiscais de Contratos, mediante preenchimento de formulário de projeção de gastos, após convocação em boletim ostensivo no mês dezembro, por força de normativa interna corporis.

Além disso, cumpre informar que as inscrições dos documentos em Restos a Pagar observaram rigorosamente o princípio orçamentário da anualidade, assim como o regime

contábil de competência, de modo a atender às recomendações constantes do Acórdão nº 2398/2018 - Plenário, do Tribunal de Contas da União, e das demais regras e ditames do arcabouço normativo-legal em vigor.

As demais análises, comentários e explicações acerca da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Fundo Constitucional serão realizadas oportunamente, quando da elaboração do Relatório de Gestão por esta Unidade Gestora, dentro dos prazos definidos pelo Tribunal de Contas da União.

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças do CBMDF.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No exercício de 2019, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF conseguiu avançar com relação a um de seus gargalos, que impactava diretamente na execução orçamentária e financeira da entidade. Esses entraves eram oriundos da excessiva burocratização nos processos internos, em especial no que se refere àqueles que dizem respeito aos trâmites dos projetos básicos e termos de referência.

Os referidos documentos, imprescindíveis para a realização de adequado procedimento licitatório ou de contratação direta, possuíam um alto índice de retorno às unidades demandantes, por erros, vícios ou inconformidades em sua confecção, o que retardava em demasia os processos de aquisição de bens e contratação de serviços no CBMDF.

Contudo, com a devida ênfase direcionada a esse aspecto de fragilidade, no decorrer de 2019 foram realizadas capacitações internas dos mais diversos setores demandantes da Corporação, em especial de militares da área operacional, a fim de minimizar o custo administrativo de retorno de processos, nos quais os documentos referenciais de contratação se apresentavam com inconsistências.

Além do exposto, foi mantida a política de capacitação interna dos Executores e Fiscais de Contratos e de Notas de Empenho, de maneira a disseminar as melhores práticas e conhecimentos relativos à matéria, proporcionando o adequado nivelamento dos militares responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual, com impacto positivo na própria gestão dos créditos e recursos consignados nos orçamentos do Corpo de Bombeiros.

Outro fator de relevância a ser apontado é a prática de convocação periódica de Executores e Fiscais de Contrato, realizada pela Diretoria de Orçamento e Finanças. Por meio de chamamentos sucessivos e periódicos (quatro, ao longo do exercício), e consubstanciado em normativa própria que prevê tal ato pelo Ordenador de Despesas, foi possível manter os saldos das Notas de Empenho o mais próximo das suas realidades da execução contratual, evitando o uso indevido ou até mesmo o "desperdício" e "perda" de créditos e recursos, refletindo assim numa gestão adequada e consciente do orçamento, em estrita observância aos princípios da eficiência, eficácia e economicidade.

O CBMDF tem realizado, ainda, o mapeamento dos processos de todas as unidades de sua estrutura, fato esse que tem contribuído para a redução de etapas e entraves burocráticos desnecessários nas rotinas da Caserna. É relevante reconhecer que o mapeamento por si só não constitui solução para as fragilidades indicadas, fazendo-se imprescindível ser acompanhado dos procedimentos de análise e melhoria dos processos, bem como de outras ferramentas administrativas e gerenciais que proporcionem aumento da eficiência, eficácia e efetividade dos processos desenvolvidos na Corporação.

Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças do CBMDF.

24906 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal – FUNPCDF foi criado pela Lei Complementar nº 751, de 28 de dezembro de 2007, com a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros para a Polícia Civil do Distrito Federal, objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, aquisição de bens de consumo e a execução. Os recursos do FUNPCDF podem ser utilizados para a modernização e manutenção do processo de emissão de documento oficial da carteira de identidade, de acordo com o art. 2º da Lei Complementar 751/2007, podem constituir fontes de recursos do FUNPCDF:

I – doações em espécie, auxílios e subvenções procedentes de pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, e de direito privado;

II – dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Distrito Federal;

III – contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres relacionados com as atividades da Polícia Civil do Distrito Federal;

IV – arrecadações da taxa de expediente dos atos administrativos relacionados com os serviços de segurança pública da Polícia Civil do Distrito Federal, previstas no art. 27, IV, da Lei Complementar nº 264, de 14 de dezembro de 1999;

V – alienações de bens apreendidos e arrecadados no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, de propriedade não identificada e mantidos sob a responsabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal por prazo não inferior a doze meses;

VI – alienações de bens apreendidos e arrecadados pelas unidades integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal e doados pelos legítimos proprietários, herdeiros, sucessores ou seus procuradores;

VII – recursos transferidos por entidades públicas ou particulares e dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

VIII – juros bancários de seus depósitos ou aplicações financeiras;

IX - alienações de bens materiais de utilização nas atividades da Polícia Civil do Distrito Federal.

O mesmo ordenamento legal criou o Conselho de Administração do FUNPCDF, composto pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Corregedor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Diretor do Departamento de Administração Geral da Polícia Civil, Diretor do Departamento de Polícia Circunscricional da Polícia Civil, Diretor do Departamento de Polícia Especializada, Diretor do Departamento de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal, Diretor do Departamento de Atividades Especiais, Diretor da Escola Superior da Polícia Civil do Distrito Federal, um representante da sociedade indicado por seus pares dentre membros dos Conselhos Comunitários de Segurança, um servidor da Carreira Policial Civil indicado pela respectiva entidade representativa, um servidor da Carreira de Delegado de Polícia indicado pela respectiva entidade representativa, sendo a presidência do Conselho exercida pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Os recursos do FUNPCDF são oriundos de taxas, receitas vinculadas à manutenção e funcionamento da PCDF. O valor não utilizado no exercício financeiro gera superávit para o exercício seguinte.

Durante o exercício de 2019, a Polícia Civil do Distrito Federal foi contemplada por meio da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal (Lei Distrital 6.254/2019) com recursos no valor de R\$ 26.148.104,00 dotação da qual foram empenhados, até 31/12/2019, R\$ 0,00.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Atualmente, está sendo instruído processo administrativo para aquisição de 5.000 (cinco mil) pistolas calibre 9mm, ao custo total de R\$ 20.505.987,39 (vinte milhões, quinhentos e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e nove centavos), cujo financiamento ocorrerá à conta das dotações do FUNPCDF.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

1. Apresentação

O Fundo Penitenciário do Distrito Federal – FUNPDF foi criado pela Lei Complementar n.º 761, de 05/05/2008, e suas alterações, e regulamentado pelo Decreto nº 32.106, de 25 de Agosto de 2010, que institui seu Regimento Interno. O FUNPDF é gerido por um Conselho de Administração, composto por 12 (doze) membros, sendo eles: o Titular da Pasta responsável pela Administração Penitenciária do Distrito Federal, que o presidirá; o Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal; um membro do Conselho Penitenciário do Distrito Federal; o Diretor Executivo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal; dois diretores das Unidades Prisionais; três representantes da Sociedade Civil indicados pelo Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – CDPDDH; e dois membros indicados pelas entidades representativas dos trabalhadores do Sistema Penitenciário.

2. Finalidade

A finalidade desta Unidade é financiar e apoiar, de forma complementar, atividades e programas de desenvolvimento, modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, por meio de investimentos, os quais incluem obras (construção, reforma, ampliação e aprimoramento dos estabelecimentos penais); aquisição de bens permanentes (móveis, computadores e equipamentos de informática, veículos especializados, dentre outros); e custeio das atividades dos estabelecimentos penais, e compreende a manutenção dos serviços penitenciários, aquisição de material e outros.

3. Estrutura

Administrativa O FUNPDF é gerido por um Conselho de Administração, composto dos seguintes membros, sendo eles: o Secretário de Estado de Segurança Pública – SSPDF, que o presidirá; o Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal – SESIPE; responsável pela administração das unidades penitenciárias; um membro do Conselho Penitenciário do Distrito Federal; o Diretor Executivo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP; dois diretores de unidades penitenciárias; três representantes da Sociedade Civil indicados pelo Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – CDPDDH e três membros indicados pela entidade representativa dos servidores do Sistema Penitenciário. O FUNPDF tem uma Secretaria Executiva responsável pela gestão orçamentária e financeira, que será executada por intermédio da sua Unidade Gestora.

4. Competências

O art. 6º da Lei Complementar n.º 761, de 05/05/2008 dispõe as competências do Conselho de Administração do FUNPDF.

Art. 6º Compete ao Conselho de Administração do FUNPDF:

- I – aprovar as diretrizes de administração;
- II – manutenção dos serviços penitenciários;
- III – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados, imprescindíveis ao funcionamento dos estabelecimentos penais;
- IV – custeio das atividades dos estabelecimentos penais;
- V – aquisição de material de higiene e conservação;
- VI – capturas de presos foragidos dos estabelecimentos penais;
- VII – implantação de medidas pedagógicas relacionadas ao trabalho profissionalizante do preso e do internado;
- VIII – manutenção dos estabelecimentos de que trata o art. 3º, mantidos pelo Poder Público;

IX – custos de sua própria gestão, excetuando-se despesas de pessoal relativas a servidores públicos já remunerados pelos cofres públicos.

FORÇA DE TRABALHO

Os servidores responsáveis pela gestão do Fundo Penitenciário do Distrito Federal – FUNPDF pertencem ao efetivo da UO – 24.101 Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	300000,0	300000,00	0	0
8539 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNPDF-DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,00	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	2360894,0	57282569,00	4942911,55	4847911,55
0023 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNPDF-DISTRITO FEDERAL	2360894,0	57282569,00	4942911,55	4847911,55
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2660894,00	57582569,00	4942911,55	4847911,55

Este Programa de Governo, no âmbito do Fundo Penitenciário do Distrito Federal - FUNPDF, Unidade 24908, tem atribuições que visam à promoção da cidadania, à humanização da execução penal e à ressocialização das pessoas privadas de liberdade. No exercício de 2019, foram realizadas ações voltadas ao aparelhamento e à modernização dos estabelecimentos penais. Seguem as principais ações realizadas pelo Fundo: atualização do parque tecnológico; contratação de serviços de locação de Scanner Corporal, visando à celeridade no atendimento dos visitantes e maior segurança para internos e servidores; aquisição de materiais de construção e materiais hidráulicos, visando à manutenção da segurança dos estabelecimentos prisionais; aquisição de armamentos não letais para a utilização dos Agentes de Execução Penal, visando ao constante treinamento e aprimoramento da parte técnica de seus servidores; ações direcionadas à qualificação e capacitação dos internos; fornecimento de insumos para as oficinas profissionalizantes; e aquisição de geradores, máquinas e ferramentas que possibilitaram a melhoria das condições de infraestrutura nas Unidades do Sistema Penitenciário.

No mesmo exercício, foram elaborados projetos básico e executivo para a construção da Penitenciária III do Distrito Federal – PDF III, visando à criação de novas vagas no Sistema Penitenciário do DF e conseqüente diminuição do déficit de vagas existente. Desta forma, os projetos e ações executados no Programa 6211, pertinentes à Unidade 24908, contribuíram para viabilizar a reintegração social dos internos.

Principais entregas no âmbito de Direitos Humanos e Cidadania

Quadro 2 – Principais Serviços Contratados

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
Serviços - de Locação de 10 (dez) unidades de equipamentos de inspeção corporal (Body Scan), equipamentos de raio-x do tipo scanner de corpo (Body Scan).	1.140.000,00

Fonte: SUAG/SSP/DF |

Quadro 3 – Principais Materiais de Consumo Adquiridos

DESCRIÇÃO	QTD	VALOR TOTAL
Telas de Fibrocimento	580	154.390,20
Munições não letais	33.660	2.109.689,10
Material Hidráulico	1.603	50.287,03
Material de construção e reformas	7.224	389.055,53
Material elétrico	324	39.137,23

Fonte: SUAG/SSP/DF

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A partir de recursos captados junto à União, foram iniciados procedimentos licitatórios para construção da Penitenciária III do Distrito Federal - PDF III, estabelecimento prisional para o regime fechado, composta por 3 (três) módulos de vivência e um bloco de Saúde e Administração. A penitenciária irá gerar 600 (seiscentas) novas vagas para o público masculino. Os recursos também possibilitaram a implementação de lavanderias nas atuais unidades do sistema penitenciário do Distrito Federal.

Quadro 4 – Obras e Reformas

DESCRIÇÃO	REGIÃO ADMINISTRATIVA	ETAPA REALIZADA	VALOR TOTAL (R\$)	ESTÁGIO
02 (dois) blocos de vivência, 01 (um) bloco de Administração e 01 (saúde) na Penitenciária do Distrito Federal (PDF III).	São Sebastião	A ser iniciada	31.194.444,44	Em Processo Licitatório
01 (um) bloco de vivência na Penitenciária do Distrito Federal (PDF III).	São Sebastião	A ser iniciada	7.000.000,00	Em Processo Licitatório

Fonte: SUAG/SSP/DF

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Como perspectiva para 2020 o FUNPDF, por meio de repasses financeiros realizados pelo governo federal, na modalidade fundo a fundo, recursos próprios e dotação advinda do DF, buscará contribuir com o aprimoramento e a modernização do sistema prisional. Esses recursos serão utilizados para construção de estabelecimentos prisionais para o regime fechado e aquisição de equipamentos para o aparelhamento das unidades, tais como: viaturas, scanner corporal, máquina lavadora e secadora de roupa (para implantação de lavanderia), entre outros. Com essas ações, pretende-se promover um sistema mais eficiente, justo e humano, com ampliação de acesso a serviços como saúde, educação e trabalho, além da modernização e qualificação das unidades prisionais.

25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal – Setrab foi criada pelo Decreto nº 39.610/2019 e é um dos órgãos de gestão da administração pública do Governo do Distrito Federal, surgido com o desmembramento da antiga Sedestmidh – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Trabalho, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Sua estrutura organizacional é formada por Gabinete, Secretaria Adjunta do Trabalho, Subsecretaria de Atendimento ao Trabalhador e ao Empregador – Sate, Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo – SME e Subsecretaria de Integração das Ações Sociais – Sias (responsável pelo programa Fábrica Social). Além dessa estrutura, vinculam-se à Secretaria de Trabalho o Conselho do Trabalho; o Fundo para a Geração de Emprego e Renda do DF – Fungger; o Conselho do Cooperativismo e Associativismo do DF e, mais recentemente, o Comitê de Apoio à Geração de Emprego e Renda do DF – Cager.

Em 2019, por força do decreto de criação, as atividades de cunho administrativo – gestão das áreas de pessoal, contratos e finanças da Setrab – esteve a cargo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, sucedânea da Sedestmidh.

Entre as competências, cabe à Setrab gerir o sistema público distrital de emprego; prover qualificação social e profissional, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional para a população em geral e para beneficiários dos programas sociais e grupos sociais vulneráveis; financiar pequenos empreendimentos urbanos e rurais; apoiar iniciativas de micros e pequenos empreendedores individuais e de organizações, associações e cooperativas; desenvolver ações em apoio aos setores da economia solidária, com vistas à geração de trabalho e renda; fazer o acompanhamento sistemático do mercado de trabalho no Distrito Federal, além da busca por condições de trabalho dignas para a população.

Outra área de atuação primordial é no desenvolvimento de políticas públicas destinadas a promover o trabalho e a empregabilidade de segmentos historicamente excluídos das políticas públicas – mulheres, populações negra, indígena, cigana e minorias étnicas, pessoas com deficiência, idosos, pessoas em situação de rua e comunidade LGBT.

Atualmente, a Secretaria é responsável pelos seguintes equipamentos:

- 17 Agências do Trabalhador – uma delas dedicada exclusivamente ao atendimento de pessoas com deficiência
- 2 agências de microcrédito
- 1 Fábrica Social – com três unidades: uma dedicada ao aprendizado da indústria do vestuário, uma voltada ao aprendizado de construção civil (ambas na cidade Estrutural), jardinagem e montagem de placas fotovoltaicas e uma terceira, inaugurada em 2019, em Samambaia, com foco em jardinagem
- 1 Centro de Economia Popular e Solidária

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	10	14	2	10	36
Comissionados sem vínculo efetivo	17	126	0	0	143
Requisitados de órgãos do GDF	5	2	0	4	11

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	74	0	74
Terceirizados (FUNAP)	0	0	1	0	1
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	32	143	77	14	266
(-) Cedidos para outros órgãos	4	0	0	0	4
Total Geral	28	143	77	14	262

Como demonstrado no quadro de pessoal acima, visando complementar sua força de trabalho, a Secretaria conta com um pequeno quantitativo de estagiários e pessoal terceirizado, bem como com servidores sem vínculos, que ocupam cargos em comissão e de natureza especial na SETRAB. Destaca-se que alguns cargos comissionados estão ocupados por servidores de carreira, o que promove a valorização dos trabalhadores da Secretaria com perfil adequado aos cargos e ampliação do nível de responsabilidade dos mesmos com o órgão e com as políticas públicas no DF, porém, gera também uma redução de pessoal para execução das atividades técnicas e administrativas.

O atual quantitativo do quadro de pessoal está aquém da demanda de atividades que são executadas pelo órgão, a partir de suas competências.

Os quadros demonstrativos apresentados a seguir, referem-se à execução física e financeira das ações orçamentárias que compõem o orçamento de 2019, da Unidade Gestora SETRAB - UO: 25.101.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	100000,0	0,0	0	0
6199 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
4180 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	100000,0	0,0	0	0
0002 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	200000,00	0,00	0,00	0,00

Em 2019 Não foram realizadas atividades por conta da alteração da lei orçamentária.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4091 - APOIO A PROJETOS	700000,0	0,0	0	0
5897 - APOIO AO PROJETO FORMANDO E EMPODERANDO MULHERES REALIZADO PELO ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE SOBRADINHO	200000,0	0,0	0	0
5891 - APOIO AO PROJETO MULHERES EMPREENDEDORAS	500000,0	0,0	0	0
2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	100000,0	0,0	0	0
0001 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA--DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	8132000,0	6598523,00	6577588,67	6026509,81
0001 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS-INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - FÁBRICA SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	8132000,0	6598523,00	6577588,67	6026509,81
2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	100000,0	26998,00	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO-AÇÕES DE EMPREENDEDORISMO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	26998,00	0	0
2900 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	500000,0	796494,0	0	0
0002 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS-QUALIFICA DF-DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	0	0
7551 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS-QUALIFICA DF-DISTRITO FEDERAL	500000,0	546494,0	0	0
3064 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF	50000,0	0,0	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
4102 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	4742165,0	4990984,00	3235899,23	3169757,61

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0008 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-TRABALHADOR AUTÔNOMO-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
0009 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-MODERNIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS DO TRABALHADOR-DISTRITO FEDERAL	50000,0	950000,0	700000,00	699957,42
0010 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-IMO-DISTRITO FEDERAL	720885,0	1763787,00	977179,18	977179,18
0011 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO-DISTRITO FEDERAL	3921280,0	2277197,00	1558720,05	1492621,01
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	0	1880000,0	999778,0	999778,0
0003 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO AO PROJETO ELAS NO SKATE, ELAS NA COZINHA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS-DISTRITO FEDERAL	0	130000,0	0	0
0007 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO AOS PROJETOS DO MOVIMENTO PRO SAUDE MENTAL -DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	0	0
0018 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO A PROJETOS DE CAPACITAÇÃO E EMPREENDEDORISMO DAS MULHERES DO DF-DF ENTORNO	0	500000,0	499889,0	499889,0
0019 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO A PROJETOS DE CAPACITAÇÃO E EMPREENDEDORISMO DOS TRABALHADORES DO DF-DF ENTORNO	0	500000,0	499889,0	499889,0
0024 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO A PROJETOS SOCIAIS E DE CAPACITAÇÃO E PROTEÇÃO DA MULHER - DISTRITO FEDERAL	0	600000,0	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	14324165,00	14292999,00	10813265,90	10196045,42

Ações De Intermediação De Mão De Obra

A intermediação de mão-de-obra visa colocar trabalhadores no mercado de trabalho, por meio de vagas captadas junto a empregadores, reduzindo o tempo de espera e a assimetria de informação existente no mercado de trabalho, tanto para o trabalhador quanto para o empregador. Portanto, o serviço busca promover o encontro de oferta e demanda de trabalho.

Trata-se de uma política ativa de trabalho e emprego, cuja principal iniciativa governamental é realizada pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE), instituído pelo Decreto nº 76.403/1975, sob coordenação e supervisão do Ministério da Economia (ME), na qual disponibiliza o sistema operacional para execução da atividade. Seu objetivo é criar condições para que o trabalhador em situação de desocupação, em busca de melhores oportunidades ou que labora na informalidade encontre colocação no mercado formal de trabalho.

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, a Secretaria, por intermédio de suas 18 Agências do Trabalhador, distribuídas pelo DF, realizou cerca de 260 mil atendimentos para os serviços de Intermediação de Mão de Obra, Seguro Desemprego, Carteira de

Trabalho, atendimento ao trabalhador Autônomo, Microempreendedor (MEI) e Orientação profissional.

No mesmo período foram inscritos 33.960 novos trabalhadores. Foram captadas junto aos empregadores do Distrito Federal 18.032 novas vagas de emprego e realizados 21.378 encaminhamentos ao mercado de trabalho.

Do total de trabalhadores encaminhados, 1.527 foram efetivamente inseridos, o que corresponde a um aproveitamento de 8,46% das vagas ofertadas e gerou uma taxa média de 7,14% de inserção por trabalhador encaminhado, conforme tabela abaixo:

Indicadores IMO				
Informações sobre os indicadores de desempenho do IMO				
Ano Referência	Qtd Colocados	Qtd Encaminhados	Qtd Inscritos	Qtd Vagas Oferecidas
TOTAL				
2019	1.527	21.378	33.960	18.032

Consulta executada em 06-01-2020

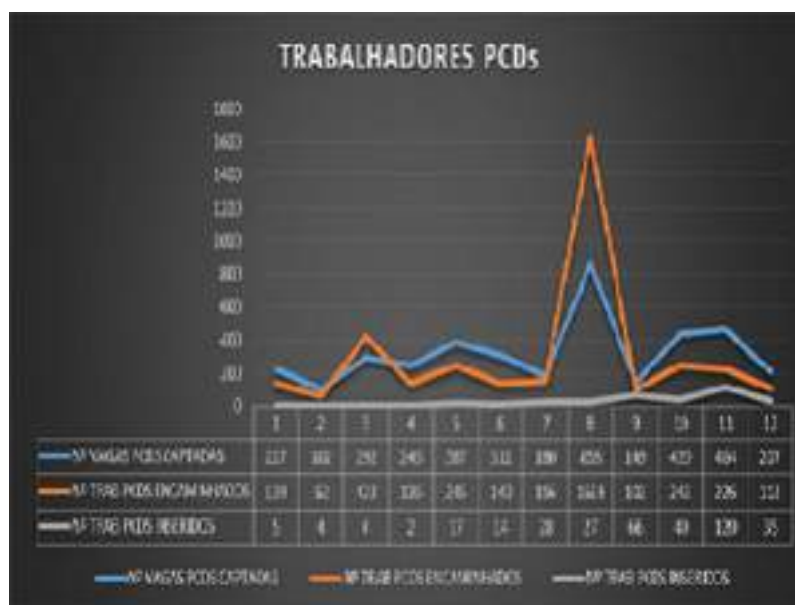
Informações extraídas da BGI/MS

No Gráfico abaixo observa-se a variação dos indicadores no ano de 2019, onde houve uma crescente e consistente melhora no decorrer do ano. Por exemplo, ao analisar os quatro últimos meses de 2019, foi alcançada taxa de aproveitamento de vagas de 16,30% e uma taxa de inserção de 13,72%, ou seja, aproximadamente o dobro da média anual.



Devido a uma parceria junto à Secretaria de Justiça, através da Promotoria da Pessoa com Deficiência, e outros órgãos, bem como o Conselho da Pessoa com Deficiência e a sociedade civil, com o objetivo de promover junto às empresas, trabalho educativo de conscientização e sensibilização sobre a necessidade de contratação das Pessoas com Deficiência, bem como para que a adaptação razoável seja oferecida e as pessoas com deficiência não sejam mantidas escravas ou em regime de servidão e que serão "protegidas, em igualdade de condições com as demais pessoas, contra o trabalho forçado ou compulsório.

Resultado dessa parceria pode ser observado pelos indicadores no gráfico abaixo, principalmente em duas ações realizadas em março e agosto de 2019 na Agência do Trabalhador da 112 Sul, a qual é especializada em atendimento à Pessoa com Deficiência:



Além dos resultados citados acima, também foram encaminhados trabalhadores via Aplicativo Sine Fácil, que é um software sob a gerência do Ministério da Economia que utiliza as vagas captadas pela SETRAB. Os resultados foram: 12.352 trabalhadores encaminhados e 574 colocados no mercado de trabalho, o que gerou taxa de aproveitamento de vagas de 3,18% e taxa de inserção de 4,64% para o aplicativo.

Os resultados aqui apresentados sobre os trabalhadores inseridos podem sofrer alterações (para mais) devido a atualizações que são feitas posteriormente com cruzamento de dados do CAGED.

Seguro Desemprego

O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social que tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa, auxiliá-lo na manutenção e na busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. Em relação ao Seguro Desemprego, que é um dispositivo importante para a garantia da proteção social do trabalhador, esta Secretaria, até 31 de dezembro de 2019, do número total de requerimentos de 56.588, 94,55% foram habilitados a receber o benefício.

Já no que se refere a concessão do benefício para o trabalhador doméstico, para o mesmo período, do número total de requerimentos de 4.177, 90,66% foram habilitados a receber o benefício.

Carteira de Trabalho (Ctps)

Em 2019 foram emitidas mais de 60 mil Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em todas as Agências do Trabalhador do DF. Devido as alterações da Lei nº 13.874/2019 e da Portaria nº 1.065, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, a Carteira de Trabalho Digital passou a substituir a CTPS física a partir de dezembro de 2019. Então, esse serviço de emissão de CTPS física será descontinuado nas Agências do Trabalhador. Em contrapartida, as Agências passaram a prestar orientação ao trabalhador para emissão da Carteira Digital. Para tal, foi realizado treinamento para os atendentes das Agências sobre a atualização da legislação e o Sistema de Carteira Digital.

Expansão da Oferta de Qualificação Social Profissional Para Jovens E Adultos

Programa Qualifica Df

Objetivo: promover a política pública de qualificação profissional com vistas a fortalecer a intermediação de trabalho, reunindo em seu escopo todas as ações de qualificação profissional, na modalidade de ensino a distância e presencial, por meio de contratações diretas, convênios com outros entes estaduais e/ou federais, bem como Acordos de Cooperções Técnicas com instituições privadas.

Público Alvo: População do Distrito Federal, com idade a partir de 16 anos.

Projeto em Andamento - Qualificação Profissional para Pessoa com Deficiência, Mulher e Jovem

Objetivo: Objetiva qualificar profissionais com deficiência para o mercado de trabalho bem como aumentar a quantidade de mulheres e jovens, em situação de vulnerabilidade, qualificadas, ocasionando o aumento da empregabilidade e inserção no mercado de trabalho com a utilização dos equipamentos públicos e privados em sistema de parceria e cooperação técnica.

Resultados Previstos: 320 certificações.

Curso: Assistente Administrativo, Recepcionista, Operador de Computador, Editor de Projeto Visual gráfico, Auxiliar de Cozinha, Recepcionista em Serviços de Saúde, Especialização Técnica em Urgência e Emergência, Assistente de Secretaria Escolar, Costureiro Industrial do Vestuário, Modelagem Industrial do Vestuário, Uniformes profissionais - Modelagem e Costura.

Apoio Financeiro A Entidades

Projetos:

a.- Qualificação Profissional "Elas no Skate": TR em andamento

Objetivo: Promover a qualificação profissional, por meio de aulas teorias e práticas na produção de pães, biscoitos e doces e técnicas de panificação em geral. Nas oficinas de skate os alunos receberão qualificação profissional por meio de aulas teorias e práticas, montagem e desmontagem do skate.

Público Alvo: População do Distrito Federal, com idade a partir de 16 anos.

Resultados Previstos: 130 certificações.

b. Qualificação Profissional Inserir/Atualizar/Empreender, na modalidade Ensino a Distância (EAD): TR em andamento

Objetivo: Aumentar a quantidade de qualificadas, ocasionando o aumento da empregabilidade e inserção no mercado de trabalho com a utilização dos equipamentos públicos e privados em sistema de parceria e cooperação técnica. Assim, esse projeto objetiva qualificar profissionais para o ingresso imediato no mercado de trabalho, mediante a escolha de cursos que mais demandam trabalhadores para inserção no mercado.

Público Alvo: População do Distrito Federal, com idade a partir de 16 anos.

Resultados Previstos: 10 mil certificações.

Cursos ofertados: Serão escolhidos de Acordo com a demanda do mercado de trabalho, com base em pesquisas da RAIS e CAGED

c. Jornada da Mulher Empreendedora:

Proposta de projeto, que receberá o apoio do parlamentar Eduardo Pedrosa, para realização de quatro semanas de capacitação para o trabalho e para o empreendedorismo, apenas para mulheres.

d. Jornada do Trabalhador Empreendedor:

Proposta de projeto, que receberá o apoio do parlamentar Eduardo Pedrosa, para realização de quatro semanas de capacitação para o trabalho e para o empreendedorismo.

Promoção de Ações de Qualificação Social para Pessoas Vulneráveis

Processo Seletivo Programa Fábrica Social – 2019 e INGRESSO

O ingresso para participação no Programa Fábrica Social ocorre por meio de chamada pública. Em 2019 o Edital de Chamada Pública foi publicado no DODF nº 75 de 23 de abril de 2019, página 29.

Resultado: O processo seletivo foi realizado de forma transparente com a oferta de de 1.200 (mil e duzentas) vagas ao longo do ano, conforme demonstrado no quadro abaixo. A diferença de 333 alunos entre vagas e alunos matriculados acontece no próprio processo seletivo, pois na etapa final de comprovação de documentos, muitos alunos não conseguem apresentá-los.

Curso	Vagas	Inscritos	Inscritos
Confecção do Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos	1000	2007	653
Jardinagem e Cultivo de Alimentos	50	284	62
Construção Civil	50	440	61
Marcenaria Sustentável	50	158	48
Manutenção e Instalação de Sistemas Fotovoltaicos	50	233	43
Total	1200	3122	867

Durante o ano há uma movimentação de alunos, pois a cada semestre os alunos concluem os cursos e recebem a certificação. Outro aspecto importante é a desistência entre os alunos(as), especialmente dos que ingressam no Programa. Foi identificado em 2019 uma média de 35% de evasão. Para compreender o motivo da evasão, a Direção da SIAS realizou uma pesquisa amostral com 254 (duzentos e cinquenta e quatro) alunos desistentes para diagnosticar possíveis causas de seu desligamento. A pesquisa foi realizada no período de 10/06/2019 a 30/11/2019, apresentando o seguinte resultado: Dos 254 alunos, 57,8% (147) foram contactados, destes, os principais motivos da desistência foram, conseguiu emprego, problemas de saúde e desistência sem identificação do motivo. Importante destacar que do total dos alunos, 43,3% não foram localizados por telefone. Com esta pesquisa a Coordenação Pedagógica da SIAS já iniciou um planejamento para implantar em 2020 não só o processo de avaliação dos alunos, mas também estratégias para reduzir a evasão dos alunos em pelo menos 30%.

Os alunos regularmente matriculados no Programa Fábrica Social, estão inscritos no CadÚnico e com renda per capita de até R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais), recebem auxílio pecuniário mensal constituído pelo somatório dos seguintes componentes: auxílio por aproveitamento individual – AAI, auxílio alimentação – AA e auxílio transporte - AT.

No período de janeiro a dezembro de 2019 foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ 3.979.321,66 (três milhões, novecentos e setenta e nove mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e seis centavos), conforme demonstra o quadro abaixo:

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1495 - PESSOA QUALIFICADA PELA SEDESTMIDH	PESSOA	2.844	31/12/2014	ANUAL	5.000	11.572	6.500	8.103	8.450	6277	10.945	12.375	SQP/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6 / UO 25101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Meta alcançada. Estão incluídos os capacitações presenciais e a distancia - EAD 2017 - Meta alcançada. Estão incluídas as capacitações presenciais e à distância - EAD. 2018 - Meta não alcançada. Não saiu em tempo hábil a 3ª Etapa do Qualifica Mais Brasília, que se encontra em processo licitatório. 2019 - A meta foi alcançada. Pessoas qualificadas pela Subsecretaria de Integração de Ações Sociais (SIAS): 1.430 e Pessoas qualificadas pela Subsecretaria de Atendimento aos Trabalhador e Empregador (SATE/CQP): 10945.</p>													
1496 - TAXA DE DESEMPREGO	%	14,2	30/06/2015	ANUAL	13,5	18,6	13	18,4	12,5	18,5	12	18,3	DIEESE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6 / UO 25101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão no mercado de trabalho foi superior ao número de postos de trabalho gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. As taxas de desemprego se elevaram também em todas as regiões metropolitanas em que a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED é realizada. 2017 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão da PEA (População Economicamente Ativa), diante do mercado de trabalho, foi superior ao número de postos de trabalhos gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. Vale salientar que as taxas de desemprego se elevaram também nas regiões metropolitanas em que a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) é realizada. 2018 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão da PEA (população economicamente ativa), diante do mercado de trabalho, foi superior ao número de postos de trabalhos gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. Vale salientar que as taxas de desemprego se elevaram também nas regiões metropolitanas em que a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) é realizada. 2019 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão da PEA (população economicamente ativa), diante do mercado de trabalho, foi superior ao número de postos de trabalhos gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. Vale salientar que as taxas de desemprego se elevaram também nas regiões metropolitanas em que a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) é realizada. A PED 2019 foi realizada até o mês de agosto.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1494 - TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO	PESSOA	10.714	31/12/2014	ANUAL	9.000	4.283	11.000	4.406	13.000	1947	6.500	1.527	MTE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6 / UO 25101 / OE 6
Justificativa: 2016 - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador. 2017 - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador. 2018 - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador. 2019 - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador.													

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	50000,0	0,0	0	0
1683 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
4240 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES	300000,0	390000,0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES-Apoio ao projeto: mulher cidadã - empoderamento e qualificação profissional-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	0	0
2282 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES--DISTRITO FEDERAL	300000,0	90000,0	0	0
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	150000,0	0,0	0	0
8387 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
8390 - APOIO ÀS ATIVIDADES ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DE TAGUATINGA	100000,0	0,0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	130000,0	23400,0	0	0
0027 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DIREITOS DO IDOSO-DISTRITO FEDERAL	30000,0	0,0	0	0
0024 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA-DISTRITO FEDERAL	40000,0	0,0	0	0
0023 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DEFESA DOS DIREITOS DO NEGRO-DISTRITO FEDERAL	30000,0	0,0	0	0
0025 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DIREITOS DA MULHER-DISTRITO FEDERAL	30000,0	23400,0	0	0
9070 - TRANSFERÊNCIA PARA O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS DO DF - CEU DAS ARTES	1800000,0	0,0	0	0
0001 - TRANSFERÊNCIA PARA O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS DO DF - CEU DAS ARTES--DISTRITO FEDERAL	1800000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1229149,0	1102737,00	1102625,28	976177,61
8534 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEDESTMIDH-PLANO PILOTO .	1229149,0	1102737,00	1102625,28	976177,61
2931 - BRASÍLIA CIDADÃ	50000,0	0,0	0	0
0001 - BRASÍLIA CIDADÃ-PORTAL DO VOLUNTARIADO-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	450000,0	100000,0	97204,0	97204,0
5893 - APOIO AO PROJETO RECOMEÇAR COM ARTE	150000,0	0,0	0	0
5896 - APOIO AO PROJETO AMOR NAS ESCOLAS E O COMBATE AO MACHISMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	97204,0	97204,0
5899 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA SOLAR NO IBRES	200000,0	0,0	0	0
4123 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	350000,0	0,0	0	0
5772 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
5773 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - APOIO AO PROJETO MOSSORO DAYO DF	300000,0	0,0	0	0
4207 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	50000,0	0,0	0	0
5543 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4559149,00	1616137,00	1199829,28	1073381,61

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2627 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	521005,0	4626615,00	131574,36	85472,23
0002 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA--DISTRITO FEDERAL	521005,0	4626615,00	131574,36	85472,23
4211 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR	950000,0	786000,00	746835,34	664072,40
0008 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR--DISTRITO FEDERAL	950000,0	786000,00	746835,34	664072,40
4213 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	240000,0	36700,00	12675,13	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3849 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER--DISTRITO FEDERAL	240000,0	36700,00	12675,13	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1711005,00	5449315,00	891084,83	749544,63

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	380000,0	0,0	0	0
6166 - V ENCONTRO DE MULHERES DE TERREIRO DO CENTRO OESTE	80000,0	0,0	0	0
6167 - APOIO AO EVENTO CULTURAL BELEZA NEGRA	300000,0	0,0	0	0
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	20500,0	674512,09	0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-- RECANTO DAS EMAS	0	671454,0	0	0
0006 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-QNR- CEILÂNDIA	20500,0	3058,09	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	400500,00	674512,09	0,00	0,00

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9087 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS JOVENS	0	580000,0	580000,0	580000,0
0005 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS JOVENS-APOIO AO PROJETO DE QUALIFICAÇÃO PARA JOVENS-DISTRITO FEDERAL	0	580000,0	580000,0	580000,0
4091 - APOIO A PROJETOS	3150000,0	0,0	0	0
5894 - APOIO ÀS ATIVIDADES DA CRECHE PINGO DE OURO	100000,0	0,0	0	0
5895 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, COMPUTADORES E MOCHILAS	100000,0	0,0	0	0
5898 - APOIO A PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO EM TODO O DF -- EM 2019	2950000,0	0,0	0	0
5892 - APOIO A PROJETOS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM TODO O DISTRITO FEDERAL	600000,0	0,0	0	0
2623 - CUIDANDO DA VIDA	30000,0	220640,00	196845,14	196845,14

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - CUIDANDO DA VIDA-INSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS-DISTRITO FEDERAL	30000,0	220640,00	196845,14	196845,14
4091 - APOIO A PROJETOS	600000,0	0,0	0	0
5894 - APOIO ÀS ATIVIDADES DA CRECHE PINGO DE OURO	100000,0	0,0	0	0
5895 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, COMPUTADORES E MOCHILAS	100000,0	0,0	0	0
5898 - APOIO A PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO EM TODO O DF -- EM 2019	2950000,0	0,0	0	0
5892 - APOIO A PROJETOS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM TODO O DISTRITO FEDERAL	600000,0	0,0	0	0
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	12869861,0	12869861,0	12869859,48	12201067,82
0003 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO--DISTRITO FEDERAL	12869861,0	12869861,0	12869859,48	12201067,82
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	10000,0	2191686,00	1966404,37	1966404,37
0006 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA--DISTRITO FEDERAL	10000,0	2191686,00	1966404,37	1966404,37
4232 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	330000,0	330000,0	330000,00	264827,32
5340 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA--DISTRITO FEDERAL	330000,0	330000,0	330000,00	264827,32
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	150000,0	47336,00	0	0
0028 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	150000,0	47336,00	0	0
4172 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	24800,0	19344,00	0	0
0003 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL--DISTRITO FEDERAL	24800,0	19344,00	0	0
4173 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	17053320,0	9822118,40	9822117,48	9416602,88
0002 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	17053320,0	9822118,40	9822117,48	9416602,88
4174 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	3895894,0	1400412,00	1400412,0	1400412,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2940 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS--DISTRITO FEDERAL	3895894,0	1400412,00	1400412,0	1400412,0
4175 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	26000000,0	29000482,00	28698253,94	24370364,62
0003 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	26000000,0	29000482,00	28698253,94	24370364,62
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	64113875,00	56481879,40	55863892,41	50396524,15

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	4000000,0	4000000,00	2001946,81	2001946,81
0046 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	4000000,0	4000000,00	2001946,81	2001946,81
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2565000,0	4375000,00	2638942,82	2613442,82
7205 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	2565000,0	4375000,00	2638942,82	2613442,82
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	6565000,00	8375000,00	4640889,63	4615389,63

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	50000,0	0,0	0	0
6052 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	0,0	0	0
9805 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	10464500,0	8275743,00	7737310,73	6381667,06
9826 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - APARELHAMENTO DA UNAM/CASA FLOR	80000,0	80000,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	0,0	0	0
0008 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	150000,0	14918,00	0	0
5901 - APARELHAMENTO DA UNAM/CASA FLOR	20000,0	20000,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3600000,0	2976060,0	2976060,00	2693155,66

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5370 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SEDESTMIDH- PLANO PILOTO .	3600000,0	2976060,0	2976060,00	2693155,66
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	800000,0	3476174,0	3446338,68	0
9799 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	800000,0	3476174,0	3446338,68	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	200404805,0	199594804,00	177161292,07	177113877,07
8919 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	200404805,0	199594804,00	177161292,07	177113877,07
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	9140000,0	9140000,00	7408890,93	7407390,93
9723 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	9140000,0	9140000,00	7408890,93	7407390,93
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	10544500,0	8355743,00	7737310,73	6381667,06
9805 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	10464500,0	8275743,00	7737310,73	6381667,06
9826 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - APARELHAMENTO DA UNAM/CASA FLOR	80000,0	80000,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	170000,0	34918,00	0	0
0008 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	150000,0	14918,00	0	0
5901 - APARELHAMENTO DA UNAM/CASA FLOR	20000,0	20000,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2000000,0	1700000,0	1687812,57	1425058,30
2561 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	1700000,0	1687812,57	1425058,30
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50000,0	0,0	0	0
0032 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SEDESTMIDH-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	226759305,00	225277699,00	200417704,98	195021149,02

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Participação em Eventos e Ações Itinerantes para Oferta dos Serviços

1. Arraiá do Trabalhador –27/06/2019 e 28/06/2019

Descrição: Evento promovido pela Secretaria criando um espaço interativo com a sociedade do mundo do trabalho.

Objetivo: Integração entre a Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal e a comunidade, com palestras e vagas de emprego.

Público Alvo Alcançado: Público estimado de 1.500 pessoas, sendo que cerca de 700 trabalhadores foram diretamente atendidos com algum serviço da SATE.

Serviços oferecidos: IMO, Seguro Desemprego, CTPS, orientação profissional, palestras, exposições (SEAGRI, EMATER, PROEM, FUNAP/SEJUS etc.), Circuito Ecossol, atividades culturais e artísticas, assistência jurídica (FAJ/OAB-DF e Associação dos Advogados Trabalhistas).

2. Circuito ECOSOL

É um circuito de feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar realizado todos os meses no espaço do estacionamento da galeria do trabalhador, que tem como proposta levar ao alcance da população os produtos criados e produzidos por este segmento, dando oportunidade de geração de trabalho e renda por parte deste empreendimento.

No ano de 2019, foram promovidas no CEPES principalmente ações de apoio à comercialização, de consumo consciente e de formação e informação à sociedade sobre os princípios da economia solidária. Ao total, foram realizadas 21 edições em 2019.

3. Feira Internacional de Artesanato (FINNAR)

Entre os dias 12 e 21 de abril de 2019, ocorreu, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, a 13ª Edição da FINNAR (Feira Internacional de Artesanato). A FINNAR tem como característica oferecer ao público, além dos produtos de artesanato, palestras e oficinas com temas variados.

Nesse sentido, foram separados espaços para atender alguns segmentos, a saber:

- a) Ambiente para 10 etnias de povos indígenas;
- b) Ambiente de 30 metros para o Projeto Polvo de Amor;
- c) Ambiente de 20 metros para o projeto Casa de Criatividade do Instituto IECAP;
- d) Uma praça de atividades, onde ocorreram diversos eventos, como uma feira de produtos orgânicos, apresentações culturais e desfile do Fashion Inclusivo.

O intuito de priorizar espaços para atender aos segmentos acima referenciados foi o de valorizar e incluir grupos menos favorecidos; apresentar ao público as ações de grupos coletivos, voltados ao artesanato; estimular o empreendedorismo e expressar e valorizar a cultura local, por meio do artesanato; A equipe da SETRAB conseguiu que a organização do evento disponibilizasse 5 (cinco) estandes, de forma que em 4 deles o Fórum de Economia Solidária – FESDFE, a convite da Secretaria, marcou presença com 5 (cinco) empreendimentos e 12 (doze) expositores. No estande da SETRAB, estiveram presentes, durante os 10 dias de feira, equipe do Programa Prospera (Programa de Microcrédito produtivo orientado da Secretaria de Trabalho, que tem por objetivo fortalecer os pequenos e micro empreendimentos produtivos, formais e informais das áreas urbanas e rurais, proporcionando a geração de renda e ocupações de trabalho). Nesse sentido, puderam informar o público acerca dos critérios para acesso ao microcrédito, valores de crédito disponibilizados e uso do recurso financeiro. Os resultados para o grupo da ECOSOL foram favoráveis.

4. Salão do Artesanato

A 12ª Edição do Salão do Artesanato ocorreu entre os dias 8 e 12 de maio de 2019, no Pátio Brasil Shopping. A Setrab participou com um estande de 5m². Com isso, buscando fomentar a economia solidária e a geração de renda, possibilitou a participação de 6 (seis) grupos de empreendimentos, totalizando 12 (doze) artesãos. Pelo Fórum de Economia Solidária – FESDFE, participaram ainda 1 (um) representante do empreendimento Caco Terapêutico, ligado à saúde mental e 1 (um) empreendimento ligado à Central do Cerrado. Os ganhos com as vendas realizadas pelos artesãos foram em torno de R\$ 3.540,00.

5. Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologias Sociais – CRATS

Desocupação do espaço destinado ao Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologias Sociais – CRATS no Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar.

Em junho de 2019, no Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar – CCC, localizado na Ceasa/DF, foi disponibilizada uma sala para a instalação do CRATS, devido à ausência de interesse dos partícipes em continuarem com as atividades e o funcionamento do mesmo.

6. Campus Party

Entre os dias 20 e 23 de junho de 2019, ocorreu no Estádio Nacional Mané Garrincha, a 13ª Edição da CAMPUS PARTY, evento que tem como característica oferecer ao público, além de acesso a produtos de alta tecnologia, palestras e oficinas com temas voltados às novas tecnologias e à inovação, conforme programação constantes no site <https://brasil.campus-party.org/campus-party-brasilia/>. Nesse sentido, foram separados espaços para atender alguns segmentos, a saber:

- a) Cinco palcos (Feel the future; STEAM; Creativity; Entrepreneurship; e Coders);
- b) Haka Space (Com desafios, mentorias e pitches);
- c) Educação do futuro (com a exposição de ideias inovadoras para Aprendizagem Criativa e Robótica);
- d) Open Campus: Exposição de Startups, Creators e IOT;
- e) Robôcampus (Espaço para competição e mostra de trabalhos na área da robótica e tecnologia assistiva);
- f) Maker Space (espaço destinado a workshops, oficinas, fabricação digital e Cultura Maker);
- g) Include (inclusão e manutenção da cultura de inovação em Brasília, com a consolidação de laboratórios comunitários de tecnologia e inovação).

O intuito de priorizar espaços para atender aos diversos segmentos valorizou as iniciativas inovadoras de base tecnológica; apresentou ao público as ações de grupos coletivos, voltados para a Inovação e estimulou o empreendedorismo de base tecnológica. Foram disponibilizadas para a SETRAB seis palestras e duas oficinas. No ensejo, estiveram presentes três servidores da SETRAB da equipe do Programa Prospera - Programa de Microcrédito produtivo orientado da Secretaria de Trabalho, a fim de divulgar e orientar o público acerca do mesmo. A terceira edição da Campus Party Brasília superou a expectativa de público da organização. Estiveram presentes, ao todo, cem mil pessoas na área Open Campus (espaço gratuito) e nove mil Campuseiros, sendo três mil acampados durante todo o evento.

7. Fórum Permanente das Microempresas e Empresas do Pequeno Porte do Distrito Federal

A Setrab se fez representar nas três últimas atividades do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas do Pequeno Porte do Distrito Federal. O Fórum reúne representantes do governo e setor produtivo para analisar e aprovar as pautas definidas pelos comitês técnicos: Capacitação, Informação e Rede de Disseminação, Comércio Exterior, Compras Governamentais, Desoneração e Desburocratização, Inovação e Tecnologia e Investimento e Financiamento.

Ações Itinerantes

Em 2019, foram realizadas 17 ações Itinerantes, as quais foram importantes para o atendimento de parcela carente da população que tem dificuldade em acessar uma Agência do Trabalhador ou serviços digitais:

1. Atendimento aos jovens do socioeducativo na Unidade de Internação de Planaltina - 24/03/2019 – CTPS;
2. Ação de balcão de empregos para PCD's – Parceria com SEJUS/ PROMODEF – 27 e 28/03/2019 (IMO);
3. Ação Tenda das Mulheres – Parceria com a Administração de Taguatinga - 29/03/2019 – Praça do Relógio (CTPS, IMO e SEGURO);
4. Ação Social para PCD's – Agência do Trabalhador de Ceilândia – 13/04/2019 (CTPS, IMO e SEGURO);
5. Atendimento Itinerante – Semana EJA – CESAS – 08/05/2019 (IMO E CTPS);
6. Atendimento Itinerante - Projeto dia do Trabalhador – Parceria com OAB/DF – Subseção Taguatinga -18/05/2019 – Praça do Relógio – (IMO);
7. Café da manhã para trabalhadores – Entregas de kits (suco, biscoito e bolo), durante dois dias da semana, Agência do Trabalhador do Plano Piloto. Maio e junho 2019.
8. Mutirão de Inclusão Social – 03/07/2019 – Promovido pela Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas, direcionado para PCDs, estudantes, familiares e visitantes da comunidade local;
9. Ação Social "Riacho Fundo Mais Solidário" - 10/08/2019 – IMO
10. "Dia Mundial da Juventude" – Ceilândia-DF – 10/08/2019 – IMO
11. ConectaIF – 27, 28 e 29/08/2019 – IMO e Orientação Profissional
12. "Dia D para pessoas com deficiência" – Parceria SEJUS/PROMODEF – Dias 28 e 29/08/2019
13. Atendimento aos jovens do socioeducativo da Unidade de Internação de Planaltina - 03/10/2019 – CTPS;
14. Atendimento à População em situação de Rua – Centro POP do Plano Piloto (CTPS/IMO) – 17/10/2019;
15. Centro de Ensino Grau Técnico – Taguatinga (CTPS/IMO);
16. Atendimento à Unidade de Internação do Recanto das Emas (CTPS);
17. Natal Solidário – 21/12/2019

Capacitação Contínua Dos Servidores Das Agências

Em 2019 foi implementado o Projeto de formação continuada aos servidores de atendimento, nos quais foram realizados treinamentos para os servidores da Secretaria com o objetivo de prestar o melhor atendimento aos cidadãos, dentre os quais podemos destacar:

1. Curso de Intermediação de mão de obra – de 10 a 14/06/2019 – Parceria com Ministério da Economia;
2. Curso de capacitação para emissão de carteiras de trabalho 28/02/2019 e 15/03/2019;
3. Curso de LIBRAS – início em 04/04/2019 até 10/05/2019;
4. Atualização de procedimentos do Sistema IMO - dia 11/07/2019;
5. Treinamento de Seguro Desemprego – De 14 a 16/08/2019;
6. Visita em todas as agências para verificar ações de intermediação e treinamento (ação continuada);
7. Palestra sobre Gênero e Diversidade;
8. Palestra sobre Orientação Profissional nas Agências do Trabalhador;
9. Treinamento Agência do trabalhador Autônomo;
10. Treinamento Edital de Pequenos Reparos para Trabalhadores Autônomos;

11. Atendimento à pessoa com Epilepsia;
12. Treinamento para Intermediação de Mão de Obra (IMO) à todos os servidores das Agências;
13. Treinamento sobre CTPS Digital – 11/12/2019;
14. Treinamento formalização do MEI em cada Agência do Trabalhador.

Outras Ações e Parcerias:

1. Criação da Lei Distrital nº 6.396/2019, que trata da instituição do Fundo do Trabalho do Distrito Federal – FTDF;
2. Criação de Decreto que regulamentará o Conselho do Trabalho do Distrito Federal;
3. Regimento Interno do Conselho do Trabalho, analisado e finalizado em 12/12/2019 na 5ª reunião ordinária do Conselho do Trabalho, aguardando a publicação da regulamentação do Conselho do Trabalho para prosseguirmos com os trâmites de publicação;
4. Seminário “Desafios das novas modalidades de trabalho”, realizado no dia 5 de dezembro de 2019;
5. Análise das glosas referente ao Convênio CP SINE 142/2012, onde foram analisados os seguintes documentos: Após análise foram encontradas incorreções que comprometeram os valores a serem glosados, desta forma, impossibilitando a conclusão da prestação de contas da 1ª etapa, dessa forma o executor do convênio manifestou-se pela reanálise dos documentos emitidos pelo Ministério da Economia;
6. Parcerias com EMATER, Junta Comercial do DF, Conselho Regional de Administração e SINDUSCON;
7. Projetos de reforma e modernização das Agências de Ceilândia e Samambaia com a implantação de três e duas salas de aula para qualificação profissional, respectivamente
8. Reestruturação e descentralização da Agência do Trabalhador Autônomo (ATA). Os atendentes de todas as Agências ficaram aptos a receber o autônomo e cadastra-lo para encaminhamento de vagas em seus perfis de trabalho.
9. Criação de dois novos pontos de atendimento: a. Agência do Trabalhador da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF); E b. Implantação da Agência do Trabalhador do Paranoá.
10. Espaço Empreende Mulher. Localizado na Agência do Trabalhador de Taguatinga, visando capacitação, qualificação e inserção no mercado de trabalho de mulheres vítima de violência e em situação de vulnerabilidade social.
11. Estudo para diagnóstico e estratégias de Intermediação de Mão de Obra. Por meio de Grupo de Trabalho foram pesquisadas e diagnosticadas falhas e realizada proposição de estratégias de IMO.
12. Criação do Comitê de Apoio à Geração de Emprego e Renda, conforme Decreto nº 39.832, de 21 de maio de 2019;
13. Parceria com a EMATER para criação do Banco de Emprego Rural, visando alcançar mais de 15000 produtores rurais de Brasília
14. Parceria com o Projeto Bike Geração de Renda, para inserção de profissionais autônomos de baixa renda;
15. Plano de Superação da População em situação de rua e dependentes químicos, em parceria com a SEDES, SEJUS, SES e SEE, e outras instituições como IFB, SENAC, SENAI, etc.
16. Projeto OCUPE - Inserção no mercado de Trabalho aos jovens de abrigos.
17. Plano de Trabalho para Orientação Profissional para Jovens do Ensino Médio
18. Plano de Trabalho para Orientação Profissional para Jovens do socioeducativo em parceria com a SEJUS

Ações em Parceria

1. Projeto EMPREENDER + Administração de Águas Claras

Objetivo: Como tornar sua empresa mais lucrativa com palestras de como a internet pode ajudar os pequenos negócios, orientação ao crédito para empreendedores, marketing empresarial e capital de giro, além da SEMANA DO CRÉDITO – 26 a 30, em que o representante da SETRAB estará em nossa Sala do Empreendedor ofertando os benefícios do crédito subsidiado PROSPERA.

Público Alvo: trabalhadores que querem começar a empreender e empresários

Palestras realizadas: Como começar a empreender

2. Programa Social de Gratuidade do Sistema "S" - PSG

SENAC

Objetivo: promover a qualificação profissional do trabalhador com interesse em cursos voltados para o segmento comércio/serviço.

Público Alvo: trabalhadores, com idade acima de 18 anos.

Resultados Alcançados (referência ano 2018): 11.789 vagas ofertadas.

SENAI

Objetivo: promover a qualificação profissional do trabalhador com interesse em cursos voltados para o segmento indústria/comércio/serviço.

Público Alvo: trabalhadores, com idade acima de 18 anos.

Resultados Alcançados (referência ano 2019): 3.281 vagas ofertadas.

3. Ministério do Trabalho – MTb*

Projeto "Escola do Trabalhador" - parceria com o Ministério do Trabalho – MTb, firmada em 2018 no sentido de ofertar cursos, na modalidade a distância (EAD).

4. Articulação com associações e empreendedores

Desde abril, a DACP iniciou um intenso processo de reuniões e debates com afroempreendedores, visando debater suas condições de trabalho e dificuldades. A partir disso, projetou-se a execução de um Seminário, seguido de uma Feira onde esses empreendedores exporiam seus produtos. Posteriormente, ampliou-se o público-alvo para os empreendedores de forma geral. Foram inúmeras visitas por todo o DF, inclusive culminando com a realização de uma reunião ampliada, onde foi possível ouvir essas pessoas e detectar que sua principal dificuldade é o financiamento. Um exemplo objetivo disso foi a articulação com a Associação das Donas-de-Casa de Chapadinha, entidade com mais de 30 anos de atividade, envolvendo quase uma centena de associadas (artesãs em geral) e que, após articulação, pôde acessar pela primeira vez o nosso Programa de Microcrédito Próspera. O processo de construção do Seminário foi concluído, inclusive seu Termo de Referência, porém a falta de recursos impediu que o mesmo fosse executado. Diante disso, foi proposto que ele seja feito em 2020

Parcerias da Fábrica Social

- a. SENAI – Construção Civil (7 módulos de 200 horas em 2 turmas com 30 alunos cada); Marcenaria (1 curso de 200 horas em duas turmas com 20 alunos cada), Implementação e Manutenção de Sistemas Fotovoltaicos (1 curso de 200 horas em duas turmas com 25 alunos cada, para iniciar em março de 2020).
- b. SENAC – Empreendedorismo e Negócios de oportunidade (curso de 80 horas em 18 turmas); Paisagismo (1 curso de 80 horas em duas turmas com 30 alunos cada); Modelista (1 curso de 200 horas em duas turmas com 30 alunos cada).
- c. EMATER - Jardinagem e Cultivo de Alimentos em Meio Urbano (1 curso de 80 horas em duas turmas com 30 alunos cada).
- d. SEAGRI - Produção de mudas nativas do cerrado / viveiristas Urbano (1 curso de 80 horas em duas turmas com 30 alunos cada).

- e. IBRAM – Cultivo de Plantas Medicinais Urbano (1 curso em 1 curso de 80 horas em duas turmas com 30 alunos cada).
- f. UNIP – Oficinas de psicologia, dança, ginástica, construção civil e estética.
- g. SESC – Palestra e atendimento à saúde da mulher
- h. BRASÍLIA TRENDS – Participação da Fábrica social na confecção de peças para desfile em parceria com a Fashion Campus; Palestra sobre o Programa Fábrica Social

Grupo de Trabalho das Estratégias da Política de Qualificação Profissional no Distrito Federal

1. Criação de Grupo de Trabalho – Estratégias da Qualificação Profissional.

Objetivo: Objetivo de elaborar estratégias de Qualificação Profissional no Distrito Federal.

Resultados Entregues: Apresentou propostas de estratégias e instrumentos de implementação:

- a. Criação de Grupo de Trabalho – Política Distrital de Qualificação.

Objetivo: Objetivo de elaborar a Política Distrital de Qualificação.

Resultados Previstos: Apresentar a proposta a ser encaminhada para deliberação e definição do Conselho do Trabalho do Distrito Federal.

- b. Feira Distrital da Qualificação (TR em andamento)

Objetivo: Realização de um Evento Anual da Rede Qualificadora do Distrito Federal.

Resultados Previstos: 1.000 mil visitantes

- c. Edital de Chamamento Público para Cadastro de Instituições Qualificadoras do Distrito Federal (REDE QUALIFICA DF) – Em andamento

Objetivo: O edital tem por objeto promover o Chamamento Público Prévio de Instituições, públicas e privadas, que ofertam cursos de qualificação profissional, pagos e/ou gratuitos, nas modalidades presencial, semipresencial e à distância, para mapeamento da oferta no Distrito Federal, realizando cadastro das Cadastro Rede Qualificadora DF de que trata o item

Público Alvo: Instituições públicas e privadas, operando legalmente nos termos da legislação vigente, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objetivo de promover o aperfeiçoamento técnico-profissional de seus alunos

Resultados Previstos: Mapeamento das instituições que ofertam qualificação profissional no Distrito Federal.

- d. Fórum Distrital de Qualificação – Em andamento

Objetivo: criação e implantação de políticas públicas voltadas à qualificação profissional à população do Distrito Federal.

Público Alvo: entidades e instituições que possuam entre suas finalidades ações voltadas à qualificação e à capacitação profissional.

Resultados Previstos: promover discussões, assim como a apresentação de proposições relacionadas à temática de qualificação profissional e do acompanhamento e avaliação das respectivas ações.

- e. Comissão Permanente de Monitoramento, Avaliação e Controle de Qualidade – Portaria nº 20, de 27/09/2019

Objetivo: supervisionar os projetos de Qualificação Profissional da Secretaria do Trabalho.

Outras Ações

Implementação do Programa de Transição da Utilização de Veículos de tração Animal do Distrito Federal - Decreto nº 409.336 de 23.12.2019

Objetivo: Desenvolver projetos de qualificação que estimulem a participação de trabalhadores de veículos de tração animal em programas profissionalizantes.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal (SETRAB) tem por competência promover e realizar as políticas públicas de trabalho, emprego e geração de renda, com ações voltadas para a captação de vagas de emprego, o encaminhamento de trabalhadores aos postos de trabalho, a intermediação de mão de obra, a qualificação profissional, a concessão de crédito por intermédio de programas de microcrédito orientado, o estímulo ao empreendedorismo e demais formas de geração de renda, de maneira coletiva e/ou individual, o atendimento ao trabalhador autônomo, a emissão da Carteira de Trabalho, a concessão do seguro desemprego, entre outras ações estratégicas importantes para o desenvolvimento social e econômico do Distrito Federal. Nesse contexto, tem como missão: "Promover Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda no Distrito Federal" e como visão: "Ser referência na implementação de políticas públicas, voltadas às ações de trabalho, emprego, renda e na redução das desigualdades econômicas e sociais do Distrito Federal". A prioridade em todas as ações da Pasta é a busca constante em preparar um trabalhador para o futuro, capaz de enfrentar com menos preocupação a inserção no mercado de trabalho que tem exigido cada vez mais qualificação e experiências profissionais tornando mais seletivas as oportunidades de trabalho e geração de renda. Para a realização dessas ações é necessário que as políticas públicas estejam bem articuladas e sejam capazes de promover uma sistêmica integração de ações do Sistema Público de Emprego e que englobem a qualificação social e profissional e a inserção do trabalhador no mundo do trabalho com o objetivo de gerar trabalho, emprego e renda e garantir acesso ao seguro desemprego.

A conjuntura econômica atual, marcadamente recessiva e com sérias restrições ao crédito, devido principalmente à elevação dos juros dos empréstimos e financiamentos, com reflexos diretos nos pequenos negócios e, por conseguinte, em sua capacidade de manter e gerar ocupações de trabalho, aponta para a necessidade de fortalecimento do Programa de Microcrédito como política pública de emprego e renda, para o apoio aos pequenos empreendedores, tendo como principal desafio garantir a sobrevivência do setor e a manutenção das ocupações e empregos do setor produtivo de pequeno porte, historicamente reconhecido como grande empregador de mão-de-obra, mas que não encontra contrapartida no sistema bancário tradicional. Segundo a PED- DF (abril 2019) existe um grupo de autônomos e outras posições relacionadas ao empreendedorismo que somam cerca de 300 mil empreendedores; se considerarmos as projeções de atendimento a 3.736 operações de microcrédito durante os anos 2020 a 2023, com uso de receita própria.

Diante de todo o contexto que perpassa as unidades com atributos relacionados a este Programa Temático de Desenvolvimento Econômico, os principais desafios podem ser assim sintetizados:

- Aumentar a competitividade do Distrito Federal;
- Atrair investimentos internos e externos para aquecimento da economia local;
- Criar condições para diversificação da matriz econômica do Distrito Federal, explorando o potencial das áreas de empreendedorismo, de economia criativa e de ciência, tecnologia e inovação;
- Reduzir o índice de desemprego para número menor que a média nacional.

No PPA 2020-2023 temos 3 objetivos principais:

0174 - PROSPERA DF

PROBLEMAS

- Inexistência ou fragilidade de setores da economia, tais como indústria, agropecuária e construção civil, que empregam grandes quantidades de mão-de-obra;
- Conjuntura econômica atual, marcadamente recessiva, com reflexos diretos nos pequenos negócios e em sua capacidade de manter e gerar ocupações de trabalho.

OPORTUNIDADES

- Expansão das micro e pequenas empresas dos ramos de comércio e serviços, e nas iniciativas empreendedoras individuais e familiares;
- Recente aumento da demanda por recursos do Prospera - Fundo para Geração de Emprego e renda do Distrito Federal (FUNGER/DF).

DESAFIO

Garantir a sobrevivência do setor e a manutenção das ocupações e empregos do setor produtivo de pequeno porte. Ao longo dos anos, em razão de seu caráter de "cidade administrativa", o Distrito Federal vem se ressentindo da inexistência, ou fragilidade, de outros setores da economia, tais como agropecuária, construção civil, que empregam grandes quantidades de mão- de- obra, em especial o da indústria. O setor público emprega um considerável número de pessoas, tanto na esfera administrativa local como federal, porém sem possibilidade de expansão considerável de novos postos de trabalho. Com isso, uma das principais alternativas para o mercado de trabalho local está nas micro e pequenas empresas dos ramos de comércio e serviços e nas iniciativas empreendedoras individuais e familiares. O Programa de Microcrédito, atuando nesse nicho de mercado, se constitui de fato numa política pública importante e indispensável, com potencial para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal por meio da geração/manutenção de emprego e renda.

RESULTADOS ESPERADOS

Para o quadriênio 2020- 2023, a expectativa é que as metas relacionadas à oferta de crédito para a clientela de micro e pequenos empreendedores, urbano e rural, formalizados ou não, atinjam 3% dos empreendedores do DF, através do microcrédito produtivo orientado utilizando recursos próprios do FUNGER.

Considerando que no quadriênio 2016- 2019 houve um acréscimo da demanda por crédito e que a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED demonstra a existência de cerca de 300 mil empreendedores no DF;

Considerando que o Prospera atende cerca de 1% (um por cento) deste público alvo, que equivale aproximadamente a 3.736 (três mil, setecentos e trinta e seis) empreendedores, com uma média de R\$12.482,35 (doze mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos) por contrato; Espera-se ser possível alcançar o patamar de 3% de todos os empreendedores do Distrito Federal atendidos pelo Prospera, com o aporte de R\$ 93.268.083,50 (noventa e três milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitenta e três reais e cinquenta centavos), totalizando uma concessão aproximada de R\$ 139.902.125,25 (cento e trinta e nove milhões, novecentos e dois mil, cento e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), no quadriênio 2020-2023.

- Ofertar crédito de R\$139.902.125,25 aos empreendedores do Distrito Federal;
- Alcançar 3% de todos os empreendedores do Distrito Federal (equivalente a 11.208 empreendedores) com média de R\$12.482,35.

0187 - DF QUALIFICADO É DF EMPREGADO

Nos últimos anos o Distrito Federal tem enfrentado uma grave crise econômica, resultando na manutenção de um nível altíssimo de desempregos que atinge quase 20% da população economicamente ativa do DF. Este é um problema prioritário para este governo. Neste subsistema são propostas ações para viabilizar a inclusão social da população por meio da geração de novos postos de trabalho, especialmente para os jovens que buscam o primeiro emprego. Do total de desempregados, cerca de 40% são jovens. Entretanto, abrir novos

postos de trabalho é uma tarefa complexa que envolve múltiplos fatores no sentido de tornar o Distrito Federal um ambiente favorável a investimentos.

Demais disso, pesquisas apontam que o mercado de trabalho brasileiro se recente de mão de obra qualificada. Os efeitos negativos da crise econômica sob essa parcela da população podem perdurar mais do que a própria crise: por não terem a chance de desenvolver uma profissão e seguir uma carreira, esses indivíduos se tornam menos competitivos mesmo após o país ter superado tal momento adverso. Por essa razão, é indispensável promover a qualificação social e profissional com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e para a participação em processos de geração de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação, abrigo da manutenção do trabalho e diminuição da vulnerabilidade das populações.

PROBLEMAS

- Alto índice de desemprego;
- Falta de qualificação profissional, principalmente entre as pessoas mais vulneráveis, mulheres, pessoas com deficiência e jovens.

DESAFIOS

- Reduzir o desemprego para abaixo da média nacional;
- Fortalecer as políticas públicas de trabalho, emprego e renda no âmbito do Distrito Federal; - Elevar a qualificação profissional das mulheres, jovens, pessoas com deficiência, trabalhadores e empreendedores;
- Utilizar ferramentas tecnológicas na oferta de serviços de qualificação profissional;
- Ampliar oportunidades de acesso, participação e permanência mais igualitária ao mundo do trabalho por meio da qualificação profissional;
- Contribuir para a inclusão produtiva da população em situação de vulnerabilidade social. A Secretaria do Trabalho (SETRAB), por meio da Coordenação de Qualificação Profissional (CQP), implementará ações para a inclusão no mercado formal e empreendedorismo, em quatro eixos de atuação:

EIXO I – Jovens de 16 a 24 anos;

EIXO II – Pessoas com deficiência;

EIXO III – Mulheres; e

Eixo IV – Expansão da oferta de qualificação profissional, nas modalidades presencial, semipresencial e EAD no âmbito do Distrito Federal.

RESULTADOS ESPERADOS

- Cumprimento das cotas de vagas destinadas aos jovens e ao primeiro emprego, em 80% das empresas mapeadas; - Cumprimento das cotas de vagas destinadas às Pessoas Com Deficiência (PCDs), em 80% das empresas mapeadas;
- Oferecer um espaço de referência ao empoderamento econômico das mulheres;
- Fornecer os serviços da SETRAB em locais onde não existem Agência do Trabalhador, ações sociais e eventos com a Agência Itinerante;
- Desenvolvimento tecnológico e de sistemas de informação;
- Inserir 20% das PCDs qualificadas pela SETRAB;
- Inserir no mercado de trabalho 1000 (mil) PCDs em 4 (quatro) anos;
- Inserir no mercado de trabalho 20% das mulheres atendidas no Espaço Empreende Mulher;
- Realizar no mínimo 2 (dois) atendimentos itinerantes mensalmente;
- Inserir no mercado de trabalho 80% dos jovens abrigados;
- Oferecer Estações do Trabalho de referência ao atendimento do empregador e do trabalhador;
- Informatizar a Agência do Trabalhador Autônomo;

- Realizar estudos e pesquisas voltados ao mercado de trabalho, perfil profissional do futuro, perfil dos empregadores e dos empregados;
- Modernizar as Agências do Trabalhador;
- Implementar programas de coaching para os jovens, em especial do sistema educacional e do socioeducativo; - Implementar programa de sensibilização das empresas, visando a inserção das PCDs no mercado de trabalho;
- Implementar ações relacionadas ao enfrentamento à violência de gênero, violência institucional, assédio moral, à promoção da igualdade entre mulheres e homens, o empoderamento econômico feminino e a autonomia econômica das mulheres;
- Atender a demanda por qualificação profissional dos cidadãos do Distrito Federal ofertando cursos na modalidade presencial, semipresencial e EAD;
- Priorizar a inserção das mulheres, jovens e pessoas com deficiência;
- Cumprir cotas de vagas destinadas às PCDs em todos os cursos ofertados pela SETRAB;
- Certificar 70% das pessoas inscritas nos cursos de qualificação profissional ofertados pela SETRAB;
- Ter espaços de referência para qualificação profissional nas agências do trabalhador do Distrito Federal;
- Desenvolver plataforma tecnológica e de sistemas de informação em parceria com entidades da rede de qualificação profissional do Distrito Federal;
- Atuar de forma relacionada ao enfrentamento à violência de gênero, sem preconceitos e discriminações, como também na valorização das diversidades;
- Atualizar o Plano Distrital de Qualificação instituído em 2010;
- Levar os cursos da qualificação profissional para todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal por meio de parcerias;
- Atender a demanda por orientação profissional voltada à área de qualificação profissional;
- Produzir dados voltados ao mercado e a qualificação profissional no Distrito Federal.

0201 - EMPREENDE DF

A Secretaria do Trabalho (SETRAB) tem, como algumas de suas competências regimentais, o apoio a iniciativas de micro e pequenos empreendedores individuais ou organizados em associações e cooperativas, bem como o fomento de ações para os setores da economia solidária, com vistas à geração de trabalho e renda.

Atualmente, o mundo do trabalho passa por um processo de transformação e de consequente exclusão daqueles que não se atualizam e não se enquadram no perfil das novas vagas de emprego. Para tanto, o fortalecimento de arranjos que aproximem, organize e fortaleça os trabalhadores torna-se fundamental no enfrentamento deste contexto.

Empreender por necessidade, e como alternativa ao atual quadro de desemprego, surge como uma possibilidade viável à população do Distrito Federal. Desta forma, a economia solidária, o cooperativismo e o associativismo, ao unirem pessoas com objetivos comuns, dando força a seus anseios, tornam-se ferramentas que o Poder Público deve promover para que aqueles indivíduos empreendam e, assim, possam gerar sua renda com autonomia.

PROBLEMAS

Em relação às tecnologias sociais e à economia solidária, a falta de ampla disseminação conceitual do empreendedorismo e dos seus benefícios para o público distrital apresenta-se como forte obstáculo à sua utilização como ferramenta de enfrentamento ao desemprego.

Ademais, o Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entrono (FESDEF), espaço que busca difundir os princípios e práticas da economia solidária, tem executado ações de pouco alcance e efetividade, além de não congregarem um maior número de pessoas (artesãos e agricultores familiares) em sua estrutura e em suas atividades (grupos de trabalho, palestras e feiras).

No que concerne ao cooperativismo e ao associativismo, observa-se a falta de uma proposta de qualificação técnica da população sobre esses arranjos, dentro das estruturas das Agências do Trabalhador e outros órgãos de governo, atendendo às potencialidades e exigências do mercado.

A baixa disseminação dos conceitos do cooperativismo, associativismo, economia solidária e tecnologias sociais no Distrito Federal reflete diretamente no número de pessoas interessadas e capacitadas a formar novos arranjos produtivos sob tais formatos. Ademais, ao não serem fomentados tais arranjos pelo Poder Público, a população distrital deixa de dispor de ferramentas úteis no que concerne à geração de renda e no combate ao desemprego na região.

DESAFIOS

- Ampliar as ações legalmente incumbidas à SETRAB no âmbito do Centro Público de Economia Popular e Solidária do Distrito Federal (CEPES/DF), equipamento público cuja administração é compartilhada entre a Secretaria e o FESDEF;
- Mapear novos artesãos e agricultores familiares para que tomem conhecimento dos princípios da Economia Solidária e para que, conseqüentemente, participem e tenham voz nas atividades do FESDEF; Reformular o decreto que criou o Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária do Distrito Federal (CDEPS- DF), órgão consultivo e deliberativo, nomear seus membros e suplentes, e implantar seu funcionamento;
- Levar ao conhecimento da população do Distrito Federal os benefícios de se formarem empreendimentos solidários;
- Mapear as tecnologias sociais (descrevendo a implementação da tecnologia) em todo o DF e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) de forma georeferenciada;
- Cadastrar tecnologias sociais possibilitando a revisão e melhor estruturação das diversas políticas e programas no âmbito das tecnologias sociais para geração de emprego e renda.

RESULTADOS ESPERADOS

- Aumento do número de empreendimentos, individuais e coletivos, e arranjos produtivos criados na forma de associações, cooperativas e grupos de economia solidária.
- Arranjos produtivos que utilizem as tecnologias sociais como estratégia de geração de renda.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNGER/DF foi criado pela Lei Complementar nº 704, de 18/01/2005, alterada pelas Leis Complementares nº 709, de 04/08/2005 e 868, de 11/06/2013, regulamentadas, respectivamente, pelos Decretos, nº 25.745, de 11/04/2005 e 26.109, de 12/08/2005, alterados pelos Decretos nº 32.309, de 05/10/2010, 32.813, de 24/03/2011, 33.182, de 05/09/2011 e 34.720, de 07/10/2013. A destinação dos recursos do FUNGER/DF está amparada no art. 3º da Lei Complementar nº 704, de 18/01/2005, alterada pela Lei Complementar nº 868, de 11/06/2013 e contempla os seguintes itens: - Concessão de empréstimos e financiamentos; - Capacitação ao treinamento gerencial, à orientação e à assistência técnica de empreendedores econômicos e de cooperativas de produção e trabalho, incluindo os cooperados; - Formação e qualificação de trabalhadores e a preparação de jovens para o primeiro emprego; - Despesas de custeio e investimento destinadas à divulgação e à melhoria das condições operacionais e administrativas das atividades vinculadas ao Fundo; e - Apoio ao fortalecimento das cooperativas de produção e trabalhos das instituições mencionadas no art. 10 da LC nº 868, de 11/06/2013. No que concerne à aplicação dos recursos do FUNGER (art. 3º do Decreto nº 25.745, de 11/04/2005), os recursos serão aplicados em conformidade com seus objetivos e com o estabelecido na sua Lei Orçamentária Anual/LOA e no Plano Plurianual/PPA. O FUNGER/DF é gerido por um Conselho de Administração/CONAF, criado para atender aos requisitos da Lei Complementar nº 292, de 02/06/2000, que dispõem acerca das condições de instituição e funcionamento de fundos públicos. Cabe ao Conselho de Administração a gestão do patrimônio do Fundo, o estabelecimento das taxas de juros por meio de resoluções, dos prazos, a emissão de normas sobre as condições de renegociação de dívidas e demais procedimentos relacionados com a execução dos recursos, observados os dispositivos das Leis Complementares nº 704 e 868. O Programa de Microcrédito Próspera, executado com recursos do FUNGER/DF, oferece linhas de crédito para atividades produtivas, adequadas à realidade dos micro e pequenos empreendedores, formais e informais. O crédito é destinado para capital de giro, custeio e investimento. São beneficiários do Programa os microempreendedores urbanos e rurais, microempreendedores individuais, artesãos, prestadores de serviços autônomos, feirantes e demais empreendedores do setor informal; cooperativas ou formas associativas de produção ou trabalho; microempresas ou empresas de pequeno porte e recém-formados, para atuarem em suas áreas de formação. O Programa tem como princípio a sustentabilidade dos empreendimentos apoiados, sendo o crédito liberado de maneira progressiva de modo a evitar a inadimplência e garantir a possibilidade de renovação de créditos para o cliente. Em 2013, o Programa passou por significativas mudanças a partir da aprovação da Lei Complementar Nº 868, de 11/06/2013, que alterou a legislação do FUNGER/DF, com foco na ampliação e na simplificação de suas atividades. O principal objetivo da mudança na legislação à época foi permitir que empreendedores, que trabalham na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do DF (RIDE/DF), também tivessem acesso às linhas de financiamento do Programa. Na atual Secretaria de Estado do Trabalho, a execução do FUNGER/DF está na competência da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo – SME, da Coordenação de Microcrédito e de duas diretorias específicas: a Diretoria de Gestão de Fundos, responsável pela execução orçamentária e financeira do FUNGER/DF, e a Diretoria de Concessão e Recuperação de Microcrédito, responsável pela concessão dos empréstimos, pelo acompanhamento e cobrança das operações. As inscrições para as solicitações de crédito são realizadas nas Agências de Microcrédito do Plano Piloto e Agência de Microcrédito de Taguatinga. A gestão administrativa do FUNGER/DF (Força de Trabalho) está vinculada à Secretaria de Estado de Trabalho;

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	10	14	2	10	36
Comissionados sem vínculo efetivo	17	126	0	0	143
Requisitados de órgãos do GDF	5	2	0	4	11
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	12	0	12
Terceirizados (FUNAP)	0	0	01		1
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	32	142	15	14	203
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	04	0	4
Total Geral	32	142	13	14	199

Como observado no quadro de pessoal acima, a força de trabalho do FUNGER dispõe de um pequeno quantitativo de recursos humanos para dar conta de suas unidades operativas e ainda o acompanhamento dos Termos de Parcerias estabelecidos com as Organizações da Sociedade Civil, além de suas estruturas de gestão, coordenação e acompanhamento da execução das Políticas Públicas afins.

Destaca-se que alguns cargos comissionados estão ocupados por servidores de carreira, o que promove a valorização dos trabalhadores com perfil adequado e amplia o nível de comprometimento deles com as políticas de emprego e renda, mas também reduz a força de trabalho para a execução das atividades técnicas. O atual quantitativo do quadro de pessoal está aquém da demanda de atividades que são executadas pelo órgão, a partir de suas competências, o que vem impactando consideravelmente no desempenho das atividades finalísticas da Secretaria, gerando acúmulo de trabalho para os atuais servidores, duplicidade de funções, impossibilidade de ampliação de serviços e abertura de novas unidades.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	50000,0	50000,00	0	0
6166 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FUNGER-DF ENTORNO	50000,0	50000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9081 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS	9980341,0	13225753,86	10367153,83	10367153,83
6203 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS--DF ENTORNO	9980341,0	13225753,86	10367153,83	10367153,83
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	10030341,00	13275753,86	10367153,83	10367153,83

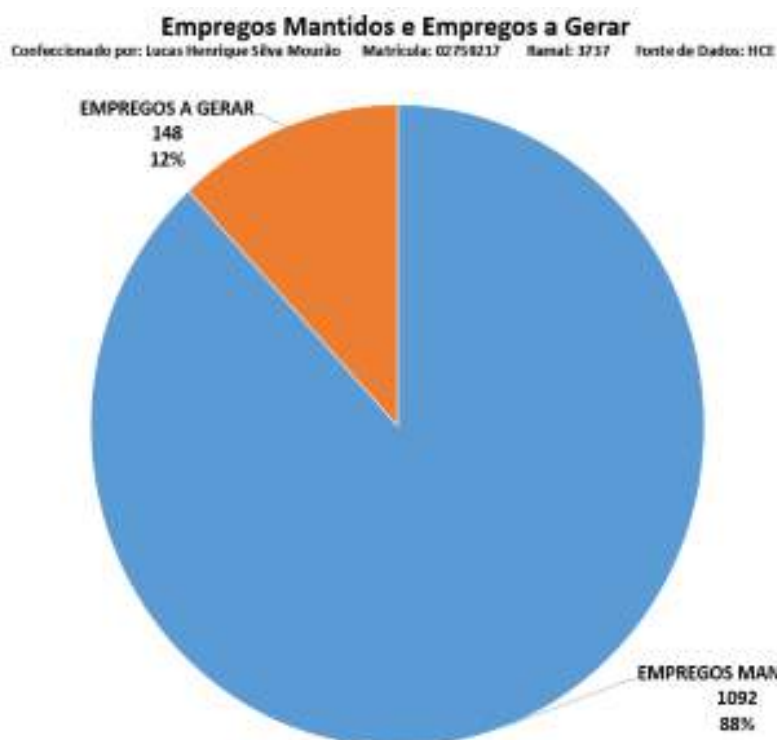
No exercício de 2019, o Programa de Microcrédito do Governo do Distrito Federal, denominado PROSPERA, executado com recursos do FUNGER/DF, iniciou suas atividades de concessão de crédito em abril e finalizou em novembro. Ao longo do exercício, o Programa realizou Comitês de Crédito, conforme programação acordada com a Secretaria de Economia. Essa programação foi em virtude de conciliar as datas de liberação dos créditos com disponibilidade financeira do Tesouro. Ressaltamos que o Comitê de Crédito do FUNGER, criado pela Lei Complementar n.º 704, Artigo 7º, é o órgão responsável pela aprovação dos financiamentos e empréstimos. No exercício de 2019, até 31 de dezembro, o Programa de Microcrédito emprestou **R\$ 10.367.153,83**. No período foram realizadas 17 reuniões do Comitê de Crédito do FUNGER/DF, sendo que as três primeiras foram somente para renegociação de dívidas dos tomadores inadimplentes, não havendo, portanto, liberação de recursos. Assim, nas demais 14 reuniões, foram aprovadas 705 operações de crédito. Destas, foram efetivamente contratadas 688 operações, sendo 479 da Carteira Urbana e 209 da Carteira Rural, representando, respectivamente, 70% e 30% das operações contratadas. Na Carteira de Crédito Urbana foi emprestado o montante de **R\$5.852.414,53** o que corresponde a 56% do valor total emprestado. Na Carteira Rural foi emprestado o montante de **R\$ 4.514.739,30**, representando 44% do total emprestado. Esses valores apresentam um tíquete médio de **R\$ 12.217,98** para os empreendedores urbanos e **R\$ 21.601,62** para os empreendedores rurais. Nota-se, que ao longo do exercício de 2019, a média dos valores de tíquete médio se mantém estável para ambas as carteiras, o que demonstra regularidade e a observância rigorosa quanto aos critérios de progressividade nas concessões dos empréstimos.

TABELA

COMITÊS	DATA	CONTRATOS EFETIVADOS		CRÉDITOS CONTRATADOS		VALOR PAGO
	REALIZAÇÃO	URBANOS	RURAIS	URBANOS	RURAIS	
01	RENEGOCIAÇÕES					
02						
03						
04	26/04/2019	11	0	R\$ 138.592,25	R\$ 0,00	R\$ 138.592,25
05	08/05/2019	24	2	R\$ 464.414,45	R\$ 66.805,53	R\$ 531.219,98
06	27/05/2019	41	12	R\$ 553.947,60	R\$ 266.652,39	R\$ 820.599,99
07	06/06/2019	47	16	R\$ 561.538,64	R\$ 388.824,05	R\$ 950.362,69
08	25/06/2019	29	10	R\$ 520.314,65	R\$ 325.638,82	R\$ 845.953,47
09	04/07/2019	27	11	R\$ 255.793,80	R\$ 314.636,46	R\$ 570.430,26
10	19/07/2019	26	23	R\$ 275.810,25	R\$ 480.126,41	R\$ 755.936,66
11	05/08/2019	29	16	R\$ 347.637,83	R\$ 345.202,90	R\$ 692.840,73
12	22/08/2019	44	22	R\$ 394.194,27	R\$ 400.442,73	R\$ 794.637,00
13	06/09/2019	32	8	R\$ 316.289,81	R\$ 133.393,75	R\$ 449.683,56
14	26/09/2019	46	18	R\$ 664.244,47	R\$ 363.947,56	R\$ 1.028.192,03
15	09/10/2019	41	13	R\$ 372.846,59	R\$ 273.936,87	R\$ 646.783,46
16	24/10/2019	50	31	R\$ 602.803,87	R\$ 633.149,82	R\$ 1.235.953,69
17	05/11/2019	32	27	R\$ 383.986,05	R\$ 521.982,01	R\$ 905.968,06
TOTAL		479	209	R\$ 5.852.414,53	R\$ 4.514.739,30	R\$ 10.367.153,83

O Programa de Microcrédito Prospera foi concebido como um instrumento de política pública governamental, destinada a garantir o direito ao crédito aos segmentos sociais historicamente marginalizados pelo sistema financeiro tradicional. Seu objetivo primordial é permitir, nestes segmentos, que as pessoas possam, por meio do trabalho empreendedor, desenvolver seus negócios, gerar renda, manter e aumentar novas ocupações de trabalho. No período de abril a dezembro de 2019 (Tabela e Gráfico I) foram contratadas 688 operações de crédito, sendo 209 (30%) para área rural e 479 (70%) para área urbana, com expectativa de geração de 148 (12%) novas ocupações e a manutenção de outras 1.092 (88%), totalizando 1.240 ocupações.

GRÁFICO – OPERAÇÕES DE CRÉDITO



A distribuição dos contratos de empréstimos por localidade (Região Administrativa - RA) se deu da seguinte maneira:

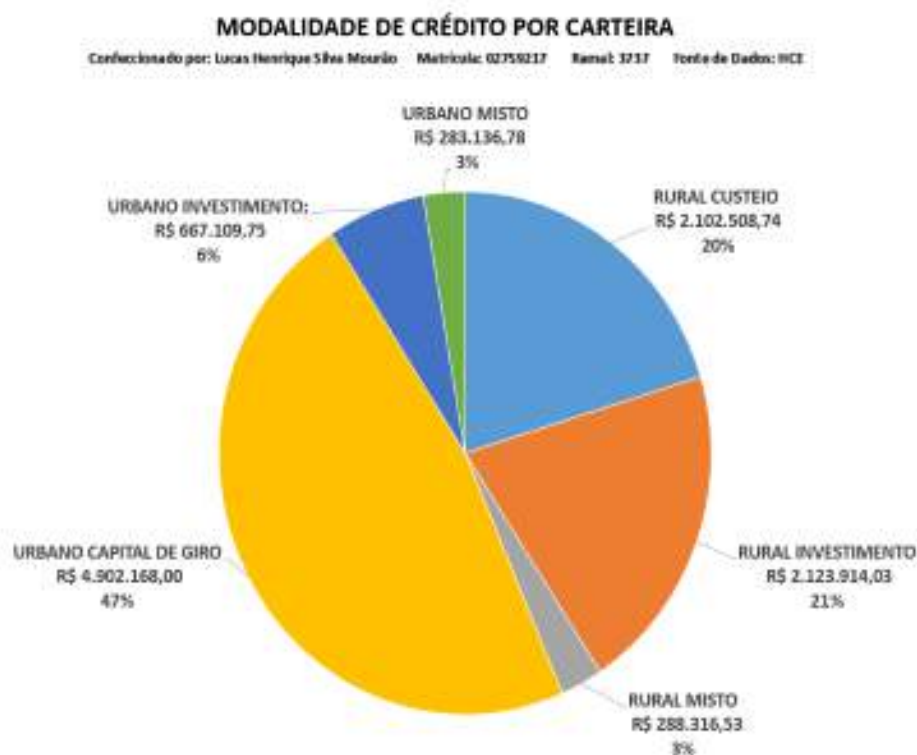
Observa-se que as RA's Planaltina (159), Ceilândia (78) e Brazlândia (60) foram as que mais se destacaram nas operações de crédito;

A distribuição de valores por localidade (Região Administrativa - RA) manteve a proporção de créditos liberados, com a RA - Planaltina liderando, seguida pelas demais;

Ressaltamos que a concentração de contratos e valores em Planaltina deve-se ao fato da Carteira Rural contemplar, em sua maioria, os produtores dos núcleos rurais daquela localidade;

No que se refere a Modalidade de Crédito Por Carteira (Gráfico IV) observa-se que do total dos recursos liberados na Carteira Urbana, 47% foram para Capital de Giro e 6% para Investimento. Já na Carteira Rural, 21% dos recursos foram destinados para Investimento e 20% para Custeio.

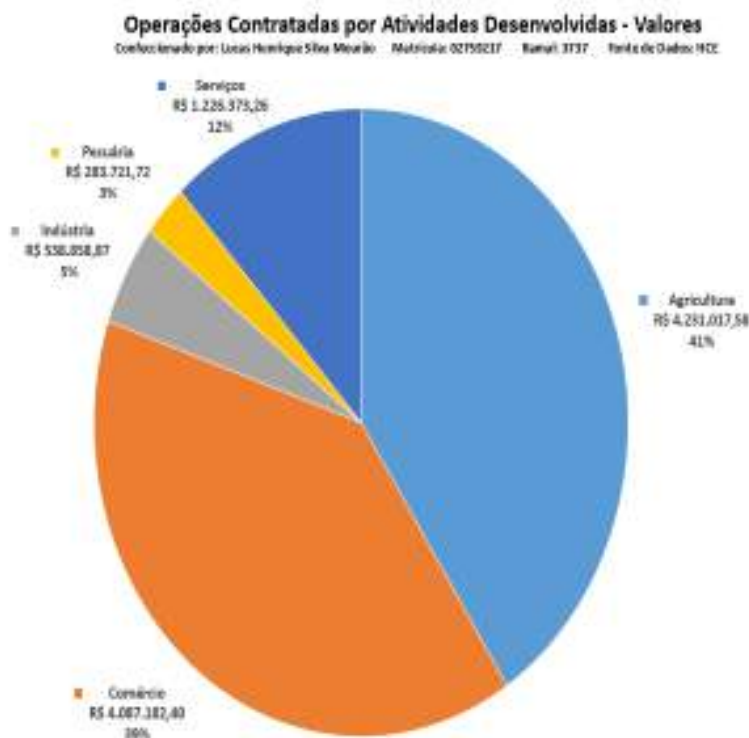
MODALIDADE DE CRÉDITO POR CARTEIRA



Observa-se, ainda, pelos números apresentados que os empreendedores da área urbana concentram sua demanda por crédito na modalidade Capital de Giro. Os resultados indicam que a maior parte dos empreendimentos atendidos na Carteira Urbana é do setor de Comércio (Gráfico V) que, sozinho, respondeu por 39% do montante emprestado no exercício. As atividades dos setores de Serviços (12%) e Indústria/Artesanato (5%), com participação menor no total das liberações, também tiveram diversas propostas aprovadas na modalidade Capital de Giro. Estes resultados indicam que os empreendimentos apoiados, em sua grande maioria dos setores de Comércio e Serviços, demandam maior crédito para repor seus estoques e dinamizar o fluxo financeiro de suas atividades. Esses índices vem se mantendo de forma regular. Os números ora apresentados refletem, na conjuntura atual, marcadamente recessiva e com sérias restrições ao crédito, a enorme importância do Programa de Microcrédito Próspera para essas iniciativas empreendedoras de pequeno porte. Os pequenos empreendimentos, com o apoio creditício recebido, podem se estruturar para enfrentar as dificuldades do momento e, assim, garantir a manutenção das ocupações e empregos do setor produtivo de pequeno porte, historicamente reconhecido como grande empregador de mão-de-obra, mas que não encontra apoio financeiro no sistema bancário tradicional. Na Carteira Rural (Gráfico IV) a liberação maior de recursos foi para a modalidade Investimento e menor para Custeio, porém indica um relativo equilíbrio na destinação dos recursos entre as duas modalidades, 21% para Investimento e 20% para Custeio. Na modalidade Investimento,

manteve-se a tendência de o produtor rural investir na aquisição de maquinário e implementos, matrizes leiteiras e equipamentos para irrigação e construção de estufas agrícolas. Para o Custeio Agrícola, os recursos foram utilizados principalmente para a aquisição de sementes, adubos e outros insumos agrícolas, especialmente os utilizados em correção de solos. Segundo a EMATER/DF, o Programa de Microcrédito Prospera, na área rural, tem contribuído para o aumento da renda dos produtores, para o aumento da área plantada no Distrito Federal e Entorno, na produtividade agropecuária pela adoção de novas tecnologias, na quantidade de máquinas e equipamentos voltados à produção, e ainda na geração/manutenção de empregos diretos e indiretos no Distrito Federal e Entorno. Ainda segundo a EMATER/DF, o Prospera possui as linhas de crédito mais adequadas à realidade e necessidade dos produtores rurais da agricultura familiar, em comparação com as outras linhas de crédito existentes no mercado, por ser menos burocrática e mais ágil na liberação dos recursos.

OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

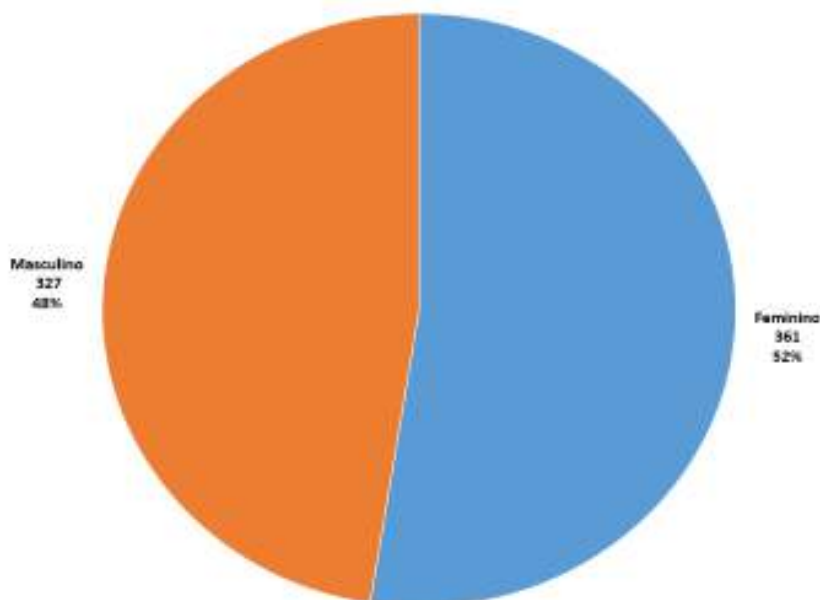


A participação feminina (361 tomadoras de crédito) e masculina (327 tomadores de crédito) nas concessões dos empréstimos/financiamentos no período corresponde a 52% para o sexo feminino e 48% para o sexo masculino (Gráfico VI). Na comparação entre as carteiras, na Carteira Urbana a presença feminina é mais forte que na Carteira Rural, com atuação destacada das mulheres nas atividades de confecção e do comércio de peças de vestuário e outros produtos predominantemente voltados ao público feminino, e na prestação de serviços relacionados à estética feminina. Nas áreas rurais, a maior presença masculina deve-se a que, tradicionalmente, a agricultura e a pecuária são atividades executadas por homens.

GÊNERO DOS TOMADORES

Gênero dos Tomadores e N° de Contratos

Elaborado por: Lucas Henrique Silva Moxão Matrícula: 02759217 Canal: 1737 Fonte de Dados: HCS



6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	220000,0	170000,00	23232,08	22587,84
0013 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNGER-DF ENTORNO	220000,0	170000,00	23232,08	22587,84
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	50000,0	50000,00	0	0
2551 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNGER-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	600000,0	560000,0	305695,76	254137,43
2637 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNGER-DISTRITO FEDERAL	600000,0	560000,0	305695,76	254137,43
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	870000,00	780000,00	328927,84	276725,27

No Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado foi executada despesa referente ao pagamento dos serviços financeiros prestados pelo agente financeiro Banco de Brasília/BRB na execução e operacionalização dos empréstimos e financiamentos do Programa de Microcrédito "PROSPERA", no valor de R\$ 22.587,84 (vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), referente à AÇÃO 0013, com o pagamento das faturas dos meses de janeiro a novembro/2019, sendo que o mês de dezembro será pago em Restos a Pagar no exercício subsequente. A execução de R\$ 254.137,43 (duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e trinta e sete reais e quarenta e três centavos), referente à AÇÃO 2637 com o pagamento das faturas de janeiro a outubro/2019, sendo que as faturas de novembro e dezembro serão pagas, igualmente, em Restos a Pagar no exercício subsequente.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No exercício, foram inscritos em Dívida Ativa da Fazenda Pública do Distrito Federal 66 contratos inadimplentes (período de 2005 a 2018), no valor total de R\$ 586.864,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e quatro reais) de saldo contábil, a inclusão de 563 CPFs e CNPJs na SERASA e a recuperação acumulada de 18 contratos, totalizando R\$ 180.544,55 (cento e oitenta mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) de saldo devedor, de tomadores que quitaram ou colocaram em dia seus contratos ao longo de 2019. Em relação à inadimplência, destaca-se que no ano de 2019, findou com somente 2,5% da carteira ativa dos empréstimos concedidos entre 2005 e 2019. O índice é muito positivo e vem se mantendo baixo desde a fase Prospera, iniciada no ano de 2012. A baixa inadimplência é resultante da constante melhora nas análises dos créditos a serem concedidos, em especial com a criação de uma instância anterior ao encaminhamento ao Comitê de Crédito, com a finalidade de analisar previamente e minuciosamente todas as propostas de empréstimos, com vistas a verificar a adequação às normas do Programa e à legislação do FUNGER/DF. Ressalta-se também o acompanhamento contínuo realizado pelos agentes de crédito em suas respectivas carteiras de clientes, principalmente no tocante às ações de checagem e de cobrança, renegociação de dívidas, além da negativação dos tomadores inadimplentes junto à SERASA e as respectivas inscrições em Dívida Ativa da Fazenda Pública do DF dos devedores do Programa dentro do prazo legal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2019, o programa de concessão de crédito PROSPERA, executado com recursos do FUNGER, que tem como objetivo ofertar crédito para micro e pequenos empreendedores alcançou resultados relevantes.

Houve efetivamente 688 (seiscentos e oitenta e oito) operações de crédito (contratações) e um expressivo montante emprestado R\$10.367.153,83 (dez milhões, trezentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e três reais e oitenta e três centavos).

Destaca-se a baixa taxa de inadimplência, que ficou em 0,4% (referente aos contratos firmados no ano de 2019) se comparada à média de inadimplência em microcrédito no DF, que está em torno de 5% para as pessoas físicas e 16% para as pessoas jurídicas (fonte dos dados: BACEN-data base 2018).

No tocante às dificuldades encontradas, o FUNGER necessitou de suplementação de orçamento na fonte 100 para o bom andamento do PROSPERA, que atualmente contribui significativamente para a geração de emprego e renda no Distrito Federal.

Destaca-se, ainda, a carência de recursos humanos. O quadro de pessoal está aquém do necessário.

No que se refere ao ano de 2020, o objetivo do PROSPERA é ampliar o alcance de seu atendimento para 1,5% do número de empreendedores no DF. Atualmente, segundo números da PED (08/2019), o programa alcança 1% desse público, que chega a aproximadamente 314.000 pessoas.

Dessa forma, a meta do programa de concessão de crédito PROSPERA está escalonada no decorrer dos anos 2020 a 2023, sendo 1,5% em 2020, 2% em 2021, 2,5% em 2022 e 3% em 2023.

25904 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Instituído por força da Lei Complementar nº. 08, de 19 de dezembro de 1995, o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF é um mecanismo especial de captação de receitas vinculadas à realização de ações relevantes de Assistência Social no âmbito do Distrito Federal, tal como previsto no art. 14, da Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

Vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal/ - SEDES, o FAS/DF tem por objetivo prover recursos e meios capazes de garantir, de forma ágil, sistemática e continuada o financiamento de benefícios, serviços, programas e projetos de que trata a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Com a publicação do Decreto nº. 36.832, de 23 de outubro de 2015, artigo 1º, o FAS/DF passou a integrar a estrutura orgânica da SEDES. Por meio do Decreto nº 39.610/2019, publicado no DODF nº 01 - Edição Especial de 01.01.2019.

O Decreto Nº. 39.610/2019, publicado no DODF nº 01 - Edição Especial de 01.01.2019, de 01 de janeiro de 2019, cria a Unidade de Execução Financeira do Fundo de Assistência Social, vinculando o mesmo à Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social.

Em termos de força de trabalho, a SEDES conta com a seguinte equipe para operacionalizar as ações do Fundo de Assistência Social:

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	33	60	118	899	1.110
Comissionados sem vínculo efetivo	50	69	0	0	119
Requisitados de órgãos do GDF	4	4	0	9	17
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	0	0	0	27
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	57
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	87	134	118	908	1.333
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	57
Total Geral	87	134	118	908	1.390

Como observado no quadro de pessoal acima, a força de trabalho da SEDES, dispõe de um pequeno quantitativo de recursos humanos para dar conta de suas 678 unidades operativas e ainda o acompanhamento aos 49 Termos de Parcerias estabelecidos com as Organizações da Sociedade Civil, além de suas estruturas de gestão, coordenação e acompanhamento da execução da Política de Assistência Social no Distrito Federal.

Destaca-se que alguns cargos comissionados estão ocupados por servidores de carreira, o que promove a valorização dos trabalhadores com perfil adequado e amplia o nível de comprometimento dos mesmos com a política de desenvolvimento social, mas também reduz a força de trabalho para execução das atividades técnicas.

O atual quantitativo do quadro de pessoal está aquém da demanda de atividades que são executadas pelo órgão, a partir de suas competências, o que vem impactando, consideravelmente, no desempenho das atividades finalísticas da Secretaria, gerando acúmulo de trabalho para os atuais servidores, duplicidade de funções, impossibilidade de ampliação de serviços e abertura de novas unidades de novas unidades.

Diante do quadro, que ora se apresenta e levando em conta, ainda, o número de servidores que estão na eminência de se aposentar nos próximos anos, a situação deve-se agravar, caso não haja recomposição do quadro de pessoal.

Em relação a realização de concurso público, com o objetivo de cobrir os buracos existentes em seus quadros, foi realizado concurso para preenchimento de 314 vagas, o que não resolve, mas minimiza as dificuldades hoje existentes.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	100000,0	0,0	0	0
0005 - APOIO AO PROJETO FÁBRICA DA CIDADANIA PROMOVIDO PELO INSTITUTO INCLUSÃO DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO SOCIAL	100000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	100000,00	0,00	0,00	0,00

Emenda Parlamentar cancelada pelo Deputado Agaciel Maia, conforme Lei nº 6.304, de 23 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 97, de 24 de maio de 2019.

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2411 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS	160000,0	1948992,00	21709,71	21709,71
0003 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS--DISTRITO FEDERAL	160000,0	1948992,00	21709,71	21709,71
4182 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	45000,0	976606,00	20637,62	20637,62

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS--DISTRITO FEDERAL	45000,0	976606,00	20637,62	20637,62
2914 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	7158548,0	8836041,00	6045487,05	4788801,31
0001 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	1824000,0	1824000,0	1823150,0	904210,0
0002 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS-DISTRITO FEDERAL	5334548,0	7012041,00	4222337,05	3884591,31
2943 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS	114500,0	114500,00	6860,29	6860,29
0001 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS--DISTRITO FEDERAL	114500,0	114500,00	6860,29	6860,29
2944 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	5732420,0	5563512,00	4375953,33	3689338,97
0001 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE - OCA-DISTRITO FEDERAL	957000,0	957000,00	855953,70	488859,92
0002 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS-DISTRITO FEDERAL	4775420,0	4606512,00	3519999,63	3200479,05
9071 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	10728281,0	17604945,00	16963781,90	16944374,30
0001 - TRANSFERÊNCIA PARA O PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-OCA-DISTRITO FEDERAL	9418508,0	15142240,0	14504249,67	14487128,00
0002 - TRANSFERÊNCIA PARA O PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS-DISTRITO FEDERAL	1309773,0	2462705,00	2459532,23	2457246,30
9072 - TRANSFERÊNCIA PARA PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS	3120000,0	4574680,0	406114,64	406114,64
0001 - TRANSFERÊNCIA PARA REALIZAÇÕES DA AÇÕES PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS--DISTRITO FEDERAL	3120000,0	4574680,0	406114,64	406114,64
9073 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	35469068,0	54513316,00	52883768,49	50358115,05
0001 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-OCA-DISTRITO FEDERAL	6944338,0	12465863,0	10850271,40	10850017,96
0002 - TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS-DISTRITO FEDERAL	28524730,0	42047453,00	42033497,09	39508097,09
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	460000,0	25000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0013 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	460000,0	25000,00	0	0
4159 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	10000,0	67800,0	49059,00	47347,80
0001 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-PSE-DISTRITO FEDERAL	10000,0	67800,0	49059,00	47347,80
4161 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	780600,0	13999265,00	4477303,26	3422454,22
0001 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA-IGD-DISTRITO FEDERAL	780600,0	13999265,00	4477303,26	3422454,22
4181 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	40000,0	20000,00	0	0
0001 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS-SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS-DISTRITO FEDERAL	40000,0	20000,00	0	0
4183 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	10000,0	0,00	0	0
0001 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,00	0	0
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	13412895,0	14111606,00	12098969,68	11508653,76
0001 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-PSB - BENEFÍCIOS EVENTUAIS-DISTRITO FEDERAL	8640895,0	9779809,00	8633447,68	8119069,76
0012 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-BENEFÍCIOS EXCEPCIONAIS-DISTRITO FEDERAL	4772000,0	4331797,00	3465522,0	3389584,0
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2739520,0	4103643,00	1984800,0	1877100,0
0001 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PSB- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	2160000,0	1984800,0	1984800,0	1877100,0
0003 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-BPC NA ESCOLA-DISTRITO FEDERAL	101520,0	129112,00	0	0
0005 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	478000,0	1989731,00	0	0
9074 - TRANSFERÊNCIA PARA GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA -IGD	1000000,0	1000000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - TRANSFERÊNCIA PARA GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA -IGD-- DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1000000,0	0	0
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	80980832,00	127459906,00	99334444,97	93091507,67

O Sistema Único de Assistência Social-SUAS, organiza as ações da política de pública de assistência social em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira destina-se à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda, destina-se a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a Proteção Social Especial se subdivide em dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

1. Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica tem por objetivo prevenir situações de risco, atuando no desenvolvimento de potencialidades dos indivíduos/famílias, assim como dos territórios dos quais fazem parte, e com aquisições necessárias às especificidades dos territórios, o que garante o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (BRASIL, 2004, p.3).

O trabalho realizado com os indivíduos/famílias nos territórios abrange a rede socioassistencial existente e demais órgãos estatais e não estatais que atuam de forma transversal na proteção e garantia de direitos, sendo caracterizado como executor de ações preventivas, protetivas e proativas em contexto de vulnerabilidade social, evitando a fragilização de vínculos familiares e comunitários, de modo a garantir o fortalecimento do tecido social.

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF:

Descrição do Serviço: É o serviço continuado que objetiva proteger as famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, prevenir a ruptura dos seus vínculos e promover o acesso e a garantia dos direitos. As ações desenvolvidas neste serviço não devem possuir caráter terapêutico e sua implementação é de responsabilidade do município (BRASIL, 2009). O serviço deve ser ofertado com base no trabalho social com famílias, onde se executa ações com base nas demandas apresentadas pelas famílias em articulação com o contexto apresentado pelos territórios. Dessa forma, é importante que o PAIF abarque a heterogeneidade familiar de forma a superar estigmas e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

- Unidade Executora: 27 CRAS distribuídos em todo o território do Distrito Federal.
- Público Alvo Beneficiado: Famílias em situação de vulnerabilidade social cujos vínculos familiares estão preservados.

Resultados Alcançados:

Dados de atendimento 2019:

- 228.277 atendimentos;
- 22.092 solicitações de benefícios; 60.131 solicitações de cestas emergenciais
- Contribuição técnica para automatização da Sinopse;
- Capacitação dos gestores de CRAS nomeados em 2019: Acolhida, formação (rotinas administrativas, preenchimentos de instrumentais técnicos, sistema de informações SEI, despachos individuais, alinhamento sobre conceitos da política de assistência social, competências técnicas da gestão do CRAS, etc);
- Oito reuniões técnicas com gestores dos CRAS para orientações sobre processos de trabalho, elaboração do Censo Suas, uso da ferramenta do SEI, Relatórios Qualitativos,

Plano de Ação/Planejamento Estratégico, confecção dos Relatórios Qualitativos Trimestrais e de Gestão;

- Adequação das ações do PAIF conforme orientações definidas pelo Ministério da Cidadania; Definição de fluxos e procedimentos com outros setores da SEDES, em especial a Ouvidoria, GERF, PSE, CTRAR e GERFIN;
- Revisão/Atualização do script do CRM - documento utilizado pela Central 156 com perguntas e respostas sobre a Política de Assistência Social;
- Participação na construção do Planejamento Estratégico/Plano de Ação das unidades;
- Monitoramento e acompanhamento aos serviços executados pelas unidades; Apoio e realização conjunta das visitas de monitoramento do Departamento de Proteção Social Básica do Ministério da Cidadania aos CRAS;
- Gestão e apoio às unidades para efetivação da aplicação dos questionários do Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola;
- Atendimento da demanda BPC Idoso e BPC Deficiente, conforme Decreto Federal e demais normativas que tratam da obrigatoriedade da inclusão desse público no Cadastro Único;
- Apoio na publicação do edital do Programa Criança Feliz Brasiliense e sua implementação no território do DF;
- Apoio na XIII Conferência de Assistência Social do Distrito Federal; Gestão direta das unidades CRAS que ficaram sem gestores nomeados;
- Alinhamento técnico sobre a operacionalização dos benefícios eventuais na proteção social básica;
- Construção Técnica de Modulação para provimento de recursos humanos nos CRAS;
- Monitoramento do risco de interrupção dos serviços nas unidades CRAS;
- Realização do diagnóstico das 27 unidades de CRAS, em relação a execução da política de assistência social; sendo possível identificar pontos críticos:
- Serviços interrompidos ou com risco iminente de interrupção por motivos diversos, em especial, por falta de agentes sociais. As unidades CRAS Brazlândia, CRAS Candangolândia e CRAS Núcleo Bandeirante apresentam maior risco de ter as atividades do SECAT interrompidas caso seja necessária a adequação das atividades pertinentes aos cargos que atuam nos SECATs;

As atividades de acolhida de nível médio se encontram interrompidas nos CRAS Gama e CRAS Varjão, que por não terem Agentes Sociais, toda a acolhida social está sendo realizada por profissionais de nível superior.

Multirão CRAS São Sebastião





Visita Técnica Comitiva do México



Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

Descrição do Serviço: O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV é o serviço da Proteção Social Básica realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

O referido serviço possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Unidade Executora: A SEDES possui atualmente 41 (quarenta e uma) unidades orgânicas ofertantes do SCFV, divididas em 17 (dezessete) Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 6 (seis) CRAS que ofertam o serviço dentro da sua estrutura física e 18 (dezoito) Organizações da Sociedade Civil parceiras ofertantes do serviço por meio de Termo de Colaboração com a Secretaria. O Centro de Convivência de São Sebastião ainda não faz parte da estrutura formal da Secretaria, portanto considerado com uma descentralização do atendimento do CRAS.

Público Alvo Beneficiado: Os grupos atendidos são organizados de forma a garantir o desenvolvimento das atividades de acordo com as necessidades de cada ciclo de vida, seguindo a divisão abaixo:

- Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos;
- Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos;
- Jovens de 18 a 29 anos;
- Adultos de 30 a 59 anos;
- Idosos (a partir de 60 anos).

Resultados Alcançados:

- Continuidade no Alinhamento Conceitual sobre o SCFV com a rede parceira, decorrente da ação sistemática de qualificação da oferta/execução do Serviço. As ações foram realizadas nos meses de setembro a novembro de 2018 e fevereiro de 2019, abrangendo todas as Organizações da Sociedade Civil (OSC) parceiras executoras do SCFV por meio de Termo de Colaboração.
- Alinhamento conceitual sobre o SCFV como uma entidade não parceira, Legião da Boa Vontade – LBV, inscrita no Conselho de Assistência Social para execução do SCFV. O encontro de formação apresentou-se como um episódio formativo, de discussão coletiva e troca, fundamental para a qualificação técnica da equipe envolvida e, conseqüentemente, para o aperfeiçoamento do serviço prestado no território para os usuários e famílias vinculadas.
- Capacitação e Encontro de Formação: Rotina Administrativa, para as novas chefias nomeadas e para os servidores responsáveis pelas unidades sem nomeação (por força do Decreto nº 39.611/19, objetivando instrumentalizá-los no tocante aos processos de trabalho administrativos dos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Encontro de Formação: Capacitação no Sistema Eletrônico De Informações – SEI nos dias 22/07/2019, 02/08/2019 e 03/08/2019;
- Despachos individuais entre os meses de junho e julho (primeira rodada);
- Reunião de Alinhamento Conceitual da Proteção Social Básica, ocorrida no dia 26/07/2019;
- Reuniões in loco, entre os dias 23/04/2019 a 07/05/2019, com as equipes dos Centros de Convivência e servidores responsáveis pelas unidades, caracterizando-se como estratégia de monitoramento e qualificação da oferta do SCFV.

2. Proteção Social Especial

MÉDIA COMPLEXIDADE:

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos- PAEFI:

Descrição do Serviço: Serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

Unidade Executora: 11 CREAS

Público Alvo Beneficiado: Famílias em situação de vulnerabilidade social com ocorrência de situação de violação de direitos, mas cujos vínculos familiares ainda estão preservados.

Resultados Alcançados:

- Em 2019, foram registrados 42.983 atendimentos pelo PAEFI.
- Em 2019, foram registrados 9.684 usuários atendidos pelo PAEFI.
- A execução dos serviços nos CREAS foi prejudicada pela demora em nomeação de gerentes para todas unidades, só plenamente efetivada em novembro de 2019, contudo, no segundo semestre de 2019, foi realizado grande investimento na capacitação dos novos gerentes sobre o SUAS e sobre perspectivas teórico-metodológicas da proteção social especial de média complexidade.
- Foi realizado o ordenamento dos processos de coleta e registro de dados de atendimento para qualificação do repasse de dados ao Governo Federal em 2019, por meio do RMA (Registro Mensal de Atendimento).
- Foi pactuado com a rede de atendimento a pessoas idosas novo fluxo para averiguação de denúncias de maus tratos, reduzindo a sobrecarga dos CREAS e reduzindo aproximadamente mil casos da demanda reprimida de atendimentos.
- Está em curso uma cooperação técnica entre a Secretaria e a área responsável pelos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, do Ministério da Cidadania, para construção de caderno nacional de orientações técnicas sobre o PAEFI.
- Foi implementada a realização e atualização do Cadastro Único em todos os Creas, garantindo maior agilidade para usuários em situação de violação de direitos.
- Foi iniciada a construção de comissão para o ordenamento e qualificação na recepção/acolhida de todos os Creas.
- Foram realizadas reuniões regionalizadas para alinhamento de concepção sobre o PAEFI, atingindo todos os especialistas dos Creas.
- Foram realizadas experiências exitosas de trabalho social em grupo com familiares de idosos (no Creas Ceilândia), mulheres vítimas de violência (no Creas Samambaia) e pessoas em situação de rua (no Creas Brazlândia), a serem sistematizado
- Participação no curso de formação de novos Conselheiros Tutelares, contribuindo com a alinhamento de fluxo entre Conselho e Creas.

Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS):

Descrição do Serviço: Trabalho social de abordagem e busca ativa com a finalidade de identificar nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, promover a inserção de pessoas em situação de rua na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos, bem como contribuir para a construção do processo de saída das ruas, possibilitando condições de acesso à rede de serviços

Unidade Executora: Serviço executado por meio de parceria com Organização da Sociedade Civil, o Instituto Ipês;

Público Alvo Beneficiado: Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.

Resultados Alcançados:

- Foram realizados 21.612 atendimentos em 2019.
- O Serviço Especializado em Abordagem Social foi considerado uma referência nacional, sendo experiência apresentada no Congresso da Rede Calle (Rede de Países Latino-Americanos para o Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua).
- Foram mensalmente realizadas atividades educativas em grupos voltadas para pessoas em situação de rua em todo Distrito Federal, atuando especialmente para referenciar o atendimento desses usuários aos Creas e Centros Pop.

- Por meio da metodologia da Educação entre Pares, foram contratadas aproximadamente 80 pessoas em situação de rua para comporem as equipes de abordagem social, com acompanhamento continuado.
- Foi realizado o mapeamento sistemático dos locais de incidência de pessoas em situação de rua e situações de trabalho infantil.
- O Plano de Trabalho do Termo de Colaboração nº 04/2017 foi qualificado para garantir melhor sistematização e análise de dados em 2020.
- O SEAS atuou com as comunidades indígenas e catadores no Noroeste, contribuindo com a redução de conflitos.
- Ação continuada com bares e restaurantes de enfrentamento de trabalho infantil.
- Maior conscientização da comunidade sobre o papel da assistência social no atendimento de pessoas em situação de rua.

Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua:

Descrição do Serviço: Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, com a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Além disso, oferece acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação, de acesso à documentação civil, benefícios socioassistenciais e atendimento com psicólogos e assistentes sociais.

Unidade Executora: 02 Centro Pop

Público Alvo Beneficiado: Pessoas em situação de rua em todo o Distrito Federal.

Resultados Alcançados:

- Foram registrados 16.363 atendimentos pelos Centros Pop (Brasília e Taguatinga);
- Foram registrados 2.714 usuários atendidos pelos Centros Pop (Brasília e Taguatinga);
- Foi iniciada reforma em ambas as unidades;
- A equipe do Centro Pop Brasília foi recomposta e foi revisto o fluxo de atendimento, garantindo maior número de atendimentos e diminuição das tensões na unidade;
- Realização de turma preparatória para o Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) no Centro Pop Taguatinga;
- Criação de comissão envolvendo Sedes, Sejus, SEE e Setrab para construção articulada de políticas para a inclusão de pessoas em situação de rua no mercado de trabalho;
- Fortalecimento da participação social com criação de comissão do Centro Pop para participação na revisão do Plano Distrital de Habitação com Interesse Social;
- Realização de diversas atividades educativas voltadas para pessoas em situação de rua, com o objetivo de fortalecer a construção de projetos pessoais e sociais, o desenvolvimento da autoestima e ao alcance da autonomia e condições de bem-estar, destacando-se o Projeto Pedal Cidadão do Centro Pop Taguatinga e o grupo de teatro do Centro Pop Brasília.

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias:

Descrição do Serviço: Prevenção da institucionalização e a segregação de pessoas com deficiência, promovendo a inclusão social, com a oferta de atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã.

Unidade Executora: Serviço executado por meio de parceria com Organização da Sociedade Civil como as Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do DF (APAIE/DF); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia (APAED); Centro de Ensino e Reabilitação (CER); Centro de Audição e Linguagem (CEAL); Pestalozzi de Brasília; e Associação de Mães, Pais e Reabilitadores de Excepcionais (AMPARE) e Associação Pestalozzi de Brasília.

Público Alvo Beneficiado: Pessoas com deficiência pertencentes a famílias referenciadas aos CREAS.

Resultados Alcançados:

- Em 2019 foram 1130 vagas ofertadas.
- · Tratam-se de serviços que ainda não foram reordenados para seu enquadramento no Sistema Único de Assistência Social. Diante desse contexto, a Secretaria realizou no segundo semestre de 2019 análise técnica de todos os serviços, elaborando relatório diagnósticos para subsidiar o seu reordenamento em 2020.

ALTA COMPLEXIDADE:

Serviço de Acolhimento Institucional e familiar para Crianças e Adolescentes:

Descrição do Serviço: acolhimento provisório e excepcional de Crianças e Adolescentes do Distrito Federal e territórios, afastados do convívio familiar, por meio de aplicação de Medida Protetiva de acolhimento institucional, disposta no Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

- Unidades Executoras de Acolhimento:
- Acolhimento Institucional:
- Execução Direta: 03 Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes: UNAC I, UNAC II, UNAC III.
- Execução Indireta por meio de parceria: 10 Organizações da Sociedade Civil Parceiras da SEDES: Associação de mães, pais e reabilitadores de excepcionais – AMPARE (meta:10), Casa de Ismael – CASEL (meta: 70), Lar de São José (meta: 70), Obras Sociais do Centro Espírita Batuira (meta: 50), Sociedade Cristã Maria e Jesus Nosso Lar (meta: 30), Sociedade Espirita de Amparo ao menor Casa do Caminho (meta: 30), Casa Transitória de Brasília (meta: 20), Lar da Criança Padre Cícero (meta: 15), Obras Sociais do Centro Espirita Irmão Áureo (meta: 20), Larzinho Infantil Chico Xavier (meta: 30).
- Acolhimento Familiar: 01 Organização da Sociedade Civil Parceira: Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária Aconchego (meta: 20)
- Público Alvo Beneficiado:Crianças e Adolescentes afastados do convívio familiar, por meio de Medida Protetiva de acolhimento institucional.

Resultados Alcançados:

Dados Quantitativos:

- O ano de 2019 foi iniciado com 340 crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente nas entidades parceiras e 30 nas unidades de execução direta. Em 2019 foram registrados 274 novos acolhimentos institucionais via execução direta e 145 acolhimentos institucionais via execução indireta segundo dados da Central de Vagas de Acolhimento – CENTRALAC. Foram ainda registrados 10 casos de acolhimento na modalidade familiar. Total de crianças e adolescentes acolhidos em 2019: 799.
- Dados Qualitativos de atendimento:
- Implementação de sistema informatizado para controle de oferta e ocupação de vagas dos serviços de acolhimento, em agosto de 2019, o Módulo Central de Vagas do SIDS 2.0. A partir desse marco, a SEDES passou a ter controle do número de acolhimentos e a dar celeridade e transparência aos processos de trabalho além de gerar dados quantitativos confiáveis;
- Promoção do acesso ao lazer e cultura para as crianças e adolescentes acolhidos por meio de ações em parceria com a Sociedade Civil e órgãos governamentais;
- Articulação com a Rede de Educação dos territórios em que há acolhimento institucional de crianças e adolescentes, que resultou em maior inclusão dos acolhidos na rede escolar e no melhor atendimento a suas particularidades pela política de educação;
- Atendimento personalizado aos acolhidos por meio da recomposição das equipes de especialistas e técnicos das unidades dentro dos limites da SEDES;

- Aprimoramento dos instrumentos de gestão do trabalho por meio das gerências dos serviços e de organização de processos de trabalho nas unidades de execução direta;
- Realização de visitas técnicas e monitoramento da rede de parceiros da SEDES, aproximando os executores de políticas para crianças e adolescentes com vistas a oferecer qualidade máxima aos acolhidos;
- Normatização das escalas de trabalho das unidades de funcionamento ininterrupto nas unidades de execução direta com a edição da portaria SEDES nº 161/2019;
- Articulação com a política de saúde para atendimento prioritário das demandas dos acolhidos;
- Articulação com a rede de proteção e defesa dos direitos desse público por meio de encontros na Promotoria de Infância e Juventude;
- Viabilização do acesso de todos os usuários aos diversos programas da assistência social por meio da inclusão de todos os acolhidos no Cadastro Único do Governo Federal e no SIDS, sistema próprio da assistência social do Distrito Federal;
- Integração entre todos os serviços de acolhimento de execução direta e indireta a fim de formarmos uma rede de garantia de direitos forte e estruturada, entendendo que todos os serviços de execução direta e indireta são parte da oferta de serviços dentro de uma mesma política: a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias:

Descrição do Serviço: Atendimento integral e garantia de condições de estadia, convívio e endereço de referência para adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de auto sustento ou situação de rua.

Unidade Executora:

Execução Direta: 02 Unidades de Acolhimento para Adultos e Famílias: Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias Areal (UNAF-Areal), com meta para atendimento de 6 adultos até 59 anos, 8 adultos com deficiência até 59 anos, 16 idosos e 23 famílias); Unidade de Acolhimento para Mulheres (UNAM), com meta para atendimento de 35 acolhidas.

Execução Indireta: 01 Organização da Sociedade Civil Parceira da SEDES: Instituto Inclusão, com meta de 215 vagas, no presente momento, mas com perspectiva de alcance de 320 vagas.

Público Alvo Beneficiado: Adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autos sustento ou situação de rua.

Resultados Alcançados:

Dados quantitativos:

·Em 2019 foram registrados aproximadamente 1602 acolhimentos na execução indireta e 528 nas unidades de execução direta;

Dados qualitativos:

- Implementação de sistema informatizado para controle de oferta e ocupação de vagas dos serviços de acolhimento em agosto de 2019 o Módulo Central de Vagas do SIDS 2.0. A partir desse marco a SEDES passou a ter controle do número de acolhimentos e a dar celeridade e transparência aos processos de trabalho além de gerar dados quantitativos confiáveis;
- Promoção do acesso à convivência comunitária e lazer por meio de ações culturais em parceria com a Sociedade Civil;
- Viabilização do acesso dos acolhidos à Política de Saúde por meio do serviço de atendimento domiciliar e de toda a rede de saúde;
- Viabilização do acesso ao mundo do trabalho por meio de encaminhamentos para cursos de capacitação;

- Viabilização do acesso de todos os usuários aos diversos programas da assistência social por meio da inclusão de todos os acolhidos no Cadastro Único do Governo Federal e no SIDS, sistema próprio da assistência social do Distrito Federal;
- Monitoramento técnico dos serviços de acolhimento com vistas a fomentar e qualificar o atendimento aos cidadãos acolhidos em consonância com as normativas da assistência social e legislação correlata com vistas à garantia de direitos das populações vulneráveis;
- Integração entre os serviços de acolhimento de execução direta e indireta a fim de alinhar entendimentos e procedimentos técnicos dentro da Política de Assistência Social – PNAS.

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Descrição do Serviço: Acolhimento para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivências de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que necessitem de acolhimento, independentes ou com grau de cuidados de saúde mais elevado.

Unidade Executora: 05 Instituições de Acolhimento Institucional para Idosos (ILPI) Parceiras da SEDES: Associação São Vicente de Paulo de Belo Horizonte (meta: 30), Casa do Candango (meta:50), Lar dos Velhinhos Bezerra de Menezes (meta: 70), Casa do Ceará (meta: 07), Lar dos Velhinhos Maria Madalena (meta: 92). 02 Unidades de Acolhimento de execução direta: Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias UNAF Areal (meta: 16), e Unidade de Acolhimento para Idosos (UNAI) (meta: 25)

Público Alvo Beneficiado: idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivências de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que necessitem de acolhimento integral de longa permanência, independentes ou com grau de dependência e necessidades de atenção e cuidados em saúde.

Resultados Alcançados:

Dados Qualitativos:

- Parcerias com a comunidade para o desenvolvimento de atividades e a promoção de vínculos sociais e afetivos dos idosos;
- Recomposição das equipes de atendimento de na unidade de acolhimento para idosos de execução direta UNAI;
- Início de processo de implementação do Módulo Central de Vagas do SIDS para as instituições parceiras das SEDES;
- Início de processo de controle da disponibilização e ocupação das vagas das instituições parceiras;
- Viabilização do acesso de todos os usuários aos diversos programas da assistência social por meio da inclusão de todos os acolhidos no Cadastro Único do Governo Federal e no SIDS, sistema próprio da assistência social do Distrito Federal.

Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência

Descrição do Serviço: Acolhimento de jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não dispõem condições de autocuidado e sustento.

Unidade Executora: Execução indireta por meio de 06 Organizações da Sociedade Civil Parceiras da SEDES: Abrigos dos excepcionais de Ceilândia – AEC (meta: 50), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia – APAED (meta:3), Vila São José Bento Cottolengo (meta: 68), Instituto Dom Orione (meta: 40), Vila do Pequeno Jesus (meta: 80), Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias UNAF Areal (unidade SEDES/GDF) (meta: 08).

Público Alvo Beneficiado: Jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não dispõem condições de auto sustentabilidade.

Resultados Alcançados:

Dados quantitativos:

Em 2019 foram registrados 273 acolhimentos na execução indireta e 28 na execução direta.

Unidade de Proteção Social UPS 24 Horas

Descrição do Serviço: Serviço de funcionamento ininterrupto, que tem como principal característica a prontidão no atendimento e o foco no atendimento emergencial. Também se destina à realização de ações de levantamento socioeconômico nas situações de ocupações irregulares e situações de calamidades e emergências sociais.

Unidade Executora: Execução direta por meio de 01 unidade: Unidade de Proteção Social 24 horas.

Público Alvo Beneficiado: Famílias e indivíduos acometidos por situações de calamidades públicas e de emergência social.

Resultados Alcançados:

Dados quantitativos:

Em 2019 foram registrados 3.702 atendimentos pela UPS 24 Horas.

Dados Qualitativos:

- Levantamento e atendimento social e assistencial em todo o Distrito Federal e Entorno em situações de emergência, ocupações irregulares e calamidades;
- Participação em operações do DF Legal;
- Participação em todas as operações de derrubada, ações de contingência e reintegração de posse;
- Atendimento à população em horário não comercial para acesso aos programas e benefícios socioassistenciais: Cadastro Único, benefícios eventuais (auxílio por morte, auxílio vulnerabilidade temporária, auxílio natalidade, auxílio calamidade, benefício excepcional e cesta de alimentos em caráter emergencial)

Central de Vagas de Acolhimento

Descrição do Serviço: Serviço de funcionamento ininterrupto de atendimento à cidadãos que necessitam de acolhimento institucional: crianças, adolescentes, famílias, indivíduos, idosos, pessoas com deficiência. Todo o serviço de disponibilização e ocupação de vagas de acolhimento do Distrito Federal é gerenciado por essa central.

Unidade Executora: Execução direta por meio de 01 unidade: Central de Vagas de Acolhimento CENTRALAC.

Público Alvo Beneficiado: Cidadãos em extrema situação de vulnerabilidade que demandam por serviços de acolhimento em todas as modalidades.

Resultados Alcançados:

Dados quantitativos:

Em 2019 realizados cerca de 12.700 atendimentos.

Dados Qualitativos:

- Implementação do Módulo Central de Vagas do SIDS 2.0, sistema que regula a ocupação e disponibilização de vagas de acolhimento em todas as modalidades para todos os tipos de público;
- Reorganização dos processos de trabalho concernentes aos serviços de acolhimento visando dar transparência aos processos e organizar instrumentos de controle pela SEDES.

3. Benefícios

Concessão de Benefícios Eventuais - Benefícios Excepcionais

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
352	371	423	534	638	457	599	215	475	690	503	351

Concessão de Benefícios Eventuais - Auxílio Calamidade

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
				35	35						

Concessão de Benefícios Eventuais - Auxílio Vulnerabilidade

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
994	1.491	1.151	1.432	1.460	1.662	1.410	1.178	1.337	1.293	1.444	646

Concessão de Benefícios Eventuais - Auxílio Natalidade

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
587	1.043	561	603	932	786	541	487	803	597	572	264

Concessão de Benefícios Eventuais - Auxílio por Morte

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
-	-	34	03	11	13	24	25	06	14	08	04

Bolsas do Programa Caminhos da Cidadania

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
384	334	365	350	420	463	401	437	474	424	435	403

Bolsas do Programa Mestre do Saber/Agentes da Cidadania

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
97	97	96	95	95	94	93	93	93	93	92	92

Bolsas de Compensação Financeira Temporária aos Catadores de Materiais Recicláveis

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
17	19	15	12	11	15	19	13	10	08	10	10

Bolsas Programa Família Acolhedora

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
-	-	-	-	-	-	01	06	09	09	09	09

Considerações finais

Desde o ano de 2014 a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social tem em seu horizonte o conhecimento acerca da escassez do quadro de servidores decorrentes de vacâncias e aposentadorias. No ano de 2019 a situação tem se agravado, com risco iminente de paralisação de alguns serviços em alguns equipamentos da Secretaria. Nessa perspectiva a Secretaria vem envidando esforços no sentido de garantir alguns atendimentos à população.

Para tanto, foi aberto o edital nº 02/2019, que convoca Organizações da Sociedade Civil para realizarem atendimento de cadastramento/atualização de famílias de baixa renda indicadas pela Sedes, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Ainda como forma de otimizar o quadro de recursos humanos da Secretaria, foi formado Grupo de Trabalho para discutir as remoções de servidores da Secretaria e a necessidade de realocação dos servidores que hoje compõem o quadro da Secretaria.

Ademais, a situação financeira no ano de 2019, decorrente do déficit de recursos públicos, ainda vigente, ocasionou o atraso no repasse dos benefícios socioassistenciais às famílias, chegando a quatro meses de atraso no final do ano. Tal situação caminha em consonância com o aumento da procura pela Política de Assistência Social, decorrente da crise financeira que o país vem passando. Sendo necessária, portanto, o fortalecimento da Política de

Assistência Social, sua priorização enquanto política pública, a articulação com as políticas intersetoriais e transversais, de forma a garantir a proteção social de responsabilidade do Estado brasileiro, às famílias e indivíduos que dela necessitarem.

No ano de 2019, ações de qualificação de instrumentais e de bancos de dados, viabilizaram processos de trabalho mais transparentes e céleres. Tais avanços são continuados e devem continuar passando por aprimoramentos contínuos, tendo em vista a dinamicidade da organização da sociedade. A adoção de medidas como a criação de um setor responsável pelas compras, licitações, pregões e demais formatos de aquisição de bens e serviços, permitiu que a Secretaria volte a ofertar bens de consumo a população, como o Auxílio Natalidade, que a partir de dezembro/2019 já estava finalizando a contratação de cerca de seiscentos enxovais aos recém-nascidos de baixa renda do DF.

Diante desse cenário a Sedes tem como procurado se antecipar a suas demandas, atuando de forma mais ativa e menos passiva, com alocação mais estratégica de seus recursos. Para tanto, ainda são necessários alguns avanços, especialmente no que concerne à Vigilância Socioassistencial e à garantia do orçamento aprovado no Conselho de Assistência Social do DF, para a sua execução.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	40000,0	0,00	0	0
0077 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FÓRUNS, CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS - SUAS-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,00	0	0
2799 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,00	0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	40000,00	0,00	0,00	0,00

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

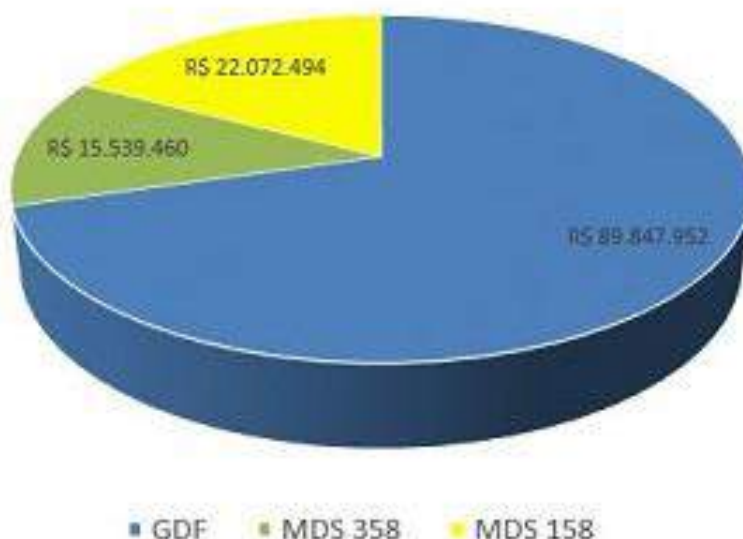
Realizações extraordinárias.

Gestão Orçamentária e Financeira

A Secretaria alcançou boa execução, apesar das dificuldades vivenciadas ao longo de 2019, conforme se verifica nos graficos a seguir:



Despesa Autorizada



1 - Foi autorizado R\$ 89.847.952, empenhado R\$ 83.065.492,78 e liquidado R\$ 83.521.770,97 com recursos do GDF

2 - Foi autorizado na fonte 158 R\$ 15.539.460 dos quais foram empenhados R\$ 4.502.894 e liquidados R\$ 3.245.729,01

3 - O total do superavit fonte 358 totalizou R\$ 22.072.494 dos quais foram empenhados R\$ 29.334.444,97 e foram liquidados R\$ 93.091.507,67

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Governo do Distrito Federal enfrenta uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de déficit de recursos nos cofres públicos, que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDES

Nesse sentido, a Secretaria enfrentou, também no ano de 2019, inúmeras dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este problema tem se agravado, ante a dificuldade na recomposição de seu quadro de pessoal, pela alta rotatividade de servidores de cargos comissionados, pela insuficiência de qualificação de servidores comissionados ocupantes de cargos estratégicos, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

Assim, mesmo diante da grave crise política e econômica, que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDES, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários. Ao longo de 2019, o principal desafio enfrentado por esta SEDES foi a construção da transversalidade das políticas sob sua responsabilidade,

Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2019, destacam-se:

- Crescimento de demandas da população por serviços da política de Assistência Social;
- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;
- Centralização de compras na SULIC;
- Estrutura física e logística deficientes;
- Fragilidade do sistema de informações, monitoramento e avaliação das ações;
- Necessidade de redesenho de política adequada de gestão de pessoas;
- Carreira compartilhada;
- Quadro de pessoal defasado;
- Frequente adoecimento dos profissionais;
- Crescente onda de aposentadorias precoces;
- Necessidade de fortalecimento da política de manutenção e reforma de prédios e próprios;
- Falta de sistema de gestão arquivística;
- Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;
- Deficiência de monitoramento, avaliação e necessidade de registros informatizados (prontuários não são unificados);
- Pouca articulação com as demais políticas públicas;
- Alocação de recursos orçamentários com base em ações fragmentadas.

A SEDES é o órgão gestor da política de assistência social no Distrito Federal bem como das políticas de transferência de renda, de segurança alimentar e nutricional. Desse modo, a organização das ações no âmbito da Secretaria deve considerar a complexidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entre essas políticas e ver as questões da gestão primordialmente a partir da perspectiva do usuário-cidadão.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISAN e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental

25906 - FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Distrito Federal foi instituído como unidade orçamentária pela Lei nº 4.220, de 09 de outubro de 2008, cujos recursos devem ser aplicados em ações de capacitação para o trabalho e elevação do nível educacional e em atividades socioeducativas de convivência e socialização, tendo como foco principal a inclusão produtiva e a melhoria da qualidade de vida, conforme disposto no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal.

Vinculado à antiga Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal - SEDHES, esse Fundo somente foi efetivado no âmbito do GDF, com alocação de recursos específicos, a partir de 2014.

Com a publicação do Decreto nº 36.832, de 23/10/2015, artigo 1º, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Distrito Federal passa a integrar a Secretaria de Estado Desenvolvimento Social do Distrito Federal/SEDES.

Para a execução das ações sob sua responsabilidade, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Distrito Federal conta com os servidores da SEDES.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	33	60	118	899	1.110
Comissionados sem vínculo efetivo	50	69	0	0	119
Requisitados de órgãos do GDF	4	4	0	9	17
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	0	0	0	27
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	57
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	87	134	118	908	1.333
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	57
Total Geral	87	134	118	908	1.276

Como demonstrado no quadro de pessoal acima, visando complementar sua força de trabalho a Secretaria conta com um pequeno quantitativo de estagiários e pessoal terceirizado, bem como com servidores sem vínculos, que ocupam cargos em comissão e de natureza especial na SEDES. Destaca-se que alguns cargos comissionados estão ocupados por servidores de carreira, o que promove a valorização dos trabalhadores da Secretaria com perfil adequado

aos cargos e ampliação do nível de responsabilidade dos mesmos com o órgão e com as políticas de desenvolvimento social no DF, porém, gera também uma redução de pessoal para execução das atividades técnicas e administrativas.

O atual quantitativo do quadro de pessoal está aquém da demanda de atividades que são executadas pelo órgão, a partir de suas competências.

O último concurso público realizado não logrou recompor a defasagem do quadro de pessoal da Secretaria, advindo do desligamento de servidores por demissão, exoneração de cargo efetivo a pedido, falecimento, posse em outro cargo inacumulável, transferência IPREV – aposentadorias.

Tais circunstâncias continuam impactando, consideravelmente, no desempenho das atividades da Secretaria, gerando acúmulo para os atuais servidores, duplas funções, impossibilidade de expansão de unidades e serviços, etc.

Apesar disso, a SEDES considera que o desenvolvimento das ações tem ocorrido dentro de uma normalidade aceitável, superando, algumas vezes as expectativas, vez que os servidores se mantêm comprometidos em seus locais de trabalhos.

Diante desse cenário e considerando o número de servidores que estão na iminência de se aposentar nos próximos anos, pode ocorrer o agravamento da situação exposta, caso não haja recomposição de pessoal efetivo.

Nesse sentido cabe registrar que foi realizado concurso público, para contratação de 314 novos servidores de nível superior e médio, inicialmente previsto para o ano de 2014, com previsão de iniciar as nomeações a partir de março de 2020.

As ações da Secretaria são efetivadas com recursos alocados em três Unidades Gestoras, quais sejam:

- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES - UO: 25.101;
- Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF – UO 25904; e
- Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no DF – UO 25.906.

Os quadros demonstrativos apresentados a seguir, referem-se à execução física e financeira das ações orçamentárias, que compõem o orçamento de 2019, da Unidade Orçamentária do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP - UO: 25.906

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	64096072,0	75735914,00	74765653,75	73502369,50
0001 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO-PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA TEMPORÁRIA AOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	1000000,00	83659,75	51235,50
0002 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO-FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA DO-DISTRITO FEDERAL	63096072,0	74735914,00	74681994,0	73451134,0
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	64096072,00	75735914,00	74765653,75	73502369,50

Transferência de Renda Para Famílias Do Df Cadastradas No CADÚNICO

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social é responsável por coordenar e acompanhar as atividades relacionadas à política de transferência de renda no Distrito Federal e à gestão do Cadastro Único. A política de transferência de renda no DF se concretiza por meio dos programas Bolsa Família (PBF); Programa DF sem Miséria (DFSM); e, Bolsa Alfa.

O PBF atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, cadastradas no Cadastro Único e com o seguinte perfil:

- Famílias em situação de extrema pobreza - renda per capita igual ou inferior a R\$89,00 (oitenta mensais);
- Famílias em situação de pobreza - renda per capita entre R\$89,01 (oitenta e nove reais e um centavo) e R\$178,00 (cento e setenta e oito reais) mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de com idade entre 0 e 17 anos.

Para que as famílias recebam o repasse de transferência de renda devem estar inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), além de cumprir com compromissos nas áreas de Educação e Saúde (Condicionalidades), com o objetivo de acessarem essas políticas básicas.

Em julho de 2011, foi implementado o Plano DF sem Miséria. Desde 2012 é realizado repasse de recursos financeiros do GDF a todas as famílias beneficiárias do PBF que apresentem renda per capita mensal inferior a R\$ 140,00, após o recebimento dos valores do programa federal. Os valores do suplemento variam de acordo com a situação de pobreza de cada família, proporcionando às mais pobres receberem mais recurso de suplementação do Plano DF sem Miséria.

A seleção de famílias aos três programas ocorre de forma automatizada, mediante informações contidas no Cadastro Único.

Conforme o Censo de 2010, estima-se que o DF comporta 161.263 (cento e sessenta e um mil, duzentos e sessenta e três) famílias de baixa renda; destas, 95.674 (noventa e cinco mil, seiscentas e setenta e quatro) são consideradas famílias pobres ou extremamente pobres.

Em 2019, foram realizadas 160.161 (cento e sessenta mil, cento e sessenta e uma) inclusões e atualizações cadastrais, ao que em dezembro/2019, integram ao Cadastro Único 170.089 (cento e setenta mil e oitenta e nove) famílias; Destas 131.349 (cento e trinta e uma mil, trezentas e quarenta e nove) encontravam-se atualizadas e 38.740 (trinta e oito mil, setecentas e quarenta) desatualizadas.

TABELA 1 – Cadastro Único – Status cadastral – dezembro/2019

Status Cadastral	Quantitativo	%
Famílias Atualizadas	131.349	77,22%
Famílias Desatualizadas	38.740	22,78%
TOTAL	170.089	100%

Fonte: Relatório de Gestão do Cadastro Único – GEPROD/CTRAR. Dezembro/2019

Ainda entre setembro/2018 e setembro/2019, houve aumento percentual de 3% sobre o quantitativo de famílias atualizadas no Cadastro Único.

TABELA 2 – Cadastro Único – Taxa de Atualização Cadastral (TAC) – 2018 e 2019

Período	TAC	Cadastros de Famílias com Perfil CadÚnico até 1/2 salário mínimo
set/18	71%	133.653
set/19	74%	137.777

Fonte: Relatórios SAGI/Ministério da Cidadania – dezembro_2019

No DF, em dezembro/2019, o PBF foi concedido à 66.683 (sessenta e seis mil, seiscentas e oitenta e três) famílias; ao que o DFSEM foi concedido a 53.171 (cinquenta e três mil, cento e setenta e uma) famílias; e, o Bolsa Alfa à 367 (trezentas e sessenta e sete).

TABELA 3 – Famílias beneficiárias, PBF, DFSEM e Bolsa Alfa – Dezembro/2019

Programa	Quantidade de famílias
Bolsa Família	66.683
DF Sem Miséria	53.171
Bolsa Alfa	367

Fonte: Relatório de Gestão de Benefícios de Transferência de Renda – G[PROQ/CTRA], Dezembro/2019

Ao todo, durante 2019 foram investidos R\$88.747.304,00 (oitenta e oito milhões, setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e quatro reais) ao Programa DF Sem Miséria; e, R\$128.670,00 (cento e vinte e oito mil, seiscentos e setenta reais) ao Bolsa Alfa.

TABELA 4 – Recurso Investido PBF, DFSEM e Bolsa Alfa – 2019

Mês	PBF		DFSEM		Bolsa Alfa	
	Famílias Beneficiárias	Recurso Investido	Famílias Beneficiárias	Recurso Investido	Famílias Beneficiárias	Recurso Investido
jan/19	68.892	R\$11.917.656,00	52.337	R\$6.934.600,00	396	0
fev/19	69.830	R\$12.077.972,00	54.405	R\$7.264.540,00	0	R\$12.960,00
mar/19	71.582	R\$12.371.745,00	55.328	R\$7.377.840,00	365	R\$12.960,00
abr/19	71.509	R\$12.397.625,00	55.527	R\$7.407.444,00	365	R\$8.820,00
mai/19	73.365	R\$12.706.639,00	56.654	R\$7.548.900,00	298	R\$9.750,00
jun/19	72.524	R\$13.014.762,00	57.182	R\$7.603.620,00	320	R\$10.110,00
jul/19	71.597	R\$12.596.940,00	56.638	R\$7.608.160,00	331	R\$10.380,00
ago/19	71.861	R\$12.687.703,00	56.678	R\$7.614.920,00	340	R\$17.700,00
set/19	69.848	R\$12.248.726,00	55.351	R\$7.434.200,00	544	R\$7.290,00
out/19	70.057	R\$12.520.573,00	55.266	R\$7.468.760,00	233	12.960,00
nov/19	66.125	12.045.153,00	52.505	7.197.240,00	382	13.320,00
dez/19	66.683	12.173.579,00	53.171	7.307.080,00	367	12.420,00
Total	—	R\$148.769.053,00	—	R\$88.747.304,00	—	R\$128.670,00

Desta forma, a política de transferência de renda do DF proporciona mais proteção às famílias mais vulneráveis, além de garantir o acesso aos mínimos sociais, necessários à subsistência de todos os cidadãos.

O Programa Bolsa Família exige que as famílias cumpram alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à

assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo intergeracional da pobreza, graças a melhores oportunidades de proteção e inclusão social. As condicionalidades subdividem-se em:

- **Saúde**

- 1.- Crianças menores de 7 anos: manter atualizado o calendário de vacinação e de desenvolvimento (pesar e medir), conforme o calendário do Ministério da Saúde.
- 2.- Gestantes: realização do pré-natal nas unidades de Saúde.

- **Educação**

1. Frequência escolar mínima de 85% para alunos de 6 a 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos.

No âmbito das condicionalidades de saúde, identifica-se aumento do percentual de 3,69% em famílias acompanhadas, entre o 2º semestre de 2018 e o 1º semestre de 2019, sendo que o DF alcançou índice de 61,87% de famílias acompanhadas no 1º semestre de 2019. Tal índice é o segundo maior da média histórica do DF, desde a sua adesão ao Programa Bolsa Família.

Tabela 4 – Programa Bolsa Família: Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde (TAAS) – 2018 e 2019

Período de Acompanhamento	Público Saúde	Quantidade Acompanhados	
		nº	%
2º Semestre/2018	123.053	71.595	58,18
1º Semestre/2019	131.317	81.252	61,87

Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades - Decon/Senarc/MDS, integração com o Sistema Bolsa Família na Saúde.

Nota-se redução no número de beneficiários com perfis passíveis de acompanhamento de frequência escolar de 99.932 (noventa e nove mil, novecentas e trinta e duas) famílias em setembro/2018 para 91.605 (noventa e uma mil, seiscentas e cinco) famílias em setembro/2019. Entretanto, comprova-se aumento percentual de 3,29% de alunos frequentes e acompanhados, entre setembro de 2018 e o setembro de 2019.

Tabela 5 – Programa Bolsa Família: Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar (TAFE) – 2018 e 2019

Período de Acompanhamento	Beneficiários perfil Educação no Bolsa Família	Beneficiários Acompanhados	
		Nº	%
Setembro/2018	99.932	90.687	90,75
Novembro/2018	96.761	89.059	92,04
Março/2019	87.452	75.943	86,84
Maior/2019	90.325	84.663	93,73
Julho/2019	90.874	85.000	93,54
Setembro/2019	91.605	86.446	94,37

Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades - Decon/Senarc/MDS, integração com Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/Ministério da Educação.

Programa de Compensação Financeira Temporária

O Programa de Compensação Financeira Temporária, nos termos do Decreto Distrital nº 38.246, de 2017, que tem como objetivo, contemplar mensalmente até 1200 de Materiais Recicláveis que desempenham suas atividades no Aterro do Jóquei, devidamente selecionados no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 13/2017, mediante o pagamento da bolsa de compensação financeira no valor de R\$ 360,75 (trezentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos) /mês, devida aos Catadores de Materiais Recicláveis que atenderam à convocação do Governo do Distrito Federal para desempenharem suas atividades nos Centros de Triagem de Resíduos Sólidos – CTR's, conforme previsto no Plano de Transição entre o Encerramento das Atividades Irregulares do Aterro Controlado do Jóquei e a Destinação Final dos Resíduos no Aterro Sanitário de Brasília, contido como Anexo III do Decreto Distrital nº 38.402, de 10 de agosto de 2017, publicado no DODF nº 154, de 11.08.2017. Catadores contemplados em ano 2019:

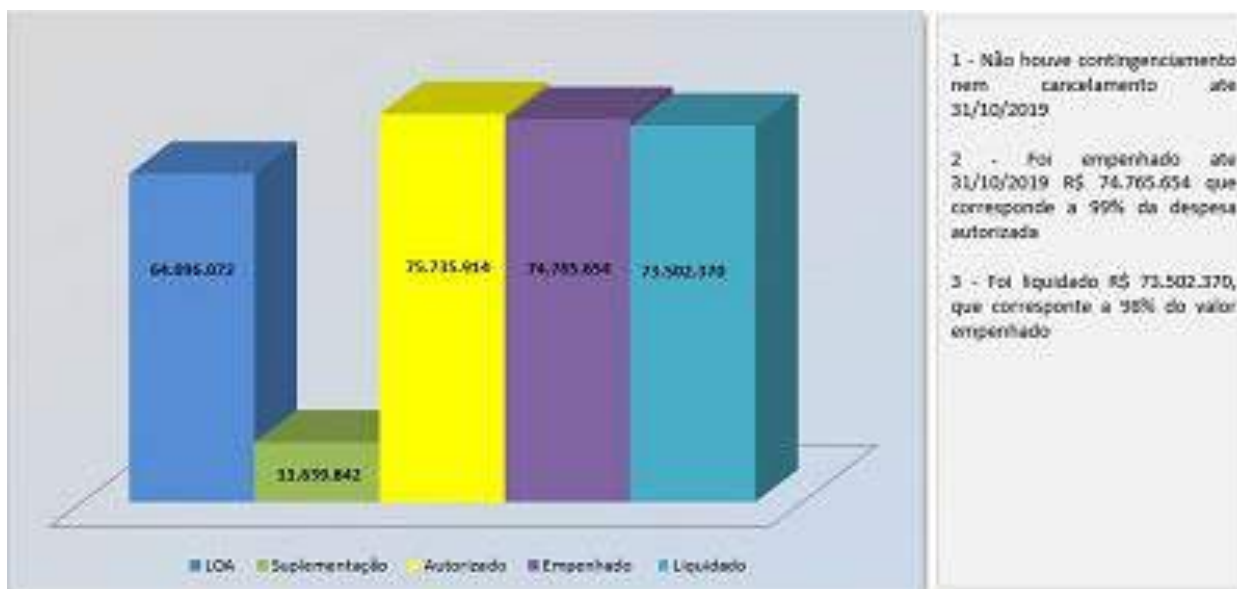
Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
17	19	15	12	11	15	19	13	10	11	10	10

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Gestão Orçamentária e Financeira

A Secretaria alcançou boa execução, apesar das dificuldades vivenciadas ao longo de 2019, conforme se verifica no gráfico a seguir:



4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Governo do Distrito Federal enfrenta uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de déficit de recursos nos cofres públicos, que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDES

Nesse sentido, a Secretaria enfrentou, também no ano de 2019, inúmeras dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este

problema tem se agravado, ante a dificuldade na recomposição de seu quadro de pessoal, pela alta rotatividade de servidores de cargos comissionados, pela insuficiência de qualificação de servidores comissionados ocupantes de cargos estratégicos, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

Assim, mesmo diante da grave crise política e econômica, que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDES, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários. Ao longo de 2019, o principal desafio enfrentado por esta SEDES foi a construção da transversalidade das políticas sob sua responsabilidade,

Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2019, destacam-se:

- Crescimento de demandas da população por serviços da política de Assistência Social;
- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;
- Centralização de compras na SULIC;
- Estrutura física e logística deficientes;
- Fragilidade do sistema de informações, monitoramento e avaliação das ações;
- Necessidade de redesenho de política adequada de gestão de pessoas;
- Carreira compartilhada;
- Quadro de pessoal defasado;
- Frequentemente adoecimento dos profissionais;
- Crescente onda de aposentadorias precoces;
- Necessidade de fortalecimento da política de manutenção e reforma de prédios e próprios;
- Falta de sistema de gestão arquivística;
- Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;
- Deficiência de monitoramento, avaliação e necessidade de registros informatizados (prontuários não são unificados);
- Pouca articulação com as demais políticas públicas;
- Alocação de recursos orçamentários com base em ações fragmentadas.

A SEDES é o órgão gestor da política de assistência social no Distrito Federal bem como das políticas de transferência de renda, de segurança alimentar e nutricional. Desse modo, a organização das ações no âmbito da Secretaria deve considerar a complexidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entre essas políticas e ver as questões da gestão primordialmente a partir da perspectiva do usuário-cidadão.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades

sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISA e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Lei Complementar nº 840/2011 - Regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais.

Lei complementar nº 952, de 16 de julho de 2019 - Altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, e dá outras providências.

Portaria nº 03, de 29 de janeiro de 2018 - Regulamenta o Artigo 161 da Lei Complementar no 840, de 23 de dezembro de 2011, que trata do afastamento para participar de Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu dos servidores da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB

Portaria nº 86, de 26 de novembro de 2018 - Visa estabelecer padrões de funcionamento para as Unidades Administrativas da SEMOB/DF; Considerando o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal - Lei Complementar no 840, de 23 de dezembro de 2011, e; Considerando o disposto no Decreto no 29.018, de 02 de maio de 2008.

Decreto nº 34.023, de 10 de dezembro de 2012 - Regulamenta os Procedimentos Médico-Periciais e de Saúde Ocupacional da Secretaria de Estado de Administração Pública, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e dá outras providências.

Decreto nº 37.770, de 14 de novembro de 2016 - Regulamenta a promoção funcional dos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal de que trata o artigo 56, da Lei Complementar nº 840/ 2011.

Decreto nº 38.917, de 8 de março de 2018 - Regulamenta o instituto da progressão funcional das carreiras do quadro de pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.

Decreto nº 39.009, de 26 de abril de 2018 - Regulamenta a cessão e a disposição de servidores de que trata a Lei Complementar nº 840/2011 em seus artigos 152 a 157 e dá outras providências.

DODF – EDICAO ESPECIAL – DECRETO Nº 39.610, DE 1º DE JANEIRO DE 2019

Art. 26. A Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal tem atuação e competência nas seguintes áreas:

- I – sistemas de transporte de passageiros;
- II – sistema viário;
- III – planejamento e gestão de trânsito;
- IV – estacionamentos públicos;
- V – carga e descarga em áreas urbanas;
- VI – calçadas e ciclovias;
- VII – regulação e normatização dos serviços e das infraestruturas de transportes;
- VIII – fiscalização dos serviços e das infraestruturas de transporte.

1º Vinculam-se à Secretaria de Estado de que trata este artigo:

- I – Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – CTPC-DF;
- II – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB;
- III – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER;
- IV – Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF.

2º Cabe à Secretaria de que trata este artigo a gestão do Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

Decreto nº 39.573, de 26 de dezembro de 2018 - Regulamenta o artigo 101, inciso I e os artigos 104 e 105, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a concessão de diárias, para custear despesas de hospedagem, alimentação e locomoção urbana; e passagens ao beneficiário que, se deslocar do Distrito Federal em caráter eventual ou transitório, dos militares requisitados de acordo com a Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, dos escoltantes conforme determinação constante no Art. 1º, XXX da Lei nº 5.783, de 21 de dezembro de 2016 e Art. 45, I do Decreto nº 30.490, de 22 de junho de 2009, bem como o art. 7º, da Lei nº 4.584, de 08 de julho de 2011, que trata do pagamento de despesas com colaboradores eventuais e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 1, de 14 de maio de 2014 - Dispõe sobre a concessão de férias, o pagamento do décimo terceiro salário e o acerto financeiro ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Lei nº. 6.334, de 19/07/2019 - Dispõe sobre a extinção da Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTrans, criada pela Lei nº 241, de 28 de fevereiro de 1992, e dá outras providências.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	10	29	64	192	295
Comissionados sem vínculo efetivo	61	21	0	0	82
Requisitados de órgãos do GDF	13	1	5	43	62
Requisitados de órgãos fora do GDF	9	0	0	0	9
Estagiários	0	0	20	20	40
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	37	0	37
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	93	51	126	255	525
(-) Cedidos para outros órgãos	12	0	10	0	22
Total Geral	81	51	116	255	503

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	400000,0	489390,43	478078,73	387579,10
0063 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	0	11311,43	0	0
8514 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- PLANO PILOTO .	400000,0	478079,00	478078,73	387579,10
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	400000,00	489390,43	478078,73	387579,10

Com a junção da SEMOB e o extinto DFTRANS, os contratos entabulados entre as duas unidades permaneceram vigentes, pois os espaços físicos e as atividades dos reeducandos foram mantidos. Atualmente o contrato com a extinta DFTRANS conta com 25 reeducandos e o contrato mantido com a SEMOB conta com 13 colaboradores, os quais desempenham diversas atividades, entre elas auxílio às atividades de manutenção, copa e cozinha, atuação na Gerência de Documentação e arquivo e atividades semelhantes à Secretariado.

A continuidade dos contratos buscou contribuir para a inclusão dos presos e egressos, desenvolvendo seus potenciais como indivíduos, cidadãos e profissionais e gerando renda e reintegração social.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100000,0	380000,0	0	0
0023 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	100000,0	0,0	0	0
0040 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS URBANOS NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	80000,0	0	0
0042 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA A CONSTRUÇÃO DE VIADUTO SOBRE A BR-020, NO CIRCULATÓRIO VIÁRIO LOCALIZADO NAS PROXIMIDADES DO ESTÁDIO AUGUSTINHO LIMA EM-SOBRADINHO	0	300000,0	0	0
3128 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO	52000,0	226000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO-- PLANO PILOTO .	52000,0	226000,0	0	0
3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	231000,0	3369727,00	2525380,00	1427122,28
0005 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS-CONCLUSÃO DA REFORMA DO TERMINAL DE ÔNIBUS DE SOBRADINHO - RA V - SOBRADINHO	0	500000,0	0	0
0001 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	231000,0	2869727,00	2525380,00	1427122,28
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	10000,0	8075,00	0	0
6118 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- PLANO PILOTO .	10000,0	1900,00	0	0
0152 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	0	6175,00	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1630000,0	260000,00	0	0
6192 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	1630000,0	260000,00	0	0
4234 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	100000,0	19000,0	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS-- PLANO PILOTO .	100000,0	19000,0	0	0
5024 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	1000000,0	6255,0	0	0
0003 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS-- PLANO PILOTO .	1000000,0	6255,0	0	0
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	0	1433611,45	1432328,84	239511,17
0012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS-CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	427611,21	426328,84	25046,47

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0013 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS- CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS NO DF-DISTRITO FEDERAL	0	0,24	0	0
0015 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS- CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS EM TODA SANTA MARIA - RA XIII- SANTA MARIA	0	206000,0	206000,00	205453,79
0016 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS- IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS EM TODO O-DISTRITO FEDERAL	0	800000,0	800000,00	9010,91
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	0	10200,00	0	0
0010 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE - INSTALAÇÃO DE QUADRO INFORMATIVO ITINERÁRIOS PONTOS ONIBUS-DISTRITO FEDERAL	0	10200,00	0	0
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	200000,0	76545,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS-- DISTRITO FEDERAL	200000,0	76545,0	0	0
1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL	85302112,0	64090436,00	4875001,00	4875000,02
0003 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL- EXTENSÃO DO CORREDOR SUL-REGIÃO SUL	85302112,0	64090436,00	4875001,00	4875000,02
2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC	0	61604892,28	61604892,28	60839059,57
0001 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC- RECOMPOR FAIXA, DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	0	61604892,28	61604892,28	60839059,57
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	0	795185,84	780520,72	568669,22
0007 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-- PLANO PILOTO .	0	795185,84	780520,72	568669,22
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	100000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS- PLANO PILOTO .	100000,0	0,0	0	0
3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	0	0,66	0	0
0003 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS- DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	0	0,66	0	0
4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	0	3627179,02	3627179,02	2696479,19
0005 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS- DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	0	3627179,02	3627179,02	2696479,19
4082 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA	0	8060977,66	7659989,06	6514171,43
0002 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA- DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	0	8060977,66	7659989,06	6514171,43
4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	0	127631365,06	121934330,83	101600456,06
0001 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE-ESTUDANTIL-PLE-DISTRITO FEDERAL	0	94085553,88	91755208,51	78926301,55
0002 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE-PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS-PNE- DISTRITO FEDERAL	0	33545811,18	30179122,32	22674154,51
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	71150,0	670790,00	665308,68	625471,80
0003 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE-- PLANO PILOTO .	71150,0	670790,00	665308,68	625471,80
3126 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE	110000,0	23085,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE-IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL DA ASA NORTE - TAN- REGIÃO NORTE	110000,0	23085,00	0	0
7220 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	1505027,0	1033800,53	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII- SANTA MARIA	0	1000000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS-CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO URBANO EM SANTA MARIA-DF-DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	0	0
7909 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	5027,0	0,00	0	0
7912 - CONSTRUÇÃO TERMINAL RODOVIÁRIO EM ITAPOÃ	500000,0	0,0	0	0
7913 - CONSTRUÇÃO TERMINAL RODOVIÁRIO EM SANTA MARIA	500000,0	0,0	0	0
7914 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO NO BAIRRO ARAPOANGA EM PLANALTINA	500000,0	3800,53	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	90411289,00	273327125,50	205104930,43	179385940,74

Grande parte do total de recursos autorizados e não empenhados do Programa 6216 - Mobilidade integrada e Sustentável, correspondem à ação "1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEICULO LEVE SOBRE PNEUS- VLP EIXO SUL" (BRT-Sul), cuja execução está prejudicada desde 2016, em função de recomendação formal da Controladoria Geral do Distrito Federal, baseada em posicionamento técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal, para suspensão de pagamentos ao Consórcio Executor do BRT-Sul, uma vez que haveria dúvidas acerca do real valor a ser pago.

No Programa 3182 - Reforma de Terminais Rodoviários, após cessarem os efeitos da suspensão do contrato de Reforma do Terminal de Ônibus de Sobradinho Centro, foi dada continuidade à obra, tendo sido realizados serviços de instalação do tapume, de demolição, supressão vegetal e serviços preliminares para edificações e urbanização e demolição; remoção de pavimento, passeios e meio-fios, locação e nivelamento de eixos e bordos de ruas, projeto altimétrico e terraplenagem. Implantação da rede de águas pluviais e início da fundação dos módulos, etc. Avanço físico-financeiro: 48%. Aguarda formalização do 1º e do 2º Termo Aditivo.

Quanto ao Programa de Trabalho 1506 - Construção de Abrigos para Passageiros de Ônibus, até Dezembro de 2019 foram concluídos a implantação de 162 abrigos, sendo 142 restantes dos 500 abrigos para passageiros de ônibus previstos no Pregão Eletrônico nº 001/2017 e ainda, a complementação através de aditivos dos Contratos, 7 abrigos referente ao aditivo do Contrato 07/2017 e 13 abrigos referente ao aditivo do Contrato 09/2018.

Características do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal
O STPC/DF divide o serviço básico de transporte coletivo em duas categorias ou modais: rodoviário (Decreto nº 26.501/05) e metroviário (Decreto nº 26.516/05). Ambas as categorias podem operar mediante integração física, tarifária e operacional. No modal rodoviário, operam os serviços Básico e Complementar, sendo este para atender segmentos específicos de usuários. Assim: Serviço Básico (SB) compreende os ônibus convencionais, o Metrô-DF e o Expresso-DF. Complementares: Rural (SCR), Executivo (STCEE), Transporte de Vizinhança (SCV). Esses serviços de transporte terrestre de passageiros são delegados mediante concessão ou permissão pela SEMOB, sempre precedida de licitação (Lei nº 8.666/93), entidade detentora de tal competência. É relevante marcar que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios têm o poder de concessão, permissão e outorga dos serviços públicos de transportes coletivos de passageiros, entre outros, mediante licitação, com o direito de revisão e adaptação das leis e normas pertinentes, Lei nº 8.987, 13/02/1995. O Poder Público não transfere titularidade, mas sim a execução por delegação, mediante concessão ou permissão do serviço público, formalizadas por contrato, após prévia licitação, onde constem direitos, obrigações, deveres, garantias e prerrogativas das partes.

As Cooperativas de Transportes Coletivos, por exemplo, prestam o serviço de forma descentralizada, ficando submetidas às regras estabelecidas pelo Poder Público. A outorga deste serviço ocorre por meio de contrato de adesão, emitido e regulado pela SEMOB, no qual deverá constar os dispositivos legais e normativos vigentes e discriminados em Edital de Licitação. Portanto os contratos de adesão são de cunho administrativo e se regulam pelos preceitos de Direito Público, e pela teoria geral dos contratos de Direito Privado. O Poder Concedente ou permitente e a respectiva entidade gestora são soberanos para alterá-los unilateralmente ou modificar a prestação dos serviços delegados, em função do interesse público, respeitados os direitos da concessionária ou permissionária. Diante disso, o Poder Público pode e deve regulamentar os serviços concedidos ou permitidos, fiscalizar com livre acesso as obras e os dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros das concessionárias ou permissionárias; aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, e exigir a qualidade dos serviços concedidos, com base nos critérios técnicos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas, podendo, inclusive, intervir nos serviços concedidos ou permitidos para garantir o cumprimento da lei e das normas vinculadas.

Por força do Decreto 35.293/2014, é realidade a integração dos serviços Básico com o Complementar do STPC/DF. Pela matriz de integração, há pagamento de uma única tarifa nas viagens com até duas integrações que corresponde a dois transbordos, por usuário, no período de três horas, além de tarifas diferenciadas por tipo de serviço (urbano 1, 2 e 3, metropolitano 1, 2 e 3), coerentes com o padrão de ocupação urbana polarizado de Brasília, no qual a heterogeneidade de densidades (de empregos e residentes) demanda diferentes hierarquias de transporte coletivo para a realização de viagens, classificação determinada por força do Decreto 37.940 de 30/12/2016. O modelo é constituído por um sistema tronco-alimentado, com integração tarifária aberta com validade temporal de três horas. As linhas alimentadoras conectam os bairros e vias de menor capacidade a um conjunto de linhas troncais, que funcionam como corredores estruturais do sistema. As linhas que compõem o novo modelo são classificadas como:

1 - Troncais: interligam as Regiões Administrativas e o Plano Piloto. Operação a partir dos terminais de integração ou com captação na origem quando a demanda justificar. Podem ser:

- Troncal Curta (TC): com extensão inferior a 30 km;
- Troncal Longa (TL): com extensão igual ou superior a 30km.

2 - Alimentadoras (AL): linhas locais, internas a uma bacia, captam e/ou distribuem a demanda dos serviços troncais ou fazem o atendimento a viagens locais;

3 - Intersetores (IS): linhas entre regiões administrativas dentro da mesma bacia.

4 - Perimetrais: interligam lotes (bacias) fora do Plano Piloto e fazem a ligação entre as localidades periféricas. Podem ser:

- Perimetral Curta (PC): com extensão inferior a 30 km;
- Perimetral Longa (PL): com extensão igual ou superior a 30 km. O modo rodoviário utiliza veículos do tipo micro-ônibus, convencional, alongado, padrão e articulado, num total de 2.921 (dois mil, novecentos e vinte e um) veículos alocados, e é composto de 860 (oitocentos e sessenta) linhas que, segundo suas características, são classificadas em:

Metropolitana 1 (Ligação Curta): Cidade-Satélite / Plano Piloto.

Metropolitana 2 (Ligação Longa): Cidade-Satélite / Plano Piloto.

Metropolitana 3 (Ligação Intermediária): Cidade-Satélite / Cidade-Satélite; Cidade-Satélite / Plano Piloto.

Urbana 1 (Circular Curta): Cidade-Satélite e Plano Piloto.

Urbana 2 (Circular Longa): Cidade-Satélite e Plano Piloto.

Urbana 3 (Circular Interna): Cidade-Satélite.

Compõem o Serviço Básico (SB) cinco bacias, que definem a operação dos ônibus convencionais. Os cinco lotes (bacias) instituídos abrangem as seguintes regiões:

Bacia 01 - Viação Piracicabana - Brasília, Cruzeiro, Lago, Norte, Varjão, Sobradinho e Planaltina. Com frota de 53 mini ônibus, 02 ônibus tipo Padron e 417 ônibus básico para operar 178 linhas;

Bacia 02 - Viação Pioneira - Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico, Gama, Santa Maria, Park Way ao longo da Epia e Candangolândia. Com frota de 53 mini ônibus, 10 ônibus articulado, 58 ônibus articulado nos BRTs, 33 ônibus tipo Padronnos BRTs e 445 ônibus básico para operar 144 linhas;

Bacia 03 - Urbi Mobilidade Urbana - Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I e II, Recanto das Emas e Samambaia. Com frota de 35 mini ônibus, 63 ônibus articulado e 405 ônibus básico para operar 160 linhas;

Bacia 04 - Auto Viação Marechal - Guará, Park Way de Arniquireiras, Águas Claras, Taguatinga (ao sul da Hélio Prates) e Ceilândia. Com frota de 56 mini ônibus, 30 ônibus articulado e 344 ônibus básico para operar 128 linhas;

Bacia 05 - Expresso São José - Sia, Saan, Sof Norte, vila Estrutural, Vicente Pires, Taguatinga (ao norte da Hélio Prates - M Norte), Ceilândia Norte e Brazlândia. Com frota de 65 mini ônibus, 32 ônibus articulado e 451 ônibus básico para operar 197 linhas.

Os Contratos de Concessão para prestação e exploração do Serviço Básico referentes aos 05 lotes da Concorrência nº 01/2011-ST, prevê em sua Cláusula I - Definições, descrita em todos os contratos de concessão assinados, que a forma de remuneração das concessionárias é oriunda de recursos da arrecadação da Tarifa Usuário em espécie, nos ônibus e, quando houver, terminais e estações de transbordo do STPC/DF, complementados com os repasses recebidos do Poder Concedente, junto à Conta de Compensação, provenientes da comercialização de créditos eletrônicos de transporte, das fontes de subsídio para custeio de gratuidades e de outras eventuais receitas acessórias, montante esse que corresponderá ao valor das respectivas tarifas técnicas vencedora da licitação, atualizada de acordo com as hipóteses de revisão e reajuste previstos no contrato de concessão, multiplicada pelo número de passageiros pagantes transportados pela concessionárias, registrados no Sistema de Bilhetagem Eletrônica - SBA.

É importante ressaltar dois conceitos fundamentais para a remuneração das concessionárias, estabelecidos nos contratos:

Tarifa Usuário: valor ou valores diferenciados de tarifa decretados pelo Governador do Distrito Federal para utilização do Serviço Básico Rodoviário do STC/DF, os quais, relacionados ao número total de usuários pagantes de cada perfil tarifário e acrescidos do repasse de subsídio e de outras eventuais fontes de receitas acessórias, devem propiciar a arrecadação de receita que assegure a remuneração das concessionárias pelas suas respectivas tarifas técnica, para cada passageiro pagante transportado.

Tarifa Técnica: valor, por passageiro transportado, constante da proposta financeira da concessionária, e que servirá de parâmetro para a remuneração da concessão e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observadas as condições de reajuste e revisão, definidas nos contratos.

Na Cláusula XII - Do Equilíbrio Econômico-Financeiro, contidos em todos os contratos firmados entre o Poder Concedente e as concessionárias, são estabelecidos os seguintes conceitos, in verbis:

CLÁUSULA XII - Do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato

1. O equilíbrio econômico-financeiro deste contrato constitui princípio fundamental do regime jurídico da concessão.
2. É pressuposto básico da equação econômico-financeira que presidirá as relações entre as partes, a manutenção do equilíbrio entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão, originalmente formado pelas regras do Edital de Licitação e do presente contrato e pela proposta vencedora da licitação.
3. A tarifa técnica será preservada pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste contrato, com a finalidade que seja assegurada, em caráter permanente, a manutenção da equação econômico-financeira do contrato.

4. Sempre que forem atendidas as condições do contrato de concessão, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro. Assim, as tarifas técnicas, referentes às concessionárias vencedoras do certame licitatório refletem o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, devendo ser reajustados e revisados, conforme Cláusula XVI – Do Reajuste da Tarifa e, da Cláusula XVII – Da Revisão da Tarifa, respectivamente, contidas em todos os contratos de concessão firmados entre o Poder Concedente e as concessionárias. A remuneração de cada concessionária corresponderá ao valor de sua tarifa técnica, devidamente atualizado conforme hipóteses de reajuste e revisão previstas neste contrato, multiplicado pelo número de passageiros transportados por ela.

O Serviço Complementar do modo rodoviário do STPC/DF

O Serviço Complementar Rural (Decreto nº 29.735/08), por sua vez, é composto por uma frota alocada de 54 veículos, para operar 42 linhas com 16 permissionários cadastrados. O serviço é executado por operadores autônomos, conforme previsto na Lei nº 407/1993. O Serviço Complementar Executivo (Decreto nº 32.888/11, Decreto nº 34.103/13 e Resolução nº 4.736/10) é operado pela Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília LTDA – TCB em 03 linhas, com uma frota alocada de 02 veículos.

As linhas rurais do Distrito Federal são operadas por permissionários representados por cooperativas e pela TCB. Sua origem vem do serviço convencional. No entanto, por apresentarem elevado custo sem retorno da remuneração tarifária paga pelo usuário, as empresas se desinteressaram em mantê-las em operação. Por isto, a Administração Pública abriu licitações para preencher o serviço deixado pelo operador ordinário. Nas licitações, realizadas entre 1999 e 2000, foram vencedores os licitantes que ofertavam maiores descontos nas tarifas vigente nas linhas à época. Este critério, apesar de técnico socialmente relevante, não demonstrou viabilidade operacional uma vez que as linhas rurais, na sua maioria, eram deficitárias e não tinham condições de cobrir os custos operacionais. Desta forma, algumas linhas foram abandonadas. O critério da menor tarifa não foi bem recebido. Adotou-se, então, a da maior oferta pela outorga, visto que o critério anterior não atendeu às expectativas operacionais da entidade gestora, dos operadores e, principalmente, dos usuários rurais que ficaram sem transporte. A maioria são “linhas mães” desmembradas em “linhas filhas”. São necessidades operacionais de linhas, com objetivo de aumentar a acessibilidade e incrementar a rentabilidade do operador autônomo. Outra característica, em razão do crescimento urbano do Distrito Federal, é que algumas dessas linhas estão sendo consideradas urbanas do ponto de vista operacional, sem atualização na legislação. Assim, o Poder Concedente e o Órgão Gestor devem a todo momento se preocupar com o equilíbrio econômico-financeiro adequado aos operadores autônomos das linhas rurais e a prestação do serviço eficiente e adequado aos usuários do transporte coletivo rural

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1732 - ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - DFTRANS	%	25	31/12/2016	ANUAL	-	-	75	0	85	71,6	100	104	DFTRANS/UE 26204/OE 5 / UE 26101 / OE 5
<p>Justificativa: 2017 - Devido a suspensão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF do procedimento de licitação para construção de abrigos para passageiros de ônibus, o cumprimento desta meta ficou comprometido neste exercício. Como em janeiro de 2018 houve a liberação para continuidade deste projeto, há a expectativa de implantação de 500 abrigos referente ao Programa Circula Brasília.</p> <p>2018 - Até dezembro, foram construídos 358 abrigos de 500 previstos no Pregão Eletrônico nº 001/2017 em diversas regiões administrativas do DF.</p> <p>2019 - Até Dezembro de 2019 foram concluídos a implantação de 162 abrigos, sendo 142 restantes dos 500 abrigos para passageiros de ônibus previstos no Pregão Eletrônico nº 001/2017 e ainda, a complementação através de aditivos dos Contratos, 7 abrigos referente ao aditivo do Contrato 07/2017 e 13 abrigos referente ao aditivo do Contrato 09/2018.</p>													
1731 - ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - SEMOB	%	56	31/12/2016	ANUAL	-	-	75	40	85	41	100	41	SEMOB/UE 26101/OE 5 / UE 26101 / OE 5
<p>Justificativa: 2017 - Devido ao Aditivo do Acordo de Resultados de 2017, as datas de várias entregas foram repactuadas para 2018.</p> <p>2018 - O índice de 85% das entregas para 2018 não foi atingida, tendo em vista que das 17 entregas prevista do Acordo de Resultados/Gestão DF - SEMOB, foram realizadas 7, correspondente a 41% do total.</p> <p>2019 - Devido à nova reestruturação do Órgão e falta de recursos, não houve progresso.</p>													
1724 - EXTENSÃO DA MALHA CICLOVIÁRIA	KM	420	31/12/2016	ANUAL	-	-	471	442	548	465	637	0	SEMOB/UE 26101/OE 2 / UE 26101 / OE 2
<p>Justificativa: 2017 - Da infraestrutura cicloviária prevista para 2017, Semob aguarda a conclusão das obras da EPTG (25 km) e Lago Oeste - DF 001 (12,6 km). Ambas intervenções são conduzidas pelo DER e serão lançadas em 2018.</p> <p>2018 - A meta de 548 km de cicloviária para 2018 não foi atingida, pois a construção de algumas cicloviárias estavam atreladas à outros projetos, como é o caso das cicloviárias da TTN - Trevo de Triagem Norte, Ligação Torto-Colorado e EPAR, que fazem parte de projetos de aumento de capacidade viária que não foram concluídos. Além destas, a obra da ciclovia da EPTG sofreu atrasos e as cicloviárias previstas dentro do âmbito do corredor de transporte Eixo Oeste dependem da implantação de projeto de Drenagem Urbana.</p> <p>2019 - Embora a SEMOB dispunha de projetos para atender o Programa, porém não dispôs de recursos orçamentários suficientes para a execução dos trechos, ficando assim, abaixo da meta estipulada pelo PPA 2016 e 2019.</p>													
1720 - NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	UNIDADE	0	31/12/2017	MENSAL	-	-	31.988.000	347011239	32.947.640	349174169	33.936.069	355194807	DFTRANS/UE 26204/OE 1 / UE 26101 / OE 1
<p>Justificativa: 2017 - Devido ao aumento das tarifas do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, o número de passageiros teve uma diminuição de 374.431.794 pessoas em 2016 para 347.011.239 pessoas em 2017.</p> <p>2018 - Número total de viagens diárias em cada ônibus do STPC/DF (primeiros acessos nas catracas) correspondentes a utilização dos cartões destinados a Pessoas com Deficiência, Passe Livre Estudantil, Vale Transporte, Vale Cidadão e usuários pagantes em espécie conforme dados da Diretoria Técnica e Indicadores de Gestão (Acordo de Resultados) do site do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal - Gestão/DF.</p> <p>2019 - As metas planejadas visavam um ambiente de crescimento econômico do país, no entanto, diante da crise econômica instalada, o GDF foi uma das Unidades da Federação com maior índice de desemprego, o que afetou diretamente a mobilidade das pessoas, além disso houve a consolidação do transporte individual (STIP) e crescente utilização do modo de transporte ativo.</p>													
1721 - NÚMERO DE PESSOAS QUE UTILIZAM O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO RODOVIÁRIO	UNIDADE	0	31/12/2017	MENSAL	-	-	3.358.000	37.239.241	3.458.740	42410136	3.562.502	51.366.864	DFTRANS/UE 26204/OE 1 / UE 26101 / OE 1
<p>Justificativa: 2017 - A implantação do Bilhete Único em 2017 colaborou para o crescimento de 4,41% no número de passageiros que utilizam a integração no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.</p> <p>2018 - Número total de viagens diárias realizadas pelos usuários que realizam um ou mais transbordos para alcançar seu destino final em cada ônibus do STPC/DF (segundos e terceiros acessos nas catracas) conforme dados da Diretoria Técnica e Indicadores de Gestão (Acordo de Resultados) do site do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal - Gestão/DF.</p> <p>2019 - Os dados foram extraídos do relatório Demanda por Dia, do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA)/ transdata, e se referem a todos os modais do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF).</p>													
1722 - NÚMERO DE PESSOAS TRANSPORTADAS NAS LINHAS DO SISTEMA BRT	UNIDADE	0	31/12/2017	MENSAL	-	-	617.000	27.970.269	635.510	28927881	654.575	30.025.001	DFTRANS / UE 26101 / OE 1
<p>Justificativa: 2017 - O número de pessoas transportadas no BRT teve uma diminuição de 4,11% em relação ao índice alcançado no exercício anterior, de 29.169.709 em 2016 para 27.970.629 em 2017.</p> <p>2018 - Número total de viagens diárias realizadas nas linhas cadastradas dos corredores exclusivos do Sistema do BRT conforme dados da Diretoria Técnica e Indicadores de Gestão (Acordo de Resultados) do site do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal - Gestão/DF.</p> <p>2019 - Houve um aumento de cerca de 3,7926% no número de pessoas transportadas nas linhas do Sistema BRT em relação ao ano anterior. De 28.927.881 em 2018, para 30.025.001 em 2019.</p>													
1652 - TAXA DE CRESCIMENTO DE USUÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO - RODOVIÁRIO	%		01/01/0001	SEMPRE	-	1,03	0,5	-7,32	1	6,77	1,5	0,7264	DFTRANS / UE 26204 / OE 1 / UE 26101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Foram empreendidas diversas ações que tornaram os serviços de transporte mais atrativos, com a implantação de novos serviços (criação de linhas), com combate à pirataria e com o incentivo ao uso do Sistema Integrado.</p> <p>2017 - Mesmo com a criação de linhas e a adaptação de linhas existentes, a taxa de crescimento do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF teve uma diminuição em relação ao exercício anterior.</p> <p>2018 - Em dezembro, a quantidade total de viagens diárias realizadas foram 25.810.383, aumento de 6,77% em relação ao mês de janeiro (24.173.431).</p> <p>2019 - A expectativa das metas planejadas, diante da crise econômica instalada, sofreu impacto direto na taxa desejada com respeito à mobilidade no STPC/DF. Houve também, a consolidação do transporte individual (STIP) e crescente utilização do modo de transporte ativo.</p>													
1723 - ÍNDICE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO	PASSAGEIRO/KM	0	31/12/2017	MENSAL	-	-	1,50	1,2624	1,545	1,35	1,591	1,456	DFTRANS/UE 26204/OE 1 / UE 26101 / OE 1
<p>Justificativa: 2017 - O Índice de Passageiros por Quilômetro - IPK teve uma diminuição de 5,30% em relação ao exercício anterior.</p> <p>2018 - O número de acessos nas catracas dividido pela quilometragem realizada até dezembro conforme dados do Sistema TDMAX Reports disponibilizados pela Diretoria Técnica e site do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal - Gestão/DF.</p> <p>2019 - Foi utilizado o relatório Demanda por Dia, do TDMAX, para extração dos dados relativos aos acessos dos usuários. Quanto à quilometragem empregada no cálculo do indicador é a prevista, e não a efetivamente rodada (indisponível, até a presente data), sendo esta extraída do Sistema SIT, por meio do relatório Gerar Dados de Km por Tipo de Tecnologia.</p>													

Conforme índices acima apontados.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	58948,02	4518,50	717,97
0025 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DFTRANS- PLANO PILOTO .	0	58948,02	4518,50	717,97
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	200000,0	438823,00	438822,96	438822,96
0024 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	200000,0	330849,0	330849,0	330849,0
0119 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DFTRANS- PLANO PILOTO .	0	107974,00	107973,96	107973,96
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3448850,0	8625353,95	5761793,32	4834078,95
0019 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	3448850,0	4561434,00	4521619,15	3797014,93
0088 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL- DFTRANS- PLANO PILOTO .	0	4063919,95	1240174,17	1037064,02
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	3648850,00	9123124,97	6205134,78	5273619,88

No que se refere à Ação 9001 - Conforme dados, foram realizados pagamentos de Requisição de Pequeno Valor (RPV), conforme Processo nº.: 00020-0000001079/2019-30 e outros, conforme abaixo:

Jan. 1 ;Mar. 5 ;Mai. 3 ;Jun. 3 ;Jul. 3 ;Out. 2.

Etapa recebida na UO 26.101 SEMOB, por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transfere todo o orçamento 2019 para a SEMOB.

No que se refere à Ação 9041 - Conforme dados, foram convertidas em pecúnia 16 Licenças Prêmio, conforme Processo nº 00090-00030096/2019-23, entre outros.

Na ação 9050, foram efetuados os seguintes Ressarcimentos: Jan. 106; Fev. 105; Mar. 112; Abr. 109; Ago. 103; Set. 96; Out. 99; Nov. 72; Dez. 100. Processo nº 00090-00001337/2019-27.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	210000,0	178852,00	0	0
5291 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	210000,0	40000,00	0	0
0066 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	0	138852,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	45500000,0	58693085,88	55336030,47	55336030,47

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0090 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DFTRANS- PLANO PILOTO .	0	10151597,88	9722593,05	9722593,05
6987 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	45500000,0	48541488,00	45613437,42	45613437,42
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1148850,0	3665407,66	1350589,84	1350589,84
0010 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	1148850,0	1612811,00	1077613,82	1077613,82
0077 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DFTRANS- PLANO PILOTO .	0	2052596,66	272976,02	272976,02
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2941854,0	6081971,73	4573466,92	3386381,01
0009 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	2941854,0	2074452,00	1649842,34	1394102,73
0130 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- DFTRANS- PLANO PILOTO .	0	4007519,73	2923624,58	1992278,28
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	300000,0	110000,00	92648,09	75126,89
2544 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	300000,0	110000,00	92648,09	75126,89
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	2060105,46	2045710,84	1595999,0
0079 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DFTRANS- PLANO PILOTO .	0	2060105,46	2045710,84	1595999,0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100000,0	35214,00	10981,23	10981,23
0046 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DFTRANS- PLANO PILOTO .	0	26214,00	2155,83	2155,83
0063 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	100000,0	9000,0	8825,40	8825,40
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	66807,63	0	0
0037 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - DFTRANS- PLANO PILOTO .	0	66807,63	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	200000,0	323027,0	0	0
0060 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DFTRANS- PLANO PILOTO .	0	285027,0	0	0
9709 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- PLANO PILOTO .	200000,0	38000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	50400704,00	71214471,36	63409427,39	61755108,44

Em 2020 foram realizados os pagamentos de pessoal no valor total de R\$ 55.336.030,47. Ressalta-se que houve a junção dos órgãos SEMOB e DFTRANS, aumento os valores e forma vultuosa. Na concessão de benefícios, também houve aumento de despesas pela mesma razão. Valor tota: R\$ 1.350.589,84.

A Ação 8517 tem por objetivo atender aos serviços administrativos da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade - SEMOB. Conforme dados [Jan. 1 ;Fev. 1 ;Mar. 1 ;Abr. 1 ;Mai. 1 ;Jun. 1 ;Jul. 1 ;Ago. 1 ;Set. 1 ;Out. 1 ;Nov. 1 ;Dez. 1] - pagamento com fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e outro. Processo nº 00090-00000260/2019-78, 00090-00000261/2019-12 e outros.

Na Ação 1471, foi realizado o pagamento de locação de impressora e fornecimento de insumos. Locação de equipamentos novos de impressão/cópias; multifuncionail/monocromática A4, 26 unid; policromática A4, 4 unid, monocromática a3, 1 unid. Processo nº 00090-00018746/2017-09. [Jan. 1 ;Fev. 1 ;Mar. 1 ;Abr. 1 ;Mai. 1 ;Jun. 1 ;Jul. 1 ;Ago. 1 ;Set. 1 ;Out. 1 ;Nov. 1 ;Dez. 1].

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Uma das maiores alterações a título de estrutura para o ano de 2019, foi a extinção do DFTrans - Transporte Urbano do Distrito Federal e a assunção das suas responsabilidades e servidores pela SEMOB, conforme Lei nº. 6.334, de 19/07/2019.

Diversos foram os desafios para todas as áreas, contudo o esforço conjunto e a ânsia pela boa continuidade dos serviços prestados fizeram com que o andamento de cada procedimento ocorresse da melhor forma possível.

A maior dificuldade se aplicou à unidade de Orçamento e Finanças, que trabalhou meses com duas UG's (Unidades Gestoras), tendo em vista as diversas peculiaridades da autarquia extinta, pois tratava-se de uma unidade indireta da administração do Distrito Federal, situação totalmente diferente da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, que trata-se de unidade direta da administração. Ainda após o fechamento do exercício de 2019, alguns procedimentos continuam a ser executados pela extinta repartição tendo em vista os imbróglis enfrentados pela SUCON - Subsecretaria de Contabilidade geral do DF. Todas as providências tem sido tomada em conjunto com todos os setores - SUCON, SUTES e SAORC.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

AÇÕES EM 2019

RENOVAÇÃO DA FROTA

720 Novos ônibus;

Previsão de 2.412 ônibus até 2020;

Previsão de renovação de 100% da frota até 2022.

LINHAS DE ÔNIBUS

Mais de 390 linhas de ônibus criadas e/ou renovadas;

Ampliação e otimização de itinerários;

Aumento da oferta de viagens;
20 regiões administrativas beneficiadas.

ABRIGOS DE ÔNIBUS

Construção de 18 abrigos de ônibus;
Previsão de construção de mais de 88 abrigos até março de 2020;
Elaboração de projeto de revitalização de abrigos em 2020;
Elaboração de edital para a construção de 500 abrigos.

INCENTIVO PARA O TRANSPORTE PÚBLICO

- Faixas reversas na EPTG

Operação emergencial;

Mais de 65 usuários beneficiados por dia;

Redução no tempo da viagem;

Melhora no fluxo de veículos com aumento de 1 faixa nos horários de pico;

- Ampliação da faixa exclusiva da EPNB

3km de faixa reativadas;

Alteração nos dois sentidos (Núcleo Bandeirante/Samambaia e Samambaia/Núcleo Bandeirante);

Mais de 175 mil usuários de ônibus beneficiados diariamente (60% dos usuários da via);

Redução no tempo de viagem.

- Linhas do Entorno Sul

15 linhas autorizadas a utilizar o corredor exclusivo do BRT Sul;

Mais de 3.000 usuários beneficiados por dia;

Redução no tempo de viagem: 30 minutos - Regiões atendidas: Valparaíso, Cidade Ocidental e Céu Azul

- Linhas Rurais

Licitação de Permissionários do Serviço de Transporte Público Complementar Rural (STPCR) do Distrito Federal;

15 lotes (25 linhas) para as comunidades rurais do DF;

Prazo de operação: 10 anos (prorrogável 1 vez por igual período);

Realizada Audiência pública para ouvir as contribuições da população;

Edital em fase de análise jurídica.

- Aplicativos

Moovit e CittaMobi

Regulamentados em 01.04.2019;

Disponíveis nas versões Android e IOS;

Acompanhamento de horários e trajetos dos ônibus em tempo real;

Fácil utilização;

Mais informação e conforto ao passageiro.

-BRT Mulher

Mais segurança, respeito e conforto para as mulheres;

26 viagens diárias;

Cerca de 1.500 mulheres atendidas por dia.

TRANSFERÊNCIA DO SBA PARA O BRB – BRB Mobilidade

Ampliação dos postos de recarga – 73 no total;

Novo aplicativo (BRB Mobilidade) – Consulta de saldos e extratos e venda de créditos;

Mais agilidade e conforto;

MOBILIDADE ATIVA

- Ciclovias

Maior malha cicloviária do país;

553,95 km;

Mais de 130 km em projetos executivos concluídos.

ESTUDOS DE NOVOS EMPREENDIMENTOS

- Veículo Leve sobre Trilhos – VLT

Extensão: 22 km;

Integração com o Metrô, BRT Sul e BRT Oeste;

Ligação entre os terminais da Asa Sul e Asa Norte pela via W3;

Projeto selecionado;

Audiência pública prevista para o 1º semestre de 2020;

Licitação prevista para 2020.

ESTUDOS DE NOVOS EMPREENDIMENTOS

- Zona Verde

Estimular o uso do transporte público e criar rotatividade nos estacionamentos públicos;

Estudo de viabilidade selecionado;

Audiência Pública prevista para o 1º semestre de 2020.

- Metrô

Concessão para gestão, operação, manutenção e eventual expansão do metrô;

Seis empresas apresentaram estudos;

Análise para escolha do melhor estudo em andamento;

Licitação prevista para 2020.

- Terminal de Santa Maria

Capacidade: 10 boxes + 53 vagas para estocagem de ônibus;

Investimento estimado de R\$ 5,7 milhões;

Licitação em fase de conclusão;

Prazo para conclusão: 540 dias.

- BRT Sul e Oeste

Lançamento de edital para a concessão de conclusão da construção, manutenção e gestão dos sistemas de BRT Oeste e Sul;

Linhas: Santa Maria, Gama e Taguatinga para o Plano Piloto

Modernização e gestão do Terminal Asa Sul;

3 empresas manifestaram interesse em realizar estudos;

Termo de autorização previsto para dezembro de 2019.

EDITAL DE NOVOS EMPREENDIMENTOS

- Concessão da Rodoviária do Plano Piloto

Melhoria na gestão do terminal e dos serviços públicos;

Recuperação, modernização, operação e manutenção da Rodoviária;

Criada Comissão para acompanhar o processo;

Seis empresas manifestaram interesse em elaborar os estudos;

Termo de Autorização publicado em 27/11;

120 dias para apresentação dos estudos.

AÇÕES PREVISTAS PARA 2020

- TRANSFERÊNCIA DO TOURING – Transporte semiurbano passa a operar na Rodoviária do Plano Piloto em 2020

Cerca de 200 mil passageiros por dia;

Onze cidades do entorno do Distrito Federal;

110 linhas de 7 empresas operadoras;

Reorganização das linhas do STPC na Rodoviária;

Realocação das paradas de Táxi e Serviço de Aplicativo.

- NOVA OPERAÇÃO NA EPTG – Fim da faixa reversa

Início: 1 de janeiro;

160 ônibus novos com portas dos dois lados;

57 linhas – Rodoviária do Plano Piloto, W3

Sul e Norte;

Mais de 56 mil usuários beneficiados.

26201 - SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, constituída pela Comissão Organizadora designada pelo Decreto nº 45, de 20 de abril de 1961, é uma empresa pública de direito privado, instituída sob a forma de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Distrital nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017 e pelo seu Estatuto Social.

A TCB integra a administração indireta do Distrito Federal na forma da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, art. 3º, inciso II §§1º e 2º, e é vinculada à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, em conformidade com o Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019.

A Sociedade tem duração por prazo indeterminado, sede e foro na cidade de Brasília, Capital Federal, situada no Setor de Garagens Oficiais Norte – SGON, Quadra 06, Bloco A, Lote Único, CEP: 70.610-660.

A Sociedade tem por objetivo:

I. Operar de forma direta os serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, especificamente o modo rodoviário, nos termos da Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007.

II. Gerenciar e executar os serviços de transportes especiais aos órgãos do Governo do Distrito Federal;

III. Gerenciar e executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do Governo do Distrito; e

IV. De função social, através da realização do interesse público coletivo, orientada à busca do bem-estar econômico, a alocação socialmente eficiente dos seus recursos, a ampliação dos serviços com respeito à sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social corporativa e, desde que de maneira economicamente justificada, o desenvolvimento ou emprego de tecnologia alternativa.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	4	2	195	339	540
Comissionados sem vínculo efetivo	29	8	0	0	37
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	37	0	37
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	18	0	18
Terceirizados (FUNAP)	0	0	10	0	10
Outros - especificar	0	0	19	0	19
Subtotal	34	10	279	339	662

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	130	171	301
Total Geral	34	10	149	168	361

Observações:

- O quantitativo constante no campo "outros" refere-se aos Terceirizados de limpeza predial e da frota, bem como de copa e bombeiro hidráulico.

- Por força da Lei Distrital n.º 3.761, de 25 de janeiro de 2006, e do Decreto n.º 26.756, de 25 de abril de 2006, a Folha de Pagamento dos empregados do Quadro Permanente de Pessoal da TCB é processada por Unidade da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. A Folha de Pagamento processada pela TCB contempla somente os Empregados Comissionados.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	80000,0	80000,00	7500,0	7500,0
8708 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - TCB-DISTRITO FEDERAL	80000,0	80000,00	7500,0	7500,0
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	6164278,0	9817278,0	9809000,0	6924000,0
0001 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS-AQUISIÇÃO DE VEICULOS- PLANO PILOTO .	0	580000,0	580000,0	577000,0
0002 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS-TCB-PLANO PILOTO .	0	580000,0	580000,0	577000,0
0004 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS-TCB-PLANO PILOTO .	5164278,0	7497278,0	7489000,0	4616000,0
0007 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - AQUISIÇÃO DE ONIBUS PARA A FROTA DO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
0008 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS-TCB-PLANO PILOTO . - PLANO PILOTO .	0	580000,0	580000,0	577000,0
0009 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS-AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FROTA-PLANO PILOTO .	0	580000,0	580000,0	577000,0
3128 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO	4850000,0	0,0	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO-IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MAIS ACESSÍVEL -TCB-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	4850000,0	0,0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	150000,0	150000,00	1643,0	1643,0
9559 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-TCB-PLANO PILOTO .	150000,0	150000,00	1643,0	1643,0
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	4220000,0	4400000,00	3311761,40	3311761,40

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-TCB- PLANO PILOTO .	4220000,0	4400000,00	3311761,40	3311761,40
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	15464278,00	14447278,00	13129904,40	10244904,40

Na ação Publicidade e Propaganda - Utilidade Pública, foram realizadas despesas com publicação de vídeo institucional com veiculação nos Centros de Atendimento ao Turista da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, processo nº 00095-0000000406/2019-44. Na ação Aquisição de Veículos, foram realizadas aquisições de 17 (dezesete) ônibus urbanos completos, conforme processo nº 00095-0000000050/2018-00. Na ação Implantação da Gestão do Programa de Transporte Urbano - Implantação do Projeto Mais Acessível, não houve realizações de despesas no exercício de 2019. Na ação Aquisição de equipamentos, foi realizada aquisição com equipamento de material para oficina, processo nº 00095-0000003283/2018-12. Na ação Manutenção de Veículos, foram realizadas despesas com aquisições de peças, fornecimento de óleo diesel, óleos lubrificantes, contratação de serviços de terceiros para manutenção dos veículos, impostos relacionados aos veículos da Frota Operacional e Auxiliar da TCB, processos nº 00095.0000000646/2016-00, 00095-0000000224/2019-73 e outros.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
1735 - ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - TCB	%	66,7	31/12/2016	ANUAL	-	-	75	75	85	100	100	100	TCB/UO 26201/OE 5 / UO 26201 / OE 5
<p>Justificativa: 2017 - A TCB cumpriu as metas estabelecidas no Acordo de Resultados de 2017. As Ações previstas foram as seguintes: 1) - Aquisição de 04 ônibus para o serviço básico do STPC/DF, até 30/11/2017. Os 4 veículos foram adquiridos e entraram em operação no mês de Outubro/2017; 2) Estudo de viabilidade, demanda impacto financeiro do serviço de transporte denominado porta-a-porta, para pessoas com deficiências e portadores de mobilidade reduzida, até 30/04/217 - A TCB apresentou o projeto no prazo.</p> <p>2018 - 2017 - a TCB cumpriu as metas estabelecidas no AR/2017. As Ações previstas foram as seguintes: 1 - Aquisição de 4 ônibus para o serviço básico do STPC/DF, até 30/11/2017. Meta cumprida em Outubro/2017; 2 - Estudo de viabilidade, demanda impacto financeiro do serviço de transporte denominado porta-a-porta, para pessoas com deficiências e portadores de mobilidade reduzida, até 30/04/2017 - A TCB apresentou o projeto no prazo, contudo não foi editado decreto de criação do serviço.</p> <p>2019 - A TCB cumpriu as metas constantes no Acordo de Resultados desde o ano de 2017. As ações previstas foram as seguintes: 1) - Aquisição de 04 (quatro) ônibus para o Serviço Básico do STPC/DF, até 30/11/2017. Meta cumprida em Outubro de 2017; e 2) - Estudo de viabilidade, demanda, impacto financeiro do serviço de transporte (porta-a-porta), para pessoas com deficiência e portadores de mobilidade reduzida, até 30/04/2017 - A TCB apresentou o projeto no prazo, porém, o Decreto ainda não foi editado.</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	656286,0	1956286,00	1737456,57	1737456,57
6154 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-TCB- PLANO PILOTO .	656286,0	1956286,00	1737456,57	1737456,57
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	130000,0	150000,00	59472,37	59472,37
6967 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-TCB- PLANO PILOTO .	130000,0	150000,00	59472,37	59472,37
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40000,0	40000,00	7892,68	7892,68
7201 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESSARCIMENTOS TCB-DISTRITO FEDERAL	40000,0	40000,00	7892,68	7892,68
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	826286,00	2146286,00	1804821,62	1804821,62

Na ação Execução de Sentenças Judiciais, foram realizados pagamentos de sentenças trabalhistas e de pensões de Reparação de Danos, processo nº 00095-0000000008/2019-28 e outros. Na ação Formação do Patrimônio do Servidor Público, foram realizados pagamentos mensais do tributo PASEP, processos nº 00095-0000000015/2018-00 e 00095-0000000566/2019-93. Na ação Ressarcimento, Indenizações e Restituições, foram reembolsadas despesas com terceiros, relativos a avarias, processo nº 00095-0000003417/2018-03 e outros.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	250000,0	250000,00	192433,43	192433,43
5313 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	250000,0	250000,00	192433,43	192433,43
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2756000,0	3156000,00	3043469,30	3043469,30
0082 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-TCB- PLANO PILOTO .	2756000,0	3156000,00	3043469,30	3043469,30
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1054000,0	1269000,00	1051093,19	1051093,19
0074 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-TCB- PLANO PILOTO .	1054000,0	1269000,00	1051093,19	1051093,19
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4454606,0	6367844,00	5540727,02	5540727,02
0079 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TCB- PLANO PILOTO .	4454606,0	6192046,00	5364929,69	5364929,69
0127 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DA SOC. DE TRANSP. COLETIVOS DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0	175798,0	175797,33	175797,33
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50000,0	50000,00	0	0
0050 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-TCB- PLANO PILOTO .	50000,0	50000,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	72000,0	72000,00	24182,00	24182,00
0027 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL - TCB-DISTRITO FEDERAL	72000,0	72000,00	24182,00	24182,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	100000,0	100000,00	60227,88	60227,88
9815 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TCB- PLANO PILOTO .	100000,0	100000,00	60227,88	60227,88
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	70000,0	70000,00	0	0
9680 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TCB- PLANO PILOTO .	70000,0	70000,00	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	8806606,00	11334844,00	9912132,82	9912132,82

Na ação Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas, foram realizados reparos de baixa complexidade nas unidades da TCB, processo nº 00095-0000001128/2015-00. Na ação Administração de Pessoal, foram realizados pagamentos com Servidores no exercício de 2019, conforme processos nº 00095-0000000177/2019-68 e outros. Na ação Concessão de Benefícios a Servidores, foram realizados pagamentos com Auxílio Creche, Auxílio Assistência Médica, Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte, conforme processos nº 00095-0000000177/2019-68 e outros. Na ação Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, foram realizados pagamentos com fornecimento de energia elétrica, água e utilização da rede de esgoto, prestação de serviços de limpeza, conservação, asseio, copa e cozinha, limpeza de veículos da Frota Operacional e Auxiliar, Estagiários, Menores Aprendizizes, impostos, como IPTU, COFINS, CSLL, IRPJ, locação de equipamentos, aquisições de materiais de expedientes e permanentes, diárias, conforme processos nº 00095-0000000225/2019-18 e outros. Na ação Capacitação de Servidores, não houve realizações de despesas. Na ação Publicidade e Propaganda - Institucional, foram realizadas despesas com publicações de Editais e matérias e interesse da TCB em jornal de grande circulação e no DODF, processo nº 00095-0000002038/2018-98 e outros. Na ação Construção de Prédios e Próprios, foram realizadas obras de construção de quarita, processo nº 00095-00095-0000000136/2019-71. Na ação Reforma de Prédios e Próprios, não houve realizações de despesas no exercício de 2019.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

IDADE MÉDIA DA FROTA

Ano	Idade Média da Frota
2010	0,97
2011	1,95
2012	2,72
2013	3,50
2014	3,81
2015	5,05
2016	6,24
2017	6,26
2018	7,26
2019	6,86

PRODUÇÃO QUILOMÉTRICA REALIZADA EM LINHAS TARIFADAS

Ano	Produção Quilométrica realizada em linhas tarifada
2010	1.455.464
2011	1.697.605
2012	1.673.576
2013	1.971.707
2014	1.993.949
2015	2.054.617
2016	1.923.654
2017	1.719.890
2018	1.646.712
2019	1.359.911

PRODUÇÃO QUILOMÉTRICA REALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESPECIAIS - DER/DF

Ano	Produção Quilométrica realizada em serviços de transportes especiais
2010	160.751
2011	147.119
2012	141.274
2013	147.134
2014	133.743
2015	132.861
2016	149.954

2017	173.320
2018	144.608
2019	150.488

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

ANO	TOTAL DE PASSAGEIROS
2010	4.584.080
2011	4.430.235
2012	4.815.014
2013	5.001.664
2014	4.896.699
2015	4.487.747
2016	3.963.000
2017	2.596.757
2018	2.533.404
2019	2.557.684

ÍNDICE DE REGULARIDADE OPERACIONAL (IRO)

Ano	KM REALIZADO	KM PROGRAMADO	(IRO)
2010	1.455.464	1.385.992	1,050
2011	1.697.605	1.764.075	0,962
2012	1.673.576	1.761.746	0,950
2013	1.971.707	1.987.983	0,958
2014	1.993.948	1.994.595	0,999
2015	2.054.617	2.157.566	0,952
2016	1.923.654	2.130.087	0,903
2017	1.719.890	1.848.915	0,930
2018	1.646.712	1.826.624	0,901
2019	1.359.911	1.428.241	0,952

Índice de Regularidade Operacional (IRO) = KM Produzido em linhas tarifadas/KM Programado ano.

ÍNDICE DE PASSAGEIROS POR KM (IPK)

ANO	PASSAGEIRO TRANSPORTADO	KM PRODUZIDO	IPK
2010	4.584.080	1.455.464	3,15
2011	4.430.235	1.697.605	2,61
2012	4.815.014	1.673.576	2,88
2013	5.001.664	1.971.707	2,54
2014	4.896.699	1.993.949	2,45
2015	4.487.747	2.054.617	2,18
2016	3.963.000	1.923.654	2,06
2017	2.596.757	1.719.890	1,51
2018	2.533.404	1.646.712	1,54
2019	2.557.684	1.359.911	1,88

IPK - Índice que estabelece uma relação entre a demanda por transporte coletivo, número de passageiros transportados e a oferta, representada pela quilometragem percorrida ou produção quilométrica.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Diretoria da Empresa, composta pelo Diretor Presidente, o Diretor Administrativo e Financeiro e o Diretor Técnico, na gestão a partir de 2019, foi ocupada por:

Diretor Presidente:

- Fábio Viana Ávila, de 21 de junho de 2018 a 03 de janeiro de 2019; e
- Chancerley de Melo Santana, a partir de 04 de janeiro de 2019.

Diretor Técnico:

- Vitor Cesar Batista Aveiro, a partir de 17 de setembro de 2018.

Diretor Administrativo e Financeiro:

- Fábio Viana Ávila, de 25 de abril de 2018 a 11 de fevereiro de 2019; e

- Jorge Maurício Rodrigues da Silva, a partir de 12 de fevereiro de 2019.

No tocante ao diagnóstico da unidade, destacamos os seguintes pontos:

RENOVAÇÃO DA FROTA

Com o envelhecimento da frota e considerando que a maioria dos ônibus cadastrados no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – SPTC/DF estava completando 10 (dez) anos de validade no final do ano de 2019, o que contribuiu para elevação dos gastos com aquisição de peças, equipamentos e serviços de manutenção dos veículos, a nova Diretoria da TCB, através do processo 0095-000050/2018, realizou licitação - Pregão Eletrônico nº 02/2019 - Ata de Registro de Preços nº. 02/2019-TCB, para registro de 20 (vinte) ônibus, tipo padron, equipados com piso baixo, motor traseiro, câmbio automático, ar condicionado, 03 portas, rampa de acesso e outras tecnologias que proporcionam maior segurança e conforto aos motoristas, cobradores e usuários.

Em conformidade com a disponibilidade de recursos orçamentários, a TCB adquiriu 17 (dezesete) novos veículos, sendo que 10 (dez) veículos já estão em operação desde o último trimestre de 2019 e o restante será entregue até o mês de março/2020.

A renovação da frota possibilitou que a TCB continuasse a operação das suas linhas no exercício de 2020 em cumprimento a sua missão institucional.

PROJETO TURISMO CÍVICO

A TCB, em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal e com outros órgãos, desde o ano de 2016, implementou o Projeto "Turismo Cívico", que tem como objetivo proporcionar o acesso de estudantes, crianças, adolescentes e idosos a visitação dos principais atrativos de Brasília com valores cívicos e patrióticos, proporcionando educação, cultura, turismo e cidadania. Para realização desse serviço, a TCB disponibilizou veículos, tipo micro-ônibus executivo, arcando com custos do operador, seguro, combustível e manutenção do veículo.

A execução deste Projeto em 2019, foi a seguinte: 50 (cinquenta) atendimentos, contemplando cerca de 1.500 alunos da rede pública e percorrendo 4.639 kms.

PROJETO EMBAIXADAS PORTAS ABERTAS

A TCB, em parceria com as Secretarias de Turismo e Educação do Distrito Federal, implantou desde o ano de 2017 o projeto denominado Embaixadas de Portas Abertas, que é uma extensão do projeto turismo cívico da cidade e proporciona a alunos, visita às 134 representações diplomáticas sediadas na capital brasileira para aprenderem sobre história, geografia, cultura e idioma de cada nação. As atividades fazem parte do programa Criança Candanga, conjunto de políticas públicas voltadas para a infância e adolescência em Brasília. As visitas são feitas durante o ano letivo por alunos selecionados pelas escolas.

A execução deste Projeto em 2019 foi a seguinte: 27 (vinte e sete) atendimentos, contemplando cerca de 707 alunos da rede pública e percorrendo 3.244 kms.

PROJETO ROAC DE PORTAS ABERTAS

A TCB, em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal e com outros órgãos, implementou em 2019 o Projeto ROAC de Portas Abertas, que tem como objetivo proporcionar o acesso de estudantes, crianças, adolescentes à visitação à Residência Oficial de Águas Claras.

A execução deste Projeto em 2019 foi a seguinte: 26 (vinte e seis) atendimentos, contemplando cerca de 725 alunos da rede pública e percorrendo 3.274 kms.

PROJETO TURISMO CÍVICO AO MEMORIAL DO MPF

A TCB, em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal e com o Ministério Público Federal, implementou em 2019 o Turismo Cívico ao Ministério Público

Federal, que tem como objetivo proporcionar à visitação de estudantes, crianças, adolescentes ao Memorial do Ministério Público Federal.

A execução deste Projeto em 2019, foi a seguinte: 14(quatorze) atendimentos, contemplando cerca de 427 alunos da rede pública e percorrendo 1.387 kms.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE SOCIAL AOS ÓRGÃOS DE GOVERNO

A TCB de acordo com a disponibilidade de ônibus também atendeu às solicitações de serviços de transportes especiais eventuais aos órgãos do Governo do Distrito Federal, em situações emergenciais e atendimentos sociais e eventos patrocinados pelo GDF:

Em 2019, atendemos diversas demandas das entidades públicas, percorrendo 38.162 kms, contemplando órgãos, como: Câmara Legislativa, Casa Civil, SEJUS, SETUR, SLU, Secretaria de Saúde, Administrações Regionais e outros. Nesses serviços, destacamos o atendimento que foi feito ao SLU no 1º trimestre de 2019 para transporte dos catadores do lixo da cidade Estrutural para o galpão de reciclagem, com 03 (três) viagens/dia, com total de 5.796 kms.

PROJETO TCB ACESSÍVEL

A TCB deu prosseguimento aos estudos para implantar o Projeto denominado "TCB Acessível", conhecido em outras cidades como Porta a Porta, que tem o objetivo de atender o deslocamento de pessoas com comprometimento severo de mobilidade, temporária ou permanente, em veículos adaptados, previsto no Programa Mão na Roda da Lei n.º 4.317, de 9 de abril de 2009. O serviço TCB Acessível compreenderá trajetos regulares ou esporádicos no âmbito do Distrito Federal, com características e equipamentos diferenciados dos demais serviços de transporte, com a finalidade de atendimento de uma coletividade específica de usuários. A operação do Serviço Mais Acessível será feita diretamente pela TCB, com estimativa inicial de 20 (vinte) vans. A TCB aguarda a edição do decreto para iniciar a execução da implantação desse Serviço.

LINHAS RURAIS

Registre-se que a TCB passou a operar, por decisão governamental e em caráter provisório, 03 (três) linhas rurais em 2017, a fim de melhorar o atendimento aos usuários do Serviço Complementar Rural, notadamente nas áreas rurais de Planaltina e de São Sebastião, que estavam totalmente desassistidas com esse serviço, utilizando 02 (dois) ônibus. Contudo, tendo em vista que a quantidade de passageiros transportada nessas linhas rurais é muito baixa, bem como a redução em geral do n.º de passageiros mencionada anteriormente, houve redução do Índice de Passageiros por Quilometro – IPK, a partir de 2017, comparado ao exercício de 2016.

CELEBRAÇÃO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO:

A TCB firmou com o Sindicato da Categoria - SITTRATER/DF o Acordo Coletivo de Trabalho, o qual foi registrado no MTE sob o nº DF00778/2019, em 25 de novembro de 2019, situação que perdurava desde o ano de 2015, garantindo desta forma o pagamento dos salários e benefícios aos empregados.

OUTRAS REALIZAÇÕES DA DIRETORIA EM 2019:

- Conclusão das obras de instalação e inauguração do Lavauto, com capacidade para lavar até 300 veículos por dia, proporcionando maior agilidade e economia;
- Retirada de tanques de combustível desativados na Garagem Central da TCB em atendimento às normas ambientais;
- Reformulação das linhas tarifárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, visando otimização da operação e melhor atendimento à população, o que proporcionou na elevação do IPK da TCB em 2019;
- Contratação de modernos equipamentos de bilhetagem (validadores, tipo V6) com biometria facial e geoposicionamento global, na vanguarda das operadoras que atuam no Distrito Federal.
- Desenvolvimento de estudos, por meio de Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta nº 15, de 15 de outubro de 2019, acerca da viabilidade da transferência da gestão e a operação do transporte escolar do Distrito Federal para a TCB, indicando inclusive a proposta de transferência temporal e por etapas para aquela empresa e indicação de quais ações serão de competência da Secretaria de Estado de Educação. Tais estudos culminaram

na alteração da Lei 4.011/2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, conforme Lei nº 6.434, de 20 de dezembro de 2019, que visando dar suporte às necessidades de deslocamento dos alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal criou dentro do Serviço Complementar do STPC/DF, o Serviço de Transporte Escolar.

- Início da realização de manutenção predial e melhoria dos Prédios da Administração da TCB, inclusive redes elétrica, hidráulica, datadas da década de 1960;
- Implementação de tarifa promocional da linha Executivo-Aeroporto, com 50% de desconto.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS PARA 2020:

- Transferência da gestão integral e operação parcial do transporte escolar para a TCB, com descentralização de recursos pela Secretaria de Educação;
- Implantação do serviço TCB ACESSÍVEL com aquisição de vans e de sistema informatizado;
- Abertura de processo licitatório na modalidade Ata de Registro de Preços para aquisição de até 6 ônibus turísticos elétricos double decker (dois andares) para , em parceria com a Secretaria de Turismo , fomentar as ações de Turismo Cívico na capital;
- Implantação do serviço TCB PARKING , com vistas a desafogar o trânsito na zona central de Brasília, realizando o traslado de passageiros a partir de bolsões de estacionamento no Parque da Cidade;
- Melhoria dos controles da operação com implantação de informatização nos processos (GPS, biometria facial, etc);
- Implantação do Programa de Integridade e Conformidade;
- Implantação do novo Código de Ética e Conduta da TCB; e
- Atualização do conjunto normativo da Empresa.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal – foi criado pelo Decreto nº 8.043, de 19 de junho de 1984, sob a denominação de Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU, tendo como atribuições relacionadas aos Sistema de Transporte Público Coletivo do DF – STPC/DF, o planejamento, a avaliação de desempenho, a caracterização da demanda e da oferta de serviços, a elaboração dos estudos dos custos de serviços e dos níveis tarifários, a gestão, o controle e a fiscalização dos serviços públicos de passageiros, a administração e a operação de terminais. Por meio da Lei nº 241, de 28 de fevereiro de 1992, o DMTU foi transformado em Autarquia, passando a ter personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira e relativa capacidade de gestão dos interesses a seu cargo.

Em 2003, por meio do Decreto nº 23.902, o DMTU teve sua denominação alterada para Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS.

O regimento interno do DFTRANS, aprovado pelo Decreto n.º 27.660, de 24 de janeiro de 2007, define como competência básica as seguintes funções de governo:

- I. Planejar e gerir os serviços de transporte coletivo, público e privado;
- II. Planejar e gerir a infraestrutura de apoio ao sistema de transporte público coletivo;
- III. Executar políticas, programas e estudos definidos pela Secretaria de Estado de Transportes, referentes ao transporte público coletivo do Distrito Federal;
- IV. Cumprir e fazer cumprir a legislação referente aos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, bem como supervisionar a sua prestação;
- V. Assegurar a estabilidade nas relações entre o Poder Público, concessionários, permissionários e usuários;
- VI. Assegurar a prestação adequada dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal quanto à qualidade, regularidade, eficiência, segurança, conforto e modicidade da tarifa;
- VII. Exigir o cumprimento de critérios e parâmetros operacionais, tecnológicos e demais normas e instrumentos, legalmente estabelecidos;
- VIII. Assessorar a Secretaria de Estado de Transportes sempre que solicitada;
- IX. Elaborar e promover a aplicação de normas e procedimentos operacionais referentes ao funcionamento dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos e do Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
- X. Gerir e operacionalizar o funcionamento da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos;
- XI. Gerir o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
- XII. Promover a eficiência técnica e econômica dos serviços de transporte público coletivo delegados, submetidos à sua competência de gestão;
- XIII. Acompanhar o desempenho dos delegatários e demais contratados, tornando públicos os relatórios de atividades dos serviços prestados;
- XIV. Celebrar convênios e contratos com entidades públicas ou privadas destinados à implementação de melhorias na prestação de serviços de transporte público coletivo no Distrito Federal;
- XV. Analisar e se manifestar sobre propostas de legislação e normas relativas ao controle, fiscalização e gestão dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal;
- XVI. Estabelecer critérios para obter informações referentes aos delegatários e prestadores de serviços terceirizados;
- XVII. Promover, quando necessário, a realização de auditoria técnico-operacional e econômico financeira nos delegatários;
- XVIII. Fixar normas complementares e disciplinares da prestação e utilização dos serviços de transporte público coletivo, determinando, inclusive, prazos para o cumprimento de

obrigações;

XIX. Definir procedimentos dos elementos componentes do sistema de transporte coletivo do Distrito Federal;

XX. Propor alterações em seu regimento interno;

XXI. Aplicar, na forma da lei, as sanções regulamentares ou penalidades para infrações previstas nos regulamentos e códigos disciplinares do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;

XXII. Elaborar sua proposta orçamentária;

XXIII. Promover a integração entre o DFTRANS, órgãos do Distrito Federal e entidades representativas da sociedade e empresarial, visando ações que promovam a melhoria do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;

XXIV. Relacionar-se com outros organismos públicos federais ou distritais no planejamento ou avaliação de planos, programas ou projetos de interesse do DFTRANS que envolvam participação comunitária;

XXV. Promover a gestão da qualidade dos serviços de transporte público coletivo e do atendimento prestados pelos delegatários e pelo DFTRANS;

XXVI. Exercer outras atribuições correlatas às suas finalidades.

A Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, em seu artigo terceiro, dispôs que a gestão do STPC/DF será exercida por entidade autárquica, com atribuições de planejar, gerir, controlar e fiscalizar todas as atividades inerentes à execução dos serviços de transporte público. O artigo quarto disciplina que no desempenho de suas funções, a entidade gestora deverá:

I — Promover o adequado funcionamento dos serviços, coibindo ações extremas que possam prejudicá-lo;

II — Universalizar o atendimento, respeitados os direitos dos usuários;

III — Assegurar a qualidade dos serviços no que se refere à regularidade, segurança, continuidade, modicidade tarifária, eficiência, conforto, rapidez atualidade tecnológica e acessibilidade, bem como zelar pela garantia dos direitos das pessoas carentes, dos idosos, das gestantes e das pessoas com deficiência;

IV — Promover ações que priorizem o uso do transporte coletivo;

V — Promover a integração entre os diferentes modos e serviços de transporte;

VI — Estimular e divulgar a preservação do patrimônio histórico, a conservação energética e a redução das diversas causas de poluição ambiental, conforme as prescrições das normas técnicas e dos padrões de emissão de poluentes;

VII — Estimular a participação dos usuários na fiscalização da prestação dos serviços;

VIII — Promover planejamento adequado às alternativas tecnológicas convergentes com o interesse público.

Cumprir destacar que as atividades de controle, fiscalização e auditoria do STPC/DF, relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício do poder de polícia administrativa passaram a ser de competência exclusiva da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, atual Secretaria de Estado de Mobilidade (SEMOB), mais especificamente da Subsecretaria de Auditoria, Fiscalização e Controle (SUFISA), desde a publicação do Decreto nº 35.253, de 20 de março de 2014.

As legislações orçamentárias referentes ao Exercício de 2019 que nortearam a Autarquia na execução de suas atividades foram a Lei nº. 5.602 de 30 de dezembro de 2015 que dispôs sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 no Programa Temático 6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável, Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 6.216, de 17.08.2018 e Lei Orçamentária Anual nº. Lei nº 6254, 09.01.2019.

Em 19/07/2019, foi publicada a Lei nº. 6.334, a qual dispõe sobre a extinção da Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTrans, criada pela Lei nº 241, de 28 de fevereiro de 1992, e dá outras providências:

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica extinta a Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTrans, criada pela Lei nº 241, de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º As competência e atribuições da DFTrans passam a ser exercidas pelo Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - Semob.

§ 1º Incumbe ao Poder Executivo regulamentar as competências descritas, por meio de decreto, estabelecendo a sua estrutura administrativa e organizacional.

§ 2º (VETADO).

Art. 3º O pessoal, materiais, acervo patrimonial, recursos orçamentários e financeiros, cargos e funções comissionadas da DFTrans passam para a Semob.

Art. 4º Os acordos, ajustes, compromissos ou quaisquer obrigações assumidas pela DFTrans, existentes até a data de entrada em vigor desta Lei, têm a sua titularidade transferida para o Distrito Federal, que a exerce por intermédio da Semob.

Art. 5º Os cargos, vagos ou ocupados, vinculados à Carreira Atividades em Transportes Urbanos, criada pela Lei nº 835, de 28 de dezembro de 1994, ficam redistribuídos para o quadro de pessoal efetivo da Semob, nos termos do art. 43, § 1º, II, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, ficando assegurada a manutenção dos direitos e garantias individuais, bem como o benefício do programa de assistência à saúde, nos moldes do estabelecido na portaria DFTrans nº 95, de 2018, e suas alterações. (Artigo vetado pelo Governador, mas mantido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal)

Parágrafo único. Eventuais vantagens, benefícios, indenizações e auxílios concedidos com base na Lei Complementar nº 840, de 2011, e legislação específica da Carreira Atividades em Transportes Urbanos do Distrito Federal são mantidos na Semob, devendo a Semob e a Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEFP prever orçamento suficiente para o custeio das despesas.

Art. 6º A Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - o art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade do Distrito Federal - STPC/DF é o órgão gestor do Distrito Federal incumbido do planejamento e gestão do sistema de mobilidade urbana e, nos termos do art. 26 da Lei federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, possui atribuições mínimas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	13	10	72	54	149
Comissionados sem vínculo efetivo	12	19	0	0	31
Requisitados de órgãos do GDF	5	0	1	28	34
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	19	0	19
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	13	0	13
Terceirizados (FUNAP)	0	0	27	0	27
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	30	29	132	82	273

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	7	0	5	0	12
Total Geral	23	29	127	82	261

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	550000,0	322993,57	322993,57	322993,57
8540 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	550000,0	322993,57	322993,57	322993,57
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	550000,00	322993,57	322993,57	322993,57

Pessoas assistidas: [Jan. 32; Fev. 31; Mar. 31; Abr. 31; Mai. 26; Jun. 28; Jul. 27;]. Processo nº 0098-0000357/2016. Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	50000,0	0,00	0	0
7910 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,00	0	0
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	3400000,0	2612095,55	2492879,84	2492879,84
0010 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS-CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	2218604,79	2176549,94	2176549,94
2494 - IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS DE ÔNIBUS EM TODO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
2495 - CONTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS NO DF	400000,0	393490,76	316329,90	316329,90
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	100000,0	0,00	0	0
0001 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-DFTRANS- PLANO PILOTO .	100000,0	0,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	50000,0	0,0	0	0
3890 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE - INSTALAÇÃO DE QUADRO INFORMATIVO ITINERÁRIOS PONTOS ONIBUS-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC	110900000,0	114393860,86	114393860,86	114393860,86
0003 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC-RECOMPOR FAIXA-DISTRITO FEDERAL	110900000,0	114393860,86	114393860,86	114393860,86
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	2300000,0	737613,56	737613,56	737613,56
0004 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-BRASÍLIA-DFTRANS- PLANO PILOTO .	2300000,0	737613,56	737613,56	737613,56
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	1000000,0	0,0	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS-- PLANO PILOTO .	1000000,0	0,0	0	0
3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	100000,0	32938,17	0	0
0004 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	100000,0	32938,17	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	20000,0	0,00	0	0
5880 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,00	0	0
4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	8000000,0	3569561,13	3569561,13	3569561,13
0003 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	8000000,0	3569561,13	3569561,13	3569561,13
4082 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA	18200000,0	10121194,85	10121194,85	10121194,85
0001 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	18200000,0	10121194,85	10121194,85	10121194,85
4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	393500000,0	290898042,94	290887437,94	290887437,94
0004 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE-ESTUDANTIL-PLE-DISTRITO FEDERAL	297950000,0	219019507,12	219010676,62	219010676,62

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0005 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE-PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS-PNE-DISTRITO FEDERAL	95550000,0	71878535,82	71876761,32	71876761,32
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	537620000,00	422365307,06	422202548,18	422202548,18

1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS - Abrigos construídos: [Mar. 3; Mai. 4; Jun. 2; Ago. 42;]. Processo 00000-0098001218/2016 e outros. Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

20 abrigos de passageiros implantados. Processo 00098-00006475/2018-04 e outros. [Set. 20;]

8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - Não houve utilização dos recursos empreendidos nessa Ação.

1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO - Não houve utilização dos recursos empreendidos nessa Ação.

3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE - Não houve execução orçamentária nessa Ação.

2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC - Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão para prestação e exploração do serviço básico do STPC/DF referente à Licitação nº 01/2011 - ST/DF, por meio do pagamento da diferença de tarifa técnica e tarifa usuário de vale transporte e cidadão. Processo: 00098-00000564/2019-10 e outros. Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB. Convém destacar que até julho de 2019, foi liquidado nessa ação o valor de R\$65.102.236,27 (sessenta e cinco milhões cento e dois mil duzentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos), de forma tal que alguns pagamentos dos meses anteriores estavam em aberto e, após, os recursos disponíveis passaram para a SEMOB - UO 26101. Importante esclarecer que mesmo após a extinção da DFTrans, a UG/UO continuou em operação até a transição completa do orçamento.

2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO - Estação Rodoviária do Plano Piloto mantida. Fornecimento de água e energia elétrica. Processo 0098-002416/2014 e outros.

Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS - Não houve execução orçamentária nessa Ação.

3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS - Não houve execução orçamentária nessa Ação.

3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS - Não houve execução orçamentária nessa Ação.

4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS - Terminais Rodoviários do DF mantidos. Fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água e outros. Processo nº 0098-002417/2014.

Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101. [Jan. 39; Fev. 39; Mar. 39; Abr. 39; Mai. 39; Jun. 39; Jul. 39;]

4082 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA - Unidades do Sistema de Bilhetagem Automática mantidos. Prestação de serviços de mão-de-obra terceirizada, fornecimento de energia elétrica e outros. Processo nº 0098-002735/2015.

Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101. [Jan. 1; Fev. 1; Mar. 1; Abr. 1; Mai. 1; Jun. 1; Jul. 1;]

4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE :

PLE - Alunos Beneficiados: [Jan. 13.432; Fev. 148.964; Mar. 180.733; Abr. 201.581; Mai. 207.647; Jun. 209.102; Jul. 180.822;]. Processo nº 00098-0000564/2019-10 e outros. Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

PNE - Portadores de Deficiência beneficiados: [Jan. 52.941; Fev. 55.426; Mar. 38.421; Abr. 39.269 ;Mai. 39.926 ;Jun. 39.936 ;Jul. 42.755 ;] . Processo 00098-00000560/2019-10 e outros.

Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

Convém destacar que até julho de 2019, foi liquidado nessa ação o valor de R\$172.787.003,62 (cento e setenta e dois milhões setecentos e oitenta e sete mil três reais e sessenta e dois centavs), de forma tal que alguns pagamentos dos meses anteriores estavam em aberto e, após, os recursos disponíveis passaram para a SEMOB - UO 26101. Importante esclarecer que mesmo após a extinção da DFTrans, a UG/UO continuou em operação até a transição completa do orçamento.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	50000,0	42251,45	42251,45	42251,45
6167 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DFTRANS- PLANO PILOTO .	50000,0	42251,45	42251,45	42251,45
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	6000000,0	6000000,0	4652704,34	4602704,34
0010 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PASEP-DFTRANS- PLANO PILOTO .	6000000,0	6000000,0	4652704,34	4602704,34
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	50000,0	0,0	0	0
0025 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DFTRANS- PLANO PILOTO .	50000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3950000,0	969692,81	969692,81	969692,81
0055 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DFTRANS- PLANO PILOTO .	3950000,0	969692,81	969692,81	969692,81
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	10050000,00	7011944,26	5664648,60	5614648,60

9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS - 06 Requisição de Pequeno Valor (RPV) pagas. Processo nº.: 00020-0000001079/2019-30 e outros. [Jan. 1; Mar. 5; Mai. 3; Jun. 3; Jul. 3;] Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS/ PASEP concedido. Processo nº 00098-00000486/2019-53. Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de

19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - Não houve utilização dos recursos empreendidos nessa Ação.

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - Ressarcimentos efetuados: [Jan. 45; Fev. 22; Mar. 67; Abr. 106; Mai. 96; Jun. 92; Jul. 115;] . Processo nº 00098-00000603/2019-89.

Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	24849469,0	14697871,12	14673109,06	14673109,06
0080 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DFTRANS- PLANO PILOTO .	24849469,0	14697871,12	14673109,06	14673109,06
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2540000,0	487403,34	487403,34	487403,34
0072 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DFTRANS- PLANO PILOTO .	2540000,0	487403,34	487403,34	487403,34
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6521917,0	3566579,70	3427644,36	3427644,36
0076 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DFTRANS- PLANO PILOTO .	6521917,0	3566579,70	3427644,36	3427644,36
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	500000,0	0,00	0	0
2496 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DFTRANS- PLANO PILOTO .	500000,0	0,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1500000,0	602945,54	602945,54	602945,54
2631 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DFTRANS- PLANO PILOTO .	1500000,0	602945,54	602945,54	602945,54
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100000,0	23786,00	23786,0	23786,0
0083 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DFTRANS- PLANO PILOTO .	100000,0	23786,00	23786,0	23786,0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	150000,0	99064,50	99064,50	99064,50
0025 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-DFTRANS- PLANO PILOTO .	150000,0	99064,50	99064,50	99064,50
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	476688,0	0,0	0	0
5302 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	476688,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	350000,0	0,0	0	0
9745 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DFTRANS- PLANO PILOTO .	350000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	36988074,00	19477650,20	19313952,80	19313952,80

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - Servidores ativos remunerados: [Jan. 185; Fev. 166; Mar. 188; Abr. 190; Mai. 190; Jun. 189; Jul. 195;] . Processo nº 00098-0000603/2019-89. Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - Benefícios concedidos: vale transporte, auxílio alimentação, auxílio creche e outros. [Jan. 156; Fev. 183; Mar. 198; Abr. 202; Mai. 199; Jun. 199; Jul. 203;] . Processo nº 00098-0000603/2019-89. Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - Órgão Mantido. Pagamento com fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e outros. Processo nº 098-002416/2014 e outros. Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB. [Jan. 1; Fev. 1; Mar. 1; Abr. 1; Mai. 1; Jun. 1; Jul. 1;]

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - Não houve utilização dos recursos empreendidos nessa Ação.

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - Prestação de serviços de mão de obra terceirizada de apoio técnico em informática e serviços de manutenção no Sistema de Informações em Transporte - SIT. Processo 098-000045/2016 e outros.

Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101. [Jan. 1; Fev. 1; Mar. 1; Abr. 1; Mai. 1; Jun. 1; Jul. 1;]

4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - 06 servidores capacitados (informar a quantidade acumulada) Participação no 14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros no período de 18 a 21/03/2019 em Foz do Iguaçu PR. Processo nº: 00098-0000029/2019-69 e outros. [Mar. 6;] Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - Atos Administrativos publicados no DODF [Jan. 26; Fev. 22; Mar. 35; Abr. 38; Mai. 40; Jun. 48; Jul. 34;] . Processo: 098-000321/2016. Conclusão das ações por força da Lei nº 6.334, de 19/07/2019, publicada no DODF Nº 136, de 22/07/2019 que extingue o DFTRANS e transpõe todo o orçamento 2019 para a SEMOB - UO 26.101.

2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - Não houve utilização dos recursos empreendidos nessa Ação.

3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - Não houve utilização dos recursos empreendidos nessa Ação.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Não obstante a extinção da DFTrans em julho de 2014, convém destacar que em 06/08/2019, foi editado o Decreto nº. 39.994, à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal foi atribuída a função de adotar as medidas necessárias à transferência da operacionalização do Sistema de bilhetagem Automática - SBA e dipôs, especificamente, sobre a transição do SBA, de que trata o art. 6º, da Lei nº 6.334, de 19 de julho de 2019 para o BRB - Banco de Brasília e Empresas do Conglomerado.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Tendo em vista assunção das responsabilidades e servidores da extinta DFTrans pela SEMOB, por meio da Lei nº. 6.334, de 19/07/2019, todas as ações desenvolvidas em 2019 foram lançadas no RAT da SEMOB, mas algumas delas também ocorreram durante a gestão da UG 26204.

720 Ônibus Novos

2.412 Ônibus até 2020

100% da frota até 2020

MOBILIDADE EM NÚMEROS

Linhas de ônibus

Mais de 390 linhas de ônibus criadas e/ou readequadas

Ampliação e otimização de itinerários

Aumento da oferta de viagens

20 regiões administrativas beneficiadas

MOBILIDADE EM NÚMEROS

Abrigos de ônibus

Regiões beneficiadas: Taguatinga, Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Brasília, Guará, Santa Maria, Candangolândia e Riacho Fundo I.

182 abrigos de ônibus construídos

Elaboração de projeto de revitalização de abrigos em 2020

Construção de mais de 88 abrigos até março de 2020

Elaboração de edital para a construção de 500 abrigos

INCENTIVO AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

- Entorno SUL

15 linhas autorizadas a utilizar o corredor exclusivo do BRT Sul

Mais de 3.000 usuários beneficiados por dia

Redução no tempo de viagem: 30 minutos Regiões atendidas: Valparaíso, Cidade Ocidental e Céu Azul

- Linhas Rurais

* Licitação de Permissionários do Serviço de Transporte Público Complementar Rural (STPCR) do Distrito Federal

- 15 lotes (25 linhas) para as comunidades rurais do DF

- Prazo de operação: 10 anos (prorrogável 1 vez por igual período)

- Realizada Audiência pública para ouvir as contribuições da população

- Edital em fase de análise jurídica.

BRT MULHER

Ônibus exclusivo

26 viagens diárias

Mais segurança, respeito e conforto para as mulheres

Cerca de 1.500 mulheres são atendidas por dia

Transferência do SBA para o BRB

BRB Mobilidade

Novo aplicativo (BRB Mobilidade) Consulta de saldos e extratos e venda de créditos

Ampliação dos postos de recarga -73 no total

Mais agilidade e conforto para o usuário.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências



O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, foi criado através do Decreto nº 6, de 9 de junho de 1960, publicado no Diário oficial em 20 de junho de 1960. Além disso, nos termos do Art. 16 da lei Distrital nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, fora estabelecido como entidade autárquica integrante da estrutura administrativa do Distrito Federal, portanto é uma autarquia rodoviária, de trânsito e mobilidade, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira, é também integrante do Sistema Rodoviário Nacional (SRN) e do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), e está vinculada à Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, conforme Decreto nº 37.949, de 12 de janeiro de 2017.

De acordo com o Decreto nº 27.365/2006, em seu Art. 4º, cabe ao DER/DF exercer em caráter privativo, as atividades que couberem ao Distrito Federal, relacionado com o Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF, bem como sua administração.

O SRDF abrange a Rede Rodoviária Distrital, Vicinal e de Rodovias Distritais Coincidentes com Rodovias Federais. Atualmente o SRDF é composto de 1.921,60 km de rodovias distritais, sendo 1.034,30 km de rodovias pavimentadas.

Conforme o disposto no Decreto nº 37.949, de 12 de janeiro de 2017, que trata do Regimento Interno, o DER/DF tem por finalidade:

- I. proporcionar a infraestrutura viária adequada, garantindo a sustentabilidade e eficiência, para o deslocamento de veículos, cargas, pessoas e animais no SRDF;
- II. construir, manter, conservar, operar e fiscalizar as vias do SRDF e respectivas faixas de domínio;
- III. promover segurança, fluidez do trânsito, mobilidade e conforto aos usuários do SRDF;
- IV. contribuir para a educação no trânsito;
- V. cumprir e fazer cumprir o Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/97, e suas alterações; e
- VI. realizar estudos e pesquisas, confeccionar, implantar, coordenar as atividades relativas à sinalização de endereçamento, indicativa e de utilidade pública no âmbito do Distrito Federal.

E para o cumprimento de suas finalidades compete ao DER/DF:

- I. exercer, em caráter privativo, todas as atividades relacionadas com o planejamento, a expansão, a manutenção, a conservação, a operação, a fiscalização e o monitoramento do SRDF;
- II. implementar ou supervisionar a execução das políticas e diretrizes rodoviárias estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal GDF;
- III. executar obras rodoviárias no Distrito Federal e, mediante delegação, convênio ou acordo, em rodovias federais e em Estados e Municípios do Entorno;

- IV. providenciar para que o SRDF se mantenha permanentemente integrado e compatibilizado com o Sistema Rodoviário Nacional;
- V. manter entendimentos e colaborar com os órgãos e entidades rodoviários do Governo Federal, dos Estados e Municípios do Entorno do Distrito Federal para a consecução harmoniosa dos objetivos comuns, notadamente no que diz respeito à expansão e melhoria da rede rodoviária nacional;
- VI. assistir tecnicamente e com equipamentos às populações e unidades agrícolas de produção ao longo das rodovias do SRDF, de acordo com a política do GDF;
- VII. executar as políticas de tráfego e mobilidade e fiscalizar a sua implementação nas rodovias do SRDF e nas rodovias federais delegadas;
- VIII. desenvolver atividades industriais inerentes ou relacionadas com a construção, conservação e sinalização de vias e obras de engenharia;
- IX. elaborar a previsão de recursos para a execução das obras e dos serviços rodoviários em área de sua circunscrição, bem como para as atividades relativas à sinalização de endereçamento, indicativa e de utilidade pública no âmbito do Distrito Federal;
- X. administrar o SRDF, mediante o seu disciplinamento, imposição de pedágio, taxas de utilização e contribuição de melhoria, execução de servidões, controle de uso e de acesso a propriedades lindeiras, e praticar atos inerentes ao poder de polícia administrativa, de trânsito, de tráfego e de mobilidade no âmbito de sua circunscrição;
- XI. administrar as faixas de domínio das rodovias do SRDF, mediante fiscalização, exploração comercial, concessão de licença, cobrança do preço público, de taxas e aplicação e cobrança de multas, bem como praticar todos os atos inerentes à sua ocupação e desocupação;
- XII. cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito;
- XIII. planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de ciclistas, de pedestres e de animais nas rodovias do SRDF;
- XIV. implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;
- XV. coletar dados e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;
- XVI. estabelecer, em conjunto com os órgãos de policiamento, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
- XVII. executar a fiscalização de trânsito, autuar, aplicar as penalidades de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro CTB;
- XVIII . arrecadar valores provenientes de estada e/ou remoção de veículos e objetos, emissão de autorização especial de trânsito e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou de produtos perigosos e para eventos e manifestações coletivas que possam ter interferência no fluxo e na segurança do SRDF;
- XIX. implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito, bem como as ações de sua competência para implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- XX. promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN;
- XXI . fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas dos órgãos e entidades ambientais, quando solicitado;
- XXII. integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua circunscrição, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;
- XXIII. desenvolver projetos rodoviários estruturadores e indutores de desenvolvimento urbano integrado que priorizem o transporte público coletivo e favoreçam a mobilidade e acessibilidade, proporcionando viagens mais rápidas, confortáveis e seguras, reduzindo custos ambientais, sociais e econômicos; e

XXIV. executar outras atividades relacionadas com a política de transporte rodoviário no Distrito Federal.

1.1 - DISTRITOS RODOVIÁRIOS

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal é um órgão descentralizado e possui em sua estrutura organizacional 5 Distritos Rodoviários, estrategicamente distribuídos para atender de forma mais eficiente a população do Distrito Federal.

A saber:

- 1º Distrito Rodoviário – DF-128 km 16,5, Área Especial nº 1 – Planaltina;
- 2º Distrito Rodoviário – DF-001 km 0 da BR-020 – Sobradinho – DF;
- 3º Distrito Rodoviário – Setor de Mansões Sudeste – Área Especial nº 1 – Samambaia
- 4º Distrito Rodoviário – Setor de Área Especial nº 2A – Rodovia DF-130 km 53 – Paranoá DF;
- 5º Distrito Rodoviário – Vila São José – BR-080 km 22 – Brazlândia - DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	84	94	288	455	921
Comissionados sem vínculo efetivo	13	19	0	0	32
Requisitados de órgãos do GDF	0	2	11	1	14
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	36	14	50
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	97	115	335	470	1.017
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	8	39	47
Total Geral	97	115	327	431	970

Como se pode observar na planilha acima o DER/DF em 2019 teve uma redução significativa em sua força de trabalho em relação ao ano anterior. Contando com 921 servidores efetivos, 32 servidores com cargos comissionados sem vínculo efetivo e 14 servidores requisitados de outros órgão do governo do Distrito Federal.

No ano de 2019 90 servidores do DER/DF já reunia todos os pré-requisitos para a aposentadoria, dos quais 7 servidores são vinculados à atividade fim do órgão, ou seja 8%.

O que demonstra uma necessidade imperiosa de aumentar sua força de trabalho por intermédio de um novo concurso público, para que o DER/DF não coloque em riscos a execução de suas atividades e nem comprometa a sua missão que é assegurar a qualidade da infraestrutura viária, do trânsito e da mobilidade nas rodovias do Distrito Federal, comprometida com o desenvolvimento sustentável.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	900000,0	0,0	0	0
6999 - APOIO A IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO 4º DISTRITO RODOVIÁRIO DO DF	900000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	900000,00	0,00	0,00	0,00

Não há informações a serem destacadas.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	3725049,0	36284891,00	0	0
0010 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO-CONSTRUÇÃO DE VIADUTO DO RECANTO DAS EMAS-DISTRITO FEDERAL	1911940,0	0,0	0	0
0011 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO-CONSTRUÇÃO DE VIADUTO - DER-DISTRITO FEDERAL	1813109,0	36284891,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	790000,0	787400,00	615588,64	565128,64
0006 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DER-DF- PLANO PILOTO .	610000,0	557400,00	411352,22	360892,22
7904 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA DER- PLANO PILOTO .	180000,0	230000,00	204236,42	204236,42
2886 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS	10000,0	3900,00	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	3900,00	0	0
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	3000000,0	12118861,00	9706128,39	8707834,31
0002 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS-NA DF 483 ENTRE SANTA MARIA E O GAMA- SANTA MARIA	0	950000,0	383465,14	123465,14
0008 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS-EM DIVERSAS RODOVIAS-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	11168861,00	9322663,25	8584369,17

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3126 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE	35738323,0	43235188,00	21616468,37	21183222,90
0002 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE-REGIÃO SUDOESTE - DER-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	619342,0	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE-BALÃO DO TORTO-COLORADO- REGIÃO NORTE	34738323,0	42615846,00	21616468,37	21183222,90
1230 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	15000,0	345453,00	0	0
0001 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	15000,0	345453,00	0	0
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	993000,0	10752000,00	10019000,0	10019000,0
0003 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DF- PLANO PILOTO .	993000,0	10752000,00	10019000,0	10019000,0
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	4760000,0	15603537,00	13696413,62	13045039,42
0003 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-EM RODOVIAS SOB A JURISDIÇÃO DO DER-DISTRITO FEDERAL	4760000,0	15603537,00	13696413,62	13045039,42
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	1510000,0	769323,00	489196,21	489196,21
0001 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1510000,0	769323,00	489196,21	489196,21
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	2472178,0	5010064,00	4430403,82	4430403,82
0006 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA-CONSTRUÇÃO PASSARELA - DER-DISTRITO FEDERAL	472178,0	3515242,00	3435582,56	3435582,56
0007 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA-PASSARELA DF-001 ITAPOÃ PARQUE-ITAPOÃ	500000,0	500000,0	0	0
9492 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA ENTRE O RECANTO DAS EMAS/RIACHO	500000,0	0,0	0	0
9493 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA SOBRE BR 020 KM 8 SETOR NOVA COLINA EM SOBRADINHO	500000,0	500000,0	500000,0	500000,0
9494 - CONSTRUÇÃO PASSARELA EM NOVA PETRÓPOLIS - SOBRADINHO	500000,0	494822,0	494821,26	494821,26

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	11200000,0	7003530,00	4018908,89	2641035,83
0002 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS-VC 371 - COND. TOTAL VILLE- SANTA MARIA	0	400000,0	0	0
0003 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS-APOIO À CONSTRUÇÃO DA RODOVIA VC 441- PARANOÁ	0	1000000,0	0	0
0004 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS-RECUPERAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO CAMPUS DA UNB NO- GAMA	0	500000,0	500000,0	500000,0
0005 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS-Recuperação e Melhoramento do estacionamento do Campus da UNB no Gama - GAMA	0	150000,0	150000,0	150000,0
1199 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS-RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	4953530,00	3368908,89	1991035,83
1200 - APOIO A RECUPERAÇÃO DA RODOVIA VC 441 - PARANOÁ - RA VII	5000000,0	0,0	0	0
1201 - APOIO A RECUPERAÇÃO DA RODOVIA DF 285 - PARANOÁ - RA VII.	5200000,0	0,0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	3000000,0	7677206,00	1872352,38	1860552,29
0013 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-DE ENGENHARIA - DER-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	7677206,00	1872352,38	1860552,29
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	170000,0	43600,00	43090,0	43090,0
0001 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-EM RODOVIAS DO-DISTRITO FEDERAL	170000,0	43600,00	43090,0	43090,0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2713000,0	1684293,00	1068250,70	1068250,70
0001 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	2713000,0	1684293,00	1068250,70	1068250,70
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	22361000,0	32977553,00	20714892,94	12432545,72
0004 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS-DF-047 (EPAR)-DISTRITO FEDERAL	20111000,0	32397553,00	20714892,94	12432545,72
0015 - AMPLIAÇÃO DA RODOVIA DF 250	1250000,0	0,0	0	0
0012 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS-DF 140- SÃO SEBASTIÃO	1000000,0	580000,0	0	0
3056 - CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE	22000000,0	42311681,0	35751525,61	35082154,07

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0004 - CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE--DISTRITO FEDERAL	22000000,0	42311681,0	35751525,61	35082154,07
3205 - REMANEJAMENTO DE REDE	50000,0	0,00	0	0
0001 - REMANEJAMENTO DE REDE-EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF ÁGUA/ESGOTO/TELEFÔNIA/ELÉTRICA-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,00	0	0
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	1000000,0	3338873,0	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE PONTES--DISTRITO FEDERAL	1000000,0	3338873,0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1050000,0	7982326,00	5818418,53	5248418,53
0037 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOOS E VEÍCULOS PESADOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS VIÁRIAS DO DER-DF-DISTRITO FEDERAL	0	400000,0	400000,0	0
9549 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1050000,0	7582326,00	5418418,53	5248418,53
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	100000,0	100000,0	0	0
6120 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	50000,0	290157,00	0	0
6148 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ESTUDOS SOBRE FISCALIZAÇÃO ELETRONICA DE TRÂNSITO-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,00	0	0
6150 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-REALIZ. DE CONTAGEM DE TRÁFEGO E ATUAL. SÉRIE HIST-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
6161 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ESTUDOS AMBIENTAIS-DISTRITO FEDERAL	20000,0	105000,00	0	0
6162 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	10000,0	165157,00	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	10000,0	0,00	0	0
6072 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-DER-DF- PLANO PILOTO .	10000,0	0,00	0	0
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	11572668,0	14570580,00	12978395,76	12636719,31
0002 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	11572668,0	14570580,00	12978395,76	12636719,31

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4195 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	12402147,0	25350707,00	24711782,47	24711782,47
0001 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	12402147,0	25350707,00	24711782,47	24711782,47
4993 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS	550000,0	688000,00	434762,68	434762,68
0001 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	550000,0	688000,00	434762,68	434762,68
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	22000000,0	28883533,00	15867302,43	15441383,29
0003 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA--DISTRITO FEDERAL	21000000,0	28783533,00	15867302,43	15441383,29
0022 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA DF-001	1000000,0	0,0	0	0
0023 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA VICINAL VC-371 - ACESSO SANTA MARIA AO CONDOMÍNIO TOTAL VILLE-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	163242365,00	297812656,00	183852881,44	170040520,19

2.1 - REALIZAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM EM 2019

2.1.1 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS

O DER/DF ao longo do ano de 2019 teve uma carteira intensa de obras, projetos e realizações. Sempre com a intenção de fazer grandes entregas à população o DER/DF tem trabalhado seguindo o escopo das políticas públicas que possam agregar valor às ações desenvolvidas e que possam transformar as vidas das pessoas que fazem uso do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, incluindo neste contexto os grandes complexos de obras como o Trevo de Triagem Norte – TTN, Ligação Torto Colorado – LTC, entre outras obras que tem mudado o dia-a-dia das pessoas trazendo com isso mais conforto, redução no tempo de deslocamento e segurança viária a todos os cidadãos do Distrito Federal.

Alinhado com as diretrizes do governo, as metas e realizações de 2019 estão em consonância com o estabelecido no Plano Plurianual – PPA 2016/2019 e na Lei Orçamentária Anual – LOA 2019, seguem as principais ações de 2019:

CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA E RESTAURAÇÃO DA RODOVA – DF-087

Descrição da Obra: Execução das obras para construção de ciclovia e restauração do pavimento da rodovia distal DF-087 (EPV/L), no trecho compreendido entre o entroncamento da DF-089 (EPV/L) ao entroncamento da DF-085 (EPV/L), com extensão aproximada de 3,000 m.

Programa de Trabalho: 26.491.6216.3090.0008

Nº do Contrato: 099/2017

Avanço físico acumulado da obra no 6º Bimestre de 2019 → 99%



CAPACIDADE DA RODOVA DF-503 (BRAL), TRECHO ENTRE A DF-601 E A DF-150 AO ENTRONCAMENTO COM A DF-007 (LIGACÃO TORTO-COLORADO – LTC 1)

Descrição da Obra: Execução de obras de reabilitação de pavimento com reforçamentos e adaptação de capacidade da rodovia DF-503 (BRAL) no trecho compreendido do entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150 (Estado do Colorado) ao entroncamento com a DF-007 (Estado do Torto), de km 0,0 ao km 2,5, denominado Ligação Torto-Colorado.

Programa de Trabalho: 26.451.6276.3169.0004

Nº do Contrato: 019/2014

Avanço físico acumulado da obra no 6º Bimestre de 2019 → 94,94%



CONSTRUÇÃO DE PASSARELA SOBRE A BR-020 km 4 CONDOMÍNIO MORADA DOS NOBRES

Descrição da Obra: Construção de Passarela em estrutura mista a ser implantada no km 4 da Rodovia BR-020 próximo ao Condomínio Morada dos Nobres.

Programa de Trabalho: 26.782.6216.3095.0004

Nº do Contrato: 024/2019

Avanço físico acumulado da obra no 6º Bimestre de 2019 → 100%



EXECUÇÃO DE PLANTIO DE MUDAS NATIVAS DO CERRADO NA RODOVA VC-533

DESCRIÇÃO DO OBJETO: EXECUÇÃO DO PLANTIO DE 28.140 MUDAS NATIVAS DO CERRADO NA RODOVA VC-533, NO TRECHO DA BR-080 (BRASILÂNIA COM A DIVISA COM O D.C.A.S.)

PROGRAMA DE TRABALHO: 26.782.6216.1475.1199

Nº DO CONTRATO: 03/2019

AVANÇO FÍSICO ACUMULADO DO PLANTIO 6º BIMESTRE DE 2019 → 62,29%



EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTENÇÃO DE TALUDES NA RODOVA DF-451 (EPSU)

DESCRIÇÃO DA OBRA: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTENÇÃO DE TALUDE NA RODOVA DF-451 (EPSU), NO TRECHO LOCALIZADO ENTRE O ENTRONCAMENTO DA DF-060 (BRAL) ATÉ A INTERSEÇÃO DE ACESSO AO QUARA II, ARRANJANDO TAMBÉM SERVIÇOS DE DRENAGEM E CONDIÇÕES AMBIENTAIS.

PROGRAMA DE TRABALHO: 26.782.6216.1475.4199

Nº DO CONTRATO: 046/2019

AVANÇO FÍSICO ACUMULADO DA OBRA NO 6º BIMESTRE DE 2019 → 199%



GERENCIAMENTO AMBIENTAL E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS DO CORREDOR DE TRANSPORTE PÚBLICO – BSO SUL

DESCRIÇÃO DO OBJETO: GERENCIAMENTO AMBIENTAL E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS DO CORREDOR DE TRANSPORTE PÚBLICO – BSO SUL.

PROGRAMA DE TRABALHO: 26.782.6216.1475.6661

Nº DO CONTRATO: 009/2019

AVANÇO FÍSICO ACUMULADO DO GERENCIAMENTO AMBIENTAL NO 6º BIMESTRE DE 2019 → 199% E 5,7% (ATIVO).



ESTACIONAMENTO DA UNB-GAMA

DESCRIÇÃO DA OBRA: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ESTACIONAMENTO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB (CAMPUS UNB GAMA) LOCALIZADO AS MARGENS DA DF-480 E VC-361, E DRENAGEM PLUVIAL EM TRECHO DA VC-361 PROVENIENTE DE ÁREA DE CONTRIBUIÇÃO DE MONTANTE CUJO DEFLUVO PLUVIAL IMPACTA DIRETAMENTE NO ESTACIONAMENTO.

PROGRAMA DE TRABALHO: 26.782.6216.1475.9199 – 26.782.6216.1475.8004

26.782.6216.1475.6980

Nº DO CONTRATO: 064/2019

AVANÇO FÍSICO ACUMULADO DA OBRA 1º BIMESTRE DE 2019 → 40%



CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA DA DF-483

DESCRIÇÃO DA OBRA: EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA CONSTRUÇÃO E SINALIZAÇÃO DE CICLOVIA NA DF-483, NO SUBTRECHO COMPREENDIDO ENTRE O ENTRONCAMENTO DE ACESSO AO GAMA E O ENTRONCAMENTO COM A AVENIDA ALAGADO EM SANTA MARIA.

PROGRAMA DE TRABALHO: 26.491.6216.3090.0002

Nº DO CONTRATO: 000/2019

AVANÇO FÍSICO ACUMULADO DA OBRA NO 6º BIMESTRE DE 2019 → 30%



IMPLANTAÇÃO DO TRECHO DE TRAVESSIA NORTE, REABILITAÇÃO DA PONTE DO BRAGHETTO, REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS E ADEQUAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRÁFEGO NAS RODOVIAS DF-002 (BRN) E DF-007 (BTT)

DESCRIÇÃO DA OBRA: EXECUÇÃO DE OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO DO TRECHO DE TRAVESSIA NORTE - TTN, REABILITAÇÃO DA PONTE DO BRAGHETTO, REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS E ADEQUAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRÁFEGO EM 2,1 KM DA RODOVIA DA DF-002 (BTT), NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A DF-005 E O ENTRONCAMENTO COM A DF-007 (BRN) (BARRAGEM DO FORTE) E 2,8 KM DA RODOVIA DF-007 (BRN) NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE O ENTRONCAMENTO COM A DF-002 (PONTE DO BRAGHETTO) ATÉ O ACESSO ÀS VIAS RURAIS. EXECUÇÃO DE ESTRUTURA DE ENGENHARIA, SEM OBRAS E ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DECRETOS DAS OBRAS DE ARTES ESPECIAIS A SEREM IMPLANTADAS E REMODELADAS.

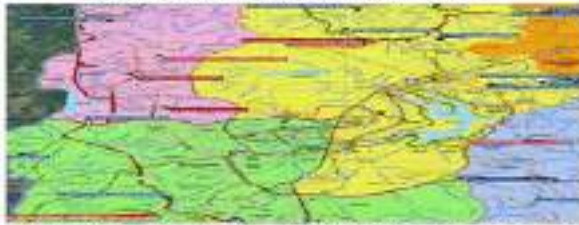
PROGRAMA DE TRABALHO: 26.782.6216.1568.0004 E 028/2016

Nº DO CONTRATO: 028/2016

AVANÇO FÍSICO ACUMULADO DA OBRA NO 6º SEMESTRE DE 2016 → 9%



ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO DAS VIAS DE ACESSO ÀS ESCOLAS - LOTE I



DESCRIÇÃO DA OBRA: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS DE ACESSO ÀS ESCOLAS RURAIS "CAMINHO DAS ESCOLAS" VÁRIAS RODOVIAS DISTRITAIS E VICINAIS DO SRDF, INCLUINDO PROJETOS DE CICLOVIAS E OBRAS DE ARTE ESPECIAL - LOTE I

PROGRAMA DE TRABALHO: 26.782.6216.1568.0013

Nº DO CONTRATO: 028/2016

AVANÇO FÍSICO ACUMULADO NO 6º SEM. DE 2016 → 21%

PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA DF-285

DESCRIÇÃO DA OBRA: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO PAVIMENTO DA RODOVIA DISTRITAL DF-285, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE O ENTRONCAMENTO KM 6,8 ATÉ O ENTRONCAMENTO COM A DF-192, COM EXTENSÃO APROXIMADA EM ESTE IMPLEX DE 16,33,69 M, INCLUINDO ACOSTAMENTO EM TODA A EXTENSÃO DO TRECHO, EM AMBOS OS SENTIDOS E, ÁREA, 10.553,00 DE CICLOVIA, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE DRENAGEM, TERRAPLUMAÇÃO, EMBALÇAMENTO VERTICAL E HORIZONTAL, OBRAS COMPLEMENTARES E CONDICIONANTES AMBIENTAIS.

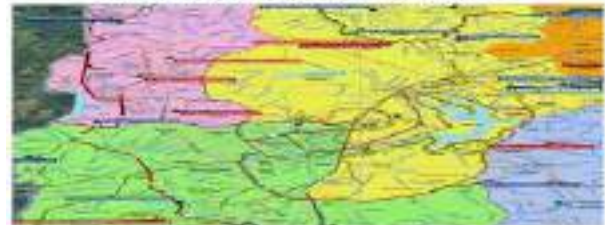
PROGRAMA DE TRABALHO: 26.782.6216.1574.0003

Nº DO CONTRATO: 034/2016

AVANÇO FÍSICO ACUMULADO DA OBRA NO 6º SEMESTRE DE 2016 → 20%



ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO DAS VIAS DE ACESSO ÀS ESCOLAS - LOTE I



DESCRIÇÃO DA OBRA: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS DE ACESSO ÀS ESCOLAS RURAIS "CAMINHO DAS ESCOLAS" VÁRIAS RODOVIAS DISTRITAIS E VICINAIS DO SRDF, INCLUINDO PROJETOS DE CICLOVIAS E OBRAS DE ARTE ESPECIAL - LOTE I

PROGRAMA DE TRABALHO: 26.782.6216.1568.0013

Nº DO CONTRATO: 028/2016

OBRAS E SERVIÇOS EXECUTADOS

OBRA/SERVIÇO	SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÃO
EPTG - Revitalização da sinalização horizontal das faixas de rolamento da pista expressa e marginais da rodovia (12,6 km)	Obra 100% executada	Administração Direta
Ampliação de faixa na EPIA e implantação de uma nova saída do Guará. (Agulhinha em frente à Churrascaria Potência do Sul)	Obra 100% executada	Administração Direta
Recapeamento asfáltico sobre a Barragem do Paranoá, incluindo a sinalização e a limpeza de dutos de água pluvial	Obra 100% executada	Administração Direta
Construção de calçada e abrigo de ônibus na L4 (em frente Pestalozzi)	Obra 100% executada	Administração Direta
Construção da rotatória de acesso ao CEASA (Via Marginal da EPIA)	Obra 100% executada	Administração Direta
Alargamento da rodovia DF-001 (Caminho para Brasília), no trecho compreendido entre a DF-095 (Estrutural) e a BR-080	Em execução	Administração Direta
Recapeamento das vias internas do Catetinho, incluindo as sinalizações horizontal e vertical	Obra 100% executada	Administração Direta
Pavimentação do Estacionamento da Feira Permanente de Sobradinho	Obra 100% executada	Administração Direta
Pavimentação da rodovia VC- 311, Sol Nascente (900 m)	Obra 100% executada	Administração Direta
Pavimentação da rua 10 Vicente Pires (600 metros de pavimentação)	Obra 100% executada	Administração Direta
Pavimentação Rua 05 de Vicente Pires (Pavimentação de 300 metros.)	Obra 100% executada	Administração Direta
Pavimentação Rua 03 de Vicente Pires (Pavimentação de 600 metros.)	Obra 100% executada	Administração Direta
Construção de estacionamento às margens da DF-005 (Em frente ao Colégio do Sol)	Obra 100% executada	Administração Direta
Implantação de acesso e estacionamento na Vila Cauhy, Núcleo Bandeirante	Obra 100% executada	Administração Direta
Implantação e Pavimentação do acesso do Paranoá Parque à rodovia DF-015	Obra 50% executada	Administração Direta

OBRA/SERVIÇO	SITUAÇÃO ATUAL	OBSERVAÇÃO
Implantação de pista de acesso às floriculturas - DF-025	Obra 100% executada	Administração Direta
Pavimentação de Acessos à DF-130 e à DF-230	Obra 100% executada	Administração Direta
Pavimentação do estacionamento da Regional de Ensino Sobradinho II	Obra 100% executada	Administração Direta
Pavimentação de 500m da via marginal da EPTG (em frente à churrascaria Buffalo Bio)	Obra 100% executada	Administração Direta
Retorno na BR-020 - Sobradinho - Atacadão Dia a Dia	Obra 100% executada	Administração Direta
Saída de Aguas Claras - Balão da Unieuro (A pavimentação de 600 metros da faixa e contou também com execução de 380 metros de ciclovia, além de 450 metros de calçada e meios.	Obra 100% executada	Administração Direta
Acesso ao BRT Parque Way - Floriculturas- EPIA (aberto retorno para ônibus de 500 metros)	Obra 100% executada	Administração Direta
Readequação de rotatórias na rodovia DF-087 (EPVL)	Obra 70% executada	Administração Direta
Implantação de rotatória da DF-065 (EPIP)	Obra 60% executada	Administração Direta
Reforma e manutenção de 56 (cinquenta e seis) passarelas de pedestres em todo DF	serviços 25% executados	Obra Contratada
EPTG - Construção de Ciclovia na DF - 085 (No trecho entre a DF-003 (EPIA) e a DF-001 (EPCT-PISTÃO SUL/NORTE) Serviços: 21 km de ciclovia	Obra 100% executada	Obra Contratada
Contenção do talude na DF-051 (EPGU), entre a DF-003 (EPIA) e o Guará II	Obra 100% executada	Obra Contratada
Implantação da 3ª pista entre o Torto e o Colorado (Ligação Torto/Colorado- LTC), no trecho entre o Balão do Colorado e o Taquari - Lote 01	Obra 93% executada	Obra Contratada
Implantação da 3ª pista entre o Torto e o Colorado (Ligação Torto/Colorado- LTC), no trecho entre o Taquari e o Balão do Torto - Lote 02	Obra 93% executada	Obra Contratada
Supervisão das obras de Implantação do LTC	Obra 93% executada	Obra Contratada
Implantação e remodelação do Trevo de Triagem Norte (TTN)	Obra 93% executada	Obra Contratada
Supervisão das obras de Implantação do TTN	Obra 93% executada	Obra Contratada
Construção de ciclovia e restauração do pavimento asfáltico da rodovia DF-087 (EPVL)	Obra 80% executada	Obra Contratada
Construção de Passarela sobre a BR-020, km 8, Setor Nova Colina, Sobradinho	Obra 100% executada	Obra Contratada
Construção de passarela no km 16 da BR-020, próximo à Associação dos Moradores do Condomínio Vivendas Nova Petrópolis	Obra 100% executada	Obra Contratada
Construção de passarela no km 4 da BR-020, próximo ao Condomínio Morada dos Nobres	Obra 95% executada	Obra Contratada
Baias de ônibus, calçamento e acessibilidade das Passarelas localizadas no km 8 e no km 10 da rodovia DF-095 (Estrutural)	Obra 100% executada	Obra Contratada
Rejuvenescimento do pavimento asfáltico (micro revestimento) na DF-002 (Eixão) e execução de pavimento rígido de concreto na faixa exclusiva do BRT na DF-047 (EPAR)	Obra 40% executada	Obra Contratada
Pavimentação rodovia DF-001, no trecho compreendido entre a DF-430 e a DF-220 (Rodeador/Morada dos Pássaros)	Obra 40% executada	Obra Contratada
Pavimentação da rodovia DF-285, entre o fim do trecho pavimentado e a DF-100	Obra 30% executada	Obra Contratada
Reconstrução do viaduto sobre a Galeria dos Estados	Obra 100% executada	Obra Contratada
Estacionamento da UnB (Campus Gama)	Obra 10% executada	Obra Contratada
Implantação de Ciclovia na DF- 483, entre Santa Maria e Gama	Obra 50% executada	Obra Contratada

2.1.2 - SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA

De acordo com o Sistema Rodoviário do Distrito Federal (DER/DF, 2018) a rodovia DF-075 (EPNB) e a DF-001 (EPCT) integram as rodovias administradas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF), sendo classificadas estas rodovias como rodovias radiais. O Estudo para o Eixo Sudoeste contempla a totalidade da rodovia DF-075 – (EPNB) e uma pequena porção da rodovia DF-001 (EPCT), referente ao segmento de ligação entre a BR-060 e a DF-075 (EPNB).

Assim a área de estudo tem os seguintes pontos de passagem:

- entroncamento BR-060 (Samambaia),
- entroncamento DF-075 (Riacho Fundo I),
- entroncamento DF-003 (Núcleo Bandeirante) e
- entroncamento DF-001 (Riacho Fundo II).

O Corredor Eixo Sudoeste a ser implantado atenderá as cidades de Recanto das Emas (I e II), Riacho Fundo I e II, Samambaia, Taguatinga, Núcleo Bandeirante e o Plano Piloto. Fisicamente, compõe-se de faixas exclusivas para o transporte coletivo, com estações e terminais ao longo de seu trajeto. Os veículos de transporte coletivo terão preferência sobre os demais, inclusive quanto aos ciclos semaforicos nos cruzamentos. Nos retornos e naquelas interseções onde o controle semaforico não se mostrou a solução mais adequada ao sistema, obras de artes especiais foram consideradas no projeto. Deverá ser operado considerando as hipóteses da utilização de linhas do Eixo Sul (Estação Candangolândia) ou linhas próprias para o destino ao Plano Piloto (Terminal Asa Sul – TAS) e devendo ser elaborado estudos e projetos que contemplem a conexão do Corredor Eixo Sudoeste junto ao Corredor Eixo Sul (DF-003 – EPIA).

A DF-075 (EPNB) inicia-se na DF-003 (EPIA - Estrada Parque Indústria e Abastecimento) e termina na DF-001 (EPCT), trecho em que a DF-001 - EPCT é chamada também de "Pistão Sul".

Após o pequeno trecho da DF-001 (EPCT) no viaduto de Taguatinga Sul, a rodovia conecta-se à BR-060, servindo de passagem também aos veículos de carga vindos de várias cidades do Estado de Goiás, o que de certa forma, acaba gerando mais conflitos com o tráfego local e os de passagem, sobretudo nos trechos que margeiam as áreas habitacionais ou com atividades econômicas, repercutindo na fluidez e na segurança de trânsito.

Estima-se a implantação de 01 (um) novo Terminal de Ônibus (Terminal de Furnas), conforme solicitação da Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB/DF) e 18 (dezoito) estações distribuídas ao longo deste CORREDOR. A extensão total do CORREDOR EIXO SUDOESTE, ao longo das rodovias distritais sob a circunscrição do DER/DF, será de aproximadamente 22,4 km, e abrangendo as DF-001 (EPCT) – 14,3 km, sendo 7,0 km de melhoria do sistema viário para operação de ônibus (sem exclusividade para o sistema de corredor de ônibus), na DF-001 (EPCT) – trecho: Av. Ponte Alta até DF-480/EPIP, envolvendo: restauração do pavimento, adequação de retornos e implantação de baias/abrigos de ônibus, incluindo o detalhamento do projeto executivo da interseção em desnível entre a DF-001 e a Av. Recanto das Emas (viaduto), e DF-075 (EPNB) – 8,1 km. Deverá ser prevista a execução do projeto executivo da substituição da Linha Aérea de Distribuição para Linha Subterrânea de Distribuição em 138 kV, do trecho entre as SE's Riacho Fundo e Núcleo Bandeirante, totalizando duas linhas paralelas de aproximadamente 3,1 km cada uma, devido à interferência com o projeto do Corredor Eixo Sudoeste, na rodovia DF-075 (EPNB).

O Corredor Eixo Sudoeste irá operar, basicamente, em faixa exclusiva adjacente ao canteiro central das vias com pista dupla, com baias de ultrapassagem junto às estações de transferência e em trânsito preferencial quando não houver a possibilidade de faixa exclusiva na via.

A área de abrangência do corredor do Eixo Sudoeste engloba as regiões administrativas do Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Samambaia, Taguatinga, ADE de Aguas Claras e Núcleo Bandeirante.



ações e projetos desenvolvidos

Comissão Executora do Contrato nº 43/2018 - Projeto Básico e Executivo do Corredor Eixo BRT Sudoeste	Empresa de Consultoria em Engenharia Para Análise e Adequações Nos Produtos oriundos do contrato nº 036/2013
Revisão e adequação do Projeto Executivo de Construção das Vias Marginais, Novas Faixas de Rolamento, Acostamentos na RODOVIA DF-047 (EPAR) - TERCHO 2 - DF-025 (EPDB) a DF-004 (EPNA)	DF-047 (EPAR) - Construção Das Vias Marginais, Novas Faixas de Rolamento, Acostamentos, Agulhas, Ciclovias e sinalização Vertical e Horizontal.
Gestão do Módulo SIDER-OAE - Modificação da Plataforma	Plataforma de cadastro das Obras de Artes Especiais do DER-DF
Orientação para elaboração do Projeto de reforma do Posto da PRF na BR-040 - Santa Maria	Projetos de Reforma do 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal - Local: Km 0 da BR-040
Elaboração do Projeto, quantitativos, Termo de Referência para Implantação de Ciclovias na DF-459 na ligação Ceilândia / Samambaia	Projeto de Ciclovias na DF-459 - Construção de Ciclovias e Calçada na Rodovia Distrital.
Elaboração do Projeto, quantitativos e Termo de Referência para acessibilidade, baias de ônibus e urbanização das passarelas 6 e 7 da DF-095 (EPCL) Estrutural	DF-095 (Via Estrutural) - Calçamento e Acessibilidade Das Passarelas 6 e 7, km 8 ao 10.
Relatórios de Inspeção/Recuperação de OAE's	Ponte Sobre o Córrego de Vicente Pires; Ponte sobre o Córrego do Guará; Ponte sobre a Rede Ferrovia DF-075 ; Viaduto do Balão do Aeroporto; Trincheira DF-025
Elaboração de Projeto e quantitativo para implantação de ciclovias, barreira de concreto e passagem de fauna na DF-001	Passagem de fauna, barreira de concreto, ciclovias e aplicação de Lama Asfáltica no trecho desde a DF-095 (EPCL) até a BR-080 (TEXAS).
Projetos Estruturas	Quiosques
Revisão dos quantitativos e elaboração do Termo de Referência para Implantação da Ciclovias na DF-483	Implantação de Infraestrutura da Ciclovias na DF-483, entre Santa Maria e o Gama, para Emendas Parlamentares - SISCONEP
Levantamento de quantitativos de restauração de pavimento da DF-95	Planilha de quantitativos
Elaboração de Termo de Referência de sondagens em várias localidades do DF	Diversas localidades

Termo de Referência - OAE's (em andamento)	Ponte Sobre o Córrego de Vicente Pires; Ponte sobre o Córrego do Guará; Ponte sobre a Rede Ferrovia DF-075; Termo Referência PRF-BR040; Termo Referência Galpões; Termo Referência Sondagens OAEs.
Elaboração de Projetos, quantitativos e Termo de Referência para pavimentação da rodovia VC-441	Trecho entre a DF-285 e o Núcleo Rural Lamarão - Pavimentação da Rodovia VC-441 - (Paranoá)
Elaboração de Projeto Básico, quantitativos, e Termo de Referência para ponte	Projeto Básico de Ponte sobre o Córrego Vicente Pires, na DF-095
Elaboração de Projeto Básico, quantitativos de Túnel N.A.T.M	Projeto Básico de tunel na DF-290
Elaboração de Termo de Referência	Elaboração de termo de referencia de inspeção, elaboração de Relatório de projeto de recuperação Estrutural das Pontes antigas na DF-003, sobre o córrego Riacho Fundo.
Elaboração de Termo de Referência e Canteiro de Obras.	Elaboração de termo de referencia da passarela Nova Colina 2, na BR-020.
Inspeções OAE - 59 - Ponte sobre Córrego do Ouro	201EVC0010 - ENTR. DF-205(A) - entr. DF-205(B)
Inspeções OAE - 94 - Ponte 1D sobre Córrego Riacho Fundo	003EDF0190 - ENTR. DF-075 (EPNB) - ENTR. DF-025 (EPDB)
Inspeções OAE - 312 - Ponte 1E sobre Córrego Riacho Fundo	003EDF0190 - ENTR. DF-075 (EPNB) - ENTR. DF-025 (EPDB)
Inspeções OAE - 647 - Ponte sobre o Córrego do Rodeador na DF-445	445EDF0010 - ENTR. BR-080/BR-251/DF-180/DF-240 - ENTR. DF-435
Inspeções OAE - 646 - Ponte sobre o Rio Descoberto na VC-533	533EVC0010 - ENTR. BR-080/BR-251 - DIVISA DF/GO
Inspeções OAE - 347 - Viaduto 1 - SPS (Próxima a DF-003 e ao Cruzeiro)	011EDF0030 - ACESSO AO SETOR POLICIAL SUL - ENTRADA DO PARQUE DA CIDADE-SUDOESTE
Inspeções OAE - 649 - Viaduto 2 - SPS (Próxima a DF-003 e ao Cruzeiro)	011EDF0030 - ACESSO AO SETOR POLICIAL SUL - ENTRADA DO PARQUE DA CIDADE-SUDOESTE
Inspeções OAE - 645 - Ponte sobre o Rio Alagado na DF-290	290EDF0090 - ACESSO AO GAMA - ENTR. AV. ALAGADO (SANTA MARIA)
Inspeções OAE - 650 - Viaduto na DF003 - OAE 1A LTC	003EDF0010 - ENTR. BR-010/020/030/DF-001/DF-150 (PARQUE ROD. DER-DF) - ENTR. DF-007(EPTT) (GRANJA DO TORTO)
Inspeções OAE - 101 - Ponte 1 sobre Córrego do Guará	003EDF0170 - ENTR. DF-051 (EPGU) - ENTR. DF-075 (EPNB)
Inspeções OAE - 102 - Ponte 2 sobre Córrego do Guará	003EDF0170 - ENTR. DF-051 (EPGU) - ENTR. DF-075 (EPNB)
Inspeções OAE - 153 - Ponte 1 sobre Córrego Vicente Pires	075EDF0010 - ENTR. DF-003 (EPIA) - ACESSO AO NÚCLEO BANDEIRANTE
Inspeções OAE - 154 - Ponte 2 sobre Córrego Vicente Pires	075EDF0010 - ENTR. DF-003 (EPIA) - ACESSO AO NÚCLEO BANDEIRANTE
Inspeções OAE - 657 - Viaduto no retorno sobre a br-040 no sentido a São Sebastião, prox. a PRF	040BDF0010 - ENTR. BR-050 (A)/251/DF-001(EPCT)/DF-003(EPIA) BRASÍLIA - ACESSO A SANTA MARIA
Inspeções OAE - 654 - Ponte 3 sobre o Rio Guará	003EDF0170 - ENTR. DF-051 (EPGU) - ENTR. DF-075 (EPNB)
Inspeções OAE - 659 - Ponte do Bragueto	007EDF0030 - ENTR. DF-009 (EPPN) - ENTR. DF-002 (PONTE DO BRAGHETTO)
Inspeções OAE - 659 - Ponte do Bragueto	007EDF0030 - ENTR. DF-009 (EPPN) - ENTR. DF-002 (PONTE DO BRAGHETTO)
Inspeções OAE - 293 - Passarela na BR-040 (EPIA) Estação Santos Dumont	040BDF0010 - ENTR. BR-050 (A)/251/DF-001(EPCT)/DF-003(EPIA) BRASÍLIA - ACESSO A SANTA MARIA
Inspeções OAE - 655 - Viaduto do BRT Santa Maria	040BDF0010 - Entr. BR-050 (A)/251/DF-001(EPCT)/DF-003(EPIA) Brasília - Acesso `a à Santa Maria.
Inspeções OAE - 651 - Ponte sobre Ribeirão Torto na DF-003 - OAE 02 LTC	003EDF0010 - ENTR. BR-010/020/030/DF-001/DF-150 (PARQUE ROD. DER-DF) - ENTR. DF-007(EPTT) (GRANJA DO TORTO)
Inspeções OAE - 652 - Viaduto 1 na DF003 - OAE 03 LTC	003EDF0010 - ENTR. BR-010/020/030/DF-001/DF-150 (PARQUE ROD. DER-DF) - ENTR. DF-007(EPTT) (GRANJA DO TORTO)
Inspeções OAE - 653 - Viaduto 2 na DF003 - OAE 04 LTC	003EDF0010 - ENTR. BR-010/020/030/DF-001/DF-150 (PARQUE ROD. DER-DF) - ENTR. DF-007(EPTT) (GRANJA DO TORTO)
Inspeções OAE - 176 - Viaduto 1 na BR040 entrada Santa Maria	040BDF0012 - ACESSO A SANTA MARIA - ENTR. VC - 371
Inspeções OAE - 177 - Viaduto 2 na BR040 entrada de Santa Maria	040BDF0012 - ACESSO A SANTA MARIA - ENTR. VC - 371

Inspeções OAE - 178 - Viaduto 2 na BR040 saída Santa Maria	040BDF0012 - ACESSO A SANTA MARIA - ENTR. VC - 371
Inspeções OAE - 179 - Viaduto 2 na BR040 saída Santa Maria	040BDF0012 - ACESSO A SANTA MARIA - ENTR. VC - 371
Inspeções OAE - 656 - Viaduto Aeroporto BRT SUL	003EDF0190 - ENTR. DF-075 (EPNB) - ENTR. DF-025 (EPDB)
Inspeções OAE - 661 - Viaduto 1 sentido a Riacho Fundo na DF-075	075EDF0030 - ACESSO AO NÚCLEO BANDEIRANTE - ENTR. DF-079 (EPVP)
Inspeções OAE - 662 - Viaduto 2 sentido a Núcleo Bandeirante na DF-075	075EDF0030 - ACESSO AO NÚCLEO BANDEIRANTE - ENTR. DF-079 (EPVP)
Inspeções OAE - 663 - Viaduto balão do aeroporto DF-025	025EDF0010 - ENTR. DF-003 (EPIA) - ENTR. DF-047 (EPAR)

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE

Levantamentos Florísticos	5
Plano de orientação dos procedimentos de extração de material terroso	1
Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD	3



2.1.3 - SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES

DIRETORIA DE FAIXA DE DOMÍNIO

Arrecadação com ocupações em Faixa de Domínio do DER/DF no ano de 2019

JANEIRO	660.446,00
FEVEREIRO	519.703,15
MARÇO	564.204,38
ABRIL	654.658,06
MAIO	710.027,61
JUNHO	610.264,39
JULHO	719.371,28
AGOSTO	694.738,99
SETEMBRO	720.457,52
OUTUBRO	662.808,07
NOVEMBRO	722.677,88
DEZEMBRO	770.558,54
TOTAL GERAL DA ARRECADAÇÃO NO ANO DE 2019	8.009.915,87



2.1.4 - SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

RELATÓRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Os valores utilizados na análise das despesas incluem a execução relativa à descentralizações de crédito de outras Unidades Orçamentárias.

Fonte: Sistema de Gestão Governamental (SIGGo) - 2019

DO ORÇAMENTO INICIAL E FINAL

O Orçamento para o exercício de 2019 do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 6.254, de 09.01.2019 (LOA/2019), fixou a dotação inicial para a despesa em R\$ 395.111.741,00, distribuídas nas seguintes Fontes de Recursos:

DOTAÇÃO INICIAL - POR FONTE DE RECURSO

ORIGEM DA FONTE	CÓDIGO DA FONTE	DOTAÇÃO INICIAL	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
REPASSE GDF	100	217.941.410,00	55,16
OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA	135	78.958.180,00	19,98
ARRECADAÇÃO DE PRÓPRIOS	220	7.126.147,00	1,80
CONVÊNIOS ORGÃO DO GDF	231	391.143,00	0,10
CONVÊNIOS ORGÃO NÃO INTEGRANTES DO GDF	232	813.109,00	0,21
ARRECADAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO	237	62.909.574,00	15,92
CONTRIBUIÇÃO DE DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE - UNIÃO	248	26.972.178,00	6,83
SOMA		395.111.741,00	100

Observa-se que, inicialmente, 55,16% do Orçamento estavam associados a repasses diretos do Governo do Distrito Federal (Fonte 100) e 19,98% a ingressos de recursos a serem obtidos mediante operações de crédito internas (Fonte 135 – Contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, Caixa Econômica Federal – CEF e Banco do Brasil, etc..). Havia também a expectativa de obtenção de recursos junto ao governo federal (Fonte 232) para financiamento de obras rodoviárias, representando 0,21% do orçamento inicial aprovado para o ano de 2019. Em termos de receitas próprias (Fontes 220 e 237) foi fixada uma despesa inicial de R\$ 70.035.721,00, o que proporcionou uma participação percentual de 17,72% do total fixado para o orçamento do DER/DF.

O DER/DF é uma autarquia do Governo do Distrito Federal e, por si só, essa condição reflete a sua autonomia relativa no que diz respeito à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, fato que justifica, em parte, a dependência de repasses para custear as despesas com pessoal/encargos e a manutenção administrativa e operacional. O salário dos servidores é 100% custeado com repasses diretos do GDF (Fonte 100), inclusive o custeio vinculado à folha de pagamento representado pelos diversos auxílios concedidos, tais como: auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-saúde, etc. Também o custeio administrativo (manutenção da máquina) é quase que na sua totalidade dependente de recursos oriundos do Governo Central. A arrecadação da Fonte 237 (multa de trânsito) tem vinculação exclusiva

com atividades de trânsito (sinalização, fiscalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, educação e policiamento), na forma determinada pelo Código de Trânsito Brasileiro.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a participação percentual de repasses do GDF (Fonte 100) em relação ao orçamento inicialmente aprovado para os anos de 2017 a 2019 para atender às despesas do órgão, tanto de pessoal/encargos quanto de investimento e de custeio.



Essa configuração inicial do orçamento do DER-DF sofreu, no entanto, modificações ao longo de 2019, em função de diversas alterações e adequações necessárias à operacionalização do órgão bem como para atender à programação governamental em termos de investimentos relativos às intervenções na malha viária do Distrito Federal. Em resumo, tais modificações foram oriundas de: (1) incorporação ao orçamento do exercício de superávit financeiro (saldo financeiro existente em 31/12/2018 menos os restos a pagar inscritos) representado pelas fontes 321, 335, 437 e 448; (2) incorporação de recursos vinculados a instituições financeiras federais (representado pela Fonte 135, cuja destinação é a execução de obras rodoviárias); (3) incorporação de excesso de arrecadação da Fonte 237 (diferença entre a previsão inicial da receita e a estimativa de arrecadação até o encerramento do exercício); (4) incorporação de recursos da CIDE (Fonte 248) e (5) diminuição e/ou aumento de dotação (na maioria das vezes, os cancelamentos de dotação do DER-DF destinaram-se a suplementações orçamentárias em outras unidades do GDF).

As modificações orçamentárias ocorridas durante o ano de 2019 estão consolidadas no Relatório de Créditos Adicionais do SIGGo.

DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA

ORIGEM DA FONTE	FONTE DETALHADA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO INICIAL PERCENTUAL (%)	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA AUTORIZADA (%)
REPASSES DO GDF	100	217.941.410,00	55,16	198.932.575,94	35,48
OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA	135	78.958.180,00	19,98	94.412.180,00	16,84
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	217	0,00	0,00	1.122.740,00	0,20
ARRECADADAÇÃO DE PRÓPRIOS (FAIXAS DE DOMÍNIO E OUTRAS	220	7.126.147,00	1,80	8.157.990,00	1,45
CONVÊNIO COM ORGÃOS DO GDF	231	391.143,00	0,10	4.591.143,00	0,82
CONVÊNIO COM OUTROS ORGÃOS (NÃO INTEGRANTES DO GDF)	232	813.109,00	0,21	1.513.109,00	0,27
ARRECADADAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO	237	62.909.574,00	15,92	98.682.752,00	17,60
COTA PARTE - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	248	26.972.178,00	6,83	26.972.178,00	4,81
SUPERÁVIT - APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS	321	0,00	0,00	9.301.891,00	1,66
SUPERÁVIT - OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA	335	0,00	0,00	27.191.431,00	4,85
SUPERÁVIT - ARRECADADAÇÃO DE PRÓPRIOS (FAIXA DE DOMÍNIO E OUTRAS)	420	0,00	0,00	240.707,00	0,04
SUPERÁVIT - ARRECADADAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO	437	0,00	0,00	20.668.964,00	3,69

ORIGEM DA FONTE	FONTE DETALHADA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO INICIAL PERCENTUAL (%)	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA AUTORIZADA (%)
SUPERÁVIT COTA PARTE - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	448	0,00	0,00	33.843.331,00	6,04
CONVÊNIOS COM A UNIÃO - EMENDAS INDIVIDUAIS - EPI	732	0,00	0,00	35.114.664,00	6,26
SOMA		395.111.741,00	100,00	560.745.655,94	100,00

A Despesa Autorizada = Dotação Autorizada - Crédito Indisponível (bloqueado/contingenciado)

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS/REPASSES

Para financiar sua operacionalização, tanto administrativa quanto finalística, o DER-DF conta com repasses do Governo Distrital, de contratos de financiamentos com instituições financeiras e de fomento, de convênios com órgãos pertencentes ou não à estrutura administrativa do GDF e também com recursos próprios.

O DER/DF possui arrecadação de recursos próprios em duas fontes distintas, quais sejam:

Fontes 220 e 237.

A arrecadação na Fonte 220 está vinculada às seguintes principais receitas: receita de taxas pela ocupação de espaço público nas rodovias sob a jurisdição do DER/DF (quiosques, engenhos publicitários, etc); receita de taxa de ocupações de imóveis; receita de venda de editais, receita pelos serviços de fotocópias; restituições por danos ao patrimônio público; devoluções por recebimentos indevidos, etc.

A Fonte 237 registra a arrecadação relativa às infrações de trânsito aplicadas por Agentes de Trânsito do DER-DF, por Policiais Militares do Batalhão de Polícia Rodoviária que atuam nas rodovias do Distrito Federal (convênio mantido com a PMDF) e as resultantes do monitoramento eletrônico de velocidade (pardais, barreiras, etc). A aplicação da arrecadação nessa fonte de recursos tem vinculação específica às atividades de trânsito, conforme legislação específica que regulamenta a matéria (vide art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro e Resolução no 638/CONTRAN, de 30/11/2016).

O Gráfico 2 e a Tabela 3, a seguir, apresentam a execução das receitas próprias do DERDF no ano de 2019 (Fonte 220 e 237), por tipo de receita e fonte, respectivamente.

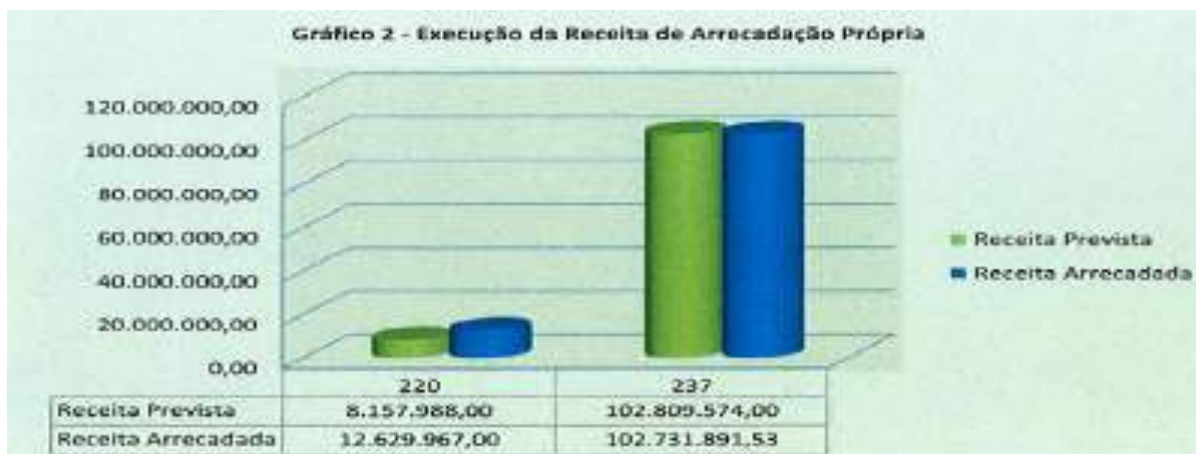


TABELA 3 - RECEITA ARRECADADA - PRÓPRIOS - POR TIPO E FONTE - 2019

TIPO DE RECEITA	FONTE	ARRECADADO COMPETÊNCIA 2019	PERCENTUAL
MULTA DE TRÂNSITO	237	102.731.891,53	88,19
DIREITO CONCESSÃO REAL USO	220	8.210.331,96	7,05
TAXA OCUPAÇÃO IMÓVEIS	220	138.410,30	0,12
INDENIZAÇÕES DANOS PATRIMONIAIS	220	30.570,80	0,03
RESTITUIÇÕES - (CONVÊNIO COM A PMDF)	220	3.332.444,04	2,86

TIPO DE RECEITA	FONTE	ARRECADADO COMPETÊNCIA 2019	PERCENTUAL
OUTRAS RESTITUIÇÕES	220	916.297,34	0,79
OUTRAS RECEITAS	220	1.913,20	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	217	1.122.740,00	0,96
SOMA		116.484.599,17	100

Do total de arrecadação de receitas próprias (Fontes 220 e 237) do exercício de 2019, a arrecadação de multas de trânsito (Fonte 237) representou 88,19%, sendo, portanto, a principal fonte de financiamento desse segmento para consecução das atividades de sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, fiscalização, educação e segurança do trânsito nas rodovias do Distrito Federal. Destaca-se, novamente, o fato de que a arrecadação dessa fonte de recursos só pode ser aplicada de acordo com a destinação definida no art.320 do Código de Trânsito Brasileiro e na Resolução no 638/CONTRAN, de 30/11/2016. Significa dizer que despesas não vinculadas às atividades de trânsito não podem ser financiadas por essa arrecadação.

A evolução da arrecadação da Fonte 237 de 2017 a 2019 está demonstrada no gráfico 3 a seguir:



DETALHAMENTO DOS VALORES ARRECADADOS NA FONTE 237

	COMPETÊNCIA 2017	COMPETÊNCIA 2018	COMPETÊNCIA 2019
Arrecadado pelo DER/DF	96.826.888	56.190.657	66.711.600
Arrecadado pelo Detran, mas que pertence ao DER/DF - repassado ao DER/DF em 2019 pela plataforma RENAINF	6.242.293	38.171.203	36.020.291
SOMA	103.069.181	94.361.860	102.731.891

Obs: na Fonte 237 o valor que consta do SIGGo em Receita Arrecadada é de R\$ 147.145.388,37, a diferença para o valor acima demonstrado, de R\$ 44.413.496,84, refere-se a repasses do Detran referente ao RENAINF de 2017 e 2018 (2017 = R\$ 6.242.293,73 e 2018 = R\$ 38.171.203,11).

O comportamento da receita vinculada à Fonte 220 (Taxa ocupação de espaço público, cópias, taxa de ocupação de imóveis, venda de editais e ressarcimentos, entre outras) é o que se apresenta no Gráfico 4, a seguir:



A maior contribuição de arrecadação na Fonte 220 vem da receita denominada "Direito pela Concessão Real de Uso" (taxas referentes aos espaços públicos utilizados em Faixas de Domínio das rodovias sob jurisdição do DER-DF, tais como: quiosques, engenhos publicitários, outdoors, etc). Em 2019 essa receita representou 88,31% do total arrecadado nessa Fonte.

Os recursos originados dessa Fonte são aplicados, em sua maior parte, no custeio da Autarquia (operacional e administrativo) e em alguns investimentos (tais como aquisição de veículos, material permanente, etc). No ano de 2019 também houve aplicação dessa Fonte de Recursos no pagamento de despesas de pessoal (trabalho voluntário dos agentes de trânsito).

Com relação aos repasses de recursos do GDF, em 2019, houve um aporte, na Fonte 100, no valor total de R\$ 192.512.550,71, contra R\$ 166.412.958,41 em 2018. Esse repasse foi destinado a atender despesas de folha de pagamento (inclui ativos, aposentados e pensionistas), no valor de R\$ 131.650.716,22; custeio administrativo e operacional (inclui os auxílios vinculados à folha de pagamento) que não pode ser atendido pela Fonte 237, no valor de R\$ 53.249.163,97; e investimentos (obras rodoviárias), no valor de R\$ 7.612.670,52.

Do repasse para custeio administrativo e operacional, no valor de R\$ 53.249.163,97, o montante de R\$ 24.179.001,50 foi destinado para custear os auxílios vinculados à folha de pagamento (são tratados orçamentariamente como despesas de custeio e não de pessoal), sendo eles: auxílio natalidade e creche, auxílio alimentação; auxílio saúde e auxílio transporte. O restante, no valor de R\$ 29.070.162,47, foi repassado para atender ao custeio administrativo e operacional propriamente dito, tais como: despesas administrativas diversas, manutenção da frota de veículos e máquinas, parte das despesas com terceirização de vigilância e limpeza/conservação predial, parte das despesas com manutenção das rodovias (aquisição de massa asfáltica, limpeza de faixas de domínio, aquisição de diversos materiais), dentre outras.

Conforme demonstrado na Tabela 4A, também houve repasse referente às Fontes de Contratos de Financiamentos e Convênios (Fontes 135,231 e 232), bem como da área federal (CIDE - Fonte 248), destinado a atender diversas obras rodoviárias.

ANO	PESSOAL	CUSTEIO	INVESTIMENTO
2019	131.650.716,22	53.249.163,97	7.612.670,52
Total: 192.512.550,71			
ANO	PESSOAL	CUSTEIO	INVESTIMENTO
2018	120.158.740,88	45.561.471,39	692.746,14
Total: 166.412.958,41			
ANO	PESSOAL	CUSTEIO	INVESTIMENTO
2017	118.105.986,45	44.038.932,62	1.381.346,69
Total: 163.526.265,76			

2.1.5 - SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

A Diretoria de Fiscalização de Trânsito (DIFIS), além de cumprir com suas atribuições previstas no regimento interno, auxilia e dá suporte as suas unidades vinculadas, quais sejam: GAAET, GEIPE, GECOP e NUADP. Podemos destacar algumas ações desenvolvidas em conjunto com as unidades vinculadas: GEIPE: Em 07/08/2019, foi inaugurado o Posto Avançado de Atendimento ao Público no 3º Distrito Rodoviário. Com a abertura desse posto, os moradores da região sul não precisam se deslocar até o edifício Sede para tratar de assuntos relacionados à infração de trânsito, todos os serviços também são realizados no local. O número de atendimentos nesse posto vem aumentando a cada mês e, conseqüentemente, a redução de atendimentos no setor de multas do edifício Sede.

GECOP: Em janeiro/2019, a GECOP passou a utilizar a nova estrutura administrativa, saiu do Palácio dos Arcos para o prédio novo, construído exclusivamente para abrigar toda estrutura administrativa da área de fiscalização de trânsito. Foram realizadas diversas melhorias na edificação e mobiliários, assim como pequenas aquisições para melhor abrigar os servidores: Iluminação externa, balcão/armário da copa, identificação visual das salas e instalação de molas, películas nas janelas e portas, instalação de espelhos, porta sabonete líquido, porta papel toalha, ar condicionado, fogão, capachos, colchões e capas. Capacitação do servidor: Curso de capacitação para 35 agentes na PRF; Curso de perícia em acidente de trânsito para 2 agentes na PRF; Curso de Batedor para um agente de trânsito, Curso de técnicas operacionais de direção on e off road na PF para 9 agentes; Curso de atualização e capacitação para os 168 agentes de trânsito; Treinamento do Sistema PCNET para 36 agentes;



A Diretoria de Fiscalização – DIFIS faz gestão de alguns contratos no âmbito do DER/DF:

- Sistema Radar;
- Termo de Cooperação com a Polícia Civil do Distrito Federal;
- Sistema de Notificação Eletrônica – SNE;
- Convênio com o Detran.



Algumas normatizações administrativas foram desenvolvidas para melhor organização interna:

- Desfazimento de local de acidente de trânsito – Suspensa;
- Não recolhimento de CNH e CLRV;
- Advocacia administrativa;
- Talão manual;
- Escala 24 x 72.

Materiais de sinalização adquiridos:

- Cones;
- Perfurador de pneu;
- Supor cone;
- Barreira horizontal;
- Placa portátil.

Operações de relevante impacto para os condutores com operações de inversão de pista/faixa:

- Implantação da Faixa Reversa da EPTG;
- Implantação da Pista Reversa da EPIA NORTE;
- Implantação da Faixa Reversa DF-250.

ANÁLISE DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO

AUTORIZAÇÕES PARA CIRCULAÇÃO DE CARGA:

AET – Autorização Especial de trânsito para Conjunto Veicular de Carga – 253 autorizações.

AUTORIZAÇÕES PARA EVENTOS:

- AET – Autorização Especial de Trânsito para eventos desportivos – 33 autorizações;
- AET – Autorização Especial de Trânsito para eventos não desportivos – 12 autorizações;
- AET – Autorização Especial de Trânsito para eventos religiosos - não Desportivos – 3 autorizações;.

Total Geral de Autorizações Especiais de Trânsito: 301

GERÊNCIA DE INFRAÇÕES E PENALIDADES

Processos gerados no ano de 2019

DESCRIÇÃO	TOTAL
Cumprimento de Ação judicial	4
Alcolemia - Art. 165 e 165-A	8.867
Auto de Infração: Cancelamento	21
Auto de Infração: Clonagem	8
Auto de Infração: Defesa de Autuação de Trânsito	5.046
Auto de Infração: Furto/Roubo	6
Auto de Infração: Identificação do Condutor	550
Auto de Infração: Leilão/Perdimento	48
Auto de Infração: Recurso Administrativo de Trânsito	2.116
Auto de Infração: Requerimento de Advertência	379
Auto de Infração: Ressarcimento	194
TOTAL GERAL	17.239

CONTROLE OPERACIONAL

Em maio de 2011 foi lançada, pela ONU, a Década de Ação pela Segurança no trânsito (2011-2020) momento no qual governos de todo o mundo se comprometeram a tomar as medidas necessárias para a redução do número de acidentes de trânsito, que vitimizam anualmente 1,35 milhões de pessoas no mundo. A redução desejada seria de 50%.

Desde então várias medidas foram tomadas objetivando a redução de mortes e a segurança no trânsito. Uma delas foi a criação do movimento internacional Maio Amarelo, criado em 2014, que busca a conscientização para a redução de acidentes de trânsito. "O trânsito deve ser seguro para todos em qualquer situação".

O Departamento de Estradas de Rodagem - DER/DF sendo uma autarquia rodoviária, de trânsito, e mobilidade e tendo em seus quadros Agentes de Trânsito Rodoviário aderiu ao movimento e tem apresentado nos últimos anos números expressivos quanto à fiscalização, realizando operações que buscam em especial a manutenção da segurança viária e a prevenção de acidentes.

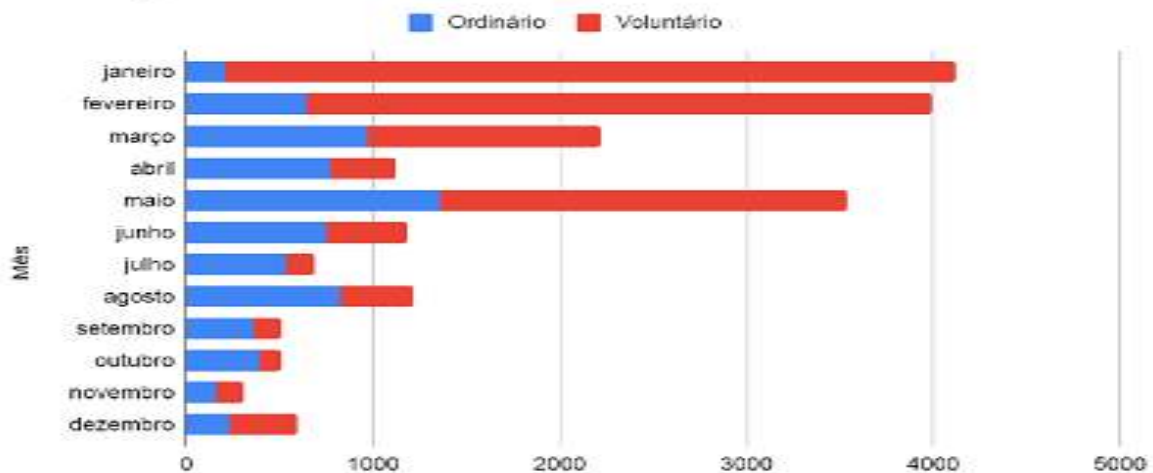
Nos anos anteriores, o Governo do Distrito Federal apresentou números que demonstram a redução do número de mortes no estado. Em 2019, em dados preliminares, no primeiro semestre constatou-se uma redução de 14% comparado ao mesmo período no ano de 2018. Boa parte dessa redução deve-se a presença de uma fiscalização mais eficiente nas rodovias com abordagens e operações direcionadas à prevenção de acidentes, tal como a Operação Álcool Zero e demais fiscalizações temáticas.

Devido ao baixo efetivo e à necessidade de redução de acidentes e de mortes, em 2019 o DETRAN e o DER/DF, mediante lei aprovada na CLDF, iniciaram o serviço gratificado voluntário (SGV).

As tabelas e gráficos abaixo buscam contextualizar as operações e a importância da manutenção e expansão do SGV.

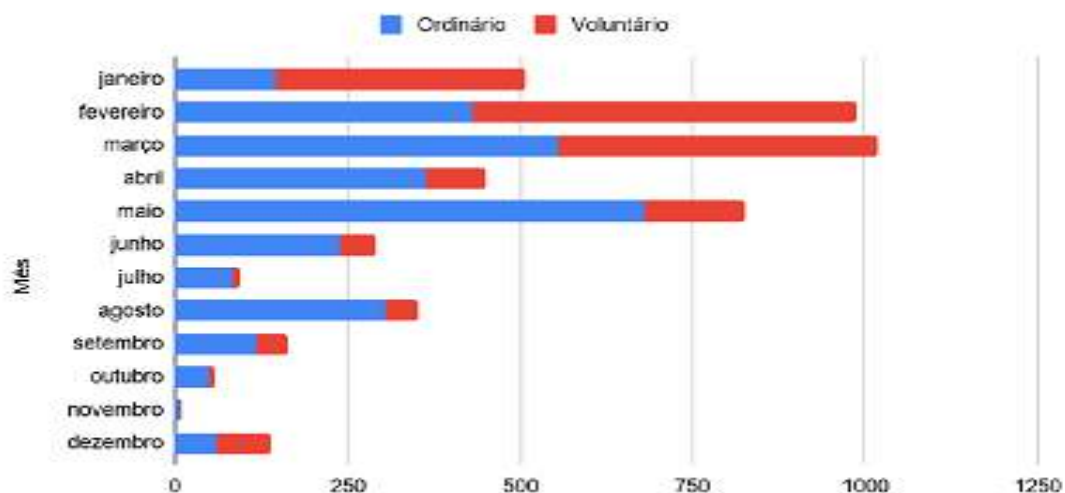
MÊS	ORDINÁRIO	VOLUNTÁRIO
JANEIRO	216	3.904
FEVEREIRO	646	3.342
MARÇO	971	1.244
ABRIL	773	348
MAIO	1.361	2.178
JUNHO	747	438
JULHO	544	144
AGOSTO	827	393
SETEMBRO	416	149
OUTUBRO	469	110
NOVEMBRO	53	129
DEZEMBRO	230	361

Abordagens Ordinário x Voluntário



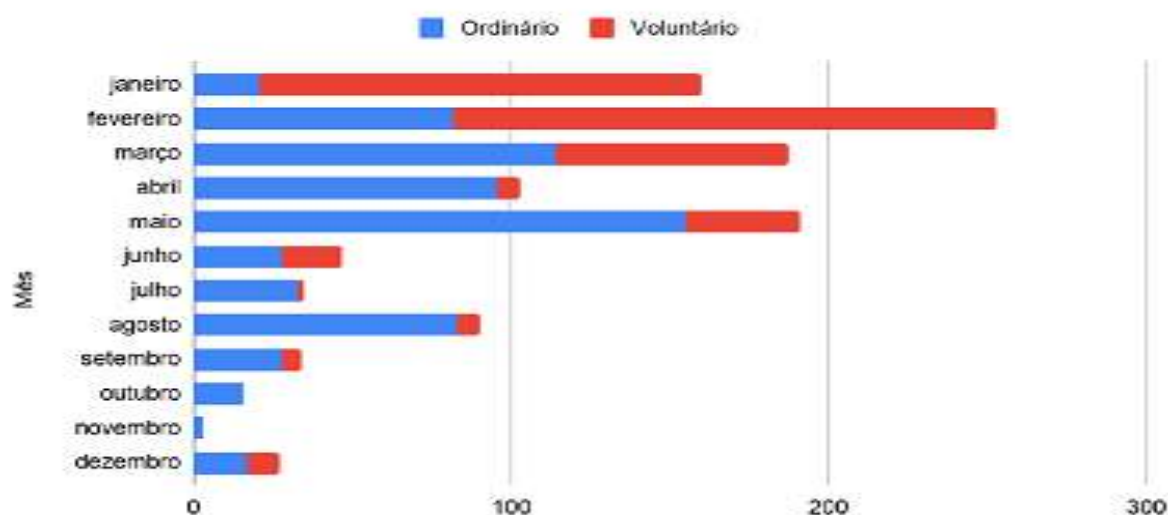
A tabela e gráfico acima apresenta números comparativos de abordagens entre o serviço ordinário e o serviço voluntário. A discrepância nos números pode impressionar, porém justifica-se pelo baixo efetivo e a necessidade de prestação de alguns serviços emergenciais tal como fluidez e apoio a obras esses fatores reduzem a quantidade de Agentes de Trânsito fazendo uma das suas atribuições primárias, Fiscalização.

Testes de etilômetro



Outra comparação importante é a realização de testes de etilômetro nos serviços ordinário e voluntário, como o baixo efetivo não permite operações de fiscalização com tanta frequência durante o serviço ordinário os testes de etilômetro são mais direcionados, sendo realizados, em geral, em condutores que apresentam claros sinais de embriaguez ao volante, tal como dirigir em zigue-zague e ameaçando os demais condutores. No serviço voluntário são realizadas operações onde veículos são abordados aleatoriamente e solicitado que seus condutores realizem os testes de etilômetro independente da apresentação de sinais de embriaguez.

Infrações por embriaguez



EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, busca em suas múltiplas funções e atividades, propiciar à sociedade um trânsito mais seguro e com maior fluidez. Com a Escola Vivencial de Trânsito – Transitolândia, ao longo dos anos tem conseguido resultados significantes. No entanto frente ao contínuo crescimento da relação veículos/pedestres/ciclistas no DF e entorno, vê-se obrigado a vencer desafios cada vez mais complexos e que exigem ações mais eficazes e ágeis.

Ressalta-se que são elevados os números de crianças e jovens vítimas em acidentes de trânsito, tendo como fator determinante desconhecimento de regras de conduta enquanto usuários da via e também ao baixo índice de comprometimento em relação ao trânsito seguro.

Nesse contexto é que se tornam oportunos o incremento de campanhas educativas e a implementação de ações que resultem no fortalecimento de uma consciência cidadã, com mudanças de atitudes e conscientização, que venham a minimizar significativamente os alarmantes índices de acidentes de trânsito no DF e entorno, índices esses que seriam maiores, sem o trabalho e comprometimento do DER-DF.

ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO - TRANSITOLÂNDIA

O desenvolvimento das atividades da Transitolândia em 2019 poderá ser observado nos quadros a seguir gerados pela Gerência de Campanhas Educativas - GECED e pela Gerência da Escola Vivencial de Trânsito - GETRA.





QUANTIDADE DE PESSOAS E ESCOLAS ATENDIDAS NA TRANSITOLÂNDIA

MÊS	QUANTIDADE DE VISITAS	QUANTIDADES DE ALUNOS	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS
JANEIRO	-	-	-
FEVEREIRO	1	120	6
MARÇO	10	997	68
ABRIL	16	1.387	120
MAIO	-	-	-
JUNHO	23	2.212	237
JULHO	-	-	-
AGOSTO	24	2.435	227
SETEMBRO	16	1.535	161
OUTUBRO	17	1.795	145
NOVEMBRO	18	1.895	165
DEZEMBRO	5	293	29
TOTAL	130	12.669	1.158
TOTAL GERAL - 13.827 pessoas atendidas na Transitólândia			

CAMPANHAS EDUCATIVAS / NÚMERO DE PESSOAS ATINGIDAS

MÊS	PEDESTRE	MOTORISTA	CICLISTA	MOTOCICLISTAS
JANEIRO	0	0	1.000	0
FEVEREIRO	7.500	2.806	200	0
MARÇO	11.100	1.824	1.050	50
ABRIL	4.052	1.618	253	17
MAIO	26.051	8.280	3.200	2.569
JUNHO	2.759	730	300	0
JULHO	14.020	0	0	6.750
AGOSTO	3.500	0	0	0
SETEMBRO	1.850	0	700	0
OUTUBRO	8.900	500	0	0
NOVEMBRO	1.000	196	0	0
DEZEMBRO	0	100	500	0
TOTAL	80.732	16.054	7.203	9.386
TOTAL GERAL - 113.375 pessoas atingidas pelas campanhas educativas				

QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS - PALESTRAS

MÊS	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES	PEDESTRES	CICLISTAS	MOTOCICLISTA	MOTORISTAS
JANEIRO	0	0	0	0	0
FEVEREIRO	0	0	0	0	0
MARÇO	0	0	0	0	0
ABRIL	5	613	0	0	6
MAIO	10	2.424	340	0	200
JUNHO	1	60	0	0	0
JULHO	1	50	0	0	0
AGOSTO	0	0	0	0	0
SETEMBRO	0	0	0	0	0

MÊS	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES	PEDESTRES	CICLISTAS	MOTOCICLISTA	MOTORISTAS
OUTUBRO	0	0	0	0	0
NOVEMBRO	0	0	0	0	0
DEZEMBRO	1	70	0	0	0
TOTAL	18	3.217	340	0	206
TOTAL GERAL - 3.763 pessoas atendidas					

Durante o ano de 2019 a Diretoria de Educação de Trânsito por meio da Transitolândia atendeu in loco 12.669 crianças e 1.158 profissionais, totalizando o número de 13.827 pessoas atendidas. A Gerência de Campanhas Educativas e a Gerência da Escola Vivencial de Trânsito atenderam em campanhas, 113.375 pessoas, sendo destas: 80.732 pedestres, 9.386 motociclistas, 7.203 ciclistas e 16.054 motoristas. As gerências nesse período atenderam 3.763, totalizando 117.138 pessoas abordadas.

CAMPANHAS EDUCATIVAS REALIZADAS NAS VIAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL:

- Passeios Ciclísticos;
- Blitz educativas;
- Palestras educativas em escolas;
- Palestras educativas em empresas;
- Eventos diversos;
- Campanha pré-carnaval;
- Campanha Carnaval;
- Campanha volta às aulas;
- Campanha educativa "homenagem às mulheres"
- Campanhas diversas;
- Abertura Nacional da Campanha Maio Amarelo;
- Aniversário da Faixa de Pedestre;
- Aniversário da Lei Seca;
- Maio Amarelo 2019
- 3º Encontro de Carrinho de Rolimã;
- Moto Check-up;
- Brasília Capital Moto Week;
- Semana Nacional de Trânsito;
- VRUM Brasília;
- Campanha MC Donald's – Mc Lanche Feliz;
- Encontros de Carros Antigos;
- Vem Brincar Comigo - GDF
- Run Kids – TV Brasília;
- Sessão Solene – Dia do Caminhoneiro – CLDF;
- ENACOR 2019

TRÁFEGO

ESTUDOS E ESTATÍSTICA DE TRÁFEGO

- 30 (trinta) contagens de tráfego (pedestre, ciclista e veículo);
- 15 (quinze) estudos de tráfego;
- 02 (dois) estudos de velocidade;
- 40 (quarenta) estudos de acidentes;
- Estudos de implantação de semáforos/faixa de pedestre/passarela;
- Geração de relatórios estatísticos de acidentes de trânsito e de tráfego em resposta às manifestações de usuários à ouvidoria;

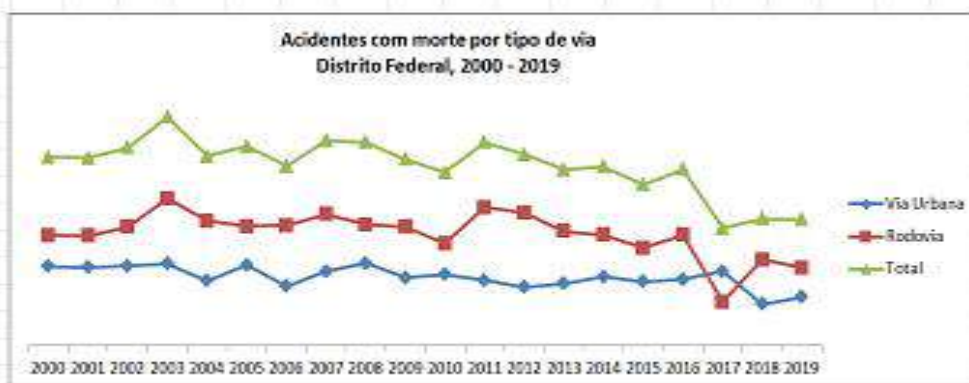
- Geração de dados estatísticos de acidentes de trânsito e de tráfego para a assessoria de comunicação;
- Vistorias realizadas pelo Núcleo de Estatística com vistas a solucionar dúvidas quanto aos recursos de infrações de trânsito;
- Críticas aos acidentes de trânsito nas Rodovias do Sistema Rodoviário do DF-SRDF junto ao Detran/DF, visando melhorar o registro da localização dos mesmos;
- Vistorias de campo e Críticas Gerais aos acidentes de trânsito no DF e seus endereços de ocorrências junto ao Detran/DF;
- Intervenção viária em pontos com vistas à redução de acidentes de trânsito com vítima, resultado de metodologia estatística-espacial que detecta prováveis pontos críticos em trechos do Sistema Rodoviário do DF-SRDF;
- Consolidação do banco de dados de acidentes com o banco de dados do Sistema Rodoviário, com o objetivo da geração de tabela de acidentes por trecho rodoviário. Posteriormente a tabela é utilizada para georreferenciamento e criação de mapas temáticos.

PROCADs (Sutran) / EDITAIS NOTIFICAÇÃO (NA e NP)

- 129 Respostas às Ações Judiciais vindas da PGDF (PROCAD);
- 68 (sessenta e oito) publicações de Edital de Notificação da Autuação-EDNA e Edital de Notificação da Penalidade-EDNP, publicados no DODF e no Site do DER/DF.

ACIDENTES COM MORTE POR TIPO DE VIA - 2000/2019 - DISTRITO FEDERAL																				
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
VIA URBANA	152	161	165	158	139	185	122	157	159	139	146	134	129	127	140	151	136	152	85	96
RODOVIAS	226	235	244	302	256	245	347	270	249	344	270	384	273	235	327	200	227	88	175	180
TOTAL	378	396	409	470	395	430	469	427	408	483	416	518	402	362	467	351	363	240	261	276

Obs: Dados de 2019 são PRELIMINARES



PROJETOS DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO

ORIGEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
OUVIDORIA	Análise de viabilidade para implantação e /ou manutenção
Subtotal - 31	

ORIGEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
CONSEG	Análise de viabilidade para implantação e /ou manutenção
Subtotal - 4	

ORIGEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
EXTERNA	Análise de viabilidade para implantação e /ou manutenção
EXTERNA	Análise de Projetos Propostos
Subtotal - 25	

ORIGEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
INTERNA	Análise de viabilidade para implantação e /ou manutenção
INTERNA	Análise de Projetos Propostos
INTERNA	Atividades de Gestão

Total de demandas	78
Demandas atendidas	64
Demandas sob análise	14
Pareceres emitidos	62
Plantas e Croquis elaborados	28
Vistorias realizadas	34

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
1733 - ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - DER	%	41	31/12/2016	ANUAL	-	-	75	18	85	50	100	90	DER/OU 26205/OE 5 / OU 26205 / OE 5
<p>Justificativa: 2017 - O índice alcançado de 18% de entregas concluídas do Acordo de Resultados se justifica pelos atrasos na entrega de Autorizações de Supressão Vegetal (ASV) assim como pelos atrasos nas entregas e aprovações de projetos executivos, ambos requisitos para conclusão dos empreendimentos.</p> <p>2018 - O índice alcançado de 50 % de entregas concluídas de obras incluídas no Acordo de Resultados se justifica pela necessidade de adequação e aprovações de alguns projetos, requisitos para a conclusão dos empreendimentos.</p> <p>2019 - No ano de 2019 houve grandes avanços nas obras do Trevo de Triagem Norte, Ligação Torto Colorado lotes 1 e 2, execução das obras da rodovia DF-087, bem como as obras do Eixo Rodoviário Norte e Sul.</p>													
1656 - EXTENSÃO DAS FAIXAS DE ROLAMENTO PAVIMENTADAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - SRDF	KM	2706	31/12/2014	QUADRIMESTRAL	2756	3039	3.064	3.064	3.089	3122	3.114	3.122	DER / OU 26205 / OE 3 / OU 26205 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Foram consideradas as rodovias do BRT SUL, bem como as atualizações nas pavimentações das rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Somatório da extensão nas rodovias pavimentadas x número de faixas x 2 (acumulativo).</p> <p>2017 - Por meio de contratos de pavimentação e duplicação de rodovias, o DER/DF alcançou o índice desejado para o aumento da extensão das faixas de rolamento pavimentadas no Sistema Rodoviário do Distrito Federal.</p> <p>2018 - O aumento no total na extensão das Faixas de Rolamentos no ano de 2018 se deve à atualização do cadastro das interseções rodoviárias e à revisão do Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF. Fonte: GEGEO</p> <p>2019 - Em virtude da duplicação de trechos e inclusão da Marginal da DF-150 houve um aumento na quilometragem das Faixas de Rolamento no Sistema Rodoviário do Distrito Federal em relação ao ano anterior</p>													
1727 - ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA COM SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO.	%	58	31/12/2017	QUADRIMESTRAL	-	-	62	62	65	86	68	86	DER/OU 26205/OE 3 / OU 26205 / OE 3
<p>Justificativa: 2017 - No exercício de 2017, o DER/DF alcançou o índice desejado de 62% para sinalização horizontal classificada como em "bom e ótimo estado" no Sistema Rodoviário do Distrito Federal.</p> <p>2018 - A Superintendência de Obras e a Superintendência de Operações no ano de 2018 tiveram um trabalho em conjunto na revitalização da sinalização horizontal da malha pavimentada, apesar da refletância sofrer continuamente pelo excesso de poeira. O DER/DF manteve ainda o Contrato de revitalização com a empresa responsável pela manutenção, o que colaborou com o aumento na qualidade de sinalização horizontal.</p> <p>2019 - No ano de 2019 não houve contratação de revitalização de sinalização ou mesmo para recuperação, as atuações pontuais ocorreram por meio da administração direta, nas rodovias de maior fluxo, como por exemplo Estrada Parque Taguatinga (EPTG) e, recuperação de faixas de Pedestres, como por exemplo, Pistão Norte. Além da recuperação da sinalização, houve a limpeza das sinalização (lavagem de pista), para assim dar vida àquelas que estavam sobrepostas pela lama ou mesmo fuligem do asfalto.</p>													
1726 - ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA COM SINALIZAÇÃO VERTICAL EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO.	%	79	31/12/2016	QUADRIMESTRAL	-	-	65	84	68	66	71	70	DER/OU 26205/OE 3 / OU 26205 / OE 3
<p>Justificativa: 2017 - No exercício de 2017, o DER/DF superou o índice desejado para sinalização vertical classificada como em "bom e ótimo estado" no Sistema Rodoviário do Distrito Federal, alcançando a marca de 84%.</p> <p>2018 - Durante o ano de 2018 inúmeras foram as ações nas rodovias do SRDF, sendo as principais intervenções tida na DF-001 (região do Lago Oeste), DF-001 (Caminho para Brasília), VC-533 e DF-047 (EPAR), além de inúmeras intervenções pontuais como na BR-020, DF-001 (Jardim Botânico) e DF-075 (EPNB).</p> <p>2019 - Com atuação do Distritos Rodoviários em conjunto com a Superintendência de Operações (fabricação e limpeza pontuais de placas), pôde-se atuar na substituição de placas, bem como na recuperação daquelas passíveis de recuperação, ainda, adequando a sinalização para a forma refletiva, o que ajudou na melhora do índice, que com trabalho contínuo visa dar melhor segurança e satisfação aos usuários das vias.</p>													
1657 - ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO	%	58	31/12/2014	QUADRIMESTRAL	64	51	65	48	68	54	71	54,35	DER / OU 26205/ OE 3 / OU 26205 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Em virtude de recessão orçamentária, não foi possível implementar todas as medidas planejadas. Destaca-se que o contrato de fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ só foi realizado no final do último trimestre (outubro) de 2016. Fórmula: número de quilômetros da malha rodoviária pavimentada em "ótimo e bom" estado / total malha pavimentada.</p> <p>2017 - A queda na avaliação do pavimento foi decorrente de que as obras de restauração da DF-001, Entroncamento BR-070/DF-095(EPCL) ao Entroncamento BR-080/251 (B) 080/251(B), "Caminho para Brasília" e Entroncamento DF-170 ao Entroncamento BR-010/020/030/DF-003/DF-150 (Parque Rodoviário do DER-DF), " 2ª etapa Lago Oeste" não foram avaliadas como concluídas.</p> <p>2018 - Durante o ano de 2018 inúmeras foram as ações nas rodovias do SRDF, sendo as principais intervenções tida na DF-001 (região do Lago Oeste), DF-001 (Caminho para Brasília), VC-533 e DF-047 (EPAR), além de inúmeras intervenções pontuais como na BR-020, DF-001 (Jardim Botânico) e DF-075 (EPNB).</p> <p>2019 - No ano de 2019 não houve a análise visual do pavimento pelo método do conforto devido a necessidade de foco em projetos como SÓS DF, mesmo assim este Departamento atuou em inúmeras recuperações de pista, operações tapa-buraco, melhoria de pontos críticos, exemplo da BR-020 em sobradinho, o que fez com que o índice melhorasse um pouco. Destacamos que as ligações Torto-Colorado e Trevo de Triagem Norte, ainda, não foram lançadas no Sistema Rodoviário do DDF, e as obras do Eixo Sul e Norte.</p>													
1725 - ÍNDICE DE MORTOS NO TRÂNSITO DO DF POR 100.000 HABITANTES	VÍTIMAS FATAIS/HABITANTE	13,23	31/12/2016	ANUAL	-	-	11,65	-	10,27	9,38	9,05	9,25	DER/DETRAN/DNIT/OU 26205/OE 3 / OU 26205 / OE 3

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2017 - O indicador dimensiona o número de mortos no trânsito do DF a cada 100 mil habitantes do Distrito Federal. Dessa forma, envolve os óbitos ocorridos tanto nas vias urbanas, rodovias federais bem como nas rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Com isso, o prazo para a consolidação das informações dos órgãos envolvidos (DER/DF/DETRAN/DNIT) é de 90 dias após o encerramento do ano.</p> <p>2018 - O indicador dimensiona o número de mortos no trânsito do DF a cada 100 mil habitantes do Distrito Federal, dessa forma envolve os óbitos ocorridos tanto nas vias urbanas, rodovias federais bem como nas rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF. Com isso, o prazo para a consolidação das informações dos órgãos envolvidos (DER/DF/DETRAN/DNIT) é de 90 dias após o encerramento do ano. Fonte: GESET (obs: dados preliminares).</p> <p>2019 - O indicador dimensiona o número de mortos no trânsito do DF a cada 100 mil habitantes do Distrito Federal, dessa forma envolve os óbitos ocorridos tanto nas vias urbanas, rodovias federais bem como nas rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF. Com isso, o prazo para a consolidação das informações dos órgãos envolvidos (DER/DF/DETRAN/DNIT) é de 90 dias após o encerramento do ano. Fonte: GESET (obs: dados preliminares).</p>													

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2460 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	2000000,0	750000,00	595204,05	595204,05
0001 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	750000,00	595204,05	595204,05
2541 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	24480000,0	46102073,00	43862809,01	43862809,01
0001 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	20630000,0	42132073,00	40783240,92	40783240,92
0004 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	3840000,0	3960000,00	3079568,09	3079568,09
0005 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-FISCALIZAÇÃO DE EXCESSO DE PESO-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
2904 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	1200000,0	1167678,0	710864,73	710864,73
0001 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO-DER-DF-SOBRADINHO	1200000,0	1167678,0	710864,73	710864,73
3208 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	300000,0	52500,0	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA-EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF-DISTRITO FEDERAL	300000,0	52500,0	0	0
3209 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	300000,0	52500,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF-DISTRITO FEDERAL	300000,0	52500,0	0	0
4034 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE	20000,0	20000,0	0	0
0001 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE--DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,0	0	0
4197 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	4872116,0	12006856,00	10244926,33	10244926,33

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTAFIÓGRAFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	4872116,0	12006856,00	10244926,33	10244926,33
4198 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	1000000,0	2006000,00	1935303,71	1935303,71
0002 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA-PREVENTIVA E CORRETIVA - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	2006000,00	1935303,71	1935303,71
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	34172116,00	62157607,00	57349107,83	57349107,83

As ações relativas ao Programa 6217 - Segurança Pública com Cidadania, estão relacionadas no tópico 2.4, que trata da Superintendência de Trânsito. No mencionado tópico foram relatadas informações sobre a Escola Vivencial de Trânsito - Transitolândia, bem como as atividades desenvolvidas de fiscalização, engenharia de tráfego, de campo, educação e sinalização.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	130000,0	216200,00	57395,17	57395,17
6159 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-OUTRAS SENTENÇAS - DER-DF-PLANO PILOTO .	60000,0	54000,00	0	0
6171 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR- PLANO PILOTO .	70000,0	162200,00	57395,17	57395,17
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	2800000,0	4743260,00	4742380,13	4742380,13
6972 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PAGAMENTO PASEP SOBRE RECEITAS E REPASSES/TRANSFERÊNCIAS-DER-DF-PLANO PILOTO .	2800000,0	4743260,00	4742380,13	4742380,13
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	2401626,0	1679657,94	1297658,28	1297658,28
0026 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	2401626,0	1679657,94	1297658,28	1297658,28
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1085000,0	1077300,00	620272,81	620272,81
0011 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DIVERSAS - DER-DF-PLANO PILOTO .	985000,0	977300,00	567208,15	567208,15
0012 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DEVOLUCAO MULTAS TRANSITO-DER- PLANO PILOTO .	100000,0	100000,00	53064,66	53064,66
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	6416626,00	7716417,94	6717706,39	6717706,39

Não há informações relevantes a serem destacadas.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	125673794,0	131889294,00	129666244,14	129513676,97
0018 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- DER-DF- PLANO PILOTO .	125673794,0	131889294,00	129666244,14	129513676,97
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	26720000,0	24835389,00	24179001,50	24178304,10
0016 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	26720000,0	24835389,00	24179001,50	24178304,10
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	28105344,0	26334798,06	24991164,40	24615190,95
0014 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DER-DF- DISTRITO FEDERAL	8780775,0	8864789,06	7731864,11	7626723,98
9672 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DE PRÓPRIOS - DER-DF- DISTRITO FEDERAL	19324569,0	17470009,00	17259300,29	16988466,97
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	719264,0	662305,92	486365,00	486365,00
0022 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	719264,0	662305,92	486365,00	486365,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7507232,0	7125695,02	5859574,74	5845610,18
2569 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	7507232,0	7125695,02	5859574,74	5845610,18
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	160000,0	465400,00	174000,23	174000,23
0019 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	160000,0	465400,00	174000,23	174000,23
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	15000,0	10000,00	0	0
0006 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS- DER-DISTRITO FEDERAL	15000,0	10000,00	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	100000,0	0,0	0	0
9792 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	750000,0	1132610,00	654149,87	192586,15

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5323 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	750000,0	1132610,00	654149,87	192586,15
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	280000,0	37000,00	0	0
0003 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	280000,0	37000,00	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	350000,0	263000,00	223882,55	223882,55
9710 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DER-DISTRITO FEDERAL	350000,0	263000,00	223882,55	223882,55
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	190380634,00	192755492,00	186234382,43	185229616,13

Não há informações relevantes a serem destacadas.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF no ano de 2019 se manteve direcionado a cumprir com sua missão institucional que é assegurar a qualidade da infraestrutura viária, do trânsito e da mobilidade nas rodovias do Distrito Federal, comprometido com o desenvolvimento sustentável.

O DER/DF teve participação relevante no SOS DF, que foi um dos principais projetos do governo do Distrito Federal no início do mandato, o Programa emergencial promoveu medidas e obras de reparo e infraestrutura na capital federal. Posteriormente o governador anunciou o SOS DF Rural, a partir desse momento as ações de governo foram intensificadas também nas zonas rurais do Distrito Federal, o DER/DF mais uma vez demonstra a sua importância e relevância no contexto da infraestrutura da cidade e tem participação ativa em diversas ações do Programa, com um vasto leque de entregas à população, onde destacamos o início das obras da DF-285, a qual os empreendedores rurais aguardam por muitos anos, por essa estrada que escoar a maior parte da produção de grãos do Distrito Federal. A região é grande produtora de feijão, milho e soja, além de abrigar granjas e chácaras voltadas ao cultivo de hortaliças.

Em 2019 o DER/DF fechou o ano com 44 empreendimentos concluídos bateu o recorde de obras e manutenção nas rodovias distritais e vias urbanas por meio de parcerias, em 2019 foram 44, entre diretas e contratadas. Este número corresponde a 20% a mais do que em 2018, e em valores representa um montante de R\$ 328,3 milhões.

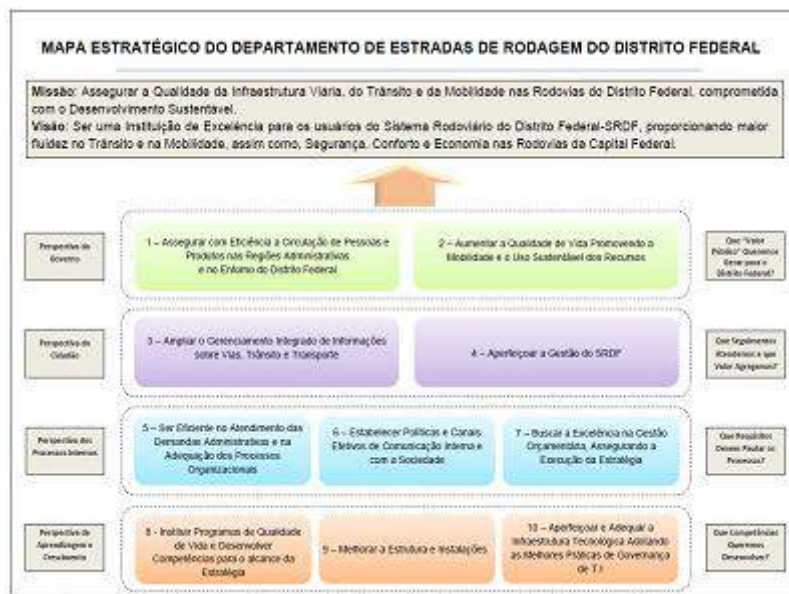
O viaduto da Galeria dos Estados que teve parte de sua estrutura cedida, em 6 de fevereiro de 2018, foi outra obra que o DER/DF esteve à frente. A obra foi finalizada em junho de 2019 e inaugurada pelo governador Ibaneis Rocha em 4 de junho de 2019, e beneficia diariamente 120 mil veículos que trafegam pelo Eixão.



3.1 - COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO – COPLAN

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

O Planejamento Estratégico Institucional do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal é pautado na metodologia do Balanced Scorecard - BSC, que detém ferramentas que visa proporcionar a todos os colaboradores uma visão rápida e abrangente da estratégia da instituição. Para que a organização possa alcançar os resultados pretendidos, a metodologia BSC preconiza a definição de objetivos estratégicos, indicadores, metas, bem como o Mapa Estratégico.



- Perspectivas do governo – (que valor público queremos gerar para o Distrito Federal?)
- Perspectivas do cidadão – (que seguimentos atendemos e que valor agregamos?)

- Perspectivas dos processos internos – (que requisitos devem pautar os processos?)
- Perspectivas do aprendizado e conhecimento – (que competências queremos desenvolver?)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO DER/DF

- 1 – Assegurar com Eficiência a Circulação de Pessoas e Produtos nas Regiões Administrativas e no Entorno do Distrito Federal;
- 2 – Aumentar a Qualidade de Vida Promovendo a Mobilidade e o Uso Sustentável dos Recursos;
- 3 – Ampliar o Gerenciamento Integrado de Informações sobre Vias, Trânsito e Transporte;
- 4 – Aperfeiçoar a Gestão do SRDF;
- 5 – Ser Eficiente no Atendimento das Demandas Administrativas e na Adequação dos Processos Organizacionais;
- 6 – Estabelecer Políticas e Canais Efetivos de Comunicação Interna e com a Sociedade;
- 7 – Buscar a Excelência na Gestão Orçamentária, Assegurando a Execução da Estratégia;
- 8 - Instituir Programas de Qualidade de Vida e Desenvolver Competências para o alcance da Estratégia;
- 9 – Melhorar a Estrutura e Instalações;
- 10 – Aperfeiçoar e Adequar a Infraestrutura Tecnológica Adotando as Melhores Práticas de Governança de T.I.

MAPEAMENTO DOS PROCESSOS

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, com a finalidade de estruturar seus processos organizacionais, iniciou em 2017 o mapeamento dos seus processos, considerando que a desorganização dos processos de trabalho é responsável por significativa queda de produtividade, desmotivação dos colaboradores, repetição de tarefas e por consequência perda de tempo e de recursos públicos, a empresa contratada possui larga experiência e expertise na análise e redesenho de processos. Os trabalhos desenvolvidos são supervisionados pelo corpo técnico da Coordenação de Planejamento.

No final de 2019 o DER/DF já conta com 230 processos e 4 subprocessos mapeados.

É a partir do mapeamento de processos que o gestor consegue ter uma visão ampla, realista e atualizada das potencialidades e fraquezas da instituição. Com todos esses dados coletados, é possível elaborar planos de ação assertivos para otimização da produção.

MAPA RODOVIÁRIO

A Coordenação de Planejamento através da Gerência de Geoprocessamento disponibilizou 50.000 (cinquenta mil) Mapas Rodoviários do Distrito Federal no tamanho pequeno frente e verso. O Mapa atualizado já considera todas as alterações ocorridas no Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF dos últimos 12 meses.

Destacamos ainda que o Mapa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, e o Mapa Turístico do Distrito Federal são contemplados de forma digital, que podem ser acessados e baixados na página oficial do DER/DF.



3.2 OUVIDORIA DO DER/DF

A Ouvidoria é um espaço para o cidadão se relacionar com o Governo do Distrito Federal, garantindo assim a participação do mesmo para que juntos possamos melhorar os serviços públicos prestados.

Cada Órgão do GDF conta com uma Ouvidoria Especializada que tem autonomia para cadastrar, analisar e tramitar as manifestações recebidas (reclamação, solicitação, sugestão, informação, denúncia e elogio) e acompanhar o andamento até a resposta final que é informada ao Cidadão.

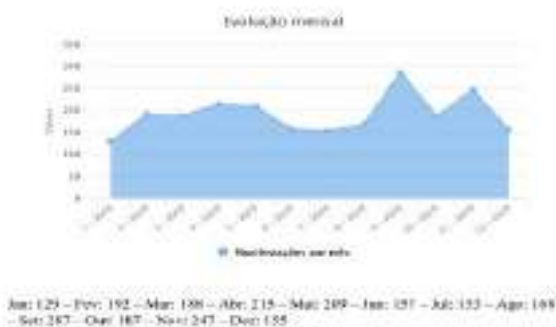
As Ouvidorias Especializadas também são responsáveis por orientar o funcionamento dos Serviços de Informações ao Cidadão-SIC, em relação às áreas que atuam.

A Ouvidoria do DER-DF tem realizado um trabalho promovendo a ligação entre o Cidadão e o Departamento, levando a este as solicitações de adoção de providências visando à melhoria dos serviços prestados de modo específico e geral.

Busca-se constantemente a qualificação da equipe e das ações para que os resultados possam ser melhorados. Nesse propósito de atender sempre da melhor forma possível a Ouvidoria trabalha com transparência, acolhendo e respeitando os Cidadãos que procuram seus serviços diariamente, garantindo o sigilo (quando for necessário e solicitado) e o direito à resposta.

DADOS ESTATÍSTICOS

Durante ano de 2019 foram recebidas 2.287 manifestações, em que o destaque foi o mês de setembro com 287.



3.3 - CORREGEDORIA

ATIVIDADES REALIZADAS

- Coordenação, orientação e supervisão das atividades de correção, corrigindo e prevenindo que futuras irregularidades venham a ocorrer;
- Acompanhamento e apuração de denúncias recebidas, bem como a elaboração do inquerito administrativo, visando corroborar com futuras apurações que derivem destes;
- Solicitação de instauração ou arquivamento, orientação e controle de processos de Sindicância/Administrativo, Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial, bem como a elaboração de seus respectivos pareceres;
- Acompanhamento das Decisões e Diligências Saneadoras encaminhadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e pela Corregedoria Geral do Distrito Federal - CGDF, bem como elaboração e encaminhamento das respectivas respostas;
- Recebimento de Memorandos/Ofícios de todos os setores deste departamento, da CGDF e TCDF; encaminhamento de memorandos/ofícios elaborados pela Corregedoria;
- Exercício de outras atividades correlatas que foram designadas a Corregedoria.

PROCESSOS INSTAURADOS - 2018/2019			
SINDICÂNCIAS	ADMINISTRATIVOS/PAF	ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	TOMADA DE CONTA ESPECIAL
01	01	16	03
PROCESSOS CONCLUÍDOS EM 2019			
SINDICÂNCIAS	ADMINISTRATIVOS/PAF	ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	TOMADA DE CONTA ESPECIAL
01	01	08	02
PROCESSOS EM APURAÇÃO			
SINDICÂNCIAS	ADMINISTRATIVOS/PAF	ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	TOMADA DE CONTA ESPECIAL
0	0	8	1

3. 4 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As realizações se concentraram no atendimento de demandas gerais e específicas das quatro áreas básicas de atuação da Tecnologia da Informação – TI, Redes, Infraestrutura, Suporte aos Usuários e Sistemas, além de parceria com empresas especializadas.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI tem sido o instrumento fundamental para os avanços alcançados, refletido em uma melhor organização dos projetos, de suas ações, e de um melhor alinhamento estratégico institucional. Para os próximos anos é esperado um refinamento desse instrumento por conta da instituição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI do DER/DF - Instrução 237, de 23 de novembro de 2016, publicada no DODF de 25/11/2016, p. 6.

O DER/DF possui um PDTI (o qual está em fase de revisão), alinhado com o Planejamento Estratégico Institucional – PEI, sendo que a CTINF é a área responsável pelo objetivo estratégico 10 – Aperfeiçoar e Adequar a Infraestrutura Tecnológica, Adotando as Melhores Práticas de Governança de TI. As diversas ações para se atingir esse objetivo são compiladas por meio de quatro indicadores específicos:

- 10.1 - Índice de modernização de sistemas em TI;
- 10.2 - Índice de investimento em hardware e software;
- 10.3 - Índice de investimento em infraestrutura;
- 10.4 - Índice de prestação de serviço técnico.

Importante destacar que a CTINF conta atualmente com um quadro reduzido de colaboradores. No total são 31 (trinta e um) colaboradores, sendo 18 (dezoito) efetivos, os quais estão incumbidos da missão de gerir e manter a estrutura e os recursos de TI do DER/DF para um quadro de usuários internos da ordem de 1.200 (mil e duzentas) pessoas. Para fins de comparação, pela Resolução nº 211 do Conselho Nacional de Justiça, de 15/12/2015, a quantidade mínima desejada é de 55 (cinquenta e cinco) colaboradores sendo que 35 (trinta e cinco) devem ser efetivos.

Apesar desse contexto, em função da organização e planejamento (PDTI – PEI), a CTINF tem conseguido responder a diversas demandas do DER/DF, bem como tem mantido sempre a preocupação de atualizar tecnologicamente esta Autarquia, garantindo a salvaguarda e disponibilidade de dados, sistemas e serviços. Abaixo estão relatadas as atividades desenvolvidas durante o período de Janeiro a Dezembro de 2019.

Redes, Infraestrutura e Suporte aos usuários a Gerência de Operações – GEOPE, unidade de gerenciamento diretamente subordinada à Coordenação de Tecnologia da Informação – CTINF, e a equipe do Núcleo de Redes, Infraestrutura e Suporte aos Usuários – NURIS, são formadas por uma equipe reduzida de funcionários. Em razão disso, conta com apoio de estagiários e parceiros prestadores de serviços. Esta equipe tem conseguido atender diversas demandas, auxiliando os usuários nos setores do DER/DF e também do Batalhão de Polícia Rodoviária - BPRV.

Com a instalação e implementação do Sistema CitsMart (plataforma Free), a equipe de informática conseguiu organizar as “ocorrências”, através da implementação das melhores práticas preconizadas na Information Technology Infrastructure Library – ITIL

IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS ITIL

a) Gerenciamento de Configuração: O processo de gerenciamento de configurações deve garantir que todos os Itens de Configuração (IC) estejam devidamente registrados e que as informações relevantes e características estejam claras e precisas, relacionando os ICs aos demais processos, como mudanças, requisições, problemas e outros. Andamento: fase de implementação.

b) Gerenciamento de Liberação: Uma ou mais mudanças em relação a um serviço de TI que são construídas, testadas e implantadas ao mesmo tempo. Em uma única liberação pode haver mudanças em hardware, software, documentação, processos e outros componentes. Andamento: fase de implementação.

c) Gerenciamento de Mudança:

- Comunicação formal de uma alteração em um ou mais itens de configuração, ela possui os detalhes da mudança proposta e pode ser registrada em papel ou digitalmente.

PROJETOS

a) Atualização do Citsmart: Foi atualizado o Citsmart, software de Gerenciamento de TI baseado nas melhores práticas da Biblioteca IIL;

b) Infraestrutura do 5º DR: Foi feita toda a reestruturação da infraestrutura lógica da nova sede do 5º DR;

c) Infraestrutura do Auditório da Sede do DER Infraestrutura elétrica, lógica e audiovisual do Auditório da Sede do DER;

d) Manutenção do Nobreak: Foi feita a troca das baterias no Nobreak do Parque Rodoviário, visto que as existentes;

e) Padronização de usuários do AD, Sei e e-mail: Foi feita a padronização e alteração de todos os usuários do DER, onde foi alterado o nome de usuário para matrícula e retirado o 930 de todos, este que visa integração com outros sistemas já existente;

f) Gerenciamento de e-mail no DER: O Gestão dos e-mail do Der foram transferidas para o órgão;

g) Instalação do AutoCad: Foi instalado 1 licença concorrente do AutoCad para atender demandas de projetos;

h) Instalação do Arcgis: Foram atualizadas 2 licenças e instaladas 2 licenças concorrentes do Arcgis para atender demandas do setor de planejamento e meio ambiente;

i) Mapeamento do Backbone: Foi mapeado e documentado o backbone da Sede, o que reduz o tempo de reparo no caso de indisponibilidade dos link's críticos ou serviços por já estar mapeado e reduzir o tempo de resolução e recuperação do mesmo;

j) Criação do ambiente de homologação de aplicações: Foi criada o ambiente de homologação para aplicações em desenvolvimento ou teste a fim de efetuar os testes antes de aplicar oficialmente, podendo ocorrer em indisponibilidade ou erros que venham impactar nos serviços prestados;

k) Atualização do Project Wise: Foi atualizado o software Project Wise, foi criada uma máquina virtual além das já criadas, preparando para a disponibilização dos mesmos na internet para acesso;

l) Revisão das políticas de backup: Realizada revisão e atualização das políticas de backup, visando garantir que todas as máquinas tem backup e podem ser restaurados sem maiores problemas;

m) Reforma do Datacenter: Foi realizado uma reforma no Datacenter e adequando também o ambiente, criando o corredor de ar quente e ar frio, automatização dos ar condicionado e aquisição de mais 1 equipamento, tornando assim o sistema redundante;

n) Interligação com o CIOB: Foi interligado a unidade Ciob com a rede do Der, disponibilizando assim acesso a todos os sistemas do DER/DF;

o) Melhorias no Zabbix: Foi implementado muitas melhorias no monitoramento do zabbix, estas como mais de 200 ativos, monitoramento serviços críticos ou não, sistemas, equipamentos, desempenhos, discos, utilização de equipamentos, indisponibilidades e outros;

p) Entrega do Projeto do SQLServer: Foi finalizado e entregue o projeto do Sql Server, dispondo de banco de dados Always on (Alta disponibilidade);

q) Automatização de limpeza do AD: Foi implementado na rotina do AD o script que desativa e move todos os usuários com mais de 100 dias sem uso nas dependências do DER;

- r) Apontamento do domínio do DER: Todos os subdomínios do "der.df.gov.br" estão sendo administradas na Ti da Autarquia, agilizando a disponibilização de sistemas e serviços do órgão para a internet;
- s) Monitoramento de link's: Foi monitorada a disponibilidade dos link's contratados a fim de obter e apurar se as empresas estão cumprindo com o contratado em processo licitatório;
- t) Migração do site do DER: Foi migrado o site do DER para a Sutic para manter o padrão dos sites do governo, mantendo o fornecimento de serviços prestados e mantidos pelo DER/DF;
- u) Atualização do Firewall: Foi atualizado o firmware do firewall para obter correções de falhas e erros existentes em versões mais antigas;
- v) Atualização de firmware dos Hyper's: Foi atualizado os firmware dos servidores SRV-HYPER01, SRV-HYPER02, SRVHYPER03 E SRV-HYPER04, este que corrigiu diversos erros que estavam presentes na nossa rede, assim como também na melhoria de comunicação com os outros equipamentos;
- w) Suporte ao ENACOR: Foi dado todo o suporte ao ENACOR, como por exemplo, obtenção de e-mails de serviços públicos e seus envolvidos, envio de e-mails para mais de 40 mil caixas postais e coordenação de infraestrutura de wireless e cabeamento para o evento;
- x) Criação de pontos lógicos para telefonia VoIP: Criados pontos lógicos para telefonia VoIP no seguintes setores: - DEMAT; - GEMEQ; - DITEC; - 1º Distrito Rodoviário - 3º Distrito Rodoviário - 5º Distrito Rodoviário - NUCDA;
- y) Criação de ponto para telefonia analógica: Criação de ponto para telefonia analógica na guarita da entrada 2 (dois) do 3º Distrito Rodoviário;
- z) Realocação de Switches: Realocação de Switches nas salas do NURIS do 1º e 3 Distrito Rodoviário com criação de nova infraestrutura.

ROTINAS DE INFRAESTRUTURA

- a) Monitoramento Zabbix:

Operação e manutenção do sistema de monitoramento de ativos e sistemas de TI.

- b) Operação e Manutenção da Rede de Computadores:

Ações preventivas e corretivas, garantindo assim um funcionamento eficaz, minimizando interrupções.

- Operação e manutenção de storages;
- Operação e manutenção da telefonia VoIP;
- Operação e manutenção de impressoras com scanners;
- Gestão de contratos de suporte e comunicação de dados.

PROJETOS DE AQUISIÇÃO DE TI

- a) Notebooks - Elaboração de aditivo para aquisição de notebook para atender demandas do DERDF;

- b) Microcomputadores tipo Workstation;

- Elaboração de aditivo para aquisição de microcomputadores tipo workstation para atender demandas do DER-DF.

- c) Impressão - Elaboração de termo de referência e artefatos da IN-04 para licitação de serviço de outsourcing de impressão;

- d) Telefonia Fixa Comutada;

Elaboração de termo de referência e artefatos da IN-04 para licitação de serviço de telefonia fixa para o DER-DF.

- e) Talonário Eletrônico;

- Elaboração de termo de referência e artefatos da IN-04 para licitação talonário eletrônico para atender demandas da SUTRAN e BPRV.

- f) Aquisição de Ativos de Rede - Elaboração de termo de referência e artefatos da IN-04 para licitação e aquisição de SWITCHES CORE e Elaboração de termo de referência e artefatos da

IN-04 para licitação e aquisição de SWITCHES de acesso, tranceivers e patch cord's para atender demandas do DER-DF;

g) Aquisição de Fitas de backup;

- Foram adquiridas fitas de backup, visando garantir a recuperação de dados no caso de desastre ou problemas no ambiente.

h) Aquisição de Autocad - Foi adquirido 1 licença do AutoCad para atender demandas de projetos;

i) Aquisição de ArcGis - Foram atualizadas 2 licenças e adquiridas 2 licenças do Arcgiz para atender demandas do setor de planejamento e meio ambiente.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em que pese o Distrito Federal ainda contar com severas restrições orçamentárias e financeiras, advindas de uma crise econômica sem precedentes, que afetou todas as unidades da federação, o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, como se pode constatar neste Relatório Anual, envidou esforços e colaborou de forma significativa ao longo de 2019, com a política pública de levar à população do Distrito Federal ações e entregas que de fato possam vir a mudar o dia-a-dia do cidadão comum.

Diversas intervenções foram executadas por administração direta pela autarquia, ou seja, o DER/DF se fez presente nas rodovias e áreas de sua jurisdição utilizando a sua própria estrutura operacional e técnica, com suas máquinas e força de trabalho fez acontecer e inúmeras vias que apresentavam gargalos e congestionamentos, principalmente em horários de pico, tiveram a sua realidade alterada, com ações pontuais do DER/DF.

Em sua carteira de obras de maior complexidade, o DER/DF atuou contratando empresas especializadas, em virtude da grandeza dos recursos técnicos a serem empreendidos. Podemos citar como exemplo a obra do Trevo de Triagem Norte – TTN e da Ligação Torto Colorado.

Outra obra que merece ser ressaltada é a do rejuvenescimento asfáltico dos 15 km de extensão do Eixo Rodoviário (DF-002) que teve início em julho de 2019, e compreende o rejuvenescimento com microrevestimento asfáltico da pista de rolamento – incluindo serviços de reparos localizados – e sinalização horizontal da rodovia, no trecho entre o Trevo de Triagem Norte (TTN) e o Trevo de Triagem Sul (TTS), além de faixa de pavimento de concreto entre o túnel do aeroporto e o viaduto da DF-051/DF-002. A empresa contratada trabalha apenas no período noturno para minimizar os transtornos no trânsito na principal e mais movimentada rodovia do Distrito Federal e que em média, 120 mil veículos passam pelo Eixo Sul e Norte diariamente.

Tais empreendimentos que já estão em avançado estágio de execução e construção, demandam expressivos recursos financeiros que em muitos casos são oriundos de financiamentos com diversos agentes financeiros. O governo local através da Secretaria de Estado de Economia, sempre sensível às necessidades da população se esforçou no sentido de liberar os recursos necessários para fazer frente aos grandes projetos que o DER/DF realizou em 2019 e continua sendo parceira do órgão para os enormes desafios que a autarquia tem para os próximos anos de 2020 a 2023, considerando este o novo ciclo do Plano Plurianual. Inúmeros projetos e obras já estão no radar do DER/DF e ao longo de 2020 e anos subsequentes serão entregues à população.



O órgão que é uma autarquia Rodoviária, de Mobilidade e de Trânsito, tem contribuído com a redução do número de mortes no trânsito do Distrito Federal. A Superintendência de Trânsito Por intermédio da Diretoria de Fiscalização - DIFIS e da Diretoria de Educação de Trânsito - DIEDU, tem intensificado suas ações no sentido de levar aos motoristas, ciclistas e pedestres, conscientização e conhecimentos através de palestras, blitz, fiscalizações, visando com isso a diminuição de acidentes e redução de óbitos nas rodovias do Distrito Federal. A Escola Vivencial de Trânsito – Transitolândia, também em de 2019, procurou levar aos pais e adultos em geral a necessidade de um trânsito mais seguro. Para isso utiliza como estratégia, brincadeiras, histórias, circuito simulando o trânsito na cidade e todo um contexto lúdico, como teatro. A intenção é que as crianças levem para suas casas informações e conceitos de um trânsito sem violência e mais seguro.

Em consonância com as políticas públicas de governo e sempre com a premissa de que os recursos públicos devem voltar para população com a entrega de produtos e serviços, o DER/DF vem a cada ano ampliando a sua contribuição com a mobilidade no Distrito Federal, sejam com suas obras de infraestrutura, atuando nas Faixas de Domínio ou com suas equipes de fiscalização e manutenção das rodovias que compõe o Sistema Rodoviário.

A expectativa é que o DER/DF possa ampliar sua área de atuação nos próximos anos, pois grandes projetos estão sendo desenvolvidos dentro do órgão, tais como BRT Sudoeste, BRT Norte, Anel Viário, entre outros.

Como podemos observar o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal tem ocupado lugar de destaque junto com outros órgãos do complexo administrativo do governo local e tem pela frente grandes desafios para o futuro no sentido de entregar obras e serviços que têm mudado a realidade da população levando conforto e segurança viária a todos que passam e utilizam no seu dia-adia as rodovias do Distrito Federal.

26206 - COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRO - DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ-DF é uma Empresa Pública de Direito Privado, sob a forma de sociedade de ações, instituída pelo artigo 1º da Lei GDF nº 513, de 28 de julho de 1993, regida pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, integra a Administração Indireta do Distrito Federal na forma do artigo 3º, inciso II e parágrafos, da Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964 e Nº 13.303, de 30 de Junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, regulamentada pelo GDF por efeito do Decreto Nº 37.967, de 20 de Janeiro de 2017. O Metrô-DF é vinculado à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade - SEMOB, tendo as competências de planejar, projetar, construir, operar e manter o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal Sobre Trilhos, assim como explorar comercialmente marcas, patentes, tecnologia e serviços técnicos especializados, vinculados ou decorrentes de sua atividade produtiva.

CARACTERIZAÇÃO DE SISTEMA



Figura 1 - Mapa Linhas Metrô-DF

As linhas do Metrô-DF possuem a forma da letra Y. Dos 42,38 km de extensão, 19,19 km interligam a Estação Central, localizada na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, à Estação Águas Clara. Outros 14,31 km compreendem o ramal que parte da Estação Águas Claras, percorrendo Taguatinga Centro e Norte até Ceilândia. Por fim, 8,8 km abrangem o trecho que liga a Estação Águas Claras, via Taguatinga Sul, até Samambaia. A linha principal é subterrânea na Asa Sul. As estações operacionais da região possuem passagens subterrâneas que dão acesso às Superquadradas 100 e 200, e aos pontos de ônibus dos Eixos W e L Sul, nos dois sentidos. Em seguida, passa pelo Setor Policial Sul, onde se localiza a Estação Asa Sul, também chamada de Terminal Asa Sul, em razão da integração com o sistema de transporte rodoviário. A linha atravessa a via EPIA, Guará, Setor de Mansões Park Way, até chegar à Águas Claras. Nesse percurso, há trechos de linha em superfície e também em trincheira - área subterrânea sem cobertura. Ainda nesse trecho, há a ligação com o terminal rodoviário interestadual de Brasília, ao lado da Estação Shopping. É na Estação Águas Claras que a linha principal divide-se em dois ramos. O ramal com destino à Samambaia passa por Taguatinga Sul, cruzando a via EPCT - Pistão Sul, até chegar ao centro de Samambaia. Esse trecho é percorrido em superfície e possui quatro estações, uma delas (Furnas), serve de integração para moradores do Riacho Fundo e Recanto das Emas através de microônibus.

O ramal com destino à Ceilândia, que abrange Taguatinga Centro e Norte tem ao todo oito estações em um trecho que se divide em superfície, trincheira e túnel, distribuídas de forma a atender a demanda dos usuários. Ao lado da Estação Centro Metropolitano está localizado o Terminal Rodoviário Interestadual de Taguatinga.



Figura 2 - Ramais e Tronco Metrô-DF

Abaixo as estações e suas respectivas siglas são apresentadas em ordem a partir da estação Central e divididas por trecho:

TRONCO		RAMAL CEILÂNDIA (Linha Verde)		RAMAL SAMAMBAIA (Linha Laranja)	
Central	CTL	Concessionárias	CON	Taguatinga Sul	TAS
Galeria dos Estados	GAL	Praça do Relógio	REL	Furnas	FUR
102 Sul	102	Centro Metropolitano	MET	Samambaia Sul	SAS
108 Sul	108	Ceilândia Sul	CES	Samambaia	SAM
112 Sul	112	Guariroba	GUA		
114 Sul	114	Ceilândia Centro	CEC		
Asa Sul	ASA	Ceilândia Norte	CEN		
Shopping	SHP	Ceilândia	CEI		
Feira	FEI				
Guará	GUA				
Arniequeiras	ARN				
Águas Claras	CLA				

Figura 3 - Estações do Metrô-DF

FORÇA DE TRABALHO					
Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	94	170	150	729	1.141
Comissionados sem vínculo efetivo	54	8	0	0	62
Requisitados de órgãos do GDF	9	0	14	0	23
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	17	0	17
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	158	178	181	729	1.244
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	6	13	19

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Total Geral	158	178	175	716	1.225

Em 2017 o Metrô-DF absorveu 67 empregados do quadro efetivo da Sociedade de Abastecimento de Brasília S. A. – SAB, empresa em procedimento administrativo de Liquidação, no final de 2018 restavam 55 empregados, e atualmente permanecem 14 empregados que estão lotados na área meio da Companhia, os quais foram designados para exercerem tarefas de baixa complexidade por questões de paridade aos seus cargos de origem.

Em 2019, o Metrô-DF admitiu 3 (três) novos empregados aprovados no concurso de 2013, em virtude de cumprimento de sentença judicial impetrada pelos respectivos candidatos, uma vez que a validade de tal concurso expirou-se em dezembro de 2018.

FORÇA DE TRABALHO POR SEXO

A composição da Força de Trabalho por gênero é 24,90% de mulheres frente a 75,10% de homens.

Observamos que essa porcentagem também é seguida em uma análise mais detalhada, tendo como base a área meio e área fim. Na área meio o quantitativo de homens corresponde a 67,7%, enquanto o de mulheres 32,3% e na área fim 79,6% são homens e 20,4% são mulheres.

A Área Meio é aproximadamente 33% da força de trabalho da Companhia consequentemente a Área Fim tem aproximadamente 67% do total de empregados do Metrô-DF

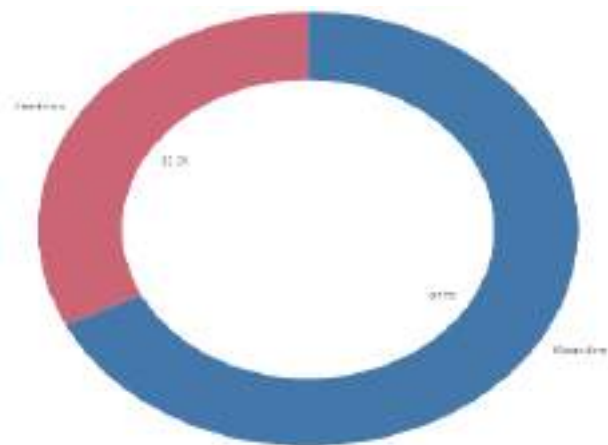


Gráfico 1-Composição por gênero área meio

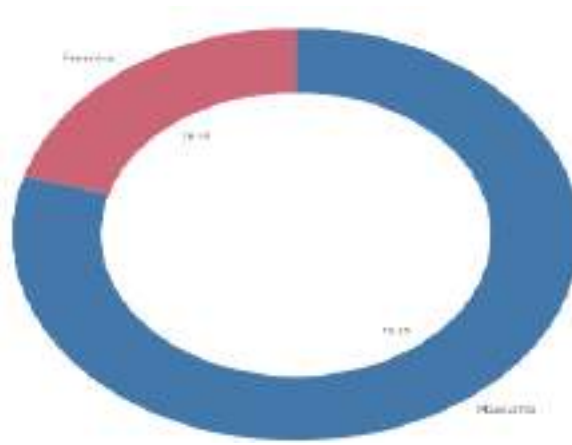


Gráfico 2 - Composição por gênero área fim

GRAU DE INSTRUÇÃO

O Quadro de Pessoal do Metrô-DF é composto em sua maioria por servidores com nível superior, conforme gráfico abaixo:



Gráfico 3 - Força de Trabalho por grau de instrução

Em uma análise mais detalhada percebemos que os nossos empregados possuem alto nível de capacitação, nosso índice da Força de Trabalho com nível superior e especialização lato ou stricto sensu é superior a 89% do número total de empregados e se incluirmos os trabalhadores com nível médio completo chegamos a um número de 98% dos metroviários com grau de instrução elevado.

Na área meio, a maioria dos empregados possui Nível Superior (41,7%) e Especialização (32,7%) e na Área Fim, 31,5% p

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1866 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL	20000,0	0,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL--DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	100000,0	0,0	0	0
3894 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	120000,00	0,00	0,00	0,00

O Metrô-DF está alinhado à vertente da responsabilidade sustentável como compromisso institucional que permite uma nova cultura de práticas sustentáveis, visando a racionalização dos gastos e tornado a empresa mais eficiente na sua gestão.

O Programa METRÔ Sustentável, implantado em 17 de abril de 2015, vem desenvolvendo ações visando à mudança de cultura em torno de temas de grande importância em todo o cenário mundial com a prevenção da poluição e proteção do meio ambiente.

Explicitamos abaixo as ações realizadas no ano de 2019:

- Campanha para redução do uso do copo descartável, sensibilizando os empregados, colaboradores e usuários acerca das implicações ambientais que o plástico produz, com divulgação na Intranet, fundo de tela nos computadores, cartazes e banners e divulgação na TV Minuto nas estações e trens;
- Evento Caneca Consciente, para o público interno, ação de cunho educativo onde incentiva cada empregado a ter sua própria caneca.

- Início da separação de resíduos na fonte geradora onde foram alocadas lixeiras para separação de resíduos orgânicos de resíduos recicláveis e resíduos indiferenciados ou rejeitos.
- Curso de capacitação de forma teórica e prática sobre as formas de produção de compostagem, ministrado por um servidor do IBRAM, para empregados e colaboradores da empresa contratada para limpeza e conservação das instalações do Metrô-DF;
- Projeto piloto de compostagem de resíduos orgânicos no Complexo Administrativo e Operacional, que prevê a utilização de resíduo orgânico coletado nas lixeiras para o devido fim, dando a destinação adequada para utilização do composto na manutenção de jardins e canteiros das dependências da Companhia;
- Acompanhamento das atividades do Grupo Escoteiro de Águas Claras GEAC, bem como o acompanhamento da instalação de dois contêineres destinados à sede do grupo na área do Complexo Administrativo e Operacional - CAO, cedidos por meio de Termo de Cooperação entre o METRÔ/DF e o Grupo Escoteiro.
- Início dos estudos para implantação do Plano de Logística de Sustentabilidade, com a revisão do Plano de Resíduos do METRÔ/DF, e visitas a outros órgãos e entidades e formação do Comitê de Sustentabilidade pela IS 644/2019.
- Inscrição do Plano de Logística de Sustentabilidade no Selo Social.

Ademais, em dezembro de 2019 o Metrô-DF recebeu o prêmio Anual da Associação Latino Americana de Metrôs e Subterrâneos - ALAMYS, na cidade de Medellín - Colômbia, na categoria Meio Ambiente e Sustentabilidade, resultante do projeto de geração de energia solar das Estações Fotovoltaicas Guariroba e Samambaia Sul.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	20000,0	0,0	0	0
0012 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-METRO-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	20000,00	0,00	0,00	0,00

O processo de contratação da FUNAP não iniciou em 2019 em virtude da escassez de recursos orçamentários, contudo há previsão de prosseguimento dos trâmites e posterior contratação no exercício de 2020. Tal contratação prevê a prestação de serviços de mão de obra de 10 (dez) profissionais que fazem parte do Programa Reintegra Cidadão, que desenvolverão atividades enumeradas no Art. 2º do Decreto 24.193, de 05 de novembro de 2003, quais sejam:

- Reprografia;
- Entrega de documentos;
- Auxílio à organização de arquivos;
- Manutenção e conservação predial;
- Manutenção e recuperação de bens móveis;
- Manutenção de veículos;
- Reciclagem de papel;
- Recolhimento de bens inservíveis;
- Transporte de materiais;
- Copeiragem;
- Serviços gerais;
- Manutenção, conservação, preservação e recuperação de áreas públicas; e
- Ações preventivas de preservação de áreas públicas.

Cumpra destacar que a Ouvidoria da Companhia recebeu pela segunda vez consecutiva o Prêmio Índice de Transparência Ativa, concedido pela Controladoria-Geral do DF (CGDF).

O Metrô-DF cumpriu, rigorosamente, todos os quesitos exigidos para a concessão do Prêmio. Em 2014, o índice de transparência da empresa era de apenas 16%. Em 2018, chegou a 100%, junto a outros 39 órgãos do GDF que também alcançaram 100% do Índice de Transparência Ativa. Em 2019, manteve os 100%, disponibilizando todas as informações exigidas na Lei de forma tempestiva e sempre atualizada. A Controladoria Geral entregou uma placa alusiva à conquista aos representantes dos órgãos que ficaram em primeiro lugar no Ranking de Transparência Ativa 2019.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	150000,0	818520,0	543815,36	455665,30
6077 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	150000,0	818520,0	543815,36	455665,30
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	425000,0	115000,0	59463,0	59463,0
0061 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ÁREA FIM DO METRÔ-ÁGUAS CLARAS	425000,0	115000,0	59463,0	59463,0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	500000,0	1695878,0	762066,74	664760,42
0002 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	500000,0	1695878,0	762066,74	664760,42
1816 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	14500000,0	24972481,00	15520485,14	14475976,01
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ--DISTRITO FEDERAL	14500000,0	24972481,00	15520485,14	14475976,01
1873 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF	30000,0	1199328,0	1189743,46	1189743,46
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF--DISTRITO FEDERAL	30000,0	1199328,0	1189743,46	1189743,46
2756 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO	123605112,0	149347145,42	139916685,01	125463652,87
6136 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO--DISTRITO FEDERAL	112963171,0	149347145,42	139916685,01	125463652,87
6137 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO-DF	10641941,0	0,0	0	0
3007 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	64738632,0	59984829,00	0,00	0
0003 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ--DISTRITO FEDERAL	64738632,0	59984829,00	0,00	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3277 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO	42117123,0	40167123,00	2544686,35	351005,54
0001 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO--DISTRITO FEDERAL	42117123,0	40167123,00	2544686,35	351005,54
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	10000,0	0,0	0	0
6182 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TRANSPORTE URBANO SOBRE TRILHOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
5002 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO	101485,0	0,0	0	0
0001 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO--DISTRITO FEDERAL	101485,0	0,0	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	246177352,00	278300304,42	160536945,06	142660266,60

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

PROJETO 3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS:

O Projeto de Contratação de Consultorias abrange contratações de prestação de serviços de auditoria independente que objetiva examinar todas as transições operacionais e administrativas da Companhia nas suas diferentes fases e ciclos, demonstrações e registros de acordo com as Leis N^{os} 6.404/1976, 4.320/1964 e Decreto N^o 32.598/2010, além da contratação de Serviços de Conversão das Demonstrações Contábeis e Financeiras do Metrô-DF para o Padrão Internacional de Contabilidade, estabelecido pelo Internacional Accounting Standard Board - IASB - Contrato N^o 028/2017 - firmado com a empresa KPMG AUDITORES.

A fase 1 que trata da avaliação das mudanças requeridas pelo International Financial Reporting Standards - IFRS, possui um percentual de execução acumulado de 99%, restando apenas a apresentação à Diretoria da Companhia. A segunda fase do projeto iniciará em 2020 e após sua conclusão o Metrô-DF deverá revisar anualmente a redução do valor recuperável de seus ativos. O contrato possui um percentual de execução acumulado de 74,9%.

ATIVIDADE 4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - ÁREA FIM:

Tendo em vista a necessidade de racionalização de despesas, a Companhia se empenhou por cumprir os treinamentos obrigatórios por Lei por meio de recursos oriundos do Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado com o SENAI-DF, além da capacitação de seus empregados por meio da realização de Instrutorias Internas.

A tabela abaixo demonstra o quantitativo de empregados da Área Fim que foram capacitados em 2019.

ÁREA FIM	ANO 2019
Sem Instrutoria	111
Com Instrutoria	658
TOTAL	769

Tabela 1 - Instrutoria área fim

Vale ressaltar que foram estabelecidas parcerias com instituições de segurança no âmbito federal e distrital para a capacitação de agentes de segurança pública, totalizando o treinamento de 116 agentes.

O Metrô-DF dispõe de grandes projetos de investimentos que compõem o Programa 6216 - Mobilidade Urbana do GDF. Os principais Projetos são de Implementação e Ampliação da Linha 1, e Modernização do Sistema Metroviário que acentuam a eficiência e agilidade do transporte público coletivo sobre trilhos do Distrito Federal. Durante o exercício de 2019, a empresa empenhou-se para oferecer ao cliente final a melhoria constante de seus serviços, entregando o sistema cada vez mais eficaz e moderno.

PROJETO 3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE

Em 2019 foi realizado neste projeto a contratação abaixo:

- Contrato N.º 010/2019 - Trata-se de prestação de serviços para realização de obras de acessibilidade para implantação de escadas rolantes na Estação Arniqueiras, localizada em águas Claras, no valor total de R\$ 1.153.854,00. A obra encontra-se em fase de acabamento, com previsão de montagem das escadas rolantes no primeiro trimestre de 2020. O contrato possui um percentual de execução acumulado de 53,97%.

PROJETO 1816 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ-DF:

Dentre os projetos de investimento do Metrô, evidenciamos o Projeto 1816 - Implementação da Linha 1, que objetiva principalmente a conclusão de 5 (cinco) Estações da Linha 1, são elas: Estação 104 Sul, 106 Sul, 110 Sul, OnoYama e Estrada Parque.

As ações do ano de 2019 neste Projeto concentraram-se na conclusão das Estações Estrada Parque, 106 Sul e 110 Sul, e suas passagens de pedestre e acesso ao METRÔ-DF. Tais investimentos foram cobertos com recursos provenientes da Contrato de Operação de Crédito nº20/00010-3, firmado entre o GDF e o Banco do Brasil.

- Contrato N.º 011/2018 - Conclusão da Estação 106 Sul: A obra encontra-se em sua fase final e a estação está praticamente concluída. A passagem de pedestres está com a estrutura finalizada, em fase de acabamento. O contrato possui um percentual de execução acumulado de 69,27%.
- Contrato N.º 009/2018 - Conclusão da Estação 110 Sul: A obra encontra-se também em sua fase final e a estação está praticamente concluída. A passagem de pedestres está em fase de acabamento. O contrato possui um percentual de execução acumulado de 69,40%.
- Contrato N.º 010/2018 - Conclusão da Estação EPQ: A obra foi concluída, tendo sido o termo de recebimento definitivo lavrado em outubro/2019 com inauguração prevista em 2020.

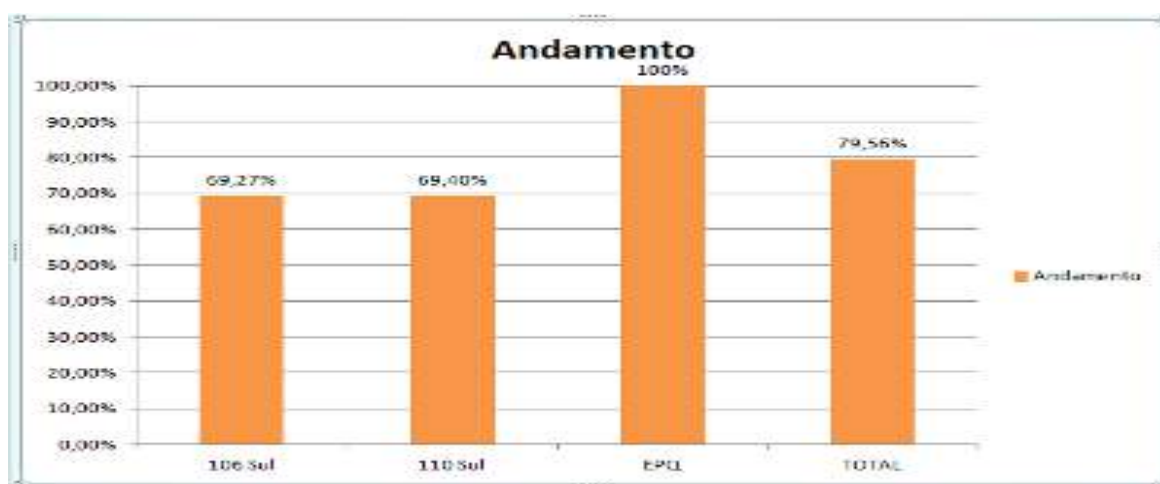


Gráfico 4 - Andamento dos projetos da Implementação da Linha 1

- Contrato N.º 044/2019 - Fornecimento e instalação de elevadores nas Estações 106 e 110 Sul: Os elevadores dos acessos do Eixo W já se encontram instalados. O contrato possui um percentual de execução acumulado de 42,87%.
- Contrato N.º 013/2019 - Fornecimento e instalação das escadas rolantes das Estações 106 e 110 Sul: A entrega das escadas rolantes será adiantada em 3 meses em relação ao cronograma original e deverão ser entregues em março de 2020.

PROJETO 1873 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF:

Neste Projeto foi contemplado apenas o Contrato Nº 018/2017 que trata-se de prestação de serviços especializados de engenharia para a elaboração de estudo, modelagem e macrossimulação da demanda por transportes públicos sobre trilhos em Brasília com a finalidade de atualização e da obtenção de dados referentes ao transporte no Distrito Federal. Tais informações são necessárias para realização de macrossimulações do desempenho operacional dos projetos de expansão do metrô e da implantação de Linhas do VLT, que subsidiarão a posterior elaboração dos respectivos Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental - EVTEAs e Projetos Funcionais, fundamentais às materializações desses empreendimentos, previstos no Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal (PDTU/DF) e Plano de Desenvolvimento do Transporte Público Sobre Trilhos do Distrito Federal (PDTT/DF). Sendo assim, a produção e atualização de dados de demanda fornecerão subsídios técnicos específicos e indispensáveis à definição da rede do sistema de transporte sobre trilhos no Plano Piloto de Brasília e nas demais áreas atingidas por esses projetos metroferroviários, bem como à hierarquização das infraestruturas de transporte prioritárias aos investimentos do METRÔ-DF.

Tal estudo foi finalizado em 2019, e dentre as atividades realizadas podemos destacar:

- Avaliação dos Estudos Existentes, Caracterização da AID - Área de Influência Direta e Lançamento dos Traçados. Os principais estudos associados à mobilidade urbana e que orientaram a elaboração do estudo;
- Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT);
- Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal e Entorno (PDTU/DF);
- Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD);
- Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (PTU/DF);
- Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal (PMU/DF);
- Plano de Desenvolvimento do Transporte Público Sobre Trilhos do Distrito Federal (PDTT/DF);

O potencial de captação de demanda de usuários do transporte público de uma região metropolitana está intrinsicamente ligado à área de influência direta (AID) dos pontos de acesso do sistema (pontos de parada, estações e terminais). A definição da AID de cada ponto de acesso auxilia a identificar as lacunas e as sobreposições da oferta de transporte público, sendo que se observa um raio de acessibilidade a pé em torno das estações.

- Criação da Rede Básica Fundamental: A rede proposta atende a grande parte dos chamados Anéis de Atividades e Polos Multifuncionais, de Dinamização de Espaços Urbanos e de Revitalização de Conjuntos Urbanos propostos no PDOT/DF;
- Relatório das Pesquisas de Tráfego: A pesquisa de contagem permitiu identificar alguns pontos de atenção referentes ao conflito de fluxos veiculares e ao possível impacto da retirada de faixas de rolagem. Já com a pesquisa de velocidade foi possível identificar alguns dos gargalos atuais e locais com maior incidência de congestionamento;
- Modelagem do Horizonte Base e Expansão da Demanda para Horizontes Futuros: Os resultados expostos ao longo do relatório mostram que o sistema de transporte público e privado do Distrito Federal possui uma série de ineficiências e, conseqüentemente, potenciais de melhoria. O transporte público conta com uma linha de metrô com dois

ramais e com um sistema de ônibus que poderiam funcionar com graus de integração e racionalização maiores que os atualmente observados;

- Modelagem do Horizonte Futuro e Resultado de Carregamento e Operacionais: O relatório apresentou análise de cenários relativos ao desenho e à operação do sistema de transporte público sobre trilhos, mais especificamente as linhas de VLT 1 (Avenida Hélio Prates – EPCL – Eixo Monumental) e 2 (Aeroporto – Terminal Asa Sul – Via W3 – Terminal Asa Norte), bem como a avaliação dos resultados e indicadores da modelagem da rede proposta nos horizontes futuros de 5, 10 e 20 anos;
- Avaliação Financeira dos Cenários: A avaliação financeira apresentada no relatório, elaborada a partir dos resultados obtidos nas frentes anteriores, teve por objetivo estudar os custos, as receitas e a remuneração relacionados à implantação e operação do sistema de VLT em Brasília, analisando especificamente as linhas VLT1 (Av. Hélio Prates – EPCL – Eixo Monumental – Esplanada dos Ministérios) e VLT 2 (Aeroporto – Terminal Asa Sul – Via W3 – Terminal Asa Norte). O estudo foi realizado de forma a proporcionar uma base técnica para avaliação da viabilidade desses projetos.

AÇÃO 2756 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO:

Na Atividade de Manutenção e Funcionamento do Sistema Ferroviário concentram-se todos os gastos necessários para a operação do sistema, sejam eles de manutenção ou operação.

Nas atividades de manutenção no decorrer de 2019, destacamos as ações abaixo:

1. Troca de jacarés dos aparelhos de mudança das Vias - AMV'S: O AMV representa uma área crítica, que normalmente está sujeita a maiores esforços que o restante da via. Por isso o seu desgaste é mais acelerado, logo torna-se necessário sua substituição quando for impossível a recuperação da peça em campo. Após inspeções foram trocados 6 jacarés ao custo de R\$ 200 Mil.



Figura 4 - Troca de Aparelhos de mudança das Vias



Figura 5 - Aparelhos de mudança das Vias



Figura 6 - Troca de Aparelhos de mudança das Vias

2. Alinhamento, nivelamento, socaria mecanizada e regulação de lastro de Via

- Contrato N.º 026/2018 - O objetivo deste serviço foi realizar a correção geométrica de toda a via permanente, garantindo as condições ideais para a circulação dos trens com conforto e segurança. Tal prestação de serviço foi executada pela última vez em 2011 e contratado novamente em 2018 com a conclusão das atividades em agosto de 2019. Custou aos cofres públicos o montante de R\$ 3,9 milhões. Vale destacar que o intervalo ideal para contratação de tal serviço é em média 3 (três) anos.



Figura 7 - Serviços de Alinhamento de Via

3. Aquisição de Máquina Socadora Autoportante: A socaria do lastro é uma atividade essencial para a manutenção da via permanente, tendo por objetivo nivelar e alinhar a via, além de corrigir os defeitos de geometria. A máquina socadora autoportante adquirida pela Companhia em março de 2019 proporcionará a qualidade e produtividade do serviço executado.



Figura 8 - Máquina Socadora

4. Manutenção de elevadores e escadas rolantes: Contrato Nº 022/2014 - A manutenção de elevadores e escadas rolantes tem por objetivo assegurar a vida útil dos equipamentos, além da disponibilidade operacional do subsistema, mantendo as condições de segurança, conforto e higiene para os usuários do Metrô. Durante o ano de 2019 foram trocados 13 pisos de elevadores nas Estações 108 Sul e 112 Sul em virtude de vandalismo ocorrido em exercícios anteriores, o desembolso foi de R\$ 153 Mil, onerando ainda mais o custo com a manutenção.

5. Inspeção de toda via com Ultrassom: A inspeção foi realizada em abril de 2019, tal serviço compreende a busca por defeitos/fraturas no interior dos trilhos. Os resultados são fornecidos em forma de relatório, e apresentam os defeitos classificados por tipo e gravidade contribuindo assim para programação de correções priorizando os defeitos mais notáveis. Salienta-se que todas as falhas graves foram sanadas no início de 2019 e no decorrer dessas atividades não foram relatados mais nenhuma falha grave, especialmente na via permanente.

6. Alívio de Tensão no Trecho "CURVÃO 250": Executado no mesmo dia da troca do jacaré do AMV X-27, em março de 2019, o alívio de tensão visa corrigir o desalinhamento encontrado neste trecho devido à dilatação dos trilhos com a temperatura, entre as Estações Ceilândia Sul e Centro Metropolitano - Via 02.

7. Troca de trilhos no Trecho "CURVÃO 250": É o trecho mais crítico do Metrô-DF, localizado entre as Estações Ceilândia Sul e Centro Metropolitano - Via 02, detectou-se que, além do alívio de tensão foi necessário realizar a substituição dos trilhos internos de ambas as vias devido ao seu desgaste e corrugação excessiva;



Figura 9 - Troca de Trilhos

A Área Operacional desempenha diversas atividades voltadas para o aprimoramento no atendimento ao público, destacamos abaixo algumas ações que refletem diretamente no atendimento ao usuário, quais sejam:

1. Acompanhamento de Pessoas com Deficiência:

Diariamente o Metrô-DF auxilia centenas de pessoas com deficiência que desejam utilizar o sistema metroviário. Comumente essas pessoas são abordadas no acesso da estação, cabendo ao empregado oferecer a ajuda que o usuário deseja receber, tais como: orientação do funcionamento do sistema, regras de segurança para embarque e desembarque, auxílio no embarque e recepção na estação de destino, etc. O serviço prestado pelo Metrô-DF, por meio de seus empregados operacionais, envolve agentes de segurança e estação que auxiliam no embarque e desembarque, pilotos, bem como os empregados do Centro de Monitoramento

da Segurança – CMS e Centro de Controle Operacional – CCO que monitoram toda a viagem desses usuários.

É importante frisar que em 2018 o METRÔ- DF auxiliou 19.748 usuários a utilizar o sistema metroviário. Em 2019, foram auxiliados 25.533 usuários, o que significa um aumento de 29,29% em relação ao ano anterior.

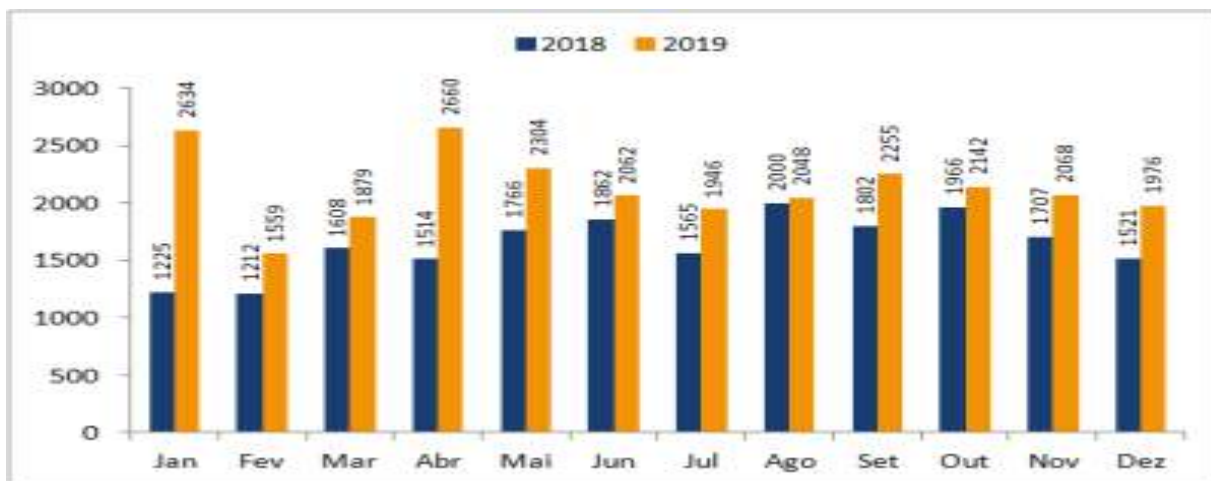


Gráfico 5 - Acompanhamento de Pessoas com Deficiência

2. Atendimento em Primeiros Socorros:

É a ocorrência em que o usuário acometido de mal físico ou emocional carece de atendimento pré-hospitalar. Os atendimentos realizados pelos empregados são dos mais variados tipos, tais como: mal estar simples, pressão baixa, realização de partos, parada cardiorrespiratória, encaminhamento de pessoas com fraturas, vítimas de perfurações por projéteis e/ou objeto pontiagudo, etc.

Em alguns casos, o atendimento realizado inclui pessoas que não estão utilizando o sistema, mas que se dirigem às estações procurando o auxílio dos empregados da Companhia. Para os casos mais graves, o Centro de Monitoramento da Segurança – CMS e/ou o Centro de Controle Operacional – CCO acionam os demais órgãos que prestam serviço emergencial (SAMU / CBMDF) por meio do canal direto com o Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB. Cumpre notar que em 2018, o Metrô-DF atendeu 2.010 usuários dos quais 624 foram encaminhados ao serviço de emergência hospitalar. Em 2019, foram atendidos 2.425 usuários, com 792 encaminhamentos, o que representa um aumento de 32,66% nos atendimentos em primeiros socorros realizados pela Companhia. Já os encaminhamentos registraram um aumento de 21,21%.

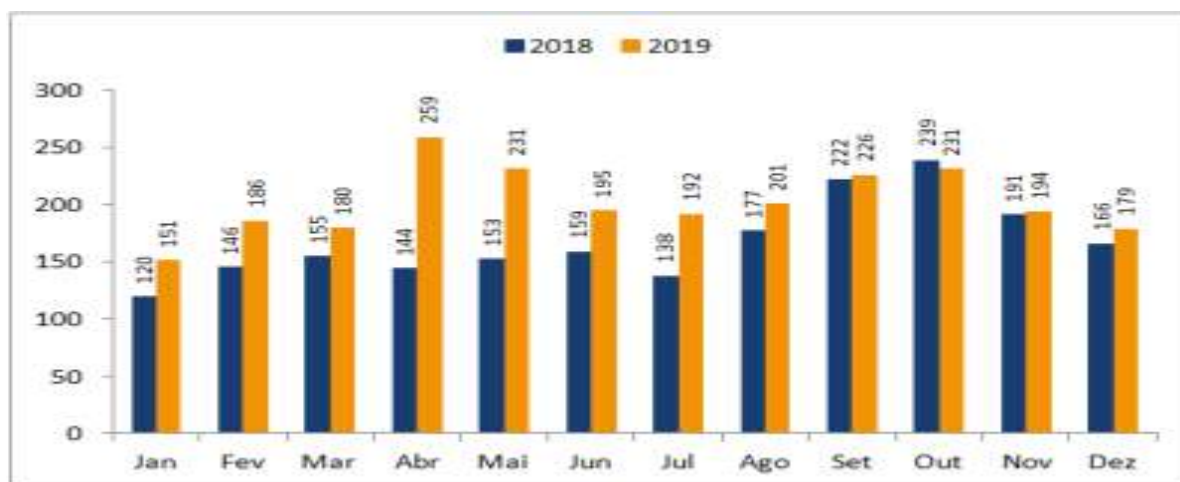


Gráfico 6 - Atendimento em Primeiros Socorros

3. Encaminhamento de Pessoas:

O Metrô-DF presta serviço de auxílio às pessoas em situações de risco, perdidas ou a possíveis vítimas de abusos (idosos abandonados, crianças e adolescentes que sofrem agressões, pessoas perdidas no sistema com perda de memória, etc). Nesses casos, comumente o Corpo de Segurança Operacional conduz esses usuários aos Albergues, aos Conselhos Tutelares, às Promotorias de Justiça, às Delegacias de Polícia ou, quando necessário, aos respectivos responsáveis. O serviço prestado visa garantir que o auxiliado seja devidamente atendido pelo Estado, sendo acolhido em órgão especializado que possa prestar a devida assistência física/emocional.

Em 2019, detectou-se um leve aumento de 12,82% nos encaminhamentos realizados pelo Corpo de Segurança Operacional, que totalizaram 44 auxílios prestados pela Companhia. Em 2018, no mesmo período, foram auxiliados 39 usuários.

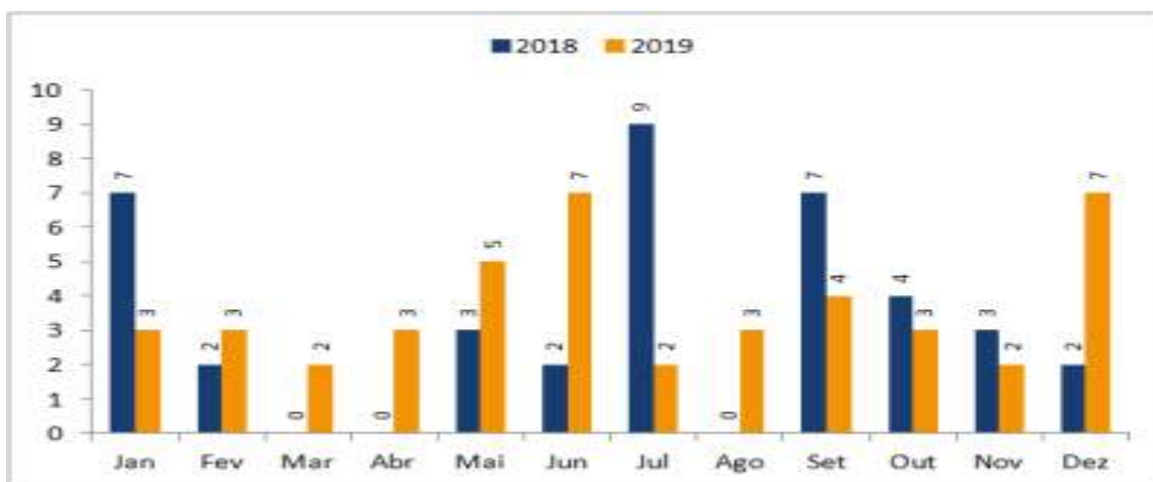


Gráfico 7 - Encaminhamento de Pessoas

4. Boletim de Ocorrência:

O registro de Boletim de Ocorrência se faz necessário quando há ocorrências com o cometimento de crime ou contravenção penal dentro do sistema metroviário. Em suma, são as ocorrências que, devido à previsão em ordenamento jurídico penal, exigem, via de regra, que o infrator seja encaminhado à Delegacia de Polícia ou que o fato tipificado penalmente seja levado ao conhecimento da autoridade policial. Ex.: Dano ao Patrimônio, Pichações, etc.

Em 2018 foram contabilizados 372 BOs. Já em 2019, no mesmo período, foram contabilizadas 376 ocorrências, o que significa um aumento de 1,08% no número de ocorrências operacional registradas.

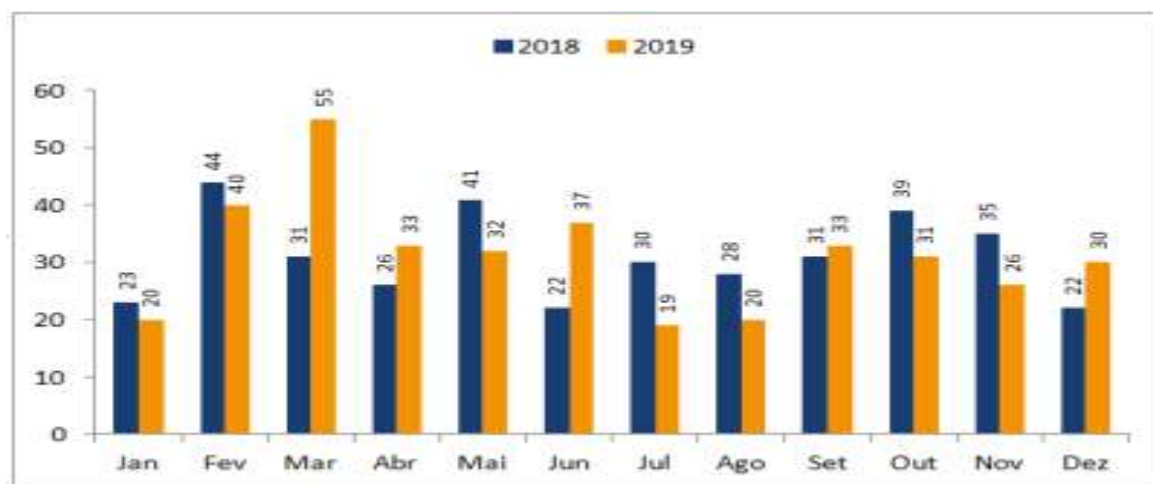


Gráfico 8 - Boletim de Ocorrência

5. Recolhimento de Mercadorias (Comércio Ambulante): Diariamente o Corpo de Segurança Operacional realiza fiscalização no interior dos trens da Companhia a fim de, entre outras ações preventivas, coibir o comércio irregular no interior do sistema. Conforme o Decreto Distrital nº 26.516/2005, a atividade comercial no interior do sistema que ocorra sem a autorização da Companhia pode acarretar ao infrator, dentre outras sanções, o recolhimento de sua mercadoria.

Nota-se que no ano de 2019 houve redução considerável do número de mercadoria apreendida, haja vista o aumento nas ações de fiscalizações realizadas pelos empregados do CSO. Em 2018 foram registradas 322 apreensões de mercadoria. Em 2019, no mesmo período, foram registradas 204 apreensões, ou seja, 36,65% a menor que no ano anterior.

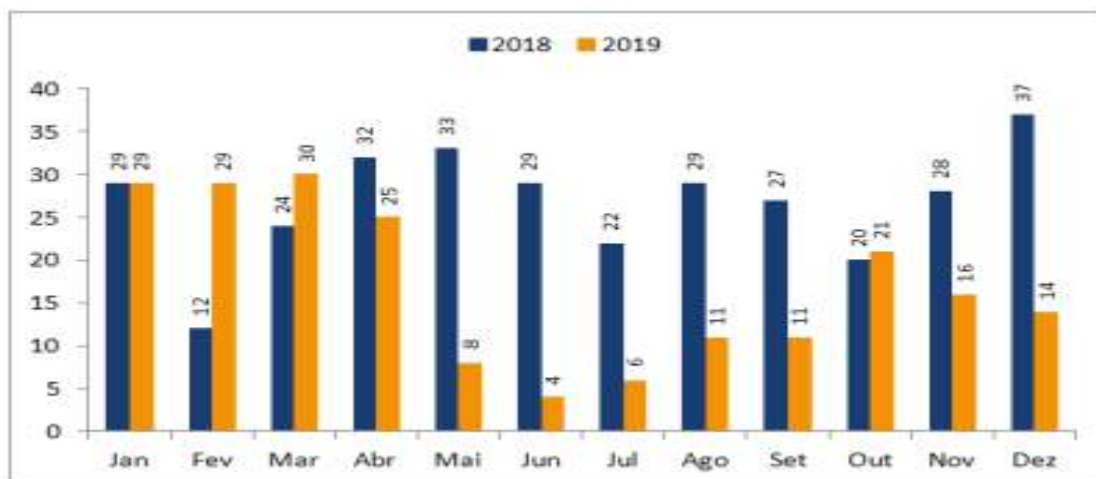


Gráfico 9 - Recolhimento de Mercadorias

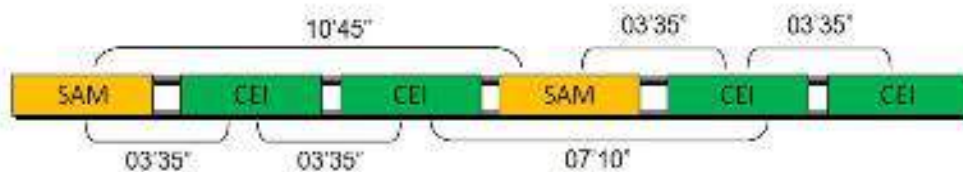
6. Viagens Realizadas: Em 2019 o Metrô-DF realizou um total de 112.937 viagens frente a 126.350 programadas, o que corresponde a uma execução de 89,38%. Em 2018 esse índice foi de 96,55%.

A diminuição das viagens realizadas pode ser atribuída a maior greve já realizada pelos metroviários, que durou de 02/05/2019 até 17/07/2019. Além disso, nos períodos de férias escolares, a oferta de trens foi reduzida para um total de 22 trens nos horários de pico devido à redução da demanda decorrente ao período de férias letivas, entre 24/12/2018 e 08/02/2019. No período de férias escolares do meio do ano de 2019 não houve redução na oferta de trens devido à greve dos metroviários.

Desde 25 de março de 2019 houve a alteração do Programa Horário (PH) com ampliação do horário operacional, tendo a operação início a partir das 05h30 nos dias úteis e sábados, exceto aos domingos e feriados. Não houve alteração no número de viagens programadas devido a ajustes realizados nos horários de injeção e recolhimento de trens. Em 20 de outubro de 2019 houve nova alteração no PH, com ampliação dos horários de pico nos dias úteis e sábados e redução do número de trens no vale noturno de 10 para 9, devido à baixa demanda, e ainda em 19 de novembro de 2019 houve nova redução no número de trens no vale noturno de 9 para 8 trens.

A oferta de serviços se manteve no mesmo nível dos anos anteriores, ocorrendo variação apenas no período de férias. A demanda nos horários de pico também se manteve sem alterações significativas, reforçando a necessidade de manutenção da circulação na configuração Y2.

Horário de Pico	Ceilândia	Ceilândia	Samambaia	Ceilândia	Ceilândia	Samambaia
	07:10"	03:35"	10:45"	07:10"	03:35"	10:45"



SAM: Trem com destino Terminal Samambaia – Ramal Samambaia (Linha Laranja).

CEI: Trem com destino Terminal Ceilândia – Ramal Ceilândia (Linha Verde).

Figura 10 - Demonstração dos horários de pico

7. Lugares Ofertados: Respeitando os limites de conforto estabelecidos pelos fabricantes, nossos trens tem capacidade para 1.082 passageiros ao mesmo tempo. Quando multiplicamos 1.082 pela quantidade de viagens realizadas pelos nossos trens obtemos os lugares ofertados.

Por ser um reflexo do número de viagens realizadas, nos períodos em que houve greve dos metroviários ou em que houve redução na oferta de trens em virtude da redução da demanda nos períodos de férias escolares, ocorreu uma redução no número de lugares ofertados, perceptível especialmente em maio, junho e julho de 2019.

8. Taxa de Ocupação: A Taxa de Ocupação representa o percentual dos lugares ofertados que foram ocupados por usuários. Para obtermos este dado basicamente dividi-se o número de passageiros transportados pelo número de lugares ofertados.

A Taxa de Ocupação apresentou um crescimento de 2017 para 2018, de 30,05% para 31,55%, de 2018 para 2019 alcançou o índice de 35,02%, impulsionado pelo aumento do número de usuários transportados com a manutenção do número de viagens ofertadas e, em especial, pela greve dos metroviários entre maio e julho de 2019.

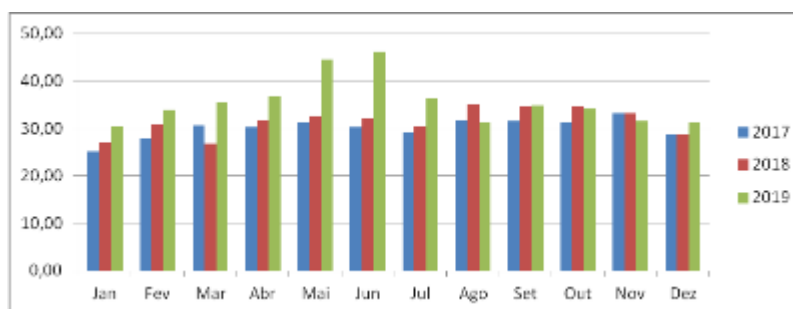


Gráfico 10 - Taxa de Ocupação

9. Índice de Passageiros por Quilômetro - IPK : Tal índice é determinado a partir da divisão do número de passageiros transportados por mês pela quilometragem operacional percorrida pelos trens. O IPK apresentou um crescimento de 9,56 em 2017 para 10,81 em 2018, e por último para 11,98 em 2019, impulsionado pelo aumento do número de usuários transportados e, em especial, pela greve dos metroviários entre maio e julho de 2019.

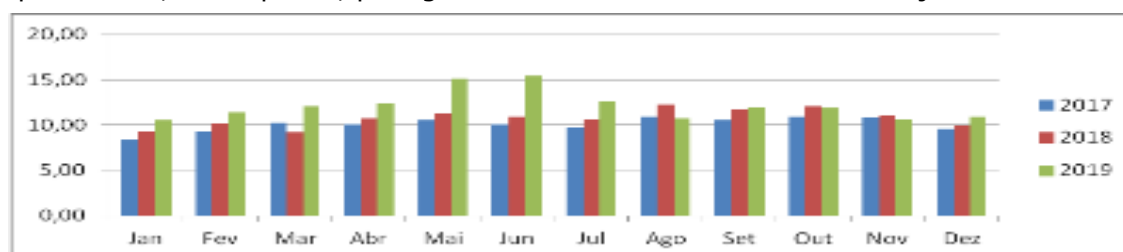


Gráfico 11 - Índice de Passageiros por Quilômetro

PROJETO 3277 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO:

No decorrer de 2019 foi dada continuidade à execução dos itens da Modernização dos Sistemas Metroviário, haja vista que o sistema em uso encontra-se obsoleto e degradado. Tais investimentos foram cobertos com recursos provenientes da Contrato de Operação de Crédito nº20/00010-3, firmado entre o GDF e o Banco do Brasil. Quais sejam:

- Contrato N.º 012/2015: Modernização da radiotelefonia - Buscando manter altos padrões de segurança para seus usuários e o sistema como um todo o contrato prevê instalação de um sistema de rádio mais potente e moderno que o atualmente utilizado, eliminando as zonas de sombra que existem hoje. Os equipamentos já se encontram totalmente implantados. Os operadores do sistema foram treinados e os testes finais estão sendo executados. O contrato possui um percentual de execução acumulado de 76,41%.
- Contrato N.º 027/2016: Modernização do sistema de transmissão de dados - A implantação da modernização do STD encontra-se concluída e o sistema está em fase de testes finais preparatórios para a operação assistida. A migração dos sistemas para a nova rede já foi iniciada. O contrato possui um percentual de execução acumulado de 75,53%.
- Contrato N.º 028/2016: Modernização da telefonia fixa - A implantação dos equipamentos encontra-se em fase de conclusão, já em fase de testes. O contrato possui um percentual de execução acumulado de 81,78%.
- Contrato N.º 029/2016: Modernização da sonorização: Os equipamentos foram substituídos, de forma a melhorar a qualidade sonora nas estações para os usuários, sendo possível transformar esse meio em mais uma forma educacional e de prevenção de acidentes. A implantação encontra-se avançada. Os testes já foram iniciados. O contrato possui um percentual de execução acumulado de 81,76%.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
1734 - ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - METRÔ	%	35	31/12/2016	ANUAL	-	-	75	92,85	85	42	100	0	METRÔ/UNO 26206/OE 5 / UNO 26206 / OE 5
<p>Justificativa: 2017 - Índice alcançado em 2016: 46,87%. Índice alcançado em 2017: 92,85%</p> <p>2018 - Para o índice de 42% do cumprimento da meta levou em consideração a premissa de que não ficou estabelecido, no momento da formalização do acordo de resultado, os critérios de avaliação. Sendo assim, ficou estabelecido o uso de valor médio da soma do percentual de execução, conforme documento da Diretoria Técnica do Metrô-DF, de dez/2018 de todos os projetos.</p> <p>2019 - O indicador não foi aferido, devido a ausência do instrumento acordo de resultados. Foi inserido no PPA por força do Decreto nº 37.573, de 25/08/2016, o qual instituiu o modelo de gestão para resultados do DF. O referido decreto implantava a operacionalização do planejamento, alinhamento execução e monitoramento da estratégia. Com a eleição em 2018, o governo se concentrou no período de encerramento da gestão, não realizando nova pactuação do acordo.</p>													
1729 - NÚMERO DE OCORRÊNCIAS QUE CAUSARAM INTERRUPÇÃO DO SISTEMA	UNIDADE	45	31/12/2016	MENSAL	-	-	45	73	38	49	35	58	METRÔ/UNO 26206/OE 4 / UNO 26206 / OE 4
<p>Justificativa: 2017 - Em 2016, foram registrados 56 Incidentes Notáveis. Em 2017, ocorreram 73 Incidentes Notáveis.</p> <p>2018 - Diversas ações contribuíram para o fortalecimento dos serviços operacionais e de manutenção, bem como, viabilizaram o investimento sistematizado em equipamentos, peças sobressalentes e contratações de serviços. Como resultado obtivemos uma melhora substancial nas manutenções preventivas e corretivas dos sistemas, resultando na prestação de um serviço de maior qualidade aos nossos clientes. Contudo, devido a limitações de créditos alguns projetos ainda não foram implantados.</p> <p>2019 - Em 2019 foram registrados 58 Incidentes Notáveis provocados por falhas em equipamentos/sistemas do METRÔ-DF. As falhas presentes no Sistema de Rádio UHF/VHF contribuíram para um tempo maior na atuação no sentido de normalização das ocorrências devido à sua inoperância total ou parcial em diversos pontos do Sistema, dificultando as comunicações entre o centro de Controle e com as áreas de estações, segurança e tráfego.</p>													
1664 - NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELO METRÔ (MÊS X 1000)	UNIDADE	3.474	31/12/2015	MENSAL	4160	2996	3.626	3.050	3.916	3.549	4.112	3.570	METRÔ / UNO 26206/OE 4 / UNO 26206 / OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - Em 2016, a média foi de 2,99 milhões de usuários. Verificou-se assim, que a diminuição de usuários em relação a 2015 ocorreu devido a ampla greve dos metroviários que durou 72 dias (junho, julho e meados de agosto) refletindo uma redução de 13,76%.</p> <p>2017 - Em 2017, a média foi de 3,05 milhões de usuários ao mês, contra uma média mensal de 2,99 milhões em 2016. Verificou-se um pequeno aumento 2% entre os dois períodos. A manutenção da média entre os dois anos pode ser creditada à redução da oferta de viagens devido às greves, que no ano de 2016 ocorreu nos meses de junho, julho e agosto, e em 2017 nos meses de novembro e dezembro, além de paralisações pontuais nos meses de abril e junho.</p> <p>2018 - O METRÔ-DF transportou, em 2018 uma média de 3,55 milhões de usuários ao mês, contra uma média mensal de 3,05 milhões em 2017. Verificou-se uma variação de 12,74% entre os dois períodos, totalizando 42.582.991 usuários transportados ao longo do ano de 2018, segundo os dados apurados junto sistema de Business Intelligence (Qlick Sense). O aumento verificado pode ser creditado à não ocorrência de movimento grevista, que no ano de 2017 ocorreram nos meses de novembro e dezembro.</p> <p>2019 - O METRÔ-DF transportou, em 2019 aproximadamente 3,57 milhões de usuários ao mês, contra uma média mensal de 3,55 milhões em 2018. Mesmo com a greve de 77 dias ocorrida em 2019, verificou-se uma variação de 0,56% entre os dois períodos, totalizando 42.865.561 usuários transportados ao longo do ano de 2019, segundo os dados apurados junto ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Relatório Sintético Demanda por Linha SBA/DFTrans.</p>													
1728 - ÍNDICE DE REGULARIDADE	%	96	31/12/2015	MENSAL	-	-	97	91,64	97	96,56	97	89,38	METRÔ/ UO 26206/ OE 4 / UO 26206 / OE 4
<p>Justificativa: 2017 - Em 2017, foram realizadas um total de 112.584 viagens frente a 122.853 programadas, o que corresponde a uma execução total de 91,64%. A prolongada greve, que ocorreu entre 06/11 e 18/12, foi a responsável pela execução inferior à programação. Durante os meses de janeiro e fevereiro, a oferta de trens foi reduzida para um total de 22 trens nos horários de pico, ofertando um serviço melhor em relação ao ano de 2016, quando a oferta foi reduzida para 20 trens.</p> <p>2018 - Em 2018 o Metrô-DF realizou um total de 117.805 viagens frente a 122.004 programadas, o que corresponde a uma execução total de 96,56%. No período entre 26/12/2017 até 18/02/2018 e entre 16/07 a 27/07/2018 a oferta de trens foi reduzida para um total de 20 trens nos horários de pico por conta da redução da demanda devido ao período de férias letivas. Durante a realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA ocorreram operações diferenciadas nos dias de jogos, nos horários de pico e vale.</p> <p>2019 - No exercício de 2019, o METRÔ-DF realizou um total de 112.937 viagens frente a 126.350 programadas, o que corresponde a uma execução de 89,38%. A diminuição das viagens realizadas, quando comparada a 2018, pode ser atribuída a maior greve já realizada pelos metroviários: 77 dias. Além disso, nos períodos de férias escolares, a oferta de trens foi reduzida para um total de 22 trens nos horários de pico devido à redução da demanda decorrente ao período de férias letivas.</p>													
1663 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ	%	86	31/12/2014	ANUAL	86	0	86	85	86	0	90	0	METRÔ / UO 26206 / OE 4 / UO 26206 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Em 2016, em razão das limitações orçamentárias do GDF, a pesquisa de Satisfação foi realizada no final de dezembro e os resultados serão finalizados no mês de fevereiro do ano corrente.</p> <p>2017 - O índice alcançado refere-se ao ano de 2016, visto que o relatório final da Pesquisa de Satisfação dos Usuários foi divulgado em Julho de 2017. Durante a coleta foram aplicadas 2.926 entrevistas, nas 24 estações do Metrô-DF, nos 7 (sete) dias da semana, em horário de pico e não-pico. Em razão das limitações orçamentárias, a contratação da Pesquisa referente a 2017 foi homologada em 18/01/2018, com previsão de entrega do resultado em Abril/2018.</p> <p>2018 - Em 2018 o procedimento licitatório para a contratação da Pesquisa de Satisfação do Usuário não foi concluído dentro do prazo estimado, devido a necessidade de adequação à Lei nº. 13.303/2016.</p> <p>2019 - 2019 - As tratativas para contratação da Pesquisa de Satisfação com os usuários, que retorna o indicador supramencionado, teve início em setembro de 2019, no entanto, devido a escassez de recursos orçamentários/financeiros, não houve prosseguimento dos trâmites relativos à contratação. A previsão para aferição deste indicador é março de 2020, caso a contratação e realização dos serviços transcorra dentro da normalidade.</p>													
1651 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ	%	86	31/12/2014	Annual	86	0	86	85	86	0	90	0	METRÔ / UO 26206/ OE 1 / UO 26206 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Em 2016, em razão das limitações orçamentárias do GDF, a pesquisa de satisfação foi realizada no final de dezembro e os resultados serão finalizados no mês de fevereiro do ano corrente.</p> <p>2017 - O índice alcançado refere-se ao ano de 2016, visto que o relatório final da Pesquisa de Satisfação dos Usuários foi divulgado em Julho de 2017. Durante a coleta foram aplicadas 2.926 entrevistas, nas 24 estações do Metrô-DF, nos 7 (sete) dias da semana, em horário de pico e não-pico. Em razão das limitações orçamentárias, a contratação da Pesquisa referente a 2017 foi homologada em 18/01/2018, com previsão de entrega do resultado em Abril/2018.</p> <p>2018 - Em 2018 o procedimento licitatório para a contratação da Pesquisa de Satisfação do Usuário não foi concluído dentro do prazo estimado, devido a necessidade de adequação à Lei nº. 13.303/2016.</p> <p>2019 - 2019 - As tratativas para contratação da Pesquisa de Satisfação com os usuários, que retorna o indicador supramencionado, teve início em setembro de 2019, no entanto, devido a escassez de recursos orçamentários/financeiros, não houve prosseguimento dos trâmites relativos à contratação. A previsão para aferição deste indicador é março de 2020, caso a contratação e realização dos serviços transcorra dentro da normalidade.</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	6000000,0	6000000,00	4965420,23	4965420,23
0002 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	6000000,0	6000000,00	4965420,23	4965420,23
9050 - RESSARCIMENTO, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2350000,0	2682840,00	1973313,24	1937468,22
6140 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	2350000,0	2682840,00	1973313,24	1937468,22
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	8350000,00	8682840,00	6938733,47	6902888,45

Em 2019 foram efetuados pagamentos nas Ações de Operação Especial, conforme quantitativo detalhado abaixo:

PAGAMENTO	2018	2019
Sentenças Judiciais	196	91

Ressarcimentos de servidores do GDF e União	15	21
Indenização de transporte para empregados	6.394	3.602
TOTAL	6.605	3.714

Tabela 2 - Quantidade de pagamentos realizados

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	170237521,0	202207721,00	196267500,69	195662027,00
6139 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	170237521,0	202207721,00	196267500,69	195662027,00
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	32830000,0	23921000,00	22812666,06	22801357,53
6138 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-METRÔ- ÁGUAS CLARAS	32830000,0	23921000,00	22812666,06	22801357,53
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6700000,0	4863620,00	4813273,37	3998593,47
6137 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-METRÔ-ÁGUAS CLARAS	6700000,0	4863620,00	4813273,37	3998593,47
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	350000,0	500000,0	498750,0	498750,0
2497 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-METRÔ- ÁGUAS CLARAS	350000,0	500000,0	498750,0	498750,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2300000,0	1411764,00	1367448,77	1316200,50
2577 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	2300000,0	1411764,00	1367448,77	1316200,50
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	200000,0	0,0	0	0
0020 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	700000,0	390590,0	390589,26	282711,50
6131 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - METRÔ- ÁGUAS CLARAS	600000,0	350590,0	350589,26	282711,50
7909 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA - METRÔ- ÁGUAS CLARAS	100000,0	40000,0	40000,0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	6240000,0	6550000,0	6549990,83	6023537,76

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5286 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	6240000,0	6550000,0	6549990,83	6023537,76
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	219557521,00	239844695,00	232700218,98	230583177,76

ATIVIDADES 8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL e 8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS:

Em 2019 houve deflagração de greve dos metroviários, no período de 02/05/2019 até 17/07/2019, que representa 77 (setenta e sete) dias.

Todos os benefícios previstos no ACT 2017/2019, inclusive alguns proventos (anuênio e quebra de caixa), deixaram de vigorar em 09/07/2019, contudo, em 05/11/2019, a Companhia foi notificada da Ação de Cumprimento nº 0000875-45.2019.5.10.0019, que deferiu tutela antecipada para pagamento de benefícios previstos na sentença normativa prolatada nos autos do Dissídio Coletivo nº 0000373- 66.2019.5.10.000.

Em cumprimento às decisões judiciais em ações que foram impetradas individualmente, foi deferido o cumprimento da Cláusula 18ª, da Sentença Normativa, que trata da alteração em CTPS da jornada de trabalho dos pilotos para 30 horas semanais (6 horas diárias). A Diretoria Colegiada do Metrô-DF, em sua 1113ª Reunião Ordinária, de 30/09/2019, decidiu que a jornada de trabalho dos pilotos permaneceria em 6 (seis) horas diárias, cabendo à Companhia aguardar o resultado do julgamento do recurso interposto no dissídio coletivo para definir a questão.

Além disso, em 26/12/2019 a Diretoria Colegiada do Metrô-DF, na 1266ª Reunião Ordinária, decidiu aprovar o Parecer SEI-GDF nº 245/2019 – Metrô-DF/PRE/PJU, que asseverou a obrigatoriedade de despedida sem justa causa de todos os empregados do Metrô-DF que já se encontravam aposentados, diante da impossibilidade de acumulação dos salários pagos pela Companhia com proventos de aposentadoria decorrente de empregos públicos, além da impossibilidade de continuidade na função pública sem novo concurso público para cada emprego, visto que tais demissões acarretarão significativa economia de recursos a esta Companhia, justo motivo reconhecido no Parecer 45/2016-PRCON/PGDF.

AÇÃO 4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES:

A tabela abaixo demonstra o quantitativo de empregados da Área Meio que foram capacitados em 2019 com recursos oriundos do Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado com o SENAI-DF, bem como por meio da realização de Instrutorias Internas.

ÁREA MEIO	ANO 2019
Sem Instrutoria	158
Com Instrutoria	238
TOTAL	396

Tabela 3 - Instrutorias área meio

AÇÃO 2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS:

Durante o ano de 2019, foram realizadas atividades de manutenção preventiva e corretiva das edificações do Metrô-DF, com vistas a garantir a preservação do patrimônio público e manter a continuidade dos serviços oferecidos pela Companhia.

1. Substituição e Impermelização das telhas e dos rufos: Foram realizadas as substituições das impermeabilizações e substituições de telhas, calhas e rufos deteriorados. As intervenções realizadas foram motivadas pela ação da equipe técnica da manutenção na

identificação das patologias construtivas nas Edificações (goteiras, vazamentos e presença de umidade, por exemplo), devido à ação das intempéries e à perda de vida útil dos materiais aplicados na construção. As áreas alcançadas foram: CAO, as Estações Terminal Samambaia, Terminal Ceilândia, Shopping e Asa Sul.



Figura 11 - Impermelização das telhas e dos rufos

2. Substituição do Piso Elevado: Com o transcorrer do tempo, a estrutura de sustentação e as placas do piso precisam ser substituídas, visando manter o desempenho do sistema construtivo. Neste sentido, identificou-se os pisos com maior grau de danos para a realização da substituição. Foi realizada a substituição de piso elevado nas Estações Terminal Samambaia, Ceilândia e Central, visando facilitar a passagem de cabos.

3. Impermabilização do Fosso do Elevador da Estação 108 Sul: Durante o período chuvoso em anos anteriores, foi identificada uma infiltração juntamente do afloramento da água da chuva, no fosso do elevador do Eixo L da Estação 108 Sul. Desta forma, foi feita a atuação no local para a eliminação do problema, preservando a estrutura e o equipamento.

4. Substituição de telhas translúcidas: A ação da chuva e do vento nas telhas são aspectos importantes a serem observados. Após a detecção de acúmulo de sujeira e o aparecimento de goteiras no interior das estações, foi realizado o serviço de substituição das telhas translúcidas por novas solucionando os problemas enfrentados pelos usuários e, além disso, proporcionando uma economia de energia elétrica nas estações, visto que o aumento da luminosidade natural que transpassa a nova telha permite que as luzes das plataformas das estações permaneçam desligadas durante o dia. As áreas beneficiadas foram: Estação Águas Claras, Terminal Samambaia e Galpões Rodante e eletromecânico, localizados no Complexo Administrativo e Operacional - CAO.



Figura 12 - Substituição de telhas

5. Substituição de Pastilhas: Devido à ação das intempéries e da perda da vida útil, foi observada pela fiscalização a necessidade de realizar a substituição na Estação Terminal de Samambaia. Dessa forma, pretende-se atingir as demais estações de modo a dar segurança e conforto ao usuário, bem como proteger e garantir o desempenho da estrutura das Estações.



Figura 13 - Substituição de pastilhas

PROJETO 1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Em 2019 foram adquiridos 150 (cento e cinquenta) computadores com vistas a modernização, expansão, segurança e robustez da Infraestrutura do Metrô-DF.

OUTRAS AÇÕES DA COMPANHIA:

O Metrô-DF promoveu visitas guiadas a estudantes dos mais variados graus de ensino, totalizando 110 alunos. Recebeu 17 (dezessete) estudantes para apresentação das Estações Fotovoltaicas e realizou visitas personalizadas a crianças apaixonadas pelo Metrô-DF, que incluíram visitas ao Centro de Controle Operacional – CCO, ao Pátio de Manutenção e à Cabine dos Trens, totalizando 16 (dezesseis) visitas personalizadas.

De janeiro a dezembro de 2019, o Metrô-DF promoveu, por meio do Projeto Educação nos Trilhos, passeios com crianças de escolas públicas do DF, a fim de formar cidadãos e usuários conscientes. Participaram do Projeto o total de 363 (trezentos e sessenta e três) estudantes.



Figura 14 - Passeio com crianças de escolas públicas do DF

Também foi implementada a plataforma de Educação à Distância, estruturada para oferecer todo o potencial de uma ferramenta de aprendizagem online, tendo sido testada com diversos cursos experimentais.

Em 2019 o Metrô-DF passou a contar com uma ferramenta de Banco de Talentos, a fim de conhecer as competências, habilidades, conhecimentos e capacidades de seus empregados com vistas à melhoria da gestão de pessoas.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS

1. Nova Intranet: Lançou-se, em agosto, a nova Intranet. Moderna e funcional, a ferramenta proporcionou uma melhoria na circulação de informações aos empregados do METRÔ-DF. Além das notícias sobre a Companhia, foram integrados à ferramenta o acesso ao Email Corporativo, ao Diário Oficial e ao contracheque, por exemplo. Vários sistemas ligados a diversas áreas estão integrados à Intranet tais como: comunicado de atendimento ao usuário, livros digitais da operação, registro de usuários pela cancela, sistema de registro de treinamentos, registro de objetos perdidos nas estações, sistema de registro de pedidos na campanha de vacinação, sistema de gerenciamento de perícias médicas e sistema para votação da CIPA.

2. Criação de Aplicativo do Horário dos trens: Finalizou-se o aplicativo do METRÔ que vai permitir ao usuário a consulta em tempo real da situação de operação do METRÔ e a consulta dos horários dos trens. Além disso, permitirá também conhecer mais detalhes de todas as estações (distância da estação usando GPS, pontos de interesse, serviços disponíveis etc.), trajeto detalhado, registro de manifestações na ouvidoria do DF e informações gerais sobre o METRÔ-DF. O aplicativo foi desenvolvido pela Companhia sem necessidade de qualquer investimento financeiro.

3. Novos Painéis de Destino de Trens - PDT's: Realizou-se a manutenção e a implementação de novos Painéis de Destino de Trens (PDT's), que determinam o horário de chegada dos trens e estipulam os minutos que faltam para que esse chegue à plataforma. Assim, todas as estações operacionais do METRÔ-DF passaram a dispor desse recurso facilitando assim a utilização do transporte pelo usuário.

4. Sistema de Business Intelligence – B.I. do METRÔ-DF: Foi alimentado com novos dados que proporcionaram o fornecimento de novas informações gerenciais no âmbito de Recursos Humanos, tais como: relatórios de movimentação de pessoal, folha de pagamento e aspectos demográficos;

5. Formulários eletrônicos: Os formulários foram criados a fim de facilitar os registros e o trabalho dos operadores da Torre do Pátio Águas Claras, com a criação do Controle de Entrega de trens entre a Operação e Manutenção. Os resultados obtidos através desse trabalho levaram a criação de mais ferramentas, como: Controle de manobras, Controle de Recolhimento e injeções de trens. Foram obtidos os seguintes resultados e benefícios:

- Agilidade nas atividades;
- Abolição dos formulários impressos e economia de matérias;
- Melhora na busca de informações antigas;
- Melhor confecção de relatórios.

6. Aplicativo "Falha de trem": Após muita dedicação, estudos, testes e pesquisas, os primeiros resultados são animadores. Foram desenvolvidas várias versões até chegarmos ao resultado atual, que ainda continua em construção. Projetado para ser uma ferramenta pedagógica que facilite e incentive a aut capacitação dos empregados do Tráfego e Controle Operacional, tal aplicativo possui as seguintes funcionalidades:

- Conteúdo dos Procedimentos Operacionais para atuação em falhas dos trens Série 1000 e 2000.
- Consulta à escala de trabalho dos próximos anos.
- Telefones úteis relacionados à operação.
- Acesso ao SEI

7. Modernização do Centro de Controle Operacional - CCO



Figura 15 - Modernização do Centro de Controle Operacional - CCO

O Centro de Controle Operacional (CCO) do Metrô-DF foi modernizado e ganhou novo layout após a aquisição do sistema de videowall e novo mobiliário. O sistema de videowall possui 26 monitores de 55 polegadas. Ao todo, são 15 metros de largura e 27 megapixels de resolução que permitem uma ótima visualização dos sistemas disponíveis, qualquer que seja a posição do observador na Sala de controle. A concepção ergonômica do novo mobiliário permite melhorar as condições de trabalho dos empregados e a adequação necessária de alocação de equipamentos que foram adquiridos com as modernizações ocorridas no Metrô-DF. Cada posto de trabalho tem mesas com tampo de altura ajustável e braços pneumáticos para fixação de diversos monitores, oferecendo pelo menos 5 m² de espaço útil para realização das atividades.

CLIMA ORGANIZACIONAL

No ano de 2019 houve a elaboração e aplicação da 1ª Pesquisa de Clima Organizacional, a qual se destinou a avaliar a percepção dos empregados a respeito de aspectos que envolvem o ambiente de trabalho. Os resultados estão sendo tratados a fim de que se elaborem planos de ação que impactem positivamente no clima organizacional.

SAÚDE DO TRABALHO

No âmbito da saúde no trabalho, o METRÔ-DF contou com diversos projetos de apoio ao empregado:

- O projeto de Intervenção Psicossocial de Posvenção ao Suicídio realizou rodas de conversa de 30 minutos a 1 hora com grupos de até 05 (cinco) participantes, direcionadas a todos os empregados do METRÔ-DF.
- O plantão psicossocial nas estações envolveu as estações do trecho Leste, Oeste e Túnel, como o objetivo de atingir empregados com transtornos mentais que culminavam na incapacidade para o trabalho, prejuízos econômicos, administrativos e operacionais, absenteísmo e diminuição da produtividade.
- O projeto Roda da Vida buscou fomentar o autoconhecimento e autogestão de equipe, o que vislumbrou a realização de projetos de vida pessoal.
- O Programa de Prevenção e Gerenciamento de Álcool e Outras Drogas foi direcionado a todos os empregados da Companhia, tendo em vista a ocorrência de afastamentos do trabalho em decorrência do uso do álcool e outras drogas. A demanda já totaliza um percentual de 20% do total de atendidos no Setor Psicossocial.
- Ocorreu o Atendimento Personalizado aos usuários direcionado por meio dos índices de reclamações relacionados aos atendimentos na Ouvidoria dos mais diversos tipos.

Houve, ainda, a Campanha de doação de sangue por meio da qual a empresa reforçou o compromisso social do METRÔ-DF com a preocupação solidária com a vida. A empresa utilizou o ônibus disponibilizado pelo Hemocentro para a realização do transporte dos empregados inscritos. A iniciativa envolveu todos os empregados do METRÔ-DF e terceirizados.

Ao todo esses projetos alcançaram mais de 16,44% dos empregados, gerando indiretamente um melhor atendimento ao nosso usuário.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Destacamos a importância da atuação da área financeira e comercial da Companhia com a elevação das receitas próprias, apesar do longo período de greve em 2019, a fim de atenuar a dependência financeira desta empresa junto ao Tesouro Local. No período de janeiro a dezembro de 2019, o METRÔ-DF teve uma receita total de R\$ 196,5 milhões, representando um aumento de 5,5% em relação ao mesmo período de 2018.

O gráfico abaixo demonstra o faturamento em 2019 de receitas tarifárias, no valor de R\$ 189,5 milhões, provenientes do Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE, gerido pelo METRÔ-DF, e do Sistema de Bilhetagem Automática - SBA e Bilhete Único, de responsabilidade da Secretaria de Estado e Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB, de receitas com a concessão de espaços físicos, no valor de R\$ 5,3 milhões, e de outras receitas, no valor de R\$ 1,7 milhão.

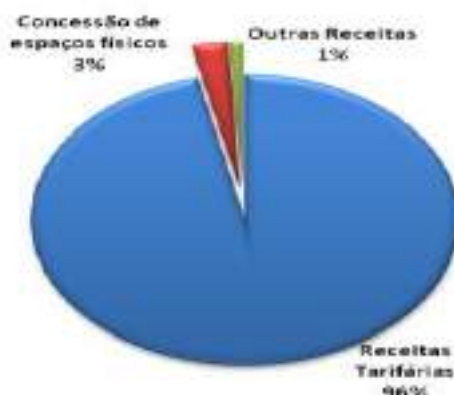


Gráfico 12 - Evolução das receitas

DESPESAS CORRENTES: RECURSOS GDF X RECURSOS PRÓPRIOS

DESPESAS CORRENTES (VALORES EMPENHADOS R\$)								
FONTE	2016		2017		2018		2019	
RECURSOS GDF	62,63%	218.472.236	52,21%	173.351.785	57,99%	213.383.568	57,02%	215.394.083
RECURSOS PRÓPRIOS	37,37%	130.374.565	47,79%	158.691.472	42,01%	154.556.358	42,98%	162.330.213
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	R\$ 348.846.802		R\$ 332.043.258		R\$ 367.939.926		R\$ 377.724.296	

Tabela 4 - Valores empenhados nas despesas correntes

DESPESAS DE PESSOAL

Durante o período da greve, houve uma decisão liminar proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 09/07/2019, SLAT - 1000505-85.2019.5.00.0000, determinando o desconto de dias não trabalhados por grevistas, que totalizou o montante de R\$ 5.292.294,61, referente ao período de maio a Setembro/2019.

Entretanto, as despesas com pagamento de Pessoal aumentaram com relação aos anos anteriores. Dois fatores importantes que justificam o aumento são: as demissões de 29 (vinte e nove) empregados do METRÔ-DF que já se encontravam aposentados, em cumprimento a Decisão da Diretoria Colegiada do Metrô-DF, de 26/12/2019, com base

no Parecer SEI-GDF nº 245/2019 – METRÔ-DF/PRE/PJU, que fundamentou o despedida dos empregados, o custo com essas demissões foi de R\$ 5,6 milhões e outro fator de peso foi a nomeação de 161 novos empregados ao longo do ano de 2018, efetivamente contabilizado por completo em 2019, haja vista que no exercício de 2018 foi pago proporcionalmente à data de ingresso dos mesmos.

DESPESAS PESSOAL (VALORES EMPENHADOS)				
FONTE	2016	2017	2018	2019
RECURSOS GDF	R\$ 155.705.360,50	R\$ 140.064.818,01	R\$ 176.894.078,05	R\$ 197.224.799,45
RECURSOS PRÓPRIOS	R\$ 5.219.998,02	R\$ 29.418.160,22	R\$ 12.436.731,69	R\$ 4.565.520,04
TOTAL	R\$ 160.925.358,52	R\$ 169.482.978,23	R\$ 189.330.809,74	R\$ 201.790.319,49

Tabela 5 - Valores empenhados nas despesas de pessoal

DESPESAS DE CUSTEIO

A despesa de custeio da Companhia em 2019, incluindo todos os contratos vigentes, foi na ordem de R\$ 175 milhões, da qual 89,7% foi custeada com Fonte 220 - Recursos Próprios. Em relação ao exercício anterior, houve redução de despesas na quantia de R\$ 2,6 milhões, que ocorreu em virtude da suspensão de pagamento de benefícios aos empregados da Companhia, pelo período de 3 meses, tendo em vista o encerramento da vigência do ACT 2017/2019.

DESPESAS CUSTEIO (VALORES EMPENHADOS)				
FONTE	2016	2017	2018	2019
RECURSOS GDF	R\$ 62.766.875,78	R\$ 33.286.967,28	R\$ 36.489.490,00	R\$ 18.169.283,18
RECURSOS PRÓPRIOS	R\$ 124.950.403,25	R\$ 129.273.311,99	R\$ 142.119.626,41	R\$ 157.764.692,89
TOTAL	R\$ 187.717.279,03	R\$ 162.560.279,27	R\$ 178.609.116,41	R\$ 175.933.976,07

Tabela 6 - Valores empenhados nas despesas de custeio

INVESTIMENTO

Evidenciamos abaixo a execução orçamentária da Fonte de Recursos 135 que alcançou R\$ 51,2 Milhões, no triênio 2017 a 2019, nos projetos de Modernização do Sistema Metroviário e Implementação da Linha 1 do Metrô-DF que são custeados com recursos oriundos do Contrato de Operação de Crédito Nº 20/00010-3, firmado com o Banco do Brasil e GDF, para execução dos contratos de Modernização do Sistema e Conclusão das Estações 106 Sul, 110 Sul e Estrada Parque.

INVESTIMENTO - FONTE DE RECURSOS 135/335			
PROJETOS	2017	2018	2019
1816 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1	-	14.124.701,72	15.520.485,00
3277 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO	13.510.979,59	2.435.570,85	2.544.686,00
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS PRÓPRIOS	-	-	3.000.000,00
TOTAL	13.510.979,59	16.560.272,57	21.065.171,00

Tabela 7 - Valores empenhados nas despesas de investimento

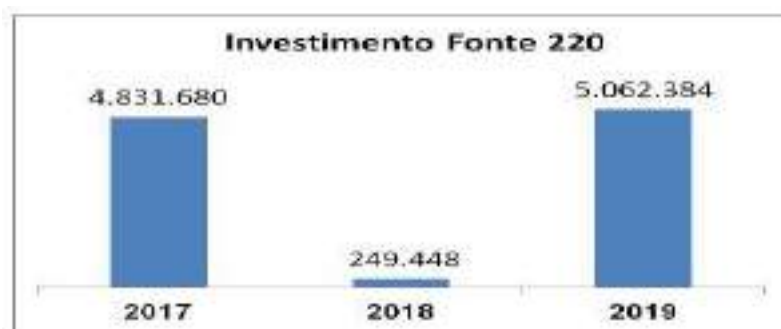


Gráfico 13 - Evolução das receitas próprias

Em suma, sublinhamos abaixo os investimentos da Companhia em 2019 adquiridos com Fonte de Recursos Próprios:

- Conclusão do estudo, modelagem e macrossimulação da demanda por transportes públicos sobre trilhos em Brasília com a finalidade de atualização e da obtenção de dados referentes ao transporte no Distrito Federal;

- Aquisição de socadora de lastro;
- Aparelhos de mudança de vias;
- Implantação de mapas táteis em 15 estações do Metrô-DF;
- Blocos compressores;
- Bancos de plataforma para as novas estações;
- Escadas rolantes para estação Arniqueiras;
- Aquisição de 150 (cento e cinquenta) computadores.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No ano de 2019, observamos um aumento de 5,53% na Receita Operacional Bruta (ROB), contribuindo para essa variação positiva o aumento no fluxo de passageiros no período, retornando aproximadamente ao patamar de 43 milhões no ano. Essa situação é reforçada pela retomada da atividade econômica no ano de 2019 e demonstra a capacidade da Companhia em ofertar o serviço à população.

	2019	2018
TOTAL DA RECEITA TARIFÁRIA	189.537.565,26	175.923.201,49
RECEITA EXTRATARIFÁRIA:		
CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO	5.254.809,55	5.474.792,97
SUBTOTAL	194.792.374,83	181.397.994,46
OUTRAS RECEITAS	1.675.768,39	4.788.907,24
TOTAL DA RECEITA EXTRATARIFÁRIA	6.930.577,84	10.241.700,21
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	196.468.163,22	186.164.901,70

Figura 16 - Evolução das receitas

No período de janeiro a dezembro de 2019, o METRÔ-DF buscou aperfeiçoar a exploração comercial de seus espaços, sempre com o objetivo de aumentar a receita não tarifária. Essas ações da Companhia contribuíram para esse tipo de receita apresentar um resultado de, aproximadamente, R\$ 5,29 milhões, o que reflete um crescimento de 13,46% em relação ao ano de 2018. Do lado da arrecadação extratarifária, tivemos uma arrecadação de R\$ 5.254.809,00 contra R\$ 5.474.792,00 no ano de 2018, o que nos mostra uma redução de 4,02%. Nesse período, observou-se uma redução no tempo de cessão de espaço para a realização de feiras, que foram retomadas a partir do mês de julho.

Dentre as referidas ações comerciais, destaca-se o incremento nas receitas com a comercialização de espaços destinados aos quiosques e estandes, bem como dos trens, que juntos totalizaram R\$ 1,7 milhão no ano de 2019, conforme demonstrativo abaixo:

2019			
MÊS	QUIOSQUES E ESTANDES	TRENS	TOTAL
Janeiro	R\$ 66.715,18	R\$ 70.704,08	R\$ 137.419,26
Fevereiro	R\$ 60.707,99	R\$ 61.994,08	R\$ 122.702,07
Março	R\$ 84.962,78	R\$ 12.783,94	R\$ 97.746,72
Abril	R\$ 84.522,64	R\$ 112.537,16	R\$ 197.059,80
Maior	R\$ 100.285,83	R\$ 2.880,00	R\$ 103.165,83
Junho	R\$ 95.359,62	R\$ 11.561,80	R\$ 106.921,42
Julho	R\$ 138.368,29	R\$ 11.561,80	R\$ 149.930,09
Agosto	R\$ 131.945,95	R\$ 35.439,17	R\$ 167.385,12
Setembro	R\$ 138.843,61	R\$ 38.339,17	R\$ 177.182,78
Outubro	R\$ 158.694,54	R\$ 12.339,17	R\$ 171.033,71
Novembro	R\$ 118.780,95	R\$ 2.500,00	R\$ 121.280,95
Dezembro	R\$ 154.814,43	R\$ 55.250,00	R\$ 210.064,43
TOTAIS	R\$ 1.334.001,81	R\$ 427.890,37	R\$ 1.761.892,18

Figura 17 - Receitas com ações comerciais

É importante destacar que, em 2019, o Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans foi extinto pela Lei nº 6.334/2019, publicada no dia 22/07/2019 no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, passando suas competências e atribuições para a Secretaria de Estado e Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB.

Assim, expomos os débitos do DFTrans e SEMOB com esta Companhia correspondente ao período de 2012 a 2019, totalizando R\$ 61 milhões, os quais aumentaram 82% em relação ao ano de 2018, quando aqueles perfaziam o montante de R\$ 33,5 milhões.

			BILHETAGEM E VENDA DE CARTÃO			
ANO	PNE	PLE	VT/CID	VENDA CARTÃO	ESPAÇO FÍSICO	TOTAL
2012 a 2018 Total (a)	R\$ 3.909.509,00	R\$ 18.144.203,00	R\$ 13.494.338,01	R\$ 30.360,00	R\$ 6.110,91	R\$ 35.584.520,92

Tabela 8 - Débitos DFTRANS 2012 a 2018

			BILHETAGEM VT E CIDADÃO				
ANO	PNE	PLE	VT/CID	4% RETIDO	4% A RETER	ESPAÇO FÍSICO	TOTAL
2019 Total (b)	R\$ 763.478,50	R\$ 18.103.152,20	R\$ 6.079.325,89	R\$ 245.678,35	R\$ 239.575,63	-	R\$ 25.431.210,57
TOTAL GERAL (a) + (b)	R\$ 4.672.987,50	R\$ 36.247.355,20	R\$ 19.573.663,90	R\$ 276.038,35	R\$ 239.575,63	R\$ 6.110,91	R\$ 61.015.731,49

Tabela 9 - Débitos DFTRANS 2019

Um dos grandes entraves do Metrô-DF em seu capital de giro está relacionado à falta de repasses do DFTRANS/SEMOB. A quantia representada acima, se repassada normalmente, levaria o índice de independência financeira da empresa em despesas correntes para um patamar próximo a 70%, nível alto comparado com a realidade de outras empresas do ramo metroviário pelo mundo.

As perspectivas da Companhia para o exercício de 2020 são as seguintes:

- Montagem das escadas rolantes nas estações 106 e 110 Sul;
- Instalação de elevadores nas estações 106 e 110 Sul;
- Inauguração da Estação Estrada Parque;
- Inauguração da Estação 106 Sul;
- Inauguração da Estação 110 Sul;
- Conclusão da reforma para instalação de escadas rolantes na Estação Arniquireiras;
- Conclusão da Modernização dos Sistema de radiotelefonia, transmissão de dados, telefonia e sonorização e energia;
- Conclusão do processo de licitação para contratação das obras de Ampliação da Linha 1 do Metrô-DF, em direção à Samambaia, Ceilândia (Setor "O") e Asa Norte.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – SETUR/DF órgão de direção superior, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, possui as seguintes competências:

- I - definir e coordenar políticas, diretrizes e ações da atividade turística, objetivando sua expansão, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Distrito Federal;
- II - formular, coordenar e supervisionar a execução da Política de Turismo do Distrito Federal;
- III - propor planos, programas, projetos e ações relacionados com o apoio e o incentivo à atividade turística;
- IV - zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal – Condetur/DF;
- V - participar da elaboração e da divulgação do calendário oficial de eventos do DF;
- VI - planejar, promover, monitorar e avaliar o desenvolvimento do turismo no DF;
- VII - promover e divulgar os produtos e serviços turísticos do DF;
- VIII - celebrar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos com entidades de direito público e privado, nacionais e estrangeiras, de cunho turístico, para realização de seus objetivos;
- IX - propor normas relacionadas ao estímulo e ao desenvolvimento do turismo, no âmbito da sua competência;
- X - exercer a supervisão das atividades dos órgãos e das entidades da sua área de competência;
- XI - promover parcerias e estimular a interação entre os órgãos da Administração Federal e do Distrito Federal para o desenvolvimento de programas e projetos de interesse da atividade turística;
- XII - zelar pela correta prestação de serviços das empresas envolvidas na atividade turística;
- XIII - exercer outras atividades correlatas.

No rol de competências da SETUR/DF, em seu item IV, acima citado, está mencionada a responsabilidade de “zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal – CONDETUR/DF”. O CONDETUR/DF, criado por meio do Decreto nº 31.733 de 27 de maio de 2010, que é vinculado à Secretaria como órgão superior de assessoramento. A missão do Conselho é de contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável, por meio da articulação dos setores governamental, empresarial e da sociedade civil organizada e da proposição, análise, monitoramento e validação de planos e projetos consoantes com a Política de Turismo do Distrito Federal.

O Regimento Interno foi normalizado pelo Decreto nº 35053 de 31/12/2013, publicado pelo DODF nº 6, de 09/01/2014.

A Secretaria é responsável também pela gestão do Fundo de Fomento à Indústria no Distrito Federal – FITUR, cuja Unidade Orçamentária é 27.901.

A estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR foi alterada por meio do Decreto nº 40.249, de 11 de novembro de 2019 e publicada no Diário Oficial de 12 de novembro de 2019.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	6	54	4	0	64
Comissionados sem vínculo efetivo	28	0	0	0	28
Requisitados de órgãos do GDF	10	0	0	0	10
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	6	3	9
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	2	0	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	5	0	5
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	44	54	17	3	118
(-) Cedidos para outros órgãos	3	0	0	0	3
Total Geral	41	54	17	3	115

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9085 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS	0	7437999,00	7229286,77	6729286,77
0011 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS-APOIO A EVENTOS - APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PROMOÇÃO DO TURISMO EM PROL DE TODO-DISTRITO FEDERAL	0	5000000,0	4898809,79	4698809,79
0013 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS-REALIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO DO-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	295036,47	295036,47
0014 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS-APORTE E RECURSOS PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PROMOÇÃO DO TURISMO NO DISTRITO FEDERAL.-DISTRITO FEDERAL	0	400000,0	399122,80	399122,80
0015 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS-APOIO AO EVENTO BRASÍLIA TRENDS FASHION WEEK - 2ª EDIÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	99927,50	99927,50
0016 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS VOLTADOS AO TURISMO-DISTRITO FEDERAL	0	1500000,0	1486390,21	1186390,21

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS-BRASILIA TATOO FESTIVAL 2019-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	50000,0	50000,0
0007 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS-BRASILIA CIDADE OLÍMPICA-DISTRITO FEDERAL	0	87999,00	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	0,00	7437999,00	7229286,77	6729286,77

A Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal (SETUR), objetivando o cumprimento de suas competências referentes ao desenvolvimento do turismo no DF, firmou parcerias com Organizações Sociais, por meio de Termos de Fomento, e realizou, através do Programa Temático 6206, com recursos oriundos de emendas parlamentares, os seguintes eventos:

Projeto/Evento: 16º BRASÍLIA CAPITAL MOTO WEEK

Data de realização: 18/07/2019 a 27/07/2019

Local: Parque de Exposições da Granja do Torto

Termo de Fomento nº 02/2019 – SETUR

Projeto/Evento: FESTIVAL COMA - CONVENÇÃO DE MÚSICA E ARTE

Data de realização: 01/08/2019 a 04/08/2019

Local: Imediações do Centro de Convenções Brasil 21

Termo de Fomento nº 03/2019 – SETUR

Projeto/Evento: 2º BRASÍLIA CIDADE DESIGN

Data de realização: 13/08/2019 a 18/08/2019

Local: Conjunto Cultural da República

Termo de Fomento nº 04/2019 – SETUR

Projeto/Evento: 6ª EDIÇÃO DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE TATUAGEM E BODY PIERCING – BRASÍLIA TATTOO FESTIVAL 2019

Data de realização: 13/09/2019 a 15/09/2019

Local: Expobrasília – Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade

Termo de Fomento nº 06/2019 – SETUR

Projeto/Evento: VI FEIRA DE ARTESANATO, BORDADOS E RENDAS – RENDA-SE 2019

Data de realização: 23/10/2019 a 27/10/2019

Local: Pontão do Lago Sul

Termo de Fomento nº 07/2019 – SETUR

Projeto/Evento: 1ª EDIÇÃO DO PROJETO ART DESIGN – A CIDADE DANÇA

Data de realização: 28/11/2019 a 20/01/2020

Local: Brasília - DF

Termo de Fomento nº 09/2019 – SETUR

Projeto/Evento: BRASÍLIA TRENDS FASHION WEEK – 2ª EDIÇÃO

Data de realização: 28/11/2019 a 01/12/2019

Local: Centro de Dança do Distrito Federal

Termo de Fomento nº 10/2019 – SETUR

Projeto/Evento: QUALIFITURISMO 2019

Data de realização: 16/12/2019 a 04/05/2020

Local: CRS 514 SUL BLOCO B LOJA 59, 70.380-525 -ASA SUL - Brasília - DF

Termo de Fomento nº 13/2019 – SETUR

Projeto/Evento: GUIA DO BEM – BRASÍLIA PARA VOCÊ

Data de realização: 20/12/2019 a 06/05/2020

Local: Brasília - DF

Termo de Fomento nº 14/2019 – SETUR

Projeto/Evento: SKATE A BEIRA LAGO 2019

Data de realização: 24/01/2020 a 26/01/2020

Local: Lay Back Park Brasília, ao lado da Concha Acústica - Brasília - DF

Termo de Fomento nº 15/2019 – SETUR

Projeto/Evento: 2ª EDIÇÃO DO FESTIVAL LIFA – LIGA INTERNACIONAL DE FESTIVAIS E ARTISTAS DA MÚSICA

Data de realização: 14/12/2019

Local: Centro Cultural Banco do Brasil

Termo de Fomento nº 16/2019 – SETUR

Projeto/Evento: AUTO DE NATAL 2019

Data de realização: 18/12/2019 a 31/12/2019

Local: Brasília - DF

Termo de Fomento nº 17/2019 – SETUR

Projeto/Evento: CIDADE CAPITAL – DIVULGAÇÃO/PROMOÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS DE BRASÍLIA

Data de realização: 27/12/2019 a 20/04/2020

Local: Brasília - DF

Termo de Fomento nº 20/2019 – SETUR

Projeto/Evento: 1º BRASÍLIA VR – SOBREVÔO PELA CAPITAL

Data de realização: 27/12/2019 a 07/04/2020

Local: Casa de Chá – Praça do Três Poderes

Termo de Fomento nº 21/2019 – SETUR

Projeto/Evento: ESTRUTURAÇÃO E LANÇAMENTO DA ROTA DO CAVALO

Data de realização: 30/12/2019 a 30/12/2020

Local: Rota do Cavalo

Termo de Fomento nº 22/2019 – SETUR

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1758 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	0	15000,00	0	0
0002 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	15000,00	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	0	115000,0	48046,55	18866,55
0037 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	115000,0	48046,55	18866,55
3074 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	0	29000,0	0	0
0002 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	29000,0	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	0	40001,00	0	0
0009 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-NOS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS-DISTRITO FEDERAL	0	40001,00	0	0
3213 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	0	20000,0	0	0
0005 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	20000,0	0	0
3676 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS	0	58000,0	0	0
0002 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS-FOMENTO AO TURISMO - SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	58000,0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	0	67000,0	0	0
0011 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	67000,0	0	0
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	0	150000,0	0	0
0002 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER- PLANO PILOTO .	0	150000,0	0	0
4199 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO	0	819289,00	170658,13	130363,35
0002 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	819289,00	170658,13	130363,35
4200 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	0	53000,0	49242,28	32017,51
0002 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	53000,0	49242,28	32017,51
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	0,00	1366290,00	267946,96	181247,41

O Programa Temático "Brasília Competitiva" se fundamenta na permanente qualificação da Cidade para receber o turista, oferecendo infraestruturas e serviços de qualidade, além da complementaridade de atividades para o morador e para o turista com o foco na promoção de Brasília em âmbito nacional e internacional, reafirmando a identidade e o sentimento de pertencimento. Além disso, o referido Programa se baseia na melhoria da infraestrutura urbana das cidades satélites do Distrito Federal, no reposicionamento do destino Brasília como referência de turismo em decorrência da qualidade de produtos e serviços prestados e na utilização do turismo como elemento integrador de políticas públicas para o desenvolvimento de Brasília.

Tendo como fundamento o objetivo específico do Programa Temático 6207 que é promover Brasília como referência nacional e internacional em Turismo, reconhecida pela excelência de qualidade de vida e pelos diferenciais associados à sua arquitetura moderna, identidade e diversidade cultural, criatividade, mobilidade e acessibilidade, a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal (SETUR), objetivando o cumprimento de suas competências referentes ao apoio e ao incentivo à atividade turística, através do Programa Temático 6207, realizou contratações cujos objetos constam a seguir:

- Construção de estrutura para a instauração do busto de Mahatma Gandhi no Parque da Cidade;
- Projeto executivo luminotécnico de iluminação cenográfica nos Centros de Atendimento ao Turista – CATs;
- Aquisições de passagens aéreas para viagens com a finalidade de promover Brasília como destino Turístico;
- Aquisições de bandeiras do Brasil e dos Estados para o hasteamento da bandeira na Alameda dos Estados;
- Aquisições de materiais promocionais a fim de divulgar e difundir os segmentos turísticos da cidade, bem como dispor de materiais promocionais para serem utilizados em eventos em que a Secretaria de Estado de Turismo seja correalizadora e/ou apoiadora;
- Prestação de serviços para a celebração do "Dia Mundial do Turismo e do Dia Nacional do Turismólogo";
- Locações de painéis de LED para divulgação do conteúdo institucional da Secretaria de Estado de Turismo no evento "Caminhos do Planalto Central";
- Prestação de serviços para a "Solenidade de Entrega das Carteiras de Artesãos para 150 profissionais";
- Prestação de serviços gráficos para impressão de materiais com vistas a difusão do Turismo em Brasília: livretos, catálogos, revistas e livros;
- Prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água dos Centros de Atendimento ao Turista – CATs;
- Aquisições de materiais a serem utilizados no evento "Ballet Clássico";
- Prestação de serviços de aluguel de palco e tendas para atender a demanda da Secretaria de Estado de Turismo relativa ao Evento/Projeto "Arte no CAT- Natal na Praça", ocorrido no CAT da Casa de Chá, na Praça dos Três Poderes, no período de 30/11/2019 a 22/12/2019.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
1712 - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE BRASÍLIA EM EVENTOS INTERNACIONAIS A PARTIR DOS DADOS DA ICCA	CLASSIFICAÇÃO	10	31/12/2015	ANUAL	-		10	3	10	0	10	0	MTUR-EMBRATUR/SETUR/UO 34101/OE 3 / UO 27101 / OE 3
<p>Justificativa: 2017 - Apesar do objetivo não ser alcançado, Brasília subiu 1 posição no ranking devido ao aumento do número de eventos ocorridos na cidade, que subiram de 11 para 18.</p> <p>2018 - O indicador era atualizado pela Unidade de Captação de Eventos e é baseado em relatório anual disponibilizado pela ICCA. Em contato com o antigo gestor da Unidade, o mesmo informou que os dados referentes ao ano de 2018 deverão ser disponibilizados somente a partir de abril ou maio/19. Fonte: Coordenação de Produtos e Políticas de Turismo.</p> <p>2019 - Utilizamos como fonte de informação para a taxa de turistas internacionais recebidos anualmente o Anuário Estatístico do Turismo, produzido pelo Ministério do Turismo a partir de dados da Polícia Federal. O volume de 2020 - Ano Base 2019 ainda não está disponível, com previsão de estar acessível ao final do primeiro quadrimestre de 2020. Fonte: Subsecretaria de Produtos Turísticos. (Doc. Sei: 33979960).</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
1711 - PERMANÊNCIA MÉDIA DO TURISTA NO DESTINO	DIA	3,75	31/12/2016	ANUAL	-		3,8	-	3,9	5	4	5	SEC. ADJ.TUR/SETUL/UO 34101/OE 3 / UO 27101 / OE 3
<p>Justificativa: 2017 - A Permanência Média do turista no destino não foi aferida em 2017. Foi realizado o processo licitatório para contratação da pesquisa, entretanto por entraves burocráticos não foi realizada em 2017. A SETUL/SAT espera que em 2018 seja possível apurar esse índice..</p> <p>2018 - A permanência média do turista no destino Brasília se baseava em apurações das pesquisas de perfil do turista realizadas pela Secretaria nos principais feriados e eventos relevantes na cidade. Em 2018 o índice mais atualizado baseia-se numa pesquisa de perfil do turista da alta temporada que constatou a permanência média de 5 dias no destino.</p> <p>2019 - De acordo com pesquisas realizadas no Brasília Capital Moto Week 2019 e Campus Party Brasília 2019, a média de permanência de turistas no DF é de 5,22 dias. Outro indicador mostra que cerca de 75% dos turistas que visitam Brasília permanecem por até 5 dias, segundo a Pesquisa de Perfil e Satisfação do Turista, apresentada no 1º semestre/2019-Ano Base 2018, pela empresa Qualitest. O estudo está disponível no Observatório do Turismo. Fonte: Subsecretaria de Produtos Turísticos. (Doc. Sei: 33979960)</p>													
1476 - TAXA DE TURISTAS INTERNACIONAIS RECEBIDOS ANUALMENTE	%	0	31/12/2016	ANUAL	5	-11,2	5	-25,37	5	-5,84	5	3	SAD TUR/ SEC ESP, TUR LAZER/ UO 34101 / OE 3 / UO 27101 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - O total de passageiros internacionais que chegaram a Brasília em 2016 somam 308.636 (trezentos e oito mil seiscentos e trinta e seis), conforme dados obtidos de vôos internacionais e disponibilizados pela Inframérica à SAT. Ocorre que houve um decréscimo de 11,2% do número de passageiros em 2016, mesmo com a ocorrência do evento Olímpico devido aos últimos meses do ano quando Brasília perdeu importantes vôos internacionais, das empresas Aerolíneas Argentinas, Air France e Gol.</p> <p>2017 - O total de passageiros internacionais que chegaram a Brasília em 2017 somam 230.101 (duzentos e trinta mil cento e um) passageiros, conforme dados de vôos internacionais que chegaram à Brasília, disponibilizados pela Inframérica à SETUL. Houve um decréscimo de 25,37% do número de passageiros em relação a 2016, porque os vôos internacionais cancelados no 2º semestre daquele ano impactaram significativamente no ano de 2017, tendo em vista que se trata de dados do período relativo a 12 (doze) meses</p> <p>2018 - A série histórica consiste em uma mensuração frágil, pois o indicador na verdade se baseia no número de desembarques internacionais no Aeroporto de Brasília, reportados pela Inframérica sem distinção de nacionalidade, destino final e passageiros por conexão, com isso houve um decréscimo de 5,84% em relação ao ano de 2017. Fonte: Coordenação de Produtos e Políticas de Turismo</p> <p>2019 - Ranking de eventos internacionais nas cidades brasileiras, de acordo com a ICCA(http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5204-eventos-internacionais-movimentam-o-turismo-no-brasil.html) dos 4 primeiros. Fonte: Subsecretaria de Produtos Turísticos. (Doc.Sei: 34115619).</p>													

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	81200,0	24997,22	24997,22
0060 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	81200,0	24997,22	24997,22
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	81200,00	24997,22	24997,22

Contratação da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF para o fornecimento de mão de obra, de 05 (cinco) reeducandos, para atividades de manutenção e conservação predial, recolhimento de bens inservíveis, copeiragem, serviços gerais, entre outros previstos no Decreto nº 24.193/2003, realizados por sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, em regime fechado, semiaberto, aberto e livramento condicional, obedecida a qualificação e aptidão de cada sentenciado.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	0	500000,0	499520,0	499520,0
0113 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS--DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	499520,0	499520,0
0102 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A EVENTOS NO-DISTRITO FEDERAL	0	450000,0	450000,0	450000,0
4090 - APOIO A EVENTOS	0	1000000,0	999875,74	999875,74
0167 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS - PROJETO GRANJA DO TORTO 2019-DISTRITO FEDERAL	0	700000,0	699906,49	699906,49

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0168 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO PROJETO EXPOESTADOS DF-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	299969,25	299969,25
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	0	450000,0	450000,0	450000,0
0113 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS--DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	499520,0	499520,0
0102 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO A EVENTOS NO-DISTRITO FEDERAL	0	450000,0	450000,0	450000,0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	1950000,00	1949395,74	1949395,74

As realizações da Secretaria de Estado de Turismo neste Programa Temático estão fundamentadas no estabelecimento de parcerias que o mesmo proporciona entre as diversas Secretarias, órgãos do Governo do Distrito Federal e Organizações Sociais, com o foco estratégico em ações estruturantes que consolidem circuitos e espaços de produção e difusão cultural.

Os eventos culturais se configuram como atrativos turísticos que estimulam o desenvolvimento da Capital seja por meio da geração de emprego e renda, seja pela promoção do consumo cultural. Nessa perspectiva, a Secretaria de Estado de Turismo por meio do Programa Temático 6219, com recursos oriundos de emendas parlamentares, realizou os seguinte eventos:

Projeto/Evento: 16º BRASÍLIA CAPITAL MOTO WEEK

Data de realização: 18/07/2019 a 27/07/2019

Local: Parque de Exposições da Granja do Torto

Termo de Fomento nº 02/2019 – SETUR

Projeto/Evento: FESTIVAL COMA - CONVENÇÃO DE MÚSICA E ARTE

Data de realização: 01/08/2019 a 04/08/2019

Local: Imediações do Centro de Convenções Brasil 21

Termo de Fomento nº 03/2019 – SETUR

Projeto/Evento: 6ª EDIÇÃO DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE TATUAGEM E BODY PIERCING – BRASÍLIA TATTOO FESTIVAL 2019

Data de realização: 13/09/2019 a 15/09/2019

Local: Expobrasília – Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade

Termo de Fomento nº 06/2019 – SETUR

Projeto/Evento: BIER JAZZ FESTIVAL BRASÍLIA

Data de realização: 19/12/2019 a 21/12/2019

Local: Cota Mil Iate Clube, St. de Clubes Esportivos Sul

Termo de Fomento nº 18/2019 – SETUR

Projeto/Evento: GRANJA 2019

Data de realização: 13/09/2019 a 15/09/2019

Local: Parque de Exposições da Granja do Torto

Termo de Fomento nº 05/2019 – SETUR

Projeto/Evento: EXPOESTADOS É SHOW - 2019

Data de realização: 23/11/2019

Local: Setor Comercial Sul

Termo de Fomento nº 08/2019 – SETUR

Projeto/Evento: SOLIDÁRIO BRASÍLIA 2019

Data de realização: 14/12/2019

Local: Estacionamento do Estádio Mané Garrincha

Termo de Fomento nº 12/2019 – SETUR

Projeto/Evento: 5 PASSOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Data de realização: 20/12/2019 a 20/04/2020

Local: Diversas Regiões Administrativas do DF

Termo de Fomento nº 19/2019 – SETUR

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	303400,50	0	0
0117 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	303400,50	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	196562,84	65142,61	60016,41
0086 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	196562,84	65142,61	60016,41
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	499963,34	65142,61	60016,41

Houve o pagamento relativo à conversão de licença-prêmio em pecúnia a dois servidores que se aposentaram no ano de 2019 no âmbito da Secretaria de Estado de Turismo, em conformidade com o disposto no Decreto Distrital nº 40.208/2019.

As indenizações/restituições foram pagas mensalmente de acordo com os dados constantes nos relatórios mensais da folha de pagamento, totalizando a efetivação de 27 pagamentos desse tipo de despesa no final de 2019.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	400000,0	21100,0	21100,0
0060 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	0	0
0056 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	350000,0	21100,0	21100,0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	6026555,51	5218145,76	5212434,58
0087 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	6026555,51	5218145,76	5212434,58
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	410504,16	276599,20	273097,88
0075 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	410504,16	276599,20	273097,88
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	4703351,72	2213729,42	1381017,08
0121 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES- PLANO PILOTO .	0	1660000,0	1398075,35	1098200,30
0122 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TORRE DE TV- PLANO PILOTO .	0	846000,0	48251,88	32085,79
0123 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-PLANO PILOTO .	0	2197351,72	767402,19	250730,99
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	274260,0	0	0
0076 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	274260,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	76000,0	12011,0	12011,0
0042 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	76000,0	12011,0	12011,0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	400000,00	300000,0	0
0062 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDIFICAÇÕES/EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS-DISTRITO FEDERAL	0	400000,00	300000,0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	0,00	12290671,39	8041585,38	6899660,54

A Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal executou suas competências primando pela eficiência dos procedimentos administrativos, orçamentários e financeiros. Nessa perspectiva, os recursos orçamentários destinados à gestão e à manutenção do órgão

custearam de forma planejada e racional o funcionamento do órgão, primando sempre pelo respeito ao princípio da economicidade.

A administração de pessoal e manutenção de serviços administrativos gerais foram executados com a efetividade esperada e dentro dos limites das dotações orçamentárias destinadas a essa finalidade no ano de 2019.

Houve investimento na capacitação de servidores por meio do custeio de curso sobre pregão, modalidade de licitação sujeita a atualizações recorrentes cuja permanente qualificação se faz necessária no âmbito desta Secretaria que instituiu sua Comissão Permanente de Licitação por meio da Portaria nº 46 de 07/11/2019, publicada no DODF nº 214 de 08/11/2019.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no documento intitulado Economia do Turismo (IBGE, 2012), explica que o conceito de Turismo diz respeito ao "conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado" (CUENTA..., 2001, p. 14, 39). Essa definição de Turismo foi apresentada pela Organização Mundial de Turismo - OMT (World Tourism Organization - UNWTO).

No documento supracitado, o IBGE explica ainda que "o turismo, como atividade econômica, é definido a partir da perspectiva da demanda, ou seja, como resultado do consumo dos visitantes". Nessa perspectiva, o IBGE esclarece que a "OMT classifica os produtos do turismo como: produtos característicos do turismo, produtos conexos ao turismo e produtos específicos do turismo".

Logo, de acordo com o IBGE, "os produtos característicos do turismo, na maioria dos países, são aqueles que deixariam de existir em quantidade significativa ou para os quais o nível de consumo seria sensivelmente diminuído em caso de ausência de visitantes. Um exemplo de produto característico é o transporte aéreo de passageiros. Os produtos conexos ao turismo são uma categoria residual. Ela inclui produtos que, apesar de identificados como específicos do turismo em um país, não são considerados assim em todos. O transporte ferroviário urbano de passageiros é um exemplo de um produto conexo ao turismo. Os produtos específicos do turismo agrupam as duas categorias anteriores".

Diante do exposto, realizadas os esclarecimentos quanto às definições referentes ao Turismo e aos seus produtos, passamos a informar, a seguir, as realizações da **SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO** no ano de 2019, conforme documentos encaminhados pelas suas áreas fins.

I. SECRETARIA EXECUTIVA

A Secretaria Executiva exerceu suas atribuições com vistas a auxiliar a Secretária de Estado de Turismo na formulação, coordenação e execução das políticas públicas voltadas ao turismo local; promover articulações interinstitucionais junto a poderes, órgãos e entidades públicas e privadas, tanto no âmbito distrital quanto federal; articular a promoção institucional do Distrito Federal, na referência do turismo, nos demais estados da federação; bem como desempenhar as atribuições de Secretário de Estado de Turismo - Substituto, nos afastamentos e impedimentos legais da Secretária de Estado de Turismo.

II. ASSESSORIA ESPECIAL DE PROJETOS, FOMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS – ASPROC

A Assessoria Especial de Projetos, Fomento e Captação de Recursos da Secretaria de Estado de Turismo foi responsável pela captação de recursos via convênios e emendas parlamentares para a realização de ações de interesse e fomento ao segmento de Turismo da seguinte forma:

- Foram captadas 32 emendas no exercício 2019 sendo 01 Emenda Federal e 31 Emendas Distritais totalizando R\$ 10.801.698,16;
- Foram celebrados 2 Convênios junto ao MTur no valor total de R\$ 978.000,00.

- Foram apoiados 22 Projetos via Termos de Fomento.

III. SUBSECRETARIA DE PRODUTOS E POLÍTICAS DE TURISMO – SUPROST

Pelo Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, a Subsecretaria de Produtos e Políticas de Turismo participou de 04 (quatro) eventos nacionais realizados: em Brasília/DF (12º Salão do Artesanato), Recife/PE (20ª Feira Nacional de Negócios do Artesanato - FENEARTE), São Paulo/SP (13º Salão do Artesanato) e Belo Horizonte/MG (Mãos de Minas), que renderam aos artesãos participantes o valor de R\$ 332.638,75 (trezentos e trinta e dois mil e seiscentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos) em vendas.

Em 2019, diversas atividades foram realizadas para ampliar a atuação dos artesãos no Distrito Federal. Foram 49 (quarenta e nove) eventos com a participação do artesanato, incluindo 04 (quatro) eventos nacionais realizados em Brasília/DF, Recife/PE, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG; 09 (nove) rotas comerciais para venda de produtos foram desenvolvidas; 02 (duas) lojas do Artesanato de Brasília foram inauguradas nos shoppings Pátio Brasil e Alameda. Montante comercializado de R\$ 871.599,94 (oitocentos e setenta e um mil e quinhentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos). Emissão de 912 (novecentas e doze) carteiras do artesão, sendo 605 (seiscentos e cinco) novas e 307 (trezentos e sete) renovadas.

Dois (02) ações do Plano de Turismo Criativo por ano foram implementadas:

- AÇÃO 1) Design para Todos: promoção do Design brasileiro e do título de Brasília, Cidade Criativa do Design pela UNESCO, por meio da exposição permanente "Design para Todos" realizada pela SETUR em parceria com a Associação Brasileira de Designers de Interiores - ABRADI, Associação de Designers Gráficos do Distrito Federal - ADEGRAF e Associação dos Designers de Produtos do Distrito Federal - ADEPRO, instalada no Centro de Atendimento ao Turista - CAT, na Torre Digital.
- AÇÃO 2) Brasília Cidade Design - BCD: correalização de evento em parceria com o Instituto Terceiro Setor, entre 13 a 17 de agosto, no Museu da República, unindo os temas de design social, inovação e sustentabilidade a partir da realização de mentorias, oficinas e palestras gratuitas abertas ao público.

Os critérios para participação dos artesãos em feiras, rotas e eventos são definidos a partir da seleção por meio de Edital de Chamamento Público e curadoria técnica especializada. Excepcionalmente, em casos pontuais, utilizamos a entidade representativa do setor para o processo de seleção dos artesãos.

Ao longo de 2019, recebemos na Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – SETUR representantes de diversas entidades do setor de artesanato entre associações, cooperativas e federação. Também, nas entregas das carteiras dos artesãos realizadas nas Regiões Administrativas - RAs, a SETUR aproveitou a ocasião para ouvir as demandas do segmento. Estes foram os primeiros passos para a estruturação do Artesanato de Brasília, além das ações com viés comerciais já informadas no relatório e que apresentaram bons resultados.

Foi formado o Grupo de Trabalho - GT entre a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para a formulação de Plano de Trabalho celebrado entre as partes, visando a formação pedagógica e cidadã dos estudantes por meio do Turismo Cívico Pedagógico. O plano contemplou um programa de visitação de estudantes das escolas públicas do DF em atrativos cívicos e culturais em Brasília, que atendeu mais de 500 (quinhentos) estudantes do ensino fundamental das escolas públicas do Distrito Federal, bem como a construção de um Roteiro Cívico Pedagógico com programação de 03 (três) dias, contemplado pelo programa de Turismo Cívico Pedagógico "Brasília, Nossa Capital", que no projeto piloto realizado em 2019, atendeu cerca de 200 (duzentos) estudantes do ensino médio em parceria com o setor produtivo do turismo.

Foram realizadas as seguintes ações: i. acordo com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e elaboração de Portaria Conjunta para contemplar o Turismo Cívico em Brasília com as escolas do DF; ii. encaminhamento de ofício ao MEC com proposição de projeto de Lei para contemplar o Turismo Cívico em Brasília à nível nacional nas escolas de ensino fundamental e médio; iii. participação em audiência pública no Senado Federal com o Senador Izalci Lucas, para pleitear o projeto de Lei que contempla o Turismo Cívico em nível nacional. Em relação à articulação e estabelecimento de termo de parceria com as Instituições de Ensino Superior para oferecimento de vagas para prestação de estágio obrigatório nos centros

de atendimento ao turista, foi realizada ação a partir de fevereiro de 2019, por meio de parcerias estabelecidas pela Coordenação de Qualificação, Cadastramento e Atendimento ao Turista, com as coordenações dos cursos de graduação em Turismo das Instituições de Ensino Superior UPIS e Universidade de Brasília - UnB, também na área de Ciência Política e Letras/Tradução, além de cursos de graduação correlatos à área, oferecidos pelo Instituto Federal do Brasil - IFB e Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (Relações Internacionais, Arquitetura e Publicidade e Propaganda), a partir das quais foram recrutados alunos para a prestação de estágio obrigatório nos Centros de Atendimento ao Turista - CATs.

Com a finalidade de Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica para execução de ações voltadas à estruturação e diversificação da oferta turística foram realizadas o que consta a seguir:

- Ministério do Meio Ambiente: realizadas reuniões com o Grupo de Trabalho de Ecoturismo Náutico do MMA para definição de diretrizes e orientações para o fomento do segmento no DF. Secretaria de Turismo do DF e Secretaria de Educação do DF: realizada parceria para fomento do segmento de Turismo Cívico Pedagógico. Secretaria de Turismo do DF e Secretaria de Educação do DF: realizadas reuniões com representantes da SEEDF para analisar a viabilidade da implementação do Turismo Rural Pedagógico através do programa "Classes Agro ecológicas". Caminhos do Planalto Central (SETUR, SEMA, IBRAM, SEAGRI e EMATER): criado o Grupo Técnico Interinstitucional do projeto Caminhos do Planalto Central, para definição de competências na estruturação dos Três Eixos que percorrem o DF, e suas ligações com o Estado do Goiás, no segmento de Turismo de Aventura. Ruraltur (SETUR, SEMA, IBRAM, SEAGRI e EMATER): realizadas reuniões entre os representantes da Ruraltur e os representantes de órgãos do governo local, para levantamento de necessidades e elaboração de soluções para o Turismo Rural no DF. Brasília Nos Parques (SEMA-DF): integramos a comissão gestora do programa Brasília nos Parques, responsável por aprimorar o uso público sustentável dos parques e unidades de conservação do Distrito Federal, através de parcerias entre o Governo do Distrito Federal, organizações da sociedade civil e do setor produtivo, oferecendo serviços e atividades públicas voltadas à saúde, educação, esportes, turismo, cultura, trabalho e assistência social, dentre outros, a fim de melhorar a qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Ao longo de 2019, fizemos o mapeamento da oferta de produtos e serviços ao longo de todo o Lago Paranoá como primeiro produto do segmento de Turismo Náutico, o que vai permitir melhor posicionamento da SETUR em relação ao Projeto Orla.

Foram publicados os seguintes estudos e pesquisas: i. Sumário Executivo Mercado Brasil Criativo; ii. Sumário Executivo da Pesquisa Mensal de Serviços Turísticos; iii. Pesquisa de perfil e satisfação Campus Party Brasília - 2019; iv. Pesquisa de perfil e satisfação Brasília Capital Moto Week - 2019; v. Pesquisa de perfil e satisfação Catarina Fest Brasília - 2019.

Ao longo do ano de 2019, foram realizados 296 (duzentos e noventa e seis) cadastramentos de guias de turismo e 1.495 (um mil e quatrocentos e noventa e cinco) cadastramentos de Empresas Prestadoras de Serviços Turísticos, totalizando 1.791 (um mil e setecentos e noventa e um) cadastramentos, o que representou um crescimento de 94% (noventa e quatro por cento) em relação aos números registrados em 2018.

Ao longo do exercício de 2019, revitalizamos o Centro de Atendimento ao Turista - CAT Casa de Chá e reinauguramos os CATs do Setor Hoteleiro Norte, Setor Hoteleiro Sul, Torre Digital e Rodoviária Interestadual que estavam abandonados ou que foram descontinuados. Nos 05 (cinco) Centros de Atendimento ao Turista - CATs em funcionamento foram registrados 22.581 (vinte e dois mil e quinhentos e oitenta e um) atendimentos.

III.1 COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO DO ARTESANATO

A COART – Coordenação de Promoção do Artesanato é o órgão, no Distrito Federal responsável pelo cadastramento do artesão, qualificação, captação e organização dos eventos relativos ao artesanato no Distrito Federal, bem como, de outras atividades direcionadas ao artesão. Esses eventos têm um cunho social e visam disponibilizar espaços para que Artesãos, devidamente registrados no SICAB - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro possam expor e comercializar seus produtos, gratuitamente.

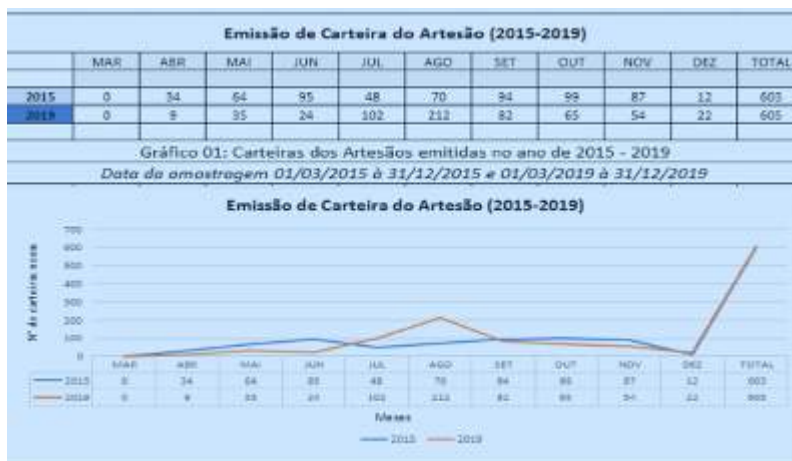
- Função: Cadastrar artesãos mediante demonstração de técnica, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa de Artesanato Brasileiro – PAB, além de prestar informações pertinentes à profissão de artesão.
- Técnicos envolvidos no cadastramento: 02 servidores

Atendimento para informações e agendamentos - 2019

Atendimentos telefônicos: 480 - Média mensal: 53

Atendimentos presenciais: 915 - Média mensal: 101

Total de atendimentos: 1.395 - Média mensal: 155



1) CADASTRAMENTOS E RECADASTRAMENTOS EXTERNOS REALIZADOS

O cadastramento e recadastramento de artesãos são realizados de segunda à sexta-feira, na sede da Secretaria de turismo. Para descentralizar os serviços, são agendadas visitas nas Regiões Administrativas para atender, prioritariamente, grupos. Não houve solicitação de agendamento externo nos meses de janeiro a abril de 2019.



2) CADASTRO NACIONAL DE ARTESÃOS

Total de Carteiras de Artesãos no Distrito Federal

Período: 01/01/2011 a 18/12/2019

Total de Artesãos em 18/12/2019 – 9.514



3) OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Janeiro – Dezembro: Clipping mensal da Coordenação de promoção do Artesanato:

- Divulgação via mailing de feiras, eventos e informações de interesse do artesão.
- Desenvolvimento de ferramenta de solicitação de agendamento online.
- Curadoria de artesanato para eventos.
- Elaboração de relatórios.
- Pareceres de reconhecimento de mestres artesãos.
- Análise de Termo de Fomento.

4) ROTA DO ARTESANATO

Projeto criado com o objetivo de disponibilizar, gratuitamente, espaços para que o artesão possa expor e comercializar seus produtos em áreas públicas e/ou privadas e em eventos locais.

O Projeto existe desde o ano de 2009, e tem alcançado seu objetivo principal de gerar renda aos artesãos e de ser um espaço de convívio social extremamente importante aos artesãos que, na maioria são idosos, mulheres e desempregados.

4.1) Rota do Artesanato eventos realizados no período de Setembro a Dezembro/2019:



5) EVENTOS COM A PARTICIPAÇÃO DO ARTESANATO - ABRIL A DEZEMBRO DE 2019:

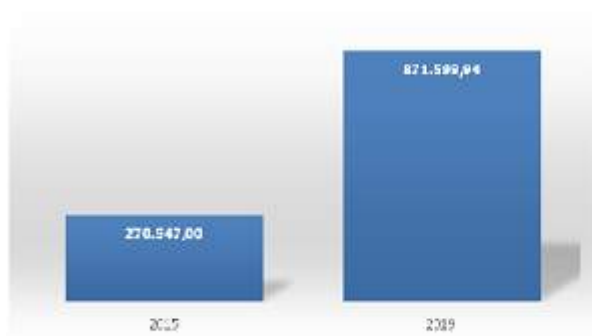
COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO DO ARTESANATO - COART				
ABRIL - 2019				
LOCAL	NOME DO EVENTO	DATA	QUANT. DE ARTESÃOS	VALOR COMERCIALIZADO
Centro de Convenções Ulysses	13ª Feira Internacional de Negócios do Artesanato – FINNAR	12 a 21/04	120	R\$ 15.300,00
MAIO - 2019				
Pátio Brasil Shopping	12º Salão do Artesanato	08 a 12/05	13	R\$ 44.911,00
Centro de Convenções Ulysses	40º Congresso Brasileiro da Anclivepa	16 a 18/05	10	R\$ 6.109,00
Centro de Convenções Ulysses	Congresso Brasileiro de Catarata Cirurgia Refrativo – BRASCRES	29/05 a 01/06	5	R\$ 7.642,00
JUNHO-2019				
Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade	27ª Expotchê - Feira de Produtos do Rio Grande do Sul	07 a 16/06	24	R\$ 30.277,00
Museu Nacional	35ª Feira do Livro de Brasília	06 a 16/06	10	R\$ 13.648,00
Eixão Norte 107	Dia Mundial do Meio Ambiente	02 a 05/06	5	R\$ 3.475,00
Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade	8º Festival do Japão	28 a 30/06	15	R\$ 13.733,00
Setor comercial Sul	Arraia do Trabalho	27 e 28/06	9	R\$ 2.994,00
JULHO -2019				
Pernambuco - PE	20ª Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENEARTE)	03 a 14/07	6	R\$ 113.759,00
Centro de Convenções Ulysses	XXXV CONASENS - Congresso Nacional de Sec. Municipais de Saúde	02 a 05/07	5	R\$ 23.000,00
Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade	CatarinaFest	05 a 14/07	22	R\$ 20.582,00
Arena Lounge Do Estádio Nacional Mané Garrincha	Hair Brasília	14 a 16/07	2	R\$ 1.644,00
Granja do Torto	Brasília Capital Moto Week 2019	18 a 27/07	12	R\$ 5.086,00
AGOSTO - 2019				
Centro de Convenções Brasil 21	Convenção De Musica & Arte – COMA	01 a 02/08	7	R\$ 2.312,00
QNN 27 Abadião - Ceilândia	São João Do Cerrado	09 a 11/08	14	R\$ 11.163,00
315 Sul - Brasília	Quermesse - Templo Budista	11/08/2019	2	R\$ 1.718,00
Brasília Shopping	Mercadinho - Brasília Shopping	10/08/2019	2	R\$ 2.080,00
Rota	Rota do Artesanato na Galeria do Anexo do Palácio do Buriti	14 a 16/08	15	R\$ 6.614,00
315 Sul - Brasília	Quermesse - Templo Budista	17 e 18/08	3	R\$ 200,00
Rota	1ª Edição Mercadinho - Brasília Shopping	24/08/2019	2	R\$ 1.435,00
	Quermesse - Templo Budista	24/08/2019	3	R\$ 195,00
SETEMBRO - 2019				
Esplanada dos Ministérios	Semana Civica - Esplanada	06, 07 e 08	3	R\$ 948,00
Rota	Rota do Artesanato na Galeria do Anexo do Palácio do Buriti	11 a 13	15	R\$ 4.962,00

COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO DO ARTESANATO - COART				
Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade	Brasilia Tatoon Festival	13 a 15	6	R\$ 938,00
Brasília Shopping	2ª Edição Mercadinho - Brasília Shopping	14	2	R\$ 472,00
Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade	FEST FLOR	19 a 22	18	R\$ 13.946,00
Brasília Shopping	Mercadinho - Brasília Shopping	28	2	R\$ 328,00
OUTUBRO - 2019				
Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade	Brasília Capital Fitness	03 a 06	14	R\$ 7.000,50
Rota	Rota do Artesanato na Galeria do Anexo do Palácio do Buriti	09, 10 e 11	20	R\$ 5.474,00
Brasília Shopping	Mercadinho - Brasília Shopping	12	2	R\$ 340,00
São Paulo	13º Salão de Artesanato - São Paulo	09 a 13	16	R\$ 139.260,75
Rota	Rota - Pier 21	19 e 20	13	R\$ 7.587,00
Rota	Rota - SCS	23, 24 e 25	14	R\$ 7.105,00
Brasília Shopping	3ª Edição Mercadinho - Brasília Shopping	26	cancelada	R\$ 0,00
Pontão	VI Feira de Artesanato, Bordado e Renda - RENDA-SE	23 a 27	58	R\$ 112.289,00
Loja Colaborativa	Loja - Pátio Brasil Inauguração (25 a 31/10)	30	30	R\$ 11.969,90
NOVEMBRO - 2019				
Rota	Rota - SCS	06,07 e 08	15	R\$ 6.058,00
Arena Lounge Do Estádio Nacional Mané Garrincha	Made In Japan	08, 09 e 10	8	R\$ 5.100,00
Rota	Rota Pier 21	16 e 17	14	R\$ 6.618,00
Loja Colaborativa	Loja - Pátio Brasil	(01 a 30/11)	29	R\$ 62.302,70
Rota	Rota do Artesanato na Galeria do Anexo do Palácio do Buriti	20, 21 e 22	6	R\$ 4.050,00
Casa de Dança	Brasilia Trend Fashion Week	28, 29, 30/11 e 01/12	12	R\$ 2.693,00
DEZEMBRO - 2019				
Taguatinga Shopping	Loja - Alameda Shopping	19	19	
Belo Horizonte	Mãos de Minhas, Belo Horizonte MG - Edital	02 a 08	10	R\$ 34.708,00
Rota	Rota Pier 21	14 e 15	15	R\$ 9.036,00
Centro de Convenções Ulysses	Brasília Tea Festival	07 e 08	4	R\$ 559,00
Bier Jazz Festival	Clube Cota Mil	19 a 21/12	4	R\$ 355,00
Loja Colaborativa	Loja - Pátio Brasil	(01 a 31/12)	29	R\$ 83.209,40
Loja Colaborativa	Loja - Alameda Shopping	(14 a 18/12)	19	R\$ 16.732,69
TOTAL				R\$ 871.599,94

GRÁFICO: valor comercializado por mês em eventos com a participação da setur - período de abril-dezembro de 2019



GRÁFICO: comparativo de 2015 e 2019



IV. SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO TURISMO - SUIT

Em relação à recuperação e avaliação do plano e de uso e ocupação do Parque da Cidade, à SUIT coube a responsabilidade de realizar os levantamentos técnicos, relatórios infográficos e fotográficos da situação do equipamento à época. Entretanto, com a publicação do Decreto nº 39.739, de 28 de março de 2019, a competência da gestão do próprio passa para a SEL. A fim de dar continuidade aos estudos elaborados previamente, os mesmos foram repassados para a nova gestão.

Quanto à elaboração de manuais de gestão e procedimentos dos próprios da SETUR (CCUG, Torre de TV, Casa de Chá e demais CATs, Parque da Cidade, Pavilhão ExpoBrasília, Estádio), com a publicação do Decreto nº 39.739, de 28 de março de 2019, a competência da gestão dos próprios passa para a SEL: Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, entre outros.

Para os demais próprios, os manuais estão em fase de ajustes. Situação essa ocorrida pelas múltiplas alterações referentes à gestão dos próprios, os quais foram em parte transferidos para outras pastas e novos foram adicionados à gestão da SETUR.

A equipe da SUIT realizou levantamentos técnicos, relatórios infográficos e fotográficos da situação da sinalização turística referente aos equipamentos turísticos e suas rotas tanto turísticas quanto de entrada e saída da Capital. Acionamento do DER para levantamento dos valores e prazos de implantação das placas. Está em processo de execução a visita aos pontos turísticos das RAs e o levantamento das necessidades locais.

Referente à implantação do sistema de agenciamento e cadastramento de locação dos próprios da SETUR, a equipe da SUIT elaborou uma planilha de controle com requerente,

projeto, estimativa de público, andamento processual, categoria e número de processo no SEI. Inclui dados anteriores à transferência de alguns próprios e suas tratativas enquanto geridos pela SETUR.

- **Centros de Atendimento ao Turista - CATs**

Inicialmente, cabe salientar que a atual e recente gestão desta Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal- SETUR/DF compreende que o Centro de Atendimento ao Turista - CAT é o recurso mais eficiente utilizado para o atendimento ao turista e para a promoção do turismo, considerando-os imprescindíveis, como pontos de apoio e que possibilitam aos usuários o conhecimento de atrativos e os meios de acesso às ofertas turísticas locais e das regiões do entorno de Brasília.

No início do exercício de 2019 havia apenas 01 (um) CAT em funcionamento, com operação em regime parcial. Após benfeitorias promovidas pela SETUR em conjunto com outros órgãos do GDF e apoiadores da iniciativa privada, 05 (cinco) espaços foram revitalizados ou montados, e encontra-se em pleno funcionamento: SHS Quadra 01, SHN Quadra 01, Casa de Chá – Praça dos Três Poderes, Torre de TV Digital e Terminal Rodoviário Interestadual do DF.

Os aludidos CATs encontram-se em pleno funcionamento, promovendo o atendimento mensal de milhares de turistas.

- **Turismo Arquitetônico - Centro de Interação e Atendimento ao Turista-CIAT**

A partir de estudos técnicos, a SUIIT promoveu a solicitação e acompanhou todas as tratativas pertinentes à cessão de imóvel localizado na SQS 308 sul, conhecida como Quadra Modelo, um dos pontos turísticos mais visitados do DF.

A SUIIT já desenvolveu estudos técnicos, relatórios de necessidades de benfeitorias estruturais e idealizou um projeto inicial para a revitalização do edifício, com o objetivo de transformá-lo num equipamento turístico, voltado à interação e receptivo dos turistas interessados na arquitetura da Capital.

No intuito de executar o projeto, a SUIIT com o apoio de outras unidades da SETUR, inscreveu em edital do Ministério do Turismo, ocasião em que foi contemplada para receber recursos federais.

- **Iluminação Cenográfica - CATs e CIAT**

A SUIIT promoveu estudos e instruiu todo o processo de contratação de projeto lumínico para instalação em todos os Centros de Atendimento ao Turista, os quais já foram analisados e entregues. Pretende-se executá-los ainda em 2020.

- **Sinalização Turística**

Com o objetivo de promover o direcionamento dos visitantes do Distrito Federal, a SUIIT elaborou vastos estudos sobre as necessidades de sinalização turística. Foram elaboradas 04 etapas iniciais de planejamento e execução, a partir dos requerimentos recebidos pela SUIIT, conforme detalhado adiante:

ETAPA 01 - Sinalização Turística - ACESSOS DF

A SUIIT elaborou um mapeamento de todos os acessos ao Distrito Federal, para fins de instalação de mensagens de "boas vindas" e "volte sempre", destinadas aos turistas que acessem o DF pelas rodovias e estradas.

ETAPA 02 - Sinalização Turística - TEMÁTICA - Plano Piloto

A SUIIT elaborou um mapeamento de pontos de relevante tráfego de veículos, por todo o Plano Piloto, para serem instaladas placas com mensagens sobre Brasília, com mensagens sobre a história, dados relevantes, curiosidades e artísticas.

ETAPA 03 - Sinalização Turística - CATs e SETUR

A SUIIT elaborou um mapeamento de pontos de direcionamento aos equipamentos sob a gestão da SETUR/DF, especialmente os CATs e a Sede da SETUR/DF.

ETAPA 04 - Sinalização Turística - DEMANDAS TURISMO RURAL

A partir de solicitações oriundas dos representantes do nicho turístico específico, a SUIIT elaborou um mapeamento das necessidades e demandas.

- **Parcerias com Centros Comerciais - Artesanato**

Consoante às políticas de incentivo ao artesanato local, a Secretaria de Turismo promoveu interlocuções com diversos centros comerciais do Distrito Federal, que cederam áreas para a comercialização de produtos.

A SUIT promoveu as tratativas relacionadas à formalização das parcerias, desenvolveu os projetos arquitetônicos e acompanhou as instalações, realizadas pelos artesãos beneficiados através de chamamento público.

Em 2019, foram inauguradas 02 (duas) lojas, sendo uma localizada no Pá o Brasil Shopping e outra no Alameda Shopping.

- **Acordo de Cooperação - Complexo Torre de TV**

A partir da manifestação de interesse por parte do Banco de Brasília - BRB, a SUIT elaborou diversos relatórios, promoveu visitas técnicas e reuniões, forneceu informações e participou de todo o processo que fundamentou a transição da gestão do Complexo da Torre de TV de Brasília ao BRB, operação efetivada aos 29/10/2019, mediante a formalização de Acordo de Cooperação Técnica - ACT firmado entre múltiplos órgãos do GDF e o aludido banco, resultando na criação do Corredor Cultural do Banco de Brasília - CCBRB, que prevê a revitalização do Jardim Burle Marx, Torre de TV e Feira de Artesanato.

Os procedimentos de transferência de responsabilidades e competências encontra-se em curso. Assim, a SUIT manterá o próximo acompanhamento aos atos e procedimentos relacionados à referida parceria, até que sejam adimplidas todas as obrigações concernentes ao GDF previstas no referido instrumento.

- **Turismo Náutico - Projetos na Orla do Lago**

Consoante às políticas e objetivos dessa nova gestão da SETUR, a SUIT promoveu o levantamento de informações, visitas técnicas, relatórios e consultas sobre diversos espaços públicos localizados nas orlas do Lago Paranoá, com objetivo de subsidiar novos projetos de infraestrutura turística às margens do Lago Paranoá.

- **Turismo Religioso / Místico - Busto de Gandhi**

A partir da solicitação da Embaixada da Índia, referente à oferta de doação de busto de Mahatma Gandhi, a SUIT promoveu estudos e visitas técnicas, tratativas junto à Requerente, instruiu e acompanhou todo o processo de contratação e construção da base do monumento, além de participar do evento de inauguração, realizado no início de 2020.

- **Eventos e Parcerias - SETUR**

Ao longo de todo o exercício de 2019, a SUIT participou ativamente de diversos eventos realizados, correalizados ou apoiados pela SETUR, através da interlocução com outros órgãos e elaboração de documentos técnicos relacionados às suas competências e atribuições.

V. ASSESSORIA ESPECIAL DE EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS - ASSEV

Participamos de 6 feiras nacionais e internacionais para promoção de Brasília nos seguintes mercados e públicos prioritários:

1. BTL – Lisboa/Portugal
2. WTM – São Paulo/SP
3. Braztoa Sul – Curitiba/PR
4. ABAV – São Paulo/SP
5. WTM – Londres/Inglaterra

6. Fit Argentina – Buenos Aires/Argentina

A ASSEV apoiou 61 eventos em 2019 contribuindo sobremaneira para o alcance da META GERAL da SETUR-DF em apoiar 80 eventos. Ressalta-se Promoção do Artesanato.

Em relação à meta de captar eventos/ano geradores de fluxo turístico para Brasília, a ASSEV captou 13 eventos em 2019.

A ASSEV viabilizou a comercialização de artesanato em 29 eventos técnico-científicos. Realizamos o calendário de eventos da SETUR/DF, em anexo.

- **Mídias Sociais**

Em consideração ao Relatório Anual de Atividades – 2019, no tocante a ampliação do número de seguidores da Secretaria de Turismo nas mídias sociais, destaco o aumento de 3.082 seguidores nas mídias online do órgão, sendo 1.009 no FACEBOOK e outros 2.073 no INSTAGRAM.

Janeiro de 2019	Dezembro de 2019
Facebook: 13.237	Facebook: 14.246
Instagram: 1.680	Instagram: 3.753

- **Contextualização sobre o mercado de negócios e eventos**

De acordo com o Ministério do Turismo, o turismo de negócios evento compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.

Os eventos turísticos são fundamentais para promover o equilíbrio entre a demanda e a oferta durante o ano todo, em que, durante a baixa temporada, a ocupação hoteleira cai e os equipamentos de turismo ficam ociosos, devido ao baixo índice de entrada de turistas.

O turista de negócios, que participa de eventos nacionais e internacionais é um tipo de turista especializado e que tem gasto médio diário até quatro (4) vezes superior ao turista de lazer, tendo um potencial econômico elevado para a cidade e a cadeia de turismo de Brasília. Fonte: Ministério do Turismo – Governo Federal (Anuário Estatístico de Turismo 2019).

- **Apoio à realização de eventos**

Um dos pilares desta SETUR/DF está no apoio à realização de eventos com apelo turísticos que acontecem no Distrito Federal. Tal iniciativa objetiva agregar valor aos eventos, e promover uma melhor experiência aos participantes durante sua estada em Brasília.

Desta forma, em 2019 a SETUR-DF apoiou à realização de 61 eventos, por meio da Assessoria de Eventos Nacionais e Internacionais, com estimativa de impacto econômico de aproximadamente R\$77.500.000,00 na economia do Distrito Federal. Ainda, durante esses eventos, 118 artesãos foram beneficiados em congresso técnico-científicos, com estimativa de R\$161.089,00 comercializados durante o ano.

Compreendendo a importância do segmento para a economia e desenvolvimento do turismo no Distrito Federal, abaixo listamos as ações desta Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal – SETUR/DF para o incremento do setor e aumento do fluxo turístico.

ATIVIDADES EM EVENTOS (APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS)		
1	Carnaval no Parque	Apreciação da portaria 19
2	Expotchê	Artesanato; Vídeo Promocional e Apreciação da portaria 19
3	8º Festival do Japão de Brasília	Apreciação da Portaria 19, Artesanato e CAT
4	Projeto Passarela	Articulação com Trade e universidades
5	XXIII Congresso SBTMO 2019	Materiais Promocionais, Inserção de material promocional de Brasília na abertura
6	Moto Capital	Reunião, distribuição de tarefas e nota técnica e fomento
7	Turnê Paulinho da Viola	Articulação com a SECEC para empréstimo de piano
8	Hair Beauty 2019	Articulação
9	Ballet no CAT Casa de Chá	Organização
10	Funn Festival	Articulação com o trade de turismo e apreciação da portaria 19
11	Agrobrasil	CAT e Visita Técnica

ATIVACÕES EM EVENTOS (APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS)		
12	CSTM – Conferência de Simulação e Tecnologia Militar	Articulação com a SSP e Comando da PMDF
13	XI Congresso de CVB's	Muda de Ipê
14	Villa Mix	Apreciação da portaria 19
15	Los Hermanos	Apreciação da portaria 19
16	ANCLIVEPA	Materiais Promocional, Fala na Abertura do Evento e Artesanato
17	Frente Nacional dos Prefeitos	Desconto em restaurantes e CAT
18	São João do Cerrado	Artesanato e Logomarca da SETUR
19	Campus Party	Idealização do Hackathon Atendimento no Evento
20	Festival CoMA	Materiais Promocionais, CAT, Fomento
21	IV Festival Peruano	Desconto em restaurantes, CAT
22	Visita União Química – São Paulo/SP	Materiais Promocionais Carta de Boa Vindas
23	Marcha das Margaridas	Apreciação da portaria 19
24	Fórum dos Contadores Governamentais da América Latina (Focal)	Brindes, Materiais Promocionais e Vídeo Promocional
25	Fórum dos Tesoureiros Governamentais da América Latina (FOTEGAL)	Brindes, Materiais Promocionais e Vídeo Promocional
26	Congresso Brasileiro de Engenheiros e Agrônomos – Palmas/TO	Materiais Promocionais, Vídeo Promocional e Squeeze
27	Jogos Nacionais de Magistratura	Materiais Promocionais e Vídeo Promocional
28	Corrida Rústica	Squeeze
29	Congresso Brasileiro de Estudantes de Engenharia e Agronomia	Materiais Promocionais
30	Rotary	Material Promocional, Vídeo Promocional e CAT
31	Semana Brasileira de Museologia	Materiais Promocionais e Passeios Turísticos
32	Fórum Latino Americano de Infraestrutura	Materiais Promocionais
33	Encontro Nacional de Estudantes do Campo de Públicas	Desconto em passeios turísticos, Materiais Promocionais e Vídeo
34	Catarina Fest	Apreciação da portaria 19
35	Turnê Pepino di Capri	Articulação com a SECEC para portaria de piano
36	ALIFA	Correalização
37	Festa do Morango	Atendimento
38	Budbasement	Apreciação da portaria 19
39	Seminário de Ginecologia e Obstetrícia	Restaurantes e Passeios Turísticos
40	Pentecostes – Taguaparque	CAT
41	Cine Solar	Articulação com RA I para liberação do espaço
42	Aniversário de Brasília	Bolo
43	Congresso Nacional de Assistência Social	Material Promocional, Vídeo Promocional e CAT
44	Mais Sabor Abrace	Realização do evento
45	Ballet Imperial da Rússia	Articulação com a Secretaria de Cultura e Economia criativa para peças de linólio
46	SINDEPATE SUMMIT	Articulação empresarial
47	Brasília Recebe um novo Brasil	Recepção dos Deputados e Senadores
48	Abramet	Pastas, Materiais Promocionais Online e Vídeo Promocional
49	2ª Brasília Cidade Design	Fomento
50	43º Congresso Brasileiro de Angiologia e de Cirurgia Vasculuar	Materiais Promocionais
51	Congresso Brasileiro de Informática na Educação	Materiais Promocionais, desconto em restaurantes e passeio turísticos
52	VI Caminhadas nos Parques do DF	Divulgação nas Mídias Sociais
53	Congresso Brasileiro CONSAD de Gestão Pública	Materiais Promocionais
54	INNOVA SUMMIT	Interlocução interinstitucional
55	Festeja Brasília	Apoio a realização
56	Só Track Boa	Apoio a realização
57	Tattoo Festival	Apoio a realização
58	Capital Fitness	Apoio a realização
59	Togheter Mission	Ativação de 5 Food trucks ovo-lacto-vegetariano; Desconto em passeios turísticos; Vídeo para abertura do evento e Materiais promocionais
60	Congresso Brasileiro de Cirurgia Plástica	Desconto em restaurantes
61	Brasil Tea Festival	Comercialização de artesanato

- **Captação de eventos**

A captação de eventos para a cidade de Brasília visa promover o destino como sede de eventos nacionais e internacionais, trazendo para a cidade, turistas de negócios e injetando novas divisas na economia local.

Em 2019 a SETUR-DF apoiou na captação de 13 eventos, contribuindo para o incremento de R\$ 134.724.601,50 (cento e trinta e quatro milhões, setecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e um reais e cinquenta centavos) - (Dados da FIPE/MTUR: Número total de PAX x gasto médio diário: R\$ 985,91 x dias de evento).

As realizações desses eventos contribuíram para a criação de aproximadamente 5.260 (cinco mil, duzentos e sessenta) novos empregos, diretos e indiretos para a Capital.

EVENTOS CAPTADOS EM 2019						
	NOME	APOIO FINALIZADO	DATA DA AÇÃO	ANO DA CANDIDATURA	PAX	CAPTADO
1	Congresso Brasileiro de Urologia	ok	24 a 27	2021	4000 - 5000 participantes	Sim
2	Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia	ok	14 a 16	2022	4000 - 5000 participantes	Sim
3	Congresso Nacional da OAB	ok	03 a 14/11/2020	2020	10000	Sim
4	Congresso Brasileiro de Infectologia Pediátrica	ok	18 a 22/11	2020	1200 participantes	Sim
5	Congresso Brasileiro de Cefaléia	ok	22 a 24	2020	1000	Sim
6	Congresso da Associação Nacional dos Delegados da PF - Peritos Criminais	ok	Sem data	2020	350	Sim
7	CONGRESSO BRASILEIRO DA SBEM	ok	30/08 a 06/09/2020	2020	4500	Sim
8	DIC 2020 - Congresso do Departamento de Imagem Cardiovascular	ok	31/03/2020 a 04/04/2020	2020	1400	Sim
9	44º CONGRESSO BRASILEIRO DE ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR	ok	10 a 16/10/2021	2021	3000	Sim
10	CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA INTENSIVA	ok	08 a 15/11/2021	2021	4000	Sim
11	VI Congresso Bras. de Fisioterapia Neurofuncional	ok	3 a 6	2020	300	Sim
12	International Conference of Information Commissioners - ICIC	ok	Sem Data	2020 02 a 05 de junho de 2020	200	Sim
13	Congresso Brasileiro de Patologia do Trato Genital Inferior e Colposcopia	ok	Sem Data	2021	300	Sim

VI. SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO E MARKETING - SUPROM

1) Esta Subsecretaria de Promoção e Marketing contribuirá com informações referentes aos seguintes itens:

- Criação de GT para Implantação e priorização do Projeto Capitalidade com o Plano de reposicionamento estratégico da "Marca Brasília"; e
- Formulação de Plano de Comunicação e Marketing.

Criação de GT para Implantação e priorização do Projeto Capitalidade com o Plano de reposicionamento estratégico da "Marca Brasília";	A Marca Brasília estava inserida no contexto de reposicionamento de Brasília como destino turístico contido no Plano de Trabalho do Programa Nacional INVESTE TURISMO, que conta com recursos do Ministério do Turismo e SEBRAE Nacional. Este trabalho estava sendo realizado em parceria entre a SETUR e o SEBRAE/DF. No entanto, com as mudanças implementadas nas estruturas do turismo e seus mecanismos de financiamento, ações como o INVESTE TURISMO tiveram suas atividades interrompidas.
Formulação de Plano de Comunicação e Marketing;	Em fevereiro de 2019 foi desenvolvido o Planejamento Estratégico de Promoção e Marketing cujas ações ao longo do ano correspondem aos pilares estabelecidos. Em fevereiro de 2019 foi desenvolvido, também, o Planejamento Anual de Publicidade e disponibilizado para a SECOM.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O ano de 2020 terá nove feriados nacionais, além do carnaval e Corpus Christi, que serão pontos facultativos. Brasília está preparada para receber os turistas e é uma excelente opção para quem tem curiosidade de conhecer a capital federal e aproveitar para fugir do trânsito e movimentação excessiva dos pontos turísticos mais comuns do país. De acordo com levantamento do Google, Brasília está em 4º lugar no ranking de destinos mais desejados pelos brasileiros em 2020. A pesquisa é feita de acordo com a busca por hotéis nas cidades brasileiras.

A Secretaria de Estado de Turismo teve realizações de fundamental relevância para o desenvolvimento econômico de Brasília ao longo de 2019, conforme demonstrado por meio do presente relatório.

No ano de 2020, Brasília completará 60 anos e a Secretaria de Turismo terá importante atuação nos eventos comemorativos, consolidando, assim o seu protagonismo inegável para a economia da cidade.

Face ao exposto, apresentamos as seguintes perspectivas para o ano de 2020, conforme apresentados pelos setores da SETUR:

I. SUIT

Principais Propostas 2020:

Centros de Atendimento ao Turista - CATs

Além dos 05 (cinco) CATs revitalizados em 2019, a SETUR/DF está envidando esforços no sentido de implementar outros 02 (dois) CATs no Aeroporto JK, sendo um interno, na área de desembarque e outro externo, na área de circulação pública do equipamento.

Ademais, a SUIT pretende promover benfeitorias complementares estruturais nos Centros de Atendimento ao Turista e nas suas proximidades, visando melhorias na pavimentação do estacionamento e entorno dos edifícios, aprimoramentos na logística de tráfego de veículos e pedestres, incorporação de paisagismo e alterações na iluminação pública das áreas.

Turismo Arquitetônico - Centro de Interação e Atendimento ao Turista - CIAT

Diante da cessão do Edifício localizado na SQS 308, cominada com o êxito na captação de recursos junto ao Ministério do Turismo mediante edital público, pretende-se iniciar as obras de revitalização do Equipamento turístico em questão.

Iluminação Cenográfica - CATs e CIAT

A partir da elaboração de projetos luminotécnicos para todos os CATs, pretende-se promover a execução e instalação dos mesmos.

A proposta tem por finalidade impulsionar a divulgação dos equipamentos turísticos, promover maior eficiência e reduzir custos aos cofres públicos, além de aprimorar consideravelmente a apresentação visual dos CATs.

Sinalização Turística

A partir dos múltiplos estudos realizados em 2019, pretende-se promover a instalação da sinalização turística mapeada, além de promover estudos às demais necessidades de sinalização, tais como:

ETAPA 05 - Sinalização Turística - Regiões Administrativas

A SUIT está promovendo visitas técnicas em todas as Regiões Administrativas, que além de outras necessidades, está levantando as demandas de sinalização, para fins de elaboração de propostas voltadas ao turismo nas Regiões Administrativas do DF.

Turismo Náutico - Projetos na Orla do Lago

Considerando os estudos técnicos e consultas realizadas em áreas limítrofes ao Lago Paranoá, a SUIT pretende desenvolver propostas de projetos de infraestrutura turística, com o objetivo de fomentar do Turismo Náutico na Capital.

Projetos Relevantes de Infraestrutura Turística

Desde o início da atual gestão, a SUIT vem promovendo estudos técnicos e tratativas com outros órgãos do GDF (SEDUH, NOVACAP, TERRACAP, IPHAN), com o objetivo de dimensionar espaços públicos ou edifícios em desuso, para fins de propor projetos de infraestrutura turística de grande relevância. Pretende-se elaborar e apresentar às autoridades competentes, propostas dessa natureza em diversos pontos do DF.

II. ASSEV

Metas para o exercício de 2020:

Apoiar 70 eventos visando o incremento do calendário de eventos do DF (Meta incluída, conforme Lei Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

Criar Programa de Incentivo à Realização de eventos, disponibilizando vantagens competitivas aos seus organizadores e atrativos aos participantes de eventos, como descontos em restaurantes, passeios turísticos pela cidade e hotéis.

CONCLUSÃO

No dia 21 de abril, a capital federal completa 60 anos. Mas o aniversário será celebrado ao longo de todo o ano de 2020, com diversas programações especiais, e o mês de janeiro já promete ser movimentado. De acordo com a Inframerica, a previsão é de que cerca de 1,5 milhão de passageiros passem pelo Aeroporto de Brasília, com um fluxo aéreo de 11 mil pousos e decolagens.

O turismo cívico é uma das apostas da Setur-DF para divulgar Brasília para o Brasil e o mundo. Neste ano, será estendido para estudantes de todo o país o programa de turismo cívico pedagógico "Brasília, nossa Capital". Em 2019, ele foi implementado para alunos de escolas da rede pública do DF. A partir desse ano, agências de viagens vão oferecer pacotes para visitas de estudantes de outros estados. O projeto é uma parceria da Setur-DF junto com a Secretaria de Educação do DF e a Voetur, e a programação inclui visitas ao Museu Vivo da História Candanga, Museu do Catetinho, Congresso Nacional, Museu JK, Catedral, e outros principais pontos históricos. A visitação é orientada por guias de turismo especializados e professores.

Os pontos visitados pelo projeto também estão disponíveis para todos os turistas. Quem vem a Brasília tem uma série de opções, mas não pode deixar de conhecer os locais que fazem a cidade ser tão diferenciada. Os monumentos da Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes e Eixo Monumental, por exemplo, fazem parte do City Tour feito no ônibus de dois andares, que além de apresentar a cidade por um ângulo diferente, também faz paradas para que os turistas possam registrar o momento e aprender sobre a história do local.

Outra atração que só Brasília tem é a cerimônia da Troca da Bandeira, que ocorre no primeiro domingo de cada mês. É uma das maiores expressões do turismo cívico do país. A cada edição, uma Força ou a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) é responsável pelo evento. Com 100 metros de altura, o monumento do Mastro da Bandeira consta no Guinness Book como maior bandeira hasteada do mundo.

A Secretária de Turismo do DF, Vanessa Mendonça, ressalta, por fim, que:

"Brasília é uma cidade incrível e o Governo do Distrito Federal está trabalhando para ressignificar os nossos monumentos e apresentar essa cidade moderna e acolhedora para que a população e visitantes possam vivenciar tudo o que temos a oferecer. 2020 vai ser um ano especial".

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal, criado pela Lei nº 3.982, de 25/04/2007, teve seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 34.660, de 12 de setembro de 2013. São objetivos do FITUR/DF:

I - incentivo a projetos, encaminhados pela Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento de Turismo do Distrito Federal - CONDETUR/DF, nos diversos campos do turismo;

II - preservar as condições de uso e criação de espaços turísticos;

III - promover e divulgar o turismo;

IV - Criar e enriquecer o acervo turístico do Distrito Federal;

V - aplicar recursos em bolsas de estudo para aperfeiçoamento, na área do turismo, dos servidores do quadro efetivo de pessoal da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF;

VI - fornecer auxílios, totais ou parciais, à aquisição de mercadorias ou de bens destinados ao cumprimento da política de desenvolvimento do turismo, observando a legislação vigente;

VII - manter instalações e equipamentos destinados ao turismo;

VIII - preservar o patrimônio turístico;

IX - remunera, observada a legislação pertinente, serviços voltados para o cumprimento da política de desenvolvimento do turismo. Os recursos do FITUR/DF deverão ser aplicados mediante apresentação de projeto, de acordo com a Lei nº3.982, de 27 de abril de 2007, em: I - incentivo a projetos, encaminhados pela Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF, nos diversos campos do turismo;

II - preservação das condições de uso e criação de espaços turísticos;

III - promoção e divulgação do turismo, incluindo-se:

a) concessão de prêmios, observada a legislação vigente, em concursos de ampla participação popular promovidos pela Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF;

b) ações que fortaleçam a captação de eventos por meio de materiais específicos;

c) realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore fora do Distrito Federal;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a exposições públicas no País e no exterior;

IV - criação E enriquecimento do acervo turístico do Distrito Federal, incluindo-se:

a) realização de missões culturais e técnicas no País e no exterior, inclusive com o fornecimento de passagens;

b) contratação de serviços para elaboração de projetos culturais;

c) contratação de serviços para publicações de periódicos especializados;

V - bolsas de estudo para aperfeiçoamento, na área do turismo, dos servidores do quadro efetivo de pessoal da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF, incluindo a instalação e manutenção de cursos de caráter turístico, destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área do turismo, em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos;

VI - auxílios, totais ou parciais, à aquisição de mercadorias ou bens destinados ao cumprimento da política de desenvolvimento do turismo;

VII - manutenção de instalações e equipamentos destinados ao turismo;

VIII - preservação do patrimônio turístico;

IX - remuneração, observada a legislação pertinente, de serviços voltados para o cumprimento da política de desenvolvimento do turismo.

O conselho de Administração do FITUR/DF é órgão de deliberação coletiva, composto pelos seguintes membros:

I - do Poder Público do Distrito Federal:

- a) o Secretário de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal, que o presidirá;
- b) o Subsecretário de Políticas de Turismo, da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal;
- c) o Subsecretário de Infraestrutura Turística, da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal;

II - do setor produtivo do turismo do Distrito Federal:

- a) um representante do Brasília e Região Convention & Visitors Bureau;
- b) um representante da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH/DF;
- c) um representante da Associação Brasileira das Agências de Receptivo - ABARE/DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	0	0	0

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	0	241767,0	0	0
0036 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-FITUR-DISTRITO FEDERAL	0	241767,0	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	0	180764,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0009 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FITUR-DISTRITO FEDERAL	0	180764,0	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	0,00	422531,00	0,00	0,00

O Fundo de Fomento à Indústria do Turismo – FITUR/DF está em situação regular, com dotação orçamentária do tesouro do DF no valor de R\$ 422.531,00 (quatrocentos e vinte e dois mil quinhentos e trinta e um reais), (posição em Dez/2019). Esta receita é proveniente da cota sobre arrecadação de ICMS referente ao fornecimento de bebidas e refeições nos bares e restaurantes de Brasília. Contudo, não houve execução orçamentária e financeira no Fundo neste exercício.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

O Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal (FITUR/DF) foi criada pela Lei nº 3.982, de 25 de abril de 2007 e destina-se a “prover recursos às atividades de promoção do turismo no Distrito Federal”. Por diversas ocasiões a execução do FITUR foi tema de discussões, sobretudo com as associações e entidades que compõem o CONDETUR – Conselho de Desenvolvimento do Turismo no DF, composto por representantes da cadeia produtiva do turismo, empreendedores cujos interesses convergem para a finalidade do FITUR. Entretanto, de acordo com as tratativas junto aos interessados, o Regimento do FITUR, ora vigente, não atende às condições da maioria das empresas e de empreendedores individuais do setor, razão de não ter havido execução orçamentária e financeira em 2016 a 2019.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal (FITUR/DF) foi criada pela Lei nº 3.982, de 25 de abril de 2007 e destina-se a “prover recursos às atividades de promoção do turismo no Distrito Federal”.

Por diversas ocasiões a execução do FITUR foi tema de discussões, sobretudo com as associações e entidades que compõem o CONDETUR – Conselho de Desenvolvimento do Turismo no DF, composto por representantes da cadeia produtiva do turismo, empreendedores cujos interesses convergem para a finalidade do Fundo. Entretanto, de acordo com as tratativas junto aos interessados, o Regimento do FITUR, ainda vigente, não atende às condições da maioria das empresas e de empreendedores individuais do setor, razão de não haver sido executado em anos e gestões pregressas.

Nessas condições, buscou-se por meio de uma câmara temática, criada especificamente para tratar o assunto no âmbito do CONDETUR, um consenso sobre a reformulação do Regimento Interno do FITUR, de modo a se estabelecer critérios de acesso aos recursos, considerando a situação dos empreendedores e em conformidade com a legislação vigente. Foi realizada, em 22 de novembro de 2016, reunião com lideranças de associações representativas da atividade turística, integrantes do CONDETUR, para que seja composto o novo Conselho de Administração do FITUR, visando dar continuidade e necessária celeridade à efetiva operacionalização do Fundo.

Em 2017 a Câmara Temática se reuniu com vistas à reformulação do Regimento Interno,

em que nomeia um novo Conselho Administrativo e também estabelece as novas diretrizes que normatizam os recursos do FITUR, que se dá por intermédio da publicação do Decreto. No entanto, o mesmo não foi publicado no âmbito do exercício de 2017.

Em razão dessas alterações, cujos encaminhamentos estão em prossecução, não houve execução orçamentária no ano de 2019. Com a publicação do Decreto, espera-se iniciar a execução do orçamento para o FITUR.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A história do planejamento urbano no Distrito Federal começa com a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, por meio da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. A finalidade da Novacap era gerenciar e coordenar a construção da nova cidade e dentro da estrutura organizacional da Companhia existia o Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), que se dividia em outros dois departamentos, o de Arquitetura (DEA) e o de Urbanismo (DEU). Com a criação da prefeitura do Distrito Federal, em 1960, esses dois departamentos ficam vinculados à ela, e sempre junto à pasta de obras.

Em 20 de julho de 1993, a Lei nº 494 cria o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF), vinculado à Secretaria de Obras do Distrito Federal. O Instituto era um órgão executivo do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal e tinha como competências, por exemplo, participar da elaboração dos planos e programas relacionados com o planejamento territorial e urbano, promover estudos e pesquisas, e elaborar e revisar normas urbanísticas e para edifícios.

Já em 1997, por meio da Lei nº 1.797, cria-se a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SHDU, com atribuição de planejar, executar e implementar a política habitacional e de desenvolvimento urbano do Distrito Federal. Ficando, assim, o IPDF vinculado a então SDHU até o ano de 2000, quando foi publicado o Decreto 21.289/00 que colocava o IPDF em processo de extinção, e suas atividades ficaram sob a supervisão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – Seduh, criada por meio do Decreto nº 21.170, de 5 de maio de 2000, que dispôs sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal.

No ano de 2007, após uma nova reestruturação, a Secretaria, além de cuidar da política habitacional, urbanística e fundiária, também assumiu as políticas relacionadas ao meio ambiente, recursos hídricos e resíduos sólidos sendo chamada de Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma).

Anos depois, em 2011, a Seduma foi desmembrada, com o objetivo de focar as atividades da Secretaria nas políticas de habitação, regularização e desenvolvimento urbano. O Decreto 32.716, de 1º de janeiro de 2011, instituiu a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Sedhab).

Em 2015, o Decreto 36.236, de 1º de janeiro de 2015, estabeleceu a organização da estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Distrito Federal, e transformou a Sedhab em Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (Segeth). A nova secretaria incorporou às atribuições da antiga Sedhab, as atividades de ordenamento territorial da Coordenadoria de Cidades, que antes era vinculada à Casa Civil, e as atribuições que cabiam à extinta Secretaria de Regularização de Condomínios (Sercond). Isso sem falar na centralização das aprovações de projetos arquitetônicos por meio da criação da Central de Aprovação de Projetos (CAP), que possui status de subsecretaria.

Em 2017, a Segeth passou por um processo de reestruturação em que a Subsecretaria de Cidades deixou de pertencer à Segeth e foi transformada em Secretaria de Cidades.

Em 2019, por meio do Decreto nº 39.610 assinado pelo Governador Ibaneis Rocha a Secretaria se transformou em Seduh – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e habitação e tem como competência o ordenamento, uso e ocupação do solo; o planejamento, desenvolvimento e intervenção urbana; a gestão de Brasília como patrimônio cultural da humanidade; os estudos, projetos e criação de áreas habitacionais; o planejamento da política habitacional; o planejamento da política de regularização fundiária de áreas ocupadas; e a aprovação de projetos arquitetônicos, urbanísticos, de parcelamento do solo e licenciamento de atividades urbanas.

A Secretaria busca uma visão de vanguarda baseada na desburocratização, contando com a experiência dos servidores de carreira da Secretaria e do restante do corpo técnico.

Tem como Missão: Desenvolver e gerir a política pública urbana de modo a proporcionar a todos o direito à cidade.

Sua Visão é: Ser uma instituição capaz de envolver a sociedade no projeto de cidade democrática, inovadora, inclusiva, equitativa, sustentável e resiliente, resgatando os valores de vanguarda fundadores da Capital.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	29	72	26	43	170
Comissionados sem vínculo efetivo	132	183	0	0	315
Requisitados de órgãos do GDF	18	39	2	8	67
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	2	0	25	27
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	8	0	8
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	179	297	36	76	588
(-) Cedidos para outros órgãos	35	0	0	0	35
Total Geral	144	297	36	76	553

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	200096,0	0,88	0	0
0001 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL--DISTRITO FEDERAL	200096,0	0,88	0	0
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
0003 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	70000,0	0,0	0	0
5756 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	70000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	290000,0	907517,0	907517,00	808479,98
0015 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-SECRETARIA DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO- PLANO PILOTO .	290000,0	907517,0	907517,00	808479,98
4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	101000,0	1,00	0	0
0003 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS--DISTRITO FEDERAL	101000,0	1,00	0	0
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	110000,0	0,0	0	0
0002 - MELHORIAS HABITACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	110000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	821096,00	907518,88	907517,00	808479,98

Em termos de execução orçamentária-financeira, no âmbito desse Programa, somente houve na ação 2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO, os quais se referem ao pagamento de Jeton, aos membros do CONPLAN - Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

Em 2019, foram realizadas 12 reuniões com o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - Conplan, 5 reuniões com a Câmara Técnica, 17 reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE, 6 reuniões com o Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB, 3 reuniões com o conselho do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social -Fundhis, 11 reuniões com a CPA - Comissão Permanente de Análise do EIV - Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança, 10 reuniões do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social - Plandhis.

Destaca-se, ainda, que foram realizadas 9 audiências públicas, 1 consulta pública, 8 reuniões públicas, 2 Fóruns, 3 seminários, 1 Oficina sobre os Eixos Temáticos, 1 reunião do Comitê Interno de Governança e 5 reuniões do Grupo de Trabalho do Masterplan.

Quanto a capacitação de servidores não houve valores empenhados ou liquidados para tal finalidade, visto que todos os cursos e demais capacitações, foram realizadas sem gastos diretamente do orçamento da SEDUH. Contudo, desta-se a seguir diversos cursos, palestras/seminários de capacitação de servidores desta Pasta, abarcando uma quantidade considerável beneficiários.

Cursos Presenciais pela EGOV	Quantidade de servidores capacitados
Orçamento Público para executivos	3
Governança para altos executivos	7
Sistema Eletrônico de Informações (SEI) – Módulo Usar (básico)	57
Sistema Eletrônico de Informações (SEI) – Módulo Administrar	3
Sustentabilidade na Administração Pública e Coleta Seletiva Solidária	1
Redação oficial	2
Curso a distância: Transparência, ética e controle social	1
Mapeamento e modelagem de processos no serviço público	2
Libras Básico I	3
Curso a distância: Formação em Ouvidoria	3
Programa de formação em ouvidoria: Inicialização em ouvidoria – Módulo I	1
Programa de formação em ouvidoria: Lei de Acesso à Informação para ouvidorias	1
Coaching com autoliderança	1
Retenção do ISS e do IRRF	3

Cursos Presenciais pela EGOV	Quantidade de servidores capacitados
Administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil com foco no Sistema de Gestão Governamental (SIGGo) – Módulo I	2
Administração orçamentária, financeira, patrimonial e contábil com foco no Sistema de Gestão Governamental (SIGGo) – Módulo III	1
Workshop de Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão (SEFP)	3
Gestão e fiscalização de contratos	7
Cerimonial e protocolo de eventos	1
Relações autênticas – com base na Comunicação Não Violenta	4
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	6
Licitações e contratos: Lei nº 8.666/93	3
Introdução à governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	2
Curso a distância: Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	5
Excelência no atendimento ao cidadão	3
Sustentabilidade na Administração Pública e Coleta Seletiva Solidária	1
Tratamento de acervos arquivísticos	3
Design Thinking para serviços públicos	1
Processo Disciplinar	6
Técnicas de organização e condução de reunião	1
Planejamento Estratégico	2
Curso a distância: Formação de formadores	1
Curso a distância: Metodologia de Análise e Solução de Problemas	2
Educação financeira e hábitos de consumo	1
Capacitação na ferramenta do SIGRHWEB – GFIP/SEFIP 8.4	1
Instrução processual de aposentadorias e pensões baseada no novo manual do IPREV/D	1
Liderança produtiva	1
Educação financeira pessoal	1
TOTAL	147

Palestras, Congressos e Seminários pela EGOV	Quantidade de servidores capacitados
Palestra: Alta Performance Profissional com Qualidade de Vida	24
Palestra: Programação Neurolinguística (PNL)	1
II Encontro do GDF de prevenção ao suicídio: vamos conversar sobre saúde mental?	1
I Fórum de Governança e Compliance do Governo do Distrito Federal	4
IV Semana de Controle Interno, Transparência, Ouvidoria e Correição da CGDF – Oficinas temáticas: Tema 2 – Simples Mente: empregando insights comportamentais para o aprimoramento de políticas públicas	2
Seminário – Brasília e as estratégias de cooperação internacional com o novo banco de desenvolvimento do BRICS	1
TOTAL	33

Afastamento para estudo	Quantidade de servidores
Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior	5
Afastamento Para Estudo, Congressos, Seminários ou Reuniões Similares	20
TOTAL	25

No tocante às licitações executadas ou em andamento, apresenta-se a relação abaixo, que **também envolve ações do Programa de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado:**

RELAÇÃO DE PREGÕES

PREGÃO Nº	OBJETO	PROCESSO Nº	QUANTIDADE DE ITENS/LOTES	ITENS FRACASSADOS/CANCELADOS/REVOGADOS	VALOR ESTIMADO	VALOR HOMOLOGADO	ECONOMIA	% DE ECONOMIA
001/2019	Registro de Preços para a contratação de empresa para prestação de serviços de eventos institucionais.	00390-00000615/2019-90	08 lotes e 06 itens	0	R\$ 1.724.556,19	R\$ 929.674,43	R\$ 794.881,76	46%
002/2019	Aquisição de suprimentos e peças para impressão - Cartuchos.	00390-00001026/2019-29	07	0	R\$ 25.609,60	R\$ 15.520,47	R\$ 10.089,13	39%
003/2019	Registro de Preços para serviços de sonorização e gravação de áudio.	00390-00003905/2019-95	2 lotes	0	R\$ 2.108.014,95	R\$ 437.956,68	R\$ 1.670.058,27	79%
00X/2019	Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de mudança e transporte rodoviário	00390-00000840/2019-26	01	EM ANDAMENTO				
004/2019	Registro de Preços para passagens aéreas (nacionais e internacionais) e terrestres (nacionais apenas)	00390-00005643/2019-01	02	02	R\$ 256.422,60	Arquivado em razão do Pregão nº 20/2019, formalizado pela SCG ter sido concluído em 18/10/2019.		
TOTAL					R\$ 3.858.180,74	R\$ 1.383.151,58	R\$ 2.475.029,16	165%
VALOR TOTAL HOMOLOGADO (QUADRO 1 + QUADRO 2)						R\$ 1.452.149,03		

RELAÇÃO DE DISPENSAS E COTAÇÕES

Nº DISPENSA/COTAÇÃO	OBJETO	PROCESSO NUMERO	QUANT. DE ITENS/LOTES	ITENS FRACASSADOS/CANCELADOS/REVOGADOS	VALOR ESTIMADO	VALOR HOMOLOGADO	ECONOMIA	% DE ECONOMIA
Cotação nº 01/2019	Aquisição lâmpadas para projetores	00390-00004967/2018-33	4	0	R\$ 4.892,20	R\$ 4.532,58	R\$ 359,62	7%
Dispensa nº 02/2019	Cartões de visita frente e verso	00390-00000801/2019-29	1	0	R\$ 1.400,00	R\$ 1.295,00	R\$ 105,00	8%
Cotação nº 03/2019	Aquisição de Cabos de Rede e Fita Rotuladora	00390-00001407/2019-16	2	0	R\$ 8.751,60	R\$ 6.734,00	R\$ 2.017,60	23%
Dispensa nº 04/2019	Cerificação digital e fornecimento de tokens criptográficos	00390-00000238/2019-99	1	0	R\$ 8.576,00	R\$ 8.448,00	R\$ 128,00	1%
Cotação nº 05/2019	Aquisição de Bebedouros	00390-00003384/2019-76	1	0	R\$ 5.004,60	R\$ 3.000,00	R\$ 2.004,60	40%
Cotação nº 06/2019	Aquisição de Furadeira, Parafusadeira, Alicates, etc	00390-00001475/2019-77	12	4	R\$ 2.887,86	R\$ 2.212,53	R\$ 675,33	23%
Cotação nº 07/2019	Aquisição de aparelhos Telefônicos	0390-00006977/2017-22	2	2	R\$ 5.720,31			

RELAÇÃO DE DISPENSAS E COTAÇÕES								
Cotação nº 08/2019	Aquisição de Dispositivos portáteis	00390-00005312/2019-63	4	0	R\$ 923,92	R\$ 885,06	R\$ 38,86	4%
Cotação nº 09/2019	Aquisição de Prisma	00390-00004272/2019-32	1	0	R\$ 1.956,00	R\$ 948,00	R\$ 1.008,00	52%
Dispensa nº 10/2019	Película Solar	00390-00005517/2019-49	2	2	R\$ 2.018,50	FRACASSADO		
Cotação nº 11/2019	Aquisição de materiais – Copa e Cozinha, Material de Limpeza e Produção de Higienização	00390-00005836/2019-54	9	8	R\$ 2.345,67	R\$ 1.316,78	R\$ 1.028,00	44%
Cotação nº 12/2019	Aquisição Café	00390-00006801/2019-32	1	0	R\$ 16.728,00	R\$ 13.296,00	R\$ 3.432,00	21%
Dispensa nº 13/2019	Banco de Preços	00390-00006160/2019-16	1	0	R\$ 8.700,00	R\$ 8.700,00		0%
Cotação nº 14/2019	Estante de Aço	00390-00000735/2019-97	1	0	R\$ 14.551,20	R\$ 14.551,20		0%
Dispensa nº 15/2019	Serviço telefônico longa distância	00390-00005838/2019-43	1	0	R\$ 1.438,30	R\$ 1.438,30		0%
Cotação nº 16/2019	Água	00390-00008105/2019-61	1	1	R\$ 15.400,00	CANCELADO em razão do Pregão nº 35/2019, formalizado pela SCG ter sido concluído em 22/11/2019		
Dispensa nº 17/2019	Placas de sinalização	00390-00008153/2019-59	5	0	R\$ 1.640,00	R\$ 1.640,00		0%
TOTAL			49	17	R\$ 102.934,16	R\$ 68.997,45	R\$ 10.797,90	233%

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Deseja do 1º Ano	Alcança do 1º Ano	Deseja do 2º Ano	Alcança do 2º Ano	Deseja do 3º Ano	Alcança do 3º Ano	Deseja do 4º Ano	Alcança do 4º Ano	Fonte
1414 - DOMICÍLIOS EM PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/TOTAL DE DOMICÍLIO NO DF	UNIDADE	120730	30/04/2012	BIANUAL	108.657	-	97.791	73.213	88.012	-	79.210	36263	PDAD/ CODEPLAN / UO 28101 / OE 2 / UO 28101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Não foi apurado e será revisado.</p> <p>2017 - Polaridade: Quanto menor melhor. O índice foi mensurado por meio dos dados de domicílios com projeto de regularização em ARIS informados pela CODHAB, e em ARINE informados pela TERRACAP, sendo, respectivamente, 143.978 e 19.387 domicílios. Perfazendo um total de 163.365 de domicílios com projeto de um total de 236.578 domicílios no DF. O índice desejado considera o total de domicílios menos a quantidade de domicílios em projetos de regularização, sendo 236.578 - 163.365 = 73.213.</p> <p>2018 - Indicador necessita ser trocado para refletir melhor o objetivo. Novo indicador deverá ser: Domicílio em projetos de regularização fundiária/Total de domicílio em ARIS e ARINE no DF.</p> <p>2019 - Os dados sobre domicílios dentro de áreas de projetos de regularização fundiária foram obtidos com a Unidade de Regularização da Subsecretaria de Parcelamentos e Regularização Fundiária desta SEDUH e o número referente ao total de lotes em ARIS e ARINE no DF foi obtido no SITURB. O indicador foi atualizado de acordo com a justificativa do ano de 2018 presente no Relatório de Atividades de 2018.</p>													
1713 - PERCENTUAL DE LOTES INFORMAIS	%	44,42	31/12/2016	ANUAL	-	-	34,7	34,68	24,19	30,98	12,78	30,93	SEGETH/CODHAB/IDE/UO 28101/OE 1 / UO 28101 / OE 1
<p>Justificativa: 2017 - Polaridade: Quanto menor melhor. Índice criado em 2017. Devido falha no sistema SIGGO o índice mais recente está errado. Onde se lê 44,42, leia-se 34,68%, pois é o primeiro ano que o indicador é apurado. O indicador parte do total de lotes nas áreas de regularização de interesse social - ARIS, definidas no PDOT e afere a regressão do percentual de lotes que não receberam escrituras da CODHAB. O índice mais recente superou a meta desejada para o ano de 2017.</p> <p>2018 - A redução ficou aquém da meta em virtude do aprimoramento da base de dados que subsidia o indicador. Esse aprimoramento significou um aumento do nº de terrenos situados em ARIS em relação à medição anterior, ou seja, uma elevação do denominador da fórmula de cálculo. Esse indicador possui inadequações metodológicas: considera o passivo de escrituras entregues pela CODHAB em relação ao nº de terrenos identificados na restituição de 2016/2017.</p> <p>2019 - A atualização teve como base dados da DIPLAN/SEDUH e da CODHAB</p>													
1714 - POPULAÇÃO RESIDENTE PRÓXIMA À INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE ATIVA	KM/100 HAB	33,43	31/07/2017	ANUAL	-	-	34,76	33,43	38,24	33,85	42,06	50,70	SEGETH/PDAD/PNAD/CODEPLAN/UO 28101/OE 1 / UO 28101 / OE 1

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Deseja do 1º Ano	Alcança do 1º Ano	Deseja do 2º Ano	Alcança do 2º Ano	Deseja do 3º Ano	Alcança do 3º Ano	Deseja do 4º Ano	Alcança do 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2017 - Polaridade: Quanto maior melhor. Índice criado em 2017. O indicador População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa mede a razão entre a extensão da infraestrutura de mobilidade ativa (destinada a pedestres e ciclistas) no DF e o número de habitantes, para avaliar a capacidade de atendimento dessa infraestrutura e subsidiar o planejamento de sua expansão.													
2018 - Limitação identificada: Anualmente são usados os dados populacionais da PNAD que só pode ser feita para o DF observando o todo. Com esses dados pode ser desagregado por RA, porém essa pesquisa é feita somente bianualmente. Observações: a) Os dados quanto à infraestrutura de mobilidade ativa foi retirada do Siturb, do shape de linhas que permite cálculo da extensão em quilômetros (sde.siturb.NOS_URBANOS_COMPLETO_LINHAS), caso o shape não esteja atualizado a extensão pode estar desatualizada.													
2019 - Os dados populacionais utilizados foram os da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 e os dados sobre a infraestrutura cicloviária foram disponibilizados pela SEMOB. Só a infraestrutura cicloviária foi levada em consideração pela falta de dados em relação à calçadas. É importante notar que esse indicador leva em consideração tanto a infraestrutura cicloviária atual quanto a projetada.													

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	197334,0	153920,52	141933,28	138770,48
0021 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO- PLANO PILOTO .	197334,0	153920,52	141933,28	138770,48
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	197334,00	153920,52	141933,28	138770,48

A contribuição da SEDUH, no bojo desse Programa Temático se refere à ação 2426 - Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e Sua Família-Secretaria da Gestão do Território E Habitação - Plano Piloto. Trata-se do Contrato com a FUNAP, o qual conta com a disponibilização de 8 (oito) reeducandos que exercem atividades nas áreas de reprografia, auxiliar administrativo, suporte na área de transporte e patrimonial, auxiliar de eletricista, manutenção hidráulica e copeiragem.

6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3279 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP	101000,0	0,0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP--DISTRITO FEDERAL	101000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	101000,00	0,00	0,00	0,00

Não houve execução neste Programa, visto que a implantação do projeto relativo à Ação Orçamentária 3279 -IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP, não prosperou devido mudança de estratégia.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	2208157,0	1631809,00	1623299,74	1623299,74
0055 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO- PLANO PILOTO .	2208157,0	1631809,00	1623299,74	1623299,74
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	805096,0	2248170,00	2055396,56	1930932,33

0052 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO- PLANO PILOTO .	805096,0	2248170,00	2055396,56	1930932,33
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	3013253,00	3879979,00	3678696,30	3554232,07

As realizações no âmbito desse Programa, pode-se verificar que foram relativas a execução da Ação Orçamentária 9041 – CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA, que até dezembro de 2019 foram realizados o pagamento de 95 licenças prêmio em pecúnia, bem como da Ação 9050 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES, onde foram efetuadas 454 indenizações de pessoal e efetuados 15 ressarcimentos.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	51867152,0	50564497,00	49698033,02	49685943,55
6982 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO- PLANO PILOTO .	51867152,0	50564497,00	49698033,02	49685943,55
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	923855,0	2159718,00	2102433,06	2098038,56
7010 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO- PLANO PILOTO .	923855,0	2159718,00	2102433,06	2098038,56
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	894000,0	535343,00	432975,52	402750,48
0131 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO- PLANO PILOTO .	894000,0	535343,00	432975,52	402750,48
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	200000,0	0	0
0057 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEDUH- PLANO PILOTO .	0	200000,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	275088,0	35859,64	33219,18	33219,18
0018 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- PLANO PILOTO .	275088,0	35859,64	33219,18	33219,18
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	110000,0	9666,00	4833,0	4833,0
5320 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	110000,0	9666,00	4833,0	4833,0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	80000,0	0,0	0	0

9667 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-PLANO PILOTO .	80000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	54150095,00	53505083,64	52271493,78	52224784,77

A SEDUH, em 2019, realizou em termos orçamentários-financeiros no âmbito deste Programa de Gestão, basicamente despesas relacionadas com a folha de pagamento de servidores e respectivos encargos; com a manutenção e funcionamento dos serviços administrativos da Unidade, como aquisições de material de consumo e limpeza, expediente, manutenção de bens móveis e aquisição de material permanente e ainda aquisições de cartões de memória, lâmpadas para projetores entre outro, com recursos da ação relativa à gestão da informação e dos sistemas tecnológicos. Já pertinente aos valores liquidados na ação 2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS, se referem às aquisições de material elétrico e eletrônico para a manutenção e conservação predial da SEDUH.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

No ano de 2019 foram realizadas novas ferramentas para o GEOPORTAL, Plataforma de gestão urbana e de transparência pública desenvolvida e gerida pela SEDUH, que reúne dados de georrefenciamento do Órgão, de demais Secretarias e Concessionárias do Governo do Distrito Federal.

Foi inserido no SITURB dados de novos parcelamentos registrados na base de Lotes de Projetos Urbanísticos.

As camadas inseridas no Geoportal foram:

- Portal Nós Urbanos, apresenta os dados dos equipamentos públicos do DF tais como escolas públicas, feiras livres, mobiliários de esporte e lazer, saúde, segurança, dentre outros.
- Curva de Nível 1m Ano 2016, obtidas por meio de vôo realizado em 2016, referente à Base cartográfica para áreas urbanas. São representações gráficas referentes à altimetria da topografia e/ou relevo natural.
- Nuvem de Pontos LiDAR Ano 2016, obtidos por meio de perfilhamento a laser, referente à Base cartográfica para áreas urbanas. Pontos são insumos cadastrais altimétricos que tem como finalidade a geração das curvas de nível e tem como objetivo a cota altimétrica e representar matematicamente a altimetria de onde os pontos foram cadastrados.
- Imagem Sentinel Ano 2019, são imagens de satélites adquiridos no ano de 2019, utilizadas para estudo e mapeamento de cobertura do solo, sem característica de precisões cartográficas/topográficas.
- Comunicar erros.
- Gestão de demandas, onde se georreferencia processos SEI e pode-se consultar as demandas de gestão do território por território.

Estão em andamento as seguintes camadas no Geoportal:

- Georrefenciamento das fotografias aéreas históricas existentes no Acervo Cartográfico, preparação de mosaico.
- Obtenção de cota de soleira pelo usuário.
- Emissão de Certidão de Lotes.

Destaca-se, também que foram realizados treinamentos e palestras para Administrações Regionais, DER, Secretaria de Economia, alunos e professores da UNB e profissionais do ramo da Construção Civil, com o objetivo de divulgar e otimizar a utilização dos recursos disponibilizados no Geoportal.

As novas ferramentas são voltadas para melhoria na eficiência da gestão e disseminação de informações urbanas e territoriais do DF, estudos para a elaboração de modelo conceitual e esquema lógico visando a reestruturação do Cadastro Técnico Multifinalitário, e o atendimento às demandas internas da SEDUH, com a geração e fornecimento de dados, informações e ferramentas de geoprocessamento. Iniciada a aquisição de mobiliário para modernização da mapoteca e constante digitalização e organização do acervo cartográfico do Distrito Federal.

Quanto ao atendimento da Diretoria de Geoprocessamento à População, Profissionais da Construção Civil, outros Órgãos ou Entidades Públicos e Setor Privado, consideramos 2.923 atendimentos presenciais, por e-mail ou telefone e 24.813 acessos ao SISDUC.

Considerando o Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do Distrito Federal – SITURB, que é o sistema instituído pela Lei Orgânica e pela Lei Complementar nº 803/2009, referente ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, o Geoportal é o site de acesso às geoinformações, metadados e aos geoserviços das entidades participantes da IDE/DF, registrando 272.741 acessos de janeiro de 2019 à 16 de dezembro de 2019.

Alguns portais foram desenvolvidos, visando agilizar a prestação de serviço à população:

- Portal Painéis Estatísticos, que consiste em dashboards para acompanhar camadas específicas do SITURB.
- Portal Geoportal Colaborativo, que permite a população participar na definição de diretrizes urbanísticas.
- Portal Cidade 3D, que consiste em uma visualização em 3D de todas as edificações levantadas pela restituição cartográfica de 2016.
- Portal da Regularização Fundiária, ferramenta para dar transparência aos processos de regularização e de aprovação de novos parcelamentos no Distrito Federal, por meio do qual o interessado pode consultar informações sobre as Áreas de Regularização de Interesse Social (Aris), as Áreas de Regularização de Interesse Específico (Arines) e os Parcelamentos Urbanos Isolados do Solo (PUIS), assim classificados no PDOT. O Portal reúne informações nunca antes ofertadas de forma estruturada, em um único local, de fácil acesso e disponível a qualquer cidadão. A consulta é livre e não há necessidade de cadastramento prévio.

Entre 01/12/2019 a 16/11/2019 foram realizados 17.315 acessos.

- Portal Plano Diretor de Ordenamento Territorial 2020-2030, que visa disponibilizar informações sobre o processo de revisão do PDOT, contendo a metodologia, cronograma, eixos, legislações, etapas de participação social, bem como todas as atas das reuniões e audiências realizadas.

Entre 01/12/2019 a 16/11/2019 foram realizados 2.122 acessos.

- Portal Identidade, disponível na Intranet, permite ao servidor da SEDUH consultas como ramais, informações dos servidores, automatização de documentos para novos servidores, permissão de acesso à rede, relatórios em geral, dentre outras ações visando facilitar as atividades dos servidores.
- Portal da Central de Aprovação de Projetos, novo portal da Central de Aprovação de Projetos com o intuito de tornar o acesso mais rápido e fácil.
- Observatório territorial, plataforma de indicadores que tem como objetivo fomentar o planejamento, gestão e pesquisa do território do Distrito Federal, disponível para o público externo e interno à SEDUH. Entre 01/12/2019 a 16/11/2019 foram realizados 2.782 acessos.

Uma das atividades desempenhadas por esta Secretaria, de grande impacto para a sociedade, é a **aprovação de projetos edifícios e urbanísticos**, a qual necessita previamente do **levantamento topográfico**, realizado pela Diretoria de Cartografia e Topografia da Coordenação do Sistema de Informação Territorial e Urbana da Unidade de Tecnologia. No ano de 2019 foram realizados levantamentos topográficos georreferenciados, contabilizando uma área levantada na ordem de 5.682.644,706 m². Quanto aos **projetos de urbanismo**, a atuação técnica está concentrada na análise e avaliação dos Levantamentos Técnicos apresentados, conforme preceituado no Decreto nº 38.247/17 que atualizou a INTC nº 02/98, correspondendo à 129 análises técnicas.

No âmbito das legislações estudadas, revisadas ou elaboradas pela Secretaria, considerando a atuação de gestão, planejamento e ordenamento do território, bem como responsável pela

política habitacional, regularização fundiária e aprovação de projetos edifícios e urbanísticos no DF, em 2019 foram realizados:

- Estudos visando revisar a Lei de Uso e Ocupação do Solo, considerando sua implantação em janeiro de 2019, visando melhorar a sua implantação na prática da aprovação dos projetos.
- Estudos visando elaborar decreto que regulamenta a anuência de vizinhos prevista no art. 7º da LUOS.
- Publicação do Decreto nº 40.285/2019 que regulamenta os procedimentos para a cobrança da Outorga Onerosa da Alteração de Uso no Distrito Federal, prévia à expedição da Licença de Funcionamento, prevista na Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000.
- Publicação do Decreto nº 39.865/2019, que dispõe sobre a Comissão Permanente de Análise de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - CPA/EIV.
- Estudos para revisão da Lei nº 5.002/2013 sobre Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança.
- Em elaboração o roteiro da metodologia para o Plano de Ocupação de Quiosques.
- Em elaboração a metodologia, tabelas e mapas para a metodologia para destinação de áreas para Pontos de Entrega Voluntária – PEV, Papa Entulho e Papa Lixo.
- Elaboração de diretrizes para o Parcelamento do Eixo Monumental à oeste da Praça do Cruzeiro.
- Elaboração de diretrizes para implantação de uma Praça de alimentação nas imediações do Palácio do Buriti.
- Elaboração de diretrizes Urbanísticas para projeto de urbanização do Setor de Divulgação Cultural.
- Publicação do Decreto nº 40.354, de 26 de dezembro de 2019, altera o Decreto nº 37.951/2017, que regulamenta a Lei Complementar nº 766/2008, no que compete ao uso e ocupação do solo no Comércio Local Sul, Setor de Habitações Coletivas Sul e na Região Administrativa de Brasília – RA I.
- Estudos sobre a elaboração de minuta de Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar 730/2006, que estabelece os parâmetros de uso e ocupação do lote 4/18 do Trecho 4 do Setor de Clubes Esportivos (antiga Academia de Tênis).
- Elaboração de diretrizes urbanísticas para elaboração do Plano de Uso e Ocupação do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC.
- Em andamento a Revisão do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. O Projeto de Lei está em análise técnica após manifestação do Iphan. Foi elaborada a Memória Técnica de todo o processo de revisão, onde constam os embasamentos e argumentações referentes à possíveis alterações e decisões, os estudos realizados e todo o histórico e antecedentes.
- Proposta de Lei Complementar do Setor de Indústrias Gráficas – SIG, que contou com diversos estudos para embasar a alteração e regularização dos parâmetros urbanísticos vigentes par ao setor em questão.
- Em elaboração o Projeto de Lei para desafetação de área pública de uso comum do povo para criação de lotes na Avenida MN-3 da Região Administrativa da Ceilândia. O Projeto de revitalização da Avenida está pronto.
- Em elaboração o Projeto de Lei para desafetação de área pública de uso comum do povo para criação de lotes no Setor de Grandes Áreas Norte – SGAN 904/905 da Região Administrativa do Plano Piloto.
- Em andamento a elaboração do Decreto de Gestão das Áreas de Proteção de Manancial – APMs.
- Em andamento a elaboração da Minuta do Projeto de Lei Complementar para alteração das Estratégias de Regularização Fundiária do PDOT, em função da Lei Federal nº 13.465/2017 relacionada à Regularização Fundiária Urbana (REURB).
- Publicado o Decreto nº 40.254/2019, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis aos processos de Regularização Fundiária Urbana - Reurb no Distrito Federal. A Regularização

Fundiária Urbana (Reurb), prevista no decreto, tem 12 objetivos principais. Entre os quais se destacam: a identificação de áreas irregulares, a sua regularização e a prestação de serviços públicos; a criação de unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial do DF e a constituição do direito real em favor dos ocupantes; a ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda; o estímulo à resolução extrajudicial de conflitos; e a prevenção e desestimulação do surgimento de novos espaços informais no DF.

- Publicado o Plano de Ocupação do Aeroporto JK.
- Alterado o Decreto nº 39.330, de 12 de setembro de 2018, que regulamenta o controle de acesso aos loteamentos de acesso controlado, previsto no § 8º do art. 2º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nos casos que especifica, visando aumentar o prazo para os interessados regularizarem a situação.
- Publicado o Decreto nº 39.864/2019 que dispõe sobre procedimentos para prestação de garantia de execução de obras de infraestrutura essencial nos projetos de regularização fundiária urbana de interesse específico no DF.
- Publicado o Decreto nº 40.057/2019 que institui percentual mínimo exigido de lotes exclusivos para uso por entidades religiosas e assistenciais em novos parcelamentos urbanos do Distrito Federal.
- Publicado o Decreto nº 40.154/2019, que estabelece critérios e procedimentos para o licenciamento de casas e prédios construídos e ocupados até 26 de abril de 2018, com o objetivo de fazer com que os responsáveis adotem as exigências de segurança e salubridade para essas construções, com o devido recolhimento de encargos e impostos previstos pela legislação.
- Publicada a LEI Nº 6.412/2019, que estabelece 7 dias para emissão de Alvará de Construção para Habitações Unifamiliares e 30 dias para os demais casos e seu decreto regulamentador nº 40.302/2019.
- Lei das antenas - Minuta de Lei Complementar que refere aos parâmetros urbanísticos para instalação de infraestrutura de telecomunicações em área privada no Distrito Federal. Projeto de Lei Complementar – PLC 12 encontra-se em apreciação na Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- Lei do SIG - Minuta de Lei Complementar que trata da ampliação e da flexibilização do uso dos lotes do Setor de Indústrias Gráficas (SIG). Projeto de Lei Complementar - PLC 13 encontra-se em apreciação na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Esta Secretaria acompanhou as obras de projetos por ela elaborados, a saber:

- W3 Sul – Quadras 511 e 512
- Rota Acessível ao Hospital Regional de Brazlândia.
- Rota Acessível ao Hospital Regional de Santa Maria.
- Revitalização do Setor Hospitalar Local Sul.

Destaca-se o **início da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT**, com as etapas desenvolvidas:

- a) Elaboração e disponibilização do site do PDOT mencionado anteriormente.
- b) Desenvolvimento da plataforma e do conteúdo das Reuniões Livres do PDOT.
- c) Elaboração de estudo das relações entre as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS como PDOT.
- d) Elaboração da metodologia do PDOT 2020-2030.
- e) Em elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada com a finalidade de conduzir o processo de participação social e dar apoio técnico à elaboração da revisão do PDOT.
- f) Levantamento de indicadores socioeconômicos do DF do IPEA, com base no censo de 2000 e 2010.
- g) Em andamento a elaboração da leitura técnica de todos os Eixos Temáticos.
- h) Realização da 4ª Oficina de Revisão do PDOT – “Visão crítica do plano vigente PDOT 2009 e 2012 e LO Emenda 49.

- i) Realização do Workshop sobre o ZEE.
 - j) Realização da palestra "Avaliação das estratégias de ordenamento do território do DF".
 - k) Realização da palestra "Planejamento Urbano e Participação Social".
 - l) Realização do Workshop "Desenvolvimento Sustentável e ODS".
 - m) Realização da palestra "Mobilidade, acesso e oportunidade".
 - n) Realização da palestra "Projeto Proteger" sobre mudanças climáticas e resíduos sólidos.
- Quanto aos **projetos elaborados** por esta Secretaria, destacam-se:

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	ANDAMENTO
Base de dados	Atualização da base Projetos SEDUH (intervenções urbanísticas) do GEOPORTAL, com as informações dos projetos desenvolvidos pela Coordenação.	Contínuo
Infraestrutura de Mobilidade Ativa e Sistema Viário	Projeto de Mobilidade Ativa no entorno da Estação Furnas do Metrô/DF até ao IFB - Campus Samambaia	Concluído
	Projeto de Mobilidade Ativa no entorno da Estação de Metrô Feira do Guará	Concluído
	Projeto De Sistema Viário De Infraestrutura Ciclovária Ligação Setor De Grandes Áreas Norte - Sgan 601, 602, 603 À Unb - L2 Norte/L3 Norte	Concluído
	Atualização da URB 25/94, para implantação de estacionamento em área externa à CCSW 6 Lotes 04 e 05- Sudoeste	Concluído
	Projeto de alteração de sistema viário de acesso das Áreas Octogonais AOS 7 e AOS 8	Concluído
	Projeto de estacionamento da Embaixada da República Dominicana e Quadra 809 Lotes 31 a 38 - RA-I	Concluído
	Projeto de ampliação e qualificação de estacionamento público, calçadas e acessibilidade, na Quadra 707 do SHCGN - RA- I	Concluído
	Projeto Mobilidade ativa em Ceilândia- rotas de acessibilidade e malha ciclovária em direção à Estação Central de Ceilândia - QNP 22.	Concluído
	Projeto de Rota Acessível no entorno do Abrigo dos Excepcionais até a Estação de Metrô- Ceilândia	Concluído
	Projeto modelo dos Estacionamentos do SES Quadra 809, Lotes 31 a 38	Concluído
	Projeto de sistema viário de Rota Acessível do IFB e entorno aos pontos de parada de transporte coletivo público em São Sebastião	Concluído
	Atualização dos Projetos de Rotas Acessíveis aos Hospitais Regionais para início das obras (Guará, Brazlândia, Planaltina, Paranoá, HRAN, Ceilândia)	Concluído
	Atualização dos Projetos de Rotas Acessíveis aos Hospitais Regionais para início das obras (Gama)	Em elaboração
	Projeto de sistema viário e estacionamento em frente a FEPECS / HEMOCENTRO - SMHN	Em elaboração
	Rota Acessível QNP 21 AE1	Em elaboração
Projeto de Rota Acessível e Ciclovia - Plataforma Superior da Rodoviária do Plano Piloto	Em elaboração	
Urbanização, Requalificação, Paisagem e Acessibilidade	Projeto de Requalificação para o SCRS -Vias W3 e W2 Sul, SCRS Quadras 509 e 510	Concluído
	PROJETO DE PAISAGISMO DAS PRAÇAS LINEARES de São Sebastião	Concluído
	Compatibilização dos projetos Complementares do Projeto de Requalificação do Setor de Rádio e TV SUI	Concluído
	Atualização do Projeto de Requalificação do Quadra 05 do Setor Comercial Sul	Concluído
	Atualização do Projeto de Requalificação do Setor Hospitalar Local Sul	Concluído
	Atualização do Projeto de Requalificação da Praça do Povo da Quadra 03 do Setor Comercial Sul	Concluído
	Atualização do Projeto de Requalificação do Quadra 03 do Setor Comercial Sul	Concluído
	Atualização projeto do Percurso Turístico da Vila Planalto	Concluído
	Proposta de ajuste de Poligonal do Parque Boca da Mata	Concluído
	PROJETO DE PAISAGISMO DO PONTO DE ATRAÇÃO NORTE 6	Concluído
	Revisão do Projeto de Sistema Viário do Trecho 2 da Avenida Hélio Prates	Concluído
	Projeto de paisagismo do Circuito de Patinação no Parque da Cidade	Concluído
	Projeto de REQUALIFICAÇÃO DO SETOR BANCARIO SUL - QUADRAS 1 E 2	Em elaboração
	Projeto de relocação da Feira do Anexo do palácio do Buriti - RA- I	Em elaboração
	PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO SETOR HOSPITALAR LOCAL NORTE	Em elaboração
REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA SHCGN 711/712	Em elaboração	

	Projeto de Requalificação do Taguacenter	Em elaboração
	REQUALIFICAÇÃO DO SETOR CENTRAL DO GAMA	Em elaboração
	Projeto de Requalificação para o SCRS -Vias W3 e W2 Sul, SCRS Quadras 507 e 508	Em elaboração
	Projeto de Requalificação Viária e de Acessibilidade do Setor de Indústrias Gráficas	Em elaboração
	Projeto de paisagismo da Pista de Skate no Parque da Cidade	Em elaboração
	Projeto de requalificação da 1ª Avenida no Sudoeste	Em elaboração
Projetos Cívicos	Projeto estrutural Guarita – Lanchonete do PROJETO DE PAISAGISMO- ORLA DA SHIS QL 10 E ARIE DO BOSQUE – ORLA LIVRE Fase1-Etapa 2A	Concluído
	Estudo preliminar de drenagem para a Requalificação do Setor Hospitalar Local Sul	Concluído
	Projeto estrutural do Deck da recuperação da Praça dos Orixás	Concluído
	Projetos estruturais de pergolados metálicos utilizados nos projetos de requalificação urbano	Concluído
	Projetos estruturais de mobiliário urbano utilizado nos projetos de requalificação urbano	Concluído
	Orçamento do projeto Cicloviário de Águas Claras- Trechos 2,4 e 6	Concluído
Legislação	Elaboração do Projeto de lei de Ajuste da Lei 4164/2008	Concluído
	Elaboração do Projeto de Lei para redefinição do lote de Posto de Lavagem e Lubrificação do Setor Hoteleiro de Taguatinga	Concluído
	Elaboração do Projeto de Lei para desafetação de área pública de uso comum do povo para criação de lotes na Avenida MN-3 da Região Administrativa de Ceilândia -RA IX	Concluído
	Elaboração do Projeto de Lei para desafetação de área pública de uso comum do povo para criação de lotes no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN 904/905 da Região Administrativa do Plano Piloto – RA I	Concluído
Processos	Processos físicos e SEI-GDF, 552 analisados e respondidos, e pareceres técnicos emitidos	Contínuo
Vistórias Técnicas	Acompanhamento da obra de Requalificação para o SCRS -Vias W3 e W2 Sul, SCRS Quadras 511 e 512	Concluído
	Acompanhamento da obra da Rota acessível ao Hospital Regional de Brazlândia	Em andamento
	Acompanhamento da obra da Rota acessível ao Hospital Regional de Santa Maria	Em andamento
	Acompanhamento da obra do Setor Hospitalar Local Sul	Em andamento

Objetivando **criar bases de dados para subsidiar o Planejamento Urbano** foram realizadas as seguintes atividades:

- Em andamento o levantamento dos Parques Urbanos a partir dos parques ecológicos e de uso múltiplo que serão recategorizados e parques urbanos ou lineares criados em processos de parcelamento ou regularização.
- Em andamento o levantamento e categorização dos espaços livres públicos.
- Em andamento o Levantamento e categorização das áreas verdes públicas.
- Criação e manutenção constante de um banco de dados das áreas informais com características urbanas.
- Concluído o levantamento de indicadores socioeconômicos do Distrito Federal do IPEA, com base no censo de 2000 e 2010.
- Participação na elaboração do Plano de Trabalho do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, dentro de um regime de cooperação técnica com a CODEPLAN.
- Em andamento a participação no Acordo IPEA/Ministério do Desenvolvimento Regional para elaboração de um banco de dados sobre a informalidade urbana no DF.
- Em andamento a montagem de um banco de imagens e fotos de áreas em processo de regularização fundiária urbana.
- Atualização do Caderno com o panorama geral da Regularização Fundiária Urbana no DF. Estudos sobre os marcos legais e histórico da Regularização Fundiária Urbana.

Firmado o **Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Distrito Federal e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (Iphan), com o objetivo de fazer

uma gestão compartilhada para agilizar os procedimentos de proposições, análise, e fiscalização da preservação da área tombada de Brasília, que inclui as Regiões Administrativas do Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal e Candangolândia.

Participação ativa em estudos que envolvem os seguintes Comitês e/ou Grupos de Trabalhos:

- Membro do Comitê Distrital da Reserva da Biosfera.
- Membro do Conselho de Saneamento – CONSAB.
- Membro na Câmara Técnica do CONSAB para elaboração do Plano de Saneamento Rural.
- Membro no Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – CTPC/DF.
- Membro no Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Maranhão – DF.
- Membro no Comitê de Bacia Hidrográfica dos afluentes do rio Paranaíba – DF (CBHParanaíba-DF).
- Membro no Grupo de Trabalho de Avaliação dos Produtos do Plano de Bacias do CBH Paranaíba.
- Participação do Fórum Distrital do Clima.
- Membro na Comissão de Coordenação Técnica do ZEE (PL em discussão na CLDF).
- Membro na Câmara Técnica de Integração de Política Ambiental e Territorial do Conselho Nacional de Recursos Hídricos pelo CRH/DF.
- Membro no Conselho do Meio Ambiente – CONAM.
- Membro no Conselho de Recursos Hídricos - CRH.
- Membro na Câmara Técnica de Integração de Política Ambiental e Territorial do Conselho Nacional de Recursos Hídricos pelo CRH/DF.
- Membro do Grupo de Trabalho para proposição de norma que institui os parques urbanos.
- Membro do Grupo de Trabalho com a finalidade de promover o estudo de áreas, espaços públicos para a construção de novos cemitérios.
- Coordenação do Grupo de Trabalho para regulamentação dos procedimentos de concessão de Viabilidade de Localização em Macrozona Rural.
- Reuniões Técnicas com Administrações Regionais, Conselhos de Planejamento Local e comunidade nas Regionais Administrativas.
- Coordenação do Comitê Gestor da Infraestrutura de Dados Espaciais do DF - IDE/DF.
- Membro do Grupo Institucional do Poder Público – GIPP, conforme Portaria nº 464/2018 do antigo Ministério das Cidades, que dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Mistério.
- Membro da Central de Regularização com o objetivo de agilizar e otimizar o processo de regularização de terras públicas rurais no Distrito Federal pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal e à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP.
- Membro do Comitê de Gestão Integrada do Território do Distrito Federal.
- Membro do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal.

Consoante à **participação social nos processos de elaboração de legislações e análises técnicas** por parte desta Secretaria, informamos que foram realizadas 95 reuniões, uma média de 4 reuniões por semana, vinculadas às mais variadas áreas de atuação e com diferentes composições, características e responsabilidades, além de status de funcionamento diversos, conforme quadro abaixo:

Discriminação	Reuniões Realizadas
CONPLAN	12
Câmaras Técnicas	05
CCPPTM/DF	0
CPCOE	17
FUNDURB	06
FUNDHIS	03
CPA-EIV	11

Discriminação	Reuniões Realizadas
PLANDHIS	10
Audiências Públicas	09
Consultas Públicas	01
Reuniões Públicas	08
Fóruns	02
Seminários	03
MASTERPLAN - GT	05
Estrutura	01
Comitê Interno de Governança - CIG	01
Oficina Eixos Temáticos	01
TOTAL DE REUNIÕES	95

Esta Secretaria **analisou 960 processos provenientes de dúvidas de interessados e demais Órgãos Públicos, concernente à Gestão do Território**, bem como realizadas análises de projetos de urbanização e Planos de Ocupação de Engenheiros Publicitários desenvolvidos pelas Administrações Regionais.

Analisados 274 processos referentes à área tombada de Brasília, referentes à sistema viário, paisagismo, acessibilidade, mobiliário urbano, infraestrutura, bem como alguns com emissão de novas diretrizes urbanísticas e/ou proposição, revisão ou atualização da legislação urbanística e de preservação do CUB.

A Secretaria **coordenou as ações do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 39.721**, de 19 de março de 2019, composto pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, de Meio Ambiente, DF Legal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal, das empresas NOVACAP, CAESB, CEB, do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis-IBRAM, e também pelos administradores regionais do Lago Sul e do Lago Norte, por membros do Conselho Permanente de Políticas Públicas e Gestão governamental do DF, e por representantes da Sociedade civil, visando tratar do Plano de Uso e Ocupação da Orla do Lago Paranoá – Masterplan.

O objetivo principal foi a recuperação dos espaços públicos da orla do Lago Paranoá, desocupados em decorrência da ação civil pública, além de apontar possibilidades de utilização do espelho d'água. Está fundamentado em normativas existentes, urbanísticas e ambientais, especialmente no Zoneamento da APA do Lago Paranoá e no seu Plano de Manejo. O Grupo está em fase final do relatório conclusivo dos trabalhos.

A SEDUH é responsável por **definir as Diretrizes Urbanísticas (DIUR) para novos parcelamentos urbanos**. Isso acontece de acordo com a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT), Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, e sua atualização, Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012. Cada DIUR é um documento oficial que dispõe sobre o parcelamento do solo com fins urbanos, para orientar a elaboração de projetos preliminares de parcelamento do solo. No ano de 2019, as seguintes Diretrizes Urbanísticas foram emitidas:

- Região do São Bartolmeu, Jardim Botânico e São Sebastião, na Região Administrativa de São Sebastião, por meio da Portaria nº 27, de 1º de abril de 2019.
- Setor Habitacional Primavera, na Região Administrativa de Taguatinga, por meio da Portaria nº 82, de 12 de junho de 2019.
- Região Porto Seguro, na Região Administrativa do Lago Norte, por meio da Portaria nº 74, de 05 de junho de 2019.

As Diretrizes Urbanísticas estão disponíveis no site <http://www.seduh.df.gov.br/diur/>.

Existem ainda as **Diretrizes Urbanísticas de Parcelamento do Solo Específicas (DIUPE), que tratam do detalhamento das Diretrizes Urbanísticas (DIUR) e orientam para a elaboração de projetos preliminares de parcelamento do solo**. No ano de 2019, as DIUPEs emitidas foram:

- PUI Parque Sol Nascente; PUI Jardim Oriente; Vargem Bonita; PUI Comunidade Basevi; PUI Serra Verde; PUI Privê Morada Norte; PUI Granja Modelo I; PUI Lobeiral; PUI Residencial Vitória; PUI Incra 8; PUI Engenho das Lages; ARINE Sucupira; Setor Habitacional Água

Quente; Região de Sobradinho e Grande Colorado; Região Sul/Sudoeste (DF140); Região Noroeste Ceilândia; Setor Habitacional Ponte de Terra; Eixo de dinamização da Via Transbrasília e Região Sul de Planaltina.

Todas as DIUPes estão disponíveis no site <http://www.seduh.df.gov.br/diupe/>.

Criada a **Comissão Permanente de Análise do Estudo de Impacto de Vizinhança – CPA/EIV**, com o objetivo de analisar todos os processos de EIV, incluindo os estudos exigidos anteriormente à Lei 5.022/2013, como aqueles por exigência dos Planos de Desenvolvimento Locais. O EIV pode apontar para impactos na vizinhança decorrentes da implantação do empreendimento, os quais devem ser mitigados, compensados, ou até potencializados, no caso de serem benéficos à vizinhança.

Sua regulamentação se dá por meio da Lei nº 5.022, de 4 de fevereiro de 2013, no entanto, desde que a lei passou a vigorar, nenhum processo havia sido finalizado até o momento da criação da Comissão em questão. Vários projetos de empreendimentos de grande porte aguardavam a conclusão do EIV para serem construídos. Essa morosidade de aprovação se deve à complexidade do fluxo de procedimentos estabelecidos para a elaboração do estudo. Com a redefinição do rito procedimental e a criação da CPA/EIV,

Realizadas 11 reuniões da Comissão, tendo como resultado:

- a) Elaborados 3 pareceres técnicos de dispensa de EIV.
- b) Elaborados 10 pareceres técnicos de EIV.
- c) Finalizadas as análises das medidas mitigadoras decorrentes do estudo do empreendimento SGCV/SMAS com o Termo de Compromisso em processo de assinatura.
- d) Finalizadas as análises das medidas mitigadoras decorrentes do estudo dos empreendimentos Praça Capital (SIA) e Shopping Saga Malls (Sobradinho), com a aprovação dos Relatórios Finais.
- e) Finalizadas as análises das medidas mitigadoras decorrentes do estudo dos empreendimentos Dolve Vitta, Via Boulevard, Maestri, Olympique, Sports Club, Duetto, Alírio Neto, Bela Vista, Isla, Via Blanc, Via Verano, Jardins Life, SQA, Essencial, da Avenida Contorno e Avenida Central do Guará II, em fase de elaboração do Termo de Compromisso os quais suas minutas foram encaminhadas para apreciação dos interessados.

Em **andamento a elaboração do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS**, que tem como objetivo planejar a política habitacional do Distrito Federal com as ações e estratégias do governo para o enfrentamento do déficit habitacional do DF.

No ano de 2019 foram **concluídas as seguintes etapas da elaboração do Plano**:

- a) Apresentação dos trabalhos desenvolvidos e apresentados no ano de 2018 para a Câmara Técnica do PLANDHIS, visando o alinhamento do grupo.
- b) Desenvolvimento da etapa Linhas Programáticas.
- c) Desenvolvimento da etapa MORAVIDA, Programa Habitacional para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Grave Risco de Vida.
- d) Realização de Oficina e desenvolvimento da Linha Programa Habitacional para População em Situação de Rua.
- e) Desenvolvimento da etapa Estratégias de Provimento.
- f) Desenvolvimento da etapa Estratégias de Financiamento e Subsídio.
- g) Desenvolvimento da etapa Estratégias de Mecanismos de Gestão Participativa.
- h) Iniciado o desenvolvimento da etapa Estratégias de Monitoramento e Acompanhamento Social.

Realizadas diversas intervenções para melhoria dos serviços de TI, dentre essas ações destaca-se o novo sistema de atendimento Help-Desk (GLPI) que foi implantado em junho de 2019 e até o momento foram abertas 2879 solicitações entre incidentes e requisições.

Visando otimizar os serviços de TI com qualidade e eficiência para os usuários da SEDUH foram implantados os quatro conceitos do ITIL para melhoria contínua do Processo de TI, um único sistema para poder efetuar a abertura de chamados técnicos, implantação de níveis de Acordo de Serviço (SLA) na TI, implementação da ferramenta Base de Conhecimento onde é

possível compartilhar informações técnicas organizando em um único local as decisões e informações de todas as áreas da Secretaria.

Está em fase final de desenvolvimento o Sistema de Gestão Estratégica, que será uma ferramenta para utilização dos Gestores da SEDUH, visando o acompanhamento das ações previstas no Planejamento Estratégico Institucional, Planejamento Estratégico do DF e Plano Plurianual.

Quanto aos processos de **Análise e Aprovações de Projetos de Regularização Fundiária**, foram analisados 56 projetos situados em Área de Interesse Específico (ARINE), totalizando 56.615.450,92m² de área analisada e uma população estimada beneficiada de 348.951 pessoas. Segue situação de cada projeto:

· **Encaminhado para decreto:**

- Belvedere Green, situado no Setor habitacional Estrada do Sol.

· **Analisado aguardando projeto pela TERRACAP:**

- Setor Habitacional Arniqueira (Quadras 6 a 9), situado no Setor Habitacional Arniqueira

- Setor Habitacional Arniqueira (Quadra 10), situado no Setor Habitacional Arniqueira

- Setor Habitacional Arniqueira (Quadra 2), situado no Setor Habitacional Arniqueira

- Setor Habitacional Arniqueira (Quadra 1,3,4 e 5), situado no Setor Habitacional Arniqueira

· **Em análise:**

- Setor Habitacional Arniqueira (Quadra 1, conjunto 8 a 16), situado no Setor Habitacional Arniqueira

- Setor Habitacional Arniqueira (Quadra 1, conjunto 17 a 43), situado no Setor Habitacional Arniqueira

- Residencial Sobradinho, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2

- Vivendas Beija Flor, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2

- Ouro Vermelho I, situado no Setor habitacional Estrada do Sol

- Verde, situado no Setor habitacional Estrada do Sol

- Mirante Colorado, situado no Setor habitacional Grande Colorado

- San Francisco I, situado no Setor Habitacional Tororó

· **Analisado aguardando retorno pelo particular:**

- Serra Azul (Sobradinho Novo), situado no Setor Habitacional Mansões Sobradinho

- Quintas Bela Vista, situado no Setor Habitacional Jardim Botânico

- Chácara São José, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2

- Jardim Vitória, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2

- Residencial Mansões Sobradinho II, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2

- Residencial Marina, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2

- Residencial Planalto, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2

- Residencial Serra Dourada, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2

- Residencial Vila Rica, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2

- Residencial Vivendas da Alvorada, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2

- Serra Dourada I, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2

- Quintas da Alvorada - Gleba I, situado no Setor Habitacional São Bartolomeu

- Quintas São Francisco, situado no Setor Habitacional Jardim Botânico

- Quintas do Sol, situado no Setor Habitacional Jardim Botânico

- Vivendas Bela Vista, situado no Setor Habitacional Grande Colorado

- Mansões Entre Lagos, situado no Setor Habitacional Itapoã

- Prive Morada SuL - Etapa A, situado no Setor Habitacional Altiplano Leste
- Jardim Botânico V e VA, situado no Setor Habitacional Jardim Botânico
- Privê Lago Sul, situado no Setor Habitacional Tororó
- Encosta do Cerrado, situado no Setor Habitacional Boa Vista
- Quintas Bela Vista, situado no Setor Habitacional Jardim Botânico
- Mansões Flamboyant, situado no Setor Habitacional Tororó
- Império Etapa IV (Vinculado), situado no Setor Habitacional Boa Vista
- Vivendas Serranas), situado no Setor Habitacional Boa Vista
- Recanto dos Nobres, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3
- Caravelo, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3
- Meus Sonhos, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3
- Jardim América, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3
- Vivendas Paraíso, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3
- Chácara Paraíso, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3
- Chácara São Jorge, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3
- Vivendas Campestre, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3
- Vivendas da Serra, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3
- Novo Horizonte, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3
- Shalon, situado no Setor Habitacional Tororó
- San Francisco III, situado no Setor Habitacional Tororó
- São José Etapa II (vinculado), situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 2
- Sol Nascente, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3
- Residencial Halley, situado no Setor Habitacional Contagem - Grupo Contagem 3

· **Aprovado no CONPLAN:**

- Quintas Interlagos, situado no Setor Habitacional Estrada do Sol
- Setor Habitacional Vicente Pires (Glebas 2 e 4), situado no Setor Habitacional Vicente Pires
- Setor Habitacional Vicente Pires - Trecho 2 - Ruas 05, 08 e 10, situado no Setor Habitacional Vicente Pires

· **Analisado aguardando retorno da TERRACAP:**

- Setor Habitacional Bernardo Sayão, situado no Setor Habitacional Bernardo Sayão
- Setor Habitacional Ponte de Terra, situado no Setor Habitacional Ponte de Terra

· **Aprovado:**

- Setor Habitacional Jardim Botânico Etapa I (alteração), situado no Setor Habitacional Jardim Botânico

Em relação aos **projetos situados em Área de Interesse Social (ARIS), foram analisados 16 projetos, totalizando 1.759.537,82m² de área analisada** e uma população estimada beneficiada de 39.563,86 pessoas. Segue situação de cada projeto:

· **Registrado:**

- Arapoanga - Etapa 3, situado no Setor Habitacional Arapoanga - URB – RP 141/09; QNP 15 CONJ. X e QNP 19 CONJ. J e K, situado na Ceilândia;

· **Encaminhado para decreto:**

- Arapoanga - Etapa 3, situado no Setor Habitacional Arapoanga - URB – RP 142/09;
- Arapoanga - Etapa 3, situado no Setor Habitacional Arapoanga - URB – RP 146/09;

· **Decreto publicado:**

- Arapoanga - Etapa 3, situado no Setor Habitacional Arapoanga ; - URB – RP 143/09;

- Aris Expansão da Vila São José, Situado em Brazlândia;

· **Em exigência Projeto Urbanístico:**

-Quadra 307, Conjuntos 19 e 20, Recanto das Emas

· **Analisado aguardando retorno da CODHAB:**

- Quadra QN 01, Riacho Fundo;

- Quadras QE 38 e 44, Guará;

- Quadra QN 08D, 08E e 08F, Riacho Fundo II;

- Quadra 601, Recanto das Emas;

- QNO 04 conjuntos M e N, Ceilândia;

- Becos de Ceilândia, Ceilândia;

- Becos de Brazlândia, Brazlândia.

Quanto aos processos de **Análise e Aprovações de Projetos de Novos Parcelamento do Solo**, segue quadro abaixo:

NOVOS PARCELAMENTOS DO SOLO

PROJETOS	ANALISADOS	HECTARES	APROVADOS	HECTARES	TOTAL	HECTARES
Estudo preliminar	113	2.261,4036	4	40,6100	117	2.302,0136
Projeto de Urbanismo URB/MDE	52	1.450,6368	4	77,4670	56	1.528,1038
CONPLAN	3	125,7950	3	125,7950	3	125,7950
Decreto	5	962,7596	5	962,7596	5	962,7596
Registro	2	13,3578	2	13,3578	2	13,3578
TOTAL	175	4.813,9528	18	1.219,9894	183	4.932,0298

Instituído o **Comitê de Mediação de Regularização Fundiária do Distrito Federal** como instância responsável pela promoção da conciliação e da mediação em conflitos fundiários do interesse do DF, tendo realizada a conciliação dos Condomínios da Saída Norte do Distrito Federal e Urbanizadora Paranoazinho.

Criado o **Programa Adote uma Praça que permite uma parceria entre o Executivo Local e o setor produtivo para requalificar espaços públicos no Distrito Federal**. A SEDUH apresentou um rol de 96 projetos que se enquadram no programa, fazendo com que a iniciativa privada possa custear o projeto elaborado pelo Executivo Local, ou também, que apresente novas propostas, a serem submetidas à aprovação da SEDUH.

O Programa iniciou com um grande e importante projeto de requalificação do Setor Hospitalar Sul, o qual as obras estão sendo custeadas por dois grupos empresariais: a Rede D'Or e o Hospital Santa Lúcia.

Inaugurados 10 Postos de Atendimento Avançado da Central de Aprovação de Projetos. Desta forma, a SEDUH. A medida teve como objetivo facilitar o acesso da comunidade aos serviços da CAP, da abertura do processo às adequações de projeto, tecnicamente chamadas de cumprimento de exigências. A análise dos projetos, contudo, permaneceu sob responsabilidade dos servidores na sede da Seduh. Foram realizados 5.666 atendimentos nos Postos Avançados de janeiro a dezembro de 2019.

PROJETOS DE ARQUITETURA - Índices Gerais ¹ - ULIC/CAP

ANÁLISES REALIZADAS NAS COORDENAÇÕES DE PROJETOS DE ARQUITETURA, LICENCIAMENTO E JURÍDICA / ANO 2019 ² - CONSIDERADA A SOMA DOS INDICADORES CONSTANTES NOS ITENS 02, 07, 08, 09, 10 E 11.	26.007
PROJETOS DE ARQUITETURA CONCLUÍDOS (APROVADOS / VISADOS / HABILITADOS) - CONSIDERADA A SOMA DOS INDICADORES RELATIVOS À APROVAÇÃO, VISTO E HABILITAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, CONSTANTES DO ITEM "02.PROJETOS DE ARQUITETURA - PRODUTOS CONCLUÍDOS - ULIC/CAP".	954
METRAGEM RESPECTIVA AOS PROJETOS DE ARQUITETURA CONCLUÍDOS - CONSIDERADA A SOMA DOS INDICADORES RELATIVOS À APROVAÇÃO, VISTO E HABILITAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, CONSTANTES DO ITEM "02.PROJETOS DE ARQUITETURA - PRODUTOS CONCLUÍDOS - ULIC/CAP".	6.194.506,01 m ²
ANÁLISES RESULTANTES EM DESCONFORMIDADE - CONSIDERADA A SOMA DOS INDICADORES CONSTANTES NOS ITEM "08.PROJETOS DE ARQUITETURA - PRODUTOS EM DESCONFORMIDADE - ULIC/CAP".	5.973

ANÁLISES RESULTANTES EM MANIFESTAÇÃO INTERMEDIÁRIA - CONSIDERADA A SOMA DOS INDICADORES CONSTANTES NOS ITENS 07, 09 E 10.	6.353
---	-------

Distribuição de produtos gerais até o período selecionado.

PROJETOS DE ARQUITETURA – PRODUTOS CONCLUÍDOS ¹ – ULIC/CAP

Ano 2019 ²	TOTAL	APROVAÇÃO/VISTO ³	HABILITAÇÃO ⁴	METRAGEM (m ²)	UNIDADES RESIDENCIAIS ⁵	UNIDADES COMERCIAIS ⁵
JANEIRO	80	77	03	543.390,49	4.007	315
FEVEREIRO	55	48	07	406.534,61	1.418	280
MARÇO	61	51	10	329.357,95	2.492	203
ABRIL	68	52	16	389.679,60	2.026	240
MAIO	62	38	24	336.299,12	705	146
JUNHO	60	36	24	331.430,53	880	221
JULHO	80	30	50	703.702,06	1.513	515
AGOSTO	90	29	61	604.691,31	1.876	423
SETEMBRO	92	40	52	449.421,13	1.200	197
OUTUBRO	91	28	63	741.867,76	790	1.250
NOVEMBRO	85	16	69	547.892,59	640	384
DEZEMBRO	130	28	102	810.238,86	2.611	355
TOTAL	-	473	481	6.194.506,01	20.158	4.529
PRODUTOS FINAIS ²		954		-	-	-

Distribuição mensal de produtos, quantificadas as metragens e unidades autônomas respectivas.

PROJETOS DE ARQUITETURA – CATEGORIZAÇÃO POR USO - CNAE6 – ULIC/CAP

Ano 2019 ²	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
RESIDENCIAL	34	13	23	23	30	20	44	52	39	49	48	84	459
COMERCIAL	34	26	15	22	18	27	21	13	22	17	19	13	247
MISTO	05	06	11	12	04	04	03	08	12	08	07	08	88
INSTITUCIONAL	04	06	08	07	06	08	08	13	17	12	09	18	116
INDUSTRIAL	02	00	01	00	01	00	00	01	00	00	01	02	08
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	00	04	03	04	03	01	04	03	02	05	01	05	35
RURAL	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01
TOTAL POR USO - CNAE	80	55	61	68	62	60	80	90	92	91	85	130	954

Distribuição mensal de produtos, quantificados a partir dos usos autorizados.

PROJETOS DE ARQUITETURA – DISTRIBUIÇÃO POR COORDENAÇÕES⁷ – ULIC/CAP

Ano 2019 ²	TOTAL	CPROG ⁷	CPROPE ⁷	COPIS ⁷	COUNI ⁷
JANEIRO	80	18 (22,50%)	39 (48,75%)	23 (28,75%)	00 (0,00%)
FEVEREIRO	55	28 (50,91%)	26 (47,27%)	01 (1,82%)	00 (0,00%)
MARÇO	61	22 (36,07%)	27 (44,26%)	06 (9,84%)	06 (9,84%)
ABRIL	68	28 (41,18%)	32 (47,02%)	07 (10,29%)	01 (1,47%)
MAIO	62	20 (32,26%)	26 (41,94%)	05 (8,06%)	11 (17,74%)
JUNHO	60	18 (30,00%)	31 (51,67%)	04 (6,67%)	07 (11,67%)
JULHO	80	31 (38,75%)	22 (27,50%)	04 (5,00%)	23 (28,75%)
AGOSTO	90	23 (25,56%)	19 (21,11%)	09 (10,00%)	39 (43,33%)
SETEMBRO	92	27 (29,35%)	31 (33,70%)	12 (13,04%)	22 (23,91%)
OUTUBRO	91	28 (30,77%)	21 (23,08%)	07 (7,69%)	35 (38,46%)
NOVEMBRO	85	22 (25,88%)	19 (22,35%)	08 (9,41%)	36 (42,35%)
DEZEMBRO	130	30 (23,08%)	27 (20,77%)	34 (26,15%)	39 (30,00%)
TOTAL GERAL	954	295 (30,92%)	320 (33,54%)	120 (12,58%)	219 (22,96%)

Distribuição mensal de produtos, categorizados a partir da coordenação de análise de projetos respectiva.

PROJETOS DE ARQUITETURA – PROJETOS CONCLUÍDOS NO SETOR DE CÁLCULO – ULIC/CAP

Ano 2019²	Total	METRAGEM⁸ (área construída em m²)
JANEIRO	29	399.423,78
FEVEREIRO	63	535.477,51
MARÇO	26	308.419,47
ABRIL	48	377.280,10
MAIO	58	518.806,49
JUNHO	56	568.692,66
JULHO	90	759.818,55
AGOSTO	98	642.609,67
SETEMBRO	80	715.413,83
OUTUBRO	107	488.167,65
NOVEMBRO	86	890.495,69
DEZEMBRO	83	634.749,37
TOTAL GERAL	824	6.839.354,77

Distribuição mensal de produtos atribuídos ao Setor de Cálculo, configurado como composição técnica com atribuição de realização e conferência do cálculo de áreas em projetos de arquitetura, quantificadas as metragens respectivas.

PROJETOS DE ARQUITETURA – PROJETOS EM DESCONFORMIDADE – ULIC/CAP

Ano 2019²	TOTAL
JANEIRO	277
FEVEREIRO	286
MARÇO	238
ABRIL	300
MAIO	387
JUNHO	300
JULHO	420
AGOSTO	593
SETEMBRO	532
OUTUBRO	611
NOVEMBRO	420
DEZEMBRO	1.609
TOTAL GERAL	5.973

Documentos resultantes em manifestação de desconformidade, sob forma de Notificação de Exigência, Comunicado ou Indeferimento, a partir de verificação do Memorial Descritivo e/ou do projeto de arquitetura legal apresentado. *Força Tarefa para análise das solicitações de residências unifamiliares-Lei nº 6.142, de 28 de novembro de 2019.

Distribuição mensal de produtos categorizados em desconformidade, considerando o não atendimento integral dos parâmetros urbanísticos, de documentação, edifícios e de acessibilidade.

LICENCIAMENTO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES – PRODUTOS CONCLUÍDOS⁸ – COLIC/ULIC/CAP

Ano 2019²	ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO⁹	CARTA DE HABITE-SE¹⁰	CONTRATO DE CONCESSÃO¹¹	LICENÇA ESPECÍFICA¹²	TOTAL
JANEIRO	27	02	04	00	33
Metragem (m ²) Janeiro	234.468,46	33.116,18	15.411,79	0,00	282.996,43
FEVEREIRO	19	05	05	07	36
Metragem (m ²) Fevereiro	62.486,12	40.891,49	14.482,35	1.349,94	119.209,90
MARÇO	32	22	07	04	65
Metragem (m ²) Março	107.539,85	32.890,43	10.887,05	898,55	152.215,88
ABRIL	50	20	02	09	81
Metragem (m ²) Abril	230.035,72	52.450,93	41,72	615,76	283.144,13
MAIO	47	35	02	11	95
Metragem (m ²) Maio	74.153,30	58.054,08	1.033,70	1.511,18	134.752,26
JUNHO	33	35	02	16	86
Metragem (m ²) Junho	135.943,25	38.942,28	881,93	49.501,42	225.268,88
JULHO	82	48	02	22	154
Metragem (m ²) Julho	346.565,27	85.552,53	3.146,21	4.664,06	439.928,07

AGOSTO	80	53	03	27	163
Metragem (m ²) Agosto	216.420,63	110.806,59	6.029,69	25.305,98	358.307,10
SETEMBRO	67	44	01	27	139
Metragem (m ²) Setembro	104.655,21	81.718,73	2.965,52	7.097,60	196.437,06
OUTUBRO	75	43	05	37	159
Metragem (m ²) Outubro	148.425,63	55.975,66	6.097,83	8.837,26	217.937,67
NOVEMBRO	60	63	05	25	152
Metragem (m ²) Novembro	88.747,60	78.683,14	8.726,36	9.736,87	185.893,97
DEZEMBRO	93	64	02	25	184
Metragem (m ²) Dezembro	320.082,73	107.650,27	2.120,31	8.252,56	438.105,87
TOTAL DE PRODUTOS EXPEDIDOS ATÉ O PERÍODO	665	434	40	210	1.529
TOTAL METRAGEM LICENCIADA (m²)	2.069.523,77	776.732,31	71.815,46	117.771,18	3.473.948,59

ANÁLISES REALIZADAS NA COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO (COLIC) - CONSIDERADA A SOMA DOS INDICADORES DE PRODUTOS CONCLUÍDOS, INTERMEDIÁRIOS E DE DESCONFORMIDADE.	12.727
METRAGEM RESPECTIVA AOS PROJETOS LICENCIADOS - CONSIDERADA A SOMA DOS INDICADORES RELATIVOS À METRAGEM DOS DOCUMENTOS CONCLUÍDOS. SOMA DOS INDICADORES CONSTANTES NO ITEM 11.	3.035.842,72m ²
ANÁLISES RESULTANTES EM DESCONFORMIDADE (COLIC) - NOTIFICAÇÃO DE EXIGÊNCIA: LICENÇAS ESPECÍFICAS: 340 ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO: 1.618 CCDRU: 86 CARTA DE HABITE-SE: 1.865 COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA: 09 OUTROS:10	3.928
ANÁLISES RESULTANTES EM MANIFESTAÇÃO INTERMEDIÁRIA (COLIC) - PRODUTOS RELATIVOS AO CÁLCULO DE PREÇOS PÚBLICOS: RELATÓRIO ODIR: 31 CÁLCULO ODIR: 80 COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA: 01 CONTRAPARTIDA DE MOBILIDADE URBANA: 19 CÁLCULO TAPUME: 285 CÁLCULO ESTANDE DE VENDAS: 10 BOLETOS DE PAGAMENTOS RELATIVOS ÀS TAXAS E PREÇOS PÚBLICOS: 7.024 TAXA DE E.I.V.: 04.	7.454

Tabela geral com o quantitativo de análises realizadas. Dados fornecidos pela Coordenação de Licenciamento, ano 2019.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS – ATENDIMENTOS TÉCNICOS – ULIC/CAP

Ano 2019	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATENDIMENTOS TELEFÔNICOS	00	00	00	00	275	588	1449	1589	1191	1061	866	800	7819
ATENDIMENTOS NO SETOR DE PROTOCOLO DA CAP/SEDE + e-mail	250	256	237	371	478	637	803	850	1359	1269	1294	1152	8956
PARTICIPAÇÃO USUÁRIO EXTERNO EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO ¹³	00	00	22	00	157	21	60	109	35	47	29	27	507
ATENDIMENTOS TÉCNICOS / ANALISTAS DE PROJETO	223	205	146	293	275	225	311	307	332	328	319	237	3201
ATENDIMENTOS TÉCNICOS / ANALISTAS DE LICENCIAMENTO	00	00	00	00	00	00	00	00	1023	897	1164	737	3821
ATENDIMENTOS TÉCNICOS / ANALISTAS INTERSETORIAIS	00	00	00	00	67	40	79	35	122	61	75	49	528

Relação de quantitativo de serviços, ano 2019.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS – POSTOS AVANÇADOS – ATENDIMENTOS PRESENCIAIS DA CAP NAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS PARTICIPANTES NO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO

POSTO AVANÇADO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ÁGUAS CLARAS - Águas Claras e Arniqueiras - inaugurado em 08/04/2019	00	00	00	00	35	31	37	49	22	31	29	28	262
CEILÂNDIA - Ceilândia, Sol Nascente, Brazlândia e Pôr do Sol inaugurado em 18/06/2019	00	00	00	00	00	15	70	108	156	187	98	70	704
CRUZEIRO - Cruzeiro, S I A, Sudoeste/Octogonal e SCIA - inaugurado em 19/07/2019	00	00	00	00	00	00	10	12	21	14	08	13	78

POSTO AVANÇADO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
GAMA - Gama e Santa Maria - inaugurado em 18/06/2019	00	00	00	00	00	01	67	94	77	118	94	70	521
LAGO NORTE - Lago Norte, Varjão, Paranoá e Itapoã - inaugurado em 21/05/2019	00	00	00	00	26	89	106	108	113	91	65	43	641
LAGO SUL - Lago Sul, Jardim Botânico e São Sebastião - inaugurado em 02/07/2019	00	00	00	00	00	00	65	99	85	78	86	99	512
PARK WAY - Park W., N.Bandeirante, Candangolândia, Riacho I e Guará-inaugurado em 19/07/2019	00	00	00	00	00	00	17	40	81	85	79	83	385
SAMAMBAIA - Samambaia, Riacho Fundo II e Recando das Emas - inaugurado em 07/06/2019	00	00	00	00	00	35	113	141	157	167	139	77	829
SOBRADINHO - Sobradinho, Fercal, Planaltina e Arapoanga - inaugurado em 19/06/2019	00	00	00	00	00	22	59	53	51	67	72	70	394
TAGUATINGA - Taguatinga, e Vicente Pires - inaugurado em 08/04/2019	00	00	00	52	78	140	198	186	210	193	179	156	1.340
TOTAL DE ATENDIMENTOS/mês	00	00	00	52	139	333	742	890	973	1.031	846	709	-
TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS	5.666												

Relação de atendimentos dos servidores da CAP, lotados nos Postos Avançados de atendimento, nas Administrações Regionais do DF, ano 2019.

NOTA GERAL: Considerando o monitoramento das informações constantes nos documentos fins, variações dos valores relacionados aos meses de triagem podem ocorrer, sendo ajustadas para período anterior ou posterior, a depender da data de coleta de todas as autorizações necessárias para conclusão da etapa respectiva, sem prejuízo ao gerenciamento do quantitativo de demandas inerentes aos serviços da CAP.

- 1.Documentos concluídos entendidos como o somatório de projetos com manifestações intermediárias (que subsidiam deliberações técnicas de análise de projeto arquitetônico) de conformidade (aprovação, visto ou habilitação de projeto arquitetônico e licenciamentos) ou de desconformidade (notificações de exigência e comunicados de indeferimentos).
- 2.Registros de saída, coletados pela Assessoria Especial de Gabinete, referente ao ano de 2019.
- 3.Procedimento de análise de projetos conforme rito estabelecido pelo COE de 1998, Lei nº 2.105/1998 e Decreto nº 19.915/1998.
- 4.Procedimento de análise de projetos conforme rito estabelecido pelo COE de 2018, Lei nº 6.138/2018 e Decreto nº 39.272/2018.
- 5.Somatório de unidades imobiliárias autônomas constante dos projetos aptos ao licenciamento.
- 6.Conforme Tabela de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do Distrito Federal – CNAE - Decreto nº 37.966/2017, de 20/01/2017.
- 7.Distribuição de produtos por coordenações de arquitetura, quais sejam: CPROG = Coordenação de Projetos de Grande Porte (empreendimentos $m^2 > 4.000,00$); CPROPE = Coordenação de Projetos de Pequeno Porte (empreendimentos $m^2 < 4.000,00$); COPIS = Coordenação de Projetos de Interesse Público e Social (empreendimentos públicos ou particulares, com interesse social, independentemente de metragem); COUNI = Coordenação de Projetos de Habitação Unifamiliar (exclusivamente unifamiliares).
- 8.As metragens e quantitativos de produtos relativos ao serviço de cálculo podem sofrer variações em relação ao quantitativo final de produtos categorizados no item "01.PROJETOS DE ARQUITETURA – ÍNDICES GERAIS – ULIC/CAP", considerando o re-cálculo de projetos arquitetônicos a partir de manifestações de desconformidade em etapa anterior.
- 9.Expedido para a execução de obras iniciais e de modificação não dispensadas da habilitação.
- 10.Expedida para obras autorizadas por meio do alvará de construção.
- 11.Instrumento que regula a concessão de direito real de uso e a concessão de uso de áreas públicas no Distrito Federal.

12. Expedida para obras de estande de vendas; demolições; urbanização ou edificação em área pública; canteiros de obras em área pública; modificação de projeto arquitetônico sem alteração de área desde que atendidos os requisitos de dispensa de habilitação; obras de intervenção em bens tombados; obras e edificações em áreas de gestão específica. Soma-se ao quantitativo Licenças de Engenho Publicitário, para autorização de instalação do meio de propaganda regido pela Lei nº 3.306, de 18 de julho de 2002, regulamentado pelo Decreto nº 28.134, de 12 de julho de 2007 e Lei nº 3.305, de 18 de julho de 2002.

13. Programa de Capacitação aos servidores e público externo, com conversas técnicas que objetivam divulgação de boas práticas e efetiva colaboração acerca dos procedimentos e ritos que envolvam órgãos e entidades afetas ao licenciamento de obras e edificações.

No que tange os **trabalhos desenvolvidos pela ULINF - Unidade de Aprovação e Licenciamento de Infraestruturas Urbanas e Parcelamentos do Solo**, temos os seguintes resultados:

RELATÓRIO SINTÉTICO - COINT

Quantitativo	
Análise e Parecer Técnico para Termo de Verificação de Infraestrutura - TVI.	03
Análise e Parecer Técnico para Caucionamento das obras de infraestrutura do parcelamento.	04
Licença Para Execução de Obras de Infraestrutura em Parcelamento de Solo Urbano - LEOBI.	01
Consultas realizadas às Concessionárias de Serviços Públicos, órgãos e/ou entidades públicas.	369

RELATÓRIO SINTÉTICO - COPROL

Processos	Total	Situação		Resultados de Análise				Área Urbana Qualificada (m ²)
		Analisados	Em Análise	Exigências	Indeferidos	Concluídos	Aprovados	
Projeto de Paisagismo	17	17	0	13	0	1	3	32.757,30
Sistema Viário	33	28	4	28	1	1	3	83.474,64
Mobiliário Urbano	5	4	0	2	1	0	2	12.152,96
Outros Processos	48	46	2	41	0	7	0	-
TOTAL GERAL								128.384,90

RELATÓRIO SINTÉTICO - COLINF

	QUANTIDADE	ANALISADOS	CONCLUÍDOS	APROVADOS
ENERGIA ELÉTRICA	1	1	1	0
TELECOMUNICAÇÕES	278	278	128	27
RADIODIFUSÃO SONORA	5	5	4	0
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	14	14	3	1
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	17	17	7	2
DRENAGEM PLUVIAL	3	3	3	0
GÁS NATURAL CANALIZADO	0	0	0	0
OUTROS PROCESSOS	8	8	8	0
TOTAL	326	326	154	30

QUANTITATIVO

Referência: Memórias de Cálculo dos processos aprovados

Área em metros quadrados	Total	49.956,35m²
Área em metros lineares	Total	69.164,70m

Em relação aos **projetos de arquitetura**, a **Secretaria tem como missão a definição técnica das cotas de soleira, com escopo de atender ao preceituado nos Planos Diretores Locais e demais normativos suplementares, fornecendo subsídios técnicos adequados aos analistas da CAP nos projetos a serem aprovados.** A seguir, apresenta-se o quantitativo aproximado dos trabalhos executados pela equipe técnica da SEDUH:

CÁLCULO DE COTAS DE SOLEIRA

Região Administrativa	Cotas Calculadas	% do Total definido	Área Levantada (m ²)	% da Área Total
RA I - Plano Piloto	52	4,34	601.060,884	4,44
RA II - Gama	37	3,09	151.256,775	1,12
RA III - Taguatinga	52	4,34	81.874,048	0,61
RA IV - Brazlândia	2	0,17	576,626	0,00
RA V - Sobradinho	118	9,86	132.094,514	0,98
RA VI - Planaltina	6	0,50	47.709,208	0,35
RA VII - Paranoá	1	0,08	6.904,119	0,05
RA VIII - Núcleo Bandeirante	2	0,17	7.764,237	0,06
RA IX - Ceilândia	104	8,69	391.907,329	2,90
RA X - Guará	121	10,11	1.809.302,199	13,37
RA XI - Cruzeiro	12	1,00	3.605,591	0,03
RA XII - Samambaia	178	14,87	215.944,659	1,60
RA XIII - Santa Maria	50	4,18	123.863,098	0,92
RA XIV - São Sebastião	4	0,33	92.553,972	0,68
RA XV - Recanto das Emas	29	2,42	13.449,400	0,10
RA XVI - Lago Sul	56	4,68	126.249,608	0,93
RA XVII - Riacho Fundo	22	1,84	75.504,730	0,56
RA XVIII - Lago Norte	116	9,69	199.871,710	1,48
RA XIX - Candangolândia	4	0,33	966,071	0,01

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2019, o governo firmou o compromisso de desburocratizar a prestação de serviços à população. Com base nesse compromisso, a LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo, que consolida e unifica as normas urbanísticas vigentes no Distrito Federal, foi sancionada nos primeiros 15 dias do governo atual. Com o mesmo objetivo, foi criado o SOS Destrua DF que é um conjunto de ações coordenadas pela SEDUH, com o intuito de atacar pontos que, ao longo dos últimos anos, foram responsáveis pelos entraves ao desenvolvimento urbanístico e territorial das 33 Regiões Administrativas. Também foi criada a CPA-EIV - Comissão Permanente de Avaliação do Estudo de Impacto de Vizinhança, que conseguiu zerar o passivo de emissão de Termos de Referência e a análise de processos em andamento, referentes aos EIV, tornando o licenciamento de empreendimentos de grande porte no Distrito Federal mais ágil.

No que tange o Planejamento Urbano, destaca-se o início da Revisão do PDOT e o estudo de definição das poligonais de 12 Regiões Administrativas, o qual permitiu a aprovação da Lei Complementar Nº 958, de 20 de dezembro de 2019, que define os limites físicos das regiões administrativas do Distrito Federal, por meio de critérios como limites naturais (córregos e morros) e viários (estradas e vias), históricos, econômicos e setores censitários (mesma faixa de renda).

Diante de tais considerações, entende-se que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação atingiu os objetivos e as metas traçadas para o exercício de 2019, cumprindo sua missão da melhor maneira frente aos desafios impostos à governança e governabilidade.

Para o próximo exercício, faz-se necessárias as aquisições de equipamentos de TI, principalmente Servidores, Storage, Nobreak e impressoras, aumento do quadro de pessoal e disponibilidade orçamentária para execução de ações finalísticas.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Criada dois anos após a inauguração de Brasília, a empresa responsável pela distribuição de habitações de interesse social utiliza hoje sua quarta denominação. Começou em 1962 com o nome de Sociedade de Habitações Econômicas de Brasília (SHEB). Em 1964, o nome passou a ser Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS). Trinta anos depois, a SHIS passou a se chamar Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (IDHAB), que em processo de extinção foi incorporado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Até que em 2007, novamente recriado, o órgão recebeu o atual nome, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB).

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, empresa pública integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, compete o disposto na Lei n.º 4.020, de 26 de setembro de 2007, em suas alterações e regulamentações, no Estatuto Social da empresa e nas demais normas que deem amparo legal à execução da Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, em especial:

- I.** Coordenar e executar as ações relativas à Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal;
- II.** desenvolver planos, programas e projetos habitacionais, em consonância com as diretrizes definidas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDUH;
- III.** articular com os Estados e Municípios integrantes ou contíguos à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE as formas de participação na política habitacional daqueles entes políticos de modo a compatibilizar a Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal com as praticadas no Entorno, quando couber;
- IV.** articular as ações dos diversos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal envolvidos na execução da política habitacional, com vistas à consolidação das diretrizes estabelecidas;
- V.** promover a regularização urbanística, ambiental e fundiária de áreas declaradas integrantes de programas habitacionais de interesse social do Distrito Federal;
- VI.** executar medidas que visem à remoção de aglomerados informais precários ou ilegais, quando não passíveis de regularização;
- VII.** executar os programas habitacionais de interesse social com as seguintes linhas de ação: – provisão de moradias; – urbanização e regularização; – requalificação e melhorias; – fornecimento de assistência técnica.
- VIII.** priorizar projetos e programas que visem à implementação e à otimização das condições de qualidade das habitações do Distrito Federal, com ênfase no segmento de menor poder aquisitivo;
- IX.** desenvolver projetos sociais e intervenções urbanas objetivando a fixação dos moradores;
- X.** planejar, produzir, comercializar unidades habitacionais e intermediar repasses financeiros, para locação, aquisição, construção e melhorias habitacionais especialmente destinadas à população de baixa renda, obedecidas as diretrizes estabelecidas;
- XI.** sistematizar as informações habitacionais, mantendo-as atualizadas no Banco de Dados do Sistema de Habitação do Distrito Federal – SIHAB/DF, de forma a planejar sua atuação nos diversos programas habitacionais;
- XII.** propor e assinar convênios, contratos, participar de consórcios com autorização legislativa e efetivar outras formas de parcerias com os Estados e Municípios integrantes ou contíguos à RIDE, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, organizações não-governamentais, cooperativas, associações e organizações da sociedade civil de interesse público, isoladamente ou em conjunto com o Distrito Federal, na forma do art. 11, VII, da Lei n.º 4.020/2007;

XIII. garantir à população o acesso às informações pertinentes a sua área de atuação.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	63	128	0	0	191
Requisitados de órgãos do GDF	8	7	0	1	16
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	7	43	0	0	50
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	1	0	0	0	1
Terceirizados (FUNAP)	5	7	0	0	12
Outros - especificar	0	0	0	30	30
Subtotal	84	216	0	1	301
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	84	216	0	1	301

Embora tenha sido realizado o primeiro Concurso de Provimento de Empregos da CODHAB, o qual teve seu edital publicado em 2018, os 59 (cinquenta e nove) aprovados no certame ainda não tomaram posse, pois conforme consulta feita à PGDF, esta opinou pela necessidade de criação dos empregos públicos mediante lei formal de iniciativa do Poder Executivo local e submissão à Câmara Legislativa do DF - conforme Parecer nº 647/2019-PGCONS/PGDF. Além da necessidade da edição de lei formal com a criação dos empregos, esta Companhia esbarra em questões de restrição orçamentária. A homologação e as etapas finais do Concurso supracitado ocorreram no decorrer deste exercício.

Com a previsão de contratação dos novos empregados, aprovados em concurso, a Companhia passará a ter o quadro de pessoal próprio, bem como irá aumentar sua força de trabalho.

Quanto aos 30 "Outros - especificar", constantes na coluna "Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)", esclare-se que se trata de pessoal contratado temporariamente, por meio de processo seletivo para voluntariado, visto que somente recebem auxílios alimentação e transporte, a fim de desempenharem serviços de análise de documentos.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5035 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS	500000,0	309531,0	280726,44	280726,44

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	500000,0	309531,0	280726,44	280726,44
4011 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL	2100000,0	2450026,0	2179737,09	1656122,35
0003 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	1100000,0	2450026,0	2179737,09	1656122,35
0004 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL EM SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	1000000,0	0,0	0	0
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	100000,0	14915184,00	9116429,12	8712875,55
9565 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	100000,0	14915184,00	9116429,12	8712875,55
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	300000,0	350000,00	318365,00	66195,58
0005 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL-GESTÃO DO PROGRAMA MORAR BEM-DISTRITO FEDERAL	300000,0	350000,00	318365,00	66195,58
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2010000,0	3426250,00	3311605,42	193419,50
3197 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	2010000,0	3426250,00	3311605,42	193419,50
4033 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP	2600000,0	610832,00	0	0
0002 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP-CODHAB- SÃO SEBASTIÃO	2600000,0	610832,00	0	0
1213 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	21550000,0	33462357,00	27968079,33	22000341,63
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS-CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - CODHAB - SOL NASCENTE- CEILÂNDIA	21500000,0	27219140,00	21724864,51	21610818,23
0002 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS-- SAMAMBAIA-SAMAMBAIA	0	1992516,0	1992515,40	389523,40
0906 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	50000,0	4250701,00	4250699,42	0
3010 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	9590529,0	9590529,00	500000,00	61560,51
0001 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO-REALIZAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	9590529,0	9590529,00	500000,00	61560,51
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	2200000,0	3040000,00	2987589,50	1929468,53

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - MELHORIAS HABITACIONAIS-- DISTRITO FEDERAL	2000000,0	1840000,00	1787589,50	1491442,74
0005 - MELHORIAS HABITACIONAIS NAS REG. ADM. DO DF	200000,0	0,0	0	0
0006 - MELHORIAS HABITACIONAIS- DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	1200000,0	1200000,00	438025,79
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	40950529,00	68154709,00	46662531,90	34900710,09

Realizações na Área de Produção Habitacional

EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO: Foram realizados os serviços de implantação da infraestrutura ao empreendimento habitacional contratado no âmbito do programa MORAR BEM/MCMV BAIRRO CRIXÁ, localizado em São Sebastião. A implantação da infraestrutura contempla a execução dos serviços de: Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário, Rede de Distribuição Urbana de E

OBRAS DE URBANIZAÇÃO

LOCALIDADE	OBRA
Bairro Crixá	Obras Abastecimento de Água; Esgotamento Sanitário; Energia alta e baixa tensã; Drenagem pluvial; Pavimentação asfáltica.

Entrega de Unidades Habitacionais: Foram concluídas as obras dos empreendimentos do Residencial Marina, composto de 92 unidades habitacionais, localizado em Samambaia, entregue dia 26/10/2019; do empreendimento Parque do Sol, localizado no Sol Nascente Quadra 700, no qual foram entregues as primeiras 132 unidades habitacionais dia 14/12/2019 e do empreendimento Bairro Crixá, localizado em São Sebastião, no qual foram entregues as primeiras 528 unidades habitacionais dia 18/12/2019.

ENTREGA DE UNIDADES HABITACIONAIS

LOCALIDADE	EMPREENDIMENTO	QUANTIDADE (UH)
Samambaia	Residencial Marina	92
Sol Nascente Quadra 700	Parque do Sol	132
São Sebastião	Bairro Crixá	528
TOTAL		752

Cumpre-nos ressaltar que as entregas de unidade habitacionais, listadas no quadro acima, foram por meio dos Programas Minha Casa Minha Vida (Samambaia e São Sebastião) e do Programa Pró Moradia da CEF (Qd. 700 do Sol Nascente).

Construção de Unidades Habitacionais: Obra concluída de 56 unidades habitacionais do Residencial AMS, localizado em Samambaia, pelo qual houve impossibilidade de entrega em razão de problemas contratuais de beneficiários que impediram a averbação do habite-se em cartório.

A entrega postergou para janeiro 2020. Obras em andamento de 176 unidades habitacionais no Sol Nascente Trecho I Quadra 700 - Parque do Sol; de 1.376 unidades habitacionais no empreendimento Bairro Crixá, em São Sebastião; de 640 unidades habitacionais no empreendimento Itapoã Parque, no Itapoã, de 240 unidades habitacionais em Samambaia (92 unidades no Residencial AHSERC, 56 unidades no Residencial MUMID e 92 unidades no Residencial Paulo Freire - SINPROEP).

OBRAS - UNIDADES HABITACIONAIS EM ANDAMENTO

LOCALIDADE	EMPREENDIMENTO	QUANTIDADE (UH)
Samambaia	Residencial AMS	56
São Sebastião	Bairro Crixá	1.376

Sol Nascente, Trecho I, Quadra 700	PAC Sol Nascente/Pró Moradia II	176
Itapoã	Itapoã Parque	640
Samambaia	Residencial AHSERC	92
Samambaia	Residencial MUMID	56
Samambaia	Residencial Paulo Freire - SINPROEP	92
TOTAL		2.488

Reparos e Correções de Unidades Habitacionais: Obras de reparos e correções para as unidades habitacionais e obtenção de Habite-se das 161 unidades habitacionais do Sol Nascente, Quadra 105, entregues em 2018 com imperfeições de serviços como trincas, infiltrações, mofos, defeitos em peças, a não observância a normas de esgotamento, que necessitam de serem refeitos os serviços com melhor prática construtiva.

OBRAS REPAROS DE UH'S JÁ ENTREGUES

LOCALIDADE	EMPREENDIMENTO	QUANTIDADE (UH)
Sol Nascente, Trecho II, Quadra 105	Reparos e correções	161
TOTAL		161

Construção de Equipamento Público Comunitário: Obra concluída de um Centro de Ensino Infantil no Bairro Crixá e obras em andamento de uma Unidade Básica de Saúde no empreendimento Parque do Riacho, no Riacho Fundo II 5ª Etapa, e de complementação de interiores da edificação de uso misto com fins institucionais denominado Protótipo Santa Luzia, na Estrutural.

O Centro de Ensino Infantil no Bairro Crixá foi entregue dia 18/12/2019 juntamente com as primeiras 528 unidades habitacionais do Bairro Crixá. A Secretaria de Educação tem 60 dias para ocupação e funcionamento do CEI (Centro de Educação Infantil).

Para a Unidade Básica de Saúde, que teve seu projeto concluído em 2017, a contratação das obras ocorreu por meio da CODHAB, a pedido da Secretaria de Saúde, estando as obras já iniciadas, porém as mesmas encontram-se paralisadas devido a problemas contratuais com a empresa SANECON, o qual está em procedimento de rescisão.

Com relação à complementação do protótipo de uso misto para usos institucionais em Santa Luzia, este encontra-se com os serviços de revestimento, pintura e instalações elétricas, telefônicas, hidrossanitárias e de elevador em andamento, com previsão de conclusão para 24/01/2020.

OBRAS DE EPC's (Equipamento Público Comunitário)

LOCALIDADE	EQUIPAMENTO
São Sebastião	CEI (Centro de Ensino Infantil) no Bairro Crixá
Riacho Fundo II, 5ª Etapa	UBS (Unidade Básica de Saúde)
Santa Luzia	Complementação e interiores da edificação de uso misto com fins institucionais

Licitações de Obras para Construção de Unidades Habitacionais: Licitações de obras de empreendimentos habitacionais localizadas em Santa Maria, na Quadra 105 do Setor Habitacional Sol Nascente - Trecho 02 e em Samambaia.

Foram publicados 4 Editais de licitação de obras de empreendimentos habitacionais localizadas em Santa Maria, para 10 lotes; na Quadra 105, Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 02, em Ceilândia, um com 840 unidades habitacionais, proveniente de Concurso Público de projetos e outro com 378 unidades habitacionais proveniente de projeto interno da CODHAB; e em Samambaia, para 10 lotes.

EM LICITAÇÃO

EMPREENDIMENTO	QUANTIDADE (UH)
Santa Maria (10 lotes, sendo 9 uso misto e 1 residencial obrigatório)	Aprox. 550
Sol Nascente, Trecho II, Quadra 105 (Projeto Concurso)	840
Sol Nascente Trecho II Quadra 105 (projeto equipe CODHAB)	378
Samambaia (10 lotes sendo 9 residenciais obrigatórios e 1 residencial uso misto)	Aprox. 500

Elaboração e Aprovação de Projetos: Foram aprovados os projetos de Arquitetura e iniciadas as aprovações dos projetos complementares contratados por Concurso Público Nacional de

Projetos de Equipamento Público Comunitário de Centro Educacional e Escola Classe no Bairro Crixá, em São Sebastião.

Ainda acerca de projetos contratados através de Concurso Público Nacional de Projetos, foi dada continuidade a aprovação de projetos de Urbanismo do Setor Habitacional Pôr do Sol e iniciada a elaboração dos projetos de Arquitetura. Quanto ao Setor Habitacional QNR 06 em Ceilândia, está em fase de aprovação do projeto urbanístico.

Cabe ressaltar que houve a deliberação da Diretoria Executiva da CODHAB pela supressão de itens contratuais constantes no Cronograma de Desembolso de produtos ainda não iniciados, sendo que no caso do projeto Pôr do Sol, o urbanismo encontra-se aprovado e em fase de publicação do Decreto. Somente após a aprovação do urbanismo poderá ser dada sequência a aprovação dos projetos de arquitetura, complementares e infraestrutura. O desenvolvimento dos projetos de arquitetura e complementares de equipamentos públicos comunitários foi suprimido do contrato. No que concerne ao Setor Habitacional QNR 06 em Ceilândia, foi mantido apenas o projeto urbanístico no contrato, o qual encontra-se em fase de aprovação, e depende da elaboração de Relatório de Impacto Ambiental Complementar - RIAC que se encontra em fase de elaboração pela empresa contratada.

Foi ainda elaborado e aprovado por meio de projeto interno da CODHAB o projeto de 378 unidades habitacionais na Quadra 105 Sol Nascente Trecho II, pelo qual foi publicado Edital de concorrência nº 06/2019 que se encontra suspenso pelo TCDF para cumprimento de exigências.

Ainda com relação à elaboração e aprovação de projetos internos da CODHAB está em fase de aprovação o projeto Conjunto Linear Santa Luzia, encontra-se em fase de aprovação do projeto urbanístico. Para tanto foi solicitado pelo IBRAM e SEDUH complementação do estudo ambiental, pelo qual foram iniciadas tratativas com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para elaboração do mesmo. Os projetos de arquitetura das edificações estão em desenvolvimento e aguardando definição do projeto urbanístico para reaprovação, devida as sucessivas revisões do projeto urbanístico que ensejaram a elaboração de um novo projeto de arquitetura, necessitando novo processo de aprovação da arquitetura.

PROJETOS EM ELABORAÇÃO E EM FASE DE APROVAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO DE PROJETOS

LOCALIDADE	PROJETO
Bairro Crixá	Centro Educacional - Arquitetura e Complementares
Bairro Crixá	Escola Classe - Arquitetura e Complementares
Pôr do Sol - Ceilândia	Urbanismo, Arquitetura, Complementares, Paisagismo e Infraestrutura de Drenagem, Pavimentação e Sinalização Viária.
QNR 06 - Ceilândia	Urbanismo
Quadra 105 Sol Nascente, Trecho II - Projeto Equipe CODHAB (378 UH)	Arquitetura e Complementares. Publicado Edital nº 06/2019
Conjunto Linear Santa Luzia - Estrutural	Arquitetura, Complementares e Urbanismo

Realizações de Regularização Fundiária

Trata-se de dados importantes passos para a conclusão de Projetos de Regularização Fundiária iniciados em anos anteriores, iniciando vários novos projetos, realizando contratações de estudos ambientais e obtendo junto ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - IBRAM a dispensa de licenciamento ambiental para áreas consolidadas, como: pontas de quadras, lotes compartilhados e becos.

Aprovação dos Estudos Ambientais contratados em 2019 com a devida emissão do licenciamento ambiental pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - IBRAM, para áreas abaixo descritas:

- Setor Habitacional Nova Colina
- Setor Habitacional Primavera
- Setor Habitacional Vale do Amanhecer
- ARIS Pôr do Sol
- Setor Habitacional Itapoã
- Cidade de São Sebastião

Finalização da revisão dos Projetos Urbanísticos iniciados em 2019 e encaminhamento para análise e aprovação junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, para as seguintes áreas:

- Sol Nascente, Trechos 1, 2 e 3; ARIS Vila Estrutural - Projeto Urbanístico URB 25/11; ARIS Pôr do Sol - Projeto Urbanístico URB 073/09; ARIS Nova Colina I – Projeto Urbanístico URB 151/17; ARIS Nova Colina II – Projeto Urbanístico URB 143/17; Becos do Gama – Projeto Urbanístico URB 152/17; ARIS Primavera - Projeto Urbanístico URB 135/18; Setor Habitacional Itapoã e Cidade de São Sebastião

Aprovação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, dos Projetos Urbanísticos iniciados em 2019, descritos abaixo:

PROJETOS URBANÍSTICOS iniciados em 2019

ARIS Vale do Amanhecer	Projeto Urbanístico URB 066/19
Pontas de Quadra Ceilândia, QNO 02, 04 e 06	Projeto Urbanístico URB 047/19
Lotes Compartilhados Recanto das Emas	Projeto Urbanístico URB 019/19
Lotes Compartilhados Riacho Fundo I	Projeto Urbanístico URB 020/19
Lotes Compartilhados Riacho Fundo II	Projeto Urbanístico URB 021/19
Lotes Compartilhados Guará	Projeto Urbanístico URB 018/19
Becos de Brazlândia	Projeto Urbanístico URB 112/19
Becos de Ceilândia	Projeto Urbanístico URB 070/19
Pontas de Quadra Taguatinga, QNJ 49	Projeto Urbanístico URB 111/19
QS 16 e CLS 16, Riacho Fundo I	Projeto Urbanístico URB 138/19

Contratação do Levantamento Topográfico por aerofotogrametria que dará subsídios a elaboração dos Projetos Urbanísticos Sol Nascente, QNP 22 e 24, Itapoã e São Sebastião tendo em vista às divergências entre a situação fática do assentamento com os projetos elaborados anteriormente. Contratação já aprovado pela Diretoria Executiva da CODHAB, em 16 de outubro de 2019, conforme Súmula SEI-GDF CODHAB/PRESI/DIREG n.º 81/2019 (29852882), constante do processo nº 00392-00010416/2019-33, cabendo informar que, diante do atual cenário de restrição orçamentária e financeira, essa Companhia está envidando esforços para captar os recursos necessários para a devida contratação.

Continuidade de implantação de Postos de Atendimento Avançado (PAA) nas Cidades Consolidadas abaixo descritas, seguindo a ordem prioritária a ser definida, para recebimento de documentos dos ocupantes com vistas a habilitação a titulação por meio de doação, venda direta ou licitação com direito de preferência:

- Candangolândia; Ceilândia; Gama – DVO; Guará II; Planaltina; Recanto das Emas; Riacho Fundo I; Riacho Fundo II; Samambaia; Santa Maria; São Sebastião; Sobradinho; Sobradinho II; Taguatinga e Vila Telebrasília

Destaca-se também as realizações relativos aos serviços de organização do arquivo acerca de regularização fundiária, através do cadastramento no SICOP e SEI de cerca de 100 mil processos e documentos em que foram registrados os dados pessoais dos interessados e a Região Administrativa a qual está ocupando a Unidade Habitacional.

Aprovação de Resolução interna que dispõe sobre as regras relativas a venda direta e licitação com direito de preferência de imóveis de propriedade do Distrito Federal, representados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, aos seus atuais ocupantes, nos termos da Lei nº 4.996/2012, imóveis estes, situados nas chamadas Cidades Consolidadas e nos Parcelamentos Informais Consolidados, no âmbito da regularização de Interesse Social.

Realizações Desenvolvidas Relativo à Assistência Técnica

Em relação às realizações na área de Assistência Técnica, é de fundamental importância destacar o Credenciamento 01/2019, mediante o qual credenciou e contratou empresas especializadas na prestação dos serviços de arquitetura e engenharia, objetivando a execução de até 108 módulos estruturais de interesse social, denominados Módulos Embrões, na

Região Administrativa de Samambaia RA – XII. Considera-se a ação como extraordinária, porque a Diretoria de Assistência Técnica, desde a sua criação, incumbiu-se tão somente de requalificações de moradias – melhorias habitacionais - em Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS), por intermédio do seu Subprograma de Assistência Técnica. Destaca-se ainda:

Acesso de 190 famílias à equipe multidisciplinar – arquitetos, engenheiros e assistente social – para desenvolvimento de projeto de requalificação de moradias classificadas como inseguras ou insalubres;

Execução de 130 obras de requalificação executadas com subsídio total do Estado, considerando a doação de material e mão de obra, além da própria assessoria técnica garantida em lei;

Construção de 70 Unidades Habitacionais (U.H) - casas térreas com um dormitório em Samambaia com previsão de entrega para janeiro/fevereiro de 2020 para atendimento à lista de vulnerabilidade social da CODHAB|DF.

Criação de novo subprograma “Moradia Digna” que trata da oferta de construção de Unidades Habitacionais (U.H) - casas térreas com um dormitório, para atendimento por meio do Programa Habita Brasília. Podendo ser aplicado das seguintes maneiras:

1. Intersecção do Eixo 1 - Lote Legal: oferece lotes urbanizados e regularizados aos inscritos no Programa Habitacional. Lotes servidos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, energia e iluminação pública e serviços; e Eixo 2 - Na Medida: nos casos em que a habitação é proveniente da autoconstrução e por meio de laudo da Defesa Civil ou de profissional da área de construção civil é considerada inapropriada para a função à qual se destina.
2. Apenas o Eixo 2 – Na Medida, explicado anteriormente;

Realização da III Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social pela qual a CODHAB|DF, por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT), juntamente com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU|DF) e Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Distrito Federal (IAB|DF) realiza a sensibilização da sociedade e instituições de Ensino Superior (IES) do Distrito Federal para a importância da ATHIS como política pública, promovendo a capacitação de profissionais da área de arquitetura e engenharia para atuação junto às famílias que são atendidas pelo subprograma “Melhorias Habitacionais”. Como consequência, neste ano 20 profissionais voluntários desenvolveram 20 projetos de requalificação habitacional para a CODHAB|DF para posterior execução, conforme disponibilidade financeira.

Divulgação nos Estados de Santa Catarina (SC), Piauí(PI) e Minas Gerais (MG) sobre o trabalho que o Governo de Brasília vem desenvolvendo dentro do âmbito da Assistência Técnica Pública para a Habitação de Interesse Social (ATHIS) à convite dos respectivos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo de cada unidade federativa.

Cabe ressaltar que a Assistência Técnica da Companhia atua de acordo com o Programa Habitacional do Distrito Federal - Habita Brasília, instituído pelo Decreto Nº 37.438 de 24 de junho de 2016, que tem como objetivo a Provisão Habitacional por meio de linhas de atuação em cinco eixos: Lote Legal, Morar Bem, Projeto na Medida, Aluguel Legal e Portas Abertas. Porém destes destaca-se o eixo “Na Medida”.

“Na Medida: a assistência técnica à população de baixa renda por meio de projetos de reforma na unidade habitacional e na intervenção em escala urbana melhorando qualidade de vida;”

Além disto, a CODHAB/DF promoveu a execução de um direito que é assegurado pela lei federal nº 11.888 de 2008 e pela lei distrital nº 5.485 de 2015 para o desenvolvimento de projetos e acompanhamento de obras de reformas de habitações precárias localizadas em zonas de interesse social, além do desenvolvimento de projetos e programas para qualificação do espaço urbano onde estas se inserem.

Na maioria dos casos, além do projeto, que é fornecido gratuitamente, a CODHAB patrocina a aquisição de materiais e mão-de-obra para execução e acompanhamento das reformas por meio do subprograma Melhorias Habitacionais. O objetivo fundamental é promover dignidade

e qualidade às moradias, combatendo o déficit habitacional qualitativo e garantindo aspectos como salubridade, acessibilidade, sustentabilidade e segurança. Com o projeto em mãos, os moradores podem executar suas obras com o planejamento adequado de suas etapas, de modo a economizar e a adequar suas moradias.

Obtenção de liberação de emendas parlamentares para os Programas de Trabalho "Melhorias Habitacionais e "Moradia Digna".

Autorização do Comitê Gestor do FUNDHIS para o financiamento de recursos destinados à construção de 77 (setenta e sete) unidades habitacionais de 01 (um) quarto na Região Administrativa De Samambaia (RA – XII).

Realizações Relativas aos Beneficiários de Moradia Imobiliária no DF

Foram convocados em 2019, 32.100 candidatos, sendo:

- 25.000 em Itapoã;
- 1.600 no Bairro Crixá em São Sebastião;
- 600 no Sol Nascente e
- 4.900 das Associações;

Foram contemplados 1493 candidatos, sendo:

- 101 no Guará II, QE 56;
- 528 no Bairro Crixá em São Sebastião;
- 640 em Itapoã; 132 no Sol Nascente, Quadra 700 e
- 92 em Samambaia;

Foram respondidas 800 manifestações da Ouvidoria;

Foi publicada nova Resolução sobre vulnerabilidade (DODF nº 195, 11 de outubro de 2019, página 07; Resolução nº 589), tendo sido analisado aproximadamente 3.500 pedidos de inclusão na lista de vulneráveis;

Foram realizadas 1.460 VOIs (Verificação de Ocupação Irregular) em empreendimentos e 600 em imóveis próprios;

Foram encaminhados 25 processos de desvio de finalidade aos bancos, sendo 25 para o Banco do Brasil e 58 para a Caixa Econômica Federal;

Foram cancelados 276 Termos de Concessão de Uso dos imóveis, a saber:

- Buritizinho/Sobradinho - 64;
- Favelinha - 406;
- Recanto das Emas -160;
- Bananal - 40;
- Quadra 1033 da Samambaia - 12;

Com relação aos Projetos Técnicos Sociais - PTS:

- PTS Estrutural: Finalizado;
- PTS Crixá: Aguardando aprovação da CAIXA, projeto já encaminhado. A execução será feita por MROSC (nova modalidade);
- PTS Sol Nascente: Aguardando aprovação da CAIXA. Projeto já encaminhado. A execução será feita por MROSC (nova modalidade);

Um importante passo foi o contrato firmado com SENAI e SENAC para cursos a serem ministrados no Sol Nascente, onde foi realizado também um trabalho social no Protótipo do Sol Nascente para modificação do projeto, bem como realizada mobilização de famílias nas casas que estão alocadas em cima de adutoras;

Em 2019, foram analisados 44.897 contratados quitados e escrituras liberadas, foram analisados 12.196 contratos quitados, mas as escrituras não foram liberadas e estão sendo analisados 19.787 contratos quitados para liberação de escrituras. Importante destacar que foram contabilizadas um total de 263 escrituras entregues.

Em continuidade aos trabalhos da Companhia, no ano de 2019, foram instituídos novos grupos de trabalho com objetivos distintos e específicos, com a finalidade de realizar estudos e propor as devidas adequações da CODHAB aos ditames da Lei nº 13.303 de 30 de junho de

2016, que dispõe sobre o Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas subsidiárias, também denominada Lei de Responsabilidade das Estatais e regulamentada no Distrito Federal pelo Decreto nº 37.967/2017. Como resultado, foram publicados em 29 de junho, o novo Estatuto Social da CODHAB e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC, os quais incorporam boas práticas de Governança e Gestão de Riscos.

A CODHAB com o intuito de estar cada vez mais presente na comunidade e priorizar o atendimento às famílias nos Postos de Atendimento, contabilizou um total de 43.437 atendimentos a saber:

LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
Vila Cauhy	01
Água Quente	40
Pôr do Sol	2.938
Itapoã - Núcleo Rural	2.147
Sede	134
Brazlândia	1.300
Estrutural	641
Itapoã	83
Planaltina	1.232
Porto Rico	2.549
Nova Colina	1.587
Primavera	3.396
112 Sul	4.195
NA HORA Rodoviária	11.323
Sol Nascente, TrechoII	4.820
São Sebastião	3.602
Recanto das Emas	1.443
Sol Nascente, Trecho III	2.006

REALIZAÇÕES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Destam-se a seguir as ações desenvolvidas, em 2019, na área de tecnologia da informação, alinhada às diretrizes de TI estratégica e visando assessorar as decisões estratégicas da Companhia. Para tanto estabeleceu um portfólio de projetos bem estruturado:

Projetos de Governança, Compliance e Alinhamento Estratégico de TI:

- Projeto de reestruturação da GETEC no alinhamento organizacional/estratégico da empresa, conforme estabelece SLTI/MPOG;
- Desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia Informação e Comunicação;
- Alinhamento dos processos de informação visando recepcionar na CODHAB a Lei Geral de Proteção a Dados, lei 13709/2018;
- Atualização da política de segurança de TI/CODHAB.

Projetos de melhorias de Softwares, Sistemas e Arquitetura de Redes:

- Atualização dos pacotes office;
- Atualização do sistema operacional WINDOWS SEVEN;
- Projeto de configuração de FIREWALL e sistemas de segurança da informação
- Upgrade dos sistemas gerenciais CODHAB

A Comissão Permanente de Licitação - CPL /CODHAB, no âmbito de suas atribuições e competências, observando todos os requisitos legais, formalizou e acompanhou 29 processos licitatórios, dentre os quais destacamos por modalidade:

MODALIDADE	QUANTIDADE
------------	------------

Pregão Eletrônico	20
Concorrência	07
Credenciamento	01
Sorteio	01
TOTAL	29

A Ouvidoria da CODHAB, tem como objetivo apresentar a atuação da Companhia na mediação entre cidadão e Estado. Em 2019 foram registradas um total de 2.546 manifestações pelo Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal - OUV/DF, sendo:

MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Reclamações	1.576	62%
Informação	360	14%
Solicitação	317	12%
Denúncia	214	8%
Elogio	67	3%
Sugestão	12	1%

E através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC, foram recebidas um total de 176 pedidos de acesso à informação. A Companhia alcançou grande destaque com a implementação da Ouvidoria Itinerante na inauguração dos postos de atendimento no Recanto das Emas e em Planaltina; nas entregas das UH's no Parque do Sol/Ceilândia e Parque dos Ipês, Bairro Crixá/São Sebastião e participação na Sessão da Câmara Mais Perto de Você no Sol Nascente/Ceilândia. Ainda este ano, a Ouvidoria participou do XXII Congresso Brasileiro de Ouvidores/Ombusman, realizado em Salvador/Bahia. Outro destaque de fundamental importância para a Companhia foi a premiação, pela terceira vez consecutiva, no 100% Índice de Transparência Ativa - ITA/2019.

Ressalta-se, também, que no ano de 2019, a Companhia adquiriu uma nova Identidade Visual, com a criação da nova marca CODHAB e findou o exercício com um alcance relevante em relação aos acessos nas redes sociais.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1418 - NOVAS HABITAÇÕES ENTREGUES/TOTAL DE CANDIDATOS HABILITADOS PROG. MORAR BEM	%	1,5	31/12/2014	ANUAL	1,5	3,5	1,5	1,0	1,5	2,2	1,5	0,6	CODHAB / UO 28209 / OE 3 / UO 28209 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Riacho Fundo II (5ª etapa) Parque do Riacho 1.392 Riacho Fundo II (4ª etapa) AMMVS 1.116 Paranoá Parque 2.304 Samambaia H4 - ASMARF 56 Sobradinho II COER 33 TOTAL 4.901</p> <p>2017 - entregas de 1.103 UH: Em Samambaia (empreendimentos H4) - 344 UHs, no Riacho Fundo II (4ª etapa) AMMVS: 759 UHs. Em 2017 estavam previstas entregas no total de 1.992 UHs, porém, houve atrasos operacionais em relação a 889 UHs. Após atualização cadastral o número de beneficiários da CODHAB reduziu de 140.000 para 110.000.</p> <p>2018 - 2018: foram entregues 2.216 uh's nas seguintes localidades: Sol Nascente Quadra 105 Projeto CODHAB 161 uh's; Riacho Fundo II (4ª etapa) AMMVS 1.987 uh's; Samambaia ENTIDADES 56 uh's e Sol Nascente Protótipo (Alexandre Rangel) 12 uh's.</p> <p>2019 - Foram concluídas as obras dos empreendimentos do Residencial Marina, composto de 92 unidades habitacionais, localizado em Samambaia, entregue dia 26/10/2019; do empreendimento Parque do Sol, localizado no Sol Nascente, Quadra 700, no qual foram entregues as primeiras 132 unidades habitacionais, no dia 14/12/2019; e do empreendimento Bairro Crixá, localizado em São Sebastião, onde foram entregues, no dia 18/12/2019, as primeiras 528 unidades habitacionais.</p>													
1419 - NÚMERO DE MORADIAS MELHORADAS	UNIDADE	0	31/12/2016	ANUAL	500	2860	4000	4.709	4000	1105	4000	5100	CODHAB / UO 28209 / OE 3 / UO 28209 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Moradias beneficiadas direta e indiretamente pelas ações urbanas comunitárias com melhorias habitacionais. O índice desejado foi ultrapassado devido a alta taxa de adesão da comunidade alvo.</p> <p>2017 - Moradias beneficiadas direta e indiretamente pelas ações urbanas comunitárias e melhorias habitacionais com projetos e serviços de reforma</p> <p>2018 - 2018: 1105 famílias beneficiadas com ações urbanas comunitárias e diretamente com pequenas reformas residenciais, somente até o mês de abril, tendo em vista as vedações referentes ao período eleitoral.</p> <p>2019 - Moradores beneficiados, direta e indiretamente, pelas Ações Urbanas Comunitárias (AUC) e Melhorias Habitacionais com revitalizações de espaços públicos, projetos e serviços de reforma.</p>													
1420 - PERCENTUAL DE CRÉDITOS HOMOLOGADOS	%	0	31/12/2016	ANUAL	25	31	50	78	75	83	100	100	CODHAB / UO 28209 / OE 3 / UO 28209 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Foram homologados em 2016 pela Caixa Econômica 10.494 contratos, de um total de aproximadamente 33.296 contratos com cobertura do FCVS. Esta homologação (reconhecimento de direito) gerou a suspensão do pagamento da dívida no valor aproximado de R\$ 180.000.000,00.</p> <p>2017 - Foram homologados até o ano de 2017 pela CEF, 31.267 contratos, de um total de aproximadamente 40.000 contratos encontrados com cobertura de FCVS. Esta homologação (reconhecimento de direito) manteve a suspensão do pagamento da dívida no valor aproximado neste momento de R\$ 185,0 milhões.</p> <p>2018 - 2018: Foram homologados até o ano de 2018 pela Caixa Econômica Federal 33.051 contratos, de um total de aproximadamente 40.064 contratos com cobertura do FCVS. Esta homologação (reconhecimento de direito) manteve a suspensão do pagamento da dívida no valor aproximado neste momento de R\$ 190,2 Milhões.</p> <p>2019 - Foram homologados até o ano de 2019 pela CEF, 45.091 contratos, de um total de aproximadamente 45.000 contratos com cobertura do FCVS. Esta homologação (reconhecimento de direito) manteve a suspensão do pagamento da dívida no valor de R\$ 197.799.932,76 até dezembro de 2019.</p>													

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	7020000,0	4760000,00	4601219,16	3705617,55
0139 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - CODHAB - CRIXÁ- SÃO SEBASTIÃO	7010000,0	4760000,00	4601219,16	3705617,55
0142 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - CODHAB - RIACHO FUNDO II 3ª ETAPA- RIACHO FUNDO	10000,0	0,00	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	7020000,00	4760000,00	4601219,16	3705617,55

No âmbito desse Programa foram realizados em 2019 a elaboração de Projetos de Arquitetura para Escola Classe no Empreendimento no Bairro Crixá -São Sebastiao, bem como a execução de obras de Infraestrutura externa nos loteamentos no Bairro Crixá e ainda foi a obtenção de Licença e mobilização de obras, tais realizações correspondem à 21,85% do total da obra contratada. Cumpre destacar os recursos para execução de tais obras foram provenientes de descentralização de crédito orçamentários e financeiros do FUNDHIS - Fundo de Habitação de Interesse Social, Unidade Orçamentária: 28.905.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	350000,0	273000,00	246662,90	218511,15
8475 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA--DISTRITO FEDERAL	350000,0	273000,00	246662,90	218511,15
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	350000,00	273000,00	246662,90	218511,15

Em 2019 a CODHAB realizou no bojo do presente Programa ações de assistência e ressocialização de sentenciados, mediante contrato de prestação de serviços firmado com a FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, o qual contou com atendimento médio mensal de 12 pessoas ressocializandas, da seguinte forma: janeiro 15 ; fevereiro 12; março 11; abril 11; maio 12; junho 12; julho 13 ; agosto 12; setembro 13; outubro 13; novembro 12; dezembro 12. Processo nº 00000-0392002807/2017-00.

6228 - FAMÍLIAS FORTES**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	400000,0	31700,00	0	0
0002 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-ALUGUEL SOCIAL - HABITA BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	390000,0	28700,00	0	0

0003 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-PORTAS ABERTAS - HABITA BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	3000,00	0	0
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	400000,00	31700,00	0,00	0,00

Não houve realização no âmbito deste Programa.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	996452,0	1296452,00	684322,49	684322,49
6181 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS--DISTRITO FEDERAL	996452,0	1296452,00	684322,49	684322,49
9002 - RETORNO DE FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO	1440000,0	91800,0	0	0
0003 - RETORNO DE FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1440000,0	91800,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	136013,0	69013,00	1623,50	1623,50
7026 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	136013,0	69013,00	1623,50	1623,50
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	2572465,00	1457265,00	685945,99	685945,99

As ações realizadas no âmbito do Programa Operações Especiais, desenvolvidas pela CODHAB, em 2019, se referem ao pagamento de Sentenças Judiciais, da seguinte forma: Jan. 8 ;Fev.10 ;Mar. 2 ;Abr. 4 ;Mai. 12 ;Jun. 4 ;Jul. 7 ;Ago. 5;Set. 16 ;Out. 11 ;Nov. 8 ;Dez. 2] Processos nº 00392-000009782/2018-69 e outros. E ainda a um ressarcimento efetuados no mês de outubro visando efetuar ressarcimento de servidores cedidos, bem como de ressarcimento de parcela de imóvel paga indevidamente por cliente da CODHAB.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50000,0	39000,00	27055,0	27055,0
0073 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	50000,0	39000,00	27055,0	27055,0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	600000,0	380845,00	373688,61	312588,66
5319 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	600000,0	380845,00	373688,61	312588,66
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	14472000,0	15120000,00	15112903,41	14775547,27
8708 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	14472000,0	15120000,00	15112903,41	14775547,27

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2109500,0	2209500,00	2202414,87	2202414,87
9547 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	2109500,0	2209500,00	2202414,87	2202414,87
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2935771,0	4273351,00	4166301,65	3516512,09
9625 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	2935771,0	4273351,00	4166301,65	3516512,09
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100000,0	48000,00	25792,00	25791,24
2632 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	100000,0	48000,00	25792,00	25791,24
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	162000,0	159360,00	150000,0	138930,0
8675 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	150000,0	150000,00	150000,0	138930,0
8723 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	12000,0	9360,00	0,0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	20429271,00	22230056,00	22058155,54	20998839,13

As realizações efetuadas pela CODHAB no âmbito desse Programa de Gestão e Manutenção ao Estado, se referem à **capacitação de servidores da Companhia**, da seguinte forma: [Abr. 13 ;Jun. 2 ;Set. 1; Out. 1 ;], nos seguintes cursos: Curso de Formação de Pregoeiro, no período de 29 a 30/04/2019; Curso de regularização Fundiária no período de 11 e 12/04/2019. Processo nº: 00392-0000001341/2019-08 e 00392-0000003775/2019-34. 02(duas) inscrições no Curso "Projeto Básico e Termo de Referência-Inovação e Gestão, nos dias 03 e 04/06/2019. Processo nº00392-00000013724/2019-11. Inscrição no XXII Congresso Brasileiro de Ouvidores. Processo nº00392-0000010080/2019-17. Inscrição no Curso de Capacitação da Habitação e Infraestrutura Urbana. Processo 392-0000008816/2019-89; **Conservação da Estruturas físicas de edificações**, sendo: Serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado; Serviços de manutenção preventiva e corretiva da central telefônica; Serviços de manutenção predial, recuperação do reservatório de água inferior do Ed. Codhab e em Postos de Assistência; Serviços técnicos emanutenção predial, preventiva e corretiva, Serviço de manutenção preventiva e corretiva da central telefônica. Processo nº 00000-0392003356/2018-11; 00000-0392001030/2016-00;00000-3920002960/2017-00; **Pagamento da folha e respectivos benefício à média mensal de 204 servidores da Empresa; Manutenção dos Serviços Administrativos da CODHAB**, que entre outros itens apresentou despesas com:Serviços de locação e impressoras; Serviços de fornecimento de energia elétrica; Serviços de fornecimento de água e Coleta de esgoto; Serviços de assessoria, consultoria e disponibilização de software de controle da carteira imobiliária; Serviços de vigilância patrimonial diruna para atendimento nos postos de assistência técnica; Serviços de limpeza para os postos avançados da CODHAB; Serviço de agenciamento de estagiários; Pagamento de Jeton dos Conselhos Administrativo e Fiscal; Aquisição de GPS Geodésio (Par de Receptores Glonass L1/L2 RTK NTRIP, completo.Processos nº 00000-0392007072/2018-02 e outros; **Gestão da Informação e dos sistemas de tecnologia da Empresa**, com os seguinte itens: Cessão de direito de uso de licenças de sistema de controle de patrimônio. Processo nº 00000-0392001003/2016-00. Software CoreDraw Graphics Suite - Licença Perpétua . Processo nº00392-0000002500/2019-83 e por último despesas com publicidade e propaganda da Unidade, que neste quesito realizou despesas com Publicidade e Propaganda

Institucional, em torno de 37 unidades por mês, bemc a realização de serviços de confecção e instalação de 1 (um) Outdoor na Região Administrativa Sol Nascente.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2019, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF realizou inúmeras ações, programas e projetos com o objetivo de tornar realidade o sonho da casa própria e o acesso a escritura definitiva para milhares de pessoas carentes no Programa Habitacional da Companhia, com ênfase no segmento de menor poder aquisitivo e priorizando as Áreas de Interesse Social (ARIS). Realizou entregas de Unidades Habitacionais (UH's) em empreendimentos localizados em Samambaia, Sol Nascente e São Sebastião, regiões caracterizadas originariamente por população de baixa renda. Em continuidade às ações e projetos iniciados em anos anteriores, realizou construções de novas UH's, através da elaboração e aprovação de projetos arquitetônicos, bem como obras de urbanização e construção de equipamento públicos comunitários (EPC's). Foram aprovados 03 (três) projetos urbanísticos, contratados 05 (cinco) estudos ambientais e lavradas 120 escrituras das diversas regiões administrativas do DF. Atuando em conformidade com a Lei da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (Lei Federal nº 11.888/2008), a Companhia continua desenvolvendo com afinco o "Projeto na Medida" do Programa Habitacional do Distrito Federal "HABITA BRASÍLIA", que tem como proposta desenvolver projetos de arquitetura que visam melhorar os problemas estruturais nas residências que não possuem qualidade de habitação. A partir da criação de um projeto, desenvolvido por arquitetos, foram realizadas obras que solucionam problemas estruturais, tais como vazamentos, instalação de caixa d'água, aplicação de pisos e revestimentos, ventilação e iluminação, reforço de estrutura, para garantir mais segurança, dentre outras serviços que geraram conforto para os moradores.

Atuando em conformidade com a Lei da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social - (Lei Federal nº 11.888/2008), a Companhia, por meio do "Projeto Na Medida" do Programa Habitacional do Distrito Federal "HABITA BRASÍLIA", tem como proposta desenvolver projetos de arquitetura que visam melhorar os problemas estruturais nas residências que não possuem qualidade de habitação. A partir da criação de projetos, desenvolvidos por arquitetos, são feitas obras que solucionam problemas estruturais nas residências, tais como: vazamentos, instalação de caixa d'água, aplicação de pisos e revestimentos, ventilação e iluminação, reforço de estrutura, para garantir mais segurança, e proporcionar mais conforto aos moradores.

Em 2019, os trabalhos foram desenvolvidos nas cidades de São Sebastião e Estrutural, por meio de escritórios com equipe multidisciplinar para prestação de serviço de apoio técnico/social e acompanhamento de obras. Além destas cidades foram atendidas, por meio do escritório técnico da Codhab com servidores do próprio quadro, as localidades de Itapoã, Riacho Fundo, Sol Nascente, Porto Rico(Santa Maria/DF). Ainda este ano, 190 famílias foram impactadas diretamente por meio de projetos com propostas de intervenção de requalificação habitacional, resultando em mais de 10.000m² de reforma em Habitação de Interesse Social (HIS) e, mais de 3.000m² de intervenções estruturais. Importante destacar o subprograma "Melhorias Habitacionais", que visa executar os projetos de reformas de HIS já edificadas. Para ter acesso ao benefício, é preciso se enquadrar no critérios da Lei 3.877/06, tais como, ter renda familiar de no máximo três salários mínimos, estar em área regularizada ou passível de regularização e morar há pelo menos cinco anos no DF. Idosos e pessoas com deficiência têm prioridade. Em 2019 foram realizadas obras nas localidades de Estrutural, São Sebastião, Itapoã, Riacho Fundos, Sol Nascente, Porto Rico.

Ressalta-se ainda, outro subprograma denominado Ações Urbanas Comunitárias(AUC). Em formato de mutirão, as ações somam os esforços de profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo, tanto da Companhia quanto voluntários, e dos moradores das comunidades locais para transformar, coletivamente, o espaço público. Em 2019, foram contempladas com as AUC's as regiões de São Sebastião e Estrutural. As ações ocorrem em várias etapas, tendo em vista a complexidade de atividades como reuniões, levantamento de dados, desenvolvimento de projetos, mobilização e execução.

Destacam-se como **pontos fortes** na análise das realizações da Companhia:

- Boa interação com os órgãos do GDF;
- Equipe coesa, disposta e comprometida com o trabalho desenvolvido pela Companhia;
- Planejamento de metas e projetos bem definidos;
- Zelo pela boa prática construtiva e legislação aplicável às obras públicas;
- Adequação das legislações às novas demandas;
- Coibir desvios de finalidades dos imóveis;
- Entrega de unidades habitacionais - UH's;
- Liberação de escrituras;
- Implantação do Projeto REGULARIZA;
- Elaboração do Projeto Urbanístico por equipe própria e capacitada;
- Visão sistêmica de todo o procedimento até a entrega das unidades habitacionais;
- Contrato de retorno de empréstimo (FGTS);
- Remoção e realocação de famílias em situação de vulnerabilidade social;

Ainda existem muitos desafios a serem superados, como a falta de fiscalização das ocupações que ocorrem desordenadas e concomitantemente à elaboração dos estudos e projetos, acarretando na necessidade de atualização constante ou inviabilizando as regularizações; os processos de doações das terras, pela TERRACAP, que na maioria das vezes demoram a acontecer; processo de obtenção de licenciamento ambiental moroso, falta de equipe e recursos financeiros para contratação de estudos técnicos de alta complexidade, que não podem ser elaborados pela equipe da Companhia. Todos esses fatores dificultam para uma melhor efetividade na Regularização de Interesse Social no DF.

Em relação a questão da Produção Habitacional desenvolvida pela Companhia, a mesma tem relação direta com a articulação entre diversos órgãos do complexo administrativo do governo, em que para se atingir nível de aperfeiçoamento adequado exigirá maior capacidade de o governo proceder a articulação entre seus entes de forma que quanto maior a celeridade no atendimento às demandas da Companhia maior será a resposta ao combate do déficit habitacional no DF. Como consequência da morosidade de alguns órgãos, verifica-se um aumento exponencial em revisões de planejamento em todo momento, seja ainda que no momento do planejamento, ou no momento do lançamento de novos projetos ou obras, e ainda na execução dos projetos e obras, motivo pelo qual diversos contratos tornam-se complexos tanto na fase que antecede sua assinatura, quanto já na fase de sua execução, necessitando de diversos procedimentos de alterações de Termos de Referência, Projetos Básicos, Editais, e aditivos contratuais sejam de prazos ou financeiros, em função de alterações de projetos e orçamentos. Outra grande dificuldade que a Companhia enfrenta é a falta de áreas definidas para implantação da Política Habitacional para vulneráveis. Uma análise sobre os índices de vulnerabilidade das comunidades mais pobres do Distrito Federal norteou o processo de seleção das comunidades a serem atendidas pela CODHAB/DF, visando à execução da Política de Desenvolvimento Habitacional, especialmente em relação ao atendimento do déficit qualitativo oriundo da autoconstrução, prática comum nos assentamentos que se encontram em processo de regularização ou que, há pouco, foram regularizados.

Destacam-se como **pontos fracos** na análise das realizações da Companhia:

- Recursos financeiros insuficientes, dificultando a execução dos projetos e da continuidade dos serviços existentes;
- Demora nos trâmites administrativos;
- Demora e entraves relacionados aos órgãos externos, ocasionando dificuldades na execução das atividades referentes à produção habitacional no Distrito Federal;
- Dificuldades na aprovação de projetos na CAP e nas Concessionárias;

- Demora na política de financiamento da Caixa Econômica Federal;
- Não retorno dos imóveis retomados pelas Instituições Financeiras para o Programa Habitacional do Distrito Federal;
- Empresas descomprometidas em relação ao cronograma de prazos, gerando aditivos financeiros;
- Incompatibilidade das Concessionárias entre projetos, vistorias de habite-se e operações que dificultam o recebimento das obras, ocasionando retrabalho das empresas;
- Ocupações irregulares de áreas e imóveis públicos;
- Ocorrência de desvios de finalidade dos imóveis, com o não cumprimento das cláusulas contratuais por parte dos beneficiário.

Em relação às perspectivas para o próximo exercício, a CODHAB/DF em sua atual gestão não medirá esforços para concretizar suas ações e projetos. Inicialmente planeja priorizar com afinco as entregas das Unidades Habitacionais (aproximadamente 9.508 UH's, localizadas em diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal, nas Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS). Outra perspectiva de fundamental importância para a Companhia, tem por objetivo finalizar 13 (treze) Projetos Urbanísticos em aproximadamente 15 (quinze) RA's, também denominadas ARIS, além de contratar e executar o Projeto de Regularização da RA de São Sebastião, em que serão beneficiadas 29.428 pessoas e finalizar os Planos de Ocupação do Sol Nascente, Estrutural e Itapoã.

Destacam-se como oportunidades/perspectivas catalogadas pela Companhia para o próximo exercício:

- Considerar a Política Habitacional como Programa do Governo, atendendo as demandas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF);
- Fazer gestão junto à TERRACAP, no sentido de promover agilidade no processo de doação das terras públicas, de interesse social, destinadas à implementação da Política Habitacional do Distrito Federal;
- Disponibilizar Unidades Habitacionais voltadas ao interesse da Política Habitacional, envolvendo todos os órgãos vinculados ao Governo;
- Atuação conjunta das Secretarias de Governo e das Empresas Públicas na implementação e implantação dos empreendimentos destinados à Política Habitacional;
- Promover à gestão junto aos órgãos de controle externo: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e demais órgãos de controle do Distrito Federal, com o objetivo de dar celeridade na aprovação dos projetos voltados para fins habitacionais;
- Promover à gestão juntamente aos órgãos de decisão que dispõem de recursos orçamentários/financeiros, com o objetivo de captação de emendas parlamentares para fins de construção e viabilização de unidades habitacionais;
- Liberação de verbas do Fundo de Habitação de Interesse Social (FUNDHIS) destinados à Política Habitacional,
- Digitalização de processos
- Dar publicidade aos processos licitatórios conforme a Lei de Acesso à Informação (LAI), no sentido de promover à transparência, conforme os princípios da Administração Pública;
- Controlar e fiscalizar os bens imóveis que serão doados pela CODHAB/DF às Instituições credenciadas, nos processos e doação de imóveis pertencentes ao Patrimônio da CODHAB/DF;
- Proporcionar aos empregados a participação em Congressos, seminários, cursos de capacitação/qualificação, entre outros.

28901 - FUNDO DE DESENV. URBANO DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB foi criado pela Lei Complementar nº 36, de 13/10/1997, regulamentada pelo Decreto nº 24.022/2003, norma esta que foi revogada pelo Decreto nº 30.766/2009, o qual que aprova o Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB e dá outras providências.

As diretrizes que até então norteavam os objetivos do Fundo foram alteradas por meio da Lei Complementar nº 800/2009, adequando-o à nova configuração da Política de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial, em face da Lei 10.257/2001 – o Estatuto das Cidades - e à nova estrutura institucional do Poder Executivo local. Assim, o FUNDURB ficou vinculado a então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal – SEDUMA.

De acordo com o artigo 1º da LC nº 800/2009, o FUNDURB, órgão de natureza contábil, tem como finalidade captar e destinar recursos para:

- I. Concretização dos objetivos, diretrizes, planos, programas, projetos urbanísticos e obras integrantes ou decorrentes do PDOT, em consonância com a Lei Federal nº 10.257, de 10/07/2001 – Estatuto da Cidade;
- II. Preservação, defesa e promoção do Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado como patrimônio histórico nacional e distrital, considerando a singular condição de Brasília como Capital Federal e Patrimônio Cultural da Humanidade, na forma da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- III. Estudos e projetos para regularização fundiária;
- IV. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- V. Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VI. Proteção de áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico;
- VII. Fortalecimento, estruturação e desenvolvimento institucionais da Secretaria responsável pela condução da Política de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, podendo destinar até 10 por cento do orçamento do FUNDURB para essa finalidade, com vistas à execução dos objetivos do Fundo (nova redação dada pela Lei Complementar nº 846, de 02/06/2012).

Em 01/09/2009, foram aprovados o Decreto nº 30.765 – Regulamento Operacional e o Decreto Nº 30.766 - Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo.

Com a publicação do Decreto nº 32.716, em 1º de janeiro de 2011, o FUNDURB ficou vinculado à então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a qual passou a denominar-se Secretaria de Estado Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB, por força da reestruturação promovida pelo Decreto nº 33.267, de 17/10/2011.

Em 2015, o FUNDURB foi incorporado, juntamente com as suas atribuições, à então Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, criada por meio do Decreto nº 32.236, de 01/01/2015, Secretaria de Estado denominada em 2019 como Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, conforme Decreto nº 39.610/2019, de 01/01/2019.

Em 2017 foi publicado o Decreto nº 38.568, de 19/10/2017, que altera o inciso XVI, do art. 17, do Anexo Único, do Decreto nº 30.766, de 1º de setembro de 2009, o qual trata da competência do Secretário-Executivo do FUNDURB para determinar o arquivamento das matérias submetidas ao Fundo quando constatada a falta de amparo Técnico ou a inexistência de recursos orçamentários no Fundo.

As atividades do FUNDURB são coordenadas pelo Secretário de Estado, dirigente máximo da SEDUH e Presidente do Conselho de Administração do Fundo. A gestão dos recursos e operacionalização efetivam-se por intermédio da Coordenação de Gestão de Fundos – COGEF, que trabalha em conjunto com outras unidades operacionais da SEDUH.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	3	0	0	0	3
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	3	0	0	0	3

Obs.: Dados de 31/12/2019 - Na Força de Trabalho do quadro acima, o servidor efetivo citado é vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES, cedido em cargo comissionado à SEDUH. Ressalta-se ainda que todos servidores lotados na Coordenação de Gestão de Fundos - COGEF não se dedicam exclusivamente ao FUNDURB, uma vez que a Coordenação de Gestão de Fundos ainda participa da Gestão do FUNDHIS.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,0	0	0
0002 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	300000,0	300000,0	216477,69	82893,64
0003 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,0	216477,69	82893,64
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	200000,0	200000,00	92479,0	92479,0
0009 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-PLANEJAMENTO URBANO, TERRITORIAL E HABITACIONAL-DISTRITO FEDERAL	200000,0	200000,00	92479,0	92479,0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	50000,0	50000,00	0	0
0008 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	101000,0	101000,00	0	0
0016 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	101000,0	101000,00	0	0
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	7604862,0	7494862,00	1257981,54	163333,26
0001 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	7604862,0	7494862,00	1257981,54	163333,26
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	100000,0	100000,0	0	0
0003 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL--DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	0	0
3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES	401000,0	401000,00	0	0
7290 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES-CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	401000,0	401000,00	0	0
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	300000,0	300000,0	300000,00	88151,12
0001 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-REALIZAÇÃO DE TOPOGRAFIAS-DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,0	300000,00	88151,12
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	110000,0	110000,00	14551,20	14551,20
0007 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL--DISTRITO FEDERAL	110000,0	110000,00	14551,20	14551,20
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	9466862,00	9356862,00	1881489,43	441408,22

A execução no exercício de 2019, apresentada, também, por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG, da Unidade Gestora 280901, ocorreu mediante aprovação e autorização de projetos os quais foram apresentados ao Conselho Gestor do FUNDURB, sendo devidamente aprovados e tendo autorização para utilização dos recursos específicos para cada situação, quais sejam:

a) Etapa 0001 - Programa de Trabalho 15.127.6208.3678.0003 - Realizar eventos institucionais no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF. Sonorização, Gravação e Degravação de Atas, fotos e vídeos, e planejamento, organização, execução e acompanhamento de Eventos Institucionais realizados em 2019: Jan. 2 ;Fev. 5 ;Mar. 7 ;Abr. 13 ;Mai. 6 ;Jun. 14 ;Jul. 7 ;Ago. 1 ;Set. 1 ;Out. 1 ;Nov. 11 ;Dez. 14.

b) Etapa 0002 - Programa de Trabalho 15.451.6208.1471.0009 - Modernizar os sistemas de informação-planejamento urbano, territorial e habitacional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF.

Sistemas melhorados em 2019: fev. 2 - Aquisição de licenças de softwares gráficos. Processo nº 00390.00009076/2017-92.

c) Etapa 0003 - Programa de Trabalho 15.451.6208.5006.001 - Efetuar levantamentos topográficos na área de abrangência do Distrito Federal. Levantamento topográfico planialtimétrico semi-cadastral. A execução em 2019 é apresentada em metro quadrado sendo: Ago. 31.220 ; Set. 105.290 ;Nov. 165.500 ; Dez. 595.500.

d) Etapa 0009 - Programa de Trabalho 15.451.6208.3089.0001 - Requalificar e Reabilitar Espaços Urbanos do Distrito Federal - SEDUH - Execução em 2019: Nov. 1.202 metros

quadrados de calçadas construídas pela NOVACAP com recursos descentralizados no período pelo FUNDURB.

e) Etapa 0012 - Programa de Trabalho 16.482.6208.4045.0007 - Gerir a Política Habitacional no Distrito Federal . Execução realizada e concluída mediante Aquisição de 80 estantes em aço, visando a guarda ordenada de processos/documentos, por meio de armazenamento e acondicionamento adequados, que contribuem para a conservação e organização dos mesmos, aprimorando as atividades que envolvem o arquivamento. Objetiva a racionalização e eficiência administrativa, bem como a preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural desta Secretaria.

Obs.: Com relação às execuções referentes ao Subtítulo 3089, ressalta-se que os atos foram realizados em conformidade com a Resolução nº 07/2019 de 13 de agosto de 2019, aprovada pelo Conselho do FUNDURB, sendo que as descentralizações orçamentárias e financeiras foram realizadas conforme regulamentação do Decreto nº 37.427, de 22 de junho de 2016, e de acordo com as Portarias Conjuntas nº 09/2019, de 19 de setembro de 2019 e, nº 13/2019, de 08 de outubro de 2019. Acerca dos projetos referentes à Resolução nº 07/2019 informamos que tratam de Implantação de Rota Acessível no Entorno do Hospital Regional de Brazlândia e da Ceilândia - lote 01; nos Hospitais Regionais do Gama, Santa Maria, Guará e Samambaia - lote 02; e Hospitais Regionais de Planaltina e Sobradinho - lote 04. A prestação de contas ainda não foi apresentada pela NOVACAP até a finalização deste Relatório.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	30000,0	30000,00	0	0
0010 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5000,0	5000,00	0	0
0002 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	5000,0	5000,00	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	35000,00	35000,00	0,00	0,00

Não houve execução durante o exercício de 2019.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

3.1 Situação Orçamentária:

O valor do orçamento aprovado para o FUNDURB, por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA/2019 foi distribuído nos respectivos Programas de Trabalho, conforme tabela a seguir:

PROGRAMA DE TRABALHO	VALOR APROVADO - R\$ - LOA 2019
Modernização de Sistema de Informação SEDUH	30.000,00
Monitoramento das Áreas do Território do Distrito Federal	300.000,00
Realização de Eventos	300.000,00
Capacitação de Servidores	5.000,00
Modernização de Sistema de Informação - Planejamento Urbano	200.000,00
Elaboração de Projetos	50.000,00
Manutenção e Funcionamento de Conselho	101.000,00
Requalificação e Reabilitação de Espaços Urbanos	7.604.862,00
Aprimoramento e Integração dos Instrumentos de Planejamento Territorial	100.000,00
Reforma de Edificações - Conjunto Urbanístico de Brasília	401.000,00
Execução de Infraestrutura em Parcelamentos - Realização de Topografias	300.000,00
Gestão da Política Habitacional	110.000,00
TOTAL	9.501.862,00

Fonte: Siggo

3.2 Descentralização de Créditos

Foram efetuadas duas Descentralizações Orçamentárias em favor da NOVACAP, sendo o orçamento destinado para execução de obras de Requalificação e Reabilitação de calçadas nas Rotas Acessíveis dos Hospitais Regionais do Distrito Federal, no montante total de R\$ 1.257.981,54, atos que foram realizados em conformidade com a Resolução nº 07/2019 de 13 de agosto de 2019, aprovada pelo Conselho do FUNDURB. As descentralizações orçamentárias e financeiras foram realizadas conforme regulamentado pelo Decreto nº 37.427, de 22 de junho de 2016, e de acordo com as Portarias Conjuntas nº 09/2019, de 19 de setembro de 2019 e, nº 13/2019, de 08 de outubro de 2019. Para fins de esclarecimento, acerca dos Projetos referentes à Resolução nº 07/2019, informamos que tratam de Projeto de Implantação de Rota Acessível no Entorno do Hospital Regional de Brazlândia e da Ceilândia, Projeto de Implantação de Rota Acessível Hospitais Regionais do Gama, Santa Maria, Guará e Samambaia, e Lote 04 - Hospitais Regionais de Planaltina e Sobradinho. Até a finalização da confecção deste Relatório a NOVACAP ainda não havia apresentado a prestação de contas.

3.3 Situação Financeira

No exercício de 2019, a arrecadação oriunda das receitas da ODIR e ONALT somou a monta de R\$ 1.622.742,83.

A seguir apresentamos o demonstrativo da arrecadação mensal:

MÊS/2019	FONTE:168 - ODIR - R\$	FONTE:169 - ONALT R\$
Janeiro	58.435,37	0,00
Fevereiro	200.787,55	0,00
Março	0,00	51.700,00
Abril	9.990,14	147.699,85
Maio	0,00	0,00
Junho	98.421,27	0,00
Julho	67.110,00	0,00
Agosto	509.516,53	29.020,00
Setembro	27.516,85	6.841,66
Outubro	66.199,20	0,00
Novembro	2.220,03	299.166,66
Dezembro	48.117,72	0,00
TOTAL	1.088.314,66	534.428,17

Fonte: Diretoria de Arrecadação/SEDUH

Cumpra informar que em por força da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 99126, de 22/09/2011, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos I, II, III e VII do art. 2º da Lei n. 800/2009, ao contemplarem que os recursos e receitas oriundas de alienação, autorização ou permissão de uso; concessão de direito real de uso; concessão de uso; direito de

superfície; outorga onerosa do direito de construir; outorga onerosa da alteração de uso; compensações urbanísticas; ocupação de área pública no perímetro de tombamento e valores obtidos com alienações patrimoniais, invadiram a seara já definida pela LODF nos arts. 143 e 144, destinando para outros fins receitas que devem ser recolhidas à conta do Tesouro local, por serem, todas, provenientes de bens móveis/imóveis distritais, por este motivo, todos os recursos arrecadados são revertidos diretamente à conta do Tesouro do Distrito Federal, que por sua vez destina uma porcentagem ao orçamento anual do FUNDURB.

Ressalta-se ainda, que de acordo com a legislação vigente, existem as seguintes fontes de recursos financeiros que poderão compor o orçamento do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal:

* ONALT: Outorga Onerosa Alteração de Uso - art. 7º, Lei Complementar nº 294, de 27 de junho de 2000;

* ODIR: Outorga Onerosa Direito Construir - art. 173, Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009;

* Preço Público: Ocupação por Concessão de Uso - §3º, art. 5º, Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008;

* Concessão de Direito Real de Uso - art. 195, Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009;

* Alíquotas Progressivas de IPTU - §4º, art. 159, Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009;

* Multas: Reincidência de Sanção Administrativa - art. 260, Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009;

* Multas: Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV - art. 43, lei nº 5.022, de 04 de fevereiro de 2013;

* Taxa de Análise de EIV - art. 44 e art. 47, Lei nº 5.022, de 04 de fevereiro de 2013;

* Taxa de Emissão Termo Referência – EIV - art. 44 e art. 47, Lei nº 5.022, de 04 de fevereiro de 2013;

* Taxa de Emissão de Atestado de Viabilidade – EIVv - art. 44 e art. 47, Lei nº 5.022, de 04 de fevereiro de 2013; * Contrapartida de Vagas - §2º, art. 32, Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019 - LUOS;

* Sanções Administrativas correspondentes à prática de atos que dêem início ou efetuem loteamento no solo do Distrito Federal - art. 9, Lei Complementar nº 678, de 27 de dezembro de 2002;

* Contrapartida Pecuniária (compensação urbanística) - art. 27, Lei Complementar nº 940, de 12 de janeiro de 2018;

* Taxa de Análise de Documentação - art. 30, Lei Complementar nº 940, de 12 de janeiro de 2018.

As entradas financeiras que ingressam no Banco de Brasília - BRB, na conta corrente do FUNDURB, são revertidas para a conta Única do Tesouro por força da Lei Complementar nº 925, de 28/06/2017 e ao final de cada exercício financeiro, o saldo financeiro positivo do FUNDURB apurado em balanço é automaticamente transferido para o Tesouro do Distrito Federal, observado o disposto no art. 2º-A, §§ 1º a 4º, da Lei Complementar nº 292, de 2 de junho de 2000.

Cumprе ressaltar que quando ocorre a solicitação de liberação de recursos financeiros para liquidação das obrigações assumidas, os recursos são disponibilizados pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

Os projetos contratados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no ano de 2019, foram:

Resoluções FUNDURB 2019	Objeto da Resolução	Valor estimado apresentado R\$	Valor Contratado em 2019 - R\$
09/2019	Contratação de empresa de prestação de serviços de sonorização com gravação digital de áudio, de gravação de áudio, elaboração de atas.	437.956,68	371.709,68
09/2019	Contratação de empresa para prestação de serviços de filmagem e fotografia nos eventos institucionais		66.247,00

Resoluções FUNDURB 2019	Objeto da Resolução	Valor estimado apresentado R\$	Valor Contratado em 2019 - R\$
06 e 08/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de levantamentos topográficos na área de abrangência do Distrito Federal, especificamente, na macrozona urbana constante do PDOT/2009. Contrato Prorrogado.	1.200.000,00	900.000,00
10/2019	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos institucionais.	929.674,43	546.019,17

Com relação aos contratos supracitados, ressaltamos que os mesmos são destinados ao cumprimento das atividades de desenvolvimento urbano e territorial, visando a definição e concretização dos objetivos, diretrizes, planos, programas, projetos e obras urbanísticos, integrantes ou decorrentes do Plano Diretor de Orçamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, em consonância com a Lei Federal nº 10.257, de 10/06/2001 - Estatuto da Cidade.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Durante o exercício de 2019 foram realizadas 6 (seis) Reuniões do Conselho Administrativo do FUNDURB, sendo 4 (quatro) Ordinárias realizadas em 16/04, 18/06, 17/09 e 10/12/2019 e 2 (duas) Extraordinárias, realizadas em 07/08 e 12/11/2019, ocasiões onde foram empossados novos Conselheiros, bem como foi apresentado o Orçamento do Fundo. As pautas apresentadas seguiram a seguinte ordem:

Resoluções Ano 2019	Projeto	Processo	Valor Aprovado - R\$	Valor Executado - R\$
01/2019	Revogação das Resoluções nº 01, 02, 03 e 04/2015 em virtude de não aprovação, por parte da PGDF, de Concurso Público como uma forma de contratação completa do projeto, incluindo projeto legal e executivo, motivo pelo qual a CODHAB optou por não dar continuidade à contratação dos projetos em questão.	00390-00005938/2018-99	-	-
02/2019	Convalidar a Resolução nº 10/2017, conforme processo SEI nº 390000573/2016. Obras de Rota Acessível na L2 Norte no trecho do Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), Quadras 609 - 610.	390000573/2016	637.555,33	Não foi efetuada descentralização Orçamentária em virtude de ausência de solicitação para andamento dos atos.
03/2019	Aquisição de estantes de aço reforçadas, visando atender a demanda da Coordenação de Atividades Administrativas - COAD/CAP, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH/DF, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência e seus Anexos.	390000735/2019-97	15.176,00	Após conclusão do processo licitatório o valor da contratação efetiva foi de R\$ 14.551,20.
04/2019	Autorizar a utilização dos recursos do FUNDURB para Requalificação do Setor de Rádio e TV Sul, que se insere no contexto da estratégia de revitalização de Conjuntos Urbanos, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial-PDOT (LC 803/2009, atualizada pela LC 854/2012, art. 100 e Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3D)	00390-00005285/2017-67	4.269.058,23	Não foi efetuada descentralização Orçamentária em virtude de ausência de solicitação da Seretaria de Obras e Infraestrutura para andamento dos atos.
05/2019	Projetos de paisagismo PSG 051/2016 - Requalificação da Praça do Povo e projeto de Sistema Viário e Acessibilidade da Quadra 04 - SIV-MDE 144/2016, relativos à requalificação do Setor Comercial Sul - Quadra 3.	00390-00010063/2017-66	1.702.604,49	Não foi efetuada descentralização Orçamentária em virtude de ausência de solicitação Seretaria de Obras e Infraestrutura para andamento dos atos.
06/2019	Delegação de Competência do ordenamento de despesa do Presidente FUNDURB à Subsecretaria de Administração Geral -SUAG/SEDUH	00390-00002604/2019-44	-	-
07/2019	Convalidação Parcial da Resolução nº 01/2016, que trata da contratação de obras das rotas acessíveis a diversos hospitais do Distrito Federal, cuja licitação foi dividida em 4 lotes, com proposta para utilização de parte dos recursos para contemplar apenas os lotes 01,03 e 04, que se referem ao Entorno de diversos Hospitais Regional do DF.	0390-000319/2016	2.263.318,44	Valor Descentralizado à NOVACAP para execução do Objeto em 2019: R\$ 1.257.981,54. Até esta data a NOVACAP ainda não apresentou prestação de contas.

Resoluções Ano 2019	Projeto	Processo	Valor Aprovado - R\$	Valor Executado - R\$
08/2019	Projeto de Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial nº 01 de Brazlândia - EQ 2/4-SETOR NORTE.	00390-00005474/2017-30	368.002,78	Não foi efetuada descentralização Orçamentária em virtude de ausência de solicitação para andamento dos atos.
09/2019	Contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização com gravação digital de áudio, degravação de áudio, elaboração de atas, bem como trata de contratação de empresa para prestação de serviços de filmagem e fotografia nos eventos institucionais.	00390-00003905/2019-95	437.956,68	22.082,76
10/2019	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos institucionais.	00390-00000615/2019-90	929.674,43	925,03
11/2019	Autorização de utilização de Recursos do FUNDURB para aquisição de 3 Workstation (Estação de trabalho) e 3 (três Licenças) do SOFTWARE AUTODESK ARCHITECTURE ENGINEERING CONSTRUCTION COLLECTION, visando atender demanda da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal.	0011000002631/2019-06	R\$ 295.164,00	Não foi efetuada descentralização Orçamentária em virtude de ausência de solicitação para andamento dos atos.
12/2019	Aquisição de licenciamento de software de CAD, com vistas ao atendimento das necessidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH/DF.	00390.0000.7119/2019-67	2.269.227,04	Os procedimentos licitatórios estão em andamento na SEDUH e a expectativa é que a contratação deverá ocorrer no início de fevereiro de 2020.
TOTAL			13.187.737,42	1.296.430,53

Orçamento Anual Aprovado na LOA 2019 para o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB foi de R\$ 9.501.862,00.

Foram apresentados ao Conselho do FUNDURB projetos, para análise e deliberação, que somaram R\$ 13.187.737,42, para execução em 12 meses, sendo a estimativa de execução em 2019 no montante de R\$ 4.461.792,50, uma vez que as publicações das resoluções se deram a partir do mês de abril de 2019, ficando o restante do orçamento a ser utilizado conforme convalidações das resoluções em 2020.

Ainda, em relação ao Orçamento Anual Aprovado em 2019, verifica-se que foram empenhados o total de R\$ 1.881.489,43, sendo R\$ 1.257.981,54, relativo à descentralização em favor da NOVACAP e R\$ 623.507,89, referentes a projetos e contratos executados pela SEDUH. No que tange ao aos recursos liquidados somam R\$ 441.408,22, dos quais R\$ 163.333,26 referem-se aos valores liquidados pela NOVACAP, daqueles recurso descentralizados, e R\$ 278.074,96 tratam-se de valores liquidados pela SEDUH, relativos àquelas aquisições de bens e serviços (estates em aço e outros).

As Resoluções aprovadas em 2019 contaram com o comprometimento de 46,96 % do orçamento anual, apesar de não haver a execução efetiva na mesma proporção, uma vez que conforme art. 8º, do Decreto nº 30.765/2009, os órgãos que compõem o complexo administrativo do Governo do Distrito Federal, cujas atividades estão direta ou indiretamente associadas às áreas de atuação do FUNDURB, definidas no artigo 3º, deste Decreto, poderão propor programas e projetos a serem implementados com recursos do Fundo, para os quais não será exigida a prévia publicação de editais.

Dessa forma, sendo a questão da baixa execução o maior problema enfrentado atualmente, esperamos que as ações dos órgãos compõem o complexo administrativo do Governo do Distrito Federal, cujas atividades são correlatas com o objeto do Fundo, sejam remodeladas no sentido de otimizar a utilização dos recursos orçamentários do FUNDURB, proporcionando melhor efetividade no planejamento, controle das ações e melhor avaliação das proposições, a exemplo dos projetos encaminhados/propostos pela SEDUH, que foram apresentados ao Conselho do FUNDURB, já devidamente instruídos, dos quais alguns já foram licitados e encontram-se com registro de preços aguardando a possibilidade de contratação e outros esperando a finalização do procedimento licitatório para posterior aquisição.

28905 - FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS foi criado por meio da Lei Complementar nº 762, de 23/05/2008, com o objetivo de centralizar e gerenciar os recursos orçamentários destinados à implementação de planos, programas e projetos habitacionais de interesse social no âmbito do Governo do Distrito Federal.

O Decreto nº 32.716, de 1º/01/2011, atualizado pelo Decreto nº 33.267, de 17/10/ 2011, vinculou o FUNDHIS a então Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB. Em 15/03/2012, por meio da Portaria nº 15 – SEDHAB formalizou-se a constituição do Conselho Gestor do FUNDHIS.

Em 15/05/2013 foram publicados os Decretos nº 34.364 e nº 34.365, os quais regulamentaram a Lei Complementar nº 762/2008, no que concerne à Operacionalização do Fundo e o Regimento Interno do Conselho Gestor, desta maneira, em 1º/01/2015 o FUNDHIS foi incorporado, juntamente com as suas atribuições, à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, criada por meio do Decreto nº 32.236, de 01/01/2015, Secretaria de Estado denominada em 2019 como Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, conforme Decreto nº 39.610/2019, de 01/01/2019.

As atividades do FUNDHIS são coordenadas pelo Secretário de Estado, dirigente máximo da SEDUH e Presidente do Conselho Gestor do Fundo. A gestão orçamentária e financeira e operacionalização efetiva-se por intermédio da Coordenação de Gestão de Fundos - COGEF, que trabalha em conjunto com outras unidades operacionais da SEDUH.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	3	0	0	0	3
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	3	0	0	0	3

Obs.: Dados de 31/12/2019 - Na Força de Trabalho do quadro acima, o servidor efetivo citado é vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES, cedido em cargo comissionado à SEDUH. Ressalta-se ainda que todos servidores lotados na Coordenação de Gestão de Fundos - COGEF não se dedicam exclusivamente ao FUNDHIS, uma vez que a Coordenação de Gestão de Fundos ainda participa da Gestão do FUNDURB.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	41000514,0	41000514,00	0	0
5192 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS--DISTRITO FEDERAL	41000514,0	41000514,00	0	0
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	11000000,0	11000000,00	8259826,63	280173,42
2915 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS--DISTRITO FEDERAL	11000000,0	11000000,00	8259826,63	280173,42
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	10000000,0	8405987,0	0	0
0004 - MELHORIAS HABITACIONAIS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10000000,0	8405987,0	0	0
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	3087125,0	3087125,00	0	0
0004 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL-DISTRITO FEDERAL	3087125,0	3087125,00	0	0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	65087639,00	63493626,00	8259826,63	280173,42

Programa de Trabalho	Objeto	Valor R\$	Empenhado R\$	Liquidado R\$	Situação
15.451.6208.5006.2915	Obras de Infraestrutura do Bairro Crixás	8.259.826,63	8.259.826,63	280.173,42	Descentralizado para CODHAB, conforme portarias publicadas no Diário Oficial.
16.482.6208.3571.0004	Fornecimento de Fonte de Recursos para cancelamento no FUNDHIS e suplementação de recursos para CODHAB, para a execução do projeto de construção de 77 unidades habitacionais (casas térreas com um dormitório) na Região Administrativa de Samambaia	1.594.013,00			Suplementação efetuada conforme Decreto nº 40.347 de 26/12/2019.

1. Descentralizações efetuadas conforme Portaria Conjunta nº 11 de 26/09/2019, publicada no DODF nº 198 de 16/10/2019 página 84, no valor de R\$ 4.629.295,27 e Portaria Conjunta nº 16 de 02/12/2019, publicada no DODF nº 231 de 05/12/2019 página 07, no valor de R\$ 3.630.531,36, perfazendo o valor total de R\$ 8.259.826,63.

2. Suplementação de Recursos efetuada conforme Decreto nº 40.347 de 27/12/2019, publicado no DODF nº 246, de 27/12/2019, página 24.

Vale destacar que as realizações relativas a Ação 5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS, do Subtítulo 5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS, referem-se à descentralização para CODHAB, no valor total de R\$ 8.259.826,63, para execução de obras de infraestrutura externa nos loteamentos, especificamente no Bairro Crixás, as quais são medidas/quantificadas em porcentagem, uma

vez que as contratações ocorrem por etapas com medições em percentual. Assim, diante da impossibilidade de alteração no contrato formalizado entre a CODHAB e a Empresa executora das obras a medição apresentada é nessa unidade de medida, a qual totalizou em 2019 o montante de execução física de 21% da obra contratada.

No que se refere à Ação 3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS, observa-se que houve alteração orçamentária no montante de R\$ 1.594.013,00, relativo ao valor indicado como fonte de cancelamento para suplementação da Ação 1213 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, na CODHAB, Unidade Orçamentária 28.209, objetivando a realização de Projeto de construção de 77 unidades habitacionais (casas térreas com um dormitório) de interesse social nas Quadras QS 602, 607, 427, 431 e 127; QN 411, 415 e 423; e QR 619 e 621 de Região Administrativa De Samambaia (RA - XII), para atendimento à política habitacional por meio do Programa Habita Brasília, especificamente com o cruzamento do eixo 1 - Lote Legal e eixo 2 - Na Medida que trata da prestação de serviço de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (HIS).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Situação Orçamentária:

A estimativa orçamentária do FUNDHIS é composta por dados fornecidos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB, proveniente dos Editais de Chamamento que compõem a Política Habitacional de Interesse Social implementada pela Companhia, para construção de unidades habitacionais a serem comercializadas a mutuários inscritos em seu cadastro, por intermédio dos agentes financeiros vinculados ao Programa.

O valor do orçamento aprovado para o FUNDHIS, por meio da Lei Orçamentária Anual - LOA/2019, foi distribuído nos respectivos Programas de Trabalho, conforme planilha abaixo descrita:

PROGRAMA DE TRABALHO	VALOR APROVADO NA LOA - 2019
Requalificação e Reabilitação de Espaços Urbanos	R\$ 41.000.514,00
Execução de Infraestrutura em Parcelamentos - DF	R\$ 11.000.000,00
Melhorias Habitacionais - DF	R\$ 10.000.000,00
Gestão de Política Habitacional	R\$ 3.087.125,00
TOTAL	R\$ 65.087.639,00

Fonte: Quadro Detalhamento Despesa SIGGo

Situação Financeira:

O FUNDHIS apresentou em 31/12/ 2019 o seguinte saldo financeiro, em contas corrente e poupança:

BANCO	CONTA	SALDO em 31/12/2019
BRB	CONTA CORRENTE: 100.041.281-1	R\$ 0,00
BRB	CDB: 100.041.281-1	R\$ 0,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CONTA CORRENTE: 0002/006/00000153-8	R\$ 240.180,36
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	FUNDO CURTO PRAZO: 0002/006/00000153-8	R\$ 2.270.079,75
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CONTA POUPANÇA: 0002/013/00018451-1	R\$ 7.760,89
TOTAL		R\$ 2.518.021,00

OBS.: O saldo apresentado trata de recursos advindos do superávit, que ainda encontrava-se aplicado em fundo de investimento na data de 31/12/2019.

A seguir apresentamos o quadro demonstrativo de arrecadação de recursos para o FUNDHIS em 2019:

Mês/2019	Alienação R\$
Janeiro	570.485,25
Fevereiro	0,00
Março	2.209.154,49
Abril	0,00
Maio	0,00
Junho	3.303.978,56

Mês/2019	Alienação R\$
Julho	0,00
Agosto	0,00
Setembro	2.209.356,62
Outubro	921.839,32
Novembro	0,00
Dezembro	0,00
TOTAL	9.214.814,24

Recursos originários de percentual sobre contratação de empreendimentos através de Editais de Chamamento CODHAB/Alienação de Bens Imóveis.

As entradas financeiras que ingressam no BRB e Caixa Econômica Federal são revertidas para a conta Única do Tesouro por força do art 16º, da Lei Complementar nº 925, de 28 de junho de 2017.

Assim, infere-se que as arrecadações efetivamente revertidas ao Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS estão aquém dos valores estimados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB, os quais serviram de base para a elaboração das propostas orçamentárias do Fundo nos demais exercícios.

Resoluções aprovadas pelo Conselho Gestor do FUNDHIS em 2019:

Resoluções	Projetos	Valor Aprovado R\$
01/2019	Obras de infraestrutura externa ao Empreendimento Bairro Crixá	8.259.826,63
02/2019	Obras de infraestrutura de abastecimento no Empreendimento Habitacional de Interesse Social localizado no Riacho Fundo II - 3ª etapa	43.406.549,10
03/2019	Propor alteração do Anexo I - Regulamento de Operação do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS, do Decreto nº 34.364, de 15 de maio de 2013, de modo a habilitar o FUNDHIS a destinar recursos para compensação, total ou parcial, dos atos registrares relativos à Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social - REURB-S;	Diante da apresentação dos valores das pretensas despesas com compensação, total ou parcial, está sendo avaliado o impacto financeiro nos anos de 2020 e 2021.
04/2019	Execução do projeto de construção de 77 unidades habitacionais (casas térreas com um dormitório) na Região Administrativa de Samambaia	5.114.134,33
TOTAL		56.780.510,06

Considerando que na LOA 2019 o valor do orçamento aprovado foi de R\$ 65.087.639,00, o montante de recursos comprometidos com resoluções no ano de 2019 corresponde a aproximadamente 87,2 % de seu total.

Cabe ressaltar que a arrecadação financeira no ano de 2019 foi de R\$ 9.214.814,24, sendo 100% deste valor revertido à CODHAB para execução de Obras de Infraestrutura Externa do Bairro Crixá e Construção de 77 Unidades Habitacionais da Região Administrativa de Samambaia. Todos os atos foram instruídos em conformidade com as normas vigentes, sendo as descentralizações efetuadas conforme Portaria Conjunta nº 11 de 26/09/2019, publicada no DODF nº 198 de 16/10/2019, página 84, no valor de R\$ 4.629.295,27 e Portaria Conjunta nº 16 de 02/12/2019, publicada no DODF nº 231 de 05/12/2019, página 07, no valor de R\$ 3.630.531,36, perfazendo o valor total de R\$ 8.259.826,63 e suplementação de recursos efetuada conforme Decreto nº 40.347 de 27/12/2019, publicado no DODF nº 246, de 27/12/2019, página 24.

Cumprir informar que até a data de finalização deste relatório, a CODHAB ainda não havia apresentado prestação de contas dos recursos repassados àquela Companhia.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Conforme demonstrado neste Relatório, o maior desafio a ser enfrentado, visando atingir os objetivos do FUNDHIS, definidos na Lei Complementar nº 762/2008, refere-se à questão da arrecadação de recursos financeiros.

Cabe destacar que as demais fontes de arrecadação do FUNDHIS, previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 762, de 23/05/2008, não estão discriminadas no Quadro de Detalhamento de Despesas.

Em face da adesão pelo Governo do Distrito Federal a Programas Habitacionais, alguns fatos geradores de recursos para o FUNDHIS foram viabilizados, respaldados nos instrumentos normativos mencionados a seguir:

- a) Decreto nº 33.043, de 14/04/2011, o qual destina ao FUNDHIS receitas provenientes da alienação de terrenos por meio da Política Habitacional de Interesse Social;
- b) Súmula CPTTS/DIMOB nº 001/2012 – a qual define percentual a ser repassado ao FUNDHIS com a finalidade de executar Trabalhos Técnicos Sociais em parcelamentos de Interesse Social;
- c) Súmula DIPRO/CODHAB Nº 305.000.039/2013 – a qual destina ao FUNDHIS receitas provenientes da alienação de terrenos por meio da Política Habitacional de Interesse Social.

A análise dos dados descritos acima, revela que, atualmente, a única fonte geradora de receita para o FUNDHIS é aquela proveniente dos Projetos Habitacionais implementados pela CODHAB, por meio de Editais de Chamamento.

No decorrer do exercício 2019, foi realizada a movimentação/operacionalização do Fundo, através de Descentralização e Suplementação para a CODHAB. A partir do último semestre de 2019 e início de 2020, informamos que há projetos aguardando recursos financeiros para sua continuidade, os quais já foram aprovados pelo Conselho Gestor do FUNDHIS, cujos objetos são atinentes a Habitação de Interesse Social no Distrito Federal, tais como, Construção de Moradias de Interesse Social e Execução de Obras de Infraestrutura em Parcelamentos.

No tocante ao Conselho Gestor do FUNDHIS, aquele Colegiado reuniu-se ordinariamente 03 vezes no decorrer do exercício de 2019, sendo a 20ª reunião ordinária, realizada no dia 24/04/2019, a 21ª reunião ordinária, realizada no dia 13/08/2019 e a 22ª reunião ordinária, realizada no dia 07/11/2019, ocasiões em que foram empossados novos conselheiros, apresentado o orçamento do Fundo, deliberado sobre a manutenção/revogação das resoluções aprovadas pelo Colegiado em 2019, e apreciados novos projetos.

32101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	4954220,0	0,0	0	0
0003 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET-- DISTRITO FEDERAL	4954220,0	0,0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1849800,0	0,0	0	0
6195 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-- DISTRITO FEDERAL	1849800,0	0,0	0	0
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	26786246,0	0,0	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	26786246,0	0,0	0	0

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	16362452,0	0,0	0	0
0029 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	16362452,0	0,0	0	0
1692 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CeTIC	2000000,0	0,0	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CeTIC-- PLANO PILOTO .	2000000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4939985,0	0,0	0	0
0016 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	4939985,0	0,0	0	0
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	28200000,0	0,0	0	0
0003 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET-- DISTRITO FEDERAL	28200000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	85092703,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 19101.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1271548,0	0,0	0	0
0026 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	1271548,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1271548,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9035 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94	18353671,0	0,0	0	0

0002 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94--DISTRITO FEDERAL	18353671,0	0,0	0	0
9106 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	968400,0	0,0	0	0
0002 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	968400,0	0,0	0	0
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	10980853,0	0,0	0	0
0048 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	10980853,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTO S, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17804316,0	1309995,40	1309995,40	1309995,40
7007 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL	7119064,0	302780,17	302780,17	302780,17

7216 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- PROMOÇÃO DE PDV DOS ÓRGÃOS DA ADM. DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL- DISTRITO FEDERAL	10685252,0	1007215,23	1007215,23	1007215,23
9099 - REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES	200000000,0	0,0	0	0
0001 - REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES- CONCESSÃO DE REAJUSTES A DIVERSAS CARREIRAS- DISTRITO FEDERAL	200000000,0	0,0	0	0
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	282656696,0	0,0	0	0
0018 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS-- DISTRITO FEDERAL	282656696,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	530763936,0	1309995,4	1309995,4	1309995,4

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
----------------	-----	--------------------	-----------	-----------

2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	19800000,0	0,0	0	0
9639 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-- DISTRITO FEDERAL	19800000,0	0,0	0	0
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	98628,0	0,0	0	0
9712 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA--DISTRITO FEDERAL	98628,0	0,0	0	0
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	12127353,0	1144195,62	1144195,62	1144195,62
0009 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS-- DISTRITO FEDERAL	12127353,0	1144195,62	1144195,62	1144195,62
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	189886697,0	127392,64	116055,25	112397,11
3874 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF--DISTRITO FEDERAL	11172907,0	127392,64	116055,25	112397,11
3875 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-VIGILÂNCIA- DISTRITO FEDERAL	98483320,0	0,0	0	0
3876 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-LIMPEZA- DISTRITO FEDERAL	79880470,0	0,0	0	0

3878 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-MANUTENÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS PARA APOIO E SUPORTE PARA TERCEIROS EM TODO O DISTRITO FEDERAL EM 2019-DISTRITO FEDERAL	350000,0	0,0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2550000,0	0,0	0	0
9818 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS- EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS EM VESTIÁRIOS E GUARITAS EM TODO O DISTRITO FEDERAL EM 2019- DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
9797 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- DISTRITO FEDERAL	2050000,0	0,0	0	0
3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	10080000,0	0,0	0	0
0003 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI- REVITALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO- PLANO PILOTO .	10080000,0	0,0	0	0
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	40000000,0	0,0	0	0
0002 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES-- DISTRITO FEDERAL	40000000,0	0,0	0	0

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	180686058,0	4642,37	4642,37	4642,37
7024 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- DISTRITO FEDERAL	180686058,0	4642,37	4642,37	4642,37
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	14115826,0	496071,48	496071,48	496071,48
7024 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-- DISTRITO FEDERAL	14115826,0	496071,48	496071,48	496071,48
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	17494100,0	4576,02	4576,02	750,70
7897 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	17494100,0	4576,02	4576,02	750,70
9044 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL	1900000,0	0,0	0	0
0001 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL-- REGIÃO CENTRO OESTE	1900000,0	0,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	130000,0	0,0	0	0
0054 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	130000,0	0,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	110000,0	0,0	0	0

5373 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	110000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	488978662,0 0	1776878,1 3	1765540,7 4	1758057,2 8

32201 - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	13000,0	0,0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS--DISTRITO FEDERAL	13000,0	0,0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	606520,0	0,0	0	0
6181 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SOCIOECONÔMICAS, URBANO E AMBIENTAIS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS-DF ENTORNO	606520,0	0,0	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	619520,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade orçamentária foi alterada para UO 19211.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	20000,0	0,0	0	0
0013 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-CODEPLAN-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	20000,00	0,00	0,00	0,00

Não iniciada.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	3182000,0	0,0	0	0
6172 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	3182000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14536000,0	0,0	0	0
7031 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	14536000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	17718000,00	0,00	0,00	0,00

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5000,0	0,0	0	0
2515 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	5000,0	0,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	200000,0	0,0	0	0
5330 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	200000,0	0,0	0	0
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	550000,0	0,0	0	0
9635 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	550000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	300000,0	0,0	0	0
2589 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	200000,0	0,0	0	0
3879 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-- PLANO PILOTO .	200000,0	0,0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1298100,0	0,0	0	0
9706 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	1298100,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	100210320,0	299732,74	299732,74	299732,74
8727 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	100210320,0	299732,74	299732,74	299732,74
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	12940000,0	390131,44	390042,26	390042,26
9557 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	12940000,0	390131,44	390042,26	390042,26
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4739486,0	16205,92	16205,92	16205,92
9646 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	4739486,0	16205,92	16205,92	16205,92
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	60000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0049 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	60000,0	0,0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	60000,0	0,0	0	0
8688 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	60000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	120562906,00	706070,10	705980,92	705980,92

32203 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO DISTRITO FED

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	150000,0	3431,30	3431,30	3431,30
8430 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SERVIDORES DO DF - IPREV-DISTRITO FEDERAL	150000,0	3431,30	3431,30	3431,30
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	150000,00	3431,30	3431,30	3431,30

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 19213.

Contratação de mão de obra não especializada de sentenciados dos regimes aberto, semiaberto e sujeitos a medidas de segurança, por meio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, nos termos do 3º Aditivo ao Contrato nº 001/2015, Processo SEI nº 00413-0000000059/2015-00.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL	4477355802,0	27836229,08	27836229,08	27835738,72
9712 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL--FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	1860000000,0	0,0	0	0
9720 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA CÂMARA LEGISLATIVA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	114848226,0	7150628,38	7150628,38	7150628,38
9722 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	238048921,0	15505166,09	15505166,09	15505166,09
9724 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	1202310738,0	0,0	0	0
9726 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	982951499,0	0,0	0	0
9728 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS CBMDF E PMDF-DISTRITO FEDERAL	39400000,0	3006618,27	3006618,27	3006127,91

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9729 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	39796418,0	2173816,34	2173816,34	2173816,34
9097 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	260021574,0	0,0	0	0
0003 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS--DISTRITO FEDERAL	260021574,0	0,0	0	0
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	550000,0	0,0	0	0
6180 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDO FINANCEIRO - EXECUTIVO-DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
0004 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DO FUNDO FINANCEIRO CLDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
0005 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DO FUNDO FINANCEIRO TCDF-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
0006 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DA SECRETARIA DE SAÚDE DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
0007 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	45000000,0	4900000,0	4870023,09	4870023,09
0001 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDO GARANTIDOR - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	11000000,0	350000,0	347865,93	347865,93
9552 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	34000000,0	4550000,0	4522157,16	4522157,16
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2740000,0	138699,50	132253,29	132253,29
0005 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DO FUNDO FINANCEIRO CLDF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
0006 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DO FUNDO FINANCEIRO TCDF-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0008 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DA SECRETARIA DE SAÚDE DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
0009 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
7054 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	2390000,0	138699,50	132253,29	132253,29
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	4785667376,00	32874928,58	32838505,46	32838015,10

Ação 9004 - Encargos Previdenciários do DF: compreende a execução de pagamento dos benefícios previdenciários da Folha de Pagamento de Inativos e Pensionistas do Poder Executivo, Secretarias de Saúde e Educação, PMDF, CBMDF, Defensoria Pública e o poder Legislativo do DF (TCDF e CLDF), incluídos os benefícios concedidos por lei específica ou por sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores, em cumprimento ao art. 37 da Lei nº 4.320/64, totalizando montante de R\$ 27.836.229,08 (vinte e sete milhões, oitocentos trinta e seis mil, e duzentos e vinte e nove reais e oito centavos);

Ação 9033 - Formação do Patrimônio do Servidor Público: compreende o pagamento do PASEP no percentual de 1% sobre a arrecadação, em cumprimento à Lei nº 9.715/1998, no montante de R\$ 4.870.023,09 (quatro milhões, oitocentos e setenta mil, vinte e três reais e nove centavos), tendo como base de cálculo todas as receitas recebidas no Fundo Financeiro e no Fundo Garantidor;

Ação 9050 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições: compreende os gastos com pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, doações e indenizações, ressarcimentos, proventos de inativos, pagamento de sentenças judiciais, amortizações e encargos de dívidas, aquisição de títulos ou integralização de cotas de fundos de participação, participações acionárias, compensações financeiras, contribuição a organismos nacionais e internacionais, dentre outras, no montante de R\$ 132.253,29 (cento e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e três reais e vinte e nove centavos).

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	2065478,0	0,00	0	0
5883 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	2065478,0	0,00	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	500000,0	0,0	0	0
5359 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	1150000,0	0,0	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	1150000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	110000,0	0,0	0	0
0006 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF.- DISTRITO FEDERAL	110000,0	0,0	0	0
7325 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA	50000,0	0,0	0	0
0003 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	9375000,0	479068,50	479068,50	479068,50
8746 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	9375000,0	479068,50	479068,50	479068,50
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	4083000,0	396775,10	396775,10	396775,10
9581 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	583000,0	19788,43	19788,43	19788,43
9582 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES-LC 840/2011-DISTRITO FEDERAL	3500000,0	376986,67	376986,67	376986,67
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5726522,0	167685,65	166560,83	160567,08
9660 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	5726522,0	167685,65	166560,83	160567,08
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	150000,0	0,0	0	0
0005 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	150000,0	0,0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	250000,0	37530,0	37530,0	0
8701 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL- INSTITUTO PREVIDÊNCIA SERVIDORES DF-DISTRITO FEDERAL	250000,0	37530,0	37530,0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	23460000,00	1081059,25	1079934,43	1036410,68

Ação 8502 - Administração de Pessoal: compreende gastos com remuneração do pessoal ativo e encargos sociais. A Folha de Pagamento dos servidores é elaborada, mensalmente, por meio do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, totalizando o montante de R\$ 479.068,50 (quatrocentos e setenta e nove mil, sessenta e oito reais e cinquenta centavos);

Ação 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores, sendo:

Subtítulo 9581: Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Creche, no montante de R\$ 19.788,43 (dezenove mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos);

Subtítulo 9582: Auxílio Funeral, no montante de R\$ 376.986,67 (trezentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos), concedidos às famílias dos servidores aposentados, em valor equivalente a um mês da remuneração - ou o valor da Nota Fiscal em caso de terceiros - subsídio ou provento, conforme preceitua o artigo 97 da Lei Complementar Nº 840/2011;

Ação 8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais: compreende despesas administrativas com contratos de aluguel de imóvel, condomínio, telefonia fixa e móvel, taxas e impostos, custeio de diárias de viagem a serviço, serviços prestados por terceiros pessoa física e jurídica, aquisição de material de consumo e permanente, no montante de R\$ 166.560,83 (cento e sessenta e seis mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e três centavos);

Ação 8505 - Publicidade e Propaganda: compreende as despesas com contratação de serviço de publicação no Diário Oficial do DF, no montante de R\$ 37.530,00 (trinta e sete mil, quinhentos e trinta reais), a fim de atender as necessidades de publicidade oficial do IPREV-DF.

32204 - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	20000,0	0,0	0	0
0014 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SAB-DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	20000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 19214.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	180000,0	0,0	0	0
6194 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS--DISTRITO FEDERAL	180000,0	0,0	0	0
9037 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA	306000,0	49916,91	49916,91	49916,91
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA-- SIA	306000,0	49916,91	49916,91	49916,91
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	822000,0	0,0	0	0
7167 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	822000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1308000,00	49916,91	49916,91	49916,91

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	15000,0	0,0	0	0
5354 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	15000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	29220554,0	0,0	0	0
8884 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	29220554,0	0,0	0	0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3424541,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9690 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	3424541,0	0,0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	25000,0	0,0	0	0
0007 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-SAB- SIA	25000,0	0,0	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	552000,0	0,0	0	0
9767 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- SIA	552000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	33237095,00	0,00	0,00	0,00

32901 - FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA - PRÓ-GESTÃO

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	950389,0	91800,0	91800,0	91800,0
0002 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS- MODERNIZAÇÃO UNIDADES ADMINISTRATIVAS - PRÓ GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	950389,0	91800,0	91800,0	91800,0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	6170268,0	480000,0	265370,92	265370,92
0027 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAS- PRO GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	6170268,0	480000,0	265370,92	265370,92
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	7120657,00	571800,00	357170,92	357170,92

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 19905.

34101 - SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER DO DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, órgão de administração superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, criada pela Lei nº 2.301, de 21 de janeiro de 1999, inicialmente estruturada por meio do Decreto nº 20.616, de 21/09/1999, publicado no DODF nº 183, de 22/09/1999, e alterada pelos Decretos 26.688, de 29/03/2006, publicado no DODF de nº 63, de 30/03/2006 e Decreto 27.946, de 14/05/2007, publicada no DODF de nº 92, de 15/05/2008, alterado pelos Decretos de nºs 28.452, de 20/11/2007, publicado no DODF de 21/11/2007 e Decreto de nº 30.225, de 30/03/2009, publicado no DODF de 02/04/2009. Esta Secretaria passou por outra reestrutura administrativa por meio do Decreto nº 33.213/2011, de 21/09/2011, e em 1º de janeiro de 2015, esta Secretaria foi mantida no novo Governo por meio do Decreto nº 36.236, com sua estrutura disposta no Decreto nº 36.285 de 20 de janeiro de 2015 e alterada pelo Decreto nº 37.141, de 29/02/2016. O Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019 renomeou a secretaria para Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, que público u sua estrutura administrativa em 28/02/2019, por meio do Decreto nº 39.691, de 28/02/2019, republicada em 01/03/2019 e 13/09/2019 e alterou posteriormente em 04/09/2019 por meio do Decreto nº 40.075, de 03/09/2019, tendo como atuação e competências nas seguintes áreas:

I - Atividades esportivas;

II - Espaços esportivos;

III - exercícios físicos comunitários;

IV - Formação e amparo do atleta;

V - Integração e relações institucionais com as entidades de esportes.

O Conselho de Educação Física, Desporto e Lazer vincula-se à Secretaria de Estado e cabe à Secretaria de Estado a gestão do Fundo de Apoio ao Esporte.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	8	2	4	8	22
Comissionados sem vínculo efetivo	36	114	0	0	150
Requisitados de órgãos do GDF	6	8	0	5	19
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	5	0	1	6
Estagiários	0	0	5	0	5
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	2	21	23
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	16	16
Subtotal	50	129	11	51	241
(-) Cedidos para outros órgãos	2	0	0	0	2
Total Geral	52	129	11	51	241

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4090 - APOIO A EVENTOS	11280000,0	1966559,00	1963095,03	1963095,03
0100 - APOIO A EVENTOS-DNA DO BRASIL - LEGADO SOCIAL ESPORTIVO - PROJETO DE DETECÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS PARA ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	700000,0	0,0	0	0
6116 - APOIO A FEIRA DO LIVRO NO DF	500000,0	0,0	0	0
6120 - CIRCUITO DE LAZER E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
0110 - APOIO A EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	1200000,0	0,0	0	0
0042 - APOIO A EVENTOS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
6105 - APOIO A EVENTOS ÀS ATIVIDADES ESPORTIVAS NAS REG. ADM. DO DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
6107 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NO DISTRITO FEDERAL 2019	2000000,0	0,0	0	0
6108 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EM PROL DE TODO O DF	2000000,0	0,0	0	0
6109 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PROMOÇÃO DE LAZER EM TODO O DF	1000000,0	1000000,00	999755,12	999755,12
6111 - APOIO AO PROJETO CIRCUITO NA FAIXA	300000,0	0,0	0	0
6112 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS EM TODO O DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
6114 - PROGRAMA BOLEIROS	400000,0	0,0	0	0
6117 - APOIO AO EVENTO SOLTEIROS E CASADOS	80000,0	0,0	0	0
6118 - APOIO AO EVENTO SHOOTO BRASIL	200000,0	0,0	0	0
6119 - APOIO AO EVENTO ETAPA DO CIRCUITO SUL AMERICANO DE VOLEI DE PRAIA	100000,0	0,0	0	0
6121 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	966559,0	963339,91	963339,91
9085 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS	459999,0	200000,0	200000,0	200000,0
0003 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS-APOIO A ATIVIDADES DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER NO DF - (2019)-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS TURÍSTICOS-BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA-DISTRITO FEDERAL	459999,0	0,0	0	0
3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	301000,0	301000,00	94368,31	67977,20
0005 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA-- DISTRITO FEDERAL	301000,0	301000,00	94368,31	67977,20
2425 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS	1402458,0	1402458,00	1339453,61	1303713,50
0001 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	1402458,0	1402458,00	1339453,61	1303713,50
2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	1500000,0	1283943,0	1282766,49	1260869,72
0002 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	500000,0	452752,0	451576,47	450576,47
0009 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL	1000000,0	831191,0	831190,02	810293,25
4091 - APOIO A PROJETOS	5520000,0	2350509,0	2024082,26	2024082,26
5902 - APOIO AO PROJETO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO ESPORTE	2000000,0	1980509,0	1960479,68	1960479,68
5842 - APOIO A PROJETOS-ESPORTIVOS - SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	300000,0	300000,0	0	0
5900 - APOIO A PROJETOS DE FOMENTO AO ESPORTE, LAZER E TURISMO NO DISTRITO FEDERAL	600000,0	0,0	0	0
5901 - APOIO A PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS - MARAVILHA SOCIAL MIL GOLS DE INCLUSÃO	600000,0	0,0	0	0
5903 - APOIO A PROJETO ESPORTE NAS CIDADES	70000,0	70000,0	63602,58	63602,58
5904 - APOIO AO PROJETO ESPORTE EM AÇÃO	300000,0	0,0	0	0
5905 - APOIO AO PROJETO TAE KWON-DO ESCOLHA DE VIDA	100000,0	0,0	0	0
5906 - APOIO AO PROJETO ESCOLINHA DE FUTEBOL DE SALÃO DO LAERTE	150000,0	0,0	0	0
5907 - APOIO A PROJETOS BOLEIROS - DISTRITOFEDERAL	500000,0	0,0	0	0
5908 - APOIO A PROJETOS - CIRCUITO ESPORTE E LAZER NAS CIDADES	300000,0	0,0	0	0
5909 - APOIO AO PROGRAMA ESPORTE À MEIA NOITE	600000,0	0,0	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	10000,0	0,00	0	0
4163 - REFORMA DE ESTÁDIO-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9080 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS	20501740,0	44564017,00	44082132,32	44082132,32
0011 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS NOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF (2019)-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	100000,0	100000,0
0013 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO CAMPEONATO DE JOGOS MUNDIAIS DE POLICIAIS E BOMBEIROS-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	100000,0	100000,0
0014 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO GRAND SLAM DE JUDÔ-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0
0015 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO DESPORTO DE RENDIMENTO-DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	250000,0	250000,0
0016 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	0	1155210,0	1150334,36	1150334,36
0022 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO FOMENTO DO ESPORTE --DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	297179,93	297179,93
0001 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO PEDAGÓGICO E PRÁTICAS ESPORTIVAS NOS CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DO-DISTRITO FEDERAL	20001740,0	33936339,00	33936317,81	33936317,81
0002 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-FUTEBOL AMADOR NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,00	0	0
0005 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO PROJETO CHALLENGE CERRADO-DISTRITO FEDERAL	0	291695,0	291694,26	291694,26
0006 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	1363521,0	1359918,44	1359918,44
0007 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-PROJETOS ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	0	92448,0	92447,14	92447,14
0008 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS EM BENEFÍCIO DE TODO O DF-DISTRITO FEDERAL	0	655000,0	606437,28	606437,28

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0009 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS- REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	1777250,0	1674369,65	1674369,65
0010 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO PROJETO ESPORTIVO CIRCUITO NA FAIXA-DISTRITO FEDERAL	0	219770,0	219769,18	219769,18
0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	577413,0	577412,17	577412,17
0021 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-PROMOÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS DE JIU-JITSU-DISTRITO FEDERAL	0	137871,0	137870,87	137870,87
0023 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	2000000,0	1988557,27	1988557,27
0024 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS NAS REG. ADM DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	80000,0	79483,50	79483,50
0028 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS A SEREM REALIZADOS NO NÚCLEO BANDEIRANTE-NÚCLEO BANDEIRANTE	0	39890,0	39889,33	39889,33
0029 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A EVENTOS PARA PROMOÇÃO DE LAZER NO-DISTRITO FEDERAL	0	370000,0	363600,61	363600,61
0030 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A EVENTOS PARA PROMOÇÃO DE LAZER NO-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	100000,0	100000,0
0031 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-Apoio a prática Desportiva de Basquete - Dois Núcleos do Projeto Cerrado Basquete-DISTRITO FEDERAL	0	126000,0	125693,12	125693,12
0033 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	99548,35	99548,35
0034 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS EM TODO O-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	0	0
0035 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO PROJETO ESPORTIVO - CORRIDA GLOSS RUN-DISTRITO FEDERAL	0	291610,0	291609,05	291609,05
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	920000,0	920000,00	547098,75	547098,75

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	920000,0	920000,00	547098,75	547098,75
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	200000,0	0,0	0	0
5831 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
2875 - (EP)PROJETO BOLEIROS	1000000,0	0,0	0	0
0004 - APOIO AO PROGRAMA BOLEIROS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1850000,0	949298,00	938378,03	915173,70
3979 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CIRCUITOS DE LAZER E MULTIESPORTIVO DE PARTICIPAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
5876 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CORRIDA DE REIS - SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	400000,0	350350,00	350349,52	327145,19
6037 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CIRCUITO DE CORRIDAS - SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	600000,0	548948,00	538128,51	538128,51
6169 - APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO CORRIDA ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	200000,0	0,0	0	0
6170 - APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PILATES	100000,0	0,0	0	0
6171 - PROJETO MARAVILHA SOCIAL - 1000 GOLS DE INCLUSÃO	200000,0	0,0	0	0
6173 - APOIO A FEDERAÇÃO DE VÔLEI DO DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
6174 - APOIO AS OLIMPÍADAS DE CEILÂNDIA	50000,0	50000,0	49900,0	49900,0
4035 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS	14800000,0	8174758,00	6895502,03	5281948,38
0001 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS-CENTROS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS-DISTRITO FEDERAL	13800000,0	8174758,00	6895502,03	5281948,38
0008 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS - CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS - DISTRITO FEDERAL	1000000,0	0,0	0	0
4170 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	2452712,0	3651962,0	2841804,53	2245709,56
0001 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	2452712,0	3651962,0	2841804,53	2245709,56
4178 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	100000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
9080 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS	0	0,0	0	0
0011 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS NOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF (2019)-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	100000,0	100000,0
0013 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO CAMPEONATO DE JOGOS MUNDIAIS DE POLICIAIS E BOMBEIROS-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	100000,0	100000,0
0014 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO GRAND SLAM DE JUDÔ-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0
0015 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO DESPORTO DE RENDIMENTO-DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	250000,0	250000,0
0016 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	0	1155210,0	1150334,36	1150334,36
0022 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO FOMENTO DO ESPORTE --DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	297179,93	297179,93
0001 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO PEDAGÓGICO E PRÁTICAS ESPORTIVAS NOS CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DO-DISTRITO FEDERAL	20001740,0	33936339,00	33936317,81	33936317,81
0002 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-FUTEBOL AMADOR NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,00	0	0
0005 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO PROJETO CHALLENGE CERRADO-DISTRITO FEDERAL	0	291695,0	291694,26	291694,26
0006 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	1363521,0	1359918,44	1359918,44
0007 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-PROJETOS ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	0	92448,0	92447,14	92447,14

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0008 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS EM BENEFÍCIO DE TODO O DF-DISTRITO FEDERAL	0	655000,0	606437,28	606437,28
0009 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	1777250,0	1674369,65	1674369,65
0010 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO PROJETO ESPORTIVO CIRCUITO NA FAIXA-DISTRITO FEDERAL	0	219770,0	219769,18	219769,18
0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	577413,0	577412,17	577412,17
0021 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-PROMOÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS DE JIU-JITSU-DISTRITO FEDERAL	0	137871,0	137870,87	137870,87
0023 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	2000000,0	1988557,27	1988557,27
0024 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS NAS REG. ADM DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	80000,0	79483,50	79483,50
0028 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS A SEREM REALIZADOS NO NÚCLEO BANDEIRANTE-NÚCLEO BANDEIRANTE	0	39890,0	39889,33	39889,33
0029 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A EVENTOS PARA PROMOÇÃO DE LAZER NO-DISTRITO FEDERAL	0	370000,0	363600,61	363600,61
0030 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A EVENTOS PARA PROMOÇÃO DE LAZER NO-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	100000,0	100000,0
0031 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-Apoio a prática Desportiva de Basquete - Dois Núcleos do Projeto Cerrado Basquete-DISTRITO FEDERAL	0	126000,0	125693,12	125693,12
0033 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	99548,35	99548,35
0034 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS EM TODO O-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0035 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPORTIVOS-APOIO AO PROJETO ESPORTIVO - CORRIDA GLOSS RUN-DISTRITO FEDERAL	0	291610,0	291609,05	291609,05
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	62297909,00	65764504,00	62208681,36	59891800,42

No exercício de 2019 a Secretaria de Estado do Esporte e lazer celebrou 50 Termos de Fomento com as Organizações da Sociedade Civil – OSC, sendo que destes 2 foram celebrados com recursos do Fundo de Apoio ao Esporte e 48 através de recursos de Emendas Parlamentares, nas ações orçamentárias relacionadas abaixo. Estima-se que o público alvo atingido alcançou o montante de 507.244, entre participantes diretos e indiretos.

Pode-se destacar os seguintes eventos apoiados: Grand Slam de Judô, Grand Fondo, Professional Bull Riders – PBR, Mundial FIFA Sub-17, Liga das Nações 2019 (Fem/Masc), Open Internacional de Artes Marciais Brasília 2019, WGP Kickboxing, XXX Copa Candanga de Futsal, 61º Campeonato Candango 2019, Praia do Cerrado, Campeonato Internacional de Badminton - Brasil Open internacional series com a participação de 1.000.000 pessoas, público total estimado.

Foram realizados os seguintes eventos: 8ª Olimpíada da Ceilândia, Corrida de Reis e Corrida de Reis Mirim, Corrida do Riacho Fundo I e Corrida do Gari com estimativa de participação de 28.000 pessoas.

Realizado apoio ao Compete Brasília com fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais para atletas e treinadores e transporte terrestre em ônibus e Micro-ônibus, cerca de 3.175 atletas/comissão técnica beneficiados em 2019.

Concessão de patrocínio individual como forma de benefício a atletas Olímpicos e Paralímpicos que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais. Foram concedidas 1.627 bolsas atletas em 2019.

Realizada manutenção dos Centros Esportivos por meio dos Termos de Colaboração realizados com entidades sem fins lucrativos destinados a promover o bem-estar, educação, cultura e lazer a crianças, jovens e adultos nas diversas Regiões Administrativas onde existem os COP'S - Centros Olímpicos e Paralímpicos do DF. Para atuar nas atividades voltadas a manutenção dos Próprios desta Secretaria de Esporte e Lazer foi firmado Contrato de Prestação de Serviço nº 04/2019 com a Empresa do Distrito Federal.

Realizado os seguintes apoio à realização de Projetos: Projeto Esporte em Ação, Liga das Nações Feminino, Vôlei de Praia Continental CUP 2019 e Vôlei de Praia Sulamericano Pré-Olimpíco, dentre outros. Ademais, cumpre registrar que foram celebrados 02 Convênios junto ao Ministério da Cidadania, através da Secretaria Especial do Esporte, para execução dos Programas Brincando com Esporte e Vida Saudável, recursos oriundos de Emendas Parlamentares no âmbito Federal.

Realizada transferência de recursos para apoio a projetos esportivos, tais como: Grand Slam Judô 2019, Challenge Cerrado, Troféu Chico Piscina, dentre outros.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
1709 - NÚMERO DE ATLETAS ATENDIDOS	PESSOA	20.899	31/12/2016	ANUAL	-		25.467	30.954	23.667	28.628	35.867	36.193	SUEL/SEL/JO 34101/OE 3 / UO 34101 / OE 3
<p>Justificativa: 2017 - O Programa Compete Brasília tem como objetivo incentivar a participação de atletas e paratletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais. Foram atendidos 3.519 atletas no Programa Bolsa Atleta, foram concedidas 1.384 bolsas para atletas convencionais e 1.251 bolsas para atletas paraolímpicos, em Grandes Eventos foram 4.000 atletas participantes dos Jogos da Juventude e 20.800 participantes da Corrida de Reis 2017. Com isso o índice foi superado.</p> <p>2018 - 2018 o O Programa Compete Brasília tem como objetivo incentivar a participação de atletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, foram atendidos 2.916 atletas/ Comissão Técnica. Foram concedidas 1.416 bolsas para atletas convencionais e 1.296 Paralímpicas. Em Grandes Eventos tivemos a 48ª Edição da Corrida de Reis, com 1.000 inscrições de crianças entre 5 e 12 anos de idade e cerca de 22.000 participantes entre jovens e adultos.</p> <p>2019 - 2019 - O Programa Compete Brasília tem como objetivo promover a participação de atletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais. Foram atendidos 3.175 atletas/Comissão Técnica. Concedidas 876 bolsas para atletas convencionais e 751 paralímpicas. Em grandes eventos 387 atletas, aprox. 28.780 participantes da Corrida de Reis 2019. No Projeto Futuro foram atendidos 244 alunos no Campeão, e em outros eventos 2.700 atletas, totaliza 36.913 atletas.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
1710 - PROFISSIONAIS DA ÁREA ESPORTIVA QUALIFICADOS	PESSOA	92	31/12/2016	ANUAL	-		105	284	125	286	145	179	SUEL/SEL/UE 34101/OE 4 / UE 34101 / OE 4
Justificativa: 2017 - Foram realizados diversos cursos para capacitação de profissionais desta Secretaria em diversas modalidades, o que superou o índice desejado. 2018 - 2018 - Foram realizados diversos cursos para capacitação de profissionais desta Secretaria em diversas modalidades, o que superando o índice desejado. 2019 - Foram realizados cursos para capacitação de profissionais desta Secretaria em diversas modalidades, quais contribuíram para que fosse superada a meta desejada.													
1708 - PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS AÇÕES VOLTADAS AO ESPORTE EDUCACIONAL	PESSOA	68.670	31/12/2016	ANUAL	-		95.670	84.722	97.970	353.065	97.970	114.222	SUEL/SEL/UE 34101/OE 2 / UE 34101 / OE 2
Justificativa: 2017 - A grande dificuldade para atingir em 100% desse objetivo foi o Programa Esporte Acesso de Todos nas unidades socioeducativas, com somente duas unidades de internação disponibilizadas. Porém o número de atendimentos nos Centros Olímpicos e Paralímpicos, Escolas de Esporte e no Esporte nas Férias foram bastante satisfatórios. 2018 - 2018 - O destaque para a superação do índice desejado está no atendimento dos 12 COP'S - Centros Olímpicos e Paralímpicos que teve a participação de 294.845 pessoas e o Programa Esporte nas Férias com 53.881 participantes. 2019 - Atualmente mais de 3.400 pessoas em 9 modalidades, são atendidas mensalmente no Programa Escola de Esportes nas instalações físicas do Centro Poliesportivo Ayrton Senna. Atendimentos que teve a participação de 95.820 pessoas realizados nos 12 COP's - Centros Olímpicos e Paralímpicos por meio de atividades desenvolvidas e realização do Programa Esporte nas Férias que contou 15.002 participantes. Totalizando 114.222 pessoas, superando o índice alcançado.													
1707 - PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS E DE LAZER	PESSOA	313.180	31/12/2016	ANUAL	-		435.000	451.034	435.000	209.519	435.000	1.083.000	SUEL/SEL/UE 34101/OE1 / UE 34101 / OE 1
Justificativa: 2017 - Esse índice foi alcançado devido ao êxito obtido nos Circuitos de Corridas, Jogos da Cidade, Escola Compartilhada e, mesmo com dificuldades orçamentárias, a Secretaria conseguiu atender ao Programa Boleiros. 2018 - 2018 - A grande dificuldade para alcançar o índice desejado, foi o Programa Circuito de Corridas, onde esta Secretaria encontrou grandes dificuldades para sua execução. 2019 - Esse índice foi alcançado devido ao êxito obtido do apoio a grandes eventos nacionais e internacionais realizados nesta Capital Federal.													

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1758 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	75000,0	0,0	0	0
0003 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	75000,0	0,0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100000,0	0,0	0	0
3207 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
3040 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	275000,0	275000,00	255925,89	255925,89
0003 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE-- PLANO PILOTO .	275000,0	275000,00	255925,89	255925,89
3074 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	150000,0	0,0	0	0
0003 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	150000,0	0,0	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	209001,0	0,0	0	0
3885 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-NOS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS-DISTRITO FEDERAL	209001,0	0,0	0	0
3213 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	100000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5643 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
3676 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS	300000,0	0,0	0	0
0005 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS-FOMENTO AO TURISMO - SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	350000,0	0,0	0	0
6200 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	350000,0	0,0	0	0
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	150000,0	0,0	0	0
0008 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-PLANO PILOTO .	150000,0	0,0	0	0
4199 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO	1491289,0	0,0	0	0
2269 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO--DISTRITO FEDERAL	1491289,0	0,0	0	0
4200 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	200000,0	0,0	0	0
0003 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA-DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	3400290,00	275000,00	255925,89	255925,89

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	80000,0	0,00	0	0
8474 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	80000,0	0,00	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	80000,00	0,00	0,00	0,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	300000,0	0,0	0	0
6168 - APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO O MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO	300000,0	0,0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	9950000,0	99353,0	99352,37	99352,37

6106 - APOIO A REALIZAÇÃO DA OKTOBERFEST BRASÍLIA EXPERIENCE - 2019 - DISTRITO FEDERAL.	500000,0	0,0	0	0
6110 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PROMOÇÃO DO TURISMO EM PROL DE TODO DF	5000000,0	0,0	0	0
6113 - APOIO A EVENTOS - PROJETO GRANJA DO TORTO 2019	700000,0	0,0	0	0
6115 - APOIO A REALIZAÇÃO DO PROJETO EXPOESTADOS DF	500000,0	0,0	0	0
6122 - APOIO A REALIZAÇÃO DA 35ª EDIÇÃO DA FEIRA DO LIVRO DE BRASÍLIA	500000,0	0,0	0	0
6123 - APOIO AO PROJETO GRANJA 2019	300000,0	0,0	0	0
6124 - 16º BRASÍLIA CAPITAL MOTO WEEK	200000,0	0,0	0	0
6125 - APOIO A EVENTOS - APOIO À REALIZAÇÃO DO PROJETO CHALLENGE CERRADO - DISTRITO FEDERAL	300000,0	0,0	0	0
6127 - APOIO AO ENCONTRO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E APOIO ÀS PESSOAS COM EPILEPSIA	100000,0	99353,0	99352,37	99352,37
6126 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS EM TODO O DISTRITO FEDERAL	1850000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	10250000,00	99353,00	99352,37	99352,37

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200000,0	0,0	0	0
6172 - PROJETO ACADEMIA COMUNITÁRIA	200000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	200000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	820000,0	600000,50	48948,14	48948,14
0003 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	820000,0	600000,50	48948,14	48948,14
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	600000,0	1479765,16	1134880,64	1041147,88
6992 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	600000,0	1479765,16	1134880,64	1041147,88
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1420000,00	2079765,66	1183828,78	1090096,02

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	20478663,0	16943460,49	16391760,01	16391760,01
6983 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- DISTRITO FEDERAL	20478663,0	16943460,49	16391760,01	16391760,01
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1408260,0	999755,84	924880,52	924880,52
6975 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	1408260,0	999755,84	924880,52	924880,52
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5100166,0	2101814,28	1979501,44	1894000,59
6982 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- PLANO PILOTO .	1339576,0	992224,28	882325,91	796891,06
9816 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PARQUE DA CIDADE- PLANO PILOTO .	1000590,0	1000590,00	999553,66	999487,66
9817 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES- PLANO PILOTO .	1260000,0	50000,0	50000,0	50000,0
9818 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TORRE DE TV- PLANO PILOTO .	1500000,0	59000,0	47621,87	47621,87
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	100000,0	0,00	0	0
2488 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	210000,0	135740,00	126510,00	78395,67
2571 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	210000,0	135740,00	126510,00	78395,67
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	250000,0	18,00	0	0
0030 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	250000,0	18,00	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	600000,0	0,00	0	0
5391 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- EDIFICAÇÕES/EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS-DISTRITO FEDERAL	100000,0	0,0	0	0
5393 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,00	0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	28147089,00	20180788,61	19422651,97	19289036,79

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Secretaria de Esporte e Lazer tem como missão propor e executar as políticas e diretrizes nas áreas de esporte, além de desenvolver programas e projetos para a prática esportiva de crianças, jovens, adultos, idosos e de pessoas portadoras de deficiência (PPD).

A Pasta incentiva as práticas esportivas e as atividades de lazer em consonância com os órgãos do Governo do Distrito Federal e também promove incentivos aos jovens talentos, além de fomentar o esporte amador e de alto rendimento com o desenvolvimento de projetos voltados para os atletas do Distrito Federal. Também celebra convênios e parcerias com a comunidade, instituições esportivas e com a iniciativa privada com vistas ao fomento das atividades de esporte e lazer, além de garantir e promover o esporte como inclusão social, por meio de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade.

Outrossim, são desenvolvidas ações de captação e execução de eventos, nacionais e internacionais, esportivos e recreativos visando o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal

Ações

- Esporte nas Férias – público atendido 15.002
- Cursos realizados/Apoiados - público atendido 179
- Ações Executadas por Meio de Termos de Fomento - público atendido - 507.244

Projetos

- Circuito de Corrida e Ciclismo - público atendido 24.050

Espços Esportivos

- Estádio Valmir Campelo Bezerra – Bezerrão - público atendido 105.093
- Estádio Nacional de Brasília – Mané Garrincha - público atendido 642.042
- Ginásio Nilson Nelson - público atendido 171.980
- Autódromo Internacional de Brasília - público atendido 20.680
- Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek
- Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade - público atendido 137.500

Programas

- Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos - público atendido 172.091
- Programa Apoio a Eventos - público atendido 840.505
- Programa Compete Brasília - público atendido 3.175
- Programa Bolsa Atleta Olímpica – público atendido 124
- Programa Bolsa Atleta Paralímpica – público atendido 100
- Programa Escola de Esportes - público atendido 3.400

Total de Público Atendido - **2.643.165**

Ações realizadas em 2019

Esporte nas férias: As ações voltadas ao esporte educacional foram nos 12 Centros Olímpicos e Paralímpicos do DF. O Projeto Esporte nas férias teve como objetivo executar ações voltadas ao esporte (educacional e participação), de lazer e cultural, por meio de atividades dinâmicas, atendendo (crianças, adolescentes, jovens e pessoas com deficiência de 04 a 17 anos) matriculados ou não nos COPS.

- Atendimentos - 16 a 19 e 23 a 26/07/2019
- Centros Olímpicos - Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Público Atendido - 15.002

Cursos realizados /Apoiados: Número de profissionais da SEL capacitados em parceria, número de profissionais da SEL capacitados em parceria.

Clínica Teórica e Prática de Vôlei - 15 e 16/06/2019

- Realizador: CBV
- Público atendido: 38

Brasília Capital Fitness - 03 a 06/10/2019

- Realizador: Capital Fitness
- Público atendido: 141

Total de Público atendido: 179

Ações executadas por meio de termos de fomento

A seguir, são listadas as ações executadas em 2019, por meio de Termo de Fomento, de acordo com o Decreto nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016 que regulamenta a aplicação da Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública distrital e as organizações da sociedade civil no âmbito do Distrito Federal, são parcerias financiadas com recursos de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual. No total foram celebradas 50 parcerias, sendo 48 financiadas com recursos de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anua I e 02 com recursos do Fundo de Apoio ao Esporte – FAE, somando o valor de 14.284.666,05 (quatorze milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinco centavos) investidos.

Eventos apoiados por termos de fomento de 2019

Evento	Data	Local	Público Estimado
Campeonato Sul-Americano de Vôlei de Praia: 1ª Fase da Continental Cup de Vôlei de Praia e 4ª Etapa do Sul-Americano de Vôlei de Praia	3 a 7 de abril de 2019	Parque da Cidade – Brasília/DF	20.000
Competições Universitárias 201	22 de abril a 27 de abril de 2019	Brasília/DF (UNB) - Caruaru/PE e Vitória/EE	4.000
8ª Olimpíadas de Ceilândia	4 de maio a 19 de junho de 2019	Ceilândia/DF (Centro Olímpico)	10.000
XXX Copa Candanga de Futsal Liga Candanga de Futsal do Distrito Federal	15 de maio a 19 de julho de 2019	Ginásio do Cruzeiro, Ginásio da Guariroba, Ginásio do Minas Brasília Tênis Clube, Ginásio do Iate Clube, Ginásio do Riacho Fundo I, Ginásio do Colégio Batista, Ginásio do Colégio Projeção, Ginásio do Cave, Ginásio de Sobradinho, Ginásio do Sesc Ceilândia, Ginásio do Uniceub	6.500
Liga das Nações – Voleibol Feminino	21 a 24 de maio de 2019	Ginásio Nilson Nelson – Brasília/DF	5.000
competições de futebol da ADESC HC- D, sendo a 9ª Copa HC de Futebol de Base – 2019 e a Copa DF de Futebol 2019	15 de junho a 30 de novembro de 2019	Campos Sintéticos das RA's de Brasília/DF	57.590
WGP Kickboxing – Edição 55	15 de junho de 2019	Ginásio do Clube da AABB – Brasília/DF	1.262
Realização da 2ª etapa do Circuito Nacional do Aloha Spirit Festival	21 a 23 de junho de 2019	: Pontão do Lago Sul / Brasília – DF	10.000
Realização da Liga das Nações – Voleibol Masculino	24 de junho a 1 de julho de 2019	Ginásio Nilson Nelson – Brasília/DF	6.000
Copa São Sebastião 2019, nas categorias: pré-mirim, mirim, infantil, juvenil, juniores, 1ª divisão, 2ª divisão, 3ª divisão e veteranos	5 a 28 de julho de 2019	Campo Sintético da RA de São Sebastião/DF	10.000
Taça das Favelas - 2019 Instituto Rosa Dos Ventos de Arte, Cultura e Cidadania	12 de julho a 28 de setembro de 2019	Estádio Abadião – Ceilândia/DF	50.000
Taça Nacional Paulo Zorell	-	Ginásio da Candangolândia/DF	1.200
Participação de Atletas da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal no Campeonato Mundial de Policiais e Bombeiros – WPGF World Police & Fire Games	8 a 18 de agosto de 2019	Chengdu/China	8.034
da I Circuito de Futevôlei Facilite	10 a 12 de agosto de 2019	Parque Águas Claras - Brasília/DF	2.000
Campeonato Brasileiro de Canoagem Velocidade e Paracanoagem	28 de agosto a 1 de setembro de 2019	Lago Paranoá - Brasília/ DF	1.000
Campeonato Wilson José dos Santos	25 de agosto a 15 de dezembro de 2019	Campo Sintético da RA de São Sebastião/ DF	9.516
2ª etapa do Challenge Cerrado 201	12 de outubro de 2019	Pontão do Lago Sul - Brasília/ DF	4.000
VII Torneio Barbosa de Futsal Feminin	6 a 8 de setembro de 2019	Ginásio da Guariroba/ DF	2.500
Abudhabi International Pro Jiu Jitsu Panamerica Brasília	14 a 15 de setembro de 2019	Ginásio do Cruzeiro/ DF	1.500
XXXI Copa Candanga de Futsal	25-set-19 a 6-dez-19	Ginásio do Cruzeiro, Ginásio da Guariroba, Ginásio do Minas Brasília Tênis Clube, Ginásio do Iate Clube, Ginásio do Riacho Fundo I, Ginásio Do Colégio Batista, Ginásio do Colégio Projeção, Ginásio do Cave, Ginásio	6.500

Evento	Data	Local	Público Estimado
		de Sobradinho, Ginásio do Sesc Ceilândia, Ginásio do Uniceub	
SANTÃO#FUTSAL/2019	21 a 23 de novembro de 2019	Santa Maria, Ginásio do Cruzeiro, Guará e Valparaíso/GO	2.000
Campeonato Internacional Infante- Juvenil de Natação - Troféu Chico Piscina 2019	9 a 12 de outubro de 2019	Associação Recreativa Mocoquense - Mococa/SP	737
Grand Slam de Judô 2019	6 a 8 de outubro de 2019	CICB - Brasília/DF	2.253
Campeonatos de Futebol Amador de Base e Adulto 2019	9 de outubro de 2019 a 9 de fevereiro de 2020	Campos e Estádios Diversos das RA's de Brasília/DF	200.000
Campeonato de Futebol Amador de Ceilândia 2019	11 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2020	R.A IX, Campo Sintético Praça dos Eucaliptos, Campo 7 Norte - Ceilândia Norte, Campo Botafoguinho Ceilândia Sul e Estádio Abadião.	10.000
Desenvolvimento dos Núcleos de Formação Social Cerrado Basquete	14 de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020	RA de São Sebastião/DF e Gama/DF	500
WGP Kickboxing - Edição 59	9 de novembro de 2019	Ginásio Nilson Nelson - Brasília/DF	2.262
Programa DNA do Brasil - Etapa Distrito Federal	16 de outubro a 19 de dezembro de 2019	RA de Ceilândia/DF	8.000
Open Internacional de Artes Marciais Brasília 2019	19 a 20 de outubro de 2019	Cassab - Brasília/DF	1.500
Jogo do REI 12	3 de novembro de 2019	Ginásio Cruzeiro/DF	2.500
Evento Praia do Cerrado 6ª Edição	26 a 27 de outubro de 2019	Parque Aguas Claras - Brasília/DF	2.000
Realização do Brasília Voleibol Federação de Vôlei do Distrito Federal - FVDF	22 de novembro de 2019 a 22 de janeiro de 2020	SESI - Taguatinga Norte/DF	80
61º Jogos de Solteiros e Casados da Metropolitana	15 de dezembro de 2019	Estádio Vasco Viana de Andrade - Metropolitana RA do Núcleo Bandeirante/DF	250
Projeto Campeonatos Vôlei para Todos	23 de novembro de 2019 a 29 de dezembro de 2020	Ginásio de Esportes do Riacho Fundo I/DF, Vila Olímpica Rei Pelé, Ginásio de Esportes Candangolândia/DF e AABB	2.444
Copa de Futsal dos Projetos em Movimento	23 de novembro a 31 de dezembro de 2019	R.A IX, Ginásio de Esporte da Ceilândia/DF, Ginásio de Esportes do Centro de Ensino Médio 03 Ceilândia/DF e Centro Olímpico Parque da Vaquejada Ceilândia/DF	384
Eliminatória Pan-Americana de Vôlei de Surdos 2019	24 de novembro a 1 de dezembro de 2019	Associação Atlético do Banco do Brasil - Brasília/ DF	108
Implantação do Programa Caminhada para a Vida	9 de dezembro de 2019 a 30 de maio de 2020	Espaço Privado da OSC - Guará/ DF	400
Final Brasileira da PBR - Professional Bull Riders	29 a 30 de novembro de 2019	Ginásio Nilson Nelson - Brasília/ DF	35
Circuito Esportivo do Recanto das Emas	12 de dezembro de 2019 a 8 de abril de 2020	Campos Sintéticos da RA de Recanto das Emas/ DF	33.600
22º Encontro das Américas, Europeu e Africano de Capoeira	9 a 15 de dezembro de 2019	Escola Parque 313/314 Sul. Escola Classe 410 Sul e Teatro da Escola Parque da 308 Sul - Brasília/ DF	450
Five Force Brasil - 2ª Edição	7 de dezembro de 2019	Ginásio do Cruzeiro/ DF	68
Festival Esportivo Incubador	15 de dezembro de 2019	Ginásio do Serejinho - Taguatinga / DF	200
Gloss Run 201	21 de dezembro de 2019	Esplanada - Brasília/ DF	3.000
7ª Copa Gerardo Coelho de Karatê - Festival	21 de dezembro de 2019	Centro Olímpico - Samambaia/DF	300
50ª Corrida de Reis e Corrida de Reis Mirim	25 de janeiro de 2020	Eixo Monumental - Brasília/DF	17.000
Projeto Profissão Esporte	26 de dezembro de 2019 a de fevereiro de 2020	CRS - W3 Sul 504 - Brasília/DF	56
Projeto Esportes das Cidades - Participação na pré-temporada e no Campeonato Brasileiro Feminino Série A1 e Sub 18 - 2020	13 de janeiro a 8 de fevereiro de 2020		90
Participação de 07 atletas Down e 02 treinadores da APAE-DF no Campeonato Mundial Trisome Games 2020	31 de março a 7 de abril de 2020	Minas Brasília Tênis Club - Brasília/DF Antália - Turquia	9
Circuito Candango de Skate	25 a 26 de janeiro de 2020	Quadra 300 - Recanto Da Emas/DF	200
Programa de Reconhecimento Mais Vida	31 de dezembro de 2019 a 31 de julho de 2020	AE QE 38 - Guará II/DF	216

Total de Termos de Fomento Executados: 50 eventos. Público Total Estimado: 507.244.

Projetos

Circuito de corridas e ciclismo: O circuito de corridas de rua tem o intuito de estimular a prática de atividades físicas, o desenvolvimento de uma vida saudável, assim como o exercício da cidadania, por meio dos temas que serão abordados nas corridas. As principais corridas de rua no DF são realizadas no do Plano Piloto. Porém, como fito de dar a amplitude devida

à prática desportiva no DF, foram realizadas a 49ª Corrida de Reis e Corrida de Reis Mirim, a Etapa Riacho Fundo I e a Corrida do Gari.

O principal evento realizado pela Secretaria de Esporte e Lazer foi a 49ª Edição da Corrida de Reis que contou com a participação de 17.000 inscritos e uma estimativa de 22.000 participantes com os "populares" pipocas, segundo a PMDF e a imprensa local. A prova foi realizada em dois percursos, de 6Km e 10 km, para ambos os sexos, incluindo atletas Portadores de Necessidades Especiais, Cadeirantes e Andantes. A competição foi aberta a toda comunidade, para atletas amadores e profissionais. A Largada e Chegada foram em frente ao Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Ao final da prova, todos os inscritos que concluíram o percurso regularmente receberam medalhas. Em 2019 foi realizada a etapa regional da Corrida de Reis no Riacho Fundo I que contou com aproximadamente, 1.170 participantes. A Secretaria de Esporte e Lazer também apoiou a realização da Corrida do Gari, que contou com aproximadamente, 780 participantes.

Evento: 49ª Corrida de Reis/Mirim

- Realização: 09.06.2019
- Local: Plano Piloto
- Inscritos: 17.000
- Estimativa de "Pipoca" 30%: 5.100

Evento: Corrida de Reis – Etapa Riacho Fundo I

- Realização: 13.10.2019
- Local: Riacho Fundo I
- Inscritos: 900
- Estimativa de "Pipoca" 30%: 270

Evento: Corrida do Gari

- Realização: 08.12.2019
- Local: Plano Piloto
- Inscritos: 600
- Estimativa de "Pipoca" 30%: 180

Total de Inscritos: 18.500

Total de Estimativa de "Pipoca" 30%: 5.550

Total Geral: 24.050

Eventos realizados nos espaços esportivos em 2019

Ações apoiadas ou correalizadas

Abaixo são apresentadas as ações apoiadas ou correalizadas, executadas em 2019, por meio da Portaria nº 19, de 27 de novembro de 2017, que estabelece normas para utilização dos bens sob a gestão da Secretaria Adjunta de Turismo do Distrito Federal a época que passaram a ser geridos pela Secretária de Esporte e Lazer após o Decreto 39.739/2019, referente aos próprios, tais como: Estádio Valmir Campelo Bezerra – Bezerrão; Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha (ENB), Ginásio Nilson Nelson, Autódromo Internacional de Brasília, Complexo Cláudio Coutinho, Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek e Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade:

Estádio Valmir Campelo Bezerra – Bezerrão

O Estádio Valmir Campelo Bezerra, mais conhecido como Bezerrão, é um estádio multiuso localizado na cidade de Gama, no distrito Federal. Seu nome é uma homenagem a Antônio Valmir Campelo Bezerra, o qual era o administrador do Gama, durante a construção do estádio. Com capacidade para receber 20.000 (vinte mil) pessoas, o estádio, após uma grande reforma, foi reinaugurado em 2008, suas medidas foram readequadas e hoje a arena tem sediado partidas do futebol profissional de Brasília, além de grandes competições nacionais.

Evento	Data	Público Estimado
Gama X Bolamense	26/Janeiro	1.789
Real X Sobradinho	30/Janeiro	111
XLVI Campeonato Brasiliense de Futebol Profissional 1ª divisão ano 2019 – Santa Maria X Formosa	31/Janeiro	100
Gama X Capital	03/Fevereiro	2.303
XLVI Campeonato Brasiliense de Futebol Profissional 1ª divisão ano 2019 – Santa Maria X Gam	09/Fevereiro	2.015

Evento	Data	Público Estimado
XLVI Campeonato de Futebol Profissional 2019 - "Gama/DF x Luziânia/GO	23/Fevereiro	84
XLVI Campeonato de Futebol Profissional 2019 - Gama x Sobradinho	16/Fevereiro	1.990
Amistoso - "Santa Maria X Ceilândia	13/Março	1.931
XLVI Campeonato de Futebol Profissional 2019 (2 Jogos) Gama x Brasiliense - 17/Mar e Gama x Taguatinga - 14/Mar	17 e 24/Março	10.862
Gama X Formosa	30/Março	2.938
Gama X Real	07/Abril	4.511
Juvenil 6ª Copa Novos Talentos - Legião X Planaltina	13/Maio	200
Craques Chevrolet	17 e 18/Maio	150
Evento esportivo dos colaboradores A.S.G Camargo	01/Junho	100
II Comando de Policiamento Regional Sul e II Comando de Policiamento Regional Oest	07/Junho	100
Festival Hardchaos 2019	09/Junho	500
Terceiro Campeonato Sul Americano de Futebol Master	14 a 24/Junho	3.000
Copa União 2019	30/Junho	190
Gama x CFZ	27/Julho	500
Campeonato Brasileiro de Som e Rebaixados	15 a 20/Agosto	1.000
Alifa - Liga dos Advogados	02; 03; 05 e 07/Setembro	180
Fase Regional do Festival de Tecnologia, Inovação e Ciência - FESTIC	04, 05 e 06/Setembro	200
Grupamento de Atendimento de Emergência Pré-Hospitalar - GAEPH	13/Setembro	100
Jogos dos Líderes de Igrejas do Gam	14/Setembro	120
Copa Zico	15 A 18/Setembro	180
10ª Expogama	27 a 29/Setembro	1.000
Copa do Mundo Sub-17 - FIFA 2019, foram realizados 18 Jogos	26/Outubro a 17/Novembro	68.269
Campeonato anual de futebol dos Servidores do Sistema Penitenciári	23 e 30/Novembro; 07, 08, 14 e 15/Dezembro	200
4º Desafio Flamengo X Vasco (CBM-DF)	30/Novembro	150
Final do Campeonato Amador do Gama	01/Dezembro	200
Futebol Líderes Igreja	29/Dezembro	120

Foram realizados 31 eventos no Estádio Valmir Campelo Bezerra - Bezerrão, totalizando 105.093 de público estimado.

Estádio Nacional de Brasília - Mané Garrincha

O Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha é uma arena multiuso projetada para receber os mais variados eventos. A arena vai muito além de um campo de futebol. Conta com versatilidade de espaços para agendas de diferentes perfis e quantidade de público. Prova disso são os espetáculos, casamentos, formaturas, festas, seminários e eventos institucionais já realizados no local.

Evento	Data	Público Estimado
Festa Privada - Circo do Diogo	11 a 13/Janeiro	200
Plano A	18 a 20/Janeiro	1.000
Festival Low Club	24 a 28/Janeiro	3.000
Gravação do DVD de Diego & Vitor Hugo	24 a 28/Janeiro	3.000
Vasco x Fluminense	02/Fevereiro - 19h	15.864
Campeonato Candango 2019 Capital X Ceilândia - 06/02	06/fev	1.129
Campeonato Candango 2019 Capital X Luziânia - 09/02	09/fev	1.002
Future Space Festival	12 a 18/Fevereiro	3.000
Campeonato Candango 2019 Capital X Taguatinga	16/02	1.352
Real X Santa Maria	18/02	60
Carnaval de Todos os Carnavais	23/Fevereiro a 06/Março	30.000
Real X Paracatu - 24/02	24/Fevereiro às 11h	243
Campeonato Candango 2019 Capital X Santa Maria	10/mar	1.957
Real FC X Taguatinga	12/mar	124
Baile da Drop	13 a 16/Março	3.000
Campeonato Candango 2019 Capital X Real	17/mar	1.350
Real Fc X Gama	20/mar	778
Brasiliense X Bolamens	24/mar	508
Capital X Brasiliense	27/mar	3.127
Funk Chique	27 a 31/Março	3.000
Real Fc X Sobradinho E.C	31/mar	655
Last Call	04 a 06/Abril	2.000
Finais do Campeonato Candango 2019 da 1º Divisão, jogo Gama X Brasiliense	13/abr	9.040
Nas Internas	16 a 19/Abril	2.500
Finais do Campeonato Candango 2019 da 1º Divisão Brasiliense X Gama	20/abr	14.736

Evento	Data	Público Estimado
Banda Los Hermanos	22 a 30/Abril	15.000
Lançamento do DVD Dilsinho	29/Abril a 01/Maio	5.000
Villa Mix Festival Brasília 2019	01 a 08/Maio	50.000
Favela Sound	08 a 13/Maio	3.000
6º Vag Culture	18/mai	1.000
Bora de Bike	19/mai	3.000
Lançamento do evento Hair Brasília and Beauty Correalizado SETRA	21/mai	150
Aula Inaugural do IX Curso Operacional de ROTAM, nível misto 2019	24/mai	1000
Botafogo x Palmeiras	25/mai	33.143
Maio Amarelo	29/mai	200
Brasil X Catar	05/jun	34.204
Magic Island - Raul Mendes Jorge Neto	06 a 10/Junho	3.000
Bud Basement	06/Junho a 17/Julho	3.000
Aniversário Alexandre 2019	09/jun	180
Treinamento CSA/AL	11/jun	30
CSA/AL X Flamengo/RJ	12/jun	37.673
III Edição da Campus Party	13 a 25/Junho	10.000
57º Congresso da UNE - CONUNE	08 a 15/Julho	10.000
Hair Brasília and Beauty - Secretaria de Estado de Trabalho do DF, Correalizado Vici Produções e Eventos LTDA	08 a 18/Julho	5.000
Show Sandy & Junior	15 a 23/Julho	40.000
Smart Day	26 a 28/Julho	800
Aniversário 21 anos - Tribo da Periferia	05 a 12/Agosto	10.000
Copa dos Refugiados	09/ago	80
Vasco/RJ X Flamengo/RJ	17/ago	65.418
Jogo Amistoso de Confraternização da CGDF	23/ago	60
Futebol dos COP's	24/ago	500
Brasília X Planaltina	25/ago	231
Evento beneficente Instituto Ajax	31/ago	150
Final do Campeonato Candango De Juniores 2019 - Gama X Real F.C.	01/set	190
Alifa - Liga dos Advogados	02 e 04/Setembro	180
Avai/SC X Flamengo/RJ	07/set	47.575
Fluminense/RJ X Corinthians/SP	15/set	15.733
Copa América das Escolas Parque	26/set	200
Festa Eletrônica Só Track Boa	30/Setembro a 08/Outubro	12.000
Boteco do Gustavo Lima	07 a 15/Outubro	10.000
Festival Festeja 2019	10 a 14/Outubro	25.000
Seleção de Craques Suvinil	16 a 18/Outubro	120
Welcomed - 15 anos	17 a 20/Outubro	600
Entrega Kit Corrida Asics Golden Run Brasília 2019	18 e 19/Outubro	3.000
Festival Porão do Rock 2019	21 a 31/Outubro	7.000
HellouWin #9	23 a 27/Outubro	3.000
Drop Freak Show	30/Outubro a 03/Novembro	2.000
Made In Japan	05 a 10/Novembro	1.000
Fyah Cultura Black	07 a 09/Novembro	1.000
Dell Produções e Funfarras com a Preta Gil	07 a 10/Novembro	2.000
Turnê Hillsong United - Wiggle Produção de Eventos SPE EIRELI	09 a 19/Novembro	20.000
Favela Sounds - Festival Internacional de Cultura de Periferia (4ª Edição)	11 a 20/Novembro	5.000
Pavilhão Luz	13/Novembro a 28/Dezembro	25.000
Fan Fest - Transmissão do Jogo Taça da Libertadores da América - Flamengo X River Plate/Arg	17 a 25/Novembro	10.000
Feira do Estudante - Ano Letivo	26/Novembro a 03/Dezembro	2.000
Bazar Natalino - REMA	02 a 09/Dezembro	900
Club 999	05 a 08/Dezembro	1.000
Solidário Brasília 2019	09 a 18/Dezembro	10.000
Festa de Natal das Crianças da Abrace	11 a 16/Dezembro	1.000
Aniversario Smurphies	19 a 23/Dezembro	3.000

Foram realizados 80 (oitenta) eventos no Estádio Nacional de Brasília – Mané Garrincha, totalizando 642.042 (seiscentos e quarenta e dois mil e quarenta e dois) de público estimado.

Ginásio Nilson Nelson

O Ginásio de Esporte Nilson Nelson (antigo Ginásio de Esporte Presidente Médici) é um ginásio de esporte multiuso localizado no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna. Com capacidade para receber 11.015 (onze mil e quinze) espectadores, o espaço recebe partidas de diversas modalidades do esporte, principalmente de voleibol, basquetebol e futsal, além de também receber shows de artistas nacionais e internacionais.

Evento	Data	Público Estimado
69º Campeonato Brasileiro Intercolonial de Tênis de Mesa 2019	24 a 28/Janeiro	1.000
XXXIII Rebanhão	26/Fevereiro a 07/Março	10.000
Mega Show da Banda Legião Urbana	22 e 23/Março	7.000
Cirque du Soleil - Ovo	25/Março a 18/Abril	6.500
Festival Micarê	27 e 28/Abril	5.000

Evento	Data	Público Estimado
Liga das Nações Feminina de Vôlei 2019	16 a 25/Maio	12.000
Congresso Nacional da UMEG	: 05 a 09/Junho	8.000
Seletiva Centro-Oeste do Torneio Crossfit Brasil	12 a 17/Junho	980
Liga das Nações de Vôlei Masculina 2019	21/Junho a 02/Julho	12.000
Convenção G12	02 a 06/Julho	10.000
Eucaristia em Comemoração aos 40 Anos do Caminho Neocatecumenal	06 a 08/Julho	9.000
Congresso da UNE (CONUNE)	09 a 15/Julho	10.000
Show Racionais	02 e 03/Agosto	8.000
Micarê da Farra	05 a 09/Setembro	5.000
BIGS - Brazilian International Games Show	12 a 17/Setembro	2.500
Rock ao Vivo com Scorpions, Whitesnake, Helloween e Europe	20 a 28/Setembro	5.000
29ª Edição da Corrida do Fogo	26 a 29/Setembro	8.000
Solenidade Militar de Formatura dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e da Solenidade Militar de Colação de Grau da 3ª série do Ensino Médio	01 a 04/Octubro	3.000
Palestra "Alta Performance Profissional com Qualidade de Vida"	07 a 10/Octubro	12.000
Whindersson Nunes	18 e 19/Octubro	10.000
Hallel Som e Vida	22 a 29/Octubro	3.000
Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais	28/Octubro a 04/Novembro	4.500
61º WGP Kickboxing	06 a 09/Novembro	1.500
Congresso de Jovens Adventistas Voluntários do Centro Oeste do Brasil I Will Go	17 a 26/Novembro	8.000
PBR Brazil (Professional Bull Riders)	27/Novembro a 01/Dezembro	2.000
Solenidade Militar de Formatura dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e da Solenidade Militar de Colação de Grau da 3ª série do Ensino Médio	02 a 07/Dezembro	3.000
XXXV Vem Louvar	10 a 17/Dezembro	5.000

Foram realizados 27 eventos no Ginásio Nilson Nelson, totalizando 171.980 de público estimado.

Autódromo Internacional de Brasília

O Autódromo Internacional de Brasília Nelson Piquet, localizado no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, foi inaugurado em 1974. Sua construção foi feita em dois anos e engenheiro responsável, Samuel Dias, fez um circuito que até hoje é considerado um dos melhores do mundo. O que poucos sabem é que por trás das retas e curvas está o semblante estilizado de uma mulher tocando harpa. O Autódromo possui seis curvas para a esquerda e seis para a direita. A extensão é de 5.475,58 km e a maior reta tem 750 metros. Sua maior qualidade é o asfalto, que não possui ondulações e ainda é o original da construção. Em 29 de novembro de 2014 foi iniciada a reforma no autódromo, passando então para TERRACAP a responsabilidade sobre o espaço.

Evento	Data	Público Estimado
36º Congresso Geral da UMADEB	28/Fevereiro a 06/Março	9.000
Desenvolvimento de atividades práticas do Centro de Especialização o Curso de Pilotagem Policial	03 a 05 e 15 a 17/Abril	400
Campeonato de Som, Rebaixado e Drift 2019 - Centro de Treinamento Esportivo Conta Passos LTDA	08/04/2020	1.000
IV Curso de Formação de Motociclistas 2019	14/04/2020 07:00	400
Pilotagem Defensiva TRX Day	15 e 16/Junho	200
Direção Defensiva e Ofensiva	12/07/2020	500
Campeonato de Arrancada do Distrito Federal 2019	14/jul	500
Quarta Show Brasília Motor Clube	24/jul	900
Direção Defensiva e Ofensiva	7 a 9 e 21 a 23/Agosto	500
Treinamento de Agentes de Segurança do Ministério Público Federal	15, 16, 19 e 26/Agosto e 06/Setembro	150
Direção Defensiva e Ofensiva	02 a 4/Setembro e 18 a 20/Setembro	500
Curso de adaptação às novas viaturas Dodge Journey	07, 09, 12, 14, 16, 21, 23, 25, 26, 27, 28 e 30/Setembro	700
Night Challenge - Campeonato de Arrancada Brasília Motor Clube	13/set	500
Brasília Drag Racing - Campeonato de Arrancada Brasília Motor Clube	22/set	500
Curso de Motociclista Militar Batedor	26 e 27/Setembro	100
Instrução dos Agentes de Segurança Presidencial	1, 8, 15, 22 e 29/Octubro	70
Curso de adaptação às novas viaturas Dodge Journey	02 a 05, 09 a 12, 14, 17 a 19, 21, 23 a 25, 28, 30 e 31/Octubro	700
Jogos Escolares do Distrito Federal - JEDF : Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal	06/out	400
Quarta Show	16/out	900
Instrução dos Agentes de Segurança Presidencial	05, 16 e 26/Novembro	70
Direção Defensiva e Evasiva	13 e 14/Novembro	50
Brasília Drag Racing Campeonato de Arrancada	16/nov	500
Direção Defensiva e Ofensiva para seus Agentes de Segurança	18, 20 a 22/Novembro	70
Instrução dos Agentes de Segurança Presidencial Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	03, 10, e 17/Dezembro	70

Evento	Data	Público Estimado
Campeonato Brasileiro de Som e Rebaixados	09/12/2020	2.000

Foram realizados 25 eventos no Autódromo Internacional de Brasília – Nelson Piquet, totalizando 20.680 (vinte mil, seiscentos e oitenta) de público estimado.

Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek

O Parque da Cidade é um parque multiuso localizado na Asa Sul em Brasília, no Distrito Federal. Foi fundado em 11 de outubro 1978 e possui 420 hectares. Trata-se de um dos principais e mais extensos centros de lazer ao ar livre da cidade, concentrando quadras de esportes, lagos artificiais, parque de diversões, centro hípico e pistas de caminhada, patinação e ciclismo. O parque é considerado patrimônio de Brasília. Sua administração está sob responsabilidade da Secretaria Executiva das Cidades, da Secretaria de Governo. A instrução processual dos eventos com público maior que 200 (duzentas) pessoas são feita pela SEL.

Evento	Data	Local (Estacionamento)
Festival Internacional de Tambores – Adarrum	19 a 24/02/2019	nº12
Bloco da Baratinha	03 a 05/03/2019	nº12
Mentoring Walk	09/03/2019	nº4
Mecânica Automotiva para Mulheres	10/03/2019	nº10
Bloco Nego Fujão	10/03/2019	nº4
Cerva no Parque	10 a 11/03/2019	nº10
Carnaval no Parque	13/02 a 17/03/2019	nº9
Beba do Quadrado	16 e 17/03/2019	nº10
Caminha Down Associação DFDOWN	24/03/2019	nº10
Funn Festival	01/04 a 20/07/2019	nº4
Continental Cup de Vôlei de Praia 2019 - 02 a 04/04 Sul Americano de Vôlei De Praia - Etapa Brasil	02 a 04/04 e 05 a 07/04/2019	nº13
A Praça 20- RLV Produções de Eventos LTDA EPP	20 a 28/05/2019	nº9
Projeto Hidden	29/05 a 05/10/2019	nº10
Festa Volta aos Anos 80	15/06/2019	Piscina com Ondas
Beba do Quadrado	15 e 16/06/2019	nº10
Arraia no Parque	21 e 22/06/2019	nº12
Festa da Família- Colégio Projeção	23/06/2018	nº7
Beba do Quadrado	13 e 14/07/2019	nº10
5ª Edição do Festival BB Seguros de Blue e Jazz	31/07 a 04/08/2019	nº4
Ocupação Contém	01/08 a 01/09/2019	Piscina com Ondas
Brasas Festival	07 a 15/08/2019	nº4
Circuito Brasileiro de Vôlei De Praia - Temporada 2018/2019	11 a 28/08/2019	nº12
Beba do Quadrado - Guilherme Sette Câmara Magalhães	17 e 18/08/2019	nº10
Projeto "Ocupa!"	11/09 a 03/11/19	-
Tardezinha Surreal	16 a 24/09/2019	nº9
Circuito Passear 201	01/06/2019	nº9
Crazy Race	06/10/2019	nº8
Samba Park	12/10/2019	nº10
Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia -Temporada 2018/2019 -Super Praia	13 a 28/08/2019	nº 12
Beba do Quadrado - Guilherme Sette Câmara Magalhães	19 e 20/10/2019	nº10
Praia do Cerrado	26 e 27/10/2019	nº13
Samba Park	12/10/19	nº10
Circuito Banco do Brasil 2019	13/10/19	nº9
Color Race Brasil	01 a 03/11/2019	nº8

Foram realizados 34 eventos no Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek.

Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade

Localizado na área central de Brasília, está de portas abertas para todas as culturas, colocando à disposição um amplo espaço interno de 51 mil m², estacionamentos acessíveis com mais de quatro mil vagas e capacidade de 400 (quatrocentos) estandes-padrão com pontos de luz, água e telefone. Um mundo de possibilidades para fazer grandes eventos.

Evento	Data	Público Estimado
36º Congresso Geral da UMADEB	28/Fevereiro a 06/Março	9.000
27º Expotché	03 a 18/Junho	20.000
8º Festival do Japão em Brasília	26/Junho a 01/Julho	3.000
Catarinafest 2019 - 3ª Edição	02 a 16/Julho	20.000
16ª Conferência Nacional de Saúde	01 a 09/Agosto	3.000
6ª Marcha das Margaridas	11 a 16/Agosto	30.000
Convenção Internacional de Tatuagem e Body Piercing – Brasília Tatoo Festival 2019	10 a 15/Setembro	3.000

Evento	Data	Público Estimado
Festflor Brasil – Feira Nacional da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais- Interessado: Sempre Produções E Eventos LTDA – EPP Correalizado SEC. Agricultura / EMATER / CEASA	14 a 24/Setembro	3.000
Brasília Capital Fitness	30/Setembro a 07/Outubro	5.000
16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT 2019	08/Outubro a 02/Novembro	20.000
Corporativo Baile de Formatura da Polícia Federa	04 a 08/Novembro	4.500
Show com Dilsinho	09 a 11/Novembro	9.000
Congresso de Jovens Adventistas Voluntários do Centro Oeste do Brasil I Will Go	19 a 25/Novembro	8.000

Foram realizados 13 (treze) eventos no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, totalizando 137.500 (centro e trinta e sete mil e quinhentos) de público estimado.

Programas

Programa Centro Olímpicos e Paralímpicos

Centros Olímpicos e Paralímpicos – COP’s – O Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos tem a finalidade de assegurar o atendimento por meio da prática esportiva, com ações transversais, e de lazer contribuindo, assim, para o pleno desenvolvimento humano, bem como possibilitando o desenvolvimento esportivo de crianças, jovens, adultos e idosos. A proposta do programa oferece uma alternativa diferenciada, usando atividades em que os valores como cooperação, solidariedade, pensamento crítico e autoestima propiciem enriquecimentos internos, transformando assim as expressões da sua conduta. O Programa é desenvolvido pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal em parceria com Entidades sem fins lucrativos, que oferecem, em três turnos, além das atividades pedagógicas, eventos esportivos, eventos comemorativos e cursos de qualificação social.

As atividades ofertadas abrangem pessoas com deficiência, crianças, jovens, adultos de várias faixas etárias em face da gama de práticas ofertadas.

Atualmente mais de 40.000 pessoas/usuários, são beneficiadas através dos 12 Centros Olímpicos e Paralímpicos - COP's, espalhados pelo Distrito Federal, oportunizando o desenvolvimento de práticas e modalidades esportivas, tais como: atletismo, basquete, capoeira, dança, hidroginástica, judô, karatê, futsal, atividade física orientada, ginástica acrobática dentre outras.

Os Centros iniciaram as atividades no ano de 2019 com atendimento aproximado de 30.000 (trinta mil) alunos. No decorrer do ano, este número cresceu e chegou a cerca de 40.000 (quarenta mil) alunos matriculados. Além das atividades regulares, cerca de 4.000 (quatro mil) pessoas/mês ocupam as estruturas aos fins de semana em eventos sociais e comunitários.

Além de ampliar o atendimento, estamos trabalhando para melhorar a qualidade do serviço prestado. A despeito dos serviços relacionados à manutenção dos espaços, contamos com contrato vigente com empresa especializada, que vem trabalhando na resolução de problemas que outrora eram empecilhos para o regular desenvolvimento das atividades nas instalações. Em complementação, firmamos contrato com empresa específica para manutenção das casas de máquina das piscinas e limpeza e conservação dos azulejos.

No Centro Olímpico e Paralímpico da Cidade Estrutural foram criadas as condições necessárias para sediar o Batalhão da Polícia Militar no espaço, evitando assim as depredações e furtos que ocorriam sistematicamente naquele local. Hoje o COP esta em pleno funcionamento, e conta com mais de 2.000 alunos matriculados.

Futuro Campeão - É um programa voltado para a transformação de jovens talentos em atletas de rendimento, por meio do qual são formados esportistas profissionais que podem representar Brasília em campeonatos regionais, nacionais e internacionais. As seletivas acontecem em toda comunidade do Distrito Federal e são realizadas nos Centros Olímpicos e Paralímpicos semestralmente. As vagas se estendem a pessoas com deficiência, as quais são avaliadas nas perspectivas técnicas e físicas, de acordo com o potencial para cada modalidade (natação, saltos ornamentais, vôlei, basquete, atletismo, tênis, ginástica acrobática, ginástica rítmica e bocha adaptada).

Os treinos de rendimento do programa Futuro Campeão são gratuitos, com técnicos especializados, auxílio-transporte para os atletas e responsáveis, além de lanche. Em 2019 foram atendidos 244 alunos no projeto, sendo 28 na modalidade ginástica acrobática, 19 nos saltos ornamentais, 30 no vôlei, 29 na natação, 20 no basquete, 30 no tênis, 29 na ginástica rítmica, 36 na bocha adaptada e 23 no atletismo.

Os Centros Olímpicos e Paralímpicos têm em sua estrutura de funcionamento o desenvolvimento de três programas, construídos sobre a fundamentação, conceituação e classificação esportiva nacional, definidas em:

Esporte Educacional

- Desenvolvimento Motor - I - 04 a 06 anos
- Desenvolvimento Motor - II - 07 e 08 anos Iniciação Esportiva - 09 a 11 anos
- Preparação Esportiva - I - 12 e 13 anos
- Preparação Esportiva - II - 14 a 17 anos

Esporte de Participação

- Participação -I - 18 a 35 anos
- Participação- II - 36 a 59 anos
- Participação-III - a partir de 60 anos
- Espaço de Convivência e Lazer

Esporte de Rendimento

- Programa Futuro Campeão (Objetivo do Programa é formar jovens atletas que estejam aptos a representar o Distrito Federal em competições locais, nacionais e internacionais).

As atividades são realizadas em três turnos (Matutino, Vespertino e Noturno) abertas ao público participante dos programas, de terça à sexta-feira, podendo funcionar das 06h45 às 21h45, e sábado das 7h às 12h, de acordo com a necessidade e interesse da Secretaria. Aos finais de semana os Centros Olímpicos e Paralímpicos, disponibilizam à comunidade a sua infraestrutura como espaço de convivência e lazer, das 9 às 16 horas, para a prática de esportes com os amigos. As entidades conveniadas oferecem aos alunos e à comunidade, além das atividades esportivas, cursos de qualificação sociais desenvolvidos de acordo com o Plano de Trabalho.

As modalidades oferecidas nos Centros Olímpicos e Paralímpicos podem ser visualizadas abaixo:

- Atividade física orientada: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Atletismo: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Basquete: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Boxe: Estrutura.
- Capoeira: Ceilândia.
- Capoterapia: Ceilândia.
- Corrida / Caminhada Orientada: Samambaia.
- Dança: Gama.
- Desenvolvimento Motor I: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Desenvolvimento Motor II: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Futebol de Areia: Estrutural, Riacho Fundo I e Setor O.
- Futebol Society: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Futsal: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Ginástica Acrobática: Estrutural.
- Ginástica Localizada: Brazlândia, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Ginástica Rítmica: Ceilândia, Samambaia, Santa Maria e Setor O.
- Handebol: Recanto das Emas, Sobradinho e Planaltina.
- Hidroginástica: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O e Planaltina.
- Jiu-jitsu: Brazlândia, Ceilândia, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria e Setor O.
- Jump: Santa Maria.

- Judô: Estrutural, São Sebastião e Planaltina.
- Karatê: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Natação: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O e Planaltina.
- Pilates: Ceilândia e Samambaia.
- Saltos Ornamentais: Gama.
- Tênis: Estrutural, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião e Planaltina.
- Voleibol: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.

Modalidades para pessoas com deficiência:

- Atletismo: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Bocha: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Estimulação Básica: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Estimulação Global – I: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Estimulação Global – II: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Estimulação Essencial: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Natação: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O e Planaltina.
- Programa de Inclusão: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.
- Projeto Esportivo: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor O, Sobradinho e Planaltina.

Os Centros Olímpicos e Paralímpicos também trabalham com parcerias entre órgãos públicos do GDF e OSC's para desenvolvimento de atividades, conforme a seguir:

- **Secretaria de Estado de Saúde**

Programa Saúde da Família - é entendido como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade. COP's que possuem o Programa Saúde da Família: Ceilândia Parque da Vaquejada, Recanto das Emas, São Sebastião e Planaltina.

- **Secretaria de Cultura e Economia Criativa**

Programa Mala do Livro - amplia as possibilidades de acesso ao livro com a utilização de minibibliotecas para atividades de empréstimo, tendo por objetivo incentivar e formar o hábito da leitura, democratizar o acesso ao livro e a informação e, ainda, apoiar o exercício da cidadania. COP's que possuem o Programa Mala do Livro: Os 12 (doze) Centros Olímpicos e Paralímpicos.

- **Secretaria de Estado de Educação (Parceria com as Regionais de Ensino)**

Programa Escola Integral - tem o objetivo de contribuir para a educação integral, conforme determinação do Plano de Governo. COP's que possuem o Programa Escola Integral: Brazlândia, Ceilândia, São Sebastião, Setor O e Sobradinho.

Centro de Iniciação Desportiva (CID) - utiliza os espaços nos COP's para que possam ser realizadas as atividades dos CIDs para treinamento, bem como para competições. COP's que possuem o Programa iniciação desportiva – CID: São Sebastião e Samambaia

- **Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania**

Programa Prestação de Serviço a Comunidade-PSC - tem o objetivo de contribuir para a recuperação dos adolescentes/jovens que cumprem medidas sócio educativas, dando ao adolescente a oportunidade de estar em um ambiente saudável e familiar, onde os valores do esporte são vivenciados. COP's que possuem o Programa Prestação de Serviço à Comunidade-PSC: Os 12 (doze) Centros Olímpicos e Paralímpicos.

Núcleo de Atendimento Integrado-NAI - É um programa que reúne, no mesmo espaço físico, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Defensoria Pública do Distrito Federal e Secretarias de Estado de Saúde, de Educação, de Segurança Pública e de Assistência Social, com objetivo de prestar atendimento imediato, eficaz, eficiente, humano e educativo ao adolescente apreendido em flagrante, a quem se atribua autoria de ato infracional, onde o Centro Olímpico e Paralímpico recebe encaminhamentos para acolhimento. COP's que possuem o Núcleo de Atendimento Integrado-NAI: Os 12 (doze)Centros Olímpicos e Paralímpicos.

Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio - Consiste num equipamento público de atendimento integrado e humanizado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, visando a proteção integral, onde o Centro Olímpico e Paralímpico recebe encaminhamentos para acolhimento. COP's que participam Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio: Os 12 (doze)Centros Olímpicos e Paralímpicos.

- **Secretaria de Estado da Segurança Pública**

Programa Esporte à Meia Noite - Tem por objetivo atender adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade em dez núcleos de prática em nove regiões administrativas: Gama, Ceilândia, Estrutural, Planaltina, Itapoã, São Sebastião, Sobradinho II, Santa Maria e Samambaia. As aulas, ministradas por 22 (vinte e dois) professores de educação física da Secretaria de Educação, ocorrem de segunda a sexta feira, das 22 às 2 horas. Entre as práticas estão basquete, boxe, damas, dominó, futebol, tênis de mesa, vôlei e xadrez. COP's que participam disponibilizando o equipamento para Programa Esporte a Meia Noite: Centros Olímpicos e Paralímpicos de Samambaia, Santa Maria e Gama.

- **Outras Parcerias**

Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE) - consiste em capacitar as Coordenações de Pessoas com Deficiência - CPD dos Centros Olímpicos e Paralímpicos a realizar avaliação funcional para que as pessoas com deficiência possam fazer modalidades regulares ou específicas nos COPS. COP's que possuem parceria com o CETEFE: Os 12 (doze) Centros Olímpicos e Paralímpicos (vigente mais sem acompanhamento).

Atendimentos nos Centros Olímpicos e Paralímpicos

- Brazlândia: 11.807
- Ceilândia: 20.172
- Estrutural: 16.181
- Gama: 18.764
- Recanto das Emas: 13.335
- Riacho Fundo I: 8.755
- Samambaia: 19.657
- Santa Maria: 11.260
- São Sebastião: 20.934
- Setor O: 17.379
- Sobradinho: 10.000
- Planaltina: 18.849

Total de Atendimentos nos Centros Olímpicos e Paralímpicos - 187.093 atendimentos

Alunos Atendidos nos Centros Olímpicos e Paralímpicos

- Brazlândia: 3.161
- Ceilândia: 4.195
- Estrutural: 2.131
- Gama: 3.740
- Recanto das Emas: 4.019
- Riacho Fundo I: 3.652
- Samambaia: 5.192
- Santa Maria: 3.073
- São Sebastião: 4.156
- Setor O: 5.699
- Sobradinho: 2.412

- Planaltina: 4.613

Total de Alunos Atendidos nos Centros Olímpicos e Paralímpicos – 46.043 alunos

Qualificação Social - Centros Olímpicos e Paralímpicos

- Brazlândia: 150
- Ceilândia: 45
- Estrutural: 1.400
- Gama: 150
- Recanto das Emas: 150
- Riacho Fundo I: 45
- Samambaia: 45
- Santa Maria: 150
- São Sebastião: 45
- Setor O: 45
- Sobradinho: 45
- Planaltina: 150

Total: 2.420

Usuários Espaço Convivência e Lazer - Centros Olímpicos e Paralímpicos

- Brazlândia: 2.738
- Ceilândia: 6.181
- Estrutural: 3.805
- Gama: 5.898
- Recanto das Emas: 3.423
- Riacho Fundo I: 1.284
- Samambaia: 6.938
- Santa Maria: 3.787
- São Sebastião: 5.429
- Setor O: 1.485
- Sobradinho: 45
- Planaltina: 4.368

Total: 49.777

Atendimentos realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos em Parceria com a Secretaria de Educação – Escola Integral

- Brazlândia: 98
- Ceilândia: 480
- São Sebastião: 118
- Setor O: 259
- Sobradinho: 150

Total: 1.105

Atendimentos realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos em Parceria com a Secretaria de Educação – CID

- Samambaia: 95
- São Sebastião: 26

Total: 121

Atendimentos realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos em Parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa – Mala do Livro

- Brazlândia: 550
- Ceilândia: 250
- Estrutural: 240
- Gama: 210
- Recanto das Emas: 150
- Riacho Fundo I: 405
- Samambaia: 610
- Santa Maria: 300
- São Sebastião: 150
- Setor O: 220
- Sobradinho: 406
- Planaltina: 500

Total: 3.991

Eventos Realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos

- COP Brazlândia, 14 eventos, totalizando 5.110 participantes
- COP Ceilândia, 38 eventos, totalizando 9.021 participantes
- COP Estrutural, 23 eventos, totalizando 8.605 participantes
- COP Gama, 14 eventos, totalizando 8.766 participantes
- COP Recanto das Emas, 14 eventos, totalizando 5.593 participantes
- COP Riacho Fundo I, 15 eventos, totalizando 3.369 participantes
- COP Samambaia, 32 eventos, totalizando 6.777 participantes
- COP Santa Maria: 17 eventos, totalizando 3.950 participantes
- COP São Sebastião: 11 eventos, totalizando 11.010 participantes
- COP Sobradinho: 11 eventos, totalizando 2.546 participantes
- COP Setor O: 14 eventos, totalizando 9.671 participantes
- COP Planaltina: 24 eventos, totalizando 9.218 participantes

Total de público nos eventos realizados nos COPS: 83.636

Programa Apoio a eventos

Finalidade: Apoiar eventos promovidos por pessoas jurídicas, órgãos públicos, entidades governamentais e não governamentais sem fins lucrativos, com recursos materiais de infraestrutura e logística, os quais poderão ser destinados ao fomento das práticas esportivas nos seguintes eixos:

- Esporte de Rendimento;
- Esporte Educacional;
- Esporte de Participação e Lazer

A Secretaria de Esporte e Lazer está empenhada e vem trabalhando para captar, apoiar e realizar grandes eventos esportivos. Um dos principais objetivos é colocar o Distrito Federal na rota dos grandes eventos esportivos nacionais e internacionais.

A realização de eventos na Capital Federal, além de incentivar as boas práticas, de crianças, jovens e adultos, também é um incentivo ao cidadão para obtenção de qualidade de vida ao participarem de eventos que proporcionam esporte, lazer e entretenimento.

Os eventos atraem à cidade atletas amadores e profissionais, e também milhares de pessoas envolvidas nos projetos, o que movimenta a cadeia produtiva, como a rede hoteleira, a gastronomia, o transporte e o comércio em geral. Além do retorno ao Distrito Federal por meio de impostos, somando ainda a visibilidade de Brasília para mundo.

Grand Slam de Judô: Brasília estreou na rota dos grandes eventos internacionais. O Grand Slam de Judô foi realizado nos dias 6 a 8 de outubro, disputado pela quinta vez no Brasil, e teve como anfitriã a Capital do Brasil. A 5ª Edição, a maior até hoje, abrangeu 58 (cinquenta e oito) países e 387 (trezentos e oitenta e sete) atletas inscritos. As quatro primeiras edições aconteceram nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, e tiveram como sede o Estado do Rio de Janeiro. O Centro Internacional de Convenções do Brasil – CICB foi o palco da atração. Evidenciada a rotatividade do público, estima-se o número aproximado de 6 (seis) mil pessoas/dia. O evento terminou com 17 (dezessete) medalhas para os atletas nacionais, um dos melhores resultados em Grand Slams com o total de 4 (quatro) medalhas de ouro, 9 (nove) de prata e 4 (quatro) de bronze. Dados do SPORTV demonstraram que no dia 8 de outubro, último dia do evento e da luta do francês Teddy Riner, mais de 5,5 milhões de pessoas foram impactadas pela transmissão ao vivo do evento. Esses números são maiores que a transmissão da Copa do Mundo Feminina de Futebol. No jogo Brasil e França de 2019, a partida de eliminação da equipe brasileira, alcançou a marca de 5,281 milhões de expectadores.

Legado: O incentivo e fomento à prática da modalidade no Distrito Federal com previsão de implantação da atividade, no próximo ano (2020), nos 12 Centros Olímpicos e Paralímpicos, espalhados pelo Distrito Federal.

Copa do Mundo FIFA Sub 17: Brasília foi sede da Copa do Mundo SUB-17 da FIFA. O evento aconteceu entre os 26 de outubro e 17 de novembro. O Distrito Federal já manifestou interesse em sediar as categorias SUB-20 FIFA, em 2021, e a Copa do Mundo Feminina FIFA, em 2023. O Estádio Valmir Campelo Bezerra, o Bezerrão, no Gama, foi o cenário para 18 partidas, em rodadas duplas. Dentre as quais destacamos os jogos de abertura e encerramento. O Mundial foi transmitido simultaneamente para 160 países. Outras informações: A partida de estreia do Brasil foi contra o Canadá no dia 26 de outubro. E o Brasil venceu por 4 a 1, mesmo com a chuva forte que caía pelo Gama, mais de 11 mil pessoas compareceram ao estádio. A final da Copa do Mundo Sub-17 reuniu mais de 13 mil

torcedores. O Brasil venceu a seleção mexicana por 2 a 1. O público estimado nos jogos realizados no Estádio Bezerrão foi de 68.269.



Eventos apoiados em 2019

A Secretaria de Esporte e Lazer por meio do Programa Apoio a Eventos, apoiou institucionalmente 57 eventos em 2019, alcançando um público estimado de 840.505 pessoas.

Evento: Ocupação Contém

- Data do Evento: Período de 05 de setembro a 03 de novembro
- Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
- Público Estimado: 50.000

Evento: Curso de adaptação às novas viaturas Dodge Journey

- Data do Evento: Setembro/Outubro
- Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
- Público Estimado: 100

Evento: Realização do evento Night Challenge - Campeonato de Arrancada

Data do Evento: 13 de setembro, das 08h00 às 02h00

Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço

Público Estimado: 4.000

Evento: 1ª Corrida de Reis etapa Regional Riacho Fundo I

- Data do Evento: 13/10/2019
- Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
- Público Estimado: 1.500

Evento: 1ª Feira Do Estudante

- Data do Evento: 28/11 à 01/12/2019
- Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
- Público Estimado: 10.000

Evento: Apoio de local para realização do curso internacional de oficiais técnicos Nível 2

- Data do Evento: Entre os dias 27 a 29 de Setembro de 2019

- Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 100
- Evento: Campeonato de Arrancada
- Data do Evento: 14 de julho de 2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 2.000
- Evento: 6º Marcha das Margaridas
- Data do Evento: 11 a 16 de agosto de 2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 200.000
- Evento: Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia - Temporada 2018/2019 - Super Praia
- Data do Evento: 13 a 28 de agosto de 2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 7.500
- Evento: Confraternização dia dos Pais da Controladoria Geral DF
- Data do Evento: 23 de agosto de 2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 100
- Evento: Copa dos Refugiados e Imigrantes
- Data do Evento: 17, 18 e 24 de agosto de 2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 160
- Evento: Copa União
- Data do Evento: 30 de junho
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 2.815
- Evento: Corrida Asics Golden Run Brasília 2019
- Data do Evento: 18 e 19 de outubro
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 3.000
- Evento: Projeto Ocupa!
- Data do Evento: 05/09/2019 a 03/11/2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 20.000
- Evento: Gran Fondo Brasília
- Data do Evento: 13 de outubro
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 700
- Evento: Bora de Bike
- Data do Evento: 15 de setembro
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 15.000
- Evento: 4º Campeonato da Associação da Liga de Futebol dos Advogados e Advogadas do Brasil
- Data do Evento: 07/09/2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 1.400
- Evento: Finais do Campeonato Candango 2019 da 1ª Divisão
- Data do Evento: 13/04/2019 e 20/04/2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 30.000
 - Evento: Liga das Nações Feminino e Masculino de Vôlei/2019
 - Data do Evento: Período de 14 a 25 de maio
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 5.000
- Evento: O gari mais veloz de Brasília Corrida de Reis
- Data do Evento: 08/12/2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 600

- Evento: Mundial FIFA Sub17 - Estádio Bezerrão
- Data do Evento: 26 de outubro e 17 de novembro de 2019.
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 50.000
- Evento: Realização do evento - Jogo do Rei 12
- Data do Evento: 03/11/2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 1.000
- Evento: Futebol Solidário Natal Sem Fome 2019 - Jogo das Estrelas
- Data do Evento: 22/dez
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 500
- Evento: 4º Desafio Flamengo x Vasco, partida de futebol entre os militares deste grupamento
- Data do Evento: 30 de novembro, das 8h às 13h.
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 1.000
- Evento: Corrida de Reis 2019
- Data do Evento: 09/06/2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 17.030
- Evento: Fun Fest Conmebol - Libertadores 2019
- Data do Evento: 23 de novembro de 2019
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 10.000
- Evento: Campeonato Candango 2019
- Data do Evento: Fevereiro à Março
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 50.000
- Evento: Jogos de Futebol
- Data do Evento: Fevereiro à Março
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 10.000
- Evento: Brasiliense X Bolamense
- Data do Evento: 24 de março
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 5.000
- Evento: Real FC X Sobradinho E.C
- Data do Evento: 31 de março
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 5.000
- Evento: Finais do Campeonato Candango 2019 da 1º Divisão
- Data do Evento: 13 a 20 de abril
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 5.000
- Evento: Botafogo X Palmeiras
- Data do Evento: 25 de maio
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 30.000
- Evento: Brasil X Catar
- Data do Evento: 05 de junho
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 70.000
- Evento: CSA/AL X Flamengo/RJ
- Data do Evento: 12 de junho
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 50.000
- Evento: Jogo Vasco X Flamengo
- Data do Evento: 17 de agosto
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço

- Público Estimado: 50.000
- Evento: Brasília X Planaltina
- Data do Evento: 25 de agosto
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 10.000
- Evento: Avaí/SC X Flamengo
- Data do Evento: 07 de setembro
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 50.000
- Evento: Final do Campeonato Candango de Juniores 2019 Gama X Real F.C.
- Data do Evento: 01 de setembro
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 5.000
- Evento: Copa América das Escolas Parque
- Data do Evento: 26 de setembro
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 5.000
- Evento: Congresso de Jovens Adventistas Voluntários do Centro Oeste do Brasil I Will Go
- Data do Evento: 19 a 25 de novembro
 - Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 5.000
- Evento: Made In Japan
- Data do Evento: 5 a 10 de novembro
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 15.000
- Evento: Fan Fest - Transmissão do Jogo Taça da Libertadores da América Flamengo X River Plate/ARG
- Data do Evento: 17 a 25 de novembro
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 5.000
- Evento: Torneio Crossfit Brasil
- Data do Evento: 17 de junho
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 6.000
- Evento: Congresso Nacional da UMEG
- Data do Evento: 05 a 09 de junho
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 6.000
- Evento: Congresso da UNE (CONUNE)
- Data do Evento: 09 a 15 de julho
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 10.000
- Evento: 29ª Edição da Corrida do Fogo
- Data do Evento: 26 a 29 de setembro
- Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 1.000
- Evento: BIGS - Brazilian International Games Show
- Data do Evento: 12 a 17 de setembro
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 15.000
- Evento: PBR Brazil - Professional Bull Riders
- Data do Evento: 27 de novembro a 1 de dezembro
 - Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 10.000
- Evento: Congresso de Jovens Adventistas Voluntários do Centro Oeste do Brasil - I Will Go
- Data do Evento: 19 a 26 de novembro
 - Apoio Institucional / Cessão de Espaço
 - Público Estimado: 5.000

Evento: WGP Kickboxing 61º

- Data do Evento: Novembro
- Apoio: Apoio Institucional / Cessão de Espaço
- Público Estimado: 10.000

Programa Compete Brasília

O Programa Compete Brasília tem como objetivo incentivar a participação de atletas e paratletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, por meio da concessão de transporte aéreo (destinos nacionais e/ou internacionais) e/ou transporte terrestre (destinos nacionais). Atendimentos:

- Atletas
- Janeiro: 22
- Fevereiro: 8
- Março: 109
- Abril: 136
- Maio: 383
- Junho: 222
- Julho: 162
- Agosto: 353
- Setembro: 284
- Outubro: 280
- Novembro: 511
- Dezembro: 89

Total anual: 2.559

- Janeiro: 8
- Fevereiro: 3
- Março: 37
- Abril: 40
- Maio: 80
- Junho: 54
- Julho: 49
- Agosto: 101
- Setembro: 58
- Outubro: 73
- Novembro: 88
- Dezembro: 25
- Total anual: 616

Total de atendimentos: 3.175

Programa Bolsa Atleta

O Bolsa Atleta é um programa de patrocínio individual de atletas e Paratletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade e que não possuam patrocínio. O programa garante condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas. O benefício do Programa Bolsa Atleta foi concedido durante todo o exercício de 2019, configurando até 12 recebimentos. O valor mensal do benefício concedido ocorreu de acordo com a classificação dos atletas e dos níveis da modalidade. Foram disponibilizadas em 2019, 751 bolsas paralímpicas para 100 atletas contemplados por meio de recursos oriundos do Fundo de Apoio ao Esporte, obedecendo ao seguinte critério:

I – Estudantil A: estudante de 12 a 20 anos de idade, da rede de ensino público ou privado, com participação em jogos escolares distritais, nacionais ou internacionais;

II – Estudantil B: estudante de curso da educação superior de instituição localizada no Distrito Federal, com participação em jogos universitários distrital, nacional ou internacional;

III – Distrital: atleta com participação em competições regionais e distritais, com idade mínima de 14 anos e;

IV – Nacional: atleta com participação em competições nacionais da série A ou, quando não houver indicação da Série A na modalidade esportiva, da série B.

Quanto às bolsas convencionais foram disponibilizadas em 2019, 876 bolsas paralímpicas para atletas contemplados, obedecendo ao seguinte critério:

I – Olímpico A – Atletas que tenham participado de Olimpíada e obtido até a 4ª colocação (1ª a 4ª colocação), estando atualmente vinculados a clubes do Distrito Federal, independente da modalidade esportiva, e que continuem se preparando para futuras Olimpíadas, com o aval da respectiva Entidade Regional de Administração do Desporto (Federação) e Entidade Nacional de Administração do Desporto (Confederação);

II – Olímpico B – Atletas que tenham participado de Olimpíada, estando atualmente vinculados a clubes do Distrito Federal, independente da modalidade esportiva, e que continuem se preparando para futuras Olimpíadas, com o aval da respectiva Entidade Regional de Administração do Desporto (Federação) e Entidade Nacional de Administração do Desporto (Confederação);

III – Internacional – Atletas que tenham participado de seleção nacional em campeonatos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais, e obtidos até a 4ª colocação (1ª a 4ª colocação), e que continuem se preparando para futuras competições internacionais, com o aval da respectiva Entidade Regional de Administração do Desporto (Federação) e Entidade Nacional de Administração do Desporto (Confederação);

IV – Nacional – Atletas que tenham participado do evento máximo da temporada nacional, representando o Distrito Federal e obtido até a 4ª colocação (1ª a 4ª colocação), e que continuem se preparando para futuras competições nacionais, com o aval da respectiva Entidade Regional de Administração do Desporto (Federação);

V – Estadual – Atletas indicados pelas respectivas Entidades de Administração do Desporto (Federações), obedecendo a critérios de ranking e possibilidades de compor seleções nacionais, mas, no mínimo, pertencentes à categoria juvenil da respectiva modalidade, e que continuem se preparando para futuras competições, com o aval da respectiva Entidade Regional de Administração do Desporto (Federação);

VI – Estudantil – Estudantes de 12 a 16 anos de idade com perspectivas de compor seleções nacionais, indicados pelas direções de escolas, com o aval das Diretorias Regionais de Ensino, e selecionados por uma Comissão Mista da Secretaria de Esporte e Valorização da Juventude e respectivas Entidades Regionais de Administração do Desporto (Federações), levando em conta os títulos e resultados conquistados pelos jovens atletas e a convocação para a seleção do Distrito Federal, e que continuem se preparando para futuras competições, com o aval da respectiva Entidade Regional de Administração do Desporto.

Bolsa Atleta Convencional

Total: 124 bolsas / 62 Estudantil / 27 Estadual / 20 Nacional / 14 Internacional / 1 Olímpico

Bolsa Atleta Paralímpica

Total: 100 bolsas / 18 Estudantil A / 3 Estudantil B / 53 Distrital / 26 Nacional

Programa Escola de Esportes

O Programa Escola de Esportes tem como objetivo incentivar a prática esportiva, entre crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos, integrar o adulto, o idoso e pessoas com deficiência em programas que estimulem hábitos de vida saudáveis e a formação de equipes esportivas que possam revelar talentos para o cenário esportivo.

As matrículas são abertas à comunidade do DF e do Entorno. As vagas são prioritariamente disponibilizadas aos alunos da rede pública do ensino regular, educação infantil e ensinos fundamental e médio do Distrito Federal.

Atualmente mais de 3.400 pessoas em 9 modalidades, são atendidas mensalmente nas instalações físicas do Centro Poliesportivo Ayrton Senna (Complexo Aquático Claudio Coutinho e Ginásio Nilson Nelson).

As aulas ofertadas são: alongamento, aquatremo, ginástica acrobática, judô, karatê, musculação, nado artístico, natação e saltos ornamentais.

Modalidades da Escola de Esportes

- Total – 3.409 alunos matriculados no 1º semestre / 3.466 alunos matriculados no 2º semestre

Infraestrutura

Durante o ano de 2019 foram realizadas várias ações voltadas à manutenção e recuperação dos Equipamentos Próprios da Secretaria, possibilitando o bom funcionamento de cada um deles, eliminando possíveis riscos aos seus usuários, que em média chega a um quantitativo de 83.0 pessoas.

A Secretaria atua nas atividades voltadas à manutenção dos seus Próprios de Esporte por meio do Contrato de Prestação de Serviço nº 04/2019, que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção predial, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão

de obra, sob demanda, a fim de atender as necessidades dos Próprios, que atualmente estão sob a responsabilidade deste Órgão, quais são:

- Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek;
- Estádio Valmir Campelo Bezerra (Bezerrão);
- Ginásio Nilson Nelson;
- Parque Aquático Claudio Coutinho (Ginásio Claudio Coutinho);
- Autódromo Internacional Nelson Piquet;
- Centros Olímpicos e Paralímpicos:
 1. Centro Olímpico e Paralímpico de Brazlândia;
 2. Centro Olímpico e Paralímpico de Ceilândia (Parque da Vaquejada);
 3. Centro Olímpico e Paralímpico de Ceilândia (QNO);
 4. Centro Olímpico e Paralímpico de Estrutural;
 5. Centro Olímpico e Paralímpico de Gama;
 6. Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina;
 7. Centro Olímpico e Paralímpico de Recanto das Emas;
 8. Centro Olímpico e Paralímpico de Riacho Fundo I;
 9. Centro Olímpico e Paralímpico de Samambaia;
 10. Centro Olímpico e Paralímpico de Santa Maria;
 11. Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião e
 12. Centro Olímpico e Paralímpico de Sobradinho.

Foram emitidas 16 Ordens de Serviço – O.S de Manutenção nos próprios desta Secretaria de Esporte, qual apresentou despesa total no valor de R\$ 718.226,70 (setecentos e dezoito mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta centavos), atendendo os Próprios relacionados abaixo: Os serviços prestados dizem respeito à manutenção geral com: serviço de pintura, hidráulica, reparos contra incêndios, troca de vidros, troca de lâmpadas, espelhos, manutenções nos banheiros em geral, entre outros. As execuções dos serviços solicitados nos equipamentos Próprios supracitados foram realizadas até dia 30/12/2019 e os trabalhos de manutenção terão continuidade pelo mesmo contrato até maio de 2020.

O trabalho realizado pela gestão teve o principal objetivo de atuar nas necessidades urgentes dos equipamentos próprios, finalizando o ano de 2019 com todos Próprios funcionando bem e em boas condições de uso.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O ano de 2019 ficou marcado por tornar efetivamente Brasília a Capital do Esporte. Não obstante o baixo investimento financeiro, em decorrência de ausência de Ata de Eventos para modalidades diversas, foram trazidos ao DF, com o apoio institucional da SEL, torneios nacionais e internacionais, a citar Grand Slam de Judô, Copa FIFA Sub-17, Liga das Nações de Vôlei, Jogos de Futebol do Campeonato Brasileiro/Copa do Brasil, Amistoso da Seleção Brasileira de Futebol, dentre outros. O ano de 2019 foi marcado pela retomada do desenvolvimento esportivo no Distrito Federal, cerca de meio milhão de pessoas prestigiaram, interagiram e participaram de várias modalidades esportivas, que fizeram parte do calendário brasileiro.

No exercício de 2019 a Secretaria de Esporte e Lazer celebrou 50 Termos de Fomento, sendo 02 com recursos do Fundo de Apoio ao Esporte – FAE, e 48 com recursos oriundos de Emenda Parlamentar Distrital. Além disso, a Secretaria foi contemplada com 02 Emendas Parlamentares Federais a serem executadas junto ao Ministério da Cidadania através da Secretaria Especial do Esporte. Dessa forma, a Subsecretaria elaborou 02 projetos que resultaram na celebração de 02 Convênios para execução dos Programas Vida Saudável e Brincando com Esporte, os quais ofertarão variadas modalidades esportivas em diferentes Regiões Administrativas do DF, prevendo inicialmente o atendimento de aproximadamente 2.000 pessoas, de crianças a idosas e pessoas com deficiência. Com relação aos entraves enfrentados, podemos sinalizar o déficit orçamentário ao longo do exercício financeiro, que gerou impactos na execução das Emendas, tendo em vista o montante indicado e o de fato autorizado e desbloqueado.

O Programa Bolsa Atleta 2019 teve alguns contratemplos gerados pela mudança de Governo onde ocorreu a extinção da Secretaria de Esporte e Turismo e depois a criação da Secretaria

de Esporte e a Secretaria de Turismo independentes, ocasionando uma demora na análise dos processos dos atletas que infelizmente não conseguiram finalizar seus pleitos no ano de 2018, porém em abril de 2019 os atletas já iniciaram a regularização dos documentos podendo, desta forma, serem contemplados no Programa. O Programa Compete Brasília sofreu no início de 2019, uma vez que houve uma demora na liberação financeira para o Programa, bem como a falta de contratos com volume adequado de orçamento para o atendimento anual da demanda do Programa. Registra-se ainda o número reduzido de colaboradores que atuam diretamente nos Programas Bolsa Atleta e Compete Brasília, ocasionando algumas vezes a necessidade de realizar força tarefa para atendimento de demandas dos programas.

A Escola de Esportes no que diz respeito à permanência da parceria entre as duas secretarias de governo, atualmente estabelecida pela Portaria Conjunta nº 04, há uma necessidade de realizar um novo concurso, haja vista que a sua vigência termina em 2020 e alguns professores estão deixando o Programa. Outra questão foi a demora das definições relativas à Parceria Pública Privada que gerou um clima de muita ansiedade pela forma como a situação iria se resolver. Apesar da permanência na sistemática já utilizada e de utilizar os mesmos espaços, sabemos que será necessária a busca por outro espaço a fim de continuar desenvolvendo determinadas modalidades e quem sabe até ampliar a oferta. Tem sido feito um trabalho de troca de experiência e vivências entre os professores da Escola de Esporte, oportunizando conhecimento das diversas modalidades e a condição de trabalho dos professores nas suas especificidades e espaços. Tivemos uma efetiva participação dos alunos e professores em eventos e competições locais, regionais, nacionais e internacionais, incluindo os Jogos Escolares do Distrito Federal.

Quanto aos próprios geridos pela SEL houve em 2019 um processo de adaptação, uma vez que a SEL passou a gerir um número maior de locais, tendo desta forma que adaptar a legislação vigente, bem como a equipe responsável, criando rotinas e procedimentos para atendimento das demandas de sessão de espaços por meio dos Termos de Autorização de Uso – TAU's. Vale ressaltar a relação com a Parceria Pública Privada – PPP que ganhou o direito de gerir o Estádio Nacional de Brasília - Mané Garrincha, Ginásio Nilson Nelson e o Complexo Aquático Cláudio Coutinho a partir de 2020.

Esta gestão iniciou as atividades em janeiro de 2019, não sendo possível a comparação de dados com o ano de 2018. A estrutura (Decreto nº 40.705) da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer foi publicada, pela primeira vez, em 28 de fevereiro de 2019, momento que a gestão dos Centros Olímpicos e Paralímpicos foi incorporada à antiga Subsecretaria de Esporte e Lazer. Em 04 de setembro foi publicada a atual estrutura (Decreto nº 39.691) da SEL, momento em que foi criada a Subsecretaria dos Centros Olímpicos e Paralímpicos para gestão destes espaços. Mesmo com essas transições, o ano de 2019 foi finalizado com mais de 40.000 alunos matriculados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos e com mais de 43.000 atendimentos nos Espaços de Convivência e Lazer destes espaços.

Perpectivas para 2020

A visão da Subsecretaria para 2020 é manter ou aumentar o número de celebrações de parcerias realizadas, bem como dar início à execução dos projetos sociais Programas Vida Saudável e Brincando com Esporte. Para atingir tais objetivos, pretendemos ofertar ciclos de capacitações internas tanto aos servidores da área como às Organizações da Sociedade Civil parceiras, de forma a permitir a qualificação e o aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos. Em parceria com a Secretaria de Educação, será implementado no ano de 2020, o Projeto "Escola Vocacionada ao Esporte", que consiste na execução de ações com a adoção de metodologia dinâmica elaborada por profissionais qualificados e disponibilização de espaços e equipamentos para a prática desportiva, com monitoramento.

Em razão da recente destinação de recursos financeiros oriundo do Orçamento Geral da União – OGU (emenda federal) há a previsão de Construção do Centro Olímpico do Lago Norte-DF - 1ª Etapa.

A Secretaria de Esporte e Lazer (SEL) se propôs a oferecer aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental do Centro de Ensino Fundamental - CEF Miguel Arcanjo e aos alunos do 6º ano do CEF 28 de Ceilândia, situados em área contígua ao Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião e Parque da Vaquejada respectivamente, sem prejuízo da educação física escolar constante na grade curricular oferecida pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), a oferta de atividades desportivas, utilizando-se o esporte como ferramenta pedagógica para pleno desenvolvimento do aluno. A experiência proposta para os Centros

Olímpicos e Paralímpicos, em articulação com as Escolas, pretende desenvolver o modelo de educação vocacionada ao esporte, desenvolvendo as potencialidades de cada aluno enquanto aluno-atleta-cidadão, trabalhando-se concomitantemente para aprimoramento das três dimensões. Pretende – se ampliar a atual participação dos alunos de São Sebastião e Parque da Vaquejada nos Jogos Escolares da Juventude do COB nas diversas modalidades oferecidas. Em relação ao Programa Bolsa Atleta, para 2020 a SEL fez um planejamento que, apesar do não atendimento por parte de algumas entidades esportivas e alguns atletas, conseguiu atender 100% dos pleitos que apresentaram a documentação correta. Vale ressaltar que houve um aumento de atletas indicados para o ano de 2020. Quanto ao Programa Compete Brasília, temos como perspectivas para 2020 a ampliação do orçamento do Programa, podendo ter contratos que atendam toda a demanda e desta forma, aumentarmos o número de atendimentos. Para o ano de 2020 esperamos ampliar o número de professores e em consequência o atendimento para o Projeto Escola de Esportes.

Para 2020, pretende-se realizar:

50ª Edição da Corrida de Reis – Edição extremamente importante em decorrência de se tratar do 50º ano de realização da corrida, bem como o aniversário de 60 anos de Brasília.

Copa do Mundo de Triatlo em 2020 – Brasília foi escolhida para sediar a “Triatlhon World Cup”, com previsão de realização nos dias 3 a 5 de abril de 2020. A iniciativa da Secretaria de Esporte e Lazer é uma parceria com a Confederação Brasileira de Triathlon - CBT. A prova volta a ser realizada em território nacional após 15 anos, a última vez que o País recebeu uma etapa do mundial foi 2004, o que coloca a capital federal no centro das atenções do triatlo brasileiro. O calendário da Copa do Mundo de Triatlo passa por 15 destinos no mundo, entre fevereiro e outubro de 2020. A etapa Brasil, assim como todas as outras fases que ocorrem até a data limite de maio, vale classificação para os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. Jogos Escolares da Juventude – Pela primeira vez no Brasil, os Jogos Escolares e Universitários ocorrerão simultaneamente em Brasília, em novembro de 2020. A carta de intenção foi assinada pela Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB, para realização os Jogos Escolares da Juventude Fase Final de 2020 em Brasília. Também foi enviada à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU carta de intenção, visando Brasília como sede da etapa final dos Jogos Universitários Brasileiros – JUB’s de 2020.

Brasília 60 Anos – Após o GFBRASÍLIA, o Governo do Distrito Federal, anunciou que lançará, por meio da Secretaria de Esporte e Lazer, um campeonato brasiliense com cinco provas. A ação fará parte do calendário das comemorações em alusão aos 60 anos de Brasília. A GFBRASÍLIA é uma prova de ciclismo, no estilo Gran Fondo, que acontecerá no dia 21/6/2020, onde o (a) ciclista terá a opção de percursos: Longo (km) e Curto: (km). Aberta a todos os tipos de atletas (profissionais e amadores), para maiores de 18 anos, que percorrerá um circuito cuidadosamente preparado, onde passaremos pelos principais pontos turísticos de Brasília.

Ressaltamos que estamos trabalhando para a criação da nova Lei de Incentivo ao Esporte do DF que visa destinar parte do ICMS e ISS para as entidades proponentes realizarem seus projetos esportivos/paraesportivos, devidamente aprovados, por Comissão Técnica, com fito de fomentar, ainda mais, o desporto e o paradesporto na capital federal.

34902 - FUNDO DE APOIO AO ESPORTE

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Apoio ao Esporte – FAE, foi constituído por meio da Lei Complementar nº 326, de 04/10/2000, com publicação no DODF em 05/10/2000, alterada pela Lei Complementar nº 861 de 11/03/2013, com publicação no DODF de 13/03/2013, regulamentado por meio do Decreto de nº 34.522, de 16/07/2013 com publicação no DODF de nº 145 de 16/07/2013. Trata-se de uma Unidade Gestora: 340902- Fundo de Apoio ao Esporte, vinculado ao órgão 340101 – Secretaria de Estado de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, estrutura criada pelo Decreto nº 37.141, de 29/02/2016. O Fundo tem natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, tendo como objetivo o financiamento de projetos esportivos na forma estabelecida em legislação específica.

A sua estrutura conta com o Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte – CONFAE, que se define como órgão colegiado de deliberação coletiva, cuja função é administrar os recursos capitalizados e recebidos, tem por objetivo o financiamento de projetos esportivos, na forma estabelecida em regulamento, de modo a captar e canalizar recursos para viabilizar o Programa de Apoio ao Esporte – PAE, tendo como fontes de recursos as dotações orçamentárias que lhe forem destinadas e as receitas provenientes de arrecadação direta de responsabilidade da Secretaria de Esporte, com a finalidade de captar e canalizar recursos para:

- I. Proporcionar a todas as camadas da população o livre acesso à prática de atividades esportivas;
- II. Difundir as manifestações esportivas do Distrito Federal e apoiar os seus respectivos praticantes;
- III. Promover e desenvolver o esporte amador do Distrito Federal, por meio de intercâmbio nacional e internacional;
- IV. Contribuir para a formação de hábitos permanentes de atividades físicas, desportivas e recreativas;
- V. Tornar o produto esportivo do Distrito Federal expressivo; e
- VI. Propagar a informação esportiva com qualidade.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	3	0	0	0	3
Requisitados de órgãos do GDF	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	8	0	8
Subtotal	0	0	0	0	0

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	5	0	8	0	13

Atividade-Meio (Sem cargo em comissão): 8 Conselheiros do CONFAE.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	1041512,0	4641512,00	4257807,27	4177127,88
0005 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	1041512,0	4641512,00	4257807,27	4177127,88
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	700000,0	1804703,00	1481717,85	629120,0
0006 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	700000,0	1804703,00	1481717,85	629120,0
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	2000000,0	4500000,00	2343793,32	1506329,19
5832 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-EDUCACIONAL OLÍMPICO E PARALÍMPICO-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	4500000,00	2343793,32	1506329,19
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	40000,0	40000,0	0	0
5764 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	40000,0	40000,0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	1040000,0	2110000,00	779852,23	779852,23
5984 - APOIO A EVENTOS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	1040000,0	2110000,00	779852,23	779852,23
4091 - APOIO A PROJETOS	3000000,0	2430750,00	0	0
5844 - APOIO A PROJETOS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	2430750,00	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	7821512,00	15526965,00	8863170,67	7092429,30

O CONFAE em sua execução realizou descentralizações para a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL, para atender ao *Programa Compete Brasília: 27.811.6206.2631.0005* – sendo a primeira no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), pela Portaria Conjunta nº 01, fonte 125; a segunda no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), pela Portaria Conjunta nº 04, fonte 325 e a terceira no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), pela Portaria Conjunta nº 05, fonte 125. Processo SEI nº 00220-00000604/2019-15.

Foram realizados os Pagamentos do Bolsa Atleta Paralímpico, no *Programa de Trabalho 27.811.6206.9084.0006 - Concessão de Bolsa Atleta* - atendendo Paratletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. O programa garante condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas. O valor mensal do benefício é concedido de

acordo com a classificação dos atletas e definido por lei. Foram atendidos uma média de 100 paratletas mensalmente.

Foi realizada descentralização para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE, para atender ao Programa de Trabalho 27.812.6206.2024.5832 - Apoio ao Desporto e Lazer Educacional Olímpico e Paralímpico do Distrito Federal - o valor de R\$ 2.490.163,50 (dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos), sendo na fonte 325 o valor de R\$ R\$ 2.375.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais) e na fonte 125 o valor de R\$ R\$ 115.163,50 (cento e quinze mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos), de acordo com a Portaria Conjunta nº 03.

Foi descentralizado também para a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal - SEL, para atender ao Programa de Trabalho 27.812.6206.4090.5984 - Apoio a Eventos - o valor de R\$ 665.378,13 (seiscentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e oito reais e treze centavos), fonte 325, para atender a Federação do Esporte Universitário do Distrito Federal - FESU, conforme Portaria Conjunta nº 02, Processo SEI nº 00220-00001154/2019-70; e o valor de R\$ 114.474,10 (cento e quatorze mil quatrocentos e setenta e quatro reais e dez centavos), fonte 325, para atender a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos - CBDS, conforme Portaria Conjunta nº 06.

Foi realizada uma Alteração Orçamentária no Programa de Trabalho 27.812.6206.4091.5844 - Apoio a Projetos - com Cancelamento de Crédito no Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD do Fundo de Apoio ao Esporte e a Suplementação de Crédito no QDD da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, para realizar Manutenção de Espaços Esportivos, no valor de R\$ 1.199.250,00 (um milhão, cento e noventa e nove mil e duzentos e cinquenta reais). Conforme publicado no DODF nº 228, de 02/12/2019.

As principais ações realizadas pelo Fundo de Apoio ao Esporte foram:

- Pagamento do Bolsa Atleta Paralímpico;
- Pagamento de Jeton;
- Descentralização de Recursos Orçamentário e Financeiro para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com objetivo de apoiar os jogos escolares olímpicos e paralímpicos;
- Descentralização de Recursos Orçamentário e Financeiro para a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal - SEL;
- Descentralização de Recursos Orçamentário e Financeiro para a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal - SEL para atender a Federação do Esporte Universitário do Distrito Federal - FESU e a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos - CBDS;
- Elaboração e Entrega de Certificado de Registro Cadastral - CRC;
- Conciliação Bancária;
- Entrega do Certificado Digital ao Fundo de Apoio ao Esporte;
- Reconhecimento de Dívida.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	300028,0	300028,00	211927,50	210742,54
0024 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE- PLANO PILOTO .	300028,0	300028,00	211927,50	210742,54
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	20000,0	20000,0	0	0
5890 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE- PLANO PILOTO .	20000,0	20000,0	0	0

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	69768,0	69768,00	0	0
5219 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE- PLANO PILOTO .	69768,0	69768,00	0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	389796,00	389796,00	211927,50	210742,54

No decorrer deste ano foram realizados os pagamentos da gratificação JETON aos Conselheiros do Fundo de Apoio ao Esporte, de acordo com a Lei 4.585, de 13/07/2011. Esses pagamentos foram realizados no período de Janeiro a Dezembro de 2019. Durante esse período houveram 10 Reuniões Ordinárias (54ª, 55ª, 56ª, 57ª, 58ª, 59ª, 60ª, 61ª, 62ª e 63ª), e 07 Reuniões Extraordinárias (18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª) conforme atestado em atas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Realizações de Reuniões Extraordinárias pelo Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte - FAE.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

No decorrer do ano de 2019, o Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte – CONFAE teve dificuldades para a realização de algumas ações em virtude da ausência de corpo técnico especializado, principalmente na área contábil e financeira.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal foi criada por força do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019 e reestruturada pelo Decreto nº 40.118, de 19 de setembro de 2019, conforme segue:

1. SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

1.1. GABINETE

1.2. SECRETARIA EXECUTIVA

1.2.1. SUBSECRETARIA DE FOMENTO À INOVAÇÃO

1.2.1.1. COORDENAÇÃO DE EMPREENDEDORISMO INOVADOR

1.2.1.2. COORDENAÇÃO DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO CIENTÍFICA

1.2.2. SUBSECRETARIA DE AÇÕES E PROJETOS ESTRUTURANTES 1.2.2.1. COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIAS ESTRUTURANTES

1.2.2.1.1. DIRETORIA DE INOVAÇÃO

1.2.2.1.2. DIRETORIA DE GESTÃO DE PROJETOS

No entanto, as atividades de apoio operacional, administrativo, jurídico, orçamentário e financeiro permanecem atribuídas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal possui como competências:

MISSÃO

Proporcionar fomento ao mercado tecnológico e desenvolver e incentivar a tecnologia em vários segmentos do Distrito Federal. Além disso, apoiar à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade.

VISÃO

Ser referência nacional na prestação de serviços de ciência e tecnologia de qualidade.

PAPEL DA SECRETARIA

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico em setores estratégicos criando condições para facilitar e alavancar iniciativas inovadoras baseadas em novos conhecimentos, visando o progresso do Distrito Federal.

Compete à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, unidade orgânica de direção superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal:

I - formular e implementar as políticas governamentais no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, objetivando o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador;

II - coordenar as políticas governamentais das demais Secretarias de Estado, Administrações Regionais e Administração Indireta do Distrito Federal que envolvam ciência, tecnologia e inovação.

III - desenvolver programas de apoio às iniciativas empreendedoras inovadoras;

IV - promover a implantação das políticas governamentais de apoio e incentivo ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovador;

V - promover parcerias com órgãos e entidades públicas e privadas, especialmente com setor acadêmico e agentes de inovação com o objetivo de fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador no Distrito Federal;

VI - apoiar a implementação de programas de incentivo às iniciativas científicas, tecnológicas e inovadoras, de iniciativa do Governo Federal;

VII - formular e implementar a política governamental de promoção da capacitação técnica, tecnológica e gerencial das empresas e pessoas;

VIII - promover e divulgar as oportunidades de negócios e investimentos produtivos;

IX - articular ações junto aos Estados que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, com vistas ao estabelecimento de programas e projetos que promovam a geração de empregos, elevação da renda, melhoria das condições de vida e fixação populacional na região de influência de Brasília; e

X - aprovar projetos vinculados aos temas cidades inteligentes e desburocratização da máquina pública, bem como, as concepções e canais digitais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	28	0	0	28
Requisitados de órgãos do GDF	0	2	0	2	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	2	0	0	2
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	32	0	2	34
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	32	0	2	34

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

6207- BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenho	Liquidado
3226 - Implantação da Iluminação Digital	50.000,00	2,00	0,00	0,00
4210 - Gestão da Iluminação Digital	50.000,00	49.667,32	49.130,24	0,00
2998 - Manutenção do Planetário	3.500.000,00	5.066.445,00	5.066.445,00	4.361.104,86
3678 - Realização de Eventos	600.000,00	1.010,00	0,00	0,00
4091 - Apoio a Projetos	50.000,00	39.000,00	33.000,00	33.000,00
5832 - Implantação do Parque Tecnológico Capital Digital	500.000,00	1,00	0,00	0,00
9075 - Transferência de Recursos para Projetos Culturais	0,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00

9107 - Apoio Financeiro a Entidades				
0002- Apoio Financeiro a Entidades- Apoio a Implementação do Projeto Include	0,00	162.000,00	107.134,35	107.134,35
0020- Apoio Financeiro a Entidades- Apoio a Projetos	0,00	500.000,00	0,00	0,00
0027- Apoio Financeiro a Entidades- Apoio a Implementação do Projeto Include	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
0035- Apoio Financeiro a Entidades- Apoio ao Desenvolvimento de Projetos	0,00	150.000,00	0,00	0,00
0038- Apoio Financeiro a Entidades- Realização do Projeto Planetário mais Perto de Você	0,00	160.000,00	0,00	0,00
0040- Apoio Financeiro a Entidades- Apoio a Projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
0041- Apoio Financeiro a Entidades- Apoio a Projeto- Apoio a Implementação do Projeto Include- laboratórios tecnológicos	0,00	1.120.000,00	1.120.000,00	1.120.000,00
TOTAL - 6207- BRASÍLIA COMPETITIVA	4.750.000,00	7.798.125,32	6.925.709,59	6.171.239,21

O Programa **Brasília Competitiva** tem por objetivos estratégicos:

Promover ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios, geração de emprego e renda; a consolidação de Brasília como polo turístico nacionalmente atrativo e tornar Brasília destaque em ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação.

No âmbito da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), foram realizadas as seguintes ações:

2998 - Manutenção do Planetário

O valor destinado ao Planetário de Brasília, no total de R\$4.361.104,86, de despesa liquidada, destina-se ao pagamento de empresa de manutenção de serviços gerais de limpeza, brigadista recepção e, pagamento de serviços de saneamento básico (CAESB) e fornecimento de energia elétrica (CEB).

Visitações e participações em eventos no Planetário, público atingido:

Tipo Público	Quantidade
Estudantes Cúpula	24.781
Público geral de visita a Cúpula	31.594
Atividades Eventuais	969
Exposições	31.941
Escolas Publicas	317
Número total de Sessões	1343
Outros Estados	9.555
Eventos	
Palestra com o astronauta da Nasa Albert Sacco	
Participação no evento NASA Science Days- Conjunto Nacional	
Pouso da sonda Gênesis na Lua- evento embaixada de Israel	
Projeto escola espacial visita Planetário	
Estréia dos filmes: Uma aventura no planetário e O Mistério da matéria escura. Oficina "Descobrimos os dinossauros"	
Colônia de Férias (julho)	
Meninas, Foguetes e robôs (No mundo da Lua) Espaço da robótica com Palestra e oficina de foguetes e robótica	
Visita de alunos do Centro de Socioeducação do DF, com palestras e oficinas	
Palestra da astronauta Ana Fischer para alunos selecionados pela Agência Espacial Brasileira (AEB)	
Evento de lançamento da exposição e do selo em Comemoração aos 50 anos de chegada do Homem na Lua	
Apresentação do Teatro de Fantoches " Anima Brasília" na área externa do Planetário	
Bate papo entre o ministro Marcos Pontes e crianças de duas escolas visitantes do Planetário	
Visita guiada com professores do Encontro sobre Popularização da Ciência do MCTIC às 19h. Filme Origens da vida	
-Comemoração ao dia das crianças com programação especial	
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Distrito Federal- Pavilhão do Parque da Cidade	

Fonte de informação: Planetário de Brasília



Evento de lançamento da exposição do selo em comemoração aos 50 anos da chegada do Homem na Lua

4091 - Apoio a Projetos

Em 2019, o secretário da pasta de Ciência e Tecnologia do Governo do Distrito Federal, integrou o Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência Tecnologia e Inovação – CONSECTI, entidade privada sem fins lucrativos.

Fundado em 2005, o CONSECTI é uma entidade privada, sem fins lucrativos, com finalidade de representar as secretarias de ciência, tecnologia e inovação ou instituições equivalentes dos estados e do Distrito Federal. Ao ser criado, o órgão institucionalizou o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação, que atuava desde 1986, como fruto do amadurecimento do desenvolvimento científico e tecnológico do país.



Reunião Estratégica do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência e Tecnologia-CONSECTI

9075 - Transferência de Recursos para Projetos Culturais

Implementação do projeto “Campus Party Brasília 2019” que teve por objetivo fomentar a difusão científica e tecnológica, o empreendedorismo digital e o ecossistema empreendedor de tecnologia do Distrito Federal por meio de oficinas, palestras, conferências, competições e atividades diversas relacionadas com o empreendedorismo, inovação, jogos digitais, economia criativa, economia compartilhada, tecnologia da informação e comunicação. A Campus Party Brasília 2019 foi realizada entre os dias 19 e 23 de junho de 2019, no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho.

O projeto, de modo geral, visou fomentar o ecossistema empreendedor do Distrito Federal com o objetivo de potencializar pessoas, produtos e mercados locais no âmbito da ciência, da tecnologia e da inovação.

Uma ação do Governo do Distrito Federal que ressalta o tamanho do benefício social da Campus Party envolve as palestras que foram desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Estado de Educação para divulgar as pautas de Ciência, Tecnologia e Inovação e o evento

como um todo, onde **24 escolas da rede pública local** foram capazes de mobilizar 31 ônibus para levar **1290 alunos**, sem contar as pessoas que foram sozinhas ou acompanhadas por amigos ou familiares.

Ao todo foram feitas cerca de **40 palestras e impactados mais de 4 mil alunos**. O evento também repercutiu bem nas mídias, segundo o Instituto Campus Party. Durante a Campus Party Brasília 2019, foram mais de **2 milhões de acessos em redes sociais, 1 milhão de acessos ao site oficial do evento, 900 menções online e offline de jornais, influenciadores**. Trezentos desses profissionais participaram como representantes da imprensa.

No quesito participantes, foram mais de **100 mil pessoas, 300 palestrantes, 200 palestras, 110 workshops e mais de 300 horas de conteúdo**. Como todas as palestras também são transmitidas ao vivo pela internet, durante o evento foram cerca de **18 mil visualizações com um tempo médio de visualização de 44 minutos**, o que indica que o público online realmente acompanhou e assistiu ao menos uma palestra inteira.

Nas postagens no Facebook, cerca de **600 pessoas compartilharam os 140 posts** sobre a edição de Brasília, gerando um alcance superior a **2 milhões de visualizações**. No Instagram, foram **600 postagens, alcance de 480 mil pessoas** e cerca de **40 mil engajamentos**. No Twitter, o alcance das postagens teve um alcance de aproximadamente **500 mil pessoas**.



Arena- Palestra no Evento Campus Party 2019 - 3ª Edição Área Open do Evento Campus Party 2019 - 3ª Edição

9107 - Apoio Financeiro a Entidades

0002- Apoio a Implementação do Projeto Include

0027- Apoio a Implementação do Projeto Include

0041- Apoio a Projeto- Apoio a Implementação do Projeto Include- laboratórios tecnológicos

O objetivo geral do **Projeto Include do Instituto Campus Party** é ofertar o curso de tecnologia da transformação digital, implantando laboratórios com ferramentas básicas da eletrônica, da mecânica e da robótica, a partir de uma arquitetura de software e hardware adequadas para educação e voltadas ao empreendedorismo, oportunizando dessa forma, que crianças e adolescentes de baixa renda, entre 10 e 18 anos de idade, apropriem-se dessas linguagens.

Resultados esperados: desenvolver e criar um senso de empoderamento das comunidades que recebem o projeto, de modo a diminuir problemas locais por meio de soluções tecnológicas construídas por suas crianças e jovens.

Para viabilizar as atividades, serão montados **13 laboratórios** de tecnologia e robótica, em espaços públicos indicados pela SECTI.

Capacitação para alunos

O programa de atividades será organizado de modo a ofertar **150 vagas em cada uma das unidades instaladas**, por semestre de curso, de maneira que atinja até **300 jovens em 24**

meses - por unidade. Considerando a proposta de 13 unidades abertas, os laboratórios incluem atingirão **3.900 crianças e adolescentes**, auxiliando na construção de projetos que beneficiem a própria comunidade. Uma lista de espera também será mantida para eventuais situações de evasão de alunos.

Laboratório Include- Cidade Sol Nascente- Ceilândia-DF

Indicadores Constantes PPA 2016-2019

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte de Informação
						2016	2017	2018	2019	
1490 - ESPAÇO PÚBLICO DO DF ATENDIDO COM INTERNET WIFI GRATUITA	unidade	10	30/06/2015	ANUAL	Desejado	12	22	32	36	SECTI/ UO 40101/OE 5
					Alcançado	0	0	0	20	
1491 - START-UPS INSTALADOS NO PARQUE TECNOLÓGICO	unidade			ANUAL	Desejado	50	75	125	200	SECTI/ UO 40101/OE 5
					Alcançado	0	0	0	4	

Indicador: 001490 - ESPAÇO PÚBLICO DO DF ATENDIDO COM INTERNET WIFI GRATUITA

Justificativas:

2016: Considerando que o Projeto WI-FI sofre com entraves orçamentárias, não foi possível a ampliação da rede de cobertura. Vale ressaltar que há a dificuldade para manter em pleno funcionamento a rede existente.

Todavia, tanto os contratos de manutenção existentes e futuros, quanto o modelo de gestão e ampliação da rede estão em fase de revisão e resolução.

2017: Falhas no funcionamento da rede, tornando o sistema instável. Ações de melhoria estão sendo implantadas pelas SACTI/SEDICT, dentre elas a licitação dos serviços de suporte e manutenção que visam garantir a disponibilidade e bom funcionamento da rede wi-fi.

2018: no Exercício de 2018, em Virtude dos altos custos de manutenção e Irregularidades Apontadas Pela CGDF, o Projeto "Sinal Livre" Foi Inviabilizado nos moldes inicialmente Planejados.

2019: Foram instalados 19 pontos de acesso gratuito ao Wi-fi Social. Cabe ressaltar que o modelo desta política pública mudou e que hoje o projeto não gera nenhum custo para os cofres do GDF. Em 2020 a perspectiva da Secretaria é no mínimo dobrar o número de pontos de acesso ao Wi-fi Social.

Indicador: 001491 - START-UPS INSTALADAS NO PARQUE TECNOLÓGICO

Justificativas:

2016: Considerando que o Projeto Parque Tecnológico encontra-se em fase de definição do modelo de gestão e implantação, não há o que se falar em implantação de start-ups dentro do escopo do Parque neste Momento. O objetivo é que, após a inauguração da Sede da Governança do Parque tecnológico, seja possível dar continuidade ao apoio às start-ups e as inserir efetivamente dentro do contexto do parque.

2017: Em 2017, para alavancar o projeto, a SACTI foi transferida para a SDE, hoje SEDICT, Dec. nº 38.456_2017. O Comitê de Governança e a FAP-DF trabalham na definição do termo de referência de um Agente de Inovação, e encontra-se em processo de criação a subsidiária da TERRACAP, BIOTIC S/A. Assim ainda não foi possível a implantação das start-ups.

2018: Em 2018, o novo prédio do Parque Tecnológico foi entregue e a Biotic S/A foi criada. Iniciou-se os procedimentos de chamamento público para escolha dos interessados, ainda não finalizado.

2019: 4 Start-ups instaladas no Parque Tecnológico. Pela estratégia de desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília, este trabalho, de atração de start-ups, deixou de ser prioritário e desta forma este indicador será descontinuado para o PPA 2020-2023.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) lançou o **Programa VEM DF**, compartilhamento dos carros elétricos entre servidores do GDF, parceria entre Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e Governo do Distrito Federal – GDF.

O objetivo do Programa é o compartilhamento de veículos elétricos no âmbito do Distrito Federal, com o intuito de disseminar tecnologias, promover a adoção do sistema pelo setor privado e fomento a cadeia produtiva, além de gerar economia de recursos públicos e benefícios para a sociedade, associados à diminuição de poluentes na atmosfera.

A meta do programa é atingir 100 veículos para compartilhamento em Brasília. O início dos testes foi realizado com 16 veículos elétricos, os quais serão utilizados por servidores do GDF e conta com a instalação de 35 eletropostos.

Benefícios para o cidadão:

- Disponibilidade inicial de 16 veículos exclusivos para servidores do GDF e no segundo momento estudos para utilização da população;
- Maior agilidade de mobilidade no trecho de atendimento do projeto;
- Contato com as novas tecnologias e integração com os serviços de transporte público;
- Acesso a mais uma forma de locomoção;

Benefícios para o Governo:

- Trazer uma economia de até R\$ 10 milhões, dependendo da adesão dos usuários;
- Economia aos cofres públicos e integração com as soluções tecnológicas estando dentro do projeto de smart City;
- Tornar Brasília a cidade com maior número de eletropostos, no país. Atualmente foram instalados 16 eletropostos, com a intenção de se chegar a um total de 36 eletropostos.



Secretaria de Estado de Saúde, teste do Eletroposto instalado

Cerimônia da Troca da Bandeira- Exposição dos carros - Programa VEM DF

Foi lançado também o **Programa Wi-fi Social:**

O principal objetivo é a inclusão Digital, ascensão social e integração de benefício à sociedade, propagando a possibilidade da população fazer acessos a internet em locais, parques e prédios públicos de forma gratuita, uma vez que a internet tornou-se o mais efetivo meio de comunicação, pois interliga pessoas a nível mundial.

Atualmente os usuários brasileiros já são quase a metade da população do país e o poder público tem sua responsabilidade de garantir e disponibilizar com qualidade o amplo acesso a esta rede, em especial para acesso a informações, a sítios de educação, cultura, lazer, a órgãos públicos e serviços em geral, no Distrito Federal a meta é colocar o WI-FI SOCIAL em toda Brasília, atendendo os principais pontos de acesso populacional como os serviços de utilidade pública; Hospitais, feiras, terminais rodoviários, restaurante comunitários, bibliotecas, estações (metrô), UPAS, praças públicas e etc.

Benefícios para o cidadão:

Conectividade e acesso da população às informações e as novas tecnologias;

Benefícios para o Governo:

Fornecer Wi-Fi de forma gratuita a população do Distrito Federal, sem ônus ao Governo, nas localidades propostas no Edital;

Tornar a capital Federal tecnológica e conectada.



Wi-fi Social- UPA de São Sebastião

Metas: 150 pontos em todo DF;

- 21 pontos ativos;
- 07 pontos em teste;
- 04 pontos em instalação;
- 130 pontos a serem instalados.

Programa DF Mais Produtivo



Expansão das ações de aumento de produtividade nas empresas do DF por meio da metodologia do Programa Brasil mais Produtivo.

Objetivo: melhoria de práticas manufatureiras, intervenções rápidas, de baixo custo e de alto impacto, ganhos de produtividade, difusão da cultura de aperfeiçoamento contínuo no processo fabril das empresas locais.

Pretende-se atingir aproximadamente 400 empresas, ofertando 54.000 horas de consultoria, envolvendo as áreas de alimentos, artefatos, cimento e concreto, construção civil, bens de produtos vegetais, fabricação de equipamentos elétricos, gráficas, madeira e mobiliário, metalúrgica e mecânica, vestuários e tecnologia de informação, com adesões gratuitas.

Foram cadastradas 29 empresas, que estão em fase de avaliação. As consultorias serão a partir de 2020.

Benefícios esperados:

- Aumento da produtividade em 20%;
- Redução de desperdício de matéria prima, de trabalho e de tempo;
- Redução de superprodução dentre outros.

Programa INOVA TECH

Cursos presenciais de capacitação tecnológica no âmbito do programa Inovação Produtiva DF, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Distrito Federal (SECTI).

Objetivos: incentivar a elevação da escolaridade; ampliar e diversificar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País; democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica.

Público: 46.200 matrículas de 2020 a 2023; 9.000.000 hora aluno; Estudantes de baixa renda; Estudantes do ensino médio da rede pública; Estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; Trabalhadores em geral.

Aperfeiçoamento Profissional: cursos com cargas horárias entre 40 e 120 horas, cujo objetivo é aperfeiçoar profissionais que já possuam uma qualificação básica;

Qualificação Profissional: cursos com carga horária mínima de 160 horas, cujo objetivo principal é desenvolver competências básicas relacionadas a determinada ocupação;

Habilitação Técnica de Nível Médio: cursos com carga horária mínima de 800 horas, cujo objetivo é habilitar para o exercício profissional em uma ocupação reconhecida pelo mercado de trabalho.

Áreas Tecnológicas

- Automação e Mecatrônica; • Construção Civil com ênfase em BIM; • Eletroeletrônica; • Energia GTD; • Energias Renováveis; • Gráfica e Editorial; • Metalmeccânica; • TI Hardware;
- TI Software; • Telecomunicações.

Até janeiro de 2020 foram realizadas 2.300 inscrições.

Evento/Palestra

Foi realizado **Ciclo de Palestras- Mulheres Exponentes: Tecnologia, Cultura, Ética e Transparência**, no Cine Brasília, com **126 pessoas inscritas, 164 pessoas interessadas e ligadas ao tema e 92 certificados emitidos.**



Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em 2019, enfrentaram-se dificuldades, no que tange a falta de estrutura da SECTI/DF, quanto a liberação de orçamento próprio para execução das ações, projetos e programas, o que tornaram as realizações mais morosas quanto as atividades operacionais, administrativas, jurídicas, orçamentárias e financeiras.

Para 2020, espera-se a liberação da estrutura desta pasta tão importante para o desenvolvimento de todas as ações propostas, no intuito de se efetuar com mais celeridade e excelência todas as entregas.

Pretende-se estender em aproximadamente 150 unidades os laboratórios de robótica e tecnologia - Programa Passaporte para o Futuro. Tem-se em andamento os Programas INOVA TECH, DF Mais Produtivo em parceria com a FAP e Senai, cujo início será em 2020, com a intenção de se atingir uma grande massa de empresas e trabalhadores.

Uma perspectiva de aumento de entregas aos cidadãos, avançando para o futuro, com mais tecnologia e inovação.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus/DF), criada pelo Decreto nº 27.591/2007, tem como premissa básica promover o pleno exercício da cidadania e da defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, mediante ação integrada entre a sociedade e o Governo do Distrito Federal (GDF).

A Sejus/DF é responsável ainda por definir diretrizes para a política governamental, bem como a coordenação de sua execução nas áreas da proteção, socioeducação e serviço de atendimento imediato ao cidadão, além da defesa dos direitos da cidadania, das crianças e adolescentes, dos idosos e pessoas vulneráveis, e nas políticas de prevenção às drogas. É, também, responsável por supervisionar, fiscalizar e executar os contratos de concessão de serviços públicos de administração dos cemitérios e das funerárias do Distrito Federal.

O Decreto nº 39.807, de 06 de maio de 2019, estabeleceu a nova estrutura administrativa da Sejus/DF. Atualmente, a Secretaria reúne políticas públicas de diversas áreas, a qual compete:

- definir a política governamental na defesa, promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Distrito Federal e coordenar as diretrizes para sua execução;
- oferecer apoio psicossocial e esclarecimentos jurídicos às vítimas de violência e seus familiares, visando a diminuição do índice de crimes;
- promover as condições indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento saudáveis da infância e da adolescência, seguindo as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sempre em parceria com os demais órgãos públicos do Distrito Federal;
- executar as medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), Semiliberdade e Internação;
- desenvolver, executar, acompanhar e implementar as políticas sobre drogas com ênfase nos eixos de prevenção, tratamento e reinserção social no âmbito do Distrito Federal;
- elaborar e implementar as políticas públicas de defesa de direitos, de promoção do bem estar, da autonomia, da cidadania e da inclusão social;
- oferecer apoio psicossocial e formular as diretrizes para promoção das atividades que visam a defesa dos direitos da população idosa no Distrito Federal;
- facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, simplificar as obrigações de natureza burocrática, assim como ampliar os canais de comunicação entre o Estado e o cidadão, por meio das unidades do Na Hora.
- supervisionar, fiscalizar e executar os contratos de concessão de serviços públicos de administração dos cemitérios e das funerárias do Distrito Federal

Vinculam-se à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal:

- Conselho de Direitos do Idoso;
- Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA;
- Conselhos Tutelares;
- Conselho de Direito do Negro;
- Conselho de Política sobre Drogas CONEN/DF;
- Conselho do Programa às Vítimas, Testemunhas e Familiares – PROVITA;
- Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;
- Conselho Distrital de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT;
- Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal – PROCON – DF;
- Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP;

Cabe, ainda, à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal a gestão dos seguintes Fundos:

- Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA/DF;
- Fundo Antidrogas do Distrito Federal – FUNPAD.
- Fundo do Idoso – FUNID

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	104	183	110	1.899	2.296
Comissionados sem vínculo efetivo	197	222	0	0	419
Requisitados de órgãos do GDF	21	10	3	120	154
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	19	55	74
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	4
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	55
Outros - especificar	1	2	50	57	107
Subtotal	323	417	182	2.131	3.109
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	65
Total Geral	323	417	182	2.131	3.044

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2989 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	8510000,0	14363800,00	14147407,34	11755099,85
0004 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	8510000,0	14363800,00	14147407,34	11755099,85
3779 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	500000,0	0,0	0	0
0002 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	0	20000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0005 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO--DISTRITO FEDERAL	0	20000,0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	0	58000,0	0	0
0008 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DIREITOS DO IDOSO-DISTRITO FEDERAL	0	13400,0	0	0
0011 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA-DISTRITO FEDERAL	0	31200,0	0	0
0014 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DEFESA DOS DIREITOS DO NEGRO-DISTRITO FEDERAL	0	13400,0	0	0
4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	0	29000,0	0	0
0002 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA--DISTRITO FEDERAL	0	29000,0	0	0
9070 - TRANSFERÊNCIA PARA O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS DO DF - CEU DAS ARTES	0	1402791,0	0	0
0002 - TRANSFERÊNCIA PARA O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS DO DF - CEU DAS ARTES--DISTRITO FEDERAL	0	1402791,0	0	0
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1244346,0	1164346,00	821485,98	630383,98
0001 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	1244346,0	1044346,00	775637,57	584535,57
0028 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	120000,0	45848,41	45848,41
2593 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA	11000,0	8580,00	0	0
7080 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	11000,0	8580,00	0	0
2764 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA	280122,0	68495,16	21861,0	21861,0
0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA--DISTRITO FEDERAL	25122,0	23865,01	21861,0	21861,0
0003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA-CASAMENTO COMUNITÁRIO-DISTRITO FEDERAL	200000,0	36000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA-FISCALIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS E CEMITERIAIS-DISTRITO FEDERAL	55000,0	8630,15	0	0
2931 - BRASÍLIA CIDADÃ	0	21000,0	0	0
0002 - BRASÍLIA CIDADÃ-PORTAL DO VOLUNTARIADO-DISTRITO FEDERAL	0	21000,0	0	0
4123 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	0	39000,0	0	0
0002 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL--DISTRITO FEDERAL	0	39000,0	0	0
4207 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	0	39000,0	0	0
0001 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA--DISTRITO FEDERAL	0	39000,0	0	0
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	0	620000,0	320000,0	320000,0
0023 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-CAPACITAÇÃO DE PESSOAS - A REALIDADE DA MULHERES-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	200000,0
0029 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO A AÇÕES SOCIOEDUCACIONAIS EM 2019 NO-DISTRITO FEDERAL	0	420000,0	120000,0	120000,0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	10545468,00	17834012,16	15310754,32	12727344,83

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Secretaria de Justiça e Cidadania atua nos eixos de Prevenção, Proteção e Promoção a fim de garantir o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, prevenindo vulnerabilidades, protegendo de violações de direitos e promovendo a redução de desigualdades sociais. As políticas públicas propostas seguem as diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, dos Planos Nacional e Distrital pela Primeira Infância, do Marco Legal da Primeira Infância, do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo.

Congregar as diversas iniciativas constantes nos planos e nas políticas setoriais, articular diferentes níveis e esferas de governo, integrar esforços e recursos, coordenar ações para promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes tem sido um avanço nas políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal e pela Secretaria de Justiça e Cidadania.

O Centro Integrado 18 de maio, também conhecido como Centro de Atendimento Integrado a Crianças Vítimas de violência sexual, realiza o atendimento inicial de crianças e adolescentes em casos de violência sexual ou suspeita desta violência. O atendimento está de acordo com os parâmetros da Lei Nº 13.431, de 04/04/2017, e do Decreto Nº 9.603, 10/12/2018. Trata-se de atendimento único com o objetivo de compreender o contexto de ocorrência da violência sexual, identificar os fatores de risco relacionados à reiteração da violência e os fatores de proteção. O atendimento é realizado em etapas, a saber: atendimento psicossocial com os

responsáveis, escuta especializada (a partir de 3 anos completos até 18 anos), atendimento psicossocial com adolescente, intervenção educativa com criança e devolutiva para o responsável e órgão que acompanha.

O equipamento conta com equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, psicólogas, pedagogas e técnicos administrativos. Funciona de segunda a sexta feira, das 8 às 20h.

REALIZAÇÃO DE EVENTOS SOBRE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Realizado no ano de 2019, eventos relacionados à política de proteção de crianças e adolescentes, sendo: 10 eventos relacionados à "Campanha Permanente de Prevenção da Gravidez na Adolescência"; 2 eventos relacionados à campanha de carnaval "Respeito à Cidadania" (com distribuição de identificação infantil realizados em 7 unidades do Na Hora e 1 bloco de carnaval); 5 eventos de "Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil" (com 34 Exposições no Metrô-DF da campanha "Criança não deve trabalhar. Infância é pra Sonhar"); 1 evento de certificação do programa interinstitucional "Selo Chega Mais"; 4 eventos de programa interinstitucional "Selo Social" e 1 evento do "Encontro Nacional de Profissionais do PPCAAM".

A Sejus/DF realizou, ainda, com foco na Primeira Infância: a IV Semana do Bebê, que é uma importante estratégia para assegurar a atenção adequada a crianças de até 6 anos de idade, gestantes e mães. Em 2019, o evento aconteceu do dia 31 de maio a 7 de junho. O tema escolhido foi: O Direito ao Abraço, entendendo o abraço como um gesto absolutamente fundamental para a constituição do primeiro vínculo a se formar na existência de qualquer ser humano. A Semana contou com uma programação para disseminação de informações sobre o desenvolvimento do bebê, atividades culturais, de lazer para crianças e famílias, de atendimento jurídico e psicossocial, ações em saúde, entre outras atividades.

Com o objetivo de receber e capacitar os novos Chefes de Unidades dos 40 Conselhos Tutelares, foi realizado o I Seminário de CAPACITAÇÃO Profissional, em 13 de junho de 2019, no auditório do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MDH. No Seminário tivemos como palestrantes servidores das áreas referentes a informática e telefonia, engenharia e arquitetura, contratos e convênios e patrimônio. Foram dadas, também, informações sobre a utilização do Sistema Eletrônico de Informação-SEI. No Seminário contamos com a presença de 38 Chefes de Núcleo Administrativo dos Conselhos Tutelares.

Em fevereiro a Secretaria de Justiça e Cidadania lançou o Programa DF Criança, na Residência Oficial de Águas Claras (ROAC), que por sua vez tem o objetivo de promover a atuação integrada dos órgãos públicos e da sociedade civil para ampliar o alcance das políticas públicas de atenção às crianças e aos adolescentes do Distrito Federal.

No dia 9 de abril, a Secretaria de Justiça e Cidadania, por iniciativa do Programa DF Criança, realizou no Palácio do Buriti a solenidade em comemoração ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo, ocasião na qual a criação do centro de referência e o protagonismo dos autistas nortearam os debates. No dia 18 de junho, a SEJUS celebrou o Dia do Orgulho Autista com 500 alunos autistas, familiares, professores, profissionais da saúde e da educação e autoridades, numa casa de festas no Park Way, que disponibilizou durante o dia entretenimento e alimentação para os participantes, enquanto foram ministradas palestras por autistas, pedagogos, psicólogos, psiquiatras e neuropediatras.

Durante o mês de setembro foi realizada a Campanha "Setembro Amarelo - Vamos dar as mãos?" de prevenção ao suicídio de crianças e de adolescentes promovida pela SEJUS, por iniciativa do Programa DF Criança. O lançamento foi realizado no dia 03/09, no Tribunal de Contas do DF, oportunidade na qual foi priorizada a conscientização e sensibilização de 150 adolescentes do CED 02 do Riacho Fundo I, autoridades e convidados sobre saúde mental infanto-juvenil. No dia 06/09 foi realizado um evento sobre contação de história, com 120 alunos da Escola Classe 10 de Sobradinho, de 6 a 11 anos, com o objetivo de incentivar a busca da consciência dos sentimentos através da história de uma criança e seus monstros.

Por conseguinte, no dia 11 de setembro, a Sejus/DF promoveu uma palestra para os professores e 100 adolescentes do Centro de Ensino Médio do Núcleo Bandeirante sobre saúde mental e prevenção ao suicídio, que contou com o apoio de profissionais da área de saúde que compartilharam seu conhecimento e sensibilizaram a plateia para a cultura da escuta,

acolhimento e valorização da vida. Já em 18 de setembro, a SEJUS promoveu uma roda de conversa com profissionais e 70 adolescentes da instituição de acolhimento Lar São José da Ceilândia sobre saúde mental e prevenção ao suicídio. Um psicólogo e doutorando em psicologia abordou sobre a temática, especialmente sobre os aspectos conceituais e a importância da escuta e da conversa para a prevenção do suicídio. Profissionais do CAPS AD de Ceilândia explicaram sobre o funcionamento e serviços do CAPS e prepararam uma dinâmica para a reflexão sobre a frustração diante das dificuldades.

Dia 19 de setembro foi dia de aprendizado para 200 adolescentes e professores de um colégio particular de Brasília sobre saúde mental e prevenção ao suicídio, quando um psicólogo abordou sobre a temática, especialmente sobre o agravamento do isolamento, da depressão e do comportamento suicida pelas exigências ilusórias das redes sociais e pelo individualismo exacerbado. Representante do CVV explicou sobre o trabalho do CVV e incentivou que os jovens que sofrem peçam ajuda.

Em 22 de setembro, a SEJUS, por iniciativa do Programa DF Criança, inaugurou o Jardim da Vida, no Parque da Cidade Sarah Kubitschek, um lugar permanente para reflexão sobre prevenção ao suicídio, ocasião na qual algumas crianças e adolescentes plantaram 32 ipês amarelos, número que corresponde às mortes diárias por suicídio no Brasil. Já no dia 23 de setembro, foi realizada uma roda de conversa com especialistas, profissionais e 100 internos da Unidade de Internação Socioeducativa de Santa Maria sobre saúde mental e valorização da vida. O evento contou com a participação de voluntárias do CVV e psicóloga e psiquiatra do CAPS AD de Santa Maria. Por fim, em 30 de setembro, no Salão Nobre do Palácio do Buriti, ocorreu a solenidade de encerramento da campanha com palestra de psicólogo doutorando membro do CVV, sobre saúde mental e prevenção ao suicídio para 100 convidados.

A Secretaria de Justiça e Cidadania fez parte da Coordenação da "Campanha Vem brincar comigo", junto com a Secretaria de Governo e o Gabinete da Primeira Dama. A campanha foi de arrecadação de brinquedos e livros infantis, que foram entregues, posteriormente, em instituições que atendem crianças e adolescentes e são registradas no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA. No dia 12 de outubro – dia das crianças – foi o encerramento da campanha junto com uma grande festa no parque da cidade, onde Sejus participou da "Festa da Criança – Vem Brincar comigo" em comemoração ao dia das crianças. O evento contou com brincadeiras diversas, pintura de rosto, brinquedos infláveis, apresentações culturais, serviços de saúde e orientação nutricional, além de exposição de viaturas do Detran e das polícias Civil e Militar. Tivemos ainda serviços de orientação sobre os conselhos tutelares e orientação jurídica.

No dia 29 de outubro, a Sejus participou do evento "VII Plenarilha - Brincando e Encantando com Histórias", realizado pela Secretaria de Estado de Educação na Biblioteca Nacional, oferecendo às crianças e suas famílias uma Oficina de Brinquedos Criativos com materiais recicláveis e uma Oficina de amarração de Sling e Sling Dance.

Nos dias 04 e 06 de dezembro, a Secretaria participou do Projeto "Nosso Natal Rural 2019", realizado na Escola Classe Café sem Troco, no núcleo rural do Paranoá (333 alunos de 04 a 12 anos) e na escola Irmã Maria Regina Valanes – Rodeador – Brazlândia (424 alunos de 06 a 12 anos), levando a Oficina de Brinquedos Criativos com materiais recicláveis.

SEJUS MAIS PERTO DO CIDADÃO

O Programa SEJUS mais perto do cidadão é uma ação do Governo do Distrito Federal, que tem por objetivo realizar ações itinerantes nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal, voltadas a promoção da cidadania, com vistas a promover e facilitar o acesso aos serviços públicos, além de oferecer a população: palestras, diálogos, orientações, atividades recreativas e pedagógicas, apresentações culturais, entre outros.

Instituído pelo Decreto nº 39.775, de 12 de abril de 2019, o programa é promovido pelo Governo Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, em parceria com diversos órgãos públicos.

Tendo em vista que muitos cidadãos não usufruem dos serviços oferecidos pelo governo, por falta de recursos, dificuldade de locomoção, ausência de tempo, disponibilidade horário, o "SEJUS mais perto do cidadão" representa o anseio da população por atendimentos de todos os tipos, uma vez por mês, sexta-feira e sábado, em local com estrutura móvel e equipes capacitadas, cedidas pelos respectivos órgãos.

Outrossim, são realizadas pela equipe da SEJUS palestras nas escolas locais na semana que antecede o evento, sobre igualdade racial, prevenção à gravidez na adolescência e à violência sexual na infância, direitos humanos, prevenção ao uso de drogas, violência doméstica e respeito à pessoa idosa.

Atualmente, o programa já atendeu as seguintes RA's: Candangolândia, Paranoá, Planaltina, Brazlândia, Recanto das Emas, São Sebastião, Estrutural, Ceilândia.

PRINCIPAIS SERVIÇOS OFERTADOS

- Cursos profissionalizantes;
- atendimentos Oftalmológicos; acuidade visual; medição de pressão dos olhos; diagnóstico de prevenção de cegueira;
- Aferição de pressão, teste de doenças sexualmente transmissíveis, teste de glicemia;
- Palestras sobre higiene bucal;
- Emissão de documentos;
- Testes de infecção sexualmente transmissível;
- Teste de glicemia;
- Palestras sobre higiene bucal e entrega de kits;
- Práticas integrativas de saúde;
- Prevenção de acidentes domésticos;
- Serviços do CRAS e CREAS;
- Ambulância e atendimento emergencial;
- PROERD;
- Campanhas educativas do DETRAN;
- Cinofilia e identidade solidária;
- Atendimento do ônibus da mulher;
- Juizado Especial Itinerante;
- Exposição de produtos fabricados pelas oficinas de egressos do sistema prisional, além de orientações aos familiares de sentenciados do sistema prisional do DF;
- Serviços de ouvidoria itinerante;
- Prestar atendimento individualizado ao consumidor, pessoalmente, por meio de informações e esclarecimentos inerentes à proteção e defesa dos seus direitos;
- Atendimento às pessoas idosas;
- Programa do Voluntariado em Ação (filmagem e fotografia; prestação de apoio jurídico; apoio na organização; oficina de escovação e distribuição de kits; profissionais de saúde para aferição de pressão; SABIN: aferição de pressão e índice glicêmico, bioimpedanciometria, distribuição de brindes, carrinho de pipoca, carrinho de algodão doce e 02 pulas-pula; Call Tecnologia: Massagem Shiatzu; LS Enfermagem: aferimento de pressão, cálculo de IMC e índice glicêmico; Grupo de Escoteiros de Ceilândia/DF: oficina de primeiros socorros, oficina de nós, organização de stands e hasteamento de bandeira; IECAP: oficina de papel marchê; Instituto AMA: Treinamento para merendeira e agente de portaria e design de sobancelha; Instituto Mix Sol Nascente, Instituto Mix Unidade Expansão e Instituto Mix Unidade Ceilândia: corte de cabelo masculino e feminino e escova progressiva);
- Distribuição de material informativo dos serviços ofertados à população LGBT; intolerância religiosa e a temática racial;
- Apresentações Culturais e Cerimonial;
- Aplicação de questionário para mensurar conhecimento sobre as temáticas de direitos humanos e igualdade racial, canais de denúncias e equipamentos públicos;
- Orientações no âmbito do programa Pró-vítima, feira de talentos do pró-vítima (exposição e comercialização de produtos e artesanatos realizados por mulheres vítimas de violência atendidas pelo Pró-Vítima);

- Venda de hortaliças e produtos de panificação, informativos da UAMA e oficina de música;
- Campanha contra a Exploração Infantil no Tráfico de Drogas (divulgação e orientação);
- Atração artística e cultural: Hip Hop contra as Drogas (Projeto RAPensando); oficina de Grafite contra as Drogas (Rivas); orientação sobre acolhimento em Comunidades Terapêuticas;
- Circuito de brincadeiras com materiais recicláveis; Pinturas de rostos; Pannel com temática de circo, para crianças tirarem fotos; Lançamento de almanaque "passatempo e desenhos"; Varal de desenhos – tema: prevenção ao trabalho infantil; Distribuição de material informativo contra o trabalho infantil; Atendimento e orientação do Conselho Tutelar; Oficina de grafite – tema: proteção aos direitos de crianças e adolescentes. Práticas integrativas (auricoloterapia, massoterapia, reiki); Outros serviços e orientação à saúde de crianças e adolescentes.
- Programa de reaproveitamento de alimentos.

EDIÇÕES

Ø Candangolândia

No âmbito das suas competências institucionais, a SEJUS realizou, nos dias 22 e 23/03/2019, na Região Administrativa da Candangolândia, uma ação de promoção da cidadania, por meio de atividades inerentes a esta pasta. Aproximadamente 2.000 mil pessoas foram atendidas nos dois dias. Foram parceiros neste evento: a Administração Regional da Candangolândia, CAESB, PCDF, PMDF, BRB, Defensoria Pública do Distrito Federal, Superintendência Regional do Trabalho do Distrito Federal, PROCON outros voluntários da sociedade civil. A Administração Regional da Candangolândia tornou-se parceira da SEJUS nas edições posteriores, com auxílio na montagem e disponibilização de tendas.

Ø Paranoá

A 2ª Edição do Programa ocorreu no estacionamento da Administração Regional do Paranoá, nos dias 12 e 13 de abril de 2019. A quantidade de atendimento nas escolas locais, atingiu aproximadamente 1.000 (hum mil) crianças, além dos atendimentos presenciais. Foram disponibilizados os mesmos serviços da primeira edição.

Ø Planaltina

O evento foi realizado no Complexo Cultural de Planaltina, das 9h às 17h, no endereço Setor Administrativo, Via wl 02, Lote 02, nos dias 10 e 11 de maio de 2019. A escolha do local foi bastante elogiada pela população, servidores e parceiros. Com cerca de 6.452 (seis mil quatrocentos e cinquenta e dois) alunos atendidos nas regionais de ensino, a edição foi recorde de atendimentos nas escolas. Houve a ampliação dos temas das palestras ofertadas, as quais, inicialmente, apenas tratavam sobre bullying, passaram a abordar assuntos como: cidadania e legalidade; gravidez precoce, transtorno alimentar, saúde emocional, prevenção ao uso de drogas e orientações a vítimas de violência.

Ø Brazlândia

A 4ª Edição do Programa "SEJUS mais perto do cidadão" ocorreu em 14 e 15 de junho na Administração Regional de Brazlândia (endereço: St. Tradicional Q 16) e contou com um público de aproximadamente 3.000 (três mil) pessoas. Destaca-se que houve a ampliação dos serviços, por meio de novas parceiras, tais como: a) Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; b) Secretaria de Estado da Mulher; c) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; d) ampliação dos serviços fornecidos pela Polícia Civil do Distrito Federal, com o Museu das Drogas. A Secretaria de Estado de Saúde participou pela primeira vez, fornecendo aferição de pressão, testes de glicemia e de doenças sexualmente transmissíveis.

Ø Recanto das Emas

Realizada no CEU das Artes Recanto das Emas (quadra 113, Área Especial), nos dias 19 e 20 de julho de 2019, das 09h às 17h, a 5ª Edição do Programa SEJUS mais perto do cidadão teve como tema a comemoração do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. Foram aproximadamente 5.806 (cinco mil e oitocentos e seis) atendimentos presenciais. Ressalta-se que a 5ª Edição do Programa não teve palestras nas escolas, haja vista que foi

realizada no mês de julho, no período de férias dos alunos; b) Secretaria de Segurança Pública – SSP; c) Secretaria de Estado de Juventude – SEJUV; d) Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP; e) Secretaria de Estado de Turismo – SETUR; f) voluntários que fizeram pintura de rosto e entregaram algodão doce; g) ampliação dos serviços fornecidos pela polícia civil, além do museu de drogas e da identidade solidária, fizeram apresentação de cinófila e exposição do helicóptero.

Ø São Sebastião

A 6ª Edição do Programa ocorreu nos dias 16 e 17 de agosto de 2019, na Administração Regional de São Sebastião (endereço Quadra 101 Área Especial S/N). Foram cerca de 1.800 (hum mil e oitocentos) alunos atendidos com as palestras nas escolas na semana antecedente, além de 10.706 (dez mil e setecentos e seis) atendimentos presenciais nas áreas da saúde, alimentação, atividades recreativas, atividade pedagógicas, emissão de documentos e orientações. Impende ressaltar a colaboração e presteza da Administração Regional de São Sebastião nos trabalhos, que forneceu aproximadamente 1.482 (hum mil e quatrocentas e oitenta e duas) refeições à população, 2.500 algodões doces às crianças, organizou curso de fabricação de sabão, álcool em gel e sabonete líquido, disponibilizou cama elástica, tenda de lutas, jogos com medalhas entregues, corrida de saco, futebol, sala game, aula de zumba, além de conseguir parceria com a SENAC para corte de cabelo na sexta feira.

Ø Estrutural

Nos dias 13 e 14 de setembro de 2019, em frente à Administração Regional de Estrutural, foi realizada mais uma edição do Programa SEJUS mais perto do cidadão. Nas palestras nas escolas, foram atendidos 1.302 (hum mil e trezentos e dois) e, no local, 8.142 (oito mil e cento e quarenta e dois) atendimentos presenciais nas áreas supracitadas. Ademais, ressaltase a participação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional de Brasília – CODAHB que, em parceria com a Administração Regional da Estrutural, forneceu 2.800 alimentações (picolés, cachorros quentes, pipoca e algodão doce).

Ø Ceilândia

Nos dias 18 e 19 de outubro de 2019, na Praça dos Direitos, QNN. 13 – Ceilândia, ocorreu a 8ª Edição do Programa SEJUS mais perto do cidadão, com 1.362 (hum mil trezentos e sessenta e dois) atendimentos nas escolas e 2.882 (dois mil oitocentos e oitenta e dois) atendimentos presenciais. Apesar do número de pessoas de não ter atingido as expectativas, devido à baixa divulgação na região por parte da Administração Regional, o evento inaugurou a aludida praça, a qual fica aberta ao público, com quadra coberta, campo sintético de futebol, campo de areia e outras atividades. Além disso, houve uma alta procura pelos cursos profissionalizantes disponibilizados.

Ø Itapoã

A 9ª Edição foi realizada na Administração Regional do Itapoã, Quadra 378 Área especial 04 Cj A – Itapoã, dias 08 e 09 de novembro do corrente ano. Foram obtidos cerca de 2.300 (dois mil e trezentos) atendimentos nas escolas e 3.785 (três mil e setecentos e oitenta e cinco) atendimentos presenciais. A Subsecretaria de Modernização ao Atendimento Imediato ao Cidadão realizou cerca de 875 atendimentos. Além disso, tendo em vista que foi a primeira edição que contamos com a participação do Conselho Regional de Odontologia, houve um aumento expressivo na quantidade de kits de higienização bucal e realizaram palestras sobre o tema, sendo entregues aproximadamente 480 (quatrocentos e oitenta) kits.

Ø Sol Nascente

Por fim, ocorreu no CEU das artes em Sol Nascente, endereço: QNR 02, Lote 2b, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2019, a última edição do Programa “SEJUS mais perto do cidadão”, na qual foram realizados cerca de 7.404 (sete mil e quatrocentos e quatro) atendimentos presenciais. Ressalta-se que a 10ª Edição do Programa não teve palestras nas escolas, haja vista que foi realizada no mês de dezembro, no período de férias dos alunos. Contudo, foram entregues mais de 2.000 brinquedos pela SEJUS, mais de 1.000 kits de odontologia pela Conselho Regional de Odontologia – CRO-DF e de 700 (setecentos) atendimentos de saúde pela Secretaria de Estado de Saúde – SES-DF.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO IMEDIATO AO CIDADÃO - NA HORA

Com o intuito de ampliar os canais de comunicação entre o Estado e o cidadão, prestar um atendimento de alto padrão de qualidade, eficiência e rapidez, facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, assim como simplificar as obrigações de natureza burocrática, o Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão (Na Hora) foi instituído pelo Decreto nº. 22.125, de 11 de maio de 2001, e integrado a Secretaria de Justiça e Cidadania do DF por meio do Decreto nº 27.645, de 18 de janeiro de 2007, visando reunir, em um único local, representações de órgãos públicos de forma articulada. O Na Hora tem por objetivos: humanizar, democratizar e desburocratizar o acesso do cidadão aos serviços públicos.

Na forma de condomínio, centraliza vários órgãos parceiros das esferas estaduais e federais, sendo assim, atrai uma grande parcela da população em busca da resolução de suas demandas. Atualmente com 7 unidades, sendo elas: Brazlândia, Ceilândia, Gama, Riacho Fundo I, Rodoviária, Sobradinho e Taguatinga. O Na Hora atende cerca de 2 milhões de pessoas por ano, chegando a mais de 200 mil atendimentos mensais.

Com o objetivo de modernizar o Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora, foi realizado um levantamento das necessidades de manutenção predial, adequação de layouts e levantamento de necessidades. Para tanto, ocorreram visitas técnicas, elaboração de projetos, reposição de mobiliário e matérias, análises urbanas, dentre outras.

Na unidade de Brazlândia, com parceria da Novacap, foi realizada a poda de árvores de grande porte na área externa da unidade, troca do piso tátil, higienização da caixa d'água e está em andamento aprovação de projeto de prevenção de incêndio.

No Na Hora de Ceilândia, houve a limpeza e reparo do telhado, devido à obstrução no sistema de drenagem e constantes gotejamentos e infiltrações, além do fechamento da lateral do telhado da unidade para evitar entrada de aves (pombos) e parasitas, em parceria com a Administração Regional e a Novacap. Além disso, há processo em andamento para desmembramento do hidrômetro e relógio de luz da unidade.

No Na Hora do Riacho Fundo, o locatário realizou reparos nos banheiros, forros de gesso, portas, entre outros, e está adequando o sistema de ar-condicionado, instalando novas máquinas nos órgãos, mais potentes, e criando sistema de refrigeração na área comum.

Na unidade da Rodoviária, foram retirados os aparelhos de ar-condicionado antigos para a instalação de vidros e persianas, além de melhorias nas divisórias e desentupimento na rede de esgoto, que transbordava constantemente no período chuvoso. Em parceria com a administração da Rodoviária do Plano Piloto, foi realizada manutenção dos banheiros (reposição de cerâmicas e louças e metais sanitários) e troca da porta.

Na unidade do Gama foi realizada a revitalização na pintura das paredes e porta de saída de emergência e em Sobradinho foi realizado o reparo na bomba d'água, devido o vazamento que ocasionava o escoamento na entrada da unidade.

Além das manutenções acima elencadas, foi realizado um levantamento de necessidades juntos às gerências das unidades quanto à aquisição de extintores de incêndio.

Foram realizadas adequação de layouts para inclusão da Superintendência Regional do Trabalho e da CEB na unidade de Brazlândia; inclusão da Superintendência Regional do Trabalho em Sobradinho; inclusão Subsecretaria do Sistema Penitenciário e ampliação dos postos de trabalho do setor de Vistoria do Corpo de Bombeiros no Na Hora da Rodoviária; inclusão da Superintendência Regional do Trabalho, troca do DFTrans e da Defensoria Pública, assim como a adequação do layout do Detran e Ceb em Taguatinga; troca de órgãos de andar, visando o equilíbrio de uso das salas de espera no Gama; e inclusão do órgão Ouvidoria da Administração Regional em Ceilândia.

Para incorporar estratégias que envolvam tecnologia e inovação nos serviços ofertados pelo Na Hora, inicialmente foi feito um mapeamento geral das funcionalidades existentes e, posteriormente, desenvolvidas estratégias para melhoria do aspecto visual e funcional do site, implementação da ferramenta de autoatendimento e o desenvolvimento do sistema de agendamento eletrônico.

Os ajustes no site do Na Hora tornou-o mais claro e intuitivo para o uso do cidadão, com acréscimo das funcionalidades de serviços online, serviços presenciais e menu institucional,

adicionando ferramentas novas e expandindo a disponibilização de serviços on-line, passando de 29 para 90 os serviços que são disponibilizados na página.

Com o intuito de melhor atender o público, assim como diminuir o tempo de espera e consequentemente as filas dentro das Unidades, foram instalados computadores para o autoatendimento em todas as Unidades, desta forma todos os serviços que dispensam o atendimento presencial estão disponíveis ao cidadão, com orientação dos volantes quando necessário.

Por meio de parceria celebrada com a Secretaria de Estado de Economia do DF, está sendo implantado o serviço de agendamento on-line no Na Hora, com o objetivo de usar novas tecnologias para simplificar o acesso das pessoas aos serviços públicos. A nova ferramenta permite que o cidadão seja atendido com dia e hora marcados, com consequente redução das filas nas unidades. A Unidade de Brazlândia foi a primeira a receber o agendamento prévio, com sucesso na implantação.

Também está sendo realizada parceria com o BRB para o desenvolvimento de totens, onde seria possível realizar serviços disponíveis pelos órgãos parceiros do Na Hora.

Com o início da profissionalização da gestão e inserção de novas tecnologias e metodologias no atendimento do Na Hora, em 2019 foram concluídos 3.045.689 atendimentos, com aproximadamente 600 mil atendimentos a mais que 2018. O tempo médio de espera também foi reduzido em 8 minutos no ano de 2019 em relação ao ano anterior. Por fim, o tempo médio de espera passou de 19 minutos e 20 segundos para 11 minutos e 20 segundos.

Adquiriu-se, ainda, fluxo para a realização de projetos, maior e melhor fiscalização das atividades e contratos e, para dar mais transparência aos resultados e avaliações, todos os avaliadores de atendimento foram devidamente fixados nas mesas dos atendentes, de forma que estejam sempre voltados para o cidadão.

Houve a redefinição da logomarca do Na Hora, trazendo um aspecto mais limpo, dinâmico e moderno, passando para o cidadão a nova fase que o Na Hora vive, que é de inovação e profissionalização da gestão pública. A nova identidade está gradativamente sendo implantada nas unidades, trazendo uma padronização visual que até então era inexistente. Além disso, em 2019 houve evolução em relação à manutenção estrutural das unidades, trazendo aos servidores e cidadãos mais conforto e segurança.

PROGRAMA "SEJUS MAIS PERTO DO CIDADÃO" E O NA HORA

O Programa "SEJUS mais perto do cidadão" foi instituído através do Decreto nº 39.775, de 12 de abril de 2019, publicado no DODF nº 71, de 15 de abril de 2019. O evento é realizado em dois dias a cada mês, em Regiões Administrativas diferentes, as já contempladas foram Candangolândia (março), Paranoá (abril), Planaltina (maio), Brazlândia (junho), Recanto das Emas (julho) e São Sebastião (agosto), contabilizando um total de 6.131 atendimentos pelo Na Hora.

Os órgãos parceiros do Na Hora e serviços que integram o programa "SEJUS mais perto do cidadão" são: Polícia Civil do Distrito Federal, com a emissão de carteiras de identidade; Superintendência Regional do Trabalho, com a emissão de carteiras de trabalho; a Defensoria Pública do Distrito Federal, com os serviços de orientação jurídica e social; a Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal; a Companhia Energética de Brasília – CEB; o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, com os serviços do Juizado Especial Itinerante; o Banco de Brasília, com os serviços do BRB Conveniência Móvel; a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; o Instituto de Defesa do Consumidor – Procon; a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb; o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – Creas; e o Centro de Referência de Assistência Social – Cras.

OUTROS EVENTOS X NA HORA

A Sejus, em parceria com a Polícia Militar do Distrito Federal, participou da campanha "Respeito à Cidadania", com o objetivo de garantir a segurança dos pequenos foliões, disponibilizaram estrutura e equipe para a confecção de carteirinhas de identificação que as crianças usaram durante o carnaval.

No mês de março, foi implantado nas unidades do Na Hora, em parceria com a Polícia Federal, a confecção de documentos de identidade aos estrangeiros, de forma permanente, na unidade do Riacho Fundo.

Em parceria com os Correios o Na Hora participou durante o mês de maio da Campanha Boaço, arrecadando agasalhos e doativos em suas sete unidades. Os materiais recolhidos foram doados a instituições de caridade, como o Lar de Idosos. A campanha arrecadou mais de 2 toneladas de doativos.

No período de junho e julho, a Sejus, juntamente com os demais órgãos do atual governo, participou da Campanha do Agasalho Solidário realizado pela Primeira-Dama do Distrito Federal, com intuito de ajudar os mais necessitados no período de inverno.

EVENTOS SOBRE POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE RACIAL

- Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, atividade da “Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”, realizada conjuntamente com a CONATRAE – Comissão Nacional para Erradicação e Prevenção ao Trabalho Escravo, Ministério Público do Trabalho – MPT e demais organizações atuantes. Ato Público em frente ao MPT/DF;
- Adesão ao Pacto Federativo de Combate à Tortura – Solenidade realizada no Salão Nobre do Palácio do Buriti, no dia Internacional em Apoio às Vítimas de Tortura, no qual o Distrito Federal comprometeu-se em: I - institucionalizar e dar pleno funcionamento ao Comitê Distrital de Prevenção e Combate à Tortura - CEPCT, no prazo de 12 (doze) meses a partir da celebração do ato de adesão; II - institucionalizar e dar pleno funcionamento ao Sistema Distrital de Prevenção e Combate à Tortura, no prazo de 12 (doze) meses a partir da celebração do ato de adesão; III - estabelecer Plano Distrital de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura, à luz do Plano de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura; IV - cooperar com ações da sociedade civil para prevenção e combate à tortura; V - estimular os comitês e mecanismos a assinarem o Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (Portaria SDH/PR 324/2015).
- Evento em comemoração ao aniversário do CEU das Artes da QNR 02, com festa junina e apoio do Grupo Gestor e voluntários.
- Evento em alusão ao dia 8/3 – Dia Internacional da Mulher, com atividades voltadas para o público feminino no CEU do Recanto das Emas, sendo realizados momentos de discussões nas oficinas com o Grupo Laço Branco, palestra sobre cidadania da mulher, com abordagens sobre o feminicídio e os problemas enfrentados pela mulher na sociedade e seu empoderamento, culminando com um café da manhã com a participação de mais de 200 mulheres no CEU.
- Execução do “Projeto Mulheragem”, com dois dias de atividades voltadas para as mulheres, com apresentações, palestras e aulas temáticas, no CEU do Recanto das Emas;
- Peça teatral “Vou Ver Novela na Casa da Vó”: por meio de partilhas e relatos, um encontro com provocações e investigação de dispositivos técnicos para a contação de histórias, no CEU do Recanto das Emas;
- Exibição da peça teatral da Secretaria de Segurança Pública em parceria com a Escola Classe 308 do Recanto das Emas, onde os atores foram os alunos da escola.
- III Solenidade em Homenagem às Pessoas Trans no Salão Nobre do Palácio do Buriti que homenageou às pessoas trans e ressaltou a importância do respeito a identidade de gênero destas pessoas, evento alusivo ao “Dia da Visibilidade Trans”
- Lançamento do Procedimento Operacional Padrão – POP, documento elaborado pela SEJUS e Polícia Civil, por meio da DECRIN, que estabelece parâmetros para a aplicação da decisão do STF referente a criminalização da Homotransfobia e será utilizado por todas as delegacias do Distrito Federal.
- Capacitação de agentes da polícia Civil por meio do curso “Desconstruindo Preconceitos” que é voltado ao atendimento, abordagem e tratamento adequado a população LGBT.

- Ação em prol do Mês da Consciência Negra, por meio do curso "Desconstruindo Preconceitos – Gênero, Sexualidade e Acolhimento a população LGBT nas casas de Axé" para líderes religiosos.
- Evento: "Caravana de Direitos Humanos – Vidas Humanas Valem", realizada pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos em parceria com a SEJUS.
- Oficina de Autoproteção com sujeitos LGBT, ocorrida no CEU das Artes da QNR.
- Abertura da Semana Nacional de Combate a Intolerância Religiosa no Terreiro Yle Axé Oya Bagan. 16/01/2019.
- Ato Público Conscientização na Praça Zumbi dos Palmares. 18/01/2019.
- Ação Distrital pela SEJUS na LBV pelo dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa. Apoio institucional. Roda de conversa sobre intolerância religiosa. 21/01/2019.
- Participação na Audiência Pública CLDF – Interdição no Terreiro da mãe Carla Costa Fraternidade Universalista da Divina Luz Crística. 07/02/2019.
- Semana Mundial de Harmonia Inter-Religiosa. De 07 a 08 de fevereiro de 2019. Apoio Institucional. Encontro alusivo à Semana Mundial de Harmonia Inter-Religiosa realizado na Câmara Legislativa.
- Vivência Inter-Religiosa – Reunião de Orações – Local: Sede Nacional Baha'í. 08/02/2019.
- Participação na Audiência Pública CLDF – Povo de Terreiro. 11/02/2019.
- Vozes de Mulheres sobre o Sagrado – Seminário Livraria Paulus e Ato na praça Zumbi dos Palmares. 13/02/2019.
- Roda de Conversa sobre Suicídio da Juventude LGBT e Intolerância Religiosa. 22/02/2019 no Terreiro de Mãe Bete de Oxum Centro Espirita Santa Bárbara.
- Palestra sobre Racismo Religioso na INESP. 14/03/2019.
- Palestra na EAP – O Respeito a Diversidade. 15/03/2019.
- Seminário na Fundação Palmares – Dia Internacional de Combate ao Racismo – A Questão do Racismo Expresso Através da Intolerância Religiosa. 21/03/2019.
- Palestra na Embaixada da França – Tema: Racismo Religioso e os Desafios para o Bem Viver. 19/03/2019.
- Audiência sobre Crimes de Ódio no STF. Tema: Lei 7.716 Racismo Religioso. 07/05/2019.
- Palestra no Auditório do Campus da UCB, Sala B104, Tema- Educação: Religiosidade e Espiritualidade – Desafios da diversidade e Perspectiva Contemporâneas. 13/06/2019.
- Palestra no evento "I Seminário de valores Culturais da Natureza: Novos Desafios para as Políticas Públicas de Conservação", no auditório do ICMBio-Sede, Brasília/DF. 02/07/2019
- Comissão do STF Sobre Abate de animais e Livro Violento – Entrega da Petição. 28/08/2019.
- Roda de Conversa Indígena, com desdobramentos junto à TERRACAP. 21/09/2019.
- Convite para participação no evento internacional "8ª Edição do Diálogo de Varsóvia pela Democracia". 01 a 04/10/2019.
- Participação na Audiência Pública CLDF sobre Atentados e Crimes contra religiões de matriz africana. 09/10/2019.
- Fórum Espírito e Ciência. 18/10/2019.
- Realização do evento "II Diálogo com CDDR" na LBV. 25/10/2019.
- Roda de Conversa "Saúde da População Negra e Práticas de Cuidado nos Terreiros". 30/10/2019.
- Abertura do novembro Negro na CLDF – Celebrar e Resistir. 01/11/2019.

- Participação no Simpósio Internacional "Indígena, Negro/a, Quilombolas e Religioso/a de Matriz Africana: Preconceito, Racismo, Discriminação e seus reflexos nas relações de Trabalho, Produção e Consumo" na Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho. 04 e 05/11/2019.
- Almoço inter-religioso pela paz religiosa no terreiro Yle Axé Oya Bagan. 09/11/2019.
- Cerimônia de Posse dos novos membros do Comitê Distrital de Diversidade Religiosa, Biênio 2019-2021, no Salão Nobre do Palácio do Buriti. 11/11/2019.
- Palestra sobre racismo e intolerância religiosa no Complexo Cultural de Planaltina. 16/11/2019.
- Composição de mesa no evento "Para que 20 de Novembro?" no Senado Federal. 18/11/2019.
- Participação como homenageada no Mês da Consciência Negra na CLDF. 20/11/2019.
- Participação na Audiência Pública na Câmara Federal. Ato pela Liberdade Religiosa.
- Participação no evento "Intercâmbio Brasil-África" no espaço Israel Pinheiro. 02/12/2019.
- Mesa Redonda sobre intolerância religiosa na Embaixada dos EUA. 18/12/2019.
- Evento Dia D – 1ª Edição, promovido pela SEJUS: o evento, realizado nos dias 27 e 28 de março/2019 contou com a participação de 29 empresas que disponibilizaram 272 vagas para pessoas com deficiência, totalizaram 1464 atendimentos.
- Curso Operador de Computador, promovido pela SEJUS em parceria com o SENAI, foi realizado no mês de maio, sendo ofertadas 25 vagas para o Curso Gratuito Operador de Computador, exclusivo para Pessoas com Deficiência.
- Evento Dia D – 2ª Edição, promovido pela SEJUS: o evento, realizado nos dias 29 e 30 de agosto/2019 em parceria com a Agência do trabalhador contou com a participação de 43 empresas que disponibilizaram 448 vagas para pessoas com deficiência, totalizaram 851 atendimentos.
- Apoio na organização da Feira de Implantação do Programa Empreendedor Cultural Pessoa com Deficiência no Espaço Externo do Museu Nacional. 05 e 06/12/2019.
- Realização do evento Diálogos Interseccionais sobre a Violência de Gênero em parceria com a Secretaria de políticas para as Mulheres. CEU das Artes do Recanto das Emas.
- Realização da Feira de Empreendedorismo Étnico-Racial que ocorre uma vez por mês no Anexo do Palácio do Buriti.
- Realização do I Encontro Distrital de Boas Práticas em Políticas de Promoção da Igualdade Racial nos dias 12 e 13 de novembro.
- Correalização do Evento FUN FEST CONMEBOL LIBERTADORES 2019 com foco na arrecadação de brinquedos para crianças das áreas vulneráveis do DF.
- Organização e realização conjunta com o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA do I Seminário de Boas Práticas em Direitos Humanos e Igualdade Racial ocorrido na CASA da ONU, em 06 de dezembro de 2019.
- Realização da Cerimônia de Entrega do I Prêmio Direitos Humanos do Distrito Federal.

AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA

- Ato contra a Transfobia "Se plantarmos respeito, colheremos amor", ocorrido no Jardim Marina Garlen no Parque da Cidade, na ocasião foram plantadas 20 mudas de ipês em homenagem às pessoas trans que perderam a vida para a transfobia.
- Capacitação de todos os servidoras e voluntários que trabalham nos CEUs das Artes por meio do curso "Desconstruindo Preconceitos", que tem por objetivo capacitá-las no atendimento e acolhimento adequado a pessoas LGBT.
- Assinatura do termo de adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência LGBT fóbica, que selou o compromisso do Governo do Distrito Federal por meio da SEJUS com a população LGBT do DF.

- Palestra sobre LGBT fobia no evento: "O Suicídio da Juventude LGBT e o acolhimento nas casas de Axé", ocorrido no Kewê Balé Silleggy em Taguatinga.
- Lançamento da campanha de carnaval "Abafe seus Preconceitos! Não à LGBT fobia! Não ao Racismo! Abane alegria", ocorrida na Estação Central do Metrô na Rodoviária do Plano Piloto.
- Campanha de Carnaval da SEJUS no bloco baby Doll de Nylon para conscientizar as pessoas na luta pelo combate a LGBT fobia e o racismo.
- Campanha de Carnaval da SEJUS no bloco Encosta que Cresce para conscientizar as pessoas na luta pelo combate a LGBT fobia e o racismo.
- Mesa orientadora sobre como denunciar atos LGBT fóbicos e entrega dos informativos dos serviços ofertados pelo Governo do Distrito Federal nos dois dias de evento no "1º Arraial do Trabalhador" da SETRAB.
- Elaboração da arte e texto em parceria com a ASCOM/SEJUS em prol do Dia Internacional de Combate a LGBT fobia.
- Projeto "SEJUS nas Paradas LGBT do DF" na Parada do Orgulho LGBT do Cruzeiro/Sudoeste e Octogonal, na ocasião a SEJUS esteve presente com uma mesa orientadora, foram entregues material informativo sobre os serviços ofertados pelo Governo do Distrito Federal a população LGBT e falamos ao público LGBT sobre a rede, as ações SEJUS e a importância de denunciar atos LGBT fóbicos.
- Projeto "SEJUS nas Paradas LGBT do DF" na 22ª Parada do Orgulho LGBT de Brasília, na ocasião a SEJUS esteve presente com um ônibus e uma mesa orientadora, onde em parceria com a DECRIN/PCDF (Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência) entregamos material informativo sobre os serviços ofertados pelo Governo do Distrito Federal à população LGBT e falamos ao público sobre a rede, as ações da SEJUS e a importância de denunciar atos LGBT fóbicos. A concentração ocorreu em frente ao Congresso Nacional.
- Projeto "SEJUS nas Paradas LGBT do DF" na 8ª Parada do Orgulho LGBT de Santa Maria, na ocasião a SEJUS esteve presente com uma tenda, mesa orientadora e foram entregues materiais informativos sobre os serviços ofertados pelo Governo do Distrito Federal à população LGBT.
- Mesa Orientadora e entrega de informativos dos serviços ofertados à população LGBT pelo Governo do Distrito Federal no evento "II Feira Cultural da Diversidade LGBT", ocorrida na Torre de TV.
- Representando a SEJUS e a pauta LGBT no evento "Riacho Solidário", ocorrido no estacionamento da Administração do Riacho Fundo I, onde a SEJUS esteve com uma mesa temática de Direitos Humanos e Igualdade Racial, além da entrega de material informativo LGBT e de prevenção.
- Capacitação de todos os servidores e servidoras das agências do trabalhador na SETRAB.
- Capacitação de chefes de Escoteiros, ocorrido na sede do DF, por meio do Curso Desconstruindo Preconceito com foco no Acolhimento e respeito a população LGBT.
- Reunião com movimento trans do DF e com representantes da SETRAB para alinhamento de ações e construção de uma portaria e GT voltados para a empregabilidade trans.
- Reunião do GT criado com o objetivo de construir a portaria de atendimento e acolhimento LGBT no socioeducativo.
- Participação como Conselheira de Notório Saber das reuniões realizadas pelo Conselho da Mulher do DF no ano de 2019.
- Idealização e criação do projeto base da I Casa abrigo LGBT "Casa Íris" e apresentação à equipe do gabinete 24 com o objetivo de conseguir verba.

POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE RACIAL NO PROGRAMA SEJUS MAIS PERTO DO CIDADÃO

Foram realizadas palestras sobre Direitos Humanos e Igualdade Racial direcionadas para alunos do Centro de Ensino Fundamental, além de atendimentos orientadores sobre políticas públicas de promoção da igualdade racial e entrega dos informativos dos serviços ofertados pelo Governo do Distrito Federal.

Ocorreram, também, mesas temáticas e orientadoras sobre como denunciar atos LGBT fóbicos e entrega dos informativos dos serviços ofertados pelo Governo do Distrito Federal, assim como palestras sobre o combate a LGBT fobia, racismo e intolerância religiosa à comunidade.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- Dia Nacional dos Povos Ciganos, celebrado em 25 de maio, foi concedido apoio para infraestrutura e ainda participação de atividade realizada no acampamento Nova Canaã, localizado na cidade de Sobradinho - DF, onde além de roda de diálogos sobre a cultura cigana com o tema "Acesso a Políticas Públicas", houve o lançamento da publicação "Comunidade cigana Calon em processo de escolarização: conflitos étnicos e saberes pluriculturais" com base na pesquisa feita por pesquisadora da UnB no acampamento Nova Canaã.
- I Colóquio de Gênero e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana do Distrito Federal: Realizado no dia 5 de julho, em parceria com a Universidade de Brasília por meio do Departamento da Diversidade, esta Coordenação teve participação na concepção mobilização e moderação Racismo religioso e religiões afro-brasileiras no Distrito Federal. O colóquio foi realizado no Centro de Convivência Negra da Diretoria da Diversidade da Universidade de Brasília.
- Dia Internacional dos Povos Indígenas: Realização da Roda de Conversa "Encontro dos Sagrados" com o objetivo de dialogar sobre os direitos da população Indígena promovendo a aproximação da população indígena do Distrito Federal, por meio do intercâmbio e a cooperação entre agentes envolvidos com as temáticas que abarcam estes povos tradicionais;
- Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha: Com o tema em homenagem às Filhas de Tereza de Benguela, ação realizada em 27 de julho de 2019, no Museu Nacional da República;
- I Seminário de valores Culturais da Natureza: Novos Desafios para as Políticas Públicas de Conservação: Realizado nos dias 2 e 3 de julho a Coordenação teve participação como ouvinte em atividade realizada no auditório do ICMBio - Sede, Brasília/DF
- II Colóquio Geopolítica e Cartografia da Diáspora: África –América –Brasil, realizado de Cartografia da Universidade de Brasília, nos dias 22 e 23 de agosto de 2019, esta coordenação subsidiou o Grupo de trabalho sobre Cartografia Oficial dos Território Quilombolas do Brasil.
- Seminário "O Advogado, A democracia e as Ações Afirmativas", Promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, a atividade foi realizada em 26 de agosto 2019 e teve a participação do Subsecretário de Políticas de Direitos Humanos e Igualdade Racial Juvenal Araújo Júnior no painel de debate sobre o retrospecto e cenário atual das políticas de Ações Afirmativas no Brasil.
- Palestra da Mesa: Racismo, Branqueamento e Impacto na Saúde da População Negra no evento XIV Jornada da Saúde do Centro Universitário Euro-Americano.
- Realização da Oficina Enfrentamento do Racismo e Sexismo Institucionais para servidoras/es do Ministério Público da União.
- Realização do evento "Homenagem às Filhas de Tereza de Benguela" em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha Ação no Museu Nacional da República. 23/07/2019.
- Palestra no evento "A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil: diálogos e reflexões" no evento em alusão ao Dia da Mulher Afro Latino-americana,

Caribenha e da Diáspora” da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH – GIZ Brasil.

- Palestra no evento Cine-Debate sobre Racismo no Ministério Público Federal.
- Participação na Roda de Conversa: Tecendo Redes Antirracistas. Semana da África da Universidade de Brasília.
- Participação no evento “Nudem: 10 Anos Em Defesa Delas – Defensoria Público do Distrito Federal”.
- Participação no evento “Nos queremos vivas! Enfrentamento dos feminicídios no DF”. UnB Campus Ceilândia.
- Participação no evento “I Colóquio de Mulheres de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana”.
- Palestra da Mesa: Raça, Gênero e Sexualidade do 1º Simpósio de Saúde Coletiva de Brasília.
- Palestra da Mesa: Interseccionalidade e Políticas Públicas do 18º ENECAP - Encontro Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas.
- Debate sobre Racismo Institucional na Procuradoria Geral da República (PGR).
- Ações Educativas em Relações Raciais – CEM Colégio Paulo Freire.
- Participação na Roda de Conversa: “Saúde da População Negra e Práticas de Cuidado nos Terreiros” no Ilê Asé Incitomei no Sol Nascente em Ceilândia.
- Palestra “Violência Contra as Mulheres: uma abordagem interseccional a partir de gênero e de raça” para servidoras/es do SERPRO.
- Ações Educativas em Relações Raciais – Centro de Ensino Médio Asa Norte (CEAN).
- Palestra “Racismo e suas Práticas nas Relações Sociais: ações e políticas para buscar a equidade” na Escola Corporativa Caesb - ECO.
- Participação no I Evento de Empreendedorismo e Empoderamento Feminino Negro de Planaltina.
- Participação na Mesa: Práticas para a Equidade de Raça e Gênero do II Simpósio Gênero em Perspectiva do Instituto Federal de Brasília (IFB, Campus Brasília).
- Realização do Minicurso: Juventude, racismo e violência: subsídios para a prática socioeducativa no II Simpósio Nacional em Socioeducação.
- Ações Educativas em Relações Raciais na Unidade de Internação de São Sebastião do Sistema Socioeducativo.
- Palestra La responsabilidad de la lucha por los derechos políticos de las personas negras do III Encuentro Internacional DemoAmlat: democracia, derechos y participación de las minorias.
- Realização de Oficina sobre Saúde de População Negra no evento Território Negro: arte, cultura e política preta na UnB.
- Participação na Mesa: Reservas de Vagas para Negros/as, Indígenas e Quilombolas na Pós-Graduação do evento I Colóquio de Políticas Afirmativas e Saúde Mental na UnB.
- Palestra “Racismo e Seus Elementos: reflexões para a prática antirracista” para aprendizes e trabalhadoras/es da Fábrica Social.
- Participação na Sala de Situação para Devolutiva da Cúpula de Nairobi: “Consolidando a implementação da Agenda da ICPD+25 com e entre juventudes” realizada pelo UNFPA.
- Palestra “Educação Antirracista e os Desafios de Implementação da Lei nº 10.639/2003” para o corpo docente do Colégio Militar Dom Pedro II.
- Reunião Ampliada com Povos Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro – Realizada com objetivo de dirimir dúvidas e levar informações aos presentes sobre o lançamento, formas de acesso, quem pode solicitar, apresentação de documentação, regularização enquanto sociedade civil para formalização e inclusão no Programa Moeda Social, Registro de Patrimônio Imaterial das atividades culturais realizadas nos sítios de matriz

africana; Capacitação de agentes de educação religiosos de matriz para palestras e oficinas.

- Assessoramento à comunidade de povos ciganos do acampamento Nova Canaã e à comunidade de povos indígenas do Santuário dos Pajés, quanto aos cursos de capacitação e empreendedorismo que foram ofertados por meio do Projeto Mulheres Empreendedoras.
- Os Povos Indígenas e o Sagrado – Realizado na Reserva Indígena Banal, em parceria com o Grupo Espiritualidade em Ação, a atividade teve como foco a celebração ao Dia Internacional da Paz.
- Capacitação para lideranças dos povos tradicionais de matriz africana envolvidos com a área educacional – Ação realizada em 31 de outubro ministrada em parceria com o Departamento de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Estado de Educação, com o objetivo de atuarem como multiplicadores da temática durante o Mês da Consciência Negra.
- Projeto Visita Guiada – Realizado no dia 28 de novembro, em parceria com Embaixada do Senegal, tem como objetivo a internacionalização da pauta de promoção da igualdade racial promovendo o intercâmbio e ampliação da visão dos estudantes acerca das riquezas das contribuições dos povos africanos para a humanidade, bem como o seu impacto para a sociedade brasileira.

POLÍTICAS DE DIREITOS DOS IDOSOS NO PROGRAMA SEJUS MAIS PERTO DO CIDADÃO

A Secretaria de Justiça e Cidadania realizou ações itinerantes nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal, voltadas à promoção da cidadania, com vistas a oferecer informações à população idosa acerca dos seus direitos e explicações sobre o Estatuto do Idoso, sobre a prevenção de quedas e acidentes domésticos, sobre aspectos das doenças mais comuns nesta faixa etária, sobre terapia ocupacional, além de informações sobre serviços e locais de atendimento aos idosos e sobre o programa de educação de jovens e adultos do Distrito Federal, entre outros. O Conselho dos Direitos do Idoso participou de várias edições do programa "SEJUS mais perto do cidadão", oferecendo assessoria e informações aos idosos. Também foi proferida uma palestra destinada a jovens das classes de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental do CED São José, em São Sebastião, para cerca de 125 alunos, com o tema: "Os desafios do Envelhecimento no século XXI". No mesmo dia e local foram distribuídos folders e material educativo relativo aos direitos das pessoas idosas, bem como informações sobre cuidados e saúde dos idosos.

As ações foram realizadas nas seguintes regiões administrativas: Brazlândia (10 atendimentos); Recanto das Emas (47 atendimentos); São Sebastião (47 atendimentos); Estrutural (26 atendimentos); Ceilândia (78 atendimentos); Itapoã (69 atendimentos); e Sol Nascente (41 atendimentos).



Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1554 - CAMPANHAS REALIZADAS PARA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS	UNIDADE	0	31/12/2016	ANUAL	1	3	3	7	5	13	7	5	SEDESTMID H / UO 25101 / OE 5 / UO 44101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Campanha violência contra a mulher, contra o estupro e a campanha de enfrentamento à violência contra pessoa idosa. 2017 - Campanha publicitária da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa; Projeto "Caravana da Pessoa Idosa"; Mobilização Social nos Centros de Artes e Esportes Unificados - CEUs das Artes DF, com 31 (trinta e uma) oficinas, no Rec. das Emas, na QNM 28 e na QNR 02 de Ceilândia: Campanha do Dia Internacional da Mulher - março; Campanha no Aniversário da Lei Maria da Penha - agosto; Campanha Outubro Rosa - e Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher - nov e dez</p> <p>2018 - Foram realizadas campanhas, caravanas, seminários oficinas</p> <p>2019 - No ano de 2019 não foi possível atingir o índice desejado de campanhas, em razão dos recursos limitados. No entanto, 5 campanhas foram executadas, conforme discriminadas abaixo: 1. SEJUS nas paradas LGBT, com ações nas Paradas LGBT realizadas em Santa Maria, Cruzeiro e na área central de Brasília; 2. Varal da Empatia; 3. Carnaval sem LGTBfobia e racismo, com ações nos blocos do DF; 4. Vidas Humanas Valem!; 5. "16 Dias de Ativismo".</p>													
1538 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MUNDO DO TRABALHO.	UNIDADE	-	31/12/2015	ANUAL	200	331	500	560	800	397	850	288	SEDESTMID H / UO 25101 / OE 1 / UO 44101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Foram enviados 3.687 currículos a empresas com mais de 100 funcionários, dos quais foram contratados 331 candidatos. 2017 - Foram encaminhados pela SAMIDH 2.587 (dois mil e quinhentos e oitenta e sete) currículos a empresas, sendo que foram realizadas 218 (duzentos e dezoito) contratações. Ocorre que também cabe à SEATRAB promover a mediação de vagas de trabalho às pessoas, dentre elas as pessoas com deficiência, onde foram realizadas 342 (trezentos e quarenta e duas) contratações de pessoas com deficiência por meio das ações de intermediação realizadas pelas Agências do Trabalhador do DF.</p> <p>2018 - Foram encaminhados 2.608 (dois mil e seiscentos e oito) currículos a empresas, sendo que 131 (cento e trinta e uma) pessoas com deficiência foram contratadas. Cumpre observar que a Secretaria Adjunta do Trabalho, promove a mediação de vagas de trabalho, onde foram realizadas 266 (duzentos e sessenta e seis) contratações de pessoas com deficiência por meio das ações de intermediação realizadas pelas Agências do Trabalhador do DF</p> <p>2019 - Em 2019 foram encaminhados 4.005 currículos para as 553 vagas disponibilizadas ao longo do ano, sendo que 288 pessoas com deficiência foram contratadas.</p>													
1555 - SERVIDORES PÚBLICOS DO GDF CAPACITADOS/SENSIBILIZADOS PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS (ESPECIALMENTE DAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO)	UNIDADE	0	31/12/2016	ANUAL	600	519	600	952	600	20	600	600	SEDESTMID H / UO 25101 / OE 5 / UO 44101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - Capacitação para servidores da Central 156 (Disque Idoso e Disque Racismo), curso sobre a Lei Maria da Penha, Racismo Institucional, Igualdade Racial, Atendimento ao Idoso, entre outros.</p> <p>2017 - Projeto UBUNTU, nas temáticas relacionadas ao racismo, violência contra mulher e direitos humanos no Varjão, Ceilândia e Itapuã; Capacitação de operadores da Central 156, com o objetivo de repassar/discutir aspectos relacionados ao bom atendimento a pessoa idosa, bem como os direitos do idoso; III Ciclo de Palestras sobre Vulnerabilidades com Foco em Orientação Sexual e Identidade de Gênero p/ 500 serv. da PCDF e Capacitação no Projeto Líder - "Empoderar para Multiplicar"</p> <p>2018 - Foram capacitados servidores da Secretaria de Segurança Pública do DF, Polícia Civil, Militar e Detran - sobre atendimento, acolhimento e abordagem adequadas a população LGBT. A Coordenação de Diversidade, em parceria com a Subsecretaria de Segurança Cidadã (SUSEC), realizou capacitação as forças policiais (Polícia Civil e Militar) e DETRAN, sobre atendimento, acolhimento e abordagem adequadas a população LGBT. Na ocasião foram capacitados 20 (vinte) servidores públicos</p> <p>2019 - Foram realizadas diversas capacitações nas temáticas LGBT e racial.</p>													

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	3900,00	0	0
0031 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	3900,00	0	0
2412 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	0	80000,00	22500,00	13922,09
0002 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL--DISTRITO FEDERAL	0	80000,00	22500,00	13922,09
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	78000,00	0	0
0106 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-VIRADA CULTURAL-DISTRITO FEDERAL	0	78000,00	0	0
3083 - AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO PRÓ-VÍTIMA	403000,0	107340,00	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO PRÓ-VÍTIMA-REFORMA E ESTRUTURAÇÃO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO PRÓ-VÍTIMA-DISTRITO FEDERAL	250000,0	61000,00	0	0
0003 - AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO PRÓ-VÍTIMA-ITINERANTE-DISTRITO FEDERAL	153000,0	46340,00	0	0
3088 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	250000,0	102864,00	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	250000,0	102864,00	0	0
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	653000,00	372104,00	22500,00	13922,09

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

No âmbito de suas atribuições, a Sejus/DF coordena o Programa de Atendimento Multiprofissional às Vítimas de Violência (Pró-Vítima), instituído por meio do Decreto n. 39.557, de 20 de dezembro de 2018, cuja principal finalidade é prestar atendimentos de psicologia e de serviço social a vítimas que sofrem atos de violência.

Os serviços do Pró-Vítima são gratuitos, para todas as pessoas, independentemente de idade, identidade de gênero, condição social, não havendo necessidade de comprovação de hipossuficiência econômico-financeira. A vítima de violência pode buscar os núcleos de atendimento de forma espontânea ou ser encaminhada por instituições e/ou autoridades públicas, assim como por amigos, parentes ou pessoas da comunidade. Os serviços são prestados em 06 núcleos localizados nas regiões de Ceilândia, Guará, Paranoá, Planaltina, Taguatinga e na sede (Rodoferroviária).

Cada núcleo é composto por uma equipe formada por um psicólogo, um assistente social e um agente administrativo ou técnico em assistência social. Ao buscar o programa, as vítimas são acolhidas e orientadas sobre seus direitos socio assistenciais, além de participarem de sessões de terapia de apoio individual, com foco na violência vivenciada, para o restabelecimento de seu equilíbrio mental e emocional.

De janeiro a dezembro de 2019, o Programa Pró-Vítima atendeu 2.156 vítimas de violências, que resultaram em 3.386 atendimentos psicossociais. Dos casos atendidos 59% enquadraram-se como violência doméstica; 17,34% violência sexual; 6,14% violência psicológica; 5,41% violência física e 11,84% na categoria outros. Dessa última categoria, 1,22% refere-se ao atendimento de parentes, familiares e amigos vítimas de violência de crimes que resultaram em morte.

Além das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Pró-Vítima, destaca-se que de acordo com o anexo III do Decreto n. 39.807/2019, compete à Sejus/DF desenvolver projetos e propostas voltadas à implementação de políticas públicas de prevenção à violência que possibilitem a construção da cultura de paz.

Quanto ao tema de enfrentamento ao tráfico de pessoas, cumpre salientar que o Distrito Federal possui um importante arcabouço jurídico relacionado à temática, merecendo destaque o Decreto Distrital nº 36.178, de 23 de dezembro de 2014, que institui a Política e Plano Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o qual prevê o desenvolvimento de atividades e atribui à Sejus/DF, o papel de coordenar ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, em articulação com os órgãos públicos e com a sociedade civil na promoção dos Direitos Humanos.

Ressalta-se ainda que a Sejus/DF é responsável por fomentar e apoiar o funcionamento do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, instituído por meio do Decreto nº 33.322, de 09 de novembro de 2011, o qual possui como atribuições a proposição de normativas distritais e a elaboração de instrumentos normativos nos eixos de mobilização

e articulação, prevenção, repressão e atendimento às vítimas de tráfico de seres humanos no Distrito Federal.

Demais ações relevantes quanto à Proteção às Vítimas de Violência:

De janeiro a agosto de 2019 foram realizadas diversas ações que tiveram como foco principal o aperfeiçoamento do Pró-Vítima como forma de fortalecê-lo enquanto programa de Governo e garantir um atendimento qualificado e humanizado às pessoas em situação de violência, bem como ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento às violências e ao tráfico de pessoas.

O Pró-Vítima atende diferentes públicos, independentemente de faixa etária. Entretanto, destaca-se que, 90% das pessoas atendidas são mulheres. Isso porque, a cada ano, aumentam, de forma alarmante, os casos de violência contra a mulher no Distrito Federal.

Ciente desse diagnóstico preocupante, a Sejus desenvolveu atividades voltadas ao público feminino, visando apoiar o empreendedorismo e empoderar economicamente às mulheres atendidas nos núcleos do Programa.

Para, além disso, as ações realizadas no decorrer do ano possibilitaram a disseminação de informações e conhecimentos, tanto em âmbito institucional quanto para a população em geral, acerca dos serviços públicos prestados pela Sejus, como forma de torná-los acessíveis à população que mais necessita.

Buscou-se, constantemente, a promoção de melhorias nos serviços prestados, como forma de aprimorar o atendimento à população. Os servidores foram capacitados sobre temas relevantes, como língua brasileira de sinais (Libras), técnicas de atendimento ao público, atendimento à população LGBT vítima de violência no DF, enfrentamento ao tráfico de pessoas, rede psicossocial de enfrentamento às violências, entre outros.

As atividades realizadas em 2019 foram significativas para o fortalecimento de ações de prevenção e de apoio a vítimas de violência, à medida que proporcionaram o maior acesso da população aos serviços disponíveis na Sejus, por meio de atividades informativas e ações itinerantes e in loco.

A implementação de demais ações, projetos e programas, bem como a mensuração de resultados deparou-se com alguns desafios como a ausência de memória institucional, o contingenciamento de recursos e a redução do quadro de pessoal.

Mesmo com os contratemplos enfrentados, espera-se que para o exercício de 2020 a 2023, seja possível conferir continuidade às ações para implementação de políticas públicas preventivas e eficazes ao enfrentamento às violências, promovendo-se, assim, a consolidação de uma cultura de paz, que combata a todas as formas de violência e garanta a dignidade e a incolumidade do direito à vida.

EVENTOS RELACIONADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Para coibir a violência, é necessária a realização de ações de prevenção e enfrentamento, com vistas à construção de mudanças comportamentais e atitudinais, fruto de padrões sociais diversos. Para tanto, foram realizadas de janeiro a dezembro de 2019, atividades que visaram possibilitar o debate sobre os tipos de violência que acometem à população, em especial àquela mais vulnerável, bem como para levar à comunidade que mais precisa, informações sobre os serviços públicos disponíveis. Nesse sentido, com vistas a fortalecer os programas existentes na SEJUS, foram realizados diversos eventos e atividades, merecendo destaque:

Em Janeiro e Fevereiro não foram realizadas atividades nos moldes solicitados.

Em Março foram desenvolvidos os seguintes eventos:

Mentes em Movimento - realizado em 08 de Março de 2019:

- Núcleo do Pró-Vítima de Planaltina: chá em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, com a formação de grupo temático para trabalhar a autoestima das atendidas.
- Núcleo do Pró-Vítima da sede: tarde entre mulheres em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, com a realização de roda de conversa, acompanhada de chá da tarde, para integração das vítimas e incentivo à autoestima, por meio de sessões gratuitas de maquiagem.

- Núcleo do Pró-Vítima do Guará: "Um dia do Eu", introdução sobre o significado do Dia Internacional da Mulher e atividades de recepção, dinâmica de motivação e integração, café da manhã, dinâmica de encerramento e distribuição de brindes.
- Núcleo do Pró-Vítima de Taguatinga: café da manhã com as mulheres, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Realização de encontro para o desenvolvimento de ações em grupo temático com o objetivo de trabalhar a autoestima e o autocuidado das atendidas e oficina de automaquiagem.
- Núcleo do Pró-Vítima de Santa Maria: café da manhã com as mulheres, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Realização de roda de conversa com mulheres, por meio da formação de um grupo temático para diálogo sobre o papel da mulher na sociedade atual.
- Núcleo do Pró-Vítima do Paranoá: encontro do Dia das Mulheres, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Grupo temático de mulheres para a abordagem do tema "Gratidão: o caminho do sucesso passa primeiro pela gratidão", por meio de dinâmicas de "Quebra Gelo" e de autoconhecimento, além de utilização de vídeo para que as participantes debatessem sobre a importância do Dia da Mulher. Entrega de um "caderno de gratidão", oferecido pelos servidores do núcleo.
- Núcleo do Pró-Vítima de Ceilândia: café da manhã com as mulheres, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Café da manhã com formação de grupo temático para a promoção de reflexões sobre superação. Houve participação de psicóloga convidada, que falou sobre "Valorização da Capacidade de Superação da Mulher" e também de uma Personal Organizer, que falou sobre "A História da Profissão Personal Organizer e a Envoltura com a Superação Feminina", além de uma mostra de trabalhos manuais, testemunhos de superação de algumas participantes e distribuição de lembrancinhas oferecidas pelos servidores do núcleo. As atividades foram realizadas com mulheres atendidas e/ou em atendimento pelo Programa Pró-Vítima e tiveram como objetivo integrar o grupo, fortalecer vínculos entre as atendidas e incentivar a autoestima das participantes.

Banco de Talentos – realizado em 11 de março a 1º de abril de 2019.

- Curso no âmbito do Projeto Renovação – ação mais cidadania, promovido pela Defensoria Pública/DF, voltado às mulheres atendidas pelo Programa Pró-Vítima. O Curso objetivou capacitar mulheres atendidas pelo programa para o exercício da cidadania e ingresso no mercado de trabalho. No dia 03 de abril de 2019 foi realizada a formatura das 15 alunas inscritas pelo Pró-Vítima.

Em Abril os programas desenvolvidos foram:

Pró-Vítima - realizado em 05 de abril de 2019.

- Realização roda de conversa sobre "atendimento à população LGBT vítima de violência no DF", coordenada pela Professora Marina Reidel, Diretora de Promoção dos Direitos de LGBT, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A atividade teve como objetivo trazer esclarecimentos e informações importantes ao acolhimento das vítimas LGBT atendidas nos núcleos. Durante a roda de conversa, assistentes sociais, psicólogos e técnicos administrativos puderam dialogar sobre questões voltadas à identidade de gênero e orientação sexual, aos aspectos da legislação vigente, assim como a inclusão e a valorização destes sujeitos na sociedade.

Mentes em Movimento – realizado em 24 de abril de 2019.

- Realização de oficina com "fuxicos", dinâmica utilizada para a confecção de uma colcha de retalhos, como forma de terapia em grupo temático com mulheres. A atividade foi realizada com mulheres atendidas e/ou em atendimento pelo Programa Pró-Vítima Núcleo Sede e objetivou possibilitar às participantes a vivência de uma atividade significativa, incentivando a vontade de conhecer e registrar a vida em suas diferentes formas e momentos.

- No mês de Maio o evento realizado foi o Banco de Talentos, dia 15 de maio de 2019, com a primeira Feira de Talentos do Pró-Vítima. A atividade contou com a presença de 21 mulheres participantes e um público externo estimado de 200 pessoas. As expositoras arrecadaram R\$ 5.766,98 (cinco mil setecentos e sessenta e seis reais) em vendas.

Em Junho, os seguintes projetos foram realizados:

Tráfico de Pessoas – realizado em 11 de junho de 2019.

- Reunião com os membros indicados para compor o Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos. A reunião teve como objetivo apresentar aos futuros integrantes a nova estrutura da área responsável pelas Políticas de Apoio a Vítimas de Violência na SEJUS/DF, a qual também é responsável pela coordenação do Comitê, além do alinhamento do processo de recomposição do colegiado.

Banco de Talentos – realizado em 14 e 15 de junho de 2019, e, 27 e 28 de junho de 2019

- Realização da Feira de Talentos, no âmbito do Programa “Sejus mais perto do cidadão”, realizada em Brazlândia. A atividade contou com a presença de 7 mulheres participantes. Estima-se que aproximadamente 150 pessoas visitaram a tenda da Sejus/DF relacionada às Políticas de Apoio a Vítimas de Violência. As expositoras arrecadaram R\$ 2.580,10 (dois mil quinhentos e oitenta reais e dez centavos) em vendas. (14 e 15 de junho de 2019)
- Realização da Feira de Talentos, no evento da Feira do Trabalhador (Arraial do Trabalhador), organizada pela Secretaria do Trabalho do Distrito Federal. A atividade contou com a presença de 10 mulheres participantes. As expositoras arrecadaram R\$ 1.530,60 (mil quinhentos e trinta reais e sessenta centavos) em vendas. (27 e 28 de junho de 2019)

Em Julho, os seguintes projetos foram realizados:

Banco de Talentos - realizado em 19 e 20 de julho de 2019

- Realização da Feira de Talentos, no âmbito do Programa “Sejus mais perto do cidadão”, realizada no Recanto das Emas. A atividade contou com a presença de 5 mulheres participantes. Estima-se que aproximadamente 200 pessoas visitaram a tenda da Sejus/DF relacionada às Políticas de Apoio a Vítimas de Violência. As expositoras arrecadaram R\$ 1.979,50 (mil novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos) em vendas.

Mentes em Movimento - realizado em 23 a 25 de julho de 2019.

- Núcleo do Pró-Vítima da Sede: realização do encontro de grupo temático “Vamos falar sobre sororidade?”, com a finalidade de discutir sobre a importância da união entre as mulheres atendidas e como a sororidade pode ser praticada entre elas. A atividade objetivou promover a reflexão sobre o significado da palavra sororidade; dialogar sobre como as relações femininas funcionam na prática, considerando o contexto cultural e social; reforçar o entendimento da palavra sororidade para que haja mudança no comportamento e nas atitudes entre as mulheres.
- Núcleo do Pró-Vítima de Taguatinga: Realização do encontro de grupo temático “Saindo do papel de vítima para autora de sua história”, com a finalidade de compartilhar relatos pessoais das participantes e proporcionar a reflexão sobre a capacidade de superação da violência. A atividade objetivou promover um espaço de fala e escuta entre as participantes, a partir do relato de experiências de superação das violências vivenciadas, a fim de gerar discussões relacionadas ao tema.
- Núcleo do Pró-Vítima de Ceilândia: realização da “Oficina de Criatividades”, conduzida pela psicanalista convidada, sob a coordenação do psicossocial do núcleo. A atividade objetivou promover a gestão das emoções, a autoestima e o empoderamento

feminino, por meio do autoconhecimento, usando a criatividade para a geração de renda.

- Núcleo do Pró-Vítima do Paranoá: realização de roda de conversa com o tema "Pare de sonhar e realize", para trabalhar o autoconhecimento e proporcionar uma reflexão sobre sonhar e realizar, trazendo insights de como dar o primeiro passo em direção aos seus objetivos. A atividade objetivou promover o autoconhecimento e a reflexão sobre a busca de novos sonhos e possibilidades, incentivando as participantes a tomarem suas próprias decisões, ampliando seus conceitos de autonomia.
- Núcleo do Pró-Vítima do Guará: realização de roda de conversa com o tema "Identificando a Violência", para dialogar sobre a violência doméstica. A atividade objetivou promover o conhecimento mais aprofundado sobre a violência doméstica à luz da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
- Núcleo do Pró-Vítima de Planaltina: realização da roda de conversa: "Fuxicoterapia", com depoimentos de mulheres, enquanto bordam colcha. A atividade objetivou proporcionar um momento de reflexão às atendidas acerca da violência.

Tráfico de pessoas - realizado em 26 de julho de 2019

- Realização de capacitação sobre o tema tráfico de pessoas para servidores da Sejus/DF relacionada às Políticas de Apoio a Vítimas de Violência e membros do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos. A capacitação teve como objetivo apresentar informações sobre o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e sobre as ações do Projeto Vez e Voz.

No mês de Agosto foram executados os seguintes eventos:

Tráfico de pessoas - realizado em 06 a 08 de agosto de 2019.

- Mobilização nas escolas públicas da rede de ensino do Distrito federal, em alusão à Semana Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, nos turnos matutino e vespertino. A atividade contou com a parceria da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEE/DF) e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).
- Durante os dias 06 a 08 de agosto de 2019, foram realizadas rodas de conversas com alunos (as) do Ensino Médio de sete escolas da rede pública de ensino, situadas nas regiões administrativas do Paranoá, Sobradinho, Gama e Recanto das Emas. As atividades ocorreram nos turnos matutino e vespertino e contaram a participação de aproximadamente mil e quinhentas pessoas, dentre alunos (as), professores (as) e colaboradores (as) de escolas públicas do DF.

Banco de Talentos - realizado em 16 e 17 de agosto de 2019 e 30 de agosto de 2019.

- Realização da Feira de Talentos, no âmbito do Programa "Sejus mais perto do cidadão", realizada em São Sebastião. A atividade contou com a presença de 6 mulheres participantes. Estima-se que aproximadamente 150 pessoas visitaram a tenda da Sejus/DF relacionada às Políticas de Apoio a Vítimas de Violência. As expositoras arrecadaram R\$ 1.432,55 (mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) em vendas. (16 e 17 de agosto de 2019)
- Realização da mini-oficina denominada "Educação Financeira: planejamento para a vida", para mulheres atendidas pelo Programa Pró-Vítima, da Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus). A oficina objetivou auxiliá-las a compreenderem a relação entre consumo, poupança e crédito, além de avaliarem opções para a administração de seus recursos financeiros de maneira consciente. A atividade foi coordenada pelos supervisores do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Superendividados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). (30 de agosto de 2019.)

Mentes em Movimento - realizado em 22 de agosto de 2019.

- Realização do encontro de grupo temático “Conte com a rede local”, com a finalidade de apresentar o Policiamento de Prevenção Orientada à Violência Doméstica (Provid) às atendidas do Núcleo Guará e comunidade local. Atividades voltadas às mulheres atendidas e/ou em atendimento pelo Programa Pró-Vítima Núcleo Guará, além da comunidade local.

Em Setembro foram desenvolvidos os seguintes eventos:

Mentes em Movimento - realizado em 10, 13, 18, 23, 27 de setembro de 2019:

- Núcleo do Pró-Vítima de Ceilândia: realização da roda de conversa “Eu digo não à violência contra a mulher”. Eu digo sim à valorização da vida”, com a finalidade de informar sobre as ferramentas de combate à violência contra a mulher. A atividade objetivou promover reflexões sobre os direitos da mulher, a perspectiva de vida e a importância de se ter pontos de apoio para interromper o ciclo de violência.
- Núcleo do Pró-Vítima de Taguatinga: realização da roda de conversa “Elas têm um plano: a saúde mental de mulheres no contexto de violência”, com a finalidade de proporcionar um espaço de compartilhamento de experiências, superação e fortalecimento, mostrando meios de enfrentamento à violência, favorecendo um ambiente de fala e de escuta acolhedor para motivar, fortalecer e ampliar o conhecimento das participantes. A atividade objetivou promover um debate reflexivo sobre a saúde mental das mulheres e contribuir para o fortalecimento da rede de atendimento do Pró-Vítima, enfatizando a importância da saúde mental e da prevenção ao suicídio.
- Núcleo do Pró-Vítima da Sede: realização da roda de conversa “Mulheres Plurais”, com a reprodução do documentário “Flores de Pilões”, que retrata a história de 21 mulheres que trocaram o corte de cana-de-açúcar pelo plantio de flores na Paraíba. A finalidade foi propiciar um debate reflexivo entre as participantes, sobre as questões femininas, histórias de vida, papéis e estereótipos de gênero e, também, para pensar estratégias de empoderamento e independência das participantes.
- Núcleo do Pró-Vítima de Taguatinga: realização da roda de conversa “Mulheres Plurais”, com a reprodução do documentário “Flores de Pilões”, que retrata a história de 21 mulheres que trocaram o corte de cana-de-açúcar pelo plantio de flores na Paraíba. A finalidade foi propiciar um debate reflexivo entre as participantes, sobre as questões femininas, histórias de vida, papéis e estereótipos de gênero e, também, para pensar estratégias de empoderamento e independência das participantes.
- Núcleo do Pró-Vítima do Paranoá: realização da roda de conversa “Conte com a rede local”, com a finalidade de apresentar alguns equipamentos da rede de proteção socioassistencial do Paranoá, ressaltando o Programa de Policiamento de Prevenção Orientada à Violência Doméstica (Provid). A atividade objetivou informar as participantes sobre as possibilidades de apoio no enfrentamento à violência doméstica.
- Núcleo do Pró-Vítima de Planaltina: realização da roda de conversa “Setembro Amarelo”, que teve como base palestra temática de prevenção ao suicídio, ministrada pelo psicólogo Ademar Souza e que contou com o depoimento de mulheres atendidas e/ou em atendimento pelo Pró-Vítima, ocasião em que relataram suas experiências referentes ao antes e ao depois de terem sido atendidas pelo Programa. A atividade objetivou proporcionar um momento de reflexão acerca do suicídio e da importância de se amar.

Banco de Talentos – realizado em 13 e 14 de setembro de 2019:

- Realização da Feira de Talentos, no âmbito do Programa “Sejus mais perto do cidadão”, realizada na Cidade Estrutural. A atividade contou com a presença de 8 mulheres participantes. Estima-se que aproximadamente 250 pessoas visitaram a tenda. As expositoras arrecadaram R\$ 1.207,10 (Mil duzentos e sete reais e dez centavos) em vendas.

Pró-Vítima – realizado em 19 de setembro de 2019:

- Visita à comunidade terapêutica Casa do coração azul - projeto AMAI, em Padre Bernardo. Foi realizada uma roda de conversa com as mulheres da comunidade terapêutica, sobre empoderamento feminino e superação.

Em Outubro foram desenvolvidos os seguintes eventos:

Banco de Talentos – realizado em 09, 16, 18, 19 e 23 de outubro:

- Realização da Oficina de Aprendizagem Artesanal em Crochê – o MaxiCrochê. Oficina voltada às mulheres atendidas pelo Programa Pró-Vítima. A atividade foi uma realização da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus), em parceria com representantes da entidade Liz Crochet. A ação integra um dos eixos do Projeto Banco de Talentos, que prevê a realização de oficinas de geração de renda voltadas às mulheres atendidas nos núcleos do programa e que tem por objetivo apoiar o empreendedorismo e empoderar economicamente às mulheres que buscam o Pró-Vítima. A oficina objetivou ensinar de forma descontraída e estimulante os pontos básicos da técnica manual do crochê, utilizando fio de malha, variação usualmente chamada de "Maxicrochê", que em razão da espessura do fio (mais grosso), garante a produção de peças artesanais maiores, confeccionadas em menor tempo.
- Realização da Feira de Talentos, no âmbito do Programa "Sejus mais perto do cidadão", realizada na Ceilândia. A atividade contou com a presença de 7 mulheres participantes. Estima-se que aproximadamente 250 pessoas visitaram a tenda. As expositoras arrecadaram R\$ 2.118,55 (Dois mil cento e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos) em vendas.

Mentes em Movimentos – realizado em 17 e 30 de outubro de 2019:

- Núcleo do Pró-Vítima do Guará: realização da roda de conversa "Um toque de prevenção é essencial – Outubro Rosa", coordenada pela equipe de saúde da UBS/Lúcio Costa, composta por médica, enfermeira, terapeuta ocupacional e dentista, com a finalidade de informar sobre a importância do autoexame e explicar sobre o "Outubro Rosa", internacionalmente reconhecido como mês de prevenção ao câncer de mama.
- Núcleo do Pró-Vítima da Sede: realização da roda de conversa intitulada "Outubro Rosa: Você tem que se tocar!". Palestra ministrada por advogada e psicóloga diagnosticada com câncer de mama aos 40 anos, com a finalidade de informar sobre a importância da prevenção ao câncer de mama, a importância do autoexame e de uma rede de apoio na superação da doença.

Pró-Vítima – realizado em 25 de Outubro de 2019:

- Realização do Encontro Diálogos: pelo enfrentamento às violências. A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, com o apoio da Embaixada da Bélgica no Brasil, realizou, no dia 25 de outubro de 2019, o encontro "Diálogos: pelo enfrentamento às violências", cujo objetivo foi debater o tema estupro contra mulheres, a partir do documentário belga "O quer não mata", produzido por cineasta francesa que esteve presente ao evento para responder questionamentos dos participantes. O evento foi realizado na Residência Oficial da Bélgica e contou com a presença de aproximadamente 70 pessoas, entre servidores/as do GDF e parceiros, autoridades e palestrantes. Durante a atividade foi realizada a apresentação de três curtas metragens, com depoimentos de advogados, psicólogos, agentes de polícia e profissionais que atuam na área de violência contra mulheres, sobre os temas: atendimento médico e legal a mulheres vítimas de estupro, cultura do estupro e mecanismo defensivo de dissociação apresentado por mulheres vítimas de estupro. Na sequência foi realizada uma mesa de debate com as presenças de titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Núcleo Bandeirante e a Diretora de Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.. A mediação foi realizada pela Gerente de Vigilância de Doenças e Agravos

não Transmissíveis e Promoção da Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Após o debate foi exibido o conteúdo integral do documentário "O que não mata", que conta a história da adolescente Ada, de 19 anos, vítima de estupro por um homem que ela conhecia. O documentário chama a atenção para o fato de que em 80% dos casos de estupro, a vítima conhece o agressor e 1/3 dessas violações ocorrem entre casais.

Em Novembro foram desenvolvidos os seguintes eventos:

Pró-Vítima – realizado em 02, 10, 19, 20 e 26 de novembro de 2019:

- Atuação do Programa Pró-Vítima, durante a ação promovida pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, em parceria com a Ouvidoria do GDF, nos cemitérios do Distrito Federal. Teve o objetivo de levar aos cemitérios a atuação do Programa Pró-Vítima, por meio da equipe de psicólogos, assistentes sociais e assistentes técnicos. A atuação teve como objetivo realizar o acolhimento de familiares enlutados, de pessoas com demandas psicológicas que procuravam o plantão em busca de informações, bem como a identificação de familiares de vítimas de crimes violentos e outras situações de violências, para posterior atendimento psicossocial nos núcleos do Pró-Vítima (02 de Novembro de 2019);
- A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania realizou, em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB), a Oficina Pedagogia do Corpo Reestruturado: práticas artísticas no enfrentamento à violência contra as mulheres, como forma de fortalecer as ações afirmativas de enfrentamento à violência contra mulheres no Distrito Federal. No mês da Consciência Negra, foi realizada uma série de oficinas com práticas pedagógicas de reintegração de mulheres que já sofreram ou estão em situação de violência. O projeto teve enfoque nas vítimas de violência atendidas pelo Programa Pró-Vítima, tendo a transversalidade do assunto, considerando a incidência de mulheres negras inseridas em contexto de violação. A metodologia aplicada levou em consideração o desenvolvimento humano e suas potencialidades, sejam elas artísticas, culturais ou cidadã, a inclusão social, o reconhecimento integral da mulher negra e a prática de seus direitos. Foram realizadas ao todo 04 oficinas, com os temas: Literatura negra e cartografias afetivas; Dança, capoeira e expressividade; Rainhas coroadas; Árvore da vida. A primeira oficina ocorreu no dia 12/11, tendo o ciclo de atividades se encerrado no dia 10 de dezembro de 2019.
- O Programa Pró-Vítima, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, participou do evento "Câmara Mais Perto de Você", ação promovida pela Câmara Legislativa, voltada à população de Planaltina. Na oportunidade, a equipe do Pró-Vítima apresentou o Programa aos equipamentos de atendimento populacional como: a Polícia Civil; o Ministério Público; a CODHAB; a Defensoria Pública; o Instituto Federal de Brasília, além de lideranças comunitárias como a "Rede da Mulher de Planaltina" e a Associação dos Moradores do Vale do Amanhecer, dentre outras que foram conhecer o Stand do Programa. No dia 19 de novembro, o Pró-Vítima realizou 08 atendimentos e no dia 20 foram 09 pessoas atendidas, totalizando 17 atendimentos nos dois dias de evento.
- Desenvolvimento do projeto piloto intitulado "Construindo novas perspectivas e ressignificando o processo de violência", o qual prevê a intervenção psicossocial em grupo voltada a mulheres vítimas de violência no Distrito Federal. A ação foi desenvolvida inicialmente pelo Núcleo do Programa Pró-Vítima do Paranoá e teve como objetivo proporcionar um espaço de escuta empática, fala, apoio e acolhimento de vítimas de violência, possibilitando a reflexão sobre a violência sofrida, a garantia de acesso à rede de direitos, o fortalecimento, empoderamento e regaste da autoestima e autonomia dessas mulheres. O projeto piloto abordou os seguintes temas: relacionamentos abusivos, autocuidado, autoconhecimento, prevenção e sexualidade, redes de apoio, identidade, autoestima, comunicação assertiva, projeto de vida, direitos humanos, saúde, estratégias de enfrentamento às situações de violência e promoção da qualidade de vida das mulheres atendidas. Foram ao todo, 06 encontros, uma vez por semana, tendo ocorrido nos dias 20 e 27 de novembro, 04, 11 e 18 de dezembro, com encerramento no dia 08 de janeiro de 2020. A atividade contou com

a participação de 20 mulheres e envolveu especialistas da rede de assistência social, sistema de justiça, saúde e saúde mental. (19 e 20 de Novembro de 2019);

- Realização da Roda de Diálogo: "Avanços e desafios da política de prevenção, enfrentamento e atendimento às mulheres vítimas de violência no Distrito Federal e a importância da perspectiva educacional da Lei Maria da Penha". O evento foi voltado para profissionais de escolas públicas do DF e representantes de órgãos que integram o sistema de garantia de direito. A atividade contou com a presença de, aproximadamente, 80 pessoas e objetivou aprofundar o diálogo quanto aos avanços e desafios da política de atenção às mulheres inseridas em contexto de violência no âmbito do Distrito Federal, sobretudo a relevância do aspecto educacional da referida lei para ampliar os espaços de debate e de conscientização da comunidade escolar, quanto à importância de saber identificar situações de violações, bem como as formas de romper o ciclo da violência. (26 de Novembro de 2019).

Banco de Talentos – realizado em 08 e 09 de novembro de 2019:

- Realização da Feira de Talentos, no âmbito do Programa "Sejus mais perto do cidadão", realizada em Itapoã. A atividade contou com a presença de 4 mulheres participantes. Estima-se que aproximadamente 200 pessoas visitaram a tenda. As expositoras arrecadaram R\$ 1.525,95 (Mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos) em vendas.

Mentes em Movimento – realizado em 12 e 27 de novembro de 2019:

- Núcleo do Pró-Vítima do Ceilândia: realização da roda de conversa "Mulher em Foco: aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência de gênero", coordenada pela equipe psicossocial do núcleo, com a finalidade de apresentar o Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica – Provid e informar sobre a importância da rede de apoio no combate à violência contra a mulher.
- Núcleo do Pró-Vítima do Paranoá: realização da roda de conversa "Autoconhecimento e Sexualidade", coordenada pela equipe psicossocial do núcleo, com a finalidade de prestar informações e orientações às participantes sobre autocuidados, prevenção na saúde da mulher, métodos contraceptivos, sexualidade e gênero.

Em Novembro foram desenvolvidos os seguintes eventos:

Pró-Vítima – realizado em 02 de Dezembro de 2019:

- Participação no Curso de Capacitação aos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Na ocasião foi apresentado o programa, sua finalidade, funcionamento e metodologia de atendimento. Foram discutidos ainda sobre formas de acesso e ingresso ao Pró-Vítima, atendimento humanizado e atuação junto ao Programa de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID). A atividade contou com a participação de aproximadamente 120 cadetes da PMDF e integrou o último módulo do curso de capacitação. Foram convidadas a participar desse módulo as secretarias de Estado de Justiça e Cidadania, da Mulher e de Saúde. O curso foi promovido pela PMDF em parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Banco de Talentos – realizado em 05, 13 e 14 de Dezembro de 2019:

- Realização da "Feira de Talentos de Natal", em parceria com a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF). O evento integrou o Projeto Banco de Talentos, do Programa Pró-Vítima e aconteceu na Estação Shopping do Metrô do DF. A Feira de Talentos de Natal contou com a exposição de serviços e produtos comercializados pelas mulheres vítimas de violência acolhidas nos núcleos do Pró-Vítima, como roupas, bolos, bijuterias, bolsas, sapatos, refeições, sucos, salgados, doces, trufas, cosméticos, perfumaria. A atividade contou com a presença de 8

mulheres participantes. Estima-se que aproximadamente 700 pessoas visitaram a tenda. As expositoras arrecadaram R\$ 1.830,60 (Mil oitocentos e trinta reais e sessenta centavos) em vendas. (05 de Dezembro de 2019)

- Realização da Feira de Talentos, no âmbito do Programa "Sejus mais perto do cidadão", realizada em Sol Nascente. A atividade contou com a presença de 5 mulheres participantes. Estima-se que aproximadamente 200 pessoas visitaram a tenda. As expositoras arrecadaram R\$ 1.940,00 (Mil novecentos e quarenta reais) em vendas.

Mentes em Movimento – realizado em 12, 18 e 19 de dezembro de 2019:

- Núcleo do Pró-Vítima de Planaltina: realização da roda de conversa "Presente, passado e futuro", coordenada pela equipe psicossocial do núcleo Pró-Vítima de Planaltina, com a finalidade de promover a auto percepção com as vivências de passado e presente e, ainda, do futuro. A atividade objetivou proporcionar um momento de reflexão às atendidas acerca de suas vivências, superações e projeção do futuro, percebendo como se sentem em relação ao passado e o que podem esperar do futuro.
- Núcleo do Pró-Vítima de Taguatinga: realização da roda de conversa com café da manhã intitulada "Festa de Natal e Retrospectiva de 2019", coordenada pela equipe psicossocial do núcleo de Taguatinga, com a finalidade de que as participantes refletissem e relatassem, dentro do grupo, como foi o ano de 2019 e quais as metas para o ano de 2020.
- Núcleo do Pró-Vítima do Paranoá: realização da roda de conversa "Orientações Jurídicas e Rede de Acesso", coordenada pela equipe psicossocial do núcleo Pró-Vítima do Paranoá, com a participação de profissionais da área de direito, com a finalidade de informar às atendidas sobre a Lei Maria da Penha, alienação parental, guarda compartilhada e pensão alimentícia.
- Núcleo do Pró-Vítima do Guará: realização da roda de conversa com café da manhã intitulada "O Pró-Vítima e Eu", coordenada pela equipe psicossocial do núcleo Pró-Vítima do Guará, com a finalidade de realizar uma confraternização de fim de ano com os participantes, fazendo com que, com o auxílio de frases de mulheres inspiradoras, apresentadas por meio do vídeo "Confraria das lagartixas", relatassem sobre a importância do Pró Vítima no processo individual de enfrentamento e ressignificação de suas histórias de violência.

PRO-VÍTIMA NO PROGRAMA SEJUS MAIS PERTO DO CIDADÃO

Conforme inciso II do Art. 1º do Decreto n. 39.775, de 12 de abril de 2019, que institui o Programa "Sejus mais perto do cidadão", um dos serviços a serem ofertados à população é o apoio psicossocial e esclarecimentos jurídicos às vítimas de violência e seus familiares.

Nesse sentido, a Sejus/DF participa da ação levando à população a orientação e os atendimentos psicossociais do Programa Pró-Vítima, além de promover a realização da Feira de Talentos com as mulheres atendidas pelo programa. No eixo da saúde, a Sejus/DF, em parceria com o Instituto Rita Trindade, leva à população das cidades visitadas o trabalho de higienização e orientação odontológica para crianças.

Quanto à temática de educação, a Sejus/DF realizou, conforme cronograma traçado, uma série de diálogos nas escolas da rede pública do DF, sobre temas relacionados à violência, utilizando a metodologia do Projeto Maria da Penha vai à Escola.

De março a dezembro de 2019 foram realizadas as seguintes atividades:

- Diálogo em escolas da rede pública do DF: 5943 participantes distribuídos nas diversas cidades que ocorreram o SEJUS mais perto do Cidadão;
- Atendimentos do pró-vítima: 101 atendimentos realizados;
- Feira de talentos: 41 expositoras e 12.903,15 (Doze mil novecentos e três reais e quinze centavos), durante o ano de 2019, somando todas as feiras de talentos realizadas em várias cidades que aconteceu o programa SEJUS mais perto do cidadão;
- Atendimentos odontológicos: 311 atendimentos e 336 kits de higiene dentais distribuídos;

AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO PRO-VÍTIMA

O PPA 2016-2019 previu a instalação de três novos núcleos nas regiões administrativas de Taguatinga, Samambaia e Sobradinho. Em 2018, daqueles previstos, apenas o núcleo de Taguatinga foi instalado. Embora sem previsão, as cidades satélites de São Sebastião, Planaltina e Santa Maria também foram contempladas no referido ano. Reformas e melhorias nos núcleos existentes não foram realizadas.

Com as alterações estruturais ocorridas em 2019 e a consequente redução de servidores do quadro de pessoal, houve a necessidade de redistribuição de profissionais e reorganização do Programa Pró-Vítima, sendo mantidas as atividades em seis núcleos, que estão localizados em Planaltina, Taguatinga, Ceilândia, Paranoá, Guará e sede.

AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Embora tenham ocorrido articulações para parcerias com órgãos e entidades ligados à temática, pouco se avançou para promover a ampliação da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

As ações exercidas em 2019 limitaram-se ao esforço para a recomposição e retomada das atividades do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, bem como à realização de palestras em escolas e com os servidores da Sejus, além da participação em eventos organizados por órgãos e entidades parceiras.

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9075 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS	0	30000,0	30000,0	30000,0
0111 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-APOIO AO EVENTO BELEZA NEGRA 2019-DISTRITO FEDERAL	0	30000,0	30000,0	30000,0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	0,00	30000,00	30000,00	30000,00

O 12º Desfile Beleza Negra (DBN) ocorreu na estação 112 Sul e teve como objetivo principal a difusão do conhecimento sobre os diferentes padrões de beleza, moda e comportamento, além fomentar o debate sobre a igualdade racial e combate ao racismo nesse segmento.

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	100000,00	0	0
0042 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	99220,00	0	0
0043 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE POLÍTICAS PARA JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	780,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	613953,43	612780,00	486295,35

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0041 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	613173,43	612780,00	486295,35
0042 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	780,00	0	0
1754 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.	0	634500,0	0	0
0003 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.- CONSELHOS TUTELARES-DISTRITO FEDERAL	0	334500,0	0	0
0010 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.- REFORMA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	0	0
1825 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	0	2500000,0	2355633,10	2142322,15
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	2500000,0	2355633,10	2142322,15
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	501000,0	7114498,00	3947486,12	3492267,68
0005 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	6400718,00	3478850,87	3034874,36
0007 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DA JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	3000,00	0	0
0017 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-INSTALAÇÃO DE BRINQUEDOTECA NOS CONSELHOS TUTELARES-DISTRITO FEDERAL	0	160000,0	0	0
0009 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-CÔNEN-DISTRITO FEDERAL	400000,0	472000,00	468635,25	457393,32
0010 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-CÔNDEL-DISTRITO FEDERAL	101000,0	78780,00	0	0
2794 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM	0	32415974,00	25029844,36	23298459,29
0008 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-PROGRAMA JOVEM CANDANGO-DISTRITO FEDERAL	0	30160000,0	24757870,90	23026485,83

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0011 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-OCA: JUVENTUDE CIDADÃ: A JUVENTUDE EM MOVIMENTO-DISTRITO FEDERAL	0	2255974,00	271973,46	271973,46
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	0	25000,0	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	25000,0	0	0
3233 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	0	40000,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE-OCA GALERIA DA JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	40000,00	0	0
4072 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	0	500000,00	35300,80	17814,61
0001 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE-MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DA JUVENTUDE - RENOVA JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	500000,00	35300,80	17814,61
4091 - APOIO A PROJETOS	1000000,0	25000,00	0	0
0064 - APOIO A PROJETOS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	25000,00	0	0
5910 - APOIO AO PROJETO SAÚDE MENTAL NA COMUNIDADE	1000000,0	0,0	0	0
4217 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	0	22335620,00	17791362,85	15259161,25
0002 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	22335620,00	17791362,85	15259161,25
5004 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	0	750000,0	0	0
0004 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	0	0
0006 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-Reforma de unidades do sistema socioeducativo-DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	0	0
9078 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES	0	4670000,0	4369409,28	4319457,44

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0007 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PROJETOS DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	100000,0	100000,0
0008 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-ATIVIDADE DE ECOTERAPIA PARA REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO DF-DISTRITO FEDERAL	0	70000,0	70000,0	70000,0
0009 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	149980,0	149980,0
0015 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-PROJETO DE INFORMÁTICA- CEILÂNDIA	0	50000,0	49951,84	0
0016 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - VIRA VIDA-DISTRITO FEDERAL	0	4000000,0	3999477,44	3999477,44
0005 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-APOIO AO PROJETO SOCIAL CASA DAS MENINAS-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	0	0
9086 - TRANSFERÊNCIA AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM	0	3235146,00	1749999,21	1749999,21
0002 - TRANSFERÊNCIA AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM--DISTRITO FEDERAL	0	3235146,00	1749999,21	1749999,21
9087 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS JOVENS	0	3080000,00	1809000,0	1729000,0
0002 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS JOVENS--DISTRITO FEDERAL	0	1750000,00	1729000,0	1729000,0
0003 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS JOVENS-APOIO AO PROJETO CENTRO MÓVEL DA JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	0	0
0004 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS JOVENS-APOIO AO PROJETO CASA DE CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0006 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS JOVENS-APORTE DE RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS VOLTADOS PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA EM PROL DE TODO O DF-DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	80000,0	0
0007 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS JOVENS-APOIO AO PROJETO JOVENS EXPORTADORES-DISTRITO FEDERAL	0	80000,0	0	0
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	0	665000,0	165000,0	165000,0
0004 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO AO PROJETO SUPER EMPREENDEDORES-DISTRITO FEDERAL	0	165000,0	165000,0	165000,0
0010 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO A PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINERÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS-DISTRITO FEDERAL	0	500000,0	0	0
2737 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINERÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS	4065019,0	4001879,00	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINERÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	4065019,0	4001879,00	0	0
2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	0	0
0001 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL-PROJETO VIDA - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	0	0
9078 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES	0	0,0	0	0
0007 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PROJETOS DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	100000,0	100000,0
0008 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-ATIVIDADE DE ECOTERAPIA PARA REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO DF-DISTRITO FEDERAL	0	70000,0	70000,0	70000,0
0009 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-DISTRITO FEDERAL	0	300000,0	149980,0	149980,0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0015 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-PROJETO DE INFORMÁTICA- CEILÂNDIA	0	50000,0	49951,84	0
0016 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - VIRA VIDA-DISTRITO FEDERAL	0	4000000,0	3999477,44	3999477,44
0005 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-APOIO AO PROJETO SOCIAL CASA DAS MENINAS-DISTRITO FEDERAL	0	50000,0	0	0
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	5566019,00	83006570,43	57865815,72	52659776,98

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Com o objetivo de receber e capacitar os novos Chefes de Unidades dos 40 (quarenta) Conselhos Tutelares, foi realizado o I Seminário de CAPACITAÇÃO Profissional, em 13 de junho de 2019, no auditório do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MDH. No Seminário tivemos como palestrantes servidores das áreas referentes a informática e telefonia, engenharia e arquitetura, contratos e convênios e patrimônio. Foram dadas, também, informações sobre a utilização do Sistema Eletrônico de Informação-SEI. No Seminário contamos com a presença de 38 (trinta e oito) Chefes de Núcleo dos Conselhos Tutelares.

Foi realizada também a capacitação de Conselheiros Tutelares para operacionalização e utilização do Sistema de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA CT Web, onde foram formadas 07 (sete) turmas, com 35 (trinta e cinco) vagas cada, onde foram capacitados 117 (cento e dezessete) Conselheiros Tutelares, além de capacitação de servidores das Unidades de Apoio Administrativo dos Conselhos Tutelares para operacionalização e utilização do Sistema de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA CT Web, onde foram capacitados 120 (cento e vinte) servidores. Participação junto à Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude para a construção metodológica voltada ao atendimento em acolhimento institucional.

O Programa “Criança Feliz”, no Governo do Distrito Federal “Criança Feliz Brasiliense”, teve seu lançamento na Semana do Bebê. A Secretaria de Justiça e Cidadania compõe o Comitê Gestor e tem acompanhado a implantação do programa do Governo Federal no Distrito Federal, assim como tem participado e contribuído para implementar o projeto de ampliação de creches no Distrito Federal.

APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Participação em ações intersetoriais de Proteção Especial de Crianças e Adolescentes, por meio de 7 (sete) reuniões do “Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM” e 1 (uma) Operação interinstitucional – “Operação Laodicéia”, realizada pela Sejus, auditores fiscais do trabalho, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho – MPT, Polícia Civil do DF e Conselho Tutelar, com foco em apuração de denúncia sobre trabalho infantil, dentre outras irregularidades.

Foi firmada também parceria com o SESI, por meio de Termo de Fomento, para execução da Turma VV13 do Programa ViraVida, com atendimento de 100 adolescentes e jovens, entre 15 e 21 anos de idade, em situação de vulnerabilidade e de violência sexual. O termo foi assinado no dia 11 de outubro de 2019. A aprovação, ampliação e atualização do Programa PPCAAM ocorreu no dia 30 de dezembro de 2019, nº 251- Diário da União-Seção 3.

ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL

Participação em ações intersetoriais de Proteção Especial de Crianças e Adolescentes, em 05 (cinco) reuniões do "Fórum de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil" e 1 (uma) roda de conversa sobre Prevenção da Gravidez na Adolescência direcionada às internas do sistema socioeducativo de Santa Maria e 9 (nove) reuniões com a "Rede de Proteção aos Direitos de Crianças e Adolescentes", para deliberar sobre fluxo de acolhimento institucional e demais ações integradas em rede, junto à 40 instituições, na Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS DE CONSELHOS

A escola de conselhos foi implementada na modalidade à distância, utilizando a plataforma Moodle. A formação de 600 conselheiros tutelares que foram eleitos no pleito de 2019, entre titulares e suplentes, terá 40% de sua carga horária já desenvolvida pela Escola de Conselhos. Há articulação e expectativas de parceria com Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, para que a certificação dos cursos ofertados pela Escola de Conselhos seja emitida pela FUNAB.

ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES

No ano de 2019 ocorreu a eleição dos Conselheiros Tutelares em todo o Brasil. No Distrito Federal o processo de escolha foi organizado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA/DF), com o apoio da Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), que tem entre suas atribuições a promoção de políticas públicas para crianças e adolescentes e, portanto, garante as condições de infraestrutura desses órgãos e a capacitação dos conselheiros. O processo de escolha ocorreu com tranquilidade, transparência e agilidade.

A eleição de 2019 no DF foi a maior do país. Apesar do voto ser facultativo, mais de 155 mil pessoas votaram para escolher os 200 conselheiros tutelares que foram distribuídos pelos 40 conselhos em funcionamento em todas as regiões administrativas. O DF também registrou um crescimento no número de eleitores em relação ao último pleito. Em 2015, participaram da votação no DF 132 mil pessoas.

Os novos conselheiros terão mandato de quatro anos, de 2020 a 2023. Eles têm a missão de garantir direito, respeito e proteção aos direitos das crianças e adolescentes do DF. O conselheiro tutelar é a pessoa que está na linha de frente na proteção da criança e do adolescente. O exercício dessa função é em regime de dedicação exclusiva ao serviço, ou seja, os conselheiros não podem ter qualquer outra atividade profissional remunerada, pública ou privada.

Para garantir candidatos qualificados, o processo seletivo incluiu a aplicação de uma prova objetiva para avaliar os conhecimentos dos inscritos, que tiveram ainda que apresentar documentos para comprovar diversos requisitos, entre eles a experiência de atuação na área da infância e adolescência. Antes de iniciar os trabalhos, os novos conselheiros tiveram um curso de formação inicial com frequência obrigatória e carga horária mínima de 40 horas.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A política de atendimento socioeducativo delineou-se a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio de um conjunto de parâmetros, normativas e proposições, sendo-lhe acrescida, posteriormente, maiores detalhamentos e especificações por meio da Resolução nº. 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que editou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e, posteriormente, pela Lei nº 12.594/12, que instituiu o SINASE.

O primeiro objetivo é contribuir para que sejam assegurados aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa os direitos previstos no art. 227 da Constituição Federal de 1988.

No âmbito distrital, historicamente o atendimento socioeducativo esteve vinculado à Política Pública de Assistência Social, sendo que no ano de 2014 a Lei nº 5.351 criou uma carreira pública própria no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a carreira Socioeducativa, que até então compunha a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal.

Nesse sentido, a busca desta pasta com a Política Pública Socioeducativa vem sendo construir uma nova realidade diante do compromisso de defender os direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a coordenação e articulação de políticas públicas voltadas à proteção integral e à promoção de seus direitos.

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Cumpre descrever, inicialmente, o âmbito das Unidades de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal, quais sejam: Acolhimento inicial, Internação Provisória, Internação, Semiliberdade, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.

O atendimento inicial ao adolescente a quem é atribuído o cometimento de ato infracional é realizado no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) a partir de ações conjuntas e intersetoriais entre os diversos órgãos e políticas públicas que atendem os adolescentes apreendidos e suas famílias. Até dezembro de 2019, foram atendidos no NAI uma média de 410 (quatrocentos e dez) adolescentes e jovens por mês.

A Internação Provisória restringe a liberdade do adolescente até o período máximo de 45 dias, enquanto aguarda decisão judicial sobre o ato infracional cometido. No Distrito Federal, a Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS), em 2019, atendeu em média 126 (cento e vinte e seis) e jovens do sexo masculino. Já as adolescentes e jovens em internação provisória, são atendidas na Unidade de Internação de Santa Maria - UISM, com média mensal de cinco adolescentes e jovens do sexo feminino com esse tipo de medida.

A internação, por sua vez, é uma medida privativa da liberdade e constitui a medida socioeducativa mais gravosa, adotada pela autoridade judiciária quando o ato infracional praticado pelo adolescente se enquadrar nas situações previstas no art. 122, incisos I, II e III, do ECA. Destaca-se que a internação está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Atualmente, no Distrito Federal, existem seis Unidades de Internação que atendem cerca de 690 adolescentes e jovens, quais sejam: Unidade de Internação de Santa Maria (UISM), Unidade de Internação de Planaltina (UIP), Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE), Unidade de Internação de São Sebastião (UISS), Unidade de Internação de Brazlândia (UIBRA) e Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS). Dessas Unidades, a UIP e a UISS atendem exclusivamente adolescentes do sexo masculino menores de 18 anos; a UISM atende adolescentes do sexo masculino menores de 18 anos e adolescentes e jovens do sexo feminino, de 12 a 21 anos incompletos; a UNIRE atende jovens do sexo masculino, maiores de idade até os 21 anos incompletos; e a UNISS atende adolescentes e jovens do sexo masculino, de 12 a 21 anos incompletos, em usufruto de benefício de saída sistemática, isto é, que podem permanecer com suas famílias aos finais de semana, semanalmente ou quinzenalmente, para a preservação dos vínculos familiares.

Cabe destacar que a Unidade de Internação Feminina encontra-se em construção na Região Administrativa do Gama, com 60 vagas e previsão de início das atividades em 2020. Também está em fase de término de construção a Unidade de Internação de Brazlândia - UIBRA, com 180 vagas. No entanto, ressalta-se que a UIBRA já se encontra em funcionamento, temporariamente em espaço da Unidade de Internação de São Sebastião, com 60 vagas, até que seu local próprio seja inaugurado.

Por seu turno, a medida socioeducativa de Semiliberdade tem o caráter essencialmente extramuros, ou seja, a equipe trabalha os aspectos psicossociais e vocacionais visando à inserção dos socioeducandos a escolarização, profissionalização e mercado de trabalho, assim como em outras políticas públicas, pautado na busca do exercício da autonomia. Nesse contexto, os jovens são diariamente acompanhados pela equipe de cada unidade para a elaboração de estudos de caso juntamente com o adolescente e sua família para reflexão sobre a medida. Diversas ações têm sido executadas para a eficiência do atendimento prestado aos jovens que cumprem Medida Socioeducativa de Semiliberdade, como por exemplo, a busca por uma metodologia diferenciada para o atendimento em semiliberdade, atentando-se às especificidades de gênero, à humanização no atendimento e à busca por níveis diferenciados de excelência e qualidade. Nesse sentido, para além das possibilidades oferecidas pelo Estado e suas políticas públicas, esforços foram unificados a fim de buscarem-se alternativas junto à sociedade civil, mas também utilizando as habilidades pessoais dos servidores lotados nas Unidades, quando há voluntariedade para tanto, com o intuito de que

sejam criadas alternativas de atividades dentro e fora das semiliberdades que não só ocupassem o tempo ocioso dos jovens acautelados, mas que, essencialmente, iniciassem com perspectiva de êxito os processos ressocializativos destes e com o "pontapé inicial" no resgate de direitos vilipendiados e na construção de um programa de retomada da reinserção social dos mesmos como cidadãos em plenitude de direitos e conscientes de seus deveres.

Atualmente são 06 (seis) as Unidades de Semiliberdade, quais sejam: Santa Maria, Recanto das Emas, Taguatinga I, Taguatinga II, Gama, além da Unidade Feminina do Guará.

Por fim, as medidas socioeducativas em meio aberto são aquelas não restritivas de liberdade aplicadas pelo Juízo da Vara da Infância e da Juventude aos adolescentes acusados da prática de atos infracionais. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas em meio aberto podem ser: advertência; obrigação de reparar o dano; liberdade assistida (LA) e prestação de serviço à comunidade (PSC). A Liberdade Assistida tem a finalidade de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, sendo fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída, mediante o devido cumprimento dos objetivos a que se presta. A Prestação de Serviços à Comunidade se materializa na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais ou programas governamentais. Durante o ano de 2019 a gestão tornou mais ágil o início do cumprimento das medidas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade através da dinamização dos processos de trabalho e ampliação das vagas de PSC ofertadas por meio de termos de parceria e execução direta. No decorrer do último ano mais de 2.000 (dois mil) adolescentes foram vinculados às medidas em meio aberto. O cumprimento das medidas em meio aberto é realizado por meio da realização de diversas atividades de caráter socioeducativo promovido pelas equipes sociopsicopedagógicas junto aos adolescentes e suas famílias. Para isso, conta com 134 (cento e trinta e quatro) servidores, divididos entre as 15 unidades que executam o atendimento socioeducativo em meio aberto, quais sejam: Brazlândia, Ceilândia Norte, Ceilândia Sul, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga.

O planejamento das ações desenvolvidas no âmbito da política socioeducativa tem sido direcionado pelo Plano Decenal de Atendimento do Distrito Federal, que estabelece diretrizes e metas a serem cumpridas em diversos eixos.

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO PROGRAMA SEJUS MAIS PERTO DO CIDADÃO

Participação do Projeto Horta no Programa SEJUS mais perto do cidadão, com hortaliças produzidas e cultivadas pelos socioeducandos, bem como do Projeto Panificação, com produção e venda de produtos de panificação pelos socioeducandos.

O Projeto Horta atende atualmente 26 (vinte e seis) adolescentes e jovens de 5 Unidades de Meio Aberto e Semiliberdade, bem como adolescentes da Unidade de Internação de Santa Maria. Algumas hortas localizam-se nas próprias Unidades do Sistema Socioeducativo e outras na rede socioassistencial, como o Centro de Convivência, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), de Taguatinga, e a Escola Classe 15, vinculado à Secretaria de Educação (SEDF), de Ceilândia.

Ambos os projetos capacitam os adolescentes do Sistema Socioeducativo a trabalhar, uns com o cultivo de hortas orgânicas, outros com a produção de produtos de panificação, além de inseri-los ao mercado de trabalho e colaborar para a reconstrução dos laços familiares e sociais.

Além disso, ocorreram atendimentos da política pública à comunidade, com atendimento e esclarecimento da execução das medidas socioeducativas, principalmente das que são executadas em meio aberto.

Outras ações foram desenvolvidas no Programa SEJUS mais perto do cidadão: Oficinas de Música e Contação de Histórias, desenvolvidas pelos profissionais do Sistema Socioeducativo.

REFORMA E MANUTENÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Neste ano de 2019 foi reformada a Unidade de Atendimento em Meio Aberto da Samambaia, bem como está em vias de ser entregue a Unidade de Atendimento em Meio Aberto de Ceilândia Norte. Atualmente, se encontra em trâmite administrativo três projetos básicos de reformas, um a ser realizado na Unidade de Internação do Recanto das Emas, um na

Unidade de Internação de São Sebastião e outro na Unidade de Internação de Saídas Sistemáticas.

Rotineiramente são realizadas manutenções preventivas e interventivas no âmbito das Unidades do Sistema Socioeducativo, tais como o funcionamento adequado dos equipamentos para fornecimento de água nas Unidades, o funcionamento adequado dos geradores de energia, visando minimizar os riscos da interrupção do fornecimento de energia elétrica, entre outros.

CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Conforme previsto no quadro de metas, havia a previsão inicial de construção de 04 (quatro) unidades de internação no Sistema Socioeducativo - Unidade Feminina do Gama; Colônia Agrícola de Sobradinho; Unidade de Internação de Ceilândia e Unidade de Internação de Samambaia.

A Unidade Feminina do Gama foi construída. As unidades de internação de Sobradinho, Ceilândia e Samambaia não foram construídas, entretanto, foi construída a Unidade de Internação de Brazlândia. A previsão de inauguração do espaço físico da Unidade de Internação de Brazlândia é para o primeiro semestre de 2020.

ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL

Os adolescentes atendidos pelo Sistema Socioeducativo experimentam vulnerabilidades sociais que demandam atenção prioritária do Estado, família e sociedade. De acordo com os dados do Anuário do Núcleo de Atendimento Integrado da Unidade de Atendimento Inicial (NAI/UAI), os adolescentes atendidos por esse serviço possuem idade entre 15 a 17 anos (85%), identificam-se como sujeitos de gênero masculino (94%) e foram apreendidos por atos infracionais de roubo, tráfico de drogas, furto e porte de arma (78%). Eles residem em Regiões Administrativas como Ceilândia, Planaltina, Samambaia e entorno (41%) e apresentam escolaridade entre o 6º ano e o 9º ano do ensino fundamental (74%).

Esses dados revelam um perfil dos adolescentes que chegam ao sistema socioeducativo: pessoas em situação de risco pessoal e social. Eles são jovens que apresentam defasagem escolar e têm prejudicada sua progressão educacional e, conseqüentemente, a preparação e ingresso no trabalho formal e protegido. Esses adolescentes residem em Regiões Administrativas que demandam investimentos em recursos sociais e econômicos, historicamente marcadas pela existência da violência e pela presença do tráfico de drogas como estratégia de subsistência. Os adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo são sujeitos que, juntamente com suas famílias, necessitam ser alcançados por políticas sociais que garantam a integralidade de sua proteção social.

A partir do reconhecimento desse perfil, a medida socioeducativa atua para a garantia de direitos de forma a contribuir para promoção pessoal e social dos adolescentes atendidos e suas famílias. A socioeducação é uma política integrante do Sistema de Garantia de Direitos e, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), deve se relacionar com as demais políticas sociais como educação, esporte, cultura, assistência social, saúde, dentre outras, para possibilitar a proteção integral necessária ao desenvolvimento do adolescente e, dessa forma, provocar fissuras em ciclos de negligências, abandono e violências historicamente experimentados por esses sujeitos.

Para alcançar esses objetivos o sistema socioeducativo do Distrito Federal tem construído um programa de atendimento intersetorial com a participação dos demais entes do Sistema de Garantia de Direitos. Portarias Conjuntas entre Secretarias de Estado têm organizado e qualificado o atendimento com a participação de políticas como educação, saúde e trabalho. Acordos de Cooperação com instituições públicas e privadas têm possibilitado o acesso a diversos recursos sociais nas medidas socioeducativas e a participação da sociedade civil tem ampliado o compromisso social com a socioeducação.

Pautadas no ECA, SINASE, Projeto Político Pedagógico, Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo (PDASE), dentre outras normativas e diretrizes, as unidades socioeducativas desenvolvem ações seguindo os diferentes eixos estratégicos previstos no SINASE. Essas ações são planejadas, coordenadas, monitoradas e avaliadas pela gestão do sistema socioeducativo que, a partir da realização de diagnósticos, estabelece metas gerenciais e pedagógicas a serem executadas.

Nesse contexto, no ano de 2019, foram desenvolvidas as seguintes ações no sistema socioeducativo:

Eixo - Diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual

Os adolescentes do sistema socioeducativo não devem ser objeto de nenhum tipo de discriminação em razão de sua raça, cor, religião, gênero, orientação sexual ou qualquer outra situação, de forma a violar a proteção integral que lhes é assegurada. Diante disso, tem-se buscado atender as diversidades apresentadas por esse público a partir do planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações que respeitem sua identidade racial, de gênero, religiosa, dentre outras. A afirmação dessa identidade e seu fortalecimento, também são objetivos da ação socioeducativa que busca a preservação da cultura e história dos adolescentes.

Nesse processo, reconhece-se que alguns grupos vivenciam de forma histórica violações de direitos devido às discriminações socialmente experimentadas. Esses sujeitos fazem parte de minorias que fogem aos padrões socialmente estabelecidos para participação em espaços políticos, econômicos e sociais, que os afastam do pleno acesso a esses direitos. As políticas afirmativas passam a ser importantes mecanismos para a reparação dos prejuízos vividos por esses grupos e acontecem no sistema socioeducativo a partir da garantia e encaminhamento a serviços por políticas de cotas como em cursos profissionalizantes, vagas de emprego, processos seletivos, dentre outros.

Além disso, existe uma constante atenção em organizar o atendimento socioeducativo de forma a garantir um atendimento humanizado que respeite as diversidades experimentadas pelos adolescentes. Nesse sentido, foi publicada Portaria nº 507 que instituiu um Grupo de Trabalho para discutir e propor normativas e estratégias de atendimento a adolescentes LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, mulheres transexuais/travestis e homens trans) atendidos no sistema socioeducativo do DF. O Grupo de Trabalho construiu minuta de Portaria que estabelece o direcionamento e normatização do tratamento dispensado à população LGBT, tendo por objetivo: o respeito à diversidade sexual e de gênero, bem como à dignidade humana; a humanização do atendimento à população LGBT nas medidas socioeducativas; o acolhimento responsável da população LGBT dentro do sistema socioeducativo; e, a garantia plena dos direitos previstos em instrumentos legais à população LGBT, incluindo a integridade física e psicológica.

Para garantir a efetiva execução da Portaria realizou ações educativas sobre a temática, capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento socioeducativo e publicação de cartilha informativa sobre a Portaria. No entanto, diante da relevância do assunto e de atenção que demanda no atendimento a essa população, durante o ano de 2019 foram desenvolvidas diversas ações para garantir o atendimento socioeducativo humanizado e direitos à população LGBT, como estudos de caso com a rede de atendimento, encaminhamentos para serviços de saúde e apoio a pessoas LGBT, ações educativas para profissionais com a participação de especialistas no tema, dentre outras.

Medida de Internação

No âmbito das Unidades de Internação e Internação Provisória, ao longo do ano de 2019, foram realizadas rodas de conversa, palestras diversas e exibição de filmes com temáticas relacionadas ao tema da diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual, como por exemplo, sobre temas como masculinidades, sexualidade, relações afetivas, papéis de gênero, prevenção e uso da camisinha, feminicídio e gravidez na adolescência.

Cabe destacar a semana da consciência negra, de 18 a 22 de novembro, na qual, em todas as Unidades, ocorreram atividades educativas e culturais, em parceria com os núcleos de ensino.

Destaca-se ainda, na Unidade de Internação de São Sebastião, o Projeto Masculinidade, com palestras semanais acerca desse tema, com duração de 2 horas, por um mês.

Medida de Semiliberdade

Nas Unidades de Semiliberdade, foram realizadas atividades relacionadas à reflexão e informação sobre temáticas como violência de gênero e racismo. Parte das atividades direcionou-se não só aos adolescentes, como também para suas famílias.

Destaca-se que na Unidade de Semiliberdade do Guará, específica para atendimento de adolescentes do sexo feminino, as atividades relacionadas a gênero têm periodicidade semanal. Na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga, as atividades relacionadas ao respeito  diversidade são realizadas por meio de atividades artísticas, coordenadas pela especialista em artes plásticas lotada na Unidade. A Unidade de Semiliberdade do Gama, além de realizar atividade com as mães dos adolescentes, sobre empoderamento da mulher, orientao jurídica e aoes preventivas  violência contra a mulher, participa das reuniões da Rede Intersetorial de Enfrentamento  Violência contra a Mulher do Gama.

Medidas em meio aberto

Além das reflexões e encaminhamentos realizados a partir de demandas individuais dos adolescentes e suas famílias relacionadas a esse Eixo, as unidades de Meio Aberto realizam atividades em grupos e utilizam-se do acesso  cultura e  informao como forma de trabalhar questões relacionadas  diversidade.

Dentre as atividades realizadas em 2019, destacam-se: a Oficina interseccionalidade raça, classe, gênero, deficiências e religião, realizada na Gerência de Meio Aberto de Samambaia; o Projeto força feminina, espaço de discussão sobre empoderamento feminino e sobre o machismo, na Gerência de Meio Aberto de Taguatinga; e a participao da Gerência de Meio Aberto do Gama na Rede Intersetorial de Enfrentamento  Violência contra a Mulher do Gama. O Projeto Autoconhecer: destinado a adolescentes do sexo feminino, tem por objetivos: desenvolver habilidades de inteligência emocional e para a tomada de escolhas assertivas; refletir sobre questões inerentes ao universo feminino; ressignificar questões que gerem conflito/ dor; construir metas, projetos e ou propósitos de vida; motivar as adolescentes para que compreendam que os sonhos podem se tornar reais. A Oficina amor, gênero e sexualidade promoveu reflexões e orientaes sobre sexualidade, desconstruo dos papéis sociais de gênero e orientao sobre o uso de preservativos junto aos adolescentes em cumprimento de medida residentes em Samambaia.

Eixo – Educao

Medida de Interno

- ENCCEJA - Exame Nacional Para Certificao de Competências de Jovens e Adultos, para Pessoas Privadas de Liberdade (Encceja PPL 2019), ocorreu em Outubro de 2019 e foi aplicado para 650 (seiscentos e cinquenta) adolescentes e jovens das unidades de interno;
- ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio ocorreu em Dezembro de 2019 e foi aplicado para 160 (cento e sessenta) jovens das unidades de interno;
- Concurso de redao da DPU 2019: nesta edio foram inscritas mais de 60 (sessenta) redaes dos jovens das unidades de interno, sendo que 3 (três) destes foram premiados.

Medida de Semiliberdade

- Acompanhamento dos socioeducandos inscritos no ENCCEJA, por meio da organizao de cursos preparatórios, com apoio de parcerias;
- Realizao de oficinas de redao na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga I;
- Desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e criativas, por meio de aulas de Desenho, na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga II.

Medidas em meio aberto

- Preparo e acompanhamento dos socioeducandos inscritos no ENCCEJA, por meio da organizao de grupos de estudo;
- Oficinas Temáticas sobre "Educao", que trabalha com os responsáveis e adolescentes sobre as questões relacionadas ao direito/dever de estudar, tornando a família e os adolescentes ativos no processo de formao educacional;
- Projetos de Leitura e parceria com o programa Mala do Livro.

Eixo - Esporte, Cultura e Lazer

Medida de Interno

- Oficina de Grafite desenvolvida em parceria com o Instituto Lumiar (continuação de projeto iniciado em 2018);
- Realização de campeonatos de futebol;
- Oficina de música e musicalidade corporal, oferecida por servidores do sistema socioeducativo e parceiros;
- Oficinas de jogos teatrais e expressão emocional, com enfoque no desenvolvimento de habilidades socioemocionais como posicionamento, empatia, comunicação não violenta, colaboração e reciprocidade;
- Oficinas de RAP com parceiros do sistema socioeducativo, como Emerson Franco e Vera Verônica;
- Oficina de Contação de Histórias promovidas por voluntários do sistema socioeducativo;
- Visitas de adolescentes em processo de finalização do cumprimento da medida socioeducativa a espaços culturais como Centro Cultural Banco do Brasil, teatros e cinemas;
- Sarau / Festival de música;
- Oficina de Poesia com Eliza Lucinda.

Medida de Semiliberdade

- Atividades para ampliação do acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, por meio de passeios e visitas, seguidos de reflexões e acesso à informação, tais como: grupo de musicoterapia com passeio na Ermida dom Bosco; Cinema a preço popular em parceria com o Espaço Itaú de cinema; Sarau Cultivarte no IFB Gama; etc.
- Cursos, aulas e oficinas: aulas de artesanato; xadrez oficina de DJ (realizada pela rapper Vera Veronika); aulas de decopagem de garrafas; etc.
- Futebol nas quadras e realização de Torneio de Futebol entre Unidades de Semiliberdade;
- Projeto Jovem Atleta, incentivo aos talentos no Futebol, com orientação especializada, na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga II;
- Aulas de Desenhos e oficinas artísticas na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga I;
- Cine debates: apresentação de filmes seguidos de debates.

Medidas em meio aberto

- Atividades para ampliação do acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, por meio de passeios e visitas, seguidos de reflexões e acesso à informação, tais como: espetáculos de teatro, exposições de arte, sessões de cinema, visitas a monumentos da cidade, feiras temáticas, eventos esportivos e locais de lazer aos quais normalmente não têm acesso em sua comunidade de origem.
- Projeto de audiovisual, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública: atende a adolescentes em cumprimento de prestação de serviços à comunidade por meio do desenvolvimento de habilidades para a produção audiovisual.
- Cine UAMA: exibição de vídeos curtos e longas-metragens, explorando temas específicos com vistas a promover debates que favoreçam reflexões sobre a realidade vivenciada pelos adolescentes em seu cotidiano.
- Guerreiros da Periferia: atividades diversificadas, com foco nas áreas de cultura, artes e música. Frequentemente são convidados artistas que, além de mostrarem seu trabalho, compartilham de suas histórias de vida com os (as) adolescentes participantes. Também são realizadas atividades externas, de forma a ampliar a vivência estética e cultural dos (as) participantes.
- Futebol da Quebrada: treinos preparatórios de futebol, seguidos por rodas de conversa sobre temas diversos. Além das atividades semanais é promovido um torneio semestral com a participação de times parceiros e de jogos amistosos em lugares diversificados. Colaborando para a participação dos jovens interessados na

profissionalização, por meio do esporte, em processos seletivos e manutenção dos que já estão em treinamento em categorias de base.

- Campeonatos de jogos de tabuleiro: realização de campeonatos mensais de jogos. Apesar do espírito competitivo, a atividade acontece em clima de paz e diversão, mostrando a importância do caráter lúdico das atividades socioeducativas.
- Participação em festivais culturais: construção e fortalecimento de redes com produtores de festivais culturais que são realizados em Brasília. O objetivo é apresentar aos jovens a cultura como forma de inserção profissional, além de ampliarem suas experiências artísticas participando das atividades culturais. Através de oficinas e experiências profissionais pontuais, alguns jovens (vinculados e egressos) têm tido oportunidades reais de trabalhar na assistência de produção, cenografia, e outras funções da área de organização de eventos culturais.
- Aulas de esportes em parceria com os Centros Olímpicos.
- Parceria com o Projeto Mãos Dadas com o Futuro, que oferece cursos diversificados como Educação Comunitária, Fotografia, Xadrez, Violão e hip-hop.
- Oficinas de artesanato e produção artística por meio da escrita, desenhos e outras técnicas.

Eixo - Saúde

Medida de Internação

- Publicação do Protocolo Operacional Padrão de Enfermagem (POP) das unidades de internação e internação provisória;
- Capacitação das equipes de enfermagem das unidades de internação e de internação provisória em parceria com o Conselho Regional de Enfermagem (COREN);
- Lançamento do Protocolo de Atenção e Prevenção ao Suicídio de Adolescentes das Unidades Socioeducativas de Atendimento Inicial, Internação e de Internação Provisória do DF;
- Capacitação de 65 profissionais que atuam nas unidades socioeducativas de atendimento inicial, internação e internação provisória no uso do Protocolo de Atenção e Prevenção ao Suicídio de Adolescentes das Unidades Socioeducativas de Atendimento Inicial, Internação e de Internação Provisória do DF, por meio do curso "Procedimentos e cuidados em situação de risco de suicídio".
- Realização de campanhas de vacinação e de atualização da situação vacinal dos adolescentes do sistema socioeducativo.

Medida de Semiliberdade

- Oficinas e atividades em grupo, organizados pelas Unidades e em parceria com a rede de proteção social, sobre as temáticas de uso abusivo de drogas e saúde sexual e reprodutiva.

Medidas em Meio Aberto

- Oficinas e atividades em grupo, organizados pelas Unidades e em parceria com a rede de proteção social, sobre as temáticas de uso abusivo de drogas e saúde sexual e reprodutiva.
- Terapia Comunitária Integrativa: atividade terapêutica em grupo, que constrói laços sociais por meio da fala, apoio emocional, troca de experiências e prevenção ao adoecimento.
- Oficina Temática - "Autoestima": promove a compreensão sobre o que é autoestima e sobre como desenvolvê-la através do autoconhecimento e da apropriação das habilidades/potencialidades individuais. Provoca reflexões sobre os modos de relacionamento consigo, com os outros e com as situações vivenciadas cotidianamente. Reconhecer as diferenças entre as várias necessidades que se apresentam a nós e os sentimentos envolvidos na resolução de cada uma delas.
- Grupo Familiar - "Atendimento no CAPS": promove espaço de interação entre as famílias, a equipe e a rede local, priorizando o fortalecimento dos vínculos familiares como uma estratégia do acompanhamento socioeducativo, a partir da promoção de

Cidadania, orientação e instrumentalização de informações por parte das famílias para acesso a Rede de Atendimento.

- Constelação Familiar: é um método psicoterápico que trabalha as emoções e energias que acumulamos. Possibilita compreender como estes fatores influenciam na tomada de decisão e reverter aspectos negativos que trazem desequilíbrio. São atendidos adolescentes e suas famílias.

Eixo - Abordagem familiar e comunitária

Medida de Internação

O atendimento às famílias foi realizado pela equipe de especialistas, por meio de atendimento presencial individualizado, por telefone e em grupos multifamiliares. As equipes também realizaram visita domiciliar.

Algumas atividades para as famílias foram desenvolvidas nas Unidades de Internação e Internação provisória, sobretudo, em comemoração a datas festivas, como dia das mães, dia dos pais e Natal.

Destaca-se, ainda, a realização do grupo multifamiliar no Núcleo de Atendimento Integrado, com o objetivo de prestar informações acerca do processo infracional, acesso à rede socioassistencial, dentre outras. As reuniões foram realizadas com parceiros da Educação e Saúde, que forneceram orientações acerca da rede de amparo nas referidas políticas públicas.

Medida de Semiliberdade

Além de atendimentos individuais e visitas domiciliares voltados para elaboração e acompanhamento das metas dos Planos Individuais de Atendimento, as famílias participam de atividades em grupo de caráter informativo e de fortalecimento familiar. As Unidades também organizam confraternização em comemoração a datas festivas e oficinas.

A Semiliberdade realiza encaminhamentos e estabelece diversas parcerias com a rede de proteção social com objetivo de proporcionar a inserção comunitária dos adolescentes e de suas famílias. Ainda, executa ações informativas voltadas a garantia de direitos e ao exercício da cidadania.

Medidas em meio aberto

O acompanhamento socioeducativo nas Unidades de Meio Aberto prevê atendimentos individuais e grupais aos familiares, bem como visitas domiciliares, com o objetivo de promover reflexões e construção de novos projetos de vida, fortalecer os vínculos e a função protetiva da família.

As famílias participam da elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento, estabelecendo metas para a ressignificação do cotidiano a serem cumpridas pelos adolescentes, famílias e equipe socioeducativa.

Dentre as diversas atividades realizadas como os grupos familiares periódicos, confraternizações e da participação das equipes nas redes locais de proteção social, destacamos alguns projetos realizados nas Unidades tais como: Café com Rosas, realizado pela GEAMA Brazlândia, para as adolescentes, mães e irmãs, com objetivo de tratar do empoderamento feminino, resiliência, autoestima, violência de gênero e outras questões pessoais e familiares; Grupo Familiar - realizado pela GEAMA do Gama, promove espaço de interação entre as famílias e a rede local com o objetivo de promover a Cidadania, orientação e instrumentalização de informações para acesso a Rede de Atendimento; Curso de tapeçaria para mães, realizado pela GEAMA Santa Maria, oferece profissionalização por meio do artesanato com crochê, produzindo tapetes e/ou outras peças para venda; Família Parceira, projeto realizado pela GEAMA Sobradinho, com objetivo de sensibilizar os familiares e responsáveis sobre a relevância do efetivo acompanhamento dos socioeducandos (as) no processo socioeducativo; Terapia comunitária com os pais dos adolescentes, projeto realizado pela GEAMA Taguatinga, que visa criar vínculos e fortalecer laços sociais.

Eixo - Profissionalização/Trabalho/Previdência

A inclusão de aproximadamente 300 (trezentos) adolescentes do sistema socioeducativo na aprendizagem profissional, foi uma grande ação realizada em 2019. A partir dessa política pública os adolescentes passaram a ter acesso à qualificação e inserção profissional, recebendo salário por hora trabalhada com as devidas garantias e proteções trabalhistas. Nas

unidades de meio aberto e semiliberdade, a partir de articulações com instituições parceiras como o Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Tocantins (MPTDFT) e agências formadoras, os adolescentes ingressaram em diferentes instituições públicas e privadas contratados como jovens aprendizes. Nas unidades de internação, a política de aprendizagem profissional foi intensificada a partir da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica realizado com o MPTDFT, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A assinatura desse Acordo de Cooperação instituiu o Programa "Medida de Aprendizagem no DF" e, por meio desta mútua colaboração entre os partícipes, foi possível a implantação da aprendizagem profissional nas unidades de internação do sistema socioeducativo. O acordo tem vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, em 15 de outubro de 2018, podendo ser prorrogado por período acordado entre as partes.

Foi assinado pelas instituições partícipes o Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica Nº 03/2018, publicado no DODF nº 19, em 28 de janeiro de 2019, quando houve a adesão do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) ao referido Acordo de Cooperação Técnica. O aditivo permitiu a adesão de órgãos públicos, entidades e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ao referido Acordo de Cooperação, de forma a dar consecução ao objeto originalmente pactuado, além de ampliar as oportunidades e vagas de aprendizagem para o público atendido.

Vale ressaltar que, no que se refere à oferta de cursos profissionalizantes e atividades ocupacionais no sistema socioeducativo, para sua realização avalia-se o caráter pedagógico da atividade e as condições de participação dos adolescentes. Busca-se promover atividades que respeitem o perfil dos adolescentes e as especificidades da medida socioeducativa aplicada.

Em 2019, foram ofertadas aos adolescentes do sistema socioeducativo atividades profissionalizantes a partir de parcerias institucionais com a Fábrica Social, SENAI, SENAC, Universidade de Brasília (UnB), dentre outras. Ocorreram também momentos dentro das unidades socioeducativas com atividades temáticas diversas que permearam o universo da empregabilidade e do mercado de trabalho, como por exemplo, as Oficinas de Criatividade, ofertadas pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

Abaixo, são apresentadas essas e outras ações realizadas por cada medida socioeducativa:

Medida de Internação

Nas Unidades de Internação, atualmente, são realizadas dez turmas de aprendizagem profissional, com participação de 144 (cento e quarenta e quatro) socioeducandos. Os aprendizes que participam do Programa são contratados por um período de 10 meses, recebendo o valor de R\$ 434,00 (quatrocentos e trinta e quatro reais) mensais, além de férias e 13º salário. Os cursos de aprendizagem são:

- Unidade de Internação de Santa Maria: Curso de Assistente Administrativo/ SENAI - início 19/08/2019 e término 30/06/2020; duas turmas com 15 (quinze) aprendizes cada;
- Unidade de Internação do Recanto das Emas: Curso de Pintor Residencial e Dry Wall/ SENAI - início 19/08/2019 e término 18/06/2020; duas turmas, uma com 15 (quinze) e outra com 16 (dezesesseis) aprendizes;
- Unidade de Internação de São Sebastião: Curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos/ SENAC - 1ª turma iniciada com 13 (treze) aprendizes, em 27/05/2019, e com previsão de término para 27/03/2020; 2ª turma iniciada com 17 (dezesete) aprendizes, em 19/08/2019, e com previsão de término para 18/06/2020;
- Unidade de Internação de Planaltina: Curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos/ SENAC - 1ª turma iniciada com 12 (doze) aprendizes, em 27/05/2019, e com previsão de término para 27/03/2020; 2ª turma iniciada com 11 (onze) aprendizes, em 19/08/2019, e com previsão de término para 18/06/2020.
- Unidade de Internação de Brazlândia: Curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos/ SENAC: duas turmas iniciadas com 15 (quinze)

aprendizes em cada, em dezembro de 2019, e com previsão de término para outubro de 2020.

Outras atividades desenvolvidas, relacionadas à profissionalização, foram:

- Projeto Direito para a Liberdade: projeto desenvolvido por meio da cooperação que entre si celebraram a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, a Secretaria de Educação do Distrito Federal, a Defensoria Pública do Distrito Federal e a Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O referido Projeto visa capacitar adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação no que se refere às temáticas em direitos básicos com foco na "Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos". As aulas foram ministradas na Unidade de Internação de Saída Sistemática – UNISS, com término das atividades em agosto de 2019;
- Curso de capacitação profissional de Operador de Computador, realizado em parceria com a Defensoria Pública do DF, o Ministério Público do Trabalho e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para adolescentes e jovens da Unidade de Internação de Saída Sistemática. A primeira turma iniciou em junho/2019 e encerrou em setembro; a segunda turma iniciou em setembro e foi concluída em dezembro/2019;
- Curso de Pizzaiolo, ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, na Unidade de Internação de Planaltina, duração de 160 horas, início em 14/10/2019 e término em 19/12/2019, participação de 20 socioeducandos.

Ressalta-se, ainda, a realização de atividades ocupacionais e oficinas, a saber:

- Projeto Acolhida: Inscrição dos adolescentes no CIEE para participação em processos seletivos de jovem aprendiz e estágio;
- Coletivo Coca-Cola: encaminhamento para curso de preparação ao mercado de trabalho na área do varejo.
- Cursos de informática e tecnologia desenvolvidos em parceria com a instituição Cisco Netacad;
- Oficina Vozes da Cidadania – Projeto Onda, desenvolvida em parceria com Instituto que atua na área da empregabilidade e poesia;
- Cursos de capacitação profissional por meio do projeto Quebrada em Cena, com turmas de WebTV, de edição de vídeo, de foto-filmagem, de empreendedorismo digital e de produção musical;
- Cursos de capacitação profissional desenvolvidos em parceria com a instituição Transforme, com turmas de edição de vídeo, operador de câmera e empreendedorismo e vivências;
- Atividades de horticultura, informática básica e panificação, desenvolvidas por servidores das unidades;
- Oficina de ecolavagem;
- Projeto Literário: adolescentes são levados a reflexões que ressignificam a história e projetos de vida por meio da leitura compartilhada de obras literárias e produção de textos;
- Projeto de extensão na Unidade de Internação de Santa Maria, em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) - "Entre Ervas que Curam e Poesias que Libertam, vou Reescrevendo minha História";
- Encaminhamento e inserção em cursos profissionalizantes realizados no Centro de Juventude de Massoterapia e Cuidador de idosos;
- Oficinas artístico culturais e de capacitação realizadas em parceria com instituições sociais com curso preparatório para o mercado de trabalho, curso de reciclagem, curso de produção têxtil, dança contemporânea, dança africana e artesanato;
- Curso de internet ofertado aos adolescentes;

- Cursos com certificação, realizados em modalidade de Educação a Distância (EAD), como “Comunicação escrita para o trabalho”, “Postura e imagem profissional” e “Empreendedorismo como opção de carreira”;
- Oficina de criatividade (CIEE);
- Oficinas profissionalizantes de barbearia, garçom e atendimento ao cliente.

Medida de Semiliberdade

- Parcerias para cursos profissionalizantes, tais como: Atendimento ao Cliente e Orientação para o mercado de trabalho; Curso de operador de computador do SENAI; Curso na Defensoria Pública do DF em parceria com o SENAI; cursos de informática em parceria com o SENAC; cursos em parceria com o Céu das Artes; parceria com o projeto Educação Livre que oferece educação gratuita e divertida por meio de uma plataforma digital;
- Oficinas preparatórias para entrevistas, inserção no mercado de trabalho e empreendedorismo, realizado pelas equipes das Unidades;
- Inserção de adolescentes em diversos processos seletivos visando obter vaga em estágio remunerado e jovem aprendiz;
- Participação dos adolescentes como monitores no II Simpósio Nacional em Socioeducação;
- Cursos de capacitação desenvolvidos pelas equipes das unidades com atividades de confeitaria e doces, pizzaiolo, desenho, fotografia e redação;

Medidas em meio aberto

- Projeto Meu Papel: produção de papéis e cadernos que possibilita aos adolescentes a aprendizagem de técnicas de artesanato, podendo colaborar com a inclusão produtiva dos (as) jovens por meio da atividade empreendedora.
- Cursos de capacitação desenvolvidos por entidades parceiras: com turmas de Pintura de Imóveis, Garçom, Marcenaria, Cabeleireiro, Manicure e Design de unhas, Maquiagem, Empreendedorismo, Audiovisual e Desenho, Atendimento ao Cliente, Maquiagem, Operador de microcomputador.
- Inserção de adolescentes em diversos processos seletivos visando obter vaga em estágio remunerado e jovem aprendiz;
- Atividades em grupo, organizadas pelas equipes das Unidades, para promover reflexões sobre as habilidades e competências dos adolescentes, associadas ao mundo do trabalho; participação em entrevistas, entre outras.
- Participação em festivais culturais: construção e fortalecimento de redes com produtores de festivais culturais que são realizados em Brasília. O objetivo é apresentar aos jovens a cultura como forma de inserção profissional. Através de oficinas e experiências profissionais pontuais, alguns jovens (vinculados e egressos) têm tido oportunidades reais de trabalhar na assistência de produção, cenografia, e outras funções da área de organização de eventos culturais.
- Profissionalização em parceria com o Museu de Planaltina: são direcionados adolescentes para emprego temporário nas exposições realizadas.
- Projeto Você na Foto: proporcionar aos socioeducandos fotos obrigatórias para inserção em atividades de profissionalização, educacionais e outros.

Eixo - Segurança

Nas Unidades de Internação, Internação Provisória e Atendimento Inicial foram realizados alguns encontros entre os Gerentes de Segurança, Coordenação de Internação e SUBSIS na perspectiva de buscar estratégias para efetivar, na prática, os procedimentos de segurança já estabelecidos no PSS, como ação definidora de abordagens de segurança preventiva e proteção aos adolescentes/jovens, servidores, familiares e demais parceiros envolvidos no processo de socioeducação.

Buscando garantir a escolarização dos (as) adolescentes/jovens nas Unidades de Internação e Internação Provisória, foram refeitas as escalas de trabalhos dos agentes socioeducativos, definindo equipes específicas, conforme necessidade, para atuarem no ambiente escolar.

Nesse ínterim, a nova estrutura de cargos da SEJUS contou também com o Chefe do Núcleo de Disciplina, proporcionando uma relação diária, mais próxima e efetiva, entre as equipes de segurança e o núcleo escolar. Essas ações proporcionaram em 2019 um aumento significativo de adolescentes/jovens nas atividades escolares diárias, chegando a 75% de média de encaminhamento diário para as atividades escolares.

O levantamento sobre ocorrências disciplinares nas Unidades de Internação, Internação Provisória e Atendimento Inicial demonstrou, claramente, que 75% das infrações ocorrem no ambiente do módulo de convivência coletiva, seja nos alojamentos ou nos pátios.

Diante desses dados, registra-se a importância da reorganização das equipes, adequando formas de trabalho visando garantir o encaminhamento dos(as) adolescentes/jovens para as oficinas profissionalizantes, atividades esportivas, culturais, de lazer e recreativas, além também, da liberação de servidores para a participação em cursos de capacitação que foram amplamente ofertados pela SEJUS em 2019.

Outro objetivo relacionado é a redução de ocorrências disciplinares, principalmente, as de natureza grave. De forma geral, no levantamento realizado, houve redução das infrações ao compararmos todas as Unidades. Algumas unidades, como Unidade de Internação de Planaltina, Unidade de Internação de São Sebastião e Unidade de Internação de Brazlândia já apresentaram essa redução de forma específica. Mas, esta será uma meta para 2020.

REALIZAÇÃO DE EVENTOS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Dentre várias ações desta Secretaria de Justiça e Cidadania no âmbito do Sistema Socioeducativo, elencamos alguns eventos realizados:

- Conferências Livres e a Conferência Distrital, para debater os eixos temáticos da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CNDCA;
- Realização do 4ª edição do Festival de Música “No Ritmo da Socioeducação” na Unidade de Internação de Santa Maria;
- Realização do II Torneio de Futsal com a participação de adolescentes das unidades de semiliberdade;
- Realização do VI e do VII Torneio de Futebol da Quebrada, com a participação de adolescentes das Unidades de Meio Aberto, egressos e comunidade;
- Lançamento do Protocolo de Prevenção e Atenção ao Suicídio de adolescentes nas unidades socioeducativas de atendimento inicial, internação e internação provisória;
- Festa junina nas Unidades de Internação e Internação Provisória;
- Formatura do Projeto Vozes da Cidadania, desenvolvido em parceria com o Instituto que atua na área da empregabilidade e poesia;
- Eventos de comemoração do dia das mães, nas Unidades de Internação e Internação Provisória;
- Semana de Valorização para Vida, nas Unidades de Internação e Internação Provisória, realizada sob a coordenação dos Núcleos de Ensino;
- Realização da 1ª Semana Rosa, promovida pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania nas Unidades de Internação do Recanto das Emas e de Saídas Sistemáticas, em alusão ao outubro rosa;
- Realização do II Simpósio Nacional em Socioeducação: desafios da prática socioeducativa na atualidade. O evento realizado em Brasília pela SEJUS, UnB e Grupo de Estudos e de Pesquisa em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS), contou com a presença de 416 participantes de todo o Brasil, oferecendo 64 sessões de atividades entre conferências, mesas redondas, comunicações e apresentações de painéis. Ao todo foram 226 trabalhos apresentados. Ressalta-se o caráter participativo e inclusivo do evento que reuniu profissionais da área, adolescentes do sistema socioeducativo e estudiosos do campo da socioeducação.
- Formatura SENAI: quatro turmas, duas da Unidade de Internação do Recanto das Emas - UNIRE e duas de Santa Maria - UISM. Total de 49 formandos, 26 da UNIRE, no curso de Pedreiro e Revestimento; e 23 da UISM, no curso de Assistente Administrativo, ambos com aulas teóricas e práticas realizadas pelo SENAI. O evento

de formatura foi realizado com a participação dos familiares dos socioeducandos, em 14 de agosto, na Unidade do SENAI do Gama, para os aprendizes da UISM; e, em 15 de agosto, para os aprendizes da UNIRE, no Polo de Justiça, Cultura e Cidadania do DF – Fórum Desembargador Jorge Duarte de Azevedo.

- Realização do Dia do Socioeducador: Anualmente, no dia 28 de outubro, é comemorado o dia do Servidor Público. Neste ano, a SEJUS promoveu uma atividade especial para os Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo. A programação contou com apresentação musical, entrega de certificados a servidores aposentados e um momento especial de compartilhamento de experiências vividas como socioeducador, aberto a todos os profissionais do Sistema Socioeducativo do DF. Nesse sentido, os servidores tiveram a oportunidade de compartilhar histórias marcantes de atendimentos técnicos, de acompanhamentos ou acautelamentos de um adolescente, ou mesmo na relação com os colegas de trabalho.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS

As Políticas Públicas de Enfrentamento às Drogas no âmbito do Distrito Federal têm como objetivo a execução de programas em três eixos, quais sejam: 1) Prevenção, 2) Tratamento e 3) Reinserção Social. Seu alicerce principal pode ser encontrado na Política Nacional sobre Drogas, prevista no Decreto nº 9.761/2019. Alinha-se, também, à Lei Federal nº 13.840/2019, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e o financiamento das políticas sobre drogas. Atualmente, a Secretaria de Justiça e Cidadania tem parceria com 12 (doze) Comunidades Terapêuticas, as quais tratam os acolhidos que se submetem ao tratamento voluntário em regime de residência. Para verificação do Plano de Trabalho das Comunidades, a legislação vigente exige que haja executores para o acompanhamento e fiscalização da parceria. Hoje todos os executores atuam em atividades relacionadas ao enfrentamento às drogas, o que possibilita uma maior interação entre as Comunidades.

EVENTOS RELACIONADOS ÀS POLÍTICAS ANTIDROGAS

De Janeiro a Dezembro de 2019

- REINSERÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES QUÍMICOS: No dia 21 de janeiro de 2019, iniciaram as negociações para implementação do projeto de reinserção social em parceria com a Escola Técnica de Ceilândia com o desdobramento das tratativas. No dia 10 de fevereiro de 2019, foram encaminhados acolhidos para os cursos profissionalizantes. A parceria foi feita com a Secretaria de Educação e possui como objetivo proporcionar aos adictos que concluíram o tratamento capacitação profissional para reinseri-los no mercado de trabalho.
- PARTICIPAÇÃO DO PROJETO SOCIAL "BARBA NA RUA": No dia 10/02/2019, foi realizada visita ao Setor Comercial Sul para atendimento e orientação a população em situação de rua. Objetivo: divulgar a ações antidrogas realizadas pela SEJUS e encaminhar os interessados para tratamento. Foram 09 pessoas encaminhadas.
- VISITA CULTURAL: No dia 22/02/2019, os acolhidos em tratamento assistiram as apresentações (coral e orquestra sinfônica). Objetivo: Propiciar a participação dos acolhidos em atividades culturais, visando à melhoria do tratamento e buscando a interação entre a rede de assistência. Foram 30 pessoas acolhidas.
- TRABALHO EM REDE: No dia 27/02/2019, a SEJUS participou de uma ação com aproximadamente 30 (trinta) pessoas na cidade do Paranoá, coordenada pela Administração Regional com participação da Comunidade Terapêutica "Criação de Deus". O objetivo foi distribuir sopa para a população de rua. Na ocasião, foram prestadas orientações e encaminhamento para as comunidades terapêuticas dos interessados em tratamento de forma voluntária. Foram encaminhadas 06 pessoas.
- CARNAVAL SEM DROGAS: No dia 05/03/2019, a SEJUS participou da campanha de Carnaval "Respeito à Cidadania". O objetivo foi a distribuição de folders e material gráfico, chamando a atenção para curtir o carnaval sem drogas. Foram distribuídos aproximadamente 3.000 itens em materiais gráficos.

- **PREVENÇÃO NA ESTRUTURAL:** No dia 16/04/2019, a SEJUS participou da ação "Ser Criança", com o objetivo de trabalhar com a criançada e a juventude de Santa Luzia (Estrutural) a prevenção às drogas. Foram 150 alunos.
- **PALESTRA SOBRE PREVENÇÃO ÀS DROGAS:** Foi realizada no dia 09/04/2019, no Centro de Ensino fundamental do Paranoá, palestra com os adolescentes com o tema "Prevenção às Drogas". O objetivo foi orientar os jovens quanto aos perigos advindos do uso e abuso de drogas. Público atingido: 40 alunos.
- **PREVENÇÃO EM SÃO SEBASTIÃO:** Foi realizada uma "Roda de conversa" com os adolescentes residentes de São Sebastião, com a finalidade de alertá-los quanto aos malefícios do uso e abuso de drogas. 40 (adolescentes).
- **VISITA AO MUSEU DA MEMÓRIA CANDANGA:** Foi realizada visita ao museu com 30 acolhidos de Comunidade Terapêutica. O objetivo foi promover aos acolhidos em tratamento a oportunidade de conhecer a história de Brasília por meio da arte.
- **BLITZ EDUCATIVA COM A PRF:** A SEJUS participou, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, de uma Blitz na BR 060, com distribuição de material gráfico e orientação quanto aos malefícios do uso e abuso de substâncias psicoativas. O objetivo foi alertar sobre o dia Internacional de Combate às Drogas, que é realizado na data de 26/06/2019. Público atingido: 150 pessoas.
- **CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS RELIGIOSAS – FAMÍLIAS FORTES:** Foi realizada no dia 24/06/2019, no Sudoeste, palestra para líderes de igrejas com o tema "Uso e Abuso de Drogas". O objetivo foi orientar e divulgar o programa com relação à prevenção sobre o uso e abuso das drogas. Público atingido: 20 pessoas.
- **FORMATURA DOS ACOLHIDOS DA PARCERIA REALIZADA COM A ESCOLA TÉCNICA DE CEILÂNDIA, INICIADA EM JANEIRO:** Cinco dependentes químicos se formaram nos cursos técnicos de administração, informática, logística, elétrica residencial, predial e recursos humanos. Participaram desta fase piloto duas Comunidades Terapêuticas, uma de Planaltina e outra de Ceilândia.
- **Sensibilização Rapensando – Estrutural (200 pessoas):** Por meio de parceria da SEJUS e o Projeto Rapensando, estudantes e professores participam de apresentação artística com música, dança, grafite conscientizando sobre os males à saúde e ao convívio social que a drogadição causa;
- **Torneio de Futebol CEF 02 – Estrutural (280 alunos):** A Coordenação Regional de Ensino da região, escola e SUBED organizaram torneio de futebol com os alunos para conscientizar e incentivar sobre a prática de esportes como medida preventiva ao uso e abuso de drogas;
- **Participação nos 60 anos da Arquidiocese de Brasília – local: Sol Nascente (70 pessoas):** oferecendo roda de conversa com Grupo de mútua ajuda Narcóticos Anônimos, com a participação de uma ONG que prestou orientação ao trabalho de prevenção ao uso de drogas e diretrizes para o encaminhamento às Comunidades Terapêuticas cadastradas junto a SEJUS;
- **Participação da apresentação de ações com Cães farejadores da PCDF – Cruzeiro (600 alunos):** Atividade lúdica aos alunos e professores com cães farejadores da PCDF;
- **Seminário em Dependência Química – EGOV (100 servidores):** Fruto de uma parceria entre a SES e a SEJUS, o evento abordou os desafios e resultados de políticas públicas que assistam, também, os servidores públicos;
- **Lançamento do Projeto Bike Geração de Renda (1 evento):** Em 17/10/2019, foi feito o lançamento do projeto na Secretaria do Trabalho, o qual busca a reinserção social e econômica de pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade social;
- **Participação da Inauguração do Centro de triagem - 24 horas do instituto crescer:** Inauguração da casa de passagem onde os usuários poderão permanecer durante 30 dias contando com atendimento médico especializado 24h. A ideia é que neste período, eles sejam desintoxicados e possam livremente escolher uma forma para vencer a dependência;

- Prevenção Escola Zilda Arns – Itapoã (1200 alunos/professores): Roda de conversa com alunos e professores sobre os males à saúde ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas. Aplica-se a dinâmica da caixa de perguntas da prevenção;
- Café da manhã com a população em situação de rua – Núcleo Bandeirante (50 pessoas): Na manhã do dia 21/11/2019, foi realizado um café da manhã para a realização de um momento de confraternização com o objetivo de incluir e valorizar as pessoas em situação de rua;
- Encaminhamento de dependentes químicos para tratamento (2 pessoas): O TJDFT solicitou o acolhimento, em comunidades terapêuticas parceiras, de duas pessoas que buscaram tratamento ao passarem pelas audiências de custódia no mês de novembro;
- Programa Pequenos Reparos: No dia 03/11/2019 foi ofertado o Programa de Pequenos Reparos aos dependentes químicos que se encontram em fase final de tratamento ou já concluíram. Este programa é executado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- Aplicação de questionário para identificação do perfil socioeconômico do dependente químico em tratamento no DF (350 pessoas): Foi realizado questionários nas 12 comunidades terapêuticas do Distrito Federal com objetivo de identificar o perfil do dependente químico em tratamento;
- Averiguação de denúncia em face do Centro Terapêutico Oásis (1 comunidade terapêutica): Apurou a denúncia formalizada em desfavor do Centro Terapêutico Oásis, que fica localizado na região administrativa de Planaltina-DF;
- Publicação dos editais referentes aos convênios firmados com o Governo Federal: O edital visa capacitar profissionais, coordenadores e monitores das Comunidades Terapêuticas credenciadas ou em fase de credenciamento junto ao CONEN-DF. Outro edital visa contemplar cerca de mil familiares de dependentes químicos do Distrito Federal, em diferentes contextos, por meio de orientações sobre o uso indevido de drogas, codependência, formação de multiplicadores e distribuição de cestas básicas.
- Finalização do Projeto Superação da população em situação de rua e dependentes químicos: A SEJUS, SETRAB, SEE, SES e SEDES finalizaram a proposta de projeto de superação da população em situação de rua e dependentes químicos com o objetivo de executá-lo em 2020.



Imagem: Blitz educativa da prevenção

POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS NO PROGRAMA SEJUS MAIS PERTO DO CIDADÃO

Foram realizadas entre os meses de março a dezembro 10 (dez) ações sendo uma a cada mês em diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal com oferta de diversos serviços. A Sejus, na ocasião, realizou encaminhamentos para as comunidades Terapêuticas, entregou material gráfico, realizou enquetes para verificar o índice de uso de Drogas nas RAS. Objetivo: Divulgar o trabalho do Governo do Distrito Federal no que diz respeito ao tratamento, Prevenção e Reinserção. Público atingido: Aproximadamente 1.850 (pessoas).

PROGRAMA DROGAS, PREVENÇÃO E AÇÃO

O Programa: Drogas, Prevenção e Ação visa prevenir o uso indevido de drogas em espaços educacionais e sociais do Distrito Federal. Trata-se de uma proposta interventiva que busca a qualidade nos caminhos de prevenção às drogas dentro da escola e na comunidade para a construção de uma Cultura de Paz sem Drogas, que repercuta em toda a sociedade e em seus diversos espaços. Através da prevenção, acredita-se que algumas medidas podem diminuir o uso indevido de drogas, evitando danos e riscos à sociedade. Logo, pode-se dizer que a prevenção se caracteriza como uma prática educativa e a escola é um espaço promissor para a efetividade deste trabalho.

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2019

- **HIP-HOP NAS ESCOLAS:** Atividade cultural com música e palestra para jovens de 13 a 17 anos com o objetivo despertar nos jovens o interesse por música e alertá-los quanto os malefícios do uso e abuso de drogas. Foram 65 alunos.
- **FESTA DA FAMÍLIA:** Atividade realizada na escola com a participação da entidade "Amor Exigente" destinada aos pais de alunos, com o objetivo de alertá-los quanto a coo dependência e os caminhos que devem ser adotados no caso de ter algum familiar envolvido com o uso ou abuso de drogas. Foram 20 famílias.
- **DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA:** Atividade realizada na escola com a participação da entidade "Amor Exigente" destinada aos pais de alunos, com o objetivo de alertá-los quanto a coo dependência e os caminhos que devem ser adotados no caso de ter algum familiar envolvido com o uso ou abuso de drogas. Foram 35 famílias.



Imagem: Palestra para famílias - Amor exigente

- **I SEMINÁRIO DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS NAS ESCOLAS:** Foi realizado na Região Administrativa de Ceilândia, com o objetivo de fortalecer a rede de atendimento e levar orientação e palestras com diversos temas para professores, alunos e pais quanto ao uso e abuso de drogas.
- **Torneio de Futebol (280 alunos):** Torneio de Futebol 02 da Estrutural o objetivo foi levar entretenimento para os alunos e abordar a temática drogadição;
- **II Seminário de Enfrentamento às Drogas nas Escolas (150 profissionais):** Foi realizado na Região Administrativa de Planaltina - Fruto de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, o evento tem contribuído para a capacitação de orientadores educacionais, psicólogos, pedagogos e conselheiros tutelares no que concerne à execução das políticas sobre drogas no âmbito do Distrito Federal;
- **Prevenção às Drogas – Escola CED Stella do Cherubins (70 alunos):** Por meio de parceria da SEJUS e a ONG Federação Amor Exigente, alunos vivenciam, em uma roda de conversa, os problemas, as consequências e algumas sequelas provenientes do uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas;



Imagem: Prevenção e ação.

- Prevenção Empresa Flora Minuano (700 funcionários): Trabalho com os funcionários da empresa Minuano em Luziânia – GO. O objetivo foi alertar as famílias quanto os malefícios causados pelo uso de drogas;
- Premiação Torneio de Futebol CEF 02 (350 pessoas): Houve o encerramento do Campeonato de Futebol na Estrutural com entregas de medalhas e troféus para os ganhadores, apresentações artísticas realizadas pelos alunos e professores, com a presença de diversas autoridades daquela Região Administrativa;
- Jiu-jitsu nas Escolas: Aula Jiu-jitsu realizada pela SEJUS para alunos da Região Administrativa do Sol Nascente (71 alunos) e na Ceilândia (130 alunos). Objetivo incentivar o esporte trabalhar a prevenção;
- Prevenção ao EJA – Brazlândia (120 alunos): Foi realizada uma roda de conversa com os alunos, da Região Administrativa de Brazlândia para falar do uso e abuso de drogas e os malefícios que podem causar aos usuários;
- Prevenção Escola Classe Cerâmica da Benção – São Sebastião (100 alunos): Foi realizada uma roda de conversa com os alunos, para falar do uso e abuso de drogas e os malefícios que podem causar aos usuários;
- Prevenção CED Fercal (300 alunos): Houve na Região Administrativa da Fercal uma aula de Hip Hop, abordando a temática drogadição, com o objetivo de chamar a atenção dos alunos para a prevenção ao uso e abuso de drogas;
- Prevenção no Projeto Campeão (350 jovens): Por meio de parceria da SEJUS e o Projeto Rapensando, alunos de artes marciais e comunidade participam de apresentação artística com música, dança, grafite conscientizando sobre os males à saúde e ao convívio social que a drogadição causa;
- III Seminário de Enfrentamento às Drogas nas Escolas (100 profissionais): Foi realizado no Gama com a participação de mais duas Regionais Administrativas – Santa Maria e Recanto das Emas. O evento tem contribuído para a capacitação de orientadores educacionais, psicólogos, pedagogos e conselheiros tutelares no que concerne à execução das políticas sobre drogas no âmbito do Distrito Federal;



- Prevenção CEM 08 Santa Maria (40 alunos): Por meio de parceria da SEJUS e uma ONG, alunos vivenciam, em uma roda de conversa, os problemas, as consequências e algumas sequelas provenientes do uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas;
- Desenvolvimento de enquete: Visa fazer diagnóstico local sobre o contato e o consumo de álcool e outras drogas;
- Projeto "Ser Criança": O Projeto Ser Criança "Drogas tô Fora", teve por objetivo trabalhar a prevenção ao uso e abuso de drogas no âmbito escolar de forma lúdica (peça de teatral). O Projeto alcançou 30.018 (trinta mil e dezoito) alunos da rede de ensino.



Imagem: Projeto Ser Criança

POLÍTICAS PÚBLICAS EM DEFESA DOS DIREITOS DOS IDOSOS NO DISTRITO FEDERAL

O Conselho dos Direitos do Idoso é composto por 16 membros titulares, sendo 8 representantes da sociedade civil e 8 representantes do governo. No exercício de 2019 foram substituídos os representantes do governo e, para isso, a SEJUS atuou no encaminhamento dos processos de designação e posterior publicação pela Casa Civil.

O CNPJ do Fundo dos Direitos do Idoso foi reativado. Assim como, uma conta corrente foi aberta, referente ao Fundo do Idoso, junto ao Banco de Brasília-BRB, tornando possível o Cadastro Nacional junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Em março de 2019 foi inaugurado o 1º Telecentro de Atendimento à Pessoa Idosa no Brasil, em Ceilândia, região administrativa que conta com uma população numerosa de pessoas com mais de 60 anos. A iniciativa aconteceu ainda durante os primeiros 100 dias da gestão Ibaneis Rocha. O Telecentro foi instalado no Centro Unificado de Artes e Esportes do Sol Nascente e integra o Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - SNDPI, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O programa doou 8 computadores completos para iniciar o funcionamento do projeto, que busca proporcionar à população idosa um leque de opções de aprendizados e fomentar conhecimentos e avanços intelectuais, fora do seu ambiente cotidiano, minimizando a lacuna existente entre as pessoas idosas e a vida moderna, tendo em vista a importância que a informática e a internet assumiram no cotidiano da humanidade. A proposta do programa é ser referência no processo de otimização de oportunidades para inclusão digital e social assegurando a participação da pessoa idosa para elevar sua qualidade de vida. Nesta perspectiva, os campos de ação do programa envolvem: tecnologia, educação, saúde e mobilidade física. As quatro vertentes do programa buscam assegurar a valorização da pessoa idosa, ante a sociedade, considerando a tutela da autonomia, o protagonismo e o empoderamento das pessoas a partir dos 60 anos.



Imagem: 1º Telecentro de Atendimento à Pessoa Idosa no Brasil

Diante dos excelentes resultados obtidos no primeiro Telecentro, durante o ano foram inaugurados mais 2 Telecentros, sendo 1 localizado no Recanto das Emas e outro na Administração Regional de São Sebastião. Os Telecentros com atividades voltadas para as pessoas idosas, contam com um espaço de informática, contendo 15 computadores completos. Os idosos se inscrevem no próprio local do programa e são selecionados para terem aulas de inclusão digital, tais como: aprender a manusear computador, noções sobre o pacote Office (Word, Power Point e Excel), aprender a verificar uma notícia falsa, utilizar smartphones (internet mobile) e redes sociais.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
1411 - TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS EM SUAS NECESSIDADES BÁSICAS	%	82	31/12/2014	ANUAL	90	93,72	95	100	100	100	100	100	SUBSIS/SECRIANÇ A / UO 51101 / OE 6 / UO 44101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Taxa de adolescentes atendidos em suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, higiene. Meta superada, atingindo 93,72%, o que demonstra eficácia nas ações da Secriança, no atendimento das necessidades dos adolescentes sob custódia do Estado.</p> <p>2017 - Taxa de adolescentes atendidos em suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, higiene meta superada, atingindo 100%.</p> <p>2018 - Taxa de adolescentes atendidos em suas necessidades básicas. Também foram atendidos 100% dos adolescentes, em suas necessidades básicas. Destaca-se, portanto, que todas as Unidades de privação e restrição de liberdade asseguraram os itens básicos necessários para os adolescentes, como alimentação, apoio para documentação, acesso a meios de comunicação, visita de familiares, integridade física e psicológica; bem como, em todas as Unidades do Sistema Socioeducativo foram garantidos os direitos</p> <p>2019 - Foram atendidos 100% dos adolescentes em suas necessidades básicas (alimentação e itens de higiene pessoal). Além da prestação de serviços básicos, há apoio para emissão de documentação, acesso a meios de comunicação, visita de familiares, integridade física e psicológica, bem como escolarização, profissionalização, saúde, esporte, cultura e lazer.</p>													
1412 - TAXA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO COM SISTEMA DE MONITORAMENTO INFORMATIZADO	%	85	31/12/2014	ANUAL	90	90	95	75	100	95	100	76	Dir Inform e Tecnologia/ SECRIANÇ A / UO 51101 / OE 6 / UO 44101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Taxa de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado, meta atendida considerando o número de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado implantado sobre o número total de unidades do sistema socioeducativo. Algumas ações estão em andamento para manutenção e continuidade do processo de monitoramento.</p> <p>2017 - Taxa de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado considera o número de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado implantado sobre o número total de unidades do sistema socioeducativo. O índice apurado caiu devido à falta dos recursos necessários.</p> <p>2018 - Taxa de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado. Número de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado implantado sobre o número total de unidades do sistema socioeducativo. Algumas ações estão em andamento para manutenção e continuidade do processo de monitoramento. Foram adquiridos storages de armazenamento para atender as unidades UAI, UIP, UISM e UIPSS, pois as mesmas estavam com os equipamentos danificados.</p> <p>2019 - Do total de 502 câmeras instaladas nas Unidades do Sistema Socioeducativo, 122 estão inoperantes em função de carência de manutenção predial, o que acarreta inoperâncias do SWITCHES, controladores das referidas Câmeras. O modelo proposta da solução, contempla, gravações de Mínimo de 11 dias, para as Unidades: UNIRE, UIP - São Sebastião e UNISS - Recanto das Emas.</p>													
1668 - ALUNOS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA O USO E ABUSO DE DROGAS	PESSOA	0	31/12/2016	ANUAL	30.000	18.961	30.000	25.000	30.000	38180	30.000	30018	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5 / UO 44101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - O índice foi alcançado através da articulação de ações integradas nas diversas áreas (saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer) de modo a garantir a intersetorialidade da Política sobre Drogas; através do projeto escola compartilhada. Que tem como o objetivo e missão de desenvolver e coordenar as políticas sobre drogas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de diversos alunos em escola pública e particular.</p> <p>2017 - A impossibilidade de alcance deste índice de desempenho deve-se, entre outras razões, por não haver equipe de pessoal em quantitativo suficiente à demanda de atendimentos indicados. Além da carência na área de qualificação técnica para a execução de atividades do Programa. Não obstante o exposto, as constantes alterações na gestão da Secretaria e as substituições de equipes inteiras por novos servidores também comprometeram a continuidade regular dos projetos.</p> <p>2018 - Este número foi superado especialmente devido à implementação de dois Projetos de Prevenção no combate ao uso de drogas: projetos "Ser Criança" e "RaPensando". O primeiro, com 174 (cento e setenta e quatro) intervenções de prevenção em 80 (oitenta) colégios de ensino pré-escolar; e o segundo, com 50 (cinquenta) intervenções em 25 (vinte e cinco) colégios de ensino fundamental da Região Administrativa da Ceilândia.</p> <p>2019 - A Secretaria de Justiça firmou parceria com a OSC Vila dos Sonhos no desenvolvimento do Projeto Ser Criança, que teve como objetivo trabalhar com crianças da rede pública na prevenção ao uso e abuso de substâncias psicoativas.</p>													

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
1670 - DEPENDENTES QUÍMICOS INSERIDOS EM PROGRAMAS OU SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO OU INSERÇÃO SOCIAL	PESSOA	0	31/12/2016	ANUAL	1.000	898	400	316	400	343	400	19	SEJUS / UO 44101 / OE 5 / UO 44101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - O índice foi alcançado, não como se pretendia, mas dentro geral foi bastante satisfatório. Garantiu a implementação, efetivação e melhoria do programa, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida.</p> <p>2017 - Os resultados poderiam ter sido maximizados com a ampliação do efetivo de servidores e/ou a criação de novos cargos em comissão para compor a estrutura administrativa do CONEN. Além disso, os recursos orçamentários suplementares destinados ao Edital de Chamamento nº 01/2017 somente foram liberados em SET/2017, o que reforçou sobremaneira a impossibilidade de alcance da meta do indicador.</p> <p>2018 - O cumprimento da meta fica correlacionada a uma maior oferta de vagas para acolhimento. Considerando que somente em Dezembro de 2018 foram assinados novas parcerias por meio de Termos de Colaboração, espera-se o atingimento da meta para o exercício 2019.</p> <p>2019 - No primeiro semestre de 2019, 10 (dez) acolhidos de comunidades terapêuticas foram matriculados na Escola Técnica de Ceilândia, 50% dos acolhidos concluíram os cursos técnicos. No segundo semestre, 09 (nove) acolhidos foram matriculados na mesma Instituição de Ensino, 04(quatro) entraram no mercado de trabalho.</p>													
1669 - FAMÍLIAS ALCANÇADAS PELAS AÇÕES DO PROGRAMA "AME, MAS NÃO SOFRA" (DEPENDENTE QUÍMICO)	FAMÍLIA	0	31/12/2016	ANUAL	1.000	1.341	200	120	200	228	200	0	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5 / UO 44101 / OE 5
<p>Justificativa: 2016 - A superação da meta foi conquistada em virtude do programa de informação, apoio e orientação as famílias de dependentes químicos e de preservação ao abuso de drogas, por meio da unidade de apoio no qual são prestados orientações individuais às famílias; curso de multiplicadores sociais, composto por palestras de especialistas, depoimentos de grupos de apoio. Realizada campanha virtual prevenção da Rede, cartazes com intuito de sensibilizar as famílias p. o seu papel na prevenção das drogas.</p> <p>2017 - O indicador de desempenho relativo ao Programa AME, MAS NÃO SOFRA não foi alcançado como desejado porque também esbarra na insuficiência quantitativa de equipe de pessoal. Há também a carência de qualificação técnica para a execução das atividades do Programa, bem como, alterações constantes na gestão da Secretaria e substituições de equipes de pessoal por novos servidores, o que comprometeu o regular andamento das ações.</p> <p>2018 - Embora o número alcançado tenha superado o índice desejado de atendimentos, poder-se-ia ser maior caso a estrutura da Subsecretaria de Enfrentamento às Drogas, criada por força do Decreto nº. 38.994, de 18 de abril de 2018, tivesse contemplado em sua estrutura um Núcleo de Atendimento próprio para as famílias. Deste modo, o atendimento ocorre basicamente em ações de prevenções realizadas em Mutirões da Cidadania, Ações Globais, Mutirões da Criança e outros eventos realizados pela SEJUS.</p> <p>2019 - O convênio que trata do Projeto Ame Mais Não Sofra teve o chamamento Publicado no DODF nº 230, do dia 04 de dezembro de 2019.</p>													
1409 - TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO	%	-	31/12/2015	ANUAL	70	63,07	70	84	70	68,36	70	60	Coordema / SUBSIS/ SECRIANÇ A / UO 51101 / OE 6 / UO 44101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto, considerando as medidas de meio aberto, sendo prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida em relação ao total vinculado ao sistema socioeducativo, totalizando 63,07%, abaixo da meta com perspectivas de atendimento nos próximos períodos.</p> <p>2017 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto, considerando as medidas de meio aberto, sendo prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida em relação ao total vinculado ao sistema socioeducativo, totalizando 84%.</p> <p>2018 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto. Foram atendidos 68,36% em medidas em Meio Aberto daqueles sentenciados para o cumprimento destas.</p> <p>2019 - Foi utilizado o efetivo de cada medida socioeducativa no último dia de cada ano para cálculo do percentual de vinculações em medidas em meio aberto.</p>													
1410 - TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS PRIVATIVAS OU RESTRITIVAS DE LIBERDADE	%	-	31/12/2015	ANUAL	30	36,93	30	47,74	30	100	30	40	SUBSIS/ SECRIANÇ A / UO 51101 / OE 6 / UO 44101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas privativas ou restritivas de liberdade, em contra partida à taxa de meio aberto, traduz o complemento de adolescentes vinculados à medidas restritivas ou privativas de liberdade, total de 36,93%. A meta não foi atendida por diversas ações que independem diretamente da Secriança. Busca-se atingir a meta nos próximos anos.</p> <p>2017 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas privativas ou restritivas de liberdade, em contra partida à taxa de meio aberto, traduz o complemento de adolescentes vinculados à medidas restritivas ou privativas de liberdade, total de 47,74%.</p> <p>2018 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas privativas ou restritivas de liberdade, em contra partida à taxa de meio aberto, traduz o complemento de adolescentes vinculados à medidas restritivas ou privativas de liberdade.</p> <p>2019 - Foi utilizado o efetivo de cada medida socioeducativa no último dia de cada ano para cálculo do percentual de vinculações em medidas de internação e semiliberdade.</p>													
1402 - TAXA DE CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHEIROS DE DIREITOS EM FORMAÇÃO CONTINUADA	%	-	31/12/2015	ANUAL	60	80	80	80	90	80	100	60	Subproteca / SECRIANÇ A / UO 51101 / OE 4 / UO 44101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Taxa de conselheiros Tutelares em formação, em 2016, 80% dos Conselheiros Tutelares (160 pessoas) passaram por formações vinculadas as suas funções. As formações foram oferecidas a todos os Conselheiros Tutelares, atingindo o contingente de 200 pessoas. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais) 20% dos conselheiros tutelares (40 pessoas) não participaram das capacitações.</p> <p>2017 - As formações foram oferecidas a todos os Conselheiros Tutelares. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais), 20% dos conselheiros tutelares não participaram das capacitações.</p> <p>2018 - Taxa de Conselheiros Tutelares em formação, até outubro de 2018, 80% dos Conselheiros Tutelares, passaram por formações vinculadas as suas funções. As formações foram oferecidas a todos os Conselheiros Tutelares. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais) 20% dos Conselheiros Tutelares não participaram das capacitações. Informamos que pela Lei Distrital nº 5.294/14, todos os conselheiros devem passar por formações para aprimoramento de sua prática. Informamos que</p> <p>2019 - Foram ofertadas aos Conselheiros Tutelares 7 turmas da capacitação para o Sistema de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA CT, com 35 vagas cada, totalizando 245 vagas, número superior a quantidade de Conselheiros atuantes no DF, no entanto, tivemos a adesão de, somente, 117 Conselheiros.</p>													
1401 - TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS PELO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADAS DE MORTE DO DF - PPCAAM/DF	%	-	31/12/2015	ANUAL	60	100	70	100	85	100	90	100	Subproteca / SECRIANÇ A / UO 51101 / OE 4 / UO 44101 / OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado o 1º Ano	Alcançado o 1º Ano	Desejado o 2º Ano	Alcançado o 2º Ano	Desejado o 3º Ano	Alcançado o 3º Ano	Desejado o 4º Ano	Alcançado o 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - Taxa de crianças e adolescentes protegidos pelo programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do DF- PPCAAM-DF, em 2016, todas as crianças e adolescentes (e seus respectivos familiares, quando necessário) que procuraram as portas de entrada do programa, com comprovada ameaça de morte, foram incluídas no programa.</p> <p>2017 - Taxa de crianças e adolescentes protegidos pelo programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçados de morte do DF- PPCAAM-DF. Em 2017, todas as crianças e adolescentes (e seus respectivos familiares, quando necessário) que procuraram as portas de entrada do programa, com comprovada ameaça de morte, foram incluídas no programa.</p> <p>2018 - Taxa de crianças e adolescentes protegidos pelo programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçados de morte do DF- PPCAAM-DF, somando a quantidade de protegidos, ao longo de janeiro a outubro de 2018, foi de 100% da quantidade de vagas disponíveis (50 vagas) utilizadas por crianças e adolescentes (e seus respectivos familiares, quando necessário) que procuraram as portas de entrada do programa, com comprovada ameaça de morte e foram incluídas no programa.</p> <p>2019 - Todas as solicitações de inclusão foram atendidas pelo Programa do PPCAAM, totalizando 79 pessoas protegidas.</p>													
1403 - TAXA DE SOCIOEDUCANDOS ATENDIDOS NAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES E OCUPACIONAIS	%	-	31/12/2015	ANUAL	20	76,94	40	65,93	60	73	80	100	COORPS / SUBSIS/ SECRETARIA / UO 51101 / OE 4 / UO 44101 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Taxa de socioeducandos atendidos nas oficinas profissionalizantes e ocupacionais, dentre as oficinas profissionalizantes e ocupacionais ofertadas, 76,94% dos jovens incluídos no sistema socioeducativo puderam ser capacitados/ocupados. O que demonstra uma taxa superior ao que foi estabelecido.</p> <p>2017 - Taxa de socioeducandos atendidos nas oficinas profissionalizantes e ocupacionais, dentre as oficinas profissionalizantes e ocupacionais ofertadas, 65,93% dos jovens incluídos no sistema socioeducativo puderam ser capacitados/ocupados.</p> <p>2018 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto. Considerando os indicadores acima, é possível observar que 73% dos adolescentes do Sistema Socioeducativo do DF foram atendidos em oficinas profissionalizantes e ocupacionais; bem como foram atendidos nas medidas de internação e semiliberdade todos aqueles sentenciados para o cumprimento dessas medidas.</p> <p>2019 - Todos os adolescentes participaram de mais de uma modalidade de atividade por mês.</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	229900,0	1179900,00	886493,54	886493,54
0004 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	229900,0	579900,00	319241,85	319241,85
0089 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	600000,0	567251,69	567251,69
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	470000,0	1333900,00	346371,58	327136,60
0042 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	863900,00	345758,64	326523,66
6978 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	470000,0	470000,00	612,94	612,94
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	699900,00	2513800,00	1232865,12	1213630,14

Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia

Mês	Valor	Quantidade Servidores
JAN	0	0
FEV	0	0
MAR	0	0
ABR	165.547,02	1
MAI	0	0
JUN	208.142,96	2
JUL	171.790,52	2
AGO	33.789,91	1
SET	50.548,32	1
OUT	58.033,90	3
NOV	78.961,72	26

Mês	Valor	Quantidade Servidores
DEZ	131.697,91	47
TOTAL	898.512,26	81

Ressarcimento Servidores Requisitados - 2019

Servidor	Ced.	TOTAL
1	TJDFT	R\$ 198.961,30
1	CBMDF	R\$ 105.791,73
2		R\$ 304.753,03

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL
Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	267184,0	750001,00	750000,00	13534,44
0028 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	750000,00	750000,00	13534,44
5355 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	267184,0	1,00	0,00	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	55560406,0	342888585,00	338326079,86	338208057,25
0033 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	298354757,00	293792737,88	293674715,27
7019 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	55560406,0	44533828,00	44533341,98	44533341,98
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3380000,0	15563971,00	14288598,96	14246421,84
0028 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	13281961,00	12006590,48	11964413,36
6968 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	3380000,0	2282010,00	2282008,48	2282008,48
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3224547,0	6827008,58	4983661,22	3895916,50
0054 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	3743323,00	3260711,25	2651854,80

0057 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA CONSELHO TUTELAR-DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	0	0
0058 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	3900,00	0	0
7250 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	3224547,0	2079785,58	1722949,97	1244061,70
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	30000,0	5400,00	0	0
0028 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	30000,0	5400,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30000,0	12400,00	12163,36	708,40
2621 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	30000,0	12400,00	12163,36	708,40
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	20000,0	20000,0	18125,0	18125,0
0043 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,0	18125,0	18125,0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	0,0	0	0
0054 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	3743323,00	3260711,25	2651854,80
0057 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA CONSELHO TUTELAR-DISTRITO FEDERAL	0	1000000,0	0	0
0058 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	3900,00	0	0
7250 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	3224547,0	2079785,58	1722949,97	1244061,70
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	62512137,00	366067365,58	358378628,40	356382763,43

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Considerando o que está previsto no Decreto nº 29.814 de 10 de dezembro de 2008, que institui a Política de Gestão de Pessoas da Administração Direta, Autárquica e Funcional do Distrito Federal, bem como o Decreto nº 37.648 e o Decreto nº 39.468, foram ofertadas ações de capacitação aos servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania a fim de fomentar e orientar o aperfeiçoamento profissional do servidor.

No período de janeiro a maio de 2019 foram ofertadas duas turmas para o curso de Operador de Bastão Tonfa em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal, destinado aos servidores do Sistema Socioeducativo, capacitando assim 48 servidores. Foram ofertadas também três turmas de Primeiros Socorros ministradas pelo SAMU, totalizando 76 servidores atendidos. Este curso tem por objetivo dar noções básicas sobre o tema aos servidores por meio de aulas teóricas e exercícios práticos.

No mês de março de 2019, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, foram oferecidos dos cursos de Defesa Pessoal, atendendo assim 35 servidores. No mês de abril foram ofertados dois cursos de Defesa Pessoal em parceria com o SOS Justiça Paranoá.

Em abril de 2019 foi ofertado o curso de Algemamento e Imobilizações em parceria com a Escola Superior de Polícia Civil objetivando o intercâmbio de conhecimentos e visando o aprimoramento de nossos servidores com a disponibilização de 19 vagas. Ainda em abril, foram ofertadas duas turmas de capacitação para utilização de spray de extratos vegetais, destinadas aos servidores do sistema socioeducativo, atendido assim 77 servidores; e uma turma de Formação de Condutores de Veículos oficiais, com 10 servidores capacitados.

Dado o exposto, no ano de 2019 aproximadamente 1500 servidores foram alcançados por meio das ações de capacitação internas e externas promovidas pela Secretaria de Justiça e Cidadania em parceria com outras instituições – Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), o Sistema Penitenciário do Distrito Federal, o Departamento Penitenciário Federal (DEPEN), a Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

NA HORA PERÍCIA

Devido à impossibilidade de manutenção do posto de perícia do INSS na Unidade de Ceilândia, buscaram-se alternativas para que esse importante serviço à população fosse mantido. Assim nasceu ideia de um Na Hora voltado exclusivamente para perícias médicas.

A iniciativa faz parte de um projeto da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, cujo objetivo é integrar em um único espaço todas as perícias voltadas ao atendimento do cidadão no Distrito Federal, por meio de uma ação inédita no país, unindo a ideia de realizar um atendimento de excelência, facilitar o acesso da população aos serviços públicos e diminuir a espera em filas de atendimento.

CIDADÃO OCULTO

Buscando avaliar efetivamente a qualidade do atendimento dos colaboradores nas unidades do Na Hora, foi adotado o instrumento do "Cidadão Oculto". O trabalho consiste em avaliar com olhos de um cidadão comum, como o atendimento está sendo realizado, simulando um atendimento telefônico e presencial. Por meio desse instrumento é possível identificar perfis de atendentes proativos e que fazem o diferencial no seu trabalho, proporcionando a qualidade no atendimento.

Esse trabalho tem sido realizado mensalmente e já conseguimos perceber alguns colaboradores que oferecem um atendimento de qualidade à população que procura os serviços do Na Hora, lhes sendo concedido elogio funcional, a fim de motivá-los a continuar no caminho da excelência e motivar os demais a atuarem com mais presteza.

TREINAMENTO IMAGON FASTLINE

O Sistema Imagon Fastline é a ferramenta utilizada para o gerenciamento de senhas e filas nas unidades do Na Hora. Uma vez identificado que alguns usuários não possuíam o domínio correto do sistema, fazendo com que os dados dos relatórios gerados apresentassem inconsistências, dificultando a análise e identificação de possíveis ajustes a serem implementados na busca da excelência no atendimento ao cidadão, foi oportunizado um treinamento ministrado pelo técnico responsável pelo sistema, aos gerentes e aos servidores interessados que estão atuando nas unidades.

Além disso, com o intuito de melhor preparar os executores locais e suplentes do contrato nº 02/2017 – ATP, também foi realizado um workshop em novembro sobre a correta execução do contrato, focando na qualificação dos servidores para exercerem uma melhor fiscalização.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA NAS UNIDADES DO NA HORA

O Programa de Educação Previdenciária – PEP, desenvolvido pelo INSS, é um programa do Governo Federal e um dos instrumentos mais importantes no processo da inclusão social e fortalecimento da cidadania no Brasil. O objetivo fundamental do programa é disseminar o conhecimento previdenciário, para tanto, promove ações educacionais com o propósito de informar e conscientizar a sociedade sobre seus direitos e deveres, fomentando a proteção social e a cultura previdenciária.

Assim, a Sejus, através do Na Hora, firmou parceria com a equipe do PEP e foram realizadas visitas em cada unidade, oportunidade em que eram fornecidas orientações e esclarecidas às dúvidas do cidadão referente às funcionalidades e a correta utilização da Central de Serviços Meu INSS. Ao todo foram realizados 154 atendimentos.

TREINAMENTO DOS ATENDENTES DOS POSTOS DO INSS

Pensando em promover a melhoria do atendimento dos postos de atendimento do INSS foi oportunizado aos servidores lotados nos postos de atendimento das unidades do Na Hora um treinamento. Essa capacitação abordou assuntos relacionados aos serviços prestados nas referidas unidades e foi de grande valia, uma vez que permitiu a reciclagem e ampliação dos conhecimentos dos atendentes, bem como a alinhamento e padronização de procedimentos adotados no atendimento ao cidadão. Nos dois dias de treinamento, foram capacitados ao todo 57 profissionais.

PROJETO RENOVAÇÃO

Pensando promover a saúde mental dos servidores e colaboradores do Na Hora e o consequente reflexo na qualidade do atendimento prestado à população foi oportunizado a participação destes no Projeto Renovação, da Defensoria Pública do Distrito Federal. Esse projeto visa promover a melhoria da comunicação, das relações interpessoais e da qualidade de vida, propiciando um processo educativo contínuo de resoluções e estratégias de enfrentamento de problemas, por meio do ensino e da aprendizagem, da convivência e da atitude.

O estudo aborda temas pertinentes aos servidores e colaboradores do Na Hora, tais como: ética no trabalho e motivação, noções básicas de direito e deveres em sociedade e cidadania, inteligência emocional e psicologia positiva, saúde mental, comunicação não violenta e qualidade de vida e atendimento humanizado.

O incentivo à participação dos servidores e colaboradores no projeto em comento pretende minimizar uma realidade nacionalmente constada, vez que segundo informação do Ministério da Saúde, estatísticas apontam que uma a cada cinco pessoas no trabalho podem sofrer de algum problema de saúde mental. Esses problemas vão impactar diretamente no ambiente de trabalho, causando perda de produtividade e faltas ao trabalho, entre outros. Até o presente momento, já foram realizadas 4 turmas capacitando e certificando 125 servidores e colaboradores.

SERVIÇOS PÚBLICOS DE ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E DAS FUNERÁRIAS DO DISTRITO FEDERAL

De janeiro a dezembro de 2019, houve a fiscalização de todos os cemitérios e funerárias do DF, mensalmente. A SEJUS participou de diversos eventos prestando apoio e atuando no atendimento das demandas da população, bem como realizou diariamente, inclusive durante os plantões de finais de semana, atendimento ao público com emissão de segundas vias de

notas fiscais e informações diversas, e, também realizou atendimento às empresas funerárias de outros estados, fornecendo-lhes autorizações para retirada de corpos de unidades de saúde e clínicas de tratamento. Ainda nesse período, a SEJUS acompanhou as exumações realizadas nos cemitérios de Taguatinga e Planaltina.

No dia de finados foi realizada uma ação para atendimento à população nos seis cemitérios do Distrito Federal, a SEJUS disponibilizou um representante para prestar esclarecimentos e atendimento psicológico aos visitantes de cada cemitério.

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO DO DISTRITO FEDERAL - VOLUNTARIADO EM AÇÃO

O Programa, instituído pelo Decreto nº 39.734, de 26 de março de 2019, é o conjunto de ações e dispositivos destinados ao fomento, desenvolvimento e valorização do serviço voluntário, não remunerado, no âmbito da administração pública do Distrito Federal e de sua relação com os cidadãos, as organizações sociais, as empresas sociais e os projetos sociais de instituições de direito privado.

Constitui medida a ser utilizada, não somente no âmbito da Administração Pública Distrital, como também, para somar esforços de todas as esferas do setor público, do terceiro setor e da iniciativa privada em prol de estimular e fomentar ações voluntárias de cidadania, com vistas à participação ativa da sociedade.

O Portal do Voluntariado é uma etapa importante do Programa Voluntariado em Ação que visa integrar, valorizar, reconhecer e estimular ações de voluntariado da cidade, formando e fortalecendo redes solidárias. É uma plataforma interativa que funciona como uma rede social conectando perfis de interesse com oportunidades de serviços voluntários. O portal proporciona o encontro entre voluntários, organizações da sociedade civil (OSC) e governo para trocarem experiências, divulgarem suas ações e participem de projetos ofertados neste ambiente virtual.

O portal do voluntariado teve um crescimento considerável desde que o Programa do Voluntariado em Ação foi instituído, adotando uma nova estrutura e permitindo maior participação e interesse do cidadão. Anteriormente ao decreto supracitado a estimativa no Portal do Voluntariado era de 18.927 voluntários, 358 projetos/ações e 56 campanhas/doações, que geraram 120.308 oportunidades de serviços voluntários e totalizaram 719.712 horas de trabalho voluntário no Distrito Federal. Atualmente a precisão em números é de 24.503 voluntários, 415 projetos/ações e 75 campanhas/doações, que geraram mais 124.269 oportunidades de serviços voluntários e totalizaram mais de 959.442 horas de trabalho voluntário no Distrito Federal, computados e monitorados em tempo real no site <http://www.portaldovoluntariado.df.gov.br/>.

No Brasil, o serviço voluntário vem crescendo e, conforme levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 7,4 milhões de pessoas em 2017, dedicaram-se a esse tipo de atividade, contabilizando 840 mil pessoas a mais do que em 2016, observando-se um aumento de 12,9% em comparação a 2016.

Ações relacionadas ao Programa:

- Capacitação Promovida pelo Programa do Voluntariado em Ação em parceria com o Instituto BRB.



Imagem: Programa do Voluntariado em Ação

- Network Brunch: A SEJUS promoveu um café da manhã com representantes da sociedade civil e empresas para estimular o programa “Voluntariado em Ação”, mantido pela secretaria para fomentar o serviço voluntário no Distrito Federal. O evento dá a largada para as comemorações do Dia Nacional do Voluntariado, celebrado em 28 de agosto. Parceria: No encontro, foi assinado um termo de parceria com um restaurante da cidade, que aderiu ao Voluntariado em Ação e oferecerá cursos de capacitação profissional a pessoas em situação de vulnerabilidade indicadas pela secretaria, como vítimas de violência, egressos do sistema prisional e pessoas trans.
- Dia Nacional do Voluntariado: O I Fórum Voluntariado em Ação discutiu um conjunto de ações e dispositivos destinados ao fomento, desenvolvimento e valorização do serviço voluntário. O objetivo do fórum foi fortalecer a cultura de solidariedade, de cidadania e de pertencimento, em que o cidadão exerça sua condição de protagonista no desenvolvimento da cidade, fomentando o trabalho voluntariado concomitantemente com causas de impacto social.



Imagem: Convite - I Fórum Voluntariado em Ação

- Sejus Mais Perto do Cidadão – Edição Brazlândia: Seis voluntários foram recrutados para atuar no programa “Sejus mais Perto do Cidadão” em Brazlândia. O recrutamento foi feito por meio do Portal do Voluntariado e a seleção foi feita de acordo com o perfil e o eixo de atuação de cada inscrito, que varia desde a área de direitos humanos, passando pela gestão pública e ações de saúde.



Imagem: Sejus Mais Perto do Cidadão – Edição Brazlândia - Portal do Voluntariado

- Sejus Mais Perto do Cidadão – Edição Cidade Estrutural: O evento contou com a participação de voluntários profissionais da área de saúde recrutados pelo portal do voluntariado. Na ocasião, técnicos de enfermagem atenderam a população aferindo pressão e índice glicêmico.



Imagem: Sejus Mais Perto do Cidadão – Edição Brazlândia - Portal do Voluntariado

- Capacitação para as Administrações Regionais do Distrito Federal: A capacitação foi promovida pela SEJUS em meados de setembro de 2019 com o intuito de alinhar as ações do voluntariado nas Administrações das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Na ocasião mais de 35 servidores públicos foram capacitados.



Imagem: Capacitação para as Administrações Regionais do Distrito Federal

- Participação de voluntários na campanha Vem Brincar Comigo: Um grupo de voluntários do Programa Voluntariado em Ação contribuiu para levar mais alegria para o Dia das Crianças de centenas de meninas e meninos que estão em instituições de acolhimento. Foram eles que fizeram a triagem dos mais de 30 mil livros e brinquedos arrecadados na campanha “Vem Brincar Comigo”, liderada pela primeira-dama do DF, Mayara Noronha, e coordenada pela Secretaria de Governo, com o apoio da SEJUS.



Imagem: campanha Vem Brincar Comigo

- Ted Talk Sobre HIV/Aids em Parceria com a Secretaria de Saúde O Programa do Voluntariado em Ação em parceria com a Gerência de IST/Aids organizou um ted talk com jovens, com presença de especialistas para falar sobre prevenção, controle e erradicação das IST'S Aids. O evento contou com 50 adolescentes.
- Participação de voluntários no evento FUN FEST CONMEBOL LIBERTADORES 2019 (arrecadação de brinquedos): Voluntários do Programa Voluntariado em Ação participaram da ação, juntamente com servidores da SEJUS. A iniciativa faz parte de uma parceria firmada entre a SEJUS, a Secretaria de Esportes e a organizadora do evento FUN FEST em Brasília.



Imagem: FUN FEST CONMEBOL LIBERTADORES 2019

- Dia Internacional do Voluntariado: No Dia Internacional do Voluntariado, 5 de dezembro, a SEJUS promoveu um encontro imersivo denominado "Voluntariado Experience" com o objetivo de proporcionar novas experiências e capacitar líderes da sociedade civil, bem como valorizar o trabalho de voluntários que fazem parte do Portal do Voluntariado. O evento, realizado no Instituto Caixa Seguradora, aconteceu durante todo o dia com diversas atividades. No período da tarde foi realizado um desafio criativo com cinco organizações de sociedade civil. Eles propuseram projetos utilizando conhecimentos adquiridos na primeira parte do evento. Uma organização de sociedade civil (OSC) foi escolhida como a melhor proposta, com o projeto Amor Sem Fronteiras, que visa acolher refugiados. Representantes da SEJUS e de Instituto parceiro fizeram a entrega do prêmio de R\$3 mil para a vencedora dar início aos projetos.



Imagem: Convite Dia Internacional do Voluntariado



Imagem: Dia Internacional do Voluntariado

- Campanha de Natal da SEJUS: A campanha contou com a participação de voluntários do Programa Voluntariado em Ação na arrecadação, triagem e distribuição dos itens doados. Os Brinquedos foram doados para Organizações de Sociedade Civil que são cadastradas no Portal do Voluntariado.

PROTOCOLOS DE INTENÇÕES

- Protocolo de Intenções com o restaurante e cafeteria brasiliense: O projeto visa proporcionar mecanismos de inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho por meio de capacitação profissional, palestras, advocacy e com a participação de stakeholders que compõe uma rede de apoio na promoção e defesa de direitos humanos com foco no desenvolvimento humano e na redução de desigualdades e vulnerabilidades sociais.



Imagem: Protocolo de Intenções

- Protocolo de Intenções com a Federação de Associações Muçulmanas no Brasil - FAMBRAS: O objetivo é possibilitar a cooperação para a execução de ações de interesse público para a construção de valores de cidadania e inclusão social. E, ainda, promover o desenvolvimento local, regional e distrital, inclusivo e sustentável no âmbito do Distrito Federal, com respeito à diversidade.
- Protocolo de Intenções com faculdade particular: Tem como objetivo o desenvolvimento de atividades conjuntas entre a instituição de ensino e a SEJUS para que alunos participem junto ao órgão de atividades extraclasse, ações sociais e eventos diversos.

SELO CHEGA MAIS, SELO SOCIAL E OUTRAS POÍTICAS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em 2019 foi instituída a Portaria Conjunta da Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS e Secretaria de Saúde do DF, que instituiu o Selo Chega Mais como estratégia de qualificação e melhoria dos serviços de saúde para atendimento a adolescentes. O Grupo de Trabalho Intersetorial do Selo Chega Mais coordenará a implementação da estratégia e será composto por representantes da UNFPA - ONU, Secretaria de Saúde do DF e da Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS. O objetivo é qualificar e certificar 19 (dezenove) serviços de saúde do DF que atendem o público de adolescentes.

Foi iniciada, também, parceria da Sejus com o Selo Social do Distrito Federal. O Selo Social é uma estratégia de mobilização e integração de órgãos públicos, empresas e entidades sociais para fomentar e potencializar o desenvolvimento social local, por meio da execução de projetos e investimentos sociais. A SEJUS integra o Selo Social como organização participante da execução de projetos sociais em parceria com a comunidade, como também compõe o Conselho do Selo Social, atuando com o objetivo de estimular, medir, avaliar impactos e certificar projetos sociais. Participam cerca de 44 (quarenta e quatro) organizações.

A Sejus participou da reativação do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – Fórum Peti – DF, que reúne organizações públicas, privadas e terceiro-setor para reuniões, atividades e deliberações acerca do tema. Participam do Fórum Peti cerca de 10 (dez) instituições.

Além disso, participou de 9 (nove) reuniões com a Rede de Proteção aos Direitos de Crianças e Adolescentes, para deliberar sobre fluxo de acolhimento institucional e demais ações integradas em rede. As reuniões mensais são realizadas com cerca de 40 instituições, na Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Foi realizada articulação com o Instituto Sabin, com o objetivo de estabelecer parceria para compra de materiais de utilização frequente para jogos e brincadeiras infantis: lápis de cores, papel colorido, caneta hidrocor, giz de cera, massa de modelar, amoeba para utilização e reposição pelo período de 01 (um) ano. Revitalização das salas: ludoteca e ateliê.

Ocorreu uma parceria com a Política Militar do Distrito Federal/PROVID e o Centro de Atendimento Integrado 18 de maio, cujo objetivo é integrar o Programa de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar.

Assim como, a entrega do software em outubro de 2019 pelo Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente. O software tem como objetivo cadastrar as informações dos atendimentos e gerar uma rede de dados que facilitará a elaboração dos relatórios psicossociais, o levantamento de dados estatísticos e epidemiológicos relativos à violência sexual no Distrito Federal e a comunicação com a rede de proteção e garantia direitos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania tem como premissa básica promover o pleno exercício da cidadania e da defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, mediante ação integrada entre a sociedade e o Governo do Distrito Federal (GDF), assim como definir as diretrizes para a política governamental, bem como a coordenação de sua execução nas áreas de proteção, educação e orientação ao consumidor, além de defesa dos direitos da cidadania e da proteção da criança e do adolescente.

Os eventos, projetos e programas, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, são de extrema importância para realização, desenvolvimento e apresentação dos relevantes serviços prestados nas áreas sociais e de cidadania. Neste contexto, surgiu o Programa SEJUS mais perto do cidadão.

Observa-se que os eventos do Programa realizados nas regiões administrativas que não possuem os serviços de Atendimento Imediato ao Cidadão (NA HORA) possuem maior procura da população. Ademais, os serviços de saúde também são bastante demandados, sendo disponibilizados principalmente pela Secretaria de Estado de Saúde, pela Fundação de Regional de Oftalmologia – FRAO e pela própria SEJUS, através do portal do voluntariado.

Ao longo do ano de 2019, verificaram-se dificuldades na realização do Programa SEJUS mais perto do cidadão, principalmente, com a divulgação dos serviços por parte das Regiões Administrativas, alimentação fornecida aos servidores, espaço e estrutura disponibilizada para o evento, além da segurança do local. Contudo, o programa tem-se mostrado bem sucedido, à medida que aproxima o cidadão do Governo e melhora a divulgação dos serviços públicos ofertados à população. Além disso, verifica-se um alto número de pessoas atendidas pelo programa, sendo 16.538 (dezesesseis mil e quinhentos e trinta e oito) atendimentos nas escolas e 46.896 (quarenta e oito mil e oitocentos e noventa e seis) atendimentos presenciais, totalizando 63.434 (sessenta e três mil e quatrocentas e trinta e quatro) atendimentos no ano de 2019.

Desta forma, a partir dos dados coletados, pode-se concluir que o Programa SEJUS mais perto do cidadão tem se expandido, contando cada vez mais com uma equipe maior de parceiros e órgãos. Além disso, pode-se observar que o Programa é bem recebido pela população, ao proporcionar informação, atendimentos essenciais ao cidadão e um espaço de lazer para família.

No âmbito do Sistema Socioeducativo, a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania obteve muitos êxitos no exercício de 2019. Para além de todas as ações e índices alcançados frente ao PPA 2016-2019, insta salientar os avanços que a política pública socioeducativa tem alcançado.

Considerando os índices alcançados pelos indicadores, é possível observar os resultados positivos nas Medidas de Socioeducação promovidos pelas oficinas profissionalizantes e ocupacionais. Mesmo havendo limitações quanto à identificação do acesso de cada socioeducando de maneira pessoalizada, foram oferecidas mais vagas nas oficinas profissionalizantes e ocupacionais do que a quantidade total de socioeducandos no Sistema Socioeducativo.

Salienta-se a conquista de todas as Unidades de Internação do Distrito Federal estarem funcionando com o scanner corporal, minimizando exponencialmente as revistas íntimas nos familiares e nos próprios socioeducandos.

Destaca-se que todas as Unidades de privação e restrição de liberdade asseguraram os itens básicos necessários para os adolescentes, como alimentação, apoio para documentação, acesso aos meios de comunicação, visita de familiares, integridade física e psicológica; bem como, em todas as Unidades do Sistema Socioeducativo foram garantidos os direitos à escolarização, profissionalização, saúde, esporte, cultura e lazer.

Contudo, cabe destacar a necessidade de ampliar o acesso às atividades ocupacionais e de profissionalização. Há necessidade também de ampliar atividades de esporte, cultura e lazer e o acesso a serviços de saúde, sobretudo para os adolescentes privados de liberdade.

O baixo efetivo de servidores nas Unidades do Sistema Socioeducativo contribuiu para as dificuldades no acesso a essas atividades e serviços, uma vez que, no contexto de privação de liberdade, faz-se necessário que os adolescentes sejam acompanhados em deslocamentos dentro e fora das Unidades, bem como durante a realização de aulas e cursos, por exemplo. No contexto de medidas de meio aberto e semiliberdade, ainda que não haja a necessidade desse acompanhamento direto para inserção em atividades, projetos e serviços, o número suficiente de servidores possibilita um adequado atendimento das necessidades básicas dos adolescentes.

Com as nomeações realizadas no ano de 2019 foi possível garantir o acesso à escola de 100% dos socioeducandos em cumprimento de internação, bem como a aulas promovidas pelo SENAI e outros parceiros. A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania permanece em processo de diálogo e negociação para nomeação de novos servidores, de forma a cumprir com o quantitativo previsto na legislação vigente.

Vale destacar que o quantitativo de adolescentes que entram no Sistema Socioeducativo apresenta queda desde o ano de 2017, desde o atendimento inicial até as sentenças para cumprimento efetivo das medidas socioeducativas aplicadas.

Salienta-se a dificuldade atual no pleno desenvolvimento de uma política de atendimento integrada, de forma intersetorial, para o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. A articulação interinstitucional constante visa diminuir as dificuldades no acesso dos socioeducandos às demais políticas públicas.

Alguns desafios devem ser considerados no momento atual: a melhoria da estrutura física das unidades de atendimento, a garantia de equipamentos adequados para o desenvolvimento das atividades socioeducativas e a formação e capacitação e atualização dos servidores tendo em vista a complexidade do fenômeno da infração juvenil.

A previsão orçamentária e posterior execução integral dos projetos de manutenção e reformas estruturais das Unidades do Sistema Socioeducativo são um dos maiores desafios atuais. Além da inauguração das Unidades de Internação Feminina do Gama, garantindo um espaço destinado exclusivamente a adolescentes do sexo feminino, bem como a inauguração da Unidade de Internação de Brazlândia, que permitirá diminuir o efetivo de adolescentes em outras Unidades de internação.

Não obstante os desafios, consubstanciado em todas as ações e índices alcançados, as perspectivas para a Política Pública da Socioeducação são muito favoráveis e, com a governança da Secretaria de Justiça e Cidadania do DF, os objetivos elencados para o próximo PPA serão atingidos.

Em relação aos Direitos dos Idosos no DF, com a promulgação da Lei nº 13.797, de 3 de janeiro de 2019, a pessoa física poderá optar pela doação aos fundos controlados pelos Conselhos de Direito da Pessoa Idosa diretamente em sua declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. As doações se constituem em uma das principais formas de captação de recursos dos Fundos do Idoso no Brasil. Os recursos captados devem ser aplicados, exclusivamente, nas ações, programas, projetos e atividades voltados ao atendimento da pessoa idosa sob a orientação e supervisão dos conselhos do idoso, por meio de um plano de aplicação de recursos. Nesse sentido, os fundos se constituem em instrumentos fundamentais para viabilizar a implementação das políticas e ações voltadas para a promoção, proteção, defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994) e pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

Também se encontra em elaboração o projeto estratégico para a construção de ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos. No que concerne a este projeto, a Secretaria de Desenvolvimento Social foi oficializada para a transferência do terreno destinado à construção da ILPI.

Para o aperfeiçoamento do Pró-Vítima, de janeiro a dezembro de 2019, foram realizadas diversas ações que tiveram como foco principal o seu fortalecimento enquanto programa de Governo a fim de garantir um atendimento qualificado e humanizado às pessoas em situação de violência, bem como ações voltadas à prevenção e enfrentamento às violências e de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O Pró-Vítima atende diferentes públicos, independentemente de faixa etária. Entretanto, destaca-se que, 90% das pessoas atendidas são mulheres. Isso porque, a cada ano, aumentam, de forma alarmante, os casos de violência contra a mulher no Distrito Federal. Segundo o Relatório de Análise de Fenômenos de Segurança Pública n. 049/2019, datado de 18 de novembro de 2019, expedido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF, no período de janeiro a outubro de 2019, foram registrados 27 casos de feminicídio e 75 tentativas de crime contra a mulher no DF.

Ciente desse diagnóstico preocupante, a SEJUS desenvolveu atividades voltadas ao público feminino, visando apoiar o empreendedorismo e empoderar economicamente as mulheres atendidas nos núcleos do Programa.

Para, além disso, as ações realizadas no decorrer do ano possibilitaram a disseminação de informações e conhecimentos, tanto em âmbito institucional quanto para a população em geral, acerca dos serviços públicos prestados pela SEJUS, como forma de torná-los acessíveis à população que mais necessita.

Buscou-se, constantemente, a promoção de melhorias nos serviços prestados, como forma de aprimorar o atendimento à população. Os servidores foram capacitados sobre temas relevantes, como língua brasileira de sinais (Libras), técnicas de atendimento ao público, atendimento à população LGBT vítima de violência no DF, enfrentamento ao tráfico de pessoas, rede psicossocial de enfrentamento às violências, entre outros.

As atividades realizadas em 2019 foram significativas para o fortalecimento de ações de prevenção e de apoio a vítimas de violência, na medida em que proporcionaram o maior

acesso da população aos serviços disponíveis na SEJUS, por meio de atividades informativas e ações itinerantes e em in loco.

A implementação de demais ações, projetos e programas, bem como a mensuração de resultados deparou-se com alguns desafios como a ausência de memória institucional, o contingenciamento de recursos e a redução do quadro de pessoal.

Mesmo com os contratemplos enfrentados, espera-se que para o exercício de 2020 a 2023, seja possível conferir continuidade às ações para implementação de políticas públicas preventivas e eficazes ao enfrentamento às violências, promovendo-se, assim, a consolidação de uma cultura de paz, que combata a todas as formas de violência, e garanta a dignidade e a incolumidade do direito à vida.

Quanto às políticas públicas dos direitos da criança e do adolescente, durante os 10 primeiros meses de 2019, a Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal promoveu a ampliação do acesso, a integração e o monitoramento, com foco no enfrentamento a toda forma de violência e abandono e no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Em que pese a escassez de recursos financeiros e de pessoal para a execução dos projetos, a SEJUS foi capaz de elaborar, articular e executar projetos, em parceria com outras Secretarias de Estado, órgãos públicos, administrações regionais e com a sociedade civil, com temáticas de inclusão, deficiência e saúde mental de crianças e adolescentes. Novos projetos encontram-se em andamento direcionados ao fomento do voluntariado e protagonismo infanto-juvenil, à priorização do direito à integridade física e psíquica, à dignidade e à vida das crianças e adolescentes com uma política efetiva e ininterrupta de prevenção e combate ao bullying, depressão, automutilação, suicídio, trabalho infantil, violência sexual, bem como da promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes com deficiência.

Também foram realizadas visitas técnicas aos Conselhos Tutelares, com o objetivo de realizar diagnóstico sobre a situação atual de cada Conselho, com relação à estrutura física, mobiliário, parte elétrica, internet, telefonia e quadro de pessoal. A SEJUS recebeu do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos-MDH a doação de 40 Computadores e 08 veículos para equipagem dos conselhos tutelares.

Por fim, é importante registrar o sucesso das Eleições dos Conselheiros Tutelares, ocorridas em 06/10/2019. A eleição foi marcada por agilidade e transparência e teve como ponto forte a parceria com o Tribunal Regional Eleitoral, que pela primeira vez cedeu as urnas eletrônicas para a realização da eleição. Mais de 155 mil pessoas compareceram às urnas para escolher os 200 novos conselheiros tutelares do Distrito Federal. Os novos conselheiros, cada um com dois suplentes, terão mandato de quatro anos, de 2020 a 2023. O sucesso da eleição dos conselheiros tutelares de 2019 deve-se também aos custos totais de R\$ R\$ 753.390,64, os quais representam aproximadamente 5% do valor total dos custos da eleição anterior, observando, assim, o princípio constitucional da economicidade.

44201 - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A FUNAP/DF é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e operacional e integra a Administração Indireta do Governo do Distrito Federal. Por força do Decreto 39.610, de 01 de janeiro de 2019, passou a ser vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania- SEJUS/ DF, tendo como principal finalidade contribuir para a inclusão e reintegração social daqueles que se encontram em conflito com a lei e que cumprem pena ou são egressos dos estabelecimentos prisionais administrados pela Secretaria de Segurança Pública do DF, oportunizando melhorias em suas condições de vida e de sua família, principalmente por meio do ensino profissionalizante e da inserção no mercado do trabalho.

LEGISLAÇÃO:

Lei Federal nº 7.533, de 02 de setembro de 1986 - autorizou a criação da Fundação;

Decreto nº 10.144, de 19 de fevereiro de 1987- Aprova o Estatuto da FUNAP/DF;

Decreto nº 11.231/1988- aprova o Regimento Interno da FUNAP/DF;

Resolução 002/88, de 11 de maio de 1988- aprova o Regimento Interno do Conselho Fiscal;

Decreto nº 27.990, de 29 de maio 2007- altera o Estatuto da FUNAP/DF;

Decreto nº 39.610, de 01 de janeiro de 2019- vincula a FUNAP/DF à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal;

Decreto nº 39902, de 24 de junho de 2019- Aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo da FUNAP/DF;

Decreto nº 39911, de 26 de junho de 2019- Exclui do Regime de Centralização de Compras processo licitatórios de interesse da FUNAP/DF

Portaria nº 206 , publicado no DODF de 29 de outubro de 2019- Delega competências para a Diretora Executiva da FUNAP/DF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	6	43	0	0	49
Requisitados de órgãos do GDF	2	2	0	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	2	0	2
Terceirizados (FUNAP)	0	0	9	0	9
Outros - especificar	0	0	9	0	9
Subtotal	8	45	20	0	73

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	8	45	20	0	73

Observações:

Outros- especificar: 06 prestadores de serviço de vigilância e 03 prestadores de serviços de limpeza, no total de 09 prestadores de serviços terceirizados por meio de contratos cooperativos do GDF.

Terceirizados (FUNAP): reeducandos oriundos do sistema prisional, que exercem atividades remuneradas na sede da Fundação.

A FUNAP não possui, até o momento, quadro próprio de servidores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	25304963,00	18672059,91	18632317,02
0015 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	25304963,00	18672059,91	18632317,02
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	25304963,00	18672059,91	18632317,02

1. 2019- A FUNAP manteve atendimento diário na sede da entidade localizada no SIA trecho 02, com funcionamento de segunda a sexta-feira. Os atendimentos são direcionados para o preso, para o egresso do sistema prisional e estendidos para suas famílias, seja para resolver questões no âmbito social e/ou financeiro. Os atendimentos ocorrem pessoalmente na sede, nos estabelecimentos penais ou por meio de contato telefônico.

2. No ano de 2019 foram inseridos em contratos de trabalho extramuros (trabalho externo) 1410 reeducandos;

3. Na área de capacitação profissional foram realizados cursos profissionalizantes de pizzaiolo, pintor predial, eletricista, manutenção de ar condicionado, serralheria, pedreiro, serigrafia(em parceria com a SUPRE), práticas agrícolas (em parceria com a EMATE), e capacitação em oficinas de trabalho (em parcerias com a iniciativa privada). Também foram ofertados cursos na área de panificação, tecelagem, produtos artesanais para pet shop e crochê, totalizando 376 preso atendidos;

4. No mês de fevereiro foi realizada palestra informativa com os executores de contrato com a FUNAP, com o objetivo de melhorar a relação entre a entidade, os executores e os reeducandos contratados para prestarem serviços.

5. Firmados Acordos de Cooperação com órgãos públicos e com a sociedade civil para auxiliar no processo de reinserção social do apenado, como o acordo com a Universidade Católica (processo SEI 00056-00002376/2019-21) para oferta de atendimento psicológico, seja individual ou em grupo, com o CEASA (processo SEI 00071-00001222/2019-89) para implemento de ações com utilização de material reciclado, tipo paletes, na fabricação de móveis e adornos.

6. No mês de março foi realizada, na sede da entidade, palestra motivacional para cerca de 120 reeducandas da Penitenciária Feminina do DF contempladas com trabalho externo via FUNAP/DF em comemoração ao Dia Internacional da Mulher;

7. Ao longo do ano, A FUNAP participou de várias feiras e exposições, onde foram expostos os produtos produzidos pelos reeducandos nas oficinas profissionalizantes administradas pela Entidade. Destacam-se as participações na feira de saúde do CEASA; na festa junina no clube da AGEPOL; no lançamento do projeto Juventude e Sustentabilidade no

Parque da Cidade; na confraternização dos servidores do Gabinete do Vice Governador, no salão Nobre do Palácio do Buriti; e no programa SEJUS Mais Perto do Cidadão. Essas ações levaram a diferentes Regiões Administrativas do DF produtos confeccionados com o trabalho do preso, além de informações sobre o trabalho da Entidade e tipos de auxílios destinados aos reeducandos e seus familiares.

8. A atual gestão firmou acordos e convênios com outros órgãos públicos e instituições privadas, tanto para a produção de artefatos nas oficinas profissionalizantes com o objetivo de capacitar os internos, quanto para a melhoria das condições psicológicas e sociais do reeducando. Em alguns dos acordos a FUNAP emprega a mão de obra e os parceiros entram com os recursos materiais e a destinação da produção, sendo o objetivo principal a capacitação para o trabalho remunerado, bem como a remição de pena. Como exemplo de acordos firmados cito os abaixo elencados:

Com a NOVACAP para contratação de mão de obra carcerária na fabricação de blocos e postes de concreto;

Com CEASA para aproveitamento de paletes na fabricação de caixas para produção de mel de abelhas, que serão doadas a EMATER, além da fabricação de móveis com materiais sustentáveis;

Com a TERRACAP para o plantio de mudas típicas do cerrado, com vistas a reflorestamento de áreas degradadas;

Com a Secretaria de Saúde para plantio de fitoterápicos, utilizados no projeto "Farmácia Viva";

Com a EMATER para curso de capacitação em práticas agrícolas e orientações no manejo de bovinos e suínos e plantios de diversas culturas;

Com a SEJUS e a Secretaria de Segurança para ocupação dos espaços ociosos das unidades penais do DF com oferta de capacitação e trabalho remunerado;

Participação no acordo de cooperação assinado entre o STF e o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Justiça e Cidadania-SEJUS, para acompanhamento psicossocial aos reeducandos que prestam serviços no STF, com vistas a sua reintegração na sociedade;

Com a Universidade Católica para realizar atendimento psicológico para reeducandos que estão inseridos no trabalho externo, mas que encontram dificuldades para se adaptar aos desafios de viver em sociedade.

Com o Instituto Federal de Brasília-IFB para oferta de cursos profissionalizantes (em construção);

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1544 - ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF	%	0	31/12/2016	ANUAL	5	3,98	10	7,2	15	5	20	14,73	FUNAP / UO 24202 / OE 4 44201 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - A aferição do indicador de atendimento às famílias das pessoas presas começou a ser computado no segundo semestre/2016, em razão de mudança na Gestão da FUNAP. O indicador necessita de alteração, visto que não há como mapear o número total de familiares das pessoas presas, que, atualmente, chega a uma média de 15.000 presos, além daqueles que recebem prisão domiciliar. Em 2017, a proposta é que seja computado o número de familiares de presos em regime domiciliar e egressos atendidos pela FUNAP.</p> <p>2017 - 2017-A aferição do indicador de atendimento às famílias das pessoas presas começou a ser computado no segundo semestre/2017, em razão de mudanças na Gestão da FUNAP. O indicador necessita de alteração, visto que não há como mapear o número total de famílias das pessoas presas, que, atualmente, chega a uma média 15.000 presos, além daqueles que recebem prisão domiciliar. Em 2018, a proposta é que sejam computados o nº de familiares de presos em regime domiciliar e egressos atendidos pela FUNAP</p> <p>2018 - 2018- A Funap detém aproximadamente 76 contratos, com órgãos públicos, empresas privadas e terceiro setor, de prestação de serviços de mão de obra com sentenciados do sistema prisional do DF. Em JAN/18, havia 1.403 presos inseridos em postos de trabalho, contido em DEZ/18, a quantidade diminuiu para 1.100, devido a Normalização feita pela Portaria 3/2018 da VEP (Vara de Execuções Penais).</p> <p>2019 - A FUNAP manteve atendimento diário na sede da entidade localizada no SIA trecho 02, com funcionamento de segunda a sexta-feira. Acordos de Cooperação foram firmados com órgãos públicos e particulares com vistas a beneficiar os internos e os familiares, inclusive com oferta de atendimento psicossocial; Cerca de 20 atendimentos diários são realizados na sede da FUNAP/DF, seja para o preso ou seus familiares, advogados ou executores de contrato, além dos atendimentos por telefone. 14</p>													
1688 - PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	%	0	31/12/2016	MENSAL	10	8,66	15	3,07	20	7	25	18,41	FUNAP / UO 24202 / OE 4 44201 / OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2016 - No ano de 2016 foram celebrados mais nove contratos de trabalho da FUNAP, com órgãos públicos e privados, para a empregabilidade da mão-de-obra carcerária e egressa no mercado de trabalho. No final de dez/2016 havia 1.201 pessoas inseridas nestes contratos. A previsão da FUNAP para 2017 é aumentar 30% o número de contratos, com vistas a inserir um maior número de presos no mercado de trabalho.</p> <p>2017 - 2017- A Funap conta com 96 contratos, com órgãos públicos e empresas privadas, de prestação de serviços de mão de obra de sentenciados do sistema prisional do DF. Em JAN/17, segundo informações da Sesipe, haviam 2912 presos com trabalho externo deferido e 1215 presos trabalhando vinculados à Funap. Já em DEZ/17, a quantidade de presos com trabalho externo deferido subiu para 3132 e os de presos trabalhando vinculado à FUNAP foram 1403, ocorrendo um aumento de 3,07% na contratação de sentenciados</p> <p>2018 - 2018- A Funap detém aproximadamente 76 contratos, com órgãos públicos, empresas privadas e terceiro setor, de prestação de serviços de mão de obra com sentenciados do sistema prisional do DF. Em JAN/18, havia 1.403 presos inseridos em postos de trabalho, contudo em DEZ/18, a quantidade diminuiu para 1.100, devido a Normatização feita pela Portaria 3/2018 da VEP (Vara de Execuções Penais).</p> <p>2019 - 86 contratos de trabalho foram firmados com a FUNAP no ano de 2019; 1410 reeducando foram inseridos no mercado de trabalho externo (extramuros). 151 foram inseridos em trabalho remunerado intramuros. 376 forma capacitados em oficinas profissionalizantes. Por meio da Resolução n 2 do Conselho Deliberativo da FUNAP e o Acordo de Cooperação Técnica foi possível estreitar contratos com a iniciativa privada para a oferta de capacitação e trabalho remunerado intramuros.</p>													
1543 - PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF QUALIFICADOS/CAPACITADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES/ OFICINAS PRODUTIVAS	%	0	31/12/2016	ANUAL	5	1,92	10	2,39	15	5	20	14,73	FUNAP / UO 24202 / OE 4 UO 44201 / OE 4
<p>Justificativa: 2016 - Apartir do segundo semestre de 2016, foram firmadas parcerias com o "Sistema S", MEC/PRONATEC e EMATER, para a oferta de cursos de qualificação profissional em diversas áreas. O percentual baixo de atendimento do indicador relaciona-se às dificuldades nas pactuações de parcerias com órgãos públicos e privados, como também na manutenção do preso nos cursos profissionalizantes e oficinas de trabalho em razão de normas internas de segurança estabelecidas pelas unidades prisionais.</p> <p>2017 - 2017 - A partir do segundo semestre de 2017, foi celebrado parceria com sistema "S" para a oferta de cursos de qualificação profissional, de panificação, corte e costura e eletricitista predial para 75 internos do sistema prisional do DF. O percentual baixo de atendimento refere se aos dados prestados junto a SESIP, quanto ao número de internos que tiveram direito ao trabalho externo deferido.</p> <p>2018 - 2018- A Funap detém aproximadamente 76 contratos, com órgãos públicos, empresas privadas e terceiro setor, de prestação de serviços de mão de obra com sentenciados do sistema prisional do DF. Em JAN/18, havia 1.403 presos inseridos em postos de trabalho, contudo em DEZ/18, a quantidade diminuiu para 1.100, devido a Normatização feita pela Portaria 3/2018 da VEP (Vara de Execuções Penais).</p> <p>2019 - Realizados cursos profissionalizantes (processo SEI nº 00056-00001200/2019-52), de pizzaiolo, pintor predial, eletricitista, manutenção de ar condicionado e pedreiro, além de serigrafia, serralheria, marcenaria práticas agrícolas, panificação, tecelagem, no CIR, PFD, PDF I, CPP e CDP, para 376 internos. E oficinas de produtos para pet shop, corte e costura, crochê e fabricação de chinelas, ofertados para cerca de 50 internas da PPDF e que foram inseridas em trabalho remunerado.</p>													

- Foram inseridos no mercado de trabalho, durante o ano de 2019, cerca de 1410 reeducandos em cumprimento de pena no regime semiaberto ou aberto.
- Na área de capacitação profissional, foram realizados cursos profissionalizantes, por meio do processo SEI nº 00056-00001200/2019-52, de pizzaiolo, pintor predial, eletricitista, manutenção de ar condicionado e pedreiro, além de serigrafia em parceria com a SUPREC, serralheria, práticas agrícolas em parceria com a EMATER, e capacitação em oficinas de trabalho em parcerias com a iniciativa privada, como na área de panificação, tecelagem, produtos artesanais para pet shop, sendo agraciados 376 presos.
- Foram contratados para o trabalho remunerado em oficinas intramuros administradas pela FUNAP/DF, cerca de 151 reeducandos, no CIR, PFD, PDF I e CPP;
- Por meio da Resolução 002 do Conselho Deliberativo da FUNAP/DF, e do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a SSP, SEJUS e a Entidade, foi possível estreitar parcerias com a iniciativa privada e com o terceiro setor, no sentido de capacitar e ofertar trabalho remunerado aos reeducandos do sistema prisional, por meio de contratos firmados com a FUNAP/DF;
- Acordos de Cooperação foram firmados com órgãos públicos e particulares com vistas a beneficiar os internos e os familiares, inclusive com oferta de atendimento psicossocial;
- Contrato firmado com tomador de serviço para contratação de mão de obra (intramuros) de 20 (vinte) reeducandos para prestar serviços na oficina de panificação localizada na Penitenciária I do Distrito Federal-PDF 1, processo SEI nº 00056-00001534/2019-26, possibilitou a reinauguração da oficina de panificação que estava inativa há mais de 10 (dez) anos.
- Contrato firmado por tomador de serviço que trata da contratação de mão de obra (intramuros) de 30 (trinta) reeducandos do CIR, para realizarem trabalho manual, estilo tecelagem, na confecção de cadeiras revestidas em material sintético, conforme consta do processo SEI nº 00056-00001490/2019-34.
- Contrato firmado com tomador de serviços para contratação remunerada de 15 a 25 reeducandas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal para produção de artigos para pet shop;
- Contratação via FUNAP de 10 reeducandas na Penitenciária Feminina do DF para produção de chinelas "tipo havaiana" utilizando maquinário da SSP/DF que encontrava-se sem o devido uso e contratação de 06 internas para produção de artigo de crochê, destinados a exposição e venda nas feiras.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	0	20000,0	0	0
0004 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	20000,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	78000,00	0	0
0026 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	78000,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	98000,00	0,00	0,00

Não houve justificativa ou motivação para o empenho destas despesas.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2446939,00	2332860,64	2330210,34
0026 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	2446939,00	2332860,64	2330210,34
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	750000,00	471443,70	471443,70
0021 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	750000,00	471443,70	471443,70
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	1500000,00	453267,32	453118,30
0044 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	1500000,00	453267,32	453118,30
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	700000,0	0	0
0036 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	700000,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	200000,0	0	0
0034 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	18000,00	0	0
0024 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	18000,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	100000,0	16140,0	16140,0
0024 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	100000,0	16140,0	16140,0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	0,00	5714939,00	3273711,66	3270912,34

1. A FUNAP não possui quadro próprio de servidores. Entretanto possui 53 cargos comissionados destinados ao cumprimento das atividades finalísticas da entidade. Esses servidores são custeados por recursos do Tesouro do Distrito Federal;
2. A entidade conta com um Conselho Deliberativo, composto por 07 membros, e com um Conselho Fiscal, composto por 03 membros, com encontros periodicos mensais. Todos os participantes ativos recebem GETON;
3. A manutenção dos serviços gerais da entidade é realizada por meio de adesão a atas de registro de preços para aquisição dos insumos necessários ao atendimento das rotinas, por meio do sistema de compras do GDF ou por meio de instauração de processo específico, além de adesão a contratos cooperativos do governo local;
4. No ano de 2019, por meio do Decreto 39.911, de 26 de junho de 2019, a FUNAP foi desobrigada de adotar o regime de centralização das licitações na gestão de compras do GDF, podendo assim articular melhor a gestão de insumos necessários ao andamento das oficinas e da produção;
5. Um processo para a modernização do sistema de gestão de informação foi iniciado em 2019. Esse processo ainda se encontra em fase de instrução, razão pela qual o valor autorizado não foi empenhado durante o ano (SEI-GDF nº 00056-00000908/2019-96);
6. Para a capacitação de servidores foram usados recursos disponíveis no próprio GDF, como os ofertados por meio da Escola de Governo ao longo do ano de 2019, não sendo necessário o empenho de despesas autorizadas.
7. Publicações no DODF garantiram a publicidade de atos administrativos. Como propaganda, foram utilizados recursos de redes sociais, além de publicações no site da FUNAP/DF, que atualmente é administrado por meio da assessoria de comunicação da SEJUS.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

1. Instrução normativa nº 14, de 12 de junho de 2019, instituiu o Comitê Interno de Governança processo SEI 00056-00000910/2019-65.
2. Com escopo de fomentar o funcionamento das oficinas administradas pela FUNAP/DF, bem como aumentar a oferta de cursos de capacitação aos reeducandos, foi proposta à Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF-SEFP/DF a excepcionalização de a FUNAP/DF contratar pelo regime geral de compras do GDF (Central de Compras), o que foi autorizado por meio do Decreto 39911, de 26 de junho de 2019.
3. Resolução nº 02, de 29/07/2019, do Conselho Deliberativo da FUNAP/DF, que dispõe sobre as condições a serem observadas pelos tomadores de serviço na contratação de trabalho dos presos em cumprimento de pena privativa de liberdade, no âmbito da FUNAP/DF, bem como publicado no DODF nº153, de 14 de agosto de 2019, página 49, Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2019, (28207178) celebrado entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS/DF, que, por intermédio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal, visa a administração, pela FUNAP/DF, dos espaços existentes nas unidades prisionais para promover a capacitação profissional e a oferta de trabalho remunerado aos reeducandos.
4. Um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), conforme dispõe a Instrução Normativa MP/SLTI nº 04, de 11 de setembro de 2014, recepcionada no Distrito Federal por força do Decreto nº 37.667, de 29 de setembro de 2016, foi finalizado sob coordenação do Gerente de Informática e Supervisão da DIRAFI.
5. Considerando o possível fomento das oficinas, e visando a prospecção de vendas, a Diretoria Adjunta para Assuntos Administrativo e Financeiros instaurou processo SEI-GDF nº 00056-00001524/2019-91, encaminhado à Subsecretaria de Arrecadação da SEFP/DF, com vistas a viabilizar a criação de código próprio para uso em Documento de Arrecadação – DAR, com crédito na conta de arrecadação da FUNAP/DF, em

razão da necessidade de direcionamento para conta movimento da FUNAP/DF dos valores arrecadados com a venda de produtos fabricados nas oficinas ou produzidos na área agrícola. O processo encontra-se em fase final de tramitação.

6. Em 2019 iniciou-se processo para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de software que integrará os órgãos responsáveis pelo cumprimento da execução da pena. O sistema irá garantir confidencialidade, transparência e funcionalidade das atividades administrativas e financeiras da FUNAP/DF. O processo licitatório encontra-se em fase de instrução.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

1. O indicador utilizado para aferir os atendimentos e ações realizadas necessita de ajustes para o próximo período, a fim de facilitar e precisar melhor os dados coletados.
2. Inserir o interno no mercado de trabalho, seja intramuros ou extramuros, é um enorme desafio, pois a sociedade tem grande rejeição a este público e o sistema penitenciário local ainda é muito "policialesco" e prima em demasia pelos critérios adotados no que diz respeito a segurança e encarceramento e pouco se esforça para as atividades voltadas à ressocialização dos apenados, fato que prejudica a atuação da FUNAP em levar aos internos cursos de capacitação e mais possibilidades de inserção no mercado de trabalho, além de afastar o interesse da iniciativa privada na busca por parcerias para o implemento do trabalho prisional.
3. Para o próximo período o trabalho continuará incessante na busca por novas parcerias no processo de inserção social dos apenados do Sistema Prisional do DF, oferta de cursos de capacitação, oferta de ensino regular a todos os apenados, e aumento da oferta de trabalho remunerado, seja para o publico feminino ou masculino.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Criado em 1986 como Grupo Executivo de Defesa do Consumidor/PROCON-DF, transformado, em 1993, pela Lei Distrital 426/93, em Subsecretaria de Defesa do Consumidor, da Secretaria de Governo do Distrito Federal e, por fim, em Autarquia, em regime especial, pela Lei Distrital 2.668/2001 e, desde 2007, vinculada à Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal. O Instituto de Defesa do Consumidor/PROCON-DF é regido pelo Decreto nº 38.927 de 13/03/2018.

De acordo com o regimento interno, o Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - IDC/PROCON, entidade autárquica de administração superior, sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, tem por finalidade promover a proteção e a defesa do consumidor, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXIII, e 170, inciso V, da Constituição Federal de 1988 e da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Compete ao Instituto proceder à implementação e à execução das normas de defesa do consumidor, devendo:

- I - propor normas e executar ações de defesa do consumidor, na forma da lei;
- II - receber, analisar, avaliar, apurar e encaminhar as reclamações, sugestões ou proposições apresentadas pelas entidades representativas da população e pelos consumidores individuais ou coletivos;
- III - informar, conscientizar e motivar o consumidor, por meio de programas específicos;
- IV - funcionar, no procedimento administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência e de sua admissibilidade, bem como dos recursos, observando as regras fixadas em lei;
- V - elaborar, atualizar e divulgar, semestralmente, no âmbito de sua competência, o Cadastro de Reclamações Fundamentadas, atendidas e não atendidas, e demais informações complementares sobre fornecedores de produtos e serviços;
- VI - coibir fraudes e abusos contra o consumidor, prestando-lhe orientação permanente sobre seus direitos e garantias;
- VII - autuar os responsáveis por condutas que violem as normas protetivas das relações de consumo e aplicar-lhes sanções administrativas, na forma da legislação pertinente à proteção e à defesa do consumidor;
- VIII - fiscalizar preços, abastecimento, qualidade, quantidade, origem, características, composição, garantia, prazos de validade e segurança dos produtos e serviços, sem prejuízo das prerrogativas de outros órgãos de fiscalização, inspeção e auditoria;
- IX - estimular, por intermédio dos meios de comunicação de massa ou do contato direto com a população e associações, a defesa do consumidor;
- X - elaborar e implementar programas especiais de defesa e de proteção do consumidor;
- XI - acompanhar os aperfeiçoamentos legais e institucionais afetos à defesa e à proteção do consumidor;
- XII - informar o consumidor sobre os aperfeiçoamentos legais e institucionais afetos à defesa e à proteção às relações de consumo;
- XIII - estabelecer parceria com instituições de ensino e de pesquisa para mútua colaboração na averiguação da qualidade de produtos;
- XIV - empreender gestões junto às entidades privadas, visando à colaboração na execução de programas referentes à defesa e proteção do consumidor;
- XV - alertar as autoridades competentes e a comunidade sobre os atos lesivos que estejam sendo cometidos contra o consumidor em geral;
- XVI - firmar convênios com entidades públicas e/ou privadas para prover a capacitação técnica do Instituto; e

XVII - atender ao público, de forma presencial, eletrônica ou por via telefônica, com presteza e urbanidade, assegurando a todos igualdade de tratamento, velando pela rápida solução dos litígios e tentando, a qualquer tempo, conciliar as partes.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	21	15	9	41	86
Comissionados sem vínculo efetivo	14	31	0	0	45
Requisitados de órgãos do GDF	0	1	3	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	4	8	12
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	5	0	5
Outros - especificar	0	0	4	0	4
Subtotal	35	47	25	49	156
(-) Cedidos para outros órgãos	1	0	1	1	3
Total Geral	34	47	24	48	153

No ano de 2019, foram nomeados 28 servidores para o quadro efetivo do PROCON/DF, provenientes do Concurso de Edital SEAP/PROCON nº 01/2011. No entanto, tomaram posse e entraram em exercício apenas 06 servidores.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	300000,0	207874,00	182161,82	169161,82
0002 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-PROCON-DISTRITO FEDERAL	300000,0	207874,00	182161,82	169161,82
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	300000,00	207874,00	182161,82	169161,82

O PROCON/DF, por intermédio do Programa Reintegra Cidadão, colabora para a reintegração e socialização de detentos do sistema carcerário do Distrito Federal, os quais desenvolvem precipuamente atividades da área administrativa, tais como arquivamento, digitalização, inserção de processos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, entre outras atividades.

Os detentos têm aprendido ofícios novos e demonstrado boa capacidade para o desenvolvimento de atividades que demandam habilidade e capacidade técnica. Desta forma,

é possível perceber grandes expectativas tanto na ressocialização, quanto na contribuição que a Autarquia exerce nas vidas desses apenados.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1540 - RESOLUTIVIDADE DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS	%	42	31/12/2014	ANUAL	50	39	60	60	70	43,82	80	65	PROCON/DF / UO 44202 / OE 3 / UO 44202 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - No ano de 2016, o PROCON teve mudança de gestão, ficando cerca de 5 meses sem nomeação de Diretores e Diretor-Geral, acarretando perda da produtividade. Ademais, houve perda de 30% do quadro efetivo da carreira.</p> <p>2017 - Promover a defesa e garantia dos direitos humanos, assegurando o exercício do direito a cidadania. O índice foi alcançado devido a treinamentos e conscientização dos atendentes do PROCON. O tempo médio que o cidadão passa para resolver suas questões foi reduzido devido aos novos procedimentos adotados pelo órgão.</p> <p>2018 - Inicialmente cabe frisar que as reclamações, em regra, são atendidas em fase de CIP (Carta de Informações Preliminares), portanto, já nessa segunda fase de resolução superada a fase de CIP, quando as reclamações estão prontas para serem decididas como fundamentadas, os índices de resolutividade geralmente são mais baixos. Outro ponto a ser destacado é a carência de servidores no Procon-DF processo SEI n.º: 00015-00001718/2019-63, Memorando n.º 65 (19016255):</p> <p>2019 - Foi iniciado o fluxo constante de disseminação de orientações sobre os direitos e deveres de consumidores e fornecedores, diminuição do tempo de atendimento, aumento da resolução dos inquéritos administrativos/baixas de reclamações no sistema. O índice de resolutividade de aproximadamente 87%, demonstra alta eficiência do PROCON/DF na tratativa das questões reclamadas pelos cidadãos.</p>													

Inicialmente cabe frisar que as reclamações, em regra, são atendidas em fase de CIP (Carta de Informações Preliminares). Sendo que as reclamações que constam no relatório referem-se a processos em que o fornecedor não solucionou o problema com o consumidor após a fase preliminar, necessitando de uma maior intervenção do PROCON/DF. E, mesmo depois de uma nova oportunidade de conciliação, novamente, não foi aproveitada pelo fornecedor/empresa. Portanto, já nessa segunda fase de resolução, superada a fase de CIP, quando as reclamações estão prontas para serem decididas como fundamentadas, os índices de resolutividade geralmente são mais baixos, o que, em regra, justifica o percentual apresentado.

O objetivo é que as reclamações dos consumidores tenham a resolutividade esperada da forma mais célere possível. Assim, muitas reclamações são atendidas em fase de CIP. Desta forma, o índice de resolutividade do órgão se torna muito maior nessa fase do processo. No ano de 2019, o índice de resolutividade em fase preliminar foi de aproximadamente 87%, demonstrando alta eficiência na tratativa das questões reclamadas pelos cidadãos consumidores e, conseqüentemente, gerando menos processos a serem analisados na Fase de Reclamações Fundamentadas/ Não Fundamentadas, ocasionando índices mais baixos.

Além da Resolutividade nas Reclamações Fundamentadas, outros números deverão ser considerados, como por exemplo:

- 10.302 Pareceres e Decisões;
- 5.307 Notificações para Defesa Escrita (TNF);
- 771 Audiências realizadas;
- 464 Demandas externas respondidas;
- 2.358 Decisões assinadas e encaminhadas para arquivo;
- 7.466 decisões de arquivamento assinadas e encaminhadas ao arquivo, que corresponde a 73,17% do total do passivo pré 2018/2019;
- mais de 5,2 milhões de reais de multas aplicadas em última instância;

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	530000,0	512200,00	382852,53	368352,53
0002 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROCON-DISTRITO FEDERAL	530000,0	512200,00	382852,53	368352,53
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	530000,00	512200,00	382852,53	368352,53

Trata-se de pagamento de Indenização de Transporte - IT aos Fiscais de Defesa do Consumidor. A indenização é devida para ressarcir custos com manutenção e combustível quando utilizado veículo próprio para exercer as atividades de fiscalização.

As ações de fiscalização são realizadas em dupla e há em média 12 equipes de fiscalização trabalhando externamente simultaneamente. As fiscalizações ocorrem primordialmente com a utilização de meios próprios de locomoção pelos fiscais, havendo a utilização de carro oficial em Regiões Administrativas mais isoladas da área central.

Vale registrar que o valor da Indenização de Transporte - IT prevista em lei para os fiscais data de 2010 e está desatualizado devido às altas inflacionárias e aumento no preço dos combustíveis nos últimos 9 (nove) anos. Tal fato ocasiona limitações na locomoção dos fiscais e dificuldades na execução dos serviços prestados ao cidadão consumidor do Distrito Federal.

Apesar do déficit no quadro de servidores do PROCON/DF, inclusive de Fiscais de Defesa do Consumidor, e da defasagem do valor da IT, foi possível realizar mais de 7.500 visitas durante o ano de 2019. Nas visitas e ações de fiscalização do PROCON/DF foram lavrados aproximadamente:

- 1.698 Autos de Infração (procedimento que gera processo administrativo. Cerca de 40% dessas autuações é em virtude da comercialização de produtos vencidos e/ou impróprios para o consumo);
- 3.052 Autos de Constatação (são autuações realizadas em caráter educativo concedendo o prazo de 30 dias para os fornecedores regularizarem pendências);
- 2.809 Relatórios de Visita (ações que atestam a regularidade do estabelecimento fiscalizado, seja em primeira visita ou em retorno de Auto de Constatação).

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	8827391,0	13335391,00	10343682,27	10323875,67
0002 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROCON-DISTRITO FEDERAL	8827391,0	13335391,00	10343682,27	10323875,67
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	712800,0	712800,00	609536,81	608726,79
0002 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-PROCON-DISTRITO FEDERAL	712800,0	712800,00	609536,81	608726,79
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1207991,0	1442665,00	1428836,95	1291876,32
0002 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PROCON-DISTRITO FEDERAL	1207991,0	1442665,00	1428836,95	1291876,32
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	9,00	0	0
5222 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-PROCON-DISTRITO FEDERAL	10000,0	9,00	0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	10758182,00	15490865,00	12382056,03	12224478,78

No ano de 2019, preocupou-se com a qualificação técnica dos servidores, em especial dos gestores de unidades e dos servidores que atuam na área fim (atendimento direto ao público consumidor), proporcionando um atendimento técnico, especializado e célere. Atualmente, 75% do quadro do PROCON/DF é composto por servidores com nível de ensino superior.

Apesar de redução no quadro de servidores, o PROCON/DF realizou:

- 62.763 atendimentos aos consumidores do Distrito Federal – aumento de 36% em relação ao ano passado e redução de mais de 100% no tempo de espera por atendimento;
- Analisou mais de 10.000 reclamações e autos de infração, com parecer e decisão, pelo jurídico – nove vezes mais que em 2018;
- 771 audiências de conciliação foram realizadas – três vezes mais em comparação ao ano passado;
- 5.307 notificações para defesa escrita foram enviadas aos fornecedores – três vezes mais que em 2018;
- Baixa de mais de 75% do passivo de processos pré 2018, que era de, aproximadamente, 10.500 processos no início de 2019;
- 1.080 notificações de Decisão de Multa, um aumento de 40% em relação ao ano passado;

Buscou-se uma redistribuição eficiente de servidores e promoção de novos mecanismos de atendimento, com o intuito de dar mais qualidade, eficiência e celeridade no atendimento ao cidadão. Um dos mecanismos implementados foi o Registro de Ocorrência. Neste, o consumidor consegue iniciar a tratativa do seu pleito de forma quase instantânea gerando maior satisfação e rapidez ao utilizar os serviços. Ademais, as unidades de atendimento realizaram estudos que permitiram levantar de forma sistemática todas as atividades executadas e qual o caminho para a tratativa de cada uma, assim como permitiu análise de prazos, das dificuldades vivenciadas nos núcleos de atendimento e aplicação de melhorias necessárias. Isso possibilitou a identificação de falhas, implementação de correções nas atividades e redução de prazos para tratativas.

Foi instalado sistema Wi-fi para os consumidores nas áreas de atendimento da Unidade Sede do Procon-DF.

Foi implantado o sistema de bloqueio de telemarketing – “Me Respeite”, em conformidade a Lei Distrital 6.305/2019, de 30 de maio de 2019, que hoje conta com mais de 14.400 usuários beneficiados.

Foram realizadas melhorias nos veículos oficiais do PROCON/DF (Van e Ônibus escritório), com a manutenção e aplicação de nova identidade visual do GDF, possibilitando um atendimento itinerante e maior interação do PROCON/DF com a população, em especial com os mais carentes.

Houve tratamento e digitalização de todos os processos administrativos físicos que tramitavam em segunda instância (recursal) com o concomitante cadastro no Sistema Eletrônico de Informações (SEI!), viabilizando o acesso externo de forma eletrônica aos processos administrativos aos advogados, prepostos e consumidores facilitando o acompanhamento do seu andamento.

Também no ano de 2019 foi efetivamente implementada a Escola do Consumidor - ESCON, que tem como missão conscientizar o cidadão e promover a proteção e defesa dos direitos do consumidor. Como objetivo, busca conscientizar, de modo simples, consumidores e fornecedores sobre os seus direitos e deveres, voltado a casos práticos do cotidiano, por meio de linguagem e modo de apresentação populares de fácil acesso e difusão. A escola já promoveu a capacitação gratuita acerca de educação financeira, consumo consciente e noções de direito do consumidor a mais de 1.200 pessoas, dentre empresários, fornecedores, estudantes e até mesmo aos servidores do PROCON/DF.



Dentre os projetos e trabalhos realizados pela Escola do Consumidor, destacam-se:

- Curso de capacitação de servidores;
- Palestras aos fornecedores;
- Aprimoramento institucional da ESCON;
- Manual do consumidor;
- Manual do fornecedor;
- Procon na Escola;
- Produção de vídeo;
- Visita guiada ao Procon;
- Projeto Sistema "S" - Aprendiz - SENAC;
- Criação do Hotsite Da Escola;
- Projeto Gamefication;
- Pós-Graduação Latu Senu E Stricto Senu;
- Material (Produzido - Em Andamento);
- Visitas Técnicas Realizadas;

No que diz respeito às atividades de fiscalização, no ano de 2019 foram realizados estudos para elaboração de Manual de Fiscalização, de Fluxos de Trabalho e de Termo de Apreensão e Depósito. Foi realizada triagem em mais de 5.000 documentos com encaminhamento e tratamento em mais de 2.600 processos. Essa triagem envolve atividades como digitalização de documentos, criação e baixa de Fichas de Atendimento no Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, alimentação de dados em planilhas, produção de documentos, entre outras. Em razão desse esforço, foi possível reduzir, em aproximadamente, 50% do passivo de Autos de Infração pendentes de envio para análise do Jurídico.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Em dezembro de 2019, o PROCON/DF recebeu o prêmio "Índice de Transparência Ativa" da Controladoria-Geral do Distrito Federal, por ser um dos órgãos do Poder Executivo Distrital a atingir 100% de transparência com as informações que oferece à população no seu site institucional.

Registrou 62.763 atendimentos ao consumidor, um aumento de 35% em relação ao ano passado. Mais de 10.000 reclamações e autos de infração foram analisados, com parecer e decisão, pelo jurídico do Procon - nove vezes mais que em 2018. Cerca de 771 audiências de conciliação foram realizadas - três vezes mais em comparação ao ano passado. Foram 5.307 notificações para defesas escrita enviadas aos fornecedores - três vezes mais que em 2018 e mais de 5,2 milhões de reais de multas aplicadas em última instância.

Promoveu 13 (treze) ações itinerantes de atendimento ao público (Procon Móvel) que consiste em prestar atendimento pessoal e individualizado ao consumidor, por meio de

informações e esclarecimentos inerentes à proteção e defesa dos seus direitos, e registrar preliminarmente inquéritos administrativos (reclamações e denúncias), bem como a distribuição de material informativo em regiões administrativas do Distrito Federal.

Realizou mutirões de renegociação de dívidas bancárias, com 1.280 consumidores atendidos e mais de 8 (oito) milhões de reais renegociados junto a instituições financeiras, com objetivo primordial de sensibilizar os consumidores e fornecedores acerca da importância da educação financeira na prevenção do super endividamento e na estruturação de uma vida financeira saudável. As renegociações são pautadas na vantagem comercial em relação aos valores cobrados nos correspondentes financeiros.

Ainda no que diz respeito ao atendimento ao cidadão consumidor, verificando a necessidade de especialização do atendimento e celeridade na tratativa das demandas, após identificar que em 2018 as quatro empresas mais reclamadas junto ao PROCON/DF pertenciam ao ramo de telefonia, esta Autarquia estabeleceu Acordo de Cooperação Técnica com as principais operadoras com objetivo de trazer prepostos dos fornecedores de serviços de telefonia para atuarem no atendimento desses consumidores (realizados no PROCON Sede) dando uma tratativa imediata na demanda do consumidor. Com essa iniciativa, foi possível que, sem nenhum ônus à Administração Pública, tivesse o quadro de atendimento ampliado, especializado e otimizado. O benefício para a sociedade foi notório, uma vez que as operadoras estão oferecendo resolução a mais de 80% dos casos demandados.

Também foram realizados mutirões dos processos administrativos de reclamações fundamentadas envolvendo os fornecedores mais demandados. As audiências do mutirão ocorreram em virtude da parceria entre PROCON/DF e TJDFT, sendo que as audiências foram realizadas pelos conciliadores do TJDFT, com auxílio de servidores do PROCON/DF. Como resultado, houve aplicação de R\$ 543.363,00 de multas em Agências de Viagens, 140 audiências com 75 acordos formalizados com Operadoras de Telefonia, R\$ 2.131.389,00 de multas aplicadas em Instituições Financeiras e 297 audiências realizadas com fornecedores diversos.

Além das 7.559 fiscalizações em estabelecimentos comerciais do Distrito Federal, com 1.698 autos de infração lavrados (fiscalizações rotineiras e apuração de denúncias e reclamações de consumidores), a Fiscalização do PROCON/DF atuou de forma preventiva no mercado de consumo, educando, orientando e acompanhando fornecedores e consumidores acerca dos seus deveres e direitos com o objetivo de coibir práticas infrativas às normas de defesa do consumidor, destacando-se:

- Operação Páscoa
- Operação Cemitérios
- Operação Dias das Mães
- Operação Padarias
- Operação Dia dos Namorados
- Operação Dia dos Pais
- Operação nos Postos de Combustíveis
- Operação Dia das Crianças
- Operação Matrículas Abertas
- Operação Black Friday
- Operação Natal
- Operações de Interdição de quiosque de venda de impressos no Aeroporto
- Operação contra venda ilegal de pescados

A fiscalização do PROCON/DF também atuou em eventos esportivos como Copa do Mundo FIFA Sub 17 Brasil 2019 e jogos de futebol ocorridos em Brasília. Também foram realizadas fiscalizações em razão de solicitações de outros órgãos (Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, Agência Nacional de Petróleo - ANP, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural - SEAGRI).

O PROCON/DF, juntamente com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e Secretaria de Educação do DF, elaboram e firmaram Termo de Ajustamento de Conduta -

TAC com Instituição de Ensino básico e fundamental que interrompeu suas atividades no decorrer do ano letivo, minimizando os prejuízos aos pais e alunos.

Por fim, foi implantada nessa gestão a Escola do Consumidor cuja finalidade é promover orientação e educação ao consumidor e ao fornecedor. A escola já promoveu a capacitação gratuita acerca de educação financeira, consumo consciente e noções de direito do consumidor a mais de 1.200 pessoas, dentre empresários, fornecedores, estudantes e até mesmo aos servidores do PROCON/DF. Dentre as principais realizações da ESCON neste ano, ressalta-se:

- Desenvolvimento de 22 eventos (capacitações, palestras e visitas);
- Elaboração de 3 cartilhas ("Manual do Consumidor Consciente", "Cartilha de orientações: Material Escola" e "Cartilha de orientações: Turismo")
- Elaborou folder de orientação para Fornecedores,
- Produziu e emitiu 60 certificados para a palestra "Formação Prática em Direito do Consumidor para Micro e Pequeno Empresário",
- Desenvolvimento em andamento do site próprio da ESCON com apoio da equipe de Tecnologia da SEJUS,
- Desenvolvimento de técnica para produção de vídeos educativos a custo zero,
- Desenvolvimento de parceria com o sistema "S", iniciando-se pelo SENAC.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Nos últimos anos o quadro de servidores do PROCON/DF vem sendo reduzido drasticamente, o que impacta sobremaneira na execução dos serviços prestados.

Desta forma, é necessário realizar um esforço político-administrativo conjunto para promover a inclusão da realização de Concurso Público na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no PLOA referentes ao exercício 2021, bem como aumentar o quantitativo de vagas, considerando que o PROCON/DF possui 10 postos de atendimento e atua em 31 Regiões Administrativas. A realização de um novo concurso público apresenta-se como fator crítico de sucesso a todos os demais planos e ações da Autarquia que presta relevantes serviços de atendimento à população.

Por possuir como produto principal a prestação de serviços à população, requer-se como insumo principal um quadro de pessoal completo contendo no mínimo o quantitativo definido na Lei de Criação da Carreira de Defesa do Consumidor, de forma que se possa cumprir os objetivos que ensejaram a criação da Autarquia e se faça reconhecer toda a importância de seu papel no equilíbrio das relações de consumo e na defesa dos consumidores.

Descrição	Lei de Criação	Cargos Ocupados	Cargos Vagos
Técnico de Defesa do Consumidor	60	26	34
Fiscal de Defesa do Consumidor	60	30	30
Analista de Defesa do Consumidor	80	27	53
Total	200	84	116

Realizar Chamamento Público (receber servidores de outros órgãos em cessão/disposição, até que se conclua a composição da carreira via concurso público).

Promover a reestruturação administrativa da Autarquia melhorando as condições de trabalho, aprimorando a gestão do órgão, equalizando a carga de trabalho, privilegiando a especialização e a melhoria dos processos e atividades.

Salienta-se que o não-atendimento das metas, ações e objetivos definidos no ciclo 2016-2019 do Plano Plurianual tem como principais responsáveis o déficit de pessoal e a inexistência de uma estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), quer seja para executar diretamente os projetos/programas, quer seja para terceirizar a execução elaborando projetos básicos/termos de referência e fiscalizando sua implantação.

Dessa forma, faz-se necessário dispensar atenção especial a uma estrutura de tecnologia da informação para suprir a deficiência do Instituto na universalização dos serviços ofertados à população e na melhoria dos sistemas e equipamentos necessários à modernização, agilidade e eficiência, bem como, reduzir a indisponibilidade dos serviços à população decorrente da inexistência de uma estrutura de Help Desk/manutenção.

A modernização do Instituto passa necessariamente por tecnologias de domínio de profissionais técnicos especializados em TIC, cuja característica não é suprida pelos cargos atualmente existentes na carreira.

Cumprе ressaltar que uma estrutura visando automação dos processos/atendimentos minimiza a necessidade da contratação de pessoal, em virtude da eficiência e eficácia que se conquista.

Por fim, com o quadro completo e a estrutura adequada cabe ao órgão realizar as contratações que envolvam a melhoria do atendimento telefônico, por intermédio da terceirização da tecnologia, estrutura, pessoal e serviços ligados ao atendimento do número 151; a aquisição de computadores, a contratação de fábrica de software, a contratação de sistemas de atendimento, a automação de processos, entre outros.

Outras perspectivas para 2020:

- Aumento de Parcerias por meio da Escola do Consumidor e Entidades Públicas e Civis com o intuito de capacitar o maior número de cidadãos.
- Implantação de Agendamento Eletrônico de Atendimento, por meio da plataforma e-GDF;
- Estabelecer Instrução Normativa das atividades de Atendimento ao Consumidor, garantindo a continuidade dos fluxos positivos já estabelecidos;
- Aumento e ampliação das ações fiscalizatórias, bem como a realização de Campanhas Educativas pela Fiscalização do PROCON/DF.
- Parceria com o TJDFT, com disponibilização de sala semanalmente, para realização de audiências de conciliação e consequente aumento de resolutividade nas reclamações;
- Criação e Lançamento de Aplicativo para avaliação na qualidade do atendimento;
- Distribuição de Cartilhas de orientação em Defesa do Consumidor;
- Lançamento do site da Escola do Consumidor;
- Criação do atendimento ao consumidor pela internet, por meio do site institucional do órgão;
- Criação e lançamento do aplicativo do Procon/DF para smartphones e tablets, oferecendo atendimento e diversas orientações;

44902 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor (FDDC) foi criado pela Lei Complementar nº 50, de 23 de dezembro de 1997 e é vinculado ao Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal – PROCON/DF (Lei 2.668/2001). O FDDC tem por finalidade precípua o financiamento de atividades voltadas à proteção e defesa dos direitos do consumidor. As principais receitas do FDDC provêm de valores relativos a multas aplicadas PROCON em razão de infrações às normas de direito do consumidor, bem como por força de rendimentos auferidos da aplicação dos recursos do Fundo, dotações orçamentárias a ele destinadas, receitas de convênios, consórcios, contratos ou outros ajustes celebrados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, contribuições, doações, legados ou outros atos de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras. O Decreto nº 22.348/2001 contém informações sobre a esfera contábil do FDDC e o Decreto nº 35.624/2014 regulamentou as hipóteses em que poderão ser utilizados os recursos do FDDC:

1. Estruturação e instrumentalização de órgãos de proteção e defesa dos direitos do consumidor do GDF;
2. A instrumentalização, inclusive com a aquisição de materiais permanentes, de consumo ou de outros insumos, de órgãos e entidades que atuam, no âmbito do Distrito Federal, na execução da Política Nacional de Relações de Consumo;
3. O desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos de órgãos de proteção e defesa dos direitos do consumidor;
4. A produção de provas indispensáveis a ações civis públicas; V - a elaboração de estudos e pesquisas relativos às relações de consumo de defesa do consumidor;
5. A promoção de eventos relacionados à tutela de direitos do consumidor, à defesa da concorrência e às relações mercadológicas; e
6. A edição de materiais de divulgação de eventos ou campanhas para educação e informação de consumidores e fornecedores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	2	0	2	0	4
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	1	0	1
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2	0	3	0	5

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	1	0	1
Total Geral	2	0	2	0	4

A Secretaria Executiva do Conselho de Administração do FDDC conta atualmente com o quadro especificado de servidores, sendo um Secretário Executivo, uma Assessora, uma Técnica em Atividades de Defesa dos Direitos do Consumidor, um Analista em Atividades de Defesa dos Direitos do Consumidor (atualmente Cedido para a DPDF) e uma Estagiária.

Os servidores mencionados, embora em atividades junto a Secretaria Executiva do CA/FDDC, compõe o quadro de pessoal do IDC-PROCON, por onde são remunerados, não havendo remuneração pelo FDDC.

Por sua vez, o Conselho de Administração é composto por 07 membros, conforme Lei Complementar nº 50/1997 e Instrução Normativa nº 01/2015, sendo: a) um representante da Secretaria de Governo; b) um representante da Secretaria de Estado de Fazenda; c) um representante da Procuradoria-Geral do Distrito Federal; d) o Diretor-Geral do Instituto de Defesa do Consumidor – PROCON/DF; e) um representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e) dois representantes de entidades civis, que: atendam ao disposto no art. 5º, I e II, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e estejam envolvidos na execução de políticas de defesa do Consumidor ou na tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais.

Entretanto, atualmente, o CA/FDDC possui investido nos cargos de Conselheiros o Diretor Geral do Procon/DF, o representante da Secretaria de Justiça e Cidadania, os dois representantes de entidades civis (BRASILCON e OAB/DF) e o representante suplente da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Os demais representantes, com o encerramento do mandatos, estão em processo de substituição junto às entidades que representam, contudo, até o presente momento não houve indicação de novos membros.

Insta mencionar que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal formalizou, mediante Ofício ao Presidente do CA/FDDC, o pedido para deixar de integrar a sua representação junto ao Conselho, ao mesmo passo que a Defensoria Pública do Distrito Federal verbalizou o seu interesse em reuniões para passar a integrar a representação no CA/FDDC. Referida mudança depende de alteração legislativa, cujos procedimentos estão sendo estudados e trabalhados pela Secretaria Executiva junto ao CA/FDDC.

Por fim, registra-se que os conselheiros não recebem Gratificação pela Participação em Reuniões dos Órgãos de Deliberação (JETON) ou outra remuneração, conforme artigo 4, §1º, inciso III da LC nº 50/1997.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4955540,0	3917347,00	0	0
5875 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	4955540,0	3917347,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100000,0	100000,0	0	0

2610 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	100000,0	100000,0	0	0
2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	4296284,0	5918979,00	1138658,66	7990,0
0004 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	4296284,0	5918979,00	1138658,66	7990,0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	200616,0	1238809,00	609917,50	608605,70
0017 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	200616,0	1238809,00	609917,50	608605,70
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	9552440,00	11175135,00	1748576,16	616595,70

A Modernização de Sistema de Informação e a Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia de Informação não usufruíram das despesas autorizadas, consoante as razões a seguir expostas.

Referente ao Programa de trabalho, 14.126.6211.1471.5875, Modernização do Sistema de Informação, foi criado grupo de trabalho para elaboração de estudos a fim de modernizar a estrutura física do Núcleo de Atendimento Telefônico do Procon/DF (Portaria 34, de 31/07/2019, publicada no DODF 146, de 05/08/2019), entretanto, a elaboração de estudos pelo grupo de trabalho foi interrompida pela necessidade de realização, aprovação e implementação do Plano Diretor para Tecnologia da Informação (PDTI), para o qual foi criado grupo de trabalho para estudos e elaboração (Portaria 79, de 02/12/2019, publicada no DODF 230, de 04/12/2019).

Por sua vez, referente ao Programa de Trabalho 14.126.6211.2557.2610, Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, há a necessidade de elaboração, aprovação e implementação do Plano Diretor para Tecnologia da Informação (PDTI). Criado Comitê Gestor de Tecnologia de Informação na ordem de serviço 76, de 30/10/2019, publicada no DODF 212, de 06/11/2019, para aprovação do PDTI. Grupo de trabalho para elaboração do PDTI formado na Portaria 79, de 02/12/2019, publicada no DODF 230, de 04/12/2019. Prazo de 60 dias para apresentação da minuta do PDTI ao Comitê Gestor.

Nos casos acima especificados, os recursos não foram utilizados em razão da ausência de implementação/andamento dos trabalhos dos grupos, comissões e comitês mencionados.

Referente ao Programa de Trabalho 14.422.6211.2267.0004, Assistência ao Consumidor, insta mencionar as duas atividades desenvolvidas com os recursos disponibilizados.

1) Aquisição de sistema de banco de preço. O sistema foi adquirido como forma de ampliar e facilitar a efetividade das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Compras do IDC-Procon-DF. Consoante a exposição constante do Projeto Básico, a utilização do Banco de Preços possibilita o atendimento de normas legais específicas, eis que os recursos apresentados pelo Banco de Preços facilitam e, diante das condições atuais da Administração, até possibilitam o cumprimento de normas legais impositivas:

- Há possibilidade de pesquisar preços diretamente em licitações que contenham itens sustentáveis, contribuindo para a realização do novo objetivo do desenvolvimento nacional sustentável (art. 3º da Lei 8.666/93), pois há identificação dos objetos que têm sido licitados por esta via, da forma com que essas licitações têm sido realizadas e dos preços praticados por este mercado específico;

- O sistema emite, após pesquisa em suas bases de dados, uma Declaração de Competitividade de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para o fim de comprovar a existência ou não do mínimo de três microempresas ou empresas de pequeno em condições de competição, visando atender aos ditames da Lei Complementar nº 123/06 especialmente no que tange a realização obrigatória de licitações exclusivas. Esse recurso afasta o risco de,

culposamente, incorrer-se em ilegalidade pela impossibilidade de obter um resultado seguro quanto ao mercado de ME e EPP para o objeto licitado.

Cumpra ressaltar que a utilização do Banco de Preços possibilita um ganho de tempo passível de ser aproveitado pelos agentes em outras atividades que estejam sob suas competências, aumentando a eficiência administrativa com a redução do tempo e do risco.

O processo de aquisição seguiu o trâmite normal, sendo o serviço prestado a contento, conforme Relatório Circunstanciado e Atesto da Sra. Executora de Despesa. As etapas da defesa foram devidamente cumpridas, conforme informações constantes nos autos processuais mencionados.

2) Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão arquivística, contemplando a organização, tratamento e guarda documental do Acervo Arquivístico do Instituto de Defesa do Consumidor- PROCON-DF, conforme as especificações condições, quantidades, exigências e estimativas descritas no contrato nº 01/2019 - no valor final de R\$ 1.130.668,66. A fonte do recurso é a 332014007, proveniente do Termo de Cooperação GDF/MPDFT/FDDC.

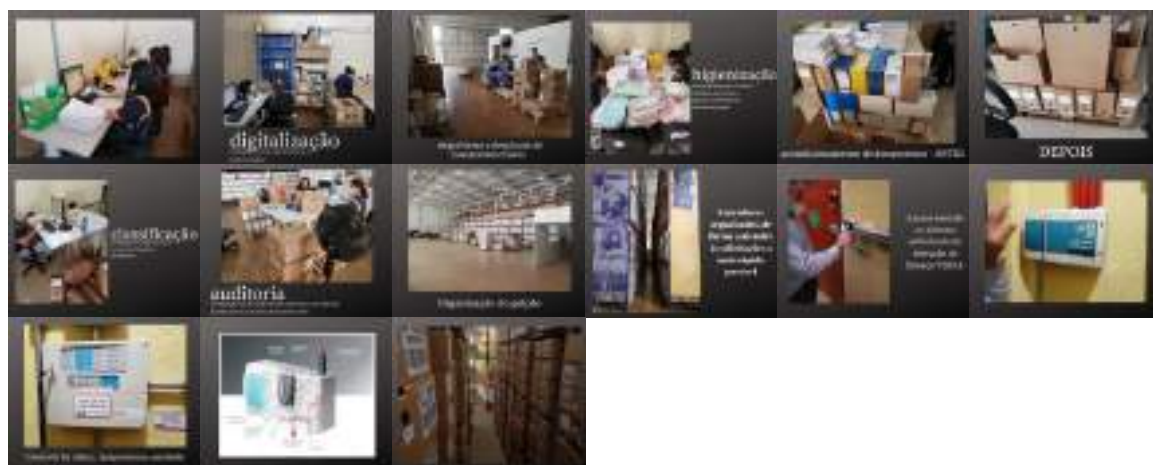
O valor foi empenhado em 31/12/2019, incorrendo em restos a pagar não processados, contudo, as providências de liquidação e pagamento já estão sendo adotadas para regularização e manutenção dos serviços contratados, tendo a NL sido emitida em 10/01/2020 e a PP emitida em 13/01/2020.

Consoante os termos do Estudo Técnico Preliminar, o arquivo do PROCON/DF é composto do conjunto de documentos produzidos e recebidos pela Autarquia no exercício de suas atividades, desde sua criação em 1986. A ausência de gestão de documental formalmente instituída durante esse período, bem como a inexistência de servidores com qualificação técnica específica (Arquivística) resultou no armazenamento, tratamento, classificação e destinação inapropriados dos documentos. Ademais, com a virtualização dos processos da Autarquia e os tratamentos arquivísticos que o sistema permite, tornou-se urgente a gestão do arquivo físico com vistas à preservação dos documentos históricos e a recuperação de informações/processos para prosseguimento da defesa e das demandas sociais. Constata-se ainda que os espaços disponíveis para acondicionamento dos documentos estão com sua capacidade esgotada, o que acentua a necessidade de avaliação para o recolhimento e/ou eliminação da documentação. Para estes fins, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão arquivística para o arquivo do PROCON/DF visa assegurar de forma eficiente e imediata a recuperação da informação, obedecer à legislação vigente, racionalizar a produção documental, proteger os documentos com valor histórico, reduzir o volume de documentos através de avaliação e eliminação correta, armazenar adequadamente documentos de valor intermediário e corrente e inibir eliminação incorreta de documentos.

Insta ressaltar que, conforme informações prestadas pelo Sr. Executor do Contrato, em 16/12/2019:

"Em relação às melhorias, não foram encontradas medidas substanciais em comparação ao que já vem sendo desempenhado pela empresa. O sistema online Docz é funcional e célere para a consulta de documentos já inventariados e para empréstimo de documentos, apesar que o inventário completo dos documentos esteja atrasado, de acordo com o Plano de Trabalho (28532722) proposta pela empresa; isto pode se dar pela complexidade em identificar massa documental acumulada que estava desprovida de qualquer cuidado e organização anterior, principalmente nos galpão do SIA e arquivo da Administração Regional do Cruzeiro (vide relatórios fotográficos 26599557 e 26600071). As demais etapas do cronograma, até então, estão dentro do prazo."

As imagens anexas demonstram a execução parcial dos serviços prestados pela empresa, ratificando a essencial importância que a contratação representa ao acervo do IDC-PROCON, assegurando o correto e adequado tratamento aos arquivos dos processos que são gerados nas atividades em defesa dos direitos do consumidor.



Em relação ao Plano de Trabalho 14.422.6211.4220.0017, Gestão de Recursos de Fundos - FDDC, são duas as atividades a serem detalhadas:

1) Pagamento de custas periciais por ordem judicial - Em atenção à Ação Civil Pública nº 0702579-58.2017.8.07.0018 na qual litigam o Ministério Público do DF - MPDFT e a Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB, restou solicitado o pagamento das custas periciais pelo Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor - FDDC/DF . Assim, após deliberação na 01ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração - CA/FDDC , os Conselheiros decidiram aprovar o pagamento de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) atendendo a solicitação judicial. O depósito foi efetuado na data de 15 de março de 2019.

2) Termo de Cooperação Técnica nº 01/2019, celebrado entre o Distrito Federal, por intermédio da DPDF, e o FDDC, objetivando a transferência de recursos para a aquisição de mobiliário, livros para consulta, equipamentos e serviços para produção de vídeos e soluções tecnológicas, mediante a transferência de recursos financeiros provenientes do orçamento do FDDC à DPDF. O valor do recurso é de R\$1.038.192,42, tendo a Nota de Crédito sido lançada em 05/08/2019 e a descentralização orçamentária-financeira ocorrida em 21/10/2019.

Após consulta formulada pelos Agentes de Planejamento, os Executores do Contrato da DPF forneceram prestação de contas parcial, datada de 19/12/2019, na qual consta que os empregos dos recursos estão ocorrendo de acordo com o Plano de Trabalho, e que a aplicação dos recursos se encontram em andamento dentro da vigência do Termo.

No que se refere à aquisição de livros, o relatório parcial menciona que:

"O projeto estimou o valor de R\$ 25.932,50 para compra de equipamentos de áudio e vídeo para atender a ampliação da educação do consumo e dos direitos do consumidor (ESAJUR), enquanto que os livros o aporte financeiro do FDDC/DF foi de R\$ 8.213,25 para aquisição de obras do direito do consumidor, assim pretende-se com esta ação alcançar montagem da mini biblioteca do NUDECON.

O status das aquisições dos equipamentos de áudio e vídeo e dos livros encontra-se como não iniciada.

Os Termos de Referência para as contratações em questão necessitam de pequenos ajustes. A expectativa para aquisição dos equipamentos e alcance da meta de atender potencialmente o Núcleo do Consumidor foi reprogramado, portanto provavelmente haverá ajuste no plano de trabalho, que após alterações será submetido a apreciação superior".

Ressalta-se que o contrato se encontra dentro do prazo de vigência, sendo que a prestação de contas final será realizada no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do Termo.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1541 - CONVÊNIOS CONSUMIDOR/SOCIEDADE CIVIL	UNIDADE	0	31/12/2016	ANUAL	02	0	02	00	02	00	02	00	FDDC / UO 44902 / OE 3 / UO 44902 / OE 3
<p>Justificativa: 2016 - Foi lançado edital de chamamento público em dezembro de 2015 para que entidades civis apresentassem projetos com perspectiva de convênios a serem firmados com o fundo de defesa do consumidor. No entanto, após 5 meses de edital, não houve proposta válida e aprovada pelo Conselho de Administração, motivo pelo qual não foi alcançado o índice desejado.</p> <p>2017 - Foi lançado edital de chamamento público em junho de 2017 e 18 projetos chegaram ao Conselho, porém, com o final do mandato dos Conselheiros, este solicitaram que se aguardasse nova composição. Assim, o julgamento e a execução dos convênios ficarão para 2018.</p> <p>2018 - Os Conselheiros fizeram exigências complementares às entidades da sociedade civil, não estando os projetos devidamente instruídos, razão pela qual o julgamento ficou para 2019. Ano que vem, a expectativa é que sejam firmados dois convênios</p> <p>2019 - Conquanto os Editais lançados nos anos anteriores, e os projetos apresentados, não houve andamento e aprovação de projetos junto a Sociedade Civil durante o ano de 2.019. Não houve adequação dos projetos às exigências dos Conselheiros, conforme enunciado no ano 2.018. Para este ano 2020, a proposta é elaborar Manual de Projetos do FDDC para orientar os requisitos objetivos e básicos que devam constar nos projetos a serem apresentados pela sociedade civil.</p>													

Conquanto os Editais lançados nos anos anteriores, e os projetos apresentados, não houve andamento e aprovação de projetos junto a Sociedade Civil durante o ano de 2.019. Não houve adequação dos projetos às exigências dos Conselheiros, conforme enunciado no ano 2.018. Para este ano 2020, a proposta é elaborar Manual de Projetos do FDDC para orientar os requisitos objetivos e básicos que devam constar nos projetos a serem apresentados pela sociedade civil.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	7649,0	7649,00	0	0
5818 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	7649,0	7649,00	0	0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	7649,00	7649,00	0,00	0,00

A Capacitação de Servidores não usufruiu da despesa autorizada, tendo em vista que não foram apresentados durante o ano de 2.019 nenhum projeto específico para a capacitação de servidores ao Conselho de Administração do FDDC. Lado outro, o IDC-PROCON realizou a capacitação de servidores mesmo sem a participação dos recursos do FDDC. Registra-se que a Escola do Consumidor está em funcionamento regular no Procon/DF e realizou alguns cursos, informando o total de 78 capacitações no ano de 2.019. Outrossim, o Núcleo de Gestão de Pessoas informou que consta em seus registros o total de 46 capacitações em cursos presenciais, e 82 capacitações em cursos a distância de servidores do IDC-PROCON pela Escola de Governo no ano 2.019.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Há necessidade de melhoria na capacitação dos servidores das áreas estratégicas da Autarquia (planejamento, compras, projetos, contratos, orçamento e finanças) a fim de propor a eficiente utilização dos recursos disponíveis ao FDDC, cuja execução tem se apresentando abaixo do orçamento disponibilizado nos últimos anos.

Outrossim, conforme mencionado alhures, embora o Conselho de Administração seja legalmente composto por 07 membros, atualmente o quadro encontra-se defasado, com baixo quórum, uma vez que pendente da indicação de representantes pelas entidades cujos membros tiveram o mandato encerrado em 2019. Cabe ainda mencionar que, durante o ano de 2019, houve, por mais de uma vez, a insuficiência de quórum mínimo, impedindo a realização das reuniões e, por conseguinte, a execução das atividades habituais previstas ao CA/FDDC, notadamente a análise e votação dos projetos a serem executados.

Contudo, o FDDC tem buscado aprimorar o desenvolvimento de suas atividades, por meio do Conselho de Administração, de modo exercer de forma contínua e efetiva a aplicação dos recursos disponibilizados, atendendo a plena execução em defesa dos direitos do consumidor.

No decorrer do ano de 2019, a equipe da Secretaria Executiva do FDDC precisou ser reestruturada, o que impediu o exercício das atividades regulares do setor. Em final de novembro de 2019, uma nova equipe foi nomeada para dar prosseguimento as atividades, que foram reestabilizadas e estão sendo regularizadas significativamente, considerando o passivo ocasionado.

Em reunião de encerramento das atividades de 2019 do Conselho de Administração, junto à nova equipe, foi reafirmado o compromisso do CA/FDDC em atender às disposições legais e orçamentárias em prol da defesa dos consumidores. O CA/FDDC entende a importância do impacto que as deliberações dos projetos refletem na sociedade de consumo, sendo assumido o compromisso para o exercício de 2020 em intensificar as atividades do CA/FDDC para dar andamento aos projetos necessários a atender a finalidade dos recursos disponíveis.

O CA/FDDC se reunirá, ordinariamente, todos os meses para deliberação dos projetos apresentados e acompanhamento das atividades em andamento. Foi firmado o compromisso de elaboração de um Manual de Orientação de apresentação de projetos, com critérios gerais e objetivos, de modo a orientar a sociedade civil, permitindo que os projetos cheguem à deliberação com as condições mínimas de análise e voto pelos Conselheiros, dando eficiência ao andamento dos trabalhos.

Ademais, foi reafirmada a necessidade de capacitação dos servidores da Secretaria Executiva para aprimorar o melhor desempenho e desenvolvimento das atividades de assessoramento do CA/FDDC durante o ano de 2020. Para o novo exercício, também está em trâmite os processos de indicação e nomeação de novos Conselheiros, em substituição aqueles que tiveram o encerramento do mandato em 2019.

Cabe aqui ressaltar, também, que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal formalizou, mediante Ofício ao Presidente do CA/FDDC, o pedido para deixar de integrar a sua representação junto ao Conselho, ao mesmo passo que a Defensoria Pública do Distrito Federal verbalizou o seu interesse em reuniões para passar a integrar a representação no CA/FDDC, o que exige a alteração legislativa, cujos procedimentos estão sendo estudados e trabalhados pela Secretaria Executiva junto ao CA/FDDC.

De igual modo, reitera-se que os Conselheiros não recebem Gratificação pelo trabalho desempenhado, havendo a necessidade de revisão para implementação da Gratificação pela Participação em Reuniões dos Órgãos de Deliberação - JETON aos Conselheiros, em respeito à natureza e relevância do desempenho do trabalho exigido, bem como contribuindo para a motivação na participação e integração na representação junto ao CA/FDDC.

Junto ao IDC-PROCON, será realizada a aproximação junto às Diretorias, Gerências e Chefias das unidades e núcleos, permitindo que as demandas necessárias, e que se enquadram nas disposições do FDDC, sejam amplamente debatidas junto aos Conselheiros, otimizando a comunicação e apresentação dos projetos, em busca de encontrar os parâmetros e indicativos necessários para executar as melhorias necessárias ao atendimento e proteção do consumidor do Distrito Federal.

44904 - FUNDO DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO DO DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo dos Direitos do Idoso do Distrito Federal – FDI/DF foi criado por meio da Lei Complementar nº 865 de 27 de maio de 2013, em substituição ao Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal – FAAI/DF, criado pela Lei Complementar nº 21, de 23 de julho de 1997.

O FDI-DF foi regulamentado com o Decreto nº 38.958, de 29 de março de 2018. O fundo é controlado por um conselho administrativo composto por integrantes da Comissão Permanente de Orçamento e Gestão do Fundo de Direitos do Idoso do Conselho dos Direitos dos Idosos do Distrito Federal-CDI/DF, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, nos termos do art. 4º, inc. I do DECRETO Nº 39.807, DE 06 DE MAIO DE 2019.

O Fundo dos Direitos do Idoso do Distrito Federal – FDI/DF, tem por finalidade a captação, o gerenciamento e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2	0	0	0	2
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	0	0	0	2

O Fundo dos Direitos do Idoso é gerido através da Coordenação do Fundo Antidrogas, Idoso e Correlatos do Distrito Federal - COORFADDIC, subordinada à Unidade de Gestão de Fundos da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal. Atualmente a força de trabalho da COORFADDIC é composta apenas pelo Coordenador, servidor comissionado com vínculo efetivo, e a chefe da Unidade de Gestão de Fundos, servidora comissionada sem vínculo efetivo.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	0	7800,00	0	0
0004 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO--DISTRITO FEDERAL	0	7800,00	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	0,00	7800,00	0,00	0,00

O Distrito Federal reconhece as pessoas idosas como sujeitos de direitos, garantindo a sua plena inclusão, integração e participação na sociedade, em linha com as disposições do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

Assim, a ação visa realizar eventos, palestras, campanhas educativas, implantar planos e programas de lazer e fiscalizar as ações e atividades realizadas a fim de assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, conforme preconizam a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a política Nacional do Idoso (PNI), bem como enfrentar a violência contra a pessoa idosa.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Entre as rotinas administrativas da Coordenação do Fundo Antidrogas, Idoso e Correlatos do Distrito Federal - COORFUNADDIC destacam-se o cadastramento das informações no sistema SAG - Prestação de Contas Anual do Governador no sistema SIGGo.

Cumprir informar que a gestão do FDI/DF somente passou à administração da COORFUNADDIC em 29/11/2019.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O Fundo dos Direitos do Idoso - FDI era gerenciado anteriormente pela Secretaria de Ação Social do Distrito Federal - SEDES. Em 07/05/2019 o fundo passou a ser gerido pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.

Não havia projeto anterior para que houvesse a continuidade do mesmo e, por isso, não houve realização do programa.

Atualmente, o Conselho dos Direitos do Idoso está trabalhando no desenvolvimento para a execução do programa.

44906 - FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL - FUNPAD

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo Antidrogas do Distrito Federal foi criado por meio da Lei Complementar nº 819 de 26 de novembro de 2009, alterado pela Lei Complementar nº 844 de 09 de maio de 2012.

O Fundo Antidrogas do Distrito Federal – FUNPAD, é instrumento de natureza contábil, que tem como finalidade captar e administrar recursos voltados à implementação de políticas públicas de prevenção do uso de drogas, de fiscalização e repressão do tráfico ilícito, e de tratamento, reabilitação e reinserção social de dependentes.

De acordo com o Art. 7º, da Lei Complementar nº 844, de 09 de maio de 2012, em seu inc. VI, compete ao Conselho de Políticas Sobre Drogas do Distrito Federal a gestão dos recursos do Funpad.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	0	0	0	1
Comissionados sem vínculo efetivo	1	0	0	0	1
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	2	0	0	0	2
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	2	0	0	0	2

O Fundo Antidrogas é gerido através da Coordenação do Fundo Antidrogas, Idoso e Correlatos do Distrito Federal - COORFADDIC, subordinada à Unidade de Gestão de Fundos da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal. Atualmente a força de trabalho da COORFADDIC é composta apenas pelo Coordenador, servidor comissionado com vínculo efetivo e a chefe da Unidade de Gestão de Fundos, servidora comissionada sem vínculo efetivo.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
3696 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL- ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS-DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
9066 - TRANSFERÊNCIA PARA ACOLHIMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	4232264,0	4232264,00	4046000,0	4037000,0
0001 - TRANSFERÊNCIA PARA ACOLHIMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	4232264,0	4232264,00	4046000,0	4037000,0
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	4432264,00	4232264,00	4046000,00	4037000,00

Programa 9066 - TRANSFERÊNCIA PARA ACOLHIMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL

Visa promover o acolhimento e o tratamento a pessoas que sofrem da doença da dependência química por meio comunidades terapêuticas especializadas e inscritas no cadastro de entes e agentes antidrogas.

Em janeiro de 2019 havia 13 Termos de Colaboração entre a SEJUS e comunidades terapêuticas, sob a chancela da Lei nº13.019/2014 (MROSC).

O valor mensal das transferências era de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais).

Em 29/01/2019, uma das OSC's solicitou rescisão do termo, passando então para 12 Termos de Colaboração e com valor mensal de R\$ 335.000,00.

Programa 2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL

Visa disponibilizar leitos em comunidades terapêuticas para a internação voluntária de dependentes químicos e, principalmente, apoiar projetos e ações educativas que visem à redução da oferta e da demanda de drogas no Distrito Federal.

O programa de assistência aos dependentes químicos do Distrito Federal não obteve execução no ano de 2019 devido a escassez de recursos humanos para elaboração e execução do projeto.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Entre as atividades extraordinárias realizadas com a participação de conselheiros do Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN/DF) e da coordenação do FUNPAD/DF destacamos os eventos realizados nas Comunidades Terapêuticas credenciadas pelo órgão deliberativo.

Segue listagem das principais palestras e eventos sobre a temática da prevenção, redução e enfrentamento às drogas que contaram com a participação de representantes do CONEN/DF:

- Capacitação em Sexualidade e Uso de Substâncias Psicoativas;
- Café da manhã na Comunidade Terapêutica Mar Vermelho Dez-19;
- Fórum Sobre Dependência Química;
- Incineração de mais de uma tonelada de substâncias psicoativas;

- Lançamento da Frente Nacional em Defesa das Comunidades Terapêuticas;
- Reunião do colégio de Presidentes dos Conselhos de Políticas Sobre Drogas, realizado na Sala do CONEN-DF, contando com a presença do Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas, do Ministério da Justiça, Sr. Luiz Roberto Beggiora;
- Participação na Semana de Prevenção às Drogas nas Escolas do Distrito Federal;
- Intercâmbio de informações com as representantes do Conselho de Política Sobre Drogas do estado vizinho de Goiás;

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Em janeiro de 2019 havia 13 Termos de Colaboração entre a SEJUS e comunidades terapêuticas, sob a chancela da Lei nº13.019/2014 (MROSC).

O valor mensal das transferências era de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais).

Em 29/01/2019, uma das OSC's solicitou rescisão do termo, passando então para 12 Termos de Colaboração e com valor mensal de R\$ 335.000,00.

O programa de assistência aos dependentes químicos do Distrito Federal não obteve execução no ano de 2019 devido a escassez de recursos humanos para elaboração e execução do projeto.

O Conselho de Políticas Sobre Drogas do Distrito Federal - CONEN/DF e o Fundo Antidrogas do Distrito Federal, encontram dificuldades com a escassez de recursos humanos para elaborar projetos e executá-los, bem como enfrentam escassez de recursos financeiros para firmar novas parcerias, convênios e contratações de pessoas jurídicas e físicas que possam apoiar os projetos e oferecer cursos e ações educativas para assistência aos dependentes químicos.

Outra dificuldade é que o teto orçamentário disponibilizado para o FUNPAD/DF foi de R\$ 3.424.795,00, quando o total necessário para atender à atual demanda das comunidades terapêuticas é de R\$ 4.020.000,00, necessariamente precisando suplementação.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal é um fundo de natureza especial e busca a realização dos objetivos voltados para o atendimento de crianças e adolescentes. Possui o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF como gestor político; e, por força inciso I, artigo 5º, do Decreto Nº 39.807, de 06 de maio de 2019, está vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça.

O FDCA foi criado pela Lei nº 234, de 15/01/1992, e instituído pela Lei Complementar nº 151, de 30/12/1998, alterada pela Lei Complementar nº 849, de 09/07/2012. Tem seu funcionamento normatizado pela Resolução Normativa nº 61, do CDCA/DF, de 1º de agosto de 2012 e pelo Decreto Nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016. De acordo com o art. 2º da Lei Complementar nº 151/1998 o "FDCA-DF tem por objetivo prover de recursos financeiros e meios capazes de garantir, de forma ágil, o financiamento dos programas, projetos e serviços voltados para a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente."

Os recursos utilizados na execução das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes podem, com fulcro nos incisos I ao X, artigo 7º da Lei Complementar nº 151/1998, ser originários das fontes elencadas no referido dispositivo, quais sejam: dotações orçamentárias da União e do Distrito Federal; transferências intergovernamentais; transferências de outros fundos; transferências de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; doações e contribuições feitas por pessoas físicas ou jurídicas; arrecadação de multas aplicadas por infrações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente; rendimentos auferidos da aplicação financeira de seus recursos; recursos advindos de acordos, contratos, convênios ou outros ajustes celebrados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros; recursos advindos de campanhas, festas e sorteios; outros recursos que lhe forem destinados, desde que não vedados por lei. Desde a criação do FDCA/DF, sua principal fonte de arrecadação são as doações de pessoas físicas e jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda – IR (nos termos do art. 260, lei 8.069, de 13/7/90, alterado pela Lei 12.594, de 18/01/12).

No ano de 2015, por força da alteração à Lei Orgânica do Distrito Federal por meio da emenda nº 76, de 2014, que inseriu o art. 269-A ao texto normativo da LODF a fim de destinar dotação mínima de três décimos por cento da receita tributária líquida ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA/DF; o montante de recursos públicos do FDCA/DF passou a ter uma representatividade orçamentária mais ampla, o que viabilizou a ampliação nas ações do CDCA/DF. Neste contexto, com a finalidade de nortear as ações do órgão gestor, o artigo 5º da Resolução Normativa Nº 61 – CDCA/DF, de 1º de agosto de 2012, disciplina a priorização do financiamento de ações com recursos do FDCA/DF, e estabelece prioridades, dentre as quais, aquelas que visem: I - ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI da Constituição Federal e no art. 260, § 2º do ECA, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; II - à implantação e desenvolvimento de ações, programas, projetos e serviços para crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados; para assegurar a efetividade na implementação das políticas públicas na área da criança e do adolescente.

Destarte, o FDCA/DF, criado e instituído por legislação específica, tem seus objetivos voltados à promoção de políticas para crianças e adolescentes do Distrito Federal e suas ações são realizadas em consonância com as prioridades estabelecidas nos instrumentos legais, o que viabiliza a efetividade no cumprimento da função social do gestor político do FDCA/DF, CDCA/DF, no que se refere à aplicação dos recursos públicos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	3	0	3	0	6
Comissionados sem vínculo efetivo	2	0	0	0	2
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	5	0	3	0	8
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	5	0	3	0	8

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2102 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	0	2930103,0	7990,0	7990,0
0003 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	0	2930103,0	7990,0	7990,0
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	0	7530252,00	0	0
0002 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	0	7530252,00	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	0	260000,0	0	0
0004 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	0	260000,0	0	0
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	0	950000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	0	950000,0	0	0
3487 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO	0	5456000,0	0	0
0002 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	0	5456000,0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	2736000,00	140449,39	140449,39
0098 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	0	2736000,00	140449,39	140449,39
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	0	1832360,0	0	0
0003 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	0	1832360,0	0	0
9078 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES	0	59113309,05	10612212,57	10612212,57
0002 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES-DISTRITO FEDERAL	0	59113309,05	10612212,57	10612212,57
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	0,00	80808024,05	10760651,96	10760651,96

A gestão administrativa, orçamentária, financeira e contábil do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito - FDCA/DF é de competência da Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça, é efetivada por meio da Unidade de Gestão de Fundos – UNGEF, responsável pela operacionalização das demandas deliberadas pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, gestor político do FDCA/DF. No exercício de 2019, a Unidade FDCA/DF desenvolveu suas realizações orçamentárias por meio do PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMÍLIAS FORTES.

A demanda do FDCA/DF é oriunda da habilitação dos projetos sociais realizada pelo CDCA/DF. No exercício de 2019 o FDCA recebeu 68 (sessenta e oito) projetos sociais, de editais de chamada pública destinados às Organizações da Sociedade Civil – OSC's, especificamente dos instrumentos formais publicados pelo CDCA/DF, quais sejam Edital de Chamada Pública nº 01/2016, com 18 (dezoito) projetos sociais; Edital de Chamada Pública nº 02/2016, 5 (cinco) projetos sociais, e Edital de Chamamento Pública Nº 05/2018, 45 (quarenta e cinco) projetos sociais, e estão com o andamento desde a fase inicial até a etapa de finalização.

Por outro lado, foram apresentados 7 (sete) projetos sociais pelos órgãos governamentais, dentre os quais Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS, Defensoria Pública do Distrito Federal – DFPDF, e Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Sendo assim, registra-se que dos projetos 75 (setenta e cinco) projetos sociais encaminhados pelo CDCA/DF, foram executadas 58 (cinquenta e oito) propostas e gerou um montante total de R\$ 12.343.121,91 (doze milhões trezentos e quarenta e três mil cento e vinte e um reais e noventa e um centavos) na execução orçamentária do FDCA/DF, valor integralmente liquidado no Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD em 2019.

A realização do gasto público foi efetivada por meio dos projetos sociais apresentados pelas organizações proponentes e buscaram atingir objetivos específicos constantes no planejamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Plano Plurianual Anual do Governo do Distrito Federal

As propostas das OSC's foram realizadas por meio de Planos de Trabalho elaborados de acordo com as linhas de ação exigidas nos editais de chamamento público lançados pelo CDCA/DF. Já os Planos de Trabalho elaborados pelos órgãos públicos, efetivaram as políticas públicas a partir dos Programas de Governo aprovados pelo CDCA/DF.

Com isso, nota-se que os proponentes, Organizações da Sociedade Civil e os Órgãos Públicos, realizaram as ações de trabalho de forma coerente com os objetivos do CDCA/DF e a com políticas do Governo do Distrito Federal.

Neste sentido, dentre os 55 (cinquenta e cinco) projetos sociais das Organizações da Sociedade Civil, alinhados às políticas públicas propostas pelo Governo do Distrito Federal e voltados para os objetivos da Política de Governo delineada no Programa Famílias Fortes, especificamente na área da criança e do adolescente, cabe ressaltar alguns projetos desenvolvidos ao longo do ano, a saber: Projeto "Programa de Formação para o Mundo do Trabalho, Oficinas de Convivência Familiar e Geração De Renda", Acolhendo com Amor, Promovendo Dignidade!", "Cidade Educadora", "Sonho Encantado", "Dançar é Cidadania", "Projeto Toque de Mídias", "Sportcria", "Infância e Vida - Renascer" "o Direito de Brincar", "Sem Goteiras", e Projeto "Quadra Poliesportiva".

Cada proposta de Plano de Trabalho contém Plano de Aplicação com a categoria econômica correspondente ao gasto, podendo ser despesa corrente ou de capital. Nas despesas correntes foram custeadas várias despesas, dentre as quais: contratação de pessoa física, profissionais de diversas áreas - professores, pedagogos, assistentes sociais e psicólogos para formação e acompanhamento de crianças e adolescentes nas sedes das organizações, ou em locais específicos para realização do projeto. Esses profissionais desenvolvem atividades de direção, coordenação e monitoramento, além de atuarem como monitores e instrutores de dança, música, informática e oficinas de atividades lúdicas. Assim, as Organizações da Sociedade Civil atingem metas com a realização de cursos nas áreas da educação, cultura, esporte, artes. Além de as OSC's realizarem a contratação de pessoas físicas para desenvolverem atividades na área fim e a atividades da área meio, a exemplo de serviço contábil e assessoria jurídica. Registra-se também nas subvenções sociais a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de execução de reformas, serviço de Buffet, fornecimento de kit's lanches, confecção de uniformes e material esportivo, prestação de serviços gráficos e de transporte.

Por outro lado, as OSC's executaram despesas classificadas como de capital, por meio da aquisição de bens permanentes, tais como equipamentos de informática, equipamentos de segurança, eletrodomésticos, veículos automotivos; bem como despesas com obras e serviços de engenharia, com a finalidade de ampliar base física, trocar pisos e telhados.

Nesta mesma perspectiva, com enfoque no atendimento à criança e ao adolescente, o CDCA/DF atendeu outra frente de trabalho por meio dos órgãos governamentais. Foram 3 (três) projetos sociais, sendo 1(um) denominado Banco de Preços, voltado para o apoio da equipe técnica do CDCA/DF desempenhar as atividades de instrução processual relativas aos projetos sociais apresentados aos Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDCA/DF; e 2 (dois) projetos sociais diretamente nas áreas fins da SEJUS, qual sejam "SEMANA DO BEBÊ, NAS SEGUINTES REGIÕES ADMINISTRATIVAS: FERCAL, ITAPOÃ, ESTRUTURAL, VARJÃO, CEILÂNDIA, SAMAMBAIA E PLANALTINA" e "II SIMPÓSIO DE SOCIOEDUCAÇÃO".

Desse modo, com a execução dos 58 (cinquenta e oito) projetos sociais no PROGRAMA TEMÁTICO 6228 - FAMÍLIAS FORTES foi possível alcançar os objetivos propostos pelo programa de governo, realizar as demandas autorizadas pelo CDCA/DF por meio da realização de 3 (três) eventos e, sobretudo, efetivar o atendimento de um público alvo totalizado em 9.855 (nove mil oitocentos e cinquenta e cinco) pessoas, entre crianças e adolescentes e, em alguns casos, profissionais que trabalham com referido público de diversas regiões do Distrito Federal.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1676 - CRIANÇAS ATENDIDAS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	2.400	30/06/2015	ANUAL	2.800	6563	3.200	7.975	3.600	17095	4.000	9855	UNGEF/CDCA / UO 51901 / OE 7 / UO 44908 / OE 7
<p>Justificativa: 2016 - Os Projetos Sociais apresentados pelas instituições não governamentais ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF, por meio de Edital de Chamada Pública no final do ano de 2015, atingiu um número superior à média prevista pelo CDCA/DF quando da formulação do PPA 2016-2019, em junho de 2015.</p> <p>2017 - Houve um aumento de mais 100% do número de atendidos em relação ao ano anterior em função do aumento da dotação conforme destinação mínima de três décimos por cento da receita tributária líquida, conforme Art. 269-A da LODF; também em função do aumento do teto de gastos dos projetos do Edital 1/2016 para 800 mil; e por fim, em função da entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014, regulamentado pelo Decreto nº 37.843/2016, que deu maior celeridade à análise e liberação de recursos dos projetos.</p> <p>2018 - O planejamento no índice desejado foi originado anterior ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC e outras ferramentas de trabalho, como o SEI, o que originou uma celeridade na execução orçamentária, financeira e jurídica dos projetos governamentais e não governamentais do FDCA/DF, anuídos pelo CDCA/DF e, por conseguinte, ensejou em um índice alcançado superdimensionado. Atingindo, com isso, a função social do FDCA/DF de maneira satisfatória.</p> <p>2019 - Houve um crescimento de quase 150% no número de atendidos em relação ao índice desejado em função do aumento do teto de gastos do Edital 5/2018 para R\$ 1,2 milhões por instituição, o que possibilitou um maior número de atendidos em relação aos editais anteriores; também, em função da entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto nº 37.843/2016, que deu maior celeridade à análise e liberação dos recursos dos projetos, permitindo assim a execução de um volume maior de recurso</p>													

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Todos os processos, com os respectivos projetos sociais, foram analisados e diligenciados, de acordo com as fases de formalização, execução orçamentária/financeira e prestação de contas, e tiveram como objetivo encerrar o ciclo da execução.

Neste giro, dos 76 (setenta e seis) processos, com os respectivos projetos sociais, 58 (cinquenta e oito) tiveram a fase de execução iniciada e 18 (dezoito) estão em fase de instrução processual para posterior andamento no feito.

Além disso, existe a previsão da entrada de novos processos no FDCA/DF, oriunda da aprovação de projetos sociais nos Editais de Chamada Pública 05/2018, 02/2018 e Editais novos a serem lançados pelo gestor político do FDCA/DF, Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente - CDCA/DF. Além disso, podem surgir propostas de projetos sociais dos órgãos governamentais, originárias de demandas espontâneas, aprovadas pelo CDCA/DF.

Consta também decisão judicial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, decorrente da Ação Civil Pública ajuizada pelo requerente Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT contra o requerido Distrito Federal, no sentido de criar Plano de Trabalho - PT no Quadro de Detalhamento - QDD, e conta corrente específicos para acomodação de recurso no valor total de R\$ 14.546.136,14 (quatorze milhões quinhentos e quarenta e seis mil cento e trinta e seis reais e quatorze centavos), para contemplar exclusivamente a construção das unidades de semiliberdade do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, a começar pela região norte do Distrito Federal.

Destarte, a expectativa de receber projetos sociais já aprovados pelo CDCA/DF, os decorrentes de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPDFT e, também, as propostas que surgirão a partir dos novos editais lançados pelo CDCA/DF.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Unidade Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, tem suas atividades políticas e meritórias definidas por seu Gestor Político, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal; e no que concerne à execução no âmbito administrativo compete ao ordenador de despesa do FDCA/DF e ao Chefe da pasta a qual o FDCA/DF está vinculado, Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS, por intermédio do setor Unidade Gestora de Fundos - UNGEF, realizar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do FDCA/DF. Além disso, deve atender, dentro da competência atribuída ao setor, as demandas de controle, tais como: prestação de contas, auditorias internas e externas.

O exercício de 2019 encerra com um montante aproximado de 160 (cento e sessenta) processos, sendo 132 (cento e trinta e dois) em análise de prestação de contas e 28 (vinte e oito), com períodos de execução que variam entre 3 (meses) e 12 (doze) meses, prazos propostos pelas Organizações da Sociedade Civil - OSC's para atingimento dos objetivos contantes nos Planos de Trabalho.

Com as adequações realizadas nos aspectos jurídicos e administrativos, quais sejam: mudanças na legislação referente às transferências de recursos públicos para as OSC's e implementação de sistema eletrônico de informação, foi possível realizar melhorias no processo de execução dos projetos, aperfeiçoando a prestação do serviço público.

No entanto, a Unidade tem o desafio de continuar avançando no processo de finalização e prestação de contas dos projetos sociais, no sentido de realizar a baixa contábil de forma tempestiva; sobretudo no que concerne àqueles que são regidos pela Instrução Normativa Nº 01, de 22 de dezembro de 2005, e que tem o rito que exige diligências mais prolongadas.

Dessa forma, a evolução na execução orçamentária e as ações resolutivas com a finalidade de superar os desafios surgidos na Unidade FDCA/DF, geram perspectivas no sentido de avançar no desenvolvimento e melhoria da unidade Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente; o que ensejará na elevação do índice de qualidade no atendimento ao público alvo, crianças e adolescentes, desta unidade executora de políticas públicas delineadas pelo gestor político do FDCA/DF, CDCA/DF.

45101 - CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) rege-se pela Lei Orgânica do Distrito Federal, pelo Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019 e pelo Decreto nº 39.824, de 15 de maio de 2019. É órgão especializado, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, responsável pela coordenação e execução das ações de governo asseguradoras da legalidade e moralidade administrativas, com atuação em macro funções de controle interno, correição, transparência e combate à corrupção e ouvidoria.

Sua missão institucional é "Orientar e controlar a gestão pública, com transparência e participação da sociedade" e tendo como visão de futuro "Ser reconhecido como órgão permanente de controle, cujas ações contribuem para melhorar a vida do cidadão". E, para o cumprimento de suas atribuições institucionais, a CGDF definiu como valores que devem nortear a conduta dos seus servidores: Ética, Transparência, Profissionalismo, Comprometimento.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	41	60	21	101	223
Comissionados sem vínculo efetivo	20	16	0	0	36
Requisitados de órgãos do GDF	6	18	1	22	47
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	2	0	0	4
Estagiários	0	0	22	42	64
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	17	0	17
Outros - especificar	3	0	0	0	3
Subtotal	72	96	61	165	394
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	-9	-29	-38
Total Geral	72	96	52	138	356

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4093 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS	620000,0	607519,50	309483,32	306107,32

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	270000,0	372209,50	257225,32	256961,32
0003 - APOIO AO PROJETO CONTROLADORIA NA ESCOLA	350000,0	235310,0	52258,0	49146,0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10000,0	119765,0	115547,05	62865,0
2529 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	119765,0	115547,05	62865,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	400000,0	400000,0	399886,31	399886,31
0010 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	400000,0	400000,0	399886,31	399886,31
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	1030000,00	1127284,50	824916,68	768858,63

Gestão Estratégica

O Plano Estratégico Institucional - PEI da Controladoria-Geral do DF para o quadriênio 2016-2019 foi implantado no ano de 2016. Concebido com a participação de todas as unidades da CGDF, o PEI possui direta vinculação à estratégia do Governo e busca inovar as ações de forma a atender às crescentes e legítimas demandas do cidadão brasileiro. Dos 46 (quarenta e seis) indicadores de desempenho, 6 (seis) deles estão incluídos no Plano Plurianual – PPA. Com foco em resultados, o PEI 2016-2019 apresenta objetivos, metas e indicadores que agregam novos valores e metodologias de trabalho, indicando um esforço coletivo para aprimorar a atuação da Controladoria-Geral nas suas macro funções de controle interno, correição, ouvidoria e transparência e combate à corrupção.

O Plano Estratégico Institucional da Controladoria-Geral está disponível para acesso em: http://www.cg.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/planejamento_estrategico_2019.pdf

Controle Interno

Em relação à temática de auditoria de monitoramento, foram realizadas diligências junto aos órgãos e entidades do GDF com o intuito de acompanhar o cumprimento de decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal. E também foram monitoradas as ações pactuadas por órgãos e entidades do Complexo Administrativo do DF por meio dos Termos de Ajustamento de Gestão – TAGs firmados entre a Controladoria-Geral do Distrito Federal e as Unidades: Secretaria de Estado de Saúde - SES, Secretaria de Estado de Justiça -SEJUS e Secretaria de Estado de Educação - SEE.

Na temática gestão de riscos e integridade, foram realizadas em 2019 ações de consultorias para implantação de matrizes de risco nas seguintes unidades:

- . Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA
- . Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF
- . Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF
- . Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP

Também foi realizada avaliação da Gestão de Riscos nas unidades do GDF, que tem como correspondente o “Índice de atuação baseada em risco”, que mede o percentual de auditorias concluídas que foram baseadas em análise prévia de risco nas unidades de alta complexidade. Em 2019, foram realizados trabalhos nos seguintes órgãos classificados como de alta complexidade:

- . Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA
- . Secretaria de Economia do Distrito Federal – SEEC
- . Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN
- . Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP

Foram também realizadas em 2019 auditorias baseada em riscos em três unidades que não são consideradas como de alta complexidade:

- . Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF
- . Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER
- . Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN

Quanto ao apoio à implantação de Programas de Integridade nas unidades do GDF, foram desenvolvidas consultorias com esse objetivo em sete unidades:

- . Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – SDE
- . Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal – SO
- . Instituto de Previdência do Distrito Federal – IPREV
- . Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP
- . Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER
- . Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF
- . Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal – SEJUS

Na temática Gestão de Riscos e Programa de Integridade, foi realizada capacitação de 344 servidores em 2019.

Quanto a transferências e parcerias, realizaram-se exames nos estudos e modelagens de novos projetos a serem implementados pelo GDF, como os da concessão dos serviços públicos relativa à implantação, operação, manutenção e gestão dos serviços de remoção e guarda de veículos apreendidos, leilão e pesagem nas rodovias do Distrito Federal e os da concessão onerosa de obra pública do Complexo Esportivo e de Lazer do Guará – CAVE. Ocorreram também fiscalizações na fase de execução contratual de empreendimentos já iniciados, como as concessões do terminal rodoviário interestadual, dos cemitérios e do Centro de Convenções Ulysses Guimarães – CCUG.

De acordo com Plano de Governo para o período de 2019-2022, o atual Governador firmou seu posicionamento no sentido de buscar a criação de um ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda. Para tanto, estabeleceu como uma de suas metas aumentar a participação do setor privado como um dos modelos de financiamento de iniciativas do governo, visando melhor atender à população. Nesse contexto, ganharam força as iniciativas para realizar novas Parcerias Público-Privadas – PPPs e Concessões.

Com a finalidade de reduzir o risco de os empreendimentos serem iniciados com falhas graves e/ou insanáveis, bem como de viabilizar correções tempestivas na execução dos contratos, cujos objetivos são oferecer serviços públicos de qualidade ao cidadão, as ações de controle nessa área de atuação foram distribuídas de maneira mais equilibrada entre as etapas dos projetos.

No que tange às transferências, foram realizadas fiscalizações e orientações aos gestores quanto à boa e regular aplicação dos recursos públicos em convênios, contratos de gestão e outros ajustes de parcerias com o terceiro setor, prezando pela transparência dos resultados e pelo fomento do controle social. Destacam-se as ações de controle que ocorreram para avaliar a execução do Contrato de Gestão com Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada – ICIPE e de parcerias relacionadas ao Hospital Veterinário – HVEP, ao atendimento de crianças de zero a cinco anos, na primeira etapa da Educação Básica, e ao atendimento sócio assistencial a famílias e indivíduos em situação de rua.

Com relação à auditoria de contas anuais, foram realizadas as seguintes atividades, com destaque na prestação de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional:

- . Auditoria realizada em 12 unidades da administração indireta com emissão de Informativo de Ação de Controle/Relatório de Auditoria;

- . Auditoria realizada em 74 unidades da administração direta com emissão de Informativo de Ação de Controle/Relatório de Auditoria;
- . Auditoria realizada em 62 processos de Suprimento de Fundos de Caráter Reservado com emissão de Notas Técnicas e Certificados de Auditoria.
- . Consolidação de 118 processos de Tomadas/Prestações de Contas Anuais para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

No que tange ao tema desempenho governamental, foram avaliados em 2019 seis Objetivos Específicos – OEs, alcançando um total acumulado de 34 OEs durante a vigência do PPA 2016-2019, o que equivale a 46,9% do total de OEs existentes nesse PPA.

Foram realizadas auditorias operacionais nos seguintes temas:

- . Gestão de movimentação de solo: o trabalho evidenciou que a NOVACAP não dispõe de modelo de gerenciamento das áreas de jazida e de bota-fora. O projeto de terraplanagem das obras de drenagem do Trecho II do Sol Nascente não foi desenvolvido de forma a permitir distribuição otimizada dos materiais escavados. Para a execução das bacias de detenção do Trecho II do Sol Nascente, constatou-se ineficiência, antieconomicidade e grave dano ao erário na gestão de materiais de escavação oriundos das obras referidas.
- . Emissão de licenças ambientais para empreendimentos potencialmente poluidores: concluiu-se que o processo de licenciamento ambiental carece de mais regramento no que diz respeito à definição de prazos para suas diversas etapas, controles gerenciais sobre a execução dessas atividades, definição de competências entre as áreas envolvidas, além de gestão da qualidade técnica da documentação apresentada pelos profissionais e empresas cadastrados para realização dos estudos ambientais.
- . Capacidade operacional e homogeneidade na oferta de exames de ecocardiografia na Rede SES: o trabalho evidenciou que a produção de exames de ecocardiografia não foi compatível com a demanda verificada em 2018, e houve aumento da fila de espera no 1º semestre desse exercício.
- . Revisão do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF: constatou-se que não foi reconhecido no âmbito do GDF esforço no sentido de revisar o PDTU/DF em tempo hábil para compor o Plano Plurianual – PPA 2020/2023. Os órgãos auditados não estão equipados com recursos computacionais apropriados para a elaboração da revisão desse Plano e necessitam de quadro técnico suficiente e capacitado para executar a tarefa de revisar um plano de transportes prescindindo da contratação de consultoria especializada. Verificou-se também baixa execução do PDTU/DF em vigor. Constatou-se que as ações de mobilidade urbana e transportes exigem melhor gestão por parte do Estado e que se faz necessário que a Secretaria de Mobilidade exerça coordenação forte de todo o processo.
- . Auditoria Operacional no Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – Na Hora: dentre os achados obtidos, o trabalho evidenciou existência de falhas que demonstram fragilidade na formalização das parcerias entre a SEJUS e os demais órgãos e entidades para implantação e operacionalização dos serviços nos postos de atendimento das Unidades do Na Hora bem como na execução do acordado.

Foram concluídas auditorias em 2019, com objetivo de compor a prestação de contas anual do governador referente ao exercício 2018, com enfoque na eficácia e eficiência das políticas públicas previstas nos seguintes Programas Temáticos do PPA 2016/2019:

- . Programa Temático 6202 – Brasília Saudável: avaliados aspectos relativos ao serviço de atendimento aos pacientes portadores de lábio leporino e fenda palatal no Hospital Regional da Asa Norte.
- . Programa Temático 6207 – Brasília Competitiva: avaliados aspectos referentes aos temas “Destino Brasília” e “Trabalho, Emprego e Renda”, focando em especial as oportunidades que a atração de turistas nacionais e internacionais podem trazer em termos de divisas para a economia do DF e, por outro lado, pelo potencial fortalecimento da formação de mão de obra, por meio de treinamentos, oportunidades e também pelo Programa de Microcrédito – PROSPERA.
- . Programa Temático 6210 – Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental: o trabalho contemplou questões relativas ao Programa Brasília Solar, à efficientização do Parque de

Iluminação Pública no Distrito Federal, com a tecnologia LED, Light Emitting Diode, e aspectos de desempenho da implantação, expansão e melhorias no Sistema de Iluminação Pública do DF.

. Programa Temático 6211 – Direitos Humanos e Cidadania: foram avaliados aspectos referentes ao tema “Cidadania Carcerária”, em especial, à oferta de escolarização no sistema prisional.

. Programa Temático 6216 – Mobilidade Integrada e Sustentável: o trabalho contemplou questões referentes ao fortalecimento do planejamento, da gestão, da fiscalização e da regulação do Sistema de Transporte Público Coletivo.

. Programa Temático 6217 – Segurança Pública com Cidadania: foram avaliados aspectos referentes à qualidade do atendimento ao cidadão, à cultura de paz no DF e à governança, gestão e pessoas dos órgãos de segurança pública.

Além do exposto, foram realizadas inspeções com vistas ao aprimoramento e ao aumento da transparência das informações contábeis relativas às dívidas do GDF e aos valores em apuração e a receber pelo GDF. Também houve ações com vistas a melhoria das informações contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para criação e expansão de despesas e das informações contábeis no SIGGO. Outras ações realizadas resultaram na instituição de grupo de trabalho para estabelecimento de conceitos e de metodologias referentes à projeção de renúncia de benefícios creditícios e financeiros no âmbito do DF e para desenvolvimento da metodologia e de mecanismos necessários para se permitir o registro e o controle contábil das renúncias fiscais do DF.

Em relação a temática auditoria de licitações e contratos especializados, merece destaque a atuação realizada na Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal para analisar a execução de obras e serviços de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente (Fases I, II e III). A atuação resultou em detecção de sobrepreço de R\$ 12,4 milhões que se encontra em fase de apuração. Essas obras beneficiarão população de alta vulnerabilidade social.

Outra atuação significativa ocorreu na Secretaria de Educação – SEE/DF, onde foram identificados problemas relacionados ao transporte escolar da rede pública de ensino. Constatou-se crescimento acentuado de gastos nessa rubrica: de R\$ 73 milhões em 2015, para R\$ 131 milhões em 2018, representando aumento de 79,5%. Nesse mesmo período, a quantidade de alunos transportados foi de 42.162 e 56.670, respectivamente, correspondendo a um aumento de aproximadamente 35%, havendo assim, desproporcionalidade entre o aumento do quantitativo de alunos transportados e a elevação da despesa com o transporte escolar. O relatório de auditoria foi encaminhado à Secretaria para adoção de providências.

Importante destacar auditoria realizada na então Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, com foco no Termo de Fomento celebrado com o Instituto Terra Utópica, objetivando a distribuição de livros e a promoção da leitura entre alunos do ensino básico de 50 escolas da SEE/DF. Constataram-se diversas falhas, inclusive prejuízo no valor de R\$335mil. Após a atuação da Controladoria-Geral, foram recuperados R\$170mil.

Também merece ênfase a auditoria realizada na Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal – SEDES, para análise da implementação dos projetos relativos ao Programa PROCIDADES, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Constatou-se prejuízo ao erário no valor de R\$3,7milhões, que se encontra em fase de apuração. Além disso, recomendaram-se ações no sentido de regularizar as inconformidades do contrato e de agilizar a entrega dos projetos necessários ao desenvolvimento desse Programa.

A respeito à auditoria de pessoal e tomada de contas especial, os trabalhos de inspeção de atos de pessoal são formados pelos atos concessórios de aposentadorias, reformas e pensões, além dos atos de admissões de pessoal. Só em 2019, foram emitidos 2.921 pareceres e mais de 1.580 diligências. Também foram analisados 14.843 atos de admissão, sendo 14.017 pareceres e 826 diligências.

O desempenho das atividades de auditoria de inspeção da folha de ativos e inativos do GDF vem crescendo com a realização de acordos de cooperação e parcerias com outras entidades

governamentais, a fim de ter acesso a bases de dados para realizar cruzamentos e obter achados de auditoria. Com a extração de dados concretiza-se esse trabalho, mediante a execução das seguintes ações: Implementação de trilhas de auditoria eletrônica, cruzamento de dados em sistemas governamentais e estabelecimento de acordos de cooperação com CGU, IPREV e TCDF.

Também se realiza auditoria na folha de pagamento, com vistas a avaliar a consistência da folha, com testes em despesas, tais como: vencimentos, proventos, pensões, gratificações, adicionais, auxílios, férias, entre outros. Essa atividade é realizada por meio de trilhas de auditorias, resultando em significativa parcela de contribuição para o equilíbrio dos gastos públicos. As Trilhas consolidadas e em andamento no exercício de 2019 são apresentadas a seguir:

1) Trilhas trabalhadas no exercício de 2017 e consolidadas em 2019:

- . Irregularidades detectadas na readaptação de professores da SEE-DF;
- . Ausência de cadastramento dos servidores em restrição de função, no módulo existente no SIGRH WEB;
- . Acúmulo do auxílio-alimentação com benefício da mesma natureza;
- . Auxílio alimentação pago em duplicidade nas esferas distrital e federal;
- . Laudo desatualizado de aposentadoria por invalidez;
- . Servidores afastados por licença médica a longa data;
- . Fragilidade no controle adotado pelo Hospital Regional de Santa Maria – HRSM no fornecimento de refeições;
- . Auxílio transporte para servidores cedidos;
- . Erro de cadastro de dependentes para a concessão de auxílio creche;
- . Pagamento indevido de Gratificação de Atividade de Zona Rural – GAZR para servidores que não atuam em lotações classificadas como zona rural;
- . Ausência de documentos comprobatórios do pagamento de URP e Plano Bresser aos servidores da Emater;
- . Possível necessidade de avocação de ações judiciais da Emater;
- . Auxílio saúde pago em duplicidade nas esferas distrital e federal pela Secretaria de Estado de Educação;
- . Pagamento indevido de adicional de substituição para servidores da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF e para a Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF;
- . Pagamento indevido para servidores e pensionistas falecidos;
- . Pagamento indevido de Gratificação de Atividade de Ensino Especial – GAEE;
- . Aposentadoria complementar paga pelo GDF sem atualização anual do valor do INSS;
- . Gestantes lotadas em ambiente insalubre;
- . Plano Collor pago incorretamente;
- . Irregularidades detectadas no auxílio transporte;
- . Nomeação indevida para cargo de provimento exclusivo da carreira fiscalização de atividades urbanas;
- . Acumulação de cargos de empregados da Caesb;
- . Acumulação de cargos de militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- . Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia na SES;
- . Cálculo indevido de incorporação de servidora da Fundação Hemocentro de Brasília.

2) Trilhas trabalhadas no exercício de 2018 e consolidadas em 2019:

- . Servidores aposentados por invalidez exercendo outro vínculo público ou privado;
- . Servidores inelegíveis à suplementação financeira do Bolsa-Família e do Programa DF Sem Miséria;

- . Pagamento indevido de Gratificação de Atividade de Zona Rural – GAZR para servidores que não atuam em lotações classificadas como zona rural;
 - . Irregularidade na concessão do adicional de insalubridade a servidores da SES/DF cedidos;
 - . Pagamento de auxílio transporte em pecúnia para maiores de 65 anos;
 - . Irregularidades detectadas no benefício de Gratificação de Atendimento ao Público – GAP;
 - . Pagamento irregular de incorporação de função militar;
 - . Ilegalidade dos pagamentos efetuados aos empregados da Codeplan, no período de novembro de 2015 a novembro de 2016, a título de Adicional por Tempo de Serviço – ATS;
 - . Pagamento irregular de indenização de transporte e adicional noturno aos servidores da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – Agefis (atual DF Legal);
 - . Restrições médicas laborais temporárias decorrentes de doenças preexistentes não informadas por ocasião de posse;
 - . Servidores com informação de óbito e recebimento de remuneração;
 - . Enquadramento indevido de servidores na tabela de remuneração da Carreira Planejamento e Gestão Urbana e Regional do Distrito Federal;
 - . Contratação de servidores acima do limite estabelecido em lei;
 - . Ausência de atendimento às diligências encaminhadas pela CGDF.
- 3) Trilhas trabalhadas no exercício de 2019, em andamento:
- . Acumulação de cargos em comissão;
 - . Licença especial;
 - . Percebimento de cargo em comissão no valor integral;
 - . Cruzamento SISOBI x SIGRH;
 - . Averbção por tempo de serviço – ATS;
 - . Auxílio-saúde;
 - . Possível posse de homônimo;
 - . Posse em virtude de decisão judicial;
 - . Auxílio transporte;
 - . Auxílio natalidade;
 - . Alteração do provento proporcional para integral sem processo de revisão da aposentadoria;
 - . Certificados emitidos por uma universidade;
 - . Cessão de servidores;
 - . Recolhimento do INSS dos servidores;
 - . Ficha de admissão não encaminhadas;
 - . Pagamento de participação nos resultados da empresa, compondo alto valor da folha de pagamento, sem legislação distrital que ampare tal distribuição;
 - . Rubricas Incorporações PCCS sem amparo legal;
 - . Adicional de Tempo de Serviço pago com base na remuneração e não no salário;
 - . Pagamento antecipado de parcela do Programa de Metas e Resultados – PMR, com o controle a posteriori dos ressarcimentos dos valores pagos indevidamente;
 - . Ineficiência na definição de metas individuais da empresa para realizar a distribuição dos valores pagos a título de participação dos resultados do PMR;
 - . Ausência de controle efetivo e transparente da frequência dos empregados;
 - . Envelhecimento da força de trabalho e ineficiência da gestão dos recursos humanos para tratar essa realidade;

- . Exigência de nível fundamental para a maioria dos cargos e quadro de empregos permanentes defasado em relação às novas necessidades e atribuições da empresa;
- . Plano de Demissão Voluntária extremamente favorável aos empregados;
- . Ausência de requisitos para a ocupação de cargo de função gratificada;
- . Pagamento de Adicional de Insalubridade a empregados com laudos incompletos e desatualizados;
- . Pagamento do Adicional de Insalubridade com percentual divergente do informado no laudo técnico;
- . Uso de base de cálculo para Adicional de Periculosidade divergente da legislação vigente;
- . Pagamento de Indenização de Transporte a pessoas inelegíveis;
- . Atesto de mapa de Indenização de Transporte com quilometragem superior ao aprovado em decisão da Diretoria Executiva;
- . Falha no preenchimento do Mapa de Indenização de Transporte dificultando o controle da gestão;
- . Realização e pagamento de horas extras de forma recorrente e sem autorização prévia;
- . Quantidade excessiva de ações trabalhistas em uma companhia.

Além disso, foram auditados processos de tomada de contas especial em 2019 e foram emitidos 111 Relatórios/Certificados de Auditoria e 16 Notas Técnicas.

Na temática de coordenação de unidades de controle interno, elaborou-se modelo para análise de conformidade, por meio de checklists que também serão utilizados para instruir formulários no Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Exemplos: Despesas de Exercícios Anteriores, Despesas sem Cobertura Contratual; Termo de Fomento; Termo de Cooperação.

Mapearam-se as principais falhas identificadas, nas Administrações Regionais, em Ações de Controle da SUBCI realizadas nos períodos de 2017 e 2018. Num total de 341 falhas identificadas, destacam-se as relativas a execução de contratos (134 falhas, que correspondem a 39% do total) e planejamento da contratação (100 falhas, que correspondem a 29% do total). Com relação às regiões administrativas, destacam-se São Sebastião (32 falhas ou 9,3% do total), Paranoá (24 falhas ou 7% do total), Sobradinho e Cruzeiro (22 falhas ou 6,4% do total, cada uma) e Plano Piloto (20 falhas ou 5,8% do total).

Aperfeiçoou-se o Portal do Controle, antes denominado Portal de Auditoria, incluindo consultas para apoio a qualquer tipo de ação de controle (não se restringindo às auditorias), permitindo acesso de acordo com os órgãos de atuação do usuário.

Prestou-se orientação preventiva e apoio na melhoria das práticas administrativas dos gestores das Secretarias de Estado e Administrações Regionais por meio de reuniões técnicas, capacitações e acompanhamento de ações de controle para grandes secretarias. Na SES, por meio de suporte à implantação e treinamento em sistema acompanhamento e fiscalização (SFCC) no Contrato nº 66/2017, de segurança patrimonial, e com orientações para normatização e elaboração de rotinas de acompanhamento e fiscalização da execução de contratos. Ainda na SES, por meio de oficina sobre o mesmo tema, onde estiveram presentes os titulares e representantes da SEEC, SES e CGDF. No âmbito da Escola de Governo do Distrito Federal, por meio de fomento a treinamento em gestão e fiscalização de contratos (SFCC) destinado a grupo de servidores do DETRAN/DF. Também houve a participação e colaboração em Workshops realizados pela SECID/SEGOV com ênfase em Licitações e Contratos, visando à melhoria da gestão das Administrações Regionais, que aconteceram para as Administrações Regionais de Sobradinho, Sobradinho II, Planaltina, Fercal, Varjão, Paranoá, Itapoã, Lago Norte, Lago Sul, Park Way, Riacho Fundo I e Riacho Fundo II.

Correição

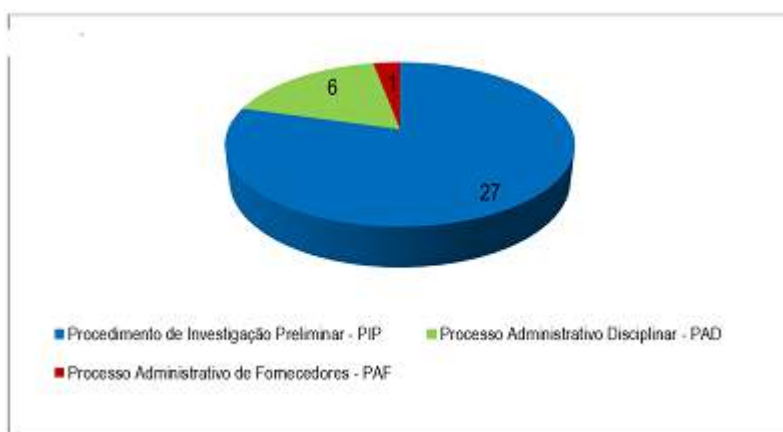
No que tange à atividade correicional, a Controladoria-Geral do Distrito Federal, Órgão Superior do Sistema de Correição do Poder Executivo do Distrito Federal (SICOR/DF), criado pela Lei nº 4.938, de 19 de setembro de 2012, é responsável por realizar apurações de irregularidades no âmbito do Poder Executivo do DF nas hipóteses elencadas na Lei, e por coordenar a supervisão das unidades seccionais de correição integrantes do Poder Executivo do DF.

Assim, objetivando promover as apurações de forma tempestiva e diante da escassez de agentes públicos, a Controladoria-Geral do Distrito Federal promoveu a requisição de 10 (dez) servidores para atuarem na área correccional e realizou a publicação da Instrução Normativa nº 02, de 2 de setembro de 2019, que regulamentou a investigação preliminar e o juízo de admissibilidade no âmbito desta Controladoria-Geral.

Cabe, ainda, à Controladoria-Geral do Distrito Federal a apuração de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelo Chefe do Poder Executivo do DF, quando houver envolvimento de dirigente atual ou de autoridade de hierarquia equivalente de órgão da Administração Direta, de Autarquia ou de Fundação Pública do DF, além dos casos de avocação de processos pelo Controlador-Geral em razão da inexistência de condições objetivas para sua realização no órgão ou entidade; da complexidade e relevância da matéria; e da autoridade envolvida, conforme inciso II do Decreto Distrital nº 37.096/2016.

Destacam-se as seguintes conclusões dos procedimentos apuratórios na área de correição e de tomada de contas especial, no ano de 2019, os quais abarcam os requisitos elencados no inciso VI, art. 4º, da Lei nº 4.938/2012 e no Decreto Distrital nº 37.096/2016:

Procedimentos Disciplinares Concluídos – 2019

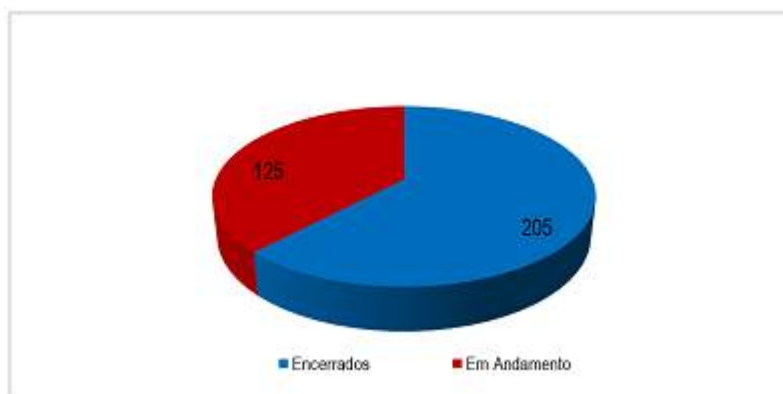


Processo Administrativo de Fornecedores: Foi concluído 01 (um) Processo Administrativo de Fornecedor.

Processos Administrativos Disciplinares: Foram concluídos 06 (seis) Processos Administrativos Disciplinares.

Procedimentos de Investigação Preliminar: Foram concluídos 27 (vinte e sete) Procedimentos de Investigação Preliminar.

Procedimentos de Tomadas de Contas Especiais Concluídos – 2019



Processos de Tomadas de Contas Especiais concluídos: 205 (duzentos e cinco);

Processos de Tomadas de Contas Especiais em andamento: 125 (cento e vinte e cinco).

Os esforços empreendidos nas apurações em sede de Tomada de Contas Especial avaliaram um potencial retorno ao erário distrital, no exercício de 2019, atingindo a cifra de R\$ 281.925.295,98 (duzentos e oitenta e um milhões, novecentos e vinte cinco mil, duzentos e noventa cinco reais e noventa e oito centavos).

Ademais, compete à Controladoria-Geral do Distrito Federal o acompanhamento dos procedimentos correccionais em andamento nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal. Nesse sentido, para o monitoramento das atividades correccionais e de tomadas de contas especiais desempenhadas pelos órgãos e entidades, destaca-se o lançamento do Sistema Correccional Integrado – SCI, ferramenta de gestão desenvolvida pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, que possibilitará coordenar, organizar e harmonizar as atividades disciplinares e de Tomada de Contas Especial.

Objetivando orientar e capacitar os servidores lotados nos demais órgãos e entidades em matérias afetas a seara disciplinar e de tomada de contas especial, foram realizadas as atividades abaixo:

- capacitação de 1.542 (um mil, quinhentos e quarenta e dois) agentes públicos em Procedimentos Administrativos Disciplinares, Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica e Tomada de Contas Especial, em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal, com a Controladoria-Geral da União e com o Ministério da Economia;
- realização de 308 (trezentos e oito) reuniões técnicas com agentes públicos visando esclarecer aspectos relacionados à tomada de contas especial, procedimento administrativo disciplinar e resolução consensual de conflitos;
- realização de 4 (quatro) workshops de procedimentos disciplinares e de TCE;
- adesão ao Programa de Fortalecimento de Corregedorias – PROCOR da Controladoria-Geral da União – CGU, iniciativa que busca aprimorar, fomentar e fortalecer os mecanismos de controle interno para apoiar e auxiliar os órgãos e as entidades de todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) na execução de suas atividades correccionais;
- realização do I Encontro de Corregedorias do Distrito Federal;

Visando ao cumprimento dos indicadores definidos no Plano Estratégico Institucional 2016-2019 – da Controladoria-Geral relacionados à área de correição, foram realizadas 10 (dez) visitas técnicas objetivando conhecer a realidade dos agentes públicos e, também, para dirimir dúvidas pontuais acerca de tomada de contas especial e procedimentos administrativos disciplinares, nos seguintes órgãos:

→ Visitas Técnicas de Tomada de Contas Especial:

- Secretaria de Estado da Casa Civil;
- Secretaria de Estado de Economia;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria de Estado de Trabalho;
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

→ Visitas Técnicas de Correição:

- Secretaria de Estado de Economia;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social;
- Secretaria de Estado da Casa Civil;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Outra atividade concernente à área correccional consiste na divulgação da aplicação de penalidades e das sanções aplicadas a servidores e a fornecedores, que resulta em importante processo de controle social, uma vez que tais informações são disponibilizadas no Portal da Transparência, de maneira a tornar os resultados dos atos disciplinares mais acessíveis à população e aos demais entes públicos. No ano de 2019, foram aplicadas 165 (cento e

sessenta e cinco) penalidades expulsivas contra servidores pelo Governo do Distrito Federal, discriminadas conforme quadro abaixo:

PENALIDADES APLICADAS - SERVIDORES	2019
Demissão	114
Cassação de aposentadoria ou disponibilidade	18
Destituição do cargo em comissão	15
Exclusão das fileiras da corporação	13
Perda do cargo público	05
TOTAL	165

Ainda voltado para o controle social e transparência ativa, cumpre ressaltar que esta Controladoria-Geral do Distrito Federal passou a divulgar, no Portal da Transparência, o andamento dos procedimentos e processos disciplinares, dos processos de responsabilização de fornecedores e de tomada de contas especial em trâmite no Órgão, em consonância com a Portaria nº 115, de 02 de abril de 2019, publicada no DODF nº 63, de 03 de abril de 2019. Além disso, foram divulgados os andamentos dos procedimentos administrativos conduzidos pela Secretaria de Estado de Saúde.

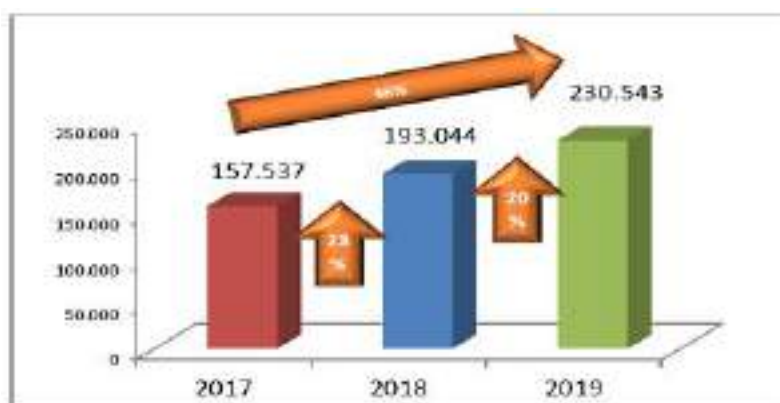
Ouvidoria

Após o cidadão receber a resposta de sua demanda, ele é convidado a participar de uma pesquisa de satisfação no próprio Sistema Informatizado de Ouvidoria – OUV/DF, disponível em www.ouv.df.gov.br, de onde são extraídos os dados para o cálculo do indicador da “taxa de satisfação do o serviço de ouvidoria”. Para tanto, são disponibilizadas perguntas relacionadas a satisfação com o atendimento, sistema informatizado e qualidade da resposta recebida na sua manifestação de ouvidoria.

Importante ressaltar que a pesquisa de satisfação disponível para o Sistema de Gestão de Ouvidorias do Distrito Federal – SIGO/DF tem caráter orgânico, ou seja, está em constante evolução e avaliação já que o cidadão pode responder a pesquisa a qualquer tempo, além de, na hipótese de receber uma resposta complementar após ter sua manifestação encerrada, ainda sim tem a prerrogativa de alterar suas respostas na pesquisa, caso assim deseje. Todo este processo visa uma maior participação dos usuários da ouvidoria na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelas ouvidorias do DF.

Desta forma, o resultado alcançado aponta a superação da meta em 15% vez que foi pactuado para o ano de 2019 meta de 60% e o resultado alcançado por esta Ouvidoria-Geral foi de 69%, mesmo com um crescimento de 20% em relação a 2018 no volume de manifestações registradas e respondidas no SIGO/DF em 2019, como pode ser verificado no gráfico abaixo:

Gráfico: Número total de manifestações registradas na ouvidoria nos últimos três anos



Ainda sobre este indicador, pontua-se que para o cálculo da satisfação com o serviço de ouvidoria do Distrito Federal em 2019 foram contabilizadas 37.293 respostas dos usuários na

pesquisa de satisfação relacionada ao indicador. Estas respostas ainda projetam outros três indicadores que servem para o monitoramento em tempo real do que precisa ser melhorado no serviço prestado, ou seja, a satisfação com o atendimento de ouvidoria, satisfação com o Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal – OUV-DF e satisfação com a resposta recebida.

Na pesquisa de satisfação da ouvidoria, além do monitoramento da Satisfação com o Serviço de Ouvidoria, também é avaliado o nível de recomendação do nosso serviço com o cálculo do indicador de Recomendação do Serviço de Ouvidoria, que está pactuado com meta de 70% para 2019 em nosso Plano Estratégico Institucional – PEI. Nota-se uma superação da meta em 10%, uma vez que o valor do Índice de Recomendação do Serviço de Ouvidoria está em 77%. Em comparação com o resultado destes dois indicadores, percebe-se que mesmo uma parcela dos usuários que diz não estar satisfeita com o serviço de ouvidoria, ainda sim, recomendam o serviço de ouvidoria, pois o nível de recomendação ao serviço de ouvidoria (77%) ainda é maior em 8 pontos percentuais que a satisfação com o serviço de ouvidoria (69%).

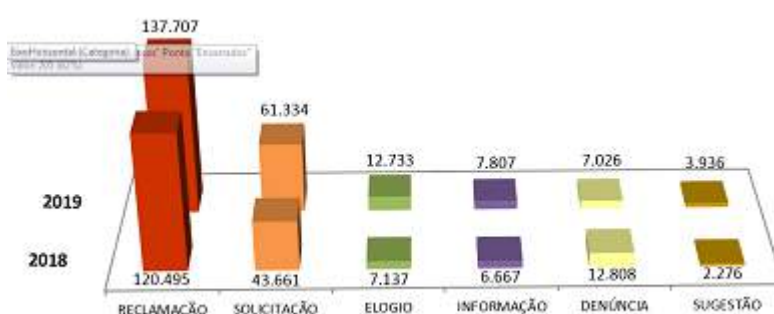
O Índice de Resolutividade das demandas de ouvidoria é um indicador mensurado através da avaliação do cidadão após receber sua resposta, na verdade, é o próprio demandante quem finaliza seu protocolo na ouvidoria do DF classificando-o como resolvido ou não resolvido, para os registros de denúncias, reclamações e solicitações de serviços. As análises deste indicador, juntamente com toda a Pesquisa de Satisfação do Serviço de Ouvidoria deram origem a iniciativa do Fortalecimento do Programa de Desempenho do Sistema de Ouvidoria do DF descrito no Plano Estratégico do Distrito Federal – PEDF 2019 – 2023, para o Resultado-Chave de “aumentar de 38% para 60% a efetiva melhora na prestação dos serviços públicos demandados por meio da ouvidoria com base na resolutividade das solicitações e reclamações avaliadas pelos cidadãos”, da Batalha 4 (ser referência no combate à corrupção e na promoção da integridade pública) do Eixo Gestão e Estratégica do plano.

Gráfico: Índice de Resolutividade das Demandas de Ouvidoria 2017-2019



Neste contexto, e em acordo com o gráfico acima a meta estipulada para o ano de 2019 foi de 40% de resolutividade para as demandas de ouvidorias nos órgãos. Como pode ser observado a meta foi atingida e participaram desta avaliação da resolutividade 46.574 usuários do sistema. Como destacado, essas avaliações da resolutividade das demandas só são feitas para manifestações classificadas como denúncias, reclamações e solicitações de serviços. Para tanto, apresenta-se abaixo um estudo destas classificações em comparação ao ano de 2018:

Gráfico: Análise das Classificações das Manifestações de Ouvidoria 2019/2018



Conforme gráfico acima, observa-se que apesar de um crescimento nos registros de manifestações de ouvidoria na ordem de 20% em relação ao ano de 2018, os registros das reclamações só aumentaram 14% enquanto as denúncias registradas tiveram uma redução de 45% se comparado com o mesmo ano de 2018. Os destaques que justificam este aumento de 20% no total das demandas de ouvidoria em relação a 2018 resultam da consolidação da ouvidoria como o canal oficial das solicitações de serviços ao Governo do Distrito Federal - GDF, com alta de 40% nestas solicitações, e ao aumento da qualidade destes serviços prestados que se infere pelos 78% de aumento dos elogios registrados nas ouvidorias. Ainda sobre os elogios destaca-se que 30% dos 12.733 elogios recebidos formalmente nas ouvidorias do DF em 2019 foram destinados diretamente a servidores públicos na prestação de seus serviços.

Sobre os assuntos mais demandados ao GDF durante o ano e suas classificações no Sistema de Gestão de Ouvidorias do DF – SIGO-DF, destaca-se os 5 mais recorrentes (TOP 5) nas tabelas abaixo:

Assuntos Gerais	Total de Manifestações	Resolutividade
CARTÃO ESTUDANTE - PASSE LIVRE ESTUDANTIL - SBA	10.317	65%
SERVIDOR PÚBLICO	10.118	35%
ATENDIMENTO EM UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA	8.584	37%
TAPA BURACO - MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	7.367	61%
FUNCIONAMENTO DE POSTE DE ILUMINAÇÃO	6.741	45%

Reclamações	Total de Manifestações	Resolutividade
CARTÃO ESTUDANTE - PASSE LIVRE ESTUDANTIL - SBA	9.368	65%
ATENDIMENTO EM UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA	6.421	37%
CONDUTA DO MOTORISTA DE ÔNIBUS	5.206	68%
AGENDAMENTO DE CONSULTAS	4.684	33%
VAGAS PARA ATENDIMENTO EM UNIDADE DO CRAS	4.367	24%

Solicitações de Serviços	Total de Manifestações	Resolutividade
TAPA BURACO - MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	6.396	62%
PODA DE ÁRVORE	5.856	21%
SOLICITAÇÃO DE EXTRATO DE CARTÃO -DFTRANS	3.716	72%
COLETA DE ENTULHO DISPOSTO IRREGULARMENTE	3.485	76%
REEMBOLSO DE TARIFA/CRÉDITO	2.692	45%

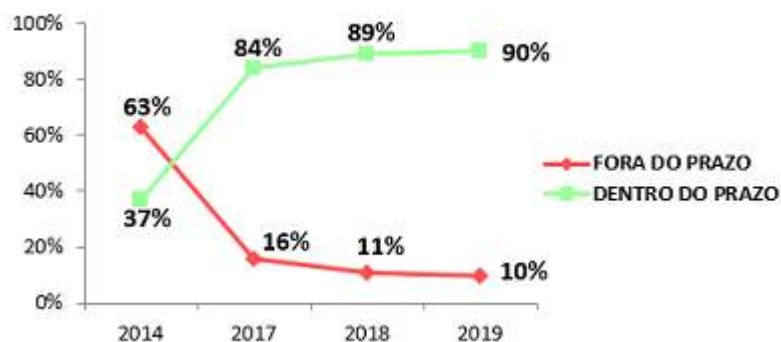
Elogios	Total de Manifestações
SERVIDOR PÚBLICO	3.933
ATENDIMENTO EM UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA	1.921
VISITAÇÃO NO ZOOLOGICO	714
SERVIÇO PRESTADO POR ÓRGÃO/ENTIDADE DO GOVERNO DO DF	710
ATENDIMENTO MÉDICO	615

Pedidos de Informações	Total de Manifestações
AGENDAMENTO DE CONSULTAS	1.629
AGENDAMENTO DE EXAMES	1.472
AGENDAMENTO DE CIRURGIAS	717
CARTÃO ESTUDANTE - PASSE LIVRE ESTUDANTIL - SBA	437
PROGRAMAS HABITACIONAIS	294

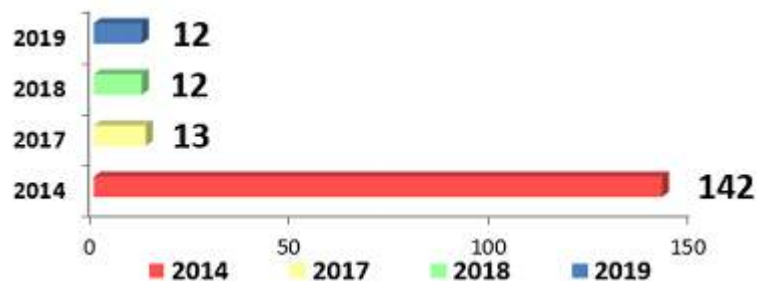
Denúncias	Total de Manifestações	Resolutividade
SERVIDOR PÚBLICO	2.311	32%
PROCEDIMENTO DA DIREÇÃO DE ESCOLA PÚBLICA	414	36%
PROFESSOR	331	51%
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	329	38%
FISCALIZAÇÃO EM COMERCIO ESTABELECIDO COM MERCADORIAS, EQUIPAMENTOS EM ÁREA PÚBLICA	283	31%

Sugestões	Total de Manifestações
PROJETOS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA	435
LINHA DE ÔNIBUS	384
SERVIÇO PRESTADO POR ÓRGÃO/ENTIDADE DO GOVERNO DO DF	253
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO VIAS PÚBLICAS	223
QUANTIDADE DE ANIMAIS NO ZOOLOGICO	180

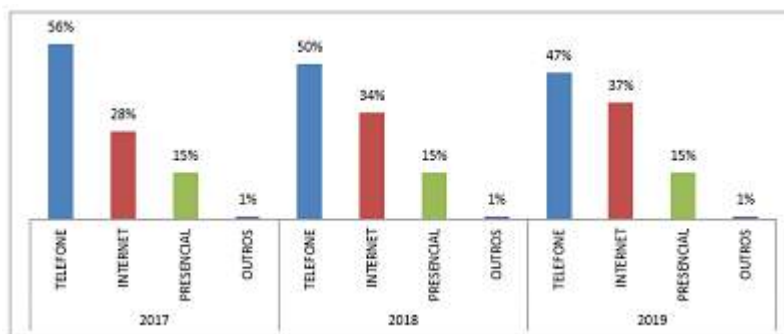
A seguir, registra-se o índice do cumprimento do prazo de resposta das demandas de ouvidoria:



Não obstante, a fim de consolidar as informações sobre os prazos da rede SIGO-DF demonstra-se a evolução do prazo médio de respostas da Ouvidoria, em que se demonstra o efetivo controle dos prazos das manifestações de ouvidoria:



No gráfico a seguir, demonstra-se a evolução dos canais de entrada das manifestações de ouvidoria, entre os anos de 2017 a 2019:



Por fim destaca-se a queda na utilização do telefone (Central 162) nos registros de manifestações em razão de estratégias adotadas para tornar o sistema via internet mais acessível e amigável para utilização do usuário, seja via desktop ou mobile. Em números absolutos as manifestações registradas direto no sistema OUV-DF pela internet em 2019 (85.650 manifestações) aumentaram em 93% comparadas com o total de registros neste mesmo canal em 2017 (44.438 manifestações). Já os atendimentos presenciais apesar de não variar percentualmente, em números absolutos de registros tiveram um aumento de 50% em sua demanda, saindo de 23.311 registros em 2017 para 35.008 registros em 2019.

Transparência e Combate à Corrupção

No ano de 2019, a Controladoria-Geral do Distrito Federal criou a Coordenação de Combate à Corrupção. Ainda nessa temática, em julho de 2019, foi instituído o Fundo Distrital de Combate à Corrupção – FDCC, conforme Lei nº 6.335, no qual a Controladoria-Geral do Distrito Federal integra o conselho de administração.

O acesso a informações produzidas e armazenadas pelo Estado é um direito do cidadão, garantido pela Constituição Federal de 1988. No Distrito Federal, esse direito é regulamentado pela Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, elaborada nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011, e regulamentada pelos Decretos Distritais nº 34.276/2013 e nº 35.382/2014.

A Controladoria-Geral do Distrito Federal é responsável pelo monitoramento da aplicação da Lei de Acesso à Informação - LAI em todo o Poder Executivo do Distrito Federal, assim como pela disseminação da cultura de transparência e acesso à informação. Em 2019, 1.113 servidores receberam treinamento sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação e 258 fizeram o curso à distância sobre Transparência, Ética e Controle Social, ofertado por meio da Escola de Governo. A CGDF também é responsável pela disponibilização e gestão do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC (www.e-sic.df.gov.br), pelo qual foram registrados 94% dos pedidos de acesso à informação para o Governo do Distrito Federal em 2019, possibilitando ainda o acompanhamento e resposta dos pedidos pela internet.

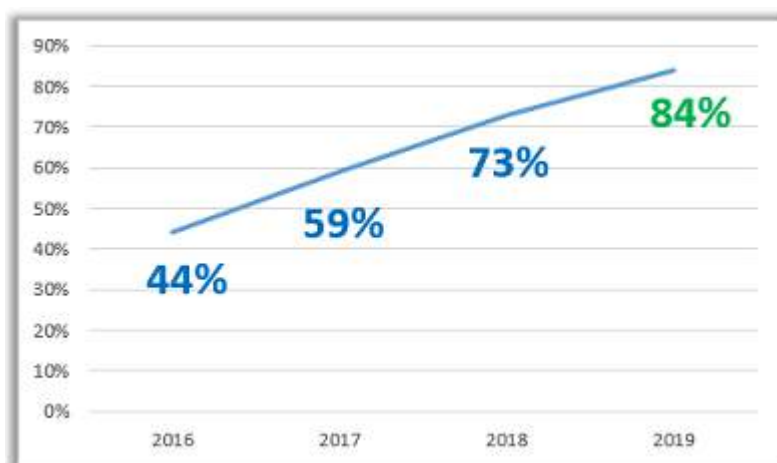
Durante todo o exercício de 2019, a CGDF realizou o monitoramento e acompanhamento dos prazos dos 8.067 pedidos de acesso à informação, encaminhados ao Governo do Distrito Federal. Destes, 7.912 já foram respondidos (98%) e 155 pedidos ainda se encontram dentro do prazo para resposta. Esse índice reflete os esforços dessa Unidade no fomento à cultura

de transparência, na conscientização sobre o direito fundamental de acesso à informação e no treinamento dos servidores.

Visando aprimorar o atendimento da Lei de Acesso à Informação, estimulando os órgãos a disponibilizarem maior quantidade de informações aos cidadãos em seus sítios institucionais, a CGDF instituiu o Índice de Transparência Ativa. Para orientar os órgãos na divulgação das informações exigidas pela LAI foi publicada a Instrução Normativa nº 02/2015 e disponibilizado o passo a passo por meio do Guia de Transparência Ativa. Com base na referida IN é feita a avaliação dos sítios oficiais e com o resultado, obtido pela razão entre os requisitos exigidos e os atendidos, é elaborado o Ranking da Transparência Ativa.

A 1ª edição do Índice, apresentada em dezembro de 2016, contou com 5 órgãos atingindo o percentual de 100%. Em 2017, foram 27 órgãos e em 2018, 40 órgãos. Na 4ª edição, apresentada em 2019, 54 órgãos alcançaram a totalidade do índice, elevando para 84% o percentual geral do governo, de atendimento à transparência ativa.

Gráfico: Evolução do Índice Geral de Atendimento à Transparência Ativa do Governo do Distrito Federal



O evento de apresentação da 4ª edição do Índice de Transparência Ativa, como encerramento da V Semana de Integridade e Combate à Corrupção, promovida pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), foi realizado no dia 05 de dezembro de 2019, no Salão Branco do Palácio do Buriti. Na ocasião, foram homenageados os 54 órgãos e entidades da administração pública que atingiram o índice de 100% de transparência ativa.

A Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF tem, dentre suas competências, a supervisão, o tratamento e a orientação dos dados e das informações disponibilizáveis no Portal da Transparência do Distrito Federal, conforme Decreto nº 36.236, de 1 de janeiro de 2015, visando ao pleno atendimento da Lei Complementar nº 131/2009.

O Portal da Transparência do Distrito Federal (www.transparencia.df.gov.br) é uma ferramenta que visa assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos, na medida em que permite que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar. Por se tratar de ferramenta de participação dos cidadãos no controle das ações do Governo, o Portal requer constante aprimoramento para adequação aos avanços tecnológicos. Dessa forma, as demandas de evolução do Portal são consideradas de extrema importância para o incremento da transparência e do controle social no Distrito Federal.

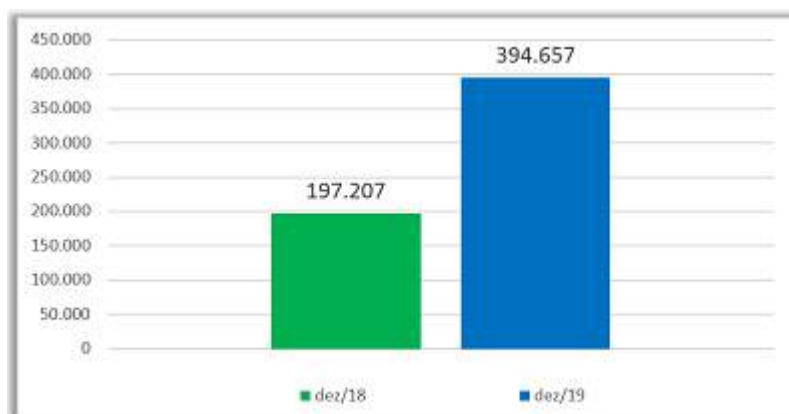
Neste sentido, no exercício de 2019 foi promovida a reformulação do Portal da Transparência, realizada por servidores da Controladoria-Geral, com o objetivo de aumentar a participação da sociedade no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos distritais. Com um layout mais moderno, a nova versão, lançada em 31 de outubro de 2019, apresenta novas funcionalidades que facilitam a navegação, a interatividade e a disponibilização de informações, quais sejam:

- Superbusca: para facilitar o acesso às informações disponíveis no portal, foi desenvolvida uma potente ferramenta de busca, para trazer de forma simples e rápida as informações constantes do banco de dados sobre palavras, nomes e expressões digitadas pelo usuário.

- Novo layout: para criar uma forma de comunicação mais direta com o usuário, o layout do Portal da Transparência foi modernizado e traz novos conceitos de usabilidade, arquitetura de informações, cores, performance e melhores disposições de conteúdos nas páginas.
- Informações por áreas temáticas: para que a sociedade possa saber como está sendo distribuído o orçamento público do Distrito Federal nas principais áreas de atuação do governo, foi desenvolvida uma consulta que traz, com apenas um clique, os valores das despesas por ações orçamentárias nas áreas de saúde, educação, transporte, segurança pública, administração, urbanismo, direitos da cidadania e assistência social.
- dados em gráficos: com o objetivo de facilitar a visualização das principais informações sobre as receitas e despesas do governo, foram desenvolvidas camadas contendo gráficos modernos e interativos, na página principal do Portal.
- Página da Lei de Acesso à Informação :para facilitar o registro de pedidos de acesso à informação e o acesso às informações que devem ser disponibilizadas nos sites dos órgãos e entidades, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (LAI), foi desenvolvida uma página específica para esses encaminhamentos. Também foram disponibilizados relatórios, cartilha e explicações sobre a LAI.

Destaca-se que, com essas melhorias, no mês de dezembro de 2019, foi registrado o recorde de visualizações de páginas do Portal. De acordo com os dados do Google Analytics, foram 394.657 visualizações, demonstrando um incremento de mais de 100% em relação ao mesmo período de 2018.

Gráfico: Visualizações de página do Portal da Transparência



Em 2019, o Portal da Transparência teve 373 mil usuários e 3.214.213 visualizações de páginas, 17% a mais que as visualizações registradas em 2018.

Outra ferramenta de transparência pública disponibilizada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal é o aplicativo Siga Brasília, onde estão disponibilizadas informações sobre despesas e receitas públicas, remuneração dos servidores, beneficiários de programas sociais e a escala dos profissionais de saúde. No exercício de 2019, o Siga Brasília contou com cerca de 2,8 milhões de visualizações de página e 66 mil usuários, 20% a mais que o número de usuários registrado em 2018, de acordo com os dados do Google Analytics.

Um dos aspectos previstos na Lei Distrital de Acesso à Informação – LAI/DF, nº 4.990/2012, é a adoção de meios eletrônicos para a disponibilização de dados públicos, que devem ser divulgados de forma que facilite sua reutilização e que permita o acesso simplificado para os seus usuários. Neste sentido, em 2017 foi instituída a Política de Dados Abertos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017. A CGDF é responsável pela gestão dessa política. Para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas sobre diversos temas em formato bruto e aberto, foi disponibilizado, em dezembro de 2017, o Portal de Dados Abertos do Distrito Federal (www.dados.df.gov.br).

Em 2019, o Portal de Dados Abertos registrou 177 mil visualizações de página e mais de 48 mil usuários, de acordo com os dados do Google Analytics. Estão disponibilizados, atualmente, 160 conjuntos de dados de diversos temas como educação, saúde, segurança, infraestrutura, orçamento e participação social.

O Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS, órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de acompanhamento das políticas de transparência e controle social, vinculado à Controladoria-Geral, tem como finalidade sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento do controle social e incremento da transparência na gestão do Poder Executivo Distrital.

Instituído por meio do Decreto nº 36.307, de 26 de janeiro de 2015, é composto por 17 (dezessete) conselheiros, todos representantes da sociedade civil, designados por decreto assinado pelo Governador do Distrito Federal. Em 2019 tomaram posse 12 instituições com seus respectivos titulares e suplentes e foram realizadas 10 reuniões do colegiado e foram submetidos 08 requerimentos aos diversos órgãos do GDF. A nova composição do conselho tomou posse em setembro e foram eleitos como presidente e vice-presidente do conselho os representantes do DF em Movimento e da Agenda 21.

Em 2019, a Controladoria-Geral promoveu ações com o objetivo de criar condições para o exercício de controle social sobre as ações e programas custeados/contemplados com recursos do Distrito Federal, partir da concepção e execução de dois projetos nominados como “De Olho na Saúde” e “De Olho na Educação – Jovem”. Os projetos possuem relevância por apresentarem como foco primário a capacitação de conselheiros de políticas públicas, estudantes, professores e cidadãos, a vivência de uma auditoria cívica e a possibilidade de diante dos problemas identificados intervir no cenário e melhorar os ambientes impactados pela política alvo do projeto e até da comunidade na qual àquela unidade de ensino ou saúde está inserida.

A saúde da população distrital depende diretamente da qualidade dos serviços oferecidos pelo Governo. Cumprindo o papel de fomentar o controle social, a Controladoria-Geral lançou em 2019 o projeto-piloto “De Olho na Saúde”, que visa integrar administrações regionais, os conselhos de saúde e os hospitais públicos do DF participantes. A partir da capacitação do público-alvo, visando a realização de auditorias cívicas em unidades de saúde, os quais produziram relatórios que identificaram diversos pontos de melhoria elencados pelos participantes e foram alvo de intervenções propostas e executadas por estes atores e consolidados pela administração pública.



Foto: de olho na Saúde

Destacam-se os seguintes dados acerca do projeto De olho na Saúde:

- Unidade de Saúde alvo do projeto piloto: Hospital da Região Leste – HRL.
- 4 Regionais Administrativas envolvidas: Paranoá, Itapoã, São Sebastião e Jardim Botânico.
- 4 conselhos de saúde envolvidos: conselho de saúde do distrito federal, conselho gestor de saúde do distrito federal, conselho gestor de saúde do Itapoã e conselho gestor de saúde de São Sebastião.

- 30 auditores cívicos capacitados dentre conselheiros, servidores das administrações regionais e cidadãos.
- 5 relatórios de auditoria produzidos (Centro Cirúrgico, Clínica Médica, UTI, Classificação de Risco e Farmácia).

O projeto De olho na Saúde contemplou as seguintes etapas

- Capacitação: O projeto tem seu início na capacitação de voluntários (conselheiros, servidores, cidadãos) para realização de auditorias cívicas.
- Engajamento: articulação, sensibilização e fomento ao envolvimento do público alvo e os órgãos e as entidades interessadas nas ações do projeto.
- Auditoria cívica: constitui a etapa inicial da participação cidadã. É uma ação exercida diretamente pelo cidadão organizado ou não que visa fiscalizar, questionar e cobrar com maior clareza e autonomia do poder público com vistas a principiar ações de melhoria para a política pública alvo da auditoria.
- Intervenção: após a realização de auditorias cívicas em unidades de saúde, atuar juntamente com a administração pública na consolidação e resolução dos apontamentos.
- Instrumento de monitoramento dos apontamentos levantados na auditoria cívica realizada: é o instrumento utilizado pelo cidadão para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Espera-se que, ao final do projeto, a população impactada pelas atividades do projeto seja capaz de:

- compreender e atuar no processo de gestão em saúde no DF;
- entender a sua relevância, impacto e aplicabilidade prática na vida do cidadão;
- conhecer os principais instrumentos de controle social;
- encontrar-se empoderada frente ao estado para criar e implementar os meios necessários à uma atuação civilista em suas comunidades e cidades;
- despertar o interesse da sociedade pela coisa pública de modo a entender seu papel e influência no processo decisório e no funcionamento do processo para melhoria de sua atuação profissional e consciência cidadã.

Destacam-se os seguintes resultados alcançados com o projeto:

- O Projeto Capacitou 30 Auditores cívicos em abril, dentre conselheiros de saúde, servidores das RA's do Itapoã, Paranoá, São Sebastião, Jardim Botânico, HRL, Secretaria de Saúde e população;
- Realizou Auditorias Cívicas na última semana de maio que culminou com a elaboração em junho de 05 relatórios de auditoria cívica realizados nas áreas Centro Cirúrgico, Clínica Médica, UTI, Classificação de Risco e Farmácia do HRL e um relatório geral de auditoria cívica, elaborado em julho.
- O Projeto contou ainda em julho com intervenções da comunidade participante do projeto direta e indiretamente com 2 dias de mutirão para conserto e reparo de equipamentos e mobiliário da unidade de saúde, revitalização das áreas pediátricas e adulto da classificação de riscos, ação social com parceiros do projeto nas áreas de odontologia, massagens, assistência jurídica, corte de cabelo.
- Campanhas de conscientização de pacientes de classificação verde;
- Publicização dos serviços prestados pelo hospital além de boas práticas (transparência). Após encerramento do projeto o GDF apoiou àquela unidade de saúde, com outras melhorias inclusive com divulgação em mídias sociais.

Outro projeto promovido pela Controladoria-Geral do Distrito Federal é o De Olho na Educação – Jovem. O objetivo do projeto é despertar nos estudantes da rede de ensino do Distrito

Federal, o interesse sobre a coisa pública e o controle de recursos públicos, para tanto, pretende estimular por intermédio do fomento ao controle social, os futuros cidadãos a se envolverem com as questões sociais e proporcionar uma formação crítica, criando o ambiente necessário para que tomem consciência de seus direitos e deveres. Espera-se, como resultado, que se tornem adultos atentos aos atos dos governos e aptos a exigir transparência e efetividade dos governantes, visando a prevenção e o combate à corrupção.

Por meio da metodologia de capacitação e "gameificação" é possível contribuir para além da formação acadêmica dos estudantes. A metodologia foca na formação dos valores e instrumentação necessários à cidadania ativa, no âmbito da formação cidadã com escopo principal do incremento ao controle social e programas educacionais efetivos. Tais programas contribuem para a construção de uma sociedade formada por pessoas solidamente arraigadas em valores morais e menos suscetíveis a serem corrompidas.

As edições anteriores do "Controladoria na Escola" se mostraram de grande valia na concepção do novo formato para o projeto "De Olho na Educação". O incremento no número de parceiros viabilizou o desenvolvimento de um projeto mais fluido e com economia de recursos econômicos por parte do Governo do Distrito Federal. Tal aumento de parcerias dá-se pela credibilidade que o projeto adquiriu ao logo das edições, tornando essa reformulação do projeto como um aprimoramento do escopo.



Destacam-se os seguintes dados acerca do projeto De Olho na Educação:

- Projeto piloto - 8 unidades de ensino e fábrica social
- 6 regiões administrativas envolvidas
- Mais de 1000 educandos capacitados
- Mais de 50 professores capacitados
- 220 estudantes envolvidos diretamente
- Mais de 5.000 estudantes envolvidos indiretamente

O projeto De olho na Educação contemplou as seguintes etapas:

- Metodologia de game: se vale do design de games e de elementos de ludificação para criar abordagens em contextos não gamificados de modo a gerar encorajamento e comportamentos nos alunos para que os mesmos atinjam metas que são apresentadas ao longo do projeto como desafios/tarefas. Esta metodologia é utilizada por levar os estudantes participantes do projeto na direção de assumir comportamentos individualmente e coletivamente benéficos.
- Execução de tarefas: atividade que compõe a sistemática de pontuação do prêmio, sendo de execução coletiva, com possibilidade de participação de todos os inscritos nas equipes, além da comunidade escolar a ser envolvida pelas referidas equipes. Pode ser concomitante a outra atividade.
- Auditoria cívica: modelo de auditoria norteada pela inclusão dos educandos no controle da gestão escolar, controle de gasto público e preservação do equipamento público, com o objetivo de avaliar uma situação ou condição no âmbito da comunidade escolar.

- Projeto de intervenção: atividade coletiva realizada a fim de mobilizar a comunidade escolar para apurar e identificar pontos de melhoria nas unidades de ensino e respectivas soluções, após a realização de auditoria cívica.
- Projeto de lei de iniciativa popular: instrumento no qual os educandos podem atuar na sugestão de criação de normas, propondo, assim, mudanças no funcionamento da estrutura sócio-política do Distrito Federal.
- Premiação dos melhores desempenhos: A título de motivação os melhores desempenhos foram premiados conforme o Edital nº 1/2019 que instituiu o prêmio.

Espera-se que, ao final do projeto, os seguintes benefícios:

- Educandos que assumam uma postura de protagonismo na escola, que se expressa no compromisso com a conservação do patrimônio público;
- Educandos e educadores íntegros em seus papéis escolares e como cidadãos;
- Conhecimentos e práticas de participação e controle social disseminado nas comunidades escolares;
- Educandos e Educadores com uma boa percepção do ambiente escolar;
- Educandos capazes de identificar as causas dos problemas de sua escola e dispostos a buscar soluções para eles;
- Comunidade escolar envolvida em projetos educacionais voltados ao exercício ativo da cidadania;
- Formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres; e
- Comunidade escolar empoderada com o conhecimento e uso de ferramentas de controle social e transparência.
- Fomentar a cultura da integridade nas escolas do Distrito Federal.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1683 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE CORREIÇÃO	%	10	31/12/2015	ANUAL	30	22	50	91,66	80	91,66	100	100	SUCOR/CGDF/ UO 45101/ OE 1 / UO 45101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Inobstante os esforços empreendidos por esta Controladoria no sentido de fomentar, orientar e recomendar os órgãos e entidades do DF sobre a necessidade de implantação das unidades correcionais, o resultado alcançado foi de 22,22% de instituição de unidades especializadas.</p> <p>2017 - O índice alcançado de 91,66% refere-se a 11 Órgãos da Administração Direta, de um total de 12 Órgãos. Dessa feita, foram implantadas 11 unidades especializadas de correição/comissões permanentes em Órgãos da Administração Direta.</p> <p>2018 - Meta cumprida: Foram identificados entraves para o cumprimento do objeto deste indicador se devem a fatores alheios à atuação desta Controladoria, haja vista que compete a este Órgão apenas fomentar, orientar e recomendar a implantação das unidades correcionais; enquanto que compete aos órgãos e entidades do DF a reestruturação física, a contratação ou a realocação de servidores que possuam os requisitos legais para atuação na área.</p> <p>2019 - Foram implantadas unidades de correição em 100% das unidades classificadas como de alta complexidade.</p>													
1681 - ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA CONSEQUENTES DE FALHAS GRAVES	%	-	31/12/2015	ANUAL	30	45	35	47	40	38	45	37,5	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1 / UO 45101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Meta atingida em 45,73%. O monitoramento das falhas de auditoria no exercício de 2016 obteve o quantitativo de 293 recomendações.</p> <p>2017 - 47% representa o total de 88 recomendações atendidas nos relatórios de auditoria de monitoramento. Esse resultado é a divisão de 88 por 187 (Total de recomendações nos relatórios de monitoramento).</p> <p>2018 - B) TOTAL DE RECOMENDAÇÕES NOS RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO/SAC'S ATÉ OUT/2017 = 374(A) TOTAL DE RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA DE MONITORAMENTO = 142(A/B %) = 38,0%</p> <p>2019 - Foram emitidos 66 Relatórios de Auditoria de Monitoramento. Do total de 560 recomendações monitoradas, decorrentes de falhas graves, obteve-se o percentual de 37,5% de recomendações atendidas (210). Registra-se que o pleno atendimento das recomendações por parte dos órgãos por vezes depende de atuações que extrapolam as capacidades de atuação dos próprios órgãos monitorados.</p>													
1684 - IMPLEMENTAÇÃO DE COMISSÃO DE ÉTICA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL	%	-	31/12/2015	ANUAL	30	87	50	96	80	100	100	100	SUCOR/CGDF/ UO 45101/ OE 1 / UO 45101 / OE 1
<p>Justificativa: 2016 - Foi estabelecido o indicador relativo à implementação de Comissões de Ética nos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do DF. Para tanto, os órgãos foram definidos como de alta complexidade. Destes órgãos, 87% já implementaram suas Comissões de Ética. Portanto, foi superada a meta estabelecida em 2016.</p> <p>2017 - O Indicador "Implementação de Comissão de Ética nos Órgãos e Entidades do DF" alcançou a meta de 96%, restando apenas o Departamento de Estradas de Rodagem do DF - DER/DF para implementar a referida Comissão de Ética. A Polícia Militar do Distrito Federal não se enquadra na legislação distrital, pois possui regimento próprio aplicado à Corporação, razão pela qual deixou de constituir a comissão de ética.</p> <p>2018 - Meta alcançada - Foram implementadas Comissões de Ética em 100% dos órgãos definidos como de alta complexidade.</p> <p>2019 - Foram implantadas comissão de ética em 100% dos órgãos classificados como de alta complexidade.</p>													
1680 - NÍVEL DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL NA AVALIAÇÃO IA-CM DO IIA, CONACI E BANCO MUNDIAL	NÍVEL	1	31/10/2015	ANUAL	2	1	3	2	3	2	2	2	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1 / UO 45101 / OE 1

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2016 - Para o atingimento do nível 2, há atividades remanescentes que se encontram em fase de revisão com previsão de entrega até 30/03/2017. Em 2016, não foi possível alcançar o nível 2, por conta de necessárias revisões de textos normativos que surgiram durante todo processo. 2017 - No ano de 2017 foram implantados 7 KPAs que correspondem a 50% do nível 3 do modelo IA-CM: Estrutura de Gestão da Qualidade; Informações de Custos; Planos de Auditoria baseados em risco; Relatório de Gestão de AI; Coordenação com outros Grupos de Revisão; Criação de Equipes e Competências; e Auditorias de Desempenho/Operacionais. 2018 - Até 31/10/2018 foram institucionalizados 10 processos chaves, que representam 67% do nível 3. 2019 - Houve alteração do índice desejado para 2019, por meio da publicação da Lei nº 6.447, de 23/12/2019. Tendo em vista a reavaliação do projeto e em razão da revisão do índice desejado, estão em andamento 15 projetos para institucionalizar os 15 processos chaves do nível 3 do modelo IA-CM.													
1682 - TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MATRIZES DE RISCO	%	-	31/12/2015	ANUAL	15	15	30	30	45	54	60	75.	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1 / UO 45101 / OE 1
Justificativa: 2016 - Foram entregues 3 matrizes de risco em 2016: HEMOCENTRO, SEAGRI e METRÔ-DF. 2017 - No ano de 2017 foram implementadas as matrizes nos seguintes Órgãos: SEMA, TERRACAP, SETUL E AGEFIS. Somadas às matrizes implementadas no ano de 2016 (HEMOCENTRO, SEAGRI e METRO), foram implantadas até o momento a metodologia de gestão de riscos em 7 unidades, num total de 24 unidades de alta complexidade do Poder Executivo do DF. Para o ano de 2018 o quadro de servidores da CGDF foi fortemente reforçado, o que deve ajudar no trabalho com fins de atingimento das metas para este ano. 2018 - Meta atingida: Até 31/12, foram implementadas matrizes de risco em 13 unidades (54%). 2019 - O índice de implementação de matrizes de risco atingiu 75% (18 das 24 unidades de alta complexidade). Em 2019, foram realizadas consultorias em cinco unidades participantes : SLU, PMDF, CEB-D, Secretaria de Justiça do Distrito Federal - SEJUS e IPREV.													
1685 - TAXA DE SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO DE OUVIDORIA	%	50	31/12/2015	MENSAL	55	56	56	58,25	58	70	60	69	OUVIDORIA GERAL/ CGDF/ UO 45101/ OE 1 / UO 45101 / OE 1
Justificativa: 2016 - O índice alcançado é de 56%. A satisfação foi medida pelo Sistema Informatizado de Ouvidoria - Ouv-DF, no qual o cidadão tem a opção de indicar se sua manifestação foi ou não resolvida. 2017 - A avaliação cidadã acerca das demandas de Ouvidoria é feita de forma automática no sistema informatizado de ouvidoria, disponível em www.ouv.df.gov.br, logo após o recebimento da resposta de sua demanda. O cidadão qualifica a resposta recebida como "resolvida" ou "não resolvida" e preenche uma pesquisa de satisfação com relação ao serviço de ouvidoria. Os dados apresentados são referentes ao período de janeiro a outubro de 2017. 2018 - O resultado alcançado aponta para o cumprimento da meta. 2019 - Meta atingida. Para o cálculo da satisfação com o serviço de ouvidoria do Distrito Federal em 2019 foram contabilizadas 37.293 respostas dos usuários na pesquisa de satisfação relacionada ao indicador													

Indicador: "Taxa de implementação de matrizes de risco"

Foram realizadas consultorias em cinco unidades participantes do grupo de 24 entidades definido como de alta complexidade:

- Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU
- Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF
- Companhia Energética de Brasília – CEB-D
- Secretaria de Justiça do Distrito Federal – SEJUS
- Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Distrito Federal – IPREV/DF (inicialmente vinculada como alta complexidade à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG)

Assim, dentro do grupo de unidades de alta complexidade estabelecido, alcançou-se em 2019 o índice de implementação de matrizes de risco de 75% (18 das 24 unidades de alta complexidade):



Indicador: "Implantação de unidades especializadas de correição"

Foram implantadas unidades de correição em 100% dos órgãos de alta complexidade. Em 2019, por ocasião da assunção do novo Governo do Distrito Federal, houve reestruturação de alguns órgãos, contudo nas referidas alterações permanecem as unidades de correição. Desta forma, na medição dos indicadores acima mencionados foram considerados os seguintes órgãos/entidades: Fundação Hemocentro de Brasília, Secretaria de Estado de Saúde; Secretaria de Estado de Educação; NOVACAP; Secretaria de Estado de Fazenda, atual Secretaria de Estado de Economia; Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura; METRÔ;

DER; SLU; DETRAN; CODHAB; Secretaria de Estado de Cultura; Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; AGEFIS, atual Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística; Polícia Militar; Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Polícia Civil; CEB; CAESB; e TERRACAP.

Indicador: “Implementação de comissão de ética nos órgãos e entidades do Distrito Federal”

Foram implantadas comissão de ética em 100% dos órgãos classificados como de alta complexidade.

Ressalte-se que alguns órgãos/entidades não fazem mais parte da estrutura administrativa do Distrito Federal, devido à reestrutura ocorrida no início do ano de 2019. Desta forma, na medição dos indicadores acima mencionados foram considerados os seguintes órgãos/entidades: Fundação Hemocentro de Brasília; Secretaria de Estado de Saúde; Secretaria de Estado de Educação; NOVACAP; Secretaria de Estado de Fazenda, atual Secretaria de Estado de Economia; Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura; METRÔ; DER; SLU; DETRAN; CODHAB; Secretaria de Estado de Cultura; Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; AGEFIS, atual Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística; Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Polícia Civil; CEB; CAESB; e TERRACAP.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	357686,0	403995,08	403995,00	356570,40
8384 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	357686,0	403995,08	403995,00	356570,40
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	357686,00	403995,08	403995,00	356570,40

Os colaboradores da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP que trabalham na Controladoria-Geral do Distrito Federal receberam capacitações, as quais foram promovidas de forma colaborativa e voluntária por servidores lotados nesta CGDF, com o objetivo de proporcionar novos aprendizados que auxiliem na ressocialização e formação dos prestadores de serviços, com a realização de 34 encontros, totalizando 44 horas/aula de capacitação nos temas:

- Técnicas de Estudo – Palestra
- Administração Pública Mapeada – Palestra
- Finanças pessoais - Palestra
- Noções de Direito Público - curso
- Educação financeira - curso
- Introdução à Língua Inglesa - curso
- Gestão da Produtividade e Organização do Tempo – curso

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	500000,0	900449,0	846453,30	846453,30
0042 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	500000,0	900449,0	846453,30	846453,30
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1490000,0	2535067,00	1970161,52	1970161,52
6968 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1490000,0	2535067,00	1970161,52	1970161,52
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1990000,00	3435516,00	2816614,82	2816614,82

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	500661,0	548161,00	524060,15	524060,15
9638 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	500661,0	548161,00	524060,15	524060,15
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	62744813,0	63566207,00	61606272,69	61603789,43
6996 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	62744813,0	63566207,00	61606272,69	61603789,43
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1221167,0	1278167,00	1189182,84	1189182,84
6991 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1221167,0	1278167,00	1189182,84	1189182,84
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	380193,0	276934,38	213998,00	201345,75
8681 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	380193,0	276934,38	213998,00	201345,75
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	5395,0	1495,0	1495,0
0029 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	5395,0	1495,0	1495,0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	64856834,00	65674864,38	63535008,68	63519873,17

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Controladoria-Geral do Distrito Federal promoveu parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas, com a finalidade de promover intercâmbio de boas práticas, fortalecer o relacionamento institucional, bem como capacitar servidores da CGDF, de outros órgãos e entidades públicas, bem como a sociedade em geral.

Em 2019, a Controladoria-Geral realizou 37 eventos institucionais, destacando-se a IV Semana de Controle Interno, Transparência, Ouvidoria e Correição da CGDF, realizada entre os dias 14 a 16 de maio de 2019, a V Semana de Integridade e Combate à Corrupção da CGDF, realizada entre os dias 02 a 05 de dezembro de 2019, como eventos para o público externo. Para o público interno, destacam-se a realização de eventos de datas comemorativas e a divulgação da estratégia institucional e resultados alcançados, no Balanço de Resultados da CGDF.

A Controladoria-Geral do Distrito Federal realizou ações para melhoria da qualidade de vida dentro do ambiente laboral, proporcionando condições de desenvolvimento pessoal do indivíduo. Manter a crescente transformação foi a proposta deste ano, permanecendo como diretrizes os aspectos Integração; Saúde e Alimentação Saudável e Responsabilidade Social. Assim, em 2019 foram desenvolvidas inúmeras ações de qualidade de vida objetivando ampliar o clima participativo, as perspectivas concretas de desenvolvimento pessoal, fortalecendo a identificação instituição-servidor, das quais se destacam:

- Integração: Prêmio Destaque CGDF, concurso fotografia, apresentações musicais, oficinas em geral, aulas de dança de salão, aulas de violão, bazar chique, dia do servidor, dia do estagiário e prestadores de serviços, dia da mulher, dia dos pais no estádio Mané Garrincha e dia das mães no Centro Cultural CCBB;
- Saúde e Alimentação Saudável: ginástica laboral, workshops de conscientização ao emagrecimento com saúde e cuidados com a vida, campanha de vacinação e palestras sobre saúde ocupacional e estresse;
- Responsabilidade Social: voluntariado em ações sociais, campanha de arrecadação de roupas e agasalhos, campanha de doação de sangue e Outubro Rosa.

Em fevereiro de 2019, foi realizada a regulamentação do Teletrabalho, iniciativa da qual participam 27 servidores. O resultado desse regime de trabalho consistiu em aumento de produtividade e economia para o órgão, aliado à qualidade de vida para os servidores participantes.

Quanto à capacitação de servidores, destaca-se a participação de 192 servidores na IV Semana de Controle Interno, Transparência, Ouvidoria e Correição da CGDF, 20 gestores no Curso de Desenvolvimento de Gestores Públicos com foco em Liderança, e 54 servidores na V Semana Integridade e Combate à Corrupção.

Foram promovidas, ainda, iniciativas de sensibilização dos servidores para formação de senso crítico no ambiente de trabalho voltado à sustentabilidade socioambiental. Foram realizadas campanhas e ações para economia de energia, de água e insumos de forma geral; exposição de imagens sobre o meio ambiente voltadas à reflexão, análise da redução das lâmpadas visando maior economia e utilização da luz natural, participação de servidores em eventos correlatos, aproveitamento do material de consumo em desuso para doação a órgãos e escolas e campanhas na intranet visando conscientização dos servidores/prestadores de serviço. Também foi realizado Evento Comemorativo ao "Junho Verde", incluindo palestra sobre a Coleta Seletiva Solidária, debates, distribuição de mudas de flores e visita ao centro de tratamento de resíduos sólidos.

Em atenção à edição do Decreto nº 40.291, de 28 de novembro de 2019, foram incorporadas à estrutura da Controladoria-Geral do Distrito Federal a atuação na área de Governança e de Compliance. Nessas temáticas, foi promovida, em dezembro de 2019, a 2ª reunião do Conselho de Governança para retomar a política de Governança Pública no Governo do Distrito Federal, em cumprimento ao Decreto n.º 39.736 de 2019.

Na temática de Ouvidoria, destacam-se as seguintes iniciativas:

a. Implementação da Pesquisa de Satisfação do OUV-DF via Atendimento na Central 162

Os cidadãos que utilizam o Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal – OUV-DF somente por meio da central telefônica 162 não tinham a possibilidade de acessar e responder as avaliações do sistema, bem como a pesquisa de satisfação existente, vez que as funcionalidades do sistema só permitiam este acesso se o cidadão estivesse logado em sua conta. Agora o sistema está preparado para que o operador da Central 162, após ler a resposta para o cidadão em contato, possa realizar com o ele a avaliação do resultado da manifestação e uma pesquisa de satisfação sobre o atendimento recebido na ouvidoria. Como ainda 50% dos usuários do sistema registram suas manifestações através da central 162, estima-se que a participação da sociedade nestas avaliações com a implementação desta ação irá aumentar significativamente este controle social.

b. Análise de Sentimento da Pesquisa de Satisfação do OUV-DF

O trabalho analisou os comentários livres das manifestações do Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal, com o objetivo de gerar informações que auxiliem no aprimoramento das ações da Controladoria-Geral do Distrito Federal e de outros gestores interessados. A base de dados analisada consiste em informações referentes a interações dos cidadãos com a Ouvidoria que também contém dados socioeconômicos dos cidadãos. Uma parcela das interações conta com o comentário feito pelo cidadão a respeito do serviço, objeto de análise principal desse trabalho. Foram avaliadas características textuais destes comentários assim como a sua polaridade, ou seja, se o comentário feito pelo cidadão era positivo, neutro ou negativo. Por fim, utilizou-se uma ferramenta que gera um resumo dos comentários referentes a um órgão. Este resumidor permite que o gestor tenha uma noção das manifestações feitas sobre o órgão de interesse lendo uma quantidade reduzida de comentários, permitindo economia de tempo dos gestores interessados e ganho de informação sobre os serviços realizados.

c. Portal Indicadores de Ouvidoria

Foi lançado o portal contendo nove Painéis de Monitoramento, totalizando 20 (vinte) Dashboards com mais de 70 (setenta) gráficos e relatórios combinados entre si por meio de uma ferramenta de Business Intelligence, a fim que essas informações de ouvidoria possam ser utilizadas efetivamente na gestão para que as análises das unidades das ouvidorias seccionais sejam mais tempestivas e assertivas em relação às demandas apresentadas em seus órgãos, subsidiando os processos de tomada de decisões, avaliação e formulação de políticas públicas.

d. Programa de Formação em Ouvidoria

A capacitação se deu através do Programa de Formação em Ouvidoria em parceria com a Escola de Governo do DF – EGOV. Foram oferecidas 16 turmas de capacitação, divididas em 6 cursos distintos dentro do Programa, nos quais 481 servidores concluíram seus cursos. Para atestar o nível de conhecimento técnico e a especialização dos profissionais que atuam nas Ouvidorias Públicas do DF, visando um melhor desempenho em suas atividades, demos continuidade nas emissões das Certificações em Ouvidoria Pública. Para obter a certificação o servidor precisa concluir todos os cursos do Programa de Formação em Ouvidoria do DF, somando 60 (sessenta) horas-aulas de capacitação na área. Em 2019, 28 servidores foram Certificados.

e. Curso de Formação em Ouvidoria – EAD

Foi lançado no dia 25 de setembro de 2019 o curso EAD da Ouvidoria, na plataforma de ensino à distância da Escola de Governo - EGOV. O curso contempla as principais noções de ouvidoria pública dentro do contexto do Distrito Federal, sendo um ensino dinâmico e efetivo a distância para os servidores públicos de todo o governo, buscando atrair novos servidores para atuarem nas áreas das ouvidorias, bem como capacitar servidores de outras áreas técnicas que se relacionem com os serviços das ouvidorias, além de facilitar o acesso a orientações e reciclagem para os que já atuam no sistema de ouvidorias do DF. Na primeira turma deste curso EAD, 106 servidores concluíram o curso.

f. 4ª Edição do Concurso “Melhores Práticas em Ouvidoria”

O Concurso tem objetivo de estimular, reconhecer, fortalecer e premiar iniciativas feitas pelas ouvidorias seccionais que compõem o Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal – SIGO/DF, buscando estimular a atuação dinâmica do Ouvidor para estabelecer um banco de boas práticas com inovação e replicabilidade entre as ouvidorias a partir de técnicas de Benchmarking, valorizando as experiências inovadoras dos integrantes da rede, com foco na melhoria continuada dos serviços públicos. Nesta edição foram inscritas 15 práticas inovadoras, onde foram premiadas as seguintes práticas inovadoras:

- “Ouvidoria de mãos dadas com a inclusão” da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF – SEEL/DF
- “SEJUS mais perto do cidadão” da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF – SEJUS/DF
- “A ouvidoria da Saúde vai até você” da Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF

g. 2º Prêmio OGDF de Melhor Desempenho

A premiação tem objetivo de estimular, reconhecer, fortalecer e premiar as ouvidorias que apresentarem o melhor desempenho, considerando também a percepção do cidadão. Foram avaliados vários indicadores de desempenho com base na legislação relacionada à ouvidoria e perspectiva do cidadão conforme pesquisa de satisfação respondida por meio do Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal – Ouv-DF. Este prêmio faz parte da iniciativa de Fortalecimento do Programa de Desempenho do Sistema de Ouvidoria do DF descrito no Plano Estratégico do DF 2019-2023. Os Órgãos que compõem o Sistema de Gestão de Ouvidorias do DF – SIGO-DF foram divididos em três categorias de acordo com o volume de manifestações recebidas onde as três melhores ouvidorias classificadas de cada categoria foram premiadas, sendo elas:

- a) CATEGORIA 1: ouvidorias que receberam de 10 a 39 manifestações por mês, em média:
- Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI-DF;
 - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF – Emater-DF;
 - Administração Regional da Candangolândia;
- b) CATEGORIA 2: ouvidorias que receberam de 40 a 149 manifestações por mês, em média:
- Administração Regional de Taguatinga;
 - Fundação Hemocentro de Brasília – FHB;
 - Administração Regional do Riacho Fundo II;
- c) CATEGORIA 3: ouvidorias que receberam a partir de 150 manifestações por mês, em média:
- Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB;
 - Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF;
 - Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF – SEMOB-DF;

h. Atendimento da Ouvidoria por meio do APP “e-GDF”

O App “e-GDF” foi desenvolvido a partir do Banco de Dados do Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal - Ouv-DF para disponibilizar ao cidadão uma central com serviços oferecidos pelos diversos órgãos do Distrito Federal, onde através da interface com o Ouv-DF possibilita ao cidadão o registro manifestações de ouvidoria no próprio App. Em 2019, foram registradas 752 manifestações pelo aplicativo.

i. Ouvidoria Itinerante

O Projeto visa facilitar a comunicação entre a sociedade e a Administração Pública Distrital, percorrendo as Regiões Administrativas, participando de atividades, de eventos e se fazendo presente onde a população está. Este formato de atendimento possibilita novos meios de conhecer as necessidades locais e, a partir disso, traçar diagnósticos que impliquem na promoção de políticas públicas que atendam às necessidades sociais. Em 2019 foram realizados 37 eventos de ouvidorias itinerantes com 757 registros formais de manifestações, onde todas foram respondidas com o percentual de resolatividade de 55% na avaliação cidadã.

j. Legislação para priorização das demandas de Ouvidoria no DF - Decreto nº 39.723 de 19 de março de 2019.

Foi confeccionado, editado e publicado decreto pelo governado que estabelece medidas, no âmbito do Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal – SIGO-DF, para garantir a efetividade da participação popular no aprimoramento dos serviços públicos prestados pela Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal além de dar outras providências, tais como:

- Forma de provimento dos cargos de ouvidores baseados em critérios técnicos profissionais;
- Caracterização de ocorrências ou situações graves em relação às demandas registradas no Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal - SIGO/DF - Portaria nº 342/2019 - CGDF;
- Avaliação do sistema informatizado OUV-DF para torná-lo mais acessível e amigável quando da utilização pelo cidadão;

k. Avaliação do Sistema Informatizado de Ouvidoria – OUV-DF pelo cidadão

Visando atender o disposto no artigo 9º do Decreto nº 39.723/2019 foi realizada a avaliação mediante utilização de questionários avaliativos e levantamentos no próprio sistema OUV-DF de apontamentos de melhorias no sistema nas manifestações registradas ao longo de sua existência. Em resumo, após 600 questionários enviados aos usuários do OUV-DF com maior número de manifestações registradas, 21 questionários enviados a usuários que até então não conheciam o sistema e ainda 407 manifestações que citaram no relato o sistema informatizado de ouvidoria, destacamos que 88% dos respondentes consideram a versão atual do sistema OUV-DF acessível, 82% o consideram amigável e 96% se dizem satisfeitos com o OUV-DF.

l. Emissão de Relatórios Gerenciais de Ouvidoria trimestralmente para os Titulares dos Órgãos e Entidades da Rede SIGO-DF

Visando atender o disposto no artigo 2º do Decreto nº 39.723/2019, foi desenvolvido um relatório com ferramenta de Business Intelligence destacando as principais reclamações, denúncias e solicitações de serviços de todos os órgãos da Administração Pública Distrital Direta e Indireta, balizadas pela caracterização de ocorrências ou situações graves em relação às demandas registradas no Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal - SIGO/DF (Portaria nº 342/2019 – CGDF). Estes relatórios foram encaminhados trimestralmente aos gestores máximos de todos os órgão e entidades em questão visando o aprimoramento dos serviços públicos prestados à população do DF.

m. Relatório Socioeconômico com o Perfil dos Usuários do SIGO-DF

O objetivo deste trabalho, por meio das análises apresentadas, gráficos, dados e informações é conhecer mais de perto os usuários das Ouvidorias de todos os Órgãos, Administrações e Entidades Públicas do DF.

Desta forma, o perfil socioeconômico dos usuários do SIGO/DF, segundo estudo do ano de 2018, em resumo é:

- Na sua maioria é de mulheres;
- Cidadãos entre 34 a 45 anos de idade;
- Com o ensino médio completo;
- Preferem registrar suas demandas por meio do telefone;
- Pardos;
- Com faixa de renda de até 1 salário mínimo;

n. Programa Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado por todas as instituições do GDF, onde é informado ao cidadão quais são os serviços prestados pelo órgão, como é possível solicita-los e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

Em 2019 o monitoramento evolutivo do programa foi fundamentado em três vertentes: (i) Atualização e formalização (GT publicado no DODF) de equipe responsável pelo

monitoramento interno das Cartas de Serviços de cada órgão; (II) identificação da visão dos cidadãos sobre as Cartas de Serviços mediante realização de pesquisas de satisfação disponibilizada em todos os sítios institucionais e no OUV-DF; (III) Monitoramento dos Indicadores de Desempenho das Cartas de Serviços.

Sobre o monitoramento destes indicadores, observa-se que, dos cidadãos que responderam às pesquisas sobre a Carta de Serviços, 63% informaram que tem conhecimento da existência destas nos sites dos órgãos do GDF. Em atenção à clareza das informações constantes destes documentos, 95% se mostram satisfeitos com o conteúdo apresentado. Em relação à adequação dos Requisitos das Cartas de Serviços, destaca-se que 78% das cartas do DF estão conforme a legislação do DF. O sucesso deste programa se justifica pelos mais de 6,5 milhões de acessos as Cartas de Serviços do GDF em 2019.

Desta forma, em 2019 foram cadastrados 79.441 novos usuários no sistema OUV-DF, com 230.543 novas manifestações registradas, onde 41% destes usuários tiveram 100% de seus problemas resolvidos além dos 69% que estão satisfeitos com o serviço prestado pela ouvidoria e 76% dos usuários recomendam a utilização das ouvidorias do Distrito Federal, reforçando a confiança no sistema.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Controladoria-Geral do Distrito Federal alcançou destaque nos resultados apresentados durante o ano de 2019 na atuação das suas macrofunções de controle interno, correição, transparência e combate à corrupção e ouvidoria de atuação. Contudo, identificaram-se as seguintes dificuldades e problemas que interferiram na realização de suas atividades.

Quanto ao Controle Interno, observa-se a insuficiência de força de trabalho para atender tempestivamente a todas as demandas por ações de controle, necessidade de evolução no Sistema de Gestão de Auditoria do Distrito Federal – SAEWEB, a ausência de programa de capacitação continuada para os Auditores e Inspectores de Controle Interno, bem como um melhor alinhamento de algumas atividades com as normas internacionais de auditoria interna.

Diante das dificuldades e problemas identificados, as perspectivas para a temática de Controle Interno para 2020 são as seguintes: proposta de realização de concurso público para a Carreira Auditoria de Controle Interno, realização de melhorias no SAEWEB, oferecimento de capacitação aos auditores e inspetores, bem como a institucionalização de 13 processos-chaves do nível 3 do modelo IA-CM, de forma a aumentar o nível de alinhamento às normas internacionais de auditoria interna.

Na temática de Correição, o maior entrave encontrado continua sendo o reduzido quadro de servidores que permanecem enfrentando elevada sobrecarga de trabalho para desempenhar as diversas atribuições no tocante à condução dos procedimentos de apuração, supervisão, orientação, capacitação, normatização e inspeções, sempre visando coibir a prática de irregularidades no âmbito da Administração Pública Distrital.

Assim, considerando o enfoque na atuação preventiva, no ano de 2020, a Controladoria Geral, enquanto Órgão Superior do Sistema de Correição pretende executar as seguintes ações: aumentar a quantidade de servidores capacitados pela própria Controladoria-Geral na temática de procedimentos disciplinares, tomada de contas especial, com o lançamento do curso EAD em Tomada de Contas Especial – módulo I e II, instrução prévia e execução de TCE, regulamentar o fluxo dos processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas, atuar junto aos gestores para implementar, no âmbito dos respectivos órgãos/entidades, estrutura correcional e de tomada de contas especial, e lançar o Portal de Correição.

Quanto à temática de Ouvidoria, destaca-se a superação de todas as metas de indicadores estabelecidos nos diversos instrumentos de planejamento, e o crescimento de 20% nos registros de manifestações em relação ao ano anterior. Os números apresentados

estabelecem novo recorde de registros, consolidando assim a confiança que os cidadãos do Distrito Federal possuem atualmente no sistema de ouvidoria.

A Controladoria-Geral do Distrito Federal, como órgão superior e normativo do SIGO-DF, editou o Decreto nº 39.723/2019 com estabelecimento de medidas para garantir a efetividade da participação popular no aprimoramento dos serviços públicos prestados pela Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal através das ouvidorias. No decreto são tratadas, dentre outras, questões de priorização das demandas de ouvidoria, assuntos mais recorrentes, previsão de ocorrências ou situações graves em relação a estas demandas, bem como obrigatoriedade dos dirigentes máximos dos órgãos relatarem providências adotadas a estas ocorrências e situações e indicações aos cargos de ouvidores por parte do Controlador-Geral.

Como perspectivas para 2020 para a temática de Ouvidoria, esta Controladoria-Geral está focada em dar continuidade aos programas que executa e às principais entregas:

- Fortalecimento do Programa de Desempenho do Sistema de Ouvidoria do DF
- Programa de Integridade no Sistema de Gestão de Ouvidorias do DF – SIGO-DF
- 5ª edição do Concurso “Melhores Práticas em Ouvidoria”
- Prêmio OGDF de Melhor Desempenho – 2020
- Portal de Transparência Ativa em Ouvidoria
- Ouvidoria Itinerante
- Ampliação do curso EAD da Ouvidoria
- Capacitação do Call Center 162
- Programa de Formação Continuada em Ouvidoria
- Programa Carta de Serviços ao Cidadão

Evidencia-se que todas as ações, projetos e programas executados durante o ano de 2019 corroboram para que os cidadãos do DF exerçam sua participação e controle social, registrando solicitações, reclamações e denúncias, além de interagirem com o sistema através de pedidos de informações, sugestões e elogios.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Legislação:

A Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF é regulada pelas Emendas Constitucionais 69 e 74 e pela Lei Complementar Federal nº 80/1994, que lhe asseguram autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º da Constituição Federal. Anteriormente denominada de Centro de Assistência Jurídica do Distrito Federal – CEAJUR/DF, a DPDF também é regulada pela Lei Complementar Distrital nº 828, de 26 de julho de 2010, publicada no DODF nº 143 de 27 de julho de 2010, e está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o número 12.219.624/0001-83

Cumprir esclarecer que o decreto nº 31.654, de 06 de maio de 2010, publicado no DODF nº 91 de 13 de maio de 2010, Seção I, previu a alteração da estrutura do CEAJUR/DF, sem aumento de despesas, e em seu Parágrafo Único do Art. 1º estabeleceu que até a criação da unidade orçamentária própria e a completa estruturação da Unidade de Administração Geral, a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal daria suporte ao Órgão nas áreas administrativa, financeira, orçamentária, patrimonial e contábil.

A Unidade Orçamentária da DPDF teve sua criação por meio da Lei nº 4.489, de 14 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF nº 135, de 15 de julho de 2010, Seção I, pág.3.

Contudo, a emenda à Lei Orgânica nº61, publicada no DODF nº 254, de 17 de dezembro de 2012, transformou o Centro de Assistência Jurídica do Distrito Federal – CEAJUR/DF em Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, mantendo a finalidade da prestação de assistência jurídica gratuita e integral a quem comprovar insuficiência de recursos.

Competências:

A Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF é a instituição Estatal responsável pelo cumprimento do dever constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita à população carente ou vulnerável que não tenha condições financeiras de pagar as despesas destes serviços.

O Artigo 134 da Constituição Federal estabelece que a “Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art.5º, LXXIV”. Esse inciso estabelece que o “Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Conforme expressão da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública – LONDP (Lei Complementar 80, de 12 de janeiro de 1994), a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos (artigo 1º), incluindo, dentre seus objetivos, a primazia da dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais e a prevalência e efetividade dos direitos humanos (artigo 3º-A).

Dentre as funções institucionais da Defensoria Pública, destacamos a de “promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes” e a “promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela”, consoante prevê expressamente os incisos VII e X do artigo 4º da LONDP.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	18	39	34	503	594
Comissionados sem vínculo efetivo	42	122	0	0	164
Requisitados de órgãos do GDF	20	2	27	41	90
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	217	342	559
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	6	6
Terceirizados (FUNAP)	0	0	22	0	22
Outros - especificar	0	0	0	1.200	1.200
Subtotal	80	163	300	2.092	2.635
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	11	8	19
Total Geral	80	163	289	2.084	2.616

Outros - especificar: Serviço Voluntário de Colaboradores. Esse quantitativo reflete um número aproximado e constitui uma atividade esporádica. Dessa forma, não se trata de uma força de trabalho de caráter contínuo e permanente.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4126 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	90000,0	90000,0	78260,76	78260,76
0002 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	90000,0	90000,0	78260,76	78260,76
4129 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA	60000,0	25000,0	18613,44	18613,44
0001 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	60000,0	25000,0	18613,44	18613,44
3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	4500000,0	5895000,00	1833804,05	1654824,50
9630 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	4500000,0	5895000,00	1833804,05	1654824,50
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	10000,0	0,0	0	0
8757 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-DEFENSORIA PÚBLICA - INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	8000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8758 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-DEFENSORIA PÚBLICA - UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	2000,0	0,0	0	0
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	30000,0	30000,0	17220,0	17220,0
2259 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	30000,0	30000,0	17220,0	17220,0
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	800000,0	480000,0	468238,73	426238,73
8387 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	600000,0	280000,0	268238,73	226238,73
8555 - Fortalecimento das ações de apoio ao Interno e sua família	200000,0	200000,0	200000,00	200000,00
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	5490000,00	6520000,00	2416136,98	2195157,43

Realizações:

- Ampliação do escopo e das atividades da Escola de Assistência Jurídica – EASJUR;
- Manutenção do contrato com empresa especializada na realização de exames de DNA;
- Modernização e reaparelhamento da DPDF, destacando-se abaixo as principais aquisições:
 - 7 veículos por meio do convênio DPDF-MJ (Ministério da Justiça);
 - 8 servidores de rede;
 - 396 microcomputadores;
 - 720 Monitores de Vídeo;
 - 30 impressoras térmicas
 - 35 televisores LED 50" com suporte de parede/teto;
 - 100 armários tipo 'Alto Duas Portas' por meio do convênio DPDF-PROCON;
 - 40 Armários tipo 'Extra-Alto Duas Portas' por meio do convênio DPDF-PROCON;
 - 150 cadeiras do tipo 'Empilhável em Polipropileno Sem Braços' por meio do convênio DPDF-PROCON;
 - 1.475 lâmpadas de LED;
 - 130 luminárias.
- Contratação de Consultoria Especializada, mediante o regime de execução por preço global, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Distrito Federal visando à modernização através da gestão estratégica, gestão de processos e conhecimento;
- Fortalecimento das ações de apoio ao interno e sua família com o emprego de 25 ressocializando da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF – FUNAP;

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1559 - ATENDIMENTOS REALIZADOS	UNIDADE	440.000	31/12/2014	ANUAL	500.000	479525	600.000	334.100	700.000	330.670	800.000	362.601	DPDF / UO 48101 / OE 6 / UO 48101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: atendimento externo, atendimento idoso, atendimento psicológico, atendimento servidor, atendimento social, atendimento vítima doméstica e visitas; também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça onde, a Defensoria prestava serviço em torno de 60% da capacidade das Varas, e com as medidas implantadas no ano 2016, a capacidade aumentou para 94%.</p> <p>2017 - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando as seguintes variáveis dos dados estatísticos: atendimento externo; atendimento ao idoso; atendimento psicológico; atendimento ao servidor; atendimento social; atendimento a vítima doméstica e visitas. Também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça em que a Defensoria prestava serviço. Considerando que o valor desejado foi superestimado, mesmo assim, alcançou índice de 55,5%.</p> <p>2018 - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando os seguintes tipos de atendimento: social, psicológico, externo, ao idoso, ao servidor, à vítima social. Também contabiliza as visitas realizadas e o atendimento nas Varas do Tribunal de Justiça em que a Defensoria presta serviço. Considerando que o valor desejado foi superestimado e que houve redução no efetivo de defensores públicos, o quantitativo manteve-se em nível semelhante ao exercício anterior.</p> <p>2019 - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral e também contabiliza as visitas realizadas e o atendimento nas Varas do Tribunal de Justiça em que a Defensoria presta serviço. Considerando que o valor desejado foi superestimado e que houve redução de dois servidores no efetivo de defensores públicos, aliado ao incremento no número de estagiários, pode-se considerar que houve substancial ganho de eficiência nos atendimentos por defensor e/ou aumento na demanda pelos serviços da Defensoria.</p>													
1557 - NÚMERO DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	UNIDADE	1.123	31/12/2014	ANUAL	2.000	1.465	2.200	1.610	2.400	29.556	2.600	10.657	DPDF / UO 48101 / OE 6 / UO 48101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - No exercício de 2016 houve aumento no número de atuação extrajudicial em razão da capacitação de Mediadores pela Escola da Defensoria Pública, bem como das inovações trazidas pelo novo Código de Processo Civil - CPC, refletindo assim na celeridade do processo.</p> <p>2017 - Atuação extrajudicial para resolução dos conflitos depende da atuação de mediadores e conciliadores, bem como da vontade das partes. Considerando o índice estabelecido, como desejado, foi alcançado 73,5%.</p> <p>2018 - O incremento substancial no valor apurado decorre principalmente de dois fatores: primeiramente, o desenvolvimento de uma sistemática apropriada para mensuração desse dado, o que denota que a meta encontrava-se subestimada, e, em segundo lugar, o esforço e as medidas adotadas pela administração da Defensoria com o objetivo de ampliar o atendimento voltado à solução da problemática de modo extrajudicial.</p> <p>2019 - A partir deste ano, a Defensoria ampliou substancialmente o uso de meios virtuais de contato com o assistido, como a utilização de aplicativos de mensagem. O aumento do índice de acordos sugere que houve subnotificação das intervenções realizadas virtualmente para a resolução extrajudicial do conflito, o que levou à alteração da metodologia de coleta de dados. Ademais, o investimento em cursos de capacitação de conciliadores levou à maior eficiência na realização de acordos.</p>													
1556 - ÍNDICE DE ACORDOS REALIZADOS	%	0	31/12/2016	ANUAL	10	0,02	11	1,21	12	1,24	13	1,52	DPDF / UO 48101 / OE 6 / UO 48101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - O índice estabelecido, como desejado, foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria, que além dos ajuizamentos de petições, também, prestamos atendimentos de orientação jurídica, bem como outros processos onde o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc).</p> <p>2017 - O índice estabelecido como desejado foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria que, além dos ajuizamentos de petições, também presta atendimento de orientação jurídica, em que cabe à vontade das partes realizar ou não os acordos, bem como os processos em que o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc)</p> <p>2018 - O índice estabelecido como desejado foi superestimado em razão de não contemplar todos os serviços prestados pela Defensoria que, além dos ajuizamentos de petições, também presta atendimento de orientação jurídica, em que cabe à vontade das partes realizar ou não os acordos. Deve-se destacar também que há processos em que o acordo não é juridicamente permitido (ex: criminal, execução penal, etc).</p> <p>2019 - O índice estabelecido como desejado foi superestimado e cabe destacar que a realização de acordos cabe à vontade das partes e que há processos onde o acordo não é juridicamente permitido (ex: criminal, execução penal, etc). Entretanto, deve-se destacar o incremento substancial de 22,5% no número de acordos realizados em relação ao ano anterior, indicando um claro avanço no objetivo de se trabalhar em prol da redução no ajuizamento de ações e da mais célere resolução dos casos.</p>													
1558 - ÍNDICE DE JUDICIALIZAÇÃO	%	0	31/12/2014	ANUAL	18	12	17	7,42	16	9,33	15	7,01	DPDF / UO 48101 / OE 6 / UO 48101 / OE 6
<p>Justificativa: 2016 - Fundamenta-se no número de processos autuados, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame, iniciais medicamentos, iniciais propostas, iniciais tratamentos, iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 18% sobre o total de atendimento, no entanto, a meta ficou abaixo do previsto, em 12%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais autuados no ano de 2016.</p> <p>2017 - Fundamenta-se no número de processos autuados, considerando as seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame; iniciais medicamentos; iniciais propostas; iniciais tratamentos; iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 17% sobre o total de atendimento; no entanto, a meta ficou melhor do que o previsto, em 7,5%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais autuados no ano de 2017.</p> <p>2018 - Fundamenta-se no número de processo autuados, considerando os seguintes dados: iniciais exames, iniciais medicamentos, iniciais propostas, iniciais tratamentos, iniciais UTI e proposituras. O índice apurado em 9,33% foi substancialmente melhor que a meta prevista de 16% sobre o total de atendimento, podendo ser explicado pelo excelente serviço prestado pela Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos autuados no ano de 2018.</p> <p>2019 - Fundamenta-se no número de processo autuados. Considerando o viés de quanto menor o valor, melhor o resultado, o índice apurado ficou abaixo de 50% do previsto e ainda representou uma redução de quase 25% sobre o apurado no exercício anterior, atestando pela qualidade do serviço prestado e indicando continuidade e sucesso no esforço para se reduzir o número de processos autuados e ganhar celeridade na resolução dos casos.</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	3000000,0	7611000,0	7610883,21	7610883,21
0007 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	7611000,0	7610883,21	7610883,21
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5700000,0	3475000,0	3334671,99	3324364,21
7028 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	5700000,0	3475000,0	3334671,99	3324364,21
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	8700000,00	11086000,00	10945555,20	10935247,42

Realizações:

- Quitação do passivo de Licença Prêmio por Assiduidade (LPA), devida a 58 Servidores e Defensores Públicos, referente às aposentadorias e pensões ocorridas no período entre 21/07/2017 e 14/11/2019.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	5800000,0	5270003,0	5270000,00	4726518,76
0008 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	150000,0	150000,0
0010 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-Concessão de bolsa de estágio-DISTRITO FEDERAL	0	150000,0	150000,0	0
9623 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	4500000,0	4220000,0	4220000,00	3826518,76
9644 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	500000,0	500003,0	500000,00	500000,00
9645 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	300000,0	0,0	0	0
9646 - Concessão de Bolsa Estágio - Defensoria Pública do Distrito Federal	500000,0	0,0	0	0
0011 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	250000,0	250000,0
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	201000,0	1000,0	308,0	0
6008 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	201000,0	1000,0	308,0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	179741453,0	180430453,0	180009170,67	180006529,46
8711 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	179741453,0	180430453,0	180009170,67	180006529,46
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	8152252,0	5077252,0	4928048,53	4925590,53
9549 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	8152252,0	5077252,0	4928048,53	4925590,53
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	7194152,0	7289184,00	6950925,51	6539074,68
9632 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	7194152,0	7289184,00	6950925,51	6539074,68

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1800000,0	1680000,0	1549940,73	1479523,52
2626 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	1800000,0	1680000,0	1549940,73	1479523,52
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	200000,0	50000,0	36722,0	36722,0
0079 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	200000,0	50000,0	36722,0	36722,0
TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	203088857,00	199797892,00	198745115,44	197713958,95

Realizações:

- Contratação de 110 novos estagiários, totalizando 550 vagas (125 de nível médio e 425 de nível superior), ampliando assim a capacidade de atendimento à população e propiciando oportunidade de emprego e capacitação profissional para jovens estudantes;
- Concurso para Defensor Público com expectativa de nomeações a partir de abril de 2020;
- Nomeação de 1 servidor da carreira Defensor Público do Distrito Federal por força de decisão judicial;
- Contrato de manutenção dos aparelhos de ar condicionado em todos os ambientes da Defensoria Pública;
- Realização de novos contratos de locação de imóveis para o NAJ (Núcleo de Assistência Jurídica) São Sebastião e para o NAJ Infância e Juventude.
- Manutenção dos contratos de locações de imóveis para a Sede DPDF (que também abarca o NAJ Direitos Humanos e a Ouvidoria), o Núcleo de Atendimento Integrado da Defensoria Pública do DF, o NAJ Sobradinho, o NAJ Planaltina e o NAJ Taguatinga.
- Convênio de Patrocínio Coletivo Empresarial com a Fundação Assistencial dos servidores do ministério da Fazenda – ASSEFAZ. Objeto: ingresso de servidores ativos ou inativos e seus respectivos dependentes e agregados do grupo familiar definidos, bem como aos pensionistas, a possibilidade de ingresso nos Planos de Saúde da ASSEFAZ;
- Termo de cooperação Técnica nº 01/2019 – DPDF e PROCON. Objeto: aquisição de mobiliário, livros para consulta, equipamentos e serviços para produção de vídeos e soluções tecnológicas, mediante a transferência de recursos financeiros provenientes do orçamento do Fundo de Direitos do Consumidor do Distrito Federal – FDDC/DF, aprovado pelo Conselho de Administração do Fundo de Defesa do Consumidor do DF – FDDC/DF;
- Manutenção de contratos de serviços para: Telefonia Fixa Comutada; Telefonia Móvel - Voz e Dados; Produtos Postais; Transmissão de Dados com Tecnologia MPLS; Manutenção Aparelhos de Ar-Condicionado; Impressão/cópias, com fornecimento de equipamentos novos; Telecomunicação (link de internet); Chaveiro (fechaduras e cadeados); Manutenção técnica e ampliação da solução de telefonia (central telefônica); Licença de uso de ferramenta on-line de pesquisa e comparação de preços; Controle de Vetores e Pragas urbanas, denominados desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento; Serviços gráficos; Certificação Digital; Antivírus e Solução Integrada de Firewall;
- Fornecimento e implantação de Solução Integrada de Gestão de Pessoas, objetivando automatizar as rotinas e processos de trabalho da área de gestão de pessoas;

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Escopo de Atendimento Social:

Atuação em 80% das unidades jurisdicionais, incluindo Núcleos Locais em todas as Regiões Administrativas que contam com Fórum Judicial (Águas Claras, Brasília, Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga).

Atuação nos variados ramos do Direito incluindo Núcleos Especializados em causas da Infância e Juventude, da Saúde, do Consumidor, da Mulher, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, das Vítimas de Preconceito Racial, Religioso e LGBTfobia, das Pessoas em Situação de Rua e das Pessoas em Situação de Cárcere.

Promoção da difusão e da conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, por meio de cursos, palestras, oficinas e rodas de discussão, em especial por meio da Escola de Assistência Jurídica – EASJUR.

Entre as novas realizações de 2019 destacam-se:

- A informatização de atividades da Escola por meio do sítio eletrônico escola.defensoria.df.gov.br, que agora dispõe de um sistema que proporciona uma experiência on-line desde a inscrição até o certificado, já tendo mais de 60 atividades assim gerenciadas. Com apenas um cadastro e a partir de poucos cliques, o usuário pode explorar as atividades, realizar a sua inscrição, verificar o status, acompanhar a frequência na atividade, responder avaliação e retirar certificado.
- Desenvolvimento do Sistema Integrado de Trabalho (SIT), que propõe um fluxo eletrônico de alimentação coletiva de documentos jurídicos de todas as espécies que possam contribuir para o trabalho dos integrantes da instituição em qualquer núcleo de atuação.
- Lançamento da primeira revista impressa da Defensoria Pública do DF com chamadas de artigos para a comunidade acadêmica.
- Inauguração do laboratório de inclusão digital, qualificação profissional tecnológica e cidadania, fruto de parcerias que promoveram 800 horas de capacitação.

No ano de 2019, outro marco deve ser ressaltado. A partir da política institucional de cooperação e gestão colaborativa, alcançou-se a marca de 235 bolsas de estudos ofertadas para qualificação acadêmica, aperfeiçoamento profissional e curso de ensino superior, que foram destinadas a defensores, servidores e colaboradores da instituição e à população do DF. Importa ressaltar que todas as bolsas foram obtidas sem a necessidade de repasse ou investimento público financeiro a partir de cooperações com diversas instituições de ensino. As bolsas destinadas a servidores e defensores públicos resultaram, assim, em mais de mil horas de contrapartida social e de colaboração extrajudicial no âmbito da DPDF.

O programa de interação acadêmica também agregou sobremaneira à política de atendimento, relacionamento e resolução extrajudicial de controvérsias. Com o auxílio da academia, desenvolveu-se o Programa de Atendimento Integrado (PAI), que já resultou na solução de centenas de casos. Por meio do programa, após capacitação de parte dos conselheiros tutelares e líderes comunitários do DF, o queroconciliar@defensoria.df.gov.br constitui um canal direto de encaminhamento de casos prioritariamente relacionados à criança e ao adolescente pelos conselheiros tutelares do DF e pelos próprios núcleos da DPDF – via formulário padrão – à equipe de mediação da instituição.

Destacam-se, também, os programas sociais já consolidados e desenvolvidos no âmbito da escola e que trouxeram significativos avanços para a população do Distrito Federal: Projeto Conhecer Direito e Acessível, Projeto Direito para Liberdade, o Programa Comunicação Restaurativa, o Programa Cidadania Bilíngue, o Programa de Interação Acadêmica, o Programa Meu Condomínio Legal.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Dificuldades:

- Carência de Pessoal no Quadro da DPDF, uma vez que a Defensoria foi criada em 2012, e na condição de órgão recém-criado, promoveu aproveitamento de pessoal oriundos de outros órgãos administrativos do GDF, e realizou apenas 2 concursos para o cargo de Defensor (atividade fim) e 1 concurso para o provimento de cargo de Analista Judiciário;
- Falta de edificação própria para Sede Administrativa da DPDF e para os diversos Núcleos de Atendimento Jurídicos - NAJ (alguns desses núcleos funcionam em espaços cedidos provisoriamente pelo TJDF e pela Câmara Legislativa do DF);
- Aumento de despesa com aluguéis devido à perda de espaços cedidos pelo TJDF para instalação de NAJs em decorrência da necessidade de ampliação das atividades do próprio Tribunal;
- Dar continuidade ao processo de Modernização e Integração dos Sistemas de Informação.

Perspectivas:

- Implantar o Programa de Modernização da DPDF;
- Implantar sistema de atendimento ao público, gerenciamento de processos e acompanhamento de atos processuais, em meio eletrônico;
- Implantar sistema de gestão de pessoas, em meio eletrônico;
- Nomear 20 defensores públicos;
- Realizar concurso para provimento de 60 cargos de analistas de apoio à assistência judiciária;
- Nomear 60 analistas de apoio à assistência judiciária;
- Construir edificações próprias para sede e núcleos de atendimento da DPDF;
- Aprimorar os Sistemas Tecnológicos e de Informação;
- Aprimorar as ações para a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, por meio de cursos, palestras, oficinas e rodas de discussão;
- Aprimorar a recepção, o acolhimento e a orientação jurídica da pessoa em situação de vulnerabilidade, de forma articulada com os serviços públicos distritais de educação, saúde, assistência social e segurança pública, de modo a assegurar atendimento integral e interdisciplinar, e, quando necessário, promover a defesa extrajudicial e judicial de seus interesses, por meio dos instrumentos adequados;
- Aprimorar os serviços de Conciliação e Mediação, para aumentar a resolutividade extrajudicial de conflitos;
- Implantar Call Center da DPDF e criar sistema de comunicação para as partes das decisões;
- Aprimorar a articulação de seus serviços com as ações e políticas desenvolvidas pelas Secretarias de Estado do DF em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Aprimorar a promoção da defesa dos interesses individuais e coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais da criança e do adolescente em situação de risco, do idoso em situação de risco, da pessoa com deficiência física, mental e sensorial, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado, tais como os consumidores, os contribuintes, os usuários de serviços públicos, as pessoas vítimas de preconceito de gênero, identidade de gênero, de raça, de etnia, de religião, os migrantes, as pessoas em situação de cárcere e as vítimas da pobreza e da miséria, sobretudo quando em situação de rua;
- Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, a fim de identificar suas demandas e estabelecer parcerias, subsidiando novas ações estratégicas;
- Ampliar a atuação nos estabelecimentos policiais, penitenciários, de internação de adolescentes, com fiscalização e atuação para assegurar o respeito aos direitos e às garantias

fundamentais; visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;

- Ampliar a atuação na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas.

48901 - FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal - PROJUR, instituído pela Lei nº 744, de 04/12/2007, publicada no DODF nº 231, de 05/12/2007, e regulamentada pelo Decreto nº 28.757, de 06/02/2008, publicado no DODF nº 25, de 7/02/2008, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 09.396.049/0001-80, passou a ser denominado Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal -PRODEF, de acordo com o Artigo 3º da Lei Complementar nº 908, de 07 de janeiro de 2016. A composição do PRODEF está estabelecida na Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010.

O Fundo é desenvolvido e coordenado pela Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, e tem por finalidade destinar recursos para programas e projetos relacionados à execução das finalidades institucionais deste órgão.

O quadro de pessoal do PRODEF é composto pelos membros do seu Conselho de Administração - CAPRODEF, formado por 07 (sete) Conselheiros Defensores, desta forma: pelo Defensor Público Geral, pelos 02 (dois) Subdefensores, pelo Coordenador da Assessoria Jurídica, o Corregedor Geral, um representante da Associação dos Defensores do DF e um representante do Conselho Superior da DPDF, além do Chefe do Núcleo de Administração Financeira do PRODEF, que exerce a atividade administrativa do Fundo.

O art. 11 da Lei Complementar nº 744, de 04 de dezembro de 2007, veda a remuneração, a qualquer título, pela participação no Conselho de Administração do PRODEF.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	1	7	8
Comissionados sem vínculo efetivo	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos do GDF	0	0	0	0	0
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	1	7	8
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	0	1	7	8

Gestão do fundo é realizada por meio do Conselho de Administração com 8 membros, incluindo 1 secretário. Cumpre esclarecer que, conforme a legislação própria do fundo, a participação no Conselho de Administração não constitui atividade remunerada.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2965 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PROJUR	27889,0	27889,0	0	0
0001 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PROJUR--DISTRITO FEDERAL	27889,0	27889,0	0	0
3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	2542509,0	7547088,0	0	0
9629 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF--DISTRITO FEDERAL	2542509,0	7547088,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2570398,00	7574977,00	0,00	0,00

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Dificuldades:

A não execução financeira dos recursos do PRODEF, no exercício de 2019, se deve principalmente à suficiente disponibilidade orçamentária-financeira ofertada à Defensoria Pública do DF, no referido exercício, para custeio de suas despesas correntes, ao contrário do ocorrido no exercício de 2017.

Além disso, estrategicamente, a utilização dos recursos próprios, arrecadados pelo PRODEF, conforme a Lei Complementar nº 744/2007, em seu artigo 2º, serão destinados ao custeio e aos investimentos para a consecução de suas finalidades institucionais, em especial dos seguintes objetivos: I - aparelhamento das instalações [...]; II - aquisição de bens e serviços; III - qualificação profissional dos seus integrantes; IV - realização de outras atividades relacionadas ao bom exercício da assistência judiciária.

Diante disso, a Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF está revisando o direcionamento estratégico institucional, sob o comando da Alta Gestão da Unidade, de modo que as alocações de recursos do PRODEF ocorram em alinhamento com as estratégias organizacionais que estão em definição/formalização.

Perspectivas:

Para cumprir com o seu papel de contribuir para o exercício da missão institucional da Defensoria Pública do DF, encontra-se sob análise do Conselho de Administração do Fundo um conjunto de propostas para aplicação de seus recursos. Dentre essas, destacam-se:

- Auxílio financeiro para construção de uma sede própria para a Defensoria Pública do Distrito Federal;

- Auxílio financeiro para reforma do Núcleo de Assistência Jurídica de Taguatinga, edificação cedida pelo Governo Federal;
- Custeio de programas de qualificação como mestrado e doutorado;
- Aquisição de computadores portáteis e custeio de serviço de banda larga móvel para membros da DPDF.

51901 - FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6228 - FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2102 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	2930103,0	0,0	0	0
9722 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	2930103,0	0,0	0	0
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	7530252,0	0,0	0	0
1958 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	7530252,0	0,0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	260000,0	0,0	0	0
0019 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	260000,0	0,0	0	0
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	950000,0	0,0	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	950000,0	0,0	0	0
3487 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO	5456000,0	0,0	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	5456000,0	0,0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2736000,0	0,0	0	0
2714 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	2736000,0	0,0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1832360,0	0,0	0	0
6183 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	1832360,0	0,0	0	0
9078 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES	30051750,0	1582469,95	1582469,95	1582469,95

0001 - TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES--DISTRITO FEDERAL	30051750,0	1582469,95	1582469,95	1582469,95
TOTAL - 6228 - FAMÍLIAS FORTES	51746465,00	1582469,95	1582469,95	1582469,95

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 44908.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

Instituída por meio do Decreto Nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Pública do Distrito Federal, a Secretaria de Estado da Mulher – SMDF, passou a integrar a estrutura organizacional da administração direta do Distrito Federal.

A Secretaria da Mulher é um órgão proponente de políticas públicas para as mulheres e dentre suas competências, destacam-se: articular, orientar e acompanhar políticas públicas que promovam e assegurem direitos humanos; propor e subsidiar o monitoramento e a avaliação das ações de direitos humanos; atuar nos macroprocessos de articulação e pactuação de parcerias e interfaces com a rede de políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, a fim de promover a intersetorialidade nas ações dos direitos humanos; apoiar estratégias de mobilização social pela garantia de direitos de grupos populacionais em situação de risco e de violação de direitos; participar da construção de indicadores, critérios e parâmetros que deverão orientar a definição, a expansão e a revisão dos serviços, programas, projetos e ações no âmbito dos direitos humanos; apoiar estratégias de mobilização social pela garantia de direitos de grupos populacionais em situação de risco e de violação de direitos: consolidar o levantamento das necessidades orçamentárias a fim de subsidiar a elaboração e o monitoramento do orçamento anual das ações de direitos humanos; apoiar as coordenações sob sua gestão nas atividades implementadas.

Constituem-se diretrizes da Secretaria da Mulher: atuar de forma transversal, visando reduzir gastos e otimizar os resultados; atuar em rede, articulando organizações públicas e privadas na promoção de mulheres; atuar de forma descentralizada, fortalecendo a atuação desta Secretaria nas Regiões Administrativas; promover articulação com organismos internacionais; e, contribuir para o alcance do Objetivo 5º, da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas – ONU – “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

Em sua estrutura Administrativa encontra-se a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres - SUBPM, que tem como objetivos, em seu eixo de promoção, formular e desenvolver políticas públicas para as mulheres nas áreas de trabalho e autonomia econômica; sensibilizar e capacitar agentes públicos na temática da igualdade e equidade de gênero; fomentar e implementar políticas de desenvolvimento de liderança feminina e equidade da ocupação dos cargos de liderança no âmbito do Distrito Federal; desenvolver políticas baseadas em evidências que favoreçam a construção de uma sociedade igualitária em direitos e deveres entre homens e mulheres. Para a consecução destes objetivos, a SUBPM trabalha dois importantes eixos de atuação: o enfrentamento à violência e a promoção da mulher no que diz respeito a sua autonomia econômica.

Dentre as ações, destacam-se as direcionadas à autonomia econômica, à articulação de rede para a ampliação das ações estratégicas, à promoção da igualdade de gênero via capacitação, ao desenvolvimento de pesquisas que embasem a política, assim como a elaboração do II Plano Distrital de Políticas para Mulheres.

O público alvo a ser contemplado pela SUBPM são: as mulheres do Distrito Federal, destacadas as interseccionalidades de cor, raça, etnia, classe, cultura, religião, orientação sexual e identidade de gênero; instituições de pesquisa, estudo e desenvolvimento de políticas públicas; instituições públicas e privadas parcerizadas com a Secretaria da Mulher; servidoras e servidores do Governo do Distrito Federal.

A Coordenação de Políticas para Mulheres - COPOM integra a estrutura da Subsecretaria de Políticas para Mulheres, e tem como competências formular políticas públicas para as mulheres nas áreas do trabalho e autonomia econômica, educação e saúde, atuando em interlocução com outras áreas competentes da Secretaria de Estado da Mulher, a fim de contemplar a diversidade racial, geracional, de orientação sexual, de identidade de gênero, de deficiência; desenvolver, implementar, monitorar e avaliar programas e projetos temáticos nas áreas de trabalho e autonomia econômica, educação e saúde que considerem as mulheres

em sua diversidade, visando à promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres, de forma direta ou em parceria com organismos governamentais e não governamentais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	4	3	95	103
Comissionados sem vínculo efetivo	12	33	0	0	45
Requisitados de órgãos do GDF	2	2	0	5	9
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	3	0	3
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	15	40	6	100	161
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	15	40	6	100	161

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

Programa de Trabalho 6211 – Manutenção e Funcionamento do Conselho dos Direitos da Mulher

O Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal– CDM-DF foi criado pelo Decreto nº 11.036, de 9 de março de 1988, atribuído pela Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF e regulamentado com os Decretos nº 33.136, de 18 de agosto de 2011 e 35.914, de 15 de outubro de 2014, que aprovam e alteram, respectivamente, o seu Regimento Interno. O CDM-DF tem por finalidade assegurar à mulher o exercício pleno de sua participação e de seu protagonismo no desenvolvimento econômico, social, político e cultural do Distrito Federal, na perspectiva de sua autonomia e emancipação.

Compete ao CDM-DF, conforme estabelece o artigo 3º do Regimento Interno: propor iniciativas voltadas para a garantia dos direitos da mulher; assessorar o Governo do Distrito Federal, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de programas para a garantia de direitos da mulher; propor à Secretaria de Estado da Mulher a celebração de convênios e outros ajustes; receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias relativas à discriminação da mulher, manifestando-se na exigência das providências cabíveis e acompanhando os resultados; criar comissões técnicas permanentes, para melhor desempenhar as funções do conselho; propor à Secretaria de Estado da Mulher as seções regionais do Conselho nas Regiões Administrativas do Distrito Federal; propor à Secretaria de Estado da Mulher a criação e manutenção de programas de garantia de direitos e enfrentamento à violência contra a mulher; VIII – Analisar e aprovar a política de ação e o plano anual de trabalho do conselho; analisar e aprovar projetos e pesquisas referentes à

condição da mulher, a serem implementados no âmbito do Distrito Federal; propor a alteração deste Regimento; conceder, por motivo relevante, licença por tempo determinado, não superior a seis meses, à Conselheira requerente; decidir sobre matérias que lhe sejam encaminhadas e digam respeito à condição da mulher; e, criar e extinguir Comissões de Trabalho.

No ano de 2019, o CDM-DF foi composto por 18 conselheiras representantes do poder público e 13 conselheiras representantes da sociedade civil, com suas respectivas suplentes, e, ainda, contou com a participação de 5 mulheres de notório saber.

Dentre as atividades executadas pelo Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal em 2019, destacam-se:

- Posse das novas indicações de representatividade do poder público e entidades da sociedade civil
- Atualização e aprovação do Regimento Interno do CDM-DF
- Aprovação do edital para as eleições de entidades da sociedade civil

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDM-DF / 16-05-2019



2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDM-DF / 24-06-2019



3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDM-DF / 29-07-2019



4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDM-DF / 26-08-2019



5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDM-DF / 30-09-2019



6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDM-DF / 4-11-2019



Programa de Trabalho 2627 - Manutenção da Casa da Mulher Brasileira

A Casa da Mulher Brasileira – CMB foi instituída pelo Decreto nº 8.086, 30 de agosto de 2013, como uma das ações do “Programa Mulher, Viver sem Violência”, da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, constituindo-se um espaço cujo objetivo é integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados para as mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia econômica, permitindo que elas saiam do ciclo da violência. No Distrito Federal, a CMB foi inaugurada no dia 02 de junho de 2015, como a segunda Casa do país.

De acordo com a legislação em vigor, a Casa da Mulher Brasileira dispõe da seguinte estrutura: Recepção, Acolhimento e Triagem; Apoio Psicossocial; Delegacias Especializadas; Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres; Promotoria Especializada; Defensoria Pública; Serviço e Promoção de Autonomia Econômica; Espaço de Cuidado para Crianças – Brinquedoteca; Alojamento de Passagem e Central de Transportes.

Entre 2015 e 2017, a CMB-DF foi interditada duas vezes em razão de problemas em sua estrutura física, tais como a queda de parte do teto de alguns blocos, rachaduras nas paredes e afundamento de pisos. Em abril de 2017, a Defesa Civil determinou a interdição total do prédio em que funcionava a Casa (Termo de Interdição nº 501/2018), diante da constatação de patologias que colocavam em risco as pessoas que trabalhavam e frequentavam o local, conforme relatório emitido pela FUNDEX – Fundações e Recuperação de Estruturas Ltda., empresa de engenharia contratada pelo Banco do Brasil S/A para acompanhamento e diagnóstico.

Em virtude da interdição, os serviços prestados pela CMB-DF foram temporariamente redistribuídos e os órgãos que a integram, como Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (TJDFT), Promotoria Pública Especializada da Mulher (MPDFT) e a Defensoria Pública Especializada da Mulher, tiveram transferidos os seus serviços para as suas respectivas unidades de atendimento do DF. Em 23 de outubro de 2018, o serviço psicossocial da Casa da Mulher Brasileira foi instalado provisoriamente na EQS 112/312 Sul, Lote A - Asa Sul. De acordo com as tratativas entre a Secretaria da Mulher e Governo Federal, a previsão para a conclusão do cronograma de reforma da Casa da Mulher Brasileira é para o ano de 2021.

Casa Abrigo

A criação da Casa Abrigo foi autorizada pela Lei nº. 434/1993 e regulamentada pelo Decreto nº. 22.949 de 08 de maio de 2002, alterado pelo Decreto nº 38.362, de 26 de julho de 2017, e se constitui um espaço de garantia de defesa e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e sexual, sob risco de morte, e de seus dependentes, meninas sem limite de idade e meninos até 12 anos incompletos. Localizada em endereço sigiloso e de funcionamento ininterrupto, a Casa Abrigo conta com uma equipe multidisciplinar de especialistas e técnicos e oferece atendimentos psicológico, jurídico, pedagógico e de assistência social e o acesso se dá somente por encaminhamento da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM, após a avaliação de risco ou por ordem judicial.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Casa Abrigo no ano de 2019, destacam-se:

- Quantitativo de atendimentos: 2.551
- Quantitativo de mulheres abrigadas: 140
- Quantitativo de dependentes: 141
- Quantitativo de atendimento especializado: 14.459
- Reestruturação dos serviços e recomposição do quadro de servidores.
- Festas em datas comemorativas como Páscoa, Dia da Mãe, Dia das Crianças, Natal, etc.

Oficinas da CASA ABRIGO



Núcleo de Atendimento à Família e ao Autor de Violência Doméstica – NAFAVD

A instalação dos Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica - NAFAVDs no Distrito Federal, está consubstanciada no Acordo de Cooperação Técnica nº 017/2015, celebrado com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, cujo objeto é instalar e manter os NAFAVDs junto às Promotorias de Justiça do MPDFT, realizando o acompanhamento psicossocial de mulheres em situação de violência e homens autores de violência que foram encaminhados para os Núcleos de Atendimento, em espaços cedidos pelo MPDFT, a partir de processos relacionados à violência contra as mulheres, tipificados na Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha.

Os NAFAVDs têm como pilar precípua de suas atividades a promoção de reflexões sobre as questões de gênero, sobre a comunicação e expressão dos sentimentos, assim como a realização de discussões sobre a Lei Maria da Penha e outros temas afins, buscando, com isso, a quebra do ciclo da violência doméstica. Atualmente, existem nove NAFAVDs em funcionamento no Distrito Federal, sendo eles nos territórios de Brazlândia, Gama, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho e Plano Piloto.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos NAFAVDs no ano de 2019, destacam-se:

- Quantitativo de Atendimentos: 5.656
- Palestras e rodas de conversa em escolas públicas do Distrito Federal
- Caminhada "Não ao Feminicídio"
- Projeto Ciranda de Leitura alusiva à Campanha Novembro Azul - Autocuidado do Homem e Novas Perspectivas de Gênero
- Projeto Ciranda de Leitura - Mulheres que Leem
- Oficina de autoconhecimento e autoestima da mulher
- V Mobilização de Mulheres (NAFAVD Samambaia)



NAFAVD – PLANALTINA



Projeto Cirandas de Leituras – Etapa I



Projeto Cirandas de Leituras – Etapa II

Projeto Cirandas de Leitura: Novembro Azul



Palestra: Assédio Sexual CEF-03



Cirandas de Leitura: Mulheres que Leem



Encontro encerramento

Unidade Móvel de Atendimento às Mulheres

A Unidade Móvel de Atendimento às Mulheres é fruto do Convênio Nº 800073/2013, firmado entre o Governo do Distrito Federal com a então Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República – SPM/PR.

Trata-se de 02 (dois) ônibus adaptados para o atendimento de mulheres. Constitui-se, portando, um serviço itinerante, cujo objetivo, é promover acolhimento psicossocial, orientações e encaminhamentos às mulheres, além de realizar rodas de conversa, palestras, oficinas sobre a Lei Maria da Penha e distribuição de materiais informativos. Comumente, são realizadas parcerias com as Secretarias e órgãos públicos do Governo do Distrito Federal e instituições diversas, a fim de otimizar a oferta dos serviços ao público alvo.

Dentre as ações desenvolvidas pelas Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres, destacam-se:

- Quantitativo de cartilhas distribuídas: 6.449
- Dia do Artesão – Feira da Torre de TV - Secretaria de Turismo do DF
- 1º Encontro Conexão Mulher – Emater Rio Preto - Planaltina
- 6ª Ação Você Consegue – Samambaia – Conselho de Segurança
- 50º Aniversário do Guará
- Mães, Uma Manhã com Elas - Brazlândia
- Ação na Rodoviária de Brasília
- Administração Itinerante – Aniversário de Brazlândia
- Programa SEJUS Mais Perto do Cidadão – Brazlândia, Recanto das Emas, Ceilândia, São Sebastião, Itapoã e Sol Nascente
- Agosto Dourado - Semana Nacional da Amamentação em parceria com a Secretaria da Saúde
- Caminhada “Não ao Femicídio” – Taguatinga, Guará, Santa Maria
- Festa de São João do Cerrado - Ceilândia
- Dia Internacional da Juventude - Ceilândia
- 24ª Festa do Morango - Brazlândia
- Setembro Amarelo – Cidade Estrutural
- Dia das Crianças – Parque da Cidade

- Dia D Contra o Câncer de Mama – Santa Maria
- Riacho Fundo Mais Solidário
- Participação no Brasília Capital Moto Week – Granja do Torto
- Desfilando Arte - Candangolândia
- Natal Solidário – Café Sem Troco e Brazlândia
- Ação Social – Cruzeiro



EVENTO RUA DO LAGO EM BRAZLÂNDIA



EVENTO SOL NASCENTE



EVENTO SANTA MARIA



EVENTO RIO PRETO EMATER

Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado

Criado por meio do Decreto nº 34.922, de 04 de dezembro de 2013 e alterado pelo Decreto nº 40.220, de 31 de outubro de 2019, o Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado tem como finalidade formular e debater propostas de políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres do Distrito Federal, com foco em sua autonomia. O Fórum é composto por representantes ciganas, indígenas, quilombolas, mulheres rurais, afroempreendedoras de comunidades tradicionais e de terreiro, usuárias e egressas dos equipamentos da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Estado da Mulher, as quais se reúnem bimestralmente.

Dentre as atividades executadas pelo Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado no ano de 2019, destacam-se:

Reuniões com as representantes

Recomposição do Fórum – Decreto 40.200

Centro Especializado de Atendimento às Mulheres – CEAM

Os Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs foram implementados no Distrito Federal por meio do Convênio nº 186/2011, celebrado em o Governo do Distrito Federal e a União. São espaços que oferecem acolhimento e atendimentos psicológico, social, pedagógico e encaminhamento jurídico das mulheres em situação de violência doméstica, contribuindo para o seu empoderamento e para o resgate da sua cidadania. O foco do serviço dos CEAMs é a promoção da equidade de gênero com forte atuação na prevenção, por meio da realização de palestras, rodas de conversa, oficinas e articulação com a rede local e na abordagem da temática de gênero e da Lei Maria da Penha com a comunidade. O acesso de mulheres ao serviço independe de encaminhamentos. Atualmente os CEAMs estão instalados na Estação do Metrô da 102 Sul, em Planaltina e Ceilândia.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos CEAMs, em 2019, destacam-se:

- Quantitativo de atendimento: 4.946
- Quantitativo de mulheres atendidas em grupos: 1.371
- Rodas de conversa e palestras
- Implantação do aplicativo de segurança “Viva Flor” no CEAM de Planaltina
- Curso de pintura em tela para as mulheres, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública
- Evento Pauta Feminina “Independência econômica: superar obstáculos para prevenir violências e promover autonomia”
- Comemoração 10 anos de Núcleo de Defesa da Mulher - NUDEM

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Dentre os programas e ações executadas pela SMDF no ano de 2019, destacam-se:

Rede Sou Mais Mulher

Instrumento criado para implementar parcerias com organizações sociais, instituições públicas e privadas que atuam no Distrito Federal, com o objetivo de promover ações voltadas para a autonomia econômica das mulheres, o empoderamento feminino e o empreendedorismo. A Rede Sou Mais Mulher já conta com os seguintes parceiros: Novacap, Ceasa, Avon, BRB e Rede Mulher Empreendedora.

Amor sem Violência, quem Namora Cuida

Com o objetivo de prevenir a legitimação de atitudes violentas nas relações de namoro, o projeto foi lançado no Dia dos Namorados, no Centro Educacional II - Riacho Fundo, em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal e contou com a participação de 80 alunos.

Projeto Amor sem violência CEF 02 Riacho Fundo I



Curso Ela Pode

Voltado para mulheres que querem empreender, visa promover ações voltadas ao combate à violência contra as mulheres, à igualdade de gênero, ao empreendedorismo feminino e à autonomia econômica das mulheres. No ano de 2019, mais de 500 mulheres foram beneficiadas com os cursos oferecidos, tais como: Oficina de Design Thinking, curso de oratória "Bem Falar", curso de organização de eventos e de assistente administrativo.



Empreende Mais Mulher

Com o objetivo de ampliar as oportunidades de geração de renda para as mulheres e sua inserção no mercado de trabalho, o espaço Empreende Mais Mulher foi inaugurado na Agência do Trabalhador, em Taguatinga, fruto de parceria firmada com a Secretaria de Estado do Trabalho e com o Banco de Brasília - BRB. No ano de 2019, foram matriculadas 358 mulheres nos cursos oferecidos.

CURSO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO



Programa de Desenvolvimento e Capacitação em Igualdade de Gênero

Tem por objetivo sistematizar eixos e ações de desenvolvimento e capacitação que contribuam, por meio da educação formal e não formal, com diferentes setores e públicos, para a prevenção e combate à violência contra as mulheres no Distrito Federal. Possui um eixo interno, direcionado a própria equipe da SMDF, e um eixo externo, direcionado a servidores das demais Secretarias e instituições públicas e privadas. Dentre as ações executadas, destacam-se a parceria com o Instituto Arcana para a capacitação na Metodologia Roda de Mulheres, e ainda, a Integração da Equipe da SMDF, o cine debate com o documentário "O Silêncio dos Homens", a roda de conversa "A paternidade como gatilho transformador para uma melhor igualdade de gênero" e o Curso de Legislação Brasileira e Marcos Internacionais de Proteção e Promoção da Mulher.

Empodera

Sistema de informações gerenciais que permite integrar os informes sobre as ações e os indicadores referentes à atuação dos equipamentos da Secretaria da Mulher. Ferramenta de gestão, com acompanhamento de indicadores de resultados.

Março Mais Mulher

Ações voltadas para as mulheres feitas em parceria com diversas Secretarias do Governo do Distrito Federal.

Campanha Se Eu Não Quero, Não Insista. Com Violência Não se Brinca

Campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres no Carnaval, realizada em parceria com a Secretaria de Cultura e DEAM.

Penitenciária Feminina do Distrito Federal

Ação alusiva ao Dia das Mães realizada para a integração das mulheres em privação de liberdade.

Observa Mulher

Observatório de gênero criado a partir da instituição da Política Distrital para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Distrito Federal – Observa Mulher, por meio do Decreto 6.292, de 23 de abril de 2019, que tem como finalidade ordenar e analisar dados sobre atos de violência contra a mulher.

Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas

Tem por objetivo a sistematização de dados e produção de conhecimento, articulados com a gestão pública, para o desenvolvimento de uma política baseada em evidências em parceria

com instituições como UnB, Ipea e Codeplan. Destacam-se a Pesquisa do Emprego e Desemprego – PED e Uso do Tempo; a Metodologia e Elaboração do II Plano Distrital de Política para as Mulheres; e, a parceria com o Instituto Interinstitucional do Conselho Nacional de Justiça sobre a Agenda 2030.

Inauguração dos Centros Especializado de Atendimento às Mulheres – CEAMs

Revitalização dos espaços do CEAMs da Estação do Metrô da 102 Sul e de Ceilândia, objetivando a melhoria no atendimento às mulheres da comunidade local. No ano de 2019, o CEAM da 102 Sul passou a contar com a presença da Defensoria Pública em suas instalações.

Bares e Restaurantes

Proposta de adoção de medidas de segurança a serem implementadas em parceria com administradores de bares, casa de shows, restaurantes e estabelecimentos similares, visando a proteção das mulheres nas dependências dos estabelecimentos citados.

Programa de Prevenção ao Assédio na Administração Pública

Esta iniciativa visa o combate à prática do assédio na administração pública do Distrito Federal por meio de medidas educativas, preventivas e punitivas, mediante reunião com os gestores.

Câmara Técnica Distrital de Gestão e Monitoramento pelo Combate à Violência Doméstica e ao Feminicídio

Criada com a finalidade de propor ações e políticas integradas de combate à violência doméstica e ao feminicídio, no âmbito do Distrito Federal, com a participação da Rede de Enfrentamento.

Jornada Zero

Projeto em parceria com o Fundo das Populações, da ONU, com o objetivo de mobilizar a sociedade e promover a articulação de toda a Rede de Enfrentamento para o combate ao feminicídio.

Campanha Outubro Rosa

Implementação de ações visando a prevenção e tratamento do câncer de mama e do colo do útero, durante o mês de outubro, em parceria com a Secretaria de Saúde. Lançamento da Campanha com a iluminação rosa dos monumentos.

Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher

Lançamento de campanha publicitária, por meio da criação de banners divulgados diariamente na mídia, abordando diferentes focos sobre a temática de gênero.

Intercâmbio Brasil-África

Evento internacional com duração de dois dias, o Intercâmbio Brasil-África pela Proteção da mulher, foi realizado pela Secretaria da Mulher e Banco Mundial, e promoveu a troca de conhecimentos e capacitação entre atores relevantes nos temas de violência de gênero, no sentido de contribuir para os esforços dos governos dos países africanos na adoção de legislação e políticas públicas, bem como a promoção de iniciativas e estratégias para o enfrentamento à violência.

Mobiliza Mulher

Ações de distribuição de panfletos de campanha publicitária, em parceria com a Secretaria de Comunicação – SECOM, em locais com grande aglomeração.

Cartão Mais Mulher

Lançamento do Cartão Mais Mulher em parceria com o Banco de Brasília – BRB.

Projeto a Secretaria da Mulher em Busca Ativa com Você

De caráter preventivo e educativo, este projeto tem como finalidade divulgar o trabalho oferecido pelos equipamentos e as ações da Secretaria da Mulher, para a sociedade civil, órgãos governamentais, empresas privadas, instituições de ensino e comunidade em geral por meio de palestras e rodas de conversa. O intuito é contribuir na incorporação de valores necessários para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, buscando despertar nos(as) parceiros(as), a importância de serem multiplicadores e multiplicadoras das questões ligadas aos direitos humanos, especialmente as que envolvem o combate à violência de gênero. No ano de 2019, foram ministradas 7 palestras, atingindo um público de mais de 350

peessoas, nas seguintes instituições: Hospital da Forças Armadas – HFA, União Transportes de Brasília, Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, Central de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA, Rede Pão de Açúcar e Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB.



Audiência pública “Desafios Atuais e a Empregabilidade de Pessoas Trans como Forma de Combate à Vulnerabilização Social” – Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Grupo de Trabalho

Criação do Grupo Técnico de Avaliação – GTA, por meio da Portaria 18, de 20 de setembro de 2019, com a finalidade de avaliar, de forma ampla, os equipamentos da Secretaria de Estado da Mulher, visando a otimização e o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos equipamentos desta Secretaria.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Por meio do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal e de acordo com o Cap. 1 Art. 6º, a Secretaria de Estado da Mulher passou a integrar a estrutura organizacional da administração direta do Distrito. Vindo da estrutura da antiga Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, do Trabalho, da Mulher, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos - SEDESTMIDH, a parte Administrativa ficou sobre a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Com o quadro reduzido de servidores, e pela dificuldade encontrada para executar suas ações orçamentárias, a Secretaria mesmo assim realizou diversas ações não orçamentárias ao longo de 2019. Destacam-se entre elas, os eventos da Unidade Móvel, Implantação do Sistema Empodera (Unificação dos Atendimentos) bem como a inauguração do Espaço Empreende Mais Mulher.

Além de outros serviços, a Secretaria é responsável pelos seguintes equipamentos:

- 1 Casa Abrigo;
- 3 Centros de Atendimento as Mulheres;
- 9 Núcleos de Atendimento à Família e aos autores de Violência Doméstica.
- 1 Espaço Empreende Mais Mulher.
- 1 Casa da Mulher Brasileira (Interditada).

Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2019, destacam-se:

- Falta de estrutura Administrativa própria;
- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;
- Dificuldade em atendimento na área de TI;
- Quadro de pessoal defasado;
- Frequente adoecimento dos profissionais;

- Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de atendimento as mulheres, com foco no enfrentamento à violência e garantia de direitos e na superação das desigualdades, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2700000,0	0,0	0	0
1355 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-II EM 2019.	1500000,0	0,0	0	0
1356 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - GAMA	300000,0	0,0	0	0
1357 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - OBRAS DE AJUSTE DE ACESSIBILIDADE NAS PARADAS DE ONIBUS DO GAMA	100000,0	0,0	0	0
1358 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA RA DE ÁGUAS CLARAS -- EM 2019	600000,0	0,0	0	0
1359 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	5100,0	0,0	0	0
9173 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	5100,0	0,0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	100000,0	0,0	0	0
7000 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ILUMINAÇÃO NO CAMPO DE SINTÉTICO DA QUADRA 21/24 DO SETOR OESTE DO GAMA	100000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2805100,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09104

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	120000,0	0,0	0	0
8518 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	120000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	120000,00	0,00	0,00	0,00

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	4100,0	0,0	0	0
5945 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	4100,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	4100,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	100000,0	0,0	0	0
0035 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	100000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40000,0	0,0	0	0
7161 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	40000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	140000,00	0,00	0,00	0,00

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	10533424,0	799966,62	799966,62	799966,62
8879 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	10533424,0	799966,62	799966,62	799966,62
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	560000,0	28182,89	28182,89	28182,89
9685 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	560000,0	28182,89	28182,89	28182,89
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	443240,0	24980,06	24980,06	24980,06
9761 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	443240,0	24980,06	24980,06	24980,06
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5000,0	0,0	0	0
5181 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	5000,0	0,0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	651941,0	0,0	0	0

9860 - CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO E ESTACIONAMENTO AO LADO QUADRA SINTÉTICA - QUADRA 50	590000,0	0,0	0	0
9861 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO PARA O ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO GAMA	61941,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	12193605,00	853129,57	853129,57	853129,57

59105 - ADM. REG. DE TAGUATINGA - RA III

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1300000,0	0,0	0	0
1360 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-III EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1361 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - TAGUATINGA	600000,0	0,0	0	0
1362 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	40132,0	0,0	0	0
9202 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	40132,0	0,0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	10500,0	0,0	0	0
6963 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	10500,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1350632,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 9105

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	601000,0	480936,38	480936,38	480936,38
8513 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	601000,0	480936,38	480936,38	480936,38
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	601000,00	480936,38	480936,38	480936,38

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	339000,0	0,0	0	0

6023 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	39000,0	0,0	0	0
6177 - REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL NA QNL EM TAGUATINGA	300000,0	0,0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	10500,0	0,0	0	0
5966 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	10500,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	349500,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	1000000,0	0,0	0	0
0034 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	1000000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	175000,0	110968,31	110968,31	110968,31
7196 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	175000,0	110968,31	110968,31	110968,31
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1175000,00	110968,31	110968,31	110968,31

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	20000,0	0,0	0	0
5341 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	20000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	11897136,0	858664,79	858664,79	858664,79
8914 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	11897136,0	858664,79	858664,79	858664,79
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	638000,0	47673,27	47673,27	47673,27
9720 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	638000,0	47673,27	47673,27	47673,27
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	829930,0	188664,78	188664,78	188664,78
9797 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	829930,0	188664,78	188664,78	188664,78

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	2500,0	0,0	0	0
5868 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	2500,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4000,0	0,0	0	0
5195 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	4000,0	0,0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	151000,0	0,0	0	0
9819 - REFORMA DE PRÓPRIO NA RA DE TAGUATINGA - TAGUAPARQUE -- EM 2019	130000,0	0,0	0	0
9789 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	21000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	13542566,00	1095002,84	1095002,84	1095002,84

59106 - ADM. REG. DE BRAZLÂNDIA - RA IV

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	1300000,0	0,0	0	0
9605 - CONSTRUÇÃO DE CAMPOS DE GRAMA SINTÉTICA	1300000,0	0,0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	265000,0	0,0	0	0
9600 - CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS, BANHEIROS E COBERTURA DA ARQUIBANCADA DO CAMPO DO ATLÉTICO	170000,0	0,0	0	0
9601 - CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS E BANHEIROS DO CAMPO SINTÉTICO DA QUADRA 5 DO SETOR VEREDAS	95000,0	0,0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	25000,0	0,0	0	0
9632 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	25000,0	0,0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	500000,0	0,0	0	0
5917 - APOIO AS ESCOLINHAS DE FUTEBOL DE BRAZLÂNDIA	500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2090000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09106

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1335000,0	0,0	0	0
1363 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-IV EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1364 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA RA DE BRAZLÂNDIA -- EM 2019	600000,0	0,0	0	0
1365 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
9894 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	35000,0	0,0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1970000,0	0,0	0	0
9566 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA DF 206 KM 7	80000,0	0,0	0	0

9567 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CURRALINHO MARGENS DA BR 080	160000,0	0,0	0	0
9568 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA ENTRE CHAPADINHA E CASCALHEIRA	300000,0	0,0	0	0
9569 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA DF 435 TREVO COM BR 080	650000,0	0,0	0	0
9570 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA VICINAL 541 ENTRE BRAZLÂNDIA E ÁGUAS LINDAS	780000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	30000,0	0,0	0	0
9174 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-BRAZLÂNDIA	30000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3335000,00	0,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	397274,0	71561,28	71047,04	71047,04
8524 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	397274,0	71561,28	71047,04	71047,04
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	397274,00	71561,28	71047,04	71047,04

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	112000,0	0,0	0	0
5951 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-BRAZLÂNDIA	70000,0	0,0	0	0
5954 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	42000,0	0,0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	610000,0	0,0	0	0
5931 - APOIO A EVENTOS-FESTA DO MORANGO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	10000,0	0,0	0	0
6128 - APOIO A REALIZAÇÃO DA FESTA DO MORANGO DE BRAZLÂNDIA	600000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	722000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
----------------	-----	--------------------	-----------	-----------

9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	150000,0	0,0	0	0
0036 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-BRAZLÂNDIA	150000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30000,0	0,0	0	0
7169 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-BRAZLÂNDIA	30000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	180000,00	0,00	0,00	0,00

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	60000,0	11154,0	11154,0	11154,0
5344 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	60000,0	11154,0	11154,0	11154,0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	0,0	0	0
5799 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	10000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5814275,0	391497,89	391497,89	391497,89
8887 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	5814275,0	391497,89	391497,89	391497,89
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	364889,0	22921,31	22921,31	22921,31
9693 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	364889,0	22921,31	22921,31	22921,31
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	466206,0	71953,27	71953,27	68895,65
9770 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	446206,0	71953,27	71953,27	68895,65
9829 - AQUISIÇÃO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E VEÍCULOS	20000,0	0,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	12000,0	0,0	0	0
5854 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	12000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	22000,0	0,0	0	0
5184 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	22000,0	0,0	0	0

3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	170506,0	0,0	0	0
9794 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	30506,0	0,0	0	0
9820 - REFORMA DO PISO DA FEIRA CENTRAL DE BRAZLÂNDIA	140000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	6919876,00	497526,47	497526,47	494468,85

59107 - ADM. REG. DE SOBRADINHO - RA V

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	700000,0	0,0	0	0
1366 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-V EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1367 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	700000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 9107

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	300000,0	53285,13	53285,13	53285,13
8511 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	300000,0	53285,13	53285,13	53285,13
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	300000,00	53285,13	53285,13	53285,13

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	125000,0	0,0	0	0
0053 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	125000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	365000,0	123457,19	123457,19	123457,19
7220 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	365000,0	123457,19	123457,19	123457,19
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	490000,00	123457,19	123457,19	123457,19

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	0,0	0	0
5324 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	10000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	6574680,0	401726,30	401726,30	401726,30
8912 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	6574680,0	401726,30	401726,30	401726,30
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	377365,0	19835,38	19835,38	19835,38
9719 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SOBRADINHO	377365,0	19835,38	19835,38	19835,38
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	613700,0	15491,95	15491,75	15491,75
9796 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	613700,0	15491,95	15491,75	15491,75
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
0023 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	7585745,00	437053,63	437053,43	437053,43

59108 - ADM. REG. DE PLANALTINA - RA VI

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1706574,0	0,0	0	0
1368 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-VI EM 2019.	1500000,0	0,0	0	0
1369 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
0102 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	6574,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	6000,0	0,0	0	0
9201 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	6000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1712574,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 9108

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	130000,0	25621,0	25621,0	25621,0
8512 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	130000,0	25621,0	25621,0	25621,0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	130000,00	25621,00	25621,00	25621,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	100000,0	0,0	0	0
6178 - APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO FESTA DE PENTECOSTES DE PLANALTINA	100000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	100000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	10000,0	0,0	0	0
0043 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- PLANALTINA	10000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	86000,0	4263,32	4263,32	4263,32
7195 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PLANALTINA	86000,0	4263,32	4263,32	4263,32
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	96000,00	4263,32	4263,32	4263,32

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	7180298,0	488514,78	485850,15	485850,15
8913 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	7180298,0	488514,78	485850,15	485850,15
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	486000,0	13151,19	13151,19	13151,19
9718 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PLANALTINA	486000,0	13151,19	13151,19	13151,19
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	944444,0	0,0	0	0
9795 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	944444,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6000,0	0,0	0	0
5194 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	6000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	8616742,00	501665,97	499001,34	499001,34

59109 - ADM. REG. DO PARANOÁ - RA VII

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	700000,0	0,0	0	0
1370 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-VII EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1371 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	10000,0	0,0	0	0
9195 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	710000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada pela UO 09109

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	317126,0	31000,0	31000,0	31000,0
8519 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	317126,0	31000,0	31000,0	31000,0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	317126,00	31000,00	31000,00	31000,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	7000,0	0,0	0	0
6002 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	7000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	7000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
----------------	-----	--------------------	-----------	-----------

9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	100000,0	0,0	0	0
0052 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	100000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	210000,0	43308,91	43308,91	43308,91
7190 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	210000,0	43308,91	43308,91	43308,91
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	310000,00	43308,91	43308,91	43308,91

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	5204,05	5204,05	5204,05
5336 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	10000,0	5204,05	5204,05	5204,05
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3086943,0	92372,38	92372,38	92372,38
8908 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	3086943,0	92372,38	92372,38	92372,38
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	290000,0	5989,20	5989,20	5989,20
9714 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	290000,0	5989,20	5989,20	5989,20
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	224256,0	17000,0	17000,00	17000,00
9791 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	224256,0	17000,0	17000,00	17000,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
0026 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	3621199,00	120565,63	120565,63	120565,63

59110 - ADM. REG. DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	200000,0	0,0	0	0
1372 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	718250,0	0,0	0	0
9194 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	18250,0	0,0	0	0
9210 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS NO NÚCLEO BANDEIRANTE	700000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	918250,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09110.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	150000,0	15000,0	15000,0	15000,0
8531 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	150000,0	15000,0	15000,0	15000,0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	150000,00	15000,00	15000,00	15000,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5775,0	0,0	0	0
6001 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	5775,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	5775,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	10000,0	0,0	0	0
0060 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- NÚCLEO BANDEIRANTE	10000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2000,0	0,0	0	0
7189 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	2000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	12000,00	0,00	0,00	0,00

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	11000,0	0,0	0	0
0006 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	11000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5467166,0	400788,42	400788,42	400788,42
8907 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	5467166,0	400788,42	400788,42	400788,42
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	182985,0	7684,29	7684,29	7684,29
9713 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	182985,0	7684,29	7684,29	7684,29
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	586704,0	33841,0	33841,0	33841,0
9790 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	586704,0	33841,0	33841,0	33841,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5000,0	0,0	0	0
5191 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	5000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	6252855,00	442313,71	442313,71	442313,71

59111 - ADM. REG. DE CEILÂNDIA - RA IX

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2798941,0	0,0	0	0
1373 - ATENDER DESPESAS COM EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-IX EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1374 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - CEILÂNDIA	491941,0	0,0	0	0
1375 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - CEILÂNDIA	1000000,0	0,0	0	0
1376 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA RA DE CEILÂNDIA -- EM 2019	600000,0	0,0	0	0
1377 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
5414 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	7000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	95000,0	0,0	0	0
9199 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	95000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2893941,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09111

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	1038000,0	332702,71	332702,71	332702,71
8510 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	1038000,0	332702,71	332702,71	332702,71
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1038000,00	332702,71	332702,71	332702,71

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	247924,0	0,0	0	0

6039 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	25000,0	0,0	0	0
6040 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	32925,0	0,0	0	0
6179 - APOIO REALIZAÇÃO DE EVENTOS NA CEILÂNDIA - 3ª EXPOCEI - FEIRA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO DA CEILÂNDIA	149999,0	0,0	0	0
6013 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	40000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	247924,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	300000,0	0,0	0	0
0037 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	300000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	143395,0	0,0	0	0
7193 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	143395,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	443395,00	0,00	0,00	0,00

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	9486000,0	759646,98	759646,98	759646,98
8911 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	9486000,0	759646,98	759646,98	759646,98
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	779100,0	7166,41	7166,41	7166,41
9717 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	779100,0	7166,41	7166,41	7166,41
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1932025,0	116925,07	116915,47	116915,47
9794 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	1932025,0	116925,07	116915,47	116915,47
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	12000,0	0,0	0	0
5865 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	12000,0	0,0	0	0

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16000,0	0,0	0	0
5193 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	16000,0	0,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	20000,0	0,0	0	0
5809 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	20000,0	0,0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	800000,0	0,0	0	0
9786 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	800000,0	0,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	22000,0	0,0	0	0
5333 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	22000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	13067125,00	883738,46	883728,86	883728,86

59112 - ADM. REG. DO GUARÁ - RA X

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	700000,0	0,0	0	0
1378 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-X EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1379 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	20000,0	8960,0	8960,0	8960,0
9198 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	20000,0	8960,0	8960,0	8960,0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	720000,00	8960,00	8960,00	8960,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09112.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	510000,0	50879,65	50879,65	50879,65
8509 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-RA X- GUARÁ	510000,0	50879,65	50879,65	50879,65
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	510000,00	50879,65	50879,65	50879,65

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	50000,0	0,0	0	0
0061 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	50000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	32026,0	0,0	0	0
7203 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	32026,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	82026,00	0,00	0,00	0,00

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	0,0	0	0
5368 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-RA X- GUARÁ	10000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	6980000,0	545271,17	545271,17	545271,17
8910 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	6980000,0	545271,17	545271,17	545271,17
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	382000,0	15739,36	15739,36	15739,36
9716 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	382000,0	15739,36	15739,36	15739,36
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	470000,0	475,98	475,98	475,98
9793 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	470000,0	475,98	475,98	475,98
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
5192 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	10000,0	0,0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10391,0	0,0	0	0
9785 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	10391,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	7862391,00	561486,51	561486,51	561486,51

59113 - ADM. REG. DO CRUZEIRO - RA XI

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	300000,0	0,0	0	0
8544 - INSTALAÇÃO DE PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO NO DF -- EM 2019	300000,0	0,0	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	400000,0	0,0	0	0
9538 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES NA RA DO CRUZEIRO -- EM 2019	400000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	700000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09113.

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3247 - REFORMA DE FEIRAS	300000,0	0,0	0	0
9247 - REFORMA DE FEIRA PERMANENTE NA RA DO CRUZEIRO -- EM 2019	300000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	300000,00	0,00	0,00	0,00

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	600000,0	0,0	0	0
1381 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
1380 - EXECUÇÃO DE OBRAS INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA RA DO CRUZEIRO -- EM 2019	400000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	15000,0	0,0	0	0
9196 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CRUZEIRO	15000,0	0,0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	800000,0	0,0	0	0
7001 - SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CRUZEIRO - EM 2019	800000,0	0,0	0	0

TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1415000,00	0,00	0,00	0,00
--	-------------------	-------------	-------------	-------------

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	305000,0	56160,0	56160,0	56160,0
8508 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	305000,0	56160,0	56160,0	56160,0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	305000,00	56160,00	56160,00	56160,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	11000,0	0,0	0	0
6004 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	11000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	11000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	30000,0	0,0	0	0
0032 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	30000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150000,0	138218,90	138218,90	138218,90
7191 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	150000,0	138218,90	138218,90	138218,90
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	180000,00	138218,90	138218,90	138218,90

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	0,0	0	0
5325 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	10000,0	0,0	0	0

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3614759,0	165833,71	165833,71	165833,71
8909 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	3614759,0	165833,71	165833,71	165833,71
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	314254,0	5596,50	5596,50	5596,50
9715 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	314254,0	5596,50	5596,50	5596,50
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	254166,0	43881,63	43881,63	43881,63
9792 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	254166,0	43881,63	43881,63	43881,63
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4000,0	0,0	0	0
5863 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	4000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
0029 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- CRUZEIRO	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	4207179,00	215311,84	215311,84	215311,84

59114 - ADM. REG. DE SAMAMBAIA - RA XII

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	10000,0	0,0	0	0
6042 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	10000,0	0,0	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	150000,0	0,0	0	0
9539 - REFORMA DE PARQUES E PRAÇAS EM SAMAMBAIA	150000,0	0,0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	250000,0	0,0	0	0
9678 - REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVA EM SAMAMBAIA	250000,0	0,0	0	0
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	270000,0	0,0	0	0
8545 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA - PONTOS DE ENCONTRO COMUNITÁRIO	200000,0	0,0	0	0
8546 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA - CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE CALISTÊNIA - SAMAMBAIA DF	70000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	680000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09114.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2200000,0	0,0	0	0
1382 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XII EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1383 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - SAMAMBAIA	1000000,0	0,0	0	0
1384 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM SAMAMBAIA	500000,0	0,0	0	0
1385 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	30000,0	0,0	0	0
0008 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SAMAMBAIA	30000,0	0,0	0	0

1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1200000,0	0,0	0	0
9571 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM SAMAMBAIA	1200000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3430000,00	0,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3779 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	250000,0	0,0	0	0
0006 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	250000,0	0,0	0	0
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	329793,0	30500,0	30500,0	30500,0
8500 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	329793,0	30500,0	30500,0	30500,0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	579793,00	30500,00	30500,00	30500,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	100000,0	0,0	0	0
0054 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	100000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400000,0	77307,90	77307,90	77307,90
7183 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	400000,0	77307,90	77307,90	77307,90
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	500000,00	77307,90	77307,90	77307,90

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	6443783,0	392312,60	392312,60	392312,60
8901 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	6443783,0	392312,60	392312,60	392312,60
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	469000,0	17756,11	17756,11	17756,11

9706 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SAMAMBAIA	469000,0	17756,11	17756,11	17756,11
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	346561,0	25000,0	25000,0	25000,0
9783 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	346561,0	25000,0	25000,0	25000,0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
5892 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SAMAMBAIA	10000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
0030 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	10000,0	0,0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50000,0	0,0	0	0
5384 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	50000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	7329344,00	435068,71	435068,71	435068,71

59115 - ADM. REG. DE SANTA MARIA - XIII

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	100000,0	0,0	0	0
9606 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES- CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA QR 301 / 201- SANTA MARIA	100000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	100000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09115.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1500000,0	0,0	0	0
1386 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XIII EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1387 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
9950 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	800000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1500000,00	0,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	300227,0	70253,12	70253,12	70253,12
8523 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	300227,0	70253,12	70253,12	70253,12
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	300227,00	70253,12	70253,12	70253,12

6219 - CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	4000,0	0,0	0	0
0086 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DA FESTA DE ANIVERSÁRIO DA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	2000,0	0,0	0	0
5992 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	2000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	4000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	290071,0	0,0	0	0
0064 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	290071,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	107704,0	0,0	0	0
7184 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	107704,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	397775,00	0,00	0,00	0,00

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3000,0	0,0	0	0
5342 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	3000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	6902724,0	533695,58	533695,58	533695,58
8902 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	6902724,0	533695,58	533695,58	533695,58
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	257723,0	16414,62	16381,49	16381,49
9784 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	257723,0	16414,62	16381,49	16381,49
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0

5189 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	10000,0	0,0	0	0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	493117,0	17950,00	17950,00	17950,00
9707 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	493117,0	17950,00	17950,00	17950,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	7666564,00	568060,20	568027,07	568027,07

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	400000,0	0,0	0	0
9821 - REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	400000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	400000,00	0,00	0,00	0,00

59117 - ADM. REG. DO RECANTO DAS EMAS - RA XV

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5000,0	0,0	0	0
5997 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	5000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	5000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09117.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	4000000,0	0,0	0	0
1390 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XV EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1391 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - RECANTO DAS EMAS	300000,0	0,0	0	0
1392 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
1393 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XV EM 2019.	3000000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	5000,0	0,0	0	0
9191 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RECANTO DAS EMAS	5000,0	0,0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	8097,0	0,0	0	0
6961 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	8097,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4013097,00	0,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	318941,0	0,0	0	0

8530 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	318941,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	318941,00	0,00	0,00	0,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1000000,0	0,0	0	0
5996 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	500000,0	0,0	0	0
5997 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	1000000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	20000,0	0,0	0	0
0066 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	20000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150000,0	95490,70	95490,70	95490,70
7186 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	150000,0	95490,70	95490,70	95490,70
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	170000,00	95490,70	95490,70	95490,70

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	5000,0	0,0	0	0
5367 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	5000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3656217,0	178666,04	178666,04	178666,04
8904 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	3656217,0	178666,04	178666,04	178666,04
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	343913,0	2913,50	2913,50	2913,50

9709 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RECANTO DAS EMAS	343913,0	2913,50	2913,50	2913,50
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
0031 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	10000,0	0,0	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	285000,0	0,0	0	0
9786 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	285000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	4300130,00	181579,54	181579,54	181579,54

59118 - ADM. REG. DO LAGO SUL - RA XVI

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	200000,0	0,0	0	0
1394 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	39000,0	0,0	0	0
9192 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	39000,0	0,0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	7000,0	0,0	0	0
6966 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	7000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	246000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09118.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	135000,0	0,0	0	0
8504 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	135000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	135000,00	0,00	0,00	0,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	25000,0	0,0	0	0
5998 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	25000,0	0,0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	4257,0	0,0	0	0
5939 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	4257,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	29257,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	10000,0	0,0	0	0
0056 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	10000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200000,0	0,0	0	0
7187 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	200000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	210000,00	0,00	0,00	0,00

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3000,0	0,0	0	0
5346 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	3000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3630348,0	1981,55	1981,55	1981,55
8905 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	3630348,0	1981,55	1981,55	1981,55
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	245000,0	0,0	0	0
9710 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	245000,0	0,0	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	208572,0	0,0	0	0
9787 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	208572,0	0,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5000,0	0,0	0	0
5880 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	5000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
0014 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	10000,0	0,0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10000,0	0,0	0	0
9784 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	4111920,00	1981,55	1981,55	1981,55

59122 - ADM. REG. DE ÁGUAS CLARAS - RA XX

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	60000,0	0,0	0	0
8548 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA - CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE CALISTÊNIA - ÁGUAS CLARAS DF	60000,0	0,0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	500000,0	0,0	0	0
9523 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	560000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09122.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	3700000,0	0,0	0	0
1399 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XX EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1400 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8194 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS - REGIÃO XX - ÁGUAS CLARAS- ÁGUAS CLARAS	3000000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3700000,00	0,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	205824,0	5557,53	5557,53	5557,53
8522 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	205824,0	5557,53	5557,53	5557,53
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	205824,00	5557,53	5557,53	5557,53

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	150000,0	0,0	0	0
0033 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	150000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	145000,0	208301,70	208301,70	208301,70
7168 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	145000,0	208301,70	208301,70	208301,70
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	295000,00	208301,70	208301,70	208301,70

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	5000,0	0,0	0	0
5315 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	5000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	7439177,0	389847,46	389847,46	389847,46
8885 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	7439177,0	389847,46	389847,46	389847,46
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	487000,0	19601,23	19601,23	19601,23
9691 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	487000,0	19601,23	19601,23	19601,23
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1169997,0	108345,67	108341,59	108341,59
9768 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	1169997,0	108345,67	108341,59	108341,59
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	9101174,00	517794,36	517790,28	517790,28

59123 - ADM. REG. DO RIACHO FUNDO II - RA XXI

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5001,0	0,0	0	0
5958 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	5001,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	5001,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09123.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1000000,0	0,0	0	0
1401 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XXI EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1402 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - RIACHO FUNDO II	300000,0	0,0	0	0
1403 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	9999,0	0,0	0	0
9176 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	9999,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1009999,00	0,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	255000,0	14265,62	14265,62	14265,62
8491 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	255000,0	14265,62	14265,62	14265,62
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	255000,00	14265,62	14265,62	14265,62

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	10000,0	0,0	0	0
0069 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	10000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50000,0	9528,46	9528,46	9528,46
7171 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	50000,0	9528,46	9528,46	9528,46
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	60000,00	9528,46	9528,46	9528,46

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2926808,0	158819,80	158819,80	158819,80
8886 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	2926808,0	158819,80	158819,80	158819,80
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	294999,0	1599,64	1599,64	1599,64
9692 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	294999,0	1599,64	1599,64	1599,64
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	154084,0	0,0	0	0
9769 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	154084,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	3375891,00	160419,44	160419,44	160419,44

59124 - ADM. REG. DO SUDOESTE/OCTOGONAL - RA XXII

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	200000,0	0,0	0	0
1404 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	21000,0	0,0	0	0
9178 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL	21000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	221000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09124.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	80000,0	0,0	0	0
8492 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	80000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	80000,00	0,00	0,00	0,00

UO - Alterada para 09124

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	3023,0	0,0	0	0
6029 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SUDOESTE/OCTOGONAL	3023,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	3023,00	0,00	0,00	0,00

UO - Alterada para 09124

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	89378,0	0,0	0	0
0070 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	89378,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200000,0	116688,61	116688,61	116688,61
7173 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	200000,0	116688,61	116688,61	116688,61
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	289378,00	116688,61	116688,61	116688,61

UO - Alterada para 09124

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3030000,0	123073,50	123073,50	123073,50
8890 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	3030000,0	123073,50	123073,50	123073,50
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	430000,0	3664,72	3664,72	3664,72
9696 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	430000,0	3664,72	3664,72	3664,72
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	586550,0	2051,23	2051,23	2051,23
9773 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	586550,0	2051,23	2051,23	2051,23
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	4046550,00	128789,45	128789,45	128789,45

UO - Alterada para 09124

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	700000,0	0,0	0	0
1405 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XXIII EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1406 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	11000,0	0,0	0	0
9179 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-VARJÃO	11000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	711000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09.125.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	20000,0	0,0	0	0
8493 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	20000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	20000,00	0,00	0,00	0,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1000,0	0,0	0	0
5967 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	1000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	1000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	150000,0	0,0	0	0
0076 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	150000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30000,0	0,0	0	0
7174 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	30000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	180000,00	0,00	0,00	0,00

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	0,0	0	0
0024 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	10000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1774654,0	172630,46	172630,46	172630,46
8891 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	1774654,0	172630,46	172630,46	172630,46
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	275000,0	11037,57	11037,57	11037,57
9697 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	275000,0	11037,57	11037,57	11037,57
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	157199,0	14296,68	14255,57	14255,57
9774 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	157199,0	14296,68	14255,57	14255,57
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
0031 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	10000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	11000,0	0,0	0	0
0022 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	11000,0	0,0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	180000,0	0,0	0	0
0019 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	180000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	2417853,00	197964,71	197923,60	197923,60

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	200000,0	0,0	0	0
1408 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	10000,0	0,0	0	0
9181 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	10000,0	0,0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	10272,0	0,0	0	0
6967 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	10272,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	220272,00	0,00	0,00	0,00

ESTA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FOI ALTERADA PARA A UO 09127 A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2019,

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	140000,0	0,0	0	0
8495 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	140000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	140000,00	0,00	0,00	0,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	21993,0	0,0	0	0
5970 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	10000,0	0,0	0	0

5971 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	11993,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	21993,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	50000,0	0,0	0	0
0074 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	50000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52762,0	80492,17	80492,17	80492,17
7176 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	52762,0	80492,17	80492,17	80492,17
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	102762,00	80492,17	80492,17	80492,17

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	30000,0	0,0	0	0
5366 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	30000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3000000,0	100229,94	100229,94	100229,94
8894 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	3000000,0	100229,94	100229,94	100229,94
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	319000,0	1631,77	1631,77	1631,77
9699 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	319000,0	1631,77	1631,77	1631,77
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	223855,0	0,00	0	0
9776 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	223855,0	0,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6000,0	0,0	0	0
5186 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	6000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	3578855,00	101861,71	101861,71	101861,71

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER**

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	9000,0	0,0	0	0
5975 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	9000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	9000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09128.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1300000,0	0,0	0	0
1409 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XXVI EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1410 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA RA DE SOBRADINHO II -- EM 2019	600000,0	0,0	0	0
1411 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	10000,0	0,0	0	0
9182 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1310000,00	0,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	150000,0	0,0	0	0
8516 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	150000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	150000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	10000,0	0,0	0	0
0073 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SOBRADINHO II	10000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	71000,0	124009,13	124009,13	124009,13
7177 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SOBRADINHO II	71000,0	124009,13	124009,13	124009,13
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	81000,00	124009,13	124009,13	124009,13

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	8969,0	0,0	0	0
5328 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	8969,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2364351,0	86857,16	86857,16	82190,29
8920 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	2364351,0	86857,16	86857,16	82190,29
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	220000,0	7064,65	7064,65	7064,65
9700 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SOBRADINHO II	220000,0	7064,65	7064,65	7064,65
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	138482,0	900,0	900,00	629,36
9777 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	138482,0	900,0	900,00	629,36
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6000,0	0,0	0	0
5187 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	6000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	2737802,00	94821,81	94821,81	89884,30

59129 - ADM. REG. DO JARDIM BOTÂNICO - RA XXVII

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	200000,0	0,0	0	0
1412 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	20000,0	0,0	0	0
9183 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	20000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	220000,00	0,00	0,00	0,00

ESTA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FOI ALTERADA PARA A UO 9129 A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2019,

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	30000,0	0,0	0	0
8496 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	30000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	30000,00	0,00	0,00	0,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	20000,0	0,0	0	0
5976 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	20000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	20000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	75000,0	0,0	0	0
0072 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	75000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	105000,0	0,0	0	0
7178 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	105000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	180000,00	0,00	0,00	0,00

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	9000,0	0,0	0	0
0009 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	9000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2517254,0	363016,44	363016,44	363016,44
8896 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	2517254,0	363016,44	363016,44	363016,44
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	212000,0	16833,33	16833,33	16833,33
9701 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	212000,0	16833,33	16833,33	16833,33
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	415234,0	40204,66	40204,66	40204,66
9778 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	415234,0	40204,66	40204,66	40204,66
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	19249,0	0,0	0	0
0009 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	19249,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	3172737,00	420054,43	420054,43	420054,43

59130 - ADM. REG. DO ITAPOÃ - RA XXVIII

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	700000,0	0,0	0	0
1413 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XXVIII EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1414 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	2171,0	0,0	0	0
9184 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	2171,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	702171,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09130.

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	130000,0	0,0	0	0
8520 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	130000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	130000,00	0,00	0,00	0,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	3000,0	0,0	0	0
5982 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	3000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	3000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	20000,0	0,0	0	0
0071 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	20000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60000,0	76620,16	76620,16	76620,16
7179 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	60000,0	76620,16	76620,16	76620,16
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	80000,00	76620,16	76620,16	76620,16

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2195347,0	97901,58	97901,58	97901,58
8897 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	2195347,0	97901,58	97901,58	97901,58
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	272100,0	7495,69	7495,69	7495,69
9702 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	272100,0	7495,69	7495,69	7495,69
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	100627,0	0,0	0	0
9779 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	100627,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	8000,0	0,0	0	0
0025 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	8000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	2576074,00	105397,27	105397,27	105397,27

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	430000,0	0,0	0	0
1415 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
9928 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	230000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	31000,0	0,0	0	0
9185 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	31000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	461000,00	0,00	0,00	0,00

ESTA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FOI ALTERADA PARA A UO 09131 A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2019,

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	150000,0	6000,0	6000,0	6000,0
8497 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	150000,0	6000,0	6000,0	6000,0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	150000,00	6000,00	6000,00	6000,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	8000,0	0,0	0	0
5983 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	8000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	8000,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	110000,0	0,0	0	0
0039 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	110000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	90000,0	0,0	0	0
7180 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	90000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	200000,00	0,00	0,00	0,00

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1602765,0	173174,98	173174,98	173174,98
8898 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	1602765,0	173174,98	173174,98	173174,98
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	193000,0	4900,97	4900,77	4900,77
9703 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	193000,0	4900,97	4900,77	4900,77
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	544742,0	106616,80	97140,67	92208,18
9780 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	544742,0	106616,80	97140,67	92208,18
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
5859 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	10000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
0027 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	2360507,00	284692,75	275216,42	270283,93

59133 - ADM. REG. DE VICENTE PIRES - RA XXX

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2700000,0	0,0	0	0
1416 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XXX EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1417 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - VICENTE PIRES	1000000,0	0,0	0	0
1418 - REALIZAÇÃO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES	1000000,0	0,0	0	0
1419 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	30000,0	0,0	0	0
9186 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	30000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2730000,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 9133

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	170000,0	50980,0	50980,0	50980,0
8498 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	170000,0	50980,0	50980,0	50980,0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	170000,00	50980,00	50980,00	50980,00

6219 - CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	10999,0	0,0	0	0
5984 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	10999,0	0,0	0	0
TOTAL - 6219 - CAPITAL CULTURAL	10999,00	0,00	0,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	50000,0	0,0	0	0
0063 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	50000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	155000,0	96672,08	96672,08	96672,08
7181 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	155000,0	96672,08	96672,08	96672,08
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	205000,00	96672,08	96672,08	96672,08

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	0,0	0	0
5356 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	10000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4616461,0	229359,65	229359,65	229359,65
8899 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	4616461,0	229359,65	229359,65	229359,65
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	334168,0	14654,31	14654,31	14654,31
9704 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	334168,0	14654,31	14654,31	14654,31
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	165000,0	28637,28	28637,28	28637,28
9781 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	165000,0	28637,28	28637,28	28637,28
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	5125629,00	272651,24	272651,24	272651,24

59135 - ADM. REG. DA FERCAL - RA XXXI

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	7500,0	0,0	0	0
5985 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	7500,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	7500,00	0,00	0,00	0,00

Esta Unidade Orçamentária foi alterada para UO 09135.

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1000000,0	0,0	0	0
1421 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA FERCAL	1000000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	1000000,00	0,00	0,00	0,00

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	920000,0	0,0	0	0
1420 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RA-XXXI EM 2019.	500000,0	0,0	0	0
1422 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SOS/DF	200000,0	0,0	0	0
8209 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	220000,0	0,0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	100000,0	0,0	0	0
0055 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	100000,0	0,0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	3000,0	0,0	0	0
9187 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	3000,0	0,0	0	0
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	200000,0	0,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2838 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA NA FERCAL	200000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1223000,00	0,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	100000,0	23000,0	23000,0	23000,0
8499 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	100000,0	23000,0	23000,0	23000,0
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	100000,00	23000,00	23000,00	23000,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	10000,0	0,0	0	0
0038 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	10000,0	0,0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	54246,0	61585,81	61585,81	61585,81
7182 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	54246,0	61585,81	61585,81	61585,81
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	64246,00	61585,81	61585,81	61585,81

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	45000,0	0,0	0	0
5329 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	45000,0	0,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	320000,0	90509,42	90509,42	90509,42
8900 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	320000,0	90509,42	90509,42	90509,42
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	79500,0	10615,37	10615,37	10615,37
9705 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	79500,0	10615,37	10615,37	10615,37

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	172237,0	12880,42	12880,42	12880,42
9782 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	172237,0	12880,42	12880,42	12880,42
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9000,0	0,0	0	0
5188 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	9000,0	0,0	0	0
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	100000,0	0,0	0	0
0004 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	100000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	725737,00	114005,21	114005,21	114005,21

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	500000,0	0,0	0	0
9822 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INSTALAÇÃO DE PISO NO EDIFÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	350000,0	0,0	0	0
9823 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NO EDIFÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	150000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	500000,00	0,00	0,00	0,00

61101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DF

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Atendimento à Comunidade – SEAC, criada por meio do Decreto nº 39.633, de 21 de janeiro de 2019, tem por objetivo aproximar o governo do Distrito Federal dos cidadãos, atuando em parceria com os demais órgãos do Executivo local para a solução dos mais diversos reclames da sociedade.

A designação de uma Secretaria exclusivamente voltada aos anseios da população é inédita na federação brasileira e pressupõe a valorização do indivíduo como agente na transformação da sociedade que está inserido, cumprindo a missão de dar mais voz ao povo.

A Secretaria de Atendimento à Comunidade foi então concebida para tornar-se um elo forte entre o Governo e a comunidade. Por meio dela, serão canalizadas as diversas demandas, para os mais diversos setores da atividade pública, e oriundas de todas as regiões do Distrito Federal. É papel da SEAC gerenciar o andamento de cada demanda, articulando-se, para isso, com todas as demais pastas do Governo do Distrito Federal, de modo a buscar as soluções que a comunidade precisa.

Ações Administrativas e Fiscais

a. MEDIDAS FISCAIS E ORÇAMENTÁRIAS

- Regularização dos registros fiscais e contábeis junto aos órgãos federais e do Distrito Federal; criação do CNPJ, Certificação de Regularidade junto à Caixa Econômica Federal; criação da Unidade Gestora, Gestão e da Unidade Orçamentária;
- Elaboração da proposta orçamentária 2019, objetivando dar início a execução do seu orçamento em 2019, o que não foi atendida por questões técnicas orçamentárias;
- Elaboração da proposta orçamentária do quadriênio 2020-2023 que se encontra registrada no sistema PPAWEB;

b. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Como já mencionado, a SEAC foi criada em 2019, e portanto não possuía qualquer estrutura física. Providenciou-se desde os primeiros móveis e equipamentos de informática, ao espaço físico para os primeiros servidores nomeados desempenharem suas funções.

Neste sentido, esforços foram empenhados para encontrar a melhor e mais adequada estrutura física para o desempenho das atividades designadas à esta SEAC. Resultado disto, foi a conquista, neste cenário, de uma sede própria. Identificou-se um espaço inutilizado desde 2011, com fácil acesso para a comunidade - A Galeria Norte do Trabalhador – um espaço de quase 2.000m², localizado na região central de Brasília, há poucos metros da Rodoviária e da Estação do Metrô, foi então conquistada em definitivo como nova sede da SEAC.

Identificou-se a necessitando de realizar uma série de reformas e adaptações, o espaço encontrava-se em péssimo estado. Era imprescindível a realização de reformas na parte elétrica, hidráulica e lógica. A substituição de pisos, portas, louças e metais, além de pintura e manutenção de jardins e demais instalações existentes. Um novo desafio se impunha, visto que a SEAC não dispunha de orçamento próprio para a realização de quaisquer despesas.

Novamente partiu-se em busca de soluções, e encontrou-se na SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social, e na SETRAB – Secretaria do Trabalho, os meios necessários para a realização das melhorias necessárias, com início em julho de 2019, e permanecem em andamento desde então, tendo sido estendidas em função da falta de recursos financeiros.

Paralelamente, buscou-se doações de mobiliário, divisórias, persianas e equipamentos diversos, tendo especial sucesso junto ao Governo Federal. Diante disto, fechando o exercício

de 2019 com um inventário diversificado de bens. Superando as próprias necessidades e passando a doar bens diversos a outros órgãos do GDF, sem a aplicação de nenhum recurso financeiro do tesouro local.

Espera-se que no primeiro trimestre de 2020 a nova sede da SEAC esteja pronta para abrigar a sua equipe em definitivo.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	23	0	14	0	37
Requisitados de órgãos do GDF	3	1	0	0	4
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	1	0	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	26	2	14	0	42
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	26	2	14	0	42

Observação: As despesas com a folha de pagamento da Secretaria de Estado de Atendimento à Comunidade do Distrito Federal foi custeada com recursos da Casa Civil do Distrito Federal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

A Secretaria de Estado de Atendimento à Comunidade do Distrito Federal não foi contemplada com orçamento para o exercício de 2019.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A Secretaria de Atendimento à Comunidade vem buscando sanar as demandas, anseios e reivindicações da população, assim atendendo uma das propostas basilares da atual gestão: dar voz à população em todos os seus níveis sociais.

Constitui objetivo Institucional da SEAC gerenciar o atendimento de cada solicitação, articulando-se, para isso, com todas as demais pastas do Governo do Distrito Federal, de modo a buscar as soluções que a comunidade anseia

Abaixo está a relação dos atendimentos realizados ao longo do ano de 2019 e seus encaminhamentos quantificado por órgãos.

ÓRGÃOS	ATENDIMENTOS
ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	68
CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	77
DEMANDAS AO GOVERNADOR	45
DF LEGAL	16
EMPREGOS	498

ÓRGÃOS	ATENDIMENTOS
OUTROS*	132
SEAC - SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE	818
SEDES - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	16
SEE - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	69
SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	742
SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	57
TERRACAP - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL	33
TRANSPORTE E MOBILIDADE	59
TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS	2630

* Outros: Órgãos com número de encaminhamento menor que 16.

- DF LEGAL
- CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
- DPDF – Defensoria Pública do Distrito Federal
- OBRAS - Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal
- SEDESTMIDH
- SEJUS - Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal
- SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
- SLU - Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal
- IBRAM - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
- SDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Adjunta das Cidades
- SEMOB - Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal
- SERINS – Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais do DF
- Cerimonial Governadoria
- PGDFT - Procuradoria do Distrito Federal e Territórios
- METRÔ - Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

ATENDIMENTOS EM DESTAQUE

Em janeiro, foi o lançamento do SOS-DF Saúde (Dia D - combate à dengue) em Samambaia, além de vistorias no parque de serviços da cidade na QS 119. A SEAC/DF também se fez presente na obra do novo prédio do Acelerador de Radiologia do HRT em Taguatinga. Demonstração da grande preocupação do governo no combate à doenças no Distrito Federal e no reaparelhamento da saúde com novos e modernos equipamentos.

Após reunião com a comissão dos moradores do Assentamento Mestre D'Armas II, a SEAC/DF se reuniu, no dia 04/02, com a direção da CODHAB, Secretaria Adjunta das Cidades, Defensoria Pública e representante do proprietário do terreno, ocasião em que foi formulado um acordo para evitar a reintegração de posse, já autorizada pela justiça, substituindo-a pela venda direta a cada morador.

No dia 09 de fevereiro, a convite dos moradores, membros da SEAC/DF estiveram no condomínio Mestre D'Armas para conhecer todos os moradores e firmar compromisso de urbanizar toda a área, dando qualidade de vida às centenas de famílias do local.

Quarta-feira, 13/02, a SEAC/DF recebeu comissão da UPCD (União das Pessoas com Deficiência) para tratar das urgências envolvendo a locomoção e mobilidade desse importante seguimento da sociedade. Naquela oportunidade foram tratados temas relacionados a problemas de acessibilidade na região da Rodoviária, Setor Policial Sul, além da discussão acerca do passe livre para deficientes.

Na quarta-feira, dia 20 de fevereiro, a SEAC/DF participou da Reunião Extraordinária do CONSEG Brasília Centro. Foi apresentada a metodologia de trabalho do CONSEG (Secretaria de Estado de Segurança Pública-SSP-DF), suas demandas e as respostas das autoridades de cada setor envolvido. Os comerciantes e trabalhadores da área central de Brasília sempre terão voz com a gestão deste governo.

Quinta-feira, dia 21 de fevereiro, a SEAC/DF se reuniu com diversas comissões de candidatos aprovados em concursos públicos do GDF. Também recebeu a Comissão dos aprovados (excedentes) da PCDF - cargo de agente de polícia 2013; - E por fim os candidatos aprovados no concurso de AGEPEN 2015! Todos defendendo suas justas pretensões, mas entendendo a atual situação do Distrito Federal.

Sábado, dia 23 de fevereiro, a SEAC/DF acompanhou as atividades na cidade Estrutural, que completou 15 anos de história e passará por uma transformação econômica e social nos próximos anos! O Programa de Gestão Regional foi apresentado ao vice-Governador e ao Secretário da SEAC/DF pelo Administrador da Cidade Estrutural. A SEAC/DF esteve, também, no Riacho Fundo I, onde a Administração Regional, em parceria com a TV Record DF, organizou um dia de atividades à população. A SEAC/DF aproveitou a oportunidade para visitar feirantes da cidade, conhecer suas principais reivindicações e propostas de soluções. É tempo de ação!

Dia 20 de março, em Águas Claras, após participar de reuniões com Empresários da cidade e com o Administrador Regional, a SEAC/DF mediu a revogação da Ordem de Serviço nº 16, de 27 de fevereiro de 2019, que reduzia drasticamente o horário de funcionamento do comércio local. A Administração daquela cidade buscará o melhor para todos os moradores e trabalhadores de Águas Claras. Nos próximos meses e a SEAC-DF será parceira nessa discussão.

Segunda-feira, 1º de abril, representantes da SEAC/DF foram recepcionados por parlamentar na Câmara Legislativa. Na oportunidade, além da apresentação das competências da Secretaria de Estado de Atendimento à Comunidade do Distrito Federal, foi recebido da parlamentar um breve resumo de suas atividades legislativas e fiscalizadoras, assim como alguns de seus projetos de lei. A visita foi importante para captar apoio aos projetos que seriam desenvolvidos no 2º Semestre de 2019, além de direcionar emendas para as cidades mais carentes do DF que já foram visitadas pelo "SEAC/DF Itinerante".

Quinta, 04/04, na companhia do Administrador Regional, a SEAC/DF esteve em diversos pontos da Ceilândia, verificando obras e atividades comunitárias que auxiliam no desenvolvimento da cidade. Também recebeu as demandas da Feira do Produtor e Prefeitura do Pôr do Sol. Todas as demandas foram encaminhadas aos respectivos órgãos.

Terça-feira, 7 de maio, a SEAC/DF esteve em Águas Claras a convite do Administrador Regional, que preocupado com os dados alarmantes de casos de Dengue no Distrito Federal apresentou o terreno destinado à construção do 1º Posto de Saúde de Águas Claras, além de pontos de risco à saúde de moradores e trabalhadores da cidade. Requereu empenho desta SEAC/DF para limpeza de terrenos baldios da cidade.



A pedido do governador do Distrito Federal, o secretário de Atendimento à Comunidade, esteve no dia 14/05, no Núcleo Rural Monjolo, no Recanto das Emas, onde visitou o local consumido pelas chamas de um incêndio, ocorrido no domingo (12), que deixou mais de 30 famílias desabrigadas.

O objetivo foi de acompanhar de perto as operações e ofertar todo o apoio do Governo do Distrito Federal e da articulação da Secretaria de Estado de Atendimento à Comunidade do

DF no amparo às famílias vítimas do incêndio, bem como verificar as necessidades para os encaminhamentos junto aos diversos órgãos mobilizados na ação.



13 de junho, quinta-feira, foi realizado na cidade do Núcleo Bandeirante a última Solenidade em alusão ao Dia do Líder Comunitário. Foram 12 cidades participantes com a homenagem do Governo do Distrito Federal a 958 (novecentos e cinquenta e oito) cidadãos que atuam pelos interesses coletivos de suas comunidades de forma voluntária.

REGIÃO ADMINISTRATIVA	DATA	HORÁRIO	QTDE DE LÍDERES HOMENAGEADOS
BRAZLÂNDIA	02/05	19:00h	65
FERCAL	04/05	10:00h	85
RIACHO FUNDO I	16/05	19:00h	123
SÃO SEBASTIÃO	21/05	09:00h	76
SAMAMBAIA	22/05	19:00h	136
SANTA MARIA	22/05	19:00h	65
VARJÃO	25/05	14:00h	40
PARK WAY	29/05	19:00h	25
SOBRADINHO	30/05	09:00h	35
PLANO PILOTO	30/05	19:00h	115
JARDIM BOTÂNICO	06/06	19:00h	83
NÚCLEO BANDEIRANTE	13/06	19:00h	110
TOTAL		958	

As solenidades contaram com a disponibilização de atendimento por parte do corpo técnico das Administrações e de servidores da Secretaria de Atendimento à Comunidade, que além de homenagear os líderes comunitários, ofertou formas de coleta de sugestões, demandas e críticas que foram direcionadas e acompanhadas junto aos respectivos órgãos do complexo Administrativo do GDF. As comemorações são para mostrar a importância do líder comunitário na sociedade e que tem como principal função fazer uma "ponte" entre a população e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O dia do Líder Comunitário é 5 de maio.

A SEAC/DF tem marcado presença no programa "SEJUS Mais Perto do Cidadão", que leva serviços do Governo do Distrito Federal para perto da população do Distrito Federal, tendo participado das edições realizadas em São Sebastião, Planaltina e Recanto das Emas, onde moradores da cidade tiveram a oportunidade de emitir documentos, resolver pendências e ter acesso a informações importantes de órgãos públicos do GDF.



A revitalização de todas as feiras do Distrito Federal, sob responsabilidade do GDF, é também uma demanda de destaque da SEAC/DF. Neste sentido a secretaria tem participado de diversas ações, desde a participação em seção solene na Câmara Legislativa (CLDF), por ocasião do Dia do Feirante, visitação em diversas feiras do Distrito Federal, até o fechamento do cronograma de obras e o programa que foi lançado pelo GDF, bem como a participação ativa na 24ª Festa do Morango de Brasília e do lançamento, pelo governador do Distrito Federal, da Criação do Parque Agropecuário de Brazlândia.



Setembro foi marcado por diversas atividades realizadas em forma de parcerias com as demais Pastas do Governo do Distrito Federal. Destaque para a campanha "Setembro Amarelo – Vamos dar as mãos?", de prevenção ao suicídio de crianças e adolescentes. A iniciativa da Secretaria de Justiça e Cidadania teve apoio institucional da SEAC/DF nas ações operacionais e de divulgação da referida Campanha. Também em parceria com a SEJUS, realizou atendimento itinerante na cidade Estrutural através do programa "SEJUS mais perto do Cidadão".

Em outubro, por determinação do governador do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Atendimento à Comunidade do Distrito Federal, atuou diretamente na elaboração do Decreto que modificou os tramites para liberação de alvarás de construção em obras da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. O objetivo foi dar celeridade à obtenção das licenças necessárias, reduzindo a burocracia e evitar a perda de recursos financeiros, seja do Estado ou da Iniciativa privada através de compensações ambientais, por exemplo. A medida de urgência permitiu, por exemplo, a alocação imediata de recursos para a reforma da Unidade Básica de Saúde de Ceilândia.

A Campanha "Vem Brincar Comigo" de iniciativa da Primeira-Dama do Distrito Federal, contou com efetiva colaboração da SEAC/DF, tanto na organização durante o período de arrecadação dos doativos, quanto na realização do Evento ocorrido no dia 12 de outubro no Parque da Cidade Sarah Kubistchek.



Ainda em Outubro, após análise técnica da SEAC/DF, foi encaminhado à Governadoria do Distrito Federal, projeto oriundo da Cooperativa "100 Dimensão" para a reciclagem de pneumáticos em todo o território Distrital. O projeto encontra-se em tramitação no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU e deve entrar em operação no primeiro semestre de 2020.

Em Novembro, o GDF firmou nova parceria com o SEBRAE – DF, desta vez para atender aos empreendedores localizados na cidade do Sol Nascente e Pôr do Sol. A colaboração permitiu o treinamento de 400 micros e pequenos empresários nas questões de Gestão Empresarial, fluxo de Caixa e rotinas administrativas diversas. A iniciativa será ampliada por todo o Distrito Federal em 2020 com orientação da SEAC/DF.

Através de Parceria Público-Privada sem custos ao GDF, a Secretaria de Estado de Atendimento à Comunidade do Distrito Federal e o Instituto Nacional de Aprendizagem e Inclusão Social INAIS, ofertaram centenas de cursos profissionalizantes nas mais diversas áreas de prestação de serviços. A entrega dos Certificados da 1ª Turma ocorreu na cidade do Recanto das Emas em 4 de novembro. O projeto piloto, sucesso de inscrições, será ampliado no primeiro semestre de 2020 visando a profissionalização de 10 (dez) mil pessoas no próximo ano e finalizando 2022 com 30 mil certificados emitidos.



PRINCIPAIS DESTAQUES EM 2019

1. Foram as diversas mediações presididas pela SEAC/DF para resoluções de questões envolvendo a Regularização Fundiária e/ou discussões sobre moradia envolvendo os diversos órgãos do Distrito Federal e terceiros interessados. A última ação desta natureza culminou em suspensão de reintegração de posse da TERRACAP em imóvel com 15 (quinze) famílias do Pólo de Modas do Guará II;



2. As reuniões com diversas Comunidades no âmbito do Distrito Federal que objetivaram a implementação de projetos de Assistência Comunitária, por meio de entidades organizadas, visando o levantamento de tecnologias sociais para disseminação e resolução de problemas locais, no sentido de proporcionar uma cultura de desenvolvimento sustentável, protagonismo social, cuidado ambiental, solidariedade econômica, respeito cultural, educação, trabalho e renda, bem como o fortalecimento das práticas de associativismo e cooperativismo, fomentando a criação de associações para a representação e a defesa de interesses dos associados, com levantamento das necessidades de treinamento, capacitação, orientação e infraestrutura.



3. Em que pese as áreas de Saúde e Educação terem regulação no atendimento, a SEAC conseguiu através de parcerias com estas duas pastas, atender questões urgentes, tais como: encaminhamento de pedido de cirurgias, pedidos de exames, consultas e demais atendimentos hospitalares, além de vagas de inclusão de crianças em creches, ensino maternal, ensino fundamental e outros e pedidos de execução de pequenas reformas em unidades escolares

Por fim, entre os destaques das atividades da SEAC/DF, chegou em Dezembro com a aprovação do Projeto de Lei de iniciativa do Executivo que trata do "Serviço Voluntário" da categoria de Fiscalização do DER/DF. Tal PL foi discutido ao longo do ano de 2019 por diversos agentes públicos e políticos, tendo a SEAC/DF como ponto focal nas tratativas setoriais até sua aprovação na Câmara Legislativa no último dia de votações daquela Casa.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Com foco na ampliação do desenvolvimento das suas ações e com o objetivo de iniciar a execução das suas próprias atividades e desvincular-se da Casa Civil, foram desenvolvidos estudos e Mapeamentos de ações com vistas a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2019, cujos registros foram lançados no sistema SIGGO, contudo, não sendo possível de atendimento pela Secretaria Adjunta de Orçamento.

Para os exercícios de 2020 a 2023 foram desenvolvidos trabalhos de alinhamento de ideias junto com a SEPLAN/DF para elaboração da proposta orçamentária, tendo em vista a recente criação da SEAC/DF e a não vinculação das suas ações aos Programas de Trabalho já existentes.

Os trabalhos consistiram de criação de objetivo, caracterização, contextualização, metas, indicadores de impacto e levantamento de valores, voltados para o Programa Temático "Gestão para Resultados."

A proposta orçamentária foi elaborada em consonância com a Assessoria de Comunicação da SEAC/DF e encontra-se registrada no sistema PPAWEB aguardando liberação do Teto Orçamentário.

A falta de orçamento e de recursos financeiros não impediram uma atuação ativa da Secretaria de Estado de Atendimento à Comunidade do Distrito Federal na realização das políticas públicas junto à população do Distrito Federal, como pôde ser verificado nos destaques.

As perspectivas para o quadriênio 2020-2023 compreende as principais metas e ações:

METAS

- Realização de 5 (cinco) reuniões comunitárias mensais;
- Realização de 6 (seis) estudos comunitários anuais;
- Realização de 3.000 (três mil) atendimentos itinerantes mensais às comunidades do Distrito Federal;
- Realização de 4 (quatro) ações de cooperativismo e associativismo anuais;
- Realização de 150 (cento e cinquenta) capacitações comunitárias anuais; e
- Realização de 12 (doze) ações comunitárias anuais.

AÇÕES

- Capacitação de pessoas;
- Fortalecimento do cooperativismo, associativismo e Economia Solidária;
- Atendimento Itinerante à Comunidade;
- Realização de ações de atendimento à comunidade.

RESULTADOS ESPERADOS

- Expandir a capacidade institucional do Estado na formulação, planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas, por meio da ampliação de atendimentos à comunidade do Distrito Federal;
- Melhorar o acolhimento das demandas do cidadão, desburocratizando o acesso aos serviços públicos, com eficiência, celeridade, cordialidade, conforto e acessibilidade.
- Assegurar a melhoria de vida da comunidade do Distrito Federal, mediante apresentação de proposta de Emendas Parlamentares, contempladas na página 98 do Caderno de Sugestões de Emendas Distritais PLOA 2020 e tem por objetivos a destinação de recursos para priorizar as Ações de Atendimento Itinerante à Comunidade, Implantação de Projetos de Capacitação da Comunidade e Implantação de Projetos de Tecnologias Sociais, no total de R\$ 8.600.000,00 (oito milhões e seiscentos mil reais).

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana-SEDRM foi criada com o decreto nº 39.610, de 01 de janeiro de 2019, sendo que as atividades de apoio operacional, administrativo, orçamentário e financeiro são executadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE.

Suas atribuições são: Integração e Gestão de Políticas Sociais e de Infraestrutura da Região Metropolitana do Distrito Federal e desenvolvimento sustentável do polo econômico da Região Metropolitana do Distrito Federal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	0	0	0	0	0
Comissionados sem vínculo efetivo	0	8	0	0	8
Requisitados de órgãos do GDF	0	1	0	0	1
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	0	9	0	0	9
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	0	9	0	0	9

A Secretaria iniciou suas atividades com 06 servidores, sendo 03 servidores efetivos (com cargo em comissão): 01 requisitado da Secretaria da Fazenda do GDF; 01 do Governo Federal, do Ministério do Desenvolvimento Regional; e 01 da Secretaria da Educação do GDF.

Em 14 de junho de 2019, houve uma reestruturação passando a ter 07 servidores; sendo 02 requisitados (com cargo em comissão) e 05 cargos em comissão.

Atualmente, houve uma nova reestruturação passou a ter 09 servidores, sendo 01 requisitado (com cargo em comissão) e os demais cargo em comissão.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Realizações por Programa

Unidade Orcamentária: 62101

Execução Orcamentária e Financeira

Ação/Substituto	Lei	Despesas Autorizada	Empenhado	Liquidado
0	0	0	0	0

As atividades de apoio operacional, administrativo, orçamentário e financeiro são executadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Audiências	Pautas
Audiência com o Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação e Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal-CODHAB	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM conheceu o Edital de Convocação nº 001/2018, que visa atender às pessoas interessadas em participar do sorteio de lotes na Cidade Ocidental-GO.
Audiência com o Secretária Adjunta da Secretaria de Economia do Distrito Federal	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ouviu a explanação da Secretária para o Plano Estratégico 2019-2060.
Audiência com o Secretário Executivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM conheceu o Programa FCO.
Audiência com o Governador do Distrito Federal	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM foi tratar das demandas do Entorno.
Audiência com o Secretário Nacional de Mobilidade.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM tratou das questões relacionadas ao VLT Brasília X Valparaíso-GO.
Audiência com o Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal-CODEPLAN	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM assistiu à Apresentação da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Itapoá-DF, Jardim Botânico-DF, Paranoá-DF e São Sebastião-DF.
Audiência com o Secretário executivo Instituto do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos – MDT.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ratou do transporte no Entorno.
Audiência com o Presidente da Câmara Municipal de Formosa-GO.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ouviu a solicitação de limpeza e retirada de aguapés da Lagoa Feia de Formosa-GO.
Audiência com o Prefeito de Água Fria de Goiás.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ouviu a solicitação de cessão do empregado Alan Ribeiro de Andrade, da EMATER para exercer o cargo de Secretário Municipal de Administração dessa Prefeitura.
Audiência com o Prefeito de Aguas Lindas-GO.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ouviu as solicitações referentes ao Hospital de Regional de Águas Lindas-GO.
Audiência com o Vice-Governador do DF, nos meses de abril e novembro.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM tratou das demandas do Entorno.
Audiência com a Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF- EMATER.	Audiência com a Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF- EMATER.
Audiência com o Diretor do Instituto Hospital de Base do DF.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM tratou das demandas do Entorno na área da saúde.
Audiência com o Coordenação Geral de Ações Estratégicas-SEMOB, e Núcleo Técnico.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM tratou das questões relacionadas ao VLT Brasília/Valparaíso-GO.
Audiência com o Governador do DF e o Prefeito de Unai-MG.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da audiência onde o prefeito apresentou as demandas na área de saúde, melhoria

	das estradas na área rural, integração do Município com o Distrito Federal e a criação da Região Metropolitana do DF.
Reunião com o Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do DF- CODESE. Reunião da Câmara Regiões Metropolitanas do Eixo Brasília-DF X Goiânia e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião onde o Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do DF- CODESE une governos de Brasília-DF, Goiás e Entorno pelo desenvolvimento. Busca aproximação com os diversos órgãos do GDF para conseguir acesso a dados que possibilitem desenvolver estudos técnicos visando o desenvolvimento integrado da área.
1ª Reunião Ordinária do Conselho de Política de Desenvolvimento Rural - CPDR, com o Secretário da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião onde foi apresentado a importância do CPDR no que tange à formulação das políticas públicas para o meio rural, suas competências e atribuições, destacando ainda a relevância do agronegócio para o Distrito Federal.
Reunião com o Secretário Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos (SEMOB) e a Coordenação Geral de Ações Estratégicas.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião onde foi apresentado as questões referentes ao VLT- Brasília-DF x Valparaíso GO.
Audiência com o Prefeito da Cidade Ocidental-GO.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ouviu a solicitação do prefeito quanto a extensão da linha do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), em caráter experimental, do município de Valparaíso de Goiás até o KM 16, da Rodovia BR 040, em frente ao Centro Universitário UNIDESC.
Reunião com o Governador do DF, Vice-Governador DO DF, com Secretários e Presidentes das entidades do Governo do Distrito Federal-GDF.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião.
Audiência com o Secretário de Saúde do DF.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM apresentou ao Secretário de Saúde as demandas do Entorno na área da saúde.
Audiência com o Presidente da Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília - DF – AMAB.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ouviu as demandas apresentadas pelo Presidente referentes às necessidades/dificuldades dos Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.
Reunião com os Secretários do DF e GO: Secretário de Estado de Relações Institucionais do DF, Secretário Adjunto da Casa Civil do DF, Secretário de Governo do Estado de Goiás, e o Secretário da Casa Civil do Estado de Goiás.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião onde foi apresentado os benefícios e a importância da aprovação da MP nº 862/2018.
Reunião com o relator da Comissão Mista do Senado Federal, o Deputado José Nelto (GO).	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM apresentou a importância da aprovação MP nº 862/2018, para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.
OPERAÇÃO VLT: BRASÍLIA-DF X Valparaíso-GO.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da viagem-teste pelo trecho entre a Estação Rodoferroviária, em Brasília-DF, até Valparaíso de Goiás.
Audiência com o Prefeito de Santo Antônio de Goiás.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ouviu as demandas apresentadas pelo Prefeito.
Audiência com o Presidente da Câmara Legislativa do DF - CLDF.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM solicitou ao Presidente Emendas Parlamentares para beneficiar o Entorno.
Audiências com os Deputados Distritais	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM solicitou aos Deputados distritais Emendas Parlamentares para beneficiar o Entorno.
Reunião com Secretário de Governo do DF.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM tratou das demandas do Entorno.
Audiência com o Ex-prefeito de Valparaíso de Goiás e a ex-vereadora e candidata a vice-prefeita de Valparaíso de Goiás e Engenheiro Civil de Valparaíso de Goiás.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM reuniu com esses representantes da cidade de Valparaíso de Goiás para tratar das demandas do município referentes a Transporte, Educação e Saúde no Entorno.
Audiência com vários Jornalistas do município de Valparaíso de Goiás.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ouviu as reivindicações de melhorias para o Entorno.

Reunião com o Diretor de Planejamento e Relações Institucionais da Companhia Brasileira de Trens Urbanos-CBTU.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM tratou das questões do VLT Brasília-DF x Valparaíso-GO.
Audiência com a Vice-Prefeita de Luziânia/GO	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ouviu as demandas da cidade em diversas áreas.
Audiência com alguns Vereadores da Cidade Ocidental-GO.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ouviu as demandas da cidade em diversas áreas.
Reunião com o Secretário de Governo de Goiás e Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião onde o Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN apresentou a Pesquisa Metropolitana por amostra de domicílios Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD 2019.
Reunião com Governador de Goiás, Governador do DF e representantes de Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião onde os governos do DF e GO firmaram parceria de melhorias para áreas prioritárias e mais sensíveis do Entorno.
Reunião com o Secretário de Governo.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM apresentou ao Secretário de Estado do DF as demandas do Entorno.
Reunião com o Secretário de desenvolvimento Social de Goiás e o Diretor de Planejamento e Relações Institucionais da Companhia Brasileira de Trens Urbanos-CBTU.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião onde o Diretor da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU colocou as questões relativas ao VLT Brasília x Valparaíso-GO.
Audiência com o Superintendente do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás -CORSAP-DF/GO.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM ouviu as demandas/ assuntos de interesse do Consórcio (dificuldades financeiras e de realização da assembleia ordinária).
Audiência com o Secretária de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM tratou das demandas do Entorno na área da agricultura.
Reunião com o Secretário de Governo do DF e Subsecretaria da Subsecretaria de Apoio as Áreas de Desenvolvimento Econômico - SAADE/SDE.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião onde foi colocado pela Subsecretária a melhoria na estrutura do Pró-cidades/Polo JK (investimento será custeado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)).
Reunião com o Secretário de Transportes e Mobilidades do DF – SEMOB.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM tratou das demandas do Entorno na área do transporte.
Reunião com Secretário de Comunicação do DF.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM tratou das divulgações Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.
Reunião com o Diretor de Planejamento e Avaliação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN e representante - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos- IMB.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião onde foi tratado dos "Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Regional Integrado – Mobilização de Recursos para Projetos e Programas Integrados de Desenvolvimento Regional."

Eventos

- 100 Dias de Governo – Governador do Distrito Federal-GDF;
- Comemoração de 41 anos das atividades – EMATER-DF;
- Solenidade de Abertura – AGROBRASÍLIA-DF;
- Seminário - Secretaria de Agricultura "Cadeia produtiva de florestas plantadas no DF e RIDE - DF/GO";
- Lançamento - Plano Estratégico 2019-2060-GDF;
- Lançamento – Agenda Legislativa do DF 2019 - FIBRA-DF;
- Comissão Mista do Senado Federal a análise e a rejeição da MP nº 862/2018;
- Seminário "Desafios e Oportunidade para o Desenvolvimento Regional Integrado"-GDF;
- Solenidade de Posse da Comissão Executiva Regional do MDB/DF;
- Inauguração - VaptVupt na cidade do Jardim Ingá/GO;

- Entrega de 96 apartamentos, no Residencial Buritis I, em Valparaíso-GO, realização do Governo Estadual -GO e Governo Federal - DF.

Fotos da participação nos eventos

- **100 Dias de Governo do Distrito Federal - GDF**



Abertura – AGROBRASILIA - DF



Comemoração 41 anos – EMATER - DF



Seminário "Desafios e Oportunidade para o Desenvolvimento Regional Integrado"- GDF



Lançamento – Agenda Legislativa do DF 2019 - FIBRA - DF



Lançamento - Plano Estratégico 2019-2060 - Brasília - DF



Inauguração VaptVupt – Cidade do jardim Ingá-GO



Residencial Buritys – Valparaíso – GO





Órgão	Deliberações
Reunião no Ministério das Cidades: Chefe de Gabinete, Diretora do Departamento de Mobilidade Urbana, Empresa de Planejamento e logística S.A - EPL, Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres-ANTT.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião onde se deu as primeiras tratativas e apresentação do Projeto aos representantes do Governo do Distrito Federal-GDF
Reunião na Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou reunião onde foi feita a primeira apresentação dos detalhes técnicos, específicos,

	logística, prazos e demais informações sobre o processo de operação.
Reunião na Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM participou da reunião onde foi feita nova apresentação do projeto pelo Diretor da Companhia Brasileira de Trens Urbanos-CBTU, detalhando os custos do projeto, os Órgãos financiadores e as possíveis ações necessárias por parte do Governo do Distrito Federal-GDF.
Reunião na Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SDE; Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SDE, Secretário Executivo, Prefeito Municipal de Valparaíso-GO, Secretário Municipal de Governo de Valparaíso-GO.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM apresentou o Projeto do VLT aos presentes
Reunião na Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do DF-SEMOB.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM apresentou o Projeto do VLT, após as explanações o Secretário de Transporte e Mobilidade do DF sugeriu que houvesse uma provocação a Companhia Brasileira de Trens Urbanos-CBTU para que oficializasse ao Governo do Distrito Federal-GDF sobre os custos da fase de testes (06 meses) do projeto. Ato contínuo o Secretário de Transporte e Mobilidade do DF informou que de posse dessas informações verificaria com o departamento jurídico a viabilidade de aportar os recursos necessários para os testes.
Reunião com Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU: Diretor de Planejamento e Relações Institucionais	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM solicitou ao Diretor a possibilidade de ser produzida nota técnica informando os custos da fase de testes do projeto. Na sequência o Secretário da SEDRM manifestou a intenção em aportar os recursos necessários para as realizações dos testes. O Diretor da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU ficou de verificar se seria viável aceitar a proposta do Governo do Distrito Federal-GDF.
O Governador e (6) seis Secretários do Governo do Distrito federal-GDF e do Governo Federal fizeram uma inspeção para avaliar as condições da linha férrea.	O Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do DF- SEDRM se fez presente na inspeção para avaliar as condições da linha férrea realizada no dia 04 de junho. O trem que vai ligar Brasília a Valparaíso-GO fez teste. Trajeto, a 30 km/h, durou cerca de 1h20. Veículo deve transportar cerca de 600 pessoas durante fase de testes com passageiros em 2020.

Fotos da fase de teste do VLT Brasília-DF x Valparaíso-GO







4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo ano exercício.

De acordo com o Decreto nº 39.610, de 01 de janeiro de 2019, que criou a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana-SEDRM, as atividades de apoio operacional, administrativo, orçamentário e financeiro são executadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE.

Para o exercício de 2020, a Secretaria implementará ações estratégicas com o objetivo de criar e aprimorar processos, visando maior eficiência e eficácia. Com metas e desafios, permanecem as necessidades de: Orçamento financeiro para a unidade, para atingir os objetivos.

Entorno - RIDE

- A Secretaria buscará atuar em grandes projetos, que contribuirão para as melhorias no Entorno, principalmente no que diz respeito a Mobilidade – VLT, ônibus, integração, etc.; Saúde: Buscar a integração com as cidades vizinhas para efetivar a finalização das unidades de Saúde, melhoria das existentes e construção de novas unidades; Segurança Pública – fará trabalho de integração, convênio e cooperação entre as unidades de segurança: DF, GO e MG; Educação – Alinhamento das estratégias e programas educacionais entre o DF e o Entorno.
- Execução das funções públicas de interesse comum entre as unidades constantes da RIDE/Região Metropolitana;
- Elaborar Diretrizes para o Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social da RIDE/Região Metropolitana;
- Promover a interface entre a União e os Entes Federados que compõe a RIDE/Região Metropolitana.
- Estimular e promover uma Governança Inter federativa.
- Criar um sistema integrado de alocação de recursos.
- Desenvolvimento de ações de interesse comum - melhoria na qualidade de vida da população.
- Promover a interface entre a União e os Entes Federados que compõe a RIDE/Região Metropolitana.
- Elaboração de Projetos/Políticas Públicas voltadas para toda a região. (Saúde, Educação, Segurança e Mobilidade).

- Definir eixos de atuação da Secretaria da Região Metropolitana: Desenvolvimento de Políticas Públicas nas áreas de mobilidade, social e Desenvolvimento Econômico.
- Atuação política e representativa perante a Câmara Legislativa e Comissões Temáticas da CLDF.
- Atuação política e representativa perante as bancadas federais que representam os estados da RIDE/REGIÃO Metropolitana.
- Atuação política e representativa perante aos órgãos Federais na busca de convênios e recursos para desenvolver a região.
- Mapeamento das principais e mais urgentes demandas das cidades vizinhas.
- Atuação política e representativa perante as entidades privadas, associações, conselhos, terceiro setor e outros objetivando interação desses com a Secretaria e demais entes componentes da RIDE/Região Metropolitana.

63101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal foi criada pela Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019. A Secretaria sucedeu a Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS, autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, criada pela Lei nº 4.150, de 05 de junho de 2008.

O Decreto nº 39.895, de 13 de junho de 2019, dispôs sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF LEGAL. Por intermédio da estrutura é possível aferir as suas atividades fim: Fiscalização de Atividades Econômicas, Fiscalização de Obras; Fiscalização de Resíduos, descrito em suas competências definidas pela lei de criação.

O art. 3º da Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019 estabelece que compete ao DF Legal programar e instituir a Política de Preservação e Desenvolvimento da Ordem Urbanística do Distrito Federal por meio do exercício das atribuições legais inerentes aos servidores das carreiras que atualmente compõem o quadro de servidores efetivos da DF Legal, quais sejam: Auditoria de Atividades Urbanas e Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas lotados na Secretaria.

O mesmo artigo prevê, ainda, que compete especialmente à Secretaria: I - executar as políticas de proteção da ordem urbanística do Distrito Federal, em consonância com as políticas governamentais, observada a legislação federal e distrital em vigor; II - supervisionar, planejar, coordenar e promover ações que garantam a proteção da ordem urbanística, fundiária e ambiental, por meio de ações e práticas estratégicas de controle e de combate ao uso, ocupação e parcelamento irregular do solo, em estreita observância à legislação; III - coordenar a implantação e administrar a arrecadação de preços públicos e das taxas de suas competências; IV - conceder, controlar e cancelar o parcelamento dos créditos não ajuizados referentes aos preços públicos e às taxas administradas no âmbito de sua competência; V - expedir normas e padrões a serem cumpridos no âmbito de suas atribuições; VI - deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação dentro da área de sua competência; VII - administrar suas receitas e elaborar proposta orçamentária; VIII - firmar convênios, contratos e parcerias, na forma da lei; IX - acolher, instruir e julgar as reclamações, representações, impugnações, recursos e processos oriundos do exercício da fiscalização de atividades urbanas; X - zelar pela proteção das vias e os logradouros públicos, visando à higienização das áreas urbanas e rurais do Distrito Federal, bem como aplicar todas as sanções previstas em lei; XI - promover a conciliação e a mediação administrativa dos conflitos relacionados à ordem urbanística e à convivência urbana; XII - exercer suas atividades de forma coordenada e cooperativa com os demais órgãos do Distrito Federal, nas atividades afetas às suas áreas de atuação.

Cumpra assinalar que a Secretaria ainda não propôs a Política de Preservação e Desenvolvimento da Ordem Urbanística do Distrito Federal. Estão sendo adotadas várias medidas preparatórias para a proposição da referida política, a exemplo do Plano de Monitoramento Territorial das Áreas Prioritárias. No que toca ao desenvolvimento da ordem urbanística, entende-se que demandará a participação de outros órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal.

A DF Legal é dotada do poder de polícia, exercido exclusivamente pelos servidores integrantes de 02(duas) carreiras: Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal e de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas. Estando estas no pleno exercício regular de suas atribuições, a carreira de Auditoria de Atividades Urbanas inclui as especialidades: Fiscalização de Obras e Fiscalização de Atividades Econômicas. E a carreira de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas, especializada em fiscalização de resíduos.

As atribuições dos cargos de Auditores e Auditores Fiscais estão definidas na Lei nº 2.706, de 27 de abril de 2001. Por sua vez as atribuições dos Inspectores Fiscais da Carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana estão definidas na Lei 4.464, de 15 de janeiro

de 2010. A Lei nº 5.194, de 26 de setembro de 2013 alterou a denominação da carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana para Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	5	83	11	494	593
Comissionados sem vínculo efetivo	79	0	0	0	79
Requisitados de órgãos do GDF	10	0	9	0	19
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	10	0	10
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	1	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	95	83	22	494	703
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	71	71
Total Geral	95	83	22	423	632

É oportuno ressaltar que o ônus das cessões referentes aos servidores do quadro da DF Legal, é variável, visto que, depende para qual órgão o servidor é cedido. Pois quando se tratar de cessão para Empresa Pública do Distrito Federal, o ônus recai sobre o cessionário, e em caso de cessão para Secretarias de Estado, pertencente a estrutura do Distrito Federal, o ônus recai sobre o órgão cedente.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	30000,00	0	0
0058 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	30000,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	94054,00	8850,0	8850,0
0077 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	94054,00	8850,0	8850,0
2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	0	20000,00	18949,66	2810,16

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	20000,00	18949,66	2810,16
3053 - EDUCAÇÃO URBANA	0	20000,00	6660,0	6660,0
0001 - EDUCAÇÃO URBANA-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	20000,00	6660,0	6660,0
4214 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	0	20000,00	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	20000,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	20000,15	18940,61	18940,61
0033 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE - DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	20000,00	18940,61	18940,61
0034 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	0,15	0	0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	0,00	204054,15	53400,27	37260,77

No **Programa Território da Gente**, dentre os investimentos realizados pela Secretaria em 2019, para aumento de sua eficácia, podemos destacar:

Ação 2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação: orçamento utilizado com aquisição de material permanente, como switch, atendendo as necessidades da UTEC - Unidade de Tecnologia da Informação.

Ação 2630 - Fortalecimento da Fiscalização, Monitoramento e Controle do Território: despesa com contratação a empresa fornecedora do serviço de assinatura de normas técnicas (NBRS) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e aquisições de equipamentos de proteção individual: capa de chuva, luva de raspa, perneira e óculos de proteção, processos diversos.

Ação 3053 - Educação Urbana: recurso utilizado para aquisição de material de consumo e distribuição gratuita: distintivos (confeccionado em papel cartão), lixeira para carro (confeccionado em TNT) e caneta azul, processos diversos.

Ação 8505 - Publicidade e Propaganda - Utilidade: em atendimento à ASCOM, recurso utilizado para aquisição de material permanente (display e quadro) e aquisição de material de visualização (banners, adesivos e placas de identificação).

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
1719 - DESOBSTRUÇÃO E COMBATE ÀS OCUPAÇÕES IRREGULARES DO LAGO PARANOÁ	UNIDADE	57	31/12/2016	BIMESTRAL	-	-	112	330	100	0	100	-	AGEFIS/UO 09201/OE 4
<p>Justificativa: 2017 - Para o cumprimento das obrigações estipuladas na sentença proferida na Ação Civil Pública nº 2005011090580-7, a AGEFIS executou o Plano de Fiscalização e Remoção de Construções e Instalações erguidas na APP do Lago Paranoá em uma faixa de 30 metros da margem do Lago. A desobstrução foi iniciada em agosto de 2015 e concluída em dezembro de 2017, com um total de 454 lotes desocupados em todo o processo, sendo 330 lotes somente em 2017.</p> <p>2018 - O objetivo do indicador era acompanhar a execução Plano de Fiscalização e Remoção de construções e instalações na APP do Lago Paranoá, executado no contexto do Projeto Governamental Oria Livre - cuja meta foi baseada na sentença proferida na Ação Civil Pública nº 2005011090580-7. A meta pactuada foi totalmente cumprida com as desobstruções ocorridas em 2015, 2016 e 2017, não cabendo novas desobstruções a partir de 2018.</p> <p>2019 - A meta pactuada foi totalmente cumprida até 31/12/2017.</p>													
1716 - EXECUÇÃO DE AÇÃO FISCAL NO COMÉRCIO ESTABELECIDO	UNIDADE	0	31/12/2017	BIMESTRAL	-	-	7.000	7.722	7.000	4763	7.000	7.723	AGEFIS/UO 09201/OE 4
<p>Justificativa: 2017 - O indicador tem como finalidade mensurar a fiscalização de comércios estabelecidos no âmbito do Distrito Federal e verificar se as ações fiscais estão inibindo o exercício irregular de atividade econômica no Distrito Federal.</p> <p>2018 - Para o Indicador 001716- Execução de Ação Fiscal no Comércio Estabelecido, a meta pactuada para o ano de 2018 é de 4.000 estabelecimentos fiscalizados, pois foram objeto de fiscalização 4.763 estabelecimentos.</p> <p>2019 - O índice foi alcançado, com o número de 7.723 ações desenvolvidas nos comércios estabelecidos no âmbito do Distrito Federal, podendo ainda ressaltar que a meta pactuada acumulada até o fim de 2019, era de 21.000 estabelecimentos fiscalizados, no entanto chegou-se a fiscalização total de 27.930 estabelecimentos.</p>													
1715 - PESSOAS SENSIBILIZADAS EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO	PESSOA	1.713	31/12/2017	BIMESTRAL	-	-	1.500	4.288	1.000	5342	1.000	6.311	AGEFIS/UO 09201/OE 4

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Desejado 4º Ano	Alcançado 4º Ano	Fonte
<p>Justificativa: 2017 - Este indicador foi criado para sensibilizar os participantes acerca das ações da AGEFIS em prol da acessibilidade e da educação para fiscalização com foco na formação de cidadãos mais conscientes e com estreitamento da relação entre a instituição e a Sociedade. São eventos que compõe este indicador: Palestras sobre acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e as ações de sensibilização em feiras livres, permanentes e eventuais do DF.</p> <p>2018 - Acessibilidade (NBR 9050:2015), da Orla do Lago, dos Feirantes e em Condomínios e residências (coleta seletiva). Para o Indicador 001715- Pessoas Sensibilizadas em Ações de Educação para Fiscalização, a meta pactuada para o ano de 2018 foi de 3000 pessoas sensibilizadas, porém o número real de pessoas sensibilizadas pela AGEFIS em 2018 foi de 5.342 pessoas.</p> <p>2019 - Durante todo o ano de 2019 foi realizada palestras pelo Projeto DF Legal nas Escolas, em escolas da rede pública de ensino, localizadas no DF. O foco das palestras é a abordagem missão e competência do DF Legal, sobre ética, bem como, a importância da acessibilidade, regras sobre onde descartar o lixo, combate a grilagem e monitoramento do território. Sendo 969 pessoas sensibilizadas, porém o indicador fechou com acúmulo de 6.311 pessoas sensibilizadas, alcançando as metas desejadas.</p>													
1758 - TEMPO MÉDIO DE EMISSÃO DO RVH (RELATÓRIO DE VISTORIA DO HABITE-SE)	DIA	23	30/06/2018	BIMESTRAL	30	23	30	20					SUOB/AGEFIS
<p>Justificativa: 2018 - Para Indicador 001758- Tempo Médio de Emissão do RVH (Relatório de Vistoria do Habite-se), a meta pactuada foi de 20 dias, porém devido a ajustes no SISTEMA SISAF GEO e publicação do novo COE- Código de Edificações do DF, o tempo real alcançado pela Agefis em 2018 foi de 23 dias.</p> <p>2019 - Houve, em 2019, intensificação no tocante a melhorias na metodologia de Vistoria de Habite-se, melhorias do Sistema SISAF GEO (Sistema Integrado de Serviços e Ações Fiscais Georreferenciados), possibilitando o alcance do índice de 20 dias para esse indicador. Retratando uma melhor eficiência.</p>													
1717 - ÁREAS DESOBSTRUÍDAS NO TERRITÓRIO	M2	10.126.168	31/12/2016	BIMESTRAL	-	-	10.000.000	20.815.426	3.000.000	12201106,	3.000.000	2.917.380	AGEFIS/UO 09201/OE 4
<p>Justificativa: 2017 - O indicador acumula o total de áreas desobstruídas em ações de fiscalização executadas pela AGEFIS, em áreas rurais e urbanas. A superação da meta se deve a melhorias implantadas no serviço decorrentes do planejamento pré-operacional e do geoprocessamento das ações. Dentre as ações de desobstrução consideradas no indicador, figuram as realizadas na Orla do Lago Paranoá, a desobstrução de Parques Ecológicos e operações de Pronto Resposta.</p> <p>2018 - O total de áreas ocupadas irregularmente no Distrito Federal desobstruídas nos Parques Ecológicos, Pronto-resposta e grandes operações, o que corresponde a 407% do realizado em relação à meta anual pactuada.</p> <p>2019 - O trabalho continuou com foco na desocupação de áreas ocupadas de forma irregular do Distrito Federal, inseridas as operações de desocupações em Parques Ecológicos, operações de Pronto Resposta (operações pequenas, em ocupações na fase inicial) e Operações de Grande Porte, com total de área desobstruída de 2.917.380 m2, atingindo 97,24% da meta pactuada para o período de 2019. Finalizando em 2019 com o acúmulo de 35.933.912 no quadriênio.</p>													

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	111939,78	92603,82	92603,82
0024 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	111939,78	92603,82	92603,82
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	4103804,76	3495071,59	3495071,59
0118 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	4103804,76	3495071,59	3495071,59
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	4436908,05	3910052,10	3910052,10
0087 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	4436908,05	3910052,10	3910052,10
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	0,00	8652652,59	7497727,51	7497727,51

No **Programa Operação Especial**, houve pagamentos de ressarcimentos, indenizações e restituições no valor de R\$ 3.910.052,10 (Três milhões, novecentos e dez mil, cinquenta e dois reais e dez centavos), Requisições de Pequenos Valores - RPV de R\$ 92.603,82 (Noventa e dois mil, seiscentos e três reais e oitenta e dois centavos) e pagamentos com licença prêmio em pecúnia no montante de R\$ 3.495.071,59 (Três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setenta e um reais e cinquenta e nove centavos).

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	87892673,36	81001061,33	80941859,33
0089 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	87892673,36	81001061,33	80941859,33

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	2337543,50	2005933,65	2005933,65
0076 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	2337543,50	2005933,65	2005933,65
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	11657860,48	11261504,56	9831542,71
0125 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	0	11657860,48	11261504,56	9831542,71
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	15449,00	667,0	667,0
0063 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	0	15449,00	667,0	667,0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	0,00	101903526,34	94269166,54	92780002,69

O Programa **Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Gestão Pública**, os recursos alocados foram utilizados com pagamento da folha de pessoal, benefícios e custeios da Secretaria DF LEGAL, tais como: aquisição de material de consumo, material permanente (ar condicionado), prestação de serviços com contratos de manutenção: energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa, serviços de correios, serviços continuados administrativo, técnico operacional, encarregado de transporte e motoristas, encarregado geral, supervisor de equipe, atendente, apoio operacional, operador de máquinas, técnico em telecomunicações, artífice em manutenção, fornecimento de refeições preparadas, locação de equipamentos multifuncionais com funções de cópia, impressão digitalizada, transceptor digital portátil tetra com teclado numérico e seus respectivos acessórios, locação de imóvel (sede), dentre outros.

Houve uma suplementação orçamentária de Excesso de Arrecadação, Fonte 160, no valor total de R\$ 4.257.386,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil trezentos e oitenta e seis reais), distribuídos nos Programas de Trabalho nº 04.122.6003.8517.0125 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - DF LEGAL) e nº 28.846.00001.9050.0087 (Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Pessoal), para atender as despesas com contratos contínuos e indenizações de atividades externas da Secretaria DF LEGAL.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

Com o advento da criação da Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, foi necessário construir um novo modelo de gestão, o qual passa pela reestruturação orgânica, bem como pela adoção de novas estratégias institucionais. Foi necessário reavaliar o trabalho executado pela antiga AGEFIS ao longo de 10 anos, para que, na prática, com a mudança para Secretaria, falhas fossem corrigidas, evitando o acúmulo de trabalho e a falta de respostas concretas à população do Distrito Federal, que por meio de diversos canais vem almejando solução dos problemas relacionados às questões urbanísticas.

Com a escassez de recursos orçamentários, bem como a diminuição da força de trabalho e ainda a falta de equipamentos, a Secretaria trabalhou de forma que não houvesse retração no desempenho das suas atividades.

A Secretaria DF Legal tem como objetivo programar e instituir a política de prevenção e desenvolvimento da ordem urbanística do Distrito Federal, assim como executar as políticas de proteção em consonância com as políticas governamentais. As questões atuais no que se

refere ao ordenamento urbano estão estritamente atreladas ao controle contínuo da expansão urbana sobre o território do Distrito Federal.

Em face a esse contexto, e buscando uma efetividade maior no desempenho da instituição, a Secretaria vem empreendendo uma estratégia de gestão transversal e um diálogo progressivo interno e com diversos órgãos do complexo do GDF. Vinculada ao Programa Temático do PPA 2020/2023 denominado "Território, Cidades e Comunidade Sustentáveis" por meio do objetivo estratégico "Programa de Gestão do Monitoramento **Territorial e Institucionalização da Mediação e da Conciliação Administrativas do DF Legal**", a Secretaria tem como objetivo desenvolver soluções arrojadas para questões urbanísticas, como o monitoramento do território e a conciliação de conflitos, conforme consta no PPA.

Nesse cenário, foram realizadas as seguintes iniciativas:

1. Desenvolvimento da gestão com foco no fortalecimento institucional

A Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal - vem desenvolvendo um trabalho interno com metodologias que promovem e agregam ao máximo os processos internos de trabalho, promovendo a participação mais ativa dos servidores que compõem o quadro interno da Secretaria. Tal estratégia resultou em fortalecimento institucional, na medida em que todos foram envolvidos no processo de uma obtenção de maior eficiência nos serviços prestados pela Secretaria à população do Distrito Federal.

1.1- Atividades gerenciais desenvolvidas na DF Legal

A extinção da Agência de Fiscalização do Distrito Federal ensejou a criação da Secretaria de Estado de Proteção do Distrito Federal – DF Legal (Lei nº 6.302/2019), cuja finalidade principal é aprimorar o espectro das diversas atividades urbanas do Distrito Federal, trabalho diuturnamente exercido pelos integrantes da carreira de Auditoria e Inspeção de Atividades Urbanas do DF, guardiões das normas inerentes ao poder de polícia fiscalizatório, garantindo a todos os interessados a ampla defesa e o contraditório, fundamentados nos princípios constitucionais e da dignidade humana, e tendo como premissa a real solução dos problemas urbanos e, conseqüentemente, fomentando a evolução urbanística sonhada por Dom Bosco, registrada pela Missão Cruls e idealizada pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

Atualmente, a DF Legal, tem como objetivo se consolidar como órgão de excelência na estrutura do Governo do Distrito Federal, cuja marca é o aperfeiçoamento administrativo constante das ações fiscais, tendo como base as Políticas de Preservação e desenvolvimento da ordem urbanística do Distrito Federal.

As atividades exercidas pela DF Legal envolvem desde a análise de pedidos de doação de bens apreendidos de ações fiscais até operações de grande complexidade, realizadas na condição de membro permanente do Comitê de Gestão Integrada do Território do Distrito Federal.

Sua missão institucional envolve respostas a diversos entes governamentais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, acolhimento de sugestões afetas ao DF Legal, emissão de pareceres relacionados às atividades exercidas pela fiscalização de Atividades Urbanas, recebimento e processamento de pedidos de acesso à informação por meio do sistema SISAF, promoção de ações necessárias à apuração da veracidade das reclamações e denúncias, produção de respostas preliminares aos órgãos de controle interno e externo com Poder de Polícia Fiscalizatório, entre outras atividades relacionadas a ações e funções fiscais.

Encontrar o meio termo entre normativos e a humanização no atendimento é o grande desafio da DF Legal, em buscar continuamente vocalizar aos anseios do cidadão perante o Estado.

As Subsecretarias especializadas (SUOB, SUFAE, SUFIR e SUAL), em conjunto com toda a estrutura institucional, são ligadas diretamente ao Secretariado como instrumento a serviço da qualidade fiscal e pública, garantia essa que prioriza a essência e transparência ao atendimento ao cidadão e o bem-estar a toda população do Distrito Federal.

Convém, ainda, citar que o cumprimento das Decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, o atendimento das solicitações da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF e de orientações registradas nos processos internos analisados, foram objeto de resolutividade principal no exercício de 2019.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que a gestão e a atual governança da Secretaria buscam sistematicamente a qualidade de vida laboral dos seus servidores, comprometendo-se com a saúde e o bem-estar destes em termos de objetivo estratégico.

São realizações das atividades gerenciais desenvolvidas no DF Legal em 2019:

- Promoção de mudança substancial na governança, favorecendo, de um lado, uma gestão flexível, comprometida com a satisfação das necessidades do cidadão e, de outro, atuando como guardiã das normas urbanísticas e sua aplicabilidade.
- Estímulo à melhoria contínua da qualidade da prestação de serviços públicos, estreitando, deste modo, o relacionamento entre a comunidade e a Secretaria. Para tanto, o DF LEGAL realizou várias reuniões internas e externas destinadas a promover o aprimoramento das devolutivas à população.
- Estreitamento da relação da Secretaria com Empresas Públicas e com as Administrações Regionais com postos avançados de atendimento. Tal esforço promoveu um aumento da resolutividade de demandas de 16% para 21% entre janeiro a julho de 2019, de acordo com a metodologia da OUV/Geral, além do aumento do número de respostas tempestivas.
- Desenvolvimento da imagem institucional em face ao público externo, tonando-se a única Secretaria que esteve todos os dias nos principais veículos na mídia regional, com 95% das aparições reportagens classificadas como positivas.
- Agraciamento da Secretaria com o Prêmio "100% do índice de transparência ativa de 2019", promovido pela Controladoria-Geral do DF, como o órgão destaque do Governo do Distrito Federal no quesito Transparência.
- Avaliação dos índices e indicadores gravados no PPA 2016/2019 e elaboração do PPA 2020/2023, realizando, neste último caso, trabalho conjunto com as demais unidades orgânicas da DF Legal ao longo do segundo semestre de 2019, inserindo-as no processo de planejamento que possibilitou a construção de plano de ação para as questões estratégicas da Secretaria.
- A gênese da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem urbanística do DF, envolvendo a criação e emissão de diversas normas legais dentro de um prazo exíguo em face à grandiosidade dos desafios urbanos a serem enfrentados para prover atendimento à demanda contínua da sociedade do Distrito Federal e resguardar as atividades fiscais e sua missão institucional.
- Apesar do quadro reduzido de servidores, as mais de 4.517 demandas apontadas foram recebidas tempestivamente e encaminhadas aos setores responsáveis. Embora o relacionamento colaborativo entre as unidades da Secretaria facilite a obtenção das respostas, pelo fato de se tratarem de ações fiscais com prazos legais, a resolutividade do problema ultrapassa, em média, os prazos legais estabelecidos.

São dificuldades enfrentadas nas atividades gerenciais desenvolvidas no DF Legal em 2019:

- Quadro de servidores reduzido a cada ano em decorrência de aposentadoria, gerando excesso de demanda a serem solucionadas por servidores da ativa;
- Baixa qualificação das respostas pelos setores;
- Tempo de resposta dos setores (perda de prazos);
- Redundância de demandas de outros órgãos encaminhadas para a DF Legal, decorrente da entrada de solicitações de ouvidoria fora dos canais oficiais de manifestação do cidadão, gerando sobrecarga e duplicidade de ações fiscais;
- Desafios na elaboração de normas e procedimentos que possam aumentar o bem-estar da população do DF;
- Grande acervo dos processos administrativos pendentes de análise em face à escassez de servidores técnicos e administrativos disponíveis para a realização do trabalho;
- A comissão de Segurança do Trabalho, que conta apenas com uma servidora terceirizada; reportou dificuldades quanto ao interesse dos membros em desenvolver os trabalhos de sua competência;
- Cometimento de equívocos nos procedimentos de registro de classificação de processos (sigilosos ou restritos).

1.2- Promoção da saúde dos servidores da DF Legal

A Portaria SEAP n.º 55, de 21 de maio de 2012 instituiu o Manual de Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público do Distrito Federal, que traz em seu bojo o Decreto Nº 33.653, de 10 de maio 2012, que estabelece a Política Integrada de Atenção à Saúde do Servidor Público do Distrito Federal. Um de seus eixos é a Política Integrada de Atenção à Saúde do Servidor Público, que tem entre seus objetivos a instauração de Comissão de Segurança do Trabalho nos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, para atuar em conjunto com as equipes multiprofissionais de Saúde e Segurança do Trabalho.

Somente após sete anos da aprovação do Manual é que foi instaurada a Comissão de Segurança do Trabalho - CST, da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, por intermédio da Instrução Nº 46, DE 28 de Março de 2019.

Ocorre que a Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019, dispôs sobre a extinção da Agência de Fiscalização do Distrito Federal e a criação da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal- DF Legal, razão pela qual surgiu a necessidade de editar nova norma para recepcionar a Comissão de Segurança do Trabalho - CST.

Foi então publicada a Portaria nº 30, de 02 de Setembro de 2019, que instaurou a Comissão de Segurança do Trabalho – CST - da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal DF Legal.

A Comissão de Segurança do Trabalho - CST tem como mister, em síntese, a promoção da saúde do servidor público do DF Legal e a prevenção de acidentes de trabalho, cabendo registrar que a Instrução Nº 47, de 28 de março de 2019, instaurou Comissão de Investigação de Acidentes em Serviço, com o objetivo específico de proceder à apuração desses tipos de acidente.

Dentre as atividades desenvolvidas pela comissão está o auxílio às equipes Multiprofissionais da Diretoria de Segurança e Promoção a Saúde do Servidor/SAGA/SEEC nas ações preventivas e de promoção à saúde dos servidores e de prevenção de acidentes de trabalho.

A comissão trouxe o Programa de Exames Periódicos da Subsecretaria de Saúde da Secretaria de Economia para as instalações do DF Legal. Implantou-se consultório nas dependências da sede do DF Legal para atender os servidores efetivos e os sem vínculo com o GDF.

Em tratativas com tal Subsecretaria, conseguiu-se a designação de médico do trabalho para compor equipe encarregada de prestar consultoria técnica junto ao DF LEGAL, visando a implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

Obteve-se êxito, adicionalmente, com a indicação de engenheira de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho, visando a elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais- PPRA, essencial para a formulação do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, fundamental para a análise dos pleitos de aposentadoria especial e adicional de insalubridade e periculosidade.

São resultados alcançados no âmbito da promoção da saúde dos servidores do DF Legal:

Designação de equipe para a elaboração Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional -PCMSO;

Designação de equipe para a elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;

Instalação do Programa de Exames Periódicos, obtendo-se os seguintes resultados:

Total de Servidores Efetivos e Sem Vínculo	673
Total de Servidores Submetidos à Primeira Consulta	621
Número de Atestados de Saúde Ocupacional - ASO Expedidos	151

Ressalte-se que, com a designação de equipes para elaborarem o PPRA e o PCMSO, o cenário é muito favorável à ultimateção desses programas, cabendo à Secretaria monitorar o andamento processual e intervir quando necessário, visando a consecução dos respectivos objetivos.

Em relação ao número de ASO's expedidos, pode-se afirmar que são conhecidas as condições de saúde de pelo menos 22,4 % da população de servidores efetivos e sem vínculo, os quais estão aptos ao trabalho.

A principal dificuldade enfrentada no âmbito da promoção da saúde dos servidores do DF Legal foi a não adesão dos membros da comissão aos trabalhos por ela desenvolvidos, de forma que o seu Presidente da comissão contou exclusivamente como o apoio de uma atendente terceirizada.

Assim, apesar das dificuldades enfrentadas, conclui-se que a Comissão de Segurança do Trabalho alcançou resultados e objetivos estratégicos que nortearão as atividades do DF Legal no que diz respeito a uma gestão de pessoas comprometida com a saúde e o bem-estar dos servidores da casa.

1.3- Administração geral

As atividades desempenhadas pela unidade de Administração Geral-SUAG/DF Legal, orbitam em torno da coordenação e supervisão dos processos de trabalho que versam sobre a aquisição de bens e serviços, execução setorial das atividades de gestão de pessoas, orçamento e finanças, captação de recursos, qualidade de vida no trabalho, tratativas para celebração de convênios, documentação, arquivo, bens apreendidos, gestão do almoxarifado; patrimônio e conservação e manutenção dos próprios da Secretaria.

São resultados alcançados no âmbito da administração geral:

- Qualidade de vida no trabalho

Implantação do Programa de Preparação para Aposentadoria

O Programa de Orientação para a Aposentadoria foi regulamentado por meio do Decreto nº 37.944, de 05 de janeiro de 2017 e tem como objetivo apresentar os aspectos psicossociais e previdenciários relacionados ao processo de aposentadoria, bem como orientar sobre os fatores de proteção e fatores de risco para uma transição saudável para a aposentadoria.

O Programa é de responsabilidade da Gerência de Saúde Mental e Preventiva, da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho - Subsaúde, da Secretaria de Estado de Economia.

Neste sentido, foi feita uma palestra inaugural sobre o programa, com a participação de 118 servidores e, posteriormente, foram feitas 4 oficinas que abordaram os seguintes temas: Aspectos previdenciários no processo de aposentadoria; Educação financeira; Atividade física e bem-estar na transição para a aposentadoria e Elaboração e implementação de projetos de vida.

Plano de Gestão de Riscos Psicossociais

Ainda em parceria com a Subsaúde, por meio de rodas de conversa foi ofertado um espaço de diálogo e reflexão com foco no crescimento e na melhoria na qualidade de vida do servidor, com a participação de 09 servidores.

O objetivo do Plano é sensibilizar e promover reflexões sobre saúde mental e trabalho, orientando servidores e servidoras sobre fatores de proteção para a saúde mental voltada para o contexto laboral.

Palestra "Comunicação não violenta"

Com o objetivo de proporcionar a melhoria nas relações interpessoais nesta Secretaria, a Subsaúde trouxe a palestra "Ligue o cuidasse: um projeto sobre comunicação não violenta", com a participação de 41 servidores.

Palestra sobre o Novo Regime de Previdência

Com a finalidade de disseminar a educação previdenciária entre os Servidores Públicos do Distrito Federal, em especial os servidores desta Secretaria, e dirimir dúvidas sobre o funcionamento da previdência complementar e sobre a migração ao RPC, a DF-PREVICOM promoveu palestra, para apresentar o plano DF-PREVIDÊNCIA, com a adesão de 100 servidores.

- **Captação de Recursos**

Inclusão de três propostas no caderno de emendas da CLDF:

Programa de trabalho 04.127.6208.2630.NOVO	Valor R\$1.400.000,00	Objeto: aquisição de veículos automotores como instrumento para promover a gestão/fiscalização territorial.
---	--------------------------	---

Programa de trabalho 04.127.6208.2630.NOVO	Valor R\$1.400.000,00	Objeto: contratação de serviços visando o fornecimento de imagens de satélite georreferenciadas de alta resolução
Programa de trabalho 04.127.6208.2630.NOVO	Valor R\$2.600.000,00	Objeto: renovação do parque tecnológico, mediante contratação de serviços, aquisições de softwares, hardwares e demais itens de soluções tecnológicas.

A nova composição da Secretaria demonstra a mudança da forma de atuar das diversas unidades que compõem a estrutura. Deste modo, as necessidades de aquisições para atendimento à Secretaria receberam um novo direcionamento, inclusive físico, com a abertura dos postos de atendimento em praticamente em todas as administrações regionais no GDF.

Apesar das mudanças estruturais ocorridas em 2019, das dificuldades encontradas somadas ao reduzido quantitativo de servidores para o desempenho das atividades de compras e contratos, os resultados apresentados demonstram o intenso trabalho desenvolvido para o alcance dos objetivos dessa área de atuação.

Quanto às atividades de gestão de bens apreendidos, a organização do depósito mostrou-se eficiente. Nenhum sinistro ou qualquer problema relevante nas dependências do depósito foi registrado, alcançando, assim o objetivo no que diz respeito à guarda e destinação de bens apreendidos.

A boa comunicação e a sintonia estabelecida entre as unidades orgânicas do DF LEGAL e a logística permitem a adoção das medidas necessárias para a realização das operações fiscais com eficiência, mesmo em face à grande demanda e à logística deficitária.

O arquivo da DF Legal, deveria funcionar em um local independente do depósito de bens apreendidos, que necessita de ampla reforma no prédio onde funciona atualmente, incluindo a troca das instalações elétricas, a troca do telhado, a troca do piso, a pintura, a climatização, melhorias na rede de informática e investimento em um arquivo deslizante para melhor conservação dos processos e documentos.

Os recursos alocados foram utilizados no custeio da AGEFIS e da DF Legal, como decorrência da Lei nº 6.302, de 16/05/2019, que dispõe sobre a extinção da Agência de Fiscalização do Distrito Federal e a criação da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Pública do Distrito Federal - DF legal, envolvendo: aquisição de material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, telefonia móvel e fixa, serviços de correio, contrato de prestação de serviços continuados administrativo, técnico operacional, contrato com serviços de fornecimento de refeições preparadas, dentre outros.

2- Gestão do monitoramento territorial

No cenário atual, as principais questões relacionadas ao ordenamento territorial referem-se ao controle contínuo da expansão urbana sobre território do Distrito Federal, em especial nas áreas passíveis de regulamentação.

O elevado percentual de irregularidades do solo urbano e rural decorre do processo desordenado de ocupação, da cultura da invasão e do custo elevado de moradia no Distrito Federal.

Por outro lado, o tempo de resposta, ou seja, o lapso entre o monitoramento e a ação fiscal de remoção de ocupações irregulares, ainda é alto, o que causa impactos negativos à sociedade. Desse modo, o trabalho de fiscalização vem exigindo um olhar do território em tempo real, de tal modo que os atos ilícitos possam ser combatidos tão logo se iniciem.

A Secretaria DF Legal vem envidando esforços para que o objetivo estratégico "Programa de Gestão de Monitoramento Territorial", que tem como resultado chave o aumento de números de ações fiscais preventivas nas áreas prioritárias, seja alcançado por meio de um plano de monitoramento, com envolvimento dos setores que executam e utilizam a plataforma de monitoramento da Secretaria e os setores operacionais correlatos.

2.1- Monitoramento das áreas prioritárias

O Distrito Federal possui aproximadamente 5.800 km² e a Secretaria DF Legal não possui mão de obra e tecnologias suficientes para acompanhar a dinâmica da ocupação e uso do solo na totalidade dessa área em tempo real. Por isso, é fundamental que haja um planejamento para realização de suas ações, racionalizando os recursos disponíveis para que se possa cumprir com a sua missão institucional.

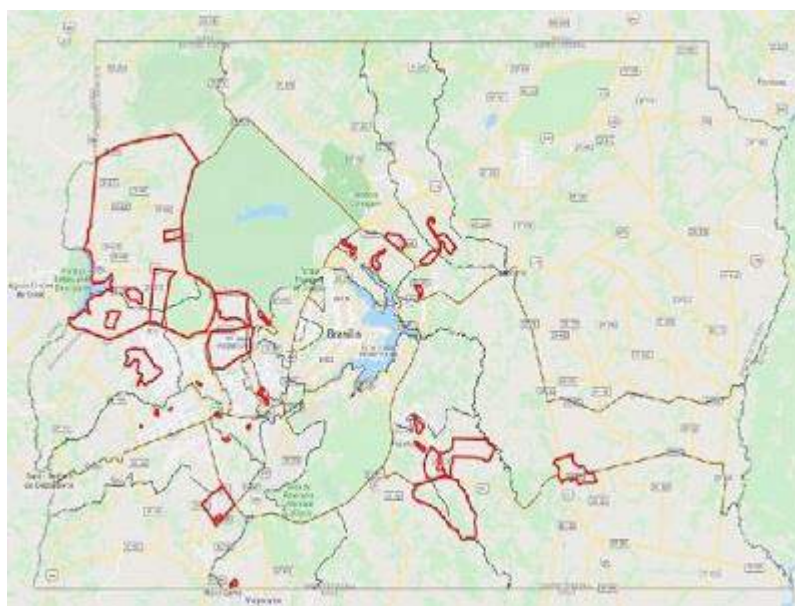
Com base no conhecimento das características do solo e ocupações existentes, a Secretaria adotou um modelo de monitoramento/fiscalização que define determinadas áreas como prioritárias, recebendo tratamento diferenciado em suas diversas fases de fiscalização e foco em ações preventivas.

Inicialmente, foram definidas 36 áreas como prioritárias. Para cada uma das áreas prioritárias foi aberto um processo SEI, iniciados com as *Fichas de Caracterização de Área de Fiscalização Prioritária*, contendo informações fundiárias, ambientais e urbanísticas e respectivos mapas; perfil da ocupação; mapa de situação; georreferenciamento; área de monitoramento; histórico de ocupações; dados de operações realizadas; fotos de vistorias.

As 36 áreas prioritárias definidas foram: 1. SH. Mestre d'Armas em Planaltina; 2. Capoeira do Bálsamo no Lago Norte; 3. Área próxima à Vila Olímpica do Riacho Fundo I; 4. Col. Agr. Kanegae no Riacho Fundo I; 5. St. Habitacional Contagem em Sobradinho II; 6. Bernardo Sayão - Guará II; 7. EPUS e EPCs - Vicente Pires; 8. 26 de setembro; 9. Rota do Cavalo em Sobradinho; 10. Núcleo Rural Jerivá no Lago Norte; 11. Sol Nascente; 12. Santa Luzia no SCIA; 13. Ponte Alta no Gama; 14. Vila do Boa em São Sebastião; 15. Núc. Rural Capão Comprido; 16. Morro do Preá em São Sebastião; 17. Moro da Cruz em São Sebastião; 18. Aguilhada em São Sebastião; 19. Bom Sucesso em São Sebastião; 20. Vila Nova e Vitória em São Sebastião; 21. Núc. Rural Santa Maria em Santa Maria; 22. Chácaras Ana Maria em Santa Maria; 23. Parque Ecológico Taquari no Varjão; 24. Quadra 5 no Varjão; 25. Vendinha em Brazlândia; 26. APA do Descoberto em Brazlândia; 27. Flona III em Brazlândia; 28. Parque Gatumé em Samambaia; 29. ARIE JK (Qd. 607/605) em Samambaia; 30. QR 103 em Samambaia; 31. ARIE JK (Ch. 27 e 28) em Taguatinga; 32. ARIE JK (Qd. 617) em Samambaia; 33. Quadra 4 no Park Way; 34. Granja Modelo no Riacho Fundo I; 35. Condomínio Sítio do Gama; 36. Colônia Agrícola Sucupira no Riacho Fundo II.

Em outubro de 2019, as áreas prioritárias foram reavaliadas e a Secretaria decidiu por retirar doze áreas incluídas inicialmente (Áreas 1, 3, 5, 16, 20, 22, 24, 25, 27, 30, 33 e 35) e acrescentar três novas áreas (37. Café sem Troco no Paranoá; 38. St. Habitacional Água Quente no Recanto das Emas; 39. St. Habitacional Região dos Lagos em Sobradinho), chegando-se a um total atual de 27 áreas prioritárias.

DF: Mapa das 27 Áreas de Fiscalização Prioritárias



São resultados alcançados no âmbito do monitoramento das áreas prioritárias:

- Área total abrangida: 47.563 Hectares (475,63 km²)
- Número de relatórios produzidos: 57
- Número de processos gerados: 39

As 27 áreas prioritárias recebem na Unidade de Geoprocessamento e Monitoramento-UGMON/DF Legal um tratamento diferenciado, com definição de rotinas e procedimentos

específicos, que garantem um acompanhamento mais eficiente dessas áreas consideradas críticas. Dessa forma, as irregularidades nessas áreas têm sido detectadas e encaminhadas com mais brevidade e eficácia aos setores que darão continuidade às respectivas ações fiscais.

As áreas prioritárias escolhidas para fins de monitoramento devem sofrer uma revisão periódica, pois a situação ocupacional e as características das áreas mudam ao longo do tempo. As áreas escolhidas inicialmente foram revistas 7 meses após sua definição e a intenção é a padronização da periodicidade de revisão pela Secretaria.

Encontra-se em processo de formulação o plano de monitoramento das áreas prioritárias da Secretaria, para que sejam estabelecidos fluxos e procedimentos a serem utilizados para tratar de demandas referentes as estas áreas.

São dificuldades encontradas no âmbito do monitoramento das áreas prioritárias:

- Disponibilização de imagens de alta qualidade: as imagens de satélites utilizadas pela DF Legal são disponibilizadas por terceiros. O IBRAM disponibiliza imageamento de alta frequência temporal, porém com pixels de baixa resolução (3m). Com as imagens do Google Earth, obtém-se imagens de melhor resolução espacial (pixels menores que 1m), porém as atualizações são localizadas e menos frequentes, com defasagem de aproximadamente 2 a 4 meses.
- Ferramentas de Geoprocessamento – atualmente, a Secretaria não conta com licenças atualizadas para utilização da principal plataforma de geoprocessamento, o pacote de software ArcGis da ESRI.
- Sistema de Alertas de Indícios de Desmatamento (IBRAM/Santiago e Cintra Consultoria – SCCON): por meio de sistema disponibilizado pelo IBRAM, a DF Legal acesso a alertas semanais de alteração do uso do solo no Distrito Federal. Apesar do sistema ser uma ótima ferramenta para identificação de ocupações irregulares em sua fase inicial, os alertas emitidos são restritos as situações de desmatamento e queimadas, ou seja, as novas ocupações por meio de edificações/construções não são identificadas pelo sistema.
- Falta de mão de obra: a adoção do monitoramento de áreas prioritárias teve como principal razão a carência cada vez maior de mão de obra na Secretaria, principalmente especializada, já que muitos servidores estão se aposentando, sem que haja concurso público para repô-los.
- Necessidade de aperfeiçoamento dos fluxos e procedimentos a serem padronizados para os processos de monitoramento, de maneira que a Unidade de Geoprocessamento e Monitoramento – UGMON - possa acompanhar até o final do processo de remoção de ocupações irregulares e retroalimentar o sistema.

A adoção de áreas prioritárias tem se mostrado uma boa estratégia para a execução dos serviços de monitoramento remoto do território, em razão, principalmente, da escassez de mão de obra. Os recursos tecnológicos disponíveis ainda limitam a atuação desse tipo de atividade, mas os resultados já alcançados têm mostrado que o trabalho de fiscalização da Secretaria tem sido mais efetivo.

2.2 Plano de monitoramento para áreas prioritárias

A Secretaria DF-Legal, tem como uma das suas premissas executar as políticas de proteção da ordem urbanística do Distrito Federal, em consonância com as políticas públicas governamentais. Para tanto, vem desenvolvendo um Plano de Monitoramento para as áreas consideradas mais sensíveis, críticas e ativas no que se refere ao uso e ocupação do solo do Distrito Federal. Para que haja um tratamento prioritário às ações voltadas a evitar e coibir irregularidades nessas áreas.

Uma das ferramentas mais promissoras para a obtenção dos resultados esperados combina o monitoramento sensorial e o presencial, que se consubstanciará numa plataforma de informações que disponibilizará estudos e mapas atualizados da situação territorial do Distrito Federal, juntamente com apontamentos que subsidiarão a alocação dos esforços de ações fiscalizatórias em áreas dos territórios do Distrito Federal mais suscetíveis a danos decorrentes de ocupações irregulares. Pretende-se, desta forma, diminuir nas áreas prioritárias e estancar o crescimento desordenado das ocupações que produzem impactos negativos à população.

Entretanto, traçando uma linha do tempo no que diz respeito às questões territoriais do Distrito Federal, verifica-se que os esforços alocados pelo Governo local têm sido suficientes para suprimir a cultura de ocupações irregulares do solo. A falta de uma política pública habitacional, por outro lado, também é um fator que corrobora o comportamento da população que, por essa razão, dependente desse tipo de irregularidade.

Desde no início de 2019, a gestão atual tem como um dos focos estratégicos a implementação de uma nova metodologia de trabalhando para a questão do monitoramento. Trata-se de um ponto focal muito sensível, que integra ações de fiscalização, arranjos de governança e recursos tecnológicos. Ocorre que, atualmente, a DF Legal ainda não possui uma plataforma tecnológica robusta e adequada para a realização do monitoramento sensorial, primordial para dar subsídio à formulação do Plano de Monitoramento.

Contudo, a Secretaria iniciou um esforço em busca de orçamento junto ao Governo, inscrevendo um projeto no Caderno de Emendas do Distrito Federal para aquisição de software e ferramentas de geoprocessamento, bem como foi inserido no PPA 2020/2023 a meta "Modernizar a plataforma Tecnológica de Monitoramento do Território do Distrito Federal".

Outro empecilho é a inserção do Plano de Monitoramento na rotina de trabalho, especialmente na Fiscalização de Obras, haja vista a resistência do corpo de Auditores ligados à Subsecretaria de Fiscalização de Obras a aderir a uma nova metodologia de trabalho.

As Subsecretarias de Fiscalização de Obras-SUOB e Operações-SUOP e as Unidades de Geoprocessamento e Monitoramento-UGMON e de Tecnologia da Informação-UTEC, vêm envidando esforços para a finalização do **Plano de Monitoramento** e sua execução no início de 2020. Para tanto, foi criado um Plano de Ação com cronograma, com tarefas definidas para cada uma das unidades mencionadas, a fim de concluir o Plano e as ações que garantirão a realização do monitoramento contínuo e preventivo de todo as áreas prioritárias, bem como todo o território do Distrito Federal.

3- Institucionalização da mediação e da conciliação administrativas de conflitos de ordem urbanística da DF Legal

A DF Legal tem como motivação a melhoria dos serviços de orientação à comunidade, tanto no contexto do atendimento às ouvidorias, quanto no sentido de disponibilizar um canal diferenciado de diálogo com a população, que possibilite, por meio da mediação e conciliação de conflitos administrativos, a resolução de problemas de ordem urbanística.

3.1 Método de conciliação e mediação administrativos de conflitos territoriais e de convivência urbana

A institucionalização do Método de Conciliação e Mediação Administrativos de Conflitos Territoriais e de Convivência Urbana, outra iniciativa da DF Legal, visa promover abertura de diálogos que resultem na solução de conflitos de ordem urbanística, muitas vezes decorrentes da lacuna de interação entre a população e o Estado.

O desafio é promover melhorias nos serviços de orientação ao cidadão, sejam demandas captadas pelos Núcleos de Atendimento ou pela Ouvidoria, uma vez que, segundo estudo realizado em 2018, o percentual médio de resolutividade da extinta AGEFIS, hoje DF Legal, foi de 16% ao final daquele exercício, ou seja, 84% das demandas permaneciam sem solução.

É notório que a grande maioria das demandas registradas se referem a conflitos de vizinhança, em que as partes envolvidas, em face à dificuldade de formulação e proposição de suas próprias soluções para as questões em litígio, buscam o canal de Ouvidoria para exigilas do Estado.

A resolução dessa natureza de reclamações é geralmente realizada por meio de providências que não extinguem a questão que deu origem ao problema, como a emissão de documentos fiscais, autos ou multas, em detrimento de sua efetiva solução.

Para tanto, foi criada dentro da Estrutura do DF Legal, os Núcleos de Orientação, Conciliação e Mediação de Conflitos vinculados à Unidade de Análise e Distribuição de Demandas e Orientação ao Cidadão- UNIDOC, cujo objetivo é proporcionar aos cidadãos o acesso à informação no que se refere aos seus direitos, à conscientização acerca do fenômeno do conflito no âmbito da administração pública e à possibilidade de tê-los solucionados de forma eficaz e efetiva.

A estratégia adotada é a realização de audiências pautadas nos meios consensuais, com a finalidade de solucionar o conflito do cidadão com o Estado, evitando assim a judicialização, que demanda tempo e custos elevados, promovendo, deste modo, a cultura de paz e apresentando a ideia de uma resolução de conflitos mais eficiente e segura ao cidadão.

A Lei de criação da Secretaria, Lei nº 6.302, de 15/06/2019, inciso XI do Art. 3º, traz a conciliação e mediação administrativos como meta: XI- promover a conciliação e a mediação administrativa dos conflitos relacionados à ordem urbanística e a convivência urbana, com o propósito de formalizar a atuação de forma dialogada entre partes, agindo na tomada de nova consciência sobre os conflitos, em alternativa à interposição de ações fiscais, com penalidades decorrentes e aumento de processos administrativos (burocratização do sistema), o que gera ônus operacional para a administração pública. Soma-se a isso a necessidade de estimular maior proximidade com a população, enfraquecida com as ações truculentas das gestões anteriores, criando e disponibilizando um canal diferenciado de diálogo com a sociedade. O DF Legal é o terceiro órgão mais demandado no DF, após o DFTRANS e a Secretaria de Estado de Saúde – SES. Ressalte-se que, em grande parte, conflitos de vizinhança e similares que não se solucionam com aplicação de penalidades.

Como resultado alcançado no âmbito do Método de Conciliação e Mediação Administrativos de Conflitos Territoriais e de Convivência Urbana pode-se citar a elaboração da Minuta do Acordo de Cooperação Técnica com a CODESE- Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal, com o seguinte objeto: a cooperação entre os partícipes com vistas à criação, instalação, implementação e manutenção do Núcleo de Resolução de Conflitos da Rede Internacional de Excelência Jurídica do Distrito Federal na Sede da DF Legal.

O advento da extinção da AGEFIS e da criação da Secretaria DF Legal trouxe morosidade à elaboração do Acordo junto ao CODESE, já que a Secretaria estava então voltada para a organização de seus fluxos de trabalho.

Apresentar a ideia de uma resolução de conflitos mais eficiente e humanizada é pauta desta gestão. Após a consolidação deste Núcleo, será promovida a capacitação, o treinamento e a atualização permanente de mediadores, negociadores e do próprio quadro de servidores da Secretaria. Com a criação do Núcleo, a Secretária estará modernizando seus procedimentos fiscais.

3.2 Participação em conselhos comunitários – CONSEG's

Os CONSEG's - Conselhos Comunitários de Segurança, são canais de participação popular que tratam de assuntos ligados à segurança pública. São de caráter consultivo, sem fins lucrativos e de cooperação voluntária. Transformaram-se num fórum no qual são tratados os mais diversos temas relacionados ao dia-a-dia das cidades. Os representantes desta Secretaria participam de todas as reuniões presenciais agendadas, com o objetivo de atender às demandas de competência da Secretaria de Estado de Ordem Urbanística expostas pela população em cada uma das 37 (trinta e sete) CONSEG's realizadas nas cidades do DF, aperfeiçoando, deste modo, a interlocução com a população e realizando ações devolutivas em busca da resolutividade dos problemas urbanos apontados.

Resultados alcançados no âmbito da participação em conselhos comunitários - CONSEG

- Estreitamento do relacionamento entre a comunidade e a Secretaria, mediante a participação continuada dos representantes assentados no Conselho, levando às reuniões as devolutivas, fazendo conciliação entre comunidade, secretaria e administração regional e, deste modo, aumentando a credibilidade do trabalho executado pela Secretaria.
- Aprimoramento da interlocução dos representantes do CONSEG com os gestores internos: os representantes participaram de 213 reuniões no exercício de 2019, onde foram originadas 604 demandas por ações fiscais, das quais 24 foram saneadas no local por meio de conciliação.

CENÁRIO DAS REUNIÕES DO CONSEG ^(*)	
Período: Janeiro a dezembro de 2019	
Total de reuniões realizadas:	213
Total de cidades com CONSEG:	37
	Quantidade
Demandas sem retorno dos setores	468
Demandas resolvidas (que geraram devolutivas)	112
Demandas finalizadas em reunião mediadas)	24
Total de Demandas encaminhadas	604
média demanda/ reunião	3
média demanda/ cidade	16
*) Observações:	
Um representante do DF Legal nos Conselhos está de atestado médico, estando apenas 02 (dois) representantes.	

Atualmente, devido à capacitação dos novos Presidentes eleitos, apenas as cidades com Presidentes/Chapas reeleitos mantiveram as reuniões. Porém, muitos continuam repassando suas demandas via Administração e WhatsApp ao representante do DF Legal.

Dificuldades encontradas no âmbito da participação em conselhos comunitários – CONSEG:

- Sobrecarga de processos SEI nos setores e demora no encaminhamento das respostas (em geral as demandas foram solucionadas, mas não foram oficialmente encaminhadas à UNIDOC- Unidade de Análise e Distribuição de Demandas e Orientação ao Cidadão, vinculada ao Gabinete do Secretário da DF Legal), não havendo um fluxo de trabalho definido;
- Devido às alterações na Secretaria de Segurança, houve demora no envio dos cronogramas, mudanças e cancelamentos das reuniões e perda do foco nas questões de Segurança Pública;
- Demora do encaminhamento das atas pelos CONSEG à SSP.
- Criação de processos SEI com as mesmas demandas do CONSEG pela SSP e pelas Administrações, burocratizando o trâmite das informações;
- Dentre os quatro servidores que representavam o CONSEG, apenas 02 (dois) estão executando o trabalho os outros encontram-se afastados por problemas de saúde, dificultando assim, a presença em todas as reuniões;
- Ausência de Norma disciplinando a participação de representantes em reuniões externas;
- Ausência de Padronização de Procedimentos nos Conselhos;
- Baixo envolvimento da alta hierarquia da Secretaria;
- Baixo encaminhamento interno das demandas apresentadas no CONSEG e, portanto, baixa quantidade de devolutivas apresentada nas reuniões;
- A não formalização da participação do DF Legal no Decreto nº 39.910, de 26 de junho de 2019, que institui os Conselhos e os membros efetivos, obrigatórios e convidados.

Cabe ressaltar que há uma grande representatividade dos moradores das respectivas cidades e Órgãos do GDF nas reuniões do CONSEG, e a dedicação, seriedade e comprometimento dos representantes dessa Secretaria, trouxeram a melhoria da imagem da mesma. É notório que o DF Legal é indispensável nas reuniões dos CONSEG's, devido ao fato de que grande parte da demanda local trata de temas vinculados aos limites individuais em detrimento ao coletivo, tema afeto à atuação do órgão.

3.3- Atendimento às ouvidorias

A Ouvidoria da DF Legal tem o papel fundamental, no âmbito de suas competências, na garantia da participação popular por meio da escuta, pela compreensão e pelo respeito aos cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento da cultura de cidadania e para o aprimoramento dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo.

Para o alcance desse objetivo e defesa dos direitos humanos e constitucionais, a ouvidoria da DF Legal revisou e aprimorou os procedimentos internos e a interlocução com a população,

cuidando de forma pontual de casos reincidentes, adequando a Plataforma Tecnológica da Secretaria, e primando pela real solução dos problemas urbanos apontados.

São resultados alcançados no âmbito do atendimento às ouvidorias:

- A Ouvidoria Pública funciona como um agente promotor de mudanças: de um lado, favorece uma gestão flexível, comprometida com a satisfação das necessidades do cidadão; de outro, estimula a prestação de serviços públicos de qualidade, capazes de garantir o estreitamento no relacionamento entre a comunidade e a Secretaria;
- A Ouvidoria da DF Legal realizou, por meio de várias reuniões internas, o aprimoramento das devolutivas à população. Estreitou, ainda, a relação com as Administrações Regionais, e inaugurou um espaço reservado em sua sede para a Ouvidoria Presencial. Tal esforço promoveu um aumento da resolutividade de demandas de 16% para 21% entre janeiro a julho de 2019, de acordo com a metodologia da OUV/Geral.

Outro resultado relevante foi o aumento de respostas dentro do prazo, decorrente da sensibilização dos setores pertinentes quanto à importância da continuidade das ações fiscais.

Tais resultados decorrem do apurado processo de estruturação e operacionalização da Ouvidoria, que envolveu as seguintes providências:

- Qualificação dos setores em ouvidoria;
- Criação de respostas padrão e criação de critérios para devolução aos setores em caso da inadequação das respostas;
- Maior controle das respostas dos setores mediante a utilização do Sistema BI – BUSINESS INTELLIGENCE;
- Realização de reuniões quinzenais, com envolvimento do Secretário do DF Legal;
- Organização dos temas no Site da OUV/ Geral;
- Correção imediata de fluxo aos órgãos competentes;
- Publicação de Carta de Serviços no site da DF Legal, delimitando as ações que a DF Legal NÃO realiza;
- Publicação da Portaria nº 56, de 18 de novembro de 2019, determinando a priorização interna das demandas de ouvidoria;
- Organizado e instituição do fluxo de distribuição de manifestações de ouvidoria nos setores;
- Regionalização das demandas e consciência situacional dos problemas;
- Reunião com os Setores (Programa Café da Manhã);
- Mudanças no sistema informatizado em uso na Secretaria para atender à Ouvidoria.
- Vinculação das demandas por ocasião do cadastro no Sistema.

Resultados Quantitativos:

Manifestações recebidas no Sistema OUV DF para a Secretaria DF Legal	
JANEIRO A DEZEMBRO 2019	Quantidade
Fiscalização Resíduos	4.111
Fiscalização Atividades Econômicas	7.060
Fiscalização Obras	6.994
e-Sic	149
Outras especialidades	188
Quantidade Total	18.520

Classificação das Manifestações Recebidas	
JANEIRO A DEZEMBRO 2019	Quantidade
Reclamação	9.816
Solicitação	4.815
Denúncia	2.963
Elogio	556
Sugestão	370
Quantidade Total	18.520

Ouvidoria Presencial - Sede DF Legal - S.I.A.	
Início atendimento: 25/09/2019	Quantidade
25/09 a 31/10	52
Novembro	91
Dezembro	59
TOTAL	202

Apesar do quadro reduzido de servidores para o tratamento das demandas que ingressam via manifestação OUV/DF Legal, as mais de 18.000 demandas apontadas foram recebidas tempestivamente e encaminhadas aos setores responsáveis. O bom relacionamento com as demais unidades da Secretaria facilita a fluidez na obtenção das respostas. Porém, por se tratar de ações fiscais com prazos legais, em média a resolutividade do problema ultrapassa os prazos legais de ouvidoria, o que reduz o índice de resolutividade apontado. A característica do trabalho da DF Legal então possui suas peculiaridades, já que a finalização da ouvidoria via sistema não significa que o problema foi solucionado, gerando uma série de manifestações reiteradas (23% do total de ouvidorias à DF Legal).

São dificuldades encontradas no âmbito do atendimento às ouvidorias:

- Acúmulo de manifestações de Ouvidoria sem respostas dos anos 2017 e 2018. Aproximadamente 27.316 manifestações;
- Baixa qualificação das respostas pelos setores;
- Tempo de resposta dos setores (perda de prazos);
- Manifestações de outros órgãos sendo encaminhadas para a DF Legal, o que configurou em várias entradas de demandas de ouvidoria fora dos canais oficiais de manifestações do cidadão, sobrecarga e duplicidade de ações fiscais;
- Sistema informatizado de ouvidoria desatualizado em relação às áreas de atuação da Ouvidoria do DF Legal;
- Baixa priorização interna das demandas de ouvidoria, exigência do Decreto nº 39.895/2019;
- Fluxo de distribuição das manifestações de ouvidoria com baixa definição;
- Baixa resolutividade das demandas no sistema OUV/ DF.

Encontrar o meio termo entre normativos e a humanização no atendimento é o grande desafio da ouvidoria do DF Legal, que busca continuamente vocalizar os anseios do cidadão perante o Estado.

A Ouvidoria, como um instrumento a serviço da democracia, é uma garantia de que a Secretaria prioriza a excelência e transparência no atendimento ao cidadão. A mudança no critério de atendimento a ouvidorias centrado na real solução do problema e não na emissão de autos (notificações, multa) é premissa desta gestão cujo lema é: cuidar das cidades é, antes de tudo, cuidar das pessoas.

4- Ações e projetos executados

A ações e projetos desenvolvidos ao longo do ano de 2019 pela DF Legal, tiveram como balizamento a máxima eficiência dos recursos disponíveis na instituição para realizações das atividades inerentes à suas competências, tanto no contexto de fiscalização, do ordenamento urbanístico e dos projetos relacionados.

4.1- Ações fiscais de resíduos

Em 2019 foram implantadas e intensificadas as ações fiscais em todas as regiões administrativas do DF, que foram executadas na medida em que as demandas surgiram. As 05 (cinco) Diretorias de Fiscalização visavam, sobretudo, tornar o trabalho mais efetivo e produtivo, uma vez que cada uma abrange um determinado número de áreas.

Esse trabalho regionalizado trouxe resultados positivos para a Secretaria DF Legal, conforme apresentado a seguir:

- Atendimento com eficiência e no prazo estabelecido das demandas externas recepcionadas por meio de Ouvidorias;
- Realização de fiscalização do descarte irregular de resíduos volumosos e inservíveis da construção civil – RCC - em área pública;
- Fiscalização de faixas de propaganda sem autorização em área pública intensificada, como meio de preservar a estética da paisagem urbana, evitando assim os abusos e a sobreposição de instalação de meios de propaganda;
- Normatização da utilização de meios de publicidade e visibilidade do horizonte;
- Desobstrução de áreas e retirada de materiais e objetos inservíveis depositados em área pública, entre outros.

A Fiscalização de Resíduo Sólidos, por sua vez, busca a colaboração da população, sem prescindir do entendimento de que a mudança comportamental é influenciada por fatores como a situação, a necessidade e por sentimentos e informações presentes na vida dos indivíduos; entretanto, a mudança só ocorre quando há abertura destes para viabilizá-la.

Nesse contexto, faz-se necessário que os cidadãos tenham como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final, que não deve ser em terrenos vazios e em áreas de proteção ambiental.

Em 2019, o trabalho fiscal realizado em todo Distrito Federal dei origem aos resultados apresentados nas tabelas abaixo:

RESÍDUOS VOLUMOSOS E INSERVÍVEIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - RCC

DIRETORIAS	CIDADES DE ATUAÇÃO	VISTORIAS	AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO
DIFIS 1	BRASÍLIA, LAGO SUL, JARDIM BOTÂNICO, SÃO SEBASTIÃO, CRUZEIRO, SUDOETE	3.190	114	21
DIFIS 2	FERCAL, ITAPOÃ, LAGO NORTE, PARANOÁ, VARJÃO, PLANLATINA E SOBRADINHO	3.486	343	21
DIFIS 3	AGUAS CLARAS, VICENTE PIRES, TAGUATINGA, CEILÂNDIA (SOL NASCENTE - POR DO SOL) SAMAMBAIA E BRAZLANDIA	11.135	899	102

DIRETORIAS	CIDADES DE ATUAÇÃO	VISTORIAS	AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO
DIFIS 4	CANDANGOLÂNDIA, GUARÁ, RIACHO FUNDO, SCIA-ESTRUTURAL, SIA, NÚCLEO BANDEIRANTE, PARK WAY E ARNIQUEIRA	2.238	104	14
DIFIS 5	GAMA, SANTA MARIA, RIACHO FUNDO II, RECANTO DAS EMAS	2.297	453	16
	TOTAL	22.976	1.913	174

QUANTIDADE DE CAÇAMBAS REMOVIDAS

GAMA	BRASÍLIA	SIA/SCIA	RIACHO FUNDO	SAMAMBAIA	TOTAL
06	46	36	16	04	108

ÁGUAS SERVIDAS

DIRETORIAS	CIDADES DE ATUAÇÃO	VISTORIAS	AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO
DIFIS 1	BRASÍLIA, LAGO SUL, JARDIM BOTÂNICO, SÃO SEBASTIÃO, CRUZEIRO, SUDOETE	168	0	02
DIFIS 2	FERCAL, ITAPOÃ, LAGO NORTE, PARANOÁ, VARJÃO, PLANLATINA E SOBRADINHO	244	01	45
DIFIS 3	AGUAS CLARAS, VICENTE PIRES, TAGUATINGA, CEILANDIA (SOL NASCENTE - POR DO SOL) SAMAMBAIA E BRAZLANDIA	1.086	10	11
DIFIS 4	CANDANGOLÂNDIA, GUARÁ, RIACHO FUNDO, SCIA-ESTRUTURAL, SIA, NÚCLEO BANDEIRANTE, PARK WAY E ARNIQUEIRA	164	04	05
DIFIS 5	GAMA, SANTA MARIA, RIACHO FUNDO II, RECANTO DAS EMAS	350	12	10
	TOTAL	2.012	27	73

FAIXAS DE PROPAGANDA SEM AUTORIZAÇÃO EM ÁREA PÚBLICA

DIRETORIAS	CIDADES DE ATUAÇÃO	VISTORIAS	AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO
DIFIS 1	BRASÍLIA, LAGO SUL, JARDIM BOTÂNICO, SÃO SEBASTIÃO, CRUZEIRO, SUDOETE	932	03	39
DIFIS 2	FERCAL, ITAPOÃ, LAGO NORTE, PARANOÁ, VARJÃO, PLANLATINA E SOBRADINHO	685	01	63
DIFIS 3	AGUAS CLARAS, VICENTE PIRES, TAGUATINGA, CEILANDIA (SOL NASCENTE - POR DO SOL) SAMAMBAIA E BRAZLANDIA	1.387	26	103
DIFIS 4	CANDANGOLÂNDIA, GUARÁ, RIACHO FUNDO, SCIA-ESTRUTURAL, SIA, NÚCLEO BANDEIRANTE, PARK WAY E ARNIQUEIRA	555	01	34
DIFIS 5	GAMA, SANTA MARIA, RIACHO FUNDO II, RECANTO DAS EMAS	353	02	54
	TOTAL	3.912	33	294

COLAGENS DE CARTAZES E PINTURAS EM BENS PÚBLICOS

DIRETORIAS	CIDADES DE ATUAÇÃO	VISTORIAS	AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO
DIFIS 1	BRASÍLIA, LAGO SUL, JARDIM BOTÂNICO, SÃO SEBASTIÃO, CRUZEIRO, SUDOETE	492	02	01
DIFIS 2	FERCAL, ITAPOÃ, LAGO NORTE, PARANOÁ, VARJÃO, PLANLATINA E SOBRADINHO	296	01	01
DIFIS 3	AGUAS CLARAS, VICENTE PIRES, TAGUATINGA, CEILANDIA (SOL NASCENTE - POR DO SOL) SAMAMBAIA E BRAZLANDIA	850	04	06
DIFIS 4	CANDANGOLÂNDIA, GUARÁ, RIACHO FUNDO, SCIA-ESTRUTURAL, SIA, NÚCLEO BANDEIRANTE, PARK WAY E ARNIQUEIRA	140	01	02
DIFIS 5	GAMA, SANTA MARIA, RIACHO FUNDO II, RECANTO DAS EMAS	353	01	0

	TOTAL	2.131	09	10
--	-------	-------	----	----

GRANDES GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS

DIRETORIAS	CIDADES DE ATUAÇÃO	VISTORIAS	AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO
DIFIS 1	BRASÍLIA, LAGO SUL, JARDIM BOTÂNICO, SÃO SEBASTIÃO, CRUZEIRO, SUDOETE	1.122	64	05
DIFIS 2	FERCAL, ITAPOÃ, LAGO NORTE, PARANOÁ, VARJÃO, PLANLATINA E SOBRADINHO	1.122	21	04
DIFIS 3	AGUAS CLARAS, VICENTE PIRES, TAGUATINGA, CEILANDIA (SOL NASCENTE - POR DO SOL) SAMAMBAIA E BRAZLANDIA	1.650	61	73
DIFIS 4	CANDANGOLÂNDIA, GUARÁ, RIACHO FUNDO, SCIA-ESTRUTURAL, SIA, NÚCLEO BANDEIRANTE, PARK WAY E ARNIQUEIRA	620	36	13
DIFIS 5	GAMA, SANTA MARIA, RIACHO FUNDO II, RECANTO DAS EMAS	638	19	09
	TOTAL	5.152	201	113

DESOBSTRUÇÃO DE ÁREA E RETIRADA DE MATERIAS E OBJETOS INSERVÍVEIS EM ÁREA PÚBLICA

DIRETORIAS	CIDADES DE ATUAÇÃO	VISTORIAS	AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO
DIFIS 1	BRASÍLIA, LAGO SUL, JARDIM BOTÂNICO, SÃO SEBASTIÃO, CRUZEIRO, SUDOETE	663	04	00
DIFIS 2	FERCAL, ITAPOÃ, LAGO NORTE, PARANOÁ, VARJÃO, PLANLATINA E SOBRADINHO	143	06	02
DIFIS 3	AGUAS CLARAS, VICENTE PIRES, TAGUATINGA, CEILANDIA (SOL NASCENTE - POR DO SOL) SAMAMBAIA E BRAZLANDIA	902	16	01
DIFIS 4	CANDANGOLÂNDIA, GUARÁ, RIACHO FUNDO, SCIA-ESTRUTURAL, SIA, NÚCLEO BANDEIRANTE, PARK WAY E ARNIQUEIRA	318	15	02
DIFIS 5	GAMA, SANTA MARIA, RIACHO FUNDO II, RECANTO DAS EMAS	1844	06	01
	TOTAL	2.210	47	06

FISCALIZAÇÃO DE LOTES NÃO EDIFICADOS

DIRETORIAS	CIDADES DE ATUAÇÃO	VISTORIAS	AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO
DIFIS 1	BRASÍLIA, LAGO SUL, JARDIM BOTÂNICO, SÃO SEBASTIÃO, CRUZEIRO, SUDOETE	551	35	01
DIFIS 2	FERCAL, ITAPOÃ, LAGO NORTE, PARANOÁ, VARJÃO, PLANLATINA E SOBRADINHO	712	50	08
DIFIS 3	AGUAS CLARAS, VICENTE PIRES, TAGUATINGA, CEILANDIA (SOL NASCENTE - POR DO SOL) SAMAMBAIA E BRAZLANDIA	1.156	93	12
DIFIS 4	CANDANGOLÂNDIA, GUARÁ, RIACHO FUNDO, SCIA-ESTRUTURAL, SIA, NÚCLEO BANDEIRANTE, PARK WAY E ARNIQUEIRA	232	17	0
DIFIS 5	GAMA, SANTA MARIA, RIACHO FUNDO II, RECANTO DAS EMAS	257	11	0
	TOTAL	2.908	206	21

FISCALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

DIRETORIAS	CIDADES DE ATUAÇÃO	VISTORIAS	AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO
DIFIS 1	BRASÍLIA, LAGO SUL, JARDIM BOTÂNICO, SÃO SEBASTIÃO, CRUZEIRO, SUDOETE	1407	45	09
DIFIS 2	FERCAL, ITAPOÃ, LAGO NORTE, PARANOÁ, VARJÃO, PLANLATINA E SOBRADINHO	1.764	220	05

DIRETORIAS	CIDADES DE ATUAÇÃO	VISTORIAS	AUTOS DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO
DIFIS 3	AGUAS CLARAS, VICENTE PIRES, TAGUATINGA, CEILANDIA (SOL NASCENTE - POR DO SOL) SAMAMBAIA E BRAZLANDIA	6.645	349	21
DIFIS 4	CANDANGOLÂNDIA, GUARÁ, RIACHO FUNDO, SCIA-ESTRUTURAL, SIA, NÚCLEO BANDEIRANTE, PARK WAY E ARNIQUEIRA	1.030	19	08
DIFIS 5	GAMA, SANTA MARIA, RIACHO FUNDO II, RECANTO DAS EMAS	1.536	49	01
	TOTAL	12.382	682	44

RESÍDUOS EM LOTES EDIFICADOS E ÁREAS CONTÍGUAS

DIRETORIAS	CIDADES DE ATUAÇÃO	VISTORIAS	AUTO DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO
TODAS	DISTRITO FEDERAL	2.883	279	06
	TOTAL	2.883	279	06

Ressalte-se, ainda, que em 2019 foram recebidas **3.959** demandas de ouvidorias, sendo **95%** atendidas conforme o número de atendimentos distribuídos por Área e Tema. De junho a dezembro/2019 foram fiscalizados Resíduos de Serviço de Saúde, ocorrendo **1.763** vistorias em área pública.

Para a obtenção dos resultados apresentados, a DF Legal adotou uma nova metodologia de fiscalização de resíduos sólidos que possibilitou a melhoria na execução das ações fiscais, bem como melhoria da qualidade da produção de dados e informações, bem como fomentou novas parcerias, criando interfaces com os outros órgãos ambientais no Distrito Federal.

Os órgãos integrantes do SISNAMA- Sistema Nacional do Meio Ambiente, de posse de produtos como o **Plano de Ação Emergencial**, estarão melhor preparados para analisar, avaliar e exigir medidas mais qualificadas por parte dos responsáveis pelas atividades potencialmente poluidoras. Assim sendo, a sociedade, como um todo, está sendo beneficiada uma vez que a Secretaria DF Legal apresentou resultado positivo, garantindo uma melhor qualidade de vida da população, bem como a preservação ambiental.

São dificuldades encontradas no âmbito das ações fiscais de resíduos:

- Necessidade de a avaliação do governo em relação a legislação em referência, criada com o objetivo de erradicar a disposição irregular de resíduos da construção civil e volumosos no Distrito Federal, gerando aí uma quantidade enorme de resíduos. Mesmo com o cadastramento no órgão oficial para o descarte, resíduos ainda são descartados irregularmente;
- Número insuficiente de inspetores fiscais para colaboração no serviço de ponta;
- Necessidade de levantar o montante dos resíduos dispostos em pontos diversos localizados em todo DF, e que a Secretaria DF LEGAL vem mapeando para diagnósticos eminente.
- Falta do Código de Posturas para o DF, instrumento importante para a fiscalização, bem como para a população. Com a instituição do Código, serão dispostas todas as regras de postura em relação à limpeza urbana e rural.
- Ausência de legislações específicas para atuação, em substituição a instrumentos frágeis e de fácil impugnação pelo Poder Judiciário, como as portarias e decretos existentes. Ademais, Estados avançados no manejo de resíduos sólidos possuem códigos de Limpeza Urbana, fato que fortalece o poder de atuação e legitimação das ações locais.

Os trabalhos realizados no período de janeiro a dezembro de 2019, visando dar continuidade ao cumprimento dos objetivos e metas traçados pelas DF Legal por meio da Subsecretaria de Fiscalização de Resíduos- SUFIR - ocorreram de maneira estruturada, de acordo com as ações propostas, visando executar os trabalhos propostos de maneira eficaz e eficiente, o que contribuiu para ampliar a visão holística, a criticidade e a construção de um novo olhar sobre a realidade apresentada e, ao mesmo tempo, vislumbrando oportunidades de melhorias de trabalho no ambiente institucional no âmbito da Secretaria DF LEGAL.

A criação de mecanismos de interface com os demais órgãos do Governo do Distrito Federal, contribuiu para que haja permeabilidade entre a Secretaria e os órgãos afins, visando o estabelecimento de um diálogo que traga maior efetividade às ações relativas ao manejo de resíduos no âmbito do Distrito Federal.

Nessa perspectiva, considerando as interações das relações de trabalho entre os Inspectores Fiscais, a Subsecretaria desenvolveu ações que culminaram em resultados positivos, principalmente quando da adoção de ações conjuntas e sistemáticas no âmbito das áreas, cujos trabalhos foram realizados de maneira integrada com as Unidades que compõem esta Secretaria, baseando-se na Legislação no DF, atendendo aos anseios da sociedade local, a fim de contribuir com a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida da população local.

Dessa forma, foi possível a realização do diagnóstico da situação atual, a fim de apresentar as deficiências encontradas e, com isso, buscar mecanismos que deem maior efetividade às ações fiscais e tragam maior aperfeiçoamento aos procedimentos internos desta Subsecretaria. Vale ressaltar que os pontos destacados são de suma importância, uma vez que requisitamos esforços para trazer respostas efetivas às solicitações da população local.

4.2- Ações fiscais de atividades econômicas

As ações fiscais de atividades econômicas focaram-se nos estabelecimentos de entretenimento, lazer e diversão em período noturno e no comércio ambulante.

Diante dos reflexos nos índices de segurança pública que os estabelecimentos que desenvolvem atividades econômicas de entretenimento, lazer e diversão em período noturno produzem, fez-se necessária a atuação desta fiscalização quanto ao exercício adequado e nos termos da lei dessas atividades econômicas, ante o incômodo que tais atividades representam.

Foram aplicadas notificações, multas, interdições e apreensões nos estabelecimentos vistoriados em operações conjuntas com os órgãos de segurança pública, as quais que resultaram em redução dos números de reclamações.

Do mesmo modo, a necessidade de atender à política estatal de desobstrução dos espaços públicos e coibir o comércio ambulante irregular nas vias e logradouros públicos do DF ensejou a promoção de apreensões de mercadorias e equipamentos utilizados nas atividades ambulantes, que foram realizadas mediante diversas ações de apreensões de materiais e equipamentos utilizados na mercancia ambulante irregular. Porém, apesar das medidas adotadas, tem-se percebido o recrudescimento do número de ambulantes em todo o DF.

Com o advento da licença RLE@DIGITAL- Sistema de Registro e Licenciamento de Empresas, cujo objetivo é desburocratizar e facilitar a aquisição de licenças de funcionamento para o exercício de atividades econômicas no DF, e com a flexibilização de algumas atividades antes incômodas (p.ex.: execução de música em bares e restaurantes), tornou-se mais efetiva a fiscalização de conflitos sociais decorrentes da incomodidade que tais atividades promovem.

Considerando, ainda, o contexto socioeconômico de dificuldades decorrentes do alto índice de desemprego em que vive a população do DF, fato que induz parcela considerável da população economicamente ativa a buscar sustento no trabalho informal, a despeito do grande volume de ações de apreensão e da intensificação da fiscalização destinadas a coibir a mercancia ambulante, observou-se o aumento do número de pessoas dedicadas a tal atividade.

Dificuldades Encontradas no âmbito das ações fiscais de atividades econômicas:

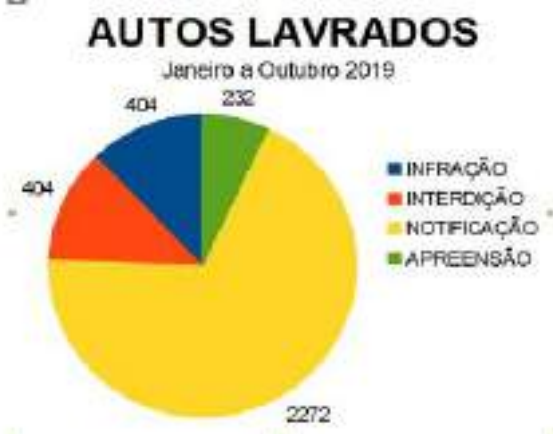
- a) Falta de logística adequada para atuação em operações com os órgãos de segurança pública, consistente falta de motoristas e servidores de apoio nessas operações;
- b) Considerando que são ações exercidas eminentemente em período noturno, falta uma estrutura de apoio administrativo e jurídico para situações emergenciais, tais como apoio jurídico nos casos que envolverem agressão aos agentes ou danos ao patrimônio público por infratores;
- c) Insuficiência de pessoal para atuação, principalmente nos pontos críticos, tais como: Rodoviária de Brasília, Centros de Taguatinga, Ceilândia e Gama;

d) Insuficiência, e não raramente, ausência de apoio policial para garantia da integridade física dos agentes fiscais na realização dos trabalhos, principalmente em eventos e em ações de fiscalização permanente (p.ex. Rodoviária de Brasília);

e) Reduzido número de servidores em razão de aposentadorias.

Assim, conclui-se serem de extrema relevância as ações desenvolvidas pela área especializada em conjunto com os órgãos de segurança pública em estabelecimentos que funcionam em período noturno, atuando em atividades incômodas quanto à poluição sonora, aos limites de horários de funcionamento e à segurança no fluxo de pessoas, considerando ser inequívoco que esse tipo de ação sempre resultou em expressiva redução dos índices de criminalidade e de incomodidade da população do DF.

Do mesmo modo, é importante ressaltar serem relevantes as ações igualmente desenvolvidas por esta especializada em conjunto com os órgãos de segurança pública, no sentido de disciplinar as atividades desenvolvidas por ambulantes, coibindo a comercialização de produtos perigosos e nocivos e os danos ao livre trânsito das pessoas.



4.3- Ações fiscais em obras

O ano de 2019 foi marcado por importantes mudanças no âmbito do órgão fiscalizador: mudança de governo do Distrito Federal; extinção da AGEFIS; criação da DF Legal (Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal) mediante a Lei 6.302, de 16/05/2019, e a criação da estrutura da DF-Legal mediante o Decreto nº 39.895, de 13/06/2019, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF LEGAL, e dá outras providências.

Em decorrência de tais mudanças, tornou-se necessária a realização de readaptação na maneira de trabalhar as demandas encaminhadas à DF LEGAL, seja via Ouvidoria/DF Legal, seja via órgãos do complexo administrativo do GDF, de forma a conferir mais agilidade e resolutividade aos processos.

Os sistemas informatizados SISA-GEO e SEI se mantiveram; porém a forma de distribuição das demandas tornou-se mais direcionada e menos dependente das programações fiscais, as quais eram anteriormente vinculadas a um tema específico de fiscalização. Atualmente as programações, mais abrangentes, são tratadas de forma mais genérica.

São resultados alcançados no âmbito das ações fiscais em obras:

ITEM	AÇÃO	QUANTIDADE
01	Laudo de Descumprimento de Embargo	78
02	Relatório de Verificação de Cumprimento de Exigências da Vistoria para Habite-se	1.319
03	Relatório de Vistoria para Habite-se (habitação Unifamiliar)	1.062
04	Relatório de Vistoria para Habite-se	379
05	Relatório de Ação Fiscal	22.517
06	Auto de Interdição	66
07	Auto de Infração	824
08	Auto de Infração TEO	28
09	Auto de Apreensão	68
10	Auto de Embargo	414

ITEM	AÇÃO	QUANTIDADE
11	Intimação Demolitória	1.793
12	Auto de Notificação	1.793
	TOTAL	30.373

Com a reestruturação do setor de Fiscalização de Obras da DF Legal, a qual extinguiu as Diretorias temáticas e criou as Diretorias por região, verificou-se que a fiscalização obteve mais eficiência e mais presença nas regiões mais sensíveis à grilagem e às ocupações irregulares.

São dificuldades encontradas no âmbito das ações fiscais em obras:

- Adaptação geral a estrutura criada pelo advento da DF-Legal;
- Remanejamento e readaptação de servidores que assumiram cargos para a nova estrutura;
- Necessidade de adaptação dos servidores Auditores, Auditores Fiscais e Inspectores que exercem atividades exclusivamente em campo à nova estrutura;
- Necessidade de adaptação de mobiliário e estrutura física da sede;
- Escassez de pessoal administrativo e para lançamento das multas nos sistemas informatizados SISLANCA e SEI;
- Insuficiência em quantidade de servidores fiscais.

Conclui-se que a nova estrutura, criada para atender os anseios internos pertinentes a Fiscalização de Obras dentro da DF Legal, mostrou-se adequada para tal a atividade de fiscalização, a qual, apesar das dificuldades encontradas, alcançou o objetivo de fiscalizar as obras e edificações de forma mais efetiva, levando-se em conta que o crescimento da cidade é acelerado, dinâmico e contínuo que necessita da fiscalização de forma perene.

4.4- Operações fiscais

A atividade de planejamento e execução de ações operacionais é orientada pelas demandas das Subsecretarias de Fiscalização da DF Legal.

A DF Legal, por meio da unidade orgânica responsável pela efetividade das operações fiscais, que incluem a execução de operações de erradicação, remoção e demolição de ocupações irregulares e de uso do solo, bem como a execução de apreensão e remoção de equipamentos, materiais, mercadorias e produtos, irregularmente instalados, expostos ou comercializados em área pública ou privada, conforme legislação, tem papel fundamental na coordenação e execução das operações de pequeno, médio e grande porte, bem como as operações de pronta resposta, na medida em que interage com os demais órgãos do GDF para obtenção de equipamentos e pessoal específicos para cada operação demandada.

São resultados alcançados no âmbito das operações fiscais:

Planejamento operacional de diligências

Tipo de Diligências	Quantidade
Relatório Pré-Operacional	1052
Relatório de Caracterização	282

O principal indicador para mensurar o desempenho da promoção do ordenamento territorial, realizada por meio da desobstrução de áreas ocupadas ilegalmente, em área urbana ou rural, é o Índice de Áreas Desobstruídas no Território, cuja unidade de medida é o metro quadrado:

Quantidade de Áreas Desobstruídas (m ²) ¹			
Mês	Pronta Resposta	Grande Operação	Total
Janeiro	479.660,00	0	479.660,00
Fevereiro	454.340,00	0	454.340,00
Março	42.720,00	199.000,00	241.720,00
Abril	70.920,00	223.000,00	293.920,00
Maio	161.530,00	8.390,00	169.920,00
Junho	116.150,00	0	116.150,00
Julho	104.800,00	0	104.800,00

Quantidade de Áreas Desobstruídas (m²)¹			
Agosto	160.600,00	0	160.600,00
Setembro	326.180,00	0	326.180,00
Outubro	170.520,00	0	170.500,00
Novembro	339.980,00	0	339.980,00
Dezembro	*	*	*
Total	2.427.400,00	430.390,00	2.857.790,00

(1) **Nota:** o Índice de Áreas Desobstruídas no Território considera as desobstruções feitas nas ações operacionais de Pronta Resposta (PR) e Grande Operações (GO).

Neste cenário, apesar da diminuição da quantidade de servidores lotados no setor com o advento da Lei n.º 6.302/2019, não houve diminuição significativa no número de ações operacionais desenvolvidas, considerando-se que a atuação desta Subsecretaria pautou-se em atender as demandas oriundas das demais Subsecretarias da DF Legal, concentrando esforços e racionalizando os limitados recursos operacionais disponibilizados para erradicação das irregularidades edilícias e da clandestinidade das atividades comerciais exercidas em área pública.

Neste aspecto, apesar de não haver sido alcançado o Índice de Áreas Desobstruídas no Território esperado para 2019, previsto no PPA – equivalente a 3.000.000 m² de área - com a adoção de novas estratégias e concentrando a atuação em demandas prioritárias, a DF Legal conseguiu atingir 97,24% da meta pactuada.

Consciente de que a finalização das ações fiscais constitui condição básica para o fortalecimento da política de fiscalização de atividades urbanas do Distrito Federal, em consonância com a nova política de atuação consolidada com a Lei n.º 6.302/2019, que busca uma atuação mais humanizada e em estrita obediência à legislação aplicável, a DF Legal elege como uma das principais prioridades a erradicação de todas as formas de uso indevido do solo e das áreas públicas. E o enfrentamento desse desafio exige vontade política, articulação, planejamento de ações e definição de metas objetivas.

Por isso, lastreado pelos princípios que disciplinam o agir da Administração Pública, em especial aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, tem se buscado atingir com eficácia e eficiência às demandas de erradicação de irregularidades geradas pelas unidades orgânicas da DF Legal, bem como aquelas requeridas por diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e, ainda, do Ministério Público, do TCDF e entidades da sociedade civil do Distrito Federal.

Cabe ressaltar que as ações fiscais desencadeadas revelam o caráter mais gravoso do Poder de Polícia de competência da DF Legal, uma vez que leva a efeito a sanção administrativa que importa em perdimento ou redução do patrimônio do fiscalizado que não observou a legislação vigente. Neste sentido, no domínio da fiscalização do cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a SUOP/DF Legal teve que observar nova dinâmica de atuação frente à inovação legislativa positivada pela Lei n.º 6.302/2019.

Nesse aspecto, houve a necessidade de uma nova reengenharia no modo de operacionalizar ações que garantam a proteção da ordem urbanística, fundiária e ambiental, por meio de ações e práticas estratégicas de controle e de combate ao uso, ocupação e parcelamento irregular do solo, em estreita observância à legislação.

São dificuldades encontradas no âmbito das ações fiscais:

- Falta de mão de obra e equipamento específico para a execução de determinadas operações, como demolição de prédios de multipavimentos e remoção de Antenas (ERB);
- Quadro de servidores reduzido para execução das atividades braçais das ações operacionais;
- Quadro reduzido de auditores e auditores fiscais, que afeta não somente a SUOP/DF Legal, para execução das atividades de planejamento e condução das ações operacionais;
- Escassez de servidores para execução das atividades administrativas;

- Número de equipamentos e maquinários insuficiente, o que gera dependência de outros órgãos no fornecimento de aparato operacional;
- Reduzido atendimento por parte do Comitê de Gestão Integrada do Território quanto à execução das demandas operacionais complexas ou de grande porte;
- Inobservância por parte das Subsecretarias quanto à nova política de atuação da DF Legal, imposta pela Lei n.º 6.302/2019, relacionada ao envio das demandas para operacionalização;
- Baixa consistência nas informações, qualificação, caracterização e definição do objeto operacional dos Relatórios de Monitoramento que embasam o pedido das ações operacionais;
- Triagem dos pedidos de operação em desconformidade com a nova política de atuação, uma vez que cada tipologia de demanda possui suas particularidades, devendo esses procedimentos serem adequados ao seu tipo de processo;
- Ausência de ação fiscal para assegurar ampla segurança jurídica e administrativa às ações operacionais;
- Falta de continuidade administrativa no que se refere às ações fiscais, principalmente no que diz respeito às intimações demolitórias e às medidas cautelares de auto de embargo e interdição.
- Quantidade de demanda maior do que a capacidade operacional da SUOP/DF Legal.

Ressalte-se que as limitações enfrentadas pela unidade operacional acima elencada, confrontada com a uma realidade de patente excesso de demandas, grande volume de processos, bem como ausência de informações consistentes, torna imprescindível a adequação de tal demanda à capacidade de fornecimento de resposta apropriada, principalmente para evitar que prazo e determinações sejam inobservados ou mitigar os efeitos de sua inobservância.

No decorrer do exercício foi perceptível a necessidade de aprimoramento, readequação de procedimentos e metodologias.

O enfrentamento das irregularidades no campo urbanístico, em última análise, visa minimizar a lesão ao patrimônio social causado por aqueles que descumprem as leis de posturas e de edificações, uma vez que estes ilícitos administrativos, não raras vezes, transfiguram-se em ameaças à segurança do próprio infrator e de terceiros, risco à saúde pública e ao equilíbrio do Meio Ambiente.

Nesse sentido, vale destacar que ações fiscais desenvolvidas pela Subsecretaria de Operações constituem-se mecanismo garantidor de uma qualidade de vida aos moradores do Distrito Federal, uma vez que ao fazer valer o atributo da autoexecutoriedade dos atos administrativos, com fundamento na supremacia do interesse coletivo sobre o interesse particular, a DF Legal tem buscado garantir a preservação do solo, dos mananciais e do plano urbanístico do Distrito Federal.

4.5- Projeto “DF Legal nas escolas”

O projeto DF Legal Nas Escolas é um projeto entre a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Educação, embasado no Termo de Cooperação nº 9/2017, que tem como objeto a realização de palestras com alunos regularmente matriculados no 5º ano do ensino fundamental, com a finalidade de sensibilizar os alunos aos temas inerentes a missão do DF Legal.

As palestras realizadas no projeto DF Legal nas escolas abordam os seguintes temas: missão do DF Legal, competências, pontos turísticos da cidade, participação dos indivíduos na cidade - demonstrando que todo cidadão pode ser um agente fiscal, abordagem sobre ética, deveres dos cidadãos, direito dos cidadãos, contribuição do DF Legal nas cidades, apresentação de locais nos quais são descumpridas as regras estabelecidas pelo regramento relacionado a questões urbanísticas do Distrito Federal e conseqüentemente com a qualidade de vida da população. Aborda, ainda, a importância da acessibilidade, as regras sobre onde descartar o lixo, o combate a grilagem, o monitoramento do território Distrito Federal, as orientações aos feirantes e a desocupação de áreas irregulares.

O referido projeto tem tido excelente aceitação entre os servidores e participantes (alunos) que, durante a execução das palestras, participam efetivamente por meio de perguntas e demonstram muito interesse sobre os temas apresentados.

Ao final de cada palestra são distribuídos para os alunos e professores alguns brindes, como canetas, distintivos e lixeiras para carros. Os palestrantes do projeto DF Legal nas escolas, são servidores efetivos do DF Legal que possuem atribuições específicas inerentes ao cargo e que, contudo, desenvolvem tal atividade com muita motivação e competência.

São resultados alcançados no projeto DF Legal nas escolas:

Atividades desenvolvidas no período de 29/05/2019 a 25/06/2019

Escolas	Turmas	Nº Participantes	Data do Evento
Escola Classe 56- Ceilândia	5	140	29/05/2019
Escola Classe 55- Ceilândia	5	178	11/06/2019
Escola Classe P Norte- Ceilândia	5	147	25/06/2019

Atividades desenvolvidas no período de 11/11/2019 a 26/11/2019

Escolas	Turmas	Nº de Participantes	Data do Evento
Escola Classe Chapadinha- Brazlândia	1	19	11/11/2019
Centro de Ensino Irmã Regina- Brazlândia	3	57	11/11/2019
Centro de Ensino 32- Ceilândia	2	48	19/11/2019
Escola Classe 66- Ceilândia	7	175	21/11/2019
Escola Classe 65- Ceilândia	8	205	26/11/2019

Está sendo estabelecido contato com a Secretaria de Estado de Educação com a finalidade de elaborar um plano de trabalho, para o ano de 2020, no âmbito do Projeto "DF Legal nas escolas". Outra vertente importante constatada no referido Projeto é a necessidade de atualização do material didático de apresentação das palestras, cuja realização está proposta para o mês de janeiro de 2020.

São dificuldades encontradas para a operacionalização do Projeto "DF Legal nas escolas" as limitações quanto aos materiais necessários, a exemplo de equipamentos de projeção de multimídia, papel para impressão de certificados, dentre outros. Contudo, foram inseridas no planejamento alternativas para superação das dificuldades descritas.

O projeto DF Legal nas escolas é um projeto cujo sucesso é evidenciado tanto pelos resultados alcançados quanto pelo interesse e participação de servidores, alunos e professores.

A estratégia do referido projeto é alcançar o interesse público por meio da realização de ações de sensibilização e conscientização para crianças na faixa etária de 08 a 10 anos, para que se tornem disseminadores das boas práticas no tocante à manutenção espaços urbanos e rurais, tendo em vista a qualidade de vida da população em geral, além de difundir para esse público a relevância da missão e das competências do DF Legal.

4.6- Arrecadação

À DF Legal compete, por meio da Unidade de Receita – UREC, a coordenação e execução das atividades relacionadas à execução, à cobrança e ao controle dos valores arrecadados pelas taxas (TEO e TFE), multas não tributárias (OEU, AEU e FAU) e tributárias (sobre o não lançamento de TEO e de TFE), inscrição em Dívida Ativa, parcelamento de débitos e cobrança de preços públicos referentes à quiosques/trailers e demais cobranças de competência arrecadadora da DF-Legal.

A necessidade de dinamizar as ações realizadas pela Unidade de Receita, bem como de aprimorar e de incrementar a arrecadação foram as razões da continuidade de mudanças pontuais nas rotinas do setor e na interação com outros do GDF. Assim, foi possível melhorar o atendimento das demandas internas e externas, possibilitando maior celeridade nas respostas.

São resultados alcançados pela arrecadação de receitas arrecadação das receitas de competência da DF-Legal:

Em relação à arrecadação das receitas de competência da DF-Legal, os resultados em comparação com o exercício 2018 foram:

Tabela comparativa – Exercícios de 2018 e 2019

TIPO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019
TEO	R\$ 8.162.177,61	R\$ 6.439.590,40
TFE	R\$ 8.976.008,15	R\$ 8.506.539,88
PREÇO PÚBLICO	R\$ 4.476.289,75	R\$ 4.284.667,90
CUSTOS OPERACIONAIS	R\$ 72.611,87	R\$ 102.066,03
MULTAS	R\$ 3.994.400,43	R\$ 4.390.877,55
TOTAL	R\$ 25.681.487,81	R\$ 23.723.741,76
Redução de R\$ 1.957.746,05 em relação ao ano de 2018		

Fontes:

- (1) Lista Movimento da Conta - Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal –SEEC
- (2) Subsecretaria da Receita - Sistema SIGEST

Em relação ao exercício 2018, houve em 2019 um acréscimo de arrecadação de R\$ 4.822.088,58, resultado do aperfeiçoamento das estratégias de controle de cobrança das taxas, multas tributárias e demais recursos financeiros que são de competência da Unidade de Receita – UREC/DF-Legal.

O levantamento dos recursos administrativos analisados e respondidos pelas três gerências integrantes desta Unidade de Receita pode ser sintetizado na tabela abaixo:

TIPOS DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS	RECURSOS ANALISADOS (ATÉ DEZEMBRO 2019)
Autos de Infração (Não Tributários)	100
Autos de Infração (Tributários)	1.280
Recursos de Cobrança(TEO)	964
Recursos de Cobrança (TFE)	991
Recursos de Cobrança (Preço Público)	885
Recursos de Cobrança(Parcelamento)	214
Recursos de Retirada da Dívida Ativa	141
Recursos de Solicitação de Restituição/Compensação	3
Cobrança de Custos Operacionais	100
Lançamento de Preço Público	723
Lançamento de Parcelamento	430
TOTAL	5.831

A DF Legal passou a responder a todos os recursos recebidos em tempo menor que o previsto em legislação específica, mesmo com falta de equipamentos modernos de informática e de conexão dos sistemas de cobrança SISAF TRIBUTÁRIO, SISLANCA, SEI e SITAF.

São dificuldades encontradas na arrecadação:

- Falta de equipamentos modernos de informática, dificultando os lançamentos e demais ações realizadas pelas gerências da Unidade da Receita - UREC;
- Necessidade de implantação de soluções de TI que possibilitem à UREC executar suas atividades de forma plena;
- Falta de política de programação direcionada à atualização e correção de dados de contribuintes lançados nos sistemas da DF Legal;
- A emissão de boletos para pagamentos de taxas e preço público só foi possível ao final do exercício 2019, fazendo com as receitas financeiras da DF Legal só se iniciassem em setembro de 2019;
- Falta de publicidade em tempo hábil sobre a mudança das datas de vencimento das taxas e preço público;
- O banco de dados do sistema de ações fiscais – SISAF - encontra-se desatualizado, gerando informações imprecisas dos contribuintes, que vão desde a consistência de dados cadastrais até duplicidade de valores arrecadados pela DF-Legal;
- Baixa incidência de lançamentos de ofício das taxas de competência da fiscalização;
- Perdura o não cumprimento da programação fiscal direcionada aos lançamentos de taxas;

- Permanece a necessidade de capacitação dos auditores fiscais em relação ao lançamento de ofício, que continua necessitando de padronização.

A efetivação de rotinas e procedimentos, a padronização de ações e a integração com outros órgãos da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal – GDF, possibilitaram a dinamização de atividades desenvolvidas no setor, assim como o avanço nas metas definidas pela DF Legal, principalmente no que tange ao preço público.

Porém, o atual sistema informatizado, a permanência da falta de lançamento de ofício e a constante indisponibilidade da emissão de boletos para pagamento no sítio da DF-Legal em várias épocas do exercício fiscal 2019, continuam a não trazer incrementos da arrecadação de taxas.

Continua-se esperando que todas receitas de competência da DF-Legal sejam migradas para o sistema SISLANCA da Secretaria de Economia do Distrito Federal, minimizando, assim, problemas como baixas no pagamento, reconhecimento de receitas, códigos, inscrição em Dívida Ativa.

Existe a necessidade de se continuar intensificando o uso do Programa de Captura de Dados – SCA - para atualizar toda a base de contribuintes lançados ou não, permitindo, assim, auditorias tributárias com melhores resultados.

4.7- Gestão da informação

As atividades de Tecnologia da Informação – TI – envolvem, antes de tudo, a capacidade de entender as necessidades e expectativas dos usuários, buscando a melhor forma de atendê-los. Entretanto, apesar da importância da tecnologia, na ausência de alinhamento entre a TI e o Planejamento Estratégico não é possível sincronizar/estruturar o ambiente tecnológico da organização.

Durante o ano de 2019 foram realizadas atividades relacionadas ao desenvolvimento de softwares e à ampliação e melhorias do parque tecnológico da DF LEGAL. Logo no início do ano, as equipes focaram seus esforços no Sistema Integrado de Serviços de Ações Fiscais – SISAF - que é uma ferramenta de apoio ao processo de planejamento, monitoramento, articulação, coordenação, controle e gestão das ações de fiscalização da Secretaria. Desde sua implementação, em 2016, o SISAF atua como o pilar de todas as operações fiscais realizadas pela DF LEGAL.

Realizou-se o Levantamento Anual – *Story Cards*, que visa não apenas a melhoria constante dos serviços prestados pela unidade responsável pela tecnologia da informação, mas ao levantamento para a especificação de requisitos de demandas a serem atendidas por tal unidade, realizado junto a todas as unidades.

A infraestrutura em tecnologia da informação provê serviços de comunicação e gerenciamento de tecnologia no âmbito da Secretaria. Para enfrentar os desafios futuros, a gestão de Tecnologia da Informação - TI - deve elevar a importância para manter os avos em TI em pleno funcionamento, uma vez que se tornou um componente fundamental para suportar as operações diárias, fator determinante para manter os serviços da Secretaria em pleno funcionamento.

Diante da impossibilidade momentânea de consolidar parcerias entre a extinta AGEFIS e outros órgãos, visando à implementação de ações conjuntas que assegurassem a disponibilização de tecnologias e transferência de informações de interesse mútuo, unidade de TI passou a pesquisar outras ferramentas para fornecer informações para o Planejamento Estratégico desta Secretaria.

A unidade de TI contribuiu para o processo de mudança estrutural da Secretaria e realizou a implementação da base de conhecimentos que permitiu a colaboração de aprendizado entre as equipes de Tecnologia da Informação, de modo que as informações não permaneçam sobrestadas nas pastas da unidade.

No ano de 2019 houve um aumento percentual do número de chamados de 2% em relação ao ano anterior; ademais, o tempo de resposta correspondente foi reduzido e as entregas dos projetos de TI foram realizadas nos prazos acordados com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC, responsável pelo Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação na Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística – DF LEGAL.

Ao longo do exercício, foram identificadas as seguintes necessidades da área de TI, que enfrenta o desafio de atender às regras de negócio e/ou formas de trabalho específicas de cada subsecretaria ou unidade:

- Conhecimentos acerca das legislações vigentes aplicadas à Tecnologia da Informação;
- Capacitação em novas tecnologias;
- Desenvolvimento de novas metodologias de trabalho;
- Aumento do quantitativo de recursos humanos;
- Licenças de softwares de BI;
- Cursos para capacitação dos servidores lotados na Infraestrutura;
- Rede elétrica estabilizada para garantir o correto funcionamento e a redução do risco de perda dos equipamentos;
- Materiais de consumo para manutenção e configuração de equipamentos, além da instalação ou manutenção da rede cabeada;
- Cursos para melhor capacitação dos desenvolvedores da DF LEGAL.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A DF Legal teve um ano de resultados dentro das expectativas, considerando o cenário de extinção da AGEFIS e a sua sucessão pela Secretária de Estado de Proteção da Ordem Urbanística - DF Legal, a qual, apesar dos desafios inerentes a uma transição dessa natureza, transcorreu sem prejuízos para as atividades finalísticas e de gestão técnica e administrativa.

Foram mantidas as atividades que em andamento no período de transição de governo, a exemplo das ações educativas de sensibilização, desobstrução de território público ocupado, redução do tempo de emissão dos relatórios de vistoria de Habite-se, atendimento ao cidadão - presencialmente ou por ouvidoria - e atendimento às demandas das administrações regionais.

Para além dessas atividades, e tendo em vista a política de fiscalização sinalizada pelo Governador, alguns projetos foram implementados, com destaque para:

- **Aprimoramento da gestão com foco no fortalecimento institucional:** foram tomadas diversas medidas no sentido de trazer ao conhecimento dos gestores que a transição de Autarquia para Secretaria demandaria diversos ajustes nas rotinas de trabalho e que as atividades da Administração Direta estão sujeitas a um maior controle dos Órgãos Centrais. A busca o meio termo entre normativos e a humanização no atendimento aos cidadãos foi considerado o desafio da DF Legal. É importante citar, ainda, que o cumprimento das Decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, o atendimento às solicitações da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF, bem como às demandas registradas nos processos internos, foram os principais objetos de resolutividade da gestão. Destaca-se, ainda, que a atual gestão vem, sistematicamente, buscando implementar melhorias na qualidade de vida laboral dos seus servidores, considerando, como um de seus objetivos estratégicos, desenvolver uma gestão de pessoas qualitativa e comprometida com a saúde e bem-estar dos servidores.
- **Promoção da saúde dos servidores do DF Legal por intermédio da Comissão de Segurança do Trabalho/DF Legal e da Subsaúde (SEEC/SUBSAUDE):** a análise dos resultados alcançados pela CST, especialmente em relação ao número de atestados de saúde ocupacional - ASO's - expedidos, pode-se afirmar que são conhecidas as condições de saúde de pelo menos 22,4 % da população de servidores efetivos e sem vínculo, os quais se encontram aptos ao trabalho. A designação de equipes destinadas a elaborar o Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais - PPRA e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO pela Subsaúde, tornou o cenário favorável à ultimateção desses programas, cabendo à Secretaria monitorar o andamento processual e intervir quando necessário, visando garantir a consecução dos objetivos dos referidos programas.

- **Gestão do monitoramento territorial, com indicação de áreas prioritárias:** a seleção de áreas prioritárias mostrou-se uma boa estratégia para a execução dos serviços de monitoramento remoto do território, em razão, principalmente da escassez de mão de obra. Os recursos tecnológicos disponíveis ainda limitam a execução desse tipo de serviço, mas os resultados alcançados têm mostrado que o trabalho de fiscalização da Secretaria tem sido mais efetivo.
- **Elaboração do Plano de Monitoramento para as áreas prioritárias:** o DF Legal tem se dedicado fortemente à finalização do Plano de Monitoramento, com a expectativa de que sua execução se inicie nos primeiros meses de 2020. Para tanto, foi criado um Plano de Ação que contém cronograma e tarefas definidas para cada unidade, e se destina a adotar ações que garantam a realização do monitoramento contínuo e preventivo de todas áreas prioritárias, bem como do território do Distrito Federal.
- **Institucionalização da mediação de conflitos de ordem urbanística do DF Legal:** realização de audiências pautadas nos meios consensuais, com a finalidade de solucionar os conflitos do cidadão com o Estado, evitando assim a judicialização, abordagem inovadora para um órgão fiscalizador. Depois da preparação de espaços físicos adequados a essa proposta, será promovida a capacitação, o treinamento e a atualização permanente de mediadores, negociadores do próprio quadro de servidores da Secretaria.
- **Participação em conselhos comunitários – CONSEG:** atendimento às demandas locais relacionadas a temas vinculados aos limites individuais em detrimento coletivo, e nesta seara a atuação do órgão é indispensável vinculados às competências da DF-Legal.

O sucesso da atividade finalística e da atividade-meio está permeado por problemas internos e externos decorrentes do próprio processo de reestruturação e desenvolvimento organizacional, de processos técnicos e administrativos não vivenciados anteriormente pelos servidores da AGEFIS, de ferramentas de gestão de pessoal, que geraram dificuldades de adaptação tecnológica e resistência a mudança.

Convém citar, também, o aumento das demandas decorrentes do momento econômico e do crescimento acelerado da população, com reflexos diretos sobre a necessidade de contratação de pessoal e de adequação orçamentária, além da sempre crescente ocupação desordenada do solo.

Ciente sua missão institucional, a DF Legal cumpre papel fundamental no que toca à promoção do planejamento urbano, ao ordenamento e à regularização territorial, os quais são realizados de forma integrada e com vistas à sustentabilidade.

Assim, de modo planejado e ágil, a DF Legal desempenha o seu mister de ser o agente fiscalizador das diretrizes e políticas urbanas eleitas pelo Governador, produzindo impactos positivos na qualidade de vida da população do Distrito Federal.